



PGE

PROCURADORIA-GERAL
DO ESTADO DO PARÁ



EMENTÁRIO GERAL

Estudo, Consulta, Parecer, Parecer
Referencial, Parecer Simplificado,
Manifestação, Nota Técnica e
Fundamentos de Julgamento.

(1994-2026)



NÚCLEO DE PESQUISA JURÍDICA

— PROCURADORIA CONSULTIVA (PCON) —

MAIO/2026



PGE
PROCURADORIA-GERAL
DO ESTADO DO PARÁ

Procuradoria
Consultiva

EMENTÁRIO GERAL

Estudo, Consulta, Parecer, Parecer Referencial, Parecer Simplificado,
Manifestação, Nota Técnica e Fundamentos de Julgamento
(1994-2026)

Belém-PA
Maio/2026

P964e Pará. Procuradoria-Geral do Estado.

Ementário Geral: estudo, consulta, parecer, parecer referencial, parecer simplificado, manifestação, nota técnica e fundamentos de Julgamento (1994-2026) / Procuradoria-Geral do Estado do Pará. – Belém, 2026.

2499 p.

1. Ementas – coletânea. 2. Informação jurídica - resumo. 3. Orientações jurídicas. I. Título. II. Procuradoria-Geral do Estado (PGE).

CDD: 341.35110268115

ANA CAROLINA LOBO GLUCK PAUL

Procuradora-Geral do Estado

LORENA DE PAULA REGO SALMAN

Procuradora-Geral Adjunta do Contencioso

CARLA NAZARÉ JORGE MELÉM SOUZA

Procuradora-Geral Adjunta Administrativo

ANA CLÁUDIA SANTANA DOS SANTOS ABDULMASSIH

Corregedora-Geral

IZABELA LINHARES SAUMA CASTELO BRANCO

Procuradora-Chefe da Procuradoria Consultiva

BRUNO HENRIQUE ALVES SALOMÃO

Procurador-Chefe da Procuradoria de Assessoramento Jurídico à Chefia do Poder Executivo

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARÁ

Rua dos Tamoios, 1671, Batista Campos, Belém/PA

CEP: 66.025-540

chefiagab@pge.pa.gov.br

55.91.3344-2700

APRESENTAÇÃO

O EMENTÁRIO GERAL reúne o registro das peças consultivas produzidas na Procuradoria-Geral do Estado desde 1994. Por isso, constitui uma ferramenta importante para o desenvolvimento da atividade consultiva do órgão e uma fonte de pesquisa e informação para quem atua no contencioso, facilitando a integração dos processos administrativo e judicial e a identificação das teses jurídicas já examinadas pela PGE.

A coleção de Estudos, Pareceres, Pareceres Referenciais, Pareceres Simplificados, Manifestações e Notas Técnicas compõe o ACERVO DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO, sistematizado ao longo do tempo por equipe especializada de servidores da Procuradoria Consultiva, atualizado mensalmente e divulgado ao final de cada mês aos Procuradores, equipes internas de assessoramento e, agora, disponível para consulta aos usuários externos.

O EMENTÁRIO GERAL é um instrumento em aperfeiçoamento, visando facilitar a busca e o resgate da informação produzida no âmbito consultivo desta Casa de Procuradores, garantindo o acesso ao seu ACERVO, mas sem deixar de resguardar o sigilo da informação, quando legalmente cabível, e a observância às normas da Lei Geral de Proteção de Dados.

SUMÁRIO

1994	9
1995	10
1996	11
1997	16
1998	21
1999	22
2000	24
2001	55
2002	74
2003	99
Parecer	99
Manifestação	126
2004	129
Estudo	129
Consulta	129
Parecer	130
Manifestação	150
2005	164
Estudo	164
Consulta	164
Parecer	164
Manifestação	185

2006	200
Estudo	200
Parecer	200
Manifestação	225
2007	241
Estudo	241
Parecer	241
Manifestação	267
Nota Técnica	281
2008	284
Estudo	284
Parecer	284
Manifestação	309
Nota Técnica	320
2009	323
Parecer	323
Manifestação	348
Nota Técnica	355
2010	356
Parecer	356
Manifestação	374
Nota Técnica	381
2011	383
Parecer	383
Manifestação	395

Nota Técnica.....	410
2012.....	412
Parecer.....	412
Manifestação	425
Nota Técnica.....	442
2013.....	443
Parecer.....	443
Manifestação	453
Nota Técnica.....	466
2014.....	467
Parecer.....	467
Manifestação	481
Nota Técnica.....	504
2015.....	508
Estudo	508
Parecer.....	508
Manifestação	577
Nota Técnica.....	604
2016.....	610
Estudo	610
Parecer.....	610
Manifestação	697
Nota Técnica.....	721
2017.....	727
Parecer.....	727

Manifestação	813
Nota Técnica.....	851
2018	865
Estudo	865
Parecer	865
Manifestação	958
Nota Técnica.....	991
2019	1007
Estudo	1007
Parecer	1007
Parecer Referencial.....	1151
Parecer Simplificado	1151
Manifestação	1157
Nota Técnica	1175
2019 – ACERVO SAJ	1192
Estudo	1192
Parecer	1192
Parecer Simplificado	1218
Manifestação	1224
Nota Técnica	1230
2020 – ACERVO SAJ	1241
Estudo	1241
Parecer	1241
Parecer Referencial.....	1384
Parecer Simplificado	1386

Manifestação	1410
2020 – SISTEMA WINISIS	1422
Parecer	1422
Manifestação	1423
Nota Técnica	1423
2021 – ACERVO SAJ	1442
Estudo	1442
Parecer	1442
Parecer Referencial	1592
Parecer Simplificado	1593
Manifestação	1618
Nota Técnica	1628
2022 – ACERVO SAJ	1643
Parecer	1643
Parecer Referencial	1762
Parecer Simplificado	1763
Manifestação	1788
Nota Técnica	1791
2023 – ACERVO SAJ	1802
Parecer	1802
Parecer Referencial	1925
Parecer Simplificado	1927
Manifestação	1959
Nota Técnica	1966
Fundamentos de Julgamento	1979

2024 – ACERVO SAJ	1985
Parecer	1985
Parecer Referencial	2112
Parecer Simplificado	2115
Manifestação	2138
Nota Técnica	2142
Fundamentos de Julgamento	2157
2025 – ACERVO SAJ	2202
Parecer	2202
Parecer Referencial	2244
Parecer Simplificado	2244
Manifestação	2249
Nota Técnica	2249
Fundamentos de Julgamento	2255
2025 – ACERVO ATTUS	2270
Parecer	2270
Parecer Simplificado	2358
Manifestação	2365
Nota Técnica	2367
Fundamentos de Julgamento	2378
2026 – ACERVO ATTUS	2397
Parecer	2397
Parecer Simplificado	2448
Manifestação	2455
Nota Técnica	2455

Fundamentos de Julgamento	2464



PGE

PROCURADORIA-GERAL
DO ESTADO

Procuradoria
Consultiva

1994

PARECER

PARECER 000001/1994

Ementa Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

PARECER 000002/1994

Ementa Malgrado a liberdade de culto e o princípio da isonomia, consagrados em sede constitucional, o interesse particular, dessarte, calendário pré-ajustado de certame público, inclusive, com prévia publicação pela Imprensa Oficial, não deve ser alterado por razão que diga respeito à opção religiosa de apenas um dos candidatos.



1995

PARECER

PARECER 000002/1995

Ementa Solicitação para que fossem cedidos os equipamentos de atividades no processo de embutidos, pertencentes a Frimapa.

PARECER 000003/1995

Ementa Possibilidade da Fazenda Pública ajuizar ação rescisória em virtude de modificação de orientação jurisprudencial, mesmo após o transcurso do biênio decadencial.

PARECER 000004/1995

Ementa Concessão de licença, para cumprimento de mandato classista, face ter sido eleita Vice-Presidente da Ordem dos Advogados.

PARECER 000005/1995

Ementa Pleito de servidor, ocupante do cargo de Procurador do Estado do Pará, o qual requer licença especial.

PARECER 000006/1995

Ementa Pedido do Ministério Público Estadual, no sentido de que seja desocupado imóvel do Governo do Estado que se encontra na posse da Fundação SESP, por comodato, desde 1971.

PARECER 000007/1995

Ementa Administrativo. Havendo indícios de cometimento de prática de ilícito penal no âmbito da Administração Pública Estadual de fatos que não envolvam funcionários, deve ser solicitada a abertura de inquérito policial à autoridade competente.



1996

PARECER

PARECER 000001/1996

Ementa Proposta de acordo em reclamações trabalhistas ajuizadas por engenheiros da Secretaria de Estado de Transportes contra o Estado para que lhes seja assegurado o pagamento de vencimentos vinculados a 8,5 (oito e meio) salários mínimos, como entendem lhes ser de direito.

PARECER 000002/1996

Ementa Legalidade e viabilidade de assinatura de convênio de cooperação a ser firmado entre a FUNTELPA e a ALEPA, visando à produção e divulgação de informes relativos aos trabalhos legislativos, com veiculação tanto em emissora de rádio quanto em emissora de televisão vinculados à Fundação.

PARECER 000003/1996

Ementa Solicitação de reexame de pagamento da vantagem pecuniária de adicional por tempo de serviço.

PARECER 000004/1996

Ementa Pagamento do valor correspondente a 30 diárias incorporadas aos salários por força de decisão judicial, durante o período de licença prêmio.

PARECER 000005/1996

Ementa Pleito de servidor da SETRAN acerca do pagamento de 30 diárias incorporadas aos salários tem origem em decisão judicial.

PARECER 000006/1996

Ementa Parecer acerca do período proibitivo para a prática de atos da Administração Pública em face das eleições municipais de 1996.



PARECER	000007/1996
Ementa	Pedido elaborado pela SEPLAN, acerca das modificações da Lei 5.674, de 21/10/91, a ser enviada a Assembleia Legislativa do Estado.
PARECER	000008/1996
Ementa	Exame e a apreciação da minuta do Edital de Licitação, na modalidade Concorrência, para contratação de empresa de advocacia, ou sociedade de advogados para prestação de consultoria jurídica e técnicos profissionais de advocacia, a Centrais Elétricas do Pará (CELPA).
PARECER	000009/1996
Ementa	Proposta de acordo referente a valor despendido em reparo realizado em veículo, em virtude de avarias resultantes de colisão com viatura do Sistema Penal do Estado.
PARECER	000010/1996
Ementa	Os servidores públicos contratados sob regime da Consolidação das Leis do Trabalho, antes da Constituição Federal de 1988, não protegidos pelo art. 19 das ADCT, em face do art. 244 da Lei nº 5.810/94 (Regime Jurídico Único do Estado do Pará) são estatutários mas não possuem estabilidade, pelo que deverão prestar concurso público para permanecerem no serviço público.
PARECER	000012/1996
Ementa	Exame do Anteprojeto do Estatuto da empresa Ophir Loyola.
PARECER	000013/1996
Ementa	Orientação acerca da legalidade do aditamento de contratos temporários ante a proximidade do período eleitoral



PARECER	000014/1996
Ementa	Contribuição de servidor público militar para o IPASEP. O desconto de oito (8) por cento deve incidir sobre o soldo e demais vantagens percebidas. Inteligência da Lei nº 5.011/81, do Decreto nº 2.252/82 e da Lei nº 5.681/91. Proventos da aposentadoria. São devidos ao servidor militar inativo o soldo do posto ou da graduação imediatamente superior, mantidas as demais vantagens percebidas na ativa. Inteligência do art. 2º, da Lei nº 5.681/91.
PARECER	000015/1996
Ementa	Solicitação de providências desta Procuradoria-Geral no sentido de pugnar pela oitiva de determinadas pessoas pela Comissão de Processo Administrativo que apura irregularidades diversas na COSANPA.
PARECER	000016/1996
Ementa	Informações a respeito da ação de justificação judicial.
PARECER	000017/1996
Ementa	Solicitação da Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA) para emissão de parecer jurídico em relação ao Decreto Legislativo nº 23/1990, de 27.11.90.
PARECER	000019/1996
Ementa	Proposta de acordo em demanda judicial contra o Estado do Pará, objetivando ressarcimento de danos causados em veículo que teria sido abalroado por caminhão do Corpo de Bombeiros.
PARECER	000020/1996
Ementa	Processo administrativo disciplinar instaurado na SETRAN visando a apuração de acumulação de cargos públicos por diversos servidores.



PARECER	000021/1996
Ementa	Consulta quanto a competência para a criação de novas unidades de saúde na SESPA.
PARECER	000022/1996
Ementa	Parecer acerca da situação em que se encontram os imóveis pertencentes ao Instituto Ophir Loyola (HOL).
PARECER	000023/1996
Ementa	Responsabilidade civil dos presos por danos causados no Presídio de Santarém em rebelião ocorrida em 29/05/95.
PARECER	000024/1996
Ementa	A questão consultada diz respeito ao recebimento de sucessivos mandados judiciais, oriundos, em quase sua totalidade, das Juntas de Conciliação e Julgamento de Belém, cujo teor é no sentido de efetivar a penhora em créditos decorrentes de contratos de prestação de serviços celebrados entre empresas e a Secretaria de Estado de Transporte.
PARECER	000025/1996
Ementa	Solicita a legislação reguladora da concessão de isenção tarifária em transportes coletivos para diversos segmentos da população. Pede, ainda, a posição atualizada da Ação Direta de Inconstitucionalidade da Lei Complementar nº 15/94 e do MS 22.392, impetrado contra a Assembleia Legislativa do Estado e Secretário de Transportes.
PARECER	000026/1996
Ementa	Nomeação de aprovado em concurso público.



PARECER 000027/1996

Ementa Indagação da SETRAN a respeito de como proceder com os recolhimentos que efetua, por força de determinação judicial, na base de 40 por cento do salário de servidor, a título de pensão alimentícia.

PARECER 000029/1996

Ementa Fiança. Ingresso que não é receita pública, porque não tem caráter definitivo. Restituição que o órgão gestor da conta única do Estado deve providenciar, à conta dos recursos escriturados, como estradas "sob reserva de serem restituídas ao depositante" sem obediência à Lei de Orçamento.

PARECER 000030/1996

Ementa Cumprimento do art. 67 da Lei Complementar nº 022/1994.

PARECER 000031/1996

Ementa Correção monetária após vigência do Plano Real.

PARECER 000032/1996

Ementa Adoção de medidas visando restabelecer o equilíbrio da relação contratual firmada com o Estado do Pará.

PARECER 000034/1996

Ementa Implantação do SIAFEM/PA.



PGE

Procuradoria
Consultiva

1997

PARECER

PARECER 000004/1997

Ementa Licença prêmio. Para a concessão da licença prêmio prevista no art. 98 da Lei Estadual nº 5.810/94, considera-se como de serviço efetivo o tempo prestado pelo servidor desde que ele iniciou sua vida na Administração Pública Estadual.

PARECER 000005/1997

Ementa Delegado de Polícia Chefe da DFV. Pedido de providências feito diretamente ao Procurador-Geral do Estado. Quebra de hierarquia funcional. Fatos inerentes à restituição de coisas apreendidas no juízo criminal. Desaconselhável qualquer ação por parte do Estado do Pará dada a quebra da harmonia entre os órgãos das funções do Estado. Inexistência de interesse imediato do ente federativo. Obediência ao devido processo legal. Competência do Ministério Público. Fiscal da Lei. Iniciativa da parte na defesa de direito próprio. Arquivamento dos autos.

PARECER 000006/1997

Ementa Exame e parecer sobre os resultados conclusivos da Auditoria efetuada no Corpo de Bombeiros Militar, pela Comissão de Controle de Segurança Pública, criada pelo Conselho Estadual de Segurança Pública (CONSEP).

PARECER 000007/1997

Ementa Acordo por termo firmado entre o Estado do Pará e o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Em 1954, pelo prazo de vinte (20) anos. Prorrogação posterior, por Termo Aditivo, por mais vinte (20) anos, contados a partir da data em que o mesmo deveria terminar. Demais cláusulas do acordo original inalteradas. Previsão de prorrogação automática do prazo por períodos de cinco anos, caso não denunciado o Acordo. Validade. Prazo, em concreto, prorrogado até 31 de dezembro de 1999.



PARECER	000008/1997
Ementa	Pedido de licença prêmio efetuado por servidor.
PARECER	000009/1997
Ementa	Enquadramento funcional como ingresso em carreira diversa daquela que o servidor público ocupa ofende o Princípio Constitucional, que exige concurso público para a investidura em cargo ou emprego público do art. 37, II, da CF/88. A estabilidade outorgada pelo art. 19 do ADCT, não constitui título para provimento de cargo diverso daquele ocupado pelo requerente.
PARECER	000010/1997
Ementa	Solicitação do Sindicato do Grupo Ocupacional, Tributação, Arrecadação e Fiscalização da Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Pará -SINDITAF, à PGE, para emissão de parecer sobre a legislação de porte de arma.
PARECER	000011/1997
Ementa	Readmissão em cargo público.
PARECER	000012/199
Ementa	Da legalidade de contrato que visa à antecipação do tributo mediante a compensação do crédito tributário.
PARECER	000013/1997
Ementa	Pela regra de distribuição de competência legislativa no âmbito da Federação Brasileira, que repousa no critério de predominância do interesse, e sendo as licitações matéria de interesse geral e nacional, houve por bem o legislador constituinte estabelecer a competência privativa da União para veicular as normas gerais. Em sendo assim, os demais entes federativos, Estado e Municípios estão adstritos ao cumprimento destas normas em seus procedimentos licitatórios.



PARECER	000014/1997
Ementa	FGTS. Servidor público. Saque devido a aposentadoria. Pedido administrativo de pagamento de débito. Termo de confissão de dívida celebrado entre: CEF e Estado do Pará - Secretaria de Estado de Transporte.
PARECER	000016/1997
Ementa	Consulta formulada acerca da existência de direito dos advogados da referida empresa pública à percepção de honorários de sucumbência, em ações judiciais que a envolvam.
PARECER	000017/1997
Ementa	Necessidade de contratação de pessoal para suprir as necessidades imediatas daquela empresa pública.
PARECER	000018/1997
Ementa	Exame de Edital de Concurso Público que visa a preencher vagas ao Curso de Formação de Oficiais Bombeiro Militar.
PARECER	000019/1997
Ementa	Consulta da SEDUC acerca da aquisição de um imóvel no município de Jacundá para reconstrução da Escola de 1º Grau Teotônio Apinagé.
PARECER	000020/1997
Ementa	Vinculação da receita tributária estadual para pagamento de gratificação de produtividade aos servidores ocupantes dos cargos da área de Tributação, Arrecadação e Fiscalização, GRUPO TAF. Inadmissibilidade - Afronta ao artigo 167, IV da Constituição Federal, que proíbe a vinculação, de qualquer natureza, para efeito de remuneração de servidor público.



PARECER	000021/1997
Ementa	Solicitação de indenização de terrenos que alega terem sido desapropriados.
PARECER	000022/1997
Ementa	Instrução Normativa para a uniformização de jurisprudência referente a aposentadoria de servidores temporários.
PARECER	000023/1997
Ementa	Resolução nº 004/1988, homologada pelo Decreto nº 5.849/1989.
PARECER	000024/1997
Ementa	Desapropriação da área Belo Horizonte – Ananindeua.
PARECER	000025/1997
Ementa	Exame de duas minutas de Decreto de desapropriação das áreas denominadas Ariri II e 40 Horas.
PARECER	000026/1997
Ementa	A extensão de direitos reservados ao servidor público em razão da sua efetividade no serviço público, aos contratos temporários, mesmo aqueles que, contrariando a previsão legal, venham a se prolongar no tempo, ofende o Princípio Constitucional da Legalidade que rege a Administração Pública. Vale dizer que o ato irregular não gera direitos.



PARECER 000027/1997

Ementa Solicita o TCM manifestação desta Procuradoria sobre o conteúdo do Ofício nº 0276/97, expedido pelo TJE, solicitando a adoção das medidas necessárias ao cumprimento da decisão do Acórdão nº 30.725, que, reconhece o direito líquido e certo do impetrante.

PARECER 000028/1997

Ementa Procedimento a ser adotado nos precatórios requisitórios recebidos do Egrégio TRT, para cumprimento.

PARECER 000029/1997

Ementa Consulta acerca da possibilidade de delegar, ao Secretário Adjunto, a prática de atos administrativos elencados originariamente como de sua competência.

PARECER 000030/1997

Ementa Análise e parecer sobre o pedido de abono de faltas de servidor desta Procuradoria, devido a necessidade de acompanhar seu pai, durante internamento hospitalar.



1998

PARECER

PARECER 000031/1998

Ementa Pretensão de Escritório de Advocacia, na alteração do contrato celebrado com o IDESP, para prestação de serviços advocatícios, após regular procedimento licitatório sob a modalidade de Carta Convite.

PARECER 000032/1998

Ementa Pedido administrativo formulado por cinco Procuradores, no qual requerem o pagamento de gratificação pela participação em comissão ou grupo especial de trabalho.

PARECER 000033/1998

Ementa Possibilidade de contratação direta de empresa de segurança e vigilância, para guarnecer a nova sede da Procuradoria.

PARECER 000034/1998

Ementa Aposentadoria, pelo Estado, de servidores temporários e ocupantes de cargos em comissão.



1999

PARECER

PARECER	S/N
Ementa	Agregação de policiais militares exercendo funções de natureza policial militar e de natureza civil. Tempo máximo de permanência em funções dessa natureza.
PARECER	000034/1999
Ementa	Procedimentos legais a serem adotados pelo Estado do Pará, para que os órgãos recentemente criados, possam ser atendidos pelas agências de publicidade, vencedoras da licitação já levada a cabo.
PARECER	000035/1999
Ementa	Requisição de alteração de cláusula, de Contrato de Confissão de dívida, firmado com o Estado do Pará.
PARECER	000036/1999
Ementa	Mandado de Segurança preventivo, com pedido de liminar, contra Superintendente Regional do Instituto Nacional de Seguro Social no Estado do Pará.
PARECER	000037/1999
Ementa	Estudos a respeito da edição da Medida Provisória nº 1798-3, de 8 de abril de 1999.
PARECER	000038/1999
Ementa	Estudo a respeito da Lei Complementar nº 96, de 31/05/99, que disciplina os limites das despesas com pessoal.



PARECER	000039/1999
Ementa	Lei n. 9.801 de 14/06/1999, dispõe sobre as normas gerais para perda de cargo público por excesso de despesa e dá outras providências.
PARECER	000040/1999
Ementa	Nota Técnica sobre a Medida Provisória n. 1.906-6, de 29/06/1999.
PARECER	000041/1999
Ementa	Pedido de dispensa de pagamento de multa imposta em processo criminal. Inteligência do Artigo 51 do Código Penal. Ilegitimidade da Fazenda Pública Estadual. Legitimidade do Ministério Público para promover a execução perante juízo criminal competente.
PARECER	000042/1999
Ementa	Nomeação para exercer cargo em comissão de Procurador da Fazenda Estadual.
PARECER	000043/1999
Ementa	A SEAD solicita manifestação desta Procuradoria acerca das alterações produzidas pela Emenda Constitucional nº 7/1996.



2000

PARECER

PARECER 000000/2000

Ementa Emitir parecer a respeito da impossibilidade de nomeação dos aprovados no certame, em razão da proibição contida na Lei que disciplinará o pleito eleitoral municipal que se avizinha.

PARECER 000001/2000

Ementa Concorrência Pública n. 001/99-CBM. Irregularidade na aplicação da Lei n.8.666/93. Inobservância de dispositivo que, ao estabelecer prazo mínimo entre a publicação do edital resumido e o recebimento das propostas ou realização do evento, visa tutelar o interesse público (Art. 21, § 2º, II, a e § 3º). Impossibilidade de convalidação. Anulação.

PARECER 000002/2000

Ementa A Administração Pública no uso de suas atribuições e para atender as suas necessidades, poderá se valer de instrumentos contratuais típicos de direito privado, consoante as disposições legais previstas na Lei n. 8.666/93, que regula as licitações e os contratos de Direito Administrativo no Brasil.

PARECER 000003/2000

Ementa Expediente para "... que sejam tomadas providências cabíveis, referente a representação movida contra a titular da Ouvidoria do Sistema de Segurança Pública, previsto nos termos técnicos do artigo 514 do Código de Processo Penal,..."

PARECER 000004/2000

Ementa Acórdão nº 35.436/98-TJE/PA.



PARECER	000005/2000
Ementa	Conflitos de Interesses Públicos Municipal e Estadual. Prevalência do Estadual, ainda que o bem já tenha sido passado a particular, desde que preservada a afetação.
PARECER	000006/2000
Ementa	Inteligência do Parágrafo Único do artigo 36 da Lei Estadual n. 5.351/86. Sentido e alcance da expressão ""Efetivo exercício no Magistério"". Interpretação restrita. Concessão da gratificação apenas aos professores que estão em regência de classe.
PARECER	000007/2000
Ementa	Licença prêmio não gozada. Pagamento indenizatório. Contagem de tempo. Aposentadoria. A jurisprudência assentou que o pagamento indenizatório não significa acréscimo patrimonial, mas compensação, no caso de morte ou aposentadoria. Nos moldes dos precedentes jurisprudenciais, se preenchidas as hipóteses legais, deve ser reconhecido o direito ao servidor à conversão em pecúnia, em relação ao seu período integral, das licenças-prêmio não gozadas, observado o instituto da prescrição administrativa.
PARECER	000008/2000
Ementa	Ação de Execução de um mandado de segurança, contra ato da Exmo. Sr. Secretário de Estado de Administração, em que o impetrante, visava o pagamento da incorporação do DAS em seus proventos, relativos ao cargo exercido, referentes aos três meses anteriores a sua aposentadoria.
PARECER	000009/2000
Ementa	Carta Convite n. 001/99. Contrato de prestação de serviços de fornecimento de vales alimentação. Possibilidade de prorrogação do prazo contratual a luz da Lei n.8.666/93.



PARECER	000010/2000
Ementa	I - A desapropriação por interesse social exige avaliação prévia, interesse público e disponibilidade orçamentária; II - Os conflitos fundiários no Estado do Pará podem ser conduzidos pela Comissão de Conflitos Fundiários, que funciona na sede da Defensoria Pública.
PARECER	000011/2000
Ementa	Termo de Acordo com vistas a elaboração de um Projeto voltado a eliminação da Hanseníase no Estado do Pará.
PARECER	000012/2000
Ementa	Comprovado o impedimento da participação de servidores da própria SECTAM, nada obsta sejam os membros da comissão processante escolhidos entre servidores pertencentes a outros Órgãos da Administração.
PARECER	000013/2000
Ementa	Lei nº 9.868/99. Processo e julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade e da Ação Declaratória de Constitucionalidade. Breves considerações.
PARECER	000014/2000
Ementa	I - São atributos do ato de lançamento a presunção de legitimidade e exigibilidade. II - Os atos administrativos podem ser revistos na hipótese de vício quanto à legalidade.
PARECER	000015/2000
Ementa	Lei Estadual n. 5.953/96 - Remuneração de estagiários. Administração Pública. Constitucionalidade do art. 1º. Revogação tácita do art. 2º - EC 20/98.



PARECER	000016/2000
Ementa	Constitucional e Administrativo. Administrador e Administração Pública. Acesso à funções de confiança. Exercício por servidor ocupante de cargo efetivo. art. 37, V, da C.F e Lei n. 4.769/65.
PARECER	000017/2000
Ementa	Manutenção de posseiros em terrenos urbanos onde, com a tolerância expressa ou tácita do proprietário, tenham construído sua habitação, formando núcleos residenciais de mais de 10 (dez) famílias - Desapropriação mediante declaração de interesse social - Possibilidade.
PARECER	000018/2000
Ementa	O órgão, quando em fase preliminar de extinção, e através de uma Comissão responsável pelo seu levantamento patrimonial e imobiliário, constatou a existência de uma escritura pública de compra de apartamentos.
PARECER	000019/2000
Ementa	Carta Convite n. 001/99. Contrato de Prestação de Serviços de Fornecimento de Vales Alimentação. Possibilidade de alteração contratual (acréscimo de 25 no objeto contratual). Inteligência do Art. 65, Parágrafo 1º da Lei n. 8.666/93.
PARECER	000020/2000
Ementa	Possibilidade de manutenção de licenciamento. Motivo residual (falta). Possibilidade de legalidade desse ato. Nulidade no procedimento, vício à Princípios Constitucionais. Não há que se cogitar, antes da conclusão do regular procedimento, da existência ou não, da falta apontada e de seus eventuais motivos residuais.



PARECER	000021/2000
Ementa	Concessão de uso de bem público. Prévia autorização legislativa. Transmissão de energia no Município de Concórdia do Pará. Rede CELPA.
PARECER	000022/2000
Ementa	Ratificação de Portarias.
PARECER	000023/2000
Ementa	Estando os servidores da Empresa Pública, sujeitos as regras do Regime CLT, bem como, por a empresa pública dever obediência aos princípios administrativos constitucionalmente sufragados (CF Art. 37), caracterizada a falta funcional prevista no Art. 482, c, da CLT, e Art. 136, V do regimento interno de pessoal da empresa, poderá o servidor ser demitido por justa causa.
PARECER	000024/2000
Ementa	É passivo de demissão por justa causa o servidor que prestar serviço para organização não governamental, desde que seja habitual, concorrente e sem permissão do empregador, ou que seja prejudicial ao serviço, nos termos do Art. 482, alínea "c", da CLT.
PARECER	000025/2000
Ementa	Lei n. 9.882, de 03 de dezembro de 1999, publicada no DOU de 06/12/99. Estudo. Aplicabilidade do Art. 102, § 1º da CF/88. Hipóteses legais procedimentais. Pontos relevantes com relação dos Estado-Membros.
PARECER	000026/2000
Ementa	Da natureza administrativa da apreciação da aposentadoria pelo TCE. I - A diligência determinada, pelo Tribunal de Contas, no sentido da baixa dos autos para observância de determinados critérios de majoração de proventos de aposentadoria, não obriga o Órgão que concedeu a aposentadoria. II - Não tem o Tribunal de Contas competência para ordenar à Administração que modifique a fixação



de proventos em favor do servidor. III - Cabe ao interessado, e não ao Tribunal de Contas, pedir a majoração de proventos em sede administrativa, ou, havendo divergência, em sede judicial.

PARECER

000027/2000

Ementa

Equiparação de soldo entre a Polícia Militar e Corpo de Bombeiros e Forças Armadas. Interpretação e vigência do Art. 1º do Decreto n. 115/91 e Portaria n. 1703/SC 5, de 07.03.95.

PARECER

000028/2000

Ementa

Da natureza administrativa da apreciação da aposentadoria pelo TCE. I - A diligência determinada pelo Tribunal de Contas, no sentido da baixa dos autos para observância de determinados critérios de majoração de proventos de aposentadoria, não obriga o Órgão que concedeu a aposentadoria. II - Não tem o Tribunal de Contas competência para ordenar à Administração que modifique a fixação de proventos em favor do servidor. III - Cabe ao interessado, e não ao Tribunal de Contas, pedir a majoração de proventos, em sede administrativa, ou, havendo divergência, em sede judicial.

PARECER

000029/2000

Ementa

Contrato Administrativo firmado pela SEPLAN, no valor total de 2.538,00, o qual tinha por objeto a publicação do nome da SEPLAN no Guia Nacional de Empresas editado por aquela firma. (Editora Colômbia Ltda).

PARECER

000030/2000

Ementa

Contratos administrativos. Nulidades. Efeitos.

PARECER

000031/2000

Ementa

Sentido e alcance da proibição prevista na Lei Estadual n. 6.286, de 05 de abril de 2000 (proíbe a celebração de convênios do Estado do Pará com Municípios em atraso com o pagamento do funcionalismo público e a prestação de contas juntos aos Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios e dá outras providências).



PARECER 000032/2000

Ementa O Estado pode vir a ser responsabilizado por atos multitudinários, desde que comprovada sua culpa por ação ou omissão, na prevenção ou repressão do dano, e o nexo de causalidade entre o ato e o resultado danoso.

PARECER 000033/2000

Ementa Afastamento de servidores de Empresa Pública que exerçam Cargo Público Eletivo de Vereador. Proibição de acumulação de cargos. Entendimento da Emenda Constitucional n. 19, de 05.06.98.

PARECER 000034/2000

Ementa Direito de progressão vertical na carreira do Magistério. Lei Estadual n. 5.351/86. Análise da constitucionalidade do Art. 18, II. Impossibilidade em face do que prescreve o Art. 37, II da CF/88.

PARECER 000035/2000

Ementa Assembleia Legislativa Estadual. Capacidade processual. Inteligência do Art. 90 da Carta Estadual. Procuradoria-Geral do Estado. Representação judicial do ente federado.

PARECER 000036/2000

Ementa O Tempo de Serviço prestado anteriormente em Autarquia Federal deve ser contado para efeito de concessão de Licença Prêmio no serviço público estadual.

PARECER 000037/2000

Ementa Procedimento administrativo apurador em face da denúncia formulada pela empresa Pólo Comércio e Distribuição Ltda contra servidor.

PARECER 000038/2000

Ementa Denúncias formuladas pela empresa Pólo Comércio e Distribuição Ltda contra servidor do Estado.



PARECER

000039/2000

Ementa

Indenização por danos morais sofridos por pessoa jurídica de direito público interno. Possibilidade em tese. Inadmissível no caso de mera reclamação ao MP, salvo se comprovados o dolo e a má-fé. Divulgação caluniosa via imprensa escrita. Decadência do direito de resposta e de retificação operada segundo a Lei de Imprensa, Lei n. 5.250/67.

PARECER

000040/2000

Ementa

“Vício Insanável: É qualidade atribuída ao defeito ou à falta que, atacando o ato jurídico, o torna nulo e inoperante, não permitindo qualquer remoção ou suprimento da falta ou defeito, ou tornando impossível a repetição o ato. Em regra, a insanabilidade do ato viciado advém da omissão a requisitos substanciais à sua execução, ou da transgressão a formalidades essenciais, para cuja omissão ou transgressão a própria lei comine a sanção de nulidade”. (De Plácido e Silva. Vocabulário Jurídico. S. Paulo, Ed. Forense, s.d., pág. 1651.)

PARECER

000041/2000

Ementa

Oficial da PM - 2°. Tenente acusado da autoria de crimes contra a vida. Indeferimento de promoção. Processos SUB JUDICE. Postulação de promoção por ressarcimento de preterição aos postos de 1º Tenente e Capitão. Admissibilidade. Lei Estadual n. 5.249/85 com a Lei n. 5863/94.

PARECER

000042/2000

Ementa

I - Aos empregados regidos pelo Regime Celetista, a CLT só conhece as figuras da SUSPENSÃO E INTERRUPÇÃO do contrato de trabalho inexistindo a figura do "impedimento". II - A estabilidade de que trata o Art. 472, da CLT existe em benefício do empregado, não do empregador, podendo, por isso, ser objeto de renúncia.



PARECER 000043/2000

Ementa Parecer. Solicitação de baixa de débito. Diferencial de alíquota. Acórdão que trata de substituição tributária não se aplica ao caso em tela.

PARECER 000044/2000

Ementa Sentido e alcance das proibições previstas na Lei Estadual nº 6.286/2000 e na Lei Federal nº 9.504/97. Transferências de recursos para execução de serviços, programas e projetos na área de assistência social. Conceito de "transferências voluntárias".

PARECER 000045/2000

Ementa Proventos de inatividade. Aplicação do contido no art.40, § 10 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional n. 20, de 15.12.98. Contagem de tempo fictício-vedação.

PARECER 000046/2000

Ementa IPTU - Sujeito passivo da relação tributária: Proprietário. Desapropriação. Princípio da imunidade recíproca. Não cabe ao Estado o recolhimento do imposto.

PARECER 000047/2000

Ementa Dívida Judicial. Crédito de natureza alimentar. Sentença transitada em julgado. Acordo para recebimento parcelado. Inadmissibilidade. Necessidade de precatório. Art. 100, CF/88 e jurisprudência dominante do STF.

PARECER 000048/2000

Ementa Interpretação do Termo de Compromisso firmado entre o Governo do Estado do Pará e as Centrais Elétricas do Pará.

PARECER 000049/2000

Ementa Possibilidade de Ação Direta de Inconstitucionalidade do Art. 99, II do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Estaduais, que



prevê conversão integral de Licença - Prêmio em pecúnia, nos casos de aposentadoria ou falecimento, ainda que o servidor não conte com o tempo necessário para a aquisição do direito, bastando que tenha um terço do período. Afronta aos princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e da igualdade de todos previstos na Constituição Federal.

PARECER 000050/2000

Ementa O FGTS relativo aos vencimentos dos cargos em comissão, deverão ser depositados juntamente com o depósito da importância relativa aos cargos efetivos, nas contas vinculadas dos servidores.

PARECER 000051/2000

Ementa A competência legal dos Órgãos Públicos é intransferível, só podendo ser delegada nos casos previstos em lei, podendo seu exercício ser retomado a qualquer tempo, pena de invalidade do ato.

PARECER 000052/2000

Ementa A contribuição do servidor militar ao Fundo de Saúde da PM/PA-FUNSAU e ao Centro Social da Polícia Militar do Pará - CESO poderá ser susgado a pedido do interessado, com sua consequente desvinculação das respectivas entidades. O direito a saúde e a assistência social, como dever do Estado, é extensivo a todos, conforme sufragado no texto constitucional.

PARECER 000053/2000

Ementa Direito Administrativo. Contrato de Empreitada de Mão de Obra. Inadimplência da Firma contratada. Cumprimento de diligências. Necessidade de esclarecimentos por parte da Secretaria Executiva de Educação.

PARECER 000054/2000

Ementa Requerimento de permuta de área imóvel.



PARECER	000055/2000
Ementa	Requerimento de permuta de área imóvel.
PARECER	000056/2000
Ementa	Requerimento de permuta de área imóvel.
PARECER	000057/2000
Ementa	Requerimento de permuta de área imóvel.
PARECER	000058/2000
Ementa	Requerimento de permuta de área imóvel.
PARECER	000059/2000
Ementa	Requerimento de permuta de área imóvel.
PARECER	000060/2000
Ementa	Requerimento de permuta de área imóvel.
PARECER	000061/2000
Ementa	Requerimento de permuta de área imóvel.
PARECER	000062/2000
Ementa	Requerimento de permuta de área imóvel.
PARECER	000063/2000
Ementa	Requerimento de permuta de área imóvel.
PARECER	000064/2000
Ementa	Requerimento de permuta de área imóvel.



PARECER 000065/2000

Ementa Transferência de terreno de propriedade da COHAB-Pa, diretamente ao Estado do Pará- SETRAN.

PARECER 000066/2000

Ementa Conta telefônica. Valor elevado.

PARECER 000067/2000

Ementa I - A Agência Reguladora, como entidade integrante da Administração Estadual Indireta, submete-se ao Regime Autárquico Especial; vincula-se ao princípio da legalidade; é dotada pela lei de Autonomia e Independência, necessária para alcançar sua finalidade de fiscalização e regulamentação dos setores de infraestrutura respectivos. II - A prorrogação dos contratos dos temporários significa quebra do princípio da admissão pelo Concurso Público, o qual deverá ser promovido, de acordo com a prescrição da Lei n. 6.099/97.

PARECER 000068/2000

Ementa A Lei Estadual n. 6.056/97, em seu artigo 47, não prevê a vinculação salarial entre cargos distintos, e sim diferença de vencimentos entre níveis de uma mesma classe, de tal forma que não há falar em violação ao inciso XII, do artigo 37, DA CF/88.

PARECER 000069/2000

Ementa Interpretação do Art. 160, II, do Regime Jurídico Único dos Servidores Cíveis do Estado do Pará, que prevê a concessão de Auxílio Funeral aos servidores públicos.

PARECER 000070/2000

Ementa Servidor Público. Abonos Salariais irredutibilidade de remuneração. A cláusula constitucional de irredutibilidade de vencimentos veda qualquer medida que importe em diminuição do valor nominal atribuído em lei a título de "REMUNERAÇÃO" devida aos servidores



públicos, como é o caso dos ABONOS SALARIAIS conferidos por Decreto Governamental.

PARECER 000071/2000

Ementa Possibilidade de utilização pelo Estado de bem do ITERPA.

PARECER 000072/2000

Ementa Extinção da Fundação dos Terminais Rodoviários do Estado do Pará (FTERPA). Exploração por terceiros. Possibilidade Jurídica.

PARECER 000073/2000

Ementa Na esteira do entendimento defendido por esta PGE, em processos dessa natureza, decidiu o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL que ""o princípio constitucional da separação dos poderes impede que os Juízes e Tribunais - que não dispõem de função legislativa - contemplem servidores públicos com vantagens funcionais não previstas em lei, a título de aplicação do princípio da isonomia. Orientação jurisprudencial do STF consagrada na Súmula 339."" (in Recurso Extraordinário n. 242.968-6 PARÁ. Relator: Min. Ilmar Galvão. Recorrente: Estado do Pará (Dra. Zunilde Lira Oliveira).

PARECER 000074/2000

Ementa Enquanto não for alterado o Código Judiciário do Estado do Pará, a Administração Pública ficará ao sabor de decisões divergentes no que tange à competência entre as Varas Privadas da Fazenda Pública e a da Assistência Judiciária, em ações propostas perante esta contra a Administração Pública. I - Para reverter esse quadro definitivamente, o caminho mais eficaz é a alteração do Código Judiciário do Estado do Pará, cuja iniciativa da lei é do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado (Art. 125, § 1º da Constituição Federal). II - É prudente, nestas questões, o Estado do Pará arguir sempre a incompetência das Varas da Assistência Judiciária, desenvolvendo tese no sentido de que a competência dos juízes cíveis é unicamente para solucionar questões de Direito Privado, entre particulares, e não de Direito Público, entre os administrados e a Administração, vindo a calhar o magistério de Carlos Maximiliano, no sentido de que "" prefere-se as



disposições que se relacionarem mais direta e especialmente com o assunto de que se trata"".

PARECER 000075/2000

Ementa Conexo ao Parecer nº 0074/00.

PARECER 000076/2000

Ementa Desapropriação por interesse Social - Construção de casas populares - Artigo 2º, V, da Lei n. 4.132/62. É possível a desapropriação de terreno pertencente ao IPASEP pelo Estado do Pará para construção de casas populares, sendo que as mesmas deverão ser objeto de venda ou locação, na forma do disposto no artigo 4º da Lei nº 4.132/62.

PARECER 000077/2000

Ementa A consulente sendo Órgão da Administração Indireta, deverá realizar a alienação de bens e direitos mediante processo licitatório, devendo ser observado a competência para convocação da licitação, tendo em vista os valores a serem alienados ultrapassando a casa de R\$-200.000.000,00 (DUZENTOS MILHÕES DE REAIS).

PARECER 000078/2000

Ementa I - O Estado pode criar um programa de recuperação fiscal, nele incluindo a extinção de créditos tributários mediante a compensação; II - Nesse mesmo diploma poderá ser previsto a moratória, condicionada a elementos determinados pelos agentes públicos fazendários no melhor uso de política fiscal; III - A isenção em caráter geral não está abrangida pelo artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, face a impossibilidade de cálculo de seu impacto.""



PARECER 000079/2000

Ementa Liminar concedida em mandado de segurança contra o regime de substituição tributária, obriga o Estado do Pará a proceder a exigência do ICMS através do regime normal, observando o princípio da não cumulatividade.

PARECER 000080/2000

Ementa Análise preliminar da Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000 (Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências).

PARECER 000081/2000

Ementa I - O pagamento do imposto de transmissão "*causa mortis*" é condição para expedição do respectivo formal e alvarás relativos aos bens por ele abrangidos. II - Inteligência do § 2º, do art. 1031, do CPC.

PARECER 000082/2000

Ementa I - Os juízes de delibação e cognição do Pedido de Suspensão de Liminar efetuado ao Presidente de Tribunal ao qual couber o recurso daquela decisão, são distintos dos do Agravo de Instrumento, amparados em motivação distintas, razão pela qual ambas as medidas podem ser interpostas conjuntamente; II - A decisão acerca do ajuizamento somente do pedido de Suspensão nos casos de concessão de liminar contra a cobrança de tributos mediante a substituição ou antecipação tributária, afigura-se como medida de política processual, que visa obter a prestação jurisdicional de forma mais rápida, face ao posicionamento favorável, ao Estado, da Presidência do Eg. TJE/PA, sendo perfeitamente viável. III- A decisão superveniente de improvimento do Agravo de Instrumento não interfere nem retira os efeitos da decisão monocromática que suspende a liminar, pois ambas as medidas são amparadas em fundamentações distintas, com motivações distintas, cujas competências de julgamento não se confundem, onde, para a reforma de cada decisão, cabe recurso adequado.



PARECER	000083/2000
Ementa	Aquisição de serviços de reserva, emissão, marcação e entrega de bilhetes de passagens aéreas pela PGE/PA. Licitação pública que se impõe obrigatória em face do valor contratado - R\$ 78.000,00, e na modalidade convite.
PARECER	000084/2000
Ementa	Depósito de bem fungível. Não cabimento de ação de depósito. Divergência jurisprudencial. Existência de título executivo extrajudicial. Cabimento de ação de execução para entrega de coisa incerta.
PARECER	000085/2000
Ementa	Indenização amigável de benfeitorias e posse. Possibilidade. Posse justa e de boa-fé anterior à transferência da propriedade do imóvel ao Estado do Pará.
PARECER	000086/2000
Ementa	Transformação de cargos de fiscal de tributos estaduais. Necessidade de Lei. Impossibilidade jurídica de nomear candidatos aprovados em concurso público cujo prazo de validade já expirou.
PARECER	000087/2000
Ementa	Análise de Acordo vinculado à confissão de dívida a ser celebrado entre o Estado do Pará e o IPASEP.
PARECER	000088/2000
Ementa	Mandado de Segurança contra atos oriundos de Mesas da Assembleia Legislativa que instauraram ou deixaram de instaurar Comissões Parlamentares de Inquérito. Os atos apontados como ilegais e/ou abusivos são de competência exclusivamente legislativa, sem repercussão patrimonial. Ausência de interesse do Estado nos respectivos <i>Mandamus</i> .



PARECER	000089/2000
Ementa	O registro do nome do devedor tributário na SERASA não tem serventia, pois este arquivo é de mero controle dos Bancos, dele não fazendo uso o Estado. O protesto, não produz efeito jurídico algum que venha a resguardar os direitos do Estado na execução do crédito tributário. O protesto extrajudicial somente pode servir ao Estado se este quiser utilizá-lo como forma de pressão na cobrança de seus créditos, negativamente o nome do contribuinte devedor.
PARECER	000090/2000
Ementa	Dano ao patrimônio da Fazenda Pública Estadual. Acidente de trânsito ocasionado por menor. Prejuízo que deve ser reparado através de ação judicial.
PARECER	000091/2000
Ementa	A cobrança amigável da dívida ativa pode ser feita por instituição financeira privada, mediante autorização ou aprovação legislativa, consoante art. 91, I e 214 § 1º da C.E. c/c art. 7º do CTN. A arrecadação tributária poderá ser efetuada por ente privado, podendo ser firmado contrato entre o ente estatal e o privado, conforme determinado na legislação tributária. A PGE tem competência exclusiva de representação judicial do Estado devendo, obrigatoriamente, participar de qualquer processo que vise mitigar essa competência.
PARECER	000092/2000
Ementa	Consulta a SPC a respeito da nomeação ou não dos candidatos do concurso C-69 que ainda estão participando do certame em razão da concessão de medidas liminares obtidas em ações judiciais.
PARECER	000093/2000
Ementa	Fundo de Saúde da Polícia Militar do Pará, previsto na Lei nº 4.491/73, instituído pelo Decreto 10.756/78 e regulamentado pela Portaria 038/95/GB-COM-GERAL. Recursos oriundos de contribuições e indenizações deduzidas do soldo dos policiais militares. A norma instituidora do FUNSAU limita a origem dos recursos à contribuição de até 3% sobre o soldo dos policiais militares e a verbas



consignadas no orçamento do Estado, de sorte que a dedução de indenizações pela efetiva utilização do serviço médico-hospitalar, importa em violação à legalidade.

PARECER

000094/2000

Ementa

Dívida judicial. Crédito de natureza alimentar. Sentença Transitada em julgado. Acordo para recebimento parcelado. Inadmissibilidade. Necessidade de precatório. Art. 100 da CF/88 e jurisprudência dominante do STF.

PARECER

000095/2000

Ementa

Consulta formulada pela SEDUC sobre a legalidade do afastamento de servidores temporários para concorrer à mandato eletivo.

PARECER

000096/2000

Ementa

Desapropriação de imóvel rural pelo Estado membro. Possibilidade jurídica. Competência dos entes federados para desapropriação por interesse social. Pagamento prévio e em dinheiro. Finalidade diversa da reforma agrária. Precedentes do STJ.

PARECER

000097/2000

Ementa

O Princípio Constitucional da eficiência impõe que a Administração exija dos licitantes a observância de qualidade na execução de obras e serviços públicos com fundamento nos artigos 6º, IX e X, 7º, § 2º, I, 67, 68 e 69, podendo, para tanto, instituir programa de qualidade e produtividade em obras públicas.

PARECER

000098/2000

Ementa

As atividades tendentes ao cálculo do imposto são atividades preparatórias ao ato de lançamento tributário, todos afetos à Secretaria Executiva da Fazenda. A Procuradoria-Geral do Estado tem somente a representação judicial e consultoria jurídica do Estado, na forma e



ao teor do que estabelece o art. 187, "caput", da Constituição Estadual, não se podendo entender como atividade de consultoria a homologação de laudos de avaliação.

PARECER

000099/2000

Ementa

Licitação. Financiamento de Banco Internacional com procedimento próprio. Proposta apresentada com data-base posterior àquela indicada no Edital. Irregularidade sanável ou insanável? Análise do caso concreto em consonância com os princípios norteadores do procedimento licitatório.

PARECER

000100/2000

Ementa

Certidão de regularidade fiscal. Empresa requerente manejou Recurso/Impugnação. Efeito suspensivo. Lei Estadual nº 6.182, de 30.12.98 c/c IN nº 0006, de 11.02.00. Possibilidade.

PARECER

000101/2000

Ementa

Concessão de uso de bens imóveis pertencentes ao Estado. Necessidade de prévia aprovação legislativa (art. 92, XIII da Constituição Estadual). Inaplicabilidade da Lei Estadual nº 5.979/96 às Fundações Públicas.

PARECER

000102/2000

Ementa

Análise do Decreto regulamentar para cumprimento da Lei Estadual nº 6.306, de 17/7/2000, que trata da compensação de créditos tributários.

PARECER

000103/2000

Ementa

Contratação do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado do Pará (SIMETAL) para executar atividades pertinentes ao Plano de Educação Profissional (PEP), com fundamento no art.24, inc. XIII da Lei nº 8.666/93.



PARECER

000104/2000

Ementa

A limitação, imposta por I.N. na esfera estadual, ao exercício de atos de comércio interestaduais infringe regra de repartição de competência, tendo em vista a competência privativa da União para regular a matéria, art. 22, VIII da C.F. A Constituição Federal de 1988 garantiu a livre concorrência como princípio de ordem econômica, configurando infração à Lei Antitruste, qualquer regra que limite a livre concorrência ou a livre iniciativa. A regra que estava contida no artigo 6º parágrafo único da I.N. 0014/2000, infringe a Constituição Federal por invadir a competência privativa da União para regular os atos de comércio interestadual, por utilizar forma inadequada para obrigar os contribuintes a fazerem ou deixar de fazerem alguma coisa, face à matéria regulada, bem como, em função da clara limitação à franca concorrência.

PARECER

000105/2000

Ementa

Acórdão do TCE que determina lavratura de novo ato de aposentadoria pela SEAD - Impossibilidade. A diligência determinada pelo Tribunal de Contas, no sentido de baixa dos autos para observância de determinados critérios de majoração de proventos de aposentadoria, não obriga o órgão que concedeu, sobretudo se não há amparo legal.

PARECER

000106/2000

Ementa

I - A realização de transação efetuada pelos Estados da Federação, que envolvam créditos tributários de ICMS, está condicionada a prévia autorização do CONFAZ conforme artigo 10 da Lei Complementar n. 24/75, pressuposto preenchido pelo convênio n. 33/00; II - A transação é instituto que deve ser criado por lei, na qual sejam estabelecidas as suas condições de efetivação, bem como a autoridade que irá realizá-la, conforme o artigo 171 do CTN; III - Pode a autoridade administrativa deixar de constituir ou desconstituir crédito tributário em face de decisões reiteradas dos Tribunais Superiores, desde que haja previsão legal que a autoriza, não se tratando tal ato de transação. IV - Para que haja transação há necessidade de existência de litígio e concessões mútuas entre as partes, extinguindo o



crédito tributário em conflito, caso contrário não se trata de transação. V - A transação de objeto sob discussão judicial somente poderá ser efetuada pela Procuradoria Geral do Estado a qual possui competência exclusiva e privativa para representar judicialmente o Estado.

PARECER

000107/2000

Ementa

I - Preenchendo os requisitos do artigo 14 do CTN, terá a entidade de assistência social direito a imunidade do art. 150 VI, "c" da Carta Magna; II - *In casu*, a entidade requerente se apresenta como entidade da mais nobre assistência social, estando amparada pela imunidade tributária constitucional. III - Não compete à esta PGE analisar discricionariamente os documentos apresentados para obtenção da imunidade, mas opinar sobre o alcance, a interpretação e a determinação prevista na lei de regência da imunidade tributária.

PARECER

000108/2000

Ementa

Dispensa de Licitação. É dispensado o procedimento licitatório quando o bem a ser adquirido é de reconhecida singularidade, dado o valor histórico do mesmo, mormente quando adquirido de outra esfera da Administração Pública.

PARECER

000109/2000

Ementa

Requisitos para investidura em Cargos em Comissão. Autuação de servidores públicos pelo Conselho Regional de Administração Pará/Amapá por exercício ilegal da profissão. Ausência de previsão legal a respeito da habilitação específica para o exercício dos cargos.

PARECER

000110/2000

Ementa

Pedido de notificação ajuizado contra o Comandante Geral da PM, tendo em vista ato do Comando Geral da PM que revogou a concessão de licença para a candidatura do Policial Militar ao cargo de vereador, nas presentes eleições.



PARECER	000111/2000
Ementa	Interpretação do art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Repartição de limites globais de despesas dos órgãos públicos. Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado. Não integração ao Ministério Público comum. Ausência de autonomia funcional. Integração à estrutura orgânica do Tribunal de Contas do Estado e este ao Poder Legislativo. Inteligência dos arts. 128 e 130 da Constituição da República.
PARECER	000112/2000
Ementa	A Lei 8.666, de 1993, admite, por sua vez o aditamento do contrato para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial, quando houver alteração dos encargos ou de tributos (art.65, II, "d", e § 6º) (Hely Lopes Meireles).
PARECER	000113/2000
Ementa	Análise do Decreto regulamentar para cumprimento da Lei Estadual nº 6.306, de 17/7/2000, que trata da compensação de créditos tributários.
PARECER	000114/2000
Ementa	Elaboração de Parecer. Contratação de profissional de notória especialização. Inexigibilidade de Licitação. Aplicação dos arts. 13, II c.c 25, II e § 1º da Lei 8.666/93.
PARECER	000115/2000
Ementa	Pode ser exigido Certificado de Qualidade de licitantes de acordo com o artigo 6º, X, e o artigo 30, II, 1º e 3º, da Lei nº 8.666/93 e com o Programa de Qualidade e Produtividade em Obras Públicas - Pará Obras.



PARECER	000116/2000
Ementa	Consulta sobre crédito financeiro em favor da empresa NCF - Engenharia, Comércio e Representações Ltda., objeto, em parte, de transação judicial nos autos da Ação Penal ajuizada perante a 5ª Vara Penal pelo Ministério Público.
PARECER	000117/2000
Ementa	Ordem judicial determinando expedição de certidão. Ordem devidamente cumprida, se o documento expedido reflete a verdade dos fatos.
PARECER	000118/2000
Ementa	Isonomia de Imposto de Renda, em decisão judicial de revisão de proventos.
PARECER	000119/2000
Ementa	Compete ao Grupo Cota Parte a decisão sobre os índices a vigorarem ano a ano, nos repasses de receita do ICMS. A confirmação dos índices em reunião do grupo, aprovada por maioria, impede qualquer revisão administrativa, cabendo ao município que se julgue prejudicado a via judicial. Decisão para regularização de índice é interesse de todos os municípios paraenses, posto que o aumento de um acarreta diminuição de outros.
PARECER	000121/2000
Ementa	Consulta acerca da possibilidade de firmar convênio de apoio financeiro, durante o atual período eleitoral.
PARECER	000122/2000
Ementa	Licitação - Impugnação Judicial - Sentença Concessiva da Segurança - Execução Provisória - Impossibilidade de Revogação do Procedimento Licitatório.



PARECER 000123/2000

Ementa Viabilidade jurídica de transformação de função gratificada em cargo em comissão - Matéria privativa de ato legislativo - Inteligência do art. 91, IX e X da Constituição do Estado do Pará - Inaplicabilidade de outras normas jurídicas por ofensa à Constituição Estadual.

PARECER 000124/2000

Ementa Parcelamento de crédito não tributário inscrito em dívida ativa. Inexistência de prévia legislação autorizativa. Impossibilidade.

PARECER 000125/2000

Ementa Empregado de empresa pública não tem estabilidade no emprego em decorrência do art. 37 Constitucional e nem em razão do art. 19 do ADCT da Constituição Federal/88, podendo sofrer dispensa imotivada.

PARECER 000126/2000

Ementa Análise da Resolução nº 16.203 do TCE.

PARECER 000127/2000

Ementa Doação de imóvel rural pelo Estado do Pará ao INCRA, para fins de reforma agrária, através de Decreto que subsume a autorização legislativa àquela prevista na Lei Estadual 4.584/75, que autoriza o ITERPA a doar áreas rurais do patrimônio do Estado. Dispositivo legal não recepcionado pela Carta Estadual de 1989. Autorização legislativa que refoge à competência da Assembleia Legislativa. Área superior a dois mil e quinhentos hectares. Autorização do Congresso Nacional dispensada pelo art. 188, § 2º, da Constituição da República, por se tratar de imóvel destinado à reforma agrária. Competência do Exmo. Senhor Governador do Estado para promover o ato de doação, consoante art.135, I da Constituição Estadual.



PARECER	000128/2000
Ementa	Minuta de Convênio de Cooperação Técnica e Financeira a ser celebrado entre o Estado do Pará, a Fundação Vale do Rio Doce e o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Pará. Necessária compatibilidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Inaplicabilidade da Lei 9.504/97, que regula as eleições gerais. Necessidade de previsão orçamentária e indicação da fonte de recursos, por parte do Estado do Pará. Conveniente responsável pela gestão financeira do convênio - pessoa jurídica de direito privado - prestação de contas perante o Tribunal de Contas do Estado. Inteligência do art. 70, parágrafo único, da Constituição Federal de 1988.
PARECER	000129/2000
Ementa	Indaga sobre os procedimentos a serem adotados com relação ao câmputo da aposentadoria, objeto de recomendação feita pelo Tribunal de Contas do Estado no sentido de que se procedesse à inclusão da parcela referente ao abono recebido pelo servidor em atividade, concedido pelo Decreto nº 40001, de 20.04.2000.
PARECER	000130/2000
Ementa	Restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro de contrato da empresa.
PARECER	000131/2000
Ementa	Licitação, Inexigibilidade. Contratação escritório de advocacia norte-americano. Propositura de ação indenizatória contra empresas de tabaco sediadas nos Estados Unidos da América. Serviço Técnico especializado. Inteligência do artigo 25, inciso II, Parágrafo Primeiro, combinado com o artigo 13, inciso V da Lei Federal 8.666/93.
PARECER	000132/2000
Ementa	Programa Nacional de Alimentação Escolar. Adequação da Lei Estadual 6.061, de 22 de julho de 1997 aos termos da MP 1.879-24, de 26 de outubro de 2000.



PARECER	000133/2000
Ementa	Servidor cedido ao Estado pelo município de São Domingos do Capim/PA.
PARECER	000134/2000
Ementa	Administrativo. Mandado de Segurança. Concessão de liminar. Inclusão nas fileiras da Polícia Militar. Denegação da segurança. Desligamento. Pagamento da remuneração referente ao período trabalhado. Cabimento.
PARECER	000135/2000
Ementa	Teto constitucional. Subsídio mensal dos Ministros do STF. Norma constitucional de eficácia limitada à edição de Lei Ordinária. Prevalência da redação do art. 37, XI da Carta Federal, anterior à Emenda Constitucional nº 19/98. Decisão adotada pelo STF na 3a. Sessão Administrativa, de 24.06.98. Poder Executivo Estadual - teto: remuneração percebida pelos Secretários Especiais.
PARECER	000136/2000
Ementa	Compra de pastas pendulares marca Telos. Padronização. Fornecedor único. Inexigibilidade de licitação.
PARECER	000137/2000
Ementa	Análise da minuta do Decreto de desapropriação da área para a implantação da Alça Rodoviária.
PARECER	000138/2000
Ementa	Viúvo de ex-Delegada de Polícia, requereu com base no art. 4º do Decreto Estadual nº 2.490, de 13 de novembro de 1997 a instauração de processo administrativo apuratório para verificação da ocorrência de acidente do trabalho, com o fim de receber a referida vantagem.



PARECER	000139/2000
Ementa	Solicitação de colaboração para eventual implementação na prestação de serviços jurídicos afetos à Assessoria Jurídica da COHAB.
PARECER	000140/2000
Ementa	Para os servidores desta Procuradoria que recebem a Gratificação de Tempo Integral de que trata o art. 137, da Lei 5.810, regulamentada pelo Decreto nº 2538, de 20 de maio de 1994, tanto as férias quanto a licença prêmio devem ser gozadas sem prejuízo da remuneração, devendo integrar esta inclusive todas as vantagens que o servidor perceba pelo exercício do cargo.
PARECER	000141/2000
Ementa	Requerimento de posseiros do Acampamento Prata, para desapropriação do referido imóvel.
PARECER	000142/2000
Ementa	Competência da Polícia Militar do Estado na lavratura de Termos Circunstanciados de Ocorrência Ambiental (TCO) e demais procedimentos administrativos e penais.
PARECER	S/N/2000
Ementa	Serviço público de abastecimento de águas e esgotamento sanitário. O saneamento básico. Serviço prestado pelo Poder Público a municípios de Região Metropolitana de Belém. Natureza jurídica. Competência da entidade estadual. Aplicação do princípio da autonomia municipal e sua compatibilização com o interesse supramunicipal. Regime jurídico da prestação do serviço por entidade delegatária do Poder Público. A ausência de relação contratual com a COSANPA. Condição de empresa estadual prestadora de serviço público e sua desconstituição por ato de outro. Impossibilidade jurídica. A aplicação da Lei nº 8.987/95.



PARECER

S/N/2000

Ementa

Serviço público de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. Regiões metropolitanas, funções públicas de interesse comum e competência para a prestação de serviços públicos. Imposição constitucional do princípio da equalização tarifária. Os regimes constitucionais de prestação de serviços públicos e a autonomia federativa. Cooperação voluntária e necessária entre entidades políticas. Inaplicabilidade à hipótese da Lei Federal nº 9.987, de 13 de fevereiro de 1995.

PARECER

S/N/2000

Ementa

Deseja-se saber, em síntese, se as empresas associadas à Central de Outdoors sujeitam-se ao ICMS, quando, por encomenda de agências de publicidade, preparam e instalam, no interesse de terceiros (bancos, companhias aéreas, fábricas de cigarros, etc), propaganda personalizada, sob a forma de anúncios, painéis, telas para front light e assemelhados.

PARECER

S/N/2000

Ementa

Execução contra a Fazenda Pública. Sentença condenatória. Recurso contra ela interposto pendente de julgamento. Ausência de título judicial. Impossibilidade jurídica da execução. Matéria insuscetível de preclusão.



2001

PARECER

PARECER 000001/2001

Ementa Diferencial de alíquota. Construção civil. Matéria constitucional. Não existindo decisão do Supremo Tribunal Federal sobre exigências ou não do tributo e existindo pendência de julgamento no Superior Tribunal de Justiça, não deve o Estado do Pará adotar tese contra a cobrança do tributo nas compras pelas empresas de construção civil. Nas compras interestaduais de mercadoria para consumo e ativo fixo, as empresas de construção civil são contribuintes do ICMS na medida que se apresentam como comerciantes e informam o número de Inscrição Estadual para receberem mercadoria com alíquota interestadual.

PARECER 000002/2001

Ementa Protocolo de Intenções - Termo de Compromisso. Possibilidade de celebração. Não vinculação. Inexistência de prestações a serem satisfeitas pelos acordantes e de obrigatoriedade de contratação posterior.

PARECER 000003/2001

Ementa Decreto que trata de processo administrativo originário de auto de infração deve prevê como se processa o julgamento e não pode inovar em termos das multas indicadas na Lei Ordinária.

PARECER 000004/2001

Ementa Atendidos os requisitos de legalidade e confirmada a legitimidade de quem pleiteia vantagem pecuniária de servidor que deixou de percebê-la em razão do seu falecimento, impõe-se a sua concessão, independentemente da expedição de Alvará Judicial, sempre que o valor do benefício for inferior ao salário mínimo vigente, por equidade e bom senso.



PARECER	000005/2001
Ementa	Parecer - Análise da Minuta do Decreto que regulamenta a Lei nº 5.529/89 que trata da cobrança do ITDC e alterações no bojo da própria Lei em virtude da redação do Decreto.
PARECER	000006/2001
Ementa	A celebração dos convênios interestaduais constitui pressuposto essencial à válida concessão, pelos Estados-membros ou Distrito Federal, de isenções, incentivos e benefícios fiscais em matéria de ICMS (trecho extraído da Ementa da ADIMC - 1247/PA).
PARECER	000007/2001
Ementa	A Administração poderá conceder direito real de uso de bens imóveis, dispensada licitação, quando o uso se destina a outro órgão ou entidade da Administração Pública (§ 2º, do Art. 17, da Lei de Licitações).
PARECER	000008/2001
Ementa	Revisão de Processo Administrativo Disciplinar, anulação de penalidade aplicada a servidor público com a consequente reintegração desse ao cargo.
PARECER	000009/2001
Ementa	Pedido de revisão de Processo Administrativo Disciplinar - Alegação de fato novo - Sentença penal absolutória por falta de provas - Impossibilidade de repercutir na instância administrativa - Improcedência do pedido de revisão - Inteligência do Art. 299 do RJU/PA. Não constitui fato novo, a ensejar revisão de Processo Administrativo Disciplinar, sentença penal absolutória que tenha por fundamento a insuficiência de prova de que o réu tenha contribuído para a infração penal (Art. 386, IV, CPP).



PARECER 000010/2001

Ementa Viabilidade de deferimento de pleito administrativo de atualização de precatório pago em 2000.

PARECER 000011/2001

Ementa Impugnação ao edital de concorrência 004/200, que tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios para a PMPA.

PARECER 000012/2001

Ementa Fiscal - Dívida Ativa não tributária - Multa decorrente de condenação do TCE/PA - Valores diferenciados para cada devedor - Necessidade de confecção de CDA's distintas - Maior viabilidade para o recebimento do crédito.

PARECER 000013/2001

Ementa Análise de minuta de Contrato de Alienação da Carteira de Créditos Imobiliários da COHAB ao Estado do Pará e de disposições contratuais pertinentes à matéria.

PARECER 000014/2001

Ementa Liminares - Dispensa de Agravo de Instrumento - Concurso para admissão no Curso de Oficial da PM - Possibilidade - Decisão que não traz prejuízo imediato ao Estado - Reversibilidade quando da análise do mérito da segurança - Estratégia de cunho Político-Jurídico junto ao TCE - PA.

PARECER 000015/2001

Ementa Dissolução da ENASA.



PARECER	000016/2001
Ementa	Requerimento. Resgate de títulos supostamente emitidos pelo Estado do Pará. Ações Preferenciais da Companhia Port Of Pará. Empresa privada concessionária da execução das obras do porto de Belém. Inexistência de obrigação do Tesouro Estadual.
PARECER	000017/2001
Ementa	Pagamento indevido de faturas pela SEPLAN para crédito do Hotel Vila Rica.
PARECER	000018/2001
Ementa	Responsabilidade Objetiva do Estado - Acordo Administrativo - Possibilidade. Possível a celebração de acordo administrativo, visando indenização em caso de dano provocado pelo Estado, face à incidência da teoria da Responsabilidade Objetiva prevista na Carta Constitucional. A transação, porém, não frustra o direito de regresso do Estado contra o servidor, caso tenha este agido com culpa ou dolo, pelo que necessária a apuração da existência ou não de negligência, imprudência ou imperícia do servidor responsável pelo fato causador do sinistro.
PARECER	000019/2001
Ementa	Bem Público. Concessão de uso. Licitação. Indispensável licitação, para concessão de uso de qualquer natureza de bem público.
PARECER	000020/2001
Ementa	Parecer. Aplicação da Nova Legislação Tributária (Leis nº 5.530 de 13 de dezembro de 2000, e a Lei nº 6.344 de 28 de dezembro de 2000, que disciplinam o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, as quais não devem ser aplicadas ao exercício financeiro de dezembro de 2000, com base no Art. 150, Inciso III, Alínea "a" e "b" da Constituição Federal,



que fundamenta os princípios da anterioridade e da irretroatividade.

PARECER 000021/2001

Ementa Administrativo. Responsabilidade extracontratual do Estado. Acidente automobilístico com veículo oficial. Danos a transeuntes. Dever de indenizar. Inteligência do Art. 37, § 6º da CF/88. Possibilidade de celebração de acordos administrativos. Direito de regresso contra o agente causador do dano.

PARECER 000022/2001

Ementa Sigilo Fiscal. Impossibilidade de fornecimento de informações fiscais sem que haja amparo legal.

PARECER 000023/2001

Ementa Sigilo fiscal. Aplicação da Lei Complementar 104, de 10 de janeiro de 2001.

PARECER 000024/2001

Ementa Exame de minuta de Projeto de Lei que "Dispõe sobre a Defesa e a Inspeção Sanitária no Estado do Pará".

PARECER 000025/2001

Ementa Tribunal Administrativo de Recursos Tributários. Competência para instituir programas de incentivo ao servidor.

PARECER 000026/2001

Ementa Administrativo. Acumulação de cargos públicos. Natureza técnica do cargo de papiloscopista. Possibilidade de acumulação com outro de professora, desde que observada a compatibilidade de horários. Ilegalidade no recebimento de gratificações que exigem dedicação exclusiva e tempo integral. Opções da servidora.



PARECER 000027/2001

Ementa Sejam as instituições de assistência social, quer as fundações públicas, em qualquer delas, a imunidade relativamente aos servidores prestados se impõe, desde que cumpridas as exigências contidas em lei.

PARECER 000028/2001

Ementa I - A regra do artigo 52 da Lei Estadual n. 6.182/98 não afasta a cobrança dos honorários de sucumbência, em razão da ausência de previsão expressa nela contida; II - A regra do artigo 52 da Lei n. 6.182/98 tem natureza jurídica de multa moratória, não se confundindo com os honorários; III - Os Procuradores do Estado agindo em atividade vinculada devem requerer a condenação dos executados nos honorários advocatícios, em função da inexistência de regra que dispense a cobrança da verba de sucumbência; IV - A impossibilidade de cumulação dos honorários dever ser decidida por sentença judicial; V - Enquanto não resolvida a constitucionalidade do artigo 187 § 3º, I, da C.E. em face do Estatuto da OAB, devem as verbas de sucumbência ser destinada aos cofres públicos.

PARECER 000029/2001

Ementa É vedada a cobrança de tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou (inteligência do art. 150, III, `b`, da CF).

PARECER 000030/2001

Ementa Jonas Monteiro Arraes pleiteia o reconhecimento do contrato de musicista que desenvolve pelo cumprimento de ensaios, concertos, espetáculos e outras atividades que exerce na Fundação Carlos Gomes.

PARECER 000031/2001

Ementa Licitação e Contratos. Documentos. Direito de informação aos cidadãos. Princípio da Publicidade.



PARECER	000033/2001
Ementa	Diárias da Polícia Militar - Prazo Prescricional - Prescrição Quinquenal - Inteligência do Art. 53 da Lei Estadual n. 5251/85. A prescrição contra a Fazenda Pública é quinquenal regendo-se pelo disposto no Decreto n. 20910/32.
PARECER	000034/2001
Ementa	Exame de minuta de Decreto que regulamenta a Lei n. 6.176, de 29.12.98, que instituiu o Sistema de Controle Interno e criou a Auditoria Geral do Estado no âmbito do Poder Executivo.
PARECER	000035/2001
Ementa	Solicitação de licença remunerada para Procurador do Estado frequentar curso de pós-graduação " <i>Strictu Sensu</i> " a nível de Mestrado na Universidade de Nova York -EUA pelo período de 1 ano a partir de agosto/2001.
PARECER	000036/2001
Ementa	Rescisão Administrativa do contrato. Falta de prestação de contas e devolução do valor recebido pelo contratado. Ação ordinária de cobrança para devolução do valor pela contratada.
PARECER	000037/2001
Ementa	Análise da possibilidade de alteração do entendimento assentado pela Súmula 07, da D. Consultoria Geral do Estado, face as condenações impostas ao Estado em decisões judiciais relativas ao tema.
PARECER	000038/2001
Ementa	Termo de ajuste de conduta para fins de exploração florestal - Possibilidade - O termo de ajuste não se direciona apenas a ser preparatória de ação civil pública - Mas adequar determinadas situações de conflito - No caso o que se está adequando é o uso do recurso florestal - Afastada qualquer discussão sobre o domínio e o seu reconhecimento - Atende a possibilidade de aprovação e continuidade de projeto de manejo florestal até o encaminhamento de solução da



regularização fundiária - Situação excepcional dado a existência de registro irregular de imóvel e ainda não objeto de ação judicial específica - Considerando ainda os termos do Provimento nº 013/2006-CJCI do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado - Não compete data vênua a Consultoria Jurídica da SECTAM adentrar aspectos da competência da PGE - Do contrário se esvaziaria a competência de orientação jurídica da PGE - Deve ser firmado o termo de ajuste de conduta.

PARECER 000039/2001

Ementa Incorporação pelo exercício de cargo em comissão ou função gratificada. Interpretação do Art. 130, § 1º da Lei n. 5.810/94.

PARECER 000040/2001

Ementa Servidores Comissionados e Temporários, descabimento de autuação INSS por falta de contribuição. Regime Jurídico Único Administrativo estranho ao RPGS. Inconstitucionalidade da Emenda Constitucional n. 20.

PARECER 000041/2001

Ementa Análise da Minuta do Decreto de desapropriação da área para a implantação da Avenida Independência.

PARECER 000042/2001

Ementa Doação das embarcações Ferry Boat " Washington Rocha" e Empurador "Alphen Corrêa" todas de propriedade do Estado do Pará.

PARECER 000043/2001

Ementa Efeitos da sentença em Mandado de Segurança transitada em julgado antes da promulgação da Lei Complementar n. 87/96.



PARECER	000044/2001
Ementa	Exame de minuta de Projeto de Lei que Dispõe sobre a Defesa e a Inspeção Sanitária no Estado do Pará.
PARECER	000045/2001
Ementa	Fraude em Hidrômetro por empregado da Empresa CBR - Engenharia Ltda.
PARECER	000046/2001
Ementa	Dispensa de licitação. É dispensado o procedimento licitatório quando o bem a ser adquirido é de reconhecida singularidade, mormente quando adquirido de outra esfera da Administração Pública.
PARECER	000047/2001
Ementa	Administrativo. Multa de trânsito. Veículo locado. Impugnação. Procedimento legal de identificação do infrator não-proprietário. CTB.
PARECER	000048/2001
Ementa	Administrativo. Improbidade. Inassiduidade de servidor público. Recebimento indevido de valores do erário. Responsabilidade civil. Viabilidade da ação ordinária de cobrança.
PARECER	000049/2001
Ementa	O Conselho Federal da OAB e seus Conselhos Estaduais, por serem considerados Autarquias Especiais, gozam de imunidade tributária, nos termos ao Art. 150, V, "a", da CF/88.
PARECER	000050/2001
Ementa	É de ser indeferido pedido de reclassificação funcional quando tal medida não encontra amparo no ordenamento constitucional vigente, além de violar a Coisa Julgada.



PARECER

000051/2001

Ementa

1 - Desapropriação de áreas para implantação de Distritos Industriais (Art. 5º, alínea I do Decreto-Lei nº 3.365/41). Loteamento e revenda dos respectivos lotes. 2 - Inadimplência dos adquirentes dos lotes. Inobservância da função social da propriedade e consequente prejuízo ao interesse público. 3 - Viabilidade da desapropriação dos lotes com base no artigo 2º, I da Lei nº 4.132/62.

PARECER

000052/2001

Ementa

Prescrição. O ajuizamento de Mandado de Segurança não interrompe o prazo prescricional para o pedido administrativo ou ajuizamento de Ação Ordinária de Cobrança de vantagens pecuniárias indevidamente suprimidas dos servidores públicos. A execução de sentença concessiva da segurança deve se dar nos próprios autos da ação mandamental, com efeitos retroativos à data da impetração, e pagamento mediante Precatório Requisatório.

PARECER

000053/2001

Ementa

Litigância de Ma-Fé em Processo Administrativo.

PARECER

000054/2001

Ementa

Gratificação de produtividade - Art. 142 da Lei nº 5810/94 (RJU) e Decreto Estadual nº 2595/94 - Servidora com estabilidade excepcional do Art.19 do ADCT - Simples garantia de permanência no serviço público. O servidor público "estabilizado" pelo art. 19 ADCT não adquire o direito de passar a ocupar cargo público, efetivo ou não, mas apenas de permanecer no serviço público ocupando o cargo ou a função que já exercia. No caso em análise, a servidora não era ocupante de cargo público, exercendo apenas uma função no serviço público. Como a gratificação de produtividade é devida apenas a servidor ocupante de cargo público, não possui a servidora requerente direito à perceber a referida gratificação.



PARECER

000055/2001

Ementa

1) Afigura-se inconstitucional o Decreto que institui benefícios fiscais sem respaldo em Convênio do CONFAZ; 2) Ofende ao princípio da não cumulatividade do ICMS a regra isentiva que condiciona o benefício a manutenção atual do nível de pagamento de ICMS pelo contribuinte; 3) A isenção em caráter geral não está abrangida pelo artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, face a impossibilidade de cálculo de seu impacto."

PARECER

000056/2001

Ementa

I - A COHAB pode atuar na área de gerenciamento de programas de habitação e urbanismo do Estado do Pará sem necessidade de alteração da lei que a criou ou de seu Estatuto, pois essas normas legais já abrigam essa possibilidade. II - A COHAB e o Estado do Pará, através da SEDURB poderão relacionar-se por intermédio de convênios, sendo de destacar que já existe um instrumento deste teor vigente entre as mesmas, o qual pode ser aditado para que tenha seu objeto ampliado, e prorrogado, além de poderem firmar contratos específicos, precedidos de dispensa de licitação, na forma do disposto no artigo 24, inciso VIII, da lei nº 8.666/93.

PARECER

000057/2001

Ementa

Estatuto do Magistério Público Estadual do Pará (Lei nº 5.351/86). Plausibilidade Jurídica do Instituto da Progressão Horizontal e sua aplicação ao Grupo Magistério. Vinculação do vencimento de servidor público ao salário mínimo.

PARECER

000058/2001

Ementa

"1) A concessão de benefícios fiscais, pelos Estados membros da Federação, somente podem ser consideradas válidas, mediante prévia autorização do CONFAZ; 2) A Lei 5.780/193, art. 12, autorizou o Governo do Estado do Pará a conceder benefícios fiscais sem a prévia autorização do CONFAZ, por isso teve o referido artigo suspenso, por medida liminar pelo STF; 3) Os atos praticados com base no artigo da Lei que teve a sua eficácia declarada suspensa pelo Excelso Pretório, devem ser considerados, também sem eficácia, a partir da



data da suspensão liminar; 4) O Decreto Estadual 401, de 29.06.1995, por conceder Isenção sem estar baseado em convênio do CONFAZ, bem como, por basear-se em autorização de lei cuja eficácia foi suspensa pelo STF, não deve ser considerado apto para conceder isenção, desde o momento da declaração de Inconstitucionalidade via liminar."

PARECER

000059/2001

Ementa

Processo de consulta formulada pela Diretoria de Julgamentos da SEFA/PA, no que tange ao lançamento tributário que possui como atuada uma empresa.

PARECER

000060/2001

Ementa

Contrato administrativo. Alteração. Cláusulas Regulamentares. Manutenção do equilíbrio financeiro. Reajuste e revisão de preços. Atraso pagamento de faturas. Cabimento dos juros contratuais.

PARECER

000061/2001

Ementa

1) A concessão de benefícios fiscais, pelos Estados Membros da Federação, somente podem ser consideradas válidas, mediante prévia autorização do CONFAZ; 2) A Lei nº 5.780/93, art. 12, autorizou o Governo do Estado do Pará a conceder benefícios fiscais sem a prévia autorização do CONFAZ, por isso teve o referido artigo suspenso por medida liminar pelo STF; 3) Os atos praticados com base no artigo da Lei que teve a sua eficácia declarada suspensa pelo Excelso Pretório, devem ser considerados, também sem eficácia, a partir da data da suspensão liminar; 4) O Decreto Estadual nº 401, de 29/06/2001, por conceder isenção sem estar baseado em convênio de CONFAZ, bem como, por basear-se em autorização de lei cuja eficácia foi suspensa pelo STF, não deve ser considerado apto para conceder isenção, desde o momento da declaração de inconstitucionalidade via liminar.



PARECER	000062/2001
Ementa	Acumulação remunerada de cargo público e função pública temporária por servidor militar (Médico Militar) e por servidor civil em regime de dedicação exclusiva. Impossibilidade Jurídica.
PARECER	000063/2001
Ementa	Os valores das diárias, para o Território Nacional, fora do Estado, serão acrescidos de um adicional de vinte (20) por cento, destinados a cobrir despesas de deslocamento até o local de embarque e desembarque ao local de trabalho ou de hospedagem e vice-versa. (art. 2º do Decreto nº 734, de 07/04/1992).
PARECER	000064/2001
Ementa	Gratificação de incentivo ao Aeronauta - Decreto nº 4.338/86 - Inconstitucionalidade e ilegalidade - Inexistência de Lei - Ofensa ao princípio da estrita legalidade remuneratória - Inteligência dos art. 37, X da CF/88, arts 39, § 1º, da CE/89, art. 127, Parágrafo Único do RJU/PA. Inexistindo lei ordinária que discipline a referida gratificação, é inconstitucional e ilegal o seu pagamento a todo e qualquer servidor do Estado, seja efetivo ou temporário. Aplicação do Princípio da Estrita Legalidade Remuneratória.
PARECER	000065/2001
Ementa	Decisão Liminar da Justiça Federal contra retenção de INSS das prestadoras de serviços não afeta os cofres estaduais e não importam em interesse do Estado em integrar a lide. A decisão somente beneficia a pessoa que é parte no Mandado de Segurança, sendo necessário ao outro Consórcio a interposição de mandado de segurança visando a não retenção do INSS.
PARECER	000066/2001
Ementa	Alcance e repercussão de norma legal editada através do Decreto Federal nº 3.751, de 15.2.2001 e a sua aplicação ao Programa Pará -



URB e aos procedimentos que vêm sendo levados a efeito no âmbito local.

PARECER

000067/2001

Ementa

Vantagens pecuniárias que os servidores tenham deixado de perceber em decorrência de seu falecimento - Pagamento apenas às pessoas indicadas no Art. 160, II, "D", da Lei nº 5.810/94 - Princípio da legalidade - Direito Público - Interpretação restritiva e declarativa.

PARECER

000068/2001

Ementa

Análise de requerimento formulado por servidor, com vistas a excluir do Teto Remuneratório as parcelas percebidas a título de Adicional por Tempo de Serviço e de Adicional de Representação Incorporada. Entendimento do STJ: tais adicionais constituem vantagens de natureza pessoal e são indenenes à incidência do redutor constitucional.

PARECER

000069/2001

Ementa

Com advento da Lei nº 5.378/87, os servidores cedidos de outros Poderes com ônus para o Executivo Estadual, independentemente na natureza do cargo ocupado, se em comissão ou efetivo, passaram a ter assegurado o direito de optar pela maior remuneração, não se sujeitando a regra do art. 8º da Lei nº 5.020/82. Aos servidores cedidos com ônus para o Executivo Estadual aplica-se o redutor constitucional, tendo como teto a remuneração de Secretário Especial.

PARECER

000071/2001

Ementa

Análises de viabilidade de a Administração proceder à redefinição do quantitativo de cargos entre diversas classes, por meio de Decreto. Aplicação do Princípio de Reserva Legal Absoluta, que submete ao Poder Legislativo a regulação de todas as matérias de competência de ente público. Quantitativo fixado em lei. Impossibilidade de alteração de Lei formal por meio de Decreto. Inteligência do Art. 84, IV, da CF/88.



PARECER	000072/2001
Ementa	PRODEPA - Empresa Pública - Regime Jurídico - Celetista - Cargo de livre provimento e exoneração - Presidente da Empresa - Inexistência de relação de emprego - Ausência de subordinação jurídica - Exoneração - Descabimento de multa indenizatória de 40 sobre o FGTS.
PARECER	000073/2001
Ementa	A exigência de ISS da COSANPA, pelo Município de Belém, por supostos serviços previstos nos itens 20, 23 e 26 do Art. 21 da Lei Municipal nº 7.056/77, padece de fundamentação legal e deve ser rechaçada em esfera administrativa e, após, em caso de manutenção, em esfera judicial.
PARECER	000074/2001
Ementa	Companhia de Desenvolvimento Industrial do Pará. Desapropriação por interesse social (Art. 2º, inciso I da Lei nº 4.132/62). Análise da minuta do Decreto que declara o imóvel de interesse social.
PARECER	000075/2001
Ementa	Cumprimento de decisão judicial proferida em Mandado de Segurança que reconheceu Isonomia de Vencimento entre cargos de Defensor Público e Procurador do Estado - <i>dies a quo</i> - data do recebimento da ordem judicial que informa o trânsito em julgado da decisão e determina sua observância.
PARECER	000076/2001
Ementa	1 - Invalidade da admissão no serviço público. Apuração mediante o Devido Processo Legal. 2 - Desligamento de cargo público e consequente suspensão do respectivo pagamento. Necessária observância do Devido Processo Legal.



PARECER	000077/2001
Ementa	Retenção pelo Estado, de recursos do PNAE destinados aos Municípios, com base na Lei Estadual nº 6.286/00. Impossibilidade. Não incidência da referida lei à hipóteses em questão, em que os repasses decorrem de mandamento legal, com fundamento na Constituição.
PARECER	000078/2001
Ementa	Vinculação dos vencimentos dos reclamantes a 8,5 (oito e meio) mínimos.
PARECER	000079/2001
Ementa	Possibilidade de desapropriação de área localizada no Município de Palestina do Pará.
PARECER	000080/2001
Ementa	Definir questões relacionadas à antiguidade e a precedência dos integrantes da Corporação.
PARECER	000081/2001
Ementa	Polícia Civil do Estado. Licença para Atividade Classista (Art. 95 da Lei nº 5.810/94 e 110 da Lei Complementar nº 022/94).
PARECER	000082/2001
Ementa	Elaboração de parecer. Contratação de Profissional de Notória Especialização. Inexigibilidade de Licitação. Inteligência dos Arts. 13, II c.c 25, II e § 1º da Lei nº 8.666/93.
PARECER	000083/2001
Ementa	I - A Receita Federal está vinculada às normas de contratação por meio de inexigibilidade de licitação, nas quais está contido o pressuposto formal de cadastro regular no SICAF; II - Somente através da prioridade do interesse público, o qual suplanta a exigência formal para a contratação, é que o órgão federal poderá justificar a dispensa da exigência do registro no SICAF; III - O órgão federal não



deve priorizar o pressuposto formal em detrimento do interesse público; IV - A COSANPA tem os meios normais para cobrança da tarifa em atraso, os quais devem ser exercidos sem qualquer constrangimento.

PARECER 000084/2001

Ementa Posicionamento a ser adotado em relação aos engenheiros da SAGRI que obtiveram decisão judicial vinculando seus salários a 8,5 (oito e meio) mínimos.

PARECER 000085/2001

Ementa Rescisão de contrato de aquisição de vagas escolares com perdas e danos.

PARECER 000086/2001

Ementa Recebimento indevido de remuneração.

PARECER 000087/2001

Ementa O Estado do Pará, não tem como cumprir a permuta referida, por não haver provas no processo de sua existência.

PARECER 000088/2001

Ementa Informações acerca da tramitação da reclamação trabalhista interposta.

PARECER 000089/2001

Ementa Companhia de Desenvolvimento Industrial do Pará (CDI). 1 - Compra e venda efetuada com violação do direito de preferência e sem autorização expressa da CDI. Medida Judicial destinada à invalidação. 2 - Desapropriação por interesse social (Art. 2º, inciso I da Lei n. 4.132/62). Bem onerado por penhora judicial. Repercussão do ônus na pretensão expropriatória.



PARECER	000090/2001
Ementa	Elaboração de parecer. Contratação de profissional de notória especialização. Inexigibilidade de licitação. Aplicação dos Arts. 13, II cc 25, II e § 1º da Lei n. 8.666/93.
PARECER	000091/2001
Ementa	A contribuição previdenciária incide sobre a gratificação natalina - décimo terceiro salário - em face do que dispõe o § 11, do Art. 201, da Constituição Federal de 1988, sendo esta inclusive a orientação do Supremo Tribunal Federal em reiteradas decisões.
PARECER	000092/2001
Ementa	Illegal a pretensão do Município de Belém de firmar Convênio para retenção de ISS na fonte, determinando responsabilidade à terceiro. Ausência de previsão no Decreto-Lei n. 406/68. Impossibilidade de atendimento do pleito por parte da Secretaria Executiva de Agricultura.
PARECER	000093/2001
Ementa	Terras dominicais do Estado, competência do ITERPA no seu gerenciamento. Irrelevância de eventual discussão sobre dúvida no caso de desapropriação de utilidade pública ou interesses social, o enquadramento do ato do Estado, uma vez que se atenda concretamente com a intervenção o interesse público.
PARECER	000094/2001
Ementa	Lei de liquidação da Empresa Metropolitana de Transporte Urbanos, assinada pelo Governador do Estado do Pará da época, prevê que a mesma deve pagar os débitos remanescentes com seus bens. A Lei Federal n. 6.404/76 determina que a empresa em liquidação conserva sua personalidade jurídica, cabendo ao liquidante o pagamento do passivo.



PARECER

000095/2001

Ementa

Desde que haja disponibilidade orçamentária e financeira, interesse público, supervisão técnica e adoção das providências administrativas necessárias, há viabilidade jurídica na prorrogação do contrato pactuado entre a PGE e o Instituto Euvaldo Lodi do Pará (IEL), no contrato para seleção e concessão de estágios a estudantes de cursos de graduação, inclusive para que dois estagiários passem a estagiar no Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

PARECER

000096/2001

Ementa

Reclamação Trabalhista. Salário profissional. Engenheiro agrônomo. Tutela antecipada. Trânsito em julgado. Astreinte no valor total de R\$54.360,00 até 02/10/2001. Recomendação de cumprimento da obrigação de fazer resultante da antecipação da tutela no valor de R\$6.589,00 (de 12/2000 a 10/2001). Recomendação de ajustamento do salário profissional do reclamante de R\$609,00 para R\$1.208,00. Recomendação de ajuizamento de ação rescisória por afronta ao dispositivo constitucional de proibição de vinculação ao salário mínimo. Recomendação de encaminhamento de negociação para renúncia à astreinte pelo reclamante.

PARECER

000097/2001

Ementa

Busca de mecanismos para melhor viabilizar suas ações e projetos, um modelo de sistema criado e executado no Estado do Paraná com vistas a implantação de projeto similar naquela unidade federativa.

PARECER

000098/2001

Ementa

Acordo coletivo firmado e registrado na DRT, em princípio deve ser cumprido, salvo no que for flagrantemente inconstitucional.



PARECER	000099/2001
Ementa	O interessado solicita o pagamento de honorários profissionais, com arrimo na Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994 – Estatuto da Advocacia, que remete os autos ao Estado, julgando de responsabilidade deste o ônus do respectivo pagamento.
PARECER	000100/2001
Ementa	Decisão proferida pela Justiça Estadual em Mandado de Segurança contra Secretário de Estado da Fazenda de outro Estado não pode obrigar o cumprimento da decisão pelo Estado do Pará. Pode o Estado do Pará, amparado na Lei Estadual, exigir o ICMS no momento da entrada da mercadoria no território paraense.
PARECER	000101/2001
Ementa	FGTS. Prazo para reclamar em juízo. Prescrição bienal. Enunciado n. 362/TST. Acordo para levantamento do. Possibilidade. Tendo em vista novel interpretação do E. TRT Regional, os princípios de razoabilidade e bom senso recomendam a formalização de acordo para levantamento de depósitos fundiários posteriores à 05/10/1988.
PARECER	000102/2001
Ementa	Contratação sem licitação - compra do piso para o Estádio do Mangueirão.
PARECER	000103/2001
Ementa	Administrativo - Militar - Acidente de Trabalho - Despesas Médico - Hospitalar e Farmacêutica - Responsabilidade exclusiva do Estado - Contribuição a título de assistência médica extra - Inadequação ao caso - Centro Social BM - Ajuda financeira devida pelo servidor.
PARECER	000104/2001
Ementa	Incabível a substituição de objeto contratado por outro que implique acréscimo do valor unitário obtido por regular procedimento licitatório - atendido o limite de 25 previsto no § 1º do Art. 65 da Lei



n. 8.666/93. Cabe alteração, inclusive unilateral, do objeto contratado, mediante supressão parcial do objeto do mesmo, se houver conveniência administrativa para tal.

PARECER

000105/2001

Ementa

Desapropriação de utilidade pública, instrumento de intervenção do Estado que se atende concretamente o interesse público, pode e deve ser instrumento para o cumprimento de deveres constitucionais, especialmente aqueles que fortalecem a identidade cultural do povo brasileiro.

PARECER

000106/2001

Ementa

Servidor contratado temporariamente sob a égide da Lei Complementar n. 07/91 e da Lei n. 5.389/87 solicita que seja cedido para atuar na Regional Xingu em Altamira, como Coordenador Geral do SINTEPP - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará.

PARECER

000107/2001

Ementa

Ausência de elementos comprobatórios da perda total. A outorga de isenção deve ser interpretada literalmente. Aplicação do art. 111, inciso II, do CTN.

PARECER

000108/2001

Ementa

Terras dominicais do Estado, procedimentos de doação por ato direto do Estado do Pará, sendo o detentor do domínio, evitando celeumas, confirme-se o ato através de doação específica mediante decreto legislativo.

PARECER

000109/2001

Ementa

Servidora requer administrativamente que seus vencimentos sejam reajustados para equivalerem a 8,5 (oito e meio) mínimos com base em isonomia vencimental e por existir, segundo ela, decisão judicial transitada em julgado que lhe seja favorável.



PARECER

000110/2001

Ementa

O Estado do Pará detém a titularidade do poder concedente dos serviços de água e esgotos na órbita metropolitana, o que decorre de a COSANPA ser delegatária desse serviço, em razão da Lei nº 4.336, de 21 de dezembro de 1970, competência esta que foi estendida a região metropolitana de Belém, criada através da Lei Complementar nº 14, de 8 de junho de 1973, recepcionada pela Constituição Federal, que não atribuiu a nenhum outro ente tal competência no âmbito de regiões metropolitanas.

PARECER

S/N/2001

Ementa

O fato ensejador da consulta resume-se a uma ação ordinária com pedido de declaração difusa de inconstitucionalidade do Decreto Expropriatório Estadual (Pará) 7.702/1971 cumulado sucessivamente com pedido de condenação em perdas e danos.

PARECER

S/N/2001

Ementa

A prestação de serviço de comunicação para a veiculação de publicidade e de propaganda sujeita-se a incidência do ICMS.



2002

PARECER

PARECER 000001/2002

Ementa Transporte Aquaviário Intermunicipal de Passageiros - Competência para exploração e regulação – Estados -Membros - Inteligência dos Arts. 21, XII, "d" e 25, § 1º da Carta Magna. A Constituição Federal confere à União a competência para explorar e regular o serviço de transporte aquaviário entre portos brasileiros e fronteiras nacionais, e entre Estados -Membros. Assim, cabe aos Estados -Membros, com base em sua competência administrativa remanescente, regular o transporte aquaviário intermunicipal de passageiros, com fundamento no Art. 25, § 1º, da CF/88.

PARECER 000002/2002

Ementa Vantagens pecuniárias que o servidor deixou de perceber em decorrência de seu falecimento. Inteligência do Artigo 160, II, d, da Lei Estadual nº 5.810/94. Impossibilidade de dispensa de alvará judicial para liberação das vantagens pecuniárias em favor dos sucessores previstos na Lei Civil.

PARECER 000003/2002

Ementa Contratação de Corretora de Valores Mobiliários pelo Estado para venda de ações da Petrobrás.

PARECER 000004/2002

Ementa Exame de minuta de Decreto que regulamenta a Lei nº 6.176/98 e suas alterações, e estabelece a composição e formas de atuação do Sistema de Controle Interno no âmbito do Poder Executivo.

PARECER 000005/2002

Ementa Convênios entre Estado e Município - Descumprimento. Vias judiciais de cobrança das verbas repassadas em razão do convênio - Ação Ordinária - Ação Civil de Improbidade



PARECER	000006/2002
Ementa	Convênios entre Estado e Municípios com recursos do Fundo para o Desenvolvimento Regional -FDE - Descumprimento. Vias judiciais de cobrança das verbas repassadas em razão do convênio - Ação Ordinária -Ação Civil de Improbidade.
PARECER	000007/2002
Ementa	Pedido administrativo de restabelecimento de pagamento de horas extra.
PARECER	000008/2002
Ementa	Administrativo - Licitação - Recebimento indevido de valores - Necessidade de ressarcimento ao erário - Responsabilidade civil - Viabilidade da ação ordinária de cobrança - Necessidade de revisão da penalidade administrativa sugerida.
PARECER	000009/2002
Ementa	Pedido de reconsideração ao V. Acórdão 31.036 proferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará que indeferiu a retificação de aposentadoria pleiteada.
PARECER	000010/2002
Ementa	Os atos administrativos eivados de ilegalidade podem e devem ser anulados pela Administração Pública, no caso a Militar. Portanto, a mudança de qualificação de graduação sem base legal enseja declaração de nulidade, devendo o policial militar indevidamente enquadrado voltar ao Quadro de origem, assegurado todos os direitos, inclusive de promoção, como se nunca tivesse se afastado do mesmo.
PARECER	000012/2002
Ementa	Servidor da Polícia Civil em regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva. Servidores do Centro de Perícia "Renato Chaves". Médico Militar. Hipóteses de acumulação de cargos. Unificação dos pareceres já exarados pela Procuradoria-Geral do Estado.



PARECER 000013/2002

Ementa Há necessidade de diligência para esclarecer o pedido da requerente - Desde que devidamente esclarecido o pleito, pela realização da diligência, haverá viabilidade jurídica à concessão de Auxílio Natalidade à servidora que muito embora inicialmente admita como Temporária, estiver ocupando Cargo Público em Comissão, à época do nascimento de seu filho e na da requisição da vantagem.

PARECER 000014/2002

Ementa Competência para apuração de processo administrativo disciplinar.

PARECER 000015/2002

Ementa Exercício de direito de resposta (matéria publicada em jornal de circulação nacional).

PARECER 000016/2002

Ementa Em caso de ampliação e melhoramento do empreendimento possível a concessão de novo benefício bem como a prorrogação de prazo de benefício já concedido antes mesmo do exaurimento desse prazo.

PARECER 000017/2002

Ementa Administrativo – Revisão contratual – Inserção de cláusula de reajustamento de preços – Impossibilidade, por força do disposto no § 1º do art. 2º da Lei nº 10.192/2001 – Do atraso no pagamento por parte da administração – Da viabilidade da recomposição de preços para manutenção do equilíbrio econômico – Financeiro do contrato, ex VI do art. 65, II, "D" da Lei nº 8.666/93.

PARECER 000018/2002

Ementa Licitação. Alegação de fraude destituída de comprovação. Pedido de pagamento por serviços decorrentes de licitação. Indenização por perdas e danos suportados em processo de licitação cuja legalidade é questionada administrativamente. Transcurso do quinquênio prescricional. Impossibilidade.



PARECER	000019/2002
Ementa	Aquisição de materiais e implementos de atletismo para o Estádio Olímpico do Pará Edgar Proença (MANGUEIRÃO). Inexigibilidade de licitação. Inteligência do Artigo 25 da Lei nº 8.666/93.
PARECER	000020/2002
Ementa	Exame da minuta do edital do concurso público nº C-001/2002-PC, que tem por objeto o preenchimento de 60 (sessenta) vagas para o Cargo de Escrivão de Polícia Civil (Código GEP-PC-706), classe "A".
PARECER	000021/2002
Ementa	Renovação de contrato de prestação de serviços de pesquisa, ensino e instrução militar.
PARECER	000022/2002
Ementa	Administrativo - Improbidade administrativa - Requerimento para exclusão de litisconsorte - Impossibilidade - Inteligência do Art. 17 da Lei nº 8.429/92.
PARECER	000023/2002
Ementa	Bloqueio de proventos de servidor público pela Justiça do Trabalho, sob a alegação de garantia de execução. Requerimento formulado à Administração para que efetue os depósitos em outra entidade bancária. Impossibilidade. Caso em que a Administração se limita a cumprir ordem judicial. O ato judicial deve ser impugnado na via própria.
PARECER	000024/2002
Ementa	Contratação de operações de crédito externo e interno pelo Estado do Pará - Limites e condições impostas pelas Resoluções nº 40/2001 e 43/2001 do Senado Federal - Observância.



PARECER

000025/2002

Ementa

Acórdão do TCE que determina lavratura de novo ato de aposentadoria pela SEAD - Possibilidade. A diligência determinada pelo Tribunal de Contas, no sentido de baixa dos autos para observância de determinados critérios de retificação de proventos de aposentadoria, com base em ato de aposentadoria de longa data, obriga o Órgão que concedeu, eis que amparado em direito adquirido, com base na lei vigente à época da aposentadoria.

PARECER

000026/2002

Ementa

Incidência da gratificação de escolaridade sobre o vencimento do cargo em comissão. Análise da possibilidade de extensão a todo o pessoal inativo da decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça por ocasião do julgamento do Recurso em Mandado de Segurança nº 10.245 - Pará.

PARECER

000027/2002

Ementa

Convênio destinado ao repasse, pelo Estado do Pará aos Municípios, de recursos financeiros para fins de contratação de pessoal para as Unidades de Saúde do Estado. Transferência voluntária para pagamento de despesas com pessoal. Impossibilidade jurídica.

PARECER

000028/2002

Ementa

Abandono de emprego. 1 - Definição do prazo prescricional da ação disciplinar. Não interrupção do prazo prescricional em face da abertura de processo administrativo de "Regularização Funcional". 2 - Exoneração ex-officio em virtude do escoamento do prazo prescricional da ação disciplinar.

PARECER

000029/2002

Ementa

Pedido de instalação do Município de Mojui dos Campos, criado pela Lei nº 6.264/99. Impossibilidade de atendimento ao pleito em razão da não homologação, pelo Tribunal Superior Eleitoral, do plebiscito de emancipação na Emenda Constitucional nº 15/99. Precedentes do Supremo Tribunal Federal.



PARECER 000030/2002

Ementa Adesão da Procuradoria-Geral do Estado ao Programa da Qualidade no Serviço Público (PQSP).

PARECER 000031/2002

Ementa Ato de aposentadoria de servidor público: a) Divergência entre a Administração Pública e o Tribunal de Contas do Estado. Imperiosa observância do entendimento da Corte de Contas pela Administração Pública. b) Revisão judicial do ato de aposentadoria eivado de ilegalidade. Propositura de ação ordinária de anulação de ato jurídico contra o beneficiário. C) Competência do Ministério Público para impugnar ato de aposentadoria ilegal.

PARECER 000032/2002

Ementa Corpo de Bombeiros Militar. Solicitação de transporte para dependentes, secretária doméstica e veículo particular.

PARECER 000033/2002

Ementa Pedido de devolução de valores relativos a desconto previdenciário efetuado quando do pagamento de precatório, por se tratar de servidor inativo. Incidência de tais descontos apenas no período em que o servidor encontrava-se em atividade. Indevido o desconto previdenciário sobre proventos do servidor. Inteligência do art.195, II, c/c a art. 40, § 12, ambos da Carta Federal. Cálculo homologado pela Presidência do E. TJE / PA. Devolução que deve ser feita pela via judicial. Necessidade de confirmação do repasse dos valores em questão o IPASEP, caso em que cabe àquela Autarquia, e não ao Estado do Pará, a devolução da quantia indevidamente descontada.

PARECER 000034/2002

Ementa Mandado de segurança impetrado contra ato do Presidente do IPASEP, por servidora efetiva daquela Autarquia, posteriormente redistribuída para Órgão do Poder Executivo Estadual. Redistribuição. Efeitos ex nunc. Indevida a sucessão processual. Eventual condenação relativa a período anterior à redistribuição deve ser suportada pelo IPASEP. O Estado do Pará deve ser chamado



como litisconsorte necessário, e responderá por eventual condenação relativa a período posterior à redistribuição. Liminar para incorporar à remuneração a gratificação pelo exercício de função gratificada, no percentual de 60%. Impossibilidade de seu cumprimento pelo IPASEP, em face da redistribuição da servidora. Impossibilidade legal de percepção simultânea do adicional incorporado e da vantagem pelo exercício da função gratificada. Incidência do art. 130, § 4º da Lei 5.810/94, ressalvado o direito de opção. Parcelas relativas a período anterior à impetração deverão ser cobradas pela via ordinária.

PARECER

000035/2002

Ementa

Republicação de Lei para fins de correção de erro material – excluir do texto um dispositivo que havia sido suprimido no curso do processo legislativo. Aplicação do art. 1º, § 4º da Lei de Introdução ao Código Civil. Correção que se submete a nova vacatio legis. Disposições inalteradas permanecem com o prazo de vigência inicial.

PARECER

000036/2002

Ementa

Servidor ocupante exclusivamente de cargo em comissão falecido em decorrência de acidente em serviço. Pagamento de pensão especial aos dependentes. Sentido e alcance do artigo 160, II, c da Lei Estadual nº 5.810/1994.

PARECER

000037/2002

Ementa

Processo Administrativo Disciplinar. Observância do contraditório e da ampla defesa. Julgamento. Possibilidade de retificação do enquadramento legal sugerido pela Comissão Processante sem que tal ato importe prejuízo ao direito de defesa.

PARECER

000038/2002

Ementa

Corpo de Bombeiros Militar. Militar posto à disposição do QCG. Solicitação de diárias. Subtração do período em que o Militar esteve no gozo de Licença Especial.



PARECER

000039/2002

Ementa

Convênio de Delegação celebrado entre a União e Estado- Empresa pública estadual que absorve os empregados de sociedade de economia mista federal - Inexistência de nova contratação - Inteligência do art. 73, V, da Lei n 9.504/97 - Serviço público delegado de natureza essencial - Princípio da continuidade do Serviço Público - Incidência da Alínea " D " do inciso V, do Art.73, da Lei n 9.504/97.

PARECER

000040/2002

Ementa

Corpo de Bombeiros Militar. Salário Família. Inaplicabilidade do Decreto Estadual nº 2.397 de 18/03/1994.

PARECER

000041/2002

Ementa

Análise da Minuta de Convênio de Cooperação Técnica entre a Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA) e a Rede CELPA, para a realização conjunta da leitura de medidores, faturamento, arrecadação e atendimento compartilhado a cliente. A) Características gerais dos convênios. Principais traços distintos com os contratos administrativos. B) Perfil do convênio de cooperação técnica que COSANPA e CELPA pretendem celebrar. C) Possibilidade de celebração de convênio entre COSANPA e CELPA para a realização conjunta da leitura de medidores, faturamento, arrecadação e atendimento a cliente. Necessidade de objetiva demonstração da cooperação técnica e operacional entre as partícipes. Sugestões para a adequação da minuta.

PARECER

000042/2002

Ementa

Celebração de acordo judicial na fase de conhecimento ou de execução de sentença. Impossibilidade de pagamento imediato dos valores pactuados. Necessidade de observância do Regime de Precatório. A sentença que homologa transação com ônus para a Fazenda Pública possui eficácia condenatória e enquadra-se na definição de "sentença judiciária", atraindo a aplicação do art. 100, caput, da Constituição da República.



PARECER 000043/2002

Ementa Nomeação dos Membros do Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS). Possibilidade de nomeação com efeitos retroativos. Expedição de Resolução que convalide os atos anteriormente praticados.

PARECER 000044/2002

Ementa Decisões da Justiça do Trabalho após a Instituição do Regime Jurídico Único - Incompetência absoluta - Viabilidade de interposição de Ação Declaratória de Nulidade de Ato Jurídico - Regularização da situação funcional de Agentes Públicos não concursados contratados após cinco de outubro de 1983 - Inviabilidade jurídica.

PARECER 000045/2002

Ementa Prescrição quinquenal das ações movidas contra o Poder Público - Aplicação incontroversa as ações pessoais movidas contra a Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional - Aplicação controvertida as ações de natureza real e as movidas contra as Sociedades de Economia Mista.

PARECER 000047/2002

Ementa Transferência dos bens integrantes do projeto agroindustrial Abranham Lincoln (PACAL) ao Estado do Pará. Exploração pela iniciativa privada. 1 - Inaplicabilidade da Lei Estadual nº 5.979/96, que institui o Programa Estadual de Desestatização. 2 - Necessidade de autorização legislativa para concessão de bens móveis do Estado (Art. 92, XIII da Constituição Estadual). 3 - Dever constitucional de promover licitação para a outorga de concessão de uso de bens públicos. 4 - Possibilidade de contratação direta, mediante dispensa de licitação (Art. 24, IV da Lei nº 8.666/93), apenas para eliminar o risco de prejuízo decorrente da perda da safra deste ano, em tudo observados os limites e as cautelas legais.



PARECER	000048/2002
Ementa	Cargo em Comissão. Substituição em virtude de Licença - Maternidade da Titular. Direito do substituto à percepção da Gratificação de Representação, nos termos da Constituição do Estado e do Decreto Estadual nº 006, de 03 de janeiro de 1995.
PARECER	000049/2002
Ementa	Candidata inscrita como deficiente - Necessidade de compatibilidade entre a deficiência e as atribuições para exercício do cargo de Delegado de Polícia.
PARECER	000050/2002
Ementa	Requerimento para fins de reconhecimento de direito à promoção de Oficial do Corpo de Bombeiros Militar. Pedido que pretende a anulação do Decreto nº 4.526, de 21.02.01. Impossibilidade de reconhecer o direito à promoção. Revogação que possui efeitos ex nunc. Medida sugerida pela Consultoria Geral do Estado, acolhida pelo Exmº. Governador do Estado, que não cabe a esta Procuradoria-Geral do Estado rever em grau de recurso.
PARECER	000051/2002
Ementa	Exame de minutas de Edital de licitação para contratação de empresa especializada em venda de valores mobiliários e do respectivo contrato.
PARECER	000052/2002
Ementa	Adicional de Insalubridade (Art. 129 da Lei Estadual nº 5.810/94). Necessidade de realização de perícia que avalie a existência e o grau de insalubridade (Decreto Estadual nº 2.485, de 22 de abril de 1994).
PARECER	000053/2002
Ementa	Acumulação de dois cargos de assistente social a quando do advento da Carta Constitucional de 1988. Possibilidade. Hipótese que se insere na permissão excepcional contida no art. 17, § 2º do ADCT da Constituição Federal e no art. 37, XVI, alínea c da CF/88, com redação



dada pela EC 34, de 13.12.01. Assistente Social deve ser considerado como profissional da área de saúde. Precedentes do STJ e do STF.

PARECER

000054/2002

Ementa

Servidor denunciado por crime contra a Administração Pública. Afastamento e desconto na remuneração. Exclusão da ação penal por negativa de autoria. Restituição dos valores descontados, excluídas as vantagens condicionadas ao exercício do cargo. Pagamento que decorre de lei, e não de sentença judicial. Desnecessidade do precatório.

PARECER

000055/2002

Ementa

Regulamentação de Lei Complementar Federal pelo Estado deve ser efetuada mediante Lei Estadual. A finalidade do Decreto Executivo Estadual é regulamentar tão somente a Lei Estadual.

PARECER

000056/2002

Ementa

Natureza jurídica de decisão das Câmaras Criminais Reunidas proferida nos autos de Conselho de Justificação. Procedimento de cunho administrativo - decisão desprovida de caráter jurisdicional, não se enquadrando no conceito constitucional de "causa", o que afasta a possibilidade de manejo de recursos especial ou extraordinário. Impugnação por meio de ação autônoma inviável na hipótese em exame.

PARECER

000057/2002

Ementa

Administrativo - Prestação de contas de verbas federais - Possibilidade de alocação de recursos do próprio Estado - Compensação via ação civil pública.

PARECER

000058/2002

Ementa

Devolução ou restituição de saldo de convênio após o término do exercício referente ao ingresso dos recursos nos cofres públicos



estaduais. Processamento pelo elemento de despesa 93 - Indenizações e restituições, conforme preceitua a legislação vigente.

PARECER

000059/2002

Ementa

Concurso C-70. Pontuação de títulos. Exigência editalícia de que o tempo de experiência profissional seja expresso em meses, aliada à previsão de pontuação por valor unitário, na base de 3 pontos por ano. Atribuição de pontos que deve ter como parâmetro a regra que se relaciona de forma mais direta e especial com o assunto. Cômputo que deve considerar o período anual, não se admitindo pontuação fracionária. Previsão editalícia de cabimento de recursos em cada etapa do certame e do resultado final. Antecipação de uma etapa, com publicação de resultado da prova de títulos já considerados os critérios de desempate. Alegado descabimento de recurso do resultado final. Prevalência da regra do Edital que estabelece o cabimento de recurso nesta última fase. Necessidade de observância do prazo recursal.

PARECER

000060/2002

Ementa

Concurso Público C-69. A) Prorrogação do prazo de validade para as categorias de Delegado de Polícia Civil e Escrivão de Polícia Civil. Discricionariedade da Administração. B) Existência de candidatos "SUB JUDICE". Fator que aconselha a prorrogação, a fim de evitar alegação de má-fé da administração.

PARECER

000061/2002

Ementa

Doação para a COHAB, de parte de imóvel doado, sob condição, pelo Município de Santarém à SEDUC. Imputação de domínio ao Estado do Pará, pessoa jurídica de direito público interno ao qual a SEDUC se integra como Órgão da Administração Direta. Necessidade de aferir o efetivo cumprimento da obrigação imposta como condição para a definitividade do ato. Bem de uso especial. Inalienabilidade relativa. Desafetação expressa e motivada, após o que o bem poderá ser alienado. Observância do art. 17, I, "b", da lei de licitação e dos arts. 92, XIII e 114 da Carta Estadual. Avaliação prévia, justificativa



de interesse público na doação e autorização legislativa. Hipótese de dispensa de licitação.

PARECER 000062/2002

Ementa Ata de Comissão Especial para verificação da viabilidade de padronização do mobiliário da Procuradoria-Geral do Estado.

PARECER 000063/2002

Ementa Aquisição de livros para o Centro de Estudo.

PARECER 000065/2002

Ementa Fiscal de tributos estaduais. Programa de fiscalização itinerante nas inspetorias fazendárias (Portaria nº 126, de 26 de fevereiro de 1999). Direito à percepção da gratificação de produtividade (Artigo 5º, inciso I e II do Decreto nº 2.595/94).

PARECER 000066/2002

Ementa Parecer complementar. Exigibilidade das obrigações contraídas pelo mutuário Estado do Pará no Contrato de Empréstimo N°. OC-BR, celebrado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. Cláusulas contratuais válidas, eis que em conformidade com o ordenamento jurídico pátrio. Exigibilidade que decorre da celebração do contrato.

PARECER 000067/2002

Ementa Contribuição Sindical - Previsão legal na CLT - Exigência dos servidores públicos estatutários - Impossibilidade jurídica face à ausência de previsão legal específica.

PARECER 000068/2002

Ementa Concurso C-69. Divulgação do resultado final do concurso. Cabimento de recurso, consoante dispõe o item 11.1 do Edital. Necessidade de consignar na publicação do resultado final a



abertura de prazo para impugnação. Vinculação necessária aos termos do Edital do Concurso.

PARECER 000069/2002

Ementa Tomada de providências por esta PGE, a respeito da inexistência de informações precisas e convincentes por parte da Polícia Militar, na adoção de procedimentos administrativos de apuração referentes ao pagamento de diárias em desconformidade com a legislação.

PARECER 000070/2002

Ementa Requerimento de incorporação do art. 130 da Lei Estadual nº 5.810/94 - Inviabilidade jurídica do deferimento - Interessada ainda no exercício de cargo em comissão.

PARECER 000071/2002

Ementa Empregado público aposentado. Continuidade da prestação de serviço, em Cargo Público Efetivo, sem a necessária aprovação em concurso público. Ofensa ao Art. 37, inciso II, da CF/88. Rejeição do acordo judicial proposto.

PARECER 000072/2002

Ementa Invalidação de ato administrativo pelo judiciário - Possibilidade - Efeito ex tunc - Anulação de termo de deserção - Regularização funcional do servidor militar - Pagamento dos salários atrasados.

PARECER 000073/2002

Ementa Licença para exercício de atividade política - viabilidade jurídica de concessão a ocupante do cargo efetivo de Procurador do Estado - aplicação do art. 77, VII, da Lei estadual nº 5.810/94 e da Lei Complementar nº 64/90.

PARECER 000074/2002

Ementa Consulta. Requerimento de empregado da COHAB. Pedido de incorporação de gratificação de função. Cabimento do pleito na



hipótese de confirmação do exercício da função por mais de 10 (dez) anos.

PARECER

000075/2002

Ementa

Consulta formulada pela SEAD acerca da aplicação ou não das Súmulas 5, 6 e 7.

PARECER

000076/2002

Ementa

Requerimento. Empregada da COHAB. Pedido de revisão de gratificação de função incorporada à remuneração por força de decisão judicial. Integração da gratificação ao salário. Necessidade de aplicação dos mesmos índices de reajustes salariais.

PARECER

000077/2002

Ementa

Representação prevista no artigo 91 § 4º, da Lei Estadual nº 6.182/98. Necessidade de efetiva participação nas atividades do Tribunal Administrativo de Recursos Tributários (TART). Inexistência de direito à percepção durante o gozo de licença maternidade.

PARECER

000078/2002

Ementa

Oficiais da Polícia Militar do Estado. Análise jurídica de pedidos relativos à promoção (Reversão, ingresso no quadro de acesso e promoção em ressarcimento de preterição).

PARECER

000079/2002

Ementa

Substituição de documentação expressamente exigida em edital de concurso público - Inviabilidade jurídica - vinculação estrita da Administração ao previsto no Edital do concurso.

PARECER

000081/2002

Ementa

Trânsito em julgado da matéria referente ao pleito de 8,5 salários mínimos. Impossibilidade legal de ajuizamento de ação rescisória, pelo decurso do prazo. Aplicação incorreta de nível para efeito de cálculo dos 8,5 salários mínimos. Direito adquirido do requerente ao



nível "B". Direito ao pagamento das diferenças existentes mesmo após a correção dos níveis.

PARECER 000082/2002

Ementa Aplicação incorreta de nível para feito de cálculo de verba reconhecida judicialmente. Direito adquirido do requerente ao Nível ""B"". Pagamento das diferenças existentes - necessidade.

PARECER 000083/2002

Ementa Lei Complementar nº 039/02. Revogação de disposições legais que impliquem incorporação aos proventos de aposentadoria, de verbas de caráter temporário, inclusive gratificação por desempenho de função ou cargo comissionado. Não ocorrência de revogação expressa do art. 130 da Lei nº 5.810/94 e das demais disposições legais que estabelecem a gratificação por desempenho de cargo em comissão ou função gratificada aos servidores da ativa. Revogação implícita. Necessidade de exame de eventual incompatibilidade do art. 94 da LC nº 032/02 com as disposições legais que concedem a vantagem aos servidores em atividade. Utilização de diversas técnicas de interpretação. Primazia dos métodos teleológico e sistemático.

PARECER 000084/2002

Ementa Publicações de contratos de serviço temporário válidos - Atendidos os princípios da legalidade, publicidade e da continuidade.

PARECER 000085/2002

Ementa Regularização da situação funcional do servidor militar.

PARECER 000086/2002

Ementa Policial Militar. Férias não gozadas. Direito ao pagamento do terço constitucional e ao cômputo em dobro desses períodos por ocasião da passagem para a inatividade. Inteligência dos artigos 7º, XVII, da CF/88 e do artigo 66 da Lei Estadual nº 5.251/85.



PARECER

000087/2002

Ementa

Análise da minuta de Convênio de Cooperação Técnica entre o Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região e o Centro de Perícias Renato Chaves - Caracterização dos convênios e contratos administrativos - Necessidade de objetiva demonstração da cooperação técnica entre os partícipes - Sugestões para a adequação da minuta. (Fonte: Câmara dos Deputados).

PARECER

000088/2002

Ementa

Pedido administrativo de correção de valor recebido a título de vantagem pessoal, em decorrência de sentença homologatória de acordo realizado na Justiça do Trabalho, para pagamento de parcelas vincendas da gratificação de tempo integral. Superveniência da Lei nº 5.810/94, que instituiu o Regime Jurídico Único dos servidores públicos civis do Estado. Limitação dos efeitos pecuniários da sentença trabalhista. Inteligência do art. 114 da Constituição da República, combinado com o art. 471, I, do CPC. Impossibilidade de coexistência de vantagens dos regimes celetista e estatutário.

PARECER

000089/2002

Ementa

Inviabilidade jurídica de transferência de recursos públicos em período pré e pós eleitoral - Vedação prevista no art. 73, V, "A", da Lei Federal nº 9.504/97.

PARECER

000090/2002

Ementa

Dívida Ativa não tributária - Espécies - Prazo prescricional extintivo - Lei nº 6.830/80 - Código Tributário Nacional art. 174 - Analogia.

PARECER

000091/2002

Ementa

Corpo de Bombeiros Militar. Promoção ao Posto de Coronel. Oficial que se encontra pela segunda vez consecutiva ocupando primeiro lugar na lista de promoção. Revogação do parágrafo único do artigo 62 do Decreto nº 4.244/86.



PARECER 000092/2002

Ementa Análise da viabilidade de contratação de servidores públicos em período pré-eleitoral - Observância das vedações contidas no art. 73, V, da Lei nº 9.504/97.

PARECER 000093/2002

Ementa Financeiro. FUNDEF. Municipalização do Ensino Fundamental. Convênio entre Estado e Município. Repasse de verbas estaduais. Descumprimento de cláusula convencional. Dever de prestar contas ao Tribunal de Contas. Atuação judicial do Estado do Pará. Ação de prestação de contas. Descabimento.

PARECER 000094/2002

Ementa Reclamação trabalhista ajuizada contra Cooperativa e o Estado do Pará, a fim de assegurar a responsabilização subsidiária do ente político. Paralisação das atividades da Cooperativa por decisão judicial proferida nos autos de ação civil pública movida pelo Ministério Público do Trabalho. Não caracterização do FACTUM PRINCIPIS. Considerações acerca da alegação de simulação como óbice à responsabilização do Estado.

PARECER 000095/2002

Ementa Programa da Qualidade no Serviço Público (PQSP). Adesão da Procuradoria-Geral do Estado. Seminário para excelência em gestão pública. Pagamento pela Procuradoria-Geral do Estado, de passagem aérea para a palestrante. Possibilidade jurídica à luz do princípio constitucional da eficiência.

PARECER 000096/2002

Ementa Ajuizamento de ação rescisória. Cumulatividade das gratificações por tempo integral e dedicação exclusiva.

PARECER 000097/2002

Ementa Ajuizamento de ação rescisória. Cumulatividade das gratificações por tempo integral e dedicação exclusiva.



PARECER 000098/2002

Ementa Oficial do Corpo de Bombeiros Militar do Estado. Pedido relativo à promoção retroativa para ingresso no quadro de acesso e promoção. Inviabilidade face à ausência de documentação comprobatória do direito e à prescrição.

PARECER 000099/2002

Ementa Área *non aedificandi* localizada à margem da rodovia - Limitação administrativa - Forma de incorporação ao patrimônio estadual.

PARECER 000100/2002

Ementa Anotação nos registros funcionais, relativa à incorporação de percentual, decorrente de exercício de cargo em comissão - Direito adquirido até a vigência da Lei Complementar Estadual nº 039/2002

PARECER 000101/2002

Ementa Imperatividade de observância da ordem cronológica de apresentação do precatório para cumprir obrigação decorrente de decisão judicial - EX VI artigo 100 da CF/88 - Princípio da legalidade e impessoalidade - Artigo 37 da CF/88.

PARECER 000102/2002

Ementa Servidor Público. Licença para atividade política. Termo final. Inaplicabilidade do artigo 86, § 2º, da Lei nº 8.112/90 aos servidores públicos estaduais.

PARECER 000103/2002

Ementa Acordo coletivo de trabalho firmado entre Empresa Pública e Sindicato Representativo dos Trabalhadores. Impossibilidade de extensão dos seus efeitos aos servidores contratados sob Regime Temporário. Devolução das quantias indevidamente percebidas a título de reajuste salarial.



PARECER 000104/2002

Ementa Nomeação e posse no cargo de Delegado de Polícia Civil - Impossibilidade em face da inexistência de decisão judicial favorável transitada em julgado - Descaracterização de quebra da ordem classificatória.

PARECER 000105/2002

Ementa Servidor público temporário. Inexistência de direito ao pagamento do adicional por tempo de serviço e do adicional pelo exercício de cargo em comissão ou função gratificada, previstos, respectivamente, nos artigos 131 e 130 da Lei Estadual nº 5.810/94. Incompatibilidade das vantagens com a transitoriedade da contratação temporária.

PARECER 000106/2002

Ementa Comprovação de qualidade técnica - Exigência editalícia cabível de acordo com o artigo 30, II, da Lei nº 8.666/93 - Descumprimento do edital pela Empresa interessada.

PARECER 000107/2002

Ementa Diárias - Pedido de Procurador deslocado de outro Estado - Cabimento.

PARECER 000109/2002

Ementa Acumulação de cargos públicos por profissionais de saúde - Previsão no ADCT das Constituições Federal e do Estado - Viabilidade jurídica apenas aos ocupantes de cargos à época da promulgação da Constituição Federal - Inaplicabilidade da Emenda Constitucional nº 34/2001 aos servidores militares.

PARECER 000110/2002

Ementa Inteligência do artigo 42 da Lei Complementar nº 101/00 - Interpretação conexa com o artigo 57 da Lei nº 8.666/93 - Limites de duração dos contratos administrativos.



PARECER 000111/2002

Ementa Aplicação do piso de 8,5 salários mínimos - Progressão Funcional - Respeito ao direito adquirido do servidor - Impossibilidade de redução de vencimento.

PARECER 000112/2002

Ementa Possibilidade de imposição de multa diária ao IPASEP no termo de ajustamento de conduta firmado com o Ministério Público - Causador do dano tem a faculdade de aceitar ou não a imposição pecuniária - Natureza transacional.

PARECER 000113/2002

Ementa Análise da legalidade da minuta de anteprojeto de Lei que reorganiza o Departamento Jurídico do ITERPA. Sugestões.

PARECER 000114/2002

Ementa Aditamento de Parecer. Análise acerca da fixação do quantum da multa no termo de ajustamento de conduta. Aplicação analógica com os critérios previstos no Direito Civil.

PARECER 000115/2002

Ementa Assunção de débito - Interpretação literal e/ ou sistemática dos contratos - Intenção das partes - Inteligência do artigo 85 do Código Civil.

PARECER 000117/2002

Ementa A correção de exclusão legal indevida, face norma Nacional, deve ser feita por alteração legislativa e não por termo de ajustamento de conduta.

PARECER 000118/2002

Ementa Não há legislação nacional que obrigue os Estados a adotarem em todos os termos, para seus regimes previdenciários próprios, os



preceitos do Regime Geral da Previdência Social, até porque se assim fosse estaria conspurcado o princípio federativo da autonomia.

PARECER

000119/2002

Ementa

Auxílio-Funeral (art. 160, II, "" b "", da Lei Estadual nº 5.810/94). Pagamento a quem realizar as despesas do sepultamento, seja ou não dependente, mediante apresentação de documento hábil. Vantagem de natureza assistencial. Saque de quantia indevida. Boa-fé. Abatimento dos valores percebidos indevidamente do valor devido a título de auxílio-funeral. Notificação do interessado para receber a diferença.

PARECER

000120/2002

Ementa

Quadro de acesso para promoção - Legalidade do critério - Inteligência do artigo 5, LVII da CF/88 - Posicionamento dos Tribunais Superiores.

PARECER

000121/2002

Ementa

Incorporação de função gratificada - Prescrição - Transformação em DAS – Impossibilidade.

PARECER

000122/2002

Ementa

Mandado de segurança. Cumprimento de decisão judicial (Acórdão 45.401). Incorporação imediata de 90 (noventa por cento) do valor da gratificação de maior padrão DAS-01.3. Devido o pagamento das diferenças atrasadas, retroativas à data de impetração do mandado de segurança.

PARECER

000123/2002

Ementa

Pensão Especial (Art. 160, II, c, da Lei Estadual nº 5.810/94). Comprovação do vínculo de dependência econômica. Cabimento da adoção pelo Estado, em face da ausência de regulamentação do referido dispositivo legal, das regras constantes do regulamento da Previdência Social. Possibilidade de pagamento da pensão especial, mediante comprovação do vínculo de dependência econômica com



o de cujus, a quem já percebe benefício previdenciário pago pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INSS) cujo valor não supera dois salários mínimos. Adoção do parâmetro constante do artigo 6º, V, da Lei Complementar estadual nº 039/2002.

PARECER

000124/2002

Ementa

Assistente social. Profissional de saúde. Acumulação na data da promulgação da CF/88, de cargo e emprego privativos de profissional de saúde. Aplicabilidade do artigo 17, § 2º, do ADCT da CF/88. Inexistência de acumulação indevida de cargos públicos. Invalidade das portarias de exoneração em face da inexistência do motivo. Incidência da teoria dos motivos determinantes. Dever de Autotutela. Procedência dos pedidos de reintegração. Pagamento dos valores relativos ao período em que as interessadas estiveram indevidamente desligadas do serviço público.

PARECER

000125/2002

Ementa

Pagamento voluntário de pensão especial decorrente de decisão judicial irrecorrível - Obrigação de fazer - Natureza mandamental - Impossibilidade de aplicação do rito do precatório - Possibilidade de deferimento do pedido - Desnecessidade de espera de processo executivo.

PARECER

000126/2002

Ementa

Cumprimento de decisão judicial - Inexistência de vinculação do provento do servidor com salário mínimo - Ausência de caráter impositivo das recomendações do Tribunal de Contas.

PARECER

000127/2002

Ementa

Prazo prescricional para anulação do ato administrativo - Aplicação do princípio da segurança jurídica e do Decreto nº 20.910/32.

PARECER

000128/2002

Ementa

Realização de exames pelo CPC Renato Chaves a pedido do Ministério Público - Obrigatoriedade.



PARECER 000129/2002

Ementa Incorporação de DAS - Possibilidade - Pedido de exoneração - Observância das disposições da Lei Complementar nº 039/2002.

PARECER 000130/2002

Ementa A decisão proferida na ADIN 1089-1, sobre incidência de ICMS no transporte aéreo é "*erga omnes*" e "*ex tunc*" e aplicável a qualquer tipo de transporte aéreo, posto que entendeu inconstitucional a inovação procedida pelo Convênio 66/88, aplicável somente ao ICMS exigido com base no referido Convênio. Quanto a ADIN 1600-8, deve ser aguardada a publicação da decisão proferida no julgamento do mérito para análise.

PARECER 000131/2002

Ementa Consulta interna da Coordenadoria Geral de Administração e Finanças da PGE, referente ao contrato avançado entre a PGE e empresa.

PARECER 000132/2002

Ementa Pedido de cópia integral de autos administrativos pertinentes a ação judicial movida contra o Estado. Inexistência do dever de atender o pedido. Análise da oportunidade e da conveniência do fornecimento das cópias, com vistas a não prejudicar a defesa processual do ente público. Inobservância do dever de motivar o pedido.

PARECER 000133/2002

Ementa Polícia Civil do Estado. Possibilidade de acumulação remunerada dos cargos de papiloscopista e professor, ante a natureza técnica daquele. Impossibilidade de acumulação quando o policial está submetido a Regime de Dedicção Exclusiva. Pagamento de gratificação de dedicação exclusiva a policiais que, de fato, não trabalham em regime especial. Retirada da gratificação e recolhimento do direito à acumulação remunerada dos cargos de papiloscopista e professor. Necessária devolução das quantias



indevidamente percebidas. Incidência do princípio que veda o enriquecimento sem causa.

PARECER

000134/2002

Ementa

Atualização monetária de valores em sede de desapropriação extrajudicial - Índice - Inaplicabilidade da taxa SELIC a correção de valor de indenização em sede de desapropriação - Entendimento jurisprudencial pacífico - Aplicação do INPC.

PARECER

000136/2002

Ementa

Contrato de financiamento - Caracterização como pacto de trato sucessivo - Sujeição da avença ao princípio da legalidade - Necessidade de liquidez exigível e reequilíbrio contratual, para que se evite a quebra do contrato.



2003

PARECER

PARECER 000001/2003

Ementa Procurador do IPASEP redistribuído para a SEAD e pagamento de complementação salarial. Ilegalidade. Reconhecimento de limite temporal ao exercício da autotutela administrativa (Decadência). Na ausência de Norma Estadual, aplicação do prazo quinquenal, salvo comprovada má-fé, nos termos do art. 54 da Lei federal nº 9.784/99.

PARECER 000002/2003

Ementa Reclamação trabalhista. Dispensa por justa causa. Declaração de nulidade da rescisão do contrato do trabalho por inexistência da justa causa. Reintegração ao emprego. Recebimento das vantagens e direitos relativos à função exercida, retroativos à data da dispensa, na forma do art. 100, § 1º da Constituição Federal.

PARECER 000003/2003

Ementa Absolvição na esfera penal não aproveita ao âmbito administrativo - Decisão judicial transitada em julgado por insuficiência de provas - Não incidência do art. 182, do RJU - Processo administrativo disciplinar levado a efeito arquivado - Possibilidade de pagamento das diferenças de vencimentos retidas exclusive a produtividade.

PARECER 000004/2003

Ementa Possibilidade de cabimento de ação rescisória contra sentença de mérito que viola Constituição Estadual. Aplicação do CPC, Art. 485, V, já que o vocábulo "LEI", empregado no dispositivo, na verdade diz respeito à violação do direito positivo. Assim, em face da desobediência, pela sentença, do disposto no art. 91, X da Constituição Estadual, que trata da possibilidade de transformação de cargos, empregos e "FUNÇÃO" tão-somente por lei estadual sancionada pelo Governador, resta patente a possibilidade de se rescindir a decisão de mérito, que considerou válida a transformação de FG em cargo em comissão, através de mera Resolução do IPASEP.



PARECER

000005/2003

Ementa

Indagação formulada pelo Superintendente do Sistema Penal, no que pertine à legalidade da cobrança de taxa pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, em desfavor daquela Superintendência, para expedição de licença do projeto de construção de um bloco carcerário na Cadeia Pública de Mocajuba.

PARECER

000006/2003

Ementa

Policial militar feminino. Adicional de inatividade. 1. Da Submissão do legislador ao princípio constitucional da razoabilidade. Da total improbidade do adicional de inatividade previsto na Legislação Militar Estadual. 2. Concessão do mesmo percentual de adicional de inatividade, aos policiais masculinos e femininos, quando do preenchimento do tempo mínimo para a transferência voluntária à inatividade: imposição do princípio constitucional da igualdade.

PARECER

000007/2003

Ementa

Convênio firmado entre o Governo do Estado do Pará e o Instituto de Pesquisas da Amazônia. Entrega da Direção Científica e Administrativa do Museu Emílio Goeldi pelo Estado do Pará ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Necessidade de elaboração de novo termo, devidamente atualizado. Nada obstante o ajuste esteja em pleno vigor, o mero fluir temporal de quase cinquenta anos, certamente alterou as condições que definiram o objeto do contrato.

PARECER

000008/2003

Ementa

Desligamento ou afastamento de servidor dos quadros funcionais sem obediência ao devido processo legal, contraditório e ampla defesa. Nulidade ou inexistência do ato que determinou o afastamento. Retorno imediato do servidor ao exercício de suas funções. Apuração da possível falta funcional e de quem deu causa ao desligamento irregular, se caso existir.



PARECER	000009/2003
Ementa	Estudo objetivando identificar eventual tipo penal na conduta dos representantes legais de empresa.
PARECER	000010/2003
Ementa	Cumprimento de ordem judicial - Observância do princípio da legalidade - Possibilidade de disposição de direito patrimonial - Não contrariedade ao artigo 160 da Lei nº 5.810/94.
PARECER	000011/2003
Ementa	Entendimento divergente entre a Procuradoria-Geral e demais órgãos consultivos do Estado no exercício das atribuições de Consultoria Jurídica do Poder Executivo. Prevalência de entendimento da PGE inteligência dos artigos 132 da CF/88, 187 da CE/89 e 5º, VIII, 16, § 2º e 19, II da Lei Complementar Estadual nº 041/2002. Ressalvado a opção do gestor de adotar entendimento diferente caso em que assumirá a responsabilidade integral e exclusiva pela execução do ato.
PARECER	000012/2003
Ementa	Possibilidade de prestação de serviço público de registro e notarial de forma gratuita - Entendimento do STF acerca da matéria - Inteligência do artigo 236, § 2º da CF/88 - Lei específica estadual pode instituir isenção de taxa de registro.
PARECER	000013/2003
Ementa	Serviços Sociais de Cultura. Possibilidade de execução pela Administração Pública Direta, Indireta e pela Iniciativa Privada. Sugestão de alteração dos estatutos e legislação da FUNTELPA para convertê-la em Fundação de Direito Público sob a égide do Regime de Emprego Público.
PARECER	000014/2003
Ementa	Fazenda Pública Estadual - Convênio ICMS 128/01 - Decreto Estadual nº 5.500/02 - Requerimento de extinção de execuções fiscais já



ajuizadas - Possibilidade - Honorários advocatícios - Indevidos - Acordos e transações - Possibilidade.

PARECER

000015/2003

Ementa

Consumidor - Prestação de serviço de transporte hidroviário - Venda aleatória de passagens - Caracterização de prática abusiva e violadora dos direitos básicos do consumidor - Lei nº 8.078/90 - Controle administrativo e judicial. Necessidade de celebração de termo de ajustamento de conduta no Ministério Público.

PARECER

000016/2003

Ementa

Contrato celebrado com base em inexigibilidade. Prorrogação do prazo contratual. Possibilidade. Inteligência do art. 57, II da Lei nº 8.666/93.

PARECER

000017/2003

Ementa

Revogação do artigo 130 da Lei nº 5.810/94. Inteligência do § 1º do artigo 94 da Lei Complementar nº 39/2002 alterada pela Lei Complementar nº 44/2003.

PARECER

000018/2003

Ementa

Extinção da Empresa Pública - Extinção do contrato de trabalho - Impossibilidade de sucessão do Estado do Pará na relação de emprego - Cargo em comissão e emprego público - Vínculos jurídicos diversos e independentes.

PARECER

000019/2003

Ementa

Concurso C-72/ SEDUC.

PARECER

000020/2003

Ementa

Hipótese de impedimento de atuação de Procurador do Estado - Não caracterização - Aplicação dos princípios da moralidade, da impessoalidade e da técnica de hermenêutica jurídica que impõe



interpretação restritiva de disposições que limitam o exercício de direitos.

PARECER

000021/2003

Ementa

Princípio da unidade de tesouraria - Artigo 56 da Lei nº 4.320/64 - Dispositivos do Decreto Estadual nº 1.786/96 - Sistema de conta única. Apuração de responsabilidade civil, administrativa e penal.

PARECER

000022/2003

Ementa

Consulta - Contribuinte de fato - Ilegitimidade. Contribuinte de direito - pagamento do tributo - Reconhecimento da exigência - Cobrança do contribuinte de direito ao contribuinte de fato - relação não tributária. Ato Cotepe 43/2001 e sua retificação vigora desde 01/01/2002; Convênio 06/2002, produz efeitos a partir de 15/01/2002.

PARECER

000023/2003

Ementa

Precatório requisitório originado em ação de revisão de remuneração e provento. Servidor público aposentado, portador de moléstia, prevista no art. 6º, XIV da Lei nº 7.713/1988. Isenção de Imposto de Renda, em conformidade ao supramencionado dispositivo legal, em cotejo com o art. 39, inciso XXXIII do Decreto nº 3.000/1999.

PARECER

000024/2003

Ementa

Revogação do art. 130 da Lei nº 5.810/1994. Inteligência do parágrafo primeiro dos artigos 94 e 101 da Lei Complementar nº 39/2002. Alterada pela Lei Complementar nº 44/2003.

PARECER

000025/2003

Ementa

Ministério Público - Autonomia Administrativa Financeira e Funcional - Tratamento Constitucional e Infraconstitucional - Função essencial à Justiça - Não vinculação a nenhum dos três poderes - Requisitos necessários à redistribuição.



PARECER	000026/2003
Ementa	Servidor público efetivo ou estável pelo art. 19 ADCT. Aposentadoria compulsória. Permanência no serviço público ou provimento em Cargo em Comissão. Possibilidade. Inteligência do art. 37, § 10; 39, § 2º C/C 7º, XXX; 40, § 13; 170 e 230 da Constituição da República Federativa do Brasil.
PARECER	000027/2003
Ementa	Pagamento referente ao auxílio-doença, nos termos do artigo 160, I da Lei nº 5.810/94.
PARECER	000028/2003
Ementa	Questões técnicas acerca do planejamento dos concursos públicos do Estado.
PARECER	000029/2003
Ementa	Aplicação por analogia juris do capítulo que dispõe sobre a aposentadoria na Lei nº 5.810/1994, em caso de Incorporação de períodos descontínuos.
PARECER	000030/2003
Ementa	Constituição de crédito tributário. Lançamento tributário. Prescrição. Decadência. Fazenda Pública e dever de agir. Decisão judicial impeditiva. Ilegalidade. Dever de cautela do Procurador.
PARECER	000031/2003
Ementa	Inventário - Legitimidade do Estado para requerer abertura - Interesse no recolhimento do imposto de transmissão " <i>causa mortis</i> ". Não tendo sido requerido o inventário no prazo de trinta dias a contar da abertura de sucessão, tem legitimidade o Estado-membro para requerê-lo, no caso de haver bens a inventariar e ITCM a apurar e recolher.



PARECER	000032/2003
Ementa	Incorporação de Adicional pelo exercício de Cargo em Comissão saldo correspondente ao período compreendido entre a Lei Complementar nº 39/2002 e a Lei Complementar nº 44/2003. Prevalência da Norma posterior. Direito adquirido. Princípio de isonomia.
PARECER	000033/2003
Ementa	Contrato administrativo - Alteração de cláusula contratual - Possibilidade de cobrança dos serviços hemoterápicos através de boleto bancária.
PARECER	000034/2003
Ementa	Análise de minuta de regulamentação da Lei Estadual nº 6.474 de 06 de agosto de 2002 que institui no âmbito do Estado a modalidade de licitação denominada Pregão.
PARECER	000035/2003
Ementa	Comunicação dos créditos do Estado em outros feitos. Possibilidade. Concurso de preferência. Aplicabilidade dos arts. 186 e 187 do CTN e art. 29 da Lei nº 6.830/80. Sugestões para a aplicação prática dos dispositivos.
PARECER	000036/2003
Ementa	Análise de minuta de regulamentação da Lei Estadual nº 6.474 de 06 de agosto de 2002 que institui no âmbito do Estado a modalidade de licitação denominada Pregão.
PARECER	000037/2003
Ementa	Empresas estatais regime híbrido. Direito privado com derrogações expressas do direito público. Tratamento constitucional. Inteligência do art. 173, § 1º da CF/88. Criação de empregos públicos. Interpretação sistemática.



PARECER	000038/2003
Ementa	Revogação dos artigos 1º, 2º e 6º da Lei nº 5.320/86 - Inteligência do artigo 94 da Lei Complementar nº 39/2002 alterada pela Lei Complementar nº 44/2003 - Artigo 22, XXI da CF/88 - Medida Provisória nº 2.215-10. Artigo 52 da Lei Complementar nº 39/2002.
PARECER	000039/2003
Ementa	Revogação do artigo 130 da Lei nº 5.810/94. Inteligência do § 1º do artigo 94 da Lei Complementar nº 39/2002 alterada pela Lei Complementar nº 44/2003. Artigo 101 da Lei Complementar nº 44/2003.
PARECER	000040/2003
Ementa	Análise do novo estatuto da CEASA.
PARECER	000041/2003
Ementa	Dispensa de IPVA.
PARECER	000042/2003
Ementa	Servidor Militar. Configuração de acidente de serviço. Retorno do trabalho para residência desviado para receber vencimentos. Nexo de causalidade entre o evento danoso e o cargo exercido.
PARECER	000043/2003
Ementa	Multa de trânsito indenização ao erário pode ser realizada através de desconto em folha de pagamento. Imperatividade de existência do devido processo administrativo. Danos causados a terceiros. Ação regressiva em face do militar. Observância das normas do processo de execução.
PARECER	000044/2003
Ementa	Adicional por tempo de serviço. Cômputo do período de serviço prestado à sociedade de economia mista. Posicionamento do



Supremo Tribunal Federal. Inteligência do artigo 70 e 128, III da Lei nº 5.810/94.

PARECER

000045/2003

Ementa

Compra de área - Possibilidade - Indenização pelas benfeitorias - Não configurado o domínio, apesar do registro imobiliário, não pode ser indenizado o valor da terra nua - Mas apresentam as benfeitorias como bens imóveis por acessão natural. Procedimento.

PARECER

000046/2003

Ementa

Pedido de indenização em decorrência de permuta de imóveis entre entidades da Administração Pública. Possibilidade de utilizar os Institutos da venda, da desapropriação direta ou indireta, conforme a situação fática, ressalvado em qualquer caso a prescrição. Adoção do INPC ou do IGP-DI em atualização monetárias de valores pagos pelo Estado.

PARECER

000047/2003

Ementa

Sociedade em liquidação - Viabilidade jurídica apenas da continuidade das atividades já iniciadas - Necessidade de a cláusula ""em liquidação"" constar em todos os atos da Companhia - Transferência de direitos minerários por Sociedade de Economia Mista - Necessidade de realização de licitação.

PARECER

000048/2003

Ementa

Pedido de indenização em decorrência de imóveis desapropriados e não pagos. Possibilidade de indenizar no próprio processo expropriatório ou utilizar os Institutos da venda de imóveis entre entidades da Administração Pública e desapropriação indireta, conforme a situação fática, ressalvada em qualquer caso a prescrição. Adoção do INPC ou do IGPD em atualizações monetárias de valores pagos pelo Estado.



PARECER

000049/2003

Ementa

Pedido de indenização em decorrência de ocupação de imóveis pelo Estado. Situação fática não comprovada. Possibilidade de utilizar os Institutos da desapropriação direta ou indireta, da venda de imóveis entre entidades da Administração Pública e da indenização, Conforme a situação fática, ressalvada em qualquer caso a prescrição. Adoção do INPC ou do IGPDPI em atualizações monetárias de valores pagos pelo Estado.

PARECER

000050/2003

Ementa

Empresa estrangeira que participa em sociedade brasileira, obrigatoriamente deve ter registro no CNPJ. Formalidade atendida. Necessidade de avaliação contábil antes da concessão do benefício fiscal requerido por empresa.

PARECER

000051/2003

Ementa

Adicional pelo exercício de Cargo em Comissão ou Função Gratificada. Mudança de regime jurídico celetista para estatutário. Consideração do tempo de exercício de Cargo ou Função de Confiança pelo regime celetista no regime estatutário. Direito à incorporação. Inteligência do art. 70, CAPUT, § 1º e 130 e §§ da Lei nº 5.810/94, até o advento da Lei Complementar nº 044 de 23 de janeiro de 2003.

PARECER

000052/2003

Ementa

Redistribuição. Requisitos. Aplicação do artigo 11 da Lei nº 6.304/2000. Interpretação conforme a Constituição. Gratificação de risco de vida. Lei nº 5.539/1999. Natureza jurídica da gratificação.

PARECER

000053/2003

Ementa

Sentença emanada por Juiz -Auditor militar trânsito em julgado. Invalidação de ato administrativo obriga o Estado a restituir a situação do praça ao STATUS QUO ANTE, sob pena de expor-se às consequências da desobediência injustificada de ordem judicial. Não



é demais lembrar que o respeito incondicional às decisões judiciais traduz imposição da própria Constituição Federal.

PARECER 000054/2003

Ementa Liquidação de pessoa jurídica optante pelo Programa de Recuperação Fiscal - Refis - Exigibilidade imediata da totalidade do crédito confessado e ainda não pago - Viabilidade de previsão em Projeto de Lei sobre a assunção pelo Estado do passivo de sociedade de economia mista por ele controlada - contrato de cessão - Inexistência da transferência da propriedade de bem imóvel.

PARECER 000055/2003

Ementa Possibilidade de contratação direta. Hipótese que se enquadra no permissivo legal do art. 25, inciso V, da Lei nº 8.666/93

PARECER 000056/2003

Ementa Prazo prescricional para o ajuizamento de ação de indenização decorrente de desapropriação indireta. Entendimento dos Tribunais Superiores. Imperatividade de comprovação da ocupação do imóvel particular pela Administração Pública.

PARECER 000057/2003

Ementa Prestação de serviço voluntário - Aplicação da Lei Estadual nº 9.608/98 - Termo de Adesão.

PARECER 000058/2003

Ementa Atribuição e delimitação de competência por lei. Lei nº 5.674/1991 e alterações posteriores. Decreto nº 5.011/2001. Ratificação do ato administrativo pelo Órgão competente.

PARECER 000059/2003

Ementa Repactuação da forma de pagamento da dívida pública consolidada - Inexistência de novação da obrigação - Observância das disposições



constantes nas Resoluções nºs. 43/2001 e 40/2001 do Senado Federal.

PARECER

000060/2003

Ementa

Licença prêmio em cargos comissionados. Suspensão de pagamento aos servidores substitutos. Normatização da matéria pelo Secretário Executivo de Estado de Saúde Pública. Necessidade de prévia delegação do Governador do Estado. Inteligência do art. 135, parágrafo único da Constituição Estadual.

PARECER

000061/2003

Ementa

Vale alimentação. Fornecimento em período considerado como de efetivo exercício. Possibilidade. Aplicação dos princípios da dignidade da pessoa humana e da legalidade orçamentária.

PARECER

000062/2003

Ementa

Regularização dos contratos e/ou convênios celebrados pela SEPLAN. Adequação do projeto de Decreto nº 158/2003 à Lei nº 5.674/91.

PARECER

000062/2003 (B)

Ementa

Emenda Constitucional nº 20/98. Perda de Eficácia do Artigo 114 da Lei nº 5.810/94.

PARECER

000063/2003

Ementa

Cumulação de diárias e serviço extraordinário. Possibilidade. Inteligência dos artigos 145 e 133 da Lei nº 5.810/94.

PARECER

000064/2003

Ementa

Licitação. Imperatividade de observância do princípio da publicidade, sob pena de invalidade do ato. Artigo 21, I e III da Lei 8.666/93 e as normas do BID. Autotutela da Administração Pública deve atender o devido processo legal.



PARECER 000065/2003

Ementa Bem de uso especial - Transferência do uso a outra entidade política - Permissão de uso de bem público.

PARECER 000066/2003

Ementa Os próprios termos do alvará bem definem sua finalidade: fazer o levantamento (SACAR) quantias depositadas em nome da servidora falecida. O auxílio funeral não é objeto de depósito com disponibilização para saque. Tratando-se de um auxílio devido a quem realizou o funeral, adstrito está a essa condicionante, não podendo por isso ser liberado sem que antes tenham sido comprovados os dispêndios a esse título. No caso da família tal condição serve como habilitação ao auxílio funeral e em relação a terceiros tem por finalidade o ressarcimento.

PARECER 000067/2003

Ementa Edital nº 01/2003 - CFSD BM.

PARECER 000068/2003

Ementa Agente Federal. Porte de arma de fogo fora do serviço. Regime peculiar de dedicação integral e de livre porte através da identificação profissional.

PARECER 000069/2003

Ementa Desapropriação de materiais do almoxarifado da SEDUC. Possível ocorrência da prescrição punitiva administrativa não desonera a apuração do dano e identificação do responsável. Obrigatoriedade de instauração de tomada de contas especial e comunicação à Auditoria Geral do Estado e aos Agentes Públicos de Controle. Inteligência dos artigos 33 e 88 da Lei Complementar Estadual nº 12/93; dos artigos 4º, § 2º e 5º, XVI e XVII da Lei Estadual nº 6.176/98 alterada pela Lei nº 6.275/99; do art. 281 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Pará; da Instrução Normativa TCU nº 013 de 04/12/1996 e do art. 37, § 5º da Constituição Federal.



PARECER

000070/2003

Ementa

1-Aposentadoria. Efeitos sobre o contrato de trabalho. A jubilação espontânea produz a extinção do contrato de trabalho. 2-Nova contratação de servidor sem prévia aprovação em concurso público, afronta a Constituição vigente e reveste de nulidade o contrato de trabalho. 3-Servidor aposentado, cujo segundo contrato de trabalho teve sua formalização anterior a 05.10.1988, considerando que à época não havia a exigência constitucional de concurso público para empregos públicos, são devidas as verbas rescisórias atribuídas ao contrato válido.

PARECER

000071/2003

Ementa

Dever de prestar informação à Fazenda Pública. Inteligência do artigo 197 do CTN. Assistência mútua entre as Fazendas Públicas. Lei ou convênio. Artigo 199 do CTN. Ausência de tipificação ao artigo 330 do CP.

PARECER

000072/2003

Ementa

A Administração Pública Estadual, inclusive a Procuradoria-Geral do Estado, estaria obrigada a fornecer cópia integral de autos administrativos, muitas vezes com milhares de documentos?

PARECER

000073/2003

Ementa

1 - Presença do Conselheiro nas sessões e demais atividades dos órgãos colegiados é o referencial e o fundamento para o pagamento da verba de representação ou JETON. 2 - A retribuição pecuniária pela participação em conselhos não compõe a remuneração do cargo, daí porque não afronta a lei o seu não pagamento no caso de férias ou licenças.

PARECER

000074/2003

Ementa

Servidor temporário e servidor ocupante exclusivamente de Cargo em Comissão. Períodos de licença. ATS e tempo de contribuição dos afastamentos do servidor preso em flagrante até sentença transitada em julgado. Servidor preso por condenação criminal.



Afastamento preventivo. Afastamento para se candidatar a cargo eletivo. Atividade classista.

PARECER

000075/2003

Ementa

O enriquecimento às custas do erário sempre foi alvo de ações punitivas no direito brasileiro, porque incompatível com os princípios jurídicos e éticos que presidem a atividade administrativa e o exercício da função pública. Merece repúdio a atitude daquele que se utiliza do cargo para a obtenção de vantagem econômica ilícita, incorporando ao seu patrimônio bens, direitos ou valores a que teve acesso em razão daquela função.

PARECER

000076/2003

Ementa

Fundação HEMOPA consulta a PGE sobre a procedência do pedido de reajuste contratual formulado por empresa.

PARECER

000077/2003

Ementa

Teto remuneratório no âmbito do Poder Executivo Estadual. Paradigma: Secretários Especiais de Estado. Direito ao pagamento retroativo. Necessária observância dos princípios da impessoalidade e da moralidade. Representação incorporada: Vantagens de natureza pessoal. Jurisprudência pacífica do STF. Não incidência do "Redutor Constitucional".

PARECER

000078/2003

Ementa

Extinção de benefício, possibilidade de revisão da posição em face de argumentos apresentados pelo interessado. Invalidação em face de inobservância de procedimentos previstos no Decreto Estadual nº 5.615/2002, que deve ser utilizado em caso de cassação de benefício concedido tanto com base na lei atual como na lei anterior que trata de referidos benefícios.

PARECER

000079/2003

Ementa

Processo encaminhado pela SEFA, referente à venda de mercadorias, objeto de apreensão e depósito fiscal.



PARECER

000080/2003

Ementa

Convênio - Caracterização e distinção em relação ao contrato administrativo. Taxa de segurança pública - Inconstitucionalidade da Lei nº 6.010/96. Segurança pública - Dever do Estado e direito de todos, exercida para preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através, entre outras, da polícia militar a quem cabe a polícia ostensiva e preservação da ordem pública, essa atividade do Estado só pode ser sustentada pelos impostos, e não por taxa.

PARECER

000081/2003

Ementa

Taxa. Contraprestação de serviços UTI SINGULI. Serviço público de segurança pública tem caráter geral e indivisível. Contraprestação por imposto. Interpretação do STF. Inviabilidade de restrição e divisibilidade do serviço de segurança pública.

PARECER

000082/2003

Ementa

Reajuste contratual anual. Data da apresentação da proposta. Possibilidade. Princípio da vinculação ao instrumento convocatório e vinculação aos termos da licitação e da proposta. Aplicação dos artigos 11 e 12 da Lei nº 8.880/94 e artigos 3º e 54, § 1º da Lei nº 8.666/93.

PARECER

000083/2003

Ementa

Legalidade da concessão da Gratificação de Raios-X aos Policiais Militares.

PARECER

000084/2003

Ementa

Caducidade de decreto expropriatório com fundamento em interesse social. Prazo bienal para decadência e anual para nova edição. Inteligência dos artigos 3º e 4º da Lei nº 4.132/62 C/C o art. 10 do DL 3.365/41. Caducidade de decreto expropriatório com fundamento em utilidade pública. Prazo quinquenal para decadência e anual pra nova edição. Desconsideração da restrição anual do art. 10 do DL 3.365/41. Possibilidade. Requerendo ao Poder



Legislativo ou recusando o cumprimento por entender o dispositivo inconstitucional.

PARECER

000086/2003

Ementa

Pedido de análise jurídica da minuta de Edital e de contrato, que têm como objeto a contratação de empresa especializada para auditoria no processo de desestatização da Empresa de Navegação da Amazônia - ENASA.

PARECER

000087/2003

Ementa

Exceção de pré-executividade - Cabimento restrito - Execução contra sociedade de economia mista prestadora de serviço público - Impenhorabilidade de bens afetados.

PARECER

000088/2003

Ementa

Processo administrativo disciplinar. Competência para a instauração e julgamento. Órgão e/ ou entidade em que ocorreu a suposta infração.

PARECER

000089/2003

Ementa

Empresa pública prestadora de serviço público. Possibilidade de contratação de servidor temporário. Inteligência da Lei Complementar nº 07/91. Administração Pública tem discricionariedade para desfazer o vínculo temporário. Verbas devidas.

PARECER

000090/2003

Ementa

Loto on line - Utilização de máquinas eletrônicas. Instrução Normativa da SRF. Pena de perdimento. Entendimento jurisprudencial e doutrinária.

PARECER

000091/2003

Ementa

I - Análise da possibilidade de contratação direta. Possibilidade. Inteligência do art. 24, XIII da Lei 8.666/93. Obediência às



formalidades legais. II - Análise da minuta de tempo de contrato. Regularidade, desde que feitas as alterações sugeridas.

PARECER 000092/2003

Ementa Desestatização - Inteligência do Art. 17, do Decreto Estadual nº 1.811/96. Não há necessidade de contratação de nova empresa para proceder à simples atualização de avaliação realizada por empresa antes contratada através de licitação pública.

PARECER 000093/2003

Ementa Estabilidade prevista no artigo 19 da ADCT da CRFB/88. Regime jurídico dos servidores. Servidores estáveis e não estáveis. Artigo 244 da Constituição do Estado do Pará. Contratação posterior à promulgação da CRFB/88. Observância do artigo 37, II da CRFB/88.

PARECER 000094/2003

Ementa Art. 90. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação: Pena - detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos e multa (Lei nº 8.666/93).

PARECER 000096/2003

Ementa I - Indenização de férias vencidas. Exoneração. Impossibilidade. Entendimento predominante mantido pela SEAD, CGE e PGE. Registro de razões contrárias que demonstram a possibilidade de indenização. II - Direito a cópia de autos administrativos. Possibilidade. Necessidade de expor as razões e os fins na petição e anexar o instrumento de mandato, caso haja advocacia administrativa.

PARECER 000098/2003

Ementa Presidente da EMATER solicita em complementação ao Parecer nº 20030000990.



PARECER	000099/2003
Ementa	Venda de ações do Estado do Pará na bolsa de valores. Dispensa de licitação. Inteligência do artigo 17, II, C da Lei nº 8.666/93. Serviço de corretagem.
PARECER	000101/2003
Ementa	Mandado de segurança impetrado contra o Presidente do IPASEP. Segurança concedida. Servidora redistribuída para o Poder Executivo. Impossibilidade de cumprimento pelo IPASEP em razão da redistribuição. Comunicação ao juízo do feito informando a impossibilidade de cumprimento.
PARECER	000102/2003
Ementa	Pagamento de valores a servidores do apoio administrativo. Prestador de serviço.
PARECER	000103/2003
Ementa	O DETRAN consulta esta Procuradoria sobre questões que envolvem a implantação da Lei Estadual nº 6.511, de 11/12/2003, que trata da organização do órgão.
PARECER	000104/2003
Ementa	Concurso público para ingresso na carreira de militar. Exigência de aptidão psicológica do candidato para o manuseio de armas de fogo. Necessidade previsão legal específica. Possibilidade.
PARECER	000105/2003
Ementa	Jornada de trabalho regime de tempo integral. Órgãos de saúde. Intervalo intrajornada. Ausência de norma específica. Aplicação da regra geral Lei nº 5.810/94 e a Resolução nº 134/94 do Conselho de Política de Cargos e Salários do Estado do Pará.



PARECER 000106/2003

Ementa Reintegração em cargo público. Decisão judicial. Não definitiva. Pedido de distribuição. Não preenchimento dos requisitos para a validade do ato. Artigo 50 da Lei nº 5.810/94.

PARECER 000107/2003

Ementa Acidente de trânsito envolvendo ambulância em cumprimento de resgate. Responsabilidade objetiva do Estado e concorrência de culpas. Análise de cabimento de ação indenizatória contra o particular.

PARECER 000108/2003

Ementa Servidor temporário. Continuidade do exercício da função após desligamento formal. Prática de irregularidade puníveis com demissão. Processo disciplinar de competência do Município. Aplicação da lei de improbidade administrativa. Órbitas de responsabilidade e prescrição.

PARECER 000109/2003

Ementa Loto on line. Modalidade lotérica. Competência para regular a atividade lotérica. Posicionamento doutrinário e jurisprudencial.

PARECER 000110/2003

Ementa Da necessidade de prévia regulamentação da lei para a consequente implementação da mesma. Possibilidade de implementação parcial quanto aos cargos comissionados. Inconstitucionalidade do art. 26, parágrafo único da lei. Superposição do princípio da razoabilidade como determinante ao encaminhamento de novo projeto de lei ao legislativo.

PARECER 000111/2003

Ementa Exame da minuta de Projeto de Lei de incorporação e prorrogação de tempo de serviço militar do Estado do Pará. Reexame da minuta de Projeto de Lei de ingresso na Polícia Militar do Estado do Pará.



PARECER	000112/2003
Ementa	Análise da situação funcional dos Defensores Públicos para fins de realização de concurso público e dos artigos 19 e 22 do ADCT. Direito à estabilidade. Defensores não estáveis e temporários. Necessidade de realização de concurso público. Exigência de dispensa dos servidores não estáveis e distrato dos contratos temporários. Entendimento do STF.
PARECER	000113/2003
Ementa	Análise do projeto de Lei do Fundo de Desenvolvimento Municipal - FDM. Exame da necessidade de revogação ou alteração de dispositivos da Lei Estadual nº 5.674, de 21/10/91, alterada pela Lei nº 6.375, de 12 de julho de 2001.
PARECER	000114/2003
Ementa	Licença por motivo de doença em pessoa da família. Servidor Temporário.
PARECER	000115/2003
Ementa	Pedido de reconsideração da decisão que negou deferimento a requerimento de distribuição de servidor. Impossibilidade legal de deferir o pleito.
PARECER	000116/2003
Ementa	Gratificação de tempo de serviço para os servidores militares. Cálculo através de quinquênios. Inteligência da Lei nº 4.491/73. Impossibilidade de extensão de benefícios remuneratórios através de decreto. Princípio da reserva legal constitucional.
PARECER	000117/2003
Ementa	Expedição de título com cláusula suspensiva - Possibilidade - Ato fundado em provimento judicial de imissão de posse provisória em ação de desapropriação - Impossibilidade de discussão do mérito do processo - Estabilidade da Posse.



PARECER 000118/2003

Ementa Processo de municipalização do ensino fundamental por meio de convênios. Possibilidade. Definição de competência dos órgãos de controle e das medidas políticas, administrativas e judiciais cabíveis em caso de descumprimento das cláusulas conveniadas e das regras de ensino fundamental.

PARECER 000119/2003

Ementa Cópia de edital de concurso para provimento da vagas em empregos públicos de nível médio e superior para análise e manifestação.

PARECER 000120/2003

Ementa Análise do Edital nº 01/2003 SEAD/PRODEPA. Necessidade de inclusão de prova de títulos para empregos da atividade fim. Inteligência do art. 37, II da CF/88.

PARECER 000121/2003

Ementa Exame da minuta do edital do concurso público, que tem por objetivo o preenchimento de vagas em cargos na Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna.

PARECER 000122/2003

Ementa Exame da minuta do edital de concurso nº 01/2003 - SEAD/HEMOPA para provimento de vagas em Cargos de Nível Superior, Médio e Fundamental na Fundação Pública Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA.

PARECER 000123/2003

Ementa Da imperiosa necessidade de lei para criação de cargos, empregos e funções. Os requisitos para acessibilidade de cargos públicos devem ser previstos em lei formal.



PARECER 000124/2003

Ementa Análise do Edital nº 01/2003 SEAD/SETEPS para provimento de vagas de nível superior, médio e fundamental.

PARECER 000125/2003

Ementa Análise do Edital nº 01/2003 SEAD/SESPA para provimento de vagas de nível superior, médio e fundamental.

PARECER 000126/2003

Ementa Exame da minuta do edital de concurso nº 01/2003 - SEAD/FUNCAP para provimento de vagas em cargos de nível superior, médio e fundamental na Fundação da Criança e do Adolescente do Pará.

PARECER 000127/2003

Ementa Viabilidade de aquisição de domínio útil de lotes pela Administração Pública - Necessidade de observância dos procedimentos legais.

PARECER 000128/2003

Ementa Exame da minuta do edital de concurso nº 01/2003 - SEAD/FSCM para provimento de vagas em cargos de nível superior, médio e fundamental na Fundação Santa Casa de Misericórdia do Estado do Pará - FSCMP.

PARECER 000129/2003

Ementa Inaplicabilidade do artigo 37, XVI, da CF/88 aos militares. Militar que toma posse em cargo público civil permanente (Magistério Fundamental). Transferência ex-officio para a reserva não remunerada. Instauração de processo administrativo para apurar a acumulação de cargos. Direito de opção em caso de boa-fé. Dever de pagar as horas trabalhadas, sob pena de locupletamento ilícito da Administração.



PARECER	000130/2003
Ementa	Os autos têm como objeto incorporação de mais dez por cento do cargo de maior remuneração, do adicional pelo exercício de cargo em comissão, considerando para tanto, o período compreendido entre a LC 39/2002 e a LC 44/2003.
PARECER	000131/2003
Ementa	Análise de minuta de portaria sobre publicação de processos de aquisição de bens, serviços e produtos pelos órgãos e entidades vinculadas ao Poder Executivo Estadual no site do governo. Possibilidade. Inteligência do princípio da publicidade insculpido no artigo 37, CAPUT da Constituição da República do Brasil de 1988 - CRFB.
PARECER	000132/2003
Ementa	Exame da minuta do Edital nº 03/2003 - concurso para admissão ao curso de formação de Oficiais BM Combatentes/2004.
PARECER	000133/2003
Ementa	Incorporação de horas extras no Regime Estatutário. Impossibilidade. Salvo hipótese de direito adquirido e coisa julgada advindos do Regime Celetista.
PARECER	000134/2003
Ementa	Lei nº 5.320/86 - Prévia incorporação de adicional temporário. Lei nº 4.491/73 regulamenta verba de natureza indenizatória. Não incorporação de nenhuma das parcelas.
PARECER	000135/2003
Ementa	Convênios administrativos. Natureza jurídica. Possibilidade de denúncia. Força obrigatória das cláusulas no período de vigência. Prorrogação de ofício. Inteligência do art. 57 do Decreto nº 93.872/96 e do art. 7º da IN 01/97 STN.



PARECER	000136/2003
Ementa	Ex-governador. Direito à percepção de subsídios. Inteligência do art. 305 da Constituição Estadual de 1989 - CE/89. Disposição similar na Constituição do Amapá. Supremo Tribunal Federal. Suspensão cautelar. Inconstitucionalidade. Excepcionada a existência de direito adquirido com base na Constituição Estadual de 1969 - CE/69.
PARECER	000137/2003
Ementa	Ex-governador. Direito à percepção de subsídios. Inteligência do art. 305 da Constituição Estadual de 1989 - CE/89. Disposição similar na Constituição do Amapá. Supremo Tribunal Federal. Suspensão cautelar. Inconstitucionalidade. Excepcionada a existência de direito adquirido com base no 167 da Constituição Estadual de 1969.
PARECER	000138/2003
Ementa	Reexame dos pontos alterados em nova minuta de edital de concurso público, que tem por objeto o preenchimento de vagas em cargos na Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna
PARECER	000139/2003
Ementa	Reexame dos pontos alterados na minuta do edital de concurso nº 01/2003 - SEAD/FUNCAP para provimento de vagas em cargos de nível superior, médio e fundamental da Fundação da Criança e do Adolescente do Pará.
PARECER	000140/2003
Ementa	Reexame dos pontos alterados na minuta do edital de concurso nº 01/2003 - SEAD/SETEPS para provimento de vagas em cargos de nível superior, médio e fundamental na Secretaria de Trabalho e Promoção Social.



PARECER 000141/2003

Ementa Reexame dos pontos alterados na minuta do edital de concurso nº 01/2003 - SEAD/SESPA para provimento de vagas em cargos de nível superior, médio e fundamental na Secretaria de Saúde Pública.

PARECER 000142/2003

Ementa Observância das disposições constantes nas Resoluções nºs. 43/2001 e 40/2001 do Senado Federal.

PARECER 000143/2003

Ementa Conselhos de Saúde Estadual e Federal. Competência para instituir categorias profissionais como pessoal da área de saúde. Vinculação do conteúdo das resoluções para a Administração Pública. Repercussão nas normas de reajuste estabelecidas no Decreto estadual nº 5.232/02.

PARECER 000144/2003

Ementa Observância das disposições constantes nas Resoluções nºs. 43/2001 e 40/2001 do Senado Federal.

PARECER 000145/2003

Ementa Ex-servidor demitido por justa causa. Regime Celetista. Ato referente à improbidade administrativa punível no Regime Estatutário com demissão a bem do serviço público. Possibilidade de retorno após concurso público para cargo de professor.

PARECER 000146/2003

Ementa I- Fixação de proventos em valores superiores ao da remuneração do cargo efetivo em que se deu a aposentadoria. Impossibilidade após o advento da Emenda Constitucional nº 20/98, de 15/12/1998. Revogação do art. 114 da Lei nº 5.810/94. Art. 40 §§ 2º e 3º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. II- Orientação do Tribunal de Contas do Estado em sede apreciação do ato de aposentação. Não vinculação da Administração Pública. Posição dominante no STF. Divergência jurisprudencial e doutrinária.



III- Possibilidade de reação à diligência e à decisão do TCE tanto pela via administrativa quanto pela jurisdicional.

PARECER

000147/2003

Ementa

Prazo para invalidação do ato administrativo - Aplicação do princípio da segurança jurídica e do Decreto nº 20.910/32.

PARECER

000148/2003

Ementa

I- Incorporação de hora extra no regime estatutário. Impossibilidade. Salvo hipótese de direito adquirido e coisa julgada. II- Orientação do Tribunal de Contas do Estado em sede apreciação de ato de aposentação. Não vinculação da Administração Pública. Posição dominante no STF. Divergência jurisprudencial e doutrinária. III- Possibilidade de reação à diligência e à decisão do TCE tanto pela via administrativa quanto pela jurisdicional.

PARECER

000148-A/2003

Ementa

FGTS - Saldo em conta inativa - Crédito em favor da Fazenda Pública

PARECER

000149/2003

Ementa

Processo administrativo disciplinar. Competência para a instauração e julgamento e aplicação de penalidade. Órgão e /ou entidade em que ocorreu a suposta infração.

PARECER

000150/2003

Ementa

Títulos da dívida pública. Lei Estadual nº 1.324/1913. Decreto nº 2.026/1913. Prazo prescricional. Ausência de elementos comprobatórios da autenticidade da cópia.

PARECER

000151/2003

Ementa

Da natureza jurídica dos fundos públicos. Dos objetivos legais do FUST. Políticas públicas. Meios de cobrança para implantação de políticas públicas.



PARECER 000152/2003

Ementa Exame da minuta do Edital nº 02/2003 - concurso para admissão ao curso de soldados da PM do Pará.

PARECER 000153/2003

Ementa Exame de alteração na minuta do estatuto da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará.

MANIFESTAÇÃO

MANIFESTAÇÃO 000001/2003

Ementa Restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro do contrato.

MANIFESTAÇÃO 000002/2003

Ementa Notificação judicial de movimento social.

MANIFESTAÇÃO 000003/2003

Ementa Pagamento de adicional de férias a servidores temporários transformados em efetivos sem interrupção em razão de aprovação em concurso público.

MANIFESTAÇÃO 000004/2003

Ementa Ressarcimento de valores – PASEP.

MANIFESTAÇÃO 000005/2003

Ementa Averbação, adicional de tempo de serviço e férias - Temporários que se converteram em efetivos através de concurso público.

MANIFESTAÇÃO 000006/2003

Ementa Cuidam os presentes autos de defesa do Estado pela possível inscrição no cadastro de inadimplentes do SIAFI, em virtude de problemas encontrados na execução do Segundo Termo Aditivo ao Convênio MA/DFA/PA nº 05/2000 SIAFI 394581, conforme relatório da Delegacia Federal de Agricultura.



MANIFESTAÇÃO 000010/2003

Ementa Análise da possibilidade de aditamento ao contrato firmado com o Instituto Euvaldo Lodi, a fim de ser acrescido o número de estágios na PGE, que passaria de 18 (dezoito) para 20 (vinte).

MANIFESTAÇÃO 000012/2003

Ementa Solicitação da EMATER a respeito do requerimento de empregados, que pertencem ao quadro funcional daquela empresa pública e foram eleitos Vereadores, no município de Santa Maria do Pará.

MANIFESTAÇÃO 000013/2003

Ementa Incorporação de 100 por cento do padrão DAS 4 em seus vencimentos, considerando decisão judicial transitada em julgado a seu favor.

MANIFESTAÇÃO 000015/2003

Ementa Pedido de cópia dos pareceres exarados pela PGE realizado pelo SINTEP e as informações da SEAD acerca do procedimento de décimo terceiro salário, férias e licença prêmio de servidores ocupantes exclusivamente de cargo em comissão, que foram exonerados e ato contínuo nomeados para outro cargo em comissão.

MANIFESTAÇÃO 000021/2003

Ementa Cálculo de adicional por exercício de cargo em comissão.

MANIFESTAÇÃO 000022/2003

Ementa Cálculo de adicional por exercício de cargo em comissão.

MANIFESTAÇÃO 000023/2003

Ementa Adicional de Insalubridade.



MANIFESTAÇÃO 000024/2003

Ementa Ausência de Prestação de Contas. Convênio. SEDUC. FNDE. PMDE.

MANIFESTAÇÃO 000025/2003

Ementa Os presentes autos têm como objeto incorporação de mais 10 (dez por cento) do cargo de maior remuneração, do adicional pelo exercício de cargo em comissão, considerando para tanto, o período compreendido entre a LC 39/2002 e a LC 44/2003.

MANIFESTAÇÃO 000026/2003

Ementa Aditamento de contrato. Previsão do artigo 65, I, b c/c parágrafo 1º da Lei nº 8.666/93.

MANIFESTAÇÃO 000027/2003

Ementa Análise quanto às razões jurídicas do parecer da Assessoria Jurídica da SEDUC – Lei n. 8.666/93.

MANIFESTAÇÃO 000028/2003

Ementa ICMS - Jóias empenhadas - CEF - Leilões - Inexigibilidade - Não deve incidir o ICMS sobre as jóias alienadas em leilões realizados pela CEF para reaver valores emprestados e não pagos pelo tomador do empréstimo, em virtude de tal operação não ser caracterizada como de operação de mercadoria. Trata-se de operação com ouro - ativo financeiro, portanto, de competência tributária da União Federal (IOF).



2004

ESTUDO

ESTUDO 000001/2004

Ementa Super Zona Franca - Ampliação de benefícios fiscais já concedidos - Imunidade ou isenção - Área de livre comércio - Princípio da uniformidade tributária nacional - Princípio da vedação de medidas discriminatórias.

ESTUDO 000002/2004

Ementa Regime Jurídico dos Militares. Legislação própria. Transgressões disciplinares. Análise de dispositivos da legislação policial militar.

ESTUDO 000003/2004

Ementa I - Prejulgado nº 16 do Tribunal de Contas do Estado. Análise dos efeitos perante a Administração Pública. II - Direito adquirido a Regime Jurídico. Impossibilidade. III - Regime Jurídico Administrativo e previdenciário do servidor temporário e exclusivamente em comissão. Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

CONSULTA

CONSULTA 000001/2004

Ementa Cobrança de contribuição sindical.

CONSULTA 000002/2004

Ementa Renovação do contrato de cessão de uso de equipamento de informática, pactuado entre a Procuradoria-Geral do Estado e o Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

CONSULTA 000003/2004

Ementa Vale Alimentação.



PARECER

PARECER 000001/2004

Ementa Doação de bem público com encargo. Comprovação de cumprimento do encargo. Execução da promessa de doação modal. Renovação de doação modal. Medidas judiciais para manter a posse do Estado do Pará. Possibilidade de desapropriação da área.

PARECER 000002/2004

Ementa Servidor público titular de cargo público efetivo cedido para outro órgão ou entidade para ocupar cargo em comissão ou função de confiança. Regime de previdência aplicável. Previdência vinculada ao cargo efetivo originário do órgão ou entidade cedente. Inteligência dos artigos 13, § 2º da Lei nº 8.212/91, inserido pela Lei 9.876 de 26.11.1999 e 1º-A da Lei nº 9.717/98, inserido pela Medida Provisória nº 2.043-20 de 28/07/2000 e sucessivas reedições até Medida Provisória nº 2.187-13 de 27/08/2001, sem necessidade de reedição EX VI da Emenda Constitucional nº 32 de 11/09/2001.

PARECER 000003/2004

Ementa Gratificação pela participação em comissão ou grupo especial de trabalho. Inaplicabilidade em relação às comissões permanentes de licitação. Ausência de previsão legal. Exegese do art. 139 da Lei Estadual nº 5.810/94.

PARECER 000004/2004

Ementa Comissão de sindicância. Estabilidade dos membros. Ausência de previsão legal.

PARECER 000005/2004

Ementa Exame de minuta do edital de concurso nº /2003-SEAD/UEPA para provimento de vagas em cargos de nível superior - professor na Universidade do Estado do Pará.



PARECER

000006/2004

Ementa

Juros de mora em Mandado de Segurança. Contagem a partir da citação inicial, no percentual de 6 ao ano. Inteligência dos arts. 1.062, 1.063 e 1.536, § 2º do Código Civil de 1916, nos termos do art. 1º da Lei nº 4.414/64 e do art. 219 do CPC. Possibilidade de se considerar a incidência a partir do trânsito tão-somente em ações que tenham por objeto a repetição do indébito tributário, nos termos do art. 167, parágrafo único do CTN, que não admite interpretação analógica. Aplicáveis à consulta as súmulas 188 e 204 da STJ. O Novo Código Civil ratifica a incidência dos juros moratórios a partir da citação inicial (art. 405). Possibilidade ainda de se contarem os juros de mora a partir do evento danoso quando se tratarem de ações indenizatórias por atos ilícitos (súmula 54 do STJ).

PARECER

000007/2004

Ementa

Exame de minuta do edital de concurso nº /2003-SEAD/UEPA para provimento de vagas em cargos de nível médio e superior - na Universidade do Estado do Pará.

PARECER

000008/2004

Ementa

É incompatível com a Advocacia, fora das atribuições institucionais, o exercício do cargo de advogado da Superintendência do Sistema Penal. Inconstitucionalidade da contratação temporária e abrangência das funções de assistência judiciária aos presos legalmente necessitados pela Defensoria Pública do Estado. Aplicação do art. 134, parágrafo único da CF e Lei Complementar nº 13/93.

PARECER

000009/2004

Ementa

Emenda Constitucional nº 41/2003. Teto remuneratório. Artigo 37, XI da CF/88. Aplicação no âmbito do Poder Executivo no Estado do Pará. Ausência de lei que fixe o subsídio do Governador do Estado.



PARECER 000010/2004

Ementa Cessão de servidor público da União para o Estado. Cargo em comissão. Ônus da remuneração ao cessionário.

PARECER 000011/2004

Ementa Concorrência Internacional - Exigência de diferenças cambiais por Empresa Nacional - Impossibilidade - Necessidade de observância do edital do certame licitatório e das regras do BID - Inaplicabilidade do § 1º do art. 41 da Lei nº 8.666/93 frente à exigência diversa constante do edital. Inteligência do art. 42 § 5º do mesmo diploma legal.

PARECER 000012/2004

Ementa Contratação direta de serviços particulares de advocacia por entidade da Administração Estadual. Impossibilidade dada a inexistência de serviço de natureza singular (art. 13, V, da Lei nº 8.666/93). Vedação de terceirização quando existirem dentro da organização administrativa da autarquia cargos criados para o exercício da atividade passível de transferência ao setor privado.

PARECER 000013/2004

Ementa Instauração e andamento de processo administrativo com base no CDC - Código de Defesa do Consumidor e Decreto Federal nº 218/97. Possibilidade de acordo em audiência conciliatória prévia não prevista no decreto. Termo de ajustamento de conduta. Prescrição. Poder de polícia. Inteligência da Lei nº 9.873/99.

PARECER 000014/2004

Ementa Desvio de função. O desvio de função constitui irregularidade administrativa e como tal não tem o condão de autorizar qualquer alteração do cargo do servidor. Vínculo estatutário não admite que alterações fáticas gerem direitos e obrigações recíprocas. Incidência do art. 37, II, da CF/88.



PARECER

000015/2004

Ementa

Praça especial. Licenciamento a pedido por indenização aos cofres públicos. Regras estabelecidas em lei anterior e posterior. Requerimento ocorrido na vigência da lei anterior. Princípio da irretroatividade da lei e da segurança jurídica.

PARECER

000016/2004

Ementa

Execução fiscal e trabalhista, desvinculação de IPVA sobre veículos arrematados em hasta pública promovida pela Justiça do Trabalho e Justiça Federal - Seção Judiciária do Estado do Pará, mediante transferência dos débitos tributários e obrigações acessórias ao devedor anterior proprietário do bem. Análise sobre a ordem de preferência dos créditos decorrentes da legislação do trabalho. Análise do concurso de preferência entre os créditos tributários da União e Estados.

PARECER

000017/2004

Ementa

Procurador da Fazenda Estadual. Emenda Constitucional nº 07/96. Art. 187 e art. 47 e §§ do ADCT. Cargo público isolado de quadro de extinção. Responsabilidade pela remuneração. Direito à gratificação de produtividade. Inteligência do art. 5º do Decreto nº 2.595/94, com as alterações do Decreto nº 3.146/98.

PARECER

000018/2004

Ementa

Mãe adotiva. Direito a licença maternidade. Ausência de previsão expressa no Estatuto Militar. Proteção constitucional e legal à mãe adotiva. Inteligência do art. 3º, § 5º, da LC nº 39/2002, que institui o Regime de Previdência Estadual.

PARECER

000019/2004

Ementa

Exame da minuta do Edital nº 02/2004 - concurso para admissão ao curso de soldados da PM do Pará.



PARECER	000020/2004
Ementa	Praça especial. Licenciamento a pedido. Indenização aos cofres públicos. Regras estabelecidas em lei anterior e posterior. Requerimento ocorrido na vigência da lei anterior. Princípio da irretroatividade da lei e da segurança jurídica.
PARECER	000021/2004
Ementa	Exame da minuta do Edital nº 01/2004 - Concurso vestibular para admissão ao curso de formação de oficiais PM da Academia de Polícia Militar "CEL Fontoura" (Instituto de Ensino de Segurança do Pará - IESP).
PARECER	000022/2004
Ementa	Reexame de minuta do estatuto da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará.
PARECER	000024/2004
Ementa	Acidente de trânsito em cumprimento de resgate. Apuração em inquérito técnico. Concorrência de culpas entre o Bombeiro Militar e o particular. Ação judicial inviável em razão do valor. Ressarcimento do prejuízo causado ao Estado em sede administrativa. Possibilidade de desconto em folha. Limites legais. Concordância do servidor ou militar.
PARECER	000025/2004
Ementa	Tempo de serviço gratuito prestado à OAB. Artigo 239 da Lei nº 5.810/94. ATS.
PARECER	000026/2004
Ementa	Anulação do ato administrativo ressarcimento de valores pagos indevidamente. Boa-fé dos servidores. Posicionamento do STJ, TCU e AGU.



PARECER	000027/2004
Ementa	Cooperativa - Requisitos para exploração de atividades comerciais nas dependências de Estádio Olímpico.
PARECER	000028/2004
Ementa	A responsabilidade pela retenção e recolhimento do ISS, prevista em Lei Municipal, deve ser observada pelos tomadores do serviço, sob pena de cometimento de infração.
PARECER	000029/2004
Ementa	Medida provisória nº 168 de 20.02.2004. Proibição de exploração de todas as modalidades de jogos de bingo e em máquinas eletrônicas denominadas ""Caça-Níqueis"". Inconstitucionalidade formal e material. Impossibilidade de recusar cumprimento, salvo as hipóteses permitidas no ordenamento jurídico.
PARECER	000030/2004
Ementa	Agência de Defesa Agropecuária do Pará (ADEPARÁ). Questionamentos relativos a servidores temporários.
PARECER	000031/2004
Ementa	Ao servidor público temporário aplicam-se as mesmas disposições para os servidores estáveis, desde que compatíveis com o caráter de transitoriedade do cargo. Somente pode ser exonerado o dirigente sindical, mesmo que temporário, após a instauração de procedimento para a apuração das faltas graves, na forma do artigo 69, da Lei nº 5.810/94.
PARECER	000032/2004
Ementa	Acordo homologado em juízo. Natureza salarial da parcela. Princípio da primazia da realidade.



PARECER 000033/2004

Ementa Bem de uso especial - Estádio Olímpico - Instrumento adequado para disciplinar a realização de partidas do campeonato paraense de futebol - Permissão de uso de bem público por tempo determinado - Permissão qualificada.

PARECER 000034/2004

Ementa Pleito de praça Bombeiro Militar, considerado inapto em teste de aptidão física para ser admitido em curso de aperfeiçoamento de sargento. Requisito indispensável para habilitar-se a promoção na carreira. Compatibilidade das lesões com o serviço ativo. Direito de integração social do portador de deficiência em cotejo com o princípio da supremacia do interesse público.

PARECER 000035/2004

Ementa Advogados empregados de sociedade de economia mista. Análise acerca da possibilidade de pagamento de honorários de sucumbência. MP nº 1.522/96 e Lei nº 9.527/97. Inconstitucionalidade do art. 4º da Lei nº 9.527/97 por ofensa ao princípio federativo. Do recente debate na corte constitucional sobre a matéria pendente de decisão definitiva.

PARECER 000036/2004

Ementa Aquisição de arquivos deslizantes. Indicação de marca. Plena indicação dos subsídios de natureza técnica. Contratação direta mediante inexigibilidade de licitação (artigo 25, I, da Lei nº 8.666/93). Comprovação de exclusividade. Adequada instrução do processo de inexigibilidade.

PARECER 000037/2004

Ementa Professora aposentada. Encerramento de contrato por falecimento. Comprovação de vida através de atestado médico. Requerimento de revisão do processo por curadora temporária em razão da interessada ser portadora de transtornos mentais. Possibilidade de



servidor público atuar como procurador junto ao serviço público.
Análise da prescrição dos valores retroativos.

PARECER 000038/2004

Ementa Cuidam os presentes autos de impugnação do Edital nº 002/04-PMPA (Concurso Público para Admissão ao Concurso de Formação de Soldados PM).

PARECER 000039/2004

Ementa Bombeiro Militar. Reclassificação de comportamento e promoção em ressarcimento de preterição. O princípio da ampla defesa na aplicação de punição disciplinar militar. Inexistência de direito a reclassificação e promoção.

PARECER 000040/2004

Ementa Aquisição de equipamentos inutilizados em virtude de incêndio. Compra direta, mediante dispensa de licitação por emergência (artigo 24, IV, da Lei nº 8.666/93). Impossibilidade. Necessária realização de licitação, na modalidade convite.

PARECER 000041/2004

Ementa Solicitação de indenização - Impossibilidade - Não atendimento aos requisitos do título provisório. Inexistência de responsabilidade civil do Estado. Causa constitucional excludente.

PARECER 000042/2004

Ementa Aquisição de equipamento. Análise acerca da caracterização da hipótese de inexigibilidade. Necessidade de processo administrativo. Observância aos requisitos legais. Ponderação quanto a viabilidade de licitação internacional.

PARECER 000043/2004

Ementa Da natureza jurídica das Fundações instituídas pelo poder público após o advento da CF/88 e da EC nº 19/98. Da situação dos servidores celetistas que ingressaram antes e depois da CF/88.



Impossibilidade de aplicação do art. 244 da Lei nº 5.810/94. Da necessidade de concurso público para provimento de cargos e empregos públicos no âmbito da Fundação.

PARECER

000044/2004

Ementa

Anulação de licitação após execução integral do contrato dela originado. Possibilidade de utilização do veículo adquirido no certame licitatório anulado. Interpretação conforme os princípios constitucionais da Administração Pública. Dever de apuração das responsabilidades pela celebração do contrato inválido e de buscar, pelos meios cabíveis, o ressarcimento dos prejuízos.

PARECER

000045/2004

Ementa

Promoção. Militar. Oficial. Corpo de Bombeiros. Nulidade do concurso. Decadência. Direito à promoção na carreira. Exigência dos princípios e regras aplicáveis à matéria e das condições constantes da Lei nº 5.162-A/1986 e do Decreto nº 4.241 de 22 de janeiro de 1986.

PARECER

000046/2004

Ementa

Concessões de serviço público firmadas antes do advento da Lei estadual nº 5.922/95. Impossibilidade de aplicação dos critérios legais de reajuste tarifário aos contratos em vigor. Necessidade de observar os critérios de reajuste definidos por ocasião da outorga da concessão de serviço público. Exigência do princípio da segurança jurídica. Inarredável submissão do reajuste aos princípios da universalização e modicidade tarifária.

PARECER

000047/2004

Ementa

Minuta de termo de acordo. Pagamento de valores não faturados e não pagos referentes a serviços extras e/ ou reforços aditados ao contrato de prestação de serviços nº 093/1996. Prorrogação contratual além dos limites legais. Necessidade de invalidação dos efeitos do contrato posteriores a junho/2002. Fundamentos para eventual obrigação do Estado. Apuração de responsabilidades.



PARECER

000048/2004

Ementa

Em contratos com Administração Pública, de empreitada e fornecimento por preço determinado, firmado até 31/10/2003, não incidem as regras da Lei nº 10.833/2003. Em caso de aditamento que importem em alteração do preço, poderá incidir as normas da Lei nº 10.833/2003, devendo ser observado outros aspectos, tais como ser ou não a empresa tributada pelo lucro real em caso de imposto de renda, ser ou não optante do simples, entre outros aspectos.

PARECER

000049/2004

Ementa

Funcionário público federal. Cessão para o cargo comissionado estadual. Inteligência do art. 93, I e § 1º da Lei nº 8.112/1990 C/C Decreto nº 4.050/2001. Ausência de elementos pra exame completo da situação. Direito de reembolso à União. Prescrição Quinquenal.

PARECER

000050/2004

Ementa

PoliciaI militar. Candidatura em pleito municipal. Interpretação do art. 14, § 8º, da CF/88. Prazo de desincompatibilização. Aplicação ou não da Lei Complementar nº 64/1990.

PARECER

000051/2004

Ementa

Licença para desempenho de mandato classista (art. 95, da Lei nº 5.810/1994). Alcance da expressão ""Cargos de Direção ou Representação"". Cargos de Vice-Presidente e Tesoureiro. Possibilidade, desde que tais cargos sejam integrantes da Diretoria, nos termos da norma estatutária.

PARECER

000053/2004

Ementa

Faixa de domínio de rodovia PA 150 - Auto-executoriedade dos atos administrativos - Poder de polícia - Desnecessidade de ajuizamento de demanda de reintegração de posse.



PARECER

000054/2004

Ementa

Redistribuição *ex officio*. Requisitos. Ilegalidade de pagamento de vencimentos diferenciado (a maior ou a menor) para cargos de mesma nomenclatura no Quadro de Pessoal da Fundação, em virtude da observância do pressuposto da equivalência vencimental.

PARECER

000055/2004

Ementa

Escapam à competência do Conselho Regional de Economia determinações que regulem questões dentro do âmbito da Administração Pública, assim como à imposição de penalidades em relação aos servidores públicos do Estado. O salário e vencimento (pela sua natureza jurídica, econômica e social) são irredutíveis, não podendo ser reduzidos nem mesmo com a concordância do empregado ou servidor. É INTANGÍVEL, no sentido de NÃO PODER, EM PRINCÍPIO, SER TOCADO PELO EMPREGADOR. A interpretação das leis de exceção no que tange aos salários e vencimentos deve ser restrita.

PARECER

000056/2004

Ementa

Servidor estadual estatutário afastado para participação em curso de mestrado fora do Estado. Aprovação em concurso público estadual e convocação para posse e exercício no período do afastamento. Inteligência do art. 22, § 2º da Lei nº 5.810/94.

PARECER

000057/2004

Ementa

Ruas integrantes de loteamento convencional. Domínio público municipal. Desapropriação, pelo Estado, de bem público municipal. Possibilidade, em caso de efetiva utilidade pública do bem. Observância do requisito legal pertinente (autorização legislativa).

PARECER

000058/2004

Ementa

Análise do edital da UEPA para provimento a cargo técnico administrativo.



PARECER 000059/2004

Ementa Análise do edital da UEPA para provimento do cargo de professor.

PARECER 000060/2004

Ementa Servidores contratados sem concurso público antes do advento da CF/88. Estabilidade prevista no artigo 19 da ADCT da CRFB/88. Regime Jurídico Único dos servidores. Servidores não estáveis. Observância do artigo 37, II da CRFB/88.

PARECER 000061/2004

Ementa Contratação inválida de pessoal, antes e após o advento da CF/88. Invalidação das contratações pela Administração. Não incidência de decadência. Providências assecuratórias dos princípios da continuidade e da eficiência do serviço público.

PARECER 000062/2004

Ementa Transferência da propriedade de bens móveis do Estado (SECULT) para Fundação Governamental de Direito Público (FCPTN). Instrumento jurídico adequado.

PARECER 000063/2004

Ementa Serviço de manutenção/alteração do Sistema de Controle de Processos pela PRODEPA. Entidade da Administração Indireta exploradora de atividade econômica. Possibilidade de dispensa com base no art. 24, II da Lei nº 8.666/93.

PARECER 000064/2004

Ementa Prestação de Serviço Público adequado. Aplicação do Código de Defesa do Consumidor. Lei nº 8.987/95. Reparação de danos morais e materiais.

PARECER 000065/2004

Ementa Doação de terreno por Prefeitura à Universidade Estadual - Benfeitorias existentes - Critérios para indenização.



PARECER 000066/2004

Ementa Cargo de técnico em gestão pública. Escolaridade estabelecida em lei. Possibilidade de especificação através de decreto. Aplicação do art. 135 CE/89, com alteração dada pela EC 23/2003.

PARECER 000067/2004

Ementa Agência de Defesa Agropecuária do Pará (ADEPARÁ). Questionamentos sobre vedação da lei eleitoral, cessão e redistribuição de servidores.

PARECER 000068/2004

Ementa Autorização de uso de bem público - Instrumento inadequado para a concessão de autorização de bem de uso público - Instrumento adequado previsto no DL 271/67 - Com a observância do previsto no art. 241 da Constituição Estadual.

PARECER 000069/2004

Ementa Repasse de recursos do Estado para o setor privado (Cooperativas, Associações, etc), no período eleitoral. Convênios já celebrados e possibilidade de celebração de novos convênios. Extensão do termo ""Município"" constante do artigo 73, VI, ""a"", da Lei nº 9.504/97 (Lei Eleitoral).

PARECER 000070/2004

Ementa Autorização de uso de recursos florestais de domínio público - Competência da SECTAM para emissão de alvará - Marcos regulatórios.

PARECER 000071/2004

Ementa Contratação em regime de TURN KEY. Empreitada integral. Contrato para execução de obra e aquisição de equipamento para hospital. Possibilidade em tese. Imperatividade de verificação no caso concreto do atendimento dos princípios da economicidade. Competitividade motivação.



PARECER 000072/2004

Ementa Impossibilidade de deferimento de aposentadoria em cargo exclusivamente em comissão. Servidor público titular de cargo público efetivo ocupante de cargo em comissão, através de cessão, em outra pessoa jurídica de direito público. Regime de previdência aplicável vinculado ao cargo efetivo originário do órgão ou entidade.

PARECER 000073/2004

Ementa Concurso público C-71. Candidato aprovado para o cargo de fiscal de tributos estaduais. Nomeação. Documentação exigida para a posse. Certidão positiva de antecedentes criminais. Processo crime em andamento. Compatibilização da exigência editalícia com o princípio constitucional da presunção de inocência. Ausência de previsão da fase de investigação social. Reconhecimento do direito à posse. Observância do prazo previsto no artigo 22 do RJU Estadual.

PARECER 000074/2004

Ementa Paraminérios. Extinção. Cessão e transferência dos direitos minerários. Retribuição aos acionistas minoritários.

PARECER 000075/2004

Ementa Garantia contratual. Levantamento após a conclusão da obra contratada. Relação jurídica travada entre a contratada e o Estado (SEOP). Necessidade de apuração do ocorrido com os valores recebidos sem prejuízo do devido ressarcimento a contratada.

PARECER 000076/2004

Ementa Não aplicação da interpretação em conformidade à Constituição Federal à Lei nº 10.741/2003 por inconstitucionalidade frontal ao artigo 100 da Magna Carta - Critério hierárquico - Princípio da supremacia constitucional.

PARECER 000077/2004

Ementa Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens (PNPE). Serviço Civil Voluntário (SCV). Contrato administrativo de



prestação de serviços relacionados às ações do referido Programa. Morte de jovem inscrito no Programa em horário de desenvolvimento de atividades previstas no contrato administrativo. Responsabilidade Civil direta da entidade contratada (Art. 70 da Lei nº 8.666/93). Possibilidade de fixação judicial de responsabilidade subsidiária do poder público.

PARECER 000078/2004

Ementa Requerimento de auxílio funeral. Saques de remuneração indevida. Débito com o Poder Público. Ação de indenização. Encaminhamento dos autos ao Ministério Público para propositura de ação penal.

PARECER 000079/2004

Ementa Assessor Especial. Suposto direito à percepção do mesmo tratamento concedido aos Secretários de Estado, em matéria de direitos e prerrogativas. Total descabimento da pretensão. Indeferimento do pedido de reconsideração.

PARECER 000080/2004

Ementa Transformação de função. Incorporação de adicional pelo exercício de função gratificada. Inteligência da Lei nº 5.232/85. Artigo 70 da Lei Complementar nº 22/94. Princípio da irretroatividade da Lei. Artigo 6º LICC. Prescrição Quinquenal. Decreto nº 20.910/32.

PARECER 000081/2004

Ementa É legal o desconto incidente sobre a remuneração do servidor, mediante sua autorização prévia e formal, com a anuência da Administração, a título de pensão alimentícia voluntária, consignada em favor de dependentes que conste dos assentamentos funcionais (Decreto Estadual nº 29.474/2001).

PARECER 000082/2004

Ementa Desapropriação por utilidade pública em favor do Conselho Regional de Economia (CORECON). Inteligência do artigo 5º, alíneas "" h"" e



"" k"", do Decreto-lei nº 3.365/41. Possibilidade de cessão de uso ou doação do imóvel, após a desapropriação.

PARECER 000083/2004

Ementa Apuração de falta funcional deve ser realizada pelo órgão onde ocorreu o ato - Não pode ser delegado a outro órgão - Sob pena de nulidade.

PARECER 000084/2004

Ementa Exame da minuta do edital de concurso para provimento de vagas em cargos de Procurador, Assistente Administrativo e Motorista no Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará.

PARECER 000085/2004

Ementa Servidor Temporário. Pagamento de adicional por tempo de serviço. Impossibilidade.

PARECER 000086/2004

Ementa Multas de trânsito - Ilegalidade na utilização de radares sem a devida aferição técnica - Nulidade das autuações - Viabilidade da ação anulatória com pedido cautelar, sem prejuízo da abertura de processo administrativo disciplinar para apuração da eventual falta funcional dos motoristas envolvidos.

PARECER 000087/2004

Ementa Acumulação remunerada de cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde. Profissões regulamentadas. Inteligência do artigo 37, XVI, alínea C redação dada pela Emenda Constitucional nº 34/2001.

PARECER 000088/2004

Ementa Concurso público - Convocação de candidatos deficientes para realização de perícia médica - Publicação de edital de convocação em jornal - Possibilidade.



PARECER	000089/2004
Ementa	Incentivo fiscal. Necessidade de aprovação pela Comissão da Política de Incentivos ao Desenvolvimento Sócio-Econômico do Estado do Pará. Minuta de acordo. Possibilidade de formalização como carta de intenção.
PARECER	000090/2004
Ementa	Servidora ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão, que contava, à data da publicação da EC nº 20/98, com mais de 25 anos de tempo de serviço, dos quais quase oito anos no exercício do cargo em comissão. Direito adquirido à utilização, a qualquer tempo, das regras constitucionais originais atinentes à aposentadoria voluntária com proventos proporcionais, tendo como data limite para efeito de tempo de serviço à data da publicação da EC nº 20/98 (16.12.1998). Possibilidade de opção pelo RGPS caso queira valer-se, no cálculo dos proventos, do tempo de contribuição posterior à EC nº 20/98.
PARECER	000091/2004
Ementa	Servidores inativos e pensionistas. Benefícios previdenciários. Desconto em folha de pagamento, de contribuição mensal, em favor de Sindicatos e Associações de Servidores. Natureza da contribuição: Compulsória ou facultativa? Interpretação do artigo 42, VI, da Lei Complementar estadual nº 039/2002. Sugestão de alteração do referido diploma legal. Preservação dos princípios da impessoalidade e da razoabilidade.
PARECER	000092/2004
Ementa	1) Decisão em ação declaratória de inconstitucionalidade, mesmo que por liminar em medida cautelar tem efeitos erga omnes. 2) Se há discussão judicial que suspenda a exigibilidade do tributo, o prazo decadencial não tem curso enquanto não for proferida decisão definitiva de mérito ou que cesse a suspensão da exigibilidade. Caso claro de suspensão do prazo decadencial de lançamento do tributo.



PARECER 000093/2004

Ementa Servidores reintegrados em cargos públicos em virtude de decisão judicial proferida pela Justiça do Trabalho. Adicional por tempo de serviço. Pagamento retroativo. Termo inicial.

PARECER 000094/2004

Ementa Redistribuição - Compatibilidade entre as atribuições do cargo e as finalidades institucionais do Órgão - Interpretação da exigência legal.

PARECER 000095/2004

Ementa Projeto integrado Trairão - Permuta - Possibilidade - Devem existir cláusulas impeditivas de compensação financeira aos requerentes - As despesas devem correr às custas - Cláusula expressa desonerando a responsabilidade civil do Estado.

PARECER 000096/2004

Ementa Concurso público C-71 - Candidato aprovado para o cargo de fiscal de tributos estaduais - Nomeação - Documentação exigida para posse - Certidão positiva da Justiça Federal - Execuções fiscais contra o candidato - Viabilidade de posse.

PARECER 000097/2004

Ementa Interpretação dos artigos 22, §§ 1º e 3º; 25, I, §§ 1º e 2º, da Lei nº 5.810/94, que tratam da posse e do exercício - Prorrogação da posse - Prazos - Ato de posse - Natureza jurídica.

PARECER 000098/2004

Ementa Concurso público. Provimento de cargos de nível médio e superior. Expiração do prazo legal para a posse, à luz do artigo 22 da Lei nº 5.810/94. Não recebimento de correspondência. Possibilidade de concessão de prazo.



PARECER 000099/2004

Ementa Isenção de imposto de renda - Moléstia grave - Lei nº 7.713/88, art. 6º, inciso XIV e art. 39, inciso XXXIII do Decreto nº 3.000/99.

PARECER 000100/2004

Ementa Exame da minuta do edital do concurso público, que tem por objetivo o preenchimento de vagas em cargos na Secretaria Executiva de Planejamento, Orçamento e Finanças.

PARECER 000101/2004

Ementa Exame da minuta do edital do concurso público, que tem por objetivo o preenchimento de vagas em cargos na Secretaria Estadual de Administração.

PARECER 000102/2004

Ementa Interpretação dos artigos 70, § 1º, 73 e 131 da Lei nº 5.810/94. Tempo de serviço público de servidor temporário. Incompatibilidade das vantagens com a transitoriedade da contratação temporária.

PARECER 000103/2004

Ementa IPVA - Lançamento de ofício - Inexistência de processo administrativo fiscal - Ofensa aos princípios do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório. São nulos os créditos tributários de IPVA inscritos em dívida ativa no Estado do Pará, decorrentes de lançamento de ofício, uma vez que inexistente o necessário processo administrativo tributário, sendo nulas as CDAs que os representam, impossibilitando, destarte, o ajuizamento das respectivas execuções fiscais.

PARECER 000104/2004

Ementa Concurso público. Cargo de Auditor do Estado do Pará (AGE).



PARECER 000105/2004

Ementa Inexecução contratual. Aplicação de sanções administrativas e aferição de responsabilidade civil. Necessidade de apuração através de Processo Administrativo Regular.

PARECER 000106/2004

Ementa Processo Disciplinar. Prescrição. Interrupção. Contagem do prazo prescricional.

PARECER 000107/2004

Ementa Gratificação de Escolaridade. Incidência sobre o cargo em comissão. Ausência do Devido processo Legal.

PARECER 000108/2004

Ementa Dispensa de licitação para a construção de escola de ensino médio. Impossibilidade de enquadramento do caso concreto aos requisitos legais da lei de licitações e contratações.

PARECER 000109/2004

Ementa I - Abono Salarial instituído pelo Decreto nº 2.839/2000. II - Impossibilidade de instituição por decreto de qualquer aumento de remuneração. Ofensa ao princípio da reserva legal. III - Natureza jurídica. Complementação vencimental. IV - Impossibilidade de incorporação aos vencimentos. Inteligência do artigo 6º do mesmo diploma, das razões expostas nos Pareceres nº 70 e 129/2000 e dos arestos do TJE/PA. V - Possibilidade de integração na base de cálculo de pensão alimentícia. VI - Sugestão de propositura de ação revisional pela requerente.

PARECER 000110/2004

Ementa Concurso público C-69. Ordem judicial de nomeação de candidatos para os cargos de investigador de polícia e escrivão de polícia. Nomeação. Necessidade observância do prazo previsto no artigo 22 do RJU Estadual.



PGE

Procuradoria
Consultiva

MANIFESTAÇÃO

MANIFESTAÇÃO 000000/2004

Ementa Fixação do aspecto quantitativo da hipótese de incidência do Imposto de Transmissão *Mortis Causa*.

MANIFESTAÇÃO 000001/2004

Ementa Acumulação remunerada de cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas. Assistente Social enquadra-se como profissional da área da saúde, quando atua ou desenvolve suas atribuições profissionais nessa área. Exegese da nova redação dada ao art. 37, XVI, alínea "c" pela Emenda Constitucional nº 34/2001.

MANIFESTAÇÃO 000002/2004

Ementa Análise jurídica da ausência de comprovação de realização de trabalho em localidade diferente da sede- Belém, para fins de justificação de R\$ 600,00 recebidos a título de diárias, concedidos a ex-servidora temporária.

MANIFESTAÇÃO 000003/2004

Ementa Exame da documentação relativa à desapropriação de terreno agrícola situado à Rodovia PA-156, km 6,8, no município de Cametá no Estado do Pará.

MANIFESTAÇÃO 000004/2004

Ementa Análise da minuta do Projeto do Código Sanitário do Estado do Pará.

MANIFESTAÇÃO 000005/2004

Ementa Solicitação acerca da possibilidade do Estado do Pará fixar placa de identificação do Projeto da Macrodrenagem sobre as placas Identificadoras dos logradouros, no Município de Belém.



MANIFESTAÇÃO 000006/2004

Ementa Vale alimentação. Dispensa de licitação emergencial durante o período de realização de nova licitação. Possibilidade. Inteligência do art. 24, IV e observação das formalidades do art. 26 da Lei nº 8.666/93. Aplicação dos princípios da dignidade da pessoa humana.

MANIFESTAÇÃO 000007/2004

Ementa Solicitação de auxílio saúde e aposentadoria.

MANIFESTAÇÃO 000008/2004

Ementa Lei Municipal nº 8.293/2003 - Retenção na fonte de ISS nos pagamentos feitos à pessoas jurídicas por Órgãos ou entidades estaduais na condição de tomadores de serviço - Existência de obrigação legal - Responsabilidade tributária.

MANIFESTAÇÃO 000009/2004

Ementa Solicitação de cópias autenticadas de documentos (Ofício circular e Nota Informativa).

MANIFESTAÇÃO 000010/2004

Ementa Análise jurídica da atividade desenvolvida pelo CARIMBÓ DA SORTE frente a proibição estabelecida pela Medida Provisória nº 168, de 20.02.2004.

MANIFESTAÇÃO 000011/2004

Ementa Análise do Decreto que declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona localizado no município de Marituba, Estado do Pará.

MANIFESTAÇÃO 000012/2004

Ementa Possibilidade de assinatura de convênios e contratos com os Municípios durante o período eleitoral compreendido pelo art. 73, VI, a da Lei Nacional nº 9.504/1977, no âmbito exclusivo do



Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal e Melhoria da Infra-Estrutura Regional do Estado do Pará - Pará URBE.

MANIFESTAÇÃO 000013/2004

Ementa Redutor constitucional - Pagamento da diferença decorrente da aplicação do subsídio de Secretário Executivo e Secretário Especial do Estado do Pará.

MANIFESTAÇÃO 000014/2004

Ementa Redutor constitucional - Pagamento da diferença decorrente da aplicação do subsídio de Secretário Executivo e Secretário Especial do Estado do Pará.

MANIFESTAÇÃO 000015/2004

Ementa Acordo celebrado entre o Sindicato dos Trabalhadores no setor público, agrícola e fundiário do Estado do Pará e a EMATER, perante a 6ª Vara do Trabalho de Belém, tendo como objeto a composição de perdas salariais, de 1990 a 1999, que atingiu parte dos empregados da empresa, e que passaram a ter situação diversa.

MANIFESTAÇÃO 000016/2004

Ementa Impugnação ao Edital nº 001/04 - PMPA (Concurso Público para Admissão ao Concurso de Formação de Oficiais PM).

MANIFESTAÇÃO 000017/2004

Ementa Mandado de segurança contra ato praticado pela CPL da SEDUC em 2001.

MANIFESTAÇÃO 000018/2004

Ementa Responsabilidade para pagamento de emolumentos.



MANIFESTAÇÃO 000019/2004

Ementa Possibilidade de contratação direta. Inteligência do art. 24, XII da lei nº 8.666/93. Ajuste na minuta final do contrato - Delimitação temporal do levantamento a ser realizado.

MANIFESTAÇÃO 000020/2004

Ementa Redutor constitucional - Pagamento da diferença decorrente da aplicação do subsídio de Secretário Executivo e Secretário Especial do Estado do Pará.

MANIFESTAÇÃO 000022/2004

Ementa Prazo limite para a realização da transferência financeira pelo Estado aos Municípios, com ou sem contrapartida destes, bem como os projetos de duração continuada, ressaltando-se o momento atípico, em virtude do ano corrente ser ano eleitoral.

MANIFESTAÇÃO 000023/2004

Ementa Versa sobre a incorporação de 100 por cento do valor relativo ao cargo de padrão DAS-4 exercido pela impetrante computando-se período anterior a vigência da Lei nº 5.810/94.

MANIFESTAÇÃO 000024/2004

Ementa 1- Lei Federal nº 10.833/2003 - Retenção na fonte de COFINS, do PIS e da CSLL, nos pagamentos feitos à pessoas jurídicas por Órgãos ou Entidades Estaduais na condição de tomadores de serviço - Existência de obrigação legal somente para a Administração Federal. 2- Permissivo legal para a assinatura de convênios com os Estados, Distrito Federal e Municípios para pagamentos efetuados por Órgãos, Autarquias e Fundações destes entes da federação. 3- Ausência de responsabilidade tributária - Delegação de arrecadação com o fito cooperativo.



MANIFESTAÇÃO 000025/2004

Ementa Estabelecimento de premissas para a implementação do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - LUZ PARA TODOS na área de concessão ou atuação da CELPA.

MANIFESTAÇÃO 000026/2004

Ementa Desaparecimento de bem móvel em recinto da PGE.

MANIFESTAÇÃO 000028/2004

Ementa Redistribuição dos servidores.

MANIFESTAÇÃO 000029/2004

Ementa Contrato pactuado entre a PGE e o Instituto Euvaldo Lodi do Distrito Federal - IEL. Expiração do prazo. Impossibilidade de prorrogação pela PGE. Exegese da Lei estadual nº 6.573/2003 que regulamenta o estágio curricular no âmbito do Estado do Pará.

MANIFESTAÇÃO 000030/2004

Ementa Pretensão expropriatória de benfeitoria localizada no Município de Ananindeua, sendo que a área na qual está inserida já foi desapropriada pelo Estado, em favor da COHAB.

MANIFESTAÇÃO 000031/2004

Ementa Contrato de prestação de serviços de locação de equipamento de reprografia celebrado, de contrato emergencial, com base no artigo 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93.

MANIFESTAÇÃO 000032/2004

Ementa Doação de imóvel à União Federal.

MANIFESTAÇÃO 000033/2004

Ementa Pedido de orientação do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, acerca de aposentadoria julgada e



registrada pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará - TCE, carecendo o ato de aposentação apenas de publicação.

MANIFESTAÇÃO 000034/2004

Ementa Análise de duas Escrituras Públicas de Doação, bem como documentação relativa à área a ser desapropriada pelo Estado no loteamento Balneário Ilha do Atalaia, localizado no município de Salinópolis.

MANIFESTAÇÃO 000035/2004

Ementa Contrato de prestação de serviço com a Empresa Pública Prodepa. Contratação direta mediante dispensa de licitação. Artigo 24, VIII da Lei nº 8.666/93.

MANIFESTAÇÃO 000036/2004

Ementa Trata o presente processo de consulta manifestada pela Secretaria Executiva da Fazenda - SEFA a esta PGE para manifestação a respeito da Certidão de Dívida Ativa extraída em 2001 com valores divergentes do AINF.

MANIFESTAÇÃO 000037/2004

Ementa Licença para exercício de atividade política - Aplicação do art. 77, VII, da Lei estadual nº 5.810/94 e da Lei Complementar nº 64/90. ""O prazo de afastamento remunerado do servidor público candidato, compreendido no art. 1º da Lei Complementar nº 64/90, será sempre de 3 (três) meses anteriores ao pleito, seja qual o pleito considerado federal, estadual ou municipal, majoritário ou proporcional"" (Maurício Corrêa, Res. 20623 de 16.05.2000).

MANIFESTAÇÃO 000038/2004

Ementa Consulta da Procuradoria-Geral do Estado do Pará - PGE sobre a possibilidade de prestação de consultoria jurídica ao Estado do Pará, especificamente no que diz respeito à ACO 714, proposta pelo Estado do Mato Grosso, que tem como objeto a demarcação das fronteiras entre os dois entes federados.



MANIFESTAÇÃO 000039/2004

Ementa A competência para instaurar processo administrativo disciplinar (PAD) voltado à apuração de suposta falta funcional cometida, durante a cessão, por servidor público cedido é do órgão/entidade cedente ou do órgão/entidade cessionário?

MANIFESTAÇÃO 000040/2004

Ementa Repasse de aporte financeiro para a realização do XXX Congresso de Procuradores do Estado, no período de 25 a 29 de outubro de 2004.

MANIFESTAÇÃO 000041/2004

Ementa Pedido de mudança de cargo de Técnico C do extinto Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Públicos do Estado do Pará - IPASEP, para o cargo de médico da Secretaria Executiva de Estado de Saúde Pública – SESPA.

MANIFESTAÇÃO 000042/2004

Ementa Contrato que tem por objetivo a contratação da empresa, para fornecimento de (2) dois talões de vale-alimentação por mês à sede desta Procuradoria-Geral em Brasília.

MANIFESTAÇÃO 000043/2004

Ementa A quebra das condições originais do edital cria situações de discriminação em relação aos outros candidatos, pelo que, de modo algum, poderá retornar candidato a etapas anteriores e obrigatórias de concurso público, já encerradas. Ocorrência da preclusão.

MANIFESTAÇÃO 000044/2004

Ementa Convênio entre Estado e Entidade sem fins lucrativos. Período eleitoral. Artigo 73, VI, a, Lei nº 9.504/97. Entendimento do Tribunal Superior Eleitoral.



MANIFESTAÇÃO 000045/2004

Ementa Agência Estadual de Regulação e Controle de Serviços Públicos - ARCON, solicita esclarecimentos acerca da não averbação do tempo de serviço de função temporária, para fins de pagamento do adicional por tempo de serviço (ATS).

MANIFESTAÇÃO 000046/2004

Ementa Manifestação acerca do atendimento ou não das recomendações com o fim de viabilizar a contratação da empresa Aspectho Comercial Ltda.

MANIFESTAÇÃO 000047/2004

Ementa Solicita análise sobre a viabilidade de concessão de vale-alimentação a servidor, durante o período em que estará afastado por licença para tratamento de saúde.

MANIFESTAÇÃO 000048/2004

Ementa Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT. Contrato de prestação de serviços. Cláusula que atribui responsabilidade ao ente estatal pelo recolhimento de tributos e demais exigências fiscais decorrentes do serviço prestado pela ECT. Impossibilidade pela via contratual.

MANIFESTAÇÃO 000049/2004

Ementa Afastamento para se candidatar a cargo eletivo. Tempo de serviço. Adicional de tempo de serviço. Artigo 94 da Lei nº 5.810/94.

MANIFESTAÇÃO 000050/2004

Ementa Desapropriação da cadeia dominical do imóvel em que está construído o Hospital Celina Gonçalves S/A, localizado no município de Marabá.



MANIFESTAÇÃO 000051/2004

Ementa Licença por motivo de doença em pessoa da família – licença para atividade classista – Licença para concorrer a cargo eletivo.

MANIFESTAÇÃO 000052/2004

Ementa Pedido de redistribuição de servidores com base no artigo 11 da Lei Estadual nº 6.304/2000 - diploma legal que criou a Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Viana (FHCGV) - e no artigo 50 da Lei Estadual nº 5.810/1994.

MANIFESTAÇÃO 000053/2004

Ementa O entendimento que se vem observando de exonerar ex-officio o servidor que abandonou o cargo pela impossibilidade de demissão, porque extinta a punibilidade pela prescrição, já mereceu aprovação do Poder Judiciário, inclusive pela sua mais alta Corte.

MANIFESTAÇÃO 000054/2004

Ementa Análise e considerações ao Manual de Gestão de Recursos Humanos - v.2, elaborado pela Diretoria de Recursos Humanos da SEAD.

MANIFESTAÇÃO 000055/2004

Ementa Considerações sobre o Manual de Gestão de Recursos Humanos v.2, da SEAD.

MANIFESTAÇÃO 000056/2004

Ementa Manual de Gestão de Recursos Humanos.

MANIFESTAÇÃO 000057/2004

Ementa A Sociedade Civil Educacional Dr. Rodolfo Tourinho dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para fazer proposta de doação do prédio escolar da Escola de Ens. Fund. R. C. Dr. Rodolfo Tourinho.



MANIFESTAÇÃO 000059/2004

Ementa O Gerente Regional da GRPU/PA dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para “informá-lo de que, em decorrência de preceitos legais, todos os eventos que importem utilização direta ou indireta das áreas sob jurisdição federal, ficarão condicionados à prévia autorização por parte desta Gerência Regional de Patrimônio da União no Pará.

MANIFESTAÇÃO 000060/2004

Ementa Administrativo - Militar denunciado em processo crime - Promoção - Impossibilidade - Violação do art. 5º, LVII, da CF - Inocorrência.

MANIFESTAÇÃO 000061/2004

Ementa Cuida-se nestes autos de analisar a doação de bem imóvel pela Prefeitura de Tucuruí à Universidade do Estado do Pará (UEPA) – visando o funcionamento do Núcleo Universitário da UEPA naquele Município – bem como a indenização das benfeitorias nele existentes.

MANIFESTAÇÃO 000062/2004

Ementa Responsabilidade subjetiva do Estado. Eventual conduta omissiva. Indenização. Pensão. Meninos emasculados de Altamira.

MANIFESTAÇÃO 000063/2004

Ementa Servidora temporária da SEDUC, tendo seu contrato sido rescindido em janeiro 2002.

MANIFESTAÇÃO 000064/2004

Ementa Convênio entre Estado e Federações de Esportes. Período eleitoral. Artigo 73, VI, a, Lei nº 9.504/97. Entendimento do Tribunal Superior Eleitoral.



MANIFESTAÇÃO 000065/2004

Ementa Consulta formulada pelo IGEPREV a esta PGE, acerca da imperatividade das decisões do Tribunal de Contas do Estado, em face do Instituto.

MANIFESTAÇÃO 000066/2004

Ementa A PM/PA contratou, mediante dispensa de licitação, a Associação de Educação e Cultura da Amazônia (AECA) para a prestação de serviços referentes à inscrição e seleção de candidatos ao Curso de Formação de Oficiais PM/2004 e ao Curso de Formação de Soldados PM/2004.

MANIFESTAÇÃO 000067/2004

Ementa Análise do Acordo, possivelmente a ser celebrado entre o Estado do Pará e a empresa Mineração Onça-Puma Ltda.

MANIFESTAÇÃO 000068/2004

Ementa Análise do Acordo, possivelmente a ser celebrado entre o Estado do Pará e a empresa Mineração Onça-Puma Ltda.

MANIFESTAÇÃO 000069/2004

Ementa Pedido de reserva remunerada em virtude de aprovação em concurso público para cargo de professor do Estado. Inaplicabilidade do art. 37, XVI da CF/88 aos militares. Transferência ex-officio para a reserva não remunerada.

MANIFESTAÇÃO 000070/2004

Ementa Servidor atualmente laborando nesta Procuradoria.

MANIFESTAÇÃO 000072/2004

Ementa Solicita emissão de parecer jurídico sobre a exigência de apresentação de certidões negativas da Justiça do Trabalho, com vistas ao cadastro dos fornecedores do Estado.



MANIFESTAÇÃO 000073/2004

Ementa Pregão. Solicitação de prorrogação de prazo para entrega de material. Aplicabilidade de sanção.

MANIFESTAÇÃO 000074/2004

Ementa Procedimento licitatório para contratação de serviço de intermediação de venda de ações da TELEBRÁS, pertencentes ao Estado.

MANIFESTAÇÃO 000075/2004

Ementa A Secretaria Estadual de Administração, reportando-se à minuta do Manual de Gestão de Recursos Humanos da Administração Pública Estadual, solicita esclarecimentos quanto à manifestação da PGE sobre a acumulação de cargos de assistente social no sentido de que a mesma só seria legítima quando exercida na área de saúde.

MANIFESTAÇÃO 000076/2004

Ementa Pedido formulado por servidor, que requer incorporação nos seus vencimentos de vantagem em decorrência do exercício de funções gratificadas.

MANIFESTAÇÃO 000077/2004

Ementa Manutenção/Alteração do Sistema de Controle de Processos pela PRODEPA. Possibilidade de prorrogação com base no art. 57, § 1º, VI, da Lei nº 8.666/93.

MANIFESTAÇÃO 000078/2004

Ementa Cuidam os presentes autos da análise dos documentos apresentados pela Sociedade Hospital Celina Gonçalves, referente ao terreno edificado, localizado no Km 06 da Rodovia PA 150, em Marabá - Pa, objeto do Decreto de desapropriação nº 1.295/2004.

MANIFESTAÇÃO 000079/2004

Ementa Servidor requer reversão da FG-4 em DAS-3.



MANIFESTAÇÃO 000080/2004

Ementa O Gerente Executivo do Banco do Cidadão encaminha contrato de abertura de crédito e notificações extrajudiciais de cobrança para análise desta Procuradoria.

MANIFESTAÇÃO 000081/2004

Ementa Pedido de gratificação de representação do cargo de Coordenadora da Procuradoria Fundiária, exercido em substituição, em virtude do afastamento do titular do referido cargo.

MANIFESTAÇÃO 000082/2004

Ementa Adicional de tempo de serviço. Contagem de tempo prestado na extinta Centrais Elétricas do Pará S/A, atual Rede CELPA. Possibilidade. Ocorrência da prescrição das parcelas vencidas há mais de cinco anos (art. 3º, DL 20.910/32).

MANIFESTAÇÃO 000083/2004

Ementa Pedido de prorrogação de prazo do contrato celebrado entre o Estado do Pará – Procuradoria-Geral do Estado.

MANIFESTAÇÃO 000084/2004

Ementa Transformação de ente autárquico previdenciário. Sucessão de obrigações. Omissão Legislativa. Necessidade de adoção de outros critérios de sucessão de obrigações: 1 - Gerente do ativo remanescente 2 - Natureza jurídica das contribuições e benefícios de pecúlio 3 - Ente central.

MANIFESTAÇÃO 000085/2004

Ementa Procedimento relativo ao expediente que objetivava designar servidor para protocolar documentos aos Procuradores.



MANIFESTAÇÃO 000086/2004

Ementa Isenção de pagamento dos serviços cartoriais das Escrituras Públicas de Doação de bens imóveis das escolas Prof. Poranga Jucá, Dr. Carlos Guimarães e Maria Antonieta Serra Freire.

MANIFESTAÇÃO 000087/2004

Ementa Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT. Contrato de prestação de serviços. Novas tarifas. Previsão contratual.

MANIFESTAÇÃO 000088/2004

Ementa Proposta para recebimento administrativo de valores decorrentes de aplicação de redutor constitucional.

MANIFESTAÇÃO 000089/2004

Ementa Servidor temporário. Contratação excepcional. Proibição para atividades permanentes. Prorrogação ou renovação contratual. Possibilidade por uma só vez.

MANIFESTAÇÃO 000090/2004

Ementa Minuta de Edital de Concurso Público.

MANIFESTAÇÃO 000091/2004

Ementa Cálculo de adicional por exercício de cargo em comissão.



2005

ESTUDO

ESTUDO 000001/2005

Ementa Mandado de segurança. Legitimidade passiva. Situação jurídica do ente público. Réu ou litisconsorte passivo necessário. Legitimidade recursal. Lei 10.910/2004. Instrução nº 01/2005 da Corregedoria do Interior do TJE/PA publicada em 31/03/2005. Imposição ao juiz da obrigação de intimar a pessoa jurídica de direito público cuja autoridade coatora figura como impetrada em mandado de segurança.

ESTUDO 000004/2005

Ementa Território como elemento formador e constitutivo do Estado Nacional. Subdivisão e desmembramento interno das unidades descentralizadas do Estado. Procedimento consensual de reorganização interna da gestão do território. Natureza jurídica do plebiscito. Obrigatoriedade de consulta a toda população do Estado, sob pena de se fragilizar a unidade nacional, com a criação de rugas e ressentimentos entre os membros da Nação do Estado de origem. Finalidade é o bem-estar de todos.

CONSULTA

CONSULTA 000001/2005

Ementa Dispensa de licitação. Contratação direta. Artigo 24 da Lei nº 8.666/93. Viabilidade.

PARECER

PARECER 000001/2005

Ementa a) A decisão do STF através da Resolução nº 245/2002 alarga o conteúdo das parcelas indenizatórias, incluindo aqueles pré-existentes que não foram reconhecidos em tempo certo b) São parcelas indenizatórias os valores remuneratórios não recebidos em época própria pelos servidores públicos c) *In casu* a remuneração



não recebida pelos servidores em função da aplicação do teto salarial e que vieram a ser pagas posteriormente adquirem a conotação de verba indenizatória não devendo sofrer a incidência de imposto de renda d) Por ser o imposto de renda retido na fonte incidente sobre os pagamentos dos servidores públicos receita diretamente aos Estados, a devolução deverá ser efetuada pela fonte de retenção.

PARECER 000002/2005

Ementa Adicional pelo exercício de cargo em comissão ou função gratificada. Direito à incorporação. Inteligência do art. 130 e §§ da Lei nº 5.810/94, até o advento da Lei Complementar nº 039/2002 alterada pela Lei Complementar nº 044 de 23 de janeiro de 2003.

PARECER 000003/2005

Ementa Contribuição sindical - Liberdade de filiação. Art.8º, V da CF/88.

PARECER 000004/2005

Ementa Titular de Cargo Efetivo. Exercício de Cargo em Comissão. Incidência do adicional por tempo de serviço sobre a verba de representação. Cômputo de tempo de serviço total. Incluindo-se o tempo de exercício de Cargo Efetivo. Inteligência do artigo 131, § 1º da Lei nº 5.810/94 C/C o artigo 8º da Lei nº 5.020/82.

PARECER 000005/2005

Ementa Mandato eletivo. Prefeito. Fiscal de tributos estadual. Remuneração integral do cargo efetivo. Parcela propter laborem. Possibilidade. Desde que tenha permissivo legal. Inteligência do art. 38, II da Constituição da República Federativa do Brasil - CRFB. Dos artigos 72, IX e 94 da Lei Ordinária Estadual - Lei nº 5.810/94. Vedação do artigo 17, § 3º, II do Decreto Estadual nº 2.950/94 e 3.146/98. Ilegalidade.



PARECER	000006/2005
Ementa	Militares do Estado - Inclusão nas propostas de vencimentos de transferência para a inatividade (Reforma e Reserva) do adicional de inatividade e do auxílio invalidez - Impossibilidade.
PARECER	000007/2005
Ementa	Exame da minuta do edital de concurso nº 01/2005 - SEAD/SESPA para provimento de vagas em cargos de nível superior e médio na Secretaria Executiva de Estado de Saúde Pública.
PARECER	000008/2005
Ementa	Dispensa de licitação. Formulário padrão. Artigo 24, XVI da lei nº 8.666/93. Formalidades para instrução do procedimento de dispensa de licitação.
PARECER	000009/2005
Ementa	IPVA. Fato Gerador. Lançamento de ofício. Decadência. Prazo. Inteligência do art. 173, I, do CTN.
PARECER	000010/2005
Ementa	Servidores Temporários - Estabilidade Provisória Sindical - Impossibilidade.
PARECER	000011/2005
Ementa	Gratificação de produtividade. Artigo 142 da Lei nº 5.810/94. Decreto nº 2.595/94. Auto de infração. Compensação tributária. Enriquecimento sem causa. Aplicação de princípio como norma jurídica.
PARECER	000012/2005
Ementa	Aplicação do princípio da vinculação ao edital. Inviabilidade de alteração das regras editalícias após a realização do concurso. Necessidade de realização de novo certame para evitar questionamentos futuros. Caso a Administração decida pelo



aproveitamento dos candidatos para o preenchimento de vagas, deve ser resguardada a ordem classificatória geral no concurso e o direito de opção do candidato.

PARECER

000013/2005

Ementa

Contrato administrativo. Prorrogação. Objeto contratual não concluído. Limites previstos nos §§ 1º e 2º do art. 65 da Lei nº 8.666/93. Decisão plenária do TCU nº 215/99, publicada no DOU de 21/05/1999.

PARECER

000014/2005

Ementa

Auxílio-Natalidade. Base de cálculo. Utilização do salário mínimo vigente à época do pagamento. Inteligência dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

PARECER

000015/2005

Ementa

Acidente de trabalho - custeio das despesas com tratamento de saúde - inteligência do art. 160, I 'e da Lei nº 5.810/94.

PARECER

000016/2005

Ementa

IPVA - Lançamento - Guia de recolhimento expedida pelo DETRAN - Necessária observância dos princípios do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório.

PARECER

000017/2005

Ementa

Concurso Público - Candidato Deficiente - Inteligência do art. 37, § 2º do Decreto nº 3.298/99.

PARECER

000018/2005

Ementa

Receitas não tributárias oriundas de recursos hídricos e minerais - Possibilidade da CFEM ser arrecadada diretamente pelos Estados - Constitucionalidade da fiscalização pelo ente estadual.



PARECER	000019/2005
Ementa	Processo administrativo disciplinar. Ex-servidora. Possibilidade de instauração. Observância do prazo prescricional para a ação disciplinar. Imprescritibilidade das ações de ressarcimento (art. 37, § 5º CF).
PARECER	000020/2005
Ementa	Cessão de servidor público em estágio probatório. Lei nº 5.810/94. Decreto nº 2.235/97. Instrução Normativa nº 001/2003 da Secretaria Executiva de Administração. Poder regulamentar.
PARECER	000021/2005
Ementa	Contrato nº 007/2003, cujo objeto é o fornecimento de combustível (gasolina comum) visando atender as necessidades desta PGE e também sobre o Contrato de Prestação de Serviço, com fornecimento de material, a ser celebrado entre a Procuradoria e a empresa Petrobrás Distribuidora S/A.
PARECER	000022/2005
Ementa	Redistribuição <i>ex-officio</i> .
PARECER	000023/2005
Ementa	Concurso público - Candidatos aprovados e não classificados - criação de novos cargos - aproveitamento dos candidatos aprovados – possibilidade.
PARECER	000024/2005
Ementa	Designação de servidores para composição de comissão de processo administrativo disciplinar - PAD. Estabilidade. Art. 205 da Lei estadual nº 5.810/94.
PARECER	000025/2005
Ementa	Direito público subjetivo à certidão. Art. 5º, XXXIV, b, da CF/88. Limitações.



PARECER 000026/2005

Ementa Licença para tratar de assuntos de interesse pessoal. Interstício necessário entre dois períodos de licença. Inteligência do artigo 93 da Lei nº 5.810/94.

PARECER 000027/2005

Ementa Devolução de valores retidos indevidamente - Imposto de Renda e contribuição previdenciária - Abono - Natureza indenizatória reconhecida pelo STF - Dúvida com relação aos termos da Resolução nº 01/2002 - CPJ - Possibilidade de devolução.

PARECER 000028/2005

Ementa Servidor público. Readaptação em decorrência de decisão judicial transitada em julgado. Conversão em aposentadoria por invalidez. Possibilidade.

PARECER 000029/2005

Ementa Terceiro aditivo ao contrato de prestação de serviço com a Empresa Pública PRODEPA. Contratação direta mediante dispensa de licitação.

PARECER 000030/2005

Ementa Servidora estadual. Afastamento para exercício de mandato eletivo. Ausência mantida pós mandato. Abandono de cargo. Prescrição.

PARECER 000031/2005

Ementa Servidor público. Redistribuição. Harmonização do Instituto à principiologia constitucional da Administração Pública. Adequação dos requisitos na hipótese de redistribuição de função.

PARECER 000032/2005

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Infração disciplinar capitulada como crime. Aplicação do prazo de prescrição previsto na lei penal. Artigo 198, § 2º da Lei Estatutária Estadual.



PARECER 000033/2005

Ementa CGAF expõe que existem dois contratos firmados entre a Procuradoria e os Correios, um deles sub-utilizado. Faturas de valor ínfimo. Dificuldade ou impossibilidade de pagamento pelo sistema financeiro do Estado. Possibilidade. Substituição dos dois contratos em vigor por um único, que contemple todas as necessidades do órgão.

PARECER 000034/2005

Ementa Servidor público. Jornada de trabalho. Artigo 63 da Lei estadual nº 5.810/94 e artigo 19 da Lei estadual nº 6.482/2002. Prevalência da jornada fixada em lei especial: critério da especialidade (*LEX SPECIALI DEROGAT GENERALIS*).

PARECER 000035/2005

Ementa Redistribuição de servidores do IPASEP para a UEPA. Imprescindível observância, pela Administração Estadual, de requisitos que harmonizem a redistribuição à principiologia constitucional da Administração Pública.

PARECER 000036/2005

Ementa Cargo efetivo de Técnico em Gestão Pública. Exigência legal, para provimento do cargo, de curso completo de ensino superior. Distribuição dos cargos por áreas de graduação específicas. Lei ou decreto? Possibilidade de preenchimento dos cargos por portadores de Diploma/Certificado de cursos sequenciais de formação específica. Exigência de inscrição nos Conselhos de Classe.

PARECER 000037/2005

Ementa Acumulação de dois cargos comissionados. Impossibilidade. Inteligência do art. 37, XVI da CF C/C 163 da lei nº 5.810/94. Incabível a cumulação ainda que o servidor renuncie a remuneração de um dos cargos -CE.



PARECER	000038/2005
Ementa	Servidor público. Aposentadoria. Contagem de Tempo de Serviço até 16.12.1998. Períodos de Licença-Prêmio adquiridos junto ao serviço público federal em virtude de tempo celetista, porém não gozados. Cômputo desses períodos em dobro pelo Estado, para fins de aposentadoria. Desnecessidade de certidão expedida pelo INSS.
PARECER	000039/2005
Ementa	Concurso público nº 001/2004-PMPA - Vinculação ao instrumento convocatório do certame - Necessidade de cumprimento das regras editalícias - Exame físico - Realização conforme previsão do edital.
PARECER	000040/2005
Ementa	Servidor estadual. Mudança de sede e domicílio. Ajuda de custo. Localidade não prevista do decreto estadual. Interpretação razoável. Não incidência de imposto de renda e contribuição previdenciária sob parcela de natureza indenizatória.
PARECER	000041/2005
Ementa	Convênio - Regularidade do conveniente privado. Utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida. Indenizações trabalhistas. Possibilidade de denúncia a qualquer tempo.
PARECER	000042/2005
Ementa	Servidores temporários. Atendimento ao acordo judicial realizado perante a 13ª Vara do Trabalho da cidade de Belém. Critérios de extinção de contrato temporário. Inexistência de estabilidade provisória ou garantia de emprego. Respeito aos casos de suspensão ou interrupção do trabalho temporário, desde que compatível com a relação jurídica temporária firmada.
PARECER	000043/2005
Ementa	Promoção militar. Praça. Corpo de Bombeiro. Exame físico. Apto com restrição. Incapacidade temporária inferior a três anos, computando-se o prazo de agregação. Direito à promoção na



carreira. Inteligência do artigo 21, caput e parágrafo único da Lei estadual nº 5.250 de 29 de julho de 1985; do artigo 88, III, A C/C o artigo 106, III da Lei estadual nº 5.251 de 29 de julho de 1985.

PARECER

000044/2005

Ementa

Redistribuição de função (art. 19 do ADCT, CF/88). Atendimento dos requisitos da equivalência vencimental e manutenção da essência das atribuições do cargo/função. Exegese do art. 50 da Lei Estadual nº 5.810/94.

PARECER

000045/2005

Ementa

Concessão da gratificação de tempo integral - Servidores que trabalham em regime de 40 hs. - Chefias informais - Impossibilidade.

PARECER

000046/2005

Ementa

Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB). Notificação extrajudicial. Contribuição Sindical. Aplicabilidade apenas aos servidores públicos celetistas.

PARECER

000047/2005

Ementa

Servidora pública temporária. Pleito de estabilidade em função de doença grave. Inviabilidade.

PARECER

000048/2005

Ementa

Servidor público. Adicional por tempo de serviço (ATS). Cômputo do tempo de serviço prestado à sociedade de economia mista estadual. Pagamento retroativo à data de ingresso na entidade autárquica estadual, mediante folha suplementar. Prescrição quinquenal.

PARECER

000049/2005

Ementa

Desapropriação pelo Estado de imóvel localizado em terreno acrescido de Marinha - Bem da União Federal - Controvérsia - Viabilidade de desapropriação parcial - apenas o domínio útil é expropriável - Taxa de ocupação de imóvel comprovante da União é devida - Decreto-lei nº 9.760/46 - Regularização de ocupação -



Formas de utilização de bens da União pelo Estado - Meio de definição da propriedade pelo Estado - Ação Judicial ordinária.

PARECER

000050/2005

Ementa

Servidor público - Abandono de cargo - Distinção entre servidor temporário e servidor efetivo - servidor com mais de trinta faltas consecutivas - Possibilidade de retorno ao cargo enquanto não encerrado o procedimento apuratório - Servidor temporário - Contratação decorrente de excepcional interesse público - Desnecessidade em regra, de abertura de procedimento apuratório destinado à apuração do abandono de função.

PARECER

000051/2005

Ementa

Gratificação pela participação em comissão ou grupo especial de trabalho. Exegese do art. 139 da Lei Estadual nº 5.810/94.

PARECER

000052/2005

Ementa

Servidor público. Acumulação. Cargo em comissão. Decisão judicial transitada em julgado.

PARECER

000053/2005

Ementa

A revogação do acréscimo de 20% previsto no caput do artigo 52 da Lei nº 6.182/98, importa em redução desses valores em todos os processos em tramitação face a possibilidade de retroatividade da lei revogadora, com base no artigo 106, II do CTN.

PARECER

000054/2005

Ementa

Concurso público. Número determinado de vagas no edital. Abertura de novas vagas no curso do certame. Convocação dos aprovados remanescentes para a segunda fase. Interpretação do art. 37, IV da CF/88 e da Sumula 163, do STF. Entendimento jurisprudencial que transforma expectativa de direito em direito subjetivo.



PARECER	000055/2005
Ementa	Cumprimento de mandado de prisão de depositário infiel. Necessidade de oficial de justiça. Competência da Polícia Federal. Possibilidade de atuação da Polícia Militar para preservação da ordem pública.
PARECER	000056/2005
Ementa	Servidores estudantes - Redução de jornada de trabalho legalmente prevista - Ausência de previsão legal – Inviabilidade.
PARECER	000057/2005
Ementa	Contratação da Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (FADESP). Dispensa de licitação. Inteligência do artigo 24, XIII, da Lei nº 8.666/93.
PARECER	000058/2005
Ementa	ECT - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - IPVA sobre veículos automotores - Imunidade tributária Recíproca - Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.
PARECER	000059/2005
Ementa	Fornecimento de relação nominal de servidores a Conselho de Classe. Princípio constitucional da publicidade. Inexistência de violação ao direito à intimidade.
PARECER	000060/2005
Ementa	Acumulação de cargos. Terapia ocupacional. Área de saúde. Interpretação dos limites estabelecidos no art. 37, XVI, c da CF.
PARECER	000061/2005
Ementa	Bens móveis doados ao Estado pelo Governo Norte-Americano. Doação com encargo. Possibilidade de doação desses bens, pelo Estado, a entidade beneficente de Assistência Social. Anuência do doador. Dispensa de licitação (ART. 17, II, a, da Lei nº 8.666/93).



PARECER	000062/2005
Ementa	Contrato de compra e venda. Autoridade competente para assinar o instrumento contratual como representante do Estado.
PARECER	000063/2005
Ementa	Fundo Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA). Certificado de autorização para captação de recursos financeiros.
PARECER	000064/2005
Ementa	Manutenção de vias públicas de Conjuntos Habitacionais abertos. Bens de uso comum do povo. Competência Municipal.
PARECER	000065/2005
Ementa	Incidência do adicional por tempo de serviço - Função Gratificada - Lei nº 5.810/94 - Cabimento.
PARECER	000066/2005
Ementa	Coronel remanescente em quadro em extinção da Polícia Militar - Aplicação administrativa do Decreto estadual nº 6.781/90 - Possibilidade de exercício do Subcomando-Geral da Corporação.
PARECER	000067/2005
Ementa	Orla do Maçarico - Cessão de uso feita pela União ao Estado - Convênio firmado com a PARATUR para gerenciamento e administração do complexo do Maçarico - Competência da PARATUR para ditar regras pertinentes ao uso da área.
PARECER	000068/2005
Ementa	SEAD solicita desta Procuradoria-Geral, oitiva acerca do pagamento de parcela (Gratificação de Trânsito) devida a servidor e outros agentes do Departamento de Trânsito Estado do Pará (DETRAN).



PARECER	000069/2005
Ementa	Exame da minuta do Edital nº 01/2005, relativo ao concurso público C-99, que tem por objeto o preenchimento de vagas em 129 (Cento e vinte e nove) empregos de Nível Superior, Médio e Fundamental na Companhia Paraense de Turismo – PARATUR.
PARECER	000070/2005
Ementa	Pagamento de diárias. Natureza Alimentar das vantagens pecuniárias.
PARECER	000071/2005
Ementa	O valor levantado pelo Estado do Pará em ação judicial não pode ser compensado por ser valor do ICMS da parcela incontroversa. O pedido de compensação formalizado pelo contribuinte, caso formalizado acordo, esbarra no artigo 166 do CTN, necessitando detida e cuidadosa avaliação do pleito.
PARECER	000072/2005
Ementa	Consultor Jurídico de Autarquia - Previsão legal de carga horária de 8 horas diárias - Pedido administrativo de inserção no Regime de Dedicação Exclusiva - Suscitada a incompatibilidade entre o art. 11 da Lei Estadual nº 6.099/1994 e o art. 20 do Estatuto da OAB - Inaplicabilidade da Lei nº 8.906/1994 (Estatuto da OAB) aos servidores públicos no que pertine à carga horária.
PARECER	000073/2005
Ementa	Servidora pública. Procuradora do Estado aposentada 1 - Impossibilidade de extensão do adicional de dedicação exclusiva. Impossibilidade de preenchimento, pelos inativos, da condição imposta na Lei. Ausência de generalidade e impessoalidade. Não incidência do artigo 40, § 4º da CF/88, em sua redação original. 2 - Direito à extensão da gratificação de assessoramento das entidades da Administração Indireta. Vantagem de caráter geral e impessoal. Incidência do artigo 40, § 4º da CF/88, em sua redação original.



PARECER	000074/2005
Ementa	Servidor público. Falecimento. Saque de proventos após o óbito. Auxílio funeral. Débito para o Estado. Reconhecimento da dívida pela viúva. Pedido de parcelamento. Viabilidade jurídica. Aplicação do artigo 125 da Lei Estatutária Estadual, inscrição do débito em dívida ativa (Dívida não tributária) ou propositura de ação civil de ressarcimento.
PARECER	000075/2005
Ementa	Servidora Pública em estágio probatório - Exoneração a pedido - Nomeação para outro cargo público no qual efetivou-se - Processo administrativo - Prescrição - Pedido de recondução - Intelecção do art. 57 da Lei Estadual nº 5.810/94 - Não observância dos requisitos legais - Impossibilidade.
PARECER	000076/2005
Ementa	Análise de edital de concurso público para admissão em empregos de Nível Superior, de Nível Médio e de Nível Fundamental na EMATER.
PARECER	000077/2005
Ementa	Servidor público. Aposentadoria voluntária. Reversão. Possibilidade. Requisitos legais. Artigo 59-B da Lei Complementar estadual nº 039/2002.
PARECER	000078/2005
Ementa	Doação de automóveis à organização social - Bens inservíveis ao Estado - Possibilidade - Art. 17, II, ""a"", da Lei nº 8.666/93.
PARECER	000079/2005
Ementa	Termo Aditivo de contrato. Registro de preços. PGE como Órgão participante na forma do art. 1º, IV do Decreto nº 1.093 de 29 de junho de 2004. Equilíbrio econômico financeiro. Inteligência do art. 65, II, de, da Lei nº 8.666/93.



PARECER	000080/2005
Ementa	Concurso público. Número determinado de vagas no edital. Necessidade de convocação de candidatos além das vagas ofertadas no instrumento convocatório. Convocação dos aprovados remanescentes. Aplicação do percentual destinado aos deficientes físicos.
PARECER	000081/2005
Ementa	Título provisório - Aquisição sem anuência do Estado - Nulidade - Compra em regime especial necessidade de aprovação prévia do Congresso Nacional - Não há direito adquirido contra a Constituição.
PARECER	000082/2005
Ementa	Terceirização de servidores pela Administração Pública. Execução indireta. Atividades-meio. Possibilidade jurídica.
PARECER	000083/2005
Ementa	Constitucional - Erro na não emissão de contracheques - Correção imediata - Inexistência de subversão ao preceito constitucional. Possibilidade de acumulação de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde com profissões regulamentadas - Ausência de interesse processual para a propositura de contestação.
PARECER	000084/2005
Ementa	Concurso público - Candidata nomeada que renuncia à ordem de classificação, requerendo constar do último lugar da lista de classificados - Possibilidade - Ausência de prejuízo à Administração ou de quebra da ordem classificatória.
PARECER	000085/2005
Ementa	Dispensa de licitação. Art. 24, XIII da Lei nº 8.666/93. Caracterização. Processo administrativo. Observância aos requisitos legais.



PARECER	000086/2005
Ementa	Policia! Militar. Falecimento. Ausência de dependentes. Suspensão do pagamento da remuneração. Necessidade de normatização pela Administração a fim de evitar duplo pagamento (Remuneração e pensão policial).
PARECER	000087/2005
Ementa	Terras de domínio estadual - Auto-executoriedade dos atos administrativos - Poder de polícia - Desnecessidade de ajuizamento de demanda de reintegração de posse. Abertura de inquérito de crime contra o patrimônio público.
PARECER	000088/2005
Ementa	Militar. Incidência de redutor constitucional. Requerimento administrativo. Ordem constitucional vigente. Prescrição.
PARECER	000089/2005
Ementa	Servidor público. Gratificação de convênio-vestibular. Instituição por Portaria. Ofensa ao princípio da estrita reserva de lei em sentido formal. Invalidade do ato normativo como fonte contínua de efeitos. Manutenção de efeitos já decorridos do ato inválido. Decadência. Limites à autotutela administrativa. Princípio da segurança jurídica. Dispensa de devolução de valores pagos indevidamente. Impossibilidade de desconstituição unilateral, pela Administração, de atos de aposentadoria já registrados pelo Tribunal de Contas.
PARECER	000090/2005
Ementa	Área em processo de alienação - Detectada impedimento legal cancelamento - Retomada da área pelo Poder Público.
PARECER	000091/2005
Ementa	Área em processo de alienação - Detectado descumprimento de rito constitucional - Nulidade detectada - Impedimento da concessão de



título definitivo - Nulidade do título provisório - Necessidade de apreciação do CEPAF.

PARECER 000092/2005

Ementa Criação de fundo estadual - Lei nº 6.345/2000 - Banco do Produtor - Aplicação integral dos recursos do fundo no setor produtivo.

PARECER 000093/2005

Ementa Necessidade de avaliação de desempenho para garantia de estabilidade. Art. 41, § 4º. Norma de eficácia plena. Diligência do Poder Público. Silêncio da Administração e seus efeitos.

PARECER 000094/2005

Ementa Servidor Público temporário acometido de doença grave. Permanência no serviço público após distrato. Inviabilidade.

PARECER 000095/2005

Ementa Dispensa de licitação. Art. 24, V da Lei nº 8.666/93. Caracterização. Processo Administrativo. Observância aos requisitos legais.

PARECER 000096/2005

Ementa Precatório - Pagamento - Imposto de renda retido na fonte - DIRF.

PARECER 000097/2005

Ementa Servidora pública - Abandono de cargo - ANIMUS ABANDONANDI - Distinção entre servidor temporário e servidor efetivo - Servidora temporária - Vinculação ao regime previdenciário geral - Contratação decorrente de excepcional interesse público - Desnecessidade, em regra, de abertura de procedimento apuratório destinado à apuração do abandono de função.

PARECER 000098/2005

Ementa Edital do II Concurso público para provimento de vagas do cargo de Defensor Público de 1ª Entrância do Estado do Pará. Análise jurídica.



PARECER 000099/2005

Ementa Servidores públicos. Data de ingresso no serviço público e data de ingresso na função de Defensor Público. Alteração no Sistema SEAD

PARECER 000100/2005

Ementa Termo condicional de ausência para fins de exploração florestal - Possibilidade - Afastada qualquer discussão sobre o domínio e o seu reconhecimento - Atende a continuidade de projeto de manejo florestal e encaminhamento de solução da regularização fundiária de comunidades tradicionais - Situação excepcional dado os termos do Provimento nº 001/2004-CJCI do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado.

PARECER 000101/2005

Ementa Convênio - Instrumento adequado para a possibilitar a recomposição florestal em áreas do patrimônio público - Incorporação ao patrimônio - Áreas de preservação permanente - Possibilidade - Não se trata de concessão de terras públicas.

PARECER 000102/2005

Ementa Minuta do edital do concurso público C-82. Análise jurídica

PARECER 000103/2005

Ementa Lei Estadual nº 6.725/2005 - Servidores celetista que ingressaram na FUNTELPA antes da Constituição Federal de 1988 - Impossibilidade de aplicação dos art. 244 da Lei Estadual nº 5.810/94 e 8º da Lei Estadual nº 5.020/82 - Necessidade de concurso público para provimento de cargos públicos efetivos no âmbito da Fundação.

PARECER 000104/2005

Ementa Extinção de crédito tributário através de dação em pagamento.



PARECER 000105/2005

Ementa Áreas em processo de alienação - Caso de intervenção do CEPAF - Não pode ser descumprido - Proposta de decreto de funcionamento.

PARECER 000106/2005

Ementa Sistema de Registro de Preços (SRP). Licitação deserta ou fracassada. Contratação direta mediante dispensa. Impossibilidade jurídica.

PARECER 000107/2005

Ementa Servidor público. Reintegração judicial no cargo de Defensor Público. Pedido administrativo de enquadramento na entrância especial da carreira.

PARECER 000108/2005

Ementa Áreas em processo de alienação. Detectada a formação de ação combinada para burlar a lei. Formação de latifúndio. Cancelamento. Apuração criminal. Remessa ao Ministério Público. Representação pela PGE. Abertura de processo administrativo disciplinar necessidade no ITERPA.

PARECER 000109/2005

Ementa Áreas em processo de alienação. Detectada a formação de ação de Laranjas. Formação de latifúndio. Cancelamento. Apuração criminal. Remessa ao Ministério Público. Representação pela PGE. Abertura de processo administrativo disciplinar necessidade no ITERPA.

PARECER 000110/2005

Ementa Minuta do edital do concurso público C-87 - Provimento de cargos na Secretaria Executiva de Estado de Saúde Pública - Análise jurídica.

PARECER 000111/2005

Ementa Área em processo de alienação - Emenda Constitucional nº 46 - Terras devolutas municipais - Impedimento de concessão de título



definitivo pelo ITERPA - Necessidade de apreciação do Congresso Nacional.

PARECER 000112/2005

Ementa Cumprimento de decisão judicial. Restabelecimento de consignação suspensas por ato unilateral da Administração. Os posteriores pedidos de consignação devem obedecer os procedimentos fixados pela Administração.

PARECER 000113/2005

Ementa Título de posse - Processo arquivado - Caducidade - Prescrição - Compra em regime especial - Possibilidade.

PARECER 000114/2005

Ementa Compra de área - Possibilidade - Indenização pelas benfeitorias e VTN - Procedimento.

PARECER 000115/2005

Ementa É possível a dação em pagamento com bem imóvel para quitação de débito tributário, sem dispensa de juros e multa. O Decreto estadual nº 1.771/2005 somente permite a dispensa de juros e multa com pagamento em moeda corrente. Cabe à Secretaria Executiva de Fazenda, avaliar se o bem dado em garantia serve para a Administração Pública e se quita o débito tributário do contribuinte, incluindo juros e multa, em sua totalidade ou parcialmente, caso seja aceito o bem.

PARECER 000116/2005

Ementa Servidor público estadual. Requisição pela Justiça Eleitoral. Lei nº 6.999/82. Auxílio-transporte e auxílio-alimentação. Manutenção. Princípio da razoabilidade.

PARECER 000117/2005

Ementa Análise do edital nº 01/2005-SEAD/Polícia Civil.



PARECER	000118/2005
Ementa	Celebração de termo de parceria entre o Estado e entidade privada sem fins lucrativos qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Necessidade de lei estadual que regule a qualificação das entidades.
PARECER	000119/2005
Ementa	Isenção de imposto de renda - Moléstia grave - Lei nº 7.713/88, art. 6º, inciso XIV e art. 39, inciso XXXIII do Decreto nº 3.000/99.
PARECER	000120/2005
Ementa	Proposta de projeto de lei para alteração da Lei nº 5.819/94, que dispõe sobre a política estadual de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.
PARECER	000121/2005
Ementa	Concurso público - A desistência de nomeação apresentada por candidato altera a ordem classificatória - Posterior arrependimento - A retratação não invalida a nomeação do candidato aprovado na colocação subsequente mas pode ser recebida como renúncia à ordem de classificação, se houver interesse público no provimento de todos os cargos ofertados.
PARECER	000122/2005
Ementa	Cessão de uso de bens imóveis para fins educacionais e saúde - Lei nº 6.614 de 05 de janeiro de 2004 - Possibilidade - Atende a interesse social sem transferência do domínio – Procedimento.
PARECER	000123/2005
Ementa	Cargo em comissão. Exoneração seguida de nova nomeação. Tempo de serviço público anteriormente prestado. Cômputo para fins de adicional de tempo de serviço. Inteligência dos artigos 70, § 1º e 131, § 1º da Lei Estadual nº 5.810/94.



PGE

Procuradoria
Consultiva

PARECER 000124/2005

Ementa Contrato - Aumento de KBPS - Discricionariedade do administrador - É possível contratar a PRODEPA diretamente, tanto quanto abrir licitação - Necessidade de avaliação das questões técnicas expostas pela Divisão de Informática.

PARECER 000125/2005

Ementa Construção de unidade de fiscalização de SEFAZ-MT - em território paraense - Impossibilidade - Poder de polícia - Impedir a construção - Comunicação ao Órgão Fazendário do Estado de Mato Grosso.

MANIFESTAÇÃO

MANIFESTAÇÃO 000001/2005

Ementa Minuta de convênio a ser firmado com o BANPARÁ - Revista da PGE.

MANIFESTAÇÃO 000001-A/2005

Ementa Trata-se de solicitação para análise da minuta de convênio a ser firmado entre a Procuradoria-Geral do Estado (PGE) e a Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA).

MANIFESTAÇÃO 000002/2005

Ementa Solicita a apreciação da adaptação da remuneração do servidor cedido, por meio da Portaria nº 2059-SEAD, à jornada de trabalho de 40 (quarenta horas semanais) do IGEPREV, a partir de 01.11.2003, nos termos preconizados pela Lei nº 5.942, de 15 de janeiro de 1996.

MANIFESTAÇÃO 000003/2005

Ementa Manutenção/Alteração do sistema de controle de processos pela PRODEPA. Contrato administrativo. Prorrogação. Possibilidade. Art. 57, § 1º, VI, da Lei nº 8.666/94. Prazo.

MANIFESTAÇÃO 000004/2005

Ementa Apuração do possível abandono de trabalho.



MANIFESTAÇÃO 000005/2005

Ementa Escritura Pública de venda e compra dos direitos de posse de área urbana, em domínio útil, situada no município de Tucuruí, entre outros documentos.

MANIFESTAÇÃO 000006/2005

Ementa Aposentadoria. Extinção do contrato de emprego. Posicionamento do TST e STF. Contrato nulo. Estabilidade provisória.

MANIFESTAÇÃO 000007/2005

Ementa Possibilidade jurídica de nomear os candidatos aprovados no Concurso Público nº C-69 para os cargos de Investigador de Polícia.

MANIFESTAÇÃO 000008/2005

Ementa Prorrogação do Contrato de prestação de serviços de manutenção corretiva e atualização de versões do sistema de software ronda pleno - 100 (relógio de ponto), que foi pactuado entre a PGE e J.F.º Comércio Serviços de Informática Ltda- Me - Microdata Teleinformática.

MANIFESTAÇÃO 000009/2005

Ementa Pedido de gratificação de representação do cargo de Chefe de Gabinete, exercido em substituição, em virtude do afastamento do titular do referido cargo.

MANIFESTAÇÃO 000010/2005

Ementa Dispensa de licitação. Contratação direta. Artigo 24, II, da Lei nº 8.666/93. Viabilidade.

MANIFESTAÇÃO 000011/2005

Ementa Prorrogação de prazo de contrato celebrado entre o Estado do Pará - PGE e Muiraquitã Viagens e Turismo Ltda.



MANIFESTAÇÃO 000012/2005

Ementa Pedido de pagamento de gratificação de representação do cargo de Coordenador da Procuradoria Fundiária, exercido em substituição do titular do referido cargo.

MANIFESTAÇÃO 000013/2005

Ementa Pedido de pagamento de gratificação de representação do cargo de Coordenador da Procuradoria Cível, Trabalhista e Administrativa, exercido em substituição do titular do referido cargo.

MANIFESTAÇÃO 000014/2005

Ementa Consulta sobre a possibilidade de averbação do tempo de serviço prestado à Procuradoria Cível da Secretaria Municipal durante o período em que o servidor esteve na condição de estagiário.

MANIFESTAÇÃO 000015/2005

Ementa Pleito formulado pelo Exmo. Sr. Ex-Governador do Estado do Pará, quanto à retenção de Imposto de Renda.

MANIFESTAÇÃO 000016/2005

Ementa Dispensa de licitação - Contratação direta - Limite monetário inferior ao previsto no art. 24, II da Lei nº 8.666/93. Necessidade de adoção das formalidades previstas na lei de licitações e contratações.

MANIFESTAÇÃO 000017/2005

Ementa Multa de trânsito. Responsabilidade pelo pagamento da multa de trânsito. Lei nº 9.503/97 e Resolução nº 108 do CONTRAN. Indenização ao erário pode ser realizada através de desconto em folha de pagamento. Imperatividade de existência do Devido Processo Administrativo e de anuência do servidor para a efetivação do desconto.

MANIFESTAÇÃO 000018/2005

Ementa Pregão presencial SEAD 02/2004.



MANIFESTAÇÃO 000019/2005

Ementa Adesão às Atas de Registro de Preços SEAD/DGL/SRP nº 002/2004.

MANIFESTAÇÃO 000020/2005

Ementa Aquisição de arquivos deslizantes.

MANIFESTAÇÃO 000021/2005

Ementa Contrato nº 007/2003, cujo objeto é o fornecimento de combustível (gasolina comum) visando atender as necessidades desta PGE e também sobre o Contrato de Prestação de Serviço, com fornecimento de material, a ser celebrado entre a Procuradoria e a empresa Petrobrás Distribuidora S/A.

MANIFESTAÇÃO 000022/2005

Ementa Exame da minuta do edital de concurso nº 01/2005 – SEAD/SESPA.

MANIFESTAÇÃO 000023/2005

Ementa Incorporação da Empresa contratada. Inteligência do artigo 78, VI da Lei nº 8.666/93.

MANIFESTAÇÃO 000024/2005

Ementa Acidente de trânsito. Danos patrimoniais à Fazenda Pública. Ressarcimento ao erário. Desconto em folha. Necessidade da concordância do servidor.

MANIFESTAÇÃO 000025/2005

Ementa Análise do edital nº 01/2005 - Concurso público para admissão ao Curso de Formação de Soldados Bombeiros Militares Combatentes (CFSD-BM-2005).



MANIFESTAÇÃO 000026/2005

Ementa Trata-se à percepção de gratificação de representação por cargo em comissão, decorrente de substituições em caráter eventual, superior a 30 dias

MANIFESTAÇÃO 000027/2005

Ementa Consulta relacionada a ocorrência de acúmulo ilegal de cargos públicos.

MANIFESTAÇÃO 000028/2005

Ementa Minuta do edital C-82, para preenchimento de cargos na Escola do Governo do Pará.

MANIFESTAÇÃO 000029/2005

Ementa Exame sobre as alterações da minuta do edital do concurso público para provimento de vagas em cargos na Secretaria Executiva de Estado de Saúde Pública – SESPA.

MANIFESTAÇÃO 000030/2005

Ementa Consignar em folha de pagamento de proventos de aposentadoria o desconto das mensalidades devidas a sindicatos e associações.

MANIFESTAÇÃO 000031/2005

Ementa Termo aditivo ao contrato de prestação de serviços com a Empresa Pública PRODEPA. Contratação direta mediante dispensa de licitação. Artigo 57, II da Lei nº 8.666/93.

MANIFESTAÇÃO 000032/2005

Ementa Estádio Olímpico - Jogos já realizados - Instrumento para cobrar dívida com garantia e sem desconto - Parcelamento - Possibilidade - Ajuste verbal - Análise de medida judicial cabível.



MANIFESTAÇÃO 000033/2005

Ementa Dispensa de licitação. Contratação direta artigo 24, II, da Lei nº 8.666/93. Viabilidade.

MANIFESTAÇÃO 000034/2005

Ementa Análise jurídica de minuta de Carta Convite e de Contrato a ser firmado pela Procuradoria-Geral do Estado, visando a aquisição de material de consumo, consoante necessidades apontadas pela Chefia da Divisão de Material e Patrimônio deste órgão.

MANIFESTAÇÃO 000035/2005

Ementa Análise da minuta da Portaria que contém proposta de regulamentação complementar, visando instituir instrumento (Carteira de Identificação) que assegure aos Agentes a serviço da Vigilância Sanitária, livre acesso aos locais onde se realizam as inspeções e fiscalizações.

MANIFESTAÇÃO 000036/2005

Ementa Solicitação formulada pela Coordenadora Geral de Administração e Finanças, para que se proceda à adequação da Ordem de Serviço nº 01/2001 à legislação pertinente ao estágio prestado por estudantes no âmbito da Procuradoria.

MANIFESTAÇÃO 000037/2005

Ementa Aditamento de contrato. Prorrogação do contrato e acréscimo do valor contratual. Artigo 57, II e 65, I, b c/c parágrafo 1º da Lei nº 8.666/93.

MANIFESTAÇÃO 000038/2005

Ementa Pagamento de bolsas de estudo - Curso de formação de soldados da PMPA.



MANIFESTAÇÃO 000039/2005

Ementa Análise dos instrumentos apresentados pela SEAD (Nota Técnica, Termo particular de Quitação e Instrumento de Transação Extrajudicial) para indicar os critérios e os limites de reconhecimento do direito à incorporação de vantagens pelo exercício do cargo comissionado ou função gratificada, desde que referentes à período posterior ao advento do RJU, 24.1.1994, até a data de 24.1.2003, quando foi publicada a Lei Complementar nº 44/2003.

MANIFESTAÇÃO 000040/2005

Ementa Exame da minuta de edital de licitação de aquisição de veículos automotivos.

MANIFESTAÇÃO 000041/2005

Ementa Responsabilidade pelo pagamento da multa de trânsito. A indenização ao erário somente pode ser realizada através de desconto em folha de pagamento, com expressa aquiescência do servidor.

MANIFESTAÇÃO 000042/2005

Ementa Minuta apresentada pelos Correios.

MANIFESTAÇÃO 000043/2005

Ementa Consulta formulada pelo Corpo de Bombeiros Militar acerca de como proceder diante de pleitos de promoção de militares considerados ""aptos com restrições"".

MANIFESTAÇÃO 000044/2005

Ementa O IGEPREV, por meio de sua titular, requereu sugestão de nova redação ao art. 42 da Lei Complementar estadual nº 39, de 9 de janeiro de 2002.



MANIFESTAÇÃO 000045/2005

Ementa Análise jurídica e parecer normativo acerca da situação dos Militares da Corporação do Comando Geral do Corpo de Bombeiros Militar, que forem considerados parcialmente inválidos, incapacitados para o serviço militar na área fim, mas que tenham a possibilidade de exercício de tarefas na área meio.

MANIFESTAÇÃO 000046/2005

Ementa O Coordenador da Procuradoria setorial de Brasília, requer a celebração de Termo Aditivo ao Contrato nº 014/2003, firmado entre este órgão e empresa, visando a majoração, dos atuais R\$ 250,00 para R\$ 300,00 do talão de vale-alimentação concedido a cada um dos 02 servidores lotados na Procuradoria Setorial de Brasília.

MANIFESTAÇÃO 000047/2005

Ementa Doação de imóvel pelo município de Tucuruí à UEPA, sendo que o imóvel já abriga atualmente o Núcleo Universitário da UEPA naquele município.

MANIFESTAÇÃO 000048/2005

Ementa Contratação de empresa especializada na manutenção preventiva e corretiva de condicionadores de ar e centrais split existentes na sede desta Procuradoria Geral.

MANIFESTAÇÃO 000049/2005

Ementa Minuta de notificação extrajudicial.

MANIFESTAÇÃO 000050/2005

Ementa Incidência IRRF sobre parcelas indenizatórias.



MANIFESTAÇÃO 000051/2005

Ementa Observância dos limites e condições constantes nas resoluções nºs. 43/2001 e 40/2001 do Senado Federal.

MANIFESTAÇÃO 000052/2005

Ementa Minuta do contrato a ser celebrado entre a PGE e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT).

MANIFESTAÇÃO 000053/2005

Ementa Auditora Geral do Estado solicita a esta PGE manifestação acerca da redistribuição de servidores do Poder Executivo para outros Poderes.

MANIFESTAÇÃO 000054/2005

Ementa Prorrogação de contrato nº 047/2003, firmado com a PRODEPA.

MANIFESTAÇÃO 000055/2005

Ementa Exame da minuta da carta convite nº 004/2005 para aquisição de um microcomputador servidor de rede.

MANIFESTAÇÃO 000056/2005

Ementa Contagem do adicional pelo exercício de cargo comissionado ou função gratificada, em períodos de exercícios anteriores ao advento da Lei nº 5.810/94.

MANIFESTAÇÃO 000057/2005

Ementa Contagem do adicional pelo exercício de cargo em comissão ou função gratificada, em períodos de exercícios anteriores ao advento da Lei nº 5.810/94.

MANIFESTAÇÃO 000058/2005

Ementa Aluguel do Estádio Olímpico do Pará.



MANIFESTAÇÃO 000059/2005

Ementa Averbação para efeito de adicional por tempo de serviço em cargo efetivo.

MANIFESTAÇÃO 000060/2005

Ementa Quantitativo de cargos vagos pertencentes aos diversos órgãos que compõem a Administração Direta Estadual.

MANIFESTAÇÃO 000061/2005

Ementa Correção nos cálculos da incorporação de cargo comissionado.

MANIFESTAÇÃO 000062/2005

Ementa Reajuste Contratual – PRODEPA.

MANIFESTAÇÃO 000063/2005

Ementa Prorrogação de contrato temporário firmado com o Estado.

MANIFESTAÇÃO 000064/2005

Ementa Gratificação de representação.

MANIFESTAÇÃO 000065/2005

Ementa Prestação de contas FNDE.

MANIFESTAÇÃO 000066/2005

Ementa Direito à indenização de férias não gozadas e/ou períodos proporcionais.

MANIFESTAÇÃO 000067/2005

Ementa Operação de crédito interna entre o Governo do Estado do Pará e o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), no valor de R\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de reais). Parecer jurídico.



MANIFESTAÇÃO 000068/2005

Ementa Análise do edital do concurso público para admissão em empregos de Nível Superior e Médio.

MANIFESTAÇÃO 000069/2005

Ementa Concessão de isenção de ICMS na aquisição de veículos automotor adaptado para deficiente físico que não possa conduzi-lo. Possibilidade. Interpretação lógica e finalística do convênio ICMS 77/2004, frente aos princípios constitucionais da isonomia e da dignidade da pessoa humana.

MANIFESTAÇÃO 000070/2005

Ementa Exame da minuta de carta convite para aquisição de um microcomputador servidor.

MANIFESTAÇÃO 000071/2005

Ementa O Conselho Regional de Administração informa que há no quadro da SECTAM servidores exercendo indevidamente atribuições próprias de administrador. Auto de infração lavrado contra servidores da SECTAM.

MANIFESTAÇÃO 000072/2005

Ementa Pagamento de Gratificação de representação.

MANIFESTAÇÃO 000073/2005

Ementa Adicional por tempo de serviço. Cômputo do período de serviço prestado a Sociedade de Economia Mista. Posicionamento do Supremo Tribunal Federal. Pagamento retroativo.

MANIFESTAÇÃO 000074/2005

Ementa Convênio a ser realizado entre esta PGE e a Sociedade Educacional Ideal.



MANIFESTAÇÃO 000075/2005

Ementa Servidor, na condição de temporário, exerce, na SAGRI, a função de jardineiro, através da qual teve acidentado o seu dedo polegar da mão direita.

MANIFESTAÇÃO 000076/2005

Ementa Entendimento a respeito dos procedimentos a serem adotados, em face à rescisão contratual, no que tange as servidoras temporárias que se encontram em estado gravídico.

MANIFESTAÇÃO 000077/2005

Ementa A SEAD, por meio do Of. nº 656/05, solicita complementação das orientações firmadas pela Procuradoria-Geral do Estado no parecer nº050/2005, que versa sobre o Manual de Recursos Humanos.

MANIFESTAÇÃO 000078/2005

Ementa Edital - Pregão vale alimentação.

MANIFESTAÇÃO 000079/2005

Ementa Averbação e adicional correspondente ao tempo de serviço.

MANIFESTAÇÃO 000080/2005

Ementa Análise de contratação de seguro de carro. Procuradoria Setorial de Brasília. Proposta mais vantajosa. Valor do contrato. Contratação direta com base no art. 24, II da lei 8.666/93. Cautelas do art. 26, quanto à publicidade e justificativa de preço.

MANIFESTAÇÃO 000081/2005

Ementa Esporte Clube Santana ao Chefe da Casa Civil. Supostas irregularidades no processo de desapropriação amigável de área pertencente à agremiação esportiva. Ação judicial com o fim de anular a desapropriação anulada pela prefeitura.



MANIFESTAÇÃO 000082/2005

Ementa Contrato de Locação de imóveis.

MANIFESTAÇÃO 000083/2005

Ementa I - A retroatividade benigna, de que cuida o art. 106, alíneas A a C, do CTN, aplica-se à hipótese de lei nova que regulamente determinada infração de modo mais benéfico ao infrator em matéria de infração à legislação tributária II - Mesmo se a hipótese não for de infração à legislação tributária, aplica-se a regra geral do art. 2º, do CP, que manda retroagir a lei mais benéfica ao infrator, ainda que a decisão condenatória já tenha transitado em julgado.

MANIFESTAÇÃO 000084/2005

Ementa Contrato de fornecimento de energia elétrica.

MANIFESTAÇÃO 000085/2005

Ementa Acórdão do TCE - Créditos de natureza não tributária inscritos em dívida ativa - Inaplicabilidade da Lei Estadual nº 6.182/98 - Análise de minutas de termo de inscrição em dívida ativa e certidão de dívida ativa.

MANIFESTAÇÃO 000086/2005

Ementa Chefe da Divisão Financeira, em exercício informou à CGAF o período de alerta do contrato mantido por este órgão, que tem por objeto a prestação de serviços de leitura diária do Diário da Justiça e do Diário Oficial do Estado.

MANIFESTAÇÃO 000087/2005

Ementa Os interessados pretendem acumular os cargos de perito criminal junto ao Centro de Perícias Científicas Renato Chaves (CPC) e farmacêutico-bioquímico junto à Secretaria Executiva de Saúde Pública (SESPA).



MANIFESTAÇÃO 000088/2005

Ementa Suprimento de fundos - Ausência de prestação de contas.

MANIFESTAÇÃO 000089/2005

Ementa Termo aditivo de contrato - Registro de preço.

MANIFESTAÇÃO 000090/2005

Ementa Acúmulo de cargos.

MANIFESTAÇÃO 000091/2005

Ementa Minuta do edital do concurso público C-81. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000092/2005

Ementa Minuta do edital do concurso público C-91. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000093/2005

Ementa Serviços de manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças, das centrais de ar tipo SPLIT e Condicionadores de ar convencionais, mediante pregão.

MANIFESTAÇÃO 000094/2005

Ementa Termo de referência exigido na modalidade de licitação pregão.

MANIFESTAÇÃO 000095/2005

Ementa Concessão de vale-alimentação aos Procuradores do Estado.

MANIFESTAÇÃO 000096/2005

Ementa Análise de carta convite para efeito de aquisição de material de consumo nesta PGE.



MANIFESTAÇÃO 000097/2005

Ementa Análise da minuta do primeiro termo aditivo ao contrato nº 009/2005, que tem por objeto o fornecimento de vale-alimentação.

MANIFESTAÇÃO 000098/2005

Ementa Solicitação do Reitor da Universidade Estadual do Pará, no sentido de ser analisado o procedimento nº5734/2005 - UEPA.

MANIFESTAÇÃO 000099/2005

Ementa Impossibilidade de cobrança do ITCD na aquisição de imóvel por usucapião. Inexistência de previsão legal para tanto. Vedação do uso da analogia para exigir tributos de situação não previstas em lei. Respeito ao princípio da legalidade e tipicidade tributária.

MANIFESTAÇÃO 000100/2005

Ementa Solicitação de revisão dos atuais modelos de Termos de Inscrição - TDA e Certidão de Dívida Ativa - CDA, originários de Auto de Infração e Notificação Fiscal - AINF e parcelamento de créditos tributários, para conformação aos requisitos legais estabelecidos pelo artigo 202 do CTN e artigo 2º, parágrafos 5º e 6º da Lei nº 6.830/80. Segundo determinação dessa PROFISCO, contidas em seus ofícios nºs 1582, 1595, 1600 e 1602.



2006

ESTUDO

ESTUDO 000001/2006

Ementa: Elaboração do manual de recursos humanos da SEAD.

PARECER

PARECER 000001/2006

Ementa: Imóveis desapropriados para a ampliação do Aeroporto Internacional de Val-de-Cães - Invasão por terceiros - Proteção jurídica da posse - Viabilidade de adoção de medidas pelo Estado e pela INFRAERO.

PARECER 000002/2006

Ementa: Emitido competente título de reconhecimento de domínio. Analisada a regularidade de processo. Configura-se erro material que pode ser retificado do ofício. Averbando-se a margem do título concedido. Permitindo-se a área correta a ser levada a registro.

PARECER 000003/2006

Ementa: Obrigação contraída pelo Estado. Fonte de financiamento de transferências voluntárias da União. Inclusão do registro de inadimplente do SIAFI. Questão SUB JUDICE - Liminar concedida a favor do Estado. Responsabilidade do Estado e da União pelas dívidas contraídas. Inteligência dos arts. 116, 59, parágrafo único e 54 da Lei de Licitações e contratos e arts. 884 a 886 do Código Civil de 2002.

PARECER 000004/2006

Ementa: Prorrogação de contrato nº 004/2004, para prestação de serviços de reserva, emissão e entrega de bilhetes de passagens aéreas para vôos regionais/nacionais/internacionais.



PARECER 000005/2006

Ementa Isenção de imposto de renda - Moléstia grave - Lei nº 7.713/88, art. 6º, inciso XIV e art. 39, inciso XXXIII do Decreto nº 3.000/99.

PARECER 000006/2006

Ementa Teto de remuneração. Exclusão das vantagens de natureza pessoal. Representação incorporada. Natureza pessoal firmada pela jurisprudência do STF. Direito à devolução dos descontos pretéritos. Observância da prescrição quinquenal.

PARECER 000007/2006

Ementa Concurso público C-72 - Invalidação de posse/lotação de candidatos nomeados - Realização de nova posse - Validade do tempo de serviço já prestado para fim de estágio probatório.

PARECER 000008/2006

Ementa Desmatamento situação que exige uma verdadeira teoria da relatividade da equação florestal, pois se trata de adequar o tempo de recomposição das florestas em paralelo ao tempo de sua preservação, pois como na teoria de Albert Einstein, é preciso entender que o tempo não é uma invariável, mas depende da posição do observador, mas neste caso, a posição do sujeito não é apenas receptiva do fenômeno, mas pode concretamente influenciar na dilatação ou diminuição deste tempo. Existindo a Lei Estadual nº 6.462, de 4 de julho de 2002 que dispõe sobre a Política Estadual de Florestas e demais Formas de Vegetação, na qual se define as regras básicas para o cultivo florestal para fins energéticos e outros - O Decreto é instrumento adequado para regulamentar o florestamento e recomposição florestal em áreas de reserva legal e outras que especifica.

PARECER 000009/2006

Ementa Médico militar do exército brasileiro. Aprovação em concurso público promovido pela Fundação Pública Hospital de Clínicas Gaspar Vianna. Posse em cargo público civil permanente. Direito à inclusão na folha de pagamento. Transferência para a reserva.



Medida a ser adotada pela corporação militar. Inteligência do artigo 142, § 3º, II, da CF/88.

PARECER

000010/2006

Ementa

Servidora ocupante de emprego público. Exercício de cargo em comissão. Inteligência do artigo 8º da Lei nº 5.020/82.

PARECER

000011/2006

Ementa

Legalidade de minuta contratual relativa a operação de crédito externa que o Governo do Estado do Pará negociou junto ao Banco Mediocrédito Centrale (MCC S.p.A. - Capitalia Gruppo Bancário) - Itália.

PARECER

000012/2006

Ementa

Servidor público. Gratificação de dedicação exclusiva. Artigo 137 da Lei estadual nº 5.810/94. Ausência de regulamentação. Impossibilidade de concessão da vantagem.

PARECER

000013/2006

Ementa

Análise do edital nº 01/2006 SEAD/SEDURB, para provimento de vagas de nível superior, médio e fundamental.

PARECER

000014/2006

Ementa

Servidor público em livramento condicional. Inteligência do art. 29, § 2º, da Lei nº 5.810/94. Interpretação sistemática e conforme a Constituição. Proibição de enriquecimento ilícito da Administração. Pagamento retroativo.

PARECER

000015/2006

Ementa

Servidor estável. Artigo 19 da ADCT da CF/88. Regime Previdenciário. Aposentadoria proporcional. Artigo 8º da Emenda Constitucional nº 20/98. Abono de permanência.



PARECER 000016/2006

Ementa Acumulação de cargos. Análise jurídica de casos postos pela SEAD.

PARECER 000017/2006

Ementa Alterações em minuta de decreto que regulamenta a Lei Estadual nº 6.462 de 04 de julho de 2002 que dispõe sobre a Política Estadual de Florestas e demais formas de vegetação, na qual se define as regras básicas para o cultivo florestal para fins energéticos e outros - mantida a filosofia da lei, nada a opor.

PARECER 000018/2006

Ementa Concurso público. Cargos criados na Lei Estadual nº 5.752/93. 1) Possibilidade de realização, desde que observados os requisitos constitucionais e legais pertinentes. 2) Cargos de "Engenheiro". Impossibilidade de distribuição dos cargos, no Edital, por área específica de formação na engenharia. Acesso de todos os engenheiros inscritos ao total de vagas ofertadas no certame. Razoabilidade na elaboração do conteúdo programático para assegurar o amplo acesso aos cargos ofertados.

PARECER 000019/2006

Ementa Locação de salas comerciais para abrigar órgão público. Dispensa de licitação. Requisitos legais. Artigo 24, X, da Lei nº 8.666/93.

PARECER 000020/2006

Ementa Visão unitária do Programa Pará Rural - Possibilidade de utilização de normas decorrentes de organismo internacional - Permissivo legal no artigo 42, § 5º da Lei nº 8.666/93. Aplicação dos recursos pelos beneficiários - Liberdade - Mecanismos de controle da utilização dos recursos e prestação de contas.

PARECER 000021/2006

Ementa Servidor público estadual. Lotação em Brasília. Assistência médica/hospitalar por parte do Estado. Inexistência de dever constitucional. Opção legislativa. Destinatários do PAS.



Discricionariedade pautada pelos princípios constitucionais da Administração Pública.

PARECER 000022/2006

Ementa Polícia Militar do Estado do Pará (PMPA). Curso de formação de soldados (CFSD). Desligamento. Normas para o planejamento e conduta de ensino (NPCE-94). Princípio da legalidade.

PARECER 000023/2006

Ementa Pregão presencial. Prestação de serviços de fornecimento de cartões magnéticos de vale-alimentação. Parecer jurídico (Art. 6º, VII, da Lei Estadual nº 6.474/2002).

PARECER 000024/2006

Ementa Concurso Público. Prova de títulos de caráter classificatório. Experiência profissional considerada como título. Possibilidade, desde que a previsão se justifique em face das atribuições pertinentes ao cargo. Impossibilidade de restrição da experiência ao âmbito do serviço público. Ofensa à isonomia.

PARECER 000025/2006

Ementa Análise de edital de concurso público para admissão em cargos de nível superior na SEDUC.

PARECER 000026/2006

Ementa Os valores das tarifas de telefonia móvel não podem ser considerados como preço tabelado. A pretensão de compensação dos valores supostamente pagos indevidamente não podem ser compensados em face do impedimento do artigo 166 do Código Tributário Nacional.

PARECER 000027/2006

Ementa Área em processo de alienação - Ilha do Marajó - Patrimônio incontestado da União - Emenda Constitucional 46 - Origem de terras



devolutas municipais - Impedimento de concessão de títulos de terras pelo ITERPA - Atos nulos de pleno direito.

PARECER 000028/2006

Ementa Grilagem de terras. Possibilidade de cancelamento do registro irregular diretamente pela Corregedoria do Interior. Independente de ação judicial, nos termos do art. 1º da Lei nº 673/79. Ajuizamento de ação civil pública.

PARECER 000029/2006

Ementa Exame da minuta do edital de concurso público nº 002/2006 - PMPA. Concurso público para admissão ao curso de formação de oficiais PM/2006 da Academia de Polícia Militar "CEL. FONTOURA".

PARECER 000030/2006

Ementa Exame da minuta do edital de concurso público nº 001/2006 - PMPA. Concurso público para admissão ao curso de formação de soldados da PM do Pará.

PARECER 000031/2006

Ementa Pregão presencial. Prestação de serviços reserva, emissão e entrega de bilhetes de passagens aéreas. Parecer jurídico (Art. 6º, VII, da Lei nº 6.474/2002).

PARECER 000032/2006

Ementa 1-Ausência de informações nos autos, destacando de maneira precisa as vantagens do Estado do Pará não pode permitir que a Procuradoria-Geral do Estado do Pará apresente encaminhamentos alternativos visando atender a pretensão da Empresa. 2-Qualquer devolução de valores como pretendido, implicará em renúncia de receita que deve observar as determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal. 3-Somente com a apresentação específica e concreta por parte da interessada das vantagens que o Estado do



Pará poderá ter é que permitirá, a Procuradoria do Estado iniciar qualquer avaliação da pretensão.

PARECER 000033/2006

Ementa Exame da minuta do edital de concurso público nº 003/2006 -PMPA concurso público para admissão ao curso de adaptação de oficiais do quadro de oficiais de saúde -QOSPM/2006.

PARECER 000034/2006

Ementa Pedido administrativo - Correção de cédula C - Rendimentos provenientes de precatórios - 13º Salário - Recebimento acumulado - Rendimentos sujeitos a tributação exclusiva - Regras de preenchimento de cédula C - Viabilidade jurídica da correção.

PARECER 000035/2006

Ementa Pedido administrativo - Correção de cédula C - Rendimentos provenientes de precatórios - 13º Salário - Recebimento acumulado - Rendimentos sujeitos a tributação exclusiva - Regras de preenchimento de cédula C - Viabilidade jurídica da correção.

PARECER 000036/2006

Ementa Pedido para a suspensão de ordem administrativa advinda da PGE para que fosse descontado mensalmente de sua remuneração os valores por ele recebidos no período de abril/2000 à maio/2004, em decorrência de ter sido julgada procedente a AR interposta por essa PGE.

PARECER 000037/2006

Ementa Incentivos fiscais concedidos anteriormente à Lei Estadual nº 6.489/2002, com base na Lei Estadual nº 5.943/1996 - Incentivos fiscais concedidos posteriormente à Lei Estadual nº 6.489/2002, porém sem obediência aos trâmites da referida lei - Análise e parecer.



PARECER 000038/2006

Ementa Referente ao Segundo Termo Aditivo do Convênio n. 47/2004 - TEM/SPPE/CODEFAT

PARECER 000039/2006

Ementa Adicional de tempo de serviço. Empregado celetista contratado sem concurso após a Constituição Federal. Nulidade da contratação e seus efeitos. Impossibilidade de extensão do ATS.

PARECER 000040/2006

Ementa Reajuste salarial concedido através de acordo coletivo. Extensão aos empregados celetistas contratados sem concurso público após a Constituição Federal. Nulidade da contratação e seus efeitos. Impossibilidade de transformação do referido emprego.

PARECER 000041/2006

Ementa Análise dos autos de sindicância administrativa para apuração dos fatos ocorridos no processo nº 891/05/05/CGAF.

PARECER 000042/2006

Ementa Servidores cedidos - Vínculo com Órgão de origem - Impossibilidade de percepção dos vencimentos conforme estabelecido no art. 11 da Lei nº 6.813/2006, aplicável somente aos cargos e função que integram a estrutura da Procuradoria-Geral do Estado.

PARECER 000043/2006

Ementa Servidor público. Sindicância. Processo administrativo disciplinar. Instauração. Competência. Delegação.

PARECER 000044/2006

Ementa Servidor público. Teto de remuneração. Aplicabilidade do redutor constitucional de acordo com as Emendas Constitucionais nºs. 41/2003 e 47/2005.



PARECER

000045/2006

Ementa

Pela posição do Supremo Tribunal Federal, expressa inclusive no julgamento da Lei Estadual nº 6.489/2002, deve ser reconhecida como inconstitucional a Lei nº 5.758/2003 alterada pela Lei nº 6.307/2000. Reconhecendo a inconstitucionalidade, possível o Estado do Pará revogar referida norma. A revogação vai de encontro à posição atual do Estado do Pará em manter os incentivos fiscais das empresas. Em caso de alteração deve o Estado do Pará ter consciência que fará alteração de norma inconstitucional. A alteração da lei com diminuição de prazo é possível pois não se trata de isenção mas de diferimento que é postergação de recolhimento de ICMS. A alteração com redução de prazo pode ser aplicada imediatamente pois não ofende o princípio constitucional da anterioridade. Em caso de revogação ou alteração da norma, importará às empresas beneficiadas com o regime especial da Lei nº 6.307/2000, a possibilidade de acumulação de créditos do ICMS.

PARECER

000046/2006

Ementa

Exercício após afastamento em razão de acumulação de cargos públicos - Inexistência de reintegração e de novo provimento - Pagamento retroativo dependente das razões do afastamento.

PARECER

000047/2006

Ementa

Servidor público. Procurador do Estado aposentado. Vale Alimentação. Natureza jurídica indenizatória. Extensão aos inativos. CF/88, arts. 5º e 40, § 8º. Impossibilidade.

PARECER

000048/2006

Ementa

A 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça, competente para apreciar as matérias de Direito Público, no RICMS 11.368, decidiu pela não incidência do ICMS nas habilitações e facilidades exigidas das empresas de telefonia celular. O mandado de segurança, objeto da proposta apresentada pelo contribuinte trata do mesmo assunto decidido pela 1ª Seção do STJ. Por previsão da Lei Complementar Estadual nº 41/2002, não pode a Procuradoria-Geral do Estado autorizar ou solicitar autorização para formalização de acordo em



matéria tributária. É possível a transação judicial pelo Poder Executivo, no Estado do Pará, face autorização prevista no artigo 25 da Lei nº 6.489/2002. Em matéria tributária a proposta de transação judicial depende de avaliação econômica por parte da Secretaria Executiva de Fazenda. Os valores apresentados foram atualizados pela taxa SELIC e não pela UPF-PA, situação que deve ser observada quando da avaliação econômica e corrigida.

PARECER 000049/2006

Ementa Legalidade de minuta de contrato de contragarantia com a União Federal relativa a operação de crédito externa que o Governo do Estado do Pará negociou junto ao Banco Mediocredito Centrale (MCC S.p.A. - Capitalia Gruppo Bancario) – Itália.

PARECER 000050/2006

Ementa IPVA- Lançamento de ofício. Inexistência de processo administrativo fiscal. Ofensa aos princípios do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório. São nulos os créditos tributários de IPVA inscritos em dívida ativa no Estado do Pará, decorrentes de lançamento de ofício, uma vez que inexistente o necessário processo administrativo tributário, sendo nulas as CDAs que os representam, impossibilitando, destarte, o ajuizamento das respectivas execuções fiscais.

PARECER 000051/2006

Ementa Concessão (extensão) de deferimento à empresa com atividade específica. Lei estadual, nº 6.307/2000. Possibilidade. Correção monetária de créditos tributários. Impossibilidade.

PARECER 000052/2006

Ementa Contratação de servidor público pela Escola de Governo do Estado do Pará, para desempenho transitório de atividade docente. Contrato de prestação de serviços. Aplicação da Lei nº 8.666/93. Inaplicabilidade do dispositivo constitucional que regula a inacumulabilidade remunerada de cargos públicos (art. 37, XVI).



PARECER 000053/2006

Ementa Servidor Público. Nulidade da contratação. Desobediência ao Art. 37, II da CF/88. Aplicação do Enunciado nº 363 do TST. Direito ao salário e FGTS.

PARECER 000054/2006

Ementa Redistribuição requisitos. Estabilização pelo decurso do tempo – Decadência.

PARECER 000055/2006

Ementa Servidor público. Adicional por tempo de serviço. Pagamento independente de solicitação. Parcelas atrasadas. Ocorrência de prescrição quinquenal. Férias não gozadas por necessidade de serviço. Impossibilidade de indenização por ausência de previsão legal. Responsabilidade da Administração Pública. Ocorrência de prescrição.

PARECER 000056/2006

Ementa Retenção de recursos do Estado para os municípios inadimplentes com o Fundo Previdenciário. Inteligência do parágrafo único do artigo 160 da CRFB/88.

PARECER 000057/2006

Ementa Secretaria Executiva de Estado de Saúde Pública. Publicidade institucional. Programa ""MINUTO-SAÚDE"". Veiculação durante o período eleitoral. Vedação. Art. 73, VI, B, da Lei nº 9.504/97.

PARECER 000058/2006

Ementa Contrato nº 047/2003. Impossibilidade de prorrogação. Necessidade de nova contratação. Viabilidade mediante dispensa de licitação, art. 24, VIII, da Lei nº 8.666/93.



PARECER 000059/2006

Ementa Percepção de vale-alimentação - Inexistência previsão legal no Regime Estatutário Estadual - Aplicação das Resoluções do TCE - Benefício previsto para os servidores em atividade.

PARECER 000060/2006

Ementa Criação de floresta estadual - Possibilidade - Trâmites necessários.

PARECER 000061/2006

Ementa Legalidade da minuta contratual de empréstimo a ser celebrado entre o Estado do Pará e o Banco Internacional para a reconstrução e desenvolvimento/ Banco Mundial, com garantia da União Federal, no valor de US\$60.000.000 (Sessenta Milhões de Dólares dos Estados Unidos da América) relativo à implementação do Programa de Redução da Pobreza e Gestão dos Recursos Naturais do Pará/ Programa Pará-Rural.

PARECER 000062/2006

Ementa I - A Lei Complementar nº 104 de 10/01/2001, acrescentou às disposições do art. 198, § 3º, do CTN, a possibilidade de divulgação de informações relativas a inscrição na Dívida Ativa da Fazenda Pública Estadual, sem que essa divulgação caracterize violação ao dever de sigilo fiscal II - O art. 43, § 2º, do código de Defesa ao Consumidor, assegura ao consumidor a prévia ciência acerca de circulação de informações negativas em seu nome. Transformação do cargo redistribuído através da Lei 6.571/2003.

PARECER 000063/2006

Ementa Área rural em conflito - Impossibilidade de desapropriação para fins de reforma agrária - Desapropriação por interesse social - Pedido de decretação judicial de perda do imóvel - Artigo 1228 § 4º do Código Civil - Possibilidade - Prévia vistoria do ITERPA para confirmar a regular titulação da área.



PARECER	000064/2006
Ementa	Diferenciação entre operação de crédito e transferência voluntária. Artigo 73, VI alínea A da Lei nº 9.504/97. Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.
PARECER	000065/2006
Ementa	Contribuição previdenciária. Incidência sobre adicional de férias. Descabimento.
PARECER	000066/2006
Ementa	Repasse de recursos do Estado para o Município de Salinópolis no período eleitoral. Convênio já celebrado. Vedação constante do artigo 73, VI, ""a"", da Lei nº 9.504/97 (Lei Eleitoral).
PARECER	000067/2006
Ementa	Repasse de recursos do Estado para o Município de Santa Bárbara do Pará no período eleitoral. Convênio já celebrado. Vedação constante do artigo 73, VI, ""a"", da Lei nº 9.504/97 (Lei Eleitoral).
PARECER	000068/2006
Ementa	Repasse de recursos do Estado para o Município de Afuá (PA) no período eleitoral. Convênio já celebrado. Vedação constante do artigo 73, VI, ""a"", da Lei nº 9.504/97 (Lei Eleitoral).
PARECER	000069/2006
Ementa	Repasse de recursos do Estado para o Município de Portel no período eleitoral. Convênio já celebrado. Vedação constante do artigo 73, VI, ""a"", da Lei nº 9.504/97 (Lei Eleitoral).
PARECER	000070/2006
Ementa	Termo de ajuste de conduta para fins de exploração florestal - Possibilidade - Afastada qualquer discussão sobre o domínio e o seu reconhecimento - Atende a possibilidade de aprovação e continuidade de projeto de manejo florestal e encaminhamento de



solução da regularização fundiária - Situação excepcional dado a existência de registro irregular de imóvel e ainda não objeto de ação judicial específica - Considerando ainda os termos do provimento 013/2006 - CJI do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado.

PARECER

000071/2006

Ementa

Servidor Temporário e afastamento para se candidatar a cargo eletivo.

PARECER

000072/2006

Ementa

Servidora estável por força do Art. 19 do ADCT. Contratada como Assistente Jurídico. Extinção do Órgão de origem- FBESP. Equiparação salarial com Consultor ou Procurador. Vedação constitucional.

PARECER

000073/2006

Ementa

Pregão - Bem de natureza comum - Conceito jurídico indeterminado - Serviços de fotolitagem e impressão de encartes e caixas externas para coleção de DVDs - Impossibilidade de caracterização por deficiência de justificativas.

PARECER

000074/2006

Ementa

Efeitos temporais decisão proferida em ADI - ADI 1600 - Restituição de tributos pagos com base em lei declarada inconstitucional - *DIES A QUO E AD QUEM* para o pleito de restituição.

PARECER

000075/2006

Ementa

I - Utilização de debêntures emitidas pela Eletrobrás para promover a extinção do crédito tributário constituído pelo Estado do Pará. Impossibilidade. Ausência de previsão no Código Tributário Nacional. II - Análise da autenticidade, exigibilidade e liquidez prejudicada pela não apresentação dos títulos. Títulos mencionados de forma exemplificada aparentemente prescrito. III - Posição jurisprudencial contrária ao pleito formulado. Ausência de liquidez. Falta de previsão legal. IV - Possibilidade de celebração de transação



judicial em caso de reconhecimento inequívoco da autenticidade, exigibilidade e liquidez dos títulos. Extinção na forma do Art. 156, III do CTN.

PARECER

000076/2006

Ementa

Termo de ajuste de conduta para fins de exploração florestal - Possibilidade - Afastada qualquer discussão sobre o domínio e o seu reconhecimento - Atende a possibilidade de aprovação e continuidade de projeto de manejo florestal e encaminhamento de solução da regularização fundiária - Situação excepcional dado a existência de registro irregular de imóvel e ainda não objeto de ação judicial específica - Considerando ainda os termos do Provimento 013/2006 - CJC1 do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado.

PARECER

000077/2006

Ementa

Representação. Supostas irregularidades apontadas na administração da Universidade Estadual do Pará - UEPA. Destituição do Reitor. Necessidade de apuração pelo Conselho Universitário, aplicação do art. 23, X da Resolução nº 287, de 07/12/1993 e art. 14, § 3º da Lei nº 8.429, de 02/06/1992.

PARECER

000078/2006

Ementa

ADI 1089-1. Convênio 66/88. Inconstitucionalidade. Efeitos Ex Tunc. Repetição do indébito. Prazo prescricional. Tese dos ""Cinco mais cinco"". Entendimento majoritário do C.STJ.

PARECER

000079/2006

Ementa

Transferência voluntária do Estado para pessoa jurídica de direito privado. Análise do alcance da vedação constante do artigo 73, VI, ""a"", da Lei nº 9.504/97 (Lei Eleitoral). Possibilidade. Análise do caso em concreto. Condicionantes e impedimentos.

PARECER

000080/2006

Ementa

Transferência voluntária do Estado para pessoa jurídica de direito privado. Análise do alcance da vedação constante do artigo 73, VI,



""a"", da Lei nº 9.504/97 (Lei Eleitoral). Possibilidade. Análise do caso em concreto. Condicionantes e impedimentos.

PARECER

000081/2006

Ementa

Pleito de revisão salarial do Grupo de Especialista de Educação. Carga horária e atividade distinta do professor de licenciatura plena. Necessidade de observância ao princípio da reserva legal em matéria de remuneração dos servidores públicos.

PARECER

000082/2006

Ementa

Transferência voluntária do Estado para pessoa jurídica de direito privado. Análise do alcance da vedação constante do artigo 73, VI, ""a"", da Lei nº 9.504/97 (Lei Eleitoral). Possibilidade. Requisitos legais.

PARECER

000083/2006

Ementa

Transferência voluntária do Estado para pessoa jurídica de direito privado. Análise do alcance da vedação constante do artigo 73, VI, ""a"", da Lei nº 9.504/97 (Lei Eleitoral). Possibilidade. Requisitos legais.

PARECER

000084/2006

Ementa

Transferência voluntária do Estado para pessoa jurídica de direito privado. Análise do alcance da vedação constante do artigo 73, VI, "a", da Lei nº 9.504/97 (Lei Eleitoral). Possibilidade.

PARECER

000085/2006

Ementa

Transferência voluntária do Estado para pessoa jurídica de direito privado. Análise do alcance da vedação constante do artigo 73, VI, ""a"", da Lei nº 9.504/97 (Lei Eleitoral). Possibilidade. Análise do caso em concreto. Condicionantes e impedimentos.



PARECER 000086/2006

Ementa Transferência voluntária do Estado para pessoa jurídica de direito privado. Análise do alcance da vedação constante do artigo 73, VI, ""a"", da Lei nº 9.504/97 (Lei Eleitoral). Possibilidade.

PARECER 000087/2006

Ementa Transferência voluntária do Estado para pessoa jurídica de direito privado. Análise do alcance da vedação constante do artigo 73, VI, ""a"", da Lei nº 9.504/97 (Lei Eleitoral). Possibilidade. Análise do caso em concreto. Condicionantes e impedimentos.

PARECER 000088/2006

Ementa Gaspará - Sociedade de economia mista - Constituição - Representação legítima do Estado do Pará.

PARECER 000089/2006

Ementa Servidora pública estadual. Aposentadoria pelo regime previdenciário estadual. Tempo exercido como dirigente de empresa estatal. Inteligência do artigo 114 da Lei Estadual nº 5.810/94. Direito a renúncia da aposentadoria junto ao INSS para utilização do tempo de serviço em regime previdenciário mais favorável. Necessidade de comprovar a liberação do tempo de serviço pela autarquia previdenciária federal. Revisão do ato de aposentadoria através do devido processo legal. Súmula 6 do STF.

PARECER 000090/2006

Ementa Isenção de imposto de renda - Doença incapacitante - Lei nº 7.713/88, art. 6º, inciso XIV e art. 39, inciso XXXIII do Decreto nº 3.000/99.

PARECER 000091/2006

Ementa Retificação de edital de homologação de concurso público. Restrição do período eleitoral. Inteligência do artigo 73 da Lei nº 9.504/1997.



PARECER 000092/2006

Ementa Centro de Estudos. Livros públicos. Regime jurídico especial. Classificação contábil como material permanente. Mudança. Livros públicos devem ser classificados como material de consumo. Art. 18 da Lei nº 10.753, de 30/01/2003.

PARECER 000093/2006

Ementa Vedações impostas pela lei eleitoral. Contratação de bolsista. Interpretação do art. 73, V da Lei nº 9.504/97.

PARECER 000094/2006

Ementa Publicidade institucional - Definição - Vedação no período eleitoral - Realização de oficinas - Possibilidade - Elaboração de divulgação de material didático - Possibilidade - Condicionantes - Marcas identificadoras da gestão estadual - Impossibilidade - Legitimidade para consulta junto ao TRE

PARECER 000095/2006

Ementa Criação de floresta estadual do Trombetas - Possibilidade - Ressalvado os direitos das comunidades quilombolas. Possibilidade de aproveitamento energético e compensação ambiental.

PARECER 000096/2006

Ementa Decreto Governamental autoriza permuta projeto integrado Trairão - Definida a situação fática que autoriza a permuta - Adequação do objeto - Necessidade de retificação.

PARECER 000097/2006

Ementa Doação - Período eleitoral - Exegese do art. 73, § 10º, da Lei nº 9.504/97 - Possibilidade - Condicionantes.

PARECER 000098/2006

Ementa Os valores recolhidos a maior, decorrentes de erro de cálculo em face de redução de base de cálculo e destaque de ICMS incidente



sobre frete em duplicidade, poderá ser devolvido ou compensado, desde que os contribuintes demonstrem a previsão do artigo 166 do Código Tributário Nacional.

PARECER

000099/2006

Ementa

Vedações impostas pela lei eleitoral. Doação ou cessão de uso de bens públicos. Interpretação do art. 73, § 10º da Lei nº 9.504/97.

PARECER

000100/2006

Ementa

Licenciamento ambiental - Licença prévia - Fracionamento do EIA - RIMA e da própria Licença prévia - Impossibilidade na hipótese prevista em razão dos impactos diretos - Necessidade de um todo harmônico - Sinergia.

PARECER

000101/2006

Ementa

Execução - Cálculo de liquidação - Juros de mora e multa - INSS/Patronal - Natureza Jurídica - Lei nº 8.212/1991 e Instrução Normativa nº 03/2005 - Inexistência de mora - Precatório - Incidência de taxa selic - Inconstitucionalidade - Violação à coisa julgada - Impugnação estatal.

PARECER

000102/2006

Ementa

Criação do Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará - IDEFLOR e Fundo Estadual de Desenvolvimento Florestal - FUNDEFLO - Instrumentos necessários para instrumentalização da Gestão Florestal pelo Estado do Pará - Adequação ao modelo federal da Lei nº 11.284/2006 - Nada a opor aos termos da minuta do Projeto de lei.

PARECER

000103/2006

Ementa

Convênio de cooperação técnica entre a Procuradoria-Geral do Estado (PGE) e a Universidade Federal do Pará (UEPA). Análise da minuta do instrumento.



PARECER	000104/2006
Ementa	Doações e realização de fórum no período eleitoral - Exegese do art. 73, caput, I, II, IV e § 10, da Lei nº 9.504/97 – Condicionantes.
PARECER	000105/2006
Ementa	Termo de ajuste de conduta para fins de exploração florestal - Possibilidade - O termo de ajuste não se direciona apenas a ser preparatória de ação civil pública - Mas adequar determinadas situações de conflito - No caso o que se está adequando é o uso do recurso florestal - Afastada qualquer discussão sobre o domínio e o seu reconhecimento - Atende a possibilidade de aprovação e continuidade de projeto de manejo florestal até o encaminhamento de solução da regularização fundiária - Situação excepcional dado a existência de registro irregular de imóvel e ainda não objeto de ação judicial específica - Considerando ainda os termos do Provimento nº 013/2006-CJCI do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado - Não compete data vênua a Consultoria Jurídica da SECTAM adentrar aspectos da competência da PGE - Do contrário se esvaziaria a competência de orientação jurídica da PGE - Deve ser firmado o termo de ajuste de conduta.
PARECER	000106/2006
Ementa	Doações - Repasse de recursos - Inviabilidade - Período eleitoral - Exegese do art. 73, § 10, da Lei nº 9.504/97.
PARECER	000107/2006
Ementa	I - Há obrigação de retenção de 5 por cento a título de contribuição previdenciária incidente sobre valores repassados a título de patrocínios via convênios II - Na hipótese de não repasse do valor ou mesmo sua restituição, a contribuição previdenciária pode ser excluída.



PARECER	000108/2006
Ementa	Análise de edital de concurso público para admissão em cargos de nível superior e médio na Fundação Pública Hospital de Clínicas Gaspar Viana.
PARECER	000109/2006
Ementa	Alteração do valor da pensão especial. Princípio da legalidade.
PARECER	000110/2006
Ementa	Divergência legal - Entre as Leis nº 6.099/97 e nº 6.873/2006 - No tratamento remuneratório dos Procuradores Autárquicos. Antinomia de normas jurídicas. Utilização de critérios para solução do conflito. Prevalência da norma posterior e específica.
PARECER	000111/2006
Ementa	Análise de edital de concurso público para admissão em cargo de nível superior, médio e fundamental da Auditoria Geral do Estado.
PARECER	000112/2006
Ementa	ADIN - Concessão de liminar - Efeitos precários - Prosseguimento do procedimento administrativo - Aplicação do artigo 151, inciso V do CTN.
PARECER	000113/2006
Ementa	Ex-despachante estadual. Pensão especial. Lei Estadual nº 4.809/78. Pagamento à viúva do pensionista falecido com redução de cinquenta(50) por cento. Possibilidade. Direito dos filhos em caso de falecimento da genitora.
PARECER	000114/2006
Ementa	Reexame da minuta do edital de concurso público nº 003/2006 - PMPA concurso público para admissão ao curso de adaptação de



Oficiais do Quadro de Oficiais de Saúde -QOSPM/2006.
Especialização para o cargo de médico.

PARECER 000115/2006

Ementa Reexame da minuta do edital de concurso público nº 004/2006 - PMPA concurso público para admissão ao curso de adaptação de Oficiais do Quadro de Complementar de Oficiais -QCOPM/2006.

PARECER 000116/2006

Ementa Empregados e servidores públicos. Cargo. Emprego e função pública. Concurso público. Previsão constitucional.

PARECER 000117/2006

Ementa Promoção em ressarcimento de preterição de praça. Ausência da inspeção de saúde. Parecer da COJ indeferindo o pedido do militar.

PARECER 000118/2006

Ementa Manifestação acerca dos procedimentos a serem adotados para a concessão de incentivos fiscais com base nas novas leis de incentivos fiscais do Estado do Pará, Leis nºs. 6.912/06, 6.913/06, 6.914/06 e 6.915/06.

PARECER 000119/2006

Ementa Minuta de edital de concurso público. Análise jurídica.

PARECER 000120/2006

Ementa Concessão do benefício do auxílio-natalidade.

PARECER 000121/2006

Ementa Pagamento de adicional por tempo de serviço.



PARECER 000122/2006

Ementa Contrato de contragarantia do Estado em favor da União em face do empréstimo contraído por aquele junto ao BIRD, no importe de US\$60.000.000,00 - Análise dos requisitos formais.

PARECER 000123/2006

Ementa Servidor público temporário que posteriormente passa a ser efetivo - Tempo de serviço prestado como servidor temporário - Inviabilidade de contagem para fim de licença prêmio.

PARECER 000124/2006

Ementa Criação de Unidades de Proteção Integral - Reserva Biológica Maicuru e Estação Ecológica Grão Pará - Possibilidade - Desnecessidade de consulta pública - Adequação da minuta de decreto - Possibilidade de sistema de Gestão de Reserva Legal.

PARECER 000125/2006

Ementa O termo de acordo apresentado pretende, em resumo, a extinção das ações judiciais, sem reconhecimento de teses e levantamento de valores depositados judicialmente, reconhecimento de crédito acumulado na exportação em favor da empresa interessada e comprometimento do Poder Executivo do Estado do Pará em enviar projeto de lei de diferimento de ICMS para a Assembleia Legislativa. Avaliação exclusivamente jurídica permite reconhecer a possibilidade da proposta apresentada, com as sugestões abaixo. Quanto à homologação de créditos de exportação e projeto de lei de diferimento de ICMS é decisão que compete à Secretaria Executiva de Fazenda, em face da avaliação de impacto na receita do Estado do Pará.

PARECER 000126/2006

Ementa Militar. Requerimento de anulação de punições administrativas sem o devido processo legal. Prazo prescricional para a invalidação do ato



viciado. Discussão doutrinária. Disposição legal expressa contida no art. 62 da Lei nº 6.833/2006. Retroatividade da lei mais benéfica.

PARECER

000127/2006

Ementa

Autorização judicial para a doação de 10.000m3 de toras de madeira ao município de Afuá

PARECER

000128/2006

Ementa

Depósito de valores indevidos em conta corrente de servidor público já falecido ou em situação de abandono de cargo/função. Restituição desses valores aos cofres públicos. Impossibilidade de estorno desses valores pelo BANPARÁ, a pedido da Administração. Sigilo bancário. Imprescindibilidade da via judicial acaso inviável a devolução amigável.

PARECER

000129/2006

Ementa

A empresa teve, em julgamento realizado em junho de 2005, concedida segurança para impedir o Estado do Pará de exigir ICMS nas transferências de mercadorias entre filial localizada em Ipixuna do Pará e a sede localizada em Barcarena-PA.

PARECER

000130/2006

Ementa

Prestação de serviço contínuo. Contrato verbal eficaz. Nulidade. Desconstituição mediante devido processo legal. Contraditório e ampla defesa. Apuração de eventual dever estatal de indenizar. Apuração das responsabilidades pela ilegalidade.

PARECER

000131/2006

Ementa

ICMS. Alcance e sentido da imunidade das operações interestaduais envolvendo petróleo, lubrificantes e seus combustíveis derivados. Art. 155, § 2º, X, "b", da CF/88. Aquisição de petróleo e seus derivados, em operação interestadual, destinado à ulterior industrialização ou comercialização. Substituição tributária progressiva em relação às operações internas, a serem realizadas posteriormente à aquisição do produto por comerciante ou



industrial. Impossibilidade. Alcance e efeitos da decisão contida no acórdão nº 30.084 do E. TJE/PA.

PARECER 000132/2006

Ementa Cessão de uso de bem imóvel sobre o qual o cedente detém apenas a posse. Possibilidade jurídica em face das peculiaridades do caso concreto. Cessão de uso a órgão do próprio Estado. Configuração de interesse público.

PARECER 000133/2006

Ementa Análise de edital de concurso público para admissão em cargos de Nível Superior, Médio e Fundamental na Agência Estadual de Regulamentação dos serviços públicos.

PARECER 000134/2006

Ementa Minuta de edital de concurso público. Provimento de cargos no Centro de Perícias Científicas Renato Chaves. Análise.

PARECER 000135/2006

Ementa Domínio público nas Ilhas marítimas. Controvérsias jurídicas. Interpretação da Emenda Constitucional nº 46/2005. Domínio Municipal. Posição unânime da doutrina. Domínio da União nas ilhas que sofrem influência de marés. Recepção da letra "c" do artigo 1º do Decreto-lei nº 9.760/46 pela Constituição Federal de 1988. Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

PARECER 000136/2006

Ementa Análise de edital de concurso público para admissão em cargos de nível superior, médio e fundamental na autarquia interessada.

PARECER 000137/2006

Ementa Parecer da Procuradoria-Geral do Estado sobre não incidência de contribuição previdenciária sobre adicional de férias, deve ser aplicado a partir da ciência do parecer por parte do IGEPREV e SEAD. Em relação ao interessado, o valor deve ser devolvido ou



compensado. Quanto aos efeitos retroativos, somente poderá ser aplicado a quem suscitar e pleitear a devolução por via administrativa ou judicial, orientando em face do montante, pela devolução somente nos casos de decisões judiciais em definitivo com trânsito em julgado.

MANIFESTAÇÃO

MANIFESTAÇÃO 000001/2006

Ementa Aditamento de contrato. Acréscimo do valor contratual. Artigo 65, I, b c/c parágrafo 1º da Lei nº 8.666/93.

MANIFESTAÇÃO 000002/2006

Ementa Análise de minuta de INSTRUMENTO DE TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL e de TERMO PARTICULAR DE QUITAÇÃO, que apontou a necessidade de correção do cálculo da incorporação do adicional do cargo em comissão - antes contemplado no art. 130 da Lei nº 5.810/94 - sem a incidência do art. 8º da Lei nº 5.020/1982.

MANIFESTAÇÃO 000003/2006

Ementa Contrato de prestação de serviço - Registro de preços.

MANIFESTAÇÃO 000004/2006

Ementa Caracterização do fato gerador e do sujeito passivo do imposto de transmissão *Causa Mortis*.

MANIFESTAÇÃO 000005/2006

Ementa Servidora ocupante exclusivamente de cargo em comissão. Licença saúde. Regime. Possibilidade de exoneração.

MANIFESTAÇÃO 000006/2006

Ementa A cobrança de direitos autorais pela execução de música em festas e eventos sem fins lucrativos era indevida ao tempo da Lei Federal nº 5.988/73.



MANIFESTAÇÃO 000007/2006

Ementa Termo aditivo de contrato - Registro de preços.

MANIFESTAÇÃO 000008/2006

Ementa Minuta de edital do concurso público C-107 - Provimento de vagas de Consultor Jurídico na SEDUC - Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000009/2006

Ementa Pedido de restituição de valores descontados a título de redutor constitucional.

MANIFESTAÇÃO 000010/2006

Ementa Minuta do edital do concurso público C-103.

MANIFESTAÇÃO 000011/2006

Ementa Análise do 2º Termo Aditivo ao contrato nº 012/2004.

MANIFESTAÇÃO 000012/2006

Ementa Minuta de convênio a ser firmado entre o Estado do Pará e a Prefeitura de Marabá, visando a construção da Escola de Trabalho e Produção de Marabá.

MANIFESTAÇÃO 000013/2006

Ementa Trata-se de Convênio de Cooperação Técnica-operacional relativo ao Projeto de Gestão da frota oficial do Governo do Estado do Pará, encaminhado pelo Banpará à PGE, para a formalização.

MANIFESTAÇÃO 000014/2006

Ementa Análise jurídica da minuta do Edital nº 01/2006 - SEAD/DETRAN, para provimento de cargos de nível superior, médio e fundamental do Departamento de Trânsito do Estado do Pará.



MANIFESTAÇÃO 000015/2006

Ementa Concessão de vale-alimentação aos Procuradores desta PGE, no mês de março.

MANIFESTAÇÃO 000016/2006

Ementa Questões acerca do abandono de cargo.

MANIFESTAÇÃO 000017/2006

Ementa Operação de crédito entre o Estado do Pará e a União, através da Caixa Econômica Federal.

MANIFESTAÇÃO 000018/2006

Ementa Contrato de prestação de serviços entre a PGE e a empresa Vivo - Norte Brasil Telecom S/A, no plano corporativo super total e serviço intra-rede 24 horas.

MANIFESTAÇÃO 000019/2006

Ementa Operação de crédito interna do Governo do Estado do Pará e o Banco Mundial - BIRD, para contemplar o Programa Pará Rural.

MANIFESTAÇÃO 000020/2006

Ementa Parecer jurídico acerca da situação do abandono de cargo na Administração Estadual.

MANIFESTAÇÃO 000021/2006

Ementa Concurso público.

MANIFESTAÇÃO 000022/2006

Ementa Pedido de promoção por ressarcimento.



MANIFESTAÇÃO 000023/2006

Ementa Retornam os presentes autos a esta Procuradoria após resposta de consulta formulada ao TCE, onde se questionou a possibilidade de concessão de Vale Alimentação em período de férias e licença prêmio do servidor/procurador.

MANIFESTAÇÃO 000024/2006

Ementa Pagamento de adicional por tempo de serviço retroativo.

MANIFESTAÇÃO 000025/2006

Ementa Contribuição sindical obrigatória.

MANIFESTAÇÃO 000026/2006

Ementa Análise sobre a possibilidade de supressão da notificação do sujeito passivo, na forma como disposta no art. 7º do Decreto Estadual nº 5.204/2002.

MANIFESTAÇÃO 000027/2006

Ementa Análise jurídica, a minuta do edital do concurso público - C-103.

MANIFESTAÇÃO 000028/2006

Ementa Minuta do edital do concurso público C-109 - Provimento de cargos no Instituto de Terras do Estado do Pará - ITERPA - Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000029/2006

Ementa Projeto de lei que institui o Sistema de Gestão do Patrimônio Imobiliário do Estado.

MANIFESTAÇÃO 000030/2006

Ementa Suspensão de férias.

MANIFESTAÇÃO 000031/2006

Ementa Precatório previsto para 2006.



MANIFESTAÇÃO 000032/2006

Ementa Aquisição de livros jurídicos para atualização do acervo do Centro de Estudos.

MANIFESTAÇÃO 000033/2006

Ementa Consulta formulada pela SEAD, solicitando avaliação sobre a minuta da Instrução Normativa referente à redistribuição de servidores entre os Órgãos da Administração Direta, Autarquias e Fundações Públicas.

MANIFESTAÇÃO 000034/2006

Ementa Operação de crédito interna entre o Governo do Estado do Pará e o BNDES para a construção de Hospitais Regionais e aquisição de equipamentos.

MANIFESTAÇÃO 000035/2006

Ementa Implantação de sistema de vigilância eletrônica digital.

MANIFESTAÇÃO 000036/2006

Ementa Operação de crédito interna entre o Governo do Estado do Pará e o BNDES para a recuperação e pavimentação de trechos rodoviários no Estado do Pará.

MANIFESTAÇÃO 000037/2006

Ementa Prorrogação do contrato de leitura e recorte do Diário da Justiça da União.

MANIFESTAÇÃO 000038/2006

Ementa O CREA/PA oficiou a esta PGE solicitando: A) relação de todos os profissionais engenheiros, arquitetos e agrônomos, bem como dos técnicos de nível médio que possuem vínculo com esse órgão; B) relação das empresas que prestam serviços ao órgão contendo, nome, endereço, CNPJ, cópia ou informações do contrato.



MANIFESTAÇÃO 000039/2006

Ementa Política de incentivos fiscais do Estado do Pará.

MANIFESTAÇÃO 000040/2006

Ementa Doação em período eleitoral diante da minirreforma. Alcance da disposição contida no art. 73, § 10 da Lei nº 9.504/97.

MANIFESTAÇÃO 000041/2006

Ementa Licença maternidade e mãe adotiva.

MANIFESTAÇÃO 000042/2006

Ementa Minuta do edital do concurso público - C-95. Provimento de Cargos na Fundação de Telecomunicação do Pará (FUNTELPA). Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000043/2006

Ementa Análise de prorrogação contratual ou realização de novo contrato. Dispensa de licitação.

MANIFESTAÇÃO 000044/2006

Ementa Possibilidade de acumulação remunerada de cargos de Delegado da Polícia Civil em regime de dedicação exclusiva e de Professor da SEDUC.

MANIFESTAÇÃO 000045/2006

Ementa Revisão das normas que regulamentam a expedição de tickets alimentação, no sentido de autorizar o pagamento do benefício em períodos de férias e licença prêmio.

MANIFESTAÇÃO 000046/2006

Ementa Confissão de dívida - Estádio Olímpico - Jogos já realizados - Análise de minuta.



MANIFESTAÇÃO 000047/2006

Ementa Possibilidade do uso de logomarca, símbolos e demais itens de comunicação visual que identificam o Governo Simão Jatene durante o período eleitoral.

MANIFESTAÇÃO 000048/2006

Ementa Adicional por tempo de serviço.

MANIFESTAÇÃO 000049/2006

Ementa Ação ordinária.

MANIFESTAÇÃO 000050/2006

Ementa Vale alimentação.

MANIFESTAÇÃO 000051/2006

Ementa A PROFISCO manifestou sua preocupação com a dação em pagamento que envolve o imóvel que abriga a sede da contribuinte Centrais Elétrica do Pará S.A. (CELPA).

MANIFESTAÇÃO 000052/2006

Ementa Contrato de abertura de crédito. Execução de título. Alienação Fiduciária. Nota promissória. Aval.

MANIFESTAÇÃO 000053/2006

Ementa Cumulação de cargo de médico militar. Posicionamento do STF relativo a profissionais de saúde. Artigo 142 da CRFB/88. § 1º e 2º do artigo 17 do CDCT.

MANIFESTAÇÃO 000054/2006

Ementa Pedido de equiparação salarial onde esta signatária exarou o parecer datado de 05 de abril de 2006, ainda sem numeração e apreciação por parte da Coordenação e do Gabinete, considerando a conclusão nº 4 da citada peça.



MANIFESTAÇÃO 000055/2006

Ementa Concurso público para o Cargo de Defensor Público de 1ª Entrância - versando sobre a anulação de prova prática no referido certame.

MANIFESTAÇÃO 000056/2006

Ementa Acidente de veículo da SEGUP.

MANIFESTAÇÃO 000057/2006

Ementa Transferência voluntária do Estado para Municípios no período eleitoral. Convênio já celebrado e publicado. Impossibilidade de repasse. Possibilidade de realização de convênio no período eleitoral. Análise da vedação constante do artigo 73, VI, "a", da Lei nº 9.504/97 (Lei Eleitoral).

MANIFESTAÇÃO 000058/2006

Ementa Veiculação da programação MINUTO SAÚDE no período eleitoral.

MANIFESTAÇÃO 000059/2006

Ementa Manifestação acerca do edital que regerá o concurso para provimento de vagas em cargos de níveis Superior, Médio e Fundamental desta PGE.

MANIFESTAÇÃO 000060/2006

Ementa Contrato de operação de crédito externa assinado entre o Estado do Pará e o Banco Mediocrédito Centrale.

MANIFESTAÇÃO 000061/2006

Ementa Placa de inauguração durante o período eleitoral.

MANIFESTAÇÃO 000062/2006

Ementa Guia de Serviços Públicos do Poder Executivo do Estado do Pará.



MANIFESTAÇÃO 000063/2006

Ementa Uso da logomarca do Estado durante o período eleitoral.

MANIFESTAÇÃO 000064/2006

Ementa Doação de bens imóveis.

MANIFESTAÇÃO 000065/2006

Ementa Viabilidade de ajuizamento de ações rescisórias dos julgados proferidos nos writs mandados de segurança nºs. 1998.3.004.406-9 e 2000.3.002.095-3.

MANIFESTAÇÃO 000066/2006

Ementa Acúmulo indevido de cargos públicos.

MANIFESTAÇÃO 000067/2006

Ementa Endereço eletrônico da Procuradoria-Geral do Estado - Propaganda Institucional - Pequeno trecho - Imediata supressão.

MANIFESTAÇÃO 000068/2006

Ementa Contrato nº009/2005, entre esta e o Banco V.R S/A. Equívoco no valor total lançado na cláusula sexta, § 1º. Fornecimento mensal de cartões de vale-alimentação. Recomendação. Retificação do valor do contrato.

MANIFESTAÇÃO 000069/2006

Ementa Atividades de magistério em regime de acumulação com atividade policial.

MANIFESTAÇÃO 000070/2006

Ementa Licença prêmio e exercício de cargo comissionado.



MANIFESTAÇÃO 000071/2006

Ementa Requisição de servidor para fins de prestação de serviço no Tribunal Regional Eleitoral do Pará Lei nº 6.999 de 07.06.1982. Observância dos direitos e vantagens inerentes ao exercício do cargo.

MANIFESTAÇÃO 000072/2006

Ementa Isenção de imposto de renda - Moléstia grave - Lei nº 7.713/1988, art. 6º, Inc. XIV e art. 39, inc. XXXIII do Decreto nº 3.000/99.

MANIFESTAÇÃO 000073/2006

Ementa Requerimento de desconsideração de exoneração.

MANIFESTAÇÃO 000074/2006

Ementa Regularização funcional.

MANIFESTAÇÃO 000075/2006

Ementa Regularização funcional.

MANIFESTAÇÃO 000076/2006

Ementa I - Debêntures da Eletrobrás nº 707795 II - Possibilidade de celebração de transação judicial prejudicada em razão da inexigibilidade dos títulos apresentados.

MANIFESTAÇÃO 000077/2006

Ementa Regularização funcional.

MANIFESTAÇÃO 000078/2006

Ementa Policial Militar Estadual, acumulação remunerada do cargo na corporação com o cargo de civil de professor.



MANIFESTAÇÃO 000079/2006

Ementa Acumulação remunerada dos cargos de policial civil em regime de dedicação exclusiva e professor, ambos integrantes dos quadros do serviço público.

MANIFESTAÇÃO 000080/2006

Ementa Concessão de licença prêmio.

MANIFESTAÇÃO 000081/2006

Ementa Análise jurídica da minuta do edital nº 1/2006 - SEAD/PCPA, para provimento de cargos de nível superior e de nível médio da Polícia Civil do Estado do Pará.

MANIFESTAÇÃO 000082/2006

Ementa Isenção de imposto de renda - Moléstia grave - Lei nº 7.713/88, art. 6º, Inc. XIV e art. 39, inc. XXXIII do Decreto nº 3.000/99.

MANIFESTAÇÃO 000083/2006

Ementa Aquisição de cartucho para impressora desta Procuradoria Geral.

MANIFESTAÇÃO 000084/2006

Ementa Minuta do edital do concurso público da Secretaria Executiva de Estado de Cultura.

MANIFESTAÇÃO 000085/2006

Ementa Exame da minuta de convite nº 001/2006 - Contratação de serviço de recorte de publicações do Diário da Justiça da União com fornecimento de exemplar do Diário.

MANIFESTAÇÃO 000086/2006

Ementa Estudo acerca da gratificação de educação especial para fins de defesa judicial do Estado do Pará.



MANIFESTAÇÃO 000087/2006

Ementa Contrato firmado entre o Estado do Pará e o Banco MCC Spa - Capitalia Gruppo Bancario.

MANIFESTAÇÃO 000088/2006

Ementa Desativação do pagamento de servidor, que exercia função de vigia, em face de suposto abandono de cargo.

MANIFESTAÇÃO 000089/2006

Ementa Hospital Santo Antonio Maria Zaccaria - HSAMZ e Hospital das Bem Aventuranças.

MANIFESTAÇÃO 000090/2006

Ementa Contratos de gestão pelo prazo de 01 (um) ano em face das imposições da lei de responsabilidade fiscal.

MANIFESTAÇÃO 000091/2006

Ementa Situação do contrato de fornecimento e entrega de água mineral desta PGE.

MANIFESTAÇÃO 000092/2006

Ementa Prorrogação do contrato nº 002/2006, referente ao fornecimento de água mineral, copo com 200 ml, c/48, cuja vigência termina em 31/12/2006.

MANIFESTAÇÃO 000093/2006

Ementa Prorrogação do contrato nº 003/2005, celebrado entre esta PGE e Petrobrás Distribuidora S.A, para prestação de serviço de gerenciamento de unidades de abastecimento, com fornecimento de combustível.



MANIFESTAÇÃO 000094/2006

Ementa Imposto de renda retido na fonte - Direito à isenção - Pagamento de parcelas indenizatórias - Precatório requisitório - Devolução do IRFF.

MANIFESTAÇÃO 000095/2006

Ementa Abandono de Cargo.

MANIFESTAÇÃO 000096/2006

Ementa Exame da minuta de convite nº 002/2006 - Contratação de empresa para prestação de serviço de leitura e recorte de publicações do Diário da Justiça da União com fornecimento de exemplar do Diário.

MANIFESTAÇÃO 000097/2006

Ementa Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de um sistema HICOM 300 (Central telefônica desta PGE).

MANIFESTAÇÃO 000098/2006

Ementa Serviço de encomenda SEDEX.

MANIFESTAÇÃO 000099/2006

Ementa Pregão presencial - Análise instrumento convocatório - Sugestão de alteração.

MANIFESTAÇÃO 000100/2006

Ementa Consulta da SEDUC referente a situação de candidata do Concurso C72 para professor, que no ato de sua inscrição optou pelo Município de Maracanã, sem que houvesse vaga disponível para a sua disciplina (Sociologia).



MANIFESTAÇÃO 000101/2006

Ementa Se o Decreto n. 1.727/05, que deu nova redação ao inciso II do art. 716 do RICMS, deve ter efeitos retroativos.

MANIFESTAÇÃO 000102/2006

Ementa Pagamento retroativo de adicional de tempo de serviço.

MANIFESTAÇÃO 000103/2006

Ementa Averbar tempo de serviço referente ao exercício no cargo de Procurador da Fazenda Nacional, para fins de aquisição de licença-prêmio e percepção de adicional por tempo de serviço (ATS).

MANIFESTAÇÃO 000104/2006

Ementa Pregão nº 005/2006.

MANIFESTAÇÃO 000105/2006

Ementa Pagamento de tributos. Transferência de empresa para nome de “laranjas”.

MANIFESTAÇÃO 000106/2006

Ementa Honorários advocatícios.

MANIFESTAÇÃO 000107/2006

Ementa Abono de Natal.

MANIFESTAÇÃO 000108/2006

Ementa Pagamento de ajuda de custas para servidor temporário.

MANIFESTAÇÃO 000109/2006

Ementa Manutenção corretiva e atualização de versões do sistema em software Ronda Pleno-100 (Relógio de Ponto).



MANIFESTAÇÃO 000110/2006

Ementa Abandono de cargo.

MANIFESTAÇÃO 000111/2006

Ementa Restituição de ICMS.

MANIFESTAÇÃO 000112/2006

Ementa Aspectos tributários emergentes de questionamentos constantes de consulta formulada pelo Projeto Raízes, incumbido da política pública de conservação e valorização da cultura quilombola no Estado do Pará.

MANIFESTAÇÃO 000113/2006

Ementa Licença prêmio de servidores, contratados como temporários, pela Lei nº 5.389/87.

MANIFESTAÇÃO 000114/2006

Ementa Aproveitamento de créditos de ICMS.

MANIFESTAÇÃO 000115/2006

Ementa Restituição de ICMS.

MANIFESTAÇÃO 000116/2006

Ementa Classificação contábil da aquisição de livros como material de consumo.

MANIFESTAÇÃO 000117/2006

Ementa Contratos administrativos. Prorrogação. Serviços de natureza contínua. Períodos iguais e sucessivos. Alcance da expressão.



PGE

Procuradoria
Consultiva

MANIFESTAÇÃO 000118/2006

Ementa Composição remuneratória. Período de outubro/2007 à dezembro/2009. Existência ou não de desconto indevido de redutor constitucional.

MANIFESTAÇÃO 000119/2006

Ementa Análise de documentos apresentados, para efeito de desapropriação, referente aos imóveis contíguos localizados na Travessa Barredos nº 302 e 324, Distrito de Icoaraci, Município de Belém, objeto do Decreto de desapropriação nº 2534 de 3 de novembro de 2006.

MANIFESTAÇÃO 000120/2006

Ementa Acumulação dos cargos de policial civil e professor.



PGE

Procuradoria
Consultiva

2007

ESTUDO

ESTUDO S/N/2007

Ementa A Terceirização e o Poder Público - responsabilidade subsidiária da Administração - demandas aforadas na Justiça do Trabalho com fundamento em tal responsabilidade - medidas administrativas preventivas e repressivas a serem adotadas pelos órgãos gestores dos contratos na Administração Direta e Indireta. A situação das organizações sociais neste contexto.

ESTUDO 000001/2007

Ementa Servidor Temporário - Cabimento de reclamação constitucional perante o Supremo Tribunal Federal - Incompetência da Justiça do Trabalho

ESTUDO 000002/2007

Ementa Expedições científicas custeadas por particular em Unidade de Proteção Integral. Regime de Proteção. Impossibilidade de licenciamento estar vinculado ao custeio de expedições científicas. FEMA. Fundo Público. Possibilidade de Convênio não gera direito à empresa na obtenção de licenciamento ambiental, regido por legislação própria.

PARECER

PARECER 000001/2007

Ementa Sociedade de Economia Mista - Análise acerca da possibilidade de responsabilidade subsidiária do Estado.

PARECER 000002/2007

Ementa Contrato de operação de crédito externa firmada entre o Estado do Pará e MCC S.p.A - Capitalia Gruppo Bancaria - Banco Mediocrédito Centrale. Cláusula relativa ao pagamento pelo tomador, de encargos locais e despesas gerais documentadas e incorridas. Extrapolamento



do valor máximo contratualmente previsto. Inexistência de obrigatoriedade de pagamento, por parte do Estado do Pará, do valor excedente. Possibilidade de pagamento, à luz do Princípio da Boa-Fé contratual.

PARECER

000003/2007

Ementa

CPC Renato Chaves. Regimento Interno não submetido à homologação pelo Chefe do Executivo Estadual. Impossibilidade de produção de efeitos jurídicos válidos. Invalidade do processo eleitoral realizado com base no Regimento Interno. Sugestão de providências para a regularização da situação da entidade. Princípio da continuidade do serviço público.

PARECER

000004/2007

Ementa

Licitação - Inexistência - Violação constitucional - Obrigatoriedade para a Administração Pública - Nulidade - Convênio e contrato administrativo - Instrumentos de natureza e finalidades diversas - Vícios de forma - Prorrogações indevidas além do prazo máximo legal - Violação da Lei nº 8.666/93 - Comprometimento de despesa sem existência de saldo suficiente - Violação da Lei de Responsabilidade.

PARECER

000005/2007

Ementa

Programa Conquistando a Vida. Convênios de natureza financeira com entidades privadas sem fins lucrativos. Ausência de repasse da última parcela a cargo do concedente (Poder Público). Aplicabilidade da IN nº 01/97, da STN, em âmbito estadual. Impossibilidade de prorrogação com efeitos retroativos. Possíveis soluções para a regularização dos repasses, se for o caso. Indispensável análise prévia da execução do convênio. Verificação da possibilidade de celebração de novo convênio com as entidades indicadas na consulta.



PARECER

000006/2007

Ementa

Servidor temporário contratado nos estritos termos da Lei Complementar nº 07/91 - Direito a indenização de férias - Impossibilidade - Inexistência de previsão legal - Inocorrência de alteração de fato ou de direito que justifique mudança no posicionamento desta Procuradoria.

PARECER

000007/2007

Ementa

Servidor público. Diárias. Concessão fora do perímetro urbano. Região Metropolitana de Belém. São devidas, desde que o deslocamento seja superior a seis horas. Lei do Regime Jurídico Único e Decreto nº 734/1992. Exegese.

PARECER

000008/2007

Ementa

Concurso público C-72. Candidatos pedagogos aprovados para as vagas relativas às disciplinas pedagógicas. Gradativa extinção dos cursos normais de nível médio. Extinção da oferta de turmas e da lotação de professores nas disciplinas pedagógicas. ""Aproveitamento"", em áreas afins, dos candidatos aprovados. Impossibilidade jurídica.

PARECER

000009/2007

Ementa

Servidora pública temporária - Diárias - Ausência de prestação de contas - Prorrogação contratual para devolução mediante desconto em folha - Irregularidade - Processo disciplinar para apurar responsabilidade - Possibilidade - Representação ao Ministério Público - Avaliação posterior ao PAD.

PARECER

000010/2007

Ementa

Minutas de decretos relativos ao Conselho Estadual de Regulação e Controle dos Serviços Públicos (CONERC). Análise jurídica.



PARECER	000011/2007
Ementa	Observância dos limites e condições constantes nas Resoluções nºs. 40/2001 e 43/2001 do Senado Federal.
PARECER	000012/2007
Ementa	A atuação jurídica judicial e extrajudicial de interesse do Estado cabe à sua Procuradoria-Geral, por meio de seus Procuradores.
PARECER	000013/2007
Ementa	A atuação jurídica judicial e extrajudicial de interesse do Estado cabe à sua Procuradoria-Geral, por meio de seus Procuradores.
PARECER	000014/2007
Ementa	Convênio a ser celebrado entre o Estado do Pará e a Eletronorte, tendo a PRODEPA como interveniente-executora, com vistas à implementação da rede estadual do Governo do Pará. Exame de adequação do instrumento proposto: presença dos elementos caracterizadores do convênio. Exame do conteúdo da minuta apresentadora: regularidade dos termos do instrumento, observados os subitens 2, 4 e 7 do item II. 2 do parecer, cujo atendimento compete ao órgão de origem.
PARECER	000015/2007
Ementa	Defensor dativo. Ausência de Defensor Público na localidade. Honorários advocatícios. Ônus Estatal. Dever do Estado na prestação do serviço de assistência judiciária integral e gratuita.
PARECER	000016/2007
Ementa	Dispensa de licitação - Possibilidade - Caracterização de emergência - Justificativa - Urgência para atendimento de situação passível de causar prejuízo à saúde de usuários do serviço - Enquadramento no art. 24, inciso IV da Lei federal nº 8.666/93 - Objeto da contratação - Aquisição - Prazo de fornecimento reduzido.



PARECER

000017/2007

Ementa

Concorrência edital omissa quanto à exigência contida no art. 27, Inciso V, da Lei nº 8.666/93. Inabilitação de licitantes por desatendimento a essa obrigação legal. Violação dos princípios da isonomia e da legalidade. Anulação do procedimento licitatório. Observada a garantia do contraditório e ampla defesa.

PARECER

000018/2007

Ementa

Do enquadramento de pessoal utilizando o tempo de serviço pretérito - Impossibilidade - Ausência de previsão legal - Ausência de direito adquirido a promoção - Prescrição - UEPA - Manual de especificação de cargos e os critérios de promoção para o pessoal técnico, administrativo e operacional - Escolaridade/capacitação como critérios de merecimento estabelecidos em normas internas - Possibilidade - Exegese que se extrai da legislação aplicável - Critério previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação - Reforma administrativa - Emenda Constitucional nº 19/98 - Necessidade de melhor adequação do documento às exigências atuais.

PARECER

000019/2007

Ementa

Cessão de servidores públicos entre o Estado do Pará e o Município de Belém. Cabimento de convênio. Elaboração da minuta de convênio.

PARECER

000020/2007

Ementa

Adicional por tempo de serviço - Necessidade de comprovação tempo de contribuição somente para o tempo de serviço posterior a Emenda Constitucional nº 20/99.

PARECER

000021/2007

Ementa

Adicional por tempo de serviço. Contagem do tempo anterior à edição da Lei nº 5.810/94: Possibilidade jurídica de conversão em triênios. Inteligência dos arts. 70, § 1º e 131, da Lei nº 5.810/94. Procedimento já adotado pela Administração Estadual.



PARECER 000022/2007

Ementa Pensão especial - Cessação da maioria - Cancelamento da Pensão - Idade máxima dos beneficiários.

PARECER 000023/2007

Ementa Contratação direta de Cooperativa - Contrariedade ao termo de ajuste de conduta firmado com o Ministério Público do Trabalho - Possibilidade de aplicação de penalidades previstas em lei.

PARECER 000024/2007

Ementa Operação de crédito. Observância dos limites e das condições exigidas pelo art. 167, inciso III, e 169, da Constituição Federal, pela Lei Complementar nº 101/00 e pelas Resoluções nºs. 40/01 e 43/01, do Senado Federal.

PARECER 000025/2007

Ementa Servidor público. Concurso público para o cargo de professor. Preenchimento dos requisitos legais para a posse. Inspeção de saúde atestando capacidade laborativa, porém com limitações ao uso da fala. Direito da servidora empossada de entrar no exercício do cargo. Pagamento das remunerações que seriam devidas à servidora. Eventual análise de readaptação da servidora.

PARECER 000026/2007

Ementa Minuta de protocolo de intenção, a ser celebrado entre a União Federal, por meio do Ministério da Ciência e Tecnologia e o Estado do Pará, que tem por objeto promover esforços para implantação do Projeto de Redes Metropolitanas Comunitárias de Educação e Pesquisa - REDECOMEP/ MetroBel.

PARECER 000027/2007

Ementa Gratificação de dedicação exclusiva. Garantia remuneratória dos Consultores Jurídicos de carreira. Inteligência do art. 8º da Lei nº 6.872/2006



PARECER

000028/2007

Ementa

Convênio de cooperação técnica e financeira com o SEBRAE. Aquisição de equipamentos com recursos públicos. Cessão de uso em regime de comodato, a cooperativas ainda não regularizadas. Impossibilidade jurídica. Expiração da vigência do convênio. Inviabilidade de fiscalização e avaliação dos resultados. Necessidade de solucionar a questão, emprestando-se uma destinação pública aos equipamentos.

PARECER

000029/2007

Ementa

I - As decisões proferidas em ações de mandados de segurança só produzem efeito entre as partes, não alcançando terceiros que não integram a lide em tempo hábil, II - O ICMS incide nos transportes intermunicipais e interestaduais de passageiros. Inteligência do art. 3º, do RICMS.

PARECER

000030/2007

Ementa

Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE). Convênios de natureza financeira com Municípios para realização de investimentos diversos. Vencimento da vigência dos convênios. Repasses financeiros "em aberto". Impossibilidade de prorrogação do instrumento vencido. Possibilidade de celebração de novos convênios desde que observadas as vedações previstas no artigo 5º, § 1º, da IN nº 01/97-STN.

PARECER

000031/2007

Ementa

Contratação de prestação de serviços sem a devida formalização - Nulidade - Apuração de eventual dever de indenizar - Apuração das responsabilidades pela ilegalidade.

PARECER

000032/2007

Ementa

Estabilidade e estágio probatório - Duração - Nota Técnica - Art. 32 da Lei nº 5.810/94.



PARECER	000033/2007
Ementa	Consultor Jurídico e Procurador Autárquico/ Fundacional - Leis nºs. 6.872 e 6.873 de 2006 - Leis especiais - Gratificação de dedicação exclusiva - Direito inerente à carreira - Opção - Percepção quando em exercício de cargo comissionado - Possibilidade - Percepção por servidores ativos vinculados a tabela de vencimentos da Lei nº 6.873/2006 - Parágrafo único do artigo 10 - Impossibilidade - Servidores da carreira optante pelo RDE - Tempo integral e hora extra – Possibilidade.
PARECER	000034/2007
Ementa	Fundação Governamental voltada à prestação do serviço de saúde. Preceptorias nos programas de residência médica da Instituição. Descabimento de convênio ou contrato de prestação de serviços.
PARECER	000035/2007
Ementa	A redistribuição importa o deslocamento do servidor com o respectivo cargo ou função, que passa a integrar o quadro do novo Órgão. Incidência do disposto no art. 11 da Lei nº 6.813/2006 aos servidores redistribuídos à Procuradoria-Geral do Estado até a data da mencionada lei.
PARECER	000036/2007
Ementa	Fundação Governamental de direito público. Contribuição sindical patronal. Não obrigatoriedade de recolhimento.
PARECER	000037/2007
Ementa	Projeto de lei para criação da Agência de Crédito Produtivo - Banco do Povo do Pará - Aumento de despesa pública desproporcional ao benefício social do programa - Alternativas viáveis: Projeto de lei similar ao Banco do Produtor ou Resolução a ser baixada pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico do Estado do Pará.



PARECER 000038/2007

Ementa Contribuição sindical obrigatória prevista nos arts. 578 e seguintes da CLT e recepcionada pelo art. 8º, IV, IN FINE, da Constituição Federal de 1988. Inaplicabilidade aos servidores públicos estaduais submetidos ao regime estatutário.

PARECER 000039/2007

Ementa Irregularidades - Designação de servidores para composição de Comissão de Processo Administrativo Disciplinar - Servidores estáveis.

PARECER 000040/2007

Ementa Gratificação pela participação em Comissão ou Grupo Especial de Trabalho. Verificação do atendimento às exigências legais e da não incidência das vedações à hipótese sob exame. Configuração do direito à percepção da vantagem.

PARECER 000041/2007

Ementa Servidor Público ocupante de cargo em comissão. Apuração de frequência. Sujeição ao artigo 64, I, da Lei Estadual nº 5.810/94. Inteligência do artigo 66, do mesmo diploma legal.

PARECER 000042/2007

Ementa Legalidade da exigibilidade do ISSQN sob a forma de substituição tributária, incidente sobre a prestação de serviços de execução de obra de engenharia no Centro de Convenções do Hangar.

PARECER 000043/2007

Ementa Constitucionalidade da Lei nº 6.793/79.

PARECER 000044/2007

Ementa Antecipação de pagamento de precatório.



PARECER 000045/2007

Ementa Servidora pública. Estatutária não estável. Regular investidura em cargo de provimento efetivo em função de aprovação em concurso público. Dispensa do estágio probatório. Impossibilidade jurídica.

PARECER 000046/2007

Ementa Servidor público integrante da carreira do Magistério Superior e ocupante de cargo comissionado no âmbito da entidade Universitária. Inserção no Regime de Trabalho Dedicção Exclusiva com tempo integral (TIDE). Possibilidade Jurídica.

PARECER 000047/2007

Ementa Poder de polícia administrativa. Mediação entre a ""Boa Ordem Pública"" e os direitos de liberdade e propriedade individual. Atuação dos Órgãos estatais se dará sempre na ""Forma da lei"". Expedição de ""Atestado de habite-se"" de forma precária, mediante compromisso firmado para sanar falhas detectadas em vistorias técnicas. Impossibilidade.

PARECER 000048/2007

Ementa Firmatura de convênios e repasse de recursos - Restrições impostas pela Secretaria do Tesouro Nacional através das Instruções Normativas (IN) nºs. 01 e 02/2005 - Concessão de liminares pelo STF suspendendo as exigências relativamente a outros CNPJ de entes da Administração Indireta dos Estados e do Distrito Federal - Necessidade de ajuizamento de ações visando garantir convênios e repasses de verbas.

PARECER 000049/2007

Ementa Resolução nº 17.329 do Tribunal de Contas do Estado do Pará - Despesas eventuais de pronto pagamento em espécie e de pequeno vulto - Tratamento especial em viagens e/ou com serviços especiais - Suprimento de fundos - Possibilidade - Procedimento excepcional.



PARECER 000050/2007

Ementa Convênio - Presumida regularidade do conveniente privado. Descumprimento de cláusulas do convênio. Possibilidade de denúncia a qualquer tempo.

PARECER 000051/2007

Ementa Empresa teve, em julgamento realizado em junho de 2005, concedida segurança para impedir o Estado do Pará de exigir ICMS nas transferências de mercadorias entre sua filial localizada em Ipixuna do Pará e a sede localizada em Barcarena-PA.

PARECER 000052/2007

Ementa Organização Social. Qualificação. Contrato de gestão. Nulidade. Efeitos. Contratação de servidores temporários. Possibilidade.

PARECER 000053/2007

Ementa Contratação do fornecimento de cartões de alimentação para os servidores da PGE - Insatisfação da Administração com a prestação do serviço - Realização de nova licitação - Possibilidade - Utilização da modalidade pregão presencial ou eletrônico - Obrigatoriedade - Necessidade de providências visando a instrução do processo.

PARECER 000054/2007

Ementa Lei Estadual nº 6.921/2006. Alegação de inconstitucionalidade. Usurpação de competência legislativa concorrente em matéria de meio ambiente e defesa da saúde pública. Violação à Lei Complementar Federal nº 101/2000, Decretos Federais e Portarias do IBAMA. Inconstitucionalidade não reconhecida.

PARECER 000055/2007

Ementa Verba de Representação dos Membros do Conselho Superior da Procuradoria - Direito à percepção pelos membros natos - Princípios constitucionais da isonomia e razoabilidade, proporcionalidade, respeito à dignidade humana e ao direito ao trabalho remunerado -



Acumulação com DAS da Corregedoria Geral - Possibilidade - Verbas de natureza distintas.

PARECER 000056/2007

Ementa Servidor público integrante da carreira do Magistério Superior. Afastamento para cursar pós-graduação. Indispensável aprovação no estágio probatório. Desnecessidade de estabilidade.

PARECER 000057/2007

Ementa Gratificação pela participação em Grupo Especial de Trabalho - Concessão - Pagamento no período de prorrogação do prazo assinado originalmente - Possibilidade - Comprovada necessidade.

PARECER 000058/2007

Ementa Gratificação de trânsito. Vantagem pecuniária de caráter não-permanente. Direito submetido a uma condição resolutiva. Pagamento, pela Administração, enquanto não implementada a referida condição.

PARECER 000059/2007

Ementa Convênio administrativo para implantação da petição virtual - Necessidade de regulamentação da Lei Federal nº 11.419/06 - Observância ao artigo 116, da Lei nº 8.666/93 - Aprovação prévia de plano de trabalho - Inserção de cláusulas no instrumento - Cumprimento da Resolução nº 13.989, de 20.06.95 do TCE - Observância ao princípio da publicidade.

PARECER 000060/2007

Ementa Impõe-se a aplicação do princípio da isonomia tributária em seu viés de concretude da capacidade contributiva, quando contribuintes sujeitos às mesmas condições formais e materiais, recebem benefícios em percentuais distintos.



PARECER 000060B/2007

Ementa Minuta de Edital de Concurso Público. Provimento de cargos de nível médio e superior na Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará - FSCMP. Análise jurídica.

PARECER 000061/2007

Ementa Direitos autorais. Lei nº 9.610/98. Comunicação pública mediante execução de obra musical em evento sem intuito econômico. Festa alusiva à posse da Governadora do Estado. ECAD. Cobrança de direitos autorais. Incabimento. A autorização prévia. Cabe a empresário, com categoria jurídica o ente estatal não é empresário, à princípio. Obrigatoriedade ao executante, por si ou agente representante a proceder ao recolhimento devido, recebendo ou não cachê, ou ceder os direitos do autor, na forma legal. Exegese das arts. 68 e 50 da Lei de Regência.

PARECER 000062/2007

Ementa Situação da vacância de cargo de servidora.

PARECER 000063/2007

Ementa Acordo coletivo. Natureza jurídica. Integração de suas cláusulas no contrato de trabalho. Impossibilidade. Garantia estabelecida nos §§ 1º e 2º da Lei federal nº 8.542/92, revogados pela Lei nº 10.192/2001. Respeito ao direito adquirido dos empregados que exerceram a opção nas condições dos acordos sob exame. Observância do prazo de validade das cláusulas econômicas. Necessidade de verificação caso a caso. Redução salarial através de novo acordo ou ajuizamento de dissídio coletivo para alteração das condições anteriormente pactuadas mediante a comprovação da situação adversa da empresa. Possibilidade. Inteligência do art. 8º, inciso VI c/c art. 7º, inciso XXVI da Constituição Federal. Empregados comissionados nos termos do art. 37, inciso II, última parte da CF/88 não contemplados nos acordos. Percepção do percentual de 33,33. Impossibilidade. Empregados ex-comissionados não excepcionados.



Possibilidade de percepção do percentual desde que feita a opção no prazo do acordo.

PARECER

000064/2007

Ementa

Servidor temporário. Cessão irregular. Retorno ao órgão de origem. Inexistência de alteração do vínculo anterior para o fim do pagamento de parcelas remuneratórias decorrentes da prestação de serviço na entidade cessionária.

PARECER

000065/2007

Ementa

Legalidade da exigência de documentos para formalização de convênios celebrados entre a Consulente e Prefeituras Municipais do Estado do Pará.

PARECER

000066/2007

Ementa

Verificação da legalidade de desconto a título de Imposto de Renda retido na fonte, por ocasião do pagamento retroativo de pensão policial militar.

PARECER

000067/2007

Ementa

Análise da minuta do decreto que homologa o Regimento Interno do CONERC - Conselho Estadual de Regulação e Controle de Serviços Públicos do Pará.

PARECER

000068/2007

Ementa

Minuta de projeto de lei de criação de cargos de provimento efetivo na Secretaria Executiva de Estado de Educação - SEDUC - Análise jurídica.

PARECER

000069/2007

Ementa

Recomposição de preço. Inexistência de fato e/ou evento imprevisível. Organização social. Descumprimento de cláusulas do contrato de gestão.



PARECER	000070/2007
Ementa	Assessoria Especial. Exposição da legislação aplicável. Pretendida reformulação. Diploma legal que deverá contemplar previsão expressa das atribuições dos requisitos de ingresso, do quantitativo de cargos criados e dos vencimentos. Observância aos preceitos contidos no art. 48, X, e 37, incisos I, V e X, da Constituição da República.
PARECER	000071/2007
Ementa	Servidores titulares de cargo efetivo. Exercício de funções gratificadas. Incidência do Adicional por Tempo de Serviço.
PARECER	000072/2007
Ementa	Edital de concurso. Análise jurídica. Cotejo com a norma de regência - Lei Estadual nº 5.810/94 - e as demais normas legais aplicáveis. Necessidade de incluir previsão de isenção da taxa de inscrição, nos termos da Lei nº 6.988/07. Revisão de disposições contraditórias e sugestões para o aperfeiçoamento do instrumento.
PARECER	000073/2007
Ementa	Minuta de edital do concurso público para provimento de vagas em cargos de nível superior e nível médio da Secretaria de Saúde Pública, na forma da Lei nº 5.810/94, e da Lei nº 5.838/04 e Decretos 1.322/04 e 816/03.
PARECER	000074/2007
Ementa	Minuta de edital de concurso público - Provimento de cargos de nível médio e fundamental na Secretaria Executiva de Estado de Educação - SEDUC - Análise jurídica.
PARECER	000075/2007
Ementa	Minuta de edital de concurso público - Provimento de cargos do Grupo Magistério na Secretaria Executiva de Estado de Educação - SEDUC - Análise jurídica.



PARECER 000076/2007

Ementa Minuta de edital de concurso público - Provimento de cargos de Nível Superior na Secretaria Executiva de Estado de Educação - SEDUC - Análise jurídica.

PARECER 000077/2007

Ementa Autorização para contratação de financiamento com o BNDES. Regularidade do instrumento e da minuta de projeto de lei, com as ressalvas indicadas nos itens II.2, II.3 e II.6, desta manifestação

PARECER 000078/2007

Ementa Operação de crédito externo. Observância dos limites e das condições exigidas pelo art. 167, inciso III, e 169, da Constituição Federal, pela Lei Complementar nº 101/00 e pelas Resoluções nºs. 40/01 e 43/01, do Senado Federal.

PARECER 000079/2007

Ementa Minuta de edital de concurso público - Provimento de Cargos de Nível Superior, Médio e Fundamental na Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará (HEMOPA) - Análise Jurídica.

PARECER 000080/2007

Ementa Minuta de edital de concurso público - Provimento de Cargos de Nível Fundamental, Médio e Superior na Superintendência do Sistema Penal do Estado- SUSIPE.

PARECER 000081/2007

Ementa Aposentadoria por invalidez. Não ocorrência de extinção do contrato de emprego. Posicionamento do TST e STF. Nulidade rescisão. Despesas médicas e hospitalares.

PARECER 000082/2007

Ementa Redistribuição e posterior pedido de enquadramento no quadro funcional da Procuradoria-Geral do Estado. Não observância de



requisito essencial à redistribuição. Necessidade de revisão de ato. Impossibilidade jurídica de realizar o enquadramento pleiteado, sob pena de violação ao art. 37, inciso II, da Constituição da República.

PARECER

000083/2007

Ementa

Servidor público militar. Direito de petição. Art. 5º, XXXIV, "a" da CF/88. Pedido de providências contra decreto governamental que o transferiu para a reserva remunerada. Atuação da PGE. A priori, e preventivamente, quando exerce a Consultoria Jurídica do Estado, ou em juízo, no contencioso, na defesa do interesse público. Ato emanado da Chefa do Poder Executivo. Invalidação, por nulidade ou revogação dependente de iniciativa exclusiva da Governadora na esfera administrativa, ou ao poder Judiciário, se viciado o ato. Arquivamento.

PARECER

000084/2007

Ementa

Questionamento de Exmo. Sr. Procurador-Geral do Estado quanto à competência da aplicabilidade das normas regulamentadoras do trabalho e a possibilidade da participação da Unidade Federativa nas ações de fiscalização do trabalho.

PARECER

000085/2007

Ementa

Inconstitucionalidade da Lei nº 7.020, de 24 de julho de 2007 que dispõe sobre os Fundos de Reserva destinados a garantir a restituição da parcela dos depósitos judiciais em dinheiro referentes a tributos e seus acessórios, de competência do Estado do Pará, na forma da Lei Federal nº 11.429, de 2006.

PARECER

000086/2007

Ementa

Alienação de imóvel de propriedade do INSS.

PARECER

000087/2007

Ementa

Retenção ISSQN obras centro de convenções Hangar.



PARECER

000088/2007

Ementa

SEDUC. Concurso Público -C-105. Nomeação e posse de candidatos aprovados que tenham concluído a Graduação e que estejam aguardando somente a expedição do diploma. Exegese legal possibilidade. Obrigatoriedade da entrega, pelo servidor, da cópia do diploma em tempo razoável, pena de depreciação em avaliação durante o estágio probatório.

PARECER

000089/2007

Ementa

Anteprojeto de lei que Autoriza o Estado do Pará a contratar financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social -BNDES.

PARECER

000090/2007

Ementa

Alienação de bem imóvel. Sociedade de Economia Mista. Vedação de previsão legal genérica de dispensa de licitação. Posicionamento do STF.

PARECER

000091/2007

Ementa

Servidor público exclusivamente ocupante de Cargo em Comissão, declarado em lei de livre nomeação e exoneração. Ato de exoneração com a nota "A pedido" sem que o ocupante o tenha formalizado. Prerrogativa da autoridade nomeante, Não nulidade do ato, porquanto a eficácia do mesmo se mantém ante o seu fim. Diante o laudo oficial, invalidez adquirida no curso do exercício do cargo, gera direito à aposentadoria, pelo Regime Geral da Previdência Social, ex-VI de mandamento constitucional. Irregularidade. Apuração de responsabilidades.

PARECER

000092/2007

Ementa

Procedimentos adotados pelo INCRA nas arrecadações sumárias de terras devolutas da União.



PARECER 000093/2007

Ementa Reestruturação da Fundação de Telecomunicações do Pará (FUNTELPA).

PARECER 000094/2007

Ementa Acordo judicial. Inexistência de responsabilidade da COSANPA pelos danos materiais e morais sofridos pelo autor. Ausência de comprovação do nexo de causalidade. Pleito judicial do autor indeferido em quase todas as instâncias.

PARECER 000095/2007

Ementa Análise de Projeto de lei que dispõe sobre a instituição do Sistema de Participação Popular do Estado do Pará e dá outras providências.

PARECER 000096/2007

Ementa Transferência de mercadorias entre estabelecimento do mesmo titular - Fato gerador do ICMS - Previsão legal - Lei Complementar nº 87/96, Lei Estadual nº 5.530/89 e Regulamento do ICMS - Inconstitucionalidade - Entendimento pacífico e reiterado nos Tribunais Superiores.

PARECER 000097/2007

Ementa Análise da minuta de Decreto que delega à SAGRI competência para as atividades de natureza técnica, administrativa e financeira, bem como para assunção de contratos, convênios e ajustes até que a SEPAQ tenha condições de assumir tais serviços, contratos e obrigações.

PARECER 000098/2007

Ementa Servidores públicos ocupantes de cargo público e função pública de técnico em educação física. SESPA. Categoria reconhecida nacional e no âmbito estadual como profissionais de saúde de nível superior. Vencimento. Decreto nº 5.232/02. Parecer PGE nº 143/2003. Princípio da reserva legal. Eficácia temporal diante a Lei nº 6.834/06, editada posteriormente à sua emissão. Direito à extensão dos



efeitos do decreto omissivo quanto a categoria profissional. Isonomia. Tratamento imprimido pela SEAD. Não ratificação.

PARECER 000099/2007

Ementa Exame de minuta de Decreto e de Portaria de criação de Comissão Especial de Licitação.

PARECER 000100/2007

Ementa I - As taxas são espécies tributárias de vinculação direta e, por conta disso, há uma contraprestação imediata ao contribuinte; II - As receitas oriundas das taxas de inscrição em concursos públicos são atreladas às despesas para execução do concurso.

PARECER 000101/2007

Ementa Minuta de edital de concurso público, provimento de cargos de nível superior, médio e fundamental na Universidade do Estado do Pará (UEPA) - Análise jurídica.

PARECER 000102/2007

Ementa Programa Pará Urbe. Convênios celebrados entre o Estado do Pará e diversos municípios. Posterior contratação da obra pelo Estado, para realização do objeto dos convênios. Inadimplência dos municípios que acarretará inadimplência do Estado ante a contratada. Medidas cabíveis na esfera administrativa e judicial para cobrança do crédito do Estado.

PARECER 000103/2007

Ementa Cabimento de ação judicial por ato de improbidade contra os agentes responsáveis por supostas irregularidades decorrentes do Projeto Alvorada. Análise sobre a possibilidade de composição administrativa nos termos da Instrução Normativa nº 01/97 da STN. Análise acerca da denúncia do convênio nº 065/2001 e a retomada das obras por meio de outros instrumentos jurídicos.



PARECER

000104/2007

Ementa

Abono Salarial. Incorporação aos proventos de servidor militar na ativa. Ilegitimidade do órgão consulente. Natureza transitória. Gratificação de serviço devida ao servidor na ativa. Parecer de consultoria jurídica em contrário, sob fundamento constitucional. Posição sedimentada no plano do direito federal. Cabe à SEAD, como órgão central o reexame preliminar do entendimento da Administração, somente cabendo à PGE, se manifestar sobre a matéria, na hipótese de fundada dúvida provocada por aquela Secretaria.

PARECER

000105/2007

Ementa

Técnico em Gestão Florestal - Graduação direito e procurador autárquico. Atribuições assemelhadas. Detalhamento pela via regulamentar. Possibilidade de reserva de vagas dos referidos cargos técnicos aos bacharéis em direito.

PARECER

000106/2007

Ementa

Pecúlio. Hipóteses previstas para recebimento do benefício. Da aplicação ao caso do Decreto lei nº 183, de 24 de março de 1970. Da não configuração de invalidez como causa para deferimento do benefício. Da prescrição da pretensão. Indeferimento do pleito formulado.

PARECER

000107/2007

Ementa

Acumulação de cargos públicos. Licença para tratar de interesses particulares. Manutenção do vínculo ao cargo original. Impossibilidade de acumulação.

PARECER

000108/2007

Ementa

Minuta de Projeto de Lei que altera e acrescenta dispositivos à Lei Complementar estadual nº 54/2006. Reorganização da Defensoria Pública do Estado do Pará e da carreira de seus membros. Análise jurídica.



PARECER 000109/2007

Ementa Licenciamento ambiental requerido por órgão público estadual - SEDURB. Pagamento de taxa ambiental a órgão estadual - SEMA. Cobrança devida. Constitucionalidade.

PARECER 000110/2007

Ementa Denúncia de convênio. Dever-poder da Administração proceder tomada de contas especial. Apuração de danos e identificação dos responsáveis. Efetivação do julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado.

PARECER 000111/2007

Ementa Consignação em folha de pagamento. Legalidade da conduta da Administração. Ausência de regularização das entidades consignatárias no prazo fixado pelo Decreto Estadual nº 2.071, de 20 de fevereiro de 2006. Possibilidade de suspensão da rubrica. Aplicação do art. 10 da IN nº 003/06-SEAD, de 21 de setembro de 2006.

PARECER 000112/2007

Ementa Minuta de edital de concurso público. Provimento de cargos de nível superior, médio e fundamental no Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará (IDEFLOR). Análise jurídica.

PARECER 000113/2007

Ementa Cargo público. Princípio da reserva de lei em sentido formal. Impossibilidade de pagamento de vantagem pecuniária decorrente do exercício de cargo que não foi legalmente criado.

PARECER 000114/2007

Ementa Minuta de Projeto de Lei que cria funções gratificadas no quadro de pessoal da Secretaria Executiva de Educação (SEDUC). Análise jurídica.



PARECER 000115/2007

Ementa Enquadramento. Ato vinculado. Limites estabelecidos na Lei nº 6.571/2003. Promoção. Necessidade de regulamentação.

PARECER 000116/2007

Ementa Formação de contrato. Negociações preliminares. Configuração de dano. Possibilidade. Ressarcimento dos prejuízos efetivamente comprovados.

PARECER 000117/2007

Ementa Procedimento preparatório. Ministério Público do Trabalho. Denúncia de possíveis fraudes. Inviabilidade de restrição de participação de licitações de empresas meramente suspeitas.

PARECER 000118/2007

Ementa Análise de edital de concurso público para admissão em cargos de nível superior, médio e fundamental da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos.

PARECER 000119/2007

Ementa Servidora pública exclusivamente comissionada. Exoneração durante gozo de licença-maternidade. Aplicação do artigo 10, II, B, do ADCT. Severa controvérsia jurisprudencial. Entendimento do STF, cuja aplicação é recomendável. Possibilidade de desligamento com base na discricionariedade administrativa. Dever estatal de indenizar. Controvérsia.

PARECER 000120/2007

Ementa Minuta de edital de concurso público. Provimento de cargos de nível superior, médio e fundamental da Secretaria de Estado de Pesca e Aquicultura. Análise jurídica.



PARECER	000121/2007
Ementa	Permuta de bens públicos. Suspensão liminar, pelo STF, da eficácia do art. 17, I, C, da Lei nº 8666/93. Possibilidade de realização, em face de previsão no art. 12, I, C, da Lei Estadual nº 5.416/87, desde que atendidos os pressupostos legais. Outorga, pelo Estado, do uso do bem permutado. Cessão de uso condicionada ao preenchimento dos requisitos legais. Lei Estadual nº 6.614/2004.
PARECER	000122/2007
Ementa	Minuta de Projeto de lei que autoriza a doação de bem imóvel público.
PARECER	000123/2007
Ementa	Análise de minuta de projeto de lei que altera a personalidade jurídica da FUNTELPA.
PARECER	000124/2007
Ementa	I - As taxas são espécies tributárias de vinculação direta, e, por conta disso, há uma contraprestação imediata ao contribuinte; II - As receitas oriundas das taxas, se afetas a outra finalidade, não poderão ser revertidas em prejuízo da prestação desses serviços; III - A adoção do regime tarifário, no que tange a determinadas espécies de serviços, é opção política da Administração Pública, que, nessa opção, deve explorá-la sob a forma de atividade econômica e regime de direito privado.
PARECER	000125/2007
Ementa	Concurso Público. Prova de títulos. Projeto de lei prevendo atribuição de pontuação por ano de serviço público estadual, sob vínculo temporário ou estatutário não estável. Impossibilidade jurídica. Afronta a princípios constitucionais, em especial aos princípios da isonomia (Art. 5º, caput) e da impessoalidade (Art. 37, II).



PARECER 000126/2007

Ementa Minuta de edital de concurso público. Provimento de cargos de nível fundamental, médio e superior na Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia (SEDECT).

PARECER 000127/2007

Ementa Gratificação de escolaridade e regime de 40 horas. Vedação estabelecida na Lei nº 6.569/2003, alterada pela Lei 6.821/2006. Efeitos da ADI 2135 MC/DF (02.08.2007).

PARECER 000128/2007

Ementa Cogitação de modificações no conteúdo programático integrante do edital do concurso público C-126. Provimento de cargos de nível superior na Secretaria de Estado de Educação (SEDUC). Inscrições abertas. Análise jurídica.

PARECER 000129/2007

Ementa Melhoria das condições de acesso à ilha do Marajó. Proposta de emissão de autorização precária para empresa operar a linha Icoaraci-Camará. Inadequação do instituto da autorização para outorga de serviço público, que se há de fazer mediante concessão ou permissão. Dever de licitar. Artigo 175 da CF/88. Não caracterização de hipótese de dispensa ou inexigibilidade.

PARECER 000130/2007

Ementa Concurso Público. Edital publicado. Republicação para a introdução de item. Avaliação curricular para candidatos aos cargos de nível médio e fundamental. A Administração pode rever seus atos, revogando-os por motivo de conveniência ou oportunidade. Avaliação curricular que se constitui em verdadeira prova de títulos antes não prevista, e revestida de elevado grau de subjetividade. Possibilidade de censura judicial. Ausência do fundamento da conveniência. Impertinência.



PARECER 000131/2007

Ementa Contratação de permissão de uso sem a devida formalização. Nulidade. Apuração de eventual dever de indenizar. Apuração das responsabilidades pela ilegalidade.

PARECER 000132/2007

Ementa Elaboração de Termo de Cooperação Científica entre a Companhia Gás Pará e a Fundação FIDESA (UNAMA-UNESPA). Convênio. Impossibilidade. Necessidade de contrato administrativo.

PARECER 000133/2007

Ementa Licitação pública. Pregão presencial. Prestação de serviços de locação de veículos. Parecer jurídico. Observância dos requisitos da fase preparatória e da regularidade das minutas do Edital e do contrato. Artigo 6º, VII, da Lei Estadual nº 6.474/2002.

PARECER 000134/2007

Ementa Minuta de Projeto de Lei de reestruturação organizacional da Governadoria do Estado do Pará. Análise jurídica.

PARECER 000135/2007

Ementa Análise jurídica do Projeto que autoriza a instituição da Fundação Privada Fundação Paraense de Radiodifusão (FUNTELPA).

PARECER 000136/2007

Ementa Servidor público. Médicos e demais profissionais de saúde. Outros profissionais integrantes de categorias diferenciadas. Jornada semanal de trabalho. Competência legislativa privativa da União (Art. 22, XVI, CF/88). LEI Nº 3.999/61. Disciplina da matéria por lei estadual específica.



PARECER 000137/2007

Ementa Servidor público. Férias. Período aquisitivo. Inteligência do artigo 74 da Lei Estadual nº 5.810/94.

PARECER 000138/2007

Ementa Vários autos de processos administrativos, inclusive punitivos encaminhados a esta Procuradoria-Geral do Estado para análise jurídica com a finalidade de subsidiar o julgamento da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA).

PARECER 000139/2007

Ementa JUCEPA. Reestruturação organizacional. Análise de minuta de Projeto de Lei.

PARECER 000140/2007

Ementa Projeto de Lei Complementar. Análise jurídica. Artigo 102, Parágrafo único da Constituição Estadual. Objeto, elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

PARECER 000142/2007

Ementa Taxa de concurso público. Isenção. Lei de iniciativa de membro do poder legislativo. Artigo 61, § 1º, alínea C da CRFB/88.

MANIFESTAÇÃO

MANIFESTAÇÃO 000001/2007

Ementa Solicitação de cópia de Parecer exarado pela PCON.

MANIFESTAÇÃO 000002/2007

Ementa I - Dispensa de inscrição em dívida ativa e de ajuizamento de execuções fiscais ou autorização para arquivamento ou extinção de execuções fiscais de pequeno valor. Renúncia de receita. Reserva legal. Impossibilidade. II - Fixação do custo médio de cada execução fiscal. Não caracterização de renúncia de receita. Possibilidade de não inscrição em dívida ativa e de não ajuizamento de execução



fiscal. Inteligência do art. 14, § 3º, II da Lei de Responsabilidade Fiscal. III - Ações estratégicas para melhorar a eficiência na recuperação judicial de créditos tributários. Necessidade de lei disciplinadora. Renúncia de receita compensa pelo aumento da arrecadação.

MANIFESTAÇÃO 000003/2007

Ementa Ausência de prestação de contas quanto a devolução do valor do fundo rotativo referente ao segundo semestre de 2005, repassado à servidora da SEDUC.

MANIFESTAÇÃO 000004/2007

Ementa Irregularidades praticadas, sobremaneira no que tange à promoção de festas condicionadas a declaração expressa de ser doador de órgão.

MANIFESTAÇÃO 000005/2007

Ementa Prorrogação do Contrato de prestação de serviços de leitura do Diário da Justiça e do Diário do Estado.

MANIFESTAÇÃO 000006/2007

Ementa Acúmulo ilegal de cargos.

MANIFESTAÇÃO 000007/2007

Ementa Prestação de serviços de locação de máquinas fotocopadoras.

MANIFESTAÇÃO 000008/2007

Ementa Prorrogação do Contrato de prestação de serviço de implantação de um link (ponto A) de 512 kbps celebrado com a PRODEPA.

MANIFESTAÇÃO 000009/2007

Ementa Prorrogação do Contrato de prestação de serviço de reserva, emissão e entrega de passagens aéreas para vôos regionais, nacionais e internacionais.



MANIFESTAÇÃO 000010/2007

Ementa Aplicabilidade do teto de remuneração no serviço público estadual, nos moldes das Emendas Constitucionais nºs. 41/2003 e 47/2005.

MANIFESTAÇÃO 000011/2007

Ementa Decretação da prescrição dos créditos tributários de ofício no âmbito administrativo. Necessidade de realização de controle administrativo de legalidade a quando da inscrição em dívida ativa. Previsão legal. Possibilidade.

MANIFESTAÇÃO 000012/2007

Ementa Decreto - Improbidade administrativa.

MANIFESTAÇÃO 000013/2007

Ementa Equiparação salarial.

MANIFESTAÇÃO 000014/2007

Ementa Contagem de tempo de serviço anterior ao advento da Lei Estadual nº 5.810/94 (RJU Estadual), para fins de concessão de licença-prêmio.

MANIFESTAÇÃO 000015/2007

Ementa Cessão de servidor, não estável, que exerce o cargo efetivo de técnico em Gestão Pública - Administrador, dos quadros da SEAD, para o Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

MANIFESTAÇÃO 000016/2007

Ementa Incorporação de DAS por períodos anteriores à Lei nº 5.810/94, considerando uma decisão do STJ em sentido contrário ao posicionamento que vem sendo adotado pelo Estado.



MANIFESTAÇÃO 000017/2007

Ementa Reintegração no Cargo de Professor de servidor temporário, segundo o qual foi distratado em período compreendido nos três meses que antecedem o pleito eleitoral de 2006, quando é vedada a demissão sem justa causa e a exoneração de servidores públicos.

MANIFESTAÇÃO 000018/2007

Ementa Minuta de acordo de cooperação técnica.

MANIFESTAÇÃO 000019/2007

Ementa JUCEPA. Lei nº 6.063, de 26 de julho de 1997, art. 44-A, acrescido pela Lei nº 6.874, de 29 de junho de 2006. Gratificação de Desempenho de Atividade Mercantil. Regulamento. Lei do Regime Jurídico Único. Inconstitucionalidade formal e material da gratificação suscetível do controle jurisdicional concentrado. Dever de regulamentação. Pode não ser exercido pela Chefia do Poder Executivo. Decurso de prazo. Inconstitucionalidade por omissão a recomendar medidas tendentes ao cumprimento de preceitos constitucionais.

MANIFESTAÇÃO 000020/2007

Ementa Sistema de contratos terceirizados. Prestação de serviços eventuais. Contrato administrativo desnecessidade de formalização nos termos do art. 62, da Lei nº 8.666/93, sendo facultados outros instrumentos hábeis. Avenças. Cláusulas necessárias. Obrigatoriedade. Espécie de ""Contrato de adesão"".

MANIFESTAÇÃO 000021/2007

Ementa Denúncia formalizada por União dos Servidores Públicos da Defensoria Pública do Estado do Pará, contra a Administração da Defensoria Pública.



MANIFESTAÇÃO 000022/2007

Ementa Gratificação para participação em comissão ou grupo especial de trabalho.

MANIFESTAÇÃO 000023/2007

Ementa Gratificação de Desempenho de Atividade Mercantil, destinada aos servidores da JUCEPA.

MANIFESTAÇÃO 000024/2007

Ementa Solicitação de incorporação.

MANIFESTAÇÃO 000025/2007

Ementa Concurso público para ingresso no quadro complementar de Oficiais e Quadro de Oficiais de Saúde do Corpo de Bombeiros do Estado do Pará.

MANIFESTAÇÃO 000026/2007

Ementa Concurso público - Critérios de desempate - Experiência no serviço público estadual - Validade.

MANIFESTAÇÃO 000027/2007

Ementa O reconhecimento da estabilidade no serviço público, o deferimento do direito de opção observada no art. 22 da ADCT, e, por via de consequência a reintegração ao cargo de Defensora Pública Estadual.

MANIFESTAÇÃO 000028/2007

Ementa O Clube dos Atletas Paraolímpicos do Estado do Pará solicita apoio governamental no sentido de ser concedida em forma de doação o terreno localizado na Av. Júlio César, esquina com a Almirante Barroso, onde realizava-se a antiga feira livre, que hoje se encontra abandonado.



MANIFESTAÇÃO 000029/2007

Ementa Adicional de tempo de serviço, referente ao triênio de 22.08.2001 a 22 de agosto de 2004.

MANIFESTAÇÃO 000030/2007

Ementa A Reitoria da UEPA solicita pronunciamento desta PGE sobre o aparente conflito entre normas vigentes e possíveis disposições do futuro Estatuto Geral da UEPA que está sendo elaborado.

MANIFESTAÇÃO 000031/2007

Ementa Minuta do Protocolo de Intenções que o Estado do Pará, através da SEICOM, pretende firmar com Universidade Federal do Pará (UFPA), com vistas à implantação dos Parques Tecnológicos Guamá, Tocantins e Tapajós

MANIFESTAÇÃO 000032/2007

Ementa Servidor público - Exoneração a pedido - Arrependimento - Ineficácia - Ato administrativo perfeito - Ato jurídico STRICTO SENSU - Manifestação de vontade idônea - Cancelamento - Impossibilidade.

MANIFESTAÇÃO 000033/2007

Ementa Contrato firmado entre o Estado do Pará e o Banco MCC SpA-Capitalia Gruppo Bancário - Operação de crédito externa - Interpretação de cláusulas quanto à possibilidade do Estado contrair novos empréstimos externos.

MANIFESTAÇÃO 000034/2007

Ementa *Referendum*. Delegação de competência. Nomeação de servidores ocupantes de cargo em comissão pelo IASEP.

MANIFESTAÇÃO 000035/2007

Ementa Pagamento de precatório.



MANIFESTAÇÃO 000036/2007

Ementa Consulta técnica. Questionamento da servidora. Não cabimento. Falta de legitimação para a consulta. Resposta pelo Sistema de Gestão de Pessoas da SEAD.

MANIFESTAÇÃO 000037/2007

Ementa Recurso Especial. Legitimidade para manifestá-lo do litisconsorte necessário que não participou da causa. Desnecessidade, em tal caso, de prequestionamento. Processual civil. Embargos à arrematação. Indispensabilidade da presença do arremate como litisconsorte necessário C.P.C., art. 47, parágrafo único. Nulidade do processo. Dissídio jurisprudencial. Cotejo analítico não realizado. I - O litisconsorte necessário pode manifestar recurso especial, mesmo que não tenha participado da causa, fazendo-o na qualidade de terceiro prejudicado (C.P.C., art. 499, caput e § 1º). II - Na hipótese mencionada, é dispensável o prequestionamento, pois o recorrente só entrou nos autos após a prolação do acórdão, para insurgir-se contra ausência da sua citação como litisconsorte. III - É indispensável a presença do arrematante, na qualidade de litisconsorte necessário, na ação de embargos à arrematação, porquanto o seu direito será discutido e decidido pela sentença. IV - É pacífica a jurisprudência no sentido de que a falta de citação do litisconsorte necessário implica a nulidade do processo. V - Para a caracterização do dissídio jurisprudencial, é necessária a indicação de circunstâncias que assemelhem os casos confrontados. Em regra, a mera transcrição de ementas não basta para a demonstração da divergência. VI - Recurso Especial conhecido e parcialmente provido. ""

MANIFESTAÇÃO 000038/2007

Ementa Minuta de Acordo de Cooperação Técnica entre o Estado do Pará e a Universidade Federal do Pará, objetivando o uso dedicado e não oneroso de 02(dois) pares de fibras óticas ao longo da rota de infraestrutura da rede Metrobel.



MANIFESTAÇÃO 000039/2007

Ementa Minuta de Edital do Concurso Público da Universidade do Estado do Pará -UEPA.

MANIFESTAÇÃO 000040/2007

Ementa Possibilidade de prorrogação direta do contrato administrativo mantido com a Prodepa.

MANIFESTAÇÃO 000041/2007

Ementa O Procurador do Estado referenciado requer autorização para o pagamento de gratificação de que trata o art. 139, da Lei nº 5.810/94, regulamentada pelo Decreto nº 442, de 12 de julho de 1995, por sua participação em Grupo Técnico de Trabalho.

MANIFESTAÇÃO 000042/2007

Ementa Análise da minuta do Edital da Concorrência Pública nº 002/2007, referente à seleção, classificação e contratação de empresas especializadas na prestação de serviços de divulgação de atos, programas, obras, serviços e campanhas de interesse público e comunitário do Governo.

MANIFESTAÇÃO 000043/2007

Ementa Análise jurídica a respeito do atual enquadramento funcional das servidoras interessadas.

MANIFESTAÇÃO 000044/2007

Ementa Protocolo de intenções. Conteúdo genérico. Ausência de objetividade jurídica. Impossibilidade de assinatura. Infração a diversos princípios constitucionais ambientais que regem a atividade administrativa, mormente quanto à exclusividade e exploração de produtos e disposição do patrimônio genético do ente da Federação. Violação aos art. 225, § 1º, ii e iii, da CF/88 e CDB/92.



MANIFESTAÇÃO 000045/2007

Ementa Análise acerca da incidência do Imposto de Renda sobre a indenização por danos morais.

MANIFESTAÇÃO 000046/2007

Ementa Servidor exonerado solicita pagamento integral de férias, referente ao período aquisitivo de 2006/2007.

MANIFESTAÇÃO 000047/2007

Ementa Licença maternidade. Servidora Pública Estadual. Exercício em cargo público. Nascimento ocorrido antes da posse em cargo público.

MANIFESTAÇÃO 000048/2007

Ementa Análise da minuta do Projeto de Lei que Cria a Secretaria de Estado de Comunicação -SECOM.

MANIFESTAÇÃO 000049/2007

Ementa Cobrança de tributos por parte da SEFIN/PMB, tendo por objeto a propriedade de imóvel daquela unidade pública estadual.

MANIFESTAÇÃO 000050/2007

Ementa Cobrança de tributos por parte da SEFIN/PMB, tendo por objeto a propriedade de imóvel daquela secretaria estadual.

MANIFESTAÇÃO 000051/2007

Ementa A continuidade do IGEPREV em promover o pagamento de benefício de auxílio funeral aos aposentados, reservistas e reformados.

MANIFESTAÇÃO 000053/2007

Ementa Exclusão do desconto do INSS da folha de pagamento da Casa Civil.



MANIFESTAÇÃO 000054/2007

Ementa Análise de minuta de Projeto de Lei que cria cargos na Secretaria Executiva de Estado de Saúde Pública.

MANIFESTAÇÃO 000055/2007

Ementa Adicional de inatividade. Revogação. Posicionamento do Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça.

MANIFESTAÇÃO 000056/2007

Ementa Cálculo do Adicional por Tempo de Serviço (ATS) a incidir sobre a etapa complementar da gratificação de produtividade, paga aos servidores do Grupo TAF com lotação nas seguintes Unidades da SEFA: Núcleo de Tributação e Estudos Econômico (NTE), Núcleo de Monitoramento Fiscal (NMF), Unidade Estadual de Enlace do Pará (UEE), Delegacia Especial de Controle do IPVA e Corregedoria Fazendária.

MANIFESTAÇÃO 000057/2007

Ementa Consulta. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado. Representação contra delegado superintendente da Zona Guajarina. Transferência de presos provisórios. Prévia autorização da Corregedoria. Não cabimento da representação contra o juiz.

MANIFESTAÇÃO 000058/2007

Ementa Análise da minuta do Edital a ser publicado para o provimento de 430 cargos públicos de nível médio, dos quadros do Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN).

MANIFESTAÇÃO 000059/2007

Ementa Requerimento formulado por servidores da Fundação Hospital Gaspar Viana, de devolução de descontos efetuados pela Administração em seus contra-cheques.



MANIFESTAÇÃO 000060/2007

Ementa Pedido formulado pelo ex-servidor público que ocupou tão-somente cargo em comissão (DAS), de pagamento de adicional pelo exercício de cargo comissionado.

MANIFESTAÇÃO 000061/2007

Ementa Projeto de lei que “Autoriza o Estado do Pará a contratar financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e a oferecer garantias, e dá outras providências”.

MANIFESTAÇÃO 000062/2007

Ementa Teto de remuneração. Aplicabilidade do redutor constitucional de acordo com as Emendas Constitucionais nºs. 41/2003 e 47/2005. Devolução de valores.

MANIFESTAÇÃO 000063/2007

Ementa Possibilidade de cessão, sem ônus para o órgão ministerial, de servidores do quadro de recursos humanos do Estado, preferencialmente com experiência nas áreas jurídica e administrativa, para funcionar no Ofício daquela Procuradoria Regional, em Marabá.

MANIFESTAÇÃO 000064/2007

Ementa Exame de minuta de edital de pregão presencial a ser instaurado com vistas à contratação de empresa prestadora de serviços de fornecimento de cartões magnéticos de vale alimentação no âmbito da Procuradoria-Geral do Estado (PGE).

MANIFESTAÇÃO 000065/2007

Ementa A Casa Civil da Governadoria do Estado do Pará, solicitou a esta Procuradoria que se manifestasse sobre a prorrogação do contrato mantido com empresa, que tem por objeto a prestação de serviços de limpeza e conservação do complexo da Governadoria.



MANIFESTAÇÃO 000066/2007

Ementa Exame de pedido de reconsideração formulado, tendo em vista a decisão que indeferiu o seu pedido de enquadramento no quadro funcional desta Procuradoria-Geral do Estado (PGE), e reconheceu a nulidade do ato que o redistribuiu do IPASEP a esta Procuradoria-Geral.

MANIFESTAÇÃO 000067/2007

Ementa Pedido de consulta, a partir de solicitação da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Regional (SEDURB), referente aos convênios firmados entre o Estado do Pará - SEDURB e Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, com vistas à implantação do Projeto Alvorada.

MANIFESTAÇÃO 000068/2007

Ementa Servidora requer equiparação de função gratificada ao DAS-2.

MANIFESTAÇÃO 000069/2007

Ementa Pagamento de gratificação de 10% por estar 25 (vinte e cinco) anos em sala de aula, conforme art. 36, parágrafo único, do Estatuto do Magistério (Lei nº 5.351/86).

MANIFESTAÇÃO 000070/2007

Ementa Solicitação de isenção de IPVA incidente sobre veículos de propriedade de agentes consulares.

MANIFESTAÇÃO 000071/2007

Ementa Pedido de reconsideração de ato proferido, com a finalidade de se invalidar ou alterar a decisão.

MANIFESTAÇÃO 000072/2007

Ementa Prorrogação de contrato. Previsão do artigo 65, I, b c/c parágrafo 1º da Lei nº 8666/93.



MANIFESTAÇÃO 000073/2007

Ementa Professor Substituto da UEPA, contratado em regime temporário, o qual tendo concluído o Mestrado em Educação, requereu a gratificação referente ao título obtido.

MANIFESTAÇÃO 000074/2007

Ementa Análise da minuta do projeto de Lei que autoriza o Estado do Pará a contratar financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES).

MANIFESTAÇÃO 000075/2007

Ementa Cessão de uso de bens imóveis do Estado. Lei Estadual nº 6.614, de 5 de janeiro de 2004. Construção de unidades do Programa Saúde da Família no município de Moju. Interesse público. Observância dos requisitos legais. Possibilidade jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000076/2007

Ementa Pleito da Prefeitura Municipal de Belém, no sentido de que a SECULT efetue as retenções de ISSQN incidente sobre serviços por ela contratado.

MANIFESTAÇÃO 000077/2007

Ementa Servidoras públicas temporárias, contratadas pela SESPA, lotadas no Hospital de Clínicas Gaspar Vianna, onde desempenham a função de Técnico em Educação Física, requerem equiparação de vencimentos aos dos profissionais de saúde com nível superior.

MANIFESTAÇÃO 000078/2007

Ementa Análise da minuta de Decreto que homologa o Regimento Interno do Conselho Estadual de Regulação e Controle de Serviços Públicos (CONERC).



MANIFESTAÇÃO 000079/2007

Ementa Análise e consideração da minuta do edital para o provimento de cargos públicos.

MANIFESTAÇÃO 000080/2007

Ementa Possibilidade de parcelamento das dívidas de servidores temporários, bem como se seria obrigatória a abertura de processo administrativo disciplinar para a dispensa de servidor temporário.

MANIFESTAÇÃO 000081/2007

Ementa Realização de certame licitatório na modalidade Convite, para fins de contratação de empresa para prestação do serviço de fornecimento de refeições para os Policiais Militares que fazem a segurança do prédio da Procuradoria-Geral do Estado.

MANIFESTAÇÃO 000082/2007

Ementa Consulta formulada pela Coordenadora do Núcleo Jurídico da SEDUC, acerca da situação do servidor, que teria recebido vencimentos de forma indevida, levando em conta que não prestou serviços por um longo período, mantendo-se, todavia, sua respectiva remuneração.

MANIFESTAÇÃO 000083/2007

Ementa Administrativo. Exigências para sanar pendências de convênio administrativo. Assinatura pelos solicitantes / proponentes anteriores. Impossibilidade. Ferimento ao princípio da impessoalidade administrativa.

MANIFESTAÇÃO 000084/2007

Ementa Possibilidade do militar reformado estar sujeito às infrações disciplinares, considerando, sobretudo, o teor da Súmula 56 do Supremo Tribunal Federal, que dispõe que militar reformado não está sujeito a pena disciplinar.

**MANIFESTAÇÃO 000085/2007**

Ementa Convênio firmado entre o Governo do Estado do Pará e a Associação de Proteção e Assistência Carcerária (APAC). Irregularidades.

MANIFESTAÇÃO 000086/2007

Ementa Oficial da PMPA, transferido ex officio para a reserva remunerada, em virtude de estar acumulando indevidamente os cargos de militar e professor.

MANIFESTAÇÃO 000087/2007

Ementa Requerimento de servidora da ARCON, exercente de cargo comissionado, de adicional de tempo de serviço laborado no INSS.

MANIFESTAÇÃO 000088/2007

Ementa Proposta de alteração da lei do FDE, encaminhada pelo BANPARÁ, SEFA e SEDECT

MANIFESTAÇÃO 000089/2007

Ementa Extinção de Secretarias e férias de cargo em comissão.

NOTA TÉCNICA

NOTA TÉCNICA 001/2007

Ementa O processo de seleção proposto pela Escola de Governo é o mesmo aplicado tradicionalmente entre as várias instituições de ensino superior. Essa seleção é composta de três etapas, que envolvem: a) a análise documental e o curriculum vitae; b) a análise da carta de intenções; e c) a entrevista.

NOTA TÉCNICA 002/2007

Ementa Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA). Trata-se de pedido de análise acerca da possibilidade de contratação direta de empresa, em razão de inexigibilidade de licitação.



NOTA TÉCNICA 003/2007

Ementa Nomeação do Reitor da Universidade Estadual do Pará – UEPA

NOTA TÉCNICA 004/2007

Ementa Procedimentos adotados no que tange à rescisão do contrato de gestão firmado ente a OSS - Maternidade do Povo e o Estado do Pará por meio da Secretaria Executiva de Estado de Saúde Pública (SESPA), para gerência e gestão do Hospital Regional do Baixo Amazonas, localizado em Santarém-PA, concluiu-se que há diversos procedimentos a serem adotados pelo Estado.

NOTA TÉCNICA 005/2007

Ementa Análise acerca de pedido de regulamentação da Gratificação de Desempenho de Atividade Mercantil (GDAM), para os servidores ocupantes de cargos efetivos e de funções permanentes, lotados no Quadro de Pessoal da Junta Comercial do Estado do Pará (JUCEPA) prevista no art. 44-A da Lei nº 6.874/2006, acrescentado à Lei nº 6.063/1997.

NOTA TÉCNICA 006/2007

Ementa A Lei Complementar Federal n.º 87/96, em seu art. 1º, inciso I, e, neste mesmo sentido, o art. 2º, inciso I, da Lei estadual n.º 5.530/89 e o art. 2º, inciso I, do Decreto estadual n.º 4.676/01, consideram como ocorrido o fato gerador do ICMS a partir da simples saída de mercadorias de estabelecimento de contribuinte, ainda que para outro estabelecimento do mesmo titular.

NOTA TÉCNICA 008/2007

Ementa Alienação de bens imóveis pela CDI.

NOTA TÉCNICA 011/2007

Ementa Empréstimo Consignado.



PGE

Procuradoria
Consultiva

NOTA TÉCNICA 012/2007

Ementa Análise de pleitos de averbação de tempo de serviço temporário prestado ao Estado do Pará em data anterior ao vínculo atual de servidor efetivo ou comissionado.

NOTA TÉCNICA 013/2007

Ementa Análise de pleitos de averbação de tempo de serviço temporário prestado no Estado do Pará.



2008

ESTUDO

ESTUDO 000001/2008

Ementa Desmembramento do Estado do Pará. Criação dos Estados Tapajós e Carajás. Procedimento a ser observado. Aplicação do art.18, § 3º da Constituição Federal de 1988 e da Lei nº 9,709, de 18 de novembro de 1998.

PARECER

PARECER 000001/2008

Ementa Análise de edital de pregão para prestação de serviços de telefonia móvel.

PARECER 000002/2008

Ementa Convênio entre o Estado do Pará e entidade pública federal (FUNASA). Plano de trabalho. Alteração condicionada ao acordo de vontades dos partícipes. Prestação de contas. Não aprovação. Caso executado plano de trabalho distinto do originalmente acordado entre os partícipes.

PARECER 000003/2008

Ementa Parecer sobre o anteprojeto de lei que dispõe sobre a alienação, legitimação de ocupação e concessão de direito real de uso de terras públicas integrantes do patrimônio fundiário do Pará.

PARECER 000004/2008

Ementa Agente político (vice-prefeito). Licenciamento sem ônus para o município. Posterior investidura em cargo em comissão junto à Administração Pública Estadual. Impossibilidade jurídica.



PARECER 000005/2008

Ementa Aluguel de imóvel. Dispensa de licitação. Possibilidade. Necessidade de compatibilidade do preço ao valor de mercado. Aplicação do art. 24, X da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

PARECER 000006/2008

Ementa Análise de Projeto de Lei. Instituto de Metrologia do Estado do Pará (IMEP). Objeto. Reorganização do Instituto.

PARECER 000007/2008

Ementa Cogitação de modificações no conteúdo programático integrante do edital do concurso público C-131. Provimento de cargos de médico especialista em radiologia e radioterapia na Secretaria de Estado de Saúde (SESPA). Inscrições encerradas. Análise jurídica.

PARECER 000008/2008

Ementa Solicitação de militar no qual requer a anulação do ato administrativo que tornou sem efeito a reinclusão do militar em epígrafe.

PARECER 000009/2008

Ementa Licitação Pública. Pregão presencial. Prestação de serviços de fornecimento de refeições. Parecer jurídico. Observância dos requisitos legais. Da regularidade das minutas do edital e do contrato.

PARECER 000010/2008

Ementa Vale alimentação. Concessão retroativa. Possibilidade. Alteração contratual. Aplicação do art. 65 § 1º da Lei nº 8.666/1993. Observância ao princípio constitucional da igualdade.



PARECER	000011/2008
Ementa	Convênio. Plano de Trabalho. Necessidade de observância ao procedimento licitatório. Execução parcial de cada etapa. Medida excepcional. Comprovação de inviabilidade técnica ou insuficiência de recursos para execução integral.
PARECER	000012/2008
Ementa	Licença prêmio. Servidor em atividade. Da não incidência da prescrição. Concessão de acordo com a conveniência e oportunidade da Administração.
PARECER	000013/2008
Ementa	Cessão de empregado público. Exercício de cargo em comissão em Secretaria de Estado. Ônus em relação à remuneração.
PARECER	000014/2008
Ementa	Presença de Ouvidor do Sistema de Segurança Pública em processo administrativo disciplinar instaurado contra policiais civis. Possibilidade. Ausência de nulidade processual.
PARECER	000015/2008
Ementa	Competência do Estado Federado na regularização fundiária de imóvel urbano. Adequação da desapropriação por interesse social em área de conflito para fins de regularização fundiária de imóvel urbano.
PARECER	000016/2008
Ementa	Convênio. Execução de Plano de Trabalho. Contratação de empresa de publicidade. Licitação. Necessidade. Celebração de contrato com empresa vencedora da concorrência pública nº 001/2007- Secretaria de Comunicação Social (SECOM).



PARECER	000017/2008
Ementa	Empregada pública de Sociedade de Economia Mista. Aposentadoria voluntária. Impossibilidade de manutenção de contrato de trabalho. Vedação de acumulação de proventos com vencimentos. Interpretação do art. 37, § 10º da CF/88 proferida pelo STF na ADI 1770. Efeito vinculante.
PARECER	000018/2008
Ementa	O presente parecer visa subsidiar a celebração do contrato de empréstimo a ser firmado entre o Estado do Pará (Secretaria de Estado de Transportes) e a Corporação de Andina de Fomento, no intuito de obter a quantia de US\$85.000.000,00 destinada ao Programa Infra-Estrutura Viária para Desenvolvimento Regional - Estado do Pará, Brasil.
PARECER	000019/2008
Ementa	Convênio. Transferência de pessoal. Manutenção do vínculo jurídico com a entidade de origem. Responsabilidade pelo pagamento.
PARECER	000020/2008
Ementa	Servidores estaduais da SEDUC. Irregularidades. Servidores em gozo de licença médica e readaptados sem laudo pericial atualizado. Recebimento de salário sem contraprestação. Abandono de cargo.
PARECER	000021/2008
Ementa	Sociedade de economia mista. Alienação, pelo acionista privado, de sua participação societária. Necessidade de anuência prévia do poder concedente/acionista majoritário. Requisitos a serem observados na análise jurídica da pretensão. Dever de motivar a decisão. Inobservância de requisito procedimental. Possibilidade de convalidação.



PARECER 000022/2008

Ementa Relatório da Auditoria Geral do Estado. Banco do Cidadão. Constatação de irregularidades. Instauração de sindicância e tomada de contas especial.

PARECER 000023/2008

Ementa Análise acerca da possibilidade de percepção da gratificação de escolaridade e gratificação de representação pelo exercício do cargo comissionado. Impedimento. Principiologia constitucional.

PARECER 000024/2008

Ementa Do Regime Jurídico Público da Fundação Carlos Gomes. Formas de contratação de pessoal. Normas constitucionais aplicáveis da necessidade de concurso público para provimento de cargos e empregos públicos no âmbito da Fundação. Das bolsas de manutenção previstas na Lei nº 5.939/96. Necessidade de regulamentação. Inexigibilidade de licitação para serviços de notória especialização.

PARECER 000025/2008

Ementa Vencimento-base do cargo de policial civil de nível médio e superior fixado em razão do vencimento-base do cargo de delegado - art.67 e 68 da Lei Complementar nº 046/04, que alterou a LC nº 022/94. Vinculação salarial. Inconstitucionalidade.

PARECER 000026/2008

Ementa Auditoria em convênios vigentes em 2006. Indícios de irregularidades. Análise jurídica.

PARECER 000027/2008

Ementa Auditoria. Indícios de irregularidades. Análise jurídica das medidas sugeridas. Sugestões complementares.



PARECER	000028/2008
Ementa	Salário profissional. Vinculação ao salário mínimo. Impossibilidade. Aplicação do art. 7º, IV da Constituição Federal de 1988
PARECER	000029/2008
Ementa	Auditoria em convênios, processos licitatórios e contratos. Indícios de irregularidades. Análise jurídica.
PARECER	000030/2008
Ementa	Substituição de chefia. Sociedade de economia mista. Acordo coletivo. Decreto. Empregados celetistas. Aplicação da norma mais benéfica.
PARECER	000031/2008
Ementa	Indícios de irregularidades. Análise jurídica das medidas sugeridas. Sugestões complementares.
PARECER	000032/2008
Ementa	Operação de crédito interna. Parecer do órgão jurídico (art.21, I, da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal).
PARECER	000033/2008
Ementa	Criação de cargo público. Princípio da reserva legal. Prescrição administrativa. Prazo quinquenal. Jurisprudência dos Tribunais superiores.
PARECER	000034/2008
Ementa	Minuta de Edital de Concurso Público C - 135. Provimento de cargos de nível superior, médio e fundamental na Secretaria de Estado de Governo (SEGOV). Análise jurídica.



PARECER 000035/2008

Ementa Advogados contratados sob regime temporário na SUSIPE. Impossibilidade de equiparação salarial com os Defensores Públicos. Aplicação do art. 37, XIII da CRFB. Impossibilidade de isonomia salarial ou mesmo equiparação com os Procuradores Autárquicos. Ausência de identidade entre as atribuições desempenhadas.

PARECER 000036/2008

Ementa Contribuição previdenciária. Incidência sobre a parcela "horas extras". Descabimento.

PARECER 000037/2008

Ementa Irresponsabilidade civil e penal por opiniões, palavras e votos proferidos por vereador em sessão da Câmara Municipal. Aplicação do art. 29, VIII da Constituição Federal. Imunidade material (inviolabilidade). Possibilidade de exercício de controle político pela Câmara Municipal. Apresentação de representação à mesa diretora.

PARECER 000038/2008

Ementa Minuta de Edital de concurso público. Provimento de cargos de nível médio e superior na JUCEPA.

PARECER 000039/2008

Ementa Da situação dos servidores celetistas do Instituto Ophir Loyola que ingressaram depois da desapropriação em 15/10/92. Da necessidade de concurso público para provimento de cargos e empregos públicos no âmbito da entidade pública. Transposição de servidores celetistas e estatutários e unificação de carga horária por ato administrativo. Impossibilidade.

PARECER 000040/2008

Ementa Auditoria em situações ocorridas entre agosto de 2006 e abril de 2007. Indícios de irregularidades. Análise jurídica.



PARECER 000041/2008

Ementa Ministério Público do Estado e Ministérios Públicos Especiais junto aos Tribunais de Contas. Limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.

PARECER 000042/2008

Ementa Plano de Manejo Florestal Sustentável em área cedida mediante contrato de comodato. Validade do negócio jurídico. Possibilidade jurídica de sua implantação, uma vez observados os requisitos previstos na legislação ambiental em vigor para exploração econômica mediante PMFS.

PARECER 000043/2008

Ementa Auditoria. Indícios de irregularidades. Análise jurídica das medidas sugeridas. Sugestões complementares.

PARECER 000044/2008

Ementa Indícios de irregularidades. Análise jurídica das medidas sugeridas. Sugestões complementares.

PARECER 000045/2008

Ementa Termo de Cooperação Técnica entre o Estado do Pará (ADEPARÁ) e Estado do Mato Grosso (INDEA-MT). Necessidade de alteração das cláusulas ajustadas para resguardar os interesses do Estado na ACO 714 do STF. Ratificação das competências do Estado do Pará dentro do seu território.

PARECER 000046/2008

Ementa Contrato administrativo. Garantia contratual. Devolução. Direito do contratado. Vedação ao enriquecimento ilícito do poder público. Incidência de correção monetária e juros moratórios. Dever de apuração do destino do valor depositado. Ressarcimento ao erário.



PARECER	000047/2008
Ementa	Operação de crédito interna. Parecer do órgão jurídico (Art. 21, I, da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal).
PARECER	000048/2008
Ementa	Quota parte - Lei Complementar Federal 123/06.
PARECER	000049/2008
Ementa	Universidade do Estado do Pará. Eleição. Lista tríplice para escolha de Reitor. Irregularidades detectadas. Anulação do processo eleitoral. Autotutela. Legitimidade do Conselho Universitário.
PARECER	000050/2008
Ementa	Prorrogação do contrato de servidores temporários além do prazo legal da Lei nº 07/1991
PARECER	000051/2008
Ementa	Análise de minuta do Primeiro Termo Aditivo ao Convênio de Cooperação Técnica nº 001/2007, celebrado entre o ESTADO DO PARÁ e a ELETRONORTE, tendo como interveniente a PRODEPA.
PARECER	000052/2008
Ementa	Compra de equipamentos de informática. Adesão em sistema de registro de preços de outro ente federativo, na qualidade de "carona". Possibilidade jurídica. Princípios da Cooperação Federativa, da Economicidade e da Eficiência.
PARECER	000053/2008
Ementa	Gratificação de risco de vida. Princípio da legalidade. Pagamento de vantagem pecuniária. Administração Pública. Artigo 37 da CRFB/88.



PARECER	000054/2008
Ementa	Instrução normativa. Contratação de prestação de serviços de natureza eventual. Ilegalidade manifesta. Invalidação através do devido processo legal. Preservação dos efeitos financeiros do ato inválido. Exigência do princípio da vedação ao enriquecimento sem causa. Apuração das responsabilidades pelo ato inválido.
PARECER	000055/2008
Ementa	Concurso Público. Critérios de desempate. Princípio da vinculação ao edital. Inobservância. Necessidade de anulação do resultado para adequação ao instrumento convocatório.
PARECER	000056/2008
Ementa	Servidor público. Grupo Tributação, Arrecadação e Fiscalização. Jornada de trabalho. Artigo 63 da Lei Estadual nº 5.810/94, Artigo 2º da Lei Estadual nº 4.765-A. Prevalência da Jornada fixada em Lei Especial: critério da especialidade.
PARECER	000057/2008
Ementa	PIS/PASEP, natureza tributária. Situação pacificada. Prazo prescricional para cobrança tributária, cinco anos. Relação entre o beneficiado e o Poder Público Estadual, relação não tributária. Prazo prescricional para pleitear qualquer recolhimento a menor ou não recolhimento, aplicação do Decreto 20.910/32, prazo de cinco anos para pleitear qualquer possível divergência de PASEP pelo beneficiário contra a Fazenda Pública.
PARECER	000058/2008
Ementa	PIS PASEP. Período prescricional. Inteligência do Artigo 5º do Decreto Lei 2052/1983 e Artigo 74 da Lei nº 7450/1985. Decreto Lei nº 20910/1932.
PARECER	000059/2008
Ementa	Técnico em radiologia. Lei nº 7.394/85. Piso salarial. Impossibilidade de vinculação do vencimento-base do servidor público ao salário



mínimo. Jornada semanal de trabalho. Dever de obediência à jornada especial prevista na Lei Federal regulamentadora da Profissão. Inteligência do artigo 63 do Regime Jurídico Único Estadual.

PARECER

000060/2008

Ementa

Lei Complementar Estadual nº 040/2002. Transferência de servidores temporários da Administração Estadual para quadro suplementar. Inconstitucionalidade formal e material já declarada pelo STF.

PARECER

000061/2008

Ementa

Criação do Parque Tecnológico. Modelo institucional.

PARECER

000062/2008

Ementa

Servidor público. Estágio probatório. Prática de falta funcional. Inassiduidade habitual. Apuração mediante processo administrativo disciplinar.

PARECER

000063/2008

Ementa

Acumulação de cargos públicos. Assistente técnico (técnico em laboratório) e técnico em patologia clínica. Viabilidade.

PARECER

000064/2008

Ementa

Análise de minuta de Termo de Outorga e Aceitação de Auxílio à Pesquisa. Programa de Fixação de Doutores.

PARECER

000065/2008

Ementa

Lei promulgada pelo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado. Possibilidade. Inteligência do art. 108, §7º da Constituição Estadual.



PARECER 000066/2008

Ementa Afastamento a pedido para estudo no exterior. Concessão de ajuda de custo. Impossibilidade. Inteligência do art. 151 da Lei nº 5.810/1994. Da igual impossibilidade de concessão de bolsa de estudo. Aplicação do art. 2º, XI da Lei nº 6.569/2003 c/c Decreto nº 506/2007.

PARECER 000067/2008

Ementa Realização de licitação no período eleitoral. Repasse de recursos da União para o Estado no período eleitoral por convênio já celebrado. Análise do artigo 73, VI, "a", da Lei nº 9.504/97 (Lei Eleitoral).

PARECER 000068/2008

Ementa Auditor de Finanças. Análise acerca da possibilidade de percepção de gratificação de tempo integral ou gratificação de dedicação exclusiva. Requisitos legais.

PARECER 000069/2008

Ementa Empréstimos com instituições financeiras consignados em folha. Necessidade de anuência do consignado e consignatário para exclusão. O cancelamento desta espécie de consignação facultativa é distinto das outras hipóteses em razão da natureza da avença.

PARECER 000070/2008

Ementa Ação judicial proposta contra a entidade por todos os Procuradores autárquicos nela lotados. Assunção da defesa Judicial pela PGE. Inviabilidade jurídica. Atribuição do Procurador Chefe. Características das competências públicas.

PARECER 000071/2008

Ementa Auditoria em convênios vigentes em 2006. Indícios de irregularidades.



PARECER	000072/2008
Ementa	Nota Técnica nº 20/2008 da Auditoria Geral do Estado sobre a situação da Universidade do Estado do Pará (UEPA). Análise jurídica.
PARECER	000073/2008
Ementa	Minuta de Edital de Concurso Público. Provimento de empregos públicos de nível superior e médio na Empresa Pública Processamento de Dados do Estado do Pará (PRODEPA). Análise jurídica.
PARECER	000074/2008
Ementa	Análise de Edital de Concurso Público para admissão em cargos de nível superior, médio e fundamental na Fundação Pública Curro Velho.
PARECER	000075/2008
Ementa	Auditoria em obras e serviços de engenharia. Indícios de irregularidades. Análise jurídica.
PARECER	000076/2008
Ementa	SUSIPE. Ajustes necessários no quadro de pessoal da entidade.
PARECER	000077/2008
Ementa	Desapropriação por interesse social para fins de assentamento de famílias em área rural. Estado membro. Recepção da Lei nº 4.132/1962 pela Constituição Federal de 1988. Possibilidade.
PARECER	000078/2008
Ementa	Repasse de recursos do Estado para o Município de Belém no período eleitoral. Convênio já celebrado. Vedação constante do artigo 73, VI, "a", da Lei nº 9.504/97 (Lei Eleitoral).



PARECER	000079/2008
Ementa	Relatório de fiscalização da Auditoria Geral do Estado. Irregularidades constatadas. Medidas a serem adotadas.
PARECER	000080/2008
Ementa	Servidor Público. Grupo Magistério. Licença para aprimoramento profissional. Efetivo exercício para todos os efeitos legais (art. 72, VII, da Lei Estadual nº 5.810/94). Percepção de "vantagens do Magistério" durante o gozo da licença. Repercussão financeira.
PARECER	000081/2008
Ementa	Auditoria. Indícios de irregularidades. Análise jurídica das medidas sugeridas. Sugestões Complementares.
PARECER	000082/2008
Ementa	Contratação direta de serviços particulares de advocacia para elaboração de defesa de Autarquia Estadual. Inexigibilidade de licitação. Aplicação do art. 25, II da Lei nº 8.666/1993.
PARECER	000083/2008
Ementa	Minuta de Edital de concurso público. Provimento de cargos de nível superior, médio e fundamental na Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA). Análise jurídica.
PARECER	000084/2008
Ementa	Posse em cargo público. Necessidade de aptidão em inspeção de saúde realizada em órgão médico oficial do Estado do Pará. Anulação da posse.



PARECER	000085/2008
Ementa	Contrato administrativo. Manutenção de equilíbrio econômico financeiro. Ausência de cláusula de reajuste. Da impossibilidade de repasse à Administração dos aumentos salariais estabelecidos em negociação coletiva. Da possibilidade de revisão contratual em face do desequilíbrio provocado pelas alterações unilaterais da Administração e aumentos extraordinários dos custos de produção.
PARECER	000086/2008
Ementa	Servidor Público. Reintegração. Ressarcimento de prejuízos decorrentes do afastamento. Folha suplementar. Decreto Estadual nº 879/2008. Parecer conclusivo da PGE.
PARECER	000087/2008
Ementa	Incorporação de função gratificada. Exercício ininterrupto por mais de 10 anos. Aplicação de entendimento da Justiça do Trabalho às empresas públicas.
PARECER	000089/2008
Ementa	Direito autoral em Projeto de Arquitetura. Necessidade de prévia e expressa autorização do autor para efetivação de modificações no Projeto original. Da possibilidade de execução do Projeto por empresa diversa. Contratação direta. Necessidade de enquadramento legal.
PARECER	000090/2008
Ementa	Minuta de Protocolo de Intenções a ser firmado com a Microsoft Informática LTDA. Fornecimento gratuito de serviço de e-mail para os usuários do Programa NavegaPará. Análise jurídica prévia.



PARECER	000091/2008
Ementa	I- O diferimento do prazo para pagamento do ICMS é modalidade de benefício fiscal; II - O STF mitigou a extensão e o rigor do disposto no art. 155, § 2º, XII, "g", d CF, para dele excluir as situações de concessão de diferimento de ICMS. Diferimento não se confunde com isenção e nem com imunidade, podendo ser disciplinado por lei estadual. Entendimento do STF.
PARECER	000092/2008
Ementa	Servidor processado criminalmente ou condenado por sentença penal transitada em julgado. Interpretação do art. 29 da Lei Estadual nº 5.810/94.
PARECER	000093/2008
Ementa	Rescisão unilateral de contrato administrativo. Recurso interposto pela empresa contratada. Competência para julgamento. Aplicação do art. 109, § 4º da Lei nº 8.666/93.
PARECER	000094/2008
Ementa	Minuta de Edital do XVII Concurso para Provimento de Cargos de Procurador do Estado do Pará. Análise jurídica.
PARECER	000095/2008
Ementa	Servidor público. Estágio probatório. Dispensa. Exigência de avaliação anterior, com sucesso, no mesmo cargo público, com idênticas atribuições, junto à Administração Estadual. Autonomia administrativa dos entes políticos. Intelecção do artigo 34, parágrafo único, da Lei Estadual nº 5.810/94.



PARECER	000096/2008
Ementa	Cláusulas editalícias. Registro de preços de carteiras escolares em madeira. Exigência de Cadastro de Exploradores e Consumidores de Produtos Florestais do Estado (CEPROF-PA). Possibilidade de inclusão da regra de subcontratação de microempresas nos termos dos arts. 47 e 48 da Lei Federal nº 123/2006 e Decreto Estadual nº 878/2008. Legitimidade jurídica das cláusulas do instrumento convocatório na forma da legislação aplicável.
PARECER	000097/2008
Ementa	FUNTELPA. Extinção de Fundação Estatal com personalidade de direito público e instituição de outra com personalidade de direito privado. Deflagração de novo concurso público para preenchimento dos empregos públicos integrantes do quadro de pessoal da nova entidade. Matéria controvertida. Recomendação de que se aguarde o escoamento do prazo de validade do certame anterior.
PARECER	000098/2008
Ementa	Da impossibilidade jurídica de transformação de cargo de especialista em educação em técnico em educação. Da vedação constitucional de equiparação de espécies remuneratórias no serviço público. Do correto pagamento de 150 horas mensais aos especialistas em educação. Da possibilidade de aumento salarial mediante apresentação de Projeto de Lei pela Governadora do Estado. Inteligência do art. 105, II a' da Constituição Estadual.
PARECER	000099/2008
Ementa	Legislação Estadual nº 7.056/2007. (SECOM). Observações constantes em nota técnica SEAD.
PARECER	000100/2008
Ementa	Contrato Administrativo. Legitimidade do representante da contratada. Observância de ordem judicial. Impossibilidade de



contratação por prazo indeterminado. Necessidade de cumprimento das normas previstas na Lei nº 8.666/93.

PARECER

000101/2008

Ementa

Servidor público. Jornada de trabalho especial. Art. 10, Parágrafo único da Lei Estadual nº 6.963/07. Critério da especialidade da norma. Da impossibilidade de concessão de gratificação por regime especial de trabalho prevista no art 132, V da Lei Estadual nº 5.810/94.

PARECER

000102/2008

Ementa

Gratificação de plantão e sobreaviso. Enfermeiros e assistentes sociais do HEMOPA. Equiparação salarial com médicos. Vedação constitucional.

PARECER

000103/2008

Ementa

Sociedade de Economia Mista Estadual. Evento comemorativo pelo aniversário da entidade. Período eleitoral. Ausência de vedação. Lei nº 9.504/97.

PARECER

000104/2008

Ementa

Hansenianos. Auxílio financeiro mensal (Lei Complementar Estadual nº 05/90). Repasse de 10 por cento para entidade assistencial. Requisitos legais. Mensalidade prevista em disposição estatutária da entidade assistencial. Possibilidade jurídica. Impossibilidade de consignação em folha de pagamento ante a ausência de previsão legal.

PARECER

000105/2008

Ementa

Pedido de devolução de IRRF incidente sobre as diferenças provenientes do redutor constitucional geradas em função da alteração do teto de Secretário Executivo para Secretário Especial, relativo ao período de 2000 a 2001.



PARECER	000106/2008
Ementa	Ação ordinária de cobrança proposta por empresa contra a COSANPA - Companhia de Saneamento do Pará, ora em fase de execução e com trâmite perante o Juízo da 1a. Vara de Fazenda da Comarca de Belém.
PARECER	000107/2008
Ementa	Concurso público. Deficiência física. Visão monocular. Interpretação sistemática e razoável dos arts. 3º e 4º do Decreto nº 3.298/99. Jurisprudência pacífica.
PARECER	000108/2008
Ementa	Servidor público. Acumulação remunerada de cargos públicos: cargo de auxiliar de secretaria (antigo escrevente judicial) e cargo de professor. Impossibilidade jurídica. Intelecção da Lei Estadual nº 6.969/2007. Não implemento, pelo interessado, da condição suspensiva posta na lei para que passe a integrar a carreira técnica do TJE/PA. Dever da Administração Pública de restaurar a legalidade violada.
PARECER	000109/2008
Ementa	Análise da minuta de contrato de compra e venda. Licitação dispensada. Art. 17, I, e da Lei 8.666/93.
PARECER	000110/2008
Ementa	Minuta de edital de concurso público. Provimento de cargos de nível superior, médio e fundamental no Instituto de Artes do Pará (IAP).
PARECER	000111/2008
Ementa	Cargo de vice-presidente da JUCEPA. Requisitos legais. Efeitos do efetivo exercício. Impossibilidade de pagamento sem efetiva prestação do serviço. Necessidade de apuração administrativa.



PARECER	000112/2008
Ementa	Operação de crédito externo. Existência de lei autorizativa. Obediência aos requisitos legais. Da possibilidade jurídica de celebração do contrato de empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).
PARECER	000113/2008
Ementa	Operação de crédito externo. Parecer do órgão jurídico (art. 21, I, da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal).
PARECER	000114/2008
Ementa	Minuta de edital de concurso público C-138 - Provimento de cargos de nível superior, médio e fundamental na Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará (ADEPARÁ).
PARECER	000115/2008
Ementa	Lei Estadual nº 6.831/2006. Possibilidade de alteração. Mudança do ordenador de despesas. Improriedade de se atribuir tal atribuição ao poder judiciário.
PARECER	000116/2008
Ementa	Exame da minuta do Edital nº 004/PMPA - admissão ao curso de formação de soldados da Polícia Militar do Pará.
PARECER	000117/2008
Ementa	Interpretação do art. 22.A da Lei Estadual nº 5.810/1994. Renúncia de posse. Efeitos.
PARECER	000118/2008
Ementa	Concessão pelo Estado do Pará de declaração de utilidade pública. Requisitos. Efeitos. Forma.



PARECER	000119/2008
Ementa	Súmula Vinculante nº 13, do STF. Princípios constitucionais da impessoalidade. Da moralidade e da eficiência. Questionamentos com relação ao seu alcance.
PARECER	000120/2008
Ementa	Realização de obra. Dispensa de licitação. Comprovação de situação emergencial. Potencialidade de dano concreto e efetivo. Aplicação do disposto no art. 24, IV da Lei nº 8.666/1993.
PARECER	000121/2008
Ementa	Estabilidade excepcional do art. 19 do ADCT - Impossibilidade de aplicação aos servidores comissionados e a empregados públicos.
PARECER	000122/2008
Ementa	Princípio da vinculação ao edital. Defeito irrelevante. Ato meramente irregular. Dispensa de invalidação. Imposição do princípio constitucional da reserva legal. Observância ao disposto na Lei 7.083/2008.
PARECER	000123/2008
Ementa	Edital do III Concurso Público para provimento de vagas no cargo de Defensor Público de 1a. Entrância do Estado do Pará. Análise jurídica.
PARECER	000124/2008
Ementa	Sociedade de Economia Mista. Criação de "cargos comissionados temporários" no quadro de pessoal. Ato do Conselho de Administração. Possibilidade jurídica, em tese. Atribuições de Direção, Chefia e Assessoramento não caracterizadas no caso concreto. Contratação temporária de natureza administrativa ou trabalhista.



PARECER

000125/2008

Ementa

Concurso público. Candidata aprovada dentro do número de vagas ofertadas. Expectativa de direito ou direito subjetivo à nomeação? Prazo de validade em curso. Discricionariedade administrativa quanto ao momento de provimento dos cargos. Princípio da motivação. Dever de explicitamente indicar as razões da não convocação.

PARECER

000127/2008

Ementa

Projeto para alteração da Lei nº 6.813/2006. Criação da Comissão de Promoção. Instituição da Gratificação de Desempenho de Procuradoria. Instituição de percentual de economia aos servidores do quadro permanente da PGE.

PARECER

000128/2008

Ementa

Minuta de Decreto criando o Conselho Estadual de Políticas de Promoção de Igualdade Racial. Minuta de Decreto regulamentando a Lei Estadual nº 6.941 de 17 de janeiro de 2007. Análise jurídica.

PARECER

000129/2008

Ementa

Pensão Especial. Massacre de Eldorado dos Carajás. Responsabilidade Civil do Estado. Dupla percepção: como vítima sobrevivente e como genitor dependente de vítima fatal. Observância ao princípio da isonomia. Tratamento desigual a situações desiguais.

PARECER

000130/2008

Ementa

Servidor Público. Capacitação. Apoio financeiro para curso de graduação. Matéria de reserva legal.



PARECER	000131/2008
Ementa	Servidor policial civil em estágio probatório. Licença sem vencimentos para frequentar curso de formação em outro ente federativo. Ausência de previsão legal específica. Inaplicabilidade do art. 92, "d" da Lei nº 5.810/94 C/C art. 20, 4º da Lei nº 8.112/90. Discricionariedade contida no mandamento da norma.
PARECER	000132/2008
Ementa	FUNTELPA. Extinção da entidade com personalidade de direito público (Lei Estadual nº 7.214/2008). Autorização para instituição da entidade com personalidade de direito privado (Lei Estadual nº 7.215/2008). Opção dos servidores estatutários da extinta entidade pelo ingresso no quadro celetista da nova entidade. Necessária previsão legal, ausente no caso concreto.
PARECER	000133/2008
Ementa	Minuta de edital de concurso público. Provimento de cargos de nível superior, médio, fundamental e fundamental incompleto da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Pará. Análise jurídica.
PARECER	000134/2008
Ementa	Cargo de técnico em Gestão Florestal com graduação em Direito e cargo de Procurador Autárquico. Nítida diferença de atribuições. Da impossibilidade jurídica de se estender o vencimento inicial dos procuradores autárquicos aos ocupantes do cargo de técnico em gestão florestal. Inteligência do art. 10, parágrafo único da Lei Estadual nº 6.873/2006.
PARECER	000135/2008
Ementa	Da inexistência de cargo de 2º tenente na Lei Estadual nº 7.057/2007 para o quadro de oficiais complementar e de saúde. Aplicabilidade da Lei Estadual nº 6.626/2004 somente no que couber ao Corpo de Bombeiros Militar. Da necessidade de observância da legislação específica. Aplicação do critério da especialidade da norma.



PARECER	000136/2008
Ementa	Da prestação de serviços de assistência à saúde aos servidores estaduais. Criação de autarquia com esta finalidade. Atuação de forma descentralizada. Da adesão do servidor de forma facultativa. Da impossibilidade de celebração de contrato administrativo com instituição privada.
PARECER	000137/2008
Ementa	Concurso Público. Candidatos portadores de deficiência. Perícia médica oficial realizada no curso do certame, por equipe multiprofissional, para verificação da compatibilidade entre a deficiência e as atribuições do cargo. Legitimidade da exigência editalícia.
PARECER	000138/2008
Ementa	Servidor público. Suposta transgressão a deveres funcionais. Apuração da suposta falta disciplinar mediante o devido processo legal.
PARECER	000139/2008
Ementa	Minuta de edital de concurso público. Provimento de cargos de delegado de Polícia Civil, Escrivão de Polícia Civil e Investigador de Polícia Civil. Análise jurídica.
PARECER	000140/2008
Ementa	Minuta de Decreto para instituição do Fórum permanente das microempresas e empresas de pequeno porte do Estado do Pará. Regimento interno. Análise jurídica.
PARECER	000141/2008
Ementa	Análise de edital de concurso público para admissão em cargos de nível superior, médio e fundamental no Instituto de Metrologia do Estado do Pará.



PARECER	000142/2008
Ementa	Contratação direta da Organização Social Via Amazônia, mediante dispensa de licitação (artigo 24, XXIV, da Lei nº 8.666/93). Possibilidade jurídica, em tese. Observância dos requisitos legais pertinentes, em especial do artigo 26 da Lei nº 8.666/93. Contratação de pessoal temporário, com verba de convênio, para a execução do seu objeto. Possibilidade jurídica, em princípio. Necessidade de atendimento a determinadas premissas.
PARECER	000143/2008
Ementa	Análise de minuta de convênio. Regras aplicáveis. Distinção entre convênios e contratos administrativos.
PARECER	000144/2008
Ementa	Adicional por tempo de serviço. Exercício privado da advocacia. Cômputo do período como tempo de serviço público para fins de pagamento do adicional. Impossibilidade jurídica. Inteligência do art. 70 da Lei Estadual nº 5.810/94.
PARECER	000145/2008
Ementa	Estágio probatório. Comissão Especial de Avaliação de Desempenho. Composição. Membros integrantes da respectiva carreira. Inteligência do art. 11 do Decreto Estadual nº 1.945, de 13 de dezembro de 2005.
PARECER	000146/2008
Ementa	Operação de crédito externo. Parecer do órgão jurídico (art. 21, I, da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal).
PARECER	000147/2008
Ementa	Da natureza jurídica dos Fundos Públicos. Dos objetivos. Das previsões legais estaduais. Possibilidade de repasse fundo a fundo. Necessidade de regulamentação via decreto.



MANIFESTAÇÃO

MANIFESTAÇÃO 000001/2008

Ementa Atribuições da consultoria jurídica da SEMA, diante do Regimento Interno da SEMA, aprovado pelo Decreto Estadual nº 746, de 27/12/2007.

MANIFESTAÇÃO 000002/2008

Ementa Análise das alterações sugeridas pela empresa Novo Lar Administração de Imóveis, na minuta do contrato de locação.

MANIFESTAÇÃO 000003/2008

Ementa Operação de crédito externa que o Governo do Estado do Pará está negociando junto à Corporação Andina de Fomento.

MANIFESTAÇÃO 000004/2008

Ementa Direito do servidor às férias, considerando que mesmo computado o tempo de serviço público anteriormente exercido, este não logra alcançar o período de doze (12) meses exigidos pela Lei Estadual para a sua aquisição.

MANIFESTAÇÃO 000005/2008

Ementa Implementação em folha de pagamento da Gratificação de Magistério.

MANIFESTAÇÃO 000006/2008

Ementa Prazo prescricional para pagamento de parcelas vencidas decorrentes do reconhecimento do direito ao adicional do tempo de serviço, nos termos do RJU/PA.

MANIFESTAÇÃO 000007/2008

Ementa Servidora requer recontratação no cargo de Assistente Administrativo, na condição de temporária, do qual foi dispensada



PGE

Procuradoria
Consultiva

por meio de distrato firmado em 1.8.2007, alegando que à época estaria grávida.

MANIFESTAÇÃO 000008/2008

Ementa Pedido de titulação e segurança jurídica de posse da área Jardim Tapanã.

MANIFESTAÇÃO 000009/2008

Ementa Solicitação de obtenção de cópia de Parecer normativo exarado por esta Procuradoria- Geral do Estado acerca da vigência do artigo 130 do Regime Jurídico Único - Lei Estadual nº 5.810/1994.

MANIFESTAÇÃO 000010/2008

Ementa A Chefia de Gabinete da Exma. Governadora do Estado encaminha a esta PGE dois ofícios oriundos do TCE/PA, sendo que o primeiro comunica a vacância de um cargo de Conselheiro naquela Corte de Contas e o segundo, encaminha a Resolução nº 17.466, onde o Plenário da Casa aprova lista de membros do MP junto ao TCE para fins de escolha, na forma do art. 119, § 1º, I, da Constituição Estadual.

MANIFESTAÇÃO 000011/2008

Ementa Possibilidade de alteração do conteúdo programático de edital de concurso público.

MANIFESTAÇÃO 000012/2008

Ementa Solicitação com relação à operação de crédito externa junto à Corporação Andina de Fomento (CAF) acerca do cumprimento dos limites e condições estabelecidos pelas Resoluções do Senado Federal.

MANIFESTAÇÃO 000013/2008

Ementa Operação de crédito interna que o Governo do Estado do Pará está negociando junto à Caixa Econômica Federal, para realização de



obras de saneamento e habitação do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC).

MANIFESTAÇÃO 000014/2008

Ementa Projeto de Lei 596/2002.

MANIFESTAÇÃO 000015/2008

Ementa Consulta com relação à averbação do tempo de serviço de função temporária para fins de pagamento de adicional por tempo de serviço (ATS) a servidor efetivo.

MANIFESTAÇÃO 000016/2008

Ementa Manifestação da PGE a respeito do artigo 6º, III, da Portaria nº 219/2007-GS, publicada no DOE nº 31.052, de 22/11/2007.

MANIFESTAÇÃO 000017/2008

Ementa Operação de crédito externa que o Governo do Estado do Pará está negociando junto à Corporação Andina de Fomento (CAF).

MANIFESTAÇÃO 000018/2008

Ementa Operação de crédito interna que o Governo do Estado do Pará está negociando junto à Caixa Econômica Federal, para realização de obras de saneamento e habitação do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC).

MANIFESTAÇÃO 000019/2008

Ementa Solicitação de cópia do Parecer, exarado por esta Procuradoria-Geral do Estado, referente à anulação do ato administrativo que tornou sem efeito a reinclusão do militar à corporação.

MANIFESTAÇÃO 000020/2008

Ementa Possibilidade de celebração de composição administrativa em relação ao preço referente à desapropriação do imóvel localizado na Avenida Nazaré nº 148, município de Belém.



MANIFESTAÇÃO 000021/2008

Ementa Declaração de inidoneidade. Órgão e/ou entidade competente para aplicação da sanção.

MANIFESTAÇÃO 000022/2008

Ementa Solicitação da Companhia de Habitação do Estado do Pará (COHAB) para que esta Procuradoria-Geral promova análise do estudo elaborado por grupo de servidores da referida Companhia, cujo assunto refere-se às regras relativas à formalização e operacionalização de consórcios.

MANIFESTAÇÃO 000023/2008

Ementa Concessão do pagamento da gratificação de escolaridade, em sua remuneração, na quantia correspondente a 80% sobre o vencimento, conforme determina o art. 132, VII c/c art. 140, III da Lei nº 5.810/94 (RJU Estadual).

MANIFESTAÇÃO 000024/2008

Ementa Consulta relacionada a possibilidade de assinatura de contrato (obras do PAC) antes da contratação dos respectivos financiamentos.

MANIFESTAÇÃO 000025/2008

Ementa Averbação e adicional de tempo de serviço temporário que se converteu em efetivo através de concurso público.

MANIFESTAÇÃO 000026/2008

Ementa Correta interpretação que se deve emprestar ao disposto no art. 71, inciso I, alínea “d” do Anexo II do RICMS/PA, aprovado pelo Decreto nº 4.676/01.

MANIFESTAÇÃO 000027/2008

Ementa Pedido desta PGE, de redistribuição de servidor, ocupante do cargo de motorista, ora cedido da Secretaria Executiva de Saúde (SESPA), para esta Casa de Procuradores.



PGE

Procuradoria
Consultiva

MANIFESTAÇÃO 000028/2008

Ementa Consulta a esta Procuradoria Geral, em face do artigo 73 da Lei nº 9.504/97 (Lei Eleitoral), pertinente à vedação de transferência de recursos nos três meses que antecedem as eleições municipais de 2008.

MANIFESTAÇÃO 000029/2008

Ementa Qual tratamento remuneratório deve ser dado ao servidor público estadual regido pela CLT quando requisitado/cedido para exercício de cargos do grupo DAS em órgãos da Administração Pública sujeitos ao RJU estadual? A opção pela maior remuneração? A gratificação a título de representação (em qual porcentual)? Ou a percepção simultânea dos dois proventos? É possível aplicar por analogia a regulamentação da matéria estabelecida pela Administração Pública Federal?

MANIFESTAÇÃO 000030/2008

Ementa Solicitação de militar na qual requer a anulação do ato administrativo de licenciamento a bem da disciplina, publicado no Boletim Geral nº 190, datado de 10 de outubro de 1995.

MANIFESTAÇÃO 000031/2008

Ementa Questionamento acerca da possibilidade de dispensar servidor efetivo de função gratificada em período de licença saúde.

MANIFESTAÇÃO 000032/2008

Ementa Desconto previdenciário sobre adicional de horas extras.

MANIFESTAÇÃO 000033/2008

Ementa Origem e a titularidade da representação à Mesa Diretora da Câmara Municipal.



MANIFESTAÇÃO 000034/2008

Ementa Inconstitucionalidade da Lei de reestruturação da Loteria. Argumentação versa sobre a competência privativa da União para legislar. Presença da estrutura organizacional na ADIN. O pedido limitou o julgamento as questões que versam acerca de jogos. Embargos de declaração interpostos e não julgados até a presente data. Ação não transitou em julgado. Não atingimento pela declaração de inconstitucionalidade da estrutura organizacional incluindo cargos efetivos e comissionados.

MANIFESTAÇÃO 000035/2008

Ementa Questionamento acerca da possibilidade de dispensar servidor ocupante exclusivamente de cargo em comissão durante período de licença saúde.

MANIFESTAÇÃO 000036/2008

Ementa Consulta formulada pelo IDESP acerca da possibilidade daquela autarquia aderir ao Contrato de Prestação de Serviços de Publicidade nº 006/2008, correspondente à Concorrência Pública nº 001/2007.

MANIFESTAÇÃO 000037/2008

Ementa A ADEPARA formulou consulta a esta Procuradoria Geral sobre a possibilidade jurídica de aderir ao Contrato de Prestação de Serviços de Publicidade nº 006/2008-SECOM.

MANIFESTAÇÃO 000038/2008

Ementa Análise jurídica da minuta de convênio a ser firmado entre a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e o Estado do Pará.

MANIFESTAÇÃO 000039/2008

Ementa Solicitação de militar, encaminhada por meio da Chefia de Gabinete do Governo do Estado do Pará, na qual requer a anulação do ato administrativo de licenciamento a pedido, publicado no Boletim Geral nº 217/92, datado de 2 de dezembro de 1992.



MANIFESTAÇÃO 000040/2008

Ementa Análise jurídica. Código de Conduta Ética da Alta Administração e dos Servidores Públicos Civis.

MANIFESTAÇÃO 000041/2008

Ementa Regularização de vencimentos de ocupantes do cargo de Técnico em Educação Física.

MANIFESTAÇÃO 000042/2008

Ementa Pagamento de gratificação de risco de vida em decorrência de trabalho na área de saúde em atividades de contato direto com o vírus HIV.

MANIFESTAÇÃO 000043/2008

Ementa Servidora pública estadual requer pedido de reconsideração da decisão que denegou seu pleito de equivalência do cargo comissionado de Chefe do Posto de Serviço da Capital B (padrão DAS-2) para o cargo comissionado de Gerente da Agência Belém/Posto (padrão DAS-3).

MANIFESTAÇÃO 000044/2008

Ementa Consulta formulada pela Secretaria de Estado de Administração (SEAD) acerca da possibilidade jurídica de se atender ao pleito formulado por servidor de redistribuição da Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego e Renda - SETER (antigo SETEPS) para o Departamento de Trânsito do Estado do Pará (DETRAN).

MANIFESTAÇÃO 000045/2008

Ementa Solicitação de oitiva desta Procuradoria Geral, advinda da SEAD, acerca de pagamento de parcela (adicional de pós-graduação), postulada por ocupante de cargo de Delegado de Polícia Civil.



MANIFESTAÇÃO 000046/2008

Ementa Consulta formulada pela Secretaria de Estado de Administração (SEAD), acerca da possibilidade jurídica de se expedir decreto para regulamentação da Lei Estadual nº 5.948/1996, que dispõe sobre isenção de pagamento de inscrição em concurso público.

MANIFESTAÇÃO 000047/2008

Ementa Solicitação de oitiva desta Procuradoria-Geral, advinda da SEAD, acerca de pagamento de parcela (adicional de pós-graduação), postulada por ocupante do cargo de Delegado de Polícia Civil.

MANIFESTAÇÃO 000048/2008

Ementa Consulta formulada pela Secretaria de Estado de Administração, na qual questiona acerca do momento em que deve ser efetivada ruptura do vínculo do Estado com o servidor temporário que se encontra aposentado ou em processo de aposentadoria pelo INSS, por invalidez ou por tempo de serviço.

MANIFESTAÇÃO 000049/2008

Ementa Averbação e adicional de tempo de serviço temporário que se converteu em efetivo através de concurso público.

MANIFESTAÇÃO 000050/2008

Ementa Efeitos da declaração de inconstitucionalidade do inciso I do art. 5º da Lei Estadual nº 6.489/02, que trata da Política de Incentivos às Atividades Produtivas do Estado do Pará, na ADI nº 3.246-1.

MANIFESTAÇÃO 000051/2008

Ementa Averbação e adicional de tempo de serviço temporário que se converteu em efetivo através de concurso público.

MANIFESTAÇÃO 000052/2008

Ementa Solicitação de oitiva desta Procuradoria-Geral, advinda da SEAD, acerca de pagamento de parcela (adicional de curso de extensão ou



pós-graduação), postulada por ocupante do cargo de Investigador de Polícia Civil.

MANIFESTAÇÃO 000053/2008

Ementa Requerimento formulado pela Secretaria de Estado de Saúde Pública a respeito dos critérios a serem adotados para efetivação dos distratos dos contratos temporários, ainda em vigor, na Secretaria, em virtude do advento do prazo limite concedido pela Justiça do Trabalho.

MANIFESTAÇÃO 000054/2008

Ementa Consulta formulada pela SEFA a respeito da aplicabilidade do art. 29 da Lei Estadual nº 5.810/1994 (RJU), que determina o afastamento de servidores, em razão de encontrarem-se respondendo a Ação Penal, pela prática de crimes capitulados nos arts. 312, 299, c/c art. 29 e art. 69 do Código Penal Brasileiro.

MANIFESTAÇÃO 000055/2008

Ementa Improbidade administrativa. SUSIPE. Mera irregularidade não enseja a propositura de ACP. Interpretação restritiva.

MANIFESTAÇÃO 000056/2008

Ementa Minuta de convênio tendo como objeto promover o intercâmbio de informação e atuação entre os convenientes, voltadas à obtenção de maior eficiência e tempestividade na adoção de providências necessárias à proteção e preservação do Centro Histórico de Belém.

MANIFESTAÇÃO 000057/2008

Ementa Consulta advinda da Defensoria Pública do Estado do Pará, de interesse de servidor, acerca da possibilidade de contagem de tempo de serviço público anterior ao da Defensoria, para a configuração de período aquisitivo de gozo de férias.



MANIFESTAÇÃO 000058/2008

Ementa Indaga a SEDUC acerca da incidência ou não de prescrição relativamente ao pagamento do adicional por tempo de serviço (ATS).

MANIFESTAÇÃO 000059/2008

Ementa Requerimento formulado por interessada, inconformada com a decisão que determina que a mesma faça opção entre a remuneração de seu cargo de origem ou do cargo em comissão que atualmente ocupa em regime de cessão.

MANIFESTAÇÃO 000060/2008

Ementa Convênio de origem. Rescisão. Contratos decorrentes. Possibilidade de rescisão por força maior.

MANIFESTAÇÃO 000061/2008

Ementa Incompatibilidade entre os prazos previstos em legislação tributária e aqueles estipulados por ordem judicial para as ações fiscais - Fiscalização Tributária - Ato administrativo vinculado - Princípios do devido processo legal e da legalidade estrita - Aplicação do lapso temporal estabelecido na legislação tributária, sob pena do Procedimento Fiscalizatório.

MANIFESTAÇÃO 000062/2008

Ementa Solicitação da DRH desta PGE feita, por meio de ofício à SEAD, acerca do direito da mãe adotiva à licença maternidade.

MANIFESTAÇÃO 000063/2008

Ementa Consulta formulada pela SEAD acerca da obrigatoriedade de avaliação especial de desempenho estabelecida no art. 41, § 4º da CF/88 para aquisição da estabilidade, inclusive naqueles casos em que há inércia da Administração quanto ao seu dever de avaliar o servidor.



MANIFESTAÇÃO 000064/2008

Ementa Servidora pública estadual, requereu junto à SEAD, em 01.06.2006, exclusão da folha de pagamento dos descontos voluntários consignados em seu contracheque.

MANIFESTAÇÃO 000065/2008

Ementa Análise do Termo de compromisso a ser firmado com estagiários da Casa, considerando os termos da recente Lei Federal nº 11.788 de 25/09/2008.

MANIFESTAÇÃO 000066/2008

Ementa Honorários sucumbência. Direito autônomo advogado. Titularidade.

MANIFESTAÇÃO 000067/2008

Ementa Adoção das medidas pertinentes para se realizar a doação do imóvel situado na BR - 316, km 12, Marituba.

MANIFESTAÇÃO 000068/2008

Ementa Servidor temporário. Impossibilidade de cômputo do tempo de serviço temporário para fins de pagamento de ATS.

MANIFESTAÇÃO 000069/2008

Ementa Estágio probatório. Dispensa. Art. 34, parágrafo único da Lei nº 5.810/1994.

MANIFESTAÇÃO 000070/2008

Ementa Execução Trabalhista. Bem arrematado em hasta pública. Sub-rogação no preço. Superprivilégio do crédito trabalhista. Quantia restante. Pagamento dos créditos tributários. Insuficiência. Execução fiscal contra o antigo proprietário.



PGE

Procuradoria
Consultiva

MANIFESTAÇÃO 000071/2008

Ementa Pedido de isenção da avaliação do estágio probatório, com respaldo no artigo 34, parágrafo único, do RJU Estadual.

MANIFESTAÇÃO S/N/2008

Ementa Vigência do contrato celebrado entre esta PGE e a empresa Vale do São Francisco Administração S/C Ltda., referente à locação de salas comerciais que abrigam a sede deste órgão em Brasília.

NOTA TÉCNICA

NOTA TÉCNICA 001/2008

Ementa Em razão das eleições municipais que ocorrerão neste ano, passo a informar as implicações para o Estado do Pará, no que tange às restrições impostas pela legislação eleitoral (art. 73 da Lei nº9.504/97).

NOTA TÉCNICA 001A/2008

Ementa Trata-se de matéria situada na esfera de iniciativa privativa do Chefe do Executivo, nos termos do art. 61, § 1º, II a, c e e da Constituição da República e do art. 105 e 135 da Constituição do Estado do Pará.

NOTA TÉCNICA 002/2008

Ementa Orientações à Administração Pública Estadual acerca da vedação imposta pelo artigo 73, VI, "a", da Lei Eleitoral, relativamente à transferência voluntária de recursos nos três meses que antecedem as eleições municipais de 2008.

NOTA TÉCNICA 002A/2008

Ementa Atribuições da Consultoria Jurídica da SEMA. Decreto Estadual nº 0746, de 27/12/2007.



NOTA TÉCNICA	003PF/2008
Ementa	Conselho Estadual de Política Agrícola Agrária e Fundiária - CEPAF
NOTA TÉCNICA	004/2008
Ementa	Liminares de Reintegração de Posse Pendentes de Cumprimento.
NOTA TÉCNICA	005/2008
Ementa	O Decreto Estadual n.º 1.555/1998, que aprova o Regimento Interno do Conselho Estadual de Segurança Pública, prevê como prerrogativa do Plenário do Conselho "apresentar projetos de resoluções e formular moções ou recomendações".
NOTA TÉCNICA	006/2008
Ementa	Subsídio – Polícia Civil.
NOTA TÉCNICA	007/2008
Ementa	Acordo Extrajudicial.
NOTA TÉCNICA	008/2008
Ementa	Vedações eleitorais – Publicidade.
NOTA TÉCNICA	009/2008
Ementa	A presente Nota Técnica reúne as conclusões alcançadas pela Procuradoria-Geral do Estado em análise de minuta do Primeiro Termo Aditivo ao Convênio de Cooperação Técnica nº 001/2007, celebrado entre o Estado do Pará e a ELETRONORTE, tendo como interveniente a PRODEPA.
NOTA TÉCNICA	010/2008
Ementa	Resolução nº 17.543 do Tribunal de Contas do Estado do Pará. Da acumulação remunerada de dois proventos de aposentadoria com



remuneração de cargo em comissão. Inteligência do art. 37, XVI C/C §10 da CRFB. Da impossibilidade tripla de acumulação remunerada.

NOTA TÉCNICA 011/2008

Ementa Editais de Concurso Público.

NOTA TÉCNICA 012/2008

Ementa Repercussão do Julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) N° 3689- PA ajuizada pelo 'PMDB' sobre a Ação Ordinária de indenização proposta pelo "Município de Água Azul do Norte" contra o "Município de Ourilândia do Norte" e o "Estado do Pará".

NOTA TÉCNICA 013/2008

Ementa Caso da Fazenda Ubá – Ano de 1985. Denúncia Internacional da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH) perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

NOTA TÉCNICA 014/2008

Ementa Pagamento de Produtividade e Análise de casos de Acumulação no Ophir Loyola.

NOTA TÉCNICA 015/2008

Ementa Possibilidade de realização de desapropriação da área denominada "PARKARTHUR BERNARDES" em razão da existência de pedido de intervenção federal proposto contra o Estado do Pará.



2009

PARECER

PARECER 000001/2009

Ementa Lei Complementar Estadual nº 067/2008. Reajuste vencimental. Extensão aos servidores redistribuídos à Defensoria Pública do Estado do Pará. Equivalência vencimental. Requisito a ser aferido no momento da redistribuição.

PARECER 000002/2009

Ementa Auditoria em contrato de gestão. Indícios de irregularidades. Análise jurídica.

PARECER 000003/2009

Ementa Relatório de fiscalização da Auditoria Geral do Estado. Irregularidades constatadas. Medidas a serem adotadas.

PARECER 000004/2009

Ementa Contratação de pessoal para atendimento à demanda temporária decorrente do Fórum Social Mundial 2009. Necessária observância dos ditames constitucionais. Impropriedade de utilização de credenciamento e inadmissibilidade de pagamento a servidores públicos federais.

PARECER 000005/2009

Ementa Auditoria. Indícios de improbidades/irregularidades. Análise jurídica das medidas sugeridas. Observações e sugestões complementares.

PARECER 000006/2009

Ementa Piso Salarial Nacional para Profissionais do Magistério Público da Educação Básica. Conceito de Piso salarial. Diferenciação em relação a vencimento base. Necessidade de se assegurar patamar mínimo remuneratório ao servidor. Liminar deferida pelo STF na ADI 4167, para fixar interpretação conforme do art. 2º da Lei nº 11.738/2008.



PARECER	000007/2009
Ementa	Empresa estatal. Reestruturação do quadro de pessoal. Transposição. Enquadramento. Requisitos.
PARECER	000008/2009
Ementa	Celebração de acordo de cooperação. Entidade eleita. Documentação necessária. Questionamento referente à comprovação de regularidade fiscal com a Fazenda Pública Municipal.
PARECER	000010/2009
Ementa	Minuta de edital de concurso público. Provimento de cargos de professor do ensino superior para os cursos de medicina, fisioterapia e enfermagem no campus de Santarém da Universidade do Estado do Pará (UEPA). Análise jurídica.
PARECER	000011/2009
Ementa	Empresa Pública prestadora de serviço público e dependente. Débitos judiciais. Abertura de crédito suplementar, observadas as normas legais pertinentes. Regime de Execução. Impenhorabilidade dos bens afetados à prestação do serviço público.
PARECER	000012/2009
Ementa	Vantagem decorrente de decisão judicial. Base de cálculo para quinquênio e horas extras.
PARECER	000013/2009
Ementa	Servidor público. Cargo de médico. Pedido de equiparação vencimental. Sujeição da remuneração do servidor público ao princípio da reserva legal.



PARECER	000014/2009
Ementa	Estágio de estudantes. Competência legislativa. Lei nº 11.788/2008. Aplicação cogente aos entes federativos. Auxílio-transporte. Recesso.
PARECER	000015/2009
Ementa	Operação de crédito interna. Parecer do órgão jurídico (art. 21, I, da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal).
PARECER	000016/2009
Ementa	Operação de crédito interna. Parecer do órgão jurídico (art.21, I, da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal).
PARECER	000017/2009
Ementa	Operação de crédito interna. Parecer do órgão jurídico (art.21, I, da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal).
PARECER	000018/2009
Ementa	Licença maternidade. Lei Federal nº 11.770/2008 e Decreto Federal nº 6.690/2008. Programa Empresa Cidadã. Extensão e limites de aplicação do art. 2º à Administração Pública Estadual. Autonomia administrativa. Princípio da Legalidade.
PARECER	000019/2009
Ementa	Curso de formação de oficiais. Conveniência e oportunidade na oferta de vagas para integrantes de outras corporações bombeiros militares. Da atuação da Administração pautada no princípio da razoabilidade e da proporcionalidade.
PARECER	000020/2009
Ementa	Patrimônio imaterial - proteção do acervo - medidas possíveis.



PARECER	000021/2009
Ementa	Servidor público. Estágio probatório. Duração. Corregedoria Geral. Servidores não estáveis. Impossibilidade jurídica. Princípios da impessoalidade e da eficiência.
PARECER	000022/2009
Ementa	Auto de infração nº 0385/07 - DIFAU, lavrado em virtude do transporte ilegal de madeiras.
PARECER	000023/2009
Ementa	Exploração e desdobro de madeira. Licenciamento ambiental prévio. Descumprimento de preceito legal. Comprovada a autoria e a materialidade do auto de infração.
PARECER	000024/2009
Ementa	Guia florestal adulterada. Infração ambiental por transporte ilegal de madeira. Procedência do AI. Comprovada a auditoria e a materialidade da infração.
PARECER	000025/2009
Ementa	Pesca predatória. Autuação em desconformidade com as exigências legais. Nulidade do auto de infração.
PARECER	000026/2009
Ementa	Análise de Relatório de Fiscalização nº 004/2007. Contrato de Gestão.
PARECER	000027/2009
Ementa	Consignação facultativa em folha de pagamento. Da necessidade de expressa manifestação do servidor. Da inexistência de ordem judicial apta a respaldar descontos efetuados pela UPASP. Da necessidade de imediata instauração de processo administrativo, nos termos do art. 18 e 19, do Decreto nº 2.071, de 20 de fevereiro de 2006.



PARECER	000028/2009
Ementa	Conselho Estadual de Educação. Composição. Secretaria de Estado de Educação e Conselho Estadual de Educação. Questões relativas à competência dos referidos órgãos. Do caso concreto: "Colégio Rui Barbosa". Medidas administrativas e judiciais adotadas.
PARECER	000029/2009
Ementa	Sociedade de Economia Mista. Possibilidade, em tese, de contratação de servidor temporário nos moldes da Lei Complementar nº 07/91. Da igual possibilidade de contratação por normas trabalhistas. Necessidade subsunção do fato às hipóteses legais.
PARECER	000030/2009
Ementa	Concessão de licença sem vencimentos. Impossibilidade de cômputo do tempo como de efetivo exercício. Inteligência do art. 72, da Lei Estadual nº 5.810/1994.
PARECER	000031/2009
Ementa	Incorporação de função gratificada. Exercício ininterrupto, em diversas funções comissionadas, por mais de 10 anos. Inteligência sobre a aplicação de entendimento da Súmula 372 do Tribunal Superior do Trabalho aos empregados públicos das empresas estatais regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho.
PARECER	000032/2009
Ementa	Fundação de Telecomunicações do Pará. Extinção. Lei autorizadora para criação da Fundação Paraense de Radiodifusão (Lei Estadual nº 7.215, de 3 de novembro de 2008). Fundação pública de natureza privada. Entidade integrante da Administração Indireta. Necessidade de inscrição da Escritura Pública de sua constituição no Registro Civil de Pessoas Jurídicas. Incidência do § 3º do art. 5º do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.



PARECER	000033/2009
Ementa	Gratificação de nível superior. Aplicação aos servidores ocupantes de cargos de nível superior da Fundação Carlos Gomes. Previsão expressa na Lei Estadual nº 5.939, de 15 de janeiro de 1996 (art. 7º § 3º, alínea a).
PARECER	000034/2009
Ementa	Fiscalização. Concorrência nº 001/2005 e Contrato nº 006/2005. Índícios de irregularidades. Análise jurídica.
PARECER	000035/2009
Ementa	Militar. Afastamento para curso de formação em cargo civil de outro ente federativo. Ausência de previsão legal. Posição jurisprudencial. Discricionariedade administrativa.
PARECER	000036/2009
Ementa	Relatório de Fiscalização da Auditoria Geral do Estado. Irregularidades na execução de contrato de gestão firmado com o Estado do Pará (SEICOM).
PARECER	000037/2009
Ementa	Recomposição de Reserva Legal. Utilização de Espécies Exóticas. Termo de Compromisso Ambiental.
PARECER	000038/2009
Ementa	Operação de Crédito Interna. Celebração de contrato de empréstimo entre o Estado do Pará e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Da impossibilidade de pactuação de cláusula relativa à outorga de procuração recíproca. Competência exclusiva. Violação ao art. 132 da Constituição Federal de 1988 e art. 187 da Constituição Estadual.



PARECER 000039/2009

Ementa Projeto de Lei Complementar. Regulamenta o art. 318 da Constituição Estadual. Revoga a Lei Complementar nº 05/90, de 24 de janeiro de 1991.

PARECER 000040/2009

Ementa Organização Social. Prestação de contas. Entidade sem fins lucrativos. Taxa de administração. Impossibilidade. Da importância do controle. Reavaliação do contrato.

PARECER 000041/2009

Ementa O contrato em análise representa uma das ações desenvolvidas no Sistema Paraense de Inovação, na captação de recursos do Fundo Alemão MLW Intermed Handels.

PARECER 000042/2009

Ementa Remuneração de férias. Inclusão de gratificação de função percebida no momento da concessão do período. Princípio da razoabilidade e da norma benéfica.

PARECER 000043/2009

Ementa PARATUR. Fiscalização. Indícios de impropriedades/irregularidades. Medidas jurídicas.

PARECER 000044/2009

Ementa Decreto Estadual nº 1.538/2009. Suspensão de procedimentos voltados à locação de espaços destinados à realização de cursos para capacitação, formação e treinamento de servidores públicos. Recomendação de interação com a Escola de Governo do Estado do Pará (EGPA). Verbas federais oriundas de convênios e repasses "Fundo a Fundo". Interpretação razoável do ato, à luz de sua motivação e das circunstâncias do caso concreto.



PARECER	000045/2009
Ementa	Projeto de Lei que altera a jornada de trabalho semanal do IDEFLOR, de 40 para 30 horas. Análise jurídica.
PARECER	000046/2009
Ementa	Projeto de Lei. Propõe alteração do art. 1º da Lei Estadual nº 7.197, de 09/09/2008. Concessão de rancho para servidores civis. Impropriedade.
PARECER	000047/2009
Ementa	Bem público. Formas de utilização privativa. Análise de instrumento para compartilhamento da utilização do bem. Interesse recíproco. Termo de cooperação técnica.
PARECER	000048/2009
Ementa	Contribuição previdenciária. Base de cálculo para fins de contribuição ao Regime de Previdência Estadual. Questionamento quanto à incidência na parcela prevista no art.18 da Lei nº 6.876, de 29 de junho de 2006. Interpretação conforme o art. 86 da Lei Complementar nº 039, de 9 de janeiro de 2002 e julgados do Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça.
PARECER	000049/2009
Ementa	Vacância de cargo público. Exoneração a pedido. Manifestação de vontade do servidor considerada válida. Não configuração de vício de consentimento. Ato de exoneração publicado no Diário Oficial do Estado perfeito, válido e eficaz. Da não configuração de uma das hipóteses de recondução ao serviço público, regulado pelo art. 57 da Lei Estadual nº 5.810/94.



PARECER	000050/2009
Ementa	Fundo de Saúde dos Servidores Militares do Estado do Pará - FUNSAU. Sistema de credenciamento de profissionais de saúde. Opção legítima. Desde que observada a principiologia constitucional administrativa. Inviabilidade da contratação temporária. Defesa oportuna da regularidade da conduta junto ao Tribunal de Contas do Estado.
PARECER	000051/2009
Ementa	Anteprojeto de Lei que disciplina a Política Indigenista no Estado do Pará. Inconstitucionalidade formal. Competência da União para disciplinar a matéria. Impossibilidade de prosseguimento. Lei específica estadual pode criar o Fundo Estadual para os Povos Indígenas traçando as diretrizes da Política Indigenista do Estado.
PARECER	000052/2009
Ementa	Licença maternidade. Perícia médica. Competência SEAD. Aplicação de inspeção de saúde a todas as servidoras públicas civis ativas. Inteligência do art. 4-B, V, §2º da Lei Estadual nº 6.875, de 29 de junho de 2006.
PARECER	000053/2009
Ementa	Doação de Terras Públicas Estaduais ao Município de Conceição do Araguaia. Reserva de área para expansão urbana. Decreto-lei nº 57/1969 c/c Decreto nº 7.454-71. Desnecessidade de aprovação da Assembleia Legislativa para concessão do título definitivo. Inteligência do art. 92, XIII da Constituição Estadual. Intervenção da SEDURB no procedimento em trâmite no ITERPA. Instrução Normativa Conjunta nº 001/2008 e Resolução do CEPAF nº 02/2008
PARECER	000054/2009
Ementa	Nota Técnica. Gestão consorciada do transporte público de passageiros da Região Metropolitana de Belém. Consórcios públicos. Natureza jurídica do consórcio a ser criado. Controle externo. Análise jurídica.



PARECER

000055/2009

Ementa

Servidor público. Pleito de averbação de tempo de serviço celetista para fins de pagamento de adicional por tempo de serviço (ATS) em posterior vínculo efetivo, bem como para fins de aposentadoria. Provável ausência de aprovação prévia em concurso público (art. 37, II, CF/88). Nulidade da contratação celetista. Invalidação, mediante o devido processo legal. Impossibilidade de averbação do tempo de serviço, para fins de ATS. Viabilidade de averbação do tempo de contribuição, para fins de aposentadoria, mediante comprovação do regular recolhimento das contribuições previdenciárias do período.

PARECER

000056/2009

Ementa

Servidor público, acumulação ilícita de cargos públicos. Violação direta à norma constitucional (CF, art. 37, XVI). Autotutela administrativa. Decurso do tempo. Impossibilidade de convalidação ou estabilização. Inconstitucionalidade. Nulidade absoluta.

PARECER

000057/2009

Ementa

FUNTELPA. Extinção da Fundação Governamental Pública e Instituição da Fundação Governamental Privada. Cargos Comissionados. Sujeição ao Regime Celetista.

PARECER

000058/2009

Ementa

Conselho Estadual de Saúde. Cronograma de reuniões. Lei Estadual nº 7.264/2009. Necessidade de realização de processo eleitoral para composição do Conselho.

PARECER

000059/2009

Ementa

Escritura pública. Serviço notarial distinto do ato de registro. Emolumentos como espécie de taxa. Isenção. Interpretação literal: art. 111 CTN.

PARECER

000060/2009

Ementa

Gratificação de risco de vida. Lei Estadual nº 5.539, de 10 de maio de 1989, com redação dada pela Lei Estadual nº 5.773, de 30 de



novembro de 1993. Gratificação conferida aos servidores que desenvolvem atividades na URES AIDS da saúde pública ou que trabalhem diretamente com a coleta e exame de sangue. Princípio legalidade. Art. 37 da Constituição Federal. Vedação de interpretação ampliativa. Possibilidade de alteração da Lei por iniciativa privativa da Governadora do Estado, nos termos do art. 105, II da Constituição Estadual.

PARECER

000061/2009

Ementa

Advogados e Procuradores do ITERPA. Transformação do cargo de Procurador em Procurador Autárquico. Leis nº 6.627 e 6.680/2004. Transposição e enquadramento. Limites legais e constitucionais.

PARECER

000062/2009

Ementa

Análise de minuta contratual. Operação de crédito externa. Estado do Pará e a MLW Intermed Handels. Projeto de Fortalecimento do Sistema Paraense de Inovação. Utilização de recursos para aquisição de equipamentos para Instituições de Ensino e Pesquisa e Laboratórios dos Parques de Ciência e Tecnologia do Estado do Pará. Necessidade de participação da União como garantia da operação. Questão prejudicial à análise do contrato.

PARECER

000063/2009

Ementa

Gratificação de Risco de Vida. Lei Estadual nº 5.539, de 10 de maio de 1989, com redação dada pela Lei Estadual nº 5.773, de 30 de novembro de 1993. Gratificação conferida aos servidores que desenvolvem atividades na URES AIDS da Saúde Pública ou que trabalhem diretamente com a coleta e exame de sangue para detectar a existência do vírus HIV. Princípio legalidade. Art. 37 da Constituição Federal. Vedação de interpretação ampliativa. Possibilidade de alteração da Lei por iniciativa privativa da Governadora do Estado, nos termos do art. 105, II da Constituição Estadual.



PARECER 000064/2009

Ementa Pedido de Análise do parecer emitido pela Consultoria Jurídica do Estado do Pará (CONJUR). Possibilidade ou não de lançar o ICMS referente aos fatos geradores ocorridos em 2001 e 2002. Indício de fraude no pagamento do DAE em virtude de autenticação inidônea.

PARECER 000065/2009

Ementa Readaptação. Gratificação de direção. Pagamento a servidor readaptado.

PARECER 000066/2009

Ementa Anteprojeto de Lei Complementar. Alteração da Lei Complementar nº 039, de 9 de janeiro de 2002. Inclusão de dispositivos. Empréstimos financeiros consignados aos aposentados e pensionistas.

PARECER 000066/2009 A

Ementa Projeto de Lei Complementar. Altera a Lei Complementar Estadual nº 039, de 9 de Janeiro de 2002. Inclusão de dispositivos. Empréstimos financeiros consignados. Taxa de administração.

PARECER 000067/2009

Ementa Operação de crédito interna. Parecer do órgão jurídico (art.21, I, da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal).

PARECER 000068/2009

Ementa Operação de crédito interna. Parecer do órgão jurídico (art. 21, I, da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal).

PARECER 000069/2009

Ementa Operação de crédito externa. Contrato de Financiamento junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Observância ao acórdão do Tribunal de Contas da União - AC 2690-50/08 (Plenário).



PARECER 000070/2009

Ementa Operação de crédito interna. Parecer do órgão jurídico (art. 21, I, da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal).

PARECER 000071/2009

Ementa Cessão de uso de bem imóvel do Estado do Pará para o município de Belém. Descumprimento da finalidade. Notificação do cessionário. Contraditório e ampla defesa. Retomada do bem. Competência do Chefe do Executivo. Vistoria. Indenização de eventuais prejuízos.

PARECER 000072/2009

Ementa Operação de crédito a ser contratada junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, para execução do Programa de Apoio à Modernização e à Transparência da Gestão Fiscal do Estado do Pará - PROGEFAZ, cumprimento dos limites de endividamento e demais condições previstas nas Resoluções do Senado Federal nºs 40/2001 e 43/2001, bem como Lei Complementar nº 101/2000.

PARECER 000073/2009

Ementa Análise de minuta contratual. Operação de crédito interna. Estado do Pará e Banco do Brasil S.A. Primeira etapa do Projeto de Transporte Metropolitano de Belém. Utilização de recursos para custeio de despesas com a execução das obras e aquisição de bens e serviços vinculados à primeira etapa do Projeto. Regularidade e legalidade das cláusulas contratuais. Proposta de alteração e nova redação das cláusulas quarta, décima primeira e vigésima sexta.

PARECER 000074/2009

Ementa Operação de crédito interna. Parecer do órgão jurídico (Art. 21, I, da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal).

PARECER 000075/2009

Ementa Operação de crédito interna. Parecer do órgão jurídico (art. 21, I, da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal).



PARECER 000076/2009

Ementa Concurso público para seleção de oficiais. Validade. Prorrogação. Discricionariedade da Administração.

PARECER 000077/2009

Ementa Fundação Estatal de direito privado. Regime predominantemente de direito privado. Remuneração dos empregados comissionados. Competência do Conselho Curador. Homologação pelo Chefe do Executivo. Acordo coletivo de trabalho. Reajuste salarial. Periodicidade anual. Participação de representantes do Governo do Estado.

PARECER 000078/2009

Ementa Anteprojeto de Lei Complementar. Alteração da Lei Complementar nº 053, de 7 de fevereiro de 2006.

PARECER 000079/2009

Ementa Gratificação de interiorização. Art. 143 da Lei nº 5.810/94. Necessidade de regulamentação.

PARECER 000080/2009

Ementa Da criação do Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará. Lei Estadual nº 7.030, de 30 de julho de 2007. Do interesse da instituição na composição de seu quadro funcional com servidores da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças. Redistribuição e cessão. Requisitos.

PARECER 000081/2009

Ementa Análise de minuta contratual. Operação de crédito interna. Estado do Pará e Banco do Brasil S. A. Primeira etapa do Projeto de Transporte Metropolitano de Belém. Utilização de recursos para custeio de despesas com a execução das obras e aquisição de bens e serviços vinculados à primeira etapa do Projeto. Regularidade e legalidade das cláusulas contratuais.



PARECER	000082/2009
Ementa	Empresa Estatal. Jornada de trabalho de advogado empregado. Inaplicabilidade das disposições do capítulo V, título I, da Lei nº 8.906/94 (Estatuto da Advocacia) à Administração Pública Estadual. Art. 4º da Lei nº 9.527/97.
PARECER	000083/2009
Ementa	Projeto de lei. Alteração do art. 1º da Lei Estadual nº 7.197, de 09/09/2008. Concessão de refeições aos servidores plantonistas penitenciários. Análise jurídica.
PARECER	000084/2009
Ementa	Análise de minuta contratual. Operação de crédito interna. Estado do Pará e Banco do Brasil S.A. Regularidade e legalidade das cláusulas contratuais. Proposta de alteração das cláusulas oitava e vigésima terceira.
PARECER	000085/2009
Ementa	Projeto de Lei. Alteração da Lei Estadual nº 7.202, de 10/09/2008. Autoriza o Estado a contratar operação de crédito externo e a oferecer garantias. Análise jurídica.
PARECER	000086/2009
Ementa	Salário família. Base de cálculo. Art. 24-A da Lei Complementar Estadual nº 039. Análise jurídica.
PARECER	000087/2009
Ementa	Serviço de água e abastecimento sanitário. Competência do Ente Municipal. Formas de prestação. Convênio com a COSANPA. Federalismo cooperativo. Natureza jurídica do convênio. Força obrigatória. Inteligência do art. 57 do Decreto nº 93.872/96 e do art. 7º da IN 01/97 STN. Efeitos da denúncia. Indenização. Art. 37 da Lei nº 8.987/95. Princípios da boa fé, da proporcionalidade e da economicidade.



PARECER	000088/2009
Ementa	Art. 19 do ADCT. Estabilidade excepcional. Somatório de tempo de serviço público. Possibilidade de período exercido em cargos e funções diferentes. Impossibilidade de exercício em entes políticos distintos.
PARECER	000089/2009
Ementa	Análise complementar de alteração de minuta contratual. Operação de crédito interna. Estado do Pará e Banco do Brasil S. A. Cláusula Décima Terceira.
PARECER	000090/2009
Ementa	Exploração de madeira nativa sem licenciamento ambiental. Infração ambiental configurada. Auto de infração procedente.
PARECER	000091/2009
Ementa	Exploração e desdobro de madeira sem Guia Florestal. Infração ambiental configurada. Auto de infração procedente.
PARECER	000092/2009
Ementa	Minuta de Edital de Concurso Público. Provimento de cargos de nível superior, médio e fundamental na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDES). Análise jurídica.
PARECER	000093/2009
Ementa	Consignação facultativa em favor de Associação de Classe. Cancelamento. Artigos 17, III, e 21 do Decreto Estadual nº 2.071/2006. Notificação de consignados para ratificarem pretensão de cancelar consignação facultativa e comprovar sua desfiliação da Associação de Classe.
PARECER	000094/2009
Ementa	Doação de área estadual a COHAB. Desnecessidade de autorização legislativa. Decreto que declarou de utilidade pública já previa que o



procedimento desapropriatório seria realizado em benefício da COHAB.

PARECER

000095/2009

Ementa

Projeto de Lei. Institui auxílio ao desempenho do pessoal da área da saúde especializada de alta complexidade do Hospital Ophir Loyola. Análise jurídica.

PARECER

000096/2009

Ementa

Projeto de Lei Orgânica do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas dos Municípios. Análise jurídica.

PARECER

000097/2009

Ementa

Adolescentes infratores. Internação. Entidades exclusivas para adolescentes. Custódia excepcional em repartições policiais. Transferência.

PARECER

000098/2009

Ementa

Aluguel de imóvel. Transferência da propriedade do imóvel. Doação por instrumento particular. Impossibilidade. Interveniência do doador no novo contrato de locação.

PARECER

000099/2009

Ementa

Cessão de uso de bem imóvel do Estado do Pará para o município de Belém. Finalidade de interesse público. Lei Estadual nº 6.614/2004. Possibilidade.

PARECER

000100/2009

Ementa

Promoção por ressarcimento de preterição. Objeto de MS onde fora denegada a segurança. Matéria já apreciada pela Administração e pelo Poder Judiciário. Impossibilidade de rediscussão da matéria. Promoção em setembro de 2005 indevida e negada inclusão no quadro de acesso. Transgressões disciplinares havidas. Legalidade da exclusão do quadro de acesso. Art. 9º, alínea B e art. 24, alínea b da Lei nº 5.249/85 (Lei de Promoção de Oficiais da PM), c/c com o art.



18, § 1º e art. 28, § único do Decreto nº 4.244/86 (Regulamento de Promoção de Oficiais da PMPA). Não há preterição a ser ressarcida pelo Comando Geral do CBMPA.

PARECER

000101/2009

Ementa

CONCIDADES/PA. Resolução nº 02/2009. Caráter deliberativo. Necessidade de aprovação pelo Chefe do Poder Executivo para que as diretrizes nele propostas tornem-se normas regedoras das Políticas Públicas Estaduais.

PARECER

000102/2009

Ementa

Permuta de imóvel do Estado. Possibilidade jurídica. Inteligência do art. 12, I, c, da Lei Estadual nº 5.416/87. Inexistência dos requisitos legais na proposta formulada pela empresa interessada.

PARECER

000103/2009

Ementa

Vale alimentação. Lei Estadual nº 7.197/2008. Fornecimento para servidores. Hipóteses não previstas em lei. Impossibilidade. Aplicação do princípio da legalidade.

PARECER

000104/2009

Ementa

Gratificação de Tempo Integral (GTI). Incidência para cálculo proporcional do décimo terceiro salário. Impossibilidade. Art. 123, caput do Regime Jurídico Único (Lei nº 5.814/94). Base de cálculo do décimo terceiro salário. Remuneração do mês de dezembro.

PARECER

000105/2009

Ementa

Termo de Cooperação Técnica. Instituição sem fins lucrativos qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPE, perante o Ministério da Justiça. Projeto de modernização da gestão pública. Custeio com recursos privados, decorrentes de doações feitas em favor da OSCIPE. Inexistência de dispêndio de recursos públicos.



PARECER	000106/2009
Ementa	Minuta de Edital de concurso público. Provimento de empregos públicos de nível médio e fundamental nas Centrais de Abastecimento do Pará (CEASA). Análise jurídica.
PARECER	000107/2009
Ementa	Minuta de Protocolo de Intenções entre o Estado do Pará, o Município de Belém e o Município de Ananindeua. Criação de Consórcio Público destinado à realização da gestão associada dos serviços de transporte público coletivo terrestre da região metropolitana de Belém. Análise jurídica.
PARECER	000108/2009
Ementa	Desafetação de imóvel público. Mudança de destinação. Programa Habitacional. Prescindibilidade de lei.
PARECER	000109/2009
Ementa	Decreto Estadual que cria Unidade de Conservação. Flagrante erro material. Alteração por meio de Decreto. Possibilidade.
PARECER	000110/2009
Ementa	Comercialização ilegal de carvão vegetal. Processo Administrativo Punitivo (PAP).
PARECER	000111/2009
Ementa	Emenda Constitucional Estadual nº 42/2008. Necessidade das empresas que contratam com o Estado terem no seu quadro de pessoal percentual mínimo de 5 % de trabalhadores portadores de necessidades especiais. Impossibilidade de aplicação imediata. Regulamentação.
PARECER	000112/2009
Ementa	Projeto de Lei Ordinária. Modifica o prazo de concessão do auxílio alimentação em casos de servidores em gozo de auxílio doença.



Alteração do art. 2º, parágrafo 2º da Lei nº 7.197, de 09 de setembro de 2008.

PARECER

000113/2009

Ementa

Pesca ilegal de caranguejo. Período de defeso. Procedência do Auto de Infração.

PARECER

000114/2009

Ementa

Agente Público. Apresentação de Declaração de Bens e Valores que compõem o seu patrimônio privado. Artigo 13 da Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa). Artigo 22, Parágrafo 4º, da Lei Estadual nº 5.810/94. Lei Estadual nº 5.947/96. Pertinência da Recomendação nº 062/2009, do MPE.

PARECER

000115/2009

Ementa

Concurso para admissão ao Curso de Formação de Oficiais Bombeiros Militares Combatentes (CFO BM-2008). Candidato Sub Judice. Limites da decisão judicial. Reserva de vaga.

PARECER

000116/2009

Ementa

Contratação de prestação de serviços médicos sem a devida formalização. Nulidade. Apuração de eventual dever de indenizar. Apuração das responsabilidades pela ilegalidade.

PARECER

000117/2009

Ementa

Sociedade de Economia Mista. Capital autorizado. Aumento de capital. Integralização de capital. Empresa estatal dependente (Art. 2º, III, da Lei de Responsabilidade Fiscal). Entidade integrante do orçamento fiscal do Estado. Repasse financeiro para "investimentos". Utilização desses recursos para fins de integralização do capital social. Possibilidade jurídica, desde que adotados, pela empresa, os procedimentos cabíveis. Leis nºs 4.320 e 6.404/76.



PARECER	000118/2009
Ementa	Repasse de recursos do PAC/FUNASA. Possibilidade de transferência da execução do objeto aos municípios beneficiados. Necessidade de anuência prévia da FUNASA. Municípios negativos no CAUC e inadimplentes com outras obrigações. Providências necessárias no caso do repasse ser voluntário. Possibilidade, desde que se trate de recurso gravado como de repasse obrigatório.
PARECER	000119/2009
Ementa	FUNTELPA. Extinção da Fundação Estatal de Direito Público e instituição da Fundação Estatal de Direito Privado. Questões remuneratórias. Dúvidas surgidas na implementação das Leis Estaduais nºs 7.214 e 7.215, de 2008.
PARECER	000120/2009
Ementa	Projeto de Lei. Instituição da gratificação de atividade ambiental.
PARECER	000121/2009
Ementa	Documentação necessária para emissão de carteira de identidade para indígenas. Substituição da Certidão de Nascimento pelo Registro Administrativo de Nascimento Indígena (RANI). Impossibilidade jurídica.
PARECER	000122/2009
Ementa	Minuta de Edital de Concurso Público. Provimento de cargos de nível superior, médio e fundamental na Secretaria de Estado de Saúde Pública (SESPA). Análise jurídica.
PARECER	000123/2009
Ementa	Minuta de Edital de Concurso Público. Provimento de cargos de nível superior e fundamental na SEDUC. Análise jurídica.



PARECER	000124/2009
Ementa	Estágio probatório. Minuta de novo Decreto regulamentador. Análise jurídica.
PARECER	000125/2009
Ementa	Propriedade intelectual e inovação. Natureza jurídica da FAPESPA e possibilidade de financiar o Projeto. Competência para decidir do Conselho Superior da Fundação respeitado o trâmite interno. Aplicação de recursos e fiscalização. Sujeição ao controle externo e interno. Retorno financeiro ao Estado. Lei de Inovação. Presença facultativa de intervenção de Instituição Científica e Tecnológica (ICT).
PARECER	000126/2009
Ementa	Minuta de edital de concurso público. Provimento de cargos de nível superior e médio do Instituto de Assistência a Saúde dos Servidores Estaduais - Análise Jurídica.
PARECER	000127/2009
Ementa	Financeiro. Minuta de projeto de lei referente à autorização para abertura de crédito especial ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do exercício de 2009 - Lei Orçamentária nº 7.239, de 31/12/2008 e Minuta de Projeto de Lei destinada à inclusão de artigo na Lei nº 7.077, de 28/12/2007, que instituiu o Plano Plurianual (PPA) para o período de 2008-2011. Análise jurídica.
PARECER	000128/2009
Ementa	Adiantamento de despesa (arts. 65 e 68 da Lei nº 4.320/64). Servidor em alcance. Conta "diversos responsáveis". Impossibilidade de concessão de diárias a servidor em alcance.
PARECER	000129/2009
Ementa	Regularização de terras públicas - Revogação dos dispositivos do Decreto-Lei nº 57/1969 por incompatíveis com as disposições da Lei nº 7.289/2009. Necessidade de republicação na forma da Lei



Complementar nº 33/2009 - Edição de decreto único regulamentar dos procedimentos de regularização fundiária. Possibilidade e necessidade.

PARECER

000130/2009

Ementa

Seleção de servidores efetivos (professores) para educação especial - utilização de edital interno - possibilidade - inexistência de afronta ao art. 37, II, da CRFB/88 - configuração de lotação - ato discricionário motivado - Teoria dos Motivos Determinantes - vinculação da Administração ao motivo declarado.

PARECER

000131/2009

Ementa

Minuta do regimento interno da SUSIPE - análise jurídica.

PARECER

000132/2009

Ementa

Convênio. Contrato de cessão de uso. Cumprimento de obrigações entre as partes. Princípio da Boa Fé.

PARECER

000133/2009

Ementa

Análise em tese da viabilidade constitucional de cessão de servidor público municipal à Sociedade de Economia Mista estadual.

PARECER

000134/2009

Ementa

Contrato de transição. Garantia contratual. Escritura pública de cessão de direitos creditórios sobre títulos da dívida agrária. Impossibilidade.

PARECER

000135/2009

Ementa

Solicitação de elaboração de projeto de lei. Destinação de madeira apreendida para construção de casas populares. Previsão legal na legislação estadual e federal. Desnecessidade de novo projeto de lei.



PARECER	000136/2009
Ementa	Transporte de carvão vegetal sem munir-se da GF3 - Guia Florestal.
PARECER	000137/2009
Ementa	Servidor público. Professor do extinto ensino normal. Percepção de "vantagens do magistério". Art. 6º, XI, da Portaria nº 219/07-SEDUC.
PARECER	000138/2009
Ementa	Minuta de edital de concurso público - C-151 - provimento de cargos de nível superior e médio do Hospital Ophir Loyola (HOL) - Análise Jurídica.
PARECER	000139/2009
Ementa	Zoneamento ecológico-econômico da zona leste - reserva legal em áreas de cerrado na região amazônica - terras indígenas e área de amortecimento.
PARECER	000140/2009
Ementa	Projeto de lei. Alteração da Lei Estadual nº 6.836, de 13/02/2006. Mapa de exclusão social. Análise jurídica.
PARECER	000141/2009
Ementa	Operação de crédito interna. Parecer do órgão jurídico (art. 21, I, da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal).
PARECER	000142/2009
Ementa	Terra indígena. Natureza e Procedimento. Desnecessidade de Audiência Pública.



PARECER	000143/2009
Ementa	Remoção de técnicos em Educação - estabilidade dos servidores - desnecessidade - aplicação do princípio da especialidade - art. 25 da Lei Estadual nº 5.351/86.
PARECER	000144/2009
Ementa	Convênio financeiro entre o Estado e o município de Igarapé-Açu. Transporte escolar. Ação de educação. Ausência de regularidade fiscal do município. Aplicabilidade do artigo 25, § 3º, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Relativização da exigência de regularidade fiscal como requisito para o repasse financeiro.
PARECER	000145/2009
Ementa	Decreto estadual que cria unidade de conservação. Flagrante erro material. Alteração por meio de decreto. Possibilidade.
PARECER	000146/2009
Ementa	Procuradoria-Geral do Estado. Projeto de Lei Complementar estadual que modifica e acrescenta artigos à Lei Complementar Estadual nº 041/2002, que altera a organização da Procuradoria Geral do Estado, define sua competência e dispõe sobre a carreira dos Procuradores do Estado do Pará. Análise jurídica.
PARECER	000147/2009
Ementa	Licença prêmio - cômputo de período prestado na esfera federal - possibilidade - necessidade de exercício ininterrupto entre o vínculo com o Estado e o anterior.
PARECER	000148/2009
Ementa	Análise de minuta contratual. Contrato de financiamento. Estado do Pará e Basa. Aquisição de máquinas e equipamentos e caminhões. Regularidade e legalidade das cláusulas contratuais.



PARECER 000149/2009

Ementa Regularização fundiária do Bairro São José do Operário localizado no município de Oriximiná. Instrumento Jurídico a ser utilizado pela COHAB. Doação ou celebração de Termo de Cooperação Técnica entre esta e o município interessado. Necessidade de avaliação de pontos que fogem à análise estritamente jurídica realizada pela PGE.

PARECER 000150/2009

Ementa Pensão especial. Natureza indenizatória e natureza assistencial. Necessidade de veiculação dos seus aspectos gerais por lei. Valor. Piso referente ao salário mínimo. Impossibilidade de fixação em múltiplos de salário mínimo (Art. 7º, IV, da CF/1988). Reajuste. Rateio. Concessão aos filhos. Limites. Pensão vitalícia excepcional.

PARECER 000151/2009

Ementa Nova minuta de Edital de Concurso Público - C-151. Provimento de cargos de nível superior e médio no Hospital Ophir Loyola (HOL) - Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO

MANIFESTAÇÃO 000001/2009

Ementa Analisa até quando vigoraram os artigos 114 e 130 do RJU Estadual, bem como os artigos 1º e 2º da Lei Estadual nº 5.320, de 20 de junho de 1986, esta última aplicável aos militares estaduais.

MANIFESTAÇÃO 000002/2009

Ementa Cargo em comissão. Gratificação de representação. Licença saúde. Art. 81 da Lei nº 5.810/1994.

MANIFESTAÇÃO 000003/2009

Ementa Convênio em vigência. Anulação do saldo existente. Dotação orçamentária de 2008. Possibilidade de empenhar o Convênio de 2008 com dotação de 2009 desde que haja dotação prevista na Lei Orçamentária Anual de 2009. Se houver anulação do empenho do



ano anterior, em tese, poderá os documentos servirem de base para o empenho de 2009. Documentos utilizados para elaboração do convênio pertencem apenas aquele acordo assinado. Documentos utilizados para comprovação de repasse de parcelas pertencem apenas aquela parcela.

MANIFESTAÇÃO 000004/2009

Ementa Servidor público. Abandono de cargo. Retorno ao serviço. Perdão tácito. Dever de apuração das infrações disciplinares. Princípio da indisponibilidade do interesse público.

MANIFESTAÇÃO 000005/2009

Ementa Consulta advinda do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará, acerca da situação de veículos, doados ao Estado do Pará pelo Governo dos Estados Unidos da América, que, passados doze anos, teriam sofrido desgaste natural decorrente do uso e da ação do tempo, e se encontrariam sucateados.

MANIFESTAÇÃO 000006/2009

Ementa Fórum Regional de Micro e Pequenas Empresas. Alterações implementadas pela Lei Complementar nº 128/2008

MANIFESTAÇÃO 000007/2009

Ementa Exoneração de cargo em comissão. Pagamento de férias e décimo terceiro salário proporcionais.

MANIFESTAÇÃO 000008/2009

Ementa Situação de bens móveis, inclusive veículos, doados ao Estado do Pará pelo Governo dos Estados Unidos da América que, passados mais de doze anos, teriam sofrido desgaste natural decorrente do uso e da ação do tempo e se encontrariam sucateados e inservíveis para o Estado.



MANIFESTAÇÃO 000009/2009

Ementa Ressarcimento de despesas com emissão de passaporte de serviço para viagem à Washington DC (EUA) para participação de audiência pública Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados.

MANIFESTAÇÃO 000010/2009

Ementa Doação de bem público móvel por uma servidora pública a um terceiro particular.

MANIFESTAÇÃO 000011/2009

Ementa Trata-se de consulta, advinda da SEAD, referente à situação de empregada, considerando que esta já exerceria, na Companhia Paraense de Turismo, cargo de Direção, há mais de dez anos ininterruptos.

MANIFESTAÇÃO 000012/2009

Ementa Pedido administrativo, proveniente da SEAD, de interesse de servidor, que pleiteia revisão do cálculo de sua incorporação, para o padrão DAS 5, do Legislativo Estadual, alegando, em suma, que o cargo que exercera, de Chefe do Gabinete Civil da Presidência, à época DAS 4, hoje seria de padrão DAS 5.

MANIFESTAÇÃO 000013/2009

Ementa Desapropriação de áreas de domínio da União pelo Estado do Pará.

MANIFESTAÇÃO 000014/2009

Ementa Possibilidade de aditamento do Contrato nº 006/2008-SECOM, originário da Concorrência Pública nº 001/2007-SECOM.

MANIFESTAÇÃO 000015/2009

Ementa Concurso público realizado no âmbito da Fundação Cultural Tancredo Neves (CENTUR) para provimento do cargo de Apoio



Operacional, onde foram ofertadas 12 vagas em edital, sendo uma destinada a Portador de Necessidades Especiais.

MANIFESTAÇÃO 000016/2009

Ementa Requerimento do Hospital Ophir Loyola no sentido de analisar a possibilidade de inclusão e parametrização dos celetistas - oriundos do extinto Instituto Ophir Loyola - no Sistema de Gestão e de Recursos Humanos (SIGIRH).

MANIFESTAÇÃO 000017/2009

Ementa Minuta do Projeto de Lei Complementar. Regulamentação do art. 318 da Constituição Estadual, que trata sobre a concessão do auxílio mensal em favor do hanseniano.

MANIFESTAÇÃO 000018/2009

Ementa Requerimento acerca da possibilidade de incorporação da Gratificação por Tempo Integral aos seus vencimentos.

MANIFESTAÇÃO 000019/2009

Ementa Consulta sobre a existência de amparo legal para a doação sistemática de materiais permanentes à Prefeitura de Marituba.

MANIFESTAÇÃO 000020/2009

Ementa Questionamentos diversos acerca do pagamento de valores rescisórios a servidores temporários e exclusivamente comissionados, via folha suplementar.

MANIFESTAÇÃO 000021/2009

Ementa Processo oriundo do IGEPREV - Instituto de Previdência do Estado do Pará, que versa sobre o pedido de licença prêmio de servidor.



MANIFESTAÇÃO 000022/2009

Ementa Servidor público. SUSIPE. Adicional noturno. Comprovação de prestação de serviços noturnos. Prescrição bienal. Art. 266, § 2º do CCB.

MANIFESTAÇÃO 000023/2009

Ementa Servidora ocupante do cargo de Agente de Portaria junto à SESPA, não foi avaliada durante o período de estágio probatório.

MANIFESTAÇÃO 000024/2009

Ementa Servidor público. Ressarcimento de prejuízos advindos do Fundo do PIS/PASEP. Prescrição.

MANIFESTAÇÃO 000025/2009

Ementa Servidor público. Interrupção do período de férias. Não devolução do adicional. Período aquisitivo cumprido.

MANIFESTAÇÃO 000026/2009

Ementa Emissão de atestados de sanidade física e mental por parte dos profissionais médicos lotados na Rede Básica. Concordância do CRM. Possibilidade.

MANIFESTAÇÃO 000027/2009

Ementa A ADEPOL requer a adoção de providências necessárias ao pagamento da gratificação de desempenho, no percentual de 20% (vinte por cento), para os Delegados de Polícia, nos termos do artigo 69, V, da Lei Orgânica da Polícia Civil (LCE nº 022/94).

MANIFESTAÇÃO 000028/2009

Ementa Pleito formulado pelo Sindicato dos Trabalhadores Estaduais de Previdência e Assistência do Estado do Pará (SINTEPA-PA), reivindicando enquadramento funcional e financeiro de servidores do IASEP ocupantes do cargo de Auxiliar de Administração, para a equivalência salarial dos ocupantes do cargo de Auxiliar Técnico.



MANIFESTAÇÃO 000029/2009

Ementa Os interessados pleiteiam a reinclusão de seus nomes para fins de regular percepção de vale-alimentação, bem como averiguação dos direitos a que fazem jus nesse período de afastamento - inclusive adicional por tempo de serviço, se houver.

MANIFESTAÇÃO 000030/2009

Ementa Pagamento retroativo da Gratificação de Desempenho Institucional (GDI).

MANIFESTAÇÃO 000031/2009

Ementa Solicitação formulada pela SESPA acerca de Processo Administrativo Disciplinar (PAD).

MANIFESTAÇÃO 000032/2009

Ementa Consulta referente à forma de implementação do pagamento da vantagem de incorporação de gratificação. Súmula nº 372 do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

MANIFESTAÇÃO 000033/2009

Ementa Indagação sobre qual legislação deverá ser utilizada por ocasião da elaboração de termos de convênio a serem celebrados entre a Administração Pública Estadual e diversas instituições.

MANIFESTAÇÃO 000034/2009

Ementa Incorporação referente ao adicional pelo exercício de cargo em comissão, bem como revisão do cálculo da mencionada incorporação, tendo em vista as alterações ocorridas no âmbito da Administração Pública, com o advento da Lei nº 6.834/2006.

MANIFESTAÇÃO 000035/2009

Ementa Consultor jurídico. Jornada de trabalho. Critério de especialidade. Lei nº 6.872/06. 6h/dia.



MANIFESTAÇÃO 000036/2009

Ementa Aplicação, ou não, aos servidores redistribuídos do IPASEP/IASEP aos órgãos/entidades da Administração Estadual, dos novos níveis salariais concedidos pela Lei Estadual nº 7.290/2009.

MANIFESTAÇÃO 000037/2009

Ementa Contratos de repasse entre governo federal e estadual, relacionados à pesca e/ou agricultura que, a rigor, não são mais de sua competência a partir da criação da SEPAq, através da Lei nº 7.019/2007, razão pela qual questiona se a continuidade na execução dessas metas incorre em vício de legalidade.

MANIFESTAÇÃO 000038/2009

Ementa Servidor solicita dispensa de estágio probatório, arguindo já tê-lo cumprido no período de 16.12.2004 a 16.12.2006, com documento de homologação juntado aos autos, tudo com base no art. 34 da Lei nº 5.810/94.

MANIFESTAÇÃO 000039/2009

Ementa Empresa que explora a área pode realizar contrato de transição com a Administração Pública, até a superveniência de licitação, desde que cumpridos os requisitos legais e regulamentares.

MANIFESTAÇÃO 000040/2009

Ementa Consulta formulada pela SEDUC considerando requerimento administrativo de servidora solicitando cópia de sua avaliação de estágio probatório, para efeito de dispensa em outro cargo público, na forma do art. 34 da Lei nº 5.810/94.

MANIFESTAÇÃO 000041/2009

Ementa Natureza jurídica do Fundo Estadual de Meio Ambiente (FEMA) e das compensações ambientais. Hipóteses em que podem ser utilizados os recursos. Expressa dicção de lei.



MANIFESTAÇÃO 000042/2009

Ementa Possibilidade jurídica de realizar convênios e/ou termo de compromisso para ajustes de algumas lacunas existentes na realização dos serviços de publicidade referentes à Concorrência Pública nº 001/2007 e respectivo Contrato de Prestação de Serviços.

MANIFESTAÇÃO 000043/2009

Ementa Revisão de pensão especial de motorista profissional.

NOTA TÉCNICA

NOTA TÉCNICA 001/2009

Ementa Concessão e utilização de Terras Públicas para reflorestamento.

NOTA TÉCNICA 002/2009

Ementa Estágio Probatório – Avaliação de Desempenho.

NOTA TÉCNICA 003/2009

Ementa Isenção de Taxa de Inscrição em concurso públicos estaduais – Cumprimento de Liminar decorrente do indeferimento do Pedido de suspensão n. 2008.3.011679-2, proferida em Ação Civil Pública – Processo 2008.1.005323-7 - 1ª Vara da Fazenda da Capital.

NOTA TÉCNICA 004/2009

Ementa Licença Maternidade – Prorrogação.

NOTA TÉCNICA 006/2009

Ementa Julgamento do incidente de inconstitucionalidade suscitado em Mandado de Segurança sobre o Parágrafo 1º do art. 29 da Lei nº 5810/94 – RJU.

NOTA TÉCNICA 008/2009

Ementa Situação jurídica dos aforamentos no Estado do Pará.



2010

PARECER

PARECER 000001/2010

Ementa Servidor temporário. Infrações disciplinares. Apuração mediante o devido processo legal. Ampla defesa.

PARECER 000002/2010

Ementa Operação de crédito interna. Parecer do órgão jurídico (art. 21, I, da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal).

PARECER 000003/2010

Ementa Regularização de Terras Públicas. Revogação dos dispositivos do Decreto-lei nº 57/1969 por incompatíveis com as disposições da Lei nº 7.289/2009. Necessidade de republicação na forma da Lei Complementar nº 33/2009. Edição de Decreto Único regulamentar dos procedimentos de regularização fundiária. Possibilidade e necessidade.

PARECER 000004/2010

Ementa Fundo Estadual de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) e Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Abono. Pagamento a servidor readaptado.

PARECER 000005/2010

Ementa Serviços gráficos. Contratação direta com a Imprensa Oficial do Estado (IOE/PA). Dispensa de licitação. Inteligência dos incisos VIII e XVI do artigo 24 da Lei nº 8666/93.

PARECER 000006/2010

Ementa Operação de crédito interna. Parecer do órgão jurídico (Art. 21, I, da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal).



PARECER	000007/2010
Ementa	Servidores públicos policiais. Aposentadoria especial. Recepção da Lei Complementar nº 51/85 pela CF/88. Panorama Jurisprudencial.
PARECER	000008/2010
Ementa	Celebração de contrato de concessão de colaboração financeira não reembolsável. BNDES. Previsão na Lei Orçamentária Anual. Inexistência de ônus para o Estado. Desnecessidade de autorização legislativa.
PARECER	000009/2010
Ementa	Gratificação de risco de vida. Hipóteses de incidência. Impossibilidade de acumulação com adicional de insalubridade. Recomendação de alteração legislativa.
PARECER	000010/2010
Ementa	Distribuição de "kits escolares" em ano eleitoral. Análise da pretensão à luz da vedação contida no artigo 73, § 10, da Lei nº 9.504/97 (Lei Eleitoral).
PARECER	000011/2010
Ementa	Receitas não tributárias oriundas de extração mineração. Tentativa de vinculação de parte dos royalties recebidos pelo Estado e Municípios a investimentos em projetos e programas habitacionais. Possibilidade nos termos da legislação em vigor.
PARECER	000012/2010
Ementa	Anteprojeto da Lei Paraense de Inovação. Análise jurídica.
PARECER	000013/2010
Ementa	Projeto de Lei Inovação Estado do Pará. Análise jurídica do Anteprojeto de Lei que dispõe sobre medidas de incentivo à Inovação, à Pesquisa, ao Desenvolvimento e Extensão Científica e



Tecnológica em Ambientes de Produção do Estado do Pará, e dá outras providências.

PARECER 000014/2010

Ementa Debêntures da Companhia Vale do Rio Doce como garantia em contrato de transição firmado entre particular detentor de Plano de Manejo Florestal Sustentável e o IDEFLOR. Impossibilidade face à iliquidez e ao baixo valor destes títulos no mercado.

PARECER 000015/2010

Ementa Despesas cartorárias de protesto. Necessidade de análise do acordo de pagamento da dívida. Possibilidade jurídica de execução contra a Fazenda Pública por título extrajudicial. Súmula nº 279 STJ.

PARECER 000016/2010

Ementa Infração Ambiental. Exploração e desdobro de madeira. Manutenção do auto de infração. Aplicação de pena. Advertência.

PARECER 000017/2010

Ementa SEMA. Autotutela e Auto-Executoriedade administrativas, fiel depositário, ampla defesa e contraditório. Processo administrativo.

PARECER 000018/2010

Ementa Operação de crédito interna. Parecer do órgão jurídico (art. 21, I, da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal).

PARECER 000019/2010

Ementa Instituição legal das Tabelas de taxa, honorários e preços públicos para peritos do Centro de Perícias Renato Chaves.

PARECER 000020/2010

Ementa Impossibilidade de utilização dos 25% do art. 212 da CF/88 para aquisição de uniformes escolares. Inteligência do art. 70 da Lei nº



9.394/96. Enumeração taxativa. Possibilidade de aquisição pela SEDUC, desde que resguardada a aplicação do art. 212 da CF/88.

PARECER 000021/2010

Ementa Minuta de edital de concurso público. Provimento de cargos de nível superior, médio e fundamental no Instituto de Metrologia do Estado do Pará. Análise jurídica.

PARECER 000022/2010

Ementa Projeto de Lei Ordinária. Proposta de alteração do quadro efetivo da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC. Criação de cargos de professor AD-4 - Educação Especial. Análise jurídica.

PARECER 000023/2010

Ementa Auxílio financeiro mensal concedido aos hansenianos (Lei Complementar Estadual nº 05/90). Possibilidade de extensão a crianças e adolescentes.

PARECER 000024/2010

Ementa Sociedade de Economia Mista. Advogados em Regime de Dedicação Exclusiva. Novo Plano de Cargos e Salários (PCS). Critério de enquadramento na nova tabela salarial: salário-base. Inexistência de direito, para esse fim, de junção da Gratificação de Dedicação Exclusiva ao salário-base. Poder de gestão da empresa.

PARECER 000025/2010

Ementa Anteprojeto da Lei da Prestação do Serviço de Movimentação de Gás Canalizado para Consumidor Livre, autoprodutor e autoimportador no Estado do Pará. Análise jurídica.

PARECER 000026/2010

Ementa Minuta de Edital de concurso público. Provimento de empregos públicos de nível superior e médio da FUNTELPA. Análise jurídica.



PARECER 000027/2010

Ementa Auxílio funeral. Ausência de norma legal expressa que conceda o benefício aos bombeiros militares. Necessidade de inclusão no dispositivo legal. Princípio da igualdade.

PARECER 000028/2010

Ementa Operação de crédito interna. Parecer do órgão jurídico (art. 21, I, da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal).

PARECER 000029/2010

Ementa Empregado público. Empresa estatal. Aposentadoria espontânea. Continuidade do contrato de trabalho. Entendimento pacífico do STF (ADI'S 1721 e 1770) e do TST (OJ nº 361, da SBDI-I). Percepção cumulativa de proventos de aposentadoria pagos pelo RGPS e de remuneração de emprego público. Jurisprudência do TST e do STF.

PARECER 000030/2010

Ementa Minuta de edital de concurso público. Provimento de cargos vagos de professor do Ensino Superior da Universidade do Estado do Pará (UEPA). Campi da Capital. Análise jurídica.

PARECER 000031/2010

Ementa Minuta de Edital de concurso público. Provimento de cargos de professor do Ensino Superior da Universidade do Estado do Pará (UEPA). Campi de interiorização. Análise jurídica.

PARECER 000032/2010

Ementa Manutenção do Programa "Cred-Leitura" em ano eleitoral. Análise da pretensão a luz da vedação contida no artigo 73, § 10, da Lei nº 9.504/97 (Lei Eleitoral).

PARECER 000033/2010

Ementa Fundo Especial da Procuradoria-Geral do Estado - FUNPGE. Objetivos. Reaparelhamento. Amplitude do termo.



Discrecionabilidade administrativa para definir investimentos. Dever de estabelecer diretrizes e normas gerais sobre a gestão administrativa e financeira do Fundo, bem como critérios e requisitos para a aplicação dos recursos. Dever de motivação das decisões.

PARECER

000034/2010

Ementa

Possibilidade de abertura de procedimento de credenciamento e autorização do IESP como instituição de educação superior. Inteligência do art. 47 e da Lei Estadual nº 6.170/98. Necessária observância aos requisitos legais pertinentes.

PARECER

000035/2010

Ementa

Lei Eleitoral. Condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas eleitorais. Limite das despesas com publicidade em ano de eleição. Artigo 73, VII, da Lei nº 9.504/97. Questionamentos diversos.

PARECER

000036/2010

Ementa

Doação de terras públicas estaduais ao município de Benevides. Área para expansão urbana. Decreto-lei nº 57/1969 c/c Decreto nº 7.454-71. Desnecessidade de aprovação da Assembleia Legislativa para concessão do título definitivo. Necessidade de convalidação da doação pelo CEPAPF. Inteligência do art. 92, XIII c/c art. 241, III da Constituição Estadual. Intervenção da SEDURB. Instrução Normativa Conjunta nº 001/2008.

PARECER

000037/2010

Ementa

Projeto de Lei Ordinária. Modifica o prazo de concessão do auxílio alimentação em casos de servidores em gozo de auxílio doença. Revogação da Lei nº 7.388/2010 e alteração do art. 2º § 2º, inciso V da Lei 7.197 de 09 de setembro de 2008.

PARECER

000038/2010

Ementa

Da proibição de acumulação dos cargos de dirigente de Fundação Pública e dirigente de Organização Social. Interpretação da vedação



constitucional e legal. Do financiamento exclusivo da Organização Social. Pelo poder público estadual. Impossibilidade de ingerência do Governo na escolha do Diretor-Presidente da OS.

PARECER

000039/2010

Ementa

Irregularidades ocorridas em obra objeto de convênio. Apuração de danos e identificação dos responsáveis. Ressarcimento do erário. Necessidade de regularização das licenças ambientais e junto à ANTAQ.

PARECER

000040/2010

Ementa

Remoção de professor da rede pública para acompanhar cônjuge. Inteligência do art. 25 da Lei Estadual nº 5.351/1986. Jurisprudência dos Tribunais Superiores. Obrigatoriedade da remoção quando a Administração Pública deu causa à separação. Possibilidade de remoção nos demais casos por critério discricionário.

PARECER

000041/2010

Ementa

Fornecimento, a entidade sindical, de relação nominal de servidores públicos, com matrícula funcional e endereço. Análise do pedido à luz do princípio da publicidade administrativa, do direito à intimidade e da liberdade de associação sindical.

PARECER

000042/2010

Ementa

Incentivos fiscais e financeiros disciplinados na Lei Estadual nº 6.489/2002. Concessão em ano eleitoral. Análise da conduta à luz da Lei Eleitoral (art. 73, § 10, da Lei nº 9.504/97).

PARECER

000043/2010

Ementa

Operação de crédito interna. Parecer do órgão jurídico (art. 21, I, da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal).



PARECER 000044/2010

Ementa Operação de crédito interna. Parecer do órgão jurídico (art. 21, I, da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal).

PARECER 000045/2010

Ementa Análise de questionário. Instituição de Cooperação Internacional (JICA). Questões antecedentes à operação de crédito externo.

PARECER 000046/2010

Ementa Concurso público. Prova oral. Questões dissonantes da área de conhecimento delimitada pelo edital do certame. Afronta ao princípio da estrita vinculação ao edital. Invalidação. Realização de nova prova oral. Ressarcimento de despesas comprovadas de deslocamento para a realização da prova anulada.

PARECER 000047/2010

Ementa Alienação de terras públicas do Estado do Pará. Regrimentos pela Lei Federal nº 8.666/93. Normas gerais. Dispensa de licitação até 15 módulos fiscais ou 1.500 hectares. Aplicabilidade do art. 17, § 2º e 2º-B, II da Lei Federal nº 8.666/9 ao Estado Federado. Área superior a 1.500 hectares. Necessidade de licitação, salvo nos casos onde restar configurada a hipótese de inexigibilidade em face de ocupação efetiva e consolidada, a ser verificada pelo ITERPA. Observância da legislação estadual específica para regularização fundiária. Lei Estadual nº 7.289, de 24 de julho de 2009.

PARECER 000048/2010

Ementa Operação de crédito interna. Parecer do órgão jurídico (art. 21, I, da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal).

PARECER 000049/2010

Ementa Convênio administrativo com entidade privada empresarial. Implantação de estágio curricular do curso de medicina de



instituição de ensino empresarial em hospital público.
Impossibilidade jurídica.

PARECER 000050/2010

Ementa Bombeiro Militar. Requisitos legais para promoção. Vagas criadas por ressarcimento de preterição em momento posterior. Vedação legal de utilização das vagas para novo ressarcimento de preterição.

PARECER 000051/2010

Ementa Lei Federal nº 9.504/97. Vedação no período eleitoral. Publicidade institucional. Impossibilidade. Realização de eventos e concessão de patrocínio. Possibilidade. Utilização apenas dos símbolos previstos na Constituição Estadual.

PARECER 000052/2010

Ementa Doação de bens com encargos e cessão de link de acesso à internet. Atos inseridos no Programa Nacional de apoio à Inclusão Digital nas Comunidades - Telecentros.BR instituído no âmbito da política de inclusão digital do Governo Federal. Análise jurídica à luz da Lei Eleitoral (art. 73, § 10 da Lei nº 9.504/97).

PARECER 000053/2010

Ementa Casamento comunitário. Período eleitoral. Vedações do período eleitoral. Realização de eventos. Possibilidade. Condicionantes. Doações. Exegese do art. 73, I, IV e § 10º, da Lei 9.504/97.

PARECER 000054/2010

Ementa Fornecimento de informações e planilhas de horas extras. Servidores da área de enfermagem. Possibilidade. Necessidade de adoção de medidas alternativas para a preservação do direito à intimidade.

PARECER 000055/2010

Ementa Operação de crédito externo. Parecer do órgão jurídico (art. 21, I, da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal).



PARECER	000056/2010
Ementa	Contrato de locação de imóvel. Administração Pública como locatária. Aplicação das normas de direito privado. Lei Federal nº 8.245/91. Ajuste do aluguel ao preço de mercado, acima do índice contratual. Possibilidade. Análise discricionária do Poder Público. Necessidade de devolução do imóvel na data do termo final contratual, sob pena de ação de despejo.
PARECER	000057/2010
Ementa	Eleições 2010. Período eleitoral (três meses que antecedem o pleito). Solenidade de posse de novos Defensores Públicos. Comparecimento, com pronunciamento, da Governadora do Estado. Candidata à reeleição. Ausência de vedação legal. Cautela no pronunciamento.
PARECER	000058/2010
Ementa	Pagamento de gratificação de plantão e sobreaviso. HEMOPA. Servidor comissionado não ocupante de cargo ou função da área fim de saúde. Impossibilidade. Princípio da legalidade. Expressa vedação legal.
PARECER	000059/2010
Ementa	Vedação constante do artigo 73, VI, "a", da Lei nº 9.504/97 (Lei Eleitoral). Repasse de valores decorrentes de operação de crédito. Transferência voluntária do Estado para os Municípios. Possibilidade de execução direta de obras pelo Estado nos Municípios.
PARECER	000060/2010
Ementa	Convênios. Transferência de recursos no período de vedação eleitoral. Exceções. Obras em andamento. Art. 73, VI, "a" da Lei 9.504/97.
PARECER	000061/2010
Ementa	Secretário de Estado. Agente Político. Regime Jurídico Único. Lei Estadual nº 5.810/1994. Licença prêmio. Ausência de previsão legal.



Impossibilidade. Lei Federal nº 9.504/1997. Vedação do uso de Agente Público em campanha política. Necessidade de exoneração do cargo.

PARECER 000062/2010

Ementa Distribuição de cartilhas e informativos a servidores públicos. Período eleitoral. Vedações no período eleitoral. Condicionantes. Art. 73, IV, VI, "b" e § 10º, da Lei 9.504/97.

PARECER 000063/2010

Ementa Anteprojeto de lei que altera dispositivos da Lei Estadual nº 6.482/2002, que dispõe sobre a ADEPARA. Mudança de nomenclatura de Grupo Ocupacional e de Cargos Públicos que o integram. Inclusão de nova atribuição e novo requisito de provimento de cargos públicos. Revogação de dispositivo que afasta a aplicabilidade de regime especial de trabalho na autarquia. Análise jurídica.

PARECER 000064/2010

Ementa Manutenção do Projeto "Nosso futebol nossa paixão" em ano eleitoral. Análise da pretensão à luz da vedação contida no artigo 73, § 10, da Lei nº 9.504/97 (Lei Eleitoral).

PARECER 000065/2010

Ementa Análise de minuta contratual. Contrato de financiamento. Estado do Pará e Banco do Brasil. Programa Transporte Metropolitano. Pavimentação. Regularidade e legalidade das cláusulas contratuais.

PARECER 000066/2010

Ementa Vedação no período eleitoral. Lei Federal nº 9.504/97. Análise do art. 73, inciso VI, "a". Transferência voluntária de recursos do Estado para o Município no período eleitoral. Convênio já celebrado anteriormente. Serviço em andamento.



PARECER	000067/2010
Ementa	Concurso público. Vinculação ao instrumento convocatório. Atendimento do interesse público em conformidade com o estabelecido no edital.
PARECER	000068/2010
Ementa	Desapropriação Gleba Quindague em Marabá/Pará. Cessão de uso de imóveis desapropriados para a Companhia de Desenvolvimento Industrial (CDI). Vedações do período eleitoral e assinatura e publicação do termo de cessão de uso referente a imóveis desapropriados para a ampliação do Pólo Industrial de Marabá.
PARECER	000069/2010
Ementa	Processo Administrativo Punitivo (P.A.P.) SEMA: 2007/95965. Referente: Desdobro de madeira, carvoejamento e exploração.
PARECER	000070/2010
Ementa	Processo Administrativo Punitivo (P.A.P.) SEMA: 154810/2007. Referente: Comercialização ilegal de carvão vegetal.
PARECER	000071/2010
Ementa	Processo Administrativo Punitivo (P. A. P.) SEMA: 0386/2007. Referente: Transporte ilegal de madeira.
PARECER	000072/2010
Ementa	Vedação constante do artigo 73, VI, "a", da Lei Federal nº 9.504/97 (Lei Eleitoral). Transferência de recursos do Estado para os municípios no período eleitoral. Projetos PAC/FUNASA. Decreto federal nº 6.276/2007. Recursos do PAC gravados como transferência obrigatória. Execução direta de obras pelo Estado. Possibilidade.
PARECER	000073/2010
Ementa	Desdobro de madeira, carvoejamento e exploração.



PARECER	000074/2010
Ementa	1º Termo Aditivo de Rerratificação ao Contrato de Financiamento mediante abertura de crédito com recursos do BNDES nº 21/03718 - Estado do Pará e Banco do Brasil S/A.
PARECER	000075/2010
Ementa	Inexistência de direito ao pagamento de aviso prévio a empregado comissionado celetista. Incabível assinatura de CTPS de Presidente de Fundação Pública de direito privado por não se tratar de empregado celetista.
PARECER	000076/2010
Ementa	Relatório de Comissão de Processo Administrativo Disciplinar. Conclusão opina pela penalidade de demissão. Encaminhamento para a autoridade instaurada. Art. 222 da Lei nº 5.810/94. Julgamento e aplicação da penalidade pela autoridade competente para nomear. Art. 197 do mesmo diploma legal. Limites legais para a discordância do relatório. Demissão: ato vinculado.
PARECER	000077/2010
Ementa	Projeto de Lei Ordinária. Proposta de adoção de identificação pelo nome social para gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais no atendimento em órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Estado. Análise jurídica.
PARECER	000078/2010
Ementa	Cumprimento de mandado judicial da Justiça do Trabalho. Força policial. Competência. Polícia Federal ou Polícia Estadual Militar. Dispositivos constitucionais e legais. Cooperação entre órgãos.
PARECER	000079/2010
Ementa	Polícia Militar. Auxílio funeral. Benefício de natureza assistencial. Competência para pagamento: FASPM ou IGEPREV? Aplicação da legislação estadual militar. Ilegitimidade do Decreto Estadual nº 2.397/94.



PARECER 000080/2010

Ementa Cessão de uso de bem público do Estado para Município. Finalidade pública especificada no respectivo termo. Análise da pretensão à luz das condutas vedadas previstas na legislação eleitoral. Igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais.

PARECER 000081/2010

Ementa Projeto para alteração da Lei Complementar nº 054/2006. Adequação à Legislação Federal e Emenda Constitucional nº 45/2004.

PARECER 000082/2010

Ementa Projeto de Lei Ordinária. Proposta de instituição do Código de Ética e Disciplina do Corpo de Bombeiros Militar do Pará. Análise jurídica.

PARECER 000083/2010

Ementa Empresas Estatais. Tipos fundamentais: exploradora de atividade econômica e prestadora de serviço público ou coordenadora de obras públicas e demais atividades públicas. Regime de Execução de débitos judiciais: CPC ou regime precatorial? Impenhorabilidade dos bens afetados à prestação do serviço público.

PARECER 000084/2010

Ementa Servidor público. Licença para atividade classista. Abrangência: Associação de Classe de âmbito local. Limite de servidores licenciados: necessária relação com o número de associados por entidade, a ser estabelecida em norma regulamentar do Chefe do Poder Executivo Estadual. Centralização das informações pela SEAD. Análise do caso concreto.

PARECER 000085/2010

Ementa Concurso público. Convocação oficial no último dia do prazo de validade. Possibilidade de nomeação posterior. Necessidade da Administração. Observância aos princípios da razoabilidade e economicidade. Jurisprudência do STJ.



PARECER 000086/2010

Ementa Bombeiro Militar. Promoção. Vagas ofertadas. Critérios de antiguidade e merecimento.

PARECER 000087/2010

Ementa Requerimento de reequilíbrio econômico financeiro do contrato. Silêncio da Administração. Análise acerca da possibilidade de concessão do direito após extinção do prazo contratual. Posicionamento do STJ e TCU.

PARECER 000088/2010

Ementa Fundo de Assistência Social da PMPA (FASPM). Órgão integrante da estrutura da PMPA, vinculado ao Comandante-Geral. Contribuição do Policial Militar. Caráter facultativo.

PARECER 000089/2010

Ementa Vacância de cargo. Regime jurídico de servidor. Matéria de competência de cada ente da Federação. Inteligência dos arts. 57 e 58 da Lei nº 5.810. Exoneração e recondução.

PARECER 000090/2010

Ementa Custeio de despesas médicas e hospitalares, em caso de doença ou acidente, para Presidente e ex-Presidentes do Poder Legislativo, Governador e ex-Governadores do Estado e Presidente e ex-Presidentes do Poder Judiciário. Art. 305, § 2º, da Constituição Estadual. Norma Constitucional de eficácia contida. Regulamentação reclamada pela principiologia administrativa, em especial pelo princípio da moralidade administrativa.

PARECER 000091/2010

Ementa Isenção do pagamento da taxa de vistoria ao Corpo de Bombeiros do Estado do Pará. Exigência da vistoria para regularização dos imóveis com base no Programa Minha Casa, Minha Vida, instituído pelo Governo Federal. Possibilidade de isenção do pagamento da taxa,



por abranger pessoas de baixa renda e sem condições de efetivar tal pagamento e por tratar-se de programa de enorme cunho social.

PARECER 000092/2010

Ementa Acordo para indenização da área objeto de desapropriação pelo INCRA - GLEBA CIDAPAR.

PARECER 000093/2010

Ementa Minuta de edital de concurso público. Provimento de cargos públicos de nível superior, médio e fundamental da Fundação Carlos Gomes. Análise jurídica.

PARECER 000094/2010

Ementa Licitação. Pregão. Equipamentos de informática. Objeto contratado com empresa vencedora. Posterior descontinuidade da fabricação do produto. Possibilidade de substituição do equipamento contratado, desde que atendidas, integralmente, as especificações técnicas descritas no edital de licitação e desde que mantidas as condições contratadas.

PARECER 000095/2010

Ementa Competência para Declaração de Posse, Domínio e Propriedade de Imóveis Públicos. Secretaria de Estado de Administração (SEAD) e Instituto de Terras do Pará (ITERPA).

PARECER 000096/2010

Ementa Pesca ilegal. Uso de malhadeira em período de defeso. Procedência do Auto de Infração.

PARECER 000097/2010

Ementa Transporte de madeira sem Guia Florestal. Configuração de ilícito administrativo. Procedência do Auto de infração.



PARECER 000098/2010

Ementa Pesca ilegal de caranguejo. Período de defeso. Procedência do auto de infração.

PARECER 000099/2010

Ementa Servidor público. Prazo para a posse (artigo 22 da Lei Estadual nº 5.810/94). Forma de contagem. Observância da regra geral constante do artigo 66 da Lei nº 9.784/99.

PARECER 000100/2010

Ementa Servidor público. Prazo para a posse (artigo 22 da Lei Estadual nº 5.810/1994). Forma de contagem. Observância da regra geral constante do artigo 66 da Lei nº 9.784/99.

PARECER 000101/2010

Ementa Minuta de edital de concurso público. Provimento de cargos de professor de música de nível superior da Fundação Carlos Gomes (FCG/PA). Análise jurídica.

PARECER 000102/2010

Ementa Convênios financeiros. Repasse de verbas estaduais para município. Indícios de irregularidades na utilização dos recursos públicos e ausência de prestação de contas. Tomada de contas especial. Fases interna e externa. Julgamento das contas pelo Tribunal de Contas (art. 71, II, da CF/88) Natureza jurídica dessa atribuição. Princípio da independência das instâncias. Ressarcimento judicial dos danos causados ao erário estadual.

PARECER 000103/2010

Ementa Projeto de lei que institui a Política Estadual de Habitação de Interesse Social (POLHIS) e o Plano Estadual de Habitação de Interesse Social (PEHIS).



PARECER 000104/2010

Ementa Minuta de edital de concurso público. Provimento de vagas em cargos de nível superior e médio do Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (IDESP). Análise jurídica.

PARECER 000105/2010

Ementa Doação de terras públicas estaduais ao município de Benevides. Decreto-Lei nº 57/1969 c/c Decreto nº 7.454/71. Desnecessidade de aprovação da Assembleia Legislativa para concessão do título definitivo. Inteligência do art. 92, XIII c/c art. 241, II da Constituição Estadual. Intervenção da SEDURB no procedimento em trâmite no ITERPA. Instrução Normativa Conjunta nº 001/2008 e Resolução do CEPAP nº 02/2008.

PARECER 000106/2010

Ementa Resgate de áreas aforadas. Consolidação do domínio em favor do enfiteuta. Direito potestativo. Ato administrativo vinculado.

PARECER 000107/2010

Ementa Minuta de Projeto de lei que institui a Lei Orgânica da Administração Tributária do Estado do Pará. Disciplina as carreiras que a integram e altera dispositivos da Lei nº 6.625, de 13 de janeiro de 2004 e da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994. Análise jurídica.

PARECER 000108/2010

Ementa Consulta formulada pela SEGUP, segunda a qual contratou, por meio do Fundo de Investimento de Segurança Pública (FIESP), empresa para prestação de serviços.

PARECER 000109/2010

Ementa Servidor público. Prazo para a posse (artigo 22 da Lei Estadual nº 5.810/94). Forma de contagem. Observância da regra geral constante do artigo 66 da Lei nº 9.784/99.



PARECER 000110/2010

Ementa Concurso público. Convocação de candidatos além do número estabelecido no edital, dentro do prazo de validade. Necessidade da Administração. Vinculação ao edital. Previsão expressa da regra no instrumento convocatório. Observância aos princípios da razoabilidade e economicidade. Jurisprudência dos Tribunais pátrios.

PARECER 000111/2010

Ementa Desmatamento de área em agricultura de subsistência e a utilização de lenha para a produção de carvão vegetal, sem a devida licença prévia do órgão ambiental. Procedência da autuação.

PARECER 000112/2010

Ementa IPTU – Imóvel locado ao Estado. Imunidade recíproca. Observância.

MANIFESTAÇÃO

MANIFESTAÇÃO 000001/2010

Ementa Lei Estadual nº 7.290/2009. Equiparação de servidores. Correlação de cargos de nível fundamental e médio.

MANIFESTAÇÃO 000002/2010

Ementa Processo administrativo e sindicância, considerando a ocorrência de aquisição de rouparia para as unidades de saúde do Estado, sem o devido processo licitatório e competente contrato.

MANIFESTAÇÃO 000003/2010

Ementa Ressarcimento de prejuízos do PIS/PASEP. SAGRI. Prescrição.

MANIFESTAÇÃO 000004/2010

Ementa Projeto de Lei Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) da Zona Leste e Calha Norte. Minuta revisada após Comitê Supervisor do ZEE e contribuições da sociedade.



MANIFESTAÇÃO 000005/2010

Ementa Redistribuição de cargos oriundos da Secretaria de Estado de Administração (SEAD) e demais entidades da Administração Estadual Indireta.

MANIFESTAÇÃO 000006/2010

Ementa Utilização de recursos da transferência fundo a fundo nas ações de vigilância sanitária para pagamento de incentivo à produtividade.

MANIFESTAÇÃO 000007/2010

Ementa Jornada de trabalho de 4 (quatro) horas diárias dos advogados.

MANIFESTAÇÃO 000008/2010

Ementa A interessada solicitou à SEAD a "reinterpretação" do art. 94, § 1º, da LCE nº 039/2002.

MANIFESTAÇÃO 000009/2010

Ementa Reestruturação organizacional da área-meio da PGE.

MANIFESTAÇÃO 000010/2010

Ementa Projeto de Lei - Plano de Cargos e Salários.

MANIFESTAÇÃO 000011/2010

Ementa Utilização de recursos da transferência fundo a fundo nas ações de vigilância sanitária para pagamento de incentivo à produtividade.

MANIFESTAÇÃO 000012/2010

Ementa Redistribuição De Servidores

MANIFESTAÇÃO 000013/2010

Ementa A Assessoria Jurídica registrou a existência de 21 processos referentes a pedidos de pagamento de fornecedores de materiais e prestadores de serviços, os quais teriam sido contratados sem o



devido processo legal, em afronta à Lei nº 8.666/93 e à Lei nº 4.320/64.

MANIFESTAÇÃO 000014/2010

Ementa Pagamento do Adicional por Tempo de Serviço a servidor temporário.

MANIFESTAÇÃO 000015/2010

Ementa Corpo de Bombeiros Militar. "Centro de Tecnologia de Prevenção e Combate aos Incêndios no Estado do Pará". Contratação. UFRA. FADESP. Art. 42 da LRF. Inexistência de impedimento legal absoluto.

MANIFESTAÇÃO 000016/2010

Ementa FSCMPA. Gratificação de Risco de Vida (GRV). Adicional de insalubridade. Impossibilidade de acumulação.

MANIFESTAÇÃO 000017/2010

Ementa Assuntos que podem ser tratados no Programa Estação Segurança Cidadã, face às vedações estabelecidas na Lei Eleitoral.

MANIFESTAÇÃO 000018/2010

Ementa Processo referente ao pedido de redistribuição de servidor efetivo do quadro da SESPA para o Hospital Ophir Loyola

MANIFESTAÇÃO 000019/2010

Ementa Pedidos de redistribuição de 33 (trinta e três) servidores, todos de interesse da Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA).

MANIFESTAÇÃO 000020/2010

Ementa Trata-se de solicitação do TCM para análise do pedido de redistribuição de servidores estaduais



MANIFESTAÇÃO 000021/2010

Ementa O Presidente da PRODEPA consulta esta Procuradoria Geral acerca da legalidade da eventual contratação de empresas vencedoras de Registros de Preços e Pregões Eletrônicos durante o período eleitoral.

MANIFESTAÇÃO 000022/2010

Ementa Consulta acerca do pagamento da Gratificação de Risco de Vida devida aos servidores que exercem funções junto à SUSIPE.

MANIFESTAÇÃO 000023/2010

Ementa Consulta de interesse da Secretaria de Estado de Saúde Pública (SESPA), acerca da possibilidade de doação das residências localizadas na Colônia do Prata, por se tratar, especialmente, de período eleitoral.

MANIFESTAÇÃO 000024/2010

Ementa Consulta acerca da possibilidade de realização de processo seletivo para a concessão de bolsa de pesquisa, diante da previsão de condutas vedadas aos agentes públicos no período eleitoral, na Lei Federal nº 9.504/97.

MANIFESTAÇÃO 000025/2010

Ementa Contratação de Cooperativa de Trabalho. Decisão Judicial. Cláusula proibitiva no edital de licitação.

MANIFESTAÇÃO 000026/2010

Ementa Repasse de recursos para municípios e associações privadas sem fins lucrativos no período eleitoral.

MANIFESTAÇÃO 000027/2010

Ementa Distribuição gratuita de bens do Estado para os municípios através do Projeto Fundo Amazônia.



MANIFESTAÇÃO 000028/2010

Ementa Prestação de serviços de publicidade. Irregularidades na contratação. Indenização. Apuração e responsabilização.

MANIFESTAÇÃO 000029/2010

Ementa Remuneração e transposição.

MANIFESTAÇÃO 000030/2010

Ementa Anteprojeto de lei elaborado pela Defensoria Pública do Estado que visa alterar a Lei Complementar Estadual nº 054/2006, de modo a adequá-la a legislação federal que disciplina as Defensorias Públicas e à Emenda Constitucional nº 45/2004.

MANIFESTAÇÃO 000031/2010

Ementa Consulta acerca do prazo prescricional para o pagamento de períodos retroativos à 22 de março de 2007 da gratificação de risco de vida.

MANIFESTAÇÃO 000032/2010

Ementa Consulta sobre os efeitos da aposentadoria espontânea sobre os contratos de trabalho de empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista, em face de recentes decisões do STF.

MANIFESTAÇÃO 000033/2010

Ementa Consulta formulada pela SEAD relativamente à situação posta pela FUNTELPA, sobre o pagamento de multa de 40% de FGTS a empregado celetista, no momento de sua aposentadoria.

MANIFESTAÇÃO 000034/2010

Ementa Consulta de interesse inicial da SETER, acerca da possibilidade de retorno ao quadro de pessoal dessa Secretaria de servidor, para ocupar a função que exercia anteriormente, qual seja, a de servente.

MANIFESTAÇÃO 000035/2010



Ementa Revisão do cálculo de sua incorporação, para o padrão DAS 4, do Legislativo Estadual.

MANIFESTAÇÃO 000036/2010

Ementa Trabalhadores exercentes da mesma função que o interessado percebem parcelas garantidas por decisão da Justiça do Trabalho (gratificação de produtividade e horas extras incorporadas) e que o interessado tem o mesmo direito, já que também figurou na reclamação trabalhista que originou tal decisão judicial.

MANIFESTAÇÃO 000037/2010

Ementa Consulta Oriunda Do Fundo De Assistência Social Da Polícia Militar Do Pará (FASPM/PA), A Respeito Da Possibilidade De Contratação De Serviços Jurídicos A Serem Prestados Para Esse Fundo.

MANIFESTAÇÃO 000038/2010

Ementa Consulta acerca da possibilidade de realizar a contratação, através de processo licitatório, de empresa especializada na prestação de serviço de gestão de estoques, equipamentos e informações.

MANIFESTAÇÃO 000039/2010

Ementa Parecer acerca do pleito de redução de jornada de trabalho apresentado à empresa estatal pelo Conselho Regional de Serviço Social da 1a. Região.

MANIFESTAÇÃO 000040/2010

Ementa Consulta de interesse inicial da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará (ADEPARA), acerca da possibilidade de nomeação de candidatos classificados no Concurso Público C-138.

MANIFESTAÇÃO 000041/2010

Ementa Consulta da Secretaria de Estado de Administração (SEAD), referente ao pedido de servidora, redistribuída do IPASEP, que requereu o



reajuste salarial de 9,8 por cento, concedido em 2007 aos servidores ocupantes de cargo de nível médio.

MANIFESTAÇÃO 000042/2010

Ementa Possibilidade de se continuar computando o tempo de serviço anterior, para a configuração de período aquisitivo de gozo de férias, com o advento da Lei Estadual nº 7.391/2010, a partir de questão concreta de interesse de servidor.

MANIFESTAÇÃO 000043/2010

Ementa Operações de crédito do Programa Emergencial de Financiamento - PEF1 do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Competência para Declaração de Posse, Domínio e Propriedade de Imóveis Públicos. Secretaria de Estado de Administração - SEAD e Instituto de Terras do Pará - ITERPA.

MANIFESTAÇÃO 000044/2010

Ementa Operações de crédito do Programa Emergencial de Financiamento (PEF 2) do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Competência para Declaração de Posse, Domínio e Propriedade de Imóveis Públicos. Secretaria de Estado de Administração (SEAD) e Instituto de Terras do Pará (ITERPA).

MANIFESTAÇÃO 000045/2010

Ementa Cobrança feita à SESPA, oriunda do Conselho de Biblioteconomia, possivelmente a partir da aplicação de multa no processo administrativo nº 141/09 daquele órgão profissional.

MANIFESTAÇÃO 000046/2010

Ementa O IDESP encaminhou consulta a esta Procuradoria-Geral do Estado do Pará, formulando quesitos envolvendo a possibilidade jurídica de ser contabilizado o tempo de serviço de servidor comissionado, de outras esferas governamentais, para efeito de licença prêmio no Estado.



MANIFESTAÇÃO 000047/2010

Ementa Solicitação formulada pelo Núcleo de Gerenciamento do Programa Pará Rural, acerca da concessão de férias adquiridas e não gozadas de servidores ocupantes de cargos em comissão.

MANIFESTAÇÃO 000048/2010

Ementa Abertura de PAD contra coordenadora do espaço e acolhimento provisório EAPI.

MANIFESTAÇÃO 000049/2010

Ementa Possibilidade de exoneração de gestante ocupante de cargo em comissão.

MANIFESTAÇÃO 000050/2010

Ementa Manifestação complementar ao Parecer 107/2010 com recomendações de ajustes e alterações do projeto de lei do Fisco Estadual.

MANIFESTAÇÃO 000051/2010

Ementa Solicitação formulada pela Secretaria de Estado de Transportes do Pará (SETRAN), acerca da possibilidade de concessão de férias adquiridas e não gozadas por servidor, referente ao período aquisitivo dos anos de 1995/1996.

MANIFESTAÇÃO S/N/2010

Ementa Cobrança de tributos municipais por parte da SEFIN/PMB, tendo por objeto a propriedade de imóveis da SEFA

NOTA TÉCNICA

NOTA TÉCNICA 001/2010

Ementa Hospital Ophir Loyola contratação emergencial de médicos radioterapeutas.



PGE

Procuradoria
Consultiva

NOTA TÉCNICA 002/2010

Ementa Questionamento ao Senhor Procurador-Geral do Estado com o objetivo de subsidiar a avaliação do Programa de Ajuste Fiscal do Estado do Pará - 2009 pela Secretaria do Tesouro Nacional.

NOTA TÉCNICA 003/2010

Ementa Desnecessidade de Decreto Homologatório das Resoluções da Comissão de Incentivos Fiscais.



2011

PARECER

PARECER 000001/2011

Ementa Lei Estadual nº 7.474/2010. Aumento de vencimento base, alteração de vantagem, criação e extinção de cargos no DETRAN/PA. Suposto aumento de despesas com pessoal. Ato nulo quando ocorrido nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do Chefe do Executivo. Inteligência do parágrafo único do art. 21 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

PARECER 000002/2011

Ementa Portaria nº 51/2010 da Secretaria de Direito Econômico - SDE, do Ministério da Justiça. Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta.

PARECER 000003/2011

Ementa Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS). Presidência. Participação, com direito a voto, de entidades não legalmente constituídas. Ausência de disciplina do processo eleitoral. Inobservância de quorum mínimo para instalação de reunião. Ata não assinada pelos Conselheiros.

PARECER 000004/2011

Ementa Contratação de serviço de manutenção de veículo, com fornecimento de peças. Dispensa de licitação em razão do valor (art. 24, II, da Lei nº 8.666/1993). Sistema de cotação eletrônica de preços. Ausência de fornecedores interessados. Adoção do processo convencional de contratação direta.

PARECER 000005/2011

Ementa Supostas ilegalidades ocorridas em procedimento licitatório. Poder-dever de apuração das irregularidades ocorridas no âmbito da Administração Pública. Sindicância investigativa. Apuração de fatos



e identificação dos responsáveis. Rescisão contratual. Aplicação de penalidades.

PARECER

000006/2011

Ementa

Redistribuição de servidora. Requisitos legais. Período de vedação eleitoral. Art. 73, V, da Lei Federal nº 9.504/1997. Inviabilidade jurídica.

PARECER

000007/2011

Ementa

Suposto desvio de dinheiro público. Configuração de ilícito administrativo disciplinar, ato de improbidade administrativa e ilícito penal. Instâncias de responsabilização distintas. Instauração de processo administrativo disciplinar. Aplicação do rito processual previsto na Lei Estadual nº 5.810/94. Devido processo legal. Composição da Comissão Processante. Registro da falta disciplinar acaso comprovada nas fichas funcionais. Ajuizamento de ação de improbidade administrativa pela pessoa jurídica interessada, a par da legitimidade ativa do Ministério Público. Adequada instrução da Ação Judicial. Cientificação dos fatos ao Ministério Público para fins de promoção da responsabilização penal cabível.

PARECER

000008/2011

Ementa

Com o advento da Lei nº 11.051 de 2004, que acrescentou ao artigo 40 da Lei nº 6.830, o parágrafo quarto, está expressa a possibilidade de decretação de prescrição intercorrente em execução fiscal, desde que previamente ouvida a Fazenda Pública. A regra é nitidamente de natureza processual o que importa em sua aplicabilidade aos processos em curso. Aplica-se a regra do parágrafo 4º, artigo 40 da LEF, aos processos em tramitação, independentemente de terem sido iniciados antes ou depois da referida lei. A decretação de prescrição intercorrente sem a oitiva da Fazenda Pública ofende diretamente o referido dispositivo.



PARECER 000009/2011

Ementa Contrato de financiamento mediante abertura de crédito. Cancelamento de "Proposta de Abertura de Crédito" ("PAC") em vista da expiração do prazo para liberação do valor. Celebração de aditivo para realização de nova "PAC", com observância da atual taxa fixa de juros praticada pelo BNDES. Possibilidade jurídica.

PARECER 000010/2011

Ementa Exercício da tutela ou controle pelos órgãos da Administração Direta em relação às entidades de Administração Indireta, inclusive empresas estatais - sociedade de economia mista e empresas públicas.

PARECER 000011/2011

Ementa Organização Social. Conselho de Administração. Participação de representantes do poder público. Escolha da Diretoria. Controle da Execução do Contrato de Gestão. Lei Estadual nº 5.980/96.

PARECER 000012/2011

Ementa 1- Processo de Licenciamento - Observância do Princípio Constitucional de Duração Razoável do Processo - Competência da SEMA para analisar a existência de condições ambientais para concessão de licença de operação. Não pode a simples expectativa em torno de demanda judicial paralisar o exercício da competência administrativa. 2 - Mineroduto localizado em terras públicas estaduais, requisito necessário da obtenção de Permissão de Passagem junto ao ITERPA para a concessão de Licença de Operação.

PARECER 000013/2011

Ementa Contrato de gestão. Repasses efetuados à Organização Social contratada, a título de indenização. Obras e serviços de infraestrutura contratados diretamente pela Organização Social. Necessidade de reversão de excedentes financeiros nas próprias



atividades da OS. Necessidade de observância à Resolução nº 17.439 do TCE/PA. Forma de prestar contas. Encaminhamentos.

PARECER 000014/2011

Ementa Análise de minuta de edital de pregão eletrônico para aquisição de 03 (três) computadores servidores conforme especificação do objeto contida nos autos.

PARECER 000015/2011

Ementa Licença em caráter extraordinário. Lei Estadual nº 5.668/1991. Servidor público estadual. Alcance do termo. Impossibilidade de concessão para empregado público estadual. Falta de amparo legal.

PARECER 000016/2011

Ementa Mineração. Titularidade da terra em discussão. Diferente titularidade do Direito Minerário. Licenciamento Ambiental. Área incidente em Unidade de Conservação -UC. Necessidade de Manifestação prévia do administrador da UC. Licença Ambiental prévia que atendidos todos os requisitos poderá ter como exigência para a licença de instalação que todos os titulares de direito de propriedade tenham asseguradas indenizações e participação do proprietário.

PARECER 000017/2011

Ementa Convênios financeiros. Prestação de contas. Apresentação junto ao concedente e ao Tribunal de Contas do Estado, para fins de aprovação. Controle interno e externo da aplicação dos recursos públicos. Deveres concomitantes e não-excludentes.

PARECER 000018/2011

Ementa Licença remunerada para aprimoramento profissional. Lei estadual nº 5.351/1986. Concessão de bolsa de doutorado. Decreto estadual nº 467/2007 e Resolução nº 05/2007 - SEDUC. Pedido de exoneração



antes do período de prestação de serviço após a conclusão do curso.
Necessidade de ressarcimento de despesas efetuadas pelo Estado.

PARECER 000019/2011

Ementa Gratificação universitária. Lei Estadual nº 6.839/2006. Fundamento de percepção distinto da gratificação de nível superior (Art. 140 da Lei Estadual nº 5.810/1994). Parcela permanente com incidência de contribuição previdenciária. Incorporação a remuneração para fins de aposentadoria.

PARECER 000020/2011

Ementa Minuta de Projeto de Lei sobre ingresso de militares do Estado na Polícia Militar do Estado do Pará. Revogação total da Lei Estadual nº 6.626/2004. Análise jurídica.

PARECER 000021/2011

Ementa Minutas de Plano de Trabalho e Convênio. Realização de cursos de atualização de interesse comum dos partícipes. Análise jurídica.

PARECER 000022/2011

Ementa Contrato administrativo. Interrupção no fornecimento. Requerimento de reequilíbrio econômico financeiro. Necessidade de comprovação dos fatos alegados para a recomposição. Rescisão unilateral pelo contratado. Impossibilidade. Processo administrativo. Aplicação de penalidades. Recurso. Observância ao direito de ampla defesa e contraditório.

PARECER 000023/2011

Ementa Programa Bolsa-Trabalho (PBT). Minutas de Pré-Projeto de Lei e de Decreto Estadual. Análise Jurídica.

PARECER 000024/2011

Ementa Operação de crédito externo. Parecer do órgão jurídico (Art. 21, I, da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal).



PARECER

000025/2011

Ementa

Lei eleitoral. Condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas eleitorais. Transferências voluntárias de recursos do Estado para Municípios, dentro do período eleitoral, destinadas a obras ainda não iniciadas fisicamente. Apuração da legitimidade ou não dos repasses, através do Devido Processo Legal. Execução total ou parcial das obras, preservação dos efeitos decorrentes do ato inválido. Inteligência do artigo 73, VI, "a", da Lei nº 9.504/97, especialmente com relação a nulidade de pleno direito das transferências voluntárias.

PARECER

000026/2011

Ementa

Requisição de servidor para a justiça eleitoral. Recebimento de vantagens do cargo de origem. Inteligência do art. 9º da Lei nº 6.999/82 e Resolução nº 23.255/2010 do TSE. Distinção entre requisição e cessão do servidor.

PARECER

000027/2011

Ementa

Projeto de Lei Ordinária. Proposta de atualização dos valores das pensões pagas aos sobreviventes e dependentes de pessoas falecidas no conflito do Município de Eldorado do Carajás. Análise jurídica

PARECER

000028/2011

Ementa

Imposto de Renda. Precatório. Isenção. Impossibilidade de concessão. Ausência de demonstração de que o interessado é portador de cardiopatia grave.

PARECER

000029/2011

Ementa

Lei Estadual nº 7.442/2010. Plano de Cargos e Carreira e Remuneração (PCCR) da Educação Básica da Rede Pública de Ensino do Estado do Pará. Análise jurídica de dispositivos à luz das disposições do art. 37, XIV, da Constituição da República.



PARECER

000030/2011

Ementa

Possibilidade jurídica de ser licenciado Projeto de Manejo Florestal Sustentável - PMFS em áreas incidentes em Projetos de Assentamentos - PA's, Projetos de Assentamentos Coletivos - PAC's e Projetos de Desenvolvimento Sustentável - PDS's, que estão com a criação judicializadas na Ação Civil Pública nº 2007.39.02.000887-7, que tramita na Vara Federal de Santarém.

PARECER

000031/2011

Ementa

Operação de crédito externo entre Estado do Pará e a Mediocredito Centrale (MCC S.p.A - Capitalia Gruppo Bancario). Transferência pela instituição de direitos, benefícios e obrigações a sua filial. Possibilidade. Previsão nas cláusulas contratuais. Necessidade de consentimento prévio do Estado do Pará.

PARECER

000032/2011

Ementa

Programa Federal de Auxílio a Aeroportos (PROFAA). Convênios financeiros. Ausência de Prestação de Contas. Tomada de Contas Especial (TCE). Inscrição do Estado no CAUC e no CADIN. Responsabilidade solidária do novo gestor IN nº 01/97-STN e IN nº 01/2005-STN.

PARECER

000033/2011

Ementa

Programa Pró-Paz. Estruturação administrativa. Sugestão de criação de Fundação de Direito Privado. Viabilidade jurídica. Possibilidade de vinculação do Programa a órgão público já integrante da Administração Estadual e captação de recursos para as suas ações mediante fundo público.

PARECER

000034/2011

Ementa

Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (CONSEANS/PA). Minutas de anteprojetos de Leis Estaduais e de Decreto Estadual. Análise Jurídica.



PARECER

000035/2011

Ementa

Servidor Público. Penalidade disciplinar (interdição cautelar do exercício profissional de médico) aplicada por Conselho Regional de Medicina - CRM/PA). Consequente impossibilidade do exercício do cargo público de médico. Suspensão do pagamento das remunerações pela Administração. Notificação do servidor. Investigação da suposta ocorrência, no âmbito do exercício do cargo público, dos fatos averiguados pelo CRM/PA. Necessária averiguação de fatos amplamente veiculados na mídia, com possível repercussão na vida funcional do servidor público.

PARECER

000036/2011

Ementa

Cred-Informação. Concessão de auxílio financeiro aos servidores do órgão consulente para aquisição de livros na Feira Pan-Amazônica do Livro de 2011. Ausência de previsão legal. Inviabilidade jurídica do pagamento.

PARECER

000037/2011

Ementa

Abandono de cargo. Ajustamento de conduta - Inaplicabilidade. Pedido de Exoneração - Impossibilidade de negativa antes de indiciamento em procedimento disciplinar ou pela falta de devolução de valores devidos. Falta de interesse para abertura de PAD - Impossibilidade de aplicação de penalidade após exoneração. Recebimento indevido de proventos. Necessidade de restituição. Pedido de parcelamento. Inscrição do débito em dívida ativa ou propositura de Ação Civil de ressarcimento.

PARECER

000038/2011

Ementa

Ações de atendimento e inauguração de Pólos do PROPAZ. Análise das condutas vedadas pela Resolução nº 23.354/2011 do TSE. Inexistência de vedação que atinja as atividades normais do Programa.



PARECER	000039/2011
Ementa	Análise acerca da possibilidade de percepção de adicional noturno para servidor ocupante de cargo comissionado. Impossibilidade. Princípio da legalidade.
PARECER	000040/2011
Ementa	Lei Estadual nº 5.276/85. Criação de funções de natureza policial-militar no quadro de organização da Polícia Militar do Estado do Pará (PMPA). Inexistência de conflito com a Constituição Federal.
PARECER	000041/2011
Ementa	Análise do Estatuto do FONARE. Associação composta por representantes dos Estados. Atendimento às regras constitucionais e do Código Civil. Natureza privada da entidade. Associações compostas por pessoas jurídicas de direito público interno. Distinção. Contribuição pessoal dos seus membros.
PARECER	000042/2011
Ementa	Termo de ajustamento de conduta. Processo disciplinar. Inviabilidade jurídica. Inexistência de previsão legal.
PARECER	000043/2011
Ementa	Ato administrativo. Acatamento de sugestão de órgão Policial Federal. Autotutela. Poder de Polícia Ambiental. Presunção de legitimidade e veracidade. Motivação.
PARECER	000044/2011
Ementa	Operação de crédito interna. Parecer do órgão jurídico (art. 21, I, da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal)
PARECER	000045/2011
Ementa	Guia de transporte de animais documento público. Possibilidade de requisição pela Polícia Federal de documento não sigiloso para instrução de inquérito.



PARECER 000046/2011

Ementa Diárias. Pagamento posterior ao deslocamento do servidor. Impossibilidade legal. Situações excepcionais em que pode ser admitido.

PARECER 000047/2011

Ementa Licença saúde superior a 60 dias.

PARECER 000048/2011

Ementa Minuta de Projeto de Lei Complementar que institui a Lei Orgânica da Administração Tributária do Estado do Pará, disciplina as carreiras que a integram e altera dispositivos da Lei nº 6.625, de 13 de janeiro de 2004. Análise jurídica.

PARECER 000049/2011

Ementa Operação de Crédito Externo. Parecer do órgão jurídico (art. 21, I, da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal)

PARECER 000050/2011

Ementa Tempo de serviço como aluno aprendiz. Requisitos necessários para reconhecimento e averbação. Súmula nº 096 e AC nº 2.024/2005 do TCU. Posicionamento dos Tribunais pátrios.

PARECER 000051/2011

Ementa Princípio da incompatibilidade de cargo. Função ou emprego público. Inteligência do art. 37, inciso XVI da CRFB/88 e art. 41 da CE/89. Acumulação excepcional de cargo, função ou emprego de professor com outro técnico ou científico. Alcance e significado do termo "técnico". Guarda portuário. Ausência de atribuições de natureza técnica. Impossibilidade de acumulação.

PARECER 000052/2011

Ementa Operação de crédito interna. Parecer do órgão jurídico (Art. 21, I, da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal).



PARECER 000053/2011

Ementa Análise de Projeto de lei que institui a Taxa de Controle, Monitoramento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa. Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários (TRFM).

PARECER 000054/2011

Ementa Ato administrativo. Controle de legalidade exercido pelo Judiciário. Coisa julgada. Prescrição. Impossibilidade de revisão administrativa. Princípio da segurança jurídica.

PARECER 000055/2011

Ementa Gratificação de Escolaridade. Servidor ocupante de cargo de nível médio. Formação em nível superior. Percepção de gratificação de escolaridade. Impossibilidade jurídica.

PARECER 000056/2011

Ementa Contratação de empresa para prestação de serviço de fornecimento de bilhetes de passagem aérea. Dispensa de licitação. Comprovação de situação emergencial. Potencialidade de dano concreto e efetivo. Aplicação do disposto no art. 24, IV da Lei nº 8.666/1993.

PARECER 000057/2011

Ementa Corpo de Bombeiros Militar. Condutores. Exigência de CNH categoria "E". Necessidade da Administração. Impossibilidade de deferimento da vantagem pleiteada. Inexistência de jornada extraordinária (antecipação ou prorrogação) na forma do art. 1º, § 1º da Lei nº 6.830/2006.

PARECER 000058/2011

Ementa Convênio entre Estado do Pará e UFPA com vistas à implementação e gestão do Parque de Ciência e Tecnologia - Guamá (PCT GUAMÁ). Construção, pelo Estado, em área pertencente à UFPA, de Rede Subterrânea de Energia Elétrica de Média Tensão, destinada ao funcionamento do PCT Guamá. Aquisição da propriedade imóvel por acessão (artigo 1.255 do Código Civil Brasileiro). Vistoria e ligação



pela CELPA. Incorporação da Rede ao patrimônio da concessionária de distribuição.

PARECER

000059/2011

Ementa

Auxílio-natalidade. Art. 160, inciso I, alínea "C" da Lei Estadual nº 5.810/94. Vantagem de natureza assistencial. Existência de dois vínculos em acumulação aparentemente lícita de cargos públicos. Possibilidade de dupla percepção. Ausência de vedação legal.

PARECER

000060/2011

Ementa

Servidor público. Polícia Civil do Estado. Readaptação. Controvérsia doutrinária sobre a constitucionalidade do instituto. Inexistência de declaração de inconstitucionalidade pelo STF. Remodelação do instituto. Readaptação no próprio cargo, com redução de atribuições. Alternativa mais vantajosa ao interesse público do que a aposentadoria do servidor. Renovação da readaptação.

PARECER

000061/2011

Ementa

I - Havendo sentença superveniente, as decisões liminares anteriores são substituídas pela nova decisão, salvo exceções dispostas na própria sentença. II - Cabe à União o licenciamento ambiental e a autorização para manejo e supressão de atividades em Unidades de Conservação Federal. III - Para que a SEMA possa dar continuidade na análise do PMFS, se for do interesse do Interessado, este deve proceder a exclusão de sua propriedade privada da Floresta Pública do tipo "A", na forma do art. 16, § 1º, da Resolução nº 02/2007 do SFB. IV - O art. 18, § 1º, da Lei nº 9.985/2000 dispõe que as áreas particulares inseridas dentro de Reservas Extrativistas devem ser desapropriadas.

PARECER

000062/2011

Ementa

Secretaria de Estado de Meio Ambiente. Elaboração e revisão de Plano de Manejo. Execução direta pelo órgão X terceirização. Atividade-fim e atividade-meio. Análise das atribuições básicas inerentes ao órgão.



MANIFESTAÇÃO

MANIFESTAÇÃO 000001/2011

Ementa O IGEPREV e o IASEP solicitaram à SEDUC que exija as certidões de regularidade previdenciária das prefeituras nos convênios de municipalização.

MANIFESTAÇÃO 000002/2011

Ementa Acumulação de cargo público e Gratificação de dedicação exclusiva.

MANIFESTAÇÃO 000003/2011

Ementa Termo Aditivo ao Contrato de Locação nº 001/2008.

MANIFESTAÇÃO 000004/2011

Ementa Dispensa de licitação e possibilidade de contratação direta.

MANIFESTAÇÃO 000005/2011

Ementa Reabertura de prazo para a posse no cargo público de Professor AD4-401

MANIFESTAÇÃO 000006/2011

Ementa A Exma. Sra. Presidente da FUNTELPA novamente submeteu a esta Procuradoria- Geral a questão do regime jurídico dos cargos comissionados existentes no quadro de pessoal da entidade, desta feita requerendo o cancelamento do Parecer nº 057/2009.

MANIFESTAÇÃO 000007/2011

Ementa Avaria no relógio de ponto do prédio principal (defeito no módulo leitor biométrico). Orçamento da empresa representante da marca no Estado.

MANIFESTAÇÃO 000008/2011

Ementa Contratação temporária por entidade da Administração Indireta e Regime Jurídico.



MANIFESTAÇÃO 000009/2011

Ementa Análise de minuta do segundo Termo Aditivo ao Convênio nº 002/2009, firmado entre esta Procuradoria-Geral e o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), para a concessão de estágios a estudantes de curso de graduação.

MANIFESTAÇÃO 000010/2011

Ementa Análise de minuta do segundo Termo Aditivo ao Convênio nº 001/2009, firmado entre esta Procuradoria-Geral e o Instituto Euvaldo Lodi (IEL), para a concessão de estágios a estudantes de curso de graduação.

MANIFESTAÇÃO 000011/2011

Ementa Procedimentos a serem adotados para aquisição/renovação de periódicos para esta Casa de Procuradores.

MANIFESTAÇÃO 000012/2011

Ementa Fornecimento de refeições para os policiais militares que fazem a guarda da PGE/PA.

MANIFESTAÇÃO 000013/2011

Ementa Renúncia de posse. Prazo de 30 dias. Possibilidade de nova nomeação. Existência de vaga e interesse da Administração Pública.

MANIFESTAÇÃO 000014/2011

Ementa Reequilíbrio Econômico-Financeiro - Reajustamento de preço do contrato.

MANIFESTAÇÃO 000015/2011

Ementa Análise quanto à forma de pagamento dos serviços prestados pelas empresas Petrobrás Distribuidora S/A e Shell Brasil Ltda. referente ao fornecimento de combustível e lubrificantes de aviação, bem como orientação quanto ao procedimento prévio para contratação futura da prestação do mesmo serviço.



MANIFESTAÇÃO 000016/2011

Ementa Saque indevido de proventos de servidor falecido. Compensação com auxílio-funeral.

MANIFESTAÇÃO 000017/2011

Ementa Desaparecimento de bens no âmbito do órgão. Necessidade de apuração das irregularidades. Sindicância administrativa.

MANIFESTAÇÃO 000018/2011

Ementa Consulta encaminhada pela SEPOF acerca de quais medidas devem ser adotadas diante de indícios de que os limites de movimentação de receitas e despesas para abertura de créditos suplementares na Lei Orçamentária de 2010 fora ultrapassado pelo Chefe do Executivo, no exercício anterior.

MANIFESTAÇÃO 000019/2011

Ementa Pedido de realização de empenho para a compra de vale-transporte junto ao Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros de Belém - SETRANS-BEL, vales estes que serão utilizados por estagiários e servidores desta Procuradoria-Geral do Estado, para a realização da demanda mensal de serviços externos.

MANIFESTAÇÃO 000020/2011

Ementa Renovação do contrato de locação do imóvel onde funciona o escritório da Setorial-Brasília desta PGE/PA.

MANIFESTAÇÃO 000021/2011

Ementa Processo licitatório com irregularidade.

MANIFESTAÇÃO 000022/2011

Ementa Rescisão/Revogação do Protocolo de Intenções nº 06/2009.



PGE

Procuradoria
Consultiva

MANIFESTAÇÃO 000023/2011

Ementa Compra direta de toner remanufaturado (serviço de recarga de toners).

MANIFESTAÇÃO 000024/2011

Ementa Gratificação de educação especial.

MANIFESTAÇÃO 000025/2011

Ementa Protocolo de Intenções a ser firmado entre MBC e o Governo do Estado do Pará.

MANIFESTAÇÃO 000026/2011

Ementa Trata-se de "período de alerta" do Contrato nº 009/2006, celebrado entre o Estado do Pará - PGE e a PRODEPA, com vistas à prestação de serviços de desenvolvimento e hospedagem de home page.

MANIFESTAÇÃO 000027/2011

Ementa Cotação Eletrônica de Preços destinada à contratação do serviço de recarga de todos os extintores deste órgão, haja vista a expiração do prazo de validade dos mesmos (Jan./11).

MANIFESTAÇÃO 000028/2011

Ementa Processo interno, conduzido pela Coordenação Geral de Administração (CGAF) desta Procuradoria Geral, referente à compra direta de toner remanufaturado (serviço de recarga de toners).

MANIFESTAÇÃO 000029/2011

Ementa Análise referente ao Contrato nº 004/2009, firmado entre esta Procuradoria-Geral e a empresa prestadora de serviços de telefonia Claro S.A., tendo por objeto a contratação de acesso móvel à rede mundial de computadores (banda larga sem fio).



MANIFESTAÇÃO 000030/2011

Ementa Processo de contratação pelo sistema de cotação eletrônica de preços, com vistas à manutenção, com fornecimento de peças, do L-200, integrante da frota deste órgão.

MANIFESTAÇÃO 000031/2011

Ementa Análise de minuta de Instrumento de Contrato desta PGE, a ser firmado entre o Estado do Pará, por meio desta Procuradoria-Geral e o CIEE, para a concessão de estágios a estudantes.

MANIFESTAÇÃO 000032/2011

Ementa Análise de minuta de instrumento de contrato desta PGE, a ser firmado entre o Estado do Pará, por meio desta Procuradoria-Geral e o Instituto Euvaldo Lodi (IEL), para a concessão de estágios.

MANIFESTAÇÃO 000033/2011

Ementa Compra de papel. Pregão eletrônico. PGE/PA como partícipe da Ata de Registro de Preços resultante de certame realizado pela SEAD/PA.

MANIFESTAÇÃO 000034/2011

Ementa Contratação direta com a Imprensa Oficial do Estado (IOE/PA).

MANIFESTAÇÃO 000035/2011

Ementa Consulta acerca da possibilidade de desistência de duas ações judiciais, no Município de Salinópolis, alegando que as despesas de acompanhamento são altas e incompatíveis com o valor da causa.

MANIFESTAÇÃO 000036/2011

Ementa Processo interno, conduzido pela Coordenação Geral de Administração e Finanças (CGAF) desta Procuradoria, referente à compra direta de 1 (um) Quadro de aviso em acrílico.



MANIFESTAÇÃO 000037/2011

Ementa Aquisição de aparelho eletrônico/Cotação Eletrônica.

MANIFESTAÇÃO 000038/2011

Ementa Averbação de tempo de serviço público na condição de estagiário.

MANIFESTAÇÃO 000039/2011

Ementa Minuta de Termo de Compromisso e Anuência, confeccionada a partir de modelo que vem sendo utilizado no Estado do Rio Grande do Norte a ser celebrado entre a COSANPA e os Municípios em que a empresa atualmente atua.

MANIFESTAÇÃO 000040/2011

Ementa Rotinas de folha de pagamento, entre as quais o redutor constitucional aplicado em decorrência do teto remuneratório no âmbito do Poder Executivo Estadual.

MANIFESTAÇÃO 000041/2011

Ementa Viabilidade jurídica de quitação dos meses de 2010 a 2011, em que não houve pagamento e, acerca das providências necessárias à eventual prorrogação do Contrato nº 007/2008.

MANIFESTAÇÃO 000042/2011

Ementa Aquisição de 1.000 (hum mil) unidades de cartão de apresentação em policromia.

MANIFESTAÇÃO 000043/2011

Ementa Contratação do serviço de disponibilização de assinatura do Diário da Justiça Federal da 1ª Região Eletrônico celebrado com a Imprensa Nacional da União. Inexigibilidade de licitação.



PGE

Procuradoria
Consultiva

MANIFESTAÇÃO 000044/2011

Ementa Análise de minuta de Instrumento de Contrato desta PGE, a ser eventualmente firmado entre o Estado do Pará, por meio desta Procuradoria-Geral e a Imprensa Oficial, para aquisição de 6 (seis) assinaturas do Diário Oficial do Estado, publicação oficial da autarquia estadual interessada.

MANIFESTAÇÃO 000045/2011

Ementa Contrato de consultoria. Inexigibilidade de licitação. Suspeita de irregularidades.

MANIFESTAÇÃO 000046/2011

Ementa Pagamento de Honorários advocatícios a defensor dativo pelo Estado.

MANIFESTAÇÃO 000047/2011

Ementa Aquisição de equipamentos para fazer reparos dos aparelhos de ar condicionado desta PGE.

MANIFESTAÇÃO 000048/2011

Ementa Solicitação formulada pela COHAB acerca da questão concreta de interesse de cidadã.

MANIFESTAÇÃO 000049/2011

Ementa Análise de nova versão da minuta do Decreto Estadual Regulamentador do estágio probatório.

MANIFESTAÇÃO 000050/2011

Ementa Trata-se de processo interno, conduzido pela Coordenação Geral de Administração e Finanças (CGAF) desta Procuradoria-Geral, referente à compra direta de 12 (doze) estantes com 5 prateleiras em aço.



MANIFESTAÇÃO 000051/2011

Ementa Minuta do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 007/2008, de Prestação de Serviços de Locação de Equipamentos de impressão e reprografia, que entre si celebram o Estado do Pará, através da Procuradoria-Geral do Estado- PGE e a Empresa C2A Serviços em Tecnologia da Informação Ltda

MANIFESTAÇÃO 000052/2011

Ementa A Secretaria de Estado de Administração suscitou vários aspectos relativos ao teto remuneratório, requerendo orientação desta PGE com relação a "correta aplicação do cálculo do redutor constitucional".

MANIFESTAÇÃO 000053/2011

Ementa Trata-se de processo interno conduzido pela Coordenação Geral de Administração e Finanças (CGAF) desta PGE, referente a compra direta de peças (filtro de ar, filtro de combustível, filtro de óleo, junta do cabeçote, junta do cárter, aditivo, pastilha de freio e óleo para motor) e contratação de prestação de serviço (descarbonização do motor, mão de obra com a mecânica, higienização do ar condicionado e limpeza do ar condicionado) para manutenção do veículo Corolla, placa JUK5401, ano 2003, integrante da frota deste órgão.

MANIFESTAÇÃO 000054/2011

Ementa Trata-se de processo interno, oriundo do Coordenador do Núcleo de Controle, que alertou para a existência de vários equívocos no processo de doação de bem móvel "inservível" que tramita neste órgão desde abril de 2010.

MANIFESTAÇÃO 000055/2011

Ementa Defesa de empresa em Suspensão de Benefício Fiscal (Notificações 006/2011 e 099/2011).



MANIFESTAÇÃO 000056/2011

Ementa Ajustes na minuta contratual para a assinatura do Diário Oficial do Estado.

MANIFESTAÇÃO 000057/2011

Ementa Assinatura de Termo Aditivo ao Contrato de fornecimento de energia elétrica nº 0000090356. Redução do valor da demanda contratada.

MANIFESTAÇÃO 000058/2011

Ementa Assinatura de Termo Aditivo ao Contrato de fornecimento de energia elétrica nº 0000100860. Redução do valor da demanda contratada.

MANIFESTAÇÃO 000059/2011

Ementa Enquadramento do ocupante da função de "Procurador" no cargo de Procurador Autárquico, no âmbito do ITERPA.

MANIFESTAÇÃO 000060/2011

Ementa Solicitação de pagamento da gratificação de interiorização - Art. 143 RJU. Ausência de regulamentação.

MANIFESTAÇÃO 000061/2011

Ementa Licença maternidade para mãe adotiva.

MANIFESTAÇÃO 000062/2011

Ementa Análise do processo de dispensa de licitação, com base no artigo 24, XVI, da Lei nº 8.666/93, com vistas à contratação da PRODEPA para prestação do serviço de hospedagem do website institucional.

MANIFESTAÇÃO 000063/2011

Ementa Análise jurídica da minuta do Contrato de Prestação de Serviço nº 026/2011, a ser celebrado entre o Estado do Pará/PGE e a empresa Treide Apoio Empresarial Ltda.



MANIFESTAÇÃO 000064/2011

Ementa Questionamento da SEDUC acerca da possibilidade de contagem de tempo de serviço prestado como militar (obrigatório e concursados oriundos da PM e CBM) para efeito de concessão de Adicional por Tempo de Serviço.

MANIFESTAÇÃO 000065/2011

Ementa Trata-se de processo interno, conduzido pela Coordenação Geral de Administração e Finanças (CGAF) desta Procuradoria-Geral, referente a compra direta de 14 (quatorze) extintores de incêndio bem como 14 placas fotofluorescentes para extintores.

MANIFESTAÇÃO 000066/2011

Ementa Contrato emergencial de telefonia fixa – EMBRATEL.

MANIFESTAÇÃO 000067/2011

Ementa Sigilo Fiscal. Acesso a informações no cálculo dos índices e participação dos municípios na parcela de arrecadação do ICMS.

MANIFESTAÇÃO 000068/2011

Ementa Trata-se de processo interno, conduzido pela Coordenação Geral de Administração e Finanças (CGAF) desta Procuradoria-Geral, referente a compra direta de 1000 (mil) pastas impressas em policromia de papel couchê para a Setorial de Brasília.

MANIFESTAÇÃO 000069/2011

Ementa Aquisição de capa de Processo.

MANIFESTAÇÃO 000070/2011

Ementa Trata-se de processo interno, conduzido pela Coordenação Geral de Administração e Finanças (CGAF) desta Procuradoria-Geral, referente a compra direta de 1(uma) Fragmentadora de papel.



MANIFESTAÇÃO 000071/2011

Ementa Trata-se de processo interno, conduzido pela Coordenação Geral da Administração e Finanças (CGAF) desta Procuradoria Geral, referente a contratação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT).

MANIFESTAÇÃO 000072/2011

Ementa Análise sobre o Pregão presencial nº 44/2010. Licitação ocorrida no âmbito da SEMA/PA para contratação de empresa especializada na prestação do serviço de controle de emissão de gases veiculares.

MANIFESTAÇÃO 000073/2011

Ementa Concurso Público. Candidato nomeado que não se apresenta no prazo de 30 dias para a posse, inteligência do art. 22 e §§ da Lei nº 5.810/94. Obediência aos princípios da legalidade e da isonomia.

MANIFESTAÇÃO 000074/2011

Ementa Possibilidade ou não de exoneração de servidora efetiva grávida, ocupante de cargo em comissão, bem como do recebimento das diferenças salariais durante o período da estabilidade provisória.

MANIFESTAÇÃO 000075/2011

Ementa Assinatura de Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviço nº 015/2010, para manutenção do Sistema SCP (Sistema de Controle de Processos da PGE/PA).

MANIFESTAÇÃO 000076/2011

Ementa Processo de contratação pelo sistema de cotação eletrônica de preços, com vistas à compra de dez carimbos para ser utilizado pelos Procuradores da Procuradoria Fundiária.

MANIFESTAÇÃO 000077/2011

Ementa Procedimento interno para abertura de licitação, na modalidade de pregão eletrônico, para contratação de empresa especializada na



prestação de serviço de recarga de cartuchos e toners remanufaturados para esta PGE.

MANIFESTAÇÃO 000078/2011

Ementa Trata-se de documentação encaminhada pela SESPA, referente ao pedido de qualificação como OS do Instituto Amazônia de Atenção à Saúde.

MANIFESTAÇÃO 000079/2011

Ementa Minuta de Protocolo de intenções entre Gás do Pará e ALUNORTE, objetivando avaliar a viabilidade técnico-econômica do fornecimento de gás natural pela entidade estatal concessionária do serviço à referida empresa.

MANIFESTAÇÃO 000080/2011

Ementa Solicitação de pagamento retroativo do adicional por tempo de serviço. Prazo prescricional.

MANIFESTAÇÃO 000081/2011

Ementa Solicitação formulada pela Secretaria de Estado de Administração (SEAD), tendo em vista que há muitos pedidos de desfazimento do ato de dispensa das servidoras temporárias grávidas ou de licença-maternidade, que foram desligadas ao término do período do contrato temporário.

MANIFESTAÇÃO 000082/2011

Ementa Trata-se de processo interno conduzido pela Coordenação Geral de Administração e Finanças (CGAF) desta Procuradoria-Geral, referente à aquisição de bateria para o veículo 1.200.

MANIFESTAÇÃO 000083/2011

Ementa Contratação de empresa para a realização do Curso de Atualização sobre Sistema de Registro de Preços, Cotação Eletrônica e Pregão Eletrônico. Inexigibilidade de licitação.



MANIFESTAÇÃO 000084/2011

Ementa Pedido de exoneração de servidor que não fora publicado. Consequências.

MANIFESTAÇÃO 000085/2011

Ementa A SAGRI solicita orientações desta PGE quanto às providências a adotar em face do suposto extravio de bens patrimoniais.

MANIFESTAÇÃO 000086/2011

Ementa O Exmo. Sr. Chefe da Casa Militar da Governadoria do Estado dirigiu-se ao Exmo. Procurador-Geral do Estado para noticiar o suposto extravio de bens patrimoniais pertencentes ao órgão.

MANIFESTAÇÃO 000087/2011

Ementa Contratação pelo sistema de cotação eletrônica de preços, com vistas a prestação dos serviços de higienização e desinfecção de 4 caixas d'água e uma cisterna nesta Procuradoria.

MANIFESTAÇÃO 000088/2011

Ementa Solicitação de averbação de tempo de serviço de natureza celetista prestado anteriormente ao advento da Constituição de 88 e da Lei estadual nº 5.810/94, para fins de percepção do respectivo adicional.

MANIFESTAÇÃO 000089/2011

Ementa Minuta do contrato de programa a ser firmado em caráter emergencial com os municípios operados pela COSANPA.

MANIFESTAÇÃO 000090/2011

Ementa Contratação do serviço de impressão, aplicação e processamento do resultado da prova objetiva do XVIII Concurso Público para provimento do cargo de procurador do Estado do Pará celebrado com a Universidade do Estado do Pará- UEPA. Dispensa de licitação, art. 24, inciso XIII da Lei nº 8.666/93.



MANIFESTAÇÃO 000091/2011

Ementa Possibilidade de dispensa de servidores temporários que se encontram em gozo de licença saúde.

MANIFESTAÇÃO 000092/2011

Ementa Solicitação formulada pela Companhia de Desenvolvimento Industrial do Pará (CDI/PA), por meio do Ofício nº 079/2011-GAB-CDI/PA, de 14/10/2011, acerca da análise do instituto da retrovenda, tendo em vista a criação dos Distritos Industriais de Ananindeua, Icoaraci, Marabá e Barcarena.

MANIFESTAÇÃO 000093/2011

Ementa A Exma Sra. Desembargadora Presidente do TJE/PA, em exercício, dirigiu-se ao PGE, para formular consulta relativa aos servidores cedidos com ônus ao TJE/PA.

MANIFESTAÇÃO 000094/2011

Ementa Análise e manifestação acerca da solicitação de concessão de pensão especial.

MANIFESTAÇÃO 000095/2011

Ementa Indagações considerando as conclusões alcançadas no Parecer nº 029/2010- (Empregado público - Aposentadoria espontânea).

MANIFESTAÇÃO 000096/2011

Ementa Análise acerca da legitimidade da exigência do diferencial de alíquota incidente nas aquisições, em operações interestaduais, de mercadorias ou bens destinados ao ativo imobilizado ou ao uso e consumo das empresas de construção civil localizadas no Estado do Pará, com a utilização da alíquota interestadual.

MANIFESTAÇÃO 000097/2011

Ementa Pagamento de FGTS a ocupante de função comissionada.



MANIFESTAÇÃO 000098/2011

Ementa Processo oriundo da SEAD, pertinente ao pagamento de gratificação de risco de vida (GRV) a todos os servidores da FSCMPA.

MANIFESTAÇÃO 000099/2011

Ementa Consulta de interesse do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará (IGEPREV), referente ao pedido de redistribuição de vários servidores para integrar o quadro definitivo dessa autarquia previdenciária.

MANIFESTAÇÃO 000100/2011

Ementa A Secretaria formulou consulta na qual relata que foi instaurado processo de dispensa de licitação no âmbito da Secretaria, para aquisição de obra de arte que retrata a orla da cidade de Belém, datado do século XIX.

MANIFESTAÇÃO 000101/2011

Ementa Afastamento temporário. Curso de formação.

MANIFESTAÇÃO 000102/2011

Ementa Manifestação sobre a incidência da contribuição ao PIS/PASEP sobre a receita do Estado do Pará, mais especificamente sobre a composição da base de cálculo do referido tributo.

MANIFESTAÇÃO 000103/2011

Ementa Impossibilidade de enquadramento do ocupante da função de "Advogado" no cargo de Procurador Autárquico, no âmbito do ITERPA.

MANIFESTAÇÃO 000104/2011

Ementa Pagamento de auxílio-funeral a não-dependente. Servidor ocupante de cargo em comissão.



MANIFESTAÇÃO 000105/2011

Ementa Aquisição de servidores de informática e reequilíbrio econômico financeiro.

MANIFESTAÇÃO 000106/2011

Ementa O interessado, servidor público estadual, ocupante do cargo de engenheiro, lotado no Instituto de Terras do Pará (ITERPA), formulou ao dirigente da autarquia pedido de "revisão processual", no qual pleiteou a correção da base de sua incorporação de adicional de FG-4 para DAS-4.

MANIFESTAÇÃO 000107/2011

Ementa O Presidente da PRODEPA solicita a manifestação desta PGE "quanto à legalidade (ou não) do pagamento de aviso prévio e multa de 40 por cento dos depósitos fundiários, aos empregados comissionados, exonerados ad nutum, contratados sem concurso público, por meio do inciso II, do art. 37, II da Constituição Federal".

MANIFESTAÇÃO 000108/2011

Ementa O Presidente do IMETROPARÁ submeteu a esta Procuradoria-Geral requerimento formulado por Procurador Autárquico temporário relativamente ao pagamento de gratificação de dedicação exclusiva.

MANIFESTAÇÃO 000109/2011

Ementa A SEDUC solicita a esta PGE orientação acerca da possibilidade de acumulação do cargo político de vereador com cargos públicos decorrentes de aprovação em concurso público.

NOTA TÉCNICA

NOTA TÉCNICA 001/2011

Ementa Para utilizar em seu âmbito a Parceria Público-Privada (PPP), o Estado necessita de Lei própria ou as disposições da Lei nº 11.079/2004 já seriam suficientes?



PGE

Procuradoria
Consultiva

NOTA TÉCNICA 002/2011

Ementa Concurso C-149. Processos Judiciais. Suspensão de Liminares. Nova ACADEPOL aberta por força de liminar do TJE/PA, para candidatos que concluíram as provas da 1ª etapa do certame.

NOTA TÉCNICA 003/2011

Ementa Plebiscito

NOTA TÉCNICA S/N/2011

Ementa Contrato de publicidade.



2012

PARECER

PARECER

000001/2012

Ementa

Veículo adquirido em leilão do Detran. Inexiste previsão na lei estadual do IPVA de isenção do imposto na aquisição de veículos em leilão do Detran. Por força do artigo 131, I do Código Tributário Nacional, o adquirente em leilão é responsável pelo pagamento do imposto devido referente ao bem adquirido. O artigo 328 do CTB não faz previsão de valor remanescente e o artigo 18 da Resolução 331/2009, prevê que poderá ser cobrado o valor devido que não foram cobrados pelo valor apurado em leilão, não podendo referida Resolução alterar regras do CTN. A previsão do parágrafo único do artigo 130 do Código Tributário Nacional somente pode ser entendido como aplicado em hasta pública, sentido da palavra não permite reconhecer que seja aplicado a qualquer leilão.

PARECER

000002/2012

Ementa

Concurso Público para cadastro de reserva. Convocação de candidatos portadores de deficiência. Manutenção das regras editalícias. Legitimidade. Observância aos limites legais. Conformidade com a jurisprudência pátria.

PARECER

000003/2012

Ementa

Organização social. Contrato de gestão. Extinção do órgão supervisor. Sucessor legal. Prorrogação da vigência contratual. Processo seletivo. Contratação emergencial.

PARECER

000004/2012

Ementa

Minuta de Decreto Estadual. Proposta de regulamentação do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Estado do Pará - CDE. Análise jurídica.



PARECER	000005/2012
Ementa	Lei Municipal nº 8.802/2011. Instituiu a obrigatoriedade do serviço de Guardiões de Piscina no Município de Belém. Necessidade de curso homologado pelo Corpo de Bombeiros. Regra de interesse local que não criou nova atribuição aos bombeiros. Não caracterização da inconstitucionalidade da Lei.
PARECER	000006/2012
Ementa	Minuta de Edital de Concurso Público. Provimento de 60 vagas para o cargo de Procurador Autárquico e Fundacional Classe PR-I. Análise jurídica.
PARECER	000007/2012
Ementa	Operação de Crédito Externo. Parecer do órgão jurídico (Art. 21, I, da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal).
PARECER	000008/2012
Ementa	Legalidade das minutas do pré acordo firmado entre o Governo Japonês, o Governo Federal e o Governo do Estado do Pará.
PARECER	000009/2012
Ementa	Redistribuição de servidor público. Obrigatoriedade de preenchimento dos requisitos aplicáveis ao instituto.
PARECER	000010/2012
Ementa	I - Existindo débito vencido para com a Fazenda Pública Estadual, de natureza tributária ou não-tributária, deve este ser imediatamente inscrito em dívida ativa, evitando a perda de receitas pela ocorrência da prescrição e/ou decadência. II - A negativa ao interessado de efetuar manejo em floresta pública quando estiver com débitos vencidos e não pagos para com a Fazenda proprietária da Floresta Pública, não constitui ilegalidade ou qualquer afronta ao princípio do livre exercício da atividade econômica, mas obediência aos ditames legais, inclusive sendo da própria natureza da concessão de florestas públicas a regularidade tributária e/ou não tributária com o ente



federativo concedente. III - O momento oportuno para a revisão de débito, inclusive para a análise acerca de eventual exorbitância da multa e dos juros, é durante a fase do lançamento do crédito não-tributário, onde se trava o contraditório para a determinação do montante devido.

PARECER 000011/2012

Ementa Minuta de Convênio entre os Estados de São Paulo e Pará e o Instituto Butantan. Análise jurídica.

PARECER 000012/2012

Ementa Corpo de Bombeiros Militar do Estado. Promoção. Vagas abertas. Cômputo das vagas provenientes de promoção. Inteligência dos arts. 14 e 15 da Lei Estadual nº 5.249/85. Promoção em ressarcimento de preterição.

PARECER 000013/2012

Ementa Contrato de locação. Poder Público locatário. Desnecessidade de prova de propriedade pelo locador. Bens integrantes do domínio público. Autorização de uso expedida pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU). Vedação de exploração comercial. Tratativas com a SPU.

PARECER 000014/2012

Ementa A interessada requer à SEMA a renovação de sua Licença de Operação - LO com o intuito de manter operando o desdobro de madeira da serraria.

PARECER 000015/2012

Ementa Minuta de Convênio de Cooperação Técnica e Financeira entre o Estado do Pará e a Organização de Desenvolvimento Cultural e Preservação Ambiental Ama -Brasil. Análise jurídica.



PARECER 000016/2012

Ementa Consulta formulada pela SEAD a esta Procuradoria-Geral do Estado solicitando orientação quanto ao cumprimento da decisão proveniente da 2ª Vara da Fazenda da Capital, Mandado de Segurança o qual determina a reintegração de servidor.

PARECER 000017/2012

Ementa Minuta de Decreto Estadual. Proposta de Regulamentação do Conselho Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação - CONCITI. Análise jurídica.

PARECER 000018/2012

Ementa Doação de bens públicos móveis. Inteligência do art. 17, inciso II, alínea "A" da Lei Federal nº 8.666/93. Exigência de avaliação prévia, comprovação do interesse público, uso e fim social e oportunidade/conveniência socioeconômica para dispensa de licitação. Possibilidade de doação de livros para Biblioteca Pública. Impossibilidade de doação para servidores e estagiário do órgão.

PARECER 000019/2012

Ementa Licitação Pública. Pregão Eletrônico. Serviços de Transporte de Valores e Custódia de Numerários para Unidades Bancárias. Parcelamento do Objeto em itens. Adjudicação de no máximo, quatro itens para cada licitante. Desclassificação automática das propostas lançadas para os demais itens. Função regulatória da licitação. Cabimento em tese. Necessidade de demonstração clara e indubitosa de concentração econômica no mercado dos serviços licitados como um todo e dos efeitos negativos dela decorrentes para as atividades do órgão. Tese controvertida e ainda não consolidada pelos Tribunais Pátrios. Risco de condenação judicial.

PARECER 000020/2012

Ementa Organização Social. Qualificação. Inteligência do art. 2º. IV da Lei nº 5.980/96. Interpretação do Comando Legal. Adequada aos princípios constitucionais.



PARECER	000021/2012
Ementa	Projeto de aquisição e uso da Empresa Pina Intercâmbio Comercial Industrial e Pesca S.A. Proposta de criação do Instituto de Desenvolvimento à Assistência Técnica e a Extensão Pesqueira e Aquícola do Estado do Pará. Análise Jurídica.
PARECER	000022/2012
Ementa	Direito à nomeação de candidato aprovado em concurso público. Prazo de validade do certame expirado. Vacância de cargo durante validade do concurso.
PARECER	000023/2012
Ementa	Relevância estratégica da mineração para o desenvolvimento regional sustentável. Competência constitucional do Estado do Pará para fiscalizar a atividade econômica em seu território. Atuação no âmbito do poder de Polícia. Constitucionalidade e legalidade da Lei que instituiu a Taxa de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários - TFRM e o Cadastro Estadual de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários - CERM.
PARECER	000024/2012
Ementa	Fundação Carlos Gomes. Minuta do Edital de Concurso Público destinado ao provimento de cargos de nível superior, médio e fundamental do quadro de pessoal da entidade. Análise jurídica.
PARECER	000025/2012
Ementa	Desincompatibilização de servidor efetivo da administração tributária. Auditor fiscal. Período eleitoral. Licença para atividade política. Prazo de 6 (seis) meses. Licença sem remuneração. Art. 1º, II, da Lei Complementar Federal nº 64/90. Inteligência da Legislação e de entendimentos do Tribunal Superior Eleitoral.



PARECER	000026/2012
Ementa	Contratação de empresa para prestação do serviço de fornecimento de bilhetes de passagem aérea. Comprovação de nova situação a ensejar outro contrato emergencial com o mesmo objeto. Potencialidade de dano concreto e efetivo. Dispensa de licitação. Aplicação do disposto no art. 24, IV da Lei nº 8.666/1993. Entendimento doutrinário e do Tribunal de Contas da União.
PARECER	000027/2012
Ementa	TFD - Tratamento fora do domicílio. Portaria SAS nº 055/1999 e Resolução CIB/PA nº 12/2008. Prazo Prescricional.
PARECER	000028/2012
Ementa	Minuta de Edital do XIX Concurso para provimento de cargos de Procurador do Estado do Pará. Análise jurídica.
PARECER	000029/2012
Ementa	Bombeiro Militar. Obesidade mórbida. Incapacidade temporária. Agregação. Reforma.
PARECER	000030/2012
Ementa	Conselho Estadual das Cidades - CONCIDADES/PA. Instrumento de garantia de gestão democrática da cidade (art. 43, I, do Estatuto da Cidade). Eleição dos Conselheiros na Conferência das Cidades. Mecanismo que imprime maior legitimidade à atuação do órgão colegiado.
PARECER	000031/2012
Ementa	Serviço de saúde. Contratação de Organização Social. Possibilidade jurídica de repasse total ou parcial do serviço. Balizamentos para a legitimidade do vínculo de parceria.



PARECER 000032/2012

Ementa Soldados Bombeiros Militar. Pedido de licença para frequentar curso de adaptação de Segundo Oficial de Máquinas da Marinha Mercante. Ausência de previsão legal específica.

PARECER 000033/2012

Ementa Pagamento de indenização temporária com moradia. Impossibilidade. Princípio da legalidade. Ausência de previsão legal.

PARECER 000034/2012

Ementa Minuta de Edital de Concurso público. Provimento de cargos de delegado de Polícia Civil, Escrivão de Polícia Civil e Investigador de Polícia Civil. Análise jurídica.

PARECER 000035/2012

Ementa Decisão do Tribunal de Contas do Estado. Inscrição em Dívida Ativa. Desnecessidade. Execução de título executivo. Rito Processual Civil.

PARECER 000036/2012

Ementa Adicional de Curso de Extensão. Percentual de 5 por cento. Lei Complementar Estadual nº 022/1994. Concessão. Hipóteses não previstas em lei. Impossibilidade. Aplicação do princípio da legalidade.

PARECER 000037/2012

Ementa Eleições. CONERC. Inscrição de candidatura e reeleição de Conselheiro com mais de 04 anos de mandato. Inelegibilidade. Recurso à Comissão Eleitoral.

PARECER 000038/2012

Ementa Minutas dos editais de Concurso Público. Polícia Militar. Admissão para o curso de formação de soldados e oficiais e para o Curso de Adaptação de Oficiais. Análise jurídica.



PARECER	000039/2012
Ementa	Anteprojeto de Decreto que disciplina a instituição do Fórum Paraense de Mudanças Climáticas no Estado do Pará. Competência do Chefe do Executivo para mediante Decreto regulamentar atos administrativos que não importem aumento de despesa. Necessidade de revogação de Decreto anterior que disciplinava a mesma matéria. Possibilidade.
PARECER	000040/2012
Ementa	Caracterizada a existência do débito de ordem de R\$26.000,00 (vinte e seis mil reais), em razão do inadimplemento diante das obrigações assumidas no convênio tripartite celebrado entre SEMA, POEMA E ELETROBRAS.
PARECER	000041/2012
Ementa	Servidor público licenciado para mandato classista. Configuração de falta disciplinar no curso da licença. Excesso cometido em greve.
PARECER	000042/2012
Ementa	Servidor público exclusivamente comissionado em gozo de licença-saúde há mais de cinco anos ininterruptos. Direito à percepção de auxílio-doença (art. 160, I, "d", da Lei Estadual nº 5.810/1994). Prescrição bienal (art. 206, § 2º, do CCB). Impossibilidade jurídica de percepção de auxílio-alimentação (art. 2º, § 2º, V da Lei Estadual nº 7.197/2008).
PARECER	000043/2012
Ementa	Servidor em estágio probatório. Licença para tratamento de saúde. Superveniência do laudo médico indicando a incapacidade definitiva para o trabalho. Impossibilidade de avaliação do estagiário. Aposentadoria por invalidez.
PARECER	000044/2012
Ementa	Controle das Empresas Estaduais. Estatais Dependentes e Não Dependentes. Supervisão e tutela. Arts. 1º e 2º, III, da Lei



Complementar nº101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).
Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal (PAF).

PARECER 000045/2012

Ementa Ocupante da função de técnico de nível superior. Solicitação de reenquadramento. Inexistência do cargo de Consultor Jurídico na estrutura da PGE/PA. Impossibilidade de transposição de ocupante de função para cargo de carreira sem aprovação em concurso público.

PARECER 000046/2012

Ementa Organismos Internacionais de financiamento. Regras específicas para procedimento licitatório. Inteligência do art. 42, § 5º da Lei nº 8.666/93. Limites principiológicos.

PARECER 000047/2012

Ementa Projeto de Lei que institui a Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo. Análise jurídica.

PARECER 000048/2012

Ementa Direito a férias anuais. Necessidade de doze meses de efetivo exercício. Impossibilidade de considerar o período de afastamento para aposentadoria como aquisitivo para fins de férias. Ausência de previsão legal. Respeito ao princípio da legalidade.

PARECER 000049/2012

Ementa Análise de edital de concurso público.

PARECER 000050/2012

Ementa Servidor público. Licença-prêmio. Auxílio-alimentação. Lei Estadual nº 7.197/2008. Valor diário. Desconto por dia não trabalhado. Dever de observância da proporcionalidade fixada em lei.



PARECER	000051/2012
Ementa	Imposto de renda retido na fonte. Precatório. Isenção/Restituição. Fato gerador. Possibilidade do Estado apreciar o pleito. Deferimento.
PARECER	000052/2012
Ementa	Análise de minuta de edital de pregão eletrônico para a aquisição de equipamentos de informática, conforme especificação do objeto contida nos autos.
PARECER	000053/2012
Ementa	Policia! Militar. Pensão Especial. Artigo 77 do Estatuto da PMPA. Natureza indenizatória. Morte natural em horário de serviço. Ausência de nexo de causalidade entre as atividades militares e a doença que acarretou a morte. Inexistência de direito à pensão pleiteada.
PARECER	000054/2012
Ementa	Resgate de áreas aforadas. Consolidação do domínio em favor do enfiteuta. Aplicação do Decreto Estadual nº 1.805/2009. Inaplicabilidade da Lei Estadual nº 7.289/2009.
PARECER	000055/2012
Ementa	Servidor em estágio probatório. Pedido de licença para atividade política. Lei Estadual nº 5.810/1994. Lei Complementar nº 64/1990.
PARECER	000056/2012
Ementa	Concurso público. Nomeação, dentro do prazo de validade, dos candidatos aprovados dentro do número de vagas ofertadas. Desistência de candidatos nomeados. Dever de convocar candidatos subsequentes, pela ordem de classificação, mesmo após expiração da validade do certame. Desistência manifestada ainda no curso da validade do certame. Princípios da lealdade, da boa-fé administrativa, da razoabilidade e da segurança jurídica. Dever de emprestar máxima efetividade ao concurso público.



PARECER 000057/2012

Ementa Bloqueio de valores mensais em contracheque. Determinação judicial. Art. 126 do RJU. Decreto nº 2.071/2006 e Decreto nº 2.578/2012.

PARECER 000058/2012

Ementa Cessão de uso de bem imóvel pelo Estado à entidade privada. Obrigatoriedade de atendimento dos requisitos legais na Lei Estadual nº 6.614/2004. Necessidade de desfazimento do ato administrativo de cessão pela Administração Pública. Anulação ou revogação. Abertura de procedimento para garantia do contraditório e ampla defesa da entidade afetada.

PARECER 000059/2012

Ementa Operação de crédito interna. Parecer do órgão jurídico (art. 21, I, da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal).

PARECER 000060/2012

Ementa Legalidade do contrato firmado entre o Governo Japonês, O Governo Federal e o Governo do Estado do Pará.

PARECER 000061/2012

Ementa Pagamento de diárias a servidor público de outra entidade federativa a serviço do Estado. Omissão legislativa. Posicionamento dos órgãos de controle.

PARECER 000062/2012

Ementa Contrato administrativo. Prestação de serviço de emissão de passagens aéreas, rodoviárias e fluviais. Alterações das regras de mercado quanto à remuneração das Agências de Turismo. Superveniência de fato imprevisível. Área econômica extraordinária e extracontratual. Desequilíbrio econômico-financeiro. Revisão contratual. Artigo 65, II, d, da Lei nº 8.666/93.



PARECER	000063/2012
Ementa	Análise de minuta de edital do Pregão Eletrônico nº 008/2012-PA, para a contratação de empresa para prestação de serviço de reserva e emissão de bilhete de passagem aérea e táxi aéreo, conforme especificação do objeto contida nos autos.
PARECER	000064/2012
Ementa	Servidor da SEMA em exercício na SEFA. Convênio nº 007/2009. Prática de ato irregular em órgão diverso. Dever de apurar. Competência para julgar e aplicar eventual penalidade.
PARECER	000065/2012
Ementa	Licitação para exploração de terminal hidroviário. Assinatura de contrato de permissão de uso. Ausência de conclusão de obra e impossibilidade de cumprimento contratual. Análise das possibilidades. Anulação e revogação da licitação ou rescisão contratual.
PARECER	000066/2012
Ementa	Concessão de carteira funcional a bombeiro militar da reserva não remunerada para o fim de porte de arma. Inviabilidade jurídica. Observância das normas específicas.
PARECER	000067/2012
Ementa	Constituição e funcionamento de Conselho Fiscal de empresa pública. Necessidade de previsão legal. Exegese dos arts. 37, XIX e 173, § 1º, incisos I e IV da CRFB/88. Alteração da Lei Estadual nº 6.308/2000.
PARECER	000068/2012
Ementa	Servidor público efetivo em exercício de função comissionada. Autorização e licença para pós-graduação strictu sensu (mestrado). Interpretação dos artigos 26 e 27 do RJU Estadual.



PARECER	000069/2012
Ementa	Operação de crédito externo. Parecer do órgão jurídico (art. 21, I, da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal)
PARECER	000070/2012
Ementa	Cumprimento de medida cautelar de suspensão do exercício de função pública - art. 319, inciso VI do CPPB - alcance e efeitos na esfera administrativa.
PARECER	000071/2012
Ementa	Direito Constitucional, art. 243, parágrafo único da Constituição da República. Direito Penal. Tráfico ilícito de entorpecente. Pena. Perda de bens e valores. Confisco. Destinação. Competência Legislativa. Competência privativa da União Federal. CRFB/88, art. 22, I. Ausência de delegação por Lei Complementar Federal aos Estados e Distrito Federal. Edição de lei estadual. Impossibilidade.
PARECER	000072/2012
Ementa	Análise de minuta de edital de pregão eletrônico para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de impressão, conforme especificação do objeto contida nos autos.
PARECER	000073/2012
Ementa	Minuta de edital de pregão eletrônico. Contratação do serviço de limpeza e conservação, com fornecimento de equipamentos e materiais de limpeza e higiene. Aprovação pela Assessoria Jurídica, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.
PARECER	000074/2012
Ementa	Projeto de lei que visa alterar a Lei Estadual nº 6.963/2007, para adequá-la à norma federal correspondente.



PARECER	000075/2012
Ementa	Convênio de cooperação. Ausência de transferência de recursos financeiros entre os partícipes. Obrigações recíprocas autônomas. Não cumprimento da contrapartida estadual pactuada. Rescisão do convênio. Inaplicabilidade da IN/STN nº 01/1997 e da Portaria Interministerial nº 127, de 2008.
PARECER	000076/2012
Ementa	Operação de crédito interna. Parecer do órgão jurídico (Art. 21, I, da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal)
PARECER	000077/2012
Ementa	Conselho Regional de Administração-CRA. Editais de licitação para contratação de mão-de-obra terceirizada. Exigência de registro dos atestados de capacidade técnica e administrador responsável junto ao CRA/PA.
PARECER	000078/2012
Ementa	Licença maternidade. Contornos e limites principiológicos. Proteção constitucional à maternidade.
PARECER	000079/2012
Ementa	Teto remuneratório. Aplicação. Devido processo legal. Parcelas excluídas do cálculo do Redutor Constitucional. Militares estaduais. Adicional de inatividade. Natureza jurídica.

MANIFESTAÇÃO

MANIFESTAÇÃO	000001/2012
Ementa	Adicional de tempo de serviço temporário que se converteu em efetivo através de concurso público.



MANIFESTAÇÃO 000002/2012

Ementa Aquisição de Certificado Digital para pessoa jurídica tipo A3, armazenado em token USB criptográfico (com senha de acesso), imprescindível para o envio de arquivos do sistema GFIP/SEFIP.

MANIFESTAÇÃO 000003/2012

Ementa Consulta oriunda da Secretaria de Estado de Administração (SEAD), a respeito da possibilidade de nomeação de candidata, aprovada em 4º lugar PNE (Portador de Necessidades Especiais), no concurso público C-119, da Defensoria Pública do Estado do Pará, para o cargo de auxiliar operacional.

MANIFESTAÇÃO 000004/2012

Ementa Locação de imóvel pertencente à Caixa de Previdência e Assistência aos funcionários do BANPARA (CAFBEF), destinado à expansão das atividades da PGE, e foi celebrado com base no artigo 24, X, da Lei nº 8.666/93 (dispensa de licitação).

MANIFESTAÇÃO 000005/2012

Ementa Consoante o art. 19, § 1º, inciso I, do Código Florestal, introduzido pela Lei de Gestão de Florestas Públicas, cabe à União a aprovação de exploração e supressão florestal em floresta pública de sua titularidade. Eventual Termo de Ajuste de Conduta deve seguir o mesmo entendimento, pois o Estado do Pará é incompetente para qualquer ato referente a exploração de florestas públicas de domínio da União.

MANIFESTAÇÃO 000006/2012

Ementa Trata-se de pedido de informação apresentado pela Coordenadora Fazendária CEEAFT/IPVA e ITCD acerca da existência de meação do imóvel situado na Estrada Tavares Bastos, 228, tipo "B", lote 131, nesta cidade, único bem deixado por espólio, considerando Decisão Judicial com cópia nos presentes autos administrativos, a fim de subsidiar o cálculo do valor do ITCD devido.



MANIFESTAÇÃO 000007/2012

Ementa Análise de minuta de Termo de Ajustamento de Conduta, de minuta de Decreto de Reserva de Área para Concessão Florestal e de minuta de Decreto de Alteração para fins de Regularização Fundiária.

MANIFESTAÇÃO 000008/2012

Ementa Aprovação de minuta contratual elaborada pelo Setor de Compras da PGE.

MANIFESTAÇÃO 000009/2012

Ementa Transferência de servidor.

MANIFESTAÇÃO 000010/2012

Ementa A SEDUC solicita orientação de procedimento em relação à análise de processo de revisão de distrato de contrato temporário por alegação de gravidez, de licença-maternidade e de licença-saúde.

MANIFESTAÇÃO 000011/2012

Ementa O Diretor de Gestão do Patrimônio do Estado (SEAD) indaga se é permitida em ano eleitoral a doação de bens inservíveis para órgãos e entidades das esferas públicas federal e municipal.

MANIFESTAÇÃO 000012/2012

Ementa A SEDES encaminhou a esta Procuradoria processo que tem por interessada servidora, ocupante dos cargos de enfermeira, vinculada à SEDES, professora assistente IV, vinculada à Universidade do Estado do Pará - UEPA, e o cargo comissionado de Coordenadora do Centro Saúde -Escola, também na Universidade Estadual.

MANIFESTAÇÃO 000013/2012

Ementa A Assistente Social desta PGE, informou que a COHAB está solicitando sua assinatura de 3 vias do Termo de Adesão ao Programa Cheque Moradia, face à mudança de nomenclatura do documento, que no governo anterior denominava-se CredCasa.



MANIFESTAÇÃO 000014/2012

Ementa Aquisição de assinatura virtual de informações jurídicas sobre licitações, convênios, dispensa, contratos, concessões e permissões da Administração Pública.

MANIFESTAÇÃO 000015/2012

Ementa Análise de minuta de Projeto de Lei de Inovação.

MANIFESTAÇÃO 000016/2012

Ementa A SEOP solicita orientação a respeito do requerimento de Empresa quanto à devolução de caução depositada como garantia na obra de conclusão da Delegacia da 9ª. Região.

MANIFESTAÇÃO 000017/2012

Ementa O ex-servidor, que ocupava o cargo de Delegado da Polícia Civil do Estado do Pará, onde esse solicita a anulação do ato administrativo de exoneração a pedido e consequente reintegração no seu antigo cargo.

MANIFESTAÇÃO 000018/2012

Ementa A COSANPA encaminhou, para análise e manifestação desta Procuradoria-Geral, minuta dos contratos de Programa a serem firmados, nos termos da Lei nº 11.445/2007, com o Município de Belém e com os demais Municípios operados pela COSANPA.

MANIFESTAÇÃO 000019/2012

Ementa O IMETROPARÁ encaminhou a esta Procuradoria-Geral do Estado requerimento que tem por interessado o servidor, que ocupa o cargo de provimento em comissão de Chefe da Procuradoria Jurídica da citada autarquia, onde aquele solicita o pagamento da gratificação de dedicação exclusiva.



MANIFESTAÇÃO 000020/2012

Ementa Análise dos Termos de Compromisso e Ajuste de Conduta - TCAC'S, visando ampla regulamentação do Setor Produtivo do Ferro Gusa no Estado do Pará.

MANIFESTAÇÃO 000021/2012

Ementa Contratação de prestação de serviços sem o devido procedimento e formalização. Nulidade. Apuração de eventual dever de indenizar. Apuração das responsabilidades pela ilegalidade.

MANIFESTAÇÃO 000022/2012

Ementa Renovação de títulos de periódicos.

MANIFESTAÇÃO 000023/2012

Ementa Contratação de empresa para a realização de treinamento sobre "Contratação direta e convênios". Inexigibilidade de licitação.

MANIFESTAÇÃO 000024/2012

Ementa Trata-se de processo interno, conduzido pela Coordenação Geral de Administração e Finanças (CGAF) desta Procuradoria-Geral, referente à renovação de periódicos editados pela empresa IOB Informações Objetivas Publicações Jurídicas Ltda, relativos ao ano de 2012.

MANIFESTAÇÃO 000025/2012

Ementa Análise jurídica acerca do contrato N.010/2012 a ser firmado entre esta Procuradoria-Geral do Estado e LTR Editora Ltda para o fornecimento de periódicos.

MANIFESTAÇÃO 000026/2012

Ementa Convênios. Repasse de recursos para Associações Privadas sem fins lucrativos. Período Eleitoral.



MANIFESTAÇÃO 000027/2012

Ementa Pleito de ressarcimento, por perdas possivelmente causadas à servidora interessada. Auditora Fiscal de Receitas. Redutor constitucional.

MANIFESTAÇÃO 000028/2012

Ementa Impossibilidade de enquadramento do ocupante da função de "advogado" no cargo de Procurador Autárquico, no âmbito do ITERPA.

MANIFESTAÇÃO 000029/2012

Ementa Análise da minuta de contrato de aquisição de 4.000 resmas de papel A4, a ser celebrado entre o Estado do Pará - Procuradoria-Geral do Estado (PGE) e a empresa PLF Comércio Ltda.

MANIFESTAÇÃO 000030/2012

Ementa Questionamentos envolvendo servidores temporários e estatutários não estáveis.

MANIFESTAÇÃO 000031/2012

Ementa I - Quando houver erro material, há a possibilidade de modificação dos limites de FLOTA por simples decreto, consoante o Parecer desta PGE de nº 145/2009. II - Somente é obrigatória lei específica para redução ou desafetação de UC, na forma do § 7º, art. 22, da Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, que não é o caso dos autos.

MANIFESTAÇÃO 000032/2012

Ementa Contratação de instituição para realização do XIX Concurso Público para provimento do cargo de Procurador do Estado do Pará. Dispensa de licitação. Entendimento do art. 24, inc. XIII da Lei nº 8.666/93. Pagamento por cronograma de desembolso após realização de etapas de execução do contrato.



MANIFESTAÇÃO 000033/2012

Ementa Lei de criação e estatuto.

MANIFESTAÇÃO 000034/2012

Ementa Gratificação de Escolaridade e cargo de provimento em comissão.

MANIFESTAÇÃO 000035/2012

Ementa Licença maternidade.

MANIFESTAÇÃO 000036/2012

Ementa Compra de leite em pó integral. Pregão eletrônico. PGE/PA como partícipe da Ata de Registro de Preços resultante de certame realizado pela SEAD/PA. Pedido de revisão contratual para manutenção do equilíbrio econômico financeiro.

MANIFESTAÇÃO 000037/2012

Ementa Trata-se de processo interno, conduzido pela CGAF desta Procuradoria-Geral, referente à compra de material de telefonia (cabos, canaletas e caixa de distribuição), para utilização ao longo do ano.

MANIFESTAÇÃO 000038/2012

Ementa Trata-se de processo interno, conduzido pela Coordenação Geral de Administração e Finanças (CGAF) desta Procuradoria-Geral, referente ao serviço de higienização e desinfecção dos reservatórios de água existentes no prédio anexo desta Procuradoria-Geral (Conselheiro Furtado).

MANIFESTAÇÃO 000039/2012

Ementa Renovação de assinatura da WEB LICITAÇÕES



MANIFESTAÇÃO 000040/2012

Ementa Análise de minuta de 1º Termo Aditivo ao Instrumento de Contrato desta PGE nº 005/2011, firmado entre o Estado do Pará, por meio desta Procuradoria-Geral e o Instituto Euvaldo Lodi (IEL), para a concessão de estágios a estudantes de cursos de graduação.

MANIFESTAÇÃO 000041/2012

Ementa Celebração de Convênios com Pessoas Jurídicas de Direito Público e Pessoas Jurídicas de Direito Privado sem fins lucrativos. Análise da possibilidade jurídica à luz das condutas vedadas aos Agentes Públicos em Campanhas Eleitorais, nos termos da Lei nº 9.504/97 (Lei Eleitoral).

MANIFESTAÇÃO 000042/2012

Ementa Análise jurídica acerca da situação de policial, a qual requereu promoção ao posto de 1º Tenente, em ressarcimento de preterição.

MANIFESTAÇÃO 000043/2012

Ementa Trata-se de processo interno, conduzido pela Coordenação Geral de Administração e Finanças (CGAF) desta Procuradoria-Geral, referente à compra de material para serviços gerais de manutenção de equipamentos que guarnecem esta Casa, para utilização ao longo do ano.

MANIFESTAÇÃO 000044/2012

Ementa Exame de minuta de Decreto, para criar o Núcleo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais (APL) no Estado do Pará

MANIFESTAÇÃO 000045/2012

Ementa Aquisição de carimbos. Pregão Eletrônico. PGE/PA partícipe da Ata de Registro de Preços resultante de certame da Ata de Registro de Preços resultante de certame realizado pela SEAD/PA.



MANIFESTAÇÃO 000046/2012

Ementa Trata-se de uma minuta de um Termo de Cooperação Técnica entre PGE, TCE e MP, cujo conteúdo é a instituição de um novo procedimento mútuo entre os cooperados para maior celeridade e eficácia na cobrança dos débitos de multas oriundos dos Acórdãos exarados pelo TCE.

MANIFESTAÇÃO 000047/2012

Ementa Análise de Projeto de Lei que altera dispositivo da Lei Estadual nº 5.980/1996, que dispõe sobre a qualificação de entidades como Organização Social.

MANIFESTAÇÃO 000048/2012

Ementa Análise de Projeto de Lei que altera dispositivo da Lei Estadual nº 5.980/1996, que dispõe sobre a qualificação de entidades como Organização Social.

MANIFESTAÇÃO 000049/2012

Ementa Solicitação de redistribuição de servidor dos quadros da SECULT para SEAD.

MANIFESTAÇÃO 000050/2012

Ementa Aquisição de toner para impressoras. PGE/PA partícipe de ata de registro de preços resultante de pregão eletrônico realizado pela SEAD/PA.

MANIFESTAÇÃO 000051/2012

Ementa Compra de água mineral em garrafão de 20 litros. Pregão eletrônico. PGE/PA como partícipe da ata de registro de preços resultante de certame realizado pela SEAD/PA. Descumprimento parcial do contrato. Aplicação do princípio da insignificância.



MANIFESTAÇÃO 000052/2012

Ementa Aquisição de cartuchos para impressoras. Pregão eletrônico. PGE/PA partícipe da ata de registro de preços resultante de certame realizado pela SEAD/PA.

MANIFESTAÇÃO 000053/2012

Ementa Aquisição de 103 monitores, 20 no-break, 10 switch e 50 estabilizadores. PGE/PA partícipe de ata de registro de preços resultante de pregão eletrônico realizado pela SEAD/PA.

MANIFESTAÇÃO 000054/2012

Ementa Aquisição de água mineral. Garrafão 20 litros. Caixa com 48 copos de 200ml. PGE/PA partícipe da Ata de Registro de Preços resultante de certame realizado pela SEAD/PA.

MANIFESTAÇÃO 000055/2012

Ementa Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 023/2011, tendo por objeto a prorrogação de sua vigência.

MANIFESTAÇÃO 000056/2012

Ementa Averbação de tempo de serviço como aluno aprendiz.

MANIFESTAÇÃO 000057/2012

Ementa Análise jurídica de consulta de interesse inicial de servidor no que tange ao tipo de vacância do servidor que pede a recondução, bem como quanto a esclarecimentos sobre o modelo de minuta do Decreto de recondução.

MANIFESTAÇÃO 000058/2012

Ementa Análise de minuta do Projeto de Lei Complementar em anexo, cujo objeto consiste na regulamentação do art. 318 da Constituição Estadual, referente ao auxílio mensal em favor do hanseniano, com revogação da Lei Complementar nº 05/90, de 24 de janeiro de 1991.



MANIFESTAÇÃO 000059/2012

Ementa Análise da minuta de contrato de "prestação de serviço de telefonia móvel", a ser celebrado entre o Estado do Pará - Procuradoria-Geral do Estado (PGE) e o Consórcio Mobilidade OI/SEAD, formado pelas empresas TNL PCS S/A e TELEMAR NORTE LESTE S/A.

MANIFESTAÇÃO 000060/2012

Ementa Aquisição de baterias para computadores. PGE/PA participe de Ata de Registro de Preços resultante de pregão eletrônico realizado pela SEAD/PA.

MANIFESTAÇÃO 000061/2012

Ementa Aquisição de Açúcar refinado. PGE/PA participe de Ata de Registro de Preços resultante de Pregão Eletrônico realizado pela SEAD/PA.

MANIFESTAÇÃO 000062/2012

Ementa Aquisição de café torrado e moído. PGE/PA participe de Ata de Registro de Preços resultante de Pregão Eletrônico realizado pela SEAD/PA.

MANIFESTAÇÃO 000063/2012

Ementa Contratação temporária por entidade da Administração Indireta, Regime Jurídico e remuneração dos servidores temporários. Lei Federal nº 4.950--A/1966. ADPF nº 53/PI.

MANIFESTAÇÃO 000064/2012

Ementa Aquisição de leite em pó integral. PGE/PA participe de Ata de Registro de Preços resultante de Pregão Eletrônico realizado pela SEAD/PA.

MANIFESTAÇÃO 000065/2012

Ementa Inclusão de CNPJ da filial da contratada para fins de pagamento. Ausência de alteração contratual. Apostilamento.



MANIFESTAÇÃO 000066/2012

Ementa Contratação dos serviços de planejamento, desenvolvimento e atividades correlatas, com vistas ao desenvolvimento organizacional desta PGE.

MANIFESTAÇÃO 000067/2012

Ementa Solicitação de análise jurídica oriunda da Coordenação de Programa Municípios Verdes, acerca da possibilidade de participação de Prefeitos e candidatos a Prefeitos no I Encontro Estadual do Programa de Municípios Verdes, que ocorrerá, nos dias 20 e 21 do próximo mês de agosto, na cidade de Belém, tendo em vista a vedação constante no art. 73, inciso IV da Lei Eleitoral, Lei nº 9.504/97.

MANIFESTAÇÃO 000068/2012

Ementa Aquisição de suprimentos de informática. PGE/PA participe de Ata de Registro de Preços resultante de pregão eletrônico realizado pela SEAD/PA.

MANIFESTAÇÃO 000069/2012

Ementa Renovação de periódicos online Magister net editados pela Editora Magister Ltda., relativos ao período de jul/12 a jun/13.

MANIFESTAÇÃO 000070/2012

Ementa Assinatura de Termo Aditivo ao contrato de prestação de serviço nº 015/2012, para manutenção do Sistema SCP/PGE (Sistema de Controle de Processos da PGE/PA)

MANIFESTAÇÃO 000071/2012

Ementa Solicita posicionamento conclusivo desta PGE acerca de divergência instaurada entre a ASJUR e a Secretaria Adjunta de Gestão (SAGE) da SEDUC, nos autos do processo nº 328.516/2012, quanto à possibilidade de reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato nº 214/2006-SEDUC.



MANIFESTAÇÃO 000072/2012

Ementa Indenização ao erário e desconto na folha de pagamento do servidor.

MANIFESTAÇÃO 000073/2012

Ementa Contratação da Fundação Getúlio Vargas (FGV), com vistas à matrícula de Procuradores do Estado e Técnico em Procuradoria - Direito em cursos de MBA em Direito Tributário e Direito Civil/Processual Civil ofertados pela instituição.

MANIFESTAÇÃO 000074/2012

Ementa A SEDUC solicita posicionamento conclusivo desta PGE acerca de divergência instaurada entre a ASJUR e a Secretaria Adjunta de Gestão/SAGE da SEDUC, nos autos do processo nº 328.516/2012, quanto à possibilidade de reequilíbrio-financeiro em contrato de prestação de serviços.

MANIFESTAÇÃO 000075/2012

Ementa Confecção e instalação de porta de vidro temperado no prédio sede.

MANIFESTAÇÃO 000076/2012

Ementa Legalidade ou não do ato de contratação temporária de médico com mais de 70 anos de idade, presumivelmente para suprir necessidade excepcional do 10º Centro Regional de Saúde de Altamira.

MANIFESTAÇÃO 000077/2012

Ementa Possibilidade de deferimento de licença remunerada para estudos na Universidade de Assunção.

MANIFESTAÇÃO 000078/2012

Ementa Análise da inconstitucionalidade do artigo 29 e § 1º da Lei Estadual nº 5.810/94, objeto da ADI nº 4636, em tramitação no Supremo Tribunal Federal.



MANIFESTAÇÃO 000079/2012

Ementa Servidor Público Médico-Legista do Centro de Perícias Científicas Renato Chaves. Jornada de trabalho. Artigo 63 da Lei Estadual nº 5.810/94, X artigo 10 da Lei Estadual nº 6.829/2006 X Artigo 8º da Lei Federal nº 3.999/1961. Prevalência da Jornada fixada em Lei Estadual específica. Critério de Especialidade.

MANIFESTAÇÃO 000080/2012

Ementa Trata-se de consulta interna originada no CGAF acerca da execução do objeto contratual licitado no Pregão nº 009/2011 - aquisição e instalação de condicionadores de ar tipo split.

MANIFESTAÇÃO 000081/2012

Ementa Contratação de empresa para a realização de treinamento sobre "Sindicância e processo disciplinar. Inexigibilidade de licitação.

MANIFESTAÇÃO 000082/2012

Ementa Contratação do serviço de gestão de abastecimento de combustível. PGE/PA participe de Ata de Registro de Preços resultante de Pregão Eletrônico realizado pela SEAD/PA.

MANIFESTAÇÃO 000083/2012

Ementa Termo de Convênio - Terminal Hidroviário

MANIFESTAÇÃO 000084/2012

Ementa Efeitos, na Instância Administrativa Tributária, do ajuizamento de ação judicial.

MANIFESTAÇÃO 000085/2012

Ementa Operações de crédito. Exigência, pelo Agente Financiador, de Declaração de Posse ou Propriedade de bem imóvel do Estado. Competência para emissão da Declaração. Secretaria de Estado de Administração (SEAD) e Instituto de Terras do Pará (ITERPA).



MANIFESTAÇÃO 000086/2012

Ementa Trata-se de consulta originada do TCM, referente à requerimento formulado por funcionária do órgão, que pleiteia estabilidade excepcional com fundamento no art. 19 do ADCT e no princípio da isonomia, arguindo que duas funcionárias em situação similar foram atendidas em decisões judiciais locais, que garantiram a estabilização.

MANIFESTAÇÃO 000087/2012

Ementa Inexigibilidade. Contratação de consultoria. Planejamento estratégico PGE/PA.

MANIFESTAÇÃO 000088/2012

Ementa Esclarecimentos sobre cessão de servidores entre os órgãos do Estado.

MANIFESTAÇÃO 000089/2012

Ementa Solicitação formulada pela Secretaria Especial de Estado de Gestão, a partir do caso concreto de pleito de qualificação de Fundação como Organização Social (OS), acerca de divergências expostas nos autos do processo.

MANIFESTAÇÃO 000090/2012

Ementa Trata-se de processo interno, conduzido pela Coordenação Geral de Administração e Finanças (CGAF) desta Procuradoria-Geral, referente à compra direta de toalheiros interfolhados, saboneteiras e dispensers para papel higiênico, a fim de atender as necessidades da PGE-Pa.

MANIFESTAÇÃO 000091/2012

Ementa Servidor público efetivo. Autorização e pagamento de curso de capacitação (Pós-graduação Lato Sensu) pela Administração. Matéria de reserva legal. Decreto Estadual nº 1.172/2008 e



finalidade institucional da Escola de Governo do Estado do Pará (EGPA).

MANIFESTAÇÃO 000092/2012

Ementa Alienação de Ações da Tele Norte S/A em Bolsa de Valores. Oferta Pública.

MANIFESTAÇÃO 000093/2012

Ementa Processo de contratação pelo sistema de cotação eletrônica de preços, com vistas à manutenção de Arquivo Deslizante.

MANIFESTAÇÃO 000094/2012

Ementa Nova versão de minuta de Instrução Normativa voltada à disciplina do estágio de estudantes no âmbito da Administração Pública Estadual.

MANIFESTAÇÃO 000095/2012

Ementa Processo de contratação pelo sistema de cotação eletrônica de preços, com vistas à aquisição de 10 carrinhos de transporte de processos e material de expediente, conforme especificações constantes no Memorando nº 033/2012 DIMAT/PGE.

MANIFESTAÇÃO 000096/2012

Ementa Cotação eletrônica para aquisição de estantes de aço.

MANIFESTAÇÃO 000097/2012

Ementa Aquisição de material de higiene e limpeza a ser utilizado nas dependências deste órgão.

MANIFESTAÇÃO 000098/2012

Ementa Compra direta de 3 (três) frigobares de 80 litros, a fim de atender as necessidades da PGE/PA.



MANIFESTAÇÃO 000099/2012

Ementa Termo de Convênio - PGE e APEPA.

MANIFESTAÇÃO 000100/2012

Ementa Contratação de serviços de encadernação de 24 (vinte e quatro) volumes de edições do Diário Oficial do Estado.

MANIFESTAÇÃO 000101/2012

Ementa Pagamento de gratificação por participação em grupo especial de trabalho.

MANIFESTAÇÃO 000102/2012

Ementa Pagamento de pecúnia de servidor falecido da SESPA.

MANIFESTAÇÃO 000103/2012

Ementa Servidor público. Concurso público. Vagas ofertadas. Direito subjetivo à nomeação.

MANIFESTAÇÃO 000104/2012

Ementa Pedido de revisão de ato de transferência ex officio para a reserva remunerada, publicado no Boletim Geral de 14.02.2008, em virtude de ter o interessado ultrapassado mais de 02 (dois) anos no exercício de cargo público civil.

MANIFESTAÇÃO 000105/2012

Ementa Contratação direta dos serviços de desratização, dedetização e descupinização no prédio sede e anexos da Procuradoria-Geral do Estado (PGE).

MANIFESTAÇÃO 000106/2012

Ementa Solicitação feita pela SEAD, acerca da nomeação dos candidatos aprovados no Concurso Público C-140/SEAD/FUNDAÇÃO CURRO VELHO, onde foram disponibilizadas vagas na Fundação Curro Velho.



MANIFESTAÇÃO 000107/2012

Ementa Conversão em pecúnia de licença-prêmio. Exegese do art. 99, II do RJU/PA. Férias integrais e proporcionais + 1/3 e 13º salário proporcional não usufruídos por servidora pública falecida. Indenização em favor de dependente cônjuge.

MANIFESTAÇÃO 000108/2012

Ementa Consulta originada da SEAD, referente à questionamento da SEDUC acerca da possibilidade de extensão de licença maternidade por adoção às servidoras temporárias, considerando o que dispõe a EC nº 44/2009 que deu nova redação ao inciso XII do art. 31 da CE.

MANIFESTAÇÃO 000109/2012

Ementa Apreciação da minuta de contrato de prestação de serviço de telefonia fixa comutada, a ser celebrado entre o Estado do Pará - Procuradoria-Geral do Estado (PGE) e empresa.

NOTA TÉCNICA

NOTA TÉCNICA 001/2012

Ementa Criação de laboratório público.

NOTA TÉCNICA 002/2012

Ementa Trata-se de imóvel cedido em comodato pela PETROBRÁS ao Estado do Pará, para implantação de projeto de cunho social, esportivo, cultural e de lazer da população do Estado, conforme contrato celebrado em 26.10.2007.

NOTA TÉCNICA S/N/2012

Ementa Gestão Metropolitana - Funções do Estado.



PGE

Procuradoria
Consultiva

2013

PARECER

PARECER 000001/2013

Ementa Licença especial e licença-prêmio. Alteração da contagem do período aquisitivo para efeito de concessão do benefício com o advento da Lei Estadual nº 5.810/94. Questão de direito intertemporal: Lei de Introdução ao Código Civil - irretroatividade da norma jurídica.

PARECER 000002/2013

Ementa Operação de crédito interna. Parecer do Órgão Jurídico (Art. 21, I, da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal)

PARECER 000003/2013

Ementa Operação de crédito externo. Parecer do Órgão Jurídico (Art. 21, I, da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal)

PARECER 000004/2013

Ementa Programa do Governo Federal de Habitação: "Minha Casa Minha Vida". Participação dos entes federados. Inteligência da Lei Federal nº 11.977/2009 e Decreto Federal nº 7.499/2011. Termo de Adesão. Subvenção econômica complementar através de aporte financeiro estadual. Possibilidade. Previsão orçamentária da COHAB.

PARECER 000005/2013

Ementa Contratos da Administração Pública. Contrato de Direito Privado. Estado do Pará. EMATER-Pa. Bens imóveis. Permuta. Bens com valores bastante discrepantes. Caracterização de compra e venda como contrato principal. Permuta como contrato acessório.



PARECER	000006/2013
Ementa	Controle eletrônico de ponto. Advogados públicos. Incompatibilidade com a natureza da função. Súmulas da OAB. Jurisprudência dos Tribunais Pátrios.
PARECER	000007/2013
Ementa	Assunção da competência relativa à concorrência pública nº 002/2008 realizada pela SEDECT/PA. Sucessão da SEDECT/PA pela SECTI/PA e SEICOM/PA. Objeto da contratação relacionado ao fomento da indústria. Atribuição da SEICOM/PA. Supostas irregularidades. Necessidade de abertura de processo com contraditório para apuração no Órgão competente.
PARECER	000008/2013
Ementa	Pecúnia. Possibilidade de conversão em remuneração do período de licença-prêmio incompleto a quando da aposentadoria - inteligência do art. 99, inciso II da Lei Estadual nº 5.810/94. Aposentadoria: Ato complexo - Jurisprudência pacífica do STF e STJ. Portaria do IGEPREV e produção de efeitos antes do registro pelo Tribunal de Contas do Estado. (AS CONCLUSÕES DO PARECER FORAM REVISADAS PELO PARECER Nº 000721/2022. DE ACORDO COM A JURISPRUDÊNCIA ATUAL).
PARECER	000009/2013
Ementa	Operação de crédito externo. Parecer do órgão jurídico (Art. 21, I, da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal).
PARECER	000010/2013
Ementa	Ato de criação e registro de Florestas Públicas da União. Ato invalidado judicialmente. Processo em tramitação. Retorno ao status quo. Propriedade privada. Irregularidades. Competência do Estado do Pará para licenciamento.



PARECER 000011/2013

Ementa Lei Complementar Estadual nº 078/2011. Situação dos ocupantes dos cargos isolados e em extinção de Procurador Fiscal. Enquadramento. Inviabilidade jurídica.

PARECER 000012/2013

Ementa Projeto de Lei. Plano de Carreira, Cargos e Remuneração dos Servidores do DETRANS/PA.

PARECER 000013/2013

Ementa Minuta de edital de pregão eletrônico. Contratação do serviço de limpeza e conservação, com fornecimento de equipamentos e materiais de limpeza e higiene. Aprovação pela assessoria jurídica, nos termos do art. 38, Parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.

PARECER 000014/2013

Ementa Pedido de arquivamento de processo de licenciamento. Direito potestativo do interessado. Inexistência de obrigação judicial que obrigue o requerimento de arquivamento. Impossibilidade do Estado negar o pedido. Ação política. Única possibilidade.

PARECER 000015/2013

Ementa O Direito Constitucional das Comunidades Remanescentes de Quilombos à terra como resultado da histórica luta do povo negro pela liberdade. O processo de criação de unidades de conservação exige especial respeito aos modos de sobrevivência, desenvolvidos ao longo de gerações por comunidades tradicionais. A presença de comunidades tradicionais quilombolas condiciona o tipo de unidade de conservação a ser criada. Inconstitucionalidade de Unidades de Conservação que limitam o Direito Quilombola ao domínio da Terra. Revisão das Áreas das Flotas de Faro e Trombetas. Necessária edição de Lei. Posterior conclusão da regularização fundiária pelo ITERPA.



PARECER	000016/2013
Ementa	Contrato de Colaboração Financeira Estado/BNDES. Fortalecimento da Gestão Ambiental no Estado do Pará. Termo de Cooperação Estado/Município. Procedimento para destinação dos bens adquiridos. Consulta ao BNDES. Observância da cláusula quarta do contrato.
PARECER	000017/2013
Ementa	Nova análise da minuta de projeto de lei que institui o procedimento administrativo para apuração do crédito previdenciário relativo às contribuições previdenciárias devidas pelos Municípios ao Regime Próprio de Previdência Estadual.
PARECER	000018/2013
Ementa	Operação de crédito interna. Parecer do órgão jurídico (art. 21, I, da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal)
PARECER	000019/2013
Ementa	Comodato de bem imóvel rural celebrado durante a vigência de liminar que veda a sua transferência qualquer título. Prevenção de fraude processual. Requerimento do comodatário para licenciamento de PMFS. TCAC celebrado com o proprietário para recomposição de área desmatada em reserva legal e APP. Transferência do bem imóvel ao comodatário livre do ônus da recomposição ambiental. Vedação. Hipótese inserida no alcance da decisão judicial que veda a transferência gratuita do imóvel. Possibilidade de caução. Análise caso a caso. Não vinculação de parecer.
PARECER	000020/2013
Ementa	Bens móveis integrantes do patrimônio da PGE. Livros do acervo do Centro de Estudos. Movimentação para entidade da Administração Indireta. Termo de cessão de uso de bens móveis.



PARECER 000021/2013

Ementa Servidor público. Motorista cedido a autarquia. Alteração de carga-horária de trabalho. Gratificação de atividade de motorista. Diferença de vencimento-base. Leis Estaduais nº 6.563 e 6.876/2006.

PARECER 000022/2013

Ementa Loteria do Estado do Pará - LOTERPA - Reestruturação organizacional da autarquia estadual. Análise da minuta do Projeto de lei.

PARECER 000023/2013

Ementa Legalidade de minuta contratual relativa a operação de crédito externa que o Governo do Estado do Pará negociou junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

PARECER 000024/2013

Ementa Processo Administrativo Disciplinar Militar. Conselho de Justificação. Prescrição administrativa. Causas de interrupção. Art. 174 da Lei Estadual nº 6.833/2006.

PARECER 000025/2013

Ementa Minuta de Decreto Estadual que institui o Plano Estadual de Atração de Novos Negócios e o Selo de Prioridade aos Projetos/Ações Específicos e dá outras providências. Análise jurídica.

PARECER 000026/2013

Ementa Contratos de Transição (Lei nº 11.284/2006). Natureza temporária. Finalidade. Adequar os PMFSs aprovados e em operação em florestas públicas. Objetiva a transição de um ordenamento jurídico para outro. Implementadas as condições legais, revogam-se as disposições temporárias.

PARECER 000027/2013

Ementa Pensão Especial Militar. Limites de idade para filhos beneficiários.



PARECER 000028/2013

Ementa A SEAD submete à apreciação desta PGE, uma vez mais, propostas de alterações no Decreto Estadual nº 249, de 11 de outubro de 2012, que disciplina o estágio probatório.

PARECER 000029/2013

Ementa Adoção de cargo amplo nos Planos de Carreiras do Estado. Observância a legalidade e isonomia. Limites legais e regulamentares. Jurisprudência dos Tribunais pátrios.

PARECER 000030/2013

Ementa Minuta de Edital do Concurso Público C-172 - provimento de cem vagas para o cargo de auditor fiscal de receitas estaduais e cem vagas para o cargo de fiscal de receitas estaduais. Análise jurídica.

PARECER 000031/2013

Ementa Consulta interna. Retenção e recolhimento de IRRF sobre verbas decorrentes de decisão judicial - Precatório. Obrigatoriedade do Tribunal de Justiça local, após o advento da EC 62/2009.

PARECER 000032/2013

Ementa Adicional de especialização. Supressão na aposentadoria. Decurso do tempo. Pedido de revisão do ato de aposentadoria. Impossibilidade. Prescrição de Fundo de Direito. Posicionamento do STJ.

PARECER 000033/2013

Ementa Escrituração Fiscal Digital (EFD). Penalidades. Aplicação do art. 78, III, "e", da Lei nº 5.530/89. Possibilidade. Da impossibilidade da expedição de Resolução Interpretativa, pelo TARF, para normatizar aplicação de penalidade.



PARECER 000034/2013

Ementa Contratações públicas. Tratamento diferenciado, simplificado e favorecido para microempresas e empresas de pequeno porte. Licitação exclusiva para contratações cujo valor seja de até R\$80.000,00 (oitenta mil reais), observado o limite de 25% do total licitado em cada ano civil. Necessidade de previsão em Lei Estadual (art. 47 C.C art. 77, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006)

PARECER 000035/2013

Ementa A exigência de IPVA aos adquirentes de veículos em leilão administrativo realizado pelo DETRAN-PA, torna pouco atrativo para os possíveis interessados, que muitas das vezes herdam débitos muito superiores ao valor do veículo. O Projeto de Lei sugerido não importa em isenção do imposto mas desvinculação do tributo ao bem adquirido em leilão administrativo, não causando prejuízos ao Estado do Pará, que poderá continuar a exigir o valor do antigo proprietário do bem que deixou de pagar o tributo e teve o possível em que serviria de garantia, apreendido por longo tempo, sem intenção na recuperação do mesmo.

PARECER 000036/2013

Ementa Projeto de Lei. Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos servidores da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará - ADEPARA.

PARECER 000037/2013

Ementa Minuta de edital de concurso público - C-168. Provimento de cargos vagos de nível superior, médio e fundamental na Fundação Amazônia Paraense de Amparo à Pesquisa (FAPESPA). Análise jurídica.

PARECER 000038/2013

Ementa Criação da Fundação de Ensino Tecnológico e Técnico Profissionalizante do Estado do Pará. Natureza jurídica pública. Autarquia. Análise da minuta do Projeto de Lei.



PARECER	000039/2013
Ementa	Requisito de escolaridade para o cargo de Técnico em Educação. Curso Superior de Pedagogia. Inteligência da Lei Estadual nº 7.047/2007. Servidora que tomou posse sem atender exigência de escolaridade estabelecida para cargo público. Necessidade de anulação do ato de investidura.
PARECER	000040/2013
Ementa	Processo administrativo do Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) referente à Fazenda.
PARECER	000041/2013
Ementa	PCCR SEDUC. Lei Estadual nº 7.442/2010. Pagamento da Gratificação de titularidade independente da realização da promoção vertical. Mesmo fato gerador. Constitucionalidade. Pagamento da gratificação de titularidade para servidores do quadro suplementar e classe especial. Limitação legal.
PARECER	000042/2013
Ementa	Oficial do Corpo de Bombeiros Militar do Estado respondendo a Conselho de Justificação. Passagem para a reserva remunerada. Vedação legal.
PARECER	000043/2013
Ementa	Vantagens pecuniárias que o servidor deixou de receber em decorrência de falecimento. Inteligência do artigo 160, inciso II, alínea "D" do RJU Estadual. Inclusão da gratificação de produtividade da Secretaria da Fazenda. Respeito aos termos do Decreto Estadual nº 2.595/94.
PARECER	000044/2013
Ementa	Desapropriação. Decreto ato condição. Não obrigatoriedade de consumação. Área particular até a efetiva concretização do ato expropriatório. Utilização da área com plano de manejo florestal. Desenvolvimento econômico sustentável. Possibilidade.



PARECER	000045/2013
Ementa	Pregão eletrônico. Aplicação da penalidade prevista no art. 7º da Lei Federal 10.520/2002. Abrangência e efeitos. Empresa vencedora de lotes em pregão do qual resultou Ata de Registro de Preços. Impossibilidade de novas contratações. Impossibilidade de prorrogação de contratos em vigor.
PARECER	000046/2013
Ementa	Licitação internacional. Inclusão de empresa em fase posterior à pré-qualificação. Observância aos princípios da vinculação ao edital e da isonomia. Necessidade de compatibilidade das normas procedimentais aos princípios constitucionais próprios.
PARECER	000047/2013
Ementa	Minuta de Edital de Pregão Eletrônico. Aquisição de coletores seletivos. Aprovação pela Assessoria Jurídica, nos termos do art. 38, Parágrafo Único, da Lei nº 8.666/93.
PARECER	000048/2013
Ementa	AINF. ICMS. Descumprimento de obrigação acessória. Mercadoria desacompanhada de nota fiscal eletrônica, mas acobertada por NF-Modelo de número 3526. Cobrança do imposto. Possibilidade de revisão de ofício. Diligência para apurar eventual pagamento.
PARECER	000049/2013
Ementa	AINF. ICMS. Descumprimento de obrigação acessória. Mercadoria desacompanhada por NF-Modelo de número 3526. Cobrança do imposto. Possibilidade de revisão de ofício. Diligência para apurar eventual pagamento anterior à apuração da infração.
PARECER	000050/2013
Ementa	Servidor ocupante de cargo exclusivamente comissionado. Da não recomendação de exoneração da servidora grávida ou no gozo de licença-maternidade. Inteligência da Jurisprudência do STF. Possibilidade de exoneração durante o gozo de licença-prêmio.



Natureza precária do vínculo. Pagamento da licença-prêmio em relação ao benefício em curso no ato do desligamento.

PARECER

000051/2013

Ementa

Bombeiro militar do Estado. Regras para promoção de praças. Vaga decorrente de aposentadoria aberta após o prazo legal para o cômputo. Impossibilidade de utilização imediata para fins de promoção. Inteligência da Lei Estadual nº 5.250/1985 e do Decreto Estadual nº 4.242/1986.

PARECER

000052/2013

Ementa

Termos de compromisso nº 028/2009 e 043/2009 firmados entre a Secretaria de Estado de Transportes e o Ministério da Integração Regional. Recursos liberados no âmbito do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil. Irregularidades. Necessidade da SETRAN instaurar Tomada de Contas Especial.

PARECER

000053/2013

Ementa

Análise jurídica de minuta de contrato a ser celebrado entre o Estado do Pará e o Banco do Brasil. Contratação de Banco Brasileiro para intermediar financiamento já contratado entre o Estado do Pará e a JICA - Agência de Cooperação Internacional do Japão.

PARECER

000054/2013

Ementa

Policia Civil. Auxílio morte. Situação ocorrida no percurso de ida ou retorno do trabalho. Necessidade de nexo de causalidade. Ligação da ocorrência à atividade exercida.

PARECER

000055/2013

Ementa

Contratação direta de empresa especializada para consultoria em mineração. Inexigibilidade de licitação. Inteligência do art. 25, inciso II da Lei nº 8.666/1993.



PARECER 000056/2013

Ementa Servidor público. Cargo de médico. Cassação definitiva do registro profissional pelo CRM. Afastamento do exercício do cargo. Percepção de remunerações. Impossibilidade jurídica. Vedação ao enriquecimento ilícito. Deslocamento para funções burocráticas. Impossibilidade jurídica. Desvio de função. Dever da Administração Pública de imediatamente apurar, por meio do devido processo legal, suposto abandono de cargo e os fatos relacionados à cassação do Registro Profissional.

PARECER 000057/2013

Ementa Polícia Militar do Estado do Pará (PMPA). Fundo de Assistência Social (FASPM). Fundo público de natureza contábil e financeira. Lei nº 4.320/64. Ausência de personalidade jurídica. Submissão ao regime público. Possibilidade de prestação dos serviços de assistência social aos Policiais Militares por entidade privada. Liquidação do FASPM.

PARECER 000058/2013

Ementa Atividade de radiologia. Período de férias diferenciado. Férias de 20 dias semestrais. Abrangência da norma. Servidores que estão sujeitos a sua incidência. Período aquisitivo e período de gozo. Prescrição.

PARECER 000059/2013

Ementa Suprimento de fundos, diárias e fundo rotativo. Ausência de prestação de contas. Baixo valor. Adoção de medidas administrativas. Instauração de Tomada de Contas Especial (TCE) no âmbito do órgão. Inviabilidade jurídica de dispensa da instauração de TCE.

MANIFESTAÇÃO

MANIFESTAÇÃO 000001/2013

Ementa Possibilidade de conclusão do processo de responsabilização de empresa pela qualidade da reforma realizada no prédio da Divisão de Homicídios em 2009 e 2011 (Contrato nº 19/2009-PCE).



MANIFESTAÇÃO 000002/2013

Ementa Contratação de empresa para prestação de serviço de certificação digital para pessoa física, para dois usuários (Chefe da DRH e Chefe da DIFIN).

MANIFESTAÇÃO 000003/2013

Ementa Retificação do cálculo do redutor constitucional incidente sobre o décimo terceiro salário, para exclusão da parcela referente a "gratificação de tempo integral", diante de sua natureza indenizatória.

MANIFESTAÇÃO 000004/2013

Ementa Minuta de contrato de assinatura de periódicos Boletim de Direito Administrativo e Boletim de Licitações e Contratos.

MANIFESTAÇÃO 000005/2013

Ementa Minuta de contrato de assinatura de periódicos, Revista Zênite - Informativo de Licitações e Contratos.

MANIFESTAÇÃO 000006/2013

Ementa Minuta de contrato de assinatura de periódicos - Revista Tributária e de Finanças Públicas, de Direito Constitucional e Internacional, de Direito do Trabalho, de Processo, Revista dos Tribunais e de Direito Ambiental.

MANIFESTAÇÃO 000007/2013

Ementa Minuta de Termo Aditivo ao Contrato nº 007/2012, celebrado entre a PGE e a PRODEPA, para prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação.

MANIFESTAÇÃO 000008/2013

Ementa Análise referente à proposta de prorrogação do Contrato nº 005/2012, celebrado inicialmente entre esta Procuradoria-Geral e a



prestadora de serviço de locação de veículos, Brasil Rent a Car Ltda EPP.

MANIFESTAÇÃO 000009/2013

Ementa Minuta de Contrato de assinatura de periódicos - Revista JML de Licitação e Contratos, a ser celebrado entre o Estado do Pará - PGE e a empresa Mendes

MANIFESTAÇÃO 000010/2013

Ementa Servidor temporário afastado de suas funções, com base no artigo 29 da Lei nº 5.810/1994, em virtude de o mesmo ter sido preso em flagrante.

MANIFESTAÇÃO 000011/2013

Ementa Contratação de empresa para prestação do serviço de certificação digital para dois usuários nesta PGE.

MANIFESTAÇÃO 000012/2013

Ementa Consulta da SEDUC acerca da obrigatoriedade de pagamento de boleto emitido pelo ECAD, cobrado em razão de evento alusivo ao Encontro Nacional do Censo Escolar.

MANIFESTAÇÃO 000013/2013

Ementa Contratação de serviços (cabeamento lógico e elétrico) de instalação de pontos lógicos de rede ethernet, a fim de atender as necessidades da PGE-PA, na Procuradoria Setorial de Brasília.

MANIFESTAÇÃO 000014/2013

Ementa Devolução de Contribuição Sindical 2011

MANIFESTAÇÃO 000015/2013

Ementa Proposta de repactuação feita pela União Federal, relativa ao Programa Nacional de Apoio à Inclusão Digital nas Comunidades - Telecentros. BR



MANIFESTAÇÃO 000016/2013

Ementa Exame jurídico acerca da competência para aplicação de penalidade oriunda do Processo Administrativo Disciplinar nº 2012/245554, instaurado em 13 de agosto de 2012, concluso em 28 de dezembro de 2012

MANIFESTAÇÃO 000017/2013

Ementa Análise do Projeto de Lei que institui o Parcelamento de Dívida dos Municípios do Estado do Pará referente a Débitos Previdenciários.

MANIFESTAÇÃO 000018/2013

Ementa Aditivo contratual - Serviço postal. Processo em tramitação. Retorno ao *status quo*. Propriedade privada. Irregularidades. Competência do Estado do Pará para licenciamento.

MANIFESTAÇÃO 000019/2013

Ementa Servidor público. Dispensa de estágio probatório. Identidade de cargos e atribuições. Exegese do art. 34 do RJU Paraense c/c art. 26 do Decreto Estadual nº 249/2011.

MANIFESTAÇÃO 000020/2013

Ementa Proposta de aditamento de contrato firmado com esta PGE, instrumento esse que tem por objeto a manutenção do Sistema SCP.

MANIFESTAÇÃO 000021/2013

Ementa Contratação de serviços postais encaminhada pelo DIVSERV, considerando a impossibilidade de prorrogação suscitada na Manifestação nº 18/2013 aprovada pelas instâncias superiores.

MANIFESTAÇÃO 000022/2013

Ementa Licitação. Contratação de mão-de-obra por empresa interposta. Atividade permanente e finalística da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos. Impossibilidade.



MANIFESTAÇÃO 000023/2013

Ementa Esclarecimentos sobre a possibilidade de substituição de objeto licitado, com a mesma especificação técnica e marca distinta.

MANIFESTAÇÃO 000024/2013

Ementa Contratação direta de empresas públicas e sociedades de economia mista. Dispensa de licitação. Interpretação do art. 24, inciso VIII da Lei nº 8.666/1993. Limites.

MANIFESTAÇÃO 000025/2013

Ementa Tratam os presentes autos de retorno de projeto de lei de criação de laboratório público, na forma de empresa pública, já analisado em duas oportunidades nesta casa.

MANIFESTAÇÃO 000026/2013

Ementa Consignação em folha de valores contratados a título de honorários advocatícios.

MANIFESTAÇÃO 000027/2013

Ementa Contratação de serviços de limpeza e conservação. Registro de atestados de capacidade técnica perante o Conselho Regional de Administração. Recurso hierárquico.

MANIFESTAÇÃO 000028/2013

Ementa Devolução de valores recebidos indevidamente por servidores. Imprescritibilidade da ação judicial de ressarcimento ao erário público. Inteligência do art. 37, §5º da CF/88.

MANIFESTAÇÃO 000029/2013

Ementa Confecção e instalação de porta de vidro temperado na sala da Procuradoria Ambiental.



MANIFESTAÇÃO 000030/2013

Ementa Minuta de projeto de lei que Institui a Dívida Ativa Tributária e Não-Tributária do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV e do Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Pará - IASEP.

MANIFESTAÇÃO 000031/2013

Ementa Análise do Projeto de Lei que institui o parcelamento da Dívida dos Municípios do Estado do Pará referente a Débitos Previdenciários.

MANIFESTAÇÃO 000032/2013

Ementa Assinatura de Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviço nº 005/2011, para a seleção e concessão de estágios supervisionados a estudantes/estagiários, que fazem entre si a PGE/PA e o IEL.

MANIFESTAÇÃO 000033/2013

Ementa Servidor público. Alteração de vencimento. Requisitos indispensáveis. Expressa previsão legal. Artigo 37, X e XIII da CRFB/88. Artigo 39, §§1º e 8º da CE/89. Risco de inconstitucionalidade.

MANIFESTAÇÃO 000034/2013

Ementa Análise jurídica acerca da necessidade de realização de procedimento licitatório para que o Estado do Pará promova a escolha e o posterior pagamento de emolumentos por serviços notariais, de Cartórios de Notas de Belém para lavratura de escritura pública nas desapropriações extrajudiciais.

MANIFESTAÇÃO 000035/2013

Ementa Aquisição de copos descartáveis e garrafas térmicas. Pregão eletrônico. PGE/PA participe da Ata de Registro de Preços resultante de certame realizado pela SEAD/PA.



MANIFESTAÇÃO 000036/2013

Ementa Incorporação de gratificação de função devida ao empregado público, chamada incorporação celetista.

MANIFESTAÇÃO 000037/2013

Ementa Aquisição de fitas adesiva e gomada e cola. Pregão eletrônico. PGE/PA participe da Ata de Registro de Preços resultante de certame realizado pela SEAD/PA.

MANIFESTAÇÃO 000038/2013

Ementa Aquisição de grampeadores, grampos, perfuradores de papel, porta fita adesiva, porta canetas, caixas para correspondência, extratores e ligas elásticas. Pregão eletrônico. PGE/PA participe da Ata de Registro de Preços resultante de certame realizado pela SEAD/PA.

MANIFESTAÇÃO 000039/2013

Ementa Aquisição de clips niquelados e tesouras. Pregão eletrônico. PGE/PA participe da Ata de Registro de Preços resultante de certame realizado pela SEAD/PA.

MANIFESTAÇÃO 000040/2013

Ementa Conserto da porta do arquivo fiscal contencioso, que está sob risco de desabamento.

MANIFESTAÇÃO 000041/2013

Ementa Aquisição de pastas plásticas, caixas de arquivo e grampos em plástico. Pregão Eletrônico. PGE/PA participe da Ata de Registro de Preços resultante de certame realizado pela SEAD/PA.

MANIFESTAÇÃO 000042/2013

Ementa Aquisição de canetas, lápis, lapiseira e corretivo. Pregão Eletrônico. PGE/PA participe da Ata de Registro de Preços resultante de certame realizado pela SEAD/PA.



MANIFESTAÇÃO 000043/2013

Ementa Duração da licença à gestante de servidora, cuja criança nasceu morta no parto, em Bragança, no dia 13/08/2012.

MANIFESTAÇÃO 000044/2013

Ementa Aditivo. Prorrogação de Prazo. Contrato IOE/PA

MANIFESTAÇÃO 000045/2013

Ementa Inexigibilidade de licitação. Renovação de periódicos. Editora IOB.

MANIFESTAÇÃO 000046/2013

Ementa Análise acerca do pedido de prescrição de crédito fiscal formulado por contribuinte.

MANIFESTAÇÃO 000047/2013

Ementa Contagem de tempo de serviço de vínculo anterior do servidor, sob o regime temporário, regido pela Lei Complementar nº 07/91.

MANIFESTAÇÃO 000048/2013

Ementa Trata-se de processo interno, conduzido pela Coordenação Geral de Administração e Finanças (CGAF) desta Procuradoria-Geral, a partir de solicitação do Centro de Estudos, referente a necessidade de encadernar 24 volumes de Diários Oficiais do Estado, conforme especificação dos autos.

MANIFESTAÇÃO 000049/2013

Ementa Solicitação da PCTA referente à compra direta de 2 escadas, 4 banquinhos em madeira, 10 botas, 10 jalecos e 5 óculos de proteção, conforme especificação dos autos.

MANIFESTAÇÃO 000050/2013

Ementa Servidor público efetivo. Estágio probatório cumprido em dois anos. Servidor público efetivo. Estágio probatório cumprido em dois anos. Lei Estadual nº 7.071/2007, art. 41, §4º da CRFB/88. Necessidade de



complementação da avaliação de desempenho. Licença para tratar de interesse particular. Discricionariedade.

MANIFESTAÇÃO 000051/2013

Ementa Projeto de lei de Hanseníase.

MANIFESTAÇÃO 000052/2013

Ementa Contrato com a Distribuidora Equador de Produtos de Petróleo Ltda., para prestação de serviço, por 12 meses, do serviço de gerenciamento de unidades consumidoras, com utilização de cartão magnético e com fornecimento contínuo e ininterrupto de combustível para a frota de veículos desta PGE. Prorrogação contratual.

MANIFESTAÇÃO 000053/2013

Ementa Pagamento.

MANIFESTAÇÃO 000054/2013

Ementa A Fundação Pública, assim criada por Lei, equipara-se a Autarquia e como tal deve ser tratada. Os créditos das fundações públicas podem e devem ser inscritos em dívida ativa da entidade que as criou. A aplicação de multa por descumprimento de cláusula contratual deve ser precedida de procedimento administrativo de sua apuração, sendo indispensáveis a ampla defesa do contratado e a decisão fundamentada da Administração.

MANIFESTAÇÃO 000055/2013

Ementa Cuida-se de análise referente a requisitos para eventual doação de imóvel desapropriado pelo Estado do Pará, para a Companhia de Habitação do Estado do Pará.

MANIFESTAÇÃO 000056/2013

Ementa Possibilidade de fixação por Resolução de regras de concessão de bolsa para Programa de Pós-Graduação, para capacitação de



Procuradores e Servidores, com recursos do Fundo Especial da PGE/PA.

MANIFESTAÇÃO 000057/2013

Ementa Contrato de disponibilização de conteúdo da Revista dos Tribunais on-line, com cento e cinquenta senhas de acesso, a ser celebrado entre o Estado do Pará - Procuradoria-Geral do Estado (PGE) e a empresa Editora Revista dos Tribunais Ltda.

MANIFESTAÇÃO 000058/2013

Ementa Aquisição de 371 títulos, totalizando 441 (quatrocentos e quarenta e um) livros para o acervo do Centro de Estudos desta Casa de Procuradores.

MANIFESTAÇÃO 000059/2013

Ementa Consulta inicial da Polícia Militar do Estado concernente à continuidade ou não da percepção de aposentadoria por militar em inatividade, após sua exclusão a bem da disciplina.

MANIFESTAÇÃO 000060/2013

Ementa Redistribuição de servidora pública da Administração Direta estadual para o Tribunal de Contas dos Municípios (TCM)

MANIFESTAÇÃO 000061/2013

Ementa Análise da possibilidade de concessão de uso especial para fins de moradia de imóvel público, com base na Medida Provisória nº 2.220/2001. Não preenchimento dos requisitos que autorizam a medida.

MANIFESTAÇÃO 000062/2013

Ementa Consulta interna advinda do Gabinete desta PGE, considerando fato ocorrido na cotação eletrônica nº 201300004190, onde o vencedor do procedimento se recusa a entregar o material, alegando aumento nos custos da matéria prima.



MANIFESTAÇÃO 000063/2013

Ementa Aquisição de água mineral. PGE/PA participe de Ata de Registro de Preços resultante de Pregão Eletrônico realizado pela SEAD/PA.

MANIFESTAÇÃO 000064/2013

Ementa Consulta da Defensoria Pública do Estado acerca da possibilidade de manutenção de seus estagiários por até 2 (dois) anos, na forma do art.145 da LC nº 080/2004, reformada pela LC nº 132/09.

MANIFESTAÇÃO 000065/2013

Ementa Consulta da SEAD concernente à possibilidade da incidência da Gratificação de Tempo Integral (GTI), para cálculo de décimo terceiro salário proporcional.

MANIFESTAÇÃO 000066/2013

Ementa Cartilha eleitoral.

MANIFESTAÇÃO 000067/2013

Ementa Cartilha eleitoral.

MANIFESTAÇÃO 000068/2013

Ementa Apreciação da minuta de contrato para aquisição do periódico Revista JML de Licitações e Contratos, a ser celebrado, a pedido do Centro de Estudos deste órgão, entre o Estado do Pará - Procuradoria-Geral do Estado (PGE) e empresa.

MANIFESTAÇÃO 000069/2013

Ementa Análise jurídica da minuta de Segundo Termo Aditivo ao Contrato 033/2011- Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A, para prestação, por 12 meses, de serviços de telefonia fixa comutada.



PGE

Procuradoria
Consultiva

MANIFESTAÇÃO 000070/2013

Ementa Contrato de assinatura de periódico, a ser celebrado entre o Estado do Pará - Procuradoria-Geral do Estado (PGE) e a empresa Editora Fórum Ltda.

MANIFESTAÇÃO 000071/2013

Ementa Consulta referente a requerimento administrativo de empresa que alega inadimplência do Estado e pleiteia pagamento de faturas em atraso, referente a aditivo contratual de contrato de fornecimento de passagens aéreas, correspondente ao período de Maio/2006 a Dezembro de 2006.

MANIFESTAÇÃO 000072/2013

Ementa Consulta oriunda do IAP referente a requerimento de servidora comissionada que pleiteia reintegração de cargo, alegando ser beneficiada pela estabilidade excepcional estabelecida no art. 19 do ADCT.

MANIFESTAÇÃO 000073/2013

Ementa Aquisição de açúcar refinado e café torrado e moído. PGE/PA participe de Ata de Registro de Preços resultante de Pregão Eletrônico realizado pela SEAD/PA.

MANIFESTAÇÃO 000074/2013

Ementa Contratação do serviço de instalação de película espelhada nas áreas da PAM, Controle Interno, Corredor e Protocolo desta PGE.

MANIFESTAÇÃO 000075/2013

Ementa Prestação de serviços de higienização e desinfecção de 4 (quatro) caixas d'água e 1 (uma) cisterna nesta Procuradoria.



MANIFESTAÇÃO 000076/2013

Ementa Consulta de interesse de candidata, que requereu reabertura de prazo para a posse no cargo público de Técnico em Educação, para o qual foi aprovada no Concurso Público C-125-SEAD/SEDUC.

MANIFESTAÇÃO 000077/2013

Ementa Aditivo ao Contrato nº 008/2013, cujo objeto é a prestação de serviço de emissão de bilhete de passagem aérea e táxi aéreo, para fins de acréscimo de 25 por cento, nos termos do art. 65, §1º da LLC.

MANIFESTAÇÃO 000078/2013

Ementa A OAB questiona a implantação de ponto eletrônico com registro de frequência digital aos Consultores Jurídicos da SEAD.

MANIFESTAÇÃO 000079/2013

Ementa Análise do Termo de Cooperação Técnica e Operacional, a ser celebrad entre PGE/PA e SEOP

MANIFESTAÇÃO 000080/2013

Ementa Procedimentos fiscais. Decadêca do direito de constituir o crédito tributário.

MANIFESTAÇÃO 000081/2013

Ementa Termo de Cooperação. PGE x SUSIPE. Repasse de recursos para desapropriação. Imóvel localizado na BR-316 – Marituba.

MANIFESTAÇÃO 000082/2013

Ementa Termo de Cooperação. PGE x COHAB. Repasse de recursos para desapropriação. Imóvel localizado na Comunidade Taboquinha.



MANIFESTAÇÃO 000083/2013

Ementa Termo de Cooperação. PGE x SEIDURB. Repasse de recursos para desapropriação de imóveis na Rodovia Independência.

MANIFESTAÇÃO 000084/2013

Ementa Inexigibilidade de licitação. Renovação de periódicos. Editora NDJ.

MANIFESTAÇÃO 000085/2013

Ementa Termo de Cooperação. PGE x SEOP. Repasse de recursos para contratação de Projeto Complementar de Restauro da fachada de prédio da PGE.

NOTA TÉCNICA

NOTA TÉCNICA 001/2013

Ementa A In nº 002/2007 e os pareceres da Casa relacionados ao fornecimento de cópias de pareceres não vão de encontro com a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011)

NOTA TÉCNICA 002/2013

Ementa Controle de veículos por Chip. Competência Legislativa.

NOTA TÉCNICA S/N/2013

Ementa Lei de Acesso à informação - regulamentação pelos Estados.



2014

PARECER

PARECER 000001/2014

Ementa Concurso Público. Cargos de docentes nos quadros da Fundação Carlos Gomes. Lei Federal de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Exigência de graduação em licenciatura para docência na Educação Básica. Exigência de pós-graduação para docência de nível superior. Necessidade de alteração da Lei Estadual nº 5.939/1996, que organizou a Fundação Carlos Gomes, para as devidas adequações.

PARECER 000002/2014

Ementa Licitação. Contrato de Fornecimento. Empenho realizado após o fim da vigência contratual. Necessidade de desfazimento do ato administrativo para contraditório e ampla defesa da empresa afetada. Necessidade de pagamento pelo material entregue. Ausência de má-fé e impossibilidade de enriquecimento sem causa.

PARECER 000003/2014

Ementa Ementa: Proposta de Emenda à Constituição do Estado do Pará. Altera os arts. 25, 26, 28, 33, 34, 39, 41 e 45 da Constituição Estadual. Administração Pública. Modificação e inclusão de dispositivos.

PARECER 000004/2014

Ementa Contrato de Comodato de imóvel rural. Averbação na matrícula do imóvel objeto do comodato. Impossibilidade. Lei nº 6.015/73. Utilização do usufruto como alternativa. Direito real registrável na matrícula imobiliária.

PARECER 000005/2014

Ementa Contrato de Gestão. Organização Social Associação Cultural e Educacional do Pará (ACEPA). Gestão do Hospital Metropolitano de Urgência e Emergência. Equilíbrio Econômico Contratual.



Implicações financeiras decorrentes do término do contrato.
Parcelas devidas. Indenização.

PARECER 000006/2014

Ementa Minutas dos Editais de Concurso Público. Corpo de Bombeiro Militar. Admissão para o Curso de Formação de Soldados e Oficiais e para o Curso de Adaptação de Oficiais. Análise Jurídica.

PARECER 000007/2014

Ementa Ato de criação e registro de Florestas Públicas da União. Terras federais com cobertura florestal. Competência para licenciamento. Secretaria Estadual de Meio Ambiente. Aplicação da Lei Complementar nº 140/2011. Aplicação do critério de impacto local. Necessária conciliação de atividade mineradora e assentamento para fins de reforma agrária. Declarada a nulidade judicial de assentamento. Dispensa de Declaração de Compatibilidade de Atividades do INCRA. Exigência de Certidão da Justiça Federal.

PARECER 000008/2014

Ementa Reserva de terras. Regularização fundiária em favor do Município de São João de Pirabas. Possibilidade. Necessidade de autorização legislativa para doação. Art. 92, XIII, CE/89.

PARECER 000009/2014

Ementa Operação de crédito externo. Parecer do órgão jurídico (Art. 21, I, da Resolução nº43/2001, do Senado Federal)

PARECER 000010/2014

Ementa Servidor público. Período de licença saúde. Contagem de tempo de licença como efetivo exercício. Direito a férias remuneradas com acréscimo de 1/3.

PARECER 000011/2014

Ementa Contrato de permuta por obra a construir e de doação de imóvel entre União e Estado - requisitos legais das Leis Federais nº 8.666/93



e nº 9.636/98. Ausência de personalidade jurídica da Assembleia Legislativa para figurar como parte principal dos contratos imobiliários. Possibilidade da ALEPA realizar licitação e executar obra diretamente - previsão contratual e existência de orçamento.

PARECER

000012/2014

Ementa

Ação de improbidade administrativa. Aplicação da pena de suspensão dos direitos políticos. Reflexos sobre a celebração de contrato temporário e o contrato temporário em curso.

PARECER

000013/2014

Ementa

Policia! Militar Estadual. Morte por ferimento decorrente de ato de serviço. Pensão especial. União estável declarada judicialmente. Requisito temporal mínimo exigido pelo artigo 77 da Lei Estadual nº 5.251/85 (ESTATUTO DA PMPA). Interpretação da norma à luz da atual conformação constitucional legal da união estável.

PARECER

000014/2014

Ementa

Contrato de colaboração financeira não-reembolsável a ser firmado entre o BNDES e a Associação Privada Ama Brasil - Decreto Federal nº 4.418/2002. Estado do Pará como interveniente. Necessidade de convênio para repasse de recursos para o município e entidade privada sem fins lucrativos. Vinculação à legislação que regula a matéria.

PARECER

000015/2014

Ementa

Contrato administrativo de prestação de serviços de telefonia móvel. Contratação de consórcio de empresas. Alteração da configuração do consórcio contratado, mediante incorporação de uma das consorciadas. Ajuste contratual. Possibilidade jurídica. Análise da minuta de termo aditivo.

PARECER

000016/2014

Ementa

Educação Especial e atendimento educacional especializado. Regulamentação da Gratificação de Magistério da Educação



Especial. Parágrafo único do artigo 32 da Lei Estadual nº 7.442/2010.
Análise jurídica da minuta do Projeto de Decreto.

PARECER 000017/2014

Ementa Servidor ocupante de função temporária e cargo efetivo na área de saúde. Possibilidade de acumulação. Verificação da compatibilidade de horários. Licença para atividade classista, art. 95 do RJU. Necessidade de vínculo de cargo efetivo entre outros requisitos.

PARECER 000018/2014

Ementa Ementa: Utilização do Credenciamento nas contratações realizadas pelo Poder Público. Possibilidade. Respeito aos limites fixados pelas Cortes de Contas Federal e Estadual.

PARECER 000019/2014

Ementa Minuta de Decreto. Processo eletrônico. Definição de utilização. Definição de sistema e mecanismos.

PARECER 000020/2014

Ementa Servidor público. Gratificação universitária. Natureza da vantagem criada para os servidores lotados na UEPA. Servidor cedido. Inviabilidade jurídica de pagamento.

PARECER 000021/2014

Ementa 1. Contrato de Alienação de Terras Públicas - CATP. Regra. Aquisição de propriedade mediante condição resolutiva. Cumprimento das cláusulas contratuais. Necessidade de Fiscalização. Encargo da União/INCRA. 2. Propositura de PMFS. Exploração da propriedade por terceiro comprador. Beneficiário não originário do contrato. Inexistência de cláusula de inalienabilidade no CATP. Possibilidade. 3. Expedição de certidão pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. Ausência de óbice à exploração silvopastoril pelo atual detentor. 4. SEMA. PMFS. APAT. Processo 23875/2010. Imóvel com área superior a 110ha. Aprovação. Requisitos da IN 001/2014, de 14/01.2014. Exigência de certidão de regularidade e legitimidade



fundiária da propriedade do imóvel. 5. Providências a cargo do proprietário do imóvel. A ausência dos documentos acarreta o indeferimento do pleito de licenciamento ambiental.

PARECER 000022/2014

Ementa Redistribuição de servidora. Requisitos legais. Renúncia a parcela específica de remuneração para observância de equivalência de vencimentos. Viabilidade jurídica.

PARECER 000023/2014

Ementa Instrumento de Protocolo de Manifestação de Vontades, recebido nesta PGE por correspondência eletrônica, oriunda do Município de Parauapebas.

PARECER 000024/2014

Ementa Alteração da estrutura do IGEPREV. Criação de vagas e cargos. Lei de Responsabilidade Fiscal. Limites de gasto com pessoal. Lei Eleitoral. Vedação de nomeação de candidatos. Análise da minuta do Projeto de Lei.

PARECER 000025/2014

Ementa Servidor público. Nepotismo. Matrimônio posterior à nomeação para cargo comissionado. Não relevância para a incidência das normas que vedam o Nepotismo. Proteção à moralidade e impessoalidade.

PARECER 000026/2014

Ementa Existência das autorizações necessárias para a contratação e a concessão da garantia e legalidade da minuta contratual relativa à operação de crédito externa que o Governo do Estado do Pará negociou junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.



PARECER 000027/2014

Ementa Análise da minuta de Decreto Regulamentar da Lei Estadual que instituiu a Dívida Ativa Tributária e Não-Tributária do IGEPREV E IASEP.

PARECER 000028/2014

Ementa Eleitoral. Aquisição de combustível para abastecimento de máquinas de Prefeituras. Atuação conjunta de Estado e Municípios em benefício de produtores familiares rurais. Distribuição gratuita de benefício. Incidência do art. 73, §10 da Lei nº 9.504/1997. Programa de Governo preexistente. Prática não realizada em exercícios anteriores. Impossibilidade de inovação em ano eleitoral.

PARECER 000029/2014

Ementa Ementa: Sugestões do IGEPREV de adequações nas vinculações e contribuições previdenciárias com vistas à correta gestão dos Fundos Previdenciários do Estado. Análise jurídica.

PARECER 000030/2014

Ementa Exigência de Reserva Legal e Cadastro Ambiental Rural para a atividade de Mineração. Possibilidade de dispensa.

PARECER 000031/2014

Ementa Responsabilidade pelo custeio de Casas de Estudante. Art. 329 da Constituição Estadual. Substituição da SEDUC pela SEAS. Análise da minuta do Projeto de Lei.

PARECER 000032/2014

Ementa Cadastro Ambiental Rural (CAR). Incidência em área com litígio judicial. Pedido de cancelamento formulado por terceiros. Ampla defesa e devido processo legal com contraditório. Necessidade de se conhecer os limites da seara judicial.



PARECER	000033/2014
Ementa	Servidor público. Auditor Fiscal de Receitas Estaduais. Licença para desempenho de mandato diretivo em Associação de Classe de âmbito nacional. Remuneração. Cômputo das vantagens de natureza <i>pro labore faciendo</i> . Viabilidade. Observância do previsto nos artigos 72, VIII e 95 da Lei Estadual nº 5.810/1994.
PARECER	000034/2014
Ementa	Administração Tributária. ICMS. Operações interestaduais que destinam bens e mercadorias adquiridas de forma não presencial (comércio eletrônico) por consumidor final. Validade jurídica do Protocolo CONFAZ 79/2011 e do Decreto Estadual nº 79/2011. Objeção. Liminar do STF.
PARECER	000035/2014
Ementa	Minuta de Projeto de Lei sobre o ingresso de Militares do Estado na Polícia Militar do Estado do Pará. Alteração da Lei Estadual nº 6.626/2004. Análise jurídica.
PARECER	000036/2014
Ementa	Operação de Crédito Interna. Parecer do órgão jurídico. (Art. 21, I, da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal)
PARECER	000037/2014
Ementa	Operação de Crédito Interna. Parecer do órgão jurídico (Art. 21, I, da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal)
PARECER	000038/2014
Ementa	Operação de Crédito Interna. Parecer do órgão jurídico (Art. 21, I, da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal)



PARECER 000039/2014

Ementa Isenção do Imposto de Renda sobre Adicional de Férias dos servidores públicos da Defensoria Pública. Impossibilidade. Caráter remuneratório da parcela recebida.

PARECER 000040/2014

Ementa Co-financiamento Estadual da Atenção Básica em Saúde aos Municípios. Minuta de Decreto Estadual. Análise jurídica.

PARECER 000041/2014

Ementa Prescrição de parcela remuneratória devida a servidor público. Incidência de prescrição quinquenal. Revisão de entendimento desta Procuradoria decorrente de uniformização de jurisprudência pacificada no STJ.

PARECER 000042/2014

Ementa Servidor comissionado. Exoneração ex officio. Licença-prêmio não gozada por necessidade do serviço. Conversão em pecúnia. Princípios da responsabilidade civil do Estado e da vedação ao enriquecimento ilícito.

PARECER 000043/2014

Ementa Trata-se de consulta formulada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA), solicitando manifestação desta PGE, acerca da possibilidade de compensação do pagamento referente à taxa do RIAA (Relatório de Informações Ambiental Anual) com a taxa de Renovação de Licença de Operação.

PARECER 000044/2014

Ementa Adicional por tempo de serviço. Averbação do período prestado à Sociedade de Economia Mista e Empresa Pública - impossibilidade. Inteligência do art. 70 e 128, inciso III, da Lei Estadual nº 5.810/1994. Evolução jurisprudencial do STJ e STF. Pré-Julgado nº 21/2014-



TCE/PA. Necessidade de revisão do entendimento deste órgão, contido no Parecer nº 44/2003 e outros.

PARECER

000045/2014

Ementa

Juntas Comerciais. Competência Legislativa concorrente (art. 24, III, da CF/88). Plenário. Composição. Lei Federal nº 8.934/1994. Decreto Federal nº 1.800/1996. Criação de novas vagas no Colegiado de Vogais da JUCEPA. Necessidade de ajuste às normas federais.

PARECER

000046/2014

Ementa

Análise e adoção das providências judiciais cabíveis sobre pleito.

PARECER

000047/2014

Ementa

Aposentadoria especial do servidor público. Oficiais de Justiça do Estado do Pará substituídos no Mandado de Injunção nº 3652. Decisão do STF. Súmula Vinculante nº 33/STF. Análise dos pedidos de aposentadoria. Orientação do IGEPREV.

PARECER

000048/2014

Ementa

Projeto Olhar Brasil. Criação através de Portaria. Distribuição de bens e serviços. Aplicação da vedação contida no artigo 73, parágrafo 10 da Lei nº 9.504/97.

PARECER

000049/2014

Ementa

Policia Militar. Auxílio-acidente. Militar ferido em serviço em 2008. Requerimento de vantagem em 2011. Prescrição quinquenal. Inexistência de prescrição.

PARECER

000050/2014

Ementa

Casa do Estudante Universitário do Pará. Constituição Estadual e Lei Estadual nº 5.965/1996. Possibilidades de custeio: convênio ou termo de ajustamento de conduta.



PARECER 000051/2014

Ementa Operação de crédito interna. Parecer do órgão jurídico (Art. 21, I, da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal)

PARECER 000052/2014

Ementa Gratificação pelo exercício de função comissionada de motorista. Acordo coletivo. Vigência de regra. Requisitos de implementação. Retroação limitada.

PARECER 000053/2014

Ementa Indenização (Auxílio) moradia. Inviabilidade de extensão aos proventos quando da passagem à inatividade. Natureza indenizatória e transitória da parcela. Revisão de benefícios: viabilidade desde que observados rigorosa e cuidadosamente o devido processo legal: contraditório/ampla defesa. Incidência da decadência para o exercício de autotutela nos atos de aposentação. Natureza complexa dos atos de aposentação. Entendimento desta Procuradoria.

PARECER 000054/2014

Ementa Operação de crédito interna. Parecer do órgão jurídico (Art. 21, I, da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal)

PARECER 000055/2014

Ementa Servidor público. Acumulação de cargos públicos. Área da Saúde. Possibilidade jurídica instituída pela Emenda Constitucional nº 77/2014.

PARECER 000056/2014

Ementa Projeto FACEDUC. Ausência de previsão legal. Distribuição de bens e serviços. Análise das vedações eleitorais estabelecidas na Lei nº 9.504/97. Limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (Art. 42). Observância dos requisitos exigidos na LDO e no Decreto n. 768/2013.



PARECER 000057/2014

Ementa Unidade de Conservação de Proteção Integral criada pelo Estado. Presença de famílias no local. Indenização de benfeitorias. Dúvidas quanto à titularidade da UC. Possibilidade de pagamento. Direitos e deveres fundamentais em risco.

PARECER 000058/2014

Ementa FUNTELPA. Mudança da personalidade jurídica. De Direito Privado para Direito Público. Impacto sobre o Regime Jurídico dos servidores e empregados públicos da Fundação.

PARECER 000059/2014

Ementa Fundo de Comércio. Elemento Intangível do Negócio. Impossibilidade de avaliação pelo Estado. Necessidade de requerimento fundamentado do particular. Inexistência e impossibilidade.

PARECER 000060/2014

Ementa IGEPREV. Sindicância investigativa. Suspeição auto proclamada pelos membros da Comissão. Questão de ordem subjetiva. Impossibilidade de imposição pela autoridade instauradora. Comissão formada por servidores estranhos à entidade. Ausência de óbices jurídicos. Entendimento do Superior Tribunal de Justiça.

PARECER 000061/2014

Ementa Decisão do Conselho da Magistratura. Recurso administrativo. Acórdão nº 137170. Tempo de serviço. Reconhecimento. Inviabilidade de adoção de medidas judiciais.

PARECER 000063/2014

Ementa Pagamento de Adicional de Curso de Extensão ou Pós-Graduação. Art. 70, inciso V da LC 022/1994. Pertinência do curso com a atividade Policial Civil.



PARECER

000064/2014

Ementa

1 - Código Florestal. Expedição de Licença Ambiental Rural - LAR. APPs e RLs. Supressão irregular anterior a 22/07/2008. Condicionamento. Assinatura de Termo de Compromisso. Objetivo. Extinção da punibilidade. Cabível. Ilegalidade da Portaria. II - Licenciamento para Atividade Rural - LAR. Áreas de Uso Alternativo do Solo - AUAS. Imposição de inscrição no Cadastro Ambiental Rural - CAR e assinatura do Termo de Compromisso Ambiental Agrosilvopastoril - TCAA. Possibilidade.

PARECER

000065/2014

Ementa

Servidor público efetivo cedido para exercício de cargo comissionado. Cessão entre poderes do Estado. Opção pela forma de remuneração prevista na Lei Estadual nº 5.020/1985. Ônus para cedente e cessionário. Poderes sujeitos a tetos remuneratórios diferentes. Teto remuneratório aplicável.

PARECER

000066/2014

Ementa

Servidor do Magistério - SEDUC, cedido para outra Secretaria. Férias de 45 dias. Estatuto do Magistério Público do Estado. Lei Estadual nº 5.351/86. Desempenho de atividades diversas das funções de Magistério. Período diferenciado de gozo de férias. Inaplicabilidade.

PARECER

000067/2014

Ementa

Análise da prescrição punitiva da Administração. Sindicância processada e julgada dentro do prazo legal. Interposição de recurso administrativo com efeito suspensivo. Repercussão do efeito na contagem do prazo prescricional.

PARECER

000068/2014

Ementa

Imposto de Renda retido na fonte. Precatório. Fato gerador. Isenção/Restituição. Moléstia grave reconhecida por perícia oficial. Possibilidade do Estado apreciar o pleito. Termo inicial dos efeitos da norma isentiva. Deferimento.



PARECER

000072/2014

Ementa

Análise da prescrição da pretensão punitiva da Administração. Processo administrativo disciplinar. Penalidade de suspensão de 90 dias. Interposição de recurso administrativo com efeito suspensivo. Repercussão do efeito na contagem do prazo prescricional. Ato punitivo alcançado pela prescrição. Registro dos fatos nos assentamentos funcionais. Art. 226 do RJU.

PARECER

000073/2014

Ementa

Judicialização de políticas públicas. Decisão judicial impositiva do fornecimento de medicamentos. Pregão eletrônico para contratação de empresa para fornecimento dos medicamentos decorrentes de decisões judiciais. Viabilidade jurídica. Celeridade e economicidade.

PARECER

000074/2014

Ementa

Servidor público. Desvio de função. Complementação salarial. Enquadramento em cargo diverso. Inviabilidade jurídica. Reestruturação de quadro funcional. Lei Estadual nº 6.969/2007. Enquadramento. Cômputo de tempo de serviço anterior. Ausência de previsão legal.

PARECER

000075/2014

Ementa

A imunidade recíproca de que trata o artigo 150, VI, "a", da Constituição Federal é limitada aos impostos e não se estende às taxas. Por outro lado, é condição de validade das taxas, enquanto modalidade de tributo, a sua divisibilidade e especificidade, pena de tornar-se inconstitucional.

PARECER

000076/2014

Ementa

Criação de link. Exposição de fotos de pacientes não identificados. Conflito de princípios. Dignidade da pessoa humana e inviolabilidade da imagem.



PARECER

000077/2014

Ementa

Vantagens. Falecimento de companheiro. Necessidade da devida instrução administrativa ou apresentação de decisão judicial. Existência de inventário. Apresentação de outros dependentes interessados.

PARECER

000078/2014

Ementa

Cessão. Servidor efetivo de outras esferas federativas cedido ao Estado. Contribuição previdenciária do servidor e patronal.

PARECER

000079/2014

Ementa

Minuta de Instrução Normativa que define as condições calendário Florestal, no âmbito da SEMA/PA, definindo os períodos para apresentação e análise dos Planos de Manejo Florestal Sustentável - PMFS e dos Planos Operacionais Anuais - POA, bem como para a safra em florestas de terra firme e para o Embargo das atividades de exploração florestal no Estado do Pará. Legalidade e adequação ao princípio do desenvolvimento sustentável.

PARECER

000080/2014

Ementa

Concessão de Termo de Uso de Área para Comunidades Tradicionais no território da Flota Paru - O Direito Constitucional das Comunidades Tradicionais ao uso dos recursos florestais dentro das Florestas Estaduais como resultado do conceito de sócio-ambientalismo do direito brasileiro integrando o conceito de unidades de conservação exige especial respeito aos modos de sobrevivência, desenvolvidos ao longo de gerações por comunidades tradicionais. A presença de comunidades tradicionais condiciona o tipo de unidade de conservação a ser criada e não pode ser impeditivo dos seus usos. Possibilidade de utilização do Termo de Uso de Floresta Estadual. Necessidade de Regularização Fundiária Posterior, quando da regularização fundiária da Floresta Estadual Paru, mediante a Concessão de Direito Real de Uso dentro da Floresta Estadual.



PGE

Procuradoria
Consultiva

MANIFESTAÇÃO

MANIFESTAÇÃO 000001/2014

Ementa Inexigibilidade de licitação. Contratação de Periódicos impressos. Editora Zênite.

MANIFESTAÇÃO 000002/2014

Ementa Análise dos efeitos jurídicos derivados de contrato de locação verbal.

MANIFESTAÇÃO 000003/2014

Ementa Avaliação sobre a utilização exclusiva do preço incluído no Banco Referencial de Preços (SIMAS), nos processos para aquisição/contratação pela Administração Pública Estadual, que serviria de parâmetro único para subsidiar tais processos.

MANIFESTAÇÃO 000004/2014

Ementa Cuida-se de consulta inicialmente da SEAD, acerca de pleito de servidor, que discordou do desconto referente à contribuição social, efetuado na folha de junho de 2013, pois já contribuía para o Sindicato dos Engenheiros no Estado do Pará, em fevereiro de 2013.

MANIFESTAÇÃO 000005/2014

Ementa Manifestação formal a respeito de ponto específico e relativo ao marco inicial de contagem do prazo decadencial do Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD)

MANIFESTAÇÃO 000006/2014

Ementa Assinatura do primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviço nº 008/2013, decorrente do Pregão Eletrônico nº 008/2012~PGE, para prestação de serviço de emissão de bilhetes de passagens aéreas.



MANIFESTAÇÃO 000007/2014

Ementa Decadência. Suspensão de Exigibilidade do Crédito Tributário. Impedimento de lavratura de AINF. Efeitos e consequências.

MANIFESTAÇÃO 000008/2014

Ementa Aquisição de 2.200 pacotes de 200g de leite em pó integral.

MANIFESTAÇÃO 000009/2014

Ementa Aditivo para prorrogação contratual de serviço postal.

MANIFESTAÇÃO 000010/2014

Ementa Minuta de contrato de disponibilização do conteúdo de revistas online de editora a ser celebrado entre o Estado do Pará – Procuradoria-Geral do Estado (PGE) e a referida editora.

MANIFESTAÇÃO 000011/2014

Ementa Tratam os presentes autos de requerimento formulado pelo Gabinete Adjunto da Procuradoria-Geral do Estado para esclarecer a quem compete a assinatura de documento do Registro de Imóvel de particular confinante com imóvel de posse, domínio ou propriedade de área pública estadual no qual esteja sendo executada ou se encontra em fase de execução, projeto de responsabilidade da COHAB.

MANIFESTAÇÃO 000012/2014

Ementa Questionamentos referentes à exigência de diferencial de alíquota das empresas de Construção Civil.

MANIFESTAÇÃO 000013/2014

Ementa Contrato Emergencial - Papel A4



MANIFESTAÇÃO 000014/2014

Ementa Apreensão de Mercadoria. Nomeação de depositário fiel. Natureza Jurídica. Recuperação Judicial da Transportadora a quem é conferido o depósito. Ausência de Responsabilidade do Fisco.

MANIFESTAÇÃO 000015/2014

Ementa Contratação de instituição financeira para emitir boletos e arrecadar valores relativos às inscrições dos candidatos do XX Concurso Público para provimento de cargos de Procurador do Estado, certame que esta PGE pretende realizar ao longo do ano em curso.

MANIFESTAÇÃO 000016/2014

Ementa Contratação da PRODEPA - Processamento de Dados do Estado do Pará para prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC a esta PGE (Contrato nº 007/2012).

MANIFESTAÇÃO 000017/2014

Ementa Complementação à Manifestação nº 56/2013. Possibilidade de acumulação do recebimento de Bolsa para Programa de Pós-Graduação com Licença-Remunerada, como também, concessão da Bolsa em ano eleitoral.

MANIFESTAÇÃO 000018/2014

Ementa Lei de criação do CEDCA. Projeto de lei oriundo da SEAS, propondo alterações na Lei nº 5.819/9, que trata da Política Estadual de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente.

MANIFESTAÇÃO 000019/2014

Ementa Inexigibilidade de licitação. Contratação de periódicos impressos. Editora Dialética.



MANIFESTAÇÃO 000020/2014

Ementa Trata-se de processo oriundo da UEPA, em que se discute se servidores estatutários não estáveis integrantes do quadro da instituição têm direito à progressão funcional.

MANIFESTAÇÃO 000021/2014

Ementa Trata-se de Execução Fiscal a ser ajuizada em face de Prefeitura Municipal para a cobrança de crédito tributário.

MANIFESTAÇÃO 000022/2014

Ementa Cumulação de cargo e emprego público. EMATER. SEDUC.

MANIFESTAÇÃO 000023/2014

Ementa Minuta de contrato para aquisição do periódico Revista LTR, a ser celebrado, a pedido do Centro de Estudos deste órgão, entre o Estado do Pará - Procuradoria-Geral do Estado (PGE) e empresa.

MANIFESTAÇÃO 000024/2014

Ementa Renovação de assinatura de periódicos editados pela Editora Magister Ltda.

MANIFESTAÇÃO 000025/2014

Ementa Trata-se de processo interno, conduzido pela Comissão do XX Concurso Público para provimento de cargos de Procurador do Estado, no âmbito desta Procuradoria-Geral, referente ao certame público em questão, encaminhado para análise nos termos da Portaria nº 820/2013.

MANIFESTAÇÃO 000026/2014

Ementa Análise complementar do Projeto de Lei de criação da Fundação de Ensino Tecnológico e Técnico Profissionalizante do Estado do Pará (UNITEC), relacionada ao Parecer nº 038/2013.



MANIFESTAÇÃO 000027/2014

Ementa Pedido de repactuação formulado por empresa prestadora de serviços de limpeza e conservação dos prédios desta PGE.

MANIFESTAÇÃO 000028/2014

Ementa Redistribuição de servidora pública da Administração Indireta Estadual para o Ministério Público do Estado do Pará.

MANIFESTAÇÃO 000029/2014

Ementa A AGE encaminha a PGE Relatório de Fiscalização cujo objetivo foi realizar exame no processo relativo à contratação de empresa para execução dos serviços de recuperação da Rodovia PA - 150.

MANIFESTAÇÃO 000030/2014

Ementa Contratação de assinatura de periódicos impressos. IOB. Inexigibilidade de licitação.

MANIFESTAÇÃO 000031/2014

Ementa Análise de minuta do 3º Termo Aditivo ao Instrumento de Contrato desta PGE firmado entre o Estado do Pará, por meio desta PGE e o Instituto Euvaldo Lodi (IEL), para a concessão de estágio a estudantes.

MANIFESTAÇÃO 000032/2014

Ementa Análise da minuta do contrato de promessa de permuta por obra a construir entre a União e o Estado. Apenso ao Parecer nº 011/2014.

MANIFESTAÇÃO 000033/2014

Ementa Possibilidade de servidor efetivo, que pede exoneração e toma posse em outro cargo público estadual, sem solução de continuidade e com o mesmo regime jurídico, aproveitar o tempo de serviço no vínculo anterior para fins de contagem do período aquisitivo de férias.



MANIFESTAÇÃO 000034/2014

Ementa Complementação às Manifestações nº 056/2013 e 017/2014. Concessão de Bolsa para Programa de Pós-Graduação no âmbito da PGE/PA.

MANIFESTAÇÃO 000035/2014

Ementa Análise do Termo de Cooperação Técnica e Operacional, a ser celebrado entre PGE/PA e SEOP, para fins de repasse de recursos para a realização da reforma dos prédios da PGE/PA (Sede e Anexos II, III e IV).

MANIFESTAÇÃO 000036/2014

Ementa Viabilidade jurídica de se instituir o pagamento de gratificação de risco de vida (GRV) aos servidores atuantes na Diretoria de Fiscalização (DIFISC) da SEMA.

MANIFESTAÇÃO 000037/2014

Ementa Manutenção corretiva de relógio de ponto da marca Henry pertencente a esta PGE.

MANIFESTAÇÃO 000038/2014

Ementa Assinatura do Terceiro Termo Aditivo ao contrato de prestação de serviço nº 006/2011, para a seleção e concessão de estágios a estudantes de cursos de graduação, que fazem entre si a PGE/PA e o CIEE

MANIFESTAÇÃO 000039/2014

Ementa Trata-se de pedido de licença para tratar de interesse particular (sem vencimentos) de servidora efetiva e estável desta casa, que informa em seu pedido que utilizaria a licença em função de posse em "cargo público" na EMBRAPA do Acre.



MANIFESTAÇÃO 000040/2014

Ementa Tratam os presentes autos de continuidade do processo nº 200600004689, onde a ARCON formulou consulta questionando vários aspectos acerca da situação dos Procuradores Autárquicos e Consultores Jurídicos daquela entidade, diante das então recentes Leis nº 6.872 e 6.873/2006.

MANIFESTAÇÃO 000041/2014

Ementa Tratam os presentes autos de consulta inicial da SEMA, concernente ao custeio de bolsas de pós-graduação por essa Secretaria, a partir da Portaria nº 689/2008-GAB/SEMA.

MANIFESTAÇÃO 000042/2014

Ementa Pagamento de quantia supostamente devida pelo Estado em virtude da paralisação do Contrato AJUR 027/2005 - Lote IV, atualmente rescindido.

MANIFESTAÇÃO 000043/2014

Ementa Aquisição de etiquetas adesivas de tamanhos e quantidades variados, para a organização dos arquivos desta Casa de Procuradores.

MANIFESTAÇÃO 000044/2014

Ementa Contrato de Colaboração financeira não-reembolsável a ser firmado entre o BNDES e a Associação Privada Ama Brasil. Estado do Pará como interveniente.

MANIFESTAÇÃO 000045/2014

Ementa Contratação de compra de molas hidráulicas e fechaduras de base e serviço de instalação desses materiais nas portas da recepção do prédio sede da PGE/PA.



MANIFESTAÇÃO 000046/2014

Ementa Trata-se de pedido de licença para tratar de interesse particular (sem vencimentos) de servidora efetiva e estável desta casa, que informa em seu pedido que utilizaria a licença em função de posse em "cargo público" na EMBRAPA do Acre.

MANIFESTAÇÃO 000047/2014

Ementa Trata-se de consulta, advinda da Secretaria de Estado de Saúde Pública (SESPA) referente a pleito de repactuação - equilíbrio econômico-financeiro - do Contrato de prestação de serviços de Vigilância Patrimonial nº 005/2014-SESPA.

MANIFESTAÇÃO 000048/2014

Ementa Contratação do serviço de hospedagem de website de 5 GB - PRODEPA. Dispensa de licitação, art. 24, inciso XVI da Lei nº 8.666/1993.

MANIFESTAÇÃO 000049/2014

Ementa Trata-se de expediente oriundo da Secretaria de Estado de Educação, solicitando manifestação da Procuradoria-Geral do Estado sobre a classificação CNAE da SEDUC, bem como sobre o Termo de Início de Procedimento Fiscal recebido em razão das repercussões fiscais de possível erro no autoenquadramento da atividade preponderante do órgão.

MANIFESTAÇÃO 000050/2014

Ementa Esclarecimentos acerca de algumas respostas e fundamentos expressados no Parecer 57/2013.

MANIFESTAÇÃO 000051/2014

Ementa Possibilidade da apresentação do espetáculo Terruá Pará nos dias 01, 02 e 03 de agosto de 2014, em Belém. Período Eleitoral.



MANIFESTAÇÃO 000052/2014

Ementa Incorporação da Gratificação de Função aos vencimentos de empregado público.

MANIFESTAÇÃO 000053/2014

Ementa Incorporação da Gratificação de Função aos vencimentos de empregado público.

MANIFESTAÇÃO 000054/2014

Ementa Adesão de Ata de Registro de Preços gerenciada pela PRODEPA, da qual a PGE não é partícipe, em que se pretende contratar serviços de construção de rede de fibra ótica.

MANIFESTAÇÃO 000055/2014

Ementa Cuida-se de consulta inicialmente da SEFA, acerca de suspensão ou não do pagamento da vantagem Gratificação por Tempo Integral (GTI), em afastamentos - licença para tratamento de saúde, licença prêmio, aguardando aposentadoria e outros.

MANIFESTAÇÃO 000056/2014

Ementa Análise do Termo de Cooperação Técnica e Financeira, a ser celebrado entre DETRAN e SEIDURB, para fins de repasse de recursos para a realização de serviços de engenharia na construção de calçadas e recuperação de pavimentação nas vias de trânsito urbano em municípios do Estado.

MANIFESTAÇÃO 000057/2014

Ementa Assinatura do contrato de prestação de serviço nº 023/2014, para disponibilização de assinatura do Diário da Justiça Federal da 1a. Região Eletrônico - e-DJF1 - celebrado com a Imprensa Nacional da União.

MANIFESTAÇÃO 000058/2014

Ementa Aditivo contratual - Certificado digital



MANIFESTAÇÃO 000059/2014

Ementa Solicitação de manifestação formal acerca da viabilidade jurídica da atuação da SEFA na da multa estabelecida no art. 16 da Lei Estadual nº 7.591/2011.

MANIFESTAÇÃO 000060/2014

Ementa Projeto de Lei de Reforma do Regime Jurídico Único do Estado do Pará

MANIFESTAÇÃO 000061/2014

Ementa Redistribuição de servidor.

MANIFESTAÇÃO 000062/2014

Ementa Contratação do serviço de locação de veículos automotores terrestres por meio da Ata de Registro de Preços nº 03/2014-SEAD, da qual é partícipe a PGE/PA.

MANIFESTAÇÃO 000063/2014

Ementa Contratação da PRODEPA - Processamento de Dados do Estado do Pará para prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC na sede da PGE em Belém.

MANIFESTAÇÃO 000064/2014

Ementa Contratação da PRODEPA - Processamento de Dados do Estado do Pará para prestação de serviços de hospedagem da home page da PGE.

MANIFESTAÇÃO 000065/2014

Ementa Execução do Programa Social de Governo e utilização de uniforme com logomarca, em ano eleitoral.



MANIFESTAÇÃO 000066/2014

Ementa Minuta do Decreto que regulamentará a Lei nº 7.773/2012, que dispõe sobre a autorização para dispensa de ajuizamento, bem como renúncia de recurso em execuções fiscais de baixo valor.

MANIFESTAÇÃO 000067/2014

Ementa Trata-se de consulta, advinda da Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA), por meio do Ofício nº 00158/2014 da Diretoria de Fiscalização do órgão consulente, referente à possibilidade de servidores da carreira da Administração Tributária conduzirem os veículos oficiais da SEFA.

MANIFESTAÇÃO 000068/2014

Ementa Solicitação da Setorial de Brasília, referente à compra e instalação de persianas, conforme especificação dos autos.

MANIFESTAÇÃO 000069/2014

Ementa Tratam os presentes autos de consulta, formulada pela Ilma. Diretora Fazendária e pela Ilma. Coordenadora da Dívida Ativa, acerca dos efeitos e da forma de dar cumprimento a decisões judiciais nas seguintes hipóteses mencionadas no Ofício nº 0003/2014-DAIF.

MANIFESTAÇÃO 000070/2014

Ementa Contratação de serviços terceirizados - Regional de Santarém.

MANIFESTAÇÃO 000071/2014

Ementa Trata-se de processo iniciado por requerimento formulado pelo Presidente da APEPA (Associação de Procuradores do Estado do Pará), para contratação de curso de especialização (pós-graduação lato sensu) à distância em Advocacia Pública, com carga horária de 350 horas, a ser ministrado pelo Instituto para o Desenvolvimento Democrático - IDDE.



MANIFESTAÇÃO 000072/2014

Ementa Trata-se de manifestação com proposta de organização da cooperação e do fluxo de informações entre a PGE e Centro de Pesquisa e Análise Fiscal - CEPAF da SEFA.

MANIFESTAÇÃO 000073/2014

Ementa Análise da possibilidade de compensação de créditos de Empresa com multa contratual aplicada pela PGE/PA.

MANIFESTAÇÃO 000074/2014

Ementa Assinatura de Termo Aditivo do contrato de prestação de serviço nº 015/2010, para manutenção do Sistema SCP (Sistema de Controle de Processos da PGE/PA)

MANIFESTAÇÃO 000075/2014

Ementa Cotação eletrônica. Serviço de recarga de extintores.

MANIFESTAÇÃO 000076/2014

Ementa Pagamento de terço de férias a servidores temporários que completam o período aquisitivo e tem término de contrato na mesma data.

MANIFESTAÇÃO 000077/2014

Ementa Aposentadoria. Ato complexo. Prescrição.

MANIFESTAÇÃO 000078/2014

Ementa Assinatura de Termo Aditivo ao contrato de prestação de serviço nº 042/2012, decorrente do Pregão Eletrônico nº 001/2012, para prestação de serviço de fornecimento de informações à PGE/PA referente ao acompanhamento dos processos em trâmite na Justiça Brasileira.



MANIFESTAÇÃO 000079/2014

Ementa Aditivo. Prorrogação de prazo. Contrato IOE/PA.

MANIFESTAÇÃO 000080/2014

Ementa Trata-se de renovação de Termo de Cooperação Mútua firmado entre a Procuradoria- Geral do Estado, o Ministério Público do Pará- MP junto ao Tribunal de Contas do Estado, a Auditoria Geral do Estado e a Secretaria da Fazenda do Pará.

MANIFESTAÇÃO 000081/2014

Ementa Consulta da SEAD, acerca do alcance da decisão judicial proferida em desfavor de cidadão que os documentos indicam que seria militar do Estado.

MANIFESTAÇÃO 000082/2014

Ementa Contratação de serviço de transporte de material permanente (móvel), para a sede da PGE no Município de Santarém, que será inaugurada em breve.

MANIFESTAÇÃO 000083/2014

Ementa Prazo para guarda de documentos. Aplicação do art. 195 do CTN. Obrigação que persiste até o transcurso do prazo prescricional. Multa por descumprimento de obrigação acessória. Falta de exibição de documentos. Cabível a multa se há obrigação de guardar os documentos. Ação de exibição de documentos. Possibilidade.

MANIFESTAÇÃO 000084/2014

Ementa Aquisição e instalação de portas e divisórias em vidro temperado. Pregão eletrônico.

MANIFESTAÇÃO 000085/2014

Ementa Assinatura de termo aditivo ao contrato nº 040/2012, decorrente do Pregão Eletrônico nº 014/2011-SEAD, para prestação de serviço de telefonia móvel.



MANIFESTAÇÃO 000086/2014

Ementa Apuração de suposta inexecução parcial do Contrato nº 034/13, celebrado entre o Estado do Pará, por meio desta PGE, e a empresa, para a compra de água mineral sem gás.

MANIFESTAÇÃO 000087/2014

Ementa Inexigibilidade de licitação. Contratação de Biblioteca Digital. Editora Fórum.

MANIFESTAÇÃO 000088/2014

Ementa Trata-se de processo interno, conduzido pela Coordenação Geral de Administração e Finanças (CGAF) desta Procuradoria-Geral, a partir de solicitação do DIVSERV, referente à compra direta de carimbos.

MANIFESTAÇÃO 000089/2014

Ementa Aquisição de condicionadores de ar Split

MANIFESTAÇÃO 000090/2014

Ementa Termo Aditivo ao contrato nº 006/2012, decorrente de registro de preços feito pela SEAD (Pregão Eletrônico nº 016/2011), para prestação de serviço de gestão de abastecimento de combustível. Modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo quantitativo.

MANIFESTAÇÃO 000091/2014

Ementa Aquisição de periódico para o acervo do Centro de Estudos.

MANIFESTAÇÃO 000092/2014

Ementa Proposta de Termo de Cooperação que se cogita celebrar entre o Estado do Pará – PGE e o Estado do Pará - Secretaria de Estado de Obras Públicas (SEOP)



MANIFESTAÇÃO 000093/2014

Ementa Aquisição de dobradiças e fechaduras para manutenção das portas dos prédios da PGE.

MANIFESTAÇÃO 000094/2014

Ementa Aquisição de computadores desktop e monitores de vídeo.

MANIFESTAÇÃO 000095/2014

Ementa Prestação de serviços postais pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT).

MANIFESTAÇÃO 000096/2014

Ementa Reformulação de Home Page

MANIFESTAÇÃO 000097/2014

Ementa Contratação da PRODEPA para a prestação do serviço de instalação (ativação do link) e manutenção da internet institucional de 2Mbps e manutenção da rede de dados da PGE na sua nova sede na cidade de Santarém.

MANIFESTAÇÃO 000098/2014

Ementa Locação de veículo executivo tipo passeio para a Setorial Brasília. PGE/PA participe de Ata de Registro de Preços resultante de Pregão Eletrônico realizado pela SEAD/PA.

MANIFESTAÇÃO 000099/2014

Ementa Assinatura do contrato para acesso do conteúdo de Revistas on-line da Editora Zênite - Celebrado com a Empresa Zênite Informação e Consultoria S.A.

MANIFESTAÇÃO 000100/2014

Ementa Padronização da listagem de documentos que devem ser exigidos por ocasião da contratação de fornecimento de periódicos, o que usualmente se dá por meio de inexigibilidade de licitação.



MANIFESTAÇÃO 000101/2014

Ementa Minuta de Projeto de Lei de ingresso da PM, já apreciado por esta PGE por ocasião dos pareceres nº 20/2011 e nº 035/2014.

MANIFESTAÇÃO 000102/2014

Ementa Natureza jurídica do FASPM. Consequências legais. Repasse de recursos. Convênio.

MANIFESTAÇÃO 000103/2014

Ementa Consulta formulada pela Secretaria Adjunta do Tesouro de Estado da Fazenda, acerca da inclusão na base de cálculo, para efeito do repasse aos Municípios e demais vinculações constitucionais, das multas punitivas decorrentes de infração à Legislação Tributária.

MANIFESTAÇÃO 000104/2014

Ementa Aquisição de itens de material de expediente (canetas, lápis e borracha).

MANIFESTAÇÃO 000105/2014

Ementa Aquisição de itens de material de expediente (tinta para carimbo, grampeador de mesa, grampo para grampeador, perfurador de papel).

MANIFESTAÇÃO 000106/2014

Ementa Aquisição de itens de material de expediente (caixa em plástico, caixa arquivo em polionda, grampo para trilho e colchetes metálicos).

MANIFESTAÇÃO 000107/2014

Ementa Aquisição de itens de material de expediente (clipes, cortador de papel, copos descartáveis).



MANIFESTAÇÃO 000108/2014

Ementa Análise de Parecer Jurídico formulado pela SEDUC, que trata da legalidade da execução fiscal, já ajuizada pelo Município de Belém, em face do Conselho Escolar da Escola Estadual Tecnológica do Pará, na qual o crédito tributário cobrado são valores referentes a Taxa de Licença para Localização - TLPL.

MANIFESTAÇÃO 000109/2014

Ementa Pagamento retroativo do adicional por tempo de serviço. Prazo prescricional.

MANIFESTAÇÃO 000110/2014

Ementa Aquisição de duas assinaturas do Diário Oficial do Estado (DOE).

MANIFESTAÇÃO 000111/2014

Ementa Adesão a Ata de Registro de Preços - Contratação da Prestação do Serviço de Desratização e Descupinização das dependências da PGE.

MANIFESTAÇÃO 000112/2014

Ementa Adicional por tempo de serviço e prazo prescricional.

MANIFESTAÇÃO 000113/2014

Ementa Possibilidade de celebração de Termo de Permissão Gratuita de Uso e Administração, de imóvel da CEASA para a Associação Feira do Produtor em Castanhal - AFEPRUC, considerando as vedações impostas em razão do período eleitoral.

MANIFESTAÇÃO 000114/2014

Ementa Proposta de alteração de dispositivos do RICMS-Pa.

MANIFESTAÇÃO 000115/2014

Ementa Tratam os presentes autos de solicitação de manifestação enviada pela Exma. Secretária de Estado de Administração, acerca da



incidência de contribuição previdenciária sobre remuneração pela participação em Conselho da Administração Pública.

MANIFESTAÇÃO 000116/2014

Ementa Contratação do serviço de releitura de Diário de Justiça. Pregão Eletrônico.

MANIFESTAÇÃO 000117/2014

Ementa Termo aditivo ao contrato nº 006/2012, decorrente de Registro de Preços feito pela SEAD (Pregão Eletrônico nº 016/2011), para prestação de serviço de Gestão de Abastecimento de Combustível.

MANIFESTAÇÃO 000118/2014

Ementa Trata-se de processo iniciado na CGAF para aquisição de água mineral com a finalidade de abastecer as sedes da PGE em Belém, Brasília, Santarém e Marabá.

MANIFESTAÇÃO 000119/2014

Ementa Tratam os presentes autos de solicitação de manifestação enviada pela Exma. Secretária Adjunta de Estado de Administração, acerca do cumprimento de decisão liminar, proferida em 19.09.2013, nos autos da Ação Coletiva Ordinária ajuizada pela Associação dos Defensores Públicos do Estado do Pará - ADPEP, perante a 6a. Vara da Fazenda Pública, determinando que o Estado se abstivesse do desconto incidente sobre o terço de férias de seus associados.

MANIFESTAÇÃO 000120/2014

Ementa Cobrança efetuada pelo Banco do Brasil, quanto à necessidade de recolhimento de Imposto de Renda sobre a remessa ao exterior, pelo Estado do Pará, do pagamento de juros ao Banco Unicredit SPA, na qualidade de Agente em Contrato Internacional de Operação de Crédito, considerando que se trata de empresa de natureza privada, sem direito à isenção no exterior.



PGE

Procuradoria
Consultiva

MANIFESTAÇÃO 000121/2014

Ementa A COHAB submeteu a esta Procuradoria-Geral pleito formulado por empregada, no sentido de ser-lhe pago o valor integral da gratificação do Chefe de Gabinete, função que exerce na entidade.

MANIFESTAÇÃO 000122/2014

Ementa Trata-se de processo interno, conduzido pela Coordenação Geral de Administração e Finanças (CGAF) desta Procuradoria-Geral, referente à compra direta de 05 (cinco) escadas de alumínio de quatro degraus, conforme especificação dos autos.

MANIFESTAÇÃO 000123/2014

Ementa Contrato de assinatura de periódicos Boletim de Direito Administrativo e Boletim de Licitações e Contrato, volumes de janeiro a dezembro de 2015, a ser celebrado entre o Estado do Pará - Procuradoria-Geral do Estado (PGE) e a empresa Editora NDJ Ltda.

MANIFESTAÇÃO 000124/2014

Ementa Impugnação intempestiva. Ausência de suspensão de exigibilidade do crédito tributário. Constituição definitiva do crédito. Prescrição. Ocorrência.

MANIFESTAÇÃO 000125/2014

Ementa Tratam os autos acerca da possibilidade de cômputo de tempo de serviço público em cargo anterior para configuração de período aquisitivo de gozo de férias no vínculo atual, de interesse de servidora.

MANIFESTAÇÃO 000126/2014

Ementa Análise e manifestação da minuta de Decreto de declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação.



MANIFESTAÇÃO 000127/2014

Ementa Consulta sobre a possibilidade do reconhecimento administrativo da prescrição e do procedimento de baixa de crédito tributário decorrente.

MANIFESTAÇÃO 000128/2014

Ementa Inexigibilidade de licitação. Contratação de periódicos impressos. Editora Zênite.

MANIFESTAÇÃO 000129/2014

Ementa Requerimento de Gratificação de Risco de Vida (GRV), de interesse de servidora efetiva, ocupante do cargo público de Técnico de Laboratório, que se encontra cedida da SEMA para a SESPA, e lotada no Laboratório Central do Estado do Pará (LACEN).

MANIFESTAÇÃO 000130/2014

Ementa Direito à indenização por licença prêmio não gozada por ex-servidor comissionado à época em que o mesmo mantinha vínculo com o TJE.

MANIFESTAÇÃO 000131/2014

Ementa Direito à indenização por licença prêmio não gozada por ex-servidor comissionado à época em que o mesmo mantinha vínculo com o TJE.

MANIFESTAÇÃO 000132/2014

Ementa Proposta de alteração no Decreto Estadual nº 249/2011, que Dispõe sobre o estágio probatório do servidor público civil ocupante de cargo de provimento efetivo da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas do Estado do Pará, e dá outras providências.

MANIFESTAÇÃO 000133/2014

Ementa Requer que a liminar concedida nos autos do processo n.0050858-87.2013.814.0301, que determinou a não incidência de imposto de renda sobre o terço constitucional de férias, bem como a repetição



dos valores eventualmente retidos, seja estendida a todos os Defensores Públicos do Estado do Pará, e não apenas aos filiados à Associação.

MANIFESTAÇÃO 000134/2014

Ementa Trata-se de Ofício remetido pelo TARF instando a PGE a manifestar-se sobre requerimento formulado para que os efeitos da Revisão de Ofício n. 10, amparado nos Pareceres PGE 048/2013 e 049/2013, sejam ampliados para englobar também autos de infração n. 132013510000024-1 e 132013510000026-8.

MANIFESTAÇÃO 000135/2014

Ementa Trata-se de pedido de acréscimo contratual dentro do limite legal de vinte e cinco por cento, no ajuste nº 9912321640 entre Estado do Pará e ECT, para prestação de serviços e venda de produtos.

MANIFESTAÇÃO 000136/2014

Ementa Assinatura de periódico on line.

MANIFESTAÇÃO 000137/2014

Ementa Aquisição de água mineral em garrafão e copo conforme especificação dos autos.

MANIFESTAÇÃO 000138/2014

Ementa Contratação de serviço gráfico de encadernação de 20 (vinte) volumes de Diários Oficiais do Estado.

MANIFESTAÇÃO 000140/2014

Ementa Análise jurídica da minuta de Terceiro Termo Aditivo ao Contrato 033/2011. Embratel.

MANIFESTAÇÃO 000141/2014

Ementa Instrução Normativa referente à Lista de Desmatamento Ilegal – LDI



MANIFESTAÇÃO 000142/2014

Ementa Quebra de sigilo fiscal por requisição direta do Ministério Público. Impossibilidade. Vedação na Constituição Federal e no Código Tributário Nacional. Garantia do contribuinte. Necessidade de decisão judicial. Posição sedimentada do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.

MANIFESTAÇÃO 000143/2014

Ementa Inexigibilidade de licitação. Contratação de periódicos impressos. Editora Magister.

MANIFESTAÇÃO 000144/2014

Ementa Inexigibilidade de licitação. Contratação de periódicos impressos. Editora Fórum.

MANIFESTAÇÃO 000145/2014

Ementa Incorporação de DAS.

MANIFESTAÇÃO 000146/2014

Ementa Aquisição de assinatura dos periódicos Revista Dialética de Direito Tributário e Revista Dialética de Direito Processual.

MANIFESTAÇÃO 000147/2014

Ementa Pedido de servidor público, que requer que determinado tempo de serviço anteriormente prestado, sob o regime de contratação temporária, ao Município de Belém, possa ser computado, como tempo de serviço prestado, inclusive para o fim de Adicional por Tempo de Serviço. (ATS)

MANIFESTAÇÃO 000148/2014

Ementa Tratam os presentes autos de consulta formulada pelo Sr. Diretor de Fiscalização da SEFA, acerca de aparente conflito normativo, entre a Lei Complementar Estadual nº 58/2006 e a Instrução Normativa 0024/2010, quanto à renovação/prorrogação de ação fiscal e



respectivas consequências no que tange ao restabelecimento da espontaneidade ao contribuinte.

MANIFESTAÇÃO 000149/2014

Ementa Contrato de prestação de serviço nº 008/2013, decorrente do Pregão Eletrônico nº 008/2012, para prestação de serviço de emissão de bilhetes de passagens aéreas. Modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo quantitativo.

MANIFESTAÇÃO 000150/2014

Ementa Consulta formulada pelo sr. Coordenador da PROFISCO, acerca dos efeitos da decisão do Supremo Tribunal nas ADIs nº 4.628 e 4.713, julgadas procedentes para declarar, com modulação dos efeitos, a partir do deferimento da medida liminar na ADI nº 4.628, a inconstitucionalidade do Protocolo ICMS nº 21/2011 (doravante, designado somente por Protocolo 21/2011).

MANIFESTAÇÃO 000151/2014

Ementa Minuta de contrato para aquisição da Revista JML de Licitações e Contratos para o acervo do Centro de Estudos.

MANIFESTAÇÃO 000152/2014

Ementa Assinatura do Segundo Termo Aditivo ao contrato de prestação de serviço nº 008/2013, decorrente do Pregão Eletrônico nº 008/2012. Prestação do Serviço de emissão de bilhetes de passagens aéreas. Modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo quantitativo.

MANIFESTAÇÃO 000153/2014

Ementa Alteração das condições de execução contratual. Ausência de instrumento de contrato. Condições de execução fixadas no termo de referência do Pregão 04/2014.



MANIFESTAÇÃO 000154/2014

Ementa Tratam os presentes autos de pleito de empresa, dirigido ao Exmo. Sr. Governador do Estado, no sentido de que lhe sejam deferidos benefícios fiscais.

MANIFESTAÇÃO 000155/2014

Ementa Trata-se de requerimento de redistribuição de servidora do ITERPA, para os quadros do DETRAN, onde já exerce suas funções a título de cessão sem ônus ao órgão de origem (ITERPA)

MANIFESTAÇÃO 000156/2014

Ementa Análise de Nota Técnica acerca da alteração no cálculo e distribuição da Cota Parte do ICMS, no que pertine às atividades de extração de minério de ferro.

MANIFESTAÇÃO 000157/2014

Ementa Decreto que dispõe sobre a concessão de desconto de IPVA para o exercício de 2015.

MANIFESTAÇÃO 000158/2014

Ementa Processo licitatório iniciado por determinação de V. Exa., para contratação de empresa ou instituição que promova concurso público para provimento de cargos de Procurador do Estado.

NOTA TÉCNICA

NOTA TÉCNICA 001/2014

Ementa Concorrência para Ata de Registro de Preços de Serviços de produção de CNH e outros documentos de trânsito, carteira de identidade civil e outros serviços da área de tecnologia da informação.



NOTA TÉCNICA 002/2014

Ementa Situação do Hospital Municipal de Parauapebas - Regionalização e assunção de obras e gestão pelo Estado.

NOTA TÉCNICA 003/2014

Ementa Projeto de Lei Complementar que dispõe sobre o financiamento do regime próprio de Previdência dos servidores públicos do Estado - Unificação dos fundos financeiros FINANPREV e FUNPREV, sob o sistema de repartição simples. Análise preliminar do citado Projeto de Lei.

NOTA TÉCNICA 004/2014

Ementa Trata-se de "Memorando de Entendimento" entre UFPA/SECTI/CRISTÁLIA, tendo como objeto a cooperação entre as partes na execução de projeto de pesquisa de codesenvolvimento e transferência de tecnologias.

NOTA TÉCNICA 005/2014

Ementa Lei Anticorrupção (Lei Federal nº 12.846/2013). Aplicação direta aos Estados. Necessidade de legislação estadual. Comentários sobre sua aplicação prática.

NOTA TÉCNICA 006/2014

Ementa Protocolo de intenções para execução de ações voltadas ao desenvolvimento da cadeia produtiva do óleo de palma. Análise formal do instrumento.

NOTA TÉCNICA 007/2014

Ementa Primeiro termo aditivo ao Contrato de Concessão de colaboração financeira não- reembolsável n. 10.2.0704-1, entre BNDES e Estado do Pará.



NOTA TÉCNICA 008/2014

Ementa Abandono de cargo. Prazo prescricional esgotado. Exoneração *ex officio*. Falta de previsão legal.

NOTA TÉCNICA 009/2014

Ementa Análise do Protocolo de Intenções e das Atribuições da SEMA.

NOTA TÉCNICA 010/2014

Ementa Resposta a quesitos sobre vedações eleitorais.

NOTA TÉCNICA 011/2014

Ementa Protocolo de Intenções para execução de ações voltadas ao desenvolvimento da cadeia produtiva do óleo de palma. Análise formal do instrumento. Análise jurídica, administrativa e ambiental.

NOTA TÉCNICA 012/2014

Ementa Questionamentos SECOM - Período eleitoral.

NOTA TÉCNICA 013/2014

Ementa Pregão eletrônico para Ata de Registro de Preços. Eventual contratação de solução tecnológica integrada para atender à demanda do Estado do Pará. Implantação de Banco Único de Identificação Biométrica. Produção de CNH e outros documentos de trânsito, carteira de identidade civil e outros serviços.

NOTA TÉCNICA 014/2014

Ementa Credenciamento de clínicas e instituições para a realização de exames de aptidão física e mental e avaliação psicológica em candidatos à obtenção de Carteira Nacional de Habitação (CNH).



NOTA TÉCNICA 015/2014 (2ª versão)

Ementa Protocolo de Intenções para execução de ações voltadas ao desenvolvimento da cadeia produtiva do óleo de palma. Análise formal do Instrumento. Análise jurídica administrativa e ambiental.

NOTA TÉCNICA 016/2014

Ementa Implantação do Projeto Esporte Solidário na área do Estádio Edgar Proença - Mangueirão. Não aprovação da prestação de contas, ante a ausência de documentos necessários à análise da devida execução do convênio. Notificação da SEEL para restituição dos valores repassados pela União (R\$389.904,04 - valor atualizado), sob pena de inscrição do Estado como inadimplente no SIAFI, bem como do gestor responsável e do Estado, como responsável solidário, na conta "Diversos Responsáveis" do Governo Federal.

NOTA TÉCNICA S/N/2014

Ementa Com o advento da Lei Complementar nº 053/2006, que dispõe sobre a organização básica e fixa o efetivo da PMPA, subsiste o Quadro de Organização de Funções de Natureza Policial Militar da PMPA, constante do Anexo da Lei nº 5.276/1985.



PGE

Procuradoria
Consultiva

2015

ESTUDO

ESTUDO 000001/2015

Ementa Férias. Questionamentos diversos.

ESTUDO 000002/2015

Ementa Aspectos técnico-jurídicos da instituição de um Fundo de Modernização da PGE. Constituição por receitas, principalmente, advindas de custas e emolumentos extrajudiciais.

ESTUDO 000003/2015

Ementa Processo eletrônico. Digitalização de documentos. Repositório digital. Descarte de documentos digitalizados. Lei de Acesso à Informação. Sigilo da atuação advocatícia. Restrições. Tabela de temporalidade de documentos. Orientações jurídicas.

PARECER

PARECER 000001/2015

Ementa Invalidação de Ato Administrativo pelo Judiciário - possibilidade - efeitos *ex nunc* decorrentes da própria decisão - limitação de pagamento dos salários atrasados e vantagens à data de trânsito em julgado.

PARECER 000002/2015

Ementa Gratificação de Produtividade. Possibilidade de parcelamento. Incidência do Redutor constitucional.

PARECER 000003/2015

Ementa Abono de Permanência e afastamento para aposentadoria. Impossibilidade de acumulação. Ausência de previsão legal e fundamentos fáticos ou jurídicos. Respeito ao devido processo legal



para cessação do pagamento. Inteligência do STJ. Desnecessidade de devolução dos valores. Erro da Administração e boa-fé.

PARECER 000004/2015

Ementa Procedimentos de nomeação e contratação de servidores no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Estado.

PARECER 000005/2015

Ementa Contrato administrativo. Garantia contratual. Modalidades. Execução. Exegese do artigo 80, III, da Lei nº 8.666/1993.

PARECER 000006/2015

Ementa Contrato de doação com encargos. União como doadora e Estado do Pará como donatário. Superintendência do Patrimônio da União. Construção e instalação do novo Fórum da Comarca de Altamira.

PARECER 000007/2015

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Pedido de licença sem vencimentos e imediato afastamento, sem que a Administração Pública tenha se manifestado quanto ao pedido de licença. *Animus Abandonandi* configurado.

PARECER 000008/2015

Ementa Cargo de Procurador Autárquico e Fundacional. Lei Estadual nº 6.873/2006. Chefia. Procurador-Chefe. Necessidade de criação de cargo por lei.

PARECER 000009/2015

Ementa PAD - pedido de reconsideração - intempestividade - não conhecimento



PARECER	000010/2015
Ementa	Instituição do Núcleo Gestor Estadual da Escola Nacional de Socioeducação. Regulamentação da Lei Federal nº 12.594/2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Análise Jurídica da minuta do Projeto de Decreto.
PARECER	000011/2015
Ementa	Projeto de Lei. Doação de bem imóvel pertencente ao Estado do Pará, para a União. Sede do Hospital Barros Barreto. Preenchimento dos requisitos legais. Viabilidade jurídica.
PARECER	000012/2015
Ementa	Contrato administrativo. Alegação de descumprimento. Solicitação de pagamento feita por terceiros. Responsabilidade solidária da Administração Pública. Não ocorrência. Inteligência do art. 71 da Lei nº 8.666/1993. Improcedência do pleito de ressarcimento.
PARECER	000013/2015
Ementa	Projetos de Lei. Alteração das Leis Estaduais ns. 6.912; 6.913; 6.914 e 6.915, de 03 de outubro de 2006. Alteração de nomenclatura da SEICOM, atual SEDEME, por meio da Lei Estadual nº 8.096/2015.
PARECER	000014/2015
Ementa	Minuta de Projeto de Lei sobre o ingresso de Bombeiros Militares do Estado do Pará.
PARECER	000015/2015
Ementa	Polícia Militar. Processo Administrativo Disciplinar Simplificado. Sancionamento disciplinar de licenciamento a bem da disciplina. Recurso Hierárquico. Intempestividade. Manutenção da penalidade.



PARECER 000016/2015

Ementa Contrato administrativo de locação de imóvel. Extinção do contrato em razão de término de prazo. Necessidade de nova contratação. Art. 24, X, da Lei de Licitações e Contratações.

PARECER 000017/2015

Ementa Instituição do Conselho Estadual de Ciência, Tecnologia e Educação Técnica e Tecnológica (CONSECTET)

PARECER 000018/2015

Ementa Tratam os presentes de requerimento administrativo elaborado por empresa aduzindo que as matrículas de números 314 e 315 dos imóveis de sua propriedade encontram-se indevidamente bloqueadas em razão do cumprimento ao contido no Provimento nº 13 de 2006 - CJCI.

PARECER 000019/2015

Ementa PAD - Recurso hierárquico - não conhecimento - intempestividade

PARECER 000020/2015

Ementa Promoção por ato de bravura.

PARECER 000021/2015

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Investigadora de Polícia Civil. Associação com o tráfico de drogas. Condenação pelo Juízo Criminal. PAD regularmente processado. Inocorrência de prescrição. Falta grave. Penalidade de demissão. Atuação vinculada da Administração Pública.

PARECER 000022/2015

Ementa Polícia Militar. Processo Administrativo Disciplinar Simplificado. Sancionamento disciplinar de licenciamento a bem da disciplina. Recurso hierárquico. Intempestividade. Manutenção da penalidade.



PARECER	000023/2015
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Incidente de Sanidade Mental. Ausência de notificação da interessada e seu advogado regularmente constituído para formulação de quesitos e nomeação de Assistente Técnico. Ausência de manifestação da interessada quanto ao laudo pericial. Violação das garantias do contraditório e ampla defesa. Nulidade parcial do PAD.
PARECER	000024/2015
Ementa	PAD. Proposta de Demissão. Negligência do Indiciado. Desaparecimento de Peças e Motocicletas Apreendidas.
PARECER	000025/2015
Ementa	Reversão. Agregação promovida com fundamento no art. 88, § 1º, III, "M" da Lei nº 5.251/85. Exercício do cargo comissionado de natureza civil em entidade da Administração Indireta Estadual. Lapso Temporal inferior a dois anos. Regularidade da reversão.
PARECER	000026/2015
Ementa	Concurso Público. Contratação de Empresa ou Instituição para promoção do certame. Licitação fracassada. Possibilidade de contratação direta. Art. 24, Incisos V e XIII da Lei nº 8.666/93. Entendimento atual do TCU. Súmulas 250 e 287.
PARECER	000027/2015
Ementa	Acumulação de emprego público e função militar temporária. Proibição Constitucional. Aplicação do art. 142 da Constituição Federal. Imediata desinvestidura da função militar e retorno para exercício do emprego público.
PARECER	000028/2015
Ementa	Abandono de cargo. Caracterização do Animus Abandonandi. Processo Administrativo Disciplinar, regularidade da apuração. Citação por edital. Revelia. Nomeação de Defensor Dativo.



Observância do Devido Processo Legal. Aplicação da pena de demissão.

PARECER 000029/2015

Ementa Polícia Civil. Revisão de Processo Administrativo Disciplinar. Competência de Julgamento do Exmo. Governador do Estado. Ausência do requisito fatos "novos" ou suscetíveis de justificar a inocência. Manutenção da demissão.

PARECER 000030/2015

Ementa Outorga da Medalha "TEN CEL BM Francisco Feliciano Barbosa", com fundamento nos artigos 1º, 2º e 3º, do Decreto Estadual nº 1.657/2005. Dedicção ao Estudo. Regularidade da concessão.

PARECER 000031/2015

Ementa Minuta de Decreto de criação do 8º Subgrupamento Bombeiro Militar. Autorização legal para a criação do Subgrupamento por meio de Decreto. Art. 51 da Lei Estadual nº 5.731/1992 (Lei de Organização Básica do Corpo de Bombeiros Militar do Pará). Ausência de geração de despesa. Organização Administrativa. Possibilidade.

PARECER 000032/2015

Ementa Programa Federal de Auxílio a Aeroportos (PROFAA). Convênio financeiro. Aeroporto de Conceição do Araguaia. Ausência de prestação de contas. Instauração de Tomada de Contas Especial. Objeto não executado. Devolução dos valores repassados pela União. Necessidade de complementação dos valores devolvidos. Data inicial de incidência de juros e atualização monetária.

PARECER 000033/2015

Ementa Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará. Nomeação para o cargo de Procurador-Geral. Lei Complementar Estadual nº 086/2013.



PARECER 000034/2015

Ementa Núcleo de Representação do Estado do Pará no Distrito Federal (NRPA/DF)

PARECER 000035/2015

Ementa Reversão. Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual 5.251/85, para exercício de cargo comissionado de natureza militar. Reversão a qualquer tempo. Regularidade.

PARECER 000036/2015

Ementa Polícia Civil. Servidor morto em serviço. Direito à percepção de pensão especial pelos dependentes do servidor falecido. Inteligência do art. 160 do RJU Estadual.

PARECER 000037/2015

Ementa Pensão Especial Motorista Profissional (Taxista). Art. 331 da Constituição do Estado. Lei nº 6.004/96.

PARECER 000038/2015

Ementa Policial Militar Estadual. Nomeação para cargo comissionado com lotação na SEGUP. Função de Natureza Policial Militar. Agregação.

PARECER 000039/2015

Ementa Plano Estadual de Atração de Novos Negócios (PANN). Alterações no Decreto Estadual nº 913/2013. Análise Jurídica da minuta de Decreto.

PARECER 000040/2015

Ementa Agregação promovida com fundamento no Art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual 5.251/85 c/c art. 21, V do Decreto Federal nº



88.777/1983. Exercício de cargo comissionado de natureza militar no STM. Regularidade da agregação.

PARECER 000041/2015

Ementa Reversão.

PARECER 000042/2015

Ementa Servidor público. Cessão para exercício de cargo comissionado. Jornadas de trabalho diferentes no órgão cedente (30 horas semanais) e na entidade cessionária (30 horas semanais). Inaplicabilidade da complementação vencimental prevista no artigo 18 da Lei Estadual nº 6.876/2006.

PARECER 000043/2015

Ementa Reversão. Agregação promovida com fundamento no art. 88, § 1º, I, da Lei 5.251/85. Exercício de cargo de natureza militar. Secretaria de Estado de Segurança Pública. Regularidade da reversão.

PARECER 000044/2015

Ementa Agregação promovida com fundamento no art. 88, § 1º, inciso I, da Lei Estadual 5.251/85 c/c item I do anexo da Lei Estadual nº 5.276/85. Exercício de cargo comissionado de natureza militar na Casa Militar da Governadoria do Estado. Regularidade da agregação.

PARECER 000045/2015

Ementa Minuta de Decreto. Procedimentos para uso das aeronaves estaduais. Transferência das ações executivas da Diretoria de Transportes Aéreos da Casa Militar para o Grupamento Aéreo de Segurança Pública - GRAESP. Reestruturação administrativa. Ausência de geração de despesa. Possibilidade.

PARECER 000046/2015

Ementa Policial Militar Estadual. Nomeação para cargo comissionado com lotação na SEGUP. Função de natureza policial militar. Agregação.



PARECER	000047/2015
Ementa	Auxílio funeral. Interpretação do art. 160, II, "B" do RJU. Valor devido. Limitação. Resolução do TCE/PA. Efeitos das decisões de Tribunais de Contas proferidas em resposta a consultas formuladas em tese pela Administração Pública. Vinculação.
PARECER	000048/2015
Ementa	Servidor público temporário. Mulher falecida logo após o parto. Extensão da licença-maternidade ao pai viúvo. Lei nº 12.873/2013.
PARECER	000049/2015
Ementa	Cessão de uso. Gratuidade. Fundação Pública Estadual Beneficiada. Imóvel de propriedade do Estado. Observância dos requisitos da Lei Estadual nº 6.614/2004. Regularidade da minuta.
PARECER	000050/2015
Ementa	Curso de Formação de Soldados 2013/2014. Insuficiência de notas em 04 disciplinas. Violação de Norma Regulamentar. Projeto Pedagógico. Instauração de Processo Administrativo Disciplinar Simplificado - PADS. Aplicação de Penalidade. Licenciamento a bem da disciplina. Praça não estabilizado. Regularidade do procedimento e adequação da pena. Recurso hierárquico intempestivo não conhecido.
PARECER	000051/2015
Ementa	Policia! Militar Estadual. Nomeação para exercício de cargo junto à SEGUP. Função de natureza policial-militar. Agregação. Exoneração. Reversão ao serviço ativo.
PARECER	000052/2015
Ementa	Servidor público. Lei Estadual nº 7.442/2010 (Plano de Cargos. Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação Básica da Rede Pública de Ensino do Estado do Pará. Enquadramento. Requisitos.



PARECER	000053/2015
Ementa	Minuta de Decreto. Organização do abastecimento de pescado no período da Semana Santa. Competência do Estado para dispor da matéria (Art. 23, III, da CF/88). Análise Jurídica.
PARECER	000054/2015
Ementa	Reversão de Oficial Policial Militar ao serviço ativo.
PARECER	000055/2015
Ementa	Agregação. Policial Militar. Exercício de cargo comissionado de natureza militar na SEGUP.
PARECER	000056/2015
Ementa	Minuta de Decreto para racionalização de gastos e adequação aos termos da Lei de Reestruturação. Organização Administrativa. Ausência de geração de despesa. Possibilidade.
PARECER	000057/2015
Ementa	Contratação de parecer jurídico. Serviço técnico profissional especializado. Inexigibilidade de licitação. Artigo 25, II, da Lei nº 8.666/93. Requisitos: singularidade do serviço e notória especialização do profissional. Análise jurídica exigida pelo parágrafo único do artigo 38, da Lei nº 8.666/93.
PARECER	000058/2015
Ementa	Contratação de Parecer Jurídico. Serviço técnico profissional especializado. Inexigibilidade de licitação. Artigo 25, II, da Lei nº 8.666/93. Requisitos: singularidade do serviço e notória especialização do profissional. Análise jurídica exigida pelo parágrafo único do artigo 38, da Lei nº 8.666/93.
PARECER	000059/2015
Ementa	Operação de Crédito Interna. Parecer do órgão jurídico (Art. 21, I, da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal)



PARECER

000060/2015

Ementa

1 - Código Florestal. Expedição de Licença Ambiental Rural - LAR. Supressão irregular de vegetação anterior a 22/07/2008. Condicionamento da LAR pelo Poder Público. Assinatura de Termo de Compromisso. Objetivo. Extinção da punibilidade. Cabível. Legalidade da Portaria. Precedentes do STJ. 2 - Replântio. Licenciamento. Imóvel rural degradado. Multas. Inexistência de anistia. Necessidade de inscrição no Cadastro ambiental Rural - CAR e assinatura do Termo de Compromisso Ambiental Agrosilvipastoril - TCAA. Adesão ao PRA. Possibilidade.

PARECER

000061/2015

Ementa

Exigência de Certidões Negativas Tributárias e não Tributárias. Liberação do CEPROF. Prova de regularidade ambiental do interessado. Possibilidade. Meio ambiente. Bem difuso que transcende ao particular.

PARECER

000062/2015

Ementa

Qualificação de entidade como Organização Social. Respeito aos termos da Lei Estadual nº 5.980/1996. Necessidade de escolha da OS através de procedimento concorrencial. Possibilidade de contratação de Organização Social para execução de serviço de educação.

PARECER

000063/2015

Ementa

Operação de crédito externo. Parecer do órgão jurídico (Art. 21, I, da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal).

PARECER

000064/2015

Ementa

Cessão de servidor estadual. Inteligência dos arts. 31 do RJU e Decreto nº 648/2013. Requisitos.

PARECER

000065/2015

Ementa

Servidor Público. Investigador de Polícia Civil. Processo Administrativo Disciplinar. Demissão.



PARECER	000066/2015
Ementa	Bombeiro Militar Estadual. Nomeação para cargo comissionado com lotação na SEGUP. Função de Natureza Militar. Agregação.
PARECER	000067/2015
Ementa	Disciplina do Fundo de Apoio ao Registro Civil do Estado do Pará. Adequação do Decreto Estadual nº 1.492, que regulamenta a Lei Estadual nº 6.831/2006. Alterações promovidas pela Lei Estadual nº 7.792/2014. Análise jurídica da minuta do Projeto de Decreto.
PARECER	000068/2015
Ementa	Agregação. Policial Militar exercício de cargo comissionado de natureza militar na SUSIPE.
PARECER	000069/2015
Ementa	Reversão de oficial policial militar ao serviço ativo.
PARECER	000070/2015
Ementa	Minuta de Projeto de Lei. Autorização ao Poder Executivo para contratar Operação de Crédito com o Banco do Brasil. Execução do Programa de Investimento nas áreas de saúde, turismo, logística de transporte e mobilidade urbana no Estado.
PARECER	000071/2015
Ementa	Reversão. Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, Inciso I, da Lei Estadual nº 5.251/85, para exercício de cargo comissionado de natureza militar. Reversão a qualquer tempo. Regularidade.
PARECER	000072/2015
Ementa	A SEDAP solicitou à Casa Civil da Governadoria, listas de titulares e suplentes dos Conselhos Técnico Administrativo e Conselho Fiscal da



Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará
(EMATER)

PARECER 000073/2015

Ementa Policial Militar Estadual. Nomeação para cargo comissionado com lotação na SEGUP. Função de natureza policial-militar. Agregação.

PARECER 000074/2015

Ementa Policial Militar Estadual. Nomeação para cargo comissionado com lotação na Susipe. Direção de estabelecimento penal. Função de natureza policial-militar. Lei nº 5.276/85. Agregação.

PARECER 000075/2015

Ementa Policial Militar Estadual. Nomeação para exercício de cargo junto à Susipe. Função de natureza policial-militar. Agregação. Exoneração. Reversão ao serviço ativo.

PARECER 000076/2015

Ementa Unidade de Conservação de Uso Sustentável. Concessão florestal. Pedido de unificação de Unidades de Manejo Florestável em área contínua. Racionalização da exploração e uso dos recursos florestais. Necessidade de obediência ao edital para respeitar a concorrência.

PARECER 000077/2015

Ementa Contrato administrativo para implantação e locação de Sistemas de Supervisão e Segurança Eletrônica. Termo de Referência. Boa fé.

PARECER 000078/2015

Ementa Polícia Militar. Promoção em ressarcimento de preterição. Critério de merecimento intelectual. Aprovação em Curso de Habilitação de Oficiais. Lei Estadual nº 5.162-A/1984 e nº 5.249/1985. Decreto Estadual nº 4.241/1986 e nº 4.244/1986. Inscrição no curso através de medida judicial, que transitou em julgado. Regularidade da promoção.



PARECER	000079/2015
Ementa	Regulamento da Câmara Estadual Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional. Adequação do Decreto Estadual nº 730/2013, que regulamenta a Lei Estadual nº 7.580/2011. Alterações promovidas pela Lei Estadual nº 8.096/2015. Reestruturação administrativa do Estado. Análise jurídica da minuta do Projeto de Decreto.
PARECER	000080/2015
Ementa	Reversão.
PARECER	000081/2015
Ementa	Reversão. Agregação promovida com fundamento no art. 88, § 1º, I, da Lei 5.251/85. Exercício de cargo de natureza militar. Secretaria de Estado de Segurança Pública. Regularidade da reversão.
PARECER	000082/2015
Ementa	Alterações da Lei Estadual nº 6.836/2006. Instituiu o Mapa de Exclusão Social do Estado do Pará. Necessidade de mudanças para viabilizar a elaboração e o cumprimento da entrega do Mapa. Análise jurídica da Minuta do Projeto de Lei.
PARECER	000083/2015
Ementa	Bombeiro Militar Estadual. Promoção. Quadro de Acesso. Não habilitação em caráter provisório. Indícios de indignidade ou incompatibilidade para com o cargo. Conselho de Justificação. Julgamento. Habilitação em caráter definitivo.
PARECER	000084/2015
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Primeiro PAD arquivado. Instauração de novo PAD dentro do prazo prescricional. Continuidade temporal da falta disciplinar. Conclusão com recomendação de aplicação de pena de demissão. Competência de julgamento do Exmo. Governador do Estado.



PARECER	000085/2015
Ementa	Curso de Formação de Soldados 2013/2014. Insuficiência de nota em avaliação de segunda época. Violação de norma regulamentar. Projeto Pedagógico. Instauração de Processo Administrativo Disciplinar Simplificado (PADS). Aplicação de penalidade. Licenciamento a bem da disciplina. Praça não estabilizado. Regularidade do procedimento e adequação da pena. Recurso hierárquico intempestivo não conhecido.
PARECER	000086/2015
Ementa	Minuta de Decreto. Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (CONSEANS/PA). Alteração do Decreto Estadual nº 929/2008. Composição atualizada de acordo com a Lei de Reestruturação Administrativa do Estado (Lei nº 8.096/2015).
PARECER	000087/2015
Ementa	Reversão
PARECER	000088/2015
Ementa	Anteprojeto de lei. Alteração da Lei Estadual nº 5.819/94. Política Estadual de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente no Estado do Pará. Conselho Estadual da Criança e do Adolescente (CEDCA/PA). Atualização da composição de acordo com a Lei de Reestruturação Administrativa do Estado (Lei nº 8.096/2015).
PARECER	000089/2015
Ementa	Reversão ao serviço ativo. Policial Militar.
PARECER	000090/2015
Ementa	Policial Militar Estadual. Nomeação para cargo em comissão integrante do quadro do DETRAN/PA. Função de natureza policial-militar (item 10 do anexo da Lei Estadual nº 5.276/85). Entidade integrante do Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa (SIEDS). Função de natureza ou interesse policial-militar (art. 59 da Lei Estadual nº 7.584/2011). Agregação.



PARECER	000091/2015
Ementa	Minuta de Projeto de Lei para alteração do art. 5º da Lei nº 7.204/2008. Composição do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Adequação aos termos da Lei de Reestruturação Administrativa.
PARECER	000092/2015
Ementa	Minuta do Decreto. Regimento interno. Conselho Estadual de Ciência, Tecnologia, Educação Técnica e Tecnológica (CONSECTET). Análise jurídica. Recomendação de ajustes. Art. 290 da Constituição Estadual.
PARECER	000093/2015
Ementa	Servidor público. Concurso público. Posse. Omissão da existência de Ação Penal em curso. Apresentação de Declaração Falsa com relação à penalidade de demissão anterior. Requisito legal de reputação ilibada. Ausência. Nulidade do Ato de Posse e consequente reflexo no ato de nomeação
PARECER	000094/2015
Ementa	Conselho de Justificação. Militar não incluído no quadro de acesso à promoção. Conceitos profissional e moral insuficientes. Argumentos do justificante acolhidos. Habilitação para acesso ao quadro de promoções. Manifestação definitiva do Exmo. Sr. Governador do Estado.
PARECER	000095/2015
Ementa	Promoção em ressarcimento de preterição. Aspirantes a oficial. Merecimento intelectual decorrente da conclusão de curso com aproveitamento. Conselho de Disciplina que concluiu pela possibilidade de permanência dos policiais nas fileiras da corporação. Causa do impedimento da promoção cessada.



PARECER	000096/2015
Ementa	Agregação promovida com fundamento no art. 88, § 1º, inciso I, da Lei Estadual 5.251/85 c/c item 3 do anexo da Lei Estadual nº 5.276/85. Exercício de cargo comissionado no Gabinete do Prefeito Municipal de Belém. Regularidade da agregação.
PARECER	000097/2015
Ementa	Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual 5.251/85 c/c item 1 do anexo da Lei Estadual nº 5.276/85. Exercício de cargo comissionado de natureza militar na Casa Militar da Governadoria do Estado. Regularidade da agregação.
PARECER	000098/2015
Ementa	Licitação pública. Objetivos legais (art. 3º da Lei nº 8.666/93). Promoção do Desenvolvimento Nacional Sustentável. Regulamentação das contratações sustentáveis em âmbito estadual. Análise de minuta de decreto.
PARECER	000099/2015
Ementa	Reversão. Agregação promovida com fundamento no art. 88, § 1º I, da Lei 5.251/85. Exercício de cargo de natureza militar. Assembleia Legislativa do Estado do Pará. Regularidade da Reversão.
PARECER	000100/2015
Ementa	Projeto de Lei nº 381/14. Institui o Dia do Demolay.
PARECER	000101/2015
Ementa	PAD. Pedido de Revisão. Ausência de fatos novos. Indeferimento.
PARECER	000102/2015
Ementa	Cessão de uso de bem imóvel onerosa. Ato de Competência do Exmo. Governador do Estado. Revogação. Restituição de valores.



PARECER	000103/2015
Ementa	Minuta de Projeto de Lei que altera dispositivos da LC n. 22/94. Análise jurídica.
PARECER	000104/2015
Ementa	Policial Militar Estadual. Ultrapassagem do prazo de 01 (um) ano contínuo de licença para tratamento de saúde própria. Agregação.
PARECER	000105/2015
Ementa	Promoção. Inteligência da LC nº 78/2011. Revisão de Ato Administrativo. Autotutela. Ampla defesa e contraditório. Boa fé. Jurisprudência.
PARECER	000106/2015
Ementa	Policial Militar Estadual. Nomeação para cargo comissionado junto ao Gabinete Militar do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM). Cargo Público Civil Temporário. Agregação.
PARECER	000107/2015
Ementa	Agregação. Policial militar. Exercício de cargo comissionado de natureza militar na Casa Militar.
PARECER	000108/2015
Ementa	Agregação. Policial Militar. Exercício de cargo comissionado de natureza militar na Casa Militar.
PARECER	000109/2015
Ementa	Minuta de Decreto. Adequação aos termos da Lei de Reestruturação Administrativa.
PARECER	000110/2015
Ementa	Servidor público. Policial Civil. Demissão. Pedido de reconsideração. Conhecimento e indeferimento.



PARECER	000111/2015
Ementa	Minuta de Decreto Governamental. Redistribuição de cargos vagos. Ausência de despesa. Possibilidade de decreto autônomo.
PARECER	000112/2015
Ementa	Conselho de Justificação. Apuração de conduta. Encaminhamento ao TJE/Pará para julgamento e aplicação de penalidade.
PARECER	000113/2015
Ementa	Minuta de Decreto Governamental. Redistribuição de cargos vagos. Ausência de despesa. Possibilidade de Decreto Autônomo
PARECER	000114/2015
Ementa	Manejo florestal sustentável. Exame de conformidade com o Código Florestal e Legislação Florestal em vigor. Análise de minuta de revisão de Instrução Normativa existente.
PARECER	000115/2015
Ementa	Conselho de Justificação. Prescrição Penal. Promoção por ressarcimento de preterição.
PARECER	000116/2015
Ementa	Análise em tese. Viabilidade jurídica de contratação direta de Companhias Aéreas. Credenciamento.
PARECER	000117/2015
Ementa	Servidor público. Gratificação de risco de vida. Majoração de percentual dentro da margem legalmente fixada. Minuta de decreto. Análise jurídica.



PARECER	000118/2015
Ementa	Servidor público. Gratificação de risco de vida. Majoração de percentual dentro da margem legalmente fixada. Minuta de decreto. Análise jurídica
PARECER	000119/2015
Ementa	Pagamento de pensão especial.
PARECER	000120/2015
Ementa	Proposta de alteração de dispositivos do RICMS-Pa.
PARECER	000121/2015
Ementa	Unidade de Conservação de Proteção Integral criada pelo Estado. Refúgio da Vida Silvestre Pe. Sérgio Tonetto e Unidade de Conservação de Uso Sustentável criada pelo Estado Reserva do Desenvolvimento Sustentável Campo das Mangabas. Análise de Estudo Técnico e minuta de Decreto Estadual de criação das Unidades de Conservação. Preenchimento de requisitos legais para criação.
PARECER	000122/2015
Ementa	Unidade de Conservação de Proteção Integral criada pelo Estado. Refúgio da Vida Silvestre Tabuleiro do Embaubal Unidade de Conservação de Uso Sustentável criada pelo Estado Reserva do Desenvolvimento Sustentável Vitória de Souzel. Análise de Estudo Técnico e Minuta de Decreto Estadual de Criação das Unidades de Conservação. Preenchimento de requisitos legais para criação.
PARECER	000123/2015
Ementa	Tratam os autos de Instrumento de Revogação de Contrato de Cessão de Uso, de interesse direto da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA), que solicita a realização de distrato, nos termos de Instrumento que encaminha.



PARECER 000124/2015

Ementa Análise jurídica de minuta de Projeto de Lei. Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2016 e dá outras providências - LDO.

PARECER 000125/2015

Ementa Policial Militar Estadual. Nomeação para cargo em comissão integrante do quadro da Casa Militar da Governadoria do Estado. Função de Natureza Policial-Militar. Agregação.

PARECER 000126/2015

Ementa Contratações públicas com emprego de recursos oriundos de contrato com o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Aplicação das normas próprias do Banco. Afastamento da Lei Brasileira. Liberação dos recursos sujeita a condição suspensiva. Reembolso.

PARECER 000127/2015

Ementa PAD. Sugestão de aplicação de penalidade de demissão por abandono de cargo. Inviabilidade. Nulidade parcial do PAD. Indiciamento, citação e designação de defensor dativo fora dos ditames legais.

PARECER 000128/2015

Ementa Conselho de Justificação. Transgressão de natureza grave. Envio dos autos ao TJ/PA. Art. 137, IV da Lei nº 6.833/2006.

PARECER 000129/2015

Ementa Processo Administrativo Disciplina Simplificado (PADS). Pedido de revisão. Ausência de fatos novos. Indeferimento.

PARECER 000130/2015

Ementa Projetos de Lei que alteram dispositivos das Leis Estaduais nºs 6.489/02, 6.912/06, 6.913/06, 6.914/06 e 6.915/06, para permitir a



concessão de incentivos fiscais pelo prazo máximo de até 30 anos.
Possibilidade. Necessidade de observância do art. 150, §6º da CF/88.

PARECER

000131/2015

Ementa

Contrato administrativo. Pagamento pelos serviços realizados. Retenção de tributo de responsabilidade da pagadora-contratante. Obrigatoriedade da informação da retenção mediante entrega da DIRF à Receita Federal. REDARF cabível se o erro não tiver sido na DIRF, mas sim no DARF de recolhimento do tributo retido. Possibilidade.

PARECER

000132/2015

Ementa

Intervenção administrativa.

PARECER

000133/2015

Ementa

Policia! Militar Estadual. Nomeação para exercício de cargo civil junto à Secretaria Municipal de Segurança Institucional da Prefeitura de Marabá. Função de natureza civil. Agregação. Exoneração. Reversão ao serviço ativo.

PARECER

000134/2015

Ementa

Policia! Militar Estadual. Nomeação para cargo comissionado junto ao Gabinete Militar do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM). Cargo público civil temporário. Agregação.

PARECER

000135/2015

Ementa

Minuta de Termo Aditivo que pretende alterar o valor de contrapartida do Estado do Pará no Termo de Compromisso n. 0237.801-97 (referente ao Programa de Serviços Urbanos de Água e Esgoto do MCIDADES), para assinatura do Exmo. Governador do Estado.



PARECER 000136/2015

Ementa Projeto de lei. Iniciativa do Poder Executivo. Servidor Público. Vencimento. Revisão anual.

PARECER 000137/2015

Ementa Bombeiro Militar Estadual. Posse em cargo público civil. Transferência para a reserva. Desistência voluntária do estágio probatório no cargo público civil. Retorno ao serviço ativo. Impossibilidade jurídica. Reserva não remunerada.

PARECER 000138/2015

Ementa Empresa Estatal. Sociedade de Economia Mista. Liquidação. Doação de imóvel a órgão da mesma esfera estatal, para atendimento de finalidade pública. Doação com encargo. Descumprimento do encargo. Desinteresse do donatário. Distrato.

PARECER 000139/2015

Ementa Conselho Estadual de Economia Popular e Solidária (CEEPS) - Art. 9º, caput, e inciso I, da Lei Estadual nº 7.309/2009. Projeto de Lei para alteração do CEEPS. Política de Fomento à Economia Popular e Solidária do Estado do Pará.

PARECER 000140/2015

Ementa Doação de bem imóvel da União Federal ao Estado, com encargo. Matéria regulada nos arts. 23 e 31 da Lei Federal nº 9.636/1998. Nova sede da Assembleia Legislativa do Estado do Pará. Apreciação do Termo de Doação.

PARECER 000141/2015

Ementa Proposta de alteração do Decreto Estadual nº 1.296/2004 e da Lei Estadual nº 6.555/2003. Alienação de bens móveis inservíveis da Administração. Doação para fins de uso de interesse exclusivamente social. Análise jurídica. Conformidade legal e constitucional.



PARECER	000142/2015
Ementa	Bens móveis adquiridos pelo Estado com recursos de contrato de concessão de colaboração financeira não reembolsável celebrado com o BNDES. Transferência aos Municípios, para utilização relacionada ao objetivo do contrato. Doação ou cessão de uso onerosas. Descumprimento dos encargos pelos municípios. Reversão dos bens. Requisitos para a transferência. Documentos exigíveis dos municípios. Procedimentos para entrega dos bens.
PARECER	000143/2015
Ementa	Doação de terras públicas estaduais.
PARECER	000144/2015
Ementa	Corpo de Bombeiros Militar. Sanção disciplinar privativa de liberdade. Impossibilidade de liberação dos militares para efetuarem refeições fora da Unidade Militar, durante o cumprimento da sanção. Inviabilidade do pagamento de auxílio-alimentação no período da detenção ou prisão disciplinares. Dever estatal de fornecer alimentação aos militares detidos ou presos. Regular contratação do serviço de alimentação.
PARECER	000145/2015
Ementa	Doação de imóvel de Sociedade de Economia Mista prestadora de serviço público. Finalidade de interesse público e social. Dispensa de licitação. Desnecessidade de autorização legislativa. Necessidade de avaliação prévia.
PARECER	000146/2015
Ementa	Pensão Especial Militar. Dependentes. Rateio.
PARECER	000147/2015
Ementa	Conselho de Justificação. Apuração de conduta de Oficial CEL QOPM. Requerimentos de impedimento e substituição de membros.



Aplicação dos arts. 93 e 131 do Código de Ética e Disciplina da PMPA
(Lei Estadual nº 6.833/2006)

PARECER

000148/2015

Ementa

Pedido de expansão do Curso de Formação de Sargentos da Área de Saúde, para Soldados do CBMPA que possuem Curso na Área de Enfermagem. Impossibilidade jurídica. Legislação Estadual (art. 5º da Lei nº 6.669/2005) exige que os candidatos ao Curso sejam cabos e não soldados. Revogação expressa do art. 11 da Lei Estadual nº 5.250/85 em 2014.

PARECER

000149/2015

Ementa

Proposta de Decreto Estadual. Obrigatoriedade dos gestores estaduais de prestação de contas à União quanto a recursos dela recebidos. Obrigatoriedade dos Gestores Estaduais fiscalizarem e manterem as certidões negativas estaduais em dia. Prevenção contra inscrição do Estado no CAUC e CADIN. Suspensão de repasse de recursos à conta do Tesouro Estadual. Impossibilidade.

PARECER

000150/2015

Ementa

Consulta formulada pela CCDA-SEFA acerca de diversos temas de natureza fiscal.

PARECER

000151/2015

Ementa

Análise acerca da possibilidade de renúncia à licença maternidade. Hipótese excepcional. Cessão de servidor.

PARECER

000152/2015

Ementa

Polícia Militar. Processo Administrativo Disciplinar Simplificado. Sancionamento disciplinar de licenciamento a bem da disciplina. Recurso hierárquico. Manutenção da penalidade.



PARECER 000153/2015

Ementa Sanção governamental. Projeto de Lei. Iniciativa do Poder Executivo. Aprovação na Assembleia Legislativa. Fundação Pro Paz. Remanejamento orçamentário.

PARECER 000154/2015

Ementa Linha de crédito especial. CREDCIDADÃO. Rádios comunitárias. Regular outorga de uso de serviços de radiodifusão pelo Ministério das Comunicações. Regulamentação específica. Deliberação do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Estado.

PARECER 000155/2015

Ementa Cessão de uso de bem imóvel a entidade privada sem fins lucrativos. Requisitos a serem comprovados pela entidade. Minuta de contrato de cessão de uso. Análise jurídica.

PARECER 000156/2015

Ementa Contratação direta de instituição sem fins lucrativos, incumbida de pesquisa, ensino ou desenvolvimento institucional, para promoção de concurso público. Viabilidade jurídica de contratação da Universidade do Estado do Pará - UEPA. Preenchimento dos requisitos previstos no art. 24, XIII e art. 26, Parágrafo Único da Lei nº 8.666/1993. Súmula nº 287 do TCU.

PARECER 000157/2015

Ementa Consulta acerca dos efeitos práticos da decisão proferida pelo STF acerca do Protocolo ICMS 21/2011 - questões complementares.

PARECER 000158/2015

Ementa Pleito de assinatura de Secretário de Estado em notificação de cessão fiduciária de direitos creditórios do SUS. Prestadora interessada na cessão é meramente conveniada ao SUS. Inexistência de vínculo correspondente ao período da operação de crédito cogitada.



PARECER	000159/2015
Ementa	Minuta de Decreto Estadual para reestruturação do Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE) do Estado do Pará e acerca do Sistema Integrado de Desenvolvimento Econômico (SIDE) do Estado do Pará.
PARECER	000160/2015
Ementa	Policial militar estadual. Nomeação para cargo comissionado com lotação na SUSIPE. Função de natureza civil. Agregação.
PARECER	000161/2015
Ementa	Policial militar estadual. Nomeação para cargo comissionado de natureza militar de assessor na SEGUP. Agregação.
PARECER	000162/2015
Ementa	REDARF - Orientação prestada pela Receita Federal do Brasil. Eventual mudança de entendimento do órgão fazendário que deve respeitar o comando inserto no art. 146 do CTN.
PARECER	000163/2015
Ementa	Policial militar estadual. Nomeação para cargo comissionado junto ao Gabinete Militar do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM). Cargo público civil temporário. Agregação.
PARECER	000164/2015
Ementa	Minuta de Decreto. Comitê Interinstitucional para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis - CIISC/PARÁ. Decreto Estadual nº 793/2013. Adequação às Diretrizes do Decreto Federal nº 7.405/2010, Convênio nº 089/2012/MTE/SENAES-SINCOV 778.652/2012 e Lei Estadual nº 8.096/2015. Análise Jurídica.
PARECER	000165/2015
Ementa	Projeto de Lei de Aprovação do Plano Estadual de Educação.



PARECER	000166/2015
Ementa	Servidor público. Estágio probatório. Minuta de Decreto. Alteração do Decreto Estadual nº 249, de 11 de outubro de 2011. Análise jurídica.
PARECER	000167/2015
Ementa	Policial militar estadual. Nomeação para cargo comissionado com lotação na SEGUP. Função de natureza policial militar. Agregação.
PARECER	000168/2015
Ementa	Policial militar estadual. Nomeação para cargo comissionado junto ao Gabinete Militar do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM). Cargo público civil temporário. Agregação.
PARECER	000169/2015
Ementa	Rede pública de abastecimento de água. Edificações urbanas. Obrigatoriedade de uso. Norma cogente. Poder de polícia do Estado. Delegação. Impossibilidade.
PARECER	000170/2015
Ementa	Agregação. Promovida com fundamento no art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual 5.251/85 C/C art. 21, §1º, item 1 do Regulamento das Polícias Militares e Corpo de Bombeiros Militares (R200). Exercício de cargo comissionado de natureza militar na Vice-Governadoria. Regularidade da agregação.
PARECER	000171/2015
Ementa	Cessão de uso de bem público imóvel a entidade privada sem fins econômicos. Documentos necessários. Decreto Estadual nº 768/2013
PARECER	000172/2015
Ementa	Minuta de Projeto de Lei de Reestruturação da SUSIPE. Análise jurídica.



PARECER	000173/2015
Ementa	Utilização da faixa de domínio por empresas concessionárias. Impossibilidade de cobrança de contrapartida pecuniária pelo Estado. Precedentes do STF.
PARECER	000174/2015
Ementa	Projeto de Lei nº 148/2012. Aprovação pela Assembleia Legislativa. Histórico Escolar. Registro de atividades de voluntariado e protagonismo juvenil. Inconstitucionalidade. Indicação de veto. Análise jurídica.
PARECER	000175/2015
Ementa	Rescisão dos empregados celetistas contratados antes e depois da desapropriação. Situações distintas. Verbas rescisórias cabíveis.
PARECER	000176/2015
Ementa	Resolução nº 001/2015. Criação do Comitê Permanente de Tecnologia da Informação - CPTI no âmbito da Polícia Civil.
PARECER	000177/2015
Ementa	Organização Social. Procedimento objetivo e vinculado. Necessidade de estrita observância dos requisitos da Lei Estadual nº 5.980/96 e dos parâmetros normativos definidos pelo Supremo Tribunal Federal na ADIN 1923/DF. Inviabilidade de deferimento do pleito.
PARECER	000178/2015
Ementa	Bombeiro Militar Estadual. Promoção em ressarcimento de preterição. Erro administrativo. Conselho de Justificação. Art. 12 da Lei Estadual nº 5.249/85.
PARECER	000179/2015
Ementa	Projeto de Lei Complementar. Instituição do Regime de Previdência Complementar Estadual. Limites para concessão de aposentadorias



e pensões de que trata o art. 40 da Constituição Federal. Criação da Fundação Estadual FUNPRESP. Análise Jurídica final.

PARECER

000180/2015

Ementa

Polícia Civil do Estado. Adicional de Cursos de Extensão ou Pós-Graduação. Artigo 70, V, da Lei Complementar Estadual nº 022/94. Educação Superior. Instituições de Educação Superior. Credenciamento. Lei nº 9.394/96.

PARECER

000181/2015

Ementa

Polícia Civil. Processo Administrativo Disciplinar. Demissão. Pedido de Reconsideração. Intempestividade. Independência das instâncias criminal e administrativa. Manutenção da penalidade.

PARECER

000182/2015

Ementa

Servidor público. Licitações não realizadas e dispensas com indícios de irregularidades apontadas pela Auditoria Geral do Estado e Ministério Público do Estado. Processo Administrativo Disciplinar. Inobservância de normas legais do RJU. Invalidação parcial. Retorno do processo à entidade de origem.

PARECER

000183/2015

Ementa

Processo Administrativo Disciplinar Simplificado. Licenciamento a bem da disciplina. Recurso hierárquico. Tempestividade. Notificação pessoal. Infração de natureza grave. Penalidade excessiva. Recurso provido.

PARECER

000184/2015

Ementa

Conselho de Justificação. Membro que manifestou suspeição logo após designação. Arguição de suspeição acolhida e indicado membro para substituição. Ausência de publicação do Decreto de substituição. Conclusão dos trabalhos do Conselho de Justificação com participação do membro suspeito. Nulidade.



PARECER	000185/2015
Ementa	Polícia Militar do Estado do Pará. Praças. Promoção. Minuta de Projeto de Lei. Análise Jurídica.
PARECER	000186/2015
Ementa	Projeto de Lei. Proposta de alteração do art. 42, I, a), 1, da Lei Complementar Estadual nº 53/2006. Requisito de ingresso para Oficiais PM combatentes. Curso de Graduação Superior. Análise Jurídica.
PARECER	000187/2015
Ementa	Polícia Militar Estadual. Transgressão da disciplina policial militar. Licenciamento a bem da disciplina. Recurso hierárquico. Análise Jurídica.
PARECER	000188/2015
Ementa	Alteração do Regulamento do ICMS para modificar a forma de cumprimento de obrigações acessórias. Competência do Exmo. Sr. Governador do Estado tributante. Possibilidade.
PARECER	000189/2015
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar Simplificado. Licenciamento a bem da disciplina. Recurso hierárquico. Tempestividade. Notificação pessoal. Infração de natureza grave. Prova suficiente de autoria. Manutenção da decisão recorrida.
PARECER	000190/2015
Ementa	Polícia Militar. Processo Administrativo Disciplinar Simplificado. Greve. Sancionamento Disciplinar de Licenciamento a Bem da Disciplina. Recurso hierárquico. Transformação em pena menos rigorosa.



PARECER	000191/2015
Ementa	Pensão especial militar. Registro do ato pelo TCE. Determinação de ajustes da composição da pensão pela Corte de Contas. Efeitos da recomendação formulada pelo TCE. Supressão das vantagens indenizatórias. Representação por graduação, auxílio moradia e indenização de tropa. Acerto da recomendação. Necessária retificação da pensão.
PARECER	000192/2015
Ementa	Assentamento. Licenciamento ambiental de Projeto de Assentamento versus licenciamento ambiental em assentamento. Novo Código Florestal em vigor. Resolução CONAMA que revoga disciplina anterior. Legislação paraense anterior à norma revogadora federal que continua a exigir licenciamento ambiental de Projeto de Assentamento. Conflito normativo.
PARECER	000193/2015
Ementa	Pensão especial. Beneficiários. Lei Estadual nº 5.756/1993. Limite de idade. Transferência. Impossibilidade. Análise Jurídica.
PARECER	000194/2015
Ementa	Projeto de Lei. Subsecretário de Administração Tributária. Forma e critérios para seleção de candidatos ao cargo. Regulamentação do Par. 2º do art. 7º da Lei Complementar nº 078/2011. Análise Jurídica.
PARECER	000195/2015
Ementa	Projeto de Lei. Regulamentação Estadual da Lei Anticorrupção. Versão consolidada. Aprovação da mensagem e Projeto de Lei. Regularidade Jurídica.
PARECER	000196/2015
Ementa	Minuta de Anteprojeto do Estatuto Paraense da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte. Adequação às alterações oriundas da Lei Complementar nº 147/2014.



PARECER	000197/2015
Ementa	Promoção por ato de bravura. Inteligência dos arts. 3º e 4º da Lei nº 5.250/85, art. 64 da Lei nº 5.250/85 e Decretos 4.242 e 4.244/86. Regular processamento de Conselho Especial. Preenchimento dos requisitos previstos na legislação específica.
PARECER	000198/2015
Ementa	Recondução. Requisitos. Desistência do novo cargo. Possibilidade. Precedentes.
PARECER	000199/2015
Ementa	Consulta sobre a composição do Conselho Estadual da Juventude do Pará (COJUEPA), tendo em vista a reorganização administrativa do Estado.
PARECER	000200/2015
Ementa	Aditivo contratual. Caixa Econômica Federal. Alteração de contrapartida.
PARECER	000201/2015
Ementa	Termo de Compromisso firmado com a União/DEF para repasse de recursos financeiros da União. Execução do Sistema de Abastecimento de Água no Município de Breves-PA. Aumento da contrapartida do Estado. Termo aditivo. Análise jurídica.
PARECER	000202/2015
Ementa	Organização Social. Procedimento objetivo e vinculado. Necessidade de estrita observância dos requisitos da Lei Estadual nº 5.980/96 e dos parâmetros normativos definidos pelo Supremo Tribunal Federal na ADIN 1923/DF.
PARECER	000203/2015
Ementa	Organização Social. Instituto Ambiental (IA). Procedimento de qualificação objetivo e vinculado. Observância dos requisitos da Lei



Estadual nº 5.980/96, Decreto Estadual nº 3. 876/00 e dos parâmetros normativos definidos pelo Supremo Tribunal Federal na ADIN 1923/DF. Viabilidade de deferimento da qualificação pleiteada.

PARECER

000204/2015

Ementa

Termo aditivo ao Anexo A Termo de Compromisso entre a União Federal (Ministério das Cidades - Caixa Econômica Federal) e o Estado. Execução de Sistemas de Abastecimento de Água. Igarapé-Miri. Apreciação do Termo Aditivo.

PARECER

000205/2015

Ementa

Licença por assiduidade. Servidores do Grupo Magistério, Licença especial x licença prêmio. Coincidência de fundamentos (assiduidade). Lei Estadual nº 5.351/1986. Estatuto do Magistério. Lei Estadual nº 5.810/1994 - RJU. Aplicação do Princípio da Especialidade. Norma especial prevalecente sobre norma geral.

(VER TAMBÉM P. Nº 349/2017 - MUDANÇA DE ENTENDIMENTO).

PARECER

000206/2015

Ementa

Administração Tributária Estadual. Gratificação de Produtividade. Vantagem de caráter permanente. Natureza remuneratória. Inclusão na base de cálculo do terço constitucional de férias.

PARECER

000207/2015

Ementa

Pensão especial. Requerimento de viúva de policial militar falecido em serviço. Entendimento do Tribunal de Contas do Estado sobre a natureza jurídica das parcelas auxílio moradia, representação por graduação e indenização de tropa. Vantagens de natureza indenizatória. Exclusão da base de cálculo da Pensão Especial Militar.

PARECER

000208/2015

Ementa

Policial militar estadual. Transgressões disciplinares diversas. Conselho de Justificação. Aceitação do julgamento. Remessa do processo, pelo Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça do



Estado. Artigos 129, I, a, 137, IV e 140, I, da Lei Estadual nº 6.833/2006.

PARECER

000209/2015

Ementa

Regulamento do processo eleitoral para escolha do Ouvidor do Sistema Integrado Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (SIEDS). Minuta de Resolução do Conselho Estadual de Segurança Pública. Apreciação Jurídica.

PARECER

000210/2015

Ementa

Operação de crédito interna. Parecer do Órgão Jurídico (art. 21, I, da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal).

PARECER

000211/2015

Ementa

Bombeiro militar estadual. Nomeação para cargo comissionado com lotação na SEGUP. Função de natureza militar. Agregação.

PARECER

000212/2015

Ementa

Pensão Especial Militar. Composição da vantagem em observância às orientações do Tribunal de Contas do Estado. Supressão das vantagens indenizatórias: representação por graduação, auxílio moradia e indenização de tropa. Fixação de rateio entre as beneficiárias. Fixação dos efeitos financeiros decorrentes da concessão da Pensão Especial Militar.

PARECER

000213/2015

Ementa

Consulta acerca da possibilidade de exigência de crédito tributário em face de peculiaridades ocorridas no curso do Processo Administrativo Tributário. Impugnação Intempestiva. Ausência de Suspensão de Exigibilidade do Crédito Tributário. Constituição definitiva do crédito. Prescrição. Ocorrência.



PARECER	000214/2015
Ementa	Contrato de financiamento com o BNDES. Construção do Ginásio de Esportes Mangueirinho. Contrato de empreitada. Cláusula contratual que veda o reajuste e determina preço fixo. Manutenção do equilíbrio econômico do contrato. Instrumentos jurídicos. Reajuste. Recomposição.
PARECER	000215/2015
Ementa	Não pode ser considerado imunidade em relação a impostos indiretos que são suportados pelos templos de qualquer culto. O projeto de lei pretendendo a isenção do ICMS referente aos templos de qualquer culto, deve ser vetado por ofensa ao artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, ser caso de lei de iniciativa do Poder Executivo, ser tecnicamente inviável por pretender conceder isenção para contribuinte de fato do imposto e por ofensa ao princípio da igualdade na medida em que , o templo é consumidor que suporta o ICMS referente a energia elétrica, como todos os demais consumidores e que, aprovada a lei, permitirá que os demais postulem o mesmo tratamento.
PARECER	000216/2015
Ementa	Instrumento de Cooperação com Organismo Internacional. Necessidade de participação da União.
PARECER	000217/2015
Ementa	Pensão Especial Militar. Morte de policial militar em serviço. Composição da vantagem em observância às orientações do Tribunal de Contas do Estado. Fixação dos efeitos financeiros decorrentes da concessão da pensão especial militar.
PARECER	000218/2015
Ementa	Minuta de Projeto de Lei de Acesso à Informação. Análise jurídica.



PARECER	000219/2015
Ementa	Retorno de Minuta de Projeto de Lei de Reestruturação da SUSIPE.
PARECER	000220/2015
Ementa	Servidor Público. União homoafetiva. Guarda judicial de menor, para fins de adoção. Licença adotante.
PARECER	000221/2015
Ementa	Abandono de cargo. Processo administrativo disciplinar regular. <i>Animus Abandonandi</i> configurado. Penalidade de demissão.
PARECER	000222/2015
Ementa	Minuta de alteração de Decreto. Análise Jurídica.
PARECER	000223/2015
Ementa	PAD. Sugestão de aplicação de penalidade de demissão por "lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública". Viabilidade jurídica.
PARECER	000224/2015
Ementa	Policial Militar. Nomeação para cargo civil. Função natureza civil. Agregação. Exoneração. Reversão ao serviço ativo.
PARECER	000225/2015
Ementa	Anteprojeto de lei que cria o Instituto da Convalidação. Instituto já previsto no art. 17 da Lei nº 7.289/2009. Lei de Terras do Estado e regulamentado pelo Decreto Estadual nº 2.135/2010. Desnecessidade de Lei. Necessidade de atos regulamentares do ITERPA. Competência da Autarquia Fundiária. Impossibilidade de prosseguimento. Lei específica estadual já atende o mesmo objetivo de acordo com as diretrizes da Política Agrícola e Fundiária no Estado.



PARECER	000226/2015
Ementa	Projeto de Lei que altera dispositivos da Lei Estadual nº 6.912/06, para permitir a concessão de incentivos fiscais pelo prazo máximo de até 30 anos. Emendas. Possibilidade. Necessidade de observância do art. 150, §6º da CF/88.
PARECER	000227/2015
Ementa	Minuta de Decreto concedendo isenção de ICMS para o evento McDIA Feliz. Necessidade de observância do art. 150, § 6º da CF/88. Convênio CONFAZ 106/2010 prorrogado pelo Convênio CONFAZ 27/2015. Possibilidade.
PARECER	000228/2015
Ementa	Projeto de Lei que altera dispositivos da Lei Estadual nº 6.914/06, para permitir a concessão de incentivos fiscais pelo prazo máximo de até 30 anos. Emendas. Possibilidade. Necessidade de observância do art. 150, § 6º da CF/88.
PARECER	000229/2015
Ementa	Projeto de lei que altera dispositivos da Lei Estadual nº 6.489/02, para permitir a concessão de incentivos fiscais pelo prazo máximo de até 30 anos. Emendas. Possibilidade. Necessidade de observância do art. 150, § 6º da CF/88.
PARECER	000230/2015
Ementa	Polícia Militar Estadual. Transgressão da disciplina policial militar. Licenciamento a bem da disciplina. Recurso hierárquico. Análise jurídica.
PARECER	000231/2015
Ementa	Termo aditivo ao Anexo A Termo de Compromisso entre a União Federal (Ministério das Cidades - Caixa Econômica Federal) e o Estado. Urbanização de assentamentos precários. Comunidade dos Providentinos. Apreciação do Termo Aditivo.



PARECER	000232/2015
Ementa	Pensão especial militar. Cálculo. Exclusão de parcelas indenizatórias. Orientação do TCE. Fundamentação legal.
PARECER	000233/2015
Ementa	Promoção eivada de vício. Estabilização da situação. Fluência do prazo decadencial de 5 (cinco anos). Ressarcimento de preterição de outros militares em razão da promoção viciada. Ocorrência.
PARECER	000234/2015
Ementa	Termo Aditivo ao Anexo A Termo de Compromisso entre a União Federal (Ministério das Cidades - Caixa Econômica Federal) e o Estado. Prolongamento da Avenida João Paulo II. Apreciação do Termo Aditivo.
PARECER	000235/2015
Ementa	Projeto de Lei de Inovação.
PARECER	000236/2015
Ementa	Cômputo de tempo de serviço em duplicidade. Desaverbação. Revisão de ato administrativo. Ampla defesa e contraditório.
PARECER	000237/2015
Ementa	Processo administrativo disciplinar. Acumulação de cargo e abandono de cargo. Demissão.
PARECER	000238/2015
Ementa	Policiais Militares. Reserva remunerada. Convocação ao serviço ativo. Aplicação do art. 105-A da Lei Estadual nº 5.251/1985 e Decreto Estadual nº 892/2013.



PARECER	000239/2015
Ementa	Pensão especial militar. Registro do ato pelo TCE. Determinação de ajustes da composição da pensão pela Corte de Contas. Supressão das vantagens indenizatórias: representação por graduação, auxílio moradia e indenização de tropa. Alteração da gratificação de localidade especial. Acerto da recomendação. Necessária retificação da pensão.
PARECER	000240/2015
Ementa	Oferta de cursos e gestão escolar. Implantação de Política Pública Estadual de Educação Profissional e Tecnológica no Estado do Pará. Instrumentos Jurídicos. Comodato e cessão de uso. Bolsas de Estudo. Gestão Escolar. Organização Social. Parceria Público Privada.
PARECER	000241/2015
Ementa	Pacto Interinstitucional de Cooperação Técnica, Municípios de Belém, Ananindeua e Marituba, IPAT e UNICEF. Projeto "Rios de Inclusão: educação inclusiva para crianças e adolescentes com deficiência no Estado do Pará". Necessidade de autorização do Estado Brasileiro. Análise Jurídica.
PARECER	000242/2015
Ementa	Minuta de Decreto para regulamentação da Lei de Acesso à Informação no Estado. Análise jurídica.
PARECER	000243/2015
Ementa	Policia! Militar. Nomeação para cargo na SEGUP. Função de natureza militar. Agregação. Exoneração. Reversão ao serviço ativo.
PARECER	000244/2015
Ementa	Minuta de Projeto de Lei que pretende promover alterações na Lei Estadual nº 6.797/2005, que dispõe sobre a criação do Núcleo de Gerenciamento do Pará Rural - NGPR e do Fundo de Apoio aos Projetos de Geração de Renda do Programa. Análise Jurídica.



PARECER	000245/2015
Ementa	Memorando de Entendimento e Acordo de Cooperação Técnica. Compromisso de atuação cooperada entre o Tribunal de Justiça do Estado e órgãos e entidades do Estado para realização de audiências de custódia.
PARECER	000246/2015
Ementa	Enfrentamento à violência contra as mulheres. Implantação do Sistema Integrado de Justiça no Pro Paz Mulher/DEAM. Acordo de Cooperação Técnica. Análise Jurídica.
PARECER	000247/2015
Ementa	Revogação do Decreto Estadual nº 32.232, de 30.08.2012 (DO-PA de 31.09.2012)
PARECER	000248/2015
Ementa	Alteração de Decreto que dispõe sobre a regionalização do Estado do Pará. Modificação de nomenclatura de região. Análise jurídica.
PARECER	000249/2015
Ementa	Policia! militar estadual. Nomeação para cargo em comissão no Gabinete do Prefeito Municipal de Belém. Função de natureza policial militar (item e do anexo da Lei Estadual nº 5.276/85). Agregação.
PARECER	000250/2015
Ementa	Exoneração a pedido. Vacância. Recondução. RJU Federal X RJU Estadual. Licença aprimoramento. Dever de prestar serviços pelo tempo do afastamento. Ressarcimento dos vencimentos e bolsa recebidos. Artigo 46 da Lei Estadual nº 5.351/1986. Análise jurídica.



PARECER	000251/2015
Ementa	Minuta de decreto. Institui o Sistema Integrado de Desenvolvimento Econômico do Estado do Pará-SIDE. Artigo 1º e parágrafos da Lei Estadual nº 8.096/2015. Competência. Análise jurídica.
PARECER	000252/2015
Ementa	Minuta de Memorando de Entendimento a ser celebrado entre o Estado do Pará, a ONU Habitat/ROLAC e Instituto Dialog. Análise jurídica.
PARECER	000253/2015
Ementa	Mineração. Alvará de pesquisa. Requisitos. Compatibilidade de atividade de pesquisa e outras formas de aproveitamento e proteção de territórios.
PARECER	000254/2015
Ementa	Acordo de Cooperação Técnica. PRONATEC. Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. Captação de demanda pelo Estado. Cursos ofertados por parceiros do Sistema "S" e instituições de ensino. Ausência de transferência de recursos. Diretrizes educacionais fixadas pelo MEC e MTUR. Conformidade jurídica do instrumento.
PARECER	000255/2015
Ementa	Regulamento do processo eleitoral para escolha do Ouvidor do Sistema Integrado Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (SIEDS). Minuta de Resolução do Conselho Estadual de Segurança Pública. Reapreciação jurídica. Decreto de homologação.
PARECER	000256/2015
Ementa	Proposta de Acordo de Cooperação Técnica. Estado do Pará-Governador do Estado e SEMAS X Agência Nacional de Águas - Programa de Estímulo à Divulgação de Dados de Qualidade de Água - QUALIÁGUA - Apreciação jurídica.



PARECER	000257/2015
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Pedido de Revisão. Inexistência de absolvição judicial denegatória da existência do fato ou de afastamento da autoria imputada a servidor já demitido. Inocorrência de prescrição. Inexistência de fatos novos. Descabimento.
PARECER	000258/2015
Ementa	Redistribuição. Não preenchimento dos requisitos. Decretação de nulidade do ato. Necessário procedimento prévio com contraditório e ampla defesa. Valores recebidos indevidamente. Ressarcimento. Boa-fé objetiva. Necessidade de verificação. Critérios. Dever de ressarcimento ao erário.
PARECER	000259/2015
Ementa	Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade (PNAISP). Incentivo financeiro oriundo da União. Programa desenvolvido no âmbito do SUS. Contratação temporária de pessoal. Viabilidade. Critérios e condicionantes.
PARECER	000260/2015
Ementa	Contrato administrativo. Fornecimento de mão-de-obra. Instituição Brasileira voltada à recuperação social do preso. Lei de Execução Penal e art. 224, da Lei nº 8.666/93. Não comprovação do recolhimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias. Responsabilidade subsidiária do Estado. Retenção dos pagamentos. Situação continuada. Retenção apenas dos valores pertinentes às obrigações trabalhistas e previdenciárias pendentes. Princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e da vedação ao enriquecimento sem causa.
PARECER	000261/2015
Ementa	Minuta de alteração de Decreto. Análise Jurídica.



PARECER	000262/2015
Ementa	Conselho de Justificação. Decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Acórdão que decidiu pela perda do posto e da patente. Cumprimento. Decreto governamental.
PARECER	000263/2015
Ementa	Cessão de uso de bem público imóvel a Autarquia Estadual. Minuta de contrato de cessão de uso. Análise jurídica.
PARECER	000264/2015
Ementa	Agregação promovida com fundamento no art.88, § 1º, inciso II, da Lei Estadual 5.251/85 c/c art. 2º, III, da Lei nº 7.798/2014.
PARECER	000265/2015
Ementa	Servidor público. Delegado de Polícia Civil. Processo Administrativo Disciplinar. Relativa independência das instâncias administrativa e penal. Falta residual. Demissão.
PARECER	000266/2015
Ementa	Análise dos termos das Minutas de Decretos do Chefe do Poder Executivo atinentes à Política de Incentivos Econômicos do Estado do Pará, contendo alterações nos Regulamentos de Leis.
PARECER	000267/2015
Ementa	Minuta de Decreto. Proposta de criação do Comitê Gestor Intersecretarial de Educação Profissional e Tecnológica do Estado do Pará (CGIEP). Análise jurídica.
PARECER	000268/2015
Ementa	Salário mínimo. Aplicação automática ao vencimento dos servidores públicos estaduais. Artigos 7º, IV e 39, parágrafo 3º da CRFB/88. Artigo 31, I da CE/89, Artigo 116 do RJU/PA e art. 2º da Lei Estadual



nº 6.827/2006. Súmulas Vinculantes nº 04, 15 e 16 do Supremo Tribunal Federal. Análise Jurídica.

PARECER

000269/2015

Ementa

Processo administrativo disciplinar simplificado. Licenciamento a bem da disciplina. Recurso hierárquico. Tempestividade. Notificação pessoal. Infração de natureza grave. Prova suficiente de autoria. Manutenção da decisão recorrida.

PARECER

000270/2015

Ementa

Minuta de Decreto. Proposta de reestruturação da Comissão Estadual de Erradicação ao Trabalho Escravo (COETRAE). Análise Jurídica.

PARECER

000271/2015

Ementa

Empresa estatal. Regime de pessoal celetista com derrogações impostas pelo Regime Jus-publicista. Terceirização do serviço de vigilância. Alteração do contrato individual de trabalho. Artigo 468 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Alteração para outra função integrante da mesma faixa de cargos constante de Tabela de Salários de Cargos Efetivos da entidade. Inexistência de qualquer prejuízo. Desnecessidade de prévia concordância dos empregados.

PARECER

000272/2015

Ementa

Alteração do Regulamento do ICMS. Diferimento do ICMS incidente na primeira operação interna com madeira em tora, cavaco, galhada e sapopema, realizada pelo extrator florestal. Possibilidade.

PARECER

000273/2015

Ementa

Alteração do Regulamento do ICMS. Alteração do momento para recolhimento do ICMS. Instituição de Regime Tributário diferenciado. Margem de valor agregado. Possibilidade. Necessidade de observância do art. 150, § 5º da CF/88.



PARECER 000274/2015

Ementa Alteração do Regulamento do ICMS. Isenção estabelecida em norma estadual. Redução do benefício. Isenção não onerosa. Possibilidade.

PARECER 000275/2015

Ementa Alteração do Regulamento do ICMS. Diferimento do diferencial de alíquota nas operações com máquinas e equipamentos destinados ao ativo imobilizado, utilizados na produção de chocolate artesanal. Possibilidade. Necessidade de observância do art. 150, § 6º da CF/88.

PARECER 000276/2015

Ementa Alteração do Regulamento do ICMS. Diferimento do diferencial de alíquota nas operações com máquinas, equipamentos e implementos destinados ao ativo imobilizado de produtores agrícolas. Possibilidade. Necessidade de observância do art. 150, § 6º da CF/88.

PARECER 000277/2015

Ementa Minuta de Decreto instituindo o Programa de Regularização Fiscal no Estado do Pará (PROREFIS), com parcelamento de débitos e redução de juros e multa. Necessidade de observância do art. 150, § 6º da CF/88. Convênio CONFAZ 91/2015. Possibilidade.

PARECER 000278/2015

Ementa Alteração da Lei Estadual nº 6.017/96. Isenção de IPVA para veículos pertencentes a empresas cadastradas no CADASTUR do Ministério do Turismo e na ABAV/PA. Possibilidade. Necessidade de observância do art. 150, § 6º da CF/88.

PARECER 000279/2015

Ementa Alteração do Regulamento do ICMS. Diferimento do pagamento do imposto. Instituição de isenção tributária. Possibilidade. Necessidade de observância do art. 150, § 6º da CF/88.



PARECER	000280/2015
Ementa	Minuta de Decreto. Institui o Programa de Regularização Ambiental no Estado do Pará - PRA. Exame de conformidade com o Código Florestal. Lei 12.651/2012, art. 59 a 68 e legislação correlata.
PARECER	000281/2015
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Licenciamento a bem da disciplina ocorrido em 1989. Segundo pedido de revisão. Prazo quinquenal ultrapassado. Art. 67 da Lei Estadual nº 6.833/06. Ausência de fatos novos. Não conhecimento.
PARECER	000282/2015
Ementa	Minuta de projeto de lei encaminhada pela SEPLAN que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2016-2019 e dá outras providências.
PARECER	000283/2015
Ementa	Minuta de Decreto. Criação do Comitê Gestor de Políticas Estaduais de Ciência, Tecnologia e Inovação no âmbito da SECTET. Análise Jurídica. Competências já previstas no Conselho Estadual de Ciência, Tecnologia, Educação Técnica e Tecnológica - CONSECTET. Lei Estadual 7.017/2007, art. 5º e Constituição Estadual, art. 290. Reestruturação administrativa. Necessidade de lei.
PARECER	000284/2015
Ementa	Fixação dos índices percentuais de distribuição aos municípios das parcelas do produto da arrecadação do ICMS. Art. 3º, § 8º da Lei Complementar Federal nº 63/90. Competência do Governador do Estado do Pará. Art. 135, V da Constituição Estadual.
PARECER	000285/2015
Ementa	Polícia Militar Estadual. Aluno CFSD. Suposta reprovação em matéria curricular. Suposta transgressão da disciplina Policial Militar. Licenciamento a bem da disciplina. Recurso hierárquico. Análise Jurídica.



PARECER	000286/2015
Ementa	Contratação de serviços. Ata de Registro de Preços (ARP). Preços registrados bem superiores aos obtidos em pesquisa mercadológica realizada pela PGE. Impossibilidade de contratação com a vencedora da ARP. Instauração de licitação própria para contratação de serviços.
PARECER	000287/2015
Ementa	Polícia Militar. Licenciamento a bem da disciplina. Pedido de revisão. Art. 67 da Lei Estadual nº 6.833/2006. Ausência de fundamentos e fatos novos. Indeferimento. Análise jurídica.
PARECER	000288/2015
Ementa	Polícia Militar. Licenciamento a bem da disciplina. Pedido de revisão. Art. 67 da Lei Estadual nº 6.833/2006. Ausência de fundamentos e fatos novos. Indeferimento. Análise jurídica.
PARECER	000289/2015
Ementa	Organização Social. Ajustes na Regulamentação à nova estrutura organizacional do Estado. Conforme Lei Estadual nº 8.096/2015, e à Lei Estadual nº 7.787/2014. Análise jurídica de minuta de Decreto.
PARECER	000290/2015
Ementa	Convênio. Vigência. Prazo. Prorrogação. Artigo 57 da Lei nº 8.666/93.
PARECER	000291/2015
Ementa	Academia Paraense de Letras. Repasse de Recursos Estaduais. Lei Estadual nº 6.152/98. Auxílio. Subvenção. Lei Orçamentária Anual. Pagamento de exercícios passados. Lei de Responsabilidade Fiscal. Lei Federal nº 4.320/64. Análise jurídica.



PARECER 000292/2015

Ementa Nova Minuta de Decreto. Proposta de criação de Comitê Gestor Intersecretarial de Educação Profissional e Tecnológica do Estado do Pará- CGIEP. Análise jurídica.

PARECER 000293/2015

Ementa Projeto de Lei. Institui o Fundo de Investimento Patrimonial - FIPAT. Lei Complementar X Lei Ordinária. Interpretação do art. 165, § 9º, II da CRFB/88 e art. 204, § 4º, II da CE/89. Aplicação da Lei nº 4.320/64. Análise jurídica.

PARECER 000294/2015

Ementa Pensão especial militar. Dependentes. Rateio.

PARECER 000295/2015

Ementa Policial Militar Estadual. Transgressões disciplinares diversas. Conselho de Justificação. Rejeição da conclusão e decisão do CJ. Remessa do processo, pelo Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça do Estado. Artigos 129, I, a, 137, IV e 140, I, da Lei Estadual nº 6.833/2006.

PARECER 000296/2015

Ementa Organização Social. Requisitos para obtenção de qualificação. Exigências da Lei Estadual nº 5.980/96 e Decreto Estadual nº 3.876/2000. Observância das premissas fixadas pelo STF no julgamento da ADI nº 1923/DF. Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Bariri/SP.

PARECER 000297/2015

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Irregularidades na contratação de empresa locadora de veículos. Serviço contratado e não prestado. Pagamento efetuado. Ato de improbidade. Pena de suspensão para a servidora subordinada e pena de demissão para o ordenador de despesa.



PARECER 000298/2015

Ementa Trata-se de minuta de Decreto que altera o RICMS/PA, aprovado pelo Decreto nº 4.676/01.

PARECER 000299/2015

Ementa Ex-policia! militar. Exclusão. Ato restritivo. Transcurso de 25 anos da prática do ato. Recurso hierárquico. Intempestividade. Autotutela administrativa. Decadência. Revisão. Ausência de fato novo.

PARECER 000300/2015

Ementa Imóvel. Cessão de uso. IDEFLOR-BIO. Lei Estadual nº 6.614/2004. Revogação. Interesse público. Discricionariedade. Análise jurídica.

PARECER 000301/2015

Ementa Termo de Cooperação. Estado do Pará e a Seção Brasil dos Membros do Conselho Mundial de Águas.

PARECER 000302/2015

Ementa Militar. Recurso hierárquico. Não preenchimento de requisitos mínimos para interposição. Pedido recebido com fundamento na garantia ao direito de petição (CF, art. 5º, XXXIV, A) Ausência de registros do requerente nos assentos funcionais da Polícia Militar. Indeferimento do pedido de reintegração.

PARECER 000303/2015

Ementa Exoneração *ex officio*. Processo judicial. Coisa julgada.

PARECER 000304/2015

Ementa Consulta acerca dos efeitos práticos da decisão proferida pelo STF acerca do Protocolo ICMS 21/2011. Novas questões complementares.



PARECER	000305/2015
Ementa	Militar. Recurso Hierárquico. Não preenchimento de requisitos mínimos para interposição. Pedido recebido com fundamento na garantia ao direito de petição (CF, art. 5º, XXXIV, A). Ausência de registros do requerente nos assentos funcionais da Polícia Militar. Indeferimento do pedido de reintegração.
PARECER	000306/2015
Ementa	Projeto de Lei instituindo a Semana Estadual de Educação Preventiva e Combate à Verminose no Estado do Pará. Iniciativa parlamentar. Atribuição de ações concretas para órgãos públicos. Iniciativa do Chefe do Executivo (Art. 105, II, d, da Carta Estadual). Princípio da separação dos Poderes. Inconstitucionalidade formal. Sugestão de veto.
PARECER	000307/2015
Ementa	Consulta acerca da vigência da isenção da taxa de licenciamento ambiental, de que trata a LC 147/2014.
PARECER	000308/2015
Ementa	Promoção. Bombeiros Militares. Lei Estadual nº 5.249/85 e Decreto Estadual nº 4.244/86. Referência: Setembro de 2015. Comissão de Promoção de Oficiais do CBMPAS. Observância das normas que regem a matéria. Análise jurídica das formalidades adotadas.
PARECER	000309/2015
Ementa	Servidor Público. Estágio probatório. Processo de avaliação especial de desempenho. Sugestão de exoneração ex officio. Falhas no processo. Decreto estadual nº 249/2011.
PARECER	000310/2015
Ementa	Minuta de Projeto de Lei. Criação do Conselho Estadual de Trabalho, Emprego e Renda- CETERPA. Orientações constantes de Resoluções



do CODEFAT. Extinção da Comissão de Emprego do Estado do Pará.
Análise Jurídica.

PARECER 000311/2015

Ementa Lei Complementar nº 151/2015. Depósitos judiciais.

PARECER 000312/2015

Ementa Contrato administrativo. Fornecimento de medicamentos para atendimento a demandas judiciais. Inexecução parcial. Justo motivo aceito pela Administração. Não aplicação de sanções administrativas.

PARECER 000313/2015

Ementa Reserva remunerada a pedido. Processo judicial em andamento. Aplicação do art. 102, parágrafo 2º, inciso I do Estatuto dos Militares do Pará. Inexistência de ofensa ao princípio da presunção da inocência. Posicionamento jurisprudencial.

PARECER 000314/2015

Ementa Contrato de prestação de serviços. Correios. Monopólio dos serviços postais. Descumprimento de cláusulas contratuais. Prejuízo ao Estado do Pará. Aplicação de penalidades. Inviabilidade de rescisão do contrato. Impossibilidade de contratação dos serviços com outro fornecedor. Necessidade de apuração dos prejuízos. Dever de indenizar.

PARECER 000315/2015

Ementa Cessão de uso de bem imóvel a município. Minuta de contrato de cessão de uso. Análise jurídica.

PARECER 000316/2015

Ementa Projeto de Lei Complementar nº 06/2015. Aprovação pela Assembleia Legislativa. Institui o Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará e altera a Lei



Complementar nº 84, de 27 de dezembro de 2012.
Constitucionalidade da iniciativa. Sanção. Análise jurídica.

PARECER

000317/2015

Ementa

Polícia Militar. Conselho de Justificação. Arquivamento. Ação Penal. Decisão judicial transitada em julgado. Legítima defesa putativa. Efeitos. Análise jurídica.

PARECER

000318/2015

Ementa

Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Petição de Sindicato de servidores para modificação de penalidades administrativas decorrentes dos devidos processos disciplinares. Inadequação processual.

PARECER

000319/2015

Ementa

Projeto de Lei que "Cria o Selo de Certificação de origem para o pescado produzido no Estado do Pará". Iniciativa parlamentar. Sugestão de veto integral.

PARECER

000320/2015

Ementa

Projeto de Lei dispondo sobre serviços de atendimento telefônico gratuito ao consumidor no âmbito do Estado do Pará. Iniciativa parlamentar. Usurpação de competência legislativa da União. Inconstitucionalidade formal. Sugestão de veto integral.

PARECER

000321/2015

Ementa

Cargos de Comissário de Polícia Civil que foram transformados em cargos de Delegado de Polícia no ano de 1985. Pagamento de gratificação de nível superior. RJU, art. 140. Servidores que não possuem graduação em nível superior. Percepção irregular da vantagem por vinte anos. Ato nulo. Autotutela. Limites à invalidação dos atos administrativos. Decadência. Art. 54 da Lei Federal 9.784/99. Estabilização pelo decurso do tempo.



PARECER	000322/2015
Ementa	Convênio Estado do Pará e Fundo das Nações Unidas para Infância - UNICEF com interveniência do PRO PAZ. Análise jurídica.
PARECER	000323/2015
Ementa	Pagamento de Jetons aos Vogais da JUCEPA. Ausência de Lei em sentido formal. Previsão no Regimento Interno. Posicionamento jurisprudencial.
PARECER	000324/2015
Ementa	Averbação de Tempo de Serviço para fins de Adicional por Tempo de Serviço e Licença Prêmio. Período correspondente à frequência em Curso de Formação para ingresso em cargo federal, antes da posse e exercício. Impossibilidade.
PARECER	000325/2015
Ementa	Policia! Militar Estadual. Conselho de Justificação. Membro transferido para a reserva remunerada. Substituição. Transcurso do prazo legal para conclusão do Conselho de Justificação. Extinção do Conselho de Justificação instaurado e instauração de novo Conselho de Justificação.
PARECER	000326/2015
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Demissão. Nulidade. Autoridade incompetente. Requisitos para revisão. Julgamento. Análise jurídica.
PARECER	000327/2015
Ementa	Polícia Militar. Processo Administrativo Disciplinar Simplificado. Sancionamento disciplinar. Licenciamento a bem da disciplina. Recurso hierárquico. Manutenção da penalidade. Análise jurídica.



PARECER	000328/2015
Ementa	Corpo de Bombeiros Militar Estadual (CBMPA). Transgressão disciplinar. Licenciamento a bem da disciplina. Recurso hierárquico. Análise jurídica.
PARECER	000329/2015
Ementa	Projeto de lei que institui no Estado do Pará a cobrança do ICMS nos termos estabelecidos pela Emenda Constitucional nº 87, de 16 de abril de 2015. Aspectos gerais.
PARECER	000330/2015
Ementa	Protocolo de Intenções. Minuta. Análise jurídica. Necessidades de ajustes.
PARECER	000331/2015
Ementa	Minuta de Decreto. Criação do Comitê Gestor de Políticas Estaduais de Ciência, Tecnologia e Inovação no âmbito da SECTET. Competências diversas das previstas no Conselho Estadual de Ciência, Tecnologia, Educação Técnica e Tecnológica - CONSECTET. Gestão da execução das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação. Viabilidade jurídica.
PARECER	000332/2015
Ementa	Minutas dos Editais de Concurso Público. Corpo de Bombeiros Militar. Admissão para o Curso de Formação de Oficiais e Praças e para o Curso de Adaptação de Oficiais. Análise Jurídica.
PARECER	000333/2015
Ementa	Alteração da Lei nº 7.624/2012, que dispõe sobre a criação do Gabinete Militar do Tribunal de Contas do Estado.



PARECER	000334/2015
Ementa	Polícia Militar Estadual. Transgressão da disciplina policial militar. Licenciamento a bem da disciplina. Recurso hierárquico. Análise jurídica.
PARECER	000335/2015
Ementa	Projeto de Lei ARCON. Análise jurídica.
PARECER	000336/2015
Ementa	Minuta de Decreto. Alteração Estatutária. Ajuste às novas denominações de órgãos e entidades conforme Lei Estadual nº 8.096/2015. Análise jurídica.
PARECER	000337/2015
Ementa	Aplicação do Procedimento de Avaliação Prévia das terras a serem doadas - Regra específica da Lei de Licitações -Exigência legal - Aplicação da Tabela de Terras do Estado - Ausência de complexidade - Requisito formal - Manutenção do Parecer.
PARECER	000338/2015
Ementa	Projeto de lei que altera a Lei nº 7.551/2011, que dispõe sobre o Gabinete Militar do Ministério Público do Estado do Pará e seus cargos.
PARECER	000339/2015
Ementa	Minuta de Decreto que se limita a manter, para o ano-calendário de 2016, o limite máximo de receita bruta anual, para efeito de recolhimento do ICMS, na forma do Simples Nacional.
PARECER	000340/2015
Ementa	Servidor público. Atendimento socioeducativo. FASEPA. Despesas realizadas para atender adolescentes em situação de urgência médica. Pedido de ressarcimento. Possibilidade de indenização. Suprimento de fundos. Análise jurídica.



PARECER	000341/2015
Ementa	Projeto de lei de iniciativa parlamentar. Medidas para evitar criadores para os Aedes Aegypti e Albopictus. Veto parcial. Princípio da separação dos poderes (Artigo 2º, CF/88).
PARECER	000342/2015
Ementa	Polícia Civil do Estado. Aplicação de penalidade após apuração em Processo Administrativo Disciplinar. Pedido de Reconsideração. Análise jurídica.
PARECER	000343/2015
Ementa	Reversão. Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual 5.251/85, para exercício de função de natureza militar. Reversão a qualquer tempo. Regularidade.
PARECER	000344/2015
Ementa	Protocolo de Intenções
PARECER	000345/2015
Ementa	Agregação promovida com fundamento no art. 88, § 1º, inciso I, da Lei Estadual 5.251/85 c/c item 06 do Anexo da Lei Estadual 5.276/85. Exercício de função de natureza militar no Grupamento Aéreo de Segurança Pública. Regularidade da agregação.
PARECER	000346/2015
Ementa	Piso salarial de engenheiros. Decisões judiciais. Tabela remuneratória. Forma de aplicação aos contemplados pela Justiça. Princípio da isonomia.
PARECER	000347/2015
Ementa	Minuta de Decreto. Alteração do Decreto Estadual nº 713/2013, que institui o Programa de Parcerias Público-Privadas (PPPs) em âmbito estadual e regulamenta seu Conselho Gestor. Lei Estadual nº



7.649/2012, alterada pela Lei Estadual nº 8.231/2015. Análise jurídica.

PARECER

000348/2015

Ementa

Minuta de Decreto. Determina a inclusão de dutos para fibra óptica nas concessões estaduais de gás canalizado e rodovias, nas parcerias público-privadas realizadas pelo Estado e em obras de reforma, construção e pavimentação de ruas, avenidas e prédios públicos estaduais contratadas pelo Estado, e disciplina o uso de bens públicos estaduais e faixas de domínio para fins de instalação de infraestrutura de telecomunicações. Competência do CONSECTET. Análise jurídica.

PARECER

000349/2015

Ementa

Contrato administrativo. Programa de Qualificação Profissional. Contratação de instituição para realização do objeto. Recolhimentos fiscais relativos aos prestadores de serviço pessoa física. Obrigação da instituição contratada. Possibilidade de retenção de pagamento pelo Estado. Previsão contratual. Dever de fiscalizar.

PARECER

000350/2015

Ementa

Consulta acerca: 1. Da incidência do ITCD na doação de imóvel que fora integralizado para compor as cotas sociais de pessoa jurídica e 2. Nos cuidados necessários para a correta e segura desincorporação do imóvel.

PARECER

000351/2015

Ementa

Decreto de Regulamentação do Programa de Regularização Fiscal (PROREFIS). Anistia. Redução de multas e juros relacionados ao ICM/ICMS e IPVA. Fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2014.

PARECER

000352/2015

Ementa

Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Transgressões diversas. Abandono de cargo. Inassiduidade Habitual. Subsunção. Demissão.



PARECER	000353/2015
Ementa	Contrato administrativo. Bolsista. Pessoa física prestadora de serviço. Obrigação do prestador de serviço pelo recolhimento previdenciário. Obrigação do contratado pela prestação de contas fiscal. Previsão legal e cláusula contratual. Possibilidade de retenção de pagamento de parcela da bolsa pela Administração.
PARECER	000354/2015
Ementa	Policia! Militar. Processo Administrativo Disciplinar Simplificado (PADS). Sancionamento. Licenciamento a bem da disciplina. Recurso hierárquico. Nulidades. Análise jurídica.
PARECER	000355/2015
Ementa	Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR). Emissão gratuita de carteira de identidade - RG. Minuta de Acordo de Cooperação entre a União, por intermédio do MDA, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o Estado do Pará. Análise jurídica.
PARECER	000356/2015
Ementa	Pensão Especial Militar. Dependentes. Rateio.
PARECER	000357/2015
Ementa	Servidor público. Processo administrativo disciplinar. Independência das instâncias administrativa e penal. Arquivamento de inquérito policial. Falta residual. Demissão.
PARECER	000358/2015
Ementa	Projeto de lei que altera artigos da Lei nº 5.162-A.
PARECER	000359/2015
Ementa	Decreto de regulamentação da Lei de Organização Básica da Polícia Militar (Lei Complementar nº 053/2006). Análise jurídica.



PARECER	000360/2015
Ementa	Polícia Civil. Processo administrativo disciplinar. Motorista policial. Falta grave. Demissão. Análise jurídica.
PARECER	000361/2015
Ementa	Polícia Civil. Lei Complementar Estadual nº 95/2014. Incorporação de abono. Motorista policial. Análise jurídica.
PARECER	000362/2015
Ementa	Servidor público. Função gratificada. Gratificação de tempo integral. Acúmulo indevido. Instrução Normativa nº 04/2013, FASEPA. Art. 5º do Decreto Estadual nº 577/2012. Análise jurídica.
PARECER	000363/2015
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Faltas injustificadas por mais de 30 dias consecutivos. Posterior pedido de remoção. Manutenção das faltas após formalização do pedido de remoção. Pedido de exoneração. <i>Animus Abandonandi</i> configurado.
PARECER	000364/2015
Ementa	Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo (COETRAE/PA). Reestruturação. Minuta de Decreto. Análise jurídica.
PARECER	000365/2015
Ementa	Conselho de Disciplina. Recurso hierárquico. Impossibilidade. Art. 148 da Lei nº 6.833/2006. Análise jurídica.
PARECER	000366/2015
Ementa	Corpo de Bombeiros Militar. Licenciamento a pedido. Recurso hierárquico. Descabimento e ausência de fundamentos. Prescrição. Arts. 143, 134 e 150 da Lei Estadual nº 6.833/2006. Art. 53 da Lei Estadual nº 5.251/1985. Art. 40 do Decreto Estadual nº 3.768/1985. Análise jurídica.



PARECER	000367/2015
Ementa	PAD. Abandono de cargo. Demissão. Inteligência dos artigos 177, I e VI, 178, IV e XVII, e 190, II e 2º. Ressarcimento ao erário.
PARECER	000368/2015
Ementa	Desenvolvimento e descarte de livros no Centro de Estudos da Procuradoria-Geral do Estado do Pará. Lei nº 10.753/2003. Política Nacional do Livro. Material de consumo ou permanente. Conceito de Biblioteca Pública. Entendimento do Tribunal de Contas da União.
PARECER	000369/2015
Ementa	Bens públicos. Gestão. Sistema de Patrimônio Imobiliário do Estado do Pará - SISPAT. Imóveis. Utilização obrigatória. Minuta de decreto. Análise jurídica.
PARECER	000370/2015
Ementa	Polícia Militar Estadual. Transgressão grave. Conselho Disciplinar. Exclusão a bem da disciplina. Recurso hierárquico. Não conhecimento. Inteligência do art. 148 da Lei Estadual nº 6.833/2006. Manutenção da decisão recorrida.
PARECER	000371/2015
Ementa	Nomeação e posse. Regularidade. Exercício. Nomeação posteriormente tornada sem efeito por equívoco. Necessidade de retificação.
PARECER	000372/2015
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar Simplificado. Licenciamento a bem da disciplina. Recurso hierárquico. Tempestividade. Notificação pessoal. Infração de natureza grave. Prova suficiente de autoria. Manutenção da decisão recorrida.
PARECER	000373/2015



Ementa Minuta de Acordo de Cooperação Técnica entre União (por intermédio do Ministério da Justiça e Secretaria Nacional de Segurança Pública e o Estado do Pará, por meio da Secretaria de Segurança Pública) com o objetivo específico de apoio e integração entre os órgãos de segurança envolvidos.

PARECER 000374/2015

Ementa PCCR SEDUC. Lei Estadual nº 7.442/2010. Pagamento da gratificação de titularidade. Retroatividade. Data de formalização do pedido (Art. 108 do RJU). Prescrição quinquenal (Art. 1º do Decreto 20.910/32). Não ocorrência. Reconhecimento do direito.

PARECER 000375/2015

Ementa União Estável. Licença gala. Divergências Doutrinárias e Jurisprudenciais. Posicionamento do Estado.

PARECER 000376/2015

Ementa Operação de crédito interna. Parecer do órgão jurídico (Art. 21, I, da Resolução nº 43//2001, do Senado Federal)

PARECER 000377/2015

Ementa Servidor público. Abandono de cargo. Processo Administrativo Disciplinar. Pena de demissão. Análise jurídica.

PARECER 000378/2015

Ementa Projeto de lei. Autoriza o poder executivo a contratar operação de crédito com BNDES. Programa de investimento nas áreas de saúde, logística de transporte e mobilidade urbana. Análise jurídica.

PARECER 000379/2015

Ementa Acordo de Cooperação Técnica. QUALIÁGUA - Programa de Estímulo à Divulgação de Dados de Qualidade de Água. Transferência de recursos da União para o Estado. Ausência de contrapartida financeira. Diretrizes de monitoramento da qualidade da água



fixadas pela Agência Nacional de Águas (ANA). Conformidade jurídica do instrumento.

PARECER 000380/2015

Ementa Policial Militar do Estado. Ingresso na Corporação. Investigação de antecedentes pessoais. Previsão legal. Disciplina por Edital ou Ato Normativo da Corporação Militar. Investigação no âmbito criminal. Candidato que está respondendo a inquérito policial ou Ação Penal sem decisão transitada em julgado. Princípio constitucional da presunção de inocência.

PARECER 000381/2015

Ementa Pedido de revisão. Ausência de fatos novos. Descabimento. Art. 67, da Lei nº 6.833/2006.

PARECER 000382/2015

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Prática de crime. Emissão fraudulenta de Carteira Nacional de Habilitação. Investigação criminal em curso. Infração disciplinar caracterizada. Ausência de prescrição. Processo disciplinar regularmente conduzido. Demissão.

PARECER 000383/2015

Ementa Polícia Militar Estadual. Transgressão da Disciplina Policial Militar. Licenciamento a bem da disciplina. Recurso hierárquico. Análise jurídica.

PARECER 000384/2015

Ementa Comissão dos Sistemas de Informação e Telecomunicações (COSIT). Decreto autônomo. Competência do Exmo. Governador do Estado. Art. 135, V e VII, "A", da Constituição do Estado do Pará - Revogação do Decreto nº 144, de 25 de abril de 2007.

PARECER 000385/2015



Ementa Organização Social. Qualificação. Procedimentos. Documentação exigível. Lei Estadual nº 5.980/96. Decreto Estadual nº 3.876/2000, alterado pelo Decreto nº 1.418/2015. ADI 1923/DF-STF. Análise jurídica.

PARECER 000386/2015

Ementa Concurso público para substituição de servidores temporários. Termo de ajustamento de conduta. Limite prudencial ultrapassado. Observância aos arts. 22 e 23 da Lei de Responsabilidade Fiscal e 169 da Constituição Federal.

PARECER 000387/2015

Ementa Projeto de Acordo com Fundação privada internacional. Contribuição financeira ao Estado para a implementação de links de internet por satélite nas aldeias indígenas de Xicrin - Parauapebas. Análise acerca da viabilidade jurídica e instrumento adequado.

PARECER 000388/2015

Ementa Averbação. Tempo de serviço. Acumulação constitucional de cargos de saúde. Não simultaneidade na prestação do serviço. RJU, art. 73, parágrafo único. Possibilidade de averbação para percepção de adicional por tempo de serviço. Impossibilidade de averbação para fins previdenciários. Ausência de compensação das contribuições. Servidor que se aposentará em ambos os vínculos. Acumulação constitucional de aposentadorias no Regime próprio.

PARECER 000389/2015

Ementa Processo Administrativo Disciplinar Simplificado. Licenciamento a bem da disciplina. Recurso hierárquico. Tempestividade. Notificação pessoal. Infração de natureza grave. Prova suficiente de autoria. Manutenção da decisão recorrida.



PARECER 000390/2015

Ementa Junta Comercial do Estado do Pará. Plenário. Composição e remuneração. Necessidade de ajuste às normas federais. Minuta de Projeto de Lei. Análise Jurídica.

PARECER 000391/2015

Ementa Servidor público. Policial Civil. Pensão especial. Artigo 160, II, "c", da Lei Estadual nº 5.810/94. Natureza indenizatória. Morte natural em horário de serviço. Ausência de nexo de causalidade entre as atividades inerentes ao cargo público e a *causa mortis*. Inexistência do direito pleiteado.

PARECER 000392/2015

Ementa Servidor público federal. Prorrogação de cessão para o Estado do Pará. Observância aos termos dos Decretos Estaduais nº 648/2013 e 1.347/2015.

PARECER 000393/2015

Ementa Pensão especial militar. Morte de policial militar em serviço. Composição da vantagem. Fixação dos efeitos financeiros decorrentes da concessão da pensão especial militar.

PARECER 000394/2015

Ementa Policial militar. Pensão Especial. Duas ex-companheiras. Uniões estáveis simultâneas. Rateio em cotas partes iguais. Possibilidade. Jurisprudência. Aplicabilidade da Lei Complementar nº 039/2002.

PARECER 000395/2015

Ementa Convênio. Instalação do Colégio Militar.

PARECER 000396/2015

Ementa Polícia Militar do Estado do Pará. Oficiais. Promoção. Minuta de Anteprojeto de Lei. Análise jurídica.



PARECER	000397/2015
Ementa	Minuta de Decreto que se limita a estabelecer que as solicitações de tratamentos tributários previstos nos arts. 4º, 5º e 6º do Decreto Estadual nº 2.703/2006 (Regulamento do IPVA).
PARECER	000398/2015
Ementa	Minuta de projeto de Lei que promove alterações na Lei Estadual nº 5.530/89, ato normativo que institui e disciplina o ICMS no Estado do Pará.
PARECER	000399/2015
Ementa	Alteração do Regulamento do ICMS. Tratamento tributário diferenciado a Centro de Distribuição para todos os setores produtivos. Princípio da Isonomia. Possibilidade.
PARECER	000400/2015
Ementa	Auxílio natalidade. Pais servidores públicos estaduais. Instituições diversas. Pagamento do benefício a um dos servidores. Apresentação da certidão de nascimento para inscrição do dependente. Inteligência do art. 160, II, "C", do RJU. Filhos múltiplos. Pagamento de auxílio natalidade para cada filho. Orientação da SEAD.
PARECER	000401/2015
Ementa	Convênio de Cooperação Federativa nº 14/2012. Primeiro Termo Aditivo. Aumento do efetivo disponibilizado à Força Nacional de Segurança Pública. Repasse de bens e recursos.
PARECER	000402/2015
Ementa	Bombeiro Militar Estadual. Promoção por merecimento. Vaga aberta em razão de agregação. Artigo 45, § 4º, do Decreto Estadual nº 4.244/1986.



PARECER 000403/2015

Ementa Minuta de projeto de lei que promove alterações na Lei Estadual nº 6.182/98, ato normativo que disciplina os procedimentos administrativos-tributários do Pará.

PARECER 000404/2015

Ementa Polícia Militar Estadual. Transgressão da disciplina Policial Militar. Licenciamento a bem da disciplina. Recurso Hierárquico. Análise jurídica.

PARECER 000405/2015

Ementa Minuta de Projeto de Lei de interesses da PMPA. Alterações e acréscimos na Lei Estadual nº 5.162-A/1984. Ingresso e promoções nos Quadros de Oficiais de Administração (QOA) e de Oficial Especialista (QOE). Iniciativa privativa do Chefe do Executivo (Art. 105, II, b, da Carta Estadual). Regularidade formal e material.

PARECER 000406/2015

Ementa Minuta de projeto de lei. Alteração da Lei Estadual nº 5.530/89. Alterações para adequar a legislação estadual às Leis Complementares 87/96, 138/10, 120/05 e 123/06, e conferir maior clareza ao texto legal hoje vigente. Possibilidade. Fixação de normas tributárias previstas constitucionalmente que não podem contrariar a Lei Complementar editada com base no art. 146, III, "d" da CF.

PARECER 000407/2015

Ementa Policial Militar. Nomeação para cargo na SEGUP. Função de natureza militar. Agregação. Exoneração. Reversão ao serviço ativo.

PARECER 000408/2015

Ementa Alteração do Regulamento do ICMS. Revogação do dispositivo do RICMS que submetia ao regime normal de apuração do ICMS a operação comercial. Realizada entre estabelecimentos, ambos responsáveis pelo recolhimento do ICMS por sujeição passiva por substituição tributária. Previsão na Lei Estadual nº 5.530/89.



Inexistência de violação aos princípios da legalidade e da anterioridade.

PARECER

000409/2015

Ementa

Minuta de Acordo de Cooperação Técnica. Análise jurídica.

PARECER

000410/2015

Ementa

Curso de Formação de Soldados 2013/2014. Insuficiência de Notas em 04 disciplinas. Violação de Norma Regulamentar. Processo administrativo disciplinar simplificado - PADS. Aplicação de penalidade. Licenciamento a bem da disciplina. Pedido de revisão. Não cabimento. Ausência de fatos novos. Inteligência do art. 67, da Lei Estadual nº 6.833/2006.

PARECER

000411/2015

Ementa

Policial Militar. Nomeação para cargo na SEGUP. Função de natureza militar. Agregação. Exoneração. Reversão ao serviço ativo.

PARECER

000412/2015

Ementa

Minuta de instrução normativa. Alteração da Instrução Normativa nº 001/2013-SEAD/DGL. Reestruturação e utilização do Banco Referencial de Preços (SIMAS) pelos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual. Análise jurídica.

PARECER

000413/2015

Ementa

Minuta de projeto de Decreto que dispõe sobre a concessão de desconto pela antecipação do pagamento do IPVA referente aos fatos geradores ocorridos em 1º de janeiro de 2016.

PARECER

000414/2015

Ementa

Policiais Militares. Reserva Remunerada. Renovação de convocação ao serviço ativo. Aplicação do art. 105-A, §6º, da Lei Estadual nº 5.251/1985 e Decreto Estadual nº 892/2013.



PARECER	000415/2015
Ementa	Protocolo de implementação dos Polos de Joalheria do Fort-de-France e Polo Joalheiro do Estado do Pará / Espaço São José Liberto - Anexo I da Convenção Descentralizada celebrada entre o Governo da Martinica e o Governo do Estado do Pará - Termo de Cooperação com Estado estrangeiro. Necessidade de participação da União. Inteligência do Art. 21 da Constituição Federal e do art. 1º do Decreto nº 7.304/2010.
PARECER	000416/2015
Ementa	Policia! Militar Estadual. Conselho de Justificação (CJ). Decisão judicial. Anulação do CJ e retorno dos autos à origem para reapreciação de Recurso Administrativo pendente. Convocação de militar da reserva remunerada para compor o Conselho de Justificação. Artigo 105 da Lei Estadual nº 5.251/85.
PARECER	000417/2015
Ementa	Ex-policia! militar estadual. Deserção. Licenciamento a bem da disciplina. Revisão. Ausência de fatos novos. Improcedência.
PARECER	000418/2015
Ementa	Contrato administrativo. Reajuste contratual. Efeitos retroativos.
PARECER	000419/2015
Ementa	Consulta da Secretaria Executiva da Fazenda Estadual. Efeitos de Decisão proferida na ADI 3.246. Repercussão junto ao Decreto Estadual nº 2.676/2006.
PARECER	000420/2015
Ementa	Pensão Especial Militar. Morte de policia! em serviço. Composição da vantagem. Fixação dos efeitos financeiros decorrentes da concessão da pensão especial militar.

**PARECER****000421/2015**

Ementa

Agregação promovida com fundamento no Art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual 5.251/85 c/c art. 2º da Lei nº 8.289 de 28 de agosto de 2015, que altera o Anexo da Lei Estadual 5.276/85. Exercício de função de natureza militar na Superintendência do Sistema Penitenciário. Regularidade da agregação.

PARECER**000422/2015**

Ementa

Alteração do Regulamento do ICMS. Inclusão do art. 40-A. Substituição tributária em operações de chope e cerveja (Posição 2203 da NBM/SH). Base de cálculo. Legalidade. Necessidade de observância do princípio da legalidade, inclusive nonagesimal, caso haja majoração do tributo.

MANIFESTAÇÃO

MANIFESTAÇÃO**000001/2015**

Ementa

Solicitação de manifestação acerca do requerimento do SINDIFISCO, referente a eventual direito a promoção de servidor em gozo do período de afastamento anterior a aposentadoria - art. 112, § 4º do RJU.

MANIFESTAÇÃO**000002/2015**

Ementa

Trata-se de processo oriundo da SEAD, onde se pleiteia vantagens não recebidas por servidora da SEDUC, falecida em 22/05/2013.

MANIFESTAÇÃO**000003/2015**

Ementa

Contrato de disponibilização de conteúdo da Revista dos Tribunais on-line, com cento e cinquenta senhas de acesso, a ser celebrado entre o Estado do Pará – Procuradoria-Geral do Estado (PGE) e a empresa Editora Revista dos Tribunais Ltda.



MANIFESTAÇÃO 000004/2015

Ementa Requerimento de conversão de licença prêmio em pecúnia de servidor afastado em 08.02.2014 por ter completado os requisitos da aposentadoria compulsória.

MANIFESTAÇÃO 000005/2015

Ementa Redistribuição de servidora pública da Administração Direta Estadual para o Tribunal de Contas dos Municípios.

MANIFESTAÇÃO 000006/2015

Ementa Análise da minuta do Contrato de concessão de colaboração financeira não-reembolsável n. 14.2.0027.1, a ser firmado entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e a Organização de Desenvolvimento Cultural e Preservação Ambiental - AMA BRASIL, com a interveniência do Estado do Pará e do Município de Belterra.

MANIFESTAÇÃO 000007/2015

Ementa Relatório Técnico Social emitido pela Gerência de Atenção ao Trabalhador acerca da situação de saúde e sócio-econômica de servidor temporário.

MANIFESTAÇÃO 000008/2015

Ementa Desligamento de servidores exclusivamente comissionados e temporários - gestantes, em licença maternidade e em licença saúde.

MANIFESTAÇÃO 000009/2015

Ementa Contrato de prestação de serviços de telefonia fixa comutada, celebrado entre o Estado do Pará - PGE e a Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A - EMBRATEL (Contrato nº 033/2011/PA), oriundo de Ata de Registro de Preços.



MANIFESTAÇÃO 000010/2015

Ementa Contratação da PRODEPA- Processamento de Dados do Estado do Pará para prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC na sede da PGE em Belém (Contrato nº 0007/2102).

MANIFESTAÇÃO 000011/2015

Ementa Contratação do serviço de montagem e desmontagem dos arquivos deslizantes da PROFISCO/PGE, conforme especificação dos autos.

MANIFESTAÇÃO 000012/2015

Ementa Aquisição de café e açúcar. PGE/PA participe da Ata de Registro de Preços resultante de certame realizado pela SEAD/PA.

MANIFESTAÇÃO 000013/2015

Ementa Assinatura do terceiro termo aditivo ao contrato de prestação de serviço nº 008/2013, decorrente do pregão eletrônico nº 008/2012, para prestação de serviço de emissão de bilhetes de passagens aéreas.

MANIFESTAÇÃO 000014/2015

Ementa Os autos tratam de questão de interesse da SEDUC, relativamente ao pagamento de serviços prestados por servidores públicos na arbitragem dos 55º JOGOS ESTUDANTIS PARAENSES (JEP'S), evento que aconteceu ao longo de 2013 (de 10.01 a 31.12.2013).

MANIFESTAÇÃO 000015/2015

Ementa Consulta formulada pelo então PGA, acerca da viabilidade de se instaurar processo disciplinar visando apurar falta praticada por servidor cedido para a PGE, atualmente afastado de suas funções.



MANIFESTAÇÃO 000016/2015

Ementa Contratação do serviço de reforma com revestimento em courvin de seda preto, nos móveis estofados do Gabinete desta PGE/PA, conforme especificação dos autos.

MANIFESTAÇÃO 000017/2015

Ementa Análise da minuta do decreto de regulamentação da Lei nº 8.091/2014 - TFRH

MANIFESTAÇÃO 000018/2015

Ementa Aquisição de leite em pó. PGE/PA participe da Ata de Registro de Preços resultante de certame realizado pela SEAD/PA.

MANIFESTAÇÃO 000019/2015

Ementa Prorrogação do Termo de Cooperação nº 001/2-13, celebrado entre PGE e SEOP

MANIFESTAÇÃO 000020/2015

Ementa Aquisição de três Relógios de Ponto, para atender as necessidades desta Casa de Procuradores.

MANIFESTAÇÃO 000021/2015

Ementa Percepção de Adicional por Tempo de Serviço pelos Secretários de Estado.

MANIFESTAÇÃO 000022/2015

Ementa Projeto de Lei que visa alterar a Lei Estadual nº 6.489/02.

MANIFESTAÇÃO 000023/2015

Ementa Incidência de ICMS na fatura de energia elétrica. Contribuinte de Fato Vs. Contribuinte de Direito.



MANIFESTAÇÃO 000024/2015

Ementa Regulamentação do art. 160, I da CF/88 por norma estadual - Retenção de repasses constitucionais.

MANIFESTAÇÃO 000024/2015 Complementar

Ementa Regulamentação do art. 160, I da CF/88 por norma estadual - Retenção de repasses constitucionais.

MANIFESTAÇÃO 000025/2015

Ementa 3º Aditivo para prorrogação contratual - serviço postal

MANIFESTAÇÃO 000026/2015

Ementa Possibilidade de concessão do adicional de Curso de Extensão, no percentual de 5% (cinco por cento), previsto na alínea "a" do inciso V do art. 70, da Lei Complementar nº 22/1994, aos policiais civis.

MANIFESTAÇÃO 000027/2015

Ementa Aquisição de material de expediente.

MANIFESTAÇÃO 000028/2015

Ementa Aditivo contratual - Realinhamento de preços

MANIFESTAÇÃO 000029/2015

Ementa O Exmo. Prefeito Municipal de Belém solicitou ao Exmo. Governador do Estado a cessão de servidor, Procurador do Estado.

MANIFESTAÇÃO 000030/2015

Ementa Proposta de prorrogação de contrato. Prestação de serviços de manutenção preventiva e atualização do software Ronda. Relógio de Ponto.

MANIFESTAÇÃO 000031/2015

Ementa Inclusão de novo beneficiário. Pagamento de pensão especial.



MANIFESTAÇÃO 000032/2015

Ementa Aditivo contratual - Repactuação

MANIFESTAÇÃO 000033/2015

Ementa Contratação do serviço de emissão de dois certificados digitais A3 para pessoa jurídica (e-CNPJ tipo A3), acompanhado de token USB para esta PGE/PA.

MANIFESTAÇÃO 000034/2015

Ementa Doação - Transferência de patrimônio.

MANIFESTAÇÃO 000035/2015

Ementa Requerimento de cessão de servidora desta PGE/PA para o Município de Barcarena.

MANIFESTAÇÃO 000036/2015

Ementa Impossibilidade de retenção de pagamento aos fornecedores que não cumprem todas as condições de habilitação e qualificação. Irregularidade de certidões apresentadas perante o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF)

MANIFESTAÇÃO 000037/2015

Ementa Trata-se de expediente encaminhado pela SEDUC indagando sobre a validade da cobrança das taxas de serviço urbano e taxa de expediente cobrados pela EEEF Nossa Senhora de Guadalupe, localizada em Santarém.

MANIFESTAÇÃO 000038/2015

Ementa A SEDEME encaminha à Procuradoria-Geral o Parecer PGN/CAT/nº 352/2011, que trata da regularidade fiscal e a responsabilidade dos gestores públicos, no ato de concessão e fruição de incentivos e sua extensão a todos os entes federados.



MANIFESTAÇÃO 000039/2015

Ementa Indenização de férias vencidas.

MANIFESTAÇÃO 000040/2015

Ementa Efeitos liminar. Ação Judicial e seus efeitos na Esfera Administrativa.

MANIFESTAÇÃO 000041/2015

Ementa Celebração de Termo Aditivo ao Termo de Cooperação Técnica Operacional nº 001/2014, em decorrência da Lei Estadual nº 8.096/2015.

MANIFESTAÇÃO 000042/2015

Ementa Possibilidade de contribuinte em recuperação judicial estar sujeito às normas do Decreto nº 309/2011, que torna antecipada toda e qualquer entrada ou saída de mercadoria do estabelecimento.

MANIFESTAÇÃO 000043/2015

Ementa Possibilidade de contratação direta, mediante dispensa de licitação, da Universidade do Estado do Pará - UEPA, objetivando a realização do concurso para provimento de vagas de Procurador do Estado.

MANIFESTAÇÃO 000044/2015

Ementa Ajuizamento de Execução Fiscal antes de concluído o processo administrativo fiscal. Impossibilidade.

MANIFESTAÇÃO 000045/2015

Ementa Análise do Primeiro Termo Aditivo ao Termo de Cooperação Técnica e Operacional nº 004/2014.

MANIFESTAÇÃO 000047/2015

Ementa Aquisição de 08 (oito) quadros de aviso, por solicitação da PCTA e da Regional de Santarém.



MANIFESTAÇÃO 000048/2015

Ementa Aquisição de 08 (oito) bandeiras, sendo 4 (quatro) bandeiras do Pará, para utilização nos prédios da PGE, sede e regionais.

MANIFESTAÇÃO 000049/2015

Ementa Cessão/Permissão de uso de bem imóvel pelo Estado à entidade privada. Obrigatoriedade de atendimento dos requisitos legais contidos na Lei Estadual nº 6.614/2004. Diferença entre os institutos.

MANIFESTAÇÃO 000051/2015

Ementa Aquisição de 30 (trinta) aparelhos de telefone com fio e 06 (seis) aparelhos de telefone sem fio, para suprir as necessidades do órgão.

MANIFESTAÇÃO 000052/2015

Ementa Aquisição de materiais hidráulicos.

MANIFESTAÇÃO 000053/2015

Ementa Aquisição de material de expediente.

MANIFESTAÇÃO 000054/2015

Ementa Assinatura do Quarto Termo Aditivo ao contrato de prestação de serviço nº 006/2011, para a seleção e concessão de estágios a estudantes de cursos de graduação, que fazem entre si a PGE/PA e o CIEE.

MANIFESTAÇÃO 000055/2015

Ementa Aquisição de 06 (seis) periódicos para o acervo do Centro de Estudos.

MANIFESTAÇÃO 000056/2015

Ementa Inscrição em cursos.



MANIFESTAÇÃO 000057/2015

Ementa Contratação de periódico. Editora tem exclusive de distribuição por tempo indeterminado. Contrato de “disponibilização do conteúdo” de revistas online da Lex Editora.

MANIFESTAÇÃO 000058/2015

Ementa Aquisição de material de consumo. Material de despesa e produtos de higienização. Cotação eletrônica.

MANIFESTAÇÃO 000059/2015

Ementa Rescisão contratual amigável. Serviço de releitura de Diário de Justiça. Pregão eletrônico.

MANIFESTAÇÃO 000060/2015

Ementa Consulta da SEMAS acerca de requerimento de isenção do pagamento de taxa estadual de competência daquela Secretaria pela COSANPA.

MANIFESTAÇÃO 000061/2015

Ementa Contratação de empresas para aquisição de material de segurança do trabalho, a saber luvas, máscaras, toucas, jalecos e óculos, para organização do arquivo da PGE.

MANIFESTAÇÃO 000062/2015

Ementa Aquisição de 03 (três) bombas (duas hidráulicas e uma a vácuo), para utilização nos serviços de manutenção dos sistemas de refrigeração da Casa.

MANIFESTAÇÃO 000063/2015

Ementa Contratação de serviço de limpeza e esgotamento na fossa e caixa de gordura e desentupimento de tubulações do edifício-sede desta PGE.



MANIFESTAÇÃO 000064/2015

Ementa Análise jurídica de instrumento de convênio a ser celebrado entre esta PGE e a OAB, para promover a colaboração financeira e institucional a JORNADAS DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL.

MANIFESTAÇÃO 000065/2015

Ementa Contratação de empresa especializada para transportar veículos da Setorial de Brasília e de Santarém para Belém.

MANIFESTAÇÃO 000066/2015

Ementa Aquisição de material de expediente.

MANIFESTAÇÃO 000067/2015

Ementa Revisão/atualização do Decreto Estadual nº 249/2011, que disciplina o estágio probatório do servidor público civil da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Estado do Pará.

MANIFESTAÇÃO 000068/2015

Ementa 4º Aditivo para reajuste - Serviço postal. ECT.

MANIFESTAÇÃO 000069/2015

Ementa Domínio das Ilhas Costeiras. EC nº 45/2006. Domínio das Ilhas Fluviais. Decreto-lei nº 9760/46. O caso da Ilha do Marajó.

MANIFESTAÇÃO 000070/2015

Ementa Utilização de credenciamento em contratações realizadas pelo Estado do Pará. Necessidade de respeito às regras e limites fixados pelas Cortes de Contas Federal e Estadual.

MANIFESTAÇÃO 000071/2015

Ementa Creditamento do ICMS incidente sobre a operação de aquisição de combustível utilizado como insumo por empresa prestadora de



serviço de transporte. Possibilidade. Posição sedimentada do Superior Tribunal de Justiça.

MANIFESTAÇÃO 000071/2015 Complementar

Ementa Mudança de entendimento sobre creditamento de ICMS incidente sobre operação de combustível utilizado como insumo por empresa prestadora de serviço de transporte. Efeitos.

MANIFESTAÇÃO 000072/2015

Ementa Prorrogação de Contrato de Prestação de Serviços Contínuos - art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.

MANIFESTAÇÃO 000073/2015

Ementa Aquisição de material. Equipamentos de proteção individual (Segurança). Luvas, óculos e jalecos. Cotação eletrônica.

MANIFESTAÇÃO 000074/2015

Ementa Aditivo contratual. Prorrogação.

MANIFESTAÇÃO 000075/2015

Ementa Prorrogação de Contrato de Prestação de Serviços Contínuos - art. 57, II, da Lei nº 8.666/1993 - concessão de estágios a estudantes de curso de graduação.

MANIFESTAÇÃO 000076/2015

Ementa Análise de 08 (oito) minutas de decreto governamental de reserva de áreas para posterior doação ao município de São João de Pirabas.

MANIFESTAÇÃO 000077/2015

Ementa Possível tripla acumulação de cargos/ofícios públicos. Licença sem vencimentos. Manutenção do vínculo. Art. 37, XVI e XVII da Constituição da República.



MANIFESTAÇÃO 000078/2015

Ementa Pedido de reconsideração. Esta PGE sugeriu a invalidação do ato de posse do interessado no cargo de Fiscal de Receitas Estaduais, bem como que fosse tornado sem efeito, na sequência, o ato de nomeação que o precedeu.

MANIFESTAÇÃO 000079/2015

Ementa Licença paternidade por adoção. Criança com mais de oito meses na data do requerimento. Deferimento do pedido, mas com base no art. 3º, §5º da Lei Complementar estadual nº 039/2002, que derogou parcialmente o art. 90 do RJU estadual, combinado com o art. 227 da Constituição da República. Inaplicabilidade das regras do art. 31, XII, da Constituição estadual, pela idade da criança, na data do requerimento.

MANIFESTAÇÃO 000080/2015

Ementa Análise de minuta de decreto expropriatório, relativo à declaração de utilidade pública do imóvel situado na Rod. BR 316 (antes pertencente à INCA), para fins de construção de passarelas, viaduto e terminal de integração do sistema BRT.

MANIFESTAÇÃO 000081/2015

Ementa Débito de IPVA. Bem móvel adjudicado. Aquisição não originária. Responsabilidade sobre os débitos anteriores do adquirente.

MANIFESTAÇÃO 000082/2015

Ementa Contrato nº 025/2014. Cópias excedentes. Necessidade de apostilamento ou aditivo.

MANIFESTAÇÃO 000083/2015

Ementa Possibilidade de desligamento de servidoras exclusivamente comissionadas e temporárias gestantes e/ou em gozo de licença maternidade. Dever de indenizar.



MANIFESTAÇÃO 000084/2015

Ementa Enquadramento funcional

MANIFESTAÇÃO 000085/2015

Ementa Contratação do serviço de locação de veículos automotores terrestres. Prorrogação da vigência. Reajuste do valor. Supressão consensual do objeto para além de 25 por cento (Artigo 65, § 2º, II, da Lei nº 8.666/93). Termo aditivo.

MANIFESTAÇÃO 000086/2015

Ementa 1º Termo Aditivo para prorrogação contratual com supressão de valores.

MANIFESTAÇÃO 000087/2015

Ementa Contratação da PRODEPA para prestação de serviços de hospedagem da revista eletrônica da PGE.

MANIFESTAÇÃO 000089/2015

Ementa Adicional por tempo de serviço. Período trabalhado na FADESP. Fundação privada. Equivalência à empresa pública e Sociedade de Economia Mista. Falta de previsão legal. Confirmação do Parecer nº 44/2014.

MANIFESTAÇÃO 000090/2015

Ementa Trata-se de processo interno que versa sobre a editoração e diagramação da revista eletrônica da Procuradoria-Geral do Estado.

MANIFESTAÇÃO 000091/2015

Ementa Nulidade absoluta de contratação de empregada/servidora pública sem concurso público. Constatação de jornadas de trabalho consecutivas, sem nenhum intervalo para descanso. Dupla inconstitucionalidade. Rescisão do contrato de trabalho juridicamente viável. Prevalência ante situação de gravidez, em



função dos princípios constitucionais da eficiência, moralidade e legalidade.

MANIFESTAÇÃO 000092/2015

Ementa A interessada requereu a EMATER a anotação de sua CTPS, bem como o pagamento de verbas rescisórias.

MANIFESTAÇÃO 000093/2015

Ementa Veículo adquirido em hasta pública judicial. Hipótese de aquisição originária da propriedade. Art. 130, parágrafo único do CTN. Aplicação estendida a bem móvel por construção jurisprudencial. RESP 1128903/STJ. Bem adquirido sem ônus tributário ou de qualquer outra natureza.

MANIFESTAÇÃO 000094/2015

Ementa Débito de IPVA. Bem móvel. Arrematado em leilão. Aquisição originária. Sub-rogação do preço para pagamento dos débitos anteriores a aquisição do bem pelo arrematante.

MANIFESTAÇÃO 000095/2015

Ementa Anteprojeto de Lei. Plano de Classificação de Cargos e Funções do Serviço Público Civil do Estado do Pará. Análise Jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000096/2015

Ementa Quarto aditivo. Prorrogação de prazo. Contrato IOE/PA.

MANIFESTAÇÃO 000097/2015

Ementa Contrato de fornecimento de energia elétrica. Dispensa de licitação. Aplicação do art. 24, inciso XXII da Lei nº 8.666/93. Vigência contratual. Art. 57, II e § 3º da LLC. Análise jurídica.



MANIFESTAÇÃO 000098/2015

Ementa Contrato de fornecimento de energia elétrica. Dispensa de licitação. Aplicação do art. 24, inciso XXII da Lei nº 8.666/93. Vigência contratual. Art. 57, II e § 3º da LLC. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000099/2015

Ementa Contrato de fornecimento de energia elétrica. Dispensa de licitação. Aplicação do art. 24, inciso XXII da Lei nº 8.666/93. Vigência contratual. Art. 57, II e § 3º da LLC. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000100/2015

Ementa Assinatura de Termo Aditivo ao contrato nº 040/2012, decorrente do Pregão Eletrônico nº 014/2011-SEAD, para prestação de serviço de telefonia móvel.

MANIFESTAÇÃO 000101/2015

Ementa Aplicação da penalidade prevista no art. 87, inciso III da Lei Federal nº 8.666/93. Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração. Abrangência e efeitos. Doutrina, TCU e STJ. Análise jurídica.

(SUPERADA PELO PARECER Nº 000039/2023).

MANIFESTAÇÃO 000102/2015

Ementa Minuta de Edital de Pregão Eletrônico. Aquisição de equipamento de informática. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000103/2015

Ementa Segundo aditivo. Atualização do software Sistema Ronda. Ponto Eletrônico.

MANIFESTAÇÃO 000104/2015

Ementa Assinatura do Contrato de Prestação de Serviço nº 023/2015, para manutenção do Sistema SCP (Sistema de Controle de Processos da PGE/PA). Inexigibilidade de licitação.



MANIFESTAÇÃO 000105/2015

Ementa Aquisição de assinatura de periódicos virtuais.

MANIFESTAÇÃO 000106/2015

Ementa Acessibilidade das calçadas urbanas no entorno do Terminal Rodoviário de Belém.

MANIFESTAÇÃO 000107/2015

Ementa Aquisição de 2 (duas) assinaturas do Diário Oficial do Estado.

MANIFESTAÇÃO 000108/2015

Ementa Projeto de Lei. Subsecretário de Administração Tributária. Forma e critérios para seleção de candidatos ao cargo. Regulamentação do Par.2º do art. 7º da Lei Complementar nº 078/2011. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000109/2015

Ementa Análise e manifestação da minuta de Decreto de declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação.

MANIFESTAÇÃO 000110/2015

Ementa Protocolo ICMS nº 021/2011. Declaração de inconstitucionalidade pelo STF. Lançamento tributário que ainda não transitou em julgado administrativamente. Fase recursal perante o TARF. Impossibilidade da manutenção da autuação em face do contribuinte.

MANIFESTAÇÃO 000111/2015

Ementa Minuta do Segundo Termo Aditivo ao Termo de Cooperação Técnica e Operacional nº 001/2014, submetida pela DAF a esta PCON, para análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000112/2015

Ementa Minuta do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 027/2014, submetida pela DAF a esta PCON, para análise jurídica.



MANIFESTAÇÃO 000113/2015

Ementa Possibilidade de prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 034/2014, celebrado com a PRODEPA - Empresa de Processamento de Dados do Estado do Pará.

MANIFESTAÇÃO 000114/2015

Ementa Contrato de fornecimento de energia elétrica. Concessionária CELPA. Ausência de certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT. Serviço público essencial. Fornecedor exclusivo. Princípios da continuidade do serviço e da supremacia do interesse coletivo. Jurisprudência do TCU. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000115/2015

Ementa Contrato de fornecimento de energia elétrica. Concessionária CELPA. Ausência de certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT. Serviço público essencial. Fornecedor exclusivo. Princípios da continuidade do serviço público e da supremacia do interesse coletivo. Jurisprudência do TCU. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000116/2015

Ementa Contrato de fornecimento de energia elétrica. Ausência de Certidão Negativa de débitos trabalhistas (CNDT). Serviço público essencial. Fornecedor exclusivo. Concessionária CELPA. Princípios da continuidade do serviço público e da supremacia do interesse público/coletivo. Jurisprudência do TCU. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000117/2015

Ementa Aquisição de itens de material de expediente (canetas marca texto, canetas esferográficas, lápis, lapiseira, apontador, borracha e caneta corretiva), conforme especificação dos autos.

MANIFESTAÇÃO 000118/2015

Ementa Aquisição de itens de material de expediente (clips niquelados, cortador de papel tipo estilete, tesoura multiuso e régua plástica flexível).



MANIFESTAÇÃO 000119/2015

Ementa Estágio de estudantes.

MANIFESTAÇÃO 000120/2015

Ementa Ata de Registro de Preços. Participação X Adesão. Arts. 2º IV e V do Decreto Estadual nº 876/2013. Contenção de gastos do Poder Executivo. Interpretação dos arts. 6º e 7º do Decreto Estadual nº 1.347/2015. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000121/2015

Ementa Tratam os autos de Procedimento Preparatório, instaurado no âmbito do Ministério Público Estadual, com o fim de investigar a aplicação de recursos federais no Projeto Taboquinha, desenvolvido pela Companhia de Habitação do Estado do Pará (COHAB), no distrito de Icoaraci.

MANIFESTAÇÃO 000122/2015

Ementa A SETUR informa que recebeu do Sindicato dos Trabalhadores em Agências e Empresas de Turismo do Pará (SINTRATUR) questionamentos sobre a situação dos trabalhadores do quadro suplementar de funcionários da PARATUR.

MANIFESTAÇÃO 000123/2015

Ementa Contratação do serviço de telefonia móvel por esta PGE.

MANIFESTAÇÃO 000124/2015

Ementa Interpretação e aplicação do artigo 29 da Lei Estadual nº 5.810/94 (RJU Estadual).

MANIFESTAÇÃO 000125/2015

Ementa Contratação de serviços e aquisição de material necessário à alteração da rede de energia elétrica da Regional Santarém, que passará a ser trifásica.



MANIFESTAÇÃO 000126/2015

Ementa Aquisição de software de controle de processos administrativos e judiciais.

MANIFESTAÇÃO 000127/2015

Ementa Projeto de Lei. Subsecretário de Administração Tributária. Forma e critérios para seleção de candidatos ao cargo. Regulamentação do Parágrafo 2º do art. 7º da Lei Complementar nº 078/2011. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000128/2015

Ementa Reembolso de despesas.

MANIFESTAÇÃO 000129/2015

Ementa Recondução a pedido de servidor público. Exoneração a pedido de cargo. Servidor não estável no cargo atual e era estável no vínculo anterior - art. 57 da Lei nº 5.810/94.

MANIFESTAÇÃO 000130/2015

Ementa Fornecimento de materiais de expediente por meio da Ata de Registro de Preços nº 004/2015-SEAD, da qual é partícipe a PGE/PA.

MANIFESTAÇÃO 000131/2015

Ementa Solicitação do Centro de Estudos, referente a aquisição de obras atualizadas de acordo com o novo CPC.

MANIFESTAÇÃO 000132/2015

Ementa Consulta formulada pela Comissão de Implantação da Nova Estrutura do Poder Executivo, quanto aos servidores temporários e exclusivamente comissionados gestantes e em gozo de licença-maternidade e licença-saúde, considerando a extinção dos órgãos de lotação e, conseqüentemente, das funções e cargos que ocupavam, nos termos da Lei Estadual nº 8.096/2015.



MANIFESTAÇÃO 000133/2015

Ementa Minuta de decreto expropriatório, que declara de utilidade pública o imóvel lá descrito, para fins de implantação do ambulatório infantil e serviço de mamografia do Hospital Oncológico Infantil Octávio Lobo, anexo ao Hospital Ophir Loyola.

MANIFESTAÇÃO 000134/2015

Ementa Regime Especial revogado. Pedido de prorrogação indeferido. Petição solicitando reconsideração da decisão que indeferiu o pedido de prorrogação não tem efeito suspensivo da decisão que se pretende ver reconsiderado, ante ausência de previsão legal para tanto. Impossibilidade de convalidação dos atos praticados com base em regime especial revogado por ausência de revisão legal.

MANIFESTAÇÃO 000135/2015

Ementa Aditivo para prorrogação contratual. Abastecimento e fornecimento de combustível.

MANIFESTAÇÃO 000136/2015

Ementa Possibilidade de desapropriação de áreas de passagem de linha de transmissão de 230 KV, partindo da Subestação de Itacaiúnas - TAESA até a empresa SINOBRAS, com cerca de 10 km de extensão.

MANIFESTAÇÃO 000137/2015

Ementa Ementa: Minuta de edital de pregão eletrônico. Aquisição. Toner remanufaturado. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000138/2015

Ementa Tratam os presentes autos de solicitação do ITERPA, visando que seja encaminhada Mensagem do Chefe do Executivo à Assembleia Legislativa Estadual, visando a anuência daquela Casa para doação ao Município de Dom Eliseu, da área de 88 ha 18a.90ca, denominada, Flor do Ipê.



MANIFESTAÇÃO 000139/2015

Ementa Análise de oito minutas de decreto governamental de doação de áreas ao Município de São João de Pirabas, anteriormente reservadas também por meio de decretos.

MANIFESTAÇÃO 000140/2015

Ementa Tratam os presentes autos de solicitação do ITERPA, visando a homologação e criação do Projeto Estadual de Assentamento Sustentável NOVA ESPERANÇA, localizado no município de Dom Eliseu.

MANIFESTAÇÃO 000141/2015

Ementa Análise de escritura pública de permuta de dois imóveis (que não se constituem em propriedades), e benfeitorias, ambos no município de Barcarena, a ser efetuada entre o Estado do Pará, de um lado, e a empresa Brick Consultoria em Gestão Ltda., de outro.

MANIFESTAÇÃO 000142/2015

Ementa Solicitação do ITERPA, visando a retificação da área constante do Decreto nº 2.295/2010, que homologou a criação do PEAEX PRUDENTE E MONTE SINAI, decorrente de posterior alteração do perímetro.

MANIFESTAÇÃO 000143/2015

Ementa Contrato nº 043/2015. Primeiro aditivo. Prorrogação de prazo. Validade da ata de registro de preços SEAD/DGL/SRP N. 12/2013 X Vigência contratual. Observância do art. 57 da Lei nº 8.666/93. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000144/2015

Ementa Cotação eletrônica. Serviço de encadernação. Procedimentos e minuta contratual. Análise jurídica.



MANIFESTAÇÃO 000145/2015

Ementa Pedido de recondução de servidora, para o cargo anteriormente desempenhado - Delegada de Polícia Civil classe "A", por considerar-se inadaptada ao novo cargo de Analista Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

MANIFESTAÇÃO 000146/2015

Ementa Minuta de Decreto expropriatório, que declara de utilidade pública o imóvel lá descrito, para fins de melhoria na qualidade e distribuição do abastecimento de água.

MANIFESTAÇÃO 000147/2015

Ementa Proposta de PROPOSTA DE EDIÇÃO de Decreto que pretende conceder crédito outorgado do ICMS destinado, exclusivamente, à aplicação de investimentos em infraestrutura.

MANIFESTAÇÃO 000148/2015

Ementa Servidor público (TCE) eleito para cargo de Diretor Administrativo e Financeiro da COHAB. Cessão. Averbação de Tempo de Serviço prestado a Estatal. Adicional por tempo de serviço. Descabimento. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000149/2015

Ementa Possibilidade de aditamento do Contrato de Prestação de Serviços de Limpeza e Conservação, para repactuação e supressão de três postos de trabalho, decorrente das obras realizadas nos anexos I e II da sede, representando diminuição do objeto em 35, 82 por cento, conforme acordo entre as partes, ajustado nos autos.

MANIFESTAÇÃO 000150/2015

Ementa Devolução de vencimentos recebidos indevidamente por servidores de boa fé por erro da Administração.



MANIFESTAÇÃO 000151/2015

Ementa Corpo de Bombeiros. Comissão Organizadora de Concursos Públicos para preenchimento de vagas do quadro do Corpo de Bombeiros Militares, acerca de pontos polêmicos destacados no Parecer nº 332/2015.

MANIFESTAÇÃO 000152/2015

Ementa Minuta de decreto expropriatório, que declara de utilidade pública o imóvel lá descrito, para fins de melhoria na qualidade e distribuição do abastecimento de água.

MANIFESTAÇÃO 000153/2015

Ementa Curso de Extensão presencial em inovações do CPC.

MANIFESTAÇÃO 000154/2015

Ementa Possibilidade de aquisição, por meio de contratação direta (dispensa - 8.000,00), de óleo lubrificante para manutenção de seis carros da PGE, item inserido em mesma conta contábil dos combustíveis, sobre os quais já se tem contrato específico, sem que isso represente fracionamento.

MANIFESTAÇÃO 000155/2015

Ementa Aplicação de sanção contratual por inexecução parcial de contrato de fornecimento de água mineral.

MANIFESTAÇÃO 000156/2015

Ementa SINDIFISCO. Resolução nº 001/2014 do CONSAT. Promoção por antiguidade.

MANIFESTAÇÃO 000157/2015

Ementa A CEASA solicita orientação jurídica da Procuradoria-Geral do Estado sobre reclamações trabalhistas ajuizadas por empregados das áreas técnica e operacional.



MANIFESTAÇÃO 000158/2015

Ementa Militar reformado. Teto remuneratório. Direito adquirido. Irredutibilidade de vencimentos. Exclusão de vantagens indenizatórias. Coisa Julgada anterior às Emendas Constitucionais nº 19/98, 41/2003 e 47/2005. STF. Repercussão geral. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000159/2015

Ementa Curso de Habilitação de Oficiais/2008. Critério de idade. Edital.

MANIFESTAÇÃO 000160/2015

Ementa Temporário. Aposentado ou aguardando aposentadoria. Indenização de férias integrais e proporcionais. Art. 76 e par. 3º da Lei Estadual nº 5.810/94. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000161/2015

Ementa Convênio a ser celebrado entre esta PGE e o Banco do Brasil S/A, para troca de informações sobre o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP, visando possibilitar a inclusão de servidores e estagiários no referido Programa.

MANIFESTAÇÃO 000162/2015

Ementa Convênio a ser celebrado entre esta PGE e o Município de Parauapebas, visando a cessão de servidores para a realização de ações conjuntas voltadas para o desenvolvimento das atividades necessárias à modernização naquele Município.

MANIFESTAÇÃO 000163/2015

Ementa Protocolo de Intenções a ser celebrado entre o Governo do Estado do Pará e Conselho de Pesquisa da Noruega.

MANIFESTAÇÃO 000164/2015

Ementa Análise jurídica da minuta do Quinto Termo Aditivo ao Contrato 033/2011.



MANIFESTAÇÃO 000165/2015

Ementa Inexigibilidade de Licitação. Contratação de periódicos físicos. Editora Fórum.

MANIFESTAÇÃO 000166/2015

Ementa Pregão Eletrônico. Aquisição de equipamento de informática. Procedimentos. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000167/2015

Ementa Servidor Público. Redistribuição de cargo. Art. 50 da Lei Estadual nº 5.810/1994. Requisitos legais. Descabimento. Análise jurídica

MANIFESTAÇÃO 000168/2015

Ementa Minuta de decreto governamental de doação de áreas de propriedade do Estado do Pará ao Município de São João de Pirabas, anteriormente reservadas também por meio de decretos, para fins de expansão urbana.

MANIFESTAÇÃO 000169/2015

Ementa Análise da minuta de decreto que altera o Decreto Estadual nº 386/2012, o qual regulamenta a Lei Estadual nº 7.591/2011.

MANIFESTAÇÃO 000170/2015

Ementa Transferência de mercadorias entre estabelecimentos do mesmo titular. O caso das operações de transferência de minério de ferro do contribuinte, estabelecido no Estado do Pará, para estabelecimentos de sua titularidade localizados em outra unidade da federação. O entendimento da Súmula nº 166 do STJ e dos tribunais superiores.

MANIFESTAÇÃO 000171/2015

Ementa Pregão eletrônico. Aquisição de equipamento de informática. Fase externa. Procedimentos. Pedido de esclarecimento. Suspensão do certame. Análise jurídica.



MANIFESTAÇÃO 000172/2015

Ementa Análise da minuta de decreto que homologa decisão da Comissão de Política de Incentivos Fiscais e revoga benefícios concedidos à empresa.

MANIFESTAÇÃO 000173/2015

Ementa Análise da minuta de decreto que homologa decisão da Comissão de Política de Incentivos Fiscais e altera benefícios concedidos à empresa.

MANIFESTAÇÃO 000174/2015

Ementa Pagamento e manutenção de contratos com empresas detentoras de monopólio de serviços públicos essenciais, quando as mesmas não estejam cumprindo as determinações constitucionais e legais ordinárias.

MANIFESTAÇÃO 000175/2015

Ementa Aquisição de antivírus - Divisão de Informática.

MANIFESTAÇÃO 000176/2015

Ementa Atualização (up grade) do sistema informatizado de controle de processos administrativos e judiciais desta Procuradoria-Geral.

MANIFESTAÇÃO 000177/2015

Ementa Proposta de edição de Decreto que pretende regulamentar benefício fiscal (PROREFIZ) deferido pelo CONFAZ.

MANIFESTAÇÃO 000178/2015

Ementa Proposta de edição de Decreto que pretende conceder isenção do ICMS nas contas de energia elétrica para as instituições religiosas.



MANIFESTAÇÃO 000179/2015

Ementa Projeto de Lei. Cria o Fundo de Investimento Patrimonial (FIPAT). Interpretação do art. 165, § 9º, II da CRFB/88 e art. 204, § 4º, II da CE/89. Aplicação da Lei nº 4.320/64. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000180/2015

Ementa Ata de registro de preços. Inexecução contratual. Penalidade. Multa. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000181/2015

Ementa Proposta de Proposta de edição de Decreto que pretende aumentar o percentual da margem de valor agregado para fins de cálculo do ICMS nas operações de substituição tributária.

MANIFESTAÇÃO 000182/2015

Ementa Aquisição de itens de material de expediente (copos descartáveis e garrafas térmicas).

MANIFESTAÇÃO 000183/2015

Ementa Proposta de Proposta de edição de Decreto que pretende revogar Decreto anterior que regulamentava a cobrança de ICMS nas operações interestaduais que destinem mercadorias ou bem a consumidor final, adquiridos de forma não presencial.

MANIFESTAÇÃO 000184/2015

Ementa Projeto de lei. Criação do Conselho Estadual de Trabalho, Emprego e Renda (CETERPA). Resoluções do CODEFAT. Extinção da Comissão de Emprego do Estado do Pará. Análise Jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000185/2015

Ementa Análise da minuta de Decreto que homologa decisão da Comissão de Política de Incentivos Fiscais e altera benefícios concedidos à empresa.



MANIFESTAÇÃO 000186/2015

Ementa Proposta de alteração da Lei Estadual nº 5.529/1989, que trata do ITCD.

MANIFESTAÇÃO 000187/2015

Ementa Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo, que visa alterar a Lei nº 5.055/82, e, assim, dispor sobre as taxas no âmbito do Poder Executivo.

MANIFESTAÇÃO 000188/2015

Ementa Trata-se de pedido de vistas de processo interno, pertinente a Mandado de Segurança impetrado pelo interessado em face do Exmo. Sr. Secretário de Estado de Agricultura.

MANIFESTAÇÃO 000189/2015

Ementa Termo de cessão de uso de imóvel público a ser celebrado entre o Estado do Pará e a União.

MANIFESTAÇÃO 000190/2015

Ementa Termo de Cooperação Técnica entre PGE e DETRAN para acesso ao SISTRÂNSITO. Pesquisa de bens móveis (veículos) para garantia das execuções fiscais ajuizadas pelo Estado do Pará.

MANIFESTAÇÃO 000191/2015

Ementa Inexigibilidade de licitação. Contratação de periódicos on line. Editora Zênite.

NOTA TÉCNICA

NOTA TÉCNICA 001/2015

Ementa Procedimentos financeiros na extinção da Companhia Paraense de Turismo (PARATUR).



NOTA TÉCNICA 002/2015

Ementa Decreto de redistribuição de cargos vagos para promoção de Consultores Jurídicos.

NOTA TÉCNICA 004/2015

Ementa Análise do Anexo ao Termo de Compromisso n. 421.112-51/2014/MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (Processo nº SR 2653.0421.112-51), a ser

NOTA TÉCNICA 005/2015

Ementa Processo de licitação para a contratação de empresa especializada no serviço de locação de aeronave (tipo jato executivo), para atendimento das demandas do Gabinete do Exmo. Sr. Governador do Estado.

NOTA TÉCNICA 006/2015

Ementa Minuta de Decreto que institui o Procedimento de Manifestação de Interesse em Projetos de Concessão Comum de Obras e Serviços Públicos e Permissão de Serviço Público.

NOTA TÉCNICA 007/2015

Ementa Projeto Novo Mangueirão.

NOTA TÉCNICA 008/2015

Ementa Procedimentos administrativos para o pagamento dos honorários de sucumbência aos procuradores autárquicos lotados no IGEPREV.

NOTA TÉCNICA 009/2015

Ementa Impacto da Emenda Constitucional nº 85/2015 na Legislação Estadual.



NOTA TÉCNICA 010/2015

Ementa Ofício nº 185/2015-DIPOL/PRESI-COHAB - Ações do Programa Minha Casa Minha Vida 2

NOTA TÉCNICA 011/2015

Ementa Com a promulgação da Emenda Constitucional nº 62/2009 que alterou o sistema de pagamento de precatórios pelos Entes Públicos, foi adotado pelo Estado do Pará esse novo regime, com o parcelamento dos débitos existentes em até 15 anos.

NOTA TÉCNICA 012/2015

Ementa Requerimento subscrito pelo SINDIFISCO-PA com relação quanto à adoção, pelo Estado, do teto remuneratório previsto no art. 37, § 12, da CF/88.

NOTA TÉCNICA 013/2015

Ementa Projetos de Lei de iniciativa parlamentar nº 139/2015 e 48/2014. Denominação de Rodovias Estaduais. Controvérsias. Inexistência de Inconstitucionalidade clara na iniciativa.

NOTA TÉCNICA 014/2015

Ementa Projeto de Lei de iniciativa parlamentar nº 103/13. Denominação de bem público. Controvérsias. Inexistência de Inconstitucionalidade clara na iniciativa.

NOTA TÉCNICA 015/2015

Ementa Projeto de Lei. Alteração dos artigos 5º e 6º da Lei Estadual nº 8.030/2014. Aulas suplementares dos professores da Educação Básica da Rede Pública de Ensino do Estado do Pará.

NOTA TÉCNICA 016/2015

Ementa Termos aditivos aos Termos de Compromisso 254.834-35/2008 (Monte Alegre) e 350.812-12/2011 (Marabá).



NOTA TÉCNICA 017/2015

Ementa Precatórios: discussão sobre a projeção de acordo com a nova regra.

NOTA TÉCNICA 018/2015

Ementa Termo de Composição Técnica entre TECNOMAPAS, INCRA E ITERPA.

NOTA TÉCNICA 019/2015

Ementa Competência exclusiva ou concorrente para Lavratura de Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO). Juizados Especiais Criminais. Art. 69 da Lei Federal nº 9.099/95.

NOTA TÉCNICA 020/2015

Ementa Parque do Utinga

NOTA TÉCNICA 021/2015

Ementa CEF/COSANPA - Termos Aditivos aos Termos de Compromisso.

NOTA TÉCNICA 022/2015

Ementa Ministério Público. Recomendação s/n. Reintegração de posse. Atuação da Polícia Militar.

NOTA TÉCNICA 023/2015

Ementa Projeto de Lei de iniciativa parlamentar nº 18/13. Denominação de bem público. Controvérsias. Inexistência de inconstitucionalidade clara na iniciativa.

NOTA TÉCNICA 024/2015

Ementa Anteprojeto de Lei. Alteração da Lei Estadual nº 4.491/73. Auxílio fardamento.



NOTA TÉCNICA 025/2015

Ementa Projeto de Lei de iniciativa parlamentar nº 279/14 - Denominação de bem público. Controvérsias. Inexistência de inconstitucionalidade clara na iniciativa.

NOTA TÉCNICA 026/2015

Ementa Concorrência Pública n. 001/2015-SEAD. Contratação de empresa especializada na realização de concurso público. Licitação fracassada na fase técnica. Alternativas: aplicação do Parágrafo 3º do art. 48 da Lei nº 8.666/93, contratação direta ou abertura de novo certame. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 027/2015

Ementa Termos aditivos relativos aos Termos de Compromisso.

NOTA TÉCNICA 028/2015

Ementa Estudo FIPE. Sistema de subsídios diretos à população para pagamento da conta de água e esgotamento sanitário.

NOTA TÉCNICA 029/2015

Ementa Projeto de Lei de iniciativa parlamentar nº 179/15 - Denominação de bem público - Controvérsias. Inexistência de inconstitucionalidade clara na iniciativa.

NOTA TÉCNICA 030/2015

Ementa Termo Aditivo relativo ao Convênio nº 059/2012

NOTA TÉCNICA 031/2015

Ementa Projeto de Lei de iniciativa parlamentar nº 70/14. Denominação de Bem Público. Controvérsias. Inexistência de inconstitucionalidade clara na iniciativa.



NOTA TÉCNICA 032/2015

Ementa PMI - Procedimento de Manifestação de Interesse. Seleção de Estudos de Viabilidade para composição de Edital de concessão de serviços do Parque Estadual do Utinga. Decreto Estadual nº 1.242/2015. Análisejurídica.

NOTA TÉCNICA 033/2015

Ementa Projeto de lei de iniciativa parlamentar nº 67/15 - Denominação de bem público. Controvérsias. Inexistência de inconstitucionalidade clara na iniciativa.

NOTA TÉCNICA 034/2015

Ementa Migração de folha de pagamento.

NOTA TÉCNICA 035/2015

Ementa Antecipação de Royalties.

NOTA TÉCNICA 036/2015

Ementa Trata-se de retorno dos autos da Fundação PROPAZ acompanhado de nova documentação acerca do pretenso convênio com o Fundo das Nações Unidas para a Infância - Unicef Brasil.

NOTA TÉCNICA 037/2015

Ementa Projeto de Lei. Altera e Revoga dispositivos da Lei Estadual nº 6.439/2002, que institui o Plano de Assistência à Saúde - PAS. Análisejurídica.

NOTA TÉCNICA 038/2015

Ementa Projeto de lei de iniciativa parlamentar nº 218/13 - Denominação de bem público. Controvérsias. Inexistência de inconstitucionalidade clara na iniciativa.



2016

ESTUDO

ESTUDO 000001/2016

Ementa Prazo prescricional. Direito de ação. Atos relativos a concursos para provimento de cargos e empregos. Administração direta e indireta. Edição de Lei Estadual específica. Impossibilidade. Prescrição judicial. Direito Processual. Competência exclusiva da União. Art. 22, CF.

ESTUDO 000002/2016

Ementa Estatais. Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista. Entidades dependentes e não-dependentes. Autonomia administrativa, financeira e orçamentária. Limites. Aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal. Improbidade Administrativa. Estudo em tese.

PARECER

PARECER 000001/2016

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Demissão "a bem do serviço público". Pedido de reconsideração. Conhecimento e indeferimento.

PARECER 000002/2016

Ementa Polícia Militar. Licenciamento a pedido. Revisão do ato de exclusão. Lei Estadual nº 6.833/2006. Descabimento e ausência de fundamentos. Indeferimento. Análise jurídica.

PARECER 000003/2016

Ementa Pensão especial militar. Morte de policial militar em serviço. Composição da vantagem. Fixação dos efeitos financeiros decorrentes da concessão da pensão especial militar.



PARECER 000004/2016

Ementa Servidor público. Estatutário não-estável. Ocupante de função de nível médio. Pleito de percepção de vencimento-base de cargo de nível superior. Inviabilidade jurídica.

PARECER 000005/2016

Ementa Minuta de projeto de Decreto que altera o RICMS/PA, aprovado pelo Decreto Estadual nº 4.676/2001.

PARECER 000006/2016

Ementa Sanção governamental. Projeto de lei. Iniciativa do Poder Executivo. Aprovação na Assembleia Legislativa. Alteração e acréscimo de dispositivos. Lei nº 6.626/2004. Ingresso na Polícia Militar do Pará.

PARECER 000007/2016

Ementa Policial Civil. Demissão. Sentença penal condenatória. Ausência de PAD. Necessidade de trânsito em julgado da sentença penal. Inteligência do art.41, §1º, I e II, da CF. Instauração de PAD. Prescrição regida pelo Código Penal.

PARECER 000008/2016

Ementa Projeto de lei. Alteração da Lei Estadual nº 6.345/2000. Fundo Para o Desenvolvimento Sustentável da Base Produtiva do Estado do Pará. Banco do Produtor. Necessidade de adequação à nova estrutura administrativa do Estado do Pará. Lei nº 8.096/2015. Análise jurídica.

PARECER 000009/2016

Ementa Projeto de Lei. Alteração da Lei Complementar nº 053/2006, que dispõe sobre a Organização Básica e Fixa o Efetivo da Polícia Militar. Emenda Parlamentar. Inconstitucionalidade formal e material. Matéria de competência privativa do Poder Executivo. Provimento derivado de cargo público. Recomendação de veto parcial.



PARECER	000010/2016
Ementa	Minuta de Decreto. Redução temporária do Co-Financiamento Estadual da Atenção Básica em Saúde a Municípios do Estado do Pará. Decreto Estadual nº 1.095/2014. Competência da Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único de Saúde do Estado do Pará. Transferência vinculada. Limites mínimos. Lei Complementar Federal nº 141/2012. Análise jurídica.
PARECER	000011/2016
Ementa	Sistema de Cadastro Ambiental Rural - SICAR. Desenvolvimento/Costumização de Sistema (Software). Inexigibilidade de licitação. Cabimento e requisitos legais. Instrução Normativa nº 01/2013-AGE/PA. Análise jurídica.
PARECER	000012/2016
Ementa	Pensão especial militar. Morte de policial militar em serviço. Filhos com 21 anos de idade. Dependentes. Beneficiários. Rateio em cotas-partes iguais. Composição da vantagem. Fixação dos efeitos financeiros decorrentes da concessão da pensão especial militar.
PARECER	000013/2016
Ementa	Operação de crédito externo. Parecer do órgão jurídico (art. 21, I, da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal).
PARECER	000014/2016
Ementa	Policial militar estadual. Aguardando reserva remunerada ex officio após 30 anos de efetivo serviço. Agregação, Análise jurídica.
PARECER	000015/2016
Ementa	Policial Militar Estadual. Nomeação para cargo comissionado com lotação na SUSIPE. Função de natureza policial militar. Agregação. Análise jurídica.



PARECER	000016/2016
Ementa	Policial militar estadual. Nomeação para cargo comissionado com lotação na SUSIPE. Função de natureza policial militar. Agregação. Análise jurídica.
PARECER	000017/2016
Ementa	Processo administrativo disciplinar. Médico. Abuso sexual. PAD regularmente processado. Inocorrência de prescrição. Falta grave. Penalidade de demissão. Atuação vinculada da Administração Pública.
PARECER	000018/2016
Ementa	Protocolo de intenções. Análise jurídica.
PARECER	000019/2016
Ementa	Policial militar estadual. Nomeação para cargo comissionado com lotação na SUSIPE. Função de natureza policial militar. Agregação. Análise jurídica.
PARECER	000020/2016
Ementa	Policial militar estadual. Nomeação para cargo comissionado com lotação na SEGUP. Função de natureza policial militar. Agregação. Análise jurídica.
PARECER	000021/2016
Ementa	Cessão de uso. Gratuidade. Autarquia estadual beneficiada. Imóvel de propriedade do Estado. Observância dos requisitos da Lei Estadual nº 6.614/2004. Regularidade da minuta.
PARECER	000022/2016
Ementa	Servidor. Processo administrativo disciplinar. Abandono de cargo. Revelia. PAD regularmente processado. Inocorrência de prescrição. Penalidade de demissão. Atuação vinculada da Administração Pública.



PARECER	000023/2016
Ementa	Policial militar estadual. Nomeado para função de natureza policial militar na Casa Militar da Governadoria do Estado. Agregação. Análise jurídica.
PARECER	000024/2016
Ementa	Policial militar estadual. Nomeação para cargo comissionado com lotação no DETRAN. Função de natureza policial militar. Agregação. Análise jurídica.
PARECER	000025/2016
Ementa	Termo de Ajustamento de Conduta. Débito oriundo de multa por descumprimento. Título hábil a execução. Necessário preenchimento dos requisitos de certeza, liquidez e exigibilidade do título. Em caso de dúvida necessidade de oitiva da parte. Possibilidade de inscrição em dívida ativa de débito certo líquido e exigível. Princípio da eficiência.
PARECER	000026/2016
Ementa	Polícia Militar. Projeto de Lei. Alteração dos artigos 103 e 106, da Lei Estadual nº 5.251/1985. Limites de idade para reserva remunerada e reforma " <i>ex officio</i> ". Adequação de nomenclaturas. Regra de transição.
PARECER	000027/2016
Ementa	Policial Militar Estadual. Nomeação para cargo comissionado com lotação na SEGUP. Função de natureza policial militar. Agregação. Análise jurídica.
PARECER	000028/2016
Ementa	Pensão especial militar. Morte de bombeiro militar em serviço. Filhos menores à época do falecimento. Beneficiários. Rateio em cotas-partes iguais. Limite temporal do benefício. Composição da



vantagem. Fixação dos efeitos financeiros decorrentes da concessão da pensão especial militar.

PARECER 000029/2016

Ementa Minuta de Decreto. Procedimentos para criação e reestruturação de órgãos e entidades do Poder Executivo. Revogação do Decreto nº 419, de 18 de abril 2012.

PARECER 000030/2016

Ementa Cessão de uso de bem imóvel. Imóvel de propriedade de Fundação Municipal. Estado cessionário. Finalidade específica. Requisitos para cessão de uso de imóvel observados. Regularidade jurídica da minuta.

PARECER 000031/2016

Ementa Polícia Militar do Estado do Pará (PMPA). Transgressão disciplinar. Licenciamento a bem da disciplina. Recurso hierárquico. Análise jurídica.

PARECER 000032/2016

Ementa Protocolo de Intenções. Banco da Amazônia S/A (BASA) e Estado do Pará. Ação coordenada para o desenvolvimento sustentável do Estado. Análise Jurídica.

PARECER 000033/2016

Ementa Policial Militar Estadual. Transgressão disciplinar. Conselho de Justificação. Rejeição da conclusão e decisão do CJ. Remessa do processo, pelo Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça do Estado. Artigos 129, I, a, 137, IV e 140, I, da Lei Estadual nº 6.833/2006.

PARECER 000034/2016

Ementa Conselho de Justificação. Causas de interrupção da prescrição. Decisão recorrível. Art. 174 do Código de Ética e Disciplina da PMPA. Reinício da contagem do prazo quinquenal. Transcurso do tempo.



Ocorrência da prescrição antes da conclusão do Conselho de Justificação. Perda do Poder Disciplinar. Arquivamento dos autos.

PARECER

000035/2016

Ementa

Servidor público. Abandono de cargo. Processo Administrativo Disciplinar. Revelia. Termo de Indiciamento. Ausência de publicação em jornal de grande circulação. Ofensa ao contraditório e ampla defesa. Invalidação parcial.

PARECER

000036/2016

Ementa

Proposta de Projeto de Lei de interesse da PMPA. Alterações na Lei Complementar Estadual nº 053/2006. Aumento do efetivo, criação de Escolas Militares e respectivos cargos comissionados e possibilidade de oficiais do Quadro de Administração assumirem função gratificada. Análise jurídica.

PARECER

000037/2016

Ementa

Servidor público. Auxílio-doença. Licença para tratamento de saúde. Período de seis meses consecutivos. Contagem em meses. Incluídas prorrogações. Inteligência do art. 160, I, "D", do RJU Estadual. Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

PARECER

000038/2016

Ementa

Sociedade de Economia Mista. Empregado diretor. Ausência de subordinação. Vínculo celetista original suspenso. Suspensão do contrato de trabalho. Efeitos. Matéria reservada à Lei Trabalhista. Impossibilidade de regulamentação diversa no âmbito da Companhia.

PARECER

000039/2016

Ementa

Polícia Civil. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Aplicação de pena de demissão pelo Exmo. Governador do Estado. Pedido de reconsideração. Improcedência. Manutenção da penalidade.



PARECER 000040/2016

Ementa Abandono de cargo. Caracterização do *Animus Abandonandi*. Servidor que manifesta expressamente a intenção de não mais desempenhar as atividades do cargo. Configuração do requisito objetivo e subjetivo do Abandono de cargo. Aplicação da pena de demissão.

PARECER 000041/2016

Ementa Pedido de revisão de PADS, proposto por policial militar licenciado a bem da disciplina, após regular processo administrativo, por incitar greve e ofender o Comandante Geral em rede social.

PARECER 000042/2016

Ementa Abandono de cargo. Caracterização do *Animus Abandonandi*.

PARECER 000043/2016

Ementa Polícia Civil. Processo Administrativo Disciplinar. Aplicação de pena de demissão pelo Exmo. Governador do Estado. Pedido de Reconsideração. Improcedência. Manutenção da penalidade.

PARECER 000044/2016

Ementa Serviço de movimentação de gás canalizado. Lei Estadual nº 7.719/2013. Regulamentação. Minuta de Decreto. Análise jurídica

PARECER 000045/2016

Ementa Resolução nº 280/2015. Regimento Interno do Conselho Estadual de Segurança Pública.

PARECER 000046/2016

Ementa Operação de crédito interna. Parecer do órgão jurídico (Art. 21, I, da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal)



PARECER	000047/2016
Ementa	Política Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes. Comitê Interinstitucional. Finalidade específica de implementação do Plano Estadual. Proposta de Extinção. Necessidade de demonstração de que a Política Governamental está sendo executada por outro Órgão Colegiado regularmente criado e em funcionamento. Retorno dos autos à Secretaria Consultante.
PARECER	000048/2016
Ementa	Operação de crédito externo. Parecer do órgão jurídico (Art. 21, I, da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal.)
PARECER	000049/2016
Ementa	Análise prévia de minuta de projeto de Lei e Decreto que cria o Pará Profissional. Necessidade de Manifestação Técnica e Jurídica da SEAD e SEPLAN.
PARECER	000050/2016
Ementa	Operação de crédito interna. Parecer do órgão jurídico (Art. 21, I, da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal)
PARECER	000051/2016
Ementa	Medidas de contenção de gastos com pessoal e outras despesas. Minuta de Decreto. Análise jurídica.
PARECER	000052/2016
Ementa	Policial Militar Estadual. Tempo de Serviço. Policial aguardando reserva remunerada ex officio. Agregação.
PARECER	000053/2016
Ementa	Policial Militar Estadual. Agregação. Aguardando reserva remunerada <i>ex officio</i> por efetivo serviço (25 anos). Análise jurídica.



PARECER	000054/2016
Ementa	Policial militar estadual. Tempo de serviço. Policial aguardando reserva remunerada <i>ex officio</i> . Agregação.
PARECER	000055/2016
Ementa	Minuta de Projeto de Lei dispondo sobre Transação, Conciliação e Desistência nos processos de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública. Da possibilidade de Procuradores realizarem acordos nos Juizados Especiais. Da autorização concedida pela Ordem de Serviço nº 001/2016.
PARECER	000056/2016
Ementa	Projeto de Lei Estadual autorizativa para celebração de aditivo ao contrato firmado com a União. Refinanciamento de Dívida Pública. Amparo na Lei Federal nº 9.496/97. Alteração das condições previstas pela Lei Complementar Federal nº 148/2014, regulamentada pelo Decreto Federal nº 8.616/2015.
PARECER	000057/2016
Ementa	Proposta de Decreto Estadual. Regulamentação da Lei Estadual nº 8.333/2015. Subsecretário de Administração Tributária. Processo para seleção de candidatos ao cargo. Composição da lista tríplice.
PARECER	000059/2016
Ementa	Instituição do Grupo de Trabalho. Órgãos Federais, Estaduais e Municipais e Sociedade Civil Organizada. Acordo de Cooperação. Inexistência de transferência de recursos financeiros entre os partícipes. Demonstração de interesse recíproco. Minuta de proposta.
PARECER	000060/2016
Ementa	Alteração do Regulamento do ICMS para modificar a forma de cumprimento de obrigações acessórias. Competência do Exmo. Sr. Governador do Estado tributante. Possibilidade.



PARECER	000061/2016
Ementa	Servidor público. Falta grave. Processo administrativo disciplinar. Prova emprestada. Gravação lícita feita por interlocutor. Demissão. Análise jurídica.
PARECER	000062/2016
Ementa	Conferência Estadual de Políticas e Direitos Humanos para LGBT do Pará. Prévia da Conferência Nacional. Eleição de Delegados. Decreto convocatório.
PARECER	000063/2016
Ementa	Policial militar estadual. Tempo de serviço. Policial aguardando reserva remunerada <i>ex officio</i> . Agregação.
PARECER	000064/2016
Ementa	Decreto para instituição do Conselho de Recursos Hídricos Estadual. Necessidade de readequação em virtude da Lei nº 8.096/2015. Gestão descentralizada e participativa. Gestão para garantia de uso sustentável da água.
PARECER	000065/2016
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar simplificado. Licenciamento a bem da disciplina. Recurso hierárquico. Tempestividade. Notificação pessoal. Infração de natureza grave. Penalidade excessiva. Recurso provido.
PARECER	000066/2016
Ementa	Curso de Formação de Soldados 2013/2014. Insuficiência de notas em mais de 03 disciplinas. Violação de Norma Regulamentar. Projeto Pedagógico. Instauração de Processo Administrativo Disciplinar Simplificado (PADS). Aplicação de penalidade. Licenciamento a bem da disciplina. Praça não estabilizado. Regularidade do procedimento e adequação da pena. Recurso hierárquico conhecido e não provido.



PARECER	000067/2016
Ementa	Servidor público. Estágio probatório. Avaliação especial de desempenho. Conceito insuficiente. Inaptidão. Exoneração <i>ex officio</i> . Delegação. Devido processo legal. Lei Estadual nº 5.810/94, art. 32, §2º CRFB/88, art.41, §1º. Art. 40, §1º, II da CE/89. Decreto Estadual nº 249/2011, alterado pelo Decreto nº 1.338/20015. Análise jurídica.
PARECER	000068/2016
Ementa	Cessão de uso de bem imóvel público do Estado para Município. Finalidade Pública especificada no respectivo Termo. Análise da pretensão à luz das condutas vedadas previstas na Legislação Eleitoral. Igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais.
PARECER	000069/2016
Ementa	Agregação. Art. 88, §1º, inciso I da Lei Estadual nº 5.251/85 c/c item 8 do Anexo da Lei Estadual nº 5.276/85, com alteração de Lei Estadual nº 8.289/2015. Exercício de cargo comissionado de natureza militar na Assembleia Legislativa do Estado. Análise jurídica.
PARECER	000070/2016
Ementa	Agregação promovida com fundamento no art. 88, § 1º, inciso I, da Lei Estadual 5.251/85 c/c art. 21, §1º, "3" do Decreto Federal nº 88.777/1983, c/c item 5 do Anexo da Lei Estadual nº 5.276/85. Exercício de cargo comissionado de natureza militar na SEGUP. Regularidade da Agregação.
PARECER	000071/2016
Ementa	Cessão de uso de bem imóvel. Imóvel de propriedade do Município de Belém. Estado cessionário. Finalidade. Realização de obra. Requisito para cessão de uso de bem imóvel. Inobservância. Instrumento impróprio.



PARECER	000072/2016
Ementa	Policia! Militar Estadual. Nomeação para cargo comissionado com lotação na SEGUP. Função de natureza militar. Agregação.
PARECER	000073/2016
Ementa	Policia! Militar Estadual. Tempo de Serviço. Policia! aguardando reserva remunerada <i>ex officio</i> . Agregação.
PARECER	000074/2016
Ementa	Minuta de Decreto. Organização do abastecimento de pescado no período da Semana Santa. Competência do Estado para dispor da matéria (Art. 23, VIII, da CF/88). Análise jurídica.
PARECER	000075/2016
Ementa	Termo de Acordo. Natureza jurídica de protocolo de intenções. Minuta. Análise jurídica. Ajustes recomendados e devidamente realizados. Versão final em consonância com as normas legais aplicáveis.
PARECER	000076/2016
Ementa	Conferência Estadual de Direitos Humanos. Prévia da Conferência Nacional. Eleição de Delegados. Decreto convocatório.
PARECER	000077/2016
Ementa	Acordo de Cooperação Técnica. União Federal/CGU e Estado do Pará/AGE. Observatório da Despesa Pública (ODP). Modelo ODP. Estadual. Documento de formalização de interesse. Análise jurídica.
PARECER	000078/2016
Ementa	Reversão. Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual 5.251/85, para exercício de função de natureza militar. Reversão a qualquer tempo. Regularidade. Análise jurídica.



PARECER 000079/2016

Ementa Polícia Militar. Conselho de Justificação. Suspeição de Membro. Anulação do Processo e nova instauração. Análise jurídica.

PARECER 000080/2016

Ementa Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual 5.251/85 c/c art.21, §1º, "2" do Decreto Federal nº 88.777/1983. Exercício de cargo comissionado de natureza militar no TJE/PA. Regularidade da agregação.

PARECER 000081/2016

Ementa Conselho Estadual de Segurança Pública- CONSEP. Eleição para o cargo de Ouvidor do SIEDS. Conflito. Edital de convocação. Resolução nº 270/2015-CONSEP. Regimento interno do CONSEP.

PARECER 000082/2016

Ementa Policial Militar Estadual. Nomeação para cargo comissionado com lotação na SUSIPE. Função de natureza policial-militar. Lei Estadual nº 5.276/85 - item 6 do anexo. Agregação.

PARECER 000083/2016

Ementa Polícia Militar. Promoção em ressarcimento de preterição baseada em decisão judicial que se julgava transitada em julgado. Necessidade de desfazimento do ato administrativo pela Administração Pública. Garantia do contraditório e ampla defesa do militar afetado. Ressarcimento ao erário e boa-fé objetiva.

PARECER 000084/2016

Ementa Proposta de alteração de dispositivos do RICMS-Pa.

PARECER 000085/2016

Ementa Polícia Militar Estadual. Agregação. Aguardando reserva remunerado *ex officio* por efetivo serviço (30 anos). Análise jurídica.



PARECER 000086/2016

Ementa Servidor público. Conversão de período de licença prêmio em pecúnia. Aposentadoria. Período incompleto. Art. 99, II da Lei Estadual nº 5.810/94. Licença-prêmio não gozada por necessidade do serviço. Período completo. Indenização. Princípios da responsabilidade civil do Estado e da vedação ao enriquecimento ilícito. Art. 37, Parágrafo 6º da CF.

PARECER 000087/2016

Ementa Servidor Público. Emprego Público. Recondição. Requisitos. Análise do Regime Jurídico dos Servidores Estaduais e da Jurisprudência Pátria. Colisão de Princípios. Proporcionalidade. Legalidade da Administração. Confiança e boa fé do administrado.

PARECER 000088/2016

Ementa Servidor comissionado. Exoneração. Falta grave apurada em Processo Administrativo Disciplinar. Conversão da exoneração em pena de destituição de cargo em comissão. Artigo 163 da Lei Estadual nº 5.810/1994. Nulidade parcial do PAD. Indiciado em local incerto e não sabido. Ausência de publicação do Termo de Indiciamento em jornal de grande circulação. Artigo 219 da Lei Estadual nº 5.810/94.

PARECER 000089/2016

Ementa Cessão de uso de bem público imóvel do Estado para Autarquia Estadual. Minuta de contrato de cessão de uso. Análise jurídica.

PARECER 000090/2016

Ementa Conselho Penitenciário do Estado do Pará (COPEN). Minuta de Projeto de Lei. Análise jurídica.

PARECER 000091/2016

Ementa Pedido de Revisão de Conselho de Disciplina proposto por policial militar excluído a bem da disciplina.



PARECER	000092/2016
Ementa	Reversão. Agregação promovida para exercício de cargo de natureza militar. Casa Militar da Governadoria do Estado. Regularidade da Reversão.
PARECER	000093/2016
Ementa	Agregação promovida com fundamento no art. 88, § 1º, inciso I, da Lei Estadual 5.251/85 c/c art. 21, §1º, "3" do Decreto Federal nº 88.777/1983 c/c item 5 do Anexo da Lei Estadual nº 5.276/85. Exercício de cargo comissionado de natureza militar na SEGUP. Regularidade da Agregação.
PARECER	000094/2016
Ementa	Policial Militar Estadual. Tempo de serviço. Policial aguardando reserva remunerada <i>ex officio</i> . Agregação.
PARECER	000095/2016
Ementa	Projeto de Lei criando o Dia Estadual da Cultura Paraense. Instituição de data comemorativa. Iniciativa parlamentar. Viabilidade jurídica de sanção.
PARECER	000096/2016
Ementa	Reversão de policial militar.
PARECER	000097/2016
Ementa	Projeto de lei instituindo a Semana Estadual de Incentivo à Doação de Órgãos, Tecidos e Medula Óssea no âmbito do Estado do Pará. Iniciativa parlamentar. Atribuições de ações concretas para órgãos públicos. Iniciativa do Chefe do Executivo (Art. 105, II, d, da Carta Estadual). Princípio da separação dos poderes. Inconstitucionalidade formal. Sugestão de veto.



PARECER	000098/2016
Ementa	Análise formal de Minuta de Termo Aditivo de Acordo e Compromisso. Impossibilidade de prorrogação após a expiração do prazo de vigência.
PARECER	000099/2016
Ementa	Polícia Civil. Processo Administrativo Disciplinar. Aplicação de pena de demissão pelo Exmo. Governador do Estado. Pedido de revisão. Ausência de fato novo. Manutenção da penalidade.
PARECER	000100/2016
Ementa	Cessão de uso de bem público imóvel do Estado para Autarquia Estadual. Minuta de contrato de cessão de uso. Análise jurídica.
PARECER	000101/2016
Ementa	Outorga da Medalha "TEN CEL BM Francisco Feliciano Barbosa", com fundamento nos artigos 1º, 2º e 3º, do Decreto Estadual nº 1.657/2005. Dedicção ao estudo. Regularidade da concessão.
PARECER	000102/2016
Ementa	Polícia Civil. Servidor morto em serviço. Direito à percepção de pensão especial pelos dependentes do servidor falecido. Inteligência do art. 160 do RJU Estadual.
PARECER	000103/2016
Ementa	Polícia Militar. Pensão Especial. Dependentes. Rateio. Exclusão de parcelas indenizatórias. TCE/PA.
PARECER	000104/2016
Ementa	Reversão



PARECER	000105/2016
Ementa	Alteração do Regulamento do ICMS para elevar a margem de valor agregado nas transferências de mercadorias entre empresas interdependentes. Conceituação legal do Instituto. Competência do Exmo. Sr. Governador do Estado tributante. Possibilidade. Aplicação do princípio da anterioridade tributária.
PARECER	000106/2016
Ementa	Terceiro Termo Aditivo a Termo de Compromisso de Gestão. Estado do Pará e Banco do Estado do Pará S/A. Exclusão de dispositivos do Termo de Compromisso. Análise Jurídica.
PARECER	000107/2016
Ementa	Pensão Especial Militar. Morte de Policial Militar em serviço. Filhos menores à época do falecimento. Beneficiários. Rateio em cotas-partes iguais. Limite temporal do benefício. Composição da vantagem. Fixação dos efeitos financeiros decorrentes da concessão da pensão especial militar.
PARECER	000108/2016
Ementa	Policial Militar Estadual. Promoção por Ato de Bravura expedido em 2003. Pedido de retificação do Ato, para fins de emprestar-lhe efeito retroativo à data do Ato de Bravura, nos Termos da Lei Estadual nº 8.230/2015. Ato jurídico perfeito. Impossibilidade jurídica.
PARECER	000109/2016
Ementa	Projeto de Lei Abono Complementar. Salário mínimo. Aplicação ao vencimento dos servidores público estaduais. Observância às Súmulas Vinculantes nº 04, 15 e 16 do Supremo Tribunal Federal. Análise jurídica.



PARECER	000110/2016
Ementa	Plano de Atração de Novos Negócios. Introdução da Atividade Florestal. Inexistência de incongruências legislativas. Inclusão em Decreto. Possibilidade.
PARECER	000111/2016
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. SEDUC. Assédio Sexual seguido de estupro de vulnerável. Conclusão com recomendação de aplicação de pena de demissão. Competência de julgamento do Exmo. Governador do Estado.
PARECER	000112/2016
Ementa	Promoção por Bravura. Novel Lei Estadual nº 8.230/2015. Apuração através de Conselho Especial realizado após a vigência da Nova Lei. Aplicação imediata da Norma. Necessidade de retificação do Decreto de Promoção.
PARECER	000113/2016
Ementa	Projeto de Lei Complementar alterando dispositivos da Lei Complementar nº 022/1994, que estabelece Normas de Organização, Competências, Garantias, Direitos e Deveres da Polícia Civil do Estado. Iniciativa do Chefe do Executivo (Art. 105, II, d, da Carta Estadual). Emendas Parlamentares.
PARECER	000114/2016
Ementa	Alcance da expressão "Tratamento Tributário Diferenciado". Arts. 340 a 342 do Anexo I do RICMS-Pa. Interpretação que deve ser feita à luz das normas constitucionais relativas à competência tributária. Limitações estabelecidas a esta.
PARECER	000115/2016
Ementa	Policial Militar. Cessão. Agregação. Secretaria de Segurança Pública em outro Estado da Federação. Função de natureza militar.



Impossibilidade. Lei Estadual nº 5.251/1985 e Decreto Federal nº 88.777/1983 (R-200)

PARECER

000116/2016

Ementa

Terceiro aditivo a Termo de Compromisso de Gestão. Estado do Pará e Banco do Estado do Pará S/A. Exclusão de dispositivo do Termo de Compromisso. Análise jurídica.

PARECER

000117/2016

Ementa

Policial Militar Estadual. Tempo de serviço. Policial aguardando reserva remunerada ex officio. Agregação.

PARECER

000118/2016

Ementa

Polícia Militar. Pensão Especial. Dependentes. Filhos. Limite de idade. Rateio. Exclusão de parcelas indenizatórias, conforme entendimento do TCE/PA. Efeitos retroativos financeiros.

PARECER

000119/2016

Ementa

Policial Militar Estadual. Promoção por Ato de Bravura expedido em 2011. Pedido de retificação do Ato, para fins de emprestar-lhe efeito retroativo à data do Ato de Bravura, nos termos da Lei Estadual nº 8.230/2015. Ato jurídico perfeito. Impossibilidade jurídica.

PARECER

000120/2016

Ementa

Policial Militar Estadual. Promoção por Ato de Bravura expedido em 2003. Pedido de retificação do Ato, para fins de emprestar-lhe efeito retroativo à data do Ato de Bravura, nos termos da Lei Estadual nº 8.230/2015. Ato jurídico perfeito. Impossibilidade jurídica.

PARECER

000121/2016

Ementa

Outorga da Medalha "General Ferreira Coelho", com fundamento nos artigos 2º, I e 4º, do Decreto Estadual nº 1.585/81. Dedicção aos Estudos. Regularidade da concessão.



PARECER	000122/2016
Ementa	Servidor público. Concurso público. Posse e exercício. Não comparecimento para entrar no exercício do cargo. Processo administrativo disciplinar por abandono de cargo. Invalidação. Teoria dos Motivos Determinantes. Hipótese Legal de Exoneração <i>ex officio</i> (Art. 25, § 2º, da Lei Estadual nº 5.810/94).
PARECER	000123/2016
Ementa	Proposta de Projeto de Lei de interesse da PMPA. Alterações na Lei Complementar Estadual nº 053/2006. Aumento do efetivo, criação de Escolas Militares e respectivos cargos comissionados e possibilidade de oficiais do quadro de Administração assumirem função gratificada. Análise jurídica.
PARECER	000124/2016
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Citação por edital. Ausência de indicição. Nulidade parcial do processo.
PARECER	000125/2016
Ementa	Policia! Militar Estadual. 30 anos de efetivo exercício. Aguardando transferência <i>ex officio</i> para a reserva remunerada. Agregação.
PARECER	000126/2016
Ementa	Minuta de Edital para realização de Processo Seletivo Simplificado para Estágio Remunerado.
PARECER	000127/2016
Ementa	Contrato de obra pública. Composição da Taxa de Bonificações e despesas indiretas (BDI). Impossibilidade jurídica de inclusão destacada do Imposto de Renda sobre pessoa jurídica (IRPJ) e da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL). Decisão paradigmática do TCU: Acórdão nº 950/2007-Plenário. Análise sobre possível ressarcimento de valores. Equilíbrio econômico-financeiro contratual.



PARECER	000128/2016
Ementa	Abandono de cargo. Ausência injustificada. Animus Abandonandi. Dolo eventual.
PARECER	000129/2016
Ementa	Minuta de Edital. Processo Seletivo Simplificado. Contratação temporária de Docentes. Análise jurídica.
PARECER	000130/2016
Ementa	Edital de Processo Seletivo Simplificado. Contratação temporária de Tradutor Intérprete de Libras. Língua Brasileira de Sinais.
PARECER	000131/2016
Ementa	Decreto de Homologação da Resolução nº 285/2016 do Conselho Estadual de Segurança Pública (CONSEP). Regimento Interno da Comissão de Honraria e Mérito do CPC Renato Chaves. Medalha de Honra ao Mérito Pericial "Dr. Renato Chaves".
PARECER	000132/2016
Ementa	Policial Militar Estadual. Tempo de Serviço. Policial aguardando reserva remunerada <i>ex officio</i> . Agregação.
PARECER	000133/2016
Ementa	Reversão
PARECER	000134/2016
Ementa	Servidor Público. Suposto abandono de cargo. Processo Administrativo Disciplinar. Fase instrutória. Ausência de intimação do servidor investigado para acompanhar depoimentos testemunhais e produzir provas. Ofensa ao contraditório e ampla defesa. Invalidação parcial.



PARECER	000135/2016
Ementa	Servidor público. Direito Constitucional de greve. Art. 37, inciso VII. Lei Federal nº 7.783/89. Serviço essencial - Saúde. Possibilidade jurídica de corte de ponto. Decretação judicial de abusividade da greve. Supremo Tribunal Federal. Repercussão Geral pendente de julgamento.
PARECER	000136/2016
Ementa	Policial Militar. Pensão especial. Beneficiárias. Esposa e companheira. Casamento e união estável. Rateio em cotas partes iguais. Possibilidade. Jurisprudência. Aplicabilidade da Lei Complementar nº 039/2002.
PARECER	000137/2016
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Citação por Edital. Ausência de indicição. Nulidade parcial do processo.
PARECER	000138/2016
Ementa	Decreto de regulamentação da Lei de Organização Básica da Polícia Militar (Lei Complementar nº 053/2006). Versão final após ajustes decorrentes do Parecer nº 359/2015. Análise jurídica.
PARECER	000139/2016
Ementa	Policial Militar Estadual. Nomeação para cargo comissionado com lotação na SUSIPE. Função de natureza policial-militar. Agregação.
PARECER	000140/2016
Ementa	Duração razoável do processo. Segurança jurídica. Prescrição da pretensão punitiva do Estado. Arquivamento.
PARECER	000141/2016
Ementa	Outorga da Medalha "TEN CEL BM FRANCISCO FELICIANO BARBOSA", com fundamento nos artigos 2º, I e 3º, do Decreto



Estadual nº 1.657/2005. Dedicção aos estudos. 02 (duas) esferas anilares. Regularidade da concessão.

PARECER

000142/2016

Ementa

Militar. Convocação. Dispensa a pedido. Art. 18 do Decreto Estadual nº 892/2013. Cabimento. Análise jurídica.

PARECER

000143/2016

Ementa

Anteprojeto de Lei que dispõe sobre a criação de Fundo Público. Fundo Estadual para Qualificação e Educação Profissional (FEQEP). Análise jurídica.

PARECER

000144/2016

Ementa

Conselho Estadual de Meio Ambiente (COEMA). Substituição de Suplente representante da OAB/PA. Minuta de decreto. Análise jurídica.

PARECER

000145/2016

Ementa

Servidores temporários exercentes da função de Advogado. Pleito de equiparação ao vencimento-base pago aos ocupantes do cargo de Consultor Jurídico. Artigo 3º da Lei Complementar Estadual nº 07/01. Efeito retroativo à data da contratação temporária

PARECER

000146/2016

Ementa

Averbação para efeito de quinquênios. Função exclusivamente comissionada em Regime Celetista. Inexistência de norma coletiva que abranja os interessados.

PARECER

000147/2016

Ementa

Bombeiro militar estadual. Nomeação para cargo comissionado com lotação na SEGUP e Ministério Público do Estado. Função de natureza militar. Agregação.



PARECER 000148/2016

Ementa Agregação promovida com fundamento no art. 88, § 1º, Inciso I, da Lei Estadual 5.251/85 C/C art. 21, § 1º, "3" do Decreto Federal nº 88.777/1983 c/c item 5 do Anexo da Lei Estadual nº 5.276/85. Exercício de cargo comissionado de natureza militar na SEGUP. Regularidade da agregação.

PARECER 000149/2016

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Nulidades. Ausência de citação prévia. Ausência de Termo de Indiciamento.

PARECER 000150/2016

Ementa Lei Semear. Incentivos fiscais. Exercício 2016. Limites da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Decreto Governamental.

PARECER 000151/2016

Ementa Servidor público. Delegado de Polícia Civil. Processo administrativo disciplinar. Não comprovação de legítima defesa. Infrações disciplinares caracterizadas. Relativa independência das instâncias administrativa e penal. Falta residual. Demissão.

PARECER 000152/2016

Ementa Bombeiro Militar Estadual. Promoção. Oficiais. Antiguidade e merecimento. Lei nº 5.249/85.

PARECER 000153/2016

Ementa Polícia Militar Estadual. Promoções do dia 21 de abril de 2016. Minutas de Decreto. Análise jurídica.

PARECER 000154/2016

Ementa Outorga das Medalhas: "Mérito Tiradentes". Fundamento no Decreto Estadual nº 985/1980 e "de Bons Serviços". Fundamento no Decreto Estadual nº 7.404/1971. Regularidade da concessão.



PARECER	000155/2016
Ementa	Promoção por bravura. Novel Lei Estadual nº 8.230/2015. Apuração do Ato de Bravura através de Conselho Especial realizado antes da vigência da nova Lei. Aplicação da Lei anterior. Ato Jurídico perfeito.
PARECER	000156/2016
Ementa	Agregação promovida com fundamento no Art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual 5.251/85 c/c Art. 21, §1º, "3" do Decreto Federal nº 88.777/1983 c/c item 5 do Anexo da Lei Estadual nº 5.276/85. Exercício de cargo comissionado de natureza militar na SEGUP. Regularidade da agregação.
PARECER	000157/2016
Ementa	Reversão. Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual 5.251/85, para exercício de função de natureza militar. Reversão a qualquer tempo. Regularidade. Análise jurídica.
PARECER	000158/2016
Ementa	Projeto de Lei que declara como patrimônio cultural imaterial do Estado do Pará o clássico de futebol RE X PA. Iniciativa parlamentar. Análise jurídica.
PARECER	000159/2016
Ementa	Bombeiro Militar Estadual. Nomeação para cargo comissionado com lotação na SEGUP. Função de natureza militar. Agregação.
PARECER	000160/2016
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Elementos do tipo disciplinar: faltas injustificadas e Animus Abandonandi – dolo eventual. Recomendação de aplicação de pena de demissão. Competência de julgamento do Exmo. Governador do Estado.



PARECER	000161/2016
Ementa	Servidor público. Abandono de cargo. Processo administrativo disciplinar. Nulidade do indiciamento. Invalidação parcial do processo. Constituição de nova Comissão.
PARECER	000162/2016
Ementa	Memorando de Entendimento entre o Estado do Pará e Instituto Latino Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Crime e Tratamento de Delinquentes (ILANUD)
PARECER	000163/2016
Ementa	Consulta acerca dos efeitos práticos da decisão proferida pelo STF acerca do Protocolo ICMS 21/2011.
PARECER	000164/2016
Ementa	Minutas dos Editais de Concurso Público. Polícia Militar. Admissão para o Curso de Formação de Praças e Oficiais e para o Curso de Adaptação de Oficiais. Análise jurídica.
PARECER	000165/2016
Ementa	Análise jurídica de minuta de Projeto de Lei. Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2017 e dá outras providências _ LDO.
PARECER	000166/2016
Ementa	Memorando de Entendimento entre o Estado do Pará e Instituto Latino Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Crime e Tratamento de Delinquentes - ILANUD. Acordo de Cooperação já firmado entre a União e o Instituto.
PARECER	000167/2016
Ementa	Projeto de Lei instituindo a Semana de Mobilização contra a Obesidade Infantil no Estado do Pará. Iniciativa parlamentar. Atribuições de ações concretas para órgãos públicos. Iniciativa do



Chefe do Executivo (Art. 105, II, d, da Carta Estadual). Princípio da separação dos poderes. Inconstitucionalidade formal. Sugestão de veto.

PARECER

000168/2016

Ementa

Servidor público. Falta grave. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Demissão. Pedido de nulidade. Alegação de fatos novos. Fungibilidade das formas. Conversão em pedido de revisão. Aplicação dos arts. 229 e ss. da Lei Estadual nº 5.810/94. Necessidade de observar formalidades legais. Análise jurídica.

PARECER

000169/2016

Ementa

Secretaria de Estado de Administração. Regimento interno. Minuta de Decreto. Análise jurídica.

PARECER

000170/2016

Ementa

Processo Administrativo Disciplinar Simplificado. Licenciamento a bem da disciplina. Recurso hierárquico. Tempestividade. Notificação pessoal. Infração de natureza grave. Licenciamento a bem da disciplina. Recurso improvido.

PARECER

000171/2016

Ementa

Abandono de cargo. Nulidade parcial. Ausência de elementos necessários ao correto indiciamento. Observância aos princípios do contraditório e ampla defesa.

PARECER

000172/2016

Ementa

Reversão. Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, I, da Lei nº 5.251/85. Exercício de cargo de natureza militar. Secretaria de Estado de Segurança Pública. Regularidade da reversão.



PARECER 000173/2016

Ementa Policial Militar Estadual. Nomeação para exercício de cargo junto à SEGUP. Função de natureza policial-militar. Agregação. Exoneração. Reversão ao serviço ativo.

PARECER 000174/2016

Ementa Servidor público. Abandono de cargo. Processo Administrativo Disciplinar. Pena de demissão. Análise jurídica.

PARECER 000175/2016

Ementa Policial Militar Estadual. Nomeação para exercício de cargo junto à SEGUP. Função de natureza policial-militar. Agregação. Exoneração. Reversão ao serviço ativo.

PARECER 000176/2016

Ementa Servidor público federal. Prorrogação de cessão para o Estado do Pará. Observância aos termos do Decreto Estadual nº 1.513/2016.

PARECER 000177/2016

Ementa Cessão de uso de bem imóvel público do Estado para Município. Finalidade pública especificada no respectivo Termo. Análise da pretensão à luz das condutas vedadas previstas na legislação eleitoral. Igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais.

PARECER 000178/2016

Ementa Acumulação ilegal de cargos. Admissibilidade das razões de defesa apresentadas pelo meio eletrônico. Cerceamento de defesa. Nulidade parcial.

PARECER 000179/2016

Ementa Policial Militar Estadual. Nomeação para cargo comissionado junto ao Gabinete Militar do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM). Agregação. 01 de setembro de 2015. Função de natureza policial



militar. Item 12 do quadro da Lei estadual nº 8.276/85, alterado pela Lei Estadual nº 8.289/2015.

PARECER

000180/2016

Ementa

Parque Estadual do Utinga. Procedimento de Manifestação de Interesse - PMI. Concessão comum X Parceria Público-Privada. Lei Federal nº 8.987/95. Lei Geral de Concessões e Permissões Públicas. Lei Nacional de Regime Geral aplicável aos Estados. Análise jurídica.

PARECER

000181/2016

Ementa

Projeto de lei que altera dispositivos da Lei Estadual nº 7.487, de 16 de dezembro de 2010, que dispõe sobre o tratamento tributário dispensado às operações e prestações realizadas por usina siderúrgica localizada no Estado do Pará

PARECER

000182/2016

Ementa

Súmula nº 190 STJ. Ressarcimento de gastos feitos nas diligências. Realização de Convênio. Análise jurídica.

PARECER

000183/2016

Ementa

Processo Administrativo Disciplinar - SEDUC. Assédio sexual e insubordinação. Conclusão com recomendação de aplicação de pena de demissão a bem do serviço público (improbidade). Competência de julgamento do Exmo. Governador do Estado.

PARECER

000184/2016

Ementa

Servidor público. Abandono de cargo. Processo Administrativo Disciplinar. Nulidade do indiciamento. Invalidação parcial do processo.

PARECER

000185/2016

Ementa

Minuta de alteração no Apêndice II do Regulamento do ICMS, para inclusão dos produtos Soja em Grãos e Leite líquido para fins de



antecipação do imposto na saída do produto de território paraense.
Minuta de Decreto que atende as prerrogativas formais e materiais.

PARECER

000186/2016

Ementa

Minuta de Projeto de Lei que promove alterações na Lei Estadual nº 6.182/98, ato normativo esse que disciplina os procedimentos administrativo-tributários do Pará.

PARECER

000187/2016

Ementa

Minuta de Projeto de Lei que visa alterar a disciplina do ICMS no Estado do Pará.

PARECER

000188/2016

Ementa

Processo Administrativo Disciplinar Simplificado. Licenciamento a bem da disciplina. Recurso hierárquico. Tempestividade. Notificação pessoal. Infração de natureza grave. Prova suficiente de autoria. Manutenção da decisão recorrida.

PARECER

000189/2016

Ementa

Abandono de cargo. Nulidade parcial. Ausência de elementos necessários ao correto indiciamento. Observância aos princípios do contraditório e ampla defesa.

PARECER

000190/2016

Ementa

Minuta de Decreto do Poder Executivo que dispensa contribuintes optantes pelo Simples Nacional, nas condições que especifica, de cumprir a obrigação acessória de preenchimento e entrega da DeSTDA - Declaração de Substituição Tributária, Diferencial do Alíquota e Antecipação.

PARECER

000191/2016

Ementa

Abandono de cargo. Nulidade parcial. Ausência de elementos necessários ao correto indiciamento. Observância aos princípios do contraditório e ampla defesa.



PARECER	000192/2016
Ementa	Conselho Estadual de Segurança Pública (CONSEP). Eleição para o cargo de Ouvidor do SIEDS. Conflitos Edital de Convocação. Resolução nº 270/2015-CONSEP. Lei Estadual nº 7.584/2011
PARECER	000193/2016
Ementa	Proposta de alteração de dispositivos do RICMS-Pa.
PARECER	000194/2016
Ementa	Projeto de Lei que proíbe a utilização de animais para desenvolvimento, experimento e teste de produtos cosméticos e de higiene pessoal, perfumes e seus componentes no Estado do Pará. Iniciativa parlamentar. Atribuições de ações concretas para órgãos públicos. Iniciativa do Chefe do Executivo (Art. 105, II, d, da Carta Estadual). Princípio da separação dos poderes. Inconstitucionalidade formal. Sugestão de veto parcial - art. 2º do PL.
PARECER	000195/2016
Ementa	Reversão. Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, I, da Lei nº 5.251/85. Exercício de cargo de natureza militar. Secretaria de Estado de Segurança Pública. Regularidade da Reversão.
PARECER	000196/2016
Ementa	Conselho de Disciplina. Pedido de revisão. Ausência de fato novo. Extinção da punibilidade. Independência de instâncias.
PARECER	000197/2016
Ementa	Policiais Militares. Reserva remunerada. Convocação ao serviço ativo. Aplicação da alínea "B", inciso I, §2º do art. 105 da Lei Estadual nº 5.251/1985. Regularidade da convocação.
PARECER	000198/2016
Ementa	Polícia Militar Estadual. Outorga da Medalha "General Sotero de Menezes", com fundamento nos artigos 1º e 2º do Decreto Estadual



nº 213/1991. Promoção anterior por Ato de Bravura. Regularidade da concessão da Medalha.

PARECER

000199/2016

Ementa

Outorga da Medalha "Coronel Barros e Arouck" - Decreto Estadual nº 212/91. Resolução nº 006/2015. Serviços Extraordinários. Regularidade da concessão.

PARECER

000200/2016

Ementa

Minuta de Decreto do Poder Executivo que altera o RICMS.

PARECER

000201/2016

Ementa

Polícia Militar. Processo Administrativo Disciplinar Simplificado. Licenciamento a bem da disciplina. Recurso hierárquico. Improvimento. Manutenção da penalidade. Análise jurídica.

PARECER

000202/2016

Ementa

Promoção por Ato de Bravura. Inteligência do art. 9º da Lei nº 8.230/15, art. 64 da Lei 5.251/85 e Decreto 4.244/86. Regular processamento de Conselho Especial. Preenchimento dos requisitos previstos na legislação específica.

PARECER

000203/2016

Ementa

Polícia Militar. Processo Administrativo Disciplinar Simplificado. Licenciamento a bem da disciplina. Recurso hierárquico. Improvimento. Manutenção da penalidade. Análise jurídica.

PARECER

000204/2016

Ementa

Pedido de Revisão. Fato Novo. Absolvição judicial por inexistência do fato. Certidão de Trânsito em julgado. Repercussão na esfera administrativa.



PARECER	000205/2016
Ementa	Minuta de Decreto para alteração de dispositivos do Regulamento do ICMS, para inclusão na cesta básica para efeitos de tributação à alíquota de 7 %, do composto lácteo. Minuta de Decreto que atende as prerrogativas formais e materiais.
PARECER	000206/2016
Ementa	Salário família. Servidor que detém a guarda compartilhada do neto. Art. 6º da Lei Complementar Estadual nº 039/2002. Necessidade de comprovação de dependência econômica. Interpretação sistemática da norma.
PARECER	000207/2016
Ementa	Projeto de Lei. Altera as Leis Estaduais nº 5.887/1995 (Política Estadual e Meio Ambiente) e 8.096/2015 (Reestruturação Administrativa do Executivo), e dá outras providências. Introduce os arts. 149-L e 149-M. Autoriza criação de Fundos Públicos. Interpretação do art. 165, §9º, II da CRFB/88 e art. 204, §4º, II da E/89. Aplicação da Lei nº 4.320/64. Análise jurídica.
PARECER	000208/2016
Ementa	Universidade do Estado do Pará. Eleição para o cargo de Diretor de Centro. Art. 31 do Regimento Geral. Cinco anos de docência não necessariamente na UEPA. Norma de interpretação restritiva.
PARECER	000209/2016
Ementa	Bombeiros Militares. Reserva remunerada. Renovação da convocação ao Serviço Ativo. Aplicação do art. 105-A da Lei Estadual nº 5.251/1985 e Decreto Estadual nº 892/2013.
PARECER	000210/2016
Ementa	Permuta de imóvel público. Interpretação conforme o art. 17, I, c, da Lei 8.666/93. Aplicabilidade do art. 12, I, c, da Lei Estadual nº 5.416/87. Requisitos legais.



PARECER

000211/2016

Ementa

Outorga da Medalha "General Ferreira Coelho", com fundamento nos artigos 2º, VIII, 3º e 4º, do Decreto Estadual nº 1.585/81. Dedicção aos Estudos 01 (uma) Rosa Heráldica. Primeira colocação em Curso de Formação de soldados. Conceito "Muito bom". Regularidade da concessão.

PARECER

000212/2016

Ementa

Bombeiro Militar Estadual. Transgressões disciplinares diversas. Conselho de Justificação. Acatamento da Conclusão e Decisão do CJ. Remessa do processo, pelo Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça do Estado. Artigos 129, I, a, 137, IV e 140, I, da Lei Estadual n.167 6.833/2006. Decisão judicial determinando elaboração de Relatório definitivo pelos membros do CJ e apreciação de "Recurso Administrativo" interposto em face do despacho do Governador que remeteu os autos do CJ ao TJE/PA.

PARECER

000213/2016

Ementa

Servidor público. Cargo comissionado. Averbação de tempo de serviço. Arts. 70, §1º e 131, §1º, da Lei nº 5.810/94 - RJU.

PARECER

000214/2016

Ementa

Policial Militar. Curso de Formação de Soldados PM (CFSD PM/2008). Reprovação em exame oftalmológico. Prosseguimento no certame por decisão judicial. Repetição do exame. Aprovação. Pedido de reclassificação de turma.

PARECER

000215/2016

Ementa

Utilização de espaços físicos, pelo poder público, em eventos agropecuários. Requisitos. Possibilidade jurídica de locação dos espaços para uso próprio e exclusivo do Poder Público ou para uso compartilhado com produtores rurais. Formalização de parceria. Acordo de cooperação. Chamamento público. Lei nº 13.019/2014. Vedação constante do art. 73, § 10, da Lei Eleitoral.



PARECER	000216/2016
Ementa	Resolução do Senado Federal nº 22/2016 - Alteração da Resolução do Senado Federal nº 98/1992. Contrato de refinanciamento da União com Estados decorrentes de dívidas externas. Substituição de garantia em dinheiro feita pelo Estado à União por cota do Fundo Constitucional de participação dos Estados. Análise jurídica.
PARECER	000217/2016
Ementa	Projeto de Lei instituindo a Semana Estadual de Conscientização Política. Iniciativa parlamentar. Atribuição de ações concretas para órgãos públicos. Iniciativa do Chefe do Executivo (Art. 105, II, d, da Carta Estadual). Princípio da separação dos Poderes. Inconstitucionalidade formal.
PARECER	000218/2016
Ementa	Polícia Militar. Processo administrativo disciplinar simplificado. Sancionamento disciplinar de licenciamento a bem da disciplina. Recurso Hierárquico. Intempestividade. Manutenção da penalidade.
PARECER	000219/2016
Ementa	Corpo de Bombeiros Militar. Falecimento em ato de serviço. Pensão especial. Dependentes. Filhos. Limite de idade. Rateio. Exclusão de parcelas indenizatórias, conforme entendimento do TCE/PA. Efeitos financeiros retroativos.
PARECER	000220/2016
Ementa	Licitações fracassadas. Situação emergencial. Contratação direta. Requisitos legais. Artigo 24, IV, da Lei nº 8.666/93.
PARECER	000221/2016
Ementa	Análise da redação final de Projeto de Lei. Definição das competências dos Registros de Imóveis. Iniciativa do Poder Judiciário. Sanção ou veto do Governador.



PARECER	000222/2016
Ementa	Reversão. Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, Inciso I, da Lei Estadual 5.251/85, para exercício de cargo comissionado de natureza militar. Reversão a qualquer tempo – Regularidade.
PARECER	000223/2016
Ementa	Concurso público. Cadastro de reserva. Validade do Certame. STF. Repercussão Geral REXT 837311/PI. Inexistência de Direito Subjetivo à nomeação. Análise jurídica.
PARECER	000224/2016
Ementa	Lapso temporal compreendido entre o fim da licença saúde e a aposentadoria por invalidez. Efetivo exercício. Inteligência dos arts. 72, XIV C/C art. 112 § 3º do RJU Estadual.
PARECER	000225/2016
Ementa	Minuta de Decreto. Criação do Complexo Gastronômico do Estado do Pará. Projeto de Governo. Possibilidade de Gestão por Organização Social. Viabilidade jurídica.
PARECER	000226/2016
Ementa	Polícia Militar. Conselho de Disciplina. Exclusão a bem da disciplina. Pedido de revisão. Ausência de fatos novos. Manutenção da penalidade. Análise jurídica.
PARECER	000227/2016
Ementa	Polícia Civil. Processo administrativo disciplinar. Competência de julgamento do Exmo. Governador do Estado.
PARECER	000228/2016
Ementa	Minuta de Projeto de Lei. Criação do Fundo Estadual de Promoção do Trabalho Digno e de Erradicação do Trabalho em Condições Análogas a de Escravo - FUNTRAD/PA. Criação do Conselho Estadual



Gestor do Fundo de Promoção do Trabalho Digno do Pará - CEGFPTD/PA.

PARECER 000229/2016

Ementa Militar Estadual. Promoção por Ato de Bravura expedido em junho de 2015. Pedido de retificação do ato, para fins de emprestar-lhe efeito retroativo à data do Ato de Bravura, nos termos da Lei Estadual nº 8.230/2015. Ato jurídico perfeito. Impossibilidade jurídica.

PARECER 000230/2016

Ementa Servidores públicos integrantes da carreira Policial Civil. Processo Administrativo Disciplinar. Decisão prévia do Delegado-Geral, nos termos do Artigo 98, § 1º, da Lei Complementar Estadual nº 022/94. Encaminhamento do PAD ao Governador com sugestão de demissão de um dos servidores indiciados.

PARECER 000231/2016

Ementa Minuta de Decreto para alteração da legislação estadual de dispositivos do Regulamento do ICMS, com acréscimo do inciso LVII ao artigo 723 e Capítulo LVII ao Anexo I, que visa estabelecer nas operações de industrialização de "bebida quente" diferenças de procedimento e carga tributária aos contribuintes de regime especial. Minuta de Decreto que atende as prerrogativas formais e materiais.

PARECER 000232/2016

Ementa Polícia Militar Estadual (PMPA). Transgressão Disciplinar. Licenciamento a bem da disciplina. Condenação Judicial transitada em julgado. Recurso hierárquico. Análise Jurídica.

PARECER 000233/2016

Ementa Polícia Militar. Processo Administrativo Disciplinar Simplificado. Licenciamento a bem da disciplina. Recursos hierárquicos. Improvimento. Manutenção da penalidade. Análise jurídica.



PARECER 000234/2016

Ementa Reversão.

PARECER 000235/2016

Ementa Policial Militar Estadual. Nomeação para cargo comissionado com lotação na SUSIPE. Função de natureza militar. Agregação.

PARECER 000236/2016

Ementa Polícia Militar do Estado. Proposta de Projeto de Lei. Revogação do Artigo 102, §2º, I e II, da Lei Estadual nº 5.251/85 (Estatuto da PMPA). Análise jurídica.

PARECER 000237/2016

Ementa Polícia Militar do Estado. Oficiais do Quadro de Saúde (Odontólogas). Curso de Adaptação de Oficiais (CADO). Trancamento de matrícula no Curso motivado por gestação. Afastamento das atividades clínicas, na Odontoclínica da PMPA, em vista da não conclusão do CADO. Descabimento. Análise jurídica.

PARECER 000238/2016

Ementa Pecúnia. Aposentadoria. Período incompleto para aquisição de licença prêmio. RJU, art. 98 c/c art. 99, II. Falta injustificada, período ininterrupto. Forma de contagem. Interrupção. Período anterior à Lei Estadual nº 5.810/94.

PARECER 000239/2016

Ementa Programa BIOPARÁ. Gerenciamento por Organização Social. Viabilidade jurídica. Requisitos firmados pelo STF quanto ao Regime Jurídico das Organizações Sociais (ADI 1923/DF)

PARECER 000240/2016

Ementa Minuta de Decreto. Regulamentação da Licença Especial e da Licença para Aprimoramento Profissional. Servidores do Grupo Ocupacional Magistério. Análise Jurídica.



PARECER 000241/2016

Ementa Projeto de Lei Complementar. Instituição do Regime de Previdência Complementar Estadual. Limites para a concessão de aposentadoria e pensões de que trata o Art. 40 da Constituição Federal. Criação da Fundação Estadual FUNPRESP. Versão final após alterações propostas pelo Ministério de Previdência Social. Análise jurídica.

PARECER 000242/2016

Ementa Policial Militar. Agregação. Secretaria de Segurança Pública de outro Estado da Federação. Função Policial-Militar. Possibilidade. Decreto Federal nº 88.777/1983 (R-200). Lei Estadual n. 5.251/1985.

PARECER 000243/2016

Ementa Policial Militar. Reserva remunerada. Convocação ao serviço ativo. Aplicação do art. 105, Parágrafo 2º, I, "b" da Lei Estadual nº 5.252/1985. Junta médica. Cabimento. Análise jurídica.

PARECER 000244/2016

Ementa Análise de minuta de Decreto do Poder Executivo que promove alterações do RICMS/PA, aprovado pelo Decreto nº 4.676/01.

PARECER 000245/2016

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Incidente de Sanidade Mental. Prejuízo ao contraditório e ampla defesa. Invalidação. Repetição da Perícia Médica. Inobservância do art. 216, do RJU Estadual. Nulidade.

PARECER 000246/2016

Ementa Reversão.

PARECER 000247/2016

Ementa Policial Militar Estadual. Nomeação para exercício de cargo junto à SUSIPE (Diretor de Unidade Prisional). Função de natureza policial-militar. Agregação. Exoneração. Reversão ao serviço ativo.



PARECER	000248/2016
Ementa	Polícia Militar. Processo Administrativo Disciplinar Simplificado. Sancionamento disciplinar. Licenciamento a bem da disciplina. Aluno do Curso de formação de soldado. Deserção. Recurso Hierárquico. Manutenção da penalidade. Análise jurídica.
PARECER	000249/2016
Ementa	Policial Militar Estadual. Nomeação para exercício de cargo junto à Secretaria Municipal de Segurança de Marituba. Função de natureza civil. Agregação. Exoneração. Reversão ao serviço ativo.
PARECER	000250/2016
Ementa	Polícia Civil do Estado. Investigador de Polícia. Processo Administrativo Disciplinar. Transgressões Disciplinares Graves. Demissão.
PARECER	000251/2016
Ementa	Outorga da Medalha "Coronel Barros e Arouck", com fundamento no artigo 1º, Par. Único, "c" do Decreto Estadual nº 212/91. Resolução nº 066/2015-PMPA. Condecoração por serviços extraordinários, executados com dedicação e zelo e que destaque esforço pessoal à cultura profissional. Elaboração de Manuais. Regularidade da concessão. Análise jurídica.
PARECER	000252/2016
Ementa	Licitação - Dispensa - Art. 24, IV, da Lei nº 8.666/93 - Requisitos.
PARECER	000253/2016
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Nulidade. Ausência de citação prévia. Prejuízo à defesa do servidor público.
PARECER	000254/2016
Ementa	Retificação de Decreto de Pensão Especial Militar. Percentual de Adicional por Tempo de Serviço. Gratificação de localidade especial.



PARECER 000255/2016

Ementa Projeto de lei - Análise - Incompetência funcional desta PGE.

PARECER 000256/2016

Ementa Pedido de Revisão. Processo Administrativo Disciplinar Simplificado -PADS. Aplicação de penalidade. Licenciamento a bem da disciplina. Absolvição no processo criminal por ausência de provas. Independência das instâncias. Manutenção das causas de pena disciplinar. Improcedência do Pedido de Revisão.

PARECER 000257/2016

Ementa Contratação direta de Escritório de Advocacia Especializado. Inexigibilidade de licitação. Cabimento e Requisitos legais. Art. 25, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93. Instrução Normativa nº 01/2013-AGE/PA. Análise Jurídica.

PARECER 000258/2016

Ementa Programa de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Pará - Pará 2030. Instituição. Minuta de Decreto. Análise jurídica.

PARECER 000259/2016

Ementa Sistema Integrado de Desenvolvimento Econômico do Estado do Pará - SIDE. Alterações e inclusões no Decreto Estadual n. 1.353, de 25 de agosto de 2015. Minuta de Decreto. Análise jurídica.

PARECER 000260/2016

Ementa Cessão de uso de bem público imóvel do Estado para Autarquia Estadual. Minuta de Termo de cessão de uso. Análise jurídica.

PARECER 000261/2016

Ementa Polícia Civil. Processo Administrativo Disciplinar. Escrivão de Polícia Civil. Falta grave. Prova exclusivamente testemunhal. Insuficiência.



Isenção de responsabilidade. Art. 224, Parágrafo Único da Lei Estadual nº 5.810/94. Análise jurídica.

PARECER

000262/2016

Ementa

Projeto de Lei. Atendimento das ressalvas estabelecidas no Parecer n. 49/2016 desta PGE e Manifestações da SEAD e SEPLAN. Encaminhamento ao Exmo. Governador do Estado.

PARECER

000263/2016

Ementa

Consulta acerca dos termos de proposta de acordo de cooperação institucional. Sigilo Fiscal e compartilhamento de informações. Limites.

PARECER

000264/2016

Ementa

Fixação dos índices percentuais de distribuição aos Municípios das parcelas do produto da arrecadação do ICMS. Art. 3º, §8º da Lei Complementar Federal nº 63/90. Competência do Governador do Estado do Pará. Art. 135, V da Constituição Estadual.

PARECER

000265/2016

Ementa

Alteração do RICMS para alterar requisitos de fruição de isenção de ICMS incidente sobre Energia Elétrica consumida por Templos de qualquer culto. Lei Estadual nº 8.288/2015 que deve ser previamente alterada.

PARECER

000266/2016

Ementa

Policial militar. Promoção por antiguidade. Ressarcimento de preterição. Requisitos. Decreto Estadual nº 4.244/1986 e Lei Estadual nº 5.249/85.

PARECER

000267/2016

Ementa

Gratificação de Trânsito. Lei Estadual nº 7.594/2011. Interpretação literal. Quadro de pessoal do DETRAN. Servidores comissionados.



PARECER	000268/2016
Ementa	Lei Federal nº 13.019. Parcerias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil. Abrangência. Serviços complementares - SUS. Expressa exceção legal.
PARECER	000269/2016
Ementa	Imposto de Renda retido na fonte. Isenção/Restituição. Fato gerador. Possibilidade do Estado apreciar o pleito.
PARECER	000270/2016
Ementa	Pedido de revisão. Processo Administrativo Disciplinar Simplificado - PADS. Licenciamento a bem da disciplina. Ausência de provas na instância criminal. Absolvição. Independência das instâncias. Manutenção das causas de pena disciplinar. Instrução probatória satisfatória. Violação funcional caracterizada. Improcedência do pedido de revisão.
PARECER	000271/2016
Ementa	PAD. Inacumulabilidade de cargo público. Inteligência do art. 37, XVI da DF. e art. 41 da CE. Alcance e significado do termo "técnico". Técnico Judiciário do TRT 8ª Região. Ausência de atribuições de natureza técnica. Impossibilidade de acumulação. Violação direta à Norma Constitucional (DF, art. 37, XVI). Autotutela administrativa. Decurso do tempo. Impossibilidade de convalidação ou estabilização. Inconstitucionalidade. Nulidade absoluta.
PARECER	000272/2016
Ementa	Polícia Civil do Estado. Motorista Policial Civil. Processo Administrativo Disciplinar. Transgressão disciplinar grave. Prescrição.
PARECER	000273/2016
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Investigador de Polícia Civil. Tráfico de drogas. Flagrante. PAD regularmente processado. Inocorrência de prescrição. Atuação vinculada da Administração Pública.



PARECER	000274/2016
Ementa	Policial militar estadual. Nomeação para cargo comissionado com lotação na SUSIPE. Função de natureza policial militar. Agregação.
PARECER	000275/2016
Ementa	Minutas de Editais de Concurso Público. Provimento de cargos de Delegado de Polícia Civil, Investigador de e Papiloscopista da Polícia Civil. Análise jurídica.
PARECER	000276/2016
Ementa	Promoção por ato de bravura. Quadro de oficiais. Lei Estadual nº 5.249/85 e Decreto Estadual nº 4.242/86. Regular processamento do Conselho Especial. Não caracterização do Ato de Bravura. Entendimento confirmado pelo Comando-Geral. Manifestação do Chefe do Poder Executivo.
PARECER	000277/2016
Ementa	Cessão de uso de bem imóvel público do Estado para Município. Finalidade pública especificada no respectivo termo. Análise da pretensão à luz das condutas vedadas na legislação eleitoral. Igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais.
PARECER	000278/2016
Ementa	Servidor. Processo administrativo disciplinar. Abandono de cargo. Revelia. PAD regularmente processado. Inocorrência de prescrição. Penalidade de demissão. Atuação vinculada da Administração Pública.
PARECER	000279/2016
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Escrivão de Polícia Civil. Transgressão disciplinar punível com demissão. Análise da prescrição. Aplicação da Lei Penal.



PARECER	000280/2016
Ementa	Pedido de revisão. Processo Administrativo Disciplinar. Pena de demissão. Ausência de fato novo. Manutenção das causas de pena disciplinar. Confirmação da legalidade do procedimento e razoabilidade da pena imposta pelo Pleno do Tribunal de Justiça do Estado. Improcedência do pedido de revisão.
PARECER	000281/2016
Ementa	Servidor público. Contratação temporária. Processo seletivo simplificado. Regulamentação. Minuta de Decreto. Análise jurídica.
PARECER	000282/2016
Ementa	Terceiro Setor. Serviço social autônomo. Parceria. Não incidência da Lei nº 13.019/2014. Impossibilidade jurídica de celebração de convênio. Necessidade de regulamentação estadual da parceria do Estado com Serviços Sociais Autônomos, respeitadas as normas gerais editadas pela União. Na ausência de norma, utilização do Termo de Cooperação Técnica para formalização da parceria. Inaplicabilidade, no caso concreto, da exigência de Chamamento Público para escolha da entidade parceira. Breves considerações sobre vedação constante no artigo 73, § 10, da Lei Eleitoral.
PARECER	000283/2016
Ementa	Policial militar estadual. Nomeação para cargo comissionado com lotação na SUSIPE. Função de natureza policial-militar. Agregação.
PARECER	000284/2016
Ementa	Servidor público. Policial Civil. Cargos de Investigador de Polícia, Escrivão de Polícia e Papiloscopista de nível médio. Quadro suplementar. Complementação pecuniária prevista na Lei Complementar Estadual nº 022/94, pleitos de substituição pela Gratificação de Escolaridade prevista na Lei Estadual nº 5.810/94. Descabimento jurídico.



PARECER	000285/2016
Ementa	ASIPAG. Extinção. Interpretação da Lei Estadual nº 8.096/2015. Minuta de Decreto que declara a extinção das obrigações legais da ASIPAG. Análise jurídica. Necessidade de Lei Específica.
PARECER	000286/2016
Ementa	Licença para acompanhar parente afim em tratamento de saúde. Parentes afins em linha reta e colateral. Ausência de distinção legal. Caráter discricionário da concessão.
PARECER	000287/2016
Ementa	Licença prêmio. Impossibilidade de prorrogação. Gozo de períodos sucessivos. Possibilidade legal. Vedação de fracionamento em período inferior a 30 dias. Nulidade do Ato concessivo. Efeitos.
PARECER	000288/2016
Ementa	Minuta de Decreto instituindo o Programa de Regularização Fiscal no Estado do Pará, para ICMS e IPVA, com parcelamento de débito e redução de juros e multa (Anistia). Necessidade de observância do Art. 15, § 6º da CF/88. Veiculação através de Lei em sentido formal. Convênio CONFAZ 52/2016. Benefício fiscal relativo a IPVA que não está condicionado a autorização do CONFAZ.
PARECER	000289/2016
Ementa	Pagamento de diárias. Grupo Ocupacional Perícia Técnico-Científica CPC Renato Chaves. Deslocamento no perímetro urbano da lotação. Conceito. Atividade inerente ao cargo. Interpretação sistemática do art. 147 do RJU. Prevalência da Legislação Estadual. Regime Jurídico de Pessoal.
PARECER	000290/2016
Ementa	Crédito consignado. Servidor inativo. BANPARÁ. Desconto em folha de pagamento de benefícios. Impossibilidade de outro banco ou instituição financeira ser credenciada junto ao IGEPREV. Ausência de



previsão na Legislação Específica. Lei Complementar n. 039/2002 e Decreto Estadual nº 2.161/2010.

PARECER

000291/2016

Ementa

Policia! Militar. Promoção por antiguidade. Ressarcimento de preterição. Conselho de Justificação. Requisitos. Decreto Estadual nº 4.244/1986 e Lei Estadual nº 5.249/85.

PARECER

000292/2016

Ementa

Servidor público portador de deficiência. Aposentadoria especial. Mora legislativa na regulamentação do artigo 40, § 4º, I, da DF/88. Aplicação supletiva das normas previstas para os segurados do Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Lei Complementar nº 142/2013.

PARECER

000293/2016

Ementa

FUNTELPA. Gratificação de Tempo Integral. RJU. Inaplicabilidade. Lei Estadual nº 7.215/2008. Personalidade jurídica de Direito Privado. Aplicabilidade da Legislação Trabalhista.

PARECER

000294/2016

Ementa

Memorando de Entendimento (MoU). Estado do Pará e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Cooperação entre as partes em áreas de interesse comum. Necessidade de ciência do Estado Brasileiro. Requisitos. Análise jurídica.

PARECER

000295/2016

Ementa

CONSEP. Resolução nº 290/2016. Criação de Comissão Técnica para analisar "casos de exploração sexual de crianças e adolescentes em Balsas nos rios do Arquipélago do Marajó" e propor medidas. Homologação por Decreto Governamental. Art. 4º da Lei Estadual nº 7.584/2011 e Art. 22 do Regimento Interno/CONSEP. Análise jurídica.



PARECER	000296/2016
Ementa	Pensão Especial Militar. Morte de Policial Militar em Serviço. Companheira e filhos menores. Beneficiários. Rateio em cotas-partes iguais. Limite temporal do benefício. Composição da vantagem. Fixação dos efeitos financeiros decorrentes da concessão da Pensão Especial Militar.
PARECER	000297/2016
Ementa	Municípios. Atuação no ensino superior. Sistema de Ensino Estadual. Instituição Municipal de Ensino Superior. Possibilidade de credenciamento. Lei Federal nº 9.394/1996. Resolução nº 482/2009 do Conselho Estadual de Educação.
PARECER	000298/2016
Ementa	Pensão Especial Militar. Auxílio morte. Beneficiários. Valores. Forma de rateio.
PARECER	000299/2016
Ementa	Cessão de uso de imóvel do Estado ao DETRAN. Autarquia Estadual. Possibilidade. Atendimento dos requisitos da Lei nº 6.614/2004.
PARECER	000300/2016
Ementa	Revisão de punição disciplinar. Hipótese de cabimento não verificada. Ausência de fato novo e de ilegalidade na punição aplicada.
PARECER	000301/2016
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Policial Civil. PAD regularmente processado. Inocorrência de prescrição. Falta grave. Penalidade de demissão. Atuação vinculada da Administração Pública.
PARECER	000302/2016
Ementa	Militar. Pré-candidato às Eleições Municipais. Agregação. Registro da candidatura. Desnecessidade de desincompatibilização.



PARECER	000303/2016
Ementa	Pensão especial e Auxílio morte. Policial civil morto no trajeto entre a residência e a Delegacia. Nexo de causalidade entre o evento fatal e as atividades policiais. Direito configurado.
PARECER	000304/2016
Ementa	Outorga da Medalha "Coronel Barros e Arouck", com fundamento no artigo 1º, Par. Único, "c" do Decreto Estadual nº 212/91. Resolução nº 006/2015-PMPA. Condecoração por serviços extraordinários, executados com dedicação e zelo e que destaque esforço pessoal à cultura profissional. Elaboração de Manuais. Regularidade da concessão. Análise jurídica.
PARECER	000305/2016
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Policiais Civis. PAD regularmente processado. Inocorrência de prescrição. Falta grave. Penalidade de demissão. Atuação vinculada da Administração Pública. Independência relativa das instâncias penal e administrativa. Falta residual.
PARECER	000306/2016
Ementa	Doação. Distribuição de bens e serviços em ano eleitoral. Análise das vedações eleitorais estabelecidas na Lei nº 9.504/97.
PARECER	000307/2016
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Transgressão disciplinar punível com demissão.
PARECER	000308/2016
Ementa	Acordo de resultado - Estado do Pará e Secretaria de Estado de Fazenda. Programa Pará 2030.



PARECER	000309/2016
Ementa	Processo Administrativo disciplinar. Polícia Civil. Previsão Legal da pena de demissão. Ato vinculado.
PARECER	000310/2016
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Polícia Civil. Previsão legal da pena de demissão. Ato vinculado. Entendimento recente dos Tribunais Superiores.
PARECER	000311/2016
Ementa	Polícia Militar. Processo Administrativo Disciplinar Simplificado. Aplicação de pena de exclusão a bem da disciplina pelo Exmo. Governador do Estado. Pedido de revisão. Ausência de fato novo. Manutenção da penalidade.
PARECER	000312/2016
Ementa	Bombeiro Militar Estadual. Exercício de cargo junto à Secretaria Estadual de Segurança Pública e Defesa Social. Função de natureza civil. Agregação. Exoneração. Reversão ao serviço ativo.
PARECER	000313/2016
Ementa	Quarto Termo Aditivo ao Protocolo de Intenções n. 001/2008. Parceria entre Poder Judiciário, Poder Executivo e Ministério Público. Ações Conjuntas voltadas à implementação das Políticas Públicas que visam coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e garantir a aplicação dos direitos humanos. Prorrogação do prazo de vigência.
PARECER	000314/2016
Ementa	Defensoria Pública do Estado. Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR). Servidores redistribuídos. Cargo. Função. Quadro de cargos efetivos. Quadro em extinção. Concurso público.



PARECER	000315/2016
Ementa	Projeto de Lei de Indicação. Representação Judicial dos Policiais Militares e Cíveis. Impossibilidade. Limites da atuação institucional da Procuradoria-Geral do Estado. Defesa do ente público.
PARECER	000316/2016
Ementa	Policial Militar Estadual. Pré-candidato a cargo eletivo (Vereador). Pedido de Agregação. Necessidade de Registro da candidatura.
PARECER	000317/2016
Ementa	Processo de Promoção. Progressão funcional de Procuradores Autárquicos e Fundacionais. Lei Estadual nº 6.873/2006. Reorganização dos cargos por classes. Redistribuição de cargos vagos. Decreto Estadual nº 1.279/2015. Republicação por incorreção.
PARECER	000318/2016
Ementa	Reversão. Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, Inciso I, da Lei Estadual 5.251/85, para exercício de função de natureza militar. Reversão a qualquer tempo. Regularidade. Análise jurídica.
PARECER	000319/2016
Ementa	Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, Inciso I, da Lei Estadual 5.251/85 c/c art. 2º e anexo da Lei 8.289/2015. Exercício de cargo de natureza militar na SUSIPE. Regularidade da agregação.
PARECER	000320/2016
Ementa	Policial Militar Estadual. Tempo de Serviço. Policial aguardando reserva remunerada <i>ex officio</i> . Agregação.
PARECER	000321/2016
Ementa	Reversão



PARECER 000322/2016

Ementa PAD. Abandono de cargo. Ausência injustificada. *Animus Abandonandi*.

PARECER 000323/2016

Ementa Bombeiro militar. Promoção por antiguidade. Ressarcimento de preterição. Comprovado erro administrativo. Interpretação dos arts. 14 e 15 da Lei Estadual nº 5.249/85. Parecer 012/2012. Lei Estadual nº 5.249/85 e Decreto Estadual nº 4.244/1986.

PARECER 000324/2016

Ementa Processo Administrativo Disciplinar Simplificado. Licenciamento a bem da disciplina. Recurso hierárquico. Tempestividade. Notificação pessoal. Infração de natureza grave. Licenciamento a bem da disciplina. Recurso improvido. Recurso hierárquico. Intempestividade. Notificação pessoal. Infração de natureza grave. Licenciamento a bem da disciplina. Recurso não conhecido.

PARECER 000325/2016

Ementa Participação em Conselhos e órgãos colegiados. Conselho Estadual sobre Drogas (CONED). Pagamento de gratificação e jetons por participação. Ausência de previsão legal. Trabalho considerado como de relevante interesse público. Boa-fé. Não ressarcimento.

PARECER 000326/2016

Ementa Cessão de uso de bem imóvel público do Estado para Município. Finalidade pública especificada no respectivo Termo. Análise da pretensão à luz das condutas vedadas previstas na Legislação Eleitoral. Igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais.

PARECER 000327/2016

Ementa Análise de minuta de Decreto do Poder Executivo que promove alterações do RICMS/PA, aprovado pelo Decreto nº 4.676/01.



PARECER	000328/2016
Ementa	Projeto de Lei Complementar nº 05/2016. Aprovação pela Assembleia Legislativa. Altera dispositivos da Lei Complementar Estadual nº 57/2006. Modifica procedimentos eleitorais e dá outras providências. Constitucionalidade da iniciativa. Art. 184 da CE/89 c/c art. 2º da Lei Federal nº 8.625/1993. Sanção. Art. 108 da CE/89. Análise jurídica.
PARECER	000329/2016
Ementa	Bombeiros Militares Estaduais. Nomeação para cargo comissionado de natureza civil junto ao TCE. Agregação.
PARECER	000330/2016
Ementa	Reversão. Agregação promovida com fundamento no art. 88, § 1º, inciso I, da Lei Estadual 5.251/85, para exercício de função de natureza militar. Reversão a qualquer tempo. Regularidade. Análise jurídica.
PARECER	000331/2016
Ementa	Reversão. Agregação promovida com fundamento no art. 88, § 1º, inciso I, da Lei Estadual 5.251/85, para exercício de função de natureza militar. Reversão a qualquer tempo. Regularidade. Análise jurídica.
PARECER	000332/2016
Ementa	Polícia Militar. Oficial. Conselho de Justificação. Julgamento que cabe ao Chefe do Poder Executivo. Artigos 136 e 137 da Lei Estadual nº 6.833/2006. Interceptação telefônica. Validade da prova. Análise jurídica.
PARECER	000333/2016
Ementa	Outorga da medalha "General Ferreira Coelho", com fundamento nos artigos 2º, V, 3º e 4º do Decreto Estadual nº 1.585/81. Dedicção aos Estudos 01 (uma) Rosa Heráldica. Primeira colocação em Curso



de Aperfeiçoamento de Sargentos PM 2016. Conceito "Muito bom". Regularidade da concessão. Análise jurídica.

PARECER

000334/2016

Ementa

Cessão de uso de bem público imóvel do Estado para o Município. Minuta de Termo de cessão de uso. Ano eleitoral. Análise jurídica.

PARECER

000335/2016

Ementa

Proposta de alteração de dispositivos do RICMS-Pa.

PARECER

000336/2016

Ementa

Minuta de Decreto que dispõe sobre os índices percentuais de distribuição aos Municípios das parcelas do produto da arrecadação do ICMS.

PARECER

000337/2016

Ementa

Policia! Militar Estadual. Nomeação para cargo comissionado com lotação na SEGUP. Função de natureza policial-militar. Agregação.

PARECER

000338/2016

Ementa

Policia! militar estadual. Nomeação para cargo comissionado com lotação na SEGUP. Função de natureza policial-militar. Agregação.

PARECER

000339/2016

Ementa

Servidor público. Abandono de cargo. Processo administrativo disciplinar. Pena de demissão. Análise jurídica.

PARECER

000340/2016

Ementa

Outorga da medalha "General Ferreira Coelho", com fundamento nos artigos 2º, I, 3º e 4º, do Decreto Estadual nº 1.585/81. Dedicção aos Estudos 01 (uma) Rosa Heráldica. Primeira colocação em curso superior de Polícia e Bombeiro Militar. CSPBM-2013. Regularidade da concessão.



PARECER 000341/2016

Ementa Proposta de edição de Decreto que pretende regulamentar benefício fiscal (PROREFIS) deferido pelo CONFAZ.

PARECER 000342/2016

Ementa Projeto de Lei. Instituição do mês "JULHO AMARELO". Ações preventivas de combate às hepatites virais. Atribuição de ações concretas para órgãos públicos. Iniciativa do Chefe do Executivo (Art. 105, II, d, da Carta Estadual). Princípio da separação dos Poderes. Inconstitucionalidade formal. Sugestão de veto. Análise jurídica.

PARECER 000343/2016

Ementa Projeto de Lei nº 01/2015. Aprovação pela Assembleia Legislativa. Selo de Responsabilidade Cultural. Vício de iniciativa. Inconstitucionalidade. Indicação de veto. Análise jurídica.

PARECER 000344/2016

Ementa Projeto de Lei de iniciativa parlamentar. Instalação de medidores pelos consumidores de serviços públicos mensuráveis. Análise jurídica.

PARECER 000345/2016

Ementa PAD. Demissão. Investigador de Polícia Civil. Transgressão funcional de natureza grave. Pedido de reconsideração. Indeferimento. Manutenção da pena aplicada.

PARECER 000346/2016

Ementa Polícia Militar. Suspensão da Instrução Probatória. Violação legal. Inexistência de prescrição. Causa de interrupção de prescrição. Processo administrativo disciplinar simplificado. Art. 174 do Código de Ética e disciplina da PMPA. Reinício da contagem do prazo quinquenal. Instauração de novo Conselho de Justificação. Análise jurídica.



PARECER	000347/2016
Ementa	Polícia Militar. Promoção por Ato de Bravura. Conselho Especial fulcrado em legislação revogada. Lei Estadual nº 8.230/2015. Lei de Promoção de Praças. Decisão do Comandante-Geral dissonante da conclusão do Conselho Especial. Legislação afeita à carreira dos Oficiais. Análise jurídica.
PARECER	000348/2016
Ementa	Resgate de aforamento de imóvel rural. Título expedido sob a égide de EC nº 10, de 09.11.1964. Resgate requerido sob a égide da atual CF/88.
PARECER	000349/2016
Ementa	Polícia Militar Estadual (PMPA). Transgressões disciplinares graves. Licenciamento a bem da disciplina. Recurso Hierárquico. Análise jurídica.
PARECER	000350/2016
Ementa	Policia Militar. Reforma ex-officio. Procrastinação na entrega de documentos. Transgressão disciplinar, Art. 37, LXXXI, da Lei Estadual nº 6.833/2006. Agregação. Policial Militar julgada incapaz para o serviço militar por junta médica da PMPA. Art. 88, § 1º, III, "B", da Lei Estadual nº 5.251/85. Impossibilidade de suspensão do pagamento de sua remuneração.
PARECER	000351/2016
Ementa	Minuta de Projeto de Lei que altera o art. 3º, inciso XII da Lei Estadual nº 6.017/96, que regula o IPVA neste Estado.
PARECER	000352/2016
Ementa	Bombeiro Militar Estadual. Pré-candidato a cargo eletivo (vereador). Pedido de agregação. Necessidade de registro da candidatura.



PARECER	000353/2016
Ementa	Processo de acompanhamento e avaliação de Estágio Probatório. Polícia Civil. Sugestão de exoneração.
PARECER	000354/2016
Ementa	Revisão de punição administrativa de militar. Fato novo. Inteligência do art. 67 da Lei 6.833/2006.
PARECER	000355/2016
Ementa	Policia! Militar Estadual. Nomeação para cargo comissionado com lotação no DETRAN. Função de natureza policial militar. Agregação. Análise jurídica.
PARECER	000356/2016
Ementa	Projeto de Lei Complementar. Alterações da Lei Complementar Estadual nº 039/2002. Regime de Previdência Estadual do Pará. Pensão previdenciária ao cônjuge ou companheiro(a). Requisitos e limites. Atualização de benefícios estaduais. Definição de índice e data-base.
PARECER	000357/2016
Ementa	Reversão. Agregação promovida com fundamento no art. 88, § 1º, inciso I, da Lei Estadual 5.251/85, para exercício de função de natureza militar. Reversão a qualquer tempo. Regularidade.
PARECER	000358/2016
Ementa	Liquidação e pagamento. Apresentação de recibo pelo fornecedor ou prestador de serviço. Exigência. Legalidade. Atestado de recebimento pela Administração. Distinções legais



PARECER	000359/2016
Ementa	Consultores jurídicos do Estado. Promoção por antiguidade. Limite de gastos com pessoal. Minuta de Decreto de promoção. Análise jurídica.
PARECER	000360/2016
Ementa	Policial Militar Estadual. 30 anos de efetivo exercício. Agregação. Anulação.
PARECER	000361/2016
Ementa	Polícia Militar. Processo Administrativo Disciplinar Simplificado. Licenciamento a bem da disciplina. Pedido de revisão. Lei de Anistia. Inaplicabilidade. Infração disciplinar que violou a hierarquia e a disciplina militares. Manutenção da penalidade.
PARECER	000362/2016
Ementa	CONSEP. Resolução nº 295/2016. Aprovação com ressalva. Relatório conclusivo do Processo n. 08/2015-CONSEP. Viabilidade da Instituição e implementação do Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Pará. Homologação por Decreto Governamental. Art. 4º da Lei Estadual nº 7.584/2011. Art. 22 do Regimento Interno/CONSEP. Análise jurídica.
PARECER	000363/2016
Ementa	Minuta de Decreto. Regulamentação do Sistema Integrado de Comunicação do Governo do Estado do Pará - SICOM/PA. Análise jurídica.
PARECER	000364/2016
Ementa	Servidor público nomeado e empossado, que não entrou em exercício no prazo legal. Exoneração ex officio. Art. 25, §2º, da Lei Estadual nº 5.810/94. Efeito retroativo do ato de desligamento. Retificação de Decreto.



PARECER	000365/2016
Ementa	Grupo de Acompanhamento da Letalidade e Mortalidade/GALM. Relatório de Atividades. Aprovação pelo CONSEP. Homologação da Resolução nº 294/2016-CONSEP pelo Chefe do Poder Executivo. Minuta de decreto. Análise Jurídica.
PARECER	000366/2016
Ementa	Corpo de Bombeiros Militar. Promoções de Oficiais. 25 de Setembro. Análise jurídica.
PARECER	000367/2016
Ementa	Outorga das Medalhas do Mérito "Coronel Fontoura" e de bons serviços prestados. Decretos Estaduais nº 986, de 17/09/1980, e nº 7.404, de 08/01/1971. Regularidade da concessão.
PARECER	000368/2016
Ementa	Polícia Militar Estadual. Promoção. Oficiais. Antiguidade e Merecimento. Lei nº 5.249/85.
PARECER	000369/2016
Ementa	Pensão especial militar. Morte em serviço. Rateio entre os beneficiários. Efeitos financeiros. Limites legais. Composição da pensão. Requerimento de auxílio morte, auxílio-funeral e pecúlio. Prescrição. Menor. Autotutela.
PARECER	000370/2016
Ementa	Polícia Militar. Conselho de Disciplina. Exclusão a bem da disciplina. Pedido de revisão prematuro. Recursos hierárquicos pendentes de apreciação. Não conhecimento do Pedido de Revisão. Análise jurídica.



PARECER	000371/2016
Ementa	Cessão de uso de bem público do Estado para Município e entidades provadas. Análise a luz da legislação eleitoral e da Lei nº 13.019/2014.
PARECER	000372/2016
Ementa	Protocolo de intenções. Parceria entre o Poder Judiciário, Poder Executivo, Ministério Público do Estado e Defensoria Pública do Estado. Desenvolvimento de ações conjuntas voltadas à implementação de Políticas Públicas de Combate à Violência Doméstica e Famílias contra a Mulher. Análise jurídica.
PARECER	000373/2016
Ementa	Policial Militar Estadual. Candidato a cargo eletivo (Vereador). Registro de candidatura comprovado. Agregação.
PARECER	000374/2016
Ementa	Cessão de uso de bem público imóvel do Estado para Autarquia Estadual - DETRAN/PA. Minuta de Termo de cessão de uso. Análise jurídica. Regularidade da cessão.
PARECER	000375/2016
Ementa	Policial militar estadual. Candidato a cargo eletivo (Prefeito). Registro de candidatura comprovado. Agregação.
PARECER	000376/2016
Ementa	Servidor público. Processo administrativo disciplinar. Abandono de cargo. Demissão.
PARECER	000377/2016
Ementa	Piso Salarial Profissional Nacional Para os Profissionais do Magistério Público da Educação Básica. Lei Federal nº 11.738/2008. ADI nº 4.167-DF. Composição salarial do Grupo Magistério Estadual. RJU art. 140, III. Gratificação de Escolaridade. Parcela remuneratória



inerente aos cargos de nível superior. Padrão remuneratório inicial. Observância do Piso Salarial.

PARECER 000378/2016

Ementa Recomendação de retificação de Portaria de Aposentadoria. Tribunal de Contas do Estado - TCE/PA. Incorporação de Adicional de Exercício de Função Gratificada/Cargo comissionado. Art. 130, § 1º, da Lei Estadual nº 5.810/1994. Interpretação Ampliativa. Dissonância do Comando Legal. Período aquisitivo para incorporação. Análise jurídica.

PARECER 000379/2016

Ementa Projeto de Lei dos Orçamentos Anuais (LOA). Exercício de 2017. Art. 165 da CF/88 e Art. 204 da CE/89. Análise jurídica.

PARECER 000380/2016

Ementa Servidor público. Delegado de Polícia Civil. Penalidades de demissão "Recurso de Revisão". Recebido como pedido de reconsideração. Princípio do formalismo moderado. Intempestividade. Não conhecimento. Dever de Autotutela. Análise da legalidade da pena demissória.

PARECER 000381/2016

Ementa Expediente oriundo da COHAB relatando que teve indeferido pela SEFIN-Belém, pedido de reconhecimento de imunidade recíproca do IPTU incidente sobre os imóveis localizados no Assentamento Taboquinha.

PARECER 000382/2016

Ementa Organização Social. Princípio da Legalidade. Remuneração de Dirigentes. Gratificação de Produtividade. Impossibilidade.



PARECER	000383/2016
Ementa	Possibilidade de celebração de Convênio. SEDAP. Cadeia produtiva do açaí no Estado - Pro-Açaí. Vedações em ano eleitoral. Lei nº 9.504/97. Parceria entre órgão da Administração Direta e entidade da Administração Indireta Estadual. Onerosidade do ajuste. Inaplicabilidade da Lei nº 13.019/2014 para as Parcerias firmadas entre a Administração Direta e Entidades da Administração Indireta. Análise jurídica.
PARECER	000384/2016
Ementa	Licitação. Pregão eletrônico. Registro de Preços. Sistema de Gestão de Abastecimento de Frota de Veículos com fornecimento de combustível por postos credenciados.
PARECER	000385/2016
Ementa	Alteração do Regulamento do ICMS. Tratamento tributário diferenciado a contribuintes do Comércio Atacadista. Possibilidade.
PARECER	000386/2016
Ementa	Projeto de Lei nº 179/2016. Aprovação pela Assembleia Legislativa. Dispõe sobre a indenização de férias e conversão em pecúnia de licença prêmio para servidores ativos do Ministério Público do Estado. Inconstitucionalidade da iniciativa. Art. 105, II, "b" da CE/89. Incompatibilidade com arts. 76, §3º e 99, II da Lei Estadual nº 5.810/94. Recomendação de veto. Art. 108 da CE/89. Análise Jurídica.
PARECER	000387/2016
Ementa	Reversão.
PARECER	000388/2016
Ementa	Servidor Público. Cessão. Órgãos cedente e cessionário com jornadas de trabalho distintas. Complementação salarial. Lei Estadual nº 6.876/2006. Desvio de função. Pagamento da diferença



das remunerações, a título de indenização. Princípio da vedação ao enriquecimento ilícito do Poder Público.

PARECER

000389/2016

Ementa

Piso Salarial de Agente de Combate às Endemias. Lei nº 11.350/2006. Atividade definida na Constituição Federal/88. Agente de Controle de Endemias. Cargo criado por Lei Estadual. Atividades semelhantes. Jornada de trabalho reduzida. Proporcionalidade do piso. Análise jurídica.

PARECER

000390/2016

Ementa

Alteração do RICMS para alterar requisitos de fruição de isenção de ICMS incidente sobre energia elétrica consumida por templos de qualquer culto. Lei Estadual nº 8.288/2015 alterada pela Lei Estadual 8.386/2016. Possibilidade de Edição do Decreto Estadual para adequar o RICMS-PA à nova roupagem legal da isenção em tela.

PARECER

000391/2016

Ementa

PADS. Licenciamento a bem da disciplina. Transgressão de natureza grave. Publicação de ofensas à Corporação em redes sociais. Recurso Hierárquico. Manutenção da pena aplicada.

PARECER

000392/2016

Ementa

Cessão de uso de bem imóvel do Estado para Autarquia Estadual. Minuta de Termo de Cessão de uso. Análise jurídica.

PARECER

000393/2016

Ementa

Polícia Militar. Promoção por Ato de Bravura. Conselho Especial fulcrado em legislação revogada. Lei Estadual nº 8.230/20105. Lei de Promoção de Praças. Decisão do Comandante-Geral baseada em Lei revogada. Inaplicabilidade de norma afeita à promoção dos Oficiais para a Promoção de Praças. Análise jurídica.



PARECER

000394/2016

Ementa

Agregação promovida com fundamento no Art. 88, § 1º, inciso I, da Lei Estadual 5.251/85 c/c art. 40 da Lei nº 7.551 com alteração dada pela Lei 8.289/2015. Exercício de cargo de natureza militar no Ministério Público Estadual. Regularidade da agregação.

PARECER

000395/2016

Ementa

Nomeação de membros para o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável - CONSEANS. Biênio 2016/2018. Processo Seletivo. Substituição do Membro da Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda (SEASTER) no CONSEANS. Convalidação de Resolução que prorrogou mandatos de Conselheiros. Análise jurídica.

PARECER

000396/2016

Ementa

Preservação de espaço ao Ministério Público Estadual em prédios do TJE-PA. Determinação constitucional. Presunção de constitucionalidade. Impossibilidade de retomada das salas ocupadas.

PARECER

000397/2016

Ementa

Depósitos judiciais. Utilização para pagamento de "Precatórios Judiciais de qualquer natureza". Inclusão das requisições de Pequeno Valor (RPV's) no conceito de "Precatórios Judiciais de qualquer Natureza". Impossibilidade jurídica. Lei Complementar Federal nº 151/2015. Lei Estadual nº 8.312/2015.

PARECER

000398/2016

Ementa

Termo de Adesão. Estado do Pará e Guiana Francesa. Programa de Cooperação Interregional Amazônia -PCIA 2014-2020. Análise jurídica.



PARECER	000399/2016
Ementa	Reajuste de preço de contrato de locação de veículos. Polícia Civil. IGP-DI. Cláusula contratual. Decreto Estadual nº 1.513/2016. Análise jurídica.
PARECER	000400/2016
Ementa	Minuta de Decreto para alteração da legislação estadual que estabelece o limite máximo de receita bruta anual
PARECER	000401/2016
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Professor. Assédio sexual. Aluno especial. PAD regularmente processado. Inocorrência de prescrição
PARECER	000402/2016
Ementa	Minuta de Decreto. Reforma disciplinar. Conselho de Justificação. Ato de competência do Governador do Estado após julgamento pelo Tribunal de Justiça. Art. 140, I e Parágrafo Único da Lei Estadual nº 6.833/2006. Análise jurídica.
PARECER	000403/2016
Ementa	PoliciaI militar. Promoção por Ato de Bravura. Competência da apuração.
PARECER	000404/2016
Ementa	Averbação para efeito de anuênios. Servidor temporário. Norma coletiva. Abrangência em face da nulidade do contrato.
PARECER	000405/2016
Ementa	Termo de Compromisso. Estado do Pará e Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportações -CZPE. Lei Federal nº 6.814/2009. Criação da Zona de Processamento de Exportações de Marabá. Análise jurídica.



PARECER	000406/2016
Ementa	Projeto de Lei nº 176/16, de 30 de agosto de 2016. Altera dispositivos da Lei nº 5.251, de 31 de julho de 1985, que dispõe sobre o estatuto da Polícia Militar do Pará e dá outras providências.
PARECER	000407/2016
Ementa	Servidor público. Abandono de cargo. Processo Administrativo Disciplinar. Pena de demissão. Análise jurídica.
PARECER	000408/2016
Ementa	Proposta de alteração de composição do Conselho Gestor do FUNCACAU-PA. Decreto. Impossibilidade. Composição prevista em lei. Princípio da hierarquia das normas.
PARECER	000409/2016
Ementa	Cessão de uso de bem imóvel público do Estado para Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBIO. Finalidade pública especificada no respectivo Termo. Análise jurídica da pretensão.
PARECER	000410/2016
Ementa	Projeto de Lei. ARCON. Serviço diferenciado de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado do Pará. Competência residual do Estado. Projeto de Lei de iniciativa comum.
PARECER	000411/2016
Ementa	Policial Militar Estadual. Tempo de serviço. Policial aguardando reserva remunerada <i>ex officio</i> . Agregação.
PARECER	000412/2016
Ementa	Projeto de Lei. Criação do Conselho Indigenista. Análise jurídica.



PARECER 000413/2016

Ementa Instauração de Conselho de Justificação. Inteligência da Lei nº 6.833/2006.

PARECER 000414/2016

Ementa Minuta de Decreto. Processo de Promoção. Procuradores Autárquicos e Fundacionais. Lei Estadual nº 6.873/2006. Análise jurídica.

PARECER 000415/2016

Ementa Sobre a Síndrome de Down. Projeto de Lei de iniciativa comum. Sanção.

PARECER 000416/2016

Ementa Polícia Militar. Conselho de Justificação. Encerramento do prazo legal para conclusão dos trabalhos. Incompetência da comissão processante. Extinção do Conselho de Justificação. Instauração de Novo Conselho de Justificação. Análise jurídica.

PARECER 000417/2016

Ementa Projeto de Lei nº 313/2015. Aprovação pela Assembleia Legislativa. Institui o Dia Estadual da Culinária Paraense. Constitucionalidade da iniciativa. Sanção. Análise jurídica.

PARECER 000418/2016

Ementa Servidor civil. Processo administrativo disciplinar. PAD. Nulidade parcial. Esgotamento do prazo que legitima e confere competência à Comissão Processante. Ausência de Portaria de redesignação ou recondução dos membros da Comissão. Aproveitamento dos atos anteriores ao esgotamento do prazo.



PARECER	000419/2016
Ementa	Fundo Para o Desenvolvimento Sustentável da Base Produtiva do Estado do Pará - Crédito do Produtor. Regulamentação. Minuta de Decreto. Análise jurídica.
PARECER	000420/2016
Ementa	Projeto de Lei que declara como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado do Pará a Associação Carnavalesca Bole Bole. Iniciativa parlamentar. Análise jurídica.
PARECER	000421/2016
Ementa	Ajustes na taxa de regularização.
PARECER	000422/2016
Ementa	Servidor público. Policial civil. Falecimento. Mal súbito durante o expediente. Acidente vascular cerebral. Morte natural. Seguro de acidente de trabalho. Auxílio morte. Não comprovação do nexo de causalidade entre o serviço e a morte. Decreto estadual nº 2.490/97
PARECER	000423/2016
Ementa	Policial militar. Acidente. Caracterização de morte em serviço. Nexo de causalidade. Art. 77 da Lei Estadual nº 5.251/85. Decreto Estadual nº 10.745/78. Análise jurídica.
PARECER	000424/2016
Ementa	Reversão. Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, inciso III, "n" da Lei Estadual 5.251/85, para candidatura a cargo eletivo. Reversão a qualquer tempo. Regularidade. Análise jurídica.
PARECER	000425/2016
Ementa	Auxílio alimentação. Militar falecido. Período compreendido entre o falecimento e a concessão da pensão. Interpretação das Leis nº 5.251/85 e 7.197/2008.



PARECER	000426/2016
Ementa	Competência Ambiental Material Municipal. Lei Complementar 140/2011. Atribuição dos Conselhos Estaduais de Meio Ambiente. Revogação da Lei Estadual 7.389, de 31.03.2010 anterior à LC
PARECER	000427/2016
Ementa	Policial Militar Estadual. Nomeação para cargo comissionado integrante do quadro da SUSIPE. Função de natureza policial militar. Lei Estadual nº 5.276/85 - Item 6 do Anexo. Agregação.
PARECER	000428/2016
Ementa	Projeto de Lei. Alteração e acréscimo de dispositivo na Lei Estadual nº 5.980/1996. Cessão de servidores públicos para entidades qualificadas como Organizações Sociais. Análise jurídica.
PARECER	000429/2016
Ementa	Policial Militar Estadual. Nomeação para função de natureza militar. Agregação. Análise jurídica.
PARECER	000430/2016
Ementa	Policial Militar Estadual. Nomeação para função de natureza militar. Agregação. Análise jurídica.
PARECER	000431/2016
Ementa	Projeto de Lei. Dia Estadual da Juventude. Projeto de Lei de iniciativa comum. Sanção.
PARECER	000432/2016
Ementa	Reversão. Agregação promovida com fundamento no Art. 88, §1º, Inciso III, "n" da Lei Estadual 5.251/85, para candidatura a cargo eletivo. Reversão a qualquer tempo. Regularidade. Análise jurídica.



PARECER 000433/2016

Ementa Servidor. Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Revelia. PAD regularmente processado. Inocorrência de prescrição. Penalidade de demissão. Atuação vinculada da Administração Pública.

PARECER 000434/2016

Ementa Policial Militar Estadual. Esgotamento do prazo que caracteriza o crime de deserção, previsto no Código Penal Militar. Agregação.

PARECER 000435/2016

Ementa Bombeiro Militar Estadual. Exercício da função militar no Estado de Roraima. Interesse das partes. Juízo de conveniência. Agregação

PARECER 000436/2016

Ementa Polícia Militar. Conselho de Disciplina. Exclusão a bem da disciplina. Pedido de revisão. Ausência de fatos novos. Manutenção da penalidade. Análise jurídica.

PARECER 000437/2016

Ementa Projeto de Lei nº 133/2015. Iniciativa e aprovação pela Assembleia Legislativa. Obriga publicação de informações na conta de luz com letra em tamanho igual ou superior a "12", padrão ABNT. Concessão de serviços públicos. Direito do usuário. Competência da União Federal. Regulamentação da ANEEL. Inconstitucionalidade. Indicação de veto. Análise jurídica.

PARECER 000438/2016

Ementa Projeto de Lei nº 183/2016. Poder Judiciário. Aprovação pelo Legislativo. Revisão anual da remuneração dos servidores. Art. 37, X da CRFB/88. Arts. 39, § 1º e 160, VIII, "B" da CE/89. Constitucionalidade da iniciativa. Análise jurídica.



PARECER	000439/2016
Ementa	Convênio de Cooperação Técnica. Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Cessão de servidores estaduais para o Poder Judiciário. Art. 31 do RJU. Decreto Estadual nº 648/2013.
PARECER	000440/2016
Ementa	CONSEP. Resolução nº 298/2016. Constitui Comissão Especial encarregada do Processo de Escolha dos membros representantes das entidades de classe dos órgãos que compõem o SIEDS. Homologação por Decreto Governamental. Art. 4º da Lei Estadual nº 7.584/2011. Art. 22 do Regimento Interno/CONSEP. Análise jurídica.
PARECER	000441/2016
Ementa	Projeto de Lei nº 175/16, de 30 de Agosto de 2016. Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 4.491/1973. Institui novos valores de remuneração para Policiais Militares. Auxílio fardamento.
PARECER	000442/2016
Ementa	Lei nº 13.303/2016. Estatuto Jurídico da Empresa Pública, da Sociedade de Economia Mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Contornos de sua aplicação às Empresas Estatais da Administração Estadual.
PARECER	000443/2016
Ementa	Minuta de Decreto para nova regulamentação da Lei Estadual 7.638/2013, quanto ao crédito da parcela de ICMS aos municípios que tenham partes de seus territórios integrados por unidades de conservação ambiental e outras áreas protegidas. Aspectos formais e legais atendidos devendo observar as sugestões da Secretaria de Estado da Fazenda sobre alteração do texto, em especial parágrafo 2º, do artigo 4º e artigo 10 da minuta.
PARECER	000444/2016
Ementa	Agregação. Art. 88, §1º, inciso I da Lei Estadual nº 5.251/85 c/c item 8 do anexo da Lei Estadual nº 5.276/85, com alteração de Lei



Estadual nº 8.289/2015. Exercício de cargo comissionado de natureza militar na Casa Militar da Governadoria do Estado. Análise jurídica.

PARECER

000445/2016

Ementa

Polícia Militar. Instauração de novo Conselho de Justificação. Composição. Análise jurídica.

PARECER

000446/2016

Ementa

Corpo de Bombeiros Militar. Outorga de Medalha do Mérito Defesa Civil. Análise jurídica.

PARECER

000447/2016

Ementa

Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará (CBMPA). Outorga de Medalha de Bons Serviços Bombeiro Militar. Decreto Estadual nº 1.817/1996. Análise de minuta de Decreto.

PARECER

000448/2016

Ementa

Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (SIEDS). Ouvidoria. Processo Eleitoral. Criação e constituição de Comissão Técnica. Homologação da Resolução nº 300/2016-CONSEP pelo Chefe do Poder Executivo. Minuta de Decreto. Análise jurídica.

PARECER

000449/2016

Ementa

Polícia Militar Estadual. Nomeação para cargo comissionado na SEGUP. Função de natureza militar. Agregação.

PARECER

000450/2016

Ementa

Reversão. Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual 5.251/85, para exercício de função de natureza militar. Reversão a qualquer tempo. Regularidade. Análise jurídica.



PARECER	000451/2016
Ementa	Contrato administrativo. Condições de pagamento. Alteração consensual. Fato superveniente. Interpretação principiológica voltada ao interesse público.
PARECER	000452/2016
Ementa	Alteração do Regulamento do ICMS em operações intermunicipais de transporte aquaviário. Previsão em convênio do CONFAZ. Possibilidade. Necessidade de edição de lei estadual.
PARECER	000453/2016
Ementa	Projeto de Lei Complementar nº 06/16. Criação de cargos comissionados no quadro de pessoal do Ministério Público do Estado do Pará. Análise jurídica.
PARECER	000454/2016
Ementa	Servidor temporário. Acidente de trabalho. Estabilidade acidentária prevista no artigo 118 da Lei nº 8.213/91.
PARECER	000455/2016
Ementa	Termo de Cooperação Técnica entre PGE e SEFA para troca de informações. Objetivo de incrementar a arrecadação e otimizar a cobrança da Dívida Ativa. Necessidade de observância das regras de sigilo fiscal estabelecidas pelos art. 198 e 199 do CTN. Possibilidade.
PARECER	000456/2016
Ementa	Policia! Militar. Pedido de Reconsideração sobre parecer da PGE. Anulação de promoção. Indeferimento.
PARECER	000457/2016
Ementa	Acesso ao sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos do Estado (SIGIRH). Ministério Público Estadual. Informações pessoais.



Lei de Acesso à Informação (N. 12.527/2011). Decreto Regulamentador (N. 7.724/2012). Portal da transparência.

PARECER

000458/2016

Ementa

Projeto de Lei. Autoriza o Poder Executivo a contratar Operação de crédito com a Caixa Econômica Federal (CEF). Programa de Investimento nas áreas de Saúde e Logística de Transporte. Análise jurídica.

PARECER

000459/2016

Ementa

Servidor público. Abandono de cargo. Processo administrativo disciplinar. Pena de demissão. Análise jurídica.

PARECER

000460/2016

Ementa

Proposta de Decreto Estadual. Câmara Intersecretarial de Segurança alimentar e Nutricional. CAISAN/PA. Alteração da composição.

PARECER

000461/2016

Ementa

Polícia Militar. Instauração de Conselho de Justificação. Composição. Análise jurídica.

PARECER

000462/2016

Ementa

Servidor Público Comissionado. Falta grave. Processo Administrativo Disciplinar. Conversão de exoneração em destituição de cargo comissionado. Art. 192 do RJU/PA. Análise jurídica.

PARECER

000463/2016

Ementa

Policial Militar Estadual. Licença para tratar de interesse particular. Afastamento superior a 06 meses. Art. 88, §1º, III, "d" da Lei Estadual nº 5.251/85. Agregação. Análise jurídica.



PARECER	000464/2016
Ementa	Minuta de Acordo de Cooperação Técnica. BNDES e Estado. Planejamento e Estruturação de Projetos de Desestatização.
PARECER	000465/2016
Ementa	Proposta de criação da Zona de Processamento de Exportações de Marabá/PA. Requisitos. Lei Federal nº 11.508/2007. Decreto nº 6.814/2009. Resolução CZPE nº 02, de 15 de Maio de 2009. Área disponível à implantação do Projeto.
PARECER	000466/2016
Ementa	Pedido administrativo. Anulação de Termo de Opção por Auxílio-Alimentação. Indeferimento do pedido administrativo. Aplicabilidade do art. 5º, da Lei Estadual nº 7.197/2008 para as acumulações de cargos públicos na Administração Direta e Indireta. Análise jurídica.
PARECER	000467/2016
Ementa	Reversão. Agregação promovida com fundamento no art. 88, § 1º, inciso I, da Lei Estadual 5.251/85, para exercício de função de natureza militar. Reversão a qualquer tempo. Regularidade. Análise jurídica.
PARECER	000468/2016
Ementa	Projeto de Lei nº 224/2016. Aprovação pela Assembleia Legislativa. Institui o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos do Estado do Pará e cria o Conselho Estadual de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos. Constitucionalidade da iniciativa. Sanção. Análise jurídica.
PARECER	000469/2016
Ementa	Outorga da Medalha "General Sotero de Menezes". Decreto Estadual 213/01. Regularidade da concessão.



PARECER	000470/2016
Ementa	Entidade privada sem fins lucrativos. Pleito de qualificação como Organização Social (OS). Documentos e demais requisitos previstos nas normas estaduais e na decisão proferida pelo STF na ADI 1923/DF.
PARECER	000471/2016
Ementa	Minuta de Decreto que altera dispositivos do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações - ICMS, em especial o artigo 140-A do Regulamento do ICMS. Aspectos formais e legais atendidos.
PARECER	000472/2016
Ementa	Programa Nacional de Fomento às Escolas de Tempo Integral. Adesão do Estado do Pará. Termo de Adesão. Análise jurídica do instrumento.
PARECER	000473/2016
Ementa	Polícia Militar Estadual. Nomeação para cargo comissionado na SEGUP. Função de natureza militar. Agregação.
PARECER	000474/2016
Ementa	Policiais Militares. Reserva remunerada. Convocação ao Serviço Ativo. Aplicação do art. 105 e parágrafos da Lei Estadual nº 5.251/1985.
PARECER	000475/2016
Ementa	Alteração do Decreto nº 1.379/2015. Programa de Regularização Ambiental - PRA/PA. Legalidade das alterações realizadas. Modificação na redação dos §§ 1º e 2º e do art. 39, IV.



PARECER	000476/2016
Ementa	Alteração da Lei Estadual nº 5.530/89. Majoração da alíquota modal do ICMS, sobre operações internas, de 17 por cento para 18 por cento. Possibilidade. Necessidade de observância dos princípios da anterioridade e da noventena (Art. 150, III, "b" e "c" da CF).
PARECER	000477/2016
Ementa	Polícia Militar Estadual. Nomeação para cargo comissionado na SEGUP. Função de natureza militar. Agregação.
PARECER	000478/2016
Ementa	CONSEP. Resolução nº 299/2016. Constitui Comissão Especial Coordenadora da Eleição para Presidente e Vice-Presidente do Comitê Integrado de Corregedores de Segurança Pública - CICSP. Art. 22 do Regimento Interno/CONSEP. Análise jurídica.
PARECER	000479/2016
Ementa	Polícia Militar. Conselho de Disciplina. Sancionamento. Exclusão a bem da disciplina. Recurso hierárquico. Falta de previsão legal. Liminares deferidas para o processamento recursal. Manutenção da penalidade. Análise jurídica.
PARECER	000480/2016
Ementa	Memorando de Entendimento entre Estado do Pará e Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF. I Termo Aditivo. Prorrogação de período de vigência.
PARECER	000481/2016
Ementa	Polícia Civil. Revisão de Processo Administrativo Disciplinar. Competência de Julgamento do Exmo. Governador do Estado. Ausência de fatos novos ou suscetíveis de justificar a inocência. Manutenção da demissão.



PARECER 000482/2016

Ementa Servidor público. Faltas ao serviço. Apresentação de atestados médicos falsos. Processo Administrativo Disciplinar. Instrução processual deficiente. Falhas passíveis de caracterizar cerceamento de defesa.

PARECER 000483/2016

Ementa Outorga da Medalha "TEN CEL BM Francisco Feliciano Barbosa", com fundamento no artigo 2º, inciso II e 3º, do Decreto Estadual nº 1.657/2005. Dedicção aos Estudos. Regularidade da Concessão.

PARECER 000484/2016

Ementa Conselho de Justificação. Prorrogação de prazo. Artigos 133 e 123 da Lei Estadual nº 6.833. Pedido fora do Trintídio Legal. Intempestividade. Extinção do Conselho de Justificação. Criação de Novo Conselho.

PARECER 000485/2016

Ementa Polícia Civil. Projeto de Lei Complementar. Alteração da LC n. 022/94. Criação da Divisão Estadual de Narcóticos (DENARC). Criação de cargos comissionados. Decreto de contenção de gastos nº 1.513/2016. Deliberação do SIGOV.

PARECER 000486/2016

Ementa Minuta de Decreto para alteração de dispositivos do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação. Sobre as alterações, consiste em alteração de percentuais de crédito presumido e alíquotas que importa em aumento de Receita para o Estado do Pará, e a prorrogação do benefício Luz para Todos. Deve ser corrigido o texto e no conteúdo observar a previsão Constitucional da anterioridade nonagesimal previsto no artigo 150, III, e da Carta Magna em relação aos efeitos do artigo 1º, I e II e artigo 2º da minuta de Decreto.



PARECER	000487/2016
Ementa	Complementação ao 452/2016. Ratificação integral daquele. Alteração do Regulamento do ICMS. Isenção de ICMS em operações intermunicipais de transporte aquaviário. Previsão em Convênio do CONFAZ. Possibilidade. Necessidade de Edição de Lei Estadual.
PARECER	000488/2016
Ementa	Minuta de Projeto de Lei que altera dispositivos da Lei nº 6.017 de 30 de novembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores no Estado do Pará. Altera o inciso III do artigo 10 e inclui os incisos IV e V do referido artigo, observando em relação aos dispositivos acrescidos o Princípio da Anterioridade, inclusive a nonagesimal, prevista no artigo 150, II, e da Constituição Federal.
PARECER	000489/2016
Ementa	Conselho de Justificação. Sobrestamento. Possibilidade. Férias de membro. Necessidade de funcionamento com a totalidade dos membros. Art. 132, da Lei Estadual nº 6.833/2006. Ausência de prejuízo. Defesa do interesse público.
PARECER	000490/2016
Ementa	Organização Social Pará 2000. Contrato de Gestão. Vigência encerrada. Pendências financeiras pretéritas. Reequilíbrio econômico-financeiro. Possibilidade, em tese. Requisitos legais e contratuais. Análise jurídica.
PARECER	000491/2016
Ementa	Criação de taxas administrativas e de serviços do Departamento de Trânsito do Estado do Pará. Alteração da Lei Estadual nº 7.075/2007. Possibilidade. Necessidade de observância dos Princípios da Anterioridade e da Noventena (Art. 150, III, "b" e "c" da CF. Adequação da redação da minuta em conformidade com a Técnica Legislativa.



PARECER	000492/2016
Ementa	Servidor público. Policial Civil. Processo Administrativo Disciplinar. Demissão. Pedido de reconsideração. Intempestividade. Autotutela administrativa. Análise da legitimidade da pena de demissão.
PARECER	000493/2016
Ementa	Acumulação ilegal de cargos. Aplicação da penalidade máxima. Ato vinculado. Art. 190, XII do RJU Estadual.
PARECER	000494/2016
Ementa	Contrato administrativo. Contratação de Serviços Notariais (Lavatura de Escritura Pública de desapropriação amigável). Inexigibilidade de licitação. Aprovação da Minuta Contratual pela Assessoria Jurídica da Administração (Artigo 38, Parágrafo Único, da Lei nº 8.666/93).
PARECER	000495/2016
Ementa	Serviço de atendimento à população "Estação Cidadania". Instalação de Nova Unidade de Atendimento. Minuta de Decreto. Análise Jurídica.
PARECER	000496/2016
Ementa	Empregado público. Licença-prêmio não gozada por necessidade do serviço. Falecimento. Pedido de conversão em pecúnia formulado pela viúva. Ausência de previsão expressa. Princípios da responsabilidade civil do Estado e da vedação ao enriquecimento ilícito.
PARECER	000497/2016
Ementa	Auxílio-dissertação vantagem pecuniária legalmente instituída apenas para docentes (art. 25, VII, da Lei Estadual nº 6.839/2006). Pleito formulado por Procurador Autárquico lotado na Universidade do Estado do Pará (UEPA). Inviabilidade Jurídica do pedido.



PARECER 000498/2016

Ementa Servidor. Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. PAD regularmente processado. Inocorrência de prescrição. Penalidade de demissão. Atuação vinculada da Administração Pública.

PARECER 000499/2016

Ementa Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (SIEDS). Ouvidoria. Regimento Interno. Homologação da Resolução nº 304/2016-CONSEP pelo Chefe do Poder Executivo. Minuta de Decreto. Análise Jurídica.

PARECER 000500/2016

Ementa Militar. Deserção. Agregação. Apresentação espontânea. Reversão ao serviço ativo. Impossibilidade. Ausência de decisão. Transitada em julgado no Processo Penal Militar - Crime de Deserção. Inteligência dos arts.88, §1º, inciso III, alínea "G", e 91, parágrafo único, ambos da Lei Estadual n.5.251/1985, e art.454, §1º, do CPPM.

PARECER 000501/2016

Ementa Agregação promovida com fundamento no art.88, §1º, inciso I, da Lei Estadual 5.251/85 c/c art.40 da Lei n. 7551/2011 com alteração dada pela Lei 8.289/2015 e art.21 do Decreto nº 88.777/83. Exercício de cargo de natureza militar na Secretaria de Segurança Pública. Regularidade da agregação.

PARECER 000502/2016

Ementa Servidor Público. Abandono de cargo. Vencimentos indevidos. Processo Administrativo Disciplinar. Pena de demissão. Análise jurídica.

PARECER 000503/2016

Ementa Projeto de indicação- procedimento a ser adotado pelas instituições de ensino em caso de prática de bullying- competência concorrente



e suplementar do Estado para legislar sobre educação- projeto de iniciativa privativa do Chefe do Executivo.

PARECER 000504/2016

Ementa Desarquivamento de Conselho de Justificação. Sobrestamento. Sentença judicial não transitada em julgado.

PARECER 000505/2016

Ementa Retificação de registros funcionais. Ausência de comprovação de autenticidade. Impossibilidade de reconhecimento do fato pela Administração.

PARECER 000506/2016

Ementa Polícia Militar. Processo Administrativo Disciplinar Simplificado. Transgressão disciplinar de natureza grave. Sancionamento disciplinar. Licenciamento a bem da disciplina. Recurso Hierárquico. Manutenção da penalidade. Análise jurídica.

PARECER 000507/2016

Ementa Servidor Público. Ex-Investigador de Polícia Civil. Falta Grave. Processo Administrativo Disciplinar. Pena de demissão. Fatos novos. Pedido de revisão. Aplicação dos arts. 229 e ss. da Lei Estadual nº 5.810/94. Procedência. Análise jurídica.

PARECER 000508/2016

Ementa Recurso Hierárquico ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Pará, que visa desconstituir Decisão Administrativa proferida pelo Comandante Geral da PMPA nos autos do Processo Administrativo Simplificado- PADS, instaurado pela Portaria nº 058/2015-PADS/CorCPE, de 21 de outubro de 2015.

PARECER 000509/2016

Ementa Pensão por morte de militar em acidente de serviço. Lei 5251/85 c/c LC n. 39/2002. Rateio entre os beneficiários.



PARECER	000510/2016
Ementa	PAD. Inacumulabilidade de cargo público. Inteligência do art. 37, incisos XVI e XVII, da CF, art. 41 da CE, e art. 162, do RJU. Regra da proporcionalidade. Predominância dos princípios da boa-fé, da confiança e da segurança jurídica sobre o da legalidade administrativa. Isenção de responsabilidade da servidora.
PARECER	000511/2016
Ementa	Militar. Conselho de Justificação. Substituição de membro. Não previsão legal da hipótese. Nulidade do procedimento. Esgotamento de prazo para os trabalhos. Análise jurídica. Indeferimento.
PARECER	000512/2016
Ementa	Operação de crédito interna. Parecer do órgão jurídico (art.21, I, da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal)
PARECER	000513/2016
Ementa	Polícia Militar. Investigação de antecedentes pessoais e idoneidade moral de candidatos aprovados em prova de conhecimentos de concursos públicos para provimento de cargos militares. Art.18-H, da Lei Estadual nº 6.626/2004. Resolução nº 001/2016 EMG/PM2. Dúvidas verificadas pela Comissão Central de Investigação dos Antecedentes Pessoais-COCENIAP. Análise jurídica.
PARECER	000514/2016
Ementa	Minuta de Decreto. Regulamentação da Lei Estadual nº8.388/2016. Lei de promoção dos Oficiais da Polícia Militar. Análise Jurídica.
PARECER	000515/2016
Ementa	Enquadramento funcional. Recomendação do Ministério Público Estadual. Servidor admitido antes da CF/88. Requisitos do art.19 do ADCT preenchidos. Estabilidade excepcional. Posterior nomeação para a função de Defensor Público. Inexistência de estabilidade. Análise Jurídica.



PARECER 000516/2016

Ementa Minuta de decreto. Regulamentação do Sistema Integrado de Comunicação do Governo do Estado do PARÁ-SICOM/PA. Análise jurídica.

PARECER 000517/2016

Ementa Conselho Estadual de Segurança Pública- CONSEP. Homologação Resolução. Governador do Estado. Aplicação do art.22 do Regimento Interno do Conselho. Homologado pelo Decreto nº 1.555/1996.

PARECER 000518/2016

Ementa Minuta de Decreto Estadual que altera o Regulamento do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação -ICMS, aprovado pelo Decreto 4.676 de 18 de junho de 2001, visando adequar os artigos alterados às normas estabelecidas pelo Convênio ICMS 92/2015, relativas ao regime de substituição tributária. Ainda, alterações que objetiva a atualização do RICMS em face da edição dos Ajustes SINIEF, 08/1999, 05/2004, 09/2011, 22/2012, 04/2015, 06/2015, 10/2015, 11/2015 e 09/2016, atendendo as exigências formais e materiais, sugerindo a aprovação da minuta do Decreto de acordo com o texto enviado pela Secretaria de Estado de Fazenda.

PARECER 000519/2016

Ementa Minuta de Decreto Estadual que altera o Regulamento do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, aprovado pelo Decreto 4.676 de 18 de junho de 2001, visando incluir os produtos refrigerantes, isotônicos e energéticos na sistemática já existente para cervejas e chope, com a fixação de preço médio ponderado, atendendo pleito do seguimento que em reunião com a Secretaria de Estado da Fazenda, em 10 de novembro de 2016, demonstraram que a situação não aumentou a carga tributária e torna a tributação equânime no setor. A proposta atende as exigências formais e materiais, sugerindo a



aprovação com o texto enviado pela Secretaria de Estado da Fazenda.

PARECER

000520/2016

Ementa

Minuta de Decreto Estadual que altera o Regulamento do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, aprovado pelo Decreto 4.676 de 18 de junho de 2001, visando adequar os artigos alterados com aprovação das normas do Conselho Nacional de Política Fazendária e da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na ADI 310/90, que manteve a impossibilidade de tributação para produtos remetidos para a Zona Franca de Manaus. Minuta atende os requisitos formais e materiais, sugerindo a aprovação da minuta do Decreto de acordo com o texto enviado pela Secretaria de Estado da Fazenda.

PARECER

000521/2016

Ementa

Polícia Militar Estadual. Outorga da medalha "General Sotero de Menezes", com fundamento nos artigos 1º e 2º do Decreto Estadual nº 213/1991. Promoção anterior por ato de bravura. Regularidade da concessão da medalha.

PARECER

000522/2016

Ementa

Fundação Carlos Gomes (FCG). Estágio probatório. Inaptidão. Exoneração de ofício. Ausência de fundamentação e motivação na decisão de exoneração. Inexistência de observância ao devido processo legal. Necessidade de retorno dos autos à FCG para cumprimento das disposições legais. Análise Jurídica.

PARECER

000523/2016

Ementa

Servidor Público. Licença Paternidade. Prorrogação. Descabimento. Inaplicabilidade do Decreto Federal nº 8.737/2016. Análise Jurídica.



PARECER 000525/2016

Ementa Minuta de Decreto. COEMA. Observância das Leis n. 5.752/93 e 8.096/2015.

PARECER 000526/2016

Ementa Projeto de Lei. Desafetação parcial das Florestas Estaduais de Faro e do Trombetas. Reconhecimento da propriedade definitiva de terras às comunidades Porteira e Ariramba.

PARECER 000527/2016

Ementa Projeto de lei- altera a Lei Estadual nº 6.576, de 3 de setembro de 2003, que dispõe sobre a reestruturação da Fundação Cultural do Pará, e a Lei Estadual nº 8.096 de 1º de janeiro de 2015, que dispõe sobre a estrutura da Administração Pública do Poder Executivo Estadual- Projeto de iniciativa privativa do Chefe do Poder do Executivo. Minuta de Decreto que institui o novo Regimento Interno da Fundação Cultural do Pará/FCP. Iniciativa do Chefe do Poder Executivo.

PARECER 000528/2016

Ementa A alteração da Lei do Imposto de Propriedade de Veículos Automotores, Lei 6.017/96, ocorrida em janeiro de 2014, visou permitir que os adquirentes de veículos em leilões realizados pelo Detran-PA, ficassem desobrigados da responsabilidade do imposto dos períodos anteriores à aquisição, permanecendo como responsável o antigo proprietário do veículo.

PARECER 000529/2016

Ementa Convênio de Delegação Administrativa para transferência da Administração e Gerenciamento de Estrada Federal. Trecho da Rodovia BR-316/PA. Análise da minuta e verificação da viabilidade jurídica.



PGE

Procuradoria
Consultiva

MANIFESTAÇÃO

MANIFESTAÇÃO 000001/2016

Ementa Minuta de decreto governamental de doação de áreas de propriedade do Estado do Pará ao Município de Dom Eliseu.

MANIFESTAÇÃO 000002/2016

Ementa Termo aditivo. Memorando de entendimento celebrado entre Estado do Pará e ONU Habitat/ROLAC. Inclusão de novo parceiro. Instituto DIALOG. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000003/2016

Ementa Interpretação da expressão "servidores da atividade-meio", prevista no art. 27, § 6º, da Lei Complementar 41/2002.

MANIFESTAÇÃO 000004/2016

Ementa Termo aditivo. Memorando de entendimento celebrado entre Estado do Pará e ONU Habitat/ROLAC. Inclusão de novo parceiro. Instituto DIALOG. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000005/2016

Ementa Pedido de repactuação do contrato de cessão de uso de imóvel público, no qual funciona a Creche Cordeirinho de Deus.

MANIFESTAÇÃO 000006/2016

Ementa Software Sistema Ronda. Ponto eletrônico. Terceiro aditivo. Prorrogação de prazo e reajuste contratual.

MANIFESTAÇÃO 000007/2016

Ementa Prorrogação contratual - Passagens aéreas

MANIFESTAÇÃO 000008/2016

Ementa Aditivo contratual. Prorrogação e reajuste. Editora Revista dos Tribunais.



MANIFESTAÇÃO 000009/2016

Ementa Análise da minuta de decreto que altera o Decreto Estadual nº 386/2012, que regulamenta a Lei Estadual nº 7.591/2011.

MANIFESTAÇÃO 000010/2016

Ementa Contratação da PRODEPA - Processamento de Dados do Estado do Pará para prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação -TIC na sede da PGE em Belém. (Contrato nº 007/2012)

MANIFESTAÇÃO 000011/2016

Ementa Minuta de Decreto. Cofinanciamento Estadual da Atenção Básica em Saúde a Municípios do Estado do Pará. Alteração do Decreto Estadual nº 1.095/2014. Competência da Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único de Saúde do Estado do Pará. Transferência vinculada. Limites mínimos. Lei Complementar Federal nº 141/2012. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000012/2016

Ementa Empresa contribuinte estadual do ICMS em recuperação judicial. Parcelamento de crédito tributário. Possibilidade. Normas aplicáveis.

MANIFESTAÇÃO 000013/2016

Ementa Contratação para aquisição de 03 relógios de ponto (contrato nº 011/2015), através da Ata nº 05/2014 da SEAD/PA.

MANIFESTAÇÃO 000014/2016

Ementa ICMS. Diferimento. Requisitos. Risco de descaracterização do Instituto. Necessidade de convênio.

MANIFESTAÇÃO 000015/2016

Ementa Acordo a ser formulado pelo Estado do Pará com Vale S.A. e Cevital Groupe.



MANIFESTAÇÃO 000016/2016

Ementa Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviço nº 025/2014. Serviço de impressão. Acréscimo quantitativo.

MANIFESTAÇÃO 000017/2016

Ementa Apreciação do pedido de extensão administrativa do adicional previsto no artigo 70, V, da Lei Complementar Estadual nº 022/94 aos servidores que realizaram o Curso de Extensão e Grupo de Pronto Emprego - GPE, na Academia de Polícia Civil, que integra o Instituto de Segurança Pública.

MANIFESTAÇÃO 000018/2016

Ementa Proposta de edição de Decreto que pretende regulamentar a concessão de incentivos fiscais à indústria do açaí.

MANIFESTAÇÃO 000019/2016

Ementa Proposta de Edição de Decreto que pretende inserir alterações pontuais no Programa denominado Nota Fiscal Cidadã.

MANIFESTAÇÃO 000020/2016

Ementa Tratam os presentes autos de solicitação do Primeiro Comando Aéreo Regional, visando a homologação e assinatura de Contrato de Promessa de Permuta, juntado aos autos.

MANIFESTAÇÃO 000021/2016

Ementa Minuta de contrato que tem por objeto a assinatura da Web JML de Licitações e Contratos Administrativos, a ser celebrado, a pedido do Centro de Estudos deste órgão, entre o Estado do Pará - Procuradoria-Geral do Estado (PGE) e a empresa Mendes & Lopes Pesquisa, Treinamento e Eventos Ltda.



MANIFESTAÇÃO 000022/2016

Ementa Pregão Eletrônico. Aquisição de equipamento de Informática. Recursos. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000023/2016

Ementa Minuta de decreto que retifica o perímetro de área reservada ao Município de São Félix do Xingu por meio do Decreto nº 803, de 19.07.2013.

MANIFESTAÇÃO 000024/2016

Ementa Minuta de decreto governamental de doação de áreas de propriedade do Estado do Pará ao Município de Dom Eliseu, para fins de expansão urbana.

MANIFESTAÇÃO 000025/2016

Ementa Análise e parecer acerca da liberação ou não do pagamento das despesas de exercício anterior (DEA), relativas ao Contrato nº 008/2013.

MANIFESTAÇÃO 000026/2016

Ementa Trata-se de processo interno para análise e parecer acerca da liberação ou não do pagamento das despesas de exercício anterior (DEA), relativas ao Contrato nº 007/2012.

MANIFESTAÇÃO 000027/2016

Ementa Trata-se de processo interno para análise e parecer acerca da liberação ou não do pagamento das despesas de exercício anterior (DEA), relativas ao Contrato nº 025/2014.

MANIFESTAÇÃO 000028/2016

Ementa Contrato de locação de imóvel para fins não residenciais (Contrato nº 001/2011). Salas comerciais que abrigam a Setorial de Brasília da PGE/PA. Quinto Termo Aditivo. Prorrogação. Reajuste.



MANIFESTAÇÃO 000029/2016

Ementa Processo interno para análise e parecer acerca da liberação ou não do pagamento das despesas de exercício anterior (DEA), relativas aos Contratos nº 2015020509 - 241083: UC 241083; nº 2015061570 - UC 10148022; Contrato de Adesão - UC 3485307 (Regional Santarém); e UC 234389 - sem Contrato (Estacionamento).

MANIFESTAÇÃO 000030/2016

Ementa Processo interno para análise e parecer acerca da liberação ou não do pagamento das despesas de exercício anterior (DEA), relativas ao Contrato nº 026/2014 - e 2 (dois) Aditivos.

MANIFESTAÇÃO 000031/2016

Ementa Processo interno para análise e parecer acerca da liberação ou não do pagamento das despesas de exercício anterior (DEA), relativas ao Contrato nº 006/2012 - e 4 (quatro) Aditivos.

MANIFESTAÇÃO 000032/2016

Ementa Possibilidade de convalidação - mediante acordos firmados individualmente com os interessados - dos atos de promoção pertinentes aos policiais militares (soldados), concluintes dos Cursos de formação de Sargentos (CFS 2009 e 2010), que se encontravam com demandas judicializadas.

MANIFESTAÇÃO 000033/2016

Ementa Concurso Público C-168. Cargos efetivos. Nomeação. Limite de gastos com pessoal. Aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal - Art. 22, Par. Único, IV. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000034/2016

Ementa Para análise e parecer acerca da liberação ou não do pagamento das despesas de exercício anterior (DEA), relativas a diárias em favor de servidor lotado na Secretaria da 4ª Regional-Santarém, desta PGE, no valor de R\$ 202,50 (duzentos e dois reais e cinquenta centavos).



MANIFESTAÇÃO 000035/2016

Ementa Questionamentos relacionados com gestão de documentos, digitalização e descarte de documentos, bem como, processo digital.

MANIFESTAÇÃO 000036/2016

Ementa Trata-se de processo no qual se deu a contratação da UEPA - Universidade do Estado do Pará, cujo objeto foi a promoção do XX Concurso Público para provimento de cargos de Procurador do Estado.

MANIFESTAÇÃO 000037/2016

Ementa Solicitação de retificação de erro material constante de Decreto estadual (nº 803/2013), que reservou área do domínio estadual para posterior doação ao Município de São Félix do Xingu, concretizada por meio do Decreto nº 1.425/2015.

MANIFESTAÇÃO 000038/2016

Ementa Doação de bens inservíveis em ano eleitoral.

MANIFESTAÇÃO 000039/2016

Ementa Contrato de aluguel e condomínio da Setorial de Brasília. Despesa com empenho insubsistente no ano de 2015. Falta de pagamento por ausência de liberação de quota orçamentária e financeira pelos órgãos competentes. Disponibilidade de saldo orçamentário pela PGE. Despesa de exercício anterior. Recomendação do TCE. Portaria Conjunta nº 1.004/2015 (SEFA, SEPLAN, SEAD e AGE). Análise Jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000040/2016

Ementa 6º Aditivo Contratual. Serviço de limpeza, conservação e higienização,



MANIFESTAÇÃO 000041/2016

Ementa Aquisição de dez unidades de fechadura tubular e dez unidades de mola hidráulica.

MANIFESTAÇÃO 000042/2016

Ementa Análise e parecer acerca da liberação ou não do pagamento das despesas de exercício anterior (DEA), relativas ao Contrato nº 023/2015.

MANIFESTAÇÃO 000043/2016

Ementa Padronização de Mobiliário da PGE.

MANIFESTAÇÃO 000044/2016

Ementa Recarga de extintores de incêndio e aquisição de placas de sinalização para os mesmos extintores.

MANIFESTAÇÃO 000045/2016

Ementa Minuta de Projeto de Lei. Criação do Conselho Estadual de Trabalho, Emprego e Renda (CETERPA). Orientações constantes de Resoluções do CODEFAT. Extinção da Comissão de Emprego do Estado do Pará. Análise jurídica após Parecer n. 310/2015 – PGE e Manifestação n. 184/2015 – PGE.

MANIFESTAÇÃO 000046/2016

Ementa Análise e parecer acerca da liberação ou não do pagamento das despesas de exercício anterior (DEA), relativas ao Contrato nº 042/2012 - e 3 aditivos.

MANIFESTAÇÃO 000047/2016

Ementa Repactuação de contrato de prestação de serviços de limpeza - SECULT e SERVICE AMAZON LTDA.



MANIFESTAÇÃO 000048/2016

Ementa Acordo judicial com o Estado do Pará. Benefícios fiscais outrora revogados restabelecidos.

MANIFESTAÇÃO 000049/2016

Ementa Contrato de aquisição de pastas suspensas. Realização de empenho no ano de 2015. Falta de pagamento por ausência de recebimento definitivo do objeto. Disponibilidade de saldo orçamentário pela PGE. Despesa de exercício anterior. Recomendação do TCE. Portaria Conjunta nº 1.004/2015 (SEFA, SEPLAN, SEAD e AGE) Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000050/2016

Ementa Aquisição de 400 crachás funcionais para uso pelos servidores, estagiários e visitantes desta PGE.

MANIFESTAÇÃO 000051/2016

Ementa Contrato nº 026/2014. Locação de automóveis. Contenção de gastos. Redução do objeto. Termo Aditivo.

MANIFESTAÇÃO 000052/2016

Ementa Rescisão contratual amigável. Serviço de releitura de Diário de Justiça. Pregão Eletrônico.

MANIFESTAÇÃO 000053/2016

Ementa Natureza jurídica de multa devida pelo Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Belém, em razão do não pagamento das taxas de Fiscalização dos Serviços Extrajudiciais.

MANIFESTAÇÃO 000054/2016

Ementa Compra de furadeira e escada.



MANIFESTAÇÃO 000055/2016

Ementa Minuta de edital de Pregão Eletrônico. Aquisição. Equipamentos de refrigeração. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000056/2016

Ementa Decreto para promoção. Curso de Adaptação de Oficiais. Admissão *sub judice* em razão de liminar judicial

MANIFESTAÇÃO 000057/2016

Ementa Contratação da UEPA - Universidade do Estado do Pará, cujo objeto foi a promoção do XX Concurso Público para provimento de cargos de Procurador do Estado.

MANIFESTAÇÃO 000058/2016

Ementa Contratação de empresa (Contrato n.001/2016 - PGE) para aquisição de antivírus, conforme especificação dos autos, como partícipe da Ata de Registro de Preço nº 22/2015.

MANIFESTAÇÃO 000059/2016

Ementa Cumprimento de Ordem Judicial. Decreto de Promoção de Militar em Ressarcimento de Preterição.

MANIFESTAÇÃO 000060/2016

Ementa Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 001/2015, tendo por objeto a prorrogação de sua vigência para o período de 08/06 a 08/07/2016, representando mais de 30 dias no prazo originalmente contratado para execução do plano de trabalho e respectivo cronograma.

MANIFESTAÇÃO 000060-B/2016

Ementa Contratação direta. Dispensa de licitação. Art. 24, XIII da Lei Federal nº 8.666/93. Seleção e concessão de estágios. Instituto Euvaldo Lodi – IEL. Impossibilidade. Não preenchimento de requisito. Art. 24, XIII, Lei 8.666/93. Análise jurídica.



MANIFESTAÇÃO 000061/2016

Ementa Pedido de incorporação da Gratificação de função aos vencimentos de empregado público. Prescrição.

MANIFESTAÇÃO 000062/2016

Ementa Contratação direta. Dispensa de licitação. Art. 24, XIII da Lei Federal Nº 8.666/93. Seleção e concessão de estágios. Centro de Integração Empresa-Escola-CIEE. Cabimento. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000063/2016

Ementa Contrato nº 014/2016. Rescisão contratual amigável. Centro de Integração Empresa-Escola-CIEE. Serviço de Agente de Integração de Estágio Supervisionado.

MANIFESTAÇÃO 000064/2016

Ementa Aquisição e instalação de aparelhos condicionadores de ar - Ata de Registro de Preços SEAD - Minuta de contrato - Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000065/2016

Ementa A Prefeitura Municipal de Marituba, dirigiu ao Exmo. Sr. Governador do Estado, pretensão de doação, em seu favor, de área que vai do km 04 ao km 13, da Rodovia PA 150, Alça Viária, cuja propriedade pertence ao Estado do Pará.

MANIFESTAÇÃO 000066/2016

Ementa Promoção. Minuta de Decreto para promoção decorrente de Decisão Judicial. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000067/2016

Ementa Desligamento de servidor. Auxílio transporte, 13º salário proporcional, Auxílio-alimentação, férias indenizadas e 1/3 de férias indenizadas.



MANIFESTAÇÃO 000068/2016

Ementa Servidor público estadual. Grupo Magistério. Direito a Licença Especial (Assiduidade). Art. 40 da Lei Estadual nº 5.351/86. Prevalência de Norma Especial sobre Norma Geral. 205/2015. Período aquisitivo incompleto de licença especial. Aposentadoria ou óbito. Conversão em pecúnia. Aplicação subsidiária do art. 99, inciso II da Lei Estadual nº 5.810/94. Cabimento. Análise jurídica.

(VER TAMBÉM PARECER Nº 000349/2017 - MUDANÇA DE ENTENDIMENTO).

MANIFESTAÇÃO 000069/2016

Ementa Decreto para promoção. Curso de Adaptação de Oficiais. Admissão *sub judice* em razão de liminar judicial.

MANIFESTAÇÃO 000070/2016

Ementa Proposta de Edição de Decreto que pretende instituir o Programa Voe Pará.

MANIFESTAÇÃO 000071/2016

Ementa Acordo de Cooperação Institucional. Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA). Procuradoria-Geral do Estado (PGE). Delegacia-Geral da Polícia Civil (DG). Delegacia de Ordem Tributária (DOT). Ministério Público do Estado do Pará (MPE). Integração de ações no combate à sonegação fiscal e aos crimes contra a Ordem Tributária. Recuperação de créditos tributários e não tributários inscritos em Dívida Ativa.

MANIFESTAÇÃO 000072/2016

Ementa Aquisição de mobiliário. Ata de Registro de Preços nº 05/2015-SEAD/DGL/SRP. Adesão por órgão não partícipe. Decreto Estadual nº 876/2013. Edital de Pregão nº 03/2015-SEAD. Cabimento. Análise jurídica.



MANIFESTAÇÃO 000073/2016

Ementa Tratam os presentes autos de solicitação da COHAB, para que a PGE se manifeste sobre o aditivo onde prorroga-se contrato de repasse de verbas federais oriundas do Ministério das Cidades.

MANIFESTAÇÃO 000074/2016

Ementa Análise e parecer acerca da liberação ou não do pagamento das despesas de exercício anterior (DEA), relativas à fatura da COSANPA de novembro/2011, UC 2539414, pertinente ao imóvel situado à Avenida Conselheiro Furtado nº 577.

MANIFESTAÇÃO 000075/2016

Ementa Contrato nº 025/2014, firmado com empresa, cujo objeto é a prestação de serviços de impressão para esta Casa.

MANIFESTAÇÃO 000076/2016

Ementa Averbação para fins de ATS automático.

MANIFESTAÇÃO 000077/2016

Ementa Minuta de Decreto apresentada pela Secretaria de Estado da Fazenda, para alteração do RICMS, aprovado pelo Decreto 4.676/2001.

MANIFESTAÇÃO 000078/2016

Ementa Gestão do Programa BIOPARÁ por meio de Organização Social (OS). Minuta do edital de Chamamento Público.

MANIFESTAÇÃO 000079/2016

Ementa Trata-se de contrato celebrado entre esta Procuradoria-Geral e a empresa AD Informática (Contrato nº 002/2016), cujo objeto é o serviço de up grade do sistema SC DP - Sistema de Controle e Distribuição de Processos.



PGE

Procuradoria
Consultiva

MANIFESTAÇÃO 000080/2016

Ementa Convênio celebrado entre a OAB - Ordem dos Advogados do Brasil e esta PGE, para promover a colaboração financeira e institucional na realização do evento Jornadas de Direito Processual Civil, cujo público alvo é voltado para esta Casa (Procuradores e Servidores).

MANIFESTAÇÃO 000081/2016

Ementa Contratação do serviço de acesso eletrônico de diversos periódicos de autoria da Editora Magister Ltda. comercializados com exclusividade pela Lex Editora S/A.

MANIFESTAÇÃO 000082/2016

Ementa Termo de Cessão de Uso nº 01/2011. Motocicleta. ITERPA E PGE/PA. Prorrogação de vigência. Prazo de 60 meses extrapolado. Necessidade de novo termo de cessão. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000083/2016

Ementa Convênio CONFAZ ICMS 93/2015. ADI 5.464 MC/DF. Decisão liminar que suspendeu a eficácia da Cláusula Nona do Convênio. Efeitos *Ex nunc* como regra geral. Art. 11, §1º da Lei Federal nº 9.868/98. Publicação no DJe. Jurisprudência do C. STF.

MANIFESTAÇÃO 000084/2016

Ementa Análise do pagamento de férias vencidas e proporcionais de ex-servidor, exonerado do cargo comissionado exercido nesta Procuradoria-Geral.

MANIFESTAÇÃO 000085/2016

Ementa Contrato múltiplo de prestação de serviços e venda de produtos postais. Correios. Monopólio. Contrato de adesão. Dispensa de licitação. Aplicação do art. 24, inciso VIII da Lei nº 8.666/93. Análise jurídica.



MANIFESTAÇÃO 000086/2016

Ementa Questionamentos sobre a Cartilha "Eleições 2016 - Manual de Orientações", elaborada pela PGE. Vedação do Art. 73, § 10, da Lei nº 9.504/97. Contrapartida substancial. Termo da Proibição.

MANIFESTAÇÃO 000087/2016

Ementa CPH. Estatais. Empregos de confiança. Aplicação da consolidação das Leis do Trabalho e Normas de Direito Público. Alteração contratual. Possibilidade. Art. 468 da CLT. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000088/2016

Ementa Análise do pagamento da indenização de férias proporcionais do ex-servidor, exonerado de cargo efetivo de Técnico em Procuradoria.

MANIFESTAÇÃO 000088-B/2016

Ementa Construção e restauro da fachada do imóvel anexo ao prédio-se da PGE/PA. Termo de Cooperação Técnica e Operacional nº 0004/2014, celebrado entre PGE e SEDOP. Repasse de valores adicionais. Termo aditivo.

MANIFESTAÇÃO 000089/2016

Ementa Aquisição de mobiliário. Ata de Registro de Preços nº 05/2015-SEAD/DGL/SRP. Adesão. Decreto Estadual nº 876/2013. Edital de Pregão nº 03/2015-SEAD. Contratação. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000090/2016

Ementa Editais dos Concursos da Polícia Civil.

MANIFESTAÇÃO 000091/2016

Ementa Contratação direta de Escritório de Advocacia Especializado. Inexigibilidade de licitação. Cabimento e requisitos legais. Art. 25, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93. Instrução Normativa nº 01/2013-



AGE/PA. Decreto Estadual nº 1.513/2016. Autorização do SIGOV.
Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000092/2016

Ementa Aquisição de poltronas para o prédio novo da PGE. Adesão a ARP nº 005/2015/SEAD

MANIFESTAÇÃO 000093/2016

Ementa Termo de Convalidação. Banco do Brasil e SEFA. Refinanciamento de dívida. Lei Complementar nº 148/2014, alterada pela Lei Complementar nº 151/2015. Decreto Federal nº 8.616/2015. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000094/2016

Ementa Despesas de exercício anterior (DEA), relativas a indenização de férias proporcionais devidas em razão da exoneração de ex servidora.

MANIFESTAÇÃO 000095/2016

Ementa Pagamento das despesas de exercício anterior (DEA), relativas à Gratificação de Desempenho de Apoio à Procuradoria- GDAP.

MANIFESTAÇÃO 000096/2016

Ementa Pagamento das despesas de exercício anterior (DEA), relativas a férias proporcionais devidas em razão da exoneração da ex-servidora.

MANIFESTAÇÃO 000097/2016

Ementa Pagamento das despesas de exercício anterior (DEA), relativas a férias proporcionais devidas em razão da exoneração de servidora.



MANIFESTAÇÃO 000098/2016

Ementa Pagamento das despesas de exercício anterior (DEA), relativas a férias indenizadas devidas em razão da exoneração de servidor.

MANIFESTAÇÃO 000099/2016

Ementa Pagamento das despesas de exercício anterior (DEA), relativas a férias proporcionais devidas em razão da exoneração de servidora.

MANIFESTAÇÃO 000100/2016

Ementa Pagamento das despesas de exercício anterior (DEA), relativas a férias proporcionais devidas em razão da exoneração de servidora.

MANIFESTAÇÃO 000052/2016

Ementa Pagamento das despesas de exercício anterior (DEA), relativas a férias proporcionais devidas em razão da exoneração de servidora.

MANIFESTAÇÃO 000101/2016

Ementa Pagamento das despesas de exercício anterior (DEA), relativas a férias proporcionais devidas em razão da exoneração de servidora.

MANIFESTAÇÃO 000102/2016

Ementa Minuta do Projeto de Lei 184/16, que altera o inciso V e revoga o inciso II da Lei 8.288/2015. Concessão de benefícios fiscais. Templos religiosos.

MANIFESTAÇÃO 000103/2016

Ementa Renovação do serviço de acesso eletrônico de diversos periódicos de autoria da Editora Fórum (Biblioteca Digital Fórum de Direito).

MANIFESTAÇÃO 000104/2016

Ementa Pagamento das despesas de exercício anterior (DEA), relativas à conversão de licença prêmio em pecúnia, conforme requerimento efetuado por servidora aposentada desta PGE



MANIFESTAÇÃO 000105/2016

Ementa Pagamento das despesas de exercício anterior (DEA), relativas à conversão de licença prêmio em pecúnia, conforme requerimento efetuado pelo servidor aposentado desta PGE.

MANIFESTAÇÃO 000106/2016

Ementa Processo Seletivo Público para Formação do Quadro de Reserva de Estagiários de Nível Superior, de diversas áreas, desta Procuradoria-Geral. Análise jurídica de Portaria que regulamenta o Programa de Estágio da PGE e do Edital do Certame.

MANIFESTAÇÃO 000107/2016

Ementa Contrato de prestação de serviços. CIEE. Seleção e concessão de estágios. Execução contratual. Ausência de empenho tempestivo. Providências. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000108/2016

Ementa Contrato administrativo. Equipamentos de informática. Alteração da marca proposta na licitação e constante do instrumento contratual. Fato superveniente. Requisitos.

MANIFESTAÇÃO 000109/2016

Ementa Minuta do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 027/2014 para análise jurídica. Adesão a Ata de Registro de Preços nº 03/2014-SEAD. Locação de veículo para uso na Setorial de Brasília desta PGE.

MANIFESTAÇÃO 000110/2016

Ementa Pregão eletrônico. Aquisição de equipamentos de refrigeração. Fase externa. Resultado. Homologação. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000111/2016

Ementa Pagamento das despesas de exercício anterior (DEA), relativas à Gratificação de Desempenho de Apoio à Procuradoria (GDAP), devida a servidor cedido do Banpará para esta PGE.



MANIFESTAÇÃO 000112/2016

Ementa Pensão especial militar formulados por filhos de ex-policia! militar, ambos menores absolutamente incapazes e, por isso, representados por suas genitoras.

MANIFESTAÇÃO 000113/2016

Ementa Análise acerca da legitimidade do Estado do Pará para figurar no pólo passivo de execução fiscal ajuizada pela União em face de Cartório de Registro de Imóveis.

MANIFESTAÇÃO 000114/2016

Ementa Policial Militar. Transferência para a reserva remunerada, a pedido. Existência de inquérito ou processo em qualquer jurisdição. Aplicação do Art. 102, § 2º, inciso I da Lei Estadual nº 5.251/85. Presunção de inocência preservada, conforme jurisprudência dos Tribunais Superiores. Cabimento. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000115/2016

Ementa Averbação de tempo de serviço.

MANIFESTAÇÃO 000116/2016

Ementa Pedido de conversão de período incompleto de licença prêmio em pecúnia, formulado pela viúva de servidor aposentado da SETRAN - Secretaria de Estado de Transporte.

MANIFESTAÇÃO 000117/2016

Ementa Análise da liberação ou não do pagamento das despesas de exercício anterior (DEA), relativas a diferença de Adicional por Tempo de Serviço do 13º salários de dois interessados.

MANIFESTAÇÃO 000118/2016

Ementa Análise jurídica. Despesa de exercício anterior (DEA). Hipóteses legais. Disponibilidade orçamentária. Lei nº 4.320/64. Decreto nº



93.872/86. Portaria Conjunta nº 1.004/2015-SEFA-SEPLAN-SEAD-AGE.

MANIFESTAÇÃO 000119/2016

Ementa Análise e parecer acerca da liberação ou não do pagamento das despesas de exercício anterior (DEA), relativas ao abono de permanência sobre o 13º salário do exercício de 2013, devidos a servidoras.

MANIFESTAÇÃO 000120/2016

Ementa Análise jurídica. Despesa de exercício anterior (DEA). Hipóteses legais. Disponibilidade orçamentária. Lei nº 4.320/64. Decreto nº 93.872/86. Portaria Conjunta nº 1.004/2015-SEFA-SEPLAN-SEAD-AGE.

MANIFESTAÇÃO 000121/2016

Ementa Possibilidade de prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 034/2014, celebrado com a PRODEPA - Empresa de Processamento de Dados do Estado do Pará.

MANIFESTAÇÃO 000123/2016

Ementa Memorando de Entendimento (MOU). Estado do Pará e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD. Cooperação em áreas de interesse comum. Ciência do Estado Brasileiro (Agência Brasileira de Cooperação-ABC). Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000124/2016

Ementa Gratificação de Produtividade

MANIFESTAÇÃO 000125/2016

Ementa Orientações com relação às consignações em folha de pagamento dos servidores públicos estaduais.



MANIFESTAÇÃO 000126/2016

Ementa Renúncia da posse. Possibilidade de nova nomeação. Existência de vaga e interesse da Administração. Limite prudencial de gastos com pessoal. Lei de Responsabilidade Fiscal. Autorização pelo Comitê Gestor do SIGOV. Distrato de temporários.

MANIFESTAÇÃO 000127/2016

Ementa Contratação para aquisição de duas bombas d'água.

MANIFESTAÇÃO 000128/2016

Ementa Análise jurídica da minuta do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 043/2014.

MANIFESTAÇÃO 000129/2016

Ementa Termo de Cooperação Mútua. MPC/PA. TCE/PA. MPE/PA. AGE/PA. SEFA/PA. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000130/2016

Ementa Termo de Cooperação Mútua entre Ministério Público de Contas do Estado do Pará, Tribunal de Contas do Estado do Pará, Ministério Público do Estado, Procuradoria-Geral do Estado, Auditoria-Geral do Estado e a Secretaria de Estado da Fazenda.

MANIFESTAÇÃO 000131/2016

Ementa Contrato administrativo. Fornecimento de material de expediente. Acréscimo no quantitativo do objeto. Fato superveniente. Limite legal. Vantajosidade do preço. Documentos de habilitação.

MANIFESTAÇÃO 000132/2016

Ementa Imóvel pertencente ao Estado do Pará. Cobrança de IPTU. Impossibilidade. Imunidade Constitucional. Aplicabilidade imediata. Taxa de urbanização. Serviço que não é específico e divisível. Tributo questionado judicialmente pelo Estado do Pará com obtenção de



tutela antecipada. Taxa de Limpeza Pública. Constitucionalidade da cobrança.

MANIFESTAÇÃO 000133/2016

Ementa Licitação para combustíveis.

MANIFESTAÇÃO 000134/2016

Ementa Contrato administrativo. Serviço contínuo. Prorrogação contratual. Art. 57, II, da Lei nº 8.666/1993. Requisitos legais.

MANIFESTAÇÃO 000135/2016

Ementa Aquisição de bomba d'água.

MANIFESTAÇÃO 000136/2016

Ementa Ata de Registro de Preços. Inexecução contratual. Rescisão. Processo administrativo. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000137/2016

Ementa Termo de Compromisso. Estado do Pará e Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportações-CZPE. Lei Federal nº 11.508/2007. Decreto Federal nº 6.814/2009. Criação da Zona de Processamento de Exportações de Marabá. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000138/2016

Ementa Servidora Pública Estadual. Acumulação de remuneração de cargo efetivo estadual e pensão militar federal. Vínculos de natureza distinta. Teto remuneratório. Art. 37, XI da CRFB/88. Incidência sobre vencimentos e proventos isoladamente considerados. Jurisprudência majoritária, Resolução nº 47/2007-CNJ. STF. RE nº 602.584/DF. Repercussão Geral. Análise jurídica.



MANIFESTAÇÃO 000139/2016

Ementa UEPA. Servidor Público Estatutário não estável. Progressão funcional. Impossibilidade. Art. 19 do ADCT. Arts. 32, I e II, 48 e 52, da Lei Estadual 6.839/2006.

MANIFESTAÇÃO 000140/2016

Ementa Pregão eletrônico. Minutas de edital. Termo de Referência e Contrato. Aquisição de material elétrico. Aprovação. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000141/2016

Ementa Enquadramento funcional. Art. 40, da Lei Estadual nº 7.442/2010. Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação Básica da Rede Estadual de Ensino (PCCR). Servidora cedida. Dois vínculos efetivos. Enquadramento em ambos. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000142/2016

Ementa Termo de Cooperação Técnica. PGE/PA e SEFA/PA. Troca de informações cadastrais e patrimoniais de contribuintes do Fisco Estadual. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000143/2016

Ementa Averbação de tempo de serviço e Adicional de tempo de serviço devido a servidor considerado estável por decisão judicial fundamentada no art. 19 do ADCT/CF.

MANIFESTAÇÃO 000144/2016

Ementa Greve no serviço público. Desconto de dias parados. Repercussão geral. Julgamento do RE 693.456/RJ. 135/2016. Complementação. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000145/2016

Ementa A Prefeitura de Marituba encaminhou expediente ao Exmo. Governador do Estado, pretendendo a doação em seu favor de área



que vai do Km 04 ao 13, da Rodovia PA 150 (Alça Viária), cuja a propriedade pertence ao Estado do Pará.

MANIFESTAÇÃO 000146/2016

Ementa Procurador do Estado do Pará. Concurso Público. Decreto nº 33.251/2016. Nomeação. Posse. Renúncia. Efeitos. Art. 22-A da Lei Estadual nº 5.810/94. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000147/2016

Ementa Parecer acerca da liberação ou não do pagamento das despesas de exercício anterior (DEA), relativas ao pagamento de auxílio-funeral.

MANIFESTAÇÃO 000148/2016

Ementa Servidora Pública Estadual. Procuradoria-Geral do Estado do Pará. Pedido de aposentadoria. Regularidade funcional. Cumprimento das exigências legais de afastamento. Art. 111 do RJU/PA. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000149/2016

Ementa Inexecução parcial de contrato com a Administração Pública. Valor a restituir. Inscrição em Dívida Ativa. Decreto Estadual nº 5.204/2002.

MANIFESTAÇÃO 000150/2016

Ementa Pedido de pensão especial militar.

MANIFESTAÇÃO 000151/2016

Ementa Enquadramento funcional Art.40, da Lei Estadual nº7.442/2010 Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação Básica da Rede Estadual de Ensino- PCCR Servidora cedida. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000152/2016

Ementa Aquisição de um claviculário e uma lavadora a jato de alta pressão.



MANIFESTAÇÃO 000153/2016

Ementa Adicional por tempo de serviço. Averbação de tempo de serviço prestado em ente Municipal e cômputo de triênios. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000154/2016

Ementa Pedido de emissão de Certidão por tempo de serviço e averbação do tempo apurado no vínculo atual.

MANIFESTAÇÃO 000155/2016

Ementa Análise de Minuta de Decreto que dispõe sobre a concessão de desconto pela antecipação do pagamento do IPVA.

MANIFESTAÇÃO 000156/2016

Ementa Reintegração no cargo de Professor AD-4-Educação Física - SEDUC.

MANIFESTAÇÃO 000157/2016

Ementa Contrato de prestação de serviços nº008/2013. Serviço de Emissão de bilhetes de passagens aéreas. 5º termo aditivo. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000158/2016

Ementa Anulação de Autuação - Crédito tributário.

MANIFESTAÇÃO 000159/2016

Ementa Aquisição de equipamento de informática. Contrato nº 011/2016. Inexecução. Certidões desatualizadas. Notificação do contratado. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000160/2016

Ementa Policial militar. Oficial. Conselho de Justificação. Julgamento pelo Tribunal de Justiça do Estado. Cumprimento. Análise jurídica.

**MANIFESTAÇÃO 000161/2016**

Ementa Revisão do valor adicionado. Fiscal de anos anteriores ao da apuração. Lei complementar nº 63/90. Impossibilidade de revisão dos índices de valor adicionado fiscal após vencidos os prazos legais para impugnações e publicações, salvo determinação judicial.

MANIFESTAÇÃO 000162/2016

Ementa Pedido Administrativo formulado à SEFA para que o valor de R\$8.736.000,00 depositado pelo Estado em ação de desapropriação seja parcialmente convertido em renda a fim de quitar o débito tributário da empresa.

MANIFESTAÇÃO 000163/2016

Ementa Servidor Público. Médico Veterinário. Acumulação de cargos. Incompatibilidade de horários. Processo administrativo disciplinar. Prescrição. Exoneração. Artigo 59, I e II da Lei estadual nº 5.810/94. Nulidade do ato de nomeação. Autotutela. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000164/2016

Ementa Consulta formulada pela SEFA a respeito da legalidade na concessão de isenção do IPVA em favor de um magistrado tetraplégico.

MANIFESTAÇÃO 000165/2016

Ementa IPVA. Lançamento com indicação de pessoa diversa da destinatária da notificação. Anulação. Vício formal. Revisão de ofício possível dentro do mesmo prazo decadencial em que se deu o lançamento viciado. Anulado por vício formal o lançamento, aplica-se a regra estabelecida no art. 173, II, do CTN para o novo lançamento.

NOTA TÉCNICA

NOTA TÉCNICA 001/2016

Ementa Realocação de recursos orçamentários para pagamento de depósitos recursais em processos trabalhistas. Liberação de crédito adicional suplementar para pagamento de FGTS. Possibilidade



jurídica.

NOTA TÉCNICA 002/2016

Ementa Contratação de servidores temporários.

NOTA TÉCNICA 003/2016

Ementa Projeto de Lei de iniciativa parlamentar nº 112/15. Denominação de bem público. Controvérsias. Inexistência de inconstitucionalidade clara na iniciativa.

NOTA TÉCNICA 004/2016

Ementa A Emenda Constitucional n. 62/2009 alterou o sistema de pagamento de precatórios pelos Entes Públicos, e o Estado do Pará optou, em 2010, com base no § 1º do artigo 97 do ADCT, pela adoção desse novo regime especial, com o parcelamento dos débitos existentes, em até 15 anos.

NOTA TÉCNICA 005/2016

Ementa Organização Social Pará 2000. Contrato de gestão. Pedido de subvenção social. Requisitos. Artigos 16 e 17 da Lei Federal nº 4.320/64. Artigo 26 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Autorização por Lei Específica. Previsão orçamentária. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 006/2016

Ementa Locação de espaços físicos, pela SEDAP, na Feira de Negócios Agropecuários de Belém (FENABEL).

NOTA TÉCNICA 007/2016

Ementa Organismo Internacional. ONU Habitat. CODEC. Acordo de contribuição. Doação financeira não-reembolsável. Necessidade de instrução do processo. Previsão orçamentária. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 008/2016

Ementa Projeto de Parceria Público Privada na área da Educação.



NOTA TÉCNICA 009/2016

Ementa Ministério Público Estadual. Recomendação Administrativa nº 026/2016- MP/1PJ/DPP/MA. Contratação Direta da Centrais Elétricas do Pará S/A-CELPA. Ausência de Certidões Negativas - CNDT. Orientação aos órgãos do Poder Executivo Estadual.

NOTA TÉCNICA 010/2016

Ementa Editais de Concurso PM/2016.

NOTA TÉCNICA 011/2016

Ementa Contagem de prazos no novo Código de Processo Civil e regramento a respeito de pagamento de porte e remessa de recurso.

NOTA TÉCNICA 012/2016

Ementa PL Previdência dos Militares – Junho/2016

NOTA TÉCNICA 013/2016

Ementa Análise acerca da responsabilidade subsidiária do Estado perante débitos previdenciários das Sociedades de Economia Mista.

NOTA TÉCNICA 014/2016

Ementa Auditoria realizada no Estado pelo TCU.

NOTA TÉCNICA 015/2016

Ementa Projeto de Lei de iniciativa parlamentar nº 197/15. Denominação de bem público. Controvérsias. Inexistência de inconstitucionalidade clara na iniciativa.

NOTA TÉCNICA 016/2016

Ementa A Manifestação nº 122/2015-PGE identifica que de acordo com as disposições legais, os empregados da PARATUR deverão se manter no Regime Celetista em quadro suplementar.



NOTA TÉCNICA 017/2016

Ementa Acumulação de cargos e jornada.

NOTA TÉCNICA 018/2016

Ementa Proposta de Acordo no Processo Judicial nº 0008816-90.2009.8.14.0006.

NOTA TÉCNICA 019/2016

Ementa Acordo coletivo de trabalho 2015/2016. Vigência. Teoria da Ultratividade. Súmula 277/TST. ADPF nº 323/DF. Medida liminar concedida ad referendum do Pleno do STF. Suspensão de processos judiciais e decisões proferidas com amparo na Súmula 277/TST. Efeito sobre Cláusula de ACT da COSANPA. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 020/2016

Ementa Redutor constitucional.

NOTA TÉCNICA 021/2016

Ementa Anteprojeto de Lei Complementar Estadual alterando dispositivos da Lei Complementar Estadual nº 039/2002, que dispõe sobre o Regime de Previdência Estadual e dá outras providências. Revisão da segregação da massa. Instituição de contribuição previdenciária para inativos e pensionistas militares.

NOTA TÉCNICA 022/2016

Ementa Projeto de Lei instituindo a Semana de Prevenção, Diagnóstico e Tratamento do Câncer Infantil. Iniciativa Parlamentar.

NOTA TÉCNICA 023/2016

Ementa IASEP. Projeto de Lei. Aumento de alíquota. Alteração da Lei Estadual nº 6.439/2002. Análise jurídica.



NOTA TÉCNICA 024/2016

Ementa Projeto de Lei instituindo o "Dezembro Vermelho" dedicado a ações de prevenção do HIV/AIDS. Iniciativa parlamentar.

NOTA TÉCNICA 025/2016

Ementa Projeto de Lei dispondo sobre a inserção do tipo sanguíneo e fator RH na cédula de identidade, na forma que menciona. Iniciativa parlamentar.

NOTA TÉCNICA 026/2016

Ementa Servidor público. Médico. Cessão. Secretário de Estado. Agente político. Acumulação de cargos. Impossibilidade. Artigo 37, incisos XVI e XVII da Constituição da República. Aplicação do Parágrafo 4º do Art. 39 da Constituição do Estado do Pará. Subsídio. Necessidade de apuração de acumulação indevida. Processo administrativo. Análise Jurídica.

NOTA TÉCNICA 027/2016

Ementa Trata-se de Projeto de Lei nº 07/15, de 30 de novembro de 2016, encaminhado pela Assembleia Legislativa do Estado do Pará, por meio do Ofício Especial nº 116/SSL, que dispõe sobre a inserção nos endereços eletrônicos dos órgãos públicos do Estado do Pará, de atalho para acesso a banco de dados de pessoas desaparecidas, de autoria da Deputada Cilene Couto.

NOTA TÉCNICA 028/2016

Ementa Ministério Público Estadual. Denúncia de irregularidades na realização de bingos. Solicitação de informações sobre a existência de órgão responsável pela autorização e fiscalização de bingos. Atual situação LOTERPA.

NOTA TÉCNICA 029/2016



Ementa Projeto de Lei. Alterando e excluindo dispositivos da Lei Estadual nº 7.368/2009. Iniciativa do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM/PA)

NOTA TÉCNICA 30/2016

Ementa Minuta de Decreto dispondo Regras de Governança para Empresas Estatais integrantes da Administração Pública Estadual, que tiverem, em conjunto com suas respectivas subsidiárias, no exercício social anterior, receita operacional bruta inferior a R\$90.000.000.00 (noventa milhões de reais), na forma de Lei nº 13.303/2016.

NOTA TÉCNICA 031/2016

Ementa Sanção ou Veto ao Projeto de Lei Complementar nº 007/2016 - Lei Orgânica do TCM

NOTA TÉCNICA 032/2016

Ementa Pedido Administrativo de Agendamento de Audiência com o Governador do Estado. Proposta de Parceria comercial para comercialização e venda de cartelas na modalidade concurso de prognósticos. Keno do Pará. Reativação da LOTERPA. Impossibilidade. Análise jurídica.



2017

PARECER

PARECER 000001/2017

Ementa Servidor público demitido. Pedido de revisão. Ausência de fato novo ou circunstância suscetível de justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada. Indeferimento.

PARECER 000002/2017

Ementa Projeto de Lei. Iniciativa parlamentar. Reconhecimento do uso ritualístico do chá hoasca como patrimônio cultural do Estado do Pará. Sugestão de veto. Análise jurídica.

PARECER 000003/2017

Ementa Projeto de Lei. Iniciativa parlamentar. Regulamenta o sistema de inclusão e exclusão dos nomes dos consumidores nos cadastros de proteção ao crédito na jurisdição do Estado do Pará. Sugestão de veto. Análise Jurídica.

PARECER 000004/2017

Ementa Servidor público. Investigador de Polícia Civil. Processo administrativo disciplinar. Pena de demissão. "Recurso disciplinar" recebido com pedido de reconsideração. Análise jurídica.

PARECER 000005/2017

Ementa Pensão especial militar. Gratificação de serviço ativo. Natureza indenizatória. Descabimento.

PARECER 000006/2017

Ementa Termo de Compromisso. Pacto Federativo pela Segurança Nacional (PFSP). Plano Nacional de Segurança Pública. Análise Jurídica.



PARECER	000007/2017
Ementa	PRODEPA. Empregado público. Férias. Fracionamento do período de férias. Previsão legal. Fracionamento da remuneração de férias. Impossibilidade. Análise jurídica.
PARECER	000008/2017
Ementa	Termo de cessão de uso a particular. Imóvel estadual para fins de interesse público e social. Art.2º, inciso II da Lei nº6.614/2004. Possibilidade. Regularidade da minuta analisada.
PARECER	000009/2017
Ementa	Outorga da medalha "General Ferreira Coelho". Inteligência dos arts.2º, v, 3º e 4º do Decreto Estadual nº 1.585/81. Dedicção aos estudos- 01 (uma) rosa heráldica. 1ª colocação em Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos PM 2016/II. Cabimento. Análise jurídica.
PARECER	000010/2017
Ementa	Promoção por ato de bravura. Inteligência do art. 9º da Lei Estadual nº 8.230/2015 e Art.64 da Lei Estadual nº 5.251/85. Regular processamento de Conselho Especial. Preenchimento dos requisitos previstos na legislação específica. Análise jurídica.
PARECER	000011/2017
Ementa	Termo aditivo a Termo de cessão de uso. Legalidade da subcessão e da mudança da denominação.
PARECER	000012/2017
Ementa	Minuta de decreto. Regulamentação do Sistema Integrado de Comunicação do Governo do Estado do Pará- SICOM/PA. Análise Jurídica.



PARECER 000013/2017

Ementa Licença para acompanhamento de cônjuge nomeado para exercer cargo em comissão em outra unidade da Federação. Ausência de previsão legal. Hipótese não contemplada pela Lei nº 5.810/94, arts. 96 e 97. Jurisprudência do STF e STJ. Apuração de eventual falta funcional pelo ITERPA.

PARECER 000014/2017

Ementa CONSEP. Resolução nº 310/2017. Altera composição de Comissões Especiais e Técnicas. Homologação pelo Chefe do Executivo. Art. 22 do Regimento Interno/CONSEP. Análise jurídica.

PARECER 000015/2017

Ementa Operação de crédito interna, parecer do órgão jurídico (art. 21,1, da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal).

PARECER 000016/2017

Ementa Termo aditivo ao contrato firmado com a União. Rerratificação ao contrato de confissão, assunção, consolidação e refinanciamento de dívidas. Amparo na Lei Federal nº 9.496/97. Alteração das condições previstas pela Lei Complementar Federal nº 148/2014, regulamentada pelo Decreto Federal nº 8.616/2015. Lei nº 151/2015 e Decreto nº 8.665/2016.

PARECER 000017/2017

Ementa Agregação. Art. 88, §1º, inciso I da Lei Estadual nº 5.251/85 c/c item 6 do anexo da Lei Estadual nº 5.276/85, com redação da Lei Estadual nº 8.289/2015. Exercício de cargo comissionado de natureza militar na Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado. Análise Jurídica.

PARECER 000018/2017

Ementa Abandono de cargo. Observância aos princípios do contraditório e ampla defesa. Penalidade máxima.



PARECER 000019/2017

Ementa Policial Militar Estadual. Afastamento para tratamento de saúde própria. Período superior a um ano. Agregação.

PARECER 000020/2017

Ementa Polícia Militar. Processo Administrativo Disciplinar Simplificado. Licenciamento a bem da disciplina. Recurso hierárquico. Intempestividade. Poder-dever de autotutela. Dependência química. Incidente. Necessidade de perícia. Análise jurídica.

PARECER 000021/2017

Ementa Pensão por morte de militar em acidente de serviço. Trajeto residência trabalho. Lei 5.251/85.

PARECER 000022/2017

Ementa Precatórios requisitórios. Pagamento. Operacionalização. Minuta de Termo de Cooperação entre PGE e TJ/PA. Análise jurídica.

PARECER 000023/2017

Ementa Cessão de uso parcial de bem público imóvel do Estado para Empresa Pública. EMATER/PA. Minuta de Termo de Cessão de Uso. Análise Jurídica. Regularidade da Cessão.

PARECER 000024/2017

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Pena de demissão. Análise jurídica.

PARECER 000025/2017

Ementa Servidor público. Abandono de cargo. Aplicação da pena de demissão. Retificação da data de decreto demissório. Impossibilidade. Análise jurídica.



PARECER 000026/2017

Ementa Pensão Especial Militar. Morte de Policial em serviço. Composição da vantagem. Análise jurídica.

PARECER 000027/2017

Ementa Servidora pública em estágio probatório - Exoneração a pedido em virtude de aprovação em outro cargo inacumulável. Desistência de estágio probatório do novo cargo. Pedido de recondução. Intelecção do Art. 57 da Lei Estadual nº 5.810/94. Jurisprudência dominante. Possibilidade.

PARECER 000028/2017

Ementa Promoção *Post Mortem*. Aplicação das Leis 5.250/85, 5.251/85 e Decreto 4.242/86, vigentes na ocasião do óbito.

PARECER 000029/2017

Ementa Convênio de Cooperação Técnica nº 001/2007, celebrado entre Estado do Pará (SECTET) com a ELETRONORTE. Interveniente PRODEPA. Ausência de transferência de recursos. Compartilhamento no uso de bens e serviços. Terceiro Termo Aditivo. Análise da minuta e verificação da viabilidade jurídica.

PARECER 000030/2017

Ementa Policial Militar Estadual. Incitamento a movimento grevista. Licenciamento a bem da disciplina. Pedido de revisão em virtude do advento da Lei nº. 13.283/2016, que alterou a Lei nº 12.505/2011. Improcedência do pedido.

PARECER 000031/2017

Ementa PADS. Transgressão de natureza grave. Licenciamento a bem da disciplina. Análise jurídica. Recurso hierárquico conhecido e improvido.



PARECER 000032/2017

Ementa Memorando de Entendimento entre Estado do Pará e Organização Internacional do Trabalho (OIT). Cooperação para implementação de ações de promoção do trabalho decente.

PARECER 000033/2017

Ementa Regulamentação de Lei Estadual. Tipo sanguíneo e Fator RH na carteira de identidade. Laboratórios de análise clínica. Inexistência de previsão legal. Somente órgãos oficiais. Impossibilidade de inclusão pelo Decreto regulamentador.

PARECER 000034/2017

Ementa Agregação. Art. 88, §1º, inciso I da Lei Estadual nº 5.251/85 c/c item 6 do Anexo da Lei Estadual nº 5.276/85, com redação da Lei Estadual nº 8.289/2015. Exercício de cargo comissionado de natureza militar na Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado. Análise jurídica.

PARECER 000035/2017

Ementa Processo Administrativo Disciplinar Simplificado. Licenciamento a bem da disciplina. Recurso hierárquico. Tempestividade. Notificação pessoal. Infração de natureza grave. Licenciamento a bem da disciplina. Recurso improvido.

PARECER 000036/2017

Ementa PAD. Inacumulabilidade de cargo público. Inteligência do Art. 37, XVI da CF, e Art. 41 da CE. Notificação com caráter cogente para efetivo exercício do direito de opção. Final do procedimento.

PARECER 000037/2017

Ementa Contratações públicas. Estimativa de preço. Fontes diversificadas. Banco Referencial de Preços do SIMAS. Pesquisa de preço junto a, no mínimo, três fornecedores. Fontes complementares. Contratação de Banco de Dados (Banco de Preços) no mercado.



PARECER 000038/2017

Ementa Promoção *Post Mortem*. Art. 64 da Lei Estadual nº 5.251/85 c/c Art. 2º, §1º da Lei nº 8.388/2016. Análise jurídica.

PARECER 000039/2017

Ementa Bem público. Imóvel pertencente ao Estado do Pará. Cessão de uso para Autarquia Estadual - ADEPARA. Termo. Regularidade. Lei Estadual nº 6.614/2004. Análise jurídica.

PARECER 000040/2017

Ementa Reversão. Agregação promovida com fundamento no Art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual 5.251/85, para exercício de cargo comissionado de natureza militar. Reversão a qualquer tempo. Regularidade.

PARECER 000041/2017

Ementa Agregação. Art. 88, §1º, inciso I da Lei Estadual nº 5.251/85 c/c Item 6 do Anexo da Lei Estadual nº 5.276/85, com redação da Lei Estadual nº 8.289/2015. Exercício de cargo comissionado de natureza militar na Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado. Análise Jurídica.

PARECER 000042/2017

Ementa SETUR. Regimento Interno. Lei Estadual nº 7.593/2011, Alterada pelas Leis nº 8.096/2015 e 8.404/2016. Homologação pelo Chefe do Executivo. Decreto. Análise Jurídica.

PARECER 000043/2017

Ementa Projeto de Lei. Altera a Lei Estadual nº 6.839/2006. Ampliação de quadro de vagas do Plano de Cargos e Salários de Provimento Efetivo. Universidade Estadual do Pará - UEPA. Análise jurídica.



PARECER	000044/2017
Ementa	Conselho de Justificação. Substituição de membros. Necessidade de funcionamento com a totalidade dos membros. Art. 122, Parágrafo Único, da Lei Estadual nº 6.833/2006. Esgotamento do prazo para conclusão. Art. 133 c/c 123, ambos da Lei Estadual nº 6.833/2006. Necessidade de instauração de novo Conselho de Justificação.
PARECER	000045/2017
Ementa	Tomada de Contas Especial. Sobrestamento até a manifestação da entidade conveniente sobre a prestação de contas. Impossibilidade. Poder-dever da Administração de apurar as irregularidades já constatadas.
PARECER	000046/2017
Ementa	Competência Constitucional da Procuradoria-Geral do Estado - Art. 132 da Constituição Federal e Art. 187 da Constituição Estadual. Exclusividade na Consultoria Jurídica do Estado. Previsão da Lei Complementar Estadual nº 099/2016. Chefia das Consultorias dos Órgãos por Procurador do Estado. Lei Complementar Estadual nº 053/2006. Militar como Consultor-Chefe da PMPA. Usurpação de competência Constitucional da PGE.
PARECER	000047/2017
Ementa	Policial Militar Estadual. Promoção <i>Post Mortem</i> . Lei Estadual nº 8.388/2016 (Lei de Promoção de Oficiais da PMPA).
PARECER	000048/2017
Ementa	Reversão. Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual 5.251/85, para exercício de função de natureza militar. Reversão a qualquer tempo. Regularidade.
PARECER	000049/2017
Ementa	Policial Militar Estadual. Tempo de serviço. Policial aguardando reserva remunerada <i>ex officio</i> . Agregação.



PARECER	000050/2017
Ementa	Policial Militar Estadual. Nomeação para exercício de cargo junto à SUSIPE (Diretor de Unidade Prisional). Função de natureza policial militar. Agregação. Exoneração. Reversão ao serviço ativo.
PARECER	000051/2017
Ementa	Reversão. Agregação promovida com fundamento no art. 88, § 1º, inciso I, da Lei Estadual 5.251/85, para exercício de função de natureza militar. Reversão a qualquer tempo. Regularidade. Análise jurídica.
PARECER	000052/2017
Ementa	Agregação promovida com fundamento no Art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual 5.251/85 c/c Art. 2º e Anexo da Lei 8.289/2015. Exercício de cargo de natureza militar na SUSIPE. Regularidade da Agregação.
PARECER	000053/2017
Ementa	Decreto de criação da Comissão responsável pelo monitoramento do Plano Estadual de Educação. Legalidade.
PARECER	000054/2017
Ementa	Fundação Carlos Gomes. Estágio probatório. Inaptidão. Exoneração de ofício. Análise jurídica.
PARECER	000055/2017
Ementa	Prorrogação de prazo de Conselho de Justificação
PARECER	000056/2017
Ementa	Conselho Estadual de Segurança Pública (CONSEP). Composição. Representantes de entidades de classe dos órgãos que compõem o SIEDS. Homologação da Resolução nº 312/2017-CONSEP. Nomeação



PGE

Procuradoria
Consultiva

de membros do CONSEP pelo Chefe do Poder Executivo. Minutas de Decreto. Análise Jurídica.

PARECER 000057/2017

Ementa Nomeação do Procurador-Geral de Contas dos Municípios do Estado do Pará. Eleição. Possibilidade.

PARECER 000058/2017

Ementa Polícia Militar. Conselho de Disciplina. Exclusão a bem da disciplina. Pedido de Revisão. Decisão absolutória substituída por Decisão em Recurso de Apelação. Novo julgamento. Manutenção da penalidade. Análise jurídica.

PARECER 000059/2017

Ementa Alienação de bens imóveis pertencentes a Fundação Estatal de Direito Público. Necessário enquadramento como bens dominicais. Vistoria e avaliação dos bens. Existência de interesse público devidamente justificado. Autorização legislativa. Procedimento licitatório.

PARECER 000060/2017

Ementa Licitação. Contrato de Terceirização de mão de obra. Inexecução contratual. Apuração mediante o devido processo legal. Rescisão do pacto e aplicação de penalidade cabível. Possibilidade de retenção de pagamento pelo Estado. Entendimento do TCU e interesse público.

PARECER 000061/2017

Ementa Aquisição de bem imóvel pelo Estado. Dispensa de licitação. Art. 24, Inciso X da Lei Federal nº 8.666/1993. Necessidade de demonstração dos requisitos legais. Viabilidade jurídica.



PARECER 000062/2017

Ementa Pedido de Revisão. Absolvição criminal por insuficiência de provas. Ausência de repercussão na seara administrativa.

PARECER 000063/2017

Ementa Medidas de contenção de gastos com pessoal e outras despesas correntes. Poder Executivo. Minuta de Decreto. Análise jurídica.

PARECER 000064/2017

Ementa Reversão. Agregação promovida com fundamento no art. 88, § 1º, inciso I, da Lei Estadual 5.251/85, para exercício de função de natureza militar. Lei 8.289/2015. Reversão a qualquer tempo. Regularidade. Análise jurídica.

PARECER 000065/2017

Ementa Decreto de convocação da I Conferência Estadual de Vigilância em Saúde do Pará. Preenchimento dos requisitos legais.

PARECER 000066/2017

Ementa Minuta de Decreto Estadual. Criação do Comitê Gestor Estadual do Programa Criança Feliz. Análise jurídica.

PARECER 000067/2017

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Acúmulo de cargos públicos. Pena de demissão. Impossibilidade. Prescrição da pretensão punitiva. Anulação da nomeação do vínculo mantido com o HEMOPA. Análise jurídica.

PARECER 000068/2017

Ementa Minuta de Decreto. Processo Seletivo Simplificado para contratação de servidor temporário no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional. Art.36, da Constituição Estadual. Análise jurídica



PARECER	000069/2017
Ementa	Conselho de Juventude do Estado do Pará- COJUEPA. Prolongamento do mandato dos Conselheiros. Impossibilidade legal. Análise Jurídica.
PARECER	000070/2017
Ementa	Agregação de policial militar. Subchefia da Casa Militar do Tribunal de Contas do Estado. Posto de tenente coronel. Possibilidade em caráter excepcional.
PARECER	000071/2017
Ementa	Projeto de lei instituindo o Dia Estadual de Combate e Prevenção ao Escalpelo. Iniciativa comum. Sugestão de sanção.
PARECER	000072/2017
Ementa	Doação de área reservada. Preenchimento dos requisitos legais. Envio de Mensagem à ALEPA.
PARECER	000073/2017
Ementa	Projeto de Lei nº 161/2016. Aprovação pela Assembleia Legislativa. Institui o Dia Estadual da Comunidade Luso-brasileira. Constitucionalidade da iniciativa. Sanção. Análise jurídica.
PARECER	000074/2017
Ementa	Pedido de revisão. Ausência de fatos novos. Indeferimento do pedido.
PARECER	000075/2017
Ementa	Cessão de uso de bem imóvel a município. Minuta de termo de cessão de uso. Análise Jurídica.



PARECER	000076/2017
Ementa	Polícia Militar. Conselho de Justificação. Verificação de culpa e de capacidade de permanência de policial militar na ativa. Concordância com o relatório dos membros do Conselho. Art.137, II, da Lei Estadual nº 6.833/2006. Pena de detenção. Análise jurídica.
PARECER	000077/2017
Ementa	Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual 5.251/85. Exercício de cargo comissionado de natureza militar na SEGUP. Regularidade da Agregação.
PARECER	000078/2017
Ementa	Minuta de Decreto. Convocação da XII Conferência Estadual de Saúde do Pará. Análise jurídica.
PARECER	000079/2017
Ementa	Reversão. Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual 5.251/85, para exercício de função de natureza militar. Reversão a qualquer tempo- regularidade. Análise jurídica.
PARECER	000080/2017
Ementa	Minuta de Protocolo de Intenções. Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal. Análise jurídica
PARECER	000081/2017
Ementa	Minuta de decreto. Organização do abastecimento de pescado no período da Semana Santa 2017. Competência do Estado para dispor da matéria (art.23, VIII, da CF/88). Análise jurídica.



PARECER	000082/2017
Ementa	Cessão de uso de bem público imóvel a entidade privada sem fins econômicos. Documentos necessários. Decreto Estadual Nº 768/2013
PARECER	000083/2017
Ementa	Recurso Hierárquico. Exclusão a bem da disciplina do militar.
PARECER	000084/2017
Ementa	Policia! Militar estadual. Tempo de serviço. Policia! aguardando reserva remunerada <i>ex officio</i> . Agregação.
PARECER	000085/2017
Ementa	Direitos da mãe adotante. Servidora temporária. Licença maternidade e auxílio natalidade. Posição dos Tribunais pátrios.
PARECER	000086/2017
Ementa	Empregado Público Federal. Cessão. Decreto Federal nº 4.050, de 12 de dezembro de 2001. Disposições do Decreto Estadual nº 1.513/2016. Análise Jurídica.
PARECER	000087/2017
Ementa	Agregação de policial militar. Preenchimento dos requisitos legais. Procedência do pedido.
PARECER	000088/2017
Ementa	Bombeiro militar estadual. Agregação anterior em razão de nomeação para função de natureza civil. Exoneração da função de natureza civil e nomeação para função de natureza policial-militar dentro do mesmo órgão (TCE/PA), na mesma data. Alteração do fundamento legal da agregação.



PARECER

000089/2017

Ementa

Minuta de decreto alterando procedimentos da sistemática de substituição tributária no RICMS. Alterações meramente procedimentais dentro do âmbito de competência do Poder regulamentar do Executivo mediante decreto.

PARECER

000090/2017

Ementa

Direito Constitucional e Ambiental. Projeto de Lei Estadual nº 61/13: Regulamentação para criadores e reprodutores comerciais e amadoristas de passeriformes. Regulamentação atual pela Instrução Normativa nº 10/2011 do IBAMA. Atribuição para regulamentação da matéria: CF/88, art.225, § 1º, VII c/c Lei Federal nº 6.938/1981. Art. 6º, IV c/c Lei Federal nº 5.917/1967, arts. 7º a 10 c/c Lei Federal nº 9.605/1998, art.29, §1º, III c/c Resolução 394/2007 do CONAMA, art.5º. Possibilidade de delegação do controle para órgãos estaduais do meio ambiente: CF/88, art.23, parágrafo único c/c Lei Complementar Federal nº140/2011, art.8º, XIX c/c IN 10/2011 do IBAMA, art.1º, §§ 2º e 3º: manutenção da competência regulamentar do IBAMA. Inconstitucionalidade do projeto: Inovação jurídica que extravasa a suplementação das normativas do IBAMA: Criação de obrigações a "órgão gestor da fauna": Iniciativa privativa do Governador do Estado (CE/89, art.105, II, d): Fixação de valores de licença com base no salário mínimo: violação a CF/88, art.7], IV. Inconsistência no projeto: indefinição a respeito do "órgão gestor da fauna"

PARECER

000091/2017

Ementa

Projeto de lei. Lei Complementar Estadual. Polícia Civil

PARECER

000092/2017

Ementa

Minuta de Decreto Estadual. Ativação de Comandos Operacionais da PMPA. Análise jurídica.



PARECER

000093/2017

Ementa

1. Sanção e veto de PL. Objeto. Coleta, recolhimento e destinação de pneus descartáveis. Legislação, doutrina e jurisprudência. ADPF 101 e ADI 3801. 2. Normatização no âmbito do CONAMA. Resolução 416/2009- CONAMA. Competência da União para editar normas que disciplinem a obrigação das empresas fabricantes e importadoras de pneus em dar uma destinação ambientalmente adequada aos pneus. Doutrina e precedentes do STF e TRF. 3. Política Nacional de Gestão de Resíduos Sólidos. Inspiração. Lei Federal 6.938/1981 e Lei Federal 12.305/2010, regulamentada pelo Decreto Presidencial 7.404/2010.

PARECER

000094/2017

Ementa

Licitação. Extensão da penalidade aplicada a uma empresa para outra. Art. 87, III, da Lei de Licitações. Sociedades com o mesmo objeto e mesmos sócios. Desconsideração da personalidade jurídica. Possibilidade. Devido processo administrativo. Contraditório e ampla defesa.

PARECER

000095/2017

Ementa

Cuida-se nestes autos de pedido de pensão especial militar formulado, em 12.04.2016, por viúva de ex-policia militar.

PARECER

000096/2017

Ementa

Instauração do Conselho de Justificação. Inteligência da Lei 6.833/2006. Análise jurídica.

PARECER

000097/2017

Ementa

Conselho de Disciplina: exclusão a bem da disciplina. Pedido de revisão. Fato novo. Absolvição judicial por negativa de autoria. Certidão de trânsito em julgado. Repercussão na esfera administrativa. Prescrição.



PARECER	000098/2017
Ementa	Processo administrativo disciplinar. Exigência de quantia em dinheiro. Recomendação de aplicação de pena de demissão. Competência de julgamento do Exmo. Governador do Estado.
PARECER	000099/2017
Ementa	Extinção de empresa pública. Empregados postos em quadro em extinção em órgão público. Empregados contratados mediante concurso público em 2005. Ausência de estabilidade no serviço público. Possibilidade de dispensa sem justa causa. Dever de motivar o desligamento.
PARECER	000100/2017
Ementa	Policial militar. Pedido de pensão especial. Caracterização de morte em serviço. Nexo de causalidade. Descabimento. Art. 77 da Lei Estadual nº 5.251/85. Decreto Estadual nº 10.745/78. Análise jurídica.
PARECER	000101/2017
Ementa	Servidor público. Auxílio-transporte. Tarifa efetivamente paga pelo servidor. Critérios. Art. 149 do RJU/PA. Lei Estadual nº 6.621/2004. Decreto nº 911/2004. Cabimento. Análise Jurídica
PARECER	000102/2017
Ementa	PMPA. Oficiais militares. Promoção de 25/09/2016. Agregação. Ressarcimento de preterição. Cabimento, em tese. Interpretação dos arts. 14 e 15 da Lei Estadual nº 5.249. Decreto nº 4.244/1986. Análise Jurídica.
PARECER	000103/2017
Ementa	Minuta de decreto. Convoca a I Conferência Estadual de Saúde das Mulheres do Pará. Análise jurídica.



PARECER	000104/2017
Ementa	Concurso público. SEDUC. Candidata nomeada. Posse. Prazo não observado. Nomeação sem efeito. Decreto. Art. 22, parágrafo 3º da Lei Estadual nº 5.810/94. Análise jurídica.
PARECER	000105/2017
Ementa	Reversão. Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, inciso III, "M" e §3º c/c art. 90 da Lei Estadual nº 8.251/85, para exercício de função de natureza civil. Regularidade. Análise jurídica.
PARECER	000106/2017
Ementa	Agregação. Policial militar. Art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual 5.251/85 c/c item 1 do anexo da Lei Estadual nº 5.276/85. Exercício de cargo comissionado de natureza militar na Casa Militar da Governadoria do Estado.
PARECER	000107/2017
Ementa	Reversão. Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual 5.251/85, para exercício de cargo comissionado de natureza militar. Reversão a qualquer tempo-regularidade.
PARECER	000108/2017
Ementa	Acréscimos legais. Correção monetária e multa decorrentes de julgados do Tribunal de Contas dos Municípios, mesmo com a alteração através da Lei Complementar 109/2016, deve ser observado os critérios previstos na Lei Estadual 6.182/98 para efeitos de multa e correção monetária.
PARECER	000109/2017
Ementa	Contrato administrativo. Inadimplência contratual. Aplicação de sanções administrativas. Prescrição quinquenal. Termo inicial



PARECER 000110/2017

Ementa Corpo de bombeiros. Nomeação para cargo comissionado na SEGUP. Função de natureza militar. Agregação.

PARECER 000111/2017

Ementa Militar estadual. Oficial. Nomeação para cargo comissionado com lotação na SEGUP. Função de natureza militar. Agregação.

PARECER 000112/2017

Ementa Reversão de policial militar. Preenchimento dos requisitos legais. Procedência do pedido.

PARECER 000113/2017

Ementa Concurso público. SEDUC. Candidata nomeada. Posse. Prazo não observado. Nomeação sem efeito. Decreto. Art. 22, parágrafo 3º da Lei Estadual nº5.810/94. Análise jurídica.

PARECER 000114/2017

Ementa Servidor público não estável. Estágio probatório. Pendência de avaliação especial de desempenho. Ausência injustificada por mais de 30 (trinta) dias consecutivos. Inexistência de instauração de processo administrativo disciplinar. Prescrição da pretensão punitiva. Deflagração de processo de avaliação de desempenho. Arts. 33 e 34 do Decreto nº249/2011. Análise jurídica.

PARECER 000115/2017

Ementa Pensão especial. Acidente de trajeto não caracterizado. Descabimento da pretensão.

PARECER 000116/2017

Ementa Associação de servidores militares. Repasse das verbas particulares descontadas nos contracheques dos associados. Verba de natureza privada. Impossibilidade de retenção e controle pela corporação militar. Legitimidade da Presidência e de membros da presidência,



Diretoria executiva e Conselho Fiscal. Malversação dos recursos. Apuração a ser realizada em via de controle própria. Impossibilidade de ingerência de ente público em Associação de Classe de natureza nitidamente privada. Análise jurídica.

PARECER

000117/2017

Ementa

Curso de Habilitação de Oficiais (CHO/PMPA-2016). Empresa contratada para organizar, planejar e realizar o processo seletivo interno. Impugnações diversas à 1ª etapa do certame. Análise jurídica.

PARECER

000118/2017

Ementa

Pensão especial militar. Apreciação da legalidade do ato, para fins de registro, pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE/PA). Diligência processual. Supressão de dispositivo constitucional inaplicável ao caso e exclusão de parcelas indenizatórias. Retificação do ato concessivo.

PARECER

000119/2017

Ementa

Concessão da medalha de Mérito Tiradentes e de bons serviços. Preenchimento dos requisitos legais.

PARECER

000120/2017

Ementa

Auxílio funeral. Benefício assistencial. Ônus do FASPM aos militares filiados ao mencionado Fundo.

PARECER

000121/2017

Ementa

Policiais militares. Promoção por tempo de serviço. Lei Estadual nº 8.388/2016 e Decreto Estadual nº 1.672/2016.

PARECER

000122/2017

Ementa

Polícia militar estadual. Promoção. Oficiais. Antiguidade e merecimento. Lei Estadual nº 8.388/2016.



PARECER 000123/2017

Ementa Corpo de bombeiros militar estadual. Promoções do dia 21 de abril de 2017. Minuta de Decreto. Análise jurídica.

PARECER 000124/2017

Ementa Bombeiro militar estadual colocado à disposição do Instituto de Ensino de Segurança do Pará (IESP). Exercício de suas próprias atividades de natureza bombeiro-militar fora dos quadros da corporação militar que integra. Agregação.

PARECER 000125/2017

Ementa Polícia Militar. PADS. Licenciamento a bem da disciplina. Pedido de revisão. Manutenção da penalidade. Análise jurídica.

PARECER 000126/2017

Ementa PRODEPA. Inexecução contratual. Descumprimento de prazo de entrega de material. Notificação prévia antes da instauração de processo administrativo. Análise jurídica.

PARECER 000127/2017

Ementa Policial militar estadual. Nomeação para cargo comissionado junto ao Gabinete Militar do Ministério Público Estadual (MPE). Função de natureza policial-militar. Lei Estadual nº 7.551/2011. Agregação.

PARECER 000128/2017

Ementa Corpo de Bombeiros Militar. Bombeiro Militar colocado à disposição da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social - SEGUP, para exercer função junto ao Instituto de Ensino de Segurança Pública - IESP. Agregação. Análise jurídica.

PARECER 000129/2017

Ementa Reversão. Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, Inciso I, da Lei Estadual nº 5.251/1985, para exercício de cargo



comissionado de natureza militar. Reversão a qualquer tempo. Regularidade.

PARECER

000130/2017

Ementa

Reversão. Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, Inciso I, da Lei Estadual 5.251/85, para exercício de função de natureza militar. Reversão a qualquer tempo. Regularidade. Análise jurídica.

PARECER

000131/2017

Ementa

Projeto de Lei que dispõe sobre Tratamento Tributário Especial para Operações envolvendo minérios de manganês, níquel, cobre e ferro. Diferimento de ICMS. Não caracterização de benefícios fiscais. Dispensa de aprovação do CONFAZ. Jurisprudência do STF. Inexistência de vícios no Projeto de Lei.

PARECER

000132/2017

Ementa

Servidora pública. Obtenção de guarda judicial definitiva de menor. Dependente. Benefícios decorrentes: IASEP e salário-família. Licença-maternidade e auxílio maternidade: desnecessidade de adaptação. Ausência de amparo jurídico para concessão.

PARECER

000133/2017

Ementa

Pedido de reconsideração.

PARECER

000134/2017

Ementa

Contrato administrativo viciado. Jurisprudência do TCU. Procedimento de invalidação. Apuração de responsabilidades.

PARECER

000135/2017

Ementa

Ex-policiais militares estaduais. Conselho de Disciplina. Exclusão a bem da disciplina. Pedido de revisão. Absolvição penal por insuficiência de provas. Possível reflexo na esfera administrativa.



PARECER	000136/2017
Ementa	Reversão. Agregação promovida com fundamento no art. 88, § 1º, inciso I, da Lei Estadual 5.251/85, para exercício de função de natureza militar. Reversão a qualquer tempo. Regularidade. Análise jurídica.
PARECER	000137/2017
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria nº 344/2016 - GABP/FSCMP, publicada no DOE Nº 33.142, de 07 de junho de 2016.
PARECER	000138/2017
Ementa	Anteprojeto de Lei. Autoriza o Poder Executivo a contratar Operação de Crédito com a Corporação Andina de Fomento (CAF). Programa de Investimento no Programa "Municípios Sustentáveis do Pará".
PARECER	000139/2017
Ementa	Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias. Exercício financeiro de 2018. Art. 204, da CE/89. Análise jurídica.
PARECER	000140/2017
Ementa	Polícia Militar. Instauração de Conselho de Justificação. Composição. Análise jurídica.
PARECER	000141/2017
Ementa	Pensão Especial Militar. Revisão. Composição da vantagem. Análise jurídica.
PARECER	000142/2017
Ementa	Bem público. Imóvel pertencente ao Estado do Pará. Cessão de uso para Fundação Pública Estadual (FASEPA). Termo. Regularidade. Lei Estadual nº 6.614/2004. Análise jurídica.



PARECER	000143/2017
Ementa	Agregação de Policial Militar. Não preenchimento dos requisitos legais. Improcedência do pedido.
PARECER	000144/2017
Ementa	Polícia militar. Promoção por ato de bravura. Conselho Especial. Presença dos requisitos legais constantes do art. 9º, da Lei estadual nº 8.230/2015 (Lei de promoção de praças da PMPA). Análise jurídica.
PARECER	000145/2017
Ementa	Polícia militar estadual. Promoção em ressarcimento de preterição-erro administrativo. Lei estadual nº 5.249/1985 e 8.388/2016. Condição <i>sub judice</i> .
PARECER	000146/2017
Ementa	Bombeiro militar. Promoção Post Mortem. Lei Estadual nº 8.388/2016 e Decreto Estadual nº 1.672/2016.
PARECER	000147/2017
Ementa	Licença maternidade. Fertilização <i>in vitro</i> . Gravidez ultra uterina. Proteção à mãe e à criança.
PARECER	000148/2017
Ementa	Pensão Especial Militar. Apreciação da legalidade para fins de registro pelo TCE/PA. Diligência: Exclusão de parcelas indenizatórias. Retificação do Decreto concessivo.
PARECER	000149/2017
Ementa	Licitação. Decreto Estadual nº 4.457/2000. Programa Qualidade e Produtividade em Obras Públicas. Exigência de Atestado de Qualificação PBQP-H. Contrariedade ao disposto no art. 37, inciso XXI CF/88 e art. 30 da Lei Federal nº 8.666/93: restrição de



competitividade. Entendimento do Tribunal de Contas da União: utilização como pontuação técnica.

PARECER 000150/2017

Ementa Pensão Especial Militar. Apreciação da legalidade para fins de registro pelo TCE/PA. Diligência: Exclusão de parcelas indenizatórias. Retificação do Decreto concessivo.

PARECER 000151/2017

Ementa Licença maternidade. Licença adoção. Extensão às servidoras militares. Possibilidade.

PARECER 000152/2017

Ementa Escola de Governança Pública do Estado do Pará. Capacitação de Agentes Públicos *Latu Sensu*. Possibilidade.

PARECER 000153/2017

Ementa Isenção do ICMS. Exigência contida no art. 1º, Parágrafo Único, Inciso I, da Lei Estadual nº 8.288/2015. Necessidade de inscrição do Templo, considerado cada um de seus estabelecimentos individualmente, no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica. Instrução Normativa RFB nº 1634/2016. Legalidade da exigência.

PARECER 000154/2017

Ementa Polícia Militar. Conselho de Disciplina. Exclusão a bem da disciplina. Pedido de Revisão. Ausência de fatos novos. Manutenção da penalidade. Análise jurídica.

PARECER 000155/2017

Ementa Reversão. Agregação promovida com fundamento no art. 88, § 1º, inciso I, da Lei Estadual 5.251/85, para exercício de função de natureza militar junto ao Ministério Público Estadual. Art. 4º, da Lei



Estadual nº 7.551/2011. Exoneração. Reversão a qualquer tempo. Análise jurídica.

PARECER

000156/2017

Ementa

Reversão. Agregação promovida com fundamento no art. 88, § 1º, inciso I, da Lei Estadual 5.251/85, para exercício de cargo comissionado de natureza militar. Reversão a qualquer tempo. Regularidade.

PARECER

000157/2017

Ementa

Reversão ao serviço ativo.

PARECER

000158/2017

Ementa

Reversão de Policial Militar. Preenchimento dos requisitos legais.

PARECER

000159/2017

Ementa

Contrato de financiamento mediante abertura de crédito com recursos do BNDES. Estado do Pará e Banco do Brasil S.A. 4º Termo Aditivo. Prorrogação de prazo para utilização do crédito. Análise jurídica.

PARECER

000160/2017

Ementa

Oficial da Polícia Militar Estadual. Nomeação para exercício de função de Assessor II junto ao Ministério Público do Estado do Pará. Agregação. Exoneração. Reversão.

PARECER

000161/2017

Ementa

Polícia Civil. Outorga da "Medalha Mérito Policial". Decreto Estadual nº 3.411/1999 e "Medalha Evanovich de Investigação Policial". Decreto Estadual nº 5.714/1999. Regularidade na concessão.

PARECER

000162/2017

Ementa

Promoção dos integrantes dos Quadros de Polícia Civil. Preenchimento dos requisitos legais.



PARECER 000163/2017

Ementa Promoção *Post Mortem*. Acidente de trajeto caracterizado. Viabilidade da pretensão, desde que apreciada a questão pela Comissão de Promoção de Oficiais - CPO.

PARECER 000164/2017

Ementa Reversão de policial militar. Preenchimento dos requisitos legais.

PARECER 000165/2017

Ementa Bombeiro Militar Estadual. Função de natureza policial-militar junto à Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social. Reversão.

PARECER 000166/2017

Ementa Oficial da Polícia Militar Estadual. Nomeação para exercício de função junto a SUSIPE. Agregação. Exoneração. Reversão.

PARECER 000167/2017

Ementa Cessão de uso de bem imóvel público do Estado para o Município. Finalidade pública, obrigações das partes, condições especiais e prazo de vigência especificados no respectivo contrato. Análise da pretensão à luz das previsões legais.

PARECER 000168/2017

Ementa Polícia Militar. Conselho de Justificação. Concordância com o Relatório dos Membros do Conselho. Inexistência de transgressão disciplinar militar pelos oficiais justificantes. Art. 137, I, da Lei Estadual nº 6.833/2006. Análise jurídica.

PARECER 000169/2017

Ementa Outorga da Medalha "Coronel Barros e Arouck". Decreto Estadual nº 212/91. Resolução nº 006/2015. Serviços Extraordinários. Requisitos para concessão.



PARECER 000170/2017

Ementa Reitor da UEPA. Autarquia de Regime Especial. Lista tríplice. Escolha pelo Chefe do Poder Executivo Estadual.

PARECER 000171/2017

Ementa Transferências efetuadas pelo Governo do Estado a Fundações Públicas, Autarquias e outros poderes. Exclusão do valor da base de cálculo do PIS/PASEP. Análise da legislação aplicável ao caso.

PARECER 000172/2017

Ementa Policial militar colocado nomeado para função de natureza militar no Ministério Público Estadual. Agregação. Análise jurídica.

PARECER 000173/2017

Ementa Convênio de Delegação entre a União e o Estado do Pará para a exploração de aeroporto de Breves/PA.

PARECER 000174/2017

Ementa Reversão. Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual 5.251/85, para exercício de função de natureza militar junto à Casa Militar da Governadoria. Exoneração. Reversão a qualquer tempo. Análise jurídica.

PARECER 000175/2017

Ementa Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual 5.251/85 c/c art. 4º da Lei Estadual 7.551/2011. Exercício de cargo comissionado de natureza militar no MPE/PA. Regularidade da agregação.

PARECER 000176/2017

Ementa Tendo ocorrido o distrato na venda e compra de imóvel que supostamente poderia garantir crédito tributário, justamente porque o executado não pagou o que devia pela compra do bem, por evidente inexistência de interesse na penhora do citado bem que voltou



ao patrimônio do vendedor lesado, em função da compra não concluída.

PARECER

000177/2017

Ementa

Oficial Bombeiro Militar Estadual. Nomeação para exercício de função junto a Secretaria de Segurança Pública. Agregação. Exoneração. Reversão.

PARECER

000178/2017

Ementa

Agregação promovida com fundamento no Art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual 5.251/85 c/c art. 4º da Lei nº 7.551/2011. Exercício de cargo de natureza militar no Gabinete Militar do MPE/PA. Regularidade da agregação.

PARECER

000179/2017

Ementa

Minuta do Decreto que fixa os limites de gastos para concessão de benefícios fiscais, no incentivo à cultura. Lei Estadual nº 6.572/2003. Previsão da renúncia da receita prevista na Lei Estadual nº 8.375/2016 (LDO). Observância aos termos da Lei da Responsabilidade Fiscal.

PARECER

000180/2017

Ementa

Trata-se, nestes autos, da cessão de uso de bem imóvel do Estado do Pará ao Município de Igarapé-Açu.

PARECER

000181/2017

Ementa

Polícia Militar Estadual. Outorga da medalha "Coronel Barros e Arouck". Requisitos. Decreto Estadual nº 212/1991 e Resolução nº 006/2015-PMPA.

PARECER

000182/2017

Ementa

Policia militar estadual. Nomeação para cargo de natureza policial-militar junto à Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social. Reversão.



PARECER 000183/2017

Ementa Militar. Conselho de Justificação. Substituição de membro. Presidente designado para exercício de cargo comissionado no MPE/PA. Impossibilidade de presidir. Processo Administrativo Disciplinar. Análise Jurídica. Deferimento.

PARECER 000184/2017

Ementa Agregação promovida com fundamento no Art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual 5.251/85 C/C Art. 2º e anexo da Lei 8.289/2015. Exercício de cargo de natureza militar na Secretaria de Segurança Pública. Regularidade da agregação.

PARECER 000185/2017

Ementa Minuta de Termo de Cooperação Técnica. Oferta de estágio curricular. Estado do Pará x TRE/PA. Análise Jurídica.

PARECER 000186/2017

Ementa Pensão Especial Militar. Apreciação do ato, para fins de registro, pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE/PA). Diligência processual. Supressão de dispositivo constitucional inaplicável ao caso e exclusão de parcelas indenizatórias. Retificação do ato concessivo.

PARECER 000187/2017

Ementa Retificação do Decreto de Pensão Especial Militar - Percentual de gratificação de risco de vida - Exclusão das parcelas Gratificação de Localidade Especial e Gratificação de Serviço Ativo.

PARECER 000188/2017

Ementa Trata-se de análise sobre minuta de Decreto que "Dispõe sobre a carteira de identidade de Policial Militar Estado do Pará".

PARECER 000189/2017

Ementa Reversão. Agregação promovida com fundamento no Art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual nº 5.251/85, para exercício de função de



natureza militar. Reversão a qualquer tempo. Regularidade. Análise Jurídica.

PARECER 000190/2017

Ementa Polícia Militar. Processo Administrativo Disciplinar Simplificado. Sancionamento Disciplinar de Licenciamento à Bem da Disciplina. Recurso Hierárquico - Tempestividade: Notificação Pessoal. Manutenção da Penalidade.

PARECER 000191/2017

Ementa Policial Militar. Nomeação para cargo em comissão no Gabinete Militar do MPE/PA. Função de natureza Policial Militar. Agregação.

PARECER 000192/2017

Ementa Incidência de ICMS e/ou ISSQN em operações mistas (agregam mercadorias e serviços). Regra geral de incidência de apenas um imposto excepcionada, *in casu*, na forma do item 14.01 da lista anexa à LC 116/2003: ISSQN incide sobre o serviço e ICMS, sobre a transferência das peças e partes empregadas.

PARECER 000193/2017

Ementa Pensão Especial Militar. Resposta ao Tribunal de Contas do Estado.

PARECER 000194/2017

Ementa Acordo de Cooperação com entidade civil sem fins lucrativos. Lei nº 13.019/2014. Análise jurídica.

PARECER 000195/2017

Ementa Servidor público. Procurador autárquico. Licença classista. Cargo de Diretor de assuntos jurídicos na Associação dos Procuradores Autárquicos e Fundacionais - APAFEP. Garantia da remuneração do cargo efetivo. Análise jurídica.



PARECER	000196/2017
Ementa	Policial Militar. Agregação. Art. 88, § 1º, inciso I, da Lei Estadual 5.251/85. Item 1 do anexo da Lei Estadual nº 5.276/85, art. 4º, da Lei Estadual nº 7.551/2011. Exercício de cargo comissionado de natureza militar no Ministério Público do Estado do Pará.
PARECER	000197/2017
Ementa	Servidor público. Temporário. Adotante. Auxílio natalidade. Concessão. Marco temporal. Trânsito em julgado da Decisão que julga procedente a adoção. Art. 47, §7º, do ECA. Apresentação da Certidão de Nascimento com o registro (da adoção). Art. 160, I, "C", do RJU/PA.
PARECER	000198/2017
Ementa	Entidade privada sem fins lucrativos. Pleito de qualificação como organização social (OS). Documentos e demais requisitos previstos nas normas estaduais e na decisão proferida pelo STF na ADI 193/FD.
PARECER	000199/2017
Ementa	Mensagem de anteprojeto de Lei. Autoriza o Estado do Pará a contratar Operação de Crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, com a garantia da União. Programa de apoio à gestão e integração dos Fiscos do Brasil - PROFISCO II/PA. Análise Jurídica.
PARECER	000200/2017
Ementa	Alteração do regulamento do ICMS. Elevação da margem de valor agregado nas transferências de mercadorias entre empresas interdependentes. Especificação de regra para fruição de perda de Regime Tributário diferenciado para a Cadeia Florestal. Competência do Exmo. Sr. Governador do Estado Tributante. Possibilidade.
PARECER	000201/2017
Ementa	Retificação de Decreto. Pensão Policial-Militar. Viabilidade jurídica.



PARECER	000202/2017
Ementa	Conselho Estadual de Segurança Pública - CONSEP. Homologação de Resolução. Viabilidade Jurídica.
PARECER	000203/2017
Ementa	Policia! Militar Estadual. Nomeação para exercício de função de natureza civil. Agregação. Exoneração. Reversão ao serviço ativo.
PARECER	000204/2017
Ementa	Militar colocado à disposição da SEGUP. Exercício de atividade de natureza Bombeiro-Militar fora dos quadros da organização militar que integra - Necessidade de Agregação. Equiparação de "Nomeação" e "Colocação à disposição" para fins de agregação.
PARECER	000205/2017
Ementa	Bem Público. Imóvel pertencente ao Estado do Pará. Cessão de uso parcial de Bem para o município de Belém: Termo - Ausência de contrapartida e obrigações específicas ao cessionário. Regularidade. Lei Estadual Nº 6.614/2004. Análise Jurídica.
PARECER	000206/2017
Ementa	Policia! militar estadual. Função de natureza policia!-militar junto à Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social. Reversão.
PARECER	000207/2017
Ementa	Policia! militar estadual. Agregação: Licença para tratamento de saúde própria, com afastamento contínuo superior a 1 (um) ano. Análise jurídica.
PARECER	000208/2017
Ementa	Contrato administrativo. Alterações qualitativas e quantitativas. Limites legais. Acréscimo que ultrapassa o limite legal de 25 do valor inicial atualizado do contrato. Hipóteses excepciona!ssimas. Decisão



paradigma 215/99 TCU. Necessário preenchimento de requisitos de forma cumulativa.

PARECER

000209/2017

Ementa

Termo aditivo de alteração qualitativa e quantitativa. Necessidade de adequações técnicas ao projeto original, inclusive novos serviços. Interesse público primário. Sujeições imprevistas. Possibilidade de dano ao erário com a rescisão. Aumento no valor do contrato. Anuência do contratado. Hipótese excepcionalíssima que excede limite legal de 25. Art. 65. Inciso I, §1º da Lei Nº 8.666/93. Decisão Nº 215/99 TCU.

PARECER

000210/2017

Ementa

Polícia militar. Processo Administrativo Disciplinar Simplificado-PADS. Licenciamento disciplinar. Posterior atenuação da pena em sede de pedido de revisão. Reforma administrativa. Recurso hierárquico. Manutenção da penalidade. Análise jurídica.

PARECER

000211/2017

Ementa

Corpo de Bombeiros Militar. Outorga da "Medalha do mérito bombeiro militar D. Pedro II" - Decreto estadual Nº 2.523/1994 - Regularidade na concessão.

PARECER

000212/2017

Ementa

Servidor público - Temporário - Licença Saúde - Grávidas - Licença maternidade - Distrato – Questionamentos.

PARECER

000213/2017

Ementa

Termo de cessão de uso. Bem imóvel estadual para fins de interesse público e social. Art. 2º, Inciso II da Lei Nº 6.614/2004. Possibilidade. Regularidade da minuta analisada.



PARECER	000214/2017
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Indiciamento. Citação. Anulação parcial.
PARECER	000215/2017
Ementa	Bombeiros Militares. Reserva remunerada. Convocação ao serviço ativo. Aplicação do Art. 105-A da Lei Estadual Nº 5.251/1985 e Decreto estadual Nº 892/2013.
PARECER	000216/2017
Ementa	Reversão. Agregação promovida com fundamento no Art. 88, §1º, Inciso I, da Lei Estadual 5.251/85, para exercício de função gratificada de natureza militar. Reversão a qualquer tempo – Regularidade.
PARECER	000217/2017
Ementa	Conselho Diretor do Fundo Estadual da Defensoria Pública - FUNDEP. Indicação de representante da Secretaria Especial de Estado de Gestão. Extinção do Órgão com assento no FUNDEP. Lei Estadual nº 8.096/2015. Inexistência de absorção das competências do órgão extinto. Necessidade de revisão da Lei Estadual Nº 6.717/2011 e do Decreto Estadual Nº 2.275/2006. Análise Jurídica.
PARECER	000218/2017
Ementa	Reversão ao serviço ativo da corporação.
PARECER	000219/2017
Ementa	Companhia de Saneamento do Pará. Alienação de Bens imóveis. Autorização legislativa. Desnecessidade de licitação. Dispensa.
PARECER	000220/2017
Ementa	Agregação. Policial Militar. Art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual 5.251/85 c/c item 1 do Anexo da Lei Estadual nº 5.276/85. Exercício



de cargo comissionado de natureza militar na Casa Militar da Governadoria do Estado.

PARECER

000221/2017

Ementa

Militar colocado à disposição da SEGUP. Exercício de atividade de natureza bombeiro-militar fora dos quadros da Organização Militar que integra. Necessidade de Agregação. Equiparação de "nomeação" e "colocação à disposição" para fins de agregação.

PARECER

000222/2017

Ementa

Bombeiro Militar Estadual colocado à disposição da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social para atuar no Núcleo Integrado de Operações do Município de Santarém/PA. Função de natureza bombeiro-militar fora dos quadros da Corporação Militar que integra. Agregação.

PARECER

000223/2017

Ementa

Policia! Militar. Nomeação para cargo comissionado na SEGUP. Função de natureza militar. Agregação.

PARECER

000224/2017

Ementa

PAD. Pedido de revisão. Ausência de fato novo. Não autorização. Art. 229, RJU. Indeferimento da revisão. Arts. 232 a 236, RJU.

PARECER

000225/2017

Ementa

Licitação. Pregão Eletrônico. Prestação de serviço de manutenção de equipamento de informática com fornecimento de peças. Nota fiscal do ISS Manual: impossibilidade do município fornecer a NF Eletrônica. Ausência de irregularidade. Necessidade de pagamento por parte da Administração: vedação ao enriquecimento ilícito.



PARECER	000226/2017
Ementa	Gratificação de trânsito. Valor nominal. Servidores cedidos por outros órgãos para exercer cargo em comissão do DETRAN. Arts. 19 e 29, e anexo III, da Lei Estadual nº 7.594/2011.
PARECER	000227/2017
Ementa	Militar colocado à disposição da SEGUP.
PARECER	000228/2017
Ementa	Reversão ao serviço ativo.
PARECER	000229/2017
Ementa	Reversão de Policial Militar. Preenchimento dos requisitos legais.
PARECER	000230/2017
Ementa	Policial Militar. Reserva remunerada. Renovação da convocação ao serviço ativo. Aplicação do art. 105-A da Lei Estadual nº 5.251/1985 e Decreto Estadual nº 892/2013.
PARECER	000231/2017
Ementa	Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará (IGEPREV). Reestruturação Organizacional. Alterações e inclusões na Lei Estadual nº 6.564/2003. Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo. Análise jurídica.
PARECER	000232/2017
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar Simplificado. Licenciamento a bem da disciplina. Pedido de Revisão. Fato novo. Morte do militar licenciado. Exclusão da corporação concretizada antes do evento morte. Improcedência do pedido revisional.



PARECER 000233/2017

Ementa Envio de Informações ao Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Princípio da lealdade federativa. Autonomia do Estado. Análise jurídica.

PARECER 000234/2017

Ementa Agregação promovida com fundamento no art. 88, § 1º, inciso I, da Lei Estadual 5.251/85 c/c art. 2º, item 6 da Lei Estadual 5.276/85. Exercício de cargo comissionado de natureza militar na SUSIPE. Regularidade da agregação.

PARECER 000235/2017

Ementa Minuta de Decreto instituindo o Sistema Financeiro de Conta Única e demais contas bancárias do Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios (SIAFEM/PA) e dá outras providências. Análise jurídica.

PARECER 000236/2017

Ementa ARCON. Decreto regulamentador. Lei Estadual nº 8.470/2017. Serviço de Transporte Público Alternativo Intermunicipal do Estado do Pará. Análise jurídica.

PARECER 000237/2017

Ementa Outorga da Medalha "Coronel Barros e Arouck". Decreto Estadual nº 212/91. Resolução nº 006/2015. Serviços extraordinários. Requisitos para concessão.

PARECER 000238/2017

Ementa Agregação de Policial Militar. Preenchimento dos requisitos legais.

PARECER 000239/2017

Ementa Policial Militar Estadual. Outorga da Medalha "General Ferreira Coelho. Dedicação ao Estudo". Decreto Estadual nº 1.585/81. Regularidade da concessão.



PARECER 000240/2017

Ementa Militar. Conselho de Justificação. Acórdão TJE/PA. Demissão. Ato do Governador.

PARECER 000241/2017

Ementa Agregação promovida com fundamento no art. 88, § 1º, inciso I, da Lei Estadual 5.251/85 c/c art. 2º, item 12 da Lei Estadual 5.276/85. Exercício de função de natureza militar no TCM. Regularidade da Agregação.

PARECER 000242/2017

Ementa Certidão de Regularidade Fiscal Estadual. Cassação de ofício. Constitucionalidade e legalidade. Expressa previsão normativa. Desnecessidade de notificação prévia. Validade condicionada à autenticação no Portal da SEFA. Estrito cumprimento da norma.

PARECER 000243/2017

Ementa Policial Militar Estadual. Transgressões disciplinares diversas. Conselho de Justificação. Rejeição da conclusão e Decisão do CJ. Remessa do processo, pelo Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça do Estado. Artigos 129, I, a, 137, IV e 140, todos da Lei Estadual nº 6.833/2006.

PARECER 000244/2017

Ementa Oficial da Polícia Militar Estadual. Nomeação para exercício de função junto a SUSIPE. Agregação. Exoneração. Reversão.

PARECER 000245/2017

Ementa Reversão. Agregação por período contínuo de 01 ano de licença médica do Militar. Art. 88, §1º, inciso III, alínea "C" da Lei Estadual 5.251/85. Reversão após Parecer Perícia Médica PMPA. Regularidade. Análise jurídica.



PARECER 000246/2017

Ementa Lei nº 13.303/2016. Procedimentos licitatórios para execução de obras públicas. Companhia de Portos e Hidrovias do Estado do Pará - CPH. Regras de transição. Interpretação do art. 91, caput e § 3º da norma. Análise jurídica.

PARECER 000247/2017

Ementa Conselho Técnico Administrativo da EMATER. Recondição e nomeação de membros. Biênio 2017/2019. Decreto Estadual nº 1.454/2015. Análise jurídica.

PARECER 000248/2017

Ementa Policial Militar Estadual no Posto de Coronel. 30 anos de efetivo exercício. Agregação enquanto aguarda transferência ex officio para a reserva remunerada.

PARECER 000249/2017

Ementa Pensão Especial Militar. Apreciação da legalidade para fins de Registro pelo TCE/PA. Diligência: Exclusão de parcelas indenizatórias. Retificação do Decreto concessivo.

PARECER 000250/2017

Ementa Minuta de Projeto de Lei. Cadastro informativo de créditos não quitados de órgãos e entidades da Administração Pública Estadual/ CADIN-PA-Análise jurídica.

PARECER 000251/2017

Ementa Pensão especial militar. Apreciação da legalidade para fins de Registro pelo TCE/PA. Diligência: exclusão de parcelas indenizatórias. Retificação do Decreto concessivo.



PARECER 000252/2017

Ementa Servidora comissionada. Faltas graves apuradas em Processo Administrativo Disciplinar (PAD).

PARECER 000253/2017

Ementa Pensão Especial Militar. Apreciação da legalidade para fins de registro pelo TCE/PA. Diligência: Exclusão de parcelas indenizatórias. Retificação do Decreto concessivo.

PARECER 000254/2017

Ementa Conselho Estadual de Segurança Pública - CONSEP. Homologação. Resolução. Governador do Estado. Aplicação do art. 22 do Regimento Interno do Conselho. Homologado pelo Decreto nº 1.555/1996.

PARECER 000255/2017

Ementa Agregação promovida com fundamento no art. 88, § 1º, inciso I, da Lei Estadual 5.251/85 c/c art. 21, § 1º, "3" do Decreto Federal nº 99.777/1983 c/c item 5 do Anexo da Lei Estadual nº 5.276/85. Exercício de cargo de natureza militar na SEGUP. Regularidade da agregação.

PARECER 000256/2017

Ementa Policial Militar. Nomeação para cargo comissionado na SEGUP. Função de natureza militar. Agregação.

PARECER 000257/2017

Ementa Reversão de policial militar.

PARECER 000258/2017

Ementa Oficial Policial Militar Estadual. Nomeação para exercício de função junto a Secretaria de Segurança Pública. Agregação. Exoneração. Reversão.



PARECER	000259/2017
Ementa	Servidor temporário que se converteu em efetivo após concurso público. Gratificação correspondente a 10 (dez por cento) do respectivo vencimento ou remuneração por ter completado 25 (vinte e cinco) anos de efetivo exercício no Magistério. Art. 36, Parágrafo único, da Lei Estadual nº 5.351/86 (Estatuto do Magistério). Vantagem incompatível com a transitoriedade da contratação temporária.
PARECER	000260/2017
Ementa	Servidor - Professor Especial da SEDUC - Nível Médio - Estabilidade do Art. 19, do ADCT - Cessão para FCPTN - Emprego de Técnico de Nível Superior - Reenquadramento ou Transposição - Impossibilidade - Cessão Ilegal - Anulação de Ato pela Administração Pública - Autotutela – Imprescritibilidade.
PARECER	000261/2017
Ementa	Minuta de Acordo de Cooperação Técnica que entre si celebram a União, por intermédio da SEAD, o Estado do Pará, a SEDAP (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca) e EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará).
PARECER	000262/2017
Ementa	Polícia Civil. Servidor morto em serviço. Pensão Especial. Inteligência do Art. 160 do RJU estadual.
PARECER	000263/2017
Ementa	Promoção por Ato de Bravura. Inteligência do Art. 9º da Lei Estadual nº 8.230/2015 e Art. 64 da Lei Estadual nº 5.251/85. Regular Processamento de Conselho Especial.
PARECER	000264/2017
Ementa	Servidor civil. Posse. Exercício do cargo. Exoneração de ofício. Art. 25, inciso I, §2º, e art. 59, ambos do RJU.



PARECER	000265/2017
Ementa	Policial Militar Estadual. Exercício de cargo junto à Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social. Cargo de natureza policial-militar. Agregação. Reversão ao serviço ativo.
PARECER	000266/2017
Ementa	Adesão ao Acordo de Cooperação Técnica que estabelece a adesão à Rede SICONV. Análise jurídica.
PARECER	000267/2017
Ementa	Parque Estadual do Utinga. Gestão de equipamentos Turísticos pela SETUR. Termo de Cooperação Técnica e Financeira. Contratação de Organização Social. Viabilidade jurídica.
PARECER	000268/2017
Ementa	Benefício Fiscal concedido por ato do Exmo. Governador. Revogação mediante Decreto.
PARECER	000269/2017
Ementa	Alteração do Regulamento do ICMS. Elevação da MVA- Margem de Valor Agregado nas transferências de mercadorias entre empresas interdependentes. Possibilidade.
PARECER	000270/2017
Ementa	Servidor Público. Processo Administrativo Disciplinar. Inassiduidade habitual ao serviço público. Artigos 177, I e 190, III do RJU/PA. Pena de demissão. Provas nos autos. Análise jurídica
PARECER	000271/2017
Ementa	Polícia Militar. Promoção por ato de Bravura. Conselho Especial. Presença dos requisitos legais constantes do Art. 9º, da Lei Estadual Nº 8.230/2015 (Lei de Promoção de Praças da PMPA). Análise jurídica



PARECER 000272/2017

Ementa Adoção da classificação racial usada pelo IBGE. Princípio da autodeclaração: Convenção Nº 169/OIT/ONU. Homologação da Resolução Nº 318/2017 - CONSEP pelo chefe do Poder Executivo. Minuta de Decreto. Análise jurídica.

PARECER 000273/2017

Ementa Servidor Público. Processo Administrativo Disciplinar. Acúmulo ilegal de cargos. Ausência do Termo de indicição da servidora acusada. Ausência de citação para apresentar defesa escrita. Inobservância do Princípio constitucional da ampla defesa. Nulidade parcial. Art. 225 do RJU/PA.

PARECER 000274/2017

Ementa Promoção por Ato de Bravura. Satisfação dos requisitos legais.

PARECER 000275/2017

Ementa Acordo de Cooperação. Ampliação, desenvolvimento e oferta de conectividade expansível de alta qualidade, serviços, capacitação e inovação no uso de redes avançadas para interconectar instituições nas áreas metropolitanas, regiões do interior do Estado ou em longa distância, integradas ao backbone da RNP. Análise jurídica.

PARECER 000276/2017

Ementa Agregação de policial militar. Preenchimento dos requisitos legais.

PARECER 000277/2017

Ementa Retificação de Decreto. Pensão policial-militar. Viabilidade jurídica.

PARECER 000278/2017

Ementa Promoção por Ato de Bravura. Inteligência da Lei Estadual Nº 8.230/2015 e Lei Estadual Nº 5.251/1985. Apuração mediante Conselho Especial. Requisitos Legais - Análise Jurídica.



PARECER	000279/2017
Ementa	Polícia Militar. Morte em serviço. Direito à percepção de pensão policial-militar pelos dependentes do falecido - Inteligência do Art. 77 da Lei Estadual Nº 5.251/85. Rateio em cotas-partes iguais. Exclusão de parcelas indenizatórias do cálculo da pensão - Determinação do TCE/PA.
PARECER	000280/2017
Ementa	Reversão. Agregação promovida com fundamento no Art. 88, § 1º, Inciso I, da Lei Estadual 5.251/85, para exercício de função de natureza militar junto à SUSIPE. Exoneração. Reversão a qualquer tempo. Análise jurídica.
PARECER	000281/2017
Ementa	Conselho Estadual de Segurança Pública - CONSEP. Resolução Nº 319/2017. Aprovação do Plano Estadual de Segurança Pública - PESP/PA - 2017/2018. Art. 22 do Regimento Interno do CONSEP. Análise Jurídica
PARECER	000282/2017
Ementa	Iniciativa para propor projeto de Lei pelo Executivo Estadual - Matéria Previdenciária - Competência Constitucional concorrente e suplementar.
PARECER	000283/2017
Ementa	Agregação promovida com fundamento no Art. 88, §1º, Inciso I, da Lei Estadual 5.251/85 C/C item 3 do anexo da Lei Estadual Nº 5.276/85. Exercício de cargo comissionado de natureza militar na Prefeitura Municipal Belém. Regularidade da agregação.
PARECER	000284/2017
Ementa	PAD. Servidor. Abandono de cargo. Prescrição da pretensão punitiva do Estado. Inexistência. Procedimento rito sumário. Lei Federal Nº 8.112/1990. Lei Estadual Nº 5.810/1994. Ausência de previsão. Nulidade do PAD. Análise jurídica.



PARECER	000286/2017
Ementa	Competência da Comissão da Política de Incentivos para apreciar revogação de benefício. Descumprimento pelo beneficiário da legislação pertinente. Benefício Fiscal concedido por ato do Exmo. Governador. Revogação mediante Decreto.
PARECER	000287/2017
Ementa	Retificação de Decreto que concedeu Pensão Especial Militar.
PARECER	000288/2017
Ementa	Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Pena de Suspensão de noventa dias. Interposição de "Recurso Administrativo". Necessidade de esgotamento das vias: inteligência do RJU. Obrigatoriedade de prévio exame do pedido de reconsideração pela autoridade que aplicou a pena. Análise jurídica.
PARECER	000289/2017
Ementa	Servidora pública. Acumulação ilícita de cargo e emprego públicos. Ausência de natureza técnica do emprego público de Escriurária do Banco do Brasil S.A. Impossibilidade de acumulação com cargo de professor. Processo Administrativo Disciplinar. Servidora de boa-fé. Notificação para opção por um dos vínculos somente ao final do processo. Aplicação da pena de demissão apenas em caso de nova recusa.
PARECER	000290/2017
Ementa	Pensão especial. Policial Militar. Rateio. Dependente menor incapaz. Análise jurídica.
PARECER	000291/2017
Ementa	PADS. Policial Militar. Recurso Hierárquico.



PARECER	000292/2017
Ementa	Alteração do regulamento do ICMS para alterar a margem de valor agregado. Operações internas. Competência do Exmo. Sr. Governador do Estado tributante. Minuta de Decreto que torna sem efeito artigo de decreto anteriormente publicado. Repristinação da norma alterada. Possibilidade.
PARECER	000293/2017
Ementa	Operação de crédito interna. Contrato de financiamento. Crédito público. Publicidade. Registro. Desnecessidade.
PARECER	000294/2017
Ementa	Cessão de uso de Bens móveis. Lei Nº 13.019/2014. Análise Jurídica. (VER TAMBÉM MANIFESTAÇÃO Nº 000219/2017).
PARECER	000295/2017
Ementa	Retificação de Decreto. Pensão policial -militar. Viabilidade jurídica
PARECER	000296/2017
Ementa	Operação de crédito interna. Contrato de financiamento. Programa de apoio ao investimento dos Estados e Distrito Federal. Proinvest. Inclusão de projetos. Viabilidade jurídica.
PARECER	000297/2017
Ementa	PoliciaI militar estadual no posto de coronel. 30 anos de efetivo exercício. Agregação enquanto aguarda transferência Ex Officio para a reserva remunerada.
PARECER	000298/2017
Ementa	Agregação de policial militar. Preenchimento dos requisitos legais.



PARECER	000299/2017
Ementa	Policial Militar Estadual. Exercício de cargo junto à Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará. Função de Natureza Policial-Militar. Agregação. Viabilidade Jurídica.
PARECER	000300/2017
Ementa	Agregação de Policial Militar. Retificação da certidão de tempo de serviço militar. Preenchimento dos requisitos legais.
PARECER	000301/2017
Ementa	Consulta da Secretaria Executiva da Fazenda Estadual- Pedido de Reforma de Parecer - Ausência de Motivo - Impossibilidade.
PARECER	000302/2017
Ementa	Fixação dos índices percentuais de distribuição aos Municípios das parcelas do produto da arrecadação do ICMS. Art.. 3º, §8º, da Lei Complementar Federal nº 63/90. Competência do Governador do Estado do Pará. Art. 135, V, da Constituição Estadual.
PARECER	000303/2017
Ementa	Tratamento tributário do Subsistema Ferroviário do Estado do Pará - Instituição de diferimento nas operações internas e interestaduais - Possibilidade - Diferimento na importação - Impossibilidade de execução da norma sem a celebração de Convênio perante o CONFAZ. O projeto de lei pode ser encaminhado para aprovação, mas a concessão do diferimento na importação depende de prévia celebração de convênio do CONFAZ.
PARECER	000304/2017
Ementa	Pedido de Reconsideração. Repetição das razões da defesa. Regularidade do processo. Manutenção da decisão de demissão.



PARECER	000305/2017
Ementa	Servidor Público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Falta ao serviço. Demissão. Análise Jurídica.
PARECER	000306/2017
Ementa	Promoção em ressarcimento de preterição. Preenchimento dos requisitos exigidos em Lei. Deferimento da Pretensão.
PARECER	000307/2017
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Servidor Público Aposentado. Competência para instauração do PAD.
PARECER	000308/2017
Ementa	Polícia Militar. Outorga da medalha "Coronel Barros e Arouck" - Decreto Estadual Nº 212/91 e Resolução Nº 006/2015: Requisitos para concessão. Serviços extraordinários. Análise Jurídica.
PARECER	000309/2017
Ementa	Militar. Conselho de Justificação. Cumprimento de ordem judicial do TJE/PA. Pedido de revisão de decisão administrativa. Demissão Ex Offício dos quadros da Polícia Militar do Estado do Pará. Sentença penal de absolvição por inexistência de provas transitada em julgado. Análise Jurídica.
PARECER	000310/2017
Ementa	Consórcio Intermunicipal de Saúde. Adesão do Estado do Pará. Análise Jurídica.
PARECER	000311/2017
Ementa	Projeto de Lei. Política Estadual de Resíduos Sólidos. Concessão de incentivos fiscais. Necessidade de observância do Art. 150, §6º da CF/88.



PARECER	000312/2017
Ementa	Anteprojeto de Lei. Subsistema Ferroviário do Estado do Pará. Viabilidade Jurídica.
PARECER	000313/2017
Ementa	Servidor Público. Recondição. Viabilidade Jurídica.
PARECER	000314/2017
Ementa	Polícia Militar. Processo Administrativo Disciplinar Simplificado. Licenciamento à bem da Disciplina. Recurso Hierárquico - intempestividade. Questão de ordem pública: Nulidade procedimental. Praça com estabilidade: Contagem de tempo de efetivo serviço desde o ingresso na Corporação. Necessidade de realização de Conselho de Disciplina.
PARECER	000315/2017
Ementa	Pensão Especial Militar. Revisão. Composição da vantagem. Base de cálculo da Pensão Especial Militar. Art. 33, §7º, da CE/89. Análise Jurídica.
PARECER	000316/2017
Ementa	Pensão Especial Militar. Revisão. Composição da vantagem. Base de Cálculo da pensão especial militar. Art.33, §7º, da CE/89. Análise Jurídica.
PARECER	000317/2017
Ementa	Servidor Público. Processo Administrativo Disciplinar. Conclusão da Comissão Processante dissonante das provas constantes dos autos. Nulidade do Termo de Indiciação. Art. 217 do RJU/PA. Nulidade total do Processo Administrativo Disciplinar Nº 585/2016-GAB/PAD. Art. 225 do RJU/PA. Análise Jurídica.



PARECER	000318/2017
Ementa	Servidor Público. Processo Administrativo Disciplinar. Indicação nula. Descumprimento do Art. 217 da Lei Estadual Nº5.810/94. Necessidade de especificação de todos os fatos considerados conduta transgressiva e indicação das provas produzidas. Anulação do Processo Disciplinar. Análise Jurídica.
PARECER	000319/2017
Ementa	Servidor Público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Acumulação de cargos. Análise Jurídica.
PARECER	000320/2017
Ementa	Pensão Especial Militar. Apreciação da legalidade do Ato, para fins de registro, pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE/PA). Diligência processual. Exclusão de parcelas indenizatórias. Soldo previsto na legislação vigente à data do falecimento do ex-militar. Correção do percentual da gratificação de risco de vida. Retificação do Ato concessivo.
PARECER	000321/2017
Ementa	Minuta de Decreto. Homologação de Resolução do Conselho Superior da Polícia Civil - CONSUP. Alteração do Regimento Interno da Academia de Polícia Civil - ACADEPOL. Viabilidade Jurídica.
PARECER	000322/2017
Ementa	Termo de Compromisso ao Programa de Fomento à implementação de escolas de ensino médio em tempo integral. EMTI. Análise Jurídica.
PARECER	000323/2017
Ementa	Policial Militar Estadual Feminina. Tempo de efetivo serviço. Promoção ao Posto imediato.



PARECER	000324/2017
Ementa	Minuta de Decreto. Conselho Estadual de Saneamento. Viabilidade jurídica.
PARECER	000325/2017
Ementa	Polícia Militar Estadual. Promoções do dia 25 de Setembro de 2017. Minuta de Decreto. Análise Jurídica.
PARECER	000326/2017
Ementa	Polícia Militar. Promoção Ordinária de Oficiais - 25 de Setembro de 2017. Critérios: Merecimento e Antiguidade. Lei Estadual Nº 8.388/2016. Decreto Estadual Nº 1.672/2016
PARECER	000327/2017
Ementa	Bombeiros militares. Promoção de 25 de Setembro de 2017. Critérios de Antiguidade e Merecimento. Lei Estadual Nº 8.388/2016 e Decreto Estadual Nº 1.672/2016
PARECER	000328/2017
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Acumulação de cargos públicos. Necessidade de Notificação ao final do procedimento para exercício do direito de opção.
PARECER	000329/2017
Ementa	PRODEPA. Acordo Coletivo de Trabalho. Adicional noturno. Horas extras. Cumprimento cogente: necessidade de parametrização do SIGIRH pela SEAD para atendimento.
PARECER	000330/2017
Ementa	Polícia Militar. Policial Militar nomeado para função de natureza militar junto a Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará - SUSIPE. Agregação. Análise jurídica.



PARECER 000331/2017

Ementa Retificação de Decreto. Pensão Especial. Policial Civil morto em serviço. Viabilidade jurídica.

PARECER 000332/2017

Ementa Servidor público exclusivamente comissionado. Gozo de auxílio-doença acidentário-INSS. Natureza precária do vínculo. Possibilidade de exoneração *Ad Nutum*. Inexistência de estabilidade acidentária - Panorama Jurisprudencial.

PARECER 000333/2017

Ementa Policial Militar. Promoção por ato de bravura. Viabilidade jurídica.

PARECER 000334/2017

Ementa Processo Administrativo Disciplinar - SEDUC. Assédio sexual. Conclusão com recomendação de aplicação de pena de demissão a bem do serviço público (Improbidade). Competência de julgamento do Exmo. Governador do Estado.

PARECER 000335/2017

Ementa Policial Militar. Transgressão Disciplinar. Processo Administrativo Simplificado (PADS). Licenciamento a bem da disciplina. Recurso Hierárquico. Análise jurídica.

PARECER 000336/2017

Ementa Lei nº 13.303/2016. Empresa de Assistência Técnica e extensão rural do Estado do Pará - EMATER. Regras de transição. Interpretação do Art. 91, CAPUT da Norma. Análise Jurídica.

PARECER 000337/2017

Ementa Licença Prêmio. Cômputo de período prestado na esfera federal. Possibilidade. Necessidade de exercício ininterrupto entre o vínculo com o Estado e o anterior.



PARECER	000338/2017
Ementa	Polícia Militar. Promoção por ato de bravura. Retificação de Decreto de Promoção. Impossibilidade de ultrapassagem da graduação de Cabo PM. Violação da escala hierárquica militar. Art.15, da Lei Estadual Nº 5.251/1985. Promoção à graduação de Cabo PM a contar da data do Ato de Bravura. Art.9º, §2º, da Lei Estadual Nº 8.230/2015. Efeitos financeiros. Prescrição quinzenal. Análise Jurídica.
PARECER	000339/2017
Ementa	Plano Plurianual (PPA) 2016-2019. Revisão. Minuta de Projeto de Lei. Análise Jurídica
PARECER	000340/2017
Ementa	Retificação de Decreto. Pensão Policial-Militar. Viabilidade Jurídica.
PARECER	000341/2017
Ementa	Retificação de Decreto de Promoção <i>Post-Mortem</i> . Impossibilidade. Aplicação da Lei de Processo Administrativo Federal e Decreto 20.910/32. Entendimento Jurisprudencial.
PARECER	000342/2017
Ementa	Minuta de Decreto regulamentador do Subcomitê gestor do REDESIMPLES.
PARECER	000343/2017
Ementa	Militar. Conselho de Justificação. Cumprimento de ordem judicial do TJE/PA. Análise Jurídica.
PARECER	000344/2017
Ementa	Minuta de Decreto Estadual. Ativação de Comandos Operacionais da PMPA. Análise Jurídica.



PARECER 000345/2017

Ementa Agregação promovida com fundamento no Art. 88, §1º, Inciso I, da Lei Estadual 5.276/85. Exercício de cargo comissionado de natureza militar na SUSIPE. Regularidade da Agregação.

PARECER 000346/2017

Ementa Agregação promovida com fundamento no Art. 88, §1º, Inciso I, da Lei Estadual Nº 5.276/85. Exercício de cargo comissionado de natureza militar na Câmara Municipal de Belém. Regularidade de Agregação.

PARECER 000347/2017

Ementa Solicitação de acesso aos dados cadastrais no Sistema Informatizado da ADEPARÁ. Recomendação do Ministério Público Federal. Acesso à informação e limitações: CF/88, Lei Federal Nº 12.527/2011, Decreto Federal Nº 7.724/2012, Decreto Estadual Nº 1.359/2015 e Código Tributário Nacional. Ponderação de direitos: Publicidade x Intimidade x Sigilo Fiscal. Proteção às informações de natureza pessoal e sigilosa.

PARECER 000348/2017

Ementa Minuta de Decreto que altera dispositivos do Regulamento do ICMS do Estado do Pará. Redução da base de cálculo em operações internas de comercialização de Querosene de aviação - QAV e Gasolina de aviação - GAV. Benefício fiscal aprovado pelo CONFAZ. Estimativa de impacto orçamentário-financeiro. Internalização de convênios por meio de Lei em sentido estrito.

PARECER 000349/2017

Ementa Alteração de entendimento: Parecer nº 205/2015 - PGE e Manifestação nº 068/2016 - PGE. Servidores do Grupo Magistério. Licença Especial x Licença Prêmio - Coincidência de Fundamentos: Assiduidade. Lei Estadual nº 749/1953 - Estatuto dos Funcionários



Públicos do Estado do Pará. Lei Estadual nº 5.351/1986 - Estatuto do Magistério. Lei estadual nº 5.810/1994 - RJU Estadual.

PARECER 000350/2017

Ementa Agregação de Policial Militar. Preenchimento dos requisitos legais.

PARECER 000351/2017

Ementa Agregação de Policial Militar. Preenchimento dos requisitos legais.

PARECER 000352/2017

Ementa Tribunal Administrativo de Recursos Fazendários - TARF. Exoneração e nomeação de membros para completar o biênio 2016/2018. Análise Jurídica.

PARECER 000353/2017

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Elementos do tipo disciplinar: Faltas injustificadas e *ANIMUS ABANDONANDI* - Dolo eventual. Recomendação de aplicação de pena de demissão. Competência de julgamento do Exmo. Governador do Estado.

PARECER 000354/2017

Ementa Agregação. Art. 88, §1º, inciso I da Lei Estadual nº 5.251/85 c/c item 1 do Anexo da Lei Estadual nº 5.276/85, com alteração de Lei Estadual nº 8.289/2015. Exercício de cargo comissionado de natureza militar na Casa Militar da Governadoria do Estado. Análise jurídica.

PARECER 000355/2017

Ementa Minuta de Memorando de Entendimento. Protocolo de Intenções. Análise jurídica.



PARECER 000356/2017

Ementa Minuta de Decreto Estadual. Regulamentação do Art. 15 da Lei Federal nº 8.666/1993. Sistema de Registro de Preços. Revogação total do Decreto Estadual nº 876/2013. Revogação parcial do Decreto Estadual nº 1.739/2017. Análise jurídica.

PARECER 000357/2017

Ementa PAD. Inacumulabilidade de cargo público. Inteligência do Art. 37, XVI da CF, e art. 41 da CE. Notificação com caráter cogente para efetivo exercício do direito de opção. Final do procedimento.

PARECER 000358/2017

Ementa Termos Aditivos aos Termos de Cooperação Técnica nº 003/2010 e 006/2010-SEDECT. Viabilidade jurídica.

PARECER 000359/2017

Ementa Policial Militar. Agregação. Art. 88, § 1º, inciso III, Alínea "C", Lei Estadual 5.251/85. Licença para tratamento de saúde própria por mais de 1 (um) ano.

PARECER 000360/2017

Ementa Pensão especial civil. Apreciação da legalidade para fins de registro pelo TCE/PA. Diligência: exclusão de parcela indenizatória (Gratificação de Localidade Especial) e correção do percentual do Adicional por Tempo de Serviço. Retificação do decreto concessivo.

PARECER 000361/2017

Ementa Rerratificação ao Contrato de Financiamento de contrapartida nº 0435.348-95/16. Remanejamento de quantia. Análise jurídica.

PARECER 000362/2017

Ementa Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA). Exercício de 2018. Art. 165 da CF/88 e Art. 204 da CE/89. Análise jurídica.



PARECER	000363/2017
Ementa	Recomendação do Ministério Público do Estado no sentido de a Administração concluir os processos de aposentadoria de 9 (nove) Defensores Públicos admitidos sem concurso e enquadrados como servidores estatutários não estáveis. Análise jurídica.
PARECER	000364/2017
Ementa	Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC). Possibilidade de utilização nas obras relativas ao Ensino e à Tecnologia. Regulamentação. Análise jurídica.
PARECER	000365/2017
Ementa	Minuta de Convênio entre a SEFA e PGE/PA. Fornecimento de acesso à PGE ao Sistema de Protestos da Secretaria. Convênio apto para assinatura.
PARECER	000366/2017
Ementa	Reversão. Agregação promovida com fundamento no art. 88, § 1º, inciso I da Lei Estadual nº 5.251/85, para exercício de função de natureza militar. Reversão a qualquer tempo. Análise jurídica.
PARECER	000367/2017
Ementa	Pensão Especial Militar. Retificação de Decreto. Análise jurídica.
PARECER	000368/2017
Ementa	Bem imóvel integrante do Patrimônio do Estado. Afetação ao Tribunal de Justiça. Análise jurídica.
PARECER	000369/2017
Ementa	Minuta de Decreto Estadual. Ativação de Unidades Operacionais da PMPA. Análise jurídica.



PARECER 000370/2017

Ementa Outorga de Medalha "General Sotero de Menezes". Comemorativa a feito heróico, com fundamento nos artigos 1º e 2º, do Decreto Estadual nº 213/1991. Condecoração por Ato de Bravura e demonstração de indiscutível coragem em prol da vida de seus semelhantes. Regularidade da concessão.

PARECER 000371/2017

Ementa Bem imóvel integrante do Patrimônio do Estado. Afetação ao Tribunal de Justiça. Análise Jurídica.

PARECER 000372/2017

Ementa Bem imóvel integrante do Patrimônio do Estado. Afetação ao Tribunal de Justiça. Análise jurídica.

PARECER 000373/2017

Ementa Protocolo de Intenções. PROPAZ. Movimento pela valorização do Estatuto da Criança e do Adolescente - MOVER. Necessidade de alterações textuais. Modificações que devem preceder a assinatura do documento pelo Governador do Estado.

PARECER 000374/2017

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Pena de demissão. Notificação tardia do servidor. Inobservância do Princípio Constitucional da ampla defesa. Nulidade. Análise jurídica.

PARECER 000375/2017

Ementa Contribuições Previdenciárias de servidores públicos estaduais municipalizados. Inexistência de responsabilidade tributária dos municípios. Natureza não tributária do vínculo com o Estado. Aportes realizados pelo Estado para quitação das dívidas. Possibilidade de Emissão de Certidão Negativa de débitos



previdenciários. Legitimidade da retenção de repasses ao Município nos termos do art. 160, Parágrafo Único, I, da Constituição Federal.

PARECER

000376/2017

Ementa

Parecer complementar. Alterações no Projeto de Lei. Lei Complementar nº 160/2017. Disposições aplicáveis ao Projeto de Lei sob análise. Concessão de incentivos fiscais. Necessidade de observância do art. 150, §6º da CF/88, CE paraense e demais normas infraconstitucionais.

PARECER

000377/2017

Ementa

Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Infração disciplinar. Penalidade. Análise jurídica.

PARECER

000378/2017

Ementa

Despesa de Exercício Anterior. Pagamento de folha de servidores desligados.

PARECER

000379/2017

Ementa

Cotação eletrônica. Aquisição de bandeiras do Brasil e do Pará para os prédios da PGE/PA. Procedimentos. Análise jurídica.

PARECER

000380/2017

Ementa

Contratos administrativos. Serviços continuados. Prorrogação de vigência contratual. Convenção coletiva. Repactuação. Preclusão lógica. Análise jurídica.

PARECER

000381/2017

Ementa

Minuta de Decreto Estadual. Ativação de Unidades Operacionais da PMPA. Análise jurídica.



PARECER 000382/2017

Ementa Servidor Público. Prorrogação de cessão. Pedido formulado fora do prazo. Nova cessão. Requisitos. Análise sobre o período descoberto por ato formal de prorrogação da cessão.

PARECER 000383/2017

Ementa Servidor público temporário. Desligamento. Reingresso sem aprovação prévia em concurso público. Invalidação do ato que gerou o reingresso. Ato administrativo inconstitucional. Limite temporal à invalidação. Análise acerca da restituição de valores. Devido processo legal.

PARECER 000384/2017

Ementa Auxílio funeral. Servidor falecido que acumulava lícitamente dois cargos públicos. Pedido de recebimento da vantagem pelo companheiro supérstite. Pagamento já efetuado por um dos órgãos. Análise jurídica.

PARECER 000385/2017

Ementa Pensão Especial Militar. Análise jurídica. Observância dos requisitos legais. Aplicação subsidiária da LC nº 039/2002.

PARECER 000386/2017

Ementa Nomeação dos integrantes do COEPAq. Análise jurídica.

PARECER 000387/2017

Ementa SETRANS. Proposta de sub-rogação/cessão de contrato administrativo. Aferição de viabilidade. Apreciação subsidiária da possibilidade de subcontratação. Análise jurídica

PARECER 000388/2017

Ementa Pedido de Reconsideração dos Pareceres nº 419/2015-PROFISCO-CONTENCIOSO e 301/2017-PROFISCO-CONTENCIOSO. Validade dos Decretos Estaduais concessivos de Benefícios Fiscais. Art. 24 da Lei



Estadual nº 6.489/2002. Efeitos da Decisão proferida pelo STF na ADI 3.246-1. Advento da Lei Complementar nº 160/2017. Deliberação no âmbito do CONFAZ.

PARECER

000389/2017

Ementa

Projeto de Lei que altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.830 de 13 de fevereiro de 2006, que dispõe sobre a Gratificação de Complementação de Jornada Operacional para as operações especiais da Polícia Civil e Militar do Estado, a ser paga aos policiais civis e militares que especifica.

PARECER

000390/2017

Ementa

Pensão Especial Militar. Retificação. Parcelas indenizatórias.

PARECER

000391/2017

Ementa

Polícia Militar. Conselho de Justificação. Designação de membros. Procedimento prévio à instauração. Legalidade. Análise jurídica.

PARECER

000392/2017

Ementa

Policial Militar. Promoção por Ato de Bravura. Viabilidade jurídica.

PARECER

000393/2017

Ementa

Processo Administrativo Disciplinar. Polícia Civil. Condutas tipificadas no art. 74, incisos VII, XIII, XXV, e XXXIX C/C o art. 81, inciso XIII, ambos da Lei Complementar Estadual nº 022/95. Pena de Demissão. Análise jurídica.

PARECER

000394/2017

Ementa

Contratação direta. Inexigibilidade de licitação. Requisitos. Viabilidade jurídica.



PARECER	000395/2017
Ementa	Servidor público. Abandono de cargo. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Nulidade parcial. Análise jurídica.
PARECER	000396/2017
Ementa	Pedido de sobrestamento de Conselho de Justificação, com efeitos retroativos. Tratamento em junta regular de saúde. Análise jurídica.
PARECER	000397/2017
Ementa	Pedido de Autorização para posse em cargo público. Inobservância do prazo de 30 dias, consignado no art. 22, caput, da Lei nº 5.810/94. Anulação do Ato de provimento. Análise jurídica.
PARECER	000398/2017
Ementa	Composição do Conselho Estadual de Previdência (CEP)
PARECER	000399/2017
Ementa	Alteração do Regulamento do ICMS para elevar a margem de valor agregado. Operações internas. Competência do Exmo. Sr. Governador do Estado tributante.
PARECER	000400/2017
Ementa	Servidor público. União homoafetiva. Adoção. Licença adotante. Sem distinção de prazo em razão da idade da criança adotada. Posição dos Tribunais Pátrios.
PARECER	000401/2017
Ementa	Pensão especial militar. Apreciação da legalidade do Ato, para fins de registro, pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE/PA). Diligência processual. Exclusão de parcelas indenizatórias. Soldo previsto na legislação vigente à data do falecimento do ex-militar. Correção dos percentuais da Gratificação de Risco de Vida e da



Gratificação Adicional de Tempo de Serviço. Retificação do ato concessivo.

PARECER 000402/2017

Ementa Policial Militar Estadual. Nomeação para exercício de cargo junto ao TJE (Subcoordenadora na Coordenadoria Militar). Função de natureza policial-militar. Agregação. Exoneração. Reversão ao serviço ativo.

PARECER 000403/2017

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Investigador da Polícia Civil. Falta grave. Aplicação da pena de emissão devida. Análise jurídica.

PARECER 000404/2017

Ementa Polícia Militar. Morte em serviço. Pensão Especial Militar. Dependente. Valor do soldo. Exclusão de parcelas indenizatórias. Efeitos financeiros retroativos à data do requerimento.

PARECER 000405/2017

Ementa Cotação eletrônica. Aquisição de jalecos e luvas para utilização por servidores do Arquivo da PGE/PA. Procedimentos. Análise jurídica.

PARECER 000406/2017

Ementa Servidor público. Prorrogação de cessão. Pedido formulado fora do prazo. Nova cessão. Requisitos. Análise jurídica.

PARECER 000407/2017

Ementa Policial Civil do Estado. Outorga de Medalha. "Mérito Policial Civil". Análise jurídica.

PARECER 000408/2017

Ementa Projetos de Leis que dispõem sobre a autorização ao Poder Executivo para celebrar Termos Aditivos e renegociar as operações de crédito firmadas junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento



Econômico e Social (BNDES) e à Caixa Econômica Federal (CEF) com recursos do BNDES.

PARECER 000409/2017

Ementa Polícia Militar. Outorga da Medalha "General Sotero de Menezes". Decreto Estadual 213/91. Regularidade da concessão. Análise jurídica.

PARECER 000410/2017

Ementa Decreto. Polos Citrícolas do Estado do Pará. Análise jurídica.

PARECER 000411/2017

Ementa Regularização fundiária em favor do Município de Prainha. Doação. Reserva de Terras. Possibilidade. Necessidade de autorização legislativa para doação. Art. 92, XIII, CE/89.

PARECER 000412/2017

Ementa Minuta de Decreto. Regulamentação da Lei Estadual nº 6.936, de 22 de dezembro de 2006, que instituiu o Conselho de Juventude do Estado do Pará - COJUEPA. Análise jurídica.

PARECER 000413/2017

Ementa Pensão Especial Militar registrada pelo TCE/PA em 2001. Retificação com vistas à inclusão de mais uma beneficiária. Registro excepcional. Impossibilidade de exclusão de parcelas indenizatórias. Princípio da Segurança Jurídica. Restituição de valores percebidos a maior. Nova retificação do Ato com vistas à implementação dos ajustes recomendados pelo TCE/PA.

PARECER 000414/2017

Ementa FASPMMA. Assistência Social. Peça anatômica (membro amputado) de Policial Militar acidentado em serviço. Leis Estaduais n.4.491/1973 e n. 6.346/2000. Decreto Estadual nº 108/2011.



Resolução nº 306/2004-ANVISA. Resolução 358/2005-CONAMA.
Análise Jurídica.

PARECER

000415/2017

Ementa

Reflexos da Lei nº 13.019/2014. Aplicabilidade da Lei nº 4.321/1970. Competência para avaliar prestação de contas anual das entidades declaradas de utilidade pública no Estado do Pará. SEJUDH. Análise jurídica.

PARECER

000416/2017

Ementa

Pensão Especial. Militar. Retificação. Parcelas indenizatórias.

PARECER

000417/2017

Ementa

Projeto de Lei. Programa de Ajuste Fiscal dos Municípios do Estado do Pará. Retenção de repasses aos municípios nos termos do art. 160, Parágrafo Único, I, da Constituição Federal.

PARECER

000418/2017

Ementa

Oficial Policial Militar Estadual. Nomeação para exercício de função junto a Secretaria de Segurança Pública. Agregação. Exoneração. Reversão.

PARECER

000419/2017

Ementa

Policial Militar Estadual. Nomeação para exercer função de natureza policial militar junto à Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social. Reversão.

PARECER

000420/2017

Ementa

Outorga da Medalha "General Sotero de Menezes". Comemorativa a feito heróico, com fundamento nos artigos 1º e 2º, do Decreto Estadual nº 213/1991. Condecoração por Ato de Bravura e demonstração de indiscutível coragem em prol da vida de seus semelhantes. Regularidade da concessão.



PARECER 000421/2017

Ementa Policial Militar Estadual. Nomeação para exercer função de natureza policial militar junto à Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social. Reversão.

PARECER 000422/2017

Ementa Anteprojeto de Lei. Operação de Crédito Interna. Viabilidade Jurídica.

PARECER 000423/2017

Ementa Policial Militar Estadual. Nomeação para exercer função de natureza policial-militar junto à Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social. Reversão.

PARECER 000424/2017

Ementa Polícia Militar. Outorga da Medalha "General Sotero de Menezes". Decreto Estadual 213/91. Regularidade da concessão. Análise jurídica.

PARECER 000425/2017

Ementa Oficial Bombeiro Militar Estadual. Nomeação para exercício de função junto a Secretaria de Segurança Pública. Agregação. Exoneração. Reversão.

PARECER 000426/2017

Ementa Servidor público. Servidor militar. Policial militar. Férias não gozadas. Agregação. Transferência *ex-officio* para reserva remunerada. Direito à indenização integral ou proporcional. Análise jurídica.

PARECER 000427/2017

Ementa Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (SIEDS). Alteração da Resolução nº 216-CONSEP, de 07.06.2013.



Homologação pelo Chefe do Poder Executivo. Minuta de Decreto. Análise jurídica.

PARECER 000428/2017

Ementa Servidor. Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Revelia. PAD regularmente processado. Inocorrência de prescrição. Penalidade de demissão. Atuação vinculada da Administração Pública.

PARECER 000429/2017

Ementa Servidor público. Abandono de cargo. Processo Administrativo Disciplinar. Nulidade do indiciamento. Invalidação parcial do processo. Constituição de nova comissão. Demissão.

PARECER 000430/2017

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Exclusão a bem da disciplina. Pedido de revisão. Fato superveniente. Extinção da punibilidade na esfera judicial pela prescrição. Efeitos da decisão na esfera administrativa. Análise jurídica.

PARECER 000431/2017

Ementa IPVA. Venda não comunicada ao DETRAN. Responsabilidade solidária do ex-proprietário.

Art. 134 do CTB. Súmula nº 585 do STJ. Impossibilidade salvo previsão expressa em Lei Estadual. Lei Paraense que só contempla a solidariedade em relação ao adquirente. Proposta de alteração legislativa. Arrendamento mercantil. Leasing. Contrato por meio do qual não se transfere a propriedade. Arrendante contribuinte do IPVA. Arrendatário pode ser apontado como responsável solidário. IPVA incidente sobre veículo gravado por cláusula de alienação fiduciária em garantia. Exercício da propriedade pelo devedor fiduciário com animus domini. Contribuinte. Credor fiduciário. Responsabilidade solidária. Matéria pendente de definição pela



Jurisprudência dos Tribunais Superiores. Possibilidade de restrição do debate à luz da lei local.

PARECER 000432/2017

Ementa Medalha de Bons Serviços Bombeiro Militar.

PARECER 000433/2017

Ementa Outorga da "Medalha do Mérito Defesa Civil". Decreto Estadual nº 1.237/2008. Requisitos para concessão.

PARECER 000434/2017

Ementa Organizações sociais. Limites e critérios para despesa com remuneração e vantagens de qualquer natureza destinadas a dirigentes e empregados da entidade. Majoração de percentual previsto no Decreto Estadual nº 3.876/2000. Possibilidade jurídica.

PARECER 000435/2017

Ementa Servidor público. Abandono de cargo. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Nulidade parcial. Análise jurídica.

PARECER 000436/2017

Ementa Servidor. Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Relatório final. Inobservância da Lei nº 5.810/1994. Nulidade parcial.

PARECER 000437/2017

Ementa Bombeiro Militar Estadual. Nomeação para exercício de cargo junto à SEGUP. Função de natureza policial-militar. Agregação. Exoneração. Reversão ao serviço ativo.

PARECER 000438/2017

Ementa Polícia Militar. Oficial. Instauração de Conselho de Justificação pelo Governador do Estado. Análise Jurídica.



PARECER	000439/2017
Ementa	Operação de crédito externa. Parecer do órgão jurídico (art. 21, I, da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal).
PARECER	000440/2017
Ementa	Minuta de Edital de Pregão Eletrônico. Locação de veículo. Aprovação pela Assessoria Jurídica, nos termos do art. 38, Parágrafo Único, da Lei nº 8.666/93.
PARECER	000441/2017
Ementa	Bombeiro Militar Estadual colocado à disposição da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP). Exercício de suas próprias atividades de natureza bombeiro militar fora dos quadros da Corporação Militar que integra. Agregação. Viabilidade jurídica.
PARECER	000442/2017
Ementa	Bombeiro Militar Estadual. Nomeação para exercício de cargo comissionado junto à SEGUP. Função de natureza policial-militar. Agregação. Exoneração. Reversão ao serviço ativo.
PARECER	000443/2017
Ementa	Retificação do Decreto nº 1.169, de 09 de dezembro de 2014.
PARECER	000444/2017
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar - PAD instaurado para apurar abandono de cargo.
PARECER	000445/2017
Ementa	Minuta de Decreto. Alteração do Decreto Estadual nº 3.947/00. Regulamentação das isenções de tarifa no serviço de transporte intermunicipal de passageiros concedidos, permitidos e autorizados. Análise jurídica.



PARECER	000446/2017
Ementa	Servidor público. PAD. Infração administrativa e penal. Corrupção. Demissão. Prescrição penal. Análise jurídica.
PARECER	000447/2017
Ementa	Pensão Policial-Militar
PARECER	000448/2017
Ementa	Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Falta ao serviço. Demissão. Análise jurídica.
PARECER	000449/2017
Ementa	Polícia Militar. Promoção por Ato de Bravura. Inteligência da Lei Estadual nº 8.230/2015 c/c Lei Estadual nº 5.251/1985. Apuração mediante Conselho Especial. Requisitos legais. Análise jurídica.
PARECER	000450/2017
Ementa	Policial Militar. Agregação. Art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual 5.251/85. Item 5 do Anexo da Lei Estadual nº 5.276/85. Exercício de cargo comissionado de natureza militar na Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social.
PARECER	000451/2017
Ementa	Promoção por tempo de serviço. Satisfação dos requisitos legais.
PARECER	000452/2017
Ementa	Agregação promovida com fundamento no art. 88, § 1º, inciso I, da Lei Estadual 5.251/85 c/c Art. 2º Caput e item 04 do Anexo da Lei Estadual 5.276//1985. Exercício de cargo comissionado de natureza militar no TJE/PA. Regularidade da agregação.



PARECER	000453/2017
Ementa	Servidor comissionado. Faltas graves apuradas em Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Exoneração. Conversão em destituição de cargo em comissão.
PARECER	000454/2017
Ementa	Servidor público civil. Guarda provisória para fins de adoção. Licença-maternidade. Salário-família. Auxílio-natalidade. Licença-paternidade. Análise jurídica.
PARECER	000455/2017
Ementa	Convênio SENASP. Compras a maior. Justificativas rejeitadas pela União. Inscrição no CAUC. Solicitação de restituição de valores.
PARECER	000456/2017
Ementa	Prorrogação de prazo de contrato administrativo. Direito do contratado receber valores a título de reajuste. Análise jurídica quanto à (in)ocorrência de preclusão lógica.
PARECER	000457/2017
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Abandono de cargo. Aplicação da pena de demissão. Análise jurídica.
PARECER	000458/2017
Ementa	Projeto de Lei. Aquicultura no Estado do Pará. Inviabilidade jurídica.
PARECER	000459/2017
Ementa	Reversão. Agregação para exercer função de natureza policial militar. SEGUP. Art. 88, § 1º, inciso I, da Lei Estadual 5.251/85. Reversão após cessado motivo de permanência. Regularidade. Análise jurídica.



PARECER 000460/2017

Ementa Policial Militar. Retificação do Decreto de reinclusão na Corporação. Análise jurídica.

PARECER 000461/2017

Ementa Polícia Militar. Agregação promovida com fundamento no Art. 88, §1º, Inciso I, da Lei Estadual 5.251/85 c/c Art. 2º, item 01 da Lei Estadual 5.276/85. Exercício de cargo comissionado de natureza militar na Casa Militar da Governadoria do Estado do Pará. Regularidade da Agregação.

PARECER 000462/2017

Ementa Reversão. Agregação promovida com fundamento no Art. 88, §1º, III, "M", da Lei Estadual nº 5.251/85, para exercício de função de natureza civil. Exoneração da função. Reversão a qualquer tempo. Regularidade.

PARECER 000463/2017

Ementa Transferências de recursos intergovernamentais. Transferências obrigatórias e voluntárias. Recuperação de Rodovias Vicinais e Rodovias PA'S. Programa de Apoio de Mobilidade Rodoviária aos Municípios. Análise jurídica.

PARECER 000464/2017

Ementa Auxílio-natalidade. Benefício destinado à cobertura de despesas com o nascimento de filho, como as do parto. Aquisição de guarda de menor por servidor. Análise jurídica.

PARECER 000465/2017

Ementa Agregação promovida com fundamento no Art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual 5.251/85 c/c Art. 4º da Lei nº 7.551/2011. Exercício de cargo de natureza militar no Gabinete Militar do MPE/PA. Regularidade da agregação.



PARECER 000466/2017

Ementa Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, I, da Lei Estadual nº 5.251/85 c/c art.2º Caput e item 4 do anexo da Lei Estadual nº 5.276/85. Exercício de função de natureza policial-militar. Regularidade.

PARECER 000467/2017

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Relatório Final. Inobservância dos requisitos legais. Nulidade parcial a ser declarada.

PARECER 000468/2017

Ementa Suspensão da exigibilidade do crédito tributário depósito do montante integral. Art. 151, II do CTN. Incidência de juros de mora e correção monetária. Cessação. Art. 9º, § 4º da LEF. Trânsito em julgado de decisão favorável ao Estado. Conversão do depósito em renda pelo saldo da conta judicial. Efeito que só se opera exclusivamente nessa modalidade de suspensão da exigibilidade. Integralidade da garantia. Valor correspondente ao principal atualizado acrescido de juros de mora até a data do efetivo depósito ou oferecimento, se feito ou oferecida após o vencimento da obrigação. Garantia do crédito por meio de penhora, fiança bancária ou apólice de seguro. Mecanismo que só assegura ao autor a obtenção de certidão positiva com efeito de negativa. Inaptidão de suspender a exigibilidade do crédito e suas consequências. Ofensa à Súmula nº 112 do STJ e extrapolação dos limites do Art. 151 do CTN. REsp sob o Regime dos Recursos Repetitivos nº 1.156.668. Impossibilidade de obrigar a Fazenda Pública a alterar o status cadastral do contribuinte ativo não regular ou obstá-la de protestar a CDA. Observância, contudo, de decisões contrárias que devem ser cumpridas. Fornecimento de certidões tributárias de acordo com a situação fiscal do CNPJ-Raiz. Impossibilidade. Princípio da autonomia dos estabelecimentos.

PARECER 000469/2017

Ementa Decreto Estadual nº 1.884/2017. Minuta de Decreto que propõe sua alteração para exclusão da observância ao princípio da noventena.



Parecer proferido no processo PGE nº 201700018194.
Impossibilidade.

PARECER

000470/2017

Ementa

Reversão. Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, I, da Lei Estadual nº 5.251/85, para exercício de função de natureza policial-militar. Exoneração da função. Reversão a qualquer tempo. Regularidade.

PARECER

000471/2017

Ementa

Reversão. Agregação promovida com fundamento no Art. 88, §1º, I, da Lei Estadual nº 5.251/1985, para exercício de função de natureza policial militar. Exoneração da função. Reversão a qualquer tempo. Regularidade.

PARECER

000472/2017

Ementa

Policia! Militar. Retificação do Decreto de reintegração. Análise jurídica.

PARECER

000473/2017

Ementa

Projeto de Lei que altera o art. 4º da Lei Estadual nº 5.530/89. Integração à Legislação Estadual dos Convênios celebrados e ratificados pelos Estados e o Distrito Federal, no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ. Critérios. Possibilidade Jurídica.

PARECER

000474/2017

Ementa

Pensão especial militar. Morte de policial militar em serviço. Companheira, filhos menores e filho maior de idade. Beneficiários. Rateio em cotas-partes iguais. Limite temporal do benefício. Composição da vantagem. Fixação dos efeitos financeiros decorrentes da concessão da pensão especial militar.



PARECER	000475/2017
Ementa	Despesa de exercício anterior. Pagamento de folha suplementar.
PARECER	000476/2017
Ementa	Projeto de lei que dispõe sobre a autorização ao Poder Executivo para celebrar termos aditivos aos contratos firmados com a União, com base na Lei Federal nº 9496/1997.
PARECER	000477/2017
Ementa	Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Abandono de cargo. Demissão. Análise Jurídica.
PARECER	000478/2017
Ementa	Polícia Militar Estadual (PMPA). Transgressões disciplinares graves. Licenciamento a bem da disciplina. Recurso hierárquico. Análise jurídica.
PARECER	000479/2017
Ementa	Anulação do ato de posse em cargo público de provimento efetivo. Descumprimento das condições previstas no Edital do certame. Análise jurídica.
PARECER	000480/2017
Ementa	Reversão. Agregação promovida com fundamento no Art. 88, §1º, I, da Lei Estadual Nº 5.251/85, para exercício de função de natureza policial-militar. Exoneração da função. Reversão a qualquer tempo. Regularidade.
PARECER	000481/2017
Ementa	Reversão ao serviço ativo da corporação.



PARECER 000482/2017

Ementa Requerimento de promoção por ressarcimento de preterição. Corpo de Bombeiros Militar. Análise Jurídica.

PARECER 000483/2017

Ementa Pregão Eletrônico. Aquisição de produtos de informática. Minuta de Edital de licitação. Análise jurídica.

PARECER 000484/2017

Ementa Policial militar. Agregação. Art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual Nº 5.251/85. Item 5 do anexo da Lei Estadual Nº 5.276/85. Exercício de cargo comissionado de natureza militar na Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social.

PARECER 000485/2017

Ementa Contribuições previdenciárias de servidores públicos estaduais municipalizados. Inexistência de responsabilidade tributária dos municípios. Natureza não tributária do vínculo com o Estado. Possibilidade de renúncia à prescrição regulada pelo Direito Civil. Supremo Tribunal Federal. Requerimento administrativo que deve ser indeferido.

PARECER 000486/2017

Ementa Isenção parcial (desconto) de IPVA para pagamento antecipado do tributo. Previsão no Art. 13, §2º Lei Estadual Nº 6.017/96 para concessão por meio de Decreto Estadual.

PARECER 000487/2017

Ementa Processo administrativo disciplinar. Abandono de cargo. Aplicação da pena de demissão. Análise jurídica.

PARECER 000488/2017

Ementa Servidor público comissionado. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Assédio moral. Elementos caracterizadores. Não



comprovação. Relatório da comissão processante contrário às provas dos autos (Art. 224 da Lei Estadual Nº 5.810/94). Arquivamento do PAD.

PARECER

000489/2017

Ementa

Processo administrativo disciplinar simplificado. Licenciamento a bem da disciplina. Recurso hierárquico. Tempestividade. Infração de natureza grave. Licenciamento a bem da disciplina. Recurso Improvido.

PARECER

000490/2017

Ementa

Recurso hierárquico. Apresentação de atestado médico falso. Alegação de nulidade do processo administrativo simplificado. Análise Jurídica.

PARECER

000491/2017

Ementa

Servidor policial militar. Reversão. Cessado o motivo que ensejou a agregação do servidor. Análise Jurídica.

PARECER

000492/2017

Ementa

Processo administrativo disciplinar. Abandono de cargo. Vícios insanáveis. Nulidade parcial.

PARECER

000493/2017

Ementa

Policial militar. Tenente Coronel. Agregação. Tempo de serviço. Reserva remunerada. Requisitos. Lei Estadual Nº 5.251/1985. Promoção. Tempo de Serviço. Requisitos. Lei Estadual Nº 8.388/2016.

PARECER

000494/2017

Ementa

ARCON. Conselho Estadual de Regulação e Controle de Serviços Públicos - CONERC. Recondução e nomeação de membros. Biênio



2017/2019. Lei Estadual Nº 6.099/1997. Decreto Estadual Nº 209/2007. Análise jurídica.

PARECER

000495/2017

Ementa

Cessão de uso de bem público imóvel do Estado para autarquia estadual - ADEPARA. Minuta de termo de cessão de uso. Análise Jurídica. Regularidade da cessão.

PARECER

000496/2017

Ementa

PAD. Infrações disciplinares caracterizadas. Análise jurídica.

PARECER

000497/2017

Ementa

1.Minuta de Projeto de Lei. Institui a Servidão Ambiental em área de posse, pendentes de regularização, em território paraense. Exame de conformidade com a Constituição Federal e Legislação correlata. 2. Compatibilização com a Lei de Política Nacional de Meio Ambiente (Lei 6.938/81, art. 9º-A, inserido pelo Código Florestal - Lei 12.651/2012). 3. Os conceitos de posse e propriedade. Legitimação de posse em áreas pendentes de regularização. Atribuições legais do ITERPA. Necessidade de Manifestação sobre o PL.

PARECER

000498/2017

Ementa

Criação da Unidade de Conservação Monumento Natural do Atalaia. Adequação a Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e Decreto Federal nº 4.340/2002. Ausência de ato normativo estadual que regule o procedimento. Criação de Monumento Natural Estadual em ilha costeira pertencente à União. Possibilidade.

PARECER

000499/2017

Ementa

Convênio entre União / Ministério do Turismo e Estado do Pará / SETUR – Polo Turístico do Tapajós - Análise jurídica.



PARECER	000500/2017
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Sobrestamento. Aplicação da penalidade de demissão. Infração capitulada como crime.
PARECER	000501/2017
Ementa	PAD. Pena de demissão. Ausência de provas. Absolvição. Análise jurídica.
PARECER	000502/2017
Ementa	Agregação. Tempo de serviço. Reserva remunerada. Art. 88, § 1º, II da Lei nº 5.251/85 C/C art. 10 § 10 da Lei nº 8.388/2016.
PARECER	000503/2017
Ementa	Bombeiro Militar. Reversão. Agregação promovida com fundamento no Art. 88, § 1º, I, da Lei 5.251/85. Exercício de cargo de natureza militar. Secretaria de Estado de Segurança Pública. Regularidade da Reversão.
PARECER	000504/2017
Ementa	Policia! Militar. Promoção por Antiguidade. Ressarcimento de preterição. Conselho de Justificação. Lei Estadual nº 8.388/2016.
PARECER	000505/2017
Ementa	Empregado público. Regime Celetista. Aposentadoria espontânea. Atividade. Vencimento e aposentadoria. Cumulação. Possibilidade. Doença. Afastamento. Aposentadoria e auxílio doença. Cumulação. Impossibilidade. Orientação sobre Procedimentos.
PARECER	000506/2017
Ementa	Doação de área reservada. Preenchimento dos requisitos legais. Envio da Mensagem à ALEPA.



PARECER	000507/2017
Ementa	PAD. Abandono de cargo. Caracterização das faltas. Análise jurídica.
PARECER	000508/2017
Ementa	Polícia Militar. Processo Administrativo Disciplinar Simplificado. Sancionamento disciplinar de licenciamento à bem da disciplina. Recurso hierárquico. Tempestividade: notificação pessoal. Manutenção da penalidade.
PARECER	000510/2017
Ementa	Concessão de Medalha Ferreira Coelho. Dedicção aos Estudos. Observância.
PARECER	000511/2017
Ementa	Convênio SENASP. Prestação de contas. Convênio nº 99/2001. Decurso do tempo para a aprovação da prestação de contas. Efeitos do silêncio da Administração Federal. Razoável duração do processo.
PARECER	000512/2017
Ementa	Cessão de uso onerosa. Licitação. Utilização da modalidade pregão.
PARECER	000513/2017
Ementa	Retificação de Decreto de Pensão Especial Militar. Exclusão da parcela Gratificação de Localidade Especial e da "Diferença Complementar".
PARECER	000514/2017
Ementa	Ministério Público de Contas. Lei Complementar Estadual nº 09/1992. Nomeação do Procurador-Geral de Contas. Biênio 2018/2020. Ausência de Lista Tríplice. Declinação da prerrogativa pelos interessados. Análise jurídica.



PARECER	000515/2017
Ementa	PAD. Infrações disciplinares caracterizadas. Análise jurídica.
PARECER	000516/2017
Ementa	Orientação Normativa. Inteligência do Art. 5º da LC nº 41/2002, alterada pela Lei nº 99/2015. Limites normativos. Regulamentação por Decreto. Proposta de minuta.
PARECER	000517/2017
Ementa	Denominação de Bem Público. Comunidade. Nome de pessoa viva e Autoridade Pública. Vedação legal. Possibilidade de alteração de nome independente de Lei. Gestão Patrimonial.
PARECER	000518/2017
Ementa	Operação de Crédito Interna. Parecer do Órgão Jurídico (Art. 21, I, da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal).
PARECER	000519/2017
Ementa	Entidade privada sem fins lucrativos. Qualificação como Organização Social. Requisitos para obtenção de Qualificação. Exigências da Lei Estadual nº 5.980/96 e Decreto Estadual nº 3.876/2000. Observância das premissas fixadas pelo STF no julgamento da ADI nº 1923/DF.
PARECER	000520/2017
Ementa	Secretaria de Estado de Educação (SEDUC). Minuta de Projeto de Lei. Instituição do Programa de Ensino Médio em tempo integral no Estado do Pará. Análise jurídica.
PARECER	000521/2017
Ementa	Contrato administrativo. Aplicação de multa por inexecução contratual. Possibilidade de compensação da multa com valores de



pagamentos devidos pela Administração ao contratado. Análise jurídica.

PARECER 000522/2017

Ementa Policial Militar. Concessão de Medalha "Coronel Barros e Arouck". Viabilidade jurídica.

PARECER 000523/2017

Ementa Policial Militar. Promoção por ato de bravura. Análise jurídica.

PARECER 000524/2017

Ementa Retificação de Decreto de exoneração. Incompatibilidade entre a certidão de tempo de contribuição e o período efetivamente laborado. Impossibilidade.

PARECER 000525/2017

Ementa Bombeiro Militar. Concessão de Medalha "TEN CEL BM Francisco Feliciano Barbosa". Viabilidade jurídica.

PARECER 000526/2017

Ementa Bem público. Imóvel pertencente ao Estado do Pará. Cessão de uso parcial de bem para o Município de Abaetetuba: Termo - Ausência de contrapartida e obrigações específicas ao cessionário. Regularidade. Lei Estadual nº 6.7614/2004. Análise jurídica.

PARECER 000527/2017

Ementa Alteração da Lei Estadual nº 8.328/2015. Necessidade de sua adequação ao novo Código de Processo Civil. Início de vigência com observância dos princípios da Anterioridade e da Noventena (Art. 150, III, "b" e "c" da CF)



PARECER	000528/2017
Ementa	Prévia autorização de serviços técnicos profissionais de Assessoria Jurídica pelo Cartório de Registro de Imóveis do 2º Ofício. Análise Jurídica.
PARECER	000529/2017
Ementa	Minuta de Alteração de Decreto Governamental. Prorroga o prazo para Adesão ao PRA previsto no art. 4º do Decreto 1.379/2015. Compatibilidade com o Código Florestal (Lei 12.651/2012 e alterações trazidas pelo 13.335/2016). Análise da Legislação e precedentes do STJ e STF.
PARECER	000530/2017
Ementa	Policial Militar. Promoção por antiguidade. Ressarcimento de preterição. Conselho de Justificação. Lei Estadual nº 8.388/2016. Decreto Estadual nº 1.672/2016.
PARECER	000531/2017
Ementa	Termo de cessão de uso de bem imóvel. Estado e Município. Esvaziamento da finalidade pactuada. Denúncia. Rescisão.
PARECER	000532/2017
Ementa	Policial Militar. Promoção em ressarcimento de preterição. Critério de Antiguidade. Absolvição em Conselho de Justificação. Análise jurídica.
PARECER	000533/2017
Ementa	Averbação de tempo de serviço. Ação de Justificação Judicial e Declaratória. Ausência de prova material. Prova testemunhal. Caso fortuito e força maior. Aposentadoria e adicional por tempo de serviço. Ato de averbação do tempo de serviço distinto do ato de aposentadoria.



PARECER	000534/2017
Ementa	Retificação da RAIS. CBO - Classificação Brasileira de Ocupação. Obrigação decorrente da manutenção de contrato de emprego. Risco de autuação.
PARECER	000535/2017
Ementa	Convênio. Delegação federal ao Estado para exploração do Aeroporto de Salinópolis. Análise jurídica.
PARECER	000536/2017
Ementa	Servidor. Abandono de cargo. Ciência das faltas pela autoridade competente para instauração do PAD. Servidora cedida. Análise jurídica.
PARECER	000537/2017
Ementa	Acumulação de cargo público com emprego junto à Organização Social. Análise jurídica.
PARECER	000538/2017
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Nulidade de Decisão do DETRAN que aplicou pena de suspensão a servidora. Competência do Governador do Estado para julgar todos os acusados, ainda que em relação a um deles não seja aplicável a pena demissionária. Inteligência dos Art. 222 e 223 e Parágrafo Terceiro, do RJU Estadual. Deficiência na Instrução probatória. Princípio da verdade real. Necessidade de conversão do julgamento em diligência. Análise jurídica.
PARECER	000539/2017
Ementa	PAD. Inacumulabilidade de cargo público. Notificação com caráter cogente para comprovação da renúncia sobre a aposentadoria municipal.



PARECER	000540/2017
Ementa	Polícia Militar. Processo Administrativo Disciplinar. Sancionamento Disciplinar de Licenciamento à bem da disciplina. Recurso hierárquico. Tempestividade. Notificação pessoal. Manutenção da penalidade.
PARECER	000541/2017
Ementa	Recurso administrativo. Pedido de Reconsideração. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Análise jurídica.
PARECER	000542/2017
Ementa	Processo administrativo disciplinar. Prática de irregularidades puníveis com demissão. Cargo em comissão. Destituição de cargo em comissão. Competência do Chefe do Executivo.
PARECER	000543/2017
Ementa	Policial Militar. Promoção em ressarcimento de preterição. Análise jurídica.
PARECER	000544/2017
Ementa	Projeto de Lei que altera dispositivos da Lei 8.230/2015.
PARECER	000545/2017
Ementa	Servidor temporário. Falecimento em serviço. Pensão especial do art. 160, II, "c" do RJU. Impossibilidade de pagamento. Análise jurídica.
PARECER	000546/2017
Ementa	ITCMD. Meação. União Estável. Reconhecimento. Escritura pública declaratória unilateral. Efeitos. Resolução nº 35/2007 do CNJ. Exigência de participação dos demais herdeiros. Inventário extrajudicial. Inconstitucionalidade do art. 1790 do Código Civil pelo STF. Equiparação da sucessão dos companheiros à dos casados,



modulação dos efeitos. Aplicação aos casos de inventários pendentes de conclusão definitiva.

PARECER 000547/2017

Ementa Habilitação. Licitação. Instituição diversa. Ausência de comprovação de transferência capacidade técnica operacional. Impossibilidade de decisão em tese. Competência da comissão de licitação na análise concreta.

PARECER 000548/2017

Ementa Criação e extinção de taxas administrativas e de serviços do Departamento de Trânsito do Estado do Pará. Alteração da Lei Estadual nº 7.075/2007. Possibilidade. Necessidade de observância dos princípios da Anterioridade e da Noventena (art. 150, III, b e c da CF). Adequação da redação da minuta em conformidade com a técnica legislativa.

PARECER 000549/2017

Ementa PAD. Recurso hierárquico. Competência do Exmo. Governador do Estado para decisão. No mérito, improvimento.

PARECER 000550/2017

Ementa Proposta de Projeto de Lei que pretende deixar de cobrar a taxa vinculada aos cursos ofertados pela Escola Pública de Trânsito, alterando a Lei Estadual nº 7.075/2007.

PARECER 000551/2017

Ementa Anteprojeto de Lei. Criação do Fundo Estadual da Pessoa Idosa - FUNEPI/PA. Análise Jurídica.

MANIFESTAÇÃO

MANIFESTAÇÃO 000001/2017

Ementa Legalidade do Art. 1º § 1º da Instrução Normativa nº 01/2014 da SEMAS.



MANIFESTAÇÃO 000002/2017

Ementa Possibilidade de substituição de marca de objeto contratado por meio de ata de registro de preços, desde que com as mesmas especificações técnicas previstas em termo de referência de edital.

MANIFESTAÇÃO 000003/2017

Ementa Ministério Público Estadual. Acesso ao Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos do Estado -SIGIRH. Proteção da intimidade e vida privada CF/88. Lei de Acesso à Informação (nº 12.527/2011). Decreto Federal nº 7.724/2012. Decreto Estadual nº. 1.359/2015 Parecer nº.457/2016.

MANIFESTAÇÃO 000004/2017

Ementa Tempo de serviço público para efeito de licença prêmio. Necessidade de exercício de cargo público.

MANIFESTAÇÃO 000005/2017

Ementa Análise jurídica. Requisição de pequeno valor. Compromisso reconhecido após o encerramento do exercício correspondente Lei nº 4.320/64. Decreto nº 93.872/86. Portaria conjunta Nº 1.004/2015-SEFA-SEPLAN-SEAD-AGE.

MANIFESTAÇÃO 000006/2017

Ementa Requisição de Pequeno Valor (RPV).

MANIFESTAÇÃO 000007/2017

Ementa Requisição de Pequeno Valor.

MANIFESTAÇÃO 000008/2017

Ementa Requisição de Pequeno Valor.



MANIFESTAÇÃO 000009/2017

Ementa Requisição de Pequeno Valor

MANIFESTAÇÃO 000010/2017

Ementa Requisição de Pequeno Valor

MANIFESTAÇÃO 000011/2017

Ementa Despesa de Requisição de Pequeno Valor (RVP) poderá ou não ser considerada como Despesa de Exercício Anterior (DEA)?

MANIFESTAÇÃO 000012/2017

Ementa Servidor Civil. Processo Administrativo Disciplinar. Afastamento cautelar. Art. 29 da Lei Estadual nº 5.810/94. Tempo de efetivo exercício. Art. 72, inciso VIII do RJU/Pa. Férias. Aquisição. Impossibilidade de gozo. Direito ao terço constitucional. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000013/2017

Ementa Isenção de Cobrança de ICMS.

MANIFESTAÇÃO 000014/2017

Ementa Lei Estadual sobre Conciliação e Mediação.

MANIFESTAÇÃO 000015/2017

Ementa Acordo Coletivo de Trabalho 2015/2016. Teoria da Ultratividade - Súmula 277/TST. ADOF nº 323/DF. Medida Liminar concedida *Ad Referendum* do Pleno do STF. Suspensão de processos judiciais e decisões proferidas com amparo na Súmula 277/TST. Efeito sobre Cláusula de ACT da COHAB. Análise Jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000016/2017

Ementa Renovação de mandato de Diretor da ARCON. Referendo pela Assembleia Legislativa. Possibilidade.



MANIFESTAÇÃO 000017/2017

Ementa Servidor civil. Licença para acompanhar cônjuge. Arts. 96 e 97 da Lei Estadual nº 5.810/94. Exercício cumulado de cargo efetivo na esfera municipal. Art. 37, XVI, "b" da CRFB/88. Averbação de tempo de serviço. Art. 70 do RJU/PA. Adicional por tempo de serviço. Cabimento. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000018/2017

Ementa Diárias. Despesas de Exercício Anterior (DEA).

MANIFESTAÇÃO 000019/2017

Ementa Diárias. Despesas de Exercício Anterior (DEA).

MANIFESTAÇÃO 000020/2017

Ementa Diárias. Despesas de Exercício Anterior (DEA).

MANIFESTAÇÃO 000021/2017

Ementa A Despesa de Requisição de Pequeno Valor (RPV) poderá ou não ser considerada como Despesa de Exercício Anterior (DEA)?

MANIFESTAÇÃO 000022/2017

Ementa Aquisição de material de expediente.

MANIFESTAÇÃO 000023/2017

Ementa Pagamento das Despesas de Exercício Anterior (DEA), relativas a fatura da prestadora de serviços Claro S.A. (telefonia móvel).

MANIFESTAÇÃO 000024/2017

Ementa Despesa de Exercício Anterior (DEA).



MANIFESTAÇÃO 000025/2017

Ementa Contrato nº 013/2016. Serviços Postais. Primeiro Aditivo. Acréscimo de valor - 15 por cento. Art. 65, I, "b" e §1º da Lei Federal nº 8.666/93. Análise Jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000026/2017

Ementa PAD. Acumulação ilícita de cargos. Estadual e Federal. Opção realizada em PAD instaurado na Esfera Federal. Inteligência do art. 133, §5º, da Lei Federal nº 8.112/1990. Exoneração automática do cargo estadual.

MANIFESTAÇÃO 000028/2017

Ementa Servidor público comissionado. Lei Estadual nº 5.810/94. Tempo de serviço averbado. Licença-prêmio não gozada. Prescrição. Impossibilidade.

MANIFESTAÇÃO 000029/2017

Ementa Pagamento das Despesas de Exercício Anterior (DEA), relativas a diárias de servidora.

MANIFESTAÇÃO 000030/2017

Ementa Análise jurídica acerca do pagamento do valor de R\$18.982,86 como Despesa de Exercício Anterior (DEA)

MANIFESTAÇÃO 000031/2017

Ementa Pagamento das Despesas de Exercício Anterior (DEA), relativas a contrato entre esta PGE e a empresa DF Turismo e Representações Ltda.

MANIFESTAÇÃO 000032/2017

Ementa Aquisição de material de expediente. Ata de Registro de Preços nº 06/2016-SEAD/DGL/SRP. Adesão por órgão partícipe. Decreto



Estadual nº 876/2013. Edital de Pregão nº 08/2016-SEAD.
Cabimento. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000033/2017

Ementa Republicação com correções do Decreto Estadual nº 1.676, de 13 de janeiro de 2017.

MANIFESTAÇÃO 000034/2017

Ementa Análise e manifestação acerca de pleito da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca -SEDAP de prorrogação, pelo período de mais de dez anos, da Taxa de Modernização da Cacaicultura Paraense, instituída pela Lei nº 7.079/20017.

MANIFESTAÇÃO 000035/2017

Ementa Exigência de certidão conjunta PGFN/RFB para aprovação, manutenção e renovação de incentivos fiscais pelo Estado do Pará. Competência da União, via RFB, para atestar a adimplência pelas pessoas físicas e jurídicas das contribuições previdenciárias. Certidão conjunta emitida pela RFB/PGFN que é o único documento previsto para tanto. Obrigatoriedade de sua apresentação pelas empresas que desejam auferir benefícios fiscais do Estado do Pará.

MANIFESTAÇÃO 000036/2017

Ementa Despesa de Exercício Anterior. (DEA). Anulação de empenho. Lei nº 4.320/64. Decreto nº 93.872/86. Portaria conjunta nº 1.689/2016-SEFA-SEPLAN-SEAD-AGE.

MANIFESTAÇÃO 000037/2017

Ementa Ata de registro de preços (ARP). Órgão partícipe. Contratação da empresa vencedora. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000038/2017

Ementa Prescrição para cobrança de crédito tributário. Pedido administrativo formulado pelo contribuinte para o seu reconhecimento pela Secretaria de Estado da Fazenda.



Possibilidade. Prazo previsto no Art. 174 do CTN. Entendimento consolidado no âmbito da Procuradoria-Geral do Estado (PGE).

MANIFESTAÇÃO 000039/2017

Ementa Exoneração a pedido. Vacância. Posse em cargo inacumulável. Resguarda do direito de recondução. Arts. 57 e 58 da Lei Estadual nº 5.810/94. Análise Jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000040/2017

Ementa Convênio de Cooperação Institucional. Banco Central e Procuradoria-Geral do Estado do Pará. Utilização de mecanismos de consulta ao Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional-CCS. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000041/2017

Ementa Análise e parecer acerca da liberação ou não do pagamento das despesas de exercício anterior (DEA), relativas ao pagamento de folha em razão da exoneração de servidores.

MANIFESTAÇÃO 000042/2017

Ementa Movimentação de bens móveis entre órgãos do Estado.

MANIFESTAÇÃO 000043/2017

Ementa Averbação de tempo de serviço prestado. Cargo comissionado. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000044/2017

Ementa Ata de registro de preços (ARP). Órgão partícipe. Contratação da empresa vencedora. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000045/2017

Ementa Contrato administrativo. Serviço contínuo. Rescisão amigável. Conveniência administrativa. Artigo 79, II da Lei nº 8.666/93.



MANIFESTAÇÃO 000046/2017

Ementa Aquisição de mobiliário. Ata de registro de preços nº 05/2015-SEAD/DGL/SRP. Adesão. Decreto Estadual nº 876/2013. Edital de pregão nº 03/2015-SEAD. Contratação. Análise Jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000047/2017

Ementa Aquisição de mobiliário (poltronas) para prédios diversos da PGE. Adesão à Ata de registro de preços nº 05/2015-SEAD/DGL/SRP.

MANIFESTAÇÃO 000048/2017

Ementa Cessão de uso de bem móvel entre órgão e entidade da Administração Pública

MANIFESTAÇÃO 000049/2017

Ementa Pensão especial. Ex-taxista. Rateio.

MANIFESTAÇÃO 000050/2017

Ementa Requisição de Pequeno Valor. Pagamento de honorários advocatícios.

MANIFESTAÇÃO 000051/2017

Ementa Despesa de Exercício Anterior (DEA)

MANIFESTAÇÃO 000052/2017

Ementa Policial Militar. Acidente. Morte em serviço. Auxílio morte. Art. 48, III da CE/1989. Lei estadual nº 6.108/1998, alterada pela Lei nº 7.728/2013. Requisitos. Beneficiários. Aplicação subsidiária do art. 79 da Lei estadual nº 5.251/1985. Cabimento. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000053/2017

Ementa ITCD- Regime de separação legal de bens- Art. 258 do Código Civil Brasileiro de 1916- Cônjuge Supérstite meeiro- Incidência e aplicação da Súmula 377 do Supremo Tribunal Federal. Os bens adquiridos na constância do casamento celebrado sob o regime da



separação legal de bens comunicam-se entre os cônjuges, que passam a ser meeiros, condição essa que influencia a base de cálculo do ITCD quando da morte de um dos cônjuges.

MANIFESTAÇÃO 000054/2017

Ementa Contrato de Locação de imóvel para fins não residenciais (Contrato nº 001/2011). Salas Comerciais que abrigam a Setorial de Brasília da PGE/PA. Sexto Termo Aditivo. Prorrogação.

MANIFESTAÇÃO 000055/2017

Ementa Nos presentes autos de requerimento de licença classista, esta PGE encaminhou ofício à SEAD (Of n. 4339/2016-GAB-PCON), ratificando entendimento anterior desta casa, de que a norma imposta pelo art. 95, §2º do RJU refere-se a hipótese de prorrogação, partindo de reeleição ou recondução, destacando que na hipótese dos autos, de novo cargo (Diretor Tesoureiro) distinto do primeiro, o servidor faria jus à licença observando-se os requisitos do art. 95, §1º do mesmo diploma legal.

MANIFESTAÇÃO 000056/2017

Ementa Possibilidade de aditamento (8º. Aditivo) do contrato de prestação de serviços de limpeza e conservação, para repactuação de valores com base na nova Convenção Coletiva de Trabalho 2017/2018, registrada no MTE, conforme previsto na cláusula décima do contrato n.024/2013.

MANIFESTAÇÃO 000057/2017

Ementa Despesa de exercício anterior. (DEA). Empenho insubsistente. Lei nº 4.320/64. Decreto nº 93.872/86. Imprensa Oficial do Estado- IOEPA. Portaria Conjunta nº 1.689/2016- SEFA-SEPLAN-SEAD-AGE.

MANIFESTAÇÃO 000058/2017

Ementa Servidor Público Estadual. Procuradoria-Geral do Estado do Pará. Pedido de aposentadoria. Regularidade funcional. Cumprimento das



exigências legais de afastamento, arts.110 e ss do RJU/PA. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000059/2017

Ementa Servidor público estadual. Procuradoria-Geral do Estado do Pará. Pedido de aposentadoria. Vínculo estatutário não estável. Regularidade funcional. Cumprimento das exigências legais de afastamento, arts. 110 e ss do RJU/PA. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000060/2017

Ementa Cuida-se de processo interno, encaminhado pelo Gabinete/PGE a esta PCON, para análise jurídica acerca da seguinte questão: a despesa de Requisição de Pequeno Valor (RPV) poderá ou não ser considerada como Despesa de Exercício Anterior (DEA)?

MANIFESTAÇÃO 000061/2017

Ementa Servidor público estadual. Aposentadoria voluntária. Reversão. Art. 59-B, II da Lei Complementar nº 039/20020. Licença prêmio. Fração superior a 1/3. Pecúnia. Cabimento. Interpretação do art. 99, II da Lei Estadual nº5.810/94. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000062/2017

Ementa Aquisição de relógios de ponto biométrico. Garantia dos equipamentos. Instrumento contratual. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000063/2017

Ementa Termo de Cooperação entre PGE e TJE/PA para cumprimento do art.183, §1º, do CPC. Carga de autos judiciais.

MANIFESTAÇÃO 000064/2017

Ementa Pregão eletrônico. Aquisição de material elétrico. Fase externa. Resultado. Homologação. Análise jurídica.



MANIFESTAÇÃO 000065/2017

Ementa Análise acerca da viabilidade jurídica de pagamento das Requisições de Pequeno Valor à conta de DEA.

MANIFESTAÇÃO 000066/2017

Ementa Análise jurídica acerca da possibilidade de pagamento de Requisição de Pequeno Valor (RPV) como Despesa de Exercício Anterior (DEA).

MANIFESTAÇÃO 000067/2017

Ementa Análise jurídica acerca da seguinte questão: a despesa de Requisição de Pequeno Valor (RPV) poderá ou não ser considerada como Despesa de Exercício Anterior (DEA)?

MANIFESTAÇÃO 000068/2017

Ementa Pensão Especial. Morte de policial em serviço. Composição da Vantagem. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000069/2017

Ementa Pagamento de despesa de exercício anterior.

MANIFESTAÇÃO 000070/2017

Ementa Contrato nº 013/2016. Serviços postais. Segundo aditivo. Prorrogação da vigência. Previsão contratual. Observância do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000071/2017

Ementa Pagamento das despesas de exercício anterior (DEA), relativas ao Contrato nº 001/2011, mantido entre esta PGE e Vale do São Francisco – Participações e Investimentos Ltda.

MANIFESTAÇÃO 000072/2017

Ementa Pagamento das Despesas de Exercício Anterior (DEA), relativas ao Contrato nº 007/2012, mantido entre esta PGE e a PRODEPA.



MANIFESTAÇÃO 000073/2017

Ementa Polícia Civil. Adicional de Curso de Extensão. Curso Superior de Polícia e Bombeiros Militar. CFSBM/2016. Especialização em Gestão Estratégica em Defesa Social. Art. 70, V, "A", da LC nº 022/94. Cursos de Extensão na área policial. Interpretação legal. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000074/2017

Ementa Militares Ativos e Inativos. Teto Remuneratório. Aplicação imediata. STF. Repercussão Geral. Eficácia da EC nº 41/2003. Análise Jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000075/2017

Ementa Fatura de Dez./2016. Despesa de Exercício Anterior (DEA)

MANIFESTAÇÃO 000076/2017

Ementa Pensão Especial Militar. Gratificação de Localidade Especial. Gratificação de Serviço Ativo. Supressão.

MANIFESTAÇÃO 000077/2017

Ementa Tempo de Serviço. Averbação.

MANIFESTAÇÃO 000078/2017

Ementa Servidora pública estadual. Procuradoria-Geral do Estado do Pará. Pedido de aposentadoria. Regularidade funcional. Cumprimento das exigências legais de afastamento. Arts. 110 e SS do RJU/PA. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000079/2017

Ementa Pagamento de Adicional de Curso de Extensão.

MANIFESTAÇÃO 000080/2017

Ementa Pensão especial militar. Morte de policial em serviço. Apuração no órgão de origem. Controle de legalidade interno. Da imprescindibilidade de verificação do nexo da causalidade entre o



evento morte e as atividades policiais. Composição da vantagem.
Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000081/2017

Ementa Aquisição de um purificador de água eletrônico para ser utilizado pela Setorial de Brasília/PGE.

MANIFESTAÇÃO 000082/2017

Ementa A despesa de Requisição de Pequeno Valor (RPV) poderá ou não ser considerada como Despesa de Exercício Anterior (DEA)?

MANIFESTAÇÃO 000083/2017

Ementa Análise jurídica acerca da possibilidade de pagamento de Requisição de Pequeno Valor (RPV) como Despesa de Exercício Anterior (DEA).

MANIFESTAÇÃO 000084/2017

Ementa Concurso público. Nomeação.

MANIFESTAÇÃO 000085/2017

Ementa Despesas de exercício anterior (DEA), relativas ao Contrato nº 026/2014 - e 4 (quatro) aditivos.

MANIFESTAÇÃO 000086/2017

Ementa Policial Militar. Promoção *post mortem*. Ex-policial militar ocupante da graduação de subtenente. Promoção ao 1º Posto do Quadro de Oficiais - 2º Tenente. Preenchimentos dos requisitos da Lei Estadual nº 8.388/2016. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000087/2017

Ementa Instalação do Distrito Industrial de Marituba.



MANIFESTAÇÃO 000088/2017

Ementa Servidor público. Prisão preventiva. Medida cautelar indeferida. Suspensão de função pública. Art. 319, VI, CPP. Inaplicabilidade do art. 29, do RJU.

MANIFESTAÇÃO 000089/2017

Ementa Doação de Terras Públicas Estaduais ao Município de Dom Eliseu. Reserva de área para expansão urbana, com base no Decreto-Lei nº 57/1969. Área incidente em Gleba Estadual devidamente arrecadada e matriculada. Autorização da Assembleia Legislativa para doação e avaliação da área pelo ITERPA. Decreto de doação do Chefe do Poder Executivo e concessão do título definitivo pelo ITERPA. Acompanhamento do procedimento pela SEDOP.

MANIFESTAÇÃO 000090/2017

Ementa Cuidam os presentes autos da aquisição de 03 (três) relógios de ponto biométrico, para aferição da frequência dos servidores da PGE, conforme razões expostas no Memorando inaugural deste processo, subscrito pelo Ilmo. Sr. Gerente de RH/PGE.

MANIFESTAÇÃO 000091/2017

Ementa Tempo de serviço. Cargo comissionado. Averbação. Adicional por tempo de serviço. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000092/2017

Ementa Análise jurídica da minuta do Quinto Termo Aditivo ao Contrato nº 026/2014.

MANIFESTAÇÃO 000093/2017

Ementa Minuta de Decreto Governamental. Projeto Criação/Homologação do Projeto de Assentamento Sustentável (PEAS) Deus é fiel. Necessidade de adequação da Minuta do Decreto ao Decreto Estadual nº 2.280/2010.



MANIFESTAÇÃO 000094/2017

Ementa Análise do Quinto Aditivo ao Termo de Cooperação Técnica e Operacional nº 001/2014.

MANIFESTAÇÃO 000095/2017

Ementa Adicional de insalubridade. Gratificação de risco de vida. Devidos apenas enquanto houver exposição a agente insalubre ou perigoso.

MANIFESTAÇÃO 000096/2017

Ementa Servidora pública estadual. Procuradoria-Geral do Estado do Pará. Pedido de aposentadoria voluntária. Regularidade funcional. Cumprimento das exigências legais de afastamento - Arts. 110 e SS do RJU/PA. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000097/2017

Ementa A despesa de Requisição de Pequeno Valor (RPV) poderá ou não ser considerada como Despesa de Exercício Anterior (DEA)?

MANIFESTAÇÃO 000098/2017

Ementa Minuta de contrato a ser celebrado entre a PGE e a Editora Revista dos Tribunais Ltda., cujo objeto é a disponibilização do conteúdo da Revista dos Tribunais Online, através de senha, com 150 acessos simultâneos.

MANIFESTAÇÃO 000099/2017

Ementa Cuida-se nestes autos de pedido de pensão especial formulado, perante a SEAD, por companheira de ex-taxista, falecido em 29.06.2016.

MANIFESTAÇÃO 000100/2017

Ementa Vantagem relativa a local de trabalho. Aposentadoria. Supressão.



MANIFESTAÇÃO 000101/2017

Ementa Ata de Registro de Preços. Participação. Aquisição de equipamento, softwares e suprimentos de informática. Contratação. Análise Jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000102/2017

Ementa Contrato nº 013/2016. Serviços postais. Terceiro e Quarto Termos aditivos. Atualização contratual. Nova Política Comercial dos Correios. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000103/2017

Ementa Contrato de financiamento mediante abertura de crédito com recursos do BNDES. Estado do Pará e Banco do Brasil S.A. 4º Termo Aditivo. Prorrogação do prazo para utilização do crédito. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000104/2017

Ementa Pedido de reconsideração. Revisão de Pensão Especial. Beneficiárias. Esposa e companheira. Casamento e União Estável. Rateio em cotas partes iguais. Análise e julgamento pela Administração Pública. Possibilidade. Jurisprudência do TCU. Necessidade de oitiva da companheira. Contraditório e ampla defesa.

MANIFESTAÇÃO 000105/2017

Ementa Análise jurídica da minuta do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 018/2016.

MANIFESTAÇÃO 000106/2017

Ementa Cessão de uso de Bem imóvel do Estado do Pará para pessoa jurídica de direito privado. Descumprimento da finalidade. Notificação do cessionário. Contraditório e ampla defesa. Retomada do Bem. Competência do Chefe do Executivo. Vistoria. Indenização de eventuais prejuízos.



MANIFESTAÇÃO 000107/2017

Ementa Despesa de Exercício Anterior - DEA. Servidores desligados/exonerados. Lei Nº 4.320/64. Decreto Nº 93.872/86. Compromisso reconhecido após o encerramento do exercício. Portaria conjunta Nº 1.689/2016-SEFA-SEPLAN-SEAD-AGE. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000108/2017

Ementa Despesa do Exercício Anterior (DEA). Servidora pública exonerada. Lei Nº 4.320/64. Decreto Nº 93.872/86. Compromisso reconhecido após encerramento do exercício. Portaria Conjunta Nº 1.689/2016-SEFA-SEPLAN-SEAD-AGE. Análise Jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000109/2017

Ementa Despesa de Exercício Anterior. (DEA). Servidor público desligado. Lei nº 4.320/64. Decreto nº 93.872/86. Compromisso reconhecido após o encerramento do Exercício. Portaria Conjunta Nº 1.689/2016-SEFA-SEPLAN-SEAD-AGE. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000110/2017

Ementa Termo de Cooperação Técnica. Acesso a banco de dados do Detran/PA. Viabilidade jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000111/2017

Ementa Decreto de Regulamentação. Lei Estadual Nº 8.443/2016. Tipo sanguíneo e Fator RH na carteira de identidade. Opção do usuário.

MANIFESTAÇÃO 000112/2017

Ementa Tempo de serviço. Função temporária e cargo comissionado. Averbação. Adicional por tempo de serviço. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000113/2017

Ementa Despesas de Exercícios Anteriores (DEA). Consultoria-Geral do Estado do Pará. Pagamento. Competência.



MANIFESTAÇÃO 000114/2017

Ementa Despesas do Exercício Anterior (DEA). Pagamento das Despesas de Exercício Anterior, relativas a valores devidos em razão da exoneração de ex-servidor.

MANIFESTAÇÃO 000115/2017

Ementa Servidor público estadual. Procuradoria-Geral do Estado do Pará. Pedido de aposentadoria. Regularidade funcional. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000116/2017

Ementa Minuta de Decreto Governamental. Projeto Agroextrativista (PEAEX) Mamuru. Decreto homologatório de Portaria do presidente do ITERPA. Necessidade de adequação da minuta do Decreto Estadual nº. 2.280/2010.

MANIFESTAÇÃO 000117/2017

Ementa Assinatura do quarto Termo Aditivo ao contrato Nº 025/2014- PGE, que tem por objeto a prestação de serviço de impressão, que fazem entre si a PGE/PA e a empresa COPYSYSTEMS Copiadoras LTDA.

MANIFESTAÇÃO 000118/2017

Ementa Regularidade do Contrato Nº 19/2013, firmado entre Banpará e o Estado (NGPR).

MANIFESTAÇÃO 000119/2017

Ementa Contrato de manutenção do sistema de informática SCP. Rescisão contratual. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000120/2017

Ementa Aquisição de livros para o Centro de Estudos.



MANIFESTAÇÃO 000121/2017

Ementa Doação de bens públicos móveis. Inteligência do Art. 17, inciso II, alínea "A" da Lei Federal nº 8.666/93. Exigência de avaliação prévia, comprovação do interesse público, uso e fim social e oportunidade/conveniência sócio econômica para dispensa de licitação. Possibilidade de doação de computadores para a COHAB/PA. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000122/2017

Ementa Contratação de empresa para prestação de serviço de certificação digital (22 (vinte e dois) certificados digitais para pessoa física, tipo E-CPF A3, e respectivos tokens), para atender às necessidades de setores diversos deste órgão.

MANIFESTAÇÃO 000123/2017

Ementa A CELPA encaminhou a esta PGE, minutas de dois novos contratos pertinentes à Unidade Consumidora 10148022.

MANIFESTAÇÃO 000124/2017

Ementa Contrato de fornecimento de energia elétrica. Dispensa de licitação. Aplicação do art. 24, inciso XXII, da Lei nº 8.666/93. Vigência contratual. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000125/2017

Ementa Contrato de fornecimento de energia elétrica. Dispensa de licitação. Aplicação do Art. 24, inciso XXII, da Lei nº 8.666/93. Vigência contratual. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000126/2017

Ementa Jurídica Termo de rescisão amigável de contrato de fornecimento de energia elétrica. Procuradoria-Geral do Estado (PGE) e Centrais Elétricas do Pará (CELPA). Resolução Normativa nº 714 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Análise.



MANIFESTAÇÃO 000127/2017

Ementa Termo de rescisão amigável do Contrato nº 2015060946. Fornecimento de energia elétrica. PGE e CELPA. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000128/2017

Ementa Contrato de fornecimento de energia elétrica. Rescisão contratual. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000129/2017

Ementa A interessada pleiteia seja revisto o Decreto de 02 de junho de 2016, que tornou sem efeito sua nomeação no cargo de Professor Classe I, Nível A - Modalidade: Educação Especial, da SEDUC.

MANIFESTAÇÃO 000130/2017

Ementa Assinatura do primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 021/2016, que tem por objeto a prestação de serviço de disponibilização do conteúdo dos periódicos on line, que fazem entre si a PGE/PA e a Editora Magister LTDA.

MANIFESTAÇÃO 000131/2017

Ementa Minuta de Edital de Pregão Eletrônico, serviço de montagem de rede elétrica e lógica de computadores (Marabá - Lote I) e lançamento de fibra óptica (Belém - Lote 2). Aprovação pela Assessoria Jurídica, nos termos do art. 38, Parágrafo Único, da Lei nº 8.666/93.

MANIFESTAÇÃO 000132/2017

Ementa Parecer acerca da liberação ou não do pagamento das despesas de exercício anterior (DEA).

MANIFESTAÇÃO 000133/2017

Ementa Servidor público. Licença paternidade. Prorrogação. Descabimento. Inaplicabilidade da Lei Federal nº 11.770/2008, alterada pela Lei Federal nº 13.257/2016, e do Decreto Federal nº 8.737/2016.



MANIFESTAÇÃO 000134/2017

Ementa Protocolo de Intenções do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal.

MANIFESTAÇÃO 000135/2017

Ementa Contrato nº 026/2014. Locação de veículos. Sexto Aditivo. Prorrogação da vigência. Originado de ARP. Autonomia instrumento contratual. Previsão contratual. Observância do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93. Análise jurídica. Possibilidade.

MANIFESTAÇÃO 000136/2017

Ementa Inexigibilidade de licitação. Artigo 25, I, da Lei nº 8.666/93. Preenchimento dos requisitos legais.

MANIFESTAÇÃO 000137/2017

Ementa Aditivo contratual para prorrogação do contrato nº 24/2013 com a empresa Prata Comércio e Serviços Ltda. -ME, para prestação de serviços de limpeza e conservação, em razão da proximidade do término do prazo de vigência contratual.

MANIFESTAÇÃO 000138/2017

Ementa Inexigibilidade de Licitação. Assinatura de Contrato para prestação de serviço de disponibilização do conteúdo dos periódicos Online – Mendes.

MANIFESTAÇÃO 000139/2017

Ementa 1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 019/2016. Prestação de Serviços de Publicações de Atos da Administração Pública na Imprensa Oficial do Estado - IOEPA. Exclusividade. Prorrogação Contratual. Previsão no Contrato e nos Limites legais. Possibilidade.

MANIFESTAÇÃO 000140/2017

Ementa Locação de veículos. Adesão em Sistema de Registro de Preços de outro ente federativo, na qualidade de "Carona". Decreto Federal nº



7.892/2013. Decreto Estadual nº 876/2013. Decisões TCU e TCE/PA.
Análise jurídica. Possibilidade.

MANIFESTAÇÃO 000141/2017

Ementa Despesa de Exercício Anterior - DEA. Servidor Exonerado. Lei Nº 4.320/64. Decreto nº 93.872/86. Compromisso reconhecido após o encerramento do exercício. Portaria conjunta nº 1.689/2016-SEFA-SEPLAN-SEAD-AGE. Análise jurídica

MANIFESTAÇÃO 000142/2017

Ementa Pensão Policial-Militar. Minuta de Decreto. Valor do soldo.

MANIFESTAÇÃO 000143/2017

Ementa Despesas de Exercícios Anteriores (DEA). Consultoria-Geral do Estado do Pará. Extinção. Procuradoria-Geral do Estado do Pará. Pagamento. Competência

MANIFESTAÇÃO 000144/2017

Ementa Licitação Internacional. Fiscalização do contrato por agente público. Cláusula exorbitante. Análise Jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000145/2017

Ementa UEPA- Servidores Públicos - Estabilizados pelo Art. 19 do ADCT - Estatutários não estáveis - Redistribuídos de diversos Órgãos e entidades estaduais para a UEPA - Progressão Funcional - Impossibilidade - Servidores não efetivos - Inteligência dos Arts. 35 da Lei Estadual nº 5.810/1994 (RJU) e 52 da Lei Estadual nº 6.839/2006.

MANIFESTAÇÃO 000146/2017

Ementa Servidor. Abandono de cargo. Prescrição da pretensão punitiva do Estado. Administrativa e Penal. Marco inicial do prazo prescricional.



Ciência das faltas pela autoridade competente para instauração do PAD. Reanálise de caso concreto

MANIFESTAÇÃO 000147/2017

Ementa Contratação de Vale Transporte para fornecimento à empregada pública da extinta PARATUR, incorporada pela SETUR, cedida para esta PGE com ônus para o Órgão cessionário.

MANIFESTAÇÃO 000148/2017

Ementa Protocolo de Intenções do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal

MANIFESTAÇÃO 000149/2017

Ementa Projeto de Lei. Alteração do Art. 9º, Caput, e INC. I, da Lei Estadual nº 7.309, de 06 de Outubro de 2009. Modificação da composição do Conselho Estadual de Economia Popular e Solidária - CEEPS. Análise Jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000150/2017

Ementa Contratação de empresa para a prestação do serviço de certificação digital, para atender as necessidades de setores diversos do Órgão.

MANIFESTAÇÃO 000151/2017

Ementa Cotação eletrônica. Recarga de extintores da PGE. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000152/2017

Ementa Servidora pública estadual. Procuradoria-Geral do Estado do Pará. Pedido de aposentadoria. Regularidade funcional. Cumprimento das exigências legais de afastamento. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000153/2017

Ementa Renovação do serviço de acesso eletrônico de periódicos da Biblioteca Fórum de Direito.



MANIFESTAÇÃO 000154/2017

Ementa Aquisição de móveis de escritório e divisórias. Adesão à Ata de Registro de Preços nº 005/2015-SEAD - Viabilidade de acréscimo quantitativo do objeto. Autonomia Contratual. Adstrito às normas legais adequadas ao seu objeto.

MANIFESTAÇÃO 000155/2017

Ementa Acordo de Cooperação Técnica. Análise da minuta. Termo de Cooperação Técnica. Viabilidade Jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000156/2017

Ementa Servidor público estadual. Procuradoria-Geral do Estado. Pedido de aposentadoria voluntária. Regularidade funcional. Cumprimento das exigências legais. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000157/2017

Ementa Contrato nº 001/2011, celebrado entre a PGE e Vale do São Francisco Participações e Investimentos Ltda., com vistas à locação de salas comerciais que abrigam a Procuradoria Setorial de Brasília.

MANIFESTAÇÃO 000158/2017

Ementa Renovação de contratação de periódico on line.

MANIFESTAÇÃO 000159/2017

Ementa Servidor público estadual. Tempo de serviço. Cargo comissionado. Averbação. Adicional por tempo de serviço. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000160/2017

Ementa Servidora pública estadual. Aplicabilidade da Lei Complementar Estadual nº 078/2011. Situação dos ocupantes dos cargos isolados em extinção de Procurador Fiscal. Pedido de reconsideração. Viabilidade jurídica.



MANIFESTAÇÃO 000161/2017

Ementa Processo de prorrogação de cessão de servidora municipal.

MANIFESTAÇÃO 000162/2017

Ementa PAD instaurado no âmbito da Fundação Cultural do Estado do Pará (FCP). Suposto abandono de cargo.

MANIFESTAÇÃO 000163/2017

Ementa Tempo de serviço. Cargos comissionados e efetivos. Licença-prêmio. Exercícios interruptos e ininterruptos. Art. 98 da Lei nº 5.810/94. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000164/2017

Ementa Consulta formulada pela COSANPA referente ao contrato nº 29/2013, com a empresa ENCIBRA, tendo como objeto a prestação de serviço contínuo de assistência técnica para gerenciamento dos programas de investimento da COSANPA.

MANIFESTAÇÃO 000165/2017

Ementa Pad instaurado na SUSIPE.

MANIFESTAÇÃO 000166/2017

Ementa Pagamento das despesas de exercício anterior (DEA), relativas aos créditos decorrentes de folha suplementar referente a Gratificação de Desempenho de Apoio à Procuradoria (GDAP).

MANIFESTAÇÃO 000167/2017

Ementa Pensão Especial Taxista - Lei nº 6.004/96

MANIFESTAÇÃO 000168/2017

Ementa Doação de bem móvel ou serviço por particular ao Poder Público. Revitalização e ampliação do acervo de obras de arte da PGE/PA.



Doação à título gratuito e sem encargos. Desnecessidade de licitação. Possibilidade jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000169/2017

Ementa Contrato de periódico online nº 032/2015. Editora Zênite. 2º Termo Aditivo. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000170/2017

Ementa Locação de imóvel comercial para sediar a Procuradoria Setorial de Brasília.

MANIFESTAÇÃO 000171/2017

Ementa Contratação para fornecimento de 2 exemplares do Diário Oficial do Estado.

MANIFESTAÇÃO 000172/2017

Ementa Companhia Têxtil de Castanhal - Suspensão de benefício

MANIFESTAÇÃO 000173/2017

Ementa Contrato de locação de automóvel nº 027/2014. Setorial Brasília. 3º Termo Aditivo. Prorrogação contratual. Art. 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000174/2017

Ementa Minuta de Projeto de Lei. Criação do Fundo Estadual de Promoção do Trabalho Digno e de Erradicação do Trabalho em Condições Análogas a de Escravo - FUNTRAD/PA. Criação do Conselho Estadual Gestor do Fundo de Promoção do Trabalho Digno do Pará - CEGFPTD/PA.

MANIFESTAÇÃO 000175/2017

Ementa Pagamento das despesas de exercício anterior (DEA), relativas aos créditos decorrentes da exoneração de ex-servidor.



MANIFESTAÇÃO 000176/2017

Ementa Crachás funcionais. Contrato Nº 017/2016/PA. Certidões de regularidade fiscal desatualizadas. Impossibilidade de retenção de pagamento ao fornecedor. Objeto entregue. Necessidade de esgotamento das vias formais de notificação da empresa contratada, para manutenção da regularidade fiscal exigida ao longo de toda a execução contratual. Instauração de Processo Administrativo, para aplicação de penalidade, em caso de permanência da irregularidade. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000177/2017

Ementa Despesas de Exercícios Anteriores (DEA). Procuradoria-Geral do Estado do Pará. Pagamento. Viabilidade Jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000178/2017

Ementa Pagamento de despesas de exercício anterior (DEA), relativas a valores devidos em razão da exoneração de ex-servidor.

MANIFESTAÇÃO 000 179/2017

Ementa Sistema de Cotação Eletrônica de Preços. Contratação direta. Dispensa de licitação em razão do valor (Art. 24, II, da Lei nº 8.666/93). Minuta contratual.

MANIFESTAÇÃO 000 180/2017

Ementa Serviço de encadernação de Diário Oficial do Estado. Contratação por dispensa de licitação; Art. 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666/1993 - Pequeno valor. Cotação eletrônica de preços. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000181/2017

Ementa Policiais Militares e Bombeiros Militares excluídos nos anos de 1988 a 2003. Anistia Administrativa. Desligamento por diversos motivos. Impossibilidade de tratamento uniforme a situações diferentes. Pretensão a reintegração por Ato Administrativo atingida pela prescrição quinquenal. Inexistência de Decisão Judicial que



determine o imediato retorno dos interessados às fileiras da Corporação.

MANIFESTAÇÃO 000182/2017

Ementa Pagamento das despesas de exercício anterior (DEA), relativas a valores devidos em razão do desligamento de ex-servidoras.

MANIFESTAÇÃO 000183/2017

Ementa Despesa de Exercício Anterior (DEA). Servidor exonerado. Lei nº 4.320/64. Decreto nº 93.872/86. Compromisso reconhecido após o encerramento do exercício. Portaria conjunta nº 1.689/20176-SEFA-SEPLAN-SEAD-AGE. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000184/2017

Ementa Instrumentos processuais cabíveis para garantia da execução via precatório da EMATER/PA. Não submissão ao Regime das Empresas Privadas. Execução provisória. Agravo de petição. Cabimento. Tempestividade. Necessidade de alegar prerrogativas processuais da Fazenda Pública. Meios autônomos de impugnação da Reclamação Constitucional nos casos de Repercussão Geral e Recurso Extraordinário. Cabimento do Mandado de Segurança. Cabimento da correção parcial. Possibilidade de utilização dos fundamentos da Decisão Monocrática Liminar na ADPF-MC 437/CE. Cabimento de ADPF.

MANIFESTAÇÃO 000185/2017

Ementa Adesão do Estado ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT)

MANIFESTAÇÃO 000186/2017

Ementa Despesas de Exercícios Anteriores (DEA). Procuradoria-Geral do Estado do Pará. Pagamento. Viabilidade jurídica.



MANIFESTAÇÃO 000187/2017

Ementa Auxílio pelo exercício em Unidade Diferenciada. Manifestação dos interessados. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000188/2017

Ementa Termo Aditivo a contrato de prestação de serviços. Minuta contratual. Viabilidade jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000189/2017

Ementa Análise jurídica da minuta do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 043/2014, Manutenção predial preventiva e corretiva (desratização e descupinização).

MANIFESTAÇÃO 000190/2017

Ementa Minuta de Termo Aditivo ao Termo de cessão de uso nº 001/2016. Motocicleta. ITERPA e PGE/PA. Análise Jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000191/2017

Ementa Bombeiro Militar. Promoção *Post Mortem*. Lei Estadual nº 8.388/2016 e Decreto Estadual nº 1.672/2016.

MANIFESTAÇÃO 000192/2017

Ementa Despesa de Exercício Anterior (DEA). Servidores Públicos desligados. Lei nº 4.320/64. Decreto nº 93.872/86. Compromisso reconhecido após o encerramento do exercício. Portaria Conjunta nº 1.689/2016-SEFA-SEPAN-SEAD-AGE. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000193/2017

Ementa Locação de imóvel. Análise complementar de minuta contratual. Viabilidade jurídica.



PGE

Procuradoria
Consultiva

MANIFESTAÇÃO 000194/2017

Ementa Servidor público cedido de outro órgão para PGE. Participação em curso de Especialização. Custeio pelo Fundo Especial da Procuradoria-Geral do Estado (FUNPGE). Impossibilidade jurídica: Inteligência da Lei Complementar Estadual nº 041/2002 C/C Decreto Estadual nº 2.576/2010.

MANIFESTAÇÃO 000195/2017

Ementa Recarga de Cartucho de toner remanufaturado. Cotação eletrônica de preços. Homologação.

MANIFESTAÇÃO 000196/2017

Ementa Transferências de recursos para municípios. Extensão dos efeitos do Decreto nº 733/2013. Analogia à legislação que institui o PAC – Projeto de Aceleração do Crescimento. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000197/2017

Ementa Minuta de Acordo de Cooperação Técnica. Fornecimento de informações. PGE X Polícia Civil. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000198/2017

Ementa Despesas de Exercícios Anteriores (DEA). Falecimento de servidora. Legitimidade para recebimento de valores. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000199/2017

Ementa Despesas de Exercícios Anteriores (DEA). Procuradoria-Geral do Estado do Pará. Pagamento. Viabilidade jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000200/2017

Ementa Pagamento de auxílio morte e dependência econômica para efeito de percepção de Pensão Especial. Análise jurídica.



MANIFESTAÇÃO 000201/2017

Ementa Empresa contratada pelo Poder Público. Ausência de regularidade fiscal. Impossibilidade de retenção de pagamento como forma de sanção: entendimento do STJ. Descumprimento de obrigação trabalhista. Possibilidade de retenção de pagamento: entendimento do TCU.

MANIFESTAÇÃO 000202/2017

Ementa Servidor público não estável. Estágio probatório. Dificuldade na realização de Avaliação Especial de Desempenho informada pela SESPA. Ausência injustificada por mais de 30 (trinta) dias consecutivos. Instauração de Processo Administrativo Disciplinar. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000203/2017

Ementa Promoção *Post Mortem*. Acidente de trajeto caracterizado. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000204/2017

Ementa Aquisição de livros. Processo de Cotação Eletrônica de Preços Deserto. Compra pelo método tradicional.

MANIFESTAÇÃO 000205/2017

Ementa Pagamento de parcelas devidas em vida a servidor falecido. Destinatário do pagamento. Inteligência do Art. 160, II, "B", da Lei nº 5.810/94. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000206/2017

Ementa Servidor público cedido. Adicional por tempo de serviço. Incidência sobre a Gratificação de Representação pelo exercício de cargo comissionado. Parecer nº 004/2005.



MANIFESTAÇÃO 000207/2017

Ementa Proposta de retificação da promoção por Ato de Bravura, de militar estadual.

MANIFESTAÇÃO 000208/2017

Ementa Transferência de bens da Procuradoria Setorial de Brasília para o Núcleo de Representação do Estado do Pará em Brasília. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000209/2017

Ementa Consulta relativa à obrigatoriedade ou não da assinatura da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) de empregados comissionados, bem como do pagamento de aviso prévio, multa por atraso e multa de 40 % sobre FGTS, por ocasião do seu desligamento.

MANIFESTAÇÃO 000210/2017

Ementa Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Estaduais. Necessidade de alteração nos respectivos Estatutos. Adequação à Lei Federal nº 13.303/2016 (Lei das Estatais). Regras societárias e de licitações e contratos. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000211/2017

Ementa Pagamento de Folha Suplementar. Compensação por prejuízos causados pelo servidor.

Possibilidade. Contraditório.

MANIFESTAÇÃO 000212/2017

Ementa Vogais - OCB/PA – JUCEPA



MANIFESTAÇÃO 000213/2017

Ementa Minuta de Projeto de Lei. Criação do Fundo Estadual de Promoção do Trabalho Digno e Erradicação do Trabalho em Condições Análogas a de Escravo - FUNTRAD/PA. Criação do Conselho Estadual Gestor do Fundo de Promoção do Trabalho Digno do Pará - CEGFPTD/PA. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000214/2017

Ementa Minuta de Decreto Governamental, criação do Projeto Agroextrativista (PEAEX) Cataiandeua, localizado no Município de Abaetetuba/PA.

MANIFESTAÇÃO 000215/2017

Ementa Minuta de Decreto Governamental. Criação do Projeto Agroextrativista (PEAEX) Acangatá, localizado no Município de Portel/PA.

MANIFESTAÇÃO 000216/2017

Ementa Termo Aditivo ao Termo de Compromisso nº 402.089-60/2013. Contrapartida do Estado. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000217/2017

Ementa Agregação de Policial Militar. Equívoco nas informações da Certidão. Retificação.

MANIFESTAÇÃO 000218/2017

Ementa Doação de bens móveis inservíveis.

MANIFESTAÇÃO 000219/2017

Ementa Cessão de uso de bem público imóvel a entidade privada sem fins econômicos. Requisitos normativos. Decreto Estadual nº 768/2013.



MANIFESTAÇÃO 000220/2017

Ementa Contrato de prestação de serviço para realização de obra na Rede Elétrica – PGE.

MANIFESTAÇÃO 000221/2017

Ementa Contrato nº 005/2017. Aquisição de poltronas. Acréscimo quantitativo. Limite legal (Art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93). Termo Aditivo.

MANIFESTAÇÃO 000222/2017

Ementa Dispensa de licitação. Contratação de prestação de serviços de manutenção do acesso à internet de 10MBPS, link de dados (fibra) 10MBPS e ativação de link (fibra). Viabilidade jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000223/2017

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD), instaurado para apurar abandono de cargo.

MANIFESTAÇÃO 000224/2017

Ementa Pagamento de Gratificação de Produtividade para Organizações Sociais.

MANIFESTAÇÃO 000225/2017

Ementa Pagamento de folha suplementar. Compensação por prejuízos causados pelo servidor.

MANIFESTAÇÃO 000226/2017

Ementa Despesas de Exercícios Anteriores (DEA). Procuradoria-Geral do Estado do Pará. Pagamento. Viabilidade jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000227/2017

Ementa Renovação de contratação de periódico on line.



PGE

Procuradoria
Consultiva

MANIFESTAÇÃO 000228/2017

Ementa Solicitação de doação, formulada pela SPU (União), de terreno de propriedade estadual localizado na Tv. Dom Pedro I, nº 668, Umarizal, Belém/Pa.

MANIFESTAÇÃO 000229/2017

Ementa Consulta formulada pela COSANPA, referente ao contrato n.29/2013, com empresa, tendo como objeto a prestação de serviço contínuo de assistência técnica para gerenciamento dos programas de investimento da COSANPA.

MANIFESTAÇÃO 000230/2017

Ementa Tempo de serviço. Licença prêmio. Comprovação do exercício de cargo público e da ausência de faltas injustificadas. Gozo de licença sem vencimentos. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000231/2017

Ementa Servidor público. Cessão para exercício de cargo comissionado. Órgãos cedente e cessionário com jornadas de trabalho distintas. Complementação salarial. Inaplicabilidade da Lei Estadual nº 6.876/2006. Servidor comissionado deve ficar à disposição da Administração. Inteligência do art. 66 do RJU Paraense.

MANIFESTAÇÃO 000232/2017

Ementa Servidor público. Cessão para exercício de cargo comissionado. Órgãos cedente e cessionário com jornadas de trabalho distintas. Complementação salarial. Inaplicabilidade da Lei Estadual nº 6.876/2006. Servidor comissionado deve ficar à disposição da Administração. Inteligência do art. 66 do RJU Paraense.

MANIFESTAÇÃO 000233/2017

Ementa Contrato de serviços postais. Dispensa de licitação. Aplicação do art. 24, inciso VIII, da Lei nº 8.666/93. Vigência contratual. Análise jurídica.



MANIFESTAÇÃO 000234/2017

Ementa Despesas de Exercício Anterior (DEA), relativas aos créditos decorrentes de folha suplementar referente a Gratificação de Desempenho de Apoio à Procuradoria- GDAP.

MANIFESTAÇÃO 000235/2017

Ementa Licitação. Possibilidade de contratação direta. Inaplicabilidade do art. 24, XVII, da Lei 8.666/93. Inviabilidade de competição. Inexigibilidade de licitação. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000236/2017

Ementa Despesas de Exercícios Anteriores (DEA). Procuradoria-Geral do Estado do Pará. Indenização por férias + 1/3 período aquisitivo 2014/2015. Distrato em 2015. Pagamento.

Viabilidade jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000237/2017

Ementa Despesas de Exercício Anterior (DEA), relativas aos créditos decorrentes de folha suplementar referente a Gratificação de Desempenho de Apoio à Procuradoria – GDPA.

MANIFESTAÇÃO 000238/2017

Ementa Minuta do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 006/2017. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000239/2017

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Abandono de cargo.

MANIFESTAÇÃO 000240/2017

Ementa Aditivo ao Contrato nº 018/2016, celebrado entre PGE e CIEE. Alteração qualitativa do objeto.



MANIFESTAÇÃO 000241/2017

Ementa Reforma dos prédios da PGE/PA. Termo de Execução descentralizada nº 001/2017, celebrado entre PGE, SEFA e SEDOP. Acréscimo no valor. Termo aditivo.

MANIFESTAÇÃO 000242/2017

Ementa Despesas de exercício anterior (DEA), relativas a valores devidos a ex-servidor temporário.

MANIFESTAÇÃO 000243/2017

Ementa Despesas de Exercícios Anteriores (DEA). Procuradoria-Geral do Estado do Pará. Pagamento. Viabilidade jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000244/2017

Ementa Restauração de obras de arte do Acervo da Procuradoria-Geral do Estado. Projeto PGE Cultural. Inexigibilidade de licitação. Artigo 25, II, da Lei nº 8.666/93. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000245/2017

Ementa Servidor público civil. Adicional de Curso de Extensão na área policial. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000246/2017

Ementa Cotação eletrônica. Contratação de empresa para realização de manutenção de central de ar condicionado na 4ª Regional.

MANIFESTAÇÃO 000247/2017

Ementa Processo de contratação da UEPA para realização do concurso da PGE/PA. Assinatura do Primeiro Termo Aditivo.

MANIFESTAÇÃO 000248/2017

Ementa Despesa de exercício anterior. Pagamento de Folha de servidores desligados.



MANIFESTAÇÃO 000249/2017

Ementa Pedido de concessão de Pensão Especial Militar.

MANIFESTAÇÃO 000250/2017

Ementa Necessidade de ajuste da atual composição do Conselho de Vogais da JUCEPA às normas federais pertinentes.

MANIFESTAÇÃO 000251/2017

Ementa Servidor cedido. Infração disciplinar. Competência para apuração. Órgão cedente ou órgão cessionário. Competência para julgamento e aplicação de penalidade. Órgão cedente. Sindicância ou PAD. Lei Estadual nº 5.810/1994.

MANIFESTAÇÃO 000252/2017

Ementa Portaria de Segurança da Informação. Auditorias nos e-mails funcionais dos servidores e monitoramento dos acessos à internet nos computadores da PGE. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000253/2017

Ementa Servidor Público Estadual. Procuradoria-Geral do Estado do Pará. Pedido de aposentadoria por invalidez. Vínculo estatutário não estável. Regularidade funcional. Cumprimento das exigências legais de afastamento. Arts. 1110 e SS do RJU/PA. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000254/2017

Ementa Interpretação do Acórdão Resp 1306356

MANIFESTAÇÃO 000255/2017

Ementa Doação de bens públicos móveis. Inteligência do Art. 17, inciso II, Alínea "A" da Lei Federal nº 8.666/93. Exigência de Avaliação Prévia, comprovação do interesse público, uso e fim social e oportunidade/conveniência sócio-econômica para dispensa de



licitação. Possibilidade de doação de computadores para COHAB/PA. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000256/2017

Ementa Servidora Pública Estadual. Procuradoria-Geral do Estado do Pará. Pedido de Aposentadoria. Regularidade funcional. Cumprimento das exigências legais de afastamento. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000257/2017

Ementa Concessão da Medalha "General Ferreira Coelho"

MANIFESTAÇÃO 000258/2017

Ementa Enquadramento funcional. Art. 40, Lei Estadual nº 7.442/2010. Plano de cargos, carreira e remuneração dos profissionais da educação básica da Rede Estadual de Ensino - PCCR. Servidora cedida. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000259/2017

Ementa Aditivo ao Contrato nº 018/2016, celebrado entre PGE e CIEE. Alteração Qualitativa do Objeto.

NOTA TÉCNICA

NOTA TÉCNICA 001/2017

Ementa Polo de Gastronomia da Amazônia. Análise do instrumento legal para a Parceria entre Ente Público e Iniciativa Privada. Minuta de Termo de Referência para cessão de uso de bens imóveis públicos.

NOTA TÉCNICA 002/2017

Ementa Estatuto da Metrópole. Lei nº 13.089/2015. Adequação das Regiões Metropolitanas do Estado do Pará às disposições legais. Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado. Análise Jurídica.



NOTA TÉCNICA 003/2017

Ementa Minuta de Contrato. BNDES e Estado. Desestatização. Implementação de Modelo de Negócios. Prestação de Serviço de Saneamento.

NOTA TÉCNICA 004/2017

Ementa Invasão das Faixas de Domínio nas Rodovias Estaduais. Orientações à SETRAN.

NOTA TÉCNICA 005/2017

Ementa Contribuição Previdenciária - Restituição

NOTA TÉCNICA 006/2017

Ementa Minuta de Decreto. Processo Seletivo Simplificado para contratação de servidor temporário no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional. Art. 36, da Constituição Estadual. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 007/2017

Ementa Projeto de Lei dispondo sobre obrigatoriedade de informação ao consumidor. Iniciativa parlamentar.

NOTA TÉCNICA 008/2017

Ementa Projeto de Lei. Alteração e acréscimo de dispositivo na Lei Estadual nº 5.980/1996. Cessão de servidores públicos para entidades qualificadas como Organizações Sociais. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 009/2017

Ementa Projeto de Lei Complementar nº 94/2015. Altera o inciso II do art. 2º da Lei Estadual nº 6.293/2000, que institui o Fundo de Aval do Estado do Pará (FAP).



NOTA TÉCNICA 010/2017

Ementa Projeto de Lei nº 113/2015. Institui o Programa Estadual de Registro Civil nas Maternidades e Hospitais e dá outras providências.

NOTA TÉCNICA 011/2017

Ementa Projeto de Lei Complementar destinado a alterar o art. 6º da LC 112/2016 e Termo de Cessão não Onerosa de Ações do BANPARA para formar o patrimônio do FUNPREV.

NOTA TÉCNICA 012/2017

Ementa Efeitos jurídicos da Lei Estadual nº 8.461/2017.

NOTA TÉCNICA 013/2017

Ementa Projeto de Lei destinado a alterar as Leis 5.674/1991, 7.774/2013 e 8.096/2015.

NOTA TÉCNICA 014/2017

Ementa Projeto de Lei. Instituição do Dia Estadual do Combate ao Diabetes. Projeto de Lei de Iniciativa comum. Sugestão de sanção. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 015/2017

Ementa Projeto de Lei nº 99/2016. Aprovação pela Assembleia Legislativa. Institui no Calendário Histórico, Cultural e Turístico do Estado do Pará a Semana da Libertação dos Escravos na Amazônia.

NOTA TÉCNICA 016/2017

Ementa Projeto de Lei instituindo o Dia Estadual de Luta contra o Câncer na Infância. Iniciativa parlamentar.

NOTA TÉCNICA 017/2017

Ementa Minuta de Decreto. Normas de racionamento dos gastos com a utilização de aeronaves de propriedade do Estado do Pará ou sob sua posse. Análise jurídica.



NOTA TÉCNICA 018/2017

Ementa Projeto de Lei Complementar n. 02/17, de 12 de abril de 2017, que altera a Lei Complementar n.022, de 15 de março de 1994, que estabelece normas de organização, competências, garantias, direitos e deveres da Polícia Civil do Estado do Pará.

NOTA TÉCNICA 019/2017

Ementa Projeto de Lei que visa alterar dispositivos da Lei Complementar Estadual nº 022/94, que estabelece normas de organização, competências, garantias, direitos e deveres da Polícia Civil do Estado do Pará.

NOTA TÉCNICA 020/2017

Ementa Projeto de Lei que declara o Município de Paragominas Capital do Voluntariado no Estado do Pará, de iniciativa parlamentar.

NOTA TÉCNICA 021/2017

Ementa Minuta de Protocolo de Intenções. Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 022/2017

Ementa Analisa-se o Projeto de Lei nº 126/15, de 05 de abril de 2017, que "Dispõe sobre a comunicação ao Conselho Tutelar, aos pais ou responsáveis legais por parte dos Hospitais, Clínicas, Pronto Socorros e Postos de Saúde, que integram a rede pública e privada de saúde do Estado, das ocorrências envolvendo embriaguez ou consumo de drogas por crianças ou adolescentes".

NOTA TÉCNICA 023/2017

Ementa Projeto de Lei dispendo sobre afixação de cartaz por parte dos Cartórios de Registro Civil sobre gratuidade de emolumentos pelo Registro Civil, assento de óbito e certidões. Iniciativa parlamentar.



NOTA TÉCNICA 024/2017

Ementa Projeto de Lei que institui a Semana de Prevenção de Acidentes de Trânsito com Bicicletas. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 025/2017

Ementa Região Metropolitana de Santarém. Criação por meio de Lei Complementar Estadual. Art. 25, § 3º, da CRFB/88. Competência privativa. Exclusão de Município Integrante. Necessidade de Lei Complementar Estadual. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 026/2017

Ementa Projeto de Lei de iniciativa parlamentar nº 102/16 - Denominação de bem público. Controvérsias. Inexistência de inconstitucionalidade clara na iniciativa.

NOTA TÉCNICA 027/2017

Ementa Projeto de Lei. Declaração da Associação Recreativa, Cultural e Carnavalesca Império de Samba "Quem São Eles" como integrante do patrimônio cultural de natureza imaterial do Estado do Pará. Sugestão de sanção. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 028/2017

Ementa Projeto de Lei nº 01/17. Declara e reconhece entidade privada (Associação dos Moradores do Distrito de Icoaraci) como de utilidade pública para o Estado do Pará.

NOTA TÉCNICA 029/2017

Ementa Projeto de Lei dispondo sobre a implantação da Política de Incentivo ao Agronegócio no Estado do Pará. IniciativaParlamentar.

NOTA TÉCNICA 030/2017

Ementa Reajuste anual de tarifas. Contrato de concessão de prestação de serviço público. Previsão contratual. Lei Federal nº 8.987/95.



PGE

Procuradoria
Consultiva

Equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 031/2017

Ementa Alienação de terras públicas. Necessidade de autorização legislativa. Título expedido sem observância da norma constitucional.

NOTA TÉCNICA 032/2017

Ementa Curso de Pós-Graduação - Escola de Magistratura e Escola de Governança Pública

NOTA TÉCNICA 033/2017

Ementa Recomendação Administrativa nº 004/2017-MP/3ºPJ/DC do Ministério Público Estadual direcionada à Secretaria de Estado de Saúde Pública (SESPA). Cumprimento dos Termos da Lei Estadual nº 8.461/2017. Fiscalização de Empresas de envase de água adicionada de sais, de água mineral e água natural. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 034/2017

Ementa Análise do Art. 3º, Inciso I, do Projeto de Lei que dispõe sobre a criação do Fundo Estadual de Desenvolvimento Xingu Sustentável.

NOTA TÉCNICA 035/2017

Ementa Projeto de Lei nº 96/2017. Poder Judiciário. Revisão Anual da Remuneração dos servidores. Art. 37, X da CRFB/88. Arts. 39, § 1º e 160, VIII, "B" da CE/89. Constitucionalidade da iniciativa. Aprovação pelo Legislativo.

NOTA TÉCNICA 036/2017

Ementa Vistoria de Identificação Veicular. DETRAN. CONTRAN. Credenciamento de empresas.



NOTA TÉCNICA 037/2017

Ementa Prestação de contas do FUNDEPEC/PA.

NOTA TÉCNICA 038/2017

Ementa Análise do Projeto de Lei nº 113/2017, que acrescenta o § 4º ao Artigo 1º da Lei nº 6.958/2007. Destinação do potencial madeireiro extraído de áreas licenciadas para projetos econômicos.

NOTA TÉCNICA 039/2017

Ementa Possibilidade da utilização do precatório requisitório e requisição de pequeno valor para pagamentos dos débitos judiciais das entidades da Administração indireta, com personalidade jurídica de direito privado.

NOTA TÉCNICA 040/2017

Ementa Projeto de Lei nº 115/17, de 28 de junho de 2017, que altera dispositivo da Lei nº 8.461/2017.

NOTA TÉCNICA 041/2017

Ementa Projeto de Lei que visa alterar, acrescentar e revogar dispositivos da Lei Complementar Estadual nº 39/2002, bem como altera dispositivos da Lei Complementar n. 112/2016, que dispõem sobre o Regime próprio de Previdência do Estado.

NOTA TÉCNICA 042/2017

Ementa Projeto de Lei oriundo da Assembleia Legislativa do Estado do Para - ALEPA, nº 96/16, de 28 de junho de 2017, que institui no Estado do Pará o Dia Estadual do Açaí.

NOTA TÉCNICA 043/2017

Ementa Projeto de Lei que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2018 e dá outras providências - LDO/2018. Iniciativa do Poder Executivo.



NOTA TÉCNICA 044/2017

Ementa Projeto de Lei nº 204/11, de 21 de junho de 2017, que "Dispõe sobre o ingresso da Bíblia Sagrada e outros livros nos estabelecimentos prisionais, incentiva a leitura por parte dos internos".

NOTA TÉCNICA 045/2017

Ementa Corpo de Bombeiros Militar - CBM/PA. Promoções por merecimento ocorridas em 21 de Abril de 2017. Equívocos na contagem dos pontos e preenchimento da Ficha de Avaliação de Desempenho Profissional - FADP, de Oficial Bombeiro Militar. Retificação. Promoção em ressarcimento de preterição. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 046/2017

Ementa Projeto de Lei Complementar. Disposição acerca da elevação de Entrância das Promotorias de Justiça e a reclassificação de cargos na carreira do Ministério Público do Estado do Pará. Sugestão de sanção. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 047/2017

Ementa Dissídio Coletivo. Análise da possibilidade de ajuizamento de reclamação constitucional. ADPF 323/DF. SÚMULA 277/TST

NOTA TÉCNICA 048/2017

Ementa Regime próprio de Previdência Social (RPPS). Unidade Gestora Única. Minuta de Decreto que regulamenta a Gestão de Benefícios Previdenciários do RPPS do Estado do Pará, de que trata o Art. 60-A da LCE nº 039/2002.

NOTA TÉCNICA 049/2017

Ementa Projeto de Lei que declara como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado do Pará a Embaixada de Samba Império Pedreirense. Iniciativa parlamentar.



NOTA TÉCNICA 050/2017

Ementa Carreiras da Administração Tributária. Gratificação de Produtividade. Extensão.

NOTA TÉCNICA 051/2017

Ementa Análise de Minutas de Decreto pertinentes à Fundação de Previdência Complementar dos Servidores Públicos do Estado do Pará (FUNPRESP/PA).

NOTA TÉCNICA 052/2017

Ementa Declara como patrimônio cultural de natureza imaterial do Estado do Pará a rota turística Belém-Bragança.

NOTA TÉCNICA 053/2017

Ementa Institui o Dia Estadual de Conscientização e Orientação sobre o Câncer de Estômago no Estado do Pará.

NOTA TÉCNICA 054/2017

Ementa Projeto de Lei que dispõe sobre a Temporalidade de Documentos Públicos do Estado do Pará.

NOTA TÉCNICA 055/2017

Ementa Projeto de Lei nº 131/17. Ministério Público do Estado. Atualização do valor das funções gratificadas, vencimentos e proventos dos servidores ativos, inativos e pensionistas. Constitucionalidade da iniciativa. Aprovação pelo Legislativo.

NOTA TÉCNICA 056/2017

Ementa Termos condicionantes e circunstâncias do licenciamento de instalação concedida para a Belo Sun Mineração LTDA - Projeto VoltaGrande.



NOTA TÉCNICA 057/2017

Ementa Projeto de Lei que visa alterar e acrescentar dispositivos da Lei nº 5.674/1991, que dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento Econômico do Estado do Pará - FDE, da Lei nº 7.774/2013, que dispõe sobre a criação do Núcleo de Gerenciamento do Programa de Microcrédito - CREDCIDADÃO, e da Lei nº 8.096/2015, que dispõe sobre a estrutura da Administração Pública do Poder Executivo Estadual.

NOTA TÉCNICA 058/2017

Ementa Comunicação da Decisão do Plenário do TCE no Ac. n. 56.842.

NOTA TÉCNICA 058 B/2017

Ementa Manifestação de Interesse Social. Proposta de parceria formulada por OSC. Instrumento jurídico possível.

NOTA TÉCNICA 059/2017

Ementa Possibilidade de exploração de serviço de Loteria por parte do Estado do Pará.

NOTA TÉCNICA 060/2017

Ementa Edital de Chamamento Público. Participação no Procedimento de Manifestação de Interesse - PMI para autorizar a elaboração de Estudos Técnicos e de Viabilidade, voltados a subsidiar a estruturação de concessão para a gestão e operação de serviços diagnósticos por imagem e análises clínicas na rede própria de saúde do Estado do Pará. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 061/2017

Ementa Convênios. Transferência de recursos do Estado para os Municípios. Estado como tomador de contas dos Municípios.



NOTA TÉCNICA 062/2017

Ementa Convênios. Transferência de recursos da União para o Estado. Estado prestador de contas à União.

NOTA TÉCNICA 063/2017

Ementa Termo de Compromisso. Repasse de recursos federais. Não aprovação da prestação de contas final. Tomada de Contas Especial. Necessária oitiva do Gestor signatário do Termo de Compromisso. Medidas a serem adotadas para evitar inscrição do Estado nos Cadastros Federais de inadimplência.

NOTA TÉCNICA 064/2017

Ementa Redação final do Projeto de Lei nº 291/16, para os fins do art. 108, caput da Constituição Estadual de 1989. O PL propõe alterações no plano de carreiras, cargos e remuneração dos servidores do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

NOTA TÉCNICA 065/2017

Ementa Sanção ou veto ao Projeto de Lei nº 130/2017 - Operação de Crédito Externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID

NOTA TÉCNICA 066/2017

Ementa Encerramento do Contrato de Empréstimo nº 7.414-BR/07 - BIRD recursos remanescentes.

NOTA TÉCNICA 067/2017

Ementa Projeto de Lei oriundo da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA), nº 294/16, o qual institui o dia 09 de dezembro, como o Dia Estadual de Combate à Corrupção no Estado do Pará.

NOTA TÉCNICA 068/2017

Ementa Minuta de Projeto de Lei - Diretrizes do ingresso aos quadros do Corpo de Bombeiros Militar do Pará.



NOTA TÉCNICA 069/2017

Ementa Anteprojeto de Lei - Efetivo do Corpo de Bombeiros Militar

NOTA TÉCNICA 070/2017

Ementa Projeto de Lei nº 207/16, de 11 de outubro de 2017, o qual "Declara o Inventário do Acervo Gaspar Vianna, integrante do Patrimônio Cultural Material do Estado do Pará".

NOTA TÉCNICA 071/2017

Ementa Apontamentos preliminares sobre o Anteprojeto de Lei que Dispõe/Altera os dispositivos que tratam sobre a Aquicultura no Estado do Pará e dá outras providências.

NOTA TÉCNICA 072/2017

Ementa Projeto de Lei que dispõe sobre a concessão de abono complementar aos servidores civis, ativos e inativos e pensionistas do Poder Executivo. Iniciativa do Poder Executivo.

NOTA TÉCNICA 073/2017

Ementa Projeto de Lei oriundo da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA, nº 176/17, de 25/10/2017, o qual Ratifica o Protocolo de Intenções firmado entre os Estados do Acre, do Amapá, do Amazonas, do Maranhão, do Mato Grosso, do Pará, de Rondônia, de Roraima e do Tocantins, visando à constituição do Consórcio Interestadual, que tem por objeto o desenvolvimento econômico e social da Amazônia Legal.

NOTA TÉCNICA 074/2017

Ementa Projeto de Lei nº 270/2016 que revoga a Lei nº 6.573/2003.

NOTA TÉCNICA 075/2017

Ementa PL 134/2015



NOTA TÉCNICA 076/2017

Ementa Necessidade de averbação do Termo de Ajuste de Conduta à margem da matrícula no cartório de registro de imóveis.

NOTA TÉCNICA 077/2017

Ementa Decreto acumulação de cargos indevidos.

NOTA TÉCNICA 078/2017

Ementa Projeto de lei nº 250/2016. Institui o Estatuto do Portador de Câncer no Estado do Pará.

NOTA TÉCNICA 079/2017

Ementa Responsabilidade subsidiária do Estado do Pará. Inaplicabilidade da Lei Federal nº 13.429/2017 à Administração Pública. Efeitos da Decisão do Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário nº 760931.

NOTA TÉCNICA 080/2017

Ementa Recomendação nº 002/2012/MP/PA/PJTFEIS

NOTA TÉCNICA 081/2017

Ementa Concessão de prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Convênio de Cooperação. Contrato de Programa. Extinção. Possibilidades Jurídicas. Condicionantes.

NOTA TÉCNICA 082/2017

Ementa Dispõe do Projeto de Lei nº 261/2017, que visa alterar e revogar dispositivos da Lei nº 6.830, de 13 de dezembro de 2006, de autoria do Poder Executivo.

NOTA TÉCNICA 083/2017

Ementa Projeto de Lei nº 139/2016, que dispõe sobre os Serviços Farmacêuticos e os Procedimentos de Apoio Permitidos em



Farmácias e Drogarias do Estado do Pará.

NOTA TÉCNICA 084/2017

Ementa Análise de Projetos de Lei que Instituem o Sistema de Governança Interfederativa das Regiões Metropolitanas de Belém e Santarém.

NOTA TÉCNICA 085/2017

Ementa IDEFLOR-Bio. FUNDEFLOR. Repasse de Recursos. Parcerias. Entidades públicas e privadas. Taxa de administração. Ano eleitoral.

NOTA TÉCNICA 086/2017

Ementa Análise sobre a compatibilidade do Contrato nº 38/2016 e o Contrato de Programa nº 001/2015, informando quais medidas podem ser tomadas pela Prefeitura de Belém e pela COSANPA, no sentido de tecer ajustes para viabilizar a aplicação do referido contrato.



2018

ESTUDO

ESTUDO 000001/2018

Ementa Conversão em pecúnia, de licença-prêmio (servidor civil) e licença-especial (militar) não gozadas, nem convertidas em tempo de serviço.

ESTUDO 000002/2018

Ementa Aplicação da Súmula nº 247 do TCU no Âmbito da Administração Pública Estadual. Licitação por Item. Regra Geral. Viabilidade Técnica e Econômica. Análise Jurídica.

PARECER

PARECER 000001/2018

Ementa Polícia Militar. Outorga da Medalha Coronel Barros e Arouck. Decreto Estadual nº 212/91 e Resolução nº 006/2015. Requisitos para concessão. Serviços extraordinários. Análise jurídica.

PARECER 000002/2018

Ementa Bombeiro militar estadual. Nomeação para cargo comissionado com lotação na SEGUP. Função de natureza policial militar. Agregação.

PARECER 000003/2018

Ementa Bombeiro Militar. Nomeação para função de natureza policial militar. Agregação. Reversão ao serviço ativo.

PARECER 000004/2018

Ementa Militar da reserva remunerada. Convocação para prestar serviços na atividade. Art. 105-A da Lei Estadual nº 5.251/1985. Dispensa a pedido. Arts. 18, 19 e 20 do Decreto Estadual nº 892/2013. Possibilidade. Análise Jurídica.



PARECER 000005/2018

Ementa Polícia Militar. Promoção por ato de bravura. Inteligência da Lei Estadual nº 8.230/2015 C/C Lei Estadual nº 5.251/1985. Apuração mediante Conselho Especial. Requisitos legais. Análise jurídica.

PARECER 000006/2018

Ementa Processo Administrativo Disciplinar- PAD. Procedimento desidioso de servidor público. Demissão. Análise jurídica.

PARECER 000007/2018

Ementa Aeroporto de Trombetas/PA. Delegação da União para o Estado do Pará. Convênio. Análise jurídica.

PARECER 000008/2018

Ementa Conselho Estadual de Segurança Pública (CONSEP). Homologação de Resolução. Medalha de Honra ao Mérito Pericial Dr. Renato Chaves. Viabilidade jurídica.

PARECER 000009/2018

Ementa Pregão eletrônico. Aquisição de material de expediente. Aprovação da minuta de Edital pela Assessoria Jurídica (Art. 38, Parágrafo Único, da Lei nº 8.666/93).

PARECER 000010/2018

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Policial Militar agregado. Função de natureza policial militar. Infração administrativa. Competência para apuração. Polícia Militar do Pará. Lei Estadual nº 6.833/2006 (Código de Ética e Disciplina da Polícia Militar do Pará)

PARECER 000011/2018

Ementa Pensão Especial Militar. Retificação de Decreto. Exclusão de parcela de natureza indenizatória. Gratificação de serviço ativo.



PARECER	000012/2018
Ementa	Operação de crédito interna. Parecer do órgão jurídico (art. 21, I, da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal)
PARECER	000013/2018
Ementa	Militar colocado à disposição da Casa Militar da Governadoria. Exercício de atividade de natureza policial militar fora dos quadros da Organização Militar que integra. Necessidade de agregação. Equiparação de "nomeação" e "colocação à disposição" para fins de agregação.
PARECER	000014/2018
Ementa	Operação de crédito interna. Parecer do órgão jurídico (art. 21, I, da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal)
PARECER	000015/2018
Ementa	Operação de crédito interna. Parecer do órgão jurídico (art. 21, I, da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal)
PARECER	000016/2018
Ementa	Pedido revisional. Juízo de admissibilidade. Fato novo. Inteligência do art. 229 e seguintes do RJU/PA.
PARECER	000017/2018
Ementa	Minuta de Acordo de Cooperação Técnica. Programa Nacional de Crédito Fundiário. Análise sobre aspectos formais.
PARECER	000018/2018
Ementa	SUSIPE. Minuta de Projeto de Lei. Alteração do Anexo II da Lei Estadual nº 8.322/2015. Requisito para provimento do cargo de Agente Prisional: categoria da Carteira Nacional de Habilitação. Análise jurídica.



PARECER	000019/2018
Ementa	Reversão. Agregação por período contínuo de 01 ano de licença médica do militar. Art. 88, § 1º, inciso III, alínea C da Lei Estadual 5.251/85. Reversão após Parecer Perícia Médica PMPA. Regularidade. Análise jurídica.
PARECER	000020/2018
Ementa	Alteração de Decreto vigente por Decreto posterior. Necessidade de republicação do Ato Normativo alterado. Inteligência da Lei Complementar Estadual 33/1997. Análise jurídica.
PARECER	000021/2018
Ementa	Termo de cessão de uso. Bem imóvel estadual. Para fins de interesse público e social. Art. 2º, inciso II da Lei nº 6.614/2004. Possibilidade. Regularidade da minuta analisada.
PARECER	000022/2018
Ementa	Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Colaboração Financeira não reembolsável nº 13.2.1297.1. BNDES e Estado do Pará. Programa Municípios Verdes. Assinatura pelo Exmo. Sr. Governador do Estado. Possibilidade. Análise jurídica.
PARECER	000023/2018
Ementa	Polícia Militar. Processo Administrativo Disciplinar Simplificado. Greve. Sancionamento disciplinar de licenciamento a bem da disciplina. Recurso hierárquico. Transformação em pena menos rigorosa.
PARECER	000024/2018
Ementa	Contrato de comodato de bem imóvel. Terreno de propriedade de Empresa Pública Federal (EMBRAPA). Estado do Pará figurando como comodatário. Possibilidade de a Administração Pública, direta e indireta, celebrar contrato de comodato. Natureza privada do



ajuste. Entendimento do Tribunal de Contas da União. Juridicidade das cláusulas contratuais. Análise Jurídica.

PARECER

000025/2018

Ementa

Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Inocorrência de prescrição. Revelia. Defensora dativa constituída. Ausência de nulidade. Aplicação da penalidade de demissão. Decreto do Exmo. Sr. Governador. Possibilidade. Análise Jurídica.

PARECER

000027/2018

Ementa

Polícia Militar Estadual. Abandono de posto. Conselho de Justificação. Rejeição da conclusão e decisão do CJ. Aplicação da punição de prisão pelo Governador do Estado. Artigos 50, I, "c" e 137, II, todos da Lei nº 6.833/2006.

PARECER

000028/2018

Ementa

Conselho Estadual de Trânsito - CETRAN. Regimento Interno. Homologação por Ato do Poder Executivo. Análise Jurídica.

PARECER

000029/2018

Ementa

Outorga da Medalha "General Sotero de Menezes" - Decreto Estadual nº 213/91. Regularidade da Concessão.

PARECER

000030/2018

Ementa

Operação de Crédito Externa. Parecer do órgão jurídico (art. 21, I, da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal).

PARECER

000031/2018

Ementa

Bem público. Imóvel do Estado vinculado à SEFA colocado em disponibilidade. Cessão de uso para o DETRAN. Necessidade de juntada do processo em que a SEFA se manifestou favoravelmente à cessão. Termo de cessão de uso. Lei Estadual nº 6.614/2004. Possibilidade. Análise Jurídica.



PARECER	000032/2018
Ementa	Medalha do Mérito Governador Lauro Sodré destinada a agradecer diversas personalidades civis e militares. Decreto Estadual nº 2.008/2005. Discricionariedade do Exmo. Sr. Governador do Estado. Análise Jurídica.
PARECER	000033/2018
Ementa	Conselho de Justificação. Relatório final. Prescrição do direito de punir da Administração Pública. Análise jurídica.
PARECER	000034/2018
Ementa	Convocação de militares pertencentes à reserva remunerada para desenvolverem atividades na Assembleia Legislativa do Estado. Art. 105-a da Lei Estadual nº 5.251/85. Requisitos atendidos. Edição de Decreto. Possibilidade. Análise jurídica.
PARECER	000035/2018
Ementa	Auxílio-Alimentação. Consulta PGE/PA. Resolução nº 17.162/2006 do TCE/PA. Lei Estadual nº 7.197, de 09 de Setembro de 2008. Percepção no período de licença-prêmio e licença especial. Hipóteses não previstas em Lei. Impossibilidade. Aplicação do princípio da legalidade.
PARECER	000036/2018
Ementa	Bombeiro Militar. Agregação. Função de natureza civil. Fundação PROPAZ. Administração Indireta.
PARECER	000037/2018
Ementa	Promoção por ato de bravura. Requisitos para a promoção. Análise jurídica.
PARECER	000038/2018
Ementa	CONSEP. Resolução nº 296/2016. Constituição de estrutura provisória para funcionamento do Comitê Gestor Estadual da



Campanha Permanente de Prevenção e Combate à Tortura no Estado do Pará. CEPCT/PA. Art. 22, do Regimento Interno do CONSEP. Análise jurídica.

PARECER 000039/2018

Ementa Termo de revogação de cessão de uso de bem imóvel.

PARECER 000040/2018

Ementa Programa Identidade Jovem - ID JOVEM. Criação de Comitê Estadual de Acompanhamento e Fiscalização. Minuta de Decreto. Análise Jurídica.

PARECER 000041/2018

Ementa Desconto de contribuição sindical. Acordo homologado judicialmente. Superveniência da Lei Federal nº 13.467/2017. Acordo judicial que não foi alterado em sua essência. Nova condição estabelecida pela Lei para seu cumprimento. Necessidade de observância da condição estabelecida pela nova redação dos Arts. 578, 579 e 582 da CLT.

PARECER 000042/2018

Ementa PAD. Requerimento de reintegração a cargo público. Revisão. Ausência de fatos novos. Indeferimento do pedido.

PARECER 000043/2018

Ementa Abono complementar. Projeto de Lei 2018.

PARECER 000044/2018

Ementa Dívida da Polícia Militar do Pará. Contrato para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças para viatura da PMPA. Vigência encerrada. Ausência de notas de empenho. Compromisso reconhecido após o encerramento do exercício. Pagamento por meio do DEA. Art. 37,



Lei nº 4.320/64; Decreto nº 93.872/86; e Portaria Conjunta nº 02/2017.

PARECER 000045/2018

Ementa Reversão. Militar. Corpo de Bombeiros. Lei Estadual nº 5.251/85. Cessação do motivo determinante para agregação. Função militar. Análise jurídica.

PARECER 000046/2018

Ementa Pedido revisional. Juízo de admissibilidade. Ausência de fato novo. Inteligência do Art. 229 e seguintes do RJU/PA.

PARECER 000047/2018

Ementa Reversão. Agregação promovida com fundamento no Art. 88, §1º, I, da Lei Estadual nº 5.251/85, para exercício de função de natureza policial-militar. Exoneração da função. Reversão a qualquer tempo. Regularidade.

PARECER 000048/2018

Ementa Promoção por ato de bravura. Requisitos para a promoção. Análise Jurídica.

PARECER 000049/2018

Ementa Revogação de Decreto Governamental.

PARECER 000050/2018

Ementa Oficial bombeiro militar estadual. Nomeação para exercício de função junto a Secretaria de Segurança Pública. Agregação. Exoneração. Reversão.



PARECER 000051/2018

Ementa Doação de imóvel. Análise Jurídica. Impossibilidade. Vedações eleitorais.

PARECER 000052/2018

Ementa Solicitação da CGU. Obrigatoriedade de apresentação das informações. Do dever de transparência e informação na Administração Pública.

PARECER 000053/2018

Ementa Minuta do edital do concurso público C-173. Vagas destinadas ao provimento de cargos efetivos na carreira de magistério da Educação Básica da rede pública de ensino junto à SEDUC. Análise jurídica.

PARECER 000054/2018

Ementa Minuta de Decreto Estadual. Ativação de unidades operacionais da PMPA. Análise Jurídica.

PARECER 000055/2018

Ementa Servidor público. Questionamentos diversos em tese: redistribuição, progressão funcional, enquadramento, contagem de tempo de serviço, licença prêmio e redutor constitucional. Análise Jurídica.

PARECER 000056/2018

Ementa Pedido de recebimento de valores correspondentes a reajuste de preço de contrato. Preclusão lógica. Análise jurídica.

PARECER 000057/2018

Ementa Contrato administrativo. Vigência expirada. Pagamento de reajuste contratual. Pedido efetuado ao longo da execução contratual. Inocorrência de preclusão lógica.



PARECER	000058/2018
Ementa	Nomeação sem efeito. Descumprimento das condições previstas no edital do certame para posse.
PARECER	000059/2018
Ementa	Concurso público. Candidatos nomeados que não tomaram posse no prazo legal. Necessidade de tornar sem efeito a nomeação. Análise Jurídica.
PARECER	000060/2018
Ementa	Estabilização excepcional do art. 19 do ADCT. Servidores estáveis não efetivos. Readaptação. Aplicação. Análise jurídica.
PARECER	000061/2018
Ementa	Acumulação lícita de cargos. Dois cargos de professor. Ato normativo que limita as jornadas dos cargos acumuláveis em 60 horas semanais. Análise jurídica.
PARECER	000062/2018
Ementa	Licitação Pública. Pregão Eletrônico. Registro de preços. Impugnações diversas apresentadas por cidadã (não licitante). Análise jurídica.
PARECER	000063/2018
Ementa	Análise do Projeto de Lei. Política Estadual de Educação Ambiental. Observações realizadas. Observância das normas constitucionais e legais. Diretrizes da Política Nacional de Educação. Projeto de Lei pertinente do ponto de vista ambiental e interesse social.
PARECER	000064/2018
Ementa	SEPLAN. Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE. Conselho Gestor. Lei Estadual nº 5.674/1991. Minutas de Decreto: composição e nomeação dos membros. Análise jurídica.



PARECER 000065/2018

Ementa Programa Habitação de Interesse Social. Programa Nossa Família. Criação em ano eleitoral. Impossibilidade jurídica de execução em ano eleitoral. Interpretação do Art. 73, § 10, da Lei nº 9.504/97.

PARECER 000066/2018

Ementa Decreto Estadual. Fixação de hipóteses de isenção por decreto. Impossibilidade. Matéria sujeita ao regime da estrita legalidade tributária.

PARECER 000067/2018

Ementa Servidor público. Pedido de licença para tratar de assuntos particulares. Afastamento do serviço antes da decisão administrativa. Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. *Animus Abandonandi*. Pena de demissão.

PARECER 000068/2018

Ementa SEDUC. Processo Administrativo Disciplinar. Acumulação de cargos/funções públicas. Necessidade de notificação ao final do procedimento para exercício do direito de opção: caráter cogente - configuração de boa ou má-fé.

PARECER 000069/2018

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Vícios processuais anteriormente apontados pela PGE/PA. Não atendimento das orientações pela comissão processante. Nova decretação de nulidade parcial. Constituição de nova comissão processante para dar regular sequência aos trabalhos (art. 225 da Lei Estadual nº 5.810/94).

PARECER 000070/2018

Ementa Conselho de Disciplina. Recurso hierárquico. Impossibilidade.



PARECER	000071/2018
Ementa	Polícia militar. Processo Administrativo Disciplinar Simplificado. Sancionamento disciplinar. Licenciamento a bem da disciplina. Recurso hierárquico. Manutenção da penalidade. Análise Jurídica.
PARECER	000072/2018
Ementa	PAD. Abandono de cargo público. Nulidade processual verificada. Análise jurídica.
PARECER	000073/2018
Ementa	Convênio de estágio entre CESUPA e SEAD. Expiração da vigência. Reflexo nos termos de compromisso celebrados entre órgãos ou entidades estaduais, instituição de ensino e estagiários. Análise Jurídica.
PARECER	000074/2018
Ementa	Acumulação irregular de cargos públicos. Sanções cabíveis. Análise jurídica.
PARECER	000075/2018
Ementa	Anteprojeto de Lei. Reestruturação da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS. Alteração da Lei do IDEFLOR-Bio. Criação do Fundo de Compensação Ambiental do Estado do Pará - FCA. Criação da Gratificação de Desempenho de Gestão Ambiental - GDGA. Análise jurídica.
PARECER	000076/2018
Ementa	Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, I, da Lei Estadual nº 5.251/85 c/c art. 2º caput e item 5 do anexo da Lei Estadual nº 5.276/85. Exercício de função de natureza policial-militar. Regularidade.



PARECER 000077/2018

Ementa Processo Administrativo Disciplinar Simplificado. Licenciamento a bem da disciplina. Recurso hierárquico. Infração de natureza grave. Recurso improvido.

PARECER 000078/2018

Ementa Processo Administrativo Simplificado. Recurso hierárquico. Análise jurídica.

PARECER 000079/2018

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Pena de demissão aplicada. Pedido de reconsideração apresentado. Recurso hierárquico interposto. Análise jurídica.

PARECER 000080/2018

Ementa Polícia Militar. Outorga da medalha "Coronel Barros e Arouck". Decreto Estadual nº 212/91 e Resolução nº 006/2015: requisitos para concessão. Serviços extraordinários. Análise jurídica.

PARECER 000081/2018

Ementa Servidor público. Concurso público. Nomeação. Posse. Não comprovação do requisito de escolaridade. Invalidação da posse. Nomeação a ser tornada sem efeito.

PARECER 000082/2018

Ementa Militar. Ação judicial. Decisão liminar para continuar na ativa além dos 25 anos de efetivo serviço. Cumprimento de decisão judicial. Reversão.

PARECER 000083/2018

Ementa Projeto de Lei. Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro. Viabilidade jurídica condicionada à observância das ponderações formuladas neste parecer.



PARECER 000084/2018

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Ausência de citação pessoal da servidora acusada após o termo de indicição. Nulidade parcial do PAD. Análise jurídica.

PARECER 000085/2018

Ementa Conselho de Justificação. Conclusão. Ausência de provas de transgressão da disciplina militar. Arquivamento do processo. Análise Jurídica.

PARECER 000086/2018

Ementa Servidor Público. Excesso de faltas ao serviço. Processo Administrativo Disciplinar. Ausência de notificação para indicação de provas pelo acusado. Inobservância do princípio constitucional da ampla defesa. Nulidade parcial. Art. 225 do RJU/PA. Análise jurídica.

PARECER 000087/2018

Ementa SESPA. Minuta de Projeto de Lei - Altera a Lei Estadual nº 5.740/1993. Fundo Estadual de Saúde. Análise jurídica.

PARECER 000088/2018

Ementa Polícia Militar. Processo Administrativo Disciplinar Simplificado. Transgressão disciplinar de natureza grave. Licenciamento a bem da disciplina. Recurso hierárquico. Manutenção da penalidade. Análise jurídica.

PARECER 000089/2018

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Investigador da polícia civil. Prática das transgressões disciplinares previstas nos incisos XIII, XIX, XXV, XXXV e XXXIX do art. 74 da LC nº 22/1994. Utilização de prova emprestada. Possibilidade. Respeito ao contraditório e a ampla defesa. Aplicação da penalidade de demissão. Decreto do Exmo. Sr. Governador. Análise jurídica.



PARECER 000090/2018

Ementa Cessão de servidor público integrante da carreira policial civil. Possibilidade para exercício de cargo em comissão ou das atribuições inerentes ao seu próprio cargo efetivo. Análise jurídica.

PARECER 000091/2018

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Recebimento de propina por servidores para deixarem de exercer atividade de fiscalização metrológica. Inocorrência de prescrição. Prova emprestada de inquérito policial. Ampla defesa e contraditório assegurados. Aplicação da penalidade de demissão. Decreto do Exmo. Sr. Governador. Possibilidade. Análise jurídica.

PARECER 000092/2018

Ementa ITERPA. Minuta de Decreto: criação de Projeto Estadual de Assentamento Agroextrativista (PEAEX). Regularização fundiária: emissão de títulos de Concessão de Direito Real de Uso Coletivo (CDRU). Concessão do benefício em ano eleitoral: possibilidade. Lei Federal nº 9.504/1997. Análise Jurídica.

PARECER 000093/2018

Ementa Implantação do "Pólo Gastronômico do Pará" no Parque Estadual do Utinga (PEUt). Chamamento público. Termo de fomento/termo de cessão de uso gratuito de bem imóvel com a Organização da Sociedade Civil (OSC) vencedora. Autorização prévia do Governador do Estado. Análise jurídica do instrumento de autorização da cessão de uso de bem público.

PARECER 000094/2018

Ementa Minuta de Decreto Estadual. Ativação de órgãos da PMPA. Análise jurídica.



PARECER	000095/2018
Ementa	Minuta de Projeto de Lei. Uso de telefones celulares e aparelhos eletrônicos congêneres nas escolas públicas estaduais, para fins exclusivamente pedagógicos. Análise jurídica.
PARECER	000096/2018
Ementa	Oficial Militar Estadual. Nomeação para exercício de função junto a SUSIPE. Agregação. Reversão.
PARECER	000097/2018
Ementa	Programa PROPAZ Enem. Concessão de desconto em mensalidades por instituição privada de ensino superior aos alunos do curso. Possibilidade de divulgação. Vedações eleitorais. Análise jurídica.
PARECER	000098/2018
Ementa	Minuta de Decreto. Organização do abastecimento de pescado no período da Semana Santa do ano de 2018. Realização da Feira do Pescado. Competência do Estado para dispor sobre a matéria (Art. 23, VIII, da CF/88). Análise jurídica.
PARECER	000099/2018
Ementa	PAD. Infrações Disciplinares Caracterizadas. Análise jurídica.
PARECER	000100/2018
Ementa	Cessão de uso de bem público imóvel do Estado para Autarquia Estadual - ADEPARÁ. Minuta de termo de cessão de uso. Análise jurídica. Regularidade da cessão. Período eleitoral.
PARECER	000101/2018
Ementa	Memorando de entendimento entre Estado do Pará e Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF. II Termo Aditivo. Período de vigência esgotado. Impossibilidade de prorrogação.



PARECER 000102/2018

Ementa Servidor Público. Aposentadoria voluntária. Manifestação prévia quanto à regularidade funcional e à regularidade do afastamento do servidor para aguardar o benefício. Exigência do IGEPREV.

PARECER 000103/2018

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Inocorrência de prescrição. Ausência de nulidade. Aplicação da penalidade de demissão. Decreto do Exmo. Sr. Governador. Possibilidade. Análise jurídica.

PARECER 000104/2018

Ementa Polícia Militar. Suposto ato de bravura ocorrido em 1985. Requerimento de promoção pelo interessado apenas em 2017. Prescrição quinquenal. Impossibilidade da instauração do Conselho Especial. Análise jurídica.

PARECER 000105/2018

Ementa Cessão de servidor público estadual a Município. Valores devidos pelo cessionário (Município) ao cedente (Estado), a título de reembolso das remunerações do servidor cedido. Parcelamento do débito. Possibilidade jurídica.

PARECER 000106/2018

Ementa Operação de crédito interna. Parecer do órgão jurídico (Art. 21, I, da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal).

PARECER 000107/2018

Ementa Abandono de cargo. Saneamento do processo. Demissão.

PARECER 000108/2018

Ementa Minuta de Instrução Normativa. Substituição da Instrução Normativa nº 001/2013-SEAD/DGL. Disposição sobre a utilização do



Banco Referencial de Preços (SIMAS) pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual. Análise jurídica.

PARECER 000109/2018

Ementa Secretaria de Estado de Administração. Minuta de Projeto de Lei: alteração da Lei Estadual nº 5.810/1994 - RJU estadual. Criação do procedimento sumário no Processo Administrativo Disciplinar: apuração de casos de acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções; Inassiduidade habitual e abandono de cargo. Análise jurídica.

PARECER 000110/2018

Ementa DETRAN. Auxílio-alimentação. Servidores municipais cedidos à autarquia. Cabimento de pagamento. Análise jurídica.

PARECER 000111/2018

Ementa Policial militar. Promoção por antiguidade. Ressarcimento de preterição. Conselho de Justificação. Requisitos. Decreto Estadual nº 4.244/1986 e Lei Estadual nº 5.249/85.

PARECER 000112/2018

Ementa Concurso Servidor Nota 10. Premiação. Ano Eleitoral. Programa de Valorização do Servidor Público. Função institucional da Escola de Governança Pública do Estado do Pará. Possibilidade de realização. Ausência de vedação legal (Lei nº 9.504/1997). Recomendações a luz da lei eleitoral.

PARECER 000113/2018

Ementa Recurso Hierárquico. Bombeiro militar. Chefia do setor de combustível. Utilização indevida de cartão Petrocard. Análise jurídica.



PARECER	000114/2018
Ementa	Policial militar da Reserva Remunerada. Convocação. Condições. Idade limite. Renovação.
PARECER	000115/2018
Ementa	Servidor público. Falta grave apurada em Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Demissão.
PARECER	000116/2018
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Análise jurídica.
PARECER	000117/2018
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Inassiduidade habitual. Tipificação da conduta: faltas injustificadas que excedam 60 dias no período de 12 meses. Recomendação de aplicação de pena de demissão. Competência do Exmo. Governador do Estado.
PARECER	000118/2018
Ementa	EGPA. Regulamento do 16º SERVIFEST - Festival de Música do Servidor Público do Estado do Pará. Realização de evento e distribuição de prêmios em dinheiro. Valorização do servidor - Missão institucional da autarquia: ausência de vedação eleitoral. Lei Federal nº 9.504/1997. Análise jurídica.
PARECER	000119/2018
Ementa	Análise de Minuta Contratual. Contrato de empréstimo. Estado do Pará e BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento. Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Pará - PROFISCO II. Regularidade e legalidade das cláusulas contratuais.



PARECER 000120/2018

Ementa Polícia Militar. Outorga da medalha "General Sotero de Menezes". Decreto Estadual nº 213/1991. Regularidade da concessão. Análise jurídica.

PARECER 000121/2018

Ementa Convênio. Repasse de recursos federais à EGPA. Necessidade de contratação de pessoal para a execução do objeto do ajuste. Contratação de servidores temporários. Credenciamento. Inexibibilidade de licitação. Análise jurídica.

PARECER 000122/2018

Ementa Militar estadual. Tempo ficto. Vedação de cômputo para fins previdenciários. Princípios contributivos e do pleno custeio aplicáveis a todos os regimes previdenciários. Dispositivos da Lei Estadual nº 5.251/1985 (Tempo ficto) não recepcionados pela Constituição - EC nº 20/98. Art. 52 da Lei Complementar Estadual nº 039/2002. Interpretação e alcance dos arts. 42 e 40, caput e parágrafo 9º da CRFB/88. Análise jurídica.

PARECER 000123/2018

Ementa PAD. Recurso administrativo. Fungibilidade. Reconsideração. Competência do Exmo. Governador do Estado. Análise jurídica. Indeferimento.

PARECER 000124/2018

Ementa Militar da Reserva Remunerada. Convocação para prestar serviços na atividade. Art. 105-a da Lei Estadual nº 5.251/1985. Dispensa a pedido. Arts. 18, 19 e 20 do Decreto Estadual nº 892/2013. Possibilidade. Análise jurídica.

PARECER 000125/2018

Ementa Retificação de decreto de Pensão Especial Militar. Soldo vigente à época do falecimento do policial.



PARECER	000126/2018
Ementa	PAD. Abandono de cargo. Infrações disciplinares caracterizadas. Análise jurídica.
PARECER	000127/2018
Ementa	Polícia Militar. Processo Administrativo Disciplinar de licenciamento a bem da disciplina. Recurso hierárquico - Tempestividade: notificação pessoal. Manutenção da penalidade.
PARECER	000128/2018
Ementa	Reversão. Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual nº 5.251/85, para exercício de função gratificada de natureza militar. Reversão a qualquer tempo - Regularidade.
PARECER	000129/2018
Ementa	Promoção por ato de bravura. Apuração mediante Conselho Especial. Requisitos legais preenchidos. Possibilidade de expedição de decreto. Análise jurídica.
PARECER	000130/2018
Ementa	Recurso em Processo Administrativo Disciplinar. Possibilidade de ampliação da acusação no curso do processo. Necessidade de respeito aos princípios do contraditório e da ampla defesa. Falta de análise pela comissão de alguns argumentos e documentos apresentados com a defesa escrita. Nulidade parcial. Análise jurídica.
PARECER	000131/2018
Ementa	Anteprojeto de Lei - "Institui o Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Pará e o Mecanismo Estadual de prevenção e Combate à Tortura do Pará, e dá outras providências" - Análise jurídica.



PARECER 000132/2018

Ementa Termo de fomento. Reajuste. INPC. Chamamento Público do ano de 2016. Termo de fomento datado de 13/01/2017. Análise jurídica. Interpretação à luz da Lei nº 13.019/2014, com alterações da Lei nº 13.204/2015, e do Decreto nº 8.726/2016.

PARECER 000133/2018

Ementa Minuta de Projeto de Lei Ordinária que internaliza o Convênio 190/17, do CONFAZ e disciplina, no âmbito do Estado do Pará, as regras estabelecidas pela Lei Complementar nº 160/17.

PARECER 000134/2018

Ementa Policial militar estadual colocada à disposição da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP). Função de natureza policial-militar fora dos quadros da corporação militar que integra. Agregação.

PARECER 000135/2018

Ementa Agregação. Policial militar colocado à disposição da Casa Militar da Governadoria do Estado.

PARECER 000136/2018

Ementa Processo Administrativo Disciplinar Simplificado. Recurso hierárquico. Análise jurídica.

PARECER 000137/2018

Ementa Conselho de Justificação. Julgamento pelo Tribunal de Justiça. Cominação de pena de reforma disciplinar. Decreto do Governador do Estado. Análise jurídica.

PARECER 000138/2018

Ementa Incorporação de gratificação de função. Súmula 372 do TST. Lei Federal nº 13.467/2017 - Reforma Trabalhista. Nova redação do art. 468, §§1º e 2º da CLT. Dez anos de exercício de função gratificada



alcançados antes da vigência da reforma. Indefinição jurisprudencial e normativa quanto à aplicação da reforma aos contratos em andamento, inclusive para extinguir direito adquirido ao benefício discutido. Análise jurídica.

PARECER

000139/2018

Ementa

Protocolo de intenções. Banco da Amazônia S.A. (BASA) e Estado do Pará. Atuação compartilhada no desenvolvimento sustentável do Estado do Pará. Análise jurídica.

PARECER

000140/2018

Ementa

Regularização fundiária em favor do Município de Capanema. Doação. Reserva de Terras. Período eleitoral. Possibilidade. Política Pública. Tramitação regular do processo. Cumprimento constitucional. Não enquadramento no art. 73 §10, da Lei nº 9.504/97.

PARECER

000141/2018

Ementa

PAD. Abandono de cargo. Nulidade processual. Infrações disciplinares caracterizadas. Análise jurídica.

PARECER

000142/2018

Ementa

Promoção de Oficiais. Corpo de Bombeiros Militar. Critérios de merecimento e antiguidade. Lei Estadual nº 8.388/2016.

PARECER

000143/2018

Ementa

Polícia Militar Estadual. Promoção de Oficiais do dia 21 de abril de 2018. Minuta de decreto. Análise jurídica.

PARECER

000144/2018

Ementa

Bombeiro militar. Promoção de 21 de abril de 2018. Tempo de Serviço. Lei Estadual nº 8.388/2016 e Decreto Estadual nº 1.672/2016.



PARECER 000145/2018

Ementa Medalhas do Mérito Tiradentes e de Bons Serviços Prestados à PM/PA. Minutas de decretos. Análise jurídica.

PARECER 000146/2018

Ementa Polícia Civil. Promoção Funcional Ordinária. 21 de abril de 2018. Categorias: delegados, nível superior de investigador e escrivão e remanescente nível médio. Lei Complementar Estadual nº 022/1994. Decreto Estadual nº 2.115/1997 e Decreto Estadual nº 2.706/2006.

PARECER 000147/2018

Ementa Polícia Militar. Promoção por tempo de serviço ao Posto de Coronel. Requisitos legais preenchidos por militares do Quadro de Oficiais Policiais Combatentes (QOPM). Possibilidade de expedição de decreto. Requisito não atendido por militar do Quadro de Oficiais de Saúde (QOSPM). Impossibilidade de promoção. Análise jurídica.

PARECER 000148/2018

Ementa Minuta de decreto. Parcelamento de créditos tributários e não tributários. Exigência de Lei Específica. Art. 155-A do CTN. Matéria tratada em Lei Estadual de procedimentos administrativos e tributários. Inaptidão de atender a condição prevista no CTN. Necessidade de Lei em sentido estrito.

PARECER 000149/2018

Ementa Proposta de edição de decreto que pretende fixar montante de recursos financeiros para a utilização como incentivos fiscais na realização de projetos culturais no Estado.

PARECER 000150/2018

Ementa Promoção *Post Mortem*. Militar fora de serviço. Análise jurídica.



PARECER	000151/2018
Ementa	Secretaria de Estado de Saúde Pública - SESPA. Minuta de Projeto de Lei - Reestruturação Organizacional. Análise Jurídica.
PARECER	000152/2018
Ementa	Militar da Reserva Remunerada. Convocação para prestar serviços na atividade. Art. 105-A da Lei Estadual nº 5.521/1985. Dispensa <i>ex officio</i> . Arts. 19 e 20 do Decreto Estadual nº 892/2013. Convocação em substituição. Possibilidade. Análise jurídica.
PARECER	000153/2018
Ementa	Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, I, da Lei Estadual nº 5.251/85 c/c art. 2º caput e item 4 do anexo da Lei Estadual nº 5.276/85. Exercício de função de natureza policial-militar. Regularidade.
PARECER	000154/2018
Ementa	Convocação de militar pertencente à Reserva Remunerada. Art. 105-A da Lei Estadual nº 5.251/85. Requisitos atendidos. Edição de decreto. Possibilidade. Análise jurídica.
PARECER	000155/2018
Ementa	Reversão. Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual nº 5.251/85, para exercício de cargo em comissão de natureza militar. Reversão a qualquer tempo - Regularidade.
PARECER	000156/2018
Ementa	Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias. Exercício financeiro de 2019. Análise jurídica.
PARECER	000157/2018
Ementa	Retificação de Decreto. Decreto Estadual nº 1.487/2016 que concede Pensão Policial-Militar.



PARECER	000158/2018
Ementa	Polícia Militar. Instauração de Conselho de Justificação. Composição. Análise jurídica.
PARECER	000159/2018
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Inobservância do procedimento legal. Lei nº 5.810/1994. Ofensa aos princípios do contraditório e da ampla defesa. Vícios insanáveis. Nulidade do PAD. Ausência de prescrição da pretensão punitiva do Estado. Análise do caso concreto.
PARECER	000160/2018
Ementa	Policial militar estadual. Inquérito Policial Militar (IPM). Indícios de transgressão disciplinar de natureza grave. Instauração de Conselho de Justificação.
PARECER	000161/2018
Ementa	Minutas de Decreto Governamental. Duas novas unidades da Estação Cidadania. Análise jurídica.
PARECER	000162/2018
Ementa	Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará (CBMPA). Regulamento de uniformes do CBMPA. Minuta de Decreto de aprovação. Análise jurídica.
PARECER	000163/2018
Ementa	Promoção por Ato de Bravura. Apuração mediante Conselho Especial. Requisitos legais preenchidos. Possibilidade de expedição de Decreto. Análise jurídica.
PARECER	000164/2018
Ementa	Policial militar. Conselho de Justificação. Decisão do Tribunal de Justiça do Estado. Trânsito em julgado. Cumprimento do Acórdão.



PARECER	000165/2018
Ementa	Polícia Militar. Instauração de Conselho de Justificação. Análise jurídica.
PARECER	000166/2018
Ementa	Projeto de Lei. UEPA. Alteração do padrão remuneratório, criação de cargos de provimento em comissão e alteração da denominação de cargos.
PARECER	000167/2018
Ementa	Projeto de Lei. Conselho Estadual de Trabalho, Emprego e Renda do Estado do Pará - CETERPA. Composição. Proposta de alteração. Análise jurídica.
PARECER	000168/2018
Ementa	Lei das Estatais. Adequações a serem feitas pela PRODEPA para que se adapte ao Estatuto Federal. Questionamentos complementares. Análise jurídica.
PARECER	000169/2018
Ementa	Polícia Militar. Instauração de Conselho de Justificação. Composição. Análise jurídica.
PARECER	000170/2018
Ementa	Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Demissão.
PARECER	000171/2018
Ementa	Minuta do Edital de concurso público. ARCON. Provimento de cargos efetivos. Níveis superior e médio. Análise jurídica.



PARECER 000172/2018

Ementa IGEPREV. Minuta de Edital de concurso público. Provimento de cargos de Técnico Previdenciário "a" e "b", Técnico de Estatística e Atuária, Analista de Investimento e Técnico de Administração e Finanças. Análise jurídica.

PARECER 000173/2018

Ementa Competência fiscalizatória CPI - Entrega de documentos.

PARECER 000174/2018

Ementa Minuta de Decreto e Resolução. Alterações nos anexos I e II da Resolução nº 001/2012 - CDE, que estabelece normas e procedimentos para concessão de novas linhas de Crédito Especial pelo Programa CREDCIDADÃO. Análise jurídica.

PARECER 000175/2018

Ementa Polícia Militar. Instauração de Conselho de Justificação. Expedição de Decreto. Possibilidade. Análise jurídica.

PARECER 000176/2018

Ementa Medalha. Análise jurídica.

PARECER 000177/2018

Ementa Comando Geral da Polícia Militar. Reenquadramento de agregação. Art. 88, §1º, Inc. III, alínea "c" para alínea "b". Incapacidade definitiva para o serviço policial militar. Análise jurídica.

PARECER 000178/2018

Ementa Reversão. Agregação promovida para exercício de função de natureza policial-militar. Exoneração da função. Reversão a qualquer tempo. Regularidade.



PARECER	000179/2018
Ementa	Polícia Militar. Prestação de serviço nas Forças Armadas nas Guarnições Especiais da categoria "a". Art. 137, inciso VI e §1º, da Lei Federal nº 6.880/1980 (Estatuto dos Militares). Impossibilidade de contagem do tempo ficto (acréscimo de 1/3) para o recebimento de gratificação de tempo de serviço. Análise jurídica.
PARECER	000180/2018
Ementa	Contrato de gerenciamento, supervisão e fiscalização de obra pública. Prorrogação em virtude da prorrogação do contrato de obra pública. Reflexo financeiro. Manutenção do equilíbrio econômico-financeiro. Termo Aditivo.
PARECER	000181/2018
Ementa	Reversão. Agregação promovida com fundamento no art. 88, § 1º, Inciso I, da Lei Estadual 5.251/85, para exercício de cargo comissionado de natureza militar. Reversão a qualquer tempo. Regularidade.
PARECER	000182/2018
Ementa	Secretaria de Estado de Educação (SEDUC). Termo de compromisso. Adesão ao Programa Mais Alfabetização. Portaria nº 142, de 22 de fevereiro de 2018, do Ministério da Educação e Cultura. Análise jurídica.
PARECER	000183/2018
Ementa	Polícia Militar. Promoção por Ato de Bravura. Conselho Especial. Presença dos requisitos legais constantes do art. 9º, da Lei Estadual nº 8.230/2015 (Lei de Promoção de Praças da PMPA). Análise jurídica.
PARECER	000184/2018
Ementa	Polícia Militar. Promoção em ressarcimento de preterição. Processo judicial transitado em julgado contrário à pretensão do militar. Impossibilidade de promoção. Análise jurídica.



PARECER	000185/2018
Ementa	Processo administrativo disciplinar. Abandono de cargo. Recomendação de aplicação de pena de demissão. Competência de julgamento do Exmo. Governador do Estado.
PARECER	000186/2018
Ementa	Proposta de Lei Complementar que pretende instituir o Fator de Desenvolvimento no Âmbito do Estado do Pará e, como consequência, reduzir o valor cobrado de diversas taxas incidentes sobre a constituição de empresas no Estado.
PARECER	000187/2018
Ementa	Operação de crédito interna. Parecer do órgão jurídico (Art. 21, I, da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal).
PARECER	000188/2018
Ementa	Abandono de cargo. Processo administrativo disciplinar. Regular trâmite processual <i>Animus Abandonandi</i> . Aplicação da pena de demissão na forma da lei.
PARECER	000189/2018
Ementa	Tributário. Desistência de execuções fiscais. Lei Estadual nº 7772/2013. Subsistência da cobrança administrativa. Manutenção do débito do Sistema SIAT somente até o limite do prazo prescricional. Protesto e anotação no SERASA de crédito prescrito. Ilegalidade.
PARECER	000190/2018
Ementa	Utilização dos seguintes instrumentos jurídicos: a) doação; b) cessão de uso; c) Concessão de Direito Real de Uso (CDRU); d) Concessão de Uso Especial para fins de Moradia (CUEM), considerando a fluência do ano eleitoral e as vedações de conduta para o período.



PARECER	000191/2018
Ementa	Retificação de decreto estadual. Equívoco na fundamentação legal. Ato de promoção de oficiais. Análise jurídica.
PARECER	000192/2018
Ementa	Cessão de uso de parte de bem imóvel do Estado do Pará para Empresa Pública Estadual. Minutas de Termo de Cessão de uso e termo de entrega e recebimento de bem imóvel. Análise jurídica.
PARECER	000193/2018
Ementa	Reversão. Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, I, da Lei Estadual nº 5.251/85, para exercício de função de natureza policial-militar. Exoneração da função. Reversão a qualquer tempo. Regularidade.
PARECER	000194/2018
Ementa	Reversão ao serviço ativo.
PARECER	000195/2018
Ementa	Pensão especial militar. Apreciação da legalidade para fins de registro pelo TCE/PA. Diligência: correção de natureza formal. Retificação do Decreto concessivo.
PARECER	000196/2018
Ementa	Minuta de Decreto. Reestruturação da Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo - COETRAE. Alteração do Decreto Estadual nº 1.537/2016. Análise jurídica.
PARECER	000197/2018
Ementa	Acesso aos fundos de financiamento ambientais. Apresentação de Projeto. Fiscalização, Proteção e Defesa do Bem Ambiental. Possibilidade desde que o Projeto seja aprovado pelos gestores dos recursos.



PARECER 000198/2018

Ementa Reversão. Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual nº 5.251/85, para exercício de função de natureza militar. Reversão a qualquer tempo. Análise jurídica.

PARECER 000199/2018

Ementa Polícia Civil. Processo administrativo disciplinar. Prática das transgressões disciplinares previstas no art. 74, VII, VIII e IX da LC nº 22/1994. Aplicação da penalidade de suspensão por 90 (noventa) dias por ato do Exmo. Sr. Governador. Possibilidade. Análise jurídica.

PARECER 000200/2018

Ementa Servidor público. Processo administrativo disciplinar. Ausência de intimação para acusado prestar depoimento pessoal. Inobservância do Princípio Constitucional da Ampla Defesa. Nulidade parcial. Art. 225 do RJU/PA. Análise jurídica.

PARECER 000201/2018

Ementa Militar. Processo Administrativo Disciplinar. Conselho de Justificação. Prescrição administrativa. Causas de interrupção. Art. 174 da Lei Estadual nº 6.833/2006.

PARECER 000202/2018

Ementa Servidor público. Processo administrativo disciplinar. Acúmulo ilegal de cargos públicos. Concessão de oportunidade ao servidor para opção por um dos cargos. Presunção relativa de recebimento da notificação. Necessidade de notificação pessoal da processada. Notificação por edital. Análise jurídica.

PARECER 000203/2018

Ementa Incentivos Fiscais ofertados pela Comissão da Política de Incentivos ao Desenvolvimento Socioeconômico do Estado do Pará. Possibilidade mesmo em ano eleitoral. Sugestão de consulta ao TRE-Pa.



PARECER	000204/2018
Ementa	Reversão. Agregação promovida com fundamento no art. 88, § 1º, inciso I, da Lei Estadual 5.251/85, para exercício de função de natureza militar junto à Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado - SUSIPE. Exoneração. Reversão a qualquer tempo. Análise jurídica.
PARECER	000205/2018
Ementa	Agregação. Tempo de Serviço. Reserva remunerada. Art. 88, §1º, II, da Lei nº 5.251/85 c/c art. ao § 10 e 11 da Lei nº 8.388/2016.
PARECER	000206/2018
Ementa	Reversão. Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, I, da Lei Estadual nº 5.251/85, para exercício de função de natureza policial-militar. Exoneração da função. Reversão a qualquer tempo. Regularidade.
PARECER	000207/2018
Ementa	Cessão de uso de bem imóvel. Limites das normas de vedação eleitoral.
PARECER	000208/2018
Ementa	Polícia Militar. Conselho de Justificação. Designação de membros e instauração. Legalidade. Análise jurídica.
PARECER	000209/2018
Ementa	Militar. Reversão e Agregação. Lei Estadual nº 5.251/85. Cessação do motivo determinante para agregação anterior. Agregação em outro cargo. Função de natureza Policial Militar. Análise jurídica.
PARECER	000210/2018
Ementa	Pensão policial-militar. Apreciação da legalidade do Ato, para fins de registro, pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE/PA). Diligência processual. Retificação do valor do soldo e exclusão da



parcela de Gratificação de Serviço Ativo. Retificação do Ato concessivo.

PARECER

000211/2018

Ementa

Auxílio-morte. Pensão especial militar. Morte de Policial em serviço. Beneficiário. Composição da vantagem. Fixação dos efeitos financeiros.

PARECER

000212/2018

Ementa

Secretaria de Estado de Educação - SEDUC. Servidora nomeada e empossada. Efetivo exercício das atribuições do cargo: não ocorrência no prazo legal. Exoneração de ofício: Art. 25, inciso I, § 2º e art. 59, § único, inciso II do RJU Estadual. Devolução dos valores percebidos indevidamente. Análise jurídica.

PARECER

000213/2018

Ementa

Pensão especial militar. Morte de policial em serviço. Beneficiários. Rateio em cotas-partes iguais. Limite temporal do benefício. Composição da vantagem. Fixação dos efeitos financeiros.

PARECER

000214/2018

Ementa

Servidor público não estável. Estágio probatório. Inexistência de avaliação especial de desempenho. Ausência injustificada por mais de 30 (trinta) dias consecutivos nas atividades profissionais. Inexistência de instauração de processo administrativo disciplinar. Prescrição. Análise jurídica.

PARECER

000215/2018

Ementa

Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Elementos do tipo disciplinar: faltas injustificadas e *Animus Abandonandi* - Dolo eventual. Recomendação de aplicação de pena de demissão. Competência de julgamento do Exmo. Governador do Estado.



PARECER	000216/2018
Ementa	Auxílio Morte. Acidente de policial militar em serviço. Cota única. Beneficiários. Rateio em cotas-partes iguais.
PARECER	000217/2018
Ementa	Termo de Distrato. Termo de Compromisso celebrado com a União Federal, com a interveniência da Caixa Econômica Federal. Análise jurídica.
PARECER	000218/2018
Ementa	Pensão Especial Militar. Falecimento de militar em razão do cargo. Análise jurídica.
PARECER	000219/2018
Ementa	Minuta de Decreto. Convoca a 3º Conferência Estadual de Educação - CONEE. Análise jurídica.
PARECER	000220/2018
Ementa	Agregação. Art. 88, §1º, III, alínea b c/c art. 108, V da Lei nº 5.251/1985.
PARECER	000221/2018
Ementa	Outorga da Medalha "General Sotero de Menezes". Comemorativa a feito heróico, com fundamento nos artigos 1º e 2º, do Decreto Estadual nº 213/1991. Condecoração por ato de bravura e demonstração de indiscutível coragem em prol da vida de seus semelhantes. Regularidade da concessão.
PARECER	000222/2018
Ementa	Reversão. Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, I, da Lei Estadual nº 5.251/1985, para exercício de função de natureza policial-militar. Cessação do motivo de permanência na SEGUP. Reversão a qualquer tempo. Regularidade.



PARECER	000223/2018
Ementa	Polícia Militar. Promoção de 2º Sargento ao oficialato. Participação em curso de habilitação de oficiais - CHO. Possibilidade de ingresso no CHO por indicação. Possibilidade de participação em CHO em corporação de outro Estado. Análise jurídica.
PARECER	000224/2018
Ementa	Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, I, da Lei Estadual nº 5.251/85 c/c art. 2º caput e item 5 do anexo da Lei Estadual nº 5.276/85. Exercício de função de natureza policial-militar. Regularidade.
PARECER	000225/2018
Ementa	Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual nº 5.251/85, para exercício de função de natureza militar. Análise jurídica.
PARECER	000226/2018
Ementa	Abandono de cargo. Processo Administrativo Disciplinar. Regular trâmite processual. Revelia. <i>Animus Abandonandi</i> . Aplicação da pena de demissão na forma da Lei.
PARECER	000227/2018
Ementa	Polícia Militar. Quadro de Oficiais de Saúde (QOSPM). Promoção por tempo de serviço ao posto de Coronel. Ausência do curso superior de polícia ou pós-graduação <i>Stricto Sensu</i> . Impossibilidade de promoção. Análise jurídica.
PARECER	000228/2018
Ementa	Requisição do Ministério Público Federal. Inquérito civil. Notas fiscais. Perfil constitucional do ente ministerial. Dados e informações referentes a situação fiscal do contribuinte. Violação inócurrenre. Operações realizadas com a Administração Pública.



Caráter público das informações. Necessidade de atendimento da requisição.

PARECER 000229/2018

Ementa Conselho de Disciplina: exclusão a bem da disciplina. Pedido de revisão. Ausência de fato novo. Improcedência do pedido revisional.

PARECER 000230/2018

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Relatório final indicando demissão. Contrariedade às provas dos autos. Aplicação de suspensão. Inteligência dos arts. 184, 189 e 224 do RJU Estadual.

PARECER 000231/2018

Ementa Servidor público. Faltas graves apuradas em Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Demissão.

PARECER 000232/2018

Ementa Servidor público. Sucessivas licenças médicas. Servidor readaptado definitivamente. Não comparecimento ao serviço. Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. *Animus Abandonandi*. Dolo eventual. Pena de Demissão

PARECER 000233/2018

Ementa Servidor público. Afastamento cautelar determinado por decisão judicial proferida em ação penal. Estágio probatório. Suspensão.

PARECER 000234/2018

Ementa Abandono de cargo. Nulidade parcial sanada. Instauração de nova comissão. Art. 225. Inobservância do contraditório e da ampla defesa. Abandono de cargo configurado. Aplicação da pena de demissão.



PARECER	000235/2018
Ementa	Provimento de cargo em comissão. Assessoramento superior nível quatro. Requisitos. Grau de escolaridade. Necessidade de nível superior. Análise jurídica.
PARECER	000236/2018
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Acumulação ilegal de cargos públicos. Necessidade de notificação ao final do direito de opção de caráter cogente para a configuração de boa ou má-fé. Análise jurídica.
PARECER	000237/2018
Ementa	Servidora pública efetiva cedida à Universidade do Estado do Pará (UEPA). Pedido de enquadramento no quadro permanente de magistério, após retorno à Secretaria de Estado de Educação (SEDUC). Cargo atual de professor AD-4, com título de mestre. Enquadramento no cargo de professor classe III, Nível "I". Possibilidade. Análise jurídica.
PARECER	000238/2018
Ementa	Minuta de Projeto de Lei. Alterações na Lei nº 6.182/98. Processo Administrativo fiscal. Técnica legislativa. Adequações. Novo Código de Processo Civil. Harmonização. Disposições que contrariam o CTN. Exclusão.
PARECER	000239/2018
Ementa	Conversão de Licença-prêmio em pecúnia. Apreciação quanto à aplicação do Teto Constitucional. Natureza indenizatória da verba. Análise jurídica.
PARECER	000240/2018
Ementa	Servidor público. Faltas graves apuradas em Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Demissão.



PARECER	000241/2018
Ementa	Polícia Civil. Processo Administrativo Disciplinar. Prática das transgressões disciplinares previstas no art. 74, XIII, XXV, XXXV e XXXIX da LC nº 22/1994. Aplicação da penalidade de demissão por ato do Exmo. Sr. Governador. Possibilidade. Análise jurídica.
PARECER	000242/2018
Ementa	Análise de minuta contratual. Contrato de empréstimo. Estado do Pará e Banco do Brasil. Projeto de pavimentação, recuperação e drenagem de vias urbanas do Estado do Pará. Regularidade e legalidade das cláusulas contratuais.
PARECER	000243/2018
Ementa	Convocação de militar pertencente à Reserva Remunerada. Art. 105-A da Lei nº 5.251/85. Requisitos. Decreto. Análise jurídica.
PARECER	000244/2018
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Aplicação da pena de demissão. Análise jurídica.
PARECER	000245/2018
Ementa	Homologação de Estatuto Social. Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Pará - PRODEPA. Lei nº 13.303/2016 (Lei das estatais). Art. 2º, parágrafo único do Decreto Estadual nº 1.667, de 27 de dezembro de 2016. Análise jurídica.
PARECER	000246/2018
Ementa	Pedido de revisão. Processo Administrativo Disciplinar. Ausência de elemento novo que justifique a inocência do servidor ou a inadequação da demissão. Indeferimento de abertura do processo revisional. Análise jurídica.



PARECER 000247/2018

Ementa Minuta de Decreto. Reestruturação da Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo - COETRAE. Alteração do Decreto Estadual nº 1.537/2016. Análise jurídica.

PARECER 000248/2018

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Elementos do tipo disciplinar: faltas injustificadas e *Animus Abandonandi* - Dolo eventual. Recomendação de aplicação de pena de demissão. Competência de julgamento do Exmo. Governador do Estado. Necessidade de devolução de valores.

PARECER 000249/2018

Ementa Reversão. Agregação promovida com fundamento no Art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual nº 5.251/1985, para exercício de cargo comissionado de natureza militar. Reversão a qualquer tempo - Regularidade.

PARECER 000250/2018

Ementa Reversão. Agregação promovida com fundamento no Art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual nº 5.251/1985, para exercício de cargo comissionado de natureza militar. Reversão a qualquer tempo - Regularidade.

PARECER 000251/2018

Ementa Reversão. Agregação promovida com fundamento no Art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual nº 5.251/1985 c/c Art. 21, §1º, "3" do Decreto Federal nº 88.777/1983 c/c item 5 do anexo da Lei Estadual nº 5.276/85. Exercício de cargo comissionado de natureza militar na SEGUP. Regularidade da agregação.

PARECER 000252/2018

Ementa Agregação promovida com fundamento no Art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual nº 5.251/1985 c/c Art. 21, §1º, "3" do Decreto Federal nº 88.777/1983 c/c item 5 do anexo da Lei Estadual nº 5.276/85.



Exercício de cargo de natureza militar na SEGUP. Regularidade da agregação.

PARECER

000253/2018

Ementa

SEDUC. Processo Administrativo Disciplinar. Acumulação de cargos/funções públicas. Necessidade de notificação ao final do procedimento para exercício do direito de opção: Caráter cogente - Configuração de boa ou má-fé.

PARECER

000254/2018

Ementa

Incorporação de gratificação de função. Cessão de empregado público. Anuência do interessado. Condição *Sine Qua Non* para a cessão. Não preenchimento dos requisitos constantes na Súmula 372 do TST. Ausência de reversão ao cargo. Desinvestidura da função a pedido. Análise jurídica.

PARECER

000255/2018

Ementa

Servidor público. Competência para aplicação de penalidade disciplinar máxima. Inteligência do art. 135, inciso XX da Constituição Estadual. Natureza indelegável da atribuição: Ato típico do Exmo. Governador. Análise jurídica.

PARECER

000256/2018

Ementa

Contrato administrativo. Contratação de serviços de Consultoria-Geral. Contratação financiada com recursos de Organismo Financeiro Internacional. Primazia das Normas Internacionais. Convivência com os Princípios Constitucionais da Administração Pública e demais princípios dele decorrentes. Alteração contratual. Acréscimo de valor superior a 25%. Análise da possibilidade jurídica à luz das Normas Internacionais e do Ordenamento Jurídico à luz das Normas Internacionais e do Ordenamento Pátrio. Excepcionalidade da hipótese. Preenchimento cumulativo dos requisitos firmados pelo TCU (Decisão nº 215/99). Harmonia com a Principiologia



Constitucional da Administração Pública e com os princípios básicos da licitação pública.

PARECER

000257/2018

Ementa

Organização social. Descumprimento do contrato de gestão. Processo de desqualificação. Contraditório e ampla defesa.

PARECER

000258/2018

Ementa

Análise de minuta contratual. Contrato de empréstimo. Estado do Pará e CAF - Corporação Andina de Fomento. Programa Municípios Sustentáveis. Regularidade e legalidade das cláusulas contratuais.

PARECER

000259/2018

Ementa

Companhia de Portos e Hidrovias. Alteração do Estatuto Social para adequação à Lei Federal nº 13.303/2016 e ao Decreto Estadual nº 1.667, de 27 de dezembro de 2016. Necessidade de homologação pelo Governador do Estado, condicionada à aprovação prévia pelo Conselho. Análise jurídica.

PARECER

000260/2018

Ementa

Servidor público. Cargo de médico. Pleito de percepção de Gratificação de Plantão em valor previsto para cargo diverso (Médico Especialista). Impossibilidade jurídica.

PARECER

000261/2018

Ementa

Pensão especial. Apreciação da legalidade do ato, para fins de registro, pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE/PA). Diligência processual. Correção do percentual do Adicional por Tempo de Serviço (ATS). Sugestão da inclusão da fundamentação legal das parcelas componentes da pensão especial. Retificação do ato concessivo.



PARECER	000262/2018
Ementa	FAPESPA. Edital 006/2015. Apoio a professores doutores recém-contratados. Exigências do Edital. Pertencimento ao quadro da Instituição de Ensino Superior há, no máximo, três anos. Momento de aferição do requisito. Homologação do certame. Análise jurídica.
PARECER	000263/2018
Ementa	Conflito de Normas - Benefício Fiscal - Alteração: requisitos.
PARECER	000264/2018
Ementa	Pedido de acesso a arquivos XML ou chaves de acesso de DANFES. Notas fiscais eletrônicas relativas a compras realizadas por órgãos públicos. Solicitação feita por entidade civil sem fins lucrativos. Lei de Acesso a Informação -LAI. Compatibilização com o Sigilo Fiscal previsto no Art. 198 do CTN. Necessidade de classificação das informações segundo a LAI pelos órgãos das quais oriundas.
PARECER	000265/2018
Ementa	Polícia civil. Concurso público. Convocação para a 2a. Fase - Curso de Formação na ACADEPOL. Necessidade de classificação, na primeira fase, dentro do número de vagas previsto no Edital. Eliminação dos candidatos classificados fora do número de vagas. Art. 48, II, §§ 3º e 4 167, da Lei Complementar 22/94. Análise jurídica.
PARECER	000266/2018
Ementa	Reversão. Agregação promovida com fundamento no art. 88, § 1º, inciso I, da Lei Estadual nº 5.251/85. Reversão a qualquer tempo. Análise jurídica.
PARECER	000267/2018
Ementa	Estágio probatório. Exoneração <i>ex officio</i> . Avaliação. Período de licença. Chefe imediato. Resolução Estadual nº 006/2006, aprovada pelo Decreto nº 2.750/2006.



PARECER	000268/2018
Ementa	IPVA. Termo de transferência definitiva e doação dos veículos. Responsabilidade solidária. Imunidade tributária. Limitação constitucional ao poder de tributar. Cancelamento do protesto em virtude da nulidade dos AINF'S e respectivas CDA'S.
PARECER	000269/2018
Ementa	SEDUC. Processo Administrativo Disciplinar. Acumulação de cargos/funções públicas. Não exercício do direito de opção. Aplicação da penalidade de demissão.
PARECER	000270/2018
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Acumulação ilegal de cargo com proventos. Servidor indiciado incapaz. Sobrestamento. Necessidade de curatela. Nulidade parcial.
PARECER	000271/2018
Ementa	Fundação Cultural do Estado do Pará. Questionamentos acerca de condutas vedadas em período eleitoral. Análise jurídica.
PARECER	000272/2018
Ementa	Inclusão de dispositivo no RICMS. Regras procedimentais de ressarcimento de ICMS. Não incidência e isenção prevista em Lei e convênio do CONFAZ. Legalidade.
PARECER	000273/2018
Ementa	Redistribuição de cargo de provimento efetivo. Observância pela Administração Pública de requisitos legais e principiológicos. Vedação no período eleitoral. Análise jurídica.
PARECER	000274/2018
Ementa	Análise jurídica de regimento interno da SUSIPE.



PARECER 000275/2018

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Acumulação ilegal de cargos públicos. Ausência de opção pela servidora por um dos cargos ao final do PAD. Má-fé configurada. Penalidade de demissão. Possibilidade. Análise jurídica.

PARECER 000276/2018

Ementa Projeto de indicação. Alteração da Lei Estadual nº 6.572/2003. Novas hipóteses de incentivos fiscais. Impossibilidade. Lei Complementar nº 160/2017. Ilegalidade e inconstitucionalidade.

PARECER 000277/2018

Ementa Incentivos e benefícios fiscais. Art. 5º, inciso I da Lei Estadual nº 6.489/2002. ADI nº 3246-1/PA. Análise jurídica.

PARECER 000278/2018

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Abandono de cargo. Demissão.

PARECER 000279/2018

Ementa Contrato execução de ações do Programa Bolsa Trabalho. Apuração de irregularidades no procedimento licitatório e respectivo contrato administrativo. Pendência de pagamento da última parcela. DEA. Prazo prescricional. Análise jurídica prejudicada.

PARECER 000280/2018

Ementa Convocação de militar pertencente à reserva remunerada para desenvolver atividades na Assembleia Legislativa do Estado. Art. 105-A da Lei Estadual nº 5.251/1985. Requisitos atendidos. Edição de Decreto. Possibilidade. Análise jurídica.

PARECER 000281/2018

Ementa Doação de terras públicas estaduais ao município de Tailândia. Reserva anterior de área para expansão urbana, com base no



Decreto-lei nº 57/1969. Autorização da Assembleia Legislativa para doação de área. Ano eleitoral. Possibilidade. Política pública constitucional. Não enquadramento na vedação contida no art. 73, § 10, da Lei nº 9.504/1997.

PARECER

000282/2018

Ementa

Junta Comercial do Estado do Pará - JUCEPA. Desapropriação por utilidade pública em favor de autarquia. Competência executória pelo órgão da Administração indireta. Possibilidade na Lei de criação da autarquia.

PARECER

000283/2018

Ementa

Alteração de regulamento do ICMS. Alterações promovidas na Lei nº 5.530/89 e outras relativas a ICMS. Protocolos do CONFAZ. Adequação necessária e possível.

PARECER

000284/2018

Ementa

Lei Estadual específica. Fixação de hipóteses de isenção. Possibilidade.

PARECER

000285/2018

Ementa

Policial militar. Nomeação para cargo comissionado na SUSIPE. Função de natureza militar. Agregação. Cumprimento dos requisitos legais

PARECER

000286/2018

Ementa

Morte de bombeiro militar em serviço. Benefício do auxílio morte: inteligência da Lei Estadual nº 6.108/98. Beneficiários. Valores. Forma de rateio. Análise jurídica.



PARECER	000287/2018
Ementa	Período eleitoral. Vedações à contratação de servidores temporários. Possibilidade de contratação de estagiários cujos contratos estão se encerrando. Análise jurídica.
PARECER	000288/2018
Ementa	Contrato de contribuição financeira não reembolsável entre o Estado do Pará e o Banco Alemão KFW. Acordo preliminar. Contrato de adesão. Existência de acordo prévio com Governo Federal Brasileiro. Análise jurídica.
PARECER	000289/2018
Ementa	Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV. Minuta de decreto - Alteração do Regimento Interno. Análise jurídica.
PARECER	000290/2018
Ementa	Empregado celetista de empresa estatal. Repercussão das faltas não justificadas no pagamento das férias mais 1/3. Análise jurídica.
PARECER	000291/2018
Ementa	Comitê Integrado de Corregedores de Segurança Pública - CICSP. Vacância da Presidência. Substituição pelo vice-presidente eleito e empossado. Resolução do Conselho Estadual de Segurança Pública. Homologação pelo Governador do Estado. Análise jurídica.
PARECER	000292/2018
Ementa	Minuta de Resolução. Dispõe sobre a estrutura organizacional e operacional, cria empregos permanentes e de confiança e estabelece o valor dos honorários, os requisitos para preenchimento e as atribuições dos cargos de membros da Diretoria Executiva da Fundação de Previdência Complementar dos Servidores do Estado do Pará. Análise jurídica. FUNPRESP/PA.



PARECER	000293/2018
Ementa	Fundação de Previdência Complementar dos Servidores Públicos do Estado do Pará - FUNPRESP/PA. Modificações no estatuto social. Adequações determinadas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC. Análise jurídica.
PARECER	000294/2018
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Fraude documental. Necessidade de conversão do julgamento em diligência. Análise jurídica.
PARECER	000295/2018
Ementa	Empresa estatal em situação pré-operacional. Aplicabilidade da Lei Federal nº 13.303/2016 e dos Decretos Estaduais nº 1.667/2016 e 2.121/2018. Análise jurídica.
PARECER	000296/2018
Ementa	Decreto prorrogando isenção de ICMS sobre as vendas do sanduíche “Big Mac” a quando da realização da Campanha “Média Feliz” - Requisitos.
PARECER	000297/2018
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Violação dos deveres de urbanidade. Inobservância dos princípios éticos, morais leis e regulamentos. Desobediência a ordens superiores. Dirigir-se de modo ofensivo a servidor. Ofensa física, em serviço, a servidor. Mudança na capitulação legal dada pela comissão processante. Possibilidade. Demissão.
PARECER	000298/2018
Ementa	Promoção por ato de bravura. Requisitos para a promoção. Análise jurídica.



PARECER	000299/2018
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Aplicação da pena de demissão. Análise jurídica.
PARECER	000300/2018
Ementa	Cessão de servidor. Termo de cooperação. Competência da SEAD para representação do Estado do Pará.
PARECER	000301/2018
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Acumulação ilegal de cargos públicos. Escrevente datilógrafo e professor. Ausência de notificação da servidora para conhecimento das conclusões da comissão processante e exercício do direito de opção ao final do Processo Administrativo Disciplinar. Retorno à SEDUC.
PARECER	000302/2018
Ementa	Análise de minuta de aditivo contratual. Contrato de empréstimo nº 2933/OC-BR (BR-L1327). Estado do Pará e BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento. Programa de Melhoria da Qualidade e Expansão da Cobertura da Educação Básica no Estado do Pará. Regularidade e legalidade das cláusulas aditivadas.
PARECER	000303/2018
Ementa	Restrições à divulgação do Festival de Ópera durante o período eleitoral. Análise jurídica.
PARECER	000304/2018
Ementa	Prorrogação de prazo de atuação de Grupo de Trabalho Interinstitucional. Decreto Estadual nº 1.991/2018. Análise jurídica.
PARECER	000305/2018
Ementa	Termo de Afetação. Afetação de imóvel pertencente ao Estado do Pará. Regularização documental do bem imóvel.



PARECER 000306/2018

Ementa Vedações eleitorais. Pagamento de cachê. Apresentação artística em evento privado. Análise jurídica.

PARECER 000307/2018

Ementa Minuta de decreto para regulamentação da distribuição do produto da CFEM ao desenvolvimento científico e tecnológico. Impossibilidade. Inteligência do art. 247 da CF/88 e LC Estadual nº 19/94.

PARECER 000308/2018

Ementa Servidores públicos. Processo Administrativo Disciplinar. Departamento de Trânsito do Pará – DETRAN. Inobservância do art. 223. Julgamento proferido por autoridade incompetente. Nulidade. Conversão do Julgamento em diligências. Análise jurídica.

PARECER 000309/2018

Ementa Agregação promovida com fundamento no art. 88, § 1º, "I" do Decreto Federal nº 88.777/1983 c/c item 01 do Anexo da Lei Estadual nº 5.276/85. Exercício de cargo de natureza militar na Casa Militar da Governadoria. Regularidade da Agregação.

PARECER 000310/2018

Ementa Servidor público estadual. Magistério. Cessão. Decreto Estadual nº 1.960/2018. Análise jurídica.

PARECER 000311/2018

Ementa Folga pelo trabalho nas eleições. Prazo prescricional. Art. 98 da Lei nº 9.504/1997 c/c art. 15 da Lei nº 8.868/94. Entendimento do TSE.

PARECER 000312/2018

Ementa Cessão de imóvel do Estado do Pará à ADEPARÁ, pessoa jurídica de direito público (autarquia). Implantação de sede do órgão,



atualmente em prédio locado. Manifestação favorável da SEAD. Possibilidade de efetuação mesmo em período eleitoral. Exceção configurada.

PARECER

000313/2018

Ementa

CONSEP. Resolução. Criação da Comissão de Observação do Cumprimento de Mandados Judiciais de Reintegração de Posse. Necessidade de realização de alterações no texto da resolução. Análise jurídica.

PARECER

000314/2018

Ementa

Abandono de cargo. Processo Administrativo Disciplinar. Regular trâmite processual. Revelia. *Animus Abandonandi*. Aplicação da pena de demissão na forma da lei.

PARECER

000315/2018

Ementa

Minuta de anteprojeto de lei. Instituição do Seiva Programa de Incentivo à Arte e Cultura. Fundação Cultural do Estado do Pará - FCP. Análise jurídica.

PARECER

000316/2018

Ementa

Sentenças condenatórias contra a Fazenda Pública. Pagamento de despesa de verbas remuneratórias de servidores públicos e proventos de aposentadoria e pensão. Contribuição previdenciária patronal. Incidência. Fato gerador que se considera ocorrido no momento do pagamento. Decadência parcial do crédito tributário. Compensação com insuficiências financeiras supridas pelo Estado do Pará. Necessidade de alteração dos procedimentos internos da PGE/PA.

PARECER

000317/2018

Ementa

Processo Administrativo Disciplinar. Condutas Irregulares. Recomendação de aplicação de pena de conversão de exoneração



em destituição do cargo comissionado. Competência de julgamento do Exmo. Governador do Estado.

PARECER 000318/2018

Ementa Serviço público estadual. Cessão para serviço social autônomo (entidade integrante do "Sistema S"). Impossibilidade jurídica. Ato inválido. Vício de motivo. Invalidação. Efeitos *Ex Nunc*. Contraditório e ampla defesa.

PARECER 000319/2018

Ementa Polícia Militar. Promoção. Transferência à reserva remunerada. Prejudicadas. Reforma disciplinar prévia do militar. Análise jurídica.

PARECER 000320/2018

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Inteligência do arts. 222 e 224 do RJU/PA. Retorno dos autos à SEDUC.

PARECER 000321/2018

Ementa Minuta de decreto. Regulamentação do Fundo Penitenciário do Estado do Pará - FUNPEP. Análise jurídica.

PARECER 000322/2018

Ementa Servidor público militar. Promoção. Ausência de regulamentação legal. Impossibilidade. Princípio da legalidade. Análise jurídica.

PARECER 000323/2018

Ementa Análise de minuta contratual. Contrato de empréstimo. Estado do Pará e NDB - New Development Bank da China. Programa Municípios Sustentáveis do Estado do Pará. Regularidade e legalidade das cláusulas contratuais.



PARECER	000324/2018
Ementa	XI Salão do Livro da região do Baixo Amazonas. Restrições à divulgação durante o período eleitoral. Análise jurídica.
PARECER	000325/2018
Ementa	Agregação com fundamento no art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual nº 5.251/85, para exercício de cargo comissionado de natureza militar. Regularidade.
PARECER	000326/2018
Ementa	Enquadramento de professor. Plano de Cargos, Carreira e Remunerações dos Profissionais da Educação Básica da Rede Pública de Ensino do Pará. Análise jurídica.
PARECER	000327/2018
Ementa	Requerimento de reclassificação. Descumprimento do prazo. Nomeação tornada sem efeito. Análise jurídica.
PARECER	000328/2018
Ementa	Guarda judicial de menor. Servidora contratada sem concurso público. Nulidade do contrato temporário e seus efeitos. Impossibilidade de deferimento de licença maternidade. Análise jurídica.
PARECER	000329/2018
Ementa	ADEPARÁ. Cessão de servidor público. Decreto nº 1.960/2018. Progressão e promoção funcional. Lei nº 7.882/2014. Impossibilidade. Critério da hierarquia e especialidade da Lei.
PARECER	000330/2018
Ementa	Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Deficiência no rito procedimental. Inobservância do princípio constitucional do



devido processo legal. Nulidade parcial. Art. 225 do RJU/PA. Análise jurídica.

PARECER

000331/2018

Ementa

SEDUC. Processo Administrativo Disciplinar. Acumulação de cargos/funções públicas. Direito de opção. Inércia do servidor. Configuração de má-fé.

PARECER

000332/2018

Ementa

Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Cerceamento de defesa. Nulidade parcial.

PARECER

000333/2018

Ementa

Processo Administrativo Disciplinar. Pena de demissão aplicada. Pedido de reconsideração. Análise jurídica.

PARECER

000334/2018

Ementa

Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Recomendação de aplicação de pena de demissão. Competência de julgamento do Exmo. Governador do Estado.

PARECER

000335/2018

Ementa

Servidor público. Agente de trânsito. Processo Administrativo Disciplinar. Departamento de Trânsito do Pará – DETRAN. Aplicação da pena de demissão. Análise jurídica.

PARECER

000336/2018

Ementa

Reversão. Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, inciso I, da Lei estadual nº 5.251/85, para exercício de função de natureza militar junto à Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará - SUSIPE. Exoneração. Reversão a qualquer tempo. Análise jurídica.



PARECER 000337/2018

Ementa Período eleitoral. Parcerias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil - Inteligência da Lei Federal nº 13.019/2014 e do Decreto Estadual nº 1.835/2017. Emendas Parlamentares e dispensa de chamamento público. Análise jurídica.

PARECER 000338/2018

Ementa Permuta de bens imóveis. SESP. Catedral de Castanhal.

PARECER 000339/2018

Ementa Substituição tributária progressiva. ICMS. É devida a restituição da diferença do ICMS pago a maior no regime de substituição tributária para frente se a base de cálculo efetiva da operação for inferior à presumida. Análise da decisão e da modulação de efeitos do RE nº 593.849.

PARECER 000340/2018

Ementa Alteração do Decreto Estadual nº 1.697, de 07 de fevereiro de 2017. Regulamentação do Conselho Estadual de Meio Ambiente do Pará - COEMA/PA. Portaria nº 5.131/2018-MP/PGJ/CGMP. Membro do Ministério Público. Previsão de não vinculação à decisões do colegiado e de suas câmaras técnicas. Análise jurídica.

PARECER 000341/2018

Ementa FAPESPA. Vedações eleitorais. Limites às disposições estabelecidas no art. 73, VI, "a" da Lei nº 9.504/97.

PARECER 000342/2018

Ementa Policial militar estadual. Nomeação para cargo comissionado com lotação na SUSIPE. Função de natureza policial-militar. Lei Estadual nº 5.276/85 - Item 6 do anexo. Agregação.



PARECER	000343/2018
Ementa	Policial militar. Agregação. Exercício de função de natureza militar. Casa Militar da Governadoria do Estado. Possibilidade.
PARECER	000344/2018
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Inocorrência de prescrição. Revelia. Defensora dativa constituída. Ausência de nulidade. Aplicação da penalidade de demissão. Decreto do Exmo. Sr. Governador. Possibilidade. Análise jurídica.
PARECER	000345/2018
Ementa	Repasse de valores em período eleitoral. Vedação expressa a partir do art. 73, §10º, da Lei Ordinária Federal nº 9.504/97.
PARECER	000346/2018
Ementa	Minuta de decreto. Altera Anexo Único do Decreto nº 2.014. Remissão. Anistia. Crédito Tributário. Arts. 5º, Inciso I da Lei Estadual nº 6.489/2002. LC 160/2017 e Convênio/CONFAZ 190/2017.
PARECER	000347/2018
Ementa	Corpo de Bombeiros Militar. Agregação. Exercício de função de natureza militar. Fundação Propaz. Possibilidade.
PARECER	000348/2018
Ementa	Reversão. Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual nº 5.251/85, para exercício de função de natureza militar. Reversão a qualquer tempo. Análise jurídica.
PARECER	000349/2018
Ementa	V Chocolat Amazônia - Festival Internacional do Chocolate e Cacau da Amazônia. Inexistência de vedação eleitoral. Possibilidade do Poder Público promover programas em período eleitoral.



Inexigibilidade de licitação. Necessidade de preenchimento dos requisitos legais. Análise jurídica.

PARECER 000350/2018

Ementa Policial Militar. Agregação. Afastamento para pleito de cargo eleitoral. Possibilidade.

PARECER 000351/2018

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Aprovação irregular de licenciamento ambiental. Aplicação de penalidade à servidor temporário distratado. Possibilidade. Demissão a bem do serviço público.

PARECER 000352/2018

Ementa Policial militar estadual. Nomeação para cargo comissionado com lotação na SEGUP. Função de natureza policial-militar. Agregação.

PARECER 000353/2018

Ementa Reversão. Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual nº 5.251/85, para exercício de função de natureza militar. Reversão a qualquer tempo - Regularidade.

PARECER 000354/2018

Ementa Agregação de policial militar. Cumprimento dos requisitos legais e constitucionais. Verificação do cumprimento dos requisitos quando do registro da candidatura. Entendimento atual do TSE.

PARECER 000355/2018

Ementa Agregação com fundamento no art. 88, §1º, inciso III, da Lei Estadual nº 5.251/85 c/c art. 14 da CF/88. Registro de candidato.



PARECER	000356/2018
Ementa	Reversão. Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual nº 5.251/1985, para exercício de função de natureza militar. Reversão a qualquer tempo - regularidade.
PARECER	000357/2018
Ementa	Agregação. Policial militar colocado à disposição da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social - SEGUP. Análise jurídica.
PARECER	000358/2018
Ementa	Minuta de Termo de Cessão de bem imóvel público. Transferência de órgão da Administração Direta para empresa pública. Vigência de período eleitoral. Exame de conformidade com a legislação correlata. Possibilidade. Condicionada a vedação de qualquer publicidade institucional da avença a fim de preservar a igualdade de oportunidades entre os candidatos. Parecer nº 080/2010.
PARECER	000359/2018
Ementa	Revogação de incentivo fiscal concedido pela Comissão da Política de Incentivo Fiscal do Estado do Pará. Decreto estadual. Legalidade.
PARECER	000360/2018
Ementa	Análise jurídica. Minuta de Decreto que institui a Ordem do Mérito Bombeiro Militar Intendente Antônio Lemos.
PARECER	000361/2018
Ementa	Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, I, da Lei Estadual nº 5.251/1985 c/c art. 2º caput e item 5 do Anexo da Lei Estadual nº 5.276/85. Exercício de função de natureza policial-militar. Regularidade.



PARECER 000362/2018

Ementa Servidor público. Pagamento de verba a maior por erro da Administração. Transcurso de mais de cinco anos. Decadência. Impossibilidade de anulação do ato, salvo comprovada má-fé. Necessidade de instauração de processo administrativo. Possibilidade de anulação do ato e cobrança dos valores recebidos, caso comprovada a má-fé. Análise jurídica.

PARECER 000363/2018

Ementa Minutas de Decreto Governamental. Duas novas unidades da Estação Cidadania. Análise jurídica.

PARECER 000364/2018

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Análise jurídica.

PARECER 000365/2018

Ementa Isenção de ICMS sobre fornecimento de energia elétrica a templos de qualquer culto. Benefício fiscal concedido unilateralmente pelo Estado do Pará. Aplicação da Lei Complementar nº 160/2017 e do Convênio ICMS nº 190/2017. Possibilidade de concessão, prorrogação e manutenção de benefícios fiscais, observada a limitação legal ao período de fruição. Imunidade dos templos de qualquer culto. Inaplicabilidade ao contribuinte de fato. Jurisprudência do STF e do STJ.

PARECER 000366/2018

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Julgamento pela autoridade competente. Inteligência dos arts. 223, § 2º e 224 do RJU.

PARECER 000367/2018

Ementa Bombeiro militar. Designação para realização de curso no exterior. Situação de adido. Direito à remuneração. Possibilidade.



PARECER	000368/2018
Ementa	Memorando de Entendimento entre Estado do Pará e Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas - PNUD. Análise jurídica.
PARECER	000369/2018
Ementa	Bem público. Imóvel pertencente ao Estado do Pará. Cessão de uso para Organismo Internacional (Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas - PNUD) através de Memorando de Entendimento. Lei estadual nº 6.614/2004: ausência de previsão de assunção de ônus com o imóvel pelo Estado. Análise jurídica.
PARECER	000370/2018
Ementa	Pagamento de substituição. Bombeiro. Soldo de Posto Superior de Tenente-coronel. Inteligência do art. 9º da Lei Estadual nº 4.491/1973 c/c art. 35 da LC nº 53/2006.
PARECER	000371/2018
Ementa	Consulta. Propaganda Institucional em período eleitoral. Vedação constante da Lei das eleições. Necessidade de prévia aprovação pela Justiça Eleitoral. Art. 73, VI, alínea B, da Lei Ordinária Federal nº 9.504/97. Encaminhamentos.
PARECER	000372/2018
Ementa	PoliciaI militar. Agregação. Tempo de serviço. Reserva remunerada <i>ex officio</i> . Requisitos legais. Possibilidade.
PARECER	000373/2018
Ementa	PoliciaI militar. Promoção. Ato de Bravura. Requisitos. Análise jurídica.
PARECER	000374/2018
Ementa	Pensão especial militar. Apreciação da legalidade do ato, para fins de registro, pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE/PA).



Diligência processual. Exclusão da parcela gratificação de serviço ativo. Retificação do ato concessivo.

PARECER 000375/2018

Ementa Morte de policial militar em serviço. Benefício do auxílio-morte: Inteligência da Lei Estadual nº 6.108/98. Beneficiários. Valores. Rateio. Análise jurídica.

PARECER 000376/2018

Ementa Imposto de renda. Produto da retenção na fonte do imposto de renda incidente sobre rendimentos pagos a pessoas jurídicas pela Fazenda Pública. Art. 157, inciso I da Constituição Federal.

PARECER 000377/2018

Ementa Corpo de Bombeiros Militar. Promoção de praças. Redução de interstício. Vedações constantes da Lei de Responsabilidade Fiscal (Arts. 21 e 42). Impossibilidade jurídica.

PARECER 000378/2018

Ementa Lei anticorrupção - Lei Federal nº 12.846/2013. Aplicação direta aos Estados -Necessidade de regulamentação para adequação. Impossibilidade de retroatividade de regras punitivas e sancionatórias: Constituição Federal. Análise jurídica.

PARECER 000379/2018

Ementa Fundação Santa Casa de Misericórdia do Estado do Pará - FSCMP. Contratação de temporários. Lei nº 9.504/97 - Lei Eleitoral. Art. 73, V, Alínea "d". Contratação necessária ao funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais, com prévia e expressa autorização do chefe do Poder Executivo. Análise jurídica.

PARECER 000380/2018

Ementa Decreto com intuito de alterar a denominação do nome empresarial de empresa beneficiada com benefício fiscal ofertado pelo Decreto nº 2.676/2006. Demonstração. Possibilidade.



PARECER 000381/2018

Ementa Inclusão extemporânea de oficial militar nos quadros de acesso para promoção à Tenente-coronel. Impossibilidade. Promoção em ressarcimento da preterição acaso cumpridos os requisitos. Análise jurídica.

PARECER 000382/2018

Ementa Incorporação de bem público do Estado ao patrimônio da CODEC. Transferência a título da integralização de capital social. Análise jurídica.

PARECER 000383/2018

Ementa NEPMV. Contrato administrativo. Fraude. Medidas sancionatórias administrativas e judiciais. Improbidade administrativa. Lei anticorrupção. Análise jurídica.

PARECER 000384/2018

Ementa Diligência TCE. Retificação de Decreto. Pensão especial. Legislação vigente à data do óbito do militar. Possibilidade.

PARECER 000385/2018

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Demissão. Autorização para abertura de processo de revisão: Apreciação dos requisitos de admissibilidade pela autoridade do órgão/entidade. Inteligência dos arts. 229 e ss da Lei Estadual nº 5.810/94. Recomendação de edição de orientação jurídica: Decreto Estadual nº 1.963/2018. Análise jurídica.

PARECER 000386/2018

Ementa Polícia Militar. Falecimento em serviço. Pensão especial. Esposa e filho menor. Rateio em cotas-partes iguais. Cálculo com base nas parcelas de caráter permanente. Exclusão das parcelas de caráter transitório. Reajuste pelo INPC.



PARECER	000387/2018
Ementa	Minuta de Decreto. Política e Plano Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo. Análise jurídica.
PARECER	000388/2018
Ementa	Servidor público. Seguro contra acidente de trabalho. Art. 160, inciso I, alínea "h" da Lei estadual nº 5.810/94. Ausência de regulamentação. Impossibilidade de concessão da vantagem. Análise jurídica.
PARECER	000389/2018
Ementa	Minuta de Decreto. Altera o Decreto nº 986/1980. Cria a Ordem do Mérito Policial Militar Coronel Fontoura. Análise jurídica.
PARECER	000390/2018
Ementa	Pensão especial militar. Diligência do TCE/PA junto à Procuradoria-Geral do Estado, para manifestar-se acerca de suposta fraude na concessão do benefício e eventuais consequências quanto à suspensão do benefício e restituição de valores percebidos de má-fé.
PARECER	000391/2018
Ementa	Consulta. Festival do Choro do Pará 2018. Execução de convênio com a FUNART. Transferência voluntária. Pagamento de prêmios aos vencedores de concurso artístico. Propaganda institucional em período eleitoral. Análise do caso à luz da Lei das Eleições.
PARECER	000392/2018
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Pedido de exoneração. Impossibilidade. Vinculação à penalidade de demissão.



PARECER	000393/2018
Ementa	Servidor público. Aposentadoria voluntária. Manifestação prévia quanto à regularidade funcional e à regularidade do afastamento do servidor para aguardar o benefício. Exigência do IGEPREV.
PARECER	000394/2018
Ementa	PoliciaI militar colocado à disposição da SEGUP. Exercício de suas próprias atividades fora dos quadros da corporação militar que integra. Agregação. Possibilidade.
PARECER	000395/2018
Ementa	Militar colocado à disposição da SUSIPE. Exercício de atividade de natureza policial-militar fora dos quadros da organização militar que integra - necessidade de agregação. Equiparação de "nomeação" e "colocação à disposição" para fins de agregação.
PARECER	000396/2018
Ementa	Agregação de policial militar. Cumprimento dos requisitos legais e constitucionais. Militar à disposição da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social - SEGUP. Possibilidade de agregação.
PARECER	000397/2018
Ementa	PoliciaI militar estadual colocado à disposição da SUSIPE. Função de natureza policial-militar fora dos quadros da corporação militar que integra. Agregação.
PARECER	000398/2018
Ementa	Agregação. PoliciaI militar colocado à disposição da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP). Análise jurídica.



PARECER 000399/2018

Ementa Policial militar. Agregação. Incapacidade definitiva para o serviço. Possibilidade.

PARECER 000400/2018

Ementa Corpo de Bombeiros Militar. Promoções de oficiais de 25 de setembro de 2017. Critérios merecimento e antiguidade. Possibilidade de expedição de Decreto.

PARECER 000401/2018

Ementa Policial militar. Pedido de pensão especial. Necessidade de caracterização de morte em serviço. Nexo de causalidade. Descabimento. Art. 77 da Lei Estadual nº 5.251/1985. Decreto Estadual nº 10.745/78. Análise jurídica.

PARECER 000402/2018

Ementa Servidor público. Jornadas de trabalho em regime de 12x48. Ausência de autorização legal para estabelecimento de jornada diferenciada. Impossibilidade.

PARECER 000403/2018

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Tríplice acumulação: uma aposentadoria (professor da rede municipal) e dois cargos públicos (professor e especialista em educação da rede estadual). Impossibilidade. Necessidade de notificação da servidora para que exerça a opção por dois dos vínculos.

PARECER 000404/2018

Ementa Servidor público. Base de cálculo da conversão em pecúnia de licença-prêmio não gozada quando da aposentadoria ou falecimento. Art. 99, II c/c Art. 118 da Lei estadual nº 5.810/94. Servidor efetivo no exercício de cargo em comissão. Formas de remuneração. Lei Estadual nº 8.745/2018.



PARECER 000405/2018

Ementa Promoção de oficiais. Polícia militar. Tempo de Serviço, merecimento e antiguidade. Lei Estadual nº 8.388/2016.

PARECER 000406/2018

Ementa Pensão especial militar. Tribunal de Contas do Estado (TCE). Registro. Diligência processual. Exclusão de parcela de Gratificação de Serviço Ativo. Retificação do ato concessivo.

PARECER 000407/2018

Ementa Outorga da Medalha Ordem do Mérito Policial Militar "Coronel Fontoura". Fundamento no Decreto Estadual nº 986/1980 (alterado pelos Decretos Estaduais nº 1.133/2014 e nº 2.191/2018) e da Medalha "De Bons Serviços". Fundamento no Decreto Estadual nº 7.435/1971. Regularidade da concessão.

PARECER 000408/2018

Ementa Instauração de Conselho de Justificação. Inteligência da Lei nº 6.833/2006.

PARECER 000409/2018

Ementa Ex-policia! militar. Licenciamento a pedido ocorrido em 1995. Requerimento administrativo de reintegração às fileiras da Corporação protocolado em 2018. Impossibilidade. Ocorrência de prescrição, que foi inclusive reconhecida judicialmente.

PARECER 000410/2018

Ementa Regulamentação da jornada de trabalho no âmbito da FAPESPA. Possibilidade. Intervalos intrajornada. Descontos na remuneração do servidor por faltas injustificadas. Regime de compensação de horas. Disposições constitucionais e legais a respeito da matéria.



PARECER 000411/2018

Ementa Servidor público comissionado. Processo Administrativo Disciplinar. Faltas disciplinares de natureza grave. Conversão de exoneração em pena de destituição de cargo em comissão.

PARECER 000412/2018

Ementa Servidores públicos. Processo Administrativo Disciplinar. DETRAN. Enquadramento nos arts. 177, VI E 178, V do RJU/PA. Análise jurídica.

PARECER 000413/2018

Ementa Servidor Civil. Ausência de posse no prazo legal. Nomeação a ser tornada sem efeito. Edição de Decreto pelo Chefe do Executivo. Possibilidade.

PARECER 000414/2018

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Vício insanável na citação de um dos servidores indiciados, para apresentação de defesa escrita. Declaração de nulidade parcial. Constituição de outra Comissão para instauração de novo processo. Artigo 225 do RJU Estadual.

PARECER 000415/2018

Ementa Polícia Militar. Retificação de pensão especial. Exclusão de parcelas de caráter indenizatório (Representação por Graduação, Gratificação de Serviço Ativo e Gratificação de Localidade Especial) determinada pelo TCE/PA. Correção do valor do soldo e do percentual da Gratificação de Risco de Vida, de Ofício. Edição de Decreto. Possibilidade.

PARECER 000416/2018

Ementa Minuta de Decreto. Regulamento de Segurança contra Incêndio e Emergências das Edificações e Áreas de Riscos. Análise jurídica.



PARECER 000417/2018

Ementa Pagamento de substituição. Bombeiro. Soldo de Posto Superior de Tenente-Coronel. Inteligência do art. 9º da Lei Estadual nº 4.491/1973 c/c Art. 35 da LC nº 53/2006.

PARECER 000418/2018

Ementa Servidor público. Condenação penal por crime contra a Administração Pública. Perda do cargo público decretada nos termos do art. 92, I, a, do Código Penal Brasileiro. Trânsito em julgado. Decreto declarando a perda do cargo público, para fins de cumprimento da Decisão Judicial.

PARECER 000419/2018

Ementa Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos. Base de cálculo prevista nas Leis nº 7.990/89 e 9.648/98. Restrição realizada pelo Decreto nº 3.739/2001. Exclusão dos encargos setoriais vinculados à atividade de geração e dos custos incorridos na transmissão de energia elétrica. Ilegalidade configurada. Decreto que excede a função regulamentar e inova na ordem jurídica. Cabimento de medidas judiciais.

PARECER 000420/2018

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Regularidade formal e material. Configuração do *Animus Abandonandi*. Aplicação da penalidade máxima.

PARECER 000421/2018

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Vício insanável na citação do servidor. Declaração de nulidade parcial. Constituição de outra comissão. Artigo 225 do RJU Estadual.

PARECER 000422/2018

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Acumulação indevida de cargos públicos. Disciplina Constitucional. Direito de opção previsto no art. 191, RJU/PA, c/c art. 3º, do Decreto nº 1.950/94.



PARECER	000423/2018
Ementa	Policial Militar. Promoção. Ato de Bravura. Valoração. Discricionariedade da Administração.
PARECER	000424/2018
Ementa	Minuta de Instrução Normativa. Normatização dos procedimentos administrativos para realização de pesquisa de preços no âmbito da Administração Pública Estadual. Análise jurídica.
PARECER	000425/2018
Ementa	COSANPA. Prestação de informações. Controladoria-Geral da União. Auditoria. Gestão de Recursos Públicos Federais. Dever legal.
PARECER	000426/2018
Ementa	Consulta. Reintegração de servidor ao cargo por Decisão Judicial. Contribuição Previdenciária do período de exclusão do servidor a ser pago por precatório requisitório. Contagem do tempo de serviço para fins de inatividade e remuneração.
PARECER	000427/2018
Ementa	Minuta de Decreto. Implantação do Centro Estadual Integrado de Inteligência (CEII). Possibilidade.
PARECER	000428/2018
Ementa	Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CEDPD-PA). Nomeação de Conselheiro. Substituição. Análise Jurídica.
PARECER	000429/2018
Ementa	Reversão. Agregação promovida com fundamento no art. 88, § 1º, inciso I, da Lei Estadual 5.251/85, para exercício de cargo comissionado de natureza militar. Reversão a qualquer tempo. Regularidade.



PARECER 000430/2018

Ementa Programa Semear. Decreto nº 2.111/2018. Prorrogação legal. Interpretação extensiva. Impossibilidade. Princípio da legalidade da Administração Pública.

PARECER 000431/2018

Ementa Militar. Licenciamento a pedido das fileiras da Corporação. Requerimento de Retorno. Impossibilidade. Análise jurídica.

PARECER 000432/2018

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Falta grave. Suspensão e demissão.

PARECER 000433/2018

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Falta grave. Demissão. Pedido de Reconsideração. Indeferimento.

PARECER 000434/2018

Ementa Reversão. Agregação promovida com fundamento no art. 88, § 1º, inciso I, da Lei Estadual 5.251/85, para exercício de cargo comissionado de natureza militar. Reversão a qualquer tempo. Regularidade.

PARECER 000435/2018

Ementa Polícia Civil. Processo Administrativo Disciplinar. Demissão. Pedido de reconsideração intempestivo. Não conhecimento. Autotutela administrativa. Manutenção da demissão.

PARECER 000436/2018

Ementa Polícia Civil. Processo Administrativo Disciplinar. Demissão. Pedido de Reconsideração. Tempestividade. Conhecimento. Não provimento. Manutenção da demissão.



PARECER	000437/2018
Ementa	Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Secretaria de Estado de Educação (SEDUC). Aplicação da pena de demissão. Exoneração após a indicição. Violação ao § 1º do art. 190, da Lei Estadual nº 5.810/94. (RJU/PA). Análise jurídica.
PARECER	000438/2018
Ementa	Servidor público. Estatutário não estável. Redistribuição. Art. 50 da Lei Estadual nº 5.810/1994. Progressão funcional. Análise jurídica.
PARECER	000439/2018
Ementa	PRODEPA. Homologação de Estatuto Social (Alterações). Lei Federal nº 13.303/2016. Decreto Estadual nº 1.667/2016. Análise jurídica.
PARECER	000440/2018
Ementa	Pedido de Reconsideração. Processo Administrativo Disciplinar. Instituto de Metrologia do Estado do Pará (IMETROPARÁ). Conhecimento e indeferimento. Análise jurídica.
PARECER	000441/2018
Ementa	Chamada pública. Erro técnico. Anulação. Impossibilidade de convalidação do Ato. Contraditório e Ampla Defesa. Necessidade.
PARECER	000442/2018
Ementa	Minuta de Decreto. Tornar sem efeito nomeação. Pedido de prorrogação de posse. Inércia do interessado. Análise jurídica.
PARECER	000443/2018
Ementa	Possibilidade de compensação de Reserva Legal em área particular com Terra Indígena em processo inicial de criação.



PARECER 000444/2018

Ementa Servidor público. Abandono de cargo. Falta grave. Processo Administrativo Disciplinar. Não incidência de prescrição. Observância do devido processo legal. Sugestão de demissão.

PARECER 000445/2018

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Inocorrência de prescrição. Revelia. Defensora Dativa constituída. Ausência de nulidade. Aplicação da penalidade de demissão. Decreto do Exmo. Sr. Governador. Possibilidade.

PARECER 000446/2018

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Secretaria de Estado de Educação (SEDUC). Sanção demissória enquadrada pela Comissão processante no art. 190, incs. IV e XIII da Lei Estadual nº 5.810/94. Prática de valimento e ato de improbidade. Demissão. Análise jurídica.

PARECER 000447/2018

Ementa Acumulação ilegal de cargos públicos. Fisioterapeuta. Incompatibilidade de horários. Necessidade de anulação dos Atos Administrativos praticados após o Relatório Conclusivo da Comissão Processante. Incompetência jurídica da Autoridade Julgadora. Possibilidade de aplicação da pena de demissão ao servidor no caso concreto. Necessidade de oitiva do acusado.

PARECER 000448/2018

Ementa Alteração da Lei Estadual nº 6.564, de 1º de agosto de 2003, que dispõe sobre estruturação do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV. Revogação do Art. 16. Alteração do Anexo Único da Norma, para nivelamento do valor do vencimento base dos cargos de nível superior. Inviabilidades de ordem constitucional e legal. Análise jurídica.



PARECER	000449/2018
Ementa	PRODEPA. Conselho de Administração. Indicação de 5 (cinco) membros. Impossibilidade de nomeação de um dos indicados, em razão de não possuir formação acadêmica compatível com o cargo. Necessidade de substituição. Recomendação para que os indicados assinem declarações atestando a ausência de impedimentos legais, antes da publicação do Decreto de nomeação.
PARECER	000450/2018
Ementa	Instituição de Ave-Símbolo do Estado e Data Comemorativa por meio de Decreto. Impossibilidade Jurídica. Matéria de reserva legal.
PARECER	000451/2018
Ementa	Reversão. Agregação promovida com fundamento no art. 88, § 1º, inciso I, da Lei Estadual 5.251/85, para exercício de função de natureza militar junto a Casa Militar da Governadoria. Exoneração. Reversão a qualquer tempo. Análise jurídica.
PARECER	000452/2018
Ementa	Desapropriação. Declaração de utilidade pública de área contendo diversos imóveis pertencentes a proprietários distintos. Possibilidade.
PARECER	000453/2018
Ementa	Servidor público. Guarda Judicial sem fins de adoção. Licença maternidade. Impossibilidade de deferimento. Análise jurídica.
PARECER	000454/2018
Ementa	Pedido de reconsideração. Não cumprimento de requisito editalício. Impossibilidade de deferimento do pedido.
PARECER	000455/2018
Ementa	Pagamento de substituição. Bombeiro. Soldo de Posto Superior de Major. Limites de aplicação da Lei Estadual nº 4.491/1973. Estrutura



organizacional distinta. Aplicação aos Policiais Militares. Obediência ao Princípio da Legalidade Estrita.

PARECER

000456/2018

Ementa

Reversão. Agregação promovida com fundamento no art. 88, § 1º, inciso I, da Lei Estadual 5.252/85, para exercício de cargo comissionado de natureza militar. Reversão a qualquer tempo. Regularidade.

PARECER

000457/2018

Ementa

Cessão de uso de bem imóvel.

PARECER

000458/2018

Ementa

Pensão Especial Militar. Beneficiários. Forma de cálculo. Parcelas devidas. Efeito retroativo.

PARECER

000459/2018

Ementa

SEDUC. Processo Administrativo Disciplinar. Acumulação de cargos/funções públicas. Necessidade de notificação ao final do procedimento para exercício do Direito de Opção: Caráter cogente - Configuração de Boa ou Má-Fé.

PARECER

000460/2018

Ementa

Pedido de Revisão. Juízo de admissibilidade. Competência do Secretário ou Autoridade equivalente. Inteligência do Art. 232 do RJU Estadual.

PARECER

000461/2018

Ementa

Pedido de reconsideração. Processo Administrativo Disciplinar. Aplicação da pena de demissão. Superação de todos os argumentos de defesa. Manutenção da Decisão. Encaminhamentos sugeridos.



PARECER 000462/2018

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Recomendação de aplicação de pena de demissão. Competência de julgamento do Exmo. Governador do Estado.

PARECER 000463/2018

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Atuação desidiosa. Improbidade administrativa. Recomendação de aplicação de pena de conversão de exoneração em destituição do cargo comissionado. Competência do Exmo. Governador do Estado.

PARECER 000464/2018

Ementa Bombeiro Militar candidato ao cargo de Deputado Estadual. Agregação. Candidato não eleito. Reversão. Possibilidade da Edição do Decreto.

PARECER 000465/2018

Ementa Reversão. Agregação promovida com fundamento no art. 88, § 1º, I, da Lei Estadual nº 5.251/85, para exercício de função de natureza policial-militar. Exoneração da função. Reversão a qualquer tempo. Regularidade.

PARECER 000466/2018

Ementa Policial Militar colocado à disposição da SEGUP. Exercício de suas próprias atividades fora dos Quadros da Corporação Militar que integra. Agregação. Possibilidade.

PARECER 000467/2018

Ementa Policial Militar. Medalha General Ferreira Coelho. Concessão ao primeiro classificado do CFP. Análise Jurídica.



PARECER 000468/2018

Ementa SEDUC. Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Vícios insanáveis. Declaração de nulidade parcial. Constituição de outra Comissão. Art. 225 do RJU Estadual.

PARECER 000469/2018

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Recomendação de aplicação de pena de demissão. Competência de julgamento do Exmo. Governador do Estado.

PARECER 000470/2018

Ementa Servidor público. Afastamento das funções por motivo de prisão - Redução de remuneração. Artigo 29, Parágrafo 1º da Lei Estadual nº 5.810/94. Julgamento procedente de incidente de inconstitucionalidade pelo TJE/PA. Análise jurídica.

PARECER 000471/2018

Ementa Convocação de militares pertencentes à reserva remunerada para desenvolverem atividades no Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Convênio nº 041/2018. Art. 105-A da Lei Estadual nº 5.251/85. Análise jurídica.

PARECER 000472/2018

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Recomendação de aplicação de pena de demissão. Competência de julgamento do Exmo. Governador do Estado.

PARECER 000473/2018

Ementa Desapropriação. Declaração de utilidade pública de área contendo diversos imóveis pertencentes a proprietários distintos. Bem necessário ao prosseguimento das obras do Hospital Regional Abelardo Santos. Possibilidade.



PARECER	000474/2018
Ementa	Projeto de Lei Complementar. Alteração da Lei Complementar nº 07/91. Adequação legal às decisões do Supremo Tribunal Federal. Inconstitucionalidade de leis com previsão de hipóteses genéricas para contratação temporária. Análise jurídica.
PARECER	000475/2018
Ementa	Reversão. Agregação promovida com fundamento no art. 88, § 1º, inciso III, alínea n, da Lei Estadual 5.251/85. Concorrência a cargo eletivo. Cessão do motivo que gerou a agregação. Regularidade.
PARECER	000476/2018
Ementa	Termo de Adesão. Programa de Certificação Institucional de Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social. Pró-Gestão RPPS. Discricionariedade do Exmo. Governador do Estado. Análise jurídica.
PARECER	000477/2018
Ementa	Polícia Militar. Agregação realizada em razão da interessada ter concorrido ao cargo eletivo de Deputada Estadual. Candidata não eleita. Reversão ao serviço ativo. Possibilidade da edição do Decreto.
PARECER	000478/2018
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Recomendação de aplicação de pena de demissão. Competência de julgamento do Exmo. Governador do Estado.
PARECER	000479/2018
Ementa	Agregação promovida com fundamento no Art. 88, § 1º, inciso I, da Lei Estadual 5.251/85 c/c Art. 2º e anexo da Lei 8.289/2015. Exercício de cargo de natureza militar na SUSIPE. Regularidade da agregação.



PARECER

000480/2018

Ementa

Reversão. Agregação promovida com fundamento no Art. 88, § 1º, inciso I, da Lei Estadual 5.251/85, para exercício de função de natureza militar junto à Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado (SUSIPE). Exoneração. Reversão a qualquer tempo. Análise jurídica.

PARECER

000481/2018

Ementa

Contratação de servidores temporários para substituição. Limite prudencial ultrapassado. Possibilidade de contratação, em caráter excepcional, caso a reposição seja indispensável ao funcionamento do Órgão, desde que seja devidamente justificado e promovida a real diminuição de gastos com pessoal. Precedente da PGE. Período eleitoral. Serviço público essencial. Necessidade de autorização do Chefe do Poder Executivo. Necessidade de submissão à deliberação do Comitê Gestor do SIGOV.

PARECER

000482/2018

Ementa

DETRAN/PA. Processo Administrativo Disciplinar. Valer-se do exercício do cargo para auferir proveito pessoal ou de outrem. Recomendação de aplicação de pena de demissão. Julgamento. Governo do Estado.

PARECER

000483/2018

Ementa

Polícia Militar. Falecimento em serviço. Pensão especial. Esposa. Cálculo com base nas parcelas de caráter permanente. Exclusão das parcelas de caráter transitório. Reajuste pelo INPC.

PARECER

000484/2018

Ementa

Direito Administrativo e Fundiário. Doação de área patrimonial para regularização fundiária. Ampliação da área objeto de doação após georreferenciamento. Necessidade de nova avaliação técnica, novo Decreto de reserva de área e nova autorização legislativa.



PARECER 000485/2018

Ementa Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Pará - (PRODEPA). Nomeação de Membros. Conselho de Administração. Análise Jurídica.

PARECER 000486/2018

Ementa Termo de Autorização de uso de bem público. Uso de parte de imóvel pertencente ao Estado do Pará para instalação de local adequado ao exercício de atividades por autônomos e feirantes no Distrito de Icoaraci. Prazo 90 dias. Possibilidade e Regularidade do Instrumento.

PARECER 000487/2018

Ementa Pensão Especial. Análise Jurídica. Legislação Aplicável. Entendimento do TCE.

PARECER 000488/2018

Ementa Credenciamento para consignação em folha de pagamento. Decreto Estadual Nº 2.071/06. Requisitos previstos na legislação. Comprovação necessária. Interpretação dos dispositivos. Necessidade de indeferimento do pedido formulado pelo Instituto Ambient- (IA). Recomendação de reforma urgente do Decreto Estadual Nº 2.071/06.

PARECER 000489/2018

Ementa Minuta de Instrução Normativa. Substituição da Instrução Normativa Nº 001/2018-SEAD/DGL. Referencial de preços (SIMAS) pelos Órgãos e Entidades do Poder Executivo Estadual. Análise Jurídica.

PARECER 000490/2018

Ementa Parecer. Estatuto Social de Empresa Pública Estadual. Adequação do Estatuto Vigente às determinações da Lei Ordinária Federal nº 13.303/16 e ao Decreto Estadual nº 1.667/16.



PARECER	000491/2018
Ementa	Outorga da Medalha "General Sotero de Menezes", com fundamento nos Artigos 1º e 2º, do Decreto Estadual nº 213/91. Feitos Heróicos. Regularidade da Concessão.
PARECER	000492/2018
Ementa	Minuta de Decreto. Regulamentação da Lei Federal Nº 12.846/13 - Lei Anticorrupção. Análise Jurídica.
PARECER	000493/2018
Ementa	ISS. Responsabilidade Tributária dos Órgãos da Administração Direta. Adiantamento de pagamento. Dever de retenção na fonte. Art. 29, I, da Lei Municipal 7056/77
PARECER	000494/2018
Ementa	Sistema de registro de preços. Autonomia relativa da ata de registro de preços em relação ao contrato administrativo. Interpretação do Art. 14, do Decreto Estadual nº 1.887/2017.
PARECER	000495/2018
Ementa	Pedido de Reversão. Extinção do fundamento da Agregação. Possibilidade de formalização da Reversão.
PARECER	000496/2018
Ementa	Pedido de Reversão. Militar Agregada para concorrer a Cargo Eletivo nas Eleições Gerais de 2018. Candidata não eleita. Possibilidade de formalização da Reversão.
PARECER	000497/2018
Ementa	Pedido de reconsideração intempestivo. Recebimento do requerimento como pedido de revisão. Possibilidade. Procedimento previsto em lei. Não conhecimento do pedido de revisão na



Instância Administrativa de que trata o Art. 232, do RJU/PA.
Impossibilidade de dar seguimento ao pedido. Encaminhamentos.

PARECER 000498/2018

Ementa Reversão. Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, III, d', da Lei Estadual nº 5.251/85. Extensão da licença para tratar de interesse particular. Reversão a qualquer tempo. Regularidade.

PARECER 000499/2018

Ementa Especialista em educação. Jornada de 40 h. Função de Diretor de Unidade Escolar. Pleito de revisão de vencimento base.

PARECER 000500/2018

Ementa Reversão. Agregação promovida com fundamento no Art. 88, §1º, Inciso III, alínea "e" da Lei Estadual 5.251/85 - Licença para tratar de saúde de pessoa da família - Reversão a qualquer tempo - Regularidade.

PARECER 000501/2018

Ementa Polícia Militar. Outorga da Medalha "General Sotero de Menezes". Decreto Estadual nº 213/1991. Concessão. Possibilidade.

PARECER 000502/2018

Ementa Agregação com fundamento do art. 88, §1º, inciso III, alínea "m" da Lei Estadual 5.251/85, para exercício de cargo comissionado de natureza civil. Regularidade.

PARECER 000503/2018

Ementa Inquérito Policial Militar. Crimes dolosos contra a vida praticados por Policiais Militares em desfavor de Civis. Instauração. Competência.



PARECER	000504/2018
Ementa	Licitação. Concessão florestal. Edital que não prevê critérios para análise da exequibilidade das propostas. Existência de prejuízo. Anulação.
PARECER	000505/2018
Ementa	Concessão de Medalha "General Sotero de Menezes". Verificação dos requisitos. Bravura e coragem.
PARECER	000506/2018
Ementa	Reversão. Agregação promovida com fundamento no art.88, §1º, inciso I, da Lei Estadual 5.251/85, para exercício de função de natureza militar junto à Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado - SUSIPE. Exoneração. Reversão a qualquer tempo. Análise Jurídica.
PARECER	000507/2018
Ementa	Servidor Público. Nomeação após aprovação em concurso público. Não preenchimento de requisito exigido para a posse (escolaridade). Arts. 14, IV e 17, V, da Lei Estadual nº 5.810/94 (RJU/PA). Invalidação da posse e posterior edição de ato que tornará sem efeito a nomeação. Art. 22, §3º, do RJU/PA. Análise Jurídica.
PARECER	000508/2018
Ementa	Polícia Civil. Suicídio cometido durante o trabalho. Auxílio-Morte. Comprovação do nexo causal entre o fato e o serviço. Deferimento do pedido.
PARECER	000509/2018
Ementa	Minuta de Decreto. Dispõe sobre a criação do Conselho Estadual de Política Indigenista. CONSEPI. Inconstitucionalidade Formal.



PARECER 000510/2018

Ementa Reversão. Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, I, da Lei Estadual nº 5.251/85, para exercício de função de natureza policial-militar. Reversão a qualquer tempo. Regularidade.

PARECER 000511/2018

Ementa Recurso Hierárquico. Natureza de pedido de reconsideração. Ausência de elementos que autorizem a reforma da decisão. Improcedência das razões recursais.

PARECER 000512/2018

Ementa Demissão. Desídia. Pedido de Reconsideração. Improcedência.

PARECER 000513/2018

Ementa Doação de Bem Imóvel. Município de Brasil Novo. Lei Eleitoral. Art. 73, §10. Inclusão acerca de regularização fundiária. Vedação. Análise Jurídica.

PARECER 000514/2018

Ementa Oficial Policial Militar Estadual. Nomeação para exercício de função junto a SUSIPE. Agregação. Exoneração. Reversão.

PARECER 000515/2018

Ementa Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual 5.251/85 C/C art. 21, inciso III do Decreto Federal nº 88.777/1983. Exercício da função de natureza Militar na Secretaria Nacional de Segurança Pública. Equiparação de "Nomeação" e "Colocação à Disposição" para fins de Agregação. Regularidade.

PARECER 000516/2018

Ementa Reversão. Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, I, da Lei Estadual nº 5.251/85, para exercício de função de natureza



Policial-Militar na SUSIPE. Reversão a qualquer tempo. Regularidade.

PARECER 000517/2018

Ementa Policial Militar Estadual. Nomeação para exercício de cargo junto à SUSIPE (Diretor de Unidade Prisional). Função de Natureza Policial-Militar. Agregação. Exoneração. Reversão ao Serviço Ativo.

PARECER 000518/2018

Ementa Policial Militar colocado à disposição da Justiça Militar Estadual. Exercício de suas próprias atividades. Fora dos quadros da Corporação Militar que integra. Agregação. Possibilidade.

PARECER 000519/2018

Ementa Servidor Público. Processo Administrativo Disciplinar. Secretaria de Estado de Educação- SEDUC. Abandono de cargo. Aplicação de Pena de Demissão. Arts.178, IV C/C 190, II, §2º, da Lei Estadual nº 5.810/94. Análise Jurídica.

PARECER 000520/2018

Ementa Minuta de decreto regulamentando o Comitê de Monitoramento Ambiental. Análise Jurídica.

PARECER 000521/2018

Ementa Concurso público C-199. Agente prisional. Demora na realização da prova de aptidão física em um dos Municípios. Ausência de quebra da isonomia entre candidatos que concorrem diretamente. Possibilidade de prosseguimento do certame.

PARECER 000522/2018

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Valer-se do exercício do cargo para auferir proveito pessoal ou de outrem. Recomendação de aplicação de pena de demissão. Julgamento. Governador do Estado.



PARECER 000523/2018

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Infração de caráter instantâneo. Prescrição. Ocorrência.

PARECER 000524/2018

Ementa Servidor civil. Falecimento em serviço. Pensão especial. Cálculo com base nas parcelas de caráter permanente, incluindo a gratificação de produtividade. Rateio em cotas partes iguais entre a viúva e o filho maior incapaz. Reajuste pelo INPC.

PARECER 000525/2018

Ementa Delegado de Polícia. Cessão. Pagamento da remuneração do cargo de origem. Gratificação pelo exercício de atividade de direção de Polícia Judiciária. Vantagem geral paga a ativos e inativos. Inclusão. Gratificação de localidade especial. Parcela de natureza indenizatória que depende do local de lotação e de desempenho efetivo das atribuições. Exclusão.

PARECER 000526/2018

Ementa Resilição unilateral do termo de fomento. Observância às cláusulas do ajuste. Necessidade de rescisão do termo de cessão vinculado. Prestação de contas e devolução dos valores.

PARECER 000527/2018

Ementa Minuta de Decreto. Aprovação da Política e Plano Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo. Análise jurídica.

PARECER 000528/2018

Ementa IDEFLOR-Bio. ITERPA. Associações de moradores dos Peax Prudente-Monte e Curumucuri. Destinatário do pagamento da participação dos resultados da lavra devidos ao proprietário do solo (superficiário, no caso da lavra da Mina de Juruti).



PARECER 000529/2018

Ementa Pedido de Sobrestamento de Conselho de Justificação. Tratamento em junta regular de saúde - Impossibilidade. Necessidade de revogação do conselho de justificação. Análise Jurídica.

PARECER 000530/2018

Ementa Isenção parcial (desconto) de IPVA para pagamento antecipado do tributo. Previsão no art. 13, §2º Lei Estadual nº 6.017/96 para concessão por meio de decreto estadual.

PARECER 000531/2018

Ementa Auxílio-alimentação pago com base em acordos coletivos de trabalho. Natureza salarial reconhecida. Interpretação da legislação aplicável.

PARECER 000532/2018

Ementa Consulta formulada pela SEAD. Impossibilidade de aplicação analógica do art. 24, XI, da Lei Ordinária Federal nº 8.666/93 ao caso concreto. Impossibilidade de retomada do processo licitatório. Respeito a direito de terceiros. Necessidade de atendimento aos critérios de isonomia e vantajosidade.

PARECER 000533/2018

Ementa Bem público. Uso do Tribunal de Justiça do Estado. Afetação. Pertinência.

PARECER 000534/2018

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Relatório contrário às provas dos autos. Julgamento pela autoridade competente. Aplicação da penalidade de demissão. Inteligência dos arts. 224 e art. 190, II do RJU.



PARECER	000535/2018
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Professor de escola pública estadual. Casos reiterados de agressão moral e psíquica a alunos. Configuração de assédio - improbidade administrativa (Art. 11, caput, LIA). Ofensa física a aluno caracterizada. Necessidade de aplicação de penalidade legal. Demissão. Encaminhamentos.
PARECER	000536/2018
Ementa	Polícia Militar. Conselho de justificação instaurado por decreto que não indicou a possível sanção a ser aplicada. Extrapolação do prazo para a conclusão de processo administrativo disciplinar. Inexistência de comprovação do prejuízo ao interessado. Ausência de nulidade.
PARECER	000537/2018
Ementa	Gratificação de complementação de jornada operacional. Ano eleitoral. Limites de despesa com pessoal. Medidas de contenção.
PARECER	000538/2018
Ementa	Contratação de servidor temporário. Hemorrede Estadual. Substituição de servidor, por ocasião de distrato. Período de vedações eleitorais. Impossibilidade de contratação. Art. 22, parágrafo único, IV, da LRF.
PARECER	000539/2018
Ementa	Pedido de reversão. Militar agregado para exercer função policial militar na SUSIPE. Cessado o motivo de sua agregação é configurada a possibilidade da reversão.
PARECER	000540/2018
Ementa	Agregação de policial militar. Cumprimento dos requisitos legais e constitucionais. Militar à disposição da Justiça Militar do Estado - JME. Possibilidade de agregação.



PARECER	000541/2018
Ementa	ARCON-PA. Prazo de mandato dos atuais diretores que não pode alcançar o primeiro dia útil do mandato do novo Governador do Estado. Extinção automática dos mandatos. Necessidade do novo chefe do executivo indicar ao poder legislativo os candidatos a ocuparem os cargos, para referendo. Possibilidade de designação provisória.
PARECER	000542/2018
Ementa	Minuta de Decreto. Regulamenta o portal de compras governamentais do Estado do Pará. Análise Jurídica.
PARECER	000543/2018
Ementa	Minuta de Decreto. Delegação de competências da Ação Social Integrada do Palácio do Governo (ASIPAG). Impossibilidade de delegação total. Extinção de cargos vagos. Possibilidade. Dispensa, a pedido, da liquidante. Possibilidade.
PARECER	000544/2018
Ementa	Processo Administrativo Revisional. Sentença penal absolutória por falta de provas (art. 386, VII, CPP). Caracterização de "falta residual". Aplicação d súmula nº 18, do STF.
PARECER	000545/2018
Ementa	Incorporação de representação. Incidência de termo decadencial. Decreto Federal nº 20.910/1932. Perda de direito potestativo. Análise de legislação aplicável ao caso. Encaminhamentos.
PARECER	000546/2018
Ementa	PoliciaI Militar Estadual. Conselho Especial. Promoção por bravura. Requisitos legais. Competência discricionária do Governo do Estado.



PARECER 000547/2018

Ementa Alteração do Decreto Estadual nº 2.410, de 06 de outubro de 1997. Composição da comissão de mediação de conflitos agrários. Inserção de representação da Defensoria Pública da União - DPU. Possibilidade. Análise Jurídica.

PARECER 000548/2018

Ementa Servidor Público. Abandono de cargo. Falta grave. Processo Administrativo Disciplinar. Não incidência de prescrição. Observância do devido processo legal. Sugestão de Demissão.

PARECER 000549/2018

Ementa Projeto de Lei. Alteração da Lei Estadual 5530/89. ICMS. Fixação de procedimento visando coibir a prática de atividade por empresas que apenas emitem notas fiscais.

PARECER 000550/2018

Ementa Minuta de Decreto. Altera anexo único do Decreto nº 2.014. Remissão. Anistia. Crédito Tributária. LC 160/2017 e Convênio/Confaz 190/2017.

PARECER 000551/2018

Ementa Contrato Administrativo. Prestação de serviços de planejamento, organização, realização, processamento e resultado final para homologação de concurso público. Suspensão do teste de aptidão física por tutela de urgência. Necessidade de realizar a prova em nova data. Custos adicionais. Álea Ordinária ou Empresarial. Inexistência de direito à revisão contratual.

PARECER 000552/2018

Ementa Instrução Normativa SEAD. Regulamentação do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta. Sugestão de encaminhamentos e análise crítica.



PARECER

000553/2018

Ementa

Lei Complementar nº 160/2017 e Convênio ICMS nº 190/2017. Limites temporais de fruição dos benefícios e incentivos fiscais ofertados em desacordo com o disposto no art. 155, XII. G, da Constituição Federal. Programas Meia Passagem, Cheque Moradia e Semear.

PARECER

000554/2018

Ementa

Servidor Civil. Esgotamento de período de licença para estudo, com ônus para o Estado. Pedido e prorrogação indeferido. Impossibilidade de concessão de licença para estudo retroativa. Impossibilidade de concessão de licença para tratar de interesses particulares. Possibilidade de exoneração a pedido. Necessidade de apuração do descumprimento do termo de compromisso e eventuais valores a serem devolvidos pelo servidor. Necessidade de apuração dos valores recebidos indevidamente, antes da suspensão de pagamento.

PARECER

000555/2018

Ementa

Servidor Público. Incorporação de horas extras ao salário. Alteração de regime jurídico. Incorporação de vantagem em regime celetista. Inexistência de direito adquirido. Prazo para a administração rever seus atos. Art. 54, da Lei Federal nº 9.784/99. Decadência. Análise Jurídica.

PARECER

000556/2018

Ementa

Requerimento de contagem de tempo de serviços para fins de percepção do adicional. Tempo de serviço militar. Divergência de entendimentos no âmbito da SEDUC e da SEAD.

PARECER

000557/2018

Ementa

Processo Administrativo Disciplinar. Valer-se do exercício do cargo para auferir proveito pessoal ou de outrem. Recomendação de



aplicação de pena de demissão e absolvição. Julgamento pelo Governador do Estado

PARECER 000558/2018

Ementa Servidor Público. Pensão especial civil. Acidente em serviço. Art. 160, II, C da Lei Estadual nº 5.810/1994. Análise Jurídica.

PARECER 000559/2018

Ementa Plano plurianual (PPA 2016-2019). Sistema tecnológico, de utilização obrigatória, para planejamento e gerenciamento dos programas e ações pelos órgãos e entidades do poder executivo, com o objetivo de apoiar a gestão do PPA. Alteração. Minuta de Decreto. Análise Jurídica.

PARECER 000560/2018

Ementa Seguro habitacional do Sistema Financeiro da Habitação - SH/SFH. Suposta inadimplência de prêmios do seguro habitacional. Cobrança. Prescrição aplicável.

PARECER 000561/2018

Ementa Policiamento Ambiental. Atuação em apoio à atividade fiscalizatória do Ministério Público. Requisição de força policial. Atendimento pelo Comando Local da PM/PA adstrito à capacidade de Corporação presente no Município. Necessidade de solicitar ao Comando-Geral da PM a complementação de contingente e/ou recursos a serem utilizados na operação de fiscalização.

PARECER 000562/2018

Ementa Indenização de representação. Incorporação. Análise do prazo prescricional. Ausência de previsão legal autorizada.

PARECER 000563/2018

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Inocorrência de prescrição. Arquivamento pela autoridade



instauradora. Incompetência. Nulidade. Necessidade de conversão do julgamento em diligência.

PARECER 000564/2018

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Acúmulo de cargo. Notificação reiterada frustrada. Inteligência do §1º do Art. 3º do Decreto Estadual nº 1.950/2017

PARECER 000565/2018

Ementa Minuta de Decreto. Convocação da 13ª Conferência. Estadual de Saúde do Pará. Análise Jurídica.

PARECER 000566/2018

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Inassiduidade habitual. Demissão. Inteligência do Art. 190, III, do RJU. Nulidade do processo administrativo anterior.

PARECER 000567/2018

Ementa Pedido de repactuação. Contrato de prestação de serviços de telefonia fixa. Ausência de demonstração de requisitos do Art. 5º, do Decreto Federal Nº 2.271/97. Alegação de ocorrência de fato do príncipe. Disposições do Decreto Estadual nº 1.739/2017. Inexistência. Indeferimento do pleito. Análise Jurídica.

PARECER 000568/2018

Ementa Suprimento de fundos. Diárias. Dever de prestar contas. Inobservância. Ato de Improbidade Administrativa. Ressarcimento integral do dano. Imprescritibilidade da ação de ressarcimento ao erário fundada na prática de ato doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa. Tese fixada pelo STF no tema 0897-RG.

PARECER 000569/2018

Ementa Gratificação de localidade especial. Impossibilidade de majoração do percentual devido. Não recepção do Art. 28 da Lei Estadual nº



4.491/1973 pela CF/88. Inconstitucionalidade da Portaria nº 001/1999.

PARECER

000571/2018

Ementa

Servidor Público. Processo Administrativo Disciplinar. Secretaria de Estado de Educação - SEDUC. Abandono de cargo. Aplicação da pena de Demissão. Arts. 178, IV C/C 190, II §2º, da Lei Estadual nº 5.810/94. Análise Jurídica.

PARECER

000572/2018

Ementa

Solicitação de pagamento de gratificação de função. Impossibilidade de aplicação retroativa de norma. Não comprovação de requisitos necessários.

PARECER

000573/2018

Ementa

SEDUC. Minuta de Anteprojeto de Lei. Alteração da Lei Estadual nº 6.061/1997, que instituiu o Conselho Estadual de Alimentação Escolar. Mudança da composição do Conselho por força da Lei Federal nº 11.947/2009.

PARECER

000574/2018

Ementa

Decreto. Minuta. Prorrogação de prazo para adesão ao Programa de Regularização Ambiental I- PRA. Prorrogação do prazo de adesão pelo Ente Federal. Análise Sistemática. Previsão legal. Medida provisória nº 867 de 26 de dezembro de 2018. Possibilidade.

PARECER

000575/2018

Ementa

Pensão Especial Militar. Morte de policial em serviço. Beneficiários. Rateio em cotas-partes iguais. Limite temporal do benefício. Composição da vantagem. Fixação dos efeitos financeiros.

PARECER

000576/2018

Ementa

Minuta de Projeto de Lei. Integração de convênios/ICMS celebrados pelo CONFAZ à Legislação Tributária Paraense. Benefícios fiscais.



Convênios CONFAZ/ICMS 56/12, 49/17, 150/17, 156/17, 206/17, 210/17, 212/17, 11/18, 18/18 50/18, 60/18 e 67/18

MANIFESTAÇÃO

MANIFESTAÇÃO 000001/2018

Ementa Ata de Registro de Preços. Participação da PGE. Aquisição de materiais de informática. Análise Jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000002/2018

Ementa Contrato verbal. Das obrigações do Estado advindas de contrato inválido. Verificação acerca de eventual má-fé do contratante para fins de determinação da obrigação de indenizar. Apuração de responsabilidades.

MANIFESTAÇÃO 000003/2018

Ementa Ata de Registro de Preços. Órgão participante. Aquisição de água mineral. Contratação. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000004/2018

Ementa Execução de Programa Social e utilização de logomarca em ano eleitoral.

MANIFESTAÇÃO 000005/2018

Ementa Minuta do oitavo Termo Aditivo ao Contrato nº 001/2008. Locação de imóvel.

MANIFESTAÇÃO 000006/2018

Ementa Servidora pública. Nascimento da filha antes da posse e exercício no cargo de Procurador do Estado. Gozo de licença maternidade proporcional. Possibilidade. Análise jurídica.



PGE

Procuradoria
Consultiva

MANIFESTAÇÃO 000007/2018

Ementa Ata de Registro de Preços. Participação da PGE. Contratação de empresa para a prestação de serviço de agenciamento de viagens. Análise Jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000008/2018

Ementa Cuida-se, nos autos, do Contrato nº 002/2017, firmado entre a PGE e empresa, vencedora da ARP decorrente do Pregão Eletrônico SEAD/DGL/SRP nº 08/2016, tendo por objeto o fornecimento de material de expediente.

MANIFESTAÇÃO 000009/2018

Ementa Análise e manifestação sobre minuta de primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 028/2016, visando a retificação do preço total do contrato, tendo em vista cálculo equivocado sobre o montante global necessário para atender seu período de vigência de 24 (vinte e quatro) meses.

MANIFESTAÇÃO 000010/2018

Ementa Servidor público estadual. Procuradoria-Geral do Estado do Pará. Pedido de aposentadoria. Vínculo estatutário não estável. Regularidade funcional. Cumprimento das exigências legais de afastamento. Arts. 110 e ss do RJU/PA. Análise Jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000011/2018

Ementa Minuta do segundo Termo Aditivo ao contrato nº 006/2017. Aquisição de móveis de escritório e divisórias.

MANIFESTAÇÃO 000012/2018

Ementa Minuta do terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 18/2016. Seleção e concessão de estágios supervisionados.



MANIFESTAÇÃO 000013/2018

Ementa Pensão especial militar. Decreto. Cálculo. Exclusão de parcelas de natureza indenizatória. Efeitos financeiros

MANIFESTAÇÃO 000014/2018

Ementa Cotação Eletrônica. Aquisição de sinalizadores de entrada e saída.

MANIFESTAÇÃO 000015/2018

Ementa Cessão de uso de bem móvel do Estado a Municípios. Regularidade INSS/FGTS.

MANIFESTAÇÃO 000016/2018

Ementa Polícia civil. Adicional de curso de especialização. Art. 70, v, "b", da LC nº 022/1994, com a alteração promovida pela LC nº 114/2017. Curso superior de Polícia e Bombeiro Militar - CSPBM/2017. Pós-graduação na área policial. Possibilidade de pagamento do adicional de 10 por cento. Análise Jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000017/2018

Ementa Eleições 2018. Atualização da Cartilha Eleitoral. Itens 4.19 a 4.24. Análise Jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000018/2018

Ementa Cartilha Eleitoral. Atualização, para as Eleições 2018, itens 4.13 a 4.18.

MANIFESTAÇÃO 000019/2018

Ementa Eleições 2018. Atualização da Cartilha Eleitoral. Itens 4.25 a 4.30.

MANIFESTAÇÃO 000020/2018

Ementa Eleições 2018. Atualização da Cartilha Eleitoral. Itens 4.1 a 4.6.



MANIFESTAÇÃO 000021/2018

Ementa Eleições 2018. Atualização da Cartilha Eleitoral. Itens 4.7 a 4.12. Análise Jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000022/2018

Ementa Primeiro Aditivo Contratual. Prorrogação de Prazo.

MANIFESTAÇÃO 000023/2018

Ementa Despesas de Exercícios Anteriores (DEA). Procuradoria-Geral do Estado do Pará. Folha de desligados. 13º salário proporcional, auxílio alimentação e férias indenizadas + 1/3. Pagamento. Viabilidade Jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000024/2018

Ementa DEA. Faturas Contratuais.

MANIFESTAÇÃO 000025/2018

Ementa DEA. Faturas Contratuais.

MANIFESTAÇÃO 000026/2018

Ementa Despesa de Exercício Anterior (DEA). Requisitos legais. Prescrição. Disponibilidade orçamentária. Documentos habilitatórios. Lei nº 4.320/64. Decreto nº 93.872/86.

MANIFESTAÇÃO 000027/2018

Ementa Despesa de Exercício Anterior (DEA). Hipóteses legais. Análise de prescrição. Disponibilidade orçamentária. Lei nº 4.320/64. Decreto nº 93.872/86. Portaria Conjunta nº 2, de 10 de novembro de 2018.

MANIFESTAÇÃO 000028/2018

Ementa Despesa de Exercício Anterior - DEA. Servidor aposentado. Lei nº 4.320/64. Decreto nº 93.872/86. Compromisso reconhecido após o



encerramento do exercício. Portaria conjunta nº 2/2017-SEFA-SEPLAN-SEAD-AGE. Análise Jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000029/2018

Ementa Despesa de Exercício Anterior - DEA. Serviço de telefonia móvel: pagamento da fatura referente a Dez/2017. Compromisso reconhecido após o encerramento do exercício. Lei nº 4.320/64. Decreto nº 93.872/86. Portaria conjunta nº 2/2017-SEFA-SEPLAN-SEAD-AGE. Análise Jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000030/2018

Ementa Despesa de Exercício Anterior - DEA. Requisitos legais. Prescrição. Disponibilidade Orçamentária. Documentos habilitatórios. Lei nº 4.320/64. Decreto nº 93.872/86.

MANIFESTAÇÃO 000031/2018

Ementa Transferência de recursos provenientes de emendas parlamentares individuais e de bens adquiridos com estes recursos. Vedações eleitorais. Análise Jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000032/2018

Ementa Minuta de decreto REDESIM. Ajustes realizados.

MANIFESTAÇÃO 000033/2018

Ementa Minuta de Anteprojeto de Lei que altera e revoga dispositivos da Lei Estadual nº 5.819/94, relativamente à composição do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. Análise Jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000034/2018

Ementa Nepotismo. Nomeação de parentes consanguíneos de 2º grau para cargos/funções de confiança. Servidores que já ocupam cargos de provimento efetivo. Não caracterização.



MANIFESTAÇÃO 000035/2018

Ementa Despesas de Exercícios Anteriores (DEA). Prestação de serviço de sistema de gestão de abastecimento de combustível referente ao mês de dezembro de 2017. Procuradoria-Geral do Estado do Pará. Pagamento. Viabilidade jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000036/2018

Ementa Minuta do Edital nº 01/2018, do Processo Seletivo Simplificado nº 01 - PSS. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000037/2018

Ementa Anulação de ato administrativo.

MANIFESTAÇÃO 000038/2018

Ementa Minuta de acordo de Cooperação Técnica. Programa Nacional de Crédito Fundiário. Reanálise sobre aspectos formais.

MANIFESTAÇÃO 000039/2018

Ementa Ata de Registro de Preços. Órgão participante. Contratação de serviço terceirizado: auxiliar de limpeza e encarregado. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000040/2018

Ementa Tempo de serviço público. Certidão. Averbação. Cargos públicos.

MANIFESTAÇÃO 000041/2018

Ementa Contrato Administrativo. Serviço de manutenção de estais da ponte Almir Gabriel. Modificação da metodologia de execução dos serviços. Pretensa alteração contratual que importa no aumento do preço em 45,05 %. Decisão 215/1999, do TCU. Análise jurídica.



MANIFESTAÇÃO 000042/2018

Ementa Minuta de Decreto governamental. Projeto Agroextrativista (PAEX) Acultipereira. Decreto homologatório. Observância dos requisitos legais. Viabilidade de assinatura.

MANIFESTAÇÃO 000043/2018

Ementa Anteprojeto de Lei. Efetivo do Corpo de Bombeiros Militar. Revogação das Leis nº 5.729/1992, e nº 7.480/2010. Reanálise.

MANIFESTAÇÃO 000044/2018

Ementa Dispensa de licitação. Contratação da PRODEPA para a prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação para a Procuradoria-Geral do Estado em Belém. Hospedagem de servidor (Colocation) E, hospedagem de website 5 GB (Revista eletrônica), hospedagem de website 30 GB, internet 100MBPS, IP válido através de NAT, licença de uso de sistemas globais (SIAFEM e SIMAS), link de dados de fibra 100MBPS e hospedagem de servidor virtualizado. Viabilidade jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000045/2018

Ementa Minuta de Decreto encaminhada pela SEDEME para revogação do benefício fiscal concedido por meio do Decreto nº 52, de 13 de março de 2007, à empresa Companhia Brasileira de Asfalto da Amazônia - CBAA.

MANIFESTAÇÃO 000046/2018

Ementa Minuta de Decreto que faz publicar a relação de incentivos e benefícios fiscais concedidos até 08 de agosto de 2017, conforme determina a Lei Complementar nº 160/17.

MANIFESTAÇÃO 000047/2018

Ementa Análise da minuta de decreto que homologa decisão da Comissão de Política de Incentivos Fiscais e revoga benefícios concedidos à empresa Marborges Agroindústria S/A.



MANIFESTAÇÃO 000048/2018

Ementa Ata de Registro de Preços (ARP). Órgão partícipe. Contratação da Empresa vencedora. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000049/2018

Ementa Contrato administrativo. Alteração que importa em modificação quantitativa do objeto. Suplemento de preço. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000050/2018

Ementa Termo de execução descentralizada. Serviços adicionais. Preservação da identidade do objeto. Economicidade. Alteração do valor. Novo destaque orçamentário. Alteração contratual. Reforma de Edifício. Limite de 50% para acréscimos.

MANIFESTAÇÃO 000051/2018

Ementa Retificação de data de admissão. Documentos. Provas.

MANIFESTAÇÃO 000052/2018

Ementa Ata de Registro de Preços. Órgão participante em relação à aquisição de leite em pó e açúcar. Adesão à ata em relação ao café. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000053/2018

Ementa Recurso administrativo. Decisão que aplicou penalidades por inexecução de contrato. Contrato oriundo de Ata de Registro de Preços. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000054/2018

Ementa Servidor público estadual. Procuradoria-Geral do Estado do Pará. Pedido de aposentadoria voluntária. Regularidade funcional. Cumprimento das exigências legais de afastamento - Art. 112, §4º do RJU/PA c/c EC nº 047/2005. Análise jurídica.



MANIFESTAÇÃO 000055/2018

Ementa Requerimento de promoção por ressarcimento de preterição. Abertura de vaga decorrente de agregação com data retroativa. Corpo de Bombeiros Militar. Análise Jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000056/2018

Ementa Requerimento de promoção por ressarcimento de preterição. Corpo de Bombeiros Militar. Agregação com data retroativa. Abertura de vaga para fins de promoção. Análise jurídica

MANIFESTAÇÃO 000057/2018

Ementa Contrato administrativo. Aquisição de livros. Prazo de entrega. Prorrogação.

MANIFESTAÇÃO 000058/2018

Ementa Empregado comissionado. Comissionado Celetista. Cargo em comissão sob regime celetista. Verbas rescisórias. Aviso prévio. Multa de 40 por cento sobre o FGTS. Multa por atraso prevista no art. 477, § 8º da CLT.

MANIFESTAÇÃO 000059/2018

Ementa Cotação Eletrônica. Serviço. Limpeza. Economia.

MANIFESTAÇÃO 000060/2018

Ementa Concurso público. Nomeação tornada sem efeito. Direito subjetivo. Prazo de validade do concurso.

MANIFESTAÇÃO 000061/2018

Ementa Servidor. Tratamento de saúde. Acidente em serviço. Ressarcimento de despesas. Art. 160, I, "e", RJU. Análise jurídica.



MANIFESTAÇÃO 000062/2018

Ementa Decreto que Institui o Grupo de Estudos incumbido de reunir informações técnicas e jurídicas sobre povos e populações tradicionais, no Pará, a fim de receber, nivelar e organizar procedimentos administrativos das secretarias e órgãos do Estado referentes às consultas livres e informadas.

MANIFESTAÇÃO 000063/2018

Ementa Auxílio-funeral. Art. 160, II, "b" do RJU. Valor devido. Limitação. Decisão do TCE/PA.

MANIFESTAÇÃO 000064/2018

Ementa Licitação. Possibilidade de contratação direta. Inviabilidade de competição. Inexigibilidade de licitação. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000065/2018

Ementa Servidor público. Cargo Comissionado. Férias interrompidas. Necessidade do serviço. Exoneração. Indenização pelo período não gozado. Cabimento. Inteligência dos arts. 7º, XVII, CF, e arts. 74 e 76, RJU.

MANIFESTAÇÃO 000066/2018

Ementa Tempo de serviço público. ATS. Certidão. Averbação. Cargos públicos.

MANIFESTAÇÃO 000067/2018

Ementa Servidor público. Tempo de serviço público. Declaração. Averbação. Adicional por Tempo de Serviço. Aposentadoria.

MANIFESTAÇÃO 000068/2018

Ementa Instauração de Conselho de Justificação. Policial militar. Falta funcional.

MANIFESTAÇÃO 000069/2018



Ementa Compra de base e mastros para bandeiras. Contratação por dispensa de licitação: art. 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666/1993 - Pequeno valor. Cotação Eletrônica de Preços. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000070/2018

Ementa Conselho Estadual de Segurança Pública - CONSEP. Homologação de resolução. Medalha de Honra ao Mérito Pericial "Dr. Renato Chaves". Viabilidade jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000071/2018

Ementa Decreto Legislativo. Autorização de doação de bem imóvel estadual a município. Doação com finalidade específica. Natureza de doação com encargo. Manutenção da característica de transferência gratuita. Ano eleitoral. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000072/2018

Ementa Projeto de Lei. Alteração do art. 9º da Lei Estadual nº 7.309/2009. Composição do Conselho Estadual da Economia Popular e Solidária - CEEPS. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000073/2018

Ementa Servidor público. Cessão no âmbito do Poder Executivo Estadual. Prorrogação. Cargo de diretoria em Empresa Estatal. Lei nº 13.303/2016. Decreto Estadual nº 1.960/2018.

MANIFESTAÇÃO 000074/2018

Ementa Contratação de curso In Company "O novo regime das contratações das estatais". Editora Zênite. Inexigibilidade de licitação. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000075/2018

Ementa Contrato de patrocínio. Patrocinador: Banco do Estado do Pará (BANPARÁ). Recursos a serem destinados ao custeio de curso contratado pela PGE. Viabilidade jurídica.



MANIFESTAÇÃO 000076/2018

Ementa Férias magistério. Cálculo do terço constitucional.

MANIFESTAÇÃO 000077/2018

Ementa Aditivo contratual - acréscimo de 25%. Ata de Registro de Preços. Órgão participante. Aquisição de computadores. Contratação. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000078/2018

Ementa Polícia Militar. Conselho de Justificação. Substituição de membro desaquartelado anteriormente nomeado. Instauração de Conselho de Justificação. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000079/2018

Ementa Pensão Especial Militar. Retificação de decreto de concessão. Controle de legalidade TCE. Alteração do percentual do ATS. Análise Jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000080/2018

Ementa Despesa de Exercício Anterior (DEA). Servidora pública. Férias não gozadas. Afastamento para aguardar aposentadoria. Lei nº 4.320/64. Decreto nº 93.872/86. Compromisso reconhecido após encerramento do exercício. Portaria Conjunta nº 02/2017-SEFA-SEPLAN-SEAD-AGE. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000081/2018

Ementa Despesa de Exercício Anterior.

MANIFESTAÇÃO 000082/2018

Ementa Averbação de Tempo de Serviço.

MANIFESTAÇÃO 000083/2018

Ementa Acumulação lícita de dois cargos de professor. Arts. 7º e 11 da Lei Estadual nº 8.030/2016. Análise jurídica.



PGE

Procuradoria
Consultiva

MANIFESTAÇÃO 000084/2018

Ementa Termo Aditivo a Termo de Cessão de Uso.

MANIFESTAÇÃO 000085/2018

Ementa Servidor público estadual admitido pelo IPASEP, com base na CLT. Estabilidade do art. 19 do ADCT. Redistribuição para a PGE. Pedido de aposentadoria voluntária. Regularidade funcional. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000086/2018

Ementa Contrato de aquisição de livros jurídicos. Supressão de títulos por fator superveniente alheio à vontade de partes.

MANIFESTAÇÃO 000087/2018

Ementa Emendas Parlamentares Individuais (EPis). Natureza da transferência. Municípios inadimplentes. Suspensão do Registro de inadimplência. Medidas à reparação dos danos. Súmula 615 do STJ.

MANIFESTAÇÃO 000088/2018

Ementa Processo Seletivo Simplificado nº 01/2018. Minuta de Contrato Administrativo por prazo determinado de servidor temporário. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000089/2018

Ementa Contratação de serviços terceirizados

MANIFESTAÇÃO 000090/2018

Ementa Análise jurídica da Minuta do quarto Termo Aditivo ao Contrato nº 018/2016.

MANIFESTAÇÃO 000091/2018

Ementa Servidor público Estadual. Tempo de serviço prestado em cargo federal anterior. Averbação para fins de aposentadoria, disponibilidade, ATS e licença prêmio. Análise jurídica.



MANIFESTAÇÃO 000092/2018

Ementa Transferências voluntárias de recursos na área da saúde. Municípios inadimplentes. Possibilidade jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000093/2018

Ementa Cotação Eletrônica. Aquisição de equipamento de proteção individual. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000094/2018

Ementa Licitação. Possibilidade de contratação direta. Inviabilidade de competição. Inexigibilidade de licitação. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000095/2018

Ementa Prestação de serviço. Certificados Digitais/Tokens. Sistema de Cotação Eletrônica de Preços. Contratação direta. Dispensa de licitação em razão do valor (Art. 24, II, da Lei nº 8.666/93). Garantia. Minuta contratual.

MANIFESTAÇÃO 000096/2018

Ementa Servidor público estadual. Procuradoria-Geral do Estado do Pará. Pedido de aposentadoria. Vínculo estatutário não estável. Regularidade funcional. Cumprimento das Exigências legais de afastamento. Arts. 110 e SS do RJU/PA. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000097/2018

Ementa Servidora pública estadual nomeada e lotada na Secretaria de Estado de Interior e Justiça, em razão da aprovação em concurso público. Redistribuição para a Consultoria-Geral do Estado (CGE). Posterior extinção da CGE. Absorvição da lotação da servidora pela Procuradoria-Geral do Estado (PGE). Pedido de aposentadoria voluntária. Regularidade funcional e de afastamento para guardar o benefício. Análise jurídica.



MANIFESTAÇÃO 000098/2018

Ementa Aditivo. Contrato de prestação de serviço de impressão. Serviço contínuo. Vantajosidade.

MANIFESTAÇÃO 000099/2018

Ementa Regularização Fundiária Urbana (REURB). Lei nº 13.645/2017. Cessão de Posse. Lei nº 6.766/79. Ano eleitoral. Distribuição gratuita de benefício. Programa social autorizado em Lei e já em execução orçamentária no exercício anterior. Art. 73, §10, da Lei nº 9.504/97.

MANIFESTAÇÃO 000100/2018

Ementa Doação. Análise das vedações eleitorais estabelecidas na Lei nº 9.504/97.

MANIFESTAÇÃO 000101/2018

Ementa Empresa estatal. Sociedade de economia mista. Doação de Imóvel com encargo. Distrato. Minuta de escritura pública.

MANIFESTAÇÃO 000102/2018

Ementa Fornecimento de energia elétrica. Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD). Acréscimo no valor contratual e redução de demanda contratada. Aditivo.

MANIFESTAÇÃO 000103/2018

Ementa Serviço de certificação digital para pessoa física. Contratação por dispensa de licitação: Art. 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666 - Pequeno Valor. Cotação Eletrônica de preços. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000104/2018

Ementa Contratação do serviço de manutenção de rede elétrica para prédio da setorial de Santarém. Garantia do Serviço. Instrumento contratual. Análise jurídica.



MANIFESTAÇÃO 000105/2018

Ementa Minuta de Aditivo. Contrato 026/2014. Locação de veículos. Serviço contínuo. Prorrogação de vigência. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000106/2018

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Acúmulo ilegal de proventos de aposentadoria e cargo público. Não exercício pela servidora do direito de opção. Má-fé configurada. Demissão. Possibilidade. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000107/2018

Ementa Microcrédito. Concessão. Fundo de Desenvolvimento Estadual - FDE. Superavit. Emenda Parlamentar Individual (EPI). Período eleitoral.

MANIFESTAÇÃO 000108/2018

Ementa Anteprojeto de Lei de fixação de efetivo do Corpo de Bombeiros Militar do Pará. Conformidade jurídica. Necessidade de oitiva do Comitê Gestor - SIGOV.

MANIFESTAÇÃO 000109/2018

Ementa Doação. Bens móveis de escritório. Cessão. Ano eleitoral.

MANIFESTAÇÃO 000110/2018

Ementa Direito fundiário. Regularização fundiária onerosa. Requisitos normativos: recomposição de passivo florestal e cancelamento de matrícula: ausência.

MANIFESTAÇÃO 000111/2018

Ementa Legalidade e Viabilidade da conclusão das ações de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social (Reurb-S) do Núcleo Urbano Informal Consolidado Pantanal localizado no entorno do Parque



Utinga. Possibilidade de utilização da legitimação fundiária (Art. 15. I da Lei Federal nº 13.465/2017) para as aludidas regularizações.

MANIFESTAÇÃO 000112/2018

Ementa Regularização Fundiária Urbana (REURB). Lei nº 13.645/2017. Legitimação Fundiária. Ano eleitoral. Distribuição gratuita de benefício. Programa social autorizado em Lei e em execução orçamentária no exercício anterior. Art. 73, § 10, da Lei nº 9.504/1997.

MANIFESTAÇÃO 000113/2018

Ementa Complementação ao Parecer dos autos. Responsabilidade solidária e pagamento do tributo. Efeitos.

MANIFESTAÇÃO 000114/2018

Ementa Solicitação de acesso a Notas Fiscais Eletrônicas ou chaves de acesso de DANFE emitidas contra Secretaria de Estado. Lei de Acesso a Informação. Sigilo fiscal. Parecer anterior (Proc. PGE 201600011507). Análise conclusiva. Reafirmação do Entendimento.

MANIFESTAÇÃO 000115/2018

Ementa Sistema de Cotação Eletrônica de Preços. Aquisição de Plaquetas de Patrimônio para identificação e controle de bens permanentes. Contratação direta. Dispensa de licitação. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000116/2018

Ementa Tempo de serviço. Certidão. Averbação. Cargos públicos.

MANIFESTAÇÃO 000117/2018

Ementa Servidor público estadual. Tempo de serviço público prestado em cargo federal anterior. Averbação para fins de aposentadoria, disponibilidade, ATS e licença prêmio. Análise jurídica.



MANIFESTAÇÃO 000118/2018

Ementa Pedido de regularização Fundiária realizado no ITERPA, relativo a uma área de terras, localizada no município de Rondon do Pará.

MANIFESTAÇÃO 000119/2018

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. SEDUC. Transgressão disciplinar. Acúmulo ilegal de cargos.

MANIFESTAÇÃO 000120/2018

Ementa Despesa de Exercício Anterior - DEA. Bolsa estágio não sacada tempestivamente. Lei nº 4.320/64. Decreto nº 93.872/86. Compromisso reconhecido após o encerramento do exercício. Portaria Conjunta nº 2/2017-SEFA-SEPLAN-SEAD-AGE. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000121/2018

Ementa Despesas de Exercícios Anteriores (DEA). Procuradoria-Geral do Estado do Pará. Folha suplementar. Gratificação de Desempenho de Apoio à Procuradoria e férias não gozadas. Pagamento. Viabilidade jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000122/2018

Ementa Bombeiro militar. Cessão para atuar na Política de Gestão Documental da Procuradoria-Geral do Estado. Impossibilidade. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000123/2018

Ementa Despesa de Exercício Anterior (DEA). Indenização de férias. Disponibilidade orçamentária. Lei nº 4.320/64. Decreto nº 93.872/86. Portaria Conjunta nº 2.

MANIFESTAÇÃO 000124/2018

Ementa Ata de Registro de Preços. Aquisição de material de expediente. Análise jurídica.



MANIFESTAÇÃO 000125/2018

Ementa Regularização Fundiária Urbana (REURB). Lei nº 13.645/2017. Ano eleitoral. Distribuição gratuita de benefício. Programa social autorizado em Lei e em execução orçamentária no exercício anterior. Art. 73, § 10, da Lei nº 9.504/97.

MANIFESTAÇÃO 000126/2018

Ementa Direito fundiário e eleitoral. Regularização Fundiária Urbana - REURB. Adoção de doação ou Concessão de Direito Real de Uso - CDRU. Ano eleitoral. Vedações. Possibilidades legais para uso.

MANIFESTAÇÃO 000127/2018

Ementa Fornecimento e instalação de películas prediais. Dispensa de licitação. Atualização dos valores. Decreto Federal nº 9.412/2018. Fracionamento do objeto.

MANIFESTAÇÃO 000128/2018

Ementa Serviço de manutenção de rede elétrica para o prédio da setorial de Santarém. Contratação por dispensa de licitação: art. 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666/1993 - pequeno valor. Cotação eletrônica de preços. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000129/2018

Ementa Acordo de cooperação a ser celebrado entre PGE e DETRAN. Colaboração mútua para o desenvolvimento de sistema que aumente a eficiência da recuperação de créditos no Estado do Pará. Análise jurídica da minuta.

MANIFESTAÇÃO 000130/2018

Ementa Contrato administrativo. Termo aditivo. Prorrogação de prazo contratual. Análise jurídica.



MANIFESTAÇÃO 000131/2018

Ementa Servidor público estadual. Tempo de serviço anterior prestado em Sociedade de Economia Mista. Averbação apenas para fins de aposentadoria e disponibilidade. Inteligência do art. 70 e 128, inciso III, da Lei Estadual nº 5.810/94.

MANIFESTAÇÃO 000132/2018

Ementa Cessão de servidor. Prorrogação. Decreto nº 1.960/2018. Requisitos. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000133/2018

Ementa Aditivo. Contrato de prestação de serviço de manutenção do E. Serviço Contínuo. Vantajosidade.

MANIFESTAÇÃO 000134/2018

Ementa Servidor público. Posse declarada inválida, em razão da não comprovação de requisitos de escolaridade. Nomeação a ser tornada sem efeito. Possibilidade de edição de decreto pelo Chefe do Executivo. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000135/2018

Ementa Ata de Registro de Preços. Participação da PGE. Aquisição de copos descartáveis para água e café. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000136/2018

Ementa Despesa de Exercício Anterior (DEA). Hipóteses legais. Análise de prescrição. Disponibilidade orçamentária. Lei nº 4.320/64. Decreto nº 93.872/86. Portaria Conjunta nº 2, de 10 de novembro de 2017.

MANIFESTAÇÃO 000137/2018

Ementa Ata de Registro de Preços. Órgão participante. Aquisição de material de expediente. Contratação. Análise jurídica.



MANIFESTAÇÃO 000138/2018

Ementa Concursos C-202 e C-203 da Polícia Civil. Convocação à Academia de Polícia de candidatos aprovados na primeira fase e não convocados à segunda fase, em razão da colocação alcançada. Eliminação destes candidatos do certame. Parecer 265/2018, que entendeu inviável o chamamento extemporâneo dos candidatos. Concursos homologados. Pedido de reconsideração. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000139/2018

Ementa Aquisição de carrinhos para locomoção de processos. Contratação por dispensa de licitação: art. 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666/1993 - Pequeno valor. Cotação Eletrônica de Preços. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000140/2018

Ementa Aditivo. Contrato de aquisição de livros. Supressão. Ausência de comprovação de regularidade fiscal. Notificação prévia para regularização. Necessidade de apuração de infração contratual.

MANIFESTAÇÃO 000141/2018

Ementa Aditivo. Contrato de prestação de serviço de disponibilização do conteúdo de periódicos on-line. Serviço contínuo. Vantajosidade.

MANIFESTAÇÃO 000142/2018

Ementa Prestação de serviços de telefonia fixa prestados, sem a devida cobertura contratual. Prescrição de parte das parcelas objeto da cobrança. Possibilidade de pagamento das demais parcelas, a título de indenização. Instauração de procedimento para a invalidação do contrato verbal e apuração de boa ou má-fé. Apuração de responsabilidade. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000143/2018

Ementa Promoção por antiguidade em ressarcimento de preterição.



MANIFESTAÇÃO 000144/2018

Ementa Contrato administrativo. Contratação de serviços notariais (Lavatura de escritura pública de desapropriação de imóvel urbano). Inexigibilidade de licitação. Aprovação da minuta contratual pela assessoria jurídica da Administração (Artigo 38, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/93).

MANIFESTAÇÃO 000145/2018

Ementa Ações de Regularização Fundiária Urbana - REURB na comunidade Jaderlândia e a Lei Federal nº 9.504/1997 - Vedações do ano eleitoral.

MANIFESTAÇÃO 000146/2018

Ementa Regularização Fundiária Urbana (REURB). Lei nº 13.645/2017. Ano eleitoral. Distribuição gratuita de benefício. Programa social autorizado em Lei e em execução orçamentária no exercício anterior. Art. 73, § 10, da Lei nº 9.504/97.

MANIFESTAÇÃO 000147/2018

Ementa Dispensa de licitação. Emissão de nota de empenho. Assinatura do Diário Oficial do Estado. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000148/2018

Ementa COHAB. Denominação de bem público. Alteração. Possibilidade. Averbação no competente cartório de registro de imóveis. Requerimento do titular.

MANIFESTAÇÃO 000149/2018

Ementa Incorporação de gratificação de função. Exercício da função gratificada anterior à LCE 44/2003, que modificou a LCE 039/2002. Direito adquirido do servidor. Base de cálculo do percentual incorporado. Padrão remuneratório da função. Prevalência do padrão cabível à época do exercício. Prescrição. Análise jurídica.



MANIFESTAÇÃO 000150/2018

Ementa Afetação de bem imóvel ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará integrante do Patrimônio Estatal. Possibilidade. Previsão constitucional.

MANIFESTAÇÃO 000151/2018

Ementa Período eleitoral. Vedações. Uso de brasão e expressão em materiais de divulgação. Cessão de uso de bens públicos. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000152/2018

Ementa Minuta de aditivo. Contrato 034/2014. Manutenção da rede de dados e do acesso à internet da Regional de Santarém. Serviço contínuo. Prorrogação de vigência. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000153/2018

Ementa Promoção por ato de bravura. Requisitos para promoção. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000154/2018

Ementa Cessão de uso de bem móvel. Prorrogação de vigência. Termo aditivo.

MANIFESTAÇÃO 000155/2018

Ementa Termo de afetação de imóveis.

MANIFESTAÇÃO 000156/2018

Ementa Licitação. Composição do preço de referência/orçamento estimado. Utilização exclusiva do painel de preços do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão: impossibilidade. Necessidade de utilização de fontes variadas: cesta de preços aceitáveis - Inteligência do art. 15, inciso V da Lei Estadual nº 6.474/2002 e Acórdão TCU nº 1548/2018-Plenário.



MANIFESTAÇÃO 000157/2018

Ementa Contribuição sindical. Reforma Trabalhista. Constitucionalidade. ADI 5.794. Extinção da Obrigatoriedade. Autorização expressa e individual do empregado.

MANIFESTAÇÃO 000158/2018

Ementa Tempo de serviço público. Certidão. Averbação. Cargos públicos.

MANIFESTAÇÃO 000159/2018

Ementa Servidor temporário. Função pública. Atividade jurídica. Concurso público.

MANIFESTAÇÃO 000160/2018

Ementa Cotação eletrônica. Películas, Economia.

MANIFESTAÇÃO 000161/2018

Ementa Secretários de Estado. Adicional por tempo de serviço. Impossibilidade de pagamento. Inaplicabilidade do RJU aos Agentes Políticos. Entendimento consolidado no âmbito da Procuradoria-Geral do Estado.

MANIFESTAÇÃO 000162/2018

Ementa Contrato de locação de automóvel. Setorial de Brasília. Prorrogação de vigência. Quarto termo aditivo.

MANIFESTAÇÃO 000163/2018

Ementa Bicentenário da PMPA. Realização de eventos comemorativos. Divulgação. Publicidade institucional. Período eleitoral. Vedações.

MANIFESTAÇÃO 000164/2018

Ementa Averbação de tempo de serviço prestado como Secretário de Estado para fins de percepção de adicional por tempo de serviço. Impossibilidade. Inaplicabilidade do RJU aos Agentes Políticos.



Entendimento consolidado no âmbito da Procuradoria-Geral do Estado.

MANIFESTAÇÃO 000165/2018

Ementa Pregão Eletrônico. Aquisição e instalação de "no breaks". Aprovação da minuta de edital pela Assessoria Jurídica (art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93).

MANIFESTAÇÃO 000166/2018

Ementa Servidor público estadual. Tempo de serviço público prestado em cargo estadual e federal anterior. Averbação para fins de aposentadoria, disponibilidade, ATS e licença prêmio. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000167/2018

Ementa Análise da Minuta de Termo de inexigibilidade de licitação, ratificação e contrato de serviços de restauração de obras de arte do acervo da PGE.

MANIFESTAÇÃO 000168/2018

Ementa Minuta Contratual. Fornecimento de material de expediente. PGE. Lei de responsabilidade fiscal.

MANIFESTAÇÃO 000169/2018

Ementa Minuta de Acordo de Cooperação Técnica que trata do Sistema Integrado da Dívida Ativa.

MANIFESTAÇÃO 000170/2018

Ementa Pedido de veiculação de publicidade institucional. Período eleitoral. Grave e urgente necessidade pública. Reconhecimento pelo TRE/PA. Possibilidade.



MANIFESTAÇÃO 000171/2018

Ementa Inexigibilidade de licitação. Renovação de periódico digital. Editora Zênite.

MANIFESTAÇÃO 000172/2018

Ementa Termo de execução descentralizada. Atualização funcional programática. Prorrogação da vigência.

MANIFESTAÇÃO 000173/2018

Ementa Sociedade de Economia Mista. Prestadora de serviço público. Concurso público. Cadastro de reserva. Candidatos aprovados. Direito à nomeação. Licitação para contratação de serviços advocatícios.

MANIFESTAÇÃO 000174/2018

Ementa Cessão de Servidor. Ônus ao cessionário. ALEPA. Reembolso.

MANIFESTAÇÃO 000175/2018

Ementa Pregão eletrônico. Fornecimento, instalação e montagem de divisórias, portas e painéis. Aprovação da minuta de edital pela assessoria jurídica (art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93).

MANIFESTAÇÃO 000176/2018

Ementa Aditivo de prorrogação contratual. Serviço contínuo.

MANIFESTAÇÃO 000177/2018

Ementa Aditivo. Contrato de prestação de serviço de telefonia móvel. Serviço contínuo. Vantajosidade.

MANIFESTAÇÃO 000178/2018

Ementa Inexigibilidade de licitação. Contratação de periódicos on-line. Editora JML.



MANIFESTAÇÃO 000179/2018

Ementa Pedido administrativo. Policiais civis. Adicional de insalubridade. Art. 45 da Lei Complementar Estadual nº 022/94. Arts. 128 e 129 da Lei Estadual nº 5.810/94. Impossibilidade de percebimento acumulado de gratificação de risco de vida com adicional de insalubridade. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000180/2018

Ementa Publicidade institucional. Período eleitoral. Uso de marca institucional do turismo paraense. Impossibilidade.

MANIFESTAÇÃO 000181/2018

Ementa Contratação de ferramenta de pesquisa de jurisprudência de direito tributário. Editora Lex Magister. Contratação direta. Inexigibilidade de licitação. Fornecedor exclusivo. Art. 25, I, da Lei nº 8.666/93. Necessidade de regularização.

MANIFESTAÇÃO 000182/2018

Ementa Polícia civil. Pensão Especial Militar. Concessão de pensão.

MANIFESTAÇÃO 000183/2018

Ementa Reconhecimento de dívida. Contrato verbal. Das obrigações do Estado advindas de contrato inválido. Verificação acerca de eventual má-fé do contratante para fins de determinação da obrigação de indenizar. Apuração de responsabilidade.

MANIFESTAÇÃO 000184/2018

Ementa Contrato de locação de imóvel nº 021/2017. Setorial de Brasília. 1º Termo aditivo. Prorrogação contratual. Prazo superior a 12 (doze) meses. Vantajosidade. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000185/2018

Ementa Minuta de edital de pregão Eletrônico. Contratação de serviços de manutenção do elevador instalado na Procuradoria-Geral.



Aprovação pela assessoria jurídica, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000186/2018

Ementa Pregão eletrônico. Aquisição de material de refrigeração. Aprovação da minuta de edital pela Assessoria Jurídica (Art. 38, Parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993).

MANIFESTAÇÃO 000187/2018

Ementa Sistema de Cotação Eletrônica de Preços. Encadernação de Diários Oficiais. Contratação direta. Dispensa de licitação. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000188/2018

Ementa Promoção por Antiguidade em Ressarcimento de Preterição.

MANIFESTAÇÃO 000189/2018

Ementa Pregão Eletrônico. Fornecimento e instalação de cortinas tipo rolo (persiana) com tela solar. Aprovação da minuta de edital pela Assessoria Jurídica (Art. 38. Parágrafo Único, da Lei Federal nº 8.666/1993).

MANIFESTAÇÃO 000190/2018

Ementa Cessão de uso de bem imóvel.

MANIFESTAÇÃO 000191/2018

Ementa Investigador de Polícia Civil. Pagamento de Adicional de Curso de Extensão, com base no art. 70, V, da LCE nº 022/94.

MANIFESTAÇÃO 000192/2018

Ementa Qualificação como Organização Social de entidade civil sem fins lucrativos. Apresentação de documentos e preenchimento de



requisitos previstos nas normas estaduais e na decisão proferida pelo STF na ADI 1923/DF. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000193/2018

Ementa Contrato de locação de imóvel nº 021/2017. Setorial Brasília. 1º Termo Aditivo. Prorrogação contratual. Vantajosidade. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000194/2018

Ementa Pregão eletrônico. Aquisição de material elétrico. Aprovação da minuta de Edital pela Assessoria Jurídica (Art. 38, Parágrafo único, da Lei nº 8.666/93).

MANIFESTAÇÃO 000195/2018

Ementa Pregão eletrônico. Aquisição de aparelhos de TV e suporte. Aprovação da minuta de edital pela Assessoria Jurídica (Art. 38, Parágrafo único, da Lei nº 8.666/93).

MANIFESTAÇÃO 000196/2018

Ementa Averbação de tempo de serviço.

MANIFESTAÇÃO 000197/2018

Ementa Contratação da Revista dos Tribunais on-line e Biblioteca Digital Proview. Inexigibilidade de licitação. Art. 25, I, da Lei Ordinária Federal nº 8.666/1993. Análise formal.

MANIFESTAÇÃO 000198/2018

Ementa Segundo termo aditivo ao contrato nº 028/2016 - PGE/PA

MANIFESTAÇÃO 000199/2018

Ementa Servidor Público Estadual. Tempo de serviço público prestado na Esfera Estadual. Averbação. Análise Jurídica.



MANIFESTAÇÃO 000200/2018

Ementa Termo de Dispensa de Licitação nº 010/2017, a Procuradoria-Geral do Estado (PGE) celebrou com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) o contrato nº 024/2017, tendo por objetivo a prestação de serviços postais.

MANIFESTAÇÃO 000201/2018

Ementa Termo de Dispensa de Licitação nº 009/2017. Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Pará (PRODEPA). Primeiro termo aditivo Contrato nº 026/2017. Objeto prestação de serviços de Manutenção do Acesso à Internet de 10 Mbps. Regional de Marabá.

MANIFESTAÇÃO 000202/2018

Ementa Cargo em Comissão. Requisitos e atribuições. Atividade Jurídica para fins de Concurso Público. Análise Jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000203/2018

Ementa Despesas de Exercícios Anteriores (DEA). Procuradoria-Geral do Estado do Pará. Conversão de período incompleto de licença prêmio em pecúnia. Pagamento. Viabilidade Jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000204/2018

Ementa Averbação de tempo de serviço para fins de recebimento de adicional de tempo de serviço. Cumprimento dos requisitos legais. Breve análise da legislação e do regime jurídico aplicável.

MANIFESTAÇÃO 000205/2018

Ementa O Núcleo de Inteligência Fiscal (NIF) desta Procuradoria submeteu ao Exmo. PGA -Administrativo pedido de autorização para celebrar Termo de Cooperação com a Associação dos registradores de Pessoas Naturais do Estado de São Paulo (ARPEN/SP), considerando a necessidade de realizar o levantamento de dados de devedores, a



fim de subsidiar ações jurídicas em prol de satisfação do débito fiscal do Estado.

MANIFESTAÇÃO 000206/2018

Ementa Minuta do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 002/2018, submetida pela Diretoria Administrativa e Financeira (DAF) a esta PCON, para análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000207/2018

Ementa Resolução nº 343/2018 - CONSEP. Regimento Interno do Conselho Estadual de Segurança Pública. Análise Jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000208/2018

Ementa Contratação Direta. Art. 24, II, da LOF nº 8.666/93. Impressão de fotos selecionadas em concurso artístico. Avaliação de requisitos formais (Art. 26, LOF nº 8.666/93). Considerações sobre a pesquisa de preços. Considerações sobre a Instrução Normativa nº 02/2018-SEAD. Encaminhamentos.

MANIFESTAÇÃO 000209/2018

Ementa Primeiro Termo Aditivo de Contrato nº 006/2018, com a empresa Decolando Turismo e Representações LTDA.

MANIFESTAÇÃO 000210/2018

Ementa Contratação de serviços de digitalização do acervo de documentos do Órgão, organização e melhoria de acesso.

MANIFESTAÇÃO 000211/2018

Ementa Servidor efetivo. Exoneração do cargo em comissão. Décimo terceiro salário. Base de cálculo. Art. 123, RJU.



MANIFESTAÇÃO 000212/2018

Ementa Minuta de termo de cooperação e participação da Procuradoria-Geral do Estado ao Centro Estadual Integrado de Inteligência - CEII.

MANIFESTAÇÃO 000213/2018

Ementa Servidor efetivo. Exoneração do cargo em comissão. Décimo terceiro salário. Base de cálculo. Art. 123, RJU.

MANIFESTAÇÃO 000214/2018

Ementa Medalha General Ferreira Coelho. Polícia Militar. Questionamentos a respeito do rol taxativo e da mudança na grade curricular do "CFP" para os fins de condecoração. Manutenção das conclusões do Parecer nº 467/2018.

MANIFESTAÇÃO 000215/2018

Ementa Minuta de Decreto. Regulamentação no âmbito Estadual da Lei Federal Anticorrupção.

MANIFESTAÇÃO 000216/2018

Ementa Análise de minuta de Decreto Estadual. Adequação do Decreto Estadual nº 2.168/2010 aos termos da LOF nº 13.303/16 e ao Decreto Estadual nº 2.121/2018. Sistema de cotação eletrônica de preços para empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias.

MANIFESTAÇÃO 000217/2018

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Acumulação indevida de cargos públicos. Conferido direito de opção previsto no RJU/PA. Prática de atos incompatíveis entre si. Recurso interposto - não conhecido. Pedido de exoneração realizado - cumprimento da medida legal necessária à regularização de sua situação. Necessidade de adoção das medidas consequentes.



PGE

Procuradoria
Consultiva

MANIFESTAÇÃO 000218/2018

Ementa Servidor Público. Afastamento das funções por motivo de denúncia - Redução de remuneração. Art. 29, parágrafo 1º da Lei Estadual nº 5.810/94 - Julgamento procedente de incidente de Inconstitucionalidade pelo TJE/PA. Análise Jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000219/2018

Ementa Cessão de uso de bens móveis à SUSIPE. Possibilidade. Análise das certidões respectivas. Adequação do sistema jurídico (termo de cessão de uso).

MANIFESTAÇÃO 000220/2018

Ementa Processo instaurado no âmbito da Companhia de Habitação do Estado do Pará (COHAB), a partir de requerimento de empregados, que estavam cedidos, no exercício de Mandato da Diretoria eletiva – para efetivação de progressão funcional.

MANIFESTAÇÃO 000221/2018

Ementa Requer ajuda de custo para amenizar os gastos despendidos com a locomoção de servidores que exercem suas atividades nas Unidades prisionais em localidades da região metropolitana. Lei nº 6621/2004.

MANIFESTAÇÃO 000222/2018

Ementa APEPA. Pedido de utilização de bem público. Autorização de uso. Características. Discricionariedade da Administração.

MANIFESTAÇÃO 000223/2018

Ementa Cessão de servidor, Delegado de Polícia Civil do Estado do Pará, para o Poder Executivo do Estado de Goiás, sem ônus para a origem, para prestar serviço no Comando-Geral da Polícia Civil.



MANIFESTAÇÃO 000224/2018

Ementa Análise Jurídica de procedimento de cessão de uso de bem imóvel localizado no Município de Santana do Araguaia, de propriedade do Estado do Pará a Prefeitura Municipal de Santana do Araguaia.

MANIFESTAÇÃO 000225/2018

Ementa Averbação de tempo de serviço para fins de recebimento de adicional de tempo de serviço. Cumprimento dos requisitos legais. Breve análise da legislação e do regime jurídico aplicável.

NOTA TÉCNICA

NOTA TÉCNICA 001/2018

Ementa Projeto de Lei que dispõe sobre a construção de unidades habitacionais para Policiais Militares e Bombeiros Militares, por meio do Projeto Nossa Família. Iniciativa do Chefe do Poder Executivo. Emendas Parlamentares.

NOTA TÉCNICA 002/2018

Ementa Projeto de Lei nº 234/17. Institui a Política Estadual de Socioeconomia do Estado do Pará. Cria o Sistema Estadual de Socioeconomia, o Conselho de Política Estadual de Socioeconomia, institui o Ecosistema de Fundos da Política Estadual de Socioeconomia. Iniciativa do Poder Executivo.

NOTA TÉCNICA 003/2018

Ementa Analisa o Projeto de Lei nº 194, de 20 de dezembro de 2017, oriundo da Assembleia Legislativa do Estado do Pará - ALEPA, o qual "Estima a Receita e Fixa a Despesa do Estado do Pará para o Exercício Financeiro de 2018", de autoria do Poder Executivo.

NOTA TÉCNICA 004/2018

Ementa Projeto de lei nº 161/2017, que dispõe sobre "A Revisão do Plano Plurianual - (PPA) 2016- 2019, com reflexos para o período de 2018- 2019.", de autoria do Poder Executivo.



NOTA TÉCNICA 005/2018

Ementa Projeto de Lei nº 13, de dezembro de 2017, que "Dispõe sobre a remuneração e a qualificação dos servidores do Ministério Público de Contas do Estado do Pará e adota outras providências." MPCP. Disposição sobre a remuneração e a qualificação dos servidores. Constitucionalidade da iniciativa. Aprovação pelo Legislativo.

NOTA TÉCNICA 006/2018

Ementa Projeto de Lei nº 33/2016, que "Dispõe sobre a Obrigatoriedade dos Locais de Consumo de Bebidas Alcoólicas Exibirem em suas Dependências Advertência sobre a Conduta Criminosa de Dirigir sobre a Influência de Alcool.

NOTA TÉCNICA 007/2018

Ementa Analisa o Projeto de Lei nº 61/15, de 27 de setembro de 2017, que "Dispõe sobre a proibição da estada de espetáculos circenses, teatrais e similares, que utilizem animais domésticos, domesticados, silvestres, selvagens e exóticos em suas apresentações, e que tenham como atrativo sua exibição e exploração no Estado do Pará."

NOTA TÉCNICA 008/2018

Ementa Projeto de Lei nº 234, de 19 de dezembro de 2017, que "Institui a Política Estadual de Socioeconomia do Estado do Pará, cria o Sistema Estadual de Socioeconomia, o Conselho de Política Estadual de Socioeconomia, institui o Ecossistema de Fundos da Política Estadual de Socioeconomia".

NOTA TÉCNICA 009/2018

Ementa Projeto de Lei nº 252/2017, que "Dispõe sobre a desafetação e alienação de imóvel do Tribunal para Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social - SEGUP."



NOTA TÉCNICA 010/2018

Ementa Minuta de Decreto que "Institui o Grupo de Estudo para Elaborar Normas dos Procedimentos Apropriados a Realização das Consultas Prévias, Livres e Informadas aos Povos e Populações Tradicionais".

NOTA TÉCNICA 011/2018

Ementa Minuta de Decreto dispondo sobre a Remuneração dos Membros do Conselho Deliberativo, do Conselho Fiscal e do Comitê de Assessoramento Técnico da FUNPRESP/PA.

NOTA TÉCNICA 012/2018

Ementa Projeto de Lei nº 147/2017, que "Dispõe sobre o Reajuste no Vencimento Base das Referências Salariais dos Servidores Cíveis, Ativos, e Inativos, e Pensionistas do Poder Executivo do Estado do Pará."

NOTA TÉCNICA 013/2018

Ementa IASEP. PAS. Contribuição de dependentes adicionais. Contrapartida do Estado. Lei Estadual nº 6.439/2003, alterada pelas Leis nº 7.379/2010, 8.343/2016 e 8.457/2016. Análise Jurídica.

NOTA TÉCNICA 014/2018

Ementa Minuta do Decreto que visa regulamentar art. 25 da Lei Estadual nº 8.426, de 16 de novembro de 2016. Dispondo sobre a concessão de subvenção econômica para inovação nas empresas.

NOTA TÉCNICA 015/2018

Ementa Transferência de recursos estaduais. Situação de emergência em municípios.

NOTA TÉCNICA 016/2018

Ementa Projeto de Lei. Criação do Conselho Indigenista. Sanção ou veto.



NOTA TÉCNICA 017/2018

Ementa Projeto de Lei que acrescenta dispositivos à Lei Estadual nº 6.063/1997, que dispõe sobre a reestruturação organizacional da Junta Comercial do Estado do Pará, em consonância com a Lei Federal nº 8.934/1994, bem como do Plano de Cargos e Salários, e dá outras providências.

NOTA TÉCNICA 018/2018

Ementa Projeto de Lei nº 11/2018, que dispõe sobre o reajuste do vencimento-base e extingue o pagamento do abono salarial da carreira do Grupo Operacional Perícias Técnico-científicas do Centro de Perícias Científicas Renato Chaves, de autoria do Chefe do Poder Executivo.

NOTA TÉCNICA 019/2018

Ementa Projeto de Lei. Instituição do mês "Maio Laranja", dedicado ao combate contra o abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.

NOTA TÉCNICA 020/2018

Ementa Projeto de Lei que institui o Dia Estadual de Atenção ao Fissurado Labiopalatal para sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 021/2018

Ementa Projeto de Lei que "Altera a redação do art. 10, da Lei nº 6.099, de 30 de dezembro de 1997, que cria a Agência de Regulação e Controle de Serviços Públicos do Estado do Pará - ARCON-PA, transforma os cargos de Consultor Jurídico da estrutura da ARCON-PA em cargos de Procurador Autárquico".

NOTA TÉCNICA 022/2018

Ementa Programa Minha Casa Minha Vida. Programa Social. Aporte financeiro. Período eleitoral.



NOTA TÉCNICA 023/2018

Ementa Minuta de Projeto de Lei com vistas à criação de cargos comissionados no Quadro de Pessoal do DETRAN/PA.

NOTA TÉCNICA 024/2018

Ementa Projeto de Lei nº 57/17 - Institui o Dia do Pastor e da Pastora do Estado.

NOTA TÉCNICA 025/2018

Ementa Minuta de Convênio de Delegação de competência: União para o Estado. Objeto da delegação: realização de estudo de viabilidade para execução do serviço de dragagem do Canal do Quiriri.

NOTA TÉCNICA 026/2018

Ementa Cômputo das despesas de pessoal dos gastos com a contratação de serviços públicos de forma indireta relacionados à atividade fim do ente público.

NOTA TÉCNICA 027/2018

Ementa Projeto de Lei para sanção ou veto. Reestruturação da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS). Alteração da Lei do IDEFLOR-BIO. Criação do Fundo de Compensação Ambiental do Estado do Pará (FCA). Criação da Gratificação de Desempenho de Gestão Ambiental (GDGA).

NOTA TÉCNICA 028/2018

Ementa PL 13/18

NOTA TÉCNICA 029/2018

Ementa Obra do Hospital Regional de Castanhal. Possibilidade de alteração contratual.

NOTA TÉCNICA 030/2018



Ementa Minuta de Projeto de Lei. Remuneração de Secretários adjuntos e cargos assemelhados. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 031/2018

Ementa Repasse de recursos do Tesouro Estadual ao Hospital Santo Antônio. Entidade privada sem fins lucrativos que presta serviços ao SUS. Celebração de Termo de Fomento. Período eleitoral. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 032/2018

Ementa Projeto de Lei que cria Fundo Estadual da Pessoa Idosa.

NOTA TÉCNICA 033/2018

Ementa Análise de Projeto de Lei. Imposição de obrigação à CELPA e COSANPA. Inconstitucionalidade.

NOTA TÉCNICA 034/2018

Ementa Projeto de Lei. Programa Escola Melhor: Sociedade Melhor. Veto parcial. Contrariedade ao interesse público.

NOTA TÉCNICA 035/2018

Ementa Tribunal de Contas do Estado. Iniciativa do Projeto de Lei. Servidores. Remuneração. Revisão Geral Anual. Art. 37, X, da CF/88.

NOTA TÉCNICA 036/2018

Ementa Lei de responsabilidade fiscal. Providências de final de mandato. Restrições ao aumento de despesas com pessoal e à assunção de novas obrigações e compromissos sem respectiva disponibilidade de caixa.

NOTA TÉCNICA 037/2018

Ementa Vedações aos agentes públicos decorrentes da Lei eleitoral.



NOTA TÉCNICA 038/2018

Ementa Acordo de cooperação. Termo de reciprocidade. Cessão de servidores públicos. Decreto nº 1.960/2018. Cláusulas mínimas.

NOTA TÉCNICA 039/2018

Ementa Minuta de Projeto de Lei que dispõe sobre o ingresso ao Quadro de Corpo de Bombeiros Militar do Pará. Alterações. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 040/2018

Ementa Projeto de Lei. Declaração de Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial. Estado do Pará. Grêmio Literário e Recreativo Português. Sanção.

NOTA TÉCNICA 041/2018

Ementa Projeto de Lei. Instituição do Dia do Profissional de Contabilidade. Projeto de Lei de iniciativa comum. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 042/2018

Ementa Projeto de Lei. Declaração da manifestação folclórica “Bois de Máscaras” como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial do Estado do Pará. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 043/2018

Ementa Projeto de Lei. Altera dispositivo da Lei nº 6.555, de 3 de julho de 2003, que dispõe sobre alienação por doação para fins de uso de interesse exclusivamente social, de bens móveis considerados inservíveis, pelos órgãos da Administração Pública Direta, Indireta e Fundacional, do Estado do Pará. Sanção.

NOTA TÉCNICA 044/2018

Ementa Projeto de Lei que institui o Dia Estadual do Desbravador. Instituição de data comemorativa. Iniciativa parlamentar.



NOTA TÉCNICA 045/2018

Ementa Projeto de Lei de alteração do anexo II da Lei Estadual nº 7.119/2008. Inclusão do hipismo nas modalidades que poderão ser beneficiadas pelo Bolsa Talento.

NOTA TÉCNICA 046/2018

Ementa Projeto de Lei nº 149/10, de 12 de junho de 2018, o qual “institui a Política Estadual de Tratamento e Reciclagem de Óleos e Gorduras de Origem Vegetal, Animal e Uso Culinário”.

NOTA TÉCNICA 047/2018

Ementa Lei Complementar. Proposta de Lei Complementar. Institui o selo de autenticação de certidões e documentos, emitidos pelo TCM/Pa.

NOTA TÉCNICA 048/2018

Ementa Projeto de Lei que dispõe sobre a concessão de abono complementar aos servidores civis, ativos, inativos e pensionistas do Poder Executivo. Iniciativa do Poder Executivo.

NOTA TÉCNICA 049/2018

Ementa Movimentação de Pessoal. Período eleitoral. Vedação eleitoral. Art. 73, inciso V da Lei Eleitoral.

NOTA TÉCNICA 050/2018

Ementa Projeto de Lei. Instituição do Dia do Procurador do Estado do Pará.

NOTA TÉCNICA 051/2018

Ementa Projeto de Lei. Servidores públicos. Remuneração. Cargos comissionados. Iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo.

NOTA TÉCNICA 052/2018

Ementa Projeto de Lei. Reconhecimento de modalidade esportiva. Manbol.



NOTA TÉCNICA 053/2018

Ementa Contrato. Obra pública. Pedido de reajuste. Silêncio administrativo. Inocorrência de prescrição. Inocorrência de preclusão lógica.

NOTA TÉCNICA 054/2018

Ementa Sanção ou veto do Projeto de Lei que “Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2019 e dá outras providências”.

NOTA TÉCNICA 055/2018

Ementa Projeto de lei. Campanha para Prevenção de Gravidez Precoce e Doenças Sexualmente Transmissíveis. Inconstitucionalidade material. Liberdade sexual. Dignidade da pessoa humana. Razoabilidade. Veto integral.

NOTA TÉCNICA 056/2018

Ementa Possibilidade de utilização do Sistema de Cotação Eletrônica de Preços pelas estatais após o advento da Lei Federal nº 13.303/2016 e Decreto Estadual nº 2.121/2018.

NOTA TÉCNICA 057/2018

Ementa Deliberação sobre acordo em processo judicial. Execução de multa por descumprimento de decisão judicial. Possibilidade de redução por meio de apelação. Precedentes do E. STJ.

NOTA TÉCNICA 058/2018

Ementa Marco temporal a ser considerado para fins de aplicação do entendimento da Procuradoria-Geral contido no Parecer nº 122/2018.

NOTA TÉCNICA 059/2018

Ementa Projeto de Lei. Desfile de carnaval. Aldeia Cabana. Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial.



NOTA TÉCNICA 060/2018

Ementa Projeto de Lei que dispõe sobre o Programa de Incentivo à Cultura do Açaí no Estado do Pará.

NOTA TÉCNICA 061/2018

Ementa Lei de responsabilidade fiscal. Providências de final de mandato. Restrições ao aumento de despesas com pessoal e à assunção de novas obrigações e compromissos sem a respectiva disponibilidade de caixa.

NOTA TÉCNICA 062/2018

Ementa Projeto de Lei Complementar que altera dispositivos da LC nº 057/2006, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará.

NOTA TÉCNICA 063/2018

Ementa Projeto de Indicação. ALEPA. Sugere a instituição de Dívida Ativa Tributária e não tributária no Departamento de Trânsito do Estado do Pará -DETRAN/PA. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 064/2018

Ementa Minuta de Decreto. Regulamentação do art. 13 da Lei Estadual nº 8.633/2018. Gratificação de Desempenho de Gestão Ambiental.

NOTA TÉCNICA 065/2018

Ementa Projeto de Lei de iniciativa parlamentar nº 144/17 - Denominação de bem público - Controvérsias - Inexistência de inconstitucionalidade clara na iniciativa.

NOTA TÉCNICA 066/2018

Ementa Projeto de Lei que declara como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial do Estado do Pará a Escola de Samba da Matinha (ES da Matinha). Iniciativa parlamentar.



NOTA TÉCNICA 067/2018

Ementa Pregão eletrônico SRP nº 010/2018-SEAD. Fato superveniente. Revogação do processo licitatório. Art. 49, caput, da Lei Federal nº 8.666/93 e Art. 15, da Lei Estadual nº 6.474/2002. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 068/2018

Ementa Projeto de Lei. Dispõe sobre o abastecimento de veículos automotores nos postos de combustíveis. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 069/2018

Ementa Projeto de Lei. Institui o Dia Estadual do Profissional de Comunicação de Mídia Eletrônica e Mídia Digital. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 070/2018

Ementa Processo público de inscrição e credenciamento para interessados na outorga do Serviço de Transporte Público Alternativo Intermunicipal do Estado do Pará.

NOTA TÉCNICA 071/2018

Ementa Projeto de Lei nº 246/17. Instituição do Dia Estadual do Adventista.

NOTA TÉCNICA 072/2018

Ementa Recolhimento de custas para diligências de Oficial de Justiça em execução fiscal.

NOTA TÉCNICA 073/2018

Ementa Interpretação e legitimidade da aplicação do Art. 29 da Lei Estadual nº 5.810/1994.

NOTA TÉCNICA 074/2018

Ementa Projeto de Lei nº 109/17. Dispõe sobre a implantação de instalações sanitárias em Agências Bancárias no Estado do Pará. Análise jurídica.



NOTA TÉCNICA 075/2018

Ementa Remuneração de dirigentes das Estatais. Lei Federal nº 13.303/2016. Decreto Estadual nº 1.667. Adequação dos Estatutos das Empresas Pública e Sociedades de Economia do Estado do Pará às disposições legais. Lei Estadual nº 8.745/2018. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 076/2018

Ementa Sanção ou Veto do Projeto de Lei que "Institui no âmbito das Escolas Públicas e Privadas do Estado do Pará a Semana do Empoderamento Feminino".

NOTA TÉCNICA 077/2018

Ementa Projeto de Lei nº 158/18. Dispõe sobre a fixação do efetivo do Corpo de Bombeiros Militar do Pará. Iniciativa do Poder Executivo.

NOTA TÉCNICA 078/2018

Ementa Orquestra Sinfônica do Teatro da Paz. Reajuste salarial.

NOTA TÉCNICA 079/2018

Ementa Sanção ou veto do Projeto de Lei nº 253/17.

NOTA TÉCNICA 080/2018

Ementa Minuta de Decreto. Implementação da Progressão horizontal ao Grupo Magistério. LRF. Período eleitoral.

NOTA TÉCNICA 081/2018

Ementa Sanção ou veto do Projeto de Lei que "Institui a Semana Estadual de Educação do Patrimônio Histórico do Pará, a ser realizada anualmente, no âmbito do Estado do Pará".

NOTA TÉCNICA 082/2018

Ementa Contrato de contribuição financeira não reembolsável entre o Estado do Pará e o Banco Alemão KfW. Necessidade de autorização do Poder Legislativo.



NOTA TÉCNICA 083/2018

Ementa Núcleo de Gerenciamento de Transportes Metropolitanos (NGTM) encaminhou, o Ofício nº289/2018-DG/NGTM, para análise da Procuradoria-Geral do Estado (PGE), requerimento da empresa Odebrecht Engenharia e Construção Internacional S.A. (OECI), foi solicitada a revisão dos termos de Certificado de Adiantamento e Pagamento.

NOTA TÉCNICA 084/2018

Ementa Acordo coletivo de trabalho. CEASA/PA. Considerações a respeito do procedimento e sugestões de alteração do texto.

NOTA TÉCNICA 085/2018

Ementa Ação movida contra o Estado, onde se pretende, que se declare a impossibilidade de se efetivar o desconto do Imposto de Renda nos proventos do Autor em razão de ser portador do mal de Parkinson, bem como se pretende a repetição de indébito dos valores supostamente indevidamente descontados a partir de comprovação da doença.

NOTA TÉCNICA 086/2018

Ementa Projeto de Lei nº 51/17, que institui a Semana da Enfermagem do Estado do Pará, a ser comemorado anualmente, nos dias 12 a 20 de maio, além do Dia Estadual do Enfermeiro e do Técnico de Enfermagem.

NOTA TÉCNICA 087/2018

Ementa Projeto de Lei que institui a Semana Estadual de prevenção e combate à Microcefalia. Não há vício de inconstitucionalidade ou legalidade a ser apontado. Interesse público é aferido claramente. Recomendação de sanção expressa.

NOTA TÉCNICA 088/2018

Ementa Sanção ou Veto do Projeto de Lei nº 15/16, de autoria do Deputado Dr. Wanderlan Quaresma, que "Institui a Campanha Permanente de



Orientação, Conscientização, Combate e Prevenção ao Zika Vírus e ao Surto de Microcefalia, nas Escolas Estaduais.

NOTA TÉCNICA 089/2018

Ementa Projeto de Lei que dispõe sobre a obrigação de PetShops, Clínicas Veterinárias e Hospitais Veterinários de informar à delegacia de repressão a crimes contra a fauna e flora quando constarem indícios de maus tratos nos animais por eles atendidos. Iniciativa Parlamentar.

NOTA TÉCNICA 090/2018

Ementa Projeto de Lei de iniciativa parlamentar nº 104/17 - Denominação de Bem Público - Controvérsias - Inexistência de Inconstitucionalidade clara na Iniciativa.

NOTA TÉCNICA 091/2018

Ementa Projeto de Lei parlamentar nº 246/15 - Denominação de Bem Público – Controvérsias - Inexistência de inconstitucionalidade clara na iniciativa. "Denomina o Hospital Regional, do Município de Capanema, como Dr. Jorge Netto da Costa".

NOTA TÉCNICA 092/2018

Ementa Proposta de Projeto de Lei que "Dispõe sobre a Revisão Anual do Valor dos Vencimentos dos Proventos dos Servidores Ativos e Inativos, e pensionistas do Ministério Público do Estado do Pará.

NOTA TÉCNICA 093/2018

Ementa Projeto de Lei instituindo o dia Estadual do Auditor de Controle Externo. Iniciativa parlamentar.

NOTA TÉCNICA 094/2018

Ementa Projeto de lei criando o dia do agente prisional no âmbito do Estado do Pará. Instituição da data comemorativa. Iniciativa parlamentar.



NOTA TÉCNICA 095/2018

Ementa Sanção ou veto do projeto de lei nº 15/18, que institui no âmbito do Estado do Pará, a semana de conscientização sobre a Fibromialgia, a ser realizada, anualmente, na segunda semana do mês de maio.

NOTA TÉCNICA 096/2018

Ementa Projeto de Lei que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de colocação de placa, em obra pública paralisada, contendo exposição dos motivos da sua interrupção", de autoria parlamentar.

NOTA TÉCNICA 097/2018

Ementa Verbas rescisórias de empregados exclusivamente comissionados.

NOTA TÉCNICA 098/2018

Ementa Projeto de Lei nº 149/16, de 27 de novembro de 2018, que "Institui o dia 12 de maio como dia Estadual do Paciente Oncológico".

NOTA TÉCNICA 099/2018

Ementa Projeto de Lei nº 22/2018. Redação final do Projeto de Lei 22/2018 que "Institui no calendário oficial do Estado do Pará, o dia 09 de novembro, o Dia Estadual em memória aos policiais militares, bombeiros militares, agentes prisionais e policiais civis, mortos em serviço ou em decorrência da profissão", encaminhado pela Assembleia Legislativa do Estado do Pará -ALEPA.

NOTA TÉCNICA 100/2018

Ementa Aplicação de Lei 13.752/2018 aos inativos do Estado. Questionamentos formulados pelo IGEPREV. Análise Jurídica.

NOTA TÉCNICA 101/2018

Ementa Projeto de Lei nº 137/18. Reajuste dos vencimentos dos servidores civis e militares, ativos e inativos.



NOTA TÉCNICA 102/2018

Ementa Promoção por antiguidade. Servidores das carreiras da Administração Tributária, do concurso público C-172-2013. Vedações na Lei de Responsabilidade Fiscal, arts. 21, parágrafo único, e 22, parágrafo único, inciso I, e nas disposições do Decreto Estadual nº 2.246, de 14 de Novembro de 2018.

NOTA TÉCNICA 103/2018

Ementa Projeto de Lei Complementar nº 011/2018. Alteração da Lei Complementar nº 092/2014. Aumento do teto dos benefícios previdenciários pagos pela Seguridade Social dos Parlamentares.

NOTA TÉCNICA 104/2018

Ementa Projeto de Lei dos Orçamentos Anuais (LOA). Exercício financeiro de 2019. Art. 165 da CF/88 e art. 204 da CE/89. Emenda Legislativa. Análise Jurídica.

NOTA TÉCNICA 105/2018

Ementa Projeto de Lei Complementar nº 01/11. Institui a Região Metropolitana de Altamira, com base no art. 50, §2º da Constituição do Estado do Pará.

NOTA TÉCNICA 106/2018

Ementa Termo de reconhecimento de créditos e débitos recíprocos que celebram entre si o Estado do Pará e o Município de Belém. Análise Jurídica.



PGE

Procuradoria
Consultiva

2019

ESTUDO

ESTUDO 000001/2019

Ementa Poder-dever de apuração de irregularidades no serviço público. Sindicância investigatória. Não cabimento de Processo Administrativo Disciplinar contra agente político eletivo. Responsabilidade Civil, Administrativa e Penal. Instauração de tomada de contas para a apuração de irregularidades perpetradas por ex-gestores. Da impossibilidade de denúncia por crime de responsabilidade quando o agente político já não ocupa mais o cargo. Necessária propositura de ação de improbidade administrativa. Possibilidade de duplo Regime Sancionatório - Crime de Responsabilidade e Ação de Improbidade.

ESTUDO 000002/2019

Ementa Responsabilidade Administrativa Disciplinar. Apuração em Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar. Medida alternativa ou substitutiva. Procedimento simplificado com a possibilidade de celebração de Termo de Ajustamento de Conduta. Estudo.

ESTUDO 000003/2019

Ementa Prazos prescricionais relativos a créditos não tributários inscritos em dívida ativa estadual.

PARECER

PARECER 000001/2019

Ementa Minuta de Decreto. Estabelece medidas de austeridade para reequilíbrio fiscal e financeiro do Poder Executivo Estadual. Análise Jurídica.

PARECER 000002/2019

Ementa Direito Fundiário. Dominialidade de ilhas fluviais e lacustres: Questão do Arquipélago do Marajó: Conjunto de ilhas fluviais que



sofrem influência de marés costeiras: Dominialidade da União nas ilhas fluviais: Dominialidade dos municípios com sede em ilhas costeiras.

PARECER

000003/2019

Ementa

Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Falta grave. Destituição de cargo comissionado. Conversão de exoneração em destituição de cargo comissionado.

PARECER

000004/2019

Ementa

Pensão Especial Militar. Morte de policial em serviço. Composição da vantagem. Análise Jurídica.

PARECER

000005/2019

Ementa

SEDUC. Processo Administrativo Disciplinar. Acumulação de cargos/funções públicas. Necessidade de notificação ao final do procedimento para exercício do direito de opção: Caráter cogente - Configuração de boa ou má-fé.

PARECER

000006/2019

Ementa

Servidor público. Acidente em serviço. Pensão especial. Natureza indenizatória. Aplicação dos parâmetros previstos na Legislação Previdenciária Estadual (LCE nº 039/02).

PARECER

000007/2019

Ementa

Servidor público. Faltas graves apuradas em Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Demissão. Arquivamento.

PARECER

000008/2019

Ementa

Concessão da Medalha Coronel Barros e Arouck. Realização de serviços extraordinários. Proposta do Comandante-Geral da Polícia Militar. Análise Jurídica.



PARECER	000009/2019
Ementa	Recuperação Judicial. Falência. Protesto de certidão de dívida ativa. Possibilidade.
PARECER	000010/2019
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Envolvimento sexual/afetivo com aluna menor. Recomendação de aplicação de pena de demissão. Competência de julgamento do Exmo. Governador do Estado.
PARECER	000011/2019
Ementa	Recurso hierárquico. Nulidade do Procedimento Administrativo Disciplinar Simplificado. Análise Jurídica.
PARECER	000012/2019
Ementa	Pregão eletrônico. Fornecimento de Sistema de Circuito Fechado de Televisão IP (CFTV-IP), com instalação. Aprovação da minuta de edital pela Assessoria Jurídica (art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93).
PARECER	000013/2019
Ementa	Dívida do fundo de saúde dos militares. Contrato de coleta, transporte, incineração e destinação final de lixo patológico. Vigência supostamente encerrada. Análise Jurídica.
PARECER	000014/2019
Ementa	Operação de crédito externa. Parecer do Órgão Jurídico. Verificação complementar (§2º do art. 1º da Portaria nº 151, de 12/04/2018, do Ministério da Fazenda).
PARECER	000015/2019
Ementa	Prestação descentralizada do serviço público de saúde. Organização Social. Celebração de contrato de gestão. Hospital Regional Abelardo Santos - HRAS. Análise de regularidade do processo



seletivo da OS e do contrato de gestão celebrado. Repasse de recursos de custeio e investimento previamente ao início da prestação dos serviços. Análise Jurídica.

PARECER 000016/2019

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Marco inicial da contagem do prazo prescricional. Interrupção da prescrição. Análise Jurídica.

PARECER 000017/2019

Ementa Operação de crédito externa. Parecer do Órgão Jurídico. Verificação complementar (§2º do art. 1º da Portaria nº 151, de 12/04/2018, do Ministério da Fazenda).

PARECER 000018/2019

Ementa Operação de crédito externa. Parecer do Órgão Jurídico. Verificação complementar (§2º do art. 1º da Portaria nº 151, de 12/04/2018, do Ministério da Fazenda).

PARECER 000019/2019

Ementa Empregado público. COHAB-PARÁ. Gratificação de função. Natureza salarial. Inclusão na base de cálculo do Adicional por Tempo de Serviço (Quinquênio).

PARECER 000020/2019

Ementa Gratificação de Desempenho. Valor de referência para pagamento. Nível de escolaridade mínimo exigido para cargo em comissão. Previsão legal.

PARECER 000021/2019

Ementa Convênio de repasse para realização de obras e implantação do Polo Científico-Tecnológico de Pesca e Aquicultura no Município de Bragança/PA. Análise da regularidade do instrumento e do requerimento de prorrogação.



PARECER	000022/2019
Ementa	Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Profissional e Tecnológica - SECTET. Lei Estadual nº 7.017/2007. Atribuições da pasta no âmbito da educação profissionalizante. Programa Pará Profissional. Análise Jurídica.
PARECER	000023/2019
Ementa	Reversão. Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, I, da Lei Estadual nº 5.251/85, para exercício de função de natureza policial-militar. Exoneração da função. Reversão a qualquer tempo. Regularidade.
PARECER	000024/2019
Ementa	Minuta de projeto de lei. Altera Lei nº 7.632/2012. Programa Nota Fiscal Cidadã.
PARECER	000025/2019
Ementa	Cargo comissionado. Exoneração de servidor em gozo de licença saúde. Análise Jurídica.
PARECER	000026/2019
Ementa	SUSIPE. Faltas graves apuradas em Processo Administrativo Disciplinar. Conversão da exoneração em destituição de cargo comissionado.
PARECER	000027/2019
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Comissão processante. Composição por servidores estáveis. Aplicação da pena de demissão. Análise Jurídica.
PARECER	000028/2019
Ementa	Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Pará - PRODEPA. Empregado público. Reclamação trabalhista. Incorporação de Gratificação de Função de Confiança. Súmula nº



372 do TST. Direito adquirido antes da Lei nº 13.467/2017. Recurso ao Tribunal Superior do Trabalho.

PARECER

000029/2019

Ementa

CODEC. Diretoria executiva. Reajuste salarial. Período eleitoral. Art. 21, parágrafo único da Lei de Responsabilidade Fiscal. Impossibilidade.

PARECER

000030/2019

Ementa

Poder Regulamentar. Decreto Executivo. Limites legais. Análise Jurídica.

PARECER

000031/2019

Ementa

Polícia Militar. Licenciamento posteriormente tornado sem efeito. Ausência de pagamento das remunerações retroativas. Ocorrência de prescrição. Impossibilidade do cômputo de contribuições previdenciárias.

PARECER

000032/2019

Ementa

Polícia Civil. Contratos de locação de veículos automotores. Pretensão de prorrogação. Possibilidade de concessão de reajuste de preços. Decreto 01, de 02 de janeiro de 2019. Medidas de contenção de gastos públicos. Análise Jurídica.

PARECER

000033/2019

Ementa

Cargos de Agente de Combate às Endemias e Agente de Controle de Endemias. Acumulação. Profissão regulamentada. Cargos não privativos de profissionais de saúde. Impossibilidade.

PARECER

000034/2019

Ementa

Secretaria de Estado de Educação. Plano de Cargos, Carreira e Remuneração da Educação Básica - PCCR. Pedido de



enquadramento funcional. Pagamento de Gratificação progressiva. Professora estável pelo art. 19 do ADCT. Impossibilidade.

PARECER 000035/2019

Ementa Conselho de Justificação. Apuração de faltas funcionais. Competência para instauração. Exmo. Governador do Estado do Pará.

PARECER 000036/2019

Ementa Minuta de Decreto Estadual para restrição de veículos de carga em trechos da Rodovia BR 316. Análise Jurídica.

PARECER 000037/2019

Ementa Pensão especial. Natureza indenizatória. Processamento. Pagamento após registro pelo TCE/PA. Segurança jurídica e interesse público.

PARECER 000038/2019

Ementa Projeto de Lei. Abono complementar aos servidores civis, ativos e inativos do Poder Executivo.

PARECER 000039/2019

Ementa Parecer. Dispensa de convocação de militar da reserva remunerada. Dispensa *ex officio*. Regularidade da minuta de Decreto.

PARECER 000040/2019

Ementa Polícia Militar. Conselho de Justificação. Indicação de nova comissão. Instauração de novo Conselho. Análise Jurídica.

PARECER 000041/2019

Ementa Promoção por Ato de Bravura. Requisitos legais. Análise Jurídica.



PARECER	000042/2019
Ementa	Avaliação do Termo de Concretização de Direitos Humanos visando a adoção de medidas emergenciais para evitar a descontinuidade do Programa Estadual de Assistência a Vítimas, Testemunhas e Familiares de Vítimas de Crimes - PROVITA/PA.
PARECER	000043/2019
Ementa	Minuta de convênio com entidade privada. Assistência jurídica para presos provisórios hipossuficientes. Objeto que invade a competência da Defensoria Pública do Estado. Imprecisão formal. Parceria e limites da Lei Federal nº 13.019/2014. Advocacia voluntária. Condições fixadas pela Resolução nº 062/2009-CNJ.
PARECER	000044/2019
Ementa	Protocolo de intenções. Banco da Amazônia S.A. (BASA) e Estado do Pará. Atuação compartilhada no desenvolvimento sustentável do Estado do Pará. Análise Jurídica.
PARECER	000045/2019
Ementa	Termo de compromisso. Repasse de depósitos judiciais do Tribunal de Justiça ao Poder Executivo Estadual. Competência do Governador do Estado. Lei Complementar Federal nº 151/2015 C/C Lei Estadual nº 8.312/2015. Ajustes necessários.
PARECER	000046/2019
Ementa	Projeto de Lei. Programa Estadual de Alimentação Escolar.
PARECER	000047/2019
Ementa	Programa Estadual de Transporte Escolar no Estado do Pará - PETE/PA. Minuta de Anteprojeto de Lei. Análise Jurídica.



PARECER	000048/2019
Ementa	Anteprojeto de Lei Complementar. Criação da Câmara de Negociação, Conciliação, Mediação e Arbitragem da Administração Pública Estadual. Alteração da Lei Complementar nº 41/2002.
PARECER	000049/2019
Ementa	Minuta de Decreto. Resolução do CONSUP. Instituição da Medalha de Bravura. Polícia Civil. Inteligência da LC nº 22/94.
PARECER	000050/2019
Ementa	DETRAN. Processo Administrativo Disciplinar. Valimento do cargo para auferir proveito pessoal ou de outrem. Vícios insanáveis. Declaração de nulidade parcial. Constituição de outra comissão. Art. 225 do RJU Estadual.
PARECER	000051/2019
Ementa	Requerimento formulado, em que são apontados supostos equívocos no lançamento do ITCD relativo à sobrepartilha extrajudicial de bem de espólio, a requerente era casada sob o regime universal de bens ao tempo de abertura da sucessão.
PARECER	000052/2019
Ementa	Alteração do Decreto Estadual nº 1.585/1981. “Medalha General Ferreira Coelho - Dedicção ao Estudo”. Possibilidade. Análise Jurídica.
PARECER	000053/2019
Ementa	Pensão especial indenizatória. Conflito do Eldorado dos Carajás. Pagamento integral do benefício. Reversão da cota-parte devida a beneficiário falecido. Impossibilidade.



PARECER 000054/2019

Ementa Medida provisória. Possibilidade de edição por proposta do Governador do Estado. Alteração da Constituição do Estado por Emenda Constitucional. Análise Jurídica.

PARECER 000055/2019

Ementa Auditoria-Geral do Estado. Motorista. Redução parcial da capacidade laboral. Readaptação no mesmo cargo. Gratificação de Atividade de Motorista (GAM). Vantagem *Propter Laborem*. Supressão. Possibilidade.

PARECER 000056/2019

Ementa TARF. Decisões. Divulgação pública na internet. Lei de acesso à informação. Transparência ativa. Sigilo fiscal. Limites e marcos regulatórios. Proteção apenas de dados a respeito da situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades. Conhecimento pleno, ágil e facilitado aos julgados do TARF. Interesse coletivo e público primário. Limitação dos fatores de busca. Supressão de informações que facilitem a identificação do contribuinte que é parte no processo. Regulamentação por Lei. Desnecessidade. Matéria não abrangida pela reserva legal.

PARECER 000057/2019

Ementa Minuta de Projeto de Lei Complementar. Câmara de Negociação, Conciliação, Mediação e Arbitragem da Administração Pública Estadual. Transação em matéria tributária. Alterações da Lei Complementar 41/2002. Indisponibilidade relativa do crédito tributário. Autorização expressa no CTN. arts. 156, III e 171. Reserva legal. Não pagamento de tributo e de seus consectários. Prévia autorização em Lei. CF, art. 150, §6º. Jurisprudência vinculante dos Tribunais Superiores a favor do contribuinte. Eficiência na Administração Tributária. Convênio CONFAZ nº 033/2000. Aprovação do Anteprojeto. Ressalva e sugestões.



PARECER 000058/2019

Ementa Policial Civil. Curso de extensão. Nível profissionalizante. Necessidade de investidura no cargo de policial.

PARECER 000059/2019

Ementa Recurso administrativo. Pensão. Rateio. Manutenção da decisão administrativa. Submissão à tutela jurisdicional.

PARECER 000060/2019

Ementa Imposto de renda. Pensão especial. Isenção. Pensionistas com moléstia grave e maiores de 65 anos.

PARECER 000061/2019

Ementa Secretaria de Estado de Saúde. Acumulação de cargos. Auxiliar de saúde. Cargo em extinção. Profissão não regulamentada. Exigência legal de diploma como auxiliar de enfermagem para investidura no cargo. Natureza técnica das atribuições. Art. 37, XVI, C, da Constituição Federal. Legalidade da acumulação.

PARECER 000062/2019

Ementa Minuta de Decreto Estadual de Órgãos da PMPA. Análise Jurídica.

PARECER 000063/2019

Ementa Convênio entre Estado e União. Licitação prévia para execução do objeto conveniado como condição para liberação dos recursos. Possibilidade de instauração do processo apenas com disponibilidade orçamentária e não financeira. Aplicação da Portaria Interministerial nº 424/2016-MPOG/MF/CGU e art.7º da Lei 8.666/93.

PARECER 000064/2019

Ementa Ponto facultativo. Carnaval. Análise de Minuta de Decreto. Viabilidade Jurídica.



PARECER	000065/2019
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Desídia. Polícia Civil. Penalidade máxima.
PARECER	000066/2019
Ementa	Recurso hierárquico. Alegado desvio de função. Atividades compatíveis com o cargo público a que foi aprovada. Ato <i>Interna Corporis</i> de lotação e relotação baseado na necessidade do serviço. Observância das competências legais. Discricionariedade Administrativa.
PARECER	000067/2019
Ementa	Reversão. Bombeiro Militar. Arts. 91 e 92, ambos da Lei Estadual nº 5.251/1985
PARECER	000068/2019
Ementa	Reversão. Policial Militar. Promovida com fundamento nos arts. 91 e 92, ambos da Lei Estadual nº 5.251/1985.
PARECER	000069/2019
Ementa	Policial Militar. Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual nº 5.251/1985, para exercício de função de natureza policial-militar. Análise Jurídica.
PARECER	000070/2019
Ementa	Policial Militar. Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual nº 5.251/1985, para exercício de cargo em comissão de natureza policial-militar. Análise Jurídica.
PARECER	000071/2019
Ementa	Policial Militar. Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual nº 5.251/1985, para exercício de cargo em comissão de natureza policial-militar. Análise Jurídica.



PARECER	000072/2019
Ementa	Policial Militar. Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual nº 5.251/1985, para exercício de cargo em comissão de natureza policial-militar. Análise Jurídica.
PARECER	000073/2019
Ementa	Policial Militar. Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual nº 5.251/1985, para exercício de cargo em comissão de natureza policial-militar. Análise Jurídica.
PARECER	000074/2019
Ementa	Policial Militar. Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual nº 5.251/1985, para exercício de cargo em comissão de natureza policial-militar. Análise Jurídica.
PARECER	000075/2019
Ementa	Nomeação de aprovados em concurso público. SEDUC. Inexistência de afronta à Lei de Responsabilidade Fiscal.
PARECER	000076/2019
Ementa	Policial militar. Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual nº 5.251/85, para exercício de função de natureza policial-militar. Análise Jurídica.
PARECER	000077/2019
Ementa	Policial militar. Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual nº 5.251/85, para exercício de função de natureza policial-militar. Análise Jurídica.
PARECER	000078/2019
Ementa	Policial militar. Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual nº 5.251/85, para exercício de função de natureza policial-militar. Análise Jurídica.



PARECER	000079/2019
Ementa	Policial militar. Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual nº 5.251/85, para exercício de função de natureza policial-militar. Análise Jurídica.
PARECER	000080/2019
Ementa	Policial militar. Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual nº 5.251/85, para exercício de função de natureza policial-militar. Análise Jurídica.
PARECER	000081/2019
Ementa	Policial militar. Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual nº 5.251/85, para exercício de função de natureza policial-militar. Análise Jurídica.
PARECER	000082/2019
Ementa	Policial militar. Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual nº 5.251/85, para exercício de função de natureza policial-militar. Análise Jurídica.
PARECER	000083/2019
Ementa	Policial militar. Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual nº 5.251/85, para exercício de função de natureza policial-militar. Análise Jurídica.
PARECER	000084/2019
Ementa	Policial militar. Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual nº 5.251/85, para exercício de função de natureza policial-militar. Análise Jurídica.
PARECER	000085/2019
Ementa	Policial militar. Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual nº 5.251/85, para exercício de função de natureza policial-militar. Análise Jurídica.



PARECER 000086/2019

Ementa Policial militar. Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual nº 5.251/85, para exercício de função de natureza policial-militar. Análise Jurídica.

PARECER 000087/2019

Ementa Policial militar. Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual nº 5.251/85, para exercício de função de natureza policial-militar. Análise Jurídica.

PARECER 000088/2019

Ementa Policial Militar Estadual. Acidente em serviço. Pensão especial. Natureza indenizatória. Fato gerador. Dependentes, forma de rateio. Parâmetros para cálculo.

PARECER 000089/2019

Ementa Procuradoria-Geral do Estado (PGE). Processo seletivo para seleção de estagiários de nível superior. Formação de cadastro reserva. Análise Jurídica do edital do certame.

PARECER 000090/2019

Ementa Polícia Civil do Estado (PCPA). Polícia Judiciária. Lavratura de Boletim de Ocorrência (BO). Atribuição dos agentes policiais. Operações policiais do interior do Estado. Apoio estritamente material, em caráter excepcional devidamente motivado, de servidores do quadro administrativo da PCPA.

PARECER 000091/2019

Ementa Designação de membro. Atuação junto ao Tribunal Administrativo de Recursos Fazendários - TARF. Competência do Exmo. Sr. Governador do Estado. Análise Jurídica.

PARECER 000092/2019



Ementa	Secretaria de Estado da Fazenda. Servidores reintegrados por decisão judicial. Reconhecimento da estabilidade do art. 19 do ADCT. Participação em processo de promoção. Impossibilidade.
PARECER	000093/2019
Ementa	Servidor civil. Incorporação pelo exercício de cargo em comissão ou função gratificada. Período anterior à Lei Complementar nº 44/2003. Exercício do cargo ou função em outro ente da Federação. Inexistência de direito.
PARECER	000094/2019
Ementa	Nomeação de membros. EMATER. Conselho de Administração. Decreto Estadual 1.667/2016.
PARECER	000095/2019
Ementa	Pensão especial. Análise jurídica. Legislação aplicável. Entendimento do TCE.
PARECER	000096/2019
Ementa	Obra pública. Execução indireta. Danos causados a terceiros (rachaduras/fissuras em imóveis lindeiros à obra). Responsabilidade civil. Art. 70 da Lei nº 8.666/93.
PARECER	000097/2019
Ementa	Policiais militares. Promoção por Ato de Bravura. Conselho Especial. Utilização de legislação militar já revogada. Necessidade de anulação do Conselho Especial e instauração de novo procedimento.
PARECER	000098/2019
Ementa	Pedido de reconsideração intempestivo. Exercício do direito de petição. Possibilidade.



PARECER	000099/2019
Ementa	Contrato de empréstimo nº 4459/OC-BR. Estado do Pará e BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento. Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Pará - PROFISCO II. Parecer final após formalização do instrumento.
PARECER	000100/2019
Ementa	Contrato de empréstimo. Estado do Pará e CAF - Corporação Andina de Fomento. Programa Municípios Sustentáveis. Parecer final após formalização do instrumento.
PARECER	000101/2019
Ementa	Instauração de Conselho de Justificação. Inteligência da Lei Estadual nº 6.833/2006.
PARECER	000102/2019
Ementa	Instauração de Conselho de Justificação. Inteligência da Lei Estadual nº 6.833/2006.
PARECER	000103/2019
Ementa	Servidora pública. Abandono de cargo. Processo Administrativo Disciplinar. Pena de demissão. Arts. 178, IV e 190, II, Par. 2º da Lei Estadual nº 5.810/94.
PARECER	000104/2019
Ementa	Promoção de policial militar. Ato de Bravura. Art. 9º da Lei Estadual nº 8.230/2015. Conduta que ultrapasse os limites normais do cumprimento dos deveres naturais do policial militar. Requisito não preenchido. Discricionariedade do Governador do Estado.
PARECER	000105/2019
Ementa	Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual 5.251/85 C/C art. 2º e anexo da Lei nº 8.289/2015. Exercício de cargo de natureza militar. Regularidade da agregação.



PARECER	000106/2019
Ementa	Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual 5.251/85 C/C art. 2º e anexo da Lei 8.289/2015. Exercício de cargo de natureza militar. Regularidade da agregação.
PARECER	000107/2019
Ementa	Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual 5.251/85 C/C art. 2º e anexo da Lei 8.289/2015. Exercício de cargo de natureza militar. Regularidade da agregação.
PARECER	000108/2019
Ementa	Policial militar. Nomeação para cargo em comissão junto à Casa Militar da Governadoria do Estado. Agregação.
PARECER	000109/2019
Ementa	Policial militar. Nomeação para cargo em comissão junto à Casa Militar da Governadoria do Estado. Agregação.
PARECER	000110/2019
Ementa	Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual 5.251/85 C/C art. 2º e anexo da Lei 8.289/2015. Exercício de cargo de natureza militar. Regularidade da Agregação.
PARECER	000111/2019
Ementa	Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual 5.251/85 C/C art. 2º e anexo da Lei 8.289/2015. Exercício de cargo de natureza militar. Regularidade da Agregação.
PARECER	000112/2019
Ementa	Policial militar. Nomeação para cargo em comissão junto à Casa Militar da Governadoria do Estado. Agregação.



PARECER 000113/2019

Ementa Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual 5.251/85 C/C art. 2º e anexo da Lei 8.289/2015. Exercício de cargo de natureza militar. Regularidade da Agregação.

PARECER 000114/2019

Ementa Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual 5.251/85 C/C art. 2º e anexo da Lei 8.289/2015. Exercício de cargo de natureza militar. Regularidade da agregação.

PARECER 000115/2019

Ementa Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual 5.251/85 C/C art. 2º e anexo da Lei 8.289/2015. Exercício de cargo de natureza militar. Regularidade da Agregação.

PARECER 000116/2019

Ementa Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual 5.251/85 C/C art. 2º e anexo da Lei 8.289/2015. Exercício de cargo de natureza militar. Regularidade da Agregação.

PARECER 000117/2019

Ementa Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual 5.251/85 C/C art. 2º e anexo da Lei 8.289/2015. Exercício de cargo de natureza militar. Regularidade da Agregação.

PARECER 000118/2019

Ementa Policial militar. Nomeação para cargo em comissão junto à Casa Militar da Governadoria do Estado. Agregação.

PARECER 000119/2019

Ementa Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual 5.251/85 C/C art. 2º e anexo da Lei 8.289/2015. Exercício de cargo de natureza militar. Regularidade da Agregação.



PARECER 000120/2019

Ementa Policial Militar. Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual nº 5.251/85, para exercício de cargo em comissão de natureza policial-militar. Análise Jurídica.

PARECER 000121/2019

Ementa Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual 5.251/85 C/C art. 2º e anexo da Lei 8.289/2015. Exercício de cargo de natureza militar. Regularidade da Agregação.

PARECER 000122/2019

Ementa Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual 5.251/85 C/C art. 2º e anexo da Lei 8.289/2015. Exercício de cargo de natureza militar. Regularidade da Agregação.

PARECER 000123/2019

Ementa Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual 5.251/85 C/C art. 2º e anexo da Lei 8.289/2015. Exercício de cargo de natureza militar. Regularidade da agregação.

PARECER 000124/2019

Ementa Policial Militar. Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual nº 5.251/85, para exercício de cargo em comissão de natureza policial-militar. Análise Jurídica.

PARECER 000125/2019

Ementa Policial militar. Nomeação para cargo em comissão junto à Casa Militar da Governadoria do Estado. Agregação.

PARECER 000126/2019

Ementa Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual 5.251/85 C/C art. 2º e anexo da Lei 8.289/2015. Exercício de cargo de natureza militar. Regularidade da Agregação.



PARECER	000127/2019
Ementa	Policial militar. Nomeação para cargo em comissão junto à Casa Militar da Governadoria do Estado. Agregação.
PARECER	000128/2019
Ementa	Concessão de Medalha.
PARECER	000129/2019
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Acusação de incontinência pública. Relatório que opina pela absolvição. Competência do Exmo. Governador do Estado para demitir e para isentar o servidor de pena. Análise Jurídica.
PARECER	000130/2019
Ementa	Nomeação de aprovados em concurso público. SEDUC. Inexistência de afronta à Lei de Responsabilidade Fiscal.
PARECER	000131/2019
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Notificação e citação do acusado. Necessidade de esgotamento de todos os meios de localização do servidor. Nulidade parcial do apuratório.
PARECER	000132/2019
Ementa	Servidor público. Abandono de cargo. Falta grave. Processo Administrativo Disciplinar. Não incidência de prescrição. Observância do devido processo legal. Sugestão de demissão.
PARECER	000133/2019
Ementa	Reversão. Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual nº 5.251/85. Exercício de função policial militar. Exoneração da função. Reversão a qualquer tempo. Regularidade



PARECER	000134/2019
Ementa	PAD. DETRAN/PA. Ilícitos e irregularidades semelhantes praticadas em três Ciretrans diferentes. Vistorias automotivas fraudulentas. Descaso com documentos e arquivos públicos. Desrespeito aos procedimentos administrativos. Necessidade de ratificação do relatório final da Comissão Processante. Encaminhamentos sugeridos.
PARECER	000135/2019
Ementa	Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual 5.251/85 C/C art. 2º e anexo da Lei 8.289/2015. Exercício de cargo de natureza militar. Regularidade da Agregação.
PARECER	000136/2019
Ementa	Nomeação de aprovados em concurso público. ARCON. Substituição de servidores temporários por efetivos.
PARECER	000137/2019
Ementa	Instrução Normativa nº 01/2019-AGE. Controle de frequência dos servidores estaduais. Empresa pública. Empregados submetidos à Consolidação das Leis do Trabalho e Acordos Coletivos. Aplicação da IN 01/2019-AGE de forma adjuntória.
PARECER	000138/2019
Ementa	Servidor público. Prorrogação de cessão para o Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Análise Jurídica.
PARECER	000139/2019
Ementa	Cumprimento de decisão judicial. Reintegração a cargo público. Edição ao ato pelo Chefe do Poder Executivo. Análise Jurídica.
PARECER	000140/2019
Ementa	Promoção em ressarcimento de preterição. Tempo de serviço. Equívoco administrativo. Possibilidade.



PARECER 000141/2019

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Demissão consumada. Pedido de reconsideração já examinado, sem efeito suspensivo. Novo requerimento. Competência do DETRAN.

PARECER 000142/2019

Ementa Reversão. Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual 5.251/85, para exercício de cargo comissionado de natureza militar. Reversão a qualquer tempo - Regularidade.

PARECER 000143/2019

Ementa Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual 5.251/85, para exercício de cargo comissionado de natureza militar. Reversão a qualquer tempo - Regularidade.

PARECER 000144/2019

Ementa Reversão. Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual 5.251/85, para exercício de cargo comissionado de natureza militar. Reversão a qualquer tempo - Regularidade.

PARECER 000145/2019

Ementa Agregação com fundamento no art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual 5.251/85, para exercício de cargo comissionado de natureza militar. Regularidade.

PARECER 000146/2019

Ementa Policial militar. Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual 5.251/85, para exercício de função de natureza policial-militar. Análise Jurídica.



PARECER 000147/2019

Ementa Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual 5.251/85 C/C art. 2º e anexo da Lei 8.289/2015. Exercício de cargo de natureza militar. Regularidade da Agregação.

PARECER 000148/2019

Ementa Policial militar estadual. Nomeação para exercer cargo junto à Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social - SEGUP. Agregação. Viabilidade Jurídica.

PARECER 000149/2019

Ementa Reversão. Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual 5.251/85, para exercício de função de natureza policial-militar. Exoneração da função. Reversão a qualquer tempo. Regularidade.

PARECER 000150/2019

Ementa Policial militar estadual. Nomeação para exercício de cargo junto à Casa Militar da Governadoria do Estado (Chefe de Gabinete). Função de natureza policial-militar. Agregação. Exoneração. Reversão ao serviço ativo.

PARECER 000151/2019

Ementa Policial militar estadual. Nomeação para exercício de cargo junto à Casa Militar da Governadoria do Estado (Ajudante de Ordens). Função de natureza policial-militar. Agregação. Exoneração. Reversão ao serviço ativo.

PARECER 000152/2019

Ementa Reversão. Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual 5.251/85, para exercício de cargo comissionado de natureza militar. Reversão a qualquer tempo - Regularidade.



PARECER	000153/2019
Ementa	Reversão. Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual 5.251/85, para exercício de cargo comissionado de natureza militar. Reversão a qualquer tempo - Regularidade.
PARECER	000154/2019
Ementa	Reversão. Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual 5.251/85, para exercício de cargo comissionado de natureza militar. Reversão a qualquer tempo - Regularidade.
PARECER	000155/2019
Ementa	Policial militar estadual. Nomeação para exercer função de natureza policial-militar junto à Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social - SEGUP. Exercício de cargo em comissão. Reversão.
PARECER	000156/2019
Ementa	Conselho Estadual de Previdência. Substituição de membros. Possibilidade.
PARECER	000157/2019
Ementa	Conversão de licença prêmio em pecúnia. Falecimento do servidor. Impossibilidade de percepção dos valores por menor em regime de guarda.
PARECER	000158/2019
Ementa	Acumulação de cargo efetivo e comissionado. Profissional de saúde. Art. 37, XVI, "C" da CRFB/88. Art. 164 da Lei nº 5.810/94. Decreto Estadual nº 1.950/2017. Ausência de requisitos e atribuições legais. Impossibilidade de acumulação.



PARECER	000159/2019
Ementa	Pedido de aposentadoria por tempo de serviço. Desvio de função. Ascensão funcional. Afronta direta à Constituição. Dever de autotutela. Imprescritibilidade.
PARECER	000160/2019
Ementa	Policial militar. Majoração da Gratificação de Habilitação. Conclusão de mestrado. Análise Jurídica.
PARECER	000161/2019
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Agente político. Responsabilidade. Crime de Responsabilidade. Improbidade Administrativa. Análise Jurídica.
PARECER	000162/2019
Ementa	Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Abandono de cargo. Demissão. Análise Jurídica.
PARECER	000163/2019
Ementa	Policial militar. Nomeação para exercício de cargo junto à SEGUP (Diretor do Centro Integrado de Operações). Função de natureza policial-militar. Agregação. Exoneração. Reversão ao serviço ativo.
PARECER	000164/2019
Ementa	Policial militar. Agregação. Exercício de função de natureza policial-militar. Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social. Possibilidade.
PARECER	000165/2019
Ementa	Policial militar estadual. Nomeação para exercício de cargo junto à Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará - SUSIPE (Diretor de Administração Penitenciária). Função de



natureza policial-militar. Agregação. Exoneração. Reversão ao serviço ativo.

PARECER 000166/2019

Ementa Policial militar estadual. Nomeação para exercício de cargo junto à SEGUP (Secretário Adjunto de Gestão Administrativa). Função de natureza policial-militar. Agregação. Exoneração. Reversão ao serviço ativo.

PARECER 000167/2019

Ementa Policial militar estadual. Nomeação para cargo comissionado na Assessoria Militar do Gabinete do Prefeito. Função de natureza policial-militar. Agregação. Exoneração. Reversão ao serviço ativo.

PARECER 000168/2019

Ementa Convênio. Convocação de militares pertencentes à reserva remunerada para desenvolvimento de atividades no serviço de guarda do Ministério Público do Estado do Pará. Art. 105-A da Lei Estadual nº 5.251/85. Análise Jurídica.

PARECER 000169/2019

Ementa Pensão especial militar. Requisitos legais. Falecimento em serviço. Definição dos beneficiários. Valor da pensão apurado com base nas parcelas remuneratórias de caráter permanente. Efeitos pecuniários a partir da data do requerimento.

PARECER 000170/2019

Ementa Departamento de Trânsito do Estado do Pará. Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Inassiduidade habitual. Configuração concomitante das duas infrações disciplinares. Sugestão de demissão.



PARECER

000171/2019

Ementa

Regularização fundiária. Modalidade Alienação Onerosa. Requisitos preenchidos sob a inteligência do Decreto Estadual nº 2.135/2010 e art. 7º da Lei Estadual 7.289/2009. Necessidade de retificação de CAR. Obrigação de promover a regularização ambiental do imóvel. Imposição da obrigação em cláusula resolutiva. Indispensável a autorização da Assembleia Legislativa. Área superior a 1.500HA.

PARECER

000172/2019

Ementa

Regularização fundiária. Modalidade Alienação Onerosa. Requisitos preenchidos sob a inteligência do Decreto Estadual nº 2.135/2010 e art. 7º da Lei Estadual 7.289/2009. Necessidade de retificação de CAR. Obrigação de promover a regularização ambiental do imóvel. Imposição da obrigação em cláusula resolutiva. Indispensável a autorização da Assembleia Legislativa. Área superior a 1.500HA.

PARECER

000173/2019

Ementa

Regularização fundiária. Modalidade Alienação Onerosa. Requisitos preenchidos sob a inteligência do Decreto Estadual nº 2.135/2010 e art. 7º da Lei Estadual 7.289/2009. Necessidade de retificação de CAR. Obrigação de promover a regularização ambiental do imóvel. Imposição da obrigação em cláusula resolutiva. Indispensável a autorização da Assembleia Legislativa. Área superior a 1.500HA.

PARECER

000174/2019

Ementa

Policia militar estadual. Nomeação para exercício de cargo junto à Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará - SUSIPE (Diretor de Unidade Prisional). Função de natureza policial-militar. Agregação. Exoneração. Reversão ao serviço ativo.

PARECER

000175/2019

Ementa

Reversão. Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual 5.251/85, para exercício de função de



natureza militar. Exoneração da função. Reversão a qualquer tempo. Regularidade.

PARECER 000176/2019

Ementa Bombeiro militar. Reversão ao serviço ativo. Arts. 91 e 92 da Lei Estadual nº 5.251/85. Possibilidade.

PARECER 000177/2019

Ementa Reversão. Policial militar. Casa Militar. Possibilidade.

PARECER 000178/2019

Ementa Policial militar. Reversão ao serviço ativo. Arts. 91 e 92 da Lei Estadual nº 5.251/85. Possibilidade.

PARECER 000179/2019

Ementa Policial militar. Reversão ao serviço ativo. Arts. 91 e 92 da Lei Estadual nº 5.251/85. Possibilidade.

PARECER 000180/2019

Ementa Reversão. Polícia Militar. Casa Militar. Possibilidade.

PARECER 000181/2019

Ementa Empresa Estatal. Adequação do Estatuto Social aos ditames da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) e do Decreto Estadual nº 1.667/2016. Análise Jurídica da minuta do Estatuto Social.

PARECER 000182/2019

Ementa Indicação de membros e respectivos suplentes para composição do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia de Portos e Hidrovias do Estado do Pará (CPH).



PARECER 000183/2019

Ementa Convocação da V Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa do Estado do Pará. Viabilidade.

PARECER 000184/2019

Ementa Alteração e revogação de dispositivos no RICMS-PA, relativos à tributação do ICMS. Operações estabelecimentos atacadistas e varejistas, indústria avicultura. Indústrias bebidas alcoólicas. Comércio de peças e acessórios de veículos duas rodas. Regime Especial para empresas transportadoras. Suspensão de inscrição estadual. Cesta básica.

PARECER 000185/2019

Ementa Pensão especial militar. Beneficiários. Forma de cálculo. Marco inicial do benefício. Efeito retroativo.

PARECER 000186/2019

Ementa Exoneração e nomeação de membros. Conselho Estadual de Saúde. CES/PA. Biênio 2018/2020.

PARECER 000187/2019

Ementa Reversão. Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual 5.251/85, para exercício de função de natureza policial-militar. Exoneração da função. Reversão a qualquer tempo. Regularidade.

PARECER 000188/2019

Ementa Reversão. Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual 5.251/85, para exercício de função de natureza policial-militar. Exoneração da função. Reversão a qualquer tempo. Regularidade.



PARECER	000189/2019
Ementa	Reversão. Policial militar. Arts. 91 e 92, ambos da Lei Estadual nº 5.251/85.
PARECER	000190/2019
Ementa	Reversão. Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual 5.251/85, para exercício de função de natureza policial-militar. Exoneração da função. Reversão a qualquer tempo. Regularidade.
PARECER	000191/2019
Ementa	Reversão. Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual 5.251/85, para exercício de função de natureza policial-militar. Exoneração da função. Reversão a qualquer tempo. Regularidade.
PARECER	000192/2019
Ementa	Reversão. Policial militar. Arts. 91 e 92, ambos da Lei Estadual nº 5.251/85.
PARECER	000193/2019
Ementa	Nomeação. Conselho Estadual de Educação. Indicação de estudantes. Prevalência da Lei Ordinária. Requisitos preenchidos.
PARECER	000194/2019
Ementa	Pensão especial. Análise jurídica. Legislação aplicável. Investigador de polícia civil. Óbito em serviço. Parcelas. Entendimento do TCE.
PARECER	000195/2019
Ementa	Policial militar estadual. Desligamento do curso de aperfeiçoamento de oficiais - CAO/2014 em virtude de não atingimento do percentual mínimo de frequência. Reconhecimento posterior de que as faltas



ocorreram por necessidade do serviço. Promoção em ressarcimento de preterição.

PARECER

000196/2019

Ementa

Pensão especial militar. Morte de policial em serviço. Composição da vantagem. Análise Jurídica.

PARECER

000197/2019

Ementa

Servidor público. Abandono de cargo. Falta grave. Processo Administrativo Disciplinar. Não incidência de prescrição. Observância do devido processo legal. Sugestão de demissão.

PARECER

000198/2019

Ementa

Polícia militar. Licenciamento a bem da disciplina. Pedido de revisão. Ausência de fato novo. Improcedência do pedido.

PARECER

000199/2019

Ementa

Processo Administrativo Disciplinar. Acumulação de cargos. Opção. Boa fé. Exoneração do cargo estadual.

PARECER

000200/2019

Ementa

Policial militar. Agregação. Art. 10, §§3º e 8º da Lei Estadual nº 8.388/2016. Possibilidade.

PARECER

000201/2019

Ementa

Policial militar. Reversão ao serviço ativo. Arts. 91 e 92 da Lei Estadual nº 5.251/85. Possibilidade.

PARECER

000202/2019

Ementa

Policial militar. Agregação. Art. 10, §§3º e 8º da Lei Estadual nº 8.388/2016. Possibilidade.



PARECER	000203/2019
Ementa	Policial militar. Agregação. Art. 10, §§3º e 8º da Lei Estadual nº 8.388/2016. Possibilidade.
PARECER	000204/2019
Ementa	Reversão. Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual 5.251/85, para exercício de cargo comissionado de natureza militar. Reversão a qualquer tempo - Regularidade.
PARECER	000205/2019
Ementa	Abastecimento de pescado no mercado interno. Semana Santa. Medidas Administrativas. Análise Jurídica.
PARECER	000206/2019
Ementa	Policial militar. Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual nº 5.251/85, para exercício de função de natureza policial-militar. Análise Jurídica.
PARECER	000207/2019
Ementa	Policial militar. Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual nº 5.251/85, para exercício de função de natureza policial-militar. Análise Jurídica.
PARECER	000208/2019
Ementa	Policial militar. Reversão ao serviço ativo. Arts. 91 e 92 da Lei Estadual nº 5.251/85. Possibilidade.
PARECER	000209/2019
Ementa	Policial militar. Reversão ao serviço ativo. Arts. 91 e 92 da Lei Estadual nº 5.251/85. Possibilidade.



PARECER	000210/2019
Ementa	Policial militar. Reversão ao serviço ativo. Arts. 91 e 92 da Lei Estadual nº 5.251/85. Possibilidade.
PARECER	000211/2019
Ementa	Policial militar. Reversão ao serviço ativo. Arts. 91 e 92 da Lei Estadual nº 5.251/85. Possibilidade.
PARECER	000212/2019
Ementa	Policial militar. Reversão e agregação ao serviço ativo. Possibilidade.
PARECER	000213/2019
Ementa	Servidora pública. Cargo comissionado. Exoneração. Gravidez. Indenização. Análise Jurídica.
PARECER	000214/2019
Ementa	Reconhecimento de dívida. Contrato verbal. Das obrigações do Estado advindas de contrato inválido. Verificação acerca de eventual má-fé do contratante para fins de determinação da obrigação de indenizar. Apuração de responsabilidade.
PARECER	000215/2019
Ementa	Servidor público. Investigador da Polícia Civil. Promoção. Disponibilidade de vagas. Cessão como óbice à ascensão por merecimento. Preterição. Insustentabilidade das alegações.
PARECER	000217/2019
Ementa	Contrato nº 010/98-STN/COAFI. Renegociação. Lei nº 9.496/97. Arts. 1º, 3º e 5º da LC 156/2016. Parecer do Órgão Jurídico (art. 21, I da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal).



PARECER 000218/2019

Ementa Desforço imediato. Obediência à recomendação conjunta do Ministério Público. Exceção. Esbulho de bem público. Possibilidade da PMPA intervir para reintegrar a posse.

PARECER 000219/2019

Ementa Processo Administrativo Disciplinar - SEDUC. Incontinência Pública. Improbidade Administrativa. Recomendação de pena de demissão a bem do serviço público (IMPROBIDADE). Competência de julgamento do Governador do Estado.

PARECER 000220/2019

Ementa Servidor público. Ex-Delegado de Polícia. Falta grave. Processo Administrativo Disciplinar. Pena de demissão. Pedido de revisão fundado em fato novo. Juízo de admissibilidade exercido pela Polícia Civil. Aplicação dos arts. 229 e SS. da Lei Estadual nº 5.810/94. Julgamento. Improcedência.

PARECER 000221/2019

Ementa Pensão especial militar. Morte de policial em serviço. Beneficiários. Rateio em cotas-partes iguais. Limite temporal do benefício. Composição da vantagem. Fixação dos efeitos financeiros.

PARECER 000222/2019

Ementa Entidade privada sem fins lucrativos. Pedido de qualificação como Organização Social. Requisitos previstos na legislação e na decisão proferida pelo STF na ADI nº 1923/DF.

PARECER 000223/2019

Ementa Minuta de alteração do Decreto nº 683/2013. Cooperação e parceria no âmbito do Programa Habitacional “Minha Casa Minha Vida”. Análise Jurídica.



PARECER	000224/2019
Ementa	Nomeação de aprovados em concurso público. SEDUC. Inexistência de afronta à Lei de Responsabilidade Fiscal.
PARECER	000225/2019
Ementa	Contrato de empréstimo nº 2933/OC-BR (BR-L1327). Segundo aditivo contratual. Estado do Pará e BID-Banco Interamericano de Desenvolvimento. Programa de Melhoria da Qualidade e Expansão da Cobertura da Educação Básica no Estado do Pará.
PARECER	000226/2019
Ementa	Policial Militar. Reversão ao serviço ativo. 91 e 92 da Lei nº 5.251/85. Possibilidade.
PARECER	000227/2019
Ementa	Polícia Civil. Processo Administrativo Disciplinar. Suspensão por 90 (noventa) dias. Pedido de reconsideração intempestivo. Não conhecimento. Autotutela administrativa. Manutenção da penalidade.
PARECER	000228/2019
Ementa	Empresas Estatais. Conselho de Administração. Requisitos e vedações aplicáveis aos membros do Conselho de Administração. Minuta de Decreto incluindo o art. 3º-A no Decreto Estadual nº 1.667/2016.
PARECER	000229/2019
Ementa	Policial Militar. Reversão ao serviço ativo. Arts. 91 e 92 da Lei nº 5.251/85. Possibilidade.
PARECER	000230/2019
Ementa	Policial Militar. Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual nº 5.251/85, para exercício de função de natureza policial-militar. Análise Jurídica.



PARECER	000231/2019
Ementa	Policial Militar. Reversão ao serviço ativo. Arts. 91 e 92 da Lei nº 5.251/85. Possibilidade.
PARECER	000232/2019
Ementa	Policial Militar. Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual nº 5.251/85, para exercício de função de natureza policial-militar. Análise Jurídica.
PARECER	000233/2019
Ementa	Policial Militar. Reversão ao serviço ativo. Arts. 91 e 92 da Lei nº 5.251/85. Possibilidade.
PARECER	000234/2019
Ementa	Policial Militar. Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual nº 5.251/85, para exercício de função de natureza policial-militar. Análise Jurídica.
PARECER	000235/2019
Ementa	Policial Militar. Reversão ao serviço ativo. Arts. 91 e 92 da Lei nº 5.251/85. Possibilidade.
PARECER	000236/2019
Ementa	Policial Militar. Reversão ao serviço ativo. Arts. 91 e 92 da Lei nº 5.251/85. Possibilidade.
PARECER	000237/2019
Ementa	Policial Militar. Reversão ao serviço ativo. Arts. 91 e 92 da Lei nº 5.251/85. Possibilidade.
PARECER	000238/2019
Ementa	Substituição do titular de Órgão Público. Autorização do Chefe do Poder Executivo. Análise Jurídica.



PARECER	000239/2019
Ementa	Servidora pública. Abandono de cargo. Processo Administrativo Disciplinar. Pena de demissão. Arts. 178, IV e 190, II, Par. 2º da Lei Estadual nº 5.810/94. Ausência de notificação e citação válidas. Nulidade parcial.
PARECER	000240/2019
Ementa	Policial Militar Estadual. Licenciamento a bem da disciplina. Revisão apreciada como recurso hierárquico. Fundada dúvida sobre reais circunstâncias da ocorrência. Princípios da presunção de inocência e <i>IN DUBIO PRO REO</i> . Considerações acerca de sua aplicação no âmbito do Direito Administrativo Sancionador.
PARECER	000241/2019
Ementa	Organização Social. Contrato de Gestão. Vigência. Atos praticados após o encerramento do contrato. Sindicância investigativa. Tomada de contas especial. Processo de reconhecimento de dívida. Apuração da boa-fé do interessado. Responsabilidade de agentes públicos. Análise Jurídica.
PARECER	000242/2019
Ementa	Projeto de Lei que altera a Lei nº 6.017/96. Constitucionalidade e legalidade das alterações propostas.
PARECER	000243/2019
Ementa	Projeto de Lei que altera a Lei Complementar Estadual nº 058, de 1º de Agosto de 2006. Constitucionalidade.
PARECER	000244/2019
Ementa	Polícia Militar. Instauração de Conselho de Justificação. Expedição de Decreto. Possibilidade.



PARECER	000245/2019
Ementa	Policial Militar Estadual. Concurso público para admissão ao Curso de Formação de Oficiais - CFO - PM2010. Exclusão de candidato portador de daltonismo (DISCROMATOPSIA). Liminar concedida em mandado de segurança para prosseguimento no certame. Candidato <i>Sub Judice</i> . Atos subsequentes respaldados em decisão judicial precária (Matrícula no CFO-PM2010, declaração a aspirante-a-oficial e promoções a 1º TEN e a 2º TEN). Segurança denegada e liminar revogada. Cumprimento da decisão judicial. Necessária avaliação da aptidão do militar para permanecer na ativa.
PARECER	000246/2019
Ementa	Curso de habilitação de oficiais. Matrícula. Decisão judicial. Oficial. Cassação da liminar. Lei nº 6.626/2004. Retorno a situação anterior. Graduação. Aplicação analógica.
PARECER	000247/2019
Ementa	PAD. Pedido de reconsideração do ato demissório. Inexistência de nulidades. Indeferimento.
PARECER	000248/2019
Ementa	Projeto de Lei. Programa de Ajuste Fiscal dos Municípios do Estado do Pará. Parcelamento de dívidas de natureza não tributária. Retenção de repasses aos municípios nos termos do art. 160, parágrafo único, I, da Constituição Federal.
PARECER	000249/2019
Ementa	Instituição de diferimento nas saídas internas de minério de ferro, com destino a estabelecimento industrial de ferro gusa, situado neste Estado - Possibilidade.
PARECER	000250/2019
Ementa	Nomeação. Conselho Estadual de Segurança Pública. Indicações da Assembleia Legislativa do Estado do Pará. Viabilidade.



PARECER	000251/2019
Ementa	Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Decreto Municipal declara situação de emergência.
PARECER	000252/2019
Ementa	Policial Militar. Reversão ao serviço ativo. Arts. 91 e 92 da Lei nº 5.251/85. Possibilidade.
PARECER	000253/2019
Ementa	Policial Militar. Reversão ao serviço ativo. Arts. 91 e 92 da Lei nº 5.251/85. Possibilidade.
PARECER	000254/2019
Ementa	Termo de Cooperação Técnica Estação Cidadania. Minuta. Regularidade. Análise Jurídica.
PARECER	000255/2019
Ementa	Secretaria de Estado de Educação. Recebimento indevido de parcela remuneratória. Parcelamento do débito. Parâmetros para aplicação do artigo 125 do RJU. Observância do contraditório e ampla defesa. Desnecessidade de prévia autorização do servidor para desconto em folha. Inaplicabilidade do 024/2004 ao presente caso.
PARECER	000256/2019
Ementa	Despesas de exercícios anteriores. Prescrição. Marco interruptivo. Análise Jurídica.
PARECER	000257/2019
Ementa	Policial Militar Estadual. Promoção <i>Post Mortem</i> . Lei Estadual nº 8.388/2016 (Lei de Promoção de Oficiais da PMPA).



PARECER	000258/2019
Ementa	Acumulação de proventos do RGPS com vencimentos de cargo efetivo. Impossibilidade de contagem do tempo de serviço utilizado para aposentadoria em um regime para o outro. Análise da regra sobre o adicional de tempo de serviço e abono permanência.
PARECER	000259/2019
Ementa	Policia! Militar. Reversão ao serviço ativo. Arts. 91 e 92 da Lei nº 5.251/85. Possibilidade.
PARECER	000260/2019
Ementa	Policia! Militar. Reversão ao serviço ativo. Arts. 91 e 92 da Lei nº 5.251/85. Possibilidade.
PARECER	000261/2019
Ementa	Convênio. Instituição de fundo. Impossibilidade. Necessidade de lei para criação de fundo público. Descumprimento do disposto na Lei Federal nº 13.800/2019. Necessidade de observância da Lei nº 8.602/2018.
PARECER	000262/2019
Ementa	Nomeação de aprovados em concurso público. ADEPARÁ.
PARECER	000263/2019
Ementa	Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Infração disciplinar. Penalidade. Análise Jurídica.
PARECER	000264/2019
Ementa	Decreto que “Regulamenta o Conselho Estadual de Meio Ambiente - COEMA, e dá outras providências”, bem como minuta de Decreto que “Exonera e nomeia membros para compor o Conselho Estadual de Meio Ambiente - COEMA e dá outras providências”.



PARECER 000265/2019

Ementa Servidor público. Vínculo temporário. Infrações graves. Conversão do distrato em demissão a bem do serviço público.

PARECER 000266/2019

Ementa Minuta de Decreto. Alteração do parágrafo único do Decreto Estadual nº 1.227/2015. Redução do valor da taxa prevista no art. 6º, §1º. da Lei Estadual nº 8.091, de 29 de Dezembro de 2014. Possibilidade estabelecida no art. 6º, §2º. da mesma Lei.

PARECER 000267/2019

Ementa Outorga de Medalha. Mérito Policial Civil.

PARECER 000268/2019

Ementa Outorga de Medalha. Evanovich de Investigação Policial. Possibilidade.

PARECER 000269/2019

Ementa Policial Militar. Reversão e agregação ao serviço ativo. Possibilidade.

PARECER 000270/2019

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Acumulação ilegal de cargos públicos. Ausência de opção pela servidora por um dos cargos ao final do PAD. Má-fé configurada. Penalidade de demissão. Possibilidade.

PARECER 000271/2019

Ementa Polícia Militar. Pensão especial. Falecimento em decorrência de acidente em serviço. Companheira. Requerimento após 180 dias da data do óbito. Retroação à data do pedido. Filhos menores. Incapacidade absoluta. Retroação à data do falecimento. Rateio em cotas-partes iguais. Cálculo com base nas parcelas de caráter



permanente. Exclusão das parcelas de caráter transitório. Reajuste pelo INPC.

PARECER 000272/2019

Ementa Policial Militar. Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, inciso I, da Lei nº 5.251/85, para exercício de função de natureza policial-militar. Análise Jurídica.

PARECER 000273/2019

Ementa Policial Militar. Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, inciso I, da Lei nº 5.251/85, para exercício de função de natureza policial-militar. Análise Jurídica.

PARECER 000274/2019

Ementa Policial Militar. Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, inciso I, da Lei nº 5.251/85, para exercício de função de natureza policial-militar. Análise Jurídica.

PARECER 000275/2019

Ementa Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará. - Geral. Nomeação. Viabilidade.

PARECER 000276/2019

Ementa Servidor público. Licença-maternidade. Gratificação do Sistema Modular de Ensino - SOME. Análise Jurídica.

PARECER 000277/2019

Ementa Policial Militar. Agregação. Art. 10, §§3º e 8º da Lei nº 8.388/2016. Possibilidade.

PARECER 000278/2019

Ementa Curso de Habilitação de Oficiais. Matrícula. Decisão judicial. Oficial. Cassação da decisão. Lei nº 6.626/2004. Retorno à situação anterior. Graduação. Aplicação analógica.



PARECER

000279/2019

Ementa

Companhia de Portos e Hidrovias do Estado do Pará. Cargos em comissão. Regime Celetista. Inexistência de vínculo de emprego. Desnecessidade de anotação da CTPS e formalização de contratos individuais. Controle de ponto. Aplicação do art. 62. II da CLT. Prazo para recolhimento do FGTS e das contribuições previdenciárias.

PARECER

000280/2019

Ementa

Licença para tratamento de saúde. Prorrogação da licença para aguardar a edição de ato de aposentadoria. Necessidade de manutenção do pagamento de remuneração do servidor. Restabelecimento do pagamento de remuneração indevidamente suspenso. Análise Jurídica.

PARECER

000281/2019

Ementa

Instituto de Terras do Pará. Ouvidor. Nomeação. Viabilidade.

PARECER

000282/2019

Ementa

Títulos de doação - Anulação - Possibilidade e necessidade - Lei nº 7.289/2009 e DL nº 57/69 - Súmula 473 do STF - Regularização de área para realização de reforma agrária e desenvolvimento social. Interesse público. Observância dos requisitos legais. Possibilidade Jurídica.

PARECER

000283/2019

Ementa

Polícia Civil. Promoções por antiguidade e merecimento. 21 de Abril de 2019. Categorias: Delegado, investigador, escrivão, papiloscopista e remanescentes (investigadores, escrivães e motoristas-policiais). Lei Complementar nº 022/1994. Decreto nº 2.115/1997.

PARECER

000284/2019

Ementa

Alteração e revogação de dispositivos no RICMS-PA. Isenção do ICMS no fornecimento de energia elétrica dos templos de qualquer culto. Convênio ICMS/CONFAZ 19/19.



PARECER	000285/2019
Ementa	Decreto. Comissão de trabalho. Elaboração do Plano Estadual de Segurança Pública. Sugestão de alterações. Viabilidade.
PARECER	000286/2019
Ementa	Decreto. Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira do Estado do Pará. GGIF/PA. Proposta de alterações. Viabilidade.
PARECER	000287/2019
Ementa	Minuta de Decreto. Homologação de Resolução do Conselho Estadual de Segurança Pública (CONSEP). Criação e constituição de comissão especial para coordenar a eleição que escolherá os membros titular e suplente do CONSEP, representantes das entidades de classe dos órgãos integrantes do Sistema Estadual de Segurança Pública (SIEDS). Possibilidade de edição do Decreto.
PARECER	000288/2019
Ementa	Projeto de Lei para autorizar a PGE-PA a não ajuizar ou desistir de ações de execução fiscal. Critérios. Possibilidade Jurídica. Revogação da Lei Estadual nº 7.772/2013.
PARECER	000289/2019
Ementa	Projeto de lei que cria o Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados de Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual - CADIN/PA. Legalidade e Constitucionalidade.
PARECER	000290/2019
Ementa	Projeto de lei que altera a Lei nº 5.529/89. Constitucionalidade e legalidade das alterações propostas.
PARECER	000291/2019
Ementa	Minuta de projeto de lei. Alterações na Lei nº 6.182/98. Processo Administrativo-Fiscal. Modificações e acréscimos.



PARECER	000292/2019
Ementa	Projeto de lei que altera a Lei nº 5.530/89. Constitucionalidade e legalidade das alterações propostas.
PARECER	000293/2019
Ementa	Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Decreto Municipal. Declara situação de emergência.
PARECER	000294/2019
Ementa	Polícia Civil. Processo Administrativo Disciplinar. Suspensão por 90 (noventa) dias. Pedido de reconsideração. Tempestividade. Conhecimento. Não provimento. Manutenção da pena.
PARECER	000295/2019
Ementa	Minuta de Decreto. Instituição de Rede de Ouvidorias do Estado do Pará. Estabelecimento dos procedimentos gerais para o tratamento das manifestações dos usuários de serviços públicos prestados pela Administração Pública Estadual.
PARECER	000296/2019
Ementa	SEDUC. Processo Administrativo Disciplinar. Acumulação de cargos/funções públicas. Não exercício do direito de opção. Aplicação da penalidade de demissão.
PARECER	000297/2019
Ementa	Policial Militar. Agregação. Art. 10. §§3º e 8º da Lei nº 8.388/2016. Possibilidade.
PARECER	000298/2019
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Acúmulo de cargos. Direito de opção e inércia do servidor. Má-fé presumida. Decreto 1.950/2017.



PARECER	000299/2019
Ementa	PAD. Recurso Administrativo. Renovação de pedido de reconsideração. Impossibilidade. Não conhecimento.
PARECER	000300/2019
Ementa	Servidora pública. Abandono de cargo. Processo Administrativo Disciplinar. Pena de demissão. Arts. 178, IV e 190, II, PAR. 2º da Lei Estadual nº 5.810/94. Nulidade.
PARECER	000301/2019
Ementa	Polícia Militar Estadual. Promoção de Oficiais do dia 21 de Abril de 2019. Antiguidade e merecimento. Minuta de Decreto. Análise Jurídica.
PARECER	000302/2019
Ementa	Dispensa a pedido de convocação de militar da reserva remunerada. Art. 105-A da Lei nº 5.251/85. Decreto nº 892/2013. Possibilidade. Análise Jurídica.
PARECER	000303/2019
Ementa	Policial Militar. Reversão ao serviço ativo. Arts. 91 e 92 da Lei nº 5.251/85. Possibilidade.
PARECER	000304/2019
Ementa	Policial Militar. Reversão ao serviço ativo. Arts. 91 e 92 da Lei nº 5.251/85. Possibilidade.
PARECER	000305/2019
Ementa	Policial Militar. Reversão ao serviço ativo. Arts. 91 e 92 da Lei nº 5.251/85. Possibilidade.
PARECER	000306/2019
Ementa	Polícia Civil. Promoção de servidores. Retificação de Decreto. Análise Jurídica.



PARECER	000307/2019
Ementa	Decreto regulamentador do artigo 6º-U da Lei Estadual nº 5.752/1993, alterada pela Lei Estadual nº 8.633/2018. Regulamentação da Câmara de Compensação Ambiental - CCA, da Comissão Técnica Interinstitucional para Compensação Ambiental - CTCA e do Fundo de Compensação Ambiental - FCA.
PARECER	000308/2019
Ementa	Policial Militar. Promoção em ressarcimento de preterição. Análise Jurídica.
PARECER	000309/2019
Ementa	Concurso público para provimento de cargos de agente prisional. Convocação para matrícula no curso de formação de candidatos aprovados na primeira fase, e classificados fora do número de vagas previstos no edital. Vedação expressa. Análise Jurídica.
PARECER	000310/2019
Ementa	Policial Militar. Reversão ao serviço ativo. Arts. 91 e 92 da Lei nº 5.251/85. Possibilidade.
PARECER	000311/2019
Ementa	Policial Militar. Reversão ao serviço ativo. Arts. 91 e 92 da Lei nº 5.251/85. Possibilidade.
PARECER	000312/2019
Ementa	Bombeiro Militar. Reversão ao serviço ativo. Arts. 91 e 92 da Lei nº 5.251/85. Possibilidade.
PARECER	000313/2019
Ementa	Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Decreto Municipal declara situação de emergência.



PARECER 000314/2019

Ementa Convocação de Militar. Reserva remunerada. Preenchimento dos requisitos formais. Limite prudencial.

PARECER 000315/2019

Ementa Projeto Integrado Trairão - Permuta - Áreas Florestais - Necessidade imperiosa de pagamento pela exploração florestal - Ausência de pagamento afeta o interesse público - Nulidade - Natureza de concessão de direito real de uso - Cláusula expressa dos contratos de permuta originários da forma de atualização - Legalidade - Supremacia do interesse público.

PARECER 000316/2019

Ementa Alteração dispositivos no RICMS-PA. Isenção do ICMS no transporte intermunicipal de grãos. Convênio ICMS/CONFAZ 04/2004.

PARECER 000317/2019

Ementa Minuta de Decreto. Homologação de Resolução do Conselho Estadual de Segurança Pública. Criação e constituição de comissão especial para coordenar a eleição do presidente e vice-presidente do Comitê Integrado de Corregedores de Segurança Pública (CICSG). Possibilidade de edição do decreto.

PARECER 000318/2019

Ementa Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Exercício financeiro de 2019. Análise Jurídica.

PARECER 000319/2019

Ementa Polícia Militar. Processo Administrativo Disciplinar Simplificado. Sancionamento disciplinar de licenciamento à bem da disciplina. Recurso hierárquico - Incidente de insanidade mental. Manutenção da penalidade.



PARECER	000320/2019
Ementa	Servidor público. Acumulação de cargos. Falta grave. Processo Administrativo Disciplinar. Aposentadoria anterior em cargo federal. Reingresso no serviço público estadual. Possibilidade de acumulação de aposentadoria com cargo ativo. Art. 11 da Emenda Constitucional nº 20/1998. Aposentadoria. Opção por um dos proventos.
PARECER	000321/2019
Ementa	DETRAN. Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. <i>Animus Abandonandi</i> . Configuração. Aplicação da penalidade de demissão.
PARECER	000322/2019
Ementa	Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Acumulação de cargos. Análise Jurídica.
PARECER	000323/2019
Ementa	Medalha Coronel Barros e Arouck. Possibilidade. Análise Jurídica.
PARECER	000324/2019
Ementa	Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Pará - PRODEPA. Conselho de Administração e Conselho Fiscal. Nomeação de membros. Requisitos legais.
PARECER	000325/2019
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Inocorrência de prescrição. Aplicação da penalidade de demissão. Decreto do Exmo. Sr. Governador. Possibilidade.
PARECER	000326/2019
Ementa	23ª Feira Pan-Amazônica do Livro. Realização de Chamamento Público para celebração de parceria. Lei Federal nº 13.019/2014. Plano de trabalho. Análise Jurídica.



PARECER	000327/2019
Ementa	Servidor público. Acumulação ilícita de cargo e emprego públicos. Processo Administrativo Disciplinar. Não incidência de prescrição. Observância do devido processo legal. Notificação para opção por um dos vínculos. Inércia do servidor. Configuração de má-fé. Sugestão de demissão.
PARECER	000328/2019
Ementa	SEDUC. Processo Administrativo Disciplinar. Acumulação de cargos/funções públicas. Direito de opção. Recusa do servidor. Configuração de má-fé.
PARECER	000329/2019
Ementa	Alteração de dispositivos no RICMS-PA, relativos à Tributação do ICMS. Prorrogação efeitos do Decreto 37 de 19 de Março de 2019. Cesta básica. RTD.
PARECER	000330/2019
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Acúmulo de cargos. Direito de opção e inércia do servidor. Má-fé presumida. Decreto 1.950/2017.
PARECER	000331/2019
Ementa	Servidor público. Abandono de cargo. Falta grave. Processo Administrativo Disciplinar. Não incidência de prescrição. Observância do devido processo legal. Sugestão de demissão.
PARECER	000332/2019
Ementa	Projeto de Lei que institui Fundo Estadual de Combate à Corrupção. Análise Jurídica.
PARECER	000333/2019
Ementa	Polícia Militar do Estado. Concurso público. Candidatos transgêneros. Inscrição. Teste de aptidão física.



PARECER	000334/2019
Ementa	Medalha “General Ferreira Coelho”. Possibilidade. Análise Jurídica.
PARECER	000335/2019
Ementa	Anteprojeto de Lei. Alteração do §1º do art. 6º da Lei Estadual nº 8.091, de 29 de dezembro de 2014. Redução valor da taxa hídrica. Legalidade.
PARECER	000336/2019
Ementa	Servidor público. Tempo de serviço. Certidão. Competência para expedição segundo o objeto e a finalidade da certidão. Direito Fundamental. Art. 5º XXXIV, "B" da CRFB/88.
PARECER	000337/2019
Ementa	Servidor público. Aposentadoria voluntária. Acumulação ilícita de cargo e emprego público. Impossibilidade de cômputo desse período para fins de aposentadorias em regimes diversos (RGPS/INSS e RPPS). Opção por uma das aposentadorias.
PARECER	000338/2019
Ementa	Promoção de Oficiais. Polícia Militar. Tempo de serviço masculino e feminino. Minuta de Decreto. Análise Jurídica.
PARECER	000339/2019
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Acúmulo de cargos públicos. Servidor de boa-fé. Necessidade de realização de efetiva notificação para exercício de opção por um dos cargos inacumuláveis. Análise Jurídica.
PARECER	000340/2019
Ementa	Polícia Militar. Conselho de Justificação. Substituição de membros. Possibilidade.



PARECER	000341/2019
Ementa	Decreto. Institui a Diretoria Estadual de Combate à Corrupção. Viabilidade.
PARECER	000342/2019
Ementa	Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Decreto Municipal declara situação de emergência.
PARECER	000343/2019
Ementa	Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Decreto Municipal declara situação de emergência.
PARECER	000344/2019
Ementa	Militar da reserva convocado para exercício de função na ALEPA. Encerramento da causa da convocação por interesse ou conveniência da Administração.
PARECER	000345/2019
Ementa	Conselho Estadual de Segurança Pública. Designação de Ouvidor Interno. Término do mandato sem a realização de nova eleição. Possibilidade.
PARECER	000346/2019
Ementa	Nova Lei de Terras. Necessidade de nova edição contemplando novos conceitos. Nova dinâmica. Necessidade de ampliação do rol de atividades exercidas em imóveis que precisam de regularização. Da associação coordenada entre Regularização Fundiária e Ambiental. Da função socioambiental da propriedade. Da diminuição de desmatamento e fomento a atividade produtiva com sustentabilidade no Estado do Pará.
PARECER	000347/2019
Ementa	Emenda Constitucional. Equivalência entre o limite constitucional previsto na CF/88 com o mesmo limite previsto na Constituição do



Estado do Pará. Regularização fundiária para expansão patrimonial do município. Possibilidade. Proposta de mudança sobre a necessidade de autorização legislativa para diminuição de trâmite burocrático. Proposta de iniciativa do Poder Legislativo. Iniciativa reservada.

PARECER 000348/2019

Ementa Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Decreto Municipal declara situação de emergência.

PARECER 000349/2019

Ementa Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Decreto Municipal declara situação de emergência.

PARECER 000350/2019

Ementa Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Decreto Municipal declara situação de emergência.

PARECER 000351/2019

Ementa Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Decreto Municipal declara situação de emergência.

PARECER 000352/2019

Ementa Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Decreto Municipal declara situação de emergência

PARECER 000353/2019

Ementa Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Decreto Municipal declara situação de emergência.

PARECER 000354/2019

Ementa Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Decreto Municipal declara situação de emergência.



PARECER	000355/2019
Ementa	Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Decreto Municipal declara situação de emergência.
PARECER	000356/2019
Ementa	Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Decreto Municipal declara situação de emergência.
PARECER	000357/2019
Ementa	Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Decreto Municipal declara situação de emergência.
PARECER	000358/2019
Ementa	SESPA. Celebração de Convênio com o Município de Novo Progresso. Reforma e ampliação de hospital. Duplicidade de convênios com o mesmo objeto. Execução de ajuste. Necessidade de prestação de contas parcial. Ampliação do objeto do convênio. Possibilidade. Análise Jurídica.
PARECER	000359/2019
Ementa	Bombeiro Militar. Reversão. Alteração da data do Ato. Averbação do tempo de serviço. Promoção em ressarcimento de preterição. Análise Jurídica. (SUPERADO PELO PARECER Nº 000754/2023).
PARECER	000360/2019
Ementa	Conselho Estadual de Saúde. Substituição de membros. Biênio 2018/2020. Possibilidade.
PARECER	000361/2019
Ementa	Homologação de Resolução. CONSEP. Resolução nº 360/2019-CONSEP. Viabilidade.



PARECER	000362/2019
Ementa	Polícia Militar Estadual (PMPA). Transgressões disciplinares graves. Licenciamento a bem da disciplina. Recurso hierárquico. Análise Jurídica.
PARECER	000363/2019
Ementa	Secretaria de Estado de Educação. Processo Administrativo Disciplinar. Acúmulo de cargos. Agente administrativo e professor. Impossibilidade. Intimação da interessada para exercer direito de opção.
PARECER	000364/2019
Ementa	Pensão especial. Auxiliar técnico de Polícia Civil. Morte no percurso casa-trabalho. Reação a abordagem criminosa. Arma pertencente ao Estado. Nexo de causalidade configurado.
PARECER	000365/2019
Ementa	Decreto de instauração de Conselho de Justificação. Competência do Exmo. Governador do Estado. Inteligência do art. 128 da Lei Estadual nº 6.833/2006.
PARECER	000366/2019
Ementa	Bombeiro Militar. Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, inciso I, da Lei nº 5.251/85, para exercício de função de natureza policial-militar. Análise Jurídica.
PARECER	000367/2019
Ementa	Bombeiro Militar. Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, inciso I, da Lei nº 5.251/85, para exercício de função de natureza policial-militar. Análise Jurídica.
PARECER	000368/2019
Ementa	Tribunal Administrativo de Recursos Fazendários. Designação de Procurador do Estado. Possibilidade.



PARECER	000369/2019
Ementa	Conselho de Justificação. Reinstauração. Modificação da composição. Reabertura do prazo para conclusão dos trabalhos. Análise Jurídica.
PARECER	000370/2019
Ementa	Contrato de empréstimo. Estado do Pará e NDB- New Development Bank. Programa municípios sustentáveis. Parecer final após formalização do instrumento.
PARECER	000371/2019
Ementa	Ata de registro de preços. Contrato nº 066/2018-CPCRC. Locação de veículos com motorista. Necessidade de readequação do objeto. Risco de descaracterização. Impossibilidade. Pagamento de serviços prestados sem cobertura contratual. Indenização.
PARECER	000372/2019
Ementa	Conselho de Justificação. Corpo de Bombeiros Militar. Instauração. Possibilidade.
PARECER	000373/2019
Ementa	Conselho de Justificação. Apuração de faltas funcionais. Competência para instauração. Exmo. Governador do Estado do Pará.
PARECER	000374/2019
Ementa	Recurso hierárquico. Independência de instâncias. Legítima defesa. Decisão judicial não transitada em julgado. Processo regular.
PARECER	000375/2019
Ementa	Polícia Civil. Sentença Judicial interpartes. Pedido de revogação do Decreto Estadual nº 1935/2017. Pleito de isenção de tarifária para



serviços seletivos e especiais. Inaplicabilidade da regra de isenção. Jurisprudência.

PARECER

000376/2019

Ementa

Servidora pública. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Alteração de dados em sistema. Relatório baseado em premissa equivocada. Erro material. Instrução processual deficiente. Conversão do processo em diligência. Análise Jurídica.

PARECER

000377/2019

Ementa

Bombeiro Militar. Agregação promovida com fundamento no art. 88, § 1º, I, da Lei nº 5.251/85, para exercício de função de natureza policial-militar. Análise Jurídica.

PARECER

000378/2019

Ementa

Servidor público. Suposta acumulação ilícita de cargos públicos. Processo Administrativo Disciplinar. Relatório baseado em premissa equivocada. Erro material. Instrução processual deficiente. Conversão do processo em diligência.

PARECER

000379/2019

Ementa

Processo Administrativo Disciplinar. Acúmulo de proventos de aposentadoria com cargo público. Análise Jurídica.

PARECER

000380/2019

Ementa

Inclusão de dispositivo no RICMS. Regras procedimentais de apreensão de mercadorias.

PARECER

000381/2019

Ementa

Alteração de dispositivo do RICMS-PA. ICMS. Prestação de serviço de telecomunicação. Substituição ao procedimento do estorno de débitos. Creditamento de 1 do valor do débito do ICMS devido.



PARECER	000382/2019
Ementa	Minuta de Projeto de Lei. Programa Luz para Todos. Remissão do ICMS. Internalização do convênio ICMS 56/17 na Legislação Estadual.
PARECER	000383/2019
Ementa	Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Decreto Municipal declara situação de emergência.
PARECER	000384/2019
Ementa	Altera dispositivo do RICMS-PA. Isenção do ICMS no transporte intermunicipal de combustíveis e lubrificantes, derivados ou não de petróleo. Convênio ICMS/CONFAZ 04/2004.
PARECER	000385/2019
Ementa	Minuta de Decreto de delegação de competências sobre atos relativos a Conselho de Justificação. Análise Jurídica.
PARECER	000386/2019
Ementa	Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Decreto Municipal declara situação de emergência.
PARECER	000387/2019
Ementa	Parecer. Prestação de contas. Conversão de julgamento em diligência.
PARECER	000388/2019
Ementa	Policia! Militar. Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, inciso I, da Lei nº 5.251/85, para exercício de função de natureza policial-militar. Análise Jurídica.



PARECER 000389/2019

Ementa Bombeiro Militar. Agregação promovida com fundamento no art. 88, §1º, inciso I, da Lei nº 5.251/85, para exercício de função de natureza policial-militar. Análise Jurídica.

PARECER 000390/2019

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Inocorrência de prescrição. Arquivamento pela autoridade instauradora. Incompetência. Nulidade. Possibilidade de julgamento pelo Chefe do Poder Executivo. Ausência de *Animus Abandonandi*. Absolvição do servidor.

PARECER 000391/2019

Ementa Servidor público. Acumulação de cargos. Investigador da Polícia Civil e professor. Suposta incompatibilidade de horários. Falta grave. Processo Administrativo Disciplinar. Nulidade parcial.

PARECER 000392/2019

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Conversão do julgamento em diligência.

PARECER 000393/2019

Ementa Policial Militar. Reversão e agregação.

PARECER 000394/2019

Ementa Secretaria de Estado de Educação. Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo não configurado. Fatos conexos não apurados pela comissão. Necessidade de instauração de novo PAD.

PARECER 000395/2019

Ementa Contratação de profissional de notória especialização. Licitação. Inexigibilidade. Viabilidade Jurídica.



PARECER	000396/2019
Ementa	Tribunal de Contas. Ato de admissão de pessoal. Controle de legalidade, para fins de registro. Registro negado. Ato complexo. Caráter vinculante da decisão. Anulação dos atos de admissão por meio do devido processo legal.
PARECER	000397/2019
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. SEDUC. Falecimento do servidor acusado. Extinção da punibilidade. Arquivamento que se impõe. Análise Jurídica.
PARECER	000398/2019
Ementa	Secretaria de Estado de Educação. Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Nulidade da decisão de arquivamento proferida por autoridade incompetente. Abandono não configurado. Afastamento após pedido de licença-prêmio. Aplicação do art. 99, parágrafo único, do RJU.
PARECER	000399/2019
Ementa	Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Ausência de notificação para oitiva de testemunha. Nulidade parcial. Análise Jurídica.
PARECER	000400/2019
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Departamento de Trânsito do Estado do Pará (DETRAN). Inserção de dados falsos no sistema. Análise Jurídica.
PARECER	000401/2019
Ementa	Organização Social. Qualificação. Análise Jurídica.
PARECER	000402/2019
Ementa	Organização Social. Requisitos para qualificação. Análise Jurídica.



PARECER	000403/2019
Ementa	Servidora pública estadual. Estabilidade. Exoneração a pedido para assumir cargo militar temporário. Não estabilização. Pedido de recondução. Art. 57 da Lei nº 5.810/94. Interrupção entre os vínculos. Indeferimento do pedido.
PARECER	000404/2019
Ementa	Anteprojeto de Lei. Altera o art. 17 da Lei nº 6.099/1997. Diretoria. Mandato de 04 anos e não coincidente com o Governador do Estado.
PARECER	000405/2019
Ementa	Projeto de Lei. Fundo de Apoio ao Registro Civil do Estado do Pará - FRC. Transferência de gestão do fundo. Redimensionamento da destinação das receitas. Possibilidade
PARECER	000406/2019
Ementa	Exoneração e nomeação de membros. Conselho Diretor da Fundação Carlos Gomes.
PARECER	000407/2019
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar - SEDUC. Assédio sexual. Improbidade administrativa. Recomendação de aplicação de pena de demissão a bem do serviço público. Competência de julgamento do Exmo. Governador do Estado.
PARECER	000408/2019
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar - SEDUC. Improbidade administrativa. Valimento de cargo para auferir vantagem pessoal. Ausência de justa causa para instauração. Recomendação de arquivamento. Competência de julgamento do Exmo. Governador do Estado.



PARECER	000409/2019
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. SEDUC. Ausência de prestação de contas de recursos por servidor responsável. Falta de natureza leve. Aplicação, em tese, da pena de repreensão. Prescrição na espécie. Análise Jurídica.
PARECER	000410/2019
Ementa	Gratificação de Desempenho de Gestão Ambiental no âmbito da SEMAS e do IDEFLOR-Bio. Lei 6.833/2018. Servidores em exercício no Núcleo Executor do Programa Municípios Verdes. Independência do Núcleo. Impossibilidade de pagamento da GDGA aos servidores do Núcleo. Análise Jurídica.
PARECER	000411/2019
Ementa	Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Faltas ao serviço. Abandono de cargo. Nulidade. Análise Jurídica.
PARECER	000412/2019
Ementa	Contrato administrativo. Serviços de manutenção e conservação, preventiva e rotineira, de rodovias. Elevação de preços dos insumos asfálticos para pavimentação. Pleito de reequilíbrio econômico-financeiro. Teoria da imprevisão. Reajuste.
PARECER	000413/2019
Ementa	Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Abandono de cargo. Conhecimento de matéria de ofício. Prova dos autos. Nulidade. Relatório baseado em premissa equivocada. Erro material. Instrução processual deficiente. Conversão do processo em diligência. Análise Jurídica.
PARECER	000414/2019
Ementa	Conselho Estadual de Assistência Social do Pará. Exoneração. Nomeação. Possibilidade.



PARECER	000415/2019
Ementa	Minuta de acordo de cooperação federativa. Sistema Nacional de Cultura - SNC. Adesão. Análise Jurídica.
PARECER	000416/2019
Ementa	Anteprojeto de Lei. Fusão. Secretaria de Estado de Administração e Secretaria de Estado de Planejamento. Reorganização do quadro de cargos de provimento efetivo, comissionado e funções permanentes.
PARECER	000417/2019
Ementa	Projeto de Lei. Desafetação de uso e autorização para alienação de bem imóvel.
PARECER	000418/2019
Ementa	Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Decreto Municipal declara situação de emergência.
PARECER	000419/2019
Ementa	Exoneração e nomeação de membros. Conselho Estadual de Trânsito.
PARECER	000420/2019
Ementa	Servidor público. Prestação de contas irregular. Posterior aprovação antes da instauração do Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Ato de instauração a ser tornado sem efeito.
PARECER	000421/2019
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. SEDUC. Prestação de contas a destempo. Penalidade de repreensão prescrita. Extinção de punibilidade. Análise Jurídica.



PARECER	000422/2019
Ementa	Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Decreto Municipal declara situação de emergência.
PARECER	000423/2019
Ementa	Exoneração e nomeação de membros. Conselho Fiscal da Fundação Carlos Gomes.
PARECER	000424/2019
Ementa	Agregação. Corpo de Bombeiros Militar. SEGUP. Possibilidade.
PARECER	000425/2019
Ementa	Policial Militar. Reversão.
PARECER	000426/2019
Ementa	Secretaria de Estado de Educação. Processo Administrativo Disciplinar. Ausência de prestação de contas. Improbidade. Devolução dos valores no curso do PAD. Lesão ao erário não demonstrada no caso concreto.
PARECER	000427/2019
Ementa	Conselho Estadual de Segurança Pública (CONSEP). Exoneração de membros representantes do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJEPA). Recomendação nº 35/2019 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).
PARECER	000428/2019
Ementa	Servidora temporária. Diretora de escola conveniada. Gestão de recursos do fundo rotativo. Ausência de prestação de contas em 2007. Alegada conduta desidiosa, improbidade administrativa e lesão aos cofres públicos. Processo Administrativo Disciplinar. Arquivamento.



PARECER 000429/2019

Ementa Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Decreto Municipal declara situação de emergência.

PARECER 000430/2019

Ementa Servidor público. Diárias. Prestação de contas. Suposta conduta desidiosa e lesiva aos cofres públicos. Processo Administrativo Disciplinar. Arts. 177, VI, 178, V e XVII c/c art. 190, IV, X, XIII e XIX da Lei Estadual nº 8.510/1994. Arquivamento.

PARECER 000431/2019

Ementa Servidores públicos. Ausência de prestação de contas. Alegada conduta desidiosa, improbidade administrativa e lesão aos cofres públicos. Processo Administrativo Disciplinar. Arts. 177, VI, 178, V, XIV e XVII e 190, IV, X e XIII da Lei Estadual nº 5.810/1994. Necessidade de conversão do julgamento em diligência.

PARECER 000432/2019

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Desobediência aos deveres insertos no art. 177, VI e prática da conduta vedada pelo art. 178, V, do RJU. Pena de demissão. Art. 190, XIII, do RJU. Alteração da tipificação para incluir conduta vedada pelo art. 178, XVII. Possibilidade. Competência do Governador do Estado para expedição de Decreto demissório.

PARECER 000433/2019

Ementa Decreto Estadual visando a declaração de utilidade pública do imóvel. Preenchimento dos requisitos indispensáveis ao ato.

PARECER 000434/2019

Ementa Decreto de ativação de Órgão da Polícia Militar (19ª CIPM). Análise Jurídica.



PARECER 000435/2019

Ementa Servidor público. Convênio. Prestação de contas. Fiscalização. Suposta conduta desidiosa. Processo Administrativo Disciplinar. Arts. 177, VI e 190, XIX da Lei Estadual nº 5.810/94. Arquivamento.

PARECER 000436/2019

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. DETRAN. Inserção de dados falsos no Sistema. Análise Jurídica.

PARECER 000437/2019

Ementa Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Decreto Municipal declara situação de emergência.

PARECER 000438/2019

Ementa Polícia Militar Estadual (PMPA). Conselho de Justificação. Esgotamento do prazo legal para conclusão sem a prática de qualquer ato pelo Conselho. Extinção. Instauração de novo Conselho de Justificação. Prescrição.

PARECER 000439/2019

Ementa Policial Militar. Agregação promovida com fundamento no art. 88, § 1º, inciso I, da Lei Estadual nº 5.251/85, para exercício de função de natureza policial-militar. Análise Jurídica.

PARECER 000440/2019

Ementa Policial Militar. Reversão, Agregação e nova Reversão.

PARECER 000441/2019

Ementa Ata de Registro de Preços (ARP). Órgão partícipe. Contratação de empresa vencedora. Análise Jurídica.



PARECER 000442/2019

Ementa Minuta de Decreto. Criação do Programa “Bolsa-Pará”. Política pública criada pela Lei Complementar nº 061/2007. Necessidade de ajustes.

PARECER 000443/2019

Ementa Regimento Interno da SUSIPE. Portaria nº 584/2019. Alteração do art. 97. Prisão especial. Efeitos. Possibilidade.

PARECER 000444/2019

Ementa Qualificação de entidade sem fins lucrativos como Organização Social. Atendimento dos requisitos legais. Necessidade de aquiescência da SESP e SEAD. Juízo de conveniência e oportunidade do Chefe do Poder Executivo.

PARECER 000445/2019

Ementa Organização Social. Requisitos para qualificação. Análise Jurídica.

PARECER 000446/2019

Ementa Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Decreto Municipal declara situação de emergência.

PARECER 000447/2019

Ementa Cumprimento de decisão judicial. Decreto de nomeação. Competência do Exmo. Sr. Governador do Estado.

PARECER 000448/2019

Ementa Servidor público. Abandono de cargo. Violação a princípios éticos e morais. Processo Administrativo Disciplinar. Arts. 177, VI, 178, IV e 190, II Par. 2º da Lei nº 5.810/94. Demissão.

PARECER 000449/2019

Ementa Policial Militar. Reversão.



PARECER 000450/2019

Ementa Policial Militar. Reversão.

PARECER 000451/2019

Ementa Servidor público. Recursos de Programa Federal (PDDE). Ausência de prestação de contas. Alegada conduta desidiosa, improbidade administrativa e lesão aos cofres públicos. Processo Administrativo Disciplinar. Ausência de defesa de indiciado revel. Nulidade parcial.

PARECER 000452/2019

Ementa Policial Militar. Reversão.

PARECER 000453/2019

Ementa Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Decreto Municipal declara situação de emergência no município de Pontas de Pedras.

PARECER 000454/2019

Ementa Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Decreto Municipal declara situação de emergência no município de Alenquer.

PARECER 000455/2019

Ementa Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Decreto Municipal declara situação de emergência no município de Augusto Corrêa.

PARECER 000456/2019

Ementa Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Decreto Municipal declara situação de emergência no município de Oriximiná.



PARECER	000457/2019
Ementa	Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Decreto Municipal declara situação de emergência no município de Chaves.
PARECER	000458/2019
Ementa	Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Decreto Municipal declara situação de emergência no município de Prainha.
PARECER	000459/2019
Ementa	Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Decreto Municipal declara situação de emergência no município de Óbidos.
PARECER	000460/2019
Ementa	Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Decreto Municipal declara situação de emergência no município de Placas.
PARECER	000461/2019
Ementa	Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Decreto Municipal declara situação de emergência.
PARECER	000462/2019
Ementa	Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Decreto Municipal declara situação de emergência no município de Quatipuru.
PARECER	000463/2019
Ementa	Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Decreto Municipal declara situação de emergência no município de Curuá.
PARECER	000464/2019
Ementa	Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Decreto Municipal declara situação de emergência no município de Terra Santa.



PARECER	000465/2019
Ementa	Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Decreto Municipal declara situação de emergência no município de Cachoeira do Arari.
PARECER	000466/2019
Ementa	Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Decreto Municipal declara situação de emergência no município de Marapanim.
PARECER	000467/2019
Ementa	Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Decreto Municipal declara situação de emergência no município de Novo Repartimento.
PARECER	000468/2019
Ementa	Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Decreto Municipal declara situação de emergência no município de Tomé-Açu.
PARECER	000469/2019
Ementa	Dispensa a pedido de convocação de militar da reserva remunerada. Regularidade.
PARECER	000470/2019
Ementa	Cumprimento de decisão judicial. Decreto de despromoção. Competência do Exmo. Sr. Governador do Estado.
PARECER	000471/2019
Ementa	Secretaria de Estado de Educação. Processo Administrativo Disciplinar. Ausência de prestação de contas. Improbidade. Irregularidade formal saneada em tempo razoável. Infração disciplinar não configurada.



PARECER	000472/2019
Ementa	Convocação de Policiais Militares da reserva remunerada. Requisitos. Análise Jurídica.
PARECER	000473/2019
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar - SEDUC. Solicitação de material escolar para realização de matrícula. Penalidade de repreensão prescrita. Extinção de punibilidade.
PARECER	000474/2019
Ementa	Agregação. Polícia Militar. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social. Possibilidade.
PARECER	000475/2019
Ementa	Policia Militar. Reversão, Agregação e nova Reversão.
PARECER	000476/2019
Ementa	SEDUC. Processo Administrativo Disciplinar. Procedimento desidioso. Perda do objeto. Análise Jurídica.
PARECER	000477/2019
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. SEDUC. Prestação de contas a destempo. Penalidade de repreensão prescrita. Extinção de punibilidade. Análise Jurídica.
PARECER	000478/2019
Ementa	Aquisição de arquivos deslizantes. Aumento de quantitativo existente. Licitação. Inexigibilidade. Padronização. Viabilidade Jurídica.
PARECER	000479/2019
Ementa	Averbação de tempo de serviço prestado em cargo exclusivamente comissionado. Cabimento.



PARECER	000480/2019
Ementa	Convênio financeiro. Repasse de recursos do Estado ao município de Prainha, no âmbito do Fundo de Desenvolvimento Econômico do Estado (FDE). Prestação de contas final reprovada. Adoção, pelo gestor municipal atual, de medidas exigidas para exclusão do registro de inadimplência do município. Inclusão do nome da ex-gestora municipal na conta “diversos responsáveis”.
PARECER	000481/2019
Ementa	Secretaria de Estado de Educação. Aquisição de livros didáticos. Possíveis irregularidades no processo de inexigibilidade de licitação. Recebimento de livros em desacordo com as especificações do contrato. Abertura de PAD. Prazo prescricional contado a partir da ciência do fato. Sanções Administrativas da Lei nº 8.666/93. Análise Jurídica.
PARECER	000482/2019
Ementa	Pensão especial. Retificação de Decreto. Consolidação de pensões cujas concessões estavam previstas em atos distintos. Análise Jurídica.
PARECER	000483/2019
Ementa	Programa Estadual de Transporte Escolar (PETE/PA). Lei Estadual nº 8.846/2019. Minuta de Decreto Regulamentador. Análise Jurídica.
PARECER	000484/2019
Ementa	Contrato de gerenciamento de obras. Suspensão da execução dos serviços. Prazo de vigência expirado. Impossibilidade de prorrogação de contrato expirado. Análise Jurídica.
PARECER	000485/2019
Ementa	Doação de verbas ao FUNDEFLOP. Pessoa jurídica estrangeira. Lei nº 6.963/2007. Ausência de encargos ao Poder Público. Possibilidade.



PARECER	000486/2019
Ementa	Minuta de Decreto. Suspensão do Programa Nota Fiscal Cidadã. Conveniência financeira para equilíbrio das contas públicas. Ato do Poder Executivo. Artigo 14 da Lei 7.632/2012. Possibilidade.
PARECER	000487/2019
Ementa	Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Instauração baseada em informações frágeis e inconsistentes. Ato de instauração a ser tornado sem efeito.
PARECER	000488/2019
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Análise Jurídica.
PARECER	000489/2019
Ementa	Nomeação de membros. Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Difusos.
PARECER	000490/2019
Ementa	Imposto de renda retido na fonte. Empresas estrangeiras com nacionalidade espanhola e argentina. Tratado internacional sobre bitributação. Não incidência do imposto de renda no Brasil. Inexistência de obrigação de retenção. Precedentes Jurisprudenciais.
PARECER	000491/2019
Ementa	Servidora pública. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Conjunto probatório. Análise Jurídica.
PARECER	000492/2019
Ementa	Minuta de Decreto. Conselho de Desenvolvimento Econômico do Pará. Viabilidade.



PARECER	000493/2019
Ementa	Agregação. Polícia Militar. Assessoria Militar da ALEPA. Colocado à disposição.
PARECER	000494/2019
Ementa	Servidor público. Relatório de obras. Irregularidade. Suposta conduta desidiosa e ímproba. Processo Administrativo Disciplinar. Arts. 177, VI, 178, V C/C art. 190, IV, XIII e XIX da Lei Estadual nº 5.810/94. Morte do acusado. Extinção da punibilidade. Arquivamento.
PARECER	000495/2019
Ementa	Agregação. Polícia Militar. Assessoria Militar da ALEPA. Colocado à disposição.
PARECER	000496/2019
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Recomendação de arquivamento. Competência de julgamento do Exmo. Governador do Estado.
PARECER	000497/2019
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Ocorrência de prescrição. Análise Jurídica.
PARECER	000498/2019
Ementa	Termo de cessão de uso de bem público. Uso de parte de imóvel pertencente ao Estado do Pará para o funcionamento da Agência da Receita Federal do Brasil no município de Abaetetuba. Possibilidade e regularidade do instrumento.
PARECER	000499/2019
Ementa	Agregação. Polícia Militar. Assessoria Militar da ALEPA. Colocado à disposição.



PARECER	000500/2019
Ementa	Agregação. Polícia Militar. Assessoria Militar da ALEPA. Colocado à disposição.
PARECER	000501/2019
Ementa	Agregação. Polícia Militar. Assessoria Militar da ALEPA. Colocado à disposição. Possibilidade.
PARECER	000502/2019
Ementa	Agregação. Polícia Militar. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social. Possibilidade.
PARECER	000503/2019
Ementa	Agregação. Polícia Militar. Assessoria Militar da ALEPA. Colocado à disposição.
PARECER	000504/2019
Ementa	Cadastro. CADPREV. Delegação. Desnecessidade.
PARECER	000505/2019
Ementa	Comissão Gestora Tripartite. Nomeação de membros. Decreto nº 2.123/2010.
PARECER	000506/2019
Ementa	Fiscalização exercida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará no âmbito da Polícia Militar - Solicitação de documentos - Necessidade de atendimento pela PM/PA.
PARECER	000508/2019
Ementa	Processo de reconhecimento de dívida. Prestador de serviços. Fundo de Saúde dos Servidores Militares do Estado do Pará - FUNSAU. Despesas de Exercícios Anteriores. Análise Jurídica.



PARECER	000509/2019
Ementa	Exoneração e nomeação de membros. Conselho Estadual de Saúde. CES/PA. Biênio 2018/2020.
PARECER	000510/2019
Ementa	Termo de cooperação técnica. Compartilhamento de dados de ações judiciais de que o Estado seja parte. Sistema SAJ PGE. Análise Jurídica.
PARECER	000511/2019
Ementa	Contrato administrativo. Contratação de serviços de consultoria geral. Contratação financiada com recursos de organismo financeiro internacional. Primazia das Normas Internacionais. Convivência com os Princípios Constitucionais da Administração Pública e demais princípios dele decorrentes. Alteração contratual. Contrato já acrescido em 92,16%. Novo acréscimo correspondente a 2,72% do valor originalmente contratado. Análise da possibilidade jurídica à luz das Normas Internacionais e do Ordenamento Jurídico Pátrio. Excepcionalidade da hipótese. Preenchimento cumulativo dos pressupostos firmados pelo TCU (Decisão nº 215/99). Harmonia com a Principiologia Constitucional da Administração Pública e com os Princípios Básicos da Licitação Pública.
PARECER	000512/2019
Ementa	Conselho de Justificação. Instauração. Competência do Governador do Estado. Análise Jurídica.
PARECER	000513/2019
Ementa	Averbação de tempo de serviço prestado em cargo comissionado. Procedência do pedido.
PARECER	000514/2019
Ementa	Minuta de Decreto que fixa o montante de recursos financeiros destinados para a utilização como incentivo fiscal na realização de projetos culturais no Estado do Pará.



PARECER	000515/2019
Ementa	Análise de minutas de Decreto. Alteração do Decreto nº 847, de 8 de Janeiro de 2004, e do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 4.676, de 18 de Junho de 2001. Análise Jurídica.
PARECER	000516/2019
Ementa	Nomeação de membros. Grupo de trabalho de estudos e ações relacionadas ao transtorno do espectro autista.
PARECER	000517/2019
Ementa	Fundação de Atendimento Socioeducativo do Estado do Pará. Processo Administrativo Disciplinar. Valer-se do exercício do cargo para auferir vantagem indevida. Servidor temporário. Sugestão de demissão.
PARECER	000518/2019
Ementa	Agregação. Bombeiro Militar. Assessoria Militar da Assembleia Legislativa do Estado do Pará. Colocada à disposição.
PARECER	000519/2019
Ementa	Servidor civil. Afastamento para curso de formação em cargo civil no âmbito do Estado do Pará. Ausência de previsão legal específica.
PARECER	000520/2019
Ementa	Agregação. Polícia Militar. Assessoria Militar da ALEPA. Colocado à disposição.
PARECER	000521/2019
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Ausência de prestação de contas. Servidora designada para atuar como fiscal de convênio. Comissão processante concluiu pelo arquivamento do PAD. Conclusões da comissão processante contrárias às provas dos autos. Infração de natureza leve. Pretensão punitiva prescrita.



PARECER	000522/2019
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Ausência de formalização de contrato de aluguel. Pagamento por indenização. Apuração de quem deu causa à falha da Administração. Ausência de comprovação de responsabilidade por parte dos indiciados. Absolvição e arquivamento.
PARECER	000523/2019
Ementa	Secretaria de Estado de Educação. Processo Administrativo Disciplinar. Improbidade. Art. 11, V, da Lei nº 8.429/1992. Servidor que participou da banca examinadora em concurso público e, concomitantemente, ministrou aulas em curso preparatório. Dolo não configurado no caso concreto. Improbidade afastada. Violação aos princípios éticos e morais da Administração. Prescrição da pretensão punitiva. Absolvição.
PARECER	000524/2019
Ementa	Agregação. Polícia Militar. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social. Possibilidade.
PARECER	000525/2019
Ementa	Servidores públicos. Suposto valimento do cargo para auferir proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública. Inobservância ao Regulamento do DETRAN/PA. Processo Administrativo Disciplinar. Arts. 177, VI, 178, V e XIV da Lei Estadual nº 5.810/94. Vícios na fase instrutória. Nulidade parcial.
PARECER	000526/2019
Ementa	Nomeação de membros. Conselho Estadual de Cultura.
PARECER	000527/2019
Ementa	Servidora pública. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Acumulação de cargos. Análise Jurídica.



PARECER	000528/2019
Ementa	Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Infração disciplinar. Penalidade. Análise Jurídica.
PARECER	000529/2019
Ementa	Acordo judicial realizado em mandado de segurança coletivo (Processo Judicial nº 0004396-97.2016.8.14.0000) - Possibilidade. Natureza jurídica da decisão homologatória da transação - Requisito de validade e condição de eficácia. Do cumprimento da determinação de aplicação da majoração remuneratória, na forma da Lei Complementar Estadual nº 094/2014 - Considerações acerca do limite com gastos de pessoal de que trata o LRF.
PARECER	000530/2019
Ementa	Polícia Militar. Processo Administrativo Disciplinar Simplificado. Sancionamento Disciplinar. Licenciamento a bem da disciplina. Recurso hierárquico negado. Pedido de reincorporação recebido como pedido de revisão. Ausência de fato novo. Indeferimento.
PARECER	000531/2019
Ementa	Policial Militar Estadual. Conselho de Justificação. Julgamento pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Cumprimento da decisão judicial pelo Governador do Estado.
PARECER	000532/2019
Ementa	Policial Militar. Reversão ao serviço ativo. Arts. 91 e 92 da Lei nº 5.251/85.
PARECER	000533/2019
Ementa	Pregão eletrônico. Aquisição de scanners. Processo interno. Análise Jurídica.



PARECER	000534/2019
Ementa	Contrato administrativo. Serviço de seleção e concessão de estágios supervisionados. Serviço contínuo. Prorrogação contratual. Viabilidade jurídica do novo aditamento. Aprovação da minuta de termo aditivo, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.
PARECER	000535/2019
Ementa	Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Decreto Municipal declara situação de emergência no município de Rurópolis.
PARECER	000536/2019
Ementa	Autorização para o Governador do Estado realizar viagem internacional.
PARECER	000537/2019
Ementa	Convocação de candidatos excedentes em concursos públicos. Entendimento desta PGE manifestado no 309/2019. Pedido de revisão. Análise Jurídica.
PARECER	000538/2019
Ementa	Recondução. Requisitos. Desistência do novo cargo. Possibilidade. Precedentes.
PARECER	000539/2019
Ementa	Minuta de Projeto de Lei. Alteração de nome de Fundação. Viabilidade.
PARECER	000540/2019
Ementa	Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Decreto Municipal declara situação de emergência no município de São João de Pirabas.



PARECER	000541/2019
Ementa	Termo de cessão de uso de bem público para o município de Mãe do Rio. Utilização do bem como posto de atendimento anexo da Secretaria Municipal de Assistência Social. Possibilidade e regularidade do instrumento.
PARECER	000542/2019
Ementa	Decreto Estadual visando a declaração de utilidade pública do imóvel. Preenchimento dos requisitos indispensáveis ao Ato. Publicação.
PARECER	000543/2019
Ementa	Contrato de prestação de serviços de impressão. Prorrogação por período superior a sessenta meses. Possibilidade excepcional. Art. 57, § 4º da Lei nº 8.666/1993. Análise Jurídica.
PARECER	000544/2019
Ementa	Pregão eletrônico. Aquisição de suprimentos de informática. Aprovação da minuta de edital pela Assessoria jurídica. Art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93 e art. 6º, VII, da Lei Estadual nº 6.474/02.
PARECER	000545/2019
Ementa	Medalha do Mérito Bombeiro Militar D. Pedro II. Corpo de Bombeiros Militar. Concessão. Possibilidade.
PARECER	000546/2019
Ementa	Medalha Coronel Barros e Arouck. Possibilidade. Análise Jurídica.
PARECER	000547/2019
Ementa	Termo de Cooperação. Cadastramento no Sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJE). Viabilidade jurídica. Necessidade de ajustes pontuais na minuta.



PARECER	000548/2019
Ementa	Polícia Militar. Conselho de Disciplina. Exclusão a bem da disciplina. Pedido de revisão. Ausência de fatos novos. Recurso hierárquico em Conselho de Disciplina. Não cabimento. Manutenção da penalidade. Análise Jurídica.
PARECER	000549/2019
Ementa	Servidor público civil. Processo Administrativo Disciplinar. Demissão consumada. Pedido de reconsideração. Indeferimento. Análise Jurídica.
PARECER	000550/2019
Ementa	Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Falta grave. Abandono de cargo. Pena de demissão.
PARECER	000551/2019
Ementa	Alteração de Decreto Estadual. Criação de Unidade de Gerenciamento de Programa (UGP). Possibilidade.
PARECER	000552/2019
Ementa	Policial Militar Estadual. Promoção por bravura. Conselho Especial. Relatório fundamentado em Decreto já revogado. Princípio <i>Pás de Nullité Sans Grief</i> . Requisitos legais. Competência discricionária do Governador do Estado. Dever de motivar.
PARECER	000553/2019
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Fraude no requerimento de material didático. Arquivamento. Análise Jurídica.
PARECER	000554/2019
Ementa	Servidor público. Recondição. Requisitos. Análise Jurídica.



PARECER 000555/2019

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Violação de deveres funcionais. Faltas graves. Pena de demissão.

PARECER 000556/2019

Ementa Servidora pública. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Abandono de cargo. Nulidade. Julgamento por autoridade incompetente. Relatório contrário à prova dos autos. Tomada de Contas Especial. Nulidade. Sindicância investigativa. Análise Jurídica.

PARECER 000557/2019

Ementa Retificação de Decreto Estadual. Polícia Militar.

PARECER 000558/2019

Ementa PAD. Pedido de revisão. Juízo de admissibilidade. Secretário(a) de Estado. Retorno dos autos à SEDUC.

PARECER 000559/2019

Ementa Concessão de medalhas. Medalha Barros e Arouck. Decreto nº 212 de 11 de Junho de 1991.

PARECER 000560/2019

Ementa Processo Administrativo Disciplinar - SEDUC. Incontinência pública. Improbidade administrativa. Assédio sexual. Pena de demissão a bem do serviço público.

PARECER 000561/2019

Ementa Dispensa *ex officio* de convocação de militar da reserva remunerada. Regularidade.

PARECER 000562/2019

Ementa Servidor público. Prestação de contas irregular. Posterior aprovação antes da instauração do Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Ato de instauração a ser tornado sem efeito. Análise Jurídica.



PARECER	000563/2019
Ementa	Polícia Militar Estadual (PMPA). Processo Administrativo Disciplinar Simplificado (PADS). Transgressões disciplinares graves. Licenciamento a bem da disciplina. Recurso hierárquico. Análise Jurídica.
PARECER	000564/2019
Ementa	Policial Militar. Reversão ao serviço ativo. Arts. 91 e 92 da Lei nº 5.251/85. Possibilidade.
PARECER	000565/2019
Ementa	Nomeação de membros. Grupo de Trabalho de Estudos e Ações para o Desenvolvimento da Cadeia Agroindustrial da Pecuária Paraense.
PARECER	000566/2019
Ementa	Fórum Paraense de Mudanças e Adaptação Climáticas. Minuta de Decreto. Análise Jurídica.
PARECER	000567/2019
Ementa	Agregação. Polícia Militar. Grupamento Aéreo de Segurança Pública - GRAESP/SEGUP. Designado.
PARECER	000568/2019
Ementa	Policial Militar. Reversão ao serviço ativo. Arts. 91 e 92 da Lei nº 5.251/85.
PARECER	000569/2019
Ementa	Agregação. Polícia Militar. Tribunal de Justiça do Estado.
PARECER	000570/2019
Ementa	Policial Militar. Reversão e agregação.



PARECER 000571/2019

Ementa Agregação. Bombeiro Militar. Tribunal de Contas do Estado do Pará. Possibilidade.

PARECER 000572/2019

Ementa Termo de Parceria a ser celebrado entre a Polícia Civil e a Faculdade de Carajás. Serviço voluntário. Estágio jurídico. Análise Jurídica.

PARECER 000573/2019

Ementa FASMPA. Alienação onerosa de imóveis públicos. Requisitos. Interesse público justificado. Avaliação prévia. Autorização legislativa. Procedimento licitatório.

PARECER 000574/2019

Ementa Consultas públicas para elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos. Inexistência de regra definidora de número mínimo de consultas. Razoabilidade de 4 consultas públicas - Disponibilidade de consultas públicas por meio eletrônico. Competência da SEMAS para mediante ato interno definir as formas de consulta. Mérito do ato administrativo. Possibilidade.

PARECER 000575/2019

Ementa Servidor público. Grupo Magistério. Gratificação prevista no art. 36, parágrafo único, da Lei Estadual nº 5.351/86. 25 anos de efetivo exercício no magistério. Alcance das funções de magistério. Tempo de efetivo exercício no magistério junto a outras esferas federativas.

PARECER 000576/2019

Ementa Doação de bens públicos móveis. Inteligência do art. 17, inciso II, alínea "A" da Lei Federal nº 8.666/93. Exigência de avaliação prévia, comprovação do interesse público, uso e fim social e oportunidade/conveniência socioeconômica para dispensa de licitação. Possibilidade de doação de computadores para COHAB/PA. Análise Jurídica.



PARECER	000577/2019
Ementa	Processo Administrativo Sancionador. Condução de processo. Comissão ou servidor?
PARECER	000578/2019
Ementa	Termo de Cooperação. Programa de Conciliação e Mediação. Viabilidade Jurídica. Ajustes.
PARECER	000579/2019
Ementa	Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Decreto Municipal declara situação de emergência no município de Magalhães Barata. Indeferimento.
PARECER	000580/2019
Ementa	Policial Militar. Promoção em ressarcimento de preterição. Requisitos. Análise Jurídica.
PARECER	000581/2019
Ementa	Minuta de Acordo de Cooperação Técnica. Termo de Cooperação Técnica. Análise Jurídica.
PARECER	000582/2019
Ementa	Concurso público. Impugnação ao edital. Prazo. Cargo público. Requisitos. Auxiliar técnico de perícia. Técnico de enfermagem. Supervisão de enfermeiro. Análise Jurídica.
PARECER	000583/2019
Ementa	Acúmulo de cargos. Auxiliar de enfermagem e Auxiliar de saúde. Análise prejudicada. Necessidade de instauração do competente Processo Administrativo Disciplinar.



PARECER	000584/2019
Ementa	Contrato de locação em que o Poder Público é locatário. Contrato regido predominantemente por norma de direito privado. Artigo 62, § 3º, I, da Lei nº 8.666/93. Pretensão de rescisão unilateral por razões de interesse público.
PARECER	000585/2019
Ementa	Minuta de Decreto. Homologação da Resolução nº 367/2019-CONSEP. Eleição do presidente e vice-presidente do Comitê Integrado de Corregedores de Segurança Pública-CICSP. Biênio 2019/2020. Possibilidade de edição do Decreto.
PARECER	000586/2019
Ementa	Fixação dos índices percentuais de distribuição aos municípios das parcelas do produto da arrecadação do ICMS. Art. 3º, § 8º, da Lei Complementar Federal nº 63/90. Competência do Governador do Estado do Pará. Art. 135, V, da Constituição Estadual.
PARECER	000587/2019
Ementa	Decreto Estadual de servidão administrativa para implantação de rede de esgoto sanitário na praia do Atalaia, município de Salinópolis - Preenchimento dos requisitos indispensáveis ao ato.
PARECER	000588/2019
Ementa	Órgão colegiado. Expirado prazo legal do mandato do Conselheiro. Possibilidade de uma única recondução. Nomeação como representante de outra entidade integrante do Conselho. Possibilidade.
PARECER	000589/2019
Ementa	Fundação pública. Contratação de serviço de advocacia. Inexigibilidade de licitação. Art. 25, II, C/C art. 13, V da Lei nº 8.666/1993. Requisitos legais. Análise Jurídica.



PARECER	000590/2019
Ementa	Projeto de Lei. FASPM. Alienação de imóveis públicos. Requisitos. Análise Jurídica.
PARECER	000591/2019
Ementa	Programa Semear. Decreto nº 2.111/2018. Prorrogação excepcional já realizada. Impossibilidade de nova prorrogação.
PARECER	000592/2019
Ementa	Secretaria de Estado de Administração. Afastamento preventivo do servidor com base no art. 29 do RJU. Auxílio transporte, Auxílio alimentação, Gratificação de cotas de produtividade de participação em multa, Gratificação de produtividade de monitoramento fiscal, Gratificação de produtividade de arrecadação extraordinária e férias automáticas do magistério. Parcelas indenizatórias ou devidas em razão da atividade. Suspensão de pagamento. Possibilidade.
PARECER	000593/2019
Ementa	Incorporação de função gratificada exercida por menos de 10 anos descontinuados antes da Lei nº 13.467/17. Ausência de direito adquirido. Emprego público. Período significativo sem exercício de função gratificada. Descaracterizada a habitualidade da percepção da vantagem para fins de reconhecimento da garantia à estabilidade financeira. Indeferimento.
PARECER	000594/2019
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Acúmulo de proventos de aposentadoria com cargo público. Renúncia à aposentadoria municipal inacumulável. Análise Jurídica.
PARECER	000595/2019
Ementa	Medalha General Sotero de Menezes. Polícia Militar. Concessão. Possibilidade.



PARECER	000596/2019
Ementa	Recurso Hierárquico Administrativo Superior. Direito de petição. Prescrição. Coisa julgada. Indeferimento.
PARECER	000597/2019
Ementa	Acumulação de cargos públicos. Cargo de professor e cargo em comissão de assessoria. Requisitos legais. Análise Jurídica. Possibilidade.
PARECER	000598/2019
Ementa	Programa de Proteção a Criança e ao Adolescente Ameaçados de Morte - PPCAAM. Inclusão da Defensoria Pública Estadual - DPE como porta de entrada do Programa. Possibilidade.
PARECER	000599/2019
Ementa	Doação de imóvel pertencente a Companhia de Desenvolvimento Econômico do Pará para o funcionamento de Parque de Exposição Agropecuária e Industrial no município de Marabá. Bem que integra patrimônio de sociedade de economia mista. Desnecessidade de oitiva do ITERPA enquanto gestor do patrimônio público estadual. Possibilidade de regularidade de doação desde que cumpridos os requisitos exigidos em Lei.
PARECER	000600/2019
Ementa	Regularização Fundiária Urbana de Interesse Específico (REURB-E). Lei nº 13.465/2017. Procedimento. Bem público estadual. Transferência do imóvel do Estado para COHAB-PA. Titulação. Legitimação fundiária.
PARECER	000601/2019
Ementa	Servidor militar. Promoção em ressarcimento de preterição. QOABM. Quadro de acesso a promoção de oficial. Existência de vaga nos termos da Lei nº 7.480/2010. Requisitos para a promoção. Ausência de previsão legal.



PARECER 000602/2019

Ementa Acumulação de cargos de médico. Cargas horárias somadas que excedam 60h semanais. Análise de compatibilidade. Interpretação do Decreto nº 1.950/17. Jurisprudência. Possibilidade.

PARECER 000603/2019

Ementa Processo Administrativo Disciplinar - Provas obtidas por meio de aplicativo de conversas via internet impugnadas pelo investigado - Ausência de perícia - Conclusões da Comissão baseadas em provas cuja autenticidade foi questionada - Nulidade parcial - Possibilidade de decisão de mérito parcial - Absolvição de um dos investigados.

PARECER 000604/2019

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Vícios insanáveis. Declaração de nulidade parcial. Constituição de outra Comissão para instauração de novo processo. Artigo 225 do RJU Estadual.

PARECER 000605/2019

Ementa Promoção Policial Militar. Ato de bravura. Art. 9º da Lei nº 8.230/2015. Conduta que ultrapasse os limites normais do cumprimento dos deveres naturais do policial militar.

PARECER 000606/2019

Ementa Análise de Decreto. Apreensão. Doação. Alienação. Observações realizadas. Observância das normas constitucionais, legais e regulamentares.

PARECER 000607/2019

Ementa Conselho de Justificação. Trâmite regular. Prova testemunhal. Prova emprestada do processo judicial. Possibilidade.



PARECER	000608/2019
Ementa	Morte de policial militar em serviço. Benefício do auxílio morte. Lei Estadual nº 6.108/98. Requisitos. Beneficiários. Análise Jurídica.
PARECER	000609/2019
Ementa	Servidora pública aposentada. Conversão de período incompleto de licença-prêmio em pecúnia. Análise Jurídica.
PARECER	000610/2019
Ementa	Contrato Administrativo. Serviço de locação de veículos. Adesão à Ata de Registro de Preços (ARP) por órgão não participante. "Carona". Viabilidade Jurídica. Aprovação da minuta contratual. Art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.
PARECER	000611/2019
Ementa	Alteração contratual para além dos limites legais estabelecidos na Lei nº 8.666/93. Ausência de elementos técnicos e fáticos que autorizem o enquadramento dos aditivos, nas hipóteses excepcionalíssimas admitidas pelo TCU.
PARECER	000612/2019
Ementa	Comodato de bem imóvel. Área cedida por particular para uso da Administração visando alternativa para interdição de via pública. Interesse público presente. Código Civil. Atendimento aos requisitos legais.
PARECER	000613/2019
Ementa	Decreta que faculta o uso do colete da Defesa Civil por autoridades estaduais, quando em atividade de prevenção e resposta a desastres no âmbito do Estado do Pará. Alterações na minuta. Pendente de avaliação pelo órgão interessado.



PARECER	000614/2019
Ementa	Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (SIEDS). Conselho Estadual de Segurança Pública (CONSEP). Homologação da Resolução nº 354/2018 - CONSEP pelo Chefe do Poder Executivo. Minuta de Decreto. Análise Jurídica.
PARECER	000615/2019
Ementa	Cumprimento de decisão judicial. Decreto de agregação tornado sem efeito.
PARECER	000616/2019
Ementa	Inclusão de dispositivo no RICMS. Regras procedimentais de mercadorias em trânsito. Passe fiscal de mercadorias. Revogação do § 12 do art. 108.
PARECER	000617/2019
Ementa	6ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres. Convocação. Decreto.
PARECER	000618/2019
Ementa	Exoneração e nomeação de membros. Conselho Gestor do Fundo de Desenvolvimento Econômico do Estado do Pará.
PARECER	000619/2019
Ementa	Fórum Estadual das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (FEMEP). Designação de membros. Mandato de dois anos. Portaria do titular da SEDEME.
PARECER	000620/2019
Ementa	Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Decreto Municipal declara situação de emergência no município de Santa Maria do Pará.



PARECER 000621/2019

Ementa Conselho Estadual de Segurança Pública. Eleição dos representantes das entidades de classe dos órgãos do SIEDS. Homologação de resolução.

PARECER 000622/2019

Ementa Núcleo de Gerenciamento de Transporte Metropolitano. Contrato de obra do Sistema Troncal de ônibus da Região Metropolitana de Belém. Ajuste financiado com recursos internacionais. Origem em licitação pública internacional. Engenharia de valor. Alteração do projeto de obra na fase de execução. Possibilidade prevista contratualmente. Necessidade de certificação, no caso concreto, de que não violados os princípios que regem a licitação no país. Análise Jurídica.

PARECER 000623/2019

Ementa Núcleo de Gerenciamento do Programa de Microcrédito. Contrato de locação de veículos. Término da vigência. Prorrogação por período superior a sessenta meses ou contratação emergencial. Cabimento. Análise Jurídica.

PARECER 000624/2019

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Acúmulo de cargos. Direito de opção e inércia do servidor. Má-fé presumida. Decreto 1.950/2017.

PARECER 000625/2019

Ementa Tornar sem efeito nomeação. Concurso público C-173. Secretaria de Estado de Educação - SEDUC.

PARECER 000626/2019

Ementa Pensão especial militar. Morte de policial decorrente do serviço. Beneficiários. Composição de vantagem. Fixação dos efeitos financeiros.



PARECER 000627/2019

Ementa Polícia Militar. Licenciamento a bem da disciplina. Recurso hierárquico. Análise Jurídica.

PARECER 000628/2019

Ementa SEDUC. Processo Administrativo Disciplinar. Acumulação de cargos e funções públicas. Direito de opção. Inércia do servidor. Configuração de má-fé.

PARECER 000629/2019

Ementa Enquadramento funcional. Inconstitucionalidade patente. Decadência administrativa. Inaplicabilidade. Exercício do contraditório e ampla defesa.

PARECER 000630/2019

Ementa Secretaria de Estado de Saúde Pública. Termo de Cooperação Técnica celebrado com a União e a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). Requisitos estabelecidos no Decreto Federal nº 3.594/2000. Inaplicabilidade do Decreto nº 5.151/2004. Precedentes do TCU. Análise Jurídica.

PARECER 000631/2019

Ementa Servidor público. Pena de suspensão aplicada pelo Governador do Estado. Recurso Administrativo a ser recebido como pedido de reconsideração. Reconhecimento e indeferimento.

PARECER 000632/2019

Ementa Companhia de Portos e Hidrovias do Estado do Pará. Membros da Diretoria Executiva. Natureza jurídica do vínculo. Sindicalização. Desconto em folha da contribuição sindical. Análise Jurídica.

PARECER 000633/2019

Ementa Conselho de Justificação. Arquivamento sem julgamento - Superveniência de Sentença Penal Absolutória - Legítima defesa



putativa - Prescrição administrativa interrompida até o trânsito em julgado da sentença penal - Ausência de apuração de faltas residuais - Ausência das razões do voto divergente no relatório da Comissão - Nulidade parcial.

PARECER 000634/2019

Ementa Nomeação de membros. Conselho Estadual das Cidades - CONCIDADES.

PARECER 000635/2019

Ementa Medalha General Sotero de Menezes. Polícia Militar. Concessão. Possibilidade.

PARECER 000636/2019

Ementa Medalha General Sotero de Menezes. Polícia Militar. Concessão. Possibilidade.

PARECER 000637/2019

Ementa Tornar sem efeito nomeação. Concurso público C-173. Secretaria de Estado de Educação - SEDUC.

PARECER 000638/2019

Ementa Pensão especial militar. Morte de policial decorrente do serviço. Beneficiários. Composição da vantagem. Fixação dos efeitos financeiros.

PARECER 000639/2019

Ementa Retificação de Decreto de promoção. Decreto publicado do Diário Oficial nº 33.860 de 25.04.2019.

PARECER 000640/2019

Ementa Pensão especial militar. Falecimento do militar em serviço. Análise Jurídica.



PARECER	000641/2019
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. SEDUC. Assédio sexual. Análise Jurídica.
PARECER	000642/2019
Ementa	Minuta de Decreto. Alteração do Decreto nº 847/2004. Certificados de enquadramento. Prorrogação. Possibilidade. Análise Jurídica.
PARECER	000643/2019
Ementa	Programa Estadual de Alimentação Escolar. Lei Estadual nº 8.847/2019. Decreto regulamentador. Análise Jurídica.
PARECER	000644/2019
Ementa	Termo de cessão de uso para fins de moradia. Lei nº 11.977/2009. Comunidade Fé em Deus. Alienação do beneficiário sem autorização do Estado/COHAB. Instauração de Processo Administrativo visando a rescisão contratual. Regularização fundiária urbana a terceiro adquirente. Critérios legais.
PARECER	000645/2019
Ementa	Pregão eletrônico. Fornecimento de certificado digital e "token" para pessoa física. Aprovação da minuta de edital pela assessoria jurídica (art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93). Análise Jurídica.
PARECER	000646/2019
Ementa	Recurso hierárquico - Praça licenciada a bem da disciplina - Homicídio - Ausência de trânsito em julgado da sentença penal condenatória - Fato irrelevante para o juízo disciplinar - Ausência de fatos novos ou provas capazes de alterar a decisão - Improcedência.



PARECER 000647/2019

Ementa Contrato administrativo. Obra, fiscalização, execução e liquidação. Pagamento das parcelas realizadas e atestadas pelo Estado. Análise Jurídica em tese.

PARECER 000648/2019

Ementa Despesas de exercícios anteriores não empenhadas em 2018. Art. 8º, § 2º, do Decreto nº 01/2019. Necessidade de prévia conclusão da apuração de responsabilidade para o processamento das despesas. Compatibilização do dispositivo com a Lei nº 4.320/64. Análise Jurídica.

PARECER 000649/2019

Ementa Licitação. Pregão eletrônico. Menor preço global. Locação de impressoras para PGEPA. Fase de julgamento das propostas. Recurso. Análise Jurídica. Indeferimento.

PARECER 000650/2019

Ementa Termo de Compromisso de Gestão firmado entre o Estado do Pará e BANPARÁ - PROES - Dívida contraída pelo Estado para saneamento do Banco - Distrato - Possibilidade.

PARECER 000651/2019

Ementa Comitê Gestor da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios do Estado do Pará - CGSIM. Resolução nº 12/2009-CGSIM. Criação do subcomitê gestor da REDESIM. Resolução nº 25/2011. Integrador estadual. JUCEPA.

PARECER 000652/2019

Ementa Nomeação de membros. Conselho Estadual de Trânsito.

PARECER 000653/2019

Ementa Pensão Especial Militar. Minuta de Projeto de Lei disciplinando a matéria. Análise jurídica.



PARECER	000654/2019
Ementa	Processo Administrativo Simplificado. Praças. Conduta de natureza grave. Configurada. Recurso hierárquico conhecido. Indeferido.
PARECER	000655/2019
Ementa	Servidor público. Processo disciplinar. Demissão. Pedido de revisão. Processamento. Juízo de admissibilidade a encargo do Delegado-Geral da PCPA.
PARECER	000656/2019
Ementa	Empresa pública. Criação de novas unidades administrativas e funções gratificadas. Competências do Conselho de Administração. Necessidade de aprovação ou não pelo Chefe do Poder Executivo.
PARECER	000657/2019
Ementa	Sindicância. Furtos de equipamentos de informática e extravio de móveis. Análise quanto à prescrição. Não ocorrência. Responsabilidade de agentes público e político. Cabimento da ação de improbidade administrativa. Imprescritibilidade.
PARECER	000658/2019
Ementa	Alteração de dispositivo do RICMS-PA. Deferimento do pagamento do ICMS. Importação de gás natural liquefeito (GNL) destinado a geração de energia elétrica. Diferimento também se aplica nas saídas internas do produto importado.
PARECER	000659/2019
Ementa	Medalha do Mérito Bombeiro Militar D. Pedro II. Corpo de Bombeiros Militar. Concessão. Competência do Governador do Estado. Análise Jurídica. Possibilidade.
PARECER	000660/2019
Ementa	Obra pública. Remanejamento de interferências. Ausência de consenso. Coerção. Via Judicial.



PARECER	000661/2019
Ementa	Contrato de prestação de serviços de limpeza e conservação da sede da Procuradoria-Geral do Estado do Pará. Celebração do primeiro termo aditivo. Prorrogação de vigência e reajuste de valor. Análise Jurídica.
PARECER	000662/2019
Ementa	Recurso hierárquico. Legalidade do procedimento. Inquérito policial utilizado como instrumento informativo. Conjunto probatório produzido no PADS. Manutenção da pena.
PARECER	000663/2019
Ementa	Polícia Militar. Licenciamento a bem da disciplina. Interrupção da prescrição em razão de decisão recorrível proferida no PADS. Independência das instâncias administrativa e penal. Incapacidade mental superveniente. Conjunto probatório suficiente. Recurso hierárquico. Análise jurídica.
PARECER	000664/2019
Ementa	Substituição de membros. Câmara de Planejamento e Gestão Estratégica. Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal
PARECER	000665/2019
Ementa	Minuta de decreto. Promoção por antiguidade. Ressarcimento de preterição. Requisitos legais. Análise Jurídica.
PARECER	000666/2019
Ementa	Revisão de pensão especial. Efeitos retroativos a contar da data do óbito ou da data do requerimento. Comprovação do requerimento dentro do prazo de 180 dias a contar da data do óbito. Deferimento. Apuração de responsabilidades administrativas pelo extravio do processo n.º 2011/57719.



PARECER	000667/2019
Ementa	Núcleo de Gerenciamento de Transporte Metropolitano. Serviços de remanejamento de rede elétrica. Inexigibilidade de licitação. Análise Jurídica
PARECER	000668/2019
Ementa	Contrato n.º 015/2018. Limpeza e conservação. 1º aditivo. Prorrogação do prazo de vigência.
PARECER	000669/2019
Ementa	Servidor público. Ingresso sem concurso público. Estabilidade excepcional. Função pública. Progressões, classificações e mudança de cargo público. Atos administrativos inconstitucionais. Invalidação. Possibilidade. Devido processo legal. Contraditório e ampla defesa. Devolução de valores indevidamente percebidos a depender do elemento subjetivo do servidor.
PARECER	000670/2019
Ementa	Tornar sem efeito nomeação. Concurso C-173. Secretaria de Estado de Educação-SEDUC
PARECER	000671/2019
Ementa	Convocação de militar. Reserva remunerada. Preenchimento dos requisitos formais. Limite prudencial.
PARECER	000672/2019
Ementa	Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Demissão consumada. Pedido de reconsideração já examinado, sem efeito suspensivo. Novo requerimento. Não conhecimento.
PARECER	000673/2019
Ementa	Decreto estadual visando a declaração de utilidade pública do imóvel. Preenchimento dos requisitos indispensáveis ao ato. Publicação



PARECER	000674/2019
Ementa	Decreto estadual visando a declaração de utilidade pública do imóvel. Preenchimento dos requisitos indispensáveis ao ato. Publicação.
PARECER	000675/2019
Ementa	Secretaria de Estado de Transporte. Base de cálculo para acréscimo e supressão contratual. Empreitada por preço unitário. Licitação pelo critério de melhor preço global. Valor atualizado do contrato. Art.65, §1º da Lei nº 8.666/1993. Análise jurídica
PARECER	000677/2019
Ementa	Conselho Gestor do Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social. Substituição de membros representantes da Assembleia Legislativa do Estado do Pará. Análise jurídica.
PARECER	000678/2019
Ementa	Servidor público civil. Processo Administrativo Disciplinar. Demissão consumada. Pedido de reconsideração. Análise Jurídica
PARECER	000679/2019
Ementa	Servidor público. Recondução. Requisitos. Análise Jurídica
PARECER	000680/2019
Ementa	Anteprojeto de lei autorizativa. Operação de crédito interna com garantia da União. Programa de Investimento nas Áreas de Saúde, Desenvolvimento e Mobilidade Urbana, Infraestrutura e Logística, e Infraestrutura Turística- PRODETUR. Análise jurídica.
PARECER	000681/2019
Ementa	Departamento de Trânsito do Estado do Pará. Processo Administrativo Disciplinar. Valer-se do exercício do cargo para



auferir vantagem indevida. Liberação irregular de veículos apreendidos. Cargo em comissão. Sugestão de destituição do cargo.

PARECER

000682/2019

Ementa

Solicitação judicial expedida via ofício diretamente à SEMAS para cumprimento de liminar. Estado não figura como parte litigante. Nova ordem processual. Princípio da cooperação. Arts. 5º e 77 do CPC. Dever atribuído a todo aquele que participa de alguma forma do processo. Atribuições legais da SEMAS. Informação fundamentada ao juízo. Análise prévia da PGE. Paralelismo de formas.

PARECER

000683/2019

Ementa

Servidora pública. Cessão. Prorrogação. Requisitos legais presentes.

PARECER

000684/2019

Ementa

Policia! Militar. Acidente em serviço. Benefício do auxílio-acidente. Lei Estadual n.º 6.108/98. Requisitos. Análise jurídica.

PARECER

000685/2019

Ementa

Anteprojeto de Lei Autorizativa. Operação de Crédito Interna sem garantia da União. Programa "Avançar Cidades". Modalidade saneamento. Análise jurídica.

PARECER

000686/2019

Ementa

Termo de Compromisso celebrado entre o Estado do Pará e as Centrais Elétricas do Pará S/A (CELPA). Programa de Investimento Social (PIS). Terceiro termo aditivo. Análise jurídica.

PARECER

000687/2019

Ementa

Medalha General Ferreira Coelho. Dedicacão aos Estudos. Polícia Militar. Concessão. Competência do Governador do Estado. Análise jurídica. Possibilidade.



PARECER 000688/2019

Ementa SEDUC. Processo Administrativo Disciplinar. Procedimento desidioso. Omissão no dever de representação de irregularidades às autoridades superiores. Alteração da capitulação legal da conduta investigada. Falta grave. Penalidade de suspensão.

PARECER 000689/2019

Ementa Resolução Estadual nº 351/2018-CONSEP. Regimento Interno do Conselho Estadual de Segurança Pública. Análise Jurídica.

PARECER 000690/2019

Ementa Conselho de Justificação. Pedido de anulação. Impedimento de membro. Análise jurídica.

PARECER 000691/2019

Ementa Projeto Executivo. Contratação direta. Inexigibilidade e dispensa. Necessidade de caracterização dos requisitos legais. Análise jurídica em abstrato.

PARECER 000692/2019

Ementa SEDUC. Acumulação de duas funções temporárias de professor. Possibilidade. Necessidade de observância do prazo máximo para cada contrato temporário. Regra da quarentena que deve ser compatibilizada com a possibilidade de acumulação de funções. Análise jurídica.

PARECER 000693/2019

Ementa Fornecimento de refeição. Servidores em escala de 12 horas ininterruptas. Impossibilidade. Lei nº 7.197/2008.

PARECER 000694/2019

Ementa Agência Nacional de Águas. Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas - PROGESTÃO. Adesão do Pará ao



2º ciclo - 2019 a 2023. Interesse do Estado. Ato do Chefe do Poder Executivo. Discricionariedade.

PARECER

000695/2019

Ementa

Nomeação de membros. Comissão Executiva. Círio de Nazaré. Patrimônio Cultural Imaterial. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Competência do Exmo. Sr. Governador do Estado. Análise jurídica.

PARECER

000696/2019

Ementa

Processo Administrativo Disciplinar. DETRAN. Inserção de dados falsos no sistema. Improbidade. Análise Jurídica.

PARECER

000697/2019

Ementa

Conselho de Justificação. Desrespeito a superior hierárquico. Transgressão disciplinar comprovada. Dependência química do militar acusado. Imputabilidade não comprovada. Análise Jurídica.

PARECER

000698/2019

Ementa

Anteprojeto de lei. Reestruturação de órgãos públicos. Criação da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração, Energia e Turismo - SEDEMETUR. Análise Jurídica.

PARECER

000699/2019

Ementa

Secretaria de Estado de Educação. Processo Administrativo Disciplinar. Ausência de prestação de contas. Improbidade. Devolução de recursos antes da instauração do PAD. Infração disciplinar não configurada.

PARECER

000700/2019

Ementa

Servidor Público. Processo Administrativo Disciplinar. Demissão. Pedido de reconsideração. Indeferimento.



PARECER	000701/2019
Ementa	Minuta de decreto que altera o Regulamento de Uniformes do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará. Regularidade formal.
PARECER	000702/2019
Ementa	Termo de cessão de uso de bem público- utilização do bem para ampliação das dependências do Centro de Perícia Renato Chaves para o desenvolvimento das atividades laborais de perito. Possibilidade e regularidade do instrumento.
PARECER	000703/2019
Ementa	Pensão especial civil. Não caracterização de acidente em serviço ou moléstia profissional. Análise Jurídica.
PARECER	000704/2019
Ementa	Medalha General Ferreira Coelho - dedicação aos estudos. Polícia Militar. Competência do Governador do Estado. Análise Jurídica. Possibilidade.
PARECER	000705/2019
Ementa	Minuta de decreto governamental. Projeto agroextrativista (PAEX). Decreto homologatório. Observância dos requisitos legais. Eventual passivo ambiental. Previsão de cláusula resolutiva no título. Viabilidade de assinatura.
PARECER	000706/2019
Ementa	Minuta de decreto governamental. Projeto agroextrativista (PAEX). Decreto homologatório. Observância dos requisitos legais. Eventual passivo ambiental. Previsão de cláusula resolutiva no título. Viabilidade de assinatura.
PARECER	000707/2019
Ementa	Minuta de alteração do Decreto nº 1.971, de 19 de abril de 2017. Processo Seletivo Simplificado.



PARECER	000708/2019
Ementa	Inexigibilidade de licitação. Contratação de ferramenta de pesquisa. Editora JML.
PARECER	000709/2019
Ementa	Projeto de Lei. Abertura de crédito suplementar para despesa com publicidade, art. 204, §15 da Constituição Estadual. Possibilidade.
PARECER	000710/2019
Ementa	Minuta decreto. Alteração Decreto nº 4.676/2001 - RICMS. Convênio ICMS 85/11 - CONFAZ. Crédito outorgado de ICMS. Investimento em infraestrutura.
PARECER	000711/2019
Ementa	Pregão eletrônico. Análise do processo licitatório. Ausência de complexidade. Prosseguimento do feito pela unidade consulente. Portaria conjunta - PGE - SEAD Nº 01/2018.
PARECER	000712/2019
Ementa	Termo aditivo a contrato administrativo. Renovação de assinatura de periódico. Análise jurídica.
PARECER	000713/2019
Ementa	Pedido de reconsideração. Processo administrativo disciplinar. Análise jurídica.
PARECER	000714/2019
Ementa	Servidor público. Processo administrativo disciplinar (PAD). Concussão. Provas dos autos. Demissão.
PARECER	000715/2019
Ementa	Tornar sem efeito nomeação. Concurso C-173. Secretaria de Estado de Educação (SEDUC).



PARECER	000716/2019
Ementa	Dispensa a pedido de convocação de militar da reserva remunerada. Regularidade.
PARECER	000717/2019
Ementa	Ex-servidor público estadual reconduzido a cargo efetivo em outro Estado. Exoneração, a pedido, antes de concluído estágio probatório. Ausência de estabilidade. Novo pedido de recondução ao cargo de delegado da polícia civil do Pará. Art. 57 da Lei nº 5.810/94. Recurso. Indeferimento.
PARECER	000718/2019
Ementa	Renovação da convocação de bombeiros militares. Reserva remunerada. Diligência.
PARECER	000719/2019
Ementa	Intenção de celebração de convênio entre BANPARÁ e COSANPA. Disponibilização, pelo banco, de cartões para o pagamento de auxílio alimentação aos empregados da COSANPA. Lei Federal 13.303/2016 - Lei das Estatais. Inexistência de interesses comuns entre os envolvidos. Prestação de serviços. Natureza contratual do ajuste. Análise Jurídica.
PARECER	000720/2019
Ementa	Retificação do Decreto Estadual nº 898, de 12 de novembro de 2013.
PARECER	000721/2019
Ementa	Recurso hierárquico. Cerceamento de defesa. Agravamento da pena. Análise Jurídica.
PARECER	000722/2019
Ementa	Minuta de projeto de lei. Restituição de benefícios fiscais. Lei Complementar nº 160/2017 e Convênio/CONFAZ 190/2017. Necessidade de lei estadual.



PARECER	000723/2019
Ementa	Conselho Estadual de Justiça e Direitos Humanos - CEJDH. Nomeação de membros. Lei Estadual nº 7.029/2007.
PARECER	000724/2019
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Recursos recebidos do Programa Dinheiro Direto na Escola. Posterior aprovação das contas com ressalvas. Arquivamento. Análise jurídica.
PARECER	000725/2019
Ementa	Polícia Militar. Processo Administrativo Disciplinar Simplificado. Recurso hierárquico. Análise Jurídica.
PARECER	000726/2019
Ementa	Conselho Penitenciário - COPEN. Composição. Base legal. Normatização. Regularização.
PARECER	000727/2019
Ementa	Servidor público civil. Processo administrativo disciplinar. Demissão consumada. Pedido de revisão. Ausência dos requisitos legais. Pedido conhecido como reconsideração. Análise Jurídica.
PARECER	000728/2019
Ementa	Casa Civil. Portaria de exoneração de cargo em comissão. Retificação de datas. Análise Jurídica.
PARECER	000729/2019
Ementa	Servidor público. Adicional por tempo de serviço. Tempo de serviço. Contrato de trabalho. Análise Jurídica.
PARECER	000730/2019
Ementa	Anteprojeto de lei. Subsistema Ferroviário do Estado do Pará. Análise Jurídica.



PARECER	000731/2019
Ementa	Minuta de projeto de lei. Subsistema Ferroviário do Estado do Pará - SFFEPA. Isenção ICMS. Internalização do Convênio ICMS 150/17 na legislação estadual. Decreto nº 62/19. Art. 100-ZK do RICMS.
PARECER	000732/2019
Ementa	Termo de adesão. Rede de Ouvidorias. Programa de Fortalecimento das Ouvidorias - PROFORT. Análise Jurídica.
PARECER	000733/2019
Ementa	Edital de pregão eletrônico. Locação de veículo, sem motorista, para a PGE/Setorial Brasília. Fase interna. Conformidades. Art. 38, parágrafo único da Lei nº 8.666/1993. Aprovação.
PARECER	000734/2019
Ementa	FAPESPA. Funções Básicas. Fomento e amparo à ciência, tecnologia e inovação. Não caracterização como Instituição Científica e Tecnológica-ICT. Relações jurídicas com entidades públicas e privadas, inclusive fundações de apoio. Instrumentos cabíveis. Análise Jurídica.
PARECER	000735/2019
Ementa	Servidor público estadual. Procuradoria-Geral do Estado do Pará. Pedido de aposentadoria voluntária. Regularidade funcional. Cumprimento das exigências legais de afastamento - Arts. 112, §4º do RJU/PA c/c EC nº 047/2005. Análise Jurídica.
PARECER	000736/2019
Ementa	Proposta de Emenda à Constituição. Direitos de servidores militares. Acumulação de cargos. Licença-Maternidade. Licença para Fins de Adoção. Foro privilegiado por prerrogativa de função. Crimes militares. Análise Jurídica.



PARECER	000737/2019
Ementa	Proposta de projeto de lei. Exame toxicológico. Polícia Militar do Estado do Pará.
PARECER	000738/2019
Ementa	Decreto que institui a Política Pública de Edições e Publicações do Estado do Pará.
PARECER	000739/2019
Ementa	Instituição do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Marapanim - CBHRM. Obediência a Lei Estadual 6.381/2001 e Resolução nº 10/2018 do Conselho Estadual de Recursos Hídricos.
PARECER	000740/2019
Ementa	Pedido de Revisão. Fato novo. Declaração viciada. Manutenção dos fatos que ensejaram a demissão. Revisão improcedente.
PARECER	000741/2019
Ementa	PAD. Operação Trator. Pedido de reconsideração do Ato Demissório. Inexistência de nulidades. Indeferimento.
PARECER	000742/2019
Ementa	Servidor público civil. Processo Administrativo Disciplinar. Demissão consumada. Pedido de Reconsideração. Ausência de nulidade. Objeto. Acumulação ilegal de cargos. Ausência de compatibilidade de horários. Municípios de lotação diferentes. Não provimento.
PARECER	000743/2019
Ementa	Exoneração "ex officio". Ausência de efetivo exercício. Não comprovação de impedimento. Ato de posse tornado sem efeito.
PARECER	000744/2019
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar para acúmulo de cargo.



PARECER	000745/2019
Ementa	Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Demissão. Pedido de Reconsideração. Indeferimento.
PARECER	000746/2019
Ementa	Servidor público militar. Pedido de Reconsideração. Ato de Promoção. Direito de Petição. Análise jurídica.
PARECER	000747/2019
Ementa	Aditivo contratual. Prorrogação de prazo. Serviço contínuo. Periódico on line. Editora Forum.
PARECER	000748/2019
Ementa	Acordo de Cooperação Técnica. Análise Jurídica.
PARECER	000749/2019
Ementa	Nomeação de membros. Conselho Estadual de Educação - CEE. Retificação. Errata. Análise Jurídica.
PARECER	000750/2019
Ementa	Análise do decreto que institui Unidade Gestora no âmbito da SEPLAN, visando o acompanhamento e avaliação do Acordo de Cooperação Técnica nº 018/2017. Possibilidade.
PARECER	000751/2019
Ementa	Sistema de Transporte Público de Passageiros da Região Metropolitana de Belém. BRT. Criação da Agência de Transporte AGTran. Instituição da taxa de fiscalização. Competência comum dos entes federados. Criação por lei. Definição de fato gerador e base de cálculo diferentes dos impostos.



PARECER	000752/2019
Ementa	Servidor público. Pagamento de adicional de aperfeiçoamento. Curso realizado em 2014. Antes do ingresso do interessado na PCPA. Análise Jurídica. Aplicação Pareceres 63/2014 e 58/2019 - PGE/PA.
PARECER	000753/2019
Ementa	Alteração de razão social. Centro Regional de Governo do Baixo Amazonas para Centro de Governo do Oeste do Pará.
PARECER	000754/2019
Ementa	Exoneração e nomeação de membros. Conselho Fiscal da Fundação Carlos Gomes. Retificação. Errata. Análise Jurídica.
PARECER	000755/2019
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. SEDUC. Ausência de prestação de contas. Nulidade parcial. Análise Jurídica.
PARECER	000756/2019
Ementa	Medalha General Ferreira Coelho - Dedicação aos Estudos. Polícia Militar. Concessão. Competência do Exmo. Sr. Governador do Estado. Análise Jurídica. Possibilidade.
PARECER	000757/2019
Ementa	Pedido de recondução. Requisitos legais. Estabilidade da servidora no cargo anterior. Desistência do cargo posterior. Análise Jurídica.
PARECER	000758/2019
Ementa	Análise da minuta de decreto. Fortalecimento da Política de Governança e Programa de Integridade. Análise Jurídica.
PARECER	000759/2019
Ementa	Prestação de contas de diária. Meio eletrônico. Possibilidade. Uniformização do Sistema Estadual.



PARECER	000760/2019
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Pedido de revisão. Análise Jurídica.
PARECER	000761/2019
Ementa	Adesão à ata de registro de preços. Validade da ata vencida. Impossibilidade.
PARECER	000762/2019
Ementa	Policial militar. Promoção por Ato de Bravura. Análise Jurídica.
PARECER	000763/2019
Ementa	Minuta de decreto. Revogação benefícios fiscais. Resolução Nº 035/2018.
PARECER	000764/2019
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Elemento objetivo e subjetivo. Dolo eventual. Demissão.
PARECER	000765/2019
Ementa	Nomeação de membros. Conselho Fiscal da PRODEPA.
PARECER	000766/2019
Ementa	Exoneração "ex officio". Servidores não entraram em exercício dentro do prazo previsto em lei. Art. 59, P.Ú, inciso II da Lei Estadual nº 5.810/94.
PARECER	000767/2019
Ementa	Tornar sem efeito nomeação. Concurso C-173. Secretaria de Estado de Educação (SEDUC).



PARECER	000768/2019
Ementa	Exoneração " <i>ex officio</i> ". Servidores não entraram em exercício dentro do prazo previsto em lei. Art. 59, P.Ú, inciso II da Lei Estadual nº 5.810/94.
PARECER	000769/2019
Ementa	Tornar sem efeito nomeação. Concurso C-173. Secretaria de Estado de Educação (SEDUC).
PARECER	000770/2019
Ementa	Contrato local de Segurança. Análise Jurídica.
PARECER	000771/2019
Ementa	Promoção por Ato de Bravura. Análise Jurídica.
PARECER	000772/2019
Ementa	Proposta de Projeto de Lei. Programa Plurianual. PPA. Análise Jurídica. Recomendação.
PARECER	000773/2019
Ementa	Policiais Militares. Proteção a Defensores de Direitos Humanos. Atribuição dos entes federados, em conjunto ou isoladamente. Atividade típica do aparato de Segurança Pública Estadual.
PARECER	000774/2019
Ementa	SEMAS. Consulta. Licença sem remuneração. Requisito: estabilidade. Ingresso do servidor no ano de 1989. Não incidência da Emenda Constitucional nº 19/98.
PARECER	000775/2019
Ementa	Servidor público. Licença para serviço militar do art. 77, inciso V do RJU. Requisitos. Obrigatoriedade do serviço militar. Vedação a acumulação de cargos civil e militar. Análise jurídica. Indeferimento.



PARECER	000776/2019
Ementa	Aplicação da sanção de suspensão cautelar de participação em licitação. Competência da AGE. Abrangência da sanção. Questões práticas. (SUPERADO PELO PARECER Nº 000039/2023).
PARECER	000777/2019
Ementa	Pensão especial. Óbito do policial militar fora do horário de serviço. Nexo de causalidade. Cabimento. Divisão da pensão em cotas iguais. Verbas que devem ser excluídas.
PARECER	000778/2019
Ementa	Processo administrativo disciplinar. Acumulação de cargos. Agente de saúde. Cargo em extinção. Técnico em saúde bucal. Possibilidade de acumulação analisada em tese. Ausência de instrução suficiente do processo. Diligências.
PARECER	000779/2019
Ementa	Servidor público. Processo administrativo disciplinar (PAD). Demissão. Análise Jurídica.
PARECER	000780/2019
Ementa	Conselho de Justificação. Substituição. Membro que passou para a reserva remunerada. Viabilidade. Não incidência da exceção prevista no art. 131, §3º da Lei nº 6.833/06.
PARECER	000781/2019
Ementa	Recurso hierárquico. Competência do Exmo. Governador do Estado. Análise Jurídica.
PARECER	000782/2019
Ementa	Nomeação de membros. Conselho de Desenvolvimento Econômico do Estado do Pará.



PARECER	000783/2019
Ementa	Nomeação de membros para o Conselho Fiscal da Emater. Análise Jurídica.
PARECER	000784/2019
Ementa	Contratação de profissional de notória especialização. Licitação. Inexigibilidade. Análise jurídica.
PARECER	000785/2019
Ementa	Policial Militar. Promoção por Ato de Bravura. Análise jurídica.
PARECER	000786/2019
Ementa	Servidor público. Acumulação ilícita de cargo e emprego públicos. Processo Administrativo Disciplinar. Não incidência de prescrição. Observância do devido processo legal. Notificação para opção por um dos vínculos. Inércia do servidor. Configuração de má-fé. Sugestão de demissão.
PARECER	000787/2019
Ementa	Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Abandono de cargo. Análise Jurídica.
PARECER	000788/2019
Ementa	Servidor Público Civil. Processo administrativo disciplinar. Demissão consumada. Pedido de revisão. Sentença penal absolutória por falta de provas reformada em 2ª instância. Descaracterização do fato novo. Falta residual. Improcedência. Análise jurídica.
PARECER	000789/2019
Ementa	Utilização de 100 % da área para fins de manejo florestal. Pedido de readequação para 80 % de área de Reserva Legal e 20 % de uso alternativo de solo. Possibilidade de existência de passivo ambiental. Necessidade de vistoria. Caso detectado passivo necessária a celebração de TAC ou adesão ao PRA. Necessidade de



comprovação de propriedade regular. Sentença transitada em julgado. Revisão de posicionamento do órgão. Súmula 473 do STF. Possibilidade do pedido com observância das condicionantes.

PARECER

000790/2019

Ementa

Acumulação de cargos. Agente de saúde. Cargo em extinção. Técnico em Saúde Bucal. Auxiliar de enfermagem. Técnico de enfermagem. Profissões regulamentadas. Cargos privativos de profissionais da saúde. Possibilidade de acumulação.

PARECER

000791/2019

Ementa

Promoção em ressarcimento de preterição. Reprovado no teste de aptidão física - TAF. Repetição do exame. Indeferimento administrativo. Requerimento a autoridade superior. Análise jurídica.

PARECER

000792/2019

Ementa

Minuta de Decreto que homologa o Regimento Interno do CT-GERCO/PA e minuta de Decreto altera o Decreto 1.759 de 2017.

PARECER

000793/2019

Ementa

Cessão de uso de bem móvel entre órgão e entidade estatal. Cessação do interesse do cessionário. Termo de rescisão amigável. Análise jurídica.

PARECER

000794/2019

Ementa

Gratificação de Risco de Vida. Vantagem devida a servidor do quadro da SUSIPE. Secretário de Estado. Agente Político. Ausência de previsão legal para pagamento. Improcedência do pedido.

PARECER

000795/2019

Ementa

Despesas de Exercícios Anteriores não empenhadas em 2018. Condicionantes. Decreto nº 01/2019. Parecer da Auditoria-Geral do Estado. Análise jurídica.



PARECER 000796/2019

Ementa Projeto de Lei que institui as Cores Oficiais da Polícia Militar do Estado. Análise de legalidade.

PARECER 000797/2019

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Recursos recebidos do Programa Dinheiro Direto na Escola. Posterior aprovação das contas. Arquivamento. Análise jurídica.

PARECER 000798/2019

Ementa Conselho Estadual de Assistência Social do Pará. Exoneração. Nomeação. Substituição. Possibilidade.

PARECER 000799/2019

Ementa Nomeação de membros. Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas.

PARECER 000800/2019

Ementa Terceiro Setor. Serviço Social Autônomo (SEBRAE-PA). Interesse comum. Parceria com o Poder Público. Não incidência da Lei nº 13.019/2014. Descabimento do uso de Convênio. Celebração de Termo de Cooperação Técnica e Financeira. Observância dos requisitos aplicáveis aos Convênios.

PARECER 000801/2019

Ementa Pedido de Revisão e restituição de descontos decorrentes de Licença para Tratamento de Saúde de Pessoa da Família. Art. RJU. Parecer Jurídico que sugeriu licença diversa. Ciência da servidora quanto à Licença concedida.

PARECER 000802/2019

Ementa Servidores públicos. Autarquia. DETRAN. Procedimento irregular de transferência de veículo arrematado em leilão. Responsabilidades. Demissão e destituição de cargo em comissão.



PARECER	000803/2019
Ementa	Servidor público civil. Auxiliar técnico de Polícia Civil. Adicional de Curso de Extensão na área Policial. Análise Jurídica.
PARECER	000804/2019
Ementa	Licitação por lote/itens. Acréscimo contratual. Limite legal. Base de Cálculo. Análise Jurídica.
PARECER	000805/2019
Ementa	Regularização Fundiária onerosa de área de terras de 2.405, 1500HA localizada no Município de Moju/PA - Observância dos requisitos legais. Possibilidade jurídica.
PARECER	000806/2019
Ementa	Convocação de militares da reserva. Auxílio mensal. Parcela indenizatória. Outras despesas correntes. Lei de Responsabilidade Fiscal. (SUPERADO PELO PARECER Nº 000415/2022).
PARECER	000807/2019
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Prestação de contas de convênio. Responsabilidades do fiscal do convênio. Análise jurídica.
PARECER	000808/2019
Ementa	Empregado público. Licença sindical. Aposentadoria. Dispensa sem justa causa.
PARECER	000809/2019
Ementa	Servidor público. Processo Administrativo disciplinar (PAD). Demissão. Análise jurídica.



PARECER	000810/2019
Ementa	Sistema Interamericano de Direitos Humanos - SIDH. Relatório de Admissibilidade e Mérito. Recomendações expedidas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos - CIDH, destinadas ao Estado Brasileiro. Responsabilidade por ilícito internacional. Impossibilidade de responsabilização direta do Estado do Pará. Soberania Nacional.
PARECER	000811/2019
Ementa	Oficial da Polícia Militar. Transgressão disciplinar. Interrupção regular da prescrição pela instauração do primeiro Conselho de Justificação. Análise jurídica.
PARECER	000812/2019
Ementa	Projeto de Lei que cria o Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Pará - FESPDS. Análise de legalidade.
PARECER	000813/2019
Ementa	Anteprojeto de Lei. Alteração da Lei Estadual nº 7.584/2011. Conselho Estadual de Segurança Pública - CONSEP. Adequação ao Plano Nacional de Segurança Pública. Análise jurídica.
PARECER	000814/2019
Ementa	Termo de Cooperação Técnica. Secretaria de Estado da Fazenda e Procuradoria-Geral do Estado. Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Pará (PROFISCO II). Análise Jurídica.
PARECER	000815/2019
Ementa	Proposta de alteração dos arts. 137 e 147 do RICMS-PA. Ausência de impedimentos formais ou materiais. Possibilidade jurídica.
PARECER	000816/2019
Ementa	Convocação de Militares da Reserva. Preenchimento dos requisitos formais. Possibilidade.



PARECER	000817/2019
Ementa	Conversão de licença especial em pecúnia.
PARECER	000818/2019
Ementa	Doações de pessoas físicas e jurídicas de direito privado de bens e serviços. Decreto Federal nº 9.764. Chamamento Público. Análise jurídica.
PARECER	000819/2019
Ementa	Conselho de Justificação. Substituição de membro. Possibilidade.
PARECER	000820/2019
Ementa	Convocação de Militar. Reserva remunerada. Preenchimento dos requisitos formais. Limite prudencial.
PARECER	000821/2019
Ementa	Medalhas do Mérito Coronel Fontoura e de Bons Serviços prestados à PM/PA. Minutas de Decretos. Análise Jurídica.
PARECER	000822/2019
Ementa	IV Conferência Estadual de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexuais. Convocação. Decreto.
PARECER	000823/2019
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Assédio sexual. Instrução defeituosa. Diligências que demandam a reabertura da fase instrutória - nulidade parcial - impossibilidade de manter o Relatório Final. Imparcialidade da Comissão Processante comprometida. Preservação do direito à ampla defesa.
PARECER	000824/2019
Ementa	Convocação de militar. Reserva remunerada. Falta de comprovação dos requisitos formais.



PARECER	000825/2019
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD)
PARECER	000826/2019
Ementa	Alteração contratual. Licitação Pública Internacional. BRT Metropolitano. Primazia das Diretrizes da entidade financiadora estrangeira - JICA. Art. 42, § da Lei nº 8.666/93. Limitada aos ditames constitucionais e aos princípios basilares da licitação. Engenharia de valor afastada. Requisitos para variação do contrato. Análise Jurídica.
PARECER	000827/2019
Ementa	Recurso hierárquico. Intempestividade. Possibilidade de apreciação observados os princípios norteadores do Processo Administrativo. Prova emprestada. Ampla defesa. Regularidade do processo.
PARECER	000828/2019
Ementa	Convocação de Militar. Reserva remunerada. Falta de comprovação de todos os requisitos formais. Limite prudencial.
PARECER	000829/2019
Ementa	Fórum Estadual das Microempresas e Empresa de Pequeno Porte do Pará (FEMEP/PA). Minuta de novo Regimento Interno. Análise Jurídica.
PARECER	000830/2019
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Dolo eventual. Aplicação da pena de demissão. Análise jurídica.
PARECER	000831/2019
Ementa	Policial Militar. Reforma. Curatela. Procedimentos administrativos. Análise Jurídica.



PARECER	000832/2019
Ementa	Ata de Requisição de preços. Participação da PGE. Aquisição de aparelho de água mineral. Análise Jurídica.
PARECER	000833/2019
Ementa	Reforma trabalhista. Contribuição sindical. Necessidade de autorização expressa do trabalhador para o pagamento de verba. Condição de filiado. Análise jurídica.
PARECER	000834/2019
Ementa	Minuta de Decreto. Cofinanciamento Estadual da Atenção Primária. Análise jurídica. Criação de despesas. Análise da SEPLAN.
PARECER	000835/2019
Ementa	Análise de Minuta de Decreto e de Termo de Cooperação Técnica. Requalificação da Educação Pública. Projeto de Atuação Compartilhada entre SEDUC E PM.
PARECER	000836/2019
Ementa	Consultas prévias, livres e informadas aos povos e populações tradicionais. Convenção nº 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. Minuta de Decreto instituindo Grupo de Trabalho. Análise Jurídica.
PARECER	000837/2019
Ementa	Convocação de militar. Reserva remunerada. Preenchimento dos requisitos formais. Limite prudencial.
PARECER	000838/2019
Ementa	Minuta de projeto de lei que altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 5.674, de 21 de outubro de 1991, e revoga dispositivos da Lei Estadual nº 6.489, de 27 de setembro de 2002. Contribuição não obrigatória. Constitucionalidade.



PARECER	000839/2019
Ementa	Conselho de Justificação. Prescrição. Análise Jurídica.
PARECER	000840/2019
Ementa	Dispensa de convocação de militares da reserva remunerada. Regularidade.
PARECER	000841/2019
Ementa	Processo Administrativo de Responsabilização (PAR) em curso - Termo de Compromisso - custeio de despesas com as providências fiscalizatórias pela empresa fiscalizada - possibilidade.
PARECER	000842/2019
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Acúmulo de cargos. Profissão de saúde regulamentada. Aposentadoria em um dos vínculos. Desnecessidade de comprovação da compatibilidade de horários. Análise Jurídica.
PARECER	000843/2019
Ementa	Pedido de anulação de exoneração. Recondição. Acúmulo de cargos. Limite de jornada. Novo entendimento. Ausência de vício de consentimento. Impossibilidade. Indeferimento.
PARECER	000844/2019
Ementa	Inexigibilidade de licitação. Contratação de ferramenta de pesquisa. Editora JML.
PARECER	000845/2019
Ementa	Termo de Cooperação Técnica. Estado do Pará e Município de Belém. Articulação para o planejamento, implantação e operação do Sistema Integrado de Transporte Público da Região Metropolitana de Belém (SIT/RMB) e do Sistema BRT do município de Belém (BRT/BEL). Análise Jurídica.



PARECER	000846/2019
Ementa	Servidor Público. Abandono de cargo. Processo Administrativo Disciplinar. Arts. 178, IV e 190, II, par 2º da Lei Estadual nº 5.810/94. <i>Animus abandonandi</i> configurado pelo dolo eventual. Necessidade de apuração de faltas e condutas diversas.
PARECER	000847/2019
Ementa	Dispensa de licitação. Contratação de prestação de serviços do Navegapará (manutenção de acesso à internet e de rede de dados). Análise jurídica.
PARECER	000848/2019
Ementa	Convocação de militares da reserva. Preenchimento dos requisitos formais. Possibilidade.
PARECER	000849/2019
Ementa	Recurso hierárquico. Processo disciplinar simplificado. Deserção. Intempestividade. Defensor <i>Ad Hoc</i> . Ausência de necessidade de defesa técnica. Dependência química. Manutenção da decisão. Análise Jurídica.
PARECER	000850/2019
Ementa	Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Faltas ao serviço. Abandono de cargo. Recomendação do afastamento das conclusões da comissão. Demissão. Análise Jurídica.
PARECER	000851/2019
Ementa	Processo administrativo disciplinar. Abandono. Necessidade de diligências instrutórias. Insuficiência de provas. Conversão do julgamento em diligência. Para configuração do <i>animus abandonandi</i> basta o dolo eventual.



PARECER	000853/2019
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Conversão em diligência. Análise Jurídica.
PARECER	000854/2019
Ementa	Consulta SEAD. Tema 163 STF. Extensão a servidores que contribuem para o regime geral. Ausência de possibilidade. Referência expressa de aplicação ao regime próprio.
PARECER	000855/2019
Ementa	Contratação de serviço para realização de eventos e editoração e publicação de livros. Licitação. Contratação direta. Parceria com a Administração. Análise Jurídica.
PARECER	000856/2019
Ementa	Contrato administrativo de obra. Reajuste retroativo. Ausência de preclusão lógica. Análise do caso concreto. Possibilidade de pagamento. Análise Jurídica.
PARECER	000857/2019
Ementa	Dispensa a pedido de convocação de militar da reserva remunerada. Regularidade.
PARECER	000858/2019
Ementa	Convocação de militar. Reserva remunerada. Preenchimento dos requisitos formais. Possibilidade.
PARECER	000859/2019
Ementa	Convocação de militar. Reserva remunerada. Preenchimento dos requisitos formais. Possibilidade.



PARECER	000860/2019
Ementa	Convocação de militares. Reserva Remunerada. Preenchimento dos requisitos formais. Possibilidade.
PARECER	000861/2019
Ementa	Convocação de militar. Reserva remunerada. Preenchimentos dos requisitos formais. Possibilidade.
PARECER	000862/2019
Ementa	Convocação de militar. Reserva remunerada. Preenchimentos dos requisitos formais. Possibilidade.
PARECER	000863/2019
Ementa	Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Violação de dever funcional. Não incidência de prescrição. Observância do devido processo legal. Dosimetria proporcional da penalidade. Sugestão de suspensão.
PARECER	000864/2019
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Relatório contrário às provas dos autos. Nulidade parcial. Necessidade de retorno. Nova comissão. Ausência de termo de indiciamento e defesa da servidora.
PARECER	000865/2019
Ementa	Procedimento Administrativo Disciplinar. Fase instrutória. Oitiva de testemunhas. Realização de interrogatório. Uso de carta precatória. Análise Jurídica.
PARECER	000866/2019
Ementa	Servidor público. Suprimento de fundos. Prestação de contas. Responsabilidade. Desconto em folha. Análise jurídica.



PARECER	000867/2019
Ementa	Análise do decreto que institui a Comissão de Trabalho para criação de soluções de integração de dados do Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social. Possibilidade.
PARECER	000868/2019
Ementa	Memorando do entendimento. Análise jurídica da minuta.
PARECER	000869/2019
Ementa	Contrato administrativo. Correios. Alteração contratual. Estipulação de valor mínimo de faturamento. Aprovação da minuta de termo aditivo, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.
PARECER	000870/2019
Ementa	Contrato de prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva do elevador do prédio da PGE - serviço continuado - prorrogação da vigência - regularidade do termo aditivo.
PARECER	000871/2019
Ementa	Alteração de dispositivos no RICMS-PA. Isenção do ICMS no fornecimento de energia elétrica dos templos de qualquer culto. Convênio ICMS/CONFAZ 19/19.
PARECER	000872/2019
Ementa	Contrato Nº 027/2018. Ferramenta de pesquisa de jurisprudência de Direito Tributário. 1º Aditivo. Prorrogação do prazo de vigência.
PARECER	000873/2019
Ementa	Minuta de decreto. Previsão de regras atinentes ao controle de jornada de trabalho no âmbito da Administração Direta Autárquica e Fundacional do Poder Executivo estadual. Análise jurídica.



PARECER	000874/2019
Ementa	Servidor público. Adicional de férias. 1) Pagamento em duplicidade. Direito à devolução parcelada da quantia indevida, na forma do artigo 125 da Lei Estadual nº 5.810/94. 2) Férias canceladas e transferidas/remarcadas. Estorno, em parcela única, do Adicional de Férias já pago. Contraditório e ampla defesa. 3) Restituição do Imposto de Renda retido na fonte.
PARECER	000875/2019
Ementa	Adicional de Insalubridade. Laudo pericial. Parecer jurídico do órgão interessado. Divergência. Análise interpretativa.
PARECER	000876/2019
Ementa	Doação de bens públicos móveis (computadores) entre órgão (PGE) e entidade (COHAB) da Administração Pública Estadual. Requisitos legais.
PARECER	000877/2019
Ementa	Minuta de Decreto. Institui a Medalha de Bravura Bombeiro Militar MAJ Henrique Rubim. Análise jurídica.
PARECER	000878/2019
Ementa	Minuta de Decreto. Institui a Medalha de Serviços Relevantes de Intendência. Análise Jurídica.
PARECER	000879/2019
Ementa	Minuta de Decreto. Institui a Medalha Comemorativa Capitão Antônio Veríssimo Ivo de Abreu. Análise jurídica.
PARECER	000880/2019
Ementa	Minuta de Decreto. Instituição da Medalha de Serviços Relevantes de Valentia. Corpo de Bombeiros Militar. Análise Jurídica.



PARECER	000881/2019
Ementa	Minuta de Decreto. Medalha do Mérito de Estratégia Bombeiro Militar. Análise Jurídica.
PARECER	000882/2019
Ementa	Minuta de Decreto. Corpo de Bombeiro Militar. Ordem do Mérito Operacional. Análise jurídica.
PARECER	000883/2019
Ementa	Minuta de Decreto que institui a Ordem do Mérito de Segurança Contra Incêndio e Emergência
PARECER	000884/2019
Ementa	Minuta de Decreto. Alteração do Regulamento do Decreto nº 2.231/2018. Ordem do Mérito Bombeiro Militar Intendente Antônio Lemos. Análise Jurídica.
PARECER	000885/2019
Ementa	Minuta de Decreto. Institui a Medalha do "Mérito Bombeiro Destaque". Análise jurídica.
PARECER	000886/2019
Ementa	Demanda de Saúde. Requerimento Administrativo Ministerial. Pagamento de despesa sem prévio empenho. Análise jurídica.
PARECER	000887/2019
Ementa	Servidor público. Militar da reserva remunerada. Averbação, junto ao Estado, para fins de inclusão em Adicional por Tempo de Serviço (ATS), de tempo de serviço já utilizado quando da passagem do militar à inatividade. Impossibilidade jurídica.



PARECER	000888/2019
Ementa	Política Estadual de Manejo Florestal Comunitário e Familiar. Necessidade de Lei em sentido estrito. Necessidade de Consulta Prévia, Livre e Informada (CPLI) na forma da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada no Brasil pelo Decreto Presidencial nº 5.051 de 19 de abril de 2004.
PARECER	000889/2019
Ementa	Outorga de Recursos Hídricos. Análise acerca da possibilidade de contratação de profissionais para elaboração do laudo técnico. Atos acessórios. Preservação do poder de Polícia.
PARECER	000890/2019
Ementa	Servidores públicos. Denúncia de infração grave. Improbidade administrativa. Sindicância investigativa. Processo Administrativo Disciplinar. Nulidade parcial.
PARECER	000891/2019
Ementa	Revisão de Ato Administrativo pela Administração Pública. Prazo decadencial quinquenal. Transcurso total. Ausência de má-fé. Impossibilidade. Princípio da Segurança Jurídica e da Confiança.
PARECER	000892/2019
Ementa	Alteração e revogação de dispositivos do RICMS-PA. Regime de Tratamento Tributário Específico. Substituição Tributária. Operações realizadas com trigo em grão, farinha de trigo, mistura de farinha de trigo e produtos derivados da farinha de trigo no território paraense.
PARECER	000893/2019
Ementa	Anteprojeto de lei. Alterações na Lei de Ingresso da Polícia Militar do Estado do Pará. Limites de idade e altura. Exigência de graduação em Direito para oficiais combatentes. Sugestões de alteração da Lei atual pela PCTA. Recomendações.



PARECER	000894/2019
Ementa	Servidor público. Processo Administrativo. Desídia. Abandono de cargo. Recomendação de conversão do julgamento em diligência. Análise jurídica.
PARECER	000895/2019
Ementa	Protocolo de Cooperação Internacional. Candidatura à Lista de Representatividade do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade - UNESCO. Nazaré/Portugal. Estado do Pará. Análise jurídica.
PARECER	000896/2019
Ementa	Exoneração " <i>ex officio</i> ". Servidores não entraram em exercício dentro do prazo previsto em Lei. Art. 59, P. Ú, inciso II da Lei Estadual nº 5.810/94.
PARECER	000897/2019
Ementa	Minuta de Decreto. Institui a Ordem do Mérito de Defesa Civil. Regulamento. Análise jurídica.
PARECER	000898/2019
Ementa	Minuta de Decreto. Instituição da Ordem do Mérito Dom Pedro II. Análise Jurídica.
PARECER	000899/2019
Ementa	Minutas de Decreto e Regulamento. Institui a Medalha de Serviços Relevantes Operacionais. Análise jurídica.
PARECER	000900/2019
Ementa	Minuta de Decreto. Institui a Ordem do Mérito do Corpo de Bombeiros Militar do Pará. Regulamento. Análise Jurídica.



PARECER 000901/2019

Ementa Servidor público. Sindicância. Procedimento inadequado. Desídia. Não caracterização. Arquivamento. Outras recomendações. Análise jurídica.

PARECER 000902/2019

Ementa Contrato de locação de imóvel. Poder Público locatário. Prorrogação de vigência e reajuste do valor locatício. Termo Aditivo.

PARECER 000903/2019

Ementa Contrato de prestação de serviços de manutenção do sistema SAJ-Procuradorias. Inexigibilidade de licitação. Fornecedor exclusivo.

PARECER 000904/2019

Ementa Policial Militar Estadual. Auxílio-morte. Lei Estadual nº 6.108/1998. Inexistência de comprovação cabal do nexo de causalidade entre a morte e a condição militar. Indeferimento do pleito.

PARECER 000905/2019

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Acúmulo de cargos. Direito de opção. Decreto nº 1.950/2017. Inércia do servidor. Má-fé.

PARECER 000906/2019

Ementa Aeronaves apreendidas em operação da Polícia Federal voltada ao combate ao narcotráfico. Utilização, pelo Estado (Grupamento Aéreo de Segurança Pública), dos bens apreendidos. Lei nº 11.343/2006.

PARECER 000907/2019

Ementa Empregado público. EMATER. Aposentado continua na atividade. Doença sem relação com o trabalho. Afastamento maior que 15 dias. Procedimento. Análise jurídica.



PARECER	000908/2019
Ementa	Servidor público. Defensoria Pública Estadual. Lei nº 8.107/2015. Anexo II. Revisão e retificação de PCCR. Data-base abril 2015. Análise jurídica.
PARECER	000909/2019
Ementa	Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Infração disciplinar. Nulidade parcial. Recomendação de novas diligências. Necessidade de constituição de nova comissão. Análise jurídica.
PARECER	000910/2019
Ementa	Prestação de serviço público em Regime de Plantão. Jornada extraordinária. Falta de servidor a plantão. Possibilidade e necessidade de registro da falta nos assentamentos funcionais do servidor. Análise jurídica.
PARECER	000911/2019
Ementa	Consulta. Corpo de Bombeiros Militar. Legislação Municipal. Corpo de Bombeiros Civis. Competência.
PARECER	000912/2019
Ementa	Consulta SEFA. Honorários. Cobrança administrativa. Interpretação sistemática da legislação aplicável.
PARECER	000913/2019
Ementa	Fixação dos índices percentuais de distribuição aos municípios das parcelas do produto da arrecadação do ICMS. Art. 3º, § 8º, da Lei Complementar Federal nº 63/90. Competência do Governador do Estado do Pará. Art. 135, V, da Constituição Estadual.
PARECER	000914/2019
Ementa	Decreto. Procedimentos administrativos relativos à consulta tributária. Adequação às alterações da Lei Estadual nº 6.182/98 realizadas pela Lei Estadual nº 8.869/19.



PARECER	000915/2019
Ementa	Alteração de dispositivo do RICMS-PA. Diferimento do pagamento do ICMS. Comercialização da amêndoa do babaçu nas operações internas.
PARECER	000916/2019
Ementa	Instrução normativa. Regulamenta os procedimentos de notificação, intimação e oitiva de interessados no âmbito dos Processos Administrativos Disciplinares. Análise jurídica.
PARECER	000917/2019
Ementa	Servidor público. Pagamento de Gratificação de Representação do art. 135 do RJU a servidor comissionado. Revogação do dispositivo pela Lei nº 8.745, de 14 de agosto de 2018. Acumulação de cargo comissionado. Vedada. Substituição. Análise jurídica.
PARECER	000918/2019
Ementa	Requerimento administrativo. Contrato administrativo. Pagamento do valor principal. Juros e correção monetária. Prescrição. Valores discrepantes.
PARECER	000919/2019
Ementa	Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Acumulação de cargos. Análise jurídica.
PARECER	000920/2019
Ementa	Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Acumulação de cargos. Omissão no zelo e conservação de bens e documentos públicos. Análise jurídica.
PARECER	000921/2019
Ementa	Minuta de decreto que altera dispositivos do Regulamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA,



aprovado pelo Decreto nº 2.703, de 27 de dezembro de 2008.

PARECER 000922/2019

Ementa Contratação de empresa para aquisição de material de segurança do trabalho.

PARECER 000923/2019

Ementa Ação civil pública de improbidade administrativa. Ressarcimento ao erário. Transação. Vedação legal expressa.

PARECER 000924/2019

Ementa Proposta de alteração do Decreto Estadual nº 2.057/2018, que "dispõe sobre o parcelamento de créditos de natureza tributária e não tributária, e dá outras providências. Ausência de impedimentos formais ou materiais. Possibilidade Jurídica.

PARECER 000925/2019

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Descumprimento de dever funcional. Ausência de instrução e termo de indiciamento viciado. Nulidade parcial. Retorno.

PARECER 000926/2019

Ementa Requerimento. Pensão especial. Morte de policial militar. Nexo de causalidade. Óbito em razão da atividade policial militar. Filho menor. Imprescritibilidade. Efeitos financeiros retroativos. Filha maior. Regularização de representação. Comprovação de requisitos. Ausência de demonstrativo de cálculo. Impossibilidade de prosseguimento.

PARECER 000927/2019

Ementa Servidor público. Acumulação ilícita de cargos públicos (Estado e município de Belém). Processo Administrativo Disciplinar. Opção pelo cargo público estadual. Arquivamento PAD.



PARECER 000928/2019

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Acumulação de dois cargos de enfermeiro em período noturno. Compatibilidade de horário. Absolvição.

PARECER 000929/2019

Ementa Servidor público. Acumulação de cargos. Processo Administrativo Disciplinar. Cargos acumuláveis privativos de profissional da saúde. Compatibilidade de horários. Arquivamento.

PARECER 000930/2019

Ementa Servidor público. Acumulação de cargos. Falta grave. Processo Administrativo Disciplinar. Cargos acumuláveis privativos de profissional da saúde. Compatibilidade de horários. Arquivamento.

PARECER 000931/2019

Ementa Fornecimento de vale-transporte digital. Licitação. Inexigibilidade. Análise jurídica.

PARECER 000932/2019

Ementa Contrato administrativo. Serviços contínuos. Prorrogação por 12 (doze) meses. Termo aditivo.

PARECER 000933/2019

Ementa Termo aditivo a contrato administrativo. Prestação de serviços de telefonia fixa. Análise jurídica.

PARECER 000934/2019

Ementa Decreto de utilidade pública para construção de ponte e de área de desvio. Necessidade de complementação de documentos para o decreto relativo às áreas alcançadas pela construção da ponte. Faixa de domínio. Necessidade de levantamento social. Verificação acerca da vulnerabilidade socioeconômica da população atingida. Expedição do decreto atinente à área de desvio. Servidão



administrativa. Possibilidade.

PARECER

000935/2019

Ementa

Processo Administrativo Disciplinar. Acúmulo de cargos. Um de professor e outro técnico. Comprovação da compatibilidade de horários. Análise jurídica.

PARECER

000936/2019

Ementa

Servidor público. Ex-investigador de polícia civil. Falta grave. Processo Administrativo Disciplinar. Pena de demissão. Fatos novos. Pedido de revisão. Aplicação dos arts. 229 e SS. da Lei Estadual nº 5.810/94. Procedência. Análise jurídica.

PARECER

000937/2019

Ementa

Minuta de projeto de lei. Revogação do Programa Nota Fiscal Cidadã. Lei 7.632/2012. Conveniência financeira para equilíbrio das contas públicas. Iniciativa do Poder Executivo.

PARECER

000938/2019

Ementa

Alteração de dispositivo no RICMS-PA. Regime de substituição tributária nas operações com bebidas quentes. Protocolos ICMS 20/19 e 21/19. Adesão do Estado do Pará aos protocolos ICMS 14/06 e 103/12. Internalização na legislação estadual.

PARECER

000939/2019

Ementa

Termo de cessão de uso de bem imóvel. Comprovação de alteração no endereço do imóvel cedido. Necessidade de notificação do interessado para apresentar a documentação. Inteligência dos arts. 3º e 4º, § 4º, do Decreto Estadual nº 768, de 2013. Sugestão para alteração na minuta.

PARECER

000940/2019

Ementa

Aditivo de prorrogação contratual. Serviço contínuo. Supressão do



objeto contratual. Anuência da contratada. Possibilidade.

PARECER

000941/2019

Ementa

Aplicação retroativa de lei benéfica à contribuinte - Alcance da expressão "não definitivamente julgado" de que trata o inciso II, do art. 106, do CTN.

PARECER

000942/2019

Ementa

Conversão de férias em pecúnia - incidência de IR e Contribuição Previdenciária

PARECER

000943/2019

Ementa

Processo administrativo disciplinar. Acúmulo de cargos. Um de auxiliar de saúde e outro de técnico em enfermagem. Profissões regulamentadas. Comprovação de compatibilidade de horários. Análise jurídica.

PARECER

000944/2019

Ementa

Processo Administrativo Disciplinar. Acúmulo de cargos. Opção e comprovação. Decreto 1.950/2017. Absolvição.

PARECER

000945/2019

Ementa

Servidor público. Suposta acumulação ilícita de cargos públicos. Processo Administrativo Disciplinar. Instrução deficiente. Necessidade de esclarecimentos quanto à escolaridade e atribuições do cargo ocupado na esfera federal. Conversão do julgamento em diligência.

PARECER

000946/2019

Ementa

Minuta de Projeto de Lei que institui a Política Estadual de Mudanças Climáticas. Tutela Ambiental. Competência concorrente e comum.



PARECER	000947/2019
Ementa	Alteração de dispositivo no RICMS-PA. Protocolos ICMS nº 2/14 e 5/14. Tratamento diferenciado. Prestação de Serviço de Transporte e na Armazenagem de etanol hidratado combustível (EHC) e etanol anidro combustível (EAC) no Sistema Rodoviário. Adesão do Estado do Pará por meio dos protocolos ICMS38/19 e 39/19. Internalização na legislação estadual.
PARECER	000948/2019
Ementa	Segundo termo aditivo de prestação de serviço de ativação do link e manutenção de acesso a internet e Rede de Dados PGE Marabá.
PARECER	000949/2019
Ementa	Minuta de Decreto Governamental. Projeto Agroextrativista (PAEX). Decreto homologatório. Inobservância dos requisitos legais.
PARECER	000950/2019
Ementa	Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Inassiduidade habitual. Recomendação de instauração de novo Processo Administrativo Disciplinar. Análise jurídica.
PARECER	000951/2019
Ementa	Decreto que homologa o Regimento Interno do CT-GERCO/PA e de Decreto que altera o Decreto 1.759 de 2017. Possibilidade com a alteração em seu art. 3º para que a participação das entidades federais seja facultativa e não obrigatória.
PARECER	000952/2019
Ementa	Autorização para construção, reforma, adequação ou ampliação do Campos V da UEPA - Centro de Ciências Naturais e Tecnologia - CNTT. Bem desapropriado pelo Estado do Pará. Possibilidade de autorização mediante Decreto.



PARECER 000953/2019

Ementa Convite. Reforma e ampliação do Anexo ao prédio sede PGE/PA. Aprovação da minuta de edital pela assessoria jurídica (Art. 38, Parágrafo Único, da Lei nº 8.666/93). Análise jurídica.

PARECER 000955/2019

Ementa Programa IPVA Cidadão. Isenção parcial (desconto) de IPVA para pagamento antecipado do tributo. Previsão no art. 13, Parágrafo Único da Lei Estadual nº 6.017/9. Concessão por meio de Decreto Estadual.

PARECER 000956/2019

Ementa Decreto estadual visando a declaração de utilidade pública do imóvel. Preenchimento dos requisitos indispensáveis ao ato. Publicação.

PARECER 000957/2019

Ementa Servidor público. Adicional de férias. Período de quarentena. Art. 5º, § 1º da Lei Estadual nº 6.099/97. Agência Reguladora. Ex-dirigente. Análise jurídica.

PARECER 000958/2019

Ementa Bombeiro Militar. Acumulação de cargos. Nova Ordem Constitucional. Emenda nº 101/2019. Possibilidade. Da prevalência da atividade militar. Análise do caso concreto. Ato jurídico perfeito. Impossibilidade de revisão.

PARECER 000959/2019

Ementa Alteração de dispositivos no RICMS-PA. Exigência para inscrição estadual de licenças de operação ou autorização de funcionamento expedida pela SEMAS. Título autorizativo de lavra pela ANM/PA.



PARECER	000960/2019
Ementa	Minuta de Decreto. Regulamento do Domicílio Eletrônico do Contribuinte - DEC. Estado do Pará. Sujeito passivo dos tributos estaduais.
PARECER	000961/2019
Ementa	Projeto de Lei. Sistema de Transporte Público de Passageiros da Região Metropolitana de Belém. BRT. Criação de Agência de Transporte - AGTran. Instituição da Taxa de Regulação e Fiscalização - TRF.
PARECER	000962/2019
Ementa	Projeto de Lei. DETRAN. Instituição e modificação de Taxas Administrativas e Serviços do DETRAN/PA.
PARECER	000963/2019
Ementa	Minuta de Decreto Governamental. Assentamento Agroextrativista Padre Sérgio Tonetto. Decreto homologatório. Observância dos requisitos legais. Viabilidade de assinatura.
PARECER	000964/2019
Ementa	Minuta de Decreto. Altera dispositivos do Regimento Interno do Tribunal Administrativo de Recursos Fazendários - TARF, aprovado pelo Decreto nº 3.578, de 26 de julho de 1999.
PARECER	000965/2019
Ementa	Prova da propriedade pelo Registro Imobiliário. Desnecessidade de prova da extinção da enfiteuse. Indenização da propriedade plena.
PARECER	000966/2019
Ementa	Consultores Jurídicos. Controle de ponto. Gratificação de Tempo Integral. Compatibilidade. Análise jurídica.



PARECER	000967/2019
Ementa	Tributação de Rendimentos Recebidos Acumuladamente – RRA. Lei Federal nº 7.713 de 22 de dezembro de 1998. IN/RFB nº 1558, de 31 de março de 2015.
PARECER	000968/2019
Ementa	Inconsistências do Cadastro Ambiental Rural. Ausência de TAC firmado com a SEMAS para recuperação do passivo ambiental. Devolução ao ITERPA.
PARECER	000969/2019
Ementa	Reposição florestal. Obrigação <i>propter rem</i> . Marco legal. Norma ambiental mais protetiva. Análise técnica. <i>Tempus regit actum</i> . Desmatamento ilegal. Imprescritibilidade da exigência. Imposição constitucional de melhor tutela ambiental diligente e efetiva. Autotutela administrativa. Segurança jurídica.
PARECER	000970/2019
Ementa	Minuta de Projeto de Lei. Selo fiscal de controle e qualidade para aposição em vasilhames acondicionadores de água mineral natural, água natural e água adicionada de sais para o controle das obrigações relativas ao ICMS.
PARECER	000971/2019
Ementa	Regularização fundiária onerosa de área de terras de 2.499, 4550ha localizada no município de Goianésia/PA.
PARECER	000972/2019
Ementa	Alteração de dispositivo da Lei Estadual 5.530/89 que adia direito de creditamento de mercadorias destinadas ao uso e consumo de estabelecimento.



PARECER 000973/2019

Ementa Regularização fundiária. Modalidade alienação onerosa. Requisitos preenchidos. Análise realizada quando da vigência da Lei Estadual nº 7.289/2009 e Decreto Estadual nº 2.135/2010. Requisitos preenchidos também sob a ótica da Lei Estadual nº 8.878/2019. Obrigação de promover a regularização ambiental do imóvel. Realização de Termo e Ajustamento de Conduta - TAC. Indispensável a autorização da Assembleia Legislativa. Área superior a 1.500HA.

PARECER REFERENCIAL

PARECER REFERENCIAL 000001/2019

Ementa Organizações Sociais. Qualificação. Requisitos exigíveis. Atualização do checklist.

PARECER REFERENCIAL 000002/2019

Ementa Objetiva traçar, em linhas gerais, as hipóteses normativas de ocorrência da Agregação e Reversão dos militares estaduais, com vistas a orientar os atos administrativos referentes a esses assuntos. (SUPERADO PELO PARECER REFERENCIAL Nº 000001/2021)

PARECER REFERENCIAL 000003/2019

Ementa Conselho de Justificação. Aspectos gerais: Instauração; Prorrogação; Substituição de membros; Sobrestamento; Nulidades; Mera retirada; Julgamento e prescrição.

PARECER REFERENCIAL 000004/2019

Ementa Parecer referencial. Redistribuição de cargos na Administração Pública. Aspectos gerais. Requisitos.
(SUPERADO PELO PARECER REFERENCIAL Nº 000007/2024).

PARECER REFERENCIAL 000006/2019

Ementa Servidor público. Averbação de Tempo de Serviço para efeito de Adicional por Tempo de Serviço (ATS), Licença-prêmio



PGE

Procuradoria
Consultiva

(LP) e Aposentadoria. Entendimentos firmados pela PGE/PA.
(SUPERADO PELO PARECER REFERENCIAL Nº 000006/2021).

PARECER REFERENCIAL 000007/2019

Ementa Acumulação de cargos, empregos e funções. Art. 37, XVI da CRFB/88. Arts. 33 e 41 da CE/89. Lei Estadual nº 5.810/1994. Decreto nº 1.950/2017. Parecer Referencial. (SUPERADO PELO PARECER REFERENCIAL Nº 000008/2020).

PARECER REFERENCIAL 000008/2019

Ementa Parecer Referencial. Pensão especial militar. Aspectos gerais. Requisitos. Instrução processual. (SUPERADO PELO PARECER REFERENCIAL Nº 000003/2022).

PARECER REFERENCIAL 000009/2019

Ementa Servidor público civil. Recondição.

PARECER REFERENCIAL 000010/2019

Ementa Abandono de cargo. Previsão Legal. Prescrição. Configuração dos elementos do abandono. Demissão. Retorno e perdão tácito. Diferenças da inassiduidade habitual. (REVISADO PELOS PARECERES REFERENCIAIS Nº 000007/2021, Nº 000006/2023 E Nº 000013/2024).

PARECER SIMPLIFICADO

PARECER SIMPLIFICADO 000001/2019

Ementa Qualificação de Organização Social. Instituto Saúde e Cidadania - ISAC. Lei Estadual nº 5.980, de 19 de Julho de 1996, e Decreto Estadual nº 21/2019



PARECER SIMPLIFICADO 000002/2019

Ementa Organização Social. Qualificação. Requisitos exigíveis à luz do Parecer Referencial nº 01/2019.

PARECER SIMPLIFICADO 000003/2019

Ementa Qualificação de Organização Social. Instituto Social Mais Saúde. Lei Estadual nº 5.980, de 19 de Julho de 1996, e Decreto Estadual nº 21/2019.

PARECER SIMPLIFICADO 000004/2019

Ementa Qualificação de Organização Social. Instituto Diretrizes. Lei Estadual nº 5.980/1996, e Decreto Estadual nº 21/2019.

PARECER SIMPLIFICADO 000005/2019

Ementa Qualificação de Organização Social. Instituto Nacional de Pesquisa e Gestão em Saúde. Lei Estadual nº 5.980, de 19 de Julho de 1996, e Decreto Estadual nº 21/2019.

PARECER SIMPLIFICADO 000006/2019

Ementa Organização Social. Qualificação. Análise Jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000007/2019

Ementa Qualificação de Organização Social. Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pacaembu. Lei Estadual nº 5.980/1996, e Decreto Estadual nº 21/2019.

PARECER SIMPLIFICADO 000008/2019

Ementa Organização Social. Qualificação. Requisitos exigíveis à luz do Parecer Referencial nº 01/2019.

PARECER SIMPLIFICADO 000009/2019

Ementa Qualificação de Organização Social. Instituto Nacional de Ciências da Saúde. Lei Estadual nº 5.980/1996, e Decreto Estadual nº 21/2019



PARECER SIMPLIFICADO 000010/2019

Ementa Agregação. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000011/2019

Ementa Reversão. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000012/2019

Ementa Reversão. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000013/2019

Ementa Reversão. Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará.

PARECER SIMPLIFICADO 000014/2019

Ementa Reversão. Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará.

PARECER SIMPLIFICADO 000015/2019

Ementa Agregação. Casa Militar da Governadoria do Estado.

PARECER SIMPLIFICADO 000016/2019

Ementa Agregação. Casa Militar da Governadoria do Estado.

PARECER SIMPLIFICADO 000017/2019

Ementa Agregação. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000018/2019

Ementa Agregação. Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará - SUSIPE. Possibilidade.



PARECER SIMPLIFICADO 000019/2019

Ementa Agregação. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000020/2019

Ementa Agregação. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP)

PARECER SIMPLIFICADO 000021/2019

Ementa Agregação. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000022/2019

Ementa Agregação. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP). Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000023/2019

Ementa Agregação. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000024/2019

Ementa Reversão. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP). Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000025/2019

Ementa Agregação. Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará- SUSIPE. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000026/2019

Ementa Reversão. Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará.



PARECER SIMPLIFICADO 000027/2019

Ementa Agregação. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000028/2019

Ementa Reversão. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000029/2019

Ementa Qualificação de Organização Social. Lei Estadual nº 5.980/1996, e Decreto Estadual nº 21/2019.

PARECER SIMPLIFICADO 000030/2019

Ementa Conselho de Justificação. Substituição. Reserva remunerada. Impossibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000031/2019

Ementa Servidor público militar. Instauração de Conselho de Justificação. Análise Jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000032/2019

Ementa Reversão. Policial Militar. Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará.

PARECER SIMPLIFICADO 000033/2019

Ementa Agregação. Policial militar. Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000034/2019

Ementa Agregação. Policial Militar. Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará. Possibilidade.



PARECER SIMPLIFICADO 000035/2019

Ementa Agregação. Policial Militar. Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000036/2019

Ementa Agregação. Policial Militar. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000037/2019

Ementa Agregação. Policial militar. Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000038/2019

Ementa Agregação. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000039/2019

Ementa Reversão. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000040/2019

Ementa Reversão. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000041/2019

Ementa Reversão. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000042/2019

Ementa Agregação. Bombeiro militar. Secretária de Estado de Segurança Pública e Defesa Social. Possibilidade.



PARECER SIMPLIFICADO 000043/2019

Ementa Qualificação de Organização Social. Instituto de Apoio ao Desenvolvimento da Vida Humana. Lei Estadual nº 5.980/1996, e Decreto Estadual nº 21/2019. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000044/2019

Ementa Qualificação de Organização Social. Instituto Reger de Educação, Cultura e Tecnologia. Lei Estadual nº 5.980, de 19 de julho de 1996, e Decreto Estadual nº 21/2019.

PARECER SIMPLIFICADO 000045/2019

Ementa Secretaria de Estado de Saúde. Acumulação de cargos. Auxiliar de saúde. Profissão não regulamentada. Processo Administrativo Disciplinar. Natureza técnica das atribuições. Art. 37, XVI, c, da Constituição Federal. Legalidade da acumulação.

MANIFESTAÇÃO

MANIFESTAÇÃO 000001/2019

Ementa Contrato administrativo. Repactuação contratual. Efeitos retroativos. Forma de pagamento. Análise Jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000002/2019

Ementa Processo Administrativo Disciplinar, para apuração de acumulação de cargos de fisioterapeuta do Estado do Pará e no Estado do Amapá, com incompatibilidade de horários.

MANIFESTAÇÃO 000003/2019

Ementa Complementação ao parecer dos autos. Análise da convalidação dos Atos Pretéritos às alterações a serem implementadas pelo Decreto.



MANIFESTAÇÃO 000004/2019

Ementa Contratação de empresa pela SESPA, com vistas à “prestação de serviço de gestão de abastecimento de combustível de unidades consumidoras, customizado e gerido pela Administração Pública Estadual, com utilização de cartão magnético e com fornecimento contínuo e ininterrupto de combustível, através de rede de postos credenciados de abastecimento para os entes do Estado”.

MANIFESTAÇÃO 000005/2019

Ementa Irregularidade no desfazimento de bens inservíveis do Estado. Recomendação para instauração de PAD em face de servidor. Pedido de reconsideração. Análise Jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000006/2019

Ementa Tratam os autos de consulta formulada pela Secretaria de Estado da Fazenda acerca do pagamento de verbas retroativas de terço constitucional de férias relativas a período de afastamento de servidores absolvidos por sentença transitada em julgado.

MANIFESTAÇÃO 000007/2019

Ementa Servidor público estadual. Procuradoria-Geral do Estado do Pará. Pedido de aposentadoria voluntária. Regularidade funcional. Cumprimento das exigências legais de afastamento - Arts. 112, §4º do RJU/PA C/C EC nº 047/2005. Análise Jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000008/2019

Ementa Contrato de obra pública. Reajuste. Ausência de previsão contratual. Prorrogações sucessivas com a manutenção das demais cláusulas contratuais. Pedido de reajuste formulado ainda dentro da vigência contratual. Inexistência de preclusão lógica.

MANIFESTAÇÃO 000009/2019

Ementa Celebração do Termo Aditivo ao Convênio nº 001/2018, para que preveja o regresso, à Corporação, dos policiais militares da ativa,



atualmente à disposição do TJPA, em quantitativo equivalente àquele da reserva remunerada que será disponibilizado ao Tribunal.

MANIFESTAÇÃO 000010/2019

Ementa Reconhecimento de dívida. Extrapolação da cobertura contratual. Das obrigações do Estado advindas de contrato inválido. Verificação acerca da obrigação de indenizar. Pagamento mediante despesas de exercícios anteriores.

MANIFESTAÇÃO 0000011/2019

Ementa Contrato nº 006/2018. Prestação de serviços de agenciamento de viagens. Prorrogação por 12 (doze) meses. Supressão unilateral do valor estimado. Contenção de gastos. Termo aditivo.

MANIFESTAÇÃO 000012/2019

Ementa Conduta irregular de servidor. Dano ao erário. Ressarcimento. Necessidade de instauração de procedimento administrativo. Desconto em contracheque. Necessidade autorização do servidor. Análise Jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000013/2019

Ementa Projeto de Lei. Programa Estadual de Alimentação Escolar. Análise Jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000014/2019

Ementa Pagamento de Despesas de Exercício Anterior (DEA), conforme faturas apresentadas pela prestadora de serviços EBCT.

MANIFESTAÇÃO 000015/2019

Ementa Despesas de Exercícios Anteriores (DEA). Faturas oriundas de contratos de fornecimento de energia elétrica firmados por este Órgão com as centrais Elétricas do Pará S/A. Análise Jurídica.



MANIFESTAÇÃO 000016/2019

Ementa Servidora pública comissionada. Exoneração *ex officio*. Períodos de licença-prêmio não gozados. Indenização. Cabimento apenas em caso de comprovação do não gozo por necessidade de serviço.

MANIFESTAÇÃO 000017/2019

Ementa Pedido de reconsideração, para que fosse modificada a base de cálculo sobre a qual incide percentual referente à Gratificação de Função incorporada à sua remuneração.

MANIFESTAÇÃO 000018/2019

Ementa Tempo de serviço prestado em cargo exclusivamente comissionado. Possibilidade de averbação. Adicional por tempo de serviço. Possibilidade de pagamento ao servidor nomeado para exercer outro cargo em comissão.

MANIFESTAÇÃO 000019/2019

Ementa Averbação de tempo de serviço e emissão de certidão.

MANIFESTAÇÃO 000020/2019

Ementa Averbação de tempo de serviço e emissão de certidão.

MANIFESTAÇÃO 000021/2019

Ementa Tempo de serviço prestado em cargo exclusivamente comissionado. Possibilidade de averbação.

MANIFESTAÇÃO 000022/2019

Ementa Pedido de reconsideração realizado para que fosse modificada a base de cálculo sobre a qual incide percentual referente à Gratificação de Função incorporada à sua remuneração.



MANIFESTAÇÃO 000023/2019

Ementa Contrato Administrativo. Serviço contínuo. Prorrogação de vigência. Redução do valor. Contenção de gastos. Decreto Estadual nº 01/2019.

MANIFESTAÇÃO 000024/2019

Ementa Doação de bens móveis inservíveis. Entidade filantrópica beneficiária. Aplicação da Lei Estadual nº 6.555/2003 e Decreto nº 2.157/2018. Cabimento.

MANIFESTAÇÃO 000025/2019

Ementa Polícia Militar Estadual. Exclusão a bem da disciplina. Reintegração. Transferência para a reserva remunerada por tempo de serviço. Ausência de contribuição previdenciária relativa ao período de exclusão a bem da disciplina.

MANIFESTAÇÃO 000026/2019

Ementa Atuação policial em questões possessórias. Recomendação do MPPA para que a PMPA se abstenha de efetivar reintegrações de posse sem decisão judicial.

MANIFESTAÇÃO 000027/2019

Ementa Minuta de edital de pregão eletrônico. Serviço de manutenção e atualização do software Ronda. Análise Jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000028/2019

Ementa Cessão de uso de bem imóvel da União. Lei Federal nº 9.760/1946 e Legislação Complementar. Regularização de área sob a ocupação do Corpo de Bombeiros do Estado do Pará. Interesse público. Observância dos requisitos legais. Possibilidade Jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000029/2019

Ementa Servidor público. Interpretação e aplicação do artigo 29 da Lei Estadual nº 5.810/94.



MANIFESTAÇÃO 000030/2019

Ementa Tempo de serviço prestado em cargo exclusivamente comissionado. Possibilidade de averbação.

MANIFESTAÇÃO 000031/2019

Ementa Exoneração de colaboradores da empresa, não tendo sido realizado o pagamento das verbas rescisórias no prazo legal, considerando a transição de Governo e o fechamento do SIAFEM.

MANIFESTAÇÃO 000032/2019

Ementa Despesas de Exercícios Anteriores (DEA). Análise Jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000033/2019

Ementa Pensão especial militar. Composição da pensão. Análise Jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000034/2019

Ementa Recondução ao serviço público estadual. Exoneração a pedido. Incompatibilidade de horários entre os cargos exercidos. Hipóteses legais. Inadequação fática. Impossibilidade.

MANIFESTAÇÃO 000035/2019

Ementa Impressão de fotos selecionadas em concurso artístico. Contratação por dispensa de licitação: Art. 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666/1993 - Pequeno valor. Cotação eletrônica de preços. Análise Jurídica

MANIFESTAÇÃO 000036/2019

Ementa Despesas de Exercícios Anteriores (DEA). Procuradoria-Geral do Estado do Pará. Execução do serviço atestada em 2018. Despesa não processada na época própria, em razão da ausência de liberação de Quota Orçamentária.



PGE

Procuradoria
Consultiva

MANIFESTAÇÃO 000037/2019

Ementa Licitação. Possibilidade de contratação direta. Inviabilidade de competição. Inexigibilidade de licitação. Análise Jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000038/2019

Ementa Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Estado. Núcleo Consultivo da Administração Direta - NUCAD. Ampliação para outros Poderes e Órgãos Autônomos Estaduais. Possibilidade. Princípio da Unicidade da Representação Judicial e Consultoria Jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000039/2019

Ementa Pensão Especial. Acidente em serviço. Art. 160, II, C, da Lei Estadual nº 5.810/94. Contornos do Ato Concessório.

MANIFESTAÇÃO 000040/2019

Ementa Liberação ou não do pagamento das Despesas de Exercício Anterior (DEA), relativas a contrato mantido entre a PGE e empresa, cujo objeto reside na locação de veículos automotores.

MANIFESTAÇÃO 000041/2019

Ementa Pedido de pensão especial formulado pela viúva do ex-Investigador de Polícia Civil.

MANIFESTAÇÃO 000042/2019

Ementa Minuta de edital de pregão eletrônico. Aquisição de material gráfico. Aprovação pela Assessoria Jurídica, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

MANIFESTAÇÃO 000043/2019

Ementa Contrato de prestação de serviços de hospedagem de website, acesso à internet, licença de uso de Sistemas Globais e Hospedagem de Servidor Virtualizado E. PRODEPA. Prorrogação de vigência. Celebração do primeiro termo aditivo. Possibilidade.



MANIFESTAÇÃO 000044/2019

Ementa Pregão eletrônico. Aquisição de garrações de água. Processo interno. Análise Jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000045/2019

Ementa Contratação Direta. Inexigibilidade. Participação de procuradores em curso de extensão em Direito Tributário Analítico. Análise Jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000046/2019

Ementa Nomeação de membros. EMATER. Conselho de Administração. Decreto Estadual nº 1.667/2016.

MANIFESTAÇÃO 000047/2019

Ementa Folha de pagamento. Servidores desligados. Pagamento mediante despesas de exercícios anteriores. Análise Jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000048/2019

Ementa Ata de registro de preços nº 007/2018-SEAD. Aquisição de material de expediente.

MANIFESTAÇÃO 000049/2019

Ementa Recarga de extintores. Contratação direta. Dispensa de licitação. Sistema de Cotação Eletrônica de Preços. Adequação da minuta contratual.

MANIFESTAÇÃO 000050/2019

Ementa Ata de registro de preços. Participação da PGE. Aquisição de solução de Software Corporativo de Segurança Digital MCAFFE. Análise Jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000051/2019

Ementa Minuta de aditivo. Contrato 036/2018. Instalação de divisórias. Alteração do projeto inicial. Análise Jurídica.



MANIFESTAÇÃO 000052/2019

Ementa Polícia Civil. Novo pedido de convocação de candidatos excedentes para a Academia de Polícia. Candidatos eliminados dos concursos públicos, por força de previsão legal. Análise Jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000053/2019

Ementa Acordo de Cooperação. Decisões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará que imputam débitos ou multas transitadas em julgado administrativamente. Eficácia de título executivo. Possibilidade de protesto extrajudicial. Parceria entre a Administração Pública e Associação Privada. Necessidade de observância aos ditames da Lei Federal nº 13.019/2014 e do Decreto Estadual nº 1.835/2017. Sugestões de alteração da minuta. Necessidade de melhor instrução dos autos.

MANIFESTAÇÃO 000054/2019

Ementa Projeto de Lei Complementar. Avaliação periódica de desempenho de servidor público estável. Artigo 41, §1º, III da Constituição Federal. Artigo 40, §1º, III da Constituição Estadual. Projeto de iniciativa privada do Governador do Estado. Sugestão de minuta.

MANIFESTAÇÃO 000055/2019

Ementa Termo de afetação de imóvel. Necessidade de manifestação de aquiescência da Exma. Secretária de Administração.

MANIFESTAÇÃO 000056/2019

Ementa Minuta de edital de pregão eletrônico. Contratação de empresa especializada em locação de equipamentos de impressão, cópia e digitalização, departamentalizada e centralizada (Sistema Outsourcing). Aprovação pela Assessoria Jurídica, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

MANIFESTAÇÃO 000057/2019

Ementa Homologação de Resolução. Polícia Civil. Resolução nº 001/2019-CONSUP. Viabilidade.



MANIFESTAÇÃO 000058/2019

Ementa Tempo de serviço prestado em cargo exclusivamente comissionado e função temporária. Possibilidade de averbação.

MANIFESTAÇÃO 000059/2019

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Acumulação de cargos públicos. Impossibilidade. Não exercício de opção entre os vínculos públicos inacumuláveis. Necessidade de notificação expedida para endereço correto.

MANIFESTAÇÃO 000060/2019

Ementa Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal. Minuta de Estatuto de Consórcio. Análise Jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000061/2019

Ementa Processo interno, conduzido pela Diretoria de Administração e Finanças (DAF) desta Procuradoria-Geral, a partir da solicitação da Gerência de Transporte e Comunicação GIMAT, referente a necessidade de manutenção de veículos desta PGE.

MANIFESTAÇÃO 000062/2019

Ementa Aquisição de motocicleta. Contratação por dispensa de licitação: Art. 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666/1993 - Pequeno valor. Cotação eletrônica de preços. Análise Jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000063/2019

Ementa Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social. Gratificação de tempo integral. Servidores afastados aguardando aposentadoria. Possibilidade de supressão da parcela.

MANIFESTAÇÃO 000064/2019

Ementa Entidade privada sem fins lucrativos. Pedido de qualificação como Organização Social. Requisitos previstos na legislação e na decisão



proferida pelo STF na ADI nº 1923/DF. Solicitação de documentos complementares. Análise Jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000065/2019

Ementa Retificação de publicação do Diário Oficial. Polícia Militar.

MANIFESTAÇÃO 000066/2019

Ementa Contrato. Prorrogação. Renegociação de valor. Análise Jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000067/2019

Ementa Contrato de prestação de serviços de telefonia móvel. Rescisão antecipada. Interesse público. Serviços que não estão sendo utilizados. Possibilidade. Necessidade de prévia comunicação à empresa contratada para exercer o contraditório e a ampla defesa.

MANIFESTAÇÃO 000068/2019

Ementa Retificação de Decreto Estadual. Polícia Militar. Decreto nº 753 de 16.04.1992 e publicação do Diário Oficial nº 33.721 de 17.10.2018

MANIFESTAÇÃO 000069/2019

Ementa Adicional de curso de extensão. Curso de formação pronto emprego.

MANIFESTAÇÃO 000070/2019

Ementa Acordo de Cooperação. Programa de “Gestão Pública”. Instituto Lemann, parceiros e Estado do Pará. Lei Federal nº 13.019/2014 e Decreto Estadual nº 1.835/2017. Novas minutas propostas pela SEDUC. Necessidade de ajustes.

MANIFESTAÇÃO 000071/2019

Ementa Minuta de convênio a ser celebrado entre a Procuradoria do Estado a Universidade da Amazônia. Estágio curricular obrigatório de alunos. Análise Jurídica.



MANIFESTAÇÃO 000072/2019

Ementa SEDUC. Processo Administrativo Disciplinar. Acumulação de cargos/funções públicas. Não exercício do direito de opção. Aplicação da penalidade de demissão.

MANIFESTAÇÃO 000073/2019

Ementa Tempo de serviço prestado em empresa estatal. Averbação para efeito de Licença Prêmio (LP).

MANIFESTAÇÃO 000074/2019

Ementa Empregado público. COHAB-PARÁ. Acordos coletivos de trabalho 2012/2013, 2013/2014, 2014/2015, 2015/2016 e 2017/2018. Sentença normativa em relação ao período de 2016/2017. Inclusão da gratificação de função na base de cálculo adicional por tempo de serviço (quinqüênio). Aplicação do entendimento do 0019/2019. Mudança na forma de cálculo. Acordo Coletivo de Trabalho 2018/2019. Cálculo de quinqüênio apenas sobre o salário base.

MANIFESTAÇÃO 000075/2019

Ementa Consórcio. Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal. Indicação de membros para compor o Conselho de Administração e Câmaras Temáticas.

MANIFESTAÇÃO 000076/2019

Ementa Contrato Administrativo. Ata de registro de preços. Repactuação contratual. Competência da SEAD para análise prévia. Análise Jurídica

MANIFESTAÇÃO 000077/2019

Ementa Ata de registro de preços. Participação da PGE. Aquisição de aparelho de ar condicionado com instalação. Análise Jurídica.



MANIFESTAÇÃO 000078/2019

Ementa Pedido de revisão em Processo Administrativo Disciplinar. Análise anterior. Ausência de expedição do ato decisório pelo Governador do Estado. Decurso do prazo de dois anos desde a emissão do Parecer. Necessidade de prevalência do entendimento desta casa já manifestado. Análise Jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000079/2019

Ementa Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Pará - PRODEPA. Empregado público. Reclamação trabalhista. Pagamento. Aplicação do rito precatório. Possibilidade. Entendimento do STF.

MANIFESTAÇÃO 000080/2019

Ementa Minuta de Decreto. Criação do programa “Bolsa-Pará”. Política Pública criada pela Lei Complementar nº 061/2007. Adequação.

MANIFESTAÇÃO 000081/2019

Ementa ASPGE. Pedido de utilização de bem público. Autorização de uso. Características. Discricionariedade da Administração.

MANIFESTAÇÃO 000082/2019

Ementa Minuta de termo de convênio a ser celebrado entre a Procuradoria-Geral do Estado e o Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA). Estágio curricular de alunos. Análise Jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000083/2019

Ementa Retificação de Decreto Estadual. Conselho Estadual de Segurança Pública.

MANIFESTAÇÃO 000084/2019

Ementa SESPA. Celebração de convênio com o município de Novo Progresso. Reforma e ampliação de hospital. 358/2019. Questionamentos



complementares. Aproveitamento de licitação e contrato de convênio anterior. Análise Jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000087/2019

Ementa Cotação eletrônica. Contratação de empresa para recarga de extintores de incêndio. Regularidade.

MANIFESTAÇÃO 000088/2019

Ementa Análise de Decreto. Apreensão. Doação. Alienação. Observações realizadas. Retorno de nova versão acatando parcela das sugestões da PGE. Discricionariedade da gestão. Conveniência e oportunidade.

MANIFESTAÇÃO 000089/2019

Ementa Secretaria de Estado de Educação. Adicional por tempo de serviço. Contagem do tempo de serviço militar. Uniformização de entendimento.

MANIFESTAÇÃO 000090/2019

Ementa Termo de cessão de uso de bem imóvel. Lei Estadual nº 6.614/2004. Ato unilateral e discricionário da Administração Pública. Interesse público presente. Atendimento aos requisitos legais.

MANIFESTAÇÃO 000091/2019

Ementa Termo de cessão nº 003/2017. Alteração da finalidade. Implementação de nova área de exames e ampliação das áreas correspondentes - Possibilidade. Necessidade de aditivo ao termo de cessão.

MANIFESTAÇÃO 000092/2019

Ementa Incorporação de função gratificada exercida por 10 anos descontinuados. Análise do direito diante dos casos concretos.



MANIFESTAÇÃO 000093/2019

Ementa Contratação da IOEPA - Publicação de Atos Administrativos no Diário Oficial do Estado - Dispensa de licitação - Art. 24, VIII, da Lei nº 8.666/93.

MANIFESTAÇÃO 000094/2019

Ementa Nomeação de membros. Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Difusos.

MANIFESTAÇÃO 000095/2019

Ementa Auxílio funeral. Requisitos. Efetiva comprovação da despesa com funeral. Finalidade indenizatória. Aplicação do entendimento firmado no 47/2015.

MANIFESTAÇÃO 000096/2019

Ementa Processo administrativo disciplinar. Exercício de cargos públicos inacumuláveis. Não atendimento do prazo para exercer o direito de opção por um dos cargos. Demissão que se impõe. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000097/2019

Ementa Minuta de termo de cessão de uso de bem imóvel já analisada pela PGE. Instrumento firmado com fundamento na Lei Estadual n.º 6.6614/2004. Sugestão de alteração da minuta.

MANIFESTAÇÃO 000098/2019

Ementa Aquisição de arquivos deslizantes. Aumento do quantitativo existente. Licitação. Inexigibilidade. Padronização. Preenchimento de requisitos para viabilização da contratação. Análise jurídica complementar.

MANIFESTAÇÃO 000099/2019

Ementa Retificação de Decreto de promoção. Decreto publicado no Diário Oficial nº 33.862 de 29.04.2019



MANIFESTAÇÃO 000100/2019

Ementa Minuta de Termo de Cessão de Uso de bem imóvel já analisada pela PGE. Instrumento firmado com fundamento na Lei Estadual nº 6.614/2004. Sugestão de alteração de minuta.

MANIFESTAÇÃO 000101/2019

Ementa Termo de Execução Descentralizada. Transferência de crédito financeiro e orçamentário da SETRAN à PGE. Pagamento de indenização. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000102/2019

Ementa Contrato nº 018/2017. Prorrogação. Prestação de serviço de manutenção do sistema E. Análise Jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000103/2019

Ementa Aquisição de motocicleta. Cotação eletrônica deserta. Compra pelo método tradicional. Análise Jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000104/2019

Ementa Cumprimento de Decisão Judicial. Agregação. Revogação de Decreto.

MANIFESTAÇÃO 000105/2019

Ementa Servidor público. Aposentadoria voluntária. Acumulação ilícita de cargo e emprego público. Impossibilidade de cômputo desse período para fins de aposentadorias em regimes diversos (RGPS/INSS e RPPS). Opção por uma das aposentadorias. Indeferimento do pedido de desistência de benefício previdenciário. Análise Jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000106/2019

Ementa Tempo de serviço prestado como servidor temporário - requerimento de averbação para fins de recebimento de adicional por tempo de serviço - impossibilidade.



MANIFESTAÇÃO 000107/2019

Ementa Imposto de renda retido na fonte - isenção/restituição - fato gerador - possibilidade do Estado apreciar o pleito - incompetência desta PGE - impossibilidade de deferimento.

MANIFESTAÇÃO 000108/2019

Ementa Consulta SEAD. Tema 169 STF. Extensão a servidores que contribuem para o Regime Geral. Ausência de possibilidade. Referência expressa de aplicação ao Regime Próprio.

MANIFESTAÇÃO 000109/2019

Ementa Servidor público estadual. Tempo de serviço público prestado na esfera estadual. Averbação. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000110/2019

Ementa Tempo de serviço prestado a outras esferas federativas. Averbação. Cargo comissionado e cargo político. Tempo de serviço prestado em cargo político e em sociedade de economia mista não é averbado para fins de pagamento de adicional por tempo de serviço.

MANIFESTAÇÃO 000111/2019

Ementa Aquisição de arquivos deslizantes. Aumento do quantitativo existente. Licitação. Inexigibilidade. Padronização. Preenchimento de requisitos para viabilização da contratação. Análise jurídica complementar.

MANIFESTAÇÃO 000112/2019

Ementa Termo de cessão de uso de bem imóvel. Lei Estadual nº 6.614/2004. Ato unilateral e discricionário da Administração Pública. Interesse público presente. Atendimento aos requisitos legais.



MANIFESTAÇÃO 000113/2019

Ementa Projeto de Indicação. ALEPA. Isenção do pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores no primeiro ano de aquisição do veículo.

MANIFESTAÇÃO 000114/2019

Ementa Projeto de Indicação. ALEPA. Isenção do pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores no primeiro ano de aquisição do veículo.

MANIFESTAÇÃO 000115/2019

Ementa Aditivo no Termo de Cessão nº 003/2017, para alterar a finalidade do Termo e Ampliação da Área. Possibilidade. Necessidade de aditivo ao Termo de Cessão.

MANIFESTAÇÃO 000116/2019

Ementa Servidora pública aposentada. Conversão de período incompleto de licença-prêmio em pecúnia. Limite temporal. Forma de pagamento do valor devido. Análise complementar.

MANIFESTAÇÃO 000117/2019

Ementa Servidor público. Pagamento de Adicional de Extensão. Curso realizado em 2011 no Instituto de Ensino e Segurança do Pará (IESP). 192/2012 do Conselho Estadual de Educação (CEE). Competência do CEE para reconhecimento de cursos art. 50 da Lei Estadual nº 6.170/98. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000118/2019

Ementa Aquisição de motocicleta. Dispensa de licitação. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000119/2019

Ementa Acordo de Cooperação Técnica que celebram entre si o Governo do Estado do Pará, por meio da Companhia de Habitação do Estado do Pará (COHAB/PA) e o Município de Redenção, visando a execução de



ações para a regularização fundiária urbana dos Núcleos Urbanos São José, Bela Vista e Serrinha, localizados no Município de Redenção, Estado do Pará.

MANIFESTAÇÃO 000120/2019

Ementa Convênio. Universidade Federal do Oeste do Pará. Estágio obrigatório para os universitários. Possibilidade. Análise jurídica da minuta.

NOTA TÉCNICA

NOTA TÉCNICA 001/2018

Ementa Projeto de Lei que "Altera e acrescenta dispositivos na Lei nº 6.717, de 26 janeiro de 2005, que dispõe sobre o Fundo Estadual da Defensoria Pública (FUNDEP)", de autoria do Poder Executivo.

NOTA TÉCNICA 001 CPREC/2019

Ementa Informações sobre riscos fiscais para o Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2020.

NOTA TÉCNICA 002/2019

Ementa Reversão de policiais militares, de maneira cogente, independente da vontade dos Órgãos/Entidades onde os mesmos estão agregados, bem como limitar o nº de militares agregados no Tribunal de Justiça do Estado - TJE/PA, no Ministério Público Estadual - MPE/PA, no Tribunal de Contas do Estado - TCE/PA e no Tribunal de Contas dos Municípios – TCM/PA.

NOTA TÉCNICA 002 CPREC/2019

Ementa Informações para subsidiar a análise de classificação de riscos de operações de crédito do Estado do Pará.

NOTA TÉCNICA 003/2019

Ementa Decreto acrescenta dispositivo ao RICMS - Isenção de transporte aquaviário intermunicipal de cargas.



NOTA TÉCNICA 004/2019

Ementa Análise de Minuta de Decreto. Regulamentação da Lei Estadual nº 5.980/1996. Organizações Sociais. Análise Jurídica.

NOTA TÉCNICA 005/2019

Ementa Parceria. Acordo de cooperação. Programa de "Gestão Pública". Instituto Lemann e Estado do Pará. Aplicação da Lei Federal nº 13.019/2014 e Decreto Estadual nº 1.835/2017. Necessidade de complementar instrução.

NOTA TÉCNICA 006/2019

Ementa Projeto de Lei institui o Dia Estadual de Conscientização de Doenças Raras. Análise Jurídica.

NOTA TÉCNICA 007/2019

Ementa Lavratura de Termo Circunstanciado de Ocorrência pela Polícia Militar.

NOTA TÉCNICA 008/2019

Ementa Sistema de Registro de Preços. Serviços de vigilância e segurança patrimonial. Pregão por lotes. Ata de Registro de Preços nº 009/2013. Contratação feita pelo IASEP para posto de vigilância em Santa Izabel (lote IX). Convenção Coletiva 2017/2018. Possibilidade de renegociação de preços pelo órgão gestor (SEAD). Repactuação contratual que cabe à contratante. Decreto nº 1.887/2017. Instrução Normativa nº 05/2017-MPOG.

NOTA TÉCNICA 009/2019

Ementa Concessão de uso dos espaços de bares e restaurantes localizados no Estádio Olímpico do Estado do Pará.



NOTA TÉCNICA 010/2019

Ementa Cômputo nas despesas de pessoal dos gastos com a contratação de serviços públicos de forma indireta relacionados à atividade fim do ente público.

NOTA TÉCNICA 011/2019

Ementa Projeto de Lei. Institui o Dia Estadual do Bombeiro Civil. Análise Jurídica.

NOTA TÉCNICA 012/2019

Ementa Agências reguladoras. Setor elétrico. Convênio para a descentralização de serviços. Exigências de plena autonomia. Art. 39 da Resolução nº 41/2010-ANEEL. Art. 17 da Lei Estadual nº 6.099/1997, alterada pela Lei nº 8.096/2015.

NOTA TÉCNICA 013/2019

Ementa Contagem do prazo de prescrição intercorrente nas execuções fiscais.

NOTA TÉCNICA 014/2019

Ementa Sanção ou veto do Projeto de Lei nº 316/15, que "dispõe sobre a obrigatoriedade de supermercados, açougues e estabelecimentos congêneres manterem e exibirem ao consumidor, relação atualizada de seus fornecedores de carne, nos casos em que especifica".

NOTA TÉCNICA 015/2019

Ementa Projeto de Lei nº 36/2018. Institui a Semana Estadual de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento no Estado do Pará. Art. 108 da Constituição do Estado.



NOTA TÉCNICA 016/2019

Ementa Projeto de Lei. Declara como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial do Estado do Pará, o Surf na Pororoca. Análise Jurídica. Possibilidade.

NOTA TÉCNICA 017/2019

Ementa Projeto de Lei. Declara como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial do Estado do Pará, a Abertura da Pesca do Mapará. Análise Jurídica. Possibilidade.

NOTA TÉCNICA 018/2019

Ementa Projeto de Lei. Cria o Dia Estadual de Homenagem à Igreja Universal do Reino de Deus.

NOTA TÉCNICA 019/2019

Ementa Contrato de Gestão com Organização Social. Repasse de recursos financeiros.

NOTA TÉCNICA 020/2019

Ementa Projeto de Lei Institui o Dia Estadual de Conscientização para Doação de Leite Humano, no âmbito do Estado do Pará. Constitucionalidade.

NOTA TÉCNICA 021/2019

Ementa Edição do Decreto Estadual que “altera dispositivos do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, aprovado pelo Decreto nº 4.676, de 18 de Junho de 2001”.

NOTA TÉCNICA 022/2019

Ementa Minuta de Decreto que "Altera dispositivos do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e



Intermunicipal e de Comunicação - RICMS-PA, aprovado pelo Decreto nº 4.676, de 18 de junho de 2001.

NOTA TÉCNICA 023/2019

Ementa Projeto de Lei. Declara e reconhece de utilidade pública para o Estado do Pará, o Abrigo João de Deus.

NOTA TÉCNICA 024/2019

Ementa Projeto de Lei. Declara como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial do Estado do Pará, o Festival do Abacaxi, do Município de Floresta do Araguaia. Análise Jurídica. Possibilidade.

NOTA TÉCNICA 025/2019

Ementa Projeto de Lei. Semana Estadual dos Direitos Animais no Estado do Pará.

NOTA TÉCNICA 026/2019

Ementa COSANPA. Delegatária do serviço público de água e esgotamento sanitário. Gestão Associada. Município de Santarém. Decreto Municipal nº 290/2018-GAP/PMS. Intervenção na concessão dos serviços. Medidas cabíveis.

NOTA TÉCNICA 027/2019

Ementa Consulta encaminhada acerca da possibilidade de realizar dispensa de licitação para obra de restauração na Rodovia PA 220.

NOTA TÉCNICA 028/2019

Ementa Projeto de Lei. Dispõe sobre a criação de cargos no quadro de pessoal do Ministério Público do Estado do Pará.

NOTA TÉCNICA 029/2019

Ementa Projeto de Lei. Declara e reconhece de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Sorrisos Largos.



NOTA TÉCNICA 030/2019

Ementa Projeto de Lei. Declara e reconhece de utilidade pública para o Estado do Pará, a União dos Centros Comunitários, Associações de Moradores, Entidades Populares e Ambientalistas de Santa Izabel do Pará - UCAMEPASIPA.

NOTA TÉCNICA 031/2019

Ementa Possibilidade de construção de ferrovias no Estado do Pará sob Regime de Autorização.

NOTA TÉCNICA 032/2019

Ementa Projeto de Lei. Dispõe sobre a concessão de abono complementar aos servidores civis, ativos e inativos, pensionistas do Poder Executivo.

NOTA TÉCNICA 033/2019

Ementa Projeto de Lei. Alienação de bens imóveis. Permuta de áreas públicas. Análise Jurídica.

NOTA TÉCNICA 034/2019

Ementa Projeto de Lei. Declara e reconhece de utilidade pública para o Estado do Pará, o Sindicato dos Agricultores e Agricultoras Familiares dos Municípios de Goianésia do Pará e Jacundá.

NOTA TÉCNICA 035/2019

Ementa Projeto de Lei. Semana de homenagem aos heróis do Pará.

NOTA TÉCNICA 036/2019

Ementa Projeto de Lei. Declara e reconhece de utilidade pública para o Estado do Pará, a Cooperativa Mista da Indústria Moveleira de Canaã dos Carajás - COOPMIMCC.



NOTA TÉCNICA 037/2019

Ementa Projeto de Lei. Semana dedicada à Segurança no Trabalho no Estado do Pará.

NOTA TÉCNICA 038/2019

Ementa Projeto de Lei. Declara e reconhece como patrimônio histórico e cultural do Estado do Pará a Curva do S, espaço em que ocorreu o massacre de Eldorado dos Carajás.

NOTA TÉCNICA 039/2019

Ementa Projeto de Lei. Institui a Política Escola Amiga dos Animais.

NOTA TÉCNICA 040/2019

Ementa ITERPA. Contratação de empresa especializada. Serviços de tecnologia da informação. Contratação direta. Hipóteses. Análise Jurídica.

NOTA TÉCNICA 041/2019

Ementa Projeto de Lei. Alienação de bens imóveis. Análise Jurídica.

NOTA TÉCNICA 042/2019

Ementa Projeto de Lei, o qual dispõe sobre o funcionamento de estabelecimentos comerciais de desmonte de veículos automotores de via terrestre.

NOTA TÉCNICA 043/2019

Ementa Projeto de Lei que prevê a isenção de pagamento de custas e emolumentos às averbações de ofício em caso de encerramento de matrículas em virtude de transferência de circunscrição.

NOTA TÉCNICA 044/2019

Ementa Projeto de Lei. Dia Estadual do Advogado Tributarista.



NOTA TÉCNICA 045/2019

Ementa Supressão de objeto de convênio.

NOTA TÉCNICA 046/2019

Ementa Projeto de Lei. Declara e reconhece de utilidade pública para o Estado do Pará, a Fundação Casa da Cultura de Marabá.

NOTA TÉCNICA 047/2019

Ementa Autorização para celebração de acordo em ação civil pública proposta pelo Estado contra o particular por desvio de finalidade da área aforada. Ação de desapropriação movida pelo INCRA contra o mesmo particular, tramitando conjuntamente. Perícia que atesta a ausência de responsabilidade do interessado no desvio de finalidade. Acordo visando a regularização fundiária do imóvel, com resgate da área aforada, nos termos do art. 3º do Decreto Estadual nº 1.805/2009.

NOTA TÉCNICA 048/2019

Ementa Projeto de Lei que altera a Lei Estadual nº 6.504, de 2 de dezembro de 2002, a qual criou a “Escola de Contas Públicas Conselheiro Irawaldyr Rocha”, do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

NOTA TÉCNICA 049/2019

Ementa Projeto de Lei Complementar. Altera o inciso XII do art. 4º e o inciso XII do art. 21 da Lei Complementar nº 058, de 1º de agosto de 2006, que estabelece o Código de Direitos, Garantias e Obrigações do Contribuinte do Estado do Pará.

NOTA TÉCNICA 050/2019

Ementa Projeto de Lei. Altera dispositivos da Lei nº 5.529, de 5 de janeiro de 1989, que estabelece normas à cobrança do imposto sobre a transmissão causa mortis e doação de quaisquer bens ou direitos.



NOTA TÉCNICA 051/2019

Ementa Projeto de Lei. Altera dispositivos da Lei nº 6.017, de 30 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA.

NOTA TÉCNICA 052/2019

Ementa Projeto de Lei. Autoriza o Poder Executivo Estadual, por meio da Procuradoria- Geral do Estado - PGE, a não ajuizar ou desistir de ações de execução fiscal, nas condições queestabelece.

NOTA TÉCNICA 053/2019

Ementa Projeto de Lei. Altera os incisos III e V do § 2º do art. 4º da Lei Estadual nº 8.542, de 29 de setembro de 2017, que institui o Conselho Estadual de Trabalho, Emprego e Renda do Estado do Pará - CETERPA.

NOTA TÉCNICA 054/2019

Ementa Minuta de Decreto. Altera e revoga dispositivos do RICMS/PA. Integração de convênios/ICMS celebrados pelo CONFAZ à Legislação Tributária Paraense. Prorrogação do prazo de vigência dos convênios CONFAZ/ICMS 23/90, 100/97, 38/01, 113/06, /10/07, 53/07, 38/12 e 63/16.

NOTA TÉCNICA 055/2019

Ementa Projeto de Lei. Altera dispositivos da Lei nº 6.182, de 30 de dezembro de 1998, que dispõe sobre os Procedimentos Administrativos-Tributários do Estado do Pará; e revoga dispositivos da Lei nº 8.455, de 28 de dezembro de 2016, que dispõe sobre as taxas no âmbito do Poder Executivo, e acrescenta-se o art. 16-A a Lei nº 7.591, de 28 de dezembro de 2011, que institui a Taxa de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerais - TFRM, e dá outras providências.



NOTA TÉCNICA 056/2019

Ementa Projeto de Lei que regulamenta a comercialização de frutas, verduras e legumes que apresentam pequenas deformidades ou lesões “feios” no âmbito do Estado do Pará. Iniciativa Parlamentar.

NOTA TÉCNICA 057/2019

Ementa Minuta de Decreto. Reinclusão de composto lácteo no NCM. Redução da base de cálculo. Alteração de dispositivos do RICMS.

NOTA TÉCNICA 058/2019

Ementa Projeto de Lei. Declara e reconhece de utilidade pública para o Estado do Pará, a Federação Paraense de Mixed Martial Arts – FPMMA.

NOTA TÉCNICA 059/2019

Ementa Projeto de Lei. Declara e reconhece de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação de Micros e Pequenos Empreendedores de Canaã dos Carajás - AMPECC.

NOTA TÉCNICA 060/2019

Ementa Projeto de Lei. Altera dispositivos da Lei nº 5.529, de 5 de Janeiro de 1989, que estabelece normas à cobrança de Imposto Sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos.

NOTA TÉCNICA 061/2019

Ementa Projeto de Lei que altera a Lei nº 57/06 - Lei Orgânica do MPE. Ausência de inconstitucionalidade ou ofensa ao interesse público.

NOTA TÉCNICA 062/2019

Ementa Requerimento para revisão de pensões e pagamento retroativo de perdas.



NOTA TÉCNICA 063/2019

Ementa Projeto de Lei. Alteração do anexo II da Lei Estadual nº 7.119/2008. Bolsa talento. Acréscimo da modalidade judô. Análise Jurídica.

NOTA TÉCNICA 064/2019

Ementa Projeto de Lei que “Dispõe sobre a prioridade no atendimento a pessoas com problemas renais e pessoas transplantadas no Estado do Pará”.

NOTA TÉCNICA 065/2019

Ementa Projeto de Lei. Institui o Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual - CADIN-PA.

NOTA TÉCNICA 066/2019

Ementa Nova Lei de Terras. Proposta de emendas pelo Poder Legislativo. Dispositivos com mesmo escopo do Projeto de Lei Original proposto pelo Chefe do Poder Executivo. Consonância com a Política Agroambiental Sustentável. Viabilidade Jurídica.

NOTA TÉCNICA 067/2019

Ementa Projeto de Lei. Altera dispositivos da Lei nº 5.530, de 13 de Janeiro de 1989, que disciplina o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS.

NOTA TÉCNICA 068/2019

Ementa Projeto de Lei. Dia estadual do empreendedorismo feminino no Estado do Pará.

NOTA TÉCNICA 069/2019

Ementa Projeto de Lei. Dia estadual dos profissionais do SOME.



NOTA TÉCNICA 070/2019

Ementa Projeto de Lei. Declara e reconhece de utilidade pública para o Estado do Pará, a Cooperativa Mista dos Hortifrutigranjeiros de Eldorado dos Carajás – COOPMEC.

NOTA TÉCNICA 071/2019

Ementa Projeto de Lei. Declara e reconhece de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Cultural Ambiental Desportiva Educacional e Social – CADES.

NOTA TÉCNICA 072/2019

Ementa Projeto de Lei. Declara e reconhece de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Nova Esperança do Município de Igarapé-Miri.

NOTA TÉCNICA 073/2019

Ementa Projeto de Lei. Declara como patrimônio cultural de natureza imaterial do Estado do Pará, a Guarda de Nazaré. Análise Jurídica. Possibilidade.

NOTA TÉCNICA 074/2019

Ementa Projeto de Lei. Declara e reconhece de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto Educa Pará – IEPA.

NOTA TÉCNICA 075/2019

Ementa Projeto de Lei que “Dispõe sobre a fixação de cartaz ou placa em revendedoras e concessionárias de veículos automotores, informando as isenções concedidas às pessoas com deficiência e moléstias graves”. Iniciativa parlamentar.

NOTA TÉCNICA 076/2019

Ementa Projeto de Lei. Altera e acrescenta dispositivos na Lei nº 6.099, de 30 de dezembro de 1997, que cria a Agência de Regulação e Controle



de Serviços Públicos do Estado do Pará – ARCON-PA. Iniciativa Poder Executivo. Análise Jurídica.

NOTA TÉCNICA 077/2019

Ementa Projeto de Lei. Declara e reconhece de utilidade pública para o Estado do Pará, a Casa Azul – Centro Especializada em aAutismo.

NOTA TÉCNICA 078/2019

Ementa Projeto de Lei. “Dispõe sobre a instalação de placas em braile com a relação das linhas de ônibus e seu roteiro de viagem nas estações rodoviárias do Estado do Pará”. Iniciativa parlamentar.

NOTA TÉCNICA 079/2019

Ementa Projeto de Lei nº 91/15, o qual “Dispõe sobre a atenção especial do Estado ao idoso com sessenta anos ou mais, em situação de vulnerabilidade ou risco social, semidependente, objetivando proporcionar-lhe acolhimento, abrigo diurno, cuidados, proteção e convivência adequados as suas necessidades, mediante a celebração de convênios com os Municípios paraenses”.

NOTA TÉCNICA 080/2019

Ementa Projeto de lei. Dispõe sobre a revisão anual da tabela remuneratória do quadro de pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Pará. Autoria do Tribunal de Contas do Estado.

NOTA TÉCNICA 081/2019

Ementa Minuta de Decreto. Altera e Revoga dispositivos do RICMS/PA. Integração de convênios/ICMS celebrados pelo CONFAZ à Legislação Tributária Paraense. Convênios CONFAZ/ICMS 114/17, 89/18, 96/18, 1/19, 3/19, 4/19, 6/19, 24/19. Ajuste SINIEF.

NOTA TÉCNICA 082/2019

Ementa Companhia de Habitação do Estado do Pará. Possibilidade de complementação financeira para conclusão de Empreendimento do



Programa “Minha casa minha vida”. Inexistência de disponibilidade orçamentária. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 083/2019

Ementa Projeto de Lei. Diretrizes orçamentárias. Exercício financeiro de 2020. Emendas parlamentares. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 084/2019

Ementa Consulta sobre os requisitos mínimos de escolaridade para contratação de cargo em comissão de gerente/chefe de gabinete e assessor de comunicação.

NOTA TÉCNICA 085/2019

Ementa Alterações na Lei Complementar N° 07/1991. Contratações por tempo determinado. Excepcional interesse público. Aumento da carga horária dos servidores temporários. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 086/2019

Ementa Decreto prorrogando isenção de ICMS sobre as vendas do sanduíche "Big Mac" a quando da realização da Campanha "Mcdia Feliz".

NOTA TÉCNICA 087/2019

Ementa VI Chocolat Amazônia - Festival Internacional do Chocolate e Cacau da Amazônia e Flor Pará 2019. Organização do evento. Empresa com expertise internacional e detenção de marca registrada. Contratação direta por inexigibilidade. Dispensa de licitação para locação de espaço. Possibilidades jurídicas.

NOTA TÉCNICA 088/2019

Ementa Projeto de Lei que "Altera dispositivo na Lei Estadual nº 6.830, de 13 de fevereiro de 2016, que dispõe sobre a Gratificação de Complementação de Jornada Operacional para as operações



especiais das Polícias Civil e Militar do Estado, a ser paga aos policiais civis e militares que especifica.

NOTA TÉCNICA 089/2019

Ementa Alteração de dispositivos do RICMS-PA. Inclusão do detergente em pó na lista cesta básica. Autorização Convênio ICMS 128/94.

NOTA TÉCNICA 090/2019

Ementa Projeto de lei. Declara e reconhece de utilidade pública para o Estado do Pará, a MOCAMBO – Movimento Afrodescendente do Estado do Pará.

NOTA TÉCNICA 091/2019

Ementa Projeto de Lei. Declara e reconhece de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Sociocultural SHALON.

NOTA TÉCNICA 092/2019

Ementa Projeto de Lei. Declara e reconhece de utilidade pública para o Estado do Pará, a União Protetora dos Animais de Tucuruí – UPAT.

NOTA TÉCNICA 093/2019

Ementa Projeto de Lei. Declara e reconhece como Patrimônio Cultural de natureza imaterial do Estado do Pará, a Escola Bíblica Dominical.

NOTA TÉCNICA 094/2019

Ementa Projeto de Lei. Declara e reconhece de utilidade pública para o Estado do Pará, a Liga das Agremiações Juninas de Parauapebas – LIAJUP.

NOTA TÉCNICA 095/2019

Ementa Projeto de Lei Nº 127/20174. Dispõe sobre a profissão de condutor de ambulância, no âmbito do Estado do Pará. Sanção ou veto. Art. 108 da Constituição do Estado de 1989.



NOTA TÉCNICA 096/2019

Ementa Projeto de Lei. Política de incentivo a conscientização dos profissionais da saúde pública do Estado do Pará sobre a necessidade de realização de testes rápidos de IST, HIV/AIDS e HEPATITES. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 097/2019

Ementa Aplicação dos limites do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

NOTA TÉCNICA 098/2019

Ementa Minuta de Decreto. Altera dispositivos do RICMS/PA. Integração de convênios/ICMS Nº 133/19 celebrado pelo CONFAZ à legislação tributária paraense. Prorrogação do prazo de vigência dos convênios. Benefícios fiscais.

NOTA TÉCNICA 099/2019

Ementa Contratação – CELPA.

NOTA TÉCNICA 100/2019

Ementa Sistema Integrado de Transporte Público da Região Metropolitana de Belém. Gratuidades e descontos tarifários. Obrigações legais. Legislação aplicável.

NOTA TÉCNICA 101/2019

Ementa Aditivo ao Contrato de Empréstimo nº 2933/OC-BR (BR-L1327) BID-SEDUC- Programa de Melhoria da Qualidade e Expansão da Cobertura da Educação Básica no Estado do Pará.

NOTA TÉCNICA 102/2019

Ementa Minuta de Decreto. Revigorar os efeitos dos dispositivos nele indicado. Integração de Convênios/ICMS celebrados pelo CONFAZ à Legislação Tributária Paraense com efeitos retroativos.



NOTA TÉCNICA 103/2019

Ementa Projeto de Lei. Iniciativa do Tribunal de Justiça do Estado do Pará – TJEPa. Revisão geral anual da remuneração. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 104/2019

Ementa Projeto de lei. Declara e reconhece de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto Cultural Comunitário Sucuritinga.

NOTA TÉCNICA 105/2019

Ementa Minuta de decreto. Altera e acrescenta dispositivos do RICMS/PA. Convênios/ICMS 73/2016 celebrado pelo CONFAZ. Redução de base de cálculo nas operações internas com Querosene de aviação – QAV e Gasolina de aviação – GAV. Sujeito passivo por substituição tributária. Responsabilidade das distribuidoras.



2019 – ACERVO SAJ

ESTUDO

ESTUDO 010000/2019

Ementa Ente Incurso no limite prudencial de gastos com pessoal previsto no artigo 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração de servidores, decorrente de determinação legal. Direito subjetivo dos servidores. Considerações acerca da revisão geral anual.

PARECER

PARECER 010001/2019

Ementa Minuta de edital de chamamento público para o recebimento de doações de pessoas de direito privado. Análise jurídica.

PARECER 010002/2019

Ementa Polícia Militar do Estado. Promoções de 25 de setembro de 2019. Antiguidade. Merecimento. Minuta de Decreto. Análise jurídica

PARECER 010003/2019

Ementa Polícia Militar do Estado. Promoções de 25 de setembro de 2019. Tempo de serviço. Minuta de Decreto. Análise jurídica.

PARECER 010004/2019

Ementa Corpo de Bombeiros Militar Estadual. Promoção de Oficiais pelo Critério de tempo de serviço. Minuta de Decreto. Análise jurídica.

PARECER 010006/2019

Ementa Corpo de Bombeiros Militar Estadual. Promoção de Oficiais do dia 25 de setembro de 2018. Critérios de antiguidade e merecimento. Minuta de Decreto. Análise jurídica.



PARECER 010007/2019

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Instrução insuficiente. Retorno ao órgão de origem para diligências.

PARECER 010008/2019

Ementa Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Decreto Municipal declara situação de emergência no Município de Monte Alegre.

PARECER 010009/2019

Ementa Tornar sem efeito nomeação. Concurso C-173 Secretaria de Estado de Educação – SEDUC.

PARECER 010010/2019

Ementa Proposta de Emenda à Constituição do Estado. Subteto remuneratório único para os Servidores Públicos Estaduais. Análise jurídica. Recomendações.

PARECER 010011/2019

Ementa Termo Aditivo de Rerratificação ao Contrato Nº 010/98-N/COAFI. Análise jurídica.

PARECER 010012/2019

Ementa Minuta de Decreto. Medidas de austeridade fiscal e financeira. Poder Executivo. Análise jurídica.

PARECER 010013/2019

Ementa Aditivo Contratual. Percentual aplicado. Art. 65, §2º da Lei de Licitações. Reforma de vias públicas. Conceito de equipamentos para os fins da Lei nº 8.666/93. Obra pública.

PARECER 010014/2019

Ementa Contrato Administrativo. Aditivo em razão de valor. Acréscimo superior ao limite legal. Lei nº 8.666/1993. Análise jurídica.



PARECER	010015/2019
Ementa	Servidor Público. Averbação de tempo de serviço. Adicional por tempo de serviço. Aluno aprendiz. Análise jurídica.
PARECER	010016/2019
Ementa	Nomeação de vogais e suplentes da Junta Comercial do Estado do Pará. Análise jurídica.
PARECER	010018/2019
Ementa	Anteprojeto de Lei. Projeto de Lei. Transformação da Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará (SUSIPE) em Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP). Análise jurídica.
PARECER	010019/2019
Ementa	Servidor Público. Abandono de cargo. Processo Administrativo Disciplinar. Pena de demissão. Arts. 178, IV e 190, II, Par. 2º da Lei Estadual nº 5.810/94.
PARECER	010021/2019
Ementa	Servidor Público. Processo Administrativo Disciplinar. Relatório Contrário às Provas dos Autos. Artigo 224 da Lei Estadual Nº 5.810/94. Não indiciamento dos acusados. Necessidade de designação de nova comissão para retomada da fase de inquérito e prosseguimento do processo.
PARECER	010023/2019
Ementa	Decreto nº 69/2019. Alteração. Unidade de Gerenciamento do Programa (UGP).
PARECER	010024/2019
Ementa	Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. Nomeação e exoneração de membros. Biênio 2017/2019. Possibilidade.



PARECER	010025/2019
Ementa	Adicional por tempo de serviço. ATC. Presidente da PRODEPA. Empresa Pública. Diretor não empregado. Ausência de vínculo trabalhista. Inaplicabilidade do RJU. Remuneração Regida pelas normas internas da estatal. Indeferimento.
PARECER	010026/2019
Ementa	Conselho Estadual de Política de Promoção da Igualdade Racial (CONEPPIR). Nomeação de membros. Diligências.
PARECER	010027/2019
Ementa	Contrato Administrativo. Reajustamento contratual. Marco inicial para a contagem dos 12 (doze) meses exigidos para reajuste do preço contratual. Data do orçamento referencial da licitação ou data da proposta financeira da empresa contratada. Diretriz do Tribunal de Contas da União (TCU).
PARECER	010028/2019
Ementa	Recurso administrativo. Pedido de reconsideração. 746/2019.
PARECER	010029/2019
Ementa	Pedido administrativo. Transmutação de regime de emprego público para estatutário do quadro de pessoal da extinta Companhia Paraense de Turismo – PARATUR.
PARECER	010032/2019
Ementa	Pensão Especial Militar. Beneficiários. Forma de cálculo. Marco inicial do benefício. Efeito retroativo.
PARECER	010042/2019
Ementa	Anteprojeto de lei. Lei de Organização Básica da Polícia Militar. Reorganização administrativa. Recomendações. Análise jurídica.



PARECER	010043/2019
Ementa	Pensão especial militar. Acidente em serviço configurado. Concessão do benefício indenizatório. Análise jurídica.
PARECER	010044/2019
Ementa	Servidora cedida. Aposentadoria. Contribuição previdenciária descontada pelo cessionário. Responsabilidade pelo recolhimento. Órgão cessionário. Entidade previdenciária de origem. IGEPREV. Não identificação do recolhimento pelo órgão cessionário ao IGEPREV. Análise jurídica.
PARECER	010045/2019
Ementa	Polícia Civil. Adicional de curso de extensão. Inteligência do Art. 70 da LC N° 022/94 C/C Art. 44 da LDB. Requisitos Legais. Ausência.
PARECER	010046/2019
Ementa	Decreto. Instituição de Grupo de Trabalho. Decreto nº 1.935/2017.
PARECER	010047/2019
Ementa	Termo de Cooperação Federativa. Serviço Público de abastecimento de água e esgotamento sanitário.
PARECER	010048/2019
Ementa	Decreto. Regulamento de Recebimento de Doação de Bens Móveis e de Serviços pela Administração Pública.
PARECER	010049/2019
Ementa	Análise de Minuta de Projeto de Lei que altera o Código de Ética e Disciplina da Polícia Militar – Lei nº 6.833/2006.
PARECER	010050/2019
Ementa	Servidor Público. Cargo em comissão. Alteração. 13° Salário. Indeferimento.



PARECER	010051/2019
Ementa	Termo de Cooperação. Projeto Integrado de Turismo Rota da Amazônia. Pará, Amazonas, Maranhão e SEBRAE. Análise de Minuta.
PARECER	010052/2019
Ementa	Anteprojeto de lei que institui Programa Sua Casa. Análise jurídica.
PARECER	010053/2019
Ementa	Processo administrativo disciplinar. Prestação de contas. Análise jurídica.
PARECER	010054/2019
Ementa	Servidor Público. Processo Administrativo Disciplinar. Total ausência de prova de autoria e materialidade. Arquivamento do PAD.
PARECER	010055/2019
Ementa	Exoneração. Regularização funcional. Decreto.
PARECER	010056/2019
Ementa	Militar. Promoção em ressarcimento de preterição.
PARECER	010057/2019
Ementa	Minuta de Decreto. Fundo da Amazônia Oriental.
PARECER	010058/2019
Ementa	Servidor Público ocupante do cargo de médico. Posse em outro cargo de médico. Ausência de exercício. Recebimento de salários por ambos os cargos. Ilegalidade. Processo Disciplinar instaurado para apurar abandono. Inexistência de abandono de cargo. Provimento do segundo cargo não aperfeiçoado. Indícios de prática de ato de improbidade. Processo Administrativo Disciplinar que deve ser tornado sem efeito. Instauração de novo PAD. Apuração da responsabilidade dos demais servidores que contribuíram para o ato



lesivo à Administração. Imprescritibilidade da Ação de Ressarcimento ao Erário por Ato Doloso de Improbidade.

PARECER 010060/2019

Ementa Projeto de Lei. Alteração Estatuto da PMPA. Lei nº 5.251/1985.

PARECER 010061/2019

Ementa Polícia Militar do Estado do Pará. Fundo de Saúde da Polícia Militar do Pará (FUNSAU). Sugestão de inclusão de norma no Estatuto do FUNSAU.

PARECER 010062/2019

Ementa Indeferimento de dois meses de Licença-Prêmio. Critério de Conveniência da Administração. Motivação do ato. Atendimento às necessidades do serviço. Legalidade.

PARECER 010063/2019

Ementa Polícia Militar do Estado. Cumprimento de Decisão Judicial. Reintegração. Promoção em ressarcimento de preterição. Requisitos legais.

PARECER 010064/2019

Ementa Servidor Público. SEDUC. Abandono de cargos. Faltas injustificadas intercaladas. PAD. Pena de demissão.

PARECER 010065/2019

Ementa DETRAN. Jari. Participação em órgão colegiado. Jetons. Gratificação. Ausência de previsão legal. Indeferimento.

PARECER 010066/2019

Ementa Decreto institui Unidade Gestora no âmbito da Secretaria de Estado de Planejamento – SEPLAN, visando a execução, o acompanhamento e a avaliação do Acordo de Cooperação Técnica Nº 018/2017.



PARECER	010067/2019
Ementa	Militares estaduais. Conversão de licença especial em pecúnia. Pleitos administrativos.
PARECER	010068/2019
Ementa	Contratos Nº 52/2014 E 64/2014-SEGUP. Fornecimento de mobiliário. Inexecução parcial. Devido processo legal. Sanções aplicadas. Recurso. Intempestividade. Autotutela. Recomendação de parcial provimento.
PARECER	010069/2019
Ementa	Servidor público. Amputação de membro inferior. Pleito de auxílio-funeral. Inviabilidade jurídica.
PARECER	010070/2019
Ementa	Pretensão de criar cargo de Bombeiro Militar Temporário. Inconstitucionalidade. Burla ao concurso público. ADI 5163-GO. Ofensa ao Art.37, II e IX da Constituição Federal.
PARECER	010071/2019
Ementa	Tornar sem efeito nomeação. Concurso C-184. Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará.
PARECER	010072/2019
Ementa	Nomeação de membros. Conselho Estadual de Trânsito. Biênio 2019/2021.
PARECER	010073/2019
Ementa	Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Infração disciplinar. Recomendação de novas diligências. Análise jurídica.
PARECER	010075/2019
Ementa	Convênio de Cooperação Federativa. Estado e Município de Cachoeira do Arari. COSANPA. Regularização na prestação dos



serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Lei Federal nº 11.445/2007, Decreto Federal nº 7217/2010 e Lei Estadual nº 7102/2008.

PARECER

010076/2019

Ementa

Servidor Público. Gratificação de Representação. Retribuição pelo exercício de cargo de provimento em comissão. Análise jurídica.

PARECER

010077/2019

Ementa

Minutas de decreto e regulamento. “Ordem do Mérito Operacional”. Análise jurídica.

PARECER

010078/2019

Ementa

Servidora pública. Lei Estadual nº 7.442/2010. Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação Básica da Rede Pública de Ensino do Estado do Pará. Decreto nº 189/2011. Enquadramento funcional. Requisitos preenchidos.

PARECER

010079/2019

Ementa

Instrução Normativa Nº 002/109 da Auditoria Geral do Estado. Parecer jurídico AGE Nº 175/2019. Fiscalização de contratos administrativos. Retenção de créditos. Rescisão contratual. Sanção administrativa.

PARECER

010080/2019

Ementa

Plano de demissão voluntária incentivada. Possibilidade de instituição. Ausência de negociação coletiva. Inexistência de vedação legal. Possíveis efeitos sobre a quitação das verbas recebidas. Não incidência da vedação de dispensa de empregados constante da Lei Eleitoral. Possibilidade de renúncia da estabilidade sindical.

PARECER

010081/2019

Ementa

Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Infração disciplinar. Arquivamento. Análise jurídica.



PARECER	010082/2019
Ementa	Servidor Público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Infração Disciplinar. Penalidade.
PARECER	010083/2019
Ementa	Minuta de Termo de Cooperação Técnica.
PARECER	010084/2019
Ementa	Processo administrativo disciplinar. Contratação informal de empresa para prestação de serviços. Apuração de responsabilidades. PAD instaurado sem justo motivo contra um dos acusados. Absolvição. Inexistência de indícios de prática de improbidade. Prescrição da aplicação da pena mais branda.
PARECER	010086/2019
Ementa	Minuta de Decreto que institui o Selo “Empresa Amiga da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista”.
PARECER	010087/2019
Ementa	Termo de Ajustamento de Conduta. Prestação de contas de convênio. Convênio Estadual N.º 05/2014-SEJUDH e Movimento da República de Emaús. Programa Estadual de Proteção a Criança e ao Adolescente Ameaçados de Morte – PPCAAM/PA.
PARECER	010088/2019
Ementa	Pensão especial. Retorno dos autos. Nova documentação.
PARECER	010089/2019
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Ausência de prestação de contas. Necessidade de comprovação do deslocamento para participação em curso. Documentos apresentados no curso do PAD. Absolvição.



PARECER	010090/2019
Ementa	Nomeação de aprovados no Concurso C – 204. Possibilidade.
PARECER	010091/2019
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Acúmulo de cargos. Um de especialista em Educação e outro de pedagogo. Fisionomia do cargo de Pedagogo. Acumulação Ilícita. Boa-Fé. Direito de Opção.
PARECER	010092/2019
Ementa	Servidor público militar. Pedido de cessão. Indeferimento. Limite prudencial.
PARECER	010093/2019
Ementa	Polícia militar. Curso de Habilitação de Oficiais – CHO. Turma demanda judicial 2018/2019. Decisão judicial precária. Trânsito em julgado. Acordo judicial. Promoção a 2º Tenente – QOAPM.
PARECER	010094/2019
Ementa	Medalha General Ferreira Coelho – Dedicação aos estudos. Polícia Militar. Concessão. Competência do Exmo. Sr. Governador do Estado. Análise jurídica. Possibilidade.
PARECER	010095/2019
Ementa	Conselho Estadual de Saúde. Substituição de membros para completar o biênio 2018/2020.
PARECER	010096/2019
Ementa	Termo de Cooperação Técnica. Compartilhamento de banco de dados. Programa Luz Para Todos. Recomendações.
PARECER	010097/2019
Ementa	Nomeação de membros. Conselho Estadual das Cidades.



PARECER	010098/2019
Ementa	Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Decreto municipal. Declara situação de emergência no Município de Rondon do Pará.
PARECER	010099/2019
Ementa	Minuta de decreto. Desvinculação de receitas do Estado do Pará.
PARECER	010100/2019
Ementa	Servidor público. Prorrogação da prorrogação da remoção. Remoção por tempo determinado. Interesse público. Análise jurídica.
PARECER	010101/2019
Ementa	Programa de estágio de estudantes da Procuradoria-Geral do Estado. Regulamentação. Minuta de Portaria.
PARECER	010102/2019
Ementa	Substituição de vogal. Junta Comercial do Estado do Pará. Viabilidade jurídica.
PARECER	010105/2019
Ementa	Análise de minuta de decreto de substituição de membros do Conselho Gestor do Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social. FEHIS. Diligências necessárias.
PARECER	010106/2019
Ementa	Medalha Renato Chaves. Proposta de alteração. Nova Resolução nº 378/2019. Retorno ao CONSEP.
PARECER	010107/2019
Ementa	Prescrição penal retroativa. Trânsito em julgado para a acusação. Pena em concreto. Ausência de trânsito em julgado para a defesa. Extinção do <i>jus puniendi</i> .



PARECER	010108/2019
Ementa	Denúncia anônima. Declaração de Bens e Rendas. Investigação de evolução patrimonial. Auditoria-Geral do Estado. Ausência de atribuições; Ausência de previsão legal. Sindicância investigativa. Possibilidade.
PARECER	010109/2019
Ementa	Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Abandono de cargo. Análise jurídica.
PARECER	010110/2019
Ementa	Minuta de decreto. Concessão de medalha. Bons serviços. Corpo de Bombeiros Militar do Pará.
PARECER	010111/2019
Ementa	Policia! Militar Estadual. Conselho de Disciplina. Exclusão a bem da disciplina. Recurso hierárquico. Não conhecimento.
PARECER	010112/2019
Ementa	Conselho Fiscal. EMATER. Análise da documentação encaminhada. Necessidade de retorno.
PARECER	010113/2019
Ementa	Minuta de decreto. Concessão de medalha. Ordem do Mérito Intendente Antônio Lemos. Corpo de Bombeiros Militar do Pará.
PARECER	010114/2019
Ementa	Minuta de decreto. Concessão de medalha. Ordem do Mérito de Defesa Civil. Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará.
PARECER	010115/2019
Ementa	Gratificação de Interiorização. Integrantes da carreira de Procurador do Estado. Art. 7º, da Lei Complementar nº 24/94 revogado. Ausência de regulamentação do art. 143, do RJU. Indeferimento.



PARECER 010116/2019

Ementa Policial militar estadual. Conclusão tardia do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO). Responsabilidade exclusiva do militar. Plágio no trabalho monográfico. Ausência de efeito retroativo à defesa da monografia. Indeferimento do pleito.

PARECER 010117/2019

Ementa Análise de projeto de lei que altera a Lei Complementar nº 061/2007. Competências da FAPESPA. Inclusão de competências relativas a políticas públicas de ensino superior.

PARECER 010118/2019

Ementa Decreto estadual. Encerramento anual da execução orçamentária, financeira, contábil e patrimonial do exercício financeiro de 2019. Análise jurídica.

PARECER 010119/2019

Ementa Suspensão de porte de arma de fogo. Policiais militares e civis, bombeiros e agentes penitenciários. Indiciados e/ou condenados em crimes de violência doméstica.

PARECER 010121/2019

Ementa Decreto. Homologação. Decreto. Resolução. Criação e Constituição do Comitê de Segurança Pública.

PARECER 010122/2019

Ementa Minuta de decreto. Convocação de militar da reserva remunerada.

PARECER 010123/2019

Ementa Dispensa a pedido de convocação de militar da reserva remunerada. Regularidade.



PARECER	010124/2019
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Prestação de contas. Necessidade de conversão do julgamento em diligências.
PARECER	010125/2019
Ementa	Minuta de projeto de lei com vistas a alterações na legislação de referência da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Profissional e Tecnológica (SECTET). Análise jurídica.
PARECER	010126/2019
Ementa	Promoção em ressarcimento de preterição. Cumprimento de decisão judicial. Esgotamento da obrigação imposta ao Estado. Ausência de comprovação do atendimento aos requisitos legais para regular promoção.
PARECER	010127/2019
Ementa	Decreto. Homologação. Criação de novas unidades CIRETRANS. Conveniência e oportunidade.
PARECER	010128/2019
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Inexistência. Arquivamento.
PARECER	010129/2019
Ementa	Ex-Servidor Público Estadual. Exoneração a pedido. Ausência de estabilidade. Vício de consentimento. Nulidade do ato exoneratório. Descabimento.
PARECER	010130/2019
Ementa	Servidores públicos ocupantes do cargo de engenheiro. Exercício regular da profissão. Registro no Conselho de Fiscalização Profissional (CREA/PA). Pagamento das anuidades em dia. Registro



da Anotação de Responsabilidade técnica (ART). Sujeito passivo da taxa decorrente da ART.

PARECER

010131/2019

Ementa

Nomeação de presidente. Comitê Gestor do Programa Municípios Verdes.

PARECER

010132/2019

Ementa

Policia! Militar. Conselho de Justificação. Ausência de provas de transgressão da disciplina militar. Arquivamento. Análise jurídica.

PARECER

010134/2019

Ementa

Enquadramento. PCCR. SEDUC. Contagem do tempo de efetivo exercício do magistério. Cargo comissionado exercido concomitantemente. Progressão horizontal. Retorno à SEDUC para diligências.

PARECER

010135/2019

Ementa

Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Relatório contrário às provas dos autos. Ausência de indiciamento. Indícios da prática de ilícito funcional. Impossibilidade de acatamento do relatório. Retorno do processo para fase introdutória. Designação de nova comissão.

PARECER

010136/2019

Ementa

Militares estaduais. Conversão de licença especial em pecúnia. Pleitos administrativos. Análise jurídica.

PARECER

010137/2019

Ementa

Projeto de lei. Coordenadoria da defesa civil. Aumento de despesa. LRF. Limite prudencial. Análise jurídica.



PARECER 010138/2019

Ementa Recondução. Requisitos. Desistência do novo cargo. Possibilidade. Precedentes.

PARECER 010139/2019

Ementa Lei Estadual nº 7.796/2014. Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores do DETRAN/PA. Servidor redistribuído. Quadro suplementar. Direito a enquadramento funcional somente após o ato de redistribuição.

PARECER 010140/2019

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Professor. Estupro. Análise jurídica.

PARECER 010141/2019

Ementa Projetos de indicação. Promoção de policial militar convocado. Discordância da corporação.

PARECER 010142/2019

Ementa Projeto de lei. Autoriza o poder executivo a contratar operação de crédito com NDB. PRODEIR. Análise jurídica.

PARECER 010143/2019

Ementa Análise do termo de cooperação a ser firmado entre o Estado e municípios paraenses. Implementação da política de governo TERPAZ. Necessidade de plano de trabalho. Possibilidade de assinatura de protocolo de intenções.

PARECER 010144/2019

Ementa Pedido de conversão de tempo especial em comum e respectiva averbação. Impossibilidade. Ausência de previsão legal. Recomendação de indeferimento do pedido. Análise jurídica.



PARECER	010145/2019
Ementa	Substituição de membros. Grupo de Trabalho, de Estudo e Ações Relacionadas ao Transtorno ao Espectro Autista.
PARECER	010146/2019
Ementa	Servidor público. Processo administrativo disciplinar (PAD). Abandono de cargo. Análise Jurídica.
PARECER	010147/2019
Ementa	Tornar sem efeito nomeação. Concurso público C-174. Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará (ADEPARÁ)
PARECER	010148/2019
Ementa	Processo administrativo disciplinar. Retorno. Conversão de julgamento em diligência.
PARECER	010149/2019
Ementa	Bombeiro Militar. Concessão de medalha. Viabilidade jurídica.
PARECER	010150/2019
Ementa	Contrato administrativo. Rescisão contratual. Execução de garantias.
PARECER	010151/2019
Ementa	Projeto de lei que altera a Lei Estadual nº 6.572/03. Benefícios a pessoas jurídicas que contribuem para projetos culturais. Alterações sugeridas.
PARECER	010152/2019
Ementa	Acordo de Cooperação Técnica que entre si celebram o Branco Central do Brasil e o Estado do Pará. Secretaria de Estado de Educação para implementação do programa “Aprender Valor” em



escolas públicas de ensino fundamental do Estado do Pará. Análise jurídica.

PARECER 010153/2019

Ementa Minuta de Acordo de Cooperação Técnica. Programa “Abrace o Marajó”. Análise jurídica.

PARECER 010154/2019

Ementa Pedido de revisão. Licenciamento a bem da disciplina. Ausência de fato novo. Art. 67 da Lei 6.833/06. Não reconhecimento.

PARECER 010155/2019

Ementa Pensão especial. Servidor civil. Concessão. Análise jurídica.

PARECER 010156/2019

Ementa Pedido de revisão. Processo Administrativo Disciplinar Simplificado. Ausência de fatos novos. Improcedência.

PARECER 010157/2019

Ementa Empregada cedida, ocupante de cargo comissionado. Remoção. Ato nulo. Ausência de previsão legal. Ajuda de custo. Impossibilidade. Vantagem própria de servidor efetivo.

PARECER 010158/2019

Ementa Convênio de Cooperação Federativa. Estado do Pará. Companhia de Saneamento do Pará. Município de Moju. Regularidade da minuta.

PARECER 010159/2019

Ementa Medalha Coronel Barros e Arouck. Polícia Militar do Estado do Pará. Possibilidade. Análise jurídica.



PARECER	010160/2019
Ementa	Medalha Coronel Barros e Arouck. Polícia Militar do Estado do Pará. Possibilidade. Análise jurídica.
PARECER	010161/2019
Ementa	Medalha Coronel Barros e Arouck. Polícia Militar do Estado do Pará. Possibilidade. Análise jurídica.
PARECER	010162/2019
Ementa	Contratação de soluções em tecnologia da informação. Entrega de código fonte. Propriedade imaterial. Manutenção e upgrade. Contratação de terceiros. Contratação direta. Análise jurídica.
PARECER	010163/2019
Ementa	Medalha General Ferreira Coelho. Polícia Militar do Estado do Pará. Possibilidade. Análise jurídica.
PARECER	010164/2019
Ementa	Convênio. Prorrogação de vigência. Termo aditivo. Análise jurídica.
PARECER	010165/2019
Ementa	Licitação internacional. Contrato administrativo. Aplicação da “Legislação do Brasil”. Rescisão contratual. Contratação do remanescente da obra. Convocação do segundo classificado no certame. Adoção da solução mais condizente com o interesse público.
PARECER	010166/2019
Ementa	Policial Civil. Retificação de decreto de promoção. Análise jurídica.
PARECER	010167/2019
Ementa	Servidor público civil. Delegado de polícia civil. Adicional de curso de extensão na área jurídica. Curso sem pertinência com a área policial. Indeferimento.



PARECER	010168/2019
Ementa	Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Infração ao disposto no art. 177, VI, da Lei nº 5.810/94. Não caracterização das demais infrações. Recomendação de aplicação de penalidade de suspensão. Análise jurídica.
PARECER	010169/2019
Ementa	Promoção em ressarcimento de preterição. Vaga aberta em decorrência da inatividade de seu ocupante. Legalidade.
PARECER	010170/2019
Ementa	Promoção por Ato de Bravura. Observância dos procedimentos legais. Regularidade do ato.
PARECER	010171/2019
Ementa	Bombeiro Militar. Transição de Gênero. Reflexos na vida funcional.
PARECER	010172/2019
Ementa	Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Valimento. Improbidade administrativa. Análise jurídica.
PARECER	010173/2019
Ementa	Polícia Civil. Pós graduação <i>lato sensu</i> na área jurídica. Adicional de Curso de Extensão.
PARECER	010174/2019
Ementa	Polícia Militar. Promoção por Ato de Bravura. Cabimento. Decreto.
PARECER	010175/2019
Ementa	Nomeação para Conselho Estadual de Previdência (CEP). Recondução. Nomeação. Composição. Indicação. Regimento interno do CEP. Análise jurídica.



PARECER	010176/2019
Ementa	Concessão de medalhas. Coronel Barros Arouck. Análise jurídica.
PARECER	010178/2019
Ementa	Conselho Estadual de Segurança Pública (CONSEP). Nomeação de membros. Análise jurídica.
PARECER	010179/2019
Ementa	Conselho de Justificação. Transgressão disciplinar de natureza grave. Comprovada. Perda do posto e da patente oficial. Análise jurídica.
PARECER	010180/2019
Ementa	Hora extra. Base de cálculo. Remuneração. Gratificação de Titulação. Vantagem de caráter permanente. Inclusão na base de cálculo da hora extra.
PARECER	010181/2019
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Assédio moral. Fase de instrução. Nulidade parcial. Análise jurídica.
PARECER	010182/2019
Ementa	Acordo de Cooperação Técnica. SEDUC. Instituto Liberta. Análise jurídica. Possibilidade.
PARECER	010183/2019
Ementa	Servidor público. Auxílio-alimentação. Análise jurídica.
PARECER	010184/2019
Ementa	Acordo de Cooperação Técnica visando a ativação do Centro Integrado de Segurança Pública Nacional. CIISPR-Norte. Termo de Adesão e Plano de Trabalho. Viabilidade jurídica. Análise de conveniência e oportunidade a cargo do Chefe do Poder Executivo.



PARECER	010185/2019
Ementa	Convênio. Programa Estadual de Assistência às Vítimas e Testemunhas. PROVITA. Possibilidade de aditivo do convênio até seleção de outra entidade. Assinatura de termo aditivo ao Termo de Compromisso de Concretização de Direitos nº 01/2019 junto ao MPF.
PARECER	010186/2019
Ementa	Pedido de revisão. Ausência de fato novo. Rediscussão de matéria já apreciada. Não cumprimento de todos os requisitos estabelecidos no art. 67 da Lei Estadual 6.833/06.
PARECER	010187/2019
Ementa	Nomeação e exoneração de membros do Conselho Estadual de Recursos Hídricos.
PARECER	010188/2019
Ementa	Regularização funcional. Data da segunda nomeação. Acumulação de cargos. Compatibilidade de horários. Requisitos. Análise jurídica.
PARECER	010189/2019
Ementa	Promoção. Ato de Bravura. Análise jurídica.
PARECER	010190/2019
Ementa	Adicional de Pós-Graduação. Polícia Civil. Cargo de papiloscopista. Doutorado em Geoquímica. Área do conhecimento que não se relaciona com as atividades policiais desenvolvidas. Indeferimento.
PARECER	010191/2019
Ementa	Policia! Militar Estadual. Promoção por Bravura. Requisitos legais. Competência discricionária do Governador do Estado. Dever de motivar.



PARECER 010192/2019

Ementa Serviço público de transporte. Outorga da prestação a terceiros. Autorização. Natureza precária. Atendimento a situação emergencial, onde inexistir a prestação de serviço.

PARECER 010193/2019

Ementa Ministério Público de Contas. Lei Complementar Estadual nº 09/1992. Nomeação do Procurador-Geral de Contas. Biênio 2020/2022. Ausência de lista tríplice – declinação da prerrogativa pelos interessados. Análise jurídica.

PARECER 010194/2019

Ementa Policial militar estadual. Promoção por Bravura. Requisitos legais. Competência discricionária do Governador do Estado. Dever de motivar.

PARECER 010195/2019

Ementa Conjugação de esforços para desenvolvimento de análises e estudos voltados à possível ampliação do Projeto de Revitalização do Complexo Portuário da Cidade de Belém. Cessão de uso de armazéns do porto de Belém ao Estado do Pará. Protocolo de intenções. Análise jurídica da minuta.

PARECER 010196/2019

Ementa Protocolo de intenções. Aeroporto Brigadeiro Protásio. Aeroporto Val de Cans. Parque Ambiental Público. Análise jurídica.

PARECER 010197/2019

Ementa Auxílio-funeral. Pagamento pela genitora. Comprovação de despesas com sepultamento por terceiro. Limites de interpretação.

PARECER 010198/2019

Ementa Adicional pelo exercício de cargo em comissão. Pleito de elevação do percentual de 70% para 100%, por ocasião da aposentadoria,



com base nos artigos 114 da Lei Estadual nº 5.810/94 e 94, § 2º, da Lei Complementar estadual (LCE) nº 039/2002. Inviabilidade jurídica.

PARECER

010199/2019

Ementa

Medalha General Ferreira Coelho – Dedicação aos estudos. Polícia militar. Concessão. Competência do Exmo. Sr. Governador do Estado. Análise jurídica. Possibilidade.

PARECER

010200/2019

Ementa

Prova. Interceptação telefônica. Requisitos. Autorização judicial. Prazo. Prorrogação. Prova ilícita. Utilização parcial. Análise jurídica.

PARECER

010201/2019

Ementa

Medalha General Ferreira Coelho – Dedicação aos estudos. Polícia militar. Concessão. Competência do Exmo. Sr. Governador do Estado. Análise jurídica. Possibilidade.

PARECER

010202/2019

Ementa

Servidor público. Processo administrativo disciplinar. Nulidade. Necessidade de instrução adequada do feito. Recomendação de constituição de nova comissão e apuração ampla dos fatos. Análise jurídica.

PARECER

010203/2019

Ementa

Minuta de decreto. Homologação de Resolução do Conselho Superior de Polícia Civil (CONSUP). Instituição da Coordenadoria de Operações e Recursos Especiais. Análise jurídica.

PARECER

010204/2019

Ementa

Processo administrativo disciplinar. Abandono de cargo. Art. 190, II da lei nº 5.810 de 1994. Dolo eventual. Hipótese de demissão. Impossibilidade de dar prosseguimento ao pedido de exoneração. Relatório da comissão que contraria as provas dos autos. Decisão divergente da autoridade julgadora.



PARECER 010205/2019

Ementa Empregada pública comissionada. Possibilidade de dispensa imotivada. Estabilidade provisória da empregada pública gestante. COHAB. Observância do acordo coletivo vigente. Direito à indenização.

PARECER 010206/2019

Ementa Conversão de licença especial não gozada em pecúnia. Precedentes. Estudo nº 01/2018.

PARECER 010207/2019

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Prestação de contas. Convênio. Dever. Descumprimento. Análise jurídica.

PARECER 010208/2019

Ementa Consulta. Desligamento compulsório de empregado público. Extensão da aplicação do disposto no art. 40, § 1º, II, da Constituição Federal às empresas públicas. Art. 103, Emenda Constitucional nº 103/2019. Análise jurídica.

PARECER 010209/2019

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Recursos de fundo rotativo. Ausência de prestação de contas. Devolução do recurso após instauração do PAD. Relatório final contrário às provas dos autos. Indícios de falta leve. Prescrição. Arquivamento do feito disciplinar.

PARECER 010210/2019

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Alegação de doença incapacitante. Necessidade de exame pericial.

PARECER 010211/2019

Ementa Servidor público. Exoneração. Cargo em comissão. Ressarcimento. Desconto de valores. Análise jurídica.



PARECER	010212/2019
Ementa	Alteração de Decreto e Resolução. Adequações à LC 121/2019.
PARECER	010214/2019
Ementa	Pensão especial. Ajudante de despachante. Concessão. Viúva. Direitos sucessórios. Análise jurídica.
PARECER	010215/2019
Ementa	Servidor público. Processo administrativo disciplinar. Prestação de contas. Recursos FNDE. Apuração deficiente. Nulidade parcial. Análise jurídica.
PARECER	010216/2019
Ementa	Promoção em ressarcimento de preterição. Possibilidade. Agregação com efeitos retroativos. Alteração da ordem de precedência no quadro de acesso.
PARECER	010220/2019
Ementa	Contrato administrativo. Serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra. Pedido de repactuação. Preclusão lógica. Comportamento contraditório. Recomendação de indeferimento. Análise jurídica.
PARECER	010221/2019
Ementa	Nomeação de membros. Conselho de Ensino da Fundação Carlos Gomes.

PARECER SIMPLIFICADO

PARECER SIMPLIFICADO	010001/2019
Ementa	Reversão. Corpo de Bombeiros Militar do Estado Do Pará. Possibilidade.



PARECER SIMPLIFICADO 010002/2019

Ementa Qualificação de Organização Social. Instituto Ovídio Machado. Lei Estadual nº 5.980/1996. Decreto nº 21/2019.

PARECER SIMPLIFICADO 010004/2019

Ementa Conselho de Justificação. Prorrogação de prazo. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 010005/2019

Ementa Reversão. Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará (SUSIPE).

PARECER SIMPLIFICADO 010006/2019

Ementa Reversão. Casa Militar da Governadoria do Estado – CMG.

PARECER SIMPLIFICADO 010007/2019

Ementa Qualificação de Organização Social. Instituto Brasileiro de Políticas Públicas. Lei Estadual nº 5.980/1996 e Decreto Estadual nº 21/2019. Necessidade de retorno dos autos.

PARECER SIMPLIFICADO 010008/2019

Ementa Reversão. Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará (SUSIPE). Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 010009/2019

Ementa Agregação. Casa Civil da Governadoria. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 010010/2019

Ementa Reversão. Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará (SUSIPE). Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 010011/2019

Ementa Agregação. Casa Civil da Governadoria. Possibilidade.



PGE

Procuradoria
Consultiva

PARECER SIMPLIFICADO 010012/2019

Ementa Reversão. Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará – SUSIPE. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 010013/2019

Ementa Reversão. Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará (SUSIPE). Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 010014/2019

Ementa Agregação. Casa Civil da Governadoria. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 010015/2019

Ementa Reversão. Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará (SUSIPE). Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 010016/2019

Ementa Agregação. Casa Civil da Governadoria. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 010017/2019

Ementa Reversão. Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado Do Pará (SUSIPE). Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 010018/2019

Ementa Reversão. Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará (SUSIPE). Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 010019/2019

Ementa Reversão. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP). Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 010020/2019

Ementa Reversão. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP). Possibilidade.



PARECER SIMPLIFICADO 010021/2019

Ementa Reversão. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP). Possibilidade

PARECER SIMPLIFICADO 010022/2019

Ementa Reversão. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP). Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 010023/2019

Ementa Reversão. Casa Militar da Governadoria do Estado do Pará. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 010024/2019

Ementa Agregação. Prefeitura Municipal de Marabá. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 010025/2019

Ementa Agregação. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 00010026/2019

Ementa Agregação. Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 010027/2019

Ementa Agregação. Transferência *ex-officio* para a reserva remunerada. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 010028/2019

Ementa Reversão. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP). Possibilidade.



PGE

Procuradoria
Consultiva

PARECER SIMPLIFICADO 010029/2019

Ementa Reversão. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP). Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 010030/2019

Ementa Reversão. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP). Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 010031/2019

Ementa Qualificação de organização social. Instituto de apoio ao Desenvolvimento da Vida Humana. Lei Estadual nº 5.980/1996, e Decreto Estadual nº 21/2019.

PARECER SIMPLIFICADO 010032/2019

Ementa Reversão. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP). Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 010033/2019

Ementa Reversão. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP). Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 010034/2019

Ementa Agregação. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 010035/2019

Ementa Agregação. Casa Militar da Governadoria do Estado.

PARECER SIMPLIFICADO 010036/2019

Ementa Servidor público civil estadual. Exoneração a pedido. Emprego público federal. Rescisão contratual. Recondução. Possibilidade.



PGE

Procuradoria
Consultiva

PARECER SIMPLIFICADO 010037/2019

Ementa Pensão especial militar. Acidente em serviço configurado. Concessão do benefício indenizatório. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 010038/2019

Ementa Averbação de tempo de serviço prestado em cargo efetivo na mesma esfera de poder. Cabimento. Efeitos. Interrupção entre vínculos. Impossibilidade de contar o tempo para licença-prêmio.

PARECER SIMPLIFICADO 010039/2019

Ementa Agregação. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP). Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 010040/2019

Ementa Pensão especial militar. Acidente em serviço não configurado. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 010041/2019

Ementa Conselho de Justificação. Prorrogação de prazo. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 010042/2019

Ementa Reversão. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 010044/2019

Ementa Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP). Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 010045/2019

Ementa Agregação. Transferência *Ex-Officio* para reserva remunerada. Possibilidade.



PARECER SIMPLIFICADO 010046/2019

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Contraditório e ampla defesa. Arquivamento. Competência do Governador. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 010047/2019

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Necessidade de reabertura da instrução probatória. Nulidade parcial.

PARECER SIMPLIFICADO 010048/2019

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Penalidade prescrita.

PARECER SIMPLIFICADO 010049/2019

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Art. 190, II e III da Lei nº 5.810 de 1994. Pena de demissão. Decreto.

PARECER SIMPLIFICADO 010050/2019

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Penalidade. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 010051/2019

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. SEDUC. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO

MANIFESTAÇÃO 010000/2019

Ementa Anteprojeto de Lei. Fusão da Secretaria de Estado de Administração e Secretaria de Estado de Planejamento. SEPLAN. Reorganização do quadro de cargos de provimento efetivo, comissionado e funções permanentes.



PGE

Procuradoria
Consultiva

MANIFESTAÇÃO 010001/2019

Ementa Retificação de Decreto Estadual. Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Difusos. Decreto publicado no Diário Oficial nº 33.937 de 31 de julho de 2019.

MANIFESTAÇÃO 010002/2019

Ementa Decreto Estadual nº 001/2019 exercício de 2018. Despesas sem empenho ou realizadas sem dotação orçamentária suficiente. Responsabilidade do ordenador Portaria Conjunta nº 02/2018 SEFA/SEPLAN/SEAD/AGE. Análise jurídica. Complementar ao 648/2019.

MANIFESTAÇÃO 010003/2019

Ementa Nomeação de membros do Conselho Penitenciário (COPEN). Necessária identificação dos membros. 726/19 necessidade de Projeto de Lei alterando a composição do COPEN.

MANIFESTAÇÃO 010004/2019

Ementa Promoção em ressarcimento de preterição. Reprovado no teste de aptidão física – TAF. Repetição do exame. Indeferimento administrativo. Requerimento a autoridade superior. Indeferido. Reconsideração de ato. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 010005/2019

Ementa Servidora pública estadual. Auditora fiscal de receitas. Fruição de licença prêmio. Possibilidade de fracionamento apenas em dois períodos de 30 dias. 287/2016.

MANIFESTAÇÃO 010006/2019

Ementa Minutas de Decreto e Regulamento. Medalha do “Mérito Bombeiro Destaque”. Análise Jurídica.

MANIFESTAÇÃO 010007/2019

Ementa Anteprojeto de Lei. Exame toxicológico. Recomendações.



MANIFESTAÇÃO 010008/2019

Ementa Minuta de Decreto. Medalha Comemorativa Capitão Antônio Veríssimo Ivo de Abreu (centenária). Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 010009/2019

Ementa Minuta de Decreto. Medalha por Mérito de Estratégia. Bombeiro Militar. Análise Jurídica.

MANIFESTAÇÃO 010010/2019

Ementa Minuta de Decreto. Instituição da Medalha de Bravura Bombeiro Militar. Análise Jurídica

MANIFESTAÇÃO 010011/2019

Ementa Servidor público. Acúmulo de cargos. Exercício do Direito de Opção. 301/2018.

MANIFESTAÇÃO 010012/2019

Ementa Minuta de Decreto. Análise Jurídica Final.

MANIFESTAÇÃO 010013/2019

Ementa Minuta de Decreto. Medalha do Mérito do Corpo de Bombeiros Militar. Análise Jurídica.

MANIFESTAÇÃO 010014/2019

Ementa Convocação de Militar. Reserva remunerada. Preenchimento dos requisitos formais. Limite prudencial.

MANIFESTAÇÃO 010015/2019

Ementa Decreto. Medalha de serviços relevantes de intendência bombeiro militar. Regulamento.



MANIFESTAÇÃO 010016/2019

Ementa Decreto nº 69/2019. Alteração unidade de gerenciamento do programa. Análise Jurídica.

MANIFESTAÇÃO 010017/2019

Ementa Nomeação de membros Conselho Estadual de Trânsito Biênio 2019/2021 possibilidade.

MANIFESTAÇÃO 010018/2019

Ementa Substituição de membros Conselho Estadual de Política de Promoção da Igualdade Racial. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 010019/2019

Ementa Convocação de militares da reserva. Preenchimento dos requisitos formais. Possibilidade.

MANIFESTAÇÃO 010020/2019

Ementa Decreto. Demissão. Erro material. Errata.

MANIFESTAÇÃO 010021/2019

Ementa Decreto. Demissão. Erro material. Errata.

MANIFESTAÇÃO 010022/2019

Ementa Minuta de decreto. Instituição da ordem do mérito Dom Pedro II. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 010023/2019

Ementa Decreto. Medalha de serviços relevantes operacionais. Regulamento.

MANIFESTAÇÃO 010024/2019

Ementa Minuta de decreto. Conselho Estadual das Cidades. Composição. Exoneração e nomeação de membros. Análise jurídica.



MANIFESTAÇÃO 010025/2019

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Acumulação de cargos. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 010026/2019

Ementa Análise de informações complementares. Decreto que exonera e nomeia membros do Conselho Gestor do FEHIS. Biênio 2018/2020. Regularidade.

MANIFESTAÇÃO 010027/2019

Ementa Decreto. Exoneração *ex-officio*. Erro material. Errata.

MANIFESTAÇÃO 010028/2019

Ementa Pensão Policial Militar. Minuta de decreto. Valor do soldo.

MANIFESTAÇÃO 010029/2019

Ementa Apresentação do Plano de Trabalho. Termo de Cooperação Federativa. COSANPA. Faro.

MANIFESTAÇÃO 010030/2019

Ementa Minuta de decreto que institui o selo “Empresa Amiga da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista”.

MANIFESTAÇÃO 010031/2019

Ementa Pedido de orientação. SEDUC. Regularização de situação funcional. Acúmulo de proventos de aposentadoria com cargo público. Recomendação de ofício.

MANIFESTAÇÃO 010032/2019

Ementa Pensão especial. Minuta de Decreto.



MANIFESTAÇÃO 010033/2019

Ementa Conversão de licença-prêmio não gozada em pecúnia. Intelecção do art. 99, II, do RJU. Período incompleto igual ou superior a 1/3 do triênio. Necessidade de comprovação da dependência.

MANIFESTAÇÃO 010034/2019

Ementa Promoção em ressarcimento de preterição. Verificação do quantitativo de vagas ofertadas e da ordem de antiguidade do requerente. Diligências.

MANIFESTAÇÃO 010035/2019

Ementa Minuta de decreto. Conselho Estadual das Cidades. Composição. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 010036/2019

Ementa Minuta de decreto. Requalificação da educação pública estadual. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 010037/2019

Ementa Minuta de projeto de lei. Coordenadoria de Defesa Civil. Corpo de Bombeiros Militar. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 010038/2019

Ementa Folha suplementar. Verbas remuneratórias a que fazia jus a servidora falecida. Requerimento formulado pela mãe. Necessidade de comprovação da dependência econômica e de autorização judicial.

MANIFESTAÇÃO 010074/2019

Ementa Análise de Minuta de Decreto que Institui a Medalha de Serviços Relevantes de Valentia no Corpo de Bombeiros. 880/19. Resposta do CBMPA.



PGE

Procuradoria
Consultiva

NOTA TÉCNICA

NOTA TÉCNICA 10001/2019

Ementa Projeto de Lei. Autoriza o Poder Executivo a Contratar Operação de Crédito na Forma Mencionada e altera dispositivos da Lei Estadual nº 8.575, de 2017 e dá outras providências. Iniciativa do Poder Executivo. Análise Jurídica.

NOTA TÉCNICA 10002/2019

Ementa Projeto de Lei. Autoriza a Abertura de Crédito Suplementar para despesa de publicidade. Iniciativa do Poder Executivo. Análise Jurídica.

NOTA TÉCNICA 10003/2019

Ementa Projeto de Lei. Institui nova nomenclatura à Fundação PROPAZ, que passa a denominar-se PARÁPAZ. Iniciativa do Poder Executivo. Análise Jurídica.

NOTA TÉCNICA 10004/2019

Ementa Projeto de Lei. Autoriza o Poder Executivo a Contratar Operação de Crédito Interno com a Caixa Econômica Federal, na Linha do Programa Avançar Cidades, a oferecer garantias e dá outras providências. Iniciativa do Poder Executivo. Análise Jurídica.

NOTA TÉCNICA 10005/2019

Ementa Contratação – CELPA.

NOTA TÉCNICA 10006/2019

Ementa Projeto de Lei. Substituição e recolhimento de sacolas plásticas. Sanção ou Veto. Constitucionalidade.

NOTA TÉCNICA 10007/2019

Ementa Projeto de Lei. Altera dispositivo na Lei Estadual nº 6.830, de 13 de fevereiro de 2006, que dispõe sobre a Gratificação de Complementação de Jornada Operacional para as Operações



Especiais das Polícias Civil e Militar do Estado, a ser paga aos policiais civis e militares que especifica. Iniciativa do Poder Executivo. Análise Jurídica.

NOTA TÉCNICA 10008/2019

Ementa Projeto de Lei. ALEPA.Regimento de Custas e outras Despesas Processuais. Competência Legislativa. TJPA. Análise Jurídica.

NOTA TÉCNICA 10009/2019

Ementa Projeto de Lei nº 286/19. Alteração da Lei Estadual nº 7.584/2011. Conselho Estadual de Segurança Pública – CONSEP. Adequação ao Plano Nacional de Segurança Pública.

NOTA TÉCNICA 10010/2019

Ementa Projeto de Lei. Declara e Reconhece de Utilidade Pública para o Estado do Pará, a Cooperativa dos Produtores Agro Extrativista de Melgaço, no Município de Melgaço/Pa.

NOTA TÉCNICA 10011/2019

Ementa Projeto de Lei. Autoriza a permuta de imóveis entre o Ministério Público do Estado do Pará e o Município de Benevides. Autoria do Ministério Público do Estado.

NOTA TÉCNICA 10012/2019

Ementa Projeto de Lei. Declara e Reconhece de Utilidade Pública para o Estado do Pará, a Associação dos Moradores da Rua Augusto Corrêa – AMAC.

NOTA TÉCNICA 10013/2019

Ementa Projeto de Lei. Declara e Reconhece de Utilidade Pública para o Estado do Pará, o Instituto de Desenvolvimento Solidário e Sustentável Chico Félix.



NOTA TÉCNICA 10014/2019

Ementa Projeto de Lei. Declara e Reconhece de Utilidade Pública para o Estado do Pará, a Associação das Famílias da Casa Familiar Rural do Município de Santa Maria das Barreiras/Pa.

NOTA TÉCNICA 10015/2019

Ementa Projeto de Lei. Declara e Reconhece de Utilidade Pública para o Estado do Pará, o Instituto Bicho D'água e dá outras providências.

NOTA TÉCNICA 10016/2019

Ementa Projeto de Lei. Declara e Reconhece de Utilidade Pública para o Estado do Pará, o Centro Educacional, Recreativo, Profissionalizante, Esportivo e Cultural Sorrir.

NOTA TÉCNICA 10017/2019

Ementa Projeto de Lei. Direito à Informações de Registros de Ligações na Telefonia Pré-paga. Sanção ou Veto.

NOTA TÉCNICA 10018/2019

Ementa Vistoria Veicular. Contratação de Pessoa Jurídica de Direito Privado. Credenciamento. Resolução nº466/2013 – CONTRAN. Análise Jurídica.

NOTA TÉCNICA 10019/2019

Ementa Projeto de Lei. Obrigatoriedade de afixar cartaz de divulgação do número Disque 180. Iniciativa Parlamentar. Análise Jurídica. Veto Parcial.

NOTA TÉCNICA 10020/2019

Ementa Projeto de Lei que assegura ao consumidor o direito de livre escolha da oficina, em caso de cobertura de danos em veículos por Seguradora – Direito Civil – Contratual e Securitário – Competência da União – Inconstitucionalidade – Recomendação de Veto Integral.



NOTA TÉCNICA 10021/2019

Ementa Projeto de Lei nº 156/19. Alteração da Lei Estadual nº 6.831/2006. Análise Jurídica.

NOTA TÉCNICA 10022/2019

Ementa Projeto de Lei. Declara e Reconhece de Utilidade Pública para o Estado do Pará, a Associação de Moradores do Município de Capitão Poço – GIM, Grupo de Inteligência Municipal.

NOTA TÉCNICA 10023/2019

Ementa Projeto de Lei nº 32/2019. Cria a Política de Diagnóstico e Tratamento da Depressão nas Redes Públicas e Privadas e dá outras providências. Iniciativa Parlamentar.

NOTA TÉCNICA 10024/2019

Ementa Projeto de Lei. Altera e acrescenta dispositivos à Lei Estadual nº 5.674, de 21 de outubro de 1991, e revoga dispositivo da Lei Estadual nº 6.489, de 27 de setembro de 2002. Iniciativa do Poder Executivo. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 10025/2019

Ementa Projeto de Lei. Dispõe, nos termos da Lei Complementar Federal nº 160, de 7 de Agosto de 2017, e do Convênio ICMS 190, de 15 de Dezembro de 2017, sobre a Remissão e a Anistia de Créditos Tributários, Constituídos ou não, e sobre a Reinstituição das Isenções, dos Incentivos e dos Benefícios Fiscais ou Financeiro fiscais Instituídos, por Legislação Estadual publicada até o dia 8 de agosto de 2017, em desacordo com o disposto na alínea "G" do inciso XII do §2º do art. 155 da Constituição Federal. Iniciativa do Poder Executivo. Análise Jurídica.

NOTA TÉCNICA 10026/2019

Ementa Projeto de Lei. Semana da Defensoria Pública no Estado do Pará.



NOTA TÉCNICA 10027/2019

Ementa Projeto de Lei. Declara e Reconhece de Utilidade Pública para o Estado do Pará, a Associação dos Filhos e Amigos de Cametá, no Município de Cametá/Pa.

NOTA TÉCNICA 10028/2019

Ementa Projeto de Lei. Declara e Reconhece de Utilidade Pública para o Estado do Pará, o Instituto de Desenvolvimento Social, Educacional, Desportivo e Cultural Estrela do Futuro.

NOTA TÉCNICA 10029/2019

Ementa Projeto de Lei. Declara e Reconhece de Utilidade Pública para o Estado do Pará, a Associação Espírita Beneficente Início do Caminho.

NOTA TÉCNICA 10030/2019

Ementa Projeto de Lei. Iniciativa Parlamentar. Área de Proteção ao entorno das Penitenciárias Estaduais do Pará – APEPE-Pa. Proibição de instalação de tomadas elétricas nas celas das Penitenciárias.

NOTA TÉCNICA 10031/2019

Ementa Projeto de Lei. Dia do Optometrista no Estado do Pará.

NOTA TÉCNICA 10032/2019

Ementa Projeto de Lei. Declara e Reconhece de Utilidade Pública para o Estado do Pará, o Instituto de Gestão Educacional e Meio Ambiente – GEM e dá outras providências.

NOTA TÉCNICA 10033/2019

Ementa Projeto de Lei. Semana do Turismo no Estado do Pará.

NOTA TÉCNICA 10034/2019

Ementa Projeto de Lei nº 12/19. Dispõe sobre a Inclusão de Pessoas com Fissura Lábio Palatina como Pessoa com Deficiência, no âmbito do Estado do Pará, e dá outras providências. Análise Jurídica.



NOTA TÉCNICA 10035/2019

Ementa Projeto de Lei Instituído o Programa Estadual de Resposta Rápida à Sífilis Congênita. Análise Jurídica.

NOTA TÉCNICA 10036/2019

Ementa Cronograma de possível nova Licitação para a contratação do remanescente da obra do BRT Metropolitano. Licitação nacional. Lei nº 8.666/93.

NOTA TÉCNICA 10037/2019

Ementa Projeto de Lei. Declara e Reconhece de Utilidade Pública Para o Estado do Pará, o Instituto Amazônico de Planejamento e Gestão Urbana e Ambiental - IAGUA.

NOTA TÉCNICA 10038/2019

Ementa Projeto de Lei. Declara e Reconhece de Utilidade Pública para o Estado do Pará, a Associação Recreativa Beneficente Cultural Gaviões da Vila - ARBECGV.

NOTA TÉCNICA 10039/2019

Ementa Projeto de Lei. Declara e Reconhece de Utilidade Pública para o Estado do Pará, a Associação de Proteção dos Animais e do Meio Ambiente de Altamira – APATA.

NOTA TÉCNICA 10040/2019

Ementa Projeto de Lei. Assegura a igualdade de premiação concedida a participantes, independentemente do gênero, em competições esportivas e culturais realizadas no Estado do Pará.

NOTA TÉCNICA 10041/2019

Ementa Projeto de Lei nº 316/2019, de 29 de outubro de 2019 “Dispõe sobre a transformação da Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará – SUSIPE, em Secretaria de Estado de Administração



PGE

Procuradoria
Consultiva

Penitenciária – SEAP”.

NOTA TÉCNICA 10042/2019

Ementa Projeto de Lei. Declara e reconhece de utilidade pública para o Estado do Pará, o Sindicato das Empresas de Navegação Fluvial e Lacustre e das Agências de Navegação no âmbito do Estado do Pará – SINDARPA.

NOTA TÉCNICA 10043/2019

Ementa Projeto de Lei. Declara e reconhece de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto Cultural Comunitário Sucuritinga.

NOTA TÉCNICA 10044/2019

Ementa Projeto de Lei. Declara e reconhece de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto Ivonaldo Pessoa de Desenvolvimento Socioeducacional de Saúde e Meio Ambiente (IPDSAE).

NOTA TÉCNICA 10045/2019

Ementa Projeto de Lei. Declara e reconhece de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto de Desenvolvimento Social e Apoio à Mulher Paraense - IDESAMP.

NOTA TÉCNICA 10046/2019

Ementa Projeto de Lei. Declara e reconhece de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto de Educação, Pesquisa e Extensão e Cultura - IEPEC, do município de Ananindeua/PA.

NOTA TÉCNICA 10047/2019

Ementa Projeto de Lei. Declara e reconhece de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Cultural Amazônia Independente – Açaí.



NOTA TÉCNICA 10048/2019

Ementa Projeto de Lei. Declara e reconhece de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Santarena de Canoagem e Ecologia (ASCAE) e dá outras providências.

NOTA TÉCNICA 10049/2019

Ementa Projeto de Lei. Declara e reconhece de utilidade pública para o Estado do Pará, o Centro Social e Educacional de Jacundá (CSEJ).

NOTA TÉCNICA 10050/2019

Ementa Projeto de Lei. Declara e reconhece de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Multidisciplinar de Atenção ao Idoso, Crianças, Adolescentes e Pessoas de Baixa Renda (AMAI) e dá outras providências.

NOTA TÉCNICA 10051/2019

Ementa Projeto de Lei. Declara e reconhece de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação de Moradores e Amigos dos Bairros da Igrejinha e Samambaia (AMAI).

NOTA TÉCNICA 10052/2019

Ementa Projeto de Lei. Institui as cores oficiais da Polícia Militar do Estado do Pará. Iniciativa do Poder Executivo. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 10053/2019

Ementa Projeto de Lei. Institui o Dia Estadual do Ciclista, no Estado do Pará e dá outras providências.

NOTA TÉCNICA 10054/2019

Ementa Projeto de Lei. Institui o Dia Estadual da Mulher Empreendedora.



NOTA TÉCNICA 10055/2019

Ementa Projeto de Lei. Institui o Dia Estadual dos Catadores de Materiais recicláveis.

NOTA TÉCNICA 10056/2019

Ementa Projeto de Lei. Institui no Estado do Pará, o Dia Estadual do Comunicador e dá outras providências.

NOTA TÉCNICA 10057/2019

Ementa Projeto de Lei. Institui a Política de Leitura no Estado do Pará.

NOTA TÉCNICA 10058/2019

Ementa Contrato administrativo. Extinção. Nulidade da licitação. Alteração contratual.

NOTA TÉCNICA 10059/2019

Ementa Projeto de Lei. Dispõe sobre denominação da Ponte sobre o Rio Inajá, para Ponte Rafaela Martins Santana.

NOTA TÉCNICA 10060/2019

Ementa Projeto de Lei. Denomina o Parque Estadual de Conservação Ambiental do Utinga, de Parque Estadual do Utinga CamilloVianna.

NOTA TÉCNICA 10061/2019

Ementa Projeto de Lei. Placas de advertência para evitar ação conhecida como “Boa Noite Cinderela”. Análise jurídica. Possibilidade.

NOTA TÉCNICA 10062/2019

Ementa Projeto de Lei. Institui no Calendário de Eventos do Estado do Pará, o Dia do Jipeiro.



NOTA TÉCNICA 10063/2019

Ementa Anteprojeto de Lei. Cria a Agência de Transporte Metropolitano (AGTRAN/PA). Autarquia especial. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 10064/2019

Ementa Anteprojeto de Lei. Cria o Sistema Integrado de Transporte Público da Região Metropolitana de Belém (SIT/RMB). Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 10065/2019

Ementa Projeto de Lei. Declara o Cavalo Marajoara como patrimônio cultural de natureza imaterial do Estado do Pará.

NOTA TÉCNICA 10066/2019

Ementa Projeto de Lei. Institui no âmbito do Estado do Pará, a Semana Estadual da Conscientização sobre Depressão.

NOTA TÉCNICA 10067/2019

Ementa Projeto de Lei. Dispõe sobre a criação de Campanha Permanente de Esclarecimento, Orientação e Prevenção da Pré-eclâmpsia e Eclâmpsia.

NOTA TÉCNICA 10068/2019

Ementa Projeto de Lei nº 20/19. “Garante direito a atendimento prioritário ao Diabético na Rede de Atendimento de Saúde no Estado do Pará”. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 10069/2019

Ementa Projeto de Lei. Institui o Programa de Prevenção à Epilepsia e Assistência Integral às Pessoas com Epilepsia no Estado do Pará.

NOTA TÉCNICA 10070/2019

Ementa Projeto de lei. Semana Estadual de Conscientização e Combate às Doenças Mórbitas Masculinas.



NOTA TÉCNICA 10071/2019

Ementa Análise de Projeto de Lei que reduz a carga horária dos servidores do IDEFLOR- BIO. Avaliação de conveniência e oportunidade.

NOTA TÉCNICA 10072/2019

Ementa Projeto de Lei. Altera e acrescenta dispositivo a Lei nº 7.318, de 15 de outubro de 2009, que institui a Semana Estadual de Prevenção ao HPV (Papiloma Vírus Humano) e ao Combate ao Câncer do Colo do Útero e dá outras providências. Iniciativa do Poder Legislativo.

NOTA TÉCNICA 10073/2019

Ementa Tribunal de Justiça. Serventias extrajudiciais. Delegação. Vacância. Interinidade. Vínculos empregatícios. Responsabilidade trabalhista.



2020 – ACERVO SAJ

ESTUDO

ESTUDO 000001/2020

Ementa Análise de possíveis meios de adequar aos cargos da estrutura da PGE às mudanças ocorridas ao longo do tempo. Estudo sobre redistribuição, transformação, transposição, aproveitamento e disponibilidade.

ESTUDO 000003/2020

Ementa Termo aditivo.

ESTUDO 000004/2020

Ementa Lei nº 8.972/2020 – Lei Estadual de Processo Administrativo (LEPA). Procedimento Administrativo de Reparação de Danos (PARD). Competência da Procuradoria-Geral do Estado. Necessidade de regulamentação. Decreto.

PARECER

PARECER S/N 2020

Ementa Calamidade Pública. Situação de Emergência de Saúde. Decreto Legislativo Federal n. 06/2020. Decreto Legislativo Estadual n. 02/2020. Contratação temporário de médicos intercambistas remanescentes do Projeto “Mais Médicos para o Brasil”. Lei Federal n. 12.851/2013. Lei Complementar Estadual n. 131/2020. LINDB. Possibilidade excepcional.

PARECER 000001/2020

Ementa Minuta de decreto. Divulgação dos dias de feriados nacionais e estadual. Estabelecimento de dias de ponto facultativo para o ano de 2020. Possibilidade.



PARECER	000002/2020
Ementa	Concurso público. Prova de capacitação física. Candidata gestante. Remarcação da prova. Prazo máximo de adiantamento.
PARECER	000003/2020
Ementa	Empresa pública. Estatuto social. Alterações. Homologação pelo Governador do Estado.
PARECER	000004/2020
Ementa	Militar. Acumulação. Cargo de professor. Análise jurídica.
PARECER	000005/2020
Ementa	Militar. Conselho de Justiça. Processo penal. Absolvição. Independência das esferas. Diligências. Prova emprestada.
PARECER	000006/2020
Ementa	Termo de Cooperação Técnica. Delegação de competências sem previsão legal. Inviabilidade jurídica.
PARECER	000007/2020
Ementa	Nomeação de aprovados. Concurso público C-205. Possibilidade.
PARECER	000008/2020
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Pedido revisional. Competência do Delegado-Geral da Polícia Civil para exercer o juízo de admissibilidade. Pedido formulado à PGE. Acesso à informação. Alegado descumprimento de decisão judicial. Improcedência. Sentenças que produzem efeitos entre as partes.
PARECER	000009/2020
Ementa	Minuta de decreto. Homologação de resolução do Conselho Superior da Polícia Civil – CONSUP. Alteração de nomenclatura da “Divisão Especializada em Meio Ambiente”. Análise jurídica.



PARECER 000010/2020

Ementa Renovação da convocação de policiais militares da reserva remunerada. Possibilidade.

PARECER 000011/2020

Ementa Recurso hierárquico. Provas que comprovam existência de transgressão militar. Reforma administrativa. Impossibilidade. Militar sem estabilidade. Penalidade de licenciamento a bem da disciplina.

PARECER 000012/2020

Ementa Pena de demissão. Pedido de revisão. Ausência de fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do servidor demitido ou a inadequação da penalidade aplicada. Improcedência.

PARECER 000013/2020

Ementa Convênio. Repasse de recursos. Fundo Estadual de Desenvolvimento. Convênio anterior extinto. Dano ao erário. Princípio da intranscendência das sanções. Identidade de objetos. Análise jurídica.

PARECER 000014/2020

Ementa Pedido de Revisão. Ausência de fato novo. Não conhecimento do pedido. Manutenção da penalidade.

PARECER 000015/2020

Ementa Comodato de bens móveis e imóvel. Museu do Marajó. Inclusão ao Sistema Integrado de Museus. Proteção ao patrimônio cultural. Interesse público. Código civil. Atendimento aos requisitos legais.

PARECER 000016/2020

Ementa Declaração de domínio de bem imóvel. Competência para Gestão Patrimonial do Estado. SEAD. SEPLAD. Avocação.



PARECER 000017/2020

Ementa Homologação pelo chefe do Poder Executivo Estadual. Decreto municipal que declara situação de emergência no município de Monte Alegre.

PARECER 000018/2020

Ementa Contrato administrativo. Pleitos de reprogramação contratual com reflexo financeiro. Alterações contratuais. Supressões/acréscimos no objeto, inclusive de novos itens. Antecipação dos efeitos da alteração contratual sem a devida formalização. Serviços já executados mediante contratação verbal. Indenização. Apuração de responsabilidades. Serviços a executar. Adiantamento contratual. Inviabilidade jurídica.

PARECER 000020/2020

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Ausência de notificação prévia. Citação por edital não publicada no local do último domicílio conhecido. Oitiva de testemunhas antes da notificação inicial. Nulidade total. Iminência da prescrição trienal.

PARECER 000021/2020

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Necessidade de novas diligências. Ocorrência de nulidade parcial. Não indiciamento. Ausência de regular intimação dos investigados.

PARECER 000022/2020

Ementa Decreto estadual. Transporte individual de agentes públicos. Utilização de plataforma tecnológica.

PARECER 000023/2020

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Não indiciamento. Realização de prova essencial. Nulidade parcial do Processo Administrativo Disciplinar. Nova comissão processante.



PARECER 000024/2020

Ementa Contrato nº 006/2018. Serviços de agenciamento de viagens. 2º aditivo. Prorrogação do prazo de vigência.

PARECER 000025/2020

Ementa Servidor público. Extensão do período de licença-paternidade por mais 170 (cento e setenta) dias. Mãe do bebê em gozo de licença-maternidade. Impossibilidade de extensão do período da licença-paternidade.

PARECER 000026/2020

Ementa Policial Militar Estadual. Conselho de Justificação. Julgamento pelo Tribunal de Justiça do Estado. Reconhecimento de prescrição da pretensão punitiva estatal. Arquivamento do feito disciplinar.

PARECER 000027/2020

Ementa Servidor público. Estágio probatório. Readaptação. Possibilidade. Avaliação especial. Órgão de destino. Análise jurídica.

PARECER 000028/2020

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. DETRAN. Necessidade de novas diligências. Nulidade. Instauração de nova comissão.

PARECER 000029/2020

Ementa Secretaria de Administração. Consulta. Pedido de férias. Servidor em prorrogação de licença saúde. Análise jurídica.

PARECER 000030/2020

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Relatório conclusivo pela ocorrência de abandono de cargo. Comprovação da inassiduidade habitual. Alteração do fundamento legal. Possibilidade. Faltas injustificadas. Incidente de sanidade. Recusa do servidor. Comprovação de sua capacidade laborativa. Prosseguimento do feito. Demissão.



PARECER 000031/2020

Ementa Adesão à ata. Aquisição de açúcar. PGE participe. Análise jurídica.

PARECER 000032/2020

Ementa Averbação de Tempo de Serviço. Adicional de Tempo de Serviço. Acúmulo de cargos. Servidor público estatutário. Período não concomitante. Possibilidade. Efeitos financeiros. Marco inicial: pedido. Análise jurídica.

PARECER 000033/2020

Ementa Minuta de Decreto. Critérios de seleção para nomeação de gestores de URE's e USE's. Previsão de atribuições das funções.

PARECER 000034/2020

Ementa Aditivo contratual. Manutenção de veículos. Redistribuição de valores entre peças e serviços. Inexistência de acréscimo ou supressão de valores.

PARECER 000035/2020

Ementa Conversão de licença especial não gozada em pecúnia. Precedentes. Estudo nº 01/2018.

PARECER 000036/2020

Ementa Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal – COMSEFAZ. Contribuição. Análise jurídica.

PARECER 000037/2020

Ementa Servidora pública estadual. Procuradoria-Geral do Estado do Pará. Pedido de aposentadoria. Regularidade funcional. Cumprimento das exigências legais de afastamento. Análise jurídica.



PARECER	000039/2020
Ementa	Análise de Decreto. Grupo de Trabalho Especial de Modernização dos Sistemas Corporativos do Estado do Pará. Secretaria de Estado de Fazenda. Banco Interamericano de Desenvolvimento. Análise jurídica.
PARECER	000040/2020
Ementa	Promoção por ressarcimento de preterição. Análise jurídica.
PARECER	000041/2020
Ementa	Agregação. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social. Possibilidade.
PARECER	000042/2020
Ementa	Dispensa de convocação de militar da reserva remunerada. Análise jurídica.
PARECER	000043/2020
Ementa	Pregão eletrônico. Fornecimento de equipamentos de videoconferência, televisores, impressora de cartão PVC e componentes e equipamentos de tecnologia da informação. Aprovação da minuta de edital pela assessoria jurídica (Art. 38, Parágrafo Único, da Lei nº 8.666/93). Análise jurídica.
PARECER	000045/2020
Ementa	Conversão de Licença Especial não gozada em pecúnia. Precedentes. Estudo nº 01/2018.
PARECER	000046/2020
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. DETRAN. Apuração de responsabilidades. Processo de Habilitação. Análise jurídica.



PARECER 000047/2020

Ementa Servidor público estadual. Assédio sexual. Improbidade administrativa. Valimento. Demissão a bem do serviço público.

PARECER 000048/2020

Ementa Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social – SIEDS. Regimento Interno. Resolução nº 382/2019-CONSEP. Mantém a Comissão Técnica de observação do cumprimento de mandados judiciais de reintegração de posse. Homologação por ato do Governador do Estado. Decreto.

PARECER 000049/2020

Ementa Sistema de Cotação Eletrônica de Preços. Encadernação de Diários Oficiais. Contratação direta. Dispensa de licitação. Mudança de exercício financeiro. Necessidade de informações acerca do exercício de 2020. Diligências.

PARECER 000050/2020

Ementa Anteprojeto de Lei. Análise de Projeto de Lei de criação da SEAC – Secretaria de Estado de Articulação da Cidadania.

PARECER 000051/2020

Ementa Nomeação e exoneração de membros do Comitê de Investimentos - COINV. Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará. Possibilidade.

PARECER 000052/2020

Ementa Policial Militar Estadual. Pleito de reclassificação de turma. Inexistência de preterição ilegítima a assegurar retroação de efeitos funcionais.



PARECER 000053/2020

Ementa Substituição de membros. Câmara de Planejamento e Gestão Estratégica. Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia.

PARECER 000054/2020

Ementa Servidor estadual. Professor do SOME. Denúncia de assédio, incontinência pública e conduta escandalosa. Processo Administrativo Disciplinar. Demissão.

PARECER 000055/2020

Ementa Nomeação de aprovados no Concurso - 186. Possibilidade.

PARECER 000056/2020

Ementa Cessão de empregado público. Pedido de pagamento de quinquênio. Recomendação de indeferimento. Análise jurídica.

PARECER 000057/2020

Ementa Decreto. Regulamento do Pregão Eletrônico. Aquisição de bens e serviços comuns. Análise jurídica.

PARECER 000058/2020

Ementa Prestação de contas. Fundo rotativo. Improbidade não caracterizada. Repreensão. Prescrição. Arquivamento.

PARECER 000059/2020

Ementa Servidor público estatutário não estável. Contratação sem concurso. Nulidade. Análise jurídica.

PARECER 000060/2020

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Dano ao erário público. Ato de improbidade. Art. 81, IV e art. 84, parágrafo único da Lei Complementar nº 2299. Demissão a bem do serviço público.



PARECER	000061/2020
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Instalação de keylogger para captura de senha pessoal. Utilização da senha em Sistema da Administração para benefício de terceiro. Arquivamento em relação a um dos servidores por ausência de provas. Conduta do outro servidor configurada como improbidade administrativa e valimento do cargo. Término de vínculo temporário. Possibilidade de aplicação da pena de demissão a bem do serviço público.
PARECER	000062/2020
Ementa	Minuta de Decreto. Nomeação dos membros do Conselho de Juventude do Estado do Pará (COJUEPA). Análise jurídica.
PARECER	000063/2020
Ementa	Análise de decreto. Minuta de Decreto. Regulamentação das atribuições dos Agentes de Fiscalização Ambiental, no exercício do poder de Polícia Administrativa Ambiental, dos instrumentos de Fiscalização Ambiental, dos procedimentos para autuação e aplicação de medidas cautelares e emergenciais. Análise Jurídica.
PARECER	000064/2020
Ementa	Servidor público. Incorporação de função gratificada. Requisitos. Análise jurídica.
PARECER	000065/2020
Ementa	Minuta de Decreto. Concessão da Medalha “TEN CEL BM Francisco Feliciano Barbosa”. Possibilidade.
PARECER	000066/2020
Ementa	Anteprojeto de lei. Fundação Carlos Gomes. Lei nº 5.939/1996. Reestruturação administrativa. Análise jurídica.



PARECER	000067/2020
Ementa	Gratificação de Interiorização. Revogação da Lei Complementar nº 24/1994. Não previsão na Lei Complementar nº 41/2002. Ausência de regulamentação do art. 143 da Lei nº 5.810/1994. Impossibilidade de pagamento.
PARECER	000068/2020
Ementa	Convocação de militares da reserva. Preenchimento dos requisitos formais. Possibilidade.
PARECER	000069/2020
Ementa	Minuta de decreto. Convocação da V Conferência Estadual de Segurança Alimentar Nutricional.
PARECER	000070/2020
Ementa	Minuta de decreto. Nomeação de membros. Conselho Fiscal do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará (IGEPREV).
PARECER	000071/2020
Ementa	Minuta de Decreto. Nomeação de candidato <i>sub-judice</i> . Análise jurídica.
PARECER	000072/2020
Ementa	Minuta de Decreto. Nomeação de candidato <i>sub-judice</i> . Análise Jurídica.
PARECER	000073/2020
Ementa	Militar Estadual. Reserva remunerada. Licença especial alegadamente não usufruída. Pedido de conversão em valor apresentado diretamente à PGE/PA. Estudo nº 001/2018. Caso concreto carente de adequada instrução.



PARECER	000074/2020
Ementa	Ata de Registro de Preços nº 013/2019-SEAD. Participação. Leite em pó. Contratação. Análise jurídica.
PARECER	000075/2020
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Possível assédio sexual. Importância do depoimento da vítima. Conversão em diligência.
PARECER	000076/2020
Ementa	Auxílio morte. Policial civil. Auxiliar técnico de Polícia Civil. Cargo não integrante da carreira Policial Civil. Análise jurídica. Análise jurídica.
PARECER	000077/2020
Ementa	Aquisição de mobiliário. Ata de Registro de Preço. Adesão de órgão não participante. Análise jurídica da minuta contratual. Art. 38, Parágrafo Único, da Lei n. 8.666/93.
PARECER	000078/2020
Ementa	Militar estadual. Reserva remunerada. Licença especial alegadamente não usufruída. Pedido de conversão em valor apresentado diretamente à PGE/PA. Estudo nº 001/2018. Análise jurídica.
PARECER	000079/2020
Ementa	Processo administrativo disciplinar. Assédio sexual. Ausência de provas do ato infracional. Incidente de sanidade mental. Acusado incapaz. Incapacidade anterior aos fatos que lhe foram imputados. Arquivamento do processo.
PARECER	000080/2020
Ementa	Minuta de contrato. Aquisição de café. Ata de Registro de Preço. Possibilidade.



PARECER 000081/2020

Ementa Nomeação para concurso público. Nomeação de aprovados no Concurso C - 199. Possibilidade.

PARECER 000082/2020

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Secretário Adjunto. Agente Político. Irregularidades apontadas pela Auditoria Geral do Estado. Arquivamento. Necessidade de instauração de Tomada de Contas Especial. Análise jurídica.

PARECER 000083/2020

Ementa Anteprojeto de Lei. Política Estadual de Proteção e Defesa Civil. Conselho Estadual de Proteção e Defesa Civil. Análise Jurídica.

PARECER 000084/2020

Ementa Policial militar transferido para a reserva remunerada. Pedido de conversão de licença especial não gozada em pecúnia. Caso concreto carente de adequada instrução. Não conhecimento do requerimento. Precedente PGE/PA.

PARECER 000085/2020

Ementa Proposta de decreto. Minuta de decreto. Regulamento do Domicílio Eletrônico do Contribuinte – DEC. Estado do Pará. Sujeito passivo dos tributos estaduais.

PARECER 000086/2020

Ementa Anteprojeto de lei. Alteração da Lei nº 5.810/1994. Institui o Processo Administrativo Disciplinar Simplificado (PADS) e o Termo de Ajustamento Disciplinar (TAD). Análise jurídica.

PARECER 000089/2020

Ementa Plano de Trabalho para subsidiar Acordo de Cooperação. ADEPARÁ e PGE/PA. Viabilidade jurídica.



PARECER	000090/2020
Ementa	Processo seletivo para estagiários da PGE. Análise jurídica do edital.
PARECER	000091/2020
Ementa	Ex-policia! militar estadual. Licenciamento a bem da disciplina. Absolvição judicial.
PARECER	000092/2020
Ementa	Consulta. Transporte alternativo rodoviário intermunicipal. Lei nº 8.470/2017. Resolução nº 06/2018-ARCON. Momento da análise da vedação ao exercício de atividade econômica. Ato de autorização do serviço.
PARECER	000094/2020
Ementa	Programa Social “Carteira Nacional de Habilitação Pai d’Égua. Minuta de Projeto de Lei.
PARECER	000095/2020
Ementa	Pedido de revisão de Processo Administrativo Disciplinar. Ausência de fato novo. Improcedência do pedido de revisão.
PARECER	000096/2020
Ementa	Acordo de Cooperação Técnica. Procuradoria-Geral do Estado do Pará. Polícia Civil do Estado do Pará. Intercâmbio de informações. Viabilidade.
PARECER	000098/2020
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Acumulação de cargos/funções. Auxiliar de saúde e técnico de enfermagem. Possibilidade de acumulação, em tese. Necessidade de apurar a compatibilidade de horários. Nulidade parcial por falta de prova essencial. Constituição de nova comissão.



PARECER	000100/2020
Ementa	Cessão de servidor público. Despesas pagas pelo cedente. Pedido de ressarcimento. Ocorrência da prescrição quinquenal.
PARECER	000101/2020
Ementa	Servidor público estadual. Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Ausência de <i>animus abandonandi</i> . Absolvição.
PARECER	000102/2020
Ementa	Decreto estadual visando a declaração de utilidade pública do imóvel. Preenchimento dos requisitos
PARECER	000103/2020
Ementa	Bombeiro militar transferido para a reserva remunerada. Requerimento administrativo protocolado diretamente na PGE/PA. Majoração da Gratificação de Risco de Vida. Diferença do soldo. Ausência de adequada instrução. Não conhecimento.
PARECER	000104/2020
Ementa	Acumulação de cargos. Auxiliar de saúde. Cargo extinto. Exercício das funções de auxiliar de enfermagem. Cargos com as mesmas atribuições e requisitos de provimento. Atividades desenvolvidas, voltadas para área da saúde. Compatibilidade de horário. Inexistência de acumulação ilícita.
PARECER	000106/2020
Ementa	Pedido de reconsideração em pedido de revisão. Cabimento. Direito de petição. Insustentação dos argumentos suscitados. Manutenção da decisão de improcedência. Indeferimento do pleito.
PARECER	000107/2020
Ementa	Adicional de incorporação de função gratificada e cargo em comissão. Benefícios previdenciários. Critérios de reajuste. Vinculação a remuneração do cargo ou função.



PARECER	000108/2020
Ementa	Minuta de Decreto que fixa os limites de gastos para concessão de benefícios fiscais de incentivo à cultura. Lei Estadual n. 6.572/2003. Previsão da renúncia de receita prevista na Lei n. 8.891/2019 (LDO). Não observância do valor estimado na LDO. Necessária observância aos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal.
PARECER	000109/2020
Ementa	Minuta de decreto governamental. Assentamento sustentável Renascer. Decreto homologatório. Observância dos requisitos legais. Viabilidade de assinatura.
PARECER	000110/2020
Ementa	Minuta de Decreto Governamental. Assentamento sustentável Nova Esperança. Decreto homologatório. Observância dos requisitos.
PARECER	000111/2020
Ementa	Serviço de Transporte Público Alternativo Intermunicipal do Estado do Pará. Autorização. Natureza jurídica. Impossibilidade de transferência. Descabimento da exigência de assinatura da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) do motorista auxiliar.
PARECER	000112/2020
Ementa	Unidade de Conservação. Parque do Utinga. Termo de Cooperação Financeira. Afetação. Contrato de gestão. Possibilidade de alteração do órgão supervisor. Análise jurídica.
PARECER	000113/2020
Ementa	Secretaria de Estado de Saúde. Acumulação de cargos. Agente de saúde. Profissão não regulamentada. Processo Administrativo Disciplinar. Natureza técnica das atribuições. Art. 37, XVI, c, da Constituição Federal. Legalidade da acumulação. Sugestão de arquivamento.



PARECER 000114/2020

Ementa Contratos de financiamento. Sistema Financeiro de Habitação. Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS). Recibo de quitação e liberação de hipoteca. Análise jurídica.

PARECER 000115/2020

Ementa Adicional de pós-graduação polícia civil – delegado. Mestrado em geografia - área do conhecimento que não se relaciona com as atividades policiais desenvolvidas. Indeferimento.

PARECER 000116/2020

Ementa Minuta de Decreto. Dispõe sobre a readaptação de Policiais Militares da Polícia Militar do Pará.

PARECER 000117/2020

Ementa Minuta de Decreto Governamental. Assentamento Agroextrativista Jauaroca. Decreto homologatório. Observância dos requisitos legais. Viabilidade da assinatura.

PARECER 000118/2020

Ementa Minuta de decreto governamental. Assentamento Sustentável Bom Jesus do Rio Capim. Decreto homologatório. Observância dos requisitos legais. Viabilidade de assinatura.

PARECER 000119/2020

Ementa Bombeiro militar. Processo Administrativo Disciplinar Simplificado. Sancionamento disciplinar. Licenciamento a bem da disciplina. Recurso hierárquico. Provimento parcial. Atenuação de pena. Suspensão.

PARECER 000120/2020

Ementa Adicional de Tempo de Serviço. Inclusão por erro da Administração. Ato viciado. Decadência. Impossibilidade. Invalidação.



PARECER 000121/2020

Ementa Contrato administrativo. Prestação de Serviço de Gestão de Abastecimento de combustível. Termo aditivo. Prorrogação por mais 12 (doze) meses. Possibilidade.

PARECER 000122/2020

Ementa Cargo público. Transformação. Transposição. Enquadramento. Promoção. Análise jurídica.

PARECER 000123/2020

Ementa Recebimento indevido de valores. Licença especial. Exoneração. Restituição de valores. Desconto em contracheque. Necessidade de autorização do servidor ou instauração de procedimento administrativo com contraditório e ampla defesa.

PARECER 000124/2020

Ementa Proposta de Decreto. Minuta de Decreto. Alteração do Decreto Estadual nº 2.230/2018. Análise jurídica.

PARECER 000125/2020

Ementa Requerimento administrativo protocolado diretamente na PGE. Majoração do soldo e da Gratificação de Risco de Vida. Ausência de adequada instrução. Não conhecimento.

PARECER 000126/2020

Ementa Pensão policial militar. Revisão da composição da pensão. Limite temporal para anulação do ato. Termo inicial. Art. 67 da Lei Estadual nº 8.972/2020. Art. 24 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro - LINDB.

PARECER 000127/2020

Ementa Minuta de Decreto Governamental. Assentamento Agroextrativista Peaex Cujari. Decreto homologatório. Observância dos requisitos legais. Viabilidade de assinatura.



PARECER	000128/2020
Ementa	Anteprojeto de Lei. Alteração das Leis n. 7.028/07 e 7.029/07. Reestruturação da SEASTER. Análise jurídica.
PARECER	000129/2020
Ementa	Possibilidade de doação de imóvel. Município de Óbidos (PA).
PARECER	000130/2020
Ementa	Termo de cessão de uso de bem público. Lei Estadual n. 6.614/2004. Uso de parte de imóvel pertencente ao Estado do Pará para o funcionamento da Unidade Regional da Junta Comercial do Estado do Pará em Marabá. Ato unilateral e discricionário da Administração Pública. Interesse público presente. Atendimento aos requisitos legais.
PARECER	000131/2020
Ementa	Bombeiro militar. Requerimento administrativo. Pedido apresentado diretamente à Procuradoria-Geral do Estado. Diferença do soldo. Ausência de adequada instrução. Não conhecimento.
PARECER	000132/2020
Ementa	DETRAN/PA. Agente de Fiscalização de Trânsito. Gratificação de Risco de Vida. Majoração de percentual. Minuta de Decreto. Análise Jurídica.
PARECER	000134/2020
Ementa	Grupo de Trabalho. Nomeação de membros. Representantes. Análise jurídica.
PARECER	000135/2020
Ementa	Análise de Minuta de Decreto que estabelece o percentual para pagamento da Gratificação de Risco de Vida dos Servidores do CPC Renato Chaves. Regulamentação do art. 13, I, da Lei 6.829/06.



PARECER 000136/2020

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Departamento de Trânsito do Estado do Pará (DETRAN). “Operação Galezia”. Inobservância do devido processo legal. Nulidade total.

PARECER 000137/2020

Ementa Nomeação de aprovados no Concurso C – 199. Possibilidade.

PARECER 000138/2020

Ementa Medalha General Ferreira Coelho - Dedicção aos Estudos. Polícia militar. Concessão. Competência do Exmo. Sr. Governador do Estado. Análise jurídica.

PARECER 000139/2020

Ementa Contratação de serviço de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal. Serviço técnico profissional especializado. Inexigibilidade de licitação. Artigos 25, II e 13, VI da Lei 8.666/93. Requisitos: singularidade do serviço e notória especialização do profissional. Análise jurídica exigida pelo Parágrafo Único do artigo 38, da Lei n. 8.666/93.

PARECER 000140/2020

Ementa Minuta de Projeto de Lei que cria a Política Estadual de Gerenciamento Costeiro- PEGC/PA.

PARECER 000141/2020

Ementa Minuta de Projeto de lei. Projeto da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP) para exercício de atividades laborais pelos presos. Remuneração pelo trabalho do preso. Instituição do Fundo de Trabalho Penitenciário. Inexistência de inconstitucionalidade. Sugestões de alterações.



PARECER	000142/2020
Ementa	Conselho de Justificação. Decisão do E.TJE/PA. Aplicação do art. 140, II da Lei Estadual n. 6.833/06. Militar que se encontra na reserva. Aplicação da perda da patente e do posto. Possibilidade. Aplicação da demissão. Impossibilidade.
PARECER	000143/2020
Ementa	Aluno-aprendiz. Tempo de serviço. Averbação. Requisitos cumulativos. Parecer Referencial n. 006/2019.
PARECER	000144/2020
Ementa	Servidor temporário. Recursos de Programa Federal (FNDE/PDDE). Suposta ausência de prestação de contas. Alegada conduta desidiosa, improbidade administrativa e lesão aos cofres públicos. Processo Administrativo Disciplinar. Nulidade. Diligências.
PARECER	000145/2020
Ementa	Minuta de Decreto Estadual. Adaptação à Lei de Liberdade Econômica. Análise Jurídica.
PARECER	000146/2020
Ementa	Projeto de lei. Iniciativa do Poder Executivo. PMPA e CBMA. Oficiais, praças, praças especiais, inativos e pensionistas. Reajuste de soldos. Análise jurídica.
PARECER	000147/2020
Ementa	Minuta de Decreto. Regulamento do Sistema de Arrecadação Estadual – SIARE.
PARECER	000148/2020
Ementa	Convocação de militares da reserva. Preenchimento dos requisitos formais. Possibilidade.



PARECER	000150/2020
Ementa	Renovação de convocação de militares da reserva. Preenchimento dos requisitos formais. Comprovação de disponibilidade orçamentária para convocação.
PARECER	000151/2020
Ementa	Minuta de Decreto. Alteração do Decreto n. 1.941/2017 que dispõe sobre estágio de estudante no âmbito do Estado do Pará.
PARECER	000153/2020
Ementa	Dispensa de convocação de militar da reserva remunerada. Análise jurídica.
PARECER	000154/2020
Ementa	Anteprojeto de lei. Instituição do Sistema de Defesa do Servidor Público no exercício da função e Conselho de Defesa do Servidor Público no exercício da função. Análise jurídica.
PARECER	000155/2020
Ementa	Nomeação de aprovados em concurso público. SEDUC. Inexistência de afronta à Lei de Responsabilidade Fiscal.
PARECER	000156/2020
Ementa	Renovação de convocação de policiais militares da reserva. Possibilidade.
PARECER	000157/2020
Ementa	Medalha General Ferreira Coelho – Dedicação aos Estudos. Polícia Militar. Concessão. Competência do Exmo. Governador do Estado. Análise jurídica. Possibilidade.



PARECER	000158/2020
Ementa	Dispensa de convocação de militar da reserva remunerada. Análise Jurídica.
PARECER	000159/2020
Ementa	Processo administrativo disciplinar. Ex-servidor temporário. Processos ambientais. Hipóteses legais de demissão a bem do serviço público.
PARECER	000160/2020
Ementa	Regularização fundiária urbana. Núcleo Consolidado Fé em Deus. Termo de Cessão de Posse. Inteligência do Art. 26, §3 da Lei Federal n.6.766 c/c Lei Federal n. 11.977/2009.
PARECER	000161/2020
Ementa	Tempo de serviço simultâneo em cargos acumuláveis. Averbação. Ato Declaratório. Prescrição não incidente. Efeitos. Art. 73 e § Único da Lei n. 5.810/1994. Revisão parcial do Parecer n. 388/2015.
PARECER	000162/2020
Ementa	Recurso hierárquico em Conselho de Disciplina. Exclusão a bem da disciplina. Pressupostos recursais. Análise jurídica.
PARECER	000163/2020
Ementa	Pregão eletrônico. Contratação de serviços de desinsetização, desratização e descupinização. Aprovação da minuta de edital pela Assessoria Jurídica (Art. 38, Parágrafo Único, da Lei nº 8.666/93). Análise Jurídica.
PARECER	000164/2020
Ementa	Fundação Cultural do Pará. Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas. Doação de livros. Impossibilidade. Ano eleitoral. Cessão de uso.



Possibilidade. Realização de chamamento aos Municípios interessados.

PARECER 000165/2020

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Ausência de *Animus Abandonandi*. Inobservância da lei. Não acatamento do relatório final que sugeriu o arquivamento. Aplicação da penalidade de repreensão.

PARECER 000166/2020

Ementa Análise de minuta contratual. Contrato de financiamento. Estado do Pará e Caixa Econômica Federal. Linha de financiamento FINISA II. Contrato nº 510.060-DVº:33. Regularidade e legalidade das cláusulas contratuais.

PARECER 000167/2020

Ementa Gratificação de Produtividade da SEFA. Extensão aos servidores do Grupo TAF lotados na Diretoria de Tributação. Exegese do inciso II, do art. 90, da Lei n. 6.182/98. Pagamento devido. Alteração da metodologia de cálculo. Pagamento em cotas máximas. Ausência de previsão legal.

PARECER 000168/2020

Ementa Medalha General Ferreira Coelho – Dedicação aos Estudos. Polícia Militar.

PARECER 000169/2020

Ementa Convênio. Repasse de recursos. Programa de Aceleração do Crescimento. Depredação de serviços já executados e pagos pelo município com recursos do FNHIS. (Im)possibilidade de celebração de ajuste com o mesmo objeto. Análise jurídica.



PARECER	000170/2020
Ementa	Ata de registro de preços n. 005/2020-SEPLAD. Participação. Serviços continuados de transporte individual de passageiros sob demanda e por plataforma eletrônica ou aplicativo web. Contratação. Análise jurídica.
PARECER	000171/2020
Ementa	Regularização fundiária urbana. Lei n. 13.465/2017. Procedimento. Bem público. COHAB-PA. Comunidade do Jaderlândia. Município de Castanhal.
PARECER	000172/2020
Ementa	Licitação Pública. Pregão eletrônico. Aquisição de equipamentos de scanner. Minuta de edital. Análise jurídica.
PARECER	000173/2020
Ementa	Pregão eletrônico. Fornecimento de sistema de circuito fechado de televisão IP (CFTV-IP), com instalação. Aprovação da minuta de edital pela assessoria jurídica (art. 38, Parágrafo Único, da Lei n. 8.666/93).
PARECER	000174/2020
Ementa	Empregado público. Quinquênio. Vantagem prevista em Acordo Coletivo de Trabalho (ACT). Ultratividade relativa. Súmula n.277 do TST. Aplicação suspensa pela medida cautelar deferida na ADPF n. 323/DF. Vedação expressa de ultratividade na nova redação do art. 614, § 3, da CLT, dada pela Lei n. 13.467/2017 (Reforma Trabalhista).
PARECER	000175/2020
Ementa	Processo revisional de pena de demissão. Sentença penal absolutória por falta de provas. Independência das instâncias. Incomunicabilidade da Decisão Judicial. Improcedência.



PARECER	000176/2020
Ementa	Promoção por tempo de serviço. Possibilidade. Preenchimento dos requisitos da Lei n. 8.388 de 2016.
PARECER	000177/2020
Ementa	Termo de cessão de uso de bem público. Lei Estadual n. 6.614/2004. Uso de parte do imóvel pertencente ao Estado do Pará para Associação de Saúde, Esporte, Lazer e Cultura (ASELC), exclusivamente para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de Saúde do Hospital Regional Público do Araguaia. Ato unilateral e discricionário da Administração Pública. Interesse público presente. Atendimento aos requisitos legais.
PARECER	000178/2020
Ementa	Consulta. Efeitos da Lei Federal nº 13.967, de 2019, que altera o Art. 18 do Decreto-Lei n. 667, de 2 de Julho de 1969, para extinguir a pena de prisão disciplinar para as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal.
PARECER	000179/2020
Ementa	Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Decreto municipal. Declara situação de emergência no município de Gurupá.
PARECER	000180/2020
Ementa	Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Decreto municipal. Declara situação de emergência no município de Paragominas.
PARECER	000181/2020
Ementa	Licitação Pública. Pregão Eletrônico. Aquisição de Equipamentos de Softwares. Minuta de Edital. Análise Jurídica.



PARECER

000182/2020

Ementa

Policial Militar. Processo Administrativo Disciplinar Simplificado (PADS). Licenciamento a bem da disciplina. Recurso Hierárquico. Oitiva de testemunhas na ausência do acusado. Intimação efetuada. Designação de Defensor Dativo. Inexistência de dúvida razoável sobre a sanidade mental do acusado. Desnecessidade de instauração de incidente de insanidade mental. Inocorrência de nulidade processual.

PARECER

000183/2020

Ementa

Contrato administrativo. Contratação de serviços de Consultoria-Geral. Contratação financiada com recursos de Organismo Financeiro Internacional. Primazia das Normas Internacionais. Convivência com os Princípios Constitucionais da Administração Pública e demais Princípios dele decorrentes. Alteração contratual. Contrato já acrescido em 94,88%. Novo acréscimo correspondente a 0,51% do valor originalmente contratado. Análise da possibilidade jurídica à luz das Normas Internacionais e do Ordenamento Jurídico Pátrio. Excepcionalidade da hipótese. Preenchimento cumulativo dos pressupostos firmados pelo TCU (Decisão n. 215/99). Harmonia com a Principiologia Constitucional da Administração Pública e com os Princípios básicos da licitação pública.

PARECER

000184/2020

Ementa

Processo Administrativo Disciplinar. Acumulação de cargos. Auxiliar de saúde da Secretaria de Estado de Saúde Pública (SESPA) e auxiliar operacional de serviços diversos do Ministério da Saúde. Necessidade de verificar se o cargo federal é privativo de profissional da saúde. Nulidade parcial por falta de prova essencial. Constituição de nova comissão.

PARECER

000185/2020

Ementa

Conselho de Justificação. Ofensa ao contraditório e a ampla defesa não configurada. Impedimento. Substituição de membro. Cabimento. Ausência de nulidade.



PARECER 000186/2020

Ementa Servidor Público Federal. Cessão. SEGUP. Tempo de serviço estadual averbado em cargo federal. Pedido de nova averbação na esfera estadual. Adicional por tempo de serviço. Descabimento.

PARECER 000187/2020

Ementa Indenização de férias vencidas. Servidor cedido. Pagamento e ressarcimento.

PARECER 000188/2020

Ementa Minuta de Projeto de Lei. Altera dispositivo da Lei n. 8.931, de 14 de novembro de 2019, que alterou e acrescentou dispositivos à Lei n.5.674, de 21 de outubro de 1991 (FDE), e revogou dispositivos da Lei Estadual n. 6.489, de 27 de setembro de 2002. Contribuição não-compulsória.

PARECER 000189/2020

Ementa Tempo de afastamento em gozo de licença-estudo. Professor. Contagem para fins de aposentadoria especial. Impossibilidade. Pagamento da Gratificação de Magistério. Inexistência de motivo que justifique a mudança de entendimento.

PARECER 000190/2020

Ementa Abandono de cargo. Portaria de dispensa. Nulidade. Prescrição da Lei Penal. Necessidade de instauração de PAD. Expedição de Declaração de tempo de serviço. Direito do servidor que não depende da conclusão do PAD.

PARECER 000191/2020

Ementa Anteprojeto de Lei. Código Estadual de Segurança Contra Incêndios e Emergências. Análise Jurídica.



PARECER	000192/2020
Ementa	Sigilo de dados. Sigilo Fiscal. Internet Protocol (IP). Poder de requisição. Análise jurídica.
PARECER	000193/2020
Ementa	Nomeação de aprovados no concurso C-196. Possibilidade.
PARECER	000194/2020
Ementa	Decreto estadual visando a declaração de utilidade pública do imóvel. Preenchimento dos requisitos indispensáveis ao ato. Publicação.
PARECER	000195/2020
Ementa	Policial militar. Deserção. Promoção em ressarcimento de preterição. Inexistência de erro administrativo. Indeferimento.
PARECER	000196/2020
Ementa	Agências Reguladoras ARCON e ANEEL. Setor elétrico. Convênio de Cooperação para descentralização de serviços. Resolução no 417/2010- ANEEL. Regularidade formal. Recomendações.
PARECER	000197/2020
Ementa	Agregação. Casa Militar da Governadoria do Estado do Pará. Possibilidade.
PARECER	000198/2020
Ementa	Convocação de militares da reserva. Preenchimento dos requisitos formais. Possibilidade.
PARECER	000199/2020
Ementa	Renovação da convocação de policiais militares da reserva. Possibilidade.



PARECER	000200/2020
Ementa	Anteprojeto de lei. Dispõe sobre a ampliação de vagas no quadro de cargos de provimento efetivo da Secretaria de Estado de Saúde Pública (SESPA). Análise jurídica.
PARECER	000201/2020
Ementa	Minuta de Decreto. Disque-Denúncia. Análise jurídica.
PARECER	000202/2020
Ementa	Minuta de Anteprojeto de Lei. Criação de cargos efetivos na Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS). Aumento de despesa. Necessidade de complementação da instrução. Sugestões de alterações no texto.
PARECER	000203/2020
Ementa	Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Decreto Municipal declara situação de emergência no Município de São Geraldo do Araguaia (PA).
PARECER	000204/2020
Ementa	Minuta de Projeto de Lei. Altera e revoga dispositivos da Lei n.6.830 de 13 de fevereiro de 2006, que dispõe sobre a Gratificação de Complementação de Jornada Operacional para as Operações Especiais das Polícias Civil e Militar do Estado, a ser paga aos Policiais Cíveis e Militares que especifica.
PARECER	000205/2020
Ementa	Minuta de Decreto. Alteração do art. 3, I e do art. 38 Caput do Decreto Estadual n. 552/2020. Revogação do art. 38, Parágrafo Único do Decreto n. 552/2020.



PARECER 000206/2020

Ementa Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Decreto Municipal declara situação de emergência no Município de Marabá (PA).

PARECER 000207/2020

Ementa Anistia Administrativa. Pleito já analisado. Prescrição quinquenal do Fundo de Direito.

PARECER 000208/2020

Ementa Polícia Militar. Conselho de Justificação. Presidente. Transferência para a Reserva Remunerada. Demais membros. Transferência para outras unidades. Substituição de todos os membros. Edição de Decreto. Possibilidade.

PARECER 000209/2020

Ementa Servidor público. Abandono de cargo. Necessidade de apuração por Processo Administrativo Disciplinar. Avaliação de estágio probatório. Ausência do devido processo legal. Providências.

PARECER 000210/2020

Ementa Processo administrativo disciplinar. Servidor temporário. Inassiduidade habitual. Demissão. Recomendação de instauração de sindicância administrativa. Necessidade de reparação ao erário. Análise jurídica.

PARECER 000211/2020

Ementa Policial militar. Promoção em ressarcimento de preterição, pelo critério de antiguidade. Ausência de comprovação da preterição. Encaminhamento dos autos à PMPA para complementação da instrução.



PARECER 000212/2020

Ementa Servidor público estadual. Militar reformado das Forças Armadas. Possibilidade de cumulação de aposentadorias. Art. 11 da EC n.20/98. Possibilidade.

PARECER 000213/2020

Ementa Cumprimento de Decisão Judicial. Nomeação *sub judice*.

PARECER 000214/2020

Ementa Militar Estadual. Reserva remunerada. Reajuste de soldo. Majoração de Gratificação de Risco de Vida. Caso concreto carente de adequada instrução.

PARECER 000215/2020

Ementa Projeto de Indicação. Estabelece normas gerais para a realização de testes de aptidão física nos concursos públicos no âmbito da Administração Pública Estadual e dá outras providências. Análise jurídica.

PARECER 000216/2020

Ementa Imóvel público. Domínio útil. Doação com encargo. Inobservância da finalidade do uso do bem. Revogação. Descumprindo a donatária quaisquer das condições impostas na doação. Desvirtua a finalidade do Ato, e impede ao doador cumprir a destinação do bem da coletividade, justificando a reversão do imóvel. Necessidade de comprovação do descumprimento.

PARECER 000217/2020

Ementa Servidor público estadual. Requisição pela Justiça Eleitoral. Manutenção de Direitos e Vantagens inerente ao cargo/emprego público. Gratificação de Tempo Integral. Princípio da razoabilidade.



PARECER 000218/2020

Ementa Processo Administrativo Disciplinar Simplificado. Estabilidade. Anulação PADS. Instauração de Conselho de Disciplina.

PARECER 000219/2020

Ementa Análise de minuta contratual. Termos de Acordo em torno do cumprimento do Acórdão do STF nos autos da ADO 25. Regularidade e legalidade das cláusulas ajustadas.

PARECER 000220/2020

Ementa Pedido de pagamento de vantagens pecuniárias que servidor deixou de perceber em decorrência de seu falecimento. Dependentes legais. Desnecessidade de inventário ou alvará judicial. Análise jurídica.

PARECER 000221/2020

Ementa Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Decreto Municipal declara situação de emergência no Município de Santo Antonio do Tauá.

PARECER 000222/2020

Ementa Minuta de Decreto Legislativo autorizando a doação de imóvel do Estado ao Município de Brasil Novo/PA. Regularidade formal do instrumento. Erro material quanto ao tamanho da área. Necessidade de retorno dos autos à SEDOP para justificativa.

PARECER 000223/2020

Ementa Projeto de Indicação n. 01/18. Isenção de custas em casos de cobrança de honorários advocatícios. Necessidade de oitiva do Poder Judiciário.

PARECER 000224/2020

Ementa Convênio. BANPARÁ. Sistema Para Controle do Suprimento de Fundos. Análise jurídica.



PARECER	000225/2020
Ementa	Empregado público. Quinquênio. Vantagem prevista em Acordo Coletivo de Trabalho. Ultratividade relativa. Súmula n. 277 do TST. Aplicação suspensa pela Medida Cautelar deferida na ADPF n. 323/DF. Vedação expressa de ultratividade na nova redação do Art. 614, § 3º, da Lei n. 13.467/2017 (Reforma Trabalhista).
PARECER	000226/2020
Ementa	Alteração de dispositivos no RICMS-PA. Isenção do ICMS no transporte intermunicipal de calcário. Convênio ICMS/CONFAZ 04/2004.
PARECER	000227/2020
Ementa	Conselho de Justificação. Ausência de prova essencial. Reabertura da instrução. Nulidade parcial. Nomeação de novos membros.
PARECER	000228/2020
Ementa	Decreto altera dispositivos do Apêndice I do Anexo Único do Decreto n. 2.014 de 21.03.2018.
PARECER	000229/2020
Ementa	Nomeação de membros. Conselho Estadual de Assistência Social do Pará – CEAS/PA. Lei Estadual n. 5.940/1996.
PARECER	000230/2020
Ementa	Servidor civil. Processo Administrativo Disciplinar. Afastamento cautelar. Art. 29 da Lei Estadual n. 5.810/94. Tempo de efetivo exercício. Art. 72, inciso VIII do RJU/PA. Efeitos.
PARECER	000231/2020
Ementa	Contrato n. 006/2018-NGTM. Contratação com recursos oriundos de Financiamento Internacional. Prorrogação de vigência. Ultrapassagem da vigência do prazo de desembolso do Contrato BZ-



P20 para atender Decisão Vinculante da Junta de Conflitos (DISPUTE BOARD). Solução mais condizente com o interesse público.

PARECER

000232/2020

Ementa

Contrato de prestação de serviços de hospedagem de website, acesso à internet, licença de uso de sistemas globais e hospedagem de servidor virtualizado e. PRODEPA. Prorrogação de vigência. Apostilamento de índice de reajuste. Segundo termo aditivo. Possibilidade.

PARECER

000234/2020

Ementa

Minuta de Decreto. Regulamenta o serviço voluntário no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Estado do Pará, previsto na Lei Federal n. 9.608, de 18 de fevereiro de 1998 e dá outras providências. Análise jurídica.

PARECER

000235/2020

Ementa

Minuta de Decreto altera Regulamento do Domicílio Eletrônico do Contribuinte – DEC. Adequação do Decreto n. 609/2020 de medidas de restrições. Atendimento eletrônico ou telefônico. Evitar atendimento presencial.

PARECER

000236/2020

Ementa

Medalha Coronel Barros e Arouck. Polícia Militar do Estado do Pará. Possibilidade. Análise jurídica.

PARECER

000237/2020

Ementa

Servidor público estadual. Assédio sexual. Valimento e improbidade administrativa. Arts. 177, VI, 178,V, 190, IV e XVII e Art. 194 da Lei Estadual n. 5.810/1994. Demissão.

PARECER

000238/2020

Ementa

Ata de Registro de Preços. Contrato de Telefonia Fixa. Reequilíbrio econômico-financeiro. Preços máximos fixados pelo órgão gestor da



Ata. Art. 65, II, "d", da Lei Federal n. 8.666/1993. Celebração do quarto termo aditivo. Possibilidade.

PARECER 000239/2020

Ementa Minuta de Decreto. Instituição de Modelo de Governança e Gestão do Projeto em Frente Brasil. Sugestões de alterações no texto. Diligência.

PARECER 000241/2020

Ementa Minuta de Decreto. Regulamento de Uniformes do Corpo de Bombeiros Militar do Pará. Alteração do Decreto n. 2.181/2018. Análise jurídica.

PARECER 000242/2020

Ementa Termo de Cessão de Uso de Bem Imóvel. Regularidade do instrumento. Interesse público. Observância dos requisitos legais. Possibilidade jurídica.

PARECER 000243/2020

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Recebimento indevido de diárias. Improbidade administrativa. Infração aos artigos 177, VI, 178, XVII e 190, IV do Regime Jurídico Único.

PARECER 000245/2020

Ementa Pandemia do corona vírus (Covid-19). Estado de Calamidade Pública no Estado do Pará (Decreto Legislativo n. 02/2020). Auxílio fardamento para militares estaduais. Antecipação de pagamento. Viabilidade jurídica.

PARECER 000246/2020

Ementa Polícia Militar. Conselho de Disciplina. Exclusão a bem da disciplina. Pedido de revisão. Ausência de fatos novos. Não conhecimento. Análise jurídica.



PARECER 000247/2020

Ementa Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Decreto Municipal. Declara situação de emergência no Município de Água Azul do Norte.

PARECER 000248/2020

Ementa Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Decreto Municipal. Declara situação de emergência no Município de Xinguara (PA).

PARECER 000249/2020

Ementa Medalhas do Mérito de Bons Serviços Prestados à PM/PA. Minuta de Decreto. Análise jurídica.

PARECER 000250/2020

Ementa Minuta de Decreto. Alteração do Regulamento do ICMS. Parcelamento do recolhimento do imposto apurado em livro fiscal. Alteração de vencimento de imposto. Regularidade.

PARECER 000408/2020

Ementa Tornar sem efeito nomeação. Concurso C-186. Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda (SEASTER).

PARECER 000409/2020

Ementa Compensação ambiental. Natureza jurídica indenizatória por danos futuros não mitigáveis. Marco Legal. Possibilidade da cobrança a partir do Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. O Art. 36 da Lei nº 9.985/2000, que institui a compensação ambiental, trata-se de norma de eficácia limitada. Possibilidade de retroatividade tão somente na exceção do Art. 34 do Decreto 4.340/2002. Incidência de atualização monetária prevista na Instrução Normativa nº 01/2013 e na jurisprudência. Princípio do *Tempus Regit Actum*. Impossibilidade de cobrança retroativa à Lei. Possibilidade de aplicação da Súmula 273 do STF.



PARECER	000410/2020
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Acúmulo ilegal de cargos. Nulidade parcial.
PARECER	000411/2020
Ementa	Promoção por Antiguidade. Ressarcimento de preterição. Acordo judicial. Cumprimento. Análise jurídica.
PARECER	000412/2020
Ementa	Medalha Coronel Barros e Arouck. Polícia Militar do Estado do Pará. Possibilidade. Análise Jurídica.
PARECER	000413/2020
Ementa	Dispensa de convocação de Militar da Reserva Remunerada. Análise jurídica.
PARECER	000414/2020
Ementa	Projeto de Indicação. Cria a Jornada de Trabalho Estadual de 30 (trinta) horas semanais aos enfermeiros, técnicos de enfermagem e auxiliares de enfermagem, no Estado do Pará e dá outras providências. Análise jurídica.
PARECER	000415/2020
Ementa	Nomeação de membros. Conselho Estadual de Trabalho, Emprego e Renda do Estado do Pará – CETERPA. Lei Estadual n. 8.542/2017. Alterada pela Lei n. 8.864 de 10 de junho de 2019. Competência do Governador.
PARECER	000416/2020
Ementa	Polícia Militar Estadual. Promoção de Oficiais do dia 21 de Abril de 2020. Minuta de Decreto. Análise jurídica.



PARECER 000417/2020

Ementa Anteprojeto de Lei. Abertura de Crédito Especial com objetivo de atender despesas para o combate à Covid-19. Análise jurídica.

PARECER 000418/2020

Ementa Abandono de cargo. Prescrição da Lei Penal – necessidade de instauração de PAD – expedição de Declaração de Tempo de Serviço. Direito do servidor que não depende da conclusão do PAD.

PARECER 000419/2020

Ementa Calamidade pública. Situação de emergência de Saúde. Ações de enfrentamento à Covid-19. Convênios de Cooperação Financeira. MPT-8ª., IFPa e Estado do Pará. Regularidade formal. Recomendações.

PARECER 000420/2020

Ementa Credenciamento. Serviços de Arte Educacionais. Representação. Tribunal de Contas do Estado. Análise jurídica.

PARECER 000421/2020

Ementa Pandemia do coronavírus (covid-19). Estado de calamidade pública no Estado do Pará (Decreto Legislativo nº 02/2020). Policiais Militares da reserva remunerada. Convocação prevista no art. 105-a da Lei estadual n. 5.251/85. Renovação da convocação. Impossibilidade de inspeção pela Junta de Saúde e de aplicação do teste de aptidão física. Postergação. Dispensa *ex officio* em caso de verificação superveniente de inaptidão.

PARECER 000422/2020

Ementa Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Decreto Municipal. Declara situação de emergência no Município de Tucuruí.



PARECER	000423/2020
Ementa	Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Decreto Municipal. Declara situação de emergência no Município de Itupiranga.
PARECER	000424/2020
Ementa	Bombeiro militar. Promoção de 21 de abril. Antiguidade e Merecimento. Minuta de Decreto. Análise jurídica.
PARECER	000425/2020
Ementa	Polícia Civil do Estado. Promoção de 21 de Abril de 2020. Critérios de Antiguidade e Merecimento. Categorias de Nível Superior: Delegado. Investigador, Escrivão, Papiloscopista. Categorias remanescentes de Nível Médio: Investigador, Escrivão, Papiloscopista de Auxiliar Técnico de Polícia Civil. Lei Complementar Estadual n. 022/1994. Decreto Estadual n. 2.115/1997.
PARECER	000426/2020
Ementa	Medalha Coronel Barros e Arouck. Análise jurídica. Possibilidade.
PARECER	000427/2020
Ementa	Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Decreto Municipal. Declara situação de emergência no Município de Rurópolis.
PARECER	000428/2020
Ementa	Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Decreto Municipal. Declara situação de emergência no Município de Aveiro.
PARECER	000429/2020
Ementa	Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Decreto Municipal. Declara situação de emergência no Município de Cachoeira do Arari.



PARECER	000430/2020
Ementa	Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Decreto Municipal. Declara situação de emergência no Município de Viseu.
PARECER	000431/2020
Ementa	Minuta de Decreto Estadual. Polícia Civil. Diretoria Estadual de Combate a Crimes Cibernéticos. Análise jurídica.
PARECER	000432/2020
Ementa	Pedido de pagamento de Gratificação. Vacância. Incapacidade. Cargo de vice-diretor. Análise jurídica.
PARECER	000433/2020
Ementa	Minuta de Decreto. Declaração de Estado de Calamidade Pública. Pandemia da Covid-19.
PARECER	000434/2020
Ementa	Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Decreto Municipal. Declara situação de emergência no Município de Eldorado de Carajás (PA).
PARECER	000435/2020
Ementa	Policial Militar. Deserção. Promoção em ressarcimento de preterição. Inexistência de erro administrativo. Pedido de reconsideração. Indeferimento.
PARECER	000436/2020
Ementa	Doação. Distribuição de bens e serviços em ano eleitoral. Análise das vedações eleitorais estabelecidas na Lei nº 9.504/97.
PARECER	000437/2020
Ementa	Servidor civil. Afastamento cautelar. Art. 29 da Lei Estadual n. 5.810/94. Tempo de efetivo exercício. Art. 72, inciso VIII do RJU/PA. Prescrição.



PARECER	000438/2020
Ementa	Categorias da Administração Tributária (CAT). Fundo de Gestão da Gratificação de Produtividade Etapa de Participação nas Multas (FGPM). Pagamento da Gratificação de Produtividade Etapa de Participação nas Multas via folha de pagamento. Termo de Execução Descentralizada (TED).
PARECER	000439/2020
Ementa	Empregado público. Quinquênio. Vantagem prevista em Acordo Coletivo de Trabalho. Ultratividade. Súmula n. 277 do TST. Aplicação suspensa pela medida cautelar deferida na ADPF n. 323/DF. Vedação expressa de ultratividade na nova redação do art. 614, § 3º. Da CLT. Dada pela Lei n. 13.467/2017 (Reforma Trabalhista).
PARECER	000440/2020
Ementa	Anteprojeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Exercício financeiro de 2021. Análise jurídica.
PARECER	000441/2020
Ementa	Empregado público. Quinquênio. Vantagem prevista em Acordo Coletivo de Trabalho. Ultratividade. Súmula n. 277 do TST. Aplicação suspensa pela medida cautelar deferida na ADPF n. 323/DF. Vedação expressa de ultratividade na nova redação do art. 614, § 3º. Da CLT. Dada pela Lei n. 13.467/2017 (Reforma Trabalhista).
PARECER	000442/2020
Ementa	Emenda Constitucional n. 104/2019. Criação da Polícia Penal Estadual. I – Agentes Penitenciários temporários. Possibilidade de prorrogação excepcional dos contratos com vigência se encerrando entre 16/03/2020 e 31/12/2020. Art. 3º. Da Lei Complementar Estadual n. 131/2020. Medidas para enfrentamento à Covid-19. II – Transformação dos cargos de Agente Penitenciário em cargos da Polícia Penal. Necessidade de Lei de iniciativa do Chefe do Poder



Executivo. Necessidade de identidade substancial entre os cargos, remuneração, atribuições e requisitos de ingresso.

PARECER 000443/2020

Ementa Decreto de utilidade pública para construção de uma Ponte sobre o Rio Meruú.

PARECER 000444/2020

Ementa Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Decreto municipal declara situação de emergência no município de Irituia-PA.

PARECER 000445/2020

Ementa Pandemia do Covid-19. Medidas de enfrentamento. Decretos estaduais n. 609/2020 e 670/2020. Emenda Parlamentar. Contratação de cachê artístico. Transmissão de evento ao vivo (live). Concurso para a escolha de trabalho artístico. Oficineiros. Suspensão dos contratos já celebrados.

PARECER 000446/2020

Ementa Concurso Público. Nomeação e posse. Cumprimento de Decisão Judicial.

PARECER 000447/2020

Ementa Ata de Registro de Preço. Órgão participante. Aquisição de equipamentos de informática. Monitores. Decreto Estadual n. 670/2020. Necessidade de análise prévia do Grupo Técnico de Ajuste Fiscal (GTAF).

PARECER 000448/2020

Ementa Parecer. ADEPARÁ. Minutas de Portaria e Acordo de Cooperação. Recomendações. Análise jurídica.



PARECER 000449/2020

Ementa Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Declara situação de emergência no Município de Cachoeira do Piriá (PA).

PARECER 000450/2020

Ementa Anteprojeto de lei. Política Estadual de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista – PEPTEA. Análise jurídica.

PARECER 000451/2020

Ementa Anteprojeto de lei. Autorização para Operação de Crédito. Garantia da União. Programa de Enfrentamento da Pandemia do Coronavírus Covid-19.

PARECER 000452/2020

Ementa Servidor estadual. Professor. Denúncia de assédio sexual a aluna menor de idade. Processo Administrativo Disciplinar. Ausência de provas de falta grave. Configuração de infração leve. Repreensão. Prescrição incidente.

PARECER 000453/2020

Ementa Polícia militar. Oficial. Conselho de Justificação. Julgamento pelo Tribunal de Justiça do Estado. Cumprimento. Reforma disciplinar. Decreto. Análise jurídica.

PARECER 000454/2020

Ementa Delegado de Polícia Civil. Outorga da Medalha Ato de Bravura Policial Civil. Resolução CONSUP nº 001/2019. Decreto Estadual nº 121/2019. Possibilidade.



PARECER 000455/2020

Ementa Pedido de reconsideração. Conselho de Justificação. Não cabimento. Direito de petição. Autotutela dos atos administrativos. Análise Jurídica. Improcedência.

PARECER 000456/2020

Ementa Adicional de Curso de Extensão na Área Policial. Curso concluído antes da investidura no cargo de Delegado da Polícia Civil. Impossibilidade de pagamento. Entendimento consolidado da PGE/PA.

PARECER 000457/2020

Ementa Minuta de Decreto. Alterações na composição do Conselho Estadual de Diversidade Sexual. Recomendações. Análise Jurídica.

PARECER 000458/2020

Ementa Alteração de dispositivo no RICMS- PA. Protocolos ICMS ns. 2/14 e 5/14. Tratamento diferenciado. Prestação de serviço de transporte e na armazenagem de etanol hidratado combustível EHC e Etanol Anidro combustível EAC no sistema dutoviário. Adesão do Estado do Pará por meio dos protocolos ICMS 38/19 e 39/19. Internalização na legislação estadual.

PARECER 000459/2020

Ementa Servidor público. Prisão temporária. Prisão preventiva. Desconto previsto no art. 29, § 1º, da Lei estadual nº 5.810/94. Norma declarada inconstitucional pelo STF (ADI 4736/PA). Direito à percepção do vencimento-base e das vantagens de natureza permanente durante o período de afastamento previsto no art. 29, caput, da Lei nº 5.810/94. Devolução de quantias descontadas indevidamente.

PARECER 000460/2020

Ementa Pedido de retificação de ato administrativo. Exoneração. Efeitos retroativos. Teoria do funcionário de fato. Validade de atos



praticados. Boa-fé. Impossibilidade de ressarcimento ao erário. Análise jurídica.

PARECER

000461/2020

Ementa

Pandemia do coronavírus (covid-19). Estado de calamidade pública no Estado do Pará (Decreto Legislativo nº 02/2020). Bombeiros Militares da reserva remunerada. Convocação prevista no art. 105 da Lei Estadual nº 5.251/85. Motivação e instrução.

PARECER

000462/2020

Ementa

Acordo de Cooperação Técnica. Adesão à Rede+Brasil e Plataforma+Brasil. Regularidade Formal. Análise Jurídica.

PARECER

000463/2020

Ementa

Gratificação de Produtividade. Servidor integrante do Grupo TAF lotado no TARF e na Julgadoria de Primeira Instância. Gratificação integral. Impossibilidade. Análise jurídica.

PARECER

000464/2020

Ementa

Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Decreto municipal declara situação de emergência no município de Nova Ipixuna - PA.

PARECER

000465/2020

Ementa

Décimo-terceiro salário. Base de cálculo. Remuneração integral do mês de dezembro. Art. 123 da Lei Estadual nº 5.810/94. Inclusão de parcelas remuneratórias de cunho eventual pagas no mês de dezembro. Aulas suplementares substituição.

PARECER

000466/2020

Ementa

Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Decreto municipal declara situação de emergência no município de Prainha.



PARECER 000467/2020

Ementa Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Decreto municipal declara situação de emergência no município de Ipixuna do Pará.

PARECER 000468/2020

Ementa Comunidade Jaderlândia. Regularização fundiária urbana. Ano eleitoral. Lei Eleitoral. Programa autorizado em Lei e em execução. Exceção à vedação legal. Possibilidade. Recomendações. Análise jurídica.

PARECER 000470/2020

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Apuração de Improbidade Administrativa. Infração ao artigo 190, IV do Regime Jurídico Único. Falta não configurada. Arquivamento. Impossibilidade de apuração de ato de Secretário via PAD. Diligências. Tomada de Contas Especial.

PARECER 000471/2020

Ementa Servidor público. Contratação temporária. Contratos com fim de vigência entre 16 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2020. Prorrogação excepcional até 01.06.2021, a critério da Administração. Lei Complementar Estadual nº 131/2020.

PARECER 000472/2020

Ementa Requerimento. Exercício do Direito Constitucional de petição. Interpretação do Decreto Estadual nº 729, de 05 de maio de 2020.

PARECER 000473/2020

Ementa Nomeação de candidato aprovado no Concurso C-204. Possibilidade.



PARECER 000474/2020

Ementa Delegado de Polícia Civil. Promoção por ato de bravura. Art. 54-A da Lei Complementar Estadual nº 22/1994. Requisitos preenchidos. Ausência de efeito retroativo. Competência discricionária do Chefe do Poder Executivo.

PARECER 000475/2020

Ementa Contrato de fornecimento de energia elétrica. Serviço público essencial. Fornecedor/concessionário exclusivo. Dispensa de licitação. Art. 24, XXII da Lei nº 8.666/1993. Análise jurídica.

PARECER 000476/2020

Ementa SETUR. Extinção PARATUR. Análise jurídica de documentação de extinção acostada.

PARECER 000477/2020

Ementa Contrato administrativo. Acesso à biblioteca digital. Serviço contínuo. Prorrogação por mais de 12 (doze) meses. Bonificação de acessos. Vantajosidade da proposta. Decreto Estadual nº 670/2020 (Medidas adicionais de austeridade fiscal no contexto da pandemia do novo coronavírus – Covid-19). Termo aditivo.

PARECER 000478/2020

Ementa Policial Militar. Processo Administrativo Disciplinar Simplificado (PADS). Aplicação da pena de licenciamento a bem da disciplina. Recurso hierárquico. Interposição perante autoridade incompetente. Intempestividade. Não conhecimento. Ausência de nulidade processual. Capacidade do interessado. Ausência de requerimento de provas pela defesa. Provas suficientes da apresentação de atestados médicos falsos.

PARECER 000479/2020

Ementa Análise de Projeto de Emenda à Constituição do Estado do Pará, que acrescenta o inciso XVII ao artigo 18, o inciso IV ao artigo 193, o capítulo V e art. 201-A no título VI – Da Segurança Pública e altera a



redação do §5º do artigo 193 da Constituição do Estado do Pará.
Polícia Penal.

PARECER

000480/2020

Ementa

Procedimento Administrativo e a garantia do contraditório e ampla defesa. Necessidade de notificação do proprietário do veículo utilizado na infração ambiental. Princípio da Prevenção/Precaução. Jurisprudência recente.

PARECER

000481/2020

Ementa

Procedimento Administrativo Infracional. Dos vícios nos autos de infração. Da rasura e possível nulidade no auto de infração. Princípio do *Pas De Nullité Sans Grief*. Do entendimento jurisprudencial dominante.

PARECER

000482/2020

Ementa

Covid-19. Situação de emergência de saúde. Termo de doação de bens móveis. Decreto Estadual nº 619/2020. Análise jurídica.

PARECER

000483/2020

Ementa

Aprovação em concurso público. Documento que atesta a situação do candidato face o resultado final do concurso. Informações a serem fornecidas de acordo com o ato de homologação do resultado final. Possibilidade de fornecimento pela entidade executora.

PARECER

000484/2020

Ementa

Possibilidade de Adoção da Resolução nº 146, de 11 de abril de 2019, do Conselho Estadual de Meio Ambiente (COEMA), que trata sobre o licenciamento emergencial em ações de restabelecimento de serviços essenciais em casos de calamidade pública e situação de emergência em decorrência da pandemia da Covid-19.



PARECER	000485/2020
Ementa	Contrato de fornecimento de energia elétrica. Rescisão amigável. Art. 79, II e parágrafo 1º da Lei nº 8.666/1993. Análise jurídica.
PARECER	000486/2020
Ementa	Nomeação de candidatos do cadastro de reserva. Concurso C-196/SEAD. Possibilidade.
PARECER	000487/2020
Ementa	Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Decreto Municipal. Declara situação de emergência no município de Brasil Novo.
PARECER	000488/2020
Ementa	Servidor Público Civil. Delegado de Polícia Civil. Adicional de Curso de Extensão na área jurídica. Curso de mestrado com 360HS. Aplicação do art. 70, V, b da Lei Complementar nº 22/94.
PARECER	000489/2020
Ementa	SESPA. Processo Administrativo Disciplinar. Acumulação de cargos/funções públicas. Análise jurídica.
PARECER	000490/2020
Ementa	Das infrações administrativas ambientais e das sanções. Da apreensão de produtos não licenciados. Da possibilidade de apreensão de toda carga transportada, ainda que apenas parte da carga (bem/madeira) esteja sendo transportada de forma irregular. Da evolução do entendimento jurisprudencial.
PARECER	000491/2020
Ementa	Pandemia do Covid-19. Medidas de enfrentamento. Servidor público civil. Adicional de insalubridade. Art. 129, caput da Lei Estadual nº 5.810/1994 (RJU). Elevação do percentual para os servidores que atuam no combate ao Covid-19. Possibilidade de



aguardar a edição de Lei Federal ou de editar a Lei Estadual.
Iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo.

PARECER 000492/2020

Ementa Previdência Complementar Estadual. Servidores públicos civis. Entidade fechada de Previdência Complementar. Convênio de adesão. Processo seletivo não exigível. Análise jurídica.

PARECER 000493/2020

Ementa Cessão. Servidor estatutário não estável. Não efetivo. Dicção legal. Impossibilidade.

PARECER 000494/2020

Ementa Contrato Administrativo. Serviços de reforma em espaços da Procuradoria-Geral do Estado. Acréscimo contratual. Limite de 50% (Art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93). Incidência de fatos supervenientes. Termo aditivo.

PARECER 000495/2020

Ementa Minuta de Decreto. Institui a Moeda da Amizade. Corpo de Bombeiros Militar. Análise jurídica.

PARECER 000496/2020

Ementa Cumprimento de decisão judicial e nomeação definitiva.

PARECER 000497/2020

Ementa Contrato Administrativo. Contratação de serviços de consultoria geral, financiada com recursos de Organismo Financeiro Internacional. Primazia das normas internacionais. Convivência com os princípios constitucionais da Administração Pública e demais princípios dele decorrentes. Alteração contratual. Prorrogação do prazo de vigência e respectivo acréscimo de valor. Contrato por escopo. Compatibilização com o contrato nº 006/2018 – NGTM (Execução de obras do Sistema Troncal de ônibus da Região Metropolitana de Belém, incluindo a implantação do seu Sistema de



Controle Operacional). Novo acréscimo contratual derivado da prorrogação da vigência. Preenchimento cumulativo dos pressupostos firmados pelo TCU (Decisão Nº 215/99).

PARECER 000498/2020

Ementa Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Decreto Municipal. Declara situação de emergência no município de Placas.

PARECER 000499/2020

Ementa Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Decreto Municipal. Declara situação de emergência no município de São Domingos do Capim.

PARECER 000500/2020

Ementa Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Decreto municipal declara situação de emergência no município de São Félix do Xingu.

PARECER 000501/2020

Ementa Investigador da Polícia Civil. Promoção por Ato de Bravura. Art. 54-A da Lei Complementar Estadual nº 22/1994. Requisitos preenchidos. Competência discricionária do Chefe do Poder Executivo.

PARECER 000502/2020

Ementa Termo de cessão de bem imóvel. Pessoa jurídica de direito privado integrante da Administração Pública. Cessão a título gratuito para finalidade específica. Possibilidade.

PARECER 000504/2020

Ementa Convênios com ente municipal. Prestação de contas. Posicionamento da PGE. Decisão do TCE.



PARECER 000505/2020

Ementa Covid-19. Situação de emergência de saúde. Termo de doação de valor em espécie. Decreto Estadual nº 619/2020. Análise jurídica.

PARECER 000506/2020

Ementa Pandemia do coronavírus (covid-19). Estado de Calamidade Pública no Estado do Pará (Decreto Legislativo n. 02/2020). Policiais Militares da Reserva Remunerada. Convocação prevista no art. 105-A da Lei Estadual n. 5.251/85. Renovação da convocação. Impossibilidade de inspeção pela Junta de Saúde e de aplicação do teste de aptidão física. Postergação. Dispensa *ex officio* em caso de verificação superveniente de inaptidão.

PARECER 000507/2020

Ementa Criação de Grupo de Trabalho. Revisão de Plano Estadual de Enfrentamento a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Análise jurídica.

PARECER 000508/2020

Ementa Projeto de Lei. Iniciativa do Poder Executivo. DETRAN/PA. Gratificação de Trânsito. Reajuste. Análise jurídica.

PARECER 000509/2020

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Abandono de cargo. Ausência de retorno após afastamento. Presença de *animus abandonandi*. Penalidade de demissão.

PARECER 000510/2020

Ementa Defensoria Pública. Auditoria-Geral do Estado. Controle Interno. Lei de Acesso a Informação. Dever de atender a pedido de informações. Portal da Transparência. Análise Jurídica.



PARECER

000511/2020

Ementa

Indicação de Área de Reserva Legal pelo particular/interessado. Possibilidade do órgão ambiental proceder as adequações necessárias. Função social do Direito de Propriedade. Necessidade de demonstração técnica na modificação da área realizada pelo órgão ambiental. Função da ARL de manutenção da biodiversidade e conservação dos ecossistemas. Princípio da equidade intergeracional. (CF, art. 225)

PARECER

000512/2020

Ementa

Servidor Público. Falta grave. Processo Administrativo Disciplinar. Pena de demissão. Pedido de revisão. Fatos novos. Juízo de admissibilidade exercido pela Polícia Civil. Aplicação dos Arts. 229 e SS da Lei Estadual nº 5.810/94. Julgamento. Improcedência.

PARECER

000513/2020

Ementa

Dispensa, a pedido, de convocação de Militar da Reserva Remunerada. Regularidade.

PARECER

000514/2020

Ementa

Nota Fiscal. Documento não abrigado pelo sigilo fiscal. Possibilidade de atendimento à solicitação da Administração. Devidamente fundamentada.

PARECER

000515/2020

Ementa

Minuta de decreto. Altera dispositivos do RICMS/PA. Convênios/ICMS 73/2016. Celebrado pelo CONFAZ. Redução de base de cálculo nas operações internas com Querosene de Aviação – QAV e Gasolina de Aviação – GAV. Suspende provisoriamente as contrapartidas exigidas pela Legislação Estadual. Efeitos da Pandemia do coronavírus (covid-19).



PARECER 000516/2020

Ementa Aquisição de scanners. Pregão eletrônico. Decreto Estadual nº 534/2020. Sugestões de alterações na minuta do edital. Decreto Estadual nº 670/2020. Necessidade de análise prévia do Grupo Técnico de Ajuste Fiscal (GTAF).

PARECER 000517/2020

Ementa Projeto de Indicação. Vacinação e entrega de remédios de distribuição gratuita em domicílio para pessoas idosas e com dificuldades de locomoção. Programa Saúde da Família. Atendimento domiciliar. Sugestão de não prosseguimento.

PARECER 000518/2020

Ementa Bombeiro Militar. Estabilidade. Conselho de Disciplina. Exclusão a bem da disciplina. Acumulação de cargos públicos. Efeitos da Emenda Constitucional nº 101/2019. Recurso hierárquico. Provimento. Análise jurídica.

PARECER 000519/2020

Ementa Pandemia do Covid-19. Medidas de enfrentamento. I – Decreto Estadual nº 670/2020. Medidas adicionais de austeridade fiscal. Possibilidade de realização de despesas com recursos oriundos de transferências federais. Em razão da celebração de convênio. II – Decreto Estadual nº 800/2020. Entidade que não é estratégica para o combate a Pandemia. Manutenção de férias dos servidores.

PARECER 000520/2020

Ementa Demissão. Empregado celetista. FUNTELPA. Verbas rescisórias. Aposentadoria espontânea e unicidade do contrato.

PARECER 000521/2020

Ementa ADEPARÁ. Minutas de Projeto de Lei. Taxa de Trânsito Animal. Isenção parcial. Análise jurídica.



PARECER	000522/2020
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Prescrição da pretensão punitiva. Absolvição. Apuração de responsabilidades.
PARECER	000523/2020
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Médica. Acumulação de quatro cargos públicos. Esferas Municipal, Estadual e Federal. Comprovação da efetiva exoneração apenas de um dos cargos. Indícios de má-fé. Ausência de provas essenciais. Nulidade parcial. Constituição de nova Comissão. Apuração da conduta dos demais envolvidos.
PARECER	000524/2020
Ementa	Nomeação de membros para o Conselho Fiscal da EMATER. Análise jurídica.
PARECER	000525/2020
Ementa	Servidor Público de outro Poder cedido para a Procuradoria-Geral do Estado. Nomeação para exercício de cargo comissionado. Opção por receber a remuneração do cargo de origem + 80% da retribuição do cargo comissionado (DAS-5). Averbação de tempo de serviço para fins de Adicional por Tempo de Serviço (ATS). Possibilidade.
PARECER	000526/2020
Ementa	Recurso hierárquico. Licenciamento a bem da disciplina. Regularidade da decisão. Manutenção da penalidade aplicada.
PARECER	000527/2020
Ementa	Servidor público. Remuneração. Salário mínimo. Súmula Vinculante nº 16, do STF. Abono complementar para que a remuneração alcance o valor do salário mínimo. Hipótese não albergada pela vedação prevista no art. 8º, VI, da Lei Complementar nº 173/2020.



PARECER	000529/2020
Ementa	Processo Administrativo Infracional. Da notificação de atos processuais em Processos Administrativos Punitivos Ambientais. Da citação por edital em Processo Administrativo. Dos vícios que implicam em nulidade dos atos de comunicação processual. Do Princípio do Devido Processo Legal. Administrativo. (SUPERADO PELO PARECER Nº 000713/2024).
PARECER	000530/2020
Ementa	Policial Militar Estadual. Oficial. Conselho de Justificação. Decisão do Tribunal de Justiça. Cumprimento pelo Governador do Estado. Efeito interruptivo da prescrição disciplinar (art. 174, § 1º, III, da Lei Estadual no 6.833/2006).
PARECER	000531/2020
Ementa	Anteprojeto de Lei. Proposta da alteração da Lei Complementar Estadual nº 07/1991. Previsão de prazo diferenciado para a contratação de Policiais Penais temporários. Impossibilidade. Emenda Constitucional nº 104/2019. Necessidade de organizar a nova carreira de servidores da Polícia Penal Estadual.
PARECER	000532/2020
Ementa	Motorista policial. Adicional de Curso de Extensão na área policial. Pedido de reconsideração. Posicionamento da PGE. Análise jurídica.
PARECER	000533/2020
Ementa	Contrato administrativo. Serviço de seleção e concessão de estágios supervisionados. Serviço contínuo. Prorrogação contratual. Viabilidade jurídica do novo aditamento. Aprovação da minuta de termo aditivo, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.
PARECER	000534/2020
Ementa	Acumulação de cargo comissionado técnico com função temporária de magistério. Compatibilidade de horários. Aplicação dos art. 37,



XVI, “b” da CRFB/88 e arts. 63, 66, 162, 163 e 164 da Lei nº 5.810/94. Decreto Estadual nº 1.950/2017. Jornada de trabalho do servidor exclusivamente comissionado. Análise jurídica.

PARECER 000535/2020

Ementa Servidora pública. Cessão da Procuradoria-Geral do Estado ao Ministério Público de Contas. Prorrogação. Requisitos do Decreto Estadual nº 795/2020. Análise Jurídica.

PARECER 000536/2020

Ementa Minuta de Decreto. Dispensa de licitação. Cotação eletrônica. Análise jurídica.

PARECER 000537/2020

Ementa Recurso Hierárquico. Regularidade do procedimento e da penalidade aplicada. Análise jurídica.

PARECER 000538/2020

Ementa Procedimento Administrativo Infracional. Da fiscalização do órgão ambiental. Das infrações cometidas por órgão da Administração Direta de mesma esfera do ente público autuante. Da Teoria do Órgão. Da confusão patrimonial. Das medidas a serem adotadas. Do Termo de Compromisso Ambiental. Da responsabilidade do servidor público por improbidade administrativa ambiental ou crime ambiental.

PARECER 000539/2020

Ementa Anteprojeto de Lei. Código Estadual de Segurança Contra Incêndios e Emergências. Análise Jurídica complementar.

PARECER 000540/2020

Ementa Minuta de Decreto. Cargo de Provimento em Comissão. Substituição do Titular. Análise jurídica.



PARECER 000541/2020

Ementa Covid-19. Situação de emergência de saúde. Termo de doação de álcool 70% e máscaras. Decreto Estadual Nº 619/2020. Análise jurídica.

PARECER 000543/2020

Ementa Minuta de Decreto. Estabelece procedimentos e critérios para a decretação de Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública pelos municípios, para a homologação estadual das situações de anormalidade decretadas pelos entes municipais e dá outras providências.

PARECER 000544/2020

Ementa Servidor público estadual. Professor. Denúncia de assédio sexual. Processo Administrativo Disciplinar. Conversão em diligência. Nulidade parcial.

PARECER 000545/2020

Ementa Militar Estadual. Conversão de Licença Especial em Pecúnia. Pleito Administrativo. Análise jurídica.

PARECER 000547/2020

Ementa Decreto Estadual que institui o Plano Estadual Amazônia Agora – PEAA e cria o Comitê Científico do Plano.

PARECER 000548/2020

Ementa Nomeação de membros para o Conselho de Administração e Fiscal da PRODEPA. Análise jurídica.

PARECER 000549/2020

Ementa Termo de Cessão de Bem Imóvel. Pessoa jurídica de direito privado. Integrante da Administração Pública Estadual. Cessão a título gratuito para finalidade específica e interesse público. Possibilidade.



PARECER 000550/2020

Ementa Nomeação de membros para o Conselho Estadual de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação do Estado do Pará. Análise Jurídica.

PARECER 000551/2020

Ementa Substituição de membro no Comitê de Investimentos – COINV.

PARECER 000552/2020

Ementa Corpo de Bombeiros Militar. Instituição e regulamentação de outorga de Medalha. Minuta de Decreto. Análise jurídica.

PARECER 000553/2020

Ementa Servidor Público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Ausência de coleta de prova fundamental. Vício insanável na fase instrutória. Declaração de Nulidade Parcial. Constituição de outra Comissão. Artigo 225 do RJU Estadual.

PARECER 000554/2020

Ementa Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Decreto Municipal. Declara Situação de Emergência no Município de Castanhal. Declaração de Calamidade Pública em todo o Território Estadual pelo Decreto n. 687 de 15 de abril de 2020.

PARECER 000555/2020

Ementa Medalha General Sotero de Menezes. Polícia Militar. Concessão. Possibilidade.

PARECER 000556/2020

Ementa Recurso Hierárquico. Praça licenciado a bem da disciplina. Decisão administrativa que se coaduna com as provas dos autos e gravidade das condutas praticadas. Recurso improvido.



PARECER	000557/2020
Ementa	Servidor civil. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Professor que agrediu fisicamente uma aluna. Penalidade de demissão a bem do serviço público.
PARECER	000558/2020
Ementa	Medalha General Sotero de Menezes. Polícia Militar. Concessão. Possibilidade.
PARECER	000559/2020
Ementa	Medalha General Sotero de Menezes. Polícia Militar. Concessão. Possibilidade.
PARECER	000560/2020
Ementa	Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Decreto Municipal declara Situação de Emergência no município de Tucumã – PA. Declaração de Calamidade Pública em todo território Estadual pelo Decreto nº 687, de 15 de abril de 2020.
PARECER	000561/2020
Ementa	Concurso público. Candidatos aprovados fora do número de vagas ofertado (candidatos excedentes). Convocação. Conveniência e oportunidade da Administração. Vedação constante do art. 8º, IV, da Lei Complementar nº 173/2020.
PARECER	000562/2020
Ementa	Pensão Especial Civil. Investigador da Polícia Civil. Deferimento.
PARECER	000563/2020
Ementa	Militar. PMPA e CBMPA. Tornar sem efeito Decreto. Reversão. Possibilidade.



PARECER 000564/2020

Ementa Cumprimento de decisão judicial. Convocação para exame médico, psicotécnico e físico. Matrícula no curso de Habilitação de Oficiais da Polícia Militar do Pará.

PARECER 000565/2020

Ementa Prorrogação de Cessão. Professor não efetivo. Hipótese vedada pelo art. 31 do RJU. Inviabilidade. Retorno do servidor à SEDUC.

PARECER 000566/2020

Ementa Alteração da data de reversão do militar à ativa. Ato com efeitos retroativos. Contagem do tempo de serviço para todos os fins. Recolhimento das contribuições previdenciárias. Decadência a ser observada. Preservação do direito do militar à aposentadoria.

PARECER 000567/2020

Ementa Ex-Servidor Público. Pena de demissão. Processo revisional. Decisão judicial absolutória por insuficiência de provas. Manutenção da pena demissória.

PARECER 000568/2020

Ementa Eleições Municipais. Servidor Público efetivo. Carreira da Administração Tributária. Necessidade de desincompatibilização. Licença para atividade política. Pedido protocolado tempestivamente. Possibilidade de afastamento remunerado.

PARECER 000569/2020

Ementa Contrato nº 006/2018 – NGTM. Impactos na pandemia da Covid-19 na execução contratual. Fato excepcional ou imprevisível. Prorrogação do prazo para conclusão (cláusula 8.4 do Instrumento Contratual e art. 57, §1º, da Lei nº 8.666/93). Reflexos na economia contratual.



PARECER	000570/2020
Ementa	Dispensa de licitação. Contratação Emergencial efetivada. Descoberta posterior de impedimento de licitar. Necessidade da instauração de Processo Administrativo para rescisão e/ou penalização. Pagamento pelos serviços prestados conforme o contrato, enquanto não ocorrer a rescisão.
PARECER	000571/2020
Ementa	Termo de Cessão de Posse de Bem Imóvel de Sociedade de Economia Mista. Cessão de posse a título gratuito ao Estado do Pará. Possibilidade. Sugestões de alteração do instrumento para melhor resguardo do interesse público envolvido.
PARECER	000572/2020
Ementa	Termo de Contrato de Cessão de Uso de Bem Imóvel. Aditivo ao termo por retificações nas metragens e nos endereços de entradas dos bens imóveis cedidos. Possibilidade.
PARECER	000573/2020
Ementa	Servidor Público. Regime de Trabalho. Plantão e Sobreaviso de médicos. Análise Jurídica.
PARECER	000574/2020
Ementa	Recurso Hierárquico. Praça licenciado a bem da disciplina. Decisão Administrativa que se coaduna com as provas dos autos e gravidade das condutas praticadas. Recurso improvido.
PARECER	000575/2020
Ementa	Pedido de reconsideração. Processo Administrativo Disciplinar. Pena proporcional à gravidade das condutas. Aplicação da pena máxima é ato vinculado. Improcedência.



PARECER 000576/2020

Ementa Minuta de Termo de Cooperação. Políticas Públicas. E Programas para Inovação da Agricultura Sustentável. Regularização ambiental. Adaptação das mudanças climáticas e combate ao desmatamento.

PARECER 000577/2020

Ementa Assinatura de Termo de Doação. Ano eleitoral. Possibilidade de delegação de ato.

PARECER 000578/2020

Ementa Compensação Ambiental. Natureza jurídica indenizatória por danos futuros não mitigáveis. Fato gerador para o pagamento da compensação ambiental. Valor a ser considerado conforme o impacto do empreendimento. A complementação do pagamento em caso de ampliação.

PARECER 000579/2020

Ementa Pandemia do Coronavírus (COVID-19). Estado de Calamidade Pública no Estado do Pará (Decreto Legislativo nº 02/2020). Policiais Militares da Reserva Remunerada. Convocação prevista no art. 105-A da Lei Estadual nº 5.251/85. Renovação da convocação. Impossibilidade de inspeção pela Junta de Saúde e de aplicação do Teste de Aptidão Física. Postergação. Dispensa *Ex Officio* em caso de verificação superveniente de inaptidão.

PARECER 000580/2020

Ementa Servidor Público. Policial Civil. Promoção por merecimento. Exercício efetivo de cargo ou função de natureza estritamente policial. Análise Jurídica.

PARECER 000581/2020

Ementa Termo aditivo a contrato de prestação de serviços de manutenção de acesso à internet e de rede de dados. Análise jurídica.



PARECER	000582/2020
Ementa	Concessão. Ordem do Mérito D. Pedro II. Ordem do Mérito Operacional. Medalha do Mérito de Estratégia Bombeiro Militar. Medalha de Serviços Relevantes Operacionais. Medalha de Serviços Relevantes de Intendência Bombeiro Militar. Possibilidade.
PARECER	000583/2020
Ementa	Contrato de Prestação de Serviços e Hospedagem de Website. Acesso à internet. Licença de uso de sistemas globais e hospedagem de servidor virtualizado E. PRODEPA. Terceiro Termo Aditivo. Redução de 15% acordada entre as partes.
PARECER	000584/2020
Ementa	Contrato de Prestação de Serviços de manutenção de acesso à internet. PRODEPA. Terceiro termo aditivo. Redução de 15%. Acordada entre as partes.
PARECER	000585/2020
Ementa	Lei Federal nº 13.992/2020. Suspensão de metas qualitativas e quantitativas. Aplicação aos Contratos de Gestão firmados no âmbito do Estado do Pará. Dever de fiscalização por parte da Administração. Necessidade de ajuste de contas posterior. Vedação ao enriquecimento sem causa. Possibilidade jurídica.
PARECER	000587/2020
Ementa	Servidor Público. Cessão. Órgão Cedente e Entidade Cessionária com jornadas de trabalho distintas. Análise da Legislação aplicável.
PARECER	000588/2020
Ementa	Criação de Fundo Público. Fundo Estadual do Trabalho do Estado do Pará (FET/PA). Anteprojeto de Lei. Aspectos formais e materiais.



PARECER 000589/2020

Ementa Decreto. Concurso Público. Reclassificação. Decisão Judicial. Nomeação sob a ótica da LC nº 173/2020.

PARECER 000591/2020

Ementa Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Decreto Municipal declara situação de Calamidade Pública no município de São Félix do Xingu. Decreto nº 687, de 15 de abril de 2020. Declaração de Calamidade Pública em todo território estadual.

PARECER 000592/2020

Ementa Dispensa de convocação de Militar da Reserva Remunerada. Regularidade.

PARECER 000593/2020

Ementa Dispensa de convocação de Militar da Reserva Remunerada. Regularidade.

PARECER 000594/2020

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Demissão. Ausência de provas que caracterizem insubordinação grave ou desídia. Proporcionalidade. Adequação da penalidade de suspensão.

PARECER 000595/2020

Ementa Contrato Administrativo. Reajuste. Direito Disponível. Legalidade da cláusula de exclusão parcial do reajuste. Manutenção do equilíbrio econômico financeiro. Indenização da contratada em caso de efetivo rompimento da equação econômico-financeira por fato da Administração.

PARECER 000596/2020

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Servidor Público. Ausência de prestação de contas. Fundo Rotativo. Ausência de equipamentos. Análise jurídica.



PARECER	000597/2020
Ementa	LC Federal 173/2020. Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus. Aditivos Contratuais. Operação de Crédito Interno. Suspensão de pagamentos e encargos. Requisitos Legais. Dispensa de verificação de limites e condições pela STN. Regularidade da minuta padrão de Aditivo Contratual.
PARECER	000598/2020
Ementa	Servidor Público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Acumulação ilícita de cargos públicos afastada. Sugestão de arquivamento do feito disciplinar.
PARECER	000600/2020
Ementa	Dispensa de convocação de Militar da Reserva Remunerada. Falecimento do Militar. Análise Jurídica.
PARECER	000601/2020
Ementa	Dispensa de convocação de Militar da Reserva Remunerada. Falecimento do Militar. Análise Jurídica.
PARECER	000602/2020
Ementa	Minuta de Decreto. Alteração do regulamento do ICMS. Parcelamento do recolhimento do imposto apurado em livro fiscal. Alteração de vencimento do imposto. Regularidade.
PARECER	000604/2020
Ementa	Servidor Público Estadual Efetivo. Licença para exercício de Cargo Eletivo. Vereador Municipal. Remuneração. Análise Jurídica.
PARECER	000605/2020
Ementa	Tornar sem efeito promoção ao posto de Coronel. Cumprimento de Decisão Judicial. Análise Jurídica.



PARECER 000606/2020

Ementa LC Federal 173/2020. Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus. Aditivo contratual. Operação de Crédito Interno. Agente Financeiro Banco do Brasil. Suspensão de pagamentos e encargos. Requisitos legais. Dispensa de verificação de limites e condições pela STN. Regularidade da minuta de Aditivo Contratual.

PARECER 000607/2020

Ementa Militar Estadual. Conversão de Licença Especial em Pecúnia. Pleito Administrativo. Análise jurídica.

PARECER 000608/2020

Ementa Termo Aditivo a contrato de prestação de serviços de locação de veículos sem motoristas. Análise jurídica.

PARECER 000609/2020

Ementa Policial Militar. Oficial. Fortes indícios de transgressões disciplinares graves. Conselho de Justificação. Dever de apuração. Prescrição afastada.

PARECER 000610/2020

Ementa Consulta Jurídica acerca da possibilidade de cobrança e critérios de cálculo de indenização pela supressão vegetal para fins de mineração. Área afetada para concessão florestal. Centro de Treinamento. Irregularidade. Aplicação de Normativos Federais para procedimento de cálculo. Possibilidade. Incidência do princípio do poluidor-pagador, do Código Florestal e Dispositivos Constitucionais.

PARECER 000611/2020

Ementa Termo Aditivo de Contrato de Prestação de Serviços Terceirizados de Limpeza. Conservação e higienização. Análise jurídica.



PARECER 000612/2020

Ementa Servidor Público. Ponto Facultativo. Auxílio-Transporte. Auxílio-Alimentação. Plantão. Sobreaviso. Análise Jurídica.

PARECER 000613/2020

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial Nº 008/2019 – PGE. Falecimento em decorrência da atividade Policial Militar caracterizado. Beneficiários habilitados. Rateio. Termo Inicial para pagamento. Cálculo. Instrução Processual completa. Análise jurídica.

PARECER 000614/2020

Ementa Servidor público. Requisição e cessão pela Justiça Eleitoral. Prorrogação. Direitos e vantagens. Análise jurídica.

PARECER 000615/2020

Ementa Regularização fundiária de áreas não rurais. Decreto regulamentador da Lei de Terras. Arts. 6º a 8º da Lei Estadual nº 8.788/2019. Sugestão de alteração na minuta.

PARECER 000616/2020

Ementa Cessão de Servidor para o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas. Análise de Legalidade.

PARECER 000617/2020

Ementa PAD. Pedido de Revisão. Competência para analisar os requisitos de admissibilidade. Procedimento. Análise Jurídica.

PARECER 000618/2020

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Servidor Público. Faltas injustificadas ao serviço. Análise jurídica.



PARECER	000619/2020
Ementa	Militar. Licenciamento a bem da disciplina. Pedido de revisão. Análise jurídica.
PARECER	000620/2020
Ementa	Empresa Pública. Convenção Coletiva de Trabalho. Previsão de adicional por tempo de serviço (anuênio). Averbação de tempo de serviço anterior sob vínculo temporário. Impossibilidade.
PARECER	000621/2020
Ementa	Servidor Público Temporário. Licença para estudo. Análise Jurídica.
PARECER	000622/2020
Ementa	APEPA. Pleito para conversão de Licença-Prêmio em Pecúnia. Servidores na atividade. Análise jurídica.
PARECER	000623/2020
Ementa	Estágio probatório. Decreto n. 249/11. Regras aplicáveis a todos os servidores do Estado. Avaliações específicas. Necessária previsão legal.
PARECER	000624/2020
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. SEDUC. Envolvimento sexual entre professor e aluna menor de idade. Violação aos princípios éticos e morais. Valimento. Improbidade administrativa. Demissão. Análise Jurídica.
PARECER	000625/2020
Ementa	Edital Credenciamento. Contratação de Artistas. Análise jurídica. Necessidade de observância do rodízio para preservação da isonomia. Impossibilidade de distribuição de prêmios ou pagamento de valores diferenciados.



PARECER	000626/2020
Ementa	Contrato nº 015/2018. Serviços de limpeza e conservação. PGE – Regional de Santarém. Segundo Aditivo Contratual. Prorrogação do prazo de vigência. Art. 57, II da Lei Nº 8.666/1993. Análise jurídica.
PARECER	000627/2020
Ementa	Sistema de Cotação Eletrônica de Preços. Álcool em gel 70%, luvas cirúrgicas e máscaras descartáveis. Contratação direta. Dispensa de licitação, em razão do valor. Enfrentamento à pandemia do Covid-19. Comunicação posterior ao Grupo Técnico de Ajuste Fiscal (GTAF).
PARECER	000628/2020
Ementa	Contrato Administrativo. Serviço de locação de veículos, sem motorista, por quilometragem livre, sem combustível. Serviço contínuo. Prorrogação da vigência por 12 meses, aplicação de reajuste e redução do objeto em 20%. Aprovação da Minuta de Termo Aditivo, nos termos do art. 38, Parágrafo Único, da Lei nº 8.666/93.
PARECER	000629/2020
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Servidor Público. Pedido de revisão. Análise jurídica.
PARECER	000630/2020
Ementa	CONSEP. Resolução nº 388/CONSEP-2020. Criação de Comissões Especiais para regulamentação e direção de Processo Eleitoral de membros do Conselho. Homologação por Decreto Governamental. Análise Jurídica.
PARECER	000631/2020
Ementa	Servidor em gozo de Auxílio Doença custeado pelo Estado e exercendo Cargo Público no Município. Análise de medidas para o



ressarcimento do erário. Necessária conclusão do Processo Administrativo Disciplinar.

PARECER 000632/2020

Ementa Concurso Público. Candidato inscrito para vagas de Pessoa Com Deficiência. Aprovação e classificação. Não enquadramento pela perícia médica. Nomeação. Análise Jurídica.

PARECER 000633/2020

Ementa Renovação da convocação de Policias Militares. Reserva Remunerada. Possibilidade. Necessidade de manifestação da SEPLAD. Disponibilidade orçamentária. Comprovação idade do militar. Exigências legais.

PARECER 000634/2020

Ementa Dispensa *Ex Officio*. Convocação de Militar da Reserva Remunerada. Falecimento do Militar. Decreto Estadual nº 892/2013. Possibilidade.

PARECER 000635/2020

Ementa Requerimento Administrativo. Pagamento de Teto 100 por Decisão Administrativa. Impossibilidade. Necessidade Lei Formal (RE nº 558.258/SP). Impossibilidade de aplicação do argumento de isonomia em face ao praticado pelas demais funções essenciais à Justiça. Interpretação da ADI N. 3854/DF – A Advocacia Pública não é carreira “Una e Nacional”. Exegese preliminar. Abstrata e “em tese” sobre os acórdãos proferidos nas ADIs nº 6053/DF e nº 6178/RN. A ADI nº 6158/PA ainda não foi julgada e sequer possui data para julgamento. Os §§ 1º a 6º, do art. 27, da LCE nº 041/2002, permanecem em vigor.

PARECER 000636/2020

Ementa Contrato Administrativo. Locação de veículos. I – Vigência total de 72 meses. Impossibilidade de nova prorrogação. II – Necessidade de verificar se a demanda pode ser suprida pela Ata de Registro de



Preço relativa aos serviços de transporte individual privado de passageiros, por demanda e aplicativo. III – Contratação Emergencial, por dispensa de licitação. Adoção das providências necessárias para a realização de nova licitação. Apuração de responsabilidade.

PARECER 000637/2020

Ementa Dispensa de Licitação. Ausência de cumprimento dos requisitos processuais. Não observância do Parecer Referencial nº 000002/2020. Anulação da contratação. Pagamento de indenização.

PARECER 000639/2020

Ementa Procedimentos Administrativos de Natureza Disciplinar. Forma de contagem dos prazos: Dias corridos ou dias úteis? Prevalência da forma de contagem estabelecida na Lei Estadual nº 8.972/2020 (Lei Estadual de Processo Administrativo – LEPA) para os Procedimentos Sancionatórios.

PARECER 000640/2020

Ementa Revisão da forma de cálculo da remuneração dos Procuradores do Estado. Interpretação do art. 32 da Lei Complementar nº 041/2002. Improcedência do pedido.

PARECER 000641/2020

Ementa Minuta de Decreto Governamental. Assentamento Sustentável. Decreto Homologatório. Observância dos requisitos legais. Viabilidade de assinatura.

PARECER 000642/2020

Ementa Policial Militar. Licenciamento a pedido. Reiteração de pedido de revisão. Requisitos. Fatos ou fundamentos novos. Análise Jurídica.



PARECER 000643/2020

Ementa Fixação dos Índices Percentuais de Distribuição aos Municípios das parcelas do Produto da Arrecadação do ICMS. Art. 3º, §8º, da Lei Complementar Federal nº 63/90. Competência do Governador do Estado do Pará. Art. 135, V, da Constituição Estadual.

PARECER 000644/2020

Ementa Cumprimento de Decisão Judicial. Suspensão de Reintegração. Delegado de Polícia Civil do Estado do Pará. Análise Jurídica.

PARECER 000645/2020

Ementa Tornar sem efeito nomeação. Concurso Público C-173. Secretaria de Estado de Educação. SEDUC.

PARECER 000646/2020

Ementa Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Decreto Municipal declara situação de emergência no município de Bom Jesus do Tocantins.

PARECER 000647/2020

Ementa Contrato de Gestão. Organizações Sociais. Prestação Descentralizada de Serviços de Saúde Pública. Contexto da pandemia da COVID-19. Possíveis vícios na contratação. Análise Jurídica.

PARECER 000649/2020

Ementa Alteração dos Decretos nº 1.672, de 28 de dezembro de 2016 e nº 1.337, de 17 de julho de 2015. Regulamentos de promoção de Oficiais e Praças. Estabelecimento de prazo para duração dos efeitos da pena para fins de pontuação negativa nas Fichas de Avaliação e Desempenho.



PARECER

000650/2020

Ementa

Contratação Emergencial. Dispensa de Licitação. Serviço de locação de aeronave tipo helicóptero para fins de resgate e transporte aeromédico (UTI Aérea). Ausência de cumprimento dos requisitos processuais. Não observância das orientações contidas na Lei Federal nº 13.979/2020 e no Parecer Referencial nº 000002/2020. Instauração de Processo Administrativo. Anulação da contratação. Análise Jurídica.

PARECER

000651/2020

Ementa

Militares Estaduais. Praças e Oficiais. Auxílio-Alimentação. Fixação de valores distintos. Pedido de pagamento isonômico. Indeferimento. Lei nº 7.197/2008. Decreto nº 1.298/2008. Repercussão Geral do Tema 600. Súmula Vinculante 37/STF. Análise Jurídica.

PARECER

000652/2020

Ementa

Militar. Reversão. Regularização de tempo de contribuição previdenciária. Análise jurídica.

PARECER

00654/2020

Ementa

Decreto nº 674/2020. Falecimento de Servidor em virtude de COVID-19. Acidente de Serviço. Pensão Especial. Demais direitos decorrentes aos Policiais Militares. Meios de Prova. Análise Jurídica.

PARECER

000655/2020

Ementa

Servidor Público. Contratação anterior à Constituição Federal de 1988, pelo regime celetista. Anotação na CTPS. Estatutário não estável, por força do art. 244 do RJU. Segurado obrigatório do Regime Próprio de Previdência do Estado. Inciso VI do art. 5º da LC nº 39/2002. Incluído pela LC nº 128/2020.

PARECER

000657/2020

Ementa

Proposta de Aditivo ao Contrato de Empréstimo nº 2933/OC-BR (BR-L1327). BID-SEDUC – Programa de Melhoria da Qualidade e



Expansão da Cobertura da Educação Básica no Estado do Pará. Inclusão de novo componente. Pandemia do Coronavírus e inviabilidade de aulas presenciais. Vale Alimentação estudantil.

PARECER

000658/2020

Ementa

Contrato nº. 018/2017. Terceiro Termo Aditivo. Prorrogação de vigência. Prestação de serviço de manutenção do Sistema E. Análise jurídica.

PARECER

000659/2020

Ementa

Análise de minuta de aditivo contratual. Contrato de empréstimo n.º 2933/OC-BR (BR-L1327). Estado do Pará e BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento. Programa de Melhoria da Qualidade e Expansão da Cobertura da Educação Básica no Estado do Pará. Regularidade e legalidade da cláusula aditivada

PARECER

000660/2020

Ementa

Contrato Administrativo. Manutenção preventiva do software de controle do ponto eletrônico. Vigência inicial de 12 meses. Termo Aditivo. Prorrogação por mais 6 (seis) meses, com a manutenção do valor. Concessão de desconto no serviço relativo ao último mês do contrato original. Possibilidade. Ajustes na minuta.

PARECER

000661/2020

Ementa

Pensão Especial. Requerimento. Viúva de Ex-Governador. Inconstitucionalidade do art. 305 da CE/89 e, por arrastamento, do art. 4º da Lei Estadual nº 5.360/1986. ADPF 590/PA. ADI 4552/STF. Indeferimento.

PARECER

000662/2020

Ementa

Conselho Estadual de Segurança Pública (CONSEP). Nomeação de membros. Análise Jurídica.



PARECER	000663/2020
Ementa	Contratos temporários. Reconhecimento do tempo de serviço e o respectivo adicional. Arts. 70 e 131, do RJU/PA. Precedentes do STF – Aplicação. Mudança de entendimento tradicional da casa. Fomento ao diálogo institucional.
PARECER	000664/2020
Ementa	Regularização Fundiária onerosa. Terras Públicas Estaduais. Regularidade formal e valor da terra nua. Necessidade de análise do pleito, pelo ITERPA, à luz da Lei Estadual nº 8.878/2019
PARECER	000665/2020
Ementa	Policial Militar. Transgressão Disciplinar. Processo Administrativo Disciplinar Simplificado (PADS). Licenciamento a bem da disciplina. Recurso Hierárquico. Análise jurídica.
PARECER	000666/2020
Ementa	Ex-Policial Militar. Licenciamento a pedido ocorrido em 1995. I – Recurso de revisão do Ato Administrativo. Não conhecimento. II – Requerimento administrativo de reintegração às fileiras da corporação. Impossibilidade. Ocorrência de prescrição, que foi inclusive reconhecida judicialmente. Manutenção do 409/2018 – PGE. III – Nova ação judicial movida pelo autor visando à reintegração. Sentença de improcedência. Reconhecimento da prescrição. Embargos de declaração pendentes de julgamento.
PARECER	000667/2020
Ementa	Anteprojeto de lei. Código de ética e disciplina do Corpo de Bombeiros Militar do Pará. Análise jurídica.
PARECER	000668/2020
Ementa	Ex-Policial Civil. Pedido de reconsideração em pedido de revisão. Análise jurídica.



PARECER 000669/2020

Ementa Tornar sem efeito promoção ao posto de 2º Tenente. Cumprimento de decisão judicial. Análise jurídica.

PARECER 000670/2020

Ementa COSANPA. Sistema de Abastecimento de Água – SAA. Pedido de investimentos feito pelo município de Rondon do Pará. Inexistência de concessão. Necessidade de regulamentação da Lei Federal nº 14.026/2020, Novo Marco Regulatório do Saneamento Básico.

PARECER 000672/2020

Ementa Recurso Hierárquico – Exclusão a bem da disciplina – Decisão Administrativa que se coaduna com as provas dos autos e gravidade das condutas praticadas – Recurso conhecido e improvido.

PARECER 000673/2020

Ementa Cumprimento de decisão judicial. Exoneração. Investigador da Polícia Civil. Análise jurídica.

PARECER 000674/2020

Ementa Pandemia do COVID-19. Art. 8º, I, da Lei Complementar Federal nº 173/2020. Servidor Público. Vantagem decorrente de lei anterior ao dia 29/05/2020. Concessão que independe da data do preenchimento dos requisitos legais e/ou data do protocolo do pedido do interessado. Cumprimento de determinação legal objetiva, que não possua relação com a contagem do tempo. Ausência de discricionariedade.

PARECER 000675/2020

Ementa Nomeação de membros. Conselho Estadual de Saúde – CES/PA. Biênio 2020/2022.



PARECER	000676/2020
Ementa	Nomeação de membros do Conselho Estadual de Previdência – CEP. Representantes da Assembleia Legislativa do Estado do Pará. Competência do Chefe do Executivo.
PARECER	000677/2020
Ementa	Minuta de Decreto. Altera dispositivos do RICMS/PA. Convênios/ICMS 73/2016 celebrado pelo CONFAZ. Redução de base de cálculo nas operações internas com Querosene de Aviação – QAV e Gasolina de Aviação GAV. Suspende provisoriamente contrapartidas exigidas pela Legislação Estadual. Efeitos da pandemia do coronavírus (COVID-19).
PARECER	000678/2020
Ementa	Programa “Municípios Sustentáveis” financiado com recursos do CAF – Organismo Internacional – Regras Contratuais – Análise de viabilidade de aplicação da Lei 8.666/293 pela PRODEPA diante da lacuna do Estatuto – Necessidade de realização de licitação internacional – Ampla divulgação – Requisito não atendido – Observância das normas contratuais sobre as competências dos diversos órgãos envolvidos na execução do Programa.
PARECER	000679/2020
Ementa	Delegação de Serviço Público de Transporte Intermunicipal. SETRAN. Controle finalístico sobre a ARCON. Análise jurídica.
PARECER	000681/2020
Ementa	Lei nº 8.972/20 e o Processo Administrativo para ressarcimento de danos ao erário – competência legal da Procuradoria-Geral do Estado. Necessidade de implementação.
PARECER	000682/2020
Ementa	Pandemia do COVID-19. Art. 8º, IX, da Lei Complementar Federal nº 173/2020. Servidor Público. Adicional por Tempo de Serviço (ATS) e Licença-Prêmio. Suspensão da contagem do período aquisitivo de



28/05/2020 a 31/12/2021. Impossibilidade de aproveitar período incompleto.

PARECER 000683/2020

Ementa Acumulação de cargos. Deficiência da instrução processual. Nulidade parcial.

PARECER 000684/2020

Ementa Recurso Hierárquico. Licenciamento à bem da disciplina. Competência do Exmo. Sr. Governador do Estado. Análise jurídica.

PARECER 000685/2020

Ementa Nomeação de membros para o Conselho de Defesa do Servidor Público e do Agente Político no Exercício da Função. Análise jurídica.

PARECER 000686/2020

Ementa Contrato Administrativo. Licitação. Junta de conflitos ou *dispute board*. Compromisso de membros. Análise jurídica.

PARECER 000687/2020

Ementa Acúmulo de cargos/funções públicas. Assistente Social. Área administrativa. Impossibilidade. Instauração de procedimento administrativo.

PARECER 000689/2020

Ementa Policial Militar. Praça estabilizado. Conselho de Disciplina. Exclusão a bem da disciplina. Homicídio. Condenação criminal transitada em julgado. Recurso Hierárquico. Prescrição. Causa interruptiva presente. Nulidades processuais insubsistentes. Improvimento do recurso. Análise jurídica.



PARECER 000690/2020

Ementa Dispensa de licitação. Ausência de cumprimento dos requisitos processuais. Não observância da legislação aplicável. Anulação da contratação. Pagamento de indenização.

PARECER 000691/2020

Ementa Minuta de decreto. Decreto que visa alterar o Decreto Estadual nº 2.230/2018, o qual “institui, no âmbito do Estado do Pará, o regulamento de segurança contra incêndio e emergências das edificações e áreas de risco e dá outras providências.

PARECER 000692/2020

Ementa Concurso público. Área de saúde. Cargos e requisitos de provimento previstos em lei. Especialidades. Possibilidade de distribuição de vagas por decreto. Análise jurídica.

PARECER 000693/2020

Ementa Contrato nº 021/2019. Locação de equipamentos para impressão. Cópia e digitalização. Primeiro aditivo. Redução do valor contratual em 15%. Decreto Estadual nº 670/2020. Análise jurídica.

PARECER 000694/2020

Ementa Polícia Militar Estadual. Promoção de oficiais por tempo de serviço ao posto imediato. Minuta de decreto. Análise jurídica.

PARECER 000695/2020

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. SEDUC. Assédio sexual. Improbidade administrativa. Valimento. Demissão. Análise Jurídica.

PARECER 000696/2020

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Demissão. Esgotamento das vias recursais. Pedido de reapreciação da decisão. Impossibilidade.



PARECER	000697/2020
Ementa	Termo de Cessão de Bem Imóvel. Pessoa jurídica de direito privado. Associação sem fins lucrativos. Cessão a título gratuito para finalidade específica e interesse público. Período eleitoral. Possibilidade.
PARECER	000698/2020
Ementa	Policial Militar. Transgressão disciplinar. Processo Administrativo Disciplinar Simplificado (PADS). Licenciamento a bem da disciplina. Recurso hierárquico. Análise jurídica.
PARECER	000700/2020
Ementa	Aplicabilidade do enunciado de Súmula 166 do STJ nas instâncias administrativas.
PARECER	000702/2020
Ementa	Polícia Militar. Prorrogação contratual de Programa de Voluntário Civil. Servidora gestante. Licença-maternidade e estabilidade provisória. Análise jurídica
PARECER	000703/2020
Ementa	Contrato nº 021/2016. Periódicos online. Quarto aditivo. Redução do valor contratual em 8,65%. Prorrogação da vigência. Decreto Estadual nº 670/2020. Regularidade.
PARECER	000704/2020
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Instauração em razão da ausência de prestação de contas. Contas que foram prestadas antes do término do PAD. Inocorrência de improbidade administrativa. Inocorrência de desídia. Não observância às leis e regulamentos. Prescrição da penalidade de repreensão. Arquivamento.



PARECER 000705/2020

Ementa Acordo de Cooperação Técnica. Projeto Audiência de Custódia no Âmbito do Poder Judiciário do Estado. Prorrogação de vigência. Minuta de Termo Aditivo. Análise jurídica.

PARECER 000706/2020

Ementa Policial Militar transferido para a reserva remunerada. Pedido de conversão de licença especial não gozada em pecúnia. Caso concreto carente de adequada instrução. Não conhecimento do requerimento. Precedentes PGE/PA.

PARECER 000707/2020

Ementa Exoneração *Ex-officio*. Concurso público C-173. Secretaria de Estado de Educação. SEDUC.

PARECER 000708/2020

Ementa Militar Estadual. Reserva remunerada. Conversão de licença especial em pecúnia. Pleito administrativo. Análise jurídica.

PARECER 000709/2020

Ementa Entidades e membros que pretendem compor o Conselho Estadual de Política Agrícola, Agrária e Fundiária do Estado do Pará – CEPAF. Artigo 240 da Constituição Estadual c/c o art. 4º da Lei 5.849/94. Lei 8.096/2015.

PARECER 000710/2020

Ementa Minuta de Decreto. Alteração do Decreto nº 1.242/2015. Procedimento de Manifestação de Interesse – PMI. Aplicação às Parcerias Público-Privadas (PPP). Dispensa para estudos realizados por organismos internacionais, órgãos ou entidades da Administração. Análise jurídica.



PARECER	000711/2020
Ementa	Termo de Adesão. Acordo de Cooperação Técnica. Programa “Patrulha Maria da Penha”. Minuta. Análise Jurídica.
PARECER	000713/2020
Ementa	Servidor Público. Licença-Saúde. Exame pericial. Recusa da Servidora. Alternativas. Análise Jurídica.
PARECER	000714/2020
Ementa	Interpretação do art. 29 do RJU. Afastamento do servidor processado criminalmente. Análise de conveniência da medida. Faculdade do gestor. Princípios que regem a Administração Pública. Finalidade da norma.
PARECER	000715/2020
Ementa	Minuta de decreto. Normas de serviços administrativos, preventivos e operacionais do Corpo de Bombeiro Militar. Análise jurídica.
PARECER	000716/2020
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Inassiduidade habitual. Técnica de enfermagem. Hospital regional Dr. Abelardo Santos. Comprovação de mais de 60 faltas no período de 12 meses. Atestados médicos apresentados ao final do PAD. Ausência de apresentação dos documentos na época oportuna. Infração disciplinar configurada. Pena de demissão.
PARECER	000717/2020
Ementa	Servidor civil. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Acumulação de cargos/funções. Auxiliar de saúde e técnico em enfermagem. Compatibilidade de horários devidamente comprovada. Possibilidade de acumulação. Arquivamento.



PARECER	000718/2020
Ementa	Minuta de Decreto que institui a Política Estadual de Compras e Contratação e regulamenta o Sistema de Registro de Preços.
PARECER	000719/2020
Ementa	Decreto. Alteração do RICMS. Artigos 612 e ss do RICMS. Convênios ICMS 83/2006 e 119/2019 do CONFAZ. Prorrogação do prazo de suspensão do tributo incidente nas remessas para formação de lote de exportação.
PARECER	000720/2020
Ementa	Dispensa a pedido de convocação de Militar da Reserva Remunerada. Regularidade.
PARECER	000721/2020
Ementa	Programa Estadual de Incentivo à Cultura – SEMEAR. Lei Nº 6.572/2003. Decreto Nº 874/2004. Emissão de certificados de enquadramento válidos por 01(um) ano. Necessidade de prorrogação. Situação de emergência de saúde (covid-19). Cabimento por decreto.
PARECER	000723/2020
Ementa	Contrato nº 006/2018-NGTM. Prorrogação do prazo para conclusão. Vencimento das garantias de execução (performance BOND) e de adiantamento de pagamento. Inadimplência da contratada. Providências possíveis à luz do interesse público. Escolha motivada pautada no interesse público.
PARECER	000724/2020
Ementa	Decreto. Instituição Comitê Emergencial Cultural. Análise Jurídica.
PARECER	000725/2020
Ementa	Servidor público. Eleições municipais de 2020. Afastamento formal e de fato para fins de desincompatibilização. Análise jurídica.



PARECER 000726/2020

Ementa Servidor Público. Processo Administrativo Disciplinar. DETRAN/PA. Infração Disciplinar. Demissão. Competência do Exmo. Governador do Estado. Análise Jurídica.

PARECER 000727/2020

Ementa Convocação de Militar da Reserva. Preenchimento dos requisitos formais. Possibilidade.

PARECER 000728/2020

Ementa Servidor público. Acumulação ilícita de cargo e emprego públicos. Processo Administrativo Disciplinar. Não incidência de prescrição. Observância do devido processo legal. Notificação para opção por um dos vínculos. Inércia do servidor. Configuração de má-fé. Sugestão de demissão.

PARECER 000729/2020

Ementa Requerimento para emissão de recibo de quitação e baixa de hipoteca dos imóveis localizados na área da Marambaia, Belém/PA.

PARECER 000730/2020

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Acúmulo de cargos. Acumulação ilegal. Direito de opção. Má-Fé. Art. 37, XVI da Constituição Federal. Demissão.

PARECER 000731/2020

Ementa Minutas de Decretos. Alteram Dispositivos dos Decretos Nº 5.615/2002, Nº 2.489/2006, Nº 2.490/2006, Nº 2.491/2006 e Nº 2.492/2006.

PARECER 000732/2020

Ementa Transferências voluntárias. Período de vedação eleitoral. Análise jurídica.



PARECER	000733/2020
Ementa	Medalha. Corpo de Bombeiros Militar do Pará. Possibilidade. Análise Jurídica.
PARECER	000734/2020
Ementa	Anteprojeto de lei. Acresce dispositivos à Lei Estadual nº 7.593/2011. Empregados públicos da extinta PARATUR. Regime celetista. Direitos e vantagens. Regime. Análise jurídica.
PARECER	000735/2020
Ementa	Projeto de lei que institui o auxílio financeiro aos estudantes da rede pública estadual de ensino para compra de máscaras faciais, para o enfrentamento da covid-19.
PARECER	000736/2020
Ementa	Servidor público temporário. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Apuração de suposto assédio sexual. Ausência de prova de autoria e materialidade. Arquivamento do PAD.
PARECER	000737/2020
Ementa	Convênios com ente municipal. Devolução do saldo remanescente. Decreto Estadual.
PARECER	000738/2020
Ementa	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Ruarl do Estado do Pará (EMATER). Minuta de regulamento interno de licitações e contratos. Lei Federal Nº 13.303/2016. Decreto Estadual Nº 2.121/2018. Análise jurídica.
PARECER	000739/2020
Ementa	Substituição de membros. Câmara de Saúde. Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal.



PARECER 000740/2020

Ementa Pedido de revisão intempestivo. Direcionamento equivocado. Não cabimento. Recebimento como petição. Improcedência do pedido. Inexistência de avocação. Decisão legalmente proferida pelo comandante-geral com base nas provas dos autos.

PARECER 000741/2020

Ementa Pedido de Reparação de Danos. Lei N° 8.972/2020. Competência da Procuradoria-Geral do Estado. Responsabilidade da Administração. Análise Jurídica.

PARECER 000742/2020

Ementa Programa Estadual de Alimentação Escolar (PEAE/PA) e Programa Estadual de Transporte Escolar (PETE/PA). Repasses financeiros durante suspensão das aulas presenciais em função da pandemia da COVID-19.

PARECER 000743/2020

Ementa Abandono de cargo. Ausência de cessão regular. Faltas injustificadas. Demissão.

PARECER 000744/2020

Ementa Policial militar. Transgressão disciplinar. Processo Administrativo Disciplinar Simplificado (PADS). Licenciamento a bem da disciplina. Recurso hierárquico intempestivo. Ausência de ilegalidade que autorize autotutela.

PARECER 000745/2020

Ementa Pesquisa mineral com lavra experimental. Interpretação restritiva da Portaria N° 155/2016. Princípio da Legalidade. Limites e volumetria outorgada. Competência da Agência Nacional de Mineração. Regime de aproveitamento mineral. Competência do órgão ambiental vinculada ao licenciamento.



PARECER 000746/2020

Ementa Retificação da data de conclusão do CFO expedição de diploma e histórico escolar. Cumprimento de decisão judicial procedência do pedido. Promoções em ressarcimento de preterição. Análise de competência da PM.

PARECER 000747/2020

Ementa Minuta de Decreto. Regulamentação Estadual da Lei Federal N° 14.017/2020. Ações emergenciais ao setor cultural. Análise Jurídica.

PARECER 000748/2020

Ementa Gratificação de plantão. Polícia Civil. Alcance da expressão “Atividade Operacional”. A lei não exige atuação direta na atividade-fim em sentido estrito.

PARECER 000749/2020

Ementa Convocação de militares da reserva. Preenchimento dos requisitos formais. Possibilidade.

PARECER 000750/2020

Ementa Medalha Coronel Barros e Arouck. Polícia Militar do Estado do Pará. Possibilidade. Análise jurídica.

PARECER 000751/2020

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial N° 008/2019. Falecimento em decorrência da Atividade Policial Militar caracterizado. Beneficiários habilitados. Rateio. Termo inicial para pagamento. Cálculo. Instrução processual completa. Análise Jurídica.

PARECER 000752/2020

Ementa Ata de Registro de Preço. Aquisição de mobiliário. Adesão de órgão não participante. Análise jurídica da minuta contratual. Art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.



PARECER	000753/2020
Ementa	Minuta de Decreto. Regulamenta Lei Estadual n. 7.638/2012. Institui Nova Metodologia de Cálculo do Índice do ICMS Verde. Repartição da cota parte do ICMS aos Municípios.
PARECER	000754/2020
Ementa	Servidor estadual. Professor. Denúncia de assédio sexual. Aluna menor de idade. Processo Administrativo Disciplinar. Configuração de infração grave. Demissão.
PARECER	000755/2020
Ementa	Minuta de Decreto. Alterações na Composição do Conselho Estadual de Diversidade Sexual. Análise Jurídica.
PARECER	000756/2020
Ementa	Polícia militar. Curso de formação de oficiais. Convocação de excedentes. Direto subjetivo à nomeação. Preterição. Análise jurídica.
PARECER	000757/2020
Ementa	Minuta de Decreto. Nomeações de candidatos aprovados no concurso C- 173. Possibilidade.
PARECER	000758/2020
Ementa	Substituição de membros no conselho gestor de Parcerias Público-Privadas CGP/PA. Análise jurídica. Possibilidade.
PARECER	000759/2020
Ementa	Lei Federal Nº 9.504/1997. Condutas vedadas durante o período eleitoral. Convênio anteriormente celebrado entre Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (IDERFLOR-BIO) e Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural



do Estado do Pará (EMBRAPA). Transferência voluntária de recursos do Estado à entidade federal. Cabimento.

PARECER 000761/2020

Ementa Contratação direta. Inexigibilidade. Art. 25, II da Lei Federal Nº 8.666/93. Curso de extensão “Direito digital e inovação no setor público”. Análise jurídica.

PARECER 000762/2020

Ementa Contratação emergencial. Contrato de gestão. Serviços de fomento, gerenciamento, operacionalização e execução de atividades de saúde no Hospital Regional de Castanhal. Ausência de cumprimentos dos requisitos processuais. Análise jurídica.

PARECER 000763/2020

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Infração disciplinar. Penalidade. Análise jurídica.

PARECER 000764/2020

Ementa Aplicabilidade da decisão proferida no ARE 1255885 (TEMA 1099) nas instâncias administrativas.

PARECER 000765/2020

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Afastamento do cargo sem fundamento legal. Abandono de cargo. Ausência de *Animus abandonandi*. Violação de deveres funcionais. Sugestão de suspensão.

PARECER 000766/2020

Ementa Termo aditivo a contrato de prestação de serviços de locação de veículo sem motorista. Análise jurídica.



PARECER	000767/2020
Ementa	Descentralização orçamentária. Termo de Execução Descentralização (TED). Ausência de norma estadual. Aplicação subsidiária do Decreto Federal Nº 10.426/2020. Necessária regulamentação do tema pelo Estado do Pará
PARECER	000768/2020
Ementa	Policial militar. Promoção em ressarcimento de preterição. Critério de merecimento. Possibilidade.
PARECER	000769/2020
Ementa	Servidor Civil. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Cessão para o município. Abandono de cargo. Inocorrência. Possibilidade de ampliação da acusação no curso do processo. Acumulação ilegal de cargos devidamente comprovada. Aplicação da pena de demissão.
PARECER	000770/2020
Ementa	Projeto de lei. Criação do Projeto Habitacional de Segurança Pública do Estado do Pará. Análise jurídica.
PARECER	000771/2020
Ementa	Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Análise jurídica.
PARECER	000772/2020
Ementa	Exoneração e nomeação de membro. Conselho Estadual de Trânsito – CETRAN.
PARECER	000773/2020
Ementa	Minuta de decreto. Alteração de dispositivos do Decreto Nº 1.565, de 26 de março de 2009, que regulamenta a Lei Nº 5.674, de 21 de outubro de 1991, que trata do Fundo de Desenvolvimento



Econômico (FDE). Contribuição não compulsória. Competência da Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA). Possibilidade jurídica.

PARECER 000774/2020

Ementa Vacância de cargo. Pedido de recondução. Inteligência dos Arts. 57 e 58 da Lei Nº 5810/94. Parecer Referencial Nº 07/2019. Requisitos. Ausência de documentos solicitados e necessários à análise conclusiva.

PARECER 000775/2020

Ementa Servidor estadual. Crime contra a Administração Tributária. Processo Administrativo Disciplinar. Morte do acusado no curso do PAD. Extinção da punibilidade. Arquivamento.

PARECER 000776/2020

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Análise jurídica.

PARECER 000777/2020

Ementa Rescisão contratual. Cessão de imóvel público. Não cumprimento da finalidade em prazo razoável. Necessidade de conservação e reparos urgentes no bem. Retomada do imóvel. Notificação do cessionário.

PARECER 000778/2020

Ementa Regularização fundiária urbana. Lei Nº 13.465/2017. Bem público estadual. Legitimação fundiária. Núcleo Urbano Jaderlândia. Município de Castanhal.

PARECER 000779/2020

Ementa Sobrestamento de Conselho de Justificação – Impedimento temporário de um integrante - Procedência do requerimento.



PARECER	000780/2020
Ementa	Extinção do Núcleo de Articulação e Cidadania. Criação da Secretaria Estratégica de Estado de Articulação da Cidadania. Assunção de competências e obrigações. Análise jurídica.
PARECER	000781/2020
Ementa	Policial militar. Processo Administrativo Disciplinar Simplificado (PADS). Aplicação da pena de exclusão a bem da disciplina pelo Comandante Geral da PM/PA. Pedido de revisão. Ausência de fatos novos. Não conhecimento. Pedido de anulação. Alegações de nulidade, sem demonstração de efetivo prejuízo. Manutenção da pena aplicada.
PARECER	000782/2020
Ementa	Sistema de cotação eletrônica de preços. Recarga de extintores de incêndio. Contratação direta. Dispensa de licitação, em razão do valor. Análise jurídica.
PARECER	000783/2020
Ementa	Recurso hierárquico. Praça excluído a bem da disciplina. Acusado sob tratamento de saúde. Autodefesa prejudicada. Recurso provido
PARECER	000784/2020
Ementa	Recurso hierárquico intempestivo - Não conhecimento. Decisão administrativa legítima. Inexistência de elementos para exercício do dever de autotutela.
PARECER	000785/2020
Ementa	Doação de órgãos. Pessoa falecida. Autorização do companheiro sobrevivente. União estável que não tem como ser comprovada por escritura pública e/ou registro em cartório. Conjunto de provas que podem efetivamente comprovar a união estável.



PARECER 000786/2020

Ementa Medalhas do Mérito Coronel Fontoura e de bons serviços prestados à PM/PA. Minutas de decretos. Análise jurídica.

PARECER 000787/2020

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Cessão informal de servidor. Recebimento de remuneração sem a contraprestação laboral. Improbidade e valimento - Consentimento das irregularidades pelas chefias. Responsabilidade funcional.

PARECER 000788/2020

Ementa Convocação de militar da reserva. Preenchimento dos requisitos formais. Análise jurídica. Possibilidade.

PARECER 000789/2020

Ementa Medalha Coronel Barros e Arouck. Polícia Militar do Estado do Pará. Possibilidade. Análise jurídica

PARECER 000790/2020

Ementa Tornar sem efeito nomeação. Concurso público C-173. Secretaria de Estado de Educação (SEDUC).

PARECER 000791/2020

Ementa Medalha Coronel Barros e Arouck. Polícia Militar do Estado do Pará. Possibilidade. Análise jurídica.

PARECER 000792/2020

Ementa Servidor público. Eleições municipais 2020. Desincompatibilização. Pedido de reconsideração. Análise jurídica.

PARECER 000793/2020

Ementa Acordo Cooperação Técnica – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) e Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Análise de legalidade do Instrumento.



PARECER	000794/2020
Ementa	Servidor público civil. Processo Administrativo Disciplinar. Demissão consumada. Pedido de revisão. Fato novo. Situação já discutida no PAD. Inadequação da penalidade. Ausência de demonstração. Improcedência. Análise jurídica.
PARECER	000795/2020
Ementa	Minuta de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta Ambiental. Inquérito Civil Nº 1.23.002.000224/2019-60. Ocupações irregulares em Alter do Chão. Impacto ambiental. Área de preservação permanente. Regularização fundiária.
PARECER	000796/2020
Ementa	Servidor público. Falta grave. Processo Administrativo Disciplinar. Demissão. Pedido de reconsideração intempestivo. Revisão. Alegação de fato novo. Juízo de admissibilidade exercido pela SEDUC. Aplicação dos Arts. 229 e SS. da Lei Estadual No 5.810/94. Julgamento. Improcedência.
PARECER	000798/2020
Ementa	LC Federal 173/2020. Suspensão da dívida fundada do Estado com a União. Lei 9.496/97. Teto de gastos. Penalidade. Utilização dos recursos não pagos. Vinculação à previsão legal.
PARECER	000799/2020
Ementa	Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. DETRAN/PA. Infração disciplinar. Demissão. Análise jurídica.
PARECER	000800/2020
Ementa	Pandemia do Covid-19. Medidas de enfrentamento. Minuta de Anteprojeto de Lei. Auxílio financeiro a ser prestado pelo Estado aos municípios. Transferência do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde. Necessidade de manifestação da



SEPLAD acerca da previsão de autorização para abertura de créditos adicionais.

PARECER

000801/2020

Ementa

Contratação de curso de capacitação. Inexigibilidade de licitação. Análise jurídica.

PARECER

000802/2020

Ementa

Anteprojeto de lei. Define critérios para fixação, reajuste e revisão da tarifa pública do Sistema Integrado de Transporte Público da Região Metropolitana de BELÉM (SIT/RMB). Análise jurídica.

PARECER

000803/2020

Ementa

Minuta de decreto. Medalha de Bons Serviços Bombeiro Militar. Análise jurídica.

PARECER

000804/2020

Ementa

Licença para concorrer às eleições municipais de 2020. Servidor público. Inocorrência da desincompatibilização de fato. Impossibilidade.

PARECER

000805/2020

Ementa

Nomeações de candidatos aprovados no Concurso C - 182. Possibilidade.

PARECER

000806/2020

Ementa

LC Federal 173/2020. Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus. Aditivo contratual. Operação de crédito interno. Agente financeiro BNDES. Suspensão de pagamentos e encargos. Requisitos legais. Dispensa de verificação de limites e condições pela STN. Regularidade das minutas de aditivos contratuais.



PARECER 000807/2020

Ementa Eleições municipais. Servidor público efetivo. Carreira da Administração Tributária. Pedido de desincompatibilização protocolado antes do término de licença-prêmio. Afastamento de fato devidamente comprovado durante todo o período exigido para a desincompatibilização. Possibilidade de concessão de licença remunerada para atividade política ao término da licença-prêmio.

PARECER 000808/2020

Ementa Plano Anual de Pagamento de Precatórios 2021.

PARECER 000809/2020

Ementa Termo de cessão de uso de bem público. Lei Estadual N. 6.614/2004. Uso de parte de imóvel pertencente ao Estado do Pará para a ampliação do complexo de abastecimento “David Quaresma”. Da análise da conduta em ano eleitoral, Art. 73 da Lei Federal Nº 9.507/97.

PARECER 000810/2020

Ementa Promoção por Ato de Bravura. Preenchimento dos requisitos formais. Análise jurídica. Possibilidade.

PARECER 000811/2020

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Indícios de enfermidade psíquica. Necessidade de instauração de incidente de sanidade mental. Nulidade parcial. Designação de nova comissão.

PARECER 000812/2020

Ementa Policial militar. Cumprimento de decisão judicial. Demissão. Efeitos financeiros. Análise Jurídica.

PARECER 000813/2020

Ementa Militar estadual. Reserva remunerada. Licença especial alegadamente não usufruída. Pedido de conversão em valor



apresentado diretamente à PGE/PA. Estudo N. 001/2018. Caso concreto carente de adequada instrução.

PARECER 000814/2020

Ementa Contrato de obra pública. Prorrogação do prazo de conclusão. Dever da contratada de endossar a apólice da garantia de execução (Performance BOND). Observância do valor real da apólice, acrescido do BDI (Benefício e Despesas Indiretas).

PARECER 000815/2020

Ementa Policial militar transferida para a reserva remunerada. Pedido de conversão de licença especial não gozada em pecúnia. Caso concreto carente de adequada instrução. Não conhecimento do requerimento. Precedentes PGE/PA.

PARECER 000816/2020

Ementa Contrato administrativo emergencial. Celebração mediante dispensa de licitação fundamentada no Art. 24, IV, da Lei 8.666/93. Regra da improrrogabilidade. Extensão do prazo admitida excepcionalmente. Necessidade de avaliação do caso concreto pelo órgão. Providências. Análise jurídica.

PARECER 000817/2020

Ementa Ex-secretário de Estado. Férias agendadas que foram suspensas, por necessidade de serviço. Exoneração do cargo sem a fruição das férias. Pedido de indenização pecuniária. Comprovação do recebimento do adicional de 1/3. Cálculo da indenização apenas com base na remuneração de secretário, com a exclusão de adicional por tempo de serviço (ATS).

PARECER 000818/2020

Ementa Dispensa de convocação de militar da reserva remunerada. Análise jurídica.



PARECER	000819/2020
Ementa	Inexigibilidade de licitação. Fórum de biodiversidade. Ausência dos requisitos legais. Impossibilidade.
PARECER	000820/2020
Ementa	Projeto de lei. Estabelece prazo de validade indeterminado para laudo médico-pericial que atesta transtorno de espectro autista e outras deficiências de caráter permanente. Análise jurídica.
PARECER	000821/2020
Ementa	Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. DETRAN/PA. Infração disciplinar. Demissão. Análise jurídica.
PARECER	000822/2020
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar - Faltas injustificadas - Atestado contendo irregularidades – Conduta desidiosa – Recebimento de remuneração sem a devida contraprestação – Demissão.
PARECER	000823/2020
Ementa	Projeto de Desenvolvimento e Integração Regional do Estado do Pará – PRODEIR. Operação de crédito externa. Agente financiador NDB – New Development Bank. Parecer em atendimento às exigências da LC 101/2000 e Res. N. 43/2001 do Senado Federal. Modelo exigido pelo Manual de Instrução de Pleitos da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Economia.
PARECER	000824/2020
Ementa	Agente político. Apuração de conduta por meio de sindicância investigativa. Relatório final. Arquivamento.
PARECER	000825/2020
Ementa	Servidor civil. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Desrespeito às normas do DETRAN/PA. Inserção de dados falsos no sistema. Improbidade administrativa. Valimento do cargo.



Possibilidade de aplicação da pena de demissão a bem do serviço público.

PARECER 000826/2020

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Acúmulo de cargos. Hipótese admitida constitucionalmente. Arquivamento.

PARECER 000827/2020

Ementa Recurso hierárquico. Procedimento Administrativo Disciplinar Simplificado. Licenciamento a bem da disciplina. Competência do exmo. Governador do Estado. Análise jurídica.

PARECER 000828/2020

Ementa Processo administrativo disciplinar. Departamento de Trânsito do Estado do Pará. Ausência de notificação prévia. Prova emprestada. Ausência de autorização judicial. Impossibilidade. Anulação parcial.

PARECER 000830/2020

Ementa Servidor público. Folha de ponto. Divulgação. Lei de Acesso à Informação. Análise jurídica.

PARECER 000831/2020

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Infração disciplinar. Penalidade. Análise jurídica.

PARECER 000832/2020

Ementa Nomeação de membro para o Conselho Estadual de Educação (CEE). Representante do Estado do Pará. Análise jurídica. Possibilidade.

PARECER 000833/2020

Ementa Nomeação de membro para o Conselho Estadual de Educação (CEE). Análise jurídica. Possibilidade.



PARECER 000834/2020

Ementa Polícia militar estadual. Promoção de oficiais do dia 25 de setembro de 2020. Minuta de decreto. Análise jurídica.

PARECER 000835/2020

Ementa Polícia militar estadual. Promoção de oficiais do dia 25 de setembro de 2020. Tempo de serviço. Minuta de decreto. Análise jurídica.

PARECER 000836/2020

Ementa Auxílio emergencial. Regularidade da percepção por estagiários. Análise jurídica.

PARECER 000837/2020

Ementa Minuta contratual. Aquisição de notebooks. Ata de registro de preço. Adesão de órgão não participante. Análise jurídica.

PARECER 000838/2020

Ementa Pregão eletrônico. Aquisição de garrafões de 20 litros de água mineral e/ou água potável de mesa. Aprovação da minuta de edital pela assessoria jurídica (Art. 38, parágrafo único, da Lei Nº 8.666/93).

PARECER 000840/2020

Ementa Conselho de Justificação. Falta de provas. Arquivamento.

PARECER 000841/2020

Ementa Corpo de Bombeiros Militar Estadual. Promoção de oficiais do dia 25 de setembro de 2020. Critérios de antiguidade e merecimento. Minuta de decreto. Análise jurídica.

PARECER 000842/2020

Ementa Conselho Estadual das Cidades (CONCIDADES/PA). Composição. Exoneração e nomeação de membros. Análise jurídica.



PARECER	000843/2020
Ementa	Promoção por ato de bravura. Preenchimento dos requisitos formais. Possibilidade.
PARECER	000844/2020
Ementa	Minuta de decreto. Regimento Interno do Fundo de Trabalho Penitenciário. Análise jurídica.
PARECER	000845/2020
Ementa	Militar estadual. Reserva remunerada. Licença especial alegadamente não usufruída. Pedido de conversão em valor apresentado diretamente à PGE/PA. Estudo Nº 001/2018. Caso concreto carente de adequada instrução.
PARECER	000846/2020
Ementa	Segundo termo aditivo. Ferramenta de pesquisa. Zênite. Prorrogação e reajuste. Índice contratual e justificativa do preço.
PARECER	000848/2020
Ementa	Conversão de licença especial não gozada pelo militar em pecúnia. Ausência de comprovação do pedido indeferido pela Administração. Não conhecimento do pedido.
PARECER	000849/2020
Ementa	Consulta. Secretaria de Estado de Educação. Concurso público. Possibilidade de convocação de candidatos de polo diverso daquele indicado na inscrição do concurso. Perda de objeto. Concurso expirado. Restrições impostas pela Lei Complementar Nº 173/2020.
PARECER	000850/2020
Ementa	Bombeiro militar. Revisão de entendimento. 27/2010. Extensão do auxílio funeral aos bombeiros filiados ao Fundo de Assistência Social do Policial Militar.



PARECER 000851/2020

Ementa Policial militar transferido para a reserva remunerada. Pedido de conversão de licença especial não gozada em pecúnia. Caso concreto carente de adequada instrução. Não conhecimento do requerimento. Precedentes PGE/PA.

PARECER 000852/2020

Ementa Minuta do anteprojeto da Lei Orçamentária Anual (LOA). Exercício de 2021. Análise jurídica.

PARECER 000853/2020

Ementa Policial militar transferido para a reserva remunerada. Pedido de conversão de licença especial não gozada em pecúnia. Caso concreto carente de adequada instrução. Não conhecimento do requerimento. Precedentes PGE/PA.

PARECER 000855/2020

Ementa Contrato administrativo. Assinatura da Biblioteca Digital Fórum de Direito. Contratação direta. Inexigibilidade de licitação (Art. 25, Caput, da Lei Nº 8.666/93).

PARECER 000856/2020

Ementa Contrato emergencial. Dispensa de licitação fundamentada na Lei 13.979/2020. Serviços necessários para o enfrentamento da pandemia da COVID-19. Análise de regularidade da contratação. Possibilidade de prorrogação. Inviabilidade de prorrogação de contrato com vigência expirada. Necessidade de indenizar o ex-contratado pelos serviços executados e não pagos. Possibilidade de nova contratação emergencial para o remanescente do objeto. Análise jurídica.

PARECER 000857/2020

Ementa Termo aditivo a contrato de prestação de serviços de manutenção de acesso à internet e de rede de dados. Análise jurídica.



PARECER	000858/2020
Ementa	Servidor público civil. Processo Administrativo Disciplinar. Demissão consumada. Recurso ao indeferimento de pedido de reconsideração de ato. Pedido de reconsideração não analisado. Inadmissão do recurso. Indeferimento do pedido de reconsideração. Análise jurídica.
PARECER	000859/2020
Ementa	Homologação pelo chefe do Poder Executivo Estadual. Decreto municipal declara situação de emergência no município de Almeirim/PA.
PARECER	000860/2020
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Recebimento de vantagem indevida. Irregularidade. Ilícitos administrativos. Demissão a bem do serviço público. Improbidade administrativa. Análise jurídica.
PARECER	000861/2020
Ementa	Policia! militar. Oficial. Conselho de Justificação. Violência doméstica devidamente comprovada contra ex-companheira. Ato de natureza grave que afetou a honra pessoal, o pundonor policial militar e o decoro da classe. Art. 137, IV, da Lei estadual Nº 6.833/2006. Remessa dos autos para julgamento pelo E. Tribunal de Justiça do Estado do Pará.
PARECER	000862/2020
Ementa	Análise de alterações em Termo de Colaboração. Possibilidade. Necessidade de manifestação expressa e fundamentada do titular da SEJUDH acerca da disposição de bens remanescentes. Possibilidade de inclusão de Termo de Confidencialidade. Elaboração de termo aditivo.
PARECER	000863/2020
Ementa	Homologação pelo chefe do Poder Executivo Estadual. Decreto municipal declara situação de emergência no município de Baião.



PARECER	000864/2020
Ementa	Substituição de membro do Conselho Fiscal do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV.
PARECER	000865/2020
Ementa	CEPAF. Substituição de membro suplente da SEMAS. Possibilidade.
PARECER	000866/2020
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Falta grave não configurada. Possível aplicação de repreensão. Ausência de indiciamento do servidor. Prescrição. Arquivamento.
PARECER	000867/2020
Ementa	Proposta de alteração do Regulamento de Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS-PA, aprovado pelo Decreto nº 4.676 de 18 de junho de 2001.
PARECER	000868/2020
Ementa	Aditivo contratual. Manutenção de elevador. Serviço continuado Prorrogação da vigência.
PARECER	000869/2020
Ementa	Secretaria de Fazenda. Decreto. Regulamentação. Acesso a dados de instituições financeiras e entidades equiparadas pelo fisco. Análise jurídica.
PARECER	000870/2020
Ementa	Servidor público. Majoração de gratificação de risco de vida. Agentes penitenciários. Análise jurídica.



PARECER	000871/2020
Ementa	Bombeiro militar transferido à reserva remunerada. Pedido de conversão em pecúnia de licença especial não usufruída em atividade. Inadequada instrução. Estudo Nº 001/2018. Orientação ao requerente.
PARECER	000872/2020
Ementa	Contrato administrativo. Contratada em recuperação extrajudicial. Possibilidade jurídica de manutenção da execução contratual, à luz do critério da proporcionalidade. Dever da Administração de aferir a preservação da qualificação econômico-financeira da contratada.
PARECER	000873/2020
Ementa	Bombeiro militar transferido à reserva remunerada. Pedido de conversão em pecúnia de licença especial não usufruída em atividade. Inadequada instrução. Estudo Nº 001/2018 e precedentes desta PGE.
PARECER	000874/2020
Ementa	Lei Complementar Federal Nº 173/2020. Aditivo ao contrato 010/98/STN/COAFI. Lei 9.496/97. Dívida fundada do Estado com a União. Suspensão das prestações devidas entre março e dezembro de 2020. Pandemia do Coronavírus. Minuta de Projeto de Lei autorizada.
PARECER	000875/2020
Ementa	Exoneração Ex-officio. Concurso público C-173. SEDUC. Servidor empossado que não entrou em exercício no prazo legal.
PARECER	000876/2020
Ementa	Cumprimento de decisão judicial. Reintegração. Delegado de Polícia Civil. Análise jurídica.



PARECER	000877/2020
Ementa	Cumprimento de decisão judicial. Reintegração. Motorista da Polícia Civil do Estado do Pará. Análise jurídica.
PARECER	000878/2020
Ementa	Cumprimento de decisão judicial. Reintegração. Técnico em educação. Análise jurídica.
PARECER	000879/2020
Ementa	Fundo de Investimento de Segurança Pública. Fianças penais. Destinatários. Análise jurídica.
PARECER	000880/2020
Ementa	Lei Aldir Blanc. Questionamentos. Auxílio emergencial cultural. Análise jurídica.
PARECER	000881/2020
Ementa	Anteprojeto de Lei. “Programa Aluno Nota 10”. Análise jurídica.
PARECER	000882/2020
Ementa	Aquisição da Revista dos Tribunais Online. Produtor exclusivo. Inexigibilidade de licitação. Análise jurídica da minuta contratual.
PARECER	000883/2020
Ementa	Minuta de anteprojeto de lei. Subsistema Rodoviário do Estado do Pará. Exploração direta, concessão ou parceria público-privada (PPP). Análise e recomendação de diligências.
PARECER	000884/2020
Ementa	Contrato de locação de imóvel. Poder público locatário. Prorrogação de vigência. Termo aditivo.



PARECER

000885/2020

Ementa

Projeto de indicação que dispõe sobre a garantia de prioridade nas contratações de jovens negros, deficientes físicos, homossexuais, quilombolas, ribeirinhos, indígenas e estudantes da Rede Pública de Ensino pelas empresas prestadoras de serviços ao Poder Executivo no Estado do Pará. Competência privativa da União. Inconstitucionalidade.

PARECER

000886/2020

Ementa

Pedido de anulação. Revisão do Conselho de Disciplina. Ausência de fato novo. Análise jurídica.

PARECER

000887/2020

Ementa

Contrato administrativo. Contratação direta de prestação de serviços de retaguarda aos hospitais de gestão estadual, no enfrentamento e combate à pandemia do Coronavírus (Covid-19). Ausência de cumprimentos dos requisitos processuais. Não observância das orientações contidas no Parecer Referencial nº 000002/2020. Instauração de processo para avaliação de anulação da contratação. Pagamento de indenização. Análise jurídica.

PARECER

000888/2020

Ementa

Bombeiro militar transferido à reserva remunerada. Pedido de conversão em pecúnia de licença especial não usufruída em atividade. Inadequada instrução. Estudo N. 001/2018. Orientação ao requerente.

PARECER

000889/2020

Ementa

Resolução nº 397/CONSEP/2020. Institui a Comissão Técnica de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação (CTAMA). Análise jurídica.

PARECER

000890/2020

Ementa

Convocação de militar da reserva. Análise jurídica. Preenchimento dos requisitos formais. Possibilidade.



PARECER	0000891/2020
Ementa	Minuta de decreto. Convênio CONFAZ. Parcelamento tributário. Necessidade de Lei específica. Art. 155-A do CTN.
PARECER	000892/2020
Ementa	Minuta de Projeto de Lei que altera a Lei Estadual nº 6.712/2004.
PARECER	000894/2020
Ementa	Servidor público. Tempo de serviço. Cargo exclusivamente comissionado. Possibilidade de averbação para fins de adicional por tempo de serviço (ATS). Efeitos financeiros a partir do pedido. Interrupção entre o exercício dos cargos públicos. Contagem para efeito de licença-prêmio. Impossibilidade.
PARECER	000895/2020
Ementa	Incorporação. Efeitos retroativos. Decisão judicial. Impossibilidade. Análise jurídica.
PARECER	000896/2020
Ementa	Sistema de cotação eletrônica de preços. Aquisição de baterias. Contratação direta. Homologação do certame pela autoridade competente.
PARECER	000897/2020
Ementa	Dispensa a pedido de convocação de militar da reserva remunerada. Regularidade.
PARECER	000898/2020
Ementa	Termo de fomento. Serviço social autônomo. Inaplicabilidade da Lei Federal nº 13.019/14. Impossibilidade. Ausência de óbice eleitoral à parceria pretendida. Custeio de projeto com contrapartida não irrisória da entidade interessada. Viabilidade jurídica. Aplicabilidade da Lei Federal nº 8.666/93 e do Decreto Estadual nº 768/13



PARECER 000899/2020

Ementa Conversão de licença especial não gozada pelo militar em pecúnia. Ausência de comprovação do pedido indeferido pela Administração.

PARECER 000900/2020

Ementa Minuta de decreto. Requisitos para estabelecimento de acordos de pesca por comunidade pesqueira. Competência suplementar dos Estados.

PARECER 000901/2020

Ementa Servidora pública. Demissão a bem do serviço público. Inexistência de estabilidade provisória da gestante. Ausência de direito à licença maternidade.

PARECER 000902/2020

Ementa Aditivo de prorrogação contratual. Serviço contínuo. Necessidade de atendimento às recomendações. Análise jurídica.

PARECER 000904/2020

Ementa Análise de projeto de indicação. Dispõe sobre a garantia às mulheres vítimas de violência doméstica, do tráfico de pessoas ou de exploração sexual, prioridade de contratação pelas empresas prestadoras de serviços ao Poder Executivo no Estado do Pará, e dá outras providências. Inconstitucionalidade. Vício de competência.

PARECER 000905/2020

Ementa Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará. Servidores comissionados. Gratificação de representação. Art. 135/RJU. Revogação. Composição de remuneração. Gratificação de escolaridade. Servidores efetivos. Manifestação jurídica.

PARECER 000906/2020

Ementa Recurso hierárquico. Não conhecimento. Intempestividade. Prescrição.



PARECER 000907/2020

Ementa Fixação dos índices percentuais de distribuição aos municípios das parcelas do produto da arrecadação do ICMS. Art. 3º, §8º da Lei Complementar Federal nº 63/90. Competência do Governador do Estado do Pará. Art. 135, V da Constituição Estadual.

PARECER 000908/2020

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Fracionamento do julgamento: aplicação de penas disciplinares aos indiciados e declaração de nulidade parcial a partir do não indiciamento de um dos acusados.

PARECER 000909/2020

Ementa Bombeiro militar estadual. Conversão de licença especial em pecúnia. Pleito administrativo. Análise jurídica.

PARECER 000910/2020

Ementa Minuta de decreto. Alteração. Lei Aldir Blanc. Ações emergências destinadas ao setor cultural. Análise jurídica.

PARECER 000911/2020

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Infração aos artigos 177, II, VI, 178, XI e 190, VI do Regime Jurídico Único. Falta não configurada. Arquivamento.

PARECER 000912/2020

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Abandono de cargo. Produção de provas pela Comissão, após o interrogatório. Prejuízo à defesa, no caso concreto. Nulidade parcial. Constituição de nova Comissão.

PARECER 000913/2020

Ementa Minuta de Decreto que regulamenta a Lei nº 8878/2019. Lei de terras do Estado do Pará. Revogação de Decretos anteriores.



Regularização fundiária. Chamamento de entidades e instituições para reunião pública. Debate. Abertura de prazo para recebimento de propostas. Análises realizadas.

PARECER

000914/2020

Ementa

Polícia Civil. Falecimento em decorrência de Covid-19. Auxílio-morte. Decreto Estadual nº 761/2013. Necessidade de instauração de processo administrativo para apurar se o servidor estava desempenhando suas atividades em situação de permanente risco e se fato se enquadra como acidente de trabalho.

PARECER

000916/2020

Ementa

Dispensa a pedido de convocação de militar da reserva remunerada. Regularidade.

PARECER

000917/2020

Ementa

Contratos realizados com pessoas físicas. Burla ao sistema de contratação de pessoal. Contrato nulo. Efeitos jurídicos. Indenização.

PARECER

000918/2020

Ementa

Análise de projeto de lei. FAPESPA. Proposta de alteração da Lei 8.426/2016. Fundações de fomento. Fundações de apoio. Análise jurídica.

PARECER

000919/2020

Ementa

Composição do Tribunal Administrativo de Recursos Fazendários (TARF). Recondição e nomeação de membros. Análise jurídica.

PARECER

000920/2020

Ementa

Convênio firmado pela Ação Social Integrada do Palácio do Governo (ASIPAG). Competência para prestação de informações ao Ministério Público de Contas. Sucessão da ASIPAG. Competência do Núcleo de Articulação e Cidadania (NAC) e Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD). Subsídios para decisão dos gestores. Possível ação de improbidade para ressarcimento dos



prejuízos causados ao erário. Não incidência da prescrição. Necessidade de lei para extinção da ASIPAG.

PARECER 000921/2020

Ementa Conversão de licença prêmio em pecúnia. Base de cálculo. Remuneração. Parcelas. Gratificação de assessoramento à administração indireta. Gratificação de economia. Natureza remuneratória. Análise jurídica.

PARECER 000922/2020

Ementa Convênio. Prestação de contas. Possibilidades de glosa. Requisitos legais.

PARECER 000923/2020

Ementa Pedido de revisão intempestivo. Recebimento como petição. Ausência de fato novo ou nulidade. Incomunicabilidade da sentença penal absolutória. Faltas residuais comprovadas.

PARECER 000924/2020

Ementa Bombeiro militar transferido à reserva remunerada. Pedido de conversão em pecúnia de licença especial não usufruída em atividade. Inadequada instrução. Estudo nº 001/2018. Necessidade de saneamento.

PARECER 000925/2020

Ementa Bombeiro militar transferido à reserva remunerada. Pedido de conversão em pecúnia de licença especial não usufruída em atividade. Inadequada instrução. Estudo nº 0001/2018. Saneamento.

PARECER 000926/2020

Ementa Policial militar transferido para a reserva remunerada. Pedido de conversão de licença especial não gozada em pecúnia. Caso concreto



carente de adequada instrução. Não conhecimento do requerimento. Precedentes PGE/PA.

PARECER 000927/2020

Ementa Convocação de policiais militares da reserva remunerada. Requisitos. Análise jurídica.

PARECER 000928/2020

Ementa Exoneração e nomeação de membros do Conselho Estadual de Meio Ambiente (COEMA). Possibilidade.

PARECER 000930/2020

Ementa Contrato administrativo. PRODEPA. Ausência de comprovação de regularidade perante a Fazenda Pública Federal. Essencialidade do serviço. Ausência de outros potenciais fornecedores. Dispensa da certidão negativa, em caráter excepcional. Jurisprudência do TCU. Necessidade de autorização prévia da autoridade máxima do órgão, acompanhada das devidas justificativas.

PARECER 000931/2020

Ementa Servidor público temporário. Processo Administrativo Disciplinar. Assédio sexual afastado. Transgressão ao Art. 177, VI, da Lei Estadual nº 5.810/1994. Sugestão do relatório final contrária à prova dos autos. Aplicação da pena de suspensão.

PARECER 000932/2020

Ementa Aditivo contratual. Pesquisa de jurisprudência especializada. Serviço continuado. Prorrogação da vigência. Análise de legalidade.

PARECER 000933/2020

Ementa Consulta UEPA. Dispensa de licitação. Art. 24, XXIV, da Lei nº 8.666/1993. Entidade não qualificada no âmbito estadual. Análise jurídica.



PARECER 000934/2020

Ementa Exoneração e nomeação de membros da Comissão Gestora Tripartite da Meia Passagem Estudantil Intermunicipal (COGMEP). Possibilidade.

PARECER 000937/2020

Ementa EMATER. Reajuste. Gratificação para participação em órgão colegiado. Jetons. Calamidade pública. Vedação. Lei Complementar nº 173/2020. Decreto Estadual nº 955/2020. Análise jurídica.

PARECER 000938/2020

Ementa Recurso administrativo. Processo Administrativo Disciplinar. Inexistência de novos elementos. Manutenção da decisão.

PARECER 000939/2020

Ementa Servidor público. Requisição pela Justiça Eleitoral. Pedido de documentos. Análise jurídica.

PARECER 000940/2020

Ementa Serviço voluntário no âmbito da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar. Lei Federal nº 10.029/2000. Limite máximo de idade. Ausência de razoabilidade. Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) nº 4.173 e nº 3.774. Não adoção da Teoria dos Motivos Determinantes. Presunção de constitucionalidade da norma. Precedentes do Supremo Tribunal Federal (STF). Recomendação de análise quanto à alteração do Art. 5º do Decreto Estadual nº 1.297/2004.

PARECER 000941/2020

Ementa Contratação direta. Dispensa em razão do valor. Art. 24, II da Lei Federal Nº 8.666/93. Cotação eletrônica. Fase interna. Aquisição de motobombas e bombas d'água. Análise jurídica.



PARECER 000942/2020

Ementa Análise de Projeto de Indicação. Jornada especial. Servidor público que tenha cônjuge, filho ou dependente portador de deficiência.

PARECER 000943/2020

Ementa Medalha General Ferreira Coelho. Dedicção aos estudos. Polícia Militar. Concessão. Competência do Exmo. Sr. Governador do Estado. Análise jurídica.

PARECER 000944/2020

Ementa Contratação temporária. Análise sob a ótica da LC nº 173/2020.

PARECER 000945/2020

Ementa Minuta de decreto. Parcelamento tributário. Empresas em recuperação judicial. Convênios CONFAZ nº 59/2012 e 169/2017.

PARECER 000946/2020

Ementa Servidor público efetivo. Exoneração de cargo de comissão. Verbas indenizatórias. Férias e 13º salário. Não cabimento. Manutenção do vínculo com a Administração Pública.

PARECER 000947/2020

Ementa Fundação Cultural. Consulta. Lei eleitoral. Vedações. Parcerias. Análise jurídica.

PARECER 000948/2020

Ementa Dispensa de convocação de militar da reserva remunerada. Análise jurídica.

PARECER 000949/2020

Ementa Servidor público. Concurso público. Posse e exercício. Ausência de exercício. Exoneração Ex officio. Art. 25, §2º da Lei nº 5.810 de 1994.



PARECER 000950/2020

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de Cargo. Animus abandonandi não configurado. Licença-maternidade devida à adotante. Erro escusável na instrução documental do pedido de afastamento. Distrato da servidora temporária por encerramento do prazo. Indenização dos dias necessários a completar o período de 180 dias da licença.

PARECER 000951/2020

Ementa Termo de Cooperação Técnica. Acesso de alunos de ensino superior a ações do Projeto NDDH Itinerante. Defensoria Pública do Estado. Adequação formal do instrumento. Análise jurídica.

PARECER 000952/2020

Ementa Acordo de Cooperação Técnica entre Estado do Pará e Centro de Inteligência Territorial (CIT). Análise de legalidade.

PARECER 000953/2020

Ementa Pandemia do Coronavírus. Medidas de enfrentamento. Anteprojeto de lei. Auxílio financeiro. Famílias cadastradas no Bolsa Família. Período eleitoral. Vedações. Previsão de autorização para abertura de créditos adicionais. Análise jurídica.

PARECER 000954/2020

Ementa Ex-servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Demissão. Revisão processada e improvida. Ausência de fatos novos que repercutam sobre o desfecho do PAD. Pedido de reconsideração. Indeferimento.

PARECER 000955/2020

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Pedido de exoneração no decurso do PAD. Normas especiais aplicáveis ao PAD que apura acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas.



PARECER 000956/2020

Ementa Fundo de Saúde da Polícia Militar do Estado (FUNSAU/PMPA). Contratação de serviço de assessoria de contabilidade. Possibilidade jurídica. Procedimento licitatório (regra) ou procedimento de contratação direta (inexigibilidade de licitação), dependendo dos contornos do serviço.

PARECER 000958/2020

Ementa Ex-servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Demissão. Requerimento de reintegração. Alegação de fato novo. Fungibilidade. Conversão em pedido de revisão. Aplicação dos Arts. 229 e SS. da Lei Estadual nº 5.810/94. Admissibilidade que compete ao órgão de origem. Análise jurídica.

PARECER 000959/2020

Ementa Decreto que regulamenta o teletrabalho no âmbito do serviço público estadual.

PARECER 000961/2020

Ementa Acordo de cooperação técnica. Compartilhamento de documentos e acesso a informações. Recuperação de ativos do Estado. Interesse recíproco dos partícipes SEFA e PGE. Minuta. Análise jurídica.

PARECER 000962/2020

Ementa Contratação temporária. Dispensa de licitação. Irregularidade. Inteligência da LCF nº 173/2020 e LCE nº 131/2020.

PARECER 000963/2020

Ementa Dispensa de convocação de militar da reserva remunerada. Análise jurídica.

PARECER 000964/2020

Ementa Minuta de decreto. Altera dispositivos do RICMS/PA. Convênios/ICMS. Redução de base de cálculo nas operações



internas com Querosene de Aviação (QAV) e Gasolina de Aviação (GAV). Suspende provisoriamente contrapartidas exigidas pela legislação estadual. Efeitos da pandemia do Coronavírus (COVID-19).

PARECER

000965/2020

Ementa

Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Percepção indevida de vantagem pecuniária por erro operacional da Administração. Boa-fé da servidora. Infrações disciplinares não caracterizadas. Arquivamento do PAD. Restituição ao erário indevida.

PARECER

000966/2020

Ementa

Terra pública estadual. Concessão e alienação. Concentração fundiária. Limites constitucionais. Constituição Federal de 1988. Constituição Estadual de 1989. Interpretação conjugada. Princípios da segurança jurídica e proteção da confiança legítima. Preservação situações jurídicas constituídas, salvo má-fé.

PARECER

000967/2020

Ementa

Análise jurídica. Minuta de regimento interno do Disque-Denúncia

PARECER

000968/2020

Ementa

Substituição de membro. Conselho fiscal da Fundação Carlos Gomes. Possibilidade.

PARECER

000969/2020

Ementa

Medalha Coronel Barros e Arouck. Polícia Militar do Estado do Pará. Possibilidade. Análise jurídica.

PARECER

000970/2020

Ementa

Tornar sem efeito nomeação. Concurso C-173. Secretaria de Estado de Educação (SEDUC).



PARECER 000971/2020

Ementa Tornar sem efeito nomeação. Concurso C-173. Secretaria de Estado de Educação (SEDUC).

PARECER 000972/2020

Ementa Pregão eletrônico. Serviço de certificação digital e fornecimento de token. Aprovação da minuta de edital pela assessoria jurídica (Art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93)

PARECER 000974/2020

Ementa Processo administrativo disciplinar. Abandono de serviço essencial. Inassiduidade. Faltas funcionais caracterizadas. Demissão. Análise jurídica.

PARECER 000975/2020

Ementa Licenciamento a bem da disciplinar. Polícia Militar. Pedido Revisional. Ausência de fatos novos. Independência das instâncias administrativa e penal. Faltas administrativas residuais. Improcedência.

PARECER 000976/2020

Ementa Pedido de conversão de licença especial em pecúnia. Instrução processual inadequada. Não conhecimento. Análise jurídica.

PARECER 000977/2020

Ementa Pedido de reconsideração. Intempestividade. Regularidade do processo. Improcedência.

PARECER 000978/2020

Ementa FUNTELPA – Possibilidade de dispensa de empregados contratados antes da CF/88, sem concurso público. Legalidade das contratações. Ausência de estabilidade excepcional – empregados e servidores admitidos após o advento da constituição, sem concurso público.



Nulidade da contratação. Efeitos da declaração da nulidade – devido processo legal e ampla defesa para a invalidação dos atos.

PARECER 000979/2020

Ementa Termo de cessão de uso de bem público. Lei Estadual nº 6.614/2004. Construção da “Usina da paz do Guamá”. Impossibilidade de cessão de imóvel que está sendo utilizado em atividade de extrema relevância. Cessão de uso condicionada à autorização do gestor titular da SEASTER e do diretor presidente da ADEPARÁ a que os imóveis estão vinculados. Possibilidade de cessão de uso em ano eleitoral.

PARECER 000980/2020

Ementa Processo administrativo disciplinar. Temporários distratados. Improbidade. Conversão de distrato em demissão a bem do serviço público.

PARECER 000981/2020

Ementa Termo de adesão ao Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Minuta. Análise jurídica.

PARECER 000982/2020

Ementa Inexigibilidade. Contratos realizados. Ausência de parecer jurídico. Irregularidades. Contrato nulo. Efeitos jurídicos. Indenização.

PARECER 000983/2020

Ementa Auxílio emergencial. Regularidade da percepção por voluntário civil. Análise jurídica.

PARECER 000984/2020

Ementa Aditivo de prorrogação contratual. Inexigibilidade. Serviço contínuo. Previsão contratual. Anuência da contratada. Possibilidade.



PARECER	000985/2020
Ementa	Decreto. Prorrogação de isenção de ICMS sobre as vendas do sanduíche “BIG MAC” a quando da realização da campanha “Mcdia Feliz”. Análise jurídica.
PARECER	000986/2020
Ementa	Tornar sem efeito nomeação. Concurso público C-173. Secretaria de Estado de Educação – SEDUC.
PARECER	000987/2020
Ementa	Exoneração Ex-officio. Concurso público C-204. Secretaria de Estado de Administração Penitenciária. SEAP.
PARECER	000988/2020
Ementa	Contrato administrativo. Serviços de drenagem e pavimentação asfáltica de vias urbanas. Desnecessidade de inscrição no Cadastro Nacional de Obras (CNO). Recolhimentos para Previdência Social e para o FGTS pelo CNPJ da empresa.
PARECER	000989/2020
Ementa	Aditivo de prorrogação de vigência de contrato. Prestação de serviços de fornecimento de cartões e cartões de créditos eletrônicos de vales transporte. Análise jurídica.
PARECER	000990/2020
Ementa	Polícia militar. PADS. Recurso de revisão. Requisitos de admissibilidade. Análise jurídica.
PARECER	000991/2020
Ementa	Contratação de empresa de mudança para transporte de arquivo deslizante – dispensa de licitação – cotação eletrônica – análise de regularidade.



PARECER	000992/2020
Ementa	Servidor público. Processo administrativo disciplinar. Abandono de cargo. Dolo. Presença de animus abandonandi. Penalidade de demissão. Alteração de capitulação. Possibilidade. Improbidade administrativa. Lesão ao erário. Desídia. Demissão a bem do serviço.
PARECER	000993/2020
Ementa	Anteprojeto de lei. Altera e acrescenta dispositivos na Lei nº 6.717, de 26 de janeiro de 2005, que dispõe sobre o Fundo Estadual da Defensoria Pública (FUNDEP). Análise jurídica.
PARECER	000994/2020
Ementa	Contrato Administrativo. Serviços de drenagem e pavimentação asfáltica de vias urbanas. Desnecessidade de inscrição no Cadastro Único Nacional de Obras (CNO). Recolhimento para Previdência Social e para o FGTS pelo CNPJ da empresa. Dever de comprovar a regularidade fiscal.
PARECER	000995/2020
Ementa	Contrato administrativo. Prestação de serviços de telefonia fixa. Termo aditivo. Prorrogação por mais 12 (doze) meses. Probabilidade.
PARECER	000996/2020
Ementa	Cumprimento de decisão judicial. Mandado de Segurança. Convocação e nomeação de servidor. Análise jurídica.
PARECER	000997/2020
Ementa	Pedido de reconsideração. Processo administrativo disciplinar (PAD). Ex-servidor civil demitido a bem do serviço público. Agressão física a uma aluna. Conhecimento. Indeferimento. Manutenção da pena vinculada de demissão.



PARECER	000998/2020
Ementa	FUNTELPA. Bem público. Unidade administrativa (sala). Atribuição de nome em homenagem a servidor falecido. Análise jurídica.
PARECER	000999/2020
Ementa	Abono de permanência. Despesa de exercícios anteriores. Análise jurídica.
PARECER	001000/2020
Ementa	Pedido de reconsideração em processo disciplinar – intempestividade – possível recebimento como pedido revisional – juízo de admissibilidade a ser feito pela Polícia Civil – necessária comprovação dos fatos novos – remessa dos autos à autoridade competente.
PARECER	001003/2020
Ementa	Cumprimento de decisão judicial. Convocação e nomeação de servidor. Análise jurídica.
PARECER	001004/2020
Ementa	Enquadramento de professor. Plano de cargos, carreira e remunerações dos profissionais da educação básica da rede pública de ensino do Pará. Análise jurídica.
PARECER	001005/2020
Ementa	Pedido de conversão de férias não usufruídas em pecúnia. Instrução processual inadequada. Não conhecimento. Análise jurídica.
PARECER	001006/2020
Ementa	Decreto que estabelece as normas e os procedimentos a serem adotados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual direta e indireta, para encerramento anual da execução orçamentária, financeira, contábil e patrimonial do exercício financeiro de 2020. Análise jurídica.



PARECER	001007/2020
Ementa	Auxílio funeral. Lei nº 8.795/2020. Requisitos. Impossibilidade de custeio de traslado interestadual e internacional.
PARECER	001008/2020
Ementa	Dispensa de convocação de militar da reserva remunerada ex officio. Interesse ou conveniência da Administração. Possibilidade.
PARECER	001009/2020
Ementa	Anteprojeto de Lei. Iniciativa do poder Executivo. Remuneração de cargo comissionado. Reajuste. Lei Complementar Federal nº 173/2020. Vedação. Análise jurídica.
PARECER	001010/2020
Ementa	Bombeiro militar estadual. Reserva remunerada. Conversão de licença especial em pecúnia. Pleito administrativo. Análise jurídica.
PARECER	001011/2020
Ementa	Minuta de Anteprojeto de Lei. Subsistema Rodoviário do Estado do Pará. I – Análise das alterações propostas pelo Grupo de Trabalho. Possibilidade de incorporação apenas de uma das alterações sugeridas. II – Análise das alterações propostas pela SEPLAD e pela SEMEDE. Ajustes na minuta. III – Necessidade de oitiva de outros órgãos/entidades. Devolução dos autos à SETRAN.
PARECER	001012/2020
Ementa	Concessão. Ordem do Mérito CBMPA. Ordem do Mérito Antônio Lemos. Ordem do Mérito Defesa Civil. Ordem do Mérito Segurança Contra Incêndio e Emergência. Medalha do Mérito Bombeiro Destaque. Medalha de Bons Serviços. Possibilidade.
PARECER	001013/2020
Ementa	Serviço público de loterias. Recente julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) das ADPFs nº 492 493 e da ADI nº 4.986.



Possibilidade, em tese, da exploração do serviço pelo Estado. Extinção da LOTERPA. Pela Lei Estadual nº 8.906/2015. Impossibilidade de exploração do serviço, no presente momento. Possibilidade de edição de Lei para tratar acerca da competência material. Necessidade de observância das normas estabelecidas pela união.

PARECER 001014/2020

Ementa Polícia Militar. Pedido de anulação de ato administrativo. Licenciamento a pedido. Decisão judicial desfavorável. Prescrição. Análise jurídica.

PARECER 001015/2020

Ementa Minuta de Decreto. Regulamento ao art. 6º da Lei Complementar Nacional nº 105/2001. Legalidade e constitucionalidade.

PARECER 001016/2020

Ementa Servidores públicos. Delegados de Polícia Civil dos Estados do Pará e Minas Gerais. Pedido de cessão recíproca mediante permuta. Estágios probatórios em curso. Inviabilidade jurídica da cessão. Requisitos do art. 31 da Lei nº 5.810/1994 c/c art. 50 e parágrafo único da Lei Complementar nº 022/1994 e Decreto Estadual nº 795/2020.

PARECER 001017/2020

Ementa Requerimento de certidão de tempo de serviço. Reconhecimento judicial do período celetista anterior ao RJU.

PARECER 001018/2020

Ementa Policial militar. Demissão “a pedido”. Ato do Governador do Estado. Requisitos legais. Análise jurídica.



PARECER	001019/2020
Ementa	Servidores públicos. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Assédio sexual. Produção de provas pela comissão, após os interrogatórios. Prejuízo à Defesa, no caso concreto. Nulidade parcial. Constituição de nova comissão.
PARECER	001020/2020
Ementa	Minuta de Decreto. Regimento Interno do Conselho Estadual de Ciência, Tecnologia e Educação Profissional e Tecnológica – CONSECTET. Aprovação. Análise jurídica.
PARECER	001021/2020
Ementa	Gratificação de economia. Despesa de exercícios anteriores. Análise jurídica.
PARECER	001022/2020
Ementa	Minuta de Anteprojeto de Lei. Alteração da Lei Estadual nº 8.388/2016. Adequação à Lei de Organização Básica da PMPA.
PARECER	001023/2020
Ementa	Empregado Público. Licença prêmio. Suspensão de contagem do período aquisitivo. Lei Complementar nº 173/2020.
PARECER	001024/2020
Ementa	Contratação – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – Prestação de serviço de postagem de documentos, logística de encomendas e outros a cargo da contratada – Dispensa de licitação – art. 24, VII, da Lei 8.666/93.
PARECER	001026/2020
Ementa	Licitação. Contrato administrativo. Conta-depósito bloqueada para movimentação. Análise jurídica.



PARECER	001027/2020
Ementa	Fundo de Saúde da Polícia Militar do Pará (FUNSAU). Auditoria médica. Contratação de serviço para auxiliar a gerência técnica. Possibilidade. Pregão eletrônico.
PARECER	001028/2020
Ementa	Trecho da BR-222. Delegação administrativa da faixa de domínio da União para o Estado. Doação de rodovia federal. Possibilidades e diferenças. Dos procedimentos necessários.
PARECER	001029/2020
Ementa	Anteprojeto de Lei autorizativa. Operação de crédito interna. Garantia da União. Projeto de investimento. Áreas de infraestrutura e logística do Estado do Pará. Rodovia Liberdade. Análise jurídica.
PARECER	001030/2020
Ementa	Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Falta grave. Sugestão de demissão “a bem do serviço público”.
PARECER	001031/2020
Ementa	Conselho de Justificação – Substituição de membros – Impedimento e passagem para inatividade – Requisitos legais para a substituição dos integrantes do Colegiado.
PARECER	001032/2020
Ementa	Exoneração e nomeação de membros. Conselho Estadual de Trânsito.
PARECER	001033/2020
Ementa	Exoneração e nomeação de membros. Conselho Estadual de Trânsito – CETRAN.



PARECER	001034/2020
Ementa	ICMS. Demanda contratada de energia elétrica. Incidência sobre o consumo efetivo. Tema 176 de Repercussão Geral. Supremo Tribunal Federal. Eficácia da decisão.
PARECER	001035/2020
Ementa	Anteprojeto de Lei. FAPESPA. Alteração da Lei 8.426/2016. Fundações de apoio. Fomento. Análise jurídica.
PARECER	001036/2020
Ementa	Bem público estadual. Afetação da área. Desnecessidade de desapropriação ou de servidão administrativa.
PARECER	001037/2020
Ementa	Contrato de prestação de serviços de manutenção de software – programa SAJ Procuradorias – Serviço continuado – Prorrogação de vigência – Regularidade do termo aditivo.
PARECER	001038/2020
Ementa	Contrato administrativo. Prorrogação do prazo para conclusão. Endosso da garantia de adiantamento de pagamento. Ônus exclusivo para contratada.
PARECER	001039/2020
Ementa	Policial Militar transferido para a reserva remunerada. Pedido de conversão de licença especial não gozada em pecúnia. Caso concreto carente de adequada instrução. Não conhecimento do requerimento. Precedentes PGE/PA.
PARECER	001040/2020
Ementa	Policial Militar transferido à reserva remunerada. Pedido de conversão em pecúnia de licença não usufruída em atividade. Inadequada instrução. Estudo nº 001/2018. Necessidade de saneamento.



PARECER 001041/2020

Ementa Prestação de serviço. Manutenção de ambientes de nobreaks. Pregão eletrônico. Sugestões de alterações na minuta do edital.

PARECER 001042/2020

Ementa Promoção de carreira. Lei anterior. Efeitos da LC nº 173/2020. Possibilidade. Aplicação da NT nº 076/2020 PGE/PA.

PARECER 001043/2020

Ementa Criação de emprego público. Lei Complementar Federal nº 173/2020. Aplicabilidade às estatais dependentes. Análise jurídica.

PARECER 001044/2020

Ementa Concurso público. Autorização. Lei Complementar 173/2020. Possibilidade. Ausência de previsão orçamentária. Impossibilidade. Necessidade de adequação da instrução processual.

PARECER 001045/2020

Ementa Assentamento sustentável. Atendimento aos requisitos legais. Possibilidade.

PARECER 001046/2020

Ementa Devolução de valores pagos indevidamente pelo Estado – Contrato administrativo – Inscrição em dívida ativa mediante o devido processo legal.

PARECER 001047/2020

Ementa Servidor civil. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Gerente do CIRETRAN. Ocupante de cargo exclusivamente comissionado já exonerado. Ausência de lançamento no sistema do DETRAN/PA dos carros apreendidos em operação de fiscalização, quando era gerente. Desídia comprovada. Possibilidade de conversão da exoneração em destituição de cargo em comissão.



PARECER	001048/2020
Ementa	Processo de reconhecimento de dívida – Prescrição – Análise da interrupção/suspensão do prazo na primeira metade – Forma de recontagem – Decreto-Lei 20.910/32.
PARECER	001049/2020
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). DETRAN/PA. Inserção de dados falsos no sistema. Improbidade administrativa. Valimento do cargo. Demissão a bem do serviço público. Análise jurídica.
PARECER	001050/2020
Ementa	Ex-servidor que possui débito com a Administração Pública. Compensação com o crédito decorrente de verbas rescisórias. Possibilidade. Valor remanescente da dívida. Inscrição em dívida ativa ou ajuizamento de ação de cobrança. Precedentes desta Procuradoria-Geral.
PARECER	001051/2020
Ementa	Diárias policial militar. Diretrizes.
PARECER	001052/2020
Ementa	Exoneração e nomeação de membros do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/PA. Possibilidade.
PARECER	001053/2020
Ementa	Protocolo de intenções e implementação de política de inclusão social e redução da violência - “Territórios pela Paz” (TERPAZ).
PARECER	001055/2020
Ementa	Servidor civil. Aprovação em concurso público. Nomeação para exercer o cargo. Posse concretizada. Ausência de exercício. Exoneração ex officio.



PARECER	001056/2020
Ementa	Candidato nomeado que não tomou posse em cargo – Constatada inacumulabilidade dos cargos de Atendente Judiciário e Professor – Nomeação tornada sem efeito.
PARECER	001057/2020
Ementa	Conselho de Justificação. Instauração. Requisitos. Competência. Devido processo legal. Análise jurídica.
PARECER	001058/2020
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Ex-servidor público. Pedido de revisão. Análise jurídica.
PARECER	001059/2020
Ementa	Contrato nº 021/2019. Locação de equipamentos para impressão, cópia e digitalização. Segundo aditivo. Vigência. Prorrogação. Análise jurídica.
PARECER	001060/2020
Ementa	Termo de adesão. Acordo de cooperação técnica. Programa “Patrulha Maria da Penha”. Minuta. Análise jurídica.
PARECER	001061/2020
Ementa	Convocação de Policiais Militares da reserva remunerada. Requisitos. Análise jurídica.
PARECER	001062/2020
Ementa	Dispensa de convocação de militar da reserva remunerada. Análise jurídica.



PARECER 001063/2020

Ementa Anteprojeto de lei. Iniciativa do Poder Executivo. Gratificação de Produtividade. Carreira de Administração Tributária da SEFA. LOAT. Regulamentação. Análise jurídica.

PARECER 001064/2020

Ementa FUNSAU. Despesas de exercícios anteriores. Prescrição. Análise jurídica.

PARECER 001065/2020

Ementa Minuta de Decreto. Programa de Rede de Descontos para Servidores Públicos Ativos e Inativos da Administração Direta e Indireta do Estado do Pará, seus dependentes, e pensionistas regularmente inscritos no Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV. Análise jurídica.

PARECER 001066/2020

Ementa Multa de trânsito. Autorização do servidor para desconto em folha. Possibilidade.

PARECER 001067/2020

Ementa Cargos de Professor e Militar – Acumulação permitida após a Emenda Constitucional nº 101/2019 – Concurso para cargo civil realizado antes do advento da alteração constitucional – Opção firmada após a vigência da EC nº 101/19 e mediante fundado erro do servidor – Ausência de ato jurídico perfeito e acabado – Princípio da retroatividade mínima das normas constitucionais.

PARECER 001068/2020

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Desrespeito às normas do DETRAN/PA. Valimento do cargo. Demissão. Morte da servidora. Extinção da punibilidade. Arquivamento.



PARECER	001069/2020
Ementa	Nomeação de membros para o Conselho de Administração da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará – EMATER. Análise jurídica.
PARECER	001070/2020
Ementa	Exoneração e nomeação de membros. Conselho Estadual de Trânsito (CETTRAN).
PARECER	001071/2020
Ementa	Servidor público. Acumulação remunerada de cargos públicos. Cargo público de Assistente Técnico de Gestão junto à Administração Federal. Cargo Técnico acumulável com cargo de Professor junto à SEDUC. Descabimento da exoneração ex officio.
PARECER	001072/2020
Ementa	Auxílio-funeral. Comprovação de despesas. Análise jurídica.
PARECER	001073/2020
Ementa	Minuta de Decreto. Apresentação de declaração de bens pelos agentes públicos. Sistema de Controle de Bens Patrimoniais dos Agentes Públicos (SISPATRI). Sindicância Patrimonial. Considerações sobre a Minuta. Falta de competência legal da Auditoria Geral do Estado (AGE). Diligências.
PARECER	001074/2020
Ementa	Delegação de competência. Parâmetros legais e doutrinários.
PARECER	001075/2020
Ementa	Substituição de representantes do Conselho Estadual de Política Indigenista – CONSEPI/PA. Análise jurídica.



PARECER	001076/2020
Ementa	Contrato administrativo. Contratação de Serviços de Consultoria geral, financiada com recursos de Organismo Financeiro Internacional. Primazia das Normas Internacionais. Convivência com os Princípios Constitucionais da Administração Pública e demais princípios dele decorrentes. Alteração contratual. Prorrogação do prazo de vigência e respectivo acréscimo de valor. Contrato por escopo. Compatibilização com o contrato nº 006/2018-NTGM (Execução de obras do Sistema Troncal de Ônibus da Região Metropolitana de Belém, incluindo a implantação do seu sistema de controle operacional). Novo acréscimo contratual derivado da prorrogação da vigência. Preenchimento cumulativo dos pressupostos firmados pelo TCU (Decisão nº 215/99).
PARECER	001077/2020
Ementa	Projeto de Indicação. Vedação de nomeação para cargos em comissão, de confiança ou função gratificada de pessoas que tenham sido condenadas pela Lei Federal nº 11.340/2006. Análise jurídica.
PARECER	001078/2020
Ementa	Militar da reserva remunerada. Convocação para prestar serviços na atividade. Art. 105-A da Lei Estadual nº 5.251/1985. Dispensa a pedido. Arts. 18, 19 e 20 do Decreto Estadual nº 892/2013. Possibilidade.
PARECER	001079/2020
Ementa	Proposta de inclusões no Decreto Estadual nº 1.242/2015, que institui o Procedimento de Manifestação de Interesse – PMI, para fins de harmonização com o Decreto Estadual nº 713/2013, que institui o Programa de Parcerias Público-Privadas e regulamenta o Conselho Gestor de PPP no Estado do Pará – CCG/PA. Análise jurídica da Minuta de Decreto.
PARECER	001080/2020



Ementa	Pedido de Reconsideração de Ato. Análise jurídica.
PARECER	001081/2020
Ementa	Regularização funcional. Data da exoneração de ex-servidora. Retificação. Errata. Possibilidade.
PARECER	001082/2020
Ementa	Grupo de Trabalho. Substituição de membros representantes. Análise jurídica.
PARECER	001083/2020
Ementa	Nomeação de candidato aprovado no concurso C-204. Possibilidade.
PARECER	001084/2020
Ementa	Contrato administrativo. Aquisição direta de placas de homenagem. Sistema de cotação eletrônica de preços.
PARECER	001086/2020
Ementa	Decreto de Criação do Projeto de Assentamento Sustentável União, envolvendo uma área de 1.628,4210 ha
PARECER	001087/2020
Ementa	Contratação temporária. Análise sob a ótica da LC nº 173/2020. Comprovação necessidade temporária de excepcional interesse público. Realização de PSS.
PARECER	001088/2020
Ementa	Termo de cooperação. Junta Comercial do Estado do Pará (JUCEPA). Procuradoria-Geral do Estado (PGE). Acesso às bases de dados existentes referentes aos atos constitutivos e alterações. Possibilidade. Necessidade de elaboração (e aprovação) de plano de trabalho. Sugestões de alterações na Minuta.



PARECER	001089/2020
Ementa	Cumprimento de decisão judicial. Concurso para Agente Penitenciário. Nomeação. Análise jurídica.
PARECER	001090/2020
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Improbidade administrativa. Desídia. Conversão de exoneração em destituição de cargo à bem do serviço público.
PARECER	001091/2020
Ementa	Termo aditivo a contrato de prestação de serviços de manutenção do acesso à internet de 10MBPS, link de dados (fibra) 10MBPS e ativação de link (fibra). Análise jurídica.
PARECER	001092/2020
Ementa	Contratação de Curso de Extensão em Direito Processual Civil. Inexigibilidade de licitação. Serviço técnico especializado. Natureza singular. Notória especialização. Art. 25, II, Lei 8.666/1993. Análise jurídica da Minuta Contratual.
PARECER	001094/2020
Ementa	Termo de cessão de uso. Procuradoria-Geral do Estado (PGE). Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJ/PA). Scanners. Possibilidade. Sugestões de alterações na Minuta.
PARECER	001095/2020
Ementa	Termo de adesão para a implementação da Política Nacional para a População em Situação de Rua. Minuta. Análise jurídica.
PARECER	001096/2020
Ementa	Conselho de Justificação – Gravidade das condutas e condições agravantes indicativos da ausência de condições de permanência na Corporação – Envio do CJ ao Tribunal de Justiça – Análise da



prescrição – Aplicação da Lei Penal mais benéfica ao justificante – Marcos interruptivos do prazo prescricional.

PARECER 001097/2020

Ementa Projeto de Lei que altera a Lei nº 6.717/2005 – Fundo Estadual da Defensoria Pública – Lei nº 8.811/19 com eficácia suspensa por decisão judicial – Análise de legalidade – Diligências necessárias.

PARECER 001098/2020

Ementa Minuta. Projeto de lei. Altera e acresce parágrafos ao art. 54 da Lei Complementar nº 022/94. Promoção. Cessão. Atividade Policial Civil. Análise jurídica.

PARECER 001099/2020

Ementa Receita não tributária – Multa ambiental – Limites da multa diária – Critérios de atualização monetária para a inscrição de dívida ativa.

PARECER 001100/2020

Ementa Secretário Adjunto de Estado. Cargo de natureza administrativa, e não política. Valor das diárias.

PARECER 001101/2020

Ementa Servidores civis. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Inserção de dados falsos no sistema. Improbidade administrativa. Valimento do cargo. Aplicação da pena de demissão a um dos indiciados e de conversão a exoneração em destituição do cargo em comissão em relação ao outro. Nota a bem do serviço público. Possibilidade.

PARECER 001102/2020

Ementa Abono de permanência. Requerimento administrativo. Prescrição. Análise jurídica.



PARECER 001104/2020

Ementa Defensoria Pública. Consulta. Pedido de férias. Aposentadoria por invalidez. Licença saúde. Prorrogação de licença saúde. Análise jurídica.

PARECER 001105/2020

Ementa DETRAN/PA. Processo Administrativo Disciplinar. Demissão. Competência do Exmo. Governador do Estado. Análise jurídica.

PARECER 001106/2020

Ementa Processo Administrativo Disciplinar – Departamento de Trânsito do Estado (DETRAN/PA) – Adulteração de documentos – Servidor exclusivamente comissionado – Improbidade – Conversão de exoneração em destituição de cargo comissionado.

PARECER 001107/2020

Ementa Programa Territórios pela Paz – TerPaz. Protocolo de Intenções nº 005/2019. Termo de Cooperação com a empresa. Análise jurídica da Minuta.

PARECER 001108/2020

Ementa Regimento Interno da SEPLAD – Decreto Regulamentador da Lei nº 8.933/2019 – Análise de Legalidade.

PARECER 001109/2020

Ementa Programa IPVA Cidadão. Isenção parcial (desconto) de IPVA para pagamento antecipado do tributo. Previsão no art. 13, parágrafo único da Lei Estadual nº 6.017/9. Concessão por meio de Decreto Estadual.

PARECER 001110/2020

Ementa Exoneração e nomeação de membros. Conselho Estadual de Assistência Social do Pará – CEAS/PA. Lei Estadual nº 5.904/1996.



PARECER	001111/2020
Ementa	Tornar sem efeito. Nomeação. Concurso público C-182. Fundação Centro de Hematologia do Pará – HEMOPA.
PARECER	001112/2020
Ementa	Altera e acrescenta dispositivo no Decreto Estadual nº 1.064 de 28 de setembro de 2020. ICMS Verde.
PARECER	001113/2020
Ementa	Retificação do nome de candidato. SEDUC. Errata. Possibilidade.
PARECER	001114/2020
Ementa	Exoneração ex-officio. Concurso público C-204 – SUSIPE. Possibilidade.
PARECER	001115/2020
Ementa	Promoção por ato de bravura. Preenchimento dos requisitos formais exigidos em Lei. Análise jurídica.
PARECER	001116/2020
Ementa	Medalha Coronel Barros e Arouck. Academia de Polícia Militar. Análise jurídica.
PARECER	001117/2020
Ementa	Nomeação de candidatos aprovados no concurso C-186. Análise jurídica.
PARECER	001118/2020
Ementa	Dispensa de convocação de militar da reserva remunerada. Análise jurídica.



PARECER	001119/2020
Ementa	Polícia Militar. Conselho de Disciplina (CD). Reforma administrativa disciplinar. Recurso hierárquico. Conhecimento e improvemento.
PARECER	001120/2020
Ementa	Altera dispositivos do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, aprovado pelo Decreto nº 4.676, de 18 de junho de 2001.
PARECER	001121/2020
Ementa	Convocação de Policiais Militares da Reserva Remunerada. Requisitos. Análise jurídica.
PARECER	001122/2020
Ementa	PRODEPA. Dispensa de licitação. Contratação de concessionária de serviço público. Fornecimento de energia elétrica. Fundamentação legal. Lei nº 13.303/2016.
PARECER	001123/2020
Ementa	Incremento ao turismo no Estado do Pará. Contratação do serviço de Stopover junto à TAP Air Portugal. Inviabilidade de competição. Contratação direta. Inexigibilidade de licitação (art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93).
PARECER	001124/2020
Ementa	Conselho Estadual de Segurança Pública (CONSEP). Recondição de membros. Análise jurídica.
PARECER	001125/2020
Ementa	Exoneração e nomeação de membros. Conselho Estadual de Trânsito. Análise jurídica.



PARECER	001126/2020
Ementa	Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Infração disciplinar. Penalidade. Análise jurídica.
PARECER	001127/2020
Ementa	Alteração de dispositivos do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, aprovado pelo Decreto nº 4.676, de 18 de junho de 2001.
PARECER	001128/2020
Ementa	Plano de Suprimento Sustentável. Estabelecimento de parâmetros para enquadramento das empresas que utilizam grande quantidade de matéria-prima florestal. Ato do Poder Executivo.
PARECER	001129/2020
Ementa	SEPLAD. Anteprojeto de Lei. Gratificação de Desempenho de Gestão. Aplicabilidade e percepção. Modificações legais. Análise jurídica.
PARECER	001130/2020
Ementa	Nomeação e exoneração de membros do Comitê de Investimentos – COINV. Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará. Possibilidade.
PARECER	001131/2020
Ementa	Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Irregularidades detectadas pela Corte Estadual de contas em análise de prestação de contas do Hospital Regional de Tucuruí. Transgressões disciplinares comprovadas. Prescrição das penas de repreensão e suspensão e absolvição dos servidores. Aplicação da pena de demissão.



PARECER 001132/2020

Ementa Altera dispositivo do Decreto nº 1.565, de 26 de março de 2009, que regulamenta a Lei nº 5.674, de 21 de outubro de 1991, que dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento Econômico do Estado do Pará – FDE.

PARECER 001133/2020

Ementa Altera dispositivos do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e de Comunicação – RICMS-PA, aprovado pelo Decreto nº 6.476, de 18 de junho de 2001.

PARECER 001134/2020

Ementa SECOM. Prorrogação contratual. Ausência de preenchimento dos requisitos legais. Irregularidade fiscal. Impossibilidade.

PARECER 001135/2020

Ementa Policial Militar. Reforma por incapacidade definitiva. Pedido de cancelamento do ato administrativo. Possibilidade.

PARECER 001136/2020

Ementa Colocação à disposição. Assembleia Legislativa do Estado do Pará – ALEPA. Possibilidade.

PARECER 001137/2020

Ementa Contrato Administrativo. Prestação de serviço de gestão de abastecimento de combustível. Termo Aditivo. Prorrogação por mais 12 (doze) meses. Possibilidade.

PARECER REFERENCIAL

PARECER REFERENCIAL 000001/2020

Ementa Calamidade pública. Medidas excepcionais de enfrentamento à Pandemia do Corona vírus. Covid -19. Requisição administrativa. Contornos jurídicos.



PGE

Procuradoria
Consultiva

PARECER REFERENCIAL 000002/2020

Ementa Calamidade pública. Situação de Emergência de saúde. Decreto Legislativo Federal n. 06/2020. Lei Federal n. 13.979/2020. Decreto Legislativo Estadual n. 02/2020. Decretos Estaduais n. 609/2020 e 619/2020. Art. 24, IV da Lei Federal n. 8.666/1993. Dispensa de licitação. Contratação emergencial. Requisitos. Parecer referencial.

PARECER REFERENCIAL 000003/2020

Ementa Parecer Referencial. Suprimentos de Fundos. Medidas de enfrentamento à Pandemia Coronavírus. Covid-19. Aspectos gerais. Requisitos. Instrução processual. Checklist.

PARECER REFERENCIAL 000004/2020

Ementa Calamidade Pública. Situação de emergência de saúde. Decreto Legislativo Federal n. 06/2020. Lei Federal n. 13.979/2020. Decreto Legislativo Estadual n. 02/2020. Decreto Estadual n. 670/2020. Suspensão temporária de execução dos contratos administrativos. Parecer Referencial.

PARECER REFERENCIAL 000006/2020

Ementa Calamidade pública. Pandemia do covid-19. Medidas de enfrentamento. Medida Provisória Nº 961/2020. Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC). Ampliação das hipótese. Direito Provisório.

PARECER REFERENCIAL 000007/2020

Ementa Calamidade Pública. Emergência de saúde. Decreto Legislativo Federal n. 06/2020. Lei Federal n. 13.979/2020. Decreto Legislativo Estadual n. 02/2020. Decretos Estaduais n. 609/2020 e 619/2020. Medida Provisória n. 961/2020. Pagamento antecipado. Excepcionalidade. Requisitos. Parecer Referencial.



PGE

Procuradoria
Consultiva

PARECER SIMPLIFICADO

PARECER SIMPLIFICADO 000001/2020

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Animus abandonandi não configurado. Absolvição.

PARECER SIMPLIFICADO 000002/2020

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Alegação de doença incapacitante. Necessidade de exame pericial. Prova essencial. Nulidade do Processo Administrativo Disciplinar.

PARECER SIMPLIFICADO 000003/2020

Ementa Agregação. Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Estado do Pará – SEAP. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000004/2020

Ementa Abandono de cargo. Parecer Referencial nº 010/2019. Dolo eventual. Demissão.

PARECER SIMPLIFICADO 000005/2020

Ementa Agregação. Assembleia Legislativa do Estado do Pará. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000006/2020

Ementa Agregação. Reversão. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP). Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000007/2020

Ementa Pensão especial. Concessão. Beneficiários. Valor. Análise jurídica.



PARECER SIMPLIFICADO 000008/2020

Ementa Pensão especial militar. Morte do policial relacionada com sua condição de militar. Conflito de entendimentos entre PM e SEPLAD. Caracterização do nexo de causalidade. Retorno do processo à SEPLAD para análise da composição e destinatários da pensão especial militar.

PARECER SIMPLIFICADO 000009/2020

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Demissão. Arts. 178, IV e 190, II, da Lei Estadual nº 5.810/94.

PARECER SIMPLIFICADO 000010/2020

Ementa Reversão. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP). Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000011/2020

Ementa Pensão especial militar. Parecer referencial nº 008/2019. Cumprimento do dever policial. Decreto estadual nº 10.745/78. Nexo de causalidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000012/2020

Ementa Abandono de cargo. Servidor público estadual. Parecer referencial nº 010/2019. Art. 178, IV e art. 190, II, §2º da Lei estadual nº 5.810/94. Demissão.

PARECER SIMPLIFICADO 000013/2020

Ementa Reversão. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000014/2020

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Indícios de falta grave. Abandono de cargo. Não indiciamento. Nulidade parcial do PAD.



PARECER SIMPLIFICADO 000015/2020

Ementa Reversão. Secretaria de Estado e Administração Penitenciária - SEAP. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000016/2020

Ementa Reversão. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000017/2020

Ementa Reversão. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000018/2020

Ementa Acumulação de cargos. Auxiliar de saúde. Profissão não regulamentada. Processo Administrativo Disciplinar. Natureza técnica das atribuições. Art. 37, XVI, c, da Constituição Federal. Legalidade da acumulação. Sugestão de arquivamento.

PARECER SIMPLIFICADO 000019/2020

Ementa Reversão. Casa Militar da Governadoria do Estado. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000020/2020

Ementa Agregação. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000021/2020

Ementa Agregação. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000022/2020

Ementa Agregação. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social. Possibilidade.



PGE

Procuradoria
Consultiva

PARECER SIMPLIFICADO 000023/2020

Ementa Agregação. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000024/2020

Ementa Agregação. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000025/2020

Ementa Servidor público. Adicional por tempo de serviço. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000026/2020

Ementa Averbação de tempo de serviço prestado em cargo comissionado na mesma esfera de poder. Cabimento. Efeitos.

PARECER SIMPLIFICADO 000027/2020

Ementa Servidora pública exclusivamente comissionada. Averbação por tempo de serviço para fins de Adicional por Tempo de Serviço (ATS). Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000028/ 2020

Ementa Averbação de tempo de serviço. Parecer simplificado. Parecer referencial n.006/2019.

PARECER SIMPLIFICADO 000029/2020

Ementa Agregação. Polícia Militar do Estado do Pará. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000030/2020

Ementa Agregação. Casa Militar da Governadoria do Estado do Pará. Possibilidade.



PARECER SIMPLIFICADO 000031/2020

Ementa Pensão Especial Militar. Acidente em serviço configurado. Concessão do benefício indenizatório. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000032/2020

Ementa Conselho de Justificação. Prorrogação de prazo. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000033/2020

Ementa Servidor Público. Processo administrativo disciplinar. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000034/2020

Ementa Agregação. Bombeiro Militar. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000035/2020

Ementa Agregação. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000036/2020

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial n. 008/2019. Falecimento em decorrência da atividade policial militar caracterizado. Beneficiários habilitados e não habilitados. Rateio. Termo inicial para pagamento. Cálculo. Instrução processual completa. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000037/2020

Ementa Agregação. Transferência ex-officio para Reserva Remunerada. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000038/2020

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Art. 190, II da Lei n. 5.810 de 1994. Prescrição.



PGE

Procuradoria
Consultiva

PARECER SIMPLIFICADO 000039/2020

Ementa Abandono de cargo. Art. 178, IV C/C Art. 190, II, § 2. Da Lei Estadual n. 5.810/94. Servidor Público estadual. Parecer referencial n. 010/2019. Demissão.

PARECER SIMPLIFICADO 000040/2020

Ementa Pensão especial. Ex-servidor da Polícia Civil. Morte em serviço. Nexo em casualidade. Decreto concessivo. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000041/2020

Ementa Agregação. Secretaria de Estado de Segurança e Defesa Social. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000042/2020

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Servidor em depressão. Ausência de Animus Abandonandi. Absolvição. Arquivamento.

PARECER SIMPLIFICADO 000043/2020

Ementa Qualificação de Organização Social. Instituto Nacional de Assistência Integral – INAI. Lei Estadual n. 5.980/1996 e Decreto Estadual n. 21/2019.

PARECER SIMPLIFICADO 000044/2020

Ementa Agregação. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social – SEGUP. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000045/2020

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. ART. 190, II da Lei n. 5.810 de 1994. Demissão. Análise jurídica.



PARECER SIMPLIFICADO 000046/2020

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Nulidade parcial. Ausência de ampla defesa e contraditório. Incidente de Sanidade Mental.

PARECER SIMPLIFICADO 000047/2020

Ementa Agregação. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP). Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000048/2020

Ementa Pensão especial e auxílio morte. Auxiliar técnico da polícia civil. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000049/2020

Ementa Concessão de Medalha do Mérito Tiradentes. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000051/2020

Ementa Qualificação de Organização Social. Instituto Reger de Educação, Cultura e Tecnologia. Lei Estadual n. 5.980, de 19 de julho de 1996. Decreto Estadual n. 21/2019.

PARECER SIMPLIFICADO 000052/2020

Ementa Qualificação de Organização Social. Associação Metropolitana de Gestão (AMG). Lei Estadual nº 5.980, de 19 de julho de 1996, e Decreto Estadual nº 21/2019.

PARECER SIMPLIFICADO 000053/2020

Ementa Qualificação de Organização Social. Instituto Núcleo de Apoio as Políticas Públicas (INAPP). Lei Estadual nº 5.980, de 19 de julho de 1996. Decreto Estadual nº 21/2019.

PARECER SIMPLIFICADO 000054/2020

Ementa Servidor Público. Processo administrativo disciplinar. Análise jurídica.



PARECER SIMPLIFICADO 000055/2020

Ementa Especial Militar. Parecer Referencial n. 008/2019. Morte acidental. Ausência de nexo de causalidade com a atividade ou condição de policial militar. Indeferimento. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000056/2020

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial n. 008/2019. Falecimento em decorrência da atividade policial militar caracterizado. Beneficiários habilitados. Termo inicial para pagamento. Cálculo. Instrução processual completa. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000057/2020

Ementa Agregação. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000058/2020

Ementa Agregação. Tribunal de Contas do Estado do Pará. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000059/2020

Ementa Agregação. Policiais Militares. Vice-Governadoria. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000060/2020

Ementa Qualificação de Organização Social. Organização Social Mãos Amigas. Lei Estadual Nº 5.980/1996 e Decreto Estadual Nº 21/2019.

PARECER SIMPLIFICADO 000061/2020

Ementa Qualificação de organização social. Instituto de Apoio ao Desenvolvimento da Vida Humana. Lei Estadual nº 5.980/1996 e Decreto Estadual nº 21/2019.



PARECER SIMPLIFICADO 000062/2020

Ementa Agregação. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP). Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000063/2020

Ementa Qualificação de organização social. Associação Brasileira de Entidades de Assistência Social. Lei Estadual nº 5.980/1996 e Decreto Estadual nº 21/2019.

PARECER SIMPLIFICADO 000064/2020

Ementa Pensão especial militar. Acidente em serviço configurado. Concessão do benefício indenizatório. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000065/2020

Ementa Agregação. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP). Polícia Militar do Estado do Pará. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000066/2020

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000067/2020

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial nº 008/2019 – PGE. Falecimento em decorrência da atividade Policial Militar caracterizado. Análise Jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000068/2020

Ementa Agregação. Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Justiça Militar do Estado do Pará. Possibilidade.



PARECER SIMPLIFICADO 000069/2020

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial nº 008/2019. Falecimento em decorrência da atividade Policial Militar caracterizado. Beneficiários habilitados. Rateio. Termo inicial para pagamento. Cálculo. Instrução processual completa. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000070/2020

Ementa Pensão Especial Militar. Acidente em serviço configurado. Concessão do benefício indenizatório. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000071/2020

Ementa Agregação. Polícia Militar. Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000072/2020- PGE

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Abandono de cargo. Licença para tratar de assuntos particulares. Ausência de animus abandonandi. Arquivamento do PAD.

PARECER SIMPLIFICADO 000073/2020

Ementa Reversão. Casa Militar da Governadoria do Estado – CMG. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000074/2020

Ementa Agregação. Casa Militar da Governadoria do Estado do Pará. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000075/2020

Ementa Agregação. Secretaria de Estado de Administração Penitenciária - SEAP. Possibilidade.



PARECER SIMPLIFICADO 000077/2020

Ementa Servidora Pública. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Abandono de cargo. Ausência injustificada por mais de 30 dias consecutivos. Presença de Animus Abandonandi. Penalidade de demissão.

PARECER SIMPLIFICADO 000079/2020

Ementa Reversão. Casa Militar da Governadoria do Estado – CMG. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000080/2020

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Animus Abandonandi configurado. Demissão. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000081/2020

Ementa Reversão. Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará. SUSIPE. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000082/2020

Ementa Reversão. Secretaria de Estado de Segurança Pública – SEGUP. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000083/2020

Ementa Reversão. Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP). Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000084/2020

Ementa Reversão. Assembleia Legislativa do Estado do Pará – ALEPA. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000085/2020

Ementa Agregação. Casa Militar da Governadoria do Estado do Pará. Possibilidade.



PARECER SIMPLIFICADO 000086/2020

Ementa Servidora Pública. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Abandono de cargo. Ausência injustificada por mais de 30 dias consecutivos. Presença de Animus Abandonandi. Penalidade de demissão.

PARECER SIMPLIFICADO 000087/2020

Ementa Servidor Público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Abandono de cargo. Caracterização dos elementos objetivo e subjetivo. Análise Jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000088/2020

Ementa Medalha “General Sotero de Menezes”. Polícia Militar. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000089/2020

Ementa Servidor Público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Abandono de cargo. Ausência de retorno após concessão de licença para tratamento de saúde. Perícia posterior. Nulidade parcial.

PARECER SIMPLIFICADO 000090/2020

Ementa Reversão. Policial militar. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000091/2020

Ementa Reversão. Secretaria de Estado de Segurança e Defesa Social SEGUP. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000092/2020

Ementa Reversão. Secretaria de Estado de Segurança e Defesa Social SEGUP. Possibilidade.



PARECER SIMPLIFICADO 000093/2020

Ementa Reversão. Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP). Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000094/2020

Ementa Reversão. Policiais Militares. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000095/2020

Ementa Agregação. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000096/2020

Ementa Reversão. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP). Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000097/2020

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Ausência de prova da prática de infração disciplinar. Absolvição. Arquivamento do PAD.

PARECER SIMPLIFICADO 000098/2020

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Abandono de cargo. Ausência de retorno após o término de licença para tratar de interesse particular. Mudança para outro município. Presença de animus abandonandi. Dolo direto. Penalidade de demissão.

PARECER SIMPLIFICADO 000100/2020

Ementa Parecer Simplificado. Averbação de tempo de serviço. Cargo comissionado. Precedentes.

PARECER SIMPLIFICADO 000101/2020

Ementa Polícia Militar Reversão e Agregação. Possibilidade.



PARECER SIMPLIFICADO 000102/2020

Ementa Reversão. Ministério Público do Estado do Pará. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000103/2020

Ementa Reversão. Casa Militar da Governadoria do Estado. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000104/2020

Ementa Reversão. Casa Militar da Governadoria do Estado. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000105/2020

Ementa Reversão. Casa Militar da Governadoria do Estado. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000106/2020

Ementa Agregação. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000107/2020

Ementa Reversão e Agregação. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000108/2020

Ementa Servidora Pública. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Abandono de cargo. Ausência de retorno após afastamento. Caracterização dos elementos. Objetivo e Subjetivo necessários. Presença de Animus Abandonandi. Penalidade de demissão.

PARECER SIMPLIFICADO 000109/2020

Ementa Reversão. Casa Militar da Governadoria do Estado. Possibilidade.



PARECER SIMPLIFICADO 000110/2020

Ementa Agregação. Transferência ex-officio para Reserva Remunerada. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000111/2020

Ementa Agregação. Casa Militar da Governadoria. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000112/2020

Ementa Agregação. Assembleia Legislativa do Estado do Pará. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000113/2020

Ementa Agregação. Assessoria Militar da Assembleia Legislativa do Estado do Pará. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000114/2020

Ementa Agregação. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000115/2020

Ementa Policial Militar. Agregação. SEGUP. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000116/2020

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial Nº 008/2019 – PGE. Falecimento em decorrência da atividade Policial Militar caracterizado. Beneficiários habilitados. Rateio. Termo Inicial para pagamento. Cálculo. Instrução Processual completa. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000117/2020

Ementa Agregação. Ultrapassou prazo. Licença para Tratamento de Saúde Própria (LTSP). Possibilidade.



PGE

Procuradoria
Consultiva

PARECER SIMPLIFICADO 000118/2020

Ementa Agregação. Casa Militar da Governadoria do Estado.

PARECER SIMPLIFICADO 000119/2020

Ementa Reversão. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social. Agregação. Secretaria de Estado de Saúde.

PARECER SIMPLIFICADO 000120/2020

Ementa Servidor Público. Aposentadoria Voluntária. Manifestação prévia. Exigência do IGEPREV. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000121/2020

Ementa Agregação. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000122/2020

Ementa Agregação. Licença para tratar de interesse particular. Reversão. Interrupção da licença. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000123/2020

Ementa Reversão. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social – SEGUP. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000124/2020

Ementa Agregação. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000125/2020

Ementa Reversão. Câmara Municipal de Belém. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000126/2020

Ementa Agregação. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social – SEGUP. Possibilidade.



PARECER SIMPLIFICADO 000127/2020

Ementa Policial Militar. Agregação e Reversão. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000128/2020

Ementa Servidor Público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Abandono de cargo. Ausência injustificada por mais de 30 dias consecutivos. Falecimento do acusado. Arquivamento.

PARECER SIMPLIFICADO 000129/2020

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Faltas aplicadas em turno de revezamento. Inassiduidade habitual - art. 190, III da lei nº 5.810 de 1994. Demissão.

PARECER SIMPLIFICADO 000130/2020

Ementa Averbação de Tempo de Serviço prestado à Autarquia Estadual em cargo exclusivamente comissionado. Análise de legalidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000131/2020

Ementa Servidor Público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Abandono de cargo. Ausência injustificada por mais de 30 dias consecutivos. Animus abandonandi. Dolo eventual. Demissão.

PARECER SIMPLIFICADO 000132/2020

Ementa Cessão e Agregação. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP) Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000133/2020

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Animus abandonandi configurado. Demissão. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000135/2020



PGE

Procuradoria
Consultiva

Ementa	Agregação. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP) Possibilidade.
PARECER SIMPLIFICADO	000136/2020
Ementa	Reversão. Ministério Público do Estado do Pará. Possibilidade.
PARECER SIMPLIFICADO	000137/2020
Ementa	Servidor público. Abandono de cargo. Falta grave. Processo Administrativo Disciplinar. Revelia. Não incidência de prescrição. Observância do devido processo legal. Sugestão de demissão.
PARECER SIMPLIFICADO	000138/2020
Ementa	Agregação. Transferência ex- officio para reserva remunerada. Possibilidade.
PARECER SIMPLIFICADO	000139/2020
Ementa	Agregação. Para exercício de função de natureza Policial Militar. SEGUP/PA. Análise jurídica.
PARECER SIMPLIFICADO	000140/2020
Ementa	Policial militar. Reversão e agregação. Não atendimento de requisitos de lei. Impossibilidade.
PARECER SIMPLIFICADO	000141/2020
Ementa	Agregação. Para exercício de função de natureza Policial Militar. SEGUP. Análise jurídica.
PARECER SIMPLIFICADO	000142/2020
Ementa	Agregação. Para exercício de função de natureza Policial Militar. SEGUP. Análise jurídica.
PARECER SIMPLIFICADO	000143/2020



Ementa Agregação. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP). Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000144/2020

Ementa Agregação. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP). Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000147/2020

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Demissão. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000148/2020

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial Nº 008/2019. Falecimento em decorrência da atividade policial militar caracterizado. Beneficiários habilitados. Rateio. Termo inicial para pagamento. Cálculo. Instrução processual completa. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000149/2020

Ementa Qualificação de organização social. Organização social AGROTEC Amazônia. Lei estadual Nº 5.980/1996 e Decreto Nº 21/2019.

PARECER SIMPLIFICADO 000151/2020

Ementa Agregação. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social. SEGUP. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000152/2020

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Abandono de cargo. Presença de Animus abandonandi. Penalidade de demissão. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000153/2020



Ementa	Agregação. Candidatura a cargo eletivo. Possibilidade.
PARECER SIMPLIFICADO	000154/2020
Ementa	Pensão especial militar. Parecer Referencial nº 008/2019. Falecimento em decorrência da atividade policial militar caracterizado. Beneficiários habilitados. Rateio. Termo inicial para pagamento. Cálculo. Instrução processual incompleta. Análise jurídica.
PARECER SIMPLIFICADO	000155/2020
Ementa	Agregação. Casa Militar da Governadoria. Possibilidade.
PARECER SIMPLIFICADO	000156/2020
Ementa	Agregação. Licença para tratamento de saúde. Possibilidade.
PARECER SIMPLIFICADO	000157/2020
Ementa	Reversão. Policiais Militares. Análise jurídica. Possibilidade.
PARECER SIMPLIFICADO	000158/2020
Ementa	Agregação. Transferência Ex-officio para reserva remunerada. Possibilidade.
PARECER SIMPLIFICADO	000159/2020
Ementa	Agregação. Candidatura a cargo eletivo. Possibilidade.
PARECER SIMPLIFICADO	000160/2020
Ementa	Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Abandono de cargo. Instrução probatória. Ônus da administração. Nulidade parcial. Análise jurídica.
PARECER SIMPLIFICADO	000161/2020



Ementa	Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Elementos objetivo e subjetivo do tipo disciplinar não configurados. Absolvição.
PARECER SIMPLIFICADO	000162/2020
Ementa	Agregação. Candidatura a cargo eletivo. Análise jurídica.
PARECER SIMPLIFICADO	000163/2020
Ementa	Agregação. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP). Análise jurídica.
PARECER SIMPLIFICADO	000164/2020
Ementa	Reversão. Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCEPA). Análise jurídica.
PARECER SIMPLIFICADO	000165/2020
Ementa	Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Dolo eventual. Presença de Animus abandonandi. Ressarcimento ao erário. Providências. Penalidade de demissão.
PARECER SIMPLIFICADO	000166/2020
Ementa	Agregação. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP). Análise jurídica.
PARECER SIMPLIFICADO	000167/2020
Ementa	Reversão. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social. SEGUP. Análise jurídica.
PARECER SIMPLIFICADO	000168/2020
Ementa	Pensão especial militar. Parecer Referencial nº 008/2019. Falecimento em decorrência da atividade policial militar caracterizado. Beneficiários habilitados. Rateio. Termo inicial



para pagamento. Cálculo. Instrução processual completa. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000169/2020

Ementa Reversão. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP). Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000170/2020

Ementa Servidora pública. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Abandono de cargo. Licença para acompanhar cônjuge. Ausência de retorno após o divórcio judicial. Presença de Animus abandonandi. Dolo indireto. Penalidade de demissão.

PARECER SIMPLIFICADO 000171/2020

Ementa Agregação. Candidatura a cargo eletivo. Possibilidade

PARECER SIMPLIFICADO 000172/2020

Ementa Pensão especial militar. Parecer Referencial nº 008/2019. Falecimento em decorrência da atividade policial militar. Beneficiários. Rateio. Termo inicial para pagamento. Cálculo. Instrução processual completa. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000174/2020

Ementa Agregação. Candidatura a cargo eletivo. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000175/2020

Ementa Agregação. Candidatura a cargo eletivo. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000176/2020

Ementa Servidor público estadual. Pedido de aposentadoria voluntária. Vínculo estatutário não estável. Regularidade funcional. Análise jurídica.



PARECER SIMPLIFICADO 000177/2020

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Prescrição. Regularização funcional. Aplicação da NT 008/2014.

PARECER SIMPLIFICADO 000178/2020

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar por suposto abandono de cargo. Servidor empossado que não entrou em exercício do cargo público. Absolvição. Arquivamento do Processo Administrativo Disciplinar. Exoneração ex officio (art. 25, § 2º, da Lei Estadual nº 5.810/94).

PARECER SIMPLIFICADO 000179/2020

Ementa Reversão. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social – SEGUP. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000180/2020

Ementa Pensão especial militar. Parecer referencial nº 008/2019. Falecimento decorrente de complicações de saúde não relacionadas ao serviço militar. Inexistência de nexo de causalidade com a atividade policial. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000181/2020

Ementa Reversão. Secretaria de Estado de Segurança Pública do Estado do Pará – SEGUP. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000182/2020

Ementa Pensão especial militar. Parecer referencial nº 008/2019. Falecimento em decorrência da atividade policial militar. Beneficiários. Rateio. Termo inicial para pagamento. Cálculo. Instrução processual completa. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000183/2020



Ementa Pensão especial militar. Parecer Referencial nº 008/2019. Falecimento decorrente de morte natural. Inexistência de nexo de causalidade com a atividade policial. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000184/2020

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Abandono de cargo. Regularidade processual. Elemento objetivo e elemento subjetivo (animus abandonandi). Configurados. Demissão.

PARECER SIMPLIFICADO 000186/2020

Ementa Reversão. PM. Candidato à pleito eleitoral. Não eleito.

PARECER SIMPLIFICADO 000187/2020

Ementa Agregação. Assembleia Legislativa do Pará – ALEPA. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000188/2020

Ementa Reversão militar. Candidato à pleito eleitoral. Candidato não eleito.

PARECER SIMPLIFICADO 000189/2020

Ementa Reversão. Candidato a pleito eleitoral. Não eleito.

PARECER SIMPLIFICADO 000190/2020

Ementa Servidor Público. Tempo de serviço prestado em cargo exclusivamente comissionado. Declaração de tempo de serviço. Averbação do tempo de serviço para fins de Adicional por Tempo de Serviço, Licença-Prêmio e aposentadoria. Parecer Referencial nº 0006/2019.

PARECER SIMPLIFICADO 000191/2020



PGE

Procuradoria
Consultiva

Ementa Reversão. Ministério Público do Estado do Pará. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000192/2020

Ementa Qualificação de Organização Social. Associação Brasileira de Entidades de Assistência Social. Lei Estadual nº 5.980/1996 e Decreto Estadual nº 21/2019.

PARECER SIMPLIFICADO 000193/2020

Ementa Averbação de tempo de serviço. Cargo comissionado. Mesma esfera de poder. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO

MANIFESTAÇÃO 000001/2020

Ementa Pensão policial militar. Denúncia de suposta fraude cometida pela beneficiária (companheira do de cujus). Apuração pela SEPLAD. Não comprovação da suposta fraude. Manutenção do benefício.

MANIFESTAÇÃO 000002/2020

Ementa Policiais militares transferidos para a reserva remunerada. Pedidos de conversão de licença especial não gozada em pecúnia. Indeferimento dos pedidos. Precedentes PGE/PA.

MANIFESTAÇÃO 000003/2020

Ementa Conselho de Justificação. Decreto de convalidação. Instrução probatória insuficiente. Necessidade de complementação. Retorno para diligências.

MANIFESTAÇÃO 000004/2020

Ementa Pedido de retificação de decreto estadual. Erro material. Errata.

MANIFESTAÇÃO 000005/2020

Ementa Concessão de medalha General Sotero de Menezes. Ato de bravura.



MANIFESTAÇÃO 000006/2020

Ementa Conselho Estadual de Política de Promoção da Igualdade Racial. Substituição de membros. Possibilidade.

MANIFESTAÇÃO 000007/2020

Ementa Minuta de Decreto. Conselho Estadual das Cidades. Composição. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000008/2020

Ementa Minuta de decreto. Concessão de pensão especial militar. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000009/2020

Ementa Decreto estadual de 21 de janeiro de 2020. Republicação por incorreção.

MANIFESTAÇÃO 000010/2020

Ementa Contratação de empresa para execução de obras de adequação de vias públicas. Possibilidade de utilização do Regime Diferenciado de Contratação - RDC.

MANIFESTAÇÃO 000011/2020

Ementa Minuta de Decreto. Alteração do Decreto n. 428 que dispõe sobre Procedimentos Administrativos relativos a Consulta Tributária.

MANIFESTAÇÃO 000012/2020

Ementa Minuta do decreto que fixa os limites de gastos para concessão de benefícios fiscais, no incentivo à cultura. Lei Estadual nº 6.572/2003.

MANIFESTAÇÃO 000013/2020

Ementa Análise da minuta do novo Decreto de cessão de servidores. Revogação integral do Decreto nº 1960/18. Necessidade de diligências junto à SEPLAD.



MANIFESTAÇÃO 000014/2020

Ementa Minuta de Decreto. Altera dispositivos do Regimento Interno. Decreto n. 3.578, de 26 de julho de 1999. Aprovação pelo Pleno do Tribunal Administrativo de Recursos Fazendários (TARF) da minuta da PGE.

MANIFESTAÇÃO 000015/2020

Ementa Nomeação de candidata. Anterior renúncia de posse. Exclusão da candidata do Decreto que tornou sem efeito nomeação. Concurso C-173. Secretaria de Estado de Educação (SEDUC).

MANIFESTAÇÃO 000016/2020

Ementa Pensão especial. Decreto 301, de 12 de setembro de 2019. Diligência TCE/PA.Retificação.

MANIFESTAÇÃO 000017/2020

Ementa Servidor civil. Afastamento cautelar. Art. 29 da Lei Estadual nº 5.810/94. Tempo de efetivo exercício. Art. 72, inciso VIII do RJU/PA. Efeitos. 000230/2020. Complementação.

MANIFESTAÇÃO 000018/2020

Ementa Pedido de retificação de Decreto Demissionário. Abandono. Efeitos da demissão retroativos ao início da prática irregular. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000019/2020

Ementa Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará (CBMPA). Regime de Ensino. Minuta de Projeto de Lei. Análise Jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000020/2020

Ementa Manifestação. Decreto de recebimento de doação de bens e serviços. Análise Jurídica.



MANIFESTAÇÃO 000021/2020

Ementa Polícia Militar. Conselho de Justificação. Instrução probatória insuficiente. Necessidade de coleta de provas essenciais. Nulidade parcial. Constituição de novo Conselho de Justificação. Complementação da fase instrutória.

MANIFESTAÇÃO 000022/2020

Ementa Prorrogação de vigência de contrato de serviços de manutenção de veículos.

MANIFESTAÇÃO 000023/2020

Ementa Pensão especial militar. Acidente em serviço configurado. Concessão do benefício indenizatório. Retorno diligência para refazer cálculo da pensão.

MANIFESTAÇÃO 000025/2020

Ementa Servidor Público. Prisão Preventiva. Denúncia por crime contra a Administração Pública (corrupção passiva). Afastamento cautelar do exercício do cargo público. Desconto previsto no art. 29, §1º, da Lei Estadual nº 5.810/94. Norma declarada inconstitucional pelo STF (ADI 4736/PA). Direito à percepção do vencimento base e das vantagens de natureza permanente durante o período de afastamento previsto no art. 29, caput, da Lei nº 5.810/94. Devolução de quantias descontadas indevidamente.

MANIFESTAÇÃO 000026/2020

Ementa Testes de Aptidão Física nos concursos públicos no âmbito da Administração Pública Estadual e dá outras providências. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000027/2020

Ementa Servidor público. Cessão. Decreto nº 1.960/2018. Alteração. Minuta de Decreto. Análise jurídica.



PGE

Procuradoria
Consultiva

MANIFESTAÇÃO 000028/2020

Ementa Policial Militar. Conselho de Justificação. Instrução probatória insuficiente. Necessidade de coleta de provas essenciais. Nulidade parcial. Constituição de novo Conselho de Justificação. Complementação da fase instrutória. Reiteração das orientações dadas na 000021/2020.

MANIFESTAÇÃO 000029/2020

Ementa Minuta de Anteprojeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício financeiro de 2021. Novas alterações. Remessa à ALEPA.

MANIFESTAÇÃO 000030/2020

Ementa Empresa Pública. Novo Estatuto Social. Homologação pelo Governador do Estado.

MANIFESTAÇÃO 000031/2020

Ementa Auxílio-funeral. Entendimento consolidado acerca do direito à indenização das despesas com o sepultamento. Plano funerário de terceiro. Documentação insuficiente à comprovação necessária.

MANIFESTAÇÃO 000033/2020

Ementa Alteração do Decreto Estadual Nº 643/2020. Disque Denúncia.

MANIFESTAÇÃO 000034/2020

Ementa Servidor público estadual exonerado. Valores pagos indevidamente. Ressarcimento ao erário. Medidas cabíveis. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000035/2020

Ementa Diligência não atendida. Ausência de comprovação da alegada preterição. Conclusão mantida sobre a improcedência do pedido.



MANIFESTAÇÃO 000036/2020

Ementa Serviço voluntário. Lei Federal nº 9.608/1998. Regulamentação. Minuta de Decreto. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000037/2020

Ementa Manifestação complementar. Proposta de ajustes da minuta. Deliberação da SEPLAD.

MANIFESTAÇÃO 000038/2020

Ementa Pensão Especial Militar. Dever Policial. Decreto Estadual n. 10.754/78. Nexo de causalidade. Retorno diligência.

MANIFESTAÇÃO 000039/2020

Ementa Cumprimento de Decisão Judicial.

MANIFESTAÇÃO 000040/2020

Ementa Qualificação de organização social. Instituto Brasileiro de Políticas Públicas. Lei Estadual nº 5.980/1996 e Decreto Estadual nº 21/2019. Necessidade de retorno dos autos.

MANIFESTAÇÃO 000041/2020

Ementa Pagamento de Despesa de Exercício Anterior. Legislação aplicável. Observância ao rito estabelecido no Decreto Estadual n. 670/2020.

MANIFESTAÇÃO 000042/2020

Ementa Servidor Público Estadual não efetivo. Prorrogação de cessão. Estabilidade excepcional. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000043/2020

Ementa Anteprojeto de Lei. Plano Xingu Sustentável. Conselho Gestor do FDE. Análise Jurídica.



MANIFESTAÇÃO 000044/2020

Ementa Pensão Especial Militar. Dever Policial. Decreto Estadual Nº 10.754/78 art. 1º "a". Nexo de causalidade. Retorno diligência.

MANIFESTAÇÃO 000045/2020

Ementa Aditivo Contratual. IOEPA. Dilação de prazo. Análise de Legalidade.

MANIFESTAÇÃO 000047/2020

Ementa Pedido de Revisão do ato de exoneração a pedido. Ato perfeito e acabado. Ausência de vício de consentimento. Impossibilidade.

MANIFESTAÇÃO 000048/2020

Ementa Pensão Especial e Auxílio-morte. Auxiliar Técnico da Polícia Civil.

MANIFESTAÇÃO 000050/2020

Ementa Minuta de Decreto que altera a composição do Conselho de Justificação Alterações necessárias.

MANIFESTAÇÃO 000051/2020

Ementa DEA. Retorno. Atendimento das Diligências.

MANIFESTAÇÃO 000052/2020

Ementa Consulta jurídica acerca da aplicação da Lei Estadual nº 6.695/2007 à madeira extraída do Centro de Treinamento. Comercialização do produto oriundo da supressão vegetal.

MANIFESTAÇÃO 000053/2020

Ementa Servidor Público. Aposentadoria Voluntária. Data de afastamento para aguardar o benefício. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000054/2020

Ementa Manifestação Complementar. Decreto. Concurso Público. Reclassificação. Decisão Judicial. Nomeação sob a ótica da LC nº



173/2020. Ausência de despesa e nomeação dentro do número de vagas.

MANIFESTAÇÃO 000055/2020

Ementa Polícia Militar. Conselho de Justificação. Ausência de prova essencial. Nulidade parcial. Novos membros. Complementação da fase instrutória.

MANIFESTAÇÃO 000056/2020

Ementa Retorno de diligência. Alteração regulamento ICMS. Protocolo ICMS nº 2/14 e 5/14. Prestação de serviço de transporte e na armazenagem de Etanol Hidratado Combustível – EAC no sistema dutoviário. Adesão do Estado do Pará por meio dos protocolos ICMS 38/19 e 39/19. Internalização na Legislação Estadual.

MANIFESTAÇÃO 000057/2020

Ementa Militar Estadual. Reserva remunerada. Licença especial alegadamente não usufruída. Pedido de conversão em valor apresentado diretamente à PGE/PA. Estudo nº 001/2018. Caso concreto carente de adequada instrução.

MANIFESTAÇÃO 000059/2020

Ementa Contrato de gestão. Organizações sociais. Prestação descentralizada de serviços de saúde pública. Contexto da pandemia da covid-19. Possíveis vícios na contratação. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000060/2020

Ementa Incorporação de gratificação de função – FUNTELPA – vedações da LC nº 173/20. Alcance. Entendimento firmado no 674/20. Direito previsto em momento anterior a entrada em vigor da Lei Complementar Federal. Pagamento imediato.



MANIFESTAÇÃO 000061/2020

Ementa Servidor civil. Averbação de tempo de serviço anterior à entrada em vigor da Lei Complementar Federal nº 173/2020. Triênio completo. Adicional por tempo de serviço (ATS). Efeito financeiro imediato. Possibilidade. Suspensão da contagem do período aquisitivo de 28/05/2020 a 31/12/2021.

MANIFESTAÇÃO 000063/2020

Ementa Pedido de reconsideração em processo revisional. Análise de mérito como mera petição. Repercussão da sentença penal absolutória por falta de provas na Decisão Administrativa Disciplinar. Não cabimento. Diferentes valorações do conjunto probatório. Legalidade do Processo Disciplinar. Pedido de nulidade do PAD e reintegração indeferido judicialmente em decisão transitada em julgado. Provas suficientes para fundamentar a decisão administrativa. Pena de demissão vinculada. Ausência de discricionariedade.

MANIFESTAÇÃO 000064/2020

Ementa Militar. Agregação. Ultrapassado 06 (seis) meses contínuos de licença para tratar de interesse particular. Reversão.

MANIFESTAÇÃO 000065/2020

Ementa Conversão de licença prêmio em pecúnia. Lei Complementar nº 173/2020. Questionamentos.

MANIFESTAÇÃO 000066/2020

Ementa Averbação de tempo de serviço – Aquisição de um triênio antes da entrada em vigor da Lei Complementar nº 173/2020 – Pagamento imediato – Precedentes.

MANIFESTAÇÃO 000067/2020

Ementa Promoção por tempo de serviço. Possibilidade. Preenchimento dos requisitos da Lei nº 8.388/16.



MANIFESTAÇÃO 000068/2020

Ementa Previsão de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor para a Lei Orçamentária Anual de 2021.

MANIFESTAÇÃO 000069/2020

Ementa Policial Militar Estadual. Extinção de Conselho de Justificação. Instauração de Novo Conselho de Justificação. Minuta de Decreto.

MANIFESTAÇÃO 000071/2020

Ementa Pensão Especial Militar. Retorno de diligência. Instrução processual completa.

MANIFESTAÇÃO 000073/2020

Ementa Policial civil. Retificação de decreto de promoção. Análise jurídica complementar.

MANIFESTAÇÃO 000075/2020

Ementa Conselho de Justificação. Substituição de Membro. Suspeição. Análise de Legalidade.

MANIFESTAÇÃO 000076/2020

Ementa Gratificação de Economia 2021 – Procuradores do Estado.

MANIFESTAÇÃO 000077/2020

Ementa Retorno de minuta de ato normativo. Atividade de baixo risco. Possibilidade de regulamentação via decreto. Análise complementar ao 145/2020.

MANIFESTAÇÃO 000078/2020

Ementa Plano Anual de Pagamento de Precatórios do Estado do Pará 2021

MANIFESTAÇÃO 000080/2020

Ementa Qualificação de Organização Social.



MANIFESTAÇÃO 000082/2020

Ementa Anteprojeto de lei. Critérios para fixação, reajuste e revisão da tarifa pública aplicável ao Sistema Integrado de Transporte Público da Região Metropolitana de Belém (SIT/RMB). Ajustes recomendados no 000802/2020. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000083/2020

Ementa Convocação de militares da reserva. Preenchimento dos requisitos formais. Análise jurídica complementar.

MANIFESTAÇÃO 000084/2020

Ementa Policial Militar Estadual. Convalidação de atos, nulidade parcial de Conselho de Justificação e Instauração de novo Conselho de Justificação. Minuta de decreto.

MANIFESTAÇÃO 000086/2020

Ementa CONSEP – Conselho Estadual de Segurança Pública – Homologação da resolução nº 400/2020 – Regulamentação do processo eleitoral para escolha dos conselheiros.

MANIFESTAÇÃO 000087/2020

Ementa Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará (CBMPA). Minuta de anteprojeto de Lei que institui o Código Estadual de Segurança Contra Incêndios e Emergências. Considerações sobre análise da Secretaria de Estado de Planejamento e Administração.

MANIFESTAÇÃO 000088/2020

Ementa Policial militar. Conselho de Justificação. Pedido de sobrestamento. Deferimento.

MANIFESTAÇÃO 000091/2020

Ementa Minuta de Anteprojeto de Lei. Subsistema Rodoviário do Estado do Pará. I – Considerações feitas pela ARCON/PA. Reestruturação.



PGE

Procuradoria
Consultiva

Restrições impostas pela Lei Complementar Federal (LC) nº 173/2020.

MANIFESTAÇÃO 000092/2020

Ementa Homologação de Regime Interno do Disque-Denúncia do SIEDS.

MANIFESTAÇÃO 000093/2020

Ementa Projeto de Lei. Estabelece prazo de validade indeterminado para laudo médico-pericial de portadores de Transtorno de Espectro Autista (TEA). Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000094/2020

Ementa Anteprojeto de Lei. Iniciativa do Poder Executivo. Gratificação de Produtividade. Carreira de Administração Tributária da SEFA. LOAT. Regulamentação. Análise jurídica complementar.

MANIFESTAÇÃO 000095/2020

Ementa Decreto que homologa Resolução do CONSEP – Análise de observância das alterações recomendadas pela PGE.



2020 - SISTEMA WINISIS

PARECER

PARECER 000001/2020

Ementa Minuta de termo de cessão de uso de bem imóvel pertencente ao Estado do Pará a ser cedido para uso do Museu Emílio Goeldi. Instrumento firmado com fundamento na Lei estadual nº 6.614/2004. Adição de cláusulas. Possibilidade de celebração do termo.

PARECER 000002/2020

Ementa Solicitação de orientação quanto à disponibilização de dados gravados com sigilo fiscal em atendimento à solicitação da Divisão de Repressão a Crimes Contra a Ordem Tributária da Polícia Civil.

PARECER 000003/2020

Ementa Solicitação de orientação quanto à disponibilização de dados gravados com sigilo fiscal em atendimento à solicitação da Prefeitura Municipal de Itaituba.

PARECER 000004/2020

Ementa Direito Tributário. Administrativo. Recolhimento de Imposto de Renda retido na fonte junto à Receita Federal. Necessidade de realização de concurso público. Aplicação do disposto no art. 150, II da Constituição Federal, e do art. 118, II do CTN. Aplicação do princípio da pecúnia non olet. Necessidade de realização de concurso público pela SEAD em honra ao art. 37, II da Constituição Federal, objetivando solução definitiva da questão.

PARECER 000005/2020

Ementa Consulta da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia (SEDEME). Efeitos de Decisão proferida na ADI 3.779. Repercussão perante a LC 160/17 e perante o Convênio ICMS 190/17.



PARECER 000006/2020

Ementa Informações acerca do teor e dos efeitos de decisões judiciais em favor de empresas do Grupo Bunge – a caução via Seguro Garantia, em regra, não tem o poder de suspender a exigibilidade do crédito tributário, salvo expresse comando nesse sentido contido na própria Decisão Judicial.

MANIFESTAÇÃO

MANIFESTAÇÃO 000001/2020

Ementa Aproveitamento de isenção de IRRF deferido ao credor originário do precatório pelo espólio.

NOTA TÉCNICA

NOTA TÉCNICA 000001/2020

Ementa Projeto de Lei complementar. Altera dispositivos da Lei complementar nº 057, de 06 de julho de 2006 (Lei orgânica do Ministério Público do Estado do Pará). Autoria poder executivo.

NOTA TÉCNICA 000002/2020

Ementa Projeto de lei. Regime de ensino do Corpo de Bombeiros do Estado do Pará. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 000003/2020

Ementa Projeto de Lei que cria quadro de praças e oficiais temporários no Corpo de Bombeiros Militar.

NOTA TÉCNICA 000004/2020

Ementa Projeto de lei. Institui a política de emponderamento da mulher no estado do Pará.



NOTA TÉCNICA 000005/2020

Ementa Projeto de lei. Regulamenta a destinação de bens, valores e direitos oriundos de ilícitos penais relacionados aos crimes de lavagem de capital para órgãos da Polícia Civil.

NOTA TÉCNICA 000006/2020

Ementa Projeto de lei. Institui o programa de proteção e promoção dos mestres e mestras dos saberes e fazeres das culturas populares.

NOTA TÉCNICA 000007/2020

Ementa COSANPA. Delegatária do Serviço Público de Água e Esgotamento Sanitário. Município de Jacundá/Pa. Encerramento da concessão. Reversibilidade de bens. Diligências.

NOTA TÉCNICA 000008/2020

Ementa Projeto de lei. Dispõe sobre a garantia à gestante da possibilidade de optar pelo parto cesariano, a partir da trigésima nona semana de gestação, bem como a analgesia, mesmo quando escolhido o parto normal.

NOTA TÉCNICA 000009/2020

Ementa Projeto de lei. Iniciativa do poder executivo. PMPA e CBMA. Praças, praças especiais, inativos e pensionistas. Revisão da tabela de soldos e remuneração. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 000010/2020

Ementa Minuta de Acordo de Cooperação Técnica. Desafetação da área correspondente ao Aeroporto de Belém Brigadeiro Protásio de Oliveira. Parque da Cidade.

NOTA TÉCNICA 000011/2020

Ementa Benefício eventual. Lei estadual nº 7.789/2014. Art. 1º. Hipóteses para concessão.



NOTA TÉCNICA 000012/2020

Ementa Contrato decorrente de licitação internacional. Adiantamento de pagamento previsto no edital. Pedido de aplicação de índice de reajuste sobre a parcela de adiantamento já recebida pela contratada. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 000013/2020

Ementa Programa Sua Casa. Lei nº 8.967/2019. Minuta de decreto. Regulamento.

NOTA TÉCNICA 000014/2020

Ementa Corpo de Bombeiros Militar. Lei Municipal nº 030/2019. Castanhal/Pa. Análise sobre a (in)constitucionalidade da norma.

NOTA TÉCNICA 000015/2020

Ementa Minuta de Anteprojeto de Lei. Pagamento de recompensa por denúncias e informações que auxiliem a elucidação de crimes. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 000016/2020

Ementa Programa Sua Casa. Lei n. 8.967/2019. Implantação em 2020. Concessão do Cartão Sua Casa por Emenda Parlamentar. Segunda etapa do Programa Cheque-Moradia.

NOTA TÉCNICA 000017/2020

Ementa Polícia Militar do Estado do Pará. Reajuste de soldo. Gratificação de Risco de Vida. Leis estaduais nº 7.807/2014 e 8.229/2015. Impacto e disponibilidade orçamentária. Princípio da legalidade.

NOTA TÉCNICA 000018/2020

Ementa Ata de Registro de Preços já expirada. Reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos derivados da Ata.



NOTA TÉCNICA 000019/2020

Ementa COSANPA. Proposta de Projeto de Lei. Regulamentação de utilização do Serviço de Abastecimento de Água por Lavajato. Competência. Legislação vedando a utilização de água tratada da rede pública por empresas de lavagem de veículos. Matéria ambiental. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 000020/2020

Ementa Análise de Projeto de Lei que cria a Secretaria de Estado de Articulação da Cidadania (SEAC) e altera dispositivos da Lei n. 8.097/2015.

NOTA TÉCNICA 000021/2020

Ementa Operação de Crédito FINISA 2 – Caixa Econômica Federal. Contratos de Garantia e Contragarantia.

NOTA TÉCNICA 000022/2020

Ementa ADPF 568. Multa penal Lava Jato. Destinação a Amazônia Legal. Descentralização para execução direta pelos Estados.

NOTA TÉCNICA 000024/2020

Ementa Informações sobre riscos fiscais para o Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2021.

NOTA TÉCNICA 000025/2020

Ementa Projeto de Lei. Política Estadual de Proteção de Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Da necessidade de adoção de novas providências.

NOTA TÉCNICA 000026/2020

Ementa Projetos executados diretamente pelo IDEFLOR-BIO. Pagamento de diária, combustível e suprimento de fundo para os servidores da Autarquia. Utilização dos 40% dos recursos do FUNDEFLORES destinados a projetos específicos.



NOTA TÉCNICA 000027/2020

Ementa Ata de Registro de Preços. Aquisição de kits emergenciais. Cestas básicas. Intenção de contratar o saldo da Ata. Antecipação de pagamento. Impossibilidade.

NOTA TÉCNICA 00028/2020

Ementa Projeto de Lei. Declara como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial do Estado do Pará a Festa da Chiquita.

NOTA TÉCNICA 000029/2020

Ementa Projeto de Lei: Declara como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial do Estado do Pará, a tradição da Festa do Sujo, da Vila Maiauatá, no Município de Igarapé-Miri.

NOTA TÉCNICA 000030/2020

Ementa Minuta de Resolução. Procuradoria Jurídica da COSANPA.

NOTA TÉCNICA 000031/2020

Ementa Projeto de Lei. Institui a Semana Estadual de Incentivo ao Cooperativismo no Estado do Pará.

NOTA TÉCNICA 000032/2020

Ementa Projeto de lei. Institui a Política Estadual de Valorização ao Artesanato Paraense. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 000033/2020

Ementa Projeto de Lei. Dispõe sobre a Instituição da Semana Educacional do Controle de Zoonoses nas Escolas Públicas do Estado. ART. 108 da Constituição do Estado do Pará.

NOTA TÉCNICA 000034/2020

Ementa Projeto de Lei que dispõe sobre a autenticação de documentos por Advogados Públicos em Processos Administrativos no âmbito da Administração Pública Estadual. Iniciativa parlamentar. Conflito com



a Lei Complementar n. 95/98. Sugestão de veto integral. Contrariedade ao interesse público.

NOTA TÉCNICA 000035/2020

Ementa Projeto de Lei. Dispõe sobre a proibição de inquirir sobre religião e a orientação sexual de candidatos, em questionários de emprego, admissão ou adesão a empresas públicas ou privadas, sociedades, associações, clubes e afins.

NOTA TÉCNICA 000036/2020

Ementa Projeto de Lei. Dispõe sobre a criação de ferramenta virtual para apresentação de defesas de competência estadual no sítio da internet do Detran/PA.

NOTA TÉCNICA 000037/2020

Ementa Cargo de Chefe da Casa Militar da Governadoria do Estado. Oficial da Polícia Militar pertencente à reserva remunerada. Convocação para o serviço ativo. ART. 105 da Lei Estadual n. 5.251/1985. Necessidade de análise pela Polícia Militar.

NOTA TÉCNICA 000038/2020

Ementa Projeto de Lei. Dispõe sobre a publicação na rede mundial de computadores da lista de espera dos pacientes que aguardam atendimento dos serviços públicos de saúde do Estado do Pará. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 000039/2020

Ementa Projeto de Lei nº 450/19. Alteração da Lei n. 6.57203. Alterações. Análise jurídica. Encaminhamento para sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 000040/2020

Ementa Alteração de dispositivos no RICMS-PA. Inclusão de álcool em gel, luvas médicas, máscaras médicas, hipoclorito de sódio 5% e álcool 70% na lista da cesta básica. Variabilidade da composição da cesta



básica de acordo com a necessidade local. Estado de calamidade pública. Pandemia. Coronavírus. Artigo 65, inciso II da LRF.

NOTA TÉCNICA 000041/2020

Ementa Minuta de Decreto. Adesão de benefício fiscal. Concedido ou prorrogado. Unidade Federativa da mesma região. Lei n. 1.201 de 29 de janeiro de 2000 do Estado do Tocantins. Regime Especial para o comércio atacadista. Benefício vigente. Art. 3, parágrafo 8 da LC 160/2017.

NOTA TÉCNICA 000042/2020

Ementa Alteração de dispositivos no RICMS-PA. Inclusão de sabões de toucador, água sanitária, branqueador, santizante e outros alvejantes na lista da cesta básica. Variabilidade da composição da cesta básica de acordo com a necessidade local. Estado de calamidade pública. Pandemia. Coronavírus. Aplicabilidade do artigo 65 da LRF.

NOTA TÉCNICA 000043/2020

Ementa Projeto de Lei. Dispõe sobre a proteção às gestantes participantes de concursos públicos estaduais e municipais no Estado do Pará.

NOTA TÉCNICA 000044/2020

Ementa Minuta de Acordo. Organismo Internacional.

NOTA TÉCNICA 000045/2020

Ementa IASEP. Consulta. Credenciamento. Cessão de crédito para terceiros. Panorama.

NOTA TÉCNICA 000046/2020

Ementa Anteprojeto de Lei. Plano Xingu Sustentável. Política Estadual de Socioeconomia. Análise jurídica.



NOTA TÉCNICA 000047/2020

Ementa Pandemia do Covid-19. Medidas de enfrentamento. I - Minuta de Anteprojeto de Lei elaborada pela OAB/PA. Servidores Públicos da área da saúde. Servidores que tenham contato direto com pacientes infectados pelo vírus. Pagamento de indenização e seguro. II - Pensão especial. Servidor Público Civil ou Militar. Falecimento por Covid-19, contraída no exercício de suas atribuições. Decreto Estadual nº 674/2020. III - Seguro contra acidente de trabalho. Policiais Civis. Militares. Legislação aplicável. IV - Seguro contra acidente de trabalho. Servidor Civil em geral. Necessidade de regulamentação do Art. 160, I, "H", da Lei Estadual nº 5.810/1994 (RJU).

NOTA TÉCNICA 000048/2020

Ementa Assembleia Legislativa do Estado. Projeto de Lei nº 81/2020. Obrigatoriedade aos bancos e instituições financeiras afins na emissão de senhas para atendimento presencial. Calamidade pública. Covid-19. Sanção ou veto. Art. 108 da CE/89. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 000049/2020

Ementa Projeto de lei que institui no âmbito do Estado do Pará a obrigatoriedade de uso e fornecimento de máscaras em estabelecimentos públicos, industriais, comerciais, bancários, concessionários de serviços públicos e prestadores de serviços, como medida de contenção ao coronavírus (covid -19). Iniciativa parlamentar.

NOTA TÉCNICA 000050/2020

Ementa Projeto de Lei. Imputação de obrigações às prestadoras de serviço público de telecomunicações. Competência legislativa. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 000051/2020

Ementa Minuta de Decreto. Altera dispositivos do RICMS/PA. Integração de Convênio/ICMS celebrado pelo CONFAZ à Legislação Tributária



Paraense. Prorrogação do prazo de vigência dos Convênios Confaz/ICMS 23/90, 52/91, 100/97, 38/01, 113/06, 10/07, 53/07, 38/12, 73/16 e 46/13. Autorização pelo Convênio nº 22 de 3 de abril de 2020.

NOTA TÉCNICA 000052/2020

Ementa Análise de Projeto de Lei. Dispõe sobre a obrigatoriedade do fornecimento ao consumidor, de informações e documentos, por parte de operadoras de Plano ou Seguro Privado de Assistência à Saúde. No caso de negativa de cobertura.

NOTA TÉCNICA 000053/2020

Ementa Projeto de Lei. Imputação de obrigação aos Planos Privados de Assistência à Saúde com atuação no Estado Pará. Planos de expansão de leitos. Caráter excepcional. Defesa do consumidor. Análise Jurídica.

NOTA TÉCNICA 000055/2020

Ementa Projeto de Lei. Exigência de condicionantes por entes não licenciadores. Impossibilidade. Violação ao art. 13 da Lei Complementar 140/2011. Atuação cooperada entre os entes para proteção do meio ambiente. Possibilidade. Necessidade de observar o Pacto Federativo.

NOTA TÉCNICA 000056/2020

Ementa Sistema Integrado de Transporte Metropolitano – SIT/RMB. Agência de Transporte Metropolitano – AGTRAN/PA. Projeto de Lei aprovado pela Assembleia Legislativa. Lei Estadual nº 9.049/2020. Atos Regulatórios Complementares.

NOTA TÉCNICA 000057/2020

Ementa Alteração. Regulamento ICMS.

NOTA TÉCNICA 000058/2020

Ementa Projeto de Lei. Iniciativa parlamentar. Limites máximos de alunos por sala de aula nas instituições de ensino da rede pública no Estado do



Pará. Possibilidade do Estado legislar sobre a matéria. Existência de decisões judiciais reconhecendo a inconstitucionalidade formal por vício de iniciativa.

NOTA TÉCNICA 000059/2020

Ementa Universidade do Estado do Pará. Processo de revalidação de diplomas expedidos no estrangeiro. Minuta de resolução. Conselho Universitário. Autonomia universitária. Situação de emergência de saúde. Covid-19. Parecer s/nº - PGE. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 000060/2020

Ementa Alteração Regulamento ICMS. Integração de Convênio/ICMS celebrado pelo Confaz à Legislação Tributária paraense. Convênio ICMS 42/20. Enfrentamento aos efeitos da emergência de saúde pública decorrente da pandemia da Covid-19. Lei nº 10.604/02 e Lei nº 12.212/10. Isenção Energia. Residencial Baixa Renda.

NOTA TÉCNICA 000061/2020

Ementa Projeto de Lei. Institui a campanha “Quem Ama Vacina” no âmbito do Estado do Pará. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 000062/2020

Ementa Assembleia Legislativa do Estado. Projeto de Indicação nº 066/2019. Institui jornada de trabalho para profissionais farmacêuticos em 30 horas semanais. Inconstitucionalidade. Competência privativa da União. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 000063/2020

Ementa Projeto de Lei. Institui o Dia Estadual da Prevenção de Acidentes com Crianças e Adolescentes. Sanção.

NOTA TÉCNICA 000064/2020

Ementa Projeto de Lei. Dispõe sobre a destinação de espaço físico para promoção, exposição e comercialização de produtos da economia



solidária nos eventos públicos realizados no âmbito do Poder Executivo do Estado do Pará. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 000065/2020

Ementa Anteprojeto de Lei. Institui o Sistema Estadual de Cultura do Estado do Pará. Análise Jurídica.

NOTA TÉCNICA 000066/2020

Ementa Projeto de Lei que “Dispõe sobre a criação do Sistema Estadual de Cultura”. Iniciativa parlamentar. Vício de iniciativa. Sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 000067/2020

Ementa Assembleia Legislativa do Estado. Projeto de Lei nº 126/2020. Atendimento prioritário às Pessoas com Deficiência (PcD) durante a pandemia da covid-19. Lei Federal nº 13.146/2015. Art. 108 da CE/89. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 000068/2020

Ementa Projeto de Lei. Atividades laborais para pessoas privadas de liberdade. Remuneração. Fundo de Trabalho Penitenciário. Análise Jurídica.

NOTA TÉCNICA 000069/2020

Ementa Acordo de Cooperação Técnica. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 000070/2020

Ementa Projeto de Lei. Dispõe sobre a utilização de veículos automotores apreendidos pelos órgãos de trânsito.

NOTA TÉCNICA 000071/2020

Ementa Projeto de Lei. Placas de advertência para alertar o aumento de pena para estelionato contra idoso. Competências constitucionais. Análise jurídica.



NOTA TÉCNICA 000072/2020

Ementa Projeto de Lei. Dispõe sobre a Campanha Estadual de Prevenção e Combate ao Câncer Colorretal, através do Exame FIT Teste Imunoquímico para pesquisa de sangue oculto, no âmbito do Estado do Pará.

NOTA TÉCNICA 000073/2020

Ementa Projeto de Lei no 03/2020. Selo Fiscal. Água mineral, natural, água natural e água adicionada de sais, para o controle das obrigações tributárias relacionadas ao ICMS. Controle de obrigações tributárias. ICMS.

NOTA TÉCNICA 000074/2020

Ementa Pandemia do Covid-19. Medidas de enfrentamento. Pessoas em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar. Programa Sua Casa. Execução de competência da COHAB/PA. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Desenvolvimento pela SEASTER.

NOTA TÉCNICA 000075/2020

Ementa Projeto de Lei que dispõe sobre a Política Estadual de Direitos para Pessoas atingidas por Barragens no Estado do Pará. Iniciativa parlamentar. Sugestão de veto integral.

NOTA TÉCNICA 000076/2020

Ementa Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020. Diretrizes de interpretação e aplicação.

NOTA TÉCNICA 000077/2020

Ementa Acordo Cooperação Técnica. Centro de Inteligência Territorial. Análise de legalidade. Instrução suficiente. Diligências. Considerações Preliminares.



NOTA TÉCNICA 000078/2020

Ementa Projeto de Lei. Autoria do Poder Executivo. Alteração de competências entre Secretarias de Estado. SECTET e SEDUC. Sanção ou veto. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 000079/2020

Ementa Consulta Prévia, Livre e Informada (CPLI). Povos e Comunidades Tradicionais afetados. Convenção 169/ OIT. Procedimento. Linha de transmissão de energia elétrica. Inércia da Fundação Cultural Palmares acerca do Componente de Estudo Quilombola. Âmbito Legislativo. Portaria Interministerial 60/2015. Art. 13, §1º da LC 140/2011. Âmbito jurisprudencial. Outros meios a fim de assegurar o direito à CPLI. Avaliação do gestor acerca dos impactos ambientais e econômicos.

NOTA TÉCNICA 000080/2020

Ementa Acordo de Cooperação Técnica. Centro de Inteligência Territorial. Análise da Nova Minuta. Complementação.

NOTA TÉCNICA 000081/2020

Ementa Projeto de Lei que “Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2021.”

NOTA TÉCNICA 000082/2020

Ementa Decreto que institui a Política Estadual de Compras. Regulamentação do Sistema de Registro de Preços. Alterações necessárias. Análise preliminar.

NOTA TÉCNICA 000083/2020

Ementa Minuta de Convênio de Delegação. Transferência do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) para o Estado da Administração e gerenciamento de segmento da BR-222/PA. Interveniência da Secretaria de Estado de Transportes (SETRAN). Minuta baseada na Portaria MT nº 41/2006 que se encontra,



atualmente, revogada. Necessidade de observância da Portaria MTPAC nº 457/2018. Devolução à SETRAN.

NOTA TÉCNICA 000084/2020

Ementa Trabalho à distância. Teletrabalho. Trabalho remoto. Normatização.

NOTA TÉCNICA 000085/2020

Ementa Projeto de Lei. Instituição de Feriado Civil. Aniversário da morte de Zumbi dos Palmares. Dia Nacional da Consciência Negra. Competência da União. Inconstitucionalidade.

NOTA TÉCNICA 000086/2020

Ementa Convênio de delegação. Terminal Hidroviário de Passageiros de Belém. Análise Jurídica.

NOTA TÉCNICA 000087/2020

Ementa Emancipação do Distrito de Castelo de Sonhos. Decreto Legislativo Nº 01/2020. Autorização para plebiscito. Providência a Cargo do Tribunal Regional Eleitoral. Art. 18 e Par. 4º da CRFB/88. Art. 83 da CE/89. Lei Federal Nº 9.709/1998. Lei Complementar Estadual Nº 074/2020. Nota Técnica.

NOTA TÉCNICA 000088/2020

Ementa Pretensão de concessão de rodovias pelo Estado. Elaboração de Anteprojeto de Lei. Necessidade de observância de normas federais e estaduais. Subsistema Rodoviário do Estado do Pará. Possibilidade de exploração direta, concessão ou Parceria Público-Privada (PPP).

NOTA TÉCNICA 000089/2020

Ementa Contratos de financiamento a serem celebrados pelo Estado do Pará com a Caixa Econômica Federal. Programa Saneamento Para Todos. Análise das minutas contratuais.



NOTA TÉCNICA 000090/2020

Ementa Análise jurídica. Projeto de Lei que “estabelece a obrigatoriedade aos bancos e instituições financeiras afins de manterem um exemplar do Estatuto do Idoso.”

NOTA TÉCNICA 000091/2020

Ementa Servidor público. Lei Estadual Nº 7.442/2010. Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação Básica da Rede Pública de Ensino do Estado do Pará. Ocupantes dos cargos efetivos de professor e especialista em educação. Progressão funcional vertical. Classes II, III e IV, a depender da titulação (especialização, mestrado ou doutorado). Minuta de decreto para conceder a progressão vertical. Ausência de regulamentação. Atribuições da Comissão Permanente de Avaliação de Desempenho Funcional.

NOTA TÉCNICA 000092/2020

Ementa Projeto de Lei Nº 168/2020. Dispõe sobre as Centrais de Serviços Eletrônicos Compartilhados no Estado do Pará. Prestação de serviços notariais por meio digital. Competência do Poder Judiciário. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 000093/2020

Ementa Projeto de Lei Nº 17/20, de 25 de agosto de 2020, o qual “dispõe sobre o pagamento, por meio de cartão de débito e/ou de crédito, dos débitos decorrentes do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), das Multas e demais débitos relativos ao veículo no âmbito do Estado do Pará”.

NOTA TÉCNICA 000094/2020

Ementa Processos sancionatórios ambientais. Aplicação da Lei de Processo Administrativo Estadual. Recurso de reconsideração e revisão. Conversão de multa em serviços ambientais. Análise jurídica.



NOTA TÉCNICA 000095/2020

Ementa Projeto de lei que dispõe sobre a disponibilização gratuita pelas operadoras de telefonia e internet móvel dos acessos a sites de comunicação, redes sociais e streaming, dentre outras medidas – competência privativa da União.

NOTA TÉCNICA 000096/2020

Ementa Alteração Regulamento ICMS. Minuta de decreto. Altera e acrescenta dispositivos ao RICMS/PA. Integração de Convênios/ICMS celebrados pelo CONFAZ à legislação tributária paraense. Convênios ICMS 59/20 e 81/20. Isenção relativa às saídas de veículos destinados a portadores de deficiência. Adequação às alterações da Lei Estadual nº 9.036/2020. Direito à crédito fiscal. Mercadorias destinadas ao uso ou consumo e adequação quanto ao momento de pagamento do ICMS diferido relativos ao pescado industrializado.

NOTA TÉCNICA 000097/2020

Ementa Projeto de lei. Política Pública. Iniciativa parlamentar. Incentivo ao audiovisual. Instituição de Conselho. Autorização de criação de Fundo da Cultura. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 000099/2020

Ementa Acordo de Cooperação Técnica. Centro de Inteligência Integrada. Exigências legais não atendidas. Complementação.

NOTA TÉCNICA 000100/2020

Ementa Anteprojeto de lei. Serviços de transporte de passageiros na modalidade lotação de pequeno porte. Lei anterior. ADI 5677. Autorização de serviço público. Análise jurídica. Recomendações.

NOTA TÉCNICA 000102/2020

Ementa Polícia Civil. Concurso público. Fases. Convocação única para segunda etapa. Curso de formação em duas turmas sucessivas. Análise jurídica.



NOTA TÉCNICA 000103/2020

Ementa Acordo de Cooperação Técnica. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 000104/2020

Ementa CONSEP. Conselho Estadual de Segurança Pública. Homologação da Resolução nº 400/2020. Regulamentação do processo eleitoral para escolha dos conselheiros representantes da sociedade civil.

NOTA TÉCNICA 000105/2020

Ementa Análise de legalidade da minuta de decreto que institui o selo Empresa Cidadã.

NOTA TÉCNICA 000106/2020

Ementa Projeto de Lei nº 225/2020, que altera dispositivos da Lei nº 8.902, de 11 de outubro de 2019 (Dispõe sobre a substituição e recolhimento de sacolas plásticas em estabelecimentos comerciais localizados no Estado do Pará e revoga a Lei nº 7.37/2011)

NOTA TÉCNICA 000107/2020

Ementa Análise de Projeto de Lei. Institui a política pública Maria da Penha vai à Escola. Possibilidade.

NOTA TÉCNICA 000108/2020

Ementa Projeto de Lei. Obrigatoriedade dos bancos disponibilizarem álcool em gel e máscaras, de forma gratuita, a todos os clientes. Iniciativa parlamentar. Ausência de razoabilidade.

NOTA TÉCNICA 000109/2020

Ementa Projeto de Lei. Reconhecimento das atividades religiosas como essenciais. Análise jurídica.



NOTA TÉCNICA 000110/2020

Ementa Editais do concurso de praças e oficiais da PM/PA. Análise de legalidade.

NOTA TÉCNICA 000111/2020

Ementa Minutas de editais de concurso público. Polícia Civil. Provimento dos cargos de Delegado, Escrivão, Investigador e Papiloscopista. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 000113/2020

Ementa Inexigibilidade de licitação. SICARF. Orientação acerca dos requisitos legais. Necessidade de demonstração da inviabilidade de competição. Análise concreta através de parecer jurídico do órgão ou entidade. Art. 38, parágrafo único da Lei 8.666/93.

NOTA TÉCNICA 000114/2020

Ementa Convênio. Empresa Pública Federal. Transferência do tráfego aéreo do Aeroporto Brigadeiro Protázio. Implantação do Parque da Cidade. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 000115/2020

Ementa Projeto de lei. Minuta de Decreto. Suspensão e restabelecimento de parcelamentos e de programas de parcelamento.

NOTA TÉCNICA 000117/2020

Ementa Projeto de Lei nº 59/20, que altera dispositivos da Lei nº 8.917, de 14 de novembro de 2019 (“Altera dispositivos da Lei nº 8.917, de 14 de novembro de 2019, que dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos de acesso público afixar cartaz de divulgação do número Disque 180 da Central de Atendimento à Mulher”). Iniciativa Parlamentar.



NOTA TÉCNICA 000118/2020

Ementa Proposta de Decreto. Alteração dispositivos no RICMS-PA. Isenção do ICMS no Transporte Intermunicipal de Soja e Milho. Convênio ICMS/CONFAZ 04/2004.

NOTA TÉCNICA 000119/2020

Ementa Projeto de Lei que dispõe sobre a suspensão de ações de despejo e outras medidas que impliquem desocupação de imóveis durante a pandemia do COVID-19.

NOTA TÉCNICA 000120/2020

Ementa Minuta de Decreto. Altera dispositivos do RICMS/PA. Integração de Convênio/ICMS celebrado pelo CONFAZ à Legislação Tributária Paraense. Convênios ICMS 142/18.

NOTA TÉCNICA 000121/2020

Ementa Proposta de Decreto. Alteração de dispositivo do RICMS-PA. ICMS. Saídas de veículos destinados a pessoas portadoras de deficiência física, visual, mental ou no espectro autista. Convênio ICMS 59/2020.

NOTA TÉCNICA 000122/2020

Ementa Projeto de Lei. Prioridade no atendimento às pessoas que especifica, em estabelecimentos comerciais privados e similares, com fluxo de pessoas que justifique a organização de filas.



2021 - ACERVO SAJ

ESTUDO

ESTUDO 000001/2021

Ementa Estágio de pós-graduação ou residência jurídica. Análise da constitucionalidade segundo a jurisprudência do STF. Modelos adotados por outros órgãos e entes. Parâmetros para análise de conveniência e oportunidade.

ESTUDO 000002/2021

Ementa Estudo. Emenda Constitucional nº 109/2021. Proposta de Emenda Constitucional nº 186. PEC Emergencial. Reflexos financeiros. Aspectos federativos.

ESTUDO 000004/2021

Ementa Licitação. Fase preparatória. Termo de referência. Compras e serviços. Cláusulas obrigatórias. Estudo.

PARECER

PARECER 000001/2021

Ementa Projeto de Lei. Altera a Lei nº 7.029, de 30 de julho de 2007 e dá outras providências. Criação do Comitê e do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Pará. Reestruturação administrativa da SEJUDH. Análise jurídica.

PARECER 000002/2021

Ementa Conselho Estadual de Segurança Pública (CONSEP). Recondução de membros. Análise jurídica.

PARECER 000005/2021

Ementa Verbas remuneratórias a que fazia jus o servidor falecido – Requerimento formulado pela viúva – Procedência.



PARECER 000006/2021

Ementa Servidor público. Multa de trânsito. Autorização para desconto em folha de pagamento. Possibilidade. Precedente. 1066/2020.

PARECER 000007/2021

Ementa Servidor civil. Falecimento. Pedido de conversão de licença prêmio em pecúnia. Contagem do período suspensa pela Lei Complementar Federal nº 173/2020. Existência de dois períodos completos e um período incompleto superior a 1/3. Possibilidade de pagamento apenas em relação ao período incompleto. Rateio entre viúva e o filho menor do casal.

PARECER 000008/2021

Ementa Recurso hierárquico interposto contra decisão que indeferiu pedido de reconsideração em procedimento de Promoção de Praça – Ausência de previsão legal – Autotutela.

PARECER 000009/2021

Ementa Sindicância administrativa que conclui pelo dano ao erário decorrente do não recolhimento de ICMS devido. Decadência e confissão do crédito tributário.

PARECER 000010/2021

Ementa Policial Militar. Oficial. Reconhecimento da prescrição em Conselho de Justificação pelo E. TJPA. Absolvição. Promoção em ressarcimento de preterição. Existência de prova de que Militar mais moderno foi promovido. Decreto. Possibilidade.

PARECER 000011/2021

Ementa Projeto de Investimento de Implantação da Rodovia Liberdade (1ª etapa). Operação de crédito interna com garantia da União. Banco do Brasil. Parecer em atendimento às exigências da LC 101/2000 e Resolução nº 43/2001 do Senado Federal. Modelo exigido pelo



Manual de Instrução de Pleitos da Secretaria do Tesouro Nacional –
Ministério da Economia.

PARECER 000012/2021

Ementa Cumprimento de decisão judicial. Revogar e tornar sem efeito atos de nomeação. Agentes penitenciários. Análise jurídica.

PARECER 000013/2021

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Acúmulo ilegal de cargos. Impossibilidade. Demissão. Competência do Exmo. Governador do Estado.

PARECER 000014/2021

Ementa Anteprojeto de Lei. Altera e cria dispositivos da Lei Complementar nº 022, de 15 de março de 1994, que estabelece normas de organização, competências, garantias, direitos e deveres da Polícia Civil. Análise jurídica.

PARECER 000015/2021

Ementa Processo Administrativo Disciplinar – DETRAN – Transferência de propriedade e jurisdição de veículo sem autorização do proprietário – Infração disciplinar grave – Pena de suspensão aplicada por autoridade incompetente – Nulidade – Ex-servidores já demitidos – Nova demissão – Pos

PARECER 000016/2021

Ementa Medalha de Coronel Barros e Aurock. Polícia Militar do Pará. Possibilidade. Análise jurídica.

PARECER 000017/2021

Ementa Minuta de Decreto. Divulgação dos dias de feriados nacionais e estadual. Estabelecimento de dias de ponto facultativo para o ano de 2021. Análise jurídica.



PARECER 000018/2021

Ementa SEJUDH. Delegação de competência administrativa e financeira. Ausência de vedação legal. Possibilidade.

PARECER 000019/2021

Ementa IGEPREV – Pedido de colaboração à SEPLAD para rejeição de veto a dispositivo de Projeto de Lei – Assunto que exorbita à análise jurídica – Razões de veto por inconstitucionalidade formal – Lei Complementar nº 173/2020 – Impossibilidade temporária de criação de vantagem a servidor.

PARECER 000020/2021

Ementa Cumprimento de decisão judicial. Nomeação. Professor Classe I, Nível A. Concurso C-173. Análise jurídica.

PARECER 000022/2021

Ementa Nomeação de membros. Conselho Penitenciário Estadual – COPEN. Conselho Estadual de Política Criminal e Penitenciária – CEPCP. Possibilidade.

PARECER 000023/2021

Ementa Dispensa de convocação de militar da reserva remunerada ex officio. Interesse ou conveniência da Administração. Regularidade.

PARECER 000024/2021

Ementa Processo Administrativo. Procedimentos fiscais. DIEF retificadora. Inscrição em dívida ativa. CDA remetida para execução. Art. 23, parágrafo único da Lei Estadual nº 6.182/98. Revisão de Ofícios do ato da Administração. Súmula nº 473 do STF. Devolução da CDA a juízo da autoridade fazendária.

PARECER 000025/2021

Ementa Sobrestamento de Conselho de Justificação – Afastamento temporário dos integrantes do Colegiado.



PARECER 000026/2021

Ementa Pandemia do COVID-19. Art. 8º, IV, da Lei Complementar Federal nº 173/2020. Servidor público. Contratação temporária. Possibilidade. Observância dos requisitos fixados no 1087/2020.

PARECER 000027/2021

Ementa Servidor civil. Aprovação em concurso público. Nomeação para exercer o cargo. Posse concretizada. Ausência de exercício. Exoneração ex officio.

PARECER 000028/2021

Ementa Dispensa de convocação de militar da reserva remunerada. Análise jurídica.

PARECER 000029/2021

Ementa Dispensa de convocação de militar da reserva remunerada ex officio. Dispensa por saúde por mais de 60 (sessenta) dias. Regularidade.

PARECER 000030/2021

Ementa Conselho Estadual de Segurança Pública (CONSEP). Nomeação de membros. Análise jurídica.

PARECER 000031/2021

Ementa Cumprimento de decisão judicial. Mandado de Segurança. Nomeação e posse. Análise jurídica.

PARECER 000032/2021

Ementa Termo de cessão de uso de bem público. Lei Estadual nº 6.614/2004. Uso de imóvel pertencente ao Estado do Pará para o funcionamento da unidade da ADEPARÁ no município de Prainha. Ato unilateral e discricionário da Administração Pública. Necessidade de consulta ao órgão ao qual encontra-se destinado o bem. Interesse público



presente. Atendimento aos requisitos legais. Sugestões de alteração no texto.

PARECER 000033/2021

Ementa Desapropriação de imóvel. Campus UEPA no município de Tucuruí. Declaração de Utilidade Pública. Necessidade de apresentação de documentos e sanação de divergências.

PARECER 000034/2021

Ementa Conselho Regional de Administração. Inscrição de empresas de prestação de serviços terceirizados. Análise jurídica.

PARECER 000035/2021

Ementa Exoneração. Nomeação. Chefe da Divisão de Coordenação e Operações.

PARECER 000037/2021

Ementa Concurso público. LC 173/2020. LRF. Autorização. Prosseguimento. Análise jurídica complementar.

PARECER 000038/2021

Ementa Minuta de convênio a ser firmado com o Município de Belém – Programa “Bora Belém”, de distribuição de renda – Análise de legalidade.

PARECER 000039/2021

Ementa Nomeação de membros do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Difusos – CEDDD. Análise jurídica. Possibilidade.

PARECER 000040/2021

Ementa Medalha General Ferreira Coelho – Dedicção aos estudos. Polícia Militar. Concessão. Competência do Exmo. Governador do Estado. Análise jurídica. Possibilidade.



PARECER 000041/2021

Ementa Exoneração e nomeação de membros do Conselho Estadual de Saúde – CES/PA. Análise jurídica.

PARECER 000042/2021

Ementa Terminal Hidroviário de Cargas e Passageiros do Município de Santarém/PA. Concessão para gestão e exploração por terceiros. Competência legal da ARCON/PA. Para o processo licitatório. Exceção a serviço público delegado pela União. Possibilidade de realização do processo licitatório pela Companhia de Portos e Hidrovias do Estado do Pará - CPH. Análise jurídica.

PARECER 000043/2021

Ementa ADEPARÁ. Guia de transporte animal. Contribuição opcional ao FUNDEPEC. Alteração para contribuição automática. Não recomendação. Princípio da informação. Transparência e boa-fé objetiva.

PARECER 000044/2021

Ementa Multa de trânsito. Autorização do servidor para desconto em folha. Procedimento interno do órgão. Possibilidade.

PARECER 000045/2021

Ementa Convênio de Delegação. Terminal Hidroviário de Passageiros de Belém. Delegação da União para o Estado do Pará. Análise jurídica. Possibilidade.

PARECER 000046/2021

Ementa Contrato nº 06/2018. Emissão de passagens aéreas. Terceiro aditivo. Vigência. Prorrogação. Análise jurídica.

PARECER 000047/2021

Ementa Contrato decorrente de licitação internacional. Execução de obra. Necessidade de adequação de projeto.I – Base de cálculo para



análise dos percentuais legais de acréscimo e supressão. Valor inicial atualizado do contrato. 675/2019. Impossibilidade de compensação. Entendimento do TCU. II – Subcláusula que prevê hipóteses restritas de alteração de preços. Modelo imposto pelo agente financiador. Ausência de violação aos ditames constitucionais e princípios basilares da licitação. Validade da subcláusula.

PARECER 000049/2021

Ementa Protocolo de intenções. Complexo mineiro-industrial de lavra, beneficiamento e refino de ouro. Análise jurídica.

PARECER 000050/2021

Ementa Militar. Demissão a pedido. Análise jurídica.

PARECER 000051/2021

Ementa Convocação de bombeiros militares da Reserva Remunerada. Preenchimento dos requisitos formais. Análise jurídica.

PARECER 000052/2021

Ementa Delegado da Polícia Civil. Promoção por Ato de Bravura. Art. 54-A da Lei Complementar Estadual nº 22/1994. Requisitos preenchidos. Ausência de efeito retroativo. Competência discricionária do Chefe do Poder Executivo.

PARECER 000052/2021

Ementa Delegado da Polícia Civil. Promoção por Ato de Bravura. Art. 54-A da Lei Complementar Estadual nº 22/1994. Requisitos preenchidos. Ausência de efeito retroativo. Competência discricionária do Chefe do Poder Executivo.

PARECER 000053/2021

Ementa Minuta de Decreto. Altera dispositivos do RICMS/PA.Convênios/ICMS 73/2016 celebrado pelo CONFAZ. Redução de base de cálculo nas operações internas com Querosene de Aviação (QAV) e Gasolina de Aviação (GAV). Suspende



provisoriamente contrapartidas exigidas pela Legislação Estadual. Efeitos da Pandemia do Coronavírus (COVID-19).

PARECER 000054/2021

Ementa Pandemia do Covid-19. Art. 8º, IV, da Lei Complementar Federal nº 173/2020. Servidor público. Contratação temporária. Possibilidade. Observância dos requisitos fixados no 1087/2020.

PARECER 000055/2021

Ementa Minuta de Projeto de Lei que altera a Lei Estadual nº 6.712/2004

PARECER 000056/2021

Ementa Impossibilidade de reexame de PJ nº 28893/CONJUR/GABSEC/2020 exarado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS/PA. Competência exclusiva da SEMAS para análise de Autorização Prévia de Análise Técnica – APAT.

PARECER 000057/2021

Ementa Dispensa de convocação de militar da reserva remunerada. Análise jurídica.

PARECER 000058/2021

Ementa Processo Administrativo de Responsabilização. Lei Anticorrupção. Necessidade de repetição dos atos indicados. Aproveitamento da prova produzida. Prova emprestada.

PARECER 000059/2021

Ementa EMATER-PARÁ. Cessão de empregado público. Inaplicabilidade do Decreto Estadual nº 795/2020. Necessidade de observância do Regimento Interno de Pessoal da empresa. Cessão para o município. Ônus para o órgão de destino.



PARECER	000060/2021
Ementa	Nomeação de cargo em comissão de Agente Comunitário de Segurança. Impropriedade técnica das funções. Necessidade de revisão da Lei nº 6.139/98. Impossibilidade de nomeação sob a ótica da LC nº 173/2020.
PARECER	000061/2021
Ementa	Policia! Militar. Oficial do Quadro de Saúde. Demissão a pedido. Preenchimento dos requisitos legais. Possibilidade de expedição de Decreto.
PARECER	000063/2021
Ementa	Sobrestamento. Prorrogação de sobrestamento. Art. 93-B do Código de Ética e Disciplina da Polícia Militar do Estado do Pará. Requisitos legais. Análise jurídica.
PARECER	000064/2021
Ementa	Nomeações dos candidatos aprovados no concurso C-177. Possibilidade.
PARECER	000065/2021
Ementa	Promoção por ato de bravura. Não preenchimento dos requisitos formais. Não instauração da comissão especial. Recurso hierárquico. Lei nº 8.230/2015. Lei nº 8.972/2020.
PARECER	000062/2021
Ementa	Servidor público estadual. Aposentadoria voluntária. Licença prêmio. Fração superior a 1/3. Conversão em pecúnia. Interpretação do art. 99, II, da Lei Estadual nº 5.810/94. Incidência do teto constitucional.



PARECER	000065/2021
Ementa	Promoção por ato de bravura. Não preenchimento dos requisitos formais. Não instauração da comissão especial. Recurso hierárquico. Lei nº 8.230/2015. Lei nº 8.972/2020.
PARECER	000066/2021
Ementa	Minuta de Decreto. Regulamento de Uniformes do Corpo de Bombeiros Militar do Pará. Alteração do Anexo Único do Decreto nº 2.181/2018. Análise jurídica.
PARECER	000067/2021
Ementa	Carta Compromisso de apoio ao Acordo de Paris. Aliança pela Ação Climática – ACA Brasil. Políticas públicas e programas para prevenção das mudanças climáticas. Tratado Internacional. Assinatura de conveniência e oportunidade do gestor.
PARECER	000068/2021
Ementa	Servidores públicos. Processo Administrativo Disciplinar. Arts. 177, VI, 178, V, 190, IV C/C arts. 190 e 195, todos da Lei nº 5.810/1994. Inserção de dados falsos em sistema informatizado do DETRAN/PA. Demissão. Conversão de exoneração em destituição de cargo comissionado. Análise jurídica.
PARECER	000069/2021
Ementa	Cumprimento de decisão judicial. Retificação. Quadro de Acesso a Promoção por Merecimento em 21 de abril de 2020 à Major. Anulação de ato administrativo.
PARECER	000070/2021
Ementa	Medalha Ten. Cel. BM Francisco Feciliano Barbosa. Corpo de Bombeiros Militar do Pará. Possibilidade. Análise jurídica.



PARECER	000071/2021
Ementa	Dispensa de convocação de militar da Reserva Remunerada ex officio. Interesse ou conveniência da Administração. Análise jurídica.
PARECER	000072/2021
Ementa	Cumprimento de decisão judicial. Nomeação. Professor Classe I, Nível A. Concurso C-173. Secretaria de Estado de Educação - SEDUC. Análise jurídica.
PARECER	000073/2021
Ementa	Nomeação de membros para o Subcomitê Gestor da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios do Estado do Pará - SGSIM/PA. Análise jurídica.
PARECER	000074/2021
Ementa	Autorização para realização de concurso público – FASEPA – Análise de legalidade.
PARECER	000075/2021
Ementa	Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Arts. 177, VI, 178, V, 190, IV C/C arts. 192 e 194, todos da Lei nº 5.810/1994. Inserção de dados falsos em sistema informatizado do DETRAN/PA. Conversão de exoneração em destituição de cargo comissionado. Análise jurídica.
PARECER	000077/2021
Ementa	Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Abandono de cargo. Ausência injustificada por mais de 30 dias consecutivos. Demissão. Prescrição incidente. Necessidade de converter o julgamento em diligência. Análise jurídica.
PARECER	000078/2021
Ementa	Contrato de Gestão com Organização Social na Área da Saúde (OSS). Irregularidades detectadas pela Auditoria-Geral do Estado (AGE/PA).



Apuração pela Secretaria do Estado de Saúde Pública (SESPA).
Caracterização de hipóteses ensejadoras de rescisão contratual.
Aplicação de penalidades e desqualificação da entidade.

PARECER

000079/2021

Ementa

Exoneração e nomeação de membros do Conselho de Juventude do Estado do Pará - COJUEPA. Análise jurídica.

PARECER

000080/2021

Ementa

NGTM - Negativa da empresa contratada de assinatura de aditivo que atualiza planilha de custos do contrato – Efeitos da prorrogação da vigência contratual – Necessidade de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro – Divergências entre os contratantes sobre os itens que compõem a planilha e sua forma de cálculo – Medidas contratualmente previstas para a solução de controvérsias.

PARECER

000081/2021

Ementa

Promoção retroativa. Antiguidade. Análise jurídica.

PARECER

000082/2021

Ementa

Cumprimento de decisão judicial. Mandado de Segurança. Convocação e nomeação. Análise jurídica.

PARECER

000083/2021

Ementa

Pensão especial. Retificação. Análise jurídica.

PARECER

000084/2021

Ementa

Fundo Especial da Procuradoria-Geral do Estado – FUNPGE. Pleito de pagamento, com recursos do FUNPGE, de anuidades do Conselho Regional de Contabilidade - Pará. Princípio da legalidade da despesa pública. Impossibilidade jurídica de atendimento ao pleito.



PARECER	000085/2021
Ementa	Análise de Minuta de Escritura Pública. Doação de imóvel do Município de Eldorado dos Carajás ao Estado do Pará. Requisitos legais preenchidos. Necessidade de cláusulas expressas prevendo a finalidade, prazo para cumprimento do encargo e possibilidade de reversão no instrumento a ser firmado. Sugestão de alterações.
PARECER	000086/2021
Ementa	Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Infração disciplinar. Análise jurídica.
PARECER	000087/2021
Ementa	Fundo Esperança. Reabertura das operações de financiamento no exercício de 2021. Minuta de Projeto de Lei. Análise jurídica.
PARECER	000088/2021
Ementa	Nomeação de membros para o Conselho de Defesa do Servidor Público e do Agente Político no Exercício da Função. Análise jurídica.
PARECER	000089/2021
Ementa	Medalha Coronel Barros e Arouck. Manual de Policiamento Escolar da CIPOE. Possibilidade. Análise jurídica.
PARECER	000090/2021
Ementa	Programa Estadual Extraordinário de Transferência de Renda - "Renda Pará". Extensão para 2021. Calamidade pública. COVID-19. Abertura de crédito especial. Anteprojeto de Lei que altera a Lei nº 9.139/2020. Análise jurídica.
PARECER	000091/2021
Ementa	Revisão de Processo Administrativo. Ausência de fato novo. Insuficiência de provas na esfera judicial. Incomunicabilidade de instâncias.



PARECER 000092/2021

Ementa Ata de registro de preço. Órgão participante. Aquisição de material de expediente. Caneta marca texto e caneta esferográfica azul. Possibilidade de substituição do instrumento contratual por nota de empenho. Necessidade de renovação de certidão que se encontra vencida.

PARECER 000093/2021

Ementa Recurso hierárquico. Polícia Militar do Estado do Pará. Processo Administrativo Disciplinar Simplificado. Licenciamento a bem da disciplina. Pressupostos processuais. Mérito. Análise jurídica.

PARECER 000094/2021

Ementa Pagamento de aposentados e pensionistas acima do Teto Constitucional. I–Art. 37, XI, da Constituição Federal. Eficácia imediata da Emenda Constitucional nº 41/2003. Supremo Tribunal Federal. Recursos Extraordinários nº 609.381 e 606.358. II– Decisão administrativa. Interpretação errônea pela Administração. Impossibilidade de cobrança, diante da boa-fé dos interessados. III– Erro operacional. Tendência jurisprudencial no sentido de que é indevida a devolução. Afetação do tema/repetitivo nº 1009. Recomendação de aguardar a decisão do Superior Tribunal de Justiça no julgamento dos recursos repetitivos. IV–Decisão judicial liminar posteriormente revogada, em razão de mudança de jurisprudência. Desnecessidade de restituição. V–Possibilidade de restituição no caso de decisão judicial precária, posteriormente reformada, desde que a reforma não decorra de alteração de jurisprudência. VI–Período não coberto por decisão judicial. Erro da Administração. Não cabimento da restituição, em razão da boa-fé dos interessados. VII–Decisão judicial transitada em julgado. Propositura de ação rescisória. Impossibilidade de impor a restituição dos valores já recebidos. VIII–Má-fé dos beneficiários. Necessidade de instauração de Processo Administrativo, em que seja assegurado o contraditório e a ampla defesa. IX–Desconto no benefício, devido processo legal ou autorização expressa do interessado. Solução a ser priorizada. X–Impossibilidade de



desconto em folha. Inscrição em dívida ativa ou ajuizamento de ação judicial.

PARECER 000095/2021

Ementa Concurso público. Autorização. Lei Complementar 173/2020. Lei de Responsabilidade Fiscal. Requisitos. Análise jurídica.

PARECER 000096/2021

Ementa Decreto Estadual visando a declaração de utilidade pública do imóvel. Preenchimento dos requisitos indispensáveis ao ato. Publicação.

PARECER 000097/2021

Ementa Doação de benfeitorias. Impossibilidade. Imóvel pertence à CODEM. Acessório segue a sorte principal. Arts. 92 C/C 1.253 do CC. Possibilidade e anuência.

PARECER 000098/2021

Ementa SEDUC. Candidato nomeado e empossado. Acumulação de cargo com emprego público informada antes da posse. Desistência de vaga. Possibilidade de exoneração a pedido. Art. 59, caput da Lei nº 5.810/1994.

PARECER 000099/2021

Ementa Projeto de Lei que altera a Lei Complementar nº 131/2020 – extensão do prazo de vigência dos contratos temporários – Pandemia COVID-19.

PARECER 000100/2021

Ementa Concurso público. Autorização. Lei Complementar 173/2020. Lei de Responsabilidade Fiscal. Requisitos. Análise jurídica.



PARECER	000101/2021
Ementa	Cumprimento de decisão judicial. Mandado de Segurança. Nomeação de Professor Classe I, Nível A, URE 16 – Tucuruí. Análise jurídica.
PARECER	000103/2021
Ementa	Parcelamento. Revogação e restabelecimento. Ato jurídico perfeito. Irretroatividade das leis. Percentual de honorários conforme legislação vigente ao tempo da celebração ordinária. Modificação posterior inaplicável aos parcelamentos em curso. Matéria própria da Lei Complementar. Alteração por meio de Lei Ordinária. Impossibilidade.
PARECER	000104/2021
Ementa	Cumprimento de decisão judicial. Nomeação. Professor Classe I, nível A. Concurso C-173. Secretaria de Estado de Educação – SEDUC. Análise jurídica.
PARECER	000105/2021
Ementa	Anteprojeto de Lei. “Programa Aluno Nota 10”. Análise jurídica complementar.
PARECER	000106/2021
Ementa	Minuta de Decreto. Altera dispositivos do RICMS/PA. Instituição do regime especial de simplificação do processo de emissão de documentos fiscais eletrônicos. Nota fiscal fácil. Possibilidade.
PARECER	000107/2021
Ementa	Termo de Cessão de uso de bem público. Uso de imóvel pertencente ao Estado do Pará para o funcionamento do CIRETRAN-B no município de Cametá. Possibilidade e regularidade do instrumento.



PARECER 000108/2021

Ementa Sistema de cotação eletrônica de preços. Compra de copos descartáveis. Contratação direta. Dispensa de licitação, em razão do valor. Possibilidade.

PARECER 000109/2021

Ementa Bombeiro Militar. Processo Administrativo Disciplinar Simplificado (PADS). Licenciamento a bem da disciplina. Recurso hierárquico. Improvimento. Análise jurídica.

PARECER 000110/2021

Ementa Concurso público. Hospital de Clínicas Gaspar Vianna. Autorização. Lei Complementar 173/2020. Lei de Responsabilidade Fiscal. Requisitos. Análise jurídica.

PARECER 000111/2021

Ementa Termo de cessão de uso de bem público. Lei Estadual nº 6.614/2004. Uso de imóvel/terreno pertencente ao Estado do Pará para o funcionamento do Hospital Municipal de Ourilândia do Norte. Ato unilateral e discricionário da Administração Pública. Interesse público presente. Atendimento aos requisitos legais.

PARECER 000112/2021

Ementa Projeto de investimento na área de Infraestrutura e Logística (Implantação da Rodovia da Liberdade (1ª etapa). Operação de crédito interna com garantia da União. Contrato de financiamento com o Banco do Brasil. Lei Estadual nº 9.150/2020. Análise jurídica das minutas contratuais.

PARECER 000113/2021

Ementa Contratação direta. Dispensa em razão do valor. Art. 24, II da Lei Federal nº 8.666/93. Cotação eletrônica. Fase externa. Aquisição de motobombas e bombas d'água. Análise jurídica.



PARECER	000114/2021
Ementa	Decreto Estadual visando a declaração de utilidade pública do imóvel. Preenchimento dos requisitos indispensáveis ao ato. Modificação no Decreto Expropriatório nº 737, de 07 de maio de 2020. Publicação.
PARECER	000115/2021
Ementa	Minuta de Decreto Governamental. Assentamento Sustentável 15 de Agosto. Decreto homologatório. Observância dos requisitos legais. Viabilidade de assinatura.
PARECER	000116/2021
Ementa	Novo marco regulatório do saneamento básico. Lei Federal nº 14.026/2020. Questionamentos. Análise jurídica.
PARECER	000117/2021
Ementa	Minuta de Decreto Governamental. Assentamento Sustentável Vila Elim II. Decreto homologatório. Observância dos requisitos legais. Viabilidade de assinatura.
PARECER	000118/2021
Ementa	Servidores civis. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Inserção de dados falsos no sistema. Improbidade administrativa. Valimento do cargo. Aplicação de pena de demissão a um dos indiciados e de conversão da exoneração em destituição do cargo em comissão em relação ao outro. Nota a bem do serviço público. Possibilidade.
PARECER	000119/2021
Ementa	Minuta de Instrução Normativa que “dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de recebimento de doações de bens móveis e de serviços, de que trata o Decreto nº 796, de 29 de maio de 2020”. SEPLAD. Análise jurídica.



PARECER 000120/2021

Ementa Auxílio-morte. Policial civil. Auxiliar Técnico de Polícia Civil. Cargo não integrante da carreira policial civil. Impossibilidade de pagamento.

PARECER 000121/2021

Ementa Renovação de convocação de policiais militares da reserva remunerada. Requisitos. Análise jurídica.

PARECER 000122/2021

Ementa Exoneração e nomeação de membro do Conselho Estadual de Saúde - CES/PA. Análise jurídica.

PARECER 000123/2021

Ementa Dispensa de convocação de militar da Reserva Remunerada ex officio. Dispensa de saúde por mais de 60 (sessenta) dias. Regularidade.

PARECER 000124/2021

Ementa Exoneração e nomeação de membros. Conselho Fiscal da Fundação Carlos Gomes – FCG. Possibilidade.

PARECER 000125/2021

Ementa Cumprimento de decisão judicial. Nomeação. Professor Classe I, Nível A. Concurso C173. SEDUC. Análise jurídica.

PARECER 000126/2021

Ementa Decretação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Situação de emergência na região do Baixo Amazonas.

PARECER 000127/2021

Ementa Servidor civil. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Acumulação de dois cargos de médico. Ausência de indiciamento. Relatório final pelo arquivamento. Prova constante nos autos de



carga horária de trabalho reduzida em relação a um dos vínculos, sem amparo legal. Não acatamento do relatório final. Nulidade parcial. Constituição de nova Comissão.

PARECER

000128/2021

Ementa

Protocolo de Intenções - Banco da Amazônia S.A - BASA – Parceria visando atuação compartilhada em ações de desenvolvimento sustentável - Plano de aplicação de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO).

PARECER

000129/2021

Ementa

Minuta de Decreto que “fixa o montante de recursos financeiros destinados para a utilização, como incentivo fiscal, na realização de projetos culturais no Estado do Pará. Lei Estadual nº 6.572/2003 - Lei Semear. Previsão da renúncia de receita prevista na Lei Estadual nº 9.105/2020 (LDO). Não observância do valor estimado na LDO. Necessária observância aos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

PARECER

000130/2021

Ementa

ITCMD. Verbas salariais não recebidas em vida pelo falecido. Abertura da sucessão. Incidência do imposto.

PARECER

000131/2021

Ementa

Minuta de Decreto. Regulamenta e padroniza a carteira de identidade funcional dos servidores penitenciários. SEAP. Lei Estadual nº 8.937/2019. Análise jurídica.

PARECER

000132/2021

Ementa

Gratificação de produtividade. Contribuição previdenciária e incorporação aos proventos. Análise jurídica.



PARECER	000133/2021
Ementa	Termo de colaboração. Procuradoria do Estado do Pará e Associação dos Procuradores do Estado do Pará. Transferência dos valores referentes aos honorários advocatícios. Análise jurídica.
PARECER	000134/2021
Ementa	Reversão amigável de doação. Inexecução do encargo ou finalidade pelo donatário. Procedimento de reversão iniciado pelo Município interessado. Revogação da Lei que autorizou a doação. Lavratura de escritura pública pelas partes para fins de registro imobiliário.
PARECER	000135/2021
Ementa	Policia! Militar transferido para a Reserva Remunerada. Pedido de conversão de licença especial não gozada em pecúnia. Caso concreto carente de adequada instrução. Não conhecimento do requerimento. Precedentes PGE/PA.
PARECER	000136/2021
Ementa	Eldorado dos Carajás. Requerimento administrativo. Falecimento de um dos beneficiários. Extinção. Impossibilidade de acumulação das cotas. Precedentes.
PARECER	000137/2021
Ementa	Minuta de Decreto Regulamentar. Lei de Terras (nº 8878/2019). Assentamentos Estaduais: Agroextrativista, Sustentável e Quilombola.
PARECER	000138/2021
Ementa	Pensão especial militar. Efeitos financeiros. Pedido de retificação. Duplicidade de processos. Data do pedido. Análise jurídica.
PARECER	000139/2021
Ementa	Análise preliminar de minuta contratual. Contrato de empréstimo. Estado do Pará e NDB New Development Bank. PRODEIR. Projeto de



Desenvolvimento e Integração Regional do Estado do Pará. Minuta de contrato. Modelo apresentado para negociação entre as partes. Regularidade e legalidade das cláusulas contratuais.

PARECER

000140/2021

Ementa

Concurso público. Autorização governamental. Vacâncias. Reposição sem aumento de despesa. Lei Complementar Federal nº 173/2020. Cabimento.

PARECER

000142/2021

Ementa

Instituto de Terras do Pará - ITERPA. Recondução de membro. Análise jurídica.

PARECER

000143/2021

Ementa

Concurso público. Autorização. Lei Complementar Federal nº 173/2020. Análise jurídica.

PARECER

000144/2021

Ementa

Homologação sumária pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Decreto municipal que decreta situação de emergência na região de Ipixuna do Pará.

PARECER

000145/2021

Ementa

Militar. Conselho de Justificação. Conclusão. Análise jurídica.

PARECER

000146/2021

Ementa

Cumprimento de Decisão Judicial. Mandado de Segurança. Convocação e nomeação. Análise jurídica.

PARECER

000147/2021

Ementa

Polícia Militar. Concurso. Exclusão de candidatos. Pedido de revisão administrativa. Lei nº 8.972/2020. Ausência de requisitos legais. Arquivamento.



PARECER 000148/2021

Ementa Nomeação de membros para o Conselho Estadual de Segurança Pública - CONSEP. Análise jurídica.

PARECER 000149/2021

Ementa Cumprimento de decisão judicial. Mandado de Segurança. Nomeação e posse. Análise jurídica.

PARECER 000150/2021

Ementa Tornar sem efeito nomeação. Exoneração ex-officio. Concurso público C-173. Secretaria de Estado de Educação - SEDUC.

PARECER 000151/2021

Ementa Tornar sem efeito nomeação. Exoneração ex-officio. Concurso público C-173. Secretaria de Estado de Educação - SEDUC.

PARECER 000152/2021

Ementa Conselho Estadual de Segurança Pública (CONSEP). Resolução nº 40/2020. Alteração do anexo da Resolução nº 408/2020. Regimento Interno do CONSEP. Competência do Chefe do Executivo para homologação. Diligências.

PARECER 000153/2021

Ementa Contratação de prestação de serviços terceirizados e limpeza, conservação e higienização. Repactuação. Serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra. Análise jurídica.

PARECER 000154/2021

Ementa Policial militar estadual. Crime de deserção. Decisão judicial determinando a desagregação do militar desertor. Cumprimento pela Administração.



PARECER	000155/2021
Ementa	Policial militar. Cumprimento de decisão judicial. Demissão. Efeitos financeiros. Análise jurídica.
PARECER	000156/2021
Ementa	Instituição de data comemorativa por Decreto. “Dia do Militar Veterano do Estado do Pará”. Análise jurídica.
PARECER	000157/2021
Ementa	Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Decreto Municipal que decreta situação de emergência no município de Aveiro. Declaração de calamidade pública em todo o território estadual pelo Decreto nº 687 de 15 de abril de 2020.
PARECER	000158/2021
Ementa	Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Decreto Municipal que decreta situação de emergência no Município de Rurópolis. Declaração de calamidade pública em todo o território estadual pelo Decreto nº 687 de 15 de abril de 2020.
PARECER	000159/2021
Ementa	Dispensa de convocação de militar da Reserva Remunerada. Ex officio. Interesse ou conveniência. Análise jurídica.
PARECER	000160/2021
Ementa	Convocação de Policiais Militares da Reserva Remunerada. Requisitos. Análise jurídica.
PARECER	000161/2021
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Ofensa ao dever de urbanidade ou ofensa física. Contornos. Ausência de prova contundente da ofensa física. Aplicação da penalidade de suspensão. Falta grave. Motivação. Possibilidade.



PARECER	000162/2021
Ementa	Nomeação e recondução de membros para o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa. CEDPI-PA. Análise jurídica.
PARECER	000163/2021
Ementa	Conselho de Disciplina. Recurso hierárquico. Competência do Exmo. Governador do Estado. Análise jurídica.
PARECER	000164/2021
Ementa	Tornar sem efeito nomeação. Concurso público C-180 – SEAD/FCG. Fundação Carlos Gomes.
PARECER	000165/2021
Ementa	Convocação de Policiais Militares da Reserva Remunerada. Requisitos. Análise jurídica.
PARECER	000166/2021
Ementa	Exoneração “a pedido”. Cargo em comissão. Art. 60, inciso II da Lei Estadual nº 5.810/94.
PARECER	000167/2021
Ementa	Proposta de Decreto Altera o Decreto n. 386/2012, que regulamenta a Lei n. 7.591/2011. Redução do valor da Taxa (TFRM) para o calcário. Viabilidade jurídica.
PARECER	000168/2021
Ementa	Regularização Fundiária Urbana – REURB. Reordenação territorial. Protocolo de Intenções. Propósito de desenvolvimento de ações futuras. Viabilidade desde que observadas recomendações.
PARECER	000169/2021
Ementa	Capacitação de pessoal. Rede estadual de saúde. Extensão aos empregados celetistas da iniciativa privada. Análise jurídica.



PARECER

000170/2021

Ementa

Minuta de Decreto. Alteração do RICMS. Alteração da legislação que trata do Selo Fiscal de Controle e Qualidade para aposição em vasilhames acondicionadores de água mineral natural, água natural e água adicionada de sais para o controle das obrigações relativas ao ICMS.

PARECER

000171/2021

Ementa

Projeto de Desenvolvimento e Integração Regional do Estado do Pará – PRODEIR. Operação de crédito externa. Agente financiador NDB – New Development Bank. Parecer em atendimento às exigências da LC 101/2000 e Res. nº 43/2001 do Senado Federal. Modelo exigido pelo Manual de Instrução de Pleitos da Secretaria do Tesouro Nacional. Ministério da Economia.

PARECER

000172/2021

Ementa

Nomeação e recondução de membros para o Conselho Estadual de Administração da Assistência Técnica e Extensão Rural da Amazônia – EMATER. Análise jurídica.

PARECER

000173/2021

Ementa

Contrato de obra pública. Rescisão contratual. Contratação do remanescente. Artigo 41 da Lei nº 12.462/2011 (Lei do RDC). Redução do valor da proposta do segundo classificado ao valor do orçamento estimado pela Administração. Parâmetros para aplicação do desconto. Absorção de alterações contratuais pendentes na contratação do remanescente. Possibilidade jurídica.

PARECER

000174/2021

Ementa

Autorização para abertura de concurso público. Análise jurídica. LC 173/2020. Lei de Responsabilidade Fiscal e Análise orçamentária pela SEPLAD.



PARECER	000176/2021
Ementa	Oficial da Polícia Militar. Falecimento por COVID-19. Decreto Estadual nº 674/2020. 654/2020-PGE. Proposta de promoção post mortem. Ausência de prova de que o servidor tenha sido infectado no exercício de suas atribuições. Indeferimento.
PARECER	000177/2021
Ementa	Capacitação de pessoal. Curso de mestrado. Instrumentos jurídicos de parceria/contratação. Análise jurídica.
PARECER	000178/2021
Ementa	Renovação de convocação de Policial Militar da reserva remunerada. Preenchimento dos requisitos formais. Análise jurídica.
PARECER	000179/2021
Ementa	Cumprimento de decisão judicial. Nomeação. Enfermeiros. Concurso C-153. Secretaria de Estado de Saúde Pública. Análise jurídica.
PARECER	000180/2021
Ementa	Análise de Anteprojeto de Lei. Autorização para contratação de operação de crédito.
PARECER	000181/2021
Ementa	Análise de legalidade. Minuta de Decreto que altera o Decreto nº 618/20. Regulamentação da Lei que instituiu o Fundo Esperança.
PARECER	000182/2021
Ementa	Fundo de Investimento de Segurança Pública (FISP). Execução de recursos vinculados. Comissão de licitação composta por servidores da SEGUP e militares do Corpo de Bombeiros. Cabimento. Lei nº 5/739/1993. Art. 16. §1º do Decreto nº 534/2020.



PARECER 000183/2021

Ementa Marco regulatório do terceiro setor. Considerações gerais acerca do Chamamento Público.

PARECER 000184/2021

Ementa Designação de membros da Procuradoria Geral do Estado – PGE junto ao Tribunal Administrativo de Recursos Fazendários – TARF. Possibilidade.

PARECER 000185/2021

Ementa Cumprimento de decisão judicial. Ação ordinária. Nomeação e posse. Secretaria de Estado de Educação – SEDUC. Concurso C-173. Análise jurídica.

PARECER 000186/2021

Ementa Decreto Municipal. Situação de emergência no Município de São Geraldo do Araguaia. Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual.

PARECER 000187/2021

Ementa Convênio. Mestrado profissional em Direito. UFPA, FADESP, PGE/PA e outros partícipes. Adequação legal da Minuta e Plano de Trabalho. Análise jurídica.

PARECER 000188/2021

Ementa FUNTELPA. Acordo Coletivo de Trabalho já expirado. Inexistência de ultratividade. Quinquênio. Pagamento por erro da Administração. Boa-fé que orienta a não devolução de valores.

PARECER 000189/2021

Ementa Projeto de Lei. Institui o Programa Creches por Todo o Pará. Competência privativa do Governador do Estado. Análise jurídica.



PARECER 000191/2021

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Nulidade parcial. Instrução insuficiente. Gravidade dos fatos. Dever de reabrir a fase probatória.

PARECER 000192/2021

Ementa Policiais militares. Conselho de Disciplina. Sancionamento disciplinar. Exclusão a bem da disciplina. Recursos hierárquicos. Improvimento. Análise jurídica.

PARECER 000193/2021

Ementa Nomeação de membros. Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Difusos – CEDDD. Lei Complementar nº 23/1994. Análise jurídica.

PARECER 000194/2021

Ementa Decreto que “Altera dispositivos do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, aprovado pelo Decreto nº 4.676, de 18 de junho de 2001, que dá outras providências. Inclui nova hipótese de concessão de inscrição provisória no Cadastro de Contribuintes do ICMS. Acrescenta o feijão fradinho nos itens que compõe a cesta básica.

PARECER 000195/2021

Ementa Projeto de Lei. Altera dispositivos das Leis nº 5.530, de 13 de janeiro de 1989; 6.182, de 30 de dezembro de 1998; 8.455, de 28 de dezembro de 2016 e 8.873, de 25 de junho de 2019.

PARECER 000196/2021

Ementa Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Decreto Municipal que decreta situação de emergência no Município de Marabá.



PARECER	000197/2021
Ementa	Pedido de revisão. Ausência de fato novo. Mudança de depoimento de testemunha. Conjunto probatório mantido. Indeferimento.
PARECER	000201/2021
Ementa	Exoneração e nomeação de membro para o Conselho de Juventude do Estado do Pará – COJUEPA. Análise jurídica.
PARECER	000202/2021
Ementa	Polícia Militar do Estado. Promoções por tempo de serviço. 21/abril/2021. Lei nº 8.388/2016. Minuta de Decreto. Análise jurídica.
PARECER	000203/2021
Ementa	Desapropriação. Imóvel urbano. Documentos indispensáveis para expedição do Decreto de utilidade pública. Necessidade de melhor instrução do feito.
PARECER	000204/2021
Ementa	Certidão de tempo de serviço. Inexistência de registro. Ausência de documentos. Justificação administrativa ou judicial.
PARECER	000205/2021
Ementa	Minuta de Decreto. Alteração do regulamento do ICMS. Fracionamento do recolhimento do imposto apurado em livro fiscal. Alteração de vencimento do imposto. Regularidade.
PARECER	000206/2021
Ementa	Portaria conjunta. Estabelece requisitos para depósito judicial de valores necessários ao cumprimento de ordem judicial relativas a medicamentos, procedimentos e exames médicos. Análise jurídica.



PARECER	000207/2021
Ementa	Nomeação de membro para o Conselho de Administração da Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Pará – PRODEPA. Análise jurídica.
PARECER	000208/2021
Ementa	Cumprimento de decisão judicial. Mandado de Segurança. Nomeação. Análise jurídica.
PARECER	000209/2021
Ementa	Minuta de Decreto. Alteração do regulamento do ICMS. Data limite para aplicação do Selo Fiscal de Controle de Qualidade em vasilhames de água. Regularidade.
PARECER	000210/2021
Ementa	Anteprojeto de Lei, que dispõe sobre a transação resolutiva de litígio relativo à cobrança de créditos da Fazenda Pública, de natureza tributária ou não tributária, nas hipóteses que especifica, e dá outras providências. Análise jurídica.
PARECER	000211/2021
Ementa	Regime Diferenciado de Contratação (RDC). Proposta de alteração do Decreto Estadual nº 1.974/2018 para inclusão de licitação para Registro de Preço com uso do RDC. Sugestão de ajustes na minuta.
PARECER	000212/2021
Ementa	Minuta de Decreto. Visa alterar dispositivos do Regulamento de Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, aprovado pelo Decreto nº 4.676, de 18 de junho de 2001. Ajuste nas especificações técnicas do Selo Fiscal de Controle e Qualidade, introduzidas pelo Decreto Estadual nº 1.342/2021. Acrescenta o Preço Médio Ponderado a Consumidor Final – PMPF como alternativa à Margem de Valor Agregado – MVA. Amplia o rol de documentos aptos à comprovação



de deficiências para a declaração de isenção de ICMS. Análise jurídica.

PARECER

000213/2021

Ementa

Minuta de Decreto. Dispõe sobre a anulação do Decreto nº 2.397, de 18 de março de 1994, que estende aos servidores públicos militares estaduais as pertinências da Lei Estadual nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994. Análise jurídica.

PARECER

000214/2021

Ementa

Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Decreto Municipal que decreta situação de emergência no Município de Óbidos.

PARECER

000215/2021

Ementa

Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Decreto Municipal que decreta situação de emergência no Município de Rondon do Pará.

PARECER

000216/2021

Ementa

Projeto de investimento e implantação da Rodovia Liberdade (1ª etapa). Operação de crédito interna com garantia da União. Banco do Brasil. Parecer em atendimento às exigências da LC 101/2000 e Resolução nº 43/2001 do Senado Federal. Modelo exigido pelo Manual de Instrução de Pleitos da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Economia.

PARECER

000217/2021

Ementa

Convocação de policial militar da reserva remunerada. Preenchimento dos requisitos formais. Análise jurídica.

PARECER

000218/2021

Ementa

Tornar sem efeito nomeação. Concurso público C-176. Centro de Perícias Científicas Renato Chaves.



PARECER	000219/2021
Ementa	Tornar sem efeito nomeação. Concurso público C-186. Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda – SEASTER. Análise jurídica.
PARECER	000220/2021
Ementa	Servidor público. Acumulação de cargos. Processo Administrativo Disciplinar. Desligamento comprovado antes da conclusão do PAD. Boa fé. Absolvição.
PARECER	000221/2021
Ementa	Fundo Esperança. Alterações na sua regulamentação. Minuta de Decreto. Análise jurídica.
PARECER	000222/2021
Ementa	Contrato nº 07/2020-PGE. Transporte individual privado de passageiro por aplicativo web e mobile. Primeiro aditivo. Vigência. Prorrogação. Análise jurídica.
PARECER	000223/2021
Ementa	Servidor civil. Afastamento. Art. 29, §2º da Lei Estadual nº 5.810/94. Limites de interpretação. Efeitos do monitoramento eletrônico.
PARECER	000225/2021
Ementa	Termo de cessão de posse de bem público. Pessoa jurídica de direito privado. Integrante da Administração Pública Estadual. Cessão gratuita de parte do imóvel. Uso compartilhado do bem. Possibilidade. Sugestões de alteração do instrumento para melhor resguardo do interesse público envolvido.
PARECER	000226/2021
Ementa	Minuta de Decreto. “Dispõe sobre medidas administrativas a serem adotadas com vistas a garantir o abastecimento de pescado no



mercado interno, no período de 23 de março a 01 de abril de 2021.”
Semana Santa. Medidas administrativas. Análise jurídica.

PARECER 000227/2021

Ementa Minuta de Decreto. Altera o Decreto nº 21, de 14 de abril de 2019 – Chamamento público – Organizações sociais.

PARECER 000228/2021

Ementa Contrato administrativo. Inexecução contratual. Sanção. Análise jurídica.

PARECER 000229/2021

Ementa Pedido de cessão de bem público. Imóvel já cedido anteriormente ao Município de Abaetetuba. Inexecução da finalidade específica. Inexistência do prazo fixado no termo. Revogação da cessão anterior antes da nova cessão de uso. Necessidade de oportunizar o contraditório ao cessionário.

PARECER 000230/2021

Ementa Servidor público. Adicional por tempo de serviço. Contrato temporário. Análise jurídica.

PARECER 000231/2021

Ementa Minuta de Decreto. Regulamentação do Programa “Renda Pará”. Análise jurídica.

PARECER 000232/2021

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Ausência de prestação de contas. Inexistência de provas que demonstrem a aplicação dos valores. Conduta grave que caracteriza improbidade. Anulação parcial do processo.



PARECER	000233/2021
Ementa	Exoneração e nomeação de membros para a Comissão Gestora Tripartite de Meia Passagem Estudantil Intermunicipal. Análise jurídica.
PARECER	000234/2021
Ementa	Decreto Municipal. Situação de emergência no Município de Pacajá. Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Possibilidade jurídica.
PARECER	000235/2021
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Acúmulo de cargos. Assistente social. Profissional de saúde. Atuação na área da saúde. Possibilidade. Arquivamento.
PARECER	000236/2021
Ementa	SARS-COV-2. Situação de emergência de saúde. Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação Contra a COVID-9 (PNOVC). Lei Federal nº 14.124/2021. Autorização para aquisição de vacinas pelos entes federados. “Sputnik V”. Contrato Internacional de Adesão. Dispensa de licitação. Análise jurídica.
PARECER	000237/2021
Ementa	Proposta de alteração da LD 2021. Inclusão do § 4º ao art. 28. Possibilidade de subvenção econômica. Condicionantes. Exigência de autorização expressa em Lei específica. Observância aos princípios constitucionais e Leis nº 4.320/64 e Lei Complementar nº 101/2000.
PARECER	000238/2021
Ementa	Anteprojeto de Lei. Institui o Programa Estadual “Incentiva+ Pará”. COVID-19. Situação de emergência de saúde. Medidas restritivas. Subvenção econômica. Mitigação dos efeitos econômicos da pandemia. Análise jurídica.



PARECER	000239/2021
Ementa	Minuta de Decreto. Alteração do Decreto Estadual nº 2.057/2018. Data limite de parcelamentos e Programas de Parcelamento de ICMS, IPVA e ITCD. Regularidade.
PARECER	000240/2021
Ementa	Minuta de Projeto de Lei que altera a Lei Estadual nº 6.712/2004. Necessidade de observância dos princípios da anterioridade e da noventena. Art. 50, III, “B” e “C” da Constituição Federal.
PARECER	000241/2021
Ementa	Decreto Municipal. Situação de emergência no Município de São Félix do Xingu. Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Possibilidade jurídica.
PARECER	000242/2021
Ementa	Policial militar. Oficial. Novo Conselho de Justificação. Complementação de instrução processual. Relatório complementar. Não aceitação das conclusões do Conselho de Justificação. Remessa do processo, pelo Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça. Art. 137, IV, da Lei Estadual nº 6.833/2006.
PARECER	000243/2021
Ementa	Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Faltas graves. Demissão “a bem do serviço público” e conversão de exoneração em destituição de cargo comissionado.
PARECER	000244/2021
Ementa	Contrato em registro de preços. Inexecução de contratado. Contexto da pandemia do COVID. Caso fortuito e força maior.
PARECER	000245/2021
Ementa	Policial militar. Promoção por tempo de serviço. Análise jurídica.



PARECER 000246/2021

Ementa Programa Estadual Extraordinário de Transferência de Renda – Renda Pará. Inclusão de beneficiário. Alterações no Decreto Estadual nº 1.392/2021. Análise jurídica.

PARECER 000247/2021

Ementa Policial Militar. Pedido de revisão. Ausência de fatos novos. Improcedência.

PARECER 000248/2021

Ementa Ex-servidor público comissionado. Processo Administrativo Disciplinar. Arts. 177, VI, 178, V e XIV, 190, XIII C/C arts. 192, *caput* e § único e 195, todos da Lei nº 5.810/1994. Uso indevido de senha de terceiros para inserção de dados em sistema informatizado do DETRAN/PA. Conversão de exoneração em destituição de cargo comissionado. Análise jurídica.

PARECER 000249/2021

Ementa Anteprojeto de Lei. Altera a Lei Estadual nº 6.017/1996. Imposto sobre a propriedade de veículos automotores – IPVA. Observância do princípio da igualdade tributária. Mitigação dos efeitos econômicos provenientes das medidas de restrição contra coronavírus.

PARECER 000250/2021

Ementa Policial militar. Indícios de transgressão disciplinar grave. Conselho de Justificação. Substituição de membros. Análise jurídica.

PARECER 000251/2021

Ementa Policial militar estadual. Conversão de licença especial em pecúnia. Pleito administrativo. Análise jurídica.



PARECER	000252/2021
Ementa	Bombeiro Militar transferido para a reserva remunerada. Pedido de conversão de licença especial não gozada em pecúnia. Caso concreto carente de adequada instrução. Não conhecimento do requerimento. Precedentes PGE/PA.
PARECER	000253/2021
Ementa	Militar Estadual. Reserva remunerada. Licença especial alegadamente não usufruída. Pedido de conversão em valor apresentado diretamente à PGE/PA. Análise jurídica.
PARECER	000254/2021
Ementa	Proposta de Decreto que “acrescenta dispositivos ao Regulamento do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviço de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – RICMS, aprovado pelo Decreto nº 4.676, de 18 de junho de 2001”. Cadastro de contribuintes. Redução da base de cálculo. Análise jurídica.
PARECER	000255/2021
Ementa	FUNTEIPA. Acordo Coletivo de Trabalho já expirado. Inexistência de ultratividade. Quinquênio. Pagamento por erro da Administração. Boa-fé que orienta a não devolução de valores.
PARECER	000256/2021
Ementa	Medalha General Ferreira Coelho – Dedicação aos estudos. Polícia Militar do Estado do Pará – PMPA. Concessão. Competência do Exmo. Sr. Governador do Estado. Possibilidade. Análise jurídica.
PARECER	000257/2021
Ementa	Programa Estadual Extraordinário de Transferência de Renda – Renda Pará. Alterações no Decreto Estadual nº 1.392/2021. Análise jurídica.



PARECER	000258/2021
Ementa	Nomeação de membros para o Conselho Gestor do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – PPCAAM. Análise jurídica.
PARECER	000259/2021
Ementa	Decreto Municipal. Situação de emergência no Município de Itupiranga. Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Possibilidade jurídica.
PARECER	000260/2021
Ementa	Programa Social “Carteira Nacional de Habilitação Pai D’Égua”. Minuta de Anteprojeto de Lei. Versão final. Análise jurídica.
PARECER	000261/2021
Ementa	Decreto Municipal. Situação de emergência no Município de São Domingos do Araguaia. Homologação pelo Chefe do Poder Executivo. Possibilidade jurídica.
PARECER	000262/2021
Ementa	Decreto Municipal. Situação de emergência no Município de Bom Jesus do Tocantins. Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Possibilidade jurídica.
PARECER	000263/2021
Ementa	Decreto Municipal. Situação de emergência no Município de Rio Maria. Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Possibilidade jurídica.
PARECER	000264/2021
Ementa	Decreto Municipal. Situação de emergência no Município de Eldorado dos Carajás. Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Possibilidade jurídica.



PARECER 000265/2021

Ementa Decreto Municipal. Situação de emergência no Município de Tucumã. Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Possibilidade jurídica.

PARECER 000266/2021

Ementa Decreto Municipal. Situação de emergência no Município de Água Azul do Norte. Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Possibilidade jurídica.

PARECER 000267/2021

Ementa Nomeação de membros. Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CED/PA. Possibilidade. Análise jurídica.

PARECER 000268/2021

Ementa Medalha Ten. Cel. BM Francisco Feliciano Barbosa. Corpo de Bombeiros Militar do Pará. Possibilidade. Análise jurídica.

PARECER 000269/2021

Ementa Minuta de Decreto que “regulamenta a Lei nº 9.156, de 23 de dezembro de 2020, que regulamenta a Gratificação de Produtividade para os servidores integrantes da Carreira de Administração Tributária do Estado do Pará, na forma do inciso I do art. 33 e parágrafo 6º do art. 36 da Lei Complementar nº 078, de 28 de dezembro de 2011.”

PARECER 000270/2021

Ementa Projeto de Lei. Altera a Lei nº 6.822/2000 que cria o Centro de Perícias Científicas “Renato Chaves” – CPC e dá outras providências. Projeto de Emenda Constitucional. Concede isenção tarifária nos transportes coletivos rodoviários e aquaviários, municipais e intermunicipais a classe de perito criminal, perito médico legista, perito odontologista e auxiliar técnico de perícia. Análise jurídica.



PARECER	000271/2021
Ementa	Militar Estadual. Reserva remunerada. Licença especial. Alegadamente não usufruída. Pedido de conversão em valor apresentado diretamente à PGE/PA. Análise jurídica.
PARECER	000273/2021
Ementa	Cumprimento de decisão judicial. Ação ordinária. Promoção de policial militar. Análise jurídica.
PARECER	000275/2021
Ementa	FUNTELPA. Acordo coletivo de trabalho já expirado. Inexistência de ultratividade. Quinquênio. Pagamento por erro da Administração. Boa-fé que orienta a não devolução de valores. Contrato de trabalho. Ausência de concurso público. Nulidade.
PARECER	000276/2021
Ementa	Termo de guarda. Bem público federal. Impossibilidade de qualquer forma de utilização do imóvel. Ausência de informações sobre procedimento administrativo visando a destinação posterior. Aparente inexistência de benefícios ao Estado. Necessidade de melhor instrução do feito.
PARECER	000277/2021
Ementa	Servidor civil. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Inserção de dados falsos no sistema. Improbidade administrativa. Valimento do cargo. Aplicação da pena de demissão a bem do serviço público. Possibilidade.
PARECER	000278/2021
Ementa	Policial militar estadual. Oficial. Promoção por tempo de serviço. Quadro de Oficiais de Saúde (QOSPM). Promoção aos postos de Major e Coronel. Requisito pertinente ao Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – CAO e Curso Superior de Polícia – CSP ou Curso de Pós-Graduação <i>Stricto sensu</i> (mestrado ou doutorado). Interpretação



conjugada do art. 10 da Lei Estadual nº 8.388/2016 com o art. 35 do Decreto Estadual nº 1.672/2016.

PARECER 000279/2021

Ementa Recurso hierárquico. Provas testemunhais. Vinculação da pena. Ausência de discricionariedade. Análise jurídica.

PARECER 000280/2021

Ementa Termo de cessão não oneroso de uso de bem público. Lei estadual nº 6.614/2004. Uso de imóvel pertencente ao Estado do Pará para implantação de Hospital de Campanha do Município. Pandemia COVID-19. Viabilidade jurídica.

PARECER 000281/2021

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Infração aos artigos 177, VI, 178, V, 190, IV, X – 1ª parte, XIII e XIX da Lei Estadual nº 5.810, de 1994. Prestação de contas. Repreensão. Prescrição da pretensão punitiva.

PARECER 000283/2021

Ementa Servidor civil. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Fraude na emissão de Carteiras Nacional de Habilitação (CNHs). Inserção de dados falsos no sistema. Improbidade administrativa. Valimento do cargo. Possibilidade de aplicação da pena de demissão a bem do serviço público em relação a três investigados. Arquivamento em relação aos outros investigados, por ausência de provas.

PARECER 000284/2021

Ementa Minuta do decreto. Convocação de médicos cursando residência médica para ações de enfrentamento à pandemia da Covid-19. Análise jurídica.



PARECER	000285/2021
Ementa	Bombeiro militar. Avaliação médica. Transtorno psiquiátrico. Juntas de Saúde. Incapacidade definitiva para o serviço militar, podendo prover meios para subsistência em atividade civil. Reforma <i>ex officio</i> . Pedido de reversão ao serviço ativo. Descabimento. Interpretação dos arts. 108 e 111 da Lei nº 5.251/1985.
PARECER	000286/2021
Ementa	Análise de Minuta de Decreto que regulamenta o fracionamento de férias no âmbito da Administração Estadual – Art. 74 do RJU.
PARECER	000287/2021
Ementa	Minuta de Decreto. Criação de núcleos de atuação e para organização da atividade das Procuradorias Jurídicas no âmbito da Administração Pública Indireta Estadual. Análise jurídica.
PARECER	000288/2021
Ementa	Prisão de militar por crime comum. Prerrogativas. Prisão especial. Estatuto do Militar e Código de Processo Penal.
PARECER	000289/2021
Ementa	Decreto Estadual visando a declaração de utilidade pública do imóvel. Preenchimento dos requisitos indispensáveis ao ato. Publicação.
PARECER	000290/2021
Ementa	Contratação direta. Dispensa de licitação. Emergência. Art. 24, IV, da Lei Federal nº 8.666/1993. Análise e recuperação de <i>hard disk</i> . Análise jurídica.
PARECER	000291/2021
Ementa	Bombeiro militar. Promoção por tempo de serviço. Análise jurídica.



PARECER 000292/2021

Ementa COVID-19. Situação de emergência de saúde. Contratação direta. Fornecimento de ventiladores pulmonares microprocessados. Inexecução contratual. Procedimento administrativo apuratório e sancionatório. Análise jurídica.

PARECER 000293/2021

Ementa Policial militar estadual. Processo Administrativo Disciplinar Simplificado (PADS). Licenciamento a bem da disciplina. Recurso hierárquico. Conhecimento e improvimento.

PARECER 000294/2021

Ementa Tornar sem efeito. Nomeação. Concurso público C-205. Secretaria de Estado de Comunicação – SECOM.

PARECER 000295/2021

Ementa Decreto Municipal. Situação de emergência no Município de Rurópolis. Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Possibilidade jurídica.

PARECER 000296/2021

Ementa Decreto Estadual. Situação de emergência nas regiões sul e sudeste do Pará. Possibilidade jurídica.

PARECER 000297/2021

Ementa Minuta de Decreto. Regulamentação. Núcleo de Relações com os Municípios e Entidades de Classe – NURMEC. Unidade Administrativa criada pela Lei Estadual nº 8.096, de 1º de janeiro de 2015. Análise jurídica.

PARECER 000298/2021

Ementa Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Decreto Municipal que decreta situação de emergência do Município de



Castanhal. Declaração de calamidade pública em todo o território estadual pelo Decreto nº 687 de 15 de abril de 2020.

PARECER 000299/2021

Ementa Exoneração e nomeação de membros do Conselho Estadual de Meio Ambiente – COEMA/PA. Possibilidade.

PARECER 000300/2021

Ementa Tornar sem efeito dispensa de convocação de militar da reserva remunerada.

PARECER 000301/2021

Ementa Nomeação de membros para o Conselho Estadual de Saneamento Básico – CES. Análise jurídica.

PARECER 000302/2021

Ementa Repactuação - Pedido formulado após a rescisão unilateral do contrato pela Administração - Procedência - Ausência de preclusão lógica - Procedência.

PARECER 000303/2021

Ementa Minuta de Decreto. Alteração do Regulamento do Sistema de Arrecadação Estadual – SIARE. Decreto Estadual nº 626/2020. Recolhimento de valores de infrações do RENAINF pertencentes ao Estado do Pará. Possibilidade.

PARECER 000304/2021

Ementa Licença especial. Análise sob a ótica da proibição contida no art. 8º, IX da LC nº 173/2020.

PARECER 000305/2021

Ementa Nomeação de aprovados no Concurso C – 177. Possibilidade.



PARECER	000306/2021
Ementa	Decreto Municipal. Situação de emergência no Município de Dom Eliseu/PA. Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Possibilidade jurídica.
PARECER	000307/2021
Ementa	Medalha General Ferreira Coelho – Dedicação aos Estudos. Polícia Militar. Concessão. Competência do Exmo. Sr. Governador do Estado. Análise jurídica.
PARECER	000308/2021
Ementa	Dispensa de convocação de militar da reserva remunerada. <i>Ex officio</i> . Interesse ou conveniência. Análise jurídica.
PARECER	000310/2021
Ementa	Assentamento estadual. Assentamento federal. Passivo ambiental. Termo de ajustamento de conduta. Programa de Regularização Ambiental. Faculdade. Ônus.
PARECER	000311/2021
Ementa	Minuta de Decreto. Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Pará - CERH/PA. Análise jurídica.
PARECER	000312/2021
Ementa	FASPM. Polícia Militar. Aquisição de unidades habitacionais. Recursos do Fundo. Natureza pública. Análise jurídica.
PARECER	000313/2021
Ementa	Servidor público temporário. Direito a férias e décimo terceiro salário. Alteração de entendimento da Administração Pública Estadual. Aplicação da tese de repercussão geral firmada pelo Supremo Tribunal Federal. Análise jurídica.



PARECER 000314/2021

Ementa Promoção de oficial em ressarcimento de preterição – Erro da Administração – Aferição dos demais requisitos legais a cargo da CPO.

PARECER 000315/2021

Ementa Exoneração e nomeação de membros para o Conselho Estadual de Saúde - CES. Análise jurídica.

PARECER 000316/2021

Ementa Dispensa de convocação de militar da reserva remunerada *ex officio*. Interesse ou conveniência. Análise jurídica.

PARECER 000318/2021

Ementa COVID-19. Situação de emergência de saúde. Lei Federal nº 14.017/2020 (Lei Aldir Blanc). Ações emergenciais destinadas ao setor cultural. SECULT. Gestão dos recursos. Edital. Termos de fomento. Prestação de contas. Análise jurídica.

PARECER 000319/2021

Ementa Gratificação de Economia. Natureza remuneratória. Servidora desligada. Pagamento em parcela única. Aplicabilidade do teto constitucional. Incidência de imposto sobre a renda.

PARECER 000320/2021

Ementa Concessão de Medalha do Mérito Tiradentes. Possibilidade.

PARECER 000321/2021

Ementa Exoneração “a juízo da autoridade competente”. Cargo em comissão. Art. 60, I da Lei nº 5.810/94.

PARECER 000322/2021

Ementa Convocação de policial militar da reserva remunerada. Preenchimento dos requisitos formais. Análise jurídica.



PARECER	000323/2021
Ementa	Dispensa de convocação de militar da reserva remunerada <i>ex officio</i> . Interesse ou conveniência. Análise jurídica.
PARECER	000324/2021
Ementa	Pedido de revisão de preços de itens do contrato - Variação excessiva do mercado em razão da pandemia da COVID-19 – Materiais essenciais para a área da saúde - Vantajosidade comprovada para a Administração - A assinatura do contrato durante a pandemia não afasta o direito ao reequilíbrio contratual com fundamento no art. 65, II, “d”, da Lei 8.666/93.
PARECER	000325/2021
Ementa	Medalhas de Bons Serviços Prestados. Possibilidade. Análise jurídica.
PARECER	000326/2021
Ementa	Contrato de gestão com Organização Social na Área da Saúde (OSS). Rescisão contratual. Instauração de Processo Administrativo para fins de desqualificação da Entidade. Contraditório e ampla defesa.
PARECER	000327/2021
Ementa	Corpo de Bombeiros Militar Estadual. Promoção de Oficiais do dia 21 de abril de 2021. Critérios por antiguidade e merecimento. Minuta de Decreto. Análise jurídica.
PARECER	000328/2021
Ementa	Servidor Público. Processo Administrativo Disciplinar. Infração disciplinar. Nulidade parcial. Recomendação de novas diligências. Necessidade de constituição de nova Comissão. Análise jurídica.
PARECER	000329/2021
Ementa	Termo de adesão. Acordo de Cooperação Técnica. Programa “Patrulha Maria da Penha”. Minuta. Análise jurídica.



PARECER	000330/2021
Ementa	Polícia Militar Estadual. Promoção de Oficiais do dia 21 de abril de 2021. Minuta de Decreto. Análise jurídica.
PARECER	000331/2021
Ementa	Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021). Convivência entre o regime antigo e o regime novo. Manutenção do regime antigo enquanto não se regulamenta a aplicação uniforme do novo regime em âmbito estadual. Aplicação excepcional e motivada do regime novo. Instituição de Grupo de Trabalho.
PARECER	000332/2021
Ementa	Transferências voluntárias. Celebração de convênios entre Estado e Municípios. Interpretação da Constituição Federal e da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000. Análise jurídica. (SUPEROU A MANIFESTAÇÃO Nº 000196/2017).
PARECER	000333/2021
Ementa	Convênio – Faculdade dos Carajás – Estágio obrigatório para os universitários – Possibilidade – Adequação do instrumento – Acordo de Cooperação – Análise jurídica da Minuta.
PARECER	000334/2021
Ementa	Acordo extrajudicial. Descumprimento. Repasse de valores. Penalidade. Análise jurídica.
PARECER	000335/2021
Ementa	Curso de capacitação de pessoal. Contratação verbal. Pagamento a título de indenização.
PARECER	000336/2021
Ementa	Projeto de Desenvolvimento e Integração Regional do Estado do Pará - PRODEIR. Operação de crédito externa. Agente financiador



NDB – New Development Bank. Parecer em atendimento às exigências da LC 101/2000 e Res. Nº 43/2001 do Senado Federal. Modelo exigido pelo Manual de Instrução de Pleitos da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Economia.

PARECER

000337/2021

Ementa

Contrato administrativo. Serviços contínuos. Art. 57, II da Lei nº 8.666/1993. Ausência de previsão contratual ou editalícia para prorrogação sucessiva. Análise jurídica.

PARECER

000338/2021

Ementa

Acordo de Cooperação Técnica com a União. Rede SINCOV. Alterações normativas. Denúncia sem descumprimento de cláusula.

PARECER

000339/2021

Ementa

COVID-19. SINDOJUS. Requerimento para que os Oficiais de Justiça e Oficiais de Justiça Avaliadores do Pará, por Decreto, integrem o Grupo da Segurança Pública. Pedido de extensão do Decreto nº 674/2020. Acidente de trabalho. Impossibilidade jurídica.

PARECER

000340/2021

Ementa

Reconsideração de ato administrativo. Convocação de militar da reserva remunerada. Idade limite. Análise jurídica.

PARECER

000341/2021

Ementa

Minuta de Decreto Regulamentador da Lei Estadual 9198 de 13 de janeiro de 2021. Análise jurídica.

PARECER

000342/2021

Ementa

Revogação de dispositivos do RICMS. Tratamento às Operações Relativas à Incidência do ICMS. Bebidas alcoólicas, isotônicas, refrigerantes e demais bebidas e outras mercadorias.



PARECER	000343/2021
Ementa	Substituição e designação de membros do Comitê de Investimentos – COINV. Possibilidade.
PARECER	000344/2021
Ementa	Decreto Municipal. Situação de emergência no Município de São João do Araguaia-PA. Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Possibilidade jurídica.
PARECER	000345/2021
Ementa	Dispensa de convocação de militar da reserva remunerada <i>ex officio</i> . Interesse ou conveniência. Análise jurídica.
PARECER	000346/2021
Ementa	Cessão de servidor. Nova sistemática de formalização. Inteligência do Decreto nº 795, de 29 de maio de 2020. (NOVA TESE, SUPERANDO ENTENDIMENTO ANTERIOR DESTA CASA DE PROCURADORES ACERCA DE EXIGÊNCIA DE TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA PARA CESSÃO DE SERVIDORES).
PARECER	000347/2021
Ementa	Anteprojeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Exercício financeiro de 2022.
PARECER	000348/2021
Ementa	Termo de rescisão amigável de contrato de prestação de serviços de manutenção do acesso à internet de 10 MBPS e link de dados (Fibra) 10 MBPS. Análise jurídica.
PARECER	000349/2021
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Servidor público. Ausência de prestação de contas. Análise jurídica.



PARECER	000350/2021
Ementa	Concurso público. Nomeação. Prazo de validade. Suspensão. Lei Estadual nº 9.232/21. Cargos vagos. Vacância. Análise jurídica.
PARECER	000351/2021
Ementa	Projeto de Lei. Altera e acrescenta dispositivos na Lei nº 6.717, de 26 de janeiro de 2005, que dispõe sobre o Fundo Estadual da Defensoria Pública (FUNDEP).
PARECER	000352/2021
Ementa	Minuta do aditivo contratual. Contrato de empréstimo n.º 2933/OC-BR (BR-L1327). Estado do Pará e BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento. Programa de melhoria da qualidade e expansão da cobertura da educação básica no Estado do Pará. Regularidade e Legalidade. 4º termo aditivo.
PARECER	000353/2021
Ementa	Cumprimento de decisão judicial. Mandado de Segurança. Promoção. Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará – CBMPA. Análise jurídica.
PARECER	000354/2021
Ementa	Termo de rescisão amigável de contrato de prestação de serviços de internet de 5MBPS e link de dados (fibra ótica). Análise jurídica.
PARECER	000355/2021
Ementa	Decreto que regulamenta a concessão de benefício eventual a famílias em vulnerabilidade, em razão de calamidades e emergências – Análise de legalidade – Competência legal da SEASTER – Descentralização da execução – Termo de execução descentralizada



– LDO/21 – Possibilidade – Competência do Conselho de Assistência Social para definição dos critérios para concessão do benefício.

PARECER 000356/2021

Ementa Decreto Municipal. Situação de emergência no Município de Alenquer. Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Possibilidade jurídica.

PARECER 000357/2021

Ementa Tornar sem efeito nomeação. Concurso público C-182/HEMOPA. Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará – HEMOPA.

PARECER 000358/2021

Ementa Decreto Municipal. Situação de emergência no Município de Almeirim-PA. Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Possibilidade jurídica.

PARECER 000359/2021

Ementa Decreto Municipal. Situação de emergência no Município de Novo Repartimento. Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Possibilidade jurídica.

PARECER 000360/2021

Ementa Nomeação de membros para o Conselho de Defesa dos Direitos Difusos – CEDDD. Lei Complementar nº 23/1994. Análise jurídica.

PARECER 000361/2021

Ementa Dispensa de convocação de militar da reserva remunerada à pedido. Análise jurídica.

PARECER 000362/2021

Ementa Dispensa de convocação de militar da reserva remunerada. Decreto Estadual nº 892/2013. Análise jurídica.



PARECER	000363/2021
Ementa	Medalha General Ferreira Coelho – Dedicação aos estudos. Polícia Militar do Estado do Pará – PMPA. Concessão. Competência do Exmo. Sr. Governador do Estado. Possibilidade. Análise jurídica.
PARECER	000364/2021
Ementa	Medalha General Ferreira Coelho – Dedicação aos estudos. Polícia Militar do Estado do Pará – PMPA. Concessão. Competência do Exmo. Sr. Governador do Estado. Possibilidade. Análise jurídica.
PARECER	000365/2021
Ementa	Decreto Municipal. Situação de emergência no Município de Aveiro. Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Possibilidade jurídica.
PARECER	000366/2021
Ementa	Decreto Municipal. Situação de emergência no Município de Nova Ipixuna. Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Possibilidade jurídica.
PARECER	000367/2021
Ementa	Análise de Minuta de Decreto que regulamenta a Lei sobre a substituição de sacolas plásticas pelos estabelecimentos comerciais – Ajustes necessários.
PARECER	000368/2021
Ementa	Sistema de cotação eletrônica de preços. Contratação de empresa para prestação de serviço de montagem de um arquivo deslizante, composto por 04 (quatro) módulos com 06 (seis) faces. Contratação direta. Dispensa de licitação, em razão do valor. Possibilidade. Regularidade do procedimento. Homologação do objeto ao vencedor do certame.



PARECER	000369/2021
Ementa	Pregão eletrônico. Aquisição de açúcar. Aprovação da Minuta de edital pela assessoria jurídica (art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93).
PARECER	000370/2021
Ementa	Exoneração e nomeação de membros do Conselho Estadual de Educação - CEE. Análise jurídica.
PARECER	000371/2021
Ementa	Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Análise jurídica.
PARECER	000372/2021
Ementa	Minuta de Decreto. Altera o Decreto no 21, de 14 de abril de 2019, que regulamenta a Lei Estadual nº 5.980/96, que disciplina a qualificação das Organizações Sociais no Estado do Pará.
PARECER	000373/2021
Ementa	SEDUC. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação do Estado do Pará. Lei Federal nº 14.113/2020. Regulamentação. Minuta de Decreto. Análise jurídica.
PARECER	000374/2021
Ementa	Comissão de Incentivos Fiscais do Estado do Pará - Possibilidade não obrigatória de realizar consulta online nos sistemas informatizados da Receita Federal do Brasil durante as reuniões em que se discutia concessão, renovação de incentivos fiscais.



PARECER 000375/2021

Ementa Anteprojeto de Lei que cria o “Programa Estadual de Incentivo Fiscal às Empresas que contratem mulheres e familiares vítimas de violência doméstica e dá outras providências.”

PARECER 000376/2021

Ementa Dispensa de convocação de militar da reserva remunerada. Decreto nº 892/2013. Análise jurídica.

PARECER 000377/2021

Ementa Cumprimento de decisão judicial. Reintegração. Polícia Civil do Estado do Pará. Análise jurídica.

PARECER 000378/2021

Ementa Decreto Municipal. Situação de emergência no Município de Baião. Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Possibilidade jurídica.

PARECER 000379/2021

Ementa Decreto Municipal. Situação de emergência no Município de Oriximiná. Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Possibilidade jurídica.

PARECER 000380/2021

Ementa Decreto Municipal. Situação de emergência no Município de Trairão. Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Possibilidade jurídica.

PARECER 000381/2021

Ementa Contratação de empresa para prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva de grupo gerador, à diesel, de emergência automático Cummins/Stanford 500KVA, 220/127V, 60Hz, para atender as necessidades da Procuradoria-Geral do Estado.



Regularidade da fase interna do procedimento e das minutas apresentadas.

PARECER 000382/2021

Ementa Polícia Militar. Processo Administrativo Disciplinar Simplificado (PADS). Licenciamento a bem da disciplina. Pedido de revisão. Ausência de fatos novos. Improcedência.

PARECER 000384/2021

Ementa Cumprimento de decisão judicial. Nomeação. Professor Classe I, Nível A. Concurso C-173. SEDUC. Análise jurídica.

PARECER 000385/2021

Ementa

- Contrato administrativo nº 004/2018-CPH. Execução de obras e serviços de engenharia para a construção do Terminal Hidroviário de Passageiros e Cargas no Município de Santarém/PA.
- Necessidade de realização de serviços para a continuação da obra que não estavam contemplados na planilha inicial do contrato. - Aval do fiscal do contrato. Descumprimento do §2º, do artigo 67, da Lei nº 8.666/93. Inobservância, pelo consórcio, da cláusula sétima que trata dos encargos das partes (item 7.2 e subitem 7.2.6). Necessidade de apuração dos fatos.
- Parecer Técnico da unidade atestando a execução dos serviços. Relatórios Diários de Obras/RDO's e registros fotográficos como provas.
- Aplicação do parágrafo único, do artigo 59, da Lei nº 8.666/93. Princípio da vedação ao enriquecimento sem causa. Doutrina. Jurisprudências. - Manifestação favorável ao pleito indenizatório.
- Manifestação pela apuração administrativa dos fatos.

PARECER 000386/2021

Ementa Promoção em ressarcimento de preterição - Cumprimento de sentença judicial transitada em julgado - Possíveis novos ressarcimentos em preterição decorrentes do primeiro - Necessária comprovação do atendimento aos requisitos legais aplicáveis.



PARECER	000387/2021
Ementa	Exoneração a pedido. Nulidade. Análise jurídica.
PARECER	000388/2021
Ementa	Pedido de anulação de atos praticados em Conselho de Justificação - Alegada suspeição dos integrantes do Colegiado - Requerimento ao Governador do Estado - Análise - Desprovinimento - Ausência de ilegalidade na atuação do Conselho de Justificação.
PARECER	000389/2021
Ementa	Pedido de revisão. Conselho de Disciplina. Análise jurídica. Conhecimento. Improcedência.
PARECER	000390/2021
Ementa	Contratação da PRODEPA - Hospedagem de website - Licença de uso de sistemas - Internet - Dados - Hospedagem de servidores - Serviços essenciais à PGE - Concentração de todos os contratos em um único - Análise de legalidade da dispensa de licitação e da minuta do contrato.
PARECER	000391/2021
Ementa	REURB-S e REURB-E. Natureza jurídica. Emolumentos. Previsão legal expressa.
PARECER	000392/2021
Ementa	Licitação. Inexigibilidade. Objeto. Banco de preços. Prorrogação contratual. Análise jurídica.
PARECER	000393/2021
Ementa	Defensor Público. Falecimento. Situação funcional. Requerimento administrativo. Análise jurídica.



PARECER 000394/2021

Ementa Decreto Municipal. Situação de emergência no Município de Jacareacanga. Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Possibilidade jurídica.

PARECER 000395/2021

Ementa Convocação de militar da reserva remunerada. Preenchimento dos requisitos formais. Análise jurídica.

PARECER 000396/2021

Ementa Consulta. SECULT. Academia Paraense de Música. Termo de parceria. Situação de servidores concursados no âmbito da Fundação Carlos Gomes (autarquia fundacional). Participação remunerada nos corpos artísticos. Vedação. Impossibilidade de aplicação das exceções constitucionais previstas nas letras “a” e “b”, do inciso XVI, do artigo 37, da CF/1998, porquanto a APM ostenta natureza jurídica de Organização da Sociedade Civil que não integra a Administração Pública. Plena incidência da regra proibitiva de remuneração de servidores, prevista no art. 24, III, letra “b”, do Decreto Estadual nº 1.835/2017, que regulamenta a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

PARECER 000397/2021

Ementa Proposta de Decreto. Decreto que “altera dispositivos do Regulamento do imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviço de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS-PA”.

PARECER 000398/2021

Ementa Assinatura de termo de doação com encargo. Autorização legislativa. Finalidade específica. Viabilidade jurídica.

PARECER 000399/2021

Ementa Contrato de cessão de uso oneroso. Complexo Porto Futuro. Análise. Tendência mundial de revitalização das áreas portuárias urbanas.



PARECER	000400/2021
Ementa	Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ). Vacância do cargo de vice-governador. Análise jurídica.
PARECER	000401/2021
Ementa	Nomeação de membros para o Conselho Estadual do Cooperativismo – CECOOP. Análise jurídica.
PARECER	000402/2021
Ementa	Dispensa de convocação de militar da reserva remunerada <i>ex officio</i> . Interesse ou conveniência. Análise jurídica.
PARECER	000403/2021
Ementa	Decreto Municipal. Situação de emergência no Município de Novo Progresso. Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Possibilidade jurídica.
PARECER	000404/2021
Ementa	Medalha Tenente Coronel BM Francisco Feliciano Barbosa. Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará - CBMPA. Possibilidade. Análise jurídica.
PARECER	000405/2021
Ementa	Servidor público. Abandono de cargo. Ausência injustificada por mais de 30 dias. Presença de <i>animus abandonandi</i> . Instauração de Processo Administrativo Disciplinar (PAD) fora do prazo legal. Parecer Referencial nº 010/2019-PGE. Ausência de contraditório e ampla defesa. Nulidade do PAD. Prescrição da pretensão punitiva. Necessidade de regularização funcional. Avaliação especial de desempenho. Instauração de Processo Administrativo para apurar prática de ato doloso de improbidade administrativa. Ressarcimento ao erário dos salários recebidos indevidamente. Imprescritibilidade.



PARECER 000406/2021

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Acumulação de cargos. Deficiência da instrução processual. Conversão do julgamento em diligência. Nulidade parcial.

PARECER 000407/2021

Ementa Pensão especial. Civil. Servidor civil. Morte por COVID. Infecção no exercício de suas funções. Decreto Estadual nº 674/2020. Deferimento. Retorno dos autos para elaboração da Minuta.

PARECER 000408/2021

Ementa Proposta de Decreto. Majoração do auxílio-alimentação. Casa Militar. Lei Complementar nº 173/2020. Óbice legal. Análise jurídica.

PARECER 000409/2021

Ementa Servidor público. Policial civil. Falecimento. Mal súbito durante teste de aptidão física. Morte natural. Auxílio-morte. Atestado falso. Ausência de comprovação do nexo de causalidade entre o serviço e a morte. Decreto Estadual nº 2.490/1997. Análise jurídica.

PARECER 000410/2021

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Infração disciplinar. Penalidade. Análise jurídica.

PARECER 000411/2021

Ementa Exoneração e nomeação de membros. Conselho Estadual de Trânsito.

PARECER 000412/2021

Ementa Projeto de Indicação. Indenização especial aos dependentes dos profissionais da saúde e da segurança pública que venham a falecer em decorrência do enfrentamento à COVID-19 no Estado do Pará. Existência de Norma Estadual que prevê o pagamento de pensão



especial nessa situação, uma vez configurado “acidente de serviço”.
Benefício indenizatório já assegurado.

PARECER 000413/2021

Ementa Promoção de Oficial em ressarcimento de preterição. Ausência de comprovação do atendimento aos requisitos legais. Necessária complementação da instrução.

PARECER 000414/2021

Ementa Decreto Municipal. Situação de emergência no Município de Prainha. Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Possibilidade jurídica.

PARECER 000415/2021

Ementa Parecer. Contrato temporário. Renovação. Servidores em exercício na PGE. Atividades de excepcional interesse público. Interesse das partes na prorrogação. Prazo de extensão dos contratos até 31.12.2021. Previsão na Lei Complementar nº 136/2021. Manifestação favorável.

PARECER 000416/2021

Ementa Exoneração e nomeação de membros para o Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas do Estado do Pará - CGP/PA. Análise jurídica.

PARECER 000417/2021

Ementa Cumprimento de decisão judicial. Nomeação. Concurso público. DETRAN/PA. Análise jurídica.

PARECER 000418/2021

Ementa Decreto Municipal. Situação de emergência no Município de Óbidos. Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Possibilidade jurídica.



PARECER 000419/2021

Ementa Operação de crédito externa. BID PROGEFAZ. Aditivo contratual. Substituição da taxa de referência LIBOR. Regularidade dos termos propostos.

PARECER 000420/2021

Ementa Operação de crédito externo. Aditivo. Substituição da taxa de referência LIBOR. Contrato BID Pará URBE 1404-OC/BR.

PARECER 000421/2021

Ementa Projeto de Lei que trata da remuneração dos Vogais do plenário da Junta Comercial do Estado do Pará – JUCEPA. Ausência de impacto orçamentário. Remuneração disciplinada em Regimento Interno. Ausência de criação de despesa. Inexistente o óbice da LC nº 173/2020. Análise de legalidade.

PARECER 000422/2021

Ementa Militar. Conselho de Justificação. Prescrição. Falsificação de assinatura. Violação de dever funcional. Análise jurídica.

PARECER 000423/2021

Ementa Efeitos da revogação das liminares concedidas aos consumidores de energia elétrica.

PARECER 000424/2021

Ementa Imposto de Renda retido na fonte. Honorários advocatícios. Advogado dativo. Incidência. Art. 46, §1º, II da Lei nº 8.541/92. Soma do valor aos demais rendimentos auferidos mês a mês no exercício. Impossibilidade.

PARECER 000425/2021

Ementa Capacitação de pessoal. Programa Municípios Verdes. Parceria com a Escola de Governança Pública do Estado do Pará (EGPA). Extensão a servidores temporários e a servidores, empregados e gestores de



outros entes federativos e organizações do terceiro setor. Possibilidade. 000169/2021-PGE. Recursos orçamentários. Fundo Amazônia. Contrato de Colaboração Financeira Não Reembolsável nº 13.2.1297.1. BNDES. Termo de Execução Descentralizada (TED). Análise jurídica.

PARECER 000426/2021

Ementa Contrato administrativo. Reequilíbrio econômico-financeiro. Análise jurídica.

PARECER 000427/2021

Ementa Substituição de membro do Conselho Fiscal do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV.

PARECER 000428/2021

Ementa Militar - Conversão de licença especial não gozada em pecúnia - Necessária comprovação de que o interessado foi privado da licença no interesse da Administração - Ausência de comprovação - Indeferimento.

PARECER 000430/2021

Ementa Parcerias público-privadas. Conselho Gestor. Presidência. Delegação de competência. Proposta de alteração do Decreto nº 713/2013.

PARECER 000431/2021

Ementa Protocolo de Intenções. G3 Business Group. Parceria visando a cooperação e desenvolvimento das relações comerciais e econômicas de um novo nível entre a Federação da Rússia e o projeto do terminal a ser construído no Porto Marítimo de Vila do Conde – Estado do Pará, da República Federativa do Brasil.

PARECER 000432/2021



Ementa Exoneração e nomeação de membros do Conselho Estadual de Saúde - CES/PA. Análise jurídica.

PARECER 000433/2021

Ementa Sociedade de Economia Mista. Implementação do Programa Social de Enfrentamento à Pandemia de COVID-19. Suspensão de cortes no fornecimento de água. Transferência de recursos. Análise jurídica.

PARECER 000434/2021

Ementa Decreto Municipal. Situação de emergência no Município de Juruti. Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Possibilidade jurídica.

PARECER 000435/2021

Ementa Decreto Municipal. Situação de emergência no Município de Faro. Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Possibilidade jurídica.

PARECER 000436/2021

Ementa Cobrança de ICMS sobre transporte interestadual de mercadorias que antecede exportação face à aprovação da Súmula 649/STJ. Tema 475/STF. Inocorrência de imunidade. Orientação.

PARECER 000437/2021

Ementa Projeto de Indicação da ALEPA. Horário especial a servidor público estadual que tenha sob seus cuidados pessoa com deficiência. Modificação na Lei Estadual nº 5.810/94 (RJU). Minuta de Projeto elaborado pela CONJUR/SEPLAD. Viabilidade jurídica. Alterações sugeridas. Constitucionalidade da proposta. Análise complementar ao 942/2020-PGE.

PARECER 000438/2021

Ementa Junta Administrativa de Recursos de Infrações (JARI). Nomeação e recondução de membros. Análise jurídica.



PARECER 000439/2021

Ementa Decreto Municipal. Situação de emergência no Município de Santarém. Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Possibilidade jurídica.

PARECER 000440/2021

Ementa Decreto Municipal. Situação de emergência no Município de Monte Alegre. Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Possibilidade jurídica.

PARECER 000441/2021

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. SEDUC. Servidor temporário. Professor. Denúncia de assédio sexual. Alunas menores de idade. Configuração de infração grave. Demissão.

PARECER 000442/2021

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Assédio sexual. Valimento e improbidade administrativa. Demissão.

PARECER 000443/2021

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Vício na prestação de constas. Vício na apresentação de defesa pelo defensor dativo. Ausência de instrução processual. Nulidade parcial. Designação de nova comissão. Análise jurídica.

PARECER 000444/2021

Ementa Minuta de Decreto. Define a atuação do Secretário Extraordinário de Estado de Produção. Análise jurídica.

PARECER 000445/2021

Ementa Policial aprovado *sub judice* - Ingresso posterior à turma de origem do concurso – Contagem do tempo de serviço - Efeitos funcionais do ingresso no serviço público em momento posterior aos demais candidatos do mesmo concurso - Jurisprudência dos Tribunais



Superiores – O tempo a ser computado é o de efetivo serviço, apesar da nulidade do ato administrativo declarada pelo judiciário - Análise da decisão judicial no caso concreto.

PARECER 000446/2021

Ementa Ex-policia civil. Demissão. Nomeação para cargo de provimento em comissão. Análise jurídica.

PARECER 000447/2021

Ementa Servidor Público. Prática de crime anterior à posse em cargo público. Instauração de Processo Administrativo Disciplinar (PAD) para apurar improbidade administrativa. Inocorrência.

PARECER 000448/2021

Ementa Contratação direta. Dispensa em razão do valor. Art. 24, II, da Lei Federal nº 8.666/93. Cotação eletrônica. Aquisição de material de refrigeração. Análise jurídica.

PARECER 000449/2021

Ementa Minuta de Projeto de lei. Altera a Lei nº 6.489, de 27 de setembro de 2002, que dispõe sobre Política de Incentivos ao Desenvolvimento Socioeconômico do Estado do Pará. Análise jurídica.

PARECER 000450/2021

Ementa Servidor Público. Jornada de trabalho. Médico. Análise jurídica.

PARECER 000451/2021

Ementa Autarquia de regime especial. Reitor e vice-reitor. Regime de dedicação exclusiva. Análise jurídica.



PARECER	000452/2021
Ementa	Processo Administrativo de Responsabilização. Lei Anticorrupção. Necessidade de repetição dos atos indicados. Aproveitamento da prova produzida. Prova emprestada.
PARECER	000453/2021
Ementa	Termo de Cessão de Uso de Bem Imóvel. Regularidade do instrumento. Interesse público. Observância dos requisitos legais. Possibilidade jurídica.
PARECER	000454/2021
Ementa	Minuta de Decreto que institui o Programa de Estágio de Pós-Graduação, <i>lato</i> ou <i>stricto sensu</i> , no âmbito da PGE. Análise de legalidade.
PARECER	000455/2021
Ementa	Decreto Municipal. Situação de emergência no Município de Curuá. Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Possibilidade jurídica.
PARECER	000456/2021
Ementa	Decreto Municipal. Situação de emergência no Município de Belterra. Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Possibilidade jurídica.
PARECER	000457/2021
Ementa	Servidor público. Procurador Autárquico e Fundacional. Pedido de transferência entre autarquias. Redistribuição de cargos na Administração Pública. Análise jurídica.
PARECER	000458/2021
Ementa	Programa Estadual Extraordinário de Transferência de Renda – Renda Pará. Inclusão de novos beneficiários. Alterações no Decreto Estadual nº 1.392/2021. Possibilidade. Previsão legal decorrente do



artigo 2º-A, da Lei Estadual nº 9.139/2020, incluído pela Lei Estadual nº 9.215/2021.

PARECER

000459/2021

Ementa

Consulta. Sindicato da Indústria da Construção do Estado do Pará – SINDUSCON-PA. Câmara Brasileira da Indústria da Construção/CBIC. Análise jurídica. 1 – Edição de Ato Normativo para definir requisitos, metodologia e prazo, inclusive para a apreciação da Administração Pública, para proceder ao reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos de obras e serviços de engenharia. Desnecessidade. Previsão e proteção legal ao reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos. 2 – A instituição de portal na *internet* para a veiculação de informações acerca da tramitação dos processos de reequilíbrio econômico-financeiro. A Lei Estadual nº 8.972/2020, que regula o Processo Administrativo no âmbito da Administração Pública do Estado do Pará, promove a realização dos Processos Administrativos com segurança, transparência e facilita o acesso do cidadão às instâncias administrativas. Sugestão pelo indeferimento do pedido. 3 – Incabível a instituição de Comitê Técnico Externo, constituído por especialistas independentes, com o escopo de realizar ou aferir os cálculos demandados para a definição do reequilíbrio econômico-financeiro ou de exarar manifestações de cunho técnico acerca dos processos, em razão da falta de previsão legal. 4 – Cabe a cada gestor de Órgão Público, diante do caso concreto e dentro de sua margem de discricionariedade administrativa, formalizar aditamentos nos Contratos Administrativos de obras e serviços de engenharia, para fins de inserção de cláusula arbitral ou compromissória, com vistas a submeter à via de arbitragem as eventuais divergências entre as partes. 5 – Descabe o pleito de promoção do integral reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos de obras e serviços de engenharia, posto que, além de se tratar de argumentação genérica, não há provas incontestáveis de que o aumento dos custos inviabilize a execução do contrato.



PARECER 000460/2021

Ementa Acordo de cooperação técnica. Requalificação do Cemitério Nossa Senhora da Soledade. Análise jurídica.

PARECER 000461/2021

Ementa Estatais estaduais. Participação nos Lucros e Resultados/Remuneração Variável (PLR/RVA). Legislação estadual. Análise jurídica.

PARECER 000462/2021

Ementa Lei nº 9.256/2021. Programa Creches por Todo Pará. Regulamentação. Minuta de Decreto. Análise jurídica.

PARECER 000463/2021

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Pedido de reconsideração. Alegação de desvio. Cargo que exigia escolaridade superior ao qual foi aprovado. Suposta antecipação do juízo da comissão no indiciamento. Improcedência dos argumentos. Gravidade da conduta e vinculação da pena demissória. Inexistência de discricionariedade do julgador na aplicação da pena.

PARECER 000464/2021

Ementa Renovação da convocação de Policiais Militares da reserva remunerada. Requisitos. Análise jurídica.

PARECER 000465/2021

Ementa Contrato celebrado com recursos oriundos de Organismo Financeiro Internacional. Regime jurídico especial. Engenharia de Valor (EV). Análise, em tese, da possibilidade jurídica de bonificação parcial da Engenharia de Valor, quando de rescisão contratual, considerando apenas a economia real na parcela já executada de cada obra.



PARECER	000466/2021
Ementa	Servidor Público. Averbação, pelo Estado, para fins de percepção de adicional por tempo de serviço (ATS), de tempo de contratação temporária junto a outro ente federativo. Ônus do interessado de comprovar a validade da contratação temporária. Necessária juntada de documentação complementar, para adequada instrução processual.
PARECER	000467/2021
Ementa	Alteração do Decreto Estadual nº 3.864, de 30 de dezembro de 1999. Análise jurídica.
PARECER	000468/2021
Ementa	Fundo Especial da Procuradoria-Geral do Estado – FUNPGE. Investimento e custeio da qualificação profissional do quadro de pessoal da PGE. Contratação de treinamento sobre a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Inexigibilidade de licitação. Artigos 25, II e 13, VI da Lei nº 8.666/93. Requisitos. Singularidade do serviço e notória especialização da empresa. Análise jurídica exigida pelo parágrafo único do artigo 38, da Lei nº 8.666/93.
PARECER	000469/2021
Ementa	Servidor estatutário não estável. Nomeação para o Conselho de Administração da PRODEPA. Análise jurídica.
PARECER	000470/2021
Ementa	Termo de Cessão de Uso de Bem Imóvel. Regularidade do instrumento. Interesse público. Observância dos requisitos legais. Possibilidade jurídica.
PARECER	000471/2021
Ementa	Sistema de Ensino do CBMPA. Minuta de Projeto de Lei. Análise jurídica final.



PARECER

000472/2021

Ementa

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas. Universidade Federal do Pará. Desenvolvimento de Cenários de Investimento e Atualização do Plano de Saneamento Básico do Estado do Pará. Desenvolvimento de alternativas técnicas para o planejamento do setor de resíduos sólidos no Estado do Pará. Convênio ou contratação direta. Requisitos legais para escolha do instrumento cabível.

PARECER

000473/2021

Ementa

Decreto Municipal. Situação de emergência no Município de Terra Santa. Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Possibilidade jurídica.

PARECER

000474/2021

Ementa

Decreto Municipal. Situação de emergência no Município de Santa Maria das Barreiras. Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Possibilidade jurídica.

PARECER

000475/2021

Ementa

Minuta de Decreto. Revogar e acrescentar dispositivos do RICMS. Água mineral natural e adicionada de sais. Prazo para circulação de vasilhames existentes no estoque não selado.

PARECER

000476/2021

Ementa

SETUR. Extinção PARATUR. Análise jurídica de documentação de extinção acostada.

PARECER

000477/2021

Ementa

Convocação de Policial Militar da reserva remunerada. Requisitos. Análise jurídica.



PARECER	000478/2021
Ementa	Substituição de vogais. Junta Comercial do Estado do Pará – JUCEPA. Análise jurídica.
PARECER	000479/2021
Ementa	Promoção por ato de bravura. Preenchimento dos requisitos formais. Possibilidade.
PARECER	000480/2021
Ementa	Cumprimento de decisão judicial. Ação ordinária. Retificação do Decreto de promoção de policial militar. Análise jurídica.
PARECER	000481/2021
Ementa	Convocação de Policiais da reserva remunerada. Requisitos. Análise jurídica.
PARECER	000482/2021
Ementa	Servidor público. Professor AD-4. Lei Estadual nº 7.442/2010. Plano de cargos, carreira e remuneração dos profissionais da educação básica da rede pública de ensino do Estado do Pará. Decreto nº 189/2011. Enquadramento funcional. Requisitos legais. Efeitos financeiros. (SUPERADO PELO PARECER Nº 000259/2022).
PARECER	000483/2021
Ementa	Lei Federal nº 14.151/2021. Afastamento da empregada gestante do trabalho presencial durante período de emergência de saúde pública de importância nacional decorrente do novo coronavírus. Direito aplicável apenas às empregadas públicas, e não as servidoras estatutárias e temporárias.
PARECER	000484/2021
Ementa	Isonomia ICMS. Tratamento às operações decorrentes de aquisição de arma de fogo, acessórios e munições, no âmbito do Estado do



Pará, por integrantes das Forças Armadas de Segurança Pública Estadual. Ausência de análise pelo Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ. Impossibilidade.

PARECER

000485/2021

Ementa

Convocação de Polícias Militares da Reserva Remunerada. Requisitos. Análise Jurídica.

PARECER

000486/2021

Ementa

Termo de Cessão de Uso de Bem Público. Lei Estadual nº 6.614/2004. Uso de imóvel pertencente ao Estado do Pará para o funcionamento da Unidade da Delegacia da Receita Federal no Município de Castanhal. Ato unilateral e discricionário da Administração Pública. Interesse público presente. Atendimento aos requisitos legais. Sugestões de alteração no texto.

PARECER

000487/2021

Ementa

Termo de Cessão de Uso de Bem Público. Lei Estadual nº 6.614/2004. Uso de imóvel pertencente ao Estado do Pará para o funcionamento da Unidade da ADEPARÁ no Município de Mãe do Rio. Ato unilateral e discricionário da Administração Pública. Necessidade de consulta ao Órgão ao qual se encontra destinado o bem. Interesse público presente. Atendimento aos requisitos legais. Sugestões de alteração no texto.

PARECER

000488/2021

Ementa

Pedido de reconsideração. Anulação de ato demissório. Processo Administrativo Disciplinar. Inassiduidade. Abandono de serviço essencial. Servidor civil. Análise jurídica.

PARECER

000489/2021

Ementa

Processo Administrativo Disciplinar. Pedido de reconsideração. Pedido de revisão. Análise jurídica.



PARECER 000490/2021

Ementa Análise de Minuta de aditivo contratual. Contrato de empréstimo internacional BZ-P20. Estado do Pará e JICA – Agência de Cooperação Internacional do Japão. Projeto Ação Metrópole 2ª etapa. Regularidade e legalidade das cláusulas aditadas.

PARECER 000491/2021

Ementa Minuta de Decreto. Altera o Decreto Estadual nº 1.522, de 1º de abril de 2016, que dispõe sobre a concessão de incentivos para a indústria do açaí e dá outras providências. Análise jurídica. Possibilidade.

PARECER 000492/2021

Ementa Contrato administrativo. Seleção e concessão de estagiários. Procuradoria-Geral do Estado. Necessidade. Celebração de novo contrato. Manifestação favorável.

PARECER 000493/2021

Ementa Centros Regionais de Saúde. Adesão a Atas de Registro de Preços (ARP). Unidades administrativas. Análise jurídica.

PARECER 000494/2021

Ementa Operação de crédito externa. Aditivo. Substituição da taxa LIBOR. BIRD – Banco Mundial – Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento. Conformidade legal.

PARECER 000495/2021

Ementa Polícia Militar. PADS. Licenciamento a bem da disciplina. Recurso hierárquico. Competência do Exmo. Governador do Estado. Análise jurídica.

PARECER 000496/2021

Ementa Minuta de Decreto. Regulamenta a obrigatoriedade de apresentação, pelos agentes públicos, de declaração de bens e



valores, bem como sua atualização, e dispõe sobre a sindicância patrimonial no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Poder Executivo Estadual. Análise jurídica.

PARECER 000498/2021

Ementa Grupo de Trabalho. Substituição de membros representantes. Análise jurídica.

PARECER 000499/2021

Ementa Servidora pública. SEDUC. Pedido de desavervação de tempo de serviço. Efeitos jurídicos e financeiros já produzidos. Impossibilidade. Manual de Gestão de Pessoas do Estado do Pará. Terceiro pedido de reconsideração. Intempestividade. Ausência de objeto.

PARECER 000501/2021

Ementa Minuta de Decreto. Requisitos para estabelecimento de acordos de pesca por comunidade pesqueira. Modificações redacionais efetuadas pela Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado do Pará.

PARECER 000502/2021

Ementa Minuta de Decreto que dispõe sobre requisitos e competências para a execução do Programa Renda Pará instituído pelo Decreto 1.392/21 – Adequação de forma – Alteração do Decreto original – Sugestões a serem analisadas pela Secretaria interessada.

PARECER 000503/2021

Ementa Decreto Estadual. Conselho do Agronegócio. Alteração da composição. Regularidade. Análise jurídica.

PARECER 000504/2021

Ementa Servidor público. Magistério Estadual. Plano de Cargos, Carreira e Remuneração – PCCR (Lei Estadual nº 7.442/2010). Enquadramento funcional. Tempo de efetivo exercício de magistério.



PARECER	000505/2021
Ementa	Minuta de Decreto. Institui a Estratégia Estadual de Disseminação de Modelagem da Informação da Construção. <i>Building Information Modelling</i> – BIM. Cria o Comitê Gestor da Estratégia BIM-PA (CGBIM-PA). Análise jurídica.
PARECER	000506/2021
Ementa	Minuta de Decreto. Procedimento de contratação de operação de crédito para financiamento de projetos de investimento pelo Estado do Pará. Análise jurídica.
PARECER	000507/2021
Ementa	Valor da terra nua. Resolução do CEPAF. Regularização fundiária onerosa de terra pública. Imóvel rural. Necessidade de edição de Decreto. Inteligência da Lei Estadual nº 8.878/2019.
PARECER	000508/2021
Ementa	Conselho Estadual de Política Indigenista (CONSEPI/PA). Proposta de alterações no Decreto Regulamentador (Decreto Estadual nº 93/2019). Análise jurídica da Minuta.
PARECER	000510/2021
Ementa	Consulta. Pagamento de diárias a colaborador eventual. Escola de Governança Pública do Estado do Pará (EGPA). Possibilidade. Análise jurídica.
PARECER	000511/2021
Ementa	Contrato de prestação de serviços terceirizados de limpeza, conservação e higienização. Prorrogação de vigência e repactuação. Serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, Análise jurídica.



PARECER	000512/2021
Ementa	Exoneração e nomeação de membros do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/PA. Possibilidade.
PARECER	000513/2021
Ementa	Nomeações de candidatos aprovados no concurso C-182. Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia do Pará – HEMOPA. Possibilidade.
PARECER	000514/2021
Ementa	Recurso hierárquico. Conselho de Disciplina. Condenação criminal. Transgressão disciplinar de natureza grave. Penalidade. Ausência de discricionariedade da Administração para aplicação de penalidade menos gravosa. Análise jurídica.
PARECER	000515/2021
Ementa	Minuta de edital de concurso público (C-208). Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP). Provimento de cargos de agente penitenciário. Lei Estadual nº 8.937/2019. Análise jurídica.
PARECER	000517/2021
Ementa	Anteprojeto de Lei de alteração da Lei Estadual nº 7.649/2012. Análise jurídica.
PARECER	000518/2021
Ementa	Termo de Cessão de Uso de Bem Imóvel. Regularidade do instrumento. Interesse público. Observância dos requisitos legais. Possibilidade jurídica.
PARECER	000519/2021
Ementa	EMATER. Empresa pública. Sistema de registro de preços. Estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e suas subsidiárias (Lei nº 13.303/2016). Pedido de adequação dos editais e contratos aos termos da referida Lei C/C o Decreto Estadual nº



2.121/2018. Aplicação, ao caso, do §4º, do artigo 11, do Decreto Estadual nº 991/2020.

PARECER 000521/2021

Ementa Recurso hierárquico. Processo Administrativo Disciplinar Simplificado. Licenciamento a bem da disciplina. Conhecimento e improvimento.

PARECER 000522/2021

Ementa Anteprojeto de Lei. Fundo Garantidor do Pequeno Produtor Rural e da Indústria para Bioeconomia – FGPIB. Análise jurídica.

PARECER 000523/2021

Ementa Decreto Estadual visando a declaração de utilidade pública do imóvel. Preenchimento dos requisitos indispensáveis ao ato. Possibilidade de publicação do Decreto.

PARECER 000524/2021

Ementa Policial Militar. Transgressão disciplinar. Processo Administrativo Disciplinar Simplificado (PADS). Licenciamento a bem da disciplina. Revisão. Análise jurídica.

PARECER 000525/2021

Ementa Nomeação de candidatos aprovados no concurso C-182. Possibilidade.

PARECER 000526/2021

Ementa Exoneração e nomeação de membro do Conselho Estadual de Saúde – CES/PA. Análise jurídica.

PARECER 000527/2021

Ementa Pregão eletrônico. Fornecimento de sistema de circuito fechado de televisão IP (CFTV-IP), com instalação e treinamento. Aprovação da



Minuta de edital pela assessoria jurídica (art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93).

PARECER 000528/2021

Ementa Servidor público. Acumulação ilícita de cargos públicos. Processo Administrativo Disciplinar. Não incidência de prescrição. Observância do devido processo legal. Notificação para opção por um dos vínculos. Inércia do servidor. Configuração de má-fé. Sugestão de demissão.

PARECER 000529/2021

Ementa Minuta de Decreto. Regulamenta a Lei Federal nº 10.973/04, no tocante às normas gerais aplicáveis ao Estado, assim como a Lei Estadual nº 8.426/16, e dispõe sobre outras medidas em matéria da Política Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação. Análise jurídica.

PARECER 000530/2021

Ementa Doação de bens móveis inservíveis. República de Emaús. Entidade sem fins lucrativos que atende às exigências legais. Análise de legalidade do ato.

PARECER 000531/2021

Ementa Promoção por Ato de Bravura. Preenchimento dos requisitos formais. Possibilidade.

PARECER 000532/2021

Ementa Cumprimento de decisão judicial. Mandado de Segurança. Nomeação e posse. Análise jurídica.

PARECER 000533/2021

Ementa Promoção em ressarcimento em preterição. Provimento. Erro administrativo. Determinação do retorno ao serviço ativo por parte



da autarquia previdenciária. Erro na contagem do tempo de serviço. Análise jurídica.

PARECER 000534/2021

Ementa Pedido de Reconsideração de decisão que negou conhecimento a pedido de Revisão intempestivo. Não conhecimento. Incabível na espécie. Regularidade da decisão recorrida.

PARECER 000535/2021

Ementa Contrato administrativo. Obra pública. Rescisão contratual. Contratação direta do remanescente. Aplicação do art. 41 da Lei nº 12.462/2011 (Lei do Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC). Proposta do licitante remanescente devidamente corrigida. Novo marco para reajuste contratual.

PARECER 000536/2021

Ementa Servidora pública. Tripla acumulação ilegal de cargos e função privativos da área da saúde. Processo Administrativo Disciplinar. Reabertura da fase probatória e juntada de novos documentos. Ausência de novo interrogatório. Nulidade parcial. Arts. 215 e 225 do RJU Estadual.

PARECER 000537/2021

Ementa Projeto de Lei. Instituição do Programa QUALIFICASAÚDE. Apoio financeiro. Valorização dos Profissionais da Saúde. Incentivo ao ensino, pesquisa e extensão. Análise jurídica.

PARECER 000538/2021

Ementa Programa Estadual de Incentivo à Cultura. Lei Estadual nº 6.572/2003. Pandemia da COVID-19. Certificado de enquadramento. Prorrogação de validade. Análise jurídica.



PARECER 000539/2021

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Transferência irregular de veículos. Alteração de jurisdição sem autorização do proprietário do veículo. Infração disciplinar. Demissão. Análise jurídica.

PARECER 000540/2021

Ementa Renovação de cessão de servidor. Inteligência do Decreto nº 795, de 29 de maio de 2020.

PARECER 000541/2021

Ementa Medalha Ordem do Mérito Dom Pedro II. Medalha Ordem do Mérito Operacional. Medalha do Mérito de Estratégia Bombeiro Militar. Medalha de Serviços Relevantes Operacionais. Medalha de Serviços Relevantes de Intendência Militar. Medalha de Serviços Relevantes de Valentia. Possibilidade. Análise jurídica.

PARECER 000542/2021

Ementa Policial Militar. Procedimento Administrativo Simplificado. Licenciamento a bem da disciplina. Recurso hierárquico. Competência do Exmo. Governador do Estado. Análise jurídica.

PARECER 000543/2021

Ementa Requerimento administrativo. Promoção de Oficial da Polícia Militar. Artigo 13, § 2º da Lei nº 8.388, de 22 de setembro de 2016. Redução de interstício. Análise jurídica.

PARECER 000544/2021

Ementa Protocolo de Intenções. Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Superior, Profissional e Tecnológica – SECTET. Parceria visando a viabilização de iniciativas voltadas ao ensino, extensão e à pesquisa no Estado do Pará.



PARECER 000545/2021

Ementa Servidor público demitido. Recurso administrativo em Pedido de Revisão. Ausência de fato novo ou circunstância suscetível de justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada. Conhecimento ou desprovimento.

PARECER 000546/2021

Ementa Promoção em ressarcimento de preterição. Provimento. Absolvição por parte do Conselho de Justificação. Discordância da Procuradoria-Geral do Estado. Decisão do Governador do Estado que concordou com a Justificação. Análise jurídica.

PARECER 000547/2021

Ementa Bombeiro Militar. Acumulação de cargos de Bombeiro Militar e Professor. Punição disciplinar. Ausência de lastro probatório. Recurso hierárquico. Conhecimento e provimento.

PARECER 000548/2021

Ementa Minuta de Decreto. Regulamenta a organização e o funcionamento do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil, do Conselho Estadual de Proteção e Defesa Civil, dispõe sobre o Plano Estadual de Proteção e Defesa Civil e o Sistema Estadual de Informações Sobre Desastres, e dá outras providências. Análise jurídica.

PARECER 000550/2021

Ementa Cumprimento de decisão judicial. Mandado de Segurança. Convocação e nomeação. Análise jurídica.

PARECER 000552/2021

Ementa Exoneração e nomeação de membro do Conselho Estadual de Meio Ambiente – COEMA/PA. Análise jurídica. Possibilidade.



PARECER 000553/2021

Ementa Contrato nº 015/2018-PGE. Serviços de limpeza e conservação. PGE – Regional de Santarém. Terceiro aditivo contratual. Prorrogação do prazo de vigência. Art. 57, II da Lei nº 8.666/1993. Análise jurídica.

PARECER 000555/2021

Ementa Zona econômica de produção de serviços no Complexo Penitenciário de Santa Izabel. Concessão de uso para particulares. Possibilidade. Interesse público. Observância dos requisitos legais e das alterações sugeridas. Possibilidade jurídica.

PARECER 000556/2021

Ementa Contrato Administrativo. Serviço de locação de veículos, sem motorista, por quilometragem livre, sem combustível. Serviço contínuo. Prorrogação da vigência por 12 meses, aplicação de reajuste contratual. Aprovação da Minuta de Termo Aditivo, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

PARECER 000558/2021

Ementa Parque temático. Unidade de Conservação de Proteção Integral. Refúgio de Vida Silvestre. Legislação vigente. Alteração de poligonal. Aumento da REVIS. Análise do plano de manejo. Competência do Conselho da Unidade de Conservação para alteração e competência homologatória IDEFLOR-Bio. Grau de impacto ambiental e compatibilidade. Análise técnica do órgão competente para licenciamento. Possível alteração. Competência legislativa da ALEPA. Princípio da vedação ao retrocesso. Questões ambientais e fundiárias. Análise jurídica concomitante.

PARECER 000559/2021

Ementa Consulta. Férias. Licença saúde. Prorrogação de licença saúde. Efetivo exercício. Prescrição. Marco prescricional a partir da aposentadoria. Remuneração. Parcelas remuneratórias. Teto constitucional. Análise jurídica.



PARECER	000561/2021
Ementa	Nomeação dos membros para o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação do Estado do Pará (CASCs FUNDEB-PA). Análise jurídica. Possibilidade.
PARECER	000562/2021
Ementa	Pedido de Revisão. Processo Administrativo Disciplinar. Cabimento. Penalidade de demissão. Vinculante. Ausência de fatos novos. Análise jurídica.
PARECER	000563/2021
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Acúmulo institucional de cargos e recebimento de valores sem prestação do serviço. Falta grave. Improbidade. Demissão. Servidor que conhecia as irregularidades. Omissão do dever de informar. Ausência de nexo de causalidade direto em relação ao prejuízo causado ao erário. Contexto fático. Ausência de culpa grave para fins de improbidade. Suspensão por tempo máximo.
PARECER	000564/2021
Ementa	Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Acumulação de cargos. Análise jurídica.
PARECER	000565/2021
Ementa	Cumprimento de decisão judicial. Ação de execução. Improcedência da pretensão executiva. Extinção do processo. Análise jurídica.
PARECER	000566/2021
Ementa	Polícia Civil do Estado do Pará. Promoção de 2021. Minuta de Decreto. Análise de legalidade.



PARECER	000567/2021
Ementa	Servidores públicos. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Infração disciplinar. Valimento. Prescrição da punibilidade em relação à servidora acusada. Aplicação de penalidade ao ex-servidor indiciado. Análise jurídica.
PARECER	000568/2021
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Transferência irregular de veículos. Inserção de dados falsos no sistema. Alteração de jurisdição sem autorização do proprietário do veículo. Infração disciplinar. Destituição do cargo. Análise jurídica.
PARECER	000569/2021
Ementa	Convocação de policiais militares da reserva remunerada. Requisitos. Análise jurídica.
PARECER	000570/2021
Ementa	Programa “Forma Pará”. Fomento à expansão da oferta de cursos superiores e de educação profissional e tecnológica no Estado do Pará. Análise jurídica.
PARECER	000571/2021
Ementa	Contratação de treinamento sobre a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Ajustes finais na Minuta Contratual. Art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.
PARECER	000572/2021
Ementa	Cumprimento de decisão judicial. Nomeação. Mandado de Segurança. Concurso C-173. Secretaria de Estado de Educação – SEDUC. Análise jurídica.



PARECER	000573/2021
Ementa	Decreto Municipal. Situação de emergência no Município de Mojuí dos Campos. Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Possibilidade jurídica.
PARECER	000574/2021
Ementa	Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Falta grave. Sugestão de demissão e conversão de exoneração em destituição de cargo em comissão, ambas com a nota “a bem do serviço público”.
PARECER	000575/2021
Ementa	Edital de Chamamento nº 01, de 23 de julho de 2021. Seleção de terrenos para implantação de empreendimentos habitacionais. Indicação do Exmo. Governador do Estado. Análise jurídica.
PARECER	000576/2021
Ementa	Exoneração <i>ex-officio</i> . Concurso público C-173. Secretaria de Estado de Educação – SEDUC. Análise jurídica.
PARECER	000577/2021
Ementa	Cumprimento de decisão judicial. Cumprimento provisório de sentença. Nomeação. Análise jurídica.
PARECER	000579/2021
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Pedido de Revisão. Análise jurídica.
PARECER	000580/2021
Ementa	DETRAN/PA. Procedimento Administrativo Disciplinar. Demissão “a bem do serviço público”. Pedido de Reconsideração. Competência do Exmo. Governador do Estado. Análise jurídica.



PARECER 000582/2021

Ementa Termo de Cessão de Uso de Bem Imóvel. Regularidade do instrumento. Interesse público. Observância dos requisitos legais. Possibilidade jurídica.

PARECER 000583/2021

Ementa Servidores não efetivos. Aposentadoria pelo Regime Geral de Previdência Social. Impossibilidade de permanência na condição de segurado do plano de saúde do IASEP.

PARECER 000584/2021

Ementa Contrato nº 006/2018-NGTM. Contratação financiada com recursos de organismo financeiro internacional. Primazia das Normas Internacionais. Convivência com os princípios constitucionais da Administração Pública. Procedimento rescisório. Análise da viabilidade jurídica da rescisão amigável pretendida pelas partes. Solução excepcional condizente com o histórico de execução do Contrato nº 006/2018-NTGM. Conveniência para a Administração demonstrada. Consequências práticas da decisão. Medida razoável e proporcional, que melhor atende ao interesse público primário.

PARECER 000585/2021

Ementa Promoção em ressarcimento de preterição de aspirantes a Oficial ao posto de Segundo Tenente – Conclusão do estágio probatório – Existência de vagas – Análise de legalidade.

PARECER 000586/2021

Ementa Contrato administrativo. Recebimento e tratamento de resíduos sólidos urbanos. CEASA. Reajuste contratual. Índice aplicável. Pagamento retroativo. Ausência de preclusão e prescrição. Apostilamento. Análise jurídica.

PARECER 000587/2021

Ementa Jornada de trabalho dos jornalistas – Plantão e sobreaviso – Inaplicabilidade do disposto nº 6.101/98 – Necessidade de Lei



específica – Princípio da reserva legal em matéria de remuneração – Análise do acórdão do STF no ARE 1290281/SP – Inaplicabilidade imediata ao Estado – Carga horária de servidor público prevista em Lei.

PARECER

000588/2021

Ementa

Agregação e reversão de policial militar. Prisão preventiva e soltura do réu. Regularização funcional. Análise de legalidade do ato.

PARECER

000589/2021

Ementa

Pregão eletrônico. Aquisição de material elétrico. Aprovação da Minuta de edital pela assessoria jurídica (art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93).

PARECER

000590/2021

Ementa

Minuta de Acordo de Cooperação Técnica. Estágio curricular. Análise jurídica.

PARECER

000591/2021

Ementa

Assembleia Legislativa. Proposta de Emenda Constitucional. Educação. Pluralismo de ideias. Análise jurídica.

PARECER

000592/2021

Ementa

Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Prescrição. Infração. Declaração parcial de nulidade. Nova comissão processante.

PARECER

000594/2021

Ementa

Projeto de Indicação. Isenção de imposto sobre propriedade de veículos automotores no primeiro ano de aquisição. Tratamento tributário diferenciado. Não acolhimento.



PARECER	000595/2021
Ementa	Decreto Municipal. Situação de emergência no Município de Redenção. Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Possibilidade jurídica.
PARECER	000596/2021
Ementa	Medalha General Ferreira Coelho – Dedicção aos estudos. Curso de Formação de Soldados. Concessão. Competência do Exmo. Sr. Governador do Estado. Análise jurídica. Possibilidade.
PARECER	000597/2021
Ementa	SEDEME. Fundo Esperança – Complementação da consulta acerca dos procedimentos para devolução de empréstimos irregulares – Alcance das normas a servidores dos demais poderes e de outros entes federativos.
PARECER	000598/2021
Ementa	Minuta de Decreto que altera o Decreto 618/20 – Regulamento do Fundo Esperança – Alteração de limites – Conveniência administrativa – Análise de legalidade da proposta.
PARECER	000599/2021
Ementa	Exoneração e nomeação de membro para o Conselho Estadual de Meio Ambiente – COEMA. Análise jurídica.
PARECER	000600/2021
Ementa	Exoneração e nomeação de membros do Conselho Estadual de Segurança Pública – CONSEP. Análise jurídica.
PARECER	000602/2021
Ementa	Consulta. JUCEPA. Averbação de tempo de serviço. Serviço temporário. Novo vínculo comissionado. Adicional por tempo de serviço. Licença-prêmio. Análise jurídica.



PARECER	000603/2021
Ementa	EMATER. Alteração do Estatuto Social. Mudança do CEP. Possibilidade. Homologação por Decreto. Análise jurídica.
PARECER	000605/2021
Ementa	Pedido de Revisão – Juízo de admissibilidade do Governador do Estado – Pressupostos de admissibilidade do recurso não atendidos – Decisão proferida pelo Tribunal de Justiça em Conselho de Justificação – Coisa julgada administrativa – Não conhecimento.
PARECER	000606/2021
Ementa	Fixação dos índices percentuais de distribuição aos Municípios das parcelas do produto da arrecadação do ICMS. Art. 3º, §, 8º, da Lei Complementar Federal nº 63/90. Competência do Governador do Estado do Pará. Art. 135, V, da Constituição Estadual.
PARECER	000607/2021
Ementa	Decreto Estadual. Retificação de erro material. Errata. Possibilidade. Análise jurídica.
PARECER	000608/2021
Ementa	Projeto de Lei que altera a Lei nº 9.237, de 25 de março de 2021 – Programa “Incentiva+Pará” – Análise de legalidade.
PARECER	000609/2021
Ementa	Acordo de Cooperação Técnica – Estado e Agência Nacional de Mineração para fiscalização das atividades minerárias e da arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM)
PARECER	000610/2021
Ementa	Instrumento de doação de trecho da BR 222 – Extensão de 19.40 KM – Trecho do KM 226,30 ao KM 245,70. Confirmação do interesse



público – Bem de uso comum do povo - Assunto de responsabilidade do Estado.

PARECER 000611/2021

Ementa Alteração legislativa. Lei Estadual nº 9.032/2020. Fundo Esperança. Ausência de manifestação orçamentária. Análise jurídica.

PARECER 000613/2021

Ementa Projeto de Lei. Denominação do Arquivo Público do Estado do Pará. Homenagem ao jurista e professor paraense, Zeno Augusto Bastos Veloso. Análise jurídica.

PARECER 000614/2021

Ementa Parecer acerca do edital que regerá o concurso para provimento de cargos efetivos de nível superior e para a formação de cadastro de reserva no âmbito da Secretaria de Estado de Planejamento e Administração – SEPLAD.

PARECER 000615/2021

Ementa Tratamento tributário concedido, por meio da Comissão da Política de Incentivos ao Desenvolvimento Socioeconômico do Estado do Pará, para execução de projetos de pesquisas científicas ou tecnológicas.

PARECER 000617/2021

Ementa Aditivo – Prorrogação de vigência de contrato de prestação de serviços de manutenção do sistema e-PGE – Análise jurídica.

PARECER 000618/2021

Ementa Voluntária Civil do Corpo de Bombeiros – Gestação comprovada – Requerimento de estabilidade provisória à gestante e licença-maternidade – Benefício previdenciário – Ausência de vínculo



estatutário, empregatício e previdenciário por expressa determinação legal – Improcedência.

PARECER 000619/2021

Ementa Projeto de criação da Zona Econômica de Produções e Serviços no Complexo de Santa Izabel do Pará.

PARECER 000620/2021

Ementa Convocação de Policiais Militares da Reserva Remunerada. Requisitos. Análise jurídica.

PARECER 000621/2021

Ementa Cumprimento de decisão judicial. Nomeação. Assistente Técnico em Regulamentação de Serviços Públicos I. Concurso C-175. ARCON. Análise jurídica.

PARECER 000622/2021

Ementa Nomeação. Tornar sem efeito. Cumprimento de decisão judicial. Análise jurídica.

PARECER 000623/2021

Ementa Cumprimento de decisão judicial. Nomeação. Concurso C-173. Secretaria de Estado de Educação – SEDUC. Análise jurídica.

PARECER 000625/2021

Ementa Exoneração e nomeação de membros para o Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas do Estado do Pará – CGP/PA. Análise jurídica.

PARECER 000626/2021

Ementa Decreto Municipal. Situação de emergência no Município de Monte Alegre. Homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Possibilidade jurídica.



PARECER	000627/2021
Ementa	Sistema de cotação eletrônica de preços. Álcool em gel 70%, luvas cirúrgicas e máscaras descartáveis. Contratação direta. Dispensa de licitação, em razão do valor. Enfrentamento à Pandemia do COVID-19. Comunicação posterior ao Grupo Técnico de Ajuste Fiscal (GTAF).
PARECER	000628/2021
Ementa	Custas processuais. Tributo. Natureza jurídica de taxa. Constituição definitiva do crédito tributário. Trânsito em julgado da decisão que as fixa. Início do prazo prescricional com o trânsito em julgado. Art. 174 do CTN.
PARECER	000629/2021
Ementa	Contrato administrativo. Assinatura da plataforma Fórum de Conhecimento Jurídico. Contratação direta. Inexigibilidade de licitação (art. 25, caput, da Lei nº 8.666/1993).
PARECER	000630/2021
Ementa	Inexigibilidade de licitação. Contratação de acesso ao periódico “Zênite Fácil”. Art. 25, <i>caput</i> da Lei nº 8.666/1993. Regularidade. Aprovação do termo de inexigibilidade de licitação e Minuta contratual.
PARECER	000631/2021
Ementa	RE 598.677/rs. Tema 456. Antecipação do fato gerador do tributo. Previsão em Lei. Impossibilidade de delegação da fixação do momento da ocorrência do fato gerado a ato infralegal. Inconstitucionalidade do §3º do art. 2º da Lei Estadual nº 5.530/89.
PARECER	000632/2021
Ementa	Operação de crédito. Execução do Projeto “Construções de Creches por Todo o Pará”. Análise jurídica.



PARECER 000633/2021

Ementa Termos de ajuste de conduta – Contrato de permuta e necessidade de conclusão da avença. Interesse público – Ressalva e proteção contra nulidades contratuais. Análise jurídica.

PARECER 000634/2021

Ementa Contrato Administrativo nº 021/2020. Assinatura da Biblioteca Digital Fórum de Direito. Termo de rescisão amigável. Interesse das partes na celebração de novo contrato com maior abrangência. Análise jurídica.

PARECER 000635/2021

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Inassiduidade habitual. Servidor cedido. Competência do cessionário para instauração de PAD. Demissão. Recebimento indevido de valores. Cobrança.

PARECER 000636/2021

Ementa Concurso Público C-209. Provimento de cargos efetivos de nível médio e superior e formação de cadastro de reserva, no âmbito da Procuradoria Geral do Estado do Pará. Minuta do Edital. Análise jurídica.

PARECER 000638/2021

Ementa Exoneração e nomeação de membros do Conselho Estadual de Saúde – CES/PA. Análise jurídica.

PARECER 000639/2021

Ementa Tornar sem efeito nomeação. Concurso público C-196. Secretaria de Estado de Planejamento e Administração – SEPLAD. Análise jurídica.

PARECER 000640/2021

Ementa Cumprimento de decisão judicial. Nomeação. Concurso C-173 – SEDUC. Análise jurídica.



PARECER	000641/2021
Ementa	Decreto Estadual nº 253/2019. VI Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres. Alteração. Análise jurídica.
PARECER	000642/2021
Ementa	Projeto de Lei de Indicação. Obrigatoriedade das empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, água, gás e energia elétrica divulgarem fotografias de pessoas desaparecidas nas contas dos consumidores. Possibilidade. Extensão do objeto. Análise de conveniência e oportunidade.
PARECER	000643/2021
Ementa	Concurso público. SEDUC. Nomeação de candidatos. Cargos vagos. Vacância. Lei Complementar nº 173/02. Análise jurídica.
PARECER	000645/2021
Ementa	Exoneração e nomeação de membros para o Tribunal Administrativo de Recursos Fazendários – TARF. Análise jurídica.
PARECER	000646/2021
Ementa	Cumprimento de decisão judicial. Reintegração. Professor Assistente. PAD. Análise jurídica.
PARECER	000647/2021
Ementa	DETRAN/PA. Contratação temporária. Processo Seletivo Simplificado/PSS. Análise da aplicação da Lei Complementar Estadual nº 007/1991 e suas posteriores alterações. Exame do Edital do Certame.
PARECER	000648/2021
Ementa	Tornar sem efeito nomeação. Renúncia da posse. Concurso Público C-182. Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará – HEMOPA.



PARECER	000649/2021
Ementa	Alteração do Decreto Estadual nº 1.392/2021 – Inclusão dos castanheiros no Renda Pará – Possibilidade – Legalidade.
PARECER	000650/2021
Ementa	Corpo de Bombeiros Militar (CBMPA). Pagamento de substituição. Ausência de especificação, na Lei de Organização Básica do CBMPA, do Posto ou Graduação do Ocupante do Cargo Comissionado. Impossibilidade de pagamento.
PARECER	000651/2021
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Transferência irregular de veículo. Inserção de dados falsos no sistema. Infração disciplinar. Destituição. Análise jurídica.
PARECER	000652/2021
Ementa	Projeto de Lei. Alteração da nomenclatura do cargo de Agente Penitenciário para Policial Penal. Lei Estadual nº 8.937/2019.
PARECER	000653/2021
Ementa	AGE. Sindicância. Aquisição de equipamentos. Aspectos formais. Lei nº 5.810/94. Processo de invalidação. Lei Estadual nº 8.972/2020. Análise jurídica.
PARECER	000654/2021
Ementa	Pedido de revisão de penalidade administrativa disciplinar. Exclusão de Policial Militar. Ausência de fatos novos justificadores do pedido revisional. Improcedência.
PARECER	000655/2021
Ementa	Contrato administrativo. Rescisão amigável. Análise jurídica.



PARECER	000656/2021
Ementa	Policial Militar. Oficial. Conselho de Justificação. Indícios de transgressão disciplinar grave. Remessa dos autos ao TJE/PA.
PARECER	000657/2021
Ementa	Convocação de policial militar da reserva remunerada. Requisitos. Análise jurídica.
PARECER	000658/2021
Ementa	Termo de Adesão. Acordo de Cooperação Técnica. Programa “Patrulha Maria da Penha”. Minuta. Análise Jurídica.
PARECER	000659/2021
Ementa	Promoção por Ato de Bravura. Preenchimento dos requisitos formais. Possibilidade.
PARECER	000660/2021
Ementa	Dispensa de convocação de militar da reserva remunerada. <i>Ex officio</i> . Interesse ou conveniência. Análise jurídica.
PARECER	000661/2021
Ementa	Policial Militar. Procedimento Administrativo Disciplinar Simplificado. Licenciamento a bem da disciplina. Pedido de Revisão. Ausência de fatos novos. Improcedência.
PARECER	000662/2021
Ementa	Minuta de Edital de Concurso Público (C-211). Junta Comercial do Estado do Pará (JUCEPA). Provimento de cargos de nível médio e superior. Cadastro de reserva. Lei Estadual nº 6.063/1997. Análise jurídica.



PARECER 000663/2021

Ementa Vacina. Coronavírus. Obrigatoriedade. Sanção disciplinar. Sanções indiretas. Política Estadual de Incentivo à vacinação contra a Covid-19. Análise jurídica.

PARECER 000664/2021

Ementa Contrato Administrativo. Prestação de serviço de desratização. Desinsetização e descupinização. Termo aditivo. Prorrogação por mais 12 (doze) meses. Ausência de previsão editalícia. Impossibilidade.

PARECER 000665/2021

Ementa Minuta de aditivo contratual. Contrato de empréstimo nº 2933/OC-BR (BR-L1327). Estado do Pará e BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento. Programa de Melhoria da Qualidade e Expansão da Cobertura da Educação Básica no Estado do Pará. Regularidade e legalidade. 4º termo aditivo. Agosto de 2021.

PARECER 000666/2021

Ementa Convocação de Policial Militar da Reserva Remunerada. Requisitos. Análise jurídica.

PARECER 000667/2021

Ementa Convocação de Policiais Militares da Reserva Remunerada. Requisitos. Análise jurídica.

PARECER 000668/2021

Ementa Lei Estadual nº 9.156/2020 e Decreto nº 1.418/2021. Gratificação de Produtividade do Grupo de Carreira de Administração Tributária/CAT. Servidores afastados (RJU, Artigo 29, CAPUT).

PARECER 000669/2021

Ementa Servidor público civil. Transgressão disciplinar. Abandono de cargo público e inassiduidade habitual. Impossibilidade de caracterização



simultânea de ambas as infrações. Configuração da inassiduidade habitual anteriormente ao abandono de cargo. Processo Administrativo Disciplinar – PAD. Demissão. Análise jurídica.

PARECER

000670/2021

Ementa

Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Infração disciplinar. Penalidade. Análise jurídica.

PARECER

000671/2021

Ementa

Ex-militar. Exclusão a bem da disciplina. Pedido de Revisão. Direito de petição. Análise jurídica.

PARECER

000672/2021

Ementa

Decretos Estaduais visando a declaração de utilidade pública de imóveis. Área do Tucunduba – Necessidade de preenchimento dos requisitos indispensáveis ao ato.

PARECER

000673/2021

Ementa

Polícia Militar. Oficial. Conselho de Justificação. Julgamento preliminar que compete ao Chefe do Executivo Estadual. Lei Estadual nº 6.833/2006. Transgressão grave. Remessa ao Tribunal de Justiça do Estado.

PARECER

000674/2021

Ementa

Termo de Cessão não oneroso de Uso de Bem Público. Lei Estadual nº 6.614/2004. Uso de imóvel pertencente ao Estado do Pará para Prefeitura Municipal de Mocajuba – Construção da sede do Poder Legislativo Municipal. Viabilidade jurídica.

PARECER

000675/2021

Ementa

Nomeação de membros do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – CONSEANS. Análise jurídica.



PARECER 000677/2021

Ementa Termo aditivo a contrato de prestação de serviços de locação de veículo sem motorista. Análise jurídica.

PARECER 000676/2021

Ementa Alteração Regulamentadora ICMS. Internalização dos Convênios ICMS nº 85/1993, 102/2017 e 142/2018 e os Ajustes SINIEF nº 07/2005 e 31/2020. Retificação de alterações anteriores com disposições equivocadas; Incorporação na legislação estadual de entendimento pacífico do Superior Tribunal de Justiça (Súmula nº 166) e do Supremo Tribunal Federal (tema 1099, relativo à circulação de mercadorias entre estabelecimentos do mesmo titular). Aprimoramento e operacionalização da fiscalização e tributação

PARECER 000678/2021

Ementa Renovação de convocação de Policial Militar da Reserva Remunerada. Requisitos. Análise jurídica. Possibilidade.

PARECER 000679/2021

Ementa Dispensa de convocação de Militar da Reserva Remunerada. Análise jurídica.

PARECER 000680/2021

Ementa Pedido de Revisão. Prescrição. Ausência de elementos novos. Lei nº 6.833/2006. Análise jurídica.

PARECER 000681/2021

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Assédio sexual. Demissão. Lei Estadual nº 5.810/94. Análise jurídica.

PARECER 000682/2021

Ementa Ex-policia! militar estadual. Licenciamento a bem da disciplina. Pedido de anulação de punição disciplinar. Autotutela



administrativa. Prazo aplicável. Pedido intempestivo. Não conhecimento. Inocorrência da alegada ofensa ao princípio do *Non Bis in Idem*.

PARECER 000683/2021

Ementa Concurso público. Exoneração de candidato melhor classificado. Reclassificação de candidato. Prazo de validade do certame. Direito subjetivo. Art. 37, II, CF/88. Art. 10, Lei Estadual nº 5.810/94. Jurisprudência do STJ e STF. Análise jurídica.

PARECER 000684/2021

Ementa PARD. Procedimento de Reparação de Danos. Acidente de trânsito. Pedidos de Reparação de Danos Material e Moral. Juízo de admissibilidade. Requisitos. Análise jurídica.

PARECER 000685/2021

Ementa Acesso ao Banco de Dados do DETRAN/PA. Compartilhamento de dados. Termo. Convênio de Cooperação.

PARECER 000686/2021

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Transferência irregular de veículos. Alteração de jurisdição sem autorização do proprietário do veículo. Servidor público civil. Infração disciplinar. Demissão. Análise jurídica.

PARECER 000688/2021

Ementa Medalha Coronel Barros e Arouck. Polícia Militar do Estado do Pará. Possibilidade. Análise jurídica.

PARECER 000689/2021

Ementa Sindicância Administrativa. Procedimento Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo público. Julgamento pelo Exmo. Governador do Estado. Prescrição intercorrente. Arquivamento.



PARECER	000690/2021
Ementa	Minuta de Decreto. Regulamenta a Lei Estadual nº 9.275/2021. Programa Social Carteira Nacional de Habilitação “CNH Pai d’Égua”. Análise jurídica.
PARECER	000691/2021
Ementa	Anteprojeto de Lei. Minuta de Projeto de Lei que altera a Lei Estadual nº 6.712/2004. Análise jurídica.
PARECER	000692/2021
Ementa	Central de Abastecimento do Pará. Estatal dependente. Natureza pública das receitas. Débitos de permissionários de uso dos espaços. Análise de possível terceirização do protesto e cobrança de valores.
PARECER	000693/2021
Ementa	Administração Indireta. Acompanhamento de ações judiciais. Solicitação de orientação cálculo de valor agregado. Repartição da arrecadação. ICMS Quota-parte. Conflito entre sigilo fiscal e direito dos municípios de fiscalizar a repartição de suas receitas. Arts. 198 e 199 do Código Tributário Nacional. Permuta de informações entre esferas fiscais. Necessidade de previsão em lei. Lei Complementar nº 63/1990. Possibilidade de verificação dos documentos fiscais. Interpretação literal. Restrição aos documentos utilizados no cálculo do valor adicionado.
PARECER	000694/2021
Ementa	Plano Plurianual (PPA) 2020-2023. Revisão. Minuta de Projeto de Lei. Análise jurídica.
PARECER	000695/2021
Ementa	Decreto que institui Grupo de Trabalho Especial para revisão dos critérios de cálculo das cota-partes de Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.



PARECER	000696/2021
Ementa	Consulta externa. PRODEPA. Contratação de serviço de publicidade. Lei Federal nº 13.303/2016. Análise jurídica.
PARECER	000697/2021
Ementa	Serviço público de transporte intermunicipal. Autorização. Contornos jurídicos do instituto no ordenamento jurídico estadual.
PARECER	000698/2021
Ementa	Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Inassiduidade habitual. Nulidade total. Aplicação da Lei Processual Vigente. Análise jurídica.
PARECER	000699/2021
Ementa	Tornar sem efeito nomeação. Nomeação de candidata aprovada no Concurso C-182. Possibilidade.
PARECER	000700/2021
Ementa	Orientações para a PM/PA sobre o cumprimento de mandado de reintegração e desocupação. Limites da decisão cautelar do STF na ADPF N 828 e exceções à regra geral. Não comprovação no caso concreto. Impossibilidade do imediato cumprimento da ordem reintegratória.
PARECER	000701/2021
Ementa	Operações com GAV e QAV. Regime de diferimento. Extinção do Regime de Substituição Tributária. Redução de base de cálculo para operações e prestações relativas a HUB. Alteração nas contrapartidas. Isenção para transporte de combustíveis e lubrificantes, derivados ou não de petróleo. Convênios/ICMS 73/2016 e 188/17 e 04/04. Suspende a vigência de dispositivo do RICMS/PA. Efeitos da COVID- 19. Revoga Programa Voe Pará.



PARECER	000703/2021
Ementa	Minuta Resolução CONSUP. Programa de Estudos e Pesquisas em Segurança Pública, Defesa Social e Direitos Humanos-PPSDHACADEPOL. Homologação por Decreto. Análise jurídica.
PARECER	000704/2021
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Servidor público. Infração disciplinar. Improbidade. Análise jurídica.
PARECER	000705/2021
Ementa	Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Inassiduidade habitual. Sugestão de demissão.
PARECER	000706/2021
Ementa	Convocação de Policiais Militares da reserva remunerada. Requisitos. Análise jurídica. Possibilidade.
PARECER	000707/2021
Ementa	Escola de Governança Pública do Estado do Pará (EGPA). Missão institucional. Cursos e treinamentos. Público Alvo: servidores efetivos, comissionados e temporários. Art. 39, §2º da CRFB/88, Art. 30, §2º da CE/89 e Lei Estadual nº 6.569/2003. Termo de Ajustamento de Conduta. Cursos técnicos não abrangidos por TAC. Recomendação.
PARECER	000708/2021
Ementa	Cumprimento de decisão judicial. Nomeação. Análise jurídica.
PARECER	000709/2021
Ementa	Nomeação de Membros. Conselho Estadual de Trânsito. Análise jurídica.



PARECER	000710/2021
Ementa	Procedimento de Reparação de Danos a Terceiros. Lei Estadual nº 8.972/2020 e Decreto nº 1.528/2021. Juízo de admissibilidade.
PARECER	000711/2021
Ementa	Edital do Concurso Público C-212 para provimento de cargos efetivos de nível médio e superior e formação de cadastro de reserva da Auditoria-Geral do Estado do Pará (AGE/PA). Análise jurídica.
PARECER	000712/2021
Ementa	Minuta de contrato. Serviço de telefonia móvel. Ata de registro de preços. PGE participe. Análise jurídica.
PARECER	000713/2021
Ementa	Uso privativo de bens públicos por particulares. Instrumentos jurídicos cabíveis. Desapropriação. Construção de Polo Industrial. Documentos indispensáveis para expedição do Decreto de utilidade pública. Necessidade de melhor instrução do feito.
PARECER	000714/2021
Ementa	Convocação de Policial Militar da Reserva Remunerada. Requisitos. Análise jurídica.
PARECER	000715/2021
Ementa	Dispensa de convocação de militar da reserva remunerada <i>ex officio</i> . Interesse ou conveniência. Análise jurídica.
PARECER	000716/2021
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo público. Configuração. Recebimento de salário sem contraprestação laboral. Necessidade de apuração e ressarcimento ao erário.



PARECER	000717/2021
Ementa	Medalha “General Ferreira Coelho – Dedicação ao Estudo”. Curso de Adaptação à Graduação de Sargentos. Concessão. Análise jurídica.
PARECER	000718/2021
Ementa	Exoneração e nomeação de membros para o Conselho de Juventude do Estado do Pará – COJUEPA. Análise jurídica.
PARECER	000719/2021
Ementa	Dispensa de convocação de militar da reserva remunerada <i>ex officio</i> . Análise jurídica.
PARECER	000720/2021
Ementa	Dispensa de convocação de militar da reserva remunerada <i>ex officio</i> . Análise jurídica.
PARECER	000721/2021
Ementa	Pedido de doação ou cessão de imóvel. Comunidade Católica Cristo Alegria. Bem objeto de anterior doação com encargo da COSANPA ao Estado. Finalidade específica. Impossibilidade de nova doação ou cessão para entidade solicitante. Inexecução do encargo no prazo fixado. Possibilidade de reversão do bem à COSANPA.
PARECER	000722/2021
Ementa	Ex-policial público. Pena de demissão. Pedido de revisão em razão de decisão judicial absolutória. Insuficiência de provas. Instauração de processo revisional para análise de eventual reflexo na esfera disciplinar.
PARECER	000723/2021
Ementa	Ata de registro de preços. PGE partícipe. Aquisição de copos personalizados e reutilizáveis. Minuta contratual. Análise jurídica.



PARECER	000724/2021
Ementa	Contrato de prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva do elevador do prédio da PGE. Serviço continuado. Prorrogação da vigência. Diminuição negociada do valor. Regularidade do termo aditivo.
PARECER	000725/2021
Ementa	Pensão Especial. Morte de servidor civil. Covid-19. Análise jurídica.
PARECER	000727/2021
Ementa	Pedido de reconsideração em pedido de revisão. Processo Administrativo Disciplinar. Não cabimento. Não conhecimento. Análise jurídica.
PARECER	000728/2021
Ementa	Renovação de convocação de Policiais Militares da Reserva Remunerada. Requisitos. Análise jurídica.
PARECER	000729/2021
Ementa	Servidor público. Aposentadoria voluntária. Manifestação prévia quanto à regularidade funcional e à regularidade do afastamento do servidor para aguardar o benefício. Análise jurídica.
PARECER	000730/2021
Ementa	Convocação de policiais militares da reserva remunerada. Requisitos. Análise jurídica.
PARECER	000731/2021
Ementa	Agente Público (Político). Apuração de suposta irregularidade no pagamento de Adicional por Tempo de Serviço. Natureza remuneratória. Procedimento Administrativo de Reparação de Danos (PARD). Juízo de admissibilidade. Competência da



Procuradoria-Geral do Estado. Lei Estadual nº 8.972/2020. Decreto Estadual nº 1.528/2021. Requisitos não atendidos. Recomendação.

PARECER 000733/2021

Ementa Exoneração e nomeação de membro do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA/PA)

PARECER 000734/2021

Ementa Exoneração e nomeação de membros. Conselho Estadual de Assistência Social do Pará (CES/PA). Análise jurídica.

PARECER 000735/2021

Ementa Fundo de Saúde da Polícia Militar do Pará - FUNSAU. Uso dos recursos do Fundo para a contratação de empresa especializada na área de engenharia, para a realização de obra de reforma de prédio. Análise jurídica.

PARECER 000736/2021

Ementa Contrato de Gestão. Pedido de repactuação formulado pela Organização Social em razão de Convenção Coletiva. Aplicabilidade da repactuação aos contratos de gestão. Análise jurídica em tese. Aferição das metas. Necessidade de avaliação técnica.

PARECER 000737/2021

Ementa Adicional pelo exercício de cargo em comissão (Representação incorporada). Períodos distintos e cargos distintos. Reconhecimento de um período por decisão judicial (70% DAS-4) e de outro por decisão administrativa (20% Assessor Especial). Somatória dos percentuais com base no cargo de maior padrão.

PARECER 000738/2021

Ementa Contratação obrigatória de bombeiros civis. Lei nº 9.668, de 08 de junho de 2021, do município de Belém. Análise de constitucionalidade.



PARECER	000740/2021
Ementa	Projeto de Indicação nº 018/2016. Ampliação da licença paternidade para o servidor público civil estadual. Competência privativa do Chefe do Executivo. Possibilidade de alteração do art. 91, da Lei nº 5.810/1994 (RJU). Análise jurídica.
PARECER	000741/2021
Ementa	Contrato de locação de imóvel. Poder público locatário. Prorrogação de vigência. Termo aditivo.
PARECER	000742/2021
Ementa	Minuta de Projeto de Lei que altera a Lei Estadual nº 6.712/2004. Análise jurídica.
PARECER	000743/2021
Ementa	Dano ao erário. Multa de trânsito. Ressarcimento. Procedimento administrativo interno.
PARECER	000744/2021
Ementa	Minuta de Decreto. Atualização dos dados cadastrais dos Agentes Públicos ativos do Poder Executivo. Observância da LGPD. Análise jurídica.
PARECER	000745/2021
Ementa	Medalhas do Mérito Coronel Fontoura e de Bons Serviços prestados à PMPA. Minutas de decretos. Análise jurídica.
PARECER	000746/2021
Ementa	SEDUC. Conselho Estadual de Educação (CEE). Anteprojeto de Lei. Proposta de “conversão” do CEE em Autarquia Estadual. Vedação do Art. 278 da CE/89. Violação ao art. 8º, II e VII da Lei Complementar Federal nº 173/2020.



PARECER	000747/2021
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Desídia. Violação de dever funcional. Ausências injustificadas ao serviço. Ausência de comprovação. Absolvição. Análise jurídica.
PARECER	000748/2021
Ementa	Contrato administrativo. Serviço de informática. Desenvolvimento de Hotsite. Contratação direta. Dispensa de licitação (Art. 24, XVI, da Lei nº 8.666/93).
PARECER	000749/2021
Ementa	Polícia Militar. Quadro de Oficiais. Promoção de 25 de Setembro de 2021. Antiguidade e Merecimento. Lei Estadual nº 8.388/2016. Decreto Estadual nº 1.672/2016. Minuta de Decreto. Análise jurídica.
PARECER	000750/2021
Ementa	Corpo de Bombeiros Militar do Pará. Promoção de Oficiais do dia 25 de Setembro de 2021. Critérios de Antiguidade e Merecimento. Minuta de Decreto. Análise jurídica.
PARECER	000751/2021
Ementa	Licitações e contratos. Sistema de registro de preços. SPR. Ata de registro de preços. Partícipe. Contratação. Análise jurídica.
PARECER	000752/2021
Ementa	Servidor público demitido. Pedido de revisão. Fato novo. Absolvição judicial em razão do pedido de absolvição feito pelo Ministério Público. Não repercussão na esfera administrativa. Faltas disciplinares residuais.



PARECER 000753/2021

Ementa DETRAN/PA. Processo Administrativo Disciplinar. Demissão. Competência do Exmo. Governador do Estado. Inobservância ao devido processo legal. Nulidade parcial.

PARECER 000754/2021

Ementa Cálculo de valor agregado por município. Repartição da arrecadação. ICMS quota-parte. Conflito entre sigilo fiscal e direito dos municípios de fiscalizar a repartição de suas receitas. Interpretação restritiva de exceção à regra do sigilo fiscal. Limitação do acesso somente aos documentos utilizados no cálculo do valor adicionado do município interessado.

PARECER 000755/2021

Ementa Anteprojeto de Lei. Lei Orçamentária Anual (LOA). Exercício de 2022. Análise jurídica.

PARECER 000756/2021

Ementa Minuta de Decreto. Programa Estadual “Vale Gás”. Lei Estadual nº 9.318/2021. Regulamentação. Análise jurídica.

PARECER 000757/2021

Ementa Agente Público. Infração de trânsito. Multa. Procedimento Administrativo de Reparação de Danos (PARD). Juízo de admissibilidade. Competência da Procuradoria-Geral do Estado. Lei Estadual nº 8.972/2020. Decreto Estadual nº 1.528/2021. Requisitos não atendidos. Dano insubsistente. Aplicação dos Arts. 125 E 126 da Lei Estadual nº 5.810/1994

PARECER 000758/2021

Ementa Decreto Estadual visando a declaração de utilidade pública do imóvel. Ausente memorial descritivo. Imóvel urbano. Bem imóvel identificado. Possibilidade. Preenchimento dos requisitos indispensáveis ao ato. Publicação.



PARECER	000759/2021
Ementa	Convocação de policial militar da reserva remunerada. Requisitos formais. Análise jurídica. Possibilidade.
PARECER	000760/2021
Ementa	Concessão de diárias. Deslocamento do servidor. Utilização de veículo privado. Possibilidade. Comprovação. Análise jurídica.
PARECER	000761/2021
Ementa	Servidor público. Enquadramento funcional. SEDUC. Tempo de efetivo exercício. Análise jurídica.
PARECER	000762/2021
Ementa	Concurso público. Instituto de Metrologia do Estado do Pará - IMETROPARÁ. Autorização. Competência do Chefe do Poder Executivo Estadual. Lei Complementar Federal nº 173/2020. Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF. Requisitos. Análise jurídica.
PARECER	000763/2021
Ementa	Renovação de convocação de policial militar da reserva remunerada. Requisitos formais. Análise jurídica. Possibilidade.
PARECER	000764/2021
Ementa	Regulamentação do Programa Água Pará. Análise de legalidade da minuta de Decreto.
PARECER	000765/2021
Ementa	Renovação de convocação de policiais militares da reserva remunerada. Requisitos. Análise jurídica.
PARECER	000766/2021
Ementa	Exoneração e nomeação de membros do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente CEDCA/PA. Possibilidade.



PARECER 000767/2021

Ementa Licitação. Projetos e execução da obra. Parque da Cidade. Inadequação às hipóteses de utilização do Regime Diferenciado de Contratação (RDC). Possibilidade de aplicação da Lei Federal nº 14.133/21. Exceção constante do Decreto Estadual nº 1.504/21.

PARECER 000768/2021

Ementa Projeto de Lei. Abertura de crédito suplementar para despesa com publicidade. Inteligência do Art. 204, § 15º da Constituição do Estado do Pará. Necessária observância do Art. 167, V da Constituição Federal. Análise jurídica.

PARECER 000769/2021

Ementa Aditivo ao contrato celebrado com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Prestação de serviço de postagem de documentos e cargas. Serviço contínuo. Prorrogação do prazo. Análise de legalidade.

PARECER 000770/2021

Ementa Termo de Cessão de Uso de Bem Público. Lei Estadual nº 6.614/2004. Uso de imóvel para o funcionamento de unidade da EMATER. Ato unilateral e discricionário da Administração Pública. Atendimento aos requisitos legais. Possibilidade.

PARECER 000772/2021

Ementa Cumprimento de Decisão Judicial. Nomeação. Concurso C-153 SESPA. Análise jurídica.

PARECER 000773/2021

Ementa Termo de doação com encargos. Instituto do Clima e Sociedade e Fundo Brasileiro para a Biodiversidade. Interesse do Fundo da Amazônia Oriental. Interveniência do Estado. Análise jurídica da minuta.



PARECER 000774/2021

Ementa Desapropriação. Imóvel urbano. Documentos indispensáveis para expedição do decreto de utilidade pública. Necessidade de melhor instrução do feito.

PARECER 000775/2021

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Acúmulo inconstitucional de cargos. Estado e Município. Professor. Técnico em Educação. Coordenador. Secretário Estadual. Diligências em relação a algumas acusadas. Observância do devido processo legal. Julgamento de mérito em relação a algumas acusadas. Prosseguimento do PAD em relação às demais.

PARECER 000777/2021

Ementa Minuta de Termo de Adesão. Filiação do Estado do Pará ao COMPREV/WEB. Compensação financeira. RPPS e RGPS. Decreto Federal nº 10.188/2019. Análise jurídica.

PARECER 000778/2021

Ementa Servidor público demitido. Pedido de revisão. Ausência de fato novo ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada. Improcedência.

PARECER 000779/2021

Ementa Anteprojeto de Lei. Operação de crédito externa. Garantia da União. Análise jurídica.

PARECER 000780/2021

Ementa Pedido administrativo. Realização de concurso público e adequação de tabela de remuneração. Análise jurídica.

PARECER 000781/2021

Ementa Contrato Administrativo. Termo aditivo. Acréscimo e supressão. Compensação. Impossibilidade. Limite. 25%. Hipótese



excepcionalíssima de aditamento em percentual superior a 25%.
Acórdão 215/1999 - TCU. Instrução processual. Análise jurídica.

PARECER 000782/2021

Ementa Convocação de Policiais Militares da Reserva Remunerada. Preenchimento dos requisitos formais. Análise jurídica.

PARECER 000783/2021

Ementa Ex-policial militar. Transgressão disciplinar. Conselho de Disciplina. Exclusão a bem da disciplina. Recurso hierárquico. Análise jurídica.

PARECER 000785/2021

Ementa Convênio. Construção do Terminal Hidroviário Turístico de Icoaraci. Lei nº 8.666/93. Portaria Interministerial nº 424/2016. Atendimento às exigências formais e materiais.

PARECER 000786/2021

Ementa Irregularidades contratuais. Inocorrência de hipótese que demande a utilização do Processo Administrativo de Reparação de Danos. Lei Estadual nº 8.972/20 – PARD. Ação judicial. Pequeno valor. Maior eficiência pela via da dívida ativa. Devido processo legal. Necessidade.

PARECER 000787/2021

Ementa ISSQN. Contrato Administrativo. Prestação de serviços de agente de portaria. Item da lista anexa à Lei Complementar nº 166/2003. Fornecimento de mão de obra. Sujeito ativo. Município onde se situa o estabelecimento do tomador dos serviços. Art. 3º, XX da Lei. Postos de serviço. Unidades escolares. Estabelecimento para os fins de determinação do local de incidência do imposto.

PARECER 000788/2021

Ementa Agente público. Acidente de trânsito. Procedimento Administrativo de Reparação de Danos (PARD). Juízo de admissibilidade.



Competência da Procuradoria Geral do Estado. Lei Estadual nº 8.972/2020. Decreto Estadual nº 1.528/2021. Requisitos atendidos.

PARECER 000789/2021

Ementa Sigilo profissional. Negativa de acesso a processo. Desnecessária emissão de certidão de extravio. Requerimento negado.

PARECER 000790/2021

Ementa Nomeação de membros da Comissão de Mediação de Conflitos Fundiários. Publicação de Decreto Estadual com a nova composição dos membros.

PARECER 000791/2021

Ementa Servidor público. Falecimento. Conversão de licença prêmio não usufruída em pecúnia. Beneficiários. Análise jurídica.

PARECER 000792/2021

Ementa Minuta do edital de Processo Seletivo Simplificado. Minuta da Portaria do Regulamento. Programa de estágio de pós - graduação, *lato ou stricto sensu*, no âmbito da Procuradoria-Geral do Estado do Pará.

PARECER 000793/2021

Ementa Auxílio funeral. Art.160, II, "b" do RJU, alterado pela Lei 8.975/2020. Análise jurídica.

PARECER 000794/2021

Ementa Minuta de decreto governamental. Assentamento Sustentável Urucuré. Decreto homologatório. Observância dos requisitos legais. Viabilidade de assinatura.



PARECER 000795/2021

Ementa Servidor público demitido. Pedido de revisão. Ausência de fato novo ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada. Improcedência.

PARECER 000796/2021

Ementa Regime de Previdência Complementar (RPC). Minuta de ofício. Análise jurídica.

PARECER 000797/2021

Ementa Servidor público civil. Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Acumulação ilícita de cargos públicos. Improbidade administrativa. Análise jurídica

PARECER 000798/2021

Ementa Polícia Militar do Estado do Pará. Ex-policiais militares. Pedido administrativo. Nulidade de ato administrativo. Licenciamento e exclusão a bem da disciplina. Violação ao devido processo legal. Licenciamento a pedido. Ausência de requerimento. Prescrição. Análise Jurídica.

PARECER 000799/2021

Ementa Concurso público C-177. Desistência candidato aprovado e classificado. Reclassificação de candidato. Possibilidade de nomeação. Prazo de validade do concurso. Alternância entre lista de ampla concorrência e de candidatos PCD. Jurisprudência do STF e STJ. Análise jurídica.

PARECER 000800/2021

Ementa Anteprojeto de Lei. Bem público. Atribuição de nome em homenagem a personalidade da música paraense. Cabimento. Análise jurídica.



PARECER	000801/2021
Ementa	Exoneração e nomeação de membros para o Tribunal Administrativo de Recursos Fazendários – TARF. Análise jurídica.
PARECER	000802/2021
Ementa	Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI). Análise formal do edital de chamamento público. Ajustes necessários.
PARECER	000803/2021
Ementa	Convocação de Policial Militar da Reserva Remunerada. Requisitos formais. Análise jurídica. Possibilidade.
PARECER	000804/2021
Ementa	Renovação de convocação de Policial Militar da Reserva Remunerada. Requisitos formais. Análise jurídica. Possibilidade.
PARECER	000805/2021
Ementa	Convocação de Policial Militar da Reserva Remunerada. Requisitos formais. Análise jurídica. Possibilidade.
PARECER	000806/2021
Ementa	Criação de Refúgio de Vida Silvestre Rios São Benedito. Unidade de Conservação de Proteção Integral. Requisitos para criação. SNUC. Lei nº 9.985/2000. Estudos técnicos e consulta pública prévios. Atendimento aos requisitos legais. Adequação do texto do decreto.
PARECER	000807/2021
Ementa	Convocação de Policiais Militares da Reserva Remunerada. Requisitos. Análise jurídica.
PARECER	000808/2021
Ementa	Minuta de decreto. Comitê Gestor do Sistema Estadual sobre Mudanças Climáticas (COGES-Clima). Análise jurídica.



PARECER	000809/2021
Ementa	Delegada da Polícia Civil. Promoção por ato de bravura. Art. 54-A da Lei Complementar Estadual nº 22/1994. Prescrição quinquenal. Análise jurídica.
PARECER	000810/2021
Ementa	Anteprojeto de Lei. Programa Qualifica Servidor. Instituição. Requisitos. Formalidades. Análise Jurídica.
PARECER	000811/2021
Ementa	Análise ambiental. Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI). Necessidade de estudos prévios de viabilidade econômica, ambiental. Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REDD+. Lei Estadual nº 9.048/2020. Política Estadual sobre Mudanças Climáticas do Pará (PEMC/PA). Decreto Estadual nº 941/2020. Amazônia Agora. Decreto Estadual nº 1.242/2015 - PMI.
PARECER	000812/2021
Ementa	Minuta de decreto. Instituição da Estratégia Estadual de Bioeconomia. Plano Estadual de Bioeconomia. Grupo de Trabalho Interinstitucional para Estratégia Estadual de Bioeconomia. Lei Estadual nº 9.048/20. Análise jurídica.
PARECER	000813/2021
Ementa	Concurso público. Primeiro provimento. Lei Complementar Federal nº 713/2020. Restrições. Impossibilidade. Análise Jurídica.
PARECER	000814/2021
Ementa	Contrato Administrativo. CPH. Pedido de revisão contratual. Reequilíbrio Econômico Financeiro. Álea Extraordinária. Art. 65, II, “d”, Lei nº 8.666/93. Pandemia COVID-19. Análise jurídica.



PARECER	000815/2021
Ementa	Nomeação de membros para o Conselho de Administração e Conselho Fiscal da PRODEPA. Análise jurídica.
PARECER	000816/2021
Ementa	IRPJ e Contribuições Incidentes Sobre Créditos de Honorários. RPV. Credor Sociedade de Advogados optante pelo Simples Nacional. Retenção da fonte. Ilegalidade.
PARECER	000817/2021
Ementa	Desapropriação em favor da Companhia de Habitação do Estado do Pará – COHAB. Sociedade de Economia Mista integrante da Administração Indireta. Desnecessidade de doação por meio de Decreto legislativo. COHAB desempenhando função pública (regularização fundiária). Requisitos.
PARECER	000818/2021
Ementa	Pregão Eletrônico. SEEL. Aquisição de computador servidor. Ausência de parecer da fase homologatória. Art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93. Facultatividade. Análise jurídica.
PARECER	000819/2021
Ementa	Bens particulares. Utilização pela Administração. Doação. Procedimentos do Decreto nº 796, de 29 de maio de 2020. Bens gravados com penhora, hipoteca e bloqueio de transferência. Comodato. Ressalvas.
PARECER	000820/2021
Ementa	Contratação direta. Dispensa em razão do valor. Art. 24, II da Lei Federal nº 8.666/93. Cotação eletrônica. Aquisição de material de consumo (papel kraft). Análise jurídica.



PARECER 000821/2021

Ementa Desapropriação. Imóvel urbano. Documentos indispensáveis para expedição do Decreto de Utilidade Pública. Necessidade de melhor instrução do feito.

PARECER 000822/2021

Ementa Procedimento Administrativo de Reparação de Danos causados ao erário. Admissibilidade. Infração funcional. Sindicância Acusatória. Extensão dos danos. Comprovação. Análise jurídica.

PARECER 000823/2021

Ementa Cumprimento de decisão judicial. Nomeação. Investigador da Polícia Civil. Análise jurídica.

PARECER 000824/2021

Ementa Contratação de serviços técnicos especializados de natureza contábil, tributária e fiscal. Recuperação do crédito tributário. Compensação tributária. Pagamento de honorários pelo êxito na recuperação do crédito tributário.

PARECER 000825/2021

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Assédio sexual. Ausência de provas. Não comprovação da materialidade e autoria. Absolvição. Análise jurídica.

PARECER 000826/2021

Ementa Segundo aditivo de prorrogação de vigência de contrato. Prestação de serviços de fornecimento de cartões e cartões de créditos eletrônicos de vales transporte. Análise jurídica.

PARECER 000827/2021

Ementa Requerimento do SEPUB/PA. Agente penitenciário. Manutenção dos agentes já lotados nos estabelecimentos prisionais. Transformação de cargos de agentes penitenciários em policiais



penais. Advento da Lei nº 9.325/2021 que alterou a nomenclatura do cargo de agente penitenciário para policial penal. Concurso público em andamento (Concurso público C-208 edital nº 01/SEAP/SEPLAD, de 29 de junho de 2021). Análise jurídica.

PARECER

000828/2021

Ementa

Minuta de decreto. Transformação de cargo em comissão. Ausência de aumento de despesas. Análise jurídica.

PARECER

000829/2021

Ementa

Pedido de revisão. Polícia Civil. Servidores públicos demitidos. Ausência de fatos novos. Análise jurídica.

PARECER

000830/2021

Ementa

Cumprimento de decisão judicial. Curso de Habilitação de Oficiais - CHO. Promoção. Análise Jurídica.

PARECER

000831/2021

Ementa

Cumprimento de decisão judicial. Suspensão de decisão de reintegração. Polícia Civil do Estado do Pará. Análise jurídica.

PARECER

000832/2021

Ementa

Projeto de Lei da Política de Gestão Patrimonial. Define os critérios básicos para se promover a melhor gestão dos bens de uso especial de propriedade do Estado, formas de incorporação, desafetação e afetação para órgãos e/ou entidades de bens móveis, permitindo o atendimento das demandas governamentais dos bens públicos pertencentes à Administração Pública Estadual. Legalidade.

PARECER

000833/2021

Ementa

Medalha General Sotero de Menezes. Polícia Militar. Concessão. Análise jurídica. Possibilidade.



PARECER	000834/2021
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Servidor cedido. Nulidade. Indiciamento. Nova comissão. Análise jurídica.
PARECER	000835/2021
Ementa	Convocação de Policiais Militares da reserva remunerada. Requisitos. Análise jurídica.
PARECER	000836/2021
Ementa	Política Estadual de Compras e Contratação. Sistema de Registro de Preços. Frota estadual sob gestão da SEPLAD. Fornecimento de combustível e gestão de abastecimento. Decreto Estadual nº 991/2020. Alteração. Minuta de decreto. Análise jurídica.
PARECER	000837/2021
Ementa	Termo de Cessão de Uso de Bem Imóvel. Regularidade do instrumento. Interesse público. Observância dos requisitos legais. Possibilidade jurídica.
PARECER	000838/2021
Ementa	Anteprojeto de Lei. Denominação de bem público (trecho de rodovia estadual). Homenagem póstuma a ex-prefeito municipal. Possibilidade jurídica.
PARECER	000839/2021
Ementa	Fundação Cultural do Pará. Programa Semear. Prorrogação do prazo dos certificados. Possibilidade. Análise jurídica.
PARECER	000840/2021
Ementa	Imóvel público. Colégio Gentil Bittencourt. Entidade sem fins lucrativos de caráter educacional. Necessidade de regularização do uso do bem. Interesse público. Instrumentos disponíveis: permissão de uso ou cessão. Lei Estadual nº 6.614/04. Possibilidade jurídica.



PARECER 000841/2021

Ementa Promoção *post mortem*. Possibilidade. Preenchimento dos requisitos da Lei nº 8.388, de 2016.

PARECER 000842/2021

Ementa Cumprimento de decisão judicial. Nomeação. Concurso C-173 – SEDUC. Análise jurídica.

PARECER 000843/2021

Ementa Termo de Adesão. Acordo de Cooperação Técnica. Programa “Patrulha Maria da Penha”. Minuta. Análise jurídica.

PARECER 000844/2021

Ementa Cumprimento de decisão judicial. Nomeação. Concurso C-131. Secretaria de Estado de Saúde Pública – SESPA. Análise jurídica.

PARECER 000845/2021

Ementa Plano Estadual de Enfretamento à LGBTIFOBIA. Homologação. Conselho Estadual de Segurança Pública. Análise jurídica.

PARECER 000846/2021

Ementa Ata de Registro de Preços nº 02/2017. Frota estadual sob gestão da SEPLAD. Fornecimento de combustível e gestão de abastecimento. Art. 25 do Decreto Estadual nº 991/2020, alterado pelo Decreto nº 1.958/2021. Preços máximos aceitáveis para combustíveis. Repercussão sobre contratos em vigor. Análise jurídica.

PARECER 000848/2021

Ementa Acordo de Cooperação Técnica. Digitalização e virtualização do acervo físico da Comarca de Barcarena. Análise jurídica.



PARECER	000849/2021
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Ausência de oitiva de testemunhas. Nulidade parcial. Ampliação do PAD para inclusão de todos os envolvidos. Nova produção probatória. Análise jurídica.
PARECER	000850/2021
Ementa	Parecer. Requerimento de empregada pública. Licença para tratar de interesses particulares. Falta de previsão expressa na CLT. RJU. Inaplicabilidade. Incidência do Artigo 444 da CLT. Possibilidade. Discricionariedade. Prazo máximo de cinco meses. Suspensão do contrato de trabalho. Retomada com retorno do empregado.
PARECER	000851/2021
Ementa	Minuta de Decreto. Regulamenta o Sistema de Inteligência Policial Militar – SIPOM, no âmbito da estrutura organizacional da Polícia Militar do Pará. Análise jurídica.
PARECER	000852/2021
Ementa	Tornar sem efeito nomeação. Renúncia da posse. Concurso Público C-173. Secretaria de Estado de Educação – SEDUC.
PARECER	000853/2021
Ementa	Projeto de Indicação. Estabelece diretrizes de acompanhamento psicológico escolar na rede pública de ensino, no âmbito do Estado do Pará. Lei Federal nº 13.935/2019. Análise jurídica.
PARECER	000854/2021
Ementa	Nomeação de membros para o Conselho Estadual de Segurança Pública – CONSEP. Análise jurídica.
PARECER	000855/2021
Ementa	Requerimento. Filhos de servidora falecida. Pedido de pagamento de verbas pecuniárias não recebidas em razão de falecimento. Análise jurídica.



PARECER	000856/2021
Ementa	Oficial da Polícia Militar. Falecimento por COVID-19. Decreto Estadual nº 674/2020. 654/2020 – PGE. Proposta de promoção <i>post mortem</i> . Ausência de prova de que o servidor tenha sido infectado no exercício de suas atribuições. Indeferimento.
PARECER	000857/2021
Ementa	Termo de Adesão. Acordo de Cooperação Técnica. Programa “Patrulha Maria da Penha”. Minuta. Análise jurídica.
PARECER	000858/2021
Ementa	Dispensa de convocação de Militar da Reserva Remunerada, a pedido/ <i>ex officio</i> . Regularidade.
PARECER	000860/2021
Ementa	Procedimento de Reparação de Danos a Terceiros. Lei Estadual nº 8.972/2020 e Decreto nº 1.5287/2021. Juízo de Admissibilidade.
PARECER	000861/2021
Ementa	Parcelamento de crédito tributário. Limitação estabelecida por Instrução Normativa que não consta na Lei Federal. Ilegalidade. Possibilidade de obtenção de medida judicial para adesão ao parcelamento junto à Receita Federal. Imunidade Tributária Recíproca. Sociedade de Economia Mista prestadora de serviço público relativo à construção de moradias para famílias de baixa renda. ARE 1289782 (TEMA 1122 do C. STF). Repercussão da matéria reconhecida. Possibilidade de discussão judicial da validade do crédito tributário.
PARECER	000862/2021
Ementa	Concessão de diárias. Curso no exterior. Servidor Militar. Possibilidade jurídica.



PARECER 000863/2021

Ementa Servidor público demitido. Pedido de revisão. Decisão judicial absolutória. Ausência de fato novo ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada. Improcedência.

PARECER 000864/2021

Ementa Servidora pública. Cessão da Procuradoria-Geral do Estado ao BANPARÁ. Art. 31 da Lei Estadual nº 5.810/1994. Prorrogação. Requisitos do Decreto Estadual nº 795/2020. Cabimento. Análise jurídica.

PARECER 000865/2021

Ementa Primeiro Termo Aditivo. Contrato nº 022/2020, firmado com a empresa Editora Revista dos Tribunais. Prorrogação contratual. Análise jurídica.

PARECER 000866/2021

Ementa Bolsa de incentivo educacional. Lei Estadual nº 8.426/2016. Possibilidade de pagamento do benefício pelo Estado a servidor público ativo. Análise jurídica.

PARECER 000868/2021

Ementa Contrato Administrativo. Assinatura para o acesso à Biblioteca Digital e à plataforma digital Magister Net. Inexigibilidade de competição. Análise jurídica.

PARECER 000870/2021

Ementa Aditivo de prorrogação contratual. Inexigibilidade. Serviço contínuo. Previsão contratual. Anuência da contratada. Possibilidade.



PARECER 000871/2021

Ementa Concurso Público. Autorização governamental. Vacâncias. Reposição sem aumento de despesa. Lei Complementar Federal nº 173/2020. Cabimento.

PARECER 000872/2021

Ementa Serviço de recarga de extintores. Contratação Direta. Dispensa de licitação em razão do valor (Art. 24, II, da Lei nº 8.666/93). Sistema de Cotação Eletrônica de Preços.

PARECER 000873/2021

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Falta grave. Sugestão de demissão e conversão de exoneração em destituição de cargo em comissão, ambas com a nota “a bem do serviço público”.

PARECER 000874/2021

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Nulidade parcial do Relatório da Comissão Processante. Necessidade de nova instrução processual. Artigo 225, da Lei Estadual nº 5.810/1994.

PARECER 000875/2021

Ementa Ata de Registro de Preços nº 04/2016 – SEPLAD. Prestação de Serviços de Telefonia Fixa Comutada (STFC) com fornecimento de Discagem Direta a Ramal (DDR) ou similar e linha direta empresarial, nas modalidades Local (L), Longa Distância Nacional (LDN), Longa Distância Internacional (LDI) e Discagem Direta Gratuita (DDG-0800), incluindo outros serviços e suporte técnico. Contrato nº 028/2016 – PGE. Proposta de 6º Termo Aditivo. Prorrogação excepcional. Art. 57, §4º da Lei Federal nº 8.666/1993. Análise jurídica.

PARECER 000876/2021

Ementa Contrato de Gestão. Organização Social. Reequilíbrio Econômico-Financeiro. Possibilidade. Requisitos. Disposições legais e contratuais. Análise jurídica.



PARECER 000877/2021

Ementa Requerimento Administrativo. Concurso PM/PA. Curso de Formação de Soldados PM/2008. Prescrição. Discricionariedade Administrativa. Estrita observância dos termos do edital. Análise jurídica.

PARECER 000878/2021

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Abandono. Desídia. Número de faltas inferior a 30. Análise jurídica.

PARECER 000879/2021

Ementa Contrato nº 021/2019 – PGE. Locação de equipamentos para impressão, cópia e digitalização. Terceiro aditivo. Vigência. Prorrogação. Análise jurídica.

PARECER 000880/2021

Ementa Tornar sem efeito nomeação. Renúncia da posse. Concurso Público C-173. Secretaria de Estado de Educação – SEDUC.

PARECER 000881/2021

Ementa Tornar sem efeito nomeação. Exoneração *ex officio*. Concurso Público C-173. Secretaria de Estado de Educação – SEDUC.

PARECER 000882/2021

Ementa Tornar sem efeito nomeação. Decorrido prazo da posse. Concurso Público C-173. Secretaria de Estado de Educação – SEDUC.

PARECER 000884/2021

Ementa Termo de Adesão. Pacto Nacional pelos Direitos das Mulheres. Análise jurídica.



PARECER	000885/2021
Ementa	Convocação de Policiais Militares da Reserva Remunerada. Preenchimento dos requisitos formais. Análise jurídica.
PARECER	000886/2021
Ementa	Cotação eletrônica. Dispensa de licitação em razão do valor. Aquisição de material. Análise jurídica.
PARECER	000887/2021
Ementa	Minuta de Decreto. Homologação de Resolução do Conselho Estadual de Segurança Pública (CONSEP). Plano Estadual de Políticas Públicas para os Povos Tradicionais de Matriz Africana. Análise jurídica.
PARECER	000888/2021
Ementa	Termo de Cessão de Bem Imóvel. Contrato de Gestão oneroso. Organização Social. Observância dos requisitos legais. Possibilidade jurídica.
PARECER	000889/2021
Ementa	Minuta de Decreto Estadual. Ativa, altera e determina circunscrição de Unidade Operacional da Polícia Ostensiva na PMPA. Altera e revoga dispositivos do Decreto nº 1.017, de 04 de abril de 2014. Possibilidade. Análise jurídica.
PARECER	000890/2021
Ementa	Decreto Estadual. Estabelece as normas e os procedimentos a serem adotados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual Direta e Indireta, para encerramento anual da execução orçamentária, financeira, contábil e patrimonial do exercício financeiro de 2021. Análise jurídica.



PARECER 000891/2021

Ementa ADEPARÁ. Servidores do Grupo Ocupacional de Fiscalização em Defesa e Inspeção Agropecuária – FDIA e do Grupo Ocupacional de Suporte Administrativo e Apoio à Defesa Agropecuária – SAA/DA. Desenvolvimento na carreira. Regulamentação da Lei Estadual nº 7.782/2014. Minuta de Decreto. Análise jurídica.

PARECER 000893/2021

Ementa Exoneração e nomeação de membros para o Conselho Estadual de Saúde – CES/PA. Análise jurídica.

PARECER 000894/2021

Ementa Cumprimento de decisão judicial. Promoção *post mortem*. Pensão especial. COVID-19. Polícia Militar do Estado do Pará. Análise jurídica.

PARECER 000895/2021

Ementa Minuta de Decreto. 7ª Conferência Estadual das Cidades do Estado do Pará. Análise jurídica.

PARECER 000896/2021

Ementa Contrato Administrativo. Serviços de restauração de pista de rolamento e implantação de acostamento em rodovia. Alta dos preços dos insumos asfálticos. Parâmetros para análise de pleitos de reequilíbrio econômico financeiro, à luz da teoria de imprevisão.

PARECER 000897/2021

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Procedimento Desidioso. Não configuração. Absolvição. Análise jurídica.

PARECER 000898/2021

Ementa Pregão Eletrônico. Aquisição de suprimentos eletrônicos. Aprovação da Minuta de Edital pela assessoria jurídica. Art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93 e Art. 6º, VII, da Lei Estadual nº 6.474/02.



PARECER 000899/2021

Ementa Minuta de Decreto Estadual. Atualização de dados cadastrais dos agentes públicos ativos vinculados ao Estado do Pará. Análise jurídica.

PARECER 000900/2021

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Secretaria de Estado de Educação. Assédio sexual. Ausência de provas. Absolvição.

PARECER 000901/2021

Ementa Minuta de Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Regularização Fiscal – PROREFIS no Estado do Pará. Autorização pelo Convênio ICMS 155/2021. Dispositivos em conformidade com o ato do CONFAZ. Alterações na Lei nº 5.530/89. Possibilidade. Internalização de convênios e protocolos por Decreto Legislativo. Possibilidade de Declaração de Inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal. Ratificação Tácita pelo Poder Legislativo. Inconstitucionalidade. Possibilidade. Alterações na Lei nº 6.182/98. Possibilidade. Instituição do Auto de Retenção. Inviabilidade. Insegurança jurídica por ausência de clareza sobre o Instituto.

PARECER 000902/2021

Ementa Parceria. Acordo de Cooperação Técnica. Entidade privada sem fins lucrativos. Planos de trabalho. Adequação da minuta apresentada. Análise jurídica.

PARECER 000903/2021

Ementa Anteprojeto de Lei. Regulamenta o Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres e o Fundo Estadual dos Direitos das Mulheres. Revogação das Leis Estaduais nº5.671/1991 e 6.681/2004. Análise jurídica.



PARECER	000904/2021
Ementa	Profissionais da Educação Básica da Rede Pública de Ensino do Estado do Pará. Remuneração. Aplicação da Lei Estadual nº 9.322/2021.
PARECER	000905/2021
Ementa	Projeto de Indicação. Adicional de insalubridade para os servidores da Segurança Pública em razão da pandemia da COVID-19. Verba incorporável e permanente. Impossibilidade.
PARECER	000906/2021
Ementa	Processo Interno. Dispensa de licitação. Pequeno valor. Viabilidade da aplicação da Lei Federal nº 14.133/21. Análise de Legalidade da Instrução Processual.
PARECER	000907/2021
Ementa	Recurso hierárquico. Procedimento Administrativo Disciplinar. Assédio sexual. Infração que atrai o julgamento pelo Exmo. Governador do Estado. Recomendação de nulidade parcial.
PARECER	000908/2021
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Dúvidas acerca da condição de saúde mental da servidora. Necessária instauração de incidente de sanidade mental. Nulidade parcial.
PARECER	000909/2021
Ementa	Pensão Especial. Servidor Civil. COVID-19. Beneficiário habilitado. Termo inicial para pagamento. Cálculo. Instrução processual completa. Análise jurídica.
PARECER	000910/2021
Ementa	Termo de Adesão. Competências e condições para aderir à Rede Nacional de Governo Digital. Análise jurídica.



PARECER	000911/2021
Ementa	Cumprimento de decisão judicial. Nomeação. Concurso C-199. Secretaria de Estado de Administração Penitenciária – SEAP. Análise jurídica.
PARECER	000912/2021
Ementa	Operações com GAV e QAV. Regime Especial Específico. Alteração do prazo para cumprimento dos requisitos do Art. 308 do anexo I do RICMS/PA.
PARECER	000913/2021
Ementa	Minuta de Decreto. Alteração no RICMS/PA. Inscrição provisória. Criação da possibilidade de prorrogação. Necessidade manifestada pela CEEAT. Substituição tributária. Possibilidade.
PARECER	000914/2021
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Nulidade parcial do relatório da Comissão Processante. Necessidade de nova instrução processual. Artigo 225, da Lei Estadual nº 5.810/1994. Análise jurídica.
PARECER	000915/2021
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Improbidade Administrativa. Análise jurídica. Prescrição da pretensão punitiva do Estado.
PARECER	000916/2021
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Inassiduidade habitual. Demissão. Análise jurídica.
PARECER	000917/2021
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Nulidade parcial. Recomendação de novas diligências. Necessidade de constituição de nova comissão. Apuração de eventual dolo dos servidores envolvidos. Análise jurídica.



PARECER	000918/2021
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Assédio sexual. Não caracterização. Violação de dever funcional. Prescrição. Servidor temporário. Análise jurídica.
PARECER	000920/2021
Ementa	Conversão de licença prêmio e férias em pecúnia. Servidor aguardando aposentadoria. Impossibilidade. Precedentes.
PARECER	000921/2021
Ementa	Processo Interno. Obras e serviços de engenharia. Licitação na modalidade convite. Possibilidade. Análise de legalidade da instrução processual.
PARECER	000922/2021
Ementa	Nomeação de membros para o Conselho de Administração da PRODEPA. Análise jurídica.
PARECER	000923/2021
Ementa	Medalha Coronel Barros e Arouck. Polícia Militar do Estado do Pará – PMPA. Possibilidade. Análise jurídica.
PARECER	000924/2021
Ementa	Exoneração “ <i>ex officio</i> ”. Servidora não entrou em exercício dentro do prazo previsto em Lei. Art. 59, parágrafo único, inciso II da Lei Estadual nº 5.810/94.
PARECER	000925/2021
Ementa	Consulta externa. DETRAN. Licitação. Concorrência. Contrato de escopo. Prorrogação de prazo. Alteração contratual quantitativa. Análise jurídica.



PARECER 000926/2021

Ementa Pensão especial. Servidor temporário. COVID-19. Impossibilidade. Análise jurídica.

PARECER 000927/2021

Ementa Anteprojeto de Lei. Proposta que altera dispositivos da Lei nº 9.318/21, que institui, no âmbito do Estado do Pará, o Programa Estadual Extraordinário de Transferência de Renda – “Vale-Gás”. Análise jurídica.

PARECER 000928/2021

Ementa Criação de Diretoria de Crédito Tributário e de Ambiente Analítico na estrutura da SEFA. Adequação da estrutura. Eficácia na formalização do crédito tributário. Ausência da criação de novos cargos em comissão e funções gratificadas. Alteração do Decreto nº 1.604/05. Possibilidade. Análise jurídica.

PARECER 000929/2021

Ementa Contratação direta. Dispensa em razão do valor. Art. 24, II da Lei Federal nº 8.666/93. Cotação Eletrônica. Aquisição de material de expediente (pasta branca em papel couchê). Análise jurídica.

PARECER 000930/2021

Ementa Parecer. Lei Complementar nº 156/2016. Descumprimento do Teto de Gastos. Art. 4º – A, introduzido pela Lei Complementar Federal nº 178/2021. Termo Aditivo, substituição das penalidades decorrentes do descumprimento do Teto de Gastos. Viabilidade jurídica do Projeto de Lei.

PARECER 000931/2021

Ementa Contrato de prestação de serviços de manutenção de software. Programa SAJPROCURADORIAS. Serviço contínuo. Prorrogação da vigência. Regularidade jurídica do Termo Aditivo.



PARECER	000932/2021
Ementa	Convocação de Policial Militar da Reserva Remunerada. Preenchimento dos requisitos formais. Análise jurídica.
PARECER	000933/2021
Ementa	Promoção por ato de bravura. Preenchimento dos requisitos formais. Possibilidade.
PARECER	000934/2021
Ementa	Pensão especial. Servidor civil. Beneficiário habilitado. Termo judicial para pagamento. Análise jurídica.
PARECER	000936/2021
Ementa	Operação de Crédito Externa com garantia da União. Projeto PRODESAN Pará. Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Parecer jurídico pelo Manual para Instrução de Pleitos do Ministério da Economia.
PARECER	000937/2021
Ementa	Operação de crédito interna com garantia da União. Projeto Creches por Todo o Pará. Caixa Econômica Federal. Parecer jurídico pelo Manual de Instrução de Pleitos.
PARECER	000938/2021
Ementa	Consultoria externa. FUNTELPA. Incorporação de gratificação de função. Empregada celetista. Exercício de função gratificada em órgão distinto. Ônus para o órgão cessionário. Súmula nº 372 do TST. Análise jurídica.
PARECER	000939/2021
Ementa	Decreto Estadual visando a Declaração de Utilidade Pública do Imóvel. Preenchimento dos requisitos indispensáveis ao Ato. Publicação.



PARECER 000940/2021

Ementa Projeto de Lei. Altera a Lei Estadual nº. 5.739/1993. Fundo de Investimento de Segurança Pública. Fiança quebrada. Análise jurídica.

PARECER 000941/2021

Ementa Parecer. Contrato de Empréstimo nº 2933/OC-BR celebrado entre Estado do Pará e BID. Programa de melhoria da qualidade e expansão de cobertura da Educação Básica do Estado. Empenho de dotações orçamentárias mediante apostilamento. Análise contratual. Viabilidade.

PARECER 000942/2021

Ementa Aquisição de mobiliário. Edital de Pregão nº 036/2021 – SARP/MA. Ata de Registro de Preços nº 144/2021 – SEGES/MA. Adesão. Decreto Estadual nº 991/2020. Cabimento. Minuta contratual. Análise jurídica.

PARECER 000943/2021

Ementa Pedido de revisão. Polícia Civil. Fato novo. Decisão absolutória. Independência entre as instâncias penal e administrativa. Incomunicabilidade da decisão judicial. Análise jurídica.

PARECER 000944/2021

Ementa Concessão de uso de área. Necessidade de assunção contratual pelo Estado do Pará através de Termo de Cessão Contratual. Possibilidade jurídica.

PARECER 000945/2021

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Polícia Civil. Valimento. Improbidade administrativa. Análise jurídica. Demissão.



PARECER 000946/2021

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Polícia Civil. Solicitação e recebimento de vantagem indevida. Valimento do cargo. Demissão. Ato do Exmo. Governador do Estado. Análise jurídica.

PARECER 000947/2021

Ementa Agente público. Acidente de trânsito. Procedimento Administrativo de Reparação de Danos (PARD). Manifestação negativa do servidor. Impossibilidade de abertura do PARD. Via judicial.

PARECER 000948/2021

Ementa Fixação dos índices percentuais de distribuição aos municípios das parcelas do produto da arrecadação do ICMS. Art. 3º, § 8º, da Lei Complementar Federal nº 63/90. Competência do Governador do Estado do Pará. Art. 135, V, da Constituição Estadual.

PARECER 000949/2021

Ementa Projeto de Lei. Altera a Lei Estadual nº 9.139, de 29 de outubro de 2021, que institui o Programa Estadual Extraordinário de Transferência de Renda – RENDA PARÁ, e dá outras providências. Análise jurídica.

PARECER 000950/2021

Ementa Identidade funcional da Polícia Militar e Bombeiro Militar do Estado do Pará. Necessária observância das Portarias nº 480/2020 e nº 481/2020 do Ministério de Justiça e da Segurança Pública. Dispositivos de segurança. Impossibilidade de conferir caráter de identidade civil. Competência da União. Identidade funcional. Análise jurídica.

PARECER 000951/2021

Ementa Processo Interno. Mobiliário para o auditório da PGE. Adesão à Ata de outro ente federativo. Análise de legalidade.



PARECER	000952/2021
Ementa	Consulta. Pendências no Sistema de Informações sobre Requisitos Fiscais - CAUC. Convênios. Repercussão sobre contratação com o Estado.
PARECER	000953/2021
Ementa	Minuta de decreto. Cadastro informativo dos critérios não quitados de órgãos e entidades da Administração Pública Estadual (CADIN-PA). Regulamentação da Lei nº 8.873/2019. Análise jurídica.
PARECER	000954/2021
Ementa	Contrato de Confissão, Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívida nº 010/98/STN/COAFI. 10º e 11º Termos Aditivos. Observância da LC 156/2016 e LC 178/2021. Regularidade jurídica.
PARECER	000955/2021
Ementa	SEDUC. Conselho Escolar. Recursos de Programa Federal (FNDE/PDDE). Ausência de prestação de contas. Apuração de conduta desidiosa, improbidade administrativa e lesão aos cofres públicos. Processo Administrativo Disciplinar. Nulidade parcial. Análise jurídica.
PARECER	000956/2021
Ementa	Abono para os profissionais da carreira do magistério. Projeto de Lei de iniciativa do executivo. Análise de legalidade. Inaplicabilidade das vedações da Lei Complementar nº 173/20.
PARECER	000957/2021
Ementa	Programa Extraordinário Reencontro com a Escola. Desestímulo à evasão escolar. Retorno ao ensino presencial. Premiação aos alunos matriculados. Previsão de autorização para abertura de créditos suplementar. Análise jurídica.



PARECER 000958/2021

Ementa Convênio nº 001/2018, firmado entre o Tribunal de Justiça do Estado do Pará e a Polícia Militar do Pará. Convocação de Militares da Reserva Remunerada para o exercício de atividades no TJPA. Primeiro Termo Aditivo. Prorrogação de vigência. Alteração de cláusulas do objeto. Análise jurídica.

PARECER 000959/2021

Ementa Consultoria externa. SESP. Pedido de licença estudo para cursar doutorado. Servidora efetiva. Ato discricionário do gestor. Recurso hierárquico. Negativa tácita. Análise jurídica.

PARECER 000960/2021

Ementa Polícia Militar. Gestão de unidade hospitalar própria. Qualificação de organização social. Contrato de gestão. Lei Estadual nº 5.980/1996. Decreto Estadual nº 21/2019. Dispensa de licitação. Art. 24, XXIV da Lei Federal nº 8.666/1993. Consulta. Análise jurídica.

PARECER 000961/2021

Ementa Polícia Militar. Praça. Processo Administrativo Disciplinar Simplificado. Licenciamento a Bem Disciplina. Reconsideração de ato, recurso hierárquico e revisão processados e negados pela autoridade competente. Nulidade processual decretada de ofício. Incompetência da autoridade para o ato. Invalidação. Art. 66 da LEPA. Análise jurídica.

PARECER 000962/2021

Ementa Desapropriação. Imóvel urbano. Documentos indispensáveis para expedição do Decreto de Utilidade Pública. Preenchimento dos requisitos indispensáveis ao ato. Publicação.

PARECER 000963/2021

Ementa Termo de Compromisso. Eletronorte. Licenciamento ambiental. Programas PIRTUC e PIRJUS. Medidas compensatórias. Transferência de recursos. Análise jurídica.



PARECER 000964/2021

Ementa Convocação de Policial Militar da Reserva Remunerada. Preenchimento dos requisitos formais. Análise jurídica.

PARECER 000965/2021

Ementa Regiões de integração. Decreto Estadual nº 1.066/2008. Minuta de decreto. Inclusão do município de Oeiras do Pará à região de integração do Marajó. Análise jurídica.

PARECER 000966/2021

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. DETRAN. Falta grave. Improbidade administrativa. Demissão e destituição de cargo em comissão à bem do serviço público.

PARECER 000967/2021

Ementa Minuta de Decreto que regulamenta a Lei Estadual nº 9.369/21. Obrigatoriedade da comprovação de observância do esquema vacinal. Agentes públicos do Poder Executivo. COVID-19.

PARECER 000968/2021

Ementa Projeto de Lei. Dispõe sobre o Processo Administrativo Ambiental. Apuração das condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, aplicação das sanções cabíveis e conciliação ambiental no âmbito da Administração Pública do Estado do Pará. Altera a Lei Estadual nº 5.752/1993 e Lei Estadual nº 5.887/1995. Análise jurídica.

PARECER 000969/2021

Ementa Acordo de Cooperação Técnica. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Política para Mulheres. SEJUDH. Programa Mulher Segura e Protegida. Construção da Casa da Mulher Brasileira nos municípios de Breves e Ananindeua. Análise jurídica.



PARECER 000970/2021

Ementa Procuradoria-Geral do Estado. Encerramento de exercício. Ação de valorização do servidor. Contratação de buffet. Edital de Pregão Eletrônico SRP nº 002/2021- DPE/PA. Ata de Registro de Preços nº 08/2021 - DPE/PA. Adesão. Decreto Estadual nº 991/2020. Cabimento. Minuta contratual. Análise jurídica.

PARECER 000971/2021

Ementa Indenização de férias vencidas e não gozadas. Extinção do vínculo com a Administração. Aposentadoria. Pagamento. Possibilidade.

PARECER 000972/2021

Ementa Anteprojeto de Lei. Fundo Estadual para o Ressarcimento Registral de Regularização Fundiária de Interesse Social. Lei de Responsabilidade Fiscal. Recomendações. Análise jurídica.

PARECER 000973/2021

Ementa Programa IPVA Cidadão. Isenção parcial (desconto) de IPVA para pagamento antecipado do tributo. Previsão no art. 13, parágrafo único, da Lei Estadual nº 6.017/9. Concessão por meio de Decreto Estadual. Constitucionalidade.

PARECER 000974/2021

Ementa Dispensa de convocação de Militar da Reserva Remunerada à pedido. Análise jurídica.

PARECER 000975/2021

Ementa Contratação direta. Dispensa em razão do valor. Art. 24, II da Lei Federal nº 8.666/93. Cotação eletrônica. Aquisição de material permanente (aparelhos telefônicos). Análise jurídica.

PARECER 000976/2021

Ementa Minuta de decreto. Fixa os valores das bolsas previstas no §4º do Art. 2º da Lei nº 9.319, de 29 de setembro de 2021, que institui o



Programa Estadual de Incentivo à Qualificação de Profissionais da Saúde (QUALIFICASAÚDE). Análise jurídica.

PARECER 000977/2021

Ementa Parecer. Concurso Público para provimento de vagas, e formação de cadastro de reserva, para os cargos de Auditor Fiscal de Receitas Estaduais CAT-AF-01 e de Fiscal de Receitas Estaduais CAT-F-02 das Carreiras da Administração Tributária da SEFA.

PARECER 000978/2021

Ementa Promoção por ato de bravura. Preenchimento dos requisitos formais. Possibilidade.

PARECER 000979/2021

Ementa Bombeiros Militares. Permanência no serviço ativo. Corpo de Bombeiros Militar do Pará – CBM/PA. Lei Complementar Estadual nº 142/2021. Transferência para a Reserva Remunerada. Análise jurídica.

PARECER 000980/2021

Ementa Renovação da convocação de Policial Militar da Reserva Remunerada. Requisitos formais. Análise jurídica. Possibilidade.

PARECER 000981/2021

Ementa Projeto de Lei que extingue órgão público. ASIPAG. Análise de legalidade.

PARECER 000982/2021

Ementa Minuta de Decreto. Selo fiscal de controle e qualidade da água mineral natural, água natural e água adicionada de sais. Extravio e inutilização de selos. Obrigação de guarda e registro pelo contribuinte. Possibilidade. Proposta de nova redação.



PARECER	000983/2021
Ementa	Minuta de Decreto. Feijão fradinho. Inclusão nos itens que compõem a cesta básica. Estimativa de impacto orçamentário.
PARECER	000984/2021
Ementa	Protocolo de Intenções. Constituição de consórcio público. Natureza jurídica de direito público. Recomendações. Análise jurídica.
PARECER	000985/2021
Ementa	Anteprojeto de Lei. Proposta que altera dispositivos da Lei nº 6.813, de 25 de janeiro de 2006, que dispõe sobre a estruturação do quadro permanente de pessoal de apoio da Procuradoria-Geral do Estado, cria cargos e dá outras providências. Análise jurídica prévia. Necessidade de manifestação da SEPLAD.
PARECER	000986/2021
Ementa	Construção de Polo Industrial. Processo judicial de desapropriação ajuizado pela municipalidade em curso. Protocolo de Intenções. Convênio. Repasse do valor ao município. Posterior doação da área ao Estado do Pará.
PARECER	000987/2021
Ementa	Decreto que regulamenta o Código de Ética da carreira de Bombeiro Militar do Estado. Lei Estadual nº 9.161, de 13 de janeiro de 2021. Análise de legalidade.
PARECER	000989/2021
Ementa	Termo de Cessão de Uso de Bem Imóvel. Regularidade do instrumento. Interesse público. Observância dos requisitos legais. Possibilidade jurídica.
PARECER	000990/2021
Ementa	Minuta de Protocolo de Intenções. Análise jurídica.



PARECER 000991/2021

Ementa Termo de Compromisso celebrado entre o Estado do Pará e a Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. Programa de Investimento Social. Terceiro Termo Aditivo. Análise jurídica.

PARECER 000992/2021

Ementa Minuta de Decreto. Alteração de denominação de Posto Policial. Análise do instrumento jurídico cabível. Alteração por meio de Lei. Encaminhamento de Anteprojeto. Inteligência da Lei Estadual nº 7.064/2007.

PARECER 000993/2021

Ementa Contrato administrativo. Minuta do Quinto Termo Aditivo. Atualização de preços dos combustíveis. Decreto Estadual nº 991/2020, alterado pelo Decreto Estadual nº 1.958/2021. Análise jurídica.

PARECER 000994/2021

Ementa Policial Militar. Cumprimento de decisão judicial. Demissão. Efeitos financeiros. Análise jurídica.

PARECER 000995/2021

Ementa Resolução nº 393/2020 - CONSEP. Dispõe sobre a instituição da medalha “Padre Bruno Sechi” e dá outras providências. Homologação por ato do Governador do Estado. Decreto.

PARECER 000996/2021

Ementa Minuta de Decreto que institui o Programa de Regularização Fiscal PROREFIS no Estado do Pará. Autorização pelo Convênio ICMS 155/2021. Dispositivos em conformidade com os limites legais. Legalidade da minuta.



PARECER 000997/2021

Ementa Servidor público. Acúmulo de cargo efetivo e mandato eletivo. Opção por remuneração. Possibilidade. Observância ao Art. 38, II, da CF/88.

PARECER 000998/2021

Ementa Anteprojeto de Lei. UEPA. Alteração e criação de vagas. Cargos públicos efetivos. Limites orçamentários.

PARECER 000999/2021

Ementa Consultoria externa. ADEPARÁ. Procuradores autárquicos. Pedido de extensão de direitos. Diferença de jornada semanal. Lei Estadual nº 6.872/06. Lei Estadual nº 6.482/02. Princípio da isonomia. Análise jurídica.

PARECER 001000/2021

Ementa Proposta de Emenda à Constituição do Estado. Delegação de serviço público de transporte. Inclusão de autorização entre as formas de delegação de serviço público de transporte. Análise jurídica.

PARECER 0001001/2021

Ementa Polícia Civil. Recurso hierárquico. Pagamento retroativo a título de Gratificação de Complementação Pecuniária. Prescrição. Lei Complementar Estadual nº 22/1994, alterada pela Lei Complementar Estadual nº 83/2013. Análise jurídica.

PARECER 0001002/2021

Ementa Qualificação no procedimento demarcatório. Insegurança jurídica. Princípio da precaução e prevenção. Marco temporal. Entendimento STF. Direitos imprescritíveis e atos administrativos.

PARECER 0001003/2021

Ementa Homologação de Resolução do Conselho Estadual de Segurança Pública. Disciplina o Processo Eleitoral. Análise jurídica.



PARECER	001004/2021
Ementa	Servidoras temporárias. Puérpera e gestante. Contrato a ser encerrado no curso da licença-maternidade e da gravidez. Entendimento jurisprudencial. Direito à estabilidade ou à indenização do período de licença-maternidade.
PARECER	001005/2021
Ementa	Contrato administrativo. Aquisição direta de placas e medalhas de homenagem. Sistema de Cotação Eletrônica de Preços.
PARECER	0001006/2021
Ementa	Oficial da Polícia Militar. Servidora gestante. Licença maternidade. Exoneração de cargo em comissão. Análise jurídica.
PARECER	001007/2021
Ementa	Medalha "TEN CEL BM Francisco Feliciano Barbosa". Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará (CBMPA). Possibilidade. Análise jurídica.
PARECER	001008/2021
Ementa	Nomeação de membros. Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Difusos. Análise jurídica.
PARECER	001009/2021
Ementa	Abono - FUNDEB. Alterações na Lei Estadual nº 9.385/2021. Concessão aos profissionais da Educação Básica em funções de apoio técnico, administrativo ou operacional. Análise jurídica do Projeto de Lei.
PARECER	001010/2021
Ementa	Projeto Creches por todo o Pará. Operação de crédito interno com garantia da União. Lei Estadual nº 9.253/2021. Contrato de vinculação de receitas e cessão e transferência de crédito em



PGE

Procuradoria
Consultiva

contragarantia. Contrato de garantia. Contrato de financiamento com a Caixa Econômica Federal. Análise jurídica.

PARECER 001011/2021

Ementa Projeto de Lei. Criação do Fundo Estadual de Promoção do Trabalho Digno e Erradicação do Trabalho em Condições Análogas a de Escravo. Análise de legalidade.

PARECER REFERENCIAL

PARECER REFERENCIAL 000001/2021

Ementa Agregação e reversão de militares – Atualização de parecer referencial nº 02/19.

(SUPERADO PELO PARECER REFERENCIAL Nº 000001/2022).

PARECER REFERENCIAL 000003/2021

Ementa Acumulação de cargos. Empregos e funções. Art. 37, XVI da CRFB/88. Arts. 33 e 41 da CE/89. Lei Estadual nº 5.810/1994. Decreto nº 1.950/2017. Parecer Referencial nº 0008/2020-PGE. Lei Estadual nº 9.230/2021. Alteração da Lei Estadual nº 5.810/1994 (RJU). Institui o Processo Administrativo Disciplinar Simplificado. Atualização.

(REVISÃO DO PARECER REFERENCIAL Nº 0008/2020-PGE).

PARECER REFERENCIAL 000004/2021

Ementa Servidor Público Civil. Infração disciplinar leve punível com repreensão. Lei nº 5.810/1994, redação da Lei nº 9.230/2021. Termo de Ajustamento Disciplinar (TAD). Estudo nº 02/2019-PGE. Requisitos. Parecer Referencial.

(SUPERADO PELO PARECER REFERENCIAL Nº 000012/2024).



PGE

Procuradoria
Consultiva

PARECER REFERENCIAL 000005/2021

Ementa Promoção por tempo de serviço. Oficial da Polícia Militar. Lei Estadual nº 8.388, de 2016. Decreto Estadual nº 1.672, de 2016. Entendimentos firmados pela PGE/PA.
(SUPERADO PELO PARECER REFERENCIAL Nº 000005/2022).

PARECER REFERENCIAL 000006/2021

Ementa Revisão do Parecer Referencial nº 006/2019-PGE (averbação de tempo de serviço).
(REVISÃO DO PARECER REFERENCIAL Nº 000006/2019-PGE. SUPERADO PELO PARECER REFERENCIAL Nº 000003/2024).

PARECER REFERENCIAL 000007/2021

Ementa Abandono de cargo. Previsão legal. Prescrição. Configuração dos elementos do abandono. Demissão. Retorno e perdão tácito. Diferenças da inassiduidade habitual. Parecer Referencial nº 010/2019-PGE. Superveniência da Lei Estadual nº 9.230/2021. Revisão.
(REVISÃO DO PARECER REFERENCIAL Nº 000010/2019; REVISADO PELOS PARECERES REFERENCIAIS Nº 000006/2023 E Nº 000013/2024)).

PARECER SIMPLIFICADO

PARECER SIMPLIFICADO 000001/2021

Ementa Agregação. Polícia Militar do Pará. Trinta anos de efetivo serviço. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000003/2021

Ementa Reversão. Candidato a pleito eleitoral. Não eleito.

PARECER SIMPLIFICADO 000004/2021

Ementa Agregação. Tribunal de Justiça do Estado do Pará.
Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000005/2021

Ementa	Parecer Simplificado. PGE. Tempo de serviço. Cargo em comissão. Averbação. Expedição de certidão de tempo de serviço. Possibilidade. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000006/2021

Ementa	Pensão especial militar. Parecer Referencial nº 008/2019. Falecimento em decorrência da função de Policial Militar. Beneficiários. Indeferimento. Instrução processual completa. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000007/2021

Ementa Reversão. Polícia Militar do Pará. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000008/2021

Ementa Polícia Militar do Estado do Pará. Reversão e agregação. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000009/2021

Ementa Servidor público civil estadual. Recondução. Análise dos requisitos. Legalidade do ato.

PARECER SIMPLIFICADO 000010/2021

Ementa	Averbação de tempo de serviço. Cargo exclusivamente comissionado. Adicional por tempo de serviço e aposentadoria.

PARECER SIMPLIFICADO 000011/2021



Ementa Agregação. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social – SEGUP. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000012/2021

Ementa Agregação. Transferência *ex-officio* para Reserva Remunerada. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000013/2021

Ementa Reversão. Agregação. Secretaria de Estado de Administração Penitenciária - SEAP. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000014/2021

Ementa Pensão especial militar. Parecer Referencial nº 008/2019. Falecimento em decorrência da atividade policial militar. Beneficiários. Rateio. Termo inicial para pagamento. Cálculo. Instrução processual completa. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000015/2021

Ementa Reversão. Polícia Militar do Pará. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000016/2021

Ementa Polícia Militar. Reversão e agregação. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000017/2021

Ementa Agregação. Transferência *ex-officio* para reserva remunerada. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000018/2021

Ementa Agregação. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social – SEGUP. Casa Militar da Governadoria. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000019/2021



Ementa Servidor público. Aposentadoria voluntária. Manifestação prévia quanto à regularidade funcional e à regularidade do afastamento do servidor para aguardar o benefício. Exigência do IGEPREV. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000020/2021

Ementa Servidor público. Aposentadoria voluntária. Manifestação prévia quanto à regularidade funcional e à regularidade do afastamento do servidor para aguardar o benefício. Exigência do IGEPREV.

PARECER SIMPLIFICADO 000021/2021

Ementa Agregação. Prefeitura Municipal de Ananindeua-PA. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000022/2021

Ementa Reversão. Agregação. Casa Militar da Governadoria. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000023/2021

Ementa Reversão. Corpo de Bombeiros Militar do Pará. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000024/2021

Ementa Agregação. Licença para tratamento de saúde própria. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000025/2021

Ementa Agregação. Casa Militar da Governadoria. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000026/2021

Ementa Bombeiro Militar. Reversão e agregação. Possibilidade.



PARECER SIMPLIFICADO 000027/2021

Ementa Agregação. Tribunal de Contas do Estado do Pará. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000028/2021

Ementa Agregação. Departamento de Trânsito do Estado do Pará - DETRAN/PA. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000029/2021

Ementa Reversão. Assembleia Legislativa do Estado do Pará – ALEPA. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000030/2021

Ementa Agregação. Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000031/2021

Ementa Reversão. Polícia Militar do Estado do Pará. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000032/2021

Ementa Agregação. 30 (trinta) anos de efetivo serviço. Reserva remunerada “*ex-officio*”. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000033/2021

Ementa Agregação. Licença para tratamento de saúde própria. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000034/2021

Ementa Reversão. Polícia Militar do Estado do Pará – PMPA. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000035/2021



Ementa Polícia Militar. Agregação. SEGUP. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000036/2021

Ementa Pensão especial militar. Parecer Referencial nº 008/2019-PGE. Morte acidental – Ausência de nexo de causalidade com a atividade ou condição de policial militar. Indeferimento. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000037/2021

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Prescrição incidente. Necessidade de conversão do julgamento em diligência.

PARECER SIMPLIFICADO 000038/2021

Ementa Agregação. Transferência *ex-officio* para reserva remunerada. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000039/2021

Ementa Polícia Militar. Reversão e agregação. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000040/2021

Ementa Policial militar. Agregação. SEGUP. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000041/2021

Ementa Policial militar. Agregação. Prisão preventiva. Colocado à disposição da Justiça comum. Previsão legal.

PARECER SIMPLIFICADO 000042/2021

Ementa Agregação. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social – SEGUP. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000043/2021



PGE

Procuradoria
Consultiva

Ementa Agregação. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social – SEGUP. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000044/2021

Ementa Polícia Civil. Pensão especial vitalícia. Invalidez total e permanente do beneficiário. Servidor morto em serviço. Inteligência do art. 160 do RJU Estadual. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000045/2021

Ementa Reversão. Nulidade do processo de transferência para reserva remunerada. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000046/2021

Ementa Agregação. Colocar à disposição. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social – SEGUP. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000047/2021

Ementa Agregação. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social – SEGUP. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000048/2021

Ementa Agregação. Ministério Público do Estado do Pará. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000049/2021

Ementa Pensão especial militar. Parecer Referencial nº 008/2019-PGE. Falecimento em decorrência da atividade policial militar. Beneficiários. Termo inicial para pagamento. Cálculo. Instrução processual completa. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000050/2021

Ementa Agregação. Ministério Público do Estado do Pará. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000051/2021

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Prescrição superveniente. Providências a serem adotadas para efeito de regularização funcional.

PARECER SIMPLIFICADO 000052/2021

Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Abandono de cargo. Ausência de comprovação dos fatos alegados pela indiciada. <i>Animus abandonandi</i> configurado. Acatamento do relatório final. Aplicação da penalidade de demissão.

PARECER SIMPLIFICADO 000053/2021

Ementa Agregação. Ministério Público do Estado do Pará – MPPA. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000054/2021

Ementa Reversão. Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará – CBMPA. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000055/2021

Ementa Agregação. Casa Militar da Governadoria do Estado do Pará. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000056/2021

Ementa Agregação. Ministério Público do Estado do Pará – MPPA. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000057/2021



Ementa Reversão. Casa Militar da Governadoria – CMG. Agregação. Colocar à disposição. Assembleia Legislativa do Estado do Pará – ALEPA. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000058/2021

Ementa Reversão. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social – SEGUP. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000059/2021

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Abandono de cargo. Protocolo de pedido de licença sem vencimento. Afastamento sem autorização. Presença do *animus abandonandi*. Dolo indireto. Não acatamento do relatório final que sugeriu o arquivamento. Penalidade de demissão.

PARECER SIMPLIFICADO 000060/2021

Ementa Servidora pública. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Abandono de cargo. Pedido de regularização funcional, após 20 anos sem comparecer ao serviço. Alegação de problemas pessoais. Presença de *animus abandonandi*. Dolo indireto. Penalidade de demissão.

PARECER SIMPLIFICADO 000061/2021

Ementa Reversão. Ministério Público do Estado do Pará. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000062/2021

Ementa Parecer Simplificado. Processo Administrativo Disciplinar. Abandono. Ausência de retorno após concessão de licença. Licença prêmio. Afastamento sem ato. Instrução processual deficiente. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000063/2021



PGE

Procuradoria
Consultiva

Ementa Reversão. Polícia Militar do Estado do Pará - PMPA. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000064/2021

Ementa Reversão. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social – SEGUP. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000065/2021

Ementa Reversão. Agregação. Ministério Público do Estado do Pará. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000066/2021

Ementa Reversão. Polícia Militar do Estado do Pará - PMPA. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000067/2021

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Abandono de cargo. Revelia. Dolo direto. Presença de *animus abandonandi*. Penalidade de demissão.

PARECER SIMPLIFICADO 000068/2021

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000069/2021

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. *Animus abandonandi* configurado. Demissão. Competência do Exmo. Governador do Estado.

PARECER SIMPLIFICADO 000070/2021

Ementa Reversão. Casa Militar da Governadoria do Estado. Possibilidade.



PARECER SIMPLIFICADO 000071/2021

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. *Animus abandonandi* configurado. Demissão. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000072/2021

Ementa Reversão. Agregação. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social – SEGUP. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000073/2021

Ementa Agregação. ALEPA. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000074/2021

Ementa Pensão especial militar. Parecer Referencial nº 008/2019-PGE. Policial morto fora do exercício da atividade policial militar. Instrução processual completa. Não cabimento. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000075/2021

Ementa Cumprimento de decisão judicial. Pensão especial militar. Parecer Referencial nº 008/2019-PGE. Ingestão de álcool - Transgressão disciplinar. Instrução processual completa. Não cabimento. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000076/2021

Ementa Pensão especial militar. Parecer Referencial nº 008/2019-PGE. Falecimento em decorrência da atividade policial militar caracterizado. Beneficiários habilitados. Rateio. Termo inicial para pagamento. Cálculo. Instrução processual completa. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000077/2021

Ementa Reversão. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social – SEGUP. Possibilidade.



PARECER SIMPLIFICADO 000078/2021

Ementa Qualificação de Organização Social. Associação dos Renais Crônicos e Transplantados do Pará. Lei Estadual nº 5.980, de 19 de julho de 1996, e Decreto Estadual nº 21/2019.

PARECER SIMPLIFICADO 000079/2021

Ementa Reversão. Secretaria de Estado de Administração Penitenciária - SEAP. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000080/2021

Ementa Servidor público. Abandono de cargo. Ausência injustificada por mais de 30 dias. *Animus abandonandi* não comprovado. Retorno voluntário ao serviço. Arquivamento do Processo Administrativo Disciplinar (PAD).

PARECER SIMPLIFICADO 000081/2021

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Abandono de cargo. Não acatamento do relatório final. Absolvição pela prescrição da pretensão punitiva do Estado. Aplicação da Nota Técnica nº 08/2014.

PARECER SIMPLIFICADO 000082/2021

Ementa Reversão. Polícia Militar do Estado do Pará – PMPA. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000083/2021

Ementa Servidora pública. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Abandono de cargo. Ausência injustificada por mais de 30 dias consecutivos. *Animus abandonandi*. Confissão. Demissão.

PARECER SIMPLIFICADO 000084/2021

Ementa Servidor público. Abandono de cargo. Ausência injustificada por mais de 30 dias. *Animus abandonandi* não configurado.



Licença saúde. Laudo médico oficial. Processo Administrativo Disciplinar. Análise jurídica. Absolvição.

PARECER SIMPLIFICADO 000085/2021

Ementa Agregação. Assembleia Legislativa do Estado do Pará – ALEPA. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000086/2021

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial nº 008/2019-PGE. Falecimento em decorrência da atividade policial militar caracterizado. Beneficiários habilitados. Rateio. Termo inicial para pagamento. Cálculo. Instrução processual completa. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000087/2021

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Demissão. Competência do Exmo. Governador do Estado.

PARECER SIMPLIFICADO 000088/2021

Ementa Medalha “General Sotero de Menezes”. Polícia Militar. Minuta de Decreto. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000089/2021

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial nº 008/2019-PGE. Falecimento em decorrência da atividade policial militar caracterizado. Beneficiária habilitada. Termo inicial para pagamento. Instrução processual completa. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000091/2021

Ementa Agregação. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social – SEGUP. Possibilidade.



PARECER SIMPLIFICADO 000092/2021

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial nº 008/2019-PGE. Falecimento em decorrência da atividade policial militar caracterizado. Acidente de trajeto. Beneficiários habilitados. Rateio. Termo inicial para pagamento. Cálculo. Instrução processual completa. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000093/2021

Ementa Servidora pública. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Abandono de cargo. Ausência injustificada por mais de 30 dias consecutivos. *Animus abandonandi*. Dolo eventual. Demissão.

PARECER SIMPLIFICADO 000094/2021

Ementa Servidor público. Abandono de cargo. Falta grave. Processo Administrativo Disciplinar. Não incidência de prescrição. Observância do devido processo legal. Pedido de licença para o trato de assuntos particulares. Afastamento sem decisão administrativa. Dolo indireto ou eventual. Sugestão de demissão.

PARECER SIMPLIFICADO 000095/2021

Ementa Agregação. Escola de Inteligência Militar do Exército Brasileiro. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000096/2021

Ementa Qualificação de organização social. Instituto Brasileiro de Gestão e Atenção à Saúde e Educação – IBGASE. Lei Estadual nº 5.988, de 19 de julho de 1996, e Decreto Estadual nº 21/2019.

PARECER SIMPLIFICADO 000097/2021

Ementa Agregação. Casa Militar da Governadoria. Possibilidade.



PARECER SIMPLIFICADO 000098/2021

Ementa Policial Militar. Reversão e agregação. Secretaria de Estado de Administração Penitenciária – SEAP. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000099/2021

Ementa Servidor público. SEDUC. Recondução deferida. Minuta de Decreto. Parecer Referencial nº 009/2019-PGE. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000100/2021

Ementa Agregação. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social – SEGUP. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000101/2021

Ementa Promoção por tempo de serviço. Impossibilidade. Ausência dos requisitos da Lei nº 8.388, de 2016. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000102/2021

Ementa Agregação. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP). NIOP. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000103/2021

Ementa Policial Militar. Reversão e Agregação. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000104/2021

Ementa Agregação. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP). NIOP. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000105/2021

Ementa Agregação. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP). NIOP. Possibilidade.



PARECER SIMPLIFICADO 000106/2021

Ementa Agregação. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP). NIOP. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000107/2021

Ementa Agregação. Assembleia Legislativa do Pará. Análise jurídica. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000108/2021

Ementa Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP). GFLU. GRAESP. CIOP. NIOP. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000109/2021

Ementa Agregação. Casa Militar. Análise Jurídica. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000110/2021

Ementa Exoneração a pedido. Ausência de lotação. Direito potestativo. Vacância do cargo. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000111/2021

Ementa Servidora pública. Cargo exclusivamente comissionado. Averbação de tempo de serviço para fins de percepção de Adicional por Tempo de Serviço (ATS). Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000112/2021

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Abandono de cargo. Prescrição da pretensão punitiva. Aplicação do prazo de prescrição penal. Extinção de punibilidade. Absolvição.

PARECER SIMPLIFICADO 000113/2021

Ementa Reversão e Agregação. PMPA. MPPA. Análise jurídica. Possibilidade.



PARECER SIMPLIFICADO 000114/2021

Ementa Agregação. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP). CIOP. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000115/2021

Ementa Agregação. PMPA. IMETROPARÁ. Requisitos. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000116/2021

Ementa Pensão especial militar. Parecer Referencial nº 008/2019-PGE. Covid-19. Decreto Estadual nº 674/2020. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000117/2021

Ementa Reversão. PMPA. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000118/2021

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial n. 008/2019-PGE. Morte de Policial Militar. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000119/2021

Ementa Polícia Militar. Oficial. Promoção por tempo de serviço. Requisitos legais preenchidos. Minuta de Decreto. Parecer Referencial nº 000005/2021-PGE. Lei Estadual nº 8.388/2016. Decreto Estadual nº 1.672/2016. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000120/2021

Ementa Promoção por tempo de serviço. Possibilidade. Análise dos requisitos da Lei nº 8.388/2016.



PARECER SIMPLIFICADO 000121/2021

Ementa Policial Militar. Promoção por tempo de serviço. Competência do Exmo. Governador do Estado. Preenchimento dos requisitos legais. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000123/2021

Ementa Pensão especial militar. Parecer Referencial nº 008/2019-PGE. Policial morto fora do exercício da atividade policial militar. Instrução processual completa. Não cabimento. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000125/2021

Ementa Polícia Militar. Oficial. Reserva remunerada. Promoção por tempo de serviço. Requisitos legais preenchidos. Minuta de decreto. Parecer Referencial nº 00005/2021-PGE. Aplicação da legislação vigente na época. Lei nº 5.249/85 com as alterações dadas pela Lei nº 7.798/2014. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000126/2021

Ementa Reversão e agregação. Casa Civil da Governadoria do Estado. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000127/2021

Ementa Agregação. Transferência *ex officio* para reserva remunerada. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000128/2021

Ementa Reversão. Polícia Militar do Estado do Pará - PMPA. Análise jurídica. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000129/2021

Ementa Agregação. Transferência *ex officio* para a reserva remunerada. Possibilidade.



PGE

Procuradoria
Consultiva

PARECER SIMPLIFICADO 000130/2021

Ementa Reversão. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social – SEGUP. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000131/2021

Ementa Agregação. Transferência *ex officio* para reserva remunerada. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000132/2021

Ementa Reversão. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social – SEGUP. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000133/2021

Ementa Agregação. Transferência *ex officio* para reserva remunerada. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000134/2021

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000135/2021

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Abandono de cargo. Análise Jurídica. Parecer Referencial nº 07/2021. Processo Administrativo Simplificado. Nulidade total.

PARECER SIMPLIFICADO 000136/2021

Ementa Reversão. Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará - CBMPA. Análise Jurídica. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000137/2021

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de Cargo. Configuração do *Animus Abandonandi*. Prejuízo ao erário. Apuração de responsabilidades. Análise jurídica.



PARECER SIMPLIFICADO 000138/2021

Ementa Agregação. Transferência *ex officio* para Reserva Remunerada. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000139/2021

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Prescrição. Absolvição. Dever de apurar responsabilidades. Regularização funcional, tornando sem efeito ato de anulação de exoneração.

PARECER SIMPLIFICADO 000140/2021

Ementa PADS. Abandono de cargo público. Prescrição. Impossibilidade de demissão. Exoneração *ex officio*. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000141/2021

Ementa Reversão. Polícia Militar do Estado do Pará – PMPA. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000142/2021

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Abandono de cargo. Análise jurídica. Ausência de *Animus Abandonandi*. Arquivamento.

PARECER SIMPLIFICADO 000143/2021

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Ausência de prova do elemento subjetivo. Absolvição.

PARECER SIMPLIFICADO 000144/2021

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Análise Jurídica.



PARECER SIMPLIFICADO 000145/2021

Ementa Agregação. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social – SEGUP. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000146/2021

Ementa Qualificação de Organização Social. Instituto Brasileiro de Gestão e Atenção à Saúde e Educação – IBGASE. Lei Estadual nº 5.980, de 19 de julho de 1996, e Decreto Estadual nº 21/2019.

PARECER SIMPLIFICADO 000148/2021

Ementa Pensão especial militar concedida. Parecer Referencial nº 008/2019-PGE. Requerimento de novo rateio. Instrução processual completa. Cabimento. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000149/2021

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. SEDUC. Abandono de cargo. Dolo eventual. Demissão.

PARECER SIMPLIFICADO 000150/2021

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Abandono de cargo. Análise jurídica. Parecer Referencial nº 07/2021. Ausência de faltas suficientes para a caracterização da infração. Arquivamento.

PARECER SIMPLIFICADO 000151/2021

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Abandono de cargo. Dolo direto. Presença de *animus abandonandi*. Penalidade de demissão. Necessidade de apuração de valores recebidos indevidamente. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000152/2021



PGE

Procuradoria
Consultiva

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Prescrição. Absolvição. Dever de apurar responsabilidades. Regularização funcional.

PARECER SIMPLIFICADO 000153/2021

Ementa Promoção por tempo de serviço. Oficial da Polícia Militar. Requisitos da Lei Estadual nº 8.388, de 2016. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000154/2021

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Prescrição incidente. Necessidade de conversão do julgamento em diligência. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000155/2021

Ementa Servidor público. Abandono de cargo. Falta grave. Processo Administrativo Disciplinar. Revelia. Não incidência de prescrição. Observância do *Devido Processo Legal*. Dolo eventual. Demissão.

PARECER SIMPLIFICADO 000156/2021

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Abandono de cargo. Dolo eventual. Presença de *animus abandonandi*. Penalidade de demissão. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000157/2021

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Acúmulo de cargo. Análise jurídica. Vícios na notificação para opção e na ausência de indicação. Abalo ao contraditório e ampla defesa. Nulidade total.

PARECER SIMPLIFICADO 000158/2021

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Abandono de cargo. Dolo eventual caracterizado. Demissão.



PARECER SIMPLIFICADO 000159/2021

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Ausência em período de readaptação provisória. Suposto abandono de cargo. Não incidência de prescrição. Observância do devido processo legal. Sucessivas licenças-saúde. Ausência de *animus abandonandi*. Absolvição. Arquivamento.

PARECER SIMPLIFICADO 000160/2021

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Abandono de cargo. Dolo eventual. Configuração. Demissão.

PARECER SIMPLIFICADO 000162/2021

Ementa Agregação. Transferência *ex officio* para Reserva Remunerada. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000163/2021

Ementa Reversão. Polícia Militar do Estado do Pará. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000164/2021

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Abandono de cargo. Ausência injustificada por mais de 30 dias consecutivos. Demissão. Prescrição. Aplicação do Art. 109 do Código Penal. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000165/2021

Ementa Servidor público. Acumulação de cargo público. Processo Administrativo Disciplinar. Arquivamento.

PARECER SIMPLIFICADO 000166/2021

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Configuração dos elementos objetivo e subjetivo. Ausência de retorno após concessão de licença para tratamento de saúde. Análise jurídica.



PARECER SIMPLIFICADO 000167/2021

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Acúmulo de dois cargos de saúde. Assistente Social. Compatibilidade de horários. Possibilidade. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000168/2021

Ementa Pensão Especial Militar. Acidente em serviço configurado. Concessão do benefício indenizatório. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000169/2021

Ementa Reversão. Polícia Militar do Estado do Pará – PMPA. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000170/2021

Ementa Agregação. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social – SEGUP. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000171/2021

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Servidor público. Abandono de cargo. Ausência injustificada por mais de 30 dias. *Animus abandonandi* não configurado. Arquivamento do Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000172/2021

Ementa Acumulação de cargos. Auxiliar de Saúde. Duas aposentadorias no cargo de Professor. Triplo vínculo. Impossibilidade. Direito de opção exercido. Arquivamento.

PARECER SIMPLIFICADO 000173/2021

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Acúmulo de cargo. Regularização funcional. Boa-fé. Análise jurídica.



PARECER SIMPLIFICADO 000174/2021

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Prescrição. Desídia. Absolvição. Exoneração. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000175/2021

Ementa Reversão. Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000176/2021

Ementa Agregação. Polícia Militar do Estado do Pará. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000177/2021

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Servidor público. Abandono de cargo. Ausência injustificada por mais de 30 dias. Prescrição disciplinar. Necessidade de abertura de procedimento para investigação e apuração dos agentes que deram causa à prescrição.

PARECER SIMPLIFICADO 000178/2021

Ementa Agregação. Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000179/2021

Ementa Minuta de Decreto. Internalização de convênios CONFAZ. Isenção de ICMS nas saídas internas e interestaduais de veículo automotor adquirido por pessoas com síndrome de Down. Prorrogação da isenção de ICMS nas saídas internas e interestaduais de veículos novos de passageiros destinados a motoristas profissionais (taxistas). Constitucionalidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000180/2021

Ementa Agregação. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social SEGUP. Possibilidade.



PGE

Procuradoria
Consultiva

PARECER SIMPLIFICADO 000181/2021

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Servidor público. Abandono de cargo. Ausência injustificada por mais de 30 dias. Suposto pedido de exoneração. Ausência de comprovação.

PARECER SIMPLIFICADO 000182/2021

Ementa Polícia Militar do Estado do Pará. Agregação. Reversão. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000183/2021

Ementa Reversão. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Pará. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000184/2021

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial nº 008/2019 - PGE. Morte de policial militar. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000185/2021

Ementa Reversão. Licença para Tratamento de Saúde Própria (LTSP). Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000186/2021

Ementa Agregação. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social. SEGUP. Possibilidade.

MANIFESTAÇÃO

MANIFESTAÇÃO 000002/2021

Ementa Consulta da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia. Efeitos de decisão proferida na ADI 3.779. Repercussão perante a LC 160/17 e perante o Convênio ICMS 190/17. Complementação de esclarecimentos.



PGE

Procuradoria
Consultiva

MANIFESTAÇÃO 000003/2021

Ementa Policial Militar. Conselho de Justificação. Férias de um dos membros. Sobrestamento do feito disciplinar.

MANIFESTAÇÃO 000004/2021

Ementa Sobrestamento de Conselho de Justificação. Afastamento temporário de integrante do Colegiado. Protocolo médico de prevenção ao COVID-19.

MANIFESTAÇÃO 000005/2021

Ementa Protocolo de Intenções. Complexo mineiro-industrial de lavra, beneficiamento e refino de ouro. Novos ajustes na Minuta.

MANIFESTAÇÃO 000006/2021

Ementa Complementação do Parecer no 663/2020. Averbação de tempo de serviço. Temporários.

MANIFESTAÇÃO 000007/2021

Ementa Minuta de Decreto. Dispõe sobre a readaptação dos policiais militares da Polícia Militar do Pará.

MANIFESTAÇÃO 000008/2021

Ementa Minuta de Decreto que aprova o Regimento Interno da SEPLAD - Alterações - Análise de legalidade.

MANIFESTAÇÃO 000009/2021

Ementa Quadro demonstrativo – Precatórios.

MANIFESTAÇÃO 000010/2021

Ementa Pedido de recondução. Retorno. Documentos. Deferimento.



MANIFESTAÇÃO 000011/2021

Ementa Informações sobre riscos fiscais para o Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2022.

MANIFESTAÇÃO 000012/2021

Ementa Servidor nomeado e empossado, que não entrou no exercício do cargo público no prazo legal. Ato de exoneração *ex-officio*.

MANIFESTAÇÃO 000013/2021

Ementa Minuta de Decreto. Programa Rede de Descontos para Servidores Públicos Ativos e Inativos da Administração Direta e Indireta do Estado do Pará, seus dependentes e pensionistas regularmente inscritos no Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV. Análise jurídica complementar.

MANIFESTAÇÃO 000014/2021

Ementa Operação de crédito interna com garantia da União. Contrato de financiamento com o Banco do Brasil. Lei Estadual nº 9.150/2020. Ajuste solicitado pela STN no instrumento contratual.

MANIFESTAÇÃO 000015/2021

Ementa Conselho Estadual de Segurança Pública (CONSEP). Resolução nº 40/2020. Alteração do anexo da Resolução nº 408/2020. Regimento interno. Competência do Chefe do Executivo para homologação. Parecer nº 000152/2021-PGE. Complementação.

MANIFESTAÇÃO 000016/2021

Ementa Decreto Estadual de 19 de fevereiro de 2021. Republicação por incorreção. Possibilidade.

MANIFESTAÇÃO 000017/2021

Ementa Sobrestamento de Conselho de Justificação – Decisão judicial – Afastamento por motivos de saúde – Oficial justificante e integrantes do Colegiado.



MANIFESTAÇÃO 000018/2021

Ementa Polícia Militar. Conselho de Justificação. Prazo expirado. Pedido de prorrogação intempestivo. Necessidade de nova instauração. Parecer nº 001057/2020. Complementação.

MANIFESTAÇÃO 000020/2021

Ementa Situação de emergência de saúde. Contratação direta. Hospital de retaguarda à rede estadual de saúde. Enfrentamento da COVID-19. Contrato nº 021/2020. Procedimento administrativo de invalidação. Competência decisória. Lei nº 8.972/2020. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000022/2021

Ementa Recondição de servidor público. Possibilidade. Necessidade de comprovação de exoneração do cargo posterior.

MANIFESTAÇÃO 000023/2021

Ementa Projeto de Lei que altera a Lei nº 682/2000, que cria o Centro de Perícias Científicas “Renato Chaves” - CPC e dá outras providências. Análise jurídica final.

MANIFESTAÇÃO 000024/2021

Ementa Memorando de Entendimento. Análise jurídica final da Minuta.

MANIFESTAÇÃO 000025/2021

Ementa Promoção de Oficial em ressarcimento de preterição. Aferição dos requisitos legais a cargo da Comissão de Promoção de Oficiais. Análise da Minuta de Decreto.

MANIFESTAÇÃO 000026/2021

Ementa Promoção de Oficial em ressarcimento de preterição – Aferição dos requisitos legais a cargo da Comissão de Promoção de Oficiais – Promoção em ressarcimento de preterição em decorrência do cumprimento de decisão judicial.



MANIFESTAÇÃO 000027/2021

Ementa EMATER/PA. Minuta de Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC). Lei Federal nº 13.303/2016. Decreto Estadual nº 2.212/2018. Parecer nº 0007/738/2020-PGE. Diligência. Manifestação Complementar. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000028/2021

Ementa Memorando de Entendimento. Nova análise jurídica, em função de ajustes finais na Minuta solicitados pelo UNICEF.

MANIFESTAÇÃO 000029/2021

Ementa Contrato Administrativo nº 004/2018-CPH. Execução de obras e serviços de engenharia para a construção do Terminal Hidroviário de Passageiros e Cargas no Município de Santarém/PA. Necessidade de realização de serviços para a continuação da obra que não estavam contemplados na planilha inicial do contrato. Aval, ainda que implícito, do fiscal do contrato. Descumprimento do §2º, do artigo 67, da Lei nº 8.666/93. Inobservância, pelo consórcio, da cláusula sétima que trata dos encargos das partes (item 7.2 e subitem 7.2.6). Necessidade de apuração dos fatos. Parecer técnico da Unidade atestando a execução dos serviços. Consideração dos fatores de segurança. Incompatibilidade de projeto. Atividades predecessoras e imprescindíveis para liberação de frentes de serviços. Comprovação da execução por meio de documentos como RDOs, certificado dos flutuantes e relatório fotográfico, devidamente analisados e aprovados pela equipe de fiscalização da CPH. Aplicação do parágrafo único, do artigo 59, da Lei nº 8.666/93. Princípio da vedação ao enriquecimento sem causa. Doutrina. Jurisprudências. Manifestação favorável ao pleito indenizatório, com condicionantes. Manifestação pela apuração administrativa dos fatos.

MANIFESTAÇÃO 000030/2021

Ementa Servidor Público. Aposentadoria voluntária. Posse e exercício. Análise jurídica complementar.



MANIFESTAÇÃO 000031/2021

Ementa Aditivo contratual – IOEPA – Dilação de prazo – Análise de legalidade.

MANIFESTAÇÃO 000032/2021

Ementa Policial Militar. Indícios de transgressão disciplinar. Conselho de Justificação. Prorrogação de prazo. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000033/2021

Ementa Policial Militar. Oficial. Indícios de transgressão disciplinar grave. Conselho de Justificação. Prorrogação. Viabilidade jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000034/2021

Ementa Aditivo Contratual – IOEPA – Ajustes de valor – Análise de legalidade das alterações da Minuta.

MANIFESTAÇÃO 000035/2021

Ementa Cumprimento de decisão judicial que determina o julgamento do incidente de suspeição. Desnecessidade de ato administrativo para dar execução à ordem. Limites da decisão. Retomada do curso do procedimento acusatório após cumprida liminar.

MANIFESTAÇÃO 000036/2021

Ementa Ex-policial civil. Demissão. Nomeação para cargo de provimento em comissão. Análise jurídica complementar.

MANIFESTAÇÃO 000037/2021

Ementa Pensão especial policial militar. Parecer Referencial nº 008/2019-PGE. Beneficiários habilitados. Termo inicial para pagamento. Cálculo. Rateio. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000038/2021

Ementa Programa “Forma Pará”. Ajustes na Minuta de Anteprojeto de Lei solicitados pela SECTET. Análise de legalidade.



MANIFESTAÇÃO 000039/2021

Ementa Policial militar. Promoção em ressarcimento de preterição. Ausência de fato novo. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000042/2021

Ementa Sobrestamento de Conselho de Justificação. Afastamento temporário de integrante. Férias. Necessidade de funcionamento com a totalidade de membros. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000043/2021

Ementa Sobrestamento de Conselho de Justificação. Afastamento temporário de integrante. Férias. Necessidade de funcionamento com a totalidade de membros. Viabilidade jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000045/2021

Ementa Previsão de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor para a Lei Orçamentária Anual de 2022.

MANIFESTAÇÃO 000046/2021

Ementa Gratificação de Economia – Procuradores do Estado.

MANIFESTAÇÃO 000047/2021

Ementa Plano Anual de Pagamento de Precatórios Estaduais - 2022.

MANIFESTAÇÃO 000048/2021

Ementa Plano Anual de Pagamento de Precatórios Estaduais - 2022.

MANIFESTAÇÃO 000049/2021

Ementa Minuta de Acordo de Cooperação Técnica. Estágio Curricular. Análise jurídica complementar.



MANIFESTAÇÃO 000050/2021

Ementa Termo de Ajuste de Conduta 001/COMAR 1/2021. Previamente analisado. Conformidade com os termos do Parecer 000633/2021. Nada a acrescentar. Apto a assinatura.

MANIFESTAÇÃO 000051/2021

Ementa Prorrogação de prazo para conclusão de Conselho de Justificação e Sobrestamento. Afastamento temporário de integrante por motivo de saúde. Necessidade de funcionamento com a totalidade de membros. Viabilidade jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000052/2021

Ementa Concurso público. Superveniência de lei. Alteração de requisitos. Republicação de edital. Reabertura de inscrições. Complemento. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000053/2021

Ementa Contrato administrativo. Termo aditivo. Serviços contínuos. Prorrogação de prazo. Reajuste. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000054/2021

Ementa Minuta de Acordo de Cooperação Técnica. Estágio curricular. Análise jurídica complementar.

MANIFESTAÇÃO 000055/2021

Ementa Corpo de Bombeiros Militar. Convocação de Praças. Lei Estadual nº 5.251/1985. Decreto Estadual nº 892/2013. Minuta de decreto. Parecer nº 000569/2021- PGE. Pedido de retificação do fundamento legal - Arts. 105 e 105-A do Estatuto da PM/CBM. Cabimento. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000056/2021

Ementa Minuta de Decreto. Concessão de pensão especial militar. Análise jurídica.



MANIFESTAÇÃO 000057/2021

Ementa Decreto Estadual visando a Declaração de Utilidade Pública do imóvel. Preenchimento dos requisitos indispensáveis ao ato. Publicação.

MANIFESTAÇÃO 000058/2021

Ementa Manifestação Complementar ao Parecer 758/2021. Visando a declaração de utilidade do imóvel.

MANIFESTAÇÃO 000060/2021

Ementa Minuta do edital de Processo Seletivo Simplificado. Minuta da portaria do regulamento. Programa de estágio de pós-graduação, *lato* ou *stricto sensu*, no âmbito da Procuradoria-Geral do Estado do Pará. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000061/2021

Ementa Contrato Administrativo. Serviços contínuos. Art. 57, II da Lei nº 8.666/1993. Previsão contratual ou editalícia para prorrogação sucessiva. Parecer nº 000337/2021 PGE. Consulta complementar. Manifestação.

MANIFESTAÇÃO 000062/2021

Ementa Minuta do Edital de Processo Seletivo Simplificado. Minuta da portaria do regulamento. Programa e Estágio de Pós – Graduação, *lato* ou *stricto sensu*, no âmbito da Procuradoria-Geral do Estado do Pará. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000064/2021

Ementa Consultoria Externa. Polícia Civil. Tempo de serviço. Servidor temporário. Interpretação da 006/2021-PGE. Posicionamento vinculante desta PGE. Análise jurídica.



MANIFESTAÇÃO 000065/2021

Ementa Projeto de Indicação nº 20/20 que “Concede pensão especial complementar aos dependentes dos servidores públicos e contratados, da área de saúde, que venham falecer no exercício de suas atividades essenciais e presenciais de enfrentamento à pandemia COVID-19, no âmbito do Estado do Pará e dá outras providências”. Benefício já concedido pelo Decreto Estadual nº 674/2020.

MANIFESTAÇÃO 000067/2021

Ementa Minuta de Primeiro Termo Aditivo. Contrato de Cessão de Uso nº 001/2021. Cessão de scanners ao TJE/PA. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000068/2021

Ementa Processo de desapropriação. Cumpridas as diligências. Necessidade de publicação de Decreto.

MANIFESTAÇÃO 000069/2021

Ementa Processo Administrativo de Reparação de Danos. Danos ao erário. Manifestação do agente causador do dano. Anuência com o procedimento administrativo. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000070/2021

Ementa Contrato nº 006/2018 - PGE. Serviços de agenciamento de viagens. Quarto Aditivo. Prorrogação do prazo de vigência. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000071/2021

Ementa Projeto de investimento na área de infraestrutura e logística (implantação da rodovia da Liberdade (1ª etapa). Operação de crédito interna com garantia da União. Contrato de financiamento com o Banco do Brasil. Lei Estadual nº 9.150/2020. Novos ajustes propostos pelo Banco do Brasil na minuta contratual.



PGE

Procuradoria
Consultiva

NOTA TÉCNICA

NOTA TÉCNICA 000001/2021

Ementa Projeto de Lei. Iniciativa do Tribunal de Justiça do Estado. Alteração do art. 3º da Lei Estadual nº 8.582/2017. Modificação na descrição de imóvel objeto de permuta. Prazo em curso para sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 000002/2021

Ementa Assembleia Legislativa do Estado. Aprovação do Projeto de Lei nº 276/2020. Alteração do art. 1º da Lei Estadual nº 8.850/2019. Desafetação de bem público. Tribunal de Justiça do Estado. Art. 108 da CE/89. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 000003/2021

Ementa Assembleia Legislativa do Estado. Aprovação do Projeto de Lei nº 267/2020. Alteração do art. 2º da Lei Estadual nº 7608/2012. Destinação de imóvel doado ao Município de Redenção pelo Tribunal de Justiça do Estado. Art. 108 da CE/89. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 000004/2021

Ementa Convênio. Empresa Pública Federal. Transferência do tráfego aéreo do Aeroporto Brigadeiro Protázio. Implantação do Parque da Cidade. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 000005/2021

Ementa Projeto de Lei Complementar. Reorganização da Defensoria Pública do Estado. Prazo em curso para sanção ou veto. I – Iniciativa da Defensoria Pública. Emenda à Constituição Estadual nº 78/2019. II – Dispositivos que tratam de Direito Processual. Inconstitucionalidade formal. Competência privativa da União. III – Alterações no regime jurídico de servidores que não são membros da Defensoria Pública. Inconstitucionalidade formal. Iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo. IV – Impossibilidade de previsão de abono de férias e conversão de licença prêmio em pecúnia. Restrições impostas pela Lei Complementar nº 173/2020. V – Honorários. Tema nº 1002 ainda



não julgado pelo Supremo Tribunal Federal. VI – Outras considerações.

NOTA TÉCNICA 000007/2021

Ementa Projeto de Lei nº 268/20. Dia Estadual de Combate à Cristofobia.

NOTA TÉCNICA 000008/2021

Ementa Acumulação de cargos. Regime de dedicação exclusiva. Licença pra tratar de interesse particular.

(CANCELADA PELO PARECER Nº 000451/2021).

NOTA TÉCNICA 000009/2021

Ementa Minuta de Convênio a ser formalizado entre o Estado do Pará e a INFRAERO, como desdobramento do Acordo de Cooperação Técnica 001/2020, celebrado entre o Estado e o Ministério da Infraestrutura em 11/11/2020, tudo com a finalidade de desmobilização do aeroporto Brigadeiro Protásio de Oliveira, para viabilizar a transferência da respectiva área para implantação do Parque da Cidade.

NOTA TÉCNICA 000010/2021

Ementa Assembleia Legislativa do Estado. Projeto de Lei nº 184/2020. Iniciativa parlamentar. Institui cota racial e étnica em concursos públicos. Análise de (in)constitucionalidade formal e material.

NOTA TÉCNICA 000011/2021

Ementa Assembleia Legislativa do Estado. Projeto de Lei nº 131/2020. Iniciativa parlamentar. Institui o Programa Estadual de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PEEAF. Análise de (in)constitucionalidade formal e material.



NOTA TÉCNICA 000012/2021

Ementa Projeto de Lei. Institui no mês de maio a Semana Padre Bruno Sechi, como estímulo à participação da população do Estado a praticar a solidariedade.

NOTA TÉCNICA 000013/2021

Ementa Projeto de Lei que dispõe sobre a obrigatoriedade do fornecimento de fraldas descartáveis aos idosos. Iniciativa parlamentar. Sugestão de veto integral.

NOTA TÉCNICA 000014/2021

Ementa Projeto de Lei nº 79/2019. Uso e fornecimento de canudos de papel biodegradável e/ou reciclável individual e hermeticamente embalados com material semelhante.

NOTA TÉCNICA 000015/2021

Ementa Projeto de Lei que dispõe sobre a obrigatoriedade de conter códigos QR inclusivos nas embalagens de produtos fabricados e comercializados no Estado do Pará. Sanção ou veto. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 000016/2021

Ementa Projeto de Lei. Obriga os hospitais públicos e privados do Estado do Pará a criarem sala de descompressão para ser utilizada pelos enfermeiros, técnicos de enfermagem e auxiliares de enfermagem. Análise jurídica. Inconstitucionalidade.

NOTA TÉCNICA 000017/2021

Ementa Projeto de Lei nº 96/19, de 16 de março de 2021. Dispõe sobre a obrigação de bares, restaurantes e casas noturnas de adotar medidas de auxílio e segurança à mulher que se sinta em situação de risco em suas dependências. Análise jurídica.



NOTA TÉCNICA 000018/2021

Ementa Assembleia Legislativa do Estado. Projeto de Lei nº 83/2016. Portadores de diabetes mellitus tipo 1. Liberdade de locomoção em espaços públicos e privados com insulina, alimentos e aparelho para automonitorização. Art. 108 da CE/89. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 000019/2021

Ementa Proposta de Emenda Constitucional. Análise de possíveis inconstitucionalidades.

NOTA TÉCNICA 000020/2021

Ementa Política de valorização da qualidade de vida da mulher durante o climatério. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 000021/2021

Ementa Projeto de Lei nº 11/20. Inclusão de informações sobre os sintomas do Transtorno do Espectro Autista (TEA) na carteira de vacinação.

NOTA TÉCNICA 000022/2021

Ementa Projeto de Lei. “Dispõe sobre a permissão para os deficientes físicos utilizarem o seu automóvel adaptado, para prestar a prova prática exigida pelo DETRAN/PA, na obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (CNH)”. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 000023/2021

Ementa Projeto de Lei. Dispõe sobre a aplicação de penalidades administrativas pela prática de atos de discriminação religiosa. Análise jurídica. Inconstitucionalidade.

NOTA TÉCNICA 000024/2021

Ementa Minuta de Decreto. Altera dispositivos do Regulamento do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadoria e Sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal



e de Comunicação – ICMS, aprovado pelo Decreto nº 4.676, de 18 de junho de 2001, e dá outras providências.

NOTA TÉCNICA 000025/2021

Ementa Proposta de Decreto. Visa suspender, parcial e provisoriamente, dispositivos do regulamento do Imposto Sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – RICMS, aprovado pelo Decreto nº 4.676, de 18 de junho de 2001. Prorrogação por Convênio do CONFAZ. Incorporação, por Decreto, na legislação estadual.

NOTA TÉCNICA 000026/2021

Ementa Alteração do Regulamento ICMS. Proposta de Decreto que acrescenta dispositivos ao RICMS. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 000027/2021

Ementa Análise do Projeto de Lei. Criação de cadastro estadual junto ao PROCON para bloqueio de ligações e mensagens de telemarketing em telefones fixos e móveis.

NOTA TÉCNICA 000028/2021

Ementa Projeto de Lei que dispõe sobre assistência psicológica remota durante a pandemia da COVID-19. Sanção ou veto. Criação de obrigações e estabelecimento de competências administrativas. Geração de despesa. Iniciativa legislativa de competência privativa do Chefe do Executivo. Sugestão de veto por inconstitucionalidade.

NOTA TÉCNICA 000029/2021

Ementa Projeto de Lei nº 61/2020. Obrigatoriedade das empresas de transportes públicos intermunicipais realizarem diariamente desinfecção e limpeza de seus veículos para contenção do coronavírus (COVID-19).



NOTA TÉCNICA 000030/2021

Ementa Projeto de Lei nº 198/2019. Estatuto da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

NOTA TÉCNICA 000031/2021

Ementa Projeto de Lei. Inclui na lista de produtos da cesta básica do povo paraense o álcool em gel 70%. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 000033/2021

Ementa Projeto de Lei que dispõe sobre a proibição de fornecimento de produtos de plástico de uso único nos locais que especifica. Iniciativa parlamentar.

NOTA TÉCNICA 000034/2021

Ementa Assembleia Legislativa do Estado. Projeto de Indicação nº 258/2017. Proíbe a interrupção do fornecimento de água e energia elétrica pelas respectivas concessionárias, por falta de pagamento. Análise de (in)constitucionalidade.

NOTA TÉCNICA 000035/2021

Ementa Análise de Projeto de Lei que “institui no âmbito do Pará, o Programa de Atenção a Homens Autores de Violência Doméstica e Familiar Contra Mulheres e estabelece diretrizes para criação de serviços de educação e responsabilização”. Inconstitucionalidade formal. Veto parcial.

NOTA TÉCNICA 000036/2021

Ementa Projeto de Lei que estabelece a notificação compulsória dos casos de gravidez na adolescência - Análise das razões de sanção ou veto - Possível sanção.

NOTA TÉCNICA 000038/2021

Ementa Proposta de Decreto. Decreto que “altera dispositivos do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de



Mercadorias e sobre Prestação de Serviço de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS-PA", visando incorporação de Convênio ICMS na legislação estadual.

NOTA TÉCNICA 000039/2021

Ementa Recomendação nº 001/2021/MP/2ª-PJM. Ministério Público Estadual – Promotoria Militar. Polícia Militar. Acesso e permanência em unidades domiciliares. Consentimento do ocupante em declaração escrita. Registro audiovisual da operação. HC 598.051/SP-STJ. Precedente.

NOTA TÉCNICA 000041/2021

Ementa Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA). Locação de ativos. Pedido de prorrogação de prazo formulado pela contratada. Indeferimento do pedido pela estatal. Intenção da COSANPA de rescindir o contrato, por culpa da contratada. Alegação de violação à cláusula de garantia pela COSANPA. Intenção da contratada de impor culpa à estatal, em caso de eventual rescisão. Necessidade de cuidadosa (re)análise do cenário pela COSANPA.

NOTA TÉCNICA 000042/2021

Ementa Inexigibilidade de licitação. Orientação acerca dos requisitos legais. Aplicação da Lei nº 8.666/93. Aplicação do Decreto Estadual nº 1.504/2021. Análise concreta através de Parecer Jurídico do órgão ou entidade. Art. 38, parágrafo único da Lei 8.666/93.

NOTA TÉCNICA 000043/2021

Ementa Alteração Regulamento ICMS.

NOTA TÉCNICA 000044/2021

Ementa Projeto de Lei que proíbe instituições financeiras de firmarem contratos de empréstimo com aposentados e pensionistas por telefone – Análise de sanção ou veto – Constitucionalidade da



disposição, segundo jurisprudência do STF – Veto parcial – Dispositivo sem eficácia.

NOTA TÉCNICA 000045/2021

Ementa Projeto de Lei nº 152/20. Obrigação de comunicação dos condomínios residenciais, conjuntos habitacionais e congêneres sobre os casos de agressões domésticas contra mulheres, crianças, adolescentes e idosos, no Estado do Pará. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 000046/2021

Ementa Assembleia Legislativa do Estado. Projeto de Lei nº 121/2019. Direito de privacidade aos usuários do serviço de telefonia no Estado do Pará. Recebimento de ofertas de produtos e serviços por via telefônica. Art. 108 da CE/89. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 000049/2021

Ementa Projeto de Lei. Fixa data e turno para entrada de produtos ou realização de serviços aos consumidores no âmbito do Estado do Pará. Sanção ou veto. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 000052/2021

Ementa Concessão de Uso. Imóvel público. Área do Aeroporto Brigadeiro Protásio. Projeto Parque da Cidade. Sub-rogação contratual.

NOTA TÉCNICA 000053/2021

Ementa Projeto de Lei. Atribui Passe Livre a Oficial de Justiça em diligência no Sistema de Transporte Coletivo Interestadual de Passageiros. Sanção ou veto. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 000054/2021

Ementa Projeto de Lei. Obrigatoriedade de disponibilização de banheiros em ônibus intermunicipais. Sanção ou veto. Análise jurídica.



NOTA TÉCNICA 000055/2021

Ementa Serviços de saneamento básico. Novo marco legal do saneamento básico (Lei nº 14.026/2020. Prestação regionalizada. Microrregiões de saneamento básico do Estado do Pará.

NOTA TÉCNICA 000058/2021

Ementa Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Exercício financeiro de 2022. Retorno.

NOTA TÉCNICA 000059/2021

Ementa Projeto de Lei nº 121/2021. Alteração da Lei Estadual nº 7.253, de 1º de abril de 2009. Autorização de acesso aos ministros de cultos religiosos, diáconos, obreiros, pastores, capelães e outros prepostos nas dependências dos hospitais públicos e privados do Estado do Pará.

NOTA TÉCNICA 000061/2021

Ementa Projeto de Lei. Medidas de transparência e segurança na manipulação e aplicação de vacinas no Estado do Pará.

NOTA TÉCNICA 000062/2021

Ementa Proposta de emenda à Constituição. Inatividade de militar. Alteração do §9º do art. 45. Militar temporário. Acréscimo do art. 49-A.

NOTA TÉCNICA 000063/2021

Ementa Isenção de ICMS. Convênio ICMS 84/21. Isenção do ICMS no fornecimento de energia elétrica para unidades consumidoras residenciais onde existam pessoas usuárias de equipamentos de autonomia limitada, vitais à preservação da vida humana, e dependentes de energia elétrica. Análise jurídica.



NOTA TÉCNICA 000064/2021

Ementa Minuta de Decreto que regulamenta o Código de Ética do Corpo de Bombeiros Militar do Pará – Lei nº 9.161/21 – Análise preliminar – Sugestões a serem avaliadas pelo consulente.

NOTA TÉCNICA 000065/2021

Ementa Projeto de Lei nº 141/2018, transformado em Projeto de Indicação. Estabelece procedimento de segurança que deve ser implantado pelas empresas concessionárias ou permissionárias de transporte público nos ônibus urbanos de passageiros da Região Metropolitana de Belém. Inconstitucionalidade. Ausência de interesse público.

NOTA TÉCNICA 000066/2021

Ementa Projeto de Lei nº 50/20, de 10 de agosto de 2021. Restabelece princípios da Lei nº 9.015, de 29 de janeiro de 2020 que institui a Política Estadual de Empoderamento da Mulher no Estado do Pará e cria o Programa Estadual de Incentivo Fiscal às empresas que contratarem mulheres e familiares vítimas de violência doméstica.

NOTA TÉCNICA 000067/2021

Ementa Projeto de Lei de iniciativa Parlamentar – Obriga a disponibilização de equipamentos com álcool em gel nos estabelecimentos comerciais – Análise de legalidade – Sanção.

NOTA TÉCNICA 000068/2021

Ementa Projeto de Lei. Programa Animais Comunitários. Análise jurídica. Análise formal. Iniciativa. Vício. Inconstitucionalidade.

NOTA TÉCNICA 000069/2021

Ementa Assembleia Legislativa do Estado. Projeto de Lei nº 85/2020. Iniciativa parlamentar. Institui a Política Estadual para a População em Situação de Rua. Art. 108 da CE/89. Análise de (in)constitucionalidade formal e material.



NOTA TÉCNICA 00070/2021

Ementa Minuta de Instrução Normativa que regulamenta a Declaração de Bens e Valores a ser prestada pelos Agentes Públicos na forma do Decreto Estadual nº 1.712/21. Propostas de alterações.

NOTA TÉCNICA 000071/2021

Ementa Projeto de Lei. Iniciativa parlamentar. Obriga o fornecimento de vagas gratuitas nas escolas e Universidades da Rede Privada do Estado do Pará para estudantes com Transtorno do Espectro Autista e Síndrome de Down. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 000072/2021

Ementa Projeto de Lei nº 215/20. Dispõe sobre a obrigatoriedade de barcos, navios e ferry boat destinarem um espaço reservado para as pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, atarem suas redes nas embarcações, no Estado do Pará. Análise de sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 000073/2021

Ementa Projeto de Lei nº 41/21, que institui o Programa Estadual de Prevenção e Assistência aos Portadores da doença de Alzheimer. Iniciativa parlamentar.

NOTA TÉCNICA 000074/2021

Ementa Projeto de Lei nº 311/2019. Cria o Certificado de Inclusão Social. Art. 108 da CE/89. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 000075/2021

Ementa Projeto de Lei instituindo a Semana de Conscientização sobre o Transtorno Afetivo Bipolar (TAB), no Estado do Pará. Iniciativa parlamentar.



NOTA TÉCNICA 00076/2021

Ementa Remuneração dos profissionais da Educação Básica da Rede Pública de Ensino do Estado do Pará. Minuta de Projeto de Lei. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 000077/2021

Ementa Projeto de Lei. Estabelece o Programa denominado “Mulher Empreendedora Competitiva (MEC)”. Análise Jurídica.

NOTA TÉCNICA 000078/2021

Ementa Projeto de Lei dispondo sobre a criação do Dossiê Mulher Paraense. Iniciativa parlamentar.

NOTA TÉCNICA 000079/2021

Ementa Projeto de Indicação nº 85/2019 que “Estabelece prioridade na tramitação dos processos administrativos no Estado do Pará, onde figurem como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos e dá outras providências”. Identidade com previsões contidas na ALEPA. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 000080/2021

Ementa Minuta de Decreto. Regulação de modelos, características e critérios de expedição de identidade e do cartão de identificação das Corporações Militares do Estado do Pará.

NOTA TÉCNICA 000081/2021

Ementa Projeto de Lei. Institui e define diretrizes para programa de acesso a produtos de higiene feminina e saúde básica. Conscientização e educação sobre a menstruação. Análise jurídica. Constitucionalidade.



NOTA TÉCNICA 000082/2021

Ementa Projeto de Lei. Institui o Estatuto da Equidade Racial no Estado do Pará, adota os preceitos da Lei Federal nº 12.288, de 20 de julho de 2010, e altera a Lei Estadual nº 6.941, de 17 de janeiro de 2007.

NOTA TÉCNICA 000083/2021

Ementa Projeto de Lei. Estabelece como obrigatória a rotulagem de produtos alimentícios manufaturados e bebidas industrializadas que contenham elementos com propensão de risco e potenciais danos à saúde da gestante e do bebê. Inconstitucionalidade. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 000084/2021

Ementa Assembléia Legislativa do Estado. Projeto de Lei nº 024/2021. Fixa normas e disciplina a acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou mobilidade reduzida ao transporte de passageiros nas embarcações da qualquer natureza no Estado do Pará. Art. 108 da CE/89. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 000086/2021

Ementa Projeto de Lei que acrescenta o § 3º ao Art. 12º da Lei nº 8.902, de 11 de outubro de 2019, que dispõe sobre a substituição e recolhimento das sacolas plásticas em estabelecimentos comerciais localizados no Estado do Pará. Iniciativa parlamentar.

NOTA TÉCNICA 000088/2021

Ementa Projeto de Lei dispondo sobre prestação de socorro imediato em casos de atropelamento de animais em vias públicas do Estado do Pará. Iniciativa parlamentar.

NOTA TÉCNICA 000089/2021

Ementa Projeto de Lei que dispõe sobre a obrigatoriedade de indenização ao consumidor em caso de roubo, furto, arrombamento ou quaisquer danos causados aos veículos estacionados em estabelecimentos. Direito do consumidor. Competência concorrente. Análise jurídica.



NOTA TÉCNICA 000090/2021

Ementa Projeto de Lei. Dislexia. Atendimento especial. Concurso Público. Vestibular. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 000091/2021

Ementa Projeto de Lei de Iniciativa Parlamentar. Reconhece a atividade física como essencial para a população. Análise de sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 000092/2021

Ementa Projeto de Lei.

NOTA TÉCNICA 000093/2021

Ementa Projeto de Lei. Dispõe sobre a criação da campanha de alerta para os casos de sarampo, no âmbito do Estado do Pará. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 000094/2021

Ementa Projeto de Lei. Disciplina o transporte de animais domésticos no interior dos veículos integrantes do transporte público intermunicipal de passageiros do Estado do Pará. Responsabilidade civil. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 000096/2021

Ementa Projeto de Lei. Altera dispositivos da Lei nº 8.328/2015. Regime de Custas e outras despesas processuais no âmbito do Poder Judiciário. Ampliação das formas de pagamento. Regulamentação da comprovação do pagamento pelo TJE/PA. Constitucionalidade.

NOTA TÉCNICA 000097/2021

Ementa Projeto de Lei. Programa Extraordinário "Reencontro com a Escola", no âmbito da rede estadual de ensino. Iniciativa do Poder Executivo. Ano eleitoral. Vedação de distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios. Exceções legais. Art. 73, § 10, da Lei nº 9.504/97.



PGE

Procuradoria
Consultiva

NOTA TÉCNICA 000098/2021

Ementa Projeto de Lei que dispõe sobre a inserção do Símbolo Mundial de Conscientização do Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas vagas de estacionamento preferenciais reservadas aos portadores de deficiência no Estado do Pará. Análise jurídica.



PGE

Procuradoria
Consultiva

2022 ACERVO SAJ

PARECER

PARECER 000001/2022

Ementa Dispensa de convocação de Militar da Reserva Remunerada *ex officio*. Interesse ou conveniência. Análise jurídica.

PARECER 000002/2022

Ementa Licença estudo. Regularização funcional. Servidora pública exonerada. Devolução de valores recebidos. Recomendação de instauração do competente Processo Administrativo.

PARECER 000003/2022

Ementa Medalha “TEN CEL BM Francisco Feliciano Barbosa”. Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará (CBMPA). Análise jurídica.

PARECER 000004/2022

Ementa Medalha General Ferreira Coelho. Dedicação aos estudos. Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos. Análise jurídica.

PARECER 000005/2022

Ementa Decreto. Feriados e pontos facultativos. Administração Pública Estadual. Análise de legalidade.

PARECER 000006/2022

Ementa Contrato de prestação de serviço de fornecimento de cartões e créditos eletrônicos de vales transportes. “Passe Fácil”. Inexigibilidade de licitação. Análise jurídica.

PARECER 000007/2022

Ementa Análise de minuta de Contrato de Empréstimo a ser celebrado entre Estado do Pará e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).



Programa de Desenvolvimento do Saneamento do Pará (PRODESAN PARÁ). Análise jurídica.

PARECER

000008/2022

Ementa

Minuta de Decreto. Institui, no âmbito do Grupamento Aéreo de Segurança Pública do Estado do Pará, a medalha CMTE. Júlio César - Grande Mérito da Aviação de Segurança Pública do Estado do Pará, comemorativa à criação do Grupamento Aéreo de Segurança Pública e dá outras providências.

PARECER

000009/2022

Ementa

Pensão Especial Militar. Cumprimento de decisão judicial. Análise jurídica.

PARECER

000010/2022

Ementa

Minuta de Decreto. Internalização de convênios CONFAZ. Isenção de ICMS nas operações com absorventes íntimos femininos, internos e externos, tampões higiênicos, coletores e discos menstruais, calcinhas absorventes e panos absorventes íntimos. Art. 14 da Lei Complementar nº 101/2001. Ausência de estimativa de impacto orçamentário-financeiro nos dois exercícios subsequentes. Ausência de prova da consideração do benefício na Lei Orçamentária.

PARECER

000011/2022

Ementa

Conselho Penitenciário Estadual (COPEN). Conselho Estadual de Política Criminal e Penitenciária (CEPCP). Nomeação de Presidente. Substituição de membros. Análise jurídica.

PARECER

000012/2022

Ementa

Instituição do Comitê de Comércio Exterior do Estado do Pará (COMEX/PA). Minuta de Decreto. Análise jurídica.

PARECER

000013/2022

Ementa

Policia Militar. Movimentação. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social. Análise jurídica.



PARECER	000014/2022
Ementa	Promoção por ato de bravura. Preenchimento dos requisitos formais. Análise jurídica.
PARECER	000015/2022
Ementa	Desapropriação. Impossibilidade. Imóvel de domínio pleno da União sob regime inscrição de ocupação ao particular. Ato precário.
PARECER	000016/2022
Ementa	Agregação. Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social – IGEPPS. Possibilidade.
PARECER	000017/2022
Ementa	Terceiro termo aditivo ao Termo de Compromisso firmado entre Estado do Pará e Equatorial Pará. Análise de legalidade.
PARECER	000018/2022
Ementa	Minuta de Decreto. Concessão de benefício eventual a famílias em vulnerabilidade social, decorrente de calamidade pública e de situação de emergência. Análise jurídica.
PARECER	000019/2022
Ementa	Agregação. Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social – IGEPPS. Análise jurídica.
PARECER	000020/2022
Ementa	Minuta de Decreto. Alteração de dispositivos. Concessão de benefício eventual a famílias em vulnerabilidade social, decorrente de calamidade pública e de situação de emergência. Análise jurídica complementar.
PARECER	000021/2022
Ementa	Nomeações de candidatos aprovados no concurso C-177. Possibilidade.



PARECER	000022/2022
Ementa	Convocação de Policial Militar da Reserva Remunerada. Requisitos formais. Análise jurídica. Possibilidade.
PARECER	000023/2022
Ementa	Exoneração e nomeação de membros do Conselho Estadual de Saúde - CES/PA. Análise jurídica.
PARECER	000024/2022
Ementa	Minuta de Decreto. Fixa montante de recursos financeiros destinados para a utilização como incentivo fiscal na realização de Projetos Culturais no Estado do Pará.
PARECER	000025/2022
Ementa	Repartição de Receitas Tributárias. ICMS. Apuração do valor adicionado fiscal. Art. 3º da Lei Complementar 63/90 e atividade extrativista mineral. Ilegalidade da aplicação indistinta do dispositivo. Legalidade nas hipóteses legais. Dificuldade no registro do valor de mercadorias entradas. Inconstitucionalidade do arbitramento do valor adicionado por Lei Estadual. Possibilidade de arbitramento do valor das mercadorias entradas por Lei Estadual. Possibilidade de criação ou alteração de obrigações acessórias. Produção imediata de efeitos de atos legislativos e administrativos que alteram os critérios regulados pelo ente estadual. Possibilidade. Condições.
PARECER	000026/2022
Ementa	Minuta de Decreto que regulamenta a Lei Estadual nº 9.234, de 2021. Segurança contra incêndios e emergências no Estado. Análise de legalidade. Necessidade de ajustes.
PARECER	000027/2022
Ementa	Análise de minuta contratual. Contrato de empréstimo. Estado do Pará e BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento. Projeto de Desenvolvimento do Saneamento do Pará - PRODESAN.



Regularidade e legalidade das cláusulas contratuais. Análise complementar ao 007/2022/PGE.

PARECER 000028/2022

Ementa Parecer jurídico. Modelo padrão do Manual de Instrução de Pleitos – MIP. Operação de crédito projeto PRODESAN - Projeto de Desenvolvimento do Saneamento do Pará. Atualização do 936/2021 - PGE.

PARECER 000029/2022

Ementa Moção de aplausos. Reconhecimento de excelentes serviços. Atuação excepcional durante a pandemia. Sistema de Segurança Pública do Estado. Concessão pelo Governador do Estado. Decreto. Viabilidade jurídica.

PARECER 000030/2022

Ementa Acordo coletivo. PRODEPA. Majoração de vantagem. Vedação da Lei Complementar Federal nº 173/20. Impossibilidade do pagamento até dezembro de 2021.

PARECER 000031/2022

Ementa Convocação de Policiais Militares da Reserva Remunerada. Requisitos formais. Análise jurídica. Possibilidade.

PARECER 000032/2022

Ementa Regiões de Integração. Decreto Estadual nº 1.066/2008. Minuta de Decreto. Inclusão do município de Mojuí dos Campos na Região de Integração do Baixo Amazonas. Análise jurídica.

PARECER 000034/2022

Ementa Cumprimento de decisão judicial. Consultores Jurídicos do Estado. Promoção. Critério. Antiguidade. Análise jurídica.



PARECER 000035/2022

Ementa Renovação da convocação de Policial Militar da Reserva Remunerada. Requisitos formais. Análise jurídica.

PARECER 000036/2022

Ementa Magistério Estadual. Profissionais da Educação Básica. Instituição de Centro de Formação no âmbito da Secretaria de Estado de Educação. Minuta de Decreto. Análise jurídica.

PARECER 000037/2022

Ementa Policial Militar Estadual. Absolvição no Conselho de Justificação. Promoção em ressarcimento de preterição.

PARECER 000038/2022

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Falecimento do servidor acusado. Extinção do *jus puniendi*. Arquivamento.

PARECER 000039/2022

Ementa Ex-servidor exclusivamente comissionado. Processo Administrativo Disciplinar. Arts. 177, VI, 178, V, 190, IV e XIII C/C Arts. 192, caput e § único, 194 e 195, todos da Lei nº 5.810/1994. Pedido de vantagem ilícita. Improbidade administrativa. Conversão de exoneração em destituição de cargo comissionado. Minuta de Decreto. Análise jurídica.

PARECER 000040/2022

Ementa Contrato de prestação de serviços de manutenção do sistema de nobreaks da Procuradoria-Geral do Estado. Aditivo para prorrogação da vigência. Diminuição negociada do valor. Análise de legalidade.

PARECER 000041/2022

Ementa Exoneração e nomeação de membros do Conselho Estadual de Saúde – CES/PA. Análise jurídica.



PARECER	000043/2022
Ementa	Convocação de Policiais Militares da Reserva Remunerada. Requisitos formais. Análise jurídica.
PARECER	000044/2022
Ementa	Designação de membro da Procuradoria-Geral do Estado – PGE junto ao Tribunal Administrativo de Recursos Fazendários – TARF. Possibilidade.
PARECER	000045/2022
Ementa	Projeto Habitacional da Segurança Pública do Estado do Pará. Execução em ano eleitoral. Análise à luz do Art. 73, § 10, da Lei nº 9.504/97.
PARECER	000046/2022
Ementa	Projeto de Investimento de Implantação da Rodovia Liberdade (1ª etapa). Operação de crédito interna com garantia da União. Banco do Brasil. Parecer e atendimento às exigências da LC 101/2000 e Resolução nº 43/2001 do Senado Federal. Modelo exigido pelo Manual de Instrução de Pleitos da Secretaria do Tesouro Nacional. Ministério da Economia.
PARECER	000048/2022
Ementa	SEMAS. Concurso Público. Autorização Governamental. Cargos de nível superior e médio. Cabimento.
PARECER	000049/2022
Ementa	Servidor público demitido. Pedido de revisão. Improcedência. Ausência de fatos novos.
PARECER	000050/2022
Ementa	Exoneração e nomeação de membros da Comissão Gestora Tripartite da Meia Passagem Estudantil Intermunicipal. Análise jurídica.



PARECER 000051/2022

Ementa Convocação de Policiais Militares da Reserva Remunerada. Requisitos. Análise jurídica.

PARECER 000052/2022

Ementa Renovação de convocação de Policial Militar da Reserva Remunerada. Requisitos formais. Análise jurídica.

PARECER 000054/2022

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Acúmulo. Readaptação tornada sem efeito. Licitude da acumulação. Necessária comprovação da compatibilidade dos horários. Diligências.

PARECER 000055/2022

Ementa Secretaria de Estado de Administração Penitenciária. Gratificação de Risco de Vida. Majoração de percentual através de ato do Chefe do Poder Executivo. Autorização legal. Possibilidade. Minuta de Decreto.

PARECER 000056/2022

Ementa Membros eleitos do Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Estado. "Representação". Inclusão na base de cálculo do 13º salário e do adicional de férias.

PARECER 000057/2022

Ementa Renovação da convocação de Policiais Militares da Reserva Remunerada. Requisitos formais. Análise jurídica. Possibilidade.

PARECER 000058/2022

Ementa Renovação de convocação de Policial Militar da Reserva Remunerada. Requisitos formais. Análise jurídica.



PARECER 000059/2022

Ementa Protocolo de intenções. Banco da Amazônia. Plano de Aplicação dos Recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO). Análise jurídica.

PARECER 000060/2022

Ementa SEMAS e Banco Alemão de Desenvolvimento (KfW). Contrato de Cooperação Financeira para o Projeto de “Combate ao Desmatamento do Estado do Pará”. Contribuição financeira não-reembolsável. Exigência de Manual de Aquisições e Contratações. Minuta. Análise jurídica.

PARECER 000061/2022

Ementa Servidor público. Cargo exclusivamente comissionado. Averbação de tempo de serviço prestado na condição de temporário. Inexistência de diferenciação quanto a forma de investidura no cargo público.

PARECER 000063/2022

Ementa Exoneração e nomeação de membros do Conselho Estadual de Saúde (CES/PA). Análise jurídica.

PARECER 000064/2022

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial nº 008/2019 – PGE. Policial morto no exercício da atividade policial militar. Instrução processual completa. Cabimento. Análise jurídica.

PARECER 000065/2022

Ementa Renovação de convocação de Policial Militar da Reserva Remunerada. Requisitos formais. Análise jurídica.

PARECER 000067/2022

Ementa Lei Federal nº 9.504/1997. Condutas vedadas no período eleitoral. Estado de emergência. Doação de cestas básicas a famílias do



município de Marabá/PA. Cabimento. Decreto Estadual nº 2.114/2022. Decreto Estadual nº 796/2020. Análise jurídica.

PARECER

000068/2022

Ementa

Policial Militar. Processo Administrativo Disciplinar Simplificado. Novo pedido de revisão. Ausência de fatos novos. Recebimento do pedido como simples petição. Erro na apreciação dos fatos. Invalidade da decisão que aplicou a pena vergastada. Nova capitulação dos fatos. Caracterização dos fatos como graves, a ensejar aplicação de pena de onze dias de prisão. Competência do Governador do Estado para modificar a pena.

PARECER

000069/2022

Ementa

EC 109/2021 – Art. 168, § 2º, da Constituição Federal. Devolução ao Tesouro Estadual das sobras financeiras dos Poderes e entes autônomos. Possibilidade de compensação ao longo do exercício seguinte.

PARECER

000070/2022

Ementa

Alteração do Decreto nº 1.076, de 2021. Atualização das denominações das Secretarias. Comitê Gestor. Comitê Operacional. Análise de legalidade.

PARECER

000071/2022

Ementa

Servidor público. Gratificação de Risco de Vida (GRV). Elevação do percentual de 60% para 100% para todos os servidores do quadro de pessoal da SEAP. Minuta de anteprojeto de Lei.

PARECER

000072/2022

Ementa

Terminal Hidroviário de Santarém. Bem público. Atribuição de nome em homenagem a personalidade empresarial. Necessidade de Lei em sentido estrito. Anteprojeto de Lei. Análise jurídica.



PARECER 000073/2022

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Improbidade administrativa, lesão aos cofres públicos. Valimento. Ausência de provas das condutas imputadas. Absolvição. Arquivamento.

PARECER 000074/2022

Ementa Ex-servidores públicos. Falta grave. Processo Administrativo Disciplinar. Demissão. Pedido de revisão. Fatos novos. Juízo de admissibilidade exercido pela Polícia Civil. Aplicação dos Arts. 229 e SS. da Lei Estadual nº 5.810/94. Prevalência de decisão judicial transitada em julgado. Julgamento. Improcedência.

PARECER 000075/2022

Ementa Consulta. Evento Tempero de Origem. Secretaria de Estado de Turismo (SETUR). Análise jurídica.

PARECER 000076/2022

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Inassiduidade habitual configurada. Demissão.

PARECER 000077/2022

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Ausência de adequada instrução processual. Vício insanável. Declaração de nulidade parcial. Constituição de nova comissão processante.

PARECER 000078/2022

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Departamento de Trânsito do Estado do Pará (DETRAN). Inserção de dados falsos em sistema de informação. Ausência de notificação da acusada para as oitivas de testemunhas. Ausência de citação Regular dos acusados. Nulidade parcial do PAD.



PARECER	000079/2022
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Pagamento indevido de auxílio natalidade e salário família. Lesão aos cofres públicos. Improbidade. Demissão.
PARECER	000080/2022
Ementa	Minuta de Decreto. Autorização de abertura de licitação para concessão da exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade, gestão da segurança rodoviária e manutenção do nível de serviço do Subsistema Rodoviário do Estado do Pará (SREPA). Análise jurídica.
PARECER	000082/2022
Ementa	Projeto de Indicação nº 34/20. Gratificação de Risco de Vida para os servidores que desenvolvam atividades no Laboratório Central de Saúde Pública do Pará.
PARECER	000083/2022
Ementa	Consulta. Doação de bens inservíveis. Período eleitoral. Impossibilidade. Cessão de uso. Possibilidade. Art. 73, parágrafo 10º da Lei nº 9.504/97 e Manual de Orientações para Eleições 2022 – PGE/PA.
PARECER	000084/2022
Ementa	Nomeações de candidatos aprovados no concurso C-177. Possibilidade.
PARECER	000085/2022
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Infração aos Artigos 177, VI, 178, V, 190, IV, X – 1ª parte, XIII e XIX, todos da Lei Estadual nº 5.810, de 1994. Prestação de contas. Repreensão. Prescrição da pretensão punitiva. Análise jurídica.



PARECER	000086/2022
Ementa	Projeto de Lei. Regulamenta o Processo Administrativo Ambiental. Apuração das condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Aplicação das sanções cabíveis e conciliação ambiental no âmbito da Administração Pública do Estado do Pará. Manifestação sobre ajustes sugeridos pela SEMAS. Altera a Lei Estadual nº 5.752/1993 e Lei Estadual nº 5.887/1995. Análise Jurídica.
PARECER	000087/2022
Ementa	Designação de membro da Procuradoria-Geral do Estado – PGE junto ao Tribunal Administrativo de Recursos Fazendários – TARF. Possibilidade.
PARECER	000088/2022
Ementa	Parecer. Servidor Público reintegrado. Decreto governamental baseado em conclusão de comissão revisora que não imputa vícios na decisão, mas apenas a adequação da pena. Longo lapso entre a demissão e o pedido de revisão. Princípio do dever de mitigar o próprio prejuízo. Precedentes do STJ. Análise jurídica.
PARECER	000089/2022
Ementa	Processo Seletivo. Formação de quadro de reserva de estagiários de nível superior da Procuradoria-Geral do Estado. Minuta do edital. Análise jurídica.
PARECER	000091/2022
Ementa	Minuta de Decreto. Nome de Polo de Formação do 5º GBM/Marabá. Análise do instrumento jurídico cabível. Alteração por meio de Lei. Encaminhamento de Anteprojeto. Inteligência da Lei Estadual nº 7.064/2007.
PARECER	000092/2022
Ementa	Projeto de Lei autorizadora de Operação de Crédito Interna, com garantia da União. Projeto Asfalto por Todo o Pará.



PARECER	000093/2022
Ementa	Cancelamento de punição. Interpretação do Art. 80 da LC 022/94.
PARECER	000094/2022
Ementa	Minuta de Protocolo de Intenções. Análise jurídica.
PARECER	000095/2022
Ementa	Convocação de Policiais Militares da Reserva Remunerada. Requisitos formais. Análise jurídica.
PARECER	000096/2022
Ementa	Parecer. Programa Sua Casa. COHAB. Órgão executor. Publicação da relação dos beneficiários do Programa. Lei Estadual nº 8.967/2019. Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados. Análise jurídica.
PARECER	000097/2022
Ementa	Alteração de Lei autorizadora de Operação de Crédito Interna, com garantia da União. Programa FINISA II. Lei Estadual nº 8.899/2021.
PARECER	000098/2022
Ementa	Minuta de Edital de concurso público. Admissão ao Curso de Formação de Praças do Corpo de Bombeiros Militar do Pará (CBM/PA). Leis Estaduais nº 6.624/2004, 5.731/1992, 9.161/21. Análise jurídica.
PARECER	000099/2022
Ementa	Operação de Crédito Interna com garantia da União. Creches por Todo o Pará. Parecer jurídico do Manual de Instrução de Pleitos. Fevereiro de 2022.
PARECER	000100/2022
Ementa	Usinas da Paz. Denominação. Homenagem. Possibilidade.



PARECER 000101/2022

Ementa Servidor público civil. Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Prescrição do direito de punir. Análise jurídica.

PARECER 000102/2022

Ementa Servidor Policial Civil. Licença com vencimentos para frequentar Curso de Formação. Ausência de previsão legal específica. Precedentes.

PARECER 000103/2022

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar, apuração de conduta escandalosa. Art. 190, V, da Lei Estadual nº 5.810/94. Sugestão de demissão.

PARECER 000104/2022

Ementa Decreto Estadual visando a declaração de utilidade pública. Bem imóvel identificado. Possibilidade. Preenchimento dos requisitos indispensáveis ao ato. Publicação.

PARECER 000105/2022

Ementa Decreto Estadual visando a declaração de utilidade pública de imóveis. Ausência de documentos necessários à publicação do ato. Necessidade de preenchimento dos requisitos indispensáveis ao ato.

PARECER 000106/2022

Ementa Contratação direta. Dispensa em razão do valor. Art. 24, II da Lei Federal nº 8.666/93. Cotação eletrônica. Aquisição de camisas gola polo. Análise jurídica.

PARECER 000107/2022

Ementa Militar Estadual. Posse em cargo público civil permanente (Analista Judiciário). Transferência para a Reserva. Pleito de retorno ao



serviço ativo para retomada da carreira militar. Impossibilidade jurídica.

PARECER

000108/2022

Ementa

Minuta de Decreto. Dispõe sobre a denominação da ponte do Rio Meruú, localizada no km 49,80 da Rodovia PA-151. Análise do Instrumento Jurídico Cabível. Alteração por meio de Lei. Encaminhamento de Anteprojeto. Inteligência da Lei Estadual nº 7.064/2007. Análise jurídica.

PARECER

000109/2022

Ementa

Subsistema Rodoviário do Estado do Pará (SREPA). Atos necessários à instrução do Processo. Minutas de Decretos. Análise jurídica.

PARECER

000110/2022

Ementa

Exoneração e nomeação de membros do Conselho Estadual de Saúde (CES/PA). Análise jurídica.

PARECER

000111/2022

Ementa

Pensão Especial. Servidor civil. Acidente em serviço não configurado. Art. 160, II “c” da Lei Estadual nº 5.810/1994. Análise jurídica.

PARECER

000112/2022

Ementa

Cumprimento de decisão judicial. Polícia Civil do Estado do Pará. Promoção. Análise jurídica.

PARECER

000113/2022

Ementa

HANGAR – Centro de Convenções e Feiras da Amazônia. Contrato de Gestão nº 001/2016 – SETUR. Organização Social Pará 2000. Utilização do equipamento público durante a pandemia da COVID-19. Fato do príncipe. Necessidade de reparos e manutenção. Dever do Estado retornar o bem ao *status quo ante*. Análise jurídica.



PARECER	000114/2022
Ementa	SEDUC. Conselho Escolar. Recursos de Programa Federal (FNDE/PDDE). Suposta ausência de prestação de contas. Apuração de conduta desidiosa, improbidade administrativa e lesão aos cofres públicos. Processo administrativo disciplinar. Arquivamento. Análise jurídica.
PARECER	000115/2022
Ementa	Operação de Crédito Interna com garantia da União. Projeto Creches Por Todo o Pará. Minutas de Contrato de Empréstimo, garantia e contra garantia. Análise complementar ao 1010/2021. E/PA.
PARECER	000116/2022
Ementa	Policial militar. Transgressão disciplinar. Processo Administrativo Disciplinar Simplificado (PADS). Licenciamento a bem da disciplina. Recurso hierárquico. Análise jurídica.
PARECER	000117/2022
Ementa	Regime de Previdência Complementar (RPC). Minuta de Convênio de Adesão. Análise jurídica.
PARECER	000119/2022
Ementa	Anteprojeto de Lei. Alteração da Lei Complementar Estadual nº 142, de 16 de dezembro de 2021. Análise jurídica.
PARECER	000120/2022
Ementa	Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar, Apuração de desídia e insubordinação grave ao serviço. Art. 190, V e XIX da Lei Estadual nº 5.810/94. Demissão.
PARECER	000121/2022
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Assédio sexual. Menor de idade. Força da prova testemunhal.



PARECER 000122/2022

Ementa Operação de Crédito Interna com garantia da União. Projeto Creches por Todo o Pará. Minuta do contrato de empréstimo. Análise complementar aos Pareceres nº 1010/2021 e 115/2022.

PARECER 000124/2022

Ementa Minuta de Decreto que regulamenta o art. 17 da Lei Estadual nº 9.048, de 29 de abril de 2020. Necessidade e adequação de compatibilizar as atividades previstas na Política Estadual sobre mudanças climáticas e competências exercidas pelo Corpo de Bombeiros Militar.

PARECER 000127/2022

Ementa PARAPAZ. Ano eleitoral. Distribuição de bens, valores e benefícios. Programas sociais. Vedação legal. Exceções. Pagamento. Análise jurídica.

PARECER 000129/2022

Ementa Contrato administrativo. Contratação de serviços de consultoria geral, financiada com recursos de organismo financeiro internacional. Contrato por escopo. Compatibilização com Contrato nº 011/2021 – NGTM (execução de obras do Sistema Troncal de Ônibus da Região Metropolitana de Belém, incluindo a implantação do seu Sistema de Controle Operacional). Prorrogação do prazo de vigência e respectivo acréscimo de valor. Preenchimento cumulativo dos pressupostos firmados pelo TCU (Decisão nº 215/99).

PARECER 000130/2022

Ementa Pregão Eletrônico. Contratação de serviços de desinsetização, desratização e descupinização. Aprovação da minuta de edital pela assessoria jurídica (Art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93).

PARECER 000131/2022

Ementa Minuta de Decreto. Ativa, denomina e determina circunscrição de Unidade Operacional de Polícia Ostensiva na Polícia Militar do Pará.



PARECER	000132/2022
Ementa	Consulta. Convênio entre Município de Belém e Estado do Pará. Pendências relativas à RFB, ao SIOPE e ao SICONFI. Recursos provenientes de Emendas Parlamentares Individuais. Transferência voluntária. Período Eleitoral. Análise jurídica.
PARECER	000133/2022
Ementa	Servidor público. Procurador Autárquico e Fundacional. Pagamento de anuidade. Autarquia profissional. Análise jurídica.
PARECER	000134/2022
Ementa	Parecer. Contrato de prestação de serviços técnicos especializados de organização e realização do XXI Concurso Público para provimento de cargos de Procurador do Estado do Pará. Dispensa de licitação. Análise de minuta padrão apresentada pela CEBRASPE.
PARECER	000135/2022
Ementa	Militares estaduais. Conselho de Justificação. Instrução probatória insuficiente. Nulidade parcial. Constituição de novo Conselho de Justificação para complementação da fase instrutória.
PARECER	000137/2022
Ementa	Exoneração e nomeação de membro. Conselho Estadual de Trânsito. Análise jurídica.
PARECER	000138/2022
Ementa	Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA). Decreto Estadual nº 941/2020. Regulamentação e estruturação do Núcleo Permanente de Acompanhamento do PEAA (NPAA). Nomeações. Minutas de Decreto. Análise jurídica.



PARECER 000139/2022

Ementa Plano de Contratações Anual de Bens e Serviços Comuns da Administração Pública Estadual. Art. 12, VII, § 1º, da Lei nº 14.133/2021. Minuta de decreto. Análise jurídica.

PARECER 000140/2022

Ementa Decreto de utilidade pública. Atendimento dos requisitos legais. Publicação

PARECER 000141/2022

Ementa Minuta de Projeto de Lei. Proposta de reajuste de vencimento-base da carreira do Grupo Operacional de Perícias Técnico-Científicas do Estado do Pará. Análise jurídica.

PARECER 000142/2022

Ementa Solicitação de Manifestação. Possibilidade de prospecção em área de interesse.

PARECER 000143/2022

Ementa Reestruturação de órgão público. Criação de nova diretoria e respectivos cargos comissionados. Anteprojeto de Lei. Análise jurídica.

PARECER 000144/2022

Ementa Anteprojeto de Lei. Autorização de serviço público. Serviço de Transporte Público Intermunicipal de Passageiros na modalidade lotação de pequeno porte.

PARECER 000145/2022

Ementa Organização social. Gerenciamento de Hospitais de Campanha em Santarém, Breves e Itaituba. Supostas irregularidades. Processo administrativo de perda de qualificação como organização social.



Ausência de opinião fundamentada do titular da SESPÁ ao final do processo.

PARECER

000146/2022

Ementa

Ambiental. Procedimento Administrativo Infracional. Falecimento do autuado durante o trâmite procedimental. Impossibilidade de transferência da multa ao espólio. Punibilidade extinta com o falecimento se a multa não foi inscrita em dívida ativa. Princípio da Intranscendência da pena.

PARECER

000147/2022

Ementa

Licitações e contratos. Sistema de Registro de Preços. Ata de Registro de Preços. Partícipe. Contratação. Análise jurídica.

PARECER

000148/2022

Ementa

SEMAS. Concurso Público. Autorização Governamental. Cargos de nível superior e médio. Cabimento.

PARECER

000149/2022

Ementa

Alteração regulamento ICMS. Minuta de Decreto. Alteração de margem de valor agregado. Necessidade de observância ao Princípio da Anterioridade Anual e Nonagesimal. Inclusão de itens na cesta básica. Consideração na estimativa de receita da Lei Orçamentária.

PARECER

000150/2022

Ementa

Exoneração e nomeação de membros do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente CEDCA/PA. Possibilidade.

PARECER

000151/2022

Ementa

Decreto que “Altera dispositivos do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação RICMS-PA, aprovado pelo Decreto nº 4.676, de 18 de junho de 2001.”



PARECER 000152/2022

Ementa Licença sem remuneração. Contribuição previdenciária. Parâmetros a serem observados pela Administração.

PARECER 000153/2022

Ementa Exoneração de membro da Comissão de Mediação de Conflitos Fundiários (CMCF). Análise jurídica.

PARECER 000154/2022

Ementa SEDUC. Apuração de improbidade administrativa e lesão aos cofres públicos. Processo Administrativo Disciplinar. Absolução. Arquivamento. Análise jurídica.

PARECER 000155/2022

Ementa Processo de reconhecimento de dívida. Prestador de serviços. Fundo de Saúde da Polícia Militar (FUNSAU). Análise jurídica.

PARECER 000156/2022

Ementa Polícia Civil do Estado do Pará. Ex-estagiário. Pedido de pagamento de Bolsa-Estágio referente a período de recesso não gozado. Lei Federal nº 11.788/2008. Decreto Estadual nº 1.941/2017. Análise jurídica.

PARECER 000157/2022

Ementa Consulta. Transferências voluntárias. Convênios. Celebração em ano eleitoral. Contrapartida substancial. Parâmetros fixados na Lei de Diretrizes Orçamentárias em vigor.

PARECER 000158/2022

Ementa Minuta de Projeto de Lei que altera a Lei Estadual nº 6.712/2004. Análise jurídica.



PARECER 0000159/2022

Ementa Contrato de gestão. Apuração de infrações contratuais. Desqualificação. Devido processo legal. Análise jurídica.

PARECER 000160/2022

Ementa Proposta de Decreto. Minuta de Decreto. Internalização de Convênios CONFAZ. Isenção de ICMS nas saídas internas e interestaduais de veículo automotor adquirido por pessoas com deficiência física, visual, mental severa ou profunda, Síndrome de Down ou autistas. Isenção parcial para veículos com preço sugerido superior a R\$ 70.000,00. Possibilidade, condicionada a estudo de impacto orçamentário financeiro. Delegação de competência do Secretário de Estado da Fazenda. Compatibilidade com a Constituição do Estado.

PARECER 000161/2022

Ementa Anteprojeto de Lei. Sistema Integrado de Transporte Público da Região Metropolitana de Belém (SIT/RMB). Lei Estadual nº 9.049/2020. Lei Estadual nº 9.056/2020. Proposta de alteração legislativa. Autorização para exploração das linhas de transporte do SIT/RMB e respectivos terminais mediante concessão comum ou parceria público-privada. Análise jurídica.

PARECER 000162/2022

Ementa Projeto de Lei. Alteração de dispositivos da Lei nº 7.197, de 9 de setembro de 2008, que institui o auxílio-alimentação no âmbito do serviço público da Administração Direta, Autárquica e Fundacional, e dá outras providências. Análise jurídica.

PARECER 000163/2022

Ementa Processo Administrativo. Contrato de Gestão. Irregularidades no cumprimento do instrumento contratual. Desqualificação de Organização Social. Associação Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pacaembu. Análise Jurídica.



PARECER	000164/2022
Ementa	Lei Complementar Estadual nº 039/2002, com redação dada pela Lei Complementar Estadual nº 125/2019. Art. 98-A. Servidor não titular de cargo efetivo (“Estatutários não estáveis”). Inscrição no Regime Geral de Previdência Social (RGPS)
PARECER	000165/2022
Ementa	Exoneração e nomeação de membro do Conselho Estadual de Saúde (CES/PA).
PARECER	000166/2022
Ementa	Exoneração e nomeação de membro do Conselho Estadual de Saúde (CES/PA). Análise jurídica.
PARECER	000167/2022
Ementa	Conselho Penitenciário Estadual (COPEN). Conselho Estadual de Política Criminal e Penitenciária (CEPCP). Substituição de membros. Análise jurídica.
PARECER	000168/2022
Ementa	Nomeações de candidatos aprovados no Concurso C-209. Possibilidade.
PARECER	000169/2022
Ementa	Bens apreendidos pela Receita Federal do Brasil. Doação ao Estado mediante incorporação. Alienação pelo Estado a particulares. Leilão. Formalização de parceria com entidade privada sem fins lucrativos para realização de bazar.
PARECER	000170/2022
Ementa	Pensão especial. Servidor civil. Covid-19. Beneficiária habilitada. Termo inicial para pagamento. Cálculo. Instrução processual completa. Análise jurídica.



PARECER	000171/2022
Ementa	Alteração Regulamento ICMS. Minuta de Decreto. Internalização de convênios CONFAZ. Benefícios fiscais diversos. Simples prorrogação. Legalidade e constitucionalidade.
PARECER	000172/2022
Ementa	Organização do abastecimento de pescado no período da Semana Santa 2022. Minuta de Decreto. Análise jurídica.
PARECER	000173/2022
Ementa	Servidor público. Posse. Exercício. Exoneração <i>ex officio</i> . Análise jurídica.
PARECER	000174/2022
Ementa	Nomeações de candidatos aprovados no Concurso C-210. Possibilidade.
PARECER	000175/2022
Ementa	Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. PAD. Inassiduidade habitual. Demissão.
PARECER	000176/2022
Ementa	Servidor público. Nepotismo. Análise jurídica.
PARECER	000178/2022
Ementa	Termo de Acordo Extrajudicial - instrumento jurídico viável para a composição visando a reparação de danos ambientais irreparáveis decorrentes da atividade mineral - sem prejuízo da obrigação de fazer de recomposição ambiental. Legalidade. Distinção do TAC.
PARECER	000179/2022
Ementa	Servidor público. Tempo anterior prestado sob contratação temporária. Averbção para fins de Adicional por Tempo de Serviço (ATS).



PARECER	000180/2022
Ementa	Ex-servidor público. Falta grave. Processo Administrativo Disciplinar. Demissão. Pedido de revisão. Juízo de admissibilidade exercido pela Polícia Civil. Aplicação dos arts. 229 e ss. da Lei Estadual nº 5.810/94. Julgamento. Ausência de fatos novos. Improcedência.
PARECER	000181/2022
Ementa	Obras e serviços de engenharia. Licitação na modalidade Convite. Aditamento. Necessidades imprevistas. Superação do limite da modalidade Convite. Possibilidade.
PARECER	000182/2022
Ementa	Contrato de empréstimo com o New Development Bank (NDB). Programa Municípios Sustentáveis. Aditivo para substituição da Taxa Libor.
PARECER	000183/2022
Ementa	Contrato de investimento nº 044/2018-PGE. Contrato nº 026/2019-PGE. Fornecimento de licença de uso, implantação e serviço de suporte e manutenção do Sistema de Automação da Justiça para Procuradorias (SAJ). Inexecução contratual. Procedimento Administrativo Apuratório e Sancionatório. Relatório final. Julgamento. Análise jurídica.
PARECER	000184/2022
Ementa	Prêmio Aldir Blanc. Fomento ao Setor Cultural durante a pandemia. Lei Aldir Blanc. Ausência de prestação de contas. Medidas a serem adotadas pela Administração.
PARECER	000185/2022
Ementa	Nomeações de candidatos aprovados no Concurso C-177. Possibilidade.



PARECER	000186/2022
Ementa	Minuta de Decreto. Homologação de Resolução do Conselho Superior da Polícia Civil (CONSUP). Regimento Interno da Academia de Polícia Civil. Análise jurídica.
PARECER	000187/2022
Ementa	Consulta. FUNTELPA. Alteração da forma de pagamento de auxílio alimentação por meio de cartão-alimentação. Análise jurídica.
PARECER	000188/2022
Ementa	Processo de reconhecimento de dívida. Prestador de serviços. Fundo de Saúde da Polícia Militar (FUNSAU). Análise jurídica.
PARECER	000189/2022
Ementa	Contrato administrativo. Minuta do sexto termo aditivo. Incidência do artigo 57, §4º, da Lei nº 8.666/93. Análise jurídica.
PARECER	000190/2022
Ementa	Consulta. Núcleo de Gerenciamento de Transporte Metropolitano – NGTM. Remanejamento de interferências na BR-316. Custos. Responsabilidade. Cobrança judicial. Análise jurídica.
PARECER	000191/2022
Ementa	Contrato nº 015/2018-PGE. Serviços de limpeza e conservação. PGE – Regional de Santarém. Quarto aditivo contratual. Mudança no quadro societário da Empresa. Análise jurídica.
PARECER	000192/2022
Ementa	Anteprojeto de Lei. Estruturação da Carreira da Administração Fazendária e da Carreira da Administração Financeira. Análise jurídica.



PARECER	000193/2022
Ementa	Minuta de Projeto de Lei. Criação da Zona Econômica de Produtos e Serviços de Santa Izabel do Pará. Concessão de benefícios fiscais. Minuta de Decreto. Internalização de Convênios CONFAZ. ICMS. Concessão de crédito outorgado. Utilização de mão-de-obra carcerária e de egressos do Sistema Prisional. Zona Econômica de Produções e Serviços em Complexo Penitenciário localizado no Estado do Pará. Ausência de indicação dos parâmetros de cálculo. Ausência de estimativa de impacto orçamentário-financeiro.
PARECER	000194/2022
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Insubordinação grave em serviço. Não ocorrência. Procedimento desidioso. Não caracterização. Aplicação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Peculiaridades do caso concreto. Penalidade de repreensão. Prescrição da pretensão punitiva. Não incidência. Prescrição do direito de punir.
PARECER	000195/2022
Ementa	Recondução de membro da Procuradoria-Geral do Estado – PGE junto ao Tribunal Administrativo de Recursos Fazendários – TARF. Possibilidade.
PARECER	000196/2022
Ementa	Exoneração e nomeação de membros do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – CONSEANS. Análise jurídica.
PARECER	000197/2022
Ementa	Consulta. Fundação Pública. Termo de Colaboração e Fomento com entidades sem fins lucrativos. Ano eleitoral. Análise jurídica.
PARECER	000198/2022
Ementa	SEDEME. Anteprojeto de Lei. Institui o Fundo “Reconstruir”, com a finalidade de financiar, emergencialmente, pequenos e



microempreendedores afetados por adversidades econômicas decorrentes de desastres ou crises econômicas, no Estado do Pará. Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei Federal nº 4.320/1964. Lei Estadual nº 9.292/2021 (LDO/2022). Análise jurídica.

PARECER

000199/2022

Ementa

FUNSAU. Reconhecimento de dívida. Requerimento administrativo. Despesa de exercícios anteriores. Prescrição. Análise jurídica.

PARECER

000200/2022

Ementa

Organização Social. Gerenciamento de Hospitais de Campanha em Santarém, Breves e Itaituba. Processo Administrativo de Perda da Qualificação como Organização Social. Inexecuções contratuais comprovadas. Providências a adotar.

PARECER

000201/2022

Ementa

Lei Estadual nº 8.908/2019. Subsistema Ferroviário do Estado do Pará (SFEPa). Definição de projeto de caráter estratégico. Minuta de Decreto. Análise jurídica.

PARECER

000202/2022

Ementa

Minuta de Decreto. Comitê Gestor do Sistema Estadual sobre Mudanças Climáticas (COGES-CLIMA). Análise jurídica.

PARECER

000203/2022

Ementa

Concessão de Medalha. Medalha do Mérito Governador Lauro Sodré destinada a agraciar diversas personalidades civis e militares. Decreto Estadual nº 2.0008/2005. Discricionariedade do Exmo. Sr. Governador do Estado. Análise jurídica.

PARECER

000204/2022

Ementa

Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Infração disciplinar. Penalidade. Análise jurídica.



PARECER	000205/2022
Ementa	Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Infração disciplinar. Penalidade. Análise jurídica.
PARECER	000206/2022
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Incomunicabilidade das instâncias administrativa e criminal. Falta disciplinar caracterizada. Demissão.
PARECER	000207/2022
Ementa	Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Falta grave. Manutenção do enquadramento da conduta como improbidade administrativa. Sugestão de demissão e conversão de exoneração em destituição de cargo em comissão, ambas com a nota “a bem do serviço público”.
PARECER	000208/2022
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. DETRAN. Inserção de dados falsos. Falta grave. Valimento. Improbidade. Demissão. Nulidade parcial do PAD em relação a um dos acusados. Ausência de investigação acerca de um dos processos integrantes do rol de condutas investigadas.
PARECER	000209/2022
Ementa	Nomeação de membros do Conselho Estadual de Regulação e Controle de Serviços Públicos – CONERC. Análise jurídica.
PARECER	000210/2022
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Policial civil. Abuso sexual de detenta. Procedimento irregular e natureza grave. Demissão à bem do serviço público, Improbidade administrativa.



PARECER	000211/2022
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. DETRAN. Ausência de protocolo de contestação em processo judicial. Transferência irregular de jurisdição e propriedade de veículo. Inserção de dados falsos no sistema da Autarquia Estadual. Análise Jurídica.
PARECER	000212/2022
Ementa	Projeto de Lei. Abertura de crédito especial. Exercício de 2022. Dotação orçamentária: “COVIDPARÁ”. Aspectos formal e material. Constitucionalidade e legalidade. Análise jurídica.
PARECER	000213/2022
Ementa	Ponte Baía do Guajará. Rota Belém Barcarena. Impossibilidade de desapropriação. Escala federativa descendente. Outros instrumentos possíveis (cessão de uso, concessão de uso, autorização e permissão de uso). Consulta à SPU.
PARECER	000215/2022
Ementa	Exoneração e nomeação de membros do Conselho Estadual de Trânsito (CETRA/PA). Análise jurídica.
PARECER	000216/2022
Ementa	Licitação Pública. Pregão eletrônico. Serviços de limpeza, conservação e higienização, com fornecimento de materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários. Qualificação técnico-operacional. Comprovação de experiência anterior de prestação dos serviços em unidades de saúde.
PARECER	000217/2022
Ementa	Fundação PARÁPAZ. Transferência de recursos a entidades privadas sem fins lucrativos. Análise da viabilidade em face das vedações em ano eleitoral.



PARECER	000218/2022
Ementa	Abono de permanência. Servidores Estatutários não estáveis. Impossibilidade de concessão.
PARECER	000219/2022
Ementa	Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Infração disciplinar. Penalidade. Análise jurídica.
PARECER	000220/2022
Ementa	Polícia Civil. Pedido de revisão. Demissão. Fato novo. Sentença absolutória. Ausência de provas. Novas provas. Análise jurídica.
PARECER	000221/2022
Ementa	Minuta de Decreto. Substituição tributária. Bases de cálculo possíveis. Adoção da margem de valor agregado como regra geral. Aumento de carga tributária. Necessidade de observância ao Princípio da Anterioridade Anual e Nonagesimal. Inclusão de itens no Anexo XIII do RICMS/PA. Necessidade de observância ao Princípio da Anterioridade.
PARECER	000222/2022
Ementa	Anteprojeto de Lei. ITCD. Retenção e recolhimento do Imposto. Responsabilidade atribuída a entidades de previdência complementar, seguradoras e instituições financeiras. VGBL. Incidência de ITCD. Impossibilidade. Natureza securitária. Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.
PARECER	000223/2022
Ementa	Lei Complementar Federal nº 173/2020 (Art. 8º, IX e § 8º). Suspensão da contagem do tempo de serviço entre 28.05.2020 e 31.12.2021, para todos os fins, especialmente do Adicional por Tempo de Serviço (ATS). Desconsideração desse tempo quando da retomada da contagem em Janeiro/22, Exceção feita quanto aos



servidores públicos civis e militares das áreas de saúde e segurança pública.

PARECER 000224/2022

Ementa Consulta. Núcleo de Gerenciamento de Transporte Metropolitano (NGTM). Apólices de seguros. *Performance Bond*. Lei de Licitações. Circular SUSEP nº 477/2013. Análise jurídica.

PARECER 000225/2022

Ementa Exoneração e nomeação do Presidente do Conselho Estadual Penitenciário – COPEN. Análise jurídica.

PARECER 000226/2022

Ementa Averbação de Tempo de Serviço de cargos exclusivamente comissionados - vínculos pretéritos - Adicional por tempo de serviço.

PARECER 000227/2022

Ementa Lei Federal nº 9.504/1997. Condutas vedadas ao Agente Público no período eleitoral. Utilização de logomarca institucional. Manual de Orientações – Eleições 2022. Análise jurídica.

PARECER 000228/2022

Ementa Pregão eletrônico. Contratação de Plataforma de Inteligência Empresarial com base de dados própria, suporte e manutenção. Aprovação das Minutas de Edital e Contrato pela Assessoria Jurídica. Art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93 e Art. 6º, VII, da Lei Estadual nº 6.474/02.

PARECER 000229/2022

Ementa Regularização fundiária. Valor da Terra Nua. Decreto nº 1.684, de 29.06.2021. Processos de regularização fundiária já concluídos sob a égide de legislação anterior. Decreto com efeito imediato e geral a partir de sua publicação, respeitado o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada. Princípios da Segurança Jurídica,



interesse público e *tempus regit actum*. Impossibilidade de aplicação retroativa.

PARECER 000230/2022

Ementa Pagamento de plantão. Feriado municipal. Legislação regente. Análise jurídica.

PARECER 000231/2022

Ementa Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará (IGEPPS). Lei Estadual nº 9.322/2021. Remuneração do Grupo Magistério. Aplicação a inativos e pensionistas. Garantia de Paridade e Integralidade dos benefícios previdenciários. Lei Complementar Estadual nº 039/2002. Análise Jurídica.

PARECER 000232/2022

Ementa Nomeações de candidatos aprovados no Concurso C-177. Possibilidade.

PARECER 000233/2022

Ementa Operação de crédito externa com garantia da União. Aditivo para substituição da taxa Libor. CAF – Comissão Andina de Fomento. Programa Infraestrutura Rodoviária do Pará. Regularidade jurídica.

PARECER 000234/2022

Ementa Promoção por Ato de Bravura. Recurso administrativo intempestivo. Não conhecimento.

PARECER 000235/2022

Ementa Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE). Lei Complementar Estadual nº 020/1994 (Revogada pela Lei Complementar Estadual nº 081/2012). Lei Estadual nº 8.037/2014. Resolução nº 13.002/1994. Plano de Classificação de Cargos e Salários (PCCS). Enquadramento e progressão funcionais. Processo Judicial nº 0048207-62.2010.8.14.0301. Acórdão nº 2775116-TJPA. Coisa julgada



material interpartes. Efeitos. Não extensível a terceiros estranhos à relação processual. Análise jurídica.

PARECER

000237/2022

Ementa

Ex-servidor civil. Pedido de conversão em valores de licença-prêmio não usufruída em atividade. Estudo nº 001/2018-PGE. Indeferimento.

PARECER

000238/2022

Ementa

Concessão de Medalha do Mérito Tiradentes. Possibilidade.

PARECER

000239/2022

Ementa

Servidor público. Delegado de Polícia Civil. Processo Administrativo Disciplinar. Transgressões disciplinares de natureza grave. Sugestão de demissão.

PARECER

000240/2022

Ementa

Bombeiro Militar. Promoção de 21 de abril. Antiguidade. Minuta de Decreto. Análise jurídica.

PARECER

000241/2022

Ementa

Eleições 2022. Gastos com publicidade. Despesas que excedam a média dos gastos no primeiro semestre dos três últimos anos que antecedem o pleito. Conduta vedada. Art. 73, VII da Lei Federal nº 9.504/97. Possíveis exceções devem ser objeto de consulta prévia à Procuradoria Geral do Estado - PGEPA para eventual autorização pela Justiça Eleitoral.

PARECER

000242/2022

Ementa

Bombeiro Militar Estadual. Oficial. Promoção em ressarcimento de preterição. Preenchimento dos requisitos legais reconhecido pela Comissão de Promoção de Oficiais-CPO.



PARECER	000243/2022
Ementa	Parecer. Contrato de prestação de serviços técnicos especializados de organização e realização do XXI Concurso Público para provimento de cargos de Procurador do Estado do Pará. Dispensa de licitação. Análise das minutas da proposta de serviços, do contrato, do ofício de envio de dados e do termo de compromisso.
PARECER	000244/2022
Ementa	Servidor Público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Infração disciplinar. Penalidade. Análise Jurídica.
PARECER	000245/2022
Ementa	Aquisição de pacote de Cursos Forum. Análise acerca da possibilidade de pagamento antecipado.
PARECER	000246/2022
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Polícia Civil. Pedido de valor para liberação de veículo. Corrupção passiva. Valimento. Improbidade Administrativa. Análise Jurídica. Demissão.
PARECER	000247/2022
Ementa	Polícia Militar Estadual. Promoção de Oficiais do dia 21 de Abril de 2022. Antiguidade e Merecimento. Minuta de Decreto. Análise Jurídica.
PARECER	000248/2022
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Policial Civil. Violação ao art.74, incisos IX, XIX, XXX e XXXIV da Lei Complementar Estadual nº 22/94. Disparo indevido de arma de fogo. Demissão. Análise Jurídica.
PARECER	000249/2022
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Ex-servidor público temporário. Desídia. Aplicação de penalidade de demissão.



PARECER	000250/2022
Ementa	Termo de adesão. Acordo de Cooperação Técnica. Programa “Patrulha Maria da Penha”. Análise jurídica.
PARECER	000251/2022
Ementa	Minuta de Decreto. Convoca a V Conferência Estadual de Saúde Mental (V CESM/PARÁ). Análise jurídica.
PARECER	000252/2022
Ementa	Militar. Pedido de reconsideração. Apelo que não deve ser conhecido.
PARECER	000253/2022
Ementa	Decreto Executivo. Necessidade de Resolução do Conselho do Fundo Gestor. Análise jurídica.
PARECER	000254/2022
Ementa	Contrato administrativo. Aquisição de copos descartáveis. Sistema de Registro de Preços. Ata de Registro de Preços nº 007/2022-SEPLAD. Análise jurídica.
PARECER	000255/2022
Ementa	Primeiro aditivo. Contrato de fornecimento de Energia Elétrica (UC 1948022). Fornecedor/Concessionário exclusivo. Acréscimo de 25% do valor contratado. Art. 65, I, “B” e §1º da Lei nº 8.666/1993. Análise jurídica.
PARECER	000256/2022
Ementa	Aplicação do chamado Teto 100 a Defensores Públicos inativos e seus pensionistas. Necessidade de aplicação do subteto do funcionalismo público. Distinção entre as ações constitucionais paradigmas e o caso concreto. Impossibilidade de afastamento do subteto administrativamente, sem previsão legal. Indeferimento que se impõe.



PARECER	000257/2022
Ementa	Minuta de Decreto. Regulamenta os procedimentos, competências e quantitativos para as indicações e propostas de concessões de méritos e condecorações do Corpo de Bombeiros Militar do Pará (CBMPA). Análise jurídica.
PARECER	000259/2022
Ementa	Pedido de reenquadramento. Tempo de efetivo exercício. Pedido do servidor. Análise jurídica. (SUPEROU O PARECER Nº 000482/2021).
PARECER	000260/2022
Ementa	Policial Civil. Promoção por Ato de Bravura. Concessão da Medalha Ato de Bravura Policial Civil. Análise jurídica.
PARECER	000261 /2022
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. DETRAN. Transferência irregular de jurisdição e propriedade de veículo. Inserção de dados falsos no Sistema da Autarquia Estadual. Análise Jurídica.
PARECER	000263/2022
Ementa	Tornar sem efeito nomeação. Concurso Público C-211. Junta Comercial do Estado do Pará – JUCEPA.
PARECER	000264/2022
Ementa	Tornar sem efeito nomeação. Concurso Público C-209. Procuradoria-Geral do Estado.
PARECER	000265/2022
Ementa	Anteprojeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Exercício Financeiro de 2023. Análise jurídica.



PARECER	000266/2022
Ementa	Requerimento. Procurador do Estado. Ajuda de Custo. Aplicação do Art. 150 do RJU. Decreto nº411/95. Requisitos. Análise Jurídica.
PARECER	000267/2022
Ementa	Unidade de Conservação de Proteção Integral. Refúgio de vida silvestre. Ampliação da área. Possibilidade pelo mesma espécie de instrumento normativo de criação. Requisitos para criação. Sistema Nacional de Unidades de Conservação- SNUC (Lei nº 9.985/2000). Estudos técnicos e consulta pública prévios. Atendimento aos requisitos legais.
PARECER	000268/2022
Ementa	Contrato de gestão. Apuração de infrações contratuais. Desqualificação. Devido Processo Legal. Competência para o Ato. Demais penalidades. SESPA. Providências complementares. Análise jurídica.
PARECER	000269/2022
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Policial Civil. Infrações disciplinares. Exigência de valores. Concussão. Improbidade Administrativa. Prescrição. Ausência de comprovação de participação nos fatos apurados. Demissão. Absolvição.
PARECER	000270/2022
Ementa	Nomeação. Conselho Estadual. Exoneração e nomeação de membros do Conselho Estadual de Política Criminal e Penitenciária (CEPCP). Análise jurídica.
PARECER	000271/2022
Ementa	Nomeação e recondução de membros para o Conselho Fiscal da Empresa de Assistência Técnica e Extensão rural do Estado do Pará (EMATER). Análise jurídica.



PARECER 000272/2022

Ementa Anteprojeto de Lei. Iniciativa do Executivo. Alteração do critério para aferição dos beneficiários do Programa “VALE GÁS”. Necessária alteração do Decreto regulamentador. Análise Jurídica.

PARECER 000273/2022

Ementa Nomeação de candidato aprovado no Concurso C-173. Secretaria de Estado de Educação (SEDUC). Possibilidade.

PARECER 000276/2022

Ementa Contratação por prazo determinado. Lei Federal nº 9.504, de 12 de novembro de 1997. Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000. Análise Jurídica.

PARECER 000277/2022

Ementa Estágio obrigatório. Acordo de Cooperação. Ausência de transferência de recursos financeiros. Parcerias da Administração Pública. Instrução processual. Análise Jurídica.

PARECER 000278/2022

Ementa Contrato Administrativo. Indenização às ex-contratadas. Pagamento por meio de Despesas de Exercícios Anteriores (DEA). Termo inicial da prescrição para cobrança da dívida. Silêncio administrativo. Requisitos para pagamento via DEA.

PARECER 000279/2022

Ementa Servidor público demitido. Pedido de revisão. Improcedência. Ausência de fatos novos.

PARECER 000281/2022

Ementa Exoneração e Nomeação de Membros do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA/PA. Possibilidade



PARECER	000282/2022
Ementa	Atividade minerária em área de reserva legal. Possibilidade. Pareceres desta Procuradoria-Geral do Estado uníssonos. <i>Status</i> de interesse nacional.
PARECER	000283/2022
Ementa	Ex-Procurador do Estado do Pará. Novo Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Sugestão de nova pena de demissão. Competência do Conselho Superior da PGE/PA para proferir decisão sobre PAD envolvendo Procurador do Estado. Aplicação da pena pelo Governador do Estado.
PARECER	000284/2022
Ementa	Minuta de Decreto. Substituição Tributária. Diferença entre base de cálculo presumida e base de cálculo real. Restituição de indébito. Compensação de ofício. Impossibilidade. Ausência de liquidez e exigibilidade do imposto complementar. Alterações redacionais. Possibilidade.
PARECER	000285/2022
Ementa	Servidora Pública. Pedido para acompanhar cônjuge Militar. Inteligência do art. 152 do Estatuto dos Militares.
PARECER	000286/2022
Ementa	Regime de Previdência Complementar (RPC). Minuta de Convênio de Adesão. Minuta de Termo de Concessão da Certificação Institucional Nível II. Análise Jurídica Complementar.
PARECER	000287/2022
Ementa	Exoneração e Nomeação de Membros para o Conselho Gestor do Programa de Proteção à Criança e Adolescentes Ameaçados por Morte - PPCAAM. Análise Jurídica.



PARECER	000288/2022
Ementa	Consulta. Eleições 2022. Realização de evento pelo Poder Público. Análise Jurídica. Consulta. Eleições 2022. Realização de evento pelo Poder Público. Distribuição de bens. Inexistência de gratuidade. Ano Eleitoral. Análise Jurídica.
PARECER	000289/2022
Ementa	Promoção por Ato de Bravura. Preenchimento dos requisitos formais. Possibilidade.
PARECER	000290/2022
Ementa	Nomeação. Defensor Público-Geral do Estado. Viabilidade de assinatura de Decreto. Análise Jurídica.
PARECER	000291/2022
Ementa	Ex-Policial Militar Estadual. Conselho de Disciplina. Exclusão a bem da disciplina. Sucessivas tentativas de anulação da penalidade disciplinar e reintegração à corporação. “Pedido de Acordo”. Descabimento.
PARECER	000292/2022
Ementa	Nomeação de Membros para o Conselho de Juventude do Estado do Pará - COJUEPA. Análise Jurídica.
PARECER	000293/2022
Ementa	Parceria entre a PGE e a Faculdade de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado (FABIB/UFPA). Projeto de Extensão voltado à Base de Dados LexPGE. Inviabilidade Jurídica de equiparação ao projeto de extensão ao Estágio de Estudantes, para fins de enquadramento dos alunos como estagiários obrigatórios da PGE.



PARECER	000294/2022
Ementa	Decreto Estadual nº 2.117/2022. “Programa Recomeçar”. Prorrogação do prazo de cadastramento das famílias beneficiárias. Minuta de Decreto. Análise Jurídica.
PARECER	000295/2022
Ementa	Credenciamento de Advogados. Minuta de Termo de Referência. Análise Jurídica.
PARECER	000296/2022
Ementa	Minuta de Decreto. Internalização de Convênios CONFAZ. Isenção de ICMS sobre o consumo de energia elétrica por unidades consumidoras onde existam pessoas usuárias de equipamentos de autonomia limitada, vitais à preservação da vida humana e dependentes de energia elétrica. Possibilidade, condicionada a estudo de impacto orçamentário financeiro dos dois exercícios financeiros seguintes.
PARECER	000297/2022
Ementa	Pedido de Reconsideração. Processo Administrativo Disciplinar Simplificado (PADS). Análise Jurídica.
PARECER	000298/2022
Ementa	Nomeação de membros para o Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH.
PARECER	000299/2022
Ementa	Minuta de Decreto. Redução de base de cálculo. Fornecimento de alimentação por bares, restaurantes e estabelecimentos similares. Autorização do Convênio ICMS nº 91/2012. Art. 14 da Lei Complementar nº 101/2001. Ausência de estimativa de impacto orçamentário-financeiro nos dois exercícios subsequentes. Ausência de indicação das medidas de compensação da renúncia de receitas.



PARECER	000300/2022
Ementa	Minuta de Decreto. Regulamentação do Fundo Especial de Bombeiros (FEBOM). Análise Jurídica.
PARECER	000301/2022
Ementa	Ações voltadas à promoção e divulgação do turismo no Estado do Pará. Ano Eleitoral.
PARECER	000302/2022
Ementa	Contrato de Empréstimo. Projeto Municípios Sustentáveis. CAF – Comissão Andina de Fomento. Primeiro termo aditivo. Substituição da taxa LIBOR. Regularidade e conformidade com a Legislação Brasileira.
PARECER	000303/2022
Ementa	Proposta de Decreto. Minuta de Decreto. SIARE. Arrecadação de Receitas Estaduais. Utilização de DAE. Alegadas dificuldades técnicas. Autorização temporária para emissão de boleto bancário. Ausência de justificativa plausível. Informações conflitantes com o processo SAJ 2021.02.000386.
PARECER	000304/2022
Ementa	Licitações e Contratos. Pregão eletrônico. Ata de Registro de Preços. Participação. Minuta Contratual. Análise Jurídica.
PARECER	000305/2022
Ementa	Minuta de Lei de Regionalização dos Serviços de Saneamento Básico. Minuta de Lei Complementar Estadual que institui as Microrregiões de Saneamento Básico do Estado do Pará. Aspectos ambientais. Análise Jurídica



PARECER 000306/2022

Ementa Pedido de reconsideração. Decisão em revisão. Impossibilidade. Inexistência de elementos para autotutela. Recurso não deve ser conhecido.

PARECER 000307/2022

Ementa Acordo de Cooperação Técnica. Programa “Patrulha Maria da Penha”. Pedido de adesão formulado pelo Município de Barcarena. Requisitos. Análise jurídica

PARECER 000308/2022

Ementa Desapropriação. Imóvel urbano. Documentos indispensáveis para expedição do Decreto de Utilidade Pública. Preenchimento dos requisitos indispensáveis ao ato. Publicação.

PARECER 000309/2022

Ementa Junta Comercial do Pará (JUCEPA). Servidores públicos. Carreira. Progressão Funcional e Promoção. Minuta de Anteprojeto de Lei. Análise Jurídica.

PARECER 000310/2022

Ementa Licitações e Contratos. Concessão de trechos integrantes do Subsistema Rodoviário do Estado do Pará (SREPA). Minutas de Edital e Contrato. Análise jurídica.

PARECER 000311/2022

Ementa Pensão Especial. Servidor Civil. COVID-19. Beneficiário habilitado. Termo inicial para pagamento. Cálculo. Instrução processual completa. Análise Jurídica.

PARECER 000312/2022

Ementa Exoneração e Nomeação de Membro para o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Difusos (CEDDD). Lei Complementar nº 23/1994. Análise Jurídica.



PARECER 000313/2022

Ementa Tornar sem efeito nomeação. Concurso Público C-209. Procuradoria-Geral do Estado do Pará.

PARECER 000314/2022

Ementa Pedido de revisão. Polícia Civil. Servidor público demitido. Ausência de fatos novos. Análise jurídica.

PARECER 000315/2022

Ementa Consulta. Revisão geral anual da remuneração dos membros e servidores da Defensoria Pública do Estado do Pará. Situação dos ocupantes de cargos em comissão e dos Consultores Jurídicos. Análise jurídica.

PARECER 000316/2022

Ementa Minuta de Decreto. Internalização de protocolos de ICMS. Substituição Tributária. Inclusão de mercadorias na lista de mercadorias sujeitas ao regime. Adequação aos Atos Normativos do CONFAZ. Majoração indireta de tributo. Criação de nova relação jurídica. Necessidade de obediência ao princípio da anterioridade.

PARECER 000317/2022

Ementa Curso de Visual LAW. “Oficina Direito & Design”. Serviço Técnico Especializado. Inexigibilidade de licitação. Artigo 25, II, da Lei nº 8.666/1993. Minuta de contrato administrativo. Análise Jurídica.

PARECER 000318/2022

Ementa Bombeiro Militar. Promoção *post mortem*. Pensão Especial Militar. Análise Jurídica.

PARECER 000319/2022

Ementa Parecer Jurídico padrão Manual de Instrução de Pleitos da Secretaria do Tesouro Nacional. FINISA II. 4º Termo Aditivo. Alteração decorrente da modificação da Lei autorizadora.



PARECER 000320/2022

Ementa Alteração de Lei autorizadora de operação de crédito interna, com garantia da União. Programa Asfalto por todo o Pará II. Lei Estadual n.º 9.518/2022.

PARECER 000321/2022

Ementa Nomeação de Membros do Conselho Estadual de Meio Ambiente do Pará (COEMA). Convalidação. Possibilidade.

PARECER 000322/2022

Ementa Contribuições Previdenciárias descontadas indevidamente. Responsabilidade pelo ressarcimento. Análise jurídica.

PARECER 000323/2022

Ementa Concessão de diárias e de ajudas de custo. Curso no Exterior. Servidor Militar. Possibilidade Jurídica.

PARECER 000325/2022

Ementa Contagem de tempo de serviço. Contribuição Previdenciária. Promoção de Praça. Necessidade de encaminhamento à Polícia Militar.

PARECER 000326/2022

Ementa Contratação por prazo determinado. Lei Federal nº 9.504, de 12 de novembro de 1997. Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000. Análise Jurídica.

PARECER 000327/2022

Ementa Pensão Especial. Servidor civil. COVID-19. Beneficiário habilitado. Termo inicial para pagamento. Cálculo. Instrução processual completa. Análise Jurídica.



PARECER	000328/2022
Ementa	Consulta. Fundação Cultural do Estado do Pará (FCP). Pagamento de contratos de cachês artísticos após o dia 02 de julho de 2022 - três meses antes do pleito eleitoral. Artigo 75 da Lei nº 9.504/1997. Manual de Orientações Eleições 2022 (PGE/PA). Análise Jurídica.
PARECER	000329/2022
Ementa	Cumprimento de decisão judicial. Polícia Militar do Estado do Pará. Promoção. Análise Jurídica.
PARECER	000330/2022
Ementa	Segurança Pública. Atuação integrada entre entes federativos. Política Estadual de apoio aos Órgãos Municipais de Segurança Pública. Minuta de decreto. Análise jurídica.
PARECER	000331/2022
Ementa	Servidora pública. Averbação de Tempo de Serviço. Análise Jurídica.
PARECER	000333/2022
Ementa	Designação de Membros da Procuradoria-Geral do Estado (PGE) junto ao Tribunal Administrativo de Recursos Fazendários (TARF). Possibilidade. Análise Jurídica.
PARECER	000334/2022
Ementa	Requerimento Administrativo. Vantagens pecuniárias que o servidor deixou de perceber em decorrência de seu falecimento. Análise Jurídica.
PARECER	000336/2022
Ementa	Danos ao Erário. Multa de trânsito. Ressarcimento. Análise Jurídica.



PARECER 0000337/2022

Ementa PAD. Presunção de que o disciplinado se encontra em local incerto e não sabido. Ausência de tentativas de notificação pessoal. Notificação prévia por edital. Prejuízo à defesa. Nulidade.

PARECER 000338/2022

Ementa Anteprojeto de Lei. Alteração da Lei Complementar nº 061, de 24 de julho de 2007, que institui a Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas – FAPESPA e dá outras providências. Análise jurídica.

PARECER 000339/2022

Ementa Escola Superior de Advocacia Pública (ESAP). Minuta do Regimento Interno. Análise Jurídica.

PARECER 000340/2022

Ementa Conselho Estadual de Segurança Pública (CONSEP). Resolução nº 440/2022. Aprovação do Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social – PESPDS/PA-2022/2031. Homologação por Ato do Governador do Estado. Decreto.

PARECER 000341/2022

Ementa Polícia Militar. Concurso. Exclusão de candidatos. Pedido de revisão administrativa. Lei nº 8.972/2020. 000147/2021-PGE. Ausência de pressupostos legais. Coisa julgada material. Não conhecimento.

PARECER 000342/2022

Ementa Promoção. Policiais Civis. Antiguidade e Merecimento. Análise Jurídica.

PARECER 000343/2022

Ementa Primeiro termo aditivo ao Contrato Administrativo nº 007/2021. Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE). Prorrogação do



contrato. Inclusão de cláusula sobre tratamento de dados. Análise Jurídica.

PARECER 000344/2022

Ementa Programa “Creches por todo o Pará”. Lei Estadual nº 9.256/2021. Decreto Estadual nº 1.640/2021. Obras Públicas. Fiscalização. Inaplicabilidade dos arts. 3º e 5º do Decreto Estadual nº 870/2013. Minuta de Decreto. Análise Jurídica.

PARECER 000345/2022

Ementa Programa Sua Casa. Execução orçamentária. Período eleitoral. Análise jurídica.

PARECER 000346/2022

Ementa Minuta de Decreto. Internalização de Atos do CONFAZ. Ajuste SINIEF nº 5/2021. Instituição da Declaração de Conteúdo Eletrônica e da Declaração Auxiliar de Conteúdo Eletrônica. Reprodução exata do ajuste. Inexistência de óbice jurídico. Postergação da obrigatoriedade de uso da nota fiscal de energia elétrica eletrônica. Autorização pelo ajuste SINIEF nº 01/2022.

PARECER 000347/2022

Ementa Recurso administrativo. Pedido de reconsideração. Promoção por ato de bravura. Análise jurídica.

PARECER 000348/2022

Ementa Decreto Estadual. Situação de emergência nos Municípios de Ourém, Capitão Poço e Garrafão do Norte. Possibilidade Jurídica.

PARECER 000349/2022

Ementa Consulta oriunda da SESP. Servidores não titulares de cargos efetivos. Repercussões sobre o vínculo jurídico institucional e previdenciário. Análise jurídica.



PARECER	000350/2022
Ementa	Exoneração e nomeação de membros do Conselho Estadual de Saúde - CES/PA. Análise Jurídica
PARECER	000351/2022
Ementa	Exoneração de membros do Conselho Estadual de Cooperativismo (CECOOP). Análise Jurídica.
PARECER	000352/2022
Ementa	Alteração do Decreto nº 1.894/2021. Adequação às alterações legais. Critério para aferição dos beneficiários do programa “Vale Gás”. Análise jurídica.
PARECER	000353/2022
Ementa	Sobrestamento de pedido de revisão. Decisão Judicial em Revisão Criminal. Efeitos limitados. Análise Jurídica.
PARECER	000354/2022
Ementa	Servidor público. Tempo de serviço anterior como exclusivamente comissionado e como temporário. Averbação para fins de aposentadoria, Adicional por Tempo de Serviço (ATS) e Licença-Prêmio (LP).
PARECER	000355/2022
Ementa	Consulta. XXV Feira Panamazônica do Livro e das Multivozes. Secretaria de Estado de Cultura (SECULT). Ano eleitoral. Análise jurídica.
PARECER	000356/2022
Ementa	Medalha General Ferreira Coelho - Dedicação aos Estudos. Polícia Militar. Concessão. Competência do Exmo. Sr. Governador do Estado. Análise Jurídica. Possibilidade.



PARECER	000357/2022
Ementa	Sistema de Registro de Preços. Cancelamento da Ata de Registro de Preços (ARP). Reabertura da licitação e celebração de nova ARP, em condições diversas da proposta vencedora. Análise sobre possível inexequibilidade do preço vencedor. Providências possíveis a serem adotadas pela Administração.
PARECER	000358/2022
Ementa	Convênio. Convocação de Militares pertencentes à reserva remunerada para desenvolvimento de atividades no serviço de segurança do Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Análise Jurídica.
PARECER	000359/2022
Ementa	Lei Federal nº 9.504/1997. Condutas vedadas ao agente público no período eleitoral. Manual de Orientações PGE/PA - eleições 2022. Eventos na área cultural e do turismo. Recursos oriundos de emenda parlamentar. Parcerias. Lei Federal nº 13.019/2014. Decreto Estadual nº 1.835/2017. Análise Jurídica.
PARECER	000360/2022
Ementa	Nomeação de candidato aprovado no Concurso C 209. Procuradoria-Geral do Estado do Pará (PGE). Possibilidade.
PARECER	000362/2022
Ementa	SEDUC. Entrega de uniformes escolares. Distribuição gratuita de bens. Art. 73, §10 da Lei Federal nº 9.504/1997. Conduta vedada ao agente público em período eleitoral. Manual de Orientações PGE/PA - Eleições 2022.
PARECER	000363/2022
Ementa	Minuta de Decreto. Criação de grupo de trabalho. Plano Estadual de Transformação Digital. Análise Jurídica.



PARECER 000364/2022

Ementa Afastamento para estudo. Tempo de serviço. Contagem. Efeitos. Análise jurídica.

PARECER 000365/2022

Ementa Lei Federal nº 9.504/1997. Condutas vedadas aos agentes públicos no período eleitoral. Manual de Orientações PGE/PA - Eleições 2022. Evento na área cultural. Convênio. Transferência Voluntária de Recursos entre entes Federados. Análise jurídica.

PARECER 000367/2022

Ementa Consulta. Balcão de Direitos. Eleições. Lei das eleições. Vedações. Período eleitoral. Evento institucional. Emissão de documentos. Assistência jurídica. Atribuições de órgão. Ausência de vedação legal. Recomendações. Análise jurídica.

PARECER 000368/2022

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Transferência irregular de jurisdição e propriedade de veículo. Inserção de dados falsos no sistema do DETRAN/PA. Análise jurídica.

PARECER 000369/2022

Ementa Aquisição de pacote de cursos Fórum. Reanálise diante de novas circunstâncias e justificativas no processo.

PARECER 000370/2022

Ementa Regularização fundiária. Termo de cessão de uso de bem imóvel. Regularidade do instrumento. Interesse público. Observância dos requisitos legais. Possibilidade jurídica.

PARECER 000371/2022

Ementa Imóvel público estadual. Possibilidade de indenização por benfeitorias úteis e necessárias. Boa fé do detentor. Respeito a dignidade humana. Construção de lar modesto.



PARECER	000374/2022
Ementa	Minuta de Decreto. Internalização de atos do CONFAZ. Convênio ICMS 206/2021. Tratamento tributário diferenciado para operações com BIODIESEL B100. Possibilidade. Exigência de regularidade fiscal. Ressalva para créditos com exigibilidade suspensa.
PARECER	000375/2022
Ementa	DETRAN. Processo Administrativo Disciplinar. Conversão da exoneração em destituição de cargo em comissão. Análise jurídica.
PARECER	0000376/2022
Ementa	Auxílio-funeral. RJU/PA. Requerimento. Requisitos. Orientação Jurídica nº 23 - PGE. Comprovação. Concessão. Análise jurídica.
PARECER	000377/2022
Ementa	Servidor Público. Processo Administrativo Disciplinar. Falta grave. Valimento de cargo público. Manutenção da improbidade administrativa. Sugestão de conversão de exoneração em destituição de cargo em comissão, com a nota “a bem do serviço público”.
PARECER	000378/2022
Ementa	Exoneração e nomeação de membro para o Conselho Estadual de Educação- CEE. Análise jurídica. Possibilidade.
PARECER	000379/2022
Ementa	Pensão Especial Militar. Parecer Referencial nº 008/2019-PGE. Policial morto fora do exercício da atividade policial militar. Ausência de nexo de causalidade. Não cabimento. Análise jurídica.
PARECER	000380/2022
Ementa	Oficina de dança de salão. Projeto “PGE Cultural”. Contratação direta. Dispensa em razão do valor. Art. 24, II da Lei Federal nº



8.666/93. Cotação eletrônica fracassada e deserta. Ajuste direto pelo menor preço. Análise jurídica.

PARECER

000381/2022

Ementa

Requerimento de estabilização de policiais penais. Inconstitucionalidade. Afronta às regras constitucionais da contratação temporária e do concurso público. Disciplina do tema pelo artigo 4º, da EC 104/2019. Análise jurídica.

PARECER

000382/2022

Ementa

Segurança Pública. Despesas de caráter secreto ou reservado. Regulamentação do art. 2º, III do Decreto Estadual nº 1.180/2008. Minuta de instrução normativa. Utilização, processamento e comprovação de suprimento de fundos. Análise jurídica.

PARECER

000383/2022

Ementa

Processo Administrativo Disciplinar. Assédio sexual. Provas nos autos. Análise jurídica.

PARECER

000384/2022

Ementa

Instituição do Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Pará (CEPCT/PA) e criação do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Pará (MEPCT/PA). Anteprojeto de Lei. Análise jurídica.

PARECER

000385/2022

Ementa

Servidor Público. Falecimento. Conversão de licença-prêmio não gozada em pecúnia. Pleito de genitora. Adoção dos parâmetros previstos na legislação previdenciária estadual acerca dos “dependentes”. Renda mensal própria máxima e comprovação de dependência econômica.



PARECER

000386/2022

Ementa

Servidor Público. Verbas remuneratórias não percebidas em função do falecimento. Pleito de genitora. Adoção dos parâmetros previstos na legislação previdenciária estadual acerca dos “dependentes”. Renda mensal própria máxima e comprovação de dependência econômica.

PARECER

000387/2022

Ementa

Minuta de Anteprojeto de Lei Complementar. Altera a Lei Complementar nº 053, de 7 de fevereiro de 2006, que “Dispõe sobre a organização básica e fixa o efetivo da Polícia Militar do Estado do Pará (PMPA)”. Análise jurídica.

PARECER

000388/2022

Ementa

Militares Estaduais. Acumulação de cargo militar do quadro de oficiais de saúde com cargo privativo de profissional de saúde, com profissão regulamentada.

PARECER

000389/2022

Ementa

Câmara de Compensação Ambiental. Natureza da compensação ambiental. Evolução histórica da legislação federal e estadual. Natureza das ações compreendidas pelo percentual de 20% do art. 6º-O da Lei Estadual nº 8.633/2018. Poder regulamentar da Administração Pública Estadual. Planos de aplicação/trabalho 80% da compensação ambiental. Da prioridade na aplicação dos recursos. Base de cálculo para incidência dos 20%.

PARECER

000390/2022

Ementa

Decreto Estadual. Situação de emergência nas regiões de integração do Estado do Pará, Rio Caeté, Rio Capim e Guamá. Possibilidade jurídica.



PARECER 000391/2022

Ementa Servidor público. Cessão da Universidade Federal do Pará (UFPA) para o Estado do Pará. Remuneração do cargo efetivo. Reembolso. Ônus.

PARECER 000392/2022

Ementa Projeto de Lei. Altera a Lei Complementar nº 039, de 09 de janeiro de 2002 e as Leis Estaduais nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994 e nº 4.491, de 28 de novembro de 1973. Análise jurídica.

PARECER 000393/2022

Ementa Doação. Doação com encargo. Bem imóvel. Polícia Militar do Estado do Pará. Requisitos. Período eleitoral. Análise jurídica.

PARECER 000394/2022

Ementa Contrato administrativo. Assinatura da Biblioteca Digital Fórum de Direito. Contratação direta. Inexigibilidade de licitação (art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93).

PARECER 000396/2022

Ementa Concurso Público. Renúncia da posse. Reclassificação. Contratação de servidor temporário para a vaga. Direito do candidato aprovado no concurso público à nova nomeação.

PARECER 000397/2022

Ementa Anteprojeto de Lei. Iniciativa do executivo. Autorização de criação de subsidiárias. Banco do Estado do Pará S/A (BANPARÁ). Análise jurídica.

PARECER 000398/2022

Ementa Nomeação concurso público. Secretaria de Estado da Fazenda-SEFA. Candidatos aprovados no concurso C - 213. Possibilidade.



PARECER 000399/2022

Ementa Nomeação concurso público. Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA. Candidatos aprovados no concurso C - 182. Possibilidade.

PARECER 000401/2022

Ementa Nomeação de membros. Conselho Fiscal do Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará (IGPPS).

PARECER 000402/2022

Ementa Parecer. Servidor civil e militar. Cargo de enfermeiro. Emenda à CF/88 nº 101/2019 e Emenda à CE/89 nº 75/2019. Possibilidade de acumulação de cargos públicos por militares. Observância à Orientação Jurídica nº 0031 (alterada pela Portaria nº 527/2022-PGE.G), à compatibilidade de horário, à prevalência da atividade militar e de que o outro cargo seja civil. Cessão de servidor civil à PMPA. Possibilidade. Incidência da disciplina contida no Decreto nº 795/2020. Análise jurídica.

PARECER 000403/2022

Ementa Contrato administrativo nº 007/2017-PGE. Serviço de gestão de abastecimento de combustível. Rescisão antecipada. Previsão contratual. Cabimento

PARECER 000404/2022

Ementa Licitação. Proposta que não atende a uma das exigências do termo de referência. Princípio da vinculação ao instrumento convocatório. Princípio da isonomia. Inviabilidade da aceitação.

PARECER 000406/2022

Ementa Regularização fundiária. Termo de cessão de uso de bem imóvel. Desapropriação com finalidade específica. Regularidade do instrumento. Interesse público. Observância dos requisitos legais. Ano eleitoral. Possibilidade jurídica.



PARECER	000407/2022
Ementa	Nomeações de candidatos aprovados no Concurso C - 09. Auditoria-Geral do Estado-AGE. Possibilidade.
PARECER	000408/2022
Ementa	Nomeação de candidatos aprovados no Concurso C - 173. Secretaria de Estado de Educação (SEDUC). Possibilidade.
PARECER	000409/2022
Ementa	Pensão especial. Servidor civil. Covid-19. Beneficiário habilitado. Termo inicial para pagamento. Cálculo. Instrução processual completa. Análise jurídica.
PARECER	000410/2022
Ementa	Pregão eletrônico. Serviço de certificação digital e fornecimento de token. Aprovação da minuta de edital pela assessoria jurídica (art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93).
PARECER	000411/2022
Ementa	Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE). Liberação da primeira parcela ou de parcela única. Aceite de procedimento licitatório. Vedação eleitoral. Análise jurídica.
PARECER	000412/2022
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Processo de primeiro emplacamento. Ausência de processo físico. Inserção de dados falsos no sistema. Compartilhamento de senha funcional. Ausência de manutenção de arquivo físico da unidade administrativa. Infração disciplinar. Destituição do cargo. Análise jurídica.
PARECER	000413/2022
Ementa	Contrato administrativo. Subcontratação ou terceirização de mão-de-obra? Efetiva prestação dos serviços. Descabimento da retenção



de pagamento se houve efetivo recolhimento dos encargos trabalhistas e previdenciários.

PARECER 000414/2022

Ementa Programa Pará Profissional. Lei Estadual nº 8.427/2016. Questionamentos de ordem eleitoral e financeira.

PARECER 000415/2022

Ementa 806/2019. Reavaliação. Convocação de militares da Reserva Remunerada. Limitações eleitorais. Encerramento de mandato. Lei Complementar Estadual nº 142, de 16 de dezembro de 2021. Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000. Lei Federal nº 101, de 4 de maio de 2000. Lei Federal nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. Análise jurídica.

(REVISÃO DO PARECER Nº 000806/2019).

PARECER 000416/2022

Ementa Alteração. Minuta de Decreto. Nova data para realização da 7ª Conferência Estadual das Cidades do Estado do Pará. Análise jurídica.

PARECER 000418/2022

Ementa Anteprojeto de Lei. Reorganização do Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (SIEDS). Reorganização da Secretaria Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP). Lei Estadual nº 7.584/2011. Análise jurídica.

PARECER 000419/2022

Ementa Ata de Registro de Preços nº 011/2022-SEPLAD. Participação. Leite em pó. Contratação. Análise jurídica.

PARECER 000420/2022

Ementa Minuta de Decreto. Carta de Serviços ao Usuário. Operacionalização e Divulgação. Análise jurídica.



PARECER	000422/2022
Ementa	Minuta de Decreto. Internalização de atos do CONFAZ. Convênio ICMS 93/2015. Diferencial de alíquotas do ICMS. Prestação de serviços de transporte a consumidor final não contribuinte do imposto. Multiplicidade de obrigações principais e acessórias. Opção de recolhimento até o 15º dia útil do mês subsequente ao da prestação. Possibilidade.
PARECER	000423/2022
Ementa	Bonds de sustentabilidade. Títulos Verdes. Contatos preliminares. Análise simplificada. Possibilidade em tese da formação do instrumento. Viabilidade de firmar Carta de Intenções como instrumento de pactuação política de Política de Pagamentos por Serviços Ambientais. Possibilidade.
PARECER	000424/2022
Ementa	Processo interno. Compra de açúcar e café. Adesão à Ata da Secretaria de Estado de Planejamento e Administração. Análise de legalidade.
PARECER	000425/2022
Ementa	Parecer. Contrato de aprendizagem. Menor aprendiz. Administração Pública. Análise jurídica.
PARECER	000426/2022
Ementa	Contratação direta. Dispensa de licitação. Emergência. Retrofit do Sistema Elétrico da FPEHCGV. Hipóteses de utilização do Regime Diferenciado de Contratação – RDC. Possibilidade de aplicação da Lei Federal nº 14.133/21. Exceção constante do Decreto Estadual nº 1.504/21. Requisitos legais. Análise jurídica.
PARECER	000427/2022
Ementa	Detenção de imóvel público por particular. Indenização de benfeitorias. Minuta de Termo de Acordo Administrativo. Análise jurídica.



PARECER	000428/2022
Ementa	Parecer jurídico para Operações de Crédito. Programa Asfalto por Todo o Pará II. Agente financeiro: Banco de Brasília (BRB). Requisitos do Manual de Instrução de Pleitos da Secretaria do Tesouro Nacional.
PARECER	000429/2022
Ementa	Licença-saúde. Tempo de efetivo exercício. Art. 72, XIV da Lei Estadual nº 5.810/1994. Ausência de previsão legal para prorrogação da licença após 24 meses. Revogação do §3º do art. 112 do RJU Estadual. Incapacidade permanente para o trabalho. Arts. 16 e 17 da Lei Complementar Estadual nº 039/2002. Servidor “aguardando aposentadoria”. Abono de permanência. Descabimento.
PARECER	000430/2022
Ementa	Parecer. Concurso público. Prazo de validade. Candidatos <i>sub judice</i> . Análise jurídica.
PARECER	000431/2022
Ementa	Reforma e serviços de manutenção predial. Contratação por meio de adesão a Ata de Registro de Preços de Consórcio Municipal. Decreto Estadual nº 991/2020. Descabimento. Análise jurídica.
PARECER	000432/2022
Ementa	Gratificação de Desempenho. Servidores da área meio da PGE. Período de apuração concluído sob a vigência de Lei revogada. Aplicação da Lei nº 9.571, de 4 de maio de 2022, às situações ocorridas a partir da sua edição. Vigência imediata das leis. Respeito ao ato jurídico perfeito.
PARECER	000433/2022
Ementa	Promoção por ato de bravura. Não preenchimento dos requisitos formais. Indeferimento.



PARECER 000434/2022

Ementa Tornar sem efeito nomeação. Concurso público C-210. Secretaria de Estado de Planejamento e Administração.

PARECER 000435/2022

Ementa Servidor público. Estágio probatório. Licença maternidade. Licença para tratamento de saúde. Análise jurídica.

PARECER 000436/2022

Ementa Processo administrativo disciplinar. Apresentação de documento falso. Exercício da advocacia sem inscrição na OAB. Conduta que se amolda a tipo penal. Processo penal suspenso. Extinção da punibilidade. Conversão de exoneração em destituição de cargo comissionado. Improbidade administrativa. Ausência de taxatividade do rol das condutas previstas na Lei de improbidade.

PARECER 000437/2022

Ementa Projeto de Lei que institui jeton para os membros da Junta Administrativa de Recursos de Infrações (JARI) junto ao Departamento de Trânsito do Estado do Pará (DETRAN). Análise de legalidade. Proposta de alteração.

PARECER 000438/2022

Ementa Anteprojeto de lei. Abertura de crédito especial. Análise jurídica.

PARECER 000439/2022

Ementa Minuta de Decreto. Benefício fiscal. Redução de base de cálculo. Implementos rodoviários. Inexistência de Convênio do CONFAZ. Lei Complementar nº 160/2017. Possibilidade de adesão a benefício concedido por outro Estado da mesma região. Lei nº 1.303/2002 do Estado do Tocantins. Cumprimento dos requisitos de publicação, registro e depósito dos atos normativos e concessivos. Legitimação do Estado do Pará para aderir.



PARECER	000440/2022
Ementa	Plano de Incentivo a Demissão Voluntária – PIDV - Possibilidade de instituição. Ausência de negociação coletiva – Inexistência de vedação legal – Possíveis efeitos sobre a quitação das verbas recebidas - Não incidência da vedação de dispensa de empregados constante da Lei eleitoral – Possibilidade de renúncia da estabilidade sindical.
PARECER	000441/2022
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Arts. 177, VI, 178, V, 190, IV e XIII c/c Arts. 192, caput e §único, 194 e 195, todos da Lei nº 5.810/1994. Inserção de dados falsos em sistema informatizado. Valimento do cargo. Improbidade administrativa. Demissão. Destituição de cargo comissionado. Minuta de Decreto. Análise jurídica.
PARECER	000442/2022
Ementa	Pensão especial. Servidor civil. Inocorrência de acidente em serviço. Instrução processual completa. Não cabimento. Análise jurídica.
PARECER	000443/2022
Ementa	Nomeação. Concurso Público. Junta Comercial do Estado do Pará (JUCEPA). Candidato aprovado no Concurso C-211. Possibilidade.
PARECER	000444/2022
Ementa	2º Termo aditivo ao contrato de empréstimo firmado entre o Estado do Pará e o New Development Bank – NDB. Programa Municípios Sustentáveis. Análise da regularidade legal.
PARECER	000445/2022
Ementa	Contratação de empresa de transporte de mudança. Cotação eletrônica fracassada. Contratação direta a partir de pesquisa mercadológica. Análise de legalidade.



PARECER	000446/2022
Ementa	Cumprimento de decisão judicial. Concessão da Medalha “General Sotero de Menezes”. Análise jurídica.
PARECER	000447/2022
Ementa	Termo de adesão. Acordo de Cooperação Técnica. Programa “Patrulha Maria da Penha”. Análise jurídica.
PARECER	000448/2022
Ementa	Pensão Especial. Servidor civil. COVID-19. Beneficiário habilitado. Termo inicial para pagamento. Cálculo. Análise jurídica.
PARECER	000449/2022
Ementa	Termo de Adesão. Acordo de Cooperação Técnica. Programa “Patrulha Maria da Penha”. Análise jurídica.
PARECER	000451/2022
Ementa	Casa Militar da Governadoria do Estado do Pará. Reestruturação organizacional. Anteprojeto de Lei. Análise jurídica.
PARECER	000452/2022
Ementa	Alteração do Decreto nº 847, de 8 de janeiro de 2004, que regulamenta a Lei Estadual nº 6.572, de 8 de agosto de 2003, que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais para a realização de Projetos Culturais. Lei Semear. Prorrogação do prazo de validade dos Certificados de Enquadramento.
PARECER	000453/2022
Ementa	Servidor público. Tempo de serviço anterior prestado sob a égide de contratação temporária. Averbação de tempo de serviço. Efeitos. Análise jurídica.
PARECER	000454/2022



Ementa	Licitação. Inexigibilidade. Contratação de serviços de consultoria. Análise jurídica.
PARECER	000455/2022
Ementa	Servidor público municipal. Cessão. Autarquia estadual. Auxílio-alimentação. Análise jurídica.
PARECER	000456/2022
Ementa	Parecer. Servidor Público. Delegado de polícia. Reintegração. Efeitos. Análise jurídica
PARECER	000457/2022
Ementa	Anteprojeto de Lei. Alteração da Lei Estadual nº 9.625, de 14 de junho de 2022. Análise jurídica.
PARECER	000458/2022
Ementa	Recondução e nomeação de representantes do Conselho Estadual de Política Indigenista – CONSEPI/PA. Análise jurídica.
PARECER	000461/2022
Ementa	Ata de registro de preço n.º 005/2022. Pregão n.º 11/2021-SEPLAD. Adesão. Material de expediente. Contrato. Conformidade.
PARECER	000462/2022
Ementa	Termo de cessão de uso de bem imóvel. Regularidade do Instrumento. Interesse Público. Observância dos requisitos legais. Possibilidade jurídica.
PARECER	000463/2022
Ementa	Termo de cessão de uso de bem imóvel. Regularidade do instrumento. Interesse público. Observância dos requisitos legais. Possibilidade jurídica.



PARECER	000464/2022
Ementa	Nomeação Concurso Público. Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará (HEMOPA). Concurso C - 182. Possibilidade.
PARECER	000465/2022
Ementa	Instituto Estadual Carlos Gomes. Conselho de Ensino. Composição. Análise jurídica.
PARECER	000466/2022
Ementa	Pensão Especial. Servidor Civil. COVID-19. Ausência de nexo causal. Instrução processual completa. Análise jurídica.
PARECER	000467/2022
Ementa	Contribuição Previdenciária. Base de cálculo. Verbas indenizatórias e de caráter temporário. Gratificações de desempenho de gestão, plantão e sobreaviso, localidade especial e tempo integral. Dedução. Tema 163 da Repercussão Geral pelo STF. Pensão alimentícia. Descontos obrigatórios.
PARECER	000468 /2022
Ementa	Exoneração e nomeação de membros do Conselho Estadual de Saúde (CES/PA). Análise jurídica.
PARECER	000469/2022
Ementa	Fixação dos índices percentuais provisórios de distribuição aos Municípios das parcelas do produto da arrecadação do ICMS. Art. 3º, §8º da Lei Complementar Federal nº 63/90. Competência do Governador do Estado do Pará. Art. 135, V, da Constituição Estadual.
PARECER	000470/2022
Ementa	Minuta de Decreto Governamental. Projeto Estadual de Assentamento Agroextrativista (PEAEX) Dorothy Stang. Decreto



homologatório. Observância dos requisitos legais. Viabilidade de assinatura

PARECER 000471/2022

Ementa Nomeação concurso público. Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará (HEMOPA). Candidatos aprovados no concurso C - 182. Possibilidade.

PARECER 000472/2022

Ementa Nomeação/Recondução para o Conselho Estadual de Previdência (CEP). Análise jurídica.

PARECER 000473/2022

Ementa Tempo de afastamento em gozo de licença-saúde – professor - Contagem para fins de aposentadoria especial – Análise jurídica.

PARECER 000474/2022

Ementa Programa Semear. Lançamento de Editais. Limitação. Exercício financeiro. Eleições. Vedações. Período Eleitoral. Incremento nas atividades administrativas. Intensificação de Programa. Jurisprudência. Recomendações. Análise jurídica.

PARECER 000475/2022

Ementa Termo de Cooperação Técnica. Colaborador eventual. Pagamento de diárias. Análise jurídica.

PARECER 000476/2022

Ementa Servidor Público. Averbação de tempo de serviço. Cômputo. Emenda Constitucional Federal nº 103, de 12 de novembro de 2019. Emenda Constitucional Estadual nº 77, de 23 de dezembro de 2019. Análise jurídica.



PARECER	000477/2022
Ementa	Fundo Estadual de Saúde (FES) - Repasse de verbas para incremento do teto de média e alta complexidade - Recursos decorrentes de emendas parlamentares – Condições e critérios de aplicação – Interpretação dos atos normativos internos do Ministério da Saúde.
PARECER	000478/2022
Ementa	Dispensa de licitação. Contratação de concessionária para fornecimento de energia elétrica. Prédio da PGE situado na Conselheiro Furtado. Análise jurídica.
PARECER	000479/2022
Ementa	Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisa (FAPESPA). Convênios. Vedações eleitorais. Lei Federal nº 9.504/1997. Espécies de parcerias. Inteligência da Lei Federal nº 13.019/2014.
PARECER	000480/2022
Ementa	Minutas. Resolução de chamamento público. Termo de referência para apresentação de estudos de modelagem técnica e operacional de engenharia, econômico-financeira, jurídica e ambiental. Projeto de implantação, gestão, operação e manutenção de 5 (cinco) centrais geradoras de 1 (um) megawatt cada para geração distribuída de energia solar fotovoltaica. Análise jurídica.
PARECER	000481//2022
Ementa	Exoneração de Membros para o Conselho Estadual de Segurança Pública
PARECER	000482/2022
Ementa	Pensão especial. Servidor temporário. Covid-19. Impossibilidade. Análise jurídica.



PARECER	000483/2022
Ementa	Cumprimento de decisão judicial. Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará. Promoção. Análise jurídica.
PARECER	000484/2022
Ementa	Promoção pelo critério de antiguidade. Posterior promoção por ato de bravura com efeito retroativo. Exclusão do oficial militar da lista de promoção por antiguidade. Análise jurídica.
PARECER	000485/2022
Ementa	Ação de improbidade. Penas de suspensão de direitos políticos e proibição de contratar com o poder público. Efeitos. (Im)possibilidade de manutenção do réu em cargo comissionado.
PARECER	000486/2022
Ementa	Operação de crédito interna com garantia da união. Projeto asfalto por todo o Pará II (1ª fase). Minutas de contrato de empréstimo, garantia e contragarantia. Análise jurídica.
PARECER	000487/2022
Ementa	Retificação de enquadramento funcional. Redistribuição de servidores do IPASEP para outros órgãos. Técnico. Médico. SAGRI/SEDAP. Análise jurídica.
PARECER	000488/2022
Ementa	Minuta de Decreto Governamental. Assentamento Sustentável Santa Lúcia. Decreto homologatório. Observância dos requisitos legais. Viabilidade de assinatura.
PARECER	000489/2022
Ementa	Pensão por morte de policial civil. Acidente de trabalho. Doença do trabalho ou profissional. COVID. Forma de cálculo.



PARECER	000490/2022
Ementa	Promoção por ato de bravura. Preenchimento dos requisitos formais. Possibilidade.
PARECER	000491/2022
Ementa	Reversão de doação. Imóvel urbano. Desvio de encargo ou finalidade pelo donatário. Desnecessidade de lei para autorizar a reversão.
PARECER	000492/2022
Ementa	Contrato administrativo. Fornecimento de veículo. Inexecução total. Processo administrativo regular. Aplicação de penalidade. Recurso. Análise jurídica.
PARECER	000493/2022
Ementa	Promoção por Ato de Bravura. Preenchimento dos requisitos formais. Possibilidade.
PARECER	000494/2022
Ementa	Doação imóvel urbano para município. Período eleitoral. Vedação do art. 73, § 10, Lei eleitoral 9.504/1997.
PARECER	000495/2022
Ementa	Contrato de prestação de serviços terceirizados de limpeza, conservação e higienização. Prorrogação de vigência e repactuação. Serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra. Análise jurídica.
PARECER	000496/2022
Ementa	Qualificação de entidades em organização social. Avaliação objetiva. Homogeneização de procedimento. Atendimento de requisito legal condicionado a evento posterior à qualificação. Art. 21, parágrafo único da LINDB. Artigo 141 da LEPA. Não cabimento. Análise jurídica.



PARECER	000497/2022
Ementa	Projeto de lei. Repartição de receitas tributárias. Cota-parte do ICMS destinado aos municípios. Alteração dos critérios de cálculo e repasse. Emenda à Constituição nº 108/2020. 10% calculados com base em índices de melhoria de aprendizagem e da equidade. Estrito cumprimento dos limites constitucionais.
PARECER	000498/2022
Ementa	Minuta de decreto governamental. Assentamento agroextrativista (ex) Joana Peres II Rio Pacajá. Decreto homologatório. Observância dos requisitos legais. Viabilidade de assinatura
PARECER	000499/2022
Ementa	Policial militar agregado que cumpre pena privativa de liberdade em regime semiaberto. Regime de trabalho especial. Regras da lei de execuções penais. Impossibilidade de reversão. Ausência de direito ao auxílio alimentação.
PARECER	000500/2022
Ementa	Contrato administrativo. Termo aditivo. Serviços contínuos. Prorrogação de prazo. Locação de veículos. Análise jurídica.
PARECER	000501/2022
Ementa	Pregão eletrônico. Contratação de serviço de limpeza e conservação dos reservatórios de água do prédio da PGE. Aprovação das minutas de edital e contrato pela assessoria jurídica. Art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93 e art. 6º, VII, da Lei estadual nº 6.474/02.
PARECER	000502/2022
Ementa	Pensão Especial. Servidor civil. COVID-19. Ausência de nexo causal. Instrução processual completa. Análise jurídica.



PARECER 000503/2022

Ementa Termo de cessão de uso de bem imóvel. Regularidade do instrumento. Interesse público. Observância dos requisitos legais. Possibilidade jurídica.

PARECER 000504/2022

Ementa Promoção por ato de bravura. Preenchimento dos requisitos formais. Possibilidade.

PARECER 000505/2022

Ementa Licitações e contratos. Sistema de registro de preços. SPR. Ata de registro de preços. Partícipe. Contratação. Locação de veículos. Análise jurídica.

PARECER 000506/2022

Ementa Incorporação de função gratificada e adicional pelo exercício do cargo comissionado. Ofício Circular do Instituto Previdenciário (IGEPPS). Orientação genérica para aplicação da 16/2007- PGE sobre a incorporação de DAS e FG. Necessária análise dos casos concretos. Recomendação de revisão da orientação geral.

PARECER 000507/2022

Ementa SEDUC. Magistério. Enquadramento. Supervisor escolar. Especialista em educação. Cessão. Atividades pedagógicas. Análise jurídica.

PARECER 000508/2022

Ementa Exoneração e nomeação de membro do Conselho Estadual de Política Indigenista (CONSEPI/PA). Análise jurídica.

PARECER 000509/2022

Ementa Portal da transparência. Acesso à informação. Divulgação de remuneração. Transparência ativa. Princípios da publicidade e



transparência. Lei de acesso à informação. Jurisprudência dos Tribunais Superiores. Análise jurídica.

PARECER

000510/2022

Ementa

Recurso ao Chefe do Executivo – Revogação de contrato de gestão – SECTET e Organização Social BIOTEC-AMAZÔNIA – Inobservância do devido processo legal – Ausência de motivação suficiente – Provimento.

PARECER

000512/2022

Ementa

Tornar sem efeito nomeação. Concurso público C-209. Procuradoria-Geral do Estado. Análise jurídica.

PARECER

000513/2022

Ementa

Minuta de Decreto que homologa resolução do Conselho Gestor do Fundo de Desenvolvimento Econômico do Estado do Pará. Necessidade de ajustes.

PARECER

000514/2022

Ementa

Eleitoral. Período eleitoral. Admissão de voluntário. Lei Federal nº 10.029/00. Possibilidade. Convocação de militar da reserva remunerada. Possibilidade. Criação de despesa em final de mandato. Restrições. Recomendações. Análise jurídica.

PARECER

000515/2022

Ementa

Concessão de Microcrédito – CREDCICDADÃO. Recursos oriundos do Fundo de Desenvolvimento Estadual – FDE, Tesouro Estadual e de Emenda Parlamentar Individual (EPI). Período eleitoral. Lei específica. Execução continuada.

PARECER

000517/2022

Ementa

Minuta de Regimento Interno do Conselho Estadual de Política Indigenista. Necessidade de prévia alteração legislativa. Sugestão de revogação do Decreto 93/2021 e edição de ato único conjugando



as previsões do Decreto Instituidor e do Regimento Interno.
Avaliação do órgão interessado.

PARECER 000519/2022

Ementa Projeto de Lei. Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional. Proposta SEASTER. Análise jurídica. Diligências.

PARECER 000520/2022

Ementa Processo Administrativo Disciplinar Simplificado – PADS. Fundação Santa Casa de Misericórdia – FSCMP. Cargo de Enfermeiro. Inassiduidade habitual. Análise Jurídica. Aplicação de penalidade. Ato do Governador.

PARECER 000522/2022

Ementa Eleitoral. Período eleitoral. Cessão de servidor. Decreto Estadual nº 795/2020. Anuência do servidor. Possibilidade. Análise jurídica.

PARECER 000524/2022

Ementa Pandemia. Estágio Probatório. Avaliação Especial de Desempenho. Recomendações. Análise jurídica.

PARECER 000525/2022

Ementa Projeto de Lei. Benefícios fiscais unilaterais. Lei Complementar nº 160/2017 e Convênio ICMS 190/2017. Medidas de contenção à guerra fiscal. Alteração do prazo máximo de fruição de benefícios fiscais. Compatibilidade com a legislação nacional.

PARECER 000526/2022

Ementa Servidor estatutário “não-estável”. Segurado obrigatório do Regime Próprio de Previdência Social do Estado. Art. 5º, VI da Lei Complementar nº 039/2002. Cumprimento da idade limite para aposentadoria compulsória (75 anos). Afastamento obrigatório para aguardar aposentadoria.



PARECER	000527/2022
Ementa	Pedido de reconsideração. Processo administrativo disciplinar (PAD). Demissão. Análise jurídica. Improcedência.
PARECER	000528/2022
Ementa	Projeto de Lei. Reorganiza o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual, e dá outras providências. Análise jurídica.
PARECER	000529/2022
Ementa	Polícia Militar. Oficial. Demissão a pedido. Aprovação em concurso público para cargo civil. Arts. 52, IV, “q”, 98, III, 114, I e 115, II da Lei Estadual nº 5.251/1985. Minuta de Decreto. Análise jurídica.
PARECER	000530/2022
Ementa	Previdência complementar. Militares estaduais. Participante sem patrocínio. Participação facultativa. Ausência de contrapartida do patrocinador. Ausência de vícios. Ausência de violação ao Sistema de Proteção Social dos Militares.
PARECER	000531/2022
Ementa	Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD) Cumprimento de decisão judicial. Promoção por merecimento. Consultores jurídicos. Análise jurídica.
PARECER	000532/2022
Ementa	Decreto. Institui o Programa de Indicação Geográfica e Marcas Coletivas do Estado do Pará (Programa IG e Marcas Pará) vinculado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e Pesca (SEDAP) e cria o Conselho Estadual do Programa e dá outras providências. Análise jurídica.



PARECER	000533/2022
Ementa	Pregão Eletrônico. Aquisição de Sistema de Circuito Fechado de Televisão IP (CFTV-IP) (Com instalação) e treinamento. Aprovação da minuta de edital pela assessoria jurídica (art. 38, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993). Análise jurídica.
PARECER	000534/2022
Ementa	Pregão eletrônico. Aquisição de produtos de informática. Aprovação das minutas de edital e contrato pela assessoria jurídica. Art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93 e art. 6º, VII, da Lei Estadual nº 6.474/02.
PARECER	000535/2022
Ementa	Projeto de Lei. Polícia Administrativa de Meio Ambiente. Polícia Militar. Corpo de Bombeiros. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS.
PARECER	000536/2022
Ementa	Decreto altera dispositivos do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação ICMS, aprovado pelo Decreto nº 4.676, de 18 de junho de 2001, e dá outras providências. DISPOSITIVOS DO RICMS/PA DECLARADOS INCONSTITUCIONAIS PELO STF PELA ADI 6479 DE 21.06.2021. CONVÊNIO ICMS nº 92, de 1º.05.2022. AUTORIZA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO FISCAL. NECESSIDADE DE LEI PARA INTERNALIZAÇÃO DO CONVÊNIO NA LEGISLAÇÃO ESTADUAL. CASO ESPECÍFICO DOS AUTOS.
PARECER	000537/2022
Ementa	Procedimento administrativo de reparação de danos causados ao erário. Admissibilidade. Infração funcional. Sindicância acusatória. Extensão dos danos. Comprovação. Análise jurídica.



PARECER 000538/2022

Ementa Pensão Especial. Morte de servidor civil. COVID-19. Análise jurídica.

PARECER 000540/2022

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Notificação editalícia. Necessidade de diligências para localização do servidor. Limitação do número de testemunhas arroladas pelo investigado. Aplicação subsidiária da Lei de Processo Administrativo do Estado do Pará. Análise jurídica.

PARECER 000541/2022

Ementa Sociedade de Economia Mista. Empregados públicos. Reajuste salarial. Acordo Coletivo de Trabalho 2022/2023. Condutas vedadas ao agente público em período eleitoral e em final de mandato. Lei Federal nº 9.504/1997. Lei Complementar Federal nº 101/2000. Concessão de reajuste sobre salário base, autorizado por lei anterior ao período de vedações. Lei Estadual nº 9.500/2022.

PARECER 000542/2022

Ementa Termo de cessão de bem imóvel. Pessoa jurídica. Cessão a título gratuito para finalidade específica. Possibilidade. Centro de Polícia Científica do Pará.

PARECER 000543/2022

Ementa Pregão eletrônico aquisição de aparelhos SMARTPHONES. Aprovação das minutas de edital e contrato pela assessoria jurídica. Art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93 e art. 6º, VII, da Lei Estadual nº 6.474/02.

PARECER 000544/2022

Ementa Decreto Estadual visando a declaração de utilidade pública. Bem imóvel identificado. Possibilidade. Preenchimento dos requisitos indispensáveis ao ato. Publicação.



PARECER	000545/2022
Ementa	Exoneração a pedido. Recondição. Requisitos. Momento oportuno. Entendimento do Parecer Referencial nº 0009/2019.
PARECER	000546/2022
Ementa	Contrato administrativo. Prestação de serviços de agenciamento de viagens. Ata de registro de preços. Órgão partícipe.
PARECER	000547/2022
Ementa	Transferência voluntária. Vedação eleitoral. Período defeso. Análise jurídica.
PARECER	000548/2022
Ementa	Solicitação parlamentar. Requerimentos administrativos diversos. Concurso PM/PA. Curso de formação de soldados PM/2008. Divisão de turmas. Prescrição. Discricionariedade administrativa. Estrita observância dos termos do edital. Análise jurídica.
PARECER	000549/2022
Ementa	Moção. ALEPA. Solicitação. Convocação de excedentes em concurso público. Certame em andamento. Ausência de interesse público. Violação aos princípios da impessoalidade, isonomia, da vinculação ao edital e da confiança legítima. Análise jurídica.
PARECER	000550/2022
Ementa	Contratação de temporário. Vedação eleitoral. Análise jurídica.
PARECER	000551/2022
Ementa	Projeto de indicação. Institui o Programa Farmácia para Todos, no âmbito do Estado do Pará e dá outras providências. Vedação eleitoral. Não prosseguimento.



PARECER

000553/2022

Ementa

Minuta de Decreto. Regime especial para o comércio atacadista. Vedação de venda a consumidor final acima de 10% do faturamento total. Exceção para venda a pessoa jurídica. Política fiscal de estímulo ao atacadista “puro”. Alteração das condições para concessão de regime especial. Exclusão da exceção para venda a pessoas jurídicas. Possibilidade. Respeito às condições estabelecidas em regimes especiais em vigor.

PARECER

000554/2022

Ementa

Empregado Público. Concessão de aposentadoria. Afastamento decorrente de incapacidade para o trabalho. Suspensão do contrato de trabalho. (Im)possibilidade de desligamento. Análise jurídica.

PARECER

000555/2022

Ementa

Minuta de Decreto que reabre prazo de adesão ao Programa de Regularização Fiscal PROREFIS no Estado do Pará. Autorização pelo Convênio ICMS 102/2022. Altera convênio ICMS 155/2021. Dispositivos em conformidade com o ato do CONFAZ e com a Lei nº 9.389/2021. Artigo 4º da Lei nº 5.530/89. Possibilidade de internalização de convênios por Decreto legislativo.

PARECER

000556/2022

Ementa

Minuta de Decreto. Altera o art. 3º do anexo único do Decreto nº 1.089, de 13 de outubro de 2020, que homologou o Regimento Interno do Fundo de Trabalho Penitenciário da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Pará.

PARECER

000557/2022

Ementa

Possibilidade de recondução durante o período eleitoral ato de provimento derivado. Requisitos. Parecer referencial n. 0009/2019. Manual Eleitoral da PGE 2022.



PARECER	000558/2022
Ementa	Exoneração e nomeação de Membros do Conselho Penitenciário Estadual (COPEN) e Conselho Estadual de Política Criminal e Penitenciária (CEPCP). Análise Jurídica.
PARECER	000559/2022
Ementa	Termo de adesão. Acordo de Cooperação Técnica. Programa “Patrulha Maria da Penha”.
PARECER	000560/2022
Ementa	Militar da Reserva demitido. Cassação de proventos. Necessidade do Devido Processo Legal. Nulidade da decisão.
PARECER	000561/2022
Ementa	Pensão Especial. Servidor Civil. COVID-19. Beneficiário habilitado. Termo inicial para pagamento. Ausência de cálculo. Instrução processual incompleta. Análise jurídica.
PARECER	000562/2022
Ementa	Governador do Estado. Participação em evento. Candidato à reeleição. Vedação eleitoral. Análise jurídica.
PARECER	000563/2022
Ementa	Servidor temporário. Distrato. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Análise jurídica.
PARECER	000564/2022
Ementa	ITERPA. Concurso Público. Autorização Governamental. Cargos de nível superior e médio. Cabimento.
PARECER	000565/2022
Ementa	Exoneração e nomeação de membro do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA/PA). Análise Jurídica.



PARECER 000566 /2022

Ementa Exoneração e nomeação de membro para o Conselho Estadual de Educação CEE. Análise Jurídica. Possibilidade.

PARECER 000567/2022

Ementa Servidor Público. Licença Saúde e Licença Maternidade. Estágio probatório. Tempo de efetivo exercício. Jurisprudência. Entendimentos desta PGE.

PARECER 000569/2022

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Falta de urbanidade. Assédio moral. Incontinência de conduta. Conduta escandalosa. Utilização de bens públicos. Valimento. Proveito pessoal. Alteração de ponto. Percepção indevida de horas extras. Análise jurídica.

PARECER 000570/2022

Ementa Policial Militar Estadual. Pleito de reclassificação em turma anterior e promoção em ressarcimento de preterição. Erro administrativo. Inexistência. Adequado cumprimento da decisão judicial pelo Estado.

PARECER 000571/2022

Ementa Defensoria Pública. Alteração de vantagem remuneratória por Resolução. 180 dias anteriores ao final do mandato. Lei de Responsabilidade Fiscal. Parcela remuneratória. Incidência de imposto de renda.

PARECER 000572/2022

Ementa Contrato administrativo nº 032/2019. Serviços de roçagem, capina e jardinagem, visando a manutenção e conservação fitossanitária de áreas “verdes” da Sede da EMATER/PA. Reequilíbrio econômico-financeiro. Repactuação. Ausência de preclusão lógica. Aditivo. Regulamento interno de licitações e contratos da EMATER/PA. Análise jurídica.



PARECER	000573/2022
Ementa	HEMOPA e OAB. Ano eleitoral. Mutirão de doação de sangue. Programas sociais. Vedação legal. Exceções. Análise jurídica.
PARECER	000574/2022
Ementa	Convênio a ser firmado com o Ministério Público do Estado. Termo de Execução Descentralizada. Alteração do instrumento.
PARECER	000575/2022
Ementa	Servidor público. Processo administrativo disciplinar. Infração disciplinar. Penalidade. Análise jurídica.
PARECER	000576/2022
Ementa	Contrato nº 006/2018-PGE. Serviços de agenciamento de viagens. Rescisão contratual consensual. Art. 79, II e §1º da LLC. Decreto Estadual nº 991/2020. Nova ata de registro de preços. Análise jurídica.
PARECER	000577/2022
Ementa	Servidor Público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Nulidade. Análise jurídica.
PARECER	000578/2022
Ementa	Minuta de 12º termo aditivo ao Contrato de confissão, assunção, consolidação e refinanciamento de dívida n.º 010/98/STN/COAFI. Projeto de lei autorizadora para migração do Estado, do Programa PAF, para o Programa PATF. LC 178/2021. Regularidade jurídica.
PARECER	000579/2022
Ementa	Ex-servidora pública. Demissão. Pedido de reconsideração. Sugestão de conhecimento e indeferimento.



PARECER	000580/2022
Ementa	Servidor reintegrado por força de decisão judicial. Acordo homologado em juízo. Efeitos da manifestação de vontade das partes. Verbas referentes ao período da demissão. Ausência de débitos do Estado do Pará.
PARECER	000581/2022
Ementa	Pedido de reconsideração. Processo administrativo disciplinar (PAD). Análise jurídica.
PARECER	000582/2022
Ementa	Licitações e Contratos. Pregão Eletrônico. Ata de Registro de Preços. Participação. Minuta contratual. Análise Jurídica.
PARECER	000583/2022
Ementa	Lei Complementar Federal nº 173/2020. Alteração. Lei Complementar Federal nº 191/2022. Contagem de tempo de serviço. Servidores das áreas da saúde e segurança pública. Cessão. Análise jurídica.
PARECER	000584/2022
Ementa	Transformação de cargos. SIGIRH. Aumento de despesa. Impossibilidade. Necessidade de Lei.
PARECER	000585/2022
Ementa	Operação de Crédito. Asfalto por todo Pará. Análise de Minuta Contratual.
PARECER	000586/2022
Ementa	Pregão eletrônico. Contratação de serviços de engenharia. Reforma do prédio da PGE/PA. Análise da modalidade cabível e do órgão licitante. Diligências.



PARECER	000587/2022
Ementa	Exoneração e nomeação de membro do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA/PA). Análise jurídica.
PARECER	000588/2022
Ementa	Exoneração e nomeação de Membro para o Conselho de Juventude do Estado do Pará (COJUEPA). Análise jurídica.
PARECER	000589/2022
Ementa	Lei Federal nº 9.504/1997. Condutas vedadas ao agente público no período eleitoral. Manual de Orientações PGE/PA. Eleições 2022. Projetos de educação previdenciária. Capacitação. Possibilidade. Análise jurídica.
PARECER	000590/2022
Ementa	FUNTELPA. Empresa cidadã. Possibilidade. Observância dos requisitos legais.
PARECER	000591/2022
Ementa	Minuta de Decreto. Regulamenta o Sistema de Ensino do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará e seu Comitê de Ensino, criados pela Lei Estadual nº 9.323, de 7 de outubro de 2021, e dá outras providências. Análise jurídica.
PARECER	000592/2022
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Valimento e lesão ao erário. Improbidade administrativa. Prova das condutas infracionais. Demissão. Análise jurídica.
PARECER	000593/2022
Ementa	Decreto. Diferencial Competitivo dos Biocombustíveis destinados ao consumo final em relação aos combustíveis fósseis. Emenda Constitucional nº 123 de 14 de junho de 2022. Alteração do Decreto



nº 2.476, de 4 de julho de 2022. Internalização do Convênio ICMS 116/2022 do CONFAZ.

PARECER 000594/2022

Ementa Nomeação concurso público. Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP). Prazo de validade expirado. Impossibilidade.

PARECER 000595/2022

Ementa Servidor Público. Processo Administrativo Disciplinar. Inassiduidade habitual afastada. Sugestão de absolvição.

PARECER 000596/2022

Ementa Servidor Público. Processo Administrativo Disciplinar. Demissão. Pedido de reconsideração. Análise jurídica. Improcedência.

PARECER 000597/2022

Ementa Casa Civil. Pedido de reclassificação em turma anterior. Prescrição. Inexistência de preterição ilegítima a assegurar retroação de efeitos funcionais. Precedentes.

PARECER 000598/2022

Ementa Gratificação de Risco de Vida. Hospital Ophir Loyola. Pagamento restrito às hipóteses legais. Profissionais que trabalham diretamente com a coleta e exame de sangue para detectar a existência do vírus HIV. Impossibilidade de acumulação com o adicional de periculosidade ou insalubridade.

PARECER 000599/2022

Ementa Concessão de bolsas de estudo. Bolsas de manutenção. Fundação Carlos Gomes. Vedação período eleitoral. Distribuição não gratuita de valores. Análise jurídica.



PARECER	000600/2022
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. DETRAN. Pedido de reconsideração. Demissão. Regularidade do PAD e da decisão. Desprovinimento.
PARECER	000601/2022
Ementa	Serviço Público. Transporte Rodoviário Intermunicipal. Autorização. Necessária disciplina legal dos contornos do instituto.
PARECER	000602/2022
Ementa	Contrato de prestação de serviços de telefonia móvel. Serviço continuado. Prorrogação da vigência. Regularidade do termo aditivo. Análise jurídica
PARECER	000603/2022
Ementa	Desapropriação. Imóvel urbano. Documentos indispensáveis para expedição do Decreto de Utilidade Pública. Preenchimento dos requisitos indispensáveis ao ato. Publicação.
PARECER	000604/2022
Ementa	Contratação direta por dispensa de licitação. Instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional. Análise jurídica.
PARECER	000605/2022
Ementa	Policial Civil. Pedido de revisão de penalidade demissória. Requisitos. Conhecimento e improcedência.
PARECER	000608/2022
Ementa	Exoneração e nomeação de membros para o Conselho Gestor do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM). Análise jurídica.



PARECER	000609/2022
Ementa	Tornar sem efeito nomeação. Renúncia da posse. Concurso público C-213. Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA).
PARECER	000610/2022
Ementa	Análise de Decreto que regulamenta CEPROF e SISFLORA. Atualização. Revogação do Decreto nº 2.592/2006. Adequação à Lei Federal nº 12.651/2012 e Resolução nº 497/2020. Viabilidade.
PARECER	000611/2022
Ementa	Policiais militares. Processo Administrativo Disciplinar Simplificado (PADS). Licenciamento a bem da disciplina. Recursos hierárquicos. Improvimento. Análise jurídica.
PARECER	000612/2022
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. SEDUC. Fiscalização de obra pública. Nulidade parcial. Nova comissão.
PARECER	000613/2022
Ementa	SESPA. Contratação de temporário. Vedação eleitoral. Lei de Responsabilidade Fiscal.
PARECER	000614/2022
Ementa	PRODEPA. Transferência voluntária entre órgão/entidade. Período de vedação eleitoral.
PARECER	000615/2022
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. SEFA. Instrução probatória deficiente. Necessidade de valoração de todas as provas constantes dos autos. Esgotamento das diligências. Gravidade das condutas. Análise jurídica.
PARECER	000616/2022
Ementa	Pensão Especial. Morte de servidor civil. COVID-19. Análise jurídica.



PARECER

000617/2022

Ementa

Ex-delegado de polícia civil. Demissão. Sentença penal absolutória por insuficiência de provas. Novo pedido de revisão. Prescrição. Ausência de fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada. Falta residual. Improcedência.

PARECER

000618/2022

Ementa

Proposta de Projeto de Lei. Servidor público. Alteração legislativa. Competência. Contribuição sindical. Compulsoriedade do desconto. Autorização do servidor. Limites. Subsistência. Dignidade da pessoa humana. Lei Complementar 173. Suspensão de contagem de Tempo de Serviço para fins de ATS e Licença prêmio. Análise jurídica.

PARECER

000619/2022

Ementa

Parada do Orgulho LGBTQI+ de Belém. Realização de Ação Cidadania para emissão de documentos de identidade. Período Eleitoral. Possibilidade Jurídica.

PARECER

000620/2022

Ementa

Servidor Público. Falecimento. Auxílio-funeral. Requisitos. Valor máximo. Deferimento.

PARECER

000621/2022

Ementa

Contrato de prestação de serviços terceirizados de limpeza, conservação e higienização. Repactuação. Efeitos. Análise jurídica.

PARECER

000622/2022

Ementa

Cessão de imóvel urbano para município. Período eleitoral. Possibilidade. Inexistência de subsunção ao art. 73, inciso I e § 10º, da Lei Eleitoral 9.504/1997.



PARECER	000623/2022
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Contratação irregular de empresa para realização de obra. Improbidade administrativa. Conversão da exoneração em destituição de cargo em comissão.
PARECER	000624/2022
Ementa	Processo de exoneração a pedido. Valores recebidos indevidamente. Devolução. Descabimento de PARD. Possibilidade de parcelamento. Analogia do art.134, §2º da Lei nº 8.972/2020.
PARECER	000625/2022
Ementa	Operação de Crédito Externo com garantia da União. BID PRODESAN. Restrições eleitorais. Vedações fiscais de fim de mandato.
PARECER	000626/2022
Ementa	Minuta de Decreto. Cadastro informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades da Administração Pública Estadual (CADIN-PA). Regulamentação da Lei n. 8.873/2019. Análise jurídica.
PARECER	000627/2022
Ementa	Lei Complementar Federal nº 173/2020. Alteração. Lei Complementar Federal nº 191/2022. Contagem de tempo de serviço. Servidores das áreas da saúde e segurança pública. Servidores do IASEP. Serviço de saúde. Vinculação a SESP. Análise jurídica.
PARECER	000628/2022
Ementa	Militar Estadual. Viagem de férias. Autorização pelo Chefe do Executivo. Desnecessidade.
PARECER	000629/2022
Ementa	Minuta de Decreto que “Altera dispositivos do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e



sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação ICMS, aprovado pelo Decreto nº 4.676, de 18 de junho de 2001, e dá outras providências”. Alteração do art. 11- C, do Anexo IV, do RICMS. Crédito outorgado a empresas situadas neste Estado que patrocinem projetos culturais aprovados pela Fundação Cultural do Pará. Necessidade da alteração legal prévia.

PARECER

000630/2022

Ementa

Servidor Público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Análise Jurídica.

PARECER

000631/2022

Ementa

Tornar sem efeito nomeação. Renúncia da posse. Concurso Público C-206. Polícia Civil do Estado do Pará (PCPA).

PARECER

000632/2022

Ementa

Policial militar. Promoção por antiguidade e merecimento. Competência do Exmo. Governador do Estado. Minuta de decreto. Análise jurídica.

PARECER

000633/2022

Ementa

Contratação temporária. Prorrogação. Período eleitoral. Condutas vedadas. Artigo 73, v, da Lei nº 9.504/97. Exceção aos serviços relacionados à sobrevivência, saúde ou segurança da população.

PARECER

000634/2022

Ementa

Servidor Público. Processo Administrativo Disciplinar. Falta grave. Sugestão de demissão

PARECER

000635/2022

Ementa

EMATER. Incorporação de função gratificada. Inteligência da Súmula 372 do TST c/c o art. 468, §2º da CLT.



PARECER 000636/2022

Ementa Ex-servidor público. Falta grave. Processo Administrativo Disciplinar. Demissão. Pedido de revisão. Fatos novos. Juízo de admissibilidade exercido pela polícia civil. Aplicação dos arts. 229 e SS. da Lei Estadual nº 5.810/94. Prevalência de decisão judicial transitada em julgado. Julgamento. Improcedência.

PARECER 000637/2022

Ementa Exoneração e nomeação de Membros da Comissão Gestora Tripartite da Meia Passagem Estudantil Intermunicipal. Análise jurídica.

PARECER 000638/2022

Ementa Sistema de manutenção do serviço do SC & DP- E-PGE. Contratação por inexigibilidade de licitação. Art. 25, I, da Lei 8.666/93. Minuta contratual. Análise jurídica.

PARECER 000639/2022

Ementa Aposentadoria. Pedido de conversão de licença prêmio em pecúnia. Contagem dos períodos até a data de publicação da aposentadoria. Período incompleto inferior a 1/3 do exigido para o gozo do benefício.

PARECER 000640/2022

Ementa Pagamento de horas extras empregados exclusivamente comissionados e do quadro permanente exercendo função comissionada. Incidência das normas de direito privado. CLT. Banco de horas. Acordo coletivo.

PARECER 000641/2022

Ementa Nomeação concurso público. Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD). Candidatos aprovados no concurso C - 210. Possibilidade.



PARECER 000642/2022

Ementa Tornar sem efeito nomeação. Renúncia da posse. Concurso público C-212. Nomeação de candidatos. Auditoria-Geral do Estado do Pará (AGE/PA).

PARECER 000643/2022

Ementa Servidor Público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Infração disciplinar. Nulidade. Análise jurídica

PARECER 000644/2022

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Julgamento irregular de contas. Programa

PARECER 000645/2022

Ementa Termo de cessão de uso de bem imóvel. Regularidade do instrumento. Interesse público. Observância dos requisitos legais. Possibilidade jurídica.

PARECER 000646/2022

Ementa Servidor público. Curso no exterior. Competência. Licença para estudo. Autorização para viagem. Intelecção do Decreto estadual nº 734, de 1992 e do RJU Estadual.

PARECER 000647/2022

Ementa Polícia Civil. Pedido de revisão. Demissão. Fato novo. Sentença absolutória. Ausência de provas. Novas provas. Independência entre as instâncias penal e administrativa. Incomunicabilidade da decisão judicial. Análise jurídica.

PARECER 000648/2022

Ementa Escola de Governo. Premiações Canta Servidor e Inova Servidor. Análise das vedações eleitorais. Precedentes.



PARECER 000649/2022

Ementa Fundo de Saúde da Polícia Militar. Processo de reconhecimento de dívida. Análise de prescrição. Não incidência.

PARECER 000650/2022

Ementa Ex-servidor público. Demissão. Pedido de reconsideração. Sugestão de indeferimento. Alegação de insanidade mental. Processo revisional. Instauração de ofício.

PARECER 000651/2022

Ementa Promoção por Ato de Bravura. Não preenchimento dos requisitos formais. Não instauração da comissão especial. Recurso hierárquico. Lei nº 8.230/2015. Lei nº 8.972/2020.

PARECER 000652/2022

Ementa Bombeiro Militar. COVID-19. Decreto Estadual nº 674/2020. Acidente em serviço. Presunção. Nexo causal. Promoção *post mortem*. Viabilidade jurídica.

PARECER 000653/2022

Ementa Minuta de decreto Governamental. Projeto Estadual de Assentamento Agroextrativista (PEAEX) Dorothy Stang. Decreto homologatório. Alteração de área. Viabilidade de assinatura.

PARECER 000654/2022

Ementa Lei Federal nº 9.504/1997. Condutas vedadas ao agente público no período eleitoral. Manual de orientações PGE/PA - eleições 2022. Campanha “Setembro amarelo”, de prevenção ao suicídio. Divulgação. Possibilidade limitada. Análise jurídica.

PARECER 000655/2022

Ementa Oficial da polícia militar. Curso da Escola Superior de Guerra. Viagem para estudo. Diárias. Lei estadual nº 5.119/1984. Decreto estadual



734/1992. Autorização. Ato de competência do chefe do Poder Executivo. Análise jurídica.

PARECER 000656/2022

Ementa Militares Estaduais. Acumulação remunerada de cargos públicos. Cargo militar e cargo privativo de profissional de saúde com profissão regulamentada. Militar do quadro de oficiais de saúde. Orientação Jurídica nº 31-PGE. Proposta de alteração.

PARECER 000657/2022

Ementa Nomeação e recondução de membros. Conselho Estadual de Assistência Social do Pará – CEAS/PA. Lei Estadual nº 5.940/1996.

PARECER 000659/2022

Ementa Tornar sem efeito nomeação. Concurso público C-182. Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará (HEMOPA).

PARECER 000660/2022

Ementa Licitações e contratos. Pregão eletrônico. Ata de registro de preços. Participação. Minuta contratual. Análise jurídica

PARECER 000661/2022

Ementa Minuta do Anteprojeto da Lei Orçamentária Anual (LOA). Exercício de 2023. Análise jurídica.

PARECER 000662/2022

Ementa Promoção por ato de bravura. Preenchimento dos requisitos formais. Possibilidade.

PARECER 000663/2022

Ementa Pedido de revisão. Ausência de fatos novos. Análise jurídica. Improcedência.



PARECER	000664/2022
Ementa	Ex-policial Militar Estadual. Exclusão a bem da disciplina. Pedido de revisão. Análise jurídica.
PARECER	000665/2022
Ementa	Promoção por ato de bravura. Preenchimento dos requisitos formais. Possibilidade.
PARECER	000666/2022
Ementa	Promoção por ato de bravura. Preenchimento dos requisitos formais. Possibilidade.
PARECER	000667/2022
Ementa	Reforma por incapacidade causada em acidente de serviço. Ausência de inspeção de saúde no prazo regular. Reversão tardia. Contagem do tempo de serviço.
PARECER	000668/2022
Ementa	Termo de Doação. Escola de Trabalho e Produção do Pará (ETPP). ALUNORTE e NORISK HYDRO Brasil. Cumprimento de termo de compromisso. Análise de legalidade. Sugestões para avaliação.
PARECER	000669/2022
Ementa	Verbas residuais. Beneficiários. Aplicação do Art. 160, II, d do RJU/PA. Pagamento direto. Lei nº 6.858/80. Incidência de teto constitucional, imposto de renda e contribuição previdenciária.
PARECER	000670/2022
Ementa	Contratação Biblioteca Digital Fórum módulo livros da plataforma Fórum de Conhecimento Jurídico. Inexigibilidade de licitação. Análise jurídica.



PARECER 000671/2022

Ementa Decreto Estadual visando a declaração de utilidade pública. Bem imóvel identificado. Possibilidade. Preenchimento dos requisitos indispensáveis ao ato. Publicação.

PARECER 000672/2022

Ementa Senha SIAFEM. Disponibilização ao Ministério Público. Inteligência do art. 40, parágrafo único da Lei 9.292/22 (LDO).

PARECER 000673/2022

Ementa Pensão especial. Morte de servidor civil. COVID-19. Análise jurídica.

PARECER 000674/2022

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Apresentação de atestado médico falso. Conversão do distrato em demissão.

PARECER 000675/2022

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Inassiduidade habitual. Nulidade parcial. Inobservância ao devido processo legal. Constituição de nova comissão.

PARECER 000676/2022

Ementa Contratação direta. Dispensa em razão do valor. Art. 24, II da Lei Federal nº 8.666/93. Cotação eletrônica. Aquisição de placas de acrílico. Desistência da primeira colocada contratada. Processo administrativo. Convocação da segunda colocada no processo de cotação eletrônica. Análise jurídica.

PARECER 000677/2022

Ementa Nomeação concurso público. Secretaria de Estado de Planejamento e Administração. Candidatos aprovados no concurso C - 210. Possibilidade.



PARECER	000679/2022
Ementa	Conselho Estadual de Segurança Pública (CONSEP). Resolução nº 441/2022. Institui o protocolo único para atendimento da criança e adolescente em unidade policial. Necessidade de homologação por ato do Governador do Estado. Decreto. Análise jurídica.
PARECER	000679/2022
Ementa	Conselho Estadual de Segurança Pública (CONSEP). Resolução nº 441/2022. Institui o protocolo único para atendimento da criança e adolescente em unidade policial. Necessidade de homologação por ato do Governador do Estado. Decreto. Análise jurídica.
PARECER	000681/2022
Ementa	Exoneração e nomeação de membros. Conselho Estadual de Trânsito. Possibilidade.
PARECER	000682/2022
Ementa	Pensão especial. Servidor civil. Covid-19. Beneficiário habilitado. Termo inicial para pagamento. Instrução processual completa. Análise jurídica.
PARECER	000683/2022
Ementa	Contrato administrativo. Serviço contínuo. Rescisão amigável. Conveniência administrativa. Artigo 79, II, da Lei nº 8.666/93.
PARECER	000684/2022
Ementa	IRRF. Restituição de Imposto de Renda Retido na Fonte pelo Estado do Pará.
PARECER	000685/2022
Ementa	Ex-policia! militar estadual. Exclusão a bem da disciplina. Recurso hierárquico. Pedido de revisão. Ausência de fatos novos. Não conhecimento. Análise jurídica.



PARECER	000686/2022
Ementa	Contrato de prestação de serviços terceirizados de limpeza, conservação e higienização. Pagamento de valores retroativos decorrentes de repactuação. Serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra. Análise jurídica.
PARECER	000687/2022
Ementa	Exoneração e nomeação de membros. Conselho Estadual de Trânsito. Possibilidade.
PARECER	000688/2022
Ementa	Recurso Hierárquico. Polícia Militar do Estado do Pará. Processo Administrativo Disciplinar Simplificado (PADS). Licenciamento a bem da disciplina. Conhecimento e desprovemento.
PARECER	000689/2022
Ementa	Licitações e contratos. Pregão eletrônico. Ata de registro de preços. Participação. Alteração da razão social. Primeiro termo aditivo. Análise jurídica.
PARECER	000690/2022
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade. Desídia. Ato lesivo ao patrimônio estadual. Valimento do cargo. Improbidade administrativa. Acolhimento parcial do relatório da comissão processante. Demissão.
PARECER	000691/2022
Ementa	Contrato de Locação. Poder público locatário. Dispensa de licitação. Lei nº 8.666/93.
PARECER	000692/2022
Ementa	Servidor Público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Conduta escandalosa. Art. 190, v, da Lei Estadual nº 5.810/94.



Conversão da exoneração em destituição do cargo em comissão.
Análise jurídica

PARECER

000693/2022

Ementa

Projeto de Sistema TRONCAL de ônibus da região metropolitana de Belém. Consórcio Mobilidade Grande Belém e NGTM. Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos. Pedido de doação de aterro. Análise jurídica.

PARECER

000694/2022

Ementa

Convênio Multipartite. Projeto nº 4489. Mestrado profissional em direito. Necessidade de alteração no plano de trabalho. Aditivo. Análise jurídica.

PARECER

000695/2022

Ementa

Contrato. Reforma de escola. Financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Alteração. Recursos do tesouro. Possibilidade. Aquiescência do BID quando a alteração for substancial. Observância do limite para utilização da modalidade. Comparação de preços. Limite legal para alteração do contrato de reforma.

PARECER

000696/2022

Ementa

Processo interno. Contratação de soluções de segurança em informática. Adesão à ata de registro de preços de outro ente federativo. Análise de legalidade.

PARECER

000681/2022

Ementa

Exoneração e nomeação de membros. Conselho Estadual de Trânsito. Possibilidade.

PARECER

000697/2022

Ementa

Pensão especial. Servidor civil. COVID-19. Ausência de nexo causal. Instrução processual completa. Análise jurídica.



PARECER 000698/2022

Ementa Exoneração e nomeação de membros do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa (CEDPI/PA). Análise jurídica.

PARECER 000699/2022

Ementa Inexigibilidade de licitação. Contratação direta. Artigo 25, II c/c artigo 13, VI - Lei nº 8.666/1993. Singularidade do objeto. Notória especialização do profissional. Aprovação do termo de inexigibilidade e minuta de contrato. Análise jurídica.

PARECER 000700/2022

Ementa Usinas da Paz - “Terpaz Jurunas”. Termo de Compromisso nº 001/2020. Cumprimento. Entrega de obras, equipamentos e acessórios. Termo de doação. Formalidades legais. Análise jurídica.

PARECER 000702/2022

Ementa Decreto de Utilidade Pública para construção de ponte sobre o Rio Alto do Acará. Documentos indispensáveis para expedição do decreto de utilidade pública atinente à área sobre a ponte. Preenchimento dos requisitos indispensáveis ao ato. Publicação.

PARECER 000703/2022

Ementa Art. 20 da Lei Federal nº 14.133/2021. Nova lei de licitações e contratos. Necessidade de regulamentação. Bens de consumo nas categorias comum e de luxo. Minuta de decreto. Análise jurídica.

PARECER 000705/2022

Ementa Decreto de Utilidade Pública para construção de ponte sobre o Rio Alto Capim. Documentos indispensáveis para expedição do decreto de utilidade pública atinente à área sobre a ponte. Preenchimento dos requisitos indispensáveis ao ato. Publicação.



PARECER	000706/2022
Ementa	Minuta de Decreto. Nova lei de licitações. Pesquisa de preços para aquisição de bens e contratações de serviços. Adequação do procedimento. Análise jurídica.
PARECER	000707/2022
Ementa	Decreto que regulamenta a Lei Estadual nº 9.321/2021. Programa Estadual de Incentivo à Qualificação Profissional de Saúde (QUALIFICA-SAÚDE). Análise de legalidade.
PARECER	000708/2022
Ementa	Corpo de Bombeiros Militar. Pagamento de substituição de cargo comissionado, com base no soldo do posto ou graduação superior. Impossibilidade de pagamento.
PARECER	000709/2022
Ementa	Cumprimento de decisão judicial. Afastamento da função pública sem prejuízo da remuneração. Parcelas indenizatórias.
PARECER	000710/2022
Ementa	Processo Administrativo. Possibilidade de utilização de meio eletrônico. Lei de Processo Administrativo Estadual. Utilização de videoconferência em PAD.
PARECER	000712/2022
Ementa	Promoção por ato de bravura. Requisitos formais. Análise jurídica
PARECER	000713/2022
Ementa	Pensão Especial. Servidor civil. COVID-19. Ausência de nexo causal. Instrução processual completa. Análise jurídica.
PARECER	000714/2022
Ementa	Promoção por ato de bravura. Preenchimento dos requisitos formais. Possibilidade.



PARECER 000715/2022

Ementa Contrato emergencial. Repactuação requerida em razão de Convenção Coletiva de Trabalho superveniente. Pedido indeferido. Recurso administrativo. Análise jurídica.

PARECER 000716/2022

Ementa Minuta. Acordo de Cooperação Técnica. PGE/PA e Universidade Federal do Pará (UFPA). Elaboração de Tesouro/Vocabulário controlado para padronização dos descritores usados na indexação e recuperação dos documentos produzidos e armazenados nas bases de dados da PGE-PA. Análise jurídica.

PARECER 000717/2022

Ementa Contratação. Zênite fácil. Inexigibilidade de licitação. Análise de legalidade.

PARECER 000718/2022

Ementa Administração Pública Estadual. Encerramento Anual da Execução Orçamentária, Financeira, Contábil e Patrimonial do exercício de 2022. Normas e procedimentos. Minuta de Decreto. Análise jurídica.

PARECER 000719/2022

Ementa Contratos, convênios e instrumentos congêneres. Fiscalização. Alteração do Decreto Estadual nº 870/2013. Minuta de decreto. Análise jurídica.

PARECER 000721/2022

Ementa Servidor público aposentado – Requerimento de indenização de férias não gozadas – Marco inicial da prescrição – Data da publicação do ato de aposentadoria – Revisão dos precedentes da PGE diante da jurisprudência atual.

(SUPEROU O PARECER Nº 000008/2013).



PARECER	000722/2022
Ementa	Minuta do decreto que dispõe sobre o Programa de Atuação Integrada para Territórios Sustentáveis. Aperfeiçoamento do Programa. Necessária adequação à Política Estadual sobre Mudanças Climáticas. Viabilidade jurídica.
PARECER	000723/2022
Ementa	Minuta de decreto dispondo sobre o programa Regulariza Pará. Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA). Decreto Estadual n. 941/2020. Análise jurídica.
PARECER	000724/2022
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Secretaria de Estado de Administração Penitenciária. Ofensa física e moral. Demissão a bem do serviço público. Suspensão. Acolhimento parcial do relatório da comissão processante.
PARECER	000725/2022
Ementa	Minuta de Decreto. Alteração. Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos do Estado do Pará (CIRA/PA). Análise jurídica.
PARECER	000726/2022
Ementa	Tornar sem efeito nomeação. Concurso público C-182. Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará (HEMOPA).
PARECER	000727/2022
Ementa	Pensão especial. Morte de servidor civil. Covid-19. Análise jurídica.
PARECER	000728/2022
Ementa	Contrato de empréstimo 2933/OC-BR. Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Programa de Melhoria da Qualidade e Expansão de Cobertura da Educação Básica do Estado do Pará. Contratação de serviço de consultoria. Alteração contratual.



Prorrogação da vigência contratual. Esgotamento de recursos do contrato de empréstimo 2933/OC-BR. Aporte de recursos do Tesouro Estadual.

PARECER 000729/2022

Ementa Anteprojeto de Lei. Altera as Leis Estaduais nº 6.634/2004 (Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa) e 8.667/2018 (Fundo Estadual da Pessoa Idosa). Análise jurídica.

PARECER 000730/2022

Ementa Licitações e contratos. Pregão eletrônico. Ata de registro de preços. Participação. Locação de veículos. Análise jurídica.

PARECER 000731/2022

Ementa Anteprojeto de lei. Sistema Integrado de Transporte Público da Região Metropolitana de Belém (SIT/RMB). Alteração das Leis Estaduais nº 9.049/2020, 9.056/2020 e 9.219/2021. Análise jurídica.

PARECER 000732/2022

Ementa Aposentadoria por incapacidade permanente. Fundamentação constitucional e legal. Requisitos. Análise jurídica.

PARECER 000733/2022

Ementa Servidor comissionado. Certidão de Tempo de Serviço. Período de afastamento por motivo de saúde. Regime de Previdência Geral. Tempo de efetivo exercício.

PARECER 000734/2022

Ementa Servidor Público. Infração de trânsito. Multa. Descabimento de Procedimento Administrativo de Reparação de Danos (PARD). Desconto em folha.



PARECER 000735/2022

Ementa Quarto termo aditivo de prorrogação contratual. Inexigibilidade. Serviço contínuo. Previsão contratual. Anuência da contratada.

PARECER 000736/2022

Ementa Projeto de Lei nº 31/20. Projeto de Indicação. Carteira de Identidade Funcional. Agente de Fiscalização de Trânsito. Análise jurídica.

PARECER 000737/2022

Ementa Termo de cessão de uso de parte de bem imóvel. Regularidade do instrumento. Interesse público. Observância dos requisitos legais. Possibilidade jurídica.

PARECER 000738/2022

Ementa Minuta de decreto instituindo o Plano Estadual de Bioeconomia (PLANBIO) e criando o Comitê Executivo do Plano Estadual de Bioeconomia. Lei estadual n. 9.048/2020 e Decreto estadual n. 1.943/2021. Análise jurídica.

PARECER 000739/2022

Ementa Minuta de Decreto. Ativa, denomina e determina circunscrição de Unidade Operacional de Polícia Ostensiva na Polícia Militar do Pará. Altera dispositivos do Decreto nº 1.017, de 04 de Abril de 2014. Análise jurídica.

PARECER 000740/2022

Ementa Projeto de Lei. Altera dispositivos da Lei Semear. Parâmetros de cálculo do crédito outorgado. Adequação ao Convênio ICMS nº 27/2006. Alteração do limite máximo de apoio com crédito outorgado por contribuinte. Possibilidade.

PARECER 000741/2022

Ementa Nomeação de candidato aprovado no concurso C-209. Procuradoria-Geral do Estado do Pará (PGE). Possibilidade.



PARECER 000742/2022

Ementa Servidor Público. “Vencimento DJ SISPENMB”. Rescisão do julgamento que amparava o pagamento da parcela. Impossibilidade de pagamento da parcela em cargo distinto.

PARECER 000743/2022

Ementa Projeto de Indicação nº 76/21. Destinação de aparelhos celulares ou smartphones apreendidos dentro dos estabelecimentos prisionais. Análise jurídica.

PARECER 000744/2022

Ementa Contrato temporário – Defensoria Pública - Prazo – Prorrogação – Vedações do período eleitoral.

PARECER 000745/2022

Ementa Servidor condenado criminalmente – Perda de cargo público – Efeito da condenação judicial – Trânsito em julgado da decisão – Cumprimento – Valores recebidos indevidamente – Decreto demissório – Situação fática excepcional – Apuração – Devido processo legal.

(SUPERADO PELO PARECER Nº 000307/2023).

PARECER 000746/2022

Ementa Termo aditivo. Contrato nº 022/2020, firmando com a empresa Editora Revista dos Tribunais. Prorrogação contratual. Análise jurídica.

PARECER 000747/2022

Ementa Licitações e contratos. Programa de Melhoria da Qualidade e Expansão da Cobertura da Educação Básica do Estado do Pará. Contratação de serviços de consultoria. Inexigibilidade de licitação. Análise jurídica.



PARECER	000748/2022
Ementa	Termo de cessão de uso de parte de bem imóvel. Regularidade do instrumento. Interesse público. Observância dos requisitos legais. Possibilidade jurídica.
PARECER	000749/2022
Ementa	Contrato administrativo. Acesso à Biblioteca Digital. Serviço contínuo. Prorrogação por mais 12 (doze) meses. Possibilidade jurídica.
PARECER	000750/2022
Ementa	Conselho Estadual da Diversidade Sexual. Proposta de alteração do Decreto Estadual nº 1.238/2008. Análise jurídica.
PARECER	000751/2022
Ementa	Mudanças climáticas. Programa Estadual de Recuperação de Vegetação Nativa, grupo de trabalho. Viabilidade jurídica e adequação, ajuste para incluir condicionantes territoriais a apropriação dos bens comuns.
PARECER	000752/2022
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Acúmulo de cargos públicos. Análise jurídica.
PARECER	000753/2022
Ementa	Lei n. 9.728/2022. Erro material. Retificação. Republicação.
PARECER	000754/2022
Ementa	Termo de cessão de uso de bem imóvel. Regularidade do instrumento. Interesse público. Observância dos requisitos legais. Possibilidade jurídica.



PARECER	000755/2022
Ementa	Termo de cessão de uso de bem imóvel. Regularidade do instrumento. Interesse público. Observância dos requisitos legais. Possibilidade jurídica.
PARECER	000756/2022
Ementa	Termo de cessão de uso de parte de bem imóvel. Regularidade do instrumento. Observância dos requisitos legais. Possibilidade jurídica.
PARECER	000757/2022
Ementa	Termo de cessão de uso de parte de bem imóvel. Regularidade do instrumento. Interesse público. Observância dos requisitos legais. Possibilidade jurídica.
PARECER	000760/2022
Ementa	Servidor público. Tempo de serviço anterior como temporário. Averbação para fins de Adicional por Tempo de Serviço.
PARECER	000761/2022
Ementa	Fixação dos índices percentuais de distribuição aos municípios das parcelas do produto da arrecadação do ICMS. Art. 3º, § 8º, da Lei Complementar Federal nº 63/90. Competência do Governador do Estado do Pará. Art. 135, V, da Constituição Estadual.
PARECER	000762/2022
Ementa	Comitê Pará 2050. Ampliação da composição. Inclusão de novos membros. Alteração do Decreto Estadual nº 2.545/2022.
PARECER	000763/2022
Ementa	Servidor público. Agente de Controle de Endemias. Vencimento. Emenda Constitucional nº 120/2022.



PARECER	000764/2022
Ementa	Licitações e contratos. Chamamento público. Competência. Escolha de Organização Social. Área de saúde. Análise jurídica.
PARECER	000765/2022
Ementa	Minuta de decreto. Dispõe sobre a dispensa de licitação, na forma eletrônica, de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e institui o Sistema de Dispensa Eletrônica, no âmbito da Administração Pública Estadual Direta, Autarquia e Fundacional. Análise jurídica.
PARECER	000766/2022
Ementa	Decreto estadual visando à declaração de utilidade pública do imóvel. Preenchimento dos requisitos indispensáveis.
PARECER	000767/2022
Ementa	Pensão Especial. Servidor Civil. Covid-19. Beneficiário habilitado. Termo inicial para pagamento. Instrução processual completa. Análise jurídica.
PARECER	000768/2022
Ementa	Contratação direta por dispensa de licitação em razão do valor. Cotação eletrônica. Análise jurídica.
PARECER	000770/2022
Ementa	Termo aditivo. Contrato nº 991251344 firmado com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Prorrogação contratual. Análise jurídica.
PARECER	000771/2022
Ementa	Processo seletivo interno para admissão ao Curso de Habilitação de Oficiais da Polícia Militar do Estado do Pará (CHO/PMPA/2021). Pleito de convocação de candidatos excedentes. Recomendação de indeferimento.



PARECER	000772/2022
Ementa	Minuta de projeto de lei que altera a Lei Estadual nº 5.530/89. Aumento da alíquota modal do ICMS. Constitucionalidade material e formal.
PARECER	000773/2022
Ementa	Minuta de projeto de lei que altera a Lei Estadual nº 5.675/91. Fontes do FDE. Contribuição não compulsória para ações e projetos de infraestrutura. Autorização para o Poder Executivo dispensar a aplicação da contribuição. Possibilidade.
PARECER	000775/2022
Ementa	Termo de apostilamento. Contrato nº 013/2022, oriundo da Ata de Registro de Preços nº 012/2022 (SEPLAD). Reequilíbrio de preços. Alteração contratual mediante termo aditivo.
PARECER	000776/2022
Ementa	Promoção em ressarcimento de preterição. Reintegração. Requisitos.
PARECER	000777/2022
Ementa	Licitações e contratos. Pregão eletrônico. Ata de registro de preços. Adesão. Minuta contratual. Análise jurídica.
PARECER	000778/2022
Ementa	Transferência voluntária. Vedação eleitoral. Análise jurídica.
PARECER	000779/2022
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar Simplificado. Inassiduidade habitual. Acolhimento do Relatório da Comissão Processante. Demissão.



PARECER	000780/2022
Ementa	Operação de crédito BID PRODESAN. Termo de transferência de recursos entre o Estado do Pará (Mutuário do contrato de empréstimo) e a COSANPA (Entidade gestora do Programa). Análise preliminar para atendimento das condições especiais prévias ao primeiro desembolso e à formalização do contrato de financiamento.
PARECER	000781/2022
Ementa	Licitações e contratos. Saneamento básico. Esgotamento sanitário. Contratação de serviços de consultoria. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Modelo de negócio. Inexigibilidade de licitação. Análise jurídica.
PARECER	000782/2022
Ementa	Minuta de Acordo de Cooperação Técnica. Análise jurídica. Proposta de minuta. Adequação à Resolução CNJ nº 388/2021.
PARECER	000783/2022
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Demissão. Pedido de reconsideração. Ausência de elementos indicativos de ilegalidade. Análise jurídica.
PARECER	000784/2022
Ementa	Verbas residuais de servidora falecida. Possibilidade de percepção em benefício de menor em regime de guarda. Interpretação conforme à Constituição.
PARECER	000785/2022
Ementa	Minuta de anteprojeto de lei que altera a Lei Estadual nº 9.048/2020 que instituiu a Política Estadual de Mudanças e Adaptações Climáticas, visando a modernização e a criação de programas de serviços ambientais.



PARECER	000787/2022
Ementa	Promoção por ato de bravura. Ausência de preenchimento dos requisitos formais. Impossibilidade
PARECER	000788/2022
Ementa	Minuta de Decreto. Regulamento do Poder de Polícia Ambiental para apuração das condutas e atividades lesivas ao meio ambiente no Estado do Pará. Análise jurídica.
PARECER	000790/2022
Ementa	Pedido de reconsideração. Requisitos legais para interposição - Decisão da Polícia Civil. Retorno ao órgão de origem.
PARECER	000792/2022
Ementa	Tempo de Serviço. Ausência de documentos. Justificação administrativa.
PARECER	000793/2022
Ementa	Pensão Especial. Servidor Civil. Beneficiário habilitado. Termo inicial para pagamento. Instrução processual completa. Análise jurídica.
PARECER	000794/2022
Ementa	Exoneração e nomeação de membros do Conselho Estadual de Política Criminal e Penitenciária (CEPCP). Análise jurídica.
PARECER	000797/2022
Ementa	Pensão Especial. Servidor Civil. COVID-19. Termo Inicial para pagamento. Cálculo. Instrução processual completa. Análise jurídica.
PARECER	000798/2022
Ementa	Minuta de Edital de Concurso Público. Análise de legalidade. Alterações necessárias.



PARECER 000799/2022

Ementa Policial Militar. Ressarcimento do valor de colete balístico. Possibilidade de desconto em folha. Valor correspondente ao desembolsado pela Administração.

PARECER 000800/2022

Ementa Contratação direta. Dispensa em razão do valor. Art. 24, II da Lei Federal nº 8.666/93. Cotação eletrônica. Recarga de extintores. Análise jurídica.

PARECER 000801/2022

Ementa Reforma da Previdência. Emenda Constitucional n. 103/2019. Extinção do contrato de trabalho em razão da aposentadoria no Regime Geral da Previdência Social (RGPS). Procedimento.

PARECER 000802/2022

Ementa Pregão eletrônico. Aquisição de produtos de informática. Aprovação das minutas de edital e contrato pela assessoria jurídica. Art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93 e art. 6º, VII, da Lei Estadual nº 6.474/02.

PARECER 000803/2022

Ementa Promoção por Ato de Bravura. Preenchimento dos requisitos formais. Possibilidade.

PARECER 000804/2022

Ementa Minutas de decretos. Regulamenta o Sistema de Ensino do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará. Homologa o Regimento Interno do Comitê de Ensino. Lei n. 9.323/2021. Análise jurídica.

PARECER 000805/2022

Ementa Minuta de Projeto de Lei. Programa Territórios pela Paz. Políticas de Segurança e Ações Sociais. Iniciativa do Governador. Análise jurídica.



PARECER	000807/2022
Ementa	Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Nulidade. Infração disciplinar. Penalidade. Análise jurídica.
PARECER	000808/2022
Ementa	Lei Estadual nº 9.575, de 11 de maio de 2022. Regulamentação dos arts. 2º, 26, 44, 45 e 48. Estruturação do Núcleo de Conciliação Ambiental do Estado do Pará (SEMAS/NUCAM). Processo Administrativo Ambiental Infracional. Órgãos julgadores. Minuta de decreto. Análise jurídica.
PARECER	000809/2022
Ementa	Nomeação de membros. Conselho de Administração da Companhia de Portos e Hidrovias do Estado do Pará (CPH). Análise jurídica.
PARECER	000811/2022
Ementa	Exoneração <i>ex officio</i> . Concurso público C-173. Secretaria de Estado de Educação. Possibilidade.
PARECER	000812/2022
Ementa	Pregão eletrônico. Aquisição de equipamentos de som, com instalação. Aprovação da minuta de edital pela assessoria jurídica (art. 38, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993). Análise jurídica.
PARECER	000813/2022
Ementa	Exoneração <i>ex officio</i> . Concurso público C-173. Secretaria de Estado de Educação. Possibilidade.
PARECER	000814/2022
Ementa	Tornar sem efeito nomeação. Renúncia da posse. Concurso público C-213. Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA).



PARECER 000815/2022

Ementa Pensão Especial. Servidor Civil. COVID-19. Termo inicial para pagamento. Instrução processual completa. Análise jurídica.

PARECER 000816/2022

Ementa Decreto Estadual visando a declaração de interesse social para desapropriação de imóvel rural para a regularização fundiária de Comunidade Remanescente de Quilombos. Legalidade, preenchimento dos requisitos indispensáveis a ato.

PARECER 000817/2022

Ementa Minuta de Projeto de Lei. Altera o anexo IV da Lei Estadual nº 6.304/2000. Retorno à entidade de origem para avaliar sugestões.

PARECER 000818/2022

Ementa Licitações e contratos. Pregão eletrônico. Adesão. Ata de registro de preços. Aquisição de mobiliário. Decreto Estadual nº 991/2020. Cabimento. Minuta contratual. Análise jurídica.

PARECER 000821/2022

Ementa Minuta de decreto. Alteração do Decreto Estadual n. 2.402, de 1º de junho de 2022. Grupo de Trabalho de Transformação Digital. Análise jurídica.

PARECER 000822/2022

Ementa Minuta de decreto. SIARE. Arrecadação de receitas estaduais. Utilização de DAE. Ausência de óbices formais e materiais.

PARECER 000823/2022

Ementa Programa IPVA Cidadão. Isenção parcial (desconto) de IPVA para pagamento antecipado do tributo. Previsão no art. 13, § 2º, da Lei Estadual nº 6.017/9. Concessão por meio de Decreto Estadual. Constitucionalidade.



PARECER	000824/2022
Ementa	Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP)
PARECER	000825/2022
Ementa	Resolução. Aprova o Regimento Interno da Comissão de Reavaliação de Documentos e Informações (CRDI). Análise jurídica.
PARECER	000826/2022
Ementa	Bombeiro Militar Estadual. Promoção em ressarcimento de preterição. Requisitos legais reconhecidos pela Comissão de Promoção de Oficiais (CPO).
PARECER	000827/2022
Ementa	Contratação direta por dispensa de licitação. Instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional. Análise jurídica complementar.
PARECER	000828/2022
Ementa	Nomeação de membros do Conselho Estadual de Segurança Pública (CONSEP). Análise jurídica.
PARECER	000829/2022
Ementa	Minuta de Decreto. Repartição de Receitas Tributárias. Cota-Parte do ICMS destinado aos Municípios. Emenda à Constituição nº 108/2020. Definição da forma de cálculo do índice educacional. Inexistência de óbices de ordem formal ou material.
PARECER	000830/2022
Ementa	Processo interno. Aquisição de material de informática. Adesão a ata de registro de preços do Ministério Público de Minas Gerais. Análise de legalidade.



PARECER 000832 /2022

Ementa Adesão à ata de registro de preços nº 038/2022. Concorrência nº 005/2021/PMC. Órgão não participante. Serviço de manutenção predial. Requisitos legais. Análise jurídica.

PARECER 000833/2022

Ementa Licitações e contratos. Saneamento básico. Esgotamento sanitário. Contratação de serviços de consultoria. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Modelo de negócio. Inexigibilidade de licitação. Justificativa de preço. Análise jurídica complementar.

PARECER 000835/2022

Ementa Contratação direta por dispensa de licitação em razão do valor. Cotação eletrônica. Análise jurídica.

PARECER 000836/2022

Ementa Tornar sem efeito nomeação. Renúncia da posse. Concurso público C-182. Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Estado do Pará (HEMOPA).

PARECER 000837/2022

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Crime de estupro. Atos da vida privada. Reflexo na vida funcional. Sentença penal transitada em julgado. Ofensa aos princípios morais e éticos. Incontinência pública. Demissão. Análise jurídica.

PARECER 000838/2022

Ementa Minuta de Decreto que “Dispõe sobre a implantação do Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Pará (SIAFE) e dá outras providências.”



PARECER 000839 /2022

Ementa Nomeação de membros. Conselho Estadual de Saúde. CES/PA. Biênio 2022/2024.

PARECER 000840/2022

Ementa Edital de chamamento público. Política Pública Territórios pela Paz (TERPAZ). Municípios interessados. Parceria. Análise de legalidade.

PARECER 000841/2022

Ementa Recurso Hierárquico. Inexecução contratual multa. Advertência. Penalidade. Razoabilidade e proporcionalidade. Análise jurídica.

PARECER 000842/2022

Ementa Minuta de decreto. Regulamento da Taxa de Regulação, Fiscalização e Controle de Serviços Públicos Delegados pelo Estado do Pará. Delimitação do âmbito de incidência da taxa. Risco de *Bis In Idem*. Forma de cálculo compatível com a base de cálculo legal. Necessidade de ajustes redacionais. Limitação às disposições da Lei nº 6.099/97. Exclusão dos arts. 9º, 10º e 11º. Matéria submetida a reserva legal.

PARECER 000840/2022

Ementa Edital de chamamento público. Política Pública Territórios pela Paz (TERPAZ). Municípios interessados. Parceria. Análise de legalidade.

PARECER 000841/2022

Ementa Recurso Hierárquico. Inexecução contratual multa. Advertência. Penalidade. Razoabilidade e proporcionalidade. Análise jurídica.

PARECER 000842/2022

Ementa Minuta de decreto. Regulamento da Taxa de Regulação, Fiscalização e Controle de Serviços Públicos Delegados pelo Estado do Pará. Delimitação do âmbito de incidência da taxa. Risco de *Bis In Idem*. Forma de cálculo compatível com a base de cálculo legal.



Necessidade de ajustes redacionais. Limitação às disposições da Lei nº 6.099/97. Exclusão dos arts. 9º, 10º e 11º. Matéria submetida a reserva legal.

PARECER 000843/2022

Ementa Minuta de decreto. Benefícios fiscais unilaterais. Isenção de ICMS no fornecimento de energia elétrica a templos de qualquer culto. Extensão do prazo máximo de fruição. Possibilidade. Lei Complementar nº 160/2017 e Convênio ICMS 190/2017. Compatibilidade com os termos finais de concessão e prorrogação de benefícios.

PARECER 000845/2022

Ementa Minuta de Decreto. Lei Complementar nº 192/2022. Regime monofásico do ICMS. Art. 155, § 2º, XII, h, da Constituição Federal. Convênio ICMS nº 199/2022. Internalização. ADI 7164. Prazo de trinta dias para efetiva implementação do regime monofásico. Urgência. Impossibilidade de análise aprofundada.

PARECER REFERENCIAL

PARECER REFERENCIAL 000001/2022

Ementa Agregação e reversão de militares.
(REVISÃO DO PARECER REFERENCIAL Nº 000001/2021-PGE).

PARECER REFERENCIAL 000002/2022

Ementa Militares Estaduais. Convocação para o serviço ativo. Requisitos para convocar, renovar a convocação e dispensar a convocação. Parecer Referencial.

PARECER REFERENCIAL 000003/2022

Ementa Parecer Referencial. Pensão especial militar. Aspectos gerais. Requisitos. Instrução processual. Revisão. Lei Complementar Estadual nº 142. Análise Jurídica.
(REVISÃO DO PARECER REFERENCIAL Nº 000008/2019).



PARECER REFERENCIAL 000005/2022

Ementa Revisão do Parecer Referencial nº 000005/2021-PGE (Promoção por tempo de serviço de Oficial da Polícia Militar).
(REVISÃO DO PARECER REFERENCIAL Nº 000005/2021).

PARECER REFERENCIAL 000006/2022

Ementa Lei Federal nº 14.133/2021 – Nova lei de licitações e contratos. Licitações. Contratação direta. Fase preparatória. Etapas e requisitos legais. Parecer referencial.

PARECER SIMPLIFICADO

PARECER SIMPLIFICADO 000001/2022

Ementa Reversão e agregação. Polícia Militar do Estado do Pará. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000002/2022

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial nº 008/2019 – PGE. Falecimento Policial Militar. COVID-19. Decreto nº 674/2020. Beneficiários habilitados. Termo inicial para pagamento. Cálculo. Instrução processual. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000003/2022

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial nº 008/2019 – PGE. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000004/2022

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial nº 008/2019 – PGE. Falecimento em decorrência da atividade Policial Militar. Beneficiários habilitados. Rateio. Termo inicial para pagamento. Cálculo. Instrução processual completa. Análise jurídica.



PARECER SIMPLIFICADO 000005/2022

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial nº 008/2019 – PGE. Morte de policial militar. Nexo de causalidade. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000006/2022

Ementa Processo Administrativo Simplificado. Acúmulo de cargos. Assistente Social. Compatibilidade de horários. Legalidade. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000007/2022

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000008/2022

Ementa Parecer Simplificado. Averbação de tempo de serviço. Análise sob a ótica do Parecer Referencial nº 0006/2021.

PARECER SIMPLIFICADO 000009/2022

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial nº 008/2019-PGE. Falecimento em decorrência da atividade policial militar caracterizado. Beneficiários habilitados. Rateio. Termo inicial para pagamento. Cálculo. Instrução processual completa. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000010/2022

Ementa Servidor público. Acumulação ilícita de cargos públicos, improbidade administrativa e lesão aos cofres públicos. Processo Administrativo Disciplinar. Absolvção.

PARECER SIMPLIFICADO 000011/2022

Ementa Reversão. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social – SEGUP. Corpo de Bombeiros Militar do Pará. Possibilidade.



PARECER SIMPLIFICADO 000012/2022

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial nº 008/2019-PGE. Policial morto em decorrência da atividade policial. Instrução processual completa. Cabimento. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000013/2022

Ementa Abandono de cargo. Prescrição disciplinar. Apuração de responsabilidades. Regularização funcional. Notificação da servidora.

PARECER SIMPLIFICADO 000014/2022

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Acumulação ilícita de cargos públicos afastada. Sugestão de absolvição.

PARECER SIMPLIFICADO 000015/2022

Ementa Solicitação de Declaração de Tempo de Serviço. Abandono de cargo. Instauração de Processo Administrativo Disciplinar. Demissão.

PARECER SIMPLIFICADO 000016/2022

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial nº 008/2019-PGE. Policial morto no exercício da atividade policial militar. Instrução processual completa. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000017/2022

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial nº 008/2019-PGE. Falecimento policial militar. Covid-19. Decreto nº 674/2020. Beneficiários habilitados. Termo inicial para pagamento. Cálculo. Instrução Processual Completa. Análise jurídica.



PARECER SIMPLIFICADO 000018/2022

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Abandono de cargo. Ausência injustificada por mais de 30 dias consecutivos. Demissão. Prescrição. Aplicação do Art. 109 do Código Penal. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000019/2022

Ementa Servidor público. Acumulação ilegal de cargos públicos. Processo Administrativo Disciplinar Simplificado (PADS). Vícios procedimentais insanáveis. Nulidade total. Notificação pessoal para efeito de opção por um dos cargos acumulados. Instrução sumária. Instauração de novo PADS. Designação de nova comissão processante.

PARECER SIMPLIFICADO 000020/2022

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Abandono de cargo. Prescrição. Absolvição. Arquivamento do PAD. Fatos novos conhecidos no curso da operação. Instauração de novo PAD.

PARECER SIMPLIFICADO 000022/2022

Ementa Acúmulo ilícito de cargos. Pedido de exoneração. Opção. Ausência de má-fé. Absolvição.

PARECER SIMPLIFICADO 000023/2022

Ementa Servidor público civil. Processo Administrativo Disciplinar. Acumulação de cargos públicos. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000024/2022

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Acumulação ilícita de cargos públicos afastada. Sugestão de absolvição.



PARECER SIMPLIFICADO 000025/2022

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial nº 008/2019-PGE. Policial morto no exercício da atividade Policial Militar. Cabimento. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000026/2022

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial nº 008/2019 – PGE. Policial morto fora do exercício da atividade Policial Militar. Instrução processual completa. Não cabimento. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000027/2022

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial nº 008/2019 – PGE. Policial falecido. Inocorrência de acidente em serviço. Instrução processual completa. Não cabimento. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000028/2022

Ementa Processo Administrativo Disciplinar Simplificado. Abandono de cargo. Configuração.

PARECER SIMPLIFICADO 000029/2022

Ementa Servidora pública civil. Processo Administrativo Disciplinar. Acumulação de cargos públicos. Exercício do direito de opção pela servidora. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000030/2022

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000031/2022

Ementa Qualificação de Organização Social. Instituto Santa Clara. Lei Estadual nº 5.980, de 19 de julho de 1996, e Decreto Estadual nº 21/2019. Análise jurídica.



PARECER SIMPLIFICADO 000032/2022

Ementa Promoção por tempo de serviço. Oficial da Polícia Militar. Requisitos da Lei Estadual nº 8.388/2016. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000034/2022

Ementa Convocação de policiais militares da reserva remunerada. Requisitos formais. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000035/2022

Ementa Convocação de policiais militares da reserva remunerada. Requisitos formais. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000036/2022

Ementa Renovação de convocação de Policial Militar da reserva remunerada. Requisitos formais. Análise jurídica

PARECER SIMPLIFICADO 000037/2022

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial nº 008/2009-PGE. Falecimento policial militar. Covid-19. Decreto nº 674/2020. Beneficiários habilitados. Termo inicial para pagamento. Cálculo. Instrução processual completa. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000038/2022

Ementa Pensão especial militar. Parecer Referencial nº 008/2019-PGE. Falecimento. Policial militar. Covid-19. Decreto nº 674/2020. Beneficiário habilitado. Termo inicial para pagamento. Cálculo. Instrução processual completa. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000039/2022

Ementa Renovação da convocação de Policial Militar da reserva remunerada. Requisitos formais. Análise jurídica. Possibilidade.



PARECER SIMPLIFICADO 000040/2022

Ementa Processo Administrativo Disciplinar Simplificado (PADS). Servidor público. Abandono de cargo. Ausência injustificada por mais de 30 dias. *Animus Abandonandi*. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000041/2022

Ementa Renovação de convocação de Policial Militar da Reserva Remunerada. Requisitos formais. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000042/2022

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Abandono de cargo qualificado. Ausência injustificada por mais de 30 dias consecutivos. Prejuízo ao serviço público. Art. 323, §1º do CPB. Demissão. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000043/2022

Ementa Reconvocação de Bombeiros Militares da Reserva Remunerada. Requisitos formais. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000044/2022

Ementa Acumulação ilícita de cargos públicos. Processo administrativo disciplinar. Opção feita pelo cargo público estadual. Ausência de má-fé. Arquivamento.

PARECER SIMPLIFICADO 000045/2022

Ementa Promoção por tempo de serviço. Oficial da Polícia Militar. Requisitos da Lei Estadual nº 8.388/2016. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000046/2022

Ementa Cargos na área da saúde. Possível tripla acumulação. Exoneração do servidor. Necessidade de aferição da compatibilidade de horários. Nulidade parcial.



PGE

Procuradoria
Consultiva

PARECER SIMPLIFICADO 000047/2022

Ementa Pensão especial militar. Parecer Referencial nº 008/2019-PGE. Falecimento. Policial militar. Covid-19. Decreto nº 674/2020. Beneficiários habilitados. Termo inicial para pagamento. Cálculo. Instrução processual completa. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000048/2022

Ementa Servidor público. Abandono de cargo. Falta grave. Processo Administrativo Disciplinar Simplificado (PADS). Não incidência de prescrição. Observância do devido processo legal. Dolo indireto ou eventual. Sugestão de demissão.

PARECER SIMPLIFICADO 000049/2022

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Acúmulo de cargo. Ausência de má-fé. Não acolhimento do Relatório Final. Absolvição.

PARECER SIMPLIFICADO 000050/2022

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Demissão.

PARECER SIMPLIFICADO 000051/2022

Ementa Pensão especial militar. Parecer Referencial nº 003/2022-PGE. Falecimento Policial Militar. Covid-19. Decreto nº 674/2020. Beneficiários habilitados. Termo inicial para pagamento. Cálculo. Instrução processual completa. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000052/2022

Ementa Pensão especial militar. Parecer Referencial nº 008/2019-PGE. Policial morto por consequência da atividade policial militar. Instrução processual completa. Análise jurídica.



PARECER SIMPLIFICADO 000053/2022

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Servidora pública. Acumulação ilícita de cargos públicos. Exercício do direito de opção por um dos cargos. Exoneração a pedido. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000054/2022

Ementa Reanálise de pensão especial militar concedida pelo Decreto Estadual nº 1.318, de 10 de fevereiro de 2021. Exclusão de beneficiário. Indeferimento. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000055/2022

Ementa Convocação de Policiais Militares da Reserva Remunerada. Requisitos formais. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000056/2022

Ementa Convocação de Policiais Militares da Reserva Remunerada. Requisitos Formais. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000057/2022

Ementa Pensão especial militar. Policial morto no exercício da atividade policial militar. Instrução processual completa. Cabimento. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000058/2022

Ementa Convocação de Policiais Militares da Reserva Remunerada. Requisitos formais. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000059/2022

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Acumulação lícita de cargos.



PARECER SIMPLIFICADO 000060/2022

Ementa Processo Administrativo Disciplinar Simplificado. Abandono de Cargo. Inexistência do *ANIMUS ABANDONANDI*. Absolvição.

PARECER SIMPLIFICADO 000061/2022

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial nº 003/2022-PGE. Falecimento Policial Militar. COVID-19. Decreto nº 674/2020. Beneficiários habilitados. Termo inicial para pagamento. Cálculo. Instrução processual. Análise Jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000062/2022

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial nº 003/2022-PGE. Falecimento Policial Militar. COVID-19. Decreto nº 674/2020. Beneficiários habilitados. Termo inicial para pagamento. Cálculo. Instrução processual. Análise Jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000063/2022

Ementa Convocação de Bombeiros Militares da Reserva Remunerada. Requisitos formais. Análise Jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000064 /2022

Ementa Pensão Especial Militar. Falecimento em decorrência da atividade policial militar caracterizado. Filho maior de 21 anos. Estudante universitário. Reativação do benefício.

PARECER SIMPLIFICADO 000065 /2022

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial nº 008/2019-PGE. Falecimento Policial Militar. COVID-19. Decreto nº 674/2020. Beneficiários habilitados. Termo inicial para pagamento. Cálculo. Instrução Processual completa. Análise Jurídica.



PGE

Procuradoria
Consultiva

PARECER SIMPLIFICADO 000066 /2022

Ementa Convocação de Policiais Militares da Reserva Remunerada. Requisitos formais. Análise Jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000067/2022

Ementa Promoção por tempo de serviço. Oficial da Polícia Militar. Requisitos da Lei Estadual nº 8.388/2016. Análise Jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000068/2022

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial nº 008/2019-PGE. Falecimento Policial Militar. COVID-19. Decreto nº 674/2020. Beneficiários habilitados. Termo inicial para pagamento. Cálculo. Instrução processual completa. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000069/2022

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial nº 008/2019-PGE. Policial morta por consequência da atividade policial militar. Instrução Processual completa. Cabimento. Análise Jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000070/2022

Ementa Servidor Público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Acumulação ilícita de cargos públicos afastada. Sugestão de absolvição.

PARECER SIMPLIFICADO 000071 /2022

Ementa Recondução. Servidor Público Estadual. Parecer Referencial nº 009/2019. Análise dos requisitos. Possibilidade.



PARECER SIMPLIFICADO 000072/2022

Ementa Convocação de Policiais Militares da reserva remunerada. Requisitos formais. Análise Jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000073/2022

Ementa Servidor Público. Processo administrativo disciplinar. Abandono de cargo e inassiduidade habitual. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000074/2022

Ementa Servidor público. Tempo de serviço prestado sob vínculo temporário. Requerimento de averbação de tempo de serviço. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000077/2022

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial nº 008/2019-PGE. Instrução processual completa. Cabimento. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000078/2022

Ementa Convocação de Policiais Militares da Reserva Remunerada. Requisitos formais. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000079/2022

Ementa Convocação de Policiais Militares da Reserva Remunerada. Requisitos formais. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000080/2022

Ementa Renovação de convocação de Policial Militar da Reserva Remunerada. Requisitos formais. Análise jurídica.



PARECER SIMPLIFICADO 000082/2022

Ementa Servidor público. Abandono de cargo. Processo Administrativo Disciplinar Simplificado (PADS). Não incidência de prescrição. Observância do devido processo legal. Dolo direto. Sugestão de demissão.

PARECER SIMPLIFICADO 000083/2022

Ementa Servidora pública. Tripla acumulação ilegal de cargos da área de saúde. Processo Administrativo Disciplinar. Nulidade total. Possibilidade de conversão em diligência para comprovação de opção. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000085/2022

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial nº 008/2019-PGE. Falecimento Policial Militar. COVID-19. Beneficiária habilitada. Termo inicial para pagamento. Cálculo. Instrução processual completa. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000086/2022

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial nº 008/2019-PGE. Instrução processual completa. Cabimento. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000087/2022

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Abandono de cargo. Demissão. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000088/2022

Ementa Convocação de Policiais Militares da Reserva Remunerada. Requisitos formais. Análise jurídica.



PARECER SIMPLIFICADO 000089/2022

Ementa Pensão especial militar. Parecer Referencial nº 008/2019-PGE. Instrução processual completa. Cabimento. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000090/2022

Ementa Pensão especial militar. Retificação dos efeitos financeiros. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000091/2022

Ementa Pensão especial militar. Parecer Referencial nº 008/2019-PGE. Instrução processual completa. Cabimento. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000092/2022

Ementa Pensão especial militar. Parecer Referencial nº 008/2019-PGE. Policial falecido. Inocorrência de acidente em serviço. Instrução processual completa. Não cabimento. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000093/2022

Ementa Pensão especial militar. Parecer Referencial nº 008/2019-PGE. Condição de beneficiária não comprovada.

PARECER SIMPLIFICADO 000094/2022

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial nº 008/2019-PGE. Instrução processual completa. Cabimento. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000095/2022

Ementa Convocação de Policial Militar da Reserva Remunerada. Requisitos formais. Análise jurídica.



PARECER SIMPLIFICADO 000096/2022

Ementa Convocação de Policiais Militares da Reserva Remunerada. Requisitos formais. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000097/2022

Ementa Convocação de Policiais Militares da reserva remunerada. Requisitos formais. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000098/2022

Ementa Convocação de policiais militares da reserva remunerada. Requisitos formais. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000099/2022

Ementa Convocação de policiais militares da reserva remunerada. Requisitos formais. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000100/2022

Ementa Recondição. Servidor Público Estadual. Parecer Referencial nº 009/2019. Análise dos Requisitos. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000101/2022

Ementa Convocação de policiais militares da reserva remunerada. Requisitos formais. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000102/2022

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial nº 008/2019-PGE. Parecer Referencial nº 03/2022-PGE. Termo inicial para pagamento. Cálculo. Instrução processual completa. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000103/2022

Ementa Convocação de policiais militares da reserva remunerada. Requisitos formais. Análise jurídica.



PARECER SIMPLIFICADO 000104/2022

Ementa Recondução. Servidor Público Estadual. Parecer Referencial nº 009/2019. Análise dos requisitos. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000105/2022

Ementa Convocação de Policiais Militares da reserva remunerada. Requisitos formais. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000106/2022

Ementa Convocação de policiais militares da reserva remunerada. Requisitos formais. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000107/2022

Ementa Convocação de policiais militares da reserva remunerada. Requisitos formais. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000108/2022

Ementa Renovação de Convocação de Militares da reserva remunerada. Corpo de Bombeiros. Requisitos formais. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000109/2022

Ementa Convocação de Policiais Militares da reserva remunerada. Requisitos formais. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000110/2022

Ementa Convocação de Policiais Militares da reserva remunerada. Requisitos formais. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000111/2022

Ementa Convocação de policiais militares da reserva remunerada. Requisitos formais. Análise jurídica.



PARECER SIMPLIFICADO 000112/2022

Ementa Convocação de policiais militares da reserva remunerada. Requisitos formais. Análise jurídica

PARECER SIMPLIFICADO 000113/2022

Ementa Convocação de Policiais Militares da reserva remunerada. Requisitos formais. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000114/2022

Ementa Convocação de Policiais Militares da reserva remunerada. Requisitos formais. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000115/2022

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial nº 008/2019-PGE. Parecer Referencial nº 003/2022-PGE. Instrução processual completa. Cabimento. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000116/2022

Ementa Convocação de policiais militares da reserva remunerada. Requisitos formais. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000117/2022

Ementa Convocação de policiais militares da reserva remunerada. Requisitos formais. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000118 /2022

Ementa Pensão especial militar. Revisão na composição da remuneração do ex-militar. Gratificação de risco de vida e tempo de serviço. Análise jurídica. Retificação do Decreto nº1.023, de 31 de agosto de 2020.

PARECER SIMPLIFICADO 000119 /2022

Ementa Convocação de Policiais Militares da reserva remunerada. Requisitos formais. Análise jurídica.



PARECER SIMPLIFICADO 000120/2022

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial nº 008/2019-PGE. Parecer Referencial nº 003/2022- PGE. Falecimento policial militar. Beneficiária habilitada. Termo inicial para pagamento. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000121/2022

Ementa Convocação de policiais militares da reserva remunerada. Requisitos formais. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000122/2022

Ementa Convocação de militar da reserva remunerada. Corpo de Bombeiro Militar. Requisitos formais. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000123/2022

Ementa Parecer Simplificado. Averbação de tempo de serviço em cargo comissionado. Análise sob a ótica do Parecer Referencial nº 0006/2021.

PARECER SIMPLIFICADO 000124/2022

Ementa Averbação de Tempo de Serviço. Cargo comissionado. Entendimento do Parecer Referencial n. 0006/2021.

PARECER SIMPLIFICADO 000125/2022

Ementa Servidor Público. Tempo de Serviço prestado sob vínculo temporário. Requerimento de averbação de tempo de serviço para fins de percepção de Adicional por Tempo de Serviço (ATS). Licença-prêmio. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000126/2022

Ementa Servidor Público. Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de Cargo. Prescrição da pretensão punitiva



estatal. Extinção da punibilidade. Ausência de *Animus Abandonandi*. Absolvição.

PARECER SIMPLIFICADO 000127/2022

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Abandono de cargo público. Prescrição. Incidência. Inexistência de prejuízo ao erário. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000129/2022

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Agente administrativo.

PARECER SIMPLIFICADO 000130/2022

Ementa Servidor Público. Acumulação de cargo público. Processo administrativo disciplinar. Direito de opção. Exercido. Efetivação tardia. Absolvição. Apuração de responsabilidades.

PARECER SIMPLIFICADO 000131/2022

Ementa Servidor Público. Acumulação ilegal de cargos. Processo Administrativo Disciplinar Simplificado. Não opção. Má-fé. Demissão. Minuta de decreto. Análise jurídica

PARECER SIMPLIFICADO 000132/2022

Ementa Servidor Público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Acumulação ilícita de cargos públicos afastada. Sugestão de arquivamento do feito disciplinar. Aplicação por analogia do art. 282, §§ 1º e 2º do CPC.

PARECER SIMPLIFICADO 000133/2022

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de Cargo Público. Demissão. Análise jurídica.



PARECER SIMPLIFICADO 000134/2022

Ementa Processo administrativo disciplinar. Abandono de cargo. Demissão. Prescrição. Nulidade parcial.

PARECER SIMPLIFICADO 000135/2022

Ementa Servidor Público. Acumulação ilegal de cargos. Processo administrativo disciplinar simplificado. Demissão. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000136/2022

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Regularidade processual. Elemento objetivo e elemento subjetivo (*Animus Abandonandi*). Inassiduidade. Não configuração. Licença saúde. Absolvição.

PARECER SIMPLIFICADO 000137/2022

Ementa Servidora pública. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Abandono de cargo. Ausência injustificada por mais de 30 dias consecutivos. Prescrição. Aplicação do art. 109 do Código Penal. Nulidade parcial. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000138/2022

Ementa Convocação de policiais militares da reserva remunerada. Requisitos formais. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000139/2022

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Faltas injustificadas. Abandono de cargo. Ausência de *animus abandonandi*. Não configurado. Arquivamento.

PARECER SIMPLIFICADO 000140/2022

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Acumulação de cargos públicos. Análise jurídica.



PARECER SIMPLIFICADO 000141/2022

Ementa Convocação de bombeiros militares da reserva remunerada. Requisitos formais. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000142/2022

Ementa Qualificação de Organização Social. Santa Casa de Misericórdia de Chavantes. Lei Estadual nº 5.980, de 19 de julho de 1996, e Decreto Estadual nº 21/2019. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000143/2022

Ementa Qualificação de Organização Social. Instituto ACQUA Ação Cidadania Qualidade Urbana e Ambiental. Lei Estadual nº 5.980, de 19 de julho de 1996, e Decreto Estadual nº 21/2019.

PARECER SIMPLIFICADO 000144/2022

Ementa Qualificação de Organização Social. Centro de excelência em Políticas Públicas. Lei Estadual nº 5.980, de 19 de julho de 1996, e Decreto Estadual nº 21/2019. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000145/2022

Ementa Servidora Pública. Acumulação legal de cargos da área de saúde. Processo Administrativo Disciplinar. Compatibilidade de horários. Absolvição. Arquivamento.

PARECER SIMPLIFICADO 000146/2022

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Acumulação de cargos públicos. Área da saúde. Terceiro vínculo privado. Compatibilidade de horário. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000147/2022

Ementa Renovação de convocação de policiais militares da reserva remunerada. Requisitos formais. Análise jurídica.



PARECER SIMPLIFICADO 000148/2022

Ementa Servidor Público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Acumulação ilícita de cargos públicos afastada. Sugestão de absolvição.

PARECER SIMPLIFICADO 000149/2022

Ementa Servidor público. Acumulação ilegal de cargos. Processo Administrativo Disciplinar Simplificado (PADS). Inassiduidade habitual. Demissão. Minuta de decreto. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000150/2022

Ementa Convocação de policiais militares da reserva remunerada. Requisitos formais. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000151/2022

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Acumulação ilícita de cargos públicos afastada. Aposentadoria da servidora antes da instauração do PAD. Ausência de justo motivo. Absolvição e arquivamento.

PARECER SIMPLIFICADO 000152/2022

Ementa Servidor Público. Processo Administrativo Disciplinar. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000153/2022

Ementa Renovação de convocação de policiais militares da reserva remunerada. Requisitos formais. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000154/2022

Ementa Convocação de policiais militares da reserva remunerada. Requisitos formais. Análise jurídica.



PARECER SIMPLIFICADO 000155/2022

Ementa Qualificação de Organização Social. Instituto ACQUA Ação Cidadania Qualidade Urbana e Ambiental. Lei Estadual nº 5.980, de 19 de julho de 1996, e Decreto Estadual nº 21/2019.

PARECER SIMPLIFICADO 000156/2022

Ementa Convocação de policial militar da reserva remunerada. Requisitos formais. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000157/2022

Ementa Convocação de policiais militares da reserva remunerada. Requisitos formais. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000158/2022

Ementa Convocação de policiais militares da reserva remunerada. Requisitos formais. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000159/2022

Ementa Parecer Simplificado. Averbação de tempo de serviço. Entendimento do Parecer Referencial nº 0006/2021.

PARECER SIMPLIFICADO 000160/2022

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Servidor público. Acumulação ilegal de cargos. Ausência de opção. Demissão. Má-fé. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000161/2022

Ementa Processo Administrativo Disciplinar Simplificado. Abandono de cargo. *Animus Abandonandi* afastado. Depressão. Sugestão de absolvição.



PARECER SIMPLIFICADO 000162/2022

Ementa Qualificação de Organização Social. Instituto ACQUA Ação Cidadania Qualidade Urbana e Ambiental. Lei Estadual nº 5.980, de 19 de julho de 1996, e Decreto Estadual nº 21/2019.

PARECER SIMPLIFICADO 000163/2022

Ementa Convocação de Bombeiros Militares da Reserva Remunerada. Requisitos formais. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000165/2022

Ementa Renovação de convocação de bombeiro militar da reserva remunerada. Requisitos formais. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000166/2022

Ementa Convocação de policiais militares da reserva remunerada. Requisitos formais. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000167/2022

Ementa Convocação de Policiais Militares da reserva remunerada. Requisitos formais. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000168/2022

Ementa Qualificação de Organização Social. Santa Casa de Misericórdia de Chavantes. Lei Estadual nº 5.980, de 19 de julho de 1996, e Decreto Estadual nº 21/2019. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000169/2022

Ementa Servidor público. Processo administrativo disciplinar. Análise jurídica.



PARECER SIMPLIFICADO 000170/2022

Ementa Convocação de policiais militares da reserva remunerada. Requisitos formais. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000171/2022

Ementa Processo Administrativo Disciplinar Simplificado. Abandono de cargo. Falta de indiciamento. Nulidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000172/2022

Ementa Qualificação de Organização Social. Instituto Guajará. Lei Estadual nº 5.980, de 19 de julho de 1996, e Decreto Estadual nº 21/2019.

PARECER SIMPLIFICADO 000173/2022

Ementa Convocação de Policiais Militares da reserva remunerada. Requisitos formais. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000175/2022

Ementa Qualificação de Organização Social. Centro de Excelência em Políticas Públicas. Lei Estadual nº 5.980, de 19 de julho de 1996, e Decreto Estadual nº 21/2019. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000176 /2022

Ementa Qualificação de Organização Social. Santa Casa de Misericórdia de Chavantes. Lei Estadual nº 5.980, de 19 de julho de 1996, e Decreto Estadual nº 21/2019. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000177/2022

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial Nº 008/2019-PGE. Parecer Referencial Nº 003/2022-PGE. Instrução processual completa. Cabimento. Análise jurídica.



PARECER SIMPLIFICADO 000178/2022

Ementa Qualificação de Organização Social. Instituto Guajará. Lei Estadual nº 5.980, de 19 de julho de 1996, e Decreto Estadual nº 21/2019.

MANIFESTAÇÃO

MANIFESTAÇÃO 000001/2022

Ementa Manifestação Complementar ao Parecer 939/2021. Retificação do endereço do bem desapropriado.

MANIFESTAÇÃO 000002/2022

Ementa Projeto de Indicação nº 37/20. Dispõe sobre a obrigatoriedade do pagamento de compensação aos profissionais de saúde que atuarem no enfrentamento da emergência de saúde pública de que trata o Decreto Legislativo nº 02 de 2020, nos casos que especifica e dá outras providências. Recomendação de não acolhimento.

MANIFESTAÇÃO 000003/2022

Ementa Bolsa de incentivo à atividade educacional. Lei Estadual 8427/16. Existência de contraprestação de serviços. Incidência do imposto de renda e contribuição previdenciária. Inteligência do Art. 26, da Lei Federal 9250/95.

MANIFESTAÇÃO 000004/2022

Ementa Militares Estaduais, Praças e Oficiais. Auxílio-alimentação. Fixação de valores distintos. Novo pedido de pagamento isonômico. Indeferimento. Lei nº 7.197/2008. Decreto nº 1.298/2008. Repercussão Geral do Tema 600. Súmula Vinculante 37/STF. Parecer nº 651/2020 – PGE. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000006/2022

Ementa Anteprojeto de Lei. UEPA. Parecer. Adequação às sugestões desta Procuradoria.



MANIFESTAÇÃO 00008/2022

Ementa Carreiras da Administração Tributária do Estado do Pará. Promoção por merecimento. Avaliação de desempenho. Regulamentação. Minuta de Decreto. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000009/2022

Ementa Informações sobre Riscos Fiscais para o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2023.

MANIFESTAÇÃO 000010/2022

Ementa Minuta de Decreto. Regulação de modelos, características e critérios de expedição de carteira de identidade e do cartão de identificação das Corporações Militares do Estado do Pará. Análise Jurídica Complementar.

MANIFESTAÇÃO 000012/2022

Ementa Polícia Civil. Academia de Polícia Civil (ACADEPOL). Regimento interno. Alteração. Programa de Estudos e Pesquisas em Segurança Pública, Defesa Social e Direitos Humanos (PPSDH). Resolução aprovada pelo Conselho Superior de Polícia Civil (CONSUP). Necessidade de homologação pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Minuta de Decreto. Parecer nº 000703/2021-PGE. Complementação.

MANIFESTAÇÃO 000013/2022

Ementa ASIPAG. Pagamento de folha de desligados. Entendimento já sedimentado nos autos.

MANIFESTAÇÃO 000015/2022

Ementa Bombeiro Militar Estadual. Oficial. Conselho de Justificação (CJ). Substituição de todos os Membros.



MANIFESTAÇÃO 000016/2022

Ementa Minuta de Decreto que dispõe sobre o Núcleo Permanente de Acompanhamento do Plano Estadual Amazônia, agora NPAA. Análise de conformidade da minuta com o parecer. Diligências necessárias.

MANIFESTAÇÃO 000020/2022

Ementa Relação dos Precatórios e Requisições de Pequenos Valores (RPVS) que irão constar na Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2023.

MANIFESTAÇÃO 000021/2022

Ementa Minuta de Decreto Estadual que prevê a ampliação de Unidade de Conservação da Natureza, denominada de Refúgio da Vida Silvestre Metrópole da Amazônia.

MANIFESTAÇÃO 000022/2022

Ementa Plano Anual de Precatórios 2023. Diligência. Secretaria de Estado da Fazenda Solicitação do plano de desembolso.

MANIFESTAÇÃO 000023/2022

Ementa Gratificação de Economia. Procuradores do Estado.

MANIFESTAÇÃO 000024/2022

Ementa Senha de acesso SIAFEM. Art. 40, parágrafo único da LDO/2022. Acesso aos titulares dos poderes.

MANIFESTAÇÃO 000025/2022

Ementa Conselho de Justificação. Suspeição. Substituição de membro. Análise de legalidade.



MANIFESTAÇÃO 000026/2022

Ementa Encerramento Anual da Execução Orçamentária, Financeira, Contábil e Patrimonial do exercício financeiro de 2022. Minuta de Decreto. Análise jurídica final.

MANIFESTAÇÃO 000027/2022

Ementa Licitação. Inexigibilidade. Contratação de empresa para a prestação de serviços de telefonia. Análise jurídica complementar.

MANIFESTAÇÃO 000028/2022

Ementa Termo aditivo – Repactuação efetuada pelo órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços – Análise do instrumento.

MANIFESTAÇÃO 000029/2022

Ementa Termo de doação. Escola de Trabalho e Produção do Pará (ETPP). ALUNORTE e NORSE HYDRO BRASIL. Cumprimento de termo de compromisso. Análise de legalidade. Análise complementar.

NOTA TÉCNICA

NOTA TÉCNICA 000001/2022

Ementa Hospital Ophir Loyola. Execução indireta de serviços – “terceirização”. Atividade-fim. Pregão Eletrônico para contratação de médicos intensivistas. Interesse primário. Processos Seletivos Simplificados fracassados. Efeitos da ADPF 324/STF. Instrução Normativa nº 04/2018 - SEPLAD. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 000002/2022

Ementa Assembleia Legislativa do Estado. Projeto de Lei nº 373/2019, transformado em Projeto de Indicação cria o Programa “Despertar para a Paz”, no Estado do Pará. Análise jurídica.



NOTA TÉCNICA 000003/2022

Ementa Anteprojeto de Lei. Autoriza a criação do FERFIS – Fundo Estadual para o Ressarcimento Registral de Regularização Fundiária de Interesse Social. Parecer nº 000972/2021-PGE. Lei Federal nº 13.465/2017. Isenção de custas e emolumentos em Atos Notariais na REURB-S. Compensação. Competência do Poder Judiciário para a propositura de Projeto de Lei. Análise Jurídica complementar.

NOTA TÉCNICA 000004/2022

Ementa Lei Estadual nº 8.937/2019. Gratificação de plantão. Extensão a servidores que exercem função gratificada. Necessidade de revisão prévia da norma geral. Lei Estadual nº 6.106/1998. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 000005/2022

Ementa Projeto de Lei que estabelece o Programa “Mulher Empreendedora Cidadã”. Análise de sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 000006/2022

Ementa Projeto de Lei que dispõe sobre a atualização do valor dos vencimentos, funções gratificadas e proventos dos servidores, ativos e inativos, e pensionistas do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA). Iniciativa do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA).

NOTA TÉCNICA 000007/2022

Ementa Projeto de Lei 16/2022. Altera dispositivos da Lei nº 8.330/2015, que trata sobre a criação de auxílio saúde no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará.

NOTA TÉCNICA 000008/2022

Ementa Projeto de Lei. Revisão Geral Anual. Defensoria Pública. Análise Jurídica.



NOTA TÉCNICA 000009/2022

Ementa Projeto de Lei. Prêmio Conselheiro Amigo da Criança. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 000013/2022

Ementa PARÁPAZ. Ano eleitoral. Distribuição gratuita de bens, valores e benefícios. Programas Sociais. Vedação legal. Exceções. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 000014/2022

Ementa Assembleia Legislativa do Estado. Projeto de Lei nº 216/2021. Campanha de Conscientização e Estímulo à Doação de Sangue, Tecido, Órgãos e outras Doações para Fins Humanitários (CEDOA). Art. 108 da CE/89. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 000015/2022

Ementa Projeto de Lei que classifica como Estância Turística pra o Estado do Pará o Município de Santana do Araguaia. Iniciativa Parlamentar.

NOTA TÉCNICA 000016/2022

Ementa Projeto de Lei Complementar. Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará. Proposta de alteração da Lei Orgânica do Órgão. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 000017/2022

Ementa Selo Pará Sem Maus Tratos. Projeto de Lei de iniciativa parlamentar. Meio ambiente e consumidor. Competência concorrente.

NOTA TÉCNICA 000018/2022

Ementa Projeto de Lei que estabelece o direito ao Passe-Livre no transporte público municipal e intermunicipal para um segundo acompanhante de pessoa com transtorno do espectro autista. Análise jurídica.



NOTA TÉCNICA 000019/2022

Ementa Policial Civil. Projeto de Lei de alteração da LC nº 39. Manutenção de integralidade e paridade aos Policiais Cíveis. Cenário jurídico. Repercussão Geral pendente de julgamento.

NOTA TÉCNICA 000020/2022

Ementa Projeto de Lei. Concurso público. Proibição de certames exclusivamente para formação de cadastro de reserva.

NOTA TÉCNICA 000021/2022

Ementa Projeto de Lei que institui a “Sessão Azul” de cinema, que consiste na reserva de sessões de cinema às pessoas com transtorno do espectro autista, no âmbito do Estado do Pará. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 000022/2022

Ementa Assembleia Legislativa do Estado. Projeto de Lei nº 203/2019. Criação do Calendário de Produção da Agricultura Familiar do Estado do Pará. Art. 108 da CE/89. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 000023/2022

Ementa Projeto de Lei. Dispõe sobre a aplicação de penalidades administrativas pela prática de atos de discriminação religiosa. Análise jurídica. Inconstitucionalidade.

NOTA TÉCNICA 000024/2022

Ementa Anteprojeto de Lei Complementar. Iniciativa do Executivo. Servidores temporários contratados durante a Pandemia. LC nº 131/2020. Análise jurídica acerca da possibilidade de participação em Processos Seletivos Simplificados para nova contratação.

NOTA TÉCNICA 000025/2022

Ementa Projeto de Lei nº 85/2022. Processo Administrativo Ambiental para apuração das condutas lesivas ao meio ambiente, sanções cabíveis no âmbito da Administração Pública do Estado do Pará. Alteração e



revogação de dispositivos da Lei Estadual nº 5.752, de 26 de julho de 1993, e da Lei Estadual nº 5.887, de 9 de maio de 1995.

NOTA TÉCNICA 000026/2022

Ementa Análise de Projeto de Lei. Dispõe sobre a veiculação de propagandas que reprovem a violência contra a mulher e ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, nos eventos culturais, artísticos, esportivos e nos meios de comunicação do Poder Executivo ou qualquer de suas Secretarias, no âmbito do Estado do Pará.

NOTA TÉCNICA 000027/2022

Ementa Projeto de Lei que adita dispositivo à Lei Estadual nº 8.972, de 13 de janeiro de 2020. Autenticação de documentos por Advogados em Processos Administrativos Estaduais. Análise Jurídica.

NOTA TÉCNICA 000028/2022

Ementa Projeto de Lei. Uso de métodos contraceptivos escolhidos por mulheres. Exigência de consentimento prévio de parceiros. Vedação. Profissionais de Saúde. Operadoras de Assistência à Saúde. Seguro à Saúde. Análise Jurídica.

NOTA TÉCNICA 000029/2022

Ementa Projeto de Lei. Código de Proteção aos animais do Estado do Pará. Considerações.

NOTA TÉCNICA 000030/2022

Ementa Projeto de Lei. Institui o Passaporte Equestre. Análise Jurídica.

NOTA TÉCNICA 000031/2022

Ementa Projeto de Lei nº 490/2021. Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres. Fundo Estadual dos Direitos das Mulheres. Sanção ou Veto.



NOTA TÉCNICA 000032/2022

Ementa Projeto de Lei nº 02/2022. Altera dispositivos da Lei Complementar Estadual nº 142, de 16 de dezembro de 2021, e revoga a Lei Estadual nº 6.108, de 19 de janeiro de 1998. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 000033/2022

Ementa Projeto de Lei que proíbe a utilização, o armazenamento, a fabricação e a comercialização de linhas cortantes no Estado do Pará. Iniciativa Parlamentar.

NOTA TÉCNICA 000034/2022

Ementa Projeto de Lei. Altera a Lei nº 8.972, de 13 de janeiro de 2020. Despachante documentalista. Análise Jurídica.

NOTA TÉCNICA 000035/2022

Ementa Projeto de Lei. Dispõe sobre a obrigatoriedade de as Agências Bancárias disponibilizarem um funcionário exclusivo para atendimento aos idosos e às pessoas com deficiência nos caixas de autoatendimento, no âmbito do Estado do Pará. Análise Jurídica.

NOTA TÉCNICA 000037/2022

Ementa Projeto de Lei que dispõe sobre a criação de campanha permanente contra a importunação sexual de mulheres nos estádios do Pará. Veto parcial.

NOTA TÉCNICA 000038/2022

Ementa Licitação Pública. Previsão de recursos orçamentários (Lei nº 8.666/93). Exigência de adequação orçamentária e financeira (Lei Complementar nº 101/2000). Interpretação do art. 42 da Lei Complementar nº 101/2000.



NOTA TÉCNICA 000039/2022

Ementa Projeto de Lei que altera a Lei Estadual nº 9.278, de 10 de junho de 2021. Previsão de obrigatoriedade da comunicação de maus tratos a animais. Análise de sanção.

NOTA TÉCNICA 000040/2022

Ementa Projeto de lei. Dispõe sobre a obrigação de Academias, estabelecimentos, prestadores de atividade física e afins adotarem medidas de auxílio e segurança à mulher que se sinta em situação de risco ou venha a sofrer assédio e/ou importunação sexual em suas dependências. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 000041/2022

Ementa Projeto de Lei. Reconhece no âmbito do Estado do Pará, para todos os efeitos legais, a surdez unilateral como deficiência auditiva. Análise jurídica. Veto integral.

NOTA TÉCNICA 000042/2022

Ementa Projeto de Lei que institui a Política Estadual para Migrantes. Sanção ou Veto.

NOTA TÉCNICA 000043/2022

Ementa Projeto de Lei. Dispõe sobre a obrigatoriedade da assinatura de um termo de responsabilidade no ato da compra de rodenticidas/raticidas. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 000044/2022

Ementa Projeto de Lei nº 131/20. Política Estadual de Aquisição de Alimentos da Produção Familiar (PEAAPF).

NOTA TÉCNICA 000045/2022

Ementa Projeto de Lei. Dispõe sobre divulgação de campanha de doação de sangue nas salas de cinemas, no âmbito do Estado do Pará. Análise jurídica.



NOTA TÉCNICA 000046//2022

Ementa Projeto de Lei que reconhece a prática de STUNT como modalidade esportiva no âmbito do Estado do Pará. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 000047/2022

Ementa Projeto de Lei. Sanção ou Veto. Obrigatoriedade do uso de proteção do motor, eixo e partes móveis das embarcações. Risco de acidentes. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 000048/2022

Ementa Projeto de Lei. “Institui a Semana Estadual da Mulher Empreendedora no Estado do Pará”. Sanção ou veto. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 000049/2022

Ementa Projeto de Lei nº 9/22. Política de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura do Estado do Pará.

NOTA TÉCNICA 000050/2022

Ementa Bem público. Equipamentos esportivos sob gestão do estado. Modelos jurídicos de gestão e exploração direta e indireta. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 000051/2022

Ementa Ementa. Projeto de Lei que dispõe sobre a Obrigatoriedade de Empresas Prestadoras de Serviço informarem previamente ao consumidor sobre funcionários habilitados. Iniciativa parlamentar.

NOTA TÉCNICA 000052/2022

Ementa Projeto de Lei. Saúde da Mulher. Exames Ginecológicos. Acompanhante. Direito de escolha. Informação.



NOTA TÉCNICA 000054/2022

Ementa Projeto de Lei. Estabelece a validade indeterminada de laudo médico que diagnostique patologia congênita, deficiência, transtorno e/ou síndromes para as quais ainda não se conheça a cura. Análise jurídica. Razões de veto.

NOTA TÉCNICA 000055/2022

Ementa Projeto de lei. Institui a Campanha de Conscientização contra o Abandono de Animais, no âmbito do Estado do Pará.

NOTA TÉCNICA 000056/2022

Ementa Projeto de Lei. Estabelece multas e sanções administrativas a quem praticar maus-tratos contra animais no âmbito do estado do Pará. Considerações.

NOTA TÉCNICA 000057/2022

Ementa Projeto de Lei. Declara e reconhece de utilidade pública para o estado do Pará, a associação dos moradores remanescentes do quilombo do Tipitinga (AMORQUIT). Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 000058/2022

Ementa Projeto de Lei que "Declara como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial do Estado do Pará, as Amêndoas de Cacau". Iniciativa parlamentar.

NOTA TÉCNICA 000059/2022

Ementa Projeto de Lei. Programa minha primeira empresa. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 000060/2022

Ementa Projeto de lei que dispõe sobre a realização de fisioterapia de reabilitação para mulheres mastectomizadas. Competência privativa do Governador do Estado. Ausência de previsão orçamentária.



NOTA TÉCNICA 000061/2022

Ementa Projeto de Lei. Altera nomenclatura utilizada na Lei Estadual nº 4.814/1987. Viabilidade da sanção.

NOTA TÉCNICA 000062/2022

Ementa Projeto de Lei que "reconhece o "STUNT" ou "GRAU" como Modalidade Esportiva de Motociclismo e Disciplina sua prática no Estado do Pará". Iniciativa parlamentar.

NOTA TÉCNICA 000063/2022

Ementa Projeto de Lei. Núcleo de Segurança Institucional da Defensoria Pública do Estado do Pará. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 000064/2022

Ementa Projeto de lei que "institui no Estado do Pará, o mês da Escola Bíblica de Férias". Iniciativa parlamentar.

NOTA TÉCNICA 000065/2022

Ementa Projeto de lei nº 377/21. Campanha permanente de inclusão digital destinada à pessoa idosa "Conecta na melhor idade" no Estado do Pará.

NOTA TÉCNICA 000066/2022

Ementa Projeto de lei. Revogação da Lei Estadual nº 8.474, de 27 de abril de 2017, que declarou como utilidade pública para o Estado do Pará, o Centro Social Esportivo, Cultural, das Diversidades e de Garantia de Direitos Gileade. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 000067/2022

Ementa Transgêneros. Utilização de banheiros públicos conforme identidade de gênero. Tendências normativas, doutrinárias e jurisprudência de reconhecimento do direito à dignidade humana. Conflito de princípios no caso das escolas públicas.



NOTA TÉCNICA 000068/2022

Ementa Projeto de lei nº 13/22. Alteração da Lei Complementar Estadual n. 109, de 27 de dezembro de 2016. Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCM/PA).

NOTA TÉCNICA 000069/2022

Ementa Projeto de lei nº 82/22. Vedação de homenagens a pessoas que tenham praticado atos de racismo.

NOTA TÉCNICA 000070/2022

Ementa Projeto de Lei Complementar. Criação de Fundação Pública pela Assembleia Legislativa. Vício de iniciativa. Criação de despesa nos últimos 180 dias do mandato. Fundamentos para o veto.

NOTA TÉCNICA 000071/2022

Ementa Projeto de Lei nº 57/22. Programa Estadual de Formação de Campeões do Breaking para as Olimpíadas de 2024.

NOTA TÉCNICA 000072/2022

Ementa Projeto de Lei Complementar. Criação da Fundação Escola do Poder Legislativo do Estado do Pará (FELEPA). Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 000073/2022

Ementa Projeto de lei nº 25/21. Política Estadual de Turismo em Base Comunitária.

NOTA TÉCNICA 000074/2022

Ementa Projeto de lei. Substituição de aparelhos de revelação química de radiografia. Prazo para troca dos equipamentos tradicionais de radiografia. Análise jurídica.



PGE

Procuradoria
Consultiva

2023 ACERVO SAJ

PARECER

PARECER 000001/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Comissão de fiscalização de contrato. Condutas diversa. Responsabilidade aferida em face das efetivas atividades exercidas por cada membro. Fraude. Valimento. Destituição do cargo comissionado. Ausência de erro grosseiro. Fiscais auxiliares. Suspensão. Prescrição disciplinar.

PARECER 000002/2023

Ementa ADEPARÁ. Profissional de saúde. Médico veterinário. Fiscal Estadual Agropecuário. Contagem de tempo de serviço durante o período de 28/05/2020 a 31/12/2021. Inaplicabilidade da exceção prevista na Lei Complementar nº 191/2022.

PARECER 000003/2023

Ementa Polícia Civil. Pedido de revisão. Demissão. Ausência de fato novo. Análise jurídica.

PARECER 000004/2023

Ementa Tornar sem efeito nomeação. Concurso público C-212. Nomeação de candidatos. Auditoria-Geral do Estado do Pará (AGE/PA).

PARECER 000005/2023

Ementa Termo de cessão de uso de bem imóvel. Regularidade do instrumento. Interesse público. Observância dos requisitos legais. Possibilidade jurídica.

PARECER 000006/2023

Ementa Nomeação de membros do Conselho Estadual de Segurança Pública (CONSEP). Análise jurídica.



PARECER 000008/2023

Ementa COHAB. Sociedade de Economia Mista prestadora de serviço público. Natureza não concorrencial. Prescrição quinquenal. Decreto n. 20.910/1932.

PARECER 000009/2023

Ementa Ex-servidor público. Demissão por abandono de cargo. Certidão de tempo de serviço. Cômputo do tempo de serviço até a data em que o servidor deixou de comparecer ao serviço, por sua conta e risco.

PARECER 000011/2023

Ementa Assinatura de termo de doação com encargo. Viabilidade jurídica condicionada. Regularização fundiária do imóvel. Interesse público e social evidenciado.

PARECER 000013/2023

Ementa Contrato de gestão. Inexecução contratual. Procedimento sancionatório. Regência da Lei Estadual nº 8.973/2020 – Lei Estadual de Processo Administrativo (LEPA). Reabertura do prazo para recurso. Aplicação do art. 73 da LEPA. Medidas acauteladoras cabíveis.

PARECER 000014/2023

Ementa Contrato de gestão. Inexecução contratual. Procedimento sancionatório. Regência da Lei Estadual nº 8.973/2020 – Lei Estadual de Processo Administrativo (LEPA). Reabertura do prazo para recurso. Aplicação do art. 73 da LEPA. Medidas acauteladoras cabíveis.

PARECER 000015/2023

Ementa Contrato de gestão. Inexecução contratual. Procedimento sancionatório. Regência da Lei Estadual nº 8.973/2020 – Lei Estadual de Processo Administrativo (LEPA). Reabertura do prazo para recurso. Aplicação do art. 73 da LEPA. Medidas acauteladoras cabíveis.



PARECER 000016/2023

Ementa Nomeação tornada sem efeito. Concurso público C-173. Secretaria de Estado de Educação. Possibilidade. Análise jurídica.

PARECER 000017/2023

Ementa Recondução de membros do Conselho Fiscal da Fundação Carlos Gomes FCG. Possibilidade.

PARECER 000018/2023

Ementa Contribuição previdenciária. Tempo de afastamento do servidor em cumprimento à penalidade disciplinar. Posterior acordo judicial. Reintegração. Ausência de recolhimentos previdenciários. Cobrança a cargo da entidade Previdenciária. Observância do prazo decadencial.

PARECER 000019/2023

Ementa Projeto de indicação. Programa de Escotismo nas Escolas Estaduais. Aspectos formal e material. Competência. Lei de Responsabilidade Fiscal. Recomendações. Análise jurídica.

PARECER 000021/2023

Ementa Organização da Polícia Militar. Ativação, denominação e determinação de circunscrição de unidade operacional de Polícia Ostensiva. 37º Batalhão de Polícia Militar. Minuta de decreto.

PARECER 000022/2023

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Infração disciplinar. Penalidade. Análise jurídica.

PARECER 000024/2023

Ementa Minuta de Decreto. Concessão de benefício eventual a famílias em vulnerabilidade social, decorrente de calamidade pública e de situação de emergência. Primeiro quadrimestre de 2023. Programa Recomeçar. Análise jurídica.



PARECER 000025/2023

Ementa Minuta de Projeto de Lei. Iniciativa do executivo. Alteração da composição do Conselho Estadual da Economia Popular e Solidária.

PARECER 000026/2023

Ementa Servidor público. Pleito de exoneração formulado por curador. Dever legal de prestar informações à Administração. Contornos do princípio da oficialidade. Sobrevinda de aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho. Objeto prejudicado por fato superveniente. Extinção processual.

PARECER 000027/2023

Ementa Proposta de Decreto. Feriados e pontos facultativos. Ano de 2023. Administração Pública Estadual. Análise jurídica.

PARECER 000028/2023

Ementa SEJUDH. Licença-maternidade. Bebê internado em Unidade de Terapia Intensiva – UTI. Licença para tratamento de doença em pessoa da família. Impossibilidade. Período de internação inferior a duas semanas. Ausência de respaldo legal.

PARECER 000029/2023

Ementa Requerimento de auxílio funeral. Art. 160, II, b, e parágrafos, do RJU. Deferimento.

PARECER 000030/2023

Ementa Auxílio funeral. Art.160, II, b do RJU, alterado pela Lei 8.975/2020. Análise jurídica.

PARECER 000031/2023

Ementa Decreto Estadual nº 69/2019. Unidade de Gerenciamento do Programa (UGP). Alteração da composição. Análise jurídica.



PARECER 000032/2023

Ementa Servidor Público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Infração disciplinar. Penalidade. Análise jurídica.

PARECER 000033/2023

Ementa Cumprimento de decisão judicial. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Declaração falsa no momento da posse. Nulidade parcial do PAD. Indícios de infração legal por parte do servidor. Relatório omissivo sobre aspectos relevantes da apuração. Designação de nova comissão para prosseguimento do PAD.

PARECER 000034/2023

Ementa Minuta de Decreto. Altera dispositivos do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação. ICMS, aprovado pelo Decreto nº 4.676, de 18 de junho de 2001, e dá outras providências.

PARECER 000035/2023

Ementa Tornar sem efeito nomeação. Concurso público C-209. Procuradoria-Geral do Estado do Pará.

PARECER 000036/2023

Ementa Policial militar egresso do Sistema Penitenciário. Prisão cautelar. Contagem do tempo de serviço para fins de aquisição do direito a férias. Fruição e gratificação de férias. Requisitos e limites. Análise jurídica.

PARECER 000037/2023

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Conduta desidiosa. Ausência de provas. Análise jurídica.



PARECER	000038/2023
Ementa	Decreto que “altera dispositivos do Regulamento do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviço de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS-PA”.
PARECER	000039/2023
Ementa	Contrato. Prestação de serviço de manutenção de NOBREACKS. Prorrogação. Aditivo. Vantajosidade. Empresa que sofreu penalidade aplicada por outro ente federativo. Suspensão do direito de contratar com a Administração. Art. 87, III, da Lei nº 8.666/93. Alcance da penalidade. Entendimentos conflitantes do TCU e do STJ. Proposta de alteração da tese firmada na PGE/PA.
PARECER	000040/2023
Ementa	Decreto. Acrescenta dispositivo ao Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (RICMS-PA), aprovado pelo Decreto estadual nº 4.676, de 18 de junho de 2001. Ciclo Cairu. Ramo comercial atacadista, alteração da Margem de Valor Agregado (MVA)
PARECER	000041/2023
Ementa	Proposta de decreto. Altera dispositivos ao Regulamento do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestação de Serviço de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação RICMS, aprovado pelo Decreto nº 4.676, de 18 de junho de 2001. Análise jurídica. Ausência de lei específica. Inobservância das regras do art. 14, da Lei de Responsabilidade Fiscal.
PARECER	000042/2023
Ementa	Curso de formação de oficiais. Interstício de seis meses. Redução. Promoção de aspirante ao posto de 2º tenente. Análise jurídica.



PARECER	000043/2023
Ementa	Exoneração e nomeação de membro do Conselho Estadual Penitenciário (COPEN). Análise jurídica.
PARECER	000045/2023
Ementa	Exoneração e nomeação de Membro do Conselho Estadual de Cooperativismo (CECOOP). Análise jurídica
PARECER	000046/2023
Ementa	Decreto que altera a nomenclatura do 9º Grupamento Bombeiro Militar de Altamira. Inaplicabilidade da Lei estadual nº 7.064/2007. Homenagem a pessoa falecida. Análise de legalidade. Competência do Governador do Estado. Decreto. Interpretação da Lei estadual nº 5.731/1992 e da Constituição do Estado.
PARECER	000049/2023
Ementa	Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Prescrição afastada. Ausência de provas. Presunção de inocência. Absolvição.
PARECER	000052/2023
Ementa	FUNTELPA. Incorporação de gratificação pelo exercício de função de confiança. Súmula 372/TST. Reforma trabalhista. Análise jurídica.
PARECER	000053/2023
Ementa	Servidor Público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Infração Disciplinar. Penalidade. Análise Jurídica.
PARECER	000054/2023
Ementa	Transporte Ferroviário. Exploração sob Regime Jurídico de Direito Privado. Autorização. Minuta de contrato de adesão. Análise jurídica.



PARECER 000056/2023

Ementa Licitações e contratos. Concessão de trechos integrantes do Subsistema Rodoviário do Estado do Pará (SREPA). Minutas de edital e contrato. Análise jurídica.

PARECER 000057/2023

Ementa Promoção por Ato de Bravura. Preenchimento dos requisitos formais. Possibilidade

PARECER 000058/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Assédio sexual. Menor de idade. Importunação em ambiente escolar. Análise jurídica.

PARECER 000059/2023

Ementa IDEGESP. Curso de Atualização Jurídica e Aspectos Práticos da Advocacia Pública. Contratação por inexigibilidade de licitação. Art. 25, II, da Lei 8666/93. Minuta contratual. Análise jurídica.

PARECER 000061/2023

Ementa Nomeação de Membro para o Conselho Fiscal da PRODEPA. Análise jurídica.

PARECER 000062/2023

Ementa Procedimento Administrativo Disciplinar. SEDUC. Pagamento indevido de auxílio-natalidade e salário família. Improbidade. Lesão aos cofres públicos. Demissão.

PARECER 000063/2023

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Infração não configurada. Absolvição. Análise jurídica.

PARECER 000064/2023

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Infração disciplinar. Penalidade. Análise jurídica.



PARECER 000065/2023

Ementa Declaração de estado de emergência ambiental. Minuta de decreto. Análise jurídica.

PARECER 000066/2023

Ementa Concurso Público. Cadastro de reserva. Pessoa com deficiência (PCD). Observância do percentual mínimo de reserva de vagas (art. 1º, § 4º, II, do Decreto federal nº 9.508/2018).

PARECER 000067/2023

Ementa Processo administrativo disciplinar. Dependência química comprovada. Inassiduidade habitual. Não caracterizada. Absolvição.

PARECER 000068/2023

Ementa Minuta de Instrução Normativa. Procedimentos para utilização de telefonia móvel pessoal contratada e disponibilizada pela Administração Pública do Estado aos Agentes Públicos. Análise jurídica.

PARECER 000069/2023

Ementa Assinatura de termo de doação com encargo. Viabilidade jurídica condicionada. Regularização fundiária do imóvel. Interesse público e social evidenciado.

PARECER 000070/2023

Ementa Termo de afetação de uso de bem imóvel. Regularidade do instrumento. Interesse público. Observância dos requisitos legais. Possibilidade jurídica.

PARECER 000071/2023

Ementa Minuta de Decreto. Gabinete de crise. Iminente risco de surto da praga quarentenária *Moniliophthora Roreri*. Análise jurídica.



PARECER 000072/2023

Ementa Termo de cessão de uso de bem imóvel à Município. Regularidade do instrumento. Interesse público. Observância dos requisitos legais. Possibilidade jurídica.

PARECER 000073/2023

Ementa SEDUC. PAD. Valimento do cargo. Assédio sexual. Ausência de provas. Arquivamento.

PARECER 000074/2023

Ementa Educação. Regime de colaboração entre os entes federativos. Programa Alfabetiza Pará. Minuta de anteprojeto de lei. Análise jurídica.

PARECER 000075/2023

Ementa SEFA. Gratificação de Produtividade Básica. Vantagem permanente recebida em razão da cessão. Incidência de contribuição previdenciária. Direito à devolução dos valores descontados. Impossibilidade.

PARECER 000076/2023

Ementa Servidor público. Professor. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Improbidade administrativa. Ausência de dolo específico. Absolvição. Arquivamento.

PARECER 000077/2023

Ementa Exoneração e nomeação de membros do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (CONSEANS). Análise Jurídica.

PARECER 000078/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Arts. 177, VI, 178, XVII, 190, IV e X, todos da Lei nº 5.810/1994. Inserção de dados falsos em



sistema. Lesão ao patrimônio público. Improbidade administrativa. Demissão.

PARECER

000079/2023

Ementa

Contrato administrativo. Base de cálculo para efeito de prorrogação, acréscimos e supressões. Precedentes TCU e desta PGE.

PARECER

000080/2023

Ementa

Análise de minuta de aditivo contratual. Contrato de empréstimo internacional 18BR01. Estado do Pará e NDB NEW DEVELOPMENT BANK. Programa Municípios Sustentáveis. Terceiro termo aditivo. Regularidade e legalidade das cláusulas aditadas.

PARECER

000081/2023

Ementa

Anteprojeto de lei. Fundo Mobilidade Urbana. Política de Incentivos para o Sistema Integrado de Transporte Público da Região Metropolitana de Belém (SIT/RMB). Minuta. Análise jurídica.

PARECER

000082/2023

Ementa

Análise jurídica. Saúde ocupacional. Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT). Decreto Estadual n. 1.455/2021. Competência para a elaboração. Possibilidade de delegação aos órgãos e entidades estaduais.

PARECER

000083/2023

Ementa

Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Irregularidades em prestação de contas. Suposta infração aos artigos 177, VI, 178, V, XIV e XVII e 190, IV, x 1ª parte e XIII, todos da Lei estadual nº 5.810, de 1994. Absolvção.

PARECER

000084/2023

Ementa

Servidor público estadual. Pedido de cessão de vínculo municipal ao Estado. Soma de jornada municipal e estadual. Análise jurídica.



PARECER

000085/2023

Ementa

Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Instauração em virtude da ausência de prestação de contas de recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Contas prestadas tardiamente, no decorrer do PAD. Infração ao artigo 177, vi, da lei estadual nº 5.810, de 1994. Penalidade de repreensão. Prescrição da pretensão punitiva estatal. Extinção da punibilidade. Absolução.

PARECER

000086/2023

Ementa

Servidor público. Desídia. Falta grave. Processo administrativo disciplinar. Observância do rito do devido processo legal. Força maior. Princípio da proporcionalidade. Sugestão de arquivamento.

PARECER

000087/2023

Ementa

Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Assédio sexual. Valimento do cargo. Incontinência pública e conduta escandalosa na repartição. Autoria e materialidade comprovadas. Pena de demissão. Possibilidade de julgamento pelo Exmo. Governador do Estado.

PARECER

000088/2023

Ementa

Anteprojeto de lei. Institui as carreiras de gestão governamental, infraestrutura e política educacional e gestão em suporte educacional na Secretaria de Estado de Educação e dá outras providências. Análise jurídica.

PARECER

000089/2023

Ementa

Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Infração disciplinar. Crime. Assédio sexual. Demissão.

PARECER

000090/2023

Ementa

Ex-militar. Licenciamento a bem da disciplina. Novo recurso hierárquico. Análise jurídica.



PARECER 000091/2023

Ementa Processo administrativo disciplinar (PAD). Procedimento desidioso. Não caracterização. Aplicação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Absolvição. Repreensão. Prescrição.

PARECER 000092/2023

Ementa Direito administrativo. Servidor público. Horário especial. Pessoa com transtorno do espectro autista. Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista – CIPTEA. Cadastro Único de Pessoas com Transtorno do Espectro Autista – CADTEA. Laudo médico por junta oficial multiprofissional. Dispensa. Impossibilidade.

PARECER 000093/2023

Ementa Policial Militar. Promoção em ressarcimento de preterição. Retificação de ata de formação. Reconhecimento de erro administrativo e provimento da insurgência. Deferimento dos pedidos.

PARECER 000094/2023

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Observância do devido processo legal. Prescrição. Lesão aos cofres públicos. Desídia. Insuficiência de provas. Absolvição. Análise jurídica.

PARECER 000095/2023

Ementa Minuta de Decreto. Substituição tributária. Alteração de código NCM. Adequação aos atos normativos do CONFAZ. Mera alteração formal. Ausência de inclusão de novas mercadorias na sistemática de substituição tributária.

PARECER 000096/2023

Ementa Servidor público. Professor. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Acúmulo ilegal de cargos. Absolvição. Mudança de capitulação legal. Indisciplina. Prescrição. Inassiduidade habitual. Desídia. Incontinência pública e conduta escandalosa. Não



incidência de prescrição. Observância do devido processo legal. Demissão.

PARECER

000097/2023

Ementa

Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Não incidência de prescrição. Observância do devido processo legal. Procedimento desidioso. Não configuração. Absolvição.

PARECER

000098/2023

Ementa

Licitação. Pregão eletrônico. Aquisição de materiais elétricos e eletrônicos. Procedimento regular. Adequação da adoção do critério de julgamento “menor preço global por grupos”. Minutas de edital e de contrato que merecem aprovação, ex VI do art. 38, parágrafo único, da Lei federal nº 8.666/93. Necessidade de aprovação da despesa pelo GTAF.

PARECER

000099/2023

Ementa

Minuta de decreto. Antecipação sem substituição. ICMS antecipado normal do art. 107 do anexo I do RICMS/PA. Definição da margem de valor agregado ajustada como regra geral. Majoração indireta de tributo. Aumento da margem de valor agregado original. Aumento indireto de tributo. Necessidade de obediência ao princípio da anterioridade em ambos os casos. Alteração de alíquotas seletivas. Mera reprodução da Lei estadual nº 5.530/89. Desnecessidade de obediência ao princípio da anterioridade.

PARECER

000101/2023

Ementa

Minuta de Projeto de Lei. Concessão de reajuste aos profissionais do magistério da rede pública de ensino do estado do Pará. Análise jurídica.

PARECER

000102/2023

Ementa

Convênios administrativos. Prorrogação de vigência. Prazo expirado. Análise jurídica.



PARECER 000103/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Falecimento da servidora acusada. Extinção do direito de punir do estado. Orientação jurídica da PGE. Arquivamento.

PARECER 000105/2023

Ementa Servidor público. Quadro permanente do poder executivo. Cargo em comissão exercido junto a outros poderes/órgãos autônomos. Adicional pelo exercício de cargo em comissão. Reajuste. Parâmetro a ser observado pela Administração Estadual.

PARECER 000106/2023

Ementa Minuta de decreto. Ajuste SINIEF. Obrigações acessórias. Vendas fora do estabelecimento, sem destinatário certo. Substituição da nota fiscal modelo 1 ou 1-a pela nota fiscal eletrônica modelo 55. Exercício de poder discricionário. Constitucionalidade e legalidade da medida. Ajuste redacional.

PARECER 000107/2023

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Ausência de prestação de contas. Instrução deficiente. Anulação parcial do processo. Formação de nova comissão.

PARECER 000108/2023

Ementa Recondução de membros. Conselho Diretor da Fundação Carlos Gomes (FCG). Possibilidade.

PARECER 000109/2023

Ementa Exoneração e nomeação de membro do Conselho Estadual de Política Criminal e Penitenciária (CEPCP). Análise jurídica.

PARECER 000110/2023

Ementa Direito administrativo. Policial militar. Fracionamento de curso de formação. Discricionariedade administrativa. Ausência de direito



subjetivo à reclassificação para efeitos promocionais. Ausência de direito subjetivo à retroatividade dos efeitos da incorporação.

PARECER 000111/2023

Ementa Pedido de reconsideração. Pedido de revisão. Ausência de previsão legal. Precedentes desta PGE.

PARECER 000112/2023

Ementa Procedimento administrativo disciplinar. Procedimento desidioso. Incapacidade mental. Culpabilidade. Razoabilidade. Proporcionalidade. Absolvição. Ilícitos diversos. Suspensão e repreensão. Prescrição. Readaptação. Sugestão de análise.

PARECER 000113/2023

Ementa Procedimento administrativo disciplinar. Procedimento desidioso. Razoabilidade. Proporcionalidade. Absolvição. Ilícitos diversos. Parâmetros de análise (art. 184, RJU). Gravidade da conduta. Lesão ao interesse público. Repercussão dos fatos. Suspensão e repreensão. Prescrição.

PARECER 000114/2023

Ementa Licitações públicas. Regulamentação da licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública Estadual Direta, Autárquica e Fundacional. Minuta de decreto. Análise jurídica.

PARECER 000115/2023

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Improbidade administrativa afastada. Sugestão de absolvição.

PARECER 000116/2023

Ementa Doação de bens móveis inservíveis. República de Emaús. Entidade sem fins lucrativos que atende às exigências legais. Análise de legalidade do ato.



PARECER 000117/2023

Ementa Aditivo ao contrato de cessão de uso oneroso. Complexo porto futuro – fase 2. Tendência mundial de revitalização das áreas portuárias urbanas. Análise. Conveniência e oportunidade do gestor quanto ao mérito das cláusulas.

PARECER 000118/2023

Ementa Direito administrativo. Processo administrativo disciplinar. Improbidade administrativa. Ausência de dolo. Ausência de materialidade. Absolvição.

PARECER 000119/2023

Ementa Verbas residuais. Cônjuge supérstite. Beneficiária (RJU, art. 160, II, "d"). Pagamento direto. Possibilidade. Prescrição. Termo inicial. Fim do vínculo. Tributação.

PARECER 000121/2023

Ementa Tornar sem efeito nomeação. Concurso público C-173. Secretaria de Estado de Educação.

PARECER 000122/2023

Ementa Exoneração e nomeação de membro do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA/PA). Análise jurídica.

PARECER 000123/2023

Ementa Pedido de pagamento de vantagens pecuniárias que servidor deixou de perceber em decorrência de seu falecimento. Não ocorrência de prescrição. União estável demonstrada. Companheira. Pagamento devido. Análise jurídica.

PARECER 000124/2023

Ementa Servidor público. Gratificação de escolaridade. Proposta de alteração da Lei estadual nº 6.569/2003, para permitir o pagamento



da referida gratificação. Princípio da igualdade no regime remuneratório do servidor público.

PARECER

000125/2023

Ementa

Licitação. Pregão. Microempresa. Tratamento Especial. Enquadramento. Ato autodeclaratório. Lei Complementar Federal nº 123/2006. Declarações inverídicas. Inabilitação da licitante. Alcance da inabilitação. Relação com os fundamentos do ato que causou a inabilitação. Princípio da moralidade administrativa. Ato da comissão de licitação. Procedimento sancionatório próprio. Instauração.

PARECER

000126/2023

Ementa

Servidor público. Processo administrativo disciplinar (PAD). Prescrição afastada. Infração não configurada. Insuficiência de provas. Absolvição. Análise jurídica.

PARECER

000127/2023

Ementa

Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Infração não configurada. Ausência de provas. Absolvição. Análise jurídica.

PARECER

000128/2023

Ementa

Servidor público. Processo administrativo disciplinar. Falta grave. Improbidade administrativa. Recebimento de diárias. Ausência de prestação de contas. Valimento. Lesão ao erário. Não caracterização. Arquivamento.

PARECER

000129/2023

Ementa

Servidor público. Processo administrativo disciplinar. Falta grave. Fiscalização de contrato administrativo. Ausência de provas. Presunção de inocência. Absolvição.



PARECER	000130/2023
Ementa	Requerimento de pensão a dependentes e vítimas de Eldorado de Carajás. Providências a serem adotadas. Viabilidade das pensões administrativas. Requisitos legais.
PARECER	000131/2023
Ementa	Poder regulamentar. Minuta de portaria. Decreto estadual nº. 733/2013. Análise jurídica.
PARECER	000132/2023
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Diversos servidores e condutas. Improbidade. Ausência de dolo. Acumulação de cargos. Necessidade de facultatividade do direito de opção. Nulidade parcial somente quanto à uma servidora. Análise jurídica.
PARECER	000133/2023
Ementa	Anteprojeto de lei voltado à reorganização do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual. Análise jurídica.
PARECER	000134/2023
Ementa	Anteprojeto de lei que transforma a Auditoria-Geral do Estado em Controladoria-Geral do Estado, define sua competência e estrutura, cria a carreira de Auditor de Finanças e Controle e o Conselho Estadual de Transparência Pública e Prevenção da Corrupção. Análise jurídica.
PARECER	000135/2023
Ementa	Aditivo contratual. Acréscimo dentro do limite legal. Análise jurídica.



PARECER	000136/2023
Ementa	Contrato para aquisição de aparelhos smartphones. Aditivo contratual. Alteração quantitativa. Análise de legalidade.
PARECER	000137/2023
Ementa	Servidores públicos. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). DETRAN. Infração Disciplinar. Penalidade. Demissão. Inserção de dados falsos no sistema. Processos físicos não localizados. Análise jurídica.
PARECER	000138/2023
Ementa	Estruturação de processos de aquisição de bens e serviços de acordo com a Lei federal nº 14.133/2021 no âmbito estadual. Minuta de decreto. Análise jurídica.
PARECER	000139/2023
Ementa	Composição do Tribunal Administrativo de Recursos Fazendário (TARF). Recondução e nomeação de membros. Análise jurídica.
PARECER	000140/2023
Ementa	Organização do abastecimento de pescado no período da semana santa 2023. Minuta de decreto. Análise jurídica.
PARECER	000141/2023
Ementa	Ex-servidor público. Demissão “a bem do serviço público”. Pedido de reconsideração. Intempestividade. Não conhecimento.
PARECER	000142/2023
Ementa	COSANPA. Viabilidade da acumulação dos cargos de Diretor. Presidente e membro do conselho de administração. Análise jurídica.



PARECER	000143/2023
Ementa	Minuta de projeto de lei. Reestruturação do Contencioso Administrativo Tributário. Redefinição dos órgãos de julgamento e do procedimento administrativo de constituição de créditos tributários.
PARECER	000144/2023
Ementa	Servidor público. Processo administrativo disciplinar (PAD). Infração disciplinar. Penalidade. Análise jurídica.
PARECER	000145/2023
Ementa	Nomeação e recondução de membros para o Conselho de Administração da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER). Análise jurídica
PARECER	000146/2023
Ementa	Tornar sem efeito. XXI Concurso público para o cargo de Procurador do Estado do Pará. Análise jurídica. Renúncia da posse. Impossibilidade.
PARECER	000148/2023
Ementa	Pensão especial. Servidor civil. Beneficiário habilitado. Termo inicial para pagamento. Instrução processual completa. Análise jurídica.
PARECER	000149/2023
Ementa	Servidor público. Processo administrativo disciplinar (PAD). Infração disciplinar. Penalidade. Análise jurídica. Absolvição
PARECER	000150/2023
Ementa	Projeto de lei autorizadora de operação de crédito externa, com garantia da união. “Projeto de ampliação e modernização da Infraestrutura e da oferta educacional para garantia do direito de aprender no Pará educação por todo o Pará”. BID SEDUC II.



PARECER 000151/2023

Ementa Servidor público. Ex-delegada de Polícia Civil (DPC). Demissão. “Pedido incidental”. Pedido de revisão. Ausência de fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do punido ou inadequação da penalidade aplicada.

PARECER 000153/2023

Ementa Projeto de lei. CBMPA. Fixação de efetivo. Ampliação. Aspectos orçamentários. Análise jurídica.

PARECER 000154/2023

Ementa Projeto de indicação que dispõe sobre a instituição da obrigatoriedade da presença de vigilantes do sexo feminino nos estabelecimentos de prestação de serviços financeiros no estado do Pará. Competência privativa da união. Inconstitucionalidade.

PARECER 000155/2023

Ementa Minuta de decreto. Fixa montante de recursos financeiros destinados para a utilização como incentivo fiscal na realização de Projetos Culturais no Estado do Pará e altera o art. 11-C do anexo IV do RICMS/PA, que concede crédito outorgado do ICMS àqueles contribuintes situados no estado que apoiam projetos culturais aprovados pela fundação cultural do Pará, nos moldes do convênio ICMS nº 27/06.

PARECER 000156/2023

Ementa Pedido de exoneração. Processo Administrativo Disciplinar pendente de julgamento. Óbice legal para o deferimento. Excesso de prazo para a conclusão do processo disciplinar. Prejuízo ao administrado pela mora da Administração. Possibilidade de repercussão da sanção disciplinar em cargo diverso. Necessidade de remuneração do servidor no cargo em que está em exercício.



PARECER	000158/2023
Ementa	SIT/RMB. Primeira relação de linhas de transporte de passageiros por ônibus. Autorização de licitação para a concessão de serviços. Minuta de decreto.
PARECER	000159/2023
Ementa	Servidor público. Processo administrativo disciplinar (PAD). Instauração em virtude da ausência de prestação de contas de recursos do programa dinheiro direto na escola (PDDE). Contas prestadas tardiamente, antes de instaurado o pad ou no seu decurso. Absolvição.
PARECER	000160/2023
Ementa	Anteprojeto de lei. Política estadual de assistência social no estado do pará. Sistema único de assistência social do estado do pará (suas/pa). Revogação da lei estadual nº 5.940, de 15 de janeiro de 1996. Análise jurídica.
PARECER	000161/2023
Ementa	Educação. Secretaria de estado de educação. Reestruturação administrativa. Autorização para instituição de fundação estatal de direito privado.
PARECER	000162/2023
Ementa	Análise de minuta de decreto. Regulamentação da Lei Estadual nº 9.115/2020 que institui o Fundo Estadual do Trabalho do Estado do Pará e dá outras providências.
PARECER	000163/2023
Ementa	Exoneração e nomeação de membros do conselho estadual de política criminal e penitenciária (cepcp). Análise jurídica.



PARECER 000165/2023

Ementa Decreto de utilidade pública para projeto de reconstrução do Canal Mundurucus. Documentos indispensáveis para expedição do decreto de utilidade pública. Sugestão de averiguação da dominialidade da área. Tratando-se de desapropriação de benfeitorias, possibilidade de expedição do Decreto expropriatório.

PARECER 000166/2023

Ementa Exoneração e nomeação de membros do conselho estadual de política criminal e penitenciária (cepcp). Análise jurídica.

PARECER 000167/2023

Ementa Minuta de Decreto. Altera o Decreto Estadual nº 1.429, de 2021. Programa Rede de Descontos. Publicidade da parceria. Doação dos parceiros. Recomendação de ajustes.

PARECER 000168/2023

Ementa Destinação de bem público à defensoria pública do estado. Requerimento de cessão. Impossibilidade. Afetação do bem. Possibilidade. Atendidos os requisitos legais.

PARECER 000169/2023

Ementa COSANPA. Contrato de locação de ativos. Águas do Guamá. Contrato atípico e de direito privado. Inexecução contratual. Aspectos técnicos. Apuração administrativa. Devido processo legal. Medidas cabíveis. Execução da garantia. Medida cautelar. Apuração de responsabilidades.

PARECER 000171/2023

Ementa Pedido de reconsideração em pedido de revisão. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Não cabimento. Ausência de previsão legal. Análise jurídica.



PARECER	000172/2023
Ementa	Lei complementar federal nº 173/2020 (art. 8º, ix e § 8º). Suspensão da contagem de tempo de serviço. Sindifisco. Resolução tce nº 19.469/2022. Análise jurídica. Indeferimento do pedido.
PARECER	000173/2023
Ementa	Servidor público. Programa Qualifica Servidor. Lei nº 9.370, de 3 de dezembro de 2021. Folgas premiais. Regulamentação. Minuta de decreto. Análise jurídica.
PARECER	000174/2023
Ementa	Casa militar da governadoria do estado do Pará. Reestruturação organizacional. Alteração, inclusão e revogação de dispositivos na lei no. 9.661/22. Projeto de lei. Análise jurídica.
PARECER	000175/2023
Ementa	Contrato administrativo. Materiais asfálticos. Reequilíbrio econômico-financeiro. Procedimentos e critérios. Minuta de instrução normativa. Parâmetros fornecidos por resolução do departamento nacional de infraestrutura de transportes (DNIT). Análise jurídica.
PARECER	000176/2023
Ementa	Alteração minuta de decreto. Nova data para realização da 7ª Conferência Estadual das Cidades do Estado do Pará. Análise jurídica.
PARECER	000177/2023
Ementa	Exoneração e nomeação de membros do conselho estadual de política criminal e penitenciária (cepcp). Análise jurídica.
PARECER	000178/2023
Ementa	Tornar sem efeito nomeação. Renúncia da posse. Concurso público c-211. Junta comercial do estado do Pará (jucepa).



PARECER 000179/2023

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Infração disciplinar. Programa Dinheiro na Escola. Prestação de contas. Servidor que, à época da gestão dos recursos, sequer integrava a Administração Pública. Absolvição. Análise jurídica.

PARECER 000180/2023

Ementa Processo administrativo disciplinar. Acúmulo de cargos públicos. Sugestão de arquivamento. Considerações. Análise jurídica.

PARECER 000182/2023

Ementa Tornar sem efeito. Nomeação. Concurso público C-210. Secretaria de Estado de Planejamento e Administração - SEPLAD.

PARECER 000183/2023

Ementa Empresa pública. Conselho fiscal. Nomeação de membro (secretário de estado) já integrante de dois conselhos estaduais. Viabilidade jurídica.

PARECER 000184/2023

Ementa Contrato de gestão. Organização Social Pró-Saúde. Inexecução contratual. Processo administrativo. Recurso hierárquico. Utilização de conta-corrente estranha ao contrato. Inadimplência trabalhista. Desqualificação da OS. Multa. Provimento parcial do recurso. Vício de competência no ato de desqualificação. Parâmetros para aplicação da multa.

PARECER 000185/2023

Ementa Anteprojeto de lei. Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (FASEPA). PCCR. Criação da carreira socioeducativa. Reestruturação da FASEPA. Análise jurídica.

PARECER 000186/2023

Ementa Pedido revisional. Independência de instâncias. Improcedência.



PARECER	000187/2023
Ementa	Conselho estadual de segurança pública (CONSEP). Nomeação e recondução de membros. Análise jurídica.
PARECER	000188/2023
Ementa	Destinação de bem público à Polícia Militar do Estado. Bem cedido à ADEPARÁ. Revogação da cessão. Afetação do bem. Possibilidade.
PARECER	000189/2023
Ementa	Pregão eletrônico para registro de preços. Dispensa de licitação. Aplicação da lei n 14.133/2021. Ausência de regulamentação. Impossibilidade. Decretos estaduais nº 2.787/2022 e 2.939/2023.
PARECER	000190/2023
Ementa	Empresa estatal. Extinção. Empregados públicos abrigados em quadro suplementar em extinção junto a órgão público. Progressão funcional. Inexistência do direito. Indeferimento do pleito.
PARECER	000191/2023
Ementa	Processo Administrativo. Revisão de penalidade disciplinar. Militar excluído da Polícia Militar. Reintegração por ordem judicial. Liminar em mandado de segurança. Posterior transferência para inatividade. Incapacidade total. Superveniente denegação da ordem mandamental. Reedição do ato de exclusão. Cassação do reformado. Efeitos da sentença denegatória. Decadência. Lei específica dos militares. Dever de autotutela do Estado limitado no tempo. Indeferimento.
PARECER	000192/2023
Ementa	Edital de Chamamento Público conjunto CAIXA e BNDES 01/2022. A inexistência de obrigações definidas ao Estado do Pará na declaração de apoio do Chefe do Executivo Estadual à proposta. Conveniência e oportunidade do gestor.



PARECER	000193/2023
Ementa	Minuta de Anteprojeto de Lei. Alteração da Lei Estadual nº 6.839, de 15 de março de 2006, que dispõe sobre a atualização do Plano de Carreira, Cargos e Salários da Universidade do Estado do Pará (UEPA), e dá outras providências.
PARECER	000195/2023
Ementa	Pensão especial. Servidor civil. COVID-19. Termo inicial para pagamento. Rateio. Instrução processual completa. Análise jurídica.
PARECER	000196/2023
Ementa	Exoneração e nomeação de membros para o Conselho de Administração da PRODEPA. Análise jurídica.
PARECER	000197/2023
Ementa	Militar estadual. Oficial. Conselho de Justificação. Pleito administrativo de declaração de prescrição. Competência do Tribunal de Justiça do Estado. Indeferimento do pedido.
PARECER	000198/2023
Ementa	Minuta de decreto. Convocação da 14ª Conferência Estadual de Saúde (CES/PARÁ).
PARECER	000199/2023
Ementa	Recurso hierárquico. Descumprimento de cláusulas e prazos contratuais. Atraso da obra. Rescisão contratual. Multas compensatória e moratória. Suspensão para licitar. Impedimento de contratar. Penalidades. Razoabilidade e proporcionalidade. Análise jurídica.
PARECER	000200/2023
Ementa	Homologação. Regimento interno. Conselho Estadual de Política Criminal e Penitenciária (CEPCP). Análise jurídica.



PARECER

000202/2023

Ementa

Servidor público. Aposentadoria especial. Conversão, em tempo comum, do tempo de serviço prestado em condições especiais. Precedente do STF. Alcance da tese firmada no julgamento do Tema 942. Intelecção do art. 40, §4º, c, da CF/88 conforme interpretação do STF. Inexistência de previsão legal ou de amparo na jurisprudência para a extensão do direito a policiais civis.

PARECER

000203/2023

Ementa

Destinação de bem público ao Ministério Público do Estado do Pará. Afetação do bem. Possibilidade.

PARECER

000204/2023

Ementa

Minuta de decreto. Convênio ICMS. Incidência monofásica do ICMS em operações com combustíveis e lubrificantes. Definição de alíquota fixa em reais por unidade de medida (litro). Não ratificação pelo Estado do Pará. Ato discricionário do Chefe do Poder Executivo.

PARECER

000206/2023

Ementa

Pensão especial. Servidor civil. COVID-19. Termo inicial para pagamento. Rateio. Instrução processual completa. Análise jurídica.

PARECER

000207/2023

Ementa

Contrato de cessão de bem imóvel. Pessoa jurídica. Cessão para finalidade específica. Possibilidade.

PARECER

000208/2023

Ementa

Minuta de decreto. Lei complementar nº 192/2022. Regime monofásico do ICMS. Art. 155, § 2º, XII, h, da Constituição Federal. Convênio ICMS nº 199/2022. Internalização. ADI 7164. Prorrogação de eficácia para algumas operações. Possibilidade.



PARECER	000209/2023
Ementa	Projeto de lei. Criação da Secretaria Adjunta de Gestão Social e do cargo de Secretário-Adjunto de Gestão Social. Sugestão de alterações. Análise jurídica.
PARECER	000210/2023
Ementa	Promoção de oficial em ressarcimento de preterição. Aferição dos requisitos legais a cargo da Comissão de Promoção de Oficiais. Análise da minuta de decreto.
PARECER	000211/2023
Ementa	Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP). Estágio probatório de servidor público preso e respondendo a Processo Administrativo Disciplinar. Impossibilidade de suspensão. Avaliação especial de desempenho finalizada.
PARECER	000212/2023
Ementa	RJU. Alteração. Projeto de lei. Perícia médica. Análise jurídica.
PARECER	000213/2023
Ementa	Polícia militar estadual. Promoção de oficiais do dia 21 de abril de 2023. Antiguidade e merecimento. Minuta de decreto. Análise jurídica.
PARECER	000214/2023
Ementa	Assistência social. Direito do cidadão e dever do Estado. Benefícios eventuais. Cofinanciamento entre entes federativos. Repasse de recursos fundo a fundo. Lei federal nº 8.742/93. Lei estadual nº 7.789/2014.
PARECER	000215/2023
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Ausência de prestação de contas. Extravio de documentos. Fato de terceiro. Absolvição.



PARECER	000216/2023
Ementa	Regimento interno. Conselho Penitenciário. COPEN. Análise jurídica.
PARECER	000217/2023
Ementa	Promoção por ato de bravura. Preenchimento dos requisitos formais. Possibilidade.
PARECER	000218/2023
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Falecimento do servidor acusado. Extinção da punibilidade. Arquivamento.
PARECER	000219/2023
Ementa	Proposta de alteração da Lei Complementar nº 053/2006 e da Lei Complementar nº 142/2021. Necessidade de análise técnica e orçamentária da SEPLAD.
PARECER	000220/2023
Ementa	Anteprojeto de lei. Educação. Segurança. Criação do Programa Escola Segura e do Núcleo de Segurança Pública e Proteção Escolar no âmbito da Secretaria de Estado de Educação.
PARECER	000221/2023
Ementa	Exoneração e nomeação de Membro do Conselho Estadual Penitenciário (COPEN). Análise jurídica.
PARECER	000222/2023
Ementa	Decreto estadual visando a declaração de utilidade pública de imóveis. Canal Lago Verde. Macrodrenagem do Tucunduba. Preenchimento dos requisitos indispensáveis ao ato. Publicação.



PARECER 000223/2023

Ementa Minuta do edital do Processo Seletivo Simplificado 02/2023 para admissão ao Programa de Estágio em Pós-graduação da Procuradoria-Geral do Estado.

PARECER 000224/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). DETRAN. Infração disciplinar. Penalidade. Demissão. Inserção de dados falsos no sistema de informações. Improbidade administrativa. Valimento. Análise jurídica.

PARECER 000225/2023

Ementa Afetação de bem imóvel integrante do patrimônio estatal ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Possibilidade.

PARECER 000226/2023

Ementa Processo seletivo. Formação de quadro de reserva de estagiários de nível superior da Procuradoria-Geral do Estado. Minuta do edital. Análise jurídica.

PARECER 000227/2023

Ementa Anteprojeto de lei. Transporte intermunicipal de passageiros pelos meios hidroviário ou terrestre. Assimetria regulatória. Concessão, permissão e autorização. Análise jurídica.

PARECER 000228/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Infração disciplinar. DETRAN. Inserção de dados falsos no sistema de informações. Análise jurídica.

PARECER 000229/2023

Ementa Alteração de decreto. Decreto 2.938/2023. Modificação da base de cálculo do percentual fixado para redução de despesas de custeio. Inexistência de óbice jurídico.



PARECER 000230/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Policial civil. Concussão. Valimento. Provas insuficientes. Reconhecimento do acusado. Necessária observância dos procedimentos previstos no CPP. Nulidade parcial.

PARECER 000231/2023

Ementa Bombeiros militares. Promoção de oficiais do dia 21 de abril de 2023. Critérios de antiguidade e merecimento. Minuta de decreto.

PARECER 000232/2023

Ementa Código Florestal. Reserva legal. Condomínio. Supressão para instituição. Impossibilidade. Constituição em outra propriedade em condomínio. Possibilidade.

PARECER 000233/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Falecimento do servidor público acusado. Extinção da punibilidade. Arquivamento.

PARECER 000234/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. DETRAN. Absolvição. Servidor cedido. Nulidade parcial. Ausência de prejuízo. Superação da nulidade parcial.

PARECER 000235/2023

Ementa Destinação de bem público à Defensoria Pública do Estado do Pará. Afetação do bem. Possibilidade.

PARECER 000236/2023

Ementa Alteração minuta de decreto. Nova data para realização da 7ª Conferência Estadual das Cidades do Estado do Pará. Análise jurídica.



PARECER	000237/2023
Ementa	Substituição de Membros do Conselho Estadual de Política Criminal e Penitenciária (CEPCP). Análise jurídica.
PARECER	000238/2023
Ementa	Exoneração e nomeação de membros para o Conselho Estadual de Educação (CEE). Análise jurídica. Possibilidade.
PARECER	000240/2023
Ementa	Programa Estadual de Incentivo à Cultura - SEMEAR. Certificados de enquadramento. Prorrogação da validade. Alteração do Decreto estadual nº 847/2004. Inclusão do art. 16-G.
PARECER	000241/2023
Ementa	Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Infração disciplinar. Valimento. Improbidade administrativa. Penalidade. Demissão.
PARECER	000243/2023
Ementa	Licitações públicas. Regulamentação da licitação no âmbito da Administração Pública Estadual Direta, Autárquica e Fundacional. Medida Provisória n. 1.167 de 31 de março de 2023. Alteração dos Decretos estaduais n. 2.939/2023 e n. 2.940/2023. Minuta de Decreto.
PARECER	000244/2023
Ementa	Parecer jurídico para operação de crédito interna com garantia da União. Manual de Instrução de Pleitos – MIP. Projeto Asfalto por Todo Pará II.
PARECER	000245/2023
Ementa	Lei Geral de Proteção de Dados. PRODEPA. Análise de minuta de cláusula contratual.



PARECER 000246/2023

Ementa Anteprojeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Exercício financeiro de 2024. Análise jurídica.

PARECER 000247/2023

Ementa Aposentadoria. Servidora cedida. Outro ente da federação. Contribuição previdenciária descontada pelo cessionário. Responsabilidade pelo recolhimento. Órgão cessionário. Entidade previdenciária de origem. IGEPPS. Ausência de repasse dos recolhimentos pelo cessionário. Responsabilidade de pagamento do órgão cedente. Reembolso ao cedente.

PARECER 000248/2023

Ementa Aplicação de recursos do Fundo Estadual de Saúde. Interpretação da norma. Ações e serviços públicos na área de saúde. Inteligência da LC n. 141/2012, 172/2020 e 197/2022. Análise jurídica.

PARECER 000249/2023

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Faltas graves passíveis de demissão (art. 190, IV, X, XI E XIII, da Lei Estadual nº 5.810/94). Prescrição da pretensão punitiva. Extinção da punibilidade. Regularidade processual. Ausência de autoria e materialidade. Absolvição.

PARECER 000250/2023

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Fiscalização de contrato. Desídia. Improbidade administrativa. Valimento. Infrações não configuradas. Insuficiência de provas. Absolvição. Análise jurídica.

PARECER 000251/2023

Ementa Contrato de empréstimo n.º 5435/OC-BR. Estado do Pará e BID-Banco Interamericano de Desenvolvimento. Projeto de



Desenvolvimento do Saneamento do Pará- PRODESAN Pará. Parecer final após formalização do instrumento.

PARECER 000252/2023

Ementa Exoneração e nomeação de membros. Conselho Estadual de Assistência Social do Pará CEAS/PA. Lei Estadual nº 5.940/1996.

PARECER 000253/2023

Ementa Corporações militares estaduais. Praças e praças especiais. Fixação de soldo. Projeto de lei.

PARECER 000254/2023

Ementa Decreto estadual que destina terras para a criação de assentamento estadual. Manifesta desistência dos interessados na titulação coletiva. Perda de objeto. Necessidade de decreto de revogação apontando os motivos e número de famílias da titulação individual.

PARECER 000255/2023

Ementa Minuta de Decreto. Lei Complementar nº 192/2022. Regime monofásico do ICMS. Art. 155, § 2º, XII, h, da Constituição Federal. Alterações do convênio ICMS nº 199/2022. Internalização.

PARECER 000256/2023

Ementa Adesão à ata de registro de preços. Órgão não participante. Serviço comum de engenharia. Adequação de espaço físico para copa. Requisitos legais. Análise jurídica.

PARECER 000258/2023

Ementa Minuta de Acordo de Cooperação Técnica. Análise jurídica.

PARECER 000259/2023

Ementa Sistema de registro de preços. Adesão a ata de registro de preços por órgão não participante (carona). Aquisição de garrações de água mineral.



PARECER	000260/2023
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). SEDUC. Assédio sexual. Valimento do cargo. Incontinência pública e conduta escandalosa na repartição. Demissão.
PARECER	000262/2023
Ementa	Nomeação de membros para o Conselho Estadual de Cultura. Análise jurídica.
PARECER	000263/2023
Ementa	Projeto de indicação. Recesso anual aos servidores da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) do Estado do Pará. Análise jurídica.
PARECER	000264/2023
Ementa	Servidora temporária. Pedido de redução de jornada. Inteligência do art. 66A, §2º da Lei n. 5810/1994.
PARECER	000265/2023
Ementa	DETRAN. Processo Administrativo Disciplinar. Inserção de dados falsos no sistema de informações. Nulidade parcial.
PARECER	000266/2023
Ementa	Servidor público licenciado. Exercício de mandato eletivo. Análise jurídica.
PARECER	000267/2023
Ementa	Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Nulidade. Rito procedimental.
PARECER	000268/2023
Ementa	Servidor. PAD. Assédio moral. Prova frágil. Absolvição. Arquivamento.



PARECER	000269/2023
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Irregularidades em procedimento de inexigibilidade de licitação. Prejuízo ao patrimônio público. Improbidade. Valimento. Lesão aos cofres públicos e dilapidação patrimonial. Ausência de provas. Absolvição.
PARECER	000270/2023
Ementa	Requerimento de ressarcimento de preterição. Análise jurídica. Ausência de erro administrativo.
PARECER	000272/2023
Ementa	Projeto de lei autorizadora de operação de crédito interna, com garantia da União. “Projeto de Investimentos em Infraestrutura Rodoviária. Infraestrutura por todo o Pará”.
PARECER	000273/2023
Ementa	Projeto de lei autorizadora de operação de crédito interna, com garantia da União. “Projeto Asfalto por todo o Pará 3ª etapa”.
PARECER	000274/2023
Ementa	Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Desídia. Improbidade administrativa. Inserção de dados incorretos em sistema. Regularidade procedimental. Ausência de má fé. Absolvição.
PARECER	000275/2023
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Ex-servidor público. Pedido de revisão. Fato novo. Ausência de trânsito em julgado de decisão judicial. Improcedência.
PARECER	000276/2023
Ementa	Minuta de decreto. Homologação de Regimento Interno do Tribunal Administrativo de Recursos Ambientais (TRA), que compõe a estrutura da SEMAS. Regularidade formal e material.



PARECER 000277/2023

Ementa Decreto que altera o Decreto nº 1.017/2014, que ativa, denomina, determina a circunscrição e trata da organização da Polícia Militar do Estado. Análise de legalidade.

PARECER 000278/2023

Ementa Nomeação de Conselheiros no Tribunal de Recursos Administrativos Ambientais (TRA) da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS). Análise jurídica.

PARECER 000279/2023

Ementa SEDUC. Processo Administrativo Disciplinar. Irregularidades no processo de aquisição de livros didáticos. Inexigibilidade de licitação. Instrução probatória insuficiente. Nulidade parcial.

PARECER 000280/2023

Ementa Servidor público temporário. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Conduta escandalosa na repartição. Sugestão de demissão.

PARECER 000281/2023

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Insubordinação grave ao serviço. Art. 190, VI, da Lei Estadual nº 5.810/94. Demissão.

PARECER 000282/2023

Ementa Contrato. Prorrogação. Prazo. PRODEPA. Reajuste contratual. SICAF. Registro de provável impedimento indireto. Necessidade de apuração inaplicável ao Estado. Natureza jurídica da PRODEPA. Fundamentos da contratação. Análise de legalidade da minuta de aditivo.



PARECER	000283/2023
Ementa	Operação de crédito interna com garantia da União. Asfalto por todo o Pará II. Parecer padrão do Manual para Instrução de Pleitos da Secretaria do Tesouro Nacional (MIP/STN).
PARECER	000284/2023
Ementa	Contrato administrativo. Inexecução contratual parcial. Aplicação de penalidades. Recurso hierárquico. Competência do Governador do Estado. Aplicação do prazo específico da Lei de Licitações. Afastamento da Lei Estadual de Processo Administrativo. Recurso intempestivo. Não conhecimento.
PARECER	000285/2023
Ementa	Conselho de disciplina. Incidente de suspeição contra o comandante-geral, integrantes da Corregedoria, do Conselho de Disciplina e da PGE. Competência do Governador do Estado para decidir. Alegações relativas a processo distinto. Ausência de outros fundamentos. Improcedência.
PARECER	000286/2023
Ementa	Concurso público. Investigação social. Eliminação após resultado. Possibilidade. Autotutela administrativa.
PARECER	000288/2023
Ementa	Policia! Militar Estadual. Oficial. Conselho de Justificação. Sobrestamento. Prescrição. Condenação a pena privativa de liberdade superior a dois anos. Decisão transitada em julgado. Representação ministerial ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Declaração de perda do posto.
PARECER	000289/2023
Ementa	Responsabilidade do Estado do Pará por inadimplência de entidade da qual seja acionista controlador. Limites. Emissão de debêntures por Sociedade de Economia Mista exploradora de atividade econômica. Enquadramento correto da dependência do Tesouro



Estadual. Regime próprio das sociedades anônimas. Abuso de poder. Responsabilidades do acionista controlador e dos administradores. Setor público. Submissão a LRF. Análise técnica. Responsabilidade subsidiária. Cabimento na hipótese do art. 23 da Lei Federal n.º 8.029/90.

PARECER

000290/2023

Ementa

Exoneração e nomeação de membros para o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Difusos (CEDDD). Lei Complementar nº 23/1994. Análise jurídica.

PARECER

000291/2023

Ementa

Designação de membro da Procuradoria-Geral do Estado (PGE) junto ao Tribunal Administrativo de Recursos Fazendários (TARF). Possibilidade. Análise jurídica.

PARECER

000292/2023

Ementa

Pensão especial. Servidor civil. COVID-19. Beneficiário habilitado. Termo inicial para pagamento. Cálculo. Instrução processual completa. Análise jurídica.

PARECER

000293/2023

Ementa

Pensão especial. Servidor civil. COVID-19. Beneficiário habilitado. Termo inicial para pagamento. Cálculo. Instrução processual completa. Análise jurídica.

PARECER

000294/2023

Ementa

Pensão especial. Servidor civil. Acidente em serviço. Art. 160, ii "C" da Lei Estadual nº 5.810/1994. Análise jurídica.

PARECER

000295/2023

Ementa

Pensão especial. Servidor civil. COVID-19. Ausência de nexo causal. Instrução processual incompleta. Análise jurídica.



PARECER 000296/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Valimento. Conversão de exoneração em destituição de cargo em comissão.

PARECER 000297/2023

Ementa Minuta de anteprojeto de lei. Programa Dinheiro na Escola Paraense. Conselhos escolares. Secretaria de Estado de Educação SEDUC.

PARECER 000298/2023

Ementa Comitê Estadual de Avaliação e Suporte para captação de Recursos Econômicos, Financeiros e Fiscais (CECREFF). Políticas Públicas sobre Conservação Ambiental e Mudanças Climáticas. Minuta de decreto.

PARECER 000299/2023

Ementa Contrato administrativo. Agenciamento de viagens. Acréscimo quantitativo de 25% do valor inicial atualizado do contrato. Termo aditivo.

PARECER 000300/2023

Ementa Minuta de decreto. Produtor e extrator não equiparado a comerciante e industrial. Exclusão do extrator mineral. Exigência de inscrição estadual e cumprimento das demais obrigações acessórias. Possibilidade.

PARECER 000301/2023

Ementa Exoneração e nomeação de membros. Conselho Estadual de Trânsito. Possibilidade.

PARECER 000302/2023

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Acumulação de cargos públicos. Inassiduidade habitual. Improbidade administrativa. Demissão.



PARECER 000303/2023

Ementa Ex-servidores públicos. Requerimento administrativo. Recebimento como pedido de revisão. Juízo de admissibilidade.

PARECER 000304/2023

Ementa Contratação de instituição para realização de concurso público. Possibilidade de dispensa de licitação. Precedentes.

PARECER 000305/2023

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Inassiduidade habitual. Servidor com quadro depressivo. Sugestão de absolvição.

PARECER 000306/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Regularidade. Ex-servidora pública temporária. Recursos federais. Programa Dinheiro Direto na Escola. Ausência de prestação de contas.

PARECER 000307/2023

Ementa Parecer nº 000745/2022. Erro nas premissas fáticas adotadas. A alteração das datas consideradas. Parecer tornado sem efeito. Servidor condenado criminalmente. Perda do cargo público. Trânsito em julgado da sentença. Cumprimento. Valores recebidos indevidamente. Apuração. Devido processo legal. Declaração de inconstitucionalidade do art. 29, §1º do RJU. Observância da prescrição. **(SUPEROU O PARECER Nº 000745/2022).**

PARECER 000308/2023

Procurador(a) GISELLE BENARROCH BARCESSAT FREIRE

Interessado(s) Departamento de Trânsito do Estado do Pará (DETRAN)

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Infração disciplinar. Inserção de dados falsos no sistema. Valimento. Penalidade de demissão. Análise jurídica.



PARECER

000309/2023

Ementa

Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal. Presidência exercida pelo Exmo. Governador do Estado do Pará. Cooperação desta Procuradoria-Geral do Estado. Aplicação da legislação federal acerca de licitações e contratos. Opção pela aplicação das Leis Federais nº 8.666/1993 e 10.520/2022 e do Decreto Federal nº 7.892/2013. Sistema de Registro de Preços. Serviços de internet e telefonia fixa. Utilização do SRP para viabilizar a contratação por outros órgãos (art. 3º, III, do Decreto Federal nº 7.892/2013). Regularidade jurídica da fase interna do pregão.

PARECER

000310/2023

Ementa

Tempo de serviço. Contagem. Pandemia COVID-19. Lei Complementar Federal n. 173/2020 e LCF n. 191/2022. Procurador do Estado. Designação. SESP.A.

PARECER

000311/2023

Ementa

Processo Administrativo Disciplinar. DETRAN. Valimento. Demissão. Análise jurídica.

PARECER

000312/2023

Ementa

Decreto de utilidade pública para fins de desapropriação de benfeitorias para construção de uma ponte no Rio Fresco, em São Felix do Xingu. Documentos indispensáveis para expedição do decreto de utilidade pública. Preenchimento dos requisitos indispensáveis ao ato. Publicação.

PARECER

000313/2023

Ementa

Recurso hierárquico. Contrato administrativo. Inexecução contratual. Aplicação de penalidade. Teoria da imprevisão. Provimento parcial.

PARECER

000314/2023

Ementa

Convênio. Minuta. Organismo Internacional. Análise preliminar.



PARECER 000316/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Insubordinação grave em serviço. Improbidade. Inexistência. Absolvição.

PARECER 000317/2023

Ementa PAD. DETRAN. Inserção de dados falsos em processo de transferência de propriedade de veículos. Apuração de responsabilidade funcional. Servidora reintegrada por decisão judicial precária. Revogação. Apuração análise jurídica. Penalidade. Ato do governador.

PARECER 000318/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Servidor público. Ausência de prestação de contas. Prescrição. Absolvição.

PARECER 000319/2023

Ementa Minuta de decreto. Benefício fiscal. Crédito presumido. Selo fiscal de controle e qualidade para a comercialização de água envasada. Autorização do CONFAZ. Convênio ICMS 119/2021. Observância dos estritos termos da autorização nacional. Estimativa de impacto orçamentário-financeiro já realizada. Constitucionalidade da minuta.

PARECER 000320/2023

Ementa Minuta de decreto. Benefício fiscal. Isenção. Saídas de micro ônibus e vans adquiridos por motoristas profissionais de transporte de passageiros. Autorização do CONFAZ. Convênio ICMS 91/2022. Observância dos estritos termos da autorização nacional. Estimativa de impacto orçamentário-financeiro já realizada. Constitucionalidade da minuta.



PARECER

000321/2023

Ementa

Promoção em ressarcimento de preterição. Necessidade de invalidação das promoções anteriores. Dever da Administração. Análise de legalidade.

(SUPERADO PELO PARECER Nº 000853/2023).

PARECER

000322/2023

Ementa

PAD. SUSIPE/SEAP. Controle consumo de combustível. Diretor de Unidade Administrativa de Segurança Pública. Militar. Cargo comissionado. Atividade de natureza policial. Competência para apuração disciplinar. Polícia militar. Nulidade total do PAD instaurado pela SUSIPE/SEAP. Prescrição. Ocorrência. Convalidação. Arquivamento. Comunicar a Polícia Militar formalmente.

PARECER

000323/2023

Ementa

Ex-servidor público. Demissão “A Bem do Serviço Público”. Pedido de reconsideração de ato. Conhecimento. Deferimento

PARECER

000324/2023

Ementa

Servidores públicos. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Prescrição. Necessidade de perquirir responsabilidades. Análise jurídica.

PARECER

000325/2023

Ementa

Polícia militar. Utilização de símbolos oficiais em brindes. Bebida alcoólica. Análise jurídica.

PARECER

000326/2023

Ementa

Pensão especial. Servidor Civil. Acidente em serviço. Art. 160, II “c” da Lei Estadual nº 5.810/1994. Análise jurídica.

PARECER

000327/2023

Ementa

Aposentadoria especial. Preenchimento dos requisitos legais. Abono de permanência. Cabimento.



PARECER	000328/2023
Ementa	Alteração de Decreto Estadual. Concessão de benefício eventual. Famílias em vulnerabilidade social. Calamidade pública e situação de emergência. Prorrogação. Análise jurídica.
PARECER	000329/2023
Ementa	Exoneração e nomeação de Membros. Conselho Estadual Penitenciário COPEN. Análise jurídica.
PARECER	000330/2023
Ementa	Pensão especial. Servidor civil. COVID-19. Ausência de nexo causal. Instrução processual completa. Análise jurídica.
PARECER	000331/2023
Ementa	Exoneração e nomeação de membros para o Conselho Estadual de Segurança Pública (CONSEP). Análise jurídica.
PARECER	000332/2023
Ementa	Pensão especial. Servidor civil. COVID-19. Beneficiário habilitado. Termo inicial para pagamento. Cálculo. Instrução processual incompleta. Análise jurídica.
PARECER	000334/2023
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Insubordinação grave em serviço. Procedimento desidioso. Ausência de provas. Absolvição.
PARECER	000335/2023
Ementa	Tempo de serviço. Aposentadoria. Servidor temporário. Professor. Licença especial. Lei Estadual n. 5.389/1987.
PARECER	000336/2023
Ementa	PAD. Regularidade. Inassiduidade habitual. Procedimento desidioso. Demissão.



PARECER 000337/2023

Ementa Exoneração e nomeação de membros. Conselho Estadual de Trânsito.

PARECER 000338/2023

Ementa Aditivo de prorrogação de contrato. Agenciamento de viagens. Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável Amazônia Legal. Serviço de caráter contínuo. Check List.

PARECER 000339/2023

Ementa Ex-servidor público. Demissão. Pedido de reconsideração. Conhecimento e indeferimento.

PARECER 000340/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Falecimento do servidor no curso do processo. Arquivamento.

PARECER 000341/2023

Ementa Minuta de decreto. Lei Complementar nº 192/2022. Regime monofásico do ICMS. Art. 155, § 2º, XII, H, da Constituição Federal. Convênio ICMS nº 15/2023. Internalização. Urgência. Aderência ao ato aprovado pelo CONFAZ.

PARECER 000342/2023

Ementa Minuta de Acordo de Cooperação Técnica. Análise jurídica.

PARECER 000343/2023

Ementa Curso IN COMPANY. Estudo técnico preliminar e termo de referência. Editora Fórum Ltda. Contratação por inexigibilidade de licitação. Art. 74. III, F, da Lei 14.133/21. Minuta contratual. Análise jurídica.



PARECER 000344/2023

Ementa Cessão de policial militar de outro Estado para o Estado do Pará. Ônus para o Estado cedente. Possibilidade. Análise jurídica.

PARECER 000345/2023

Ementa Exoneração e nomeação de membros. Conselho Estadual de Trabalho, Emprego e Renda do Estado do Pará - CETERPA. Análise jurídica.

PARECER 000346/2023

Ementa Instalação de monumento. Estátua em imóvel público. Domínio útil. Terreno acrescido de Marinha. Comando do 4º Distrito Naval. Gestão Imobiliária Estadual. SEPLAD. Autoridade competente. Conveniência. OS PARÁ 2000. Competência para o ato administrativo. Análise jurídica.

PARECER 000348/2023

Ementa Programa Saneamento Para Todos. Sistema de Esgotamento Sanitário do Distrito de Áter do Chão, no Município de Santarém/Pa. Contrato de financiamento entre o Estado do Pará e a Caixa Econômica Federal. Adequações no projeto básico da obra. Elevação da contrapartida do Estado no contrato de financiamento. Viabilidade jurídica.

PARECER 000349/2023

Ementa Decreto de utilidade pública para fins de desapropriação para construção de unidade penitenciária. Preenchimento dos requisitos indispensáveis ao ato. Publicação

PARECER 000350/2023

Ementa Promoção por ato de bravura. Preenchimento dos requisitos formais. Possibilidade



PARECER	000351/2023
Ementa	Termo de adesão. Acordo de Cooperação Técnica. Programa "Patrulha Maria da Penha". Análise jurídica.
PARECER	000352/2023
Ementa	Promoção por ato de bravura. Preenchimento dos requisitos formais. Possibilidade.
PARECER	000353/2023
Ementa	Diário oficial eletrônico da Secretaria de Estado da Fazenda (DO-e/SEFA). Art. 10 da Lei Estadual nº 9.389/2021. Regulamentação.
PARECER	000354/2023
Ementa	Termo de permissão de uso de bem imóvel. Regularidade do instrumento. Interesse público. Observância dos requisitos legais. Possibilidade jurídica. Assinatura pelo Exmo. Governador.
PARECER	000355/2023
Ementa	Proposta de Decreto que institui a Medalha do Mérito Previdenciário. Necessidade de ajustes.
PARECER	000356/2023
Ementa	Pedido de revisão. Ex-policial militar estadual. Exclusão a bem da disciplina. Análise jurídica.
PARECER	000357/2023
Ementa	Projeto de lei de indicação que dispõe sobre a obrigatoriedade da presença de intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras) nos hospitais e unidades básicas de saúde.
PARECER	000358/2023
Ementa	Nomeação de membros para o Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres (CEDM). Análise jurídica. Possibilidade.



PARECER 000359/2023

Ementa Termo de execução descentralizada, a ser firmado entre a PGE e a SEPLAD. Requisitos legais. Análise jurídica.

PARECER 000360/2023

Ementa Anteprojeto de lei. Educação. Institui a Política de Educação Ambiental no âmbito da Secretaria de Estado de Educação.

PARECER 000361/2023

Ementa Aquisição de imóvel. Art. 212 CF/88. Lei de Diretrizes Básicas da Educação. Montante de 25% da Receita Estadual em manutenção e desenvolvimento do ensino. Análise jurídica.

PARECER 000362/2023

Ementa Pregão eletrônico. Lei 10.520/2002. Serviços de impressão e cópias digitalizadas de documentos. Aprovação da minuta de edital pela assessoria jurídica (art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, art. 6º, VII, da Lei estadual nº 6.474/2002 e art. 8º, IX, do Decreto estadual nº 534/2020).

PARECER 000364/2023

Ementa Licitação nacional. Pregão. Sistema de registro de preço. Participantes empresas nacionais e estrangeiras. *Check list*.

PARECER 000365/2023

Ementa Termo de permissão de uso de bem imóvel. Regularidade do instrumento. Interesse público. Observância dos requisitos legais. Possibilidade jurídica. Assinatura pelo Exmo. Governador.

PARECER 000366/2023

Ementa Acordo de Cooperação Técnica. Procuradoria-Geral do Estado de Mato Grosso do Sul e Procuradoria-Geral do Estado do Pará.



Compartilhamento de conhecimento e tecnologia. Análise da minuta.

PARECER

000367/2023

Ementa

SEPLAD. Aplicação de Recursos do FDE. Licitações municipais. Competências. Jurídico e controle interno

PARECER

000368/2023

Ementa

Contratação de consultoria. Inexigibilidade de licitação. Análise jurídica.

PARECER

000369/2023

Ementa

Cálculo do Valor da Terra Nua. Decreto nº 1.6784/2021. Inexistência de descumprimento do preceito da desconcentração fundiária. Discrecionalidade da gestão de terras públicas em acordo com a política agrícola.

PARECER

000370/2023

Ementa

Licença-prêmio. Contagem em dobro. Tempo ficto. Magistrado. Marco temporal. Aquisição do direito anterior a EC 20/98. Análise jurídica.

PARECER

000371/2023

Ementa

Nomeação de membros do Conselho Estadual de Meio Ambiente do Pará (COEMA). Instrução completa. Possibilidade.

PARECER

000372/2023

Ementa

Análise de minuta de aditivo contratual. Contrato de empréstimo internacional 18BR01. Estado do Pará e NDB- NEW DEVELOPMENT BANK. Programa Municípios Sustentáveis. Terceiro termo aditivo. Análise complementar ao Parecer 080/2023-PGE/PA. Regularidade e legalidade das cláusulas aditadas.



PARECER 000373/2023

Ementa Servidor público. Atuação junto a pacientes de saúde mental em hospital geral do estado (Hospital Regional de Tucuruí). Rede de Assistência Psicossocial (RAPS). Atenção hospitalar. Direito à percepção de Gratificação de Risco de Vida (GRV). Lei estadual nº 5.539/89.

PARECER 000374/2023

Ementa Termo de permissão de uso de bem imóvel. Regularidade do instrumento. Interesse público. Observância dos requisitos legais. Possibilidade jurídica. Assinatura pelo Exmo. Governador.

PARECER 000375/2023

Ementa Termo de permissão de uso de bem imóvel. Regularidade do instrumento. Interesse público. Observância dos requisitos legais. Possibilidade jurídica. Assinatura pelo Exmo. Governador.

PARECER 000376/2023

Ementa Termo de permissão de uso de bem imóvel. Regularidade do instrumento. Interesse público. Observância dos requisitos legais. Possibilidade jurídica. Assinatura pelo Exmo. Governador.

PARECER 000377/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. DETRAN/PA. Inserção de dados falsos em sistema de informação. Improbidade. Valimento. Conversão de exoneração em destituição do cargo em comissão.

PARECER 000378/2023

Ementa Pedido de reconsideração. Processo Administrativo Disciplinar. Novo depoimento testemunhal. Conjunto probatório mantido. Conhecimento e indeferimento do pedido.



PARECER	000379/2023
Ementa	Polícia militar. PADS. Licenciamento a bem da disciplina. Recurso de revisão. Requisitos de admissibilidade. Análise jurídica.
PARECER	000380/2023
Ementa	Carta-convênio. Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Cooperação financeira não reembolsável. Parecer complementar ao Parecer 314/2023-PGE/PA. Regularidade do procedimento e das minutas contratuais.
PARECER	000381/2023
Ementa	Bem público. Afetação ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Possibilidade.
PARECER	000382/2023
Ementa	Anteprojeto de lei. Referências salariais dos servidores civis (ativos e inativos) e pensionistas do Estado do Pará. Salário mínimo.
PARECER	000383/2023
Ementa	Contrato administrativo. Serviço contínuo. Rescisão amigável. Conveniência administrativa. Artigo 79, II, da Lei nº 8.666/93.
PARECER	000384/2023
Ementa	Contrato administrativo. Ata de registro de preços de entidade municipal. Adesão pela Procuradoria-Geral do Estado. Requisitos. Possibilidade jurídica.
PARECER	000385/2023
Ementa	Declaração de intenção de Acordo de Cooperação Descentralizada. “Programa Operacional Interreg Caribe 2021-2027”. Termo de cooperação com Estado estrangeiro. Necessidade futura de participação da União Federal. Chancela posterior do Poder Legislativo. Análise jurídica.



PARECER	000386/2023
Ementa	Termo de permissão de uso de bem imóvel. Regularidade do instrumento. Interesse público. Observância dos requisitos legais. Possibilidade jurídica. Assinatura pelo Exmo. Governador.
PARECER	000387/2023
Ementa	Termo de permissão de uso de bem imóvel. Regularidade do instrumento. Interesse público. Observância dos requisitos legais. Possibilidade jurídica. Assinatura pelo Exmo. Governador.
PARECER	000388/2023
Ementa	Termo de adesão. Termo de Cooperação Técnica. Programa “Justiça Itinerante Cooperativa na Amazônia legal”. Análise jurídica.
PARECER	000389/2023
Ementa	Exoneração e nomeação de membro. Conselho Estadual de Trânsito. Possibilidade.
PARECER	000390/2023
Ementa	Minuta de portaria conjunta. Regime de Previdência Complementar. Procedimentos administrativos. Instrução normativa conjunta. Necessidade de ajustes.
PARECER	000392/2023
Ementa	Tempo de serviço. Aluno aprendiz. Requisitos cumulativos. Aposentadoria RPPS.
PARECER	000394/2023
Ementa	Servidor público. PAD. Infração disciplinar grave. Irregularidades em processo de licenciamento ambiental. Demissão. Penalidade vinculada.



PARECER 000395/2023

Ementa Servidor público. PAD. Infração disciplinar grave. Penalidade demissão. Ato vinculado. Relatório contrário às provas dos autos.

PARECER 000396/2023

Ementa Servidor público. PAD. Infração disciplinar grave. Penalidade demissão. Ato vinculado. Relatório contrário às provas dos autos. Incontinência pública.

PARECER 000397/2023

Ementa Servidor público. PAD. Infração disciplinar grave. Propagação de notícia falsa. Suspensão.

PARECER 000398/2023

Ementa Direito administrativo. Servidor público. Processo administrativo disciplinar. Assédio sexual. Prescrição. Absolvição.

PARECER 000399/2023

Ementa Direito administrativo. Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Atestado falso. Valimento. Procedência. Demissão.

PARECER 000400/2023

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Agressão verbal em serviço. Violação ao dever de hierarquia. Convalidação da penalidade aplicada.

PARECER 000401/2023

Ementa Direito administrativo. Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Agressão física. Demissão.

PARECER 000402/2023

Ementa Policiais civis e policiais militares atuantes no Grupamento Aéreo de Segurança Pública (GRAESP), como pilotos e comandantes de



aeronave. Gratificação de Risco de Vida (GRV). Percepção cumulativa com adicional de insalubridade. Impossibilidade jurídica.

PARECER

000403/2023

Ementa

Programa “Pará Profissional”. Bolsista. Licença maternidade. Impossibilidade de deferimento. Ausência de vínculo empregatício com o Estado.

PARECER

000406/2023

Ementa

Minuta de decreto. Matérias diversas. Diploma alterador. Saídas com fim específico de exportação. Nota fiscal fácil. Prazo para recolhimento de DIFAL. Antecipação normal. Optantes pelo Simples Nacional. Exclusão. Diferimento. Operações com QAV e GAV. Legalidade e constitucionalidade das alterações.

PARECER

000408/2023

Ementa

Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Falta grave. Valimento de cargo público. Improbidade administrativa. Sugestão de demissão, com a nota “a bem do serviço público.”

PARECER

000409/2023

Ementa

Anteprojeto de lei. Alteração da Lei Estadual n. 8.937/2019. Reorganização administrativa.

PARECER

000410/2023

Ementa

Licença sem remuneração. Contribuições previdenciárias. Obrigatoriedade. Vigência da LC n. 128/2020.

PARECER

000411/2023

Ementa

Junta Administrativa de Recursos de Infrações (JARI). Recondução de membros. Análise jurídica. Possibilidade.



PARECER	000412/2023
Ementa	Operação de crédito Asfalto por todo Pará 3ª etapa. Interna com garantia da União. Agentes financeiros: Santander e Itaú. Parecer padrão Manual de Instrução de Pleitos da Secretaria do Tesouro Nacional.
PARECER	000413/2023
Ementa	Operação de crédito interna com garantia da União. Projeto Infraestrutura por todo Pará. Agentes financeiros: Santander e Itaú. Parecer padrão do Manual de Instrução de Pleitos da Secretaria do Tesouro Nacional.
PARECER	000414/2023
Ementa	Termo de adesão. Acordo de Cooperação Técnica. Programa Mulher Viver sem Violência. Análise jurídica.
PARECER	000415/2023
Ementa	Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros. Operações especiais. Gratificação de Complementação de Jornada Operacional. Alterações na Lei estadual nº 6.830/2006. Projeto de lei. Análise jurídica.
PARECER	000416/2023
Ementa	Anteprojeto de lei. Secretaria de Obras Públicas. Alteração da Lei nº 6.213, de 28 de abril de 1999. Reestruturação. Criação de cargos em comissão. Redistribuição de cargos. Análise jurídica.
PARECER	000417/2023
Ementa	Anteprojeto de leis. Proposta de Emenda Constitucional. Conselhos Escolares. Certificação de diretor e vice-diretor. Gratificação de direção. Secretaria de Estado de Educação (SEDUC).



PARECER 000418/2023

Ementa Contrato n. 12/2022-PGEPA. Prestação de serviços de administração e gerenciamento informatizado de fornecimento contínuo e ininterrupto de combustíveis. Prorrogação. Termo aditivo.

PARECER 000419/2023

Ementa Promoção de policiais militares. Limitação de vagas. Previsão legal. Decisão judicial. Aprovação de candidatos em número superior ao de vagas previstas. Cumprimento de ordem judicial. Decreto de promoção. Militares na condição de excedentes. Análise de legalidade.

PARECER 000420/2023

Ementa Minuta de decreto que homologa resolução do Conselho Gestor do Fundo de Desenvolvimento Econômico do Estado (CGFDE). Instituição de linha de crédito para mototaxistas. Análise de legalidade.

PARECER 000421/2023

Ementa Empresa pública. Empregado temporário. Decreto regulamentador. Contratação temporária. Aplicação subsidiária da LCE n. 07/1991. PSS. Art. 37, CF.

PARECER 000422/2023

Ementa Cessão de crédito entre particulares decorrente de contratos administrativos. SEDUC. Inexistência de norma específica de direito público que autorize a cessão de crédito. Parecer nº 31/2019/DECOR/CGU/AGU (com efeito vinculante no âmbito da Administração Pública Federal). Necessidade de observância às normas gerais de licitações e contratos e de direito financeiro. Nota Técnica PGE n. 045/2020. Contratos em execução com vedação expressa a cessão. Contratos omissos. Contratos futuros. Análise.

PARECER 000423/2023

Ementa SEDUC. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Prestação irregular de contas. Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).



Prescrição da pretensão punitiva estatal. Absolvição. Arquivamento dos autos.

PARECER 000424/2023

Ementa Decreto estadual. Hino oficial. Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP). Análise jurídica.

PARECER 000425/2023

Ementa Minuta de Decreto. Benefício fiscal. Isenção. Saídas de micro ônibus e vans adquiridos por motoristas profissionais de transporte de passageiros. Prorrogação do prazo de vigência. Aderência ao Convênio ICMS nº 20/2023.

PARECER 000426/2023

Ementa Aquisição de material. Dispensa de licitação, na forma eletrônica. Art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021.

PARECER 000427/2023

Ementa Minutas de anteprojetos de Lei complementar e Lei ordinária. Reajuste salarial. Agentes da autoridade, técnicos de polícia e técnicos administrativos da Polícia Civil do Estado do Pará.

PARECER 000428/2023

Ementa Programa PRÓ-RIOS. Apoio financeiro. Empréstimo vinculado à sustentabilidade (SUSTAINABILITY-LINKED LOAN - SLL). Seleção de instituição financeira. Edital de chamamento público. Análise jurídica.

PARECER 000430/2023

Ementa Militar estadual preso no exterior. Conselho de Justificação. Processamento. Atos de comunicação. Ausência de acordo internacional. Aplicação da Convenção de HAIA. Orientação do Ministério da Justiça. Prática e comunicação de atos oficiais. Meio eletrônico. Análise.



PARECER	000431/2023
Ementa	Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Prescrição. Fiscal de contrato. Inexistência de falta.
PARECER	000432/2023
Ementa	Tornar sem efeito nomeação. Renúncia da posse. Concurso público C-210. Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD).
PARECER	000433/2023
Ementa	Tornar sem efeito nomeação. Renúncia da posse. Concurso público C-173. Secretaria de Estado de Educação (SEDUC).
PARECER	000434/2023
Ementa	Exoneração e nomeação de membro do Conselho Estadual Penitenciário (COPEN). Análise jurídica.
PARECER	000435/2023
Ementa	Minuta de decreto. Dispensa de entrega de DIEF. Substituição pela EFD nas hipóteses determinadas em ato do Secretário de Estado da Fazenda. Inexistência de óbices legais ou constitucionais.
PARECER	000436/2023
Ementa	Pedido de pagamento de diferença. Parcela de adiantamento. Reajuste anual. Reflexos. Manutenção. Análise.
PARECER	000437/2023
Ementa	Contrato administrativo. Prestação de serviços de agenciamento de viagens. Ata de registro de preços. Análise jurídica.
PARECER	000438/2023
Ementa	Curso de formação de oficiais. Bombeiro militar. Requisitos para ingresso previstos em lei. Lei estadual nº 6.626/2004. Reserva legal.



Cargo público. Investidura. Via inadequada do decreto regulamentar. Sugestão de encaminhamento de Projeto de lei.

PARECER 000439/2023

Ementa Contrato administrativo. Serviço contínuo. Rescisão amigável. Conveniência administrativa. Artigo 79, II, da Lei nº 8.666/93.

PARECER 000440/2023

Ementa Fixação dos índices percentuais provisórios de distribuição aos municípios das parcelas do pro- duto da arrecadação do ICMS. Art. 3º, § 8º, da Lei complementar federal nº 63/90. Competência do Governador do Estado do Pará. art. 135, v, da constituição estadual.

PARECER 000442/2023

Ementa Pregão eletrônico. Aplicação de penalidades. Recurso hierárquico. Sugestão de conhecimento e improvemento do recurso.

PARECER 000443/2023

Ementa Militar. Auxílio alimentação. Agregação. Licença maternidade.

PARECER 000444/2023

Ementa Programa “Forma Pará”. Bolsas de incentivo à atividade educacional. Regulamentação. Minuta de decreto. Análise jurídica.

PARECER 000445/2023

Ementa Regularização fundiária onerosa. Imóvel com área superior a 1.500 ha. Denominação "Fazenda Tavares". Município de Jacareacanga. Verificação do atendimento dos requisitos da Lei nº 8.879/2019 e Decreto nº 1.190/2020 pelo ITERPA. Necessidade de aprovação da Assembleia Legislativa. Análise de requisitos formais pela PGE. Possibilidade de remessa.



PARECER 000446/2023

Ementa Nomeação e recondução de membros para o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa (CEDPI-PA). Análise jurídica.

PARECER 000447/2023

Ementa Nomeação de membros. Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA/PA). Possibilidade. Análise jurídica.

PARECER 000448/2023

Ementa Contrato de locação. Poder público locatário. Majoração da taxa condominial. Alteração contratual. Termo aditivo.

PARECER 000449/2023

Ementa Junta Comercial do Estado do Pará. Técnicos do registro mercantil. Direito. Pleito de percepção do vencimento-base previsto no art. 11 da Lei estadual nº 9.880/2023. Impossibilidade jurídica.

PARECER 000450/2023

Ementa Exoneração e nomeação de membro do Conselho Estadual de Política Criminal e Penitenciária (CEPCP). Análise jurídica.

PARECER 000451/2023

Ementa Termo de cessão de uso de bem imóvel. Regularidade do instrumento. Interesse público. Observância dos requisitos legais. Possibilidade jurídica.

PARECER 000452/2023

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Faltas graves configuradas. Sugestão de demissão.

PARECER 000453/2023

Ementa Pensão especial. Servidor civil. COVID-19. Beneficiário habilitado. Termo inicial para pagamento. Cálculo. Instrução processual completa. Análise jurídica.



PARECER 000454/2023

Ementa FUNTELOPA. Incorporação de função gratificada. Parecer n. 593/2019-PGE. Art. 468, CLT. Súmula 372/TST.

PARECER 000455/2023

Ementa Termo de cessão de uso onerosa em condições especiais. Bem imóvel da União. Parque da Cidade. Necessidade de ajustes na minuta para melhor resguardo do interesse público.

PARECER 000456/2023

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Fiscalização de contrato. Gerência de Departamento. Desídia. Improbidade administrativa. Valimento. Infrações não configuradas. Insuficiência de provas. Absolvição. Análise jurídica.

PARECER 000457/2023

Ementa Pedido de reconsideração. Pedido de revisão. Ausência de previsão legal. Precedentes desta PGE.

PARECER 000458/2023

Ementa Escola Superior de Advocacia Pública do Estado do Pará - ESAP. Parceria com o Município de Belém, por meio da Procuradoria-Geral do Município. Curso de capacitação para servidores municipais. Viabilidade jurídica.

PARECER 000459/2023

Ementa Termo de compromisso sócio econômico com aporte de recursos. Representante agente ativo a CODEC. Demonstrado o interesse público em promover o atendimento de interesses socioambientais da Comunidade de Barcarena, amparado formalmente no art. 26 da LINDB c/c o artigo 1º da Lei nº 8.602/2018. Reconhecimento de descumprimento das obrigações do termo. Conversão em pecúnia na forma da cláusula 4.3. Autorização a ALUNORTE, a depositar em subconta do Fundo de Desenvolvimento Econômico do Estado do Pará, o valor atualizado do saldo dos recursos do TC, na ordem de



R\$ 164.868.823,00 (cento e sessenta e quatro milhões, oitocentos e sessenta e oito mil, oitocentos e vinte e três reais). Legalidade.

PARECER

000460/2023

Ementa

Pensão especial. Servidor civil. COVID-19. Beneficiário habilitado. Termo inicial para pagamento. Instrução processual completa. Análise jurídica.

PARECER

000461/2023

Ementa

Contrato administrativo. Inexecução. Decisão sancionatória. Recurso. Rito previsto na Lei federal nº 8.666/93. Manifestação da autoridade que proferiu a decisão recorrida sobre possível reconsideração. Posterior remessa dos autos ao Governador do Estado para julgamento de recurso hierárquico. Supressão de fases. Retorno do processo ao órgão de origem.

PARECER

000462/2023

Ementa

Anteprojetos de leis ordinária e complementar. Instituição da política de educação especial para o aluno com transtorno do espectro autista, no âmbito da rede estadual de ensino. Alteração da Lei Complementar nº 7, de 1991. Contratação temporária. Análise jurídica.

PARECER

000463/2023

Ementa

Pedido de cessão. Servidora do Estado do Amapá. Viabilidade jurídica. Procedimento.

PARECER

000464/2023

Ementa

Contrato administrativo. Inexecução. Decisão sancionatória. Recurso. Análise de todos os argumentos de defesa. Contraditório. Ampla defesa. Ausência de argumentos técnicos. Nulidade parcial. Autotutela. Provimento. Retorno do processo à origem para nova decisão. Cautelar de suspensão dos efeitos do contrato. Possibilidade. Rito do recurso hierárquico. Lei 8.666/93.



PARECER 000465/2023

Ementa SECULT E FCP. LCF n. 195/2022. Lei Paulo Gustavo. Execução de recursos emergenciais. Pandemia da COVID-19.

PARECER 000466/2023

Ementa Contrato administrativo. Reajustamento contratual. Marco inicial para a contagem dos 12 (doze) meses exigidos para reajuste do preço contratual. Data do orçamento estimado. Diretriz do Tribunal de Contas da União (TCU). Pagamento retroativo. Mora na execução contratual e efeitos sobre o reajuste.

PARECER 000467/2023

Ementa Tornar sem efeito nomeação. Renúncia da posse. Concurso público C-210. Secretaria de Estado de Planejamento e Administração - SEPLAD

PARECER 000468/2023

Ementa Composição do Tribunal Administrativo de Recursos Fazendários - TARF. Nomeação de membro. Análise jurídica.

PARECER 000469/2023

Ementa Aditivo de prorrogação de contrato. Prestação de serviço de contabilidade. Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável Amazônia Legal. Serviço de caráter contínuo. Análise jurídica.

PARECER 000470/2023

Ementa Projeto de lei. Instituição da Gratificação de Plantão para o Grupo Ocupacional Perícia Técnico-Científica. Necessidade de adequação do plantão noturno. Acréscimo na remuneração correlata. Análise de impacto. Retorno dos autos à SEPLAD, SEGUP e Polícia Científica, em diligências.



PARECER	000471/2023
Ementa	Educação escolar indígena. Contratos temporários. Prorrogação excepcional. Possibilidade.
PARECER	000472/2023
Ementa	Administração pública. Parcerias. Convênios, termos de co-operação técnica e acordos de adesão. Minuta de decreto. Análise jurídica.
PARECER	000473/2023
Ementa	Regime simplificado de apuração e pagamento do ICMS. Indústria extrativa mineral. Substituição da contribuição não compulsória. Lei do FDE. Incremento do regime. Possibilidade.
PARECER	000475/2023
Ementa	Cumprimento de decisão judicial. Perda de cargo público. Interdição para o exercício de cargo público. Efeitos da condenação.
PARECER	000476/2023
Ementa	Pregão eletrônico. Ata de registro de preços. Contrato celebrado por órgão que aderiu à ata. Reajuste contratual. Anualidade do orçamento estimado. Valores devidos. Retroativos à data da celebração do contrato.
PARECER	000477/2023
Ementa	DETRAN. Ex-servidor público. Demissão. Pedido de reconsideração. Conhecimento e indeferimento.
PARECER	000478/2023
Ementa	Policial militar. Oficial. Demissão a pedido. Aprovação em concurso público para cargo civil. Análise jurídica.
PARECER	000479/2023
Ementa	Criação de Unidade de Conservação. Reserva biológica. Proteção integral. Incompatibilidade com atividade agropecuária. Suspensão



da atividade. Atuação conjunta e comum de fiscalização dos entes federativos.

PARECER

000480/2023

Ementa

Projeto de indicação. Dispõe sobre a atividade de capoeira, no âmbito do Estado do Pará e dá outras providências. Inconstitucionalidade parcial. Competência privativa da União para legislar sobre direito do trabalho e educação.

PARECER

000481/2023

Ementa

Análise da aplicação da legislação e jurisprudência sobre o pagamento de hora-extra aos Procuradores Autárquicos e Fundacionais, à luz da Lei estadual nº 5.810/1994 e da Lei estadual nº 9.880/2023. 1. O fato gerador do pagamento da hora-extra é o período em que o servidor fica à disposição da Administração em quantidade superior à da sua jornada habitual. Art. 133 da Lei estadual nº 5.810/94. Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. 2. A Lei estadual nº 9.880/2023 estabelece a prerrogativa de ausência de controle de jornada para os advogados públicos, incluindo os procuradores autárquicos e fundacionais, conforme o inciso II do art. 64 da Lei estadual nº 5.810/1994. 3. Impossibilidade do pagamento de horas-extras aos Procuradores Autárquicos e Fundacionais.

PARECER

000482/2023

Ementa

Procuradores autárquicos. Padrão remuneratório. 40 horas. Decisão judicial. Implementação de lei. Adequação. VPNI.

PARECER

000483/2023

Ementa

Estatuto Social. Fundação de Apoio para o Desenvolvimento da Educação Paraense (FADEP). Homologação via decreto. Análise jurídica.



PARECER 000485/2023

Ementa Termo de permissão de uso de bem imóvel. Regularidade do instrumento. Interesse público. Observância dos requisitos legais. Possibilidade jurídica. Assinatura pelo Exmo. Governador.

PARECER 000486/2023

Ementa Acordo de Cooperação Técnica. SEDUC. Escola Estadual de Ensino Técnico. Vigência expirada. Competência da SECTET. Lei estadual nº 9.104, de 2020. Competência do Governador para autorizar o recebimento, pelo Estado, de imóvel em comodato, mediante o cumprimento de encargo. Autorização para celebração de acordo de cooperação técnica.

PARECER 000487/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Servidor público. Fiscalização de convênio. Absolvição. Análise jurídica.

PARECER 000488/2023

Ementa Minuta de decreto. Alteração do Decreto Estadual n. 734, de 7 de abril de 1992. Instrumento adequado.

PARECER 000489/2023

Ementa Destinação de bem público ao Tribunal de Justiça do Estado. Bem desapropriado no interesse do TJE/PA. Afetação do bem. Possibilidade.

PARECER 000490/2023

Ementa Nomeação e recondução de membros. Conselho Estadual de Trabalho, Emprego e Renda do Estado do Pará (CETERPA). Análise jurídica.

PARECER 000491/2023

Ementa Projeto de indicação. Programa Estadual Incentiva+ Jovem Empreendedor. Necessidade de avaliação complementar.



PARECER 000492/2023

Ementa Tribunal de Justiça do Estado. Acumulação de cargos. Militar da reserva. Cargo em comissão. Teto remuneratório. Tese do STF.

PARECER 000493/2023

Ementa Exoneração e nomeação de membros para o Conselho Estadual de Educação (CEE). Análise jurídica. Possibilidade.

PARECER 000494/2023

Ementa Minuta de decreto. Regulamentação da Lei estadual nº 9.978, de 6 de julho de 2023. Programa Dinheiro na Escola Paraense. Secretaria de Estado de Educação (SEDUC).

PARECER 000495/2023

Ementa Promoção por ato de bravura. Preenchimento dos requisitos formais. Possibilidade.

PARECER 000496/2023

Ementa Exoneração e nomeação de membros do Conselho Estadual de Previdência (CEP). Possibilidade.

PARECER 000497/2023

Ementa Pensão especial. Servidor civil. COVID-19. Termo inicial para pagamento. Instrução processual completa. Análise jurídica.

PARECER 000498/2023

Ementa Ata de registro de preços. Órgão participante. Aquisição de material de consumo (açúcar e café). Requisitos legais. Análise jurídica.

PARECER 000499/2023

Ementa Adesão do Estado do Pará ao pacto pela governança da água. Consonância com o Plano Estadual de Recursos Hídricos. Adequação ao princípio do desenvolvimento sustentável, e a lei estadual n. 6.381, de 25 de julho de 2001, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, e a lei federal nº 9.433/97, que definem que



os planos de recursos hídricos como planos diretores que visam a fundamentar e orientar a implementação da política de recursos hídricos e o gerenciamento dos recursos hídricos. Legalidade.

PARECER

000500/2023

Ementa

Alteração do Decreto estadual nº 2.545/2022. Comitê Estadual de Elaboração do Planejamento Estratégico de longo prazo do Estado do Pará (Comitê Pará 2050). Análise jurídica.

PARECER

000501/2023

Ementa

Termo de permissão de uso de bem imóvel. Regularidade do instrumento. Interesse público. Observância dos requisitos legais. Possibilidade jurídica. Assinatura pelo Exmo. Governador.

PARECER

000502/2023

Ementa

Recurso hierárquico. Aplicação de penalidade. Apresentação de documento falso. Conhecimento e improvimento do recurso interposto. Manutenção da decisão que aplicou multa à empresa.

PARECER

000503/2023

Ementa

Recurso administrativo. Penalidade de suspensão. Prescrição. Conhecimento e deferimento.

PARECER

000505/2023

Ementa

Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Infração disciplinar. Procedimento desidioso. Absolvição.

PARECER

000506/2023

Ementa

Processo Administrativo Disciplinar. Assédio sexual. Prescrição penal. Majorante penal. Vítima menor de idade. Palavra da vítima. Relevância. Valimento. Incontinência pública e conduta escandalosa. Demissão. Análise jurídica.



PARECER	000507/2023
Ementa	Decreto de utilidade pública para fins de desapropriação. Ampliação do prédio sede da Procuradoria-Geral do Estado do Pará. Interesse público. Preenchimento dos requisitos indispensáveis ao ato. Publicação.
PARECER	000508/2023
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). SEDUC. Assédio sexual. Valimento do cargo. Conduta escandalosa na repartição. Demissão.
PARECER	000511/2023
Ementa	Exoneração e nomeação de membro do Conselho Estadual de Meio Ambiente do Pará (COEMA). Possibilidade.
PARECER	000512/2023
Ementa	Exoneração e nomeação de membro para o Conselho Estadual de Educação (CEE). Análise jurídica. Possibilidade.
PARECER	000513/2023
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Servidor público. Ausência de prestação de contas. Não indiciamento. Absolvição. Análise jurídica.
PARECER	000514/2023
Ementa	Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável Amazônia Legal (CAL). Contrato administrativo. Serviço contínuo. Prorrogação de vigência. Termo aditivo.
PARECER	000515/2023
Ementa	Prorrogação de estado de emergência ambiental. Decreto nº 2.887, de 07 de fevereiro de 2023. Análise jurídica.
PARECER	000516/2023
Ementa	Pensão especial militar concedida à esposa. Separação de fato. Pensão por morte concedida à mãe do policial falecido. Beneficiários



da pensão especial e da pensão por morte. Lei estadual nº 5.251/1985. Cônjuge ou companheira, na constância do casamento. Decreto concessivo. Ausência de publicação. Registro da pensão pelo TCE. Ato complexo. Nulidade. Autotutela administrativa. Procedimento invalidador. Análise jurídica.

PARECER 000517/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Prescrição. Incidência. Absolvição.

PARECER 000518/2023

Ementa Contrato administrativo. Aquisição de divisórias. Ata de registro de preços. Carona.

PARECER 000519/2023

Ementa Contrato de empréstimo. Banco do Brasil. Projeto asfalto por todo Pará II. Regularidade contratual.

PARECER 000520/2023

Ementa Carta de intenções. Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal. Presidente. Assembleia geral. Atribuições. BID. Organismo internacional. Legitimidade. Obrigações futuras. Análise jurídica.

PARECER 000521/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Nulidade da decisão proferida pelo Secretário de Estado. Competência do Governador para julgar o PAD. Irregularidades graves objeto de denúncia. Ausência de comunicação formal aos superiores hierárquicos. Procedimento desidioso. Inocorrência. Omissão no dever de reportar irregularidades. Contexto fático que aponta para o descumprimento de deveres funcionais. Falta grave. Suspensão. Análise jurídica.



PARECER	000522/2023
Ementa	Cessão de policial militar para outro Estado da federação. Ônus para o Estado cessionário. Agregação. Possibilidade. Análise jurídica.
PARECER	000525/2023
Ementa	Denúncia. Nepotismo. Aplicação da súmula vinculante n. 13 do STF. Decreto estadual n. 215/2011.
PARECER	000526/2023
Ementa	Prorrogação. Acordo de Cooperação Técnica. Análise jurídica.
PARECER	000527/2023
Ementa	Auxílio funeral. Exercício anterior. Ausência de dotação e crédito próprio. Inexistência de empenho. DEA. Análise de requisitos.
PARECER	000528/2023
Ementa	Minuta de regimento interno. Homologação. Decreto do Chefe do Poder Executivo. Necessidade de ajustes.
PARECER	000529/2023
Ementa	Cumprimento de decisão judicial. Revogação do ato cessão de uso. Análise jurídica.
PARECER	000530/2023
Ementa	Servidor público. Cessão de órgão para empresa estatal, no âmbito do poder executivo. Prorrogação. Decreto estadual nº 795/2020.
PARECER	000531/2023
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Infração disciplinar. Insubordinação. Penalidade. Suspensão. Competência. Chefe do Poder Executivo.



PARECER 000532/2023

Ementa Alteração do Decreto Estadual nº 2.766/2022. Delegação de atribuições ao chefe da Casa Civil. Assinatura de termo de permissão de uso de bem imóvel.

PARECER 000533/2023

Ementa Pleito de percepção do vencimento-base previsto no art. 11 da Lei estadual nº 9.880/2023. IDEFLOR. Técnico em Gestão Ambiental-Direito. Técnico Nível Superior-Direito. ADI 4345/PA. RE nº 1316568. Impossibilidade jurídica.

PARECER 000534/2023

Ementa Projeto de lei. Criação do Programa Dignidade Menstrual nas Escolas, no âmbito da Secretaria de Estado de Educação (SEDUC). Análise jurídica.

PARECER 000535/2023

Ementa Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável Amazônia Legal (CAL). Memorando de entendimento com instituição privada sem fins lucrativos. Análise jurídica da minuta.

PARECER 000536/2023

Ementa Licitação. Inexigibilidade. Contratação de serviços técnicos profissionais especializados de estudos técnicos, planejamento e projetos básicos ou executivos.

PARECER 000537/2023

Ementa Minuta de Acordo de Cooperação Técnica. Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania. Estado do Pará. Análise jurídica.

PARECER 000538/2023

Ementa Pensão especial. Servidor civil. COVID-19. Beneficiário habilitado. Termo inicial para pagamento. Instrução processual completa. Análise jurídica.



PARECER	000539/2023
Ementa	Anteprojeto de lei. Programa de Incentivo à Indicação Geográfica e Marcas Coletivas do Estado do Pará (Programa IG e Marcas Pará). Análise jurídica.
PARECER	000540/2023
Ementa	Proposta de emenda à Constituição Estadual. Polícia científica do Pará (PCEPA). Reorganização administrativa. Iniciativa. Chefe do Poder Executivo. Art. 144 da Constituição Federal. Atividade policial. Atividade pericial. Segurança pública. Porte de arma de fogo. Inconstitucionalidade.
PARECER	000541/2023
Ementa	Averbação de tempo de serviço. Resolução n. 19.276 do TCE/PA. Entendimento desta PGE. (SUPERADO PELO PARECER Nº 000827/2023).
PARECER	000542/2023
Ementa	Bombeiro militar. Conselho de Disciplina. Exclusão a bem da disciplina. Recurso Hierárquico. Conhecimento e não provimento.
PARECER	000543/2023
Ementa	Alteração do Decreto estadual nº 3.119/2023. Regime de tributação monofásica do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) a ser aplicado nas operações com gasolina e etanol anidro combustível. Convênios ICMS nºs 15/2023, 64/2023 e 76/2023. Análise jurídica.
PARECER	000544/2023
Ementa	Alteração do Decreto Estadual nº 4.676/2001. Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e



Intermunicipal e de Comunicação (RICMS-PA). Livro de movimentação de combustíveis (LMC). Análise jurídica.

PARECER

000545/2023

Ementa

Proposta de Decreto. Altera dispositivos do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação ICMS. Análise jurídica.

PARECER

000546/2023

Ementa

Proposta de decreto. Altera dispositivos do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação ICMS, aprovado pelo Decreto nº 4.676, de 18 de junho de 2001. Análise jurídica.

PARECER

000547/2023

Ementa

Projeto de lei autorizadora de operações de crédito externo, com garantia da União. Programa Avança Pará (BIRD). Projeto Descarboniza Pará (PBL/BID).

PARECER

000548/2023

Ementa

Indicação. Política estadual de trabalho com apoio para pessoas com deficiência. Possibilidade de iniciativa parlamentar.

PARECER

000549/2023

Ementa

Minuta de decreto. Altera dispositivos do RICMS/PA, aprovado pelo Decreto estadual nº 4.676/2001. Análise jurídica.

PARECER

000550/2023

Ementa

Pensão especial. Servidor civil. COVID-19. Beneficiário habilitado. Termo inicial para pagamento. Instrução processual completa. Análise jurídica.



PARECER 000551/2023

Ementa Minuta de decreto. Altera dispositivos do RICMS/PA. Dispensa de entrega da Declaração de Informações Econômico-fiscais (DIEF) em situações específicas. Análise jurídica.

PARECER 000552/2023

Ementa Consulta administrativa. Tribunal Administrativo de Recursos Fazendários. ICMS. Antecipação especial. Código de receita 1173. Re 598.677. Tema 456 de repercussão geral. Antecipação sem substituição. Necessidade de previsão em lei ordinária. Impossibilidade de delegação genérica. Orientação aos órgãos de julgamento da Secretaria de Estado da Fazenda.

PARECER 000553/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). SEDUC. Conduta escandalosa na repartição. Demissão.

PARECER 000555/2023

Ementa Disciplinar (PAD). SEDUC. Assédio sexual. Valimento do cargo. Insuficiência de provas. Absolvção.

PARECER 000556/2023

Ementa Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia legal - CAL. Presidência exercida pelo Exmo. Governador do Estado do Pará. Cooperação desta Procuradoria-Geral do Estado. Aplicação da legislação federal acerca de licitações e contratos. Opção pela aplicação das Leis federais nº 8.666/1993, 10.520/2022, Lei complementar 123/2006 e Lei complementar 198/2023. Contratação de operadora de plano de saúde. Regularidade jurídica da fase interna do pregão.

PARECER 000557/2023

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Não observância aos princípios éticos, morais, às leis e regulamentos. Valimento. Demissão.



PARECER 000558/2023

Ementa Desapropriação. Título de concessão real de uso para fins de moradia. Indenização pela perda do direito possessório e pelas benfeitorias por ventura existentes.

PARECER 000559/2023

Ementa Polícia civil. Papiloscopista. Adicional de curso de aperfeiçoamento na área policial. Deferimento.

PARECER 000560/2023

Ementa Decreto que declara situação de emergência Zoossanitária para fins de prevenção de Influenza aviária H5N1 (ADEPARÁ). Decretação de estado de emergência nacional. Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA). Emergência e calamidade. Competência do Chefe do Poder Executivo. Possibilidade.

PARECER 000561/2023

Ementa Exoneração e nomeação de membro da Comissão Gestora Tripartite da Meia Passagem Estudantil Intermunicipal - COGMEP. Análise jurídica.

PARECER 000562/2023

Ementa Projeto de lei. Plano Plurianual (PPA). Quadriênio de 2024-2027. Análise jurídica.

PARECER 000563/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Servidor público. Ausência de documento essencial. Nulidade parcial. Reabertura da instrução processual.

PARECER 000564/2023

Ementa Contrato de prestação de serviços de telefonia móvel. Serviço continuado. Prorrogação da vigência. Regularidade do termo aditivo.



PARECER	000565/2023
Ementa	Exoneração e nomeação de membros. Conselho Estadual de Trânsito. Possibilidade.
PARECER	000566/2023
Ementa	Adicional de titulação. Vantagem restrita aos servidores do quadro da JUCEPA. Procurador autárquico e fundacional. Quadro suplementar. Lei n. 9.880/2023.
PARECER	000567/2023
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). SEDUC. Esquema ilegal de concessão de auxílio natalidade. Desídia. Revelação de segredo. Prescrição. Absolvição.
PARECER	000568/2023
Ementa	Conselho de Justificação. Bombeiro militar. Oficial militar. Transgressão de natureza média. Penalidade de suspensão. Aplicação da lei vigente por ocasião do julgamento. Norma favorável ao acusado. Julgamento pelo Chefe do Poder Executivo. Desnecessidade de remessa ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJEPA).
PARECER	000569/2023
Ementa	Termo aditivo de contrato de cessão de uso de bem imóvel. Regularidade do instrumento. Interesse público. Observância dos requisitos legais. Possibilidade jurídica.
PARECER	000570/2023
Ementa	Minuta de decreto. Alteração do Decreto estadual n. 3.226, de 26 de julho de 2023. Viabilidade jurídica.
PARECER	000571/2023
Ementa	Servidor público. Tempo de serviço prestado em exercício de cargo efetivo municipal. Averbação. Parecer referencial nº 000006/2021-PGE. LCF n. 173/2020. Orientação PGE/PA.



PARECER	000572/2023
Ementa	Pedido de reconsideração. Processo Administrativo Disciplinar. Demissão. Indeferimento.
PARECER	000573/2023
Ementa	Pedido de reconsideração. Processo Administrativo Disciplinar. Sugestão de conhecimento e indeferimento.
PARECER	000574/2023
Ementa	Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Infração disciplinar. Observância aos princípios éticos, morais, às leis e regulamentos. Procedimento desidioso. Absolvição.
PARECER	000575/2023
Ementa	Minuta de decreto. Substituição tributária. Inclusão de mercadorias na lista de mercadorias sujeitas ao regime. Majoração indireta de tributo. Criação de nova relação jurídica. Necessidade de obediência ao princípio da anterioridade.
PARECER	000576/2023
Ementa	Minuta de decreto. Repartição de receitas tributárias. Cota-parte do ICMS destinado aos Municípios. Alteração da forma de cálculo do índice educacional. Necessidade de adequação do Decreto Estadual nº 2.838/2022.
PARECER	000577/2023
Ementa	Nomeação de Membros do Conselho Gestor do Fundo do Trabalho Digno do Pará (CG- FUNTRAD/PA). Possibilidade.
PARECER	000578/2023
Ementa	Nomeação de Membros da Câmara Técnica Interinstitucional de Gestão das Políticas Públicas para as Mulheres no Estado do Pará. Possibilidade.



PARECER 000579/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Marco temporal. Ciência dos fatos pela autoridade competente para instauração do processo disciplinar. Prescrição. Absolvição.

PARECER 000580/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. DETRAN/PA. Inserção de dados falsos em sistema de informação. Revelação de sigilo funcional. Cerceamento de defesa. Nulidade parcial.

PARECER 000581/2023

Ementa Proposta de Decreto. Alteração do Decreto estadual n. 1.665, de 18 de junho de 2021. 1. Competência do Governador do Estado. Reiteração dos termos do Parecer 506/2021. 2. Conteúdo. Dispensa de chamamento. Juridicidade das hipóteses. 3. Minuta regular e aderente ao Manual de Elaboração de Atos Normativos.

PARECER 000582/2023

Ementa Contratação de serviços de publicidade. Lei nº 12.232/2010. Pagamento com recursos orçamentários oriundos de Termo de Execução Descentralizada (TED). Alteração contratual. Termo aditivo.

PARECER 000583/2023

Ementa Servidor público. Percepção cumulativa de gratificação de tempo integral e gratificação de plantão. Possibilidade jurídica.

PARECER 000584/2023

Ementa Unidade de Conservação de Proteção Integral. Criação de Estação Ecológica. Impossibilidade de destinação para fins de regularização fundiária para privados. Requisitos para criação. SNUC. Lei nº 9.985/2000. Estudos técnicos e consulta pública prévios. Atendimento aos requisitos legais.



PARECER	000585/2023
Ementa	Pedido de revisão. Competência para analisar os requisitos de admissibilidade. Procedimento. Análise jurídica.
PARECER	000586/2023
Ementa	Minuta de anteprojeto de lei. Programa de Incentivo ao Cumprimento de Metas da Educação Básica. Programa e Escola que Transforma. Secretaria de Estado de Educação - SEDUC.
PARECER	000587/2023
Ementa	Nomeação e recondução de membros do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (CONSEANS). Análise jurídica.
PARECER	000588/2023
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Prestação de contas. Contas prestadas tardiamente no curso do PAD. Absolvção.
PARECER	000590/2023
Ementa	Desapropriação. Modificações no projeto. Necessidade de alteração de três áreas anteriormente declaradas de utilidade pública e declaração de nova área. Reflexo nos valores do laudo de avaliação. Recomendação da expedição de novo decreto expropriatório. Cláusula revogando o decreto em relação às áreas modificadas.
PARECER	000591/2023
Ementa	Pedido de revisão. Processo administrativo disciplinar. Demissão. Policial civil. Ausência de fato novo. Alegações voltadas para a justiça da decisão. Improcedência.
PARECER	000592/2023
Ementa	Termo de doação com encargos. Prorrogação de vigência. Termo aditivo. Análise jurídica.



PARECER	000593/2023
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Assédio sexual. Prescrição penal. Majorante penal. Aplicação. Nulidade parcial. Conversão do julgamento em diligências. Reabertura da instrução probatória.
PARECER	000594/2023
Ementa	Conselho de Justificação. Oficial da polícia militar. Infrações disciplinares. Ofensa à honra pessoal, pundonor policial militar e decoro de classe. Crimes contra a dignidade sexual de menor. Oficial preso preventivamente. Regularidade do processo disciplinar. Decisão do Chefe do Poder Executivo. Acolhimento do relatório. Remessa dos autos ao Tribunal de Justiça para julgamento.
PARECER	000595/2023
Ementa	Memorando de entendimento. Instrumento de formalização das intenções de colaboração entre o Governo do Estado do Pará e o escritório do enviado especial dos Emirados Árabes Unidos para as mudanças climáticas. Realização da COP 30 em Belém/Pa.
PARECER	000596/2023
Ementa	Aplicação do teto constitucional 100% do subsídio mensal dos ministros do STF. ECE n. 85/2022. Âmbito de aplicação. Servidores do poder judiciário estadual. Não se aplica.
PARECER	000597/2023
Ementa	Minuta de decreto. Ativação de Companhia Independente. Alteração do Decreto estadual n. 1.017, de 4 de abril de 2014. Viabilidade de edição do ato.
PARECER	000598/2023
Ementa	Minuta de decreto. Alteração do Decreto estadual n. 1.178, de 12 de agosto de 2008. Viabilidade de edição do ato.



PARECER	000599/2023
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar Simplificado (PADS). Acumulação de cargos públicos. Suboficial militar federal. Reserva remunerada. Professor civil estadual. Incidência da Lei federal nº 6.880/1980. Interpretação do Tribunal de Contas da União. Situação fática consolidada. Segurança jurídica. Precedentes no âmbito da União.
PARECER	000600/2023
Ementa	Pleito de percepção do vencimento-base previsto no art. 11 da Lei estadual n. 9.880/2023. Advogado. Técnico nível superior. Advogado. Extinta FTERPA. Possibilidade jurídica.
PARECER	000601/2023
Ementa	Servidor público. Ex-investigador de polícia civil. Demissão. Pedido de revisão. Sentença penal absolutória. Insuficiência de provas. Fato novo incapaz de justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada. Improcedência.
PARECER	000604/2023
Ementa	Anteprojeto de lei. Alteração da Lei estadual nº 9.661/2022. Reestruturação organizacional da Casa Militar da Governadoria do Estado do Pará.
PARECER	000605/2023
Ementa	Polícia militar estadual. Promoção de oficiais do dia 25 de setembro 2023. Antiguidade e merecimento. Minuta de decreto. Análise jurídica.
PARECER	000606/2023
Ementa	Consulta tributária. Hipótese de incidência do ICMS. Transferência de mercadoria entre estabelecimentos do mesmo titular. ADC 49. Modulação de efeitos. Marcos temporais a serem observados pela SEFA. Abrangência da modulação.



PARECER 000607/2023

Ementa Exoneração e nomeação de membro do Conselho Estadual Penitenciário (COPEN). Análise jurídica.

PARECER 000608/2023

Ementa Cumprimento de decisão judicial. Perda de cargo público. Efeitos da condenação.

PARECER 000609/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Pedido de sobrestamento. Independência entre as instâncias penal e administrativa. Indeferimento do pedido. Necessidade de indicação, pela comissão processante, da penalidade a ser aplicada.

PARECER 000610/2023

Ementa Polícia Científica do Pará. Perito oficial de natureza criminal. Solicitação de porte de arma de fogo institucional. Possibilidade jurídica.

PARECER 000611/2023

Ementa Acordo de Cooperação Técnica. Disponibilização do Sistema de Cadastro e Regularização Fundiária (SICARF). Ferramenta tecnológica para desempenho das ações de regularização fundiária a nível Federal. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA). Secretaria de Governança Fundiária, Desenvolvimento Territorial e Socioambiental (SFDT). Estado do Pará. Instituto de Terras do Pará (ITERPA). Análise prévia de minuta. Necessidade de aprovação do termo de referência e avaliação das sugestões apresentadas.

PARECER 000612/2023

Ementa Bombeiros militares. Promoção de oficiais do dia 25 de setembro de 2023. Critérios de antiguidade e merecimento. Minuta de decreto.



PARECER	000613/2023
Ementa	Contrato Administrativo. Inexecução. Decisão sancionatória objeto de reconsideração parcial. Interessado não renovou as razões recursais. Esgotamento do prazo para manifestação. Exame do recurso como hierárquico, em atenção à ampla defesa. Desprovemento.
PARECER	000614/2023
Ementa	Termo de Cooperação Técnica. Estado do Pará, Procuradoria-Geral do Estado, Secretaria de Estado de Saúde, Defensoria Pública do Estado, Município de Belém, Procuradoria-Geral do Município, Secretaria Municipal de Saúde e União Federal, Defensoria Pública da União. Câmara de Resolução de Demandas de Saúde - CRDS. Análise da minuta.
PARECER	000615/2023
Ementa	Decreto estadual. Reestrutura o Conselho Estadual de Política de Promoção da Igualdade Racial (CONEPPIR). Alterações sugeridas.
PARECER	000616/2023
Ementa	Nomeação de membros do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CEDPD/PA). Possibilidade.
PARECER	000617/2023
Ementa	Fixação dos índices percentuais de distribuição aos municípios das parcelas do produto da arrecadação do ICMS. Art. 3º, § 8º, da Lei complementar federal nº 63/90. Competência do Governador do Estado do Pará. Art. 135, V, da Constituição Estadual.
PARECER	000618/2023
Ementa	Polícia militar. PADS. Licenciamento a bem da disciplina. Recurso de revisão. Requisitos de admissibilidade. Não conhecimento.



PARECER	000619/2023
Ementa	Anteprojeto de lei complementar. Alteração da Lei complementar estadual nº 94/2014. Gratificação pelo exercício de direção de polícia judiciária. Delegados de polícia civil.
PARECER	000620/2023
Ementa	Contrato de cessão de uso de bem imóvel. Regularidade do instrumento. Interesse público. Observância dos requisitos legais. Possibilidade jurídica.
PARECER	000621/2023
Ementa	Lei nova. Irretroatividade. Norma processual. Aplicação imediata aos processos em curso.
PARECER	000622/2023
Ementa	Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Denúncia de estupro de vulnerável. Ato praticado na esfera privada. Reflexo na vida funcional. Prescrição afastada. Instrução probatória deficiente. Nulidade parcial. Conversão do julgamento em diligência.
PARECER	000624/2023
Ementa	Minuta de decreto que regulamenta a Lei nº 9.986/2023, que institui os critérios de mérito e de desempenho para investidura na função de diretor e vice-diretor das unidades escolares da rede pública estadual.
PARECER	000625/2023
Ementa	Despachantes estaduais e seus ajudantes. Pensionistas da Lei Estadual nº 4.809/1978. Gratificação de produtividade. Lei Estadual nº 9.156/2020. Decreto nº 1.418/2021. Decréscimo da vantagem. Anulação do ato pela Administração. Lei Estadual nº. 8.972/2020. Boa-fé. Contraditório.



PARECER	000626/2023
Ementa	Servidores não titulares de cargo efetivo. Regime de aposentadoria. Abono de permanência. Plano de carreira, cargos e remuneração (PCCR).
PARECER	000627/2023
Ementa	Policiais federais e policiais rodoviários federais. Ingresso nos quadros da Polícia civil do Estado do Pará após a entrada em vigor da Emenda Constitucional Estadual n. 77, de 23 de dezembro de 2019. Tratamento previdenciário. Integralidade e paridade. Impossibilidade.
PARECER	000628/2023
Ementa	Decreto estadual. Sistema de Registro de Preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública Estadual Direta, Autárquica e Fundacional.
PARECER	000629/2023
Ementa	Minuta de Decreto. Serviços locais de gás canalizado. Questão prejudicial. Necessidade de adequação. Serviço público. Exploração direta. Concessão. Regulamentação. Viabilidade de edição do ato.
PARECER	000630/2023
Ementa	Operação de crédito interna com garantia da União. Caixa Econômica Federal. Projeto de investimentos em infraestrutura rodoviária (INFRAESTRUTURA POR TODO PARÁ). Parecer padrão do Manual para Instrução de Pleitos da Secretaria do Tesouro Nacional.
PARECER	000631/2023
Ementa	Promoção por ato de bravura. Preenchimento dos requisitos formais. Possibilidade.



PARECER	000633/2023
Ementa	Projeto de lei que cria a Secretaria de Estado de Articulação da Cidadania (SEAC), altera a Lei nº 9.771/2022, que dispõe sobre a Política Pública Territórios Pela Paz (TERPAZ) e revoga a Lei estadual nº 9.045/2020, que criou a SEAC. Secretaria Estratégica extinta e criada Secretaria Executiva. Ampliação dos instrumentos da política TERPAZ.
PARECER	000634/2023
Ementa	Minuta de decreto. Conselho Estadual de Direitos Humanos. Regimento interno. Homologação. Inviabilidade jurídica. Regulamentação. Organização e funcionamento. Competência. Viabilidade de edição do ato.
PARECER	000635/2023
Ementa	Transporte ferroviário. Exploração sob regime jurídico de Direito Privado. Autorização. Minuta de contrato de adesão. Análise de propostas de alteração formuladas em consulta pública.
PARECER	000636/2023
Ementa	Memorando de entendimento. Instrumento de formalização das intenções de colaboração entre o Governo do Estado do Pará e AIRBNB Plataforma Digital LTDA. COP 30 em Belém/Pa.
PARECER	000637/2023
Ementa	Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Valimento. Lesão aos cofres públicos. Demissão.
PARECER	000638/2023
Ementa	Pedido de reconsideração. Recebimento como recurso. Intempestividade. Não conhecimento. Adesão à ata de registro de preços por órgão não participante. Aceite do fornecedor condicionado ao prazo de validade da proposta. Aplicação de penalidade. Revisão de ofício. Revogação do ato.



PARECER	000639/2023
Ementa	Minuta de decreto que regulamenta a Lei nº 9.986/2023, que institui os critérios de mérito e de desempenho para investidura na função de diretor e vice-diretor das unidades escolares da rede pública estadual.
PARECER	000640/2023
Ementa	Minuta de decreto. Regulamenta a Lei estadual nº 9.665, de 19 de julho de 2022, que institui a Política de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura no Estado do Pará. Análise jurídica.
PARECER	000641/2023
Ementa	Operação de crédito interna com garantia da União. Asfalto por todo o Pará – 3ª etapa. Itaú e Santander. Análise jurídica da minuta do contrato de financiamento.
PARECER	000642/2023
Ementa	Operação de crédito interna com garantia da União. Infraestrutura por todo o Pará - 1ª etapa. Itaú e Santander. Análise jurídica da minuta do contrato de financiamento.
PARECER	000643/2023
Ementa	Contrato de locação de imóvel. Poder público locatário. Prorrogação de vigência. Termo aditivo.
PARECER	000644/2023
Ementa	Minuta de edital de licitação de concessão Florestal na Floresta Estadual (FLOTA) do Paru. Adequação. Análise jurídica.
PARECER	000645/2023
Ementa	Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Estupro de vulnerável. Prescrição afastada. Instrução probatória deficiente. Nulidade parcial. Conversão do julgamento em diligência.



PARECER	000646/2023
Ementa	Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável Amazônia Legal (CAL). Ajuste com instituição privada sem fins lucrativos. Intermediação para instalação de HUB em evento internacional. Instrumento jurídico adequado.
PARECER	000648/2023
Ementa	Pensão especial. Servidor Civil. Falecimento em decorrência de acidente em serviço. Beneficiário habilitado. Termo inicial para pagamento. Cálculo. Instrução processual completa. Análise jurídica.
PARECER	000649/2023
Ementa	Anteprojeto de lei. Lei Orçamentária Anual (LOA). Exercício de 2024.
PARECER	000650/2023
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Ex-servidores públicos efetivos, comissionados e temporários. Infração disciplinar. Violação aos preceitos morais, éticos, às leis e regulamentos. Praticar ato lesivo ao patrimônio estadual. Valimento. Prescrição. Tipos penais. Peculato. Falsidade ideológica. Prevaricação. Modificação ou pagamento irregular em contrato administrativo. Penalidades. Demissão. Destituição do cargo em comissão.
PARECER	000651/2023
Ementa	Alteração do Decreto Estadual nº 1.935/2017. Gratuidade em transporte intermunicipal de passageiros para policiais penais em serviço. Isenção tarifária.
PARECER	000652/2023
Ementa	Minuta de Decreto. Reestruturação do Conselho Estadual da Diversidade Sexual. Secretaria de Estado de Igualdade Racial e Direitos Humanos (SEIRDH). Revogação do Decreto Estadual nº 1.238, de 02 de setembro de 2008.



PARECER 000653/2023

Ementa Minuta de decreto que dispõe sobre o Núcleo Permanente de Acompanhamento do Plano Estadual Amazônia Agora (NPAA). Minuta de decreto de designação de integrantes.

PARECER 000654/2023

Ementa Projeto de Lei autorizadora de operações de crédito interno, com ou sem garantia da união. Plano de investimento COP 30 e outros projetos multisetoriais e estruturantes.

PARECER 000655/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Peculato. Ausência de Materialidade de autoria. Absolvição. Outras infrações. Prescrição.

PARECER 000656/2023

Ementa Minuta de decreto. Homologação da Resolução nº 01/2023. Viabilidade jurídica.

PARECER 000657/2023

Ementa Projeto de Lei que concede reajuste aos servidores da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará (ADEPARÁ).

PARECER 000658/2023

Ementa Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável Amazônia Legal (CAL). Contratação de operadora de plano de saúde. Licitação deserta. Dispensa. Requisitos.

PARECER 000659/2023

Ementa Decreto de utilidade pública para fins de desapropriação. Obras de drenagem do igarapé do toras. Documentos indispensáveis para expedição do decreto de utilidade pública. Preenchimento dos requisitos indispensáveis ao ato. Publicação.



PARECER	000661/2023
Ementa	Nomeação e recondução de membros. Conselho Estadual de Trânsito. Análise jurídica.
PARECER	000663/2023
Ementa	Exoneração e nomeação de membros. Conselho Fiscal da Fundação Carlos Gomes FCG. Possibilidade.
PARECER	000664/2023
Ementa	Pensão especial. Servidor civil. COVID-19. Ausência de nexo causal. Servidor afastado de suas atribuições. Instrução processual completa. Análise jurídica.
PARECER	000655/2023
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Peculato. Ausência de Materialidade de autoria. Absolvição. Outras infrações. Prescrição.
PARECER	000665/2023
Ementa	Nomeação e recondução de membros da comissão gestora tripartite da meia passagem estudantil intermunicipal. Análise jurídica.
PARECER	000666/2023
Ementa	Abono de permanência. Aposentadoria especial. Magistério.
PARECER	000667/2023
Ementa	Decreto Estadual. Câmara de Resolução de Demandas de Saúde (CRDS).
PARECER	000668/2023
Ementa	Projeto de indicação. Instalação de sistema de alimentação de emergência para o suprimento de energia elétrica nos estabelecimentos de assistência à saúde, públicos e privados.



PARECER

000669/2023

Ementa

Conselho Estadual de Segurança Pública (CONSEP). Homologação de resolução. Resolução nº 469/2023-consep. Alteração da resolução nº 185/2012-CONSEP. Aprova a delimitação circunscricional das Regiões Integradas de Segurança Pública (RISP), no Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (SIEDS).

PARECER

000671/2023

Ementa

Termo de cessão de bem imóvel. Pessoa jurídica. Cessão a título gratuito para finalidade específica. Possibilidade. Departamento de Trânsito do Estado do Pará.

PARECER

000672/2023

Ementa

Companhia de Gás do Pará. Interpretação do art. 28, § 5º da constituição estadual. Publicação de autorizações administrativas no diário oficial do estado.

PARECER

000673/2023

Ementa

Termo de cessão de uso de bem imóvel ao Município de Viseu. Implantação da secretaria municipal da mulher. Regularidade do instrumento. Interesse público. Observância dos requisitos legais. Possibilidade Jurídica.

PARECER

000674/2023

Ementa

Desapropriação. Imóvel urbano. Documentos indispensáveis para expedição do decreto de utilidade pública. Necessidade de melhor instrução do feito.

PARECER

000675/2023

Ementa

Termo de adesão. Plano Brasil Sem Fome. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN). Análise jurídica.



PARECER 000676/2023

Ementa Concessão florestal. UMF'S 5 a e 6 a Flota Paru. Licitação. Concorrência. Fase interna. Lei 11.284/2006. Lei nº 14.133/2023. Análise jurídica dos instrumentos da licitação.

PARECER 000677/2023

Ementa Nomeação de vogais e suplentes. Presidente e vice presidente. Da Junta Comercial do Estado do Pará. Análise jurídica.

PARECER 000678/2023

Ementa Nomeação de membros para o Conselho Estadual de Cultura. Análise jurídica.

PARECER 000679/2023

Ementa Promoção por tempo de serviço. Oficial do Corpo de Bombeiros Militar. Requisitos da Lei Estadual nº 8.388/2016. Análise jurídica.

PARECER 000680/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Ausência de bom gerenciamento escolar. Ausência de prestação de contas. Procedimento desidioso. Demissão.

PARECER 000681/2023

Ementa Nomeação de membros do Conselho Gestor do Fundo do Trabalho Digno do Pará- CG- FUNTRAD/PA. Possibilidade.

PARECER 000682/2023

Ementa Exoneração e nomeação de membro do Conselho Estadual de Política Criminal e Penitenciária (CEPCP). Análise jurídica.

PARECER 000683/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). SEDUC. Assédio sexual. Conduta escandalosa na repartição. Palavra da vítima. Parecer nº



645/2023-PGE. Instrução probatória deficiente. Nulidade parcial. Conversão do julgamento em diligência.

PARECER

000684/2023

Ementa

Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Estupro de vulnerável. Prescrição penal. Decisão judicial penal condenatória transitada em julgado. Atos da vida privada. Reflexo na vida funcional. Incontinência pública. Demissão

PARECER

000685/2023

Ementa

União (Comando do Exército). Estado do Pará (SEDUC). Colégio Militar de Belém. Minuta de termo de cooperação. Análise do instrumento. Lei 14.133/2023. Decreto federal nº 11.531/2023. Decreto Estadual nº 3.302/2023.

PARECER

000686/2023

Ementa

Processo Administrativo Disciplinar. Secretaria de Estado de Educação. Incapacidade para responder ao procedimento disciplinar. Prescrição. Absolvição.

PARECER

000687/2023

Ementa

Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Assédio sexual. Valimento. Incontinência pública. Demissão.

PARECER

000688/2023

Ementa

Anteprojeto de Lei. Alteração da Lei Estadual nº 8.967/2019. Programa sua casa. Ampliação de escopo. Programa sua casa estudante (BORA TRABALHAR). Iniciativa. Competência do chefe do poder executivo.

PARECER

000689/2023

Ementa

Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável Amazônia Legal (CAL). Análise de termo de colaboração com IPAM. Intermediação para instalação de HUB em evento internacional.



PARECER

000690/2023

Ementa

Anteprojeto de Lei. Abertura de crédito especial. Fundação Escola do Poder Legislativo do Estado do Pará (FELEPA). Requisitos. Autorização legislativa. Iniciativa. Competência do chefe do poder executivo. Plano plurianual. Existência de recursos disponíveis. Exposição justificada.

PARECER

000691/2023

Ementa

Minuta de decreto. Diretrizes e critérios para a promoção do desenvolvimento sustentável nas licitações e contratações realizadas, no âmbito da administração pública estadual, nos termos da lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Sugestões para avaliação dos órgãos interessados.

PARECER

000692/2023

Ementa

Operação de crédito interna com garantia da união. Caixa Econômica Federal. Projeto de investimentos em infraestrutura rodoviária (Infraestrutura por todo Pará). Análise da minuta do contrato de empréstimo. Recomendação de ajustes.

PARECER

000693/2023

Ementa

Projeto de Lei. Alteração de metas fiscais. Lei nº 9.649/2022 (LDO/2023). Ausência de óbices jurídicos.

PARECER

000694/2023

Ementa

União. MIRD. CAL. Minuta de acordo de cooperação técnica. Análise do instrumento. Lei 14.133/2023. Decreto federal nº 11.531/2023.

PARECER

000695/2023

Ementa

Minuta de Decreto. Alteração do anexo único do Decreto Estadual nº 2.193, de 24 de fevereiro de 2022. Viabilidade jurídica.



PARECER	000696/2023
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Servidor público. Prescrição afastada. Ausência de provas. Absolvição.
PARECER	000697/2023
Ementa	Anteprojeto de Lei. Institui o projeto valoriza territórios sustentáveis (Valoriza TS), no âmbito do Programa de atuação integrada para territórios sustentáveis do estado do Pará, e cria o Fundo de subvenção do projeto valoriza territórios sustentáveis (Fundo - Valoriza TS).
PARECER	000698/2023
Ementa	Curso de habilitação de oficiais. Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará. Promoção. Minuta de decreto.
PARECER	000700/2023
Ementa	Valimento do cargo. Crime contra a ordem tributária. Prova emprestada. Prescrição penal. Demissão.
PARECER	000701/2023
Ementa	PAD. Procedimento desidioso. Prescrição. Não configuração. Absolvição.
PARECER	000702/2023
Ementa	Pagamento de jetons. Conselheiros fiscais do Consórcio da Amazônia legal. Possibilidade através de ato normativo interno. Observância ao rito disposto no art. 33, §1º do estatuto.
PARECER	000703/2023
Ementa	Furto de bem público móvel. Reparação de danos ao erário por agente público. Aplicação da LEPA e do Decreto Estadual nº 1.528/2021. Sindicância ou auditoria prévia. PARD. Termo circunstanciado administrativo.



PARECER	000704/2023
Ementa	Adicional de titulação. Vantagem restrita aos servidores do quadro da JUCEPA. Lei nº 9.625/2022.
PARECER	000705/2023
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Violação aos preceitos morais, éticos, às leis e regulamentos. Suspensão. Prescrição. Absolvição.
PARECER	000706/2023
Ementa	Minuta de Decreto Estadual. Regulamentação da consulta prévia, livre e informada em licenciamentos ambientais no estado do Pará. Análise jurídica.
PARECER	000707/2023
Ementa	Servidor público. Técnico advogado. Quadro suplementar. Vencimento-base. art. 11 da Lei Estadual nº 9.880/2023.
PARECER	000708/2023
Ementa	Projeto de Lei que altera as Leis nº 4.491/1973 e 5.810/1994 e Decreto nº 2.071/2006. Consignação em folha de pagamento de servidores e militares. Necessidade de decreto para alterar ato de mesma estatura. Sugestão de reanálise do Projeto de Lei e da minuta de Decreto. Definições. Ausência de análise técnica, jurídica e justificativas. Oitiva da SEPLAD para complementação da instrução.
PARECER	000709/2023
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Conduta escandalosa na repartição. Excesso da conduta. Indisciplina. Demissão.
PARECER	000710/2023



Ementa Servidor Público Estadual. Desligamento. Verbas rescisórias. Teto Constitucional. Base de Cálculo. Parcelas indenizatórias. Jurisprudência STF. Repercussão geral do tema 975/STF. Parecer nº 62/2021-PGE.

PARECER 000711/2023

Ementa Aditivo contratual. Reajuste e troca de automóvel. Análise jurídica.

PARECER 000712/2023

Ementa Minuta de Decreto. Regime tributário diferenciado para operações com BIODIESEL B100. Inclusão de obrigações acessórias. Internalização do convênio ICMS 62/2023.

PARECER 000713/2023

Ementa Regularização fundiária. Modalidade alienação onerosa. Requisitos preenchidos sob a inteligência do Decreto Estadual nº 1.190/2020 e art. 10 c/c § 2º, art. 27, da Lei Estadual 8.878/2019. Conversão do título provisório em título definitivo. Necessidade de regularização de CAR e PRA. Confirmação pela área técnica do ITERPA de que não se trata de fracionamento da área. Obrigação de promover a regularização ambiental do imóvel. Imposição da obrigação em cláusula resolutiva. Indispensável a autorização da Assembleia Legislativa. Área superior a 1.500HA.

PARECER 000714/2023

Ementa Exoneração e nomeação. Conselho diretor da Fundação Carlos Gomes. Possibilidade.

PARECER 000715/2023

Ementa PARD. Procedimento Administrativo de Reparação de Danos. Acidente de trânsito. Juízo de admissibilidade. LEPA. Decreto Estadual nº 1.528/2021.

PARECER 000716/2023



Ementa	Minuta de Decreto. Benefício fiscal. Isenção. Aceleradores lineares de partículas. Autorização do CONFAZ. Convênio ICMS 66/2019, com alterações do convênio ICMS 51/21. Observância dos estritos termos da autorização nacional. Estimativa de impacto orçamentário-financeiro já realizada. Constitucionalidade da minuta.
PARECER	000718/2023
Ementa	Minuta de Decreto. Criação do grupo de trabalho interinstitucional para construção do programa de integridade e desenvolvimento da cadeia produtiva da pecuária de bovídeos do estado do Pará.
PARECER	000719/2023
Ementa	Projeto de indicação. Sugestão de instituição da Política Estadual de Conscientização e Incentivo à Doação e Transplante de Órgãos e Tecidos. Competência da Procuradoria-Geral do Estado para auxiliar os gestores na elaboração de Políticas Públicas.
PARECER	000720/2023
Ementa	Anteprojeto de Lei. Alteração da Lei Estadual nº 8.444, de 06 de dezembro de 2016, que instituiu o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos do Estado do Pará e criou o Conselho de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos.
PARECER	000721/2023
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Empréstimo obtido por servidor público junto ao Fundo Esperança. Lei Estadual nº 9.032/2020. Suposta infração aos artigos 178, VII, e 190, XIV, da Lei Estadual nº 5.810/94. Absolução.
PARECER	000722/2023
Ementa	Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável Amazônia Legal (CAL). Contrato administrativo. Serviço contínuo. Prorrogação de vigência. Termo aditivo.
PARECER	000723/2023



Ementa	Análise de minuta de aditivo contratual. Contrato de empréstimo firmado entre o Estado do Pará e o banco Santander S/A e Itaú Unibanco S/A. Asfalto por Todo Pará 3ª etapa. Primeiro termo aditivo. Regularidade e legalidade das cláusulas aditadas.
PARECER	000724/2023
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP). Demissão.
PARECER	000725/2023
Ementa	Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará. Licitação pública. Sistema de Registro de Preços (SRP). Serviços comuns de natureza contínua.
PARECER	000726/2023
Ementa	Alteração do Decreto Estadual nº 2.622, de 15 de setembro de 2022. Permissão de uso de equipamentos desportivos integrantes do patrimônio da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer. Acrescenta anexo III. Viabilidade jurídica.
PARECER	000727/2023
Ementa	Proposta de Decreto. Retenção na fonte do imposto de renda referente aos pagamentos efetuados à Pessoa Física ou Jurídica pelos Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual.
PARECER	000728/2023
Ementa	Pensão especial. Servidor civil. Covid-19. Beneficiário habilitado. Termo inicial para pagamento. Cálculo. Instrução processual completa. Análise jurídica.
PARECER	000729/2023
Ementa	Pensão especial. Servidor civil. Covid-19. Termo inicial para pagamento. Instrução processual incompleta. Análise jurídica.



PARECER	000730/2023
Ementa	Exoneração e nomeação de membros. Conselho Fiscal da Fundação Carlos Gomes FCG. Errata. Incorreção de nomes. Possibilidade.
PARECER	000731/2023
Ementa	Minutas de Decreto. Lei Complementar nº 192/2022. Regime monofásico do ICMS. Art. 155, § 2º, XII, h, da Constituição Federal. Alterações do convênio ICMS nº 199/2022. Internalização. Elevação de alíquota. Art. 155, § 4º, IV, da Constituição Federal. Definição mediante deliberação dos Estados por ato infralegal. Necessidade de observância ao Princípio da Anterioridade Anual e Nonagesimal.
PARECER	000732/2023
Ementa	Projetos de Lei. Reestruturação da Agência Estadual de Regulação e Controle de Serviços Públicos (ARCON/PA). Alteração das Leis nº 6.099/1997, nº 5.922/1995, nº 8.027/2014, nº 8.096/2015, nº 8.470/2017, nº 8.906/2019, nº 9.056/2020, nº 9.210/2021 e nº 9.219/2021. Criação da Agência de Regulação e Controle dos Serviços Públicos de Transporte do Estado do Pará (ARTRAN/PA).
PARECER	000733/2023
Ementa	Decreto de utilidade pública para fins de desapropriação. Interesse público. Documentos indispensáveis para expedição do decreto. Preenchimento dos requisitos indispensáveis ao ato. Publicação.
PARECER	000734/2023
Ementa	Módulo de Inteligência Territorial. Compartilhamento de dados. Lei Geral de Proteção de Dados LGPD. Análise jurídica.
PARECER	000735/2023
Ementa	SEMAS. Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD. Lei de Acesso à Informação. SIMLAM-PÚBLICO. Tratamento de dados pessoais.
PARECER	000736/2023



Ementa Projeto de Lei. Abertura de crédito suplementar para despesa com publicidade. Inteligência do art. 204, § 15, da Constituição Estadual. Necessária observância do art. 167, inciso V, da Constituição Federal.

PARECER 000737/2023

Ementa Desapropriação. Decreto de utilidade pública para ampliação da sede do TCM. Documentos indispensáveis para expedição do Decreto de Utilidade Pública. Possibilidade.

PARECER 000738/2023

Ementa Parecer complementar. Averbação de Tempo de Serviço. Guarda municipal. Órgão de segurança pública. ADPF 995/DF. LC nº 191/2022.

PARECER 000739/2023

Ementa Nomeação de membro para o Conselho Estadual de Educação (CEE). Análise jurídica. Possibilidade.

PARECER 000740/2023

Ementa Exoneração e nomeação de membro do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA/PA). Análise jurídica.

PARECER 000741/2023

Ementa Operação de crédito interna com garantia da União. Caixa Econômica Federal. Projeto de investimentos em infraestrutura rodoviária (Infraestrutura por Todo Pará). Análise da minuta do contrato de empréstimo. Parecer complementar ao Parecer nº 692/2023/PGE/PA.

PARECER 000742/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). SEDUC. Assédio Sexual. Valimento do Cargo. Insuficiência de provas. Absolvição.



PARECER	000743/2023
Ementa	Pregão eletrônico. Contratação de empresa especializada nos serviços de locação, implantação e manutenção de Sistema Integrado de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Aprovação da minuta de edital pela assessoria jurídica (art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93).
PARECER	000744/2023
Ementa	Empresa estatal. Empregado público. Aposentadoria compulsória. Emenda constitucional nº 103/2019. Interpretação controvertida. Linha de entendimento mais condizente com a segurança jurídica, nesta oportunidade.
PARECER	000745/2023
Ementa	IRRF. Retenção. Nota fiscal de serviços. Fornecimento de vale combustível. Base de cálculo. Taxa de administração ou corretagem. Comissão zero. Comprovação. Impossibilidade de retenção
PARECER	000746/2023
Ementa	Minuta de Decreto. Conselho Estadual de Segurança Pública. Homologação da Resolução nº 467/2023.
PARECER	000747/2023
Ementa	Emenda Constitucional nº 103/2019 (Reforma da Previdência). Empregado Público. Aposentadoria voluntária. Extinção do Contrato de Trabalho. Pagamento de indenização com base em Acordo Coletivo de Trabalho já expirado. Impossibilidade Jurídica. Ausência do dever de indenizar, conforme Parecer nº 000801/2022-PGE.
PARECER	000748/2023
Ementa	Minuta de Decreto. Projeto Valoriza Territórios Sustentáveis (Valoriza TS).



PARECER	000749/2023
Ementa	Minuta de Projeto de Lei que altera a Lei Estadual nº 6.017/96. Isenção de IPVA para Veículos de Transporte Coletivo que operam o Sistema Integrado de Transporte Público Coletivo de Passageiros de Belém. Constitucionalidade Material e Formal da Minuta.
PARECER	000750/2023
Ementa	Minuta de Decreto. Benefício Fiscal. Isenção. Bens destinados ao Ativo Imobilizado da Rede Hoteleira. Implementação de Estrutura para Atendimento à COP30. Autorização do Confaz Através do Convênio ICMS 153/2023. Observância dos estritos termos da autorização nacional. Estimativa de impacto Orçamentário-financeiro já realizada. Constitucionalidade da minuta.
PARECER	000751/2023
Ementa	Minuta de Decreto que estabelece normas e procedimentos a serem adotados pelos Órgãos e Entidades da Administração Estadual para o encerramento anual da execução orçamentária, financeira, contábil e patrimonial do exercício financeiro de 2023.
PARECER	000752/2023
Ementa	Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Fundo rotativo. Supostas irregularidades na prestação de contas. Pendências consideradas solucionadas no decorrer do PAD. Infrações disciplinares não configuradas. Absolução.
PARECER	000753/2023
Ementa	Anteprojeto de Lei Complementar. Instituição de Microrregiões de Águas e Esgoto do Pará (MRAE). Estrutura de governança.
PARECER	000754/2023
Ementa	Bombeiro militar. Pedido de revisão. Necessidade de apreciação. Promoção em ressarcimento de preterição. Normas aplicáveis. Requisitos. Reversão ao serviço ativo. Efeitos. Não incidência do art. 134 da Lei estadual n. 5.251/1985. Mudança de paradigma.



Superação da tese firmada no Parecer n. 359/2019. Inspeção anual de saúde. Art. 111 da Lei Estadual n. 5.251/1985 (revogado). Efeitos.

(REVISÃO DO PARECER Nº 000359/2019).

PARECER

000755/2023

Ementa

Retorno de Minuta. Parecer complementar. Possibilidade de prosseguimento da minuta.

PARECER

000756/2023

Ementa

Minutas de Projeto de Lei e Decreto. Alteração da Lei Estadual nº 9.198/2021 e Decreto nº 1.554/2021. Projeto Habitacional de Segurança Pública do Estado do Pará.

PARECER

000757/2023

Ementa

Decreto Estadual. Condecoração Deputado Paulo Fonteles de Defesa dos Direitos Humanos. Competência do Chefe do Poder Executivo.

PARECER

000758/2023

Ementa

Minuta de Decreto. Reentrada de parecer. Acolhimento das recomendações da PGE e esclarecimento de pontos obscuros. Possibilidade de prosseguimento.

PARECER

000759/2023

Ementa

Minuta de Decreto. Obrigações acessórias. Pedido de autorização para impressão de documentos fiscais. Dispensa de pedido para setores de energia elétrica, comunicação e telecomunicação. Convênio ICMS nº 115/03. Necessidade de restringir a dispensa. Exigência de regime especial. Constitucionalidade e legalidade da minuta.

PARECER

000760/2023

Ementa

Reentrada de processo. Inclusão de benefício fiscal. Aceleradores lineares de partículas. Alteração do termo inicial do benefício.



PARECER	000761/2023
Ementa	Servidores Públicos. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Prescrição. Absolvição.
PARECER	000762/2023
Ementa	Pedido de reconsideração. Pleito de percepção do vencimento-base previsto no art. 11 da Lei Estadual n. 9.880/2023. Técnico em Gestão Ambiental - Direito. Distinção técnico nível superior - advogado. Indeferimento.
PARECER	000763/2023
Ementa	Minuta de Decreto. Antecipação sem substituição. ICMS antecipado normal do art. 107 do anexo I do RICMS/PA. Correção da margem de valor agregado. Princípio da Anterioridade já contemplado na minuta.
PARECER	000764/2023
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. SEAP. Insubordinação grave em serviço. Assédio moral. Conduta escandalosa. Demissão. Análise jurídica.
PARECER	000765/2023
Ementa	Minuta de Projeto de Lei que altera a Lei Estadual nº 6.017/96. Isenção de IPVA para veículos de propriedade de pessoas com Síndrome de Down. Constitucionalidade material e formal da minuta.
PARECER	000766/2023
Ementa	Nomeação de membros do Comitê Gestor do Sistema Estadual sobre Mudanças Climáticas. COGES-CLIMA. Análise jurídica.
PARECER	000767/2023
Ementa	Minuta de Decreto. Internalização de convênios CONFAZ. Isenção de ICMS nas saídas internas e interestaduais de veículo automotor adquirido por pessoas com deficiência física, visual, mental severa



ou profunda, Síndrome de Down ou autistas. Isenção parcial para veículos com preço sugerido superior a R\$ 70.000,00. Possibilidade, condicionada a estudo de impacto orçamentário-financeiro.

PARECER

000768/2023

Ementa

Minuta de Decreto instituindo o Plano Estadual de Recuperação da Vegetação Nativa do Pará (PRVN-PA). Adequação ao Decreto Estadual n. 2.750/2022. Análise jurídica. Necessidade de oitiva da SEPLAD. Viabilidade.

PARECER

000769/2023

Ementa

Ante projeto de Lei que institui a Política Estadual de Unidades de Conservação e dispõe sobre o Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza. Importante instrumento para o combate as mudanças climáticas. Controle ambiental e conservação da natureza. Diálogo com a Lei Estadual nº 9.048/2020, que instituiu a Política Estadual sobre Mudanças Climáticas do Pará (PEMC/PA), o Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA) instituído pelo Decreto Estadual nº 941/2020. Consonância com a Lei nº 9.985/2000 SNUC, e art. 225 da CRFB.

PARECER

000770/2023

Ementa

Projeto de Lei de Instituição de Unidade de Recuperação. Espaço territorial atípico especialmente protegido. Recuperação florestal de área degradada. Viabilidade jurídica.

PARECER

000771/2023

Ementa

Processo de Aposentadoria. Processo Administrativo Disciplinar em curso. Repercussão. Afastamento. Sobrestamento da Aposentadoria. Prazo razoável do processo.

PARECER

000772/2023

Ementa

Anteprojeto de Lei. Iniciativa do Poder Executivo. Autorização para Criação de Sociedade de Economia Mista. Companhia de Ativos



Ambientais e Participações do Pará S.A (CAAPP). Regularidade jurídica.

PARECER 000774/2023

Ementa Minuta de Decreto. Regime de Previdência Complementar. Comitê Gestor. Instituição. Inviabilidade de edição do ato.

PARECER 000775/2023

Ementa Aditivo contratual. Acréscimo dentro do limite legal. Manutenção das demais cláusulas contratuais. Análise jurídica.

PARECER 000776/2023

Ementa Projeto de Lei autorizadora de operações de crédito interno, com ou sem garantia da União. Plano de investimento COP 30 e outros Projetos multisetoriais e estruturantes. Parecer complementar ao Parecer n.º 654/2023-PGE/PA.

PARECER 000777/2023

Ementa Projeto de Lei que institui a Política Pública de Fomento à Excelência Esportiva no Estado do Pará, no âmbito da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer (SEEL), e vincula o Estado do Pará ao Sistema Nacional de Esporte (SINESP). Reavaliação da estrutura da Política a ser instituída. Necessidade de adequação às Leis Federais.

PARECER 000778/2023

Ementa Servidor público. Folgas premiais. Programa Qualifica Servidor. Cursos de qualificação. Cursos de extensão e/ou capacitação. Exclusão dos cursos de longa duração (Pós-graduação).

PARECER 000779/2023

Ementa Designação de membros. Grupo de Trabalho. Programa de Integridade e Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Pecuária de Bovídeos do Estado do Pará. Possibilidade.



PARECER	000780/2023
Ementa	Desapropriação. Decreto de Utilidade Pública para construção da Usina da Paz em Icoaraci. Documentos indispensáveis para expedição do Decreto de Utilidade Pública. Ajuste do valor, não impede a edição de Decreto. Possibilidade.
PARECER	000781/2023
Ementa	Análise da possibilidade de acúmulo de cargo. Função temporária de professor e emprego público de radialista. Caracterização de cargo técnico.
PARECER	000782/2023
Ementa	Minuta de Decreto. Benefício fiscal. Isenção do ICMS na importação de cimento asfáltico de petróleo. Convênio ICMS nº 104/ 2023. Observância dos estritos termos da autorização nacional. Estimativa de impacto orçamentário-financeiro já realizada. Constitucionalidade da minuta.
PARECER	000783/2023
Ementa	Alteração do Decreto nº 1.942/2021. Regulamento da Lei Estadual nº 9.048/2020, que dispõe sobre o Comitê Gestor do Sistema Estadual sobre Mudanças Climáticas. Decreto original que não observou as regras de redação de atos normativos. Necessidade de reformulação integral do dispositivo.
PARECER	000784/2023
Ementa	Exoneração e nomeação de membros do Conselho Estadual de Saúde - CES/PA. Análise jurídica.
PARECER	000785/2023
Ementa	Exoneração e nomeação de membros do Conselho Estadual de Saúde - CES/PA. Análise jurídica.



PARECER 000786/2023

Ementa Servidor Público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Assédio Moral e outras transgressões disciplinares. Inocorrência. Absolvição. Arquivamento.

PARECER 000787/2023

Ementa Minuta de Decreto. Regulamenta a Lei Estadual nº 9.575, de 11 de maio de 2022. Conversão de multa ambiental em serviços de Preservação, Melhoria e Recuperação da qualidade do Meio Ambiente. Regularidade jurídica.

PARECER 000788/2023

Ementa Anteprojeto de Lei. Alteração da Lei Estadual n. 9.312/2021. Fundo Garantidor do Pequeno Produtor Rural e da Indústria para Bioeconomia (FGPIB). Iniciativa.

PARECER 000789/2023

Ementa Licença-Paternidade. Falecimento do filho após o nascimento. Precedentes. Isonomia. Direito à Licença-paternidade.

PARECER 000790/2023

Ementa Licitação. Pregão Eletrônico. Lei nº 14.133/2021. Aquisição de condicionadores de Ar Split. Minuta de Edital. Análise pela Assessoria Jurídica.

PARECER 000791/2023

Ementa PRODEPA. Gestão Centralizada dos Serviços de Tecnologia da Informação. Gestão das Atas de Registros de Preços. Análise da compatibilidade dos Decretos Estaduais n. 2121/2018 e 3371/2023 com a Legislação aplicável.

PARECER 000792/2023

Ementa Concessão Rodoviária. Regime da contratação. Ampliação do trecho concedido. Aditivo contratual. Reequilíbrio Econômico-Financeiro



do Contrato. Requisitos. Operação de crédito. Utilização de recursos. Condicionantes.

PARECER

000793/2023

Ementa

Memorando de Entendimento. Instrumento de formalização das intenções de colaboração entre o Governo do Estado do Pará, a Global CITZEN e a RE:WILD. Realização da COP 30.

PARECER

000794/2023

Ementa

Minuta de Acordo de Cooperação Técnica. Pacto Estadual pela Primeira Infância do Pará. Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Análise jurídica.

PARECER

000795/2023

Ementa

Processo Administrativo Disciplinar. Secretaria de Estado de Administração Penitenciária. Ofensa física e maus tratos. Insuficiência de provas de autoria e materialidade. Absolvição.

PARECER

000796/2023

Ementa

Minuta de Acordo de Cooperação Técnica. Secretaria de Estado de Igualdade Racial e Direitos Humanos e Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania. Caso Fazenda Princesa (Manoel da Costa Barbosa e outros). Caso n.º 12.327-SIDH. SAJ judicial n.º 2020.01.010038. Obrigações de colaboração institucional para formalização de futuro Acordo de Cumprimento de Relatório de Admissibilidade e Mérito.

PARECER

000797/2023

Ementa

Projeto de indicação. Obrigatoriedade de treinamento dos colaboradores das Empresas que operam na Rede de Transporte Público Estadual para assegurar o direito ao Transporte e à Mobilidade da Pessoa com Deficiência ou com Mobilidade Reduzida, no âmbito do Estado do Pará.



PARECER	000798/2023
Ementa	Servidor Público. Processo Administrativo Disciplinar. Prescrição afastada. Insubordinação grave em serviço. Insuficiência de provas. Presunção de inocência. Absolvição.
PARECER	000799/2023
Ementa	Anteprojeto de Lei. Alteração da Lei Estadual n. 6.878/2006. Minuta de Aditivo a Contrato de Concessão.
PARECER	000800/2023
Ementa	Servidor Público. Adicional pelo exercício de Cargo em Comissão ou Função Gratificada. Ilegalidade. Erro da Administração. Inobservância do padrão efetivamente exercido. Revisão pelo IGEPPS, quando do Ato de Aposentadoria. Autotutela Administrativa. Limite temporal. Decadência Administrativa.
PARECER	000801/2023
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Pedido de revisão. Acumulação de cargos. Agente de Saúde e Agente de Endemias. Administração Estadual e Municipal. Inconstitucionalidade da acumulação em face da ausência de Lei estabelecendo a natureza do cargo de Agente de Endemias como privativo de profissionais de saúde. Alteração Legislativa. Lei Federal nº 14.536/2023. Inexistência de fato novo. Não conhecimento do pedido revisional. Anulação da decisão recorrida no âmbito da autotutela da Administração.
PARECER	000802/2023
Ementa	Aposentadoria Especial. Policial. Lei Complementar Estadual nº 148/2022. LC Federal nº 51/85. Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019. Requisitos Legais. Regra de transição não atendida. Indeferimento do Abono de Permanência.



PARECER 000803/2023

Ementa Minuta de Decreto. Regulamenta a Concessão de Benefício Eventual a Famílias em Vulnerabilidade Social, decorrente de Calamidade Pública e de Situação de Emergência. Programa Recomeçar.

PARECER 000804/2023

Ementa Desapropriação. Decreto de Utilidade Pública para Obras do BRT Metropolitano. Documentos indispensáveis para expedição do Decreto de Utilidade Pública. Possibilidade.

PARECER 000805/2023

Ementa Servidor Público Estadual. Auxiliar de Saúde e Agente de Saúde. Mudança de nomenclatura. Auxiliar de Enfermagem. Cargos em extinção. Impossibilidade de deferimento.

PARECER 000806/2023

Ementa Contrato nº 015/2018-PGE. Prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização, nas instalações e nos bens móveis. Inexecução contratual. Processo Administrativo Apuratório e Sancionatório. Relatório final. Julgamento. Análise jurídica.

PARECER 000807/2023

Ementa Programa IPVA Cidadão. Isenção parcial (desconto) de IPVA para pagamento antecipado do tributo. Previsão no art. 13, parágrafo único, da Lei Estadual nº 6.017/9. Concessão por meio de Decreto Estadual. Constitucionalidade.

PARECER 000808/2023

Ementa Servidor Público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Pena de Suspensão Inválida. Instrução Probatória Deficiente. Nulidade parcial. Conversão do Julgamento em Diligência.



PARECER	000810/2023
Ementa	Indicação. Criação de Centros de Atendimento Integral a pacientes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Possibilidade de iniciativa Parlamentar.
PARECER	000811/2023
Ementa	Saneamento Básico. Capacidade Econômico-Financeira. Consulta às Agências Reguladoras. Art. 17 do Decreto Federal n. 11.598/2023. Inaplicabilidade.
PARECER	000813/2023
Ementa	Decreto. Alteração do Decreto Estadual nº 3.948, de 09 de setembro de 1985. Regularidade da Minuta.
PARECER	000814/2023
Ementa	Contrato Administrativo. Subcontratação inválida. Autorização verbal dada por sujeito incompetente. Dever de restauração da legalidade violada. Convalidação. Invalidação. Dever de pagar os serviços executados. Princípio da vedação ao enriquecimento ilícito.
PARECER	000816/2023
Ementa	Minuta de Decreto. Dispõe sobre a criação da Comissão Institucional de Educação Ambiental do Estado do Pará. Revoga os Decretos Estaduais, nº 3.632, de 03 de setembro de 1999 e nº 1.638, de 08 de junho de 2005.
PARECER	000818/2023
Ementa	Parecer do Órgão Jurídico para Operação de Crédito do Estado do Pará. Manifestação conforme exigência do Manual para Instrução de Pleitos da Secretaria do Tesouro Nacional. Caixa Econômica Federal. Projeto de aquisição de frota de ônibus (SIT/RMB). Atendimento às condições.



PARECER	000819/2023
Ementa	Parecer do Órgão Jurídico para Operação de Crédito do Estado do Pará. Manifestação conforme exigência do Manual para Instrução de Pleitos da Secretaria do Tesouro Nacional. Programa de Investimentos em Infraestrutura, Saúde, Segurança Pública e Tecnologia. Caixa Econômica Federal. Atendimento das condições.
PARECER	000820/2023
Ementa	Parecer do Órgão Jurídico para Operação de Crédito do Estado do Pará. Manifestação conforme exigência do Manual para Instrução de Pleitos da Secretaria do Tesouro Nacional. Projeto Asfalto por Todo Pará 3ª etapa. Caixa Econômica Federal. Atendimento das condições.
PARECER	000821/2023
Ementa	Alteração do Decreto Estadual nº 4.571, de 34 de abril de 2001. Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável. Necessidade de revogação integral e edição de novo Ato. Alterações substanciais.
PARECER	000822/2023
Ementa	Operação de Crédito interna com garantia da União. Caixa Econômica Federal. Projeto Asfalto por Todo Pará 3ª etapa. Análise da Minuta do contrato de empréstimo. Regularidade jurídica.
PARECER	000823/2023
Ementa	Manifestação. Conselho Estadual de Segurança Pública (CONSEP). Homologação de Resolução. Resolução nº 469/2023- CONSEP. Alteração da Resolução nº 185/2012-CONSEP. Aprova a delimitação circunscricional das Regiões Integradas de Segurança Pública (RISP), no Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (SIEDS).
PARECER	000824/2023
Ementa	Função Comissionada. Regime Celetista. Sócio-Administrador de Empresa Privada. Possibilidade.



PARECER	000825/2023
Ementa	Desapropriação. Decreto de utilidade pública para implementação da nova Sede do Fórum Cível e funcionamento de EEEFM. Documentos indispensáveis para expedição do decreto de utilidade pública. Possibilidade.
PARECER	000826/2023
Ementa	Licença Maternidade. Nomeação em Cargo Estadual. Continuidade do Período de Licença. Precedentes.
PARECER	000827/2023
Ementa	Tempo de Serviço prestado às Empresas Estatais. Averbação para fins de Adicional por Tempo de Serviço (ATS). Impossibilidade de novas averbações após 15/07/2014, ainda que relativamente a períodos pretéritos a essa data. Art. 24 da LINDB. (SUPEROU O PARECER Nº 541/2023 E TORNOU SEM EFEITO O PARECER SIMPLIFICADO Nº 164/2023 E O PARECER SIMPLIFICADO Nº 193/2023).
PARECER	000828/2023
Ementa	Peritos Oficiais de Natureza Criminal. Serviço inserido em entidade autônoma. Inexistência de direito à Aposentadoria Especial prevista no art. 40, § 4º, da CF/88. Abono de Permanência acaso preenchidas as regras de aposentadoria aplicáveis ao caso.
PARECER	000829/2023
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). SEDUC. Valimento do Cargo. Conduta escandalosa na repartição. Assédio. Demissão.
PARECER	000830/2023
Ementa	Minuta de Termo de Cooperação. Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Procuradoria-Geral do Estado. Fluxo processual execuções fiscais. Análise de Legalidade do Instrumento.



PARECER	000831/2023
Ementa	Servidoras Temporárias. Estabilidade Provisória. Gestante. Tema 542 STF. Contrato a ser encerrado no curso da gravidez. Direito à estabilidade ou indenização pelo período de Licença Maternidade.
PARECER	000832/2023
Ementa	Averbação de Tempo de Serviço. Análise Complementar. Tempo de Serviço prestado aos Conselhos Profissionais. Autarquias em Regime Especial.
PARECER	000833/2023
Ementa	Análise de Minuta de Decreto. Autoriza a criação, estruturação e operacionalização do Comitê Integrado de Resposta à Estiagem e Incêndios Florestais no Estado do Pará.
PARECER	000834/2023
Ementa	Destituir e designar membros. Núcleo Permanente de Acompanhamento do Plano Estadual Amazônia Agora (NPAA). Decreto Estadual nº 941, de 3 de agosto de 2020.
PARECER	000835/2023
Ementa	Exoneração e Nomeação de Membros do Conselho Estadual de Saúde - CES/PA. Análise Jurídica.
PARECER	000837/2023
Ementa	Proposta de Decreto. Cessão de Servidores ocupantes dos cargos da carreira do Magistério.
PARECER	000838/2023
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Assédio sexual. Absolvição na esfera penal. Efeitos da sentença penal sobre a apuração administrativa. Identidade dos fatos apurados. Absolvição.



PARECER	000839/2023
Ementa	Minuta de Decreto. Substituição Tributária. NCM 1602. Uniformização do Tratamento Tributário. Inclusão de novos CEST no apêndice I do anexo I e no anexo XIII do RICMS/PA. Obediência ao Princípio da Anterioridade.
PARECER	000840/2023
Ementa	Minuta de Decreto. Substituição Tributária. Adequação do RICMS a alterações de protocolos ICMS no âmbito do CONFAZ. Inclusão de novos itens na sistemática de Substituição Tributária. Obediência ao Princípio da Anterioridade. Exclusão de itens da sistemática de Substituição Tributária. Produção imediata de efeitos.
PARECER	000841/2023
Ementa	Pensão por morte. Pai biológico falecido. Adoção posterior. Maior incapaz. Súmula 340/STJ. <i>TEMPUS REGIT ACTUM</i> . Óbito anterior ao Decreto nº 5.545/2005. Manutenção do benefício.
PARECER	000842/2023
Ementa	Minuta de Anteprojeto de Lei. Alteração da Lei Estadual n. 7.594, de 28 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a reorganização do Departamento de Trânsito do Estado do Pará (DETRAN), e da Lei n. 7.796, de 14 de janeiro de 2014, que dispõe sobre o Plano de Carreiras, Cargos e Remuneração dos servidores do Departamento de Trânsito do Estado do Pará (DETRAN) e da outras providências.
PARECER	000843/2023
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). SEDUC. Conduta escandalosa na repartição. Demissão.
PARECER	000844/2023
Ementa	Minuta de Decreto. Substituição Tributária. Adequação do RICMS a alterações de protocolos ICMS no âmbito do CONFAZ. Desmembramento de CEST.



PARECER	000845/2023
Ementa	Minuta de Decreto. Internalização de ajustes SINIEF. Obrigações acessórias.
PARECER	000846/2023
Ementa	Minuta de Decreto. Regulamenta a Lei Estadual n. 9.855, de 14 de fevereiro de 2023. Carteira de Identidade Funcional. Agente de Fiscalização de Trânsito. Detran/PA.
PARECER	000847/2023
Ementa	Adicional pelo exercício de Cargo em Comissão ou Função Gratificada Incorporado. Aprovação em concurso público. Transposição da vantagem pecuniária para cargo público diverso. Evolução jurisprudencial. Tese fixada no Tema 473- RG.
PARECER	000848/2023
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). SEDUC. Assédio sexual. Valimento do cargo. Conduta escandalosa na repartição. Demissão.
PARECER	000849/2023
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Conduta escandalosa. Demissão.
PARECER	000850/2023
Ementa	Nomeação de membros. Conselho Estadual de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (CEPDDH). Análise jurídica.
PARECER	000851/2023
Ementa	Servidor Público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Vícios insanáveis. Nulidade parcial. Conversão do julgamento em diligência.



PARECER	000852/2023
Ementa	Minuta de Decreto. Regimento interno provisório da Microrregião de Águas e Esgoto do Pará (MRAE). Competência. Chefe do Poder Executivo.
PARECER	000853/2023
Ementa	Bombeiro Militar. Promoção em ressarcimento de preterição. Normas aplicáveis. Requisitos. Interpretação do art. 22 da Lei Estadual n. 8.388/2016. Superação da Tese firmada no Parecer n. 321/2023. Efeitos. Processo Administrativo Invalidador. (SUPEROU O PARECER Nº 000321/2023).
PARECER	000855/2023
Ementa	Bombeiro Militar Estadual. Promoção em ressarcimento de preterição. Requisitos legais reconhecidos pela Comissão de Promoção de Oficiais (CPO).
PARECER	000856/2023
Ementa	Minuta de Decreto. Regulamenta a Lei Estadual n. 9.238, de 2021 e institui o protocolo “NÃO SE CALE” de ações de capacitação, prevenção e de encaminhamento em bares, restaurantes, e estabelecimentos noturnos no enfrentamento de situações de risco de violências físicas, psicológicas e sexuais contra mulheres em suas dependências.
PARECER	000857/2023
Ementa	Minuta de Decreto. Lei Complementar n. 192/2022. Regime Monofásico do ICMS. Art. 155, § 2º, XII, H, da Constituição Federal. Internalização de Convênios ICMS. Aderência aos atos aprovados pelo CONFAZ.
PARECER	000858/2023
Ementa	Minuta de Decreto. Alteração do Decreto Estadual n. 2.766/2022. Viabilidade de edição do Ato.



PARECER 000859/2023

Ementa Parecer do Órgão Jurídico para Operação de Crédito do Estado do Pará. Manifestação conforme exigência do Manual para Instrução de Pleitos da Secretaria do Tesouro Nacional. Banco do Brasil. Projeto de instalação de estações para recarga de ônibus elétrico. Atendimento das condições.

PARECER 000860/2023

Ementa Minuta de Decreto. Antecipação normal do ICMS. Caixas de bombons contendo cacau. Inclusão de novo CEST.

PARECER 000861/2023

Ementa Parecer Complementar. Esclarecimentos e alterações conforme orientação da PGE. Ausência de óbices formais e materiais.

PARECER REFERENCIAL

PARECER REFERENCIAL 000001/2023

Ementa Licitação pública. Lei nº 14.133/2021. Contratação direta. Inexigibilidade de licitação

PARECER REFERENCIAL 000002/2023

Ementa Lei Federal nº 14.133/2021. Licitações e contratos administrativos. Procedimento licitatório e de contratação direta. Fase preparatória. Parecer Referencial nº 00006/2022-PGE. Revisão.

PARECER REFERENCIAL 000003/2023

Ementa Lei Federal nº 14.133/2021. Licitações e contratos administrativos. Pregão. Aspectos gerais.

PARECER REFERENCIAL 000004/2023

Ementa Licitação pública. Lei nº 14.133/2021. Concorrência. Aspectos gerais.



PARECER REFERENCIAL 000005/2023

Ementa Licitações e contratos administrativos. Lei federal nº 14.133/2021. Licitação dispensável. Dispensa eletrônica. Decreto estadual nº 2.787/2022.

PARECER REFERENCIAL 000006/2023

Ementa Abandono de cargo. Previsão legal. Prescrição. Marcos temporais. Configuração dos elementos do abandono. Demissão. Exoneração a pedido. Retorno e perdão tácito. Diferença entre abandono e inassiduidade habitual. Parecer Referencial nº 010/2019-PGE. Superveniência da Lei estadual nº 9.230/2021. Revisão. Parecer Referencial nº 07/2022. Superveniência da Lei estadual nº 9.982/2023. Segunda revisão.

PARECER REFERENCIAL 000007/2023

Ementa Programa Forma Pará. Lei Estadual nº 9.324/21. Definição do instrumento de parceria a ser celebrado entre o Estado do Pará e os Municípios interessados em aderir ao programa. Acordo de adesão. art. 3º, I do Decreto Estadual nº 3.302/2023. Limites e responsabilidades. Inexistência de transferência de recursos. Lista de verificação e minutas padronizadas. Dispensa de análise jurídica nos casos concretos. Parecer referencial.

PARECER REFERENCIAL 000010/2023

Ementa Isenção de Imposto de Renda sobre proventos de aposentadoria. Portador de doença grave. Rol taxativo expresso na Lei 7.713/1988. Interpretação literal. Posicionamentos desta PGE.



PGE

Procuradoria
Consultiva

PARECER SIMPLIFICADO

PARECER SIMPLIFICADO 000001/2023

Ementa Servidor público. Averbação de tempo de serviço prestado em cargo exclusivamente comissionado. Cabimento. Análise subsidiada pelo Parecer Referencial nº 006/2021-PGE.

PARECER SIMPLIFICADO 000002/2023

Ementa Conselho de Justificação. Instauração. Competência do Governador do Estado. Crimes contra a dignidade sexual. Estupro de vulnerável. Art. 129, inciso I, alínea "C", da Lei Estadual nº 6.833/2006. Requisitos. Devido processo legal. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000003/2023

Ementa Pensão especial militar. Parecer Referencial nº 008/2019-PGE. Parecer Referencial nº 003/2022-PGE. Falecimento Policial Militar. Beneficiária habilitada. Termo inicial para pagamento. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000004/2023

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Prescrição. Nulidade parcial do PAD. Ato exoneratório efetuado no curso do PAD. Conversão de exoneração em demissão, se for o caso.

PARECER SIMPLIFICADO 000005/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Não configuração. Arquivamento.

PARECER SIMPLIFICADO 000006/2023

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Abandono. Demissão. Análise jurídica.



PARECER SIMPLIFICADO 000007/2023

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Cessão. Negativa de prorrogação. Ausência de comunicação pessoal à servidora. Inexistência de *animus abandonandi*. Análise jurídica. Demissão.

PARECER SIMPLIFICADO 000008/2023

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Abandono. Absolvição. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000009/2023

Ementa Abandono de cargo. Ausência injustificada por mais de 30 dias. Prescrição da pretensão punitiva da Administração. Comissão de PAD. Inexistência de opção entre exoneração e demissão. Orientação.

PARECER SIMPLIFICADO 000010/2023

Ementa Servidor Público. Processo Administrativo Disciplinar. Abandono. Dolo eventual. Demissão. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000011/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Abandono. Pedidos de férias, licença prêmio e aposentadoria. Ausência de provas do *animus abandonandi*. Afastamentos com autorização legal. Necessidade de apuração de eventual recebimento indevido de valores.

PARECER SIMPLIFICADO 000012/2023

Ementa Servidor Público. Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Prescrição afastada. Ausência de *Animus Abandonandi*. Absolvição.



PARECER SIMPLIFICADO 000013/2023

Ementa Servidor Público. Acumulação de cargo civil com proventos de reforma militar. Reingresso no serviço público. Aplicação do art. 11 da EC nº 20/1998. Processo Administrativo Disciplinar. Absolução.

PARECER SIMPLIFICADO 000014/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar Simplificado. Abandono de Cargo. Demissão. Aplicação do art. 191-a da Lei Estadual nº 5.810/1994. Análise subsidiada pelo Parecer Referencial nº 007/2021-PGE.

PARECER SIMPLIFICADO 000015/2023

Ementa Servidor público. Tempo prestado a empresa pública estadual. Tempo prestado em exercício de cargo exclusivamente comissionado. Averbação. Parecer referencial nº 000006/2021-PGE.

PARECER SIMPLIFICADO 000016/2023

Ementa Servidor público. Abandono de cargo. Processo disciplinar. Absolução. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000017/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Faltas injustificadas. Abandono de cargo. Prescrição.

PARECER SIMPLIFICADO 000018/2023

Ementa Servidor Público. Abandono de cargo. Processo Administrativo Disciplinar Simplificado (PADS). Não incidência de prescrição. Observância do devido processo legal. Dolo eventual. Demissão.



PARECER SIMPLIFICADO 000019/2023

Ementa Recondução. Servidor Público Estadual. Requisitos. Parecer Referencial nº 009/2019. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000020/2023

Ementa Servidor Público. Abandono de cargo. Existência de anterior procedimento administrativo disciplinar. Prescrição da pretensão punitiva do Estado. Necessidade de absolvição. Apuração de responsabilidades.

PARECER SIMPLIFICADO 000021/2023

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Abandono. Prescrição da pretensão punitiva do Estado. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000022/2023

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Abandono. Análise jurídica. Retorno dos autos. Recomendação de novas diligências.

PARECER SIMPLIFICADO 000023/2023

Ementa Servidor público. Professor. Abandono de cargo. Processo Administrativo Disciplinar Simplificado (PADS). Ausência de cessão regular. Exercício do cargo em órgão distinto. Inexistência de *animus abandonandi*. Absolvição.

PARECER SIMPLIFICADO 000024/2023

Ementa Direito Administrativo. Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. *Animus abandonandi*. Não configuração. Absolvição.

PARECER SIMPLIFICADO 000025/2023

Ementa Parecer Simplificado. Averbação de tempo de serviço. Análise sob a ótica do Parecer Referencial nº 0006/2021.



PARECER SIMPLIFICADO 000026/2023

Ementa Servidor público. Abandono de cargo. Processo disciplinar. Absolvição. Prescrição. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000027/2023

Ementa Servidor público. Abandono de cargo. Processo disciplinar. Demissão. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000028/2023

Ementa Abandono de cargo. Depressão (CID F32). Laudo pericial posterior. *Animus abandonandi*. Inexistência. Absolvição. Reflexos remuneratórios. Princípio da legalidade. Perda da remuneração.

PARECER SIMPLIFICADO 000029/2023

Ementa Abandono de cargo. Devido processo legal. Citação por edital. Esgotamento das diligências. Inocorrência. Nulidade parcial.

PARECER SIMPLIFICADO 000030/2023

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Prescrição afastada. Ausência sem afastamento ou desligamento, na forma da lei. Dolo eventual. Demissão.

PARECER SIMPLIFICADO 000031/2023

Ementa Direito administrativo. Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. *Animus abandonandi*. Dolo eventual configurado. Demissão. Ausência de discricionariedade na aplicação da pena.

PARECER SIMPLIFICADO 000032/2023

Ementa Servidor público. Abandono de cargo. Caracterização. Afastamento sem prévia concessão de licença pela



autoridade competente. Necessidade de demissão do cargo público.

PARECER SIMPLIFICADO 000033/2023

Ementa Servidor público. Abandono de cargo. Falta grave. Processo Administrativo Disciplinar Simplificado (PADS). Observância do rito do devido processo legal. Dolo direto ou eventual. Sugestão de demissão. Necessidade de apuração de valores recebidos indevidamente.

PARECER SIMPLIFICADO 000034/2023

Ementa Servidor público. Abandono de cargo. Falta grave. Processo Administrativo Disciplinar Simplificado (PADS). Observância do rito do devido processo legal. Dolo direto ou eventual. Sugestão de demissão. Necessidade de apuração de valores recebidos indevidamente.

PARECER SIMPLIFICADO 000035/2023

Ementa Servidor Público. Processo Administrativo Disciplinar. Acumulação ilícita de cargos públicos. Exercício do direito de opção. Ausência de má-fé. Absolvição. Arquivamento.

PARECER SIMPLIFICADO 000036/2023

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Ausência de tentativa de citação do acusado em endereço disponibilizado. Presunção incorreta de possibilidade de citação por edital no caso. Prejuízo à defesa. Nulidade parcial do PAD.

PARECER SIMPLIFICADO 00037/2023

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Acumulação ilícita de cargos públicos afastada. Sugestão de absolvição.



PARECER SIMPLIFICADO 00038/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar Simplificado. Abandono de cargo. Demissão. Aplicação do art. 191-a da Lei Estadual nº 5.810/1994. Análise subsidiada pelo Parecer Referencial nº 007/2021-PGE.

PARECER SIMPLIFICADO 00039/2023

Ementa Servidor público. Abandono de cargo. Falta grave. Processo Administrativo Disciplinar Simplificado. Observância do devido processo legal. Protocolo de pedido de licença sem vencimentos. Afastamento sem decisão administrativa. Dolo indireto ou eventual. Sugestão de demissão.

PARECER SIMPLIFICADO 000040/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Demissão.

PARECER SIMPLIFICADO 000041/2023

Ementa Servidor Público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Abandono de cargo. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000042/2023

Ementa Servidor Público. Abandono de cargo público. Processo Administrativo Disciplinar Simplificado. Erro de fato. Exclusão do ilícito administrativo. Boa-fé. Absolução.

PARECER SIMPLIFICADO 000043/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Servidor Público. Acumulação ilegal de cargos. Ausência de opção. Má-fé. Demissão.

PARECER SIMPLIFICADO 000044/2023

Ementa Servidor público. Abandono de cargo público. Processo Administrativo Disciplinar Simplificado. Demissão.



PARECER SIMPLIFICADO 000045/2023

Ementa Servidor público. Abandono de cargo. Processo Administrativo Disciplinar Simplificado. Ausência de tempestivo retorno após o término de licença para tratar de interesse particular. Dolo eventual. Sugestão de demissão.

PARECER SIMPLIFICADO 000046/2023

Ementa Acumulação ilegal de cargos. Imprescritibilidade. Citação. Advogado habilitado. Regularidade. Direito de opção. Silêncio. Má-fé. Cargos acumuláveis. Não subsunção. Compatibilidade de horário. Irrelevante. Demissão.

PARECER SIMPLIFICADO 000047/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Prescrição. Análise jurídica. Absolvição.

PARECER SIMPLIFICADO 000049/2023

Ementa Parecer Simplificado. Averbação de tempo de serviço. Análise sob a ótica do Parecer Referencial nº 0006/2021.

PARECER SIMPLIFICADO 000050/2023

Ementa Qualificação de organização social. Instituto social de saúde São Lucas. Lei estadual nº 5.980, de 19 de julho de 1996, e decreto estadual nº 21/2019. Requisitos preenchidos

PARECER SIMPLIFICADO 000051/2023

Ementa Processo administrativo disciplinar simplificado. Abandono de cargo público. Servidora que não retornou ao serviço após o término de licença. Pedido de nova licença posterior à concretização do abandono. Dolo eventual. Requerimento de demissão no curso do PAD. Impossibilidade. Demissão.



PARECER SIMPLIFICADO 000052/2023

Ementa Servidor público. Abandono de cargo. Processo disciplinar. Absolvição. Prescrição. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000053/2023

Ementa Processo administrativo disciplinar. Servidor público. Abandono de cargo público. Dolo eventual. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000054/2023

Ementa Conselho de justificação. Instauração. Competência do Governador do Estado. Tráfico de drogas. Requisitos legais. Devido processo legal. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000055/2023

Ementa Servidor público. Processo administrativo disciplinar. Prescrição. Abandono de cargo não configurado. Absolvição.

PARECER SIMPLIFICADO 000056/2023

Ementa Procedimento Administrativo Disciplinar Simplificado. Abandono de cargo. Estado psíquico comprometido. Ausência de *animus abandonandi*. Arquivamento dos autos.

PARECER SIMPLIFICADO 000057/2023

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Apresentação de sucessivos atestados médicos. Atrasos na realização de perícia médica. Períodos de afastamento do serviço sem formalização de licença para tratamento de saúde. Absolvição.

PARECER SIMPLIFICADO 000058/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar Simplificado. Abandono de cargo. Servidor não localizado. Citação por edital. Falta caracterizada. Demissão.



PARECER SIMPLIFICADO 000059/2023

Ementa Qualificação de Organização Social. Instituto Internacional para Alimentação, Saúde, Educação e Sustentabilidade. Lei estadual nº 5.980, de 19 de julho de 1996, e Decreto estadual nº 21/2019. Requisitos preenchidos.

PARECER SIMPLIFICADO 000060/2023

Ementa Servidor público. Tempo de serviço prestado no exercício de cargo público de provimento efetivo. Averbação. Parecer Referencial n. 000006/2021.

PARECER SIMPLIFICADO 000061/2023

Ementa Servidor público. Abandono de cargo. Processo Administrativo Disciplinar. Demissão.

PARECER SIMPLIFICADO 000062/2023

Ementa Pensão especial militar. Policial morto no exercício da atividade policial militar. Instrução processual completa. Cabimento. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000063/2023

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Acumulação de cargos públicos. Absolvição.

PARECER SIMPLIFICADO 000064/2023

Ementa Parecer Simplificado. Averbação de tempo de serviço. Análise sob a ótica do Parecer Referencial nº 0006/2021.

PARECER SIMPLIFICADO 000066/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Abandono de cargo público. Non bis in idem. Prescrição. Ressarcimento de valores. Análise jurídica.



PARECER SIMPLIFICADO 000068/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Prescrição. Aplicação do prazo da lei penal. Apuração de responsabilidades.

PARECER SIMPLIFICADO 000069/2023

Ementa Acumulação ilegal de cargos. Imprescritibilidade. Regularidade. Direito de opção. Silêncio. Má-fé. Cargos incompatíveis. Compatibilidade de horário. Irrelevante. Demissão.

PARECER SIMPLIFICADO 000070/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo público. Prescrição. Ressarcimento de valores. Apuração. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000071/2023

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Prescrição.

PARECER SIMPLIFICADO 000072/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Prescrição. Arquivamento.

PARECER SIMPLIFICADO 000073/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo público. Cômputo da prescrição. Prejuízo ao serviço. Pedido de exoneração anterior à instauração do PAD. Ausência de *animus abandonandi*. Absolução. Ressarcimento de valores. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000074/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Abandono de cargo público. Prescrição. Prejuízo público. Pedido de



desistência de carga horária anterior à instauração do PAD.
Ressarcimento de valores. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000075/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Abandono de cargo público. Prescrição.

PARECER SIMPLIFICADO 000076/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Prescrição. Absolução.

PARECER SIMPLIFICADO 000077/2023

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Prescrição.

PARECER SIMPLIFICADO 000078/2023

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Prescrição.

PARECER SIMPLIFICADO 000079/2023

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Prescrição da pretensão punitiva estatal. Extinção da punibilidade. Absolução.

PARECER SIMPLIFICADO 000080/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Prescrição da pretensão punitiva. Arquivamento.

PARECER SIMPLIFICADO 000081/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Abandono de cargo público. Análise jurídica.



PARECER SIMPLIFICADO 000082/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Abandono de cargo público. Prescrição. Ressarcimento de valores. Pedido de exoneração no curso do PAD.

PARECER SIMPLIFICADO 000083/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Prescrição. Absolvição.

PARECER SIMPLIFICADO 000084/2023

Ementa Pensão especial militar. Parecer Referencial nº 008/2019-PGE. Parecer Referencial nº 003/2022-PGE, falecimento de policial militar. COVID-19. Instrução processual completa. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000085/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Abandono de cargo público. Prescrição. Ressarcimento de valores. Necessidade de ultimar a exoneração.

PARECER SIMPLIFICADO 000086/2023

Ementa Servidor público. Tempo prestado em exercício de cargo exclusivamente comissionado. Averbação. Parecer Referencial nº 000006/2021-PGE.

PARECER SIMPLIFICADO 000087/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Prescrição. Absolvição.

PARECER SIMPLIFICADO 000088/2023

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo público. Incidência de prescrição disciplinar.



PARECER SIMPLIFICADO 000089/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Abandono de cargo público. Prescrição. Pedido de exoneração no curso do PAD. Processamento da exoneração em razão da prescrição. Apuração de possíveis pagamentos indevidos. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000090/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Abandono de cargo público. Prescrição. Ressarcimento de valores. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000091/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Prescrição. Absolvição.

PARECER SIMPLIFICADO 000092/2023

Ementa Servidor público. Tempo prestado em exercício de cargo exclusivamente comissionado. Averbação. Parecer Referencial nº 000006/2021-PGE.

PARECER SIMPLIFICADO 000093/2023

Ementa Servidor público. Tempo de serviço prestado. Contratação temporária. Averbação. Parecer referencial nº 000006/2021-PGE. LC 173/2020.

PARECER SIMPLIFICADO 000094/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Prescrição. Absolvição.

PARECER SIMPLIFICADO 000095/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Abandono de cargo público. Prescrição. Ressarcimento de valores. Análise jurídica.



PARECER SIMPLIFICADO 000096/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Ausência de justo motivo para instauração do PAD. Exoneração anterior. Prescrição. Absolução.

PARECER SIMPLIFICADO 000097/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Prescrição. Absolução.

PARECER SIMPLIFICADO 000098/2023

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo público. Prescrição.

PARECER SIMPLIFICADO 000099/2023

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Prescrição.

PARECER SIMPLIFICADO 000100/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo público. Pedido de demissão antes do indiciamento. Possibilidade. Sugestão de revisão da tese do Parecer Referencial nº 7/2021-PGE.

PARECER SIMPLIFICADO 000101/2023

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo não configurado. Inexistência de *animus abandonandi*. Absolução

PARECER SIMPLIFICADO 000102/2023

Ementa Pensão especial militar. Parecer referencial nº 008/2019-PGE. Parecer referencial nº 003/2022- PGE, falecimento de policial militar. COVID-19. Instrução processual completa. Análise jurídica.



PARECER SIMPLIFICADO 000103/2023

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Prescrição afastada. Ausência de *animus Abandonandi*. Absolvição.

PARECER SIMPLIFICADO 000104/2023

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Prescrição.

PARECER SIMPLIFICADO 000105/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Prescrição. Absolvição.

PARECER SIMPLIFICADO 000106/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Prescrição. Absolvição.

PARECER SIMPLIFICADO 000107/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Prescrição. Absolvição.

PARECER SIMPLIFICADO 000108/2023

Ementa Promoção por tempo de serviço. Oficial da Polícia Militar. Requisitos da Lei estadual nº 8.388/2016. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000109/2023

Ementa Promoção por tempo de serviço. Oficial da Polícia Militar. Requisitos da lei estadual nº 8.388/2016. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000110/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Inassiduidade habitual. Absolvição. Provas testemunhais. Motivos justificáveis. Análise jurídica.



PARECER SIMPLIFICADO 000111/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Prescrição. Absolução. Irretroatividade da lei mais gravosa.

PARECER SIMPLIFICADO 000112/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Abandono de cargo público. Prescrição. Ressarcimento de valores. Necessidade de ultimar a exoneração. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000113/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo público. Prescrição. Necessidade de realização de perícia para aferição das condições de permanência da servidora em atividade. Apuração de possíveis pagamentos indevidos. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000114/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Abandono de cargo público. Prescrição. Apuração de possíveis pagamentos indevidos. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000115/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Abandono de cargo público. Prescrição. Pedido de exoneração no curso do PAD. Processamento da exoneração em razão da prescrição. Necessária regularização da situação funcional do servidor e da vacância do cargo. Apuração de possíveis pagamentos indevidos. Apuração de responsabilidades de quem deu causa à prescrição. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000116/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Abandono de cargo público. Prescrição. Ressarcimento de valores. Análise jurídica.



PARECER SIMPLIFICADO 000117/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar Simplificado (PADS). Abandono de cargo público. Demissão. Dolo eventual. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000118/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Abandono de cargo público. Prescrição. Ressarcimento de valores. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000119/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Abandono de cargo. Prescrição. Absolução.

PARECER SIMPLIFICADO 000120/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Prescrição. Absolução. Irretroatividade da lei mais gravosa.

PARECER SIMPLIFICADO 000121/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo público. Prescrição disciplinar. Absolução. Irretroatividade da lei mais gravosa.

PARECER SIMPLIFICADO 000122/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Abandono de cargo público. Prescrição. Ressarcimento de valores. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000123/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Abandono de cargo público. Demissão. Ressarcimento de valores. Análise jurídica.



PARECER SIMPLIFICADO 000124/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo público. Prescrição disciplinar. Absolução. Irretroatividade da lei mais gravosa.

PARECER SIMPLIFICADO 000125/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Abandono de cargo público. Prescrição. Arquivamento.

PARECER SIMPLIFICADO 000126/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar Simplificado (PADS). Abandono de cargo público. Defesa. Alegação de autorização para faltar ao trabalho. Decreto que disciplinou as medidas de enfrentamento à epidemia do COVID-19. Motivos injustificáveis. Demissão. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000127/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. Prescrição. Absolução.

PARECER SIMPLIFICADO 000128/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar Simplificado (PADS). Abandono de cargo público. Absolução. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000129/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Abandono de cargo público. Prescrição disciplinar. Irretroatividade da lei mais gravosa. Absolução.

PARECER SIMPLIFICADO 000130/2023

Ementa Qualificação de Organização Social. Instituto de Medicina, Pesquisa, Educação e Assistência social (IMPEA). Lei estadual nº 5.980, de 19 de julho de 1996, e Decreto estadual nº 21/2019.



PARECER SIMPLIFICADO 000131/2023

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar Simplificado (PADS). Abandono de cargo. Prescrição afastada. Pedido de exoneração não apreciado pela administração. Ausência de *animus abandonandi*. Sugestão de absolvição.

PARECER SIMPLIFICADO 000132/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Função temporária. Abandono. Prescrição. Ressarcimento de valores. Distrato. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000133/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Abandono de cargo público. Prescrição. Ressarcimento de valores. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000134/2023

Ementa Processo Disciplinar. Abandono de cargo. Ausência de *animus abandonandi*. Absolvição.

PARECER SIMPLIFICADO 000135/2023

Ementa Servidor público. Abandono de cargo. Processo Disciplinar. Prescrição. Absolvição. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000137/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar Simplificado. Abandono de cargo público. Pedido de exoneração antes da instauração do PADS.

PARECER SIMPLIFICADO 000138/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Abandono de cargo público. Prescrição incidente antes da instauração do



PAD. Ressarcimento de valores. Possível prescrição. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000139/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Acumulação de cargos públicos. Cargo público efetivo. Motorista. Agente político. Vice-prefeito. Boa-fé. Absolvição.

PARECER SIMPLIFICADO 000140/2023

Ementa Servidor público. Abandono de cargo. Processo Administrativo Disciplinar Simplificado. Juntada de documento preciso de ausência injustificada. Nulidade parcial.

PARECER SIMPLIFICADO 000141/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Acumulação de cargos públicos. Professor. Especialista em educação. Diretor escolar. Compatibilidade de horários. Nulidade parcial. Conversão do julgamento em diligências.

PARECER SIMPLIFICADO 000142/2023

Ementa Servidor público. Tempo prestado em exercício de cargo exclusivamente comissionado. Averbação. Parecer Referencial nº 000006/2021-PGE. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000143/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar Simplificado. Servidor público. Abandono de cargo. Dolo eventual. Demissão. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000144/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar Simplificado (PADS). Abandono de cargo público. Demissão.



PARECER SIMPLIFICADO 000145/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar Simplificado. Abandono de cargo. Dolo eventual. Pedido de licença sem vencimentos posterior ao abandono. Demissão.

PARECER SIMPLIFICADO 000146/2023

Ementa Parecer Simplificado. Averbação de tempo de serviço. Análise sob a ótica do Parecer Referencial nº 0006/2021.

PARECER SIMPLIFICADO 000147/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar Simplificado (PADS). Acumulação de cargos públicos. Dois cargos de enfermeiro. Nulidade parcial. Conversão do julgamento em diligências. Reabertura da instrução probatória.

PARECER SIMPLIFICADO 000148/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar Simplificado (PADS). Acumulação ilícita de cargos públicos. Nutricionista. Cargo privativo de profissional de saúde, com profissão regulamentada. Compatibilidade de horários. Absolução.

PARECER SIMPLIFICADO 000149/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar Simplificado (PADS). Acumulação de cargos públicos. Cargo público efetivo. Vigia. Professor. Má-fé. Demissão.

PARECER SIMPLIFICADO 000150/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Servidor público. Acumulação de cargos. Compatibilidade de horários. Absolução.

PARECER SIMPLIFICADO 000152/2023

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar Simplificado. Abandono de cargo. Dolo eventual. Demissão. Análise jurídica.



PARECER SIMPLIFICADO 000153/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Ausência de acumulação de cargos públicos. Absolução.

PARECER SIMPLIFICADO 000154/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Acumulação ilegal de cargos públicos. Não opção. Demissão.

PARECER SIMPLIFICADO 000155/2023

Ementa Procedimento administrativo disciplinar. Acumulação ilegal de cargos. 1. Ausência de prescrição. 2. Nulidade parcial do processo. Ausência de instrução probatória adequada.

PARECER SIMPLIFICADO 000156/2023

Ementa Qualificação de Organização Social. Instituto Social de Saúde São Lucas. Lei estadual nº 5.980, de 19 de julho de 1996, e Decreto estadual nº 21/2019. Requisitos preenchidos.

PARECER SIMPLIFICADO 000157/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar Simplificado (PADS). Acumulação ilícita de cargos públicos. Assistente administrativo e professor. Nulidade parcial. Conversão do julgamento em diligências. Necessário esclarecimento acerca da natureza técnica ou não do cargo de assistente administrativo.

PARECER SIMPLIFICADO 000158/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar Simplificado (PADS). Abandono de cargo público. Pedido de exoneração antes da instauração do PADS. Necessidade de apuração dos valores a serem ressarcidos ao erário.



PARECER SIMPLIFICADO 000159/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Abandono de cargo público. Nulidade parcial.

PARECER SIMPLIFICADO 000160/2023

Ementa Pensão especial militar. Parecer Referencial nº 008/2019-PGE. Falecimento em decorrência de Acidente em serviço. Atividade Policial militar. Instrução Processual completa. Cabimento. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000161/2023

Ementa Pensão especial militar. Parecer Referencial nº 008/2019-PGE. Parecer referencial nº 003/2022 PGE. Policial morto por consequência da atividade policial militar. Instrução processual completa. Cabimento. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000162/2023

Ementa Pensão especial militar. Parecer referencial nº 008/2019-PGE. Parecer referencial nº 003/2022- PGE, falecimento de policial militar. COVID-19. Instrução processual completa. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000163/2023

Ementa Servidor público. Tempo prestado em exercício de cargo exclusivamente comissionado. Averbação. Parecer referencial nº 000006/2021-PGE.

PARECER SIMPLIFICADO 000164/2023

Ementa Averbação de tempo de serviço. Empresa pública. Aposentadoria. Licença prêmio e ATS.

(TORNADO SEM EFEITO EM DECORRÊNCIA DO PARECER Nº 000827/2023).



PARECER SIMPLIFICADO 000165/2023

Ementa Prorrogação de prazo para conclusão de Conselho de Justificação. Despacho da autoridade competente.

PARECER SIMPLIFICADO 000166/2023

Ementa Pensão especial militar. Parecer referencial nº 008/2019-PGE. Parecer referencial nº 003/2022-PGE, falecimento de policial militar. COVID-19. Instrução processual completa. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000167/2023

Ementa Pensão especial militar. Parecer referencial nº 008/2019-PGE. Parecer referencial nº 003/2022-PGE. Falecimento em Decorrência de acidente em Serviço. Atividade policial Militar. Cabimento. Análise Jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000168/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Acumulação ilegal de cargos públicos. Exercício do direito de opção. Retorno dos autos à SEDUC.

PARECER SIMPLIFICADO 000169/2023

Ementa Pensão especial militar. Parecer referencial nº 008/2019-PGE. Parecer referencial nº 003/2022-PGE. Instrução processual completa. Cabimento. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000171/2023

Ementa Pensão especial militar. Parecer Referencial nº 008/2019-PGE. Parecer referencial nº 003/2022-PGE, falecimento de policial Militar. Covid-19. Instrução Processual completa. Análise Jurídica.



PARECER SIMPLIFICADO 000173/2023

Ementa Parecer simplificado. Averbação de tempo de serviço. Análise sob a ótica do parecer referencial nº 0006/2021. Vínculos temporário e celetista. Efeitos.

PARECER SIMPLIFICADO 000174/2023

Ementa Servidor Público. Abandono de Cargo. Processo Administrativo Disciplinar Simplificado. Elementos objetivo e subjetivo configurados. Demissão. Reflexos financeiros.

PARECER SIMPLIFICADO 000175/2023

Ementa Pensão especial militar. Parecer referencial nº 008/2019-PGE. Parecer referencial nº 003/2022-PGE. Instrução processual completa. Cabimento. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000176/2023

Ementa Pensão especial militar. Parecer referencial nº 008/2019-PGE. Parecer referencial nº 003/2022-PGE. Falecimento em decorrência de acidente em serviço. Dependente mãe. Declara o recebimento de remuneração. Não cabimento. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000177/2023

Ementa Pensão especial militar. Parecer referencial nº 008/2019-PGE. Parecer referencial nº 003/2022-PGE. Instrução processual completa. Cabimento. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000179/2023

Ementa Pensão especial militar. COVID-19. Ausência de nexo causal com a atividade policial. Análise jurídica.



PARECER SIMPLIFICADO 000180/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Ex-servidor temporário. Abandono de cargo. Dolo eventual. Conversão do distrato em demissão.

PARECER SIMPLIFICADO 000181/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar Simplificado (PADS). Abandono de cargo público. Ofensa ao contraditório e ampla defesa. Nulidade parcial.

PARECER SIMPLIFICADO 000182/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar Simplificado. Acumulação ilícita de cargos públicos. Vigia. Agente de trânsito. Demissão. Má-fé.

PARECER SIMPLIFICADO 000183/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar Simplificado (PADS). Acumulação ilegal de cargos públicos. Demissão.

PARECER SIMPLIFICADO 000184/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar Simplificado. Abandono de cargo. Dolo eventual. Demissão.

PARECER SIMPLIFICADO 000185/2023

Ementa Parecer simplificado. Averbação de tempo de serviço. Análise sob a ótica do parecer referencial nº 0006/2021.

PARECER SIMPLIFICADO 000186/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar Simplificado (PADS). Abandono de cargo público. Prescrição. Absolvição.



PARECER SIMPLIFICADO 000187/2023

Ementa Servidor público. Abandono de cargo. Processo Administrativo Disciplinar. Elementos objetivo e subjetivo configurados. Demissão. Reflexos financeiros.

PARECER SIMPLIFICADO 000188/2023

Ementa Pensão especial militar. Parecer referencial nº 008/2019-PGE. Parecer referencial nº 003/2022- PGE, falecimento de policial militar. COVID-19. Instrução processual completa. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000189/2023

Ementa Promoção por tempo de serviço. Oficial da polícia militar. Requisitos da Lei Estadual nº 8.388/2016. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000190/2023

Ementa Promoção por tempo de serviço. Oficial da polícia militar. Requisitos da Lei Estadual nº 8.388/2016. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000191/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar Simplificado (PADS). Abandono de cargo público. Requerimentos de licença sem vencimentos negados. Pandemia do covid-19. Servidores da área da saúde. Justificativas não acolhidas. Demissão.

PARECER SIMPLIFICADO 000192/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar Simplificado. Acumulação ilícita de cargos públicos. Professor. Agente administrativo. Má-fé configurada. Demissão.



PGE

Procuradoria
Consultiva

PARECER SIMPLIFICADO 000193/2023

Ementa Servidor público. Tempo de serviço prestado. Empresa pública. Averbação. Parecer referencial nº 000006/2021-PGE.
(TORNADO SEM EFEITO EM DECORRÊNCIA DO PARECER Nº 000827/2023).

PARECER SIMPLIFICADO 000195/2023

Ementa Pensão especial militar. Parecer Referencial nº 008/2019-PGE. Policial morto por consequência da atividade policial militar. Instrução processual completa. Cabimento. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000196/2023

Ementa Pensão especial militar. Parecer Referencial nº 003/2022 PGE. Instrução processual completa. Cabimento. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000197/2023

Ementa Pensão especial militar. Parecer Referencial nº 003/2022-PGE. Falecimento em decorrência da atividade policial militar. Instrução processual completa. Cabimento. Análise jurídica

PARECER SIMPLIFICADO 000198/2023

Ementa Processo Administrativo Disciplinar Simplificado (PADS). Abandono de cargo público. Pedido de exoneração antes da instauração do PADS. Nulidade total. Necessidade de apuração dos valores a serem ressarcidos ao erário.

PARECER SIMPLIFICADO 000199/2023

Ementa Pensão especial militar. Parecer Referencial nº 008/2019-PGE. Parecer Referencial nº 003/2022- PGE. Policial morto



por consequência da atividade policial militar. Instrução processual completa. Cabimento. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000200/2023

Ementa Pensão especial militar. Parecer Referencial nº 008/2019-PGE. Parecer Referencial nº 003/2022 PGE. Instrução processual completa. Cabimento. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000201/2023

Ementa Pensão especial militar. Parecer referencial nº 008/2019-PGE. Parecer referencial nº 003/2022-PGE. Falecimento em decorrência de acidente em serviço. Atividade policial militar. Instrução processual completa. Cabimento. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000202/2023

Ementa Servidor público. Abandono de cargo. Processo Administrativo Disciplinar Simplificado. Demissão.

PARECER SIMPLIFICADO 000203/2023

Ementa Qualificação de Organização Social. SEGEAM-Sustentabilidade, Empreendedorismo e Gestão em Saúde do Amazonas. Lei Estadual nº 5.980, de 19 de julho de 1996, e Decreto Estadual nº 21/2019. Requisitos parcialmente preenchidos.

PARECER SIMPLIFICADO 000204/2023

Ementa Pensão especial militar. Parecer Referencial nº 008/2019-PGE. Parecer Referencial nº 003/2022 PGE. Policial morto por consequência da atividade policial militar. Instrução processual completa. Cabimento. Análise jurídica.



PARECER SIMPLIFICADO 000205/2023

Ementa Qualificação de Organização Social. Instituto Social de Saúde São Lucas. Lei Estadual nº 5.980, de 19 de julho de 1996, e Decreto Estadual nº 21/2019. Requisitos preenchidos.

PARECER SIMPLIFICADO 000206/2023

Ementa Servidor público. Tempo prestado em exercício de cargo exclusivamente comissionado. Averbação. Parecer Referencial nº 000006/2021-PGE.

PARECER SIMPLIFICADO 000207/2023

Ementa Pensão especial militar. Parecer Referencial nº 003/2022-PGE, falecimento de policial militar. Covid-19. Instrução processual completa. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000208/2023

Ementa Pensão especial militar. Parecer Referencial nº 003/2022-PGE. Acidente em serviço não configurado. Ausência de nexo de causalidade. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000209/2023

Ementa Contratação Editora Fórum. Biblioteca Digital. Inexigibilidade de Licitação. Art. 74, I da Lei n. 14.133/2021. Fornecedor exclusivo.

PARECER SIMPLIFICADO 000210/2023

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial nº 003/2022-PGE, falecimento de Policial Militar. Covid-19. Instrução processual completa. Análise Jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000211/2023

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial n. 008/2019-PGE. Parecer referencial n. 003/2022- PGE, falecimento de



policial militar. Covid-19. Instrução processual completa. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000212/2023

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial nº 008/2019-PGE. Parecer Referencial nº 003/2022- PGE. Falecimento de Policial Militar. Covid-19. Instrução Processual completa. Análise Jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000215/2023

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial nº 008/2019-PGE. Parecer Referencial nº 003/2022- PGE. Falecimento em decorrência de acidente em serviço. Atividade Policial Militar. Instrução Processual completa. Cabimento. Análise Jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000216/2023

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial n. 008/2019-PGE. Parecer Referencial n. 003/2022- PGE. Ausência de nexo de causalidade. Instrução processual completa. Não cabimento. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000217/2023

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial nº 008/2019-PGE. Parecer Referencial nº 003/2022 PGE. Policial morto por consequência da atividade Policial Militar. Instrução Processual completa. Cabimento parcial. Análise Jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000218/2023

Ementa Oficial da Polícia Militar. Promoção “*POST MORTEM*”. Pensão Especial Militar. Parecer Referencial nº 003/2022- PGE. Atividade Policial Militar. Instrução processual completa. Cabimento. Análise Jurídica.



PGE

Procuradoria
Consultiva

PARECER SIMPLIFICADO 000219/2023

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial n. 003/2022 PGE. Policial morto por consequência da atividade policial militar. Instrução processual incompleta. Cabimento. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO

MANIFESTAÇÃO 000001/2023

Ementa Conselho de Justificação. Sobrestamento. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000002/2023

Ementa Conselho de Justificação. Sobrestamento e prorrogação de prazo. Fundamentos do pedido. Incidente de sanidade mental. Insuficiência do prazo para conclusão do procedimento. Indispensável comparecimento do militar justificante na perícia psiquiátrica. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000003/2023

Ementa Decreto Estadual visando a declaração de utilidade pública de imóveis. Documentos necessários à publicação do ato. Preenchimento dos requisitos indispensáveis ao ato. Publicação do decreto.

MANIFESTAÇÃO 000005/2023

Ementa Informações sobre riscos fiscais para o Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024.

MANIFESTAÇÃO 000006/2023

Ementa VPNI. Inteligência do art. 7º da Lei n. 9.322/2021. Natureza jurídica remuneratória complementar e variável. Tese firmada nesta PGE.



MANIFESTAÇÃO 000007/2023

Ementa Acordo de cooperação. Tesouro. Cláusulas complementares. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000008/2023

Ementa Incorporação de gratificação. Reforma trabalhista. Entendimento firmado nesta PGE. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000009/2023

Ementa Prescrição da pretensão punitiva. Registros funcionais. Impossibilidade. Precedentes do STF.

MANIFESTAÇÃO 000010/2023

Ementa Conselho de Justificação. Prorrogação de prazo. Sobrestamento anterior. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000011/2023

Ementa Desapropriação. Mudança substancial do laudo de avaliação. Recomendação de expedição de novo Decreto expropriatório com cláusula revogando o Decreto de desapropriação publicado.

MANIFESTAÇÃO 000012/2023

Ementa Contrato de gestão. Organização Social Pró-saúde. Inexecução contratual. Processo administrativo. Recurso hierárquico. Utilização de conta-corrente estranha ao contrato. Inadimplência trabalhista. Desqualificação da OS. Multa. Provimento parcial do recurso. Vício de competência no ato de desqualificação.

MANIFESTAÇÃO 000013/2023

Ementa SEDUC. Pedido revisão. Enquadramento. Admissibilidade. Efetivo exercício do magistério. Cessão que não caracteriza efetivo exercício do magistério. Análise jurídica.



MANIFESTAÇÃO 000014/2023

Ementa Minuta de Projeto de Lei que institui a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000016/2023

Ementa Averbação de tempo de serviço. Apresentação de novas certidões retificadas. Pleito de alteração dos efeitos em relação à licença prêmio.

MANIFESTAÇÃO 000017/2023

Ementa Contrato de gestão. Organização Social Pró-Saúde. Inexecução contratual. Processo Administrativo. Recurso hierárquico. Utilização de conta-corrente estranha ao contrato. Inadimplência trabalhista. Desqualificação da OS. Multa. Provimento parcial do recurso. Vício de competência no ato de desqualificação.

MANIFESTAÇÃO 000018/2023

Ementa Desapropriação. Novo decreto expropriatório com artigo revogando o decreto de desapropriação publicado.

MANIFESTAÇÃO 000019/2023

Ementa Conselho de Justificação. Prorrogação de prazo. Tempo insuficiente para conclusão dos trabalhos. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000020/2023

Ementa Análise de projeto de lei. Programa de Incentivo à Indicação Geográfica e Marcas Coletivas do Estado do Pará. SEDAP. SEPLAD. Manifestações. Competência. Diligência.

MANIFESTAÇÃO 000021/2023

Ementa Conselho de Justificação. Sobrestamento. Impossibilidade. Requerimento posterior ao término do prazo. Nova designação dos integrantes do colegiado. Análise jurídica.



MANIFESTAÇÃO 000022/2023

Ementa Alteração de Decreto estadual. Regularização fundiária de áreas públicas. Competência do ITERPA. Possibilidade. Necessidade de oitiva do IDEFLOR.

MANIFESTAÇÃO 000023/2023

Ementa Servidor público. Efetivo exercício do magistério. Enquadramento funcional. Cessão. Ato do chefe do poder executivo.

MANIFESTAÇÃO 000024/2023

Ementa Pensão especial. Servidor civil. COVID-19. Beneficiário habilitado. Diligência atendida. Demonstração de cálculo completa. Deferimento.

MANIFESTAÇÃO 000025/2023

Ementa Contrato de gestão. Organização Social Pró-Saúde. Inexecução contratual. Processo administrativo. Recurso hierárquico. Utilização de conta-corrente estranha ao contrato. Inadimplência trabalhista. Desqualificação da OS. Multa. Provimento parcial do recurso. Vício de competência no ato de desqualificação.

MANIFESTAÇÃO 000026/2023

Ementa Projeto de lei. Minuta PGE. Pequena alteração de redação. Técnica legislativa. Clareza e precisão. Análise.

MANIFESTAÇÃO 000027/2023

Ementa Militar estadual. Oficial. Conselho de Justificação já remetido ao Tribunal de Justiça. Pleito de reconhecimento administrativo de prescrição disciplinar. Pedido de reconsideração. Sugestão de indeferimento.



MANIFESTAÇÃO 000028/2023

Ementa Recondução. Servidor público estadual. Requisitos. Serviço militar temporário. Nulidade do ato de exoneração. Autotutela da Administração.

MANIFESTAÇÃO 000029/2023

Ementa Relação dos Precatórios e Requisições de Pequeno Valor (RPVS) que irão constar na Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2024.

(SUPERADA PELA MANIFESTAÇÃO Nº 000046/2023).

MANIFESTAÇÃO 000030/2023

Ementa Regularidade do instrumento. Interesse público. Observância dos requisitos legais. Possibilidade jurídica. Parecer aprovado. Assinatura pelo Exmo. Governador.

MANIFESTAÇÃO 000031/2023

Ementa Regularidade do instrumento. Interesse público. Observância dos requisitos legais. Possibilidade jurídica. Parecer aprovado. Assinatura pelo Exmo. Governador.

MANIFESTAÇÃO 000032/2023

Ementa Regularidade do instrumento. Interesse público. Observância dos requisitos legais. Possibilidade jurídica. Parecer aprovado. Assinatura pelo Exmo. Governador.

MANIFESTAÇÃO 000033/2023

Ementa Regularidade do instrumento. Interesse público. Observância dos requisitos legais. Possibilidade jurídica. Parecer aprovado. Assinatura pelo Exmo. Governador.



MANIFESTAÇÃO 000034/2023

Ementa Regularidade do instrumento. Interesse público. Observância dos requisitos legais. Possibilidade jurídica. Parecer aprovado. Assinatura pelo Exmo. Governador.

MANIFESTAÇÃO 000038/2023

Ementa Conselho de Justificação. Declaração de nulidade parcial. Composição de novo Conselho de Justificação. Decreto. Análise de legalidade.

MANIFESTAÇÃO 000039/2023

Ementa Decreto que cria o Comitê Estadual de Avaliação e Suporte para Captação de Recursos relacionados às Políticas Públicas sobre mudanças Climáticas no Estado do Pará (COMCAR-CLIMA). Análise de legalidade.

MANIFESTAÇÃO 000040/2023

Ementa Conselho de Justificação. Policial militar. Oficial militar. Tráfico de drogas. Transgressão grave. Mera retirada. Nova instauração. Hipótese do art. 129, inciso i, alínea “c”, da Lei estadual nº 6.833/2006 [Código de Ética e Disciplina da Polícia Militar do Estado do Pará (CEDPMPA)]. Competência do Exmo. Sr. Governador do Estado. Requisitos legais. Não preenchimento. Devido processo legal. Prescrição. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000041/2023

Ementa Pensão especial militar. Retificações sucessivas. Superveniência de beneficiário. Fase de pagamento. Identificação de inconsistências no Decreto n. 502/2020. Análise. Regularidade.

MANIFESTAÇÃO 000042/2023

Ementa Pregão eletrônico. Aplicação de penalidades administrativas. Pedido de reconsideração em recurso administrativo. Lei n. 8.666/93. Inadmissível.



MANIFESTAÇÃO 000045/2023

Ementa Decreto que cria o Comitê Estadual de Avaliação e Suporte para Captação de Recursos relacionados às Políticas Públicas sobre Mudanças Climáticas no Estado do Pará (COMCAR-CLIMA). Viabilidade jurídica da edição do ato.

MANIFESTAÇÃO 000046/2023

Ementa Relação dos Precatórios e Requisições de Pequeno Valor (RPVS) que irão constar na Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2024. **(SUPEROU A MANIFESTAÇÃO Nº 000029/2023).**

MANIFESTAÇÃO 000048/2023

Ementa Conselho de justificação. Policial militar. Oficial militar. Tráfico de drogas. Transgressão grave. Mera retirada. Nova instauração. Hipótese do art. 129, inciso i, alínea “c”, da Lei Estadual nº 6.833/2006 [Código de Ética e Disciplina da Polícia Militar do Estado do Pará (CEDPMPA)]. Competência do Exmo. Sr. Governador do Estado. Requisitos legais. Preenchimento. Devido processo legal. Prescrição.

MANIFESTAÇÃO 000049/2023

Ementa Licitação. Pregão eletrônico. Lei nº 14.133/2021. Serviços de manutenção corretiva e preventiva de elevador.

MANIFESTAÇÃO 000051/2023

Ementa Anteprojeto de Lei. Programa de incentivo ao cumprimento de metas da educação básica. Programa escola que transforma. Análise conclusiva.

MANIFESTAÇÃO 000052/2023

Ementa Gratificação de Economia dos Procuradores do Estado.

MANIFESTAÇÃO 000053/2023

Ementa Conferência do Clima das Nações Unidas COP 30. Memorando de Entendimento (MOU) entre o Estado do Pará e a AIRBNB Plataforma



Digital LTDA. Verificação do cumprimento dos ajustes sugeridos pelas partes.

MANIFESTAÇÃO 000054/2023

Ementa Conselho de Justificação. Sobrestamento. Afastamento dos integrantes do Colegiado. Possibilidade.

MANIFESTAÇÃO 000057/2023

Ementa Pensão Especial Militar. Indícios de ilegalidade no ato concessivo. Processo Invalidador. Instauração por Ato do Chefe do Poder Executivo. Competência do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social (IGEPPS) para processamento.

NOTA TÉCNICA

NOTA TÉCNICA 000001/2023

Ementa Projeto de Lei que "Declara como Patrimônio Cultural de Natureza Material e Imaterial, Paisagístico e Ecológico do Estado do Pará, o Farol de Salinópolis". Iniciativa parlamentar.

NOTA TÉCNICA 000002/2023

Ementa Projeto de Lei que prevê cota para negros em concursos públicos. Possíveis alterações. Sugestão de reanálise por parte dos órgãos interessados. Destinatários das cotas. Critérios de heteroidentificação. Percentual.

NOTA TÉCNICA 000003/2023

Ementa Projeto Porto Futuro II. Obra pública. Licitação pública. Considerações acerca do regime jurídico aplicável à licitação, da modalidade licitatória, do tipo e regime de execução, dos requisitos da fase interna e da minuta de edital.



NOTA TÉCNICA 000004 /2023

Ementa Projeto de Lei. Dispõe sobre a criação de cargos no quadro de pessoal do Ministério Público de Contas do Estado do Pará. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 000005/2023

Ementa Projeto de Lei. Reconhecimento como patrimônio cultural de natureza imaterial. Interesse de possível comunidade tradicional. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 000006/2023

Ementa Repetição de indébito. ICMS-ST. Diferença entre base de cálculo presumida e base de cálculo real. Forma de apuração. Necessidade de esclarecimentos da SEFA.

NOTA TÉCNICA 000007/2023

Ementa Fundo de Desenvolvimento da Citricultura do Estado do Pará. Natureza jurídica. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 000008/2023

Ementa Projeto de lei. Dispõe sobre o subsídio dos membros do Ministério Público do Estado do Pará. Inexistência de vícios de ordens formal e material.

NOTA TÉCNICA 000009/2023

Ementa Projeto de Lei Complementar. Altera dispositivos da Lei Complementar nº 057, de 6 de julho de 2006. Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará. Análise prévia à sanção ou veto pelo Exmo. Governador do Estado. Inexistência de vícios formal e material.

NOTA TÉCNICA 000010/2023

Ementa Projeto de Lei. Dispõe sobre o subsídio da Magistratura do Poder Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Análise prévia à



sanção ou veto pelo Exmo. Governador do Estado. Inexistência de vícios de natureza formal ou material.

NOTA TÉCNICA 000011/2023

Ementa Projeto de lei que institui a Campanha Junho Verde, no âmbito do Estado do Pará. Proteção ao meio ambiente. Iniciativa parlamentar.

NOTA TÉCNICA 000012/2023

Ementa Projeto de indicação nº 23/21. Instituição do Programa Órfãos do Feminicídio. Análise de legalidade. Aspectos de conveniência e oportunidade levantados pelos órgãos afetos. Processo encaminhado para deliberação da SEPLAD.

NOTA TÉCNICA 000013/2023

Ementa Projeto de lei. Obrigatoriedade de remoção dos cabos subterrâneos e fiação aérea, excedentes e sem uso, instalados por concessionárias. Competência da união para legislar sobre telecomunicações e energia elétrica. Competência concorrente dos entes federativos para legislar sobre meio-ambiente, controle da poluição e direito urbanístico. Possíveis interpretações do alcance do interesse local. Princípio da subsidiariedade. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 000014/2023

Ementa Projeto de lei que dispõe sobre a instalação de brinquedos adequados ou adaptados para crianças portadoras de deficiências em locais públicos e privados de lazer estabelecidos no estado do Pará. Ausência de usurpação de competência do governador do estado. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 000015/2023

Ementa Projeto de lei. Determina às concessionárias de serviço público energia elétrica e água a expedir notificação (ar) comunicando a vistoria técnica. Competência da união para legislar sobre energia elétrica e água. Competência concorrente dos entes federativos



para legislar sobre direito do consumidor. Entendimentos STF. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 000016/2023

Ementa Projeto de Lei. Declara e reconhece o Festival da Mandioca Itabocaense na Vila do Livramento Itabocal, no município de Irituia, integrante do Patrimônio Imaterial de Natureza Cultural e Gastronômico do Estado do Pará. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 000017/2023

Ementa Projeto de Lei. Dispõe acerca da obrigatoriedade dos hospitais e maternidades públicas e privadas, no âmbito do Estado do Pará, de prestarem orientações para primeiros socorros em caso de engasgamento, aspiração de corpo estranho, asfixia e prevenção da morte súbita de recém-nascido. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 000018/2023

Ementa Projeto de lei. “Dispõe sobre o caráter permanente do laudo médico pericial para as pessoas diagnosticadas com o Transtorno do Espectro Autista (TEA), no Estado do Pará”. Sanção ou veto. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 000019/2023

Ementa Projeto de lei. Estabelece a obrigatoriedade de as revendedoras informarem a procedência dos veículos usados que estão expondo para venda. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 000020/2023

Ementa Projeto de lei. Estabelece diretrizes para a implementação de ações de prevenção e controle do diabetes em crianças e adolescentes matriculados nas escolas da Rede de Ensino Público e Privado do Estado do Pará. Iniciativa parlamentar. Análise jurídica acerca da regularidade formal e material do projeto.



NOTA TÉCNICA 000021/2023

Ementa Premissas acerca da alteração do contrato de gestão. Requerimento de aditivo contratual para reequilíbrio econômico-financeiro.

NOTA TÉCNICA 000022/2023

Ementa Projeto de lei. Obrigatoriedade de recolhimento de medicamentos domiciliares vencidos ou em desuso para descarte correto através de logística reversa. Interesse público. Proteção ao meio ambiente.

NOTA TÉCNICA 000023/2023

Ementa Projeto de lei n. 463/21. Obrigatoriedade de inserção, nas placas de atendimento prioritário da Administração Pública do Estado do Pará, do símbolo mundial de conscientização do Transtorno do Espectro Autista (TEA).

NOTA TÉCNICA 000024/2023

Ementa Parcerias com Organizações da Sociedade Civil (OSC). Recursos decorrentes de emendas parlamentares individuais. Questões diversas.

NOTA TÉCNICA 000025/2023

Ementa Projeto de lei. Transferência. Remoção. Pedido da servidora pública. Violência doméstica e familiar contra a mulher. Matéria afeta a regime jurídico dos servidores públicos. Vício de competência. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 000027/2023

Ementa Projeto de lei. “Dispõe sobre a Política Estadual de Proteção dos Direitos das Pessoas com Transtornos Mentais e Sofrimento Psíquico.” Sanção ou veto. Análise jurídica.



NOTA TÉCNICA 000028/2023

Ementa Lei estadual que rege as carreiras da área-meio da Secretaria de Estado de Planejamento e Administração. Sugestões de alteração. Necessidade de análise acurada da SEPLAD.

NOTA TÉCNICA 000030/2023

Ementa Projeto de lei que dispõe sobre a disponibilização de recipiente para o armazenamento de máscaras para os clientes de restaurantes, bares e estabelecimentos similares. Iniciativa parlamentar. Fim da emergência de saúde pública de importância internacional referente à COVID-19. Violação do princípio constitucional da livre iniciativa.

NOTA TÉCNICA 000031/2023

Ementa Projeto de lei n. 275/19. Projeto de Preservação da Vida.

NOTA TÉCNICA 000032/2023

Ementa Ambiente Promotor de Inovação. Criação de Parque CT&I. Instrumentos jurídicos. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 000033/2023

Ementa Projeto de lei n. 340/21. "Estabelece, no âmbito do Estado do Pará, Programa Estadual de Atendimento e Acompanhamento às Pessoas Portadoras da Síndrome da Fibromialgia." Sanção ou Veto. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 000034/2023

Ementa Projeto de lei. Criação de cota a mulheres em situação de vulnerabilidade econômica decorrente de violência doméstica e familiar nos contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra. Análise jurídica.



NOTA TÉCNICA 000035/2023

Ementa NAI. Limites de competência da Polícia Militar. Segurança dos tutelados. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 000036/2023

Ementa Projeto de lei. Dispõe sobre o apoio médico e psicológico aos policiais civis, militares e bombeiros vinculados à Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social. Vício de iniciativa. Sugestão de veto.

NOTA TÉCNICA 000037/2023

Ementa Projeto de Lei n. 351/22. Política Estadual de Combate à Gagueira.

NOTA TÉCNICA 000038/2023

Ementa Projeto de lei que institui a Política Estadual de Desenvolvimento Sustentável da Pesca e das Atividades das Mulheres Marisqueiras no Estado do Pará. Iniciativa parlamentar.

NOTA TÉCNICA 000039/2023

Ementa Projeto de Lei n. 246/23 “Dispõe sobre a criação do Fundo Estadual de Promoção do Trabalho Digno e de Erradicação do Trabalho em condições análogas às de escravo no Pará (FUNTRAD/PA).” Sanção ou Veto. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 000041/2023

Ementa Projeto de lei que declara e reconhece de utilidade pública para o Estado do Pará o Templo Adjano do Amanhecer. Análise de legalidade. Sanção do Governador.

NOTA TÉCNICA 000042/2023

Ementa COHAB. Acesso à informação. Atas dos Conselhos de Administração e Fiscal.



NOTA TÉCNICA 000043/2023

Ementa ITERPA. Inexigibilidade de licitação. Contratação SICARF. Requisitos legais.

NOTA TÉCNICA 000044/2023

Ementa COSANPA. Empregados públicos. Programa de Incentivo à Aposentadoria. Programa de Demissão Voluntária (PDV). Adesões. Acordo coletivo de trabalho 2023/2025. Dispensa sem justa causa. Efeitos.

NOTA TÉCNICA 000045/2023

Ementa LC n. 195/2022. Lei Paulo Gustavo. Execução de recursos emergenciais. Efeitos da pandemia da COVID-19.

NOTA TÉCNICA 000046/2023

Ementa Projeto de lei. Obrigatoriedade de as empresas prestadoras de serviços e concessionárias de águas, luz, telefone e internet inserirem, nas faturas de consumo, mensagem de incentivo à doação de sangue. Análise dos fundamentos para sanção.

NOTA TÉCNICA 000047/2023

Ementa Projeto de lei n. 142/23. Virada cultural paraense. Sanção ou Veto.

NOTA TÉCNICA 000048/2023

Ementa Projeto de lei. Obrigatoriedade de *podium* adaptado nas competições esportivas que possuem pessoas com deficiência participando.

NOTA TÉCNICA 000049/2023

Ementa Projeto de lei n. 363/23. Proibição de cobrança pela utilização de banheiros públicos em estações rodoviárias e terminais hidroviários. Sanção ou Veto.



NOTA TÉCNICA 000050/2023

Ementa Projeto de lei. Institui Campanha permanente de combate ao assédio sexual contra a mulher no Sistema Estadual de Transporte Público Coletivo de Passageiros.

NOTA TÉCNICA 000051/2023

Ementa Projeto de lei que dispõe sobre a validade do laudo médico que atesta a síndrome de fibromialgia. Definição da doença. Possível ausência de interesse público. Efeitos do laudo. Benefícios e aposentadoria de servidores. Vício de competência. Efeitos do laudo. Normas gerais da União. Possibilidade de veto parcial.

NOTA TÉCNICA 000052/2023

Ementa Projeto de lei. Dispõe sobre a inclusão de pessoas com disfunções linfáticas, primárias ou secundárias, como pessoa com deficiência, no âmbito do Estado do Pará.

NOTA TÉCNICA 000053/2023

Ementa Projeto de lei que cria a obrigatoriedade de inserção de código QR em todas as placas de obras públicas estaduais, para leitura e fiscalização eletrônica. Iniciativa parlamentar. Ausência de vício formal. Sugestão de veto parcial.

NOTA TÉCNICA 000054/2023

Ementa Projeto de lei. "Institui a Política Estadual de Valorização da Mulher no Campo". Sanção ou Veto.

NOTA TÉCNICA 000055/2023

Ementa Projeto de Lei que dispõe sobre a obrigatoriedade de devolução da taxa de matrícula pelas universidades privadas em caso de desistência. Iniciativa parlamentar. Ausência de vício formal. Sugestão de veto parcial.



NOTA TÉCNICA 000056/2023

Ementa Projeto de Lei. Institui o Programa de Residência Jurídica (PRJ), no âmbito da Procuradoria-Geral do Estado do Pará. Vício de iniciativa. Sugestão de veto.

NOTA TÉCNICA 000057/2023

Ementa Projeto de Lei. Dispõe sobre a criação de restaurantes populares em cidades com mais de 100.000 (cem mil) habitantes, no âmbito do Estado do Pará. Criação de encargos administrativos e despesa para a administração pública estadual. Vício de iniciativa. Fundamentos para o veto integral.

NOTA TÉCNICA 000058/2023

Ementa Projeto de Lei. Política estadual de ações afirmativas.

NOTA TÉCNICA 000059/2023

Ementa Corpo de Bombeiros Militar do Pará. Concurso Público. Ingresso no Curso de Formação de Oficiais (CFO/BM/2023) e no Curso de Formação de Praças (CFP/BM/2023). Minutas de Editais. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 000060/2023

Ementa Projeto de Lei nº 49/23. Alteração da Lei Estadual nº 5.810/1994. Licença às servidoras públicas que comprovem sintomas graves associados ao fluxo menstrual. Sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 000061/2023

Ementa Projeto de Lei nº 349/22. Política estadual para o estímulo da atividade de cuidador de idosos. Sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 000062/2023

Ementa Projeto de Lei. Altera a Lei Estadual nº 6.347/2000. Autorização de acesso para prestação de assistência religiosa em hospitais públicos e privados no estado do Pará.



NOTA TÉCNICA 000063/2023

Ementa Projeto de Lei. Estabelece a Política Estadual de Estímulo ao Empreendedorismo na Terceira Idade, no âmbito do Estado do Pará.

NOTA TÉCNICA 000064/2023

Ementa Projeto de Lei nº 218/21. Obrigatoriedade de os hospitais públicos geridos por Organizações Sociais possuírem médico regulador auditor em seu quadro funcional. Sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 000065/2023

Ementa Projeto de Lei nº 232/2023. Dispõe sobre determinação que as concessionárias de serviço público de fornecimento de água, energia elétrica e gás no Estado do Pará divulguem em suas faturas os números para denúncias de violência contra mulher, no âmbito doméstico - familiar. Ausência de vício formal e material. Sanção ou veto político. Possibilidade.

NOTA TÉCNICA 000066/2023

Ementa Projeto de Lei nº 128/23. Observatório da Mulher. Política Estadual para o Sistema Integrado de Informações de Violência contra a Mulher. Sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 000067/2023

Ementa Projeto de Lei n. 94/19. Inibe a utilização da religião cristã de forma a satirizar, ridicularizar e/ou toda e qualquer outra maneira de menosprezar ou vilipendiar seus dogmas e crenças. Sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 000068/2023

Ementa Projeto de Lei nº 296/2023. Divulgação da cartilha “Eu me protejo porque meu corpinho é meu”. Rede de prevenção e violência contra crianças e adolescentes. Ausência de vício formal e material. Sanção ou veto político. Possibilidade.



NOTA TÉCNICA 000069/2023

Ementa Nota técnica. IPVA. Benefício fiscal. Veículos movidos à propulsão elétrica. Devolução do quota-parte dos municípios. Vedação à vinculação de receitas de impostos. Impossibilidade de renúncia a receita pertencente aos municípios. Recomendação de veto integral.

NOTA TÉCNICA 000070/2023

Ementa Projeto de Lei. Institui o alerta obrigatório, realizado pelas companhias de telefonia móvel aos seus usuários, quando houver a ocorrência de desaparecimento de crianças e adolescentes, no âmbito do Estado do Pará. Razões de veto.

NOTA TÉCNICA 000071/2023

Ementa Projeto de Lei nº 34/2023. Institui o prêmio “Escola Amiga da Natureza”, no âmbito do Estado do Pará. Ausência de vício formal e material. Sanção ou veto político. Possibilidade.

NOTA TÉCNICA 000072/2023

Ementa Projeto de Lei nº 17/23. Proibição de fabricação, venda e comercialização de armas de fogo e armas brancas de brinquedo. Sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 000073/2023

Ementa Projeto de Lei nº 380/2023. Substituição do pictograma de sinalização indicativa de serviços prioritários à pessoa idosa. Ausência de vício formal e material. Sanção ou veto político. Possibilidade.

NOTA TÉCNICA 000074/2023

Ementa Projeto de Lei. Assembleia Legislativa do Estado do Pará. Institui a Carteira Estadual de Artesão. Vício de iniciativa. Criação de atribuições para a Administração. Regulamentação de profissões. Competência legislativa da União. Veto integral.



NOTA TÉCNICA 000075/2023

Ementa Projeto de Lei nº 443/2023. Responsabilização por atos racistas e de ódio. Veto parcial.

NOTA TÉCNICA 000076/2023

Ementa Projeto de Lei nº 30/22. Acrescenta e altera dispositivos à Lei nº 9.262, de 22 de abril de 2021. Estatuto da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

NOTA TÉCNICA 000077/2023

Ementa Projeto de Lei n. 64/23. Garantia às mulheres vítimas de violência doméstica a prioridade no atendimento de Programas Sociais. Sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 000078/2023

Ementa Projeto de Lei que dispõe sobre a obrigatoriedade de bares, lanchonetes, restaurantes e congêneres em disponibilizar para os consumidores cardápio físico, em formato impresso. Iniciativa parlamentar. Direito do consumidor. Competência concorrente.

NOTA TÉCNICA 000079/2023

Ementa Projeto de Lei nº 289/22. Dispõe sobre a divulgação de mensagens incentivando a Doação de Sangue nos eventos esportivos e culturais do Estado do Pará.

NOTA TÉCNICA 000080/2023

Ementa Projeto de Lei que dispõe sobre a Política Estadual de Proteção e Atenção Integral aos Órfãos do Feminicídio no Estado do Pará. Iniciativa Parlamentar. Sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 000081/2023

Ementa Projeto de Lei n. 66/22. Programa Tarifa Social Baixa Renda. Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Inclusão. Sanção ou veto.



PGE

Procuradoria
Consultiva

NOTA TÉCNICA 000082/2023

Ementa Projeto de Lei nº 510/23. Análise de Constitucionalidade para fins de Sanção ou Veto. Proíbe trotes em telefones de Emergência do Estado.

NOTA TÉCNICA 000083/2023

Ementa Projeto de Lei. Assembleia Legislativa. Certificado Empresa Sustentável. Selo Verde. Análise formal e material.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000001/2023

Ementa Pelo exposto, conclui-se pela absolvição da servidora J.C.G.B, por ausência de caracterização das infrações disciplinares previstas nos artigos 177, I e VI, e 178, IV e XVII, da Lei Estadual nº 5.810/1994.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000002/2023

Ementa Pelo exposto, conclui-se pela absolvição do servidor V.C.G., considerando estar prescrita a pretensão punitiva do Estado, devendo ser aferido os valores pagos indevidamente, por meio do devido processo legal.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000003/2023

Ementa Pelo exposto, conclui-se pela aplicação da pena de demissão ao servidor, diante da caracterização do abandono de cargo, nos termos dos artigos 178, IV, e 190, II, da Lei Estadual n.º 5.810/94.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000004/2023

Ementa Pelo exposto, conclui-se pela absolvição do servidor, considerando a prescrição da pretensão punitiva disciplinar do Estado, devendo ser aferido



os valores pagos indevidamente, por meio de processo administrativo próprio.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000005/2023

Ementa Pelo exposto, conclui-se pela aplicação da pena de demissão à servidora, diante da caracterização do abandono de cargo, nos termos dos artigos 178, IV, e 190, II, da Lei Estadual n.º 5.810/94.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000006/2023

Ementa Pelo exposto, conclui-se pela aplicação da pena de demissão à servidora, diante da caracterização do abandono de cargo, nos termos dos artigos 178, IV, e 190, II, da Lei Estadual n.º 5.810/94.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000007/2023

Ementa Pelo exposto, conclui-se pela aplicação da pena de demissão à servidora, diante da caracterização do abandono de cargo e de ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 190, incisos II e IV, da Lei Estadual n. 5.810/94.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000008/2023

Ementa Pelo exposto, conclui-se pela absolvição do servidor, diante da não caracterização da infração constante no art. 178, IV, da Lei Estadual n.º 5.810/94

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000009/2023

Ementa Pelo exposto, conclui-se pelo: conhecimento do pedido de reconsideração como recurso hierárquico, para, no mérito, negar-lhe provimento; e convalidação da decisão administrativa proferida pelo Corregedor Geral Penitenciário para aplicar a penalidade de suspensão pelo prazo de 20 dias à



PGE

Procuradoria
Consultiva

servidora, diante da comprovação do abandono de posto de serviço essencial sem autorização, nos termos do art. 178, XIII, c/c o art. 189, caput, da Lei Estadual n. 5.810/1994, declarando apenas a nulidade da aplicação do art. 190, II, IV e XIX, da referida Lei.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000010/2023

Ementa Pelo exposto, conclui-se pela aplicação da pena de demissão à servidora, diante da caracterização do abandono de cargo, nos termos dos artigos 178, IV, e 190, II, da Lei Estadual n. 5.810/94.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000011/2023

Ementa Pelo exposto, conclui-se pela aplicação da pena de demissão à servidora, diante da caracterização do abandono de cargo, nos termos dos artigos 178, IV, e 190, II, da Lei Estadual n. 5.810/94.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000012/2023

Ementa Pelo exposto, conclui-se pela aplicação da pena de demissão à servidora, diante da caracterização do abandono de cargo, nos termos dos artigos 178, IV, e 190, II, da Lei Estadual n. 5.810/94.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000013/2023

Ementa Pelo exposto, conclui-se pela aplicação da pena de demissão à servidora, diante da caracterização do abandono de cargo, nos termos dos artigos 178, IV, e 190, II, da Lei Estadual n. 5.810/94.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000014/2023

Ementa Pelo exposto, conclui-se pela aplicação da pena de demissão à servidora, diante da caracterização do



PGE

Procuradoria
Consultiva

abandono de cargo, nos termos dos artigos 178, IV, e 190, II, da Lei Estadual n. 5.810/94.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000015/2023

Ementa Pelo exposto, conclui-se pela aplicação da pena de demissão à servidora, diante da caracterização do abandono de cargo, nos termos dos artigos 178, IV, e 190, II, da Lei Estadual n. 5.810/94.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000016/2023

Ementa Pelo exposto, conclui-se pela aplicação da pena de demissão ao servidor, diante da caracterização do abandono de cargo, nos termos dos artigos 178, IV, e 190, II, da Lei Estadual n. 5.810/94.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000017/2023

Ementa Pelo exposto, conclui-se pela aplicação da pena de demissão ao servidor, diante da caracterização do abandono de cargo, nos termos dos artigos 178, IV, e 190, II, da Lei Estadual n. 5.810/94.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000018/2023

Ementa Pelo exposto, conclui-se pela nulidade parcial do Processo Administrativo Disciplinar em análise, a partir da indicição do servidor (fls. 121/124-SAJ), para que a comissão processante solicite a realização de perícia psiquiátrica, nos termos do art. 216 da Lei Estadual n. 5.810/94

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000019/2023

Ementa Pelo exposto, conclui-se pela aplicação da pena de demissão à servidora, diante da caracterização do abandono de cargo, nos termos dos artigos 178, IV, e 190, II, da Lei Estadual n. 5.810/94.



PGE

Procuradoria
Consultiva

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000020/2023

Ementa

Diante de todo o exposto, sugere-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado que deixe de acatar o Relatório final, uma vez que está prescrita a pretensão punitiva do Estado, concluindo-se assim pela absolvição da servidora V.S.P., devendo ser aferido os valores pagos indevidamente, por meio do devido processo legal.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000021/2023

Ementa

Pelo exposto, conclui-se pela aplicação da pena de demissão ao servidor T.N.C.C., diante da caracterização do abandono de cargo, nos termos dos artigos 178, IV, e 190, II, da Lei Estadual n. 5.810/94

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000022/2023

Ementa

Pelo exposto, conclui-se pela aplicação da pena de demissão ao servidor R.L.S., diante da caracterização do abandono de cargo, nos termos dos artigos 178, IV, e 190, II, da Lei Estadual n. 5.810/94.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000023/2023

Ementa

Pelo exposto, conclui-se pela aplicação da pena de demissão ao servidor, diante da caracterização do abandono de cargo, nos termos dos artigos 178, IV, e 190, II, da Lei Estadual n. 5.810/94.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000024/2023

Ementa

Pelo exposto, conclui-se pela aplicação da pena de demissão à servidora P.P.B., diante da caracterização do abandono de cargo, nos termos dos artigos 178, IV, e 190, II, da Lei Estadual n. 5.810/94.



PGE

Procuradoria
Consultiva

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000025/2023

Ementa

Pelo exposto, conclui-se pela aplicação da pena de demissão ao servidor, diante da caracterização do abandono de cargo, nos termos dos artigos 178, IV, e 190, II, da Lei Estadual n. 5.810/94.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000026/2023

Ementa

Pelo exposto, conclui-se pela aplicação da pena de demissão à servidora, diante da caracterização do abandono de cargo, nos termos dos artigos 178, IV, e 190, II, da Lei Estadual n. 5.810/94.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000027/2023

Ementa

Pelo exposto, conclui-se pela absolvição do servidor, devendo ser deferido o pedido de exoneração, apresentado anteriormente a instauração do Processo Administrativo Disciplinar Simplificado (PADS) aqui analisado.



2024

PARECER

PARECER 000001/2024

Ementa Minuta de Decreto. Substituição Tributária. Internalização de convênios ICMS aprovados no âmbito do CONFAZ.

PARECER 000002/2024

Ementa Minuta de Decreto. Alíquota do ICMS. Energia elétrica e serviço de comunicação. Revogação. Necessidade de adequação à ADI 7.111/PA. ICMS sobre combustíveis. Submissão ao Regime de Tributação monofásica. Necessidade de adequação.

PARECER 000003/2024

Ementa Servidor Público ocupante do cargo de Advogado junto Fundação Estadual. Pleito de Gratificação de Dedicação Exclusiva. Inexistência do direito. Direito ínsito aos integrantes da carreira de Procurador Autárquico e Fundacional. Leis Estaduais N^ºs 6.873/2006 e 9.880/2023.

PARECER 000004/2024

Ementa Convênio de cessão de uso assinado em 2004. Fim de vigência próximo. Análise de contrato de cessão de uso de bens públicos. Aprovação do contrato de cessão de uso.

PARECER 000005/2024

Ementa Operação de crédito interna com garantias próprias. Caixa Econômica Federal. Projeto de aquisição de 265 ônibus para o Sistema Integrado de Transporte da Região Metropolitana de Belém. Análise da Minuta do contrato de empréstimo. Necessidade de ajustes.



PARECER	000006/2024
Ementa	Projeto de Lei que altera a competência da Polícia Científica do Estado do Pará. Perícias administrativas.
PARECER	000007/2024
Ementa	Exoneração e nomeação de membros do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA/PA). Análise jurídica.
PARECER	000008/2024
Ementa	Pensão Especial. Servidor Civil. Falecimento em decorrência de acidente em serviço. Termo inicial para pagamento. Instrução processual incompleta. Análise jurídica.
PARECER	000009/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Prescrição. Nulidade. Reabertura da instrução. Dever de investigação da comissão processante.
PARECER	000010/2024
Ementa	Decreto Estadual. Institui o Núcleo Regional de Integração da faixa de fronteira do Estado do Pará (NFPA) e o Comitê Executivo do NFPA, como órgão de governança e execução da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).
PARECER	000011/2024
Ementa	Proposta de Decreto. Feriados e pontos facultativos. Ano de 2024. Administração Pública Estadual. Análise jurídica.
PARECER	000013/2024
Ementa	Desapropriação. Decreto de utilidade pública para unidade de ensino em tempo integral em Icoaraci SEDUC. Documentos indispensáveis para expedição do Decreto de utilidade pública. Possibilidade.



PARECER	000014/2024
Ementa	Recurso Administrativo. Pedido de cessão de servidor. Preenchimento dos requisitos legais. Conhecimento e deferimento.
PARECER	000015/2024
Ementa	Minuta de Decreto. Alteração do Decreto Estadual n. 1.817, de 26 de agosto de 2021, que regulamenta a Lei Estadual n. 9.275, de 1º de junho de 2021. Programa Social Carteira Nacional de Habilitação “CNH Pai D'égua”.
PARECER	000016/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Conduta escandalosa. Assédio sexual. Prescrição penal. Valimento do cargo. Insuficiência de provas. Absolvição.
PARECER	000017/2024
Ementa	Doação imóvel urbano. Município de Breves como beneficiário. Vedação eleitoral. Lei n. 9.504, art. 73, §10. Análise <i>IN ABSTRACTO</i> sobre as condicionantes da Lei Ordinária Federal n. 14.133/2021.
PARECER	000018/2024
Ementa	Anteprojeto de Lei. Secretaria de Planejamento e Administração. Alteração da Lei n. 8.574, de 14 de dezembro de 2017. Operação de crédito externo. Programa Municípios Sustentáveis.
PARECER	000019/2024
Ementa	Nomeação de membros. Conselho Gestor do Programa Estadual de Integridade e Desenvolvimento da Cadeia Pecuária. Possibilidade. Análise jurídica.
PARECER	000020/2024
Ementa	Vencimento-base. Art. 11 da Lei Estadual n. 9.880/2023. Advogado. CONJUR/SESPA. AGA. Possibilidade jurídica.



PARECER 000021/2024

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). SEDUC. Valimento do cargo. Conduta escandalosa na repartição. Complementação da instrução processual. Nulidade parcial.

PARECER 000023/2024

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Secretaria de Estado de Educação (SEDUC). Assédio sexual. Valimento do cargo. Insuficiência de provas. Absolvição.

PARECER 000024/2024

Ementa Conselho de Justificação. Sobrestamento. Prazo. Competência. Chefe do Poder Executivo.

PARECER 000025/2024

Ementa Servidor Público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Fundo rotativo. Irregularidades na prestação de contas. Pendências solucionadas. Infrações não configuradas. Absolvição.

PARECER 000026/2024

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Secretaria de Estado de Educação. Aluna menor de idade. Troca de mensagens. Provas nos autos. Demissão.

PARECER 000027/2024

Ementa Promoção por ato de bravura. Preenchimento dos requisitos formais. Possibilidade.

PARECER 000028/2024

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. SEDUC. Instrução processual deficiente. Ausência de notificação pessoal. Anulação parcial. Análise jurídica.



PARECER	000029/2024
Ementa	Proposta de alteração do Decreto Estadual n. 2.939/23 para fixar critérios de transição para adesão à Atas de Registro de Preços firmadas com base na Lei Federal n. 8.666/93.
PARECER	000030/2024
Ementa	Servidor Público. Processo Administrativo Disciplinar. Prescrição afastada. Ausência de provas. Absolvção.
PARECER	000032/2024
Ementa	Imposto de Renda. Prestação de serviços de telefonia ao Estado do Pará por Pessoa Jurídica. Retenção do Imposto de Renda sobre o valor total das faturas cobradas no mês.
PARECER	000033/2024
Ementa	Análise de Minuta de aditivo contratual. Contrato de empréstimo firmado entre o Estado do Pará e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). PROFISCO III. Possibilidade jurídica. Viabilidade jurídica da Minuta de instrumento de alteração contratual.
PARECER	000034/2024
Ementa	Gleba “Bacajai”. Alteração dos pressupostos fáticos do Decreto n. 2.345/2010. Necessidade de sua revogação expressa. Paralelismo de formas. Influência sobre o Processo Judicial n. 0002333-50.2017.8.14.0005. Redirecionamento dos esforços administrativos para a regularização fundiária individualizada.
PARECER	000035/2024
Ementa	Servidor Público. Processo Administrativo Disciplinar. Conduta escandalosa. Requisitos. Não configuração. Violação aos princípios éticos, morais, às leis e regulamentos. Dever de urbanidade. Repreensão. Prescrição. Absolvção.



PARECER 000036/2024

Ementa Ministério Público de Contas do Estado do Pará. Lei Complementar Estadual n. 09/1992. Nomeação do Procurador-Geral de Contas. Biênio 2024/2026. Ausência de lista tríplice. Declinação da prerrogativa pelos interessados. Análise jurídica.

PARECER 000037/2024

Ementa SESPA. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Valimento do Cargo. Conduta Escandalosa na Repartição. Demissão.

PARECER 000038/2024

Ementa Lei Paulo Gustavo. Recursos descentralizados pela SECULT à FUNTELPA mediante Termo de Execução Descentralizada. Edital de apoio ao licenciamento de obras audiovisuais para exibição pela TV Cultura. Recursos destinados aos licenciantes selecionados. Forma de quitação dos recursos.

PARECER 000039/2024

Ementa Projeto de Indicação. Instituição da Campanha permanente de conscientização sobre Doenças e Agravos relacionados à intoxicação crônica por Agrotóxicos.

PARECER 000040/2024

Ementa Contribuição previdenciária. Exclusão da parcela remuneratória percebida em decorrência do exercício de cargo em comissão ou função de confiança. Persistência da possibilidade de opção de inclusão da vantagem na base de contribuição, conforme art. 86, § 2º, da Lei Complementar Estadual n. 039/2002.

PARECER 000041/2024

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Instrução probatória deficiente. Nulidade parcial. Dever de investigação da comissão processante.



PARECER	000042/2024
Ementa	SEAP. Processo Administrativo Disciplinar. Procedimento desidioso. Ausência de requisitos. Arquivamento.
PARECER	000043/2024
Ementa	Pensão especial. Viúva de ex-governador. Pretensão de restabelecimento do pagamento em virtude da decisão proferida na ADPF 745. Inviabilidade jurídica.
PARECER	000044/2024
Ementa	Exoneração e nomeação de membros do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA/PA). Análise jurídica.
PARECER	000045/2024
Ementa	Nomeação de membros do Comitê Estadual de Avaliação e Suporte para Captação de Recursos Relacionados às Políticas Públicas Estaduais sobre Conservação Ambiental e Mudanças Climáticas no Estado do Pará (COMCAR-CLIMA). Análise jurídica.
PARECER	000046/2024
Ementa	Agente público. Acidente de trânsito. Procedimento Administrativo de Reparação de Danos (PARD) a terceiros. Juízo de admissibilidade. Competência da Procuradoria-Geral do Estado. Lei Estadual n. 8.972/2020. Decreto Estadual n. 1.528/2021. Requisitos.
PARECER	000048/2024
Ementa	Convênio. Cessão de uso. Marinha do Brasil. Minuta de Termo Aditivo. Regularidade do instrumento.
PARECER	000049/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Militar. Competência para processamento e julgamento. Nulidade. Violação aos preceitos morais, éticos, às leis e regulamentos. Absolução. Valimento.



Desrespeitar ou procrastinar o cumprimento de decisão judicial.
Destituição do cargo em comissão.

PARECER 000050/2024

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Violação aos preceitos morais, éticos, às leis e regulamentos. Valimento. Utilização de pessoal ou recursos materiais de repartição em serviços ou atividades particulares. Demissão.

PARECER 000051/2024

Ementa Nomeação de membros. Conselho Estadual de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (CEPDDH). Análise jurídica.

PARECER 000052/2024

Ementa Exoneração e nomeação de membros para o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa (CEDPI-PA). Análise jurídica.

PARECER 000053/2024

Ementa PAD. Procedimento desidioso. Não configuração. Violação aos deveres de urbanidade, observância às ordens superiores e aos princípios éticos e morais. Convalidação da penalidade aplicada. Suspensão.

PARECER 000054/2024

Ementa Gratificação de Desempenho Institucional - GDI. Diferença decorrente de ação judicial SISPEMB. Cálculo da vantagem sobre o vencimento base. Lei n. 6.673/04.

PARECER 000055/2024

Ementa Anteprojeto de Lei. Destinação da matéria prima florestal. Competência Ambiental no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade.



PARECER	000056/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Ofensa física. Descaracterização. Inobservância a deveres funcionais. Ocorrência. Falta grave. Convalidação de portaria que aplicou a penalidade de suspensão.
PARECER	000057/2024
Ementa	Minuta de Decreto. Convênio ICMS n. 207/ 2023. Observância dos estritos Termos da Autorização Nacional. Constitucionalidade da Minuta. Análise jurídica.
PARECER	000058/2024
Ementa	Minuta de Decreto. Benefício fiscal. Extensão da isenção do ICMS na prestação de serviços de transporte de passageiros urbano ou metropolitano. Convênio ICMS n. 37/1989. Estimativa de impacto orçamentário-financeiro já realizada. Constitucionalidade da Minuta.
PARECER	000059/2024
Ementa	Estágio de estudantes. Processo Seletivo. Edital. Análise jurídica. Ajustes a realizar.
PARECER	000062/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Insuficiência de provas. Absolvição.
PARECER	000063/2024
Ementa	Conselho Estadual de Diversidade Sexual (CEDS/PA). Recondução dos representantes. Competência do Secretário de Estado. Portaria. Desnecessidade de Decreto.
PARECER	000064/2024
Ementa	Gravidez de risco. Exame admissional para cargo estadual. Princípios constitucionais. Precedentes jurisprudenciais.



PARECER	000065/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. SEDUC. Servidor público. Instrução probatória deficiente. Anulação parcial.
PARECER	000066/2024
Ementa	Secretaria de Estado de Administração Penitenciária. Processo Administrativo Disciplinar. Ofensa física. Insuficiência de provas de autoria e materialidade. Absolvição.
PARECER	000067/2024
Ementa	Prorrogação de Estado de Emergência Ambiental por mais 180 dias. Decreto Estadual n. 3.249, de 03 de agosto de 2023 que prorrogou o prazo de vigência do Decreto Estadual n. 2.887, de 07 de fevereiro de 2023. Análise jurídica.
PARECER	000068/2024
Ementa	Minuta de Acordo de Cooperação Técnica. <i>SUPREME AUDIT INSTITUTIONS - SAI20 SUMMIT</i> . Análise jurídica.
PARECER	000069/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. SEDUC. Concessão indevida de auxílio-natalidade e salário-família. Lesão aos cofres públicos. Improbidade administrativa. Demissão.
PARECER	000070/2024
Ementa	Homologação. Regimento interno. Conselho Estadual de Política Criminal e Penitenciária (CEPCP). Análise jurídica.
PARECER	000071/2024
Ementa	Termo de cessão de uso de bem imóvel a título gratuito. Instalação e operacionalização do escritório da ADEPARÁ para atendimento à comunidade no Município de Santa Bárbara do Pará. Viabilidade do instrumento jurídico. Observância dos requisitos legais.



PARECER 000072/2024

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Ausência de prestação de contas. Alteração da Lei de Improbidade Administrativa e da Jurisprudência. Exigência de dolo específico. Falta de prova. Absolvição.

PARECER 000073/2024

Ementa Exoneração e nomeação de membros para o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação do Estado do Pará (CASCs FUNDEBPA). Análise jurídica.

PARECER 000074/2024

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Falecimento de servidor público no curso do procedimento. Arquivamento.

PARECER 000075/2024

Ementa Escola Superior da Advocacia Pública (ESAP). Cursos sob demanda. Minuta de Resolução dispondo sobre valores das despesas diretas e indiretas envolvidas na sua realização.

PARECER 000076/2024

Ementa Servidores públicos. Processo Administrativo Disciplinar. Prescrição afastada. Insuficiência de provas. Absolvição.

PARECER 000077/2024

Ementa Servidor público. Médico. Jornada de trabalho. Aplicação do art. 63 do RJU, que define a jornada em trinta horas semanais. Cumprimento de jornada de trabalho inferior. Não configuração da infração de inassiduidade habitual. Necessidade de apuração administrativa de responsabilidades. Possível acumulação ilícita de cargos públicos e abandono de cargo.



PARECER	000078/2024
Ementa	Minuta de Decreto. Fixa montante de recursos financeiros destinados para a utilização, como incentivo fiscal, na realização de projetos culturais no Estado do Pará.
PARECER	000079/2024
Ementa	Minuta de Decreto. Alteração do Decreto Estadual n. 2.121/2018 e do Decreto Estadual n. 3.371/2023. Viabilidade de edição do Ato.
PARECER	000080/2024
Ementa	Exoneração e nomeação de membro do Conselho Estadual Penitenciário (COPEN). Análise jurídica.
PARECER	000081/2024
Ementa	Desapropriação da posse. Princípio da justa indenização. Aferição do valor da posse e das benfeitorias. Posse e detenção. Pagamento pelo valor de mercado.
PARECER	000082/2024
Ementa	Nomeação de membros. Conselho Estadual de Política de Promoção da Igualdade Racial (CONEPPIR). Análise jurídica.
PARECER	000083/2024
Ementa	Minuta de Decreto. Benefício fiscal. Bens destinados ao ativo imobilizado da rede hoteleira. Implementação de estrutura para atendimento à COP30. Inclusão de nova condicionante. Abatimento do imposto indicado no documento fiscal. Garantia de eficácia da Política Fiscal. Ausência de óbices formais e materiais.
PARECER	000084/2024
Ementa	Servidor Público. Concurso interno. Ocupante de função permanente de Procurador em Autarquia Estadual. Enquadramento na carreira de



Procurador Autárquico e Fundacional. Inconstitucionalidade. Autotutela Administrativa.

PARECER

000085/2024

Ementa

Minuta de Decreto. Importação de Gás Natural Liquefeito do Exterior. Regime de substituição tributária. Postergação do momento do pagamento do desembaraço aduaneiro para a saída realizada pelo importador. Manutenção da sujeição passiva. Inexistência de óbices formais ou materiais.

PARECER

000086/2024

Ementa

Adicional de titulação. Pós graduação estritamente ligada às funções institucionais da JUCEPA. Lei n. 9.625/2022.

PARECER

000087/2024

Ementa

Lei n. 14.133/2021. Contrato Administrativo. Dispensa parcial da documentação de habilitação. Art. 70, III, da Lei n. 14.133/2021. Abrangência: serviços e compras. Contratação de instrutores pela ESAP. Possibilidade jurídica de dispensa da comprovação de regularidade fiscal municipal.

PARECER

000088/2024

Ementa

Retificação de Decreto de nomeação. Erro administrativo devidamente comprovado.

PARECER

000089/2024

Ementa

Processo Administrativo Disciplinar. Servidor público. SEAP. Revelação de segredo. Informação sigilosa. Improbidade administrativa. Demissão.

PARECER

000090/2024

Ementa

Minuta do edital do segundo Processo Seletivo Simplificado para admissão ao Programa de Estágio em Pós-Graduação da Procuradoria-Geral do Estado.



PARECER

000091/2024

Ementa

Parecer do Órgão Jurídico para operação de crédito do Estado do Pará. Manifestação conforme exigência do manual para instrução de pleitos da Secretaria do Tesouro Nacional. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e social - BNDES. Plano de investimento COP 30 – investimentos em infraestrutura urbana e ampliação do acesso a equipamentos e serviços públicos, bem como para a redução de vulnerabilidades socioeconômicas, adaptação e/ou mitigação climática. Atendimento das condições.

PARECER

000093/2024

Ementa

Parecer do Órgão Jurídico para operação de crédito do Estado do Pará. Manifestação conforme exigência do manual para instrução de pleitos da Secretaria do Tesouro Nacional. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Plano de Investimento COP 30 – investimentos em infraestrutura urbana e ampliação do acesso a equipamentos e serviços públicos, bem como para a redução de vulnerabilidades socioeconômicas, adaptação e/ou mitigação climática. Atendimento das condições.

PARECER

000094/2024

Ementa

Parecer do Órgão Jurídico para operação de crédito do Estado do Pará. Manifestação conforme exigência do manual para instrução de pleitos da Secretaria do Tesouro Nacional. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Plano de Investimento COP 30 – investimentos em saneamento. Atendimento das condições.

PARECER

000095/2024

Ementa

Parecer do Órgão Jurídico para operação de crédito do Estado do Pará. Manifestação conforme exigência do manual para instrução de pleitos da Secretaria do Tesouro Nacional. Banco do Brasil. Projeto de instalação de estações para recarga de ônibus elétrico. Atendimento das condições.



PARECER	000096/2024
Ementa	Parecer do Órgão Jurídico para operação de crédito do Estado do Pará. Manifestação conforme exigência do manual para instrução de pleitos da Secretaria do Tesouro Nacional. Caixa Econômica Federal. Asfalto por todo Pará 3ª etapa. Atualização do Parecer n. 820/2023-PGE/PA. Atendimento das condições.
PARECER	000097/2024
Ementa	Decreto. Regulamentação da Lei Estadual n. 8.667/2018. Fundo Estadual da Pessoa Idosa (FUNEPI/PA).
PARECER	000098/2024
Ementa	Parecer do Órgão Jurídico para operação de crédito do Estado do Pará. Manifestação conforme exigência do manual para instrução de pleitos da Secretaria do Tesouro Nacional. Caixa Econômica Federal. Projeto de aquisição de frota de ônibus (SIT/RMB). Atualização do Parecer n. 818/2023-PGE/PA. Atendimento das condições.
PARECER	000099/2024
Ementa	Parecer do Órgão Jurídico para operação de crédito do Estado do Pará. Manifestação conforme exigência do manual para instrução de pleitos da Secretaria do Tesouro Nacional. Caixa Econômica Federal. Programa de investimentos em infraestrutura, saúde, segurança pública e tecnologia. Atualização do parecer n. 819/2023-PGE/PA. Atendimento das condições.
PARECER	000100/2024
Ementa	Parecer do Órgão Jurídico para operação de crédito do Estado do Pará. Manifestação conforme exigência do manual para instrução de pleitos da Secretaria do Tesouro Nacional. Caixa Econômica Federal. Infraestrutura por todo Pará. Atualização do Parecer n. 630/2023-PGE/PA. Atendimento das condições.



PARECER 000101/2024

Ementa Servidor Público. Processo Administrativo Disciplinar. Legítima defesa. Reconhecimento. Lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio. Não configuração. Absolvição. Análise jurídica.

PARECER 000102/2024

Ementa Doação de bens inservíveis. Período eleitoral. Impossibilidade. Art. 73, §10 da Lei n. 9.504/97. Manual de orientações para as eleições 2022- PGEPA. Vedação aplicada ao Estado em ano de Eleições Municipais.

PARECER 000103/2024

Ementa Pensão especial. Servidor Civil. Covid-19. Beneficiário habilitado. Termo inicial para pagamento. Instrução processual completa. Análise jurídica.

PARECER 000105/2024

Ementa Servidora lactante. Descanso durante a jornada de trabalho para amamentar o próprio filho, até a idade de seis meses. Art. 89 da lei estadual n. 5.810/94. Contornos jurídicos.

PARECER 000106/2024

Ementa Imposto de Renda. Prestação desserviço de telefonia ao Estado do Pará por Pessoa Jurídica. Retenção do imposto de Renda sobre o valor total das faturas cobradas no mês.

PARECER 000107/2024

Ementa Minuta de Decreto. Convênio ICMS 110/07. Alteração pelo convênio ICMS 197/22. Margem de valor agregada ou PMPF indicados em ato COTEPE. Aplicação ao período de 1º de janeiro a 31 de março de 2023. Possibilidade de aplicação com ressalva.



PARECER	000108/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Soltura indevida de detento. Falta grave. Suspensão. Art. 189 da Lei Estadual n. 5.810/94. Penalidade vinculada.
PARECER	000109/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP). Descumprimento de decisão judicial. Suspensão. Prescrição. Absolvição.
PARECER	000110/2024
Ementa	Análise encargo contratual estabelecido no contrato de Programa n. 01/2015, firmado entre a COSANPA e o Município de Belém alcance de sua cláusula décima, alínea 10.2, letra "S".
PARECER	000111/2024
Ementa	Ato administrativo em desconformidade com disposições legais e regulamentares. Desarquivamento com fundamento no art. 35, I, Lei 8.934/1994.
PARECER	000112/2024
Ementa	Projeto de Lei. Alteração das Leis Estaduais n. 7.584/2011 e 9.657/2022. Nomenclatura de cargos de provimento em comissão.
PARECER	000113/2024
Ementa	Contratos de gestão. Organização social pró-saúde. Inexecuções contratuais comprovadas. Processo administrativo de perda da qualificação como organização social. Competência do Exmo. Governador do estado.
PARECER	000114/2024
Ementa	Conselho de Justificação. Infrações disciplinares. Ofensa à honra pessoal, ao pundonor Policial Militar e ao decore de classe. Regularidade do Processo Administrativo Disciplinar. Decisão do



chefe do poder executivo. Acolhimento do relatório final. Remessa dos autos ao Tribunal de Justiça para julgamento.

PARECER 000115/2024

Ementa Serviços gráficos. Contratação através de Ata de Registro de Preços. Vinculação ao Edital. Conceito de serviço contínuo. Entendimento do TCU.

PARECER 000116/2024

Ementa Exoneração e nomeação de membro. Conselho Estadual de Saúde - CES/PA. Biênio 2022/2024. Análise jurídica.

PARECER 000117/2024

Ementa Desapropriação. Decreto de utilidade pública para construção da ponte de Outeiro. Documentos indispensáveis para expedição do decreto de utilidade pública. Possibilidade.

PARECER 000118/2024

Ementa Procedimento Administrativo Disciplinar. SEDUC. Pagamento indevido de auxílio-natalidade. Improbidade. Lesão aos cofres públicos. Demissão.

PARECER 000119/2024

Ementa Concessão de diárias. Tempo de deslocamento. Interpretação sistemática. Compatibilidade entre as Normas.

PARECER 000120/2024

Ementa Projeto de Lei. Concessão de reajuste aos profissionais da educação básica da rede pública de ensino do Estado do Pará.

PARECER 000121/2024

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP). Nulidade das decisões anteriores. Ofensa física. Demissão.



PARECER	000122/2024
Ementa	Procedimento Administrativo Disciplinar. SEDUC. Pagamento indevido de Auxílio-Natalidade e Salário Família. Improbidade. Lesão aos cofres públicos. Demissão.
PARECER	000123/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar Simplificado (PADS). Abono de faltas e licença médica concedida por médico particular. Ausência de perícia médica. Inassiduidade habitual. Doença crônica irreversível. Faltas justificadas. Apuração de possíveis pagamentos indevidos. Ressarcimento.
PARECER	000124/2024
Ementa	Alteração legislativa para retificação de erros na publicação. Conteúdo formal e material das alterações.
PARECER	000125/2024
Ementa	Empresa Estatal dependente. Adesão à Ata de Registro de Preços da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA). Inviabilidade jurídica.
PARECER	000126/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Ex-servidor temporário. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS). Valimento. Improbidade administrativa. Dilapidação do Patrimônio Estadual. Demissão.
PARECER	000127/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Ausência de documentos e procedimentos necessários à correta vistoria ambiental técnica. Ex-servidora pública temporária. Falta grave punível com suspensão. Ausência de vínculo com a Administração. Distrato de contrato temporário pelo decurso do prazo. Esgotamento da utilidade do exercício do poder disciplinar.



PARECER	000128/2024
Ementa	Termo de Execução Descentralizada - TED. PGE e SEMAS. Curso de capacitação. Requisitos legais.
PARECER	000129/2024
Ementa	Anteprojeto de Lei. Secretaria de Estado de Justiça. Alteração da Lei n. 7.029, de 30 de julho de 2007. Reestruturação. Criação de cargos de provimento efetivo e em comissão.
PARECER	000130/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Publicação de críticas e insatisfações a atos da Administração Pública. Aplicação de penalidade de suspensão pelo Corregedor Geral Penitenciário. Autoridade Administrativa incompetente. Convalidação.
PARECER	000131/2024
Ementa	Polícia Militar do Pará. Prestação de serviço de instrução/docência por pessoa vinculada a Regime Próprio de Previdência Social. Inexistência de ilegalidade do não recolhimento de contribuição previdenciária ao Instituto Nacional do Seguro Social.
PARECER	000132/2024
Ementa	Minuta de Decreto. Homologa a Resolução n. 02/2023- Conselho Gestor/FADEP.
PARECER	000133/2024
Ementa	COHAB. Contrato. Reequilíbrio econômico-financeiro. Repactuação. Ausência de preclusão lógica.
PARECER	000134/2024
Ementa	Operação de crédito interna com garantia da União. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social BNDES. Projeto Plano de Investimento COP 30 (plano de investimentos multissetorial para melhoria da infraestrutura urbana e ampliação do acesso a equipa-



mentos e serviços públicos na Região Metropolitana de Belém).
Análise da Minuta do contrato de empréstimo. Regularidade jurídica.

PARECER 000135/2024

Ementa Acúmulo ilegal de cargos. Direito de opção do servidor. Boa-fé. Exoneração. Inexistência de requerimento da servidora. Direito disponível. Impossibilidade de devolução das contribuições previdenciárias.

PARECER 000136/2024

Ementa ICMS. Internalização de convênios do CONFAZ. Dispositivos técnicos. Correspondência entre a minuta e os convênios. Dispositivos relativos a benefícios fiscais. Existência de estimativa de impacto orçamentário-financeiro. Inexistência de óbices formais ou materiais.

PARECER 000137/2024

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Ex-servidor público. Perda de prazos processuais. Desídia. Demissão.

PARECER 000138/2024

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Falsificação de diploma para ingresso em concurso público estadual. Valimento. Improbidade administrativa. Demissão.

PARECER 000139/2024

Ementa Servidor público. Perda do prazo para entrar no exercício do cargo público. Exoneração de ofício. Arts. 25, § 2º, e 59, parágrafo único, II, da Lei Estadual n. 5.810/94.

PARECER 000140/2024

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Furto de bem público. Peculato. Servidor Público. Realização de perícia psiquiátrica por junta médica oficial. Imprescindibilidade. Declaração de nulidade parcial do PAD.



PARECER	000141/2024
Ementa	Minuta de Decreto. Conselho superior da Polícia Civil. Regulamentação do procedimento denominado verificação de procedência das informações VPI. Homologação. Resolução CONSUP/PC-PA n. 002/2021.
PARECER	000142/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Ex-servidores públicos efetivos e temporários. Prescrição. Tipo penal. Inserção de dados falsos em sistema. Violação aos preceitos morais, éticos, às leis e regulamentos. Valimento. Penalidade. Demissão.
PARECER	000143/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Ausência de comunicação de crime à autoridade competente. Inexistência de transgressão disciplinar. Absolução.
PARECER	000144/2024
Ementa	Processo Administrativo disciplinar. Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP). Violência física. Demissão.
PARECER	000145/2024
Ementa	Acumulação de cargos públicos, empregos e funções. Vereador e empregado público. Incompatibilidade de horários. Análise de flexibilização no caso concreto.
PARECER	000146/2024
Ementa	Servidor Público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). SEDUC. Percebimento irregular de auxílio-natalidade. Valimento. Improbidade. Lesão aos cofres públicos. Conversão de distrato em demissão.



PARECER	000147/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. DETRAN/PA. Inserção de dados falsos em sistema de informação. Valimento. Demissão. Arquivamento.
PARECER	000148/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. SEDUC. Recebimento indevido de auxílio-natalidade e salário-família. Lesão aos cofres públicos. Improbidade administrativa. Demissão.
PARECER	000150/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Secretaria de Estado de Educação (SEDUC). Assédio sexual. Oitiva das vítimas de assédio pela comissão processante. Valimento do cargo. Conduta escandalosa na repartição. Demissão.
PARECER	000151/2024
Ementa	Anteprojeto de Lei. Conselho Estadual de Migrantes, Solicitantes de Refúgio, Refugiados e Apátridas. Vinculação administrativa. Alteração das Leis Estaduais n. 7.029/2007 e n. 9.662/2022.
PARECER	000152/2024
Ementa	Minuta de Decreto. Benefício Fiscal. Alteração do Decreto n. 2.703/2006 (RIPVA). Extensão da isenção do IPVA para pessoas com Síndrome de <i>Down</i> e veículos de transporte coletivo de passageiros que operam Sistema de Transporte Público na Região Metropolitana de Belém. Alterações da Lei Estadual n. 10.307/2023 na Lei Estadual n. 6.017/1996. Constitucionalidade da Minuta.
PARECER	000153/2024
Ementa	Minuta de Decreto. Alteração do Decreto Estadual n. 1.180, de 12 de agosto de 2008, que aprova o Regulamento, que trata da concessão, aplicação e a prestação de contas de recursos públicos sob a forma de suprimimento de fundos.



PARECER	000154/2024
Ementa	Anteprojeto de Lei. Altera a Lei Estadual n. 10.311/2023. TFRH. Descontos para pagamento durante o contencioso administrativo. Fixação de penalidade pecuniária. Constitucionalidade formal e material da minuta. Análise jurídica.
PARECER	000155/2024
Ementa	Minuta de Anteprojeto de Lei. Regime jurídico de ajustes a serem celebrados entre a Administração Pública e pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, para captação de recursos financeiros, patrimoniais, mobiliários ou imobiliários, serviços e outras formas de fomento a atividades, eventos e projetos de interesse público. Patrocínio. Análise jurídica.
PARECER	000156/2024
Ementa	Servidor Público. Demissão. Exercício do cargo público por força de decisão judicial precária em vigor há vários anos. Direito ao Abono de Permanência acaso preenchidos os requisitos para a Aposentadoria Voluntária.
PARECER	000157/2024
Ementa	Cargo em Comissão ou Função de Confiança. Distinção. Retribuição pecuniária. Lei n. 9583/2023.
PARECER	000158/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). SEAP. Insubordinação grave em serviço. Ausência de provas. Repreensão. Prescrição. Absolvição.
PARECER	000159/2024
Ementa	Minuta de Decreto. Regulamentação de concessão de diárias.



PARECER

000160/2024

Ementa

Minuta de Decreto. Benefício Fiscal. Gênero alimentício para alimentação escolar produzido por agricultor ou empreendedor familiar rural ou por suas organizações. Medicamento destinado a tratamento de Atrofia Muscular Espinal. Internalização das alterações promovidas pelos Convênios ICMS nºs 139/2023 e 145/2023 do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ). Alteração do Decreto estadual n. 4.676/2001. Estimativa de impacto orçamentário-financeiro já realizada. Regularidade da Minuta.

PARECER

000161/2024

Ementa

Anteprojeto de Lei. Alteração da Lei n. 5.530 de 13 de janeiro de 1989. ICMS. Adequação legislativa. ADC n. 49. Transferência de crédito. Remessas entre estabelecimentos do mesmo titular.

PARECER

000162/2024

Ementa

Minuta de Decreto. Regulamenta a gestão e a fiscalização de contratos administrativos e disciplina o procedimento de responsabilização por inexecução contratual no âmbito da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Estado do Pará.

PARECER

000163/2024

Ementa

Minuta de Decreto. Abastecimento de pescado no mercado interno. Semana Santa. Medidas Administrativas.

PARECER

000164/2024

Ementa

Supostas vítimas do incidente de Eldorado dos Carajás. Requerimento de pensão. Instituição de Comissão Especial. Lei n. 5.988/1996 e Decreto Estadual n. 116/2007. Aspectos de conveniência administrativa a serem avaliados.



PARECER	000165/2024
Ementa	Análise de Minuta de Decreto. Criação e estruturação do Comitê Intersetorial de Acompanhamento da Política Estadual da População em Situação de Rua. Análise jurídica.
PARECER	000166/2024
Ementa	Exoneração e nomeação de membro. Conselho Estadual de Saúde - CES/PA. Biênio 2022/2024. Análise jurídica.
PARECER	000167/2024
Ementa	Nomeação e recondução de membros do Conselho Fiscal da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER). Análise jurídica.
PARECER	000168/2024
Ementa	Exoneração e nomeação de membro do Conselho Estadual Penitenciário (COPEN). Análise jurídica.
PARECER	000169/2024
Ementa	Exoneração e nomeação de membro. Conselho Estadual de Saúde - CES/PA. Biênio 2022/2024. Análise jurídica.
PARECER	000170/2024
Ementa	Promoção por Ato de Bravura. Preenchimento dos requisitos formais. Possibilidade.
PARECER	000171/2024
Ementa	Exoneração e nomeação. Conselho Diretor da Fundação Carlos Gomes. Possibilidade.
PARECER	000172/2024
Ementa	Imposto de Renda. Serviços de montagem, desmontagem e locação de itens para realização de eventos. Retenção de Tributos na Fonte.



Lei n. 14.148/2021. Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE). Alíquota zero de IRPJ, CSLL, PIS E COFINS.

PARECER 000173/2024

Ementa Acordo de Cooperação Técnica entre o TJPA e a PGE para instalação e funcionamento do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC). Iniciativa assumida pelo Estado do Pará no Termo de Compromisso Público n. 05/2023, firmado com o TJPA. Análise jurídica.

PARECER 000174/2024

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). SEAP. Insubordinação grave em serviço. Ausência de provas. Absolvição.

PARECER 000175/2024

Ementa Projeto de Lei. Instituição da Política Estadual de Manejo Florestal Comunitário e Familiar. Análise jurídica. Adequação e juridicidade da minuta apresentada.

PARECER 000176/2024

Ementa Crédito tributário. Depósito judicial. Suspensão da exigibilidade. Art. 151, II do CTN. Juros de mora e correção monetária. Revisão do Tema n. 677 do STJ. Inaplicabilidade do precedente aos créditos fiscais. Cessação da responsabilidade do devedor. Arts. 9º, §4º e 11, §2º da LEF. Persistência dos fundamentos do Parecer nº 468/2017-PGE. Data e valor a ser considerados para a baixa do crédito tributário objeto do depósito.

PARECER 000177/2024

Ementa Exoneração e nomeação de membro do Comitê Estadual para a 30ª Conferência das partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 30). Análise jurídica.



PARECER	000178/2024
Ementa	Exoneração e nomeação de membro. Conselho Estadual de Saúde - CES/PA. Biênio 2022/2024. Análise jurídica.
PARECER	000179/2024
Ementa	Aditivo contratual. Acréscimo de 25%. Possibilidade. Análise jurídica.
PARECER	000180/2024
Ementa	Exoneração e nomeação de membros do Comitê de Investimentos – COINV. Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social – IGEPPS. Análise jurídica.
PARECER	000181/2024
Ementa	Acordo de Cooperação Técnica, a ser celebrado entre a União, por intermédio do Ministério das Mulheres, o Estado do Pará, o Tribunal de Justiça do Estado do Pará, o Ministério Público do Estado do Pará, a Defensoria Pública do Estado do Pará e o município de Ananindeua. Programa Mulher Viver sem Violência.
PARECER	000182/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Prescrição. Dever de urbanidade. Violação aos preceitos morais, éticos, às Leis e Regulamentos. Absolvição.
PARECER	000183/2024
Ementa	Homologação. Regimento Interno. Conselho Penitenciário (COPEN). Análise jurídica.
PARECER	000184/2024
Ementa	Conselho de Justificação. Instauração. Competência. Crime contra a Administração Pública. Concussão. Crime contra a pessoa. Tortura. Art. 129, I, “a”, da Lei Estadual n. 6.833/2006. Requisitos.



PARECER	000185/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Servidor público. Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP). Legítima defesa. Estrito cumprimento do dever legal. Absolvição.
PARECER	000186/2024
Ementa	Efeitos da invalidação de ato administrativo. Segurança jurídica. Modulação dos efeitos da decisão.
PARECER	000187/2024
Ementa	Fundação Pública de Direito Privado. Regime de pessoal da CLT. Licença remunerada para atividades classistas. Previsão em Acordo Coletivo de Trabalho.
PARECER	000188/2024
Ementa	SEAP. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Não observância aos princípios éticos, morais, às Leis e Regulamentos. Valimento. Corrupção. Improbidade. Demissão.
PARECER	000189/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Assédio sexual. Ausência de provas. Absolvição.
PARECER	000190/2024
Ementa	Anteprojeto de Lei. Alteração das Leis Estaduais n. 5.834/94, 8.096/2015 e 8.908/2019 e da denominação da Secretaria de Estado de Transportes (SETRAN) para Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (SEINFRA). Necessidade de alterações na minuta segundo a legislação vigente.
PARECER	000191/2024
Ementa	Parecer do Órgão Jurídico para Operação de Crédito do Estado do Pará. Manifestação conforme exigência do Manual para Instrução de Pleitos da Secretaria do Tesouro Nacional. BNDES – Banco Nacional



de Desenvolvimento Econômico e Social. Financiamento de Plano de Investimentos Multissetorial para melhoria da infraestrutura urbana e ampliação do acesso a equipamentos e serviços públicos na Região Metropolitana de Belém (Plano de Investimento COP 30). Atendimento das condições.

PARECER 000192/2024

Ementa Aditivo contratual. Prorrogação e acréscimo de quantitativo. Possibilidade.

PARECER 000194/2024

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Auxílio-natalidade e salário-família. Violação aos preceitos morais, éticos, às leis e regulamentos. Valimento. Ato lesivo ao Patrimônio Estadual. Praticar atos, tipificados em lei como crime, contra a Administração Pública. Improbidade administrativa. Lesão aos cofres públicos. Corrupção. Recebimento de vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições. Demissão.

PARECER 000195/2024

Ementa Servidor Público. Posse. Exercício. Exoneração a pedido.

PARECER 000196/2024

Ementa Servidor Público. Licença para frequentar curso de formação pertinente a outro cargo público. Ausência de previsão no Ordenamento Jurídico Estadual. Ratificação do entendimento firmado por esta PGE nos Pareceres nºs 131/2008 e 000102/2022.

PARECER 000197/2024

Ementa Anteprojeto de Lei. Altera a Lei Estadual n. 7.591, de 28 de dezembro de 2011. TFRM. Descontos para pagamento durante o Contencioso Administrativo. Fixação de penalidade pecuniária. Constitucionalidade formal e material da Minuta. Análise jurídica.



PARECER	000198/2024
Ementa	Acumulação de Cargos. Desaposentação. Limites. Exercício do direito de opção.
PARECER	000199/2024
Ementa	Exoneração e nomeação de membros. Conselho Estadual de Trânsito. Possibilidade.
PARECER	000200/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. SEDUC. Assédio sexual. Valimento do cargo. Conduta escandalosa na repartição. Insuficiência de provas. Dever de urbanidade e violação aos princípios éticos, morais, às leis e aos regulamentos. Configuração. Suspensão. Análise jurídica.
PARECER	000201/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Dever de urbanidade. Dever de discricção. Violação aos preceitos morais, éticos, às leis e regulamentos. Conduta escandalosa. Utilização de pessoal ou recursos materiais de repartição em serviços ou atividades particulares. Demissão.
PARECER	000203/2024
Ementa	Fundação Cultural do Pará (FCP). Parceria com município em prol da realização de evento cultural. Necessária análise técnica da Entidade. Termo de Cooperação Técnica. Decreto Estadual n. 3.302/2023. Utilização do Contrato n. 003/2024-FCP para locação de estruturas a serem utilizadas no evento. Cautelas de natureza eleitoral.
PARECER	000204/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Improbidade administrativa. Insuficiência de provas. Acúmulo Ilegal de Cargos. Necessidade de apuração.



PARECER	000205/2024
Ementa	Contrato Administrativo. Manutenção predial corretiva. Ata de Registro de Preços. Carona.
PARECER	000206/2024
Ementa	Minuta de Decreto. Adequação do RICMS e regulamento do IPVA. Substituição do termo “Diário Oficial do Estado”. Constitucionalidade da Minuta.
PARECER	000207/2024
Ementa	SEAP. Processo Administrativo Disciplinar. Inobservância aos princípios éticos, morais, às leis e regulamentos. Desobediência a ordens superiores. Descumprimento dos deveres de urbanidade e assiduidade. Suspensão. Competência do Chefe do Poder Executivo.
PARECER	000208/2024
Ementa	Minuta de Decreto. Regulamenta a Lei Estadual n. 9.064, de 25 de maio de 2020, que instituiu a Política Estadual de Gerenciamento Costeiro (PEGC/PA). Proteção ambiental e uso social. Legalidade.
PARECER	000209/2024
Ementa	Operação de crédito interna com garantias próprias. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social BNDES. Projeto Plano de Investimento COP 30 (Plano de Investimentos Multissetorial para melhoria da infraestrutura urbana e ampliação do acesso a equipamentos e serviços públicos na Região Metropolitana de Belém). Subcrédito “C” Saneamento. Análise da Minuta do Contrato de Empréstimo. Regularidade jurídica. Recomendações.
PARECER	000210/2024
Ementa	Contrato Administrativo. Reforma de Estádio Esportivo. Edifício. Pleito de alteração contratual. Limite legal de 50% (cinquenta por cento). Art. 65, § 1º, da Lei n. 8.666/93.



PARECER 000211/2024

Ementa Militar. Promoção em ressarcimento de preterição. Entendimento da PGEPA. Pareceres n. 321/2023 e 853/2023-PGEPA. Superação de tese tornada sem efeito. Inteligência do art. 22 da Lei Estadual n. 8.388/2016. Vedação de inclusão do oficial em qualquer quadro de acesso. Invalidação das promoções irregulares anteriores.

PARECER 000212/2024

Ementa Alteração do Decreto Estadual n. 3.606/2023. Designação de membros do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS). Análise jurídica.

PARECER 000213/2024

Ementa Operação de crédito interna com garantias próprias. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social BNDES. Projeto Plano de Investimento COP 30 (Plano de Investimentos Multissetorial para melhoria da infraestrutura urbana e ampliação do acesso a equipamentos e serviços públicos na Região Metropolitana de Belém). Subcrédito “C” Saneamento. Análise da Minuta do Contrato de empréstimo. Regularidade jurídica. Parecer complementar ao parecer n. 209/2024-PGE/PA.

PARECER 000215/2024

Ementa Projeto de Lei. Alteração da Lei estadual n 8.967/2019. Extensão do Programa “Sua Casa”. Programa “Sua Casa + Segura”. Estimativa de impacto financeiro-orçamentário tributário. Necessidade de manifestação da Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA), Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAD) e Companhia de Habitação do Estado do Pará (COHAB). Período eleitoral. Regularidade formal e material. Alerta sobre possíveis riscos. Alterações formais propostas na minuta.

PARECER 000216/2024

Ementa SEGUP. Polícia Científica do Estado do Pará. Peritos criminais. Legalidade da redistribuição. Lei estadual n. 6.282/2000. Retorno à Polícia Civil. Impossibilidade.



PARECER	000217/2024
Ementa	Servidor Público. Reconhecimento de maternidade socioafetiva. Licença maternidade. Finalidade de garantir a convivência e a adaptação entre pais e filhos. Convivência prévia que é requisito ao reconhecimento da parentalidade socioafetiva. Indeferimento.
PARECER	000218/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Agente político. Vínculo efetivo. Arquivamento.
PARECER	000219/2024
Ementa	Indicação. Prioridade de atendimento. Policial civil. Pagamento de valores de fiança criminal. Bancos, lotéricas e estabelecimentos congêneres. Iniciativa. Chefe do Poder Executivo.
PARECER	000221/2024
Ementa	Designação de membros do Conselho Fiscal da Fundação de Apoio para o Desenvolvimento da Educação Paraense (FADEP). Análise jurídica.
PARECER	000223/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Servidores públicos efetivos e ex-servidor. Infrações disciplinares. Percebimento irregular de auxílio-natalidade e salário-família. Violação aos preceitos morais, éticos, às leis e regulamentos. Praticar ato lesivo ao Patrimônio Estadual. Valimento. Improbidade. Prescrição. Tipos penais. Demissão. Absolvição.
PARECER	000224/2024
Ementa	Servidor ocupante da função pública de "Técnico A". Quadro suplementar da Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD). Pleito de pagamento do vencimento base previsto no art. 11 da Lei estadual n. 9.880/2023. Inviabilidade jurídica.



PARECER	000226/2024
Ementa	Servidor Público. Piso salarial fixado pela Lei federal 4.950- a/1966. Aplicação a empregados públicos, apenas. Arguição de descumprimento de preceito fundamental 149. Não conhecimento em relação a servidores públicos. Análise da decisão, a pedido do Instituto de Gestão de Previdência do Pará.
PARECER	000227/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). SEDUC. Assédio sexual. Valimento do cargo. Insuficiência de provas. Absolvição.
PARECER	000228/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). SEDUC. Fiscalização de convênio. Reforma escolar. Valimento. Desídia. Improbidade. Ausência de provas. Absolvição.
PARECER	000229/2024
Ementa	Minuta de 2º aditivo contratual. Contrato de empréstimo n. 602.738-60. Estado do Pará e Caixa Econômica Federal. FINISA III. Projeto Creches por Todo Pará. Alteração na codificação orçamentária. Preservação do escopo. Regularidade.
PARECER	000230/2024
Ementa	Minuta de Decreto. Criação do 31. Grupamento Bombeiro Militar em São Félix do Xingu. Lei de Organização Básica do CBMPA. Lei estadual n. 5.731, de 15 de dezembro de 1992.
PARECER	000231/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP). Falta de urbanidade e discórdia. Referir-se de modo ofensivo a servidor da Administração Pública. Suspensão. Convalidação da penalidade aplicada.



PARECER 000232/2024

Ementa Construção do novo prédio anexo desta PGE pela SEOP. Descentralização de crédito orçamentário. Termo de Execução Descentralizada (TED). Observância do regramento disposto no Decreto Federal n. 10.246/2020.

PARECER 000233/2024

Ementa Decreto de desapropriação. Utilidade pública. Viabilidade de promulgação do decreto expropriatório. Urgência declarada pelo NGTM.

PARECER 000234/2024

Ementa Decreto de desapropriação. Utilidade pública. Viabilidade de promulgação do decreto expropriatório. Urgência declarada pelo NGTM.

PARECER 000235/2024

Ementa Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal. Parceria com organização da sociedade civil. Acordo de cooperação. Viabilidade jurídica.

PARECER 000237/2024

Ementa Minuta de Decreto. Centro de Distribuição. Substituição tributária. Alteração do Decreto n. 4.676, de 18 de junho de 2001. RICMS. Viabilidade formal e material. Análise jurídica.

PARECER 000238/2024

Ementa Alteração do Decreto Estadual n. 1.935/2017. Isenção de tarifa no Serviço de Transporte Intermunicipal de Passageiros para policiais penais em serviço. Necessidade de alteração da Constituição Estadual.



PGE

Procuradoria
Consultiva

PARECER 000239/2024

Ementa Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável Amazônia legal (CAL). Protocolo de Intenções com a União Federal.

PARECER 000240/2024

Ementa Conselho de Justificação. Paralisação de sindicância. Demora excessiva por parte do encarregado. Descumprimento da função para a qual foi designado. Punição anterior. Processo Administrativo Disciplinar Simplificado (PADS) incabível. Nulidade. Prescrição. Impossibilidade de instauração de processo invalidador. Ocorrência de *bis in idem*. Arquivamento.

PARECER 000241/2024

Ementa Minuta de Decreto. Benefício fiscal. Prorrogação de Convênios ICMS. Convênio n. 226/23. Constitucionalidade da minuta.

PARECER 000242/2024

Ementa Servidor Público. Redistribuição. Violação do requisito de equivalência de vencimentos. Pedido de invalidação do ato. Decadência. Ausência de prejuízo (*pas de nullité sans grief*). Ofensa aos deveres de lealdade e boa-fé. “Nulidade de algibeira”.

PARECER 000243/2024

Ementa Decreto Estadual. Polícia Militar do Estado do Pará (PMPA). Redução dos interstícios para Promoção de Oficiais. Motivação. Ato discricionário. Lei estadual n. 8.388/2016.

PARECER 000244/2024

Ementa Nomeação de membros do Conselho Estadual de Meio Ambiente do Pará (COEMA). Possibilidade.



PARECER	000246/2024
Ementa	Corpo de Bombeiros do Estado do Pará. Promoção do dia 21 de abril de 2024. Redução de interstício. Análise jurídica.
PARECER	000247/2024
Ementa	Eleições Municipais. Desincompatibilização. Prazo. Três meses. Servidor público temporário. Rompimento de vínculo. Policial penal. Regra geral do servidor público.
PARECER	000248/2024
Ementa	Decreto Estadual n. 534/2020. Vigência. Ultratividade. Efeitos. Proposta. Alteração e revogação de Decretos e Leis.
PARECER	000249/2024
Ementa	Programa de Fortalecimento de Corregedorias (PROCOR). Adesão pela Procuradoria Geral do Estado. Parceria vantajosa. Viabilidade jurídica.
PARECER	000250/2024
Ementa	Anteprojeto de Lei. Alteração da Lei estadual n. 10.165/2023.
PARECER	000251/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). SEDUC. Assédio sexual. Valimento do cargo. Conduta escandalosa na repartição. Demissão.
PARECER	000253/2024
Ementa	Instrumento de parceria. Transferência de recursos. Modelagem tripartite. Decreto estadual n. 3.302/23. Necessidade de alteração.
PARECER	000254/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Dever de urbanidade. Dever de discrição. Violação aos preceitos morais, éticos, às leis e



regulamentos. Revelação de fato de que tem ciência em razão do cargo. Ausência de infração disciplinar. Absolvição.

PARECER 000255/2024

Ementa Nomeação de membros do Conselho Gestor de Parcerias Públicas Privadas CGP/PA. Possibilidade. Análise jurídica.

PARECER 000256/2024

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Nulidade parcial. Reabertura da instrução processual. Apresentação de pedido de revisão no curso do PAD. Ausência de julgamento pela autoridade competente. Não conhecimento. Pedido de exoneração pelo servidor investigado. Análise jurídica.

PARECER 000257/2024

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Assédio sexual. Valimento, incontinência pública e conduta escandalosa e improbidade. Ausência de provas. Falta de urbanidade e ofensa aos princípios éticos e morais. Suspensão.

PARECER 000258/2024

Ementa Contrato. Aditivo de prorrogação e acréscimo de 25%. Telefonia móvel e smartphones. Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável Amazônia Legal. Serviço de caráter contínuo. *Check list*.

PARECER 000259/2024

Ementa Anteprojeto de Lei. Alteração da Lei estadual n. 8.846/2019. Programa Estadual do Transporte Escolar no Estado do Pará (PETE/PA). Período eleitoral. Regularidade formal e material.

PARECER 000260/2024

Ementa Exoneração e nomeação de membro do Conselho Estadual de Política Criminal e Penitenciária (CEPCP). Análise jurídica.



PARECER	000261/2024
Ementa	Minuta de Decreto. Bombeiros militares. Promoção de Oficiais do dia 21 de abril de 2024. Critérios de antiguidade e merecimento. Competência do Chefe do Poder Executivo.
PARECER	000262/2024
Ementa	Substituição de vogal. Junta Comercial do Estado do Pará - JUCEPA. Possibilidade. Análise jurídica.
PARECER	000263/2024
Ementa	Projeto de Lei. Alteração da Lei estadual n. 8.847/2019. Programa Estadual de Alimentação Escolar do Estado do Pará. Alterações propostas na minuta.
PARECER	000264/2024
Ementa	Análise de minuta de aditivo contratual. Contrato de empréstimo internacional n. 010689/2019/CAF. Estado do Pará e CAF Corporação Andina de Fomento. Programa Municípios Sustentáveis. Segundo termo aditivo. Alteração da Lei autorizadora e permissivo da Lei estadual n. 10.452/2024. Regularidade.
PARECER	000265/2024
Ementa	Servidor Público Aposentado desde 17/05/1990. Pleito de conversão de licença especial não gozada em pecúnia. Inviabilidade jurídica.
PARECER	000266/2024
Ementa	Decreto Estadual 877/2008. Pagamento de fornecedores de bens e prestadores de serviço da Administração Estadual Direta e Indireta mediante crédito em conta corrente mantida junto ao Banco do Estado do Pará – BANPARÁ. Inexistência de violação ao Princípio da concorrência e à livre iniciativa.



PARECER	000267/2024
Ementa	Minuta de Decreto. Transferências entre estabelecimentos interdependentes. Margem de agregação de 150%. Alteração redacional. Ausência de óbices. Antecipação normal e substituição tributária progressiva. Alteração códigos CEST. Ausência de alteração da forma de tributação das mercadorias afetadas. Desnecessidade de obediência ao Princípio da Anterioridade.
PARECER	000268/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Secretaria de Estado de Educação (SEDUC). Violação de deveres funcionais. Assédio sexual. Valimento. Incontinência pública. Demissão nos dois vínculos ocupados.
PARECER	000269/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Assédio sexual. Violação aos preceitos morais, éticos, às leis e regulamentos. Valimento. Improbidade administrativa. Conduta escandalosa. Absolvição.
PARECER	000270/2024
Ementa	Contratação Direta. Organização social. Prestação de serviços. Atividades contempladas no contrato de gestão. Dispensa de licitação. Art. 24, inciso XXIV da Lei Federal n. 8.666/1993. Ausência de previsão na Lei n. 14.133/2021. Nova licitação ou adesão à ARP. Possibilidade de participação da Organização Social.
PARECER	000271/2024
Ementa	Desafetação e Afetação. Destinação de bem público a Defensoria Pública do Estado. Bem de propriedade do Estado, afetado à PM/PA. Afetação do bem. Possibilidade.
PARECER	000273/2024
Ementa	Polícia Civil. Investigador. Curso de capacitação. ACADEPOL. Adicional de curso. Deferimento.



PARECER	000274/2024
Ementa	Polícia Militar do Estado do Pará (PMPA). Promoção de Oficiais do dia 21 de abril de 2024. Antiguidade e merecimento.
PARECER	000275/2024
Ementa	Serviço Público. Regime de monopólio. Ausência de regularidade fiscal da empresa estatal prestadora do serviço. Prorrogação contratual. Flexibilização excepcional do requisito legal. Princípio da indisponibilidade do interesse público.
PARECER	000276/2024
Ementa	Servidora Pública. Exoneração, de cargo público estadual. Nomeação e posse em novo cargo público de outro Estado. Pedido de recondução. Análise jurídica.
PARECER	000277/2024
Ementa	Revogação integral do Decreto n. 2.950 de 2023. Lei estadual n. 9.056/2020. Alteração superveniente. Serviços a serem dispostos em ato da agência reguladora.
PARECER	000279/2024
Ementa	Exoneração e nomeação de membro do Conselho Estadual de Cultura do Pará. Possibilidade. Análise jurídica.
PARECER	000280/2024
Ementa	Exoneração e nomeação de membro do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA/PA). Análise jurídica.
PARECER	000281/2024
Ementa	Isenção de ICMS. Operações com fármacos e medicamentos destinados a órgão da Administração Direta Estadual. Previsão em convênio do CONFAZ. Internalização da norma isentiva. Condições para gozo a serem aferidas pelo contribuinte. Possibilidade de fiscalização posterior pela autoridade fiscal.



PARECER	000282/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Assédio sexual. Violação aos preceitos morais, éticos, às leis e regulamentos. Valimento. Conduta escandalosa. Demissão.
PARECER	000283/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Assédios moral e sexual. Valimento. Incontinência pública e conduta escandalosa. Prazo Prescricional da Lei Penal. Ausência de provas. Absolvição.
PARECER	000284/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Agressão a detentos. Procedimento desidioso. Insuficiência de provas. Competência do Chefe do Poder Executivo para julgamento. Omissão nas providências exigidas em razão do cargo exercido pelo acusado. Convalidação da penalidade de suspensão, convertida em multa.
PARECER	000285/2024
Ementa	Servidor Público. Reconhecimento de paternidade socioafetiva. Auxílio-natalidade. Finalidade de auxiliar nas despesas surgidas pelo início da convivência com a criança, seja pelo nascimento ou pela adoção. Convivência prévia que é requisito ao reconhecimento da parentalidade socioafetiva. Indeferimento.
PARECER	000286/2024
Ementa	Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal. Memorando de entendimentos. Instituto Talanoa. Cooperação na área ambiental. Viabilidade jurídica.
PARECER	000287/2024
Ementa	Decreto de Desapropriação. Utilidade pública. Viabilidade de promulgação do decreto expropriatório.



PARECER 000288/2024

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Servidor público. Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP). Ausência de responsabilidade. Absolvição.

PARECER 000289/2024

Ementa Termo de cessão de uso de bem imóvel. Regularidade do instrumento. Interesse público. Observância dos requisitos legais. Possibilidade jurídica.

PARECER 000290/2024

Ementa Projeto de Lei autorizadora de Operações de crédito externo, com garantia da União. Programa Municípios Sustentáveis do Estado do Pará II (PROSEP II) agente financeiro NDB (NEW DEVELOPMENT BANK). Projeto de Desenvolvimento de Saneamento do Pará etapa Lagos (PRODESAN Pará Lagos) agente financeiro FONPLATA Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata, em cofinanciamento com NDB.

PARECER 000291/2024

Ementa Exoneração e nomeação de membros para o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação do Estado do Pará (CASCS FUNDEB-PA). Análise jurídica.

PARECER 000292/2024

Ementa Operação de crédito interna com garantias próprias. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Projeto Plano de Investimento COP 30 (Plano de Investimentos Multissetorial para Melhoria da Infraestrutura Urbana e Ampliação do Acesso a Equipamentos e Serviços Públicos na Região Metropolitana de Belém). Subcrédito “c” Saneamento. Análise da minuta do contrato



de empréstimo. Regularidade jurídica. Parecer complementar aos Pareceres n. 209/2024-PGE/PA e n. 2013/2024-PGE/PA.

PARECER 000293/2024

Ementa Exoneração e nomeação de membros para o Conselho Estadual das Cidades CONCIDADES/PA. Possibilidade. Análise jurídica.

PARECER 000294/2024

Ementa Exoneração e nomeação de membros. Conselho Estadual de Trânsito. Possibilidade.

PARECER 000295/2024

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Irregularidades em processo de licitação. Prescrição do direito de punir. Absolvição. Arquivamento. Apuração de responsabilidades.

PARECER 000296/2024

Ementa Contrato Administrativo. Adesão à Ata de Registro de Preços (ARP) do Estado da Bahia, ainda em vigor, regida pela Lei n. 8.666/93. Medida excepcional. Art. 6º, § 5º, do Decreto estadual n. 2.939/2023. Possibilidade jurídica.

PARECER 000297/2024

Ementa Processo Administrativo Disciplinar Simplificado (PADS). Inassiduidade habitual. Demissão.

PARECER 000298/2024

Ementa Processo Administrativo Disciplinar Simplificado (PADS). Rito sumário. Necessidade de dilação probatória mais aprofundada. Possibilidade de realização de diligências, desde que assegurados o contraditório e a ampla defesa. Recomendações.



PARECER	000299/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Fundo Esperança. Participar de gerência ou administração de empresa privada, de sociedade civil, ou exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário. Absolvição.
PARECER	000300/2024
Ementa	Desapropriação. Decreto de utilidade pública para implementação de projeto de reurbanização e requalificação da orla da praia do Atalaia em Salinópolis. Documentos indispensáveis para expedição do decreto de utilidade pública. Legalidade. Possibilidade de terreno de Marinha. Ressalva da desapropriação do domínio útil, posse ou benfeitorias no caso configurado domínio da União.
PARECER	000303/2024
Ementa	Minuta de Decreto. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS). Designação de membros para compor a Câmara de Concessão de Ativos Ambientais, instituída pela Lei estadual n. 10.259, de 11 de dezembro de 2023.
PARECER	000304/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Servidor público. Secretaria de Estado de Educação (SEDUC). Ausência de prestação de contas. Não indiciamento. Infrações não configuradas. Absolvição.
PARECER	000305/2024
Ementa	Corpo de Bombeiros Militar do Pará (CBMPA). Curso de Habilitação de Oficiais (CHO). Promoção. Condição <i>sub judice</i> . Minuta de Decreto.
PARECER	000306/2024
Ementa	Empresa Pública. Homologação de regulamento geral. Criação de novas unidades administrativas internas e de funções gratificadas. Tramitação prevista no estatuto da empresa. Regras de competência.



Diretoria, Conselho de Administração e Chefe do Poder Executivo.
Inobservância da tramitação prevista nas normas aplicáveis.

PARECER	000307/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Ex-servidora temporária. Furto de medicamentos. Prescrição penal. Peculato. Improbidade administrativa. Valimento. Lesão aos cofres públicos e dilapidação do Patrimônio Estadual. Conversão de distrato em demissão. Análise jurídica.
PARECER	000308/2024
Ementa	Minuta de Decreto. 7ª Conferência Estadual das Cidades do Estado do Pará. Análise jurídica.
PARECER	000309/2024
Ementa	Nomeação de membros para o Conselho Estadual de Educação (CEE). Análise jurídica. Possibilidade.
PARECER	000310/2024
Ementa	Anteprojeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Exercício financeiro de 2025.
PARECER	000311/2024
Ementa	Servidor Público. Valores recebidos indevidamente. Devolução. Descabimento de PARD. Possibilidade de parcelamento.
PARECER	000313/2024
Ementa	Minuta de Decreto. Benefício fiscal. Prorrogação de Convênios ICMS. Convênio n. 226/23. Constitucionalidade da minuta.
PARECER	000314/2024
Ementa	Termo de cessão de uso de bem imóvel. Regularidade do instrumento. Interesse público. Observância dos requisitos legais. Possibilidade jurídica.



PARECER	000315/2024
Ementa	Contrato Administrativo. Fornecimento de água mineral natural. Ata de Registro de Preços da Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD). Órgão partícipe.
PARECER	000316/2024
Ementa	Pensão Especial. Viúvas de ex-governador. Pretensão de pagamento ou restabelecimento do pagamento em virtude das decisões proferidas na ADPF 745 e na Reclamação Constitucional 64.340.
PARECER	000317/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Inobservância aos princípios éticos, morais, às leis e regulamentos. Desídia. Lesão ao erário. Conversão de exoneração em destituição do cargo em comissão.
PARECER	000318/2024
Ementa	Parceria com Organização da Sociedade Civil. Termo de fomento. Recursos oriundos de Emenda Parlamentar. Análise de aspectos Eleitorais. Lei n. 9.504/97.
PARECER	000319/2024
Ementa	Minuta de Decreto. Instituição de grupo de trabalho. Planejamento e elaboração da regulamentação da arquitetura de governança da política pública Territórios pela Paz (TERPAZ).
PARECER	000320/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Inserção de dados falsos em sistema de informações. Prescrição penal. Valimento. Ex-servidora pública comissionada. Conversão da exoneração em destituição do cargo em comissão. Servidor público efetivo. Penalidade de suspensão prescrita.



PARECER	000321/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Prescrição. Dever de discricção. Dever de urbanidade. Violação aos preceito éticos, morais, às leis e regulamentos. Referir-se, de modo ofensivo, a servidor público e a ato da administração. Falta grave. Suspensão.
PARECER	000322/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Irregularidades em Processo de Licitação e de Fiscalização de Contratos. Prescrição quinquenal. Absolvição e arquivamento.
PARECER	000323/2024
Ementa	Servidor Temporário. Prorrogações. Hipóteses excepcionais previstas nas LC n. 131/202 e 140/2021. Contrato temporário regular. Verbas indevidas.
PARECER	000324/2024
Ementa	Memorando de Entendimento. Organismo Internacional. Competência. Ajustes.
PARECER	000325/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Inserção de dados falsos em sistema de informações. Prescrição penal. Fracionamento do julgamento. Ex-servidor público efetivo. Valimento. Demissão. Ex-servidora pública comissionada. Inexistência de defesa escrita. Ausência de designação de defensor dativo. Nulidade parcial.
PARECER	000326/2024
Ementa	Projeto de Lei. Dispõe sobre o abono devido aos profissionais do Magistério da Educação Estadual, referente aos recursos a serem recebidos pelo Estado do Pará em razão de precatório judicial decorrente da complementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF).



PARECER	000327/2024
Ementa	Decreto Estadual. Corpo de Bombeiros Militar (CBM). Polícia Militar do Estado do Pará (PMPA). Documento de identidade militar. Lei Federal n. 14.751, de 12 de dezembro de 2023. Revogação do Decreto Estadual n. 2.280, de 6 de abril de 2022.
PARECER	000328/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Inserção de dados falsos em sistema de informações. Inobservância do devido processo legal. Citação por edital. Declaração de nulidade parcial.
PARECER	000329/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Assédio sexual. Reinstrução probatória deficiente. Informações superveniente acerca da prática de crime. Necessidade de complementação da investigação. Aditamento da portaria inaugural. Acréscimo de infrações disciplinares a serem apuradas. Nulidade parcial.
PARECER	000330/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Fraude na emissão de Carteira Nacional de Habilitação (CNH). Inserção de dados falsos em sistema. Valimento. Improbidade administrativa. Demissão <i>“a bem do serviço público”</i> .
PARECER	000331/2024
Ementa	Rescisão Amigável. Possibilidade. Necessidade de anuência do contratado.
PARECER	000332/2024
Ementa	Servidor Público. Cessão de servidor efetivo municipal para exercício de cargo em comissão no Estado. Averbação de tempo de serviço e seus efeitos.



PARECER	000333/2024
Ementa	Anteprojeto de Lei Complementar. Contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, no âmbito da Secretaria de Estado de Educação (SEDUC). Necessidade de alteração da Lei Complementar Estadual n. 7/91. Análise acerca da regularidade formal e material.
PARECER	000334/2024
Ementa	Secretaria de Estado de Fazenda (SEFA). Procedimento Administrativo Disciplinar. Operação Candiru. Corrupção. Improbidade Administrativa. Valimento do cargo. Violação de sigilo funcional. Prova emprestada. Demissão. Absolvição por insuficiência de provas.
PARECER	000335/2024
Ementa	Sistema Estadual de Financiamento à Cultura. Fomento com utilização de recursos do Tesouro Estadual. Aplicação direta, pelo Estado, dos mecanismos de fomento previstos no Decreto Federal n. 11.453/2023. Impossibilidade jurídica. Necessária edição de normas próprias.
PARECER	000336/2024
Ementa	Inexecução Contratual. Processo administrativo. Multa. Pagamento parcelado. Possibilidade. LCE n. 041/2002. Portaria n. 512/2019-GAB-PGE.
PARECER	000337/2024
Ementa	Conselho de Justificação. Oficial da Polícia Militar. Infrações disciplinares. Alegada nulidade do processo disciplinar. Petição. Irrecorribilidade da decisão do Governador que determina a remessa do processo disciplinar ao Tribunal de Justiça.
PARECER	000338/2024
Ementa	Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável Amazônia Legal (CAL). Contrato administrativo. Serviço contínuo. Prorrogação de vigência. Termo aditivo.



PARECER	000340/2024
Ementa	Anteprojeto de Lei. Alteração da Lei Estadual n. 10.046/2023. Contratação de profissionais da Educação Básica para atendimento da necessidade de pessoal da Educação Escolar Indígena, no âmbito da Rede Pública Estadual de Ensino. Extensão para demais profissionais de apoio à educação. Necessidade temporária de excepcional interesse público.
PARECER	000341/2024
Ementa	Contrato de subcessão de uso de imóvel. Segunda etapa do Projeto Belém Porto Futuro. Implantação do Projeto Caixa Cultural. Regularidade do instrumento. Recomendações.
PARECER	000342/2024
Ementa	Aditivo Contratual e respeito à Lei autorizadora e suas alterações. CAF – Corporação Andina de Fomento. Programa Municípios Sustentáveis. Análise complementar ao Parecer n. 00264/2024-PGE/PA.
PARECER	000343/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Transferência irregular de veículo. Inserção de dados falsos em sistema. Valimento. Demissão.
PARECER	000344/2024
Ementa	Secretaria de Estado de Educação (SEDUC). Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Valimento do cargo. Assédio moral. Uso indevido de pessoal em atividades particulares. Descaracterização. Suspensão.
PARECER	000345/2024
Ementa	Revogação de Cessão. Termo de revogação de cessão de uso de bem imóvel. Regularidade do instrumento. Pedido de desistência. Interesse público. Observância dos requisitos legais. Possibilidade jurídica.



PARECER	000346/2024
Ementa	Decreto Estadual. Criação da Câmara Técnica de Educação Antirracista. Secretaria de Estado de Educação (SEDUC). Secretaria de estado de igualdade racial e direitos humanos.
PARECER	000348/2024
Ementa	Auxílio Funeral. Art.160, II, b, §3º, do RJU, alterado pela Lei n. 8.975/2020.
PARECER	000349/2024
Ementa	Alteração do Decreto Estadual n. 1.689, de 1º de fevereiro de 2017. Nomeação de ocupantes de cargos em comissão do Sistema Integrado de Comunicação do Governo do Estado do Pará (SICOM-PA).
PARECER	000350/2024
Ementa	Sistema de Registro de Preços (SRP). Aquisição de bens comuns de informática para atendimento às necessidades específicas relacionadas às atividades finalísticas da SEDUC. Interpretação sistemática dos ARTS. 5º, § 1º e § 1º-a, do Decreto Estadual n. 3.371/2023. Participação de municípios em licitação para registro de preços estadual. Necessária previsão normativa no âmbito do Estado e dos municípios interessados em participar.
PARECER	000352/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Violação aos preceitos morais, éticos, às leis e regulamentos. Valimento. Improbidade Administrativa. Recebimento de vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições. Demissão.
PARECER	000353/2024
Ementa	Isenção de ICMS. Operações com fármacos e medicamentos destinados a órgão da Administração Direta Estadual. Previsão em convênio do CONFAZ. Internalização da norma isentiva. Condições para gozo a serem aferidas pelo contribuinte. Possibilidade de



fiscalização posterior pela autoridade fiscal. Parecer n. 000281/2024-PROFISCO.

PARECER 000354/2024

Ementa PRONATEC. Bolsistas. Diárias. Pagamento com recursos federais. Possibilidade.

PARECER 000355/2024

Ementa Servidor Público. Acumulação lícita de dois cargos públicos de profissional de saúde com profissão regulamentada, junto à SESPA. Gratificação de Desempenho Institucional (GDI). Lei Estadual n. 6.673/2004. Direito à percepção da vantagem em cada vínculo funcional.

PARECER 000356/2024

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Inserção de dados falsos em sistema de informações. Prescrição penal. Valimento. Ex-servidora pública comissionada. Pena sugerida em processo anteriormente analisado, pendente de decisão. Possibilidade de *bis in idem*. Servidor público efetivo. Conduta infracional comprovada. Demissão.

PARECER 000358/2024

Ementa Operação de crédito interna com garantias próprias. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social BNDES. Projeto Plano de Investimento COP 30 (Plano de Investimentos Multissetorial para Melhoria da Infraestrutura Urbana e Ampliação do Acesso a Equipamentos e Serviços Públicos na Região Metropolitana de Belém). Subcrédito “c” saneamento. Análise da minuta do contrato de empréstimo. Análise da minuta do pacto adjeto. Regularidade jurídica. Parecer complementar aos Pareceres n. 209/2024-PGE/PA, n. 2013/2024-PGE/PA e 292/2024-PGE/PA.



PARECER	000359/2024
Ementa	Altera Dispositivos da Lei n. 9.594, de 22 16 de maio de 2022, que regulamenta o Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres e o Fundo Estadual dos Direitos das Mulheres do Estado do Pará. Viabilidade jurídica.
PARECER	000360/2024
Ementa	Recurso Hierárquico. Contrato Administrativo. Inexecução contratual. Aplicação de penalidade. Conhecimento e improvimento do recurso. Manutenção da decisão que aplicou sanção administrativa à recorrente.
PARECER	000362/2024
Ementa	Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Pará – IASEP. Solicitação de informações e documentos por parlamentar. Lei de Acesso à Informação. Lei Geral de Proteção de Dados. Limites à publicidade. Possibilidade de fornecer as informações não revestidas de sigilo.
PARECER	000363/2024
Ementa	Contrato Administrativo. Serviço contínuo. Valor inicial do contrato já acrescido em 25% (vinte e cinco por cento). Impossibilidade jurídica de novo acréscimo. Esgotamento do saldo contratual. Necessidade de nova contratação do serviço. Ausência de concordância da contratada à rescisão amigável. Possibilidade jurídica de rescisão unilateral. Art. 78, XII, da Lei n. 8.666/93.
PARECER	000364/2024
Ementa	Militar. Redução de jornada de trabalho. Atendimento de familiar com deficiência. Ausência de previsão em Lei Específica. Aplicação do tema 1097 STF.
PARECER	000365/2024
Ementa	Lei Eleitoral. Condutas vedadas. Concessão de benefícios fiscais. Necessidade, imposta por lei, de realização de contrapartidas pelos



beneficiários. Benefício não gratuito. Vedação afastada. Possibilidade de reunião e deliberação pelos órgãos competentes para a concessão dos benefícios.

PARECER

000366/2024

Ementa

Processo Administrativo Disciplinar (PAD). SEDUC. Ex-servidores públicos temporários. Infrações disciplinares. Percebimento irregular de auxílio-natalidade e salário-família. Violação aos preceitos morais, éticos, às leis e regulamentos. Prática de ato lesivo ao patrimônio estadual. Valimento. Improbidade. Tipos penais. Conversão de distratos em demissão.

PARECER

000367/2024

Ementa

Decreto de Desapropriação. Utilidade pública. Viabilidade de promulgação do decreto ex-proprietário. Urgência declarada pelo NGTM.

PARECER

000368/2024

Ementa

Anteprojeto de Lei. Altera os anexos II e IV da Lei Estadual n. 6.304, de 06 de julho de 2000, que cria a Fundação Pública Estadual Hospital das Clínicas Gaspar Vianna. Reestruturação de cargos de provimento efetivo. Atribuições e requisitos para provimento.

PARECER

000369/2024

Ementa

Minuta de Decreto. 2ª Conferência Estadual de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Pará (2º CEGTES/Pará). Análise jurídica.

PARECER

000370/2024

Ementa

Projeto de Lei. Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado do Pará (IASSEP). Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR). Alteração das Leis Estaduais n. 6.571/2003 e n. 8.096/2015.



PARECER	000371/2024
Ementa	Requerimento de Indicação. Gratuidade em concursos públicos estaduais para agentes de proteção voluntários das varas da infância e juventude do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJEPA). Inexistência de competência privativa do Governador do Estado.
PARECER	000372/2024
Ementa	Substituição de Membro do Tribunal Administrativo de Recursos Ambientais (TRA) da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS). Possibilidade.
PARECER	000373/2024
Ementa	Exoneração e nomeação de membros do Conselho Estadual de Meio Ambiente do Pará (COEMA). Possibilidade.
PARECER	000374/2024
Ementa	Anteprojeto de Lei. Criação do cargo efetivo de assistente de reinserção social e trabalho na estrutura da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP). Alteração de dispositivos da Lei Estadual n. 8.937, de 2 de dezembro de 2019. Análise jurídica.
PARECER	000375/2024
Ementa	Aditivo. Contrato n. 008/2022- PGE. TROVALE tecnologia. Plataforma de inteligência empresarial com base de dados própria, suporte presencial e remoto. Prestação de serviços técnicos especializados continuado e manutenção preventiva e corretiva na área da tecnologia da informação.
PARECER	000376/2024
Ementa	Decreto de Desapropriação. Utilidade pública. Viabilidade de promulgação do decreto ex-proprietário.



PARECER	000377/2024
Ementa	Minuta de Decreto. Programa sua Casa Estudante. Concessão de crédito outorgado. Ausência de óbices legais ou constitucionais.
PARECER	000378/2024
Ementa	Minuta de Decreto. Dispõe sobre a entrada, o trânsito e o comércio de materiais vegetais (frutos, sementes, amêndoas, mudas, hastes) das espécies dos gênero <i>theobroma</i> e <i>herrânia</i> , no Estado do Pará. Viabilidade jurídica.
PARECER	000379/2024
Ementa	Contrato Administrativo. Serviço contínuo com fornecimento de mão-de-obra, equipamentos e insumos. Repactuação. Prorrogação. Aditamento contratual.
PARECER	000380/2024
Ementa	Certidão de tempo de contribuição. Ausência de documentos comprobatórios. Justificação administrativa ou judicial. Direito à obtenção de certidão.
PARECER	000381/2024
Ementa	Exoneração e nomeação de membros do Conselho Penitenciário Estadual (COPEN). Possibilidade.
PARECER	000382/2024
Ementa	Exoneração e nomeação de membros do Conselho Estadual de Meio Ambiente do Pará (COEMA). Possibilidade.
PARECER	000384/2024
Ementa	Minuta de Decreto. Alteração do Decreto Estadual n. 4.676/2001. Alcool etílico hidratado combustível. Empresa comercial de etanol. Substituição tributária. Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de



Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS).
Regularidade da minuta.

PARECER 000385/2024

Ementa Parecer Jurídico sobre o cumprimento dos requisitos legais aplicáveis à operação de crédito. Banco do Brasil. Lei Autorizadora n. 10.217/2023. Implantação de infraestrutura de subestações de recarga para ônibus elétricos.

PARECER 000386/2024

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD) Secretaria de Estado de Educação (SEDUC). Violação dos deveres funcionais. Assédio sexual. Valimento. Incontinência pública. Demissão. Análise jurídica.

PARECER 000388/2024

Ementa Memorando de Entendimento. Instrumento de formalização das intenções de colaboração entre o Estado do Pará e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Análise jurídica.

PARECER 000389/2024

Ementa Minuta de Acordo de Cooperação Técnica. Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania. Estado do Pará. Análise jurídica.

PARECER 000390/2024

Ementa Operação de Crédito Interna com garantia da União. Caixa Econômica Federal. Programa de investimentos em infraestrutura, saúde, segurança pública e tecnologia. Análise da Minuta do Contrato de Empréstimo. Regularidade jurídica.

PARECER 000391/2024

Ementa Exoneração de membro do conselho gestor da Fundação de Apoio para o Desenvolvimento da Educação Paraense (FADEP). Possibilidade.



PARECER	000392/2024
Ementa	Decreto de Utilidade Pública para fins de desapropriação. Reforma do Canal da Avenida Almirante Tamandaré e Construções do Paruelinear. Documentos indispensáveis para expedição do Decreto de Utilidade Pública. Preenchimento dos requisitos indispensáveis ao ato. Publicação.
PARECER	000393/2024
Ementa	Anteprojeto de Lei. Secretaria de Estado de Esporte e Lazer (SEEL). Alteração da Lei Estadual n. 6.215, de 28 de abril de 1999. Criação e extinção de cargos em comissão. Criação de unidades regionais. Análise jurídica.
PARECER	000394/2024
Ementa	Minuta de Decreto. Altera o Decreto Estadual n. 3.302, de 29 de agosto de 2023, que regulamenta as transferências voluntárias de recursos do Estado do Pará mediante convênios e as parcerias sem transferência de recursos, por meio da celebração de termo de cooperação técnica ou acordo de adesão. Viabilidade jurídica.
PARECER	000395/2024
Ementa	Licença Paternidade. Filho natimorto. Proteção à paternidade, à família e à isonomia. Deferimento.
PARECER	000396/2024
Ementa	COHAB. Empregado Público. Verbas trabalhistas. Prescrição Constitucional, art. 7., XXIX, CF. Inaplicabilidade do Decreto Federal n. 20.910/1932. Pagamento. Despesa de Exercício Anterior (DEA). Lei Federal n. 4.320/1964; Decreto Federal n. 93.872/1986 e Decreto Estadual n. 3.513/2023.
PARECER	000397/2024
Ementa	PARÁPAZ. Fundação Pública. Parcerias. Organização da Sociedade Civil (OSC). Subsunção. À Lei Federal n. 13.019/2014 e ao Decreto



Estadual n. 1.835/2017. Inaplicabilidade do Decreto Estadual n. 3.302/2023.

PARECER 000399/2024

Ementa Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável Amazônia Legal (CAL). Memorando de Entendimento (MOU) com associação estrangeira sem fins lucrativos. Análise jurídica da minuta.

PARECER 000400/2024

Ementa Exoneração e nomeação de membros do Conselho Estadual de Saúde (CES/PA). Análise jurídica.

PARECER 000401/2024

Ementa Nomeação de Membros. Conselho Estadual de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (CEPDDH). Análise jurídica.

PARECER 000402/2024

Ementa Pensão Especial. Servidor Civil. Beneficiário habilitado. Termo inicial para pagamento. Instrução processual completa. Análise jurídica.

PARECER 000403/2024

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). SEDUC. Assédio sexual e moral. Valimento do cargo. Conduta escandalosa na repartição. Complementação da instrução processual. Nulidade parcial.

PARECER 000404/2024

Ementa Contrato de Permuta. Análise dos procedimentos e da Minuta Apresentada. Relação Jurídica entre União e Estado do Pará que data 2004. Base jurídica idônea para a contratação. Aplicação de Princípios Gerais de Direito. Vantajosidade atestada pela SPU. Aprovação da minuta. Recomendações.



PARECER	000405/2024
Ementa	Aditivo. Contrato n. 30/2022-PGE. CS Brasil Frotas S.A. locação de veículos. Reajuste. Pagamento retroativo.
PARECER	000406/2024
Ementa	Programa de Proteção de Defensores de Direitos Humanos do Estado do Pará (PPDDH/PA). Plano Estadual voltado à proteção específica de defensores indígenas. Atuação do estado em terras indígenas. Parceria com a União.
PARECER	000407/2024
Ementa	Proposta de Decreto. Alteração do Decreto Estadual n. 2.939, de 10 de março de 2023. Análise jurídica.
PARECER	000408/2024
Ementa	Nomeação de Membros do Conselho Gestor do Fundo do Trabalho Digno do Pará (CGFUNTRAD/PA). Possibilidade.
PARECER	000409/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). SEDUC. Assédio sexual. Conduta escandalosa na repartição. Valimento. Complementação da instrução processual. Nulidade parcial.
PARECER	000410/2024
Ementa	IRRF. Composição da base de cálculo do Imposto de Renda Retido na Fonte. Dedução do valor da parcela destinada à Previdência Complementar cujo ônus seja do servidor.
PARECER	000411/2024
Ementa	Acordo de cooperação técnica não reembolsável. Secretaria de estado de cultura (SECULT). Cooperação Andina de Fomento (CAF). Museu das Amazônias. 30ª Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Mudanças Climáticas (COP30).



PARECER	000412/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Inserção de dados falsos em sistema de informações. Prescrição penal. Valimento. Servidor público municipal efetivo cedido. Competência do julgamento pelo prefeito. Ex-servidor público estadual comissionado. Conversão da exoneração em destituição do cargo em comissão.
PARECER	000413/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Transferência irregular de veículo. Inserção de dados falsos em sistema de informações. Valimento. Demissão.
PARECER	000414/2024
Ementa	Parecer do Órgão Jurídico para Operação de Crédito do Estado do Pará. Manifestação conforme exigência do manual para instrução de pleitos da Secretaria do Tesouro Nacional. Caixa Econômica Federal. Projeto de Aquisição de Frota de Ônibus (SIT/RMB). Atendimento das condições.
PARECER	000415/2024
Ementa	Minuta de Decreto. Altera o Decreto Estadual n. 3.643, de 2024. Protocolo Não se Cale. Viabilidade jurídica.
PARECER	000416/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Ausência de prestação de contas. Verbas recebidas mediante suprimento de fundos. Prescrição quinquenal. Absolvição. Arquivamento.
PARECER	000417/2024
Ementa	Servidores Públicos. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Recebimento de <i>tablets</i> do estado. Ausência de devolução dos bens móveis. Omissão no zelo e conservação dos bens públicos. Prescrição. Absolvição. Arquivamento. Dever de investigação contra quem deu causa à prescrição. Responsabilização.



PARECER	000418/2024
Ementa	Anteprojeto de Lei. Criação do cargo efetivo de Assistente de Reinserção Social e Trabalho na Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP). Alteração de dispositivos da Lei Estadual n. 8.937, de 2 de dezembro de 2019. Adequações na minuta anterior. Análise jurídica.
PARECER	000420/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Possível recebimento indevido de Gratificação por Tempo Integral. Prescrição penal. Instrução probatória deficiente. Nulidade parcial. Análise jurídica.
PARECER	000421/2024
Ementa	Minuta de Decreto. Alteração do Decreto Estadual n. 4.676/2001. Internalização do ajuste SINIEF n. 9/2024. Dispensa de emissão de documentos fiscais nas operações e nas prestações de serviço de transporte relativas à remessa de mercadorias coletadas de terceiros, por contribuintes ou não, doadas para assistência às vítimas de calamidade pública em decorrência de enchentes, temporais e inundações ocorridos no Estado do Rio Grande do Sul. Regularidade da minuta.
PARECER	000422/2024
Ementa	Minuta de Decreto. Alteração do Decreto Estadual n. 4.676/2001. Internalização dos convênios ICMS n.s 178/2023 e 228/2023. Transferência de crédito do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS). Remessas entre estabelecimentos do mesmo titular. Regularidade da minuta.
Parecer	000423/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). SESPA. Burla ao processo licitatório. Valimento. Improbidade administrativa. Conversão da exoneração em destituição do cargo em comissão.



PARECER	000424/2024
Ementa	Minuta. Acordo de adesão. Plano juventude negra viva.
PARECER	000425/2024
Ementa	Termo de Cessão de Uso de bem imóvel. Regularidade do instrumento. Interesse público. Observância dos requisitos legais. Possibilidade jurídica.
PARECER	000426/2024
Ementa	Gestão de Pessoal. Sistema de Gestão de Recursos Humanos. Viabilidade jurídica de nova contratação direta, via inexigibilidade de licitação, de empresa prestadora dos serviços de suporte centralizado e manutenção corretiva e evolutiva (atualização de versão) do sistema ergon e serviços de suporte on-site, sob demanda. art. 74, I, da Lei n. 14.133/2021.
PARECER	000427/2024
Ementa	Isenção de ICMS. Operações com fármacos e medicamentos destinados a órgão da Administração Direta Estadual. Previsão em convênio do CONFAZ. Internalização da norma isentiva. Condições para gozo a serem aferidas pelo contribuinte.
PARECER	000429/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Agressão verbal e física. Prescrição do direito de punir. Absolvição. Arquivamento. Apuração de responsabilidades. Análise jurídica.
PARECER	000431/2024
Ementa	Consulta Tributária. Pagamento de parcela de precatório pela União por repasses a menor de complementação do FUNDEF. Destinação de parcela do valor para pagamento de abono a profissionais do magistério. Natureza jurídica remuneratória. Incidência de imposto sobre a renda retido na fonte.



PARECER	000432/2024
Ementa	Minuta de Decreto. Revogação Integral do Decreto Estadual n. 2.181, de 14 de setembro de 2018. Regulamento de uniformes do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará (CBMPA). Regulamentação por meio de resolução. Análise jurídica.
PARECER	000433/2024
Ementa	Minuta de Decreto. Aprovação de Estatuto. Fundo de Saúde da Polícia Militar do Pará (FUNSAU).
PARECER	000434/2024
Ementa	Minuta de Decreto. Situação de emergência ou estado de calamidade pública. Regulamentação.
PARECER	000435/2024
Ementa	Nomeação de Membro Suplente para o Conselho Estadual das Cidades (CONCIDADES/PA). Possibilidade. Análise jurídica.
PARECER	000436/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Não comparecimento esporádico ao serviço público. Condescendência da direção escolar. Prescrição quinquenal. Arquivamento.
PARECER	000437/2024
Ementa	Contrato Administrativo. Mecanismos extrajudiciais de solução de controvérsias. Insatisfação do estado com decisão da junta de conflitos. Sujeição do conflito à arbitragem. Cláusula compromissária patológica. Indicação de órgão arbitral inexistente. Compromisso arbitral. Lei n. 9.307, de 23 de setembro de 1996 (Lei da Arbitragem).
PARECER	000438/2024
Ementa	Processo Administrativo de Invalidação. Pensão especial concedida irregularmente. Observância das garantias do contraditório e ampla



defesa. Improcedência das razões de defesa. Nulidade do Decreto. Julgamento. Competência do Governador do Estado.

PARECER 000439/2024

Ementa Memorando de entendimentos (MOU). Instrumento de formalização das intenções de colaboração entre o Estado do Pará e a *booking.com* brasil, serviços de reserva LTDA. 30ª conferência das partes da convenção-quadro das Nações Unidas sobre mudança do clima (COP 30). Análise jurídica.

PARECER 000440/2024

Ementa Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável Amazônia Legal (CAL). Contrato administrativo. Serviço contínuo. Prorrogação de vigência. Reajuste. Termo aditivo.

PARECER 000441/2024

Ementa Exoneração e nomeação de membro. Conselho Estadual de Saúde (CES/PA). Biênio 2022/2024. Análise jurídica.

PARECER 000443/2024

Ementa Minuta de Decreto. Adequação. Coleta de dados. Repartição de produto de arrecadação do ICMS. Cota-parte. Constitucionalidade da Minuta.

PARECER 000444/2024

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Assédio sexual. Prescrição penal. Majorante penal. Valimento. Incontinência pública. Depoimento contraditório. Ausência de certeza acerca da materialidade da conduta. Dúvida fundada. Presunção de inocência. Absolvição.

PARECER 000445/2024

Ementa Processo Administrativo disciplinar (PAD). Prescrição do direito de punir. Absolvição. Arquivamento. Apuração de responsabilidades.



PARECER	000446/2024
Ementa	Minuta de Decreto. Alteração dos valores adicionados e dos índices de valor adicionado. Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS). Regularidade da minuta.
PARECER	000447/2024
Ementa	Protocolo de Intenções. Duplicação da Rua da Marinha. Sugestões de alteração.
PARECER	000448/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Dever de urbanidade. Dever de discricção. Violação aos preceitos morais e éticos, às leis e regulamentos. Suspensão.
PARECER	000449/2024
Ementa	Alteração do Decreto Estadual n. 3.302/2023. Dispensa de contrapartida exclusivamente financeira em convênios celebrados com entidades privadas sem fins lucrativos que atuem como intervenientes. Vedação constante da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Necessidade de alteração legal prévia.
PARECER	000450/2024
Ementa	Anteprojeto de Lei. Altera a Lei Estadual n. 6.839/2006, que dispõe sobre a atualização do Plano de Carreira, Cargos e Salários da Universidade do Estado do Pará (UEPA). Inconstitucionalidade material. Necessidade de adoção de política remuneratória ampla. Vedação de vinculação de referências salariais para efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
PARECER	000451/2024
Ementa	Acordo de Cooperação Técnica, a ser celebrado entre a União, por meio do Ministério das Mulheres, o Estado do Pará e o Ministério Público do Estado do Pará. Celeridade ao fluxo de envio, tratamento



e monitoramento das denúncias da Central de Atendimento à Mulher - ligue 180. Regularidade do instrumento.

PARECER 000452/2024

Ementa Exoneração e nomeação de membros para o Conselho Estadual das Cidades (CONCIDADES/PA). Possibilidade. Análise jurídica.

PARECER 000453/2024

Ementa Recurso Administrativo. SESPA. Teletrabalho. Licença para tratamento de saúde. Manutenção da decisão administrativa. Análise jurídica.

PARECER 000454/2024

Ementa Nomeação de Membro para o Conselho Estadual das Cidades (CONCIDADES/PA). Possibilidade. Análise jurídica.

PARECER 000455/2024

Ementa Licitação Pública. Concorrência pública. Lei n. 8.666/93. Seleção de pessoa jurídica apta a realizar concurso público para provimento de cargos públicos de nível médio e superior. Superveniência de fato novo que não impede adjudicação e homologação do certame. Expiração do prazo de validade da proposta do licitante vencedor. Providências a serem adotadas pela Administração.

PARECER 000456/2024

Ementa Exoneração e Nomeação de Membros do Conselho Estadual de Saúde (CES/PA). Análise jurídica.

PARECER 000457/2024

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Fundação pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Viana (FHCGV). Assédio sexual. Conduta escandalosa. Valimento. Demissão.



PARECER	000458/2024
Ementa	Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável Amazônia Legal (CAL). Pregão eletrônico internacional. Sistema de registro de preços. Aquisição de munição. Controle prévio de legalidade da fase preparatória. Art. 53 da Lei n. 14.133/2021.
PARECER	000459/2024
Ementa	Minuta de Decreto. Regulamento do ICMS. Comprovação de operações de comodato, locação ou arrendamento. Medida que viola o princípio da proporcionalidade. Ausência de contribuição com a atividade fiscalizadora.
PARECER	000460/2024
Ementa	Anteprojeto de Lei. SEGUP. Lei Estadual n. 10.313, de 3 de janeiro de 2024. Proibição e sanção de trotes em telefones de emergência. Destinação dos valores arrecadados pela aplicação de multas. Análise jurídica.
PARECER	000461/2024
Ementa	Policial Militar Estadual. Promoção em ressarcimento de preterição. Requisitos legais reconhecidos pela Comissão de Promoção de Oficiais (CPO).
PARECER	000462/2024
Ementa	Proposta de Alteração de Decreto. Internalização dos ajustes SINEF ao Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (RICMS-PA).
PARECER	000463/2024
Ementa	Minuta de Decreto. Conselho Estadual de Segurança Pública. Homologação da Resolução n. 478/2024. Cadeia de custódia de vestígios.



PARECER	000464/2024
Ementa	Minuta de Decreto. Prorrogação de prazos. Ajuste SINIEF n. 12, de junho de 2024. Constitucionalidade da minuta. GIAT-ST. SCANC.
PARECER	000465/2024
Ementa	Exoneração de membro do Conselho Estadual de Cultura do Pará. Possibilidade. Análise jurídica.
PARECER	000466/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Valimento. Prescrição disciplinar. Absolvição. Prejuízo ao erário. Devolução de vencimentos recebidos indevidamente. Necessidade de instauração de procedimento próprio.
PARECER	000467/2024
Ementa	Pensão Especial. Servidor Civil. Beneficiários habilitados. Termo Inicial para pagamento. Instrução processual completa. Análise jurídica.
PARECER	000468/2024
Ementa	Minuta de Decreto. Regulamento da TFRH. Constitucionalidade e legalidade da minuta. Impossibilidade de cobrança antes da entrada em vigor do regulamento.
PARECER	000469/2024
Ementa	Proposta de Decreto. Alteração do Decreto Estadual n. 3.119, de 29 de maio de 2023. Internalização de convênios. Análise jurídica.
Parecer	000470/2024
Ementa	Minuta de Decreto. Alteração do RICMS. Internalização de convênio ICMS. Substituição tributária. Constitucionalidade da Minuta. Análise jurídica.



PARECER	000471/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Assédio sexual. Inobservância do devido processo legal. Ausência de indiciamento. Declaração de nulidade parcial.
PARECER	000473/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). SEDUC. Assédio sexual não caracterizado. Ausência de provas. Absolvição. Arquivamento.
PARECER	000474/2024
Ementa	Ações e Serviços Públicos de Saúde. Descentralização. Atuação de hospitais privados de forma complementar ao Sistema Único de Saúde (SUS). Contratualização. Contrato por estimativa. Procedimentos de alta complexidade. Pagamento “ <i>pós-fixado</i> ”. Pagamento dos serviços efetivamente prestados.
PARECER	000475/2024
Ementa	Exoneração e nomeação de membros do Conselho Gestor da Fundação de Apoio para o Desenvolvimento da Educação Paraense (FADEP). Possibilidade.
PARECER	000476/2024
Ementa	Minuta de Decreto. Alteração do Decreto Estadual n. 4.676/2001. Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS). Atualização de procedimento para reativação da inscrição suspensa por falta de documento fiscal. Regularidade da minuta.
PARECER	000477/2024
Ementa	Policiais Civis. Peritos criminais. Policiais penais. Gratificação de Risco de Vida (GRV) e Gratificação de Tempo Integral (GTI). Contribuição previdenciária. Incorporação na inatividade.



PARECER	000478/2024
Ementa	Projeto de Indicação n. 050/2019. Institui a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (PEAPO). Regularidade.
PARECER	000479/2024
Ementa	Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável Amazônia Legal (CAL). Contrato administrativo. Serviço contínuo. Prorrogação de vigência. Termo aditivo.
PARECER	000480/2024
Ementa	Minuta de Decreto. Internalização de atos do CONFA. Ajuste SINIEF n. 11 e 30, de 2023. Constitucionalidade da minuta.
PARECER	000481/2024
Ementa	Servidor Público. Processo Administrativo Disciplinar. Improbidade. Desídia. Incidência da prescrição. Análise jurídica.
PARECER	000482/2024
Ementa	Avaliação e Eventual ratificação do acatamento da notificação de lançamento n. 0030/2024/FUNTTEL. Exação prevista em Lei. Exame dos autos e documentos. Possibilidade de ratificação.
PARECER	000483/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP). Violação aos deveres de urbanidade e discrição. Ofensa a servidor público. Suspensão. Prescrição. Absolução.
PARECER	000484/2024
Ementa	Retificação de data de ingresso no serviço público. Data da posse. Decisão anterior de reconhecimento da continuidade do serviço.



PARECER	000485/2024
Ementa	Mandato Classista. Pagamento de Auxílio Alimentação. Mudança de entendimento após alteração da Lei n. 7.197/2008 pela Lei n. 9.573/22.
PARECER	000486/2024
Ementa	Decreto de Desapropriação. Utilidade pública. Nova feira do Barreiro. Viabilidade de promulgação do decreto expropriatório.
PARECER	000487/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). SEDUC. Conduta escandalosa na repartição. Demissão.
PARECER	000488/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Valimento. Prescrição. Absolvição.
PARECER	000489/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Valimento. Improbidade Administrativa. Lograr proveito pessoal e desídia. Prescrição. Absolvição.
PARECER	000490/2024
Ementa	Consulta IDEFLOR-BIO. Repasse de recursos a outros Entes Federativos. Recursos internalizados no FCA. Impossibilidade de assim proceder. Recomendações. Atendimento aos prazos regulamentares na forma das ordens de serviço desta PGE/PA.
PARECER	000491/2024
Ementa	Servidor Público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Desídia. Incidência da prescrição disciplinar. Análise jurídica.



PARECER 000492/2024

Ementa Servidora Pública. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Inassiduidade Habitual. Incidência da Prescrição Disciplinar. Análise jurídica.

PARECER 000493/2024

Ementa Servidor Temporário. Cargo exclusivamente em comissão. Aposentadoria compulsória. Limite de idade. Ingresso ou permanência no serviço público após 75 anos. Possibilidade jurídica.

PARECER 000494/2024

Ementa Delegado da Polícia Civil. Promoção por Ato de Bravura. Art. 54 a da Lei Complementar Estadual n. 105/2016. Decadência. Análise jurídica.

PARECER 000495/2024

Ementa SEGUP. Perfil Profissiográfico Previdenciário. Período laborado anterior a 2004. Desnecessidade da emissão.

PARECER 000496/2024

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Servidora pública. Improbidade administrativa, valimento, lesão aos cofres públicos. Prescrição. Absolvição.

PARECER 000497/2024

Ementa Servidor Público. Adicional por exercício de cargo em comissão ou função gratificada. Erro operacional da Administração. Supressão imediata da função Gratificada paga indevidamente. Natureza *Propter laborem* da verba.

PARECER 000498/2024

Ementa Contrato Administrativo. Aditivo. Reajuste contratual. Valores retroativos.



PARECER 000499/2024

Ementa CAL. Reajuste de remuneração. Cargos comissionados do quadro de pessoal. Ato normativo. Ratificação legal e publicidade pelos entes consorciados.

PARECER 000500/2024

Ementa Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal (CAL). Termo de colaboração. Inexigibilidade de Chamamento Público. Adequações na minuta e no plano de trabalho.

PARECER 000501/2024

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Violência doméstica contra a mulher. Ausência de provas. Absolvição.

PARECER 000503/2024

Ementa Pensão Especial. Servidor Civil. Falecimento em decorrência de acidente em serviço. Beneficiário habilitado. Termo inicial para pagamento. Cálculo. Instrução processual adequada. Análise jurídica.

PARECER 000504/2024

Ementa Exoneração e nomeação de membros do Conselho Gestor do Fundo de Desenvolvimento Econômico do Estado do Pará (CGFDE). Possibilidade.

PARECER 000505/2024

Ementa Contrato de empréstimo oriundo de Operação de Crédito Interna com garantia da União. Aquisição de ônibus para o Sistema Integrado de Transporte da Região Metropolitana de Belém (SIT/RMB). Programa pró-transportes. Estado do Pará e Caixa Econômica Federal, com interveniência da Agência de Regulação e Controle dos Serviços Públicos de Transporte do Estado do Pará (ARTRAN/PA). Necessidade de ajustes e cumprimento de diligências. Período eleitoral.



PARECER	000506/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Lesão corporal. Prescrição do direito de punir. Absolvição. Arquivamento. Apuração de responsabilidades.
PARECER	000507/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). SEDUC. Assédio moral e sexual. Falta de urbanidade. Conduta escandalosa na repartição. Demissão.
PARECER	000508/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). SEDUC. Fiscalização de contrato de obras. Reforma escolar. Valimento. Desídia. Improbidade. Ausência de provas. Absolvição.
PARECER	000509/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Falecimento de servidor público no curso do procedimento. Arquivamento.
PARECER	000510/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). SEDUC. Improbidade. Lesão aos cofres públicos. Valimento. Desídia. Ocorrência de <i>bis in idem</i> . Arquivamento.
PARECER	000511/2024
Ementa	Servidor Público. “ <i>Pedido de cessão</i> ” pela Justiça Eleitoral. Requisição. Análise jurídica.
PARECER	000512/2024
Ementa	Servidora Efetiva. Portadora de TEA e TDAH. Pedido de redução de jornada. Inteligência do art. 66 a, 2 da Lei n. 5.810/1994. Aplicação da Lei n. 8112/90. Tese 1097 STF.



PARECER	000513/2024
Ementa	Empregada Pública. Portadora de TEA e TDAH. Pedido de redução de jornada. Regime celetista.
PARECER	000514/2024
Ementa	Memorando de Entendimento. Instrumento de formalização das intenções de colaboração entre o Estado do Pará e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Análise jurídica.
PARECER	000515/2024
Ementa	Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis. Art. 30, §8º da Lei 14.735/2023. Adicional de cargo ou função de confiança. Aplicabilidade. Necessidade de Regulamentação do ente Federado.
PARECER	000516/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Falecimento de servidor público no curso do procedimento. Arquivamento.
PARECER	000517/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Abandono de cargo. Prescrição. Absolução.
PARECER	000518/2024
Ementa	Exoneração e nomeação de membros da Comissão Gestora Tripartite da Meia Passagem Estudantil Intermunicipal (COGMEP). Análise jurídica.
PARECER	000519/2024
Ementa	Pensão Especial. Servidor Civil. Acidente em serviço não configurado. Ausência de nexo de causalidade. Não cabimento. Análise jurídica.



PARECER	000520/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). SEDUC. Abandono de cargo. Incidência da prescrição disciplinar. Absolvição. Exoneração <i>ex officio</i> .
PARECER	000521/2024
Ementa	Proposta de decreto. SEFA. RICMS. Redução da base de cálculo de ICMS. Operações internas e interestaduais com sucatas de papel, vidro e plástico. Internalização de convênio ICMS. Análise jurídica.
PARECER	000522/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. Improbidade. Prescrição. Absolvição.
PARECER	000523/2024
Ementa	Prorrogação de Estado de Emergência Ambiental por mais 180 dias. Decreto Estadual n. 3.683, de 1º de fevereiro de 2024 que prorrogou o prazo de vigência do Decreto Estadual n. 3.249, de 03 de agosto de 2023. Análise jurídica.
PARECER	000524/2024
Ementa	Pedido de Reconsideração. Secretaria de Estado de Saúde Pública (SESPA). Preenchimento dos requisitos de admissibilidade do pedido. Indeferimento. Manutenção da decisão.
PARECER	000525/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Improbidade. Valimento. Desídia. Prescrição. Absolvição.
PARECER	000526/2024
Ementa	Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal (CAL). Acordo de Cooperação Técnica. Colaboração para fortalecimento da segurança pública nos Estados da Amazônia Legal.



PARECER	000528/2024
Ementa	Contrato de promessa de permuta. Análise da minuta. União, representada pelo Comando do 4º Distrito Naval da Marinha do Brasil e Estado do Pará. Duplicação da rua da Marinha. Regularidade do instrumento.
PARECER	000530/2024
Ementa	Nomeação de membros do Conselho Estadual da Diversidade Sexual (CEDS). Possibilidade. Análise Jurídica.
PARECER	00531/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Proferimento de palavras de baixo calão em sala de aula por professor. Prescrição quinquenal administrativa. Comportamento inadequado. Penalidade de suspensão.
PARECER	000532/2024
Ementa	Anteprojeto de Lei. Institui taxa decorrente do exercício de poder de polícia. Divisão de polícia administrativa. Controle policial das atividades com impacto na ordem social. Altera a tabela da Lei Estadual n. 6.724, de 02 de fevereiro de 2005.
PARECER	000533/2024
Ementa	Minuta de Decreto. Regulamentação da Lei Federal n. 14.133, de 2021. Credenciamento para a contratação de bens e serviços.
PARECER	000534/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP). Violação aos Princípios éticos, morais, às Leis e regulamentos. Desobediência. Repreensão. Prescrição. Absolvição.



PARECER	000535/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Fundação Santa Casa de Misericórdia do Estado do Pará (FSCM). Atestados médicos falsos. Valimento. Demissão.
PARECER	000537/2024
Ementa	Minuta de Acordo de Cooperação Técnica. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Ministério das Mulheres. Estado do Pará. Análise jurídica.
PARECER	000538/2024
Ementa	Contrato Administrativo. Adesão à Ata de Registro de Preços (ARP) do Ministério Público do Estado do Mato Grosso, regida pela Lei n. 14.133/2021. Possibilidade jurídica.
PARECER	000539/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Ofensas verbais e físicas. Prescrição quinquenal administrativa. Penalidades de demissão e repreensão.
PARECER	000540/2024
Ementa	Aquisição de computadores tipo " <i>desktop</i> ". Adesão à Ata de Registro de Preços (ARP). Carona.
PARECER	000542/2024
Ementa	Servidor Público. Plano de carreira, cargos e salários. Carreira, classes e referências. Pleito de reajuste para as carreiras de natureza técnica, administrativa e operacional, a partir da Lei Estadual n. 10.007/2023. Descabimento.
PARECER	000543/2024
Ementa	Erro da Administração. Invalidação de ato administrativo. Prazo para a Administração anular atos viciados.



PARECER	000544/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. DETRAN/PA. Inserção de dados falsos em sistema de informação. Valimento. Demissão. Conversão da pena em destituição do cargo em comissão.
PARECER	000545/2024
Ementa	Minuta de Decreto. Criação do 32º, 33º, 34º e 35º grupamentos Bombeiro Militar. Lei de Organização básica do CBMPA. Lei Estadual n. 5.731, de 15 de dezembro de 1992.
PARECER	000547/2024
Ementa	Exoneração e nomeação de membros para o Conselho Estadual de Segurança Pública (CONSEP). Análise jurídica.
PARECER	000548/2024
Ementa	Minuta de Decreto que regulamenta a Lei Estadual n. 10.658, de 2024. Concessão de abono aos profissionais do magistério e educação básica da Rede Estadual de Ensino.
PARECER	000550/2024
Ementa	Termo de Rerratificação. Asfalto por todo Pará 3ª etapa. Caixa. R\$800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais). Alteração de contas bancárias.
PARECER	000551/2024
Ementa	Termo de Rerratificação. Infraestrutura por todo Pará. Caixa. R\$549.000.000,00 (quinhentos e quarenta e nove milhões de reais). Alteração de contas bancárias.
PARECER	000552/2024
Ementa	Desapropriação. Decreto de utilidade pública para a retirada das edificações na área de construção de infraestrutura dos canais Bengui, Marambaia e Adequação viária da Rua das Rosas.



Documentos indispensáveis para expedição do decreto de utilidade pública. Possibilidade.

PARECER 000553/2024

Ementa Câmara de Resolução de Demandas de Saúde (CRDS). Termo de Cooperação Técnica para aprimoramento do atendimento das demandas em saúde pública no âmbito da CRDS. Participação do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA). Decreto Estadual n. 3.892/2024. Decreto Estadual n. 3.302/2023.

PARECER 000554/2024

Ementa Protocolo de intenções. Banco da Amazônia. Plano de aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO). Análise jurídica.

PARECER 000555/2024

Ementa Aditivo Contratual. Prorrogação de vigência. Telefonia Fixa. Serviço contínuo.

PARECER 000556/2024

Ementa Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal (CAL). Contrato administrativo. Serviços contínuos. Termo aditivo de prorrogação.

PARECER 000557/2024

Ementa Servidor Público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Valimento. Improbidade administrativa. Demissão.

PARECER 000558/2024

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP). Exercício de atividades lucrativas. Valimento. Improbidade. Nulidade parcial.



PARECER 000559/2024

Ementa Processo Administrativo Disciplinar Simplificado (PADS). Abandono de cargo público. Necessidade de melhor instruir os autos. Perícia médica psiquiátrica. Nulidade parcial.

PARECER 000560/2024

Ementa Carta de intenção de Programa de Cooperação Interreg Amazônica (PCIA). Termo de Cooperação com Estado estrangeiro. Necessidade futura de participação da União Federal. Chancela posterior do poder legislativo. Análise jurídica.

PARECER 000561/2024

Ementa Parcerias com organizações da sociedade civil. Transferência de recursos financeiros. Termo de Colaboração. Termo de fomento. Tomada de contas especial. Instauração pela Administração Pública e pelo Tribunal de Contas. Prazo prescricional. Observância dos parâmetros fixados pela resolução TCU n. 344/2022. Princípio da segurança jurídica.

PARECER 000562/2024

Ementa Contrato administrativo. Terceiro termo aditivo. Prorrogação e reajuste contratual. Valores retroativos.

PARECER 000563/2024

Procurador(a) IZABELA LINHARES SAUMA CASTELO BRANCO

Ementa Servidor Público. Posse em cargo público. Prazo de trinta dias fixado por Lei. Prazo material. Contagem em dias corridos.

PARECER 000564/2024

Ementa Pedido de Revisão. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Demissão. Polícia Civil do Estado do Pará. Prescrição. Ausência de fatos novos. Improcedência.



PARECER	000565/2024
Ementa	Destituição e designação de membros. Conselho Gestor do Programa de Integridade e Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Pecuária de Bovídeos Paraense – COGES - pecuária. Possibilidade. Análise jurídica.
PARECER	000566/2024
Ementa	Licença prêmio. Tempo de afastamento para concorrer a cargo eletivo. Hipóteses taxativas dispostas no art. 72 do RJU/PA.
PARECER	000567/2024
Ementa	Servidor público. Aposentadoria. Segurado especial do RGPS. Lavrador. Processo Administrativo Disciplinar Simplificado. (PADS) Absolvição.
PARECER	000568/2024
Ementa	Regularização fundiária urbana. Programa de Aceleração do Crescimento - novo PAC. Termos de compromisso.
PARECER	000569/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Assédio sexual. Violação aos preceitos morais, éticos, às leis e regulamentos. Valimento. Improbidade administrativa. Incontinência pública e conduta escandalosa. <i>In dubio pro reo</i> . Absolvição.
PARECER	000570/2024
Ementa	Dispensa e designação de membros da Procuradoria-Geral do Estado (PGE) junto ao Tribunal Administrativo de Recursos Fazendários - TARF. Possibilidade.
PARECER	000571/2024
Ementa	Termo de Afetação n. 15/2024, Imissão na Posse do Estado do Pará em 24 de janeiro de 2024. Incorporação ao patrimônio público conforme art. 35 do Decreto-Lei n. 3.365/1941. Verificação da



adequação jurídica do ato de afetação. Ratificação da minuta e recomendações para publicação e atualização cadastral. Viabilidade jurídica reconhecida.

PARECER

000572/2024

Ementa

Minuta de Decreto. Dispõe sobre a delegação de competências à Companhia de Ativos Ambientais e Participações do Pará S.A. (CAAP). Regularidade jurídica.

PARECER

000573/2024

Ementa

Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Pedido de revisão. Prescrição. Inexistência de fato novo. Escritura pública. Falsidade do testemunho de terceiros. Ausência de prova. Improcedência.

PARECER

000574/2024

Ementa

Pedido de reconsideração. Demissão. Auxílio-natalidade. Pressupostos de admissibilidade preenchidos. Conhecimento. Deferimento.

PARECER

000575/2024

Ementa

Pedido de reconsideração. Procedimento Administrativo Disciplinar (PAD). Pagamento indevido de auxílio natalidade. Demissão “a bem do serviço público”. Conhecimento e não acolhimento.

PARECER

000576/2024

Ementa

Decreto que declara situação de emergência e proibição da permissão, autorização e utilização de fogo, inclusive para limpeza e manejo de áreas, em todo o Estado do Pará. Competência do Chefe do Poder Executivo. Possibilidade.

PARECER

000577/2024

Ementa

Afetação de bem. Destinação de bem público ao Ministério Público do Estado. Bem de posse e propriedade do Estado. Possibilidade.



PARECER	000579/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará (FSCM). Assédio sexual. Conduta escandalosa. Valimento. Nulidade parcial.
PARECER	000580/2024
Ementa	Exoneração e nomeação de membros do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA/PA). Análise jurídica.
PARECER	000581/2024
Ementa	Destituição e designação de membros do Conselho Fiscal da Fundação de Apoio para o Desenvolvimento da Educação (FADEP). Análise jurídica.
PARECER	000582/2024
Ementa	Estatuto social. Companhia de Ativos Ambientais e Participações do Pará S.A (CAAPP). Homologação via decreto. Análise jurídica.
PARECER	000583/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Pedido de revisão. Prescrição. STJ. Inexistência de fato novo. Improcedência.
PARECER	000584/2024
Ementa	Delegado da Polícia Civil. Promoção por ato de bravura. Pedido de reconsideração. Conhecimento e indeferimento. Manutenção da decisão.
PARECER	000585/2024
Ementa	Consulta tributária. Transferências voluntárias. Contratação de obras e serviços. Prestação de contas. Compensação tributária. Hipótese de extinção do crédito tributário. Condição resolutória.



PARECER	000586/2024
Ementa	Minuta de decreto. Prorrogação de prazo de recolhimento e repasse. ICMS monofásico. Aderência ao convênio ICMS n. 70/2024.
PARECER	000587/2024
Ementa	Anteprojeto de Lei. Alteração da Lei Estadual n. 5.939, de 15 de janeiro de 1996, que dispõe sobre a organização da Fundação Carlos Gomes e dá outras providências.
PARECER	000588/2024
Ementa	Regularidade da devolução do imóvel pelo IDEFLOR-Bio ao Estado do Pará, com subsequente cessão à ADEPARÁ. Conformidade dos atos com a Lei Estadual n. 6.614/2004, incluindo a necessidade de estabelecimento de prazo e condições para a nova cessão. Parecer pela viabilidade jurídica dos atos praticados e da transferência do imóvel.
PARECER	000589/2024
Ementa	Pedido de reconsideração. Secretaria de Estado de Educação (SEDUC). Intempestividade. Não conhecimento. Manutenção da decisão que culminou na aplicação da sanção demissória.
PARECER	000590/2024
Ementa	Entidade de caráter científico sem finalidade lucrativa. Isenção de Tributos Federais. Requisitos legais.
PARECER	000591/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Secretaria de Estado de Educação (SEDUC). Acumulação ilícita de cargos públicos. Nulidade parcial.
PARECER	000592/2024
Ementa	Convênio. Transferência voluntária de recursos do Estado para Município. Construção de obra pública. Pleito de reprogramação de



planilhas para melhor atendimento da finalidade pública. Acréscimo de valor. Celebração de termo aditivo nos três meses que antecedem o pleito eleitoral. Art. 73, VI, a, da Lei n. 9.504/97. Possibilidade jurídica, em tese.

PARECER

000593/2024

Ementa

Processo Administrativo Disciplinar (PAD). SEDUC. Auxílio natalidade e salário-família. Lesão aos cofres públicos. Improbidade administrativa. Demissão.

PARECER

000594/2024

Ementa

Proposta de Projeto de Lei. Sindicato dos Servidores Públicos da Polícia Civil do Estado do Pará (SINDPOL). Dia do Veterano da Polícia Civil. Alteração da designação de inativo para veterano.

PARECER

000595/2024

Ementa

Fixação dos índices percentuais de distribuição aos municípios das parcelas do produto da arrecadação do ICMS. Art. 3º, § 8º, da Lei Complementar Federal n. 63/90. Competência do Governador do Estado do Pará. Art. 135, V, da Constituição Estadual.

PARECER

000596/2024

Ementa

Recurso hierárquico. Decisão de indeferimento de pedido de revisão. Competência para analisar os requisitos de admissibilidade. Procedimento. Ausência de fatos novos. Análise jurídica.

PARECER

000597/2024

Ementa

Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Servidor público. Violação aos princípios éticos, morais, às leis e regulamentos. Valimento. Atuação, como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas. Demissão.

PARECER

000598/2024

Ementa

Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Servidores públicos. Prescrição. Ausência de provas robustas de infração disciplinar.



Acordo de não persecução penal. Princípio do *in dubio pro reo*.
Declaração de nulidade. Reabertura da instrução processual.

PARECER 000599/2024

Ementa Pedido de transferência. Procurador autárquico. Quadro suplementar. Vedação de provimento originário ou derivado. Competência do PGE para lotação, conforme necessidade do serviço.

PARECER 000600/2024

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). SEAP. Violência doméstica contra a mulher. Insuficiência de provas. Falhas na instrução processual. Mídias digitais inacessíveis. Necessária consulta aos autos do processo criminal. Nulidade parcial.

PARECER 000601/2024

Ementa Bombeiro Militar Estadual da reserva remunerada. Convocação. Art. 78, § 2º, da Lei Complementar Estadual n. 142/2021. Função de natureza militar. Instituto de Ensino de Segurança do Pará (IESP). Apuração Disciplinar. Regime jurídico da Lei Estadual n. 9.161/2021.

PARECER 000602/2024

Ementa Termo aditivo a termo de compromisso. Programa de aceleração do crescimento – Novo PAC.

PARECER 000604/2024

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). SESP. Apuração de irregularidades na compra de medicamentos. Absolvição. Arquivamento.

PARECER 000605/2024

Ementa Promoção por ato de bravura. Preenchimento dos requisitos formais. Possibilidade.



PARECER	000606/2024
Ementa	Termo de Execução Descentralizada (TED). Alterações no Plano de Trabalho (Plano de aplicação e cronograma de desembolso). Termo aditivo.
PARECER	000607/2024
Ementa	Despesas de Exercícios Anteriores (DEA). Poder judiciário. FINANPREV e FUNPREV. Saldo positivo de contribuições previdenciárias. Vedação de utilização para pagamento de DEA. Suplementação orçamentária.
PARECER	000608/2024
Ementa	Nomeação de membros para compor o Conselho de Administração da Companhia de Ativos Ambientais e Participações do Pará S.A (CAAPP). Análise jurídica.
PARECER	000609/2024
Ementa	Projeto de Lei. Alteração da Lei Estadual n. 10.259/2023 que institui a Unidade de Recuperação da Vegetação Nativa no Estado do Pará. Sugestões de alteração para análise da SEMAS.
PARECER	000610/2024
Ementa	Recurso administrativo. Pedido de reconsideração. Ausência de prestação de contas. Penalidade de suspensão. Recurso conhecido e não provido.
PARECER	000611/2024
Ementa	Termo aditivo a termo de compromisso. Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Adequação ao novo regime simplificado. Regularização do fundiária urbana. Jardim dos Mutuns.
PARECER	000612/2024
Ementa	Composição do Tribunal Administrativo de Recursos Fazendários (TARF). Substituição de membros. Análise jurídica.



PARECER	000613/2024
Ementa	Polícia Militar do Estado do Estado do Pará (PMPA). Promoção de Oficiais do dia 25 de setembro de 2024. Antiguidade e merecimento.
PARECER	000614/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Falta de urbanidade. Referir-se de modo ofensivo a servidor da Administração Pública. Suspensão.
PARECER	000615/2024
Ementa	Contrato administrativo. Locação de veículos. Reajuste. Erro material. Termo aditivo.
PARECER	000616/2024
Ementa	Requerimento de financiamento de construção de templo religioso. Estado laico. Avaliação do mérito cultural. Enquadramento do Projeto no Programa Estrutura Pará. Não caracterização como infraestrutura. Impossibilidade.
PARECER	000617/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar Simplificado (PADS). Declaração de informação falsa em documento público. Falsidade ideológica. Prescrição penal. Inobservância do devido processo legal. Utilização do rito sumário equivocado. Declaração de nulidade total. Acumulação superada. Distrato do servidor temporário.
PARECER	000618/2024
Ementa	Servidor público. Delegados de Polícia Civil dos Estados do Pará e do Maranhão. Pedido de <i>“Cessões recíprocas em regime de permuta”</i> . Lei n. 14.735/2023 (Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis). Ausência de regulamentação da permuta (art. 25). Regras estaduais sobre cessão.



PARECER 000619/2024

Ementa Decreto de utilidade pública para fins de desapropriação. Interesse público na retirada das benfeitorias para obras de saneamento. Requisitos indispensáveis para publicação do ato. Possibilidade.

PARECER 000620/2024

Ementa Desapropriação. Mudança não substancial. Expedição de decreto retificador.

PARECER 000621/2024

Ementa Servidor público. Docentes da Secretaria de Estado de Educação (SEDUC). Contratação temporária. Art. 2º - A da Lei Complementar Estadual n. 007/91. Aplicação retroativa. Possibilidade jurídica.

PARECER 000622/2024

Ementa Minuta de decreto. Bombeiros militares. Promoção de Oficiais do dia 25 de setembro de 2024. Critérios de antiguidade e merecimento. Competência do Chefe do Poder Executivo.

PARECER 000623/2024

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Conduta escandalosa, na repartição. Insubordinação grave em serviço. Procedimento desidioso. Prescrição quinquenal administrativa. Penalidade de demissão.

PARECER 000624/2024

Ementa PAD. Procedimento desidioso. Não configuração. Violação aos deveres de observância às ordens superiores e aos princípios éticos e morais. Convalidação da penalidade aplicada. Suspensão.

PARECER 000625/2024

Ementa Lei Estadual n. 10.181, de 23 de novembro de 2023. Programa de Melhoria da Gestão de Aprendizagem da Educação Básica (Escola que Transforma). Regulamentação. Proposta de decreto.



PARECER	000626/2024
Ementa	Bombeiro Militar Estadual. Incorporação de função gratificada. Função de natureza civil junto à extinta Secretaria Especial de Estado de Defesa Social. Impossibilidade jurídica.
PARECER	000627/2024
Ementa	Minuta de decreto. Alteração do Decreto Estadual n. 4.025/2024. Medidas de racionalização à execução da despesa orçamentária no âmbito do Poder Executivo Estadual.
PARECER	000629/2024
Ementa	Alteração de membros do Comitê Estadual para a 30ª Conferência das Partes da Convenção - Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 30). Análise jurídica.
PARECER	000630/2024
Ementa	Servidor público. Cessão. Servidor não efetivo. Ocupante de função pública permanente. Alteração do art. 31 do Regime Jurídico Único pela Lei Estadual 10.703/2024. Possibilidade.
PARECER	000631/2024
Ementa	Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). SEDUC. Assédio sexual. Aluna menor. Conversão do distrato em demissão.
PARECER	000632/2024
Ementa	Minuta de decreto. Adequação do RICMS. Correção CEST. Ajustes redacionais. Constitucionalidade da minuta.
PARECER	000633/2024
Ementa	Minuta de decreto. Alteração do RICMS. Internalização de Convênios ICMS e Protocolos ICMS. Constitucionalidade. Análise jurídica.



PARECER	000634/2024
Ementa	Aquisição de aparelhos de refrigeração. Adesão à ata de registro de preços. Carona.
PARECER	000635/2024
Ementa	Empresa estatal. Eleição dos membros da diretoria executiva pelo Conselho de Administração. Requisitos e vedações para a nomeação.
PARECER	000636/2024
Ementa	Projeto de Lei autorizadora de Operação de Crédito Interna, com garantia da União. “Projeto de implantação e pavimentação da avenida liberdade”.
PARECER	000637/2024
Ementa	Minuta de decreto. Estabelece normas e procedimentos a serem adotados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual Direta e Indireta, para o encerramento anual da execução orçamentária, financeira, contábil e patrimonial. Exercício financeiro de 2024. Viabilidade jurídica.
PARECER	000638/2024
Ementa	Acordo de Cooperação Técnica. Projeto Aquilombar. Legalidade da proposta. Oferta de minuta. Plano de Trabalho. Viabilidade jurídica.
PARECER	000640/2024
Ementa	Minuta de decreto. Inscrição no cadastro de contribuintes. Atividades de mineração. Adequação de procedimento à legislação ambiental. Competência para licenciamento ambiental.
PARECER	000641/2024
Ementa	Minuta de decreto. Transferência entre estabelecimentos. Revigora e prorroga disposições do convênio. Documentos fiscais. Aderência ao Convênio ICMS n. 93/24.



PARECER	000642/2024
Ementa	Recondução e nomeação de membros para o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Difusos (CEDDD). Lei Complementar n. 23/1994. Análise jurídica.
PARECER	000643/2024
Ementa	Anteprojeto de Lei. Programa Estadual “Água Pará”. Lei Estadual n. 9.317/2021. Alteração.
PARECER	000644/2024
Ementa	Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal (CAL). Contrato de rateio. Ausência de repasse de recursos por membro do consórcio. Análise quanto à possibilidade de perdão da dívida.
PARECER	000645/2024
Ementa	Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal (CAL). Organismo Internacional. Acordo de Cooperação Técnica. Análise do instrumento.
PARECER	000646/2024
Ementa	Servidor público. Unidades de Internação de menores e adolescentes infratores. Regime de plantão. Ausência de regulamentação via decreto. Previsão em instrução normativa da entidade. Dever de observância da escala de serviço estabelecida pela unidade.
PARECER	000647/2024
Ementa	Minuta de Anteprojeto de Lei. Alteração da Lei Estadual n. 7.594, de 28 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a reorganização do Departamento de Trânsito do Estado do Pará (DETRAN), e da Lei n. 7.796, de 14 de janeiro de 2014, que dispõe sobre o Plano de Carreiras, Cargos e Remuneração dos Servidores do Departamento de Trânsito do Estado do Pará (DETRAN) e da outras providências.



PARECER	000648/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Ofensa física. Lesão corporal e submissão de criança a constrangimento. Absolução na esfera criminal por falta de provas. Indícios de adoecimento mental e emocional do servidor. Necessidade de perícia. Nulidade parcial.
PARECER	000649/2024
Ementa	Termo de Compromisso Sócio Econômico com aporte de recursos. Demonstrado o interesse público em promover o atendimento de interesses socioambientais da comunidade de Barcarena. Conversão em pecúnia na forma da cláusula 4.3. Autorização à Alunorte para depositar em subconta do Fundo de Desenvolvimento Econômico do Estado do Pará. Valor atualizado do saldo dos recursos do TC na ordem de R\$ 178.519.427,31 (cento e setenta e oito milhões, quinhentos e dezenove mil, quatrocentos e vinte reais e trinta e um centavos). Legalidade.
PARECER	000650/2024
Ementa	Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal (CAL). Contrato de rateio. Análise jurídica.
PARECER	000651/2024
Ementa	Criação do Parque Estadual das Árvores Gigantes da Amazônia - PAGAM. Alteração da Floresta Estadual do Peru mediante decreto. Criação de Unidade de Conservação de Proteção Integral por supressão de área de Unidade de Conservação de Uso Sustentável mediante decreto. Ausência de retrocesso ambiental. Legalidade. ADI 3646 – STF. Constitucionalidade.
PARECER	000652/2024
Ementa	Pedido de reconsideração. Secretaria de Estado de Saúde Pública (SESPA). Preenchimento dos requisitos de admissibilidade do pedido. Indeferimento. Manutenção da decisão.



PARECER	000653/2024
Ementa	Exoneração e nomeação de membro para o Conselho de Administração da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER). Análise jurídica.
PARECER	000654/2024
Ementa	Exoneração e nomeação de membros do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA/PA). Análise jurídica.
PARECER	000655/2024
Ementa	Recurso hierárquico. Contrato administrativo. Inexecução contratual. Aplicação de penalidade. Negativa de provimento.
PARECER	000656/2024
Ementa	Servidor Público. Gratificação de Risco de Vida. Unidade Psiquiátrica do Estado. Unidade dispensadora de medicamentos especializados que não pode ser considerada Unidade Psiquiátrica do Estado. Verba não devida.
PARECER	000658/2024
Ementa	Desapropriação. Decreto de utilidade pública para implementação de obra de macrodrenagem da Bacia do Murutucu. Documentos indispensáveis para expedição do decreto de utilidade pública. Possibilidade.
PARECER	000659/2024
Ementa	Exoneração e nomeação de membros. Conselho Estadual de Política de Promoção da Igualdade Racial (CONEPPIR). Análise jurídica.
PARECER	000660/2024
Ementa	Minuta de decreto. Alteração dos Decretos estaduais n. 5.615/2002, 2.489/2006, 2.490/2006, 2.491/2006 e 2.492/2006. Política de Incentivos ao Desenvolvimento Socioeconômico do Estado do Pará. Comissão da Política de Incentivos ao Desenvolvimento



Socioeconômico do Estado do Pará. Necessidade de alteração da Lei Estadual n. 6.489/2002. Instrução dos autos com justificativas técnicas.

PARECER 000661/2024

Ementa Memorando de Entendimento. Instrumento de formalização das intenções de colaboração entre o Estado do Pará e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

PARECER 000662/2024

Ementa Desapropriação. Decreto de utilidade pública para implementação de obra de macrodrenagem da Bacia do Tucunduba - Canal Caraparú. Documentos indispensáveis para expedição do decreto de utilidade pública. Possibilidade.

PARECER 000663/2024

Ementa Desapropriação. Modificação do projeto. Mudança não substancial. Reflexo no valor de avaliação do imóvel. Recomendação de expedição Decreto retificador. Possibilidade.

PARECER 000664/2024

Ementa Exoneração e nomeação de membros. Conselho Estadual de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (CEPDDH). Análise jurídica.

PARECER 000665/2024

Ementa Aposentadoria. Art. 98-A da LC n. 39/02. Adi n. 7.198/PA. Efeitos jurídicos.

PARECER 000666/2024

Ementa Anteprojeto de Lei. Instituição do Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA).



PARECER	000669/2024
Ementa	Termo de Cooperação Técnica. Tribunal de Justiça do Estado. Cadastramento de órgãos e entidades no sistema Processo Judicial Eletrônico (PJE).
PARECER	000670/2024
Ementa	Projeto de Lei. Institui a Política Estadual de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa do Pará (PEATERP) e o Programa Estadual de Assistência Técnica, Extensão Rural, Pesquisa e Desenvolvimento (PROGATERP) e dá outras providências. Competência do Chefe do Poder Executivo. Viabilidade jurídica.
PARECER	000671/2024
Ementa	Minuta de Decreto. Comitê Gestor do Sistema Estadual sobre Mudanças Climáticas (COGES CLIMA). Decretos Estaduais n. 3.574/2023 e n. 1.942/2021. Alteração.
PARECER	000672/2024
Ementa	Anteprojeto de Lei. Lei orçamentária anual. Exercício de 2025.
PARECER	000673/2024
Ementa	PAD. Violação aos deveres de observância às ordens superiores e aos princípios éticos e morais. Abandono de serviço. Improbidade. Não configuração. Convalidação da penalidade aplicada. Suspensão.
PARECER	000674/2024
Ementa	Acordo de Cooperação Técnica. Interligação de sistemas informatizados. Análise do Instrumento.
PARECER	000675/2024
Ementa	Programa de Aceleração do Crescimento (NOVO PAC) Cidades sustentáveis e resilientes – regularização fundiária (moradia digna/periferia viva). Termo de compromisso. Condição suspensiva. Alteração das peças documentais. Termo aditivo.



PARECER	000676/2024
Ementa	Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal (CAL). Parceria com organização da sociedade civil. Termo aditivo a Acordo de Cooperação. Viabilidade jurídica.
PARECER	000677/2024
Ementa	Servidor Público. Cessão. Policial civil cedido para a Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP). Competência para processar e julgar supostas infrações disciplinares cometidas durante a cessão: órgão cessionário ou órgão cedente?
PARECER	000678/2024
Ementa	Minuta de Decreto. Alteração do RICMS. Benefício fiscal. Redução de base de cálculo. Operações internas com querosene de aviação e gasolina de aviação.
PARECER	000679/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Servidor público. Sentença judicial transitada em julgado. Demissão. Perda do cargo público. Decisão judicial cumprida pela Administração Pública. Perda do objeto do PAD.
PARECER	000680/2024
Ementa	Termo de Compromisso. Estado do Pará. Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportações (CZPE). Criação da Zona de Processamento de Exportações (ZPE) de Barcarena/PA.
PARECER	000681/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Inassiduidade habitual. Indícios de doença mental. Necessidade de realização de perícia. Aposentadoria por invalidez.



PARECER	000682/2024
Ementa	Termo de Cooperação Técnica. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Contratação de projetos técnicos para requalificação da antiga Seccional do Comércio e entorno para a criação do Centro de Interpretação da Cidade.
PARECER	000683/2024
Ementa	Policia! Militar. Demissão a pedido. Aprovação em concurso público para cargo civil. Viabilidade jurídica.
PARECER	000684/2024
Ementa	Termo aditivo a termo de compromisso. Programa de Aceleração do Crescimento – NOVO PAC.
PARECER	000685/2024
Ementa	Terceirização de serviços na Administração Pública. Serviços de limpeza e conservação predial. Inadimplemento de dívidas trabalhistas pelo particular contratado. Possibilidade de pagamento direto dos colaboradores pela Administração. Previsão contratual. Terceirização de serviços na Administração Pública. Serviços de limpeza e conservação predial. Inadimplemento de dívidas trabalhistas pelo particular contratado. Possibilidade de pagamento direto dos colaboradores pela Administração. Previsão contratual.
PARECER	000686/2024
Ementa	Termo Aditivo. Termo de Compromisso n. 967602/2024/MCIDADES/CAIXA. Programa de Aceleração do Crescimento. Alteração de cláusula suspensiva. Possibilidade.
PARECER	000687/2024
Ementa	Parecer do órgão jurídico para Operação de Crédito do Estado do Pará. Manifestação conforme exigência do Manual para Instrução de Pleitos (MIP) da Secretaria do Tesouro Nacional. Caixa Econômica Federal (CEF) Projeto de Readequação da BR-316 e construção de



obras de artes especiais na Região Metropolitana de Belém - 1ª etapa.
Atendimento das condições.

PARECER 000688/2024

Ementa Recurso Hierárquico. Contrato Administrativo. Inexecução parcial contratual. Aplicação de penalidade. Conhecimento. Não provimento.

PARECER 000689/2024

Ementa Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável Amazônia Legal (CAL). Contrato administrativo. Serviço contínuo. Prorrogação de vigência. Termo aditivo.

PARECER 000690/2024

Ementa Minuta de Decreto. Alteração do Decreto Estadual n. 4.676/2001. Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS). Correção de código da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) referente ao feijão. Regularidade da minuta.

PARECER 000691/2024

Ementa Termo de Cooperação Técnica. Interligação de sistemas informatizados. Análise do instrumento.

PARECER 000692/2024

Ementa Minuta de Decreto. Alteração do Decreto Estadual n. 5.497/2002. Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS). Restrição de benefício fiscal. Redução da base de cálculo. Saídas internas de joias e de artefatos de joalheria, de ourivesaria e de metais preciosos, reconhecidos como biojoias e ecojoias. Regularidade da minuta.



PARECER	000693/2024
Ementa	Defesa Civil. Situação de emergência. Decreto Estadual n. 4.192/2024, que declarou situação de emergência nível II em todo o território do Estado do Pará. Situação de emergência decretada por municípios. Desnecessidade de homologação pelo Poder Executivo Estadual.
PARECER	000694/2024
Ementa	Servidores Públicos. Demissão “a bem do serviço público”. Pedido de reconsideração de ato. Não conhecimento. Decreto de demissão tornado sem efeito. Ausência de prejuízo que fundamente o sucedâneo. Necessidade de publicação de novo decreto de demissão. Abertura de novo prazo para apresentação do pedido de reconsideração de ato.
PARECER	000695/2024
Ementa	Exoneração e nomeação de membros do Conselho Estadual de Saúde (CES/PA). Análise jurídica.
PARECER	000697/2024
Ementa	Análise Jurídica de Cláusula Contratual. Dação em pagamento. Procedimentos destinados à incorporação de imóvel ao patrimônio do Estado do Pará.
PARECER	000698/2024
Ementa	Jornada de Professores. Aulas suplementares. Limite aplicável aos docentes sujeitos à jornada de vinte e trinta horas semanais.
PARECER	000699/2024
Ementa	Oficial da Polícia Militar do Estado. Conselho de Justificação. Ofensa à honra pessoal, pundonor policial e decoro da classe. Responsabilidade funcional. Infrações disciplinares comprovadas.



PARECER	000700/2024
Ementa	Minuta de Anteprojeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Regularização Fiscal PROREFIS no Estado do Pará. Autorização pelo Convênio ICMS 107/2024. Dispositivos em conformidade com o ato do CONFAZ.
PARECER	000701/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Dever de urbanidade. Dever de discricção. Violação aos preceitos morais, éticos, às Leis e regulamentos. Referir-se, de modo ofensivo, a servidor público e a ato da Administração. Suspensão.
PARECER	000702/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Abuso de autoridade. Uso proporcional e progressivo da força. Contenção necessária à subversão da ordem. Absolvição.
PARECER	000703/2024
Ementa	Decreto Estadual visando a declaração de utilidade pública de imóveis. Destinados a implantação do Distrito Industrial de Santarém. Preenchimento dos requisitos indispensáveis ao ato. Ressalvas. Publicação.
PARECER	000704/2024
Ementa	Cumprimento de decisão judicial. Trânsito em julgado. Perda do cargo público.
PARECER	000705/2024
Ementa	Recurso Administrativo. Recebimento como pedido de reconsideração de ato. Inassiduidade habitual. Pena de demissão. Conhecimento. Indeferimento.



PARECER 000706/2024

Ementa Desapropriação. Decreto de utilidade pública para implementação de obra de macrodrenagem da Bacia do Igarapé do Tucunduba. Documentos indispensáveis para expedição do decreto de utilidade pública. Possibilidade.

PARECER 000707/2024

Ementa Exoneração e nomeação de membros do Conselho de Administração da Companhia de Portos e Hidrovias do Estado do Pará (CPH). Análise jurídica.

PARECER 000708/2024

Ementa Servidor efetivo. Aposentadoria compulsória. Exercício de cargo em comissão. Art. 37, §10 da CF/88.

PARECER 000709/2024

Ementa SEAP. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Improbidade administrativa. Não configuração. Inobservância aos princípios éticos, morais, às Leis e regulamentos. Descumprimento dos deveres de urbanidade e discrição. Convalidação da penalidade aplicada. Suspensão.

PARECER 000710/2024

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Servidor temporário. Recebimento de diárias. Viagem não realizada. Ausência de devolução das diárias. Lesão ao erário. Demissão.

PARECER 000711/2024

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP). Violência física. Demissão.



PARECER	000712/2024
Ementa	Pregão Eletrônico. Serviço de <i>outsourcing</i> de impressão. Controle prévio de legalidade (Art. 53, da Lei n. 14.133/2021).
PARECER	000713/2024
Ementa	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS). Processos Administrativos Ambientais Sancionatórios. Formas de notificação do autuado. Notificação por edital. Lei Estadual 9.575/2022. Natureza procedimental das regras acerca da notificação. (SUPEROU O PARECER N. 000529/2020)
PARECER	000714/2024
Ementa	Polícia Científica do Pará. Servidores com pendências de Trabalho. Elaboração de laudos periciais. Análise de viabilidade jurídica de providências sugeridas pela PCE.
PARECER	000715/2024
Ementa	Decreto de Desapropriação. Utilidade pública. Nova feira do Barreiro. Correção dos valores previamente informados. Avaliação técnica da SEOP. Não há óbices jurídicos à correção à luz de novos fatos.
PARECER	000716/2024
Ementa	Exercício de Cargo em Comissão. Pedido de diferença de DAS. Norma interna. Competências.
PARECER	000717/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Servidor público. Infração disciplinar. Nulidade parcial. Reabertura da instrução. Dever de investigação pela comissão processante.
PARECER	000718/2024
Ementa	Servidor Público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). SEDUC. Fiscal de contrato administrativo. Procedimento desidioso. Ausência de provas. Absolvição.



PARECER 000719/2024

Ementa Servidor Público. Afastamento para aguardar aposentadoria. Contribuição previdenciária. Incidência devida em razão da condição de servidor ativo.

PARECER 000720/2024

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Prescrição da pretensão punitiva. Absolvição.

PARECER 000721/2024

Ementa Pedido de Reconsideração. Secretaria de Estado de Educação (SEDUC). Tempestividade. Violação aos princípios éticos, morais, às Leis e regulamentos. Dever de urbanidade. Suspensão. Prescrição da pretensão punitiva. Conhecimento e deferimento.

PARECER 000722/2024

Ementa Exoneração e nomeação de conselheiros no Tribunal de Recursos Administrativos Ambientais (TRA). Análise jurídica.

PARECER 000723/2024

Ementa Inclusão de membros do Comitê Estadual para a 30ª Conferência das partes da Convenção quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-30). Análise jurídica.

PARECER 000724/2024

Ementa Minuta de Decreto. Alteração do RICMS. Internalização de convênios ICMS. Substituição tributária. Constitucionalidade. Análise jurídica.

PARECER 000725/2024

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). SEDUC. Assédio sexual. Conduta escandalosa na repartição. Conversão do julgamento em diligência. Necessidade de realização de perícia médica. Nulidade parcial.



PARECER	000727/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Servidor público. Prescrição. Valimento. Crime contra a ordem tributária. Improbidade administrativa. Prova emprestada. Demissão.
PARECER	000728/2024
Ementa	PGEPA. IDAPAR. Livro. Parceria público privada. Termo de fomento. Procedimento.
PARECER	000729/2024
Ementa	Recurso Administrativo. Pedido de reconsideração. Anulação de ato demissório. Intempestividade. Não conhecimento.
PARECER	000730/2024
Ementa	Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável Amazônia Legal (CAL). Contrato administrativo. Serviço contínuo. Prorrogação de vigência. Reajuste contratual. Termo aditivo.
PARECER	000731/2024
Ementa	Infração Ambiental. Competência punitiva. Processo Administrativo Ambiental. Prescrição quinquenal. Prescrição intercorrente. Interrupção da prescrição. Lei Federal n. 9.873/1999. Lei Estadual n. 9.575/2022.
PARECER	000732/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Servidor público. Demissão. Aposentadoria no curso do PAD. Conversão da pena de demissão em cassação de aposentadoria.
PARECER	000733/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Violação aos princípios éticos, morais, às Leis e regulamentos. Desídia. Não caracterização. Abandono de serviço essencial. Referir-se de modo ofensivo a servidor público. Suspensão.



PARECER	000734/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Ofensa física, em serviço, a servidor. Prescrição.
PARECER	000735/2024
Ementa	Termo de Cooperação Técnica. Integração de Sistemas de Acompanhamento Processual (ATTUS PGE e PJE do TRT-8ª Região). Interesse comum. Requisitos aplicáveis.
PARECER	000736/2024
Ementa	Anteprojeto de Lei. Alteração da Lei Estadual n. 9.977, de 06 de julho de 2023. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Exercício financeiro de 2024.
PARECER	000737/2024
Ementa	Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal (CAL). Memorando de Entendimentos. Confederação Nacional do Transporte. Cooperação para o aprimoramento do Sistema de Transporte na Amazônia. Viabilidade jurídica.
PARECER	000738/2024
Ementa	Minuta de Decreto. Homologação de regimento interno. Secretaria de Estado das Cidades e Integração Regional (SECIR).
PARECER	000739/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Servidor público. Secretaria de Estado de Educação (SEDUC). Incidência da prescrição disciplinar. Apuração de responsabilidade.
PARECER	000740/2024
Ementa	Operação de Crédito interna com garantia da União. Caixa Econômica Federal. Projeto de readequação da rodovia BR-316 e construção de obras de artes especiais na Região Metropolitana de Belém, no âmbito do "Programa de Investimentos em Infraestrutura Saúde,



Segurança Pública e Tecnologia". Análise da minuta do contrato de empréstimo.

PARECER 000741/2024

Ementa Destituição e Designação de Membros. Conselho Gestor do Programa de Integridade e Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Pecuária de Bovídeos Paraense. Possibilidade. Análise jurídica.

PARECER 000742/2024

Ementa Anteprojeto de Lei. Alteração da Lei Estadual n. 7.017, de 24 de julho de 2007, que cria a Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia (SEDECT), e dá outras providências.

PARECER 000743/2024

Ementa Policial Militar. Agregação. Afastamento para participar curso de formação profissional. Fase do concurso. Ausência de previsão legal. Precedentes.

PARECER 000744/2024

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). SEAP. Divulgação de dados sigilosos. Insuficiência de provas. Absolvição. Arquivamento. Análise jurídica.

PARECER 000745/2024

Ementa Servidor Público. Contrato temporário. Estabilidade provisória em razão de gravidez. Superveniente perda gestacional. Análise jurídica.

PARECER 000746/2024

Ementa Polícia Científica do Pará. Tempo de serviço. Contagem. Pandemia COVID-19. Lei Complementar Federal n. 173/2020 e LCF n. 191/2022.



PARECER 000747/2024

Ementa Servidor da SEDUC em exercício na SECTET. Convênio n. 001/2021. Prática de ato irregular em órgão diverso. Dever de apurar. Competência para abertura de PAD.

PARECER 000748/2024

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Prescrição da pretensão punitiva. Absolvição. Arquivamento. Apuração de responsabilidades. Análise jurídica.

PARECER 000749/2024

Ementa Minuta de decreto que institui o Programa de Regularização Fiscal-PROREFIS no Estado do Pará. Autorização pelo convênio ICMS n. 107, de 13 de setembro de 2024. Dispositivos em conformidade com a Lei Estadual n. 10.746, de 31 de outubro de 2024. Legalidade da minuta.

PARECER 000751/2024

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). SEDUC. Recebimento indevido de auxílio-natalidade e salário-família. Lesão aos cofres públicos. Improbidade administrativa. Demissão. Absolvição.

PARECER 000752/2024

Ementa Memorando de Entendimento (MOU). Instrumento de formalização das intenções de colaboração entre o Estado do Pará e a empresa *Bytedance Brasil Tecnologia LTDA* (Tiktok). Comunicação e criação de conteúdo. Conscientização ambiental e desenvolvimento sustentável.

PARECER 000753/2024

Ementa Aquisição de Imóvel. Venda direta. INSS e Governo do Estado do Pará. "Edifício Presidente Costa e Silva". Análise de minuta de escritura pública de compra e venda. Parcelamento do valor. Garantia hipotecária. Juros e encargos. Contradições contratuais. Segurança jurídica.



PARECER	000754/2024
Ementa	Pedido de Reconsideração. Secretaria de Estado de Educação (SEDUC). Violação dos deveres funcionais. Assédio sexual. Valimento. Incontinência pública. Tempestividade. Conhecimento e deferimento. Manutenção da decisão que culminou na aplicação da sanção demissória.
PARECER	000755/2024
Ementa	Servidor Público. Gratificação de Desempenho de Apoio à Procuradoria. Servidor afastado para aguardar aposentadoria.
PARECER	000756/2024
Ementa	Contrato Administrativo. Lei n. 8.666/93. Minuta do terceiro termo aditivo. Prorrogação e reajuste. Análise jurídica.
PARECER	000757/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Prescrição do direito de punir. Absolvição. Arquivamento. Apuração de responsabilidades. Demora excessiva na conclusão do processo disciplinar.
PARECER	000758/2024
Ementa	Exoneração e nomeação de membros do Conselho Estadual da Diversidade Sexual (CEDS). Análise jurídica.
PARECER	000759/2024
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Desídia. Inassiduidade. Possível doença mental. Incidente de sanidade. Ausência de elementos necessários ao exame do periciando. Instrução defeituosa do processo. Laudo pericial que não analisou as condições de saúde do servidor na época das ocorrências. Nulidade parcial.



PARECER	000760/2024
Ementa	Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal (CAL). Protocolo de intenções. Análise do instrumento.
PARECER	000761/2024
Ementa	Minuta de Decreto. Institui o Comitê Gestor de Implementação do Planejamento Estratégico de Longo Prazo do Estado do Pará (Comitê Gestor Pará 2050). Adequabilidade formal e material.
PARECER	000762/2024
Ementa	CAL. Minuta de 1º Aditivo a Termo de Colaboração. Ampliação de valor. Lei Federal n. 13.019/2014. Decreto Federal n. 8.726/2016.
PARECER	000763/2024
Ementa	Ex-policiaI militar. Exclusão a bem da disciplina. Pedido de revisão. Prescrição. Ausência de fatos novos. Não conhecimento.
PARECER	000764/2024
Ementa	DETRAN. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Liberação irregular de veículo bloqueado judicialmente. Valimento. Demissão.
PARECER	000765/2024
Ementa	Minuta de Decreto. Cria a Unidade de Recuperação da Vegetação Nativa Triunfo do Xingú (URTX), no Município de Altamira/PA. Análise jurídica.
PARECER	000766/2024
Ementa	Servidor Público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Irregularidades na prestação de contas. Pendências solucionadas. Atraso. Ausência de dolo. Absolvição.



PARECER	000767/2024
Ementa	Anteprojeto de Lei. Alteração da Lei Estadual n. 10.456, de 10 de abril de 2024. Regime jurídico de ajustes entre a Administração Pública e pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, para captação de recursos financeiros, patrimoniais, mobiliários ou imobiliários, na forma de patrocínio.
PARECER	000768/2024
Ementa	Asfalto por todo Pará 3ª etapa. Segundo termo aditivo de rerratificação. Alteração do número da conta bancária. Inexistente alteração das condições contratuais. Regularidade jurídica.
PARECER	000769/2024
Ementa	Programa de investimentos em infraestrutura, saúde, segurança pública e tecnologia. Segundo termo aditivo de rerratificação. Alteração do número da conta bancária. Inexistente alteração das condições contratuais. Regularidade jurídica.
PARECER	000770/2024
Ementa	Infraestrutura por todo Pará. Segundo termo aditivo de rerratificação. Alteração do número da conta bancária. Inexistente alteração das condições contratuais. Regularidade jurídica.
PARECER	000771/2024
Ementa	SEFA. Procedimento Administrativo Disciplinar. Pedido de Reconsideração. Operação Candiru. Corrupção. Improbidade administrativa. Valimento do cargo. Violação de sigilo funcional. Demissão “a bem do serviço público”. Conhecimento e improcedência.
PARECER	000772/2024
Ementa	Participação em evento internacional. COP 29. Custeio de passagens. Pagamento de diárias. Colaborador eventual. Necessidade de preenchimento dos requisitos. Análise jurídica.



PARECER	000773/2024
Ementa	Servidor Público. Secretaria de Estado de Educação (SEDUC). Enquadramento funcional. Cessão que não configura efetivo exercício do magistério. Ato do Chefe do Poder Executivo.
PARECER	000774/2024
Ementa	Recurso Administrativo. Pedido de reconsideração de ato. Assédio sexual. Penalidade de demissão. Conhecimento. Indeferimento.
PARECER	000775/2024
Ementa	Servidor Público Civil Estadual. Exoneração a pedido. Cancelamento do ato de exoneração. Desistência da admissão em emprego público. Recondução. Requisitos. Impossibilidade.
PARECER	000776/2024
Ementa	Exoneração e nomeação de membros para compor o Conselho Estadual de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (CEPDDH). Análise jurídica.
PARECER	000777/2024
Ementa	Exoneração e nomeação de membros do Conselho Gestor do Fundo do Trabalho Digno do Pará (CGFUNTRAD). Possibilidade.
PARECER	000778/2024
Ementa	Minuta de Decreto. Instituição do Comitê Gestor do Plano Estadual de Transformação Digital. Análise jurídica.
PARECER	000779/2024
Ementa	Proposta de Decreto. Cessão de servidores públicos. Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (SIEDS). Alteração do Decreto Estadual n. 795/2020. Análise jurídica.



PARECER 000780/2024

Ementa Termo de Execução Descentralizada. Programa de Melhoria da Gestão de Aprendizagem da Educação Básica. Bonificação por resultados.

PARECER 000781/2024

Ementa SEDUC. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Improbidade Administrativa. Lesão aos cofres públicos. Prescrição. Absolvição.

PARECER 000782/2024

Ementa Consulta acerca do Parecer Referencial nº 000006/2024. Esclarecimentos sobre a análise e resposta a novos questionamentos. Diretrizes interpretativas.

PARECER 000783/2024

Ementa Termo de Cooperação Técnica. SESP e cartório de registro civil. Implantação de unidade interligada em hospital público estadual. Cessão de uso. Legislação Aplicável.

PARECER 000784/2024

Ementa Ex-servidor público. Violação dos deveres funcionais. Assédio sexual. Pedido de reconsideração. Conhecimento. Improcedência. Manutenção da penalidade aplicada.

PARECER 000785/2024

Ementa Nomeação e recondução de membros do Conselho Estadual de Previdência (CEP). Possibilidade.

PARECER 000786/2024

Ementa Contrato de permuta de imóvel da União por obras a serem executadas pelo Estado. Marinha do Brasil. Ampliação da rua da Marinha.

PARECER 000787/2024



Ementa	Servidor portador de deficiência. Averbação de laudo. Avaliação por equipe multiprofissional e interdisciplinar.
PARECER	000788/2024
Ementa	Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável Amazônia Legal (CAL). Protocolo de intenções com a União Federal.
PARECER	000789/2024
Ementa	Cumprimento de decisão judicial. Sentença penal. Absolvição por insuficiência de provas. Independência entre as esferas penal e administrativa. Não vinculação da esfera administrativa à decisão penal. Recomendação de retorno do servidor à ativa.
PARECER	000790/2024
Ementa	Estrutura organizacional do TCE. Lei Complementar n. 081/2012. Regulamento dos serviços auxiliares do TCE. Ato n. 69/2014. Lei Estadual n. 8.037/14. Cargo de auditor de controle externo bacharel em direito. Distinção advogado. Prescinde de OAB.
PARECER	000791/2024
Ementa	Servidor público. Opção salário contribuição teto do RGPS. Ressarcimento de descontos previdenciários. Erro da administração. Restituição ao erário.
PARECER	000792/2024
Ementa	Contrato Administrativo. Serviço contínuo. Prorrogação excepcional. Art. 57, § 4, da Lei n. 8.666/93. Reajuste. Diminuição do quantitativo de serviços. Termo aditivo.
PARECER	000793/2024
Ementa	UEPA. Estatuto. Reitor e vice-reitor. Permitida uma recondução ao mesmo cargo.
PARECER	000794/2024



Ementa 30ª Conferência das Nações Unidas para o Clima COP 30. Complexo hoteleiro “ Vila líderes. ” Aquisição de mobiliário e equipamentos. Pregão eletrônico. Controle prévio de legalidade (art. 53, da Lei n. 14.133/2021).

PARECER 000796/2024

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Ameaça com arma de fogo. Falta de urbanidade. Observância aos princípios éticos, morais, às leis e regulamentos. Insuficiência de provas. Sentença por extinção da punibilidade. Absolvição. Confiança social nos atos administrativos e não geração de responsabilidades ao Estado.

PARECER 000797/2024

Ementa Recurso hierárquico. Pedido de invalidação de Sindicância Administrativa e de Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Conhecimento e não provimento.

PARECER 000798/2024

Ementa Exoneração e nomeação de membros. Conselho Estadual de Política de Promoção da Igualdade Racial (CONEPPIR). Análise jurídica.

PARECER 000799/2024

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Assédio sexual não caracterizado. Ofensa a servidor público. Falta de urbanidade e discricção. Inobservância de princípios éticos, morais, leis e regulamentos. Maus antecedentes. Impacto na dosimetria da pena de suspensão.

PARECER 000800/2024

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Empréstimo bancário obtido por servidor público com recursos do fundo esperança. Lei Estadual n. 9.032/2020. Vedação à participação em gerência ou administração de empresa privada, de sociedade civil, ou exercício do comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário.



Não configuração. Prescrição quinquenal administrativa. Absolvição.
Análise jurídica.

PARECER 000801/2024

Ementa Utilização de recursos do FUNSAU. Despesas com mobiliários. Ausência de previsão legal. Limites de utilização dos recursos do fundo.

PARECER 000802/2024

Ementa Servidores públicos. Instrumentistas cirúrgicos. Pagamento do piso salarial nacional da enfermagem. Lei n. 14.434/2022. Valores retroativos. Analise jurídica.

PARECER 000803/2024

Ementa Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água em Monte Alegre/PA. Transferência obrigatória de recursos financeiros federais. Termo de Compromisso firmado entre União/Caixa, Estado do Pará e COSANPA. Pretensão de encerramento (rescisão) sem devolução de valores. Caso fortuito e força maior.

PARECER 000804/2024

Ementa Anteprojeto de Lei. Alteração da Lei Estadual n. 7.591/2011. Taxa de Fiscalização de Recursos Minerários (TRFM).

PARECER 000805/2024

Ementa Minuta de Decreto. Sistemas e serviços de levantamento e implantação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Competência da PRODEPA.

PARECER 000806/2024

Ementa Cessão de uso de imóvel Análise da necessidade de inclusão de cláusula de prazo Parecer n. 315/2015-PGE não tem caráter de generalidade Lei Estadual n. 6.614/2004 Obrigatoriedade de prazo definido em termos de cessão de uso Revisão das cessões de uso pela



SEPLAD Recomendações para atualização da legislação e do Manual de Procedimentos do Patrimônio Imobiliário do Estado do Pará
Opinião pela definição de prazos claros para cessões de uso, em observância ao interesse público e à conformidade com a legislação vigente.

PARECER

000807/2024

Ementa

Desapropriação. Decreto de utilidade pública para abrigar a Promotoria de Justiça de violência doméstica de Belém. Documentos indispensáveis para expedição do decreto de utilidade pública. Possibilidade.

PARECER

000808/2024

Ementa

Desapropriação. Decreto de utilidade pública para abrigar instalações do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA). Possibilidade.

PARECER

000809/2024

Ementa

Exoneração e nomeação de membros. Conselho Estadual de Trânsito (DETRAN). Possibilidade.

PARECER

000810/2024

Ementa

Contrato n. 073/2023-PGE. Aquisição de certificados digitais e Tokens USB. Procedimento de responsabilização por inexecução contratual. Relatório final. Julgamento. Análise jurídica.

PARECER

000811/2024

Ementa

Contratação de empresa especializada nos serviços de locação, implantação e manutenção de sistema integrado de contabilidade aplicada ao setor público. Primeiro aditivo. Prorrogação com base no art. 57, IV da Lei n. 8666/93.

PARECER

000812/2024

Ementa

Programa IPVA cidadão. Isenção parcial (desconto) de IPVA para pagamento antecipado do tributo. Previsão no art. 13, § 2º, da Lei



Estadual n. 6.017/9. Concessão por meio de Decreto Estadual. Constitucionalidade.

PARECER

000813/2024

Ementa

Militar Estadual. Sistema de proteção social dos militares do Estado do Pará. Contribuição. Incidência sobre o valor que ultrapassar o dobro do teto aplicado ao Regime Geral de Previdência social (RGPS). “Imunidade do duplo teto”. Doenças que incapacitem definitiva, total e permanentemente para qualquer atividade remunerada. Ausência de regulamentação.

PARECER

000814/2024

Ementa

Minuta de Decreto. Alteração do Decreto n. 1.017/2014, que ativa, denomina, determina a circunscrição e trata da organização da Polícia Militar do Estado. Análise jurídica.

PARECER

000815/2024

Ementa

Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Dever de urbanidade. Violação aos princípios éticos, morais, às leis e regulamentos. Referir-se, de modo ofensivo, a servidor público e a ato da administração. Suspensão. Retorno dos autos à SEAP.

PARECER

000816/2024

Ementa

Memorando de Entendimento (MOU). Instrumento de formalização das intenções de colaboração entre o Estado do Pará e a *Woods Hole Oceanographic Institution* (WHOI). Pavilhão oceânico na zona azul oficial da COP 30.

PARECER

000817/2024

Ementa

Sistema de registro de preços. Adesão a ata de registro de preços por órgão não participante (carona). Aquisição de garrações de água mineral.

PARECER

000818/2024



Ementa	Alteração do Decreto Estadual n. 3.884/2024. 7ª Conferência Estadual das Cidades do Estado do Pará.
PARECER	000819/2024
Ementa	Servidor público. Remoção da SEGUP para a polícia civil. Regularização funcional para fins de aposentadoria. Competência da polícia civil.
PARECER	000820/2024
Ementa	Minuta de decreto. Instituição da Escola Estadual da Socioeducação (FAPESPA). Ajustes no texto. Retorno ao órgão de origem para manifestação.
PARECER	000821/2024
Ementa	Minuta de decreto. Regulamenta a concessão de benefício eventual a famílias em vulnerabilidade social, decorrente de calamidade pública e de situação de emergência. Programa recomeçar. Análise jurídica.
PARECER	000822/2024
Ementa	Minuta de decreto. Revogação do Decreto Estadual n. 3.576, de 11 de dezembro de 2023. Condecoração “Egídio Machado Sales Filho de Defesa dos Direitos Humanos”. Análise jurídica.
PARECER	000823/2024
Ementa	Promoção por ato de bravura. Preenchimento dos requisitos formais. Possibilidade.
PARECER	000824/2024
Ementa	Acordo de cooperação técnica a ser celebrado entre o Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA) e o Estado do Pará, por meio da Secretária de Estado de Articulação e Cidadania (SEAC). Instalação e



funcionamento de posto avançado de solução de conflitos – PASC, em cada uma das Usinas da Paz. Análise de legalidade do instrumento.

PARECER 000825/2024

Ementa Minuta de decreto. Política Estadual para as comunidades quilombolas. Lei Estadual n. 9.341/2021. Estatuto da equidade racial no Estado do Pará.

PARECER 000826/2024

Ementa Anteprojeto de Lei. Autoriza o poder executivo a celebrar contrato de colaboração financeira não reembolsável junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Ações de monitoramento, prevenção e combate ao desmatamento decorrente de incêndios florestais e queimadas não autorizadas. Fundo amazônia.

PARECER 000827/2024

Ementa Aditivo contratual. Prorrogação excepcional. Redução quantitativa. Possibilidade. art. 57, II, §4º da Lei n. 8666/93.

PARECER 000828/2024

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). SEDUC. Assédio sexual. Não observância dos princípios éticos. Conduta escandalosa na repartição. Valimento do cargo. Demissão.

PARECER 000830/2024

Ementa Nomeação de membros do Conselho Estadual da Diversidade Sexual (CEDS). Análise jurídica.

PARECER 000832/2024

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Irregularidades em processo licitatório. Ciência dos fatos pela Administração em



10/04/2014. Instauração do PAD em 25/07/2019. Transcurso do prazo prescricional. Extinção do direito de punir.

PARECER 000833/2024

Ementa Minuta de anteprojeto de Lei que altera a Lei n. 5.674/91. Contribuição não-compulsória como condição para fruição de tratamentos diferenciados. Produtos agropecuários. Constitucionalidade.

PARECER 000834/2024

Ementa Realização de congressos, feiras, exposições e congêneres. Incidência do ISS – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza. Obrigatoriedade de emissão de nota fiscal de serviços.

PARECER 000837/2024

Ementa Desapropriação. Decreto de utilidade pública para implementação de obra de execução de coleta adequada dos esgotos sanitários da sub-bacia 4.1.1 do Una. Documentos indispensáveis para expedição do decreto de utilidade pública. Possibilidade.

PARECER 000838/2024

Ementa Procurador autárquico. Verba concedida em decisão transitada em julgado. Modificação da situação de fato e de direito. Inteligência do art. 505, I do CPC.

PARECER 000839/2024

Ementa Promoção por ato de bravura. Retroação. À data do ato. art. 9º, § 1º da Lei Estadual n. 8.230/2015. Revisão de ato administrativo. art. 65 da Lei Estadual 8.972/2020. Possibilidade.

PARECER 000840/2024



Ementa Ministério Público do Estado do Pará. Nomeação do Procurador-Geral de justiça. Biênio 2025/2027. Lei complementar n. 057/06. Viabilidade de assinatura de decreto. Análise jurídica.

PARECER 000841/2024

Ementa Administrativo. Revisão de Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Exclusão de candidata aprovada em concurso público para curso de formação de soldados da PMPA. Ato lesivo configurado em 1996. Prescrição quinquenal (Decreto n. 20.910/32 e Lei Estadual n. 6.833/2006). Participação em curso por liminar revogada. Inexistência de direitos. Ratificação do desligamento em 2011. Ausência de fatos novos. Inviabilidade da revisão.

PARECER 000842/2024

Ementa Concessão. Saneamento básico e esgotamento sanitário. Regime da contratação. Microrregião de águas e esgoto do Estado do Pará (MRAE). Controle prévio de legalidade. art. 53 da Lei Federal n. 14.133/2021.

PARECER 000843/2024

Ementa Nomeação de Membro para o Comitê Estadual para a 30ª Conferência das Partes da Convenção-quadro das Nações unidas sobre Mudança do Clima (COP 30). Análise jurídica.

PARECER 000844/2024

Ementa Contrato administrativo. Lei Federal 8.666/1993. Inexecução contratual. Prejuízos à PGE. Rescisão amigável proposta pela empresa. Não cabível. Rescisão unilateral imposta por Lei. Necessidade de apuração de responsabilidades.

PARECER 000845/2024

Ementa Conselho Estadual de Segurança Pública (CONSEP). Resolução n. 488/2024-CONSEP. Aprovação da revisão e da reestruturação do



plano estadual de segurança pública e Defesa Social (PESPDS/PA 2022/2031). Homologação. Decreto.

PARECER 000847/2024

Ementa Operação de crédito interna com garantia da União. Projeto de implementação e pavimentação da rodovia liberdade (1ª etapa). Minuta de contrato de empréstimo. Banco Santander (Brasil) s.a. Itaú Unibanco s.a. TMF Brasil administração e Gestão Ltda.

PARECER 000848/2024

Ementa Parecer do órgão jurídico para operação de crédito do Estado do Pará. Manifestação conforme exigência do manual para instrução de pleitos da secretaria do tesouro nacional. Banco Santander/ Itaú. Projeto de implantação e pavimentação da avenida liberdade (1ª Etapa). Atendimento das condições.

PARECER 000849/2024

Ementa Servidor público. Remuneração. Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI). Natureza remuneratória. Pensão alimentícia. Percentual sobre remuneração fixado judicialmente.

PARECER 000850/2024

Ementa Termo de parceria. Construção Usina da Paz de Altamira. Análise jurídica.

PARECER 000852/2024

Ementa Alteração do Decreto Estadual n. 3.760/2024. Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Estadual para a População em Situação de Rua.

PARECER 000853/2024

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). SEDUC. Assédio sexual não caracterizado. Ausência de provas. Absolvição. Arquivamento. Análise jurídica.



PGE

Procuradoria
Consultiva

PARECER REFERENCIAL

PARECER REFERENCIAL 000001/2024

Ementa Prestação de contas. Recursos provenientes de Convênios ou Programas Estaduais da Educação. Registro de inadimplência. Ato de gestão anterior. Princípio da intranscendência subjetiva das sanções. Diretrizes.

PARECER REFERENCIAL 000002/2024

Ementa Servidor Público. Verbas residuais devidas em razão do falecimento ou desligamento (exoneração/aposentadoria).

PARECER REFERENCIAL 000003/2024

Ementa Segunda revisão do Parecer Referencial n. 000006/2021-PGE (Averbação de Tempo de Serviço).
(REVISÃO DO PARECER REFERENCIAL Nº 000006/2021).

PARECER REFERENCIAL 000004/2024

Ementa Parecer Referencial. Adicional de curso de extensão ou pós-graduação. Polícia Civil. art. 70, V da LC n. 22/94.

PARECER REFERENCIAL 000005/2024

Ementa Policiais Civis. Benefícios previdenciários. Regras aplicáveis. Parecer referencial.

PARECER REFERENCIAL 000006/2024

Ementa Parecer Referencial. Prescrição e decadência em matéria previdenciária. - Pagamentos indevidos em benefícios previdenciários, por erro material ou operacional da Administração. Decadência. Restituição de valores. - Habilitação tardia de novos beneficiários. Novo rateio do benefício. Comprovada má-fé dos beneficiários originais. Restituição dos valores. - Pagamento de vantagens inconstitucionais/ilegais. Revisão de benefício previdenciário/benefício de proteção social. Art. 67 da Lei Estadual n. 8.972/2020 (LEPA). Revisão a



qualquer tempo em caso de afronta direta à Constituição Federal. - Atos de transferência para a reserva remunerada. Não sujeição a registro pelo TCE/PA. Autotutela administrativa. Prazo decadencial. - Natureza complexa dos atos de aposentadoria, reforma e pensão. Consequências jurídicas. - Natureza tributária das contribuições previdenciárias - cessão e licença sem remuneração antes da LC n. 128/2020. Pagamento de contribuição previdenciária (patronal e servidor) após transcurso dos prazos de decadência e prescrição. - Advento de nova "*orientação geral*" à Administração. Irretroatividade. Art. 24 da LINDB.

PARECER REFERENCIAL 000007/2024

Ementa Parecer Referencial. Redistribuição. Revisão do Parecer Referencial n. 004/2019-PGE.

(SUPEROU O PARECER REFERENCIAL Nº 000004/2019).

PARECER REFERENCIAL 000008/2024

Ementa Parecer Referencial. Percepção de valores indevidos por Servidores Civis e Militares Estaduais. Ressarcimento ao erário. Hipóteses de cabimento. Devido processo legal. Prescrição.

PARECER REFERENCIAL 000009/2024

Ementa Abono de Permanência. Previsões constitucional e legal. Concessão. Requisitos. Exigências. Efeitos financeiros. Natureza e efeitos jurídicos. Cessão. Entendimentos firmados pela PGE.

PARECER REFERENCIAL 000010/2024

Ementa Parecer Referencial. Contrato verbal. Nulidade. Pagamento por indenização. Princípio da vedação ao enriquecimento ilícito da Administração. Necessidade de cumprimento dos requisitos legais. Apuração de responsabilidades.



PARECER REFERENCIAL 000012/2024

Ementa Termo de Ajustamento Disciplinar (TAD). Lei Estadual n. 10.560, de 2024, que alterou a Lei Estadual n. 5.810, de 1994. Revisão do Parecer Referencial n. 000004/2021.

(SUPEROU O PARECER REFERENCIAL Nº 000004/2021).

PARECER REFERENCIAL 000013/2024

Ementa Abandono de Cargo. Previsão legal. Prescrição. Marcos temporais. Configuração dos elementos do abandono. Demissão. Exoneração a pedido. Retorno e perdão tácito. Diferença entre abandono e inassiduidade habitual. Procedimentos. Processo Administrativo Simplificado (PAS). Ressarcimento ao erário. Pareceres Referenciais n. 10/2019-PGE, n. 7/2022 e n. 6/2023. Terceira revisão.

(SUPEROU O PARECER REFERENCIAL Nº 000010/2019).

PARECER REFERENCIAL 000014/2024

Ementa Processos Administrativos Disciplinares (PAD). Alteração da Lei Estadual n. 5.810/1994 e da Lei Estadual n. 8.972/2020. Aplicação da Lei no tempo. Aspectos processuais e materiais.

PARECER REFERENCIAL 000015/2024

Ementa Acumulação de cargos, empregos e funções. Art.37, inciso XVI, da CRFB/88. Arts. 33 e 41 da CE/89. Lei Estadual n. 5.810/1994. Revisão do Parecer Referencial n. 3/2021.

PARECER SIMPLIFICADO

PARECER SIMPLIFICADO 000002/2024

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial n. 008/2019-PGE. Parecer Referencial n. 003/2022- PGE. Falecimento em decorrência de acidente em serviço. Atividade Policial Militar. Instrução processual completa. Cabimento. Análise jurídica.



PGE

Procuradoria
Consultiva

PARECER SIMPLIFICADO 000003/2024

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial n. 008/2019-PGE. Parecer Referencial n. 003/2022- PGE, falecimento de Policial Militar. Covid-19. Instrução processual completa. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000004/2024

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial n. 008/2019-PGE. Parecer Referencial n. 003/2022- PGE, filho maior inválido. Falecimento de Policial Militar. Covid-19. Instrução processual completa. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000005/2024

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial n. 008/2019-PGE. Parecer Referencial n. 003/2022 PGE. Instrução processual completa. Cabimento. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000007/2024

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial n. 008/2019-PGE. Parecer Referencial n. 003/2022- PGE. Falecimento em decorrência de acidente em serviço. Atividade policial militar. Instrução processual completa. Cabimento. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000008/2024

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial n. 008/2019-PGE. Falecimento em decorrência de acidente em serviço. Atividade Policial Militar. Instrução processual completa. Cabimento. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000009/2024

Ementa Servidor Público. Tempo prestado em exercício de cargo exclusivamente comissionado. Averbação. Parecer Referencial n. 000006/2021-PGE.



PARECER SIMPLIFICADO 000010/2024

Ementa Servidor Público. Tempo de serviço anterior como temporário. Averbação.

PARECER SIMPLIFICADO 000011/2024

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial n. 008/2019-PGE. Parecer Referencial n. 003/2022 PGE. Policial morto por consequência da atividade militar. Instrução processual completa. Cabimento. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000012/2024

Ementa Servidor Público. Tempo de serviço prestado em exercício de cargo público de natureza comissionada. Averbação. Parecer Referencial n. 000006/2021.

PARECER SIMPLIFICADO 000013/2024

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial n. 003/2022 PGE. Falecimento em decorrência da atividade policial militar. Instrução processual completa. Cabimento. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000014/2024

Ementa Servidor Público. Tempo prestado em exercício de cargo efetivo. Averbação. Parecer Referencial n. 000006/2021-PGE.

PARECER SIMPLIFICADO 000015/2024

Ementa Servidor Público. Tempo de serviço anterior como servidor efetivo junto à entidade da Administração Estadual. Averbação.

PARECER SIMPLIFICADO 000016/2024

Ementa Recondução. Servidor Público Estadual. Requisitos. Parecer Referencial n. 009/2019. Nomeação e posse *sub judice*. Suspensão de decisão liminar. Impossibilidade.



PGE

Procuradoria
Consultiva

PARECER SIMPLIFICADO 000017/2024

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial n. 008/2019-PGE. Parecer Referencial n. 003/2022- PGE. Covid-19. Atividade Policial Militar. Instrução processual completa. Cabimento. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000018/2024

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial n. 008/2019-PGE. Parecer Referencial n. 003/2022 PGE. Ausência de nexo de causalidade. Instrução processual completa. Não cabimento. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000020/2024

Ementa Servidor Público. Tempo de serviço anterior como servidor comissionado junto à ALEPA e a órgão da Administração Estadual. Averbação.

PARECER SIMPLIFICADO 000021/2024

Ementa Parecer Simplificado. Averbação de Tempo de Serviço. Análise sob a ótica do Parecer Referencial n. 0006/2021. Precedentes.

PARECER SIMPLIFICADO 000022/2024

Ementa Servidor Público. Pedido de recondução em cargo público. Nomeação em outro cargo na condição de *SUB JUDICE*. Decisão judicial reformada. Não preenchimento do requisito de “Inabilitação em Estágio Probatório relativo a outro cargo”. Indeferimento.

PARECER SIMPLIFICADO 000023/2024

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial n. 008/2019-PGE. Parecer Referencial n. 003/2022- PGE. Falecimento em decorrência de acidente em serviço. Atividade policial



militar. Instrução processual completa. Cabimento. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000024/2024

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial n. 008/2019-PGE. Parecer Referencial n. 003/2022 PGE. Ausência de nexo de causalidade. Instrução processual completa. Não cabimento. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000025/2024

Ementa Servidor Público. Tempo de serviço prestado em exercício de cargo público de natureza comissionada. Averbação. Parecer Referencial n. 000006/2021.

PARECER SIMPLIFICADO 000026/2024

Ementa Contratação direta. Inexigibilidade de Licitação. Fornecedor exclusivo. Art. 74, I, da Lei n. 14.133/2021.

PARECER SIMPLIFICADO 000027/2024

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial n. 008/2019 - PGE. Parecer Referencial n. 003/2022- PGE. Falecimento em decorrência de acidente em serviço. Atividade policial militar. Instrução processual completa. Cabimento. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000028/2024

Ementa Servidor Público. Tempo de Serviço Militar. Averbação.

PARECER SIMPLIFICADO 000029/2024

Ementa Parecer Simplificado. Averbação de Tempo de Serviço. Análise sob a ótica do Parecer Referencial n. 0006/2021. Vínculo temporário efeitos.



PARECER SIMPLIFICADO 000030/2024

Ementa Servidor Público. Tempo prestado em exercício de cargo exclusivamente comissionado. Averbação. Parecer Referencial n. 000006/2021-PGE.

PARECER SIMPLIFICADO 000031/2024

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial n. 003/2022-PGE. Ausência de nexo de causalidade. Instrução processual completa. Não cabimento. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000032/2024

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial n. 003/2022-PGE. Falecimento em decorrência de acidente em serviço. Atividade policial militar. Instrução processual completa. Cabimento. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000033/2024

Ementa Servidor público. Tempo de serviço anterior como servidor exclusivamente comissionado junto a Município. Averbação.

PARECER SIMPLIFICADO 000034/2024

Ementa Servidor Público. Tempo prestado em exercício de cargo efetivo municipal. Averbação. Parecer Referencial n. 000006/2021-PGE.

PARECER SIMPLIFICADO 000035/2024

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial n. 008/2019-PGE. Parecer Referencial n. 003/2022-PGE, falecimento de policial militar. Covid-19. Instrução processual completa. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000036/2024

Ementa Servidor público. Atualização do tempo de serviço, mediante cômputo, para fins de Adicional por Tempo de Serviço e



Licença Prêmio, do período compreendido entre 28/05/2020 e 31/12/2021. Vedação imposta pela Lei Complementar n. 173/2020.

PARECER SIMPLIFICADO 000037/2024

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial n. 008/2019-PGE. Parecer Referencial n. 003/2022- PGE. Falecimento em decorrência de acidente em serviço. Atividade policial militar. Instrução processual completa. Cabimento. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000038/2024

Ementa Qualificação de Organização Social. Associação Amazônia Global - ASA GLOBAL. Lei Estadual n. 5.980, de 19 de julho de 1996. Decreto Estadual n. 21/2019. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000039/2024

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial n. 003/2022 PGE. Falecimento em decorrência da atividade policial militar. Instrução processual completa. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000040/2024

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial n. 008/2019-PGE. Falecimento em decorrência de acidente em serviço. Atividade policial militar. Instrução processual completa. Cabimento. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000041/2024

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial n. 003/2022-PGE. Falecimento em decorrência de acidente em serviço. Atividade policial militar. Instrução processual completa. Cabimento. Análise jurídica.



PARECER SIMPLIFICADO 000042/2024

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial n. 003/2022-PGE. Falecimento em decorrência de acidente em serviço. Atividade policial militar. Instrução processual completa. Cabimento. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000043/2024

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial n. 003/2022-PGE. Falecimento em decorrência de acidente em serviço. Atividade policial militar. Instrução processual completa. Cabimento. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000045/2024

Ementa Qualificação de Organização Social. Instituto Nacional de Gestão para Excelência em Saúde - INGEX. Lei Estadual n. 5.980, de 19 de julho de 1996. Decreto Estadual n. 21/2019. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000046/2024

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial n. 003/2022-PGE. Ausência de nexo de causalidade. Instrução processual completa. Não cabimento. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000047/2024

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer referencial n. 003/2022-PGE. Falecimento em decorrência da atividade policial militar. Instrução processual completa. Cabimento. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000048/2024

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer referencial n. 003/2022-PGE. Falecimento em decorrência da atividade policial militar. Instrução processual completa. Cabimento. Análise jurídica.



PARECER SIMPLIFICADO 000049/2024

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer referencial n. 003/2022-PGE. Falecimento em decorrência de acidente em serviço. Covid-19. Instrução processual completa. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000050/2024

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer referencial n. 003/2022-PGE. Falecimento em decorrência da atividade policial militar. Instrução processual completa. Cabimento. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000051/2024

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer referencial n. 003/2022-PGE. Falecimento em decorrência da atividade policial militar. Instrução processual completa. Cabimento. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000052/2024

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer referencial n. 003/2022-PGE. Policial morto por consequência da atividade policial militar. Instrução processual completa. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000053/2024

Ementa Qualificação de Organização Social. SEGEAM Sustentabilidade, Empreendedorismo e Gestão em Saúde do Amazonas. Lei estadual n. 5.980, de 19 de julho de 1996, e Decreto Estadual n. 21/2019. Requisitos parcialmente preenchidos.

PARECER SIMPLIFICADO 000054/2024

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial n. 003/2022-PGE. Falecimento de Policial Militar. Covid-19. Instrução processual completa. Análise jurídica.



PGE

Procuradoria
Consultiva

PARECER SIMPLIFICADO 000055/2024

Ementa Fundação de Atendimento Socioeducativo do Estado do Pará. Inexigibilidade de licitação. Contratação da Editora Fórum. Treinamento e aperfeiçoamento de pessoal. Viabilidade jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000056/2024

Ementa Qualificação de Organização Social. Associação Amazônia Global - Asa Global. Lei estadual n. 5.980, de 19 de julho de 1996. Decreto estadual n. 21/2019. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000057/2024

Ementa Escola Superior de Advocacia Pública. Inexigibilidade de licitação. Contratação de palestrante. Treinamento e aperfeiçoamento de pessoal. Viabilidade jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000058/2024

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer referencial n. 003/2022-PGE. Falecimento em decorrência de acidente em serviço. Atividade policial militar. Instrução processual completa. Cabimento. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000059/2024

Ementa Inexigibilidade de licitação. Contratação de psicólogo. Treinamento e aperfeiçoamento de pessoal. Viabilidade jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000060/2024

Ementa Contratação Direta. Curso de pós-graduação em Direito Legislativo. Art. 74, III, F da Lei n. 14.133/2021.

PARECER SIMPLIFICADO 000061/2024

Ementa Redistribuição. Art.50 da Lei n. 5.810/94. Requisitos necessários. Parecer Referencial n. 07/2024. Ausência de



PGE

Procuradoria
Consultiva

equivalência de vencimentos e comprovação de interesse da administração.

PARECER SIMPLIFICADO 000062/2024

Ementa Parecer Simplificado. Averbação de tempo de serviço. Cargo em comissão. Análise sob a ótica do Parecer Referencial n. 03/2024.

PARECER SIMPLIFICADO 000063/2024

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial n. 003/2022-PGE. Falecimento em decorrência de acidente em serviço. Atividade Policial Militar. Instrução processual completa. Cabimento. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000064/2024

Ementa Qualificação de Organização Social. Instituto de Medicina, Pesquisa, Educação e Assistência Social (IMPEA). Lei Estadual n. 5.980, de 19 de julho de 1996, e Decreto Estadual n. 21/2019.

PARECER SIMPLIFICADO 000065/2024

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial n. 008/2019-PGE. Parecer Referencial n. 003/2022-PGE. Instrução processual completa. Cabimento. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000066/2024

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial n. 003/2022-PGE. Policial morto por consequência da atividade militar. Instrução processual completa. Cabimento. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000067/2024

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial n. 003/2022-PGE. Pedido de inclusão de beneficiário. Análise jurídica.



PARECER SIMPLIFICADO 000068/2024

Ementa Servidora Pública. Exoneração a pedido de cargo público estadual. Nomeação e posse em novo cargo público federal. Desistência de estágio probatório. Recondução.

PARECER SIMPLIFICADO 000070/2024

Ementa Servidor Público. Falecimento. Verbas residuais. Companheira e filho menor.

PARECER SIMPLIFICADO 000071/2024

Ementa Parecer Simplificado. Averbação de tempo de serviço. Análise sob a ótica do Parecer Referencial n. 03/2024.

PARECER SIMPLIFICADO 000072/2024

Ementa Servidor Público. Tempo de serviço prestado em exercício de cargo público de natureza comissionada. Averbação. Parecer Referencial n. 3/2024.

PARECER SIMPLIFICADO 000073/2024

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial n. 003/2022-PGE. Inclusão de beneficiária. Instrução processual completa. Cabimento. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000074/2024

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial n. 003/2022-PGE. Falecimento em decorrência da atividade policial militar. Instrução processual completa. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000075/2024

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial n. 003/2022-PGE. Covid-19. Atividade policial militar. Instrução processual completa. Cabimento. Análise jurídica.



PARECER SIMPLIFICADO 000076/2024

Ementa Servidor Público. Tempo de serviço anterior como servidor exclusivamente comissionado junto à Procuradoria-Geral do Estado. Averbação.

PARECER SIMPLIFICADO 000077/2024

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial n. 003/2022 PGE. Falecimento em decorrência de acidente em serviço. Atividade policial militar. Instrução processual completa. Cabimento. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000078/2024

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial n. 003/2022 PGE. Falecimento em decorrência de acidente em serviço. Atividade policial militar. Instrução processual completa. Cabimento. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000079/2024

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial n. 003/2022 PGE. Ausência de nexo de causalidade. Morte natural em horário de serviço. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000080/2024

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial n. 003/2022-PGE. Covid-19. Atividade policial militar. Instrução processual completa. Cabimento. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000081/2024

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial n. 003/2022-PGE. Ausência de nexo de causalidade. Instrução processual completa. Cabimento. Análise jurídica.



PARECER SIMPLIFICADO 000082/2024

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial n. 003/2022-PGE. Falecimento em decorrência de acidente em serviço. Atividade policial militar. Instrução processual completa. Cabimento. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000083/2024

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial n. 003/2022-PGE. Falecimento em razão acidente em serviço. Instrução processual completa. Cabimento. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000084/2024

Ementa Licitação. Pregão eletrônico. Lei n. 14.133/2021. Contratação de solução informatizada para gerência e execução de *backup*, incluindo manutenção corretiva e preventiva do equipamento local (*APPLIANCE*), treinamento, monitoramento de toda a solução e suporte.

PARECER SIMPLIFICADO 000085/2024

Ementa Servidor Público. Tempo de serviço anterior prestado sob vínculos exclusivamente comissionado e temporário. Averbção. Aposentadoria e Adicional por Tempo de Serviço (ATS).

PARECER SIMPLIFICADO 000086/2024

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial n. 008/2019-PGE. Parecer Referencial n. 003/2022-PGE. Instrução processual completa. Cabimento. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000087/2024

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial n. 003/2022-PGE. Covid-19. Atividade policial militar. Instrução processual adequada. Cabimento. Análise jurídica.



PARECER SIMPLIFICADO 000088/2024

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial n. 003/2022 PGE. Acidente em serviço não configurado. Ausência de nexo de causalidade. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000089/2024

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial n. 003/2022 PGE. Falecimento em decorrência da atividade policial militar. Instrução processual completa. Cabimento. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000090/2024

Ementa Servidor Público. Tempo de serviço. Cargo exclusivamente comissionado e contrato temporário. Averbção. Parecer Referencial n. 000003/2024-PGE.

PARECER SIMPLIFICADO 000091/2024

Ementa Contratação Direta. IOEPA. Dispensa de licitação. art. 75, IX da Lei n. 14.133/2021.

PARECER SIMPLIFICADO 000092/2024

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial n. 003/2022 PGE. Falecimento em decorrência da atividade policial militar. Instrução processual completa. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000093/2024

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial n. 003/2022 PGE. Falecimento em decorrência da atividade policial militar. Instrução processual adequada. Cabimento. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000094/2024

Ementa Processo Administrativo Disciplinar Simplificado (PADS). Secretaria de Estado de Educação (SEDUC). Abandono de



PGE

Procuradoria
Consultiva

cargo. Pedido de exoneração apresentado antes da instauração do PADS. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000095/2024

Ementa Promoção por Tempo de Serviço. Oficial da Polícia Militar. Requisitos da Lei Estadual n. 8.388/2016. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000096/2024

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Acúmulo ilegal de cargos públicos. Não configurado. Arquivamento.

PARECER SIMPLIFICADO 000097/2024

Ementa Servidor Público. Acumulação de cargos. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Direito de opção. Boa fé. Absolvição. Arquivamento.

PARECER SIMPLIFICADO 000098/2024

Ementa Servidor Público. Acumulação de cargos. Processo administrativo disciplinar. Ausência de perícia médica. Nulidade parcial.

PARECER SIMPLIFICADO 000099/2024

Ementa Contrato Administrativo. Prestação de serviços de solução tecnológica na modalidade *software* como serviço. Sistema de Controle de Processos para uso desta Procuradoria-Geral do Estado. Contratação direta. Inexigibilidade de licitação. Fornecedor exclusivo. Serviços técnicos especializados. Viabilidade jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000100/2024

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Acúmulo ilegal de cargos públicos. Nulidade parcial.



PARECER SIMPLIFICADO 000101/2024

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Inobservância aos princípios éticos, morais, às leis e regulamentos. Desídia. Valimento. Prescrição. Absolvição.

PARECER SIMPLIFICADO 000102/2024

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Acúmulo ilegal de cargos públicos. Necessidade de esclarecer a compatibilidade de horários. Nulidade parcial.

PARECER SIMPLIFICADO 000103/2024

Ementa Qualificação de Organização Social. Sustentabilidade, Empreendedorismo e Gestão em Saúde do Amazonas (SEGEAM). Parecer Referencial n. 01/2019-PGE. Requisitos preenchidos. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000104/2024

Ementa Servidor Público. Tempo de serviço prestado em exercício de cargo temporário. Averbação. Efeitos patrimoniais. Parecer Referencial n. 003/2024.

PARECER SIMPLIFICADO 000105/2024

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Acúmulo ilegal de cargos públicos. Professora e datilógrafa. Cargos não cumulativos. Demissão.

PARECER SIMPLIFICADO 000106/2024

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial n. 003/2022-PGE. Falecimento em decorrência da atividade policial militar. Instrução processual completa. Cabimento. Análise jurídica.



PARECER SIMPLIFICADO 000107/2024

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial n. 003/2022-PGE. Falecimento em decorrência de acidente em serviço. Instrução processual completa. Cabimento. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000109/2024

Ementa Servidor público. Averbação de tempo de serviço. Lei complementar 173/2020. Período vedado excepcionado pela Lei complementar 191/2022 para servidores lotados na área da saúde. Parecer Referencial n. 003/2024.

PARECER SIMPLIFICADO 000110/2024

Ementa Processo Administrativo Disciplinar Simplificado (PADS). Abandono de cargo público. Demissão.

PARECER SIMPLIFICADO 000111/2024

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer referencial n. 003/2022-PGE. Falecimento em decorrência da atividade policial militar. Instrução processual completa. Cabimento. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000112/2024

Ementa Escola Superior de Advocacia Pública. Inexigibilidade de licitação. Contratação de palestrante. Treinamento e aperfeiçoamento de pessoal. Notória especialização de professor. Contratação de pessoa jurídica. Viabilidade jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000113/2024

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial n. 003/2022-PGE. Falecimento em decorrência da atividade policial militar. Instrução processual adequada. Cabimento. Análise jurídica.



PARECER SIMPLIFICADO 000114/2024

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial n. 003/2022-PGE. Acidente em serviço. Instrução processual adequada. Cabimento parcial análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000115/2024

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial n. 003/2022-PGE. Falecimento em decorrência da atividade policial militar. Instrução processual completa. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000116/2024

Ementa Promoção por Tempo de Serviço. Oficial da Polícia Militar. Requisitos da Lei Estadual n. 8.388/2016. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000118/2024

Ementa Servidor Público. Lotação em órgão de saúde pública. Atualização do tempo de serviço, mediante cômputo, para fins de adicional por tempo de serviço, do período compreendido entre 28/05/2020 e 31/12/2021. Lei Complementar n. 191/2022. Necessidade de comprovação do trabalho presencial.

PARECER SIMPLIFICADO 000119/2024

Ementa Conselho de Justificação. Instauração. Competência do Governador do Estado. Art. 129, inciso I, alínea "C", da Lei Estadual n. 6.833/2006. Requisitos.

PARECER SIMPLIFICADO 000121/2024

Ementa Promoção por Tempo de Serviço. Oficial da Polícia Militar. Requisitos da Lei Estadual n. 8.388/2016. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000122/2024

Ementa Inexigibilidade de licitação. Exclusividade. Contratação de licença de acesso a *software*. Viabilidade jurídica.



PARECER SIMPLIFICADO 000123/2024

Ementa Promoção por Tempo de Serviço. Oficial da Polícia Militar. Requisitos da Lei Estadual n. 8.388/2016. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000124/2024

Ementa Processo Administrativo Disciplinar Simplificado (PADS). Servidor público. Acumulação ilícita de cargos públicos. Exoneração. Boa-fé. Absolvição. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000125/2024

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Acumulação de cargos públicos. Professor. Especialista em educação. Compatibilidade de horários. Absolvição.

PARECER SIMPLIFICADO 000126/2024

Ementa Servidor Público. Tempo de serviço. Serviço Militar Voluntário. Marinha do Brasil. Averbação. Parecer. Referencial n. 000003/2024-PGE.

PARECER SIMPLIFICADO 000127/2024

Ementa Promoção por Tempo de Serviço. Oficial da Polícia Militar. Requisitos da Lei Estadual n. 8.388/2016. Análise jurídica

PARECER SIMPLIFICADO 000128/2024

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Acumulação ilícita de cargos públicos. Nulidade parcial.

PARECER SIMPLIFICADO 000129/2024

Ementa Processo Administrativo Disciplinar Simplificado (PADS). Servidor público. Acumulação ilícita de cargos públicos. Má-fé. Demissão. Análise jurídica.



PARECER SIMPLIFICADO 000130/2024

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Abandono de cargo. Prescrição.

PARECER SIMPLIFICADO 000131/2024

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Acúmulo ilegal de cargos públicos. Não configuração. Arquivamento.

PARECER SIMPLIFICADO 000132/2024

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Acumulação de cargos públicos. Exoneração. Absolvição.

PARECER SIMPLIFICADO 000133/2024

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Servidor público. Acumulação ilícita de cargos públicos. Má-fé. Demissão. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000134/2024

Ementa Qualificação de Organização Social. Instituto Sustentabilidade da Amazônia com Ciência e Inovação (ISACI). Lei Estadual n. 5.980, de 19 de julho de 1996. Decreto Estadual n. 21/2019. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000135/2024

Ementa Pregão Eletrônico. Aquisição de equipamentos comuns de informática (Monitores para computador). Controle prévio de legalidade (art. 53, da Lei n. 14.133/2021).

PARECER SIMPLIFICADO 000136/2024

Ementa Processo Administrativo Disciplinar Simplificado (PADS). Inassiduidade habitual. Não ocorrência. Dever de assiduidade. Falta grave. Recomendação de suspensão.



PARECER SIMPLIFICADO 000138/2024

Ementa Servidor Público. Tempo de serviço. Serviço militar voluntário. Exército Brasileiro. Averbação. Parecer Referencial n. 000003/2024-PGE.

PARECER SIMPLIFICADO 000139/2024

Ementa Servidor Público. Tempo de serviço. Serviço militar voluntário. Exército Brasileiro. Averbação. Parecer referencial n. 000003/2024-PGE.

PARECER SIMPLIFICADO 000140/2024

Ementa Qualificação de organização social. Instituto Nacional de Gestão para Excelência em Saúde. Análise jurídica. Requisitos não preenchidos. Impossibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 000141/2024

Ementa Processo Administrativo Disciplinar Simplificado (PADS). Servidor público. Acumulação ilícita de cargos públicos. Exoneração. Boa-fé. Absolvição.

PARECER SIMPLIFICADO 000142/2024

Ementa Licitação. Pregão Eletrônico. Lei n. 14.133/2021. Contratação de serviços de outsourcing de impressão, na modalidade franquia mensal de página mais excedente para as multifuncionais e franquia ilimitada para os scanners de mesa. Minuta de edital. Análise pela assessoria jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000143/2024

Ementa Servidor Público. Tempo de serviço anterior como servidor exclusivamente comissionado junto à Câmara Municipal de Belém. Assistente parlamentar. Averbação. Efeitos financeiros.



PARECER SIMPLIFICADO 000144/2024

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Servidor público. Professor. Abandono de cargo. Dolo direto e/ou indireto. Presença do *animus abandonandi*. Regularidade do processo. Ressarcimento devido. Demissão.

PARECER SIMPLIFICADO 000145/2024

Ementa Processo Administrativo Disciplinar Simplificado (PADS). Abandono de cargo. Inexistência da conduta infracional. Não indiciamento. Arquivamento.

PARECER SIMPLIFICADO 000147/2024

Ementa Contratação de médico psiquiatra. Dispensa de licitação, na forma eletrônica. Art. 75, II, da Lei n. 14.133/2021.

PARECER SIMPLIFICADO 000148/2024

Ementa Processo Administrativo Disciplinar Simplificado (PADS). Acúmulo ilegal de cargos públicos. Não configuração das condutas infracionais previstas nos artigos 177, incisos I e VI, C/C art. 178, I e V, 189, CAPUT, e 190, incisos IV, x, XII e XIII, todos da Lei Estadual n. 5.810/1994. Arquivamento.

PARECER SIMPLIFICADO 000149/2024

Ementa Processo Administrativo Disciplinar Simplificado (PAD). Acumulação de cargos públicos. Dois cargos de enfermeiro. Compatibilidade de horários. Absolvição. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000150/2024

Ementa Conselho de justificação. Instauração. Competência do governador do estado. Averiguação de suposta violência contra a mulher, ameaça com arma de fogo, lesão corporal, perseguição e ameaça. Concurso material. Prescrição penal. Inocorrência. Autorização para instauração concedida.



PARECER SIMPLIFICADO 000151/2024

Ementa Servidor. Aposentadoria. Conversão de licença prêmio não gozada em pecúnia. Parecer. Referencial n. 02/2024.

PARECER SIMPLIFICADO 000152/2024

Ementa Inexigibilidade de licitação. Contratação de plataforma digital de pesquisa jurídica “zênite fácil”. Viabilidade jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000153/2024

Ementa Licitação. Pregão. Aquisição de equipamentos de som. Fase preparatória.

PARECER SIMPLIFICADO 000154/2024

Ementa Pensão especial militar. Parecer. Referencial n. 003/2022 PGE. Instrução processual completa. Cabimento. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000155/2024

Ementa Processo Administrativo Disciplinar Simplificado. SEDUC. Abandono de cargo. Ausência do *animus abandonandi*. Não configuração. Absolvição. Arquivamento.

MANIFESTAÇÃO

MANIFESTAÇÃO 000001/2024

Ementa Corpo de Bombeiros Militar do Estado. Invalidação de promoção de oficial. Conclusões do Parecer n. 321/2023-PGE alteradas pelo Parecer n. 853/2023-PGE. Não cabimento da invalidação do ato em face da mudança de entendimento.

MANIFESTAÇÃO 000002/2024

Ementa Averbação de Tempo de Serviço. Empresas Estatais. ATS. Entendimento fixado no Parecer n. 827/2023-PGE.



MANIFESTAÇÃO 000003/2024

Ementa Acordo de Cooperação Técnica. Disponibilização do Sistema de Cadastro e Regularização Fundiária (SICARF). Ferramenta tecnológica para desempenho das ações de regularização fundiária a nível federal. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA). Secretaria de Governança Fundiária, Desenvolvimento Territorial e Socioambiental (SFDT). Estado do Pará. Instituto de Terras do Pará (ITERPA). Necessidade de aprovação do plano de trabalho. Análise das alterações propostas.

MANIFESTAÇÃO 000004/2024

Ementa Alteração do Decreto Estadual n. 2.622, de 15 de setembro de 2022. Permissão de uso de equipamentos desportivos integrantes do patrimônio da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer. Acrescenta anexo III. Viabilidade jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000005/2024

Ementa Projeto de Lei. Institui a Política Pública de Fomento à Excelência Esportiva no Estado do Pará, no âmbito da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer (SEEL), e vincula o Estado do Pará ao Sistema Nacional de Esporte (SINESP). Definições pendentes. Retorno ao órgão de origem.

MANIFESTAÇÃO 000007/2024

Ementa Averbação de Tempo de Serviço. Contagem de tempo de serviço prestado aos Conselhos Profissionais. Autarquias em regime especial. Reconhecimento para todos os efeitos legais.

MANIFESTAÇÃO 000008/2024

Ementa Decreto Estadual. Instituição da Câmara de Resolução de Demandas de Saúde (CRDS).



PGE

Procuradoria
Consultiva

MANIFESTAÇÃO 000009/2024

Ementa Contrato Administrativo. Inexigibilidade de licitação. Propostas de alteração na Minuta Contratual formuladas pela futura contratada. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000010/2024

Ementa Pensão especial. Fazenda Ubá. Acordo de solução amistosa. Pedido de revisão da pensão e recebimento de valores retroativos. Indeferimento.

MANIFESTAÇÃO 000011/2024

Ementa Informações sobre riscos fiscais para o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2025.

MANIFESTAÇÃO 000012/2024

Ementa Minuta de Decreto. Reestruturação do Conselho Estadual da Diversidade Sexual. Revogação do Decreto Estadual n. 1.238, de 02 de setembro de 2008.

MANIFESTAÇÃO 000013/2024

Ementa Termo de Cooperação Técnica entre a Procuradoria-Geral do Estado (PGE) e o Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA). Advento da Instrução Normativa n. 001/2024-GP. Análise complementar.

MANIFESTAÇÃO 000014/2024

Ementa Corpo de Bombeiros do Estado do Pará. Promoção do dia 21 de abril de 2024. Redução de interstício. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000015/2024

Ementa Servidora Pública. Exoneração a pedido de cargo público estadual. Nomeação e posse em novo cargo público de outro Estado. Desistência de estágio probatório. Recondição. Cargo público de origem ocupado. Aproveitamento.



MANIFESTAÇÃO 000016/2024

Ementa Minuta de Decreto. Diretrizes e critérios para a promoção do desenvolvimento sustentável nas licitações e contratações realizadas, no âmbito da administração pública estadual, nos termos da Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021. Revogação do Decreto Estadual n. 1.354/2015.

MANIFESTAÇÃO 000017/2024

Ementa Relação de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor (RPV'S) que irão constar na Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2025.

MANIFESTAÇÃO 000018/2024

Ementa Memorando de Entendimentos (MOU). Instrumento de formalização das intenções de colaboração entre o Estado do Pará e a *booking.com* Brasil Serviços de Reserva LTDA. 30ª Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 30). Nova minuta. Necessidade de ajustes. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 000019/2024

Ementa Minuta de Decreto. Dispõe sobre a criação da Comissão Institucional de Educação Ambiental do Estado do Pará. Revoga os Decretos Estaduais, n. 3.632, de 03 de setembro de 1999 e n. 1.638, de 08 de junho de 2005. Composição. Participação facultativa de representantes do Poder Público Federal. Necessidade de manifestação do interessado.

MANIFESTAÇÃO 000021/2024

Ementa Gratificação de economia dos Procuradores do Estado.

MANIFESTAÇÃO 000022/2024

Ementa Termo de Cooperação Técnica. Estado do Pará e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Ajuste de prazo e valor.



MANIFESTAÇÃO 000023/2024

Ementa Reintegração por Decisão Administrativa. Efeitos Financeiros. Valores retroativos. Art. 40 da Lei Estadual n. 5.810, de 1994. Entendimento do Superior Tribunal de Justiça.

MANIFESTAÇÃO 000025/2024

Ementa Anteprojeto de Lei. Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (FASEPA). Criação da carreira socioeducativa. Reestruturação da FASEPA. Complementação da análise orçamentária e financeira. Alterações na minuta.

NOTA TÉCNICA

NOTA TÉCNICA 000001/2024

Ementa Projeto de Lei. Proibição da comercialização e consumo de bebidas em garrafas de vidro em praias no Estado do Pará.

NOTA TÉCNICA 000006/2024

Ementa Reforma Previdenciária. Regras de acumulação de benefício de pensão por morte. Necessidade de compatibilizar as disposições da LC 39/2002, com redação conferida pela LC 128/2020, com as previsões da EC 103/2019.

NOTA TÉCNICA 000007/2024

Ementa Aeródromos civis em território paraense. Gestão sob concessão privada. Serviço de prevenção, salvamento e combate a incêndio em aeródromos civis (SESCINC). Operação pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará (CBMPA). Decreto Estadual n. 3.675/2024. Acordo.

NOTA TÉCNICA 000008/2024

Ementa Acordo de Cooperação. Chamamento público dispensado. Museu das Amazônia. Necessidades de ajuste na Minuta do instrumento. Viabilidade jurídica condicionada.



NOTA TÉCNICA 000009/2024

Ementa Contrato Administrativo. Acréscimos contratuais. Limite legal. Obra ou reforma? Definição de competência da área técnica. Diretrizes.

NOTA TÉCNICA 000010/2024

Ementa Hospital Ophir Loyola. Necessidade de composição do corpo clínico do Hospital com novos médicos. Análise quanto à possibilidade de terceirização do serviço, e quanto à possibilidade de credenciamento de Pessoas Jurídicas prestadoras de serviços médicos. Natureza do gasto para fins financeiro-orçamentários.

NOTA TÉCNICA 000011/2024

Ementa Sistema de garantia de Direitos da Criança e do Adolescente vítima ou testemunha de violência. Escuta especializada e depoimento especial. Colheita de depoimento de menor vítima ou testemunha de violência em sede de Processo Administrativo Disciplinar por Comissões Processantes da SEDUC. Não recomendada. Alternativas à prova oral para a instrução de PADS. Ausência de nulidade dos PADS em que já ouvidos menores para fins de produção probatória.

NOTA TÉCNICA 000012/2024

Ementa Projeto de Lei. Dispõe sobre a garantia da matrícula dos dependentes de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar nos estabelecimentos da Rede Estadual de Ensino mais próximo de seu domicílio. Sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 000013/2024

Ementa Projeto de Lei n. 773/23. Proibição de doação ou venda de animal doméstico a quem tiver cometido crime de maus tratos ou violência contra animais ou pessoas. Sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 000014/2024

Ementa Projeto de Lei. Diretrizes para o fortalecimento da Política de Enfrentamento do Abandono Afetivo do Idoso, no âmbito do Estado do Pará, na forma que especifica. Sanção ou veto.



NOTA TÉCNICA 000015/2024

Ementa Projeto de Lei. Assembleia Legislativa do Estado do Pará. Inclusão do tema Educação Financeira como conteúdo transversal no currículo das escolas de ensino fundamental e médio, públicas e privadas. Currículo Escolar. Competência privativa da União. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Vício de iniciativa. Veto integral.

NOTA TÉCNICA 000016/2024

Ementa Projeto de Lei. Dispõe sobre o Direito do Consumidor ser informado sobre a redução da velocidade de conexão à internet. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 000017/2024

Ementa Projeto de Lei n. 265/23. Determina a realização periódica por auto vistoria, a ser realizada pelos condomínios ou por proprietários dos prédios residenciais, comerciais e pelo Poder Público, nos prédios públicos. Cria o Laudo Técnico de Vistoria Predial (LTVP) no Estado do Pará. Veto parcial.

NOTA TÉCNICA 000018/2024

Ementa Inexigibilidade de Licitação. Contratação direta de profissional do setor artístico. Art. 74, II, da Lei n. 14.133/2021. Considerações sobre a substituição do instrumento de contrato. Art. 95 da Lei n. 14.133/2021.

NOTA TÉCNICA 000019/2024

Ementa Projeto de Lei. Obrigatoriedade da presença, em estabelecimentos comerciais com entretenimento infantil, de profissionais capacitados para lidar com crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 000020/2024

Ementa Projeto de Lei. Programa de Cooperação e Código Sinal Vermelho. Mulheres vítimas de violência doméstica ou familiar. Iniciativa parlamentar. Ausência de vício formal ou material. Sanção ou veto.



NOTA TÉCNICA 000021/2024

Ementa Projeto de Lei n. 244/20. Município de Floresta do Araguaia. Estância turística. Requisitos. Sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 000022/2024

Ementa Projeto de Lei n. 334/22. Torna maus-tratos abandonar animais domésticos em vias públicas, porta de abrigos e ONGS. Sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 000023/2024

Ementa Projeto de Lei Complementar n. 01/24. Altera a Lei Complementar estadual n. 057/2006. Procurador-Geral de Justiça. Competência privativa. Sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 000024/2024

Ementa Projeto de Lei. Estrutura organizacional dos órgãos auxiliares e serviços de apoio técnico e administrativo. Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração do Quadro de Pessoal do Ministério Público do Estado do Pará. Análise prévia à sanção ou veto. Inexistência de vícios formais e materiais.

NOTA TÉCNICA 000025/2024

Ementa Projeto de Lei. Alteração do anexo único da Lei estadual n. 7.736/2013. Gratificação pelo exercício de cargo ou função no Ministério Público do Estado do Pará. Análise prévia à sanção ou veto. Iniciativa do Ministério Público do Estado do Pará. Inexistência de vícios formais e materiais.

NOTA TÉCNICA 000026/2024

Ementa Projeto de Lei. Assento preferencial na Rede de Transporte Público Estadual para pessoa em tratamento oncológico. Fundamentos para sanção ou veto.



NOTA TÉCNICA 000027/2024

Ementa Projeto de Lei. Dispõe sobre a comprovação de matrícula e frequência escolar dos atletas com idade igual ou inferior a 18 (dezoito) anos que tenham vínculo contratual com clubes de futebol no Estado do Pará. Sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 000028/2024

Ementa Projeto de Lei. Campanha Permanente de Combate ao Machismo e Valorização das Mulheres, no âmbito da Rede Pública Estadual de Ensino do Estado do Pará. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 000029/2024

Ementa Organização Social. Contratos de gestão. Vigência. Prorrogação. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 000030/2024

Ementa Nota Técnica. ICMS. Benefício fiscal. Incentivo à indústria de reciclagem. Necessidade de autorização do CONFAZ. Sanções previstas na Lei Complementar n. 160/2017. Possibilidade de imposição ao Estado do Pará. Recomendação de veto.

NOTA TÉCNICA 000031/2024

Ementa Projeto de Lei. Altera dispositivo da Lei Estadual n. 8.683/2018. Denominação de entidade declarada e reconhecida como de utilidade pública. Sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 000032/2024

Ementa Projeto de Lei. Dispõe sobre a implementação de incentivos à indústria da reciclagem e cria fundos de investimentos para Projetos de Reciclagem (PRORECICLE). Análise dos aspectos não relacionados à matéria tributária. Sanção ou veto.



NOTA TÉCNICA 000033/2024

Ementa Projeto de Lei. Obrigatoriedade de maternidades e estabelecimentos hospitalares que atendam gestantes, públicos ou privados, afixarem, nas áreas comuns e de circulação de gestantes e puérperas, cartazes e/ou placas para publicização dos canais oficiais que recebam denúncias de violência obstétrica. Iniciativa parlamentar. Sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 000034/2024

Ementa Construção de Hospital pela iniciativa privada. Associação privada que pode ser caracterizada como Organização da Sociedade Civil. Possível interesse na transferência de recursos do Tesouro Estadual e/ou provenientes de emendas parlamentares para subsidiar a realização do projeto. Cenários possíveis.

NOTA TÉCNICA 000035/2024

Ementa Projeto de Lei n. 34/22. Dispõe sobre a Campanha de Combate aos Crimes Cibernéticos financeiros e “golpes”. Sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 000036/2024

Ementa Inadequação da Aplicação da Lei n. 13.019/2014. Reformulação do objeto. Parceria público-privada. Procedimento. PMI.

NOTA TÉCNICA 000037/2024

Ementa Projeto de Lei n. 75/2024. “Dispõe sobre a instituição da Campanha Permanente Informativa e de Conscientização sobre o Risco de Doenças e Agravos relacionados à Intoxicação por Agrotóxicos.” Sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 000038/2024

Ementa Projeto de Lei n. 301/23. Dispõe sobre a proibição à diferenciação do prazo de marcação de consultas, exames e outros procedimentos entre os pacientes cobertos por planos ou seguros privados de



assistência à saúde e os pacientes custeados por recursos próprios.
Sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 000039/2024

Ementa Junta Comercial do Estado do Pará. Pedido de registro mercantil e arquivamento de contrato social. Atividade de exploração de jogos de azar indicada como objeto social. Apostas de quota fixa permitidas pela Legislação Federal. Lei das BETS. Necessidade de análise conclusiva do pedido de arquivamento pela JUCEPA.

NOTA TÉCNICA 000040/2024

Ementa Projeto de Lei. Programa de incentivos à doação de cabelo para pacientes em tratamento quimioterápico, vítimas de escarpelamento e outras doenças que causam a queda transitória ou definitiva dos cabelos. Semana Estadual de Incentivo à Doação de Cabelos. Sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 000041/2024

Ementa Projeto de Lei n. 431/23. Reconhece as pessoas portadoras e/ou curadas da leucemia como Pessoa Com Deficiência (PCD). Sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 000043/2024

Ementa Projeto de Lei. Institui a Campanha Salve Uma Criança. Iniciativa parlamentar. Ausência de vício formal ou material. Sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 000044/2024

Ementa Projeto de Lei n. 86/18. "Cria o Programa Empresa Amiga da Segurança Pública, no âmbito do Estado do Pará. Sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 000045/2024

Ementa Projeto de Lei. Programa Estadual de Combate ao Cyberbullying. Sanção ou veto.



NOTA TÉCNICA 000046/2024

Ementa Projeto de Lei n. 493/23. Estabelece diretrizes para o Diagnóstico Precoce da Deficiência Auditiva Infantil. Sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 000047/2024

Ementa Licitação Pública. Obra pública. Contratação semi-integrada. Diretrizes para o controle prévio de legalidade de incumbência da consultoria jurídica descentralizada.

NOTA TÉCNICA 000048/2024

Ementa Programa Ter paz. Construção de Unidades de Usinas da Paz (USIPAZ) por empresas privadas. Cenários possíveis: mera liberalidade da empresa ou adesão da empresa ao programa estadual “Estrutura Pará”. Construção da USIPAZ Barcarena no âmbito do referido programa.

NOTA TÉCNICA 000049/2024

Ementa Secretaria de Estado de Educação. Minuta de Instrução Normativa. Procedimentos a serem adotados no órgão diante de casos de suspeita ou confirmação de cometimento de atos de violência contra crianças ou adolescentes, no âmbito da rede pública de ensino.

NOTA TÉCNICA 000050/2024

Ementa Projeto de Lei. Classifica como estância turística para o estado do Pará o município de Tomé-Açu. Sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 000051/2024

Ementa SECIR. Licitação Pública. Fase interna. Objeto amplo e genérico. Necessidade de redefinição do objeto.

NOTA TÉCNICA 000052/2024

Ementa COHAB. Alteração Contratual. Prestação de serviços sem cobertura contratual. Necessidade de apuração da efetiva prestação e de sua



precificação. Pagamento pela via da indenização, caso comprovada.
Necessidade de aditivação em relação a serviços a executar.

NOTA TÉCNICA 000054/2024

Ementa Projeto de Lei. Dispõe sobre a obrigatoriedade de bares, lanchonetes, restaurantes e congêneres informarem, em seus cardápios físicos ou digitais, os alimentos que possuem lactose, glúten e frutos do mar. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 000055/2024

Ementa Projeto de Lei. Dispõe sobre as diretrizes para elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2025. LDO. Sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 000056/2024

Ementa Precatórios do FUNDEF. Abono do magistério. Projeto de Lei. Emendas parlamentares. Profissionais do magistério contemplados. Prova da condição de herdeiro.

NOTA TÉCNICA 000057/2024

Ementa Contrato Administrativo. Fornecimento contínuo de bens. Análise quanto à possibilidade de prorrogação, à luz do art. 57, II, da Lei Federal 8.666/1993.

NOTA TÉCNICA 000058/2024

Ementa Nota Técnica sobre a participação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH) na Consulta Pública n. 04/2024 da Agência Nacional de Águas (ANA), referente às propostas de alteração da Resolução n. 24/2020-ANA.

NOTA TÉCNICA 000059/2024

Ementa Credenciamento. Nulidades. Invalidação. Procedimento legal.



NOTA TÉCNICA 000060/2024

Ementa Marco regulatório de fomento à cultura. Aplicação no Estado do Pará. Necessidade de regulamentação.

NOTA TÉCNICA 000061/2024

Ementa Universidade do Estado do Pará (UEPA). Minuta de resolução. Organização da tramitação de processos na Procuradoria Jurídica da instituição. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 000062/2024

Ementa Projeto de Lei. Campanha Estadual permanente de inclusão e combate ao preconceito contra pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 000063/2024

Ementa Projeto de Lei que dispõe sobre a inclusão de pessoas com diabetes Mellitus tipo 1 como pessoas com deficiência. Sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 000064/2024

Ementa Projeto de Lei n. 213/22. Proíbe o uso, a comercialização, a importação e produção de quaisquer Dispositivos Eletrônicos para Fumar (DEF) ou de qualquer outro produto similar, em todas as suas formas, gerações e marcas. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 000065/2024

Ementa Projeto de Lei n. 477/23. Programa de atenção e orientação às mães, pais e responsáveis atípicas "*Janelas da fraternidade*". Sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 000066/2024

Ementa Projeto de Lei n. 18/24. Estabelece mecanismos de combate à discriminação contra as pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Análise jurídica.



NOTA TÉCNICA 000067/2024

Ementa Projeto de Lei n. 375/23. Política de atenção e atendimento primário às pessoas com doenças raras no Sistema de Saúde da Rede Municipal e Estadual, no âmbito do Estado do Pará. Sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 000068/2024

Ementa Projeto de Lei n. 610/23. Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA). Dispõe sobre a instituição do Cadastro de pessoas com sentença penal condenatória, com trânsito em julgado, nos crimes contra a dignidade sexual de criança e/ou adolescente previstos na Lei Federal n. 8.069, de 13 de julho de 1990 e no Código Penal. Veto parcial. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 000069/2024

Ementa Projeto de Lei n. 90/23. Reconhece o *beach tennis* como modalidade esportiva, no âmbito do Estado do Pará. Sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 000070/2024

Ementa Anteprojeto de Lei. Iniciativa parlamentar. Alteração da Lei Estadual n. 8.417/2016. Estatuto Paraense da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte. Apontamentos e recomendações. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 000072/2024

Ementa Secretaria de Estado de Fazenda (SEFA). Fundos previdenciários. Segregação de massa. FINANPREV. Saldos de exercícios anteriores. Crédito do fundo. Uso dos recursos para pagamento de benefícios previdenciários, independentemente de novo aporte do Poder Executivo, enquanto houver saldo.

NOTA TÉCNICA 000073/2024

Ementa Projeto de Lei n. 286/24, de 10 de setembro de 2024. Altera a Lei Estadual n. 9.408, de 21 de dezembro de 2021. Ausência de vício formal e material. Sanção ou veto. Possibilidade.



NOTA TÉCNICA 000074/2024

Ementa Projeto de Lei. Proibição de que postos de combustíveis exponham ao consumidor valores promocionais vinculados a Programas de Fidelidade em maior escala ou tamanho do que os valores reais ofertados. Sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 000075/2024

Ementa Projeto de Lei n. 459/23. Atendimento psicossocial contínuo e permanente para as famílias e vítimas de escarpelamento na Rede de Proteção Básica de Saúde. Sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 000076/2024

Ementa Projeto de Lei. Programa Estadual de Prevenção e Combate à Depressão e ao Suicídio na Rede Pública Estadual de Ensino. Sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 000077/2024

Ementa Alteração do Decreto Estadual n. 3.371/2023. Dispensa e inexigibilidade de licitação para registro de preços.

NOTA TÉCNICA 000071/2024

Ementa Prestação de serviços de Cartório de Registro de Imóveis. Entendimentos aplicáveis. Relação tributária.

NOTA TÉCNICA 000078/2024

Ementa Projeto de Lei n. 12/23. "Obriga as empresas de entrega em domicílio a criarem um cadastro de entregadores e afixar tal informação de forma visível, mochila ou bag". Sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 000079/2024

Ementa Projeto de Lei n. 222/23. Programa de Prevenção e Semana contra o Estupro Virtual nas Instituições de Ensino Público e Privado. Sanção ou veto.



NOTA TÉCNICA 000080/2024

Ementa Projeto de Lei. Programa de Prevenção da Dengue nas Escolas da Rede Pública e Privada no Estado do Pará. Sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 000081/2024

Ementa Projeto de Lei. Dispõe sobre a Cartilha de Orientação às Crianças e Adolescentes para a Prevenção Contra Crimes que atinjam a Dignidade Sexual na Rede Mundial de Computadores, com ampla distribuição nas Redes de Ensino do Estado do Pará. Sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 000082/2024

Ementa Projeto de Lei. Dispõe sobre a garantia, à mulher cuja gestação termine em abortamento ou em morte perinatal ou neonatal, o direito de permanecer internada em ala distinta daquela onde estão alojadas as mães acompanhadas de nascituros. Sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 000083/2024

Ementa Secretaria de Estado das Cidades e Integração Regional (SECIR). Licitação pública. Contratação integrada de obras. Fase preparatória. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 000084/2024

Ementa Implantação de Sistema de Abastecimento de Água. Licitação pública. Concorrência eletrônica. Contratação semi-integrada. Fase preparatória. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 000085/2024

Ementa Implantação de microssistema de abastecimento de água e execução da obra de implantação de microssistema de abastecimento de água do tipo chafariz. Licitação pública. Concorrência. Contratação semi-integrada. Fase preparatória. Análise jurídica.



NOTA TÉCNICA 000086/2024

Ementa Secretaria de Estado das Cidades e Integração Regional (SECIR). Licitação pública. Contratação semi-integrada. Fase preparatória. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 000087/2024

Ementa Projeto de Lei n. 30/24. Institui o Programa Estadual de Atenção e Inclusão Autista nas Empresas, define seus propósitos e cria o Selo de Reconhecimento Empresa Amiga da Pessoa Autista. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 000088/2024

Ementa Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA). Moção. Edição de decreto para regulamentação e preenchimento do quadro de servidores da Polícia Penal do Estado. Impossibilidade jurídica.

NOTA TÉCNICA 000090/2024

Ementa 30ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP 30). Interesse comum dos entes federativos na adoção de medidas organizacionais assecuratórias da melhor realização possível do evento. Limites e possibilidades.

NOTA TÉCNICA 000091/2024

Ementa Projeto de Lei n. 613/23. Prioridade de exames de mamografias em mulheres de 40 a 70 anos e com histórico de câncer familiar de mama e/ou nódulos em toda a Rede de Saúde Pública do Estado do Pará. Sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 000092/2024

Ementa Projeto de Lei. Dispõe sobre a implantação, coordenação, acompanhamento e aplicação de sanções administrativas para indivíduos que exponham mulheres ao constrangimento público em meio físico ou virtual. Sanção ou veto. Ausência de previsão da sanção administrativa. Inconstitucionalidade. Razões de veto.



NOTA TÉCNICA 000094/2024

Ementa Projeto de Lei n. 708/23. Institui a campanha de incentivo às visitas aos asilos, abrigos e instituições de longa permanência de idosos no âmbito do Estado do Pará.

NOTA TÉCNICA 000095/2024

Ementa Projeto de Lei n. 175/23. Dispõe sobre a obrigatoriedade de funcionamento de ambulatório médico em eventos e shows ao ar livre. Sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 000096/2024

Ementa Servidor público. Professores. Aposentadoria. Incorporação de aulas suplementares aos proventos de aposentadoria. Parecer do IGEPPS. Necessidade de provocação do TCE/PA para que firme precedente sobre o tema.

NOTA TÉCNICA 000097/2024

Ementa Prestação de serviços de gestão para aquisição de insumos hospitalares. Contratação por meio de adesão à ata de registro de preços de consórcio intermunicipal. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 000100/2024

Ementa Contrato administrativo. Inexigibilidade. Art. 74, I da Lei n. 14.133/2021 mudança fática. Decisão judicial liminar de suspensão de patente. Alternativas.

NOTA TÉCNICA 000101/2024

Ementa Projeto de Lei. Equipara a Síndrome de Von Recklinghausen (Neurofibromatose) às deficiências físicas e mentais. Sanção ou veto. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 000103/2024

Ementa Projeto de Lei. Proíbe a utilização de verba pública em eventos e serviços que promovam a sexualização de crianças e adolescentes.



Dupla punição. Ofensa ao princípio que veda o *non bis in idem*. Princípios da legalidade e do devido processo legal. Ausência de previsão do órgão competente para fiscalizar e aplicar a multa. Extensão de penalidade a outros eventos realizados pelo apenado. Violação da livre iniciativa e do exercício das atividades profissionais. Infração administrativa sem sanção. Ineficácia. Veto integral ou parcial. Razões de veto.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000001/2024

Ementa Pelo exposto, conclui-se pela absolvição da servidora, diante da não caracterização da infração disciplinar descrita no art. 178, inciso IV, da Lei Estadual n. 5.810/94.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000002/2024

Ementa Pelo exposto, conclui-se pela aplicação da pena de demissão ao servidor, diante da caracterização do abandono de cargo, nos termos dos artigos 178, IV, e 190, II, da Lei Estadual n. 5.810/94.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000003/2024

Ementa Pelo exposto, conclui-se pela aplicação da pena de demissão ao servidor P.S.L.C., diante da caracterização do abandono de cargo, nos termos dos artigos 178, IV, e 190, II, da Lei Estadual n. 5.810/94.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000004/2024

Ementa Pelo exposto, conclui-se pela nulidade parcial do Processo Administrativo Disciplinar em análise, a partir da indicição da servidora, para que a comissão processante solicite a realização de perícia



PGE

Procuradoria
Consultiva

psiquiátrica, nos termos do art. 216 da Lei Estadual n. 5.810/94.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000005/2024

Ementa
Pelo exposto, conclui-se pela aplicação da pena de demissão ao servidor M.A.P.S., diante da caracterização do abandono de cargo, nos termos dos artigos 178, IV, e 190, II, da Lei Estadual n. 5.810/94.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000006/2024

Ementa
Pelo exposto, conclui-se pela aplicação da pena de demissão ao servidor, diante da caracterização do abandono de cargo, nos termos dos artigos 178, IV, e 190, II, da Lei Estadual n. 5.810/94.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000008/2024

Ementa
Por todo o exposto, sugere-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado, necessidade de declaração de nulidade total do Processo Administrativo Disciplinar, na forma do art. 225 da Lei Estadual n. 5.810, de 1994, com a instauração de novo PAD, sob o rito sumário, com a consequente constituição de nova comissão, em tudo observado o prazo prescricional.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000009/2024

Ementa
Pelo exposto, conclui-se pela aplicação da pena de demissão ao servidor J.B.F.M., diante da caracterização do abandono de cargo, nos termos dos artigos 178, IV, e 190, II, da Lei Estadual n. 5.810/94.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000010/2024



Ementa Por todo o exposto, sugere-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado que determine a absolvição do servidor A.G.C.P., acatando o pedido de exoneração, uma vez que está comprovado nos autos pedido de exoneração do servidor constante no PAE 2022/165196, anterior à data de instauração do PADS, seguida do arquivamento processual.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000011/2024

Ementa Pelo exposto, conclui-se pela absolvição do servidor, diante da não caracterização da infração constante no art. 178, IV, da Lei Estadual n. 5.810/94

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000012/2024

Ementa Pelo exposto, conclui-se pela declaração de nulidade total do processo, conforme art. 215 da Lei Estadual n. 5.810/1994, cabendo a constituição de nova comissão processante e a instauração de Processo Administrativo Disciplinar Simplificado, nos termos do art. 191 do RJU.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000013/2024

Ementa Pelo exposto, sugere-se a conversão do distrato da ex-servidora temporária M.M.S. em demissão, em razão da caracterização do abandono de cargo, nos termos dos artigos 178, IV, e 190, II, da Lei Estadual n. 5.810/94.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000014/2024

Ementa Pelo exposto, conclui-se pela aplicação da pena de demissão ao servidor, diante da caracterização do abandono de cargo, nos termos dos artigos 178, IV, e 190, II, da Lei Estadual n. 5.810/94.



FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000015/2024

Ementa

Pelo exposto, conclui-se pela aplicação da pena de demissão ao servidor F.J.C.L, diante da caracterização do abandono de cargo, nos termos dos artigos 178, IV, e 190, II, da Lei Estadual n. 5.810/94.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000016/2024

Ementa

Pelo exposto, conclui-se que não incide a prescrição em relação à acumulação de cargos públicos; regular o procedimento do PADS; restou caracterizado o ilícito administrativo, por violação ao art. 178, inciso I, c/c o art. 190, inciso XII, da Lei Estadual n. 5.810, de 1994, a ensejar o acolhimento do Relatório Final, mediante a aplicação da penalidade demissória pelo Chefe do Poder Executivo Estadual.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000017/2024

Ementa

Ante todo o exposto, recomendo ao Exmo. Sr. Governador do Estado que declare nulo o Processo Administrativo Disciplinar instaurado em desfavor da servidora E.M.V.A, no âmbito da Secretaria de Estado de Saúde (SESPA), por meio da Portaria n. 171/2023 11. CRS/SESPA, de 10 de outubro de 2023, publicada no Diário Oficial do Estado n. 35.570, de 10 de outubro 2023, por ausência de justo motivo para a instauração, considerando o pedido de exoneração formulado pela servidora em 29 de agosto de 2019.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000018/2024

Ementa

Pelo exposto, conclui-se pela aplicação da pena de demissão ao servidor E.P.A., diante da caracterização do abandono de cargo, nos termos



PGE

Procuradoria
Consultiva

dos artigos 178, IV, e 190, II, da Lei Estadual n. 5.810/94.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000020/2024

Ementa Pelo exposto, conclui-se pela absolvição do servidor no presente Processo Administrativo Disciplinar Simplificado, diante da exoneração a pedido ter ocorrido anteriormente a sua indicição.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000021/2024

Ementa Pelo exposto, conclui-se pela aplicação da pena de demissão ao servidor R.S.C., matrícula 290831-1, diante da caracterização do abandono de cargo, nos termos dos artigos 178, IV, e 190, II, da Lei Estadual n. 5.810/94.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000022/2024

Ementa Por todo o exposto, sugere-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado que não acolha o Relatório Final apresentado pela comissão processante, determinando a absolvição do servidor L.A.C.O., uma vez demonstrada a licitude da acumulação dos cargos ocupados pelo servidor, seguida do arquivamento processual.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000023/2024

Ementa Pelo exposto, conclui-se pela aplicação da pena de demissão à servidora D.S.A.N.G., matrícula n. 102458/018, ocupante do cargo efetivo de médica, diante da caracterização do abandono de cargo, nos termos dos artigos 178, IV, e 190, II, da Lei Estadual n. 5.810/94.



PGE

Procuradoria
Consultiva

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000024/2024

Ementa

Pelo exposto, conclui-se pela aplicação da pena de demissão ao servidor A.C.A., diante da caracterização do abandono de cargo, nos termos dos artigos 178, IV, e 190, II, da Lei Estadual n. 5.810/94.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000025/2024

Ementa

Pelo exposto, conclui-se pela absolvição da servidora, considerando a prescrição da pretensão punitiva disciplinar do Estado, devendo ser aferido os valores pagos indevidamente, por meio de processo administrativo próprio.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000026/2024

Ementa

Pelo exposto, conclui-se pela aplicação da pena de demissão à servidora E.S.S.C., diante da caracterização de acumulação ilegal de cargos públicos, nos termos dos artigos 178, I, e 190, XII, da Lei Estadual n. 5.810/94.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000027/2024

Ementa

Pelo exposto, conclui-se pela aplicação absolvição do servidor nos termos da redação original dos artigos 164 e 191 da Lei Estadual n. 5.810/1994 e, consequentemente, o arquivamento do processo administrativo disciplinar.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000028/2024

Ementa

Pelo exposto, conclui-se pela aplicação da pena de demissão à servidora V.L.C.P., diante da caracterização de acumulação ilegal de cargos públicos, nos termos dos artigos 178, I, e 190, XII, da Lei Estadual n. 5.810/94.



PGE

Procuradoria
Consultiva

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000029/2024

Ementa Pelo exposto, conclui-se pela absolvição do servidor, diante da não caracterização do acúmulo ilegal de cargos, nos termos do art. 178, inciso I, da Lei Estadual n. 5.810/94.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000030/2024

Ementa Por todo o exposto, sugere-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado, dada a existência de vícios procedimentais insanáveis, que declare a nulidade total do PADS instaurado pela Portaria n. 877/2023 - GAB/PADS, de 31 de julho de 2023, publicada no Diário Oficial do Estado n. 35.491, de 01 de agosto de 2023, devendo ser constituída nova comissão processante, nos termos do art. 225, caput, da Lei Estadual n. 5.810/1994.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000031/2024

Ementa Pelo exposto, conclui-se pela aplicação da pena de demissão à servidora, diante da comprovação do acúmulo ilegal de cargos, nos termos dos artigos 178, inciso I, e 190, inciso XII, da Lei Estadual n. 5.810/1994.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000032/2024

Ementa Pelo exposto, conclui-se que: não incide a prescrição em relação à acumulação de cargos públicos; regular o procedimento do PAD; restou caracterizado o ilícito administrativo, por violação ao art. 178, inciso I, c/c o art. 190, inciso XII, da Lei Estadual n. 5.810, de 1994, a ensejar o acolhimento do Relatório Final, mediante a aplicação da penalidade demissória pelo Chefe do Poder Executivo Estadual.



PGE

Procuradoria
Consultiva

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000033/2024

Ementa Pelo exposto, conclui-se pela nulidade parcial do processo, a partir da indicição da servidora (fl. 129-SAJ), para que a comissão solicite a realização de perícia psiquiátrica, nos termos do art. 216 da Lei Estadual n. 5.810/94.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000034/2024

Ementa Pelo exposto, conclui-se pela absolvição do servidora, diante da não caracterização do abandono de cargo, nos termos dos artigos 178, IV, da Lei Estadual n.º 5.810/94.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000035/2024

Ementa Por todo o exposto, sugere-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado, autoridade competente para o julgamento deste feito disciplinar, que acolha o Relatório Final apresentado pela comissão processante, determinando a absolvição do servidor E.S.V., seguida do arquivamento processual.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000036/2024

Ementa Pelo exposto, conclui-se pela aplicação da pena de demissão à servidora, diante da comprovação do acúmulo ilegal de cargos, nos termos dos artigos 178, inciso I, e 190, inciso XII, da Lei Estadual n. 5.810/1994.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000038/2024

Ementa Por todo o exposto, recomenda-se que o Exmo. Sr. Governador do Estado declare a nulidade total do Processo Administrativo Disciplinar Simplificado, instaurado por meio Portaria n. 0147/2023 - GAB/SEAP, de 28 de abril de 2023, publicada no



PGE

Procuradoria
Consultiva

Diário Oficial do Estado n. 35.390, de 08 de maio de 2023.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000039/2024

Ementa

Pelo exposto, conclui-se pela aplicação da pena de demissão ao servidor C.A.S.S., diante da caracterização do abandono de cargo, nos termos dos artigos 178, IV, e 190, II, da Lei Estadual n. 5.810/94.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000040/2024

Ementa

Por todo o exposto, sugere-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado, autoridade competente para o julgamento deste feito disciplinar, que convalide os atos decisório realizados pela Corregedoria Geral Penitenciária, acolhendo o Relatório Final apresentado pela comissão processante, determinando a absolvição do servidor W.S.S., tendo em vista ter sido comprovada a opção pelo cargo exercido na SEAP, antes mesmo da instauração do Processo Administrativo Disciplinar Simplificado (PADS) aqui analisado, seguido do arquivamento processual.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000041/2024

Ementa

Pelo exposto, conclui-se que: não incide a prescrição em relação à acumulação de cargos públicos; regular o procedimento do PADS; restou caracterizado o ilícito administrativo, por violação ao art. 178, inciso I, c/c o art. 190, inciso XII, da Lei Estadual n. 5.810, de 1994, a ensejar o acolhimento do Relatório Final, mediante a aplicação da penalidade demissória pelo Chefe do Poder Executivo Estadual.



PGE

Procuradoria
Consultiva

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000042/2024

Ementa

Pelo exposto, conclui-se pela absolvição do servidor, uma vez exercido o direito de opção e configurada a sua boa-fé, nos termos da redação original do art. 164 da Lei Estadual n. 5.810/94 e do art. 3º do Decreto n. 1.950/2017.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000043/2024

Ementa

Pelo exposto, conclui-se que: não incide a prescrição em relação à acumulação de cargos públicos; regular o procedimento do PAD; restou caracterizado o ilícito administrativo, por violação ao art. 178, inciso I, c/c o art. 190, inciso XII, da Lei Estadual n. 5.810, de 1994, a ensejar o acolhimento do Relatório Final, mediante a aplicação da penalidade demissória pelo Chefe do Poder Executivo Estadual.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000044/2024

Ementa

Pelo exposto, conclui-se absolvição da servidora, diante da não caracterização da infração constante nos artigos 178, I, e 190, XII, da Lei Estadual n. 5.810/94, com o consequente arquivamento do processo disciplinar, considerando que a servidora optou pelo cargo de Especialista em Educação Classe I junto à SEDUC, tendo sido exonerada do cargo de Pedagoga junto ao Município de Barcarena/PA, (fls. 128-130-SAJ).

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000045/2024

Ementa

Pelo exposto, conclui-se pela aplicação da pena de demissão ao servidor, diante da comprovação do acúmulo ilegal de cargos, nos termos dos artigos dos artigos 178, inciso I, e 190, inciso XII, da Lei Estadual n. 5.810/1994, e o consequente ressarcimento ao



PGE

Procuradoria
Consultiva

erário estadual das remunerações recebidas indevidamente a partir da configuração da má-fé, a ser efetivado em processo administrativo específico.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000046/2024

Ementa

Por todo o exposto, sugere-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado, autoridade competente para o julgamento deste feito, que acolha o relatório final apresentado pela comissão processante, determinando o arquivamento do PADS instaurado pela Portaria n. 1502/2022 - GAB/SEAP, de 21 de novembro de 2022, publicada no Diário Oficial do Estado n. 35.198, de 24 de novembro de 2022.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000047/2024

Ementa

Pelo exposto, conclui-se que não incide a prescrição em relação à acumulação de cargos públicos; regular o procedimento do PADS; restou caracterizado o ilícito administrativo, por violação ao art. 178, inciso I, c/c o art. 190, inciso XII, da Lei Estadual n. 5.810, de 1994, a ensejar o acolhimento do Relatório Final, mediante a aplicação da penalidade demissória pelo Chefe do Poder Executivo Estadual; após a edição do ato, uma vez caracterizada a má-fé, em atendimento ao §10 do art. 191 da Lei Estadual n. 5.810/1994, deverá a SEDUC dar ciência do ato demissório à SEMED do Município de Marabá, para que adote as providências que entender cabíveis; cabe à SEDUC apurar os valores devidos ao erário, relativos ao período entre o dia seguinte ao de expiração do prazo de defesa (10/09/2023) até a publicação do ato de demissão, observado o prazo prescricional, e remeter os documentos necessários à inscrição em dívida ativa pela Procuradoria-Geral do



Estado, de acordo com o Decreto Estadual n. 5.204/2002, (fl. 183 SAJ).

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000048/2024

Ementa Diante de todo o exposto, sugere-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado, a absolvição da servidora I.C.B.P., diante da não caracterização da infração constante nos artigos 178, I, e 190, XII, da Lei Estadual n.º 5.810/94.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000049/2024

Ementa Pelo exposto, conclui-se pela absolvição do servidor, diante da não caracterização da conduta descrita no art. 178, I, da Lei Estadual n. 5.810/94.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000051/2024

Ementa Pelo exposto, conclui-se pela absolvição da servidora, diante da não caracterização do acúmulo ilegal de cargos, nos termos do art. 178, inciso I, da Lei Estadual n. 5.810/94.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000052/2024

Ementa Pelo exposto, conclui-se pela aplicação da pena de demissão a servidora M.S.B.L., diante da caracterização do abandono de cargo, nos termos dos artigos 178, IV, e 190, II, da Lei Estadual n. 5.810/94.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000053/2024

Ementa Pelo exposto, conclui-se pelo acolhimento do Relatório Final da Comissão de PAD, ante a ausência do ilícito disciplinar investigado, sugerindo-se o arquivamento do PAD. Sugere-se, ainda, que a



PGE

Procuradoria
Consultiva

SESPA adote as providências cabíveis visando a regularização funcional do servidor.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000054/2024

Ementa

Pelo exposto, conclui-se pela nulidade parcial do Processo Administrativo Disciplinar em análise, a partir da indicição do servidor (fls. fls. 52/55-SAJ), para que a comissão processante solicite a realização de perícia psiquiátrica, nos termos do art. 216 da Lei Estadual n. 5.810/94.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000055/2024

Ementa

Pelo exposto, conclui-se pela absolvição do servidor, por ausência de configuração da infração disciplinar prevista no art. 178, inciso IV, da Lei Estadual n. 5.810/94.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000056/2024

Ementa

Pelo exposto, conclui-se pela improcedência do Pedido de Revisão a ser julgado pelo Exmo. Sr. Governador do Estado.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000057/2024

Ementa

Pelo exposto, conclui-se absolvição da servidora, diante da não caracterização da infração constante no art. 191, § 2º; art. 177, I, VI; art. 178, I e V; e art. 190, IV, X, XII e XIII da Lei Estadual n. 5.810/1994, com o consequente arquivamento do Processo Disciplinar, considerando que a inexistência de acumulação ilegal de cargos públicos, conforme fls. 33, 35 e 65 - SAJ.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000058/2024

Ementa

Pelo exposto, conclui-se que: a) não incide a prescrição em relação à acumulação de cargos,



empregos e funções públicas; b) regular o procedimento do PADS; c) restou caracterizado o ilícito administrativo, por violação ao art. 178, inciso I, c/c o art. 190, inciso XII, da Lei Estadual nº 5.810, de 1994, a ensejar a aplicação da penalidade demissória pelo Chefe do Poder Executivo Estadual; d) após a edição do ato, uma vez caracterizada a má-fé, em atendimento ao §10 do art. 191 da Lei Estadual nº 5.810/1994, deverá a SEDUC dar ciência do ato demissório à Prefeitura Municipal de Aveiro/PA, para que adote as providências que entender cabíveis; e) cabe à SEDUC apurar os valores devidos ao erário, relativos ao período entre o dia seguinte ao de expiração do prazo de defesa (21/03/2023) até a publicação do ato de demissão, observado o prazo prescricional.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000059/2024

Ementa

Pelo exposto, conclui-se pela manutenção da pena de demissão imposta ao ex-CB PM M.P.M.F., em virtude de ter ocorrido a prescrição do direito do pedido de revisão a ser julgado pelo Exmo. Sr. Governador do Estado.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000060/2024

Ementa

Ante o exposto, concluo: 1. Pelo conhecimento do recurso administrativo interposto pelo servidor, com fundamento nos artigos 101, 102, 103, 104 105 e 106 todos da Lei Estadual n. 5.810/1994, com fulcro no art. 107 caputs da Lei Estadual n. 5.810/1994. 2. Pelo provimento do recurso administrativo para anular da decisão recorrida, veiculada no decreto de 23 de maio de 2023, publicado no DOE n. 35.410, de 24.05.2023, com a consequente reintegração do servidor R.H.O.D., matrícula n. 5128544-1, ao cargo do qual fora demitido, de Fiscal de Receitas Estaduais lotado na



da Secretaria Estadual da Fazenda (SEFA), em decorrência do exercício da autotutela administrativa⁶; 3. Pela reintegração do servidor, com todos os direitos retroativos à datada do ato anulado.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000061/2024

Ementa

Pelo exposto, conclui-se pelo NÃO CONHECIMENTO do recurso pelo Chefe do Poder Executivo, uma vez que o fato novo apontado não é capaz de elidir as razões que fundamentaram o ato punitivo, como exige a lei, razão pela qual deve ser mantida a decisão do Exmo. Comandante Geral da PMPA, de licenciamento a bem da disciplina da Polícia Militar do Pará.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000062/2024

Ementa

Pelo exposto, sugere-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado que NÃO CONHEÇA o Pedido de Revisão apresentado pelo ex-servidor L.F.M., por se mostrar inadequado ao caso, uma vez que o fato novo apontado não é capaz de justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada, como exige a Lei, para sua reapreciação.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000063/2024

Ementa

Pelo exposto, conclui-se pela improcedência do Pedido de Revisão a ser julgado pelo Exmo. Sr. Governador do Estado.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000065/2024

Ementa

Pelo exposto, conclui-se pelo conhecimento do Pedido de Reconsideração e, no mérito, pelo seu indeferimento, diante da correta subsunção dos fatos às normas disciplinares e da penalidade



aplicada, devendo ser mantida integralmente a decisão do PAD, por seus próprios fundamentos.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000066/2024

Ementa

Pelo exposto, conclui-se pela nulidade parcial do processo administrativo disciplinar em análise, a partir da indicição da servidora, para que a comissão processante solicite a realização de perícia psiquiátrica, nos termos do art. 216 da Lei Estadual n.º 5.810/94.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000067/2024

Ementa

Pelo exposto, sugere-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado que NÃO CONHEÇA o Pedido Revisional, interposto pelo ex-investigador da polícia civil R.B.V., em 31/05/2022, dirigido ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Pará (fls. 963-1048-SAJ), por se mostrar inadequado ao caso, uma vez que o fato novo apontado não é capaz de justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada, como exige a lei, para sua reapreciação.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000069/2024

Ementa

Pelo exposto, conclui-se pelo conhecimento e posterior improcedência do Recurso Hierárquico a ser julgado pelo Exmo. Sr. Governador do Estado.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000070/2024

Ementa

Pelo exposto, conclui-se pela absolvição da servidora, diante da não caracterização da infração constante no art. 178, IV, da Lei Estadual n. 5.810/94.



PGE

Procuradoria
Consultiva

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000071/2024

Ementa Pelo exposto, conclui-se pela nulidade parcial do PAD, a partir da indicição da acusada, devendo a comissão processante encaminhar a servidora acusada para a realização de perícia médico-psiquiátrica, nos termos do art. 216 da Lei Estadual n. 5.810/94.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000072/2024

Ementa Pelo exposto, conclui-se pela aplicação da pena de demissão ao servidor, diante da caracterização do abandono de cargo, nos termos dos artigos 178, IV, e 190, II, da Lei Estadual n. 5.810/94.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000073/2024

Ementa Pelo exposto, sugere-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado que declare a NULIDADE TOTAL do PAR instaurado pela Portaria n. 002/2023-PAD/REVISÃO/DG/PC-PA, de 16 de fevereiro de 2023, publicada em Diário Oficial do Estado n. 35.301, em 24/02/2023, dada a existência de vícios insanáveis.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000074/2024

Ementa Pelo exposto, sugere-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado que NÃO CONHEÇA o Pedido de Revisão apresentado pelo ex-servidor E.C.P., por se mostrar inadequado ao caso, uma vez que o fato novo apontado não é capaz de justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada, como exige a lei, para sua reapreciação.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000075/2024

Ementa Pelo exposto, conclui-se pela absolvição do servidor, considerando a prescrição da pretensão punitiva disciplinar do Estado, devendo ser aferido



os valores pagos indevidamente, por meio de processo administrativo próprio.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000076/2024

Ementa Pelo exposto, conclui-se pela absolvição da servidora, diante da exoneração efetivada anteriormente à instauração do Processo Administrativo Disciplinar Simplificado (PADS) aqui analisado.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000077/2024

Ementa Pelo exposto, conclui-se pelo conhecimento do pedido de revisão e no mérito opinamos pelo seu IMPROVIMENTO do recurso pelo Chefe do Poder Executivo, uma vez que o fato novo apontado não é capaz de elidir as razões que fundamentaram o ato punitivo, não havendo indícios de erro quanto aos fatos, sua apreciação, avaliação ou enquadramento, nos termos do art. 67 da Lei nº 6.833/2006, razão pela qual deve ser mantida a decisão de exclusão a bem da disciplina da Polícia Militar do Pará.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000080/2024

Ementa Pelo exposto, conclui-se pela improcedência do Pedido de Revisão a ser julgado pelo Exmo. Sr. Governador do Estado.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000081/2024

Ementa Pelo exposto, conclui-se pelo não conhecimento do Pedido de Revisão a ser julgado pelo Exmo. Sr. Governador do Estado.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000082/2024

Ementa Pelo exposto, conclui-se pela aplicação da pena de demissão à servidora, diante da caracterização do



PGE

Procuradoria
Consultiva

abandono de cargo, nos termos dos artigos 178, IV, e 190, II, da Lei Estadual n. 5.810/94.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000083/2024

Ementa

Pelo exposto, conclui-se absolvição do servidor, diante da não caracterização da infração constante nos artigos 178, I, e 190, XII, da Lei Estadual n.º 5.810/94, com o consequente arquivamento do processo disciplinar, considerando que o servidor apresentou pedido de exoneração do cargo público ocupado na SEDUC à fl. 264 SAJ

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000084/2024

Ementa

Pelo exposto, conclui-se: a) pelo conhecimento do recurso hierárquico; b) pelo não provimento, em razão de ausência de fundamentos jurídicos suficientes; c) pela recomendação ao Exmo. Sr. Governador do Estado para que conheça e negue provimento ao Recurso Hierárquico interposto pelo ex-SD BM SD BM C.S.A, devendo ser mantida a decisão do Exmo. Sr. Comandante-Geral, da CBMPA de aplicar ao ex-militar a pena de exclusão a bem da disciplina.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000085/2024

Ementa

Pelo exposto, conclui-se pelo provimento ao Pedido de Revisão interposto pelo Ex-MAJ QOPM Carlos Marcelo Lagôa de Souza e declaração de nulidade do decreto demissional do recorrente. Determinando-se ao Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado do Pará que encaminhe os presentes autos ao Ministério Público Estadual para representar a perda do posto e patente do recorrente ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará, em cumprimento ao acórdão de transitado em julgado no PJE 0804001-96.2021.8.14.0000.



PGE

Procuradoria
Consultiva

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000086/2024

Ementa

Pelo exposto, sugere-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado que CONHEÇA o Pedido de Revisão apresentado pelo ex-servidor K.B.A. e no mérito julgado IMPROCEDENTE ante ausência de fatos novos capazes de elidir as razões que fundamentaram o ato punitivo, onde tenha havido erro quanto aos fatos, sua apreciação, avaliação ou enquadramento.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000087/2024

Ementa

Pelo exposto, conclui-se pela nulidade parcial do PADS instaurado, a partir da indicição da servidora, para que a comissão processante encaminhe a servidora acusada para a realização de perícia médico-psiquiátrica, em conformidade com o art. 216, do RJU.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000088/2024

Ementa

Pelo exposto, conclui-se: a) pelo conhecimento do recurso hierárquico recebido como pedido de revisão; b) pelo não provimento do recurso, em razão de não apresentar fatos novos aptos a modificar a penalidade aplicada.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000089/2024

Ementa

Por todo exposto, sugere-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado que acolha a conclusão formulada pela comissão revisora, no sentido de conhecer o Pedido de Revisão apresentado pelos ex-servidores A.P.P. e P.R.P.P., julgando-o, no mérito, PROCEDENTE, nos termos da Decisão proferida nos autos do Processo nº 0808462-23.2017.8.14.0301.



PGE

Procuradoria
Consultiva

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000090/2024

Ementa

Pelo exposto, conclui-se que: a) pela absolvição do acusado, em razão da prescrição da pretensão punitiva disciplinar do Estado; b) pelo retorno dos autos à SEDUC, para que encaminhe o servidor indiciado à realização de perícia médico-psiquiátrica, devendo ser esclarecido sobre a possível existência de doença mental que implique na incapacidade do acusado de permanecer em serviço, e ainda, para que apure eventuais pagamentos indevidos ao servidor; c) deverão ser apuradas as alegações do servidor, quanto a ter trabalhado até 2022 sem o recebimento de remuneração, com apuração de responsabilidade, em caso positivo.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000092/2024

Ementa

Pelo exposto, conclui-se pela nulidade parcial do processo, a partir da fase de indicição do acusado, devendo a comissão processante encaminhar o servidor à perícia médico-psiquiátrica, nos termos do art. 216 do RJU Estadual.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000093/2024

Ementa

Pelo exposto, conclui-se que: a) não incidência da prescrição em relação à inassiduidade habitual; b) regular procedimento do PADS, nos termos do art. 191-A, da Lei Estadual n. 5.810/94; c) restou caracterizada a infração disciplinar, por violação ao art. 190, inciso III, da Lei Estadual n. 5.810/94, a ensejar a aplicação da penalidade demissória pelo Chefe do Poder Executivo Estadual.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000094/2024

Ementa

Pelo exposto, conclui-se: a) não restaram configuradas faltas disciplinares que pudessem



acarretar na demissão do servidor, razão pela qual opina-se pelo acolhimento do relatório final da Comissão Processante; b) há incidência de força maior que permitiu a fuga dos internos, razão pela qual devem ser apuradas pela SEAP as responsabilidades administrativas da gerência superior da UP, com fim de reparação e prevenção de eventuais prejuízos ao erário; c) resta configurado nos autos que o ex-servidor estava cumprindo ordens de seu superior hierárquico (fl. 233 SAJ).

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000095/2024

Ementa

Pelo exposto, conclui-se que, é devida a demissão à servidora C.S.S., matrícula nº 57208931-1, ocupante do cargo de especialista em educação classe I, diante da caracterização do abandono de cargo, a contar de 12/05/2022 (fls. 72-74, 157, 158 a 162, 163 a 164 SAJ), nos termos dos artigos 178, IV, e 190, II, da Lei Estadual n. 5.810/94.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000096/2024

Ementa

Pelo exposto, conclui-se pelo conhecimento do recurso, como pedido de reconsideração de ato, pelo Chefe do Poder Executivo, e no mérito, que julgue-o improcedente, pois a penalidade recorrida encontra-se amparada ao arcabouço probatório dos autos, não padecendo de vícios para ensejar qualquer nulidade ou modificação pela Administração, razão pela qual a decisão de demissão deve ser mantida.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000097/2024

Ementa

Pelo exposto, conclui-se pelo conhecimento do recurso como pedido de reconsideração de ato, e no mérito, pela improcedência do mesmo, pois a penalidade recorrida encontra-se de acordo com o



PGE

Procuradoria
Consultiva

arcabouço probatório dos autos, não padecendo de vícios para ensejar qualquer nulidade ou modificação pela Administração Pública.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000098/2024

Ementa

Pelo exposto, sugere-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado que acolha a sugestão formulada pela comissão revisora, devendo o pedido de revisão ser conhecido e no mérito julgado improvido, eis que o fato novo apontado pelos recorrentes não é capaz de justificar a inocência dos punidos ou a inadequação da penalidade aplicada, como exige a lei, para reformar a decisão.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000099/2024

Ementa

Pelo exposto, conclui-se que, é devida a demissão do servidor L.A.N.O., matrícula nº 585327-3, ocupante do cargo de professor classe I, diante da caracterização do abandono de cargo, a contar de 13/01/2024, nos termos dos artigos 178, IV, e 190, II, da Lei Estadual n.º 5.810/94.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000100/2024

Ementa

Pelo exposto, conclui-se que: a) é devida a demissão do servidor M.C.F.S., matrícula nº 57173271/1, ocupante do cargo de agente de portaria, diante da caracterização do abandono de cargo, nos termos dos artigos 178, IV, e 190, II, da Lei Estadual n.º 5.810/94. b) deverão ser apurados possíveis pagamentos indevidos ao ex-servidor, para que, em caso positivo, haja a devolução espontânea, ou a inauguração de processo administrativo próprio para devolução de valores pagos indevidamente pela Administração.



FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000101/2024

Ementa

Pelo exposto, conclui-se pela nulidade parcial do PADS, a partir do relatório final, para que a comissão processante solicite o agendamento de perícia médico-psiquiátrica ao servidor, para melhor instruir o processo e para que o mesmo possa retornar ao trabalho, nos termos do art. 216, do RJU.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000102/2024

Ementa

Pelo exposto, sugere-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado: a) que conheça o Recurso Hierárquico interposto pelo ex-CB PM A..M.L.S; b) que, no mérito, julgue-o procedente, no sentido de declarar nulidade parcial ao Conselho de Disciplina, a partir do interrogatório, para determinar a indicação de novos membros ao Conselho de Disciplina, incumbidos de complementar a fase instrutória; c) que sejam providenciadas as folhas de ponto de servidor acusado referente ao período de 23/05/2014 a 22/08/2016, haja vista que o Estado é obrigado a fornecê-la, quando solicitada, e a oitiva dos superiores hierárquicos vinculados à lotação em que o militar se apresentava à época dos fatos, com intuito de melhor instruir o conjunto probatório.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000103/2024

Ementa

Pelo exposto, conclui-se pela demissão da servidora R.C.V.S., matrícula nº 3275825-1, ocupante do cargo de Assistente Administrativa, nível 09, classe A, diante da caracterização do abandono de cargo, nos termos dos artigos 178, IV, e 190, II, da Lei Estadual n.º 5.810/94.



FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000104/2024

Ementa

Pelo exposto, conclui-se que não restaram configuradas faltas disciplinares que pudessem acarretar a demissão dos servidores, razão pela qual opina-se pelo acolhimento do relatório final da Comissão Processante, procedendo à absolvição dos investigados, nos termos do art. 224 do RJU Estadual.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000105/2024

Ementa

Por todo o exposto, não restando comprovado o elemento subjetivo caracterizador do abandono de cargo (*animus abandonandi*), recomenda-se o não acolhimento do Relatório Final da comissão processante, com a consequente nulidade parcial do processo, a partir do relatório final, nós temos do art. 225 do RJU Estadual⁷, para que a comissão solicite o agendamento de perícia médica com intuito de esclarecer a real capacidade de saúde da servidora à época dos fatos, conforme art. 216, e incisos, da Lei nº 5.810/948.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000106/2024

Ementa

Pelo exposto, opina-se pelo acolhimento parcial do Relatório da Comissão, nos seguintes termos: a) não configuração de inassiduidade habitual no conjunto probatório; b) regular procedimento do PADS, nos termos do art. 191-A, da Lei Estadual nº 5.810/94; c) restou caracterizada a infração disciplinar de abandono de cargo, por violação aos arts. 178, inciso IV, e 190, inciso II, da Lei Estadual nº 5.810/94, a ensejar a aplicação da penalidade demissória pelo Chefe do Poder Executivo Estadual; e) deverão ser apurados possíveis pagamentos indevidos à servidora, para que, em caso positivo, haja a devolução espontânea, ou a inauguração de



PGE

Procuradoria
Consultiva

processo administrativo próprio para devolução de valores pagos indevidamente pela Administração.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000107/2024

Ementa

Pelo exposto, conclui-se pela demissão do servidor A.S.M., matrícula nº 5892439-1, ocupante do cargo de servente, diante da caracterização do abandono de cargo, a contar de 26/02/2024, nos termos dos artigos 178, IV, e 190, II, da Lei Estadual n.º 5.810/94.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000108/2024

Ementa

Pelo exposto, recomenda-se ao Exmo. Governador do Estado que declare a nulidade do Processo Administrativo Disciplinar Simplificado, a partir da instauração pela Portaria n. 205/2024-GAB/PADS, publicada no Diário Oficial do Estado n. 35.776, de 10/04/2024, por ausência dos requisitos objetivo e subjetivo para a configuração do ilícito disciplinar, nos termos do art. 225 do RJU Estadual.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000109/2024

Ementa

Por todo exposto, conclui-se que: a) é devida a absolvição do servidor D.A.S., matrícula n. 57207369/1, ocupante do cargo efetivo de técnico de enfermagem, diante da não caracterização do abandono de cargo público, prevista nos arts. 178, IV, e 190, II, da Lei Estadual n. 5.810/94; b) deverão ser devolvidos os valores descontados do contracheque do servidor, em razão da não configuração do abandono.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000110/2024

Ementa

Pelo exposto, conclui-se: a) pela demissão do servidor R.N.P.S., matrícula nº 57207853-1, ocupante do cargo de técnico em enfermagem,



diante da caracterização do abandono de cargo, nos termos dos artigos 178, IV, e 190, II, da Lei Estadual nº 5.810/1994; b) pelo encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público do Estado para apurar a falsificação de documentos públicos, nos termos do art. 27 do RJU6 ; c) deverão ser apurados possíveis pagamentos indevidos ao ex-servidor, para que, em caso positivo, haja a devolução espontânea, ou a inauguração de processo administrativo próprio para devolução de valores pagos indevidamente pela Administração.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000111/2024

Ementa

Pelo exposto, conclui-se pela prescrição da pretensão punitiva do Estado, em relação ao servidor E.P.A.S., matrícula nº 54196891/1, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, por infração, em tese, aos artigos 178, IV7, e 190, II8, da Lei Estadual nº 5.810/1994, devendo ser apagados de seus assentos funcionais qualquer referência ao processo em tela. Deverá ser apurada a responsabilidade de quem deu causa a prescrição dos presentes autos.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000112/2024

Ementa

Pelo exposto, conclui-se pela absolvição da servidora, tendo em vista a não caracterização do abandono de cargo, pelo que deve ser acolhido o relatório final da comissão processante, nos termos do art. 214 da Lei Estadual n. 5.810/943.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000113/2024

Ementa

Pelo exposto, conclui-se pela absolvição da servidora, tendo em vista a não caracterização do abandono de cargo, pelo que deve ser acolhido o relatório final da comissão processante, nos termos do art. 214 da Lei Estadual n. 5.810/946.



PGE

Procuradoria
Consultiva

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000114/2024

Ementa

Pelo exposto, conclui-se pela demissão da indiciada, E.M.S., matrícula n. 5891445-1, ocupante do cargo de servente, tendo em vista a caracterização do abandono de cargo, nos termos do art. 178, IV, e 190, II, do RJU, pelo que deve ser acolhido o relatório final da comissão processante, nos termos do art. 214 da Lei Estadual n. 5.810/945.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000115/2024

Ementa

Pelo exposto, conclui-se pelo conhecimento do Recurso Hierárquico pelo Exmo. Governador do Estado, e no mérito, por sua improcedência, em razão de não apresentar fatos aptos a justificar a inocência do punido ou a desproporcionalidade da decisão recorrida, pelo que deve ser mantida a pena de *“exclusão a bem da disciplina”*.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000116/2024

Ementa

Pelo exposto, conclui-se pela (o): a) não incidência da prescrição em relação à acumulação de cargos públicos; b) regular procedimento do PAD; c) não caracterização do ilícito administrativo, previsto no art. 178, inciso I, c/c o art. 190, inciso XII, da Lei Estadual n. 5.810, de 1994, a ensejar o acolhimento do Relatório Final², com a absolvição do indiciado pelo Chefe do Poder Executivo Estadual; d) necessidade de regularização da carência de professores no município de São Felix Xingú, com o consequente ajuste da jornada mensal de trabalho do servidor, para que compactue com o limite mensal da profissão legalmente previsto.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000117/2024

Ementa

Pelo exposto, conclui-se pelo não conhecimento do Recurso Hierárquico, em razão de não apresentar



fatos novos ou suscetíveis de justificar inocência ou desproporcionalidade da decisão recorrida, de modo que deve ser mantida a penalidade já aplicada por meio da portaria n. 552/2021-GAB/CGPC/DIVERSOS, de 23 de novembro de 2021, publicada em Diário Oficial do Estado n. 34.791, de 10 de dezembro de 2021.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000118/2024

Ementa

Por todo exposto, conclui-se pela: a) não incidência da prescrição; b) regular procedimento do PADS, nos termos do art. 191-A, da Lei Estadual n. 5.810/94; c) restou caracterizada a infração disciplinar, por violação ao art. 178, IV, e art. 190, inciso II, da Lei Estadual n. 5.810/94, a ensejar a aplicação da penalidade demissória pelo Chefe do Poder Executivo Estadual.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000119/2024

Ementa

Pelo exposto, conclui-se: a) é devida a demissão do indicado, ante a configuração do abandono de cargo, nos termos do art. 190, II, do RJU Estadual; b) deverão ser investigados possíveis valores recebidos indevidamente pela servidora, para que, em caso positivo, haja a devolução espontânea, ou a apuração em processo administrativo próprio para a devolução de remunerações recebidas indevidamente, com inscrição em dívida ativa e cobrança via ação execução fiscal de crédito de natureza não tributária.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000120/2024

Ementa

Pelo exposto, conclui-se pelo conhecimento do recurso de reconsideração pelo Chefe do Poder Executivo, e no mérito, por sua improcedência, vez em que a penalidade recorrida encontra-se amparada no arcabouço probatório dos autos, não



padecendo de quaisquer vícios para ensejar nulidade ou modificação pela Administração, razão pela qual a decisão de demissão deve ser mantida.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000121/2024

Ementa

Pelo exposto, conclui-se pelo arquivamento do processo, tendo em vista a não caracterização do abandono de cargo por ausência de autoria e materialidade, pelo que deve ser acolhido o relatório final da comissão processante, nos termos do art. 214 da Lei Estadual n. 5.810/94.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000122/2024

Ementa

Por todo o exposto, recomenda-se o não acolhimento do Relatório Final da comissão processante, com a consequente nulidade parcial, a partir do relatório final, nos termos do art. 225 do RJU Estadual 7, para que seja reaberta a instrução processual, com a produção das provas necessárias e a devida notificação ao servidor de todos os atos produzidos, possibilitando-o a apresentação de defesa. Após, deve a comissão elaborar novo relatório conclusivo, e submetê-lo à apreciação da autoridade instauradora, nos termos do art. 191-A, da Lei Estadual n. 5.810/94.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000123/2024

Ementa

Pelo exposto, conclui-se pela aplicação da pena de demissão à servidora S.V.L., diante da caracterização do abandono de cargo, nos termos dos artigos 178, IV, e 190, II, da Lei Estadual n. 5.810/94. Deverá ser instaurado processo autônomo para a apuração de valores indevidamente recebidos pela servidora acusada, valores esses que, caso não quitados



PGE

Procuradoria
Consultiva

espontaneamente, deverão ser inscritos em dívida ativa e regularmente executados.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000124/2024

Ementa

Pelo exposto, conclui-se que: a) resta configurada a perda do objeto do PAD, uma vez que o bem foi devidamente substituído, não havendo prejuízo concreto à Administração; b) a SEDUC deve arquivar o presente PAD, em virtude da perda do objeto que fundamentava a apuração e da insuficiência de provas para atribuir responsabilidade aos acusados. c) deve ser recomendado ao Exmo. Sr. Governador do Estado que absolva os servidores J.C.M e N.S. das acusações de transgressão disciplinar; à consideração superior.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000125/2024

Ementa

Pelo exposto, conclui-se que: a) deve ser recomendado ao Exmo. Sr. Governador do Estado que absolva os servidores E.K.A.C. (matrícula n. 5948310-1), E.S.S. (matrícula n. 57234352-1), F.C.P. (matrícula n. 5899428-2) e F.S.O.R. (matrícula n. 334790-1), diante da ausência de dolo e da inexistência de vedação legal expressa às condutas apuradas na época dos fatos; b) a SEDUC deve arquivar o presente PAD, em virtude das razões expostas; c) os documentos acostados às fls. 168 a 182-SAJ devem ser desentranhados dos autos, haja vista tratarem do servidor M.R.L.C. que não figura na Portaria n. 927/2022-GAB/PAD, de 09/09/2022, publicada em 13/09/2022, instauradora deste PAD.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000126/2024

Ementa

Pelo exposto, conclui-se que: a) resta consumada a prescrição da pretensão punitiva do Estado; b) deve ser recomendado ao Exmo. Sr. Governador do Estado que absolva o servidor J.C.D.D. (matrícula n.



303470-1); c) a SEDUC deve apurar eventual responsabilidade pela omissão no dever de processar e finalizar o processo disciplinar em tempo hábil e sem incidência de prescrição.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000127/2024

Ementa

Pelo exposto, deve ser recomendado ao Exmo. Sr. Governador do Estado que absolva os servidores B.R.P.S. (matrícula n. 57188699-1), E.F.M.S. (matrícula n. 5401895-2), e E.C.F. (matrícula n. 5942740-1), diante da ausência de dolo e da inexistência de vedação legal expressa às condutas apuradas à época dos fatos.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000128/2024

Ementa

Pelo exposto, deve ser recomendado ao Exmo. Sr. Governador do Estado que absolva os servidores G.F.M. (matrícula n. 57213991-1), G.B.G. (matrícula n. 5943091-1), G.V.S. (matrícula n. 5941475-1) e G.G.X.S. (matrícula n. 756318-2), diante da ausência de dolo e da inexistência de vedação legal expressa às condutas apuradas à época dos fatos, não restando caracterizadas das transgressões disciplinares previstas nos arts. 178, VII, e 190, XIV, da Lei Estadual n. 5.810/94.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000129/2024

Ementa

Pelo exposto, deve ser recomendado ao Exmo. Sr. Governador do Estado que absolva o acusado A.S.F.V. (matrícula n. 5949689-1), diante da ausência de dolo e da inexistência de vedação legal expressa à conduta apurada à época dos fatos, não restando caracterizadas as transgressões disciplinares previstas nos arts. 178, VII, e 190, XIV, da Lei Estadual n. 5.810/94.



PGE

Procuradoria
Consultiva

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000130/2024

Ementa

Pelo exposto, deve ser recomendado ao Exmo. Sr. Governador do Estado que absolva os servidores O.N.A.M. (matrícula n. 5892001-1), O.J.R.T. (matrícula n. 5821649-3), M.T.S.L (matrícula n. 57218196-1) e M.I.S. (matrícula n. 673447-1), diante da ausência de dolo e da inexistência de vedação legal expressa às condutas apuradas à época dos fatos, não restando caracterizadas das transgressões disciplinares previstas nos arts. 178, VII, e 190, XIV, da Lei Estadual n. 5.810/94.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000131/2024

Ementa

Pelo exposto, deve ser recomendado ao Exmo. Sr. Governador do Estado que absolva as servidoras M.P (matrícula n. 57214607-1), M.S.B.L (matrícula n. 5558581-2), M.M.L (matrícula n. 57213103-1) e N.C.O (matrícula n. 323543-1), diante da ausência de dolo e da inexistência de vedação legal expressa às condutas apuradas à época dos fatos, não restando caracterizadas as Transgressões disciplinares previstas nos arts. 178, VII, e 190, XIV, da Lei Estadual n. 5.810/94.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000132/2024

Ementa

Pelo exposto, deve ser recomendado ao Exmo. Sr. Governador do Estado que absolva os servidores E.M.F. (matrícula n. 5534747-1), E.F.S. (matrícula n. 5750261-2), E.B.M. (matrícula n. 57212094-1) e E.M.S. (matrícula n. 5896259-1).

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000133/2024

Ementa

Pelo exposto, deve ser recomendado ao Exmo. Sr. Governador do Estado que absolva os servidores L.S.S. (matrícula n. 5935315-1), L.M.C.M. (matrícula



PGE

Procuradoria
Consultiva

n. 55587208-2), M.B.O. (matrícula n. 57212546-1) e M.C.M.C. (matrícula n. 6002641-1).

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000134/2024

Ementa

Pelo exposto, conclui-se que: a). Resta configurada a perda do objeto do PADS, uma vez que o acusado requereu exoneração em 29 de fevereiro de 2024, portanto, antes do indiciamento que se deu em 22 de maio de 2024; b). A FHCGV deve arquivar o presente PAD, em virtude da perda do objeto que fundamentava a apuração; c). Deve ser recomendado ao Exmo. Sr. Governador do Estado que absolva o servidor E.V.D; d). Por fim, registramos que deverão ser apurados possíveis pagamentos indevidos ao servidor, para que seja realizada a devolução espontânea à Administração Pública ou a cobrança judicial, caso necessária, na forma do Parecer Referencial n. 0003/2021-PGE/PA.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000135/2024

Ementa

Pelo exposto, conclui-se pela demissão da servidora P.S.P.P.G., matrícula n. 57208014-1, ocupante do cargo de Agente de Controle de Endemias, diante da caracterização do abandono de cargo, nos termos dos artigos 178, IV, e 190, II, da Lei Estadual n. 5.810/94.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000136/2024

Ementa

Pelo exposto, conclui-se que: a). Conforme o entendimento fixado no parecer referencial n. 013/2024, resta configurada a incidência do fenômeno prescricional, haja vista o transcurso do lapso temporal superior a 03 (três) anos, pois a infração foi consumada em 30/12/2012 (trigésimo dia da ausência), chegou ao conhecimento da autoridade competente em 21/07/2014 e a portaria



de instauração do PAD é de 06/07/2023; b). A ADEPARÁ deve arquivar o presente PAD, em virtude da perda do objeto que fundamentava a apuração; c). Deve ser recomendado ao Exmo. Sr. Governador do Estado que absolva o servidor A.F.F.A.; d). A ADEPARÁ deve apurar eventual responsabilidade pela omissão no dever de processar e finalizar o processo disciplinar em tempo hábil e sem incidência de prescrição. e). Por fim, registramos que deverão ser apurados possíveis pagamentos indevidos ao servidor, para que seja realizada a devolução espontânea à Administração Pública ou a cobrança judicial, caso necessária, na forma do Parecer Referencial n. 0013/2024-PGE/PA.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000137/2024

Ementa

Pelo exposto, conclui-se que: a). Resta configurada a incidência do fenômeno prescricional, haja vista que a infração foi consumada em 30/09/2016 (trigésimo dia de ausência injustificada), chegou ao conhecimento da autoridade competente em 10/02/2017 e a portaria de instauração do PAD é de 10/03/2023; b). O processo administrativo apresenta vício formal, haja vista a não adoção do rito sumário (PADS), o qual tornou-se obrigatório, no âmbito da Administração Estadual, com a entrada em vigor da Lei n. 9.230/2021, em 25/05/2021; c) A SESPA deve arquivar o presente PAD, em virtude da perda do objeto que fundamentava a apuração; d) Deve ser recomendado ao Exmo. Sr. Governador do Estado que absolva o servidor F.S.M; e). A SESPA deve apurar eventual responsabilidade pela omissão no dever de processar e finalizar o processo disciplinar em tempo hábil e sem incidência de prescrição. f). Por fim, registramos que deverão ser apurados possíveis pagamentos indevidos ao servidor, para que seja realizada a devolução espontânea à



PGE

Procuradoria
Consultiva

Administração Pública ou a cobrança judicial, caso necessária, na forma do Parecer Referencial n. 013/2024-PGE/PA.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000138/2024

Ementa

Pelo exposto, conclui-se que: a). Resta configurada a incidência do fenômeno prescricional; b). A SEDUC deve arquivar o presente PAD, em virtude da perda do objeto que fundamentava a apuração; c). Deve ser recomendado ao Exmo. Sr. Governador do Estado que absolva a servidora M.J.C.S.; d). A SEDUC deve apurar eventual responsabilidade pela omissão no dever de processar e finalizar o processo disciplinar em tempo hábil e sem incidência de prescrição; e). Por fim, registramos que deverão ser apurados possíveis pagamentos indevidos à servidora, para que seja realizada a devolução espontânea à Administração Pública ou a cobrança judicial, caso necessária, na forma do Parecer Referencial n. 0013/2024-PGE/PA5, bem como regularizados eventuais pagamentos não efetuados, caso devidamente comprovados.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000139/2024

Ementa

Por todo exposto, conclui-se que: a). É devida a absolvição do servidor E.J.C., matrícula n. 5608481-3, diante da não caracterização do abandono de cargo público, prevista nos arts. 178, IV, e 190, II, da Lei Estadual n. 5.810/94; b). Por fim, registramos que deverão ser apurados possíveis pagamentos indevidos ao servidor, para que seja realizada a devolução espontânea à Administração Pública ou a cobrança judicial, caso necessária, na forma do Parecer Referencial n. 0013/2024-PGE/PA6.



PGE

Procuradoria
Consultiva

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000141/2024

Ementa

Por todo exposto, conclui-se pela necessidade de declaração de nulidade parcial do presente PAD, a partir da fl. 162 do SAJ, convertendo-se o julgamento em diligências, para que seja reaberta a instrução probatória, sugerindo-se à nova Comissão que proceda à perícia médica do acusado nos termos do art. 216 do RJU.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000142/2024

Ementa

Pelo exposto, deve ser recomendado ao Exmo. Sr. Governador do Estado que absolva o servidor A.S.S.J. (matrícula n. 5951089-1), diante da ausência de dolo e da inexistência de vedação legal expressa às condutas apuradas à época dos fatos, não restando caracterizadas as transgressões disciplinares previstas nos arts. 178, VII, e 190, XIV, da Lei Estadual n. 5.810/94.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000143/2024

Ementa

Pelo exposto, deve ser recomendado ao Exmo. Sr. Governador do Estado que absolva o servidor F.E.B.M.J. (matrícula n. 57210597-1), diante da ausência de dolo e da inexistência de vedação legal expressa à conduta apurada à época do fato, não restando caracterizada a transgressão disciplinar prevista nos arts. 178, VII, e 190, XIV, da Lei Estadual n. 5.810/94.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000144/2024

Ementa

Pelo exposto, deve ser recomendado ao Exmo. Sr. Governador do Estado que absolva os servidores M.R.L.C. (matrícula n. 57220429-1), M.A.L. (matrícula n. 5938758-1), N.N.V.G. (matrícula n. 5238420-2) e N.S.R. (matrícula n. 5246075-2), diante da ausência de dolo e da inexistência de



PGE

Procuradoria
Consultiva

vedação legal expressa às condutas apuradas à época dos fatos, não restando caracterizadas as transgressões disciplinares previstas nos arts. 178, VII, e 190, XIV, da Lei Estadual n. 5.810/94.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000145/2024

Ementa

Pelo exposto, deve ser recomendado ao Exmo. Sr. Governador do Estado que absolva o servidor M.A.M.T. (matrícula n. 57217886-1), diante da ausência de dolo e da inexistência de vedação legal expressa à conduta apurada à época do fato, não restando caracterizada a transgressão disciplinar prevista nos arts. 178, VII, e 190, XIV, da Lei Estadual n. 5.810/94.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000146/2024

Ementa

Pelo exposto, diante de todo o conjunto probatório apresentado nos autos, esta Procuradoria entende que merece ser acolhido o Relatório Final do PADS, concluindo pela aplicação da pena de demissão à servidora A.S.S.L., diante da caracterização do acúmulo ilegal de cargos públicos, nos termos do art.190, XII e 191 da Lei Estadual n. 5.810/1994.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000147/2024

Ementa

Pelo exposto, deve ser recomendado ao Exmo. Sr. Governador do Estado que absolva a servidora G.S.S.S. (matrícula n. 57210536-1), diante da ausência de dolo e da inexistência de vedação legal expressa à conduta apurada à época do fato, não restando caracterizada a transgressão disciplinar prevista nos arts. 178, VII, e 190, XIV, da Lei Estadual n. 5.810/94.



FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000148/2024

Ementa

Pelo exposto, conclui-se: a). É devida a demissão do servidor R.F.G., matrícula n. 57206423-1, ocupante do cargo de maqueiro no Hospital Abelardo Santos, diante da caracterização do abandono de cargo, nos termos dos artigos 177, incisos I e VI, 178, IV, 190, inciso II e 191-A, alínea "a" da Lei Estadual n. 5.810/1994; b). Deverão ser apurados possíveis pagamentos indevidos ao servidor, para que seja realizada a devolução espontânea à Administração Pública ou a cobrança judicial, caso necessária, na forma do Parecer Referencial n. 0013/2024-PGE/PA.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000149/2024

Ementa

Pelo exposto, deve ser recomendado ao Exmo. Sr. Governador do Estado que absolva a servidora N.M.S. (matrícula n. 54188518-2), diante da ausência de dolo e da inexistência de vedação legal expressa à conduta apurada à época do fato, não restando caracterizada a transgressão disciplinar prevista nos arts. 178, VII, e 190, XIV, da Lei Estadual n. 5.810/94.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000150/2024

Ementa

Por todo exposto, opino pelo acolhimento do relatório final, nos termos do art. 224, caput, do RJU, com a consequente absolvição dos servidores, diante da ausência de dolo e da inexistência de vedação legal expressa às condutas apuradas à época dos fatos, não restando caracterizadas as transgressões disciplinares previstas nos arts. 178, VII, e 190, XIV, da Lei Estadual n. 5.810/94.



PGE

Procuradoria
Consultiva

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000151/2024

Ementa

Pelo exposto, conclui-se pela absolvição do servidor, tendo em vista a não caracterização do abandono de cargo, pelo que deve ser acolhido o relatório final da comissão processante, nos termos do art. 214 da Lei Estadual n. 5.810/94.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000152/2024

Ementa

Por todo exposto, opino pela absolvição da servidora pública M.G.S.S.B.G. (Matrícula n. 6010695-2), diante da não caracterização das transgressões disciplinares previstas no art. 178, VII c/c o art. 190, XIV, da Lei Estadual n. 5.810/94.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000153/2024

Ementa

Por todo exposto, opino pela absolvição dos servidores G.T.S., matrícula n. 5889922-1, ocupante do cargo de Especialista em Educação Classe II, H.H.L.O., matrícula n. 57234178-1, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional e Educacional Classe B, H.A.S.R., matrícula n. 57217500-1, ocupante do cargo de Assistente de Gestão Governamental e I.V.G.S., matrícula n. 6308597-2, ocupante do cargo de Especialista em Educação Classe II, diante da não caracterização das transgressões disciplinares previstas no art. 178, VII c/c o art. 190, XIV, da Lei Estadual n. 5.810/94.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000154/2024

Ementa

Por todo exposto, opino pela absolvição do servidor público G.C.F. (Matrícula n. 5952128-1), diante da não caracterização das transgressões disciplinares previstas nos artigos 178, VII, e 190, XIV, da Lei Estadual n. 5.810/94.



FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000155/2024

Ementa

Por todo exposto, opino pela absolvição da servidora pública R.F.S.S.M., ocupante do cargo de Agente Administrativo, matrícula funcional n. 54194162/1, diante da não caracterização das transgressões disciplinares previstas nos artigos 178, VII, e 190, XIV, da Lei Estadual n. 5.810/94.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000156/2024

Ementa

Por todo exposto, opino pela absolvição da servidora pública E.M.T., ocupante do cargo de Agente Artes Práticas, matrícula funcional n. 726060/1, diante da não caracterização das transgressões disciplinares previstas nos artigos 178, VII, e 190, XIV, da Lei Estadual n. 5.810/94.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000157/2024

Ementa

Pelo exposto, conclui-se que: a). Deverá ser acatado o relatório conclusivo; b). Resta configurada a infração de abandono de cargo, conforme documentos probatórios coletados nos autos, presentes os elementos objetivo e subjetivo exigíveis para o tipo; c). Deve ser recomenda ao Exmo. Sr. Governador a demissão do servidor J.M.N.S., matrícula n. 55588914-1, ocupante do cargo de professor, lotado na SEDUC, diante da caracterização do abandono de cargo, nos termos dos artigos 177, incisos I e VI, 178, IV, 190, inciso II e 191-A, alínea "a" da Lei Estadual n. 5.810/1994; d). Deverão ser apurados possíveis pagamentos indevidos ao servidor, para que seja realizada a devolução espontânea à Administração Pública ou a cobrança judicial, caso necessária, na forma do Parecer Referencial n. 0013/2024-PGE/PA.



FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000158/2024

Ementa

Pelo exposto, conclui-se que: a). Deverá ser acatado o relatório conclusivo; b). Resta configurada a infração de acúmulo ilegal de cargos públicos, nos termos do art. 190, XII e 191 da Lei Estadual n. 5.810/1994; c). Deve ser recomenda ao Exmo. Sr. Governador a demissão do servidor J.M.G.M., matrícula n. 57191041-1, ocupante do cargo de assistente administrativo, lotado na SESPA, diante da caracterização do acúmulo ilegal; d). Deverão ser apurados possíveis pagamentos indevidos ao servidor, para que seja realizada a devolução espontânea à Administração Pública e não existindo o pagamento espontâneo, proceder com a inscrição em dívida ativa e cobrança via ação execução fiscal de crédito de natureza não tributária.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000159/2024

Ementa

Pelo exposto, conclui-se que: a). Deverá ser acatado o relatório conclusivo; b). Resta configurada a infração de abandono de cargo, conforme elementos probatórios coletados nos autos, presentes os elementos objetivo e subjetivo exigíveis para o tipo; c). Deve ser recomenda ao Exmo. Sr. Governador a demissão do servidor R.R.B., matrícula n. 57188327-1, ocupante do cargo de Fiscal Estadual Agropecuário, lotado na ADEPARÁ, diante da caracterização do abandono de cargo, nos termos dos artigos 177, incisos I e VI, 178, IV, 190, inciso II e 191-A, alínea "a" da Lei Estadual n. 5.810/1994; d). Deverão ser apurados possíveis pagamentos indevidos ao servidor, para que seja realizada a devolução espontânea à Administração Pública ou a cobrança judicial, caso necessária, na forma do Parecer Referencial n. 0013/2024-PGE/PA.



PGE

Procuradoria
Consultiva

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000160/2024

Ementa

Pelo exposto, conclui-se que: a). Não deverá ser acatado o relatório conclusivo, haja vista contrariar o RJU e o entendimento fixado no parecer ref. n. 0013/2024-PGE/PA, uma vez que o acusado foi indiciado em 04 de junho de 2024 e o pedido de exoneração somente foi apresentado em 24 de junho de 2024; b). Resta configurada a infração de abandono de cargo, conforme elementos probatórios coletados nos autos, presentes os elementos objetivo e subjetivo exigíveis para o tipo; c). Deve ser recomenda ao Exmo. Sr. Governador a demissão do servidor M.J.F.S., matrícula n. 57212198-1, ocupante do cargo de servente, lotado na SEDUC, diante da caracterização do abandono de cargo, nos termos dos artigos 177, incisos I e VI, 178, IV, 190, inciso II e 191-A, alínea "a" da Lei Estadual n. 5.810/1994; d). Deverão ser apurados possíveis pagamentos indevidos ao servidor, para que seja realizada a devolução espontânea à Administração Pública ou a cobrança judicial, caso necessária, na forma do Parecer Referencial n. 0013/2024-PGE/PA.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000161/2024

Ementa

Pelo exposto, conclui-se pela necessidade de declaração de nulidade parcial do presente PAD, a partir da fl. 195 do SAJ, convertendo-se o julgamento em diligências, para que seja reaberta a instrução probatória, sugerindo-se à nova Comissão que proceda à perícia médica do acusado nos termos do art. 216 do RJU, a fim de verificar a capacidade do servidor de responder a PAD.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000162/2024

Ementa

Por todo exposto, conclui-se que: a). Não deverá ser acatado o relatório conclusivo; b). Deve ser



recomendada ao Exmo. Governador do Estado a declaração de nulidade parcial do PAD, a partir da indicição (fls. 101-SAJ), para reabertura da instrução processual, nos termos do art. 225, caput, do RJU Estadual; c). Constituída a nova comissão, a apuração deve deliberar sob os aspectos descritos nestes Fundamentos de Julgamento, de modo a buscar a produção de provas inequívocas para responsabilização, ou não, dos acusados, em tudo observados rigorosamente os princípios e garantias processuais, legais e constitucionais.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000163/2024

Ementa

Pelo exposto, conclui-se pelo acolhimento da sugestão formulada pela comissão processante no Relatório Conclusivo, nos termos do art. 224 da Lei Estadual n. 5.810/946, considerando a insuficiência de provas da prática infracional imputada ao acusado, procedendo com a absolvição do mesmo e o consequente arquivamento do processo.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000164/2024

Ementa

Pelo exposto, conclui-se que: a). Deverá ser acatado o relatório conclusivo⁴; b). Resta configurada a infração de acúmulo ilegal de cargos públicos, nos termos do art.190, XII e 191 da Lei Estadual n. 5.810/1994; c). Deve ser recomendada ao Exmo. Sr. Governador a demissão da servidora M.S.G.S., matrícula n. 5896836-1, ocupante do cargo de servente, readaptada como auxiliar administrativo, lotada na SEDUC, diante da caracterização do acúmulo ilegal; d). Deverão ser apurados possíveis pagamentos indevidos à servidora, para que seja realizada a devolução espontânea à Administração Pública e não existindo o pagamento espontâneo, proceder com a inscrição em dívida ativa e cobrança



PGE

Procuradoria
Consultiva

via ação execução fiscal de crédito de natureza não tributária.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000165/2024

Ementa

Pelo exposto, conclui-se que: a). Não restou configurada a infração de acúmulo ilegal de cargos públicos; b). Deverá ser acatado o relatório conclusivo; c). Sugerimos que seja recomendada ao Exmo. Sr. Governador a absolvição da servidora J.B.M.; d). O INSS deverá ser comunicado, a fim de que adote as providências legais cabíveis.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000166/2024

Ementa

Pelo exposto, conclui-se que: a). Deverá ser acatado o relatório conclusivo; b). Resta configurada a infração de acúmulo ilegal de cargos públicos, nos termos do art.190, XII e 191 da Lei Estadual n. 5.810/1994; c). Deve ser recomendada ao Exmo. Sr. Governador a demissão da servidora C.G.S., matrícula n. 276367-1, diante da caracterização do acúmulo ilegal de cargos, nos termos dos arts. 178, I, e 190, XII, do RJU Estadual; d). Deverão ser apurados possíveis pagamentos indevidos à servidora, para que seja realizada a devolução espontânea à Administração Pública e não existindo o pagamento espontâneo, proceder com a inscrição em dívida ativa e cobrança via ação de execução fiscal de crédito de natureza não tributária.



2025

PARECER

PARECER 000001/2025

Ementa Exoneração e nomeação de membros. Conselho Estadual de Política de Promoção da Igualdade Racial (CONEPPIR). Análise jurídica.

PARECER 000002/2025

Ementa Sistema de Registro de Preços. Adesão a ata de registro de preços por órgão não participante (CARONA). Serviço de locação de veículos.

PARECER 000003/2025

Ementa Promoção por tempo de serviço. Oficial da polícia militar. Requisitos da Lei Estadual n. 8.388/2016. Análise jurídica.

PARECER 000004/2025

Ementa Cessão de uso de imóvel. Instrumento adequado. Prazo certo. Observância dos requisitos legais. Possibilidade jurídica.

PARECER 000007/2025

Ementa Minuta de decreto. Homologa a alteração do Regimento Interno da Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará (HEMOPA). Competência do Chefe do Poder Executivo.

PARECER 000008/2025

Ementa Alteração do Decreto Estadual n. 4.272/2024. Ministério Público do Estado do Pará (MPE/PA) na composição da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (CIEA). Solicitação do órgão ministerial. Interesse da Administração Pública. Ausência de imposição ilegítima ou contrariedade à decisão do STF na ADI n. 1.499/PA.



PARECER 000009/2025

Ementa Minuta de decreto. Alteração de membros do Comitê Estadual para a 30ª Conferência das Partes da Convenção-quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 30).

PARECER 000010/2025

Ementa Contrato de cessão de uso onerosa. Alteração subjetiva. Lei Federal n. 14.133/2021. Doutrina e jurisprudência. Previsões editalícias e contratuais. Vedações.

PARECER 000011/2025

Ementa Empregados públicos. Manutenção da relação de trabalho após aposentadoria. Advento da EC 103/2019. Não extinção automática do contrato de trabalho, *ex vi* do art. 6º da Emenda. Implemento de idade que deveria levar à aposentadoria compulsória, caso já não fossem aposentados. Necessidade de extinção do contrato de trabalho por força do alcance da idade limite. Procedimento cabível. Verbas devidas.

PARECER 000012/2025

Ementa Acordo de Cooperação Internacional. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). *University of Birmingham* (UOB). Programa ENGAGE Amazônia 2025. Alterações propostas. Complementação da análise orçamentária. Diligências.

PARECER 000013/2025

Ementa Minuta de decreto. Alteração do Decreto Estadual n. 1.017/2014, que ativa, denomina, determina a circunscrição, transforma, extingue e renumera órgãos de execução na estrutura organizacional da Polícia Militar do Pará (PM). Ativação do 38º e 43º Batalhões da Polícia Militar.

PARECER 000014/2025

Ementa Servidor público. Contratos temporários. Assistente em Educação – acompanhante especializado da Secretaria de Estado de Educação. Atuação junto a discentes portadores de deficiência. Prorrogação



excepcional dos contratos. Art. 2º-A, da Lei Complementar Estadual 7/1991.

PARECER 000015/2025

Ementa Minuta de decreto. Dispõe sobre a alteração do decreto Estadual n. 730. De 07 de maio de 2013. Composição da Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN).

PARECER 000016/2025

Ementa Pedido de reconsideração de ato. Soltura indevida de detento. Falta grave. Penalidade de suspensão de 60 dias. Indeferimento.

PARECER 000017/2025

Ementa FASEPA. Termo de adesão ao Sistema de Informação Para Infância e Adolescência – SIPIA. Análise jurídica.

PARECER 000019/2025

Ementa Polícia Civil do Estado do Pará. Vinculação vencimental entre o Policial civil com escolaridade de nível médio e o Delegado de Polícia Civil, classe inicial. Art. 67 da Lei Complementar Estadual n. 022/1994. Inconstitucionalidade. Dever de restauração da ordem jurídica a qualquer tempo. Procedimento de invalidação.

PARECER 000020/2025

Ementa Contrato administrativo. Retificação de erro material. Inexistência de alteração contratual. Modificação que pode ser realizada mediante apostila. Termo aditivo desnecessário, embora possível.

PARECER 000021/2025

Ementa Indicação. Proposta de alteração de Lei Estadual n. 8.230, de 2015. Redução dos interstícios para promoção de Praças. Iniciativa do Chefe do Poder Executivo. Conveniência administrativa.



PARECER 000022/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP). Agressão. Tortura. Ausência de provas. Absolvição. Arquivamento.

PARECER 000023/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). SEDUC. Dever de urbanidade. Referir-se de modo ofensivo a servidor público. Suspensão.

PARECER 000024/2025

Ementa Pensão especial. Servidor civil. Falecimento em decorrência de acidente de serviço. Beneficiário habilitado. Termo inicial para pagamento. Instrução processual incompleta.

PARECER 000027/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Importunação sexual. Assédio sexual. Prescrição penal. Majorante penal. Incontinência pública. Valimento. Ausência de provas. Repreensão. Prescrição da pretensão punitiva. Absolvição.

PARECER 000028/2025

Ementa Conselho Estadual de Segurança Pública (CONSEP). Resolução nº 489/2024 CONSEP. Aprovação do Relatório da Comissão Especial encarregada da eleição dos conselheiros representantes das entidades da sociedade civil organizada do Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (SIEDS) biênio 2025/2026. Homologação de Resolução. Decreto.

PARECER 000029/2025

Ementa Minuta de decreto. Institui o Sistema Setorial de Gestão Administrativa para o Clima no Estado do Pará.



PARECER 000030/2025

Ementa Aditivo. Contrato n. 001/2022-GVG. Prorrogação e reajuste. Análise jurídica.

PARECER 000031/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Ausência de prestação de contas. Verbas recebidas em virtude do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Prescrição quinquenal. Improbidade administrativa, lesão aos cofres públicos, valimento e desídia. Não comprovação. Absolução.

PARECER 000032/2025

Ementa Contrato administrativo. Contratação financiada com recursos de organismo financeiro internacional. Primazia das normas internacionais. Convivência com os Princípios Constitucionais da Administração Pública e demais princípios licitatórios dele decorrentes. Alteração contratual. Acréscimos e supressões de serviços. Impossibilidade de compensação. Contrato já acrescido em mais de 25% do valor originalmente contratado. Excepcionalidade da hipótese. Preenchimento cumulativo dos pressupostos firmados pelo TCU (Decisão n. 215/99).

PARECER 000033/2025

Ementa Minuta de decreto. Comitê Estadual de Desenvolvimento da Economia de Impacto Socioambiental (CEDISA). Estratégia Nacional de Economia de Impacto (ENIMPACTO). Diligências.

PARECER 000034/2025

Ementa Servidor militar. Bombeiro militar. Medalha Francisco Feliciano Barbosa “Dedicação do Estudo”. Art. 3º do Decreto 1.657/2005. Requisitos não preenchidos em sua totalidade. Teoria da perda de uma chance e legislação policial militar não aplicáveis.



PARECER 000035/2025

Ementa Servidor. Cargo em comissão. Exoneração. Verbas rescisórias. Faltas injustificadas por trinta dias ou fração superior a quatorze dias. Avos proporcionais de férias e décimo terceiro salário. Exclusão.

PARECER 000036/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar PAD. Secretaria de Estado de Educação (SEDUC). Ofensa física insuficiência de provas de autoria e materialidade. Absolvição.

PARECER 000037/2025

Ementa Contrato administrativo, pagamento após o prazo de vigência. Obrigação cumprida durante o período contratual. Despesa empenhada.

PARECER 000038/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Policial penal. Revelação de sigilo funcional. Valimento. Lesão aos cofres públicos e dilapidação do Patrimônio Estadual. Não configurado. Absolvição.

PARECER 000039/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Empregado público da Secretaria de Estado de Turismo, vinculado ao quadro suplementar em extinção, cedido para o município de Ananindeua. Revogação da cessão. Cumprimento de decisões judiciais. Faltas injustificadas. Ausência ao serviço. Apuração disciplinar. Observância do devido processo legal. Teoria dos motivos determinantes. Regime celetista. Inaplicabilidade das Normas estatutárias. Lei de Processo Administrativo. Rito do processo sancionador.

PARECER 000040/2025

Ementa Minuta de anteprojeto de Lei. Alteração das Leis Estaduais n. 9.256, de 13 de abril de 2021 e 9.901, de 3 de maio de 2023 Secretaria de Estado de Educação (SEDUC). Programa Estadual Creches por Todo Pará. Criação de cargos.



PARECER 000041/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Assédio sexual. Incontinência pública. Valimento. Descaracterização. Ofensa aos princípios éticos e morais. Comportamento inadequado. Falta grave. Suspensão. Prescrição da pretensão punitiva. Absolvição.

PARECER 000043/2025

Ementa SETUR e FCP. Competências. Demandas governamentais e emendas parlamentares. Turismo cultural e fomento à cultura. Marco regulatório de fomento à cultura. Aplicação no Estado do Pará.

PARECER 000044/2025

Ementa Parecer do órgão jurídico para operação de crédito do Estado do Pará. Manifestação conforme exigência do Manual para Instrução de Pleitos da Secretaria do Tesouro Nacional. Banco Santander/ITAÚ. Projeto de Implantação e Pavimentação da Rodovia Liberdade (1ª Etapa). Atendimento das condições.

PARECER 000045/2025

Ementa Contrato de aplicação de recursos não reembolsável. Corpo de Bombeiros Militar do Pará (CBMPA). Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Fundo Amazônia. Ações de prevenção e combate ao desmatamento.

PARECER 000046/2025

Ementa Resposta da SEAF. Concordância com o anteprojeto apresentado. Sugestão de alteração pontual. Recomendação para manter a redação originalmente aprovada nesta PGE/PA. Sugestão de encaminhamento à Casa Civil.

PARECER 000048/2025

Ementa Indicação. Projeto de Lei. Valorização e capacitação dos agentes de segurança pública do Estado do Pará. Iniciativa do Chefe do Poder Executivo.



PGE

Procuradoria
Consultiva

PARECER 000049/2025

Ementa Servidor público. Procurador-Geral do Estado. Missão oficial. Aquisição de passagem aérea. Interrupção de férias. Origem do bilhete aéreo em local diferente da sede. Ausência de vedação legal. Necessidade de submissão ao Conselho Superior da PGE.

PARECER 000050/2025

Ementa Minuta de decreto. Regulamentação do art. 5º da Lei Estadual nº 9.886/2023. Conselho Estadual de Política Indigenista (CONSEPI).

PARECER 000051/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Assédio sexual. Incontinência pública. Valimento. Ofensa aos princípios éticos e morais. Demissão.

PARECER 000052/2025

Ementa Rescisão amigável. Possibilidade.

PARECER 000053/2025

Ementa Contrato verbal. Nulidade declarada. Reconhecimento de dívida. Indenização. Forma de pagamento. Complemento ao Parecer Referencial n. 000010/2024.

PARECER 000055/2025

Ementa Minuta de decreto. Conselho Estadual de Segurança Pública. Homologação da Resolução nº 490/2024.

PARECER 000056/2025

Ementa Minuta de anteprojeto de Lei. Alteração da Lei n. 10.748, de 31 de outubro de 2024. Operação de crédito interno. Projeto de Implantação e Pavimentação da Avenida de Liberdade. Adequação ao MIP.



PARECER 000057/2025

Ementa Delegado da Polícia Civil. Mandato eleitoral. Contribuições previdenciárias. Responsabilidade para o recolhimento.

PARECER 000058/2025

Ementa Pensão especial. Servidor civil. Beneficiário habilitado. Termo inicial para pagamento. Instrução processual completa. Análise jurídica.

PARECER 000060/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Ex-servidora temporária. Prescrição administrativa. Incontinência pública. Valimento. Indícios de adoecimento mental e emocional. Necessidade de perícia psiquiátrica. Nulidade parcial.

PARECER 000062/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Secretaria de Estado de Educação (SEDUC). Assédio sexual. Insuficiência de provas. Absolvição. Indícios de adoecimento mental e emocional. Necessidade de realização de perícia ocupacional.

PARECER 000063/2025

Ementa EFD - Escrituração Fiscal Digital. Substituição de obrigações acessórias. Modernização tributária. Princípio da Eficiência Administrativa. Constitucionalidade.

PARECER 000064/2025

Ementa Requerimento de indicação. Anteprojeto de Lei. Instituição do Programa de Combate ao Racismo na Gravidez. Inexistência de competência privativa do Governador do Estado. Conveniência e Oportunidade para a deflagração do processo legislativo. Alteração da minuta para adequação às políticas públicas. Análise das instâncias decisórias.



PARECER 000065/2025

Ementa Autarquia universitária. Reitor e Vice-reitor. Participação em pleito eleitoral, com vistas à recondução. Afastamento. Substituição. Designação de pró-reitor pelo Reitor, observada escala de rodízio. Ratificação pelo Governador do Estado.

PARECER 000066/2025

Ementa Contrato de locação. Poder público locatário. Não obrigatoriedade legal de prova da propriedade do imóvel locado. Dever legal do locador de garantir o uso pacífico do imóvel locado. Documentos exigíveis do locador, relativamente à posse/propriedade do imóvel locado e à sua habilitação jurídica e regularidade fiscal, social e trabalhista.

PARECER 000067/2025

Ementa Servidor temporário. FGTS. Aplicação da tese. IRDR n.9. Ausência de trânsito em julgado. Entendimento da administração pública estadual.

PARECER 000068/2025

Ementa Contrato administrativo. Inexecução do objeto. Rescisão unilateral. Possibilidade. Procedimento de responsabilização. Decreto estadual n. 3.813, de 1º de abril de 2024.

PARECER 000069/2025

Ementa Minuta de decreto. Medalha de “bons serviços”.

PARECER 000070/2025

Ementa Servidor público. Licença para atividade classista. Contornos jurídicos. Professor em regime de 40h. Licença parcial de 20h. Possibilidade jurídica.

PARECER 000071/2025

Ementa Parecer do órgão jurídico para operação de crédito do Estado do Pará. Verificação complementar. Manifestação conforme exigência do Manual para Instrução de Pleitos da Secretaria do Tesouro Nacional. Caixa



Econômica Federal. Programa de Investimentos em infraestrutura, Saúde, Segurança Pública e Tecnologia. Atendimento das Condições.

PARECER 000072/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Improbidade e outros. Prescrição. Absolvição.

PARECER 000073/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Insubordinação grave em serviço. Prescrição.

PARECER 000074/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Desídia. Prescrição. Absolvição.

PARECER 000075/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Desídia. Prescrição. Absolvição.

PARECER 000077/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Improbidade administrativa. Valimento. Ausência de provas. Descaracterização das condutas. Repreensão. Prescrição da pretensão punitiva. Absolvição.

PARECER 000078/2025

Ementa Análise de minuta de aditivo contratual. Contrato de empréstimo internacional 18BR01. Estado do Pará e NDB - New Development Bank. Programa Municípios Sustentáveis. Quarto termo aditivo. Regularidade e legalidade das cláusulas aditadas.

PARECER 000079/2025

Ementa Conselho Estadual de Segurança Pública (CONSEP). Resolução n. 486/2024 - CONSEP. Aprovação do Relatório da Comissão Especial encarregada da eleição dos conselheiros representantes das entidades de classe dos órgãos



do Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (SIEDS) biênio 2025/2026. Homologação de Resolução. Decreto.

PARECER 000081/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Auxílio natalidade. Violação aos preceitos morais, éticos, às leis e regulamentos. Valimento. Improbidade administrativa. Lesão aos cofres públicos. Demissão. Absolvição. Análise jurídica.

PARECER 000082/2025

Ementa Servidor público estadual. Estágio probatório. Remoção a pedido. Motivo de saúde. Ausência de previsão legal. Concurso regionalizado. Doença preexistente. Análise jurídica.

PARECER 000083/2025

Ementa Contrato de aplicação de recursos não reembolsáveis. Corpo de Bombeiros Militar do Pará (CBMPA). Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Fundo Amazônia. Ações de prevenção e combate ao desmatamento decorrente de incêndios florestais e queimadas não autorizadas.

PARECER 000084/2025

Ementa Parecer do órgão jurídico para operação de crédito do Estado do Pará. Verificação complementar. Manifestação conforme exigência do Manual para Instrução de Pleitos da Secretaria do Tesouro Nacional. Caixa Econômica Federal. Programa de Investimentos em Infraestrutura, Saúde, Segurança Pública e Tecnologia. Atendimento das condições.

PARECER 000085/2025

Ementa Minuta de decreto. Homologação de resolução. Companhia de Ativos Ambientais e Participações do Estado do Pará (CAAP). Regulamento de pessoal. Remuneração. Análise orçamentária. Definição de competências. Assembleia geral. Diligências.



PARECER 000086/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Peculato. Furto. Crimes contra o patrimônio. Abuso de confiança. Ausência de materialidade de autoria. Absolvição.

PARECER 000087/2025

Ementa Exoneração e nomeação de membros do Conselho Estadual de Cultura do Pará. Possibilidade. Análise jurídica.

PARECER 000088/2025

Ementa ADEPARÁ. Lei Estadual n. 7.782/2014. Prêmio produtividade. Vantagem própria dos servidores ocupantes de cargos públicos do quadro da entidade. Inviabilidade jurídica de pagamento da vantagem a Procuradora Autárquica e Fundacional integrante do quadro suplementar único da Procuradoria-Geral do Estado.

PARECER 000089/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Assédio sexual. Incontinência pública. Valimento. Ofensa aos princípios éticos e morais. Demissão.

PARECER 000090/2025

Ementa Minuta de decreto. Feriados e pontos facultativos do ano de 2025. Organização e Funcionamento da Administração Estadual.

PARECER 000091/2025

Ementa Procuradora Autárquica. Quadro suplementar vinculado à Procuradoria-Geral do Estado do Pará. Prêmio de produtividade ADEPARÁ. Vantagem restrita aos servidores efetivos e comissionados do quadro da Agência.

PARECER 000092/2025

Ementa Nomeação de membros do Conselho Estadual de Cooperativismo (CECOOP). Análise jurídica.



PARECER 000093/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Improbidade e outros. Prescrição.

PARECER 000094/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Improbidade e outros. Prescrição.

PARECER 000095/2025

Ementa Minuta de decreto. Alteração do Decreto Estadual n. 4.676/2001. Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS). Atualização da classificação fiscal do produto "álcool em gel" para adequação ao código NCM mais recente, conforme solução de consulta COSIT/RFB. Regularidade da minuta.

PARECER 000098/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Secretaria de Estado de Educação (SEDUC). Assédio sexual. Incontinência pública. Inobservância de princípios éticos e morais. Comportamento inadequado. Falta grave. Suspensão. Dosimetria.

PARECER 000099/2025

Ementa Processo administrativo disciplinar. Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP). Desobediência às ordens superiores. Infração leve. Repreensão prescrita. Absolvição.

PARECER 000100/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Servidor público. Divulgação de informações em redes sociais. Infração disciplinar. Prescrição. Absolvição.

PARECER 000101/2025

Ementa Doação de bens inservíveis. OSCIP. Análise jurídica.



PARECER 000103/2025

Ementa Minuta de decreto. Alteração do Decreto Estadual n. 4.676/2001. Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS). Adequação do regulamento à Lei Estadual n. 6.182/98, com alterações da Lei n. 9.389/2021.

PARECER 000104/2025

Ementa Anteprojeto de Lei. Alteração da Lei n. 5.530 de 13 de janeiro de 1989. ICMS. Transferências entre estabelecimentos do mesmo titular. Restabelecimento do § 5º do art. 12 da Lei complementar n. 87/96. Equiparação opcional a operações tributadas. Necessidade de adequação da legislação estadual às normas gerais. Ausência de impedimentos de ordem constitucional ou infraconstitucional.

PARECER 000105/2025

Ementa Nomeação de membros do Conselho Estadual de Saúde (CES/PA). Biênio 2024/2026. Análise jurídica.

PARECER 000106/2025

Ementa Nomeação de membros do Comitê Estadual para a 30ª Conferência das partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 30). Análise jurídica.

PARECER 000107/2025

Ementa Contrato administrativo. Aquisição de copos descartáveis. Ata de registro de preços da SEPLAD. PGE partícipe.

PARECER 000108/2025

Ementa Minuta de decreto. Comitê Gestor da Escola Estadual da Socioeducação, vinculada à Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (FASEPA). Análise jurídica.



PARECER 000109/2025

Ementa Parceria público privada. Lei Federal n. 13.019/2014, art. 33, v, “a”. Exceção à exigência do prazo 2 (dois) anos de cadastro ativo no CNPJ. Prazo inferior. Inexistência de outra organização. Ato específico do Estado.

PARECER 000110/2025

Ementa Minuta de decreto. Alteração do Decreto estadual n. 4.676/2001. Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS). Internalização do Convênio ICMS n. 03/2018. Benefício fiscal para pesquisa e exploração de petróleo e gás natural. Aderência ao convênio. Constitucionalidade e legalidade da minuta.

PARECER 000111/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP). Nulidade. Reabertura da instrução. Dever de investigação da comissão processante.

PARECER 000112/2025

Ementa Pregão eletrônico. Serviço de outsourcing de impressão. Julgamento das propostas. Desclassificação de licitante. Recurso. Análise jurídica para subsidiar decisão da autoridade superior (art. 168, parágrafo único, da Lei n. 14.133/2021).

PARECER 000114/2025

Ementa Reversão de imóvel doado pelo município de Parauapebas ao Estado do Pará. Descumprimento da finalidade. Possibilidade.

PARECER 000118/2025

Ementa Contrato administrativo. Lei n. 8666/93. Minuta do quarto termo aditivo. Reajuste. Minuta do termo de rescisão amigável. Análise jurídica.



PARECER 000119/2025

Ementa Direito administrativo. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Importunação sexual. Ausência de provas suficientes. Insuficiência probatória. Nulidade parcial. Reabertura da instrução processual.

PARECER 000121/2025

Ementa Minuta de decreto. Instituição do Plano Estratégico de Transformação Digital (PETD). Criação do Comitê Gestor do Plano Estratégico de Transformação Digital (CGPETD). Revogação do Decreto estadual n. 4.342/2024. Controladoria-Geral do Estado do Pará (CGE/PA).

PARECER 000122/2025

Ementa Alteração do decreto estadual n. 1.555, de 10 de maio de 2021. Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação do Estado do Pará. Análise jurídica.

PARECER 000127/2025

Ementa Contratação pública. Inexigibilidade de licitação. art. 74, III, C, da Lei Federal 14.133/2021. Serviços técnicos especializados de consultoria.

PARECER 000128/2025

Ementa Cooperação técnica não reembolsável. Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal (CAL). BID. Organismo Internacional. Ausência de transferências financeiras. Análise jurídica.

PARECER 000129/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Ofensa física e ameaça. Insuficiência de provas de autoria e materialidade. Absolvição.

PARECER 000131/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Procedimento desidioso. Não caracterização. Suspensão. Prescrição. Absolvição.



PARECER 000134/2025

Ementa Contrato de cessão de uso de espaço público. Alteração subjetiva. Empresa do mesmo grupo econômico. Possibilidade jurídica. Cautelas.

PARECER 000135/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Falecimento de servidor público no curso do procedimento. Arquivamento.

PARECER 000136/2025

Ementa SESPA. Processo de invalidação de ato administrativo. Pedido de reconsideração de decisão em recurso hierárquico. Não cabimento.

PARECER 000137/2025

Ementa Companhia de Ativos Ambientais e Participações do Pará S.A (CAAPP). Hipóteses de vedação para indicação ao Conselho de Administração. Órgão regulador. Servidor efetivo ocupante de cargo em comissão. Análise jurídica.

PARECER 000138/2025

Ementa Minuta de edital. Processo seletivo simplificado para estagiário de nível superior. Procuradoria-Geral do Estado do Pará. Análise jurídica.

PARECER 000139/2025

Ementa Minuta de decreto. Alteração do Decreto estadual n. 2.121/2018 e do Decreto estadual n. 3.371/2023.

PARECER 000140/2025

Ementa Servidor público. Viagem internacional a serviço. Comitativa acompanhando o Exmo. Governador do estado ao exterior. Pagamento de diárias. Utilização dos valores atualizados, constantes do anexo I do Decreto estadual 3.792/2024, com redação conferida pelo Decreto estadual 4.025/2024.



PARECER 000141/2025

Ementa Parecer do órgão jurídico para operação de crédito do Estado do Pará. Manifestação conforme exigência do Manual para Instrução de Pleitos da Secretaria do Tesouro Nacional. Sindicato dos bancos Santander/Itaú. Projeto de implantação da Avenida Liberdade, compreendendo o trecho entre a Avenida Perimetral, às proximidades da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), em Belém, passando pelo município de Ananindeua, até o entroncamento com a rodovia da Alça Viária (PA-483; PA-150), em Marituba, totalizando aproximadamente 13,6 km de extensão. Atendimento das condições.

PARECER 000142/2025

Ementa Veículos com registro de furto/roubo. Remoção. Procedimento Adequado. Competências do Departamento de Trânsito do Estado do Pará DETRAN/PA e da Polícia Civil do Estado do Pará (PCPA). Providências para alienação, via leilão, de veículos recolhidos há vários anos.

PARECER 000144/2025

Ementa Nomeação e recondução de membros para o Conselho de Administração da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará EMATER. Análise jurídica.

PARECER 000145/2025

Ementa Exoneração e nomeação de membros para o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Difusos (CEDDD). Lei complementar n. 23/1994. Análise jurídica.

PARECER 000146/2025

Ementa Anteprojeto de Lei. Dia Estadual da Bombeira Militar.

PARECER 000147/2025

Ementa Fundo de Assistência Social da Polícia Militar do Estado do Pará (FAZ/PMPA). Assistência à habitação. Alienação onerosa de bem público (terreno) para construção de unidades habitacionais destinadas, preferencialmente, a militares estaduais. Suposto descumprimento de



obrigações contratuais. Procedimento sancionatório. Providências necessárias antes da tomada de decisão.

PARECER 000148/2025

Ementa PAD. Inserção de dados falsos e lançamento indevido de plantões. Corrupção e peculato. Demissão e destituição de servidores temporários e comissionados. Necessidade de ressarcimento ao erário. Encaminhamento ao MP.

PARECER 000149/2025

Ementa Contrato de prestação de serviços de vigilância e segurança patrimonial. Inexecução contratual. Aplicação da penalidade. Registro no SICAF. Recurso administrativo. Conhecimento. Não provimento.

PARECER 000150/2025

Ementa Servidor estatutário não estável. HEMOPA. Averbação de tempo de serviço celetista no exército. Aposentadoria e ATS.

PARECER 000151/2025

Ementa Programa Pará profissional. Bolsistas. Pagamento de diárias. Colaborador eventual. Necessidade de preenchimento dos requisitos. Análise jurídica.

PARECER 000152/2025

Ementa Convênio de Cooperação Técnica e Científica. Projeto de mestrado profissional executado pela Universidade Federal do Estado. Termo aditivo. Prorrogação do prazo de vigência. Remanejamento financeiro entre rubricas. Troca de coordenação do projeto. Viabilidade jurídica.

PARECER 000153/2025

Ementa Polícia Civil do Estado do Pará. Atuação da corregedora-geral. Apuração disciplinar fora do exercício da função. Interpretação da Lei Federal n. 14.735/2023. Ausência de incompatibilidade com os preceitos da Lei Complementar n. 022/1994.



PARECER 000154/2025

Ementa Exoneração e nomeação de membros do Conselho Estadual de Meio Ambiente do Pará (COEMA). Possibilidade.

PARECER 000155/2025

Ementa Nomeação de membros para o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação do Estado do Pará (CASCS FUNDEB-PA). Análise jurídica.

PARECER 000156/2025

Ementa Recondução e nomeação de membros. Conselho Fiscal do Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará (IGEPPS).

PARECER 000157/2025

Ementa Exoneração e nomeação de membros do Conselho Estadual de Cultura do Pará. Possibilidade. Análise jurídica.

PARECER 000158/2025

Ementa Minuta de decreto. Regulamentação do art. 3º, inciso VII, da Lei Estadual n. 9.888/2023. Reestruturação da Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo (COETRAE).

PARECER 000159/2025

Ementa Programa “Escola que Transforma”. Bonificação por resultados. Pagamento a servidores integrantes do quadro de pessoal de outros órgãos ou entidades do Estado, regularmente lotados para exercício de suas funções na SECTET, no ano de apuração da vantagem pecuniária. Termo de Execução Descentralizada.



PARECER 000160/2025

Ementa Contrato administrativo. Adesão à ata de Registro de Preços (ARP) do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo (CREA-ES), regida pela Lei n. 14.133/2021. Possibilidade jurídica.

PARECER 000161/2025

Ementa Minuta de edital. Processo seletivo simplificado para Programa de Estágio em Pós-graduação. Procuradoria-Geral do Estado do Pará. Análise jurídica.

PARECER 000162/2025

Ementa Pregão eletrônico. Julgamento das propostas. Recurso. Licitante recorrente ofertou preço bem superior ao do licitante vencedor. Análise jurídica.

PARECER 000163/2025

Ementa SEAF. Projetos de promoção da agricultura familiar e comunidades tradicionais. Recursos da SEMAS. Conversão das multas simples. Execução indireta. Recursos do FAO. Possibilidades.

PARECER 000164/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Policial penal. Disparo de arma de fogo contra detento. Legítima defesa não configurada. Agravamento da pena. Demissão.

PARECER 000165/2025

Ementa Conselho de Justificação. Infrações disciplinares. Ofensa ao sentimento do dever, ao pundonor policial militar e ao decore de classe. Hipótese do art. 129, inciso I, alínea "C", da Lei Estadual n. 6.833/2006. Acolhimento do relatório da comissão.

PARECER 000166/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). SEAP. Procedimento desidioso. Não configurado. Pena de repreensão prescrita. Absolução.



PARECER 000167/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP). Violação aos princípios éticos, morais às leis e regulamentos. Exercício pessoal das atribuições. Representação contra irregularidades. Suspensão. Prescrição. Absolvição.

PARECER 000168/2025

Ementa Anteprojeto de Lei. Alteração da Lei Estadual n. 10.258/2023.

PARECER 000169/2025

Ementa Minuta de decreto. Medidas administrativas a serem adotadas com vistas a garantir o abastecimento de pescado no mercado interno. Semana santa.

PARECER 000170/2025

Ementa Exoneração e nomeação de membro para o Conselho Estadual de Educação (CEE). Análise jurídica. Possibilidade.

PARECER 000171/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Inobservância aos princípios éticos, morais, às leis e regulamentos. Inassiduidade. Suspensão. Desídia. Valimento. Inocorrência. Absolvição.

PARECER 000172/2025

Ementa Prontuário médico. Encaminhamento à autoridade policial ou ao Ministério Público sem respaldo em decisão judicial. Dado considerado sensível pela Lei Geral de Proteção de Dados. Proteção da intimidade. Sigilo que se impõe. Necessária observância do Código de Ética Médica. Matéria em reserva de jurisdição. Não recomendação.

PARECER 000173/2025

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Ausência de prestação de contas. *Bis in idem*. Perda do objeto. Arquivamento.



PARECER 000174/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Prescrição do direito de punir. Absolvição. Arquivamento. Apuração de responsabilidades.

PARECER 000175/2025

Ementa Servidor público. Ação de improbidade administrativa. Afastamento cautelar, por sentença, até o trânsito em julgado. Decisão de improcedência da ação transitada em julgado. Retorno à atividade. Verificação da existência de eventual medida cautelar em vigor impeditiva do exercício do cargo público.

PARECER 000176/2025

Ementa Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável Amazônia legal (CAL). Contrato administrativo. Serviço contínuo. Dispensa em razão do valor. Prorrogação de vigência. Reajuste contratual. Termo aditivo.

PARECER 000177/2025

Ementa Universidade do Estado do Pará (UEPA). Carreira do magistério superior. Regime de trabalho Tempo Integral com Dedicação Exclusiva (TIDE). Vencimento-base majorado, integrante da base de cálculo da contribuição previdenciária.

Parecer 000178/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Improbidade e outros. Prescrição.

PARECER 000179/2025

Ementa Exoneração e nomeação de membros para o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Difusos (CEDDD). Lei complementar n. 23/1994. Análise jurídica.

PARECER 000180/2025

Ementa Policial militar. Reforma administrativa disciplinar. Pedido de revisão. Ausência de exaurimento dos recursos administrativos legalmente



previstos. Prescrição. Fato novo. Sentença penal absolutória. Fundamentos da decisão judicial. Incomunicabilidade entre as instâncias. Não conhecimento.

PARECER 000181/2025

Ementa Contrato administrativo. Fundo de Assistência Social da Polícia Militar do Pará – FASPM. Venda de imóvel público para fins de construção de conjunto habitacional para militares em Marabá. Análise quanto à possível mora do adquirente. Necessidade de reabertura de apuração.

PARECER 000182/2025

Ementa Alteração do decreto. Substituição de representante da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social. Comitê Estadual para a 30ª Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas (COP30).

PARECER 000183/2025

Ementa Minuta de decreto. Nomeação de membros. Comitê Gestor da Escola Estadual da Socioeducação, vinculada à Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (FASEPA). Análise jurídica.

PARECER 000184/2025

Ementa Conselho Estadual de Segurança Pública CONSEP. Nomeação de conselheiros. Biênio 2025-2026. Instrução do processo. Comprovação de atendimento dos requisitos do art. 4º, §2º, da Lei Estadual n. 7.584/2011.

PARECER 000185/2025

Ementa Minuta de decreto. Exoneração e nomeação de membros. Conselho Estadual de Política de Promoção da Igualdade Racial (CONEPPIR).

PARECER 000186/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Polícia Civil do Estado do Pará (PCPA). Violação ao devido processo legal. Cerceamento de defesa. Nulidade parcial.



PARECER 000187/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP). Violação aos princípios éticos, morais às leis e regulamentos. Repreensão. Prescrição. Absolução.

PARECER 000188/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Servidor público. Prescrição. Lei penal.

PARECER 000189/2025

Ementa Minuta de decreto. Regulamentação da Lei Estadual n. 6.936/2006. Reestruturação do Conselho de Juventude do Estado do Pará (COJUEPA). Alterações no texto. Remessa dos autos à Secretaria de origem para análise e manifestação.

PARECER 000190/2025

Ementa Aposentadoria. Acumulação das gratificações de Magistério e Educação Especial. Análise jurídica.

PARECER 000191/2025

Ementa Exoneração e nomeação de membros do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA/PA). Análise jurídica.

PARECER 000192/2025

Ementa Recondução e nomeação de membros. Tribunal Administrativo de Recursos Fazendários (TARF). Análise jurídica.

PARECER 000193/2025

Ementa Polícia civil. Pedido revisional. Prescrição. Inexistência de fato novo apto a modificar a pena. Indeferimento.

PARECER 000195/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Conduta escandalosa, na repartição. Não comprovação. Violação aos deveres de urbanidade e



discrição. Princípios éticos e morais. Ofensa a servidor público. Penalidade de suspensão. Competência do dirigente da entidade fundacional.

PARECER 000194/2025

Ementa Servidor demitido após Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Pedido de concessão retroativa de aposentadoria. Direito adquirido. Entendimento jurisprudencial. Impossibilidade jurídica.

PARECER 000196/2025

Ementa Recurso de reconsideração. Pedido de revisão. Exclusão de candidata aprovada em concurso público para curso de formação de soldados da PM. Não conhecimento. Ausência de previsão legal.

PARECER 000198/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Lesão aos cofres públicos. Improbidade administrativa. Prescrição. Absolução.

PARECER 000199/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Ausência de prestação de contas. Verbas oriundas de diárias. Prescrição quinquenal. Arquivamento.

PARECER 000200/2025

Ementa Pedido de reconsideração. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Demissão. Intempestividade. Indeferimento.

PARECER 000201/2025

Ementa Contrato administrativo. Terceiro termo aditivo. Prorrogação contratual.

PARECER 000202/2025

Ementa Direito tributário. Imposto de renda retido na fonte. Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE). Lei n. 14.148/2021. Fornecimento de material de consumo. Não enquadramento. Necessidade



de retenção do IRRF. Interpretação restritiva de benefícios fiscais. Princípio da especificidade.

PARECER 000204/2025

Ementa Parecer do órgão jurídico para operação de crédito do Estado do Pará. Manifestação conforme exigência do Manual para Instrução de Pleitos da Secretaria do Tesouro Nacional. Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Projeto de Ampliação e Modernização da infraestrutura e da Oferta Educacional para Garantia do Direito de Aprender no Pará (Educação por todo o Pará). Atendimento das condições.

PARECER 000205/2025

Ementa FASPMMA. Alienação onerosa de imóvel público. Inexecução contratual. Processo administrativo. Rescisão. Decisão motivada. Retomada do bem.

PARECER 000206/2025

Ementa FASPMMA. Alienação onerosa de imóvel público. Inexecução contratual. Processo administrativo. Rescisão. Decisão motivada. Retomada do bem.

PARECER 000207/2025

Ementa Servidores não titulares de cargo efetivo. Pensão por morte pelo Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Requisitos legais. Óbito do segurado. Marco temporal para sua implementação. Diretrizes acerca do art. 98-A da Lei complementar estadual n. 039/2002 e da ADI 7198/PA.

PARECER 000208/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Insubordinação grave em serviço. Procedimento desidioso. Prescrição quinquenal administrativa. Referir-se, de modo ofensivo, a servidor público, a administrado e a ato da administração. Crime de injúria racial. Prescrição penal. Demissão.

PARECER 000209/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Crime de lesão corporal de natureza grave. Conversão do julgamento em diligências. Nulidade parcial.



PARECER 000210/2025

Ementa Contrato de locação. Poder público locatário. Majoração da taxa condominial. Alteração contratual. Termo aditivo.

PARECER 000211/2025

Ementa Licitação. Pregão. Revogação. Cabimento por motivo de conveniência e oportunidade. Anulação parcial do certame. Cabível quando existir vício sanável no procedimento. Anulação parcial como solução do caso concreto.

PARECER 000212/2025

Ementa Proposta de decreto. Regulamentação da Lei Estadual n. 10.838, de 26 de dezembro de 2024, que autoriza a concessão de subvenção econômica ao setor aéreo no Estado do Pará.

PARECER 000213/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). SEDUC. Incidência da prescrição administrativa. Absolvição. Arquivamento.

PARECER 000214/2025

Ementa Projeto de Lei autorizadora de operação de crédito. “Programa de Investimentos em Infraestrutura, Saneamento, Saúde, Desenvolvimento Urbano, Cultura, Esporte e Lazer do Estado do Pará” e “Projeto de fortalecimento do Fundo de Desenvolvimento Econômico do Estado do Pará (FDE)”.

PARECER 000215/2025

Ementa Servidor público. Licença-gala. União estável. Evolução jurisprudencial. Possibilidade.

PARECER 000216/2025

Ementa Recondução de membros para o conselho de administração da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER). Análise jurídica.



PARECER 000217/2025

Ementa Decreto estadual n. 3.302, de 2023. Transferências voluntárias. Exigência de comprovação da regularidade fiscal e previdenciária do conveniente a cada liberação de parcela do convênio. Possibilidade de alteração do decreto estadual. Paralelismo nas normas federais. Momento da caracterização a transferência. Assinatura do convênio.

PARECER 000218/2025

Ementa Exoneração e nomeação de membros para o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa (CEDPI-PA). Análise jurídica.

PARECER 000219/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Ausência de prestação de contas. Improbidade administrativa, lesão aos cofres públicos, valimento e procedimento desidioso. Não comprovação. Aprovação posterior das contas. Absolvição.

PARECER 000220/2025

Ementa Contrato administrativo. Prorrogação. art. 57, II, da Lei federal n. 8.666/1993.

PARECER 000221/2025

Ementa Procuradoria-Geral do Estado. Programa de Estágio de Pós-graduação. Pagamento de despesas com deslocamento e hospedagem do estagiário de pós-graduação, no estrito interesse do serviço, pelo Fundo Especial da Procuradoria-Geral do Estado (FUNPGE). Possibilidade jurídica.

PARECER 000222/2025

Ementa Alienação de terras públicas. Processo de convalidação. Impossibilidade de análise da situação atual pela PGE. Competência do ITERPA. Presunção de legitimidade do ato administrativo. Mérito da convalidação. Competência privativa da Assembleia Legislativa do Estado do Pará. Remessa ao Poder Legislativo.



PARECER 000223/2025

Ementa Exoneração e nomeação de membros para o Conselho Estadual das Cidades CONCIDADES/ PA. Possibilidade. Análise jurídica.

PARECER 000224/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Incontinência pública. Estupro. Prescrição penal. Inobservância do devido processo legal. Declaração de nulidade parcial.

PARECER 000225/2025

Ementa Serviço de energia elétrica. Rescisão unilateral do contrato.

PARECER 000226/2025

Ementa Minuta de decreto. Alteração do Decreto estadual n. 4.400/2024. Microrregião de Água e Esgoto do Pará (MRAE). Política de Promoção da Modicidade Tarifária e Incentivo à Adesão de Usuários.

PARECER 000227/2025

Ementa Servidor público. Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR). Magistério Público Estadual. Tempo de efetivo exercício de magistério. Enquadramento funcional.

PARECER 000229/2025

Ementa Pedido de reconsideração. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Demissão. Indeferimento.

PARECER 000230/2025

Ementa Rescisão unilateral. Saldo insuficiente. Possibilidade. Efeitos. Adequação da rescisão amigável. Necessidade de anuência do contratado e autorização da autoridade competente nesta PGE.

PARECER 000231/2025

Ementa Minuta de decreto. Alteração do Decreto Estadual n. 3.792, de 22 de março de 2024. Concessão de diárias. Bolsistas. Instrutores e coordenadores. Programa Pará Profissional.



PARECER 000232/2025

Ementa Carta n. CBR 457/2025. Contrato de empréstimo n. 5435/OCBR. Estado do Pará e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Projeto de Desenvolvimento de Saneamento do Pará (PRODESAN Pará). Serviços de publicação.

PARECER 000233/2025

Ementa Minuta de decreto. Convocação da 5ª Conferência Estadual de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora do Pará.

PARECER 000234/2025

Ementa Minuta de decreto. Alteração do Decreto Estadual n. 1.795/2021. Lei Estadual n. 9.260/2021. Transação resolutiva de litígio relativo à cobrança de créditos da Fazenda Pública, de natureza tributária ou não tributária. Internalização do Convênio ICMS nº 210/2023.

PARECER 000235/2025

Ementa Minuta de decreto. Benefício fiscal. Regime especial específico. Diferimento. Constitucionalidade da minuta.

PARECER 000236/2025

Ementa Anteprojeto de Lei. Alteração da Lei Estadual n. 7.591/2011. Taxa de Fiscalização de Recursos Minerários (TRFM).

PARECER 000237/2025

Ementa Procuradoria-Geral do Estado. Política de Gestão Documental. Tabela de Temporalidade da Área Jurídica. Processos judiciais e consultivos. Digitalização dos documentos. Eliminação e guarda permanente. Aprovação do titular do órgão.

PARECER 000239/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Assédio sexual. Prescrição penal. Majorante penal. Incontinência pública. Valimento. Conversão do distrato em demissão.



PARECER 000241/2025

Ementa Minuta de decreto. V Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial. Análise jurídica.

PARECER 000242/2025

Ementa Anteprojeto de Lei. Estabelece normas para a responsabilidade na gestão ambiental no Estado do Pará. Vinculação de receita pública. Possibilidade mediante alteração de lei específica. Retorno do processo ao órgão interessado.

PARECER 000243/2025

Ementa Organização Social. Qualificação como ato de competência do Governador do Estado, com efeitos em todo âmbito estadual. Contrato de gestão. Celebração com Secretaria de Estado que não participou do processo de qualificação. Possibilidade. Necessidade de correspondência entre as atividades da Secretaria, o objeto social da Organização Social e as atividades aprovadas no ato de qualificação.

PARECER 000244/2025

Ementa Licitação. Dispensa emergencial. art. 75, VIII, Lei Federal 14.133/2021. Contratação de empresa para a realização de eventos envolvendo a prestação de diversos serviços para consulta prévia, livre e informada dos povos indígenas sobre o projeto de Lei da política estadual da educação escolar indígena. Interesse público.

PARECER 000246/2025

Ementa Averbação de tempo de serviço. Cargos em comissão. Período de acumulação. Dever de apurar. Período exercido como Agente Político. Averbação.

PARECER 000247/2025

Ementa Policial militar. Demissão a pedido. Aprovação em concurso público para cargo civil. Viabilidade jurídica.

PARECER 000248/2025

Ementa Recondução para o cargo de ouvidor do Instituto de Terras do Pará - ITERPA. Análise jurídica.



PARECER 000249/2025

Ementa Exoneração e nomeação de membros do Conselho Estadual da Diversidade Sexual (CEDS). Análise jurídica.

PARECER 000250/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Policial penal. Violação ao dever de urbanidade. Conduta escandalosa. Disparo de arma de fogo em via pública. Legítima defesa não configurada. Demissão.

PARECER 000251/2025

Ementa Convênio entre o Estado e Entidade Pública Federal. Interveniência de entidade privada sem fins lucrativos (Fundação de Apoio). Contrapartida em bens e serviços. Previsão da Lei n. 10.657, de 15 de julho de 2024 (LDO para 2025) em descompasso com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

PARECER 000252/2025

Ementa Administrativo. Cessão de uso. Imóvel Estadual. Município de Marituba. Implantação de Unidade Básica de Saúde. Lei Estadual n. 6.614/2004. Interesse público evidenciado. Requisitos legais atendidos. Possibilidade jurídica.

PARECER 000253/2025

Ementa Minuta de decreto. Homologação do Plano Estadual para Adaptação à Mudança do Clima e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária (Plano ABC+ PA). Criação do Grupo Gestor Estadual (CGE).

PARECER 000254/2025

Ementa Aditivo contratual. Prorrogação de vigência. Telefonia móvel e *smarthphones*. Serviço contínuo.

PARECER 000255/2025

Ementa Minuta de decreto. Regulamentação da cota de proteção ambiental. Lei Estadual n. 6.745, de 6 de maio de 2005. Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (IDEFLOR-BIO).



PARECER 000256/2025

Ementa Minuta de decreto. Altera dispositivo do Decreto Estadual n. 3.140/2023, que regulamenta o Diário Oficial Eletrônico da SEFA. Viabilidade.

PARECER 000257/2025

Ementa Exoneração e nomeação de membros do Conselho Estadual de Saúde (CES/PA). Biênio 2025/2027. Análise jurídica.

PARECER 000258/2025

Ementa Minuta. Termo de cooperação técnica. PGE/PA e UFPA. Elaboração de vocabulário controlado: Tesauro da PGE/PA. Análise jurídica.

PARECER 000259/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Furto de bem público. Peculato. Doença mental incapacitante. Impossibilidade de realização de perícia psiquiátrica. Prova da doença mental contemporânea aos fatos por atestado médico particular. Excepcionalidade justificada. Absolução.

PARECER 000261/2025

Ementa Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS). Companhia de Ativos Ambientais e Participações do Pará S.A. (CAAPP). Contrato de compra de reduções e emissões – *Emission Reduction Purchase Agreement* (ERPA). Análise quanto à adequação do instrumento à Lei Federal 15.042/2024 (Lei do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases do Efeito Estufa).

PARECER 000262/2025

Ementa Contrato administrativo. Ata de Registro de Preços da SEPLAD. Órgão partícipe. Dedetização.

PARECER 000263/2025

Ementa Minuta de decreto. Alteração do Decreto Estadual n. 795, de 29 de maio de 2000. Cessão de Especialistas em Educação. Possibilidade. Cessão de contratados temporariamente ou terceirizados. Impossibilidade jurídica. Acordo de Cooperação com os entes municipais.



PARECER 000264/2025

Ementa Contrato nº 025/2024-PGE. Fornecimento de garrações de água mineral. Inexecução contratual. Processo administrativo apuratório e sancionatório. Lei n. 10.520/2002. Lei Estadual n. 8.972/2020. Julgamento.

PARECER 000265/2025

Ementa Polícia Militar do Estado do Pará (PMPA). Promoção de Oficiais do dia 21 de abril de 2025. Antiguidade e merecimento.

PARECER 000266/2025

Ementa Cumprimento de decisão judicial. Trânsito em julgado de processo criminal. Perda do cargo público. Exoneração de ofício.

PARECER 000267/2025

Ementa Minuta de decreto. Convocação da VI Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa do Estado do Pará, Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda (SEASTER).

PARECER 000268/2025

Ementa SEPI. Pará 2000. Termo de Colaboração. Inexigibilidade de Chamamento Público. Adequações na minuta e no Plano de Trabalho.

PARECER 000269/2025

Ementa Servidor público efetivo investido em cargo em comissão. Remuneração acima do Teto Constitucional. Aplicação do Redutor Constitucional. Exclusão da representação do cargo em comissão da base de cálculo da contribuição previdenciária. Opção pela inclusão da parcela (art. 86, § 2º, da Lei complementar estadual n. 039/2002).

PARECER 000270/2025

Ementa Rescisão amigável. Possibilidade.

PARECER 000271/2025

Ementa Anteprojeto de Lei. Dispõe sobre a constituição do Fundo de Saúde da Polícia Militar do Pará (FUNSAU).



PARECER 000272/2025

Ementa Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP). Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Violência doméstica contra a mulher. Ausência de provas. Absolvição.

PARECER 000273/2025

Ementa Estagiário. Recesso remunerado não usufruído. Decreto estadual n. 1.941/2017. Cálculo.

PARECER 000275/2025

Ementa Exoneração e nomeação de membros. Conselho Estadual de Política de Promoção da Igualdade Racial (CONEPPIR). Análise jurídica.

PARECER 000276/2025

Ementa Bombeiros militares. Promoção de Oficiais do dia 21 de abril de 2025. Critérios de antiguidade e merecimento. Minuta de decreto.

PARECER 000277/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Servidor público. Assédio sexual. Violação aos preceitos morais, éticos, às leis e regulamentos. Valimento. Improbidade administrativa. *In dubio pro reo*. Absolvição.

PARECER 000278/2025

Ementa ISS – Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza. Não incidência sobre a locação de bens móveis. Desnecessidade de emissão de nota fiscal diante da ausência de Lei municipal. Imposto de renda retido na fonte e Simples Nacional. Descabimento.

PARECER 000279/2025

Ementa Exoneração e nomeação de membros. Conselho Estadual de Trânsito. Possibilidade.

PARECER 000281/2025

Ementa Polícia militar. Ingresso em cargo militar por meio de concurso público. Declaração falsa na fase de investigação social. Possível nulidade do ato que considerou o candidato apto a prosseguir no certame, e



consequentemente dos atos de investidura no cargo. Necessidade de apuração em sede de processo administrativo.

PARECER 000282/2025

Ementa Anteprojeto de Lei complementar. Alteração da Lei complementar estadual n. 22/1994. Criação de cargos de provimento em comissão. Estruturação da 16ª Região de Integração de Segurança Pública Carajás.

PARECER 000283/2025

Ementa Contrato administrativo. Falha no projeto básico. Estudo do solo inconsistente. Alteração contratual. Acréscimos e supressões. Nova ultrapassagem do limite legal de 25%. Excepcionalidade. Requisitos do Acórdão n. 215/1999-Plenário TCU. Termo aditivo. Apuração de responsabilidades.

PARECER 000285/2025

Ementa Enfermagem. Jornada de trabalho. Plantão. RJU.

PARECER 000286/2025

Ementa Militar estadual. Processo Administrativo Disciplinar Simplificado (PADS). Licenciamento a bem da disciplina. Decisão judicial que reconheceu ofensa ao devido processo legal. Instauração de Conselho de Disciplina. Prescrição.

PARECER 000287/2025

Ementa Concurso público. Desistência de candidato e pedido de reclassificação previamente à nomeação. Desnecessidade de realização do ato de nomeação. Procedimento a ser adotado.

PARECER 000288/2025

Ementa Policial militar estadual. Promoção em ressarcimento de preterição. Possibilidade de deferimento. Requisitos legais reconhecidos pela Comissão de Promoção de Oficiais (CPO).



Parecer 000289/2025

Ementa Contrato. Prestação de serviço de fornecimento de energia elétrica. Rescisão por insuficiência de saldo financeiro. Faturas em aberto. Possibilidade de pagamento do débito da Administração mediante indenização.

Parecer 000290/2025

Ementa Protocolo de Intenções. Estado do Pará e Rock Word. Competência da Secretaria de Estado de Cultura. Estipulações amplas. Análise de conveniência e oportunidade. Possibilidade de renunciar receitas decorrentes de taxas. Necessidade de Lei conferindo isenção.

Parecer 000291/2025

Ementa Exoneração e nomeação de membro do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável. Análise jurídica.

Parecer 000292/2025

Ementa Exoneração e nomeação de membro do Conselho Estadual de Cultura do Pará. Possibilidade. Análise jurídica.

PARECER 000293/2025

Ementa Nomeação de membro para o Conselho Estadual de Educação (CEE). Análise jurídica. Possibilidade.

PARECER 000294/2025

Ementa Exoneração e nomeação de membro. Conselho Estadual de Saúde - CES/PA. Biênio 2025/2027. Análise jurídica.

PARECER 000295/2025

Ementa Processo penal. Prisão em flagrante. Autoridades. Imunidade formal. Uso de algemas. Súmula Vinculante 11. Aplicação analógica art. 234 Código Processual Penal Militar. Orientações quanto aos procedimentos adotados pela Polícia Militar.



PARECER 000297/2025

Ementa Pensão especial. Servidor civil. Falecimento em decorrência de COVID-19. Ausência de nexo de causalidade. Acidente de serviço não configurado. Acúmulo de cargos. Revisão do Parecer n. 024/2025. Análise jurídica.

PARECER 000298/2025

Ementa Empregados terceirizados. Pagamento de diárias como Colaborador Eventual. Decreto estadual n. 3.792, de 22 de março de 2024. Inviabilidade jurídica. Inclusão de cláusula contratual prevendo o pagamento de diárias pelo empregador.

PARECER 000299/2025

Ementa Administrativo. Cessão e subcessão de uso. PRODEPA. Instalação de Estações de Transmissão de Radiocomunicação (ETR). Expansão da cobertura de telefonia celular 4G e 5G. COP-30. Regime de urgência. Lei Estadual n. 6.614/2004. Imóveis de domínio estadual e federal. Interesse público evidenciado. Possibilidade jurídica parcial. Atendimento dos requisitos legais para imóveis estaduais. Necessidade de autorização expressa dos entes federais cedentes nos casos de imóveis da União e da CDP.

PARECER 000300/2025

Ementa Ressarcimento ao erário. Benefício previdenciário. Pagamento indevido. Servidor falecido. Ilícito civil. Prazo prescricional. Cinco anos. Obrigação de comunicação do óbito.

PARECER 000301/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). SEDUC. Valimento do cargo público. Improbidade administrativa. Recebimento de remuneração sem a devida contraprestação laboral. Enriquecimento ilícito. Prescrição da pretensão punitiva estatal. Absolvição. Ressarcimento ao erário.

PARECER 000302/2025

Ementa Detran. Criação de Juntas Administrativas de Recursos de Infrações (JARI). Homologação do Regimento Interno das JARI. Atestado de disponibilidade orçamentária. Deliberação das autoridades. Ajustes na minuta. Avaliação do DETRAN/PA.



PARECER 000303/2025

Ementa Alteração do Decreto estadual n. 4.361, de 2 de dezembro de 2024. Convocação da 7ª Conferência Estadual das Cidades do Estado do Pará. Alteração do cronograma.

PARECER 000304/2025

Ementa Exoneração. Destituição e nomeação. Designação de membros do Conselho Gestor e Conselho Fiscal da Fundação de Apoio para o Desenvolvimento da Educação Paraense (FADEP). Possibilidade.

PARECER 000305/2025

Ementa Servidor público. Certidão de tempo de serviço. Ausência de documentos comprobatórios. Justificação administrativa ou judicial. Regularização funcional.

PARECER 000307/2025

Ementa Anteprojeto de Lei Complementar. Proposta de alteração da Lei Complementar Estadual n. 022/1994. Inclusão do artigo 47- A. Reserva de 30% (trinta por cento) das vagas em concursos públicos para o cargo de Delegado de polícia civil para servidores públicos estáveis da polícia civil do Estado do Pará. Impossibilidade.

PARECER 000308/2025

Ementa Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (PEAPO). Projeto de indicação n. 50/19. Parecer favorável da PGE. Anuência da Secretaria de Estado da Agricultura Familiar (SEAF). Anteprojeto de Lei apto ao encaminhamento ao Governador para regular processamento perante a Assembleia Legislativa.

PARECER 000309/2025

Ementa PAD. Tentativa de homicídio. Uso arma de fogo funcional. Efeitos da sentença. Apuração administrativa. Legítima defesa. Falta residual. Ausência. Absolvição.

PARECER 000311/2025

Ementa Emendas parlamentares. ADPF 854/DF. Requisitos de transparência e rastreabilidade. Aplicação às Emendas Parlamentares Estaduais. Diretrizes da Instrução Normativa Conjunta CGE/SEFA/SEPLAD n. 001, de 08 de abril



de 2025 e da Lei Complementar Federal n. 210, de 25 de novembro de 2024.

PARECER 000312/2025

Ementa Anteprojeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Exercício financeiro de 2026.

PARECER 000313/2025

Ementa Decreto 877/2008. Imposição de que o pagamento de contratos administrativos que tenham como objeto a prestação de serviços ou o fornecimento de bens seja feito em conta do BANPARÁ. Instrumentos de fomento à cultura. Possibilidade de afastamento da aplicação do decreto.

PARECER 000314/2025

Ementa Cargo exclusivamente comissionado. Gratificação de Escolaridade. Legislação. Entendimentos doutrinários e jurisprudenciais.

PARECER 000316/2025

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Fundo rotativo. Irregularidades na prestação de contas. Pendências solucionadas. Infrações não configuradas. Absolução.

PARECER 000317/2025

Ementa Contrato administrativo. Lei n. 8666/93. Minuta do quarto termo aditivo. Prorrogação e reajuste. Análise jurídica.

PARECER 000318/2025

Ementa Anteprojeto de Lei. Altera o anexo único da Lei estadual n. 10.027 de 1º de setembro de 2023, que dispõe sobre o reajuste do vencimento base dos cargos de provimento efetivo do quadro de pessoal administrativo da Polícia Civil.

PARECER 000319/2025

Ementa Minuta de decreto. Institui a Comissão *Estadual para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) no âmbito do Poder Executivo* do Estado do Pará. Competência do Poder Executivo.



PGE

Procuradoria
Consultiva

PARECER REFERENCIAL

PARECER REFERENCIAL 000001/2025

Ementa Parecer referencial. Instrumentos de cooperação: Termo de Cooperação Técnica previsto no Decreto estadual n. 3.302/2023, Memorando de Entendimento (*Memorandum of Understanding* - “MOU”) e Protocolo de Intenções.

PARECER SIMPLIFICADO

PARECER SIMPLIFICADO 000001/2025

Ementa Pensão especial militar. Parecer Referencial n. 003/2022 - PGE. Policial morto por consequência da atividade policial militar. Instrução processual completa. Cabimento. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000002/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar Simplificado – abandono de cargo – regularidade processual – aplicação de penalidade de demissão – ressarcimento ao erário.

PARECER SIMPLIFICADO 000004/2025

Ementa PADS. Abandono de cargo. Reabertura da instrução probatória. Insuficiência de provas para julgamento pelo Chefe do Executivo. Suprimento das omissões pela comissão processante.

PARECER SIMPLIFICADO 000005/2025

Ementa Conselho de Justificação. Instauração. Competência. Crime de lavagem de capital e organização criminosa. Art. 129, inciso I, alíneas “A” e “C”, da Lei Estadual n. 6.833/2006. Requisitos.

PARECER SIMPLIFICADO 000006/2025

Ementa Conselho de Justificação. Instauração. Competência. Crime de usurpação de bens da União. Crime de organização



PGE

Procuradoria
Consultiva

criminosa. Hipótese do art. 129, inciso I, alíneas “A” e “C”, da Lei Estadual n. 6.833/2006.

PARECER SIMPLIFICADO 000007/2025

Ementa Servidor público. Tempo de serviço. Autarquia municipal. Averbação. Parecer Referencial nº 000003/2024-PGE.

PARECER SIMPLIFICADO 000008/2025

Ementa Inexigibilidade de licitação. Contratação de profissional de educação física. Capacitação. Saúde física e mental.

PARECER SIMPLIFICADO 000011/2025

Ementa Qualificação de organização social. Instituto Nacional de Tecnologia e Saúde (INTS). Lei estadual n. 5.980, de 19 de julho de 1996. Decreto estadual n. 21/2019. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000012/2025

Ementa Servidor público. Tempo de serviço prestado em exercício de cargo público de natureza comissionada. Averbação. Parecer referencial n. 3/2024.

PARECER SIMPLIFICADO 000013/2025

Ementa Servidor público. Tempo de serviço anterior como servidor exclusivamente comissionado junto à Procuradoria-Geral do Estado. Averbação.

PARECER SIMPLIFICADO 000014/2025

Ementa Parecer simplificado. Averbação de tempo de serviço. Cargo em comissão. Análise sob a ótica do Parecer referencial n. 03/2024.

PARECER SIMPLIFICADO 000015/2025

Ementa Licitação. Pregão. Aquisição de relógio de ponto biométrico. Fase preparatória.



PARECER SIMPLIFICADO 000016/2025

Ementa Averbação de tempo de serviço. Conselhos profissionais. Premissas estabelecidas no PR n. 003/2024.

PARECER SIMPLIFICADO 000017/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar Simplificado (PADS). Acumulação de cargos públicos. Cargo de provimento em comissão de chefe de unidade mista. Emprego privado de enfermeiro em Organização Social. Exoneração do cargo de provimento em comissão. Absolvição.

PARECER SIMPLIFICADO 000018/2025

Ementa Servidor público. Tempo de serviço anterior prestado sob vínculo exclusivamente comissionado junto ao Ministério Público do Estado do Pará (MPPA). Averbação. Aposentadoria, Adicional por Tempo de Serviço (ATS) e Licença-Prêmio (LP).

PARECER SIMPLIFICADO 000019/2025

Ementa Contratação direta. Serviço de energia elétrica. Inexigibilidade. Art. 74, I da Lei n. 14.133/2021.

PARECER SIMPLIFICADO 000020/2025

Ementa Servidor público. Tempo de serviço anterior prestado sob vínculos temporário e exclusivamente comissionado. Averbação. Aposentadoria e Adicional por Tempo de Serviço (ATS).

PARECER SIMPLIFICADO 000021/2025

Ementa Contratação direta. Serviço de energia elétrica. Inexigibilidade. art. 74, I da Lei n. 14.133/2021.



PARECER SIMPLIFICADO 000022/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar Simplificado (PADS). Abandono de cargo e inassiduidade habitual. Faltas graves. Demissão.

PARECER SIMPLIFICADO 000023/2025

Ementa Pensão especial militar. Parecer referencial PGE n. 003/2022. Instrução processual completa. Cabimento.

PARECER SIMPLIFICADO 000024/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar Simplificado (PADS). Abandono de cargo. Não configurado. Absolvção.

PARECER SIMPLIFICADO 000025/2025

Ementa Pensão especial militar. Parecer Referencial n. 003/2022 PGE. Instrução processual completa. Cabimento. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000026/2025

Ementa Conselho de Justificação. Instauração. Art. 129, inciso I, alínea "A", da Lei Estadual n. 6.833/2006. Decreto.

PARECER SIMPLIFICADO 000027/2025

Ementa Pensão especial militar. Parecer referencial n. 003/2022 - PGE. Falecimento em decorrência de acidente em serviço. Atividade policial militar. Instrução processual completa. Cabimento. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000029/2025

Ementa Servidor público. Tempo de serviço. Secretaria Estadual. Averbação. Parecer referencial n. 000003/2024-PGE. LCF n. 173/2020.



PGE

Procuradoria
Consultiva

PARECER SIMPLIFICADO 000030/2025

Ementa Servidor público. Tempo de serviço anterior prestado sob vínculo efetivo junto a outro órgão do Poder Executivo Estadual. Averbação. Aposentadoria, Adicional por Tempo de Serviço (ATS) e Licença-Prêmio (LP). Órgão da segurança pública. Lei complementar federal nº 191/2022.

PARECER SIMPLIFICADO 000031/2025

Ementa Contrato administrativo. Serviço contínuo. Prorrogação de vigência. Lei n. 8.666/93. Termo aditivo.

PARECER SIMPLIFICADO 000033/2025

Ementa Licitação. Dispensa. Art. 75, XV, Lei Federal 14.133/2021. Contratação do CIEE. Pareceres Referenciais n. 02/2023 e 05/2023.

PARECER SIMPLIFICADO 000034/2025

Ementa Contratação do CIEE. Estagiários de pós-graduação. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 000035/2025

Ementa Servidor público. Tempo de serviço. Secretaria Estadual. Averbação. Parecer Referencial n. 000003/2024-PGE.

PARECER SIMPLIFICADO 000036/2025

Ementa CAL. MOU. Organismo Internacional. Parecer Referencial nº 000001/2025-PGE.

PARECER SIMPLIFICADO 000037/2025

Ementa Servidor público. Tempo de serviço. Prefeitura municipal. Averbação. Parecer Referencial n. 000003/2024-PGE. LCF n. 173/2020.



MANIFESTAÇÃO

MANIFESTAÇÃO 000001/2025

Ementa Minuta de decreto. Regulamentação do art. 5º da Lei Estadual n. 9.886/2023. Conselho Estadual de Política Indigenista (CONSEPI).

MANIFESTAÇÃO 000002/2025

Ementa Minuta de decreto. Homologação de resolução. Companhia de Ativos Ambientais e Participações do Estado do Pará (CAAP). Regulamento de pessoal.

MANIFESTAÇÃO 000003/2025

Ementa Minuta de decreto. Alteração do anexo único Decreto Estadual n. 4.157, de 30 de agosto de 2024. Estatuto social Companhia de Ativos Ambientais e Participações do Pará S.A. (CAAPP). Análise após as recomendações do Parecer PGE 000113/2025.

MANIFESTAÇÃO 000004/2025

Ementa Informações sobre riscos fiscais para o Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2026.

NOTA TÉCNICA

NOTA TÉCNICA 000001/2025

Ementa Consórcio de Desenvolvimento Interestadual da Amazônia Legal – CAL. Acordo de Cooperação Técnica. Crise de segurança pública. Cooperação entre os Estados.

NOTA TÉCNICA 000002/2025

Ementa Fundo Nacional de Segurança Pública. Habilitação do Estado ao recebimento do repasse de recursos. Requisito relacionado à existência de critérios para promoção e progressão funcional de peritos, policiais civis e militares e bombeiros militares estaduais. Portaria MJSP n. 737, de 23 de agosto de 2024.



NOTA TÉCNICA 000003/2025

Ementa Marco regulatório de fomento à cultura – Lei federal 14.903/2024. Aplicação pelo Estado do Pará. Necessidade de opção expressa nesse sentido e de regulamentação a nível estadual. Conceito de ações de fomento à cultura.

NOTA TÉCNICA 000004/2025

Ementa Programa Pará profissional. SECTET. Relação precária entre Bolsista e Estado. Análise quanto à possibilidade de suspensão da bolsa no período de afastamento do bolsista por razões de saúde. Hipóteses de suspensão e de cancelamento.

NOTA TÉCNICA 000006/2025

Ementa Corpo de Bombeiros Militar. Grupamento localizado no Aeroporto de Marabá. Concessão do aeroporto. Cobrança superveniente de aluguel pelo uso da área, pela concessionária. Margem de negociação.

NOTA TÉCNICA 000007/2025

Ementa Nota técnica. Repetição de indébito. ICMS-ST. Diferença entre base de cálculo presumida e base de cálculo real. Forma de apuração. Alteração após manifestação preliminar.

NOTA TÉCNICA 000008/2025

Ementa Parcerias da Administração com Organizações da Sociedade Civil (OSC). Transferência de recursos financeiros. Dever de prestar contas. Medidas administrativas internas. Tomada de contas especial. Vias de ressarcimento ao erário.

NOTA TÉCNICA 000009/2025

Ementa Projeto de Lei. Normas de concessão e utilização do Cordão de Girassol como símbolo de identificação das pessoas com deficiências ocultas. Iniciativa parlamentar. Ausência de vício formal ou material. Sanção ou veto.



NOTA TÉCNICA 000010/2025

Ementa Projeto de Lei. Programa de Proteção à Policial Civil, Policial Militar e Bombeira Militar gestantes e lactantes.

NOTA TÉCNICA 000011/2025

Ementa Projeto de Lei n. 126/24. Dispõe sobre a inclusão nas corridas de rua, das categorias específicas para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 000012/2025

Ementa Bens públicos. Gestão do uso. Exploração econômica por particulares. Direitos à denominação (*naming ritghs*). Outorga onerosa. Contornos Jurídicos.

NOTA TÉCNICA 000013/2025

Ementa Projeto de Lei. Política Estadual de Proteção ao Líder Comunitário. Prazo para regulamentação pelo Poder Executivo. Fundamentos para veto parcial. Princípio da separação dos poderes.

NOTA TÉCNICA 000014/2025

Ementa Projeto de Lei. Agendamento e cancelamento telefônico e online, de consultas, exames e procedimentos médicos nas Unidades de Saúde do Estado para pacientes idosos e pessoas com deficiência. Iniciativa parlamentar. Ausência de vício formal ou material. Sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 000015/2025

Ementa Projeto de Lei. Dispõe sobre as diretrizes para a Política de Atenção Integral à Saúde das Pessoas com Diagnóstico de Doença Renal Crônica no Estado do Pará. Sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 000016/2025

Ementa Projeto de Lei. Controle da reprodução de cães e gatos de rua. Fundamentos para sanção ou veto.



NOTA TÉCNICA 000018/2025

Ementa Projeto de Lei n. 552/23. Altera a Lei Estadual n. 8.914, de 14 de novembro de 2019, que institui a Política de Diagnóstico e Tratamento da Depressão nas Redes Públicas e Privadas de Saúde. Sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 000019/2025

Ementa Projeto de Lei. Dispõe sobre o pagamento de aparelhos de monitoramento eletrônico pelos presos, apenados e/ou sentenciados. Iniciativa parlamentar. Sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 000020/2025

Ementa Unidade de Recuperação da Vegetação Nativa. Unidade de Recuperação Triunfo do Xingu (URTX). Concessão florestal. Aplicação subsidiária das Leis n. 8.987/95 e 11.079/2004. Oferta de garantia pública. Operação de crédito contingente com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Viabilidade jurídica, em tese. Necessária aprovação pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

NOTA TÉCNICA 000021/2025

Ementa Projeto de Lei. Política de Criação e Incentivo ao Cicloturismo. Fundamentos para sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 000022/2025

Ementa Projeto de Lei. Dispõe sobre proibições de práticas abusivas praticadas pelas instituições financeiras, correspondentes bancários e sociedades de arrendamento mercantil em face de consumidores idosos, aposentados e pensionistas. Iniciativa parlamentar. Sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 000025/2025

Ementa Projeto de Lei. Garante direito a atendimento psicossocial prioritário na Rede Estadual de Saúde às mães que se dedicam integralmente



PGE

Procuradoria
Consultiva

ao cuidado de filhos com transtorno do espectro autista, no Estado do Pará.

NOTA TÉCNICA 000026/2025

Ementa Sistema de Registro de Preços. Prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços. Possibilidade de renovação de quantitativos. Lei Federal n. 14.133/2021. Decreto estadual n. 3.371/2023. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 000027/2025

Ementa COSANPA. Contrato de financiamento celebrado entre Estado do Pará e Caixa Econômica Federal. Financiamento das obras do Sistema de Esgotamento Sanitário de Alter do Chão, no Distrito de Santarém. Decisão judicial que determinou a paralisação das obras. Intenção de extinção do contrato de financiamento. Resilição cabível.

NOTA TÉCNICA 000028/2025

Ementa Projeto de Lei. Campanha Água mais Vida.

NOTA TÉCNICA 000029/2025

Ementa Projeto de Lei que dispõe sobre a abertura de shows musicais em locais com capacidade superior a 3.000 (três mil) espectadores. Músicos, cantores ou conjuntos musicais do Estado do Pará. Iniciativa parlamentar. Sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 000031/2025

Ementa Projeto de Lei. Dispõe sobre a criação da notificação compulsória do uso de álcool e outras drogas por crianças e adolescentes. Iniciativa parlamentar. Sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 000032/2025

Ementa Projeto de Lei n. 312/22. "Institui, no âmbito do Estado do Pará, o Programa Estadual sem prazo de validade, que compreende a implementação de Banco de Empregos Interinstitucional voltado a pessoas a partir dos 50 anos de idade". Sanção ou veto.



NOTA TÉCNICA 000033/2025

Ementa Projeto de Lei n. 202/21. “Cria o selo Empresa Amiga da Juventude, no âmbito do Estado do Pará.” Sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 000034/2025

Ementa Projeto de Lei. Institui, no âmbito do Estado do Pará, o Agosto Laranja e o Dia 30 de agosto como o Dia Estadual e a Semana Estadual de Esclarecimento e Conscientização sobre a Esclerose Múltipla. Iniciativa parlamentar. Sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 000035/2025

Ementa Projeto de Lei. Dispõe sobre Política Estadual de Valorização e Garantia dos Direitos dos Profissionais de Coleta de Resíduos e Limpeza Urbana. Constitucionalidade formal e material. Iniciativa parlamentar. Emenda supressiva que sanou potencial vício de constitucionalidade. Conformidade com diretrizes constitucionais de proteção à saúde e ao meio ambiente. Recomendação pela sanção.

NOTA TÉCNICA 000036/2025

Ementa Projeto de Lei. Dispõe sobre as formas de congelamento e armazenamento do açaí para a comercialização no Estado do Pará, estabelecendo normas para o uso de câmaras frias e/ou *freezers* por batedores artesanais. Iniciativa parlamentar. Sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 000039/2025

Ementa Projeto de Lei. Política de incentivo ao uso da bicicleta no Estado do Pará.

NOTA TÉCNICA 000041/2025

Ementa Minuta de projeto de Lei que altera a Lei n. 7.591/2011. Taxa de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários. Alteração da base de cálculo. Modificações durante o processo legislativo.



PGE

Procuradoria
Consultiva

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000001/2025

Ementa

Pelo exposto, conclui-se que: a). Deverá ser acatada a sugestão contida no relatório conclusivo, haja vista a conformidade com o RJU⁷ e com o entendimento fixado no parecer ref. N. 0013/2024-PGE/PA; b) Resta configurada a infração de abandono de cargo, conforme elementos probatórios coletados nos autos, presentes os elementos objetivo e subjetivo exigíveis para o tipo; c). Deve ser recomenda ao Exmo. Sr. Governador a demissão da servidora acusada, diante da caracterização do abandono de cargo, nos termos dos artigos 177, incisos I e VI, 178, IV, 190, inciso II e 191-A, alínea "a" da Lei Estadual n. 5.810/1994; d). Deverão ser apurados possíveis pagamentos indevidos à servidora, para que seja realizada a devolução espontânea à Administração Pública ou a cobrança judicial, caso necessária, na forma do Parecer Referencial n. 0013/2024-PGE/PA.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000002/2025

Ementa

Pelo exposto, conclui-se que: a). Não deverá ser acatado o relatório conclusivo; b). Recomendamos a nulidade total do PAD instaurado pela Portaria n. 501/2023 SECULT, de 28 de agosto de 2023, publicada no Diário Oficial do Estado n. 35.526, de 31 de agosto de 2023, haja vista a presença de falhas jurídicas, configuradoras de ofensas a princípios jurídicos e normas, conforme declinado no item 2.2 destes fundamentos, bem como pela não adoção do rito sumário (PADS), o qual tornou-se obrigatório, no âmbito da Administração Estadual, com a entrada em vigor da Lei n. 9.230/2021, em 25/05/2021; c). Os autos devem retornar à SECULT para constituir nova comissão processante, oportunidade em que deverá ser apurado o



PGE

Procuradoria
Consultiva

abandono, através de PADS, pelo rito sumário, com fundamento nos artigos 191, § 3º a 12º, 191-A do RJU e demais dispositivos pertinentes, observadas todas as fases ali descritas, resguardados, outrossim, os princípios constitucionais e legais aplicáveis ao processo disciplinar.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000003/2025

Ementa

Pelo exposto, conclui-se que: a). Está prescrito o PADS instaurado em face do SD PM Genário Dantas da Silva, por meio da Portaria n. 002/2015/PADS-Cor CPR VII, de 13 de agosto de 2015, publicado em Boletim Geral nº 120, em 20 de agosto de 2015; b). Tendo o referido ex-servidor cometido crime com pena superior a dois anos, com reflexos em sua vida funcional, deverá ser submetido a Julgamento pelo TJPA, para efeito de perda do posto, por meio do procedimento específico previsto no art. 125, §4º, da CRFB/88; c).

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000004/2025

Ementa

Pelo exposto, conclui-se pelo acolhimento da sugestão formulada pela comissão processante no Relatório Conclusivo, nos termos do art. 224 da Lei Estadual n. 5.810/94, considerando a insuficiência de provas da prática infracional imputada ao acusado, procedendo-se com a absolvição do mesmo e o consequente arquivamento do processo.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000005/2025

Ementa

Pelo exposto, conclui-se: a). Deve ser acolhido o relatório final da comissão processante, nos termos do art. 214 da Lei Estadual n. 5.810/94; b). O pedido de exoneração deverá ser acatado, pois interposto antes do indiciamento; c) Deve ser recomendada ao Exmo. Sr. Governador a absolvição do servidor; d).



PGE

Procuradoria
Consultiva

Deverão ser apurados eventuais valores indevidamente recebidos no período de afastamento não remunerado.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000006/2025

Ementa

Pelo exposto, conclui-se pela nulidade parcial do PAD, a partir do relatório final (fls. 182 a 190-SAJ), com fulcro no art. 225 da Lei Estadual n. 5.810/945, para que sejam providenciadas as orientações dispostas nesta manifestação jurídica. À consideração superior.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000007/2025

Ementa

Pelo exposto, sugere-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado, que ABSOLVA o servidor W.B.M.B. (matrícula nº 950149) das infrações que lhe foram imputadas, diante da prescrição da pena de suspensão e da não configuração de violação de dever funcional passível de demissão pela Administração, de acordo com o relatório exarado pela Comissão Processante, nos termos do art. 224 da Lei Estadual nº 5.810/94.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000008/2025

Ementa

Pelo exposto, recomenda-se: a) O acolhimento da sugestão formulada no Relatório Final, no sentido de ABSOLVER a servidora M.J.C.F. (matrícula nº 5345340-3) das transgressões a ela imputadas, com o consequente arquivamento do processo; b) Instauração de processo administrativo disciplinar em face de N.J.S.P. e J.M.S. para apurar os indícios de autoria perante as irregularidades funcionais detectadas no presente PAD.



FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000009/2025

Ementa

Pelo exposto, é possível concluir: a) regular procedimento do processo administrativo disciplinar; b) pelo acolhimento do relatório final da comissão processante; c) resta caracterizada a violação ao art. 177, II, III, IV e VI, art. 178, XI, e art. 190, V, da Lei estadual n. 5.810/1994, com aplicação subsidiária do art. 74, incisos IX, XXIII, XXX, XXXI, XXXII, XXXIV, XXXVIII, XXXIX e XLIII, e do art. 81, incisos V, VI, VII, XIII e XIV, da Lei complementar estadual n. 22/1994, a ensejar o acolhimento do relatório conclusivo, mediante a aplicação da penalidade de demissão ao servidor F.J.F.S. (matrícula n. 5954384).

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000010/2025

Ementa

Pelo exposto, conclui-se que: a) Deverá ser acatado o relatório conclusivo²; b) Resta configurada a infração de abandono de cargo, conforme elementos probatórios coletados nos autos, presentes os elementos objetivo e subjetivo exigíveis para o tipo; c) Deve ser recomendada ao Exmo. Sr. Governador a demissão da servidora A.S.P., matrícula nº 54189393-1, ocupante do cargo de agente de artes práticas, lotada na FHSCMPA, diante da caracterização do abandono de cargo, nos termos dos artigos 177, incisos I e VI, 178, IV, 190, inciso II e 191-A, alínea "a" da Lei Estadual nº 5.810/1994; d) Deverão ser apurados possíveis pagamentos indevidos à servidora, para que seja realizada a devolução espontânea à Administração Pública ou a cobrança judicial, caso necessária, na forma do Parecer Referencial nº 0013/2024-PGE/PA3.



FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000011/2025

Ementa

Pelo exposto, conclui-se que: a) Deverá ser acatado o relatório conclusivo; b) Resta configurada a infração de abandono de cargo, conforme elementos probatórios coletados nos autos, presentes os elementos objetivo e subjetivo exigíveis para o tipo; c) Deve ser recomendada ao Exmo. Sr. Governador a demissão da servidora A.M.M.V., matrícula n. 5855241-2, ocupante do cargo de Técnica de Enfermagem, lotada na FHSCMPA, diante da caracterização do abandono de cargo, nos termos dos artigos 177, incisos I e VI, 178, IV, 190, inciso II e 191-A, alínea "a" da Lei Estadual n. 5.810/1994; d) Deverão ser apurados possíveis pagamentos indevidos à servidora, para que seja realizada a devolução espontânea à Administração Pública ou a cobrança judicial, caso necessária, na forma do Parecer Referencial n. 0013/2024-PGE/PA.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000012/2025

Ementa

Pelo exposto, conclui-se que:
a) não incidência da prescrição em relação à inassiduidade habitual; b) regular procedimento do PADS, nos termos do art. 191-A, da Lei Estadual n. 5.810/94; c) restou caracterizada a infração disciplinar, por violação ao art. 190, Inciso III, da Lei Estadual n. 5.810/94, a ensejar a aplicação da penalidade demissória pelo Chefe do Poder Executivo Estadual; d) deverão ser apurados possíveis pagamentos indevidos à servidora, para que seja realizada a devolução espontânea à Administração Pública ou a cobrança judicial, caso necessária, na forma do Parecer Referencial n. 0013/2024-PGE/PA.



PGE

Procuradoria
Consultiva

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000013/2025

Ementa

Pelo exposto, conclui-se: a) verificada a incidência da prescrição do direito de revisão, nos termos do art. 67, §2º da Lei Estadual n. 6.833/2006; b) outrossim, ainda que analisado o mérito, puramente em homenagem ao direito constitucional de petição, o pedido de revisão não possui respaldo legal para modificar o julgamento já proferido em sede de processo administrativo disciplinar, haja vista que a sentença absolutória acostada não atestou a inexistência do crime ou a negativa de autoria, não possuindo, destarte, o condão de gerar repercussão na esfera administrativa; c) a penalidade de exclusão dos quadros da Polícia Militar do Estado do Pará deverá ser mantida.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000014/2025

Ementa

Pelo exposto, é possível extrair as seguintes conclusões: a) não incidência da prescrição; b) regular procedimento do PAD, nos termos da Lei Estadual n. 5.810/94 e demais normas pertinentes; c) resta caracterizada a transgressão disciplinar, por violação aos arts. 177, VI, 178, V e 190, V, todos da Lei Estadual n. 5.810/94, a ensejar a aplicação da penalidade demissória pelo Chefe do Poder Executivo Estadual.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000015/2025

Ementa

Pelo exposto, conclui-se que: a) Não foi verificada a incidência do fenômeno prescricional; b) Deverá ser acatado o relatório conclusivo; c) Resta configurada a infração de abandono de cargo, conforme elementos probatórios coletados nos autos, presentes os elementos objetivo e subjetivo exigíveis para o tipo; d) Deve ser recomendada ao Exmo. Sr. Governador a demissão do servidor



M.V.F., matrícula n. 54190633/1, ocupante do cargo de Técnico em Radiologia, lotado na FHSCMPA, diante da caracterização do abandono de cargo, nos termos dos artigos 177, incisos I e VI, 178, IV, 190, inciso II e 191-A, alínea "a" da Lei Estadual n. 5.810/1994; e) Deverão ser apurados possíveis pagamentos indevidos ao servidor, para que seja realizada a devolução espontânea à Administração Pública ou a cobrança judicial, caso necessária, na forma do Parecer Referencial n. 0013/2024-PGE/PA.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000016/2025

Ementa

Pelo exposto, conclui-se: a) Não verificada a incidência do fenômeno prescricional; b) Ausente a comprovação de violação de qualquer dever funcional cometido pela acusada; c) Deverá ser absolvida a servidora, por todas as razões declinadas nesta manifestação, com a devolução dos valores pagos pela mesma; d) Deverá ser instaurado procedimento específico para devolução à servidora do valor de R\$ 626,18 (seiscentos e vinte e seis reais e dezoito centavos) recolhido pela mesma aos cofres públicos (fls. 141 a 143-SAJ), haja vista os elementos coletados nos autos, e época excepcional de pandemia covid-19, todos as circunstâncias envolvidas, a sala sem segurança, sem monitoramento, com acesso a todos os servidores e colaboradores da época; e) Destarte, por todo o conjunto probatório, em nome dos corolários da verdade real, da razoabilidade, do *in dubio pro reo* e da presunção de inocência, sugere-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado, que absolva a servidora T.B.P. das acusações que lhe foram imputadas; f) Ao cabo, sugerimos a instauração de Termo Circunstanciado Administrativo, nos termos



PGE

Procuradoria
Consultiva

recomendados pelo parecer referencial nº 000012/2024-PGE/PA, haja vista o valor envolvido.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000017/2025

Ementa

Pelo exposto, conclui-se que: a). O pedido de revisão não possui respaldo legal para modificar o julgamento já proferido em sede de processo administrativo disciplinar, haja vista que a sentença absolutória, declaratória da extinção de punibilidade em virtude da prescrição, não atestou a inexistência do crime ou a negativa de autoria, não possuindo, destarte, o condão de gerar repercussão na esfera administrativa (art. 182 do RJU); b). Deve ser sugerido ao Exmo. Governador do Estado que não acolha a sugestão formulada pela comissão revisora, devendo ser mantida a penalidade aplicada, haja vista que a decisão de demissão ora revista não padece de vícios, tampouco o fato novo aduzido pelo requerente é suficiente para justificar a modificação da pena, nos termos da lei, devendo o presente Pedido de Revisão ser conhecido, e no mérito, julgado improvido.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000018/2025

Ementa

Pelo exposto, concluo pelo acolhimento do relatório final da Comissão Processante, considerando que a portaria deflagradora deste processo, nº 400/2018-GAB/PAD, foi publicada no DOE nº 33.750, de 30/11/2018, data na qual o servidor já não mais possuía qualquer relação com Estado, eis que o seu vínculo, na condição de servidor temporário, findou em 30/10/2018. Portanto, houve a perda do objeto que motivou esta apuração, razão pela qual recomendo o arquivamento dos autos.



FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000019/2025

Ementa

Pelo exposto, é possível concluir: a) prescrição quanto à penalidade repreensão; b) a pretensão para aplicação das penas de suspensão e demissão não está prescrita; c) não deve ser acolhido o relatório final, com base no art. 224, parágrafo único do RJU; d) não resta configurada a infração prevista no art. 190, incisos IV do RJU/PA, afastando a aplicação da pena de demissão; e) resta caracterizada a violação aos Arts. 177, II, III e art. 178, XI da Lei Estadual n. 5.810/1994, razão pela qual recomendamos a aplicação da penalidade de suspensão de 30 (trinta) dias ao servidor L.C.A.O., policial penal, matrícula nº 5941808; f) os autos devem retornar à SEAP, para a aplicação da penalidade de 30 (trinta) dias de suspensão, com fundamento nos arts. 177, II, III, 178, XI c/c art. 189 da Lei Estadual nº 5.810/94, devendo ser adotadas as cautelas necessárias a fim de evitar a incidência da prescrição, conforme item 2.1 desta análise.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000020/2025

Ementa

Por todo exposto, é possível concluir: a) verificada a prescrição da pretensão punitiva estatal; b) recomenda-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado que absolva a servidora L.C.S.S., (matrícula nº 579380-2), das transgressões disciplinares que lhe foram imputadas; c) por fim, os autos deverão retornar à SEDUC, a fim de apurar as responsabilidades dos agentes que deram causa à prescrição.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000021/2025

Ementa

Pelo exposto, conclui-se que: A) não foi verificada a incidência da prescrição; B) é cabível a aplicação da pena de destituição de cargo em comissão à servidora comissionada S.P.S. (matrícula nº



6403722/1), nos termos dos arts. 183, IV, e 192, da Lei Estadual n. 5.810/94, por violação aos arts. 177, VI, 178, V, XVIII e XXI, 183, IV, 184, I, II e III, 190, IV e XIII, do mesmo diploma legal; C) deve ser recomendado ao Exmo. Sr. Governador do Estado que acolha a sugestão formulada no Relatório Final do PAD, com fulcro no art. 224^s da Lei Estadual n. 5.810/94, com a aplicação da penalidade de destituição de cargo em comissão à servidora comissionada S.P.S. (matrícula n. 6403722/1); D) os autos deverão ser encaminhados ao Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) para colaborar com a apuração criminal, tendo em vista os tipos penais observados no relatório conclusivo e confirmados nesta manifestação.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000022/2025

Ementa

Pelo exposto, é possível concluir que: a). Não foi verificada a incidência da prescrição; b). Resta configurada a infração prevista no art. 190, inciso V do RJU/PA, que enseja a aplicação da pena de demissão; c) deve ser acolhido o relatório final da Comissão processante, com base no art. 224⁸ do RJU; d). Deve ser recomendada ao Exmo. Sr. Governador a demissão do servidor F.F.S. (matrícula nº 6314554-2), por violação aos arts. 177, VI, 178, V, 190, V, todos da Lei Estadual n. 5.810/94; e) por fim, deve ser encaminhada cópia dos autos ao Ministério Público do Pará (MPPA), à luz do art. 227 da Lei Estadual n. 5.810/94.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000023/2025

Ementa

Pelo exposto, conclui-se: a) Não verificada a incidência do fenômeno prescricional; b) Deverá ser acatado o relatório conclusivo da Comissão



PGE

Procuradoria
Consultiva

processante; c) O Excelentíssimo Senhor Governador deverá absolver a servidora A.C.L.P.C.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000024/2025

Ementa

Por todo exposto, conclui-se pelo conhecimento do recurso de reconsideração pelo Chefe do Poder Executivo, e no mérito, por sua improcedência, em razão da penalidade recorrida encontrar-se amparada no arcabouço probatório dos autos, não padecendo de vícios de nulidade ou motivos que demonstrem necessidade de modificação pela Administração.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000025/2025

Ementa

Por todo o exposto, recomenda-se o não acolhimento do Relatório Final da comissão processante, com a consequente nulidade parcial, a partir do relatório final (fl. 50-SAJ), nós temos do art. 225 do RJU Estadual, para que a comissão faça a juntada de toda a documentação devida, inclusive oitivas, caso necessário ao deslinde, propiciando dilação probatória, tudo com o intuito de chegar à verdade real do fato imputado e delimitar o elemento subjetivo, que não está plenamente constatado nos autos.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000026/2025

Ementa

Pelo exposto, é possível concluir: a) Não verificada a prescrição; b) Deverá ser acatado o Relatório Final da comissão processante; c) Deverá ser recomendada ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, a demissão do servidor C.C.F. (matrícula n. 54191297), haja vista caracterizada e comprovada a violação aos arts. 177, VI e 190, V, da Lei Estadual n. 5.810/94; d) Considerando o possível cometimento de fato típico, recomendamos o envio de cópia dos autos ao



PGE

Procuradoria
Consultiva

Ministério Público Estadual, com fundamento no art. 227 do RJU.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000027/2025

Ementa

Pelo exposto, conclui-se que: a) deverá ser acatado o relatório conclusivo; b) resta configurada a infração de acúmulo ilegal de cargos públicos, nos termos do art.190, XII e 191 da Lei Estadual n. 5.810/1994; c) deve ser recomendada ao Exmo. Sr. Governador a demissão da servidora M.C.S.C., matrícula nº 423378-1, diante da caracterização do acúmulo ilegal de cargos, nos termos dos arts. 178, I, e 190, XII, do RJU Estadual; d) deverão ser apurados possíveis pagamentos indevidos à servidora, para que seja realizada a devolução espontânea à Administração Pública e não existindo o pagamento espontâneo, proceder com a inscrição em dívida ativa e cobrança via ação de execução fiscal de crédito de natureza não tributária.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000030/2025

Ementa

Pelo exposto, conclui-se que: a) Não foi verificada a incidência do fenômeno prescricional; b) Deverá ser acatado o relatório conclusivo; c) Resta configurada a infração de abandono de cargo, conforme provas coletadas aos autos, presentes os elementos objetivo e subjetivo exigíveis para o tipo; d) Deve ser recomendada ao Exmo. Sr. Governador a demissão do servidor F.A.S., matrícula n. 572203744-1, ocupante do cargo de Professor, lotado na SEDUC, diante da caracterização do abandono de cargo, nos termos dos artigos, 178, IV, 190, inciso II e 191-A, alínea "a" da Lei Estadual n. 5.810/1994; e) Deverão ser devidamente pagos, com juros e correção monetária, os valores referentes ao período de abril a dezembro de 2022, onde F.A.S. lecionou sem o recebimento de salário. f) É necessária a



instauração de sindicância para instaurar as condutas de N.L.P.S.C., Matrícula nº 5311918-2 e V.F.M., Matrícula nº 54188423-1, para apurar os atos referentes a dificultar a lotação de F.A.S. e deixa-lo exercendo o magistério sem lotação regularizada e salário.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000031/2025

Ementa

Pelo exposto, conclui-se que: a) Não verificada a incidência da prescrição; b) Deverá ser acatado o relatório conclusivo; c) Resta configurada a infração de abandono de cargo, conforme provas coletadas nos autos, presentes os elementos objetivo e subjetivo exigíveis para o tipo; d) Deve ser recomendada ao Exmo. Sr. Governador a demissão da servidora F. M.S., matrícula n. 54184722/1, ocupante do cargo de psicóloga, lotada na SESP, diante da caracterização do abandono de cargo, nos termos dos artigos 177, incisos I e VI, 178, IV, 190, inciso II e 191-A, alínea "a" da Lei Estadual n. 5.810/1994; e) Deverão ser apurados possíveis pagamentos indevidos à servidora, para que seja realizada a devolução espontânea à Administração Pública ou a cobrança judicial, caso necessária, na forma do Parecer Referencial n. 0013/2024-PGE/PA.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000032/2025

Ementa

Ante todo exposto, sugere-se a nulidade parcial do processo, com fulcro no art. 225 da Lei Estadual n. 5.810/94, a partir do relatório final, para que a comissão providencie dilação probatória, no sentido de esclarecer os pontos relativos à jornada, compatibilidade de horário, início do período vespertino, para melhor instruir os autos, tudo em nome dos princípios do contraditório e da ampla



PGE

Procuradoria
Consultiva

defesa, da ampla instrução probatória, bem como da presunção de inocência e da verdade real.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000033/2025

Ementa

Pelo exposto, é possível concluir: a) Não foi verificada prescrição; b) Recomenda-se o não acolhimento do relatório final da Comissão Processante (fls. 146 a 155-SAJ), haja vista que a portaria deflagradora deste PADS, nº 004/2024, foi publicada no DOE n. 36.048, de 28/11/2024 (fls. 127-SAJ), data na qual o servidor já não mais possuía o vínculo com o município de Cachoeira do Arari, eis que o seu vínculo, na condição de servidor comissionado, findou em 15/11/2024 (fls. 183-SAJ), portanto, houve a perda do objeto que motivou esta apuração; c) Destarte, recomenda-se ao Exmo. Sr. Governador a absolvição do acusado; d) Por fim, deverão ser arquivados os presentes autos.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000034/2025

Ementa

Pelo exposto, conclui-se que: a) Resta configurada a perda do objeto do PADS, uma vez que o acusado requereu exoneração em abril de 2024, quando sequer havia sido instaurado o PADS, o que somente ocorreu em 17/02/2025; b) Portanto, tendo em vista que o pedido de exoneração se deu antes do indiciamento, o mesmo deverá ser considerado e acatado; c) A SESPA deve arquivar o presente PAD, em virtude da perda do objeto que fundamentava a apuração; d) Deve ser recomendado ao Exmo. Sr. Governador do Estado que absolva o servidor T.C.D.F.; e) Por fim, registramos que deverão ser apurados possíveis pagamentos indevidos ao servidor, para que seja realizada a devolução espontânea à Administração Pública ou a cobrança judicial, caso necessária, na



PGE

Procuradoria
Consultiva

forma do Parecer Referencial nº 000013/2024-PGE/PA.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 000035/2025

Ementa

Por todo exposto, conclui-se pelo conhecimento do recurso de reconsideração pelo Chefe do Poder Executivo, e no mérito, por sua improcedência, em razão da penalidade recorrida encontrar-se amparada no arcabouço probatório dos autos, não padecendo de vícios de nulidade ou motivos que demonstrem necessidade de modificação pela Administração.



PGE

Procuradoria
Consultiva

2025 - ATTUS

PARECER

PARECER

353-A/2025

Ementa

Alteração do Decreto estadual n. 3.847, de 12 de abril de 2024. Desapropriação. Utilidade pública. Possibilidade.

PARECER

356-A/2025

Ementa

Regime de Previdência Complementar do Estado do Pará (RPC/PA). Questões diversas relativas à inscrição de servidores que ingressaram no serviço público estadual após a instituição do RPC. 1 – Servidores oriundos de outro ente federativo, com remuneração superior ao teto do RGPS, sem interrupção de vínculo. Inscrição voluntária, mediante requisitos. Pendência do julgamento do Tema n. 1.071-RG. 2 - Servidores que ingressaram com remuneração inferior ao teto do RGPS, mas que depois veio a ultrapassá-la. Inscrição automática quando a remuneração ultrapassar o valor do teto do RGPS. 3 – Momento da inscrição automática no RPC: desde a data da entrada do servidor no exercício do cargo. Servidores estaduais vinculados ao RPPS e que solicitam vacância, em razão de posse em cargo inacumulável em outro ente federativo. Direito ao Regime Previdenciário original em caso.

PARECER

357-A/2025

Ementa

Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Assédio sexual. Improbidade administrativa. Valimento. Ofensa aos princípios éticos e morais. Demissão.

PARECER

362/2025

Ementa

Averbação de tempo de serviço. Cargos em comissão. Sociedade de economia mista. Período posterior a 15/07/2014. Exclusão.

PARECER

362-A/2025

Ementa

Composição do Tribunal Administrativo de Recursos Fazendários (TARF). Substituição de membros. Análise jurídica.



PARECER	363/2025
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Publicação de críticas e insatisfações a atos da Administração Pública. Prescrição administrativa. Penalidade de suspensão. Competência do Secretário de Estado de Administração Penitenciária.
PARECER	363-A/2025
Ementa	Pensão especial militar. Parecer Referencial n. 003/2022-PGE. Falecimento em decorrência de acidente em serviço. Atividade policial militar. Instrução processual completa. Cabimento. Análise jurídica.
PARECER	364/2025
Ementa	Doação de bem móvel. Laudo de avaliação. Bens inservíveis para a PGE.
PARECER	365/2025
Ementa	Anteprojeto de Lei. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Clima e Sustentabilidade (SEMAS). Alteração de nomenclatura e reestruturação organizacional. Análise jurídica.
PARECER	365-A/2025
Ementa	Minuta de decreto. Declaração de emergência zoossanitária no Estado do Pará. Mitigação do risco de Influenza Aviária H5N1 de Alta Patogenicidade (IAAP). Competência do Chefe do Poder Executivo.
PARECER	366/2025
Ementa	Averbação de tempo de serviço. Cargo comissionado. Efeitos. Aposentadoria. Adicional de tempo de serviço. Licença prêmio.
PARECER	366-A/2025
Ementa	Servidor público. Estabilidade excepcional. “Concurso para fins de efetivação” (Art. 19, § 1, do ADCT). Entendimento do STF no AI 746083 AGR: Concurso interno. Decisão despida de caráter vinculante ou efeito <i>Erga Omnes</i> .
PARECER	367/2025



Ementa Prorrogação de prazo do Grupo de Trabalho instituído para discutir o pagamento de aparelhos de monitoramento eletrônico pelos presos, apenados e/ou sentenciados. Decreto n. 4.530/2025. Possibilidade. Análise jurídica.

PARECER 367-A/2025

Ementa Procuradoria-Geral do Estado. Carreira de apoio. Progressão funcional. Promoção. Lei Estadual n. 9.571/2022. Ausência de regulamentação.

PARECER 368/2025

Ementa Minuta de decreto. Majora o percentual de Gratificação de Polícia Judiciária. Lei complementar n. 22, de 15 de março de 1994. Análise jurídica.

PARECER 368 B/2025

Ementa Proposta de decreto. Alteração do Decreto Estadual n. 2.854, 29 de dezembro de 2022, e do Decreto Estadual n. 3.119, de 29 de maio de 2023. Internalização de convênios. Análise jurídica.

PARECER 369/2025

Ementa Bens públicos inservíveis. Alienação. Doação para órgão público. Procedimento previsto no Manual de Procedimentos da Gestão Mobiliária, editado pelo Estado. Avaliação dos bens móveis. Baixa dos bens móveis. Termo de doação de bens móveis.

PARECER 369-A/2025

Ementa Rescisão amigável. Previsão legal e contratual. Autorização da autoridade competente nesta PGE.

PARECER 370-A/2025

Ementa Contrato administrativo. Serviço contínuo com fornecimento de mão-de-obra, equipamentos e insumos. Repactuação. Prorrogação. Aditamento contratual.

PARECER 371-A/2025



Ementa Secretaria de Estado de Articulação e Cidadania (SEAC). Usinas da Paz. Estabelecimento de cooperação com pessoa jurídica de direito privado com finalidade lucrativa. Análise quanto aos instrumentos cabíveis em tese.

PARECER 372/2025

Ementa Empresa estatal. Engenheiros. Piso salarial correspondente a 8,5 (oito e meio) salários-mínimos (Lei n. 4.950- A/66), por determinação judicial. Percepção de adicional de jornada complementar de trabalho correspondente a 33,3% do salário-base. Acordo Coletivo de Trabalho expirado. Ausência de ultratividade.

PARECER 372-A/2025

Ementa Anteprojeto de Lei. Auxílio uniforme. Servidores da área operacional do Sistema Estadual de Segurança Pública do Estado do Pará (SIEDS). Viabilidade jurídica.

PARECER 373-A/2025

Ementa Desapropriação. Reforma da Assembleia Legislativa do Pará. Documentos indispensáveis para expedição do decreto de utilidade pública. Possibilidade.

PARECER 374-A/2025

Ementa Aposentadoria por invalidez. Licença prêmio não gozada. Aplicação da regra constante no PR n. 02/2024.

PARECER 375/2025

Ementa Anteprojeto de Lei. Cria a Carreira de Gestão Ambiental no âmbito da Secretaria de Estado de Meio ambiente, Clima e Sustentabilidade (SEMAS) e do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (IDEFLOR-BIO). Análise jurídica.

PARECER 375-A/2025

Ementa Terceiro aditivo ao contrato de empréstimo 010689/2019/CAF. Corporação Andina de Fomento (atualmente Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe). Programa Municípios Sustentáveis. Regularidade de cláusulas aditadas. Necessidade de alteração da Lei autorizadora.



PARECER	376-A/2025
Ementa	Análise jurídica da viabilidade de celebração de termos de subcessão de uso de áreas em imóveis pertencentes à União Federal e à Companhia Docas do Pará (CDP), para instalação de Estações de Transmissão de Radiocomunicação (ETRS), em atendimento à demanda da COP-30.
PARECER	377/2025
Ementa	Anteprojeto de Lei. ARCON. Altera as Leis estaduais n. 6.099/1997, n. 10.308/2023, n. 10.719/2024, n. 10.720/2024 e n. 8.096/2015. Análise jurídica.
PARECER	377-A/2025
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. (PAD). Fiscalização de contrato de obra. Valimento. Desídia. Improbidade administrativa. Prescrição. Absolução.
PARECER	378/2025
Ementa	Anteprojeto de Lei. Corpo de Bombeiros Militar. Dispõe sobre a organização básica e fixa o efetivo do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará. Complementação de disponibilidade orçamentária.
PARECER	378-A /2025
Ementa	Servidor público. Liberdade de expressão. Postagem em rede social. Ato praticado na vida privada. Hipóteses de reflexo excepcional na esfera disciplinar: prejuízo à credibilidade do serviço público ou ao exercício das atribuições do cargo público ou, ainda, atos atentatórios ao Estado Democrático de Direito. Não configuração no caso concreto.
PARECER	379-A/2025
Ementa	Minuta de decreto. Obrigações acessórias. Entrega de arquivo magnético. Convênio ICMS 57/95. Dispensa de cumprimento da obrigação. Previsão no Convênio do CONFAZ que serve como base. Constitucionalidade e legalidade da minuta.



PARECER 380/2025

Ementa Exoneração e nomeação de membros para o Conselho Estadual de Segurança Pública (CONSEP). Análise jurídica.

PARECER 380-A/2025

Ementa Decreto regulamentador. Lei Estadual n. 10.963/2025. Cessão onerosa do direito à denominação de bens públicos. Anteprojeto de Lei. Hangar Benedito Monteiro – Centro de convenções e Feiras da Amazônia. Complexo Turístico Estação das Docas. Parque Zoológico Mangal das Garças. Estádio Olímpico do Pará, jornalista Edgar Proença. Arena Guilherme Paraense.

PARECER 381/2025

Ementa Concessão. Saneamento básico e esgotamento sanitário. Regime da contratação. Microrregião de Águas e Esgoto do Pará (MRAE). Bloco C. Controle prévio de legalidade. Art. 53 da Lei Federal n. 14.133/2021.

PARECER 382/2025

Ementa Policial militar. Demissão a pedido. Artigo 114, inciso I da Lei estadual n. 5.251 de 31 de julho de 1985. Viabilidade jurídica.

PARECER 383/2025

Ementa Unidades da Rede Estadual de Ensino. Gestão, pela iniciativa privada, de serviços não pedagógicos. Contratação de serviços técnicos especializados para a estruturação de projeto de concessão. Contratação direta. Dispensa de licitação. Lei federal n. 12.712/2012.

PARECER 383-A/2025

Ementa Pensão especial militar. Parecer referencial n. 003/2022-PGE. Ausência de nexo de causalidade. Instrução processual completa. Não cabimento. Análise jurídica.

PARECER 385-A/2025

Ementa Recondução e nomeação de membros do Conselho Gestor do Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social (FEHIS). Análise jurídica.



PARECER	386/2025
Ementa	Promoção por ato de bravura. Preenchimento dos requisitos formais. Possibilidade.
PARECER	386-A/2025
Ementa	Exoneração e nomeação de membros do Conselho Estadual de Meio Ambiente do Pará (COEMA). Possibilidade.
PARECER	387/2025
Ementa	Exoneração e nomeação de membros para compor o Conselho Estadual de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (CEPDDH). Análise jurídica.
PARECER	387-A/2025
Ementa	Promoção por tempo de serviço. Oficial da Polícia Militar. Requisitos da Lei Estadual n. 8.388/2016. Análise jurídica.
PARECER	388/2025
Ementa	Exoneração e nomeação de membros para o Conselho Gestor do Fundo do Trabalho Digno do Pará (CGFUNTRAD/PA). Análise jurídica.
PARECER	388-A/2025
Ementa	Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Infração disciplinar. Prescrição. Absolvção.
PARECER	389/2025
Ementa	Exoneração e nomeação de membros para o Conselho Estadual da Diversidade Sexual (CEDS). Análise jurídica.
PARECER	389-A/2025
Ementa	Termo de adesão. Programa Diogo de Sant'Ana Pró-Catadoras e Pró-Catadores para a Reciclagem Popular. Secretária-Geral da Presidência da República. Análise jurídica.



PARECER 390/2025

Ementa Exoneração e nomeação de membros para o Conselho Estadual de Política de Promoção da Igualdade Racial (CONEPPIR). Análise jurídica.

PARECER 390-A /2025

Ementa Protocolo de intenções que entre si celebram o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Estado do Pará e o Município de Belém. Plano de Arborização Urbana em Belém. Análise jurídica.

PARECER 391-A/2025

Ementa Minuta de decreto. Regulamenta o Art. 35-A da Lei Complementar Estadual n. 078/2011

PARECER 392-A/2025

Ementa Pensão especial militar. Parecer Referencial n. 003/2022 – PGE. Falecimento em decorrência da atividade policial militar. Instrução processual completa. Dependência econômica não demonstrada. Indeferimento. Análise jurídica.

PARECER 393-A/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). SEDUC. Apresentação de documento falso. Valimento. Demissão.

PARECER 394/2025

Ementa Anteprojeto de Lei. UEPA. Política de Assistência Estudantil. Análise jurídica.

PARECER 394-A /2025

Ementa Responsabilidade civil e administrativa. Furto de bem público móvel. Guarda de empregado. Consórcio público. Procedimento aplicável.

PARECER 395/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Conduta escandalosa, na repartição. Insubordinação grave em serviço. Procedimento desidioso. Prescrição quinquenal administrativa. Absolvição. Arquivamento.



PARECER

395-A/2025

Ementa

Processo Administrativo Disciplinar (PAD). SEAP. Fuga de detentos. Desobediência às ordens superiores. Procedimento desidioso. Não configurado. Dosimetria da pena. Suspensão.

PARECER

396/2025

Ementa

Minuta de decreto. Taxa de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários. Alteração da base de cálculo e da alíquota para cobre, estanho/cassiterita e ouro. Aumento dentro das margens definidas em Lei. Possibilidade. Necessidade de observância ao Princípio da Anterioridade.

PARECER

397-A/2025

Ementa

Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal (CAL). Contrato de locação de imóvel para funcionamento da sede. Locação com *faciliteis* e cláusula *built to suit*. Inexigibilidade de licitação.

PARECER

398/2025

Ementa

Anteprojeto de Lei. Art. 323 da Constituição Estadual. Regulamentação. Servidor público e militar. Afastamento para aposentadoria ou transferência à reserva. Licença-prêmio. Licença especial. Alteração da Lei estadual n. 5.810/1994. Servidor público ocupante de cargo exclusivamente em comissão. Direito à licença-prêmio. Requerimento. Servidor efetivo. Tempo de serviço. Contratação temporária por excepcional interesse público. Adicional por tempo de serviço.

PARECER

398-A /2025

Ementa

Direito administrativo. Plano de Saúde de Servidores Públicos. Decreto regulamentar. Duas questões distintas. Extensão de prazo de validade de guias médicas: parecer favorável. Adesão de empresa estatal e portabilidade de carências: necessidade de diligência para adequada instrução com estudos atuariais e jurídicos específicos.

PARECER

400/2025

Ementa

Servidor público. Processo administrativo disciplinar (PAD). Infração disciplinar. Prescrição. Exoneração. Absolvição.



PARECER 403/2025

Ementa Convênio. Transferência voluntária de recursos do estado para município. Construção de obra pública. Pedido de prorrogação de vigência. Prazo de vigência do convênio expirado. Pedido de prorrogação durante o prazo de vigência. Convênio por escopo. Atendimento ao interesse público. Requisitos.

PARECER 406/2025

Ementa Licitação. Pregão. Recurso. Conhecimento parcial e improvimento. Sugestão de manutenção da decisão recorrida.

PARECER 454/2025

Ementa Servidor público. Licença para atividade classista. Alcance da expressão. “Cargos de Direção ou Representação”. Previsão estatutária.

PARECER 455/2025

Ementa Empresa estatal. Extinção. Empregados públicos inseridos em quadro suplementar em extinção junto a órgão da administração direta. Transposição do Regime Celetista para o Regime Estatutário. Viabilidade jurídica, em tese, apenas para empregados concursados que permanecerem no mesmo cargo no novo regime. Jurisprudência do STF. Ausência de direito subjetivos dos servidores. Decisão administrativa dependente da análise de aspectos de ordem financeira e previdenciária.

PARECER 456/2025

Ementa Cargo de Engenheiro de Segurança do Trabalho. Exigência de diploma de curso de graduação de nível superior em Engenharia Civil, com especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho. Candidato empossado mediante apresentação do diploma de curso de graduação de nível superior em Engenharia da Computação. Direito ao exercício do cargo público.

PARECER 457/2025



Ementa	Contrato de empréstimo n. 5810/OCBR. Estado do Pará e BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento. Projeto de Ampliação e Modernização da Infraestrutura e da Oferta Educacional para Garantia do Direito de Aprender no Pará (Educação por Todo o Pará). Regularidade e legalidade das cláusulas contratuais.
PARECER	459/2025
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Policiais civis. Extorsão. Associação criminosa. Concussão. Usurpação de função pública. Prescrição penal. Sentença penal absolutória por insuficiência de provas. Trânsito em julgado. Comunicabilidade excepcional entre as instâncias. Art. 74, incisos XIII, XX, XXV, XXXIV e XXXIX, da Lei complementar estadual n. 22/94. Inexistência de falta residual. Ausência de provas robustas. Absolução.
PARECER	460/2025
Ementa	Anteprojeto de Lei. Altera a Lei complementar n. 022, de 15 de março de 1994, que estabelece normas de organização, garantias, direitos e deveres da Polícia Civil do Estado do Pará.
PARECER	461/2025
Ementa	Pregão eletrônico. Recurso. Intempestividade. Não conhecimento. Falha no cadastramento inicial no sistema insuscetível de gerar a desclassificação da proposta. Manutenção da decisão recorrida.
PARECER	463/2025
Ementa	Parecer complementar. Conversão de suspensão em multa. Ex-servidor. Impossibilidade jurídica de execução imediata da sanção. Conclusão da apuração. Registro nos assentamentos funcionais.
PARECER	464/2025
Ementa	Exoneração e nomeação de membros para compor o Conselho Estadual de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (CEPDDH). Análise jurídica.



PARECER 465/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). SEDUC. Assédio sexual e comportamentos inadequados em sala de aula. Insuficiência probatória. Absolvição. Arquivamento. Análise jurídica.

PARECER 466/2025

Ementa Anteprojeto de Lei Complementar. Alteração de Lei Complementar Estadual n. 22/1994. Gratificação de Risco de Vida. Gratificação de Dedicação Exclusiva. Gratificação de Tempo Integral. Gratificação de Polícia Judiciária. Adicional de Curso de Extensão ou Pós-Graduação. Adicional por Tempo de Serviço. Caráter permanente das verbas a integrar os proventos dos Policiais Civis Inativos. Incidência da Contribuição Previdenciária respectiva.

PARECER 467/2025

Ementa Minutas de decreto. Apoio a projetos culturais. Lei Semear. Substituição do crédito outorgado por crédito presumido. Fixação de novos limites de benefício fiscal e de renúncia de receitas. Possibilidade. Necessidade de alteração da Lei Semear.

PARECER 468/2025

Ementa Servidor público. Gratificação de Plantão. Servidor comissionado da área-fim da saúde. Necessidade de análise da natureza das atividades exercidas.

PARECER 469/2025

Ementa Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza (SEUC). Unidade de Proteção Integral. Refúgio de Vida Silvestre (REVIS). Exploração comercial. Pleito de instalação de nova unidade hoteleira. Inviabilidade jurídica.

PARECER 470/2025

Ementa Regime de Previdência Complementar do Estado do Pará (RPC/PA). Questões diversas relativas à inscrição de servidores que ingressaram



no serviço público estadual após a instituição do RPC. 1 – Servidores oriundos de outro ente federativo, com remuneração inferior ao teto do RGPS, sem interrupção de vínculo. Inscrição voluntária, mediante requisitos. Pendência do julgamento do Tema n. 1.071-RG. 2 - Servidores que ingressaram com remuneração inferior ao teto do RGPS, mas que depois veio a ultrapassá-la. Inscrição automática quando a remuneração ultrapassar o valor do teto do RGPS. 3 – Momento da inscrição automática no RPC: desde a data da entrada do servidor no exercício do cargo. Servidores estaduais vinculados ao RPPS e que solicitam vacância, em razão de posse em cargo inacumulável em outro ente federativo. Direito ao regime previdenciário original em caso de recondução.

PARECER 471/2025

Ementa Empresa pública. Minuta de regulamento interno de atividades correcionais. Ajustes de sistematização.

PARECER 474/2025

Ementa Proposta de decreto. Convoca a VII Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres. Análise jurídica.

PARECER 475/2025

Ementa Programa Estadual de Prevenção e Combate às Queimadas e Incêndios Florestais (PEPIF). Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS). Minuta de decreto. Competência do Chefe do Poder Executivo.

PARECER 480/2025

Ementa Minuta de Anteprojeto de Lei. Alteração da Lei Estadual n. 6.624/2004. Valor máximo das requisições de pequeno valor previstas no Art. 100, §3, da Constituição Federal.

PARECER 481/2025

Ementa Termo de fomento. Livro. Instituto de Direito Administrativo do Pará (IDAPAR). Análise jurídica do processo e da minuta.



PARECER	482/2025
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar. PAD. Prestação de contas. Prescrição. Absolvição. Apuração de responsabilidades.
PARECER	483/2025
Ementa	Servidores não titulares de cargo efetivo falecidos em atividade até 22/08/2023. Não preenchimento de requisitos para qualquer das modalidades de aposentadoria. Pensão por morte pelo Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) aos seus dependentes.
PARECER	484/2025
Ementa	Consórcio Amazônia Legal. Diárias. Evento internacional realizado no Brasil. COP-30. Impossibilidade de concessão de diárias internacionais. Caráter do deslocamento determinado pelo território, e não pela natureza do evento.
PARECER	485/2025
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar Simplificado (PADS). SESPA. Abandono de cargo público. Nulidade parcial. Análise jurídica.
PARECER	487/2025
Ementa	Operação de crédito interna. Processo de seleção mediante Chamamento Público. Desclassificação de proposta. Recurso do resultado final.
PARECER	488/2025
Ementa	Sistema de abastecimento de frota. Cartão magnético. Veículo particular blindado pertencente a dirigente de entidade estadual. Vedação. Possibilidade de tratamento excepcional. Recomendação de regramento da exceção pelo órgão gerenciador (Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD)).
PARECER	489/2025



Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Prescrição da pretensão punitiva. Absolvição. Arquivamento. Apuração de responsabilidades. Análise jurídica.
PARECER	490/2025
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). SEAP. Falta de urbanidade. Violação aos Princípios Éticos, Morais às Leis e Regulamentos. Referir-se de modo ofensivo a servidor ou Ato da Administração. Prescrição da pretensão punitiva das penas de repreensão e suspensão. Insuficiência de provas para demissão. Arquivamento.
PARECER	492/2025
Ementa	Anteprojeto de Lei Complementar. Piso Salarial dos Advogados empregados na iniciativa privada. Análise jurídica.
PARECER	493/2025
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Valimento. Incontinência pública e conduta escandalosa. Violação aos princípios. Ausência de provas. Absolvição.
PARECER	494/2025
Ementa	Exoneração e nomeação de membros do Comitê de Investimentos (COINV). Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social (IGEPPS). Análise jurídica.
PARECER	496/2025
Ementa	Minuta de Decreto. Regime de Substituição Tributária. Operações internas. Remessa de mercadorias de produção própria entre estabelecimentos, exceto para estabelecimento varejista. Desnecessidade de obediência ao princípio da anterioridade. Ausência de instituição ou majoração de tributo. Possibilidade. Sugestão de nova redação.
PARECER	497/2025



Ementa Servidor público. Licença maternidade. Maternidade socioafetiva. Indeferimento administrativo revertido judicialmente, por decisão liminar ainda vigente. Aposentadoria por tempo de contribuição concedida no curso da licença. Interrupção do gozo. Reversão à atividade a pedido. Pedido de continuidade de fruição da licença pelo período remanescente. Indeferimento.

PARECER 498/2025

Ementa Contrato de prestação de serviços. Regime de execução indireta. Dedicção exclusiva de mão de obra. Convenção coletiva de trabalho ao longo da execução contratual. Inclusão de benefício não previsto em Lei. Repactuação afastada nesse particular.

PARECER 499/2025

Ementa Servidor público. Acumulação de cargos públicos. Assistente social. Cargos não pertencentes ao quadro de pessoal da saúde. Possibilidade de acumulação. Requisitos constitucionais. Compatibilidade de horários. Art. 37, XVI, da Constituição Federal.

PARECER 500/2025

Ementa Pensão especial militar. Parecer Referencial n. 003/2022-PGE. Falecimento em decorrência da atividade policial militar. Instrução processual completa. Análise jurídica.

PARECER 501/2025

Ementa Minuta de decreto. Altera a denominação do “Programa de Integridade e Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Pecuária de Bovídeos Paraenses”, instituído pelo Decreto n. 3.533, de 2023, para “Programa Pecuária Sustentável do Pará”

PARECER 503/2025

Ementa Minuta de decreto. Gratificação de Desempenho em Saúde (GDS). Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado do Pará (IASSEP). Análise jurídica.



PARECER 506/2025

Ementa Minuta de decreto. Implantação do módulo de transferências voluntárias do Sistema Integrado da Administração Financeira do Estado do Pará (SIAFE). Análise jurídica.

PARECER 507/2025

Ementa Nomeação de membros para o Conselho de Administração do Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Pará (IASSEP). Análise jurídica.

PARECER 508/2025

Ementa Minuta de decreto. Exoneração e nomeação de membros. Conselho Estadual de Política de Promoção da Igualdade Racial (CONEPPIR).

PARECER 509/2025

Ementa Exoneração e nomeação de membros para o Conselho Estadual de Saúde (CES/PA). Biênio 2025/2027. Análise jurídica.

PARECER 510/2025

Ementa Protocolo de intenções. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Vitrine de Inovações Tecnológicas da Amazônia. Viabilidade jurídica.

PARECER 511/2025

Ementa Licitação. Publicação extemporânea do edital no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Aparente ausência de prejuízos no caso concreto, inclusive à competitividade do certame. Possibilidade de prosseguimento da licitação, com adjudicação do objeto e homologação.

PARECER 513/2025

Ementa “Projeto Praças de Esporte e Lazer Por Todo o Pará”. Licitação pública. Contratação em condições diversas das previstas no edital. Alteração de municípios integrantes dos lotes (Local de execução da obra). Viabilidade jurídica, em caráter excepcional.



PARECER 514/2025

Ementa Pensão especial militar. Parecer Referencial n. 003/2022-PGE. Instrução processual completa. Cabimento. Análise jurídica.

PARECER 515/2025

Ementa Direito constitucional e administrativo. Segurança pública. Polícia militar. Convocação de militares da reserva remunerada. Alteração do artigo 78 da Lei Complementar Estadual n. 142/2021. Inclusão de nova hipótese de convocação para atividades de guarda em órgãos da Administração Direta e Indireta Estadual. Constitucionalidade formal e material atendidas. Custeio integral pelas entidades beneficiárias. Requisitos rigorosos de aptidão física e mental já estabelecidos na legislação vigente. Sustentabilidade financeira e viabilidade econômica demonstradas. Aprimoramento da Segurança Pública Estadual. Parecer favorável.

PARECER 516/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Acúmulo ilegal de cargos públicos. Especialista em educação e pedagogo. Cargo técnico. Não caracterização do exercício docente. Incompatibilidade. Demissão.

PARECER 517/2025

Ementa Análise de minuta de decreto. Reestrutura a comissão interinstitucional de acompanhamento e avaliação do SINASE. Limitação da participação popular. Parecer. Parcialmente favorável.

PARECER 519/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). SEDUC. Valimento do cargo público. Improbidade administrativa. Lesão. Desídia. Prescrição da pretensão punitiva estatal. Absolução.

PARECER 520/2025

Ementa Direito administrativo disciplinar. Conselho de Justificação. Pedido de reconsideração. Conversão de pena de prisão em suspensão. Art. 61 da Lei Estadual 6.833/2006. Manifestação técnica do Comando Geral. Inadequação das instalações. Deferimento.



PARECER 521/2025

Ementa Minuta de decreto. Benefício fiscal. Isenção do ICMS na importação de máquinas e equipamentos para atendimento de aeronaves em solo. Convênio ICMS n. 13/ 2025. Observância dos estritos termos da autorização nacional. Necessidade de estimativa de impacto orçamentário financeiro.

PARECER 522/2025

Ementa Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável Amazônia Legal (CAL). Contrato administrativo. Serviço contínuo. Prorrogação de vigência e reajuste. Terceiro termo aditivo.

PARECER 523/2025

Ementa Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal (CAL). Memorando de Entendimentos. UNICEF. Cooperação para a Promoção de Educação de Crianças e Adolescentes e o Enfrentamento de Emergências Climáticas na Amazônia Legal.

PARECER 525/2025

Ementa Exoneração e nomeação de membros. Conselho Estadual de Trânsito. Possibilidade.

PARECER 526/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Sentença penal condenatória. Decretação de perda do cargo. Exoneração *ex officio*. Orientações acerca do prosseguimento do PAD.

PARECER 528/2025

Ementa Decreto. Ativação do 52º Batalhão de Polícia Militar (52º BPM). Alteração do Decreto n. 1.017/2014. Organização da Polícia Militar do Estado.

PARECER 529/2025



Ementa	Alteração do Decreto Estadual n. 3.629/2023. Comitê Integrado de Resposta à Estiagem e Incêndios Florestais no Pará. Inclusão de membros.
PARECER	530/2025
Ementa	Polícia Civil do Estado do Pará (PCPA). Portaria n. 01/2025/GAB/22ª SECC/SRX11ª RISP, expedida pela delegada de Polícia Civil Diretora da 22ª Seccional Urbana de Altamira. Determinação de participação de Delegados de Polícia Civil em patrulhões integrados com outros órgãos de segurança pública. Competências do Delegado de Polícia Civil Diretor de Unidade Policial. Princípios regedores e diretriz de atuação integrada da Polícia Civil. Legitimidade do ato.
PARECER	531/2025
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Violação aos princípios. Falta de descrição. Ausentar de serviço sem autorização. Improbidade administrativa. Suspensão e absolvição.
PARECER	532/2025
Ementa	IGEPPS. Presidência. Vereador licenciado. Opção de remuneração. Ônus de pagamento. Entendimento do TCM/PA.
PARECER	534/2025
Ementa	Projeto de Lei autorizadora de operação de crédito externo, com garantia da União. Programa Pará Mais Conectado. Agentes financeiros BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento e AFD - Agência Francesa de Desenvolvimento.
PARECER	535/2025
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Secretaria de Estado de Educação. SEDUC. Irregularidades em procedimento licitatório. Nulidade parcial.
PARECER	537/2025



Ementa	Recondução e nomeação de membros do Conselho de Administração da Companhia de Portos e Hidrovias do Estado do Pará (CPH). Análise jurídica.
PARECER	538/2025
Ementa	Direito administrativo. Desapropriação por utilidade pública. Obra de macrodrenagem urbana. Segundo trecho. Continuidade de Projeto Integrado. Requisitos legais e constitucionais. Atendimento satisfatório. Precedente do primeiro trecho. Parecer favorável.
PARECER	539/2025
Ementa	Decreto Estadual. Estabelece as regras básicas para criação dos Conselhos de Usuários de Serviços Públicos no Âmbito do Estado do Pará.
PARECER	540/2025
Ementa	Minuta de decreto. Homologa a Resolução n. 01, de 23 de junho de 2025, do Conselho de Administração do Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado do Pará (CONAD). Altera a Resolução do CONAD n. 10, de 28 de dezembro de 2010. Competência do Chefe do Poder Executivo.
PARECER	541/2025
Ementa	SEDUC. Enquadramento funcional. Renovação de pedido revisional. Inadmissibilidade. Esgotamento da via recursal.
PARECER	542/2025
Ementa	Minuta de decreto. Benefício fiscal. Redução de base de cálculo em operações com insumos agropecuários. Alterações promovidas pelo convênio ICMS n. 104/21 no convênio ICMS n. 100/97. Harmonização normativa. Ausência de óbices formais ou materiais.
PARECER	543/2025
Ementa	Consórcio Amazônia Legal (CAL). Memorando de Entendimento (MOU). Prorrogação da vigência. Termo aditivo.



PARECER	544/2025
Ementa	Consórcio Amazônia Legal. Minuta de “Termo de responsabilidade e sigilo de informações”. Confidencialidade. Proteção à propriedade intelectual. Análise jurídica.
PARECER	545/2025
Ementa	Minuta de decreto. Internalização do ajuste SINIEF n. 7/22, que institui a Nota Fiscal Fatura de Serviços de Comunicação Eletrônica - NFCOM, modelo 62. Obrigações acessórias. Benefício fiscal já previsto no RICMS/PA. Constitucionalidade da minuta.
PARECER	546/2025
Ementa	Minuta de decreto. Fixação dos índices percentuais provisórios de distribuição aos municípios das parcelas do produto da arrecadação do ICMS. Art. 3º, § 8º, da Lei complementar federal n. 63/90. Competência do Governador do Estado do Pará. Art. 135, V, da Constituição Estadual.
PARECER	547/2025
Ementa	Licitação pública. Procedimento auxiliar de credenciamento. Serviços de engenharia e arquitetura.
PARECER	548/2025
Ementa	Alteração do decreto Estadual n. 877, de 2008. Regulamenta os pagamentos dos fornecedores de bens e prestadores de serviços por intermédio do Banpará. Pagamento de prêmios e incentivos. Projetos culturais. Não incidência.
PARECER	550/2025
Ementa	Concurso público para ingresso em curso de formação de Oficiais do Corpo de Bombeiros Militar. Matrícula e incorporação. Pleito de reclassificação para final da fila. Ausência de previsão na Legislação Militar Estadual. Princípios constitucionais da administração pública (Razoabilidade, proporcionalidade e impessoalidade). Jurisprudência pátria. Sugestão de deferimento do pleito. Mônica Martins Toscano Simões.



PARECER 551/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Servidor público. Violação aos preceitos morais, éticos, às leis e regulamentos. Improbidade administrativa. Ausência de infração disciplinar. Absolução.

PARECER 552/2025

Ementa Processo administrativo disciplinar simplificado (PADS). Policial penal. Abandono de cargo. Pedido de licença para frequentar curso de formação pertinente a outro cargo público. Concessão de mandado de segurança. Absolução.

PARECER 553/2025

Ementa Servidor público. Princípio constitucional da reserva legal em matéria remuneratória. Adicional de periculosidade. Pagamento sujeito a perícia prévia da SEPLAD. Distorções na política remuneratória de pessoal.

PARECER 555/2025

Ementa Licitação. Companhia de Habitação do Estado do Pará. Contratação de remanescente de obra da Comunidade Jardim Jader Barbalho. Necessidade de observar o procedimento da Lei das Estatais e o regulamento interno de licitações e contratos da companhia. Orientações.

PARECER 556/2025

Ementa Direito constitucional e administrativo. Análise e harmonização da proposta de projeto de Lei Estadual sobre reserva de vagas para pessoas pretas, pardas, indígenas e quilombolas em concursos públicos com a Lei Federal n. 15.142/2025.

PARECER 557/2025

Ementa Minuta de decreto. Dispõe sobre os procedimentos de protocolo, análise e decisão dos requerimentos de aposentadoria no regime de previdência dos servidores do poder Executivo do Estado do Pará.



PARECER 558/2025

Ementa Licitação. Dispensa. Art. 75, IX, da Lei Federal 14.133/2021. Contratação da imprensa oficial do Estado. Produção de livro alusivo aos 40 anos da Procuradoria-Geral do Estado.

PARECER 560/2025

Ementa Operação de Crédito Interna. Processo de seleção mediante chamamento público. Desclassificação de proposta. Recurso do resultado final.

PARECER 561/2025

Ementa Licitação. Contrato administrativo. Outsourcing ou quarterização do serviço de gerenciamento de serviços de manutenção predial como objeto do contrato. Possibilidade em tese. Necessidade de ajustes na instrução da fase preparatória no caso concreto. Recomendações.

PARECER 562/2025

Ementa Evento comemorativo dos 40 anos da Procuradoria-Geral do Estado. Cessão gratuita de espaços no complexo estação das docas. Análise jurídica do instrumento contratual proposto pela Organização Social Pará 2000.

PARECER 563/2025

Ementa Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal. Termo de colaboração. Inexigibilidade de chamamento público. Adequações na minuta e no plano de trabalho.

PARECER 564/2025

Ementa Contrato administrativo. Serviço contínuo. Prorrogação da vigência. Acréscimo quantitativo do objeto. Lei n. 8.666/93. Termo aditivo.

PARECER 565/2025

Ementa Alteração do Decreto Estadual n. 3.230, de 28 de julho de 2023. Regulamento do Programa “Dinheiro na escola paraense”. Inclusão do subprograma dignidade menstrual nas escolas.



PARECER 566/2025

Ementa Direito administrativo. Desapropriação por utilidade pública. Obra de infraestrutura viária. Conexão avenida dos planetas ao Estádio Olímpico do Pará. Melhoria da mobilidade urbana. Análise dos elementos essenciais do ato expropriatório. Motivação adequada. Identificação parcial do expropriado. Finalidade pública clara e legítima. Óbices fáticos superáveis. Parecer favorável com ressalvas.

PARECER 567/2025

Ementa Exploração da infraestrutura aeroportuária. Serviço público federal. Delegação ao estado, para exploração direta ou indireta, conforme normas federais. Viabilidade jurídica de doação do serviço, nos termos do decreto estadual n. 796, de 29 de maio de 2020.

PARECER 568/2025

Ementa Policial militar. Conselho de justificação. Ato de violência doméstica, com repercussão pública, devidamente comprovada contra ex-companheira. Ato de natureza grave que afetou a honra pessoal, o pundonor policial militar e o decoro da classe. Art. 137, IV, da Lei Estadual n. 6.833/2006. Remessa dos autos para julgamento pelo e Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

PARECER 569/2025

Ementa Minuta de decreto. Altera o decreto Estadual n. 3.776/2024, que institui a Comissão Estadual para elaboração do Plano Estadual pela primeira infância, com intuito de definir instrumentos, monitoramento e avaliação das ações políticas públicas setoriais voltadas para as crianças de 0 a 6 anos de idade.

PARECER 570/2025

Ementa SEAP. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Desobediência às ordens superiores e desconformidade com os princípios éticos, morais, legais e regulamentares. Penalidade. Suspensão. Prescrição. Competência do Chefe do Poder Executivo. Abelardo Sergio Bacelar da Silva



PARECER	571/2025
Ementa	Pensão especial militar. Parecer referencial n. 003/2022-PGE. COVID-19. Atividade policial militar. Instrução processual adequada. Cabimento. Análise jurídica.
PARECER	572/2025
Ementa	Exoneração e nomeação de membros para o Conselho Gestor do Fundo do Trabalho Digno do Pará (CGFUNTRAD/PA). Possibilidade. Análise jurídica.
PARECER	573/2025
Ementa	Nomeação de membros para o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/PA. Biênio 2025/2027. Análise jurídica.
PARECER	574/2025
Ementa	Minuta de decreto. Convocação da 15ª Conferência Estadual de Saúde do Pará (15ª CES/PARÁ).
PARECER	575/2025
Ementa	Anteprojeto de Lei. Secretaria de Estado de Articulação da Cidadania. Criação de cargos de provimento em comissão. Alteração do anexo III da Lei Estadual n. 10.165, de 20 de novembro de 2023. Competência do Chefe do Poder Executivo. Retorno dos autos à SEPLAD para atualização da análise orçamentária.
PARECER	576/2025
Ementa	Exoneração e nomeação de membros para o Conselho Estadual de Segurança Pública (CONSEP). Análise jurídica.
PARECER	577/2025
Ementa	Projeto de Lei autorizadora de operação de crédito externo, com garantia da união. Operação de crédito contingente. Projeto de Concessão para Restauração Ecológica da Unidade de Recuperação



Triunfo do Xingu Altamira – Pará. Agente financeiro: BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento).

PARECER 578/2025

Ementa Anteprojeto de Lei. Declara e reconhece o Peixe-Boi da Amazônia (Trichechus Inunguis) e o Peixe-Boi Marinho (Trichechus Manatus) como patrimônios culturais naturais, de natureza imaterial, do Estado do Pará.

PARECER 579/2025

Ementa Projeto de Lei de alteração das Leis Estaduais n. 8.574/2017 e 10.452/2024. Contrato de empréstimo externo n. 010689/2019/CAF, com garantia da União. Alteração do escopo contratual. Programa municípios Sustentáveis. CAF – Corporação Andina de Fomento (Atualmente Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe).

PARECER 580/2025

Ementa Primeiro aditamento ao contrato de empréstimo, com garantia da União, celebrado entre Estado do Pará, Banco Santander (Brasil) S.A. e Itaú Unibanco S.A. “Projeto de Implantação e Pavimentação da Avenida Liberdade”. Giselle Benarroch Barcessat Freire

PARECER 581/2025

Ementa Servidor temporário. Licença para tratamento de saúde. Auxílio-doença. Questionamentos. Dispensa. Possibilidade. Ausência de estabilidade.

PARECER 582/2025

Ementa Companhia de desenvolvimento econômico do Pará (CODEC). Retomada administrativa de imóvel parte do distrito industrial de Barcarena. Repasse de recursos do tesouro para pagamento da indenização feito por meio de abertura de crédito suplementar. Desnecessidade de formalização de instrumento de empréstimo. Sugestões para que se proceda a acordado reembolso.



PARECER 586/2025

Ementa Capacitação de servidores. Descentralização de crédito orçamentário. Termo de Execução Descentralizada (TED). Observância do disposto no Decreto Federal n. 10.426/2020 e Lei Estadual n. 10.657/2024 (LDO).

PARECER 587/2025

Ementa Anteprojeto de Lei. Institui o mês do Letramento Racial. Pacto interinstitucional pró-equidade racial. Comitê da diversidade da PGE/PA. Viabilidade jurídica.

PARECER 588/2025

Ementa Administrativo. Decreto regulamentador. Procedimentos de aposentadoria. Averbção de tempo de serviço. Tramitação conjunta. Princípio da eficiência. Economia processual.

PARECER 591/2025

Ementa Alienação de imóvel estadual à União. Compensação de dívida pública do estado com a União. Utilização do imóvel para fins de reforma agrária. Programa Terra da Gente – Decreto Federal 11.995/2024. Procedimento a ser seguido.

PARECER 592/2025

Ementa Decreto de desapropriação. Utilidade pública. Viabilidade de publicação do decreto. Urgência declarada pelo NGTM.

PARECER 594/2025

Ementa Contrato administrativo. CAL. Prorrogação e reajuste. 3º Termo aditivo. Assinatura anual para acesso à plataforma *on line* do Sistema de Banco de Preços.

PARECER 596/2025

Ementa Sistema SAJ procuradorias. Rescisão unilateral do contrato.



PARECER 597/2025

Ementa Termo de cessão de uso de bem móvel. Procuradoria-Geral do Estado e Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Pará.

PARECER 598/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). SEAP. Ofensa física e maus tratos contra presidiárias. Discriminação. Transfobia. Oitiva das vítimas não realizada. Conjunto probatório deficiente. Nulidade parcial.

PARECER 599/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Crime de desacato. Prescrição penal. Referir-se, de modo ofensivo, a servidor público e a ato da administração. Crime contra a administração pública. Improbidade administrativa. Conduta escandalosa, na repartição. Ausência de provas. Descaracterização das condutas. Suspensão. Prescrição da pretensão punitiva. Absolvção.

PARECER 600/2025

Ementa Auxílio funeral. Art. 160, II, B, §3º da Lei n. 5810/94. Alteração pela Lei n. 8975/2020. Comprovação de despesas. Cônjuge.

PARECER 602/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Assédio sexual. Prescrição penal. Majorante penal. Incontinência pública. Valimento. Falta de provas. Princípios da presunção de inocência e *in dubio pro reo*. Absolvção.

PARECER 603/2025

Ementa Ex-policial militar estadual. Exclusão a bem da disciplina. Pedido de revisão. Ausência de fatos novos. Improcedência. Análise jurídica.



PARECER 604/2025

Ementa Termo de cooperação técnica e financeira. CODEC e EMBRATUR. Custeio de hospedagens para negociadores que atuarão na COP30. Decreto Estadual n. 3.302/2023.

PARECER 606/2025

Ementa Contribuição PIS/PASEP. Devido pelo órgão consultente. Prescrição. Legalidade de adesão a parcelamento.

PARECER 607/2025

Ementa Direito de Propriedade Industrial. Registro de marca. Detenção do direito de uso exclusivo da marca pelo titular. Utilização da marca registrada como denominação de data do calendário oficial do Estado, prevista em lei, que viola os direitos do titular. Possibilidade de alteração do nome para manter as ações e campanhas previstas pela Lei.

PARECER 608/2025

Ementa Direito Administrativo. Bens Públicos. Cessão de uso de imóvel estadual. Renovação. Escola Comunitária Ursinho Carinhoso. Possibilidade jurídica.

PARECER 610/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD) Instauração de PAD contra servidor demitido. Continuidade da apuração e legalidade de nova sanção.

PARECER 611/2025

Ementa Administrativo. Cessão de uso de bem imóvel público. Empresa de tecnologia da informação e comunicação do estado do Pará (PRODEPA). Polícia militar do estado do Pará (PMPA). Instalação de Estações de Transmissão de Radiocomunicação (ETR). Cobertura de telefonia celular 4g e 5g. Urgência para cop30. Lei estadual nº 6.614/2004. Interesse público evidenciado. Requisitos legais atendidos. Possibilidade jurídica.



PARECER 612/2025

Ementa Minuta de decreto. Regulamentação da Lei Estadual n. 10.021/2023. Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual.

PARECER 613/2025

Ementa Auxílio natalidade. Pagamento em caso de natimorto. Cabimento.

PARECER 614/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Professor. Assédio sexual. Valimento do cargo. Conduta escandalosa na repartição. Conduta incompatível com os princípios éticos, morais, às leis e regulamento. Demissão.

PARECER 615/2025

Ementa Termo de compromisso. Concessão dos serviços de água e esgotamento sanitário. Termo que viabilizará a antecipação parcial dos serviços da concessionária nos municípios de Belém, Ananindeua e Marituba.

PARECER 616/2025

Ementa Prorrogação de prazo para conclusão de atividades do Grupo de Trabalho sobre Inteligência Artificial. Decreto Estadual nº 4.690, de 27 de maio de 2025.

PARECER 617/2025

Ementa Aditivo contratual. Prorrogação de vigência. Telefonia fixa e internet. Serviço contínuo.

PARECER 619/2025

Ementa Contrato administrativo. Vice-Governadoria. Dispensa de licitação em razão do valor. Aquisição de licenças do pacote *Microsoft Office* e de *Software* antivírus.



PARECER	620/2025
Ementa	Minuta de resolução. Majoração de diárias. Procedimento legal. Disponibilidade orçamentária.
PARECER	622/2025
Ementa	Promoção por ato de bravura. Preenchimento dos requisitos formais. Possibilidade.
PARECER	623/2025
Ementa	Nomeação de membros. Conselho Estadual de Política de Promoção da Igualdade Racial (CONEPPIR). Análise jurídica.
PARECER	624/2025
Ementa	Exoneração e nomeação de membros para o Conselho Estadual Diversidade Sexual (CEDS/PA). Análise jurídica.
PARECER	626/2025
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará (FSCM). Assédio sexual. Conduta escandalosa. Não caracterização. Absolvição.
PARECER	627/2025
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Permuta e ausência ao serviço, sem expressa autorização. Valimento. Prescrição quinquenal. Absolvição. Arquivamento.
PARECER	628/2025
Ementa	Empresa estatal. Diretor jurídico. Requisitos e vedações aplicáveis.
PARECER	629/2025
Ementa	Minuta de decreto. Alteração do Decreto Estadual n. 1.795/2021. Análise jurídica.



PARECER 630/2025

Ementa Minuta de Decreto. Programa Qualifica Reforço Escolar no âmbito da Secretaria de Estado de Educação (SEDUC).

PARECER 631/2025

Ementa Pensão especial militar. Parecer Referencial n. 003/2022 – PGE. Instrução processual completa. Cabimento. Análise jurídica. Novo rateio.

PARECER 632/2025

Ementa Polícia Civil. Contrato de locação. Depósito de valor dos aluguéis em conta corrente de terceiro estranho à relação contratual. Mandato via procuração. Intenção confessa de evitar bloqueio judicial. Possível fraude à execução com que não pode pactuar a Administração.

PARECER 633/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). SEAP. Confronto com civis. Falta de urbanidade. Violação aos princípios éticos, morais e às leis e regulamentos. Conduta escandalosa. Demissão.

PARECER 635/2025

Ementa Polícia Militar (PMPA). Promoção em ressarcimento de preterição. Requisitos legais reconhecidos pela Comissão de Promoção de Oficiais (CPO).

PARECER 636/2025

Ementa Exoneração e nomeação de membros para o Conselho Estadual de Alimentação Escolar. Análise jurídica.

PARECER 638/2025

Ementa Acordo de Cooperação. Entidade privada sem fins lucrativos. Plano de trabalho. Adequação da minuta apresentada. Análise jurídica.



PARECER 639/2025

Ementa Servidor público. “Classificação” em cargo efetivo de consultor jurídico sem aprovação em concurso público. Ocupação da função pública de natureza permanente de assistente jurídico. Adequação do enquadramento funcional. Competência para análise de pedido de prorrogação de cessão.

PARECER 640/2025

Ementa Concessão dos serviços de saneamento básico e esgotamento sanitário. Bloco A. Contrato de interdependência. Reequilíbrio econômico-financeiro.

PARECER 641/2025

Ementa Solicitação para recorrer. Não conhecimento. Utilização de defesa apresentada no Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Análise jurídica.

PARECER 642/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Violação de sigilo funcional. Princípio da continuidade normativo típica. Dever de discrição. Porte e utilização de celular em serviço. Registros fotográficos de detenta. Demissão.

PARECER 643/2025

Ementa Acúmulo de cargos públicos. Enfermeiro e maqueiro. Profissional da saúde e não privativo de saúde. Inexistência de profissão regulamentada por Lei.

PARECER 646/2025

Ementa Anteprojeto de Lei Complementar. Alteração da Lei Complementar Estadual n. 22/94. Gratificação de risco de vida. Caráter permanente da verba a integrar os proventos dos policiais civis inativos. Incidência da contribuição previdenciária.



PARECER	647/2025
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Descumprimento de recomendações de parecer da PGE/PA. Ausência de impulsionamento do processo. Prescrição quinquenal administrativa. Absolvição. Arquivamento.
PARECER	648/2025
Ementa	Pedido de reconsideração. Intempestividade. Não conhecimento. Análise jurídica.
PARECER	649/2025
Ementa	Parecer do órgão jurídico para operação de crédito interno com garantia da União. Estado do Pará e Caixa. Programa de Investimentos em Infraestrutura, Saneamento, Saúde, Desenvolvimento Urbano, Cultura, Esporte e Lazer do Estado do Pará. Apoio financeiro a projetos na área da saúde.
PARECER	650/2025
Ementa	Parecer do órgão jurídico para operação de crédito interno com garantia da União. Estado do Pará e Banco do Brasil. Programa de Investimentos em Infraestrutura, Saneamento, Saúde, Desenvolvimento Urbano, Cultura, Esporte e Lazer do Estado do Pará. Execução pela Secretaria de Obras do Estado (SEOP).
PARECER	651/2025
Ementa	Nomeação de membros do Conselho Estadual de Meio Ambiente do Pará (COEMA). Instrução completa. Possibilidade.
PARECER	653/2025
Ementa	Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal (CAL). Memorando de Entendimentos.



PARECER 655/2025

Ementa Alteração de membros do Comitê Estadual para a 30ª Conferência das partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-30). Análise jurídica.

PARECER 656/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Prescrição quinquenal administrativa. Insubordinação grave em serviço. Descaracterização. Pandemia do COVID-19. Circunstâncias específicas do caso concreto. Violação ao dever de obediência às ordens superiores. Repreensão. Prescrição da pretensão punitiva. Absolvição.

PARECER 657/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Servidor público. Recebimento indevido de valores. Valimento. Lesão ao patrimônio Estadual. Absolvição.

PARECER 658/2025

Ementa Minuta de Decreto. Declara emergência ambiental e climática em todo o Estado do Pará. Prazo de 180 (Cento e oitenta) dias úteis.

PARECER 659/2025

Ementa Minuta de Decreto. Alteração do Decreto Estadual n. 4.676/2001. Internalização dos ajustes SINIEF n.s 21/2024 e 5/2025. Obrigações acessórias. Transmissão da solicitação de autorização de uso de documento fiscal. Regularidade da minuta.

PARECER 661/2025

Ementa Bombeiro militar. Portaria. Anulação. Cumprimento de decisão judicial em ação ordinária. Efeitos.

PARECER 663/2025

Ementa Dispensa de licitação em razão do valor. Serviço de assessoria contábil. Sociedade de economia mista.



PARECER 664/2025

Ementa Empregado público exclusivamente comissionado. Exoneração *ad nutum*. Não cabimento do pagamento de verbas rescisórias típicas da rescisão imotivada.

PARECER 666/2025

Ementa Operação de crédito interna com garantia da União. Programa de Investimentos em Infraestrutura, Saneamento, Saúde, Desenvolvimento Urbano, Cultura, Esporte e Lazer do Estado do Pará. Análise jurídica da minuta do contrato de financiamento.

PARECER 667/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Crime de homicídio culposo. Prescrição penal. Falta grave. Suspensão. Competência do Corregedor Geral Penitenciário.

PARECER 668/2025

Ementa Termo de Cooperação Técnica. Decreto estadual 3.302/2023. Cooperação entre Procuradoria-Geral do Estado e Universidade Federal do Pará para desenvolvimento de aplicativo móvel para disponibilização do acervo da Procuradoria Consultiva.

PARECER 669/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. PAD. Ausência de prestação de contas. Verbas recebidas em virtude do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Arquivamento.

PARECER 670/2025

Ementa Retorno de minuta de decreto após parecer da Procuradoria-Geral do Estado. Sugestão de nova redação. Possibilidade.

PARECER 671/2025

Ementa Pensão especial militar. Falecimento em decorrência da atividade policial militar. Instrução processual adequada. Indeferimento. Análise jurídica.



PARECER 672/2025

Ementa Recurso administrativo. Pedido de reconsideração. Intempestividade. Assédio sexual. Demissão. Não conhecimento.

PARECER 673/2025

Ementa Minuta de decreto. Alteração do Decreto Estadual n. 3.368/2023. Composição do Conselho Estadual de Direitos Humanos.

PARECER 674/2025

Ementa Serviço público. Abastecimento de água e esgotamento sanitário. Prestação regionalizada. Microrregião de Águas e Esgoto do Pará (MRAE). Contrato de concessão. Outorga fixa. Repartição entre Estado e Municípios.

PARECER 675/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Prescrição da pretensão punitiva. Absolvição. Arquivamento. Apuração de responsabilidades. Análise jurídica.

PARECER 677/2025

Ementa Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal (CAL). C2050. Memorando de Entendimentos.

PARECER 678/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). SEAP. Fuga de detentos. Desídia. Improbidade administrativa. Tipificação penal. Não configurado. Ausência de provas da materialidade. Absolvição.

PARECER 681/2025

Ementa Anteprojeto de Lei. Revisão do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, com reflexos para o período 2026-2027.



PARECER 682/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Falecimento de servidor público no curso do procedimento. Arquivamento.

PARECER 684/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Ausência de prestação de contas. Prescrição da pretensão punitiva disciplinar. Ocorrência.

PARECER 685/2025

Ementa Anteprojeto de Lei. Serviço de transporte público intermunicipal de passageiros na modalidade lotação de pequeno porte do Estado do Pará.

PARECER 686/2025

Ementa SEDUC. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Assédio sexual contra menor. Valimento. Demissão.

PARECER 688/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Professor. SEDUC. Circulação de diploma falso. Valimento. Corrupção. Configurados. Demissão. Desnecessidade de perícia grafotécnica. Demissão. Absolvição de duas investigadas. Ausência de participação.

PARECER 689/2025

Ementa Concurso público. Reserva de vagas. Candidato Portador de Deficiência (PCD). Cadastro de reserva. Forma de convocação.

PARECER 690/2025

Ementa Minuta de decreto. Alteração do decreto Estadual n. 4.676/2001. Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (RICMS/PA).



Convênio ICMS n. 81/2023. Revogação de benefício fiscal. Discrecionalidade administrativa. Princípio da anterioridade. Regularidade da minuta.

PARECER

692/2025

Ementa

Anteprojeto de Lei Estadual. Instituição do Serviço Ambiental Voluntário de Chefe de Esquadrão e Brigadista Florestal no Estado do Pará. Conformidade com a Lei Federal n. 9.608/1998 e com a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo (Lei n. 14.944/2024). Competência legislativa estadual. Regulamentação por decreto. Pagamento de natureza indenizatória. Viabilidade jurídica.

PARECER

693/2025

Ementa

Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Permutas de plantões com autorização verbal. Demissão. Desídia. Assinatura indevida em folha de frequência. Inocorrência. Boa-fé. Absolvição.

PARECER

694/2025

Ementa

Anteprojeto de Lei. Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD). Alteração da Lei Estadual n. 9.568, de 2 de maio de 2022. Análise jurídica.

PARECER

696/2025

Ementa

Pregão eletrônico. Serviço de locação de computadores e notebooks. Controle prévio de legalidade (Art. 53, da Lei n. 14.133/2021)

PARECER

697/2025

Ementa

Companhia de Ativos Ambientais e Participações do Pará S.A. (CAAPP). Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI). Necessidade de selecionar parceiro técnico para dar suporte à certificação e verificação de ativos de carbono do Estado do Pará, na execução do Sistema Jurisdicional de REDD+ no Estado. Possibilidade. Sugestão de ajustes pontuais na minuta.



PARECER 698/2025

Ementa Exoneração e nomeação de membros para o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação do Estado do Pará (CASCs/FUNDEB/PA). Análise jurídica.

PARECER 699/2025

Ementa FHCGV. Faltas. Tratamento de saúde. Atestado médico. Morosidade administrativa. Desorganização administrativa. Trâmites internos. Prejuízo ao servidor. Impossibilidade. Boa-fé. Confiança legítima. Razoabilidade. Proporcionalidade.

PARECER 700/2025

Ementa Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal. Parceria com organização da sociedade civil. Acordo de cooperação.

PARECER 703/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Diretor. SEDUC. Irregularidade em transporte escolar. Favorecimento de cônjuge na execução contratual. Valimento. Não comprovados. Referir-se, de modo ofensivo, a servidor público. Ameaça, incontinência pública e conduta escandalosa. Não configurados. Absolvição. Ausência de apuração de outras denúncias. Recomendação de instauração de procedimento.

PARECER 705/2025

Ementa Consulta. Possibilidade de reajuste e prorrogação. Ausência de documentos habilitatórios atualizados e minuta contratual. Normas de contingenciamento.

PARECER 706/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). SEDUC. Professor. Descumprimento parcial das atribuições. Procedimento desidioso.



Não configurado. Absolvição. Prescrição das infrações puníveis com repreensão e suspensão.

PARECER 709/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). SEAP. Tentativa de extorsão e ameaça. Valimento do cargo. Inexistência de provas da materialidade e autoria. Princípio da presunção de inocência. Absolvição. Arquivamento.

PARECER 710/2025

Ementa Concessão dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Minuta de termo de compromisso. Prorrogação do Programa Água Pará.

PARECER 713/2025

Ementa Servidor público. Licença paternidade. Contagem a partir da alta hospitalar. Precedentes do STF. Parecer n. 013/2025 da AGU. Aplicação ao caso concreto.

PARECER 714/2025

Ementa Servidor público. Policial civil. Licença para desempenho de mandato classista. Prevalência da Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis – LONPC (Lei Federal n. 14.735/2023). Competência legislativa suplementar do Estado do Pará.

PARECER 715/2025

Ementa Anteprojeto de Lei. Programa Estadual Água Pará. Lei Estadual n. 9.317/2021. Prorrogação. Alteração legislativa.

PARECER 716/2025

Ementa Consórcio Interestadual de Desenvolvimento da Amazônia Legal. Contrato administrativo. Prorrogação. Viabilidade jurídica.



PARECER 717/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). SEAP. Fuga de detentos. Procedimento desidioso. Não configurado. Absolvição.

PARECER 718/2025

Ementa CAL. Regime celetista. Cargos exclusivamente comissionados. Questionamentos.

PARECER 719/2025

Ementa Minuta de decreto. Institui o Programa Estadual de Desenvolvimento da Pesca Amadora e Esportiva e Regulamenta a Lei Estadual n. 6.167, de 7 de dezembro de 1998.

PARECER 721/2025

Ementa Anteprojeto de Lei. Abertura de crédito suplementar para despesa com publicidade. Inteligência do Art. 204, § 15, da Constituição Estadual. Necessária observância do Art. 167, Inciso V, da Constituição Federal.

PARECER 722/2025

Ementa Minuta de decreto. Destituição e designação de membro do Conselho Fiscal da Fundação de Apoio para o Desenvolvimento da Educação (FADEP). Competência do Chefe do Poder Executivo.

PARECER 723/2025

Ementa Contrato de gestão. Organização social. Convenção coletiva. Pedido de indenização formulado após a rescisão unilateral do contrato pela administração. Preclusão. Improcedência.

PARECER 724/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Desvio de medicamentos e doses de vacina de COVID. Desvio de finalidade de ação social. Assédio moral. Encaminhamento ao MPPA. Destituição de cargo em comissão.



PARECER 726/2025

Ementa Empresa pública. Nomeação de membro da diretoria executiva. Representante dos empregados. Lista tríplice. Impossibilidade de aproveitamento. Nova eleição.

PARECER 728/2025

Ementa Redução de jornada. Servidora responsável por menor diagnosticado com Transtorno Opositivo Desafiador (TOD). Não enquadramento como deficiência para usufruto do benefício.

PARECER 729/2025

Ementa Fixação dos índices percentuais de distribuição aos municípios das parcelas do produto da arrecadação do ICMS. Art. 3º, § 8º, da Lei complementar Federal n. 63/90. Competência do Governador do Estado do Pará. Art. 135, V, da Constituição Estadual.

PARECER 730/2025

Ementa Concessão de férias vencidas a militar. Interpretação da legislação Estadual. Ausência de prescrição material do direito. Reconhecimento da boa-fé e da responsabilidade da Administração pela omissão.

PARECER 731/2025

Ementa Pensão especial militar. Parecer referencial n. 003/2022 PGE. Falecimento em decorrência da atividade policial militar. Instrução processual completa. Cabimento. Análise jurídica.

PARECER 732/2025

Ementa Servidor público. Terço de férias. Piso da enfermagem. Lei Federal 14.434/2022. Abono pago com recursos federais. Natureza indenizatória. Exclusão da base de cálculo do terço de férias.

PARECER 733/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). FSMCPA. Inassiduidade habitual. Insuficiência probatória. Improbidade administrativa. Dolo



específico. Instrução insuficiente. Perícia psiquiátrica. Necessidade. Nulidade parcial.

PARECER 734/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). SEAP. Policial penal. Agressão à companheira e disparo de arma de fogo. Violação de deveres funcionais. Inobservância da urbanidade, princípios éticos e morais, e normas de uso de armamento. Incontinência pública. Demissão.

PARECER 735/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Policial penal. Ausência em plantão extraordinário. Comissão processante. Enquadramento inicial como abandono de cargo e improbidade administrativa. Impossibilidade. Tipicidade legal e dolo específico (Lei n. 14.230/2021). Conduta que se subsume ao Art. 177, I e VI, do RJU/PA. Infração passível de repreensão. Prescrição da pretensão punitiva (Art. 198, III, RJU/PA). Reconhecimento. Recomendação de absolvição.

PARECER 736/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Prescrição quinquenal. Absolvição. Apuração de responsabilidade.

PARECER 737/2025

Ementa Contratação pública. Inexigibilidade. Consultoria em gestão empresarial. Atividade preponderante da área de administração. Qualificação técnica. Inscrição ou registro da empresa na entidade profissional competente.

PARECER 738/2025

Ementa Minuta de decreto. Alteração do decreto Estadual n. 4.650/2025. Comissão Estadual para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável do Estado do Pará (CEODSPA). Mudança do prazo para instauração do colegiado.



PARECER 739/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Correção da capitulação legal para ofensa física em serviço a particular. Ausência de nulidade. Súmula 672/STJ. Inexistência de prescrição. Disparo de arma de fogo fornecida pelo Estado fora do expediente. Alcance do conceito “Em serviço” do Art. 190, VII, do RJU. Parecer PGE n. 209/25. Não caracterização de legítima defesa própria ou putativa. Ocorrência de dolo eventual. Art. 14, parte final, do CP. Parecer pela demissão.

PARECER 740/2025

Ementa Nomeação e recondução de membros do Conselho Penitenciário Estadual (COPEN) biênio 2025-2029. Possibilidade.

PARECER 741/2025

Ementa Terras indígenas. Atuação conjunta dos órgãos de segurança pública, observadas suas respectivas competências. Limites de atuação da Polícia Militar do Estado (PMPA).

PARECER 742/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (FASEPA). Incontinência pública e conduta escandalosa. Não caracterização. Absolvição.

PARECER 744/2025

Ementa Cessão de uso. Imóvel estadual. Município de castanhal. Implantação de creche municipal. Interesse público evidenciado. Requisitos legais atendidos. Possibilidade jurídica.

PARECER 745/2025

Ementa Servidor público. Técnico laboratorial. Tempo de serviço. Pandemia. Exceções da LC n. 173/2020. Interpretações desta PGE. PR n. 003/2024. Afastamentos considerados como efetivo exercício.

PARECER 747/2025



Ementa Contratação pública. Sistema de Registro de Preços (SRP). Pregão eletrônico. Lote único. Maior desconto global. Adesão a itens específicos. Pesquisa prévia de preços. Vantajosidade da contratação. Art. 82, § 2º, da Lei Federal n. 14.133/2021.

PARECER 748/2025

Ementa Servidor civil. Recebimento indevido de verba por erro de fato da administração. Ressarcimento voluntário. Ausência de má-fé e dolo. Inexistência de infração disciplinar. Arquivamento.

PARECER 749/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Servidor público. Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP). Legítima defesa de terceiros. Absolução.

PARECER 750/2025

Ementa Servidor público. Técnico laboratorial. Tempo de serviço. Pandemia. Exceções da LC n. 173/2020. Interpretações desta PGE. PR n. 003/2024. Afastamentos considerados como efetivo exercício.

PARECER 751/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Assédio sexual. Prescrição penal. Incontinência pública. Valimento. Ausência de provas. Inobservância aos princípios éticos e morais, às leis e aos regulamentos. Falta grave no caso concreto. Penalidade de suspensão. Competência do exmo. Secretário de Estado da Pasta.

PARECER 752/2025

Ementa Minuta de decreto. Alteração do decreto Estadual n. 3.230/2023. Programa Dinheiro na Escola Paraense.

PARECER 753/2025

Ementa Nomeação de membros do conselho gestor da Fundação de Apoio para o Desenvolvimento da Educação (FADEP). Análise jurídica.



PARECER 754/2025

Ementa Exoneração e nomeação de membros para compor o Conselho Estadual de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (CEPDDH). Conselho Estadual de Política de Promoção da Igualdade Racial (CONEPPIR). Conselho Estadual de Diversidade Sexual (CEDS) análise jurídica.

PARECER 757/2025

Ementa Policial militar estadual. Oficial (1º TEN PM). Prisão e condenação judicial em primeira instância no exterior. Dificuldades no processamento do Conselho de Justificação. Viabilidade jurídica do processo de deserção. Providências a adotar.

PARECER 758/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). SEDUC. Improbidade administrativa e procedimento desidioso. Prescrição. Absolvição. Dever de ressarcimento ao erário. Prescrição. Hipótese de adimplemento voluntário. Possibilidade.

PARECER 759/2025

Ementa IGEPPS. Pedido de restabelecimento de aposentadoria. Absolvição penal por insuficiência de provas. Independência entre as instâncias penal e administrativa. Incompetência do IGEPPS para rever decisão do Conselho de Justificação. Impossibilidade de revisão/anulação do ato disciplinar após 5 anos. Inviabilidade de restabelecimento de aposentadoria. Pleito indeferido.

PARECER 761/2025

Ementa Exoneração e nomeação de membros para o Conselho Estadual de Educação (CEE). Análise jurídica. Possibilidade.

PARECER 762/2025

Ementa Minuta de decreto. Nomeação e recondução de membros para composição do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa (CEDPI-PA). Competência do Chefe do Poder Executivo.



PARECER 763/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Improbidade e outros. Prescrição.

PARECER 764/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Improbidade e outros. Prescrição.

PARECER 765/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Improbidade e outros. Prescrição.

PARECER 766/2025

Ementa Anteprojeto de Lei. Lei Estadual n. 5.530/89. Fornecimento de informações por instituições e intermediadores financeiros. Modificação no ROL de penalidades do ICMS. Lei n. 6.017/96. Alterações nas imunidades e isenções. Fixação de alíquota para veículos destinados a locação. Lei n. 9.389/21. DOE-SEFA. Lei n. 8.455/16. Isenção da taxa de consulta tributária para órgãos da administração pública estadual. Lei n. 5.546/89. Alteração do ROL de bens supérfluos.

PARECER 768/2025

Ementa COHAB. Empregado celetista e aposentado. Regime geral de previdência. Pedido de demissão. Licença saúde. Inaplicabilidade do decreto estadual 4.847/2025.

PARECER 769/2025

Ementa Minuta de decreto. Regulamentação de Lei Estadual. Serviço ambiental voluntário. Chefe de Esquadrão. Brigadista florestal.

PARECER 771/2025

Ementa Subcontratações designadas e cessões de crédito em contrato celebrado com recursos do contrato de empréstimo BZ-P20. BRT



metropolitano. Aplicação da “Legislação do Brasil” (Leis Federais 8.666/93 e 12.462/11). Parecer PGE n. 10165/2019. Regularidade das subcontratações designadas. Cumprimento dos requisitos da cláusula 5.1, B, do contrato e jurisprudência do TCU. Possibilidade da cessão de crédito, mediante complementação da instrução processual. Parecer AGU JL – 01, despacho PGE-GO n. 150/21 – GAB e nota técnica PGE n. 45/20.

PARECER 773/2025

Ementa Desapropriação. Decreto de utilidade pública para implantação de Praça e Quadra Poliesportiva no Canal Cipriano Santos. Documentos indispensáveis para expedição do decreto de utilidade pública. Possibilidade.

PARECER 775/2025

Ementa Operação de crédito interna com garantia da União. Caixa Econômica Federal. Programa de Investimentos em Infraestrutura, Saneamento, Saúde, Desenvolvimento Urbano, Cultura, Esporte e Lazer do Estado do Pará. Análise da minuta do contrato de empréstimo.

PARECER 776/2025

Ementa Exoneração e nomeação de membros para o Conselho Estadual de Segurança Pública (CONSEP). Análise jurídica.

PARECER 777/2025

Ementa Consórcio Amazônia Legal (CAL). Acordo de Cooperação com Organização da Sociedade Civil (AGNI). Reanálise de minuta. Atendimento parcial às recomendações do parecer n. 700/2025.

PARECER 778/2025

Ementa Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará (CBMPA). Promoção de oficiais. 25 de setembro de 2025. Antiguidade e merecimento. Quadro de oficiais de administração. Ausência de critérios legais para implementar a promoção. Necessidade de alteração legislativa. Quadro de oficiais combatentes. Regularidade da proposta.



PARECER	779/2025
Ementa	Desapropriação. Decreto de utilidade pública para a construção de uma ponte sobre o Rio Maguari. Documentos indispensáveis para expedição do Decreto de utilidade pública. Possibilidade.
PARECER	782/2025
Ementa	Polícia Militar do Estado do Pará (PMPA). Minuta de decreto. Promoção de oficiais do dia 25 de setembro de 2025. Antiguidade e merecimento. Regularidade.
PARECER	783/2025
Ementa	Direito administrativo. Projeto de Lei Ordinária. Plano estratégico de longo prazo do Estado do Pará - Pará 2050. Instrumento de planejamento público. Constitucionalidade formal e material. Modelo de governança compartilhada multi-institucional. Vinculação a instrumentos orçamentários. Desenvolvimento sustentável e sociobiodiversidade amazônica. Participação social e princípios da administração pública. Proporcionalidade e Razoabilidade. Parecer favorável à viabilidade jurídica.
PARECER	784/2025
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Abandono de cargo. Não observância do rito sumário. Procedimentos. Assegurados o contraditório e a ampla defesa. Demissão.
PARECER	785/2025
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Desídia. Ausência de assiduidade e outros. Prescrição.
PARECER	786/2025
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar Simplificado (PADS). Inassiduidade habitual. Faltas graves. Demissão.



PARECER 787/2025

Ementa Contratação pública. Sistema de Registro de Preços (SRP). Adesão por órgão público Estadual à Ata de Registro de Preços (ARP) de empresa pública Federal. Questão controvertida. Admissibilidade, desde que observados alguns requisitos. Inviabilidade da adesão no caso concreto.

PARECER 788/2025

Ementa Anteprojeto de Lei. Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP). Institui a responsabilização financeira por danos, inutilização ou extravio de equipamento de monitoração eletrônica utilizado por investigado, acusado, preso ou condenado no âmbito do Estado do Pará. Análise jurídica.

PARECER 790/2025

Ementa Projeto de Lei que altera a Lei n. 5.530, de 13 de janeiro de 1989. Instituição de alíquota reduzida de ICMS para tintas e massas corridas destinadas a concurso cultural de valorização do patrimônio histórico. Vigência temporária. Análise de constitucionalidade, legalidade e compatibilidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Iniciativa do Chefe do Poder Executivo. Matéria tributária. Extra fiscalidade. Ausência de vícios.

PARECER 791/2025

Ementa CAL. Adesão à ata de registro de preços. Carona. Instrução incompleta.

PARECER 793/2025

Ementa Desapropriação. Decreto de utilidade pública para obras de macrodrenagem da bacia do Tucunduba – Canal Gentil Bittencourt. Documentos indispensáveis para expedição do decreto de utilidade pública. Possibilidade.

PARECER 795/2025



Ementa	Militares estaduais. Transferência à inatividade antes da publicação da Emenda Constitucional n. 41/2003. Regra da paridade. Praças que recebem soldo equivalente ao grau hierárquico superior (Oficial). Abono salarial.
PARECER	796/2025
Ementa	Acesso à informação. Servidor falecido. Pedido de herdeiro. Documentos funcionais e ficha financeira. Informação pessoal e não sigilosa. Legitimidade do herdeiro. Possibilidade de fornecimento.
PARECER	797/2025
Ementa	Nomeação de membros do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (CONSEANS). Análise jurídica.
PARECER	798/2025
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). SEAP. Policial penal. Agressão física e ameaça a internos. Insuficiência de provas de autoria e materialidade. Absolvção.
PARECER	800/2025
Ementa	Decreto que declara Estado de emergência fitossanitária para fins de prevenção, controle e mitigação da vassoura-de-bruxa da mandioca. Emergência fitossanitária. Desastre biológico segundo o código brasileiro de desastres. Competência do Chefe do Poder Executivo para declaração. Necessidade de parecer da defesa civil. Decreto Estadual n. 4.028, de 2024. Diligências.
PARECER	801/2025
Ementa	Termo de cessão de uso a título gratuito. Bem público imóvel. Requisitos legais. Instituição financeira. Inviabilidade jurídica.
PARECER	802/2025
Ementa	Desapropriação. Decreto de utilidade pública para implementação de obra de macrodrenagem. Documentos indispensáveis para expedição do decreto de utilidade pública. Possibilidade.



PARECER 805/2025.

Ementa COP30. Parque da Cidade e Hangar. Bens da União cedidos ao Estado do Pará. Inviabilidade de cessão/subcessão. Acordo de Cooperação Técnica (ACT) como instrumento mais adequado. Sugestões.

PARECER 806/2025

Ementa Decreto de desapropriação. Utilidade pública. Finalidade de construção de praça pública. Recomendações de alteração no decreto expropriatório. Diligência junto à SEOP. Caso aceitas – possibilidade de encaminhamento à Casa Civil.

PARECER 807/2025

Ementa Trata-se de solicitação formulada pela Procuradora-Geral Adjunto do Contencioso, conforme Ofício n. 2316/2025-PGE-GAB, de 30 de julho de 2025.

PARECER 809/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). SEDUC. Ex-servidoras públicas temporárias e ex-servidor comissionado. Recebimento indevido de auxílio-natalidade e salário-família. Violação aos preceitos morais, éticos, às leis e regulamentos. Prática de ato lesivo ao patrimônio estadual. Valimento. Improbidade. Tipos penais. Conversão dos distratos e de exoneração a pedido em demissão. Análise jurídica.

PARECER 810/2025

Ementa Parecer do órgão jurídico para operação de crédito interno com garantia da União. Estado do Pará e Banco do Brasil. Programa de Investimentos em Infraestrutura, Saneamento, Saúde, Desenvolvimento Urbano, Cultura, Esporte e Lazer do Estado do Pará. Banco do Brasil. R\$ 700.000.000,00 (Setecentos milhões de reais).

PARECER 813/2025



Ementa	Desapropriação. Decreto de utilidade pública para a construção de uma ponte sobre o Rio Maguari. Documentos indispensáveis para expedição do decreto de utilidade pública. Possibilidade.
PARECER	814/2025
Ementa	Pensão Especial Militar. Parecer referencial n. 003/2022 PGE. Falecimento em decorrência da atividade policial militar. Instrução processual completa. Cabimento. Análise jurídica.
PARECER	816/2025
Ementa	Parceria sem transferência de recursos financeiros. Órgãos públicos e Organização da Sociedade Civil. Acordo de cooperação. Lei Federal n. 13.019/2014. Decreto Estadual n. 4.040/2024.
PARECER	817/2025
Ementa	Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável Amazônia Legal (CAL). Contrato administrativo. Serviço contínuo. Prorrogação de vigência. Reajuste. Termo aditivo.
PARECER	818/2025
Ementa	Terceiro termo aditivo ao contrato caixa n. 0623.465-14. FINISA IV - Programa de Investimentos em Infraestrutura, Saúde, Segurança Pública e Tecnologia. R\$-176.770.00,00.
PARECER	820/2025
Ementa	Pensão especial. Servidor civil. Beneficiário habilitado. Termo inicial para pagamento. Instrução processual completa. Análise jurídica.
PARECER	821/2025
Ementa	CAL. Direitos autorais. Fotografias. Utilização sem autorização prévia. Pleito de indenização. Legitimidade. Cessão de direitos.
PARECER	822/2025



Ementa	Terras públicas. Título definitivo (Compra). Ausência de prévia autorização legislativa. Vício sanável. Dever de convalidação.
PARECER	823/2025
Ementa	Projeto de Lei. Alteração da Lei Estadual n. 10.750, de 2024. Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA). Inclusão da Secretaria de Estado das Mulheres (SEMU). Ausência de manifestação da Secretaria Interessada. Complementação da instrução.
PARECER	824/2025
Ementa	Parecer do órgão jurídico para operação de crédito interno com garantia da União. Estado do Pará e Caixa Econômica Federal. Programa de Investimento em Infraestrutura, Saneamento, Saúde, Desenvolvimento Urbano, Cultura, Esporte e Lazer do Estado do Pará. Execução pela SEINFRA (Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística). R\$456.740.000,00 (Quatrocentos e cinquenta e seis milhões, setecentos e quarenta mil reais).
PARECER	825/2025
Ementa	FSMCPA. Servidora gestante. Afastamento da atividade insalubre. Percepção do adicional de insalubridade. Orientações legais e jurisprudenciais.
PARECER	826/2025
Ementa	Análise de minuta de decreto. Alteração do Decreto n. 2.150/2006, que dispõe sobre normas e procedimentos relativos ao Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de quaisquer bens ou direitos (ITCD). Competência do Poder Executivo para regulamentar a Lei. Ausência de vícios de inconstitucionalidade ou ilegalidade. Legalidade da medida.
PARECER	828/2025
Ementa	Recurso hierárquico. Conversão de licença-prêmio em pecúnia. Intempestividade. Não conhecimento.



PARECER 829/2025

Ementa Bens públicos. Direitos à denominação (naming rights). Cessão onerosa. Pregão presencial. Fase preparatória. Análise jurídica.

PARECER 831/2025

Ementa Parceria sem transferência de recursos financeiros. Termo de Cooperação Técnica entre o Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) e a Procuradoria-Geral do Estado do Pará (PGE/PA). Viabilidade jurídica. Ajustes a realizar.

PARECER 832/2025

Ementa Porto Futuro II. Cessão de uso onerosa de bem público. Subcessão. Pregão presencial n. 90003/2024. Ampliação da área originalmente contratada (De 6.000 m² para 8.833,26 m²). Termo aditivo. Alteração bilateral do contrato. Art. 124, II, da Lei n. 14.133/2021. Limites quantitativos (Arts. 125 e 126). Silêncio legislativo quanto a alterações consensuais. Possibilidade em caráter excepcional. Decisão TCU n. 215/1999-Plenário. Requisitos cumulativos. Necessidade de atesto pela SECULT quanto à vantajosidade, preservação do objeto e interesse público.

PARECER 833/2025

Ementa Pensão especial militar. Parecer Referencial n. 003/2022 PGE. Falecimento em decorrência da atividade policial militar. Instrução processual completa. Análise jurídica.

PARECER 835/2025

Ementa Adesão à ata de Registro de Preços (ARP) do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo (CREA-ES). Lei n. 14.133/2021. Possibilidade jurídica.

PARECER 836/2025

Ementa Exoneração e nomeação de membros do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA/PA). Análise jurídica.



PARECER 837/2025

Ementa Exoneração e nomeação de membros do Conselho Estadual de Previdência (CEP). Possibilidade.

PARECER 838/2025

Ementa Direito tributário e financeiro. Minuta de decreto. Programa Estadual de Incentivo à Cultura – SEMEAR. Lei Estadual n. 6.572/2003. Majoração do Montante de Recursos Destinados a Incentivo Fiscal (ICMS) para o exercício de 2025. Renúncia de receita. Análise da conformidade com o Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n. 101/2000). Cumprimento do requisito de medida compensatória (Inciso II) por meio de excesso de arrecadação, atestado por órgão técnico fazendário (DAIF). Constitucionalidade e legalidade da medida. Recomendação de posterior alteração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para fins de transparência fiscal. Análise técnica que compete à SEPLAD.

PARECER 839/2025

Ementa Servidor público. Delegados de polícia civil. Estados do Pará e do Maranhão. Cessões recíprocas em regime de permuta. Lei Federal n. 14.735/2023 (Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis). Ausência de regulamentação Estadual do Instituto da Permuta. Cessão. Disposições legais.

PARECER 840/2025

Ementa Operação de crédito interna com garantia da União. Caixa Econômica Federal. Programa de Investimentos em Infraestrutura, Saneamento, Saúde, Desenvolvimento Urbano, Cultura, Esporte e Lazer do Estado do Pará. SEINFRA. Análise da minuta do contrato de empréstimo.

PARECER 841/2025

Ementa Contratação pública. Sistema de Registro de Preços (SRP). Pregão eletrônico. Critério de julgamento da ARP: menor preço global. Fase preparatória do não participante: preço unitário. Existência de planilha de custos unitários. Verificação de limites quantitativos de



adesão. Responsabilidade da gerenciadora pela comprovação. Possibilidade jurídica condicionada à análise técnica de vantajosidade.

PARECER 842/2025

Ementa Operação de crédito interna com garantia da União. Caixa Econômica Federal. Projeto de readequação da Rodovia BR- 316, no âmbito do Programa de Investimentos em Infraestrutura, Saúde, Segurança Pública e Tecnologia. Análise da minuta do contrato de empréstimo.

PARECER 843/2025

Ementa Minuta de decreto. Rede de parcerias. Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (SISANS/PA). Programa Pará Sem Fome.

PARECER 844/2025

Ementa Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Caso n. 12.327. Manoel da Costa Barbosa (Fazenda Princesa). Minuta de Acordo de Cumprimento. Análise das cláusulas e viabilidade jurídica.

PARECER 845/2025

Ementa Parecer do órgão jurídico para operação de crédito interno com garantia da União. Estado do Pará e Caixa Econômica Federal. Programa de Investimentos em Infraestrutura, Saúde, Segurança Pública e Tecnologia. Área de atuação mobilidade urbana e infraestrutura. R\$ 150.000.000,00 (Cento e cinquenta milhões de reais).

PARECER 847/2025

Ementa Contratação pública. Contratação emergencial. Dispensa de licitação. Art. 75, VIII e § 6º, da Lei Federal n. 14.133/2021. Requisitos, limites e apuração de responsabilidades.

PARECER 850/2025



Ementa Pensão especial militar. Parecer Referencial n. 003/2022- PGE. Falecimento em decorrência da atividade policial militar. Instrução processual completa. Cabimento. Análise jurídica.

PARECER 851/2025

Ementa Exoneração e nomeação de membros do Conselho Fiscal da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER). Análise jurídica.

PARECER 852/2025

Ementa Exoneração e nomeação de membros para o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Análise jurídica.

PARECER 857/2025

Ementa Inexigibilidade de licitação. Treinamento e aperfeiçoamento de pessoal. Notória especialização. Universidade pública. MBA em data science e analytics. Possibilidade jurídica.

PARECER 859/2025

Ementa Minuta de Anteprojeto de Lei. Reestruturação do contencioso administrativo tributário. Análise das alterações em relação à proposta anterior. Acolhimento parcial de críticas. Manutenção do risco de inconstitucionalidade material em algumas disposições.

PARECER 860/2025

Ementa Direito administrativo. Decreto Estadual n. 796/2020. Recebimento de doações de bens móveis e serviços pela Administração Pública Estadual. Proposta de alteração do Artigo 20 e acréscimo do inciso VII ao Artigo 23. Análise de constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa. Parecer favorável com ressalvas.

PARECER 863/2025

Ementa Pedido de reconsideração. Recebimento como recurso hierárquico. Pedido indenizatório. Organização social. Encerramento de contrato



de gestão. Intempestividade. Não conhecimento. Segundo recurso hierárquico. Ausência de previsão legal.

PARECER 864/2025

Ementa Contrato administrativo. Pedido de reajuste feito durante a vigência contratual. Pagamento a ser realizado após a expiração da vigência contratual. Termo de reconhecimento de dívida.

PARECER 865/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Policiais penais. Ofensas a pessoas privadas de liberdade. Custodiados LGBTQI+. Suficiência de provas de autoria e materialidade. Violação aos deveres de urbanidade e aos princípios éticos, morais, leis e regulamentos. Conduta escandalosa na repartição. Ações violadoras da moralidade administrativa. Palavra das vítimas em harmonia com demais provas testemunhais. Demissão.

PARECER 866/2025

Ementa Direito administrativo e constitucional. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Minuta de Decreto Estadual. Reestruturação da Comissão Interinstitucional de Acompanhamento e Avaliação do SINASE no Estado do Pará. Distinção funcional entre comissões Inter setoriais e conselhos de direitos. Participação social mediata através do CEDCA. Direito comparado nacional uniforme. Conformidade jurídica plena. Parecer favorável.

PARECER 868/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Escola de Governança Pública do Estado do Pará. Assédio moral. Nulidade. Vícios processuais insanáveis. Insuficiência probatória. Necessidade de reabertura da instrução e designação de nova comissão processante.

PARECER 871/2025

Ementa Projeto de Lei. Fundo de Saúde da Polícia Militar do Pará (FUNSAU).



PARECER 873/2025

Ementa Estágio de estudantes. Competência legislativa concorrente (Art. 24, IX, da CF/88). Sujeição do Estado às normas gerais editadas pela União. Lei Federal n. 11.788/2008. Convênio de concessão de estágio.

PARECER 874/2025

Ementa Projeto de Lei. Alteração da Lei Estadual n. 7.596, de 29 de dezembro de 2011, que institui o cadastro técnico estadual de atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais, a taxa de fiscalização ambiental.

PARECER 875/2025

Ementa Servidor público. Estágio probatório. Suspensão. Cessão. Análise das funções desempenhadas junto ao órgão/entidade cessionário. Licença-maternidade e licença para tratamento de saúde. Reserva legal.

PARECER 876/2025

Ementa Contrato de locação. Poder público locatário. Prorrogação da vigência por mais 12 (Doze) meses. Reajuste contratual. Termo aditivo.

PARECER 877/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). SEAP. Policial penal. Disparo de arma com munição de elastômero em custodiado. Inobservância dos princípios éticos e morais, leis e regulamentos. Ofensa física em serviço. Demissão.

PARECER 878/2025

Ementa SEDUC. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Irregularidades na prestação de contas de diárias de viagem. Pendências solucionadas. Infrações não configuradas. Absolvição. Ausência de comprovação da infração de que trata o Art. 177, VI do RJU. Processo disciplinar não impulsionado. Recomendação à SEDUC.



PARECER 879/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). SEAP. Violação ao dever de urbanidade. Lesão corporal e disparo de arma de fogo. Valimento. Conduta escandalosa. Inobservância do devido processo legal.

PARECER 880/2025

Ementa Minuta de decreto. Benefício fiscal. Isenção do ICMS nas operações internas relativas a doações para a administração pública estadual direta, seus órgãos, suas fundações e autarquias, de quaisquer mercadorias ou bens. Convênio ICMS n. 68/2020. Observância dos estritos termos da autorização nacional. Necessidade de estimativa de impacto orçamentário financeiro.

PARECER 881/2025

Ementa Minuta de decreto. Regime Especial de Centro de Distribuição. Alteração do Decreto n. 4.676, de 18 de junho de 2001 (RICMS/PA). Correção de distorções tributárias. Isonomia. Viabilidade jurídico-formal e material. Necessidade de observância ao princípio da anterioridade.

PARECER 882/2025

Ementa Minuta de decreto. Dispõe sobre a criação, a finalidade e a estrutura básica dos Centros de Inovação e Sustentabilidade da Educação Básica. Secretaria de Estado de Educação (SEDUC).

PARECER 883/2025

Ementa Minuta de Projeto de Lei. Alteração do §2º do Art. 6º da Lei Estadual n. 10.588/2024. Alteração técnica. Boa prática legislativa. Manutenção da orientação normativa.

PARECER 884/2025

Ementa Convênio. Reprovação total da execução. Pretensões punitiva e de ressarcimento. Prescrição quinquenal. Resolução TCU n. 344/2022. In TCU n. 98/2024. Lapso temporal superior a cinco anos sem atos de



apuração. Impossibilidade de instauração de tomada de contas especial.

PARECER 885/2025

Ementa Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021. Procedimentos auxiliares. Pré-Qualificação. Necessidade de regulamentação Estadual.

PARECER 890/2025

Ementa Lei Federal n. 11.445/2007. Lei Federal n. 14.026/2020 (Novo Marco Legal do Saneamento Básico). Lei Estadual n. 7.731/2013. Saneamento básico. Plano Estadual de Saneamento Básico. Lei Complementar Estadual n. 171/2023. Abastecimento de água e esgotamento sanitário. Lei Estadual n. 9.887/2023. Vigência e validade. Aplicabilidade das normas.

PARECER 893/2025

Ementa Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável Amazônia Legal (CAL). Contrato administrativo. Serviço contínuo. Prorrogação de vigência. Termo aditivo.

PARECER 895/2025

Ementa Anteprojeto de Lei. Altera a Lei Estadual n. 6.839/2006. Atualização do Plano de Carreira, Cargos e Salários da Universidade do Estado do Pará (UEPA).

PARECER 897/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). SEAP. Suposto disparo de arma de fogo em via pública. Inobservância do devido processo legal. Notificação prévia por edital. Declaração de nulidade parcial.

PARECER 896/2025

Ementa Permuta de imóvel público. Interpretação conforme o Art. 76, I, "C" da Lei 14.133/2021. Viabilidade e legalidade. Possibilidade. Necessidade de autorização legislativa. COHAB e SESP. Interessadas.



PARECER

898/2025

Ementa

Requerimento de indicação. Autorização de aplicação imediata de medida de segurança pública administrativa para resguardar, manter ou reintegrar à posse ao legítimo possuidor e/ou proprietário de bem imóvel público ou privado, rural ou urbano, e prédio público que sofreu ou está na iminência de sofrer turbacão ou esbulho possessório, causado por invasão ou ocupação clandestina, coletiva ou particular.

PARECER

901/2025

Ementa

Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA). Valimento do cargo. Crime contra a Ordem Tributária. Acusado com mais de 70 anos. Art. 115 do Código Penal. Incidência da prescrição. Absolvição.

PARECER

902/2025

Ementa

Parceria entre o Poder Público e Organização da Sociedade Civil (OSC). Termo de fomento. Inexigibilidade de chamamento público. Requisitos para a celebração. Lei Federal n. 13.019/2014 e Decreto Estadual n. 4.040/2024.

PARECER

903/2025

Ementa

Acordo de Cooperação. Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal. Organismo internacional. Legalidade do instrumento.

PARECER

904/2025

Ementa

Anteprojeto de Lei. Alteração da Lei Estadual n. 6.555, de 3 de julho de 2003. Alienação, por doação, para fins de uso de interesses exclusivamente social, de bens móveis, considerados inservíveis. Inclusão de disciplina sobre cessão de uso de bens móveis. Matéria estranha à Lei. Necessidade de alteração da ementa. Diligências junto à Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD).



PARECER 905/2025

Ementa Minuta de decreto. Alteração do decreto estadual n. 2.746/2022. Plano Estadual de Bioeconomia (PLANBIO). Comitê Executivo do Plano Estadual de Bioeconomia.

PARECER 906/2025

Ementa Processo administrativo. Convênio PGE/SEIRDH/ITERPA e OSCS (Fase/Fundo Dema; Malungu). Projeto aquilombar. Desintrusão e regularização fundiária de territórios quilombolas. Efetivação do Art. 68 do ADCT. Financiamento privado finalístico. Análise dos instrumentos e propostas de alteração.

PARECER 907/2025

Ementa Proposta de decreto. Alteração dos decretos estaduais n. 2.854/22 e 3.119/23. Aumento de alíquotas. Internalização de convênios. Possibilidade de aumento por meio de decreto. Previsão constitucional. Necessidade de observância ao princípio da anterioridade nonagésima.

PARECER 908/2025

Ementa Pedido de reconsideração. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Demissão. Intempestividade. Não conhecimento.

PARECER 909/2025

Ementa Desapropriação. Decreto de utilidade pública para implementação e funcionamento do núcleo Gaeco-Carajás, município de Marabá. Documentos indispensáveis para expedição do decreto de utilidade pública. Possibilidade condicionada.

PARECER 911/2025

Ementa Minuta de decreto. Secretaria de Estado das Mulheres (SEMU). Institui o observatório mulheres da Amazônia.



PARECER	912/2025
Ementa	Contrato administrativo. CAL. Prorrogação de vigência e reajuste anual. 2º termo aditivo.
PARECER	913/2025
Ementa	Pedido de reconsideração em pedido de revisão. Não cabimento. Hipóteses legais no âmbito recursal. Aplicação da Lei Estadual n. 5.810, de 1994. Exceção à incidência da Lei Estadual n. 8.972, de 2020. Não conhecimento.
PARECER	915/2025
Ementa	Minuta de decreto. Instituição do Programa Amigos da Escola Paraense. Incentivo de doações privadas aos conselhos escolares. Emissão de certificado aos doadores. Instrução normativa n. 30/2023-GAB/SEDUC. Conselhos escolares constituídos como associações privadas. Sugestão de retorno do processo à Secretaria de Estado de Educação (SEDUC).
PARECER	916/2025
Ementa	Contrato de empréstimo n. 5810/OC-BR. Estado do Pará e BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento. Projeto de Ampliação e Modernização da Infraestrutura e da oferta educacional para garantia do direito de aprender no Pará (Educação Por Todo o Pará). Parecer final após formalização do instrumento.
PARECER	917/2025
Ementa	Anteprojeto de Lei. Altera a Lei Estadual n. 8.933/2019. Criação e transformação de cargo de provimento em comissão. Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD).
PARECER	918/2025
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Secretaria de Estado de Educação (SEDUC). Matrícula de aluno realizada sem comprovação documental. Prescrição das penalidades de repreensão e suspensão. Não caracterização de desídia. Absolvição.



PARECER 919/2025

Ementa Minuta de alteração do Decreto estadual n. 4.582, de 8 de abril de 2025. Sistema Setorial de Gestão Administrativa para o Clima do Estado do Pará. Prorrogação do prazo de vigência. Possibilidade.

PARECER 920/2025

Ementa Servidor público. Eleição para diretor tesoureiro da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Pará (OAB/PA). Licença para desempenho de mandato classista. Art. 95 da Lei Estadual n. 5.810/94.

PARECER 921/2025

Ementa Convênio de financiamento não reembolsável para investimento (BR-G1030). BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento. Projeto Calor Extremo e Escolaridade: financiamento de estratégias para promover aprendizagem e proteger o futuro das crianças paraenses - CAL – Pará. Complemento ao empréstimo para financiamento do Programa Educação Por Todo o Pará.

PARECER 924/2025

Ementa Anteprojeto de Lei. Altera a Lei Estadual n. 6.572/2003. Concessão de incentivo fiscal para a realização de projetos culturais no Estado do Pará. Lei semear. Convênio ICMS n. 94/2019.

PARECER 926/2025

Ementa ARCON. Reajuste de tarifa pública. Sistema Integrado de Transporte público da Região Metropolitana de Belém (SIT/RMB). Ato do Poder Executivo.

PARECER 927/2025

Ementa Termo de Execução Descentralizada (TED) n. 001/2024-PGE/SEOP. Construção de prédio anexo à PGE/PA (Contrato n. 041/2024 – SEOP X DRECON Construtora LTDA.) Acréscimo de valores no TED, para fins de pagamento de reajuste contratual e de alteração do valor contratual. Termo aditivo.



PARECER	928/2025
Ementa	Minuta de Decreto que visa alterar o Decreto Estadual n. 3.219, de 24 de julho de 2023, regulamentador do Programa Estrutura Pará. Minuta de Resolução sobre o procedimento de compensação. Ajustes nas regras de compensação do crédito tributário da Taxa de Fiscalização dos Recursos Minerários (TFRM). Constitucionalidade e legalidade das medidas. Observância das normas gerais de direito tributário. Inexistência de óbices à prossecução da proposta.
PARECER	930/2025
Ementa	Pagamento de diárias. Colaborador eventual. Decreto Estadual n. 3.792/2024. Natureza jurídica e finalidade indenizatória das diárias. Moeda vigente no local onde as despesas ocorram. Erro de direito. Boa-fé no recebimento. Ausência de dolo ou culpa grave dos servidores. Impossibilidade de devolução. Aplicação do parecer referencial n. 000008/2024 – PGE/PA e do tema 531 do STJ. Necessidade de orientação administrativa à SEIRDH.
PARECER	931/2025
Ementa	Minuta de decreto. Lei complementar n. 188, de 29 de maio de 2025. Equívoco na nomenclatura do cargo de corregedor geral. Necessidade de Lei complementar alteradora. Paralelismo das formas. Retificação.
PARECER	932/2025
Ementa	FASEPA. Auxílio-natalidade. Servidor temporário. Alteração legislativa. LCE n. 183/2024. Interpretação intencional. Rol taxativo de direitos. Impossibilidade de extensão analógica.
PARECER	935/2025
Ementa	CAL. Adesão à ata de registro de preços. Carona. Complementação de documentação. Regularidade do processo.
PARECER	936/2025
Ementa	Análise de minuta de decreto. Programa Recomeçar. Concessão de benefício eventual a famílias em situação de vulnerabilidade social



decorrente de desastres ou calamidades. Competência da Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda (SEASTER) e do Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS). Orçamento do Fundo de Assistência Social (FEAS). Previsões da Lei de diretrizes orçamentárias de 2026. Tempo de vigência do decreto. Necessidade de informações técnicas. Instituição formal do programa. Diligências.

PARECER 937/2025

Ementa Alteração do decreto n. 3.527/2023. Adequação à Lei n. 10.167/2023 (Pendente de sanção). Compatibilidade jurídico-formal. Técnica legislativa adequada. Condicionamento à promulgação das alterações legais.

PARECER 938/2025

Ementa Servidor público. Exoneração a pedido durante o estágio probatório. Impossibilidade de conclusão da avaliação de desempenho. Inviabilidade jurídica de homologação parcial do estágio probatório.

PARECER 939/2025

Ementa Minuta de decreto. Simplificação de procedimentos e dispensa de alvará e licenças de funcionamento no Estado do Pará. Diligências.

PARECER 940/2025

Ementa Terceiro aditivo ao contrato de empréstimo 010689/2019/CAF. Corporação andina de fomento (Atualmente Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe). Programa Municípios Sustentáveis. Regularidade de cláusulas aditadas. Parecer complementar ao parecer n. 375/2025-PGE/PA.

PARECER 941/2025

Ementa Taxa de concurso público. Isenção. Doadores de medula óssea. Recomendação da defensoria pública da União (Ofício circular n. 8294174/2025 e recomendação n. 8270814/2025). Lei Federal n. 13.656/2018. Inexistência de norma estadual específica. Natureza jurídica da taxa de inscrição. Preço público. Não incidência dos



princípios tributários. Inaplicabilidade dos Arts. 14 da LRF e 113 da CF. Possibilidade de adoção da isenção por conveniência política e interesse público. Instituição mediante Decreto Executivo Estadual.

PARECER

944/2025

Ementa

Minuta de decreto. RICMS/PA. Inclusão de nova hipótese de suspensão da inscrição estadual no cadastro de contribuintes ao prestador de serviço de comunicação inadimplente com a entrega do arquivo em meio eletrônico. Inclusão de nova hipótese de reativação da inscrição estadual no cadastro de contribuintes, comprovado o cumprimento da obrigação tributária acessória. Regularidade da minuta.

PARECER

945/2025

Ementa

Licenciamento Ambiental Rural (LAR). Imóveis em zona de influência da Ti Menkragnoti (Regularizada) e sobre área delimitada da Ti Kapôt Nhinore. Art. 231, CF/1988 (Direitos originários, inalienáveis, indisponíveis e imprescritíveis). Precedência da posse indígena. Necessidade de manifestação técnica da FUNAI e de consulta prévia, livre e informada (Convenção 169/OIT). Eventual licença em desconformidade: nulidade absoluta (Art. 231, §6º, CF) e responsabilização do ente público.

PARECER

946/2025

Ementa

Minuta de decreto. Regulamenta a Lei Estadual n. 9.662, de 12 de julho de 2022, que institui a política estadual para migrantes, solicitantes de refúgio, refugiados e apátridas, e cria o Conselho Estadual de Migrantes, Solicitantes de Refúgio, Refugiados e Apátridas do Estado do Pará. Competência do Chefe do Poder Executivo.

PARECER

947/2025

Ementa

Direito administrativo. Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal (CAL). Acordo de cooperação internacional. A pessoa jurídica estrangeira de direito privado sem finalidade lucrativa. Viabilidade jurídica, com observações.



PARECER 948/2025

Ementa Dispensa de licitação. Art. 75, IX, da Lei Federal 14.133/2021. Serviços postais. Documentos. Volumes. Empresa pública Federal. Possibilidade de contratação direta.

PARECER 949/2025

Ementa Consórcio Amazônia Legal (CAL). Acordo de cooperação com organização da sociedade civil (Instituto Igarapé) para construção de políticas de segurança e monitoramento ambiental. Parecer pela possibilidade de celebração mediante complementação da instrução processual e Alteração da minuta em cumprimento à Lei Federal 13.019/14 e portaria SEGES/MGi 3.506/25.

PARECER 950/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). FASEPA. Centro socioeducativo do baixo amazonas. Agressões a internos. Fracionamento de julgamento. Nulidade parcial.

PARECER 952/2025

Ementa Consórcio Amazônia Legal (CAL). Memorando de Entendimento (MOU). Parceria com entidade privada sem fins lucrativos. Instrumento de cooperação sem ônus financeiro. Cláusulas obrigatórias. Publicidade e transparência. Necessidade de inclusão expressa de cláusula sobre a não transferência de recursos. Possibilidade de celebração.

PARECER 953/2025

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Secretaria de Estado de Educação (SEDUC). Fiscalização de transporte escolar. Observância aos princípios éticos, morais, às leis e regulamentos. Procedimento desidioso. Ausência de provas. Absolvição.

PARECER 954/2025

Ementa Desapropriação. Decreto de utilidade pública. Urbanização e qualificação do canal do Ariri-Bolonha. Interesse público comprovado.



Preenchimento dos requisitos e documentos indispensáveis ao ato administrativo.

PARECER 955/2025

Ementa Pedido de revisão. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Fato novo. Trânsito em julgado de decisão judicial. Insuficiência de provas. Incomunicabilidade de instâncias. Improcedência.

PARECER 956/2025

Ementa Servidor público. Ato de redistribuição. Invalidade. Estabilização do ato inválido na ordem jurídica. Vencimento-base devido à servidora redistribuída, no caso concreto.

PARECER 957/2025

Ementa Anteprojeto de Lei. Política estadual para comunidades quilombolas.

PARECER 958/2025

Ementa Cessão de uso de bem imóvel – Lei Estadual n. 6.614/2004 áreas de propriedade do Estado em Marabá. Destinação à implantação e ampliação do Campus VIII da UEPA. Análise da minuta de termo de cessão de uso e do termo de entrega e recebimento. Regularidade jurídico-administrativa da operação patrimonial.

PARECER 959/2025

Ementa Decreto estadual. Condecoração “Maria Aguiar - Mulheres Negras”. Secretaria de Igualdade Racial e Direitos Humanos (SEIRDH). Competência do Chefe do Poder Executivo.

PARECER 960/2025

Ementa Cessão de uso de bem imóvel estadual – Área adjacente ao terminal rodoviário de Marabá – Imóvel registrado na matrícula n. 001.626 do 1º Ori de Marabá – pretensão municipal de implantação de praça, área de lazer, paisagismo, mobiliário urbano e estacionamento público – aplicação da Lei Estadual n. 6.614/2004 – Análise e adequação da minuta do termo de cessão de uso n. 13/2025 e do



termo de entrega e recebimento – Vedação de exploração de empreendimento com finalidade lucrativa – Regularidade jurídica da cessão, a título gratuito, pelo prazo de 30 anos.

PARECER 961/2025

Ementa Minuta de decreto. Dispõe sobre a utilização da caneleta exclusiva da BR 316.

PARECER 962/2025

Ementa Processo administrativo. Parceria – PGE/SEIRDH/ITERPA e OSCS (Fase-fundo Dema/Malungu). Projeto aquilombar. Desintrusão e regularização fundiária de territórios quilombolas. Efetivação do Art. 68 do ADCT. Financiamento privado finalística análise dos instrumentos e propostas de alteração.

PARECER 963/2025

Ementa Minuta de decreto. Dispõe sobre os procedimentos administrativos para contratação e a utilização de serviços de transporte aeroviário, rodoviário e hidroviário pelos órgãos e entidades da administração pública estadual. Competência do Poder Executivo.

PARECER 964/2025

Ementa Servidor público. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Valimento. Restauração após nulidade parcial. Prescrição quinquenal. Inércia administrativa. Absolvição. Arquivamento.

PARECER 965/2025

Ementa Minuta de projeto de Lei que altera a Lei n. 7.596/2011. Taxa de controle e fiscalização ambiental do Estado do Pará – TFA-PA. Atualização legal. Uniformização com a legislação Federal. Act n. 15/2013. Possibilidade. Juros de mora. Tema 1.062 de repercussão geral. Necessidade de limitação ao índice adotado pela União (SELIC).



PARECER 966/2025

Ementa COSANPA. Imóvel locado. Alienação. Análise da aplicabilidade do direito de preferência do locatário. Inteligência da Lei n. 13.303/2016.

PARECER 968/2025

Ementa Nomeação e recondução de membros do Comitê Gestor do Sistema Estadual sobre Mudanças Climáticas (COGESCLIMA). Convalidação dos atos praticados após o término do mandato anterior. Análise jurídica.

PARECER 970/2025

Ementa Parecer do órgão jurídico para operação de crédito interno com garantia da União. Estado do Pará e Caixa Econômica Federal. Programa de Investimento em Infraestrutura, Saneamento, Saúde, Desenvolvimento Urbano, Cultura, Esporte e Lazer do Estado do Pará. Execução pela SEINFRA (Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística). R\$ 456.740.000,00 (Quatrocentos e cinquenta e seis milhões, setecentos e quarenta mil reais).

PARECER 971/2025

Ementa Parecer do órgão jurídico para operação de crédito interno com garantia da União. Estado do Pará e Caixa Econômica Federal. Programa de Investimentos em Infraestrutura, Saúde, Segurança Pública e Tecnologia. Área de atuação mobilidade urbana e infraestrutura. R\$150.000.000,00 (Cento e cinquenta milhões de reais).

PARECER 972/2025

Ementa Férias não gozadas. Indenização. Reintegração. Prescrição. Prazo quinquenal. Termo inicial. Ato de aposentadoria. Precedentes do STJ.

PARECER 973/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Secretaria de Estado de Educação (SEDUC). Assédio sexual. Não comprovação.



Comportamento inadequado em sala de aula. Violação dos deveres funcionais. Suspensão. Análise jurídica.

PARECER 975/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Ausência de prestação de contas de diárias. Nulidade. Convalidação. Prescrição. Absolvição.

PARECER 976/2025

Ementa Minuta de anteprojeto de Lei que autoriza o poder executivo a instituir o Programa de Regularização Fiscal (PROREFIS) no Estado do Pará. Autorização pelo convênio ICMS n. 151/2025. Dispositivos em conformidade com o ato do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ). Alteração da Lei Estadual n. 6.017/96. Alteração da Lei Estadual n. 7.237/2008.

PARECER 977/2025

Ementa Inexecução parcial contratual. Pedido de retratação. Recebimento como recurso hierárquico. Conhecimento. Não provimento. Manutenção das penalidades.

PARECER 978/2025

Ementa Conselho de justificação. Substituição de membros. Orientação do parecer n. 554/2025-PGE. Competência do Chefe do Poder Executivo Estadual.

PARECER 979/2025

Ementa Procedimento administrativo. Companhia de Ativos Ambientais e Participação do Pará S/A (CAAPP). Sociedade de economia mista estadual. Contrato de intermediação financeira (Funding Agreement) com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para gestão de recursos vinculados ao ERPA e ao REDD+ jurisdicional. Regime constitucional das empresas estatais e intervenção supletiva do Estado no domínio econômico. Participação do Estado do Pará, por intermédio do Chefe do Poder Executivo, como parte interveniente consentidora. Viabilidade jurídico-formal.



PARECER 981/2025

Ementa Requerimento de indicação. Projeto de Lei. Medidas para garantir a segurança dos praticantes de corrida de rua em treinos e eventos organizados por assessorias esportivas ou grupos independentes no Estado do Pará.

PARECER 982/2025

Ementa Anteprojeto de Lei. Altera a Lei Estadual n. 8.933/2019. Criação e transformação de cargos de provimento em comissão. Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD).

PARECER 984/2025

Ementa Contrato temporário. Gestante. Prorrogação. Estabilidade provisória. Tema 542 do STF. LCE n. 183/2024. Gratificação de escolaridade. Readequação remuneratória.

PARECER 985/2025

Ementa Desapropriação. Decreto de utilidade pública para obras do parque Linear da Tamandaré. Município de Belém. Documentos indispensáveis para expedição do decreto de utilidade pública. Possibilidade.

PARECER 986/2025

Ementa Minuta de decreto. Alteração do decreto estadual n. 4.676/2001. Regulamento do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (RICMS). Alíquota reduzida nas operações com tintas e massas corridas vinculadas ao concurso cultural de fotografia “Pará a Cores – transformando fachadas, despertando orgulhos”. Regularidade da minuta.

PARECER 987/2025

Ementa Minuta de decreto. Alteração do decreto estadual n. 4.676/2001. Regulamento do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte



interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (RICMS/PA). Comunicação prévia à lavratura da opção ou da renúncia à faculdade de apuração centralizada e posterior comunicação dessa informação. Regularidade da minuta.

PARECER

990/2025

Ementa

Minuta de Decreto. Secretaria de Estado de Saúde Pública (SESPA). Regulamenta o cofinanciamento estadual da atenção primária em saúde aos municípios do Estado do Pará. Revogação do Decreto estadual n. 310, de 19 de setembro de 2019.

PARECER

991/2025

Ementa

Minuta de Decreto. Polícia Científica do Estado do Pará (PCEPA). Homologação do regimento interno do Conselho de Administração (CONSAD).

PARECER

992/2025

Ementa

Protocolo de intenções. União. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. Estado do Pará. Execução de estudos acerca da viabilidade fundiária, jurídica e financeira para eventual transferência de domínio de imóveis rurais de propriedade do Estado do Pará à União. Decreto federal n. 11.995/2024. Sugestões de alteração.

PARECER

994/2025

Ementa

Minuta de termo de compromisso. Concessão dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Antecipação parcial da operação do sistema. Municípios dos blocos A, B e d operados pela Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA).

PARECER

995/2025

Ementa

Minuta de Decreto. Altera o Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (RICMS), aprovado pelo Decreto n. 4.676, de 18 de junho de 2001.



PARECER 996/2025

Ementa CAL. Pregão eletrônico. Sistema de Registro de Preços. Aquisição de equipamentos eletrônicos. Controle prévio de legalidade da fase preparatória. Art. 53 da Lei n. 14.133/2021.

PARECER 997/2025

Ementa Policial civil. Promoção. Correta aplicação da Lei complementar estadual n. 191, de 17 de setembro de 2025. Cumprimento de requisitos para a promoção até o advento da Lei complementar estadual 191/2025. Direito adquirido ao regime anterior a depender da existência, àquela altura, de vaga para a classe subsequente. Policial que está aposentado. Promoção para a classe subsequente. Observância dos requisitos vigentes ao tempo do efetivo exercício. Efeitos financeiros para o futuro.

PARECER 998/2025

Ementa Desapropriação. Implementação viária de rota de escoamento para o Estádio Olímpico do Estado do Pará. Documentos indispensáveis para expedição do Decreto de utilidade pública. Possibilidade.

PARECER 999/2025

Ementa Minuta de Decreto. Comissão Intergestores Bipartite da Educação do Estado do Pará (CIBE/PA).

PARECER 1000/2025

Ementa Minuta de Decreto. Alteração do Decreto estadual n. 4.676/2001. Regulamento do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (RICMS/PA). Internalização dos Convênios n.s 25/2025 e 79/2025 do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ). Prorrogação de benefícios fiscais. Regularidade da minuta.

PARECER 1001/2025



Ementa	Servidor público. Pedido de redução de carga horária para cursar mestrado. Inexistência de previsão no RJU. Princípio da legalidade. Impossibilidade de concessão da redução pretendida.
PARECER	1002/2025
Ementa	Política Pública. Art. 329 da Constituição Estadual. Manutenção e ampliação de Casas de Estudantes consideradas autônomas. Órgão competente. Parceria regida pela Lei n. 13.019/2014. Regulamentação.
PARECER	1003/2025
Ementa	Direito administrativo. Decreto estadual n. 3.533/2023. Proposta de alteração do Art. 9º para atualização do cronograma de implantação do Sistema de Rastreabilidade Bovídea Individual do Pará (SRBIPA). Validade do ato administrativo: observância da competência, objeto lícito, motivo idôneo, finalidade pública e forma adequada. Possibilidade de redefinição de marcos temporais sem óbice Jurídico. Recomenda-se, todavia, redação alternativa para concentrar no decreto normas gerais e delegar à ADEPARÁ, por portaria, a definição dos requisitos técnicos e do calendário de implantação do SRBIPA.
PARECER	1004/2025
Ementa	Contrato administrativo. Zênite. Prorrogação e reajuste. Serviço contínuo.
PARECER	1005/2025
Ementa	Servidor público. Acidente em serviço ou doença profissional. Custeio de tratamento de saúde. Art. 160, I, “e”, da Lei Estadual n. 5.810/1994. Contornos jurídicos da vantagem legal.
PARECER	1006/2025
Ementa	Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará (IGEPPS). Contratações com recursos oriundos da taxa de administração dos fundos contábil financeiros de natureza previdenciária do Estado do Pará. Orçamento da própria entidade. Inaplicabilidade do Art. 1º, § 1º, do Decreto estadual n. 4.025/2024.



PARECER 1007/2025

Ementa Exoneração e nomeação de Membro para o Conselho Estadual de Educação (CEE). Lista tríplice. Análise jurídica. Possibilidade.

PARECER 1008/2025

Ementa Direito administrativo. Servidor público. Reparação de danos. Termo Circunstanciado Administrativo. TCA. Artigo 138-A. Lei estadual n. 8.972/2020. Extravio ou dano de arma de fogo. Requisitos.

PARECER 1009/2025

Ementa Licença nojo. Relação enteado e padrasto. Parente por afinidade. Reconhecimento de vínculo socioafetivo. Entendimento dos tribunais superiores.

PARECER 1010/2025

Ementa Contrato administrativo. Adesão à Ata de Registro de Preços (ARP) do Comando da Aeronáutica/Grupamento de apoio de Belém, regida pela Lei n. 14.133/2021. Possibilidade jurídica.

PARECER 1011/2025

Ementa Reserva de vagas. Processo seletivo simplificado. Pessoas com deficiência. Cálculo por cargo. Impossibilidade de soma de vagas de especialidades distintas. Necessidade de quantitativo mínimo de cinco vagas por cargo para aplicação da reserva. Pessoas negras (Pretas e pardas). Matéria sujeita à reserva legal. Ausência de regulamentação estadual. Lei Federal n. 15.142/2025 inaplicável aos certames estaduais. Impossibilidade de definir metodologia de cálculo até a edição de norma estadual própria.

PARECER 1012/2025

Ementa Parecer jurídico sobre o cumprimento dos requisitos legais aplicáveis à operação de crédito. Parecer solicitado pelo agente financeiro, Banco do Brasil. Programa de Investimentos em Infraestrutura, Saneamento, Saúde, Desenvolvimento Urbano, Cultura, Esporte e Lazer do Estado do Pará.



PARECER 1013/2025

Ementa Sindicância investigativa. Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Prescrição. Absolvição.

PARECER 1014/2025

Ementa Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Clima e Sustentabilidade (SEMAS). Termo de filiação à Rede ICLEI – Governos locais pela sustentabilidade. Pagamento de anuidade.

PARECER 1015/2025

Ementa Conselho de Justificação. Polícia Militar do Estado do Pará (PMPA). Infrações disciplinares. Ofensa ao sentimento do dever, ao pundonor policial militar e ao decore de classe. Nulidade parcial. Reabertura da instrução probatória.

PARECER 1018/2025

Ementa Requerimento de indicação. Projeto de Lei. Alteração da Lei Estadual n. 7.775, de 23 de dezembro de 2013, que instituiu o “CREDLIVRO” aos servidores da Secretaria de Estado de Educação.

PARECER 1019/2025

Ementa Contratação direta. Inexigibilidade de licitação. Serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual. Art. 74, III, B e C, da Lei n. 14.133/2021. Notória Especialização. Singularidade do objeto. Assistência técnica em engenharia e análise econômico financeira para procedimento arbitral. Preenchimento dos requisitos legais. Pesquisa de mercado com base em contratações similares. Art. 72 da Lei 14.133/2021. Adequações na minuta contratual. Parecer favorável à contratação.

PARECER 1020/2025

Ementa Programa IPVA Cidadão. Isenção parcial (Desconto) de IPVA para pagamento antecipado do tributo. Previsão no Art. 13, §2º da Lei Estadual n. 6.017/1996. Concessão por meio de Decreto estadual.



PARECER	1021/2025
Ementa	Anteprojeto de Lei. Secretaria de Estado de Articulação e Cidadania (SEAC). Criação de cargos de provimento em comissão. Coordenador-Geral e Gerente das Usinas da Paz. Alteração da Lei Estadual n. 10.165/2023.
PARECER	1022/2025
Ementa	Serviço público. Abastecimento de água e esgotamento sanitário. Prestação regionalizada. Microrregião de Águas e Esgoto do Pará (MRAE). Término da fase de transição. Termo de transferência do sistema. Notificação dos municípios. Extinção dos contratos de programa/convênios de cooperação e dos contratos verbais. Retirada da Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA) e assunção dos serviços pela concessionária.
PARECER	1023/2025
Ementa	Minuta de Decreto. Fixação dos índices percentuais de distribuição aos municípios das parcelas do produto da arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS). Republicação do Decreto estadual n. 4.896/2025. Correção de inconsistências do ICMS verdade. Possibilidade.
PARECER	1024/2025
Ementa	Parecer do órgão jurídico para operação de crédito interno com garantia da União. Estado do Pará e Caixa Econômica Federal. Construção de Creches por todo o Pará. R\$100.000.000,00 (Cem milhões de reais).
PARECER	1025/2025
Ementa	Parecer do órgão jurídico para operação de crédito externo com garantia da União. Estado do Pará e BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento. Unidade de Recuperação Triunfo do Xingu (URTX) na cidade de Altamira (PA). US\$15.000.000,00 (Quinze milhões de dólares).



PARECER	1026/2025
Ementa	Anteprojeto de Lei. Alteração da Lei Estadual n. 9.771, de 23 de dezembro de 2022. Política pública Territórios pela Paz (TERPAZ). Assistência social. Execução orçamentária do Programa “Por Todas Elas” pela Secretaria de Estado de Articulação e Cidadania (SEAC). Ausência de criação ou aumento de despesas. Sugestão de ajustes na minuta.
PARECER	1027/2025
Ementa	Minuta de Decreto que institui o Programa de Regularização Fiscal – PROREFIS no Estado do Pará. Autorização pelo Convênio ICMS 151/2025. Dispositivos em conformidade com os limites legais. Legalidade da minuta.
PARECER	1028/2025
Ementa	Minuta de Decreto. Altera dispositivos do RICMS. Nota Fiscal Fatura de Serviços de Comunicação Eletrônica (NFCOM). Obrigações acessórias. Análise jurídica.
PARECER	1029/2025
Ementa	Anteprojeto de Lei. Alteração da Lei Estadual n. 10.850, de 9 de janeiro de 2025. Lei Orçamentária Anual (LOA). Companhia de Ativos Ambientais e Participações do Pará S.A (CAAPP).
PARECER	1031/2025
Ementa	Nomeação e recondução de membros de Conselho Estadual de Trânsito. Decreto estadual n. 1.365/2004. Lei Federal 9.503/97 - Código de Trânsito Brasileiro. Possibilidade.
PARECER	1032/2025
Ementa	Alteração da Lei Estadual n. 6.013/1996. Adequação à Lei Federal n. 15.190/2025 (Lei Geral do Licenciamento Ambiental – LGLA). Competência suplementar em matéria ambiental (CF/88, Art. 24, §2º) e preservação da capacidade institucional do poder de polícia ambiental (CF/88, Art. 23, VI e VII). Adequação do regime de taxas às



modalidades LAU, LAC, LOC e LAE e às demandas administrativas ambientais (ACRV, RCAR e RAT). Parecer consultivo pela adequação jurídico-ambiental, com recomendação de disciplina expressa para o licenciamento simplificado bifásico (LP/LI e LI/LO).

PARECER

1033/2025

Ementa

Minuta de projeto de Lei que altera a Lei n. 6.013/1996. Instituição de novas taxas pelo exercício regular do poder de polícia. Exercício regular da competência tributária do estado para instituição de taxas de polícia. Ausência de óbices constitucionais.

PARECER

1034/2025

Ementa

Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Improbidade administrativa. Não comprovação. Ausência de dolo. Inobservância aos princípios éticos, morais, às leis e regulamentos. Pena de suspensão. Extinção da pretensão punitiva. Absolução.

PARECER

1036/2025

Ementa

Desapropriação. Decreto de utilidade pública para a construção de hospital estadual no município de Ananindeua. Documentos indispensáveis para expedição do Decreto de utilidade pública. Possibilidade.

PARECER

1037/2025

Ementa

Anteprojeto de Lei. Altera a Lei estadual n. 9.647/2022, que institui o Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Pará (CEPCT/PA) e cria o Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Pará (MEPCT/PA). Competência do Chefe do Poder Executivo. Condicionantes prévias.

PARECER

1040/2025

Ementa

Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Secretaria de Estado de Educação (SEDUC). Inobservância aos princípios éticos, morais, às leis e regulamentos. Insuficiência de provas. Absolução.



PARECER	1042/2025
Ementa	Contratação temporária de excepcional interesse público. Processo seletivo simplificado. Minuta de edital. Análise jurídica.
PARECER	1043/2025
Ementa	FUNTELPA. Tempo de contratação celetista. Período como Fundação de direito privado. Adicional de tempo de serviço. Impossibilidade.
PARECER	1044/2025
Ementa	Bens públicos inservíveis. Doação para município. Lei estadual n. 6.555, de 03 de julho de 2003. Possibilidade jurídica.
PARECER	1045/2025
Ementa	Minuta de Decreto. Alteração do Decreto Estadual n. 4.676/2001. Regulamento do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (RICMS/PA). Lista de produtos supérfluos para aplicação da alíquota de 30% (Trinta por cento). Regularidade da minuta.
PARECER	1046/2025
Ementa	Minuta de Decreto. Benefício fiscal. Prorrogação de Convênios ICMS. Convênio n. 136/25. Constitucionalidade da minuta.
PARECER	1048/2025
Ementa	Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Secretaria de Estado de Educação (SEDUC). Ausência de transcrição dos depoimentos testemunhais e do interrogatório. Impossibilidade de identificação das provas que fundamentaram a conclusão da comissão processante. Nulidade parcial.
PARECER	1050/2025
Ementa	Minuta de Decreto. Regulamentação da Lei estadual n. 11.286/2025. Reserva de vagas em concursos públicos e Processos Seletivos



Simplificados. Pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas. Competência privativa do Governador do estado. Aspecto formal atendido. Poder regulamentar. Impossibilidade de ampliação ou modificação do percentual legalmente fixado. Supressão de dispositivos que extrapolam a Lei. Ajustes de redação e técnica legislativa.

PARECER 1051/2025

Ementa Servidor efetivo. Redução de jornada de trabalho. Acompanhamento de filho com deficiência. TEA. Possibilidade.

PARECER 1052/2025

Ementa Contrato de locação. Poder Público locatário. Reforma e fornecimento de bens por conta do locador. Built To Suit (BTS). Alteração contratual. Acréscimo no mobiliário. Limite legal de 25%. Art. 125 da Lei n. 14.133/2021.

PARECER 1054/2025

Ementa Minuta de Decreto. Altera o Decreto estadual n. 4.856, de 12 de agosto de 2025. Programa Qualifica Reforço Escolar. Prorrogação de prazo. Competência do Chefe do Poder Executivo.

PARECER 1055/2025

Ementa Nomeação de membros para o Conselho de Ensino da Fundação Carlos Gomes. Análise jurídica.

PARECER 1057/2025

Ementa Contratação temporária. Necessidade temporária de excepcional interesse público. Candidatos aprovados em regular Processo Seletivo Simplificado. Celebração dos contratos temporários. Sobrevinda de autorização legal para prorrogação dos atuais contratos temporários. Efeitos sobre o Processo Seletivo Simplificado.

PARECER 1058/2025



Ementa Cessão de uso de bem público ao Tribunal de Justiça. Implicações no contrato de cessão de uso SETUR n. 03/2025. Alteração unilateral do contrato. Possibilidade.

PARECER 1060/2025

Ementa Contratos de concessão da prestação regionalizada dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Alteração de política tarifária. Pedido de reequilíbrio econômico-financeiro. Matriz de risco. Aditivo de recomposição. Aditivo ao contrato de interdependência. Possibilidade jurídica.

PARECER 1062/2025

Ementa Minuta de Decreto para fixação de metas institucionais (2025–2027) do Plano Estadual Amazônia Agora (Lei Estadual n. 10.750/2024) – Viabilidade jurídico-formal condicionada à comprovação de consulta e manifestação do Painel Científico para o Clima (Art. 12) e à interpretação do parâmetro de redução de 43% das emissões brutas como proxy regulatório compatível com a meta legal de Emissão Líquida Zero (LULUCF/2030). Recomendações – ajuste redacional para explicitar a regulamentação da Seção III (“Das Metas”) e aprimoramentos de governança, controlabilidade e *accountability*.

PARECER 1064/2025

Ementa Contratos de concessão da prestação regionalizada dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Pedido de prorrogação da fase de transição. Previsão contratual. Segundo termo aditivo. Possibilidade jurídica.



PGE

Procuradoria
Consultiva

PARECER SIMPLIFICADO

PARECER SIMPLIFICADO 62/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). SEDUC. Acumulação ilícita de cargos públicos. Exoneração. Boa-fé. Absolvição. Arquivamento. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 62-A/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Cargos acumuláveis. Suposta sobreposição de jornadas. Acúmulo ilegal de cargos públicos. Demissão.

PARECER SIMPLIFICADO 65/2025

Ementa Conselho de Justificação. Substituição de membros. Possibilidade. Competência do Chefe do Poder Executivo.

PARECER SIMPLIFICADO 71/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Processo Administrativo Disciplinar Simplificado (PADS). Prescrição da pretensão punitiva. Absolvição. Arquivamento. Apuração de responsabilidades. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 72/2025

Ementa Servidor público. Averbação de tempo de serviço. Vínculo temporário federal. Lei Federal 8.745/1993.

PARECER SIMPLIFICADO 73/2025

Ementa Contratação direta. Instrutor para aulas de técnica vocal. Inexigibilidade. Art. 74, III, F da Lei n. 14.133/2021.

PARECER SIMPLIFICADO 74/2025

Ementa Servidor público. Verbas residuais. Falecimento. Cônjuge beneficiária.

PARECER SIMPLIFICADO 75/2025



Ementa Averbação de tempo de serviço. Cargo efetivo. Aposentadoria, licença prêmio e ATS.

PARECER SIMPLIFICADO 76/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar Simplificado (PADS). Acumulação de cargos públicos. Agente de portaria. Diretor de Administração e Planejamento. Solicitação de exoneração. Concessão de prazo para comprovação da exoneração. Caracterização de má-fé e aplicação de demissão, caso não comprovada a exoneração.

PARECER SIMPLIFICADO 77/2025

Ementa Serviço de instrutória para acompanhamento da execução do planejamento estratégico institucional da PGE/PA. Serviço técnico profissional especializado. Contratação direta. Inexigibilidade. Art. 74, III, da Lei Federal n. 14.133/2021.

PARECER SIMPLIFICADO 78/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Acúmulo ilegal de cargos públicos. Necessidade de esclarecer a compatibilidade de horários. Nulidade parcial.

PARECER SIMPLIFICADO 79/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar Simplificado (PADS). Abandono de cargo. *Animus abandonandi*. Dolo eventual. Regularidade do processo. Ressarcimento devido. Demissão.

PARECER SIMPLIFICADO 80/2025

Ementa Servidor público. Tempo de serviço anterior prestado sob vínculo exclusivamente comissionado junto à Prefeitura Municipal de Belém (PMB). Averbação. Interrupção dos vínculos. Aposentadoria e Adicional por Tempo de Serviço (ATS).



PARECER SIMPLIFICADO 81/2025

Ementa Direito administrativo. Processo Administrativo Disciplinar Simplificado (PADS). Nulidades formais no procedimento. Ausência de advertência legal na notificação para opção entre os vínculos. Irregularidades na portaria de instauração. Nulidade total. Necessidade de observância do rito previsto no item 2.6.2 do Parecer Referencial n. 000015/2024 – PGE.

PARECER SIMPLIFICADO 83/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar Simplificado (PADS). Servidor público. Auxiliar de trânsito. Abandono de cargo. Dolo eventual. Presença do *animus abandonandi*. Acusado não localizado. Citação por edital. Regularidade do processo. Ressarcimento devido. Demissão.

PARECER SIMPLIFICADO 84/2025

Ementa Servidor público. Tempo de serviço prestado em exercício de cargos públicos efetivo e comissionado. Averbação. Parecer referencial n. 3/2024.

PARECER SIMPLIFICADO 85/2025

Ementa Contrato administrativo. Aquisição de bens comuns para novo prédio da PGE/PA. Bebedouros, frigobares e micro-ondas. Dispensa de licitação em razão do valor. Garantia técnica contratual de 12 meses. Obrigação acessória. Desnecessidade de se limitar à vigência do contrato.

PARECER SIMPLIFICADO 86/2025

Ementa Averbação de tempo de serviço. Possibilidade de contagem integral do tempo de serviço do vínculo comissionado. Análise sob a ótica do Parecer Referencial n. 03/2024. Ressalva quanto ao período vedado pela LC n. 173/2020.

PARECER SIMPLIFICADO 87/2025



Ementa Servidor público. Tempo de serviço anterior prestado sob vínculo exclusivamente comissionado. Averbação. Aposentadoria, Adicional por Tempo de Serviço (ATS) e Licença-Prêmio (LP).

PARECER SIMPLIFICADO 90/2025

Ementa Pensão especial militar. Instrução processual completa. Cabimento. Análise jurídica. Novo rateio.

PARECER SIMPLIFICADO 91/2025

Ementa Pensão especial militar. Parecer referencial n. 003/2022 – PGE. Instrução processual completa. Cabimento. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 93/2025

Ementa Inexigibilidade de licitação. Contratação direta do SERPRO para prestação do serviço INFOCONV. Acesso às bases de dados da Receita Federal e integração ao Sistema ATTUS da PGE/PA. Atestado de Exclusividade e parecer técnico comprovando a inviabilidade de competição. Contrato padronizado do SERPRO. Necessidade de atualização das declarações. Parecer Simplificado com fundamento no Parecer Referencial n. 000001/2023 - PGE/PA.

PARECER SIMPLIFICADO 98/2025

Ementa Conselho de justificação. Instauração. Competência. Inabilitação ao ingresso em quadro de acesso à promoção. Hipótese do Art. 129, Inciso II, da Lei Estadual n. 6.833/2006. Requisitos. Devido processo legal. Prescrição.

PARECER SIMPLIFICADO 99/2025

Ementa Pensão especial militar. Parecer referencial n. 003/2022-PGE. Falecimento em decorrência de acidente em serviço. Atividade policial militar. Instrução processual completa. Cabimento. Análise jurídica.



PARECER SIMPLIFICADO 101/2025

Ementa Termo de Cooperação Técnica. Projeto “Contestação-piloto”. Implementação de protocolo automatizado de juntada de contestações-padrão no PJE. Análise da minuta de instrumento à luz do decreto estadual n. 3.302/2023 e do parecer referencial n. 01/2025-PGE/PA. Verificação das cláusulas obrigatórias. Adequações formais necessárias: ajuste terminológico, cláusula de transparência digital, complementação de sigilo e adequação da publicação no DOE. Ajustes formais no plano de trabalho.

PARECER SIMPLIFICADO 102/2025

Ementa Contrato administrativo. Inexigibilidade de licitação. Águas do Pará. Art. 72, I da Lei n. 14.133/2021.

PARECER SIMPLIFICADO 103/2025

Ementa Inexigibilidade de licitação. Art. 74, I, da Lei Federal 14.133/2021. Aquisição de certificação digital. SERPRO. Necessidade de comprovação de exclusividade do contratado. Parecer Simplificado com fundamento no Parecer Referencial n. 000001/2023 - PGE/PA.

PARECER SIMPLIFICADO 104/2025

Ementa Averbação de tempo de serviço. Cargo efetivo. Aposentadoria, licença prêmio e ATS.

PARECER SIMPLIFICADO 105/2025

Ementa Servidor público. Tempo de serviço anterior prestado sob vínculos exclusivamente comissionados junto ao Estado do Pará e ao município de Belém. Averbação. Aposentadoria. Adicional por Tempo de Serviço (ATS). Licença-Prêmio (LP).

PARECER SIMPLIFICADO 106/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar Simplificado (PADS). Ex-servidor temporário. Professor. Abandono de cargo. Dolo



eventual. Presença de *animus abandonandi*. Conversão do distrato em demissão.

PARECER SIMPLIFICADO 107/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar Simplificado (PADS). Secretaria de Estado de Educação (SEDUC). Abandono de cargo. Pedido de exoneração anterior à instauração do PADS. Possibilidade de deferimento. Absolvição.

PARECER SIMPLIFICADO 108/2025

Ementa SEDUC. PADS. Abandono de cargo. Caracterização dos elementos objetivo e subjetivo. Demissão.

PARECER SIMPLIFICADO 109/2025

Ementa Pensão especial militar. Parecer Referencial n. 003/2022 – PGE. Falecimento em decorrência da atividade policial militar. Instrução processual completa. Cabimento. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 625/2025

Ementa Averbação de tempo de serviço. Cargo comissionado. Efeitos. Aposentadoria. Adicional de tempo de serviço. Licença prêmio.

PARECER SIMPLIFICADO 680/2025

Ementa Averbação de tempo de serviço. Vínculo temporário prorrogado legalmente. Contagem do tempo para ATS e LP limitada a LC 173/2020, mas integral para aposentadoria. Possibilidade de contagem integral do tempo de serviço do vínculo comissionado. Análise sob a ótica do Parecer Referencial n. 03/2024.

PARECER SIMPLIFICADO 712/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Ausência de prestação de contas. Verbas recebidas mediante suprimiento



de fundos. Prescrição quinquenal. Absolvição.
Arquivamento.

PARECER SIMPLIFICADO 727/2025

Ementa Servidor ocupante de cargo comissionado. Exoneração. Verbas residuais. Licença prêmio não gozada. Pagamento em pecúnia. Parecer Referencial n. 02/2024.

PARECER SIMPLIFICADO 792/2025

Ementa Processo administrativo disciplinar simplificado. Abandono de cargo e inassiduidade habitual. Cargo de médico. Regime de plantão. Dolo eventual. Demissão.

PARECER SIMPLIFICADO 812/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar Simplificado (PADS). Abandono de cargo público. Demissão. Necessidade de apuração de possíveis pagamentos indevidos para eventual devolução de valores. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 853/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar Simplificado (PADS). Acumulação ilegal de cargos públicos. Contrato temporário e função de assessoramento em outro ente federativo. Incompatibilidade. Concessão de prazo para a comprovação de exoneração. Caracterização de má-fé e conversão do distrato em demissão, caso não comprovada a exoneração.



MANIFESTAÇÃO

MANIFESTAÇÃO 12/2025

Ementa DETRAN. Criação de Juntas Administrativas de Recursos de Infrações (JARI). Homologação de Regimento Interno. Possibilidade. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 13/2025

Ementa Contrato administrativo. Estágio de estudantes de graduação. Adequações na minuta do contrato. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 14/2025

Ementa Regulamentação dos procedimentos para reposição florestal. Revogação do Decreto Estadual n. 174, de 16 de maio de 2007. Adequação ao Código Florestal e às Normas do Ministério do Meio-Ambiente. Competência estadual em face das normas federais. Previsão de hipóteses de isenção. Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

MANIFESTAÇÃO 15/2025

Ementa Decreto. Instituição do Comitê Estadual de Desenvolvimento da Economia de Impacto Socioambiental (CEDISA).

MANIFESTAÇÃO 16/2025

Ementa Anteprojeto de Lei. Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (FASEPA). Reestruturação. Criação da carreira socioeducativa. Necessidade de análise orçamentária e financeira pela SEPLAD. Ajustes na minuta. Análise final.

MANIFESTAÇÃO 17/2025

Ementa Requerimento da Associação dos Peritos Oficiais do Pará (ASPOP). Proposta de emenda à Constituição Estadual. Fundamentos do Parecer n. 540/2023-PGE. Indeferimento.

MANIFESTAÇÃO 19/2025

Ementa Anteprojeto de Lei. Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (FASEPA). Reestruturação. Análise final.



MANIFESTAÇÃO 20/2025

Ementa Anteprojeto de Lei. OAB/PA. Piso salarial dos advogados empregados na iniciativa privada. Análise jurídica.

MANIFESTAÇÃO 21/2025

Ementa Manifestação complementar. Reanálise. Anteprojeto de Lei. Lei Estadual n. 6.017/96. IPVA. Revogação dos incisos II e IV do Art. 3º Máquinas agrícolas e embarcações de pesca artesanal. Isenção tributária convertida em imunidade pela Emenda Constitucional n. 132/2023. Inaplicabilidade dos princípios da anterioridade anual e nonagésima. Adequação formal da legislação Estadual. Vigência imediata.

MANIFESTAÇÃO 22/2025

Ementa Anteprojeto de Lei. Política de Assistência Estudantil (PAEUEPA). Universidade do Estado do Pará (UEPA).

MANIFESTAÇÃO 24/2025

Ementa Anteprojeto de Lei. Instituição do Plano Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Pará. Criação do Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Pará (FEDPD/PA).



PGE

Procuradoria
Consultiva

NOTA TÉCNICA

NOTA TÉCNICA 62/2025

Ementa Projeto de Lei. Dispõe sobre a prioridade na matrícula em creche e escolas da Rede Pública Estadual para Crianças e Adolescentes Filhos de Mãe ou Pai Solo no Estado do Pará. Sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 63/2025

Ementa Projeto de Lei. Iniciativa parlamentar. Atribui passe livre às pessoas diagnosticadas com câncer, no Sistema de Transporte Coletivo Intermunicipal de Passageiros do Estado do Pará. Vício de iniciativa. Sugestão de veto.

NOTA TÉCNICA 64/2025

Ementa Projeto de Lei. Institui a Política Estadual para Diagnóstico Precoce e Tratamento da Dermatite Atópica na Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas no Estado do Pará. Sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 64-A /2025

Ementa Projeto de Lei. Instituição do selo “Pet Friendly”.

NOTA TÉCNICA 65/2025

Ementa Projeto de Lei. Isenção de taxa de inscrição em concurso público e processo seletivo às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. Sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 66/2025

Ementa Projeto de Lei. Dispõe sobre a divulgação através de cartazes fixados nas farmácias e drogarias do Estado do Pará, com indicação dos hospitais, emergências e postos de saúde mais próximos. Iniciativa parlamentar. Sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 67/2025

Ementa Projeto de Lei. Atendimento educacional diferenciado. Competência concorrente. LDB. Movimento legislativo nacional. Lei de Responsabilidade Fiscal. Inconstitucionalidade formal. Manifestação contrária da SEDUC.



NOTA TÉCNICA 68/2025

Ementa Direito administrativo. Transporte público. Animais domésticos. Projeto de Lei Autorizando Transporte de Pets em Transporte Coletivo Estadual. Existência de Lei sobre a matéria. Parecer pelo veto total.

NOTA TÉCNICA 69/2025

Ementa Projeto de Lei. Dispõe sobre a obrigatoriedade de empresas que prestam serviço público de transporte intermunicipal, no âmbito do Estado do Pará, a disponibilizarem a crianças e adolescentes menores de 16 anos assentos ao lado dos seus pais e responsáveis. Sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 70/2025

Ementa Projeto de Lei. ALEPA. Dispõe sobre a obrigatoriedade de envio de mensagem a proprietários de veículos apreendidos em razão de estacionamento irregular, no âmbito do Estado do Pará. Sanção ou veto. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 70-A/2025

Ementa Projeto de Lei n. 433/23. Institui o direito à gratuidade do exame de ecocardiograma pediátrico para recém-nascidos com Síndrome de Down no Estado do Pará. Iniciativa parlamentar. Matéria de saúde pública. Ausência de vício de iniciativa. Compatibilidade com a constituição Estadual e Federal. Recomendação pela sanção.

NOTA TÉCNICA 71/2025

Ementa Projeto de Lei. Instituição do Selo de Responsabilidade Social Empresa Amiga do Ribeirinho. Sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 72/2025

Ementa Sistema de Registro de Preços (SRP). Adesão, por autarquia estadual, a Ata de Registro de Preços (ARP) de consórcio intermunicipal. Serviços de gestão de passivo previdenciário. Alertas acerca do objeto. Análise da instrução processual.

NOTA TÉCNICA 73/2025



Ementa Projeto de Lei. Dispõe sobre a institucionalização do Programa de Conscientização e Prevenção ao Etarismo no Estado do Pará. Iniciativa parlamentar. Sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 74/2025

Ementa Projeto de Lei. Dispõe sobre o incentivo à criação de consórcios intermunicipais agropecuários 'Parceiros do Agro' no Estado do Pará. Iniciativa parlamentar. Sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 75/2025

Ementa Projeto de Lei. Penalidades administrativas às pessoas físicas ou jurídicas e agentes públicos que discriminem pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), no âmbito do Estado do Pará. Sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 76/2025

Ementa Projeto de Lei n. 91/24. Dispõe sobre a garantia de acesso e permanência de ambos os pais ou responsáveis acompanhando pacientes crianças no decorrer de consultas e internações nas Unidades de Saúde das Redes Pública e Privada do Estado do Pará. Sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 79/2025

Ementa Projeto de Lei n. 359/25. Reajuste do vencimento-base dos cargos que compõem o quadro de pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Pará. Lei Estadual n. 8.037/2014. Sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 80/2025

Ementa Projeto de Lei. Reconhece a prática esportiva eletrônica, no âmbito do Estado do Pará.

NOTA TÉCNICA 80-A/2025

Ementa Projeto de Lei n. 400/2025. Ministério público do Estado do Pará. Revisão geral anual de vencimentos, funções gratificadas e proventos de servidores ativos, inativos e pensionistas. Reajuste de 6%. Iniciativa legislativa. Autonomia institucional. Responsabilidade fiscal. Constitucionalidade.



NOTA TÉCNICA 82/2025

Ementa Projeto de Lei n. 22/24. “Dispõe sobre a criação do programa estadual de capacitação continuada de servidores da segurança pública para atendimento de pessoas com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e demais transtornos do neurodesenvolvimento, no âmbito do Estado do Pará”. Sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 83/2025

Ementa Projeto de Lei. Ressarcimento aos produtores rurais por perdas de produtos perecíveis decorrentes da falta de energia elétrica. Sanção ou veto. Repercussão sobre contratos de concessão de energia elétrica. Competência da agência nacional de energia elétrica.

NOTA TÉCNICA 84/2025

Ementa Projeto de Lei. Institui no calendário oficial de eventos do Estado do Pará a semana paraense do “Não te julgo, te ajudo”.

NOTA TÉCNICA 85/2025

Ementa Projeto de Lei. Coleta de materiais para exames laboratoriais das pessoas idosas e deficientes, na forma que especifica.

NOTA TÉCNICA 86/2025

Ementa Projeto de Lei que reconhece os mesmos direitos e garantias das pessoas com deficiência às pessoas com fibromialgia, no âmbito do Estado do Pará. Sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 86-A/2025

Ementa Projeto de Lei n. 621/23. Dispõe sobre a prioridade e gratuidade na taxa de emissão de documentos para mulheres vítimas de violência. Veto parcial.

NOTA TÉCNICA 87/2025

Ementa Projeto de Lei. Institui programa de atenção à saúde mental, prevenção à depressão e suicídio para pais e cuidadores de pessoas



com TEA e Síndrome de Down. Constitucionalidade formal e material. Iniciativa parlamentar. Conformidade com diretrizes constitucionais de proteção à saúde e à família. Recomendação pela sanção.

NOTA TÉCNICA 88/2025

Ementa Projeto de Lei n. 325/2023. Gratuidade na travessia de Ferry Boats e balsas para veículos de saúde pública. Constitucionalidade formal e material. Direito fundamental à saúde. Interesse público primário. Análise favorável com ressalvas quanto à regulamentação de veículos privados no tratamento fora de domicílio.

NOTA TÉCNICA 90/2025

Ementa Servidor público. Acumulação de cargos. Vínculo Federal prévio ao vínculo Estadual. Dupla percepção de auxílio-alimentação. Ausência de informações suficientes para viabilizar análise jurídica conclusiva. Posse como Procuradora do Estado anterior à promulgação da Lei Estadual que veda a acumulação de auxílios. Competência do Procurador-Geral do Estado para decidir acerca de possível instauração de procedimento investigativo.

NOTA TÉCNICA 92/2025

Ementa Dosimetria das penas disciplinares. Repreensão e suspensão. Parâmetros utilizados pela Controladoria-Geral da União (CGU). Roteiro para utilização no âmbito Estadual.

NOTA TÉCNICA 93/2025

Ementa Projeto de Lei que altera declaração de utilidade pública. Alteração da Lei Estadual n. 10.201, de 28 de novembro de 2023. Sanção.

NOTA TÉCNICA 94/2025

Ementa Projeto de Lei n. 292/23. Programa de Prevenção e Tratamento da Depressão Perinatal. Sanção ou veto.



NOTA TÉCNICA 95/2025

Ementa Projeto de Lei. Altera a Lei Estadual n. 8.417, de 7 de novembro de 2016, que institui o Estatuto Paraense da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte. Sanção ou veto. Análise jurídica.

NOTA TÉCNICA 96/2025

Ementa Projeto de Lei n. 74/2025. Institui a política Estadual de negócios de impacto no Estado do Pará. Análise da constitucionalidade formal e material. Ausência de criação de despesa. Possibilidade de sanção ou veto, total ou parcial, nos termos só Art. 108 da Constituição Estadual.

NOTA TÉCNICA 97/2025

Ementa Projeto de Lei n. 360/2024. Institui a política Estadual de gestão de riscos de desastres e cria o Sistema Estadual de Gerenciamento de Riscos de Desastres. Análise de constitucionalidade formal e material. Competência concorrente do Estado. Inexistência de vício de iniciativa. Sobreposição com a Lei Estadual n. 9.048/2020. Falhas de técnica legislativa. Recomendação de veto total pelo corpo de bombeiros militar do Pará e da CEDEC/PA.

NOTA TÉCNICA 98/2025

Ementa Projeto de Lei. Proíbe a utilização de verba pública, no âmbito do Estado do Pará, em eventos e serviços que promovam a apologia ao crime, facções criminosas, tráfico de drogas, atos de violência e uso de drogas ilícitas. Fundamentos sobre constitucionalidade e inconstitucionalidade formal e material. Liberdade de expressão. Preservação da moralidade administrativa. Ponderação de princípios. Cenário jurisprudencial.

NOTA TÉCNICA 100/2025

Ementa Projeto de Lei. Dispõe sobre a reserva de, no mínimo, 10% (dez por cento) das vagas, em processos seletivos e contratações de pessoal, para envelhecentes e pessoas idosas em condições de exercer atividade laboral.



NOTA TÉCNICA 101/2025

Ementa Projeto de Lei. Proibição de trotes universitários, quando realizados por meio de pressão, coação, agressão física e moral, prática misógina, sexista ou qualquer outro constrangimento que possa colocar em risco a saúde e a integridade física e psicológica dos calouros e das calouras das instituições de ensino superior mantidas pelo Poder Público Estadual. Fundamentos para sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 102/2025

Ementa Projeto de Lei n. 97/22. Institui o Programa Estadual 'Educação Empreendedora e Inovadora' no Estado do Pará. Sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 103/2025

Ementa Projeto de Lei. Política Estadual em prol da saúde mental para profissionais de Segurança Pública do Estado do Pará. Instituição de direitos a servidores públicos. Previsão de atribuições para órgãos públicos. Fundamentos para sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 104/2025

Ementa Projeto de Lei. Institui a política de atendimento personalizado e acessível para pessoas surdas no Estado do Pará. Sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 105/2025

Ementa COSANPA. Contrato de locação de ativos. Nulidade na licitação realizada na vigência da Lei n. 8.666/93. Invalidação e apuração de má-fé.

NOTA TÉCNICA 106/2025

Ementa Projeto de Lei. Pagamento da passagem, no sistema de transporte público coletivo, por meio de PIX, no Estado do Pará, com o objetivo de garantir os direitos básicos dos consumidores e construir um ambiente de modernização para a COP-30.

NOTA TÉCNICA 107/2025



Ementa Projeto de Lei. Iniciativa parlamentar. Proibição do exercício de cargo, emprego ou função pública na Administração Pública direta e indireta, bem como a prestação de serviços ou participação em licitação, por pessoa condenada pela prática de crime de maus-tratos contra animais. Sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 108/2025

Ementa Requerimento de indicação. Alteração da Lei Complementar n. 142, de 16 de dezembro de 2021. Instituição do pagamento provisório da pensão militar especial. Manifestação do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social (IGEPPS). Fundamentos jurídicos e técnicos.

NOTA TÉCNICA 109/2025

Ementa Projeto de Lei. Iniciativa parlamentar. Confere ao município de Belém, no Estado do Pará, o título de Capital da Fé. Sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 110/2025

Ementa Projeto de Lei. Campanha de conscientização e prevenção contra crimes cibernéticos cometidos por meio do uso indevido da inteligência artificial contra crianças e adolescentes, no âmbito do Estado do Pará.

NOTA TÉCNICA 111/2025

Ementa Projeto de Lei. Medidas de prevenção a desperdícios, de aproveitamento das águas de chuva e de reúso não potável das águas cinzas no Estado do Pará. Fundamentos para análise de constitucionalidade formal e material.

NOTA TÉCNICA 112/2025

Ementa Projeto de Lei. Institui o selo “Alimentação inclusiva” para restaurantes, bares, lanchonetes, padarias e estabelecimentos similares, no âmbito do Estado do Pará. Sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 113/2025



Ementa Técnica. TJPA. Serventias extrajudiciais interinas. Provimento n. 176/2024 do CNJ. Interino como agente público. Tema 779 do STF. Responsabilidade do Estado em matéria trabalhista, civil e tributária durante a interinidade. Medidas preventivas ao TJPA.

NOTA TÉCNICA 114/2025

Ementa Projeto de Lei. Altera a Lei Estadual n. 10.102/2023. Política Estadual para o estímulo da Atividade de Cuidador de Idosos. Inclusão de diretrizes voltadas à criação da Política de Cuidado Integrado à Pessoa idosa no Estado do Pará. Dispositivos que podem implicar violação à competência da União para dispor sobre regras gerais. Possível violação à autonomia municipal. Dispositivos contendo vício de Iniciativa. Fundamentos acerca de inconstitucionalidades formais e materiais. Ausência de clareza no texto. Comprometimento da eficácia da Lei original. Recomendação de veto integral.

NOTA TÉCNICA 115/2025

Ementa Projeto de Lei. Reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal e oficial de comunicação e expressão constituída por um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos no Estado do Pará.

NOTA TÉCNICA 116/2025

Ementa Projeto de Lei. Dispõe sobre o atendimento prioritário para pessoas idosas e com deficiência, na forma de drive thru. Sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 117/2025

Ementa Sistema de Registro de Preços (SRP). Adesão por órgão não participante. "Carona". Adesão de órgão/entidade Estadual à Ata de Registro de Preços (ARP) municipal. Matéria controvertida. Decisões do TCE/PA.



NOTA TÉCNICA 118/2025

Ementa Projeto de Lei n. 270/23. “Institui, no âmbito do Estado do Pará, o Programa Criança Saudável, Adulto Sem Diabetes”. Sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 120/2025

Ementa Projeto de Lei. Iniciativa parlamentar. Dispõe sobre a promoção e a oferta de práticas integrativas e complementares em saúde, no âmbito da rede estadual de saúde do Estado do Pará. Sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 121/2025

Ementa Projeto de Lei. Institui a Semana Estadual de Conscientização sobre a Importância do Crédito de Carbono.

NOTA TÉCNICA 122/2025

Ementa Projeto de Lei. Institui a Campanha Estadual de Conscientização sobre a Segurança Digital para promover o uso seguro e responsável da tecnologia no Estado do Pará.

NOTA TÉCNICA 123/2025

Ementa Projeto de Lei. Institui a Campanha de Incentivo ao Empreendedor Rural. Iniciativa parlamentar. Sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 124/2025

Ementa Projeto de Lei. Dispõe sobre a destinação de equipamentos e obras rurais em situação de irregularidade. Iniciativa parlamentar. Sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 125/2025

Ementa Projeto de Lei n. 395/23. “Dispõe sobre o parcelamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), em até 10 (Dez) parcelas mensais, iguais e sucessivas, no âmbito do Estado do Pará”. Sanção ou veto.



NOTA TÉCNICA 126/2025

Ementa Projeto de Lei. Dispõe sobre a inclusão da mulher indígena nas políticas públicas de enfrentamento a violência, promoção à saúde e de educação, no âmbito do Estado do Pará. Sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 127/2025

Ementa Suspensão judicial de contrato. Vinculação da administração à decisão judicial. Rescisão unilateral. Pagamento do executado. Continuidade do serviço público. Alternativas jurídicas.

NOTA TÉCNICA 128/2025

Ementa Projeto de Lei. Institui diretrizes da política estadual de conscientização e combate à violência vicária, no âmbito do Estado do Pará.

NOTA TÉCNICA 129/2025

Ementa Polícia Civil. Custódia transitória de presos. Determinações judiciais e requisições ministeriais. Possibilidade e limites. Competência institucional. Intervenção judicial em políticas públicas. Estado de coisas inconstitucional. ADPF 347.

NOTA TÉCNICA 130/2025

Ementa Fundo Nacional de Segurança Pública. Habilitação do estado ao recebimento do repasse de recursos. Requisito relacionado à existência de critérios para promoção e progressão funcional de peritos. Art. 8º, II, “b” da Lei 13.756/2018. Portaria MJSP n. 737/2024.

NOTA TÉCNICA 360/2025

Ementa Projeto de Lei. Institui a Política Estadual de Combate ao Capacitismo, no Estado do Pará. Sanção ou veto.



PGE

Procuradoria
Consultiva

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 65/2025

Ementa

Pelo exposto, conclui-se que: a) Considerando a decretação de nulidade parcial do Procedimento Administrativo desde o indiciamento, resta configurada a perda do objeto do PADS, uma vez que a acusada requereu exoneração em 06/12/2024, que foi deferida em 28/02/2025, inclusive já publicada na Portaria Coletiva n. 0060/2025-GS/SEPLAD; b) A SEDUC deve arquivar o presente PAD, em virtude da perda do objeto que fundamentava a apuração; c) Deve ser recomendado ao Exmo. Sr. Governador do Estado que absolva a servidora R.F.C.; d) Por fim, registramos que deverão ser apurados possíveis pagamentos indevidos à servidora, para que seja realizada a devolução espontânea à Administração Pública ou a cobrança judicial, caso necessária, na forma do Parecer Referencial n. 0003/2021-PGE/PA.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 66/2025

Ementa

Pelo exposto, conclui-se que: a) Resta configurada a incidência do fenômeno prescricional; b) A SEDUC deve arquivar o presente PAD, em virtude da perda do objeto que fundamentava a apuração; c) Deve ser recomendado ao Exmo. Sr. Governador do Estado que absolva o servidor E.G.R; d) Os autos devem ser encaminhados à SEDUC para adoção das providências indicadas no Art. 59, §3º da Lei Estadual n. 5.810/1994; e) A SEDUC deve apurar eventual responsabilidade pela omissão no dever de processar e finalizar o processo disciplinar em tempo hábil e sem incidência de prescrição; f) Por fim, registra-se que deverão ser apurados possíveis pagamentos indevidos ao servidor, para que seja realizada a devolução espontânea à Administração Pública ou a cobrança judicial, caso necessária, na forma do Parecer Referencial n. 0013/2024-PGE/PA bem como regularizados eventuais pagamentos não efetuados, caso devidamente comprovados.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 67/2025

Ementa

Por todo exposto, é possível concluir: a) Não verificada a prescrição da pretensão punitiva demissional; b) Não subsiste a situação geradora da presente apuração, haja vista



o ofício emitido pela Secretaria Estadual da Educação à fl. 61-ATTUS, em 17/05/2019, solicitando cancelamento da inscrição na dívida ativa, referente ao processo n. 1182813/2018; c) Recomenda-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado que absolva o servidor das transgressões disciplinares que lhe foram imputadas e posteriormente determine o arquivamento os autos.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 68/2025

Ementa

Pelo exposto, conclui-se pela absolvição da servidora, tendo em vista a não caracterização do elemento subjetivo necessário à configuração do abandono de cargo, pelo que deve ser acolhido o relatório final da comissão processante, nos termos do Art. 214 da Lei Estadual n. 5.810/94. Outrossim, recomendamos a apuração de possíveis pagamentos indevidos à servidora durante o período de afastamento injustificado, a fim de que seja realizada a devolução espontânea à Administração Pública ou a cobrança judicial, caso necessária, na forma do Parecer Referencial n. 0003/2021-PGE/PA.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 69/2025

Ementa

Pelo exposto, é possível concluir: a) Não comprovado o cometimento de nenhuma irregularidade funcional por parte do servidor R.S.S. razão pela qual o mesmo deverá ser absolvido; b) Resta demonstrada a conduta dos acusados C.A.F.L. e W.M.N. de descumprimento dos deveres funcionais de obediência às normas e observância aos princípios éticos, morais, leis e regulamentos (Art. 177, VI do RJU), ensejando pena de repreensão; c) Verificada a prescrição quanto à penalidade repreensão, por tal razão, recomendamos a absolvição dos acusados C.A.F.L. e W.M.N.; d) Não resta configurada a infração prevista no Art. 190, incisos XIX do RJU/PA, afastando a aplicação da pena de demissão; e) Não deve ser acolhido o relatório final da Comissão processante; f) Os autos devem retornar à SEAP, para a apuração dos demais fatos ilícitos narrados nos depoimentos.



PGE

Procuradoria
Consultiva

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 71/2025

Ementa

Por todo exposto, é possível concluir: a) Não verificada a prescrição da pretensão punitiva estatal; b) Não restam configuradas as condutas infracionais imputadas à servidora investigada; c) Deve ser acatado o relatório final da Comissão processante; d) Recomenda-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado que absolva a servidora das transgressões disciplinares que lhe foram imputadas.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 72/2025

Ementa

Ante o exposto: a) recomenda-se ao Exmo. Governador do Estado que acolha o Relatório Final da comissão processante, com fulcro no Art. 224 da Lei Estadual n. 5.810/94; b) considerando a comprovação do cometimento das infrações apuradas, recomenda-se a demissão do servidor R.C.O. (matrícula n. 57189658-1), com fundamento nos arts. 177, VI, 178, V e XXI, e 190, XIII, da Lei Estadual n. 5.810/94; c) os autos deverão ser encaminhados ao Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), para proceder à apuração criminal, tendo em vista o ilícito tipificado no Art. 313-A do Código Penal, conforme observado nesta manifestação jurídica.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 73/2025

Ementa

Pelo exposto, conclui-se que: a) Deverá ser acatado o relatório conclusivo; b) Resta configurada a infração de abandono de cargo, conforme elementos probatórios coletados nos autos, presentes os elementos objetivo e subjetivo exigíveis para o tipo; c) Deve ser recomendada ao Exmo. Sr. Governador a demissão da servidora acusada, diante da caracterização do abandono de cargo, nos termos dos artigos 177, incisos I e VI, 178, IV, 190, inciso II e 191-A, alínea "a" da Lei Estadual n. 5.810/1994; d) Deverão ser apurados possíveis pagamentos indevidos à servidora, para que seja realizada a devolução espontânea à Administração Pública ou a cobrança judicial, caso necessária, na forma do Parecer Referencial n. 0013/2024-PGE/PA.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 74/2025

Ementa

Por todo exposto, é possível concluir: a) Resta configurada a infração ao Art. 177, VI do RJU, sujeita à pena de repreensão. Todavia, a referida pena resta prescrita, conforme



demonstrado no item 2.1 desta manifestação; b) Destarte, deve ser recomendada a absolvição da servidora I.F.M.A. (matrícula n. 534706-1) ao Exmo. Sr. Governador; c) Ocorre que não houve o deslinde da situação geradora da presente apuração, havendo indício do suposto descumprimento dos dispositivos legais invocados na Portaria instauradora deste PAD, pelo servidor W.O, conforme decorrido no decorrer desta manifestação (fls. 14, 15, 151-ATTUS), razão pela qual recomendamos a instauração de procedimento apuratórios; d) A servidora acusada deverá ser cientificada do teor desta manifestação, caso aprovada em todas as instâncias; e) A SEDUC deverá apurar eventual responsabilidade pela omissão no dever de processar e finalizar o processo disciplinar em tempo hábil e sem incidência de prescrição.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 75/2025

Ementa

Pelo exposto, é possível concluir: a) verificada a prescrição da pretensão punitiva estatal; b) outrossim, ainda que não incidente o fenômeno prescricional, observa-se nos autos nota de lançamento noticiando evento contábil de baixa de crédito (fl. 174-ATTUS), informando a quitação dos valores referentes ao recurso correspondente às diárias, esvaziando, por consequência, o objeto da presente apuração; c) portanto, recomenda-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado que absolva a Ex-servidora acusada, das transgressões disciplinares que lhe foram imputadas.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 76/2025

Ementa

Pelo exposto, é possível concluir: a) Não verificada a incidência da prescrição; b) Restam configuradas as infrações previstas nos art. 177, III, VI, 178, VII c/c o Art. 190, I, V, XIII e § 3º, todos do RJU Estadual; c) Deve ser acolhido o relatório final, com base no Art. 2245 do RJU, ressaltando-se apenas a complementação da capitulação; d) Deve ser recomendado ao Exmo. Sr. Governador do Estado a aplicação da penalidade de demissão ao servidor acusado; e) Por fim, sugerimos o encaminhamento dos autos ao Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), a fim de colaborar com a apuração criminal.



PGE

Procuradoria
Consultiva

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 77/2025

Ementa

Pelo exposto, é possível concluir: a) Não verificada acumulação ilícita de cargos; b) Recomenda-se, portanto, o acolhimento do relatório final da Comissão Processante; c) Portanto, aconselhamos o Exmo. Sr. Governador que absolva o servidor acusado; d) Ressalvamos, ainda, que diante de fortes indícios de possível acumulação ilícita em momento anterior, nos cargos exercidos junto às Prefeituras de Axixá-TO e Itaguantins-TO, os referidos entes federativos deverão ser oficiados, a fim de que adotem as providências que entenderem necessárias; e) Por fim, após as providências acima, deverão ser arquivados os presentes autos.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 79/2025

Ementa

Pelo exposto, é possível concluir que: a) Não foi verificada a ocorrência do fenômeno prescricional; b) Restam configuradas as infrações previstas nos arts. 177, II, III, VI e 190, V do RJU; c) Recomendamos acolhimento parcial do Relatório conclusivo, ressaltando-se apenas a tipificação; d) Deve ser recomendada ao Exmo. Sr. Governador a aplicação da penalidade de conversão de distrato em demissão ao acusado K.R.M.S., matrícula n. 5941820;

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 80/2025

Ementa

Pelo exposto, é possível concluir: a) Não verificada a incidência de prescrição; b) O óbito do investigado R.F.Q.G. (M.F.: n. 5953989) extinguiu a punibilidade administrativa, e, portanto, incide a solução conferida pela Orientação Jurídica n. 32 desta PGE-PA, cabendo o arquivamento do PAD pelo Chefe do Poder Executivo estadual, autoridade competente para seu julgamento; c) Restam configuradas as infrações previstas nos artigos 177, VI, 178, VI c/c 190, V, XIII e XX, todos da Lei n. 5.810/94 - RJU/PA, cometidas pelo servidor D.S.B (M.F.: 5954307), acarretando a penalidade demissional; d) Restam configuradas as infrações previstas nos artigos 177, VI; c/c 190, V da Lei n. 5.810/94 - RJU/PA, cometidas pelo servidor E.B.B (M.F.: 5972572), acarretando



a penalidade demissional; e) Acolhe-se o relatório final da comissão processante tão somente em relação à aplicação das penas de demissão as servidor D.S.B (M.F.: 5954307), sendo violado os artigos 177, VI, 178, VI c/c 190, V, XIII e XX, todos da Lei n. 5.810/94- RJU/PA 9. Não deve ser acolhido o relatório final da Comissão processante em relação ao servidor E.B.B. (M.F.: 5972572), pelo que se entende pela penalidade de demissão, por violação aos artigos 177, VI; c/c 190, V da Lei n. 5.810/94 - RJU/PA; f) Deve ser arquivado o feito em relação ao servidor R.F.Q.G. (M.F.: n. 5953989) pela extinção de sua punibilidade decorrente de morte, consoante alhures declinado; g) Por fim, considerando o teor do caso, sugerimos encaminhamento de cópia dos presentes autos ao Ministério Público do Estado do Maranhão.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 81/2025

Ementa

Ante todo o exposto, recomenda-se ao Exmo. Governador do Estado declarar a nulidade parcial do processo com base no Art. 225 do RJU Estadual, a partir do relatório final, considerando a ausência de termo de indiciamento, notificação e oportunização de defesa escrita, violando, destarte, dispositivos legais e princípios jurídicos fundamentais. Deve o processo retornar à SEDUC, para nomeação de nova Comissão Processante para prosseguimento regular ao feito.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 84/2025

Ementa

Por todo exposto, é possível concluir: a) Verificada a prescrição da pretensão punitiva estatal; b) Portanto, recomenda-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado a absolvição do acusado das transgressões disciplinares que lhe foram imputadas; c) A SEDUC deve apurar eventual responsabilidade pela omissão no dever de processar e finalizar o processo disciplinar em tempo hábil e sem incidência de prescrição.



FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 86/2025

Ementa

Pelo exposto, conclui-se que: a) Deverá ser acatado o relatório conclusivo; b) Resta configurada a infração de abandono de cargo, conforme elementos probatórios coletados nos autos, presentes os elementos objetivo e subjetivo exigíveis para o tipo; c) Deve ser recomenda ao Exmo. Sr. Governador a demissão da servidora, diante da caracterização do abandono de cargo; d) Deverão ser apurados possíveis pagamentos indevidos à servidora, para que seja realizada a devolução espontânea à Administração Pública ou a cobrança judicial, caso necessária, na forma do Parecer Referencial n. 0013/2024-PGE/PA.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 87/2025

Ementa

Pelo exposto, é possível concluir: I) Não verificada a incidência de prescrição; II) Resta ausente o elemento subjetivo (Animus abandonandi) necessário à configuração do abandono de cargo, razão pela qual sugerimos ao Exmo. Sr. Governador a absolvição do servidor E.A.P. (Matrícula n. 5949665); III) Recomenda-se, destarte, o acolhimento do Relatório Final da Comissão Processante; IV) As demais questões pendentes, abordadas no item 2.4 desta manifestação deverão ser apuradas e esclarecidas em procedimentos administrativos individualizados e específicos, conforme recomendado; V) Posteriormente, os autos deverão ser arquivados VI) À consideração superior.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 88/2025

Ementa

Pelo exposto, sugere-se ao Exmo. Governador do Estado que não conheça o Pedido de Reconsideração, por não atender aos requisitos legais para ser conhecido.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 89/2025

Ementa

Pelo exposto, conclui-se: a). Não restaram configuradas faltas disciplinares que pudessem acarretar demissão ou se pelo exposto, sugere-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado: a). Não restaram configuradas faltas disciplinares que pudessem acarretar na demissão dos indiciados; b).



Acolhimento parcial do relatório final da Comissão processante para mudar a capitulação da infração tão somente para a constatação da autoria e materialidade da infração prevista no Art. 177, VI, do RJU/PA, praticada pelos servidores A.M.N. e A.C.R.; c). Suspensão de 4 (Quatro) dias ao servidor A.M.N. (Matrícula n. 5891132), conforme dosimetria fundamentada neste parecer, em consonância com os critérios estabelecidos no Art. 184 da Lei Estadual n. 5.810/94, considerando a violação aos deveres funcionais previstos no Art. 177, VI, da Lei Estadual n. 5.810/94. d) suspensão de 6 (Seis) dias à servidora A.C.R. (Matrícula n. 57228400), conforme dosimetria fundamentada neste parecer, em consonância com os critérios estabelecidos no Art. 184 da Lei Estadual n. 5.810/94, considerando a violação aos deveres funcionais previstos no Art. 177, VI, da Lei Estadual n. 5.810/94.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 90/2025

Ementa

Pelo exposto, conclui-se que: a). Deverá ser acatado o relatório conclusivo; b). Resta configurada a infração de abandono de cargo, conforme elementos probatórios coletados nos autos, presentes os requisitos objetivo e subjetivo exigíveis para o tipo; c). Deve ser recomendada ao Exmo. Sr. Governador a demissão da servidora, diante da caracterização do abandono de cargo, nos termos dos artigos 177, incisos I e VI, 178, IV, 190, inciso II e 191-A, alínea "a" da Lei Estadual n. 5.810/1994; d). Deverão ser apurados possíveis pagamentos indevidos à servidora, para que seja realizada a devolução espontânea à Administração Pública ou a cobrança judicial, caso necessária, na forma do Parecer Referencial n. 0013/2024-PGE/PA.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 91/2025

Ementa

Pelo exposto, conclui-se: a) Não verificada a incidência do fenômeno prescricional para aplicação da pena de demissão; b) Prescritas as penas de suspensão e repreensão. Neste sentido, importante mencionar que os autos permaneceram



paralisados injustificadamente durante longo interregno entre 2002 e 2004 (fls. 10001 / 34 e 10001 / 35-PAE anexo de informações, ATTUS), situação que enseja apuração; c) Ausente a comprovação de violação do Art. 190, XIX do RJU; d) Demonstrada a violação aos Arts. 177, IV, VI, 178, XIV e 180 do RJU, ensejadoras das penas de repreensão e suspensão, as quais restam prescritas; e) Por fim, considerando ainda: a boa-fé demonstrada pela servidora, que se voluntariou a assumir a responsabilidade pelo ressarcimento dos valores correspondentes aos 31 (Trinta e um) cartões; que a situação narrada foi um fato isolado durante toda a gestão da servidora na Escola; os bons antecedentes da servidora (35 anos de serviço público sem condenações em processos disciplinares); sobre mais, a postura respeitável e compromissada, reverenciada inclusive pelas testemunhas do processo; e ressaltando se, por fim, as circunstâncias atípicas enfrentadas no período de pandemia; Recomendamos ao Exmo. Sr. Governador o acatamento do relatório conclusivo, com a absolvição da servidora; f) Que os setores competentes providenciem as medidas necessárias para o desconto em folha, na forma do parcelamento proposto e g) Posteriormente, arquivem-se os autos.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO **92/2025**

Ementa

Por todo exposto, é possível concluir: a). Verificada a prescrição da pretensão punitiva estatal para as penas de repreensão, suspensão e demissão, razão pela qual os acusados devem ser absolvidos; b). Ademais, não subsiste a situação geradora da presente apuração, haja vista o despacho exarado pela Coordenadora de Prestação de Contas Federal (fls. 10000 / 159-ATTUS) noticiando a inexistência de pendências nas prestações de contas do Conselho Escolar apontado, objeto desta apuração; c). Pelas supra referidas razões, recomenda-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado que absolva os servidores das transgressões disciplinares que lhes foram imputadas.



FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 93/2025

Ementa

Por todo exposto, é possível concluir: a) Resta consumada a prescrição da pretensão punitiva do Estado; b) Sugerimos o acolhimento das conclusões exaradas no Relatório Final da Comissão processantes; c) Recomendamos ao Exmo. Sr. Governador do Estado que absolva os servidores J.J.A.J. (Matrícula n. 57234983-1) e L.F.S. (Matrícula n. 54190596 3), das transgressões disciplinares imputadas; d) Por fim, cabe à SEDUC apurar as responsabilidades dos agentes que deram causa à prescrição.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 94/2025

Ementa

Pelo exposto, conclui-se que: a) Não verificada a incidência da prescrição para pretensão punitiva disciplinar; b) Ausente a comprovação do teor das denúncias objeto da presente apuração, razão pela qual sugerimos o acolhimento das conclusões do Relatório final da Comissão do PAD, nos termos do Art. 224 da Lei Estadual n. 5.810/94; c) Por fim, recomendamos ao Exmo. Sr. Governador que absolva o acusado por insuficiência de provas da materialidade da infração objeto deste processo disciplinar.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 95/2025

Ementa

Pelo exposto, é possível concluir: a) Não verificada a incidência da prescrição para aplicação da penalidade demissional; b) Deve ser acolhido o relatório final, com base no Art. 224 do RJU, ressaltando-se apenas a complementação da capitulação; c) Deve ser recomendado ao Exmo. Sr. Governador do Estado a conversão do distrato na aplicação da penalidade de demissão ao ex-servidor acusado.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 96/2025

Ementa

Pelo exposto, conclui-se que: a) Resta configurada a prescrição para a aplicação da penalidade referente à infração ora apurada; b) Deve ser recomendado ao Exmo. Sr.



Governador a absolvição do servidor; c) A SEDUC deverá providenciar perícia médica oficial, a fim de apurar o atual estado de saúde do servidor, se o mesmo possui condições de retornar às suas atividades, considerando o teor da documentação apresentada às fls. 10001 / 44 a 10001 / 45-ATTUS; d) Posteriormente, recomendamos que seja avaliada a viabilidade de instauração de procedimento disciplinar, para apurar possíveis infrações funcionais cometidas pelo servidor, haja vista a aparente postura desidiosa e o descaso para com a Administração Pública, além do descumprimento dos deveres funcionais, considerando a mudança de residência no período abordado (conforme documentação acostada pelo servidor no PAE de informações em anexo), bem como de todas as circunstâncias que envolvem tal contexto e a total falta de comunicação com a SEDUC.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 97/2025

Ementa

Ante todo o exposto, é possível concluir: Não verificada a incidência de prescrição; b) Resta ausente o elemento subjetivo (Animus abandonandi) necessário à configuração do abandono de cargo, razão pela qual sugerimos ao Exmo. Sr. Governador a absolvição da servidora acusada; c) Recomenda-se, destarte, o acolhimento do Relatório Final da Comissão Processante; d) A questão pendente, referente à perícia médica oficial pré-agendada e não realizada, deverá ser regularizada junto à SEPLAD e a SEDUC; e) Posteriormente, os autos deverão ser arquivados.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 98/2025

Ementa

Por todo exposto, é possível concluir: a) Verificada a prescrição da pretensão punitiva estatal; b) Portanto, recomenda-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado a absolvição do acusado, das transgressões disciplinares que lhe foram imputadas; c) A SEDUC deve apurar eventual responsabilidade pela omissão no dever de processar e finalizar o processo disciplinar em tempo hábil e sem incidência de prescrição.



PGE

Procuradoria
Consultiva

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 99/2025

Ementa

Por todo exposto, é possível concluir: a) Verificada a prescrição da pretensão punitiva estatal; b) Portanto, recomenda-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado a absolvição da acusada, das transgressões disciplinares que lhe foram imputadas; c) A SEDUC deve apurar eventual responsabilidade pela omissão no dever de processar e finalizar o processo disciplinar em tempo hábil e sem incidência de prescrição.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 100/2025

Ementa

Por todo exposto, é possível concluir: a) Verificada a prescrição da pretensão punitiva estatal; b) Portanto, recomenda-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado a absolvição dos acusados, das transgressões disciplinares que lhes foram imputadas; c) A SEDUC deve apurar eventual responsabilidade pela omissão no dever de processar e finalizar o processo disciplinar em tempo hábil e sem incidência de prescrição.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 102/2025

Ementa

Por todo exposto, é possível concluir: a) Resta consumada a prescrição da pretensão punitiva do Estado; b) Sugerimos o acolhimento das conclusões exaradas no Relatório Final da Comissão processante; c) Recomendamos ao Exmo. Sr. Governador do Estado que absolva os acusados das transgressões disciplinares que lhes foram imputadas; d) Por fim, cabe à SEDUC apurar as responsabilidades dos agentes que deram causa à prescrição.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 103/2025

Ementa

Por todo exposto, é possível concluir: a) resta consumada a prescrição da pretensão punitiva do Estado; b) sugerimos o acolhimento das conclusões exaradas no Relatório Final da Comissão processante; c) recomendamos ao Exmo. Sr. Governador do Estado que absolva o servidor acusado das



PGE

Procuradoria
Consultiva

transgressões disciplinares que lhe foram imputadas; d) Por fim, cabe à SEDUC apurar as responsabilidades dos agentes que deram causa à prescrição.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 104/2025

Ementa

Pelo exposto, conclui-se que: a) Incidente a prescrição da pretensão, impossibilitando nova apreciação disciplinar da infração; b) Não verificados quaisquer vícios ensejadores de nulidade do PAD já concluído; c) Consolidada a coisa julgada administrativa, bem como a coisa julgada judicial, não cabendo mais qualquer debate sobre o desligamento do servidor; d) Pendente o ato administrativo conclusivo correspondente, devendo ser lavrado o competente Decreto pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado; e) Posteriormente, o setor de pessoal da FSCMPA deverá concluir os registros cabíveis; f) A FSMCPA - Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará deve apurar eventual responsabilidade pela omissão no dever de encaminhar os autos para elaboração do competente ato e da respectiva publicação; g) Por fim, os autos devem ser arquivados.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 105/2025

Ementa

Pelo exposto, conclui-se que: a) Não incidente a prescrição disciplinar; b) Resta configurada infração ao disposto nos arts. 177, I, IV e VI, 178, IV C/C Art. 189, *caput*, todos do RJU; c) Recomendamos acatamento parcial do relatório conclusivo⁷, apenas divergindo quanto à dosimetria da pena de suspensão; d) Portanto, recomendamos ao Exmo. Secretário de Estado da pasta⁸ a aplicação da penalidade de suspensão por 27 (Vinte e sete) dias, atentando para o prazo prescricional de aplicação da referida pena, que findará em 23 de junho de 2027; e) Deverão ser apurados eventuais pagamentos indevidos ao servidor, para que seja realizada a devolução espontânea à Administração Pública ou a cobrança judicial, caso necessária, na forma do Parecer Referencial n. 0013/2024-PGE/PA.



FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 106/2025

Ementa

Pelo exposto, conclui-se que: a) Resta consumada a prescrição da pretensão punitiva do Estado; b) Não deve ser acolhido o relatório final da Comissão processante; c) Deve ser recomendado ao Exmo. Sr. Governador do Estado que absolva o servidor público J.C.H. (Matrícula n. 5940326); d) A Polícia Civil do Estado do Pará deve apurar eventual responsabilidade pela omissão no dever de processar e finalizar o processo disciplinar em tempo hábil e sem incidência de prescrição.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 107/2025

Ementa

Por todo exposto, é possível concluir: a) resta consumada a prescrição da pretensão punitiva do Estado; b) sugerimos o acolhimento das conclusões exaradas no Relatório Final da Comissão processante; c) recomendamos ao Exmo. Sr. Governador do Estado que absolva o servidor acusado das transgressões disciplinares que lhe foram imputadas; d) por fim, cabe à SEDUC apurar as responsabilidades dos agentes que deram causa à prescrição.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 108/2025

Ementa

Por todo exposto, é possível concluir: a) Resta consumada a prescrição da pretensão punitiva do Estado; b) Sugerimos o acolhimento das conclusões exaradas no Relatório Final da Comissão processante; c) Recomendamos ao Exmo. Sr. Governador do Estado que absolva o ex-servidor acusado das transgressões disciplinares que lhe foram imputadas; d) Por fim, cabe à SEDUC apurar as responsabilidades dos agentes que deram causa à prescrição.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 109/2025

Ementa

Por todo exposto, é possível concluir: a) resta consumada a prescrição da pretensão punitiva do Estado; b) sugerimos o acolhimento das conclusões exaradas no Relatório Final da Comissão processante; c) recomendamos ao Exmo. Sr.



Governador do Estado que absolva os servidores acusados das transgressões disciplinares que lhe foram imputadas; d) por fim, cabe à SEDUC apurar as responsabilidades dos agentes que deram causa à prescrição.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 110/2025

Ementa

Por todo exposto, é possível concluir: a) resta consumada a prescrição da pretensão punitiva do Estado; b) sugerimos o acolhimento das conclusões exaradas no Relatório Final da Comissão processante; c) recomendamos ao Exmo. Sr. Governador do Estado que absolva o servidor acusado das transgressões disciplinares que lhe foram imputadas; d) por fim, cabe à SEDUC apurar as responsabilidades dos agentes que deram causa à prescrição.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 111/2025

Ementa

Por todo exposto, é possível concluir: a) Não verificada a prescrição da pretensão punitiva estatal; b) Ademais, não subsiste a situação geradora da presente apuração, iniciada em 3 de novembro de 2022, haja vista que a própria servidora solicitou a regularização com a retirada de dependente da sua filha falecida, requerimento de 6 de abril de 2022; c) Outrossim, consta despacho nos autos, anterior à instauração, mencionando a intenção da servidora de ressarcir os valores recebidos indevidamente (10000 / 33) noticiando a boa-fé da mesma; d) Sobremais, no curso da instrução, em interrogatório prestado, a servidora se comprometeu a assumir os valores, autorizando o desconto em seu contracheque, referente aos salários família recebidos indevidamente; e) Por tais motivos, sugerimos o acatamento do relatório conclusivo da Comissão processante; f) Pelas supra referidas razões, recomenda-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado que absolva a servidora das transgressões disciplinares que lhes foram imputadas.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 112/2025



Ementa

Por todo exposto, é possível concluir: a) resta consumada a prescrição da pretensão punitiva do Estado; b) recomendamos ao Exmo. Sr. Governador do Estado que absolva o servidor acusado das transgressões disciplinares que lhe foram imputadas; c) por fim, cabe à SEDUC apurar as responsabilidades dos agentes que deram causa à prescrição.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 113/2025

Ementa

Por todo exposto, é possível concluir: a) resta consumada a prescrição da pretensão punitiva do Estado; b) sugerimos o acolhimento das conclusões exaradas no Relatório Final da Comissão processante; c) recomendamos ao Exmo. Sr. Governador do Estado que absolva o servidor acusado das transgressões disciplinares que lhe foram imputadas; d) por fim, cabe à SEDUC apurar as responsabilidades dos agentes que deram causa à prescrição.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 114/2025

Ementa

Pelo exposto, é possível concluir: a) Não comprovado o cometimento das infrações previstas nos artigos 178, V, XXI, 190, IV, XIII e XIX do RJU pelas servidoras acusadas; b) Com base no arcabouço probatório, é possível concluir que houve desobediência às normas e regulamentos, haja vista que as servidoras não prosseguiram com a denúncia junto às demais esferas competentes, infringindo, assim, o dever previsto no Art. 177, VI do RJU, ensejador da pena de repreensão; c) Ocorre que resta verificada a prescrição da pretensão punitiva estatal para a aplicação da penalidade de repreensão, não cabendo outra medida que não seja a absolvição das servidoras; d) Portanto, considerando a ocorrência do fenômeno prescricional, recomenda-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado que absolva as servidoras das transgressões disciplinares que lhes foram imputadas; e) Por fim, com base no arcabouço probatório, notadamente no depoimento da gestora da DR-4 (fls. 283 a 285-ATTUS), à luz da obrigatoriedade prevista no Art. 199 do RJU, entendemos



PGE

Procuradoria
Consultiva

que as condutas da então gestora da Instituição, a Diretora A.F.S., envolvendo os relatos sobre a possível ausência de formalização da denúncia junto à DRE/US 04 e demais autoridades competentes, deverão ser apuradas.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 115/2025

Ementa

Ante o exposto: a) Não verificada a incidência de prescrição; b) Recomenda-se o acolhimento do Relatório Final da comissão processante, com fulcro no Art. 224 da Lei Estadual n. 5.810/94; c) Deverá ser absolvida a servidora investigada M.L.F.C. (Matrícula n. 668850-2).

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 116/2025

Ementa

Por todo exposto, é possível concluir: a) resta consumada a prescrição da pretensão punitiva do Estado; b) sugerimos o acolhimento das conclusões exaradas no Relatório Final da Comissão processante; c) recomendamos ao Exmo. Sr. Governador do Estado que absolva o servidor acusado das transgressões disciplinares que lhe foram imputadas; d) por fim, cabe à SEDUC apurar as responsabilidades dos agentes que deram causa à prescrição.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 117/2025

Ementa

Por todo exposto, é possível concluir: a) Por todas as razões alinhadas nos autos, resta demonstrado o descumprimento do disposto no Art. 177, VI do RJU, ensejando a penalidade de repreensão, a qual resta prescrita, consoante demonstrado no item 2.2. Desta manifestação, de tal sorte, cabendo à Administração Pública apenas a absolvição do servidor; b) Assim, recomendamos ao Exmo. Sr. Governador do Estado a absolvição do investigado; c) por fim, cabe à SEDUC apurar as responsabilidades dos agentes que deram causa à prescrição.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 118/2025



PGE

Procuradoria
Consultiva

Ementa

Por todo exposto, é possível concluir: a) resta consumada a prescrição da pretensão punitiva do Estado; b) sugerimos o acolhimento das conclusões exaradas no Relatório Final da Comissão processante; c) recomendamos ao Exmo. Sr. Governador do Estado que absolva o servidor acusado das transgressões disciplinares que lhe foram imputadas; d) por fim, cabe à SEDUC apurar as responsabilidades dos agentes que deram causa à prescrição.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 119/2025

Ementa

Por todo exposto, é possível concluir: a) resta consumada a prescrição da pretensão punitiva do Estado; b) sugerimos o acolhimento das conclusões exaradas no Relatório Final da Comissão processante; c) recomendamos ao Exmo. Sr. Governador do Estado que ABSOLVA o servidor acusado das transgressões disciplinares que lhe foram imputadas; d) por fim, cabe à SEDUC proceder às conferências referentes ao recomendado pelo Parecer Jurídico n. 410/2019 (10001 / 105), bem como apurar as responsabilidades dos agentes que deram causa à prescrição.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 120/2025

Ementa

Por todo exposto, é possível concluir: a) resta consumada a prescrição da pretensão punitiva do Estado; b) sugerimos o acolhimento das conclusões exaradas no Relatório Final da Comissão processante; c) recomendamos ao Exmo. Sr. Governador do Estado que absolva o ex-servidor acusado das transgressões disciplinares que lhe foram imputadas; d) por fim, cabe à SEDUC apurar as eventuais responsabilidades dos agentes que deram causa à prescrição.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 121/2025

Ementa

Por todo exposto, é possível concluir: a) Verificada a prescrição da pretensão punitiva estatal; b) Portanto, recomenda-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado a absolvição dos investigados das transgressões disciplinares que lhes foram imputadas; c) A SEDUC deve apurar eventual



PGE

Procuradoria
Consultiva

responsabilidade pela omissão no dever de processar e finalizar o processo disciplinar em tempo hábil e sem incidência de prescrição.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 122/2025

Ementa

Por todo exposto, é possível concluir: a) resta consumada a prescrição da pretensão punitiva do Estado; b) sugerimos o acolhimento das conclusões exaradas no Relatório Final da Comissão processante; c) recomendamos ao Exmo. Sr. Governador do Estado que absolva a ex-servidora acusada das transgressões disciplinares que lhe foram imputadas; d) por fim, cabe à SEDUC apurar as eventuais responsabilidades dos agentes que deram causa à prescrição.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 123/2025

Ementa

Por todo exposto, é possível concluir: a) resta consumada a prescrição da pretensão punitiva do Estado; b) sugerimos o acolhimento das conclusões exaradas no Relatório Final da Comissão processante; c) recomendamos ao Exmo. Sr. Governador do Estado que absolva a servidora acusada das transgressões disciplinares que lhe foram imputadas; d) por fim, cabe à SEDUC apurar as eventuais responsabilidades dos agentes que deram causa à prescrição.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 124/2025

Ementa

Por todo exposto, é possível concluir: a) resta consumada a prescrição da pretensão punitiva do Estado; b) sugerimos o acolhimento das conclusões exaradas no Relatório Final da Comissão processante; c) recomendamos ao Exmo. Sr. Governador do Estado que absolva a servidora acusada das transgressões disciplinares que lhe foram imputadas; d) por fim, cabe à SEDUC apurar as responsabilidades dos agentes que deram causa à prescrição.



2026

PARECER

PARECER 652/2025

Ementa Execução fiscal. Sentença extintiva com resolução de mérito. Trânsito em julgado. Erro de fato na informação de pagamento. Impossibilidade de ação rescisória por decurso de prazo. Inviabilidade de reativação do feito ou de nova inscrição em dívida ativa. Ausência de vício formal na CDA. Coisa julgada material. Necessidade de baixa administrativa do crédito

PARECER 1016/2025

Ementa Minuta de Decreto. Alteração do art. 33 do Decreto Estadual n. 3.371, de 29 de setembro de 2023. Vedação aos Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual de Adesão à ata de Registro de Preços gerenciada por Órgão ou Entidade Municipal. Resoluções do Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE/PA). Nota Técnica n. 117/2025-pge. Possibilidade de edição de Decreto Alterador.

PARECER 1041/2025

Ementa Servidor. Promoção e progressão funcional. Lei nº 6.839/2006. Resolução 2055/2009 UEPA. Avaliação de desempenho. Interpretação integrada. Questão prejudicial ao pedido de progressão funcional.

PARECER 1047/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Assédio Sexual. Prescrição penal. Majorante penal. Valimento. Conversão do distrato em Demissão.

PARECER 1049/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Assédio Sexual. Prescrição penal. Majorante penal. Valimento. Demissão.

PARECER 1053/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Assédio sexual contra menores. Incontinência pública e conduta escandalosa na repartição.



Valimento. Ofensa aos princípios éticos e morais. Conversão do Distrato em Demissão.

PARECER

1056/2025

Ementa

Servidor público. Aposentadoria. Ausência de recolhimento das contribuições previdenciárias durante período de demissão. Penalidade reconsiderada. Descumprimento, pela administração, do dever de regularizar o recolhimento previdenciário. Decadência e prescrição. Dever de pagar as contribuições previdenciárias pendentes. Equilíbrio Financeiro e Atuarial do Regime de Previdência.

PARECER

1061/2025

Ementa

Auxílio Funeral. Art. 160, II, b, §3º da Lei nº 5.810/94. Alteração pela Lei nº 8.975/2020. Comprovação de despesas. Genitora.

PARECER

1063/2025

Ementa

Processo Administrativo Disciplinar. Acúmulo inconstitucional de cargos. Especialista em educação. Professor pedagógico. Natureza distinta do cargo de professor. Impossibilidade de acumulação. Demissão.

PARECER

1065/2025

Ementa

Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Secretaria de Estado de Educação (SEDUC). Vigia. Comparecimento ao trabalho na escola sob efeito de bebida alcoólica e em trajes incompatíveis. Importunação sexual de aluna menor de idade. Valimento do cargo. Conduta escandalosa na repartição. Penalidade de Demissão.

PARECER

1066/2025

Ementa

Concessão da prestação regionalizada dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Assunção parcial da operação e manutenção dos sistemas em municípios remanescentes da COSANPA e municípios oriundos de SAAES dos blocos “a”, “b” e “d”. Municípios da 3ª onda de assunção. Termo de compromisso. Possibilidade jurídica.



PARECER 1/2026

Ementa Minuta de contrato de patrocínio. Caso que se amolda melhor a doação. Princípio da impessoalidade. Observações. Decreto 796/2020 e IN SEPLAD 003/2025.

PARECER 2/2026

Ementa Convênio. Transferência voluntária de recursos a município. Instalação de bloquetes. Pedido de prorrogação de vigência de convênio com prazo já expirado. Convênio por escopo. Atendimento ao interesse público. Condicionantes.

PARECER 3/2026

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Secretaria de Estado de Educação (SEDUC). Conduta escandalosa na repartição. Insubordinação grave em serviço. Valimento. Prescrição das penalidades de repreensão e de suspensão. Não caracterização de condutas passíveis de demissão. Absolvição.

PARECER 4/2026

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Secretaria de Estado de Educação (SEDUC). Assédio sexual contra alunas menores de idade. Prescrição penal. Majorante penal. Ausência de certeza acerca da materialidade da conduta. Dúvida fundada. Presunção de inocência. Absolvição.

PARECER 5/2026

Ementa Licitação pública. Pregão eletrônico. Aquisição de equipamentos eletrônicos. Condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado (art. 40, I, da Lei Federal nº 14.133/2021). Pagamento parcial com equipamentos usados, conforme pesquisa de mercado. Fase preparatória. Análise jurídica.

PARECER 6/2026

Ementa Credenciamento. Prestação de serviços e fornecimento de bens. Natureza contínua. Edital de credenciamento. Prazo de vigência. Admissibilidade do



prazo indeterminado. Prorrogação contratual. Previsão editalícia. Vantajosidade.

PARECER 7/2026

Ementa Termo aditivo a termo de cessão de uso de imóvel estadual. Autorização de uso compartilhado de sala em favor da SEFA para instalação de Posto de Fiscalização Aquaviária em Juruti/PA, sem prejuízo das atividades da ADEPARÁ. Análise de legalidade, competências, responsabilidades, publicidade e necessidade de fixação de prazo determinado na cessão originária, nos termos da Lei Estadual nº 6.614/2004 e do Parecer nº 806/2024-PGE.

PARECER 9/2026

Ementa Processo Administrativo Disciplinar Simplificado (PADS). Rito sumário. Inobservância da ordem legal dos atos processuais. Vício insanável. Nulidade parcial.

PARECER 10/2026

Ementa Servidor público. Consultor Jurídico do Estado. Vinculação administrativa à Procuradoria-Geral do Estado (Quadro Suplementar Único). Lotação em Órgão Estadual por Ato do Procurador-geral do Estado. Direito à percepção de Gratificação de Desempenho de Gestão (GDG) enquanto perdurar a lotação no Órgão. Não pagamento da GDG durante o período “aguardando aposentadoria” (AGA).

PARECER 11/2026

Ementa Recurso hierárquico. Pedido incidental em Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Atos de mero expediente e preparatórios de decisões. Competência do Secretário de Estado. Não cabimento. Não conhecimento.

PARECER 12/2026

Ementa Seduc. Processo Administrativo Disciplinar. Assédio sexual contra menores. Ofensa a princípios éticos, morais, a leis e regulamentos.



Discrição. Urbanidade. Aplicação da penalidade de Suspensão. Competência do Secretário de Estado de Educação.

PARECER

13/2026

Ementa

Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Secretaria de Estado de Educação (SEDUC). Assédio sexual. Ausência de provas. Dever de urbanidade, discrição e observância aos princípios éticos e morais. Suspensão. Prescrição. Absolvição.

PARECER

14/2026

Ementa

Acordo de subvenção não reembolsável. *Grant facility for project preparation* (GFPP/BIRD). Banco mundial. Doação destinada à preparação do “Projeto Segurança Alimentar, Sociobioeconomia e Conservação de Florestas da Agricultura Familiar e das Comunidades Tradicionais no Estado do Pará – fase VII”.

PARECER

15/2026

Ementa

Policial Militar Estadual. Exercício de cargo em comissão de diretor de unidade prisional, junto à Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP). Função de natureza policial militar. Agregação. Vantagem relativa ao tempo de serviço. Prevalência do regramento da Legislação Militar (Lei Estadual nº 4.491, de 28 de novembro de 1973).

PARECER

16/2026

Ementa

Minuta de Decreto. Junta Comercial do Estado do Pará (JUCEPA). Regulamentação da Lei Estadual nº 9.625, de 14 de junho de 2022. Progressão funcional e promoção na carreira dos servidores do Quadro de Cargos de Provimento Efetivo da JUCEPA.

PARECER

18/2026

Ementa

Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Secretaria de Estado de Educação (SEDUC). Importunação sexual de aluna menor de idade. Valimento. Incontinência pública. Conduta Escandalosa na Repartição. Insuficiência de provas. Absolvição.



PARECER 20/2026

Ementa Auxílio uniforme. Lei Estadual n. 11.090/2025. Servidor cedido. Entidade não integrante do Sistema Estadual de Segurança Pública. Omissão normativa. Interpretação teleológica. Indeferimento.

PARECER 21/2026

Ementa Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Caso n.º 12.327. Manoel da Costa Barbosa (Fazenda Princesa). Minuta de acordo de cumprimento. Análise das cláusulas e viabilidade jurídica. Parecer Complementar ao Parecer n.º 844/2025-PGE/PA.

PARECER 22/2026

Ementa Minuta de Projeto de Lei. Reentrada. Redução do percentual máximo para compensação da Taxa Municipal de Polícia. Recomendação de obediência ao princípio da anterioridade. Aumento indireto de tributo.

PARECER 26/2026

Ementa Termo de Cooperação Técnica. Junta Comercial do Estado do Pará. Renovação de acesso. Portal de Registro Mercantil – REGIN.

PARECER 28/2026

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Incontinência pública. Estupro. Penal. Inobservância do devido processo legal. Necessidade de atendimento às orientações do Parecer nº 224/2025-PGE. Conversão do julgamento em diligências.

PARECER 31/2026

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Infração disciplinar. Aula de campo. Consumo de álcool por alunos e terceiros. Artigos 177, VI e 190, XIX da Lei Estadual n. 5.810/94. Regularidade do rito. Individualização das condutas. Falta grave. Desqualificação de penalidade de Demissão. Suspensão cabível. Prescrição da pretensão punitiva. Arquivamento.



PARECER 32/2026

Ementa Minuta de Decreto. Alteração do Decreto Estadual nº 4.676/2001. Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS). Convênio ICMS nº 76/98. Convênio ICMS nº 01/99. Análise Jurídica.

PARECER 33/2026

Ementa Protocolo de intenções. Fundação Carlos Gomes. Instituto Amazônia Azul. Mútua cooperação para o desenvolvimento de ações de intercâmbio técnico, científico e cultural. Possibilidade de celebração. Atualização de certidões.

PARECER 34/2026

Ementa Servidor Público. Secretaria de Estado de Educação (SEDUC). Enquadramento funcional. Cessão que não configura efetivo exercício do magistério. Ato do Chefe do Poder Executivo. Possibilidade. Condicionantes.

PARECER 35/2026

Ementa Anteprojeto de Lei. Plano Estadual de Educação. Lei Estadual n. 8.186/2015. Vigência decenal (2015/2025). Prorrogação até 31 de dezembro de 2026. Sugestão de ajustes na minuta.

PARECER 37/2026

Ementa Anteprojeto de Lei Estadual. Programa de requalificação comercial de produtores rurais e agricultores familiares. Remissão normativa a instrumentos heterogêneos (TAC/Protocolo). Déficit de densidade normativa e de governança regulatória. Recomendações de internalização de standards, parâmetros mínimos de execução, transparência, controle e garantias procedimentais. Sugestão de devolução à Semas para aprimoramento.



PARECER 38/2026

Ementa Servidor do Magistério. Efetivo exercício. Enquadramento. Lei Estadual n. 7.442/2010 e Decreto Estadual n. 189/2011. Cessão. Atividade não relacionada ao magistério. Entendimento firmado pela PGE/PA. Ato do Chefe do Poder Executivo Estadual.

PARECER 39/2026

Ementa Cota de patrocínio. Licitação pública. Inexigibilidade. Inviabilidade de competição. Implicações eleitorais. Lei 9.504/1997.

PARECER 41/2026

Ementa Gratificação pela Participação em Comissão ou Grupo Especial de Trabalho. Lei Estadual n. 5.810/1994. Participação de professor efetivo em banca examinadora. Vantagem. Necessidade de autorização legislativa específica. Instituição de mecanismo não pecuniário. Possibilidade. Princípio constitucional da eficiência.

PARECER 42/2026

Ementa Anteprojeto de Lei. Alteração das Leis Estaduais n. 9.568/2022, 9.567/2022, 9.571/2022, 9.625/2022, 6.099/1997, 10.308/2023, 9.890/2023 e 10.656/2024. Progressão funcional. Adequação ao entendimento firmado no Recurso Extraordinário n. 1.370.045/RJ. Atualização legislativa. Condicionantes. Possibilidade.

PARECER 44/2026

Ementa Projeto Sala Lilás. Implantação de salas de acolhimento nas delegacias de polícia civil para mulheres vítimas de violência. Decreto. Competência da Secretaria de Estado de Planejamento e Administração para se manifestar sobre os aspectos de sua competência. Análise de capacidade orçamentária e financeira.

PARECER 45/2026

Ementa Desapropriação. Decreto de Utilidade Pública e Interesse Social para obras regularização da Comunidade “Vista Alegre do Juá”. Documentos



indispensáveis para expedição do Decreto de Utilidade Pública. Possibilidade.

PARECER

46/2026

Ementa

Parecer do Órgão Jurídico e declaração do Chefe do Poder Executivo do estado do Pará. Operação de Crédito Interno com garantia da União. Caixa Econômica Federal. Programa de investimento em infraestrutura, saneamento, saúde, desenvolvimento urbano, cultura, esporte e lazer do Estado do Pará. R\$456.740.000,00 (quatrocentos e cinquenta e seis milhões, setecentos e quarenta mil reais).

PARECER

47/2026

Ementa

Parecer do Órgão Jurídico e declaração do Chefe do Poder Executivo do estado do Pará. Operação de Crédito Interno com garantia da união. Caixa Econômica Federal. Programa de investimentos em infraestrutura, saúde, segurança pública e tecnologia. Área de atuação mobilidade urbana e infraestrutura. R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais).

PARECER

48/2026

Ementa

Parecer do Órgão Jurídico e declaração do Chefe do Poder Executivo do Estado do Pará. Operação de Crédito Interno com garantia da União. Estado do Pará e Banco do Brasil. Programa de investimentos em infraestrutura, saneamento, saúde, desenvolvimento urbano, cultura, esporte e lazer do estado do Pará. Banco do Brasil. R\$700.000.000,00 (setecentos milhões de reais).

PARECER

49/2026

Ementa

Recurso hierárquico. Recebimento como pedido de reconsideração. Conduta escandalosa. Penalidade de demissão. Intempestividade. Não conhecimento.

PARECER

50/2026

Ementa

Minuta de Decreto. Alteração do Decreto Estadual n. 3.302/2023. Transferências voluntárias de recursos do Estado do Pará mediante



Convênios e as Parcerias sem transferência de recursos, por meio da celebração de Termo de Cooperação Técnica ou Acordo de Adesão.

PARECER

51/2026

Ementa

Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Assédio sexual. Prescrição penal. Majorante penal. Incontinência pública. Valimento. Acordo de não persecução penal. Extinção da punibilidade na esfera criminal. Independência das instâncias. Confissão. Conduta incompatível com a atividade desempenhada pelo Servidor. Demissão.

PARECER

52/2026

Ementa

Parecer do Órgão Jurídico e declaração do Chefe do Poder Executivo do Estado do Pará. Operação de Crédito Interno com garantia da União. Estado do Pará e Caixa Econômica Federal. Projeto de investimento de “Construção de Creches por Todo o Pará”. R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais).

PARECER

53/2026

Ementa

Parecer do Órgão Jurídico e declaração do Chefe do Poder Executivo do estado do Pará. Operação de Crédito Interno com garantia da União. Estado do Pará e Caixa Econômica Federal. Financiamento parcial de projetos na área de saúde, no âmbito do “programa de investimentos em infraestrutura, saneamento, saúde, desenvolvimento urbano, cultura, esporte e lazer do Estado do Pará”. R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais).

PARECER

54/2026

Ementa

Parecer do Órgão Jurídico e declaração do Chefe do Poder Executivo do Estado do Pará. Operação de crédito externo com garantia da união. BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento. Projeto de concessão para restauração ecológica da unidade de recuperação triunfo do Xingu Altamira – Pará. US\$15.000.000,00 (quinze milhões de dólares).



PARECER 57/2026

Ementa Processo de invalidação de licitação. Contrato n. 38/2016. Alegações finais e recurso hierárquico. Fundamentos jurídicos para invalidação.

PARECER 59/2026

Ementa Edital. Requisitos legais para o Cargo Público. Cursos equivalentes. Jurisprudência.

PARECER 60/2026

Ementa Termo de Cooperação Técnica. Saneamento e encerramento de processos de aposentadoria. Checklist de Instrução Processual.

PARECER 61/2026

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. (PAD). Violação aos Princípios. Prescrição. Lesão ao Erário. Não configurado. Ausência de provas. Absolvição.

PARECER 62/2026

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Departamento de Trânsito do Estado do Pará (DETRAN-PA). Inserção de dados falsos em Sistema de Informações. Necessidade de fracionamento do julgamento. Nulidade parcial em relação ao indiciado. Necessidade de citação por edital. Absolvição do outro investigado. Ausência de provas de irregularidade. Arquivamento.

PARECER 63/2026

Ementa Fundação Carlos Gomes. Festival Internacional de Música do Pará. Evento tradicional. Possibilidade de realização em ano eleitoral.

PARECER 65/2026

Ementa Anteprojeto de Lei. Alteração da Lei Estadual n. 4.491, de 28 de novembro de 1973, que institui novos valores de remuneração dos policiais militares.



PARECER 66/2026

Ementa Exoneração e Nomeação de Membros. Conselho Estadual de Trânsito. Possibilidade.

PARECER 67/2026

Ementa Direito Administrativo. Organização Administrativa. Descentralização de Competência. Perícia grafotécnica. Processos administrativos.

PARECER 68/2026

Ementa Minuta de decreto. Fixa o montante de recursos financeiros destinados para a utilização como incentivo fiscal na realização de Projetos Culturais no Estado do Pará. Regularidade da minuta.

PARECER 69/2026

Ementa Minuta de Decreto. Alteração do Decreto Estadual n. 4.676/2001. Regulamento do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (RICMS/PA). Diferimento. Operações e prestações internas com carozo de açai. Não configuração de benefício fiscal. Desnecessidade de autorização prévia do CONFAZ. Regularidade da minuta.

PARECER 72/2026

Ementa Parecer do Órgão Jurídico para Operação de Crédito Interno com garantia da União. Estado do Pará e Caixa Econômica Federal. Construção de Creches por todo o Pará. R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais).

PARECER 73/2026

Ementa Parecer do Órgão Jurídico para Operação de Crédito Externo com Garantia da União. Estado do Pará e BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento. Unidade de Recuperação Triunfo do Xingu (URTX) na cidade de Altamira (PA). Us\$15.000.000,00 (quinze milhões de dólares).



PARECER 74/2026

Ementa Minuta de Decreto. Regulamentação do §4º, do art. 42, da Lei Estadual n. 10.989, de 29 de maio de 2025. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Clima e Sustentabilidade (SEMAS). Quantitativo de vagas, por formação, dos cargos de provimento efetivo.

PARECER 75/2026

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Prescrição quinquenal administrativa. Procedimento desidioso. Não caracterização das condutas imputadas. Absolvição.

PARECER 76/2026

Ementa Direito Financeiro e Ambiental. Minuta de Decreto Regulamentador da LCE nº 190/2025 (Responsabilidade na Gestão Ambiental) e Operacionalização do FEMA. Análise formal de aderência à lei. Recomenda-se ajustar a minuta ao texto vigente ou sincronizar com alteração legislativa, e submeter pontos sensíveis (custeio/pessoal, material permanente, ICMS verde) a consulta específica.

PARECER 77/2026

Ementa Proposta de Decreto. Alteração do Decreto Estadual n. 3.760, de 11 de março de 2024, que institui o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Estadual para a População em Situação de Rua. Análise jurídica.

PARECER 78/2026

Ementa Minuta de Decreto. Alteração do RICMS. Revogação de hipóteses de suspensão de inscrição. Conveniência e oportunidade. Internalização do Convênio ICMS n. 109/2024. Transferência de créditos em remessas entre estabelecimentos do mesmo titular.

PARECER 79/2026

Ementa Minuta de Decreto. Alteração do Decreto Estadual n. 4.676/2001. Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual



e Intermunicipal e de Comunicação (RICMS/PA). Diferimento. Operações internas com minério de ferro. Não configuração de benefício fiscal. Desnecessidade de autorização prévia do CONFAZ. Regularidade da minuta.

PARECER

80/2026

Ementa

Minuta de Decreto. Fundo da Amazônia Oriental (FAO). Alteração do Decreto Estadual n. 346/2019. Inclusão de representante da SEPI no Comitê Gestor. Ajuste organizacional. Adequação e juridicidade da minuta apresentada.

PARECER

81/2026

Ementa

Minuta de Decreto. Homologação de Regimento Interno. Tribunal Administrativo de Recursos Ambientais (TRA). Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Clima e Sustentabilidade (SEMAS). Regra a respeito de impedimento do julgador que atuou em primeira instância. Imparcialidade do julgamento. Ordem dos trabalhos nas sessões de julgamento. Assinatura digital e níveis de confiabilidade. Diligências junto à Secretaria de origem.

PARECER

82/2026

Ementa

Requerimento Administrativo. Promoção por Ato de Bravura. Polícia Civil. Lei Complementar Estadual n. 22/1994. Alterações implementadas pela Lei Complementar Estadual n. 191/2025. Princípio da Irretroatividade da Norma. *Tempus regit actum*. Ausência de previsão legal. Indeferimento.

PARECER

83/2026

Ementa

Processo Administrativo Disciplinar. Ex-servidora temporária. Dever de apuração da Administração Pública. Violação aos deveres de assiduidade, pontualidade e obediência a ordens superiores. Impossibilidade de enquadramento em procedimento desidioso ou insubordinação grave pela insuficiência probatória e ausência de requisitos típicos. Prescrição da pretensão punitiva. Recomendação de absolvição.



PARECER 84/2026

Ementa Acumulação de Cargos, Empregos e Funções. Art. 37, inciso XVI da CRFB/88. Arts. 33 e 41 da CE/89. Lei Estadual n. 5.810/1994.

PARECER 86/2026

Ementa Acumulação de Cargos, Empregos e Funções. Art. 37, inciso XVI da CRFB/88. Arts. 33 e 41 da CE/89. Lei Estadual n. 5.810/1994.

PARECER 87/2026

Ementa Acordo de subvenção não reembolsável. Grant *Facility for Project Preparation* (GFPP/BIRD). Banco Mundial. Doação destinada à preparação do “Projeto Segurança Alimentar, Sociobioeconomia e Conservação de Florestas da Agricultura Familiar e das Comunidades Tradicionais no Estado do Pará – fase VII”. Parecer Complementar ao Parecer n. 14/2026-PGE/PA.

PARECER 89/2026

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Servidor Público. Atuação como Procurador ou Intermediário junto ao Serviço Público. Não comprovação. Absolvição.

PARECER 90/2026

Ementa Acumulação de Cargos, Funções e Empregos Públicos. Emenda Constitucional 138, de 19 de dezembro de 2025. Processos Administrativos Disciplinares. Retroatividade mínima de Normas Constitucionais.

PARECER 91/2026

Ementa Progressão funcional. Analistas de Procuradoria. Cumprimento dos requisitos legais. Projeção Orçamentária exigida pela LC 101/2000 positiva. Possibilidade.



PARECER 92/2026

Ementa Serviço Público. Abastecimento de água e esgotamento sanitário. Prestação regionalizada. Microrregião de Águas e Esgoto do Pará (MRAE). Concessão. Fase de transição. Prorrogação. Assunção parcial dos serviços pela concessionária. Municípios operados por SAAES, sem cobertura comercial (municípios da 4ª onda de assunção). Termo de Compromisso. Viabilidade jurídica.

PARECER 93/2026

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Prescrição Quinquenal Administrativa. Improbidade Administrativa. Aplicação irregular de dinheiros públicos. Lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio estadual. Valimento. Utilização de recursos materiais de repartição em serviços ou atividades particulares. Demissão.

PARECER 94/2026

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Denúncias de irregularidades em Escola Pública Estadual. Prescrição quinquenal administrativa. Valimento. Inexistência de provas. Absolvição. Servidor Público submetido à perícia médica ainda não concluída. Prazo prescricional não suspenso. Prescrição da pretensão punitiva iminente. Ausência de utilidade na continuação do processo.

PARECER 97/2026

Ementa Minuta de anteprojeto de lei. Promoção da alimentação adequada e saudável no ambiente escolar por meio da educação alimentar e nutricional e da regulação da distribuição, comercialização e comunicação mercadológica de alimentos e bebidas nas unidades escolares das redes pública e privada de educação básica, no âmbito do estado do Pará – análise da SEDUC e SEASTER – impacto sobre a merenda escolar – proibição de comercialização de alimentos – análise de conveniência.

PARECER 98/2026

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Policial Civil. Lesão corporal. Resistência. Crimes com prazo prescricional inferior a 5 anos. Prescrição Quinquenal Administrativa. Art. 74, incisos XIX e XXXIX, da Lei



Complementar Estadual n. 22/94. Atos da vida privada. Repercussão na esfera administrativa. Conduta incompatível com o exercício do cargo. Alegada incapacidade. Ausência de dúvida fundada acerca da sanidade mental. Alegação desprovida de indícios de procedência. Demissão.

PARECER

99/2026

Ementa

Minuta de Projeto de Lei que altera a Lei Estadual n. 10.259/2023 (Unidade de Recuperação da Vegetação Nativa). Adequação terminológica à denominação atual da SEMAS. Instituição do Plano de Atuação Integrada (PAI) como instrumento complementar de planejamento intersetorial. Compatibilidade com a Competência Legislativa Ambiental Estadual e com o Regime Constitucional de Tutela do Meio Ambiente (art. 225, CF/1988). Parecer pela juridicidade.

PARECER

100/2026

Ementa

Minuta de Decreto. Altera o Regulamento do IPVA. Constitucionalidade da Minuta.

PARECER

101/2026

Ementa

Criação de Unidade de Conservação Estadual. Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Ilha Tucundeuá (São João de Pirabas/PA). Instrução por estudos técnico-socioambientais, consulta pública e memorial descritivo. Adequação da categoria RDS ao uso tradicional e à conservação. Ajustes pontuais de técnica normativa e ressalva quanto à CPLI (Convenção 169/OIT).

PARECER

102/2026

Ementa

Servidor público. Policial civil. Auxílio-transporte. Natureza indenizatória. Gratuidade em transporte público. Duplo recebimento das vantagens. Impossibilidade.

PARECER

103/2026

Ementa

Processo Administrativo. Parceria – PGE/SEIRDH/ITERPA e OSCS. Projeto Aquilombar. Minuta de Acordo de Cooperação. Alteração da Governança Financeira. Transferência da responsabilidade



pela recepção e gestão dos recursos privados para o ITERPA. Ajuste operacional. Manutenção do objeto. Regularidade jurídica. Sugestão de assinatura.

PARECER 105/2026

Ementa Servidor público. Cessão. Estágio probatório. Suspensão. Avaliação de desempenho. Análise das funções desempenhadas.

PARECER 106/2026

Ementa Servidor público. Gratificação de plantão. Servidores Comissionados. Natureza das atividades exercidas. Área-fim da saúde.

PARECER 107/2026

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP). Ausentar-se de serviço sem autorização. Insubordinação grave em serviço. Ausência de provas. Absolvição.

PARECER 109/2026

Ementa Promoção em Ressarcimento de Preterição. Oficial da Polícia Militar do Estado do Pará (PMPA). Quadro de saúde (QOSPM) – fonoaudiólogo. Cumprimento de decisão judicial. Reclassificação. Erro administrativo corrigido. Promoção ao posto de capitão pelo critério de antiguidade. Promoção ao posto de major pelo critério de merecimento. Requisitos legais reconhecidos pela comissão de Promoção de Oficiais (CPO). Possibilidade de edição de Decreto.

PARECER 110/2026

Ementa Licitação Pública. Obra Pública. Análise dos Documentos da Fase Preparatória.



PARECER 111/2026

Ementa Convênio de Cooperação Técnica e Financeira. Prorrogação de vigência. Utilização de rendimentos do saldo do projeto entre as rubricas listadas no plano de trabalho. Termo aditivo. Análise jurídica.

PARECER 113/2026

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Crime de contratação direta ilegal. Pagamentos sem cobertura contratual. Prescrição penal. Continuidade típico-normativa. Crime contra a Administração Pública. Improbidade Administrativa. Lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio estadual. Valimento. Corrupção. Não comprovação do dolo específico das condutas imputadas. Falta grave sujeita à suspensão. Prescrição da pretensão punitiva. Absolvição.

PARECER 114/2026

Ementa Política de Incentivos ao Desenvolvimento Socioeconômico do Estado do Pará. Lei estadual n. 6.489, de 27 de setembro de 2002. Incentivos fiscais. Ano eleitoral. Eleições Gerais. Gratuidade afastada. Não incidência da vedação prevista no art. 73, § 10, da lei eleitoral. Ratificação de entendimentos anteriores desta PGE.

PARECER 116/2026

Ementa Serviço público. Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário. Prestação regionalizada. Microrregião de Águas e Esgoto do Pará (MRAE). Concessão. Fase de transição. Prorrogação. Assunção parcial dos serviços pela concessionária. Municípios operados por SAAES, sem cobertura comercial (municípios da 5ª onda de assunção). Termo de compromisso. Viabilidade jurídica.

PARECER 117/2026

Ementa Conselho de justificação. Inabilitação ao ingresso em Quadro de Acesso à Promoção. Hipótese do art. 129, inciso II, da Lei Estadual n. 6.833/2006. Regularidade do Processo Administrativo Disciplinar. Acolhimento do



relatório final. Decisão e Julgamento pelo Chefe do Poder Executivo Estadual.

PARECER 119/2026

Ementa Minuta de Decreto. Instituição do Comitê Interinstitucional de Análise e Adequação Processual. Processos de aposentadoria. Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social (IGEPPS). Secretaria de Estado de Educação (SEDUC). Procuradoria-Geral do Estado (PGE).

PARECER 121/2026

Ementa Qualificação de organização social. Associação Cultural da Amazônia. Lei estadual n. 5.980, de 19 de julho de 1996. Decreto estadual n. 21/2019. Análise jurídica.

PARECER 122/2026

Ementa Minuta de Decreto. Comitê Gestor do Plano Estratégico de Longo Prazo do Estado do Pará – Pará 2050. Instituição do Regimento Interno. Competência do Chefe do Poder Executivo.

PARECER 123/2026

Ementa Policial Civil. Promoção. Correta aplicação da Lei Complementar Estadual n. 191, de 17 de setembro de 2025, que altera a Lei Complementar Estadual n. 022, de 15 de março de 1994. Parecer n. 997/2025-PGE/PA. Novos questionamentos da Comissão Permanente (COPEP/PCPA). Complementar.

PARECER 124/2026

Ementa Conselho de Justificação. Substituição de Membros. Orientação do Parecer n 1015/2025-PGE. Competência do Chefe do Poder Executivo Estadual.

PARECER 125/2026

Ementa Dispensa de licitação em razão do valor. Prorrogações. Exercício financeiro. Interpretação do Art. 75, II da Lei n. 14.133/2021.



PARECER 126/2026

Ementa Nomeação e recondução de membros para o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Difusos. Biênio 2026/2028. Análise jurídica.

PARECER 129/2026

Ementa Aditivo contratual. Prorrogação de vigência. Reajuste. Diminuição de quantitativo. Lei n. 14.133/21.

PARECER 130/2026

Ementa Sociedade de economia mista. Alienação de bens imóveis. Ano eleitoral. Vedação de distribuição de bens. Alienação onerosa com contrapartida substancial. Possibilidade.

PARECER 131/2026

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Policial penal. Violação aos princípios éticos, morais, às leis e regulamentos. Valimento do cargo. Conduta escandalosa. Disparo de arma de fogo em via pública. Legítima defesa não configurada. Demissão.

PARECER 133/2026

Ementa Minuta de projeto de Lei que altera a Lei estadual n. 6.017/96. Isenção de IPVA para veículos de transporte Intermunicipal de passageiros, que sejam registrados e operem linhas regulares autorizadas pela Agência de Regulação e Controle dos Serviços Públicos de Transporte (ARTRAN). Direito eleitoral. Art. 73, § 10, da Lei n. 9.504/97. Concessão gratuita de Benefícios fiscais. Possibilidade de Enquadramento.

PARECER 134/2026

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Irregularidades na condução da gestão de escola pública estadual. Ausência de prestação de contas. Prescrição administrativa quinquenal. Valimento. Não comprovação das condutas Imputadas. Repreensão. Prescrição da pretensão punitiva. Absolvção.



PARECER 135/2026

Ementa Servidor Público. Acúmulo ilícito de cargos. Pena de demissão aplicada após decisão em Processo Administrativo Disciplinar Simplificado (PADS). Constatação da ausência de prestação de serviço. Recebimento da remuneração. Pagamentos indevidos. Apuração do dano causado à Administração Pública. Constituição da obrigação de ressarcimento. Procedimento de Reparação de Danos (PARD). Cálculo do valor devido. Observância da prescrição quinquenal.

PARECER 136/2026

Ementa Licitações e contratos. Sistema de Registro de Preços (SRP). Ata de Registro de Preço (ARP). Lei Federal n. 14.133/2021. Decreto estadual n. 3.186/2023. Renovação do quantitativo.

PARECER 137/2026

Ementa Parecer do órgão jurídico para Operação de crédito do Estado do Pará. Operação de Crédito Interno com garantia da União. Caixa Econômica Federal. Programa de Investimento em Desenvolvimento Econômico do Estado do Pará. Capitalização do Fundo de Desenvolvimento Econômico do Estado do Pará (FDE). R\$200.000.000,00 (Duzentos milhões de reais).

PARECER 138/2026

Ementa Policial civil. Vinculação vencimental. Arts. 67 e 68 da Lei complementar estadual n. 22, de 15 de março de 1994. Parecer n. 19/2025, desta PGE. Reajuste da Lei complementar estadual n. 168, de 4 de setembro de 2023. Análise complementar.

PARECER 139/2026

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Cometer encargo legítimo de servidor público à pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em Lei. Falta grave. Suspensão. Competência do presidente da autarquia para aplicação da penalidade. Vigência da Lei no tempo. Irretroatividade da norma que estabelece infração administrativa passível de demissão.



Ausência de elementos caracterizadores de incontinência pública e conduta escandalosa.

PARECER 140/2026

Ementa Destinação de bem público ao Ministério Público do Estado. Bem desapropriado no interesse do MP/PA. Afetação do bem. Possibilidade.

PARECER 141/2026

Ementa Direito administrativo e patrimonial. Doação de imóvel público estadual a município. Análise de minuta de escritura pública. Necessidade de adequação do objeto, da cláusula de reversão e da instrução procedimental, com observância da Lei n. 14.133/2021 e da legislação estadual pertinente. Possibilidade jurídica condicionada ao cumprimento dos requisitos formais, patrimoniais e registrais e à submissão final à apreciação jurídica.

PARECER 142/2026

Ementa Minuta de decreto. Gratificação de Desempenho de Atividade Socioeducativa (GDAS). Art. 32 da Lei estadual n. 11.220, de 20 de outubro de 2025. Regulamento. Avaliação de desempenho. Sugestão de ajustes na minuta. Necessidade de validação pela Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (FASEPA).

PARECER 145/2026

Ementa Proposta de decreto. Altera dispositivos do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, aprovado pelo Decreto n. 4.676, de 18 de junho de 2001. Nota Fiscal de Energia Elétrica Eletrônica (NF3E). Modelo 66. Análise jurídica.

PARECER 146/2026

Ementa Recondução de membros do Conselho Fiscal da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER) Análise jurídica.



PARECER 147/2026

Ementa Minuta de decreto. Homologação de Regimento Interno. Corpo de Bombeiros Militar do Pará (CBM/PA). Lei estadual n. 11.060, de 1º de julho de 2025. Alteração do Decreto estadual n. 2.360, de 16 de maio de 2022. Análise jurídica.

PARECER 148/2026

Ementa Servidor público. Regime Jurídico Único. Lei estadual n. 5.810/1994. Cumprimento de jornada. Teletrabalho. Ausência de direito subjetivo.

PARECER 149/2026

Ementa Abandono de cargo. Afastamento sem ato legal por mais de 30 dias consecutivos. Suposta infração aos arts. 178, IV, 190, II do RJU Estadual. Instauração de Processo Administrativo Disciplinar (PAD) - Lei Estadual n. 5.810/1994.

PARECER 150/2026

Ementa 3º termo aditivo. Termo de compromisso n. 963080. Contratação de projetos técnicos. Requalificação da antiga seccional do comércio. Criação do Centro de Interpretação da Cidade. Secretaria de Estado de Cultura (SECULT).

PARECER 152/2026

Ementa Anteprojeto de lei. Institui a Política Estadual de Saúde Integral das Comunidades Quilombolas. Secretaria de Estado de Saúde Pública (SESPA). Secretaria de Estado de Igualdade Racial e Direitos Humanos (SEIRDH).

PARECER 153/2026

Ementa Administrativo. Regularização fundiária onerosa. Terra Pública Estadual. Sobreposição parcial à APA Triunfo do Xingu. Aptidão técnico-fundiária reconhecida pelo ITERPA. Ausência de manifestação formal do IDEFLOR-BIO. Necessidade de complementação instrutória quanto ao art. 10, IV, da



Lei estadual n. 8.878/2019. Baixa em diligência. Posterior submissão à Assembleia Legislativa, nos termos do art. 241, II, da Constituição Estadual.

PARECER 154/2026

Ementa Direito administrativo. Bem Imóvel público estadual. Cessão de uso gratuita. Município de Faro. Finalidade Educacional. Escola Municipal. Análise de regularidade jurídico formal da minuta. Compatibilidade com a Lei Estadual n. 6.614/2004. Ausência de óbices ao prosseguimento.

PARECER 155/2026

Ementa Minuta de decreto. Aprovação de Regimento Interno. Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará (IGEPPS). Lei Estadual n. 6.564, de 1º de agosto de 2003. Análise jurídica.

PARECER 156/2026

Ementa Minuta de decreto. Ajuste SINIEF n. 25/2025. Postergação NFCOM. Constitucionalidade da minuta.

PARECER 157/2026

Ementa Anteprojeto de Lei. Alteração da Lei estadual n. 9.661, de 1º de julho de 2022, que dispõe sobre a reestruturação organizacional da Casa Militar da Governadoria do Estado do Pará. Atividades de segurança e proteção pessoal de ex-governadores por prazo determinado. Possibilidade, de acordo com entendimento do supremo Tribunal Federal (STF). Criação de ouvidora. Criação de cargos de provimento em comissão. Sugestão de ajustes na minuta.

PARECER 158/2026

Ementa Minuta de decreto. Alteração do Decreto estadual n. 4.676/2001. Regulamento do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (RICMS/PA). Diferimento. Operações internas com concentrado de cobre. Não configuração de benefício fiscal. Desnecessidade de autorização prévia do CONFAZ. Dispensa de



recolhimento nas saídas do produto resultante para exportação. Regularidade da minuta.

PARECER 161/2026

Ementa Minuta de decreto. Medidas administrativas a serem adotadas com vistas a garantir o abastecimento de pescado no mercado interno. Semana do pescado.

PARECER 162/2026

Ementa Minuta de decreto. Prorrogação do estado de emergência ambiental e climática. Decreto estadual n. 4.868, de 20 de agosto de 2025. Prorrogação por 180 (cento e oitenta) dias úteis. Previsão expressa no ato normativo originário (art. 15). Competência privativa do Governador (art. 135, v, da Constituição Estadual). Persistência das condições fáticas que motivaram a decretação. Alerta operacional comprovado por dados oficiais. Evidências científicas de risco climático associado ao desmatamento e ao fogo na Amazônia. Ratificação do Parecer n. 078/2026 – PGE/NUCADIN. Análise jurídica conclusiva. Favorável à edição do ato.

PARECER 163/2026

Ementa Servidor público. Direito de greve. Estágio probatório. Reflexo da participação em greve na avaliação do estágio probatório. Suspensão. Possibilidade de compensação.

PARECER 164/2026

Ementa Minuta de decreto. Resolução do Conselho Superior da Polícia Civil (CONSUP). Termo de Ajustamento Disciplinar (TAD). Recomendações.

PARECER 165/2026

Ementa Emendas parlamentares. Execução. Transferências fundo a fundo. Transparência e rastreabilidade. ADPF 854. Lei complementar federal n. 210, de 25 de novembro de 2024. Resolução n. 19.800, de 19 de dezembro de 2025, do Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE/PA). Portaria n. 492 /2026-CCG, de 27 de fevereiro de 2026.



PARECER 166/2026

Ementa Processo administrativo disciplinar (PAD). Secretaria de Estado de Educação (SEDUC). Assédio sexual. Valimento. Incontinência pública. Conduta escandalosa na repartição. Insuficiência de provas. Conversas inapropriadas de professor com alunos em grupo criado em aplicativo de troca de mensagens. Violação dos deveres de urbanidade e discrição. Inobservância aos princípios éticos, morais, às leis e regulamentos. Falta grave. Pena de suspensão. Julgamento pelo Chefe do Poder Executivo. Fixação dos dias de pena pelo Secretário de Estado de Educação.

PARECER 167/2026

Ementa Decreto estadual. Polícia Militar do Estado do Pará (PMPA). Redução dos interstícios para promoção de praças e oficiais. Motivação. Ato discricionário. Leis estaduais n. 8.230/2015 e n. 8.388/2016.

PARECER 168/2026

Ementa SESPA. Processo administrativo disciplinar. (PAD). Contratação direta irregular. Violação aos princípios éticos, morais, às leis e regulamentos. Lesão ao erário. Improbidade administrativa. Ausência de provas. Falta grave sujeita à suspensão. Prescrição da pretensão punitiva. Absolvição.

PARECER 169/2026

Ementa Manifestação. Minuta de Anteprojeto de Lei. Reestruturação do Contencioso Administrativo Tributário. Análise das Alterações em Relação à Proposta Anterior.

PARECER 170/2026

Ementa Processo administrativo disciplinar (PAD). Incontinência pública e conduta escandalosa, na repartição. Valimento. Sanidade mental comprovada. Demissão.

PARECER 171/2026

Ementa Processo administrativo disciplinar (PAD). Referir-se, de modo ofensivo, a servidor público. Habitual. Desidioso. Inassiduidade habitual. Procedimento disidioso. Doença mental incapacitante. Perícia psiquiátrica



e demais elementos probatórios. Prova da doença mental contemporânea aos fatos. Absolvição.

PARECER 172/2026

Ementa Direito administrativo e ambiental. Floresta Estadual do Paru. Minuta de decreto destinada à correção de alegado erro material em memorial descritivo. Viabilidade jurídico-formal, em tese, da providência, desde que observada a competência do Chefe do Executivo e os requisitos do ato administrativo. Necessidade, todavia, de prévia confirmação técnica cartográfico-fundiária, ante a ausência de instrução especializada quanto à adequação dos marcos territoriais. Risco de comprometimento da finalidade do ato e da segurança jurídica em caso de nova retificação futura.

PARECER 173/2026

Ementa Sociedade de economia mista. Alienação de bens imóveis. Ano eleitoral. Vedação de distribuição de bens. Alienação onerosa com contrapartida substancial. Possibilidade.

PARECER 174/2026

Ementa Homologação de Estatuto Social. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER.). Análise jurídica.

PARECER 175/2026

Ementa Projeto de lei. Reconhece a atividade de estética de bronzeamento – personal bronze, como atividade profissional para estimular o setor econômico, no âmbito do Estado do Pará. Regulamentação de profissão. Competência da União. Fundamentos sobre a inconstitucionalidade formal. Sanção ou veto.

PARECER 176/2026

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Secretaria de Estado de Saúde Pública (SESPA). Ex-servidora comissionada. Pandemia da Covid-19. Aquisição de álcool em gel. Irregularidades no processo de contratação direta por dispensa de licitação. Valimento. Lesão aos cofres públicos.



Improbidade administrativa. Ausência de provas. Prescrição das penalidades de repreensão e suspensão. Absolvição.

PARECER 177/2026

Ementa Processo administrativo disciplinar (PAD). Secretaria de Estado de Educação (SEDUC). Crime de estupro. Atos da vida privada. Reflexos na vida funcional. Incontinência. Servidor temporário. Conversão do distrato em demissão.

PARECER 178/2026

Ementa Cumprimento de decisão judicial. Condenação criminal. Servidor militar em reserva remunerada. Exclusão a bem da disciplina. Perda de graduação. Cassação automática de proventos. Desnecessidade de Conselho de Disciplina.

PARECER 180/2026

Ementa Minuta de anteprojeto de lei. Alteração da Lei estadual n. 8.427/2016. Programa de Educação Profissional e Tecnológica, no âmbito do Estado do Pará. “Pará Profissional”. Criação de benefício financeiro. Definição de valores em Decreto. Análise de disponibilidade orçamentária. Vedações da Lei eleitoral.

PARECER 181/2026

Ementa Anteprojeto de Lei complementar que altera a Lei complementar estadual n. 053, de 7 de fevereiro de 2006, que dispõe sobre a Organização Básica e Fixa o Efetivo da Polícia Militar do Pará (PMPA).

PARECER 182/2026

Ementa Licitação. Contratação direta. Contrato administrativo. Alterações de cláusulas.

PARECER 183/2026

Ementa Proposta de Decreto. Altera dispositivos do Regulamento do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de



Comunicação – ICMS, aprovado pelo Decreto n. 4.676, de 18 de junho de 2001. Ajustes SINIEF. Análise Jurídica.

PARECER 184/2026

Ementa Processo administrativo disciplinar (PAD). SEDUC. Assédio sexual. Valimento do cargo. Conduta escandalosa na repartição. Demissão.

PARECER 185/2026

Ementa Direito constitucional e ambiental. Minuta de Projeto de Lei complementar. Alteração da Lei complementar estadual n. 190/2025. Responsabilidade na gestão ambiental. Possibilidade jurídica parcial das alterações propostas, com ressalva à exigência de destinação mínima de 50% do ICMS verde ao Fundo Municipal de Meio Ambiente, por configurar vinculação indireta de receita de imposto. Afronta ao art. 167, IV, da Constituição Federal e à autonomia orçamentário- financeira municipal. Necessidade de revisão do art. 8º, II, “f”, da minuta.

PARECER 186/2026

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Secretaria de Estado de Educação (SEDUC). Aquisição de bens de empresa pertencente ao cônjuge de servidora. Potencial conflito de interesses. Ausência de prejuízo ao erário. Não comprovação de valimento do cargo. Não configuração de improbidade administrativa. Absolvção.

PARECER 188/2026

Ementa Anteprojeto de Lei. Alteração da Lei Estadual n. 5.810, de 24 de janeiro de 1994 (RJU). Servidor Civil. Licença para participação em Curso de Formação. Inclusão de previsão legal. Necessidade de compatibilizar a proposta para situações diferentes. Curso de formação para cargo de natureza civil: etapa do concurso público. Matrícula no curso de formação militar: ato concomitante à incorporação no estado efetivo da corporação. Acumulação de Cargo Civil com Atividade Militar. Sugestão de ajustes na minuta. Necessidade de validação pela Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD).



PARECER 189/2026

Ementa Empresa Estatal. Sociedade de Economia Mista. Prestação de serviço público. Regime Jurídico. Bens afetados ao serviço público. Bens públicos. Regime Juspublicista. Esbulho possessório. Desforço imediato (art. 1.210, § 1º, do Código Civil Brasileiro). Poder de Polícia. Executoriedade. Concessão dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário. Bens públicos sob gestão privada.

PARECER 190/2026

Ementa Servidor Público. Contratação temporária por tempo determinado. Necessidade temporária de excepcional interesse público. Lei Complementar n. 07/1991, Art. 2º.

PARECER 193/2026

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Secretaria de Estado de Educação (SEDUC). Gestão escolar. Ausência de prestação de contas. Irregularidades na aplicação de recursos públicos. Lesão ao erário. Demissão. Ressarcimento.

PARECER 194/2026

Ementa Pessoa com deficiência. Transtorno do Espectro Autista (TEA). Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTEA). Formato digital. Sistema Nacional de Cadastro da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (SISTEA). Adesão facultativa pelo Estado. Possibilidade de previsão regulamentar da emissão de CIPTEA em formato digital.

PARECER 195/2026

Ementa Administrativo. Patrimônio público. Termo de cessão de uso de imóvel estadual. ADEPARÁ. Análise jurídico-formal. Minuta de termo de cessão de uso de imóvel público estadual destinado ao funcionamento de unidade da ADEPARÁ. Exame das cláusulas contratuais e dos pressupostos de competência, objeto, forma, finalidade e motivação. Adequação formal e material à disciplina estadual de gestão do patrimônio imobiliário. Ausência de óbices jurídicos à celebração do ajuste.



PARECER 197/2026

Ementa Minuta de Decreto. Núcleo Permanente de Acompanhamento do Plano Estadual Amazônia Agora (NPAA). Art. 17 da Lei Estadual n. 10.750/2024. Revogação dos Decretos Estaduais n. 941/2020 e n. 3.413/2023. Sugestão de ajustes. Necessidade de validação pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Clima e Sustentabilidade (SEMAS).

PARECER 198/2026

Ementa Nomeação de Membros para o Conselho Estadual de Cultura. Análise Jurídica.

PARECER 199/2026

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Apresentação de documentação falsa para justificar ausência ao serviço. Falsificação de documento público. Violação de princípios. Valimento. Demissão.

PARECER 200/2026

Ementa Bombeiro militar. Promoção em ressarcimento de preterição. Requisitos legais reconhecidos pela Comissão de Promoção de Oficiais (CPO).

PARECER 201/2026

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP). Disparo de arma de fogo. Suspensão. Prescrição. Absolvição.

PARECER 203/2026

Ementa Exoneração e Nomeação de Membros para o Conselho Estadual de Saúde (CES/PA). Biênio 2025/2027. Análise jurídica.

PARECER 204/2026

Ementa Operação de Crédito Interna com garantia da União. Caixa Econômica Federal. Programa de Investimentos em Desenvolvimento Econômico do Estado do Pará, visando capitalização do Fundo de Desenvolvimento



Econômico do Estado do Pará (FDE). Análise da minuta do contrato de empréstimo.

PARECER 205/2026

Ementa Servidor público. Secretaria de Estado de Educação (SEDUC). Enquadramento funcional. Atividades exercidas no período de cessão que não configuram efetivo exercício do magistério. Ato do Chefe do Poder Executivo. Possibilidade.

PARECER 206/2026

Ementa Promoção por Ato de Bravura. Preenchimento dos requisitos formais. Possibilidade

PARECER 207/2026

Ementa Operação de Crédito Interna com garantia da União. Caixa Econômica Federal. Projeto de investimento de “Construção de Creches por todo Pará”. Análise da minuta do contrato de empréstimo.

PARECER 208/2026

Ementa Minutas de decretos. Corpo de Bombeiros Militar do Estado Pará (CBM/PA). Redução de interstícios para promoção de oficiais e praças em 21 de abril de 2026. Decisão discricionária do Chefe do Poder Executivo. Necessidade de análise orçamentária e financeira pela Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD).

PARECER 209/2026

Ementa Minuta de Decreto. Alteração do Decreto Estadual n. 4.676/2001. Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (RICMS/PA). Diferimento. Operações internas arroz, milho, feijão, soja e demais grãos destinados à industrialização, bem como embalagens e insumos das indústrias de beneficiamento ou industrialização de grãos. Não configuração de



benefício fiscal. Desnecessidade de autorização prévia do CONFAZ. Regularidade da minuta.

PARECER 210/2026

Ementa Requerimento de indicação. Instituição de diretrizes para a Política Estadual de Saúde Integral da População Negra. Análise de legalidade. Aspectos de conveniência e oportunidade levantados pelos Órgãos afetos. Compatibilização da minuta com o Estatuto da Igualdade Racial. Sugestões de mérito. Processo encaminhado para deliberação da Casa Civil.

PARECER 211/2026

Ementa Anteprojeto de Lei. Denominação da Rodovia PA-424. Atribuição de nome de pessoa falecida à bem público. Possibilidade. Precedentes da Procuradoria-Geral do Estado.

PARECER 212/2026

Ementa Minuta de Decreto. Institui a Política Estadual de Promoção da Integridade no Âmbito do Poder Executivo. Controladoria-Geral do Estado. Análise jurídica.

PARECER 213/2026

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Violência doméstica contra a mulher. Ausência de indiciamento e citação. Nulidade parcial.

PARECER 214/2026

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Servidor público. Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP). Legítima defesa. Estrito cumprimento do dever legal. Absolvição.

PARECER 215/2026

Ementa Servidores públicos. Art. 37, XI da Constituição Federal. Teto remuneratório. Subteto. Valores retroativos. Prescrição.



PARECER 216/2026

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). SEAP. Repasse de objetos ilícitos a pessoas privadas de liberdade. Violação aos deveres funcionais. Valimento do cargo para favorecimento de terceiros. Gravação em vídeo corroborada por testemunhos. Objetos apreendidos dentro das celas. Demissão.

PARECER 217/2026

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Violência doméstica contra a mulher. Ausência de indiciamento e citação. Nulidade parcial.

PARECER 218/2026

Ementa Exoneração e Nomeação de Membros do Conselho Estadual de Saúde (CES/PA). Biênio 2025/2027. Análise Jurídica.

PARECER 219/2026

Ementa Nomeação de Membros para o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Difusos. Biênio 2026/2028. Análise Jurídica.

PARECER 220/2026

Ementa Contrato de locação. Poder público locatário. Majoração da taxa condominial. Alteração contratual. Termo aditivo.

PARECER 221/2026

Ementa Minuta de Decreto. Regulamentação da Lei Estadual n. 9.061, de 21 de maio de 2020. Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTEA).

PARECER 222/2026

Ementa Nomeação de Membros para o Conselho Curador da Fundação Paraense de Radiodifusão. Análise jurídica.



PARECER 223/2026

Ementa Pensão Especial. Servidor Civil. Covid-19. Instrução processual completa. Análise Jurídica. Ausência de comprovação de dependência econômica. Indeferimento.

PARECER 225/2026

Ementa Serviço público. Abastecimento de água e esgotamento sanitário. Prestação regionalizada. Microrregião de Águas e Esgoto do Pará (MRAE). Concessão. Fase de transição. Prorrogação. Assunção parcial dos serviços pela concessionária. Municípios operados pela COSANPA e por SAAES, com e sem cobertura comercial (municípios da 6ª onda de assunção). Termo de compromisso. Viabilidade jurídica.

PARECER 226/2026

Ementa Minuta de Decreto. Alteração do Decreto Estadual n. 15, de 31 de janeiro de 2019. Restrição de circulação de veículos de carga na Rodovia BR-316. Necessidade de manifestação do Núcleo de Gerenciamento de Transporte Metropolitano (NGTM).

PARECER 227/2026

Ementa Consulta. Instrumentos jurídicos de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I). Devolução de recursos recebidos e indevidamente utilizados. Necessidade de atualização. Ausência de previsão na legislação específica. Emenda à Constituição nº 113/21. Aplicação da SELIC. Período pós Emenda à Constituição nº 136/2025. Aplicação do Código Civil, com alterações da Lei nº 14.905/2024.

PARECER 229/2026

Ementa Serviço Público. Saneamento Básico. Esgotamento Sanitário. Concessão. Fase de transição. Nova prorrogação. Termo aditivo.

PARECER 230/2026

Ementa Pensão Especial. Servidor Civil. Beneficiário habilitado. Termo inicial para pagamento. Instrução processual completa. Análise jurídica.



PARECER 231/2026

Ementa Doação. Bem imóvel. Estado do Pará para a UEPA. Regularização fundiária de Campus Universitário. Autarquia de regime especial criada pela lei estadual n. 5.747/1993. Requisitos legais. Análise da vedação em ano eleitoral (art. 73, §10, da lei n. 9.504/97). Não configuração. Doação modal (com encargo). Ato de mera regularização patrimonial de situação fática consolidada. Política social permanente autorizada em lei. Possibilidade jurídica.

PARECER 232/2026

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP). Omissão no zelo e conservação de Bens Públicos. Procedimento desidioso. Insuficiência de provas. Absolvição. Arquivamento. Análise Jurídica.

PARECER 233/2026

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Importunação sexual. Violação dos deveres funcionais. Valimento. Conduta escandalosa. Demissão.

PARECER 234/2026

Ementa Consulta. Diretoria de fiscalização. Investigação de irregularidade da emissão de documentos fiscais eletrônicos. Quebra de sigilo telemático. Obtenção de informações cadastrais de usuário. Possibilidade. Existência de previsão legal.

PARECER 235/2026

Ementa Pedido de reconsideração. Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de Cargo. Demissão. Prova material impugnada pela defesa. Necessidade de instrução e diligências. Ofensa à ampla defesa. Deferimento.

PARECER 236/2026

Ementa Minuta de Anteprojeto de Lei. Transformação de cargos em comissão. Lei Estadual n. 10.989, de 29 de maio de 2025. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Clima e Sustentabilidade (SEMAS).



PARECER 238/2026

Ementa Adesão à Ata de Registro de Preços (ARP) da SEPLAD. Aquisição de persianas. Lei nº 14.133/2021. Possibilidade jurídica.

PARECER 239/2026

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Conduta escandalosa na repartição. Não caracterização. Violação aos deveres de urbanidade e discricção. Violação a princípios éticos e morais. Penalidade de repreensão e suspensão. Prescrição. Absolvição.

PARECER 240/2026

Ementa Projeto de Lei. Denominação de bem público. Escola Estadual de Ensino Médio Derme Mário Sperandio. Sanção ou veto.

PARECER 241/2026

Ementa Direito Administrativo. Patrimônio Público Estadual. Termo de cessão de uso gratuita de bem imóvel pertencente ao Estado do Pará em favor do município de Vigia de Nazaré, para finalidade educacional. Análise jurídico-formal da minuta à luz da Lei Estadual n. 6.614/2004, com exame do objeto, finalidade, obrigações do cessionário, prazo, restituição, publicação e rescisão. Ausência de óbices de legalidade à celebração do ajuste. Viabilidade jurídica, condicionada às providências administrativas de formalização, publicação e registro.

PARECER 242/2026

Ementa Proposta de Decreto. Altera dispositivos do Regulamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – RIPVA, aprovado pelo Decreto n. 2.703, de 27 de dezembro de 2006. Análise jurídica. Alerta a respeito da incidência de IPVA sobre aeronaves e embarcações.

PARECER 243/2026

Ementa Minuta de Decreto. Polícia Militar do Pará (PMPA). Redução de interstício para Promoção de Oficiais em 21 de abril de 2026. Decisão discricionária do Chefe do Poder Executivo. Necessidade de análise orçamentária e



financeira pela Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD).

PARECER 244/2026

Ementa Contrato Administrativo. Terceirização. Serviços especializados de natureza continuada. Regime de Dedicação Exclusiva. Agente de portaria. Atribuições de Cargos previstos em Lei. Ata de Registro de Preços. Facultatividade da adesão.

PARECER 245/2026

Ementa Pedido de revisão. Polícia Civil. Exoneração de servidor. Trânsito em julgado de decisão judicial. Ausência de pressupostos legais de cabimento. Efeitos da decisão judicial. Não conhecimento.

PARECER 246/2026

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP). Apresentação reiterada de atestados médicos em dias de plantão. Violação de deveres funcionais. Art. 177, incisos I e VI, da Lei Estadual n. 5.810/1994. Penalidade de suspensão.

PARECER 247/2026

Ementa Emendas parlamentares. Indicação nominal da entidade beneficiária. Procedimento. Decreto Estadual 4.040/2024.

PARECER 249/2026

Ementa Minuta de Decreto. Pacto Estadual de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra Meninas e Mulheres no Estado do Pará.

PARECER 251/2026

Ementa Contrato de estágio. Recesso remunerado não usufruído. Proporcionalidade. Decreto Estadual n. 1.941/2017. Lei n. 11.788/2008. Interpretação normativa.



PARECER 253/2026

Ementa Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará. Minuta de Decreto. Promoção de Oficiais do dia 21 de abril de 2026. Critério de merecimento. Necessidade de alteração legislativa.

PARECER 254/2026

Ementa Polícia Militar do Estado do Pará (PMPA). Promoção de Oficiais do dia 21 de abril de 2026. Antiguidade e merecimento.

PARECER 255/2026

Ementa Contrato de Financiamento 5972/2022. Asfalto por todo Pará II. R\$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais). Alteração do agente financeiro. BRB, Itaú e Bradesco.

PARECER 256/2026

Ementa Minuta de decreto. Homologação do Regimento Interno da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia (SEDEME). Sugestão de ajustes na minuta. Necessidade de avaliação pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia (SEDEME) e pela Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD).

PARECER 257/2026

Ementa Consulta. SEDEME. Comissão da Política de Incentivos Fiscais. Alteração da Lei de Responsabilidade Fiscal. Inclusão do art. 14-a. Novas exigências e limitações para proposições legislativas sobre concessão, ampliação ou prorrogação de incentivos ou benefícios de natureza tributária. Âmbito de aplicação restrito a espécies normativas que dependam de tramitação no Poder Legislativo. Inaplicabilidade a leis pretéritas e a atos administrativos de concessão de incentivos ou benefícios fiscais.

PARECER 259/2026

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP). Disparo acidental de arma de fogo. Inobservância aos princípios éticos, morais, às leis e regulamentos. Falta grave. Pena de



suspensão. Julgamento pela Chefe do Poder Executivo. Fixação dos dias de pena pelo Secretário de Estado de Administração Penitenciária.

PARECER 260/2026

Ementa Minuta de Decreto. Alteração do Decreto Estadual nº 4.676/2001. Regulamento do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (RICMS/PA). Internalização dos Convênios n. 10/26, n. 13/26 e n. 21/26 do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ). Prorrogação de benefícios fiscais. Internalização do Convênio n. 07/26. Transferência de créditos em operações de exportação e com petróleo, combustíveis e energia elétrica. Internalização do convênio n. 09/26. Área de livre comércio de boa vista. Regularidade da minuta.

PARECER 261/2026

Ementa Contrato por contingência com garantia da União. BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento. Projeto de concessão para a restauração ecológica da Unidade de Recuperação Triunfo do Xingu. Análise dos instrumentos contratuais.

PARECER 262/2026

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Secretaria de Estado de Educação (SEDUC). Suposta importunação sexual de aluna menor de idade. Valimento. Incontinência pública. Conduta escandalosa na repartição. Insuficiência de provas. Absolvição.

PARECER 263/2026

Ementa Servidor público. Abono de permanência. Inclusão na base de incidência do adicional de férias e do 13. Salário. Tese fixada pelo STJ no Tema Repetitivo n. 1233.



PARECER 265/2026

Ementa Contrato administrativo. Serviço contínuo com dedicação exclusiva de mão de obra. Alteração quantitativa. Acréscimo de postos de trabalho. Possibilidade.

PARECER 266/2026

Ementa Contrato de financiamento. Estado do Pará e Caixa Econômica Federal (CEF). Aditamento. Alteração de cronograma de desembolso. Manutenção das demais cláusulas contratuais. Garantias da União. Procedimentos normatizados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Condições para dispensa de anuência da União.

PARECER 267/2026

Ementa Minuta de Decreto. Processo de promoção. Polícia Civil do Estado do Pará (PCPA). Lei Complementar Estadual n. 22, de 15 de março de 1994. Alterações implementadas pela Lei Complementar Estadual n. 191, de 17 de maio de 2025.

PARECER 268/2026

Ementa Processo Disciplinar Administrativo (PAD). Assédio sexual. Violação dos deveres funcionais. Valimento. Conduta escandalosa. Demissão.

PARECER 269/2026

Ementa Primeiro termo aditivo. Contrato de empréstimo. Estado do Pará e Caixa Econômica Federal. R\$150.000.000,00. “Projeto de Requalificação da BR-316 – 2. etapa”. Núcleo de Gerenciamento de Transporte Metropolitano – NGTM.

PARECER 270/2026

Ementa Termo aditivo. Termo de compromisso. Transferência de recursos financeiros. União e Estado do Pará. Ministério das Cidades. Caixa Econômica Federal (CEF). Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA). Execução de implantação de Sistema de Abastecimento de Água no Distrito de Alter do Chão (Santarém/PA). Aumento de contrapartida.



PARECER 271/2026

Ementa Averbação de tempo de serviço. Efeitos. Aposentadoria e ATS. Interrupção para efeito de licença prêmio. Falta injustificada. Cargo comissionado.

PARECER 272/2026

Ementa Servidor público. Medida cautelar de suspensão do exercício de função pública (Art. 319, VI, CPP). Condenação por decisão judicial ainda não definitiva. Revogação da medida cautelar. Retorno ao exercício do cargo público. Cômputo do tempo de afastamento como tempo de serviço. Inviabilidade jurídica, nesta oportunidade.

PARECER 273/2026

Ementa Primeiro termo aditivo. Contrato de empréstimo. Estado do Pará e Caixa Econômica Federal. R\$456.740.000,00. Projetos de investimentos na área de mobilidade urbana e infraestrutura, no âmbito do Programa de Investimentos em Infraestrutura, Saneamento, Saúde, Desenvolvimento Urbano, Cultura, Esporte e Lazer do Estado do Pará.

PARECER 274/2026

Ementa Anteprojeto de Lei. Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias. Exercício Financeiro de 2027. Sugestão de ajustes. Necessidade de retorno dos autos à Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD).

PARECER 275/2026

Ementa Segundo termo aditivo. Contrato de empréstimo. Estado do Pará e Caixa Econômica Federal. R\$549.000.000,00. Projeto de investimentos em infraestrutura rodoviária (Infraestrutura por todo o Pará). Lei Estadual n. 9.935/2023.

PARECER 276/2026

Ementa Anteprojeto de Lei. Autoriza o Poder Executivo a aderir à cooperação financeira com a União, nos termos da Medida Provisória n. 1349, de 7 de abril de 2026, que institui o Regime Emergencial de Abastecimento Interno de Combustíveis, e dá outras providências. Condicionantes.



PARECER 277/2026

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Acumulação de cargos públicos. Enfermeiro. Necessidade de atendimento às orientações do parecer simplificado n. 46/2022-PGE. Conversão do julgamento em diligências.

PARECER 278/2026

Ementa Quarto termo aditivo. Contrato de empréstimo. Estado do Pará e Caixa Econômica Federal. R\$176.770.000,00. Programa de Investimentos em Infraestrutura, Saúde, Segurança Pública e Tecnologia. Lei estadual n. 10.217/2023.

PARECER 280/2026

Ementa Imposto de renda. Pensão militar especial. Natureza indenizatória. Insuficiência para afastar a tributação. Indenização-compensação. Acréscimo patrimonial configurado. Ausência de previsão legal de isenção. Princípio da legalidade tributária. Incidência do IR. Ratificação da Nota Técnica n. 005/2024-PROJUR/IGEPPS.

PARECER 282/2026

Ementa Anteprojeto de Lei. Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP). Institui o ressarcimento, pelos agressores, do custo com dispositivos de segurança disponibilizados às vítimas de violência doméstica e familiar, amparadas por medidas protetivas, bem como a responsabilização financeira por danos, inutilização ou extravio de equipamento de monitoração eletrônica e de seus acessórios, no âmbito do Estado do Pará. Análise jurídica.

PARECER 284/2026

Ementa Serviço público. Abastecimento de água e esgotamento sanitário. Prestação regionalizada. Microrregião de águas e esgoto do Pará (MRAE). Concessão. Fase de transição. Prorrogação. Assunção parcial dos serviços pela concessionária. Municípios operados pela COSANPA e por SAAEs, com e sem cobertura comercial (municípios da 7ª onda de assunção). Termo de compromisso. Viabilidade jurídica.



PARECER 285/2026

Ementa Servidor efetivo. Horário especial. Suporte a filho com TEA. Conversão em distribuição especial. Interpretação teleológica. Possibilidade.

PARECER 286/2026

Ementa Serviço público. Saneamento básico. Abastecimento de água e esgotamento sanitário. Concessão regionalizada. Microrregião de Águas e Esgoto do Pará (MRAE). Fase de transição do sistema. Nova prorrogação relativamente aos blocos A B e D (4º termo aditivo). Primeira prorrogação relativamente ao bloco C (1º termo aditivo). Prorrogação-ponte por iniciativa do poder concedente. Necessidade de aprofundamento técnico prévio à celebração de termo aditivo complexo de transferência definitiva. Possibilidade Jurídica. Fundamentação na supremacia do interesse público e na boa-fé objetiva. Instrumento único. Possibilidade jurídica. Ajustes pontuais minuta.

PARECER 287/2026

Ementa Anteprojeto de lei complementar. Alteração da Lei Complementar Estadual n. 022, de 15 de março de 1994. Organização da Polícia Civil do Estado do Pará (PCPA). Transformação do Núcleo de Inteligência Policial em Diretoria de Inteligência Policial. Criação de cargos de provimento em comissão. Necessidade de autorização pelo Grupo Técnico de Ajuste Fiscal (GTAF).

PARECER 288/2026

Ementa Regularização fundiária onerosa. Fazenda Seringal Porto Seguro. Área pública estadual superior a 1.500 HA. Necessidade de autorização prévia da ALEPA. Imóvel inserido na Apa Triunfo do Xingu, com condicionamento à manifestação formal do IDEFLOR-BIO e à previsão de cláusulas resolutivas ambientais no título.



PARECER 289/2026

Ementa Escola de Governança Pública do Pará. Análise da possibilidade de ampliação do escopo de atuação institucional. Necessidade de alteração legal.

PARECER 290/2026

Ementa Servidor público. Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD). Lei estadual n. 9.568/2022. Função permanente. Quadro suplementar. Servidor cedido. Pagamento de valores retroativos.

PARECER 293/2026

Ementa Regularização Fundiária onerosa. Imóvel rural denominado Fazenda Barra do Onça, com área de 2.191,7705 HA, situado em São Félix do Xingu/Pa. Área superior a 1.500 HA. Necessidade de autorização prévia da Assembleia Legislativa, nos termos do Art. 241, II, da Constituição Estadual. Inserção na Apa Triunfo do Xingu e observância das condicionantes ambientais, registrares e financeiras cabíveis.

PARECER 294/2026

Ementa Garantia contratual. Impossibilidade de substituição para retenção de crédito. Ausência de previsão legal e contratual.

PARECER 295/2026

Ementa Anteprojeto de lei. Fundo Estratégico do Sistema Integrado de Transporte Público da Região Metropolitana de Belém (SIT/RMB), alteração da Lei estadual n. 10.719, de 30 de setembro de 2024. Autorização para a abertura de crédito especial. Possibilidade.

PARECER 296/2026

Ementa Desapropriação. Decreto de utilidade pública para expansão e consolidação das instalações do TCE. Documentos indispensáveis para expedição do Decreto de utilidade pública. Possibilidade.



PARECER 297/2026

Ementa Eleitoral. Transferência de bens móveis entre órgãos estaduais. Possibilidade. Manual do patrimônio mobiliário.

PARECER 298/2026

Ementa Pedido de acesso à informação. Serviço de Informação ao Cidadão. MRAE. Cumprimento integral do Decreto estadual n. 1.359/2015. Inexistência de negativa de recusa indevida à informação ou omissão administrativa. Competência recursal.

PARECER 299/2026

Ementa Termo de compromisso. Construção de Unidade de Atenção Especializada em Saúde. Monte Alegre/Pa. União. Caixa Econômica Federal (CEF). Fundo Estadual de Saúde (FES). Estado do Pará. Interveniente. Secretaria de Estado de Saúde Pública (SESPA). Termo aditivo. Secretaria de Estado de Obras Públicas (SEOP). Termo de Execução Descentralizada (TED). Unidade executora. Análise jurídica.

PARECER 300/2026

Ementa Servidor público. Apuração disciplinar. Participação de servidores de outros órgãos/entidades na comissão processante. Possibilidade jurídica.

PARECER 301/2026

Ementa Minuta de decreto. Altera o Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (RICMS). Crédito presumido correspondente a 100% das saídas de óleo diesel a ser consumido por embarcações pesqueiras nacionais.

PARECER 302/2026

Ementa Proposta de decreto. Alteração do Decreto estadual n. 3.760, de 11 de março de 2024, que institui o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Estadual para a População em Situação de Rua. Análise jurídica.



PARECER 303/2026

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Policial civil. Utilização indevida de bem apreendido em procedimento policial. Condução do veículo sob influência de álcool. Acidente de trânsito. Art. 74, incisos IX, XIX e XXXIX, c/c Art. 81, incisos VI e XIII, da Lei Complementar Estadual n. 022/1994. Penalidade de demissão.

PARECER 304/2026

Ementa Contrato administrativo. 4. aditivo contratual. Limites legais de alteração. Compensação entre acréscimos e supressões. Entendimento do TCU.

PARECER 307/2026

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Secretaria de Estado de Educação (SEDUC). Importunação sexual. Insuficiência de provas. Conversas inapropriadas entre alunos em grupo criado em aplicativo de troca de mensagens, do qual participava o professor. Ausência de comunicação à direção escolar. Prescrição das penalidades de repreensão e suspensão. Absolvição.

PARECER 308/2026

Ementa Direito administrativo. Cessão gratuita de uso de bens imóveis estaduais a município. Lei estadual n. 6.614/2004. Ausência de matrícula imobiliária em nome do Estado. Inexistência de óbice absoluto. Necessidade de prazo reduzido, vistoria, cláusulas de reversão e regularização patrimonial. Viabilidade jurídica condicionada.

PARECER 309/2026

Ementa Requerimento de indicação. Conselho tutelar. Fixação de piso salarial. Matéria de competência municipal. Autonomia federativa. Impossibilidade de edição de lei estadual.

PARECER 310/2026

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Policiais penais. Transmissão de live em rede social durante plantão em unidade prisional. Pena de



suspensão. Julgamento pela Chefe do Poder Executivo. Fixação dos dias de pena pelo Secretário de Estado de Administração Penitenciária.

PARECER 311/2026

Ementa Projeto de lei complementar. Alteração da Lei Complementar Estadual n. 190/2025. Responsabilidade na gestão ambiental. Inclusão do financiamento de ações de desenvolvimento e integração regional. Redação genérica. Necessidade de adensamento normativo e vinculação finalística às políticas públicas de meio ambiente e sustentabilidade.

PARECER 313/2026

Ementa Servidor público falecido. Ex-segurado previdenciário do Regime Estadual. Reconhecimento judicial de filiação socioafetivo post mortem. Efeitos na esfera previdenciária. Pensão por morte.

PARECER 315/2026

Ementa Minuta de decreto estadual. Delegação de competência administrativa. Convênio n. 4500075174 – ITAIPU binacional. Obras de pavimentação relacionadas à COP 30. Lei estadual n. 11.204/2025. Transferência de atribuições da SEINFRA à SEOP para execução específica do ajuste. Regularidade formal e material da minuta de decreto.

PARECER 316/2026

Ementa Minuta de projeto de lei que altera a Lei Estadual n. 6.017/96. IPVA. Ampliação de alíquota reduzida para empresas locadoras de veículos. Extensão de isenção para veículos de propriedade de representante legal de pessoa com deficiência e com transtorno do espectro autista. Análise de constitucionalidade, legalidade e compatibilidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

PARECER 317/2026

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Desídia. Prescrição.



PARECER 318/2026

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Violação aos princípios éticos, morais, leis e regulamentos. Referir-se, de modo ofensivo, a servidor público e a ato da administração. Injúria. Conduta escandalosa, na repartição. Insuficiência de provas. Suspensão. Prescrição. Absolvição.

PARECER 319/2026

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Secretaria de Estado de Educação (SEDUC). Suposto assédio sexual de alunas menores de idade. Insuficiência de provas. Conduta que se amolda à violação do dever de urbanidade. Infração de natureza leve. Pena de repreensão. Formalização por Portaria do Secretário de Estado de Educação.

PARECER 320/2026

Ementa Desapropriação. Implementação do Centro Integrado de Meio Ambiente e Desenvolvimento da SEMAS. Documentos indispensáveis para expedição do decreto de utilidade pública. Possibilidade.

PARECER 321/2026

Ementa Lei de responsabilidade fiscal. Art. 42. Despesas nos últimos dois quadrimestres do seu mandato. Abrangência da vedação. Aplicação às entidades da Administração Indireta. Observância das peculiaridades no funcionamento do IMETROPARÁ.

PARECER 322/2026

Ementa Anteprojeto de lei complementar. Polícia Civil do Estado do Pará (PCPA). Alteração da Lei Complementar estadual n. 22, de 15 de março de 1994. Criação da Delegacia Especializada de Repressão a Crimes Rurais, Roubo e Furto de Gado (DELEAGRO). Criação de cargos em comissão. Análise jurídica.

PARECER 323/2026

Ementa Contrato administrativo. Alteração. Prorrogação de vigência. Serviço contínuo sem dedicação exclusiva de mão de obra. Possibilidade.



PARECER 324/2026

Ementa Minuta de decreto. Lei estadual n. 9.568, de 2 de maio de 2022. Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD). Carreira de gestão em políticas públicas e carreira de gestão em saúde e segurança do trabalho. Promoção dos servidores. Decreto regulamentador. Sugestão de ajuste.

PARECER 325/2026

Ementa Minuta de decreto. Lei estadual n. 9.571, de 2 de maio de 2022. Procuradoria-Geral do Estado (PGE). Carreira de apoio da Procuradoria-Geral do Estado. Promoção dos servidores. Decreto regulamentador. Sugestão de ajuste.

PARECER 327/2026

Ementa Contrato administrativo. Aquisição de aparelhos smartphone. Alterações contratuais. Substituição do modelo original por modelo superior. Prorrogação do prazo de entrega. Termo aditivo.

PARECER 328/2026

Ementa Minuta de decreto. Alteração do art. 3. Do Decreto estadual n. 2.121, de 28 de junho de 2018. Normas gerais de licitações e contratos da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias. Procedimento de contratação direta. Autorização da autoridade competente. Sugestão de ajustes.

PARECER 329/2026

Ementa Processo Administrativo Disciplinar. Importunação sexual. Violação dos deveres funcionais. Valimento. Conduta escandalosa. Demissão.

PARECER 330/2026

Ementa Contrato temporário. Prorrogação. Vedação eleitoral. Exceção legal. Funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais caracterizado. Possibilidade. Ressalvas.



PARECER 331/2026

Ementa Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Caso Adão Pereira. Caso n. 12.753. Proposta de acordo. Limites de atuação da SEIRDH e diretrizes jurídicas e institucionais na celebração de acordos pelo estado no âmbito do SIDH.

PARECER 332/2026

Ementa Contratação temporária de excepcional interesse público. Processo seletivo simplificado. Minuta de edital. Análise jurídica.

PARECER 333/2026

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Secretaria de Estado de Educação (SEDUC). Valimento. Improbidade administrativa. Prática de ato lesivo ao patrimônio estadual. Prescrição. Absolvição. Apuração de responsabilidades.

PARECER 334/2026

Ementa Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Secretaria de Estado de Educação (SEDUC). Suposto assédio sexual de aluna menor de idade. Fracionamento do julgamento. Nulidade parcial quanto a um dos indiciados e absolvição do outro. Ausência de provas.

PARECER SIMPLIFICADO

PARECER SIMPLIFICADO 111/2025

Ementa Processo Administrativo Disciplinar Simplificado (PADS). Abandono de Cargo. Não Configurado. Ausência de *Animus Abandonandi*. Absolvição.

PARECER SIMPLIFICADO 1/2026

Ementa Qualificação de Organização Social. Associação Brasileira de Entidade de Assistências Sociais (ABEAS). Lei Estadual n° 5.980, de 19 de julho de 1996. Decreto Estadual n° 21/2019. Análise jurídica.



PARECER SIMPLIFICADO 2/2026

Ementa Direito Administrativo. Servidor público. Falecimento do servidor. Verbas residuais. Parecer Referencial 2/2024. Beneficiário. Pessoa com deficiência. Transtorno do Espectro Autista (TEA).

PARECER SIMPLIFICADO 3/2026

Ementa Processo Administrativo Disciplinar Simplificado (PADS). Prescrição. Abandono de Cargo. Nulidade. Possível acumulação ilícita de Cargos Públicos.

PARECER SIMPLIFICADO 4/2026

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial nº 003/2022 – PGE. Falecimento em decorrência da atividade policial militar. Instrução processual completa. Cabimento. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 5/2026

Ementa Pensão Especial. Servidor Civil. Falecimento em decorrência de acidente em serviço. Covid-19. Instrução processual adequada. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 6/2026

Ementa Processo Administrativo Disciplinar Simplificado (PADS). Abandono de Cargo. Servidora Pública Estadual. Deficiência instrutória. Inobservância de diligência indicada em manifestação jurídica. Prescrição da pretensão punitiva. Prazo trienal. Infração anterior à



Lei nº 9.982/2023. Art. 225, § 2º, da Lei nº 5.810/94.
Arquivamento.

PARECER SIMPLIFICADO 7/2026

Ementa Promoção por Tempo de Serviço. Oficial da Polícia Militar.
Requisitos da Lei Estadual nº 8.388/2016.

PARECER SIMPLIFICADO 8/2026

Ementa Processo Administrativo Disciplinar Simplificado (PADS).
Abandono de Cargo. Dolo eventual. Processo Administrativo
Disciplinar instaurado anteriormente à Exoneração de Ofício.
Impossibilidade de exoneração após o indiciamento e
citação. Conversão da Exoneração em Demissão.

PARECER SIMPLIFICADO 9/2026

Ementa Averbação de Tempo de Serviço. Cargo Efetivo.
Aposentadoria,
Licença Prêmio e ATS. Efeitos financeiros decorrentes da LC
226/2026. Balizas da NT n. 09/2026.

PARECER SIMPLIFICADO 10/2026

Ementa Servidor Público. Tempo de serviço anterior prestado sob
vínculo efetivo junto a outro Órgão do Poder Executivo
Estadual. Averbação. Aposentadoria, Adicional por Tempo
de Serviço (ATS) e Licença-prêmio (LP). Reflexos da Lei
Complementar Federal n. 226, de 12/01/2026.

PARECER SIMPLIFICADO 11/2026

Ementa Averbação de Tempo de Serviço. Tempo de Serviço Militar.
Aposentadoria e ATS. Efeitos financeiros decorrentes da LC
226/2026. Balizas da NT n. 09/2026.



PARECER SIMPLIFICADO 12/2026

Ementa Servidor Público. Tempo de serviço anterior prestado sob vínculo efetivo junto aos três entes federativos (Município, União e Estado). Averbação. Aposentadoria, Adicional por Tempo de Serviço (ATS) e Licença-Prêmio (LP). Reflexos da Lei Complementar Federal n. 226, de 12/01/2026.

PARECER SIMPLIFICADO 14/2026

Ementa Licitação. Contratação Direta. Inexigibilidade. Art. 74, inciso I, da Lei Federal 14.133/2021. Manutenção de elevadores. Parecer Referencial n. 01/2023-PGE/PA.

PARECER SIMPLIFICADO 15/2026

Ementa Averbação de Tempo de Serviço. Cargo Exclusivamente Comissionado. Aposentadoria, Licença Prêmio e ATS. Efeitos financeiros decorrentes da LC 226/2026. Balizas da NT n. 09/2026.

PARECER SIMPLIFICADO 16/2026

Ementa Qualificação de organização social. Associação Cuidar Amazônia. Lei estadual n. 5.980, de 19 de julho de 1996. Decreto estadual n. 21/2019. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 17/2026

Ementa Servidor público. Lei n. 5.810/1994. Regime Jurídico Único. Adicional de Tempo de Serviço (ATS). Efeitos financeiros da Lei complementar n. 226/2026. Nota técnica n. 09/2026.

PARECER SIMPLIFICADO 19/2026

Ementa Processo administrativo disciplinar simplificado (PADS). Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP). Abandono de cargo. Período coberto por atestado médico. Absolvição.



PARECER SIMPLIFICADO 20/2026

Ementa Servidor público. Tempo de serviço anterior prestado sob vínculo efetivo junto a outro órgão do Poder Executivo Estadual. Averbação. Aposentadoria, adicional por tempo de serviço (ATS) e licença prêmio (LP).

PARECER SIMPLIFICADO 21/2026

Ementa Servidor público. Tempo de serviço anterior prestado sob vínculos temporários diversos na esfera estadual. Averbação. Aposentadoria e adicional por tempo de serviço (ATS). Reflexo da Lei complementar federal n. 226, de 12 de janeiro de 2026.

PARECER SIMPLIFICADO 22/2026

Ementa Conselho de Justificação. Instauração. Art. 129, inciso I, alínea “C”, da Lei Estadual n. 6.833/2006. Decreto.

PARECER SIMPLIFICADO 23/2026

Ementa Promoção por Tempo de Serviço. Oficial da Polícia Militar. Requisitos da Lei Estadual n. 8.388/2016. Parecer Referencial n. 5/2022.

PARECER SIMPLIFICADO 24/2026

Ementa Minuta de Decreto. Polícia Militar do Pará (PMPA). Oficial denunciado pelo crime de extorsão mediante sequestro. Instauração de Conselho de Justificação. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 25/2026

Ementa Processo Administrativo Disciplinar Simplificado (PADS). Abandono de Cargo. Não configurado. Absolvção.

PARECER SIMPLIFICADO 26/2026

Ementa Pensão Especial Militar. Parecer Referencial n. 003/2022 – PGE. Falecimento em decorrência da Atividade Policial



Militar. Instrução Processual Completa. Cabimento. Análise Jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 27/2026

Ementa Aquisição de material. Dispensa de licitação, na forma eletrônica. Art. 75, II, da Lei n. 14.133/2021. Decreto Estadual n. 2.787/2022.

PARECER SIMPLIFICADO 28/2026

Ementa Qualificação de Organização Social. Associação Brasileira de Entidade de Assistências Sociais (ABEAS). Lei Estadual n. 5.980, de 19 de julho de 1996. Decreto Estadual n. 21/2019. Análise Jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 29/2026

Ementa Contratação de serviço. Assinatura de Acesso Institucional à Biblioteca Digital Fórum de Direito. Fornecedor exclusivo. Contratação direta. Inexigibilidade. Art. 74, I, da Lei Federal n. 14.133/2021.

PARECER SIMPLIFICADO 31/2026

Ementa Promoção por tempo de serviço. Oficial da Polícia Militar. Requisitos da Lei Estadual n. 8.388/2016. Parecer Referencial n. 5/2022.

PARECER SIMPLIFICADO 32/2026

Ementa Pregão eletrônico. Locação e manutenção de nobreaks. Controle prévio de legalidade da fase preparatória. Art. 53 da Lei n. 14.133/2021.

PARECER SIMPLIFICADO 33/2026

Ementa Contratação direta. PRODEPA. Dispensa de licitação. Art. 75, IX da Lei n. 14.133/2021. Fase preparatória.



PGE

Procuradoria
Consultiva

PARECER SIMPLIFICADO 34/2026

Ementa Servidor público. Tempo de serviço anterior prestado em órgão diverso do Poder Executivo Estadual. Vínculo efetivo. Averbação. Adicional por Tempo de Serviço (ATS), Aposentadoria e Licença Prêmio (LP).

PARECER SIMPLIFICADO 35/2026

Ementa Contratação de vagas em evento voltado à qualificação profissional de servidores públicos. Serviço técnico profissional especializado. Contratação direta. Inexigibilidade. Art. 74, III, f, da Lei Federal n. 14.133/2021.

PARECER SIMPLIFICADO 37/2026

Ementa Qualificação de Organização Social. Instituto Viva-Valorização e Inclusão pela Vida e Assistência. Lei estadual n. 5.980, de 19 de julho de 1996. Decreto estadual n. 21/2019. Análise jurídica.

PARECER SIMPLIFICADO 38/2026

Ementa Contratação direta. Inexigibilidade de licitação. Prestador exclusivo. Inviabilidade de competição caracterizada. Possibilidade.

PARECER SIMPLIFICADO 39/2026

Ementa Escola Superior de Advocacia Pública. Contratação de curso IN COMPANY sobre reforma tributária. Qualificação profissional. Serviço técnico profissional especializado. Contratação direta. Inexigibilidade. Art. 74, III, f, da Lei federal n. 14.133/2021.

PARECER SIMPLIFICADO 105/2026

Ementa Servidor público. Cessão. Estágio probatório. Suspensão. Avaliação de desempenho. Análise das funções desempenhadas.



PGE

Procuradoria
Consultiva

MANIFESTAÇÃO

MANIFESTAÇÃO 1/2026

Ementa Contrato de aplicação de recursos não reembolsáveis. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS). Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Fundo Amazônia. Análise conclusiva.

MANIFESTAÇÃO 3/2026

Ementa Anteprojeto de Lei. Instituição do Plano Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Pará. Criação do Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Pará (FEDPD/PA).

MANIFESTAÇÃO 4/2026

Ementa Consulta Jurídica. Projeto de Lei Complementar. Alteração da Lei Complementar Estadual n. 190/2025. Adequação da redação do art. 8., II, “f”, e inclusão da Lei de Responsabilidade Ambiental como instrumento de Execução do Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA). Juridicidade das propostas, com ressalva hermenêutica.

MANIFESTAÇÃO 5/2026

Ementa Operação de Crédito Interna com Garantia da União. Caixa Econômica Federal. Projeto de investimento. “Creches por todo Pará”. SEDUC. Minuta do contrato de empréstimo.

MANIFESTAÇÃO 8/2026

Ementa Pedido de reconsideração. Qualificação de Organização Social. Estatuto social. Conselho de Administração. Múltiplas composições. Indeferimento.

NOTA TÉCNICA

NOTA TÉCNICA 2/2026

Ementa Consulta pública. Ministério de Minas e Energia. Portaria MME n. 881/2025. Minuta de portaria normativa e “Referencial Básico para Mineração Brasileira Sustentável: das boas práticas à promoção do trabalho digno e decente”. Instrumento Orientativo (Soft Law) e não vinculante. Análise



técnico-jurídica de conteúdo, metodologia, eixos ambiental, social e de governança, MAPE, ODS e Programa Nacional da Mineração Sustentável. Identificação de fragilidades de densidade normativa e operacional, riscos de captura e de *greenwashing* institucional, e necessidade de salvaguardas federativas. Subsídios para eventual manifestação do estado do Pará, sem caráter conclusivo.

NOTA TÉCNICA 3/2026

Ementa Projeto de Lei. Iniciativa parlamentar. Insere no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Pará o Festival 'Vem Louvar Pará', a ser realizado anualmente no mês de dezembro. Sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 4/2026

Ementa Projeto de Lei n. 470/24. "Institui a Política Estadual de Valorização da Cultura Ribeirinha e Paraense". Sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 6/2026

Ementa Projeto de Lei N. 85/2024. "Institui o Estatuto da Juventude e cria o Sistema Estadual de Juventude no Estado do Pará". Sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 7/2026

Ementa Nota Técnica. Taxa de emplacamento. Redução da quantidade de UPF. Primeiro emplacamento e licenciamento anual. Exclusão de condicionante por emenda parlamentar. Aumento de renúncia de receita. Possibilidade de Inconstitucionalidade Formal.

NOTA TÉCNICA 8/2026

Ementa Projeto de Lei. Criação do selo de produtos de origem marajoara, no âmbito do Estado do Pará. Argumentos sobre possíveis inconstitucionalidades. Certificação de origem dos produtos. Marcas e patentes. Estabelecimento de requisitos a serem atendidos em licitações promovidas pelos municípios. Sanção ou veto.



NOTA TÉCNICA 9/2026

Ementa Servidor Público. Averbação de Tempo de Serviço. Pandemia da Covid-19. Congelamento do tempo de serviço relativo ao período de 28/05/2020 a 31/12/2021 para fins de triênios, quinquênios e licença prêmio pela LC 173/2020. Descongelamento pela LC 226/2026. Efeitos gerais e para os servidores das áreas da saúde e da segurança pública.

NOTA TÉCNICA 10/2026

Ementa Sucessão na Presidência do Consórcio. Normas aplicáveis.

NOTA TÉCNICA 11/2026

Ementa Contrato de Gestão. Reequilíbrio Econômico-Financeiro. Artigo 29 do Decreto Estadual nº 21/2019. Inexequibilidade. Contornos jurídicos.

NOTA TÉCNICA 12/2026

Ementa Requerimento de indicação. Estadualização da Gestão de Trecho de Rodovia Vicinal. Estrada municipal “Do Cleone”. Trecho integrante dos municípios de Bannach e de Rio Maria. Bens públicos. Requisitos do Processo de Estadualização de Rodovias. Interpretações acerca do instrumento normativo adequado. Lei ou Decreto. Ausência de regulamentação em âmbito estadual.

NOTA TÉCNICA 14/2026

Ementa Serviço Público. Saneamento Básico. Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário. Prestação regionalizada. Concessão. Execução de obra nova pelo poder concedente. Viabilidade jurídica. Observância de limites e requisitos contratuais. Análise de possível reequilíbrio econômico-financeiro.

NOTA TÉCNICA 15/2026

Ementa Parque da Cidade. Bem da União. Cessão ao Estado do Pará. Casa da Mulher Brasileira.



NOTA TÉCNICA 16/2026

Ementa Projeto de Lei. Programa “Patras na estrada: juntos pela proteção”, que tem por objetivo promover a conscientização sobre o bem-estar e os direitos dos animais, no âmbito do Estado do Pará. Criação de obrigações concretas sem órgão com atribuições específicas. Veto parcial. Sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 17/2026

Ementa Projeto de Lei nº 502/25. “Institui a Estratégia Estadual Conexão Legal Pará, visando a prevenção e o combate ao comércio irregular de aparelhos eletrônicos e seus componentes no Estado do Pará”. Sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 18/2026

Ementa Projeto de Lei. Política Estadual de Proteção à Pessoa Portadora de Albinismo, no âmbito do Estado do Pará. Sanção ou Veto. Albinismo enquanto condição da pessoa. Desuso da palavra enfermidade. Fundamentos para análise do interesse público. Diferenças conceituais entre Programa, Política, Projeto e Ação. Necessidade de observância da técnica na elaboração de Projetos de Lei.

NOTA TÉCNICA 19/2026

Ementa Servidor público cedido. Área meio da Procuradoria-Geral do Estado. Interpretação do Art. 27, §6º, I da LC n. 41/2002.

NOTA TÉCNICA 20/2026

Ementa Projeto de Lei n. 574/24. “Institui a Política ‘Não se Omita’, de Prevenção, Divulgação, Combate e Conscientização Sobre a Violência Contra a Mulher e o Feminicídio”. Sanção ou Veto.

NOTA TÉCNICA 21/2026

Ementa Projeto de Lei. Institui a Campanha Estadual Educativa sobre o Desaparecimento de Crianças e Adolescentes nas escolas da rede pública e privada, no âmbito do Estado do Pará. Iniciativa parlamentar. Sanção ou veto.



NOTA TÉCNICA 22/2026

Ementa Requerimento de indicação. Política pública estadual de prevenção, combate e monitoramento da exposição e erotização de crianças e adolescentes no ambiente digital, no âmbito do Estado do Pará. Adequação formal e material da indicação. Manifestação de interesse dos órgãos consultados. Necessidade de elaboração da minuta pela secretaria competente para a execução da política proposta.

NOTA TÉCNICA 23/2026

Ementa Requerimento de indicação. Política de incentivo à moda sustentável no Estado do Pará.

NOTA TÉCNICA 24/2026

Ementa Licitações e Contratos. Lei 14.133/2021. Contratos de Fornecimento e Serviços Contínuos. Prorrogação. Renovação.

NOTA TÉCNICA 26/2026

Ementa Projeto de Lei. Designa notificação compulsória por parte das academias, estabelecimentos e/ou prestadores de serviços de atividade física e semelhantes, na ocorrência de assédio contra a mulher. Sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 27/2026

Ementa Projeto de Lei. Dispõe sobre o direito da pessoa idosa, da pessoa com deficiência e da mulher desacompanhada de solicitarem a parada imediata dos ônibus de transporte coletivo intermunicipal de competência executiva da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (SEINFRA), entre as 21:00 e 05:00 horas. Sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 28/2026

Ementa Projeto de Lei. Dispõe sobre a criação do selo “Mãe Canguru”. Sanção ou veto.



NOTA TÉCNICA 29/2026

Ementa Projeto de Lei n. 749/25. Altera a Lei Estadual n. 7.013, de 24 de julho de 2007, para dispor sobre normas de segurança nas instituições financeiras sediadas no Estado do Pará. Sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 30/2026

Ementa Projeto de lei. Estabelece diretrizes gerais para o combate à violência contra a mulher no ambiente universitário. Iniciativa parlamentar. Fundamentos para sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 31/2026

Ementa Projeto de Lei n. 505/25. Denominação de bem público. Creche do município de Ourilândia do Norte. Inauguração no âmbito do Programa Estadual "Creche por Todo Pará". Assunto de interesse local. Competência legislativa do município. Veto integral.

NOTA TÉCNICA 32/2026

Ementa Projeto de Lei. Estipulação de percentual mínimo de 5% (cinco por cento) do total de unidades residenciais financiadas pelo Programa de Habitação Sua Casa às mulheres de baixa renda vítimas de violência doméstica. Possíveis conflitos interpretativos. Ausência de clareza sobre a Lei alterada. Fundamentos para veto integral e parcial. Razões de interesse público.

NOTA TÉCNICA 33/2026

Ementa Projeto de Lei. Institui o Plano Estadual dos Direitos da Pessoa Com Deficiência do Pará e o Fundo Estadual de Direitos da Pessoa com Deficiência do Pará (FEDPD/PA). Sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 34/2026

Ementa MP n. 1349 de 07 de abril de 2026. Regime especial de abastecimento interno de combustíveis. Cooperação financeira. Adesão dos estados. Cota do Fundo de Participação do Estado - FPE



NOTA TÉCNICA 35/2026

Ementa Projeto de Lei. Criação do selo empresa amiga da Defesa Civil, a ser concedido a empresas que apoiam ações da Defesa Civil no âmbito municipal e/ou estadual no Estado do Pará. Competência municipal. Independência dos entes federativos. Fundamentos para sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 36/2026

Ementa Projeto de Lei n. 685/23. “Estabelece que o laudo médico que atesta o diabetes mellitus tipo 1 (dm1) tenha prazo de validade indeterminado, no âmbito do Estado do Pará”. Sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 37/2026

Ementa Projeto de Lei n. 565/24. “Dispõe sobre a cobrança do serviço de couvert artístico em bares, restaurantes e estabelecimentos similares com música ao vivo, demais apresentações de natureza cultural e artística no Estado do Pará”. Sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 38/2026

Ementa Projeto de Lei. Diretrizes para a criação de Política Pública para a inserção de mulheres na cultura, no âmbito do Estado do Pará. Reserva de vagas. Normas programáticas. Ofensa indireta à autonomia dos poderes e às competências privativas do Chefe do Poder Executivo. Fundamentos para sanção ou veto parcial.

NOTA TÉCNICA 39/2026

Ementa Projeto de Lei. Garante à Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) o ingresso e a permanência em qualquer local portando alimentos para consumo próprio, utensílios e objetos de uso pessoal, no âmbito do Estado do Pará. Sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 40/2026

Ementa Projeto de Lei. Dispõe e garante a matrícula de irmãos e parentes na mesma unidade escolar estadual. Iniciativa Parlamentar. Sanção ou veto.



NOTA TÉCNICA 41/2026

Ementa Projeto de lei. Instituição da Rede Estadual de Apoio à Mulher com Deficiência Vítima de Violência Doméstica, no âmbito do estado do Pará. Sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 43/2026

Ementa Projeto de lei. Campanha setembro em flor, dedicada à conscientização sobre os tumores ginecológicos, no âmbito do estado do Pará. Sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 44/2026

Ementa Projeto de lei. Institui o Programa de Escuta Qualificada de Mulheres Atingidas pelas Mudanças Climáticas no estado do Pará. Iniciativa parlamentar. Fundamentos para sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 45/2026

Ementa Projeto de Lei n. 172/23. “Dispõe sobre a proibição de execução musical nas instituições escolares públicas e privadas no estado do Pará, de músicas com letras que façam apologia ao crime, ao uso de drogas e/ou que expressem conteúdos sexuais”. Sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 46/2026

Ementa Execução de obras para a COP 30. Convênio de Cooperação Técnica e Financeira entre o Estado e a Itaipu Binacional. Primazia das normas próprias da entidade binacional. Advento da Lei estadual n. 11.204, de 10 de outubro de 2025. Solicitação de alteração do órgão representante do estado. Necessária anuência da Itaipu. Recusa. Possibilidade jurídica de delegação de competência.

NOTA TÉCNICA 47/2026

Ementa Vedações eleitorais. Contratos temporários. Exceções legais possíveis. Interpretação restritiva do TSE. Estado de emergência ambiental. Consulta ao TRE/PA.



NOTA TÉCNICA 48/2026

Ementa Projeto de Lei n. 205/23. “Dispõe sobre o protocolo individualizado de avaliação para alunos com transtornos globais do desenvolvimento, incluindo-se transtorno do espectro autista (TEA), nas instituições de ensino da Rede Pública e Privada no âmbito do Estado do Pará”. Sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 49/2026

Ementa Servidor público. Aposentadoria. Regime de integralidade e paridade remuneratória. Pagamento de gratificação de desempenho na inatividade. Necessário aprimoramento da legislação estadual.

NOTA TÉCNICA 50/2026

Ementa Eleitoral. Contratos temporários. Exceção legal. Área da saúde. Necessidade de comprovação de exercício de atividade essencial.

NOTA TÉCNICA 51/2026

Ementa Projeto de lei. Dispõe sobre a tramitação prioritária dos processos administrativos para pessoas com deficiência, doença rara ou câncer. Fundamentos para veto integral.

NOTA TÉCNICA 52/2026

Ementa Projeto de lei n. 134/25. “Institui o Programa Estadual de Educação Ambiental Digital no estado do Pará”. Sanção ou veto.

NOTA TÉCNICA 55/2026

Ementa COSANPA. Precatórios judiciais vencidos. Sequestro de valores. Impossibilidade de aumento de capital social. Verba alimentar. Serviço essencial. Subvenção econômica. Possibilidade.

NOTA TÉCNICA 56/2026

Ementa Contratação de temporários. PSS. SEAP. Área meio. Vedações eleitorais. Hipóteses legais excepcionais e necessidade de comprovação dos requisitos.



PGE

Procuradoria
Consultiva

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 1/2026

Ementa

Por todo exposto, conclui-se: a) Não verificada a incidência de prescrição, razão pela qual retificamos análise jurídica anterior, conforme exposto no item 2.1. desta manifestação e descemos à análise meritória; b) Em sede de análise jurídica meritória, restou pendente a demonstração do elemento subjetivo (*animus abandonandi*) imprescindível à configuração do abandono de cargo, haja vista a existência de laudo nos autos apontando enfermidade de cunho psiquiátrico, compreendido entre 2020 e 2024, alcançando, portanto, o período infracional; c) Assim, tendo em vista todo o contexto probatório apresentado, inclusive a apresentação espontânea do servidor antes da instauração do PADS, o retorno do mesmo às suas atividades, além de declaração da Direção da Escola informando que o afastamento representaria desfalque à comunidade escolar (10001 / 52), demonstrando, portanto, o interesse público na permanência do mesmo, situação que demanda manifestação da SEDUC; d) Considerando, ademais, as colocações postas no item 2.3.2 recomendamos ao Exmo. Sr. Governador a declaração de nulidade parcial do feito, a partir do relatório conclusivo da comissão processante, com a reabertura de instrução do feito, para manifestação da defesa e da SEDUC sobre os fatos narrados; e) Ademais, a SEDUC deverá providenciar perícia médica oficial, a fim de apurar o estado de saúde do servidor no transcurso do período infracional, se o mesmo possuía condições mínimas de retornar espontaneamente às suas atividades e lucidez suficiente para adotar as providências administrativas necessárias, considerando o teor da documentação médica apresentada, apuração imprescindível para eventual configuração do *animus abandonandi*; f) Destarte, deverá ser reaberto o prazo para instrução, tudo em nome dos corolários constitucionais do devido processo legal, contraditório, ampla defesa, verdade real, razoabilidade, in dubio pro reo, presunção de inocência e



PGE

Procuradoria
Consultiva

segurança jurídica; g) Por fim, registramos que deverão ser apurados possíveis pagamentos indevidos ao servidor, para que seja realizada a devolução espontânea à Administração Pública ou a cobrança judicial, caso necessária, na forma do Parecer Referencial nº 0013/2024-PGE/PA.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 2/2026

Ementa

Pelo exposto, conclui-se que: a) Resta configurada a incidência do fenômeno prescricional; b) Entretanto, considerando a existência de afastamento por mais de um ano, com apresentação de pedido de exoneração, opinamos pelo prosseguimento do referido requerimento efetuado pelo servidor; c) Portanto, deve ser recomendado ao Exmo. Sr. Governador do Estado o não acatamento do relatório conclusivo, arquivamento do processo e continuidade ao requerimento de exoneração a pedido, a fim de ser deferido; d) Por fim, registra-se que deverão ser apurados possíveis pagamentos indevidos ao servidor, para que seja realizada a devolução espontânea à Administração Pública ou a cobrança judicial, caso necessária, na forma do Parecer Referencial nº 0013/2024-PGE/PA.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 5/2026

Ementa

Pelo exposto, conclui-se que: a) Deverá ser acatado o relatório conclusivo; b) Resta configurada a infração de abandono de cargo, conforme elementos probatórios coletados nos autos, presentes os requisitos objetivo e subjetivo exigíveis para o tipo; c) Deve ser recomenda ao Exmo. Sr. Governador a demissão do servidor, diante da caracterização do abandono de cargo, nos termos dos artigos 178, IV, 190, inciso II e 191-A, inciso I, alínea "a" da Lei Estadual nº 5.810/1994; d) Deverão ser apurados possíveis pagamentos indevidos à servidora, para que seja realizada a devolução espontânea à Administração Pública ou a cobrança judicial, caso necessária, na forma do Parecer Referencial nº 0013/2024- PGE/PA.



PGE

Procuradoria
Consultiva

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 6/2026

Ementa

Por todo exposto, é possível concluir: a) resta consumada a prescrição da pretensão punitiva do Estado; b) sugerimos o acolhimento das conclusões exaradas no Relatório Final da Comissão processante; c) recomendamos ao Exmo. Sr. Governador do Estado que ABSOLVA os servidores e o ex-servidor acusados das transgressões disciplinares que lhes foram imputadas; d) por fim, cabe à SEDUC apurar as responsabilidades dos agentes que deram causa à prescrição.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 7/2026

Ementa

Pelo exposto, é possível concluir: a) Não comprovado o cometimento das infrações previstas nos artigos 178, V e 190, IV e XIII da Lei nº 5.810/1994 pelos servidores acusados; b) Com base no arcabouço probatório, é possível concluir que houve desobediência às normas e regulamentos, haja vista que se verificaram falhas de natureza formal no cumprimento de deveres funcionais, especialmente quanto à ausência de autorização administrativa prévia para utilização das dependências da unidade escolar em atividades pedagógicas complementares, bem como deficiências procedimentais na organização administrativa da escola. Tais fatos, contudo, ocorreram em contexto de reconhecida precariedade estrutural, sem demonstração de dolo, de obtenção de vantagem pessoal ou de prejuízo relevante ao erário, mas que infringiram o dever previsto no art. 177, VI do RJU, ensejador da pena de repreensão; c) Ocorre que resta verificada a prescrição da pretensão punitiva estatal para a aplicação da penalidade de repreensão, não cabendo outra medida que não seja a absolvição dos servidores; d) Portanto, considerando a ocorrência do fenômeno prescricional, recomenda-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado que ABSOLVA os servidores das transgressões



PGE

Procuradoria
Consultiva

disciplinares que lhes foram imputadas, arquivando o feito.
À consideração superior. Belém/PA, 16 de janeiro de 2026.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO

8/2026

Ementa

Pelo exposto, é possível concluir: a) Pelo não acolhimento do Relatório Final da Comissão Processante, especialmente no que se refere à sugestão de aplicação da penalidade de demissão, por inadequação do enquadramento jurídico proposto e vedação à retroatividade de norma sancionadora mais gravosa; b) Pelo reconhecimento da impossibilidade de enquadramento da conduta como ato de improbidade administrativa, à luz das alterações introduzidas pela Lei nº 14.230/2021; c) Pela prescrição da pretensão punitiva quanto às infrações disciplinares em que seria possível o enquadramento dos fatos (arts. 177, II, VI, e 178, XI, da Lei nº 5.810/1994); d) Pela determinação de arquivamento do Processo Administrativo Disciplinar, considerando a ocorrência do fenômeno prescricional, recomendando ao Exmo. Sr. Governador do Estado que ABSOLVA o servidor das transgressões disciplinares que lhe foram imputadas.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO

9/2026

Ementa

Por todo exposto, é possível concluir: a) resta consumada a prescrição da pretensão punitiva do Estado; b) sugerimos o acolhimento das conclusões exaradas no Relatório Final da Comissão processante; c) recomendamos ao Exmo. Sr. Governador do Estado que ABSOLVA o servidor acusado das transgressões disciplinares que lhe foram imputadas; d) por fim, cabe à SEDUC apurar as responsabilidades dos agentes que deram causa à prescrição.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO

10/2026

Ementa

Por todo exposto, é possível concluir: a) resta consumada a prescrição da pretensão punitiva do Estado; b) sugerimos o acolhimento das conclusões exaradas no Relatório Final da Comissão processante; c) recomendamos ao Exmo. Sr. Governador do Estado que ABSOLVA os servidores acusados



PGE

Procuradoria
Consultiva

das transgressões disciplinares que lhe foram imputadas; d) por fim, cabe à SEDUC apurar as responsabilidades dos agentes que deram causa à prescrição.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 11/2026

Ementa

Por todo exposto, é possível concluir: a) resta consumada a prescrição da pretensão punitiva do Estado; b) sugerimos o acolhimento das conclusões exaradas no Relatório Final da Comissão processante; c) recomendamos ao Exmo. Sr. Governador do Estado que ABSOLVA o servidor acusado das transgressões disciplinares que lhe foram imputadas; d) por fim, cabe à SEDUC apurar as responsabilidades dos agentes que deram causa à prescrição.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 12/2026

Ementa

Por todo exposto, é possível concluir: a) Ausente a comprovação do cometimento das infrações previstas nos arts. 178, V, XVII c/c art. 190, IV, (1ª parte), XIII e XIX, da Lei 5.810/94 (RJU/PA); b) Comprovado o descumprimento de dever funcional de observância das normas e regulamentos (art. 177, VI do RJU), conduta ensejadora da penalidade de repreensão, cuja aplicação se encontra impossibilitada pela incidência do fenômeno prescricional; c) Destarte, recomenda-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado que acate o relatório da Comissão Processante e ABSOLVA a servidora das transgressões disciplinares que lhe foram imputadas, com posterior arquivamento do processo.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 13/2026

Ementa

Pelo exposto, é possível concluir: a) Pelo acolhimento do Relatório Final da Comissão Processante, que concluiu pelo arquivamento do Processo Administrativo Disciplinar em epígrafe; b) Pelo reconhecimento de que a superveniência da Emenda Constitucional nº 138/2025 acarretou a perda de objeto da controvérsia disciplinar, tornando juridicamente irrelevante a discussão acerca da natureza do cargo ocupado pela servidora na UEPA; c) Pela recomendação de



PGE

Procuradoria
Consultiva

arquivamento do PAD, considerando a inexistência de tipicidade administrativa, sugerindo ao Exmo. Sr. Governador do Estado que ABSOLVA a servidora das transgressões disciplinares que lhe foram imputadas, consoante art. 200, § único da Lei nº 5810/1994.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 14/2026

Ementa

Por todo exposto, é possível concluir: a) resta consumada a prescrição da pretensão punitiva do Estado; b) sugerimos o acolhimento das conclusões exaradas no Relatório Final da Comissão processante; c) recomendamos ao Exmo. Sr. Governador do Estado que ABSOLVA os acusados das transgressões disciplinares que lhe foram imputadas; d) por fim, cabe à SEDUC apurar as responsabilidades dos agentes que deram causa à prescrição.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 15/2026

Ementa

Pelo exposto, é possível concluir: a) O Relatório Final da Comissão Processante merece integral acolhimento, uma vez que o Processo Administrativo Disciplinar transcorreu regularmente, sem nulidades ou prescrição, com observância do contraditório e da ampla defesa; b) A conduta do servidor F.G.N. encontra adequado e suficiente enquadramento nos arts. 177, IV e VI e 190, I, IV, XI, XIII e XVI da Lei nº 5.810/1994, estando a capitulação confirmada pelo conjunto probatório produzido; c) A pendência de ação penal não obsta a aplicação da sanção administrativa, diante da independência entre as instâncias penal e administrativa; d) Recomenda-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado a aplicação da penalidade de demissão em desfavor do disciplinado, a qual mostra-se juridicamente cabível, necessária e proporcional, diante da gravidade dos ilícitos comprovados no presente apuratório.



PGE

Procuradoria
Consultiva

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 17/2026

Ementa

Pelo exposto, é possível concluir: a) Não verificada a incidência de prescrição; b) Resta ausente a demonstração cabal do elemento subjetivo (*animus abandonandi*), necessário à configuração do abandono de cargo, razão pela qual sugerimos ao Exmo. Sr. Governador a absolvição da ex-servidora comissionada; c) Recomenda-se, destarte, o acolhimento do Relatório Final da Comissão Processante; d) Considerando, ainda, as informações divergentes acerca da existência ou não de valores indevidamente percebidos pela ex-servidora, recomendamos a apuração e adoção das respectivas providências cabíveis; e) Posteriormente, os autos deverão ser arquivados.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 18/2026

Ementa

Por todo exposto, é possível concluir: a) Ausente a comprovação do cometimento das infrações previstas nos arts. 178, V, XVII c/c art. 190, IV, (1ª parte), XIII e XIX, da Lei 5.810/94 (RJU/PA); b) Comprovado o descumprimento do dever funcional de observância das normas e regulamentos (art. 177, VI do RJU), conduta ensejadora da penalidade de repreensão, cuja aplicação se encontra impossibilitada pela incidência do fenômeno prescricional; c) Destarte, recomenda-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado que acate, parcialmente, o relatório da Comissão Processante, apenas com ressalva quanto à fundamentação que deverá ser a da incidência da prescrição e ABSOLVA a servidora das transgressões disciplinares que lhe foram imputadas, com posterior arquivamento do processo.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 19/2026

Ementa

Pelo exposto, conclui-se que: a) Resta configurada a incidência do fenômeno prescricional; b) Deve ser recomendado ao Exmo. Sr. Governador do Estado que absolva o servidor ora acusado; c) A SEAP deve apurar eventual responsabilidade pela omissão no dever de processar e finalizar o processo disciplinar em tempo hábil e



PGE

Procuradoria
Consultiva

sem incidência de prescrição; d) Sobremais, deverão ser apuradas com urgência as possíveis infrações narradas nos autos (10000 / 376 a 10000 / 378); e) Por fim, registramos que deverão ser apurados eventuais pagamentos indevidos ao servidor, para que seja realizada a devolução espontânea à Administração Pública ou a cobrança judicial, caso necessária, na forma do Parecer Referencial n. 0013/2024-PGE/PA; f) A SEAP deve cientificar o imputado e, após as providências acima recomendadas, arquivar o presente PAD.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 20/2026

Ementa

Por todo exposto, é possível concluir: a) Não há provas nos autos que configurem o cometimento das infrações previstas nos arts. 177, I, II, IV e VI; 178, XI c/c art. 190, VI, da Lei Estadual nº 5.810/1994; b) A Comissão processante agiu corretamente ao concluir pela absolvição da professora imputada, devendo o relatório ser acatado; c) Por tais razões, recomendamos ao Exmo. Sr. Governador a absolvição da imputada; d) Por fim, deverão os autos serem arquivados.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 21/2026

Ementa

Por todo exposto, conclui-se: a) Não verificada a incidência de prescrição, conforme exposto no item 2.1; b) Em sede de análise jurídica meritória, resta configurada a infração de abandono de cargo, conforme elementos probatórios coletados nos autos, presentes os elementos objetivo (ausência injustificada superior a 30 dias consecutivos) e subjetivo (dolo eventual) exigíveis para o tipo; c) Deve ser recomenda ao Exmo. Sr. Governador a demissão do servidor acusado diante da caracterização do abandono de cargo, nos termos dos artigos 177, incisos I e VI, 178, IV, 190, inciso II e 191-A, alínea "a" da Lei Estadual nº 5.810/1994; d) Deverão ser apurados possíveis pagamentos indevidos ao servidor acusado, para que seja realizada a devolução espontânea à Administração Pública ou a cobrança judicial, caso necessária, na forma do Parecer Referencial nº 0013/2024-



PGE/PA13; e) Deve ser instaurado Processo Administrativo Disciplinar de rito sumário (PADs) para apurar a conduta do professor A.A.S.A. da SEDUC por abandono de cargo e consequente infração aos artigos 177, incisos I e VI, 178, IV, 190, inciso II e 191-A, alínea "a" da Lei Estadual nº 5.810/1994; f) Por fim, recomenda-se a apuração, pela SEDUC, das condutas dos agentes responsáveis que deixaram de adotar as providências legalmente previstas diante da ausência prolongada de servidores do exercício de suas funções

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 22/2026

Ementa

Ante todo o exposto, é possível concluir: a) Não verificada a incidência de prescrição; b) Resta ausente o elemento subjetivo (*animus abandonandi*) necessário à configuração do abandono de cargo, razão pela qual sugerimos ao Exmo. Sr. Governador a absolvição do servidor; c) Recomenda-se, destarte, o acolhimento do Relatório Final da Comissão Processante; d) Posteriormente, os autos deverão ser arquivados.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 24/2026

Ementa

Ante todo o exposto, é possível concluir: a) Não verificada a incidência de prescrição; b) Resta ausente o elemento subjetivo (*animus abandonandi*) necessário à configuração do abandono de cargo, razão pela qual sugerimos ao Exmo. Sr. Governador a absolvição do servidor; c) Recomenda-se, destarte, o acolhimento do Relatório Final da Comissão Processante; d) Posteriormente, os autos deverão ser arquivados.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 25/2026

Ementa

Por todo exposto, conclui-se: a) Não verificada a incidência de prescrição, conforme exposto no item 2.1. desta manifestação; b) Após instrução probatória, restou constatado, em relação ao período do suposto abandono de cargo, que o acusado esteve privado de liberdade no



interregno compreendido entre 6/11/2023 a 13/12/2023 (processo criminal - art. 171, § 2ºA do CP13), bem como consta nos autos laudo pericial oficial atestando incapacidade temporária no período de 14/12/2023 a 05/08/2024, e incapacidade definitiva para o trabalho a partir de 06/08/2024 (10000 / 178), aguardando aposentadoria por incapacidade (10000 / 176), fatos que, por si, fragilizam o elemento volitivo necessário à configuração do abandono; c) Portanto, tendo em vista que o acusado já está sob o manto de laudo pericial oficial, podemos concluir que a ausência de instauração do incidente de insanidade mental resta suprida; d) Destarte, restou pendente a demonstração do elemento subjetivo (*animus abandonandi*) imprescindível à configuração do abandono de cargo, hipótese fragilizada, sobremais, pela inexistência de comprovação da suposta fraude arguida quanto ao atestado médico apresentado em 07/11/2023; e) Assim, recomenda-se o não acolhimento do relatório final da comissão processante, devendo ser ABSOLVIDO o servidor, tendo em vista a não caracterização do abandono de cargo, nos termos do art. 224 da Lei Estadual nº 5.810/94, pela ausência da comprovação do elemento volitivo; f) Por fim, considerando a mencionada existência de permanente dúvida acerca da veracidade dos atestados apresentados, que seja avaliada em procedimento diverso e específico para tanto.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO 26/2026

Ementa

Por todo exposto, conclui-se: a) Não verificada a incidência de prescrição, conforme exposto no item 2.1; b) Em sede de análise jurídica meritória, resta configurada a infração de abandono de cargo, conforme elementos probatórios coletados nos autos, presentes os elementos objetivo (ausência injustificada superior a 30 dias consecutivos) e subjetivo (dolo eventual) exigíveis para o tipo; c) Deve ser recomenda ao Exmo. Sr. Governador a demissão do servidor acusado diante da caracterização do abandono de cargo, nos termos dos artigos 177, incisos I e VI, 178, IV, 190, inciso II e



PGE

Procuradoria
Consultiva

191-A, alínea "a" da Lei Estadual n. 5.810/1994; d) Deverão ser apurados possíveis pagamentos indevidos ao servidor acusado, para que seja realizada a devolução espontânea à Administração Pública ou a cobrança judicial, caso necessária, na forma do Parecer Referencial n. 0013/2024-PGE/PA;

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO

27/2026

Ementa

Pelo exposto, é possível concluir: A) não incide a prescrição disciplinar para aplicação da penalidade de demissão; B) recomenda-se ao Exmo. Governador do Estado que acolha o relatório final da comissão processante do CPAD, ante o arcabouço probatório produzido nos autos, para que sejam convertidos em demissão os distratos dos indiciados A.C.C.C.H. (matrícula n. 592896-1), F.G.N. (Matrícula n. 5926574-1), E.S.C.N. (Matrícula n. 5926538-1), J.B.L.J. (Matrícula n. 5918867-1) e M.B.C.F. (Matrícula n. 5918711-1) com fundamento os Arts. 177, VI e VIII, 178, V, X, XVII e XXI C/C o Art. 190, I, IV, VIII, X, XI, XIII e XVI, 193 e 195, todos da Lei Estadual n. 5.810/1994; C) recomenda-se ainda ao Chefe do Executivo o acolhimento do relatório final em relação ao ex-servidor L.F.S.R. (Matrícula n. 5928067-1), para absolvê-lo, afastada a configuração de infração disciplinar, uma vez que não houve saque ou aproveitamento da vantagem indevida, tendo o servidor colaborado com a apuração; D) a SEDUC deve instaurar procedimento para apuração dos valores Recebidos indevidamente pelos ex-servidores que ainda não ressarciram o Estado, assegurando o contraditório e ampla defesa aos interessados.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO

28/2026

Ementa

Pelo exposto, é possível concluir que: a) A partir do advento da Emenda Constitucional n. 138, de 19 de dezembro de 2025, é lícita a acumulação de um cargo de professor com outro vínculo público de qualquer natureza, desde que exista a compatibilidade de horários; b) Considerando que a apuração presente ainda se encontra em curso, deverá ser



concedido o efeito benéfico da EC nº 138/2025, haja vista que a mesma regulariza a situação de acumulação ilícita; c) Pelo contexto acima, recomendamos o não acolhimento do Relatório Final da Comissão Processante, o qual opinou pela condenação, pois a superveniência da Emenda Constitucional nº 138/2025 acarretou a perda de objeto da controvérsia disciplinar, tornando juridicamente irrelevante a discussão acerca da natureza do vínculo da servidora junto ao BANPARÁ, notadamente na existência da comprovada compatibilidade de horário entre as atividades; d) Por fim, recomendamos o arquivamento do PAD, considerando a inexistência de tipicidade administrativa, sugerindo ao Exmo. Sr. Governador do Estado que ABSOLVA a servidora das transgressões disciplinares que lhe foram imputadas, consoante art. 200, § único da Lei n. 5810/1994.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO

Ementa

29/2026

Por todo exposto, conclui-se: A). Não verificada a incidência de prescrição, conforme exposto no item 2.1; B). Em sede de análise jurídica meritória, resta configurada a infração de abandono de cargo, conforme elementos probatórios coletados nos autos, presentes os elementos objetivo (Ausência injustificada superior a 30 dias consecutivos) e subjetivo (Dolo eventual) exigíveis para o tipo; c). Deve ser recomenda ao Exmo. Sr. Governador a conversão da exoneração em demissão do imputado, haja vista a caracterização do abandono de cargo, nos termos dos artigos 177, incisos I e VI, 178, IV, 190, inciso II e 191- A, alínea "a" da Lei Estadual n. 5.810/1994; d). Deverão ser apurados possíveis pagamentos indevidos ao servidor acusado, para que seja realizada a devolução espontânea à administração pública ou a cobrança judicial, caso necessária, na forma do Parecer Referencial n. 0013/2024-PGE/PA.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO

Ementa

30/2026

Pelo exposto, conclui-se que: A) deverá ser acatado o relatório conclusivo; B) não restou configurada a infração de



PGE

Procuradoria
Consultiva

acúmulo ilegal de cargos públicos, pois não houve a concomitância de exercício entre os cargos temporários, haja vista que o vínculo com o Estado do Pará iniciou em 9 de novembro de 2017 (10000 / 29), ao passo que o contrato firmado com o Município de Novo Progresso findou em 1º de outubro de 2017 (10000 / 71); C) deve ser recomendada ao Exmo. Sr. Governador a absolvição da imputada.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO

31/2026

Ementa

Diante do exposto, opino: a) pelo reconhecimento da nulidade parcial do Processo Administrativo Disciplinar em tela, nós temos do Art. 225 do RJU Estadual, a partir da juntada da prova realizada após o interrogatório do servidor (fl. 10000 / 310), e que haja a correspondente reabertura da instrução e concessão de prazo para manifestação da defesa; b) pela invalidação dos atos subsequentes, inclusive do relatório final; c) pela preservação e reconhecimento da validade dos atos regularmente praticados até a juntada da prova viciada, uma vez que a instrução até vinha observando o contraditório e preservando o direito de defesa; d) pela designação de nova Comissão Processante, a fim de que seja regularmente oportunizado contraditório sobre a prova juntada, com possibilidade de requerimento de diligências e, se necessário, realização de interrogatório complementar, culminando na elaboração de novo relatório final, que deve obedecer o inteiro teor do Art. 221 da Lei n. 5810/1994.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO

32/2026

Ementa

Pelo exposto, recomenda-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado que absolva o servidor C.R.S.M. (matrícula nº 54196716-1), diante da ausência de dolo e da inexistência de vedação legal expressa à conduta apurada à época do fato.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO

33/2026

Ementa

Portanto, pelo contexto acima, sugerimos o acolhimento do Relatório Final da Comissão Processante, o qual opinou pelo arquivamento dos autos. Assim, recomendamos ao Exmo. Sr.



PGE

Procuradoria
Consultiva

Governador do Estado que absolva o imputado das transgressões disciplinares que lhe foram imputadas; Por fim, após as providências cabíveis, os autos deverão ser arquivados.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO

34/2026

Ementa

Portanto, pelo contexto acima, sugerimos o acolhimento do Relatório Final da Comissão Processante, pelo arquivamento dos autos. Assim, recomendamos ao Exmo. Sr. Governador do Estado que absolva o imputado das transgressões disciplinares que lhe foram imputadas. Por fim, após as providências cabíveis, os autos deverão ser arquivados.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO

35/2026

Ementa

Pelo exposto, conclui-se que: a) o óbito do imputado extinguiu a punibilidade administrativa; b) incide a solução conferida pela Orientação Jurídica n. 32 desta PGE, cabendo o arquivamento do PAD pelo Chefe do Poder Executivo estadual, autoridade competente para seu julgamento.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO

36/2026

Ementa

Pelo exposto, conclui-se que: a). Resta configurada a incidência do fenômeno prescricional; b). Deve ser recomendado ao Exmo. Sr. Governador do Estado que absolva o servidor ora acusado; c). A SEDUC deve apurar eventual responsabilidade pela omissão no dever de processar e finalizar o processo disciplinar em tempo hábil e sem incidência de prescrição; d). Por fim, registramos que deverão ser apurados eventuais pagamentos indevidos ao servidor, para que seja realizada a devolução espontânea à Administração Pública ou a cobrança judicial, caso necessária, na forma do Parecer Referencial n. 0013/2024-PGE/PA5.



PGE

Procuradoria
Consultiva

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO

38/2026

Ementa

Pelo exposto, conclui-se que: a). Não verificada a incidência de prescrição, conforme exposto no item 2.1; b). Em sede de análise jurídica meritória, resta configurada a infração de abandono de cargo, conforme elementos probatórios coletados nos autos, presentes os elementos objetivo (ausência injustificada superior a 30 dias consecutivos) e subjetivo (dolo eventual) exigíveis para o tipo; c). Deve ser recomendada ao Exmo. Sr. Governador a demissão do acusado, diante da caracterização do abandono de cargo, nos termos dos artigos 177, incisos I, VI e VI c/c art. 190, II e IV e art. 191-A, inciso I, alínea "a" da Lei Estadual nº 5.810/1994.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO

39/2026

Ementa

Por todo exposto, é possível concluir: a) resta consumada a prescrição da pretensão punitiva do Estado; b) sugerimos o acolhimento das conclusões exaradas no Relatório Final da Comissão processante; c) recomendamos ao Exmo. Sr. Governador do Estado que ABSOLVA o ex-servidor acusado das transgressões disciplinares que lhes foram imputadas; d) por fim, cabe à SEDUC apurar as responsabilidades dos agentes que deram causa à prescrição.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO

40/2026

Ementa

Pelo exposto, conclui-se que: a). Não verificada a incidência da prescrição; b). Resta ausente o elemento subjetivo (*animus abandonandi*) necessário à configuração do abandono de cargo, razão pela qual sugerimos ao Exmo. Sr. Governador a absolvição do servidor; c). Recomenda-se, destarte, o acolhimento do Relatório Final da Comissão Processante; d). Posteriormente, os autos deverão ser arquivados.



PGE

Procuradoria
Consultiva

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO

42/2026

Ementa

Pelo exposto, é possível concluir: a). Pelo acolhimento do Relatório Final da Comissão Processante, que opinou pelo ARQUIVAMENTO do feito; b). Pelo reconhecimento da não caracterização da infração disciplinar de procedimento desidioso, prevista no art. 190, XIX, da Lei nº 5.810/1994; c). Pelo reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva disciplinar quanto às infrações previstas no art. 177 do mesmo diploma legal; d). Pela determinação de arquivamento do Processo Administrativo Disciplinar, considerando a ocorrência do fenômeno prescricional, recomendando ao Exmo. Sr. Governador do Estado que ABSOLVA os servidores das transgressões disciplinares que lhes foram imputadas.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO

43/2026

Ementa

Ante todo o exposto, é possível concluir: a). Não verificada a incidência de prescrição; b). Resta ausente o elemento subjetivo (*animus abandonandi*) necessário à configuração do abandono de cargo, razão pela qual sugerimos ao Exmo. Sr. Governador a absolvição da servidora; c). Recomenda-se, destarte, o acolhimento do Relatório Final da Comissão Processante; d). Deverão ser adotadas providências referentes à regularização dos afastamentos; e). Posteriormente, os autos deverão ser arquivados.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO

44/2026

Ementa

Ante todo o exposto, é possível concluir: a) Não verificada a incidência de prescrição; b) Resta ausente o elemento subjetivo (*animus abandonandi*) necessário à configuração do abandono de cargo, razão pela qual sugerimos ao Exmo. Sr. Governador a absolvição do servidor; c) Recomenda-se, destarte, o acolhimento do Relatório Final da Comissão Processante; d) Posteriormente, os autos deverão ser arquivados.



PGE

Procuradoria
Consultiva

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO

45/2026

Ementa

Portanto, diante da instrução probatória, preenchidos os requisitos legais necessários à excepcional acumulação de cargos públicos, sugerimos o acolhimento do Relatório Final da Comissão Processante, devendo ser absolvida a servidora. Assim, recomendamos ao Exmo. Sr. Governador do Estado que ABSOLVA a acusada das transgressões disciplinares que lhe foram imputadas. Por fim, após as providências cabíveis e cientificação da servidora, os autos deverão ser arquivados.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO

46/2026

Ementa

Pelo exposto, é possível concluir: a) Pelo acolhimento do Relatório Final da Comissão Processante, que concluiu pelo arquivamento do Processo Administrativo Disciplinar em epígrafe; b) Pelo reconhecimento de que a superveniência da Emenda Constitucional nº 138/2025 acarretou a perda de objeto da controvérsia disciplinar, tornando juridicamente irrelevante a discussão acerca da natureza do emprego público ocupado pela servidora no BANPARÁ, que motivou a concessão da aposentadoria pelo RGPS; c) Pela recomendação de arquivamento do PAD, considerando a inexistência de tipicidade administrativa, sugerindo ao Exmo. Sr. Governador do Estado que ABSOLVA a servidora das transgressões disciplinares que lhe foram imputadas, consoante art. 200, § único da Lei n. 5810/1994.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO

47/2026

Ementa

Pelo exposto, é possível concluir: a) Que o conjunto probatório produzido no curso da instrução não evidenciou a prática de procedimento desidioso por parte da servidora, uma vez que não se demonstrou comportamento funcional caracterizado por negligência reiterada, habitual ou persistente no desempenho das atribuições do cargo; b) Pelo reconhecimento de que as infrações remanescentes após a indicição encontram-se alcançadas pela prescrição da pretensão punitiva disciplinar, consumada antes mesmo da instauração do PAD, considerando que a Administração já



possuía ciência formal dos fatos desde 15/06/2020 (Processo nº 1471470/2020 – SIIG); c) Em consequência, pelo não acolhimento do Relatório Final da Comissão Processante, que sugeriu a aplicação da penalidade de suspensão de 90 (noventa) dias, convertida em multa de 50% (cinquenta por cento) por dia de vencimento ou remuneração; d) Pela determinação de arquivamento do Processo Administrativo Disciplinar, considerando a ocorrência do fenômeno prescricional, recomendando ao Exmo. Sr. Governador do Estado que ABSOLVA a servidora das transgressões disciplinares que lhe foram imputadas.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO

Ementa

48/2026

Recomendamos ao Exmo. Governador do Estado que acolha o Relatório Final da comissão processante, ante o arcabouço probatório produzido nos autos, para que sejam convertidos em demissão os distratos das indiciadas R.D.N.R.C. (matrícula nº 5921725-1), J.S.R. (matrícula nº 5927927-1) e S.S.C. (matrícula nº 57211869-3), com fundamento nos arts. 177, VI e VIII, 178, V, X, XVII e XXI c/c o art. 190, I, IV, VIII, X, XI, XIII e XVI, 193 e 195, todos da Lei Estadual n. 5.810/1994; c) outrossim, recomendamos o acolhimento do Relatório Final em relação ao ex-servidor A.R.N (matrícula nº 5928451-1), para absolvê-lo, afastada a configuração de infração disciplinar, uma vez que não houve saque ou aproveitamento da vantagem indevida, tendo o servidor colaborado com a apuração; d) recomendamos, ainda, o acolhimento do Relatório Final em relação à ex-servidora H.M.F. (matrícula nº 57228236-2), para absolvê-la, diante da existência de fato gerador legítimo para a concessão do benefício; e) a SEDUC deve instaurar procedimento para apuração dos valores recebidos indevidamente pelos ex-servidores que ainda não ressarciram o Estado, assegurando o devido processo legal, contraditório e ampla defesa aos interessados.



PGE

Procuradoria
Consultiva

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO

49/2026

Ementa

Pelo exposto, conclui-se que: a) Resta configurada a incidência do fenômeno prescricional; b) Recomendamos ao Exmo. Sr. Governador do Estado que absolva a servidora ora acusada; c) Deve ser apurada eventual responsabilidade pela omissão no dever de processar e finalizar o processo disciplinar em tempo hábil e sem incidência de prescrição; d) Registramos, ainda, que deverão ser apurados eventuais pagamentos indevidos à imputada; e) A SEDUC deve cientificar a imputada e, após as providências acima recomendadas, arquivar o presente PAD.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO

50/2026

Ementa

Pelo exposto, conclui-se que devem os autos retornar à FASEPA para que seja concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da sua notificação, a fim de que o investigado junte ao PADS pedido e ato de exoneração assinado, acompanhado da respectiva publicação em Diário Oficial do Estado, sob pena de caracterização da má-fé e recomendação ao Chefe do Poder Executivo estadual de sua demissão, com fundamento no art. 177, inciso VI, no art. 178, inciso I, e no art. 190, inciso XII, c/c o art. 195, todos da Lei Estadual nº. 5.810, de 1994, sem prejuízo da comunicação à SEDUC.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO

51/2026

Ementa

Por todo exposto, é possível concluir: a) resta consumada a prescrição da pretensão punitiva do Estado; b) sugerimos o acolhimento das conclusões exaradas no Relatório Final da Comissão processante; c) recomendamos ao Exmo. Sr. Governador do Estado que ABSOLVA o servidor acusado das transgressões disciplinares que lhes foram imputadas; d) por fim, cabe à SEDUC apurar as responsabilidades dos agentes que deram causa à prescrição.



PGE

Procuradoria
Consultiva

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO

52/2026

Ementa

Pelo exposto, é possível concluir: a) Resta configurada a incidência do fenômeno prescricional em relação à infração de abandono de cargo; b) Pelo acolhimento do Relatório Final da Comissão Processante, que concluiu pelo arquivamento do Processo Administrativo Disciplinar em epígrafe.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO

53/2026

Ementa

Por todo exposto, é possível concluir: a) resta consumada a prescrição da pretensão punitiva do Estado para as penas de repreensão, suspensão e demissão; b) sugerimos o acolhimento das conclusões exaradas no Relatório Final da Comissão processante; c) recomendamos ao Exmo. Sr. Governador do Estado que ABSOLVA o acusado das transgressões disciplinares que lhe foram imputadas; d) por fim, cabe à SEDUC apurar as responsabilidades dos agentes que deram causa à prescrição.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO

54/2026

Ementa

Pelo exposto, conclui-se: a) pelo acolhimento do Relatório Final da Comissão Processante, que opinou pelo arquivamento do feito, bem como pelo reconhecimento da não caracterização das infrações disciplinares previstas nos arts. 177, VI, e 190, XIX, da Lei nº 5.810/1994.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO

55/2026

Ementa

Por todo exposto, conclui-se: a) Não verificada a incidência de prescrição, conforme exposto no item 2.1; b) Em sede de análise jurídica meritória, resta configurada a infração de abandono de cargo, conforme elementos probatórios coletados nos autos, presentes os elementos objetivo (ausência injustificada superior a 30 dias consecutivos) e subjetivo (dolo eventual) exigíveis para o tipo; c) Recomendamos o acatamento do relatório conclusivo da Comissão processante; d) Outrossim, deve ser recomendada



PGE

Procuradoria
Consultiva

ao Exmo. Sr. Governador do Estado a demissão da servidora acusada diante da caracterização do abandono de cargo.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO

56/2026

Ementa

Pelo exposto, conclui-se que: a) não incide a prescrição em relação à acumulação de cargos públicos; b) regular o procedimento do PAD; c) restou caracterizado o ilícito administrativo, por violação aos arts. 37, XVI e 40, §6º da Constituição Federal, art. 191, §10 e nos arts. 178, inciso I, c/c 190, inciso XII, da Lei Estadual nº 5.810, de 1994, a ensejar o acolhimento do Relatório Final, mediante a aplicação da penalidade demissória pelo Chefe do Poder Executivo Estadual.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO

57/2026

Ementa

Pelo exposto, é possível concluir: a) Recomenda-se, destarte, o acolhimento do Relatório Final da Comissão Processante; b) Assim, recomendamos ao Exmo. Sr. Governador do Estado que ABSOLVA a acusada das transgressões disciplinares que lhe foram imputadas; c) Por fim, após as providências cabíveis e cientificação da ex-servidora, os autos deverão ser arquivados.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO

58/2026

Ementa

Diante do exposto, opino: a) pelo não acolhimento, por ora, da sugestão de arquivamento apresentada no Relatório Final da CPAD; b) pelo afastamento da prescrição da pretensão punitiva disciplinar; c) pelo reconhecimento da nulidade parcial do Processo Administrativo Disciplinar em tela, nos termos do art. 225 do RJU Estadual, a partir do interrogatório do disciplinado, com preservação dos atos anteriores válidos.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO

59/2026

Ementa

Por todo exposto, é possível concluir: a) resta consumada a prescrição da pretensão punitiva do Estado; b) deve ser



PGE

Procuradoria
Consultiva

recomendado ao Exmo. Sr. Governador do Estado que ABSOLVA o servidor acusado das transgressões disciplinares que lhe foram imputadas, haja vista a impossibilidade de aplicação da pena demissional recomendada pela Comissão Processante, em virtude da incidência do fenômeno prescricional; c) por fim, cabe à Administração Pública a adoção de todas as providências necessárias, para que sejam aferidos os motivos e identificados os agentes públicos que, por ação ou omissão, deram causa à prescrição, a fim de apurar as respectivas responsabilidades, mediante procedimento administrativo próprio.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO

60/2026

Ementa

Pelo exposto, conclui-se que: a) não incide a prescrição da pretensão punitiva estatal, haja vista tratar-se de infração de caráter permanente, que demanda apuração em qualquer tempo; b) não deverá ser acatado o relatório conclusivo, haja vista que a deflagração do processo de aposentadoria não cessa o vínculo e não é hábil a sanear a ilicitude; c) diante do contexto probatório, deve ser recomendada à Exma. Sra. Governadora a demissão da servidora.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO

61/2026

Ementa

Pelo exposto, opina-se: a) pelo acolhimento do Relatório Final da Comissão Processante, que concluiu pelo arquivamento do Processo Administrativo Disciplinar em epígrafe; b) pela incidência da prescrição quanto à pretensão de ressarcimento ao erário, relativa a eventual recebimento indevido perpetrado pelo servidor, considerando o prazo quinquenal previsto no Decreto nº 20.910/32 e o lapso temporal transcorrido desde os fatos potencialmente irregulares; c) pela recomendação à Exma. Sra. Governadora do Estado para que absolva o servidor das transgressões disciplinares que lhe foram imputadas.



FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO

64/2026

Ementa

Diante do exposto, conclui-se: a) pela inexistência de prescrição disciplinar para aplicação da penalidade de demissão; b) pela configuração da infração de inassiduidade habitual, evidenciada pelo conjunto documental que comprova o atingimento da 60ª falta injustificada, intercaladamente, no período de 12 meses, nos termos do art. 190, III, da Lei nº 5.810/1994; c) pela recomendação à Exma. Sra. Governadora do Estado que acolha o Relatório Final da comissão processante, com a aplicação da penalidade de demissão.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO

65/2026

Ementa

Por todo exposto, é possível concluir: a) resta consumada a prescrição da pretensão punitiva do Estado; b) sugerimos o acolhimento das conclusões exaradas no Relatório Final da Comissão processante; c) recomendamos ao Exmo. Sr. Governador do Estado que ABSOLVA os acusados das transgressões disciplinares que lhe foram imputadas.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO

66/2026

Ementa

Pelo exposto, conclui-se: a) Não verificada a prescrição da pretensão punitiva do Estado, nos termos explicitados no item 2.1. desta manifestação; b) Não deverá ser acatado o relatório conclusivo; c) Resta demonstrada e confirmada por toda a documentação acostada aos autos, notadamente pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, a existência de vínculo público secundário, inacumulável, tendo como empregador a Prefeitura Municipal de São Félix do Xingu (10000 / 238), razão pela qual deve ser oferecido à imputada o direito de opção por um dos vínculos; d) É inválido o ato de notificação anterior para opção por um dos vínculos, em razão da ausência de comprovação inequívoca de ciência da servidora; e) Por todos os motivos percorridos, visando o mais amplo e fiel resguardo do devido processo legal, recomendamos a conversão do julgamento em diligência,



PGE

Procuradoria
Consultiva

devendo ser declarada a nulidade parcial, a partir do relatório conclusivo.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO

67/2026

Ementa

Pelo exposto, conclui-se que: a) Resta configurada a infração de abandono de cargo, conforme elementos probatórios coletados nos autos, presentes os elementos objetivo (ausência injustificada superior a 30 dias consecutivos) e subjetivo (dolo eventual) exigíveis para o tipo; b) Deve ser recomenda à Exma. Sra. Governadora a demissão da servidora acusada.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO

68/2026

Ementa

Pelo exposto, é possível concluir: a) Não verificada a incidência de prescrição da pretensão punitiva; b) O Processo Administrativo Disciplinar Simplificado (PADS), com o objetivo de apurar suposta inassiduidade habitual da servidora imputada, apresenta vícios formais insanáveis, comprometedores da sua validade, sendo imprescindível a declaração de nulidade total do feito.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO

69/2026

Ementa

Por todo exposto, é possível concluir: a) resta consumada a prescrição da pretensão punitiva do Estado para as penas de repreensão, suspensão e demissão; b) sugerimos o acolhimento das conclusões exaradas no Relatório Final da Comissão processante; c) recomendamos à Exma. Sra. Governadora do Estado que ABSOLVA o acusado das transgressões disciplinares que lhe foram imputadas.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO

70/2026

Ementa

Pelo exposto, conclui-se: a) pela regularidade formal do Processo Administrativo Disciplinar, sem identificação de nulidade apta a comprometer a validade da instrução, tendo sido observados o contraditório e a ampla defesa; b) pelo acolhimento do Relatório Final da Comissão Processante,



PGE

Procuradoria
Consultiva

que opinou pelo arquivamento do feito, bem como pelo reconhecimento da não caracterização das infrações disciplinares previstas nos arts. 177, IV, V e VI; 178, XIV e 190, XIX da Lei nº 5.810/1994.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO

71/2026

Ementa

Pelo exposto, conclui-se: a) Não verificada a prescrição da pretensão punitiva estatal, haja vista que a acumulação inconstitucional de vínculos públicos possui caráter permanente; b) Deverá ser acatado o relatório conclusivo; c) Resta comprovada a acumulação fora das excepcionais hipóteses constitucionalmente resguardadas, comprovados dois vínculos de origem pública inacumuláveis: guarda municipal da Prefeitura Municipal de Castanhal, inativo (INSS) e vigia da SEDUC, em processo de aposentadoria e, consoante demonstrado na presente manifestação, a deflagração do processo de aposentadoria na SEDUC e a inatividade junto ao Município de Castanhal não cessam os vínculos e não são hábeis a sanear a ilicitude comprovada; d) Diante do contexto probatório carreado, deve ser recomendada à Exma. Sra. Governadora a demissão do servidor.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO

73/2026

Ementa

Pelo exposto, é possível concluir que: a) não incide a prescrição da pretensão punitiva estatal; b) o relatório final exarado pela Comissão Processante não deverá ser acatado; c) deve ser recomendada à Excelentíssima Senhora Governadora a declaração de nulidade parcial, a partir do termo de não indiciamento (10000 / 69).

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO

74/2026

Ementa

Pelo exposto, é possível concluir: a) não verificada a incidência da prescrição para aplicação da penalidade demissional; b) Restam configuradas as infrações previstas nos arts. 178, V, XIV e XVII c/c o art. 190, XIII todos do RJU Estadual; c) Recomendamos acolhimento parcial do



PGE

Procuradoria
Consultiva

Relatório Final da comissão de PAD, no que se refere à culpabilidade, por infringência aos artigos 178, V, XIV e XVII da Lei n. 5810/1994, entretanto, discordando quanto à pena de suspensão, pois, o enquadramento legal estabelece pena de demissão, art. 190, XIII, RJU/PA; d) Deve ser recomendada à Exma. Sra. Governadora a aplicação da penalidade de demissão ao servidor acusado.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO

75/2026

Ementa

Pelo exposto, conclui-se que: 1) Deve ser recomendado à Exma. Sra. Governadora o retorno dos autos à SEDUC apenas para que seja formalizada a exoneração da servidora F.P.G., matrícula nº 57212523-1, do cargo efetivo de Assistente de Gestão Governamental e Educacional B, com base na opção pela permanência no cargo municipal de Professor (SEMED/Cametá), manifestada através de seu advogado, na defesa.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO

76/2026

Ementa

Pelo exposto, é possível concluir: a) Recomenda-se, destarte, o acolhimento do Relatório Final da Comissão Processante; b) Não incide a prescrição disciplinar para a aplicação da penalidade de demissão; c) Recomenda-se à Exma. Governadora do Estado que acolha o Relatório Final da comissão processante, ante o arcabouço probatório produzido nos autos, para que sejam demitidos os indiciados A.M.E.S. (matrícula nº 306428-1), A.C.M.S.O. (matrícula nº 468240-1), V.S.L. (matrícula nº 57220061-1) e a cassação da aposentadoria da indiciada A.S.V.M. (matrícula nº 341169-1), tendo como fundamentos os arts. 177, VI e VIII, 178, V, X, XVII e XXI c/c o art. 190, I, IV, VIII, X, XI, XIII e XVI, além da incidência dos arts. 193 e 195, todos da Lei Estadual nº 5.810/1994.



PGE

Procuradoria
Consultiva

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO

77/2026

Ementa

Diante do exposto, conclui-se: a) pela inexistência de prescrição da pretensão punitiva disciplinar para a penalidade expulsória; b) pela regularidade formal do Processo Administrativo Disciplinar Simplificado em tela; c) pelo reconhecimento da configuração da infração de inassiduidade habitual, nos termos do art. 190, III, da Lei nº 5.810/1994; d) pela recomendação de que a Exma. Sra. Governadora do Estado acolha o Relatório Final da comissão processante, com a aplicação da penalidade de demissão.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO

78/2026

Ementa

SEDUC. Não verificada a prescrição da pretensão punitiva do Estado. Não deverá ser acatado o relatório conclusivo. A nova CPAD deverá conduzir os trabalhos com o atendimento das providências recomendadas nesta manifestação e demais atos que entender pertinentes à busca da verdade real, em estrita obediência às normas e princípios jurídicos pertinentes ao tema. Por todos os motivos discorridos, visando o mais amplo e fiel resguardo do devido processo legal, recomendamos à Exma. Sra. Governadora a conversão do julgamento em diligência, devendo ser declarada a nulidade parcial, a partir do relatório conclusivo.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO

79/2026

Ementa

Por todo exposto, é possível concluir: a) resta consumada a prescrição da pretensão punitiva do Estado para a aplicação das penas de repreensão, suspensão e demissão; b) sugerimos o acolhimento das conclusões exaradas no Relatório Final da Comissão processante; c) recomendamos ao Exmo. Sr. Governador do Estado que ABSOLVA os acusados das transgressões disciplinares que lhe foram imputadas.



FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO

80/2026

Ementa

Pelo exposto, conclui-se que: a). Resta configurada a incidência do fenômeno prescricional; b). Deve ser recomendado à Exma. Sra. Governadora do Estado que absolva os servidores ora acusados; c). A SEDUC deve apurar eventual responsabilidade pela omissão no dever de processar e finalizar o processo disciplinar em tempo hábil e sem incidência de prescrição; d). Por fim, registramos que deverão ser apurados eventuais pagamentos indevidos aos servidores, para que seja realizada a devolução espontânea à Administração Pública ou a cobrança judicial, caso necessária, na forma do Parecer Referencial n. 0013/2024-PGE/PA; e). A SEDUC deve cientificar os imputados e, após as providências acima recomendadas, arquivar o presente PAD

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO

81/2026

Ementa

Por todo exposto, é possível concluir: a) resta consumada a prescrição da pretensão punitiva do Estado para as penas de repressão, suspensão e demissão; b) sugerimos o acolhimento das conclusões exaradas no Relatório Final da Comissão processante; c) recomendamos à Exma. Sra. Governadora do Estado que ABSOLVA o acusado das transgressões disciplinares que lhe foram imputadas; d) por fim, cabe à SEDUC apurar as responsabilidades dos agentes que deram causa à prescrição.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO

82/2026

Ementa

SEAP. Acolhimento do Relatório Final da Comissão Processante, no que se refere ao arquivamento do feito, diante da insuficiência de elementos probatórios aptos à caracterização das infrações disciplinares. Absolvição e o consequente arquivamento do processo.



PGE

Procuradoria
Consultiva

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO

83/2026

Ementa

SEAP. PAD. Ausente a comprovação do cometimento das infrações previstas nos arts. 177, IV, V, c/c art. 189 e 190, XIX, todos da Lei 5.810/94 (RJU/PA). Absolvição.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO

84/2026

Ementa

Pelo exposto, é possível concluir que: a) não incide a prescrição da pretensão punitiva estatal, conforme previsto no item 2.2 desta manifestação, haja vista que desde o início das apurações o fato vem sendo tratado como “furto” (leia-se peculato furto) (10000 / 15, 10000 / 16, 10000 / 17, 10000 / 19). Portanto, deve ser adotada a prescrição penal para todos os fins; b) o relatório final exarado pela Comissão Processante não deverá ser acatado; c) deve ser recomendada à Excelentíssima Senhora Governadora a declaração de nulidade total do processo.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO

85/2026

Ementa

SEDUC. Regularidade formal do Processo Administrativo Disciplinar, conduzido com observância do contraditório e da ampla defesa, sem identificação de nulidade apta a comprometer a validade da instrução. Prescrição.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO

86/2026

Ementa

SEDUC. PAD. Recomenda-se, destarte, o acolhimento do Relatório Final da Comissão Processante. Demissão. Os autos devem ser encaminhados ao Ministério Público do Estado do Pará/Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Belém.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO

87/2026

Ementa

Pelo exposto, é possível concluir: a). Não verificada a prescrição da pretensão punitiva estatal; b). Não restam configuradas as condutas infracionais imputadas aos servidores investigados; c). Deve ser acatado o relatório final da Comissão processante; d). Recomenda-se à Exma. Sra.



PGE

Procuradoria
Consultiva

Governadora do Estado que ABSOLVA os servidores das transgressões disciplinares que lhes foram imputadas.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO

88/2026

Ementa

Pelo exposto, é possível concluir: a). Ausente a comprovação do cometimento das infrações previstas nos arts. 177, VI; 178, V c/c art. 190, XIII, todos da Lei nº 5.810/94 (RJU/PA); b) Destarte, recomenda-se à Exma. Sra. Governadora do Estado que acate o relatório da Comissão Processante e ABSOLVA as servidoras das transgressões disciplinares que lhe foram imputadas, com posterior arquivamento do processo.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO

89/2026

Ementa

Polícia Civil. Reconhecimento da nulidade parcial do Processo Administrativo Disciplinar em tela, nos termos do art. 225 do RJU Estadual, a partir do interrogatório do servidor, e que haja a correspondente reabertura da instrução e concessão de prazo para manifestação da defesa. Pela designação de nova Comissão Processante, a fim de elaboração de novo relatório final, que deve obedecer ao inteiro teor do art. 221 da Lei n. 5810/1994.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO

90/2026

Ementa

SEDUC. Pelo conhecimento do Pedido de Reconsideração, por tempestivo. Pelo indeferimento do pedido de atribuição de efeito suspensivo, diante da ausência de fundamento jurídico apto a justificar a suspensão dos efeitos do ato demissório. Pela manutenção do entendimento adotado no Relatório Final da comissão processante, que reconheceu a configuração da infração de inassiduidade habitual. Pelo encaminhamento dos autos à apreciação da Exma. Sra. Governadora do Estado para deliberação.



FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO

92/2026

Ementa

SEDUC. Inexistente bis in idem e prejuízo procedimental em desfavor do disciplinado. Resta comprovada a prática das infrações previstas nos arts. 177, VI, 178, V, e 190, V e XIII, todos da Lei Estadual n. 5.810/94. Não incide a prescrição disciplinar para aplicação da penalidade expulsória. Penalidade de demissão. Deverá ser encaminhada cópia dos autos do PAD ao Ministério Público do Estado do Pará, nos termos do que dispõe o art. 227, do RJU Estadual.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO

93/2026

Ementa

Pelo exposto, é possível concluir: a) pela regularidade do Processo Administrativo Disciplinar, inexistindo vício capaz de ensejar nulidade processual; b) pelo acolhimento do Relatório Final da Comissão Processante, com a consequente absolvição do servidor, diante da insuficiência de elementos probatórios aptos a comprovar o cometimento das infrações disciplinares imputadas, nos termos do art. 224, caput, da Lei Estadual nº 5.810/1994.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO

94/2026

Ementa

SEDUC. Pela regularidade formal do Processo Administrativo Disciplinar. Abandono de cargo. b) pelo afastamento da capitulação por desídia funcional sugerida pela Comissão Processante. Pela conversão do distrato da ex-servidora C.S.S.N.C. em penalidade de demissão

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO

95/2026

Ementa

Processo Administrativo Disciplinar Simplificado. SESPA. Relatório final incompatível com a infração disciplinar reconhecida e com a OJ n. 33 PGE. Inobservância do art. 221, § 2º da lei estadual n. 5.810/1994. Nulidade parcial.



PGE

Procuradoria
Consultiva

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO

97/2026

Ementa

Pelo exposto, conclui-se que: a) o óbito do imputado extinguiu a punibilidade administrativa; b) incide a solução conferida pela Orientação Jurídica nº 32 desta PGE, cabendo o arquivamento do PAD pelo Chefe do Poder Executivo estadual, autoridade competente para seu julgamento.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO

98/2026

Ementa

Pedido de reconsideração. Processo Administrativo Disciplinar. Polícia Civil - PA. Demissão. Não conhecimento. No mérito (apreciado em homenagem ao contraditório) pelo indeferimento do pleito. Manutenção da decisão.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO

99/2026

Ementa

Ante todo o exposto, é possível concluir: não verificada a incidência de prescrição; restam ausentes o elemento objetivo e subjetivo necessários à configuração do abandono de cargo; sugere-se à Exma. Sra. Governadora a absolvição do servidor; recomenda-se, destarte, o acolhimento do Relatório Final da Comissão Processante; posteriormente, os autos deverão ser arquivados.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO

101/2026

Ementa

Secretaria de Estado de Educação (SEDUC). Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Professor. Ofensa física a aluno. Legítima defesa não configurada. Demissão.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO

102/2026

Ementa

Processo administrativo disciplinar simplificado. Inassiduidade habitual. Cargo de técnico em enfermagem. Regime de plantão. Dolo eventual. Demissão.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO

104/2026

Ementa

Secretaria de Estado de Educação (SEDUC). Processo administrativo disciplinar. Ausência de prestação de contas



PGE

Procuradoria
Consultiva

de diárias. Descumprimento das normas e princípios. Valimento. Prescrição da pretensão punitiva. Absolvição.

FUNDAMENTOS DE JULGAMENTO

105/2026

Ementa

Processo administrativo disciplinar. Secretaria de estado da fazenda. Agressão física. Não incidência do Art. 190, VII da Lei nº 5810/1994. Ausência do elemento normativo “em serviço”. Violação ao Art. 177 II e VI do mesmo diploma. Prescrição. Arquivamento.